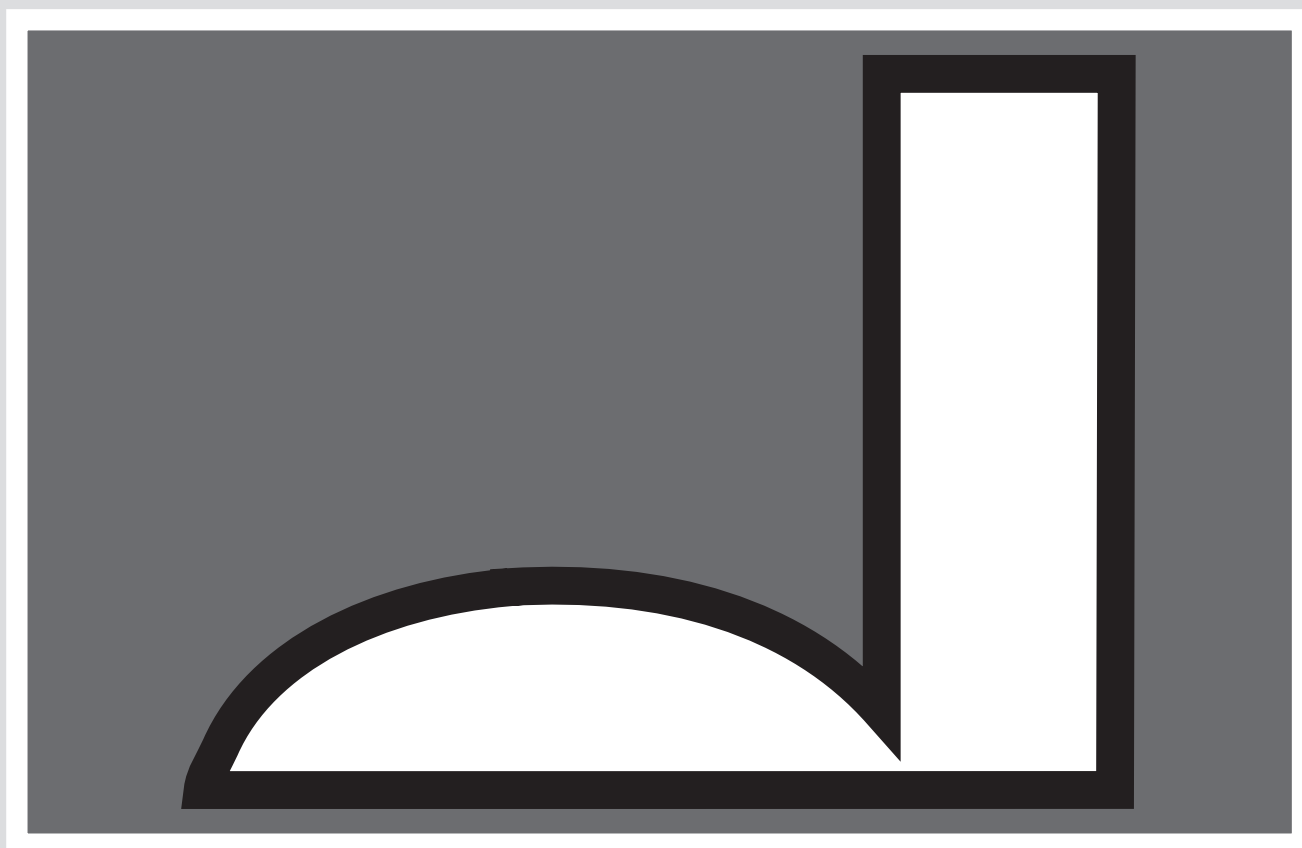




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de novembro de 2008)**

e

Atas de Comissões Permanentes

Volume III/III

ANO LXIII - SUP. AO Nº 198 - TERÇA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de novembro de 2008) 11

1.2 – Atas de Comissões

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 148

ATA DA 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 171

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 189

ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 259

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 277

ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA,

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 308

ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 309

ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 339

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS..... 359

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS..... 387

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS..... 406

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS..... 408

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA

E ESPORTE, CONJUNTA COM A 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA

424

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS

440

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS

458

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS

480

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 21 MINUTOS

507

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 22 MINUTOS

527

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS

552

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS

571

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS

585

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª

LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS

618

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2008, ÀS 14 HORAS E 25 MINUTOS

642

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 35 MINUTOS ..

657

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 07 MINUTOS ..

687

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 38 MINUTOS ..

720

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008, ÀS 13 HORAS E 19 MINUTOS

748

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS ..

751

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2008 ÀS 10 HORAS E 11 MINUTOS

769

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA EM CONJUNTO COM A 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, E COM A 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 22 MINUTOS

781

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2008, ÀS 14 HORAS e 29 MINUTOS

811

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 27 MINUTOS ...

839

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 10 MINUTOS

865

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 41 MINUTOS ...

878

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 21 MINUTOS ...

899

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, ÀS 18 HORAS E 25 MINUTOS

925

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 22 MINUTOS

927

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS

954

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 31 MINUTOS

981

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS

983

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM CONJUNTO COM A 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E COM A 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 25 MINUTOS

1010

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 23 MINUTOS

1035

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JULHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 25 MINUTOS

1068

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS

1086

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 37 MINUTOS

1108

VOLUME II

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 06 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 24 MINUTOS

1143

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS

1179

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 46 MINUTOS

1209

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 14 MINUTOS

1228

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 16 MINUTOS

1264

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

1293

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA

15 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 18 MINUTOS.....	1320	LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2008.....	1548
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 12 MINUTOS .	1356	ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008.....	1572
ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS	1384	ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008.....	1582
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS	1407	ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008.....	1600
ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 37 MINUTOS.....	1439	ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2008.....	1627
ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008 ÀS 10 HORAS E 36 MINUTOS.....	1452	ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2008.....	1639
ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 12 HORAS E 01 MINUTO	1469	ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2008.....	1664
ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 51 MINUTOS.....	1477	ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2008.....	1692
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 17 MINUTOS	1490	ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008.....	1708
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008.....	1731
ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008	1513	1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª		ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008.....	1734
		ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR	

E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS..... 1754

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS 1794

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 15:30 HORAS 1810

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS 1812

ATA DA 33ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE COM A 34ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2008.... 1819

1.2.5.1 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2008, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE..... 1837

1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 02 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 1840

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 3 DE JULHO DE 2008,

QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 1885

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE JULHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 1916

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA/ CONJUNTA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA COM A 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II 1947

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 1970

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 07 DE AGOSTO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 1984

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE AGOSTO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II 2012

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE AGOSTO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II 2030

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,

CONVOCADA PARA O DIA 10 DE SETEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2047

VOLUME III

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE SETEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2067

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2085

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE OUTUBRO 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2099

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE OUTUBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2144

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 19 HORAS, NO AUDITÓRIO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (INTERLEGIS)

2155

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE OUTUBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2251

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LE-

GISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 05 DE NOVEMBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II

2278

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE NOVEMBRO 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2292

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2314

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, E 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008

2320

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 20 DE NOVEMBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2336

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE NOVEMBRO 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

2368

1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07

2409

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDI-

NÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07. 2429

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07 2445

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07 2457

1.2.7.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, INICIADA NO DIA DOZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO, ÀS DEZ HORAS E REABERTA NO DIA DEZOITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS. 2465

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07 2478

1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS 2498

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, E COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, EDIFÍCIO PRINCIPAL 2507

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS..... 2558

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS..... 2568

ATA DA 4ª QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS 2580

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS EM 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS..... 2586

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS..... 2608

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS..... 2630

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS 2635

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E 30 MINUTOS 2642

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EM 18 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL 2650

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE JULHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E 30 MINUTOS..... 2679

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUINZE DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E 30 MINUTOS..... 2687

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS..... 2690

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS..... 2699

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS..... 2704

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS 2706

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTO..... 2708

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS..... 2723

1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

ATA DA 22ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE OUTUBRO DE 2008..... 2732

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008..... 2772

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008..... 2792

1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008 . 2808

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2008..... 2822

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008..... 2839

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008 2848

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008..... 2859

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE SETEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e dezessete minutos do dia onze de setembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns e José Nery**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 66, de 2008, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 13/08/08, de realização de audiência pública “para debater com representantes de entidades municipalistas a inclusão da temática de Direitos Humanos na plataforma de compromissos políticos e administrativos dos(as) candidatos(as) às Prefeituras e Câmaras Municipais do nosso País”. Não compareceram nenhum dos senhores convidados. O Senhor Bento Batista da Silva, presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB), justificou ausência junto à secretaria da Comissão. O Senhor Presidente redirecionou os trabalhos para um debate entre os Senadores presentes. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Os senhores Senadores fazem o seguinte encaminhamento à Secretaria da Comissão: Oficiar aos presidentes dos partidos políticos a importância da inclusão das questões dos direitos humanos em suas plataformas e bases programáticas. Encerradas as falas dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, Cristovam Buarque e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 9 HORAS E 17 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único – Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº 66/2008, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 13/08/08, para a realização de Audiência Pública. Audiência Pública essa para debater com representantes de entidades municipalistas e senadores a inclusão da temática dos Direitos Humanos na plataforma de compromissos políticos e administrativos dos candidatos às prefeituras e câmaras municipais do nosso país.

No momento em que o Senador José Nery encaminhou esse projeto, essa proposta de Audiência Pública, os senadores todos presentes defenderam, pela sua importância. Eu, particularmente – essa é uma posição minha –, eu entendo que as eleições municipais, Senador José Nery, Senador Cristovam, é quase aquilo que eu chamo por “coração do processo democrático”, e por que isso? Porque tudo ali que começa, não é? A disputa é quase bairro por bairro. Os vereadores vão de casa em casa, os prefeitos, também, na sua ampla maioria. E fazem o debate da administração municipal, o papel da câmara de vereadores, o papel da prefeitura, como alguém diz: “Ali é que mora, efetivamente, o cidadão”, não é? Aquele poder que está mais perto dele. E claro que vem o desdobramento da base que se forma para o processo eleitoral, pela atual Legislação, de ali a mais dois anos, que é 2010, enfim, com uma disputa para deputado estadual, federal, senador, governador e presidente da República.

Então, eu quero dizer que sou municipalista convicto. Eu tenho um carinho enorme por essa questão do município. E essa idéia que o Senador José Nery trouxe, em seguida, já vou passar para o Senador Cristovam, me agradou muito, de que a gente suscitasse um debate para que a temática, Senador Cristovam, como V.Exª sempre disse, dos Direitos Humanos, efetivamente, fosse palco do debate entre os candidatos. Eu vou usar, aqui, a palavra do Senador Cristovam, em seguida vou passar para ele, antes de passar para o Senador José Nery, de que ele sempre diz: “Direitos

Humanos é tudo: é educação, é saúde, é trabalho", é renda, enfim, é vida, é qualidade de vida, é combate aos preconceitos".

Antes de passar, Senador Cristovam, eu recebi uma correspondência assinada pelos nossos convidados, todos elogiaram a nossa iniciativa, justificaram que, no dia de hoje, eles não poderiam estar presente, esses convidados, porque eles estão no embate das eleições municipais. Mas assim mesmo eles suscitaram que seria importante que os senadores pudessem dialogar sobre essa questão e que eles gostariam muito de receber a contribuição.

Eu conversei um pouquinho com o Senador José Nery, logo que ele chegou, e avançamos na seguinte linha, vou passar para V.Ex^a: nós faríamos esta Audiência conversando entre os senadores, e o resultado dela eu mandarei a todos os presidentes das entidades de prefeitos, de caráter nacional, e, também, a todos presidentes dos partidos. Pelo menos isso é o que estamos pensando, e já existem, pelo menos, dois documentos na Mesa, que nós queremos remeter, vou submeter ao Plenário, e com as sugestões que surgirem aqui deste debate.

Com a palavra o Senador Cristovam ou o Senador José Nery. Foi o autor... Então, Senador José Nery com a palavra, com o entendimento já feito com o Senador Cristovam.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Tempo, Presidente? Só para saber o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a, com certeza, falará todo o tempo que for necessário para a sua exposição.

Eu diria o seguinte: se V.Ex^a ficar entre 15 minutos, depois, o Senador Cristovam mais 15, eu falarei um tempo semelhante, sem prejuízo de nós fazermos o debate entre nós e vamos ampliando naquela linha que o Senador Cristovam à vezes lembra, que é importante que as propostas sejam debatidas, e aproveitar que este é um momento nobre da democracia com as eleições municipais.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, sem dúvida, quando propusemos uma Audiência Pública, para tratar da inclusão da temática dos Direitos Humanos, como parte da plataforma dos candidatos a prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras, nos 5.564 municípios do nosso país, sem dúvida é porque temos a compreensão de que a adoção deste tema, e de fato os candidatos incorporarem, em suas plataformas eleitorais, a temática dos Direitos Humanos, com a amplitude e a abrangência que esse tema vem conseguindo, na atualidade, quando Direitos Humanos passou a ter uma visão mais dentro da sua com-

plexidade, que envolve, na verdade, os direitos aos... Direito ao acesso às políticas sociais básicas fundamentais e, com isso, o atendimento aos direitos básicos fundamentais da pessoa humana. Tanto que esta Comissão de Direitos Humanos, presidida por V.Ex^a, tem sido o mais claro exemplo de como essa temática pode ser tratada--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E com orgulho sucedendo o Senador Cristovam. Está ali na parede, é fato, é real. O Senador Cristovam foi quem deu grande salto desta Comissão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato. Mas esta Comissão de Direitos Humanos tem, justamente, esta qualidade.

Primeiro, o empenho de seus membros, de seus dirigentes, na condução de debates tão importantes para fazer avançar, em nosso país, a garantia de direitos, a denúncia, muitas vezes, de direitos que ainda são negados às parcelas importantes do nosso povo, e que, portanto, consideramos que esse tema deveria ser prioridade na campanha municipal, em todos os 5.564 municípios brasileiros, e, melhor ainda, gostaríamos que essa pauta, esses temas, essas questões fossem abordadas pelos candidatos e candidatas a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores e vereadoras. É claro que gostaríamos de ter, aqui, a presença das entidades municipalistas, mas compreendemos perfeitamente a justificativa apresentada, tendo em vista que os representantes das entidades municipalistas e de vereadores, de prefeitos e vereadores, todos estão, nesse momento, envolvidos diretamente na disputa eleitoral, visitando as suas comunidades, debatendo com cada pessoa, com cada cidadão as suas plataformas, os seus projetos, seus programas para dirigir os seus municípios.

Portanto, compreensiva a ausência, e como o senhor mesmo disse, Senador Paulo Paim, pretendemos, logo após o processo eleitoral, fazer esse debate já com a representação dos prefeitos e vereadores eleitos em nosso país.

Portanto, esse debate terá continuidade posteriormente. Mas nós não poderíamos nos furtar a essa possibilidade de, nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos, sugerir alguns temas que, no meu entendimento, são prioritários e absolutamente necessários a que os municípios incorporem nas suas políticas, nas suas ações.

Eu vou, aqui, elencar alguns eixos de atuação que considero fundamental. E, para homenagear o maior e mais, o Senador que mais se dedica à causa da educação no nosso país, que ontem... Aliás, quando Ministro da Educação propôs que o Ministério da Educação, foi o Ministério da Educação e da Criança, eu vou começar

elencando, justamente, Senador Cristovam Buarque, a primeira preocupação que deve fazer parte desses compromissos dos candidatos e candidatas que disputam as eleições em nosso país, em cada um dos municípios brasileiros, desde as grandes capitais, as regiões metropolitanas, até aqueles municípios mais pequeninhos, lá no interior mais distante.

Creio que a temática, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes deve ser prioridade número um, tal qual já estabelece o nosso Estatuto da Criança e Adolescente, no qual crianças e adolescentes devem ser prioridade tanto da gestão pública, do Estado Brasileiro e todas as suas instituições, bem como de todas as entidades que tenham preocupação real de construir um futuro mais digno, mais feliz, mais justo para o nosso país.

Portanto, plataforma nº 1 que nós sugerimos aos nossos candidatos: a defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes. Isso passa, nos municípios, por uma preocupação fundamental--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu vou lhe interromper, mas não perca o raciocínio.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria pedir à assessoria que as propostas levantadas pelo Senador José Nery, pelo Senador Cristovam e outros que vão participar, a gente possa, no fim desta Audiência Pública, fazer, então, esse documento, que será remetido em nome da Comissão, se os senhores concordarem, para todos os presidentes, como havia dito, de partido e presidente das entidades de caráter nacional. Até o fim, eu submeto isso daí com a ajuda que vou receber aqui da assessoria.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, Presidente Paim. A sugestão é exatamente essa, e eu não vou perder o raciocínio, mas só recuperar e dizer o seguinte: que nós devemos... Eu sugeria que fizéssemos uma carta da Comissão de Direitos Humanos endereçada, justamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E que será assinada pelos senadores que estão aqui hoje, em nome de todos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Em nome da Comissão e assinada pelo Presidente e pelos senadores presentes. Uma carta da Comissão de Direitos Humanos, até porque uma carta é sempre aquela comunicação mais direta, mais pessoal, não é? E essa carta significa ter sentido da aproximação da nossa Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal com cada um dos brasileiros e brasileiras, que, estando em qualquer um dos nossos 27 partidos po-

líticos registrados e atuando em nosso país, possam eles receber essa carta e dirigir aos seus candidatos, daquele seu partido, em cada um dos estados e dos municípios brasileiros.

Então, a proposta é justamente esta: que façamos uma carta da Comissão de Direitos Humanos, motivando, não se trata, aqui, de forçar a barra; de repente, é um candidato que acha que esse tema... É um incentivo, é um estímulo para que todos sintam-se convidados a tratar desses temas, porque o Brasil, não tenho dúvida, o Brasil será infinitamente melhor quando todos nós compreendemos que Direitos Humanos é o direito à vida na sua forma plena, é o atendimento de todas necessidades básicas do ser humano: a cultura, a saúde, a educação, a necessidade da sua locomoção, por isso precisa de infra-estrutura. Então, tudo aquilo que são direitos do cidadão, da cidadã eu creio que deva ser compromisso dos nossos candidatos e candidatas, que, nesse momento, pelo país afora, sei que no momento que falamos aqui, cada um desses candidatos estão percorrendo suas comunidades, fazendo visita, fazendo reunião, fazendo comícios, se apresentando, dizendo como quer governar o seu município.

E que, portanto, nós, aqui, na Comissão, sugerimos alguns temas da área de Direitos Humanos que gostaríamos de ver abordados pelos senhores e pelas senhoras. E tenho certeza que, fazendo isso, cada comunidade, cada município terá, dará a sua contribuição para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Mas eu falava, Senador Paulo Paim, quando o senhor... O senhor não me interrompeu, na verdade, o senhor nunca interrompe. O senhor sempre fala para contribuir, para sugerir, para fortalecer e, de certa forma, melhorar aquilo que estamos propondo. Mas eu falava que o item nº 01 da plataforma deve ser a atenção e a defesa aos direitos de crianças e adolescentes, e para isso recomendo uma leitura atenta do Estatuto da Criança e Adolescente e, dali, extrair aquelas ações, aquelas atitudes, as políticas, as orientações no qual cada município brasileiro possa se transformar em um "município criança".

"Município criança", Senador Cristovam, Senador Paim, foi o lema adotado pelo ex-Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, quando governou por oito anos a nossa querida capital do Estado do Pará, Belém. É assim: "por uma Belém criança".

Então, a sugestão que nós fazemos é de que cada candidato ou cada... E cada prefeito eleito, cada vereador e vereadora eleita transformem o seu município em um "município criança". Porque indo nessa direção, com certeza, adotarão políticas e ações que garantam, por exemplo, merenda escolar de qualidade, alimentação escolar a todas as crianças, indistin-

tamente. E mais, farão isso usando os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, promovendo o desenvolvimento local, adquirindo os recursos da pequena produção e, com isso, fortalecendo os atores sociais produtivos locais, na medida em que isso gera renda e fortalece a economia local, além, também, de ser uma vacina importantíssima contra aquelas licitações, muitas vezes, viciadas, que compram um volume grande de recursos, de produtos que envolvem volumes grandes de recursos, e que, por sua vez, às vezes, permite o desvio de verba pública da alimentação escolar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita, Senador José Nery, só para dizer que, infelizmente, na cidade de Canoas, eu não vou citar nomes, porque não faremos isso, naturalmente, a denúncia é da maior gravidade do assalto ao dinheiro da merenda escolar. Então, V.Exª está com toda a razão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, questão merenda escolar... No meu Estado do Pará, também, Senador Paim, tristemente, constatamos uma inúmera, são inúmeras as denúncias de mau uso desses recursos.

Então, as próprias comunidades podem, agora, exigir dos candidatos a prefeito que o cardápio da alimentação escolar seja aquele dos produtos alimentícios produzidos no próprio município ou na região. Com isso, além de alimentar as nossas crianças, de preservar culturas alimentares seculares, dessas regiões, estaremos promovendo a inclusão social, o desenvolvimento, a geração de renda, para essas pessoas, para os pequenos produtores rurais, especialmente, para os agricultores.

Uma plataforma que tenha criança, que queira transformar num “município criança” e, aí, a plataforma de Direitos Humanos precisa garantir o transporte escolar de qualidade, que é outra tragédia. De vez em quando, assistimos a notícias de que crianças foram vítimas de acidente por serem transportadas de forma inadequada, não é? Superlotação. Essa é uma realidade, por exemplo, de vários municípios do meu Estado do Pará.

Um “município criança” também fortalece e apóia o funcionamento dos conselhos tutelares. Porque o conselho tutelar é aquele instrumento da sociedade capaz de promover e defender os direitos de crianças e adolescentes, fazendo com que o Poder Público cumpra, o Poder Público e as famílias cumpram as suas obrigações em relação a essas crianças. Então, o “prefeito criança”, uma “prefeita criança”, um “vereador criança”, uma “vereadora criança” têm que priorizar essas

questões, na gestão pública, na garantia de recursos, bem como na boa aplicação dos recursos.

Outro ponto, outra área que considero fundamental nessa plataforma municipalista, em prol dos Direitos Humanos, é a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Para isso nós temos leis, inclusive, agora, recentemente, aprovamos a convenção da ONU, não é? Para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, que é um instrumento, passa a ser um... Tem o caráter de, na ordem constitucional de lei nacional, que essas diretrizes e essas determinações da ONU, através da Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sejam adotadas em cada um dos municípios, tendo como uma das preocupações fundamentais a questão da acessibilidade.

Inclusive, os municípios que ainda não têm deveriam adotar leis municipais que obriguem não apenas o poder público municipal a construir seus equipamentos, escolas, postos de saúde, praças, praças públicas, etc. Obriguem esses, o poder público, mas também a todos, a todas as pessoas que efetivamente vão construir uma casa, um empreendimento particular, um *shopping center*, qualquer que seja o empreendimento, uma empresa qualquer, que sejam obrigados a garantir acesso, com a rampa adequada, para permitir que nenhum brasileiro, por ser portador de uma deficiência, fique impedido de acessar qualquer equipamento público ou privado, por conta da insensibilidade e de uma cultura onde as construções, os prédios, os locais públicos são feitos para os ricos, para as pessoas ditas “normais”. Na verdade, todos devem ser considerados iguais, e, para isso, é preciso que os Estados e as pessoas, até os empreendedores particulares dêem essa igualdade de acesso, a acessibilidade, a questão da educação inclusiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, antes de V.Exª passar para outro tema, eu sei que V. Exª vai ficar na questão das pessoas com deficiência, eu quero enfatizar que nós pediríamos, na linha que V.Exª coloca, que esses prefeitos e vereadores assumam a aplicação, na íntegra, da convenção internacional da pessoa com deficiência. E se acharem adequado, nós fizemos um acordo, inclusive, com as entidades, após a aprovação da convenção internacional, nós temos o estatuto da pessoa com deficiência, aprovado por unanimidade, aqui no Senado, o Senador Flávio Arns foi o relator e, agora, está na Câmara, e acreditamos que vai ser votado até o fim do ano. Então, vem aí na mesma caminhada da sua exposição, na hora de nós sintetizarmos, ali, a aplicação na íntegra da convenção internacional e do próprio estatuto da pessoa com deficiência, que pode

ser aplicado na íntegra e vem em consonância, eu diria, com a sua fala.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Então, seria a recomendação, não é, na carta, da aplicação da convenção internacional e do Estatuto que está em vias de aprovação e, com certeza, será aprovado pela Câmara dos Deputados e se transformará em lei nacional daqui a pouco tempo.

Nessa questão da pessoa com deficiência, também tem um importante debate da educação inclusiva. Como o Estado, ou seja, os estados, os municípios, todos os entes federados se prepararem melhor para promover essa educação inclusiva, que tem sido bastante debatida, mas percebe-se que há muita falta, ainda, de informação, de adequação dos nossos mestres, dos nossos educadores, para promover e lidar concretamente com pessoas que têm necessidades diferentes na sala de aula, perspectivas e situações diversas, o cego, ou a pessoa que tem dificuldade de locomoção, cada pessoa com deficiência visual, enfim.

Essa questão da educação inclusiva é outro tema que os municípios precisam adotar com bastante urgência, para que essa questão possa ter uma solução mais adequada.

Outro tema que gostaria de sugerir é o tratamento cada vez mais adequado do tema da igualdade racial. Esse é um tema muito caro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato. Os dados, inclusive, que nos vêm à tona mostram o quanto, do ponto de vista do emprego e do acesso à educação, por exemplo, quanto as pessoas, os negros, as pessoas de descendência afro, os afro-descendentes acabam sendo excluídos, ou, além de excluídos, quando empregados ou quando conseguem acesso à educação, há apenas 1/3, por exemplo, o salário, a diferença de salário entre brancos e negros chega a ser uma diferença em torno de 30% a favor dos brancos. Então, isso é uma coisa realmente grave.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, V.Ex^a vai continuar com a palavra, mas me permita eu dar só alguns dados que eu tenho sobre esse tema. Eu acho que é importante, é educativo, e todos que estão assistindo a TV Senado, neste momento, eu, aproveitando o seu gancho, vou dar esses dados.

O Brasil é um país de grande magnitude. Com o crescimento reconhecido mundialmente, está num grande momento. Porém, o que nem todos sabem é que somos a maior nação negra fora da África e que fomos o último país do mundo a abolir a escravidão.

A abolição da escravidão foi muito esperada, porém, passados 120 anos, nossa realidade mostra que ela foi inconclusa. Agora vêm os dados.

Hoje, a maioria dos negros mora em favelas. De cada dez assassinados, oito são negros. Eles ainda ocupam postos de menor destaque na iniciativa pública e privada. Recebem salários mais baixos. Conforme pesquisa do IPEA, a renda do negro equivale a 53% da renda do branco. Dos trabalhadores sem carteira, 55,4% são negros, e, no serviço doméstico, 59,1%. O desemprego atinge os negros em um milhão a mais do que brancos. A remuneração bruta entre brancos e negros, a diferença fica... O negro recebe em torno de 600 reais, e o que não é negro, em torno de 1.100 reais. É uma diferença gritante, e são dados do IPEA, que eu fiz questão só de registrar o quanto é importante nós caminharmos, isso que V.Ex^a está falando, de uma... Caminhar para uma sociedade inclusiva, não é? Que garanta a todos, brancos e negros, os mesmos direitos. Volto à palavra a V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, Senador Paim. Esses dados só corroboram a necessidade de que todos, inclusive nos municípios, onde as políticas públicas são adotadas mais diretamente, onde há vinculação mais direta com o cidadão e com a cidadã, ter presente a noção dessa desigualdade hoje existente e a necessidade da busca e da promoção da igualdade racial com políticas, ações, gestos, que ajudem a diminuir essas diferenças, porque nós somos um país de quase 200 milhões de habitantes, de maioria negra, porém, não está muito equacionada essa participação, seja no Parlamento, seja no Poder Executivo, seja no Judiciário, seja nas empresas. A participação ela vem crescendo, mas ainda é muito insuficiente. Apenas olhar a composição do Parlamento, a composição do nosso Supremo Tribunal Federal: de 11 Ministros tem um Ministro negro. Mas, se olharmos aqui no Parlamento, a discrepância é grande.

O Senador negro é o Senador Paim, não é? Se olharmos nos executivos municipais do país, é a mesma proporção. Então, essa participação não é uma questão... Nós estamos falando de igualdade. Igualdade pressupõe a oportunidade a todos de trabalhar, estudar, participar da vida pública, ser membro dos diversos poderes públicos do nosso país. Portanto, a igualdade racial deve ser um tema que deve preocupar e fazer parte da plataforma dos nossos candidatos a prefeitos e vereadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até porque, Senador José Nery... Senador Cristovam, você pode entrar, porque nós estamos entrando no debate. Acho que é bom, é bom porque ilustra. Eu queria só dizer, Senador José Nery, que eu sempre

gosto desse termo, que quem está assistindo, neste momento, tem que ter claro o seguinte: nós queremos que essa luta do combate aos preconceitos seja uma luta não só dos negros. Por exemplo, os senhores dois são brancos e estão defendendo com a mesma forma de sempre. Que eu conheço os discursos do Senador Cristovam como o de V.Ex^a. Eu só acredito que esse combate ao preconceito contra o negro só vai terminar quando nós conseguirmos, efetivamente, brancos e negros, assumir essa bandeira. É o que os senhores estão fazendo neste momento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, eu vou citar mais dois eixos que eu considero fundamentais, para depois ouvirmos o Senador Cristovam Buarque e, evidentemente, continuarmos este debate, que eu considero fundamental nesse estímulo à participação na campanha eleitoral, na medida em que os nossos candidatos e candidatas consigam levá-los para o debate junto ao nosso povo, em cada um dos 5.564 municípios brasileiros.

Mas, ligado a esse tema da igualdade racial, vou tratar de outro que considero fundamental, no dia de hoje: o combate ao trabalho escravo contemporâneo ou o combate ao trabalho análogo à escravidão, que é o termo mais correto, segundo está conceituado, inclusive, legalmente.

Ontem participei e, quando conversava com o Presidente Paim, participei do lançamento do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, coordenado pelo Ministro Paulo Vannuchi e pela Comissão Nacional de Erradicação de Trabalho Escravo, que é composta de várias entidades da sociedade civil brasileira, por órgãos governamentais, empresariais e pela OIT. E, ontem, foi renovado o compromisso da ampliação dessa luta, quando completamos, esse ano, 120 anos da abolição oficial da escravatura, da escravidão, completamos 20 anos da Constituição Cidadã de 88 e 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ser celebrada em 10 de dezembro de 2008.

Portanto, avançar no combate a uma das práticas mais criminosas que um ser humano pode fazer a outro, que é torná-lo escravo por dívida, pela proibição do direito de ir e vir, pela negação de direitos sociais trabalhistas básicos, pela colocação de trabalhadores em situações degradantes.

Esse ano, mesmo, lá no Pará – infelizmente, meu Estado ainda é o campeão brasileiro no trabalho escravo, título este que esperamos, em breve, ver retirado,

não só do Pará, mas do nosso país –, cidadãos trabalhadores foram libertados pelo Ministério do Trabalho, pelo Grupo [ininteligível] do Ministério do Trabalho, Senador Cristovam, 35 trabalhadores se encontravam alojados no curral da fazenda onde trabalhavam. Era o alojamento, era o curral. E um trabalhador que fugiu denunciou, depois foi capturado, foi marcado com ferro de marcar gado, porque denunciou aquele crime.

Então, isso demonstra que nós precisamos avançar nessa questão, e os prefeitos e vereadores podem ajudar, inclusive na batalha que nós fazemos aqui no Legislativo para aprovar leis que, efetivamente, venham punir, coibir, inibir a prática do trabalho escravo, como é o caso da PEC da expropriação.

A PEC vai confiscar as terras de quem se envolve com a prática de trabalho escravo. O Senado já fez a sua parte. Votou em dois turnos, está na Câmara dos Deputados, esperamos aprovação, em segundo turno, da lei que vai confiscar a terra, sem qualquer direito a indenização, de quem se envolver com essa prática.

Então, os prefeitos e os vereadores podem nos ajudar, primeiro, ajudando a coletar assinaturas, no abaixo-assinado nacional, em que é solicitado aos Srs. Deputados e Deputadas a aprovação da PEC 438. A meta das entidades nacionais, da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que tem a presença de sindicatos, entidades associativas, movimentos populares, igrejas, parlamentares, partidos políticos, essa frente nacional quer colher, Senador Cristovam, um milhão de assinaturas, para ir à Câmara dos Deputados pedir aos Srs. Deputados: “Aprovem!”, e vamos brindar ao Brasil quando da celebração dos 20 anos da Constituição Cidadã e dos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos, vamos aprovar essa lei.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E 120 anos da abolição da escravatura.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E 120 anos da abolição da escravatura. Seria um presente do Poder Legislativo Brasileiro, porque essa questão do combate ao trabalho escravo tem o apoio pleno do Governo Federal, não é? Ontem, a manifestação do Ministro Vannuchi, manifestação sempre belíssima e contundente, mostrando o quanto nós precisamos ampliar essa questão na sociedade, para que esse tema não seja um temazinho menosprezado, lá no cantinho, que a gente fala quando der. Não! É um tema que, para erradicar, de fato, o trabalho escravo, precisamos colocar como prioridade nacional, para que, daqui a poucos anos, quatro, cinco, dez anos, se existir, se vier a existir, seja algo muito residual.

Então, os municípios, os candidatos, os partidos podem se associar no abaixo-assinado, inclusive, eu queria, aqui, fornecer o endereço eletrônico, onde cada

candidato, cada partido pode acessar, pode assinar eletronicamente ou pode imprimir, fazer uma cópia do abaixo-assinado e coletar assinaturas nas reuniões da própria campanha. Por que não?

Por que uma reunião de uma campanha eleitoral não pode se transformar num ato de liberdade contra a escravidão contemporânea? Pode, sim. Então, o candidato, o partido, o militante pode coletar assinatura. E queremos reunir, até o final do ano, até novembro, pelo menos, um milhão de assinaturas. Também os candidatos a prefeito e vereadores podem contribuir nessa causa, falando com os seus representantes. Lá no Estado, com o Deputado, com a Deputada, com o Senador ou a Senadora que representa e que cada partido, cada candidato tem as suas ligações com seus partidos, com seus representantes.

Então, vamos fazer a campanha em cada estado pela erradicação do trabalho escravo, e cada prefeitura, cada câmara municipal pode se incorporar nessa luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, me permita só uma frase.

Falamos tanto em preconceito. Quem está assistindo à TV Senado nesse momento tem que entender a nossa luta. Se nós analisarmos entre os trabalhadores em regime de escravidão, com certeza absoluta, 80%, no mínimo, são negros – são brancos e pobres negros. Mas que estão lá sob regime de escravidão 80% são negros. Pronto. Só para ilustrar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu vou continuar falando ainda. Depois vamos ouvir sempre a fala brilhante do Senador Cristovam Buarque, no seu pronunciamento, mas ele vai nos apartear, com certeza, e vamos ter a satisfação de ouvi-lo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, é só um aparte ou é a minha fala?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um aparte, ainda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se é um aparte, só para dizer: se 80% é de negros e brancos pobres, eu posso garantir que praticamente 100% não terminou o ensino médio. Não há escravos que tenham o ensino médio completo e, talvez, 90% seja ou analfabeto ou semi-analfabeto. O Joaquim Nabuco dizia com clareza: “A Lei Áurea proíbe a venda de escravos. Mas a escravidão, mesmo, só acaba pela educação”. Não tem outro jeito. Essas leis são importantes.

Tirar a propriedade da terra de alguém que tiver usando trabalho escravo isso é o óbvio que tem que fazer e precisa aprovar essa lei rapidamente. Mas ainda assim vamos ter muitos que a gente não descobre, porque são trabalhadores tão necessitados que se subme-

tem a isso. Como no mundo inteiro, hoje, está havendo trabalhadores semi-escravizados, que não aparecem como tais, e não na agricultura, em quatinhos de um apartamento onde ficam trabalhando horas e horas para costurar e vender roupas. Isso tem em Nova York, isso tem em todos os países. A educação é que, realmente, eu acho que liberta o trabalho escravo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sem dúvida, Senador Cristovam, e, corroborando com que o senhor diz, os estudos sobre os trabalhos escravos no Brasil mostram que o perfil do trabalhador libertado, e, nos últimos 13 anos, foram libertados, oficialmente, pelo Ministério do Trabalho, isso fora aqueles casos que não foram investigados, não foram fiscalizados, 30 mil brasileiros foram libertados nessa condição: situação de trabalho análogo a escravo, e todos eles são analfabetos ou semi-analfabetos. O senhor está corretíssimo, é justamente.

E, em contrapartida, os seus algozes, os escravagistas contemporâneos, normalmente, são pessoas que moram nos grandes centros urbanos, normalmente, têm nível superior, não é, e são muito bem assessorados por grupo de tanto de assessores do ramo jurídico quanto contábeis para, inclusive, estarem fazendo essas práticas.

O que há um contraponto aí: de um lado, o trabalhador analfabeto ou semi-analfabeto negro e, do outro lado, os seus algozes que têm acesso à educação, mas não tiveram a compreensão de que não podem continuar promovendo esses crimes.

E, nessa questão, eu queria deixar o endereço para o acesso dos candidatos, partidos e pessoas que queiram se juntar nesse grande mutirão nacional pela erradicação do trabalho escravo e pela aprovação da PEC 438, para acessar o site www.reporterbrasil.org.br/PEC. PEC é Projeto de Emenda Constitucional, /PEC. Esse é o endereço para que todos possam acessar e ajudar a coletar assinaturas para o Brasil aprovar uma lei ou várias leis, mas, especialmente, a lei da expropriação, que vai ajudar no combate, na erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Outro ponto que pode ser adotado pelos candidatos a prefeitos e prefeitas é, naqueles estados, naqueles municípios onde há comunidades indígenas, uma atenção especial a esse segmento do nosso povo, historicamente tratado com todo tipo de indignidade e desrespeito. Nem as suas terras são respeitadas, haja vista que há vários processos questionando a demarcação de terras indígenas. Inclusive, estamos aguardando a decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão.

Portanto, os prefeitos, os candidatos a prefeitos e prefeitas, os municípios onde há comunidades indí-

genas precisam colocar no seu programa. Até porque os recursos para a saúde são repassados aos municípios que fazem a gestão, e nós temos tido notícia de desvio grave de recursos no Pará, no Amazonas, em Rondônia, em Roraima, que os recursos para a saúde indígenas não têm chegado aos municípios, porque, às vezes, são desviados lá mesmo nas prefeituras.

Portanto, a questão indígena também precisa fazer parte da plataforma dos candidatos a prefeitos e prefeitas dos nossos municípios.

São essas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas das questões que consideramos essenciais para a inclusão na plataforma dos candidatos. Depois, tendo a oportunidade, como bem disse V.Ex^a, de discutir, aqui mesmo na Comissão de Direitos Humanos, após as eleições, e discutir aqui já com os eleitos e com a representação de suas entidades esta questão como implementar, então, aquilo que foi plataforma na campanha e de fato se tornar num efetivo programa de governo dos candidatos e candidatas eleitos em todo o país – no próximo dia 5 de outubro ou no dia 26 de outubro, quando acontece o segundo turno naquelas cidades onde há segundo turno.

Portanto, sugiro que esses aspectos façam parte da nossa carta, a carta da Comissão de Direitos Humanos, dirigida a candidatos, prefeitos e prefeita, através das direções nacionais dos partidos. E o nosso apelo é este: que as direções nacionais dos partidos, ao receber essa carta, dirija essa carta aos candidatos e candidatas em todo o país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu queria só que ficasse essa última frase, aqui, para quem está construindo: seria importante que os vereadores e prefeitos se comprometessem à aplicação da lei – que somente 10%, no máximo 15%, que aplicam nas salas de aula, lá no município, a lei que manda contar a verdadeira história da participação do negro e do índio na formação do povo brasileiro.

Passo para o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, essa é uma sessão diferente das usuais, mas que pode ter um impacto muito maior, sobretudo, se eu imagino que está sendo transmitido. É verdade, não é?

Eu creio que o Senador Nery deu, aqui, uma lista de coisas que podem ser feitas por um prefeito, defendidas pelos vereadores, e essa é uma contribuição do Senado, grande contribuição, através do Senador José Nery.

Eu quero dizer que eu também tenho procurado dar a minha contribuição, mais concentrado nos as-

pectos da educação. E é nesse sentido que eu cheguei a preparar uma proposta, que eu até enviei para os candidatos de todos os partidos, independente, que eu passo, aqui, depois darei uma ao Senador, em que tem 17 sugestões de políticas públicas para melhorar a situação da educação no seu município, e também, não está no título, para não ficar grande, cuidar melhor de suas crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): “Prefeito criança”.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): “Prefeito criança” também usam.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A sua assessoria, competente, está me entregando uma cópia para eu acompanhar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que eu simbolizaria a idéia do “prefeito criança” com uma expressão. Se eu tivesse que dar um conselho ao prefeito, e eu fui prefeito, embora com o nome de governador, aqui no Distrito Federal, a gente é prefeito, eu daria uma sugestão: sinta-se como se fosse o “tio” de todas as crianças do seu município. Esse é o recado que eu daria.

Na hora de sentar na cadeira de prefeito, pensar: “Eu sou o tio de todas as crianças do meu município e eu vou cuidar de todas elas”. Quem fizer isso está construindo um futuro melhor para a sua cidade, está construindo um futuro melhor para o seu povo. E eu resumiria isso na expressão da Senadora Heloísa Helena, que ela usou, uma vez, aqui, num aparte que me fez, acho que ela repetiu diversas vezes: “Adote uma geração de criança, e você resolve o problema do país inteiro”.

O Prefeito que adotar uma geração de crianças, que colocar a prefeitura como a mãe, a casa, a tia de uma geração de crianças, ele vai mudar definitivamente a vida de sua cidade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu vou ler só o título de algumas dessas propostas. A primeira, por coincidência, é a idéia de “prefeito criança”, que consistiria em fazer algumas coisas. Por exemplo, eu recomendo que ponha no computador, se o Prefeito tiver, o nome das crianças de sua cidade. Não é difícil, basta ir às escolas, pegar a lista das crianças, basta fazer uma pesquisa na rua, se ainda tiver crianças de rua. Como governador do Distrito Federal, eu coloquei no meu computador o nome das crianças. E, lá, o nome de 810, se não me engano, de rua, que tínhamos identificado uma pesquisa que fizemos nos diversos pontos onde as crianças ficavam.

Ao ter essas crianças, ali, você cria uma relação completamente diferente de tratar crianças como se fosse um número. Lembro de um dia que li no jornal

que uma criança foi assassinada, e o nome dela estava no meu computador. É completamente diferente você ler a notícia no jornal e ver a lista no seu computador. Se você deleta, e é duro deletar, é como se tivesse estando no enterro dessa criança. Então, coloca o nome. Mas as cidades pequenas não têm computador. Bem, as cidades pequenas têm posto de criança, coloca no caderno, anote ali e saiba quais são as crianças.

Segunda coisa: o prefeito não vai ter tempo de cuidar uma por uma, nomeie um secretário encarregado exclusivamente de acompanhar a situação das crianças do seu município, um secretário da criança. Se já tiver secretários demais e não puder desfazer algumas das secretarias, transforme uma das secretarias em secretaria disso e da criança. Pode ser o Secretário da Educação, pode ser o Secretário de Assistência Social. Quem sabe se o melhor não seria o Secretário da Fazenda ser também o Secretário da Fazenda e da criança? Para que ele use o uso do dinheiro com mais sensibilidade em relação às crianças.

Terceiro ponto: criar o dia municipal do compromisso com a criança e a educação. Que, nesse dia, todos do município saibam: hoje é o dia da nossa solidariedade, do nosso compromisso com as crianças. Por que não nesse dia as pessoas ricas da cidade depositarem dinheiro numa conta – não administrada pelo prefeito, pelos vereadores, que ninguém aqui tem nós políticos –, administrada pela sociedade civil, onde esse dinheiro vá para cuidar das crianças.

Presidente Paim, ultimamente, a pedofilia tem sido um tema presente, e, de fato, não há nada mais grave, a meu ver, de maldade, de perversão do que a pedofilia. Mas o Brasil tem esquecido de outra coisa que é muito mais praticada nesse país, que é a pedofobia. É preciso, talvez, explicar o que significa cada uma dessas expressões. Pedofilia quer dizer essa prática criminosa absurda de abusos sexuais contra crianças.

Mas, Senador Nery, existe uma coisa chamada pedofobia. Fobia quer dizer raiva, não gostar. O Brasil é um país que pratica a pedofobia. Pedofilia tem em todos os países do mundo, todos os países do mundo têm essa perversão. Mas a fobia não são todos. Em nenhum país tantas crianças são assassinadas, tantas crianças estão condenadas ao trabalho, tantas crianças estão fora da escola, tantas crianças estão em escolas ruins. Isso é pedofobia.

Eu não vou dizer que é tão grave quanto a pedofilia, mas é muito grave também. O pedófilo condena uma criança vítima da violência sexual para toda a vida. Isso está confirmado. Mas a pedofobia, que nega a escola boa a uma criança, também condena essa criança por toda a sua vida.

Então, o dia do compromisso, o dia municipal do compromisso com as crianças serviria para mobilizar a sociedade.

Quarta sugestão é criar um sistema de identificação de todas as crianças que estão fora da escola. O prefeito tem obrigação de descobrir as crianças fora da escola, ele tem a obrigação de ir na casa delas, talvez não pessoalmente, em cidades grandes não vai dar tempo, manda o “secretário da criança”. Mas tem que ir lá saber por que a criança não vai à aula, tem de ir lá e ver o que a família precisa para que a criança vá à aula. Às vezes, é dinheiro para a família que é pobre e coloca a criança para trabalhar, às vezes, porque a escola é tão ruim que a criança tem juízo e não fica em escola ruim. Então, identificar as crianças.

O quinto é garantir que não haverá criança fora da escola na sua cidade. Eu não sei por que, mas eu acho que o prefeito deveria ter o prazer de colocar uma grande placa na frente da entrada da sua cidade dizendo: “Território livre de crianças fora da escola”, “Território, aqui, onde todas as crianças estão na escola”. Dá tempo em quatro anos. Quatro anos dá para fazer isso, mesmo nas cidades grandes, porque elas são mais complexas, mais difíceis, mais caras, mas têm mais dinheiro e têm mais recursos também. É preciso ver que, tão mais difícil é, mais recursos tem a cidade.

Outra sugestão é de como fazer toda criança ir na escola. Eu acho que uma idéia é complementar a Bolsa Família com uma Bolsa Escola, ou seja, além da Bolsa Família, que hoje não cobra, na realidade, a frequência às aulas, o prefeito dizer: “Aqui, além do Bolsa Família, eu vou dar mais um valor, mas esse valor só recebe aquele cuja criança não falta à aula”. Aqui explica como financiar isso.

Outra coisa, há uma lei já aprovada, sancionada pelo Presidente Lula, que garante que toda criança tem direito a uma vaga na escola mais perto de sua casa, no dia que fizer quatro anos. Não é no mês de fevereiro, quando começa o ano letivo, é o dia que fizer. Não tem diferença a criança entrar em fevereiro ou março ou setembro, se tem quatro anos de idade. Eu quero desafiar os prefeitos para que, na campanha, se comprometam e, no governo, cumpram a idéia de que toda criança, aos quatro anos, vai ter lugar na escola. O pai pega pela mão e leva. Chega lá e diz: “Minha criança fez quatro anos ontem. Olha aqui a certidão de nascimento. Eu quero um lugar para ela”.

No primeiro momento, é capaz de não ter nenhuma cadeira para a criança sentar, mas vai acontecer no outro dia, porque isso, Presidente Paim, faz uma coisa em que tenho insistido: transforma necessidade em demanda. Necessidade é ter o estômago vazio;

demanda é ter dinheiro para comprar comida. Quem necessita não é atendido. É preciso transformar a necessidade em demanda.

Por exemplo, na hora que tiver de escolher entre produzir álcool e produzir comida, se nós não tomarmos cuidado, o mercado vai conduzir a terra para produzir álcool. Por quê? Porque tanque de gasolina demanda, estômago necessita. Porque tanque de gasolina o dono tem dinheiro para comprar a gasolina ou álcool. Agora, o estômago nem todos têm dinheiro para comprar comida. É preciso transformar necessidade em demanda.

As crianças, hoje, têm direito a ter um lugar na escola. Na hora que elas forem, no outro dia, cria-se a demanda.

Outro ponto, o oitavo, é criar um programa, que eu já vi funcionar no Distrito Federal, que chama-se “Escola em Casa”. Não dá para colocar horário integral com recursos da prefeitura, a não ser poucas cidades e em poucas escolas. Mas dá, por exemplo, para pegar os melhores alunos do ensino médio, de famílias pobres, e dar uma bolsa para que esses jovens do ensino médio atendam as crianças do ensino fundamental. Às vezes, até para jogar futebol, às vezes, para ensinar a lição de casa. Esse programa tinha o nome, aqui, de “Escola em Casa”. O prefeito pode criar isso, custa pouco. Além disso, o prefeito pode escolher o número de crianças que ele vai contratar: 50, 100, 200, 500, conforme os recursos que tiver.

Outro ponto, eu chamo a “Bolsa Primeira Infância”. Porque, a mesma “Bolsa escola”, quando foi criada, era para as crianças na escola. E as mães cujas crianças não estão na escola? Eu sugiro uma bolsa para as famílias pobres, cujas crianças estão abaixo da idade escolar. A mãe receber um dinheiro para poder comprar alimentos. Isso pode ser dinheiro ou pode ser uma cesta. Agora, essa cesta tem que ter comida e brinquedos. Porque criança não se alimenta apenas de comida. O que se alimenta apenas de comida são os outros animais. Os seres humanos se alimentam de comida e de cultura, pode ser até religiosa, pode ser artística, mas tem que ter brinquedos numa cesta pré-escola ou numa bolsa pré-escola.

Outro programa é esse que está aqui seguindo, e não sai do canto, aqui no Senado, que chama-se “Bolsa Alfa”. Mas já tivemos parecer favorável do Senador Valdir Raupp, e com uma coisa interessante, o projeto dizia que todo analfabeto, no dia que aprendesse a ler, receberia 350 reais. O Senador Raupp aumentou para 450 reais; um gesto extremamente correto, até porque o projeto, quando deu entrada aqui, o salário mínimo era 350, ele aumentou, então, a bolsa. O prefeito pode adotar isso.

Por que um projeto de criança para criança preocupa-se com a alfabetização de adultos? É porque a criança, cujos pais são analfabetos, ela não consegue acompanhar a escola da mesma forma, Senador Nery. Então, a campanha para erradicar o analfabetismo é uma campanha a favor, também, das crianças filhas dessas pessoas.

O outro é organizar mutirões para a construção de casas próprias dirigidas às famílias beneficiadas pelos programas de apoio às crianças. Programa que pode ser “Casa Escola”. Por que isso? Porque a família sem casa, a criança estuda menos. Claro que a casa é importante de qualquer maneira, talvez seja a coisa mais importante de todas, pelo menos a mais imediata, mas, além disso, tem um impacto educacional.

A criança sem casa onde morar não estuda igualmente, até porque a família nômade não tem escola para colocar os filhos. Para colocar os filhos da escola, tem que ter um endereço, esse endereço exige uma casa. Esse é um programa que o prefeito pode fazer. O programa “Saúde para Todos”, que é um programa que hoje tem recursos federais. Por que eu coloco aqui no projeto de crianças? Porque sem saúde em casa não há educação. Criança doente não vai à escola. Por isso é importante água e esgoto. As estatísticas mostram, onde há esgoto, criança falta menos à escola, porque tem menos dor de barriga, fica menos doente. Então, é preciso ter um programa para a saúde.

Outro, eu chamei “Banco Escola Microcrédito” e “Banco do Trabalhador”. Com pouquinho dinheiro, qualquer Prefeitura pode conseguir ter um programa de microcrédito, e é uma das formas de acabar com a escravidão, também. Se você agarra um homem, e, sobretudo, se treina ele para uma atividade simples e dá o dinheiro para comprar ferramenta, ele não vai ser escravo dos outros.

Outro programa é a “Leitura Ação”. Ajudar as pessoas a lerem, tanto as crianças quanto os adultos. Basta pedir. O MEC tem programas para isso. Mas é o prefeito, localmente, quem pode ajudar. E, aqui, dou algumas idéias, a mala do livro, que é a biblioteca doméstica, com 200 livros que você consegue, doados, você põe uma biblioteca na rua. A cada casa que tem esses livros vira uma biblioteca. Criar agentes de leitura, colocar livro na cesta básica – toda cesta básica tem que ter um livro. Criar o programa “Meu Primeiro Livro”, quer coisa mais bonita do que no dia que a criança nasce recebe um livro de presente da prefeitura. Ela só vai saber que tem esse livro daí a cinco anos, mas esse livro vai ser guardado, vai ser um incentivo.

Procurar colocar a escola em tempo integral – isso é fundamental –, mas não vamos nos iludir, poucas cidades vão conseguir e para poucas escolas, não

para todas. Vender a idéia de que a escola é parte da sociedade e, por isso, abrir a escola nos fins de semana. Uma das coisas que faz com que a escola seja depredada é que ninguém vê a escola como serviço da cidade. Ao contrário, Senador Nery, tem gente que tem raiva da escola sabe por quê? Porque é na escola que vota para escolher nós políticos, que, depois, decepcionam a eles. Eles ficam é com raiva que foi ali que eles elegeram os políticos. Tem que fazer da escola uma coisa boa.

E, enquanto o TSE não arranja outro lugar para votar, vamos fazer com que nos fins de semana as famílias possam ir às escolas, possam usar as instalações que as escolas têm. E, aí, inclusive, essas famílias vão exigir melhores instalações.

Tem que dar um apoio, também, aos filhos já adultos que vão para a universidade. Coloque transporte público para levar os jovens que estudam em universidades de outra cidade, isso não custa muito. Cobre um pouquinho, não precisa ser de graça, totalmente, mas facilite que as pessoas que conseguiram passar no vestibular, que fazem um esforço imenso para pagar uma universidade privada, que possam ter um transporte para isso. Se for o caso, ainda, dá para ter até uma pequena bolsa para pagar a faculdade desses jovens. Mas, se não der para pagar a faculdade, pelo menos paguemos o transporte.

Essas são as idéias, que eu estou aproveitando, jamais imaginei que pudesse ter a chance de colocar pela televisão, por isso tirei cópia e mandei.

Agora, eu quero levar o debate para outra coisa que estava no começo de sua fala, sobre o papel do município e o papel da Federação. Eu também sou municipalista, mas na execução das políticas; no conjunto, tem que haver um processo de nacionalização. Por exemplo, se a Lei Áurea tivesse sido deixada a cada município, era capaz de até hoje ter município com escravo legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar no debate, Senador Cristovam, quando eu digo municipalista, e V.Ex^a vai na mesma linha, é da aplicação efetiva das políticas públicas, fortalecer o município. Por exemplo, essa lei que eu falava antes, é a verdadeira história da comunidade negra e dos índios nos bancos escolares, é uma lei nacional, mas a responsabilidade é lá no município, e eles não estão aplicando.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu costumo dizer “federalizar a educação” com “descentralização gerencial”, não acredito na gestão feita desde Brasília de 200 mil escolas, quase, que nós temos, e com liberdade pedagógica. Sou contra manuais pedagógicos. Impor métodos pedagógicos às

cidades, até mesmo às escolas, nem o prefeito deve ter esse direito, deve dar liberdade aos pais, aos alunos, aos professores de optarem por um método. E, aí, a gente avalia o resultado – isso sim, tem que haver responsabilidade, mas não imposição de métodos pedagógicos.

Então, só para concluir, eu creio que a gente deve descobrir uma maneira de casar bem a execução do município, a formação do político começar no município, sim, lá, como vereador. Agora, tem que haver regras nacionais, porque, senão, a gente vai condenar as cidades pobres a continuarem pobres, livres de serem pobres no município como elas são. A gente tem que distribuir os recursos nacionais de tal maneira que se equilibre a falta de recurso em alguns lugares, para isso tem que federalizar. É isso que eu gosto de defender como chamando “federalização da educação”. Não é tirar do prefeito a gestão, mas é dar ao prefeito a condição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os recursos. Mas as regras também. Ele não é livre de dizer: “Aqui educação não é importante”. Prefeito nenhum tem direito de dizer isso. “Aqui criança tem que ser livre para não ir à escola”, por exemplo. Que essa liberdade só dão aos filhos dos pobres, já reparou, não é? Os filhos dos ricos são obrigados a ir à escola. Agora, as escolas são boas para que eles vão com gosto. Tem que fazer com que vá com gosto, mas não pode haver a liberdade de não ir à escola.

Então, Presidente Paim, eu fico contente que nesta reunião a gente esteja tendo a possibilidade de dar uma contribuiçãozinha para pensar o que fazer nos prefeitos. E eu quero aproveitar, com os prefeitos e os prefeitos, eu quero aproveitar e elogiar um programa que está passando pela televisão, as mensagens feitas por um grupo chamado “Todos pela Educação”. É um grupo organizado por empresários, bancado por empresários, sob a liderança de um ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Mozart, funciona em São Paulo.

Eles fizeram, agora, não um contraponto, mas um auxiliar da campanha do TSE pelo voto, em que ele diz: “Antes de votar, veja o compromisso do seu vereador e do seu prefeito com a educação e com as crianças”. E eles estão veiculando essas mensagens, que eu espero que vão ter um alto papel na formação do eleitor. Porque a gente fala muito de que os políticos brasileiros são ruins, nós todos, mas fala-se pouco na necessidade de formar eleitor. O eleitor precisa ser formado. E o movimento “Todos pela Educação”, a meu ver, está dando uma grande contribuição na

procura de formar o eleitorado brasileiro, na procura daquilo que interessa de fato para o futuro da sua cidade. E uma das coisas fundamentais é uma boa escola para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, enquanto eles estão formulando, aí, um resumo de uma proposta de carta, eu lhe confesso que eu tive a ousadia de lançar, já em cerca de 100 cidades do Rio Grande do Sul, uma campanha chamada “Preconceito e Discriminação Zero”.

E eu vou aproveitar esse momento, também, para ler, aqui, é uma página, um manifesto da campanha que eu escrevi e que, para a alegria nossa, está sendo palco de debate, inclusive, nas universidades. Se me permitirem, aproveitando esse momento histórico que nós estamos vivendo, nós colocamos “Preconceito e Discriminação Zero”: *“Um dos momentos mais bonitos da nossa caminhada do Senado da República está acontecendo agora, com o lançamento da campanha ‘Preconceito e Discriminação Zero – O alvorecer de uma nova consciência’. Precisamos unicamente, no esforço cotidiano de todos nós, habitantes do planeta Terra, modificar a nossa forma de pensar, agir e ver as coisas, e, ao final, somos todos iguais perante os nossos iguais. O canto dos pássaros do Sul é o mesmo que embala o sono da criança no Norte.*

Ninguém é dono do Sol ou da Lua. Cada um de nós lutamos, com as nossas vozes libertas, para aqueles que são discriminados e sofrem preconceitos de todas as espécies e formas tenham direito a ter direitos. Não importa se a embarcação seja pequena e tenha remos quase inúteis, falquejados pelo tempo. Somos mais fortes que as águas revoltas dos mares e rios. O vento que corre pelos campos e pelas cidades é o nosso guia, é o que orienta a nossa luta.

Temos a esperança de que um dia as pessoas deixem de julgar as outras pela cor de suas peles, pelos seus cabelos, por suas religiões, sua orientação sexual, gênero, classe social, idade ou por algum tipo de deficiência. Seria fabuloso! Ah, como seria fabuloso, se um dia todos entendessem que a raça é uma só – humana – e que nós humanos temos, sim, as nossas diversidades, e são elas que tornam nós seres tão especiais.

O que precisamos ver é que o país é um só, e todas essas diferenças são o que formam a nossa ‘gente’ tão especial. Não governamos para uma minoria, mas, sim, para todos os brasileiros. Já disse várias vezes e tenho por convicção, por tudo aquilo que aprendi na Pátria e na vida, de que Pátria, pátria, mesmo, somos todos.

No Congresso Nacional temos, e aqui algumas coisas foram listadas, temos que aprovar o Estatuto

da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, dos Povos Indígenas, o PL nº. 73, que está na Câmara, que trata da política de cotas, uma Previdência Universal, aprovar a PEC do Trabalho Escravo, garantir aposentadoria decente para todos e universal.

Aprovação de projetos assim, com certeza, dará novo gás às esperanças dos brasileiros que hoje são vítimas de exclusão, preconceitos e discriminação.

Educação para todos, vamos conclamar a todos para pressionarem, fazerem seus gritos e suas vozes serem escutadas desde o Pampa Gaúcho ao coração do Brasil, a nossa Amazônia.

A história nos mostra que as vozes daqueles que lutam por causas justas sempre ecoam através dos séculos como um farol. Estão aí Zumbi dos Palmares, Sepete Araju e tantos outros.

Termino dizendo que rufem os tambores, os tambores dos séculos, na mais bonitas das sinfonias: a luta contra os preconceitos e a favor da discriminação zero é o nosso horizonte.”

Eu fiz uma síntese do texto, que é um pouquinho mais longo, mas, quando lançamos essa campanha, foi naquilo que todos nós falamos aqui. Educação, claro que não citamos tudo aqui, educação, saúde, terra, é um direito de todos. É inaceitável que alguém seja discriminado pela cor da pele, pelo cabelo, pela orientação sexual, pela idade, por gênero, por raça, por etnia ou mesmo por procedência.

Se nós caminhamos aqui e agora, Senador Nery, baseado na proposta que entabulamos, nós poderíamos, se assim os senhores entenderem, nós concluímos essa Audiência e formularíamos, nós três, aqui, a redação final, com uma série de considerandos que vamos remeter aos Srs. Prefeitos, sobre este debate que foi rico, no meu entendimento, que falou de tudo um pouco, mas que teve um olhar específico na pessoa humana, na luta dos Direitos Humanos neste ano dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 120 anos da Abolição não conclusa.

Então, com a palavra os senadores.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, quando escutava atentamente às 17 sugestões de políticas públicas para melhorar a educação no seu município, aqui brilhantemente apresentada pelo Senador Cristovam Buarque, eu, quando o senhor falava do programa “Bolsa Escola”, do qual o senhor é um dos... É um programa pioneiro no país, na vanguarda dos programas sociais de transferência de renda. Só lembrar, em 1994, eu estive em Brasília como Delegado à Conferência Nacional de Segurança Alimentar; era o período da campanha eleitoral no país.

O senhor era candidato a Governador do Distrito Federal. Lembro quando, num debate na televisão e no programa eleitoral, era apresentada a proposta da “Bolsa Escola”, eu escutei, aqui, de várias pessoas, eleitores, cidadãos de Brasília, era bem no início da campanha, em julho, no início da campanha, a proposta não tinha tomado muito corpo ainda, e as pessoas enxergavam nela, assim, uma certa estranheza e uma novidade. Escutei muita gente dizer: “Senador Paim, mas como? Isso é impossível! Bolsa escola de um salário mínimo para garantir criança na escola? Isso não é no Brasil! Isso é uma proposta para ser feita em qualquer outro lugar”. Percebia a descrença das pessoas.

E qual não foi a boa surpresa que o senhor, ao ser eleito Governador, transformou o programa “Bolsa Escola” em algo real, algo possível, e que, a partir dali, numa referência para um conjunto de gestões populares, democráticas, de municípios e de governos estaduais, mas especialmente de municípios que passaram a ter como referência um programa da qualidade, da importância da inclusão do “Bolsa Escola”.

Então, aí, eu estou lembrando isso para fazer referência aos temas que estamos tratando aqui nesta Audiência Pública, relativos à inclusão na plataforma dos candidatos a prefeitos e vereadores do país, de todos os 27 partidos políticos do nosso país, a inclusão deste tema de Direitos Humanos e, efetivamente, a inclusão desta temática nos programas concretos de Governo, na sua execução, e talvez muitos digam assim: “Mas vocês são mesmo sonhadores contumazes! Não têm jeito! Ficam pregando coisas impossíveis, que não vão acontecer”. E, aí, por conta disso e por esse exemplo, eu digo ao Brasil, digo a todos que são candidatos que isso é possível. Tanto é possível que muitas transformações no mundo, na sociedade, que se considerava inalcançável, foram por conta da decisão de homens e mulheres que decidiram construir um futuro diferente, seja na gestão pública, seja na participação de lutas democráticas por liberdades civis, aqui, e em muitos países do mundo.

Portanto, eu sou otimista que, daqui alguns anos, hoje, o que parece algo difícil de alcançar, uma consciência e um compromisso efetivo com a inclusão dessas questões fundamentais para a cidadania e para um processo de desenvolvimento em que acreditamos, inclusivo, solidário, verdadeiramente humano, creio que, daqui a pouco – não vai demorar muito tempo – esses temas serão tratados com uma naturalidade muito maior por todos e todas, de modo que um programa que 13 anos atrás, 14 anos atrás, quando estive em Brasília, ouvi as pessoas dizerem assim: “Mas isso é impossível! ‘Bolsa Escola’ de um salário mínimo para manter

criança na escola? Isso não é possível!”. Foi possível e tem sido possível e, hoje, se transformou, com as suas adequações, no “Programa Bolsa Família”. E--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador José Nery, antes que o Senador Cristovam fale, eu quero um aparte, eu quero falar do senhor, vou dizer o porquê. Quando você levantou a questão do piso salarial num país onde não se pagavam, infelizmente muitos não pagam ainda, nem o salário mínimo, disseram também que não ia acontecer. E está aí o piso salarial que deve entrar nas recomendações também.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Piso salarial dos professores de 450 reais, iniciativa do Senador Cristovam.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria, antes de passar ao Senador Cristovam, Senador Paim, só fazer... Queria fazer, aqui, algumas referências.

Primeiro, a realização desse processo de realização de Conferências Estaduais de Direitos Humanos. Comunicar, com muita satisfação, que Brasília, o Distrito Federal, realiza sua III Conferência Distrital de Direitos Humanos, aqui, no auditório Nereu Ramos, hoje e amanhã, então, um importante evento, que reúne entidades governamentais, não-governamentais da sociedade civil.

Igualmente, o Estado do Pará realiza, a partir de amanhã, Senador Paim, a sua II Conferência Estadual de Direitos Humanos na cidade de Belém, será na sexta e no sábado, 12 e 13 de setembro, um importante evento, que foi preparado, nas diversas regiões do Estado, onde ocorreram as conferências preparatórias em pelo menos nove regiões do Estado do Pará, o que demonstra que esse tema vai ganhando espaço, vai ganhando terreno, os municípios, os estados realizando processo de participação, de debates, de conferências e que inclui governos e inclui a sociedade civil. Portanto, são passos importantes na afirmação da temática dos Direitos Humanos no conjunto da sociedade brasileira.

Mas eu queria, ainda, me referir, Sr. Presidente, e já abusando um pouco da sua paciência e do tempo, mas é porque hoje é 11 de setembro e queria fazer menção, primeiro, a dois fatos que têm um significado para todos nós, para todo e qualquer cidadão do mundo, especialmente, um deles, para os cidadãos e cidadãs que sonham com a construção de um mundo socialista. Lembrar que, no dia de hoje, 35 anos atrás, a assassina ditadura militar chilena matou o Presidente Salvador Allende, cercou e matou, no *Palácio de La Moneda*, em Santiago, na capital de Santiago, no Chile.

E como eu recebi essa semana, eu creio que todos os Srs. Senadores receberam, um convite do Embaixador Alvaro Dias, para uma cerimônia, por ocasião do centenário de nascimento de Salvador Allende, num monumento dedicado ao Presidente Allende, aqui em Brasília, que foi o Presidente do Chile de 1970 a 1973, quando, em 11 de setembro, foi brutalmente assassinado, evento esse que ocorrerá na Praça Buriti, no dia 17 de setembro, às 10h00, aqui em Brasília. Mesmo não podendo estar presente, mas de público agradecer ao Embaixador Alvaro Dias, que nos enviou o convite, a todos os Srs. Senadores, dizer que nós nos somamos e nos irmanamos ao povo chileno e aos latino-americanos que lutam por um continente livre, um continente soberano, onde todos e todas possam ter direitos e garantias de cidadania, onde todos possam participar da construção do futuro de nossos países.

Salvador Allende, que sonhou com a pátria grande latino-americana, que foi um dos que batalhou, trabalhou nessa direção, quando celebramos a sua memória, a sua luta, 35 anos após aquele trágico momento que viveu o povo chileno, de ver assassinado o seu Presidente, o seu líder socialista, lembrar a memória, e creio que, na Comissão de Direitos Humanos, é oportuno, justamente, nos irmanarmos com todos, com todo o povo chileno que enfrentou os dissabores de uma ditadura militar assassina e que hoje vem construindo, assim como nós, no Brasil, também estamos construindo o nosso processo de redemocratização do nosso país.

Mas, também, 11 de setembro lembra, não é, o terror, a destruição das torres gêmeas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, quando mais de três mil pessoas foram mortas naquele ato insano e que provocou, por outro lado, por parte do Governo dos Estados Unidos, outras tantas insanidades, entre as quais aprovar a lei da tortura para conseguir a confissão de presos acusados de prática de terrorismo, bem como a política e a ideologia da política de prevenção anti-ameaça terrorista, pelo Governo dos Estados Unidos, bem como a invasão do Iraque.

Então, essas coisas que marcaram, a partir do 11 de setembro, com conseqüências muito graves para a humanidade, para o mundo, justamente o mundo de respeito aos Direitos Humanos, que nós lutamos para construir, também são marcadas, essa luta está marcada por fatos que atentam contra os Direitos Humanos.

Então, a solidariedade, a lembrança, a memória das vítimas do 11 de setembro, bem como celebrar a luta daqueles que consideram a guerra algo inaceitável, especialmente a invasão de qualquer país, por

qualquer motivo. Os países devem ter a sua soberania respeitada.

E, nesse 11 de setembro, Senador Paim, nós não poderíamos deixar de lembrar, também, esses fatos que marcaram a humanidade e que, sem dúvida, é muito caro para todos nós que queremos construir esse mundo diferente, esse mundo onde os Direitos Humanos seja a marca, seja o dia-a-dia, e não apenas declarações, atos, mas também seja os Direitos Humanos algo vivenciado por todos e por todas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Senador Cristovam, depois eu faço as considerações finais, e nós encerraremos esta Audiência Pública.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro lugar, eu quero me solidarizar com as duas referências feitas pelo Senador Nery e dizer que esse busto, que está na Praça do Buriti, aqui, no Distrito Federal, foi colocado no meu Governo, inaugurado por mim, dentro da idéia de ter uma praça com os grandes próceres mundiais. Seriam escolhidos pelo país. O Chile escolheu Allende, e eu tive orgulho de estar ali, como temos diversos outros. Cuba escolheu Che Guevara, e eu estive lá inaugurando com muita satisfação, também. E foi muito importante a lembrança do Allende, foi muito importante.

Segundo, o 11 de setembro em Nova York. também. E, aí, eu me solidarizo com as palavras do Senador José Nery. O dia 12 e 13 de setembro eu tenho a impressão que o país mais amado no mundo era os Estados Unidos. Todo mundo se solidarizou com os Estados Unidos naquilo. Poucos meses depois, houve exatamente o contrário. Porque um gesto insano, desumano como aquele do terrorismo foi retribuído com outro gesto insano. pelo Governo dos Estados Unidos. E, de repente, toda a solidariedade que havia com os Estados Unidos desapareceu. Ninguém se solidarizou com os terroristas, mas deixamos de nos solidarizar com esse gesto militarista dos Estados Unidos.

Mas eu quero falar, Sr. Presidente, sobre a lembrança que o Senador José Nery teve da “Bolsa Escola”. Realmente, quando foi proposta a “Bolsa Escola” na campanha, e é preciso dizer, Senador, que ela foi proposta politicamente em 1994, mas ela já estava em trabalhos meus desde 1986. Que eu comecei a trabalhar a idéia, publiquei um livro, no qual “Como Mudar o Brasil”, a primeira coisa é pagar uma renda à família em troca da frequência dela à escola. A palavra ainda não era “Bolsa Escola”, a palavra “Bolsa Escola” surgiu na campanha. Porque se você dissesse que ia pagar uma renda às famílias em troca de irem à escola não

tem nenhum impacto eleitoral, precisava de uma marca. E eu criei essa marca “Bolsa Escola”.

Hoje, eu tenho a impressão de que é uma das palavras mais divulgadas no mundo de português, talvez como bossa nova, se colocar no *Google*, eu até sugiro quem está nos escutando, põe no *Google* “Bolsa Escola”. Eu nunca coloquei para ver. E se colocar “Bolsa Família”, que é uma decorrência e se colocar os nomes que recebeu, por exemplo, em Moçambique, que é um nome complicado, que eu não lembro, em diversos lugares vai ver que hoje é um programa mundial, completamente mundial. Essa semana estive, semana passada fiz uma viagem para fazer uma palestra na França. Entrei numa livraria e vi um livro “Trabalho Infantil”. Puxei, abri lá dentro, “Bolsa Escola” era o tema central.

Um desses dias alguém veio me visitar, no meu gabinete, e viu que tem quatro exemplares iguais da autobiografia do Bill Clinton. E me perguntaram por que eu tinha quatro, se eu gostava tanto dele. Eu disse: “Olha, para falar a verdade, eu ainda nem li nenhum deles. Está em turco, que eu não sei ler em turco. Está em alemão, que eu não sei ler alemão, está em inglês e em francês. É porque o Clinton fala na ‘Bolsa Escola’. E em todas as traduções do livro dele no mundo, ‘Bolsa Escola’ ficou em português”. Está lá em português. Então, eu comprei e coloquei ali.

Agora, quero dizer, e o Senador Paim falou, da crença ou não nas coisas. O senhor mesmo quando falava em 100 dólares de salário mínimo ninguém acreditava.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fui ridicularizado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ridicularizado. Uma pessoa me ligou depois que eu apareci na televisão falando em bolsa escola dizendo: “Perdeu meu voto”. Um amigo meu... Eu disse: “Por quê?” “Você virou um demagogo igual aos outros. Você está propondo o impossível”. E eu lembro que perguntei a ele: “Se eu dissesse que ia construir viaduto, você acreditava?” Ele disse: “Claro”. Eu disse: “Pois com o preço de um viaduto a gente paga ‘Bolsa Escola’ de um ano”. “Se eu dissesse que ia fazer uma ponte no lago, você acreditava?” “Sim”. “Pois com a ponte do lago dá para pagar cinco a dez anos, dependendo de como fizer, de Bolsa Escola”. “Na verdade”, eu disse para ele, “você não está achando que é demagogia, você está achando que isso não vai lhe interessar, porque o que lhe interessa é o viaduto, o que lhe interessa é ponte”. É uma questão de prioridade. Mesmo assim eu fiz questão de mostrar quanto custava e fazia uma pizza, e mostrava olha aqui o orçamento, olha aqui a tirinha que a gente vai gastar, era 0,8%, se não me engano.

Agora, vamos ver quanto ganha com isso. Quanto diminui de trabalho social porque as crianças não vão para a rua? Quanto vai ter de rentabilidade enquanto as crianças estudar? Aí ia mostrando as vantagens.

Então, a gente precisa ver que às vezes os sonhos se realizam. Se você não tira os pés, como eu dizia, da aritmética... Mas a cabeça nas nuvens. Não faz mal nenhum a cabeça nas nuvens se o pé estiver na aritmética, porque não adianta dizer que ia pagar três, quatro salários mínimos, como um deputado, inclusive, da oposição colocou para me atrapalhar. Ele colocou multiplicado por quatro o valor da Bolsa Escola. Que aí ficava inviável.

Então, têm sonhos que a gente pode acreditar... Como esse de acabar a escravidão de fato no Brasil, de federalizar a educação de base. Lógico, quando eu ponho os pés na aritmética eu digo em 20 anos. Não dá para fazer já! Como a criação de uma carreira nacional do professor igual à carreira hoje do colégio Pedro II, onde o salário médio é 3.900 e pouco. É possível isso! Agora, não já! Até porque não tem professores suficientes para isso no Brasil. Terão que ser escolhidos no concurso público federal, terão que ter uma qualificação, terão, ao meu ver, que seguir uma escola normal de alto nível pós-universitária... Então, isso é possível! E vale a pena sonhar, desde que mantenha os pés... A cabeça na utopia e os pés na aritmética. Fazendo as contas e mostrando que dá. E na minha campanha, essa que o Senador José Nery falou, eu sempre dizia: “Fiz as contas e vai custar tanto”. Cada programa meu eu criei o *slogan* “eu fiz as contas e vai custar tanto”. E foi feito. Hoje é um programa mundial que pôs Brasília no cenário. Porque a pessoa lembra que começou aqui. Primeiro país a adotar antes do Brasil foi o México. Vieram aqui ver como era e adotaram. Claro, botaram outro nome lá, é natural. Mas a maneira de falar fora da comunicação era “Bolsa Escola”, entre os técnicos. Na televisão, não, era o Projeto Progresso. Que, aliás, hoje é mais conhecido talvez até do que Bolsa Escola porque o Presidente Zedillo fez de fato um programa grande. E no Brasil ficou um programa pequenininho. Até que quatro anos depois, apesar da minha briga junto a Fernando Henrique Cardoso, ele levou quatro anos para descobrir. Depois alguns disseram que começou em Campinas. Se começasse em Campinas, ele fazia desde o primeiro dia do Governo dele. Campinas eu fui lá ajudar o prefeito a fazer, o prefeito falecido.

Mas não foi mesmo “Bolsa Escola”, foi mais o “Bolsa Família”. Primeiro, a gerência era a Secretaria da Assistência Social, que já muda tudo. Que é um dos erros que eu acho que o Presidente Lula cometeu ao tirar o “Bolsa Escola” do Ministério da Educação e colo-

car no Ministério do Desenvolvimento Social. Depois, o nome não tinha a palavra “escola”, que é fundamental para que as famílias pobres saibam, eu ganho porque meu filho estuda. O Presidente Lula cometeu também o erro de tirar a palavra “escola”. Era melhor ter tirado o Bolsa e colocado “Renda Escola” do que ter tirado “Escola” e colocado “Bolsa Família”. Se era para mudar de nome, colocasse “Renda Escola”, “Salário Escola”, mas não tirar e colocar como “família”.

Então, o México adotou. E, aí, começou a dar repercussão internacional. Embora a primeira repercussão internacional na revista *Times* foi em 1995, em dezembro, quando a revista disse: “Tem um programa diferente hoje no mundo que é um programa que se realiza no Distrito Federal”.

Então, Senador José Nery, eu quero ficar muito agradecido a sua lembrança. Eu confesso que eu já estava esquecido disso e o senhor trouxe a lembrança e eu fico feliz de estar podendo relembra isso pela televisão algo que foi feito, que teve sucesso e hoje está espalhado no mundo e que eu defendo, Presidente Paim, que o Presidente Lula já mandei esse recado para ele, se não faria essa inconfidência defendida nas Nações Unidas onde ele vai estar fazendo um discurso, o Presidente brasileiro é quem abre, que ele defende a realização de uma Cúpula Mundial de Chefes de Estado pela Educação... Para discutir o futuro do mundo na educação e, obviamente, também Ciência e Tecnologia.

Era isso, Presidente, e quero dizer que essa foi das melhores sessões de comissões que a gente já teve, pelo menos que eu assisti em todo meu tempo de Senado e que a gente pôde fazer algo bem diferente. Em vez de estar discutindo projetinho, está discutindo idéias. Em vez de estar fazendo as Audiências que são tão importantes, levando as idéias do Senador Nery, minhas e suas para que o Brasil tome conhecimento, para que os prefeitos e vereadores se quiserem sigam, ajudem, mudem, melhorem, complementem, mas executem políticas como foi a “Bolsa Escola”. O “Bolsa Escola” foi um programa municipal. Porque eu me chamava governador, mas era na verdade prefeito. Aqui a gente chama governador porque tem a Polícia Militar, porque tem toda a saúde, mas, na verdade, nós somos aqui no Distrito Federal prefeitos. E eu tenho orgulho de dizer, eu era... Tinha o título de governador, mas tinha a função de prefeito. E fico olhando para todos esses hoje 5.564 que vão ser os novos prefeitos do Brasil, e desejando qualquer que seja o partido deles, que tenha muita sorte e muito compromisso com suas cidades. E compromisso com a cidade começa com a criança.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Cristovam, Senador José Nery, eu quero nesse encerramento, eu solicitei aqui que fosse me apresentado uma síntese do que foi discutido nessa Audiência Pública, da forma que foi conduzida, para que a gente pudesse divulgar, será aprimorada, com certeza, depois de concluirmos os trabalhos, mas eu faço questão de pelo menos que fique claro aqui ao Brasil, que está assistindo nesse momento essa audiência pela TV Senado, qual será a linha da carta que nós vamos remeter, aqui somente a linha, mas depois vamos redigir, com certeza, aos três gabinetes a todos os Presidentes de partidos e os Presidentes de entidades dos prefeitos a nível nacional.

Mas antes mesmo de ler o resumo, Senador Cristovam, eu quero concordar com ambos. Em relação ao 11 de setembro, não há nenhuma dúvida de que há uma solidariedade enorme nas duas questões tanto do assassinato do Allende como também na questão do assassinato covardemente, para mim, covardemente também de mais de três mil homens e mulheres americanos quando derrubaram as duas torres. Que a reação claro que nós discordamos da forma que foi feito e foi ilustrado muito bem com vocês. Mas acho tão covarde o assassinato do Allende como acho também tão covarde, simplesmente, as pessoas estavam trabalhando em dois edifícios que seriam as duas torres chamadas gêmeas e foram bombardeados. Eu tenho uma filha que mora nos Estados Unidos. Então, eu me boto como se minha filha estivesse lá... Ela mora lá, tem dois filhos e se ela estivesse lá naquele edifício? Eu sempre digo que quando toca na gente a gente sente com mais força, não é? Eu sempre conto a história, Senador Cristovam, que quando apresentei o Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi porque há mais ou menos 20 anos atrás uma irmã minha ficou cega de repente, totalmente cega... De repente... De repente. Foi glaucoma com diabetes. E daí? Aí eu fiquei percebendo que eu nunca tinha dado o olhar devido às pessoas com deficiência. E daí comecei a trabalhar no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem muita esperança naquela linha do sonho se tornar realidade, o Senado já aprovou e que a Câmara aprove ainda esse ano.

Dizer também, Senador Cristovam, que eu comungo do ponto de vista dos senhores, Senador José Nery, que muitas vezes nos chamam de demagogo. Eu lembro de uma história do salário mínimo e não precisa repetir, não é? O que eu fui chamado de demagogo nesse país porque eu falava que o salário mínimo poderia ultrapassar os 100 dólares. E hoje está em 300 dólares e o poder de compra dobrou ainda. E disseram se o poder de compra dobrasse, a demanda

ia causar um caos, inflação... Enfim, seria o caos total no país. Tai... Dobrou, o povo comendo melhor também graças ao salário mínimo e não só isso, e é hoje uma realidade. Quando nós apresentamos o Estatuto do Idoso, o quadro não foi diferente. Agora, ele quer botar que cinco milhões de pessoas depois do Estatuto do Idoso passaram a receber um salário mínimo e o país não quebrou coisíssima nenhuma. Quando a gente falou hoje de acabar com o fator previdenciário, que está um debate em todo o país, alguém diz que é uma irresponsabilidade. Irresponsabilidade é quem diz isso... Que não há país no mundo nenhum que adota esse tal de fator previdenciário a não ser o Brasil. Então, todos os países do mundo são irresponsáveis. Não tem um país, todos trabalham com a idade mínima. Eu apresentei a PEC da idade mínima e está aqui. Reuni as centrais, reuni as confederações, reuni os aposentados e concordaram – fim do fator e entra a idade mínima. O Brasil todo aceita a idade mínima, mas não aceita o fator. Que permite que o alto salário se aposente com o salário integral e aquele que ganha mil reais se aposente com 600 reais. Enquanto o que ganha 25 se aposenta com 25. Ou que ganha 15, 20, se aposenta, porque está no Executivo ou no Legislativo ou no judiciário.

Então, essas coisas que muitos acham que é só “sonho” e “irresponsável”, irresponsável é quem diz isso, que não trabalha com dados e não trabalha com números. O país nunca esteve numa situação tão boa como agora no campo econômico inclusive. E quando eu digo que tem que haver uma política de recuperação dos benefícios aposentados e pensionistas, claro que para mim isso é Direitos Humanos. Como é que vou aceitar que daqui uns dias todo aposentado brasileiro independente de pagar cinco, seis, sete salários mínimos, vai estar ganhando somente um salário mínimo? Então, eu trabalho isso sim com muita convicção, com dados, com números no campo da verdade. E desafiando a qualquer um para esse bom debate.

Quero também dizer nesse encerramento que eu achei essa Audiência Pública para mim de suma importância. Claro que o debate na câmara de vereadores, e sei que grande parte não só na câmara de vereadores, os vereadores em campanha como os prefeitos em campanha, vão ver que tem que debater, sim, a questão dos deficientes, a questão dos idosos, a questão das crianças, a questão dos negros, dos índios... Enfim, dos discriminados, dos mais pobres desse país sejam brancos, negros ou índios. É isso que nós suscitamos, que tem que discutir a educação, que tem que discutir a política inclusiva, como é importante, Senador José Nery, a proposta que V.Exª também fortaleceu aqui, por isso que eu falo a questão

municipalista, mas nessa ótica. Claro que é uma PEC que nós queremos aprovar aqui, mas lá no município o prefeito teria a obrigação de ele denunciar trabalho escravo que acontece no espaço geográfico do seu município, que na carta vá com muita precisão isso. Queremos aprovar, sim, a PEC do fim do trabalho escravo que é uma questão nacional. Mas o prefeito, o que não denunciar o trabalho escravo no seu município, ele também está cometendo indiretamente um crime. Que todo mundo sabe que acontece ali na sua paróquia, principalmente no município.

Então, tudo que foi falado aqui eu quero, com certeza, me somar, me permita, Senador Cristovam, V.Exª tem falado tanto dessa questão, eu ainda vou afirmar aqui, que para mim, as ações afirmativas que foi aprovado nos Estados Unidos em 1964 é que ajudou a surgir Barack Obama, que muita gente padeceu, morreu, lutou, pelejou, foi discriminado até esse momento da história. Agora--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Condoleezza, exatamente... Num momento como esse nós podemos ter na maior potência, queremos ou não, do mundo, econômica e militar, eu poderia dizer, um negro como Presidente da República e jovem, onde os seus discursos têm sido aplaudidos e elogiados praticamente em todo o universo. Mas passou pelo debate das ações afirmativas que não deixa de ser aqui no Brasil o Estatuto da Igualdade Racial. O que é o Estatuto da Igualdade Racial? São as ações afirmativas de inclusão dos povos que são discriminados e por isso tem também o Estatuto do Índio.

Enfim, com essa rápida fala, eu quero dizer que essa na verdade é a última reunião da Comissão de Comissão de Direitos Humanos antes do processo eleitoral e por isso ela tem essa simbologia de nós fazermos mediante documento que vamos remeter a todos os candidatos a prefeitos e vereadores o seu compromisso com a palavra chave: “Direitos Humanos”. E, se me permitam, eu vou fazer uma leitura rápida, só uma lauda da síntese que a assessoria dos Senadores e da Comissão produziu rapidamente que claro isso aqui é a idéia eixo, e que nós, com certeza, vamos passar aprimorar na redação final que faremos no segundo momento.

“A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, do Senado Federal reunida para debater a inclusão da temática dos Direitos Humanos na pauta de compromissos político administrativos dos candidatos a prefeitos e vereadores deliberou que existe a necessidade real e imediata de repassar aos candidatos de todos os partidos políticos a importância

da inclusão das questões relacionadas com os Direitos Humanos em suas plataformas e bases programáticas com o objetivo de que sejam reduzidos os sérios problemas com a sociedade brasileira no campo do avanço de direitos”.

Isso aqui é no geral, depois a gente melhora a redação. “Identificar alguns pontos que entendemos relevantes a serem incluídos nos eixos de ação de todos os partidos e, conseqüentemente, na atividade de vereadores e prefeitos eleitos. Entre eles, a atenção e defesa permanente do interesse das crianças e dos adolescentes. Observando e fazendo cumprir o Estatuto da Criança e Adolescente, a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, o combate ao trabalho escravo, foi falado mediante a PEC e a responsabilidade de cada município, a atenção aos povos indígenas, a busca incansável da igualdade racial, inclusive em relação ao acesso ao emprego e à igualdade na distribuição de renda. A observação de normas que incluam no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do tema ‘história e cultura afro-brasileira’, conforme a lei já existente” que eu procurei o número e parece que não veio lá de cima o número. Conforme a lei número tal... Qual é o número?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 11.645/2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conforme a Lei nº 11.645/2008, é uma lei que está desde 2008 em atividade, quando foi incluído os povos indígenas. Aqui também fala da importância, Senador Cristovam, da questão da educação e pediram que falasse como eixo o seu documento. Que nós vamos ver como é que vamos colocar aqui. “Nesse contexto, por acreditar na relevância do tratamento especial da temática, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal solicita a parceria de todos os partidos políticos de nosso país na missão de divulgar a todos os candidatos das próximas eleições a pauta que vamos anexar de compromissos fundamentais a serem assumidos por cada um deles com o objetivo de finalmente atingirmos o desenvolvimento político, ético e social da nossa sociedade e permitir a todos e a todas, indistintamente, o real exercício da cidadania”.

Essa é a idéia. Claro que aqui agora, Senador Cristovam, com tudo que foi colocado como contribuição, nós vamos, no documento final eu acho que é fundamental até mesmo a sua palavra, que me permita, vamos usar aqui: Que a verdadeira revolução nesse país passa pela educação. Vamos dar uma ênfase também no documento final pela importância que é a educação para efetivamente fazer que o nosso povo, como eu digo sempre: “Viva e envelheça com qualidade de vida e com dignidade”.

Esse é o espírito da carta que nós vamos agora fazer a redação final, se os senhores concordam, que é baseado naquilo que nós todos falamos aqui hoje, eu encerro a presente reunião dizendo que a próxima será no dia 9 de outubro, aqui, onde teremos pauta, e no dia 13, quero lembrar, que os senhores participaram muito os dois, dia 13 é uma segunda-feira, nós teremos uma Audiência Pública que vai iniciar às nove horas da manhã e deve ficar todo o dia, quase um seminário, para discutir aquela questão do Estatuto do Profissional de Volante. Que o Senador José Nery é o Relator.

Vai ser o dia todo e vai discutir a questão do caminhoneiro, do motorista de ônibus, o taxista e o profissional de volante dentro da fábrica ou no campo, por exemplo, o tratorista. Nós pretendemos, o Grupo de Trabalho que elaborou até o momento, dividir por capítulos. Caminhoneiro um capítulo, taxista um capítulo, taxista outro e o profissional celetista que exerce profissão dentro de uma fábrica ou mesmo rural, outro capítulo. E vamos dividir também só para situá-los, situações diferenciadas em algumas áreas o profissional é autônomo, outra ele é terceirizado e outro é celetista. E outro ele é dono da empresa.

Nessa Audiência Pública, só para concluir esse raciocínio e abro para contribuição, vão estar os empresários, os trabalhadores e o Governo, todos que estão envolvidos estarão nessa Audiência Pública que inicia às 9 horas da manhã do dia 13 e, pelo número de convidados que vão falar, entre eles o Ministro, com certeza ela vai iniciar 9 horas da manhã e, calculo eu, que vai terminar 9 horas da noite, mas o tema merece esta atenção.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E os motoqueiros, que hoje são centenas de milhares de pessoas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam que outras vezes já alertou da questão dos taxistas, com certeza estarão também aqui os motoqueiros.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim, a Audiência que ocorrerá no dia 13, logo após a importante manifestação religiosa que acontecerá na minha cidade, na minha capital do Estado, em Belém, quando estaremos lá no dia 12, é um domingo, então, dizer ao senhor que normalmente nós estamos aqui a partir da terça-feira.

No entanto, pela importância e pela tarefa que tenho nessa discussão do Estatuto do Profissional de Volante, os trabalhadores profissionais motoristas, é muito importante e, com certeza, todos nós estaremos aqui, todos que fazem parte da Comissão de trabalho para possibilitar que essa questão seja finalmente nor-

matizada, e parabenizar V.Ex^a pela condução desse trabalho e com certeza dia 13 de outubro estaremos aqui nessa importante Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Contamos com V.Ex^a. Pode saber, Senador José Nery, que será um momento histórico. Eu diria que nós... Diria, não, eu afirmo que realizamos até o momento, se não me engano, cinco reuniões, mas interna de trabalho e percebo que isso está contagiando os profissionais de volante em todo o país tanto aqueles que são autônomos como aqueles que são celetistas, como aqueles que são terceirizados e aqueles que não têm direito a nada, quer dizer, nos que chegam aqui muitos desses profissionais não têm direito a nada estão quase no regime de escravidão. E até o momento tem algumas questões para mim que são fundamentais. Por exemplo, eles têm que ter direito a aposentadoria especial aos 25 anos, porque é um serviço penoso.

Segundo tem que haver uma regra clara em relação à carga horária. Ou alguns dizem tempo de descanso... Para mim não importa, está descansando, não está trabalhando, vamos regulamentar isso. Vamos ter que ter um artigo que vai tratar da violência contra os profissionais do volante tanto na cidade como nas fronteiras. Temos denúncias que centenas de profissionais do volante são assassinados e seu caminhão é roubado quando atravessa de um Estado para outro. Por isso que nessa Audiência Pública além das autoridades constituídas pelo Governo teremos representantes da própria Polícia Federal, da Receita Federal, representante dos empresários, como eu dizia, as centrais sindicais todas também foram convidadas, além das respectivas Confederação, o representante do Governo é da...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ANTT, também estará aqui no dia 13 como o próprio Ministro dos Transportes.

Tem a questão do pedágio que tem que ser visto também, porque esse profissional o caminho dele é a estrada. Ele não pode pagar quase que ele tem direito a receber só em pedágio. Tem que haver uma discussão clara também nesse sentido de uma forma tal que o vale pedágio seja discutido com a devida responsabilidade que o momento exige.

Eu resolvi falar desse tema porque eu entendo que essa questão do profissional do volante é sim uma questão de Direitos Humanos, por isso que nós estamos com esse compromisso. Eu apresentei o projeto no estatuto para ser base para o debate.

Agora, com as Emendas e outros projetos que estavam circulando, inclusive um de minha autoria, serão todos para um único Relator que vai construir o substitutivo que se depender de mim nessa Comissão será V.Ex^a, claro que em outra Comissão eu não tenho o poder da indicação. Mas aqui o Relator do trabalho será o Senador José Nery.

Então, eu encerro a presente reunião, dizendo a todos que lutar pelos Direitos Humanos é uma obrigação de todo cidadão de bem deste país e do mundo. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h11.

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e oito minutos do dia nove de outubro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, César Borges, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy e Lúcia Vânia. O Senador Flávio Arns e o Senador Romeu Tuma justificam suas ausências.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. **PAUTA. Item nº. 01. Requerimento nº 75, de 2008,** que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a situação das pequenas empresas fumageiras do país e de seus trabalhadores, em hora, data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02. Petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PDH) nº. 02, de 2008,** que denuncia e requer providências acerca da situação da execução penal de Augusto Jerônimo da Silva, conforme dossiê encaminhado pelo Of. GSFA/01109/2008, do Gabinete do Senador Flávio Arns. Autoria: IVAN F. DE CASTRO, JOSÉ E. MANSUR E NELITA F. DE FREITAS. Relatoria: "ad hoc" Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Aprovado em 03/07/2008, que concluiu pela necessidade de solicitação ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mediante ofício, os

citados documentos e informações aptos a esclarecer o assunto, consoante o art. 142 do RISF. Resultado: **Foi comunicado aos Senhores Senadores, em Plenário, que as informações prestadas Pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, estão em processado à disposição na Secretaria da Comissão, a matéria vai ao arquivo. Item nº. 03. Projeto de Lei do Senado nº. 269, de 2008, – não terminativo** – “Dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos”. Autoria: Senador Patricia Saboya. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do SUBSTITUTIVO que apresenta. Resultado: **Lido o Relatório e adiada a votação por falta de quorum. Item nº. 04. Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005 – terminativo** – “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Patricia Saboya. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 01 (SUBSTITUTIVO) aprovado na CCJ. Resultado: **Adiado. Item nº. 05. Projeto de lei do senado nº. 417, de 2007 – terminativo** – “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item nº. 06. Projeto de Lei do Senado nº. 38, de 2008 – terminativo** – “Altera § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.”. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Magno Malta. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item Nº. 07. Projeto de Lei do Senado nº. 672, de 2007 – terminativo** – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer que todo o idoso com pelo menos cem anos tem direito a benefício no valor de dois salários mínimos. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: pela aprovação da matéria com as emendas oferecidas pela CAS. Resultado: **Adiado.** Às nove horas e vinte e cinco minutos o Senhor Presidente passa a Presidência ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Às nove horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente, Geraldo Mesquita Júnior, devolve a Presidência ao Senador Paulo Paim. Realiza-se um minuto de silêncio em homenagem à vida de Luiz Pilla Vares,

Presidente do Partido dos Trabalhadores no Município de Porto Alegre, Jornalista e Escritor, Bacharel em Direito, estudioso de política e filosofia, por ocasião de seu falecimento, nesta data. Faz o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, José Nery, César Borges.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 41ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, nós temos aqui alguns requerimentos, que não há necessidade de quorum na Comissão, que eu faria, então, o encaminhamento. Requerimento nº. 75/08. Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a debater a situação das pequenas empresas fumageiras do país, e de seus trabalhadores, com data e local e convidados a serem definidos pela própria Comissão, no momento adequado.

Esse requerimento, Senador Geraldo Mesquita Júnior, foi-me encaminhado, a pedido, principalmente, das pequenas e médias empresas que dependem desse setor, o setor fumageiro, porque a situação deles está sendo... Encontram-se numa situação, digamos, de desespero absoluto, são milhares de trabalhadores que estão sendo demitidos nesse setor, nós todos sabemos o quanto que o cigarro traz prejuízo ao cidadão, bom, mas se as empresas tiverem que fechar, nós temos que ter políticas alternativas, que permitam a esses empresários e a esses trabalhadores terem acesso ao mercado de trabalho.

O que eles querem é que se faça um debate sobre a situação dos pequenos agricultores, pequenas empresas que atuaram historicamente nesse setor incentivado, inclusive, pelos governos da época, tanto governos estaduais, municipais, e os próprios governos nos períodos subsequentes a nível nacional. Então, eles querem que haja um debate sobre a situação deles, por isso eu estou encaminhando esse requerimento,

preocupado com o desemprego em massa no setor e a quebra de generalizada para quem atua na área do setor chamado fumageiro.

Então, esse é o objetivo dessa Audiência Pública que eu entendo que ninguém seria contra que a gente construísse aí um debate sobre o tema, preocupados com a saúde, mas também preocupados naturalmente com as empresas... Pequenas empresas do setor e os milhares de trabalhadores, pequenos agricultores também estão indo à falência absoluta. Não sei se V. Ex^a quer fazer algum comentário.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Absolutamente justo e adequado, Senador Paim, sua preocupação em acolher essa solicitação dos empresários e dos trabalhadores do setor. Melhor que eles venham aqui discutir políticas alternativas, do que algo ser adotado de cima pra baixo, Senador Paim, com prejuízos ainda maiores ao setor e àqueles envolvidos no setor.

Eu costumo citar sempre um exemplo de um pequeno agricultor lá no Acre, mora lá no fim de um ramal de quase 30 quilômetros, e ele, num lote bem estreitinho e muito profundo, depois é que eu compreendi isso, eu cheguei certa feita na propriedade dele, a criança dele ali brincando, eu digo: "Cadê teu pai?" "Não, papai está lá no roçado". "Chama ele". E fiquei ali. Sentei ali na varandazinha da casa e estou ali a esperar. E nada do cidadão chegar. Daqui uma meia hora ele chegou, esbaforido... Eu digo: "Rapaz, onde é que tu estava?" "Estava lá no roçado, Senador. O INCRA fez um loteamento aqui muito estreito e muito profundo, que dificulta muito a vida da gente". Olha só a inteligência do cidadão: "Se o INCRA tivesse consultado a gente antes, a gente teria sugerido fazer um lote mais largo, menos profundo, que facilita a vida de todo mundo. Entendeu, Senador Paim?"

Às vezes, as medidas, as políticas são adotadas sem a consulta àqueles maiores interessados e, por vezes, a coisa dá nisso. Uma execução de uma política equivocada e, portanto, eu parabeno V. Ex^a, por trazer, acolher o pedido dessas... Desses trabalhadores, desses empresários do setor, porque a gente pode deflagrar um grande debate aqui, ventilar a possibilidade de se enxergar alternativas para o setor, no sentido de impedir desastres ainda maiores, desemprego em massa ainda maior. Eu tenho notícia de que isso está ocorrendo realmente lá na sua região, que é um grande produtor.

Portanto, serão bem-vindos aqui e nós estabeleceremos um grande debate. Tenho certeza absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu recebi aqui um documento amplo encaminhado pelas entidades dos

trabalhadores, mostrando a preocupação e a fragilidade do setor. É exatamente na linha que V. Ex^a coloca. E nesse momento que, queiramos ou não, está todo mundo preocupado com a crise internacional, a partir da quebra de bancos dos Estados Unidos, a situação do setor imobiliário e tudo aponta para... Teremos uma grande recessão em alguns países. Esperamos que isso não aconteça, naturalmente, no Brasil. Enfim, o reflexo aqui pode ser pequeno, mas não sabemos ainda a dimensão dessa crise. E que poderá gerar, inclusive, desemprego, já que não há moeda corrente que as empresas possam adquirir como empréstimo para investir no setor, a partir do debate do que está acontecendo hoje e pelas informações que nos chegam a nível da economia globalizada.

Então, se nós estamos preocupados com a questão do desemprego, acho que mais do que justo que os trabalhadores que me encaminharam esse documento tenham a oportunidade. Se V. Ex^a permitir, eu vou ler só o final do documento. É um documento longo que eles fazem toda uma exposição do setor. Eu mesmo trabalhei muito aqui na Convenção Quadro. E quando fizemos aquele debate, inclusive com duas Audiências Públicas no Rio Grande do Sul, uma foi em Santa Cruz e outra em Venâncio Aires, nós apontamos ali caminhos para as políticas alternativas, aprovando a Convenção Quadro que era uma imposição a nível... Uma imposição positiva, né? Que é o combate ao fumo a nível mundial.

O Brasil não poderia ficar fora daquela convenção e nós acabamos aprovando com esses compromissos. Só que a situação está se agravando e a situação dos trabalhadores, eu digo dos trabalhadores pequenos é, de fato, cada vez mais desesperadora. Agora mesmo, nessas andanças que todos nós fizemos nas eleições municipais, eu percebi a situação dos pequenos que ficaram a depender ainda desse setor. E me comprometi nesses debates que fiz, a realizar essa Audiência Pública para apontar caminhos. Mas se V. Ex^a permitir, eu vou ler só o final do documento.

"O resultado concreto desse modelo foi o expurgo das pequenas, dos seus mercados tradicionais. As pequenas empresas e pequenos produtores, pois sempre competiram no mercado de produtos populares, com menor valor agregado, e que passaram a enfrentar as gigantes multinacionais, quer dizer que, as gigantes multinacionais não estão tendo problema. Quem está tendo são os pequenos mesmo, a enfrentar as gigantes multinacionais sem as mínimas condições de competir, tanto em relação às marcas de reconhecida notoriedade, já consolidadas, como também em relação aos ganhos de produtividade pela elevada escala de produção dessas companhias incentivadas ainda

pelo jogo da redução da carga tributária, estratégia desenvolvida e implementada como mais um passo na direção da dominação dos territórios de venda, o que vem acontecendo tudo como eles esperavam.

O pequeno sumindo e as grandes continuam produzindo a mil. As pequenas indústrias encontram-se agora comprimidas entre os grandes competidores internacionais e os agentes da informalidade, contrabando, aí vai usar a fronteira, principalmente no Rio Grande do Sul, chega cigarro por todo lado. Contrabando e sonegação sem recurso para suas operações e políticas atrativas. Limitadas, quanto ao crescimento no mercado, e sem margem alguma, pois concorrem com preços negativos. Os seus trabalhadores sofrendo com ameaças de fechamento das pequenas empresas, muitos já, infelizmente, se concretizaram. Ou seja, os fechamentos já aconteceram. Faz-se necessário, portanto, superar esse momento com uma regulamentação e políticas alternativas claras, atualizadas e com harmonia com os princípios da Constituição e não permitindo, então, que haja esse atropelamento sobre os pequenos produtores, os trabalhadores, micros e agricultores que têm um pequeno espaço de terra e ali, aquilo serve para sua sobrevivência.

Assim, como outro setor da atividade econômica do país, o fumageiro carece, há muito tempo, de um novo ordenamento jurídico, pautado no princípio da Carta Magna. Precisamos renovar todo o acervo de leis e regulamento e torná-lo claro e justo, a fim de modernizar a máquina pública e tornar eficiente no ajuste das relações entre os indivíduos e o poder público, através de afirmação da livre iniciativa, dos direitos individuais e da segurança jurídica necessária, especialmente para os pequenos empresários e os trabalhadores”.

Mas o documento é longo. Ele fala, inclusive, da situação em outros países. Cita aqui a França, cita a situação da África, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai... É uma bela análise. E quais as políticas alternativas que estão sendo adotadas.

Por isso eu quero cumprimentar aqui a Federação Nacional dos trabalhadores do setor, que me pediu esse debate que faremos aqui numa Audiência Pública, naturalmente, depois do processo eleitoral que nós vamos ainda enfrentar que é o 2º turno, que será no dia 26.

Então, se V. Exª concorda, nós colocaríamos em votação esse requerimento. Então, nos moldes por mim apresentado e advogado, tanto por mim, como pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu coloco em votação o requerimento. Os que concordam permanecem como se encontram. Aprovado.

O item 02 também é uma matéria tranqüila. Item 02. Petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O atual... Atual petição visa denúncia e requer providência acerca da situação da execução penal de Augusto Jerônimo da Silva, conforme dossiê encaminhado, por ofício, do Gabinete do Senador Flávio Arns. Autoria, Ivan de Castro, José Mansur e Nelita de Freitas. Relatoria, Senador Geraldo Mesquita Júnior, *ad hoc*. Acho que V. Exª... Não sei se já leu o relatório. Já foi lido o relatório. Eu vou sintetizar aqui somente.

A presente matéria foi deliberada em 3/07/08, que conclui pela necessidade de solicitação ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, os citados documentos e informações, aptos a esclarecer o assunto, consoantes com o art. 142. Comunico aos Srs. Senadores que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio do Ofício 427 de agosto de 2008, retornou as informações solicitadas por essa Comissão, cópia da resposta do Tribunal está à disposição dos Srs. Senadores na nossa pauta de trabalho. Fls. 16 e 46. Pergunto aos Srs. Senadores, já que a matéria foi discutida, nós estamos apenas fazendo aqui a votação simbólica se querem ainda discutir o tema.

Como ninguém quer discutir o tema, isso é mais uma informação que eu estou dando que houve o retorno devido e adequado. A matéria vai ao arquivo.

O item 03, ele dispõe sobre incentivo às políticas públicas de juventude, executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos. A autoria é da Senadora Patrícia Saboya, a relatoria é deste Senador. Se o Senador Geraldo Mesquita Júnior concordar, V. Exª assumirá a Presidência, eu sou o relator e eu faria a leitura do relatório.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra o Senador Paim para proferir o relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 269/08 que dispõe sobre incentivos às políticas públicas de juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos. Relatório. O Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 269/08, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, objetiva facultar ao contribuinte a dedução, por ocasião do recolhimento do Imposto de Renda, de parte dos valores referentes a doações e patrocínios concedidos a instituições privadas sem fins lucrativos, destinados à promoção de políticas públicas voltadas para a juventude.

O projeto ressalva que a concessão de incentivo não ilide o contribuinte de considerar o montante des-

pendido para fins de determinação do lucro real, nem para efeito de recolhimento da contribuição social e lucro líquido, CSLL, de que trata a Lei nº. 7689, de 15 de dezembro de 1988. Da mesma forma, os valores incentivados não excluem nem reduzem outros benefícios, ou deduções previstas em lei. Não foram oferecidas emendas à proposição. Após, analisada pela CDH, a proposição seguirá ainda para a Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, onde será examinada em caráter terminativo, nos termos do que preceitua o art. 49, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise. Nos termos do que dispõe o art. 102 letra "f", inciso VI do RIS, compete a esta Comissão, opinar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência e de proteção à infância, à juventude e aos idosos. Este é o escopo parcial da proposição em análise, que objetiva a coadjuvização da sociedade em geral por meio de doações e patrocínios para subvencionar os instrumentos de políticas públicas destinadas à promoção do jovem, especialmente aqueles que se inserem na faixa de 15 a 29 anos.

Ao se valer de um sistema de compensação objetivo, que é o da dedução, conquanto limita ao alcance do normativo tributário, consubstanciado na Lei de nº. 9532 de 10 de dezembro de 97, de percentual de investimento, o Estado estará fomentando a participação da sociedade, como coadjuvante no processo de valorização do jovem e da sua qualificação para os desafios impostos pela própria vida.

Com a proposição, após analisada nesta Comissão, seguirá... Como a proposição, após, analisada nessa Comissão seguirá à avaliação da CAE, aquele colegiado haverá de se deter nas repercussões financeiras, que a proposição, se transformada em lei, vier a causar. Quanto ao mérito da iniciativa, nada há a opor. No entanto, no que se refere à apresentação do texto, proponho algumas modificações, que embora de pouca monta, alcançam a inteireza do projeto, razão pela qual não encontrei alternativa, senão oferecer substitutivo à proposição original.

Eu fiz essa explicação, Senador Geraldo Mesquita Júnior, porque eu sempre procuro não fazer substitutivo. No máximo faço uma emendinha ou outra, se necessário, mantendo o projeto original do autor. Mas nesse caso, consultando inclusive a consultoria aqui do Senado, tivemos que caminhar para um substitutivo, preservando o escopo, o corpo principal da Senadora Patrícia Saboya, que é a autora do projeto. Eu sou daqueles que diz que o substitutivo não tira a paternidade do projeto original, de onde surgiu a idéia da mudança.

Então, faço o substitutivo com o objetivo de aprimorar a redação. Ressalvando sempre que o autor, no caso, não é o autor, a autora do projeto é a Senadora Patrícia. Tais alterações atingiram basicamente a designação Políticas Públicas da Juventude. Haja vista que tal instituto não existe sobre a feição legal, mas sim em decorrência dos projetos por elas englobados. Conforme especificado no art. 11 da Lei nº. 11129, de 30 de junho de 2005.

Por oportuno, também proponho a eliminação da referência à Lei nº. 11438 de 29/06, específica para o esporte. Apesar destas intervenções, manteve-se incólume o alcance dos dispositivos alterados, conforme proposto pela autora da iniciativa.

Voto. No que compete a essa Comissão se pronunciar, o voto é favorável. A aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 269/08 nos termos do seguinte substitutivo. Eu vou ler porque é bem curto o substitutivo, Sr. Presidente. Projeto de Lei nº. 269, substitutivo 2008. Dispõe sobre incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas no financiamento de ações de apoio a políticas públicas voltadas para a juventude, executadas por entidades privadas sem fins lucrativos. O Congresso Nacional decreta: Artigo 1º: Essa lei autoriza o contribuinte, pessoa física ou jurídica, a deduzir do Imposto de Renda os valores relativos a doações e patrocínios efetuados a entidades privadas sem fins lucrativos, destinados ao apoio, aos programas de que tratam o art. 11 da Lei nº. 11129, de 30 de junho de 2005.

§ 1º – Os valores de que trata o caput poderão ser deduzidos do Imposto de Renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pela pessoa física, ou em cada período de apuração. Trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada, com base no lucro real, respeitados os seguintes limites. Aí vamos aos finais.

Primeiro, relativamente à pessoa jurídica, a 4% do imposto devido, observado o limite previsto, no inciso II do caput do art. 6º da Lei nº. 9532 de 10 de dezembro de 1997, em cada período de apuração.

Segundo, relativamente à pessoa física, a 6% do imposto apurado na declaração de ajuste anual, nos termos do art. 22, da Lei nº. 9532 de 10 de dezembro de 97.

§2º – As pessoas jurídicas não poderão deduzir os valores de que trata essa lei, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 3º – Os benefícios referidos nesta lei não excluem ou reduzem outros benefícios fiscais e deduções em vigor. Esta lei entra em publicação... Entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu fiz questão de quando convidado pela senadora, de relatar o projeto, porque entendo que é fundamental nós termos mais políticas públicas voltadas para a nossa juventude. Um momento tão difícil como esse, onde infelizmente as drogas avançam cada vez mais sobre, eu diria, a ampla maioria dos lares brasileiros, envolvendo a juventude, muitas vezes, juventude desempregada, que acaba sendo seduzida por esse caminho tortuoso e que leva muitas vezes à área do crime.

Por isso que acho fundamental que a gente consiga aprovar esse projeto da Senadora Patrícia, para que a gente possa ter políticas públicas... Mais políticas públicas. Não que nós não tenhamos até hoje, voltadas para a nossa juventude. Eu tenho insistido muito lá com o Senador Demóstenes Torres pela aprovação do FUNDEP, que é o fundo de investimento para o ensino técnico profissionalizante.

Essa Casa, às vezes, me preocupa, porque há... Vou dar um exemplo, um tema que V. Ex^a há de comentar. Eu apresentei uma PEC para conter o desmatamento da nossa Amazônia, dizendo que qualquer tipo de terra comprada por grupos estrangeiros teria que passar pelo Senado da República. E o desmatamento desordenado, acelerado, em propriedades, levaria inclusive à desapropriação. Apresentei esse projeto há um mês atrás. O relatório está pronto pela rejeição da nossa PEC, queriam votar já na próxima terça passada. Conversei com o relator, ele aceitou alguns argumentos, e consegui protelar para votar na próxima terça. Então, pra gente ver como são complicadas algumas coisas. O projeto que eu apresentei há um mês está pronto para ser votado, porque é um projeto que defende a Amazônia. Outros projetos fundamentais como o FUNDEP e outros tantos que nós temos na casa, estão aqui há cinco anos, muitos não têm nem relator, e outros estão na mão do relator, mas não consigo botar em votação nem na primeira Comissão.

Acho que nós tínhamos que botar a matéria em votação nesses casos, mas com a mesma... Digamos, com a mesma rapidez, e até respeitar, se existe uma série de PECs... Estou dando como exemplo só, que foram apresentadas há cinco anos atrás e não foi ainda a uma votação, e outras que estão há 15 dias, já estão prontas para serem votadas, alguma coisa no ar tem. Como eu disse hoje, eu vi uma notícia no jornal, alguma coisa tem no ar. E não é avião.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, eu solicitei aqui à nossa Comissão o texto da nossa Constituição para V. Ex^a... V. Ex^a está cumprindo um dispositivo constitucional, inclusive. O art. 190 da Constituição, ele diz aqui que a lei regulará e limitará a aquisição ou arren-

damento de propriedade rural pessoa física ou jurídica estrangeira, e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

V. Ex^a está apenas cumprindo um preceito constitucional... [risos] Entendeu? É estranho...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O parecer foi rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Estranho, profundamente, esse parecer. É o caso até de conversarmos com o relator e remetermos a nossa reflexão aqui para o que diz a Constituição. Porque é um imperativo constitucional. V. Ex^a está cumprindo o imperativo constitucional, ao regulamentar uma matéria tratada na Constituição de maneira geral, e é muito curioso que esse parecer seja pela rejeição de uma matéria que a Constituição reclama que ela seja adotada.

Mas, com relação à matéria que V. Ex^a acaba de relatar, e V. Ex^a lembrou bem. Políticas para a juventude; há. Elas não são, talvez, suficientes para a grande demanda, para o grande problema, a grande complexidade que é darmos, à nossa juventude, perspectivas a curto, médio e longo prazo. Eu chamo esse tipo de ação proposta aqui como, elegantemente V. Ex^a coloca, pela Senadora Patrícia, da ação solidária da sociedade. Veja, Senador Paim, esse tipo de dedução, permitido por diversos textos legais, eles, normalmente remetem para questões econômicas, etc. Entende? Poucas vezes a gente se depara com um texto que consagra a possibilidade de uma dedução como essa, para causas nobres como essa. Então é meritório o projeto da Senadora Patrícia, a sensibilidade de V. Ex^a, percebendo isso, acolhendo e aperfeiçoando a matéria, acredito que reforça, em grande parte, a possibilidade de aprovarmos esse projeto na nossa Comissão e nas demais comissões. Porque acho que a sociedade, como um todo, tem que se envolver nessa questão. Ninguém pode... Ninguém pode achar que apenas as medidas adotadas pelo Estado, de uma maneira geral, em seus diversos testamentos, são suficientes.

A questão é muito grande, é muito complexa. Então, há necessidade, de fato, da sociedade, nesse caso aqui através do complexo empresarial do país, destacar uma pequena parcela ali do... Do que ele consegue produzir para investir em políticas públicas voltadas para a juventude, para a nossa... Para a nossa criança. Nós vamos festejar domingo agora o dia das crianças. Eu digo sempre, Senador Paim, a gente tem que sair do discurso para a ação concreta e prática. Ainda ontem, eu cobre ali da Tribuna... Aliás, eu clamei da Tribuna, eu ontem confessei o meu estarecimento, Senador Paim, nesse período de... Que estivemos envolvidos lá no processo eleitoral, praticamente todo dia, Senador

Paim, eu colhi da imprensa brasileira notícia de abuso sexual contra criança. Casos de pedofilia gravíssimos. Praticamente todos os dias.

Lembrei, inclusive, uma matéria publicada no mês de setembro, meados de setembro, pelo próprio Correio Braziliense, aqui em Brasília, dando conta de que na rodoviária, que dista um quilômetro do Palácio do Planalto, aqui na nossa capital. Meninas envolvidas na prostituição infantil a troco de dois reais, Senador Paim. Na rodoviária de Brasília, há um quilômetro do Palácio do Planalto. Clamei ontem da Tribuna que o Poder Público deflagre uma campanha de esclarecimento para as famílias, e as famílias pobres e humildes desse país. Porque essas crianças, normalmente essas vítimas, elas estão nas famílias mais carentes, mais pobres do país. Entendeu, Senador Paim? Uma campanha de esclarecimento para que as pessoas que convivem com essas crianças, professores, pais, parentes, amigos, percebam os sinais de sevcia que, muitas vezes, pelo atropelo da vida, a gente não está com a atenção voltada para isso.

São milhares de crianças que estão sendo abusadas, sevcizadas, vítimas da pedofilia no nosso país. E há que existir uma campanha pública nacional de esclarecimento acerca do que podemos fazer. Porque, Senador Paim, lembrei, inclusive, que quando há uma epidemia de dengue, seja lá do que for, primeira coisa que se faz no país é uma campanha pública. Em seguida, uma campanha de vacinação... A gente precisa de uma campanha dessa. Porque essas crianças são... O número de vítimas de abuso sexual, de pedofilia, talvez seja maior inclusive do que aquelas que são vítimas de dengue, de... Entendeu, Senador Paim? Então, a gente precisa sair do discurso para a prática concreta de ações que possam inibir o cometimento de crime, de ações que possam promover perspectivas novas para a juventude do nosso país. Ações concretas.

Essa é uma ação concreta. É uma forma de financiamento complementar àquelas que já existem, por parte do Poder Público, de promoção de políticas voltadas para a juventude. Eu quero louvar a sensibilidade de V. Ex^a que acolheu a matéria e a proposição da Senadora Patrícia, aperfeiçoando, inclusive. Temos um embaraço aqui, a falta de quorum não permite que coloquemos em votação desde já, mas essa matéria ficará ao aguardo de quorum nessa Comissão, para que a gente possa votar, com absoluta prioridade, e ela possa ser aprovada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, permita ainda durante o período do debate desta matéria, pra mim tão importante que é a política para a juventude, dizer que nós todos... E conversávamos com o Senador Cristovam também, com o Senador Flávio

Arns, faremos um esforço concentrado para que na próxima quarta-feira, essa matéria e outra que está aí na pauta, deve ser o item seguinte; importantíssimo, que é de autoria do Senador Cristovam, que é da... Agência... Em relação às crianças também, né? O Senador Cristovam, ainda hoje pela manhã, sua assessoria falava comigo e fizemos um acordo, eu diria, que essa matéria também não seria votada hoje, e naturalmente falaríamos com V.Ex^a que é um dos parlamentares mais presentes nessa Comissão.

Eu só não vou dizer que é o único mais presente, mas V. Ex^a se tem alguém presente, V. Ex^a está entre os dois mais presentes, com certeza. Para que na próxima quarta-feira, a gente consiga, então, com o quorum adequado, votar esses projetos que são de suma importância para a nossa juventude.

Queria ainda destacar, Senador Mesquita Júnior, da importância de, efetivamente, nós termos políticas para a nossa juventude. E quando eu falava aqui, antes, da questão do FUNDEP, que todos nós agora defendemos escolas técnicas. Corretamente. Está aí o quadro, não há um senador, não há um deputado que não queira que haja mais escolas técnicas no país. E como eu digo sempre, tomara que tivesse no mínimo uma em cada Município. Nem se for no Município com 1200 habitantes, como existe caso no Rio Grande do Sul, que tem lá uma pequena escola técnica, baseada na realidade da região.

Então, a demanda por escolas técnicas, V. Ex^a é autor, eu sou autor de escolas técnicas, mas precisamos ter um fundo, que vai garantir a manutenção permanente dessas escolas técnicas, independentemente do Governo que estiver, no momento, no poder. E por isso que eu estou insistindo muito com essa história do FUNDEP. Geraria em torno de nove bilhões de reais já, tranquilamente, para sustentar o ensino técnico no nosso país, a partir da aprovação do FUNDEP. Por isso que, mais uma vez, eu faço um apelo ao Senador Marco Maciel, que é o Presidente da CCJ, para que essa PEC seja votada lá. Votada lá, vai para o Plenário e vamos fazer o debate em Plenário. Seriam essas considerações em relação a esse projeto, entendendo que V. Ex^a está coberto de razão, que a matéria só poderá ser votada na próxima quarta-feira, como as outras que estão aí, que têm caráter terminativo. Essa, embora não terminativa, teria que ter número suficiente de parlamentares com assinatura no livro, o que ainda não aconteceu. Agora, com a chegada do Senador José Nery...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Bom, convido o Senador Paim a reassumir a Presidência para darmos sequência à nossa audiência.

[troca da presidência]**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM**

(PT-RS): Olha, já estamos com a assinatura do livro, e o Senador José Nery, Senador Geraldo Mesquita Júnior, esse Senador, Senador Cícero Lucena... Está se aproximando do quorum. Se tiver quorum, a gente vota os projetos não terminativos, como esse da Senadora Patrícia, por exemplo. O do Senador Cristovam, já acertado com ele, fica para a próxima quarta-feira, né? Que esse é terminativo. Permitam-me, senadores, que me chegou aqui uma notícia, nesse momento, e eu farei a leitura da notícia, porque é uma notícia que tem muito a ver com o Rio Grande do Sul, e eu particularmente uma relação muito próxima a ele.

Então, se me permitirem eu fazer essa rápida leitura. Morre o jornalista e ex-Secretário da Cultura, Luiz Pilla Vares. Segundo a família, a morte foi de causa natural. Morreu nessa madrugada o jornalista e escritor Luiz Pilla Vares. Ele estava em casa com a mulher, na Rua Venâncio Aires, em Porto Alegre, segundo informações preliminares da família. A morte teria sido por causa natural. Pilla Vares escrevia quinzenalmente para o *Zero Hora* no segundo caderno.

História política. Bacharel em Direito e estudioso de política e filosofia, começou militando no Partido Comunista Brasileiro no início dos anos 60, mas logo aderiu às posições de Trotsky e Rosa Luxemburgo, ingressando primeiro no Partido Operário Revolucionário e depois na política operária.

Ao lado de Marco Aurélio Garcia, atual assessor especial para assuntos internacionais do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, de Flávio Kurtz e do Deputado Estadual Raul Ponte, foi um dos fundadores do Partido Operário Comunista. Ingressou no PT e tornou-se Presidente Municipal do partido, em Porto Alegre. Ligado à área cultural, o Senador Suplicy deve ter conhecido o Luiz Pilla Vares, né Senador Suplicy? Estou lendo aqui que ele faleceu. Ligado à área cultural, foi Secretário da Cultura da capital gaúcha, na gestão de Olívio Dutra e Tasso Genro. Também assessorou Paulo Ponte e João Verle, quando esses foram prefeitos na gestão de Olívio, à frente do Executivo Estadual assumiu a Secretaria Estadual de Cultura.

O Pilla Vares era um revolucionário na sua essência. É um escritor, ele tinha muito orgulho de dizer da sua origem, um homem que acreditava numa sociedade socialista, dedicou a sua vida assessorando algumas pessoas que eu li aqui, infelizmente eu mesmo tinha um carinho, respeito enorme por ele. Foi Presidente do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul... Se os senhores me permitissem, embora nós fizéssemos... Se alguém quiser fazer algum comentário poderia fazer,

nós faríamos um minuto de silêncio já que a notícia chegou nesse momento a essa Comissão.

Então, eu pediria que, de pé, a gente fizesse um minuto de silêncio, eu convidaria os nossos convidados numa homenagem a um grande homem, Luiz Pilla Vares. Foi um líder incontestável das causas sociais e populares, não por ter sido também Presidente do nosso partido.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Também gostaria de expressar, em nome do PT de São Paulo, a minha homenagem, os meus sentimentos de pesar ao companheiro Luiz Pilla Vares e me juntar aqui na homenagem.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permite só uma... Eu peço que a assessoria da Comissão, registre nos anais da Comissão, Comissão de Direitos Humanos, ele era voltado diretamente à questão de Direitos Humanos, esse documento que eu acabei lendo e eu terminaria dizendo que Pilla Vares, na verdade, não morreu, porque os seus ideais, as suas idéias, a sua conduta, a sua maneira de ver a vida, na linha dos Direitos Humanos, continuará permanente e sempre, eternamente, junto a todos nós, e com carinho especial nessa Comissão de Direitos Humanos. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, no gesto mais nobre dos revolucionários, reconhecer e homenagear a trajetória daqueles que dedicaram sua vida à luta por transformações sociais e políticas. O seu amigo e ex-Presidente do PT do Rio Grande do Sul, Secretário de Estado, Secretário do Município de Porto Alegre, assessor de governos populares em Porto Alegre, Sr. Luiz, escritor, Luiz Pilla Vares, ao ser, aqui nessa Comissão de Direitos Humanos anunciado o seu falecimento, tem da nossa parte, à sua família, os seu amigos, o povo do Rio Grande do Sul ao qual serviu, o nosso abraço de solidariedade, a certeza de que o seu exemplo de luta, de compromisso, com certeza, a maior herança que ele deixa para sua família, seus amigos, e todos lutadores que com ele estiverem em muitas batalhas.

Então, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, nos associamos ao pesar e à homenagem póstuma que fazemos ao ilustre e grande revolucionário homenageado por V. Ex^a, que o conheceu tão bem. Faço minha, as vossas palavras de... De solidariedade à família e ao povo do Rio Grande do Sul que perde um dos seus mais brilhantes filhos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, essa Comissão agradece em nome de toda a população gaúcha e brasileira, já que, sem sombra de dúvida, ele era humanista. Ele tinha

sua vida voltada para os direitos humanos. Mas quero também dizer que já estão conosco, nesta Comissão, Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Senador César Borges, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy e esse senador. Faltam mais três assinaturas para termos quorum para votarmos os projetos não terminativos.

O que estava em debate, até o momento, e eu fiz a leitura do relatório, era do projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes que trata de políticas para a juventude. É um projeto que caminha na linha de incentivos fiscais para as políticas que sejam adotadas, voltadas para a nossa juventude. E nós falávamos aqui de um momento tão difícil da juventude brasileira, infelizmente do avanço das drogas, o quanto que é importante nós termos políticas públicas para a juventude, trazendo para essa caminhada, também, a iniciativa privada.

O projeto não é terminativo, eu fiz o relatório na linha do que foi proposto pela nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, se algum dos senadores que estão presentes quiser fazer algum comentário, a palavra está à disposição do Plenário. Senão, nós passaríamos ao Senador José Nery, que tinha pedido a palavra no outro momento para tratar de outro tema que está à disposição de V. Exa. sobre as considerações que queria fazer.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, queria me referir particularmente à reunião da frente nacional pela erradicação do trabalho escravo, que aconteceu ontem à tarde, na sala desta Comissão, e que várias entidades da sociedade civil, tivemos a presença do Senador Geraldo Mesquita, de vários movimentos sociais, em que foi definido um plano de mobilização para a coleta de assinaturas no abaixo-assinado em prol da aprovação da PEC 438.

Dia 17 de outubro, em várias capitais do país, aqui em Brasília, inclusive, e em várias cidades brasileiras, ocorrerão atos públicos de coleta de assinaturas. Inclusive, queria particularmente citar as iniciativas do Estado do Maranhão e do Estado do Pará em que entidades da sociedade civil e os governos estaduais estão irmanados na realização de um evento público, chamando atenção da sociedade e, sobretudo, comprometendo os governos estaduais desses Estados, o Estado do Pará e o Estado do Maranhão, os funcionários públicos, as secretarias, os órgãos públicos, na coleta de assinaturas, num grande abaixo-assinado, que pretende reunir mais de um milhão de assinaturas, para exigir a aprovação da PEC 438.

Espero que outras capitais, que outras organizações anunciem até o começo da semana, o evento em seus Estados para que, de fato, tenhamos um

evento de caráter nacional. No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a Associação dos Juizes Federais, por exemplo, e a Associação dos Magistrados Brasileiros, organizarão atos na capital Porto Alegre. Além de outros eventos que estão previstos em várias cidades do país. Portanto, o Presidente Paulo Paim e Srs. Senadores, estímulo e ficaria muito contente se cada um dos Estados de V.Exas pudessem ser realizados eventos, reuniões com atos demonstrando a vontade da sociedade brasileira, do segmento mais organizado nessa luta contra o trabalho escravo pela aprovação da PEC 438.

Inclusive, ontem, aqui na reunião da frente, fiz referência à última fiscalização do grupo móvel do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Conselho Tutelar, do Município de Placas, no Pará que, no dia 26 de setembro, libertou 150 trabalhadores numa fazenda de cacau, em condições análogas a de escravo.

Entre os 150 libertados existiam 30 crianças, 30 adolescentes trabalhando doentes, o que, sem dúvida, demonstra mais uma vez a cada libertação desses trabalhadores, a necessidade do Brasil erradicar, punir aqueles que, ainda hoje, se envolvem com a prática do trabalho escravo. Então, dia 17 é um ponto de partida nessa grande luta nacional para que a PEC, de mobilização social pela aprovação da PEC 438.

Sr. Presidente, me desloco agora à Comissão de Desenvolvimento Regional para relatar um projeto e, em seguida, retornarei a essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que vem fazendo nessa área como Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. É uma ampla mobilização em todo o país, nós com certeza estaremos junto com V. Ex^a, no dia 17, tratando desse tema. Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador César Borges, eu ainda quero aproveitar esse momento para dizer que foi muito importante que lá na Câmara, ontem, a Comissão de Seguridade Social aprovou por unanimidade o projeto que nós todos aqui defendemos e aprovamos, que é o fim do fator previdenciário.

Foi uma votação unânime, teve um debate, e no fim todos se convenceram que daria para provar o fim do fator nos moldes como nós construímos aqui no Senado, e essa Casa aprovou por unanimidade. Quero dar um destaque porque essa história do fim do fator previdenciário, ela pegou em todo o país. Eu chamo que é um pavio de pólvora a iluminar todos os recantos do nosso país. E não é uma questão ideológica. Tanto que o Deputado Germano Bonow, do meu Estado, foi o relator, é do DEM e deu parecer favorável. Convencido que está, esteve comigo duas ou três vezes, dialogou

comigo, ficou convencido que, efetivamente, não dá mais para manter esse instrumento, que só prejudica os mais pobres, Senador César Borges, só aqueles são do regime geral da Previdência. Só quem ganha até 3038 é que pega o fator. Executivo, Legislativo e Judiciário não pegam. E aí nós sabemos que o limite da aposentadoria, não é o nosso caso naturalmente, chega a 25 mil. Aí não pega.

Agora, o trabalhador que tem direito a se aposentar com mil reais, devido ao fator, a aposentadoria dele vira 600. E daí pra frente não tem nenhum tipo de correção que acompanhe o valor que é dado ao salário mínimo. Então, eu acho que é um grande momento, a Câmara demonstrou sua boa vontade, como o Senado mostrou, para construirmos definitivamente, o que eu chamo de uma Previdência Universal, igual para todos, igual para o Judiciário, igual para o Legislativo, igual para o Executivo, igual para o trabalhador celetista.

Acho que é um momento bonito da democracia, nós que passamos por esse debate todo, as eleições municipais, e é interessante que essa questão do fator, não foi instrumento de debate político contra ou a favor de ninguém. Porque todos nós votamos a favor. Não teve um partido aqui no Senado que não votou a favor do fim do fator e na Câmara se repetiu ontem a votação, vai agora para a Comissão de tributação, se eu não me engano, e depois para a CCJ e em seguida para o Plenário.

Há um movimento articulado da frente parlamentar em defesa dos aposentados e pensionistas para, a partir do dia 26, eu digo a partir, porque teremos esse período, ainda, de eleições nas cidades com mais de 200 mil eleitores, no Rio Grande do Sul nós temos três cidades, que é Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo, e fazemos um grande movimento aqui, para que a gente possa estabelecer um diálogo e uma parceria com os deputados para que efetivamente votem os dois projetos. Sei que é uma expectativa muito grande da população em relação a esse tema. Nós votaremos, tanto o fator como o PL 42 que o Senado também aprovou. Dizendo que a mesma política estendida ao salário mínimo, se estende aos aposentados e também pensionistas.

Eu, particularmente, Senador Suplicy, fiquei feliz com a declaração do Presidente Lula. O Presidente Lula teria declarado para a TV Brasil e repercutiu nos outros jornais, uma vez a Câmara aprovando os dois projetos, ele não veta. Acho que é um dado muito positivo que estabelece um processo de diálogo e de negociação para que a gente tenha uma política permanente também para os aposentados e pensionistas, principalmente os mais pobres. Nós estamos falando aqui de quem ganha... 99% a aposentadoria

que fica em torno de 1200 reais. Porque com o fator não adianta. Aplica o fator sobre o mesmo cara que pagou sobre três mil, ele já se aposenta com mil e pouco. Então, nós estamos tratando desse universo. São aqueles que ganham os baixos salários. Ninguém está tratando de aposentadoria de quem ganha acima, eu diria, de 2000 reais. Dá para dizer isso. Porque se o cara o limite a 3038, na hora que faz o cálculo, tu aplica o fator, ele perde 40%, ele baixa para menos de dois mil. Esse é o fato real. Não tem como... Estamos falando de aposentadorias, na real, que não chegam a dois mil reais. É esse povo que nós estamos falando e, principalmente, eu diria, porque a maioria acaba se aposentando com 700, 800 reais. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Prezado Senador Paulo Paim, gostaria de dar uma informação. Assim como V. Ex^a que ainda outro dia reportou da Tribuna do Senado, como visitou quase todos os Municípios e regiões do Rio Grande do Sul, nesse período de campanha, e por toda parte as pessoas o cumprimentaram por suas batalhas, e em especial no que diz respeito ao direito dos aposentados. Eu gostaria de lhe dizer que nesses últimos meses, também no Estado de São Paulo, eu viajei por... Se considerar desde o começo do ano, mais de cem Municípios. E considerados aqueles fora do Estado de São Paulo, daí mais de 115.

E, praticamente, em todos os lugares por onde andei, conversando com milhares de pessoas, quase todas as cidades onde estive, sempre em algum momento, ali andando nas ruas, ou nas praças, no comércio, onde eu estivesse, era muito comum, e ocorreu com muita frequência, pessoas aposentadas, digamos, na faixa dos 60, 70 anos, vieram a mim e disseram: "Senador Suplicy, por favor, esteja muito atento à questão do direito de nós, aposentados, para que tenhamos um ajuste adequado de nossa remuneração".

E, praticamente, todos lembraram do seu empenho, de sua batalha, e pediram que eu estivesse, como aqui expressei, solidário a este propósito de nós estarmos aperfeiçoando a legislação relativa ao direito dos aposentados. Então, quero lhe transmitir que a sua batalha tem tido enorme repercussão no Brasil inteiro. Meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, V. Ex^a sabe que uma declaração de V. Ex^a que eu sei que é uma liderança nacional e que está viajando por todo o país dentro dos limites, naturalmente, V. Ex^a está numa batalha propositiva, informativa, e muito boa lá em São Paulo com a candidatura da Marta. E dá um depoimento desses que, pra mim, é um retrato da verdade, V. Ex^a é um homem que eu aprendi a respeitar, porque V. Ex^a... Tem gente

que diz, por exemplo, já passei por 300 cidades. Olha que São Paulo tem cidades. V. Ex^a chega e diz: Fui a mais ou menos 100 em São Paulo e mais 15. Isso passa confiabilidade para quem está ouvindo. E V. Ex^a dá esse relato. Como alguns dizem: “Não teve um lugar do país que me cobraram a questão dos aposentados”. Quem diz isso não está falando a verdade. E V. Ex^a está falando a verdade. Porque é impossível, eu que passei por número semelhante de cidades, que a questão não é o número, não teve uma cidade que não foi a mim, não. Foi cumprimentando o Senado. Olha, parabéns pro Senado. Vamos torcer que a Câmara acompanhe o Senado na questão dos aposentados. Isso é real. Como diz o outro, é fato e é verdadeiro.

O Brasil todo está acompanhando. Porque as pessoas sabem que vão envelhecendo. E à medida que vão envelhecendo sabem que vão precisar ter o mínimo de benefício decente para poder viver. Quantos planos de saúde eles pagam, os remédios eles pagam... Claro que a dificuldade é enorme. Eu confesso que em muitos casos as pessoas vêm chorando. Eu disse: “Espere o dia 26. Do dia 26 em diante nós vamos ter uma batalha no Congresso e essa sinalização do Presidente ajuda”.

Eu chego a dizer, Senador Suplicy, não precisa aprovar na íntegra os projetos que nós aprovamos aqui no Senado. Mas construirmos uma política negociada; alternativa; que garanta aos aposentados uma aposentadoria decente, com certeza, todos estarão contemplados. Senador César Borges que havia perdido a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Paulo Paim, essa é uma questão que preocupa a todos nós, e acho que o Senado deu uma resposta, fazendo a aprovação do projeto de V. Ex^a que tem todos os méritos pela persistência, pela determinação nessa luta e o senado foi extremamente solidário e coerente, nem tanto quanto V. Ex^a, mas com os propósitos que V. Ex^a defende com relação aos aposentados. Realmente, depois de uma vida de trabalho, onde você precisa ter uma tranquilidade, no período em que você não está mais produtivo, você recebe uma redução drástica do seu ganho para enfrentar todas as necessidades de manutenção de uma família, de uma casa, e quando a idade chega, aí as despesas aumentam, como bem disse V. Ex^a, medicamentos, etc. É algo que penaliza qualquer um.

Agora, o que eu acho que V. Ex^a precisa também trabalhar, e aí, também, todos nós que defendemos a causa dos aposentados, é de que nós sentimos que há uma reação. E essa reação, por incrível que pareça, muitas vezes, vem do partido de V. Ex^a. Eu já ouvi alguns... Incluindo deputados, dizer: “Poxa, não preci-

sa ter nem a oposição e nem adversário, está dentro do próprio partido, que apresenta projeto desse tipo, que leva a desajustes nas contas na Previdência, leva a dificuldades econômicas, financeiras para o próprio Governo”.

Então, eu estou lhe dando esse alerta porque V. Ex^a acabou de dizer que ficou muito satisfeito com a declaração do Presidente Lula de que não vetaria o projeto. Então, são duas lutas. Uma na Câmara, que vai ser encetada após o final das eleições, e que eu acho que o seu partido por ter uma posição majoritária, o Partido dos Trabalhadores, e por também refletir a posição de Governo, é fundamental que ele seja convencido dessa posição. E que o acordo com as autoridades monetárias do país, principalmente, no momento que nós estamos vivendo, essa crise global internacional, não seja como que uma desculpa, um nariz de cera, ou algo a ser colocado no meio do caminho. Olha, estamos vivendo uma crise muito grande, o país não pode agora ter algo que traga um desequilíbrio nas contas da Previdência, ou pelo menos, um aumento do desequilíbrio das contas da Previdência.

Eu alerto V. Ex^a porque isso a gente ouve nos corredores. E é uma realidade. Eu não estou aqui criando dificuldades nem querendo fazer intrigas. Eu apenas estou relatando uma realidade existente e que se o Presidente da República, ele se compromete, eu acho que a luta será vitoriosa. Será vitoriosa porque o Presidente não vai vetar, ele vai fazer com que a sua bancada aqui, de apoio, que é majoritária na Câmara dos Deputados, com larga margem, possa fazer essa aprovação. E agora, o Governo trate de ver como ajustar as contas para reduzir gastos onde pode ser reduzido, e que não reduza dos aposentados que realmente seria extremamente injusto e penoso reduzir dos aposentados. Mas eu quero lhe parabenizar pela luta e dizer que nós cumprimos o nosso papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges, V. Ex^a me ajuda a fazer uma reflexão e nós estamos refletindo aqui, com certeza, com grande parte do povo brasileiro. Esse tema não adianta. Entrou na TV, o cidadão que bota lá não desliga. Então, pode ter certeza que, nesse momento, alguns milhões de pessoas estão assistindo. Porque eles sabem que é a vida deles que está em jogo. E eu quero aqui dar um depoimento.

Primeiro, ontem na Comissão de Seguridade Social foi unanimidade. Todos os Deputados Federais do PT e do seu partido e do meu partido, enfim, todos aprovaram o relatório que é pela aprovação do projeto. Um.

Dois. Eu conseguiu o apoio, Senador Suplicy, de todas centrais sindicais, não é só pelo projeto, mas para

a idade mínima. Porque ninguém diga que nós somos irresponsáveis, porque nós apresentamos a PEC nº. 10, que está pronta para ser votada aqui. Que garante a aposentadoria com idade mínima. O que nós temos que fazer? Eu estou aqui dialogando nesse momento com os senadores e, naturalmente, com aqueles setores que acham que tem entrave. Não tem hoje um país do mundo que adota o fator previdenciário. Um não tem. Se apontarem um eu retiro meu projeto. Um só. Se me apontarem um grupo de pensão privada também que adote o fator. Não tem porque não são loucos. Se eles adotarem o fator ninguém vai lá. Ninguém vai entrar numa fria dessa. Ninguém entra, só o pobre que entrou no Brasil.

Terceiro. Se há 99 países do mundo tem idade mínima, por que o Brasil não pode ter idade mínima? Eu tive a ousadia de apresentar a idade mínima. Conversei com um conjunto dos líderes dos trabalhadores e concordaram. Está aqui a PEC 10. O que temos que fazer? Aprova o fim do fator e aprova a PEC 10. E nós sabemos, quando essa Casa quer, e V. Ex^a nos ajudou já nesse sentido, nós aprovamos uma PEC até numa noite. São quatro votações numa noite. Já fizemos isso. Podemos fazer aqui e fazemos na Câmara.

Com a aprovação da PEC da idade mínima, com regra de transição nos mesmos moldes que foi feito pro servidor público, está resolvido o problema. Não há nenhum problema de criar déficit na Previdência, se respeitarmos isso. E lembro, Senador Suplicy, que ontem eu aprovei lá na CCJ a PEC 24, que diz o seguinte: "Recurso da Seguridade Social não pode ser destinado para outros fins". Só aprovando a PEC 24, dizendo que os recursos que estão na lei da Seguridade Social só podem ficar na Seguridade Social, aprovando a PEC 10 e o fim do fator, você está fazendo o que eu chamo de Previdência Universal.

Ninguém perde. Servidores, Executivo, Legislativo, Judiciário, não perdem nada. Só que eu estou puxando o celetista para o mesmo direito. Pagou sobre 20 mil reais, vai se aposentar. Como é o caso dos Ministros do Supremo. Com 20 mil. Mas o cidadão que pagou sobre mil reais ou sobre 600 reais, vai se aposentar com 600 reais. Só isso que nós estamos propondo. Nada além do que isso. Então, tem toda uma lógica. Tanto que ontem, Senador César Borges, só para reflexão que V. Ex^a me permitiu que eu fizesse nesse momento.

Nós tínhamos o PL 58 para aprovar. É o que trata também da questão dos aposentados. Eu fui procurado pelo líder do Governo e acatei. Ninguém queria assinar o Requerimento de uma Audiência Pública que poderia ter feito, lido o relatório ontem e conseqüentemente a próxima sessão era a votação. Eu disse: "Não, eu assino o relatório". Eu assinei. O pedido do... De Audiência

Pública que vai ser no próximo dia 29. Teremos uma Audiência Pública, convidaremos setores do Governo e da sociedade organizada para debater a questão... Essa não foi a questão da Previdência. E marcamos a votação para o dia 5 do PL 58. Qual é a intenção nesse dia? Fazer um amplo debate. Sobre o fator, sobre o 42, sobre o 58...

Como está não pode ficar. Ninguém tem dúvida. Eu, por exemplo, uma senhora me ligou esses dias: "O que eu faço? Estou com 60 anos. A prestação do meu plano está indo para em torno de 600 reais. E o meu salário está reduzindo. Eu vou passar a ganhar 700, a partir, provavelmente agora, ou no máximo 700". Vai ter que abandonar o plano. Pagou o plano tanto tempo. Ela não tem saída. Se não tivermos uma política de recuperação...

E o que eu quero discutir com as autoridades? Quanto mais as pessoas desistirem do seu plano de saúde, eles vão para o SUS. Vão para o desespero. Então, você sai... Eu, nós sabemos que quem pode paga o plano privado de saúde. Acho que todos nós temos um plano privado. Quem não tem, de uma forma, ou de outra, tem uma alternativa. Quando as pessoas forem abandonando porque não conseguem pagar, o Estado vai ter que pagar. Então, manter uma política decente e digna para os aposentados e pensionistas, pra mim, é uma questão de honra. E questão de honra é inegociável.

Chegam a me dizer o seguinte: "Tu vai comprar essa briga? Você que está tão bem lá no Estado, tal, tal, pode ter problemas até para apresentar o teu nome". Não tem problema. Eu compro a briga nem que tenha problema com o meu nome em relação... Porque eu acho que é justo. E quando é uma caminhada justa, como nós estamos defendendo, não tem como você recuar. Daí a sociedade que resolva. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem sido extremamente assertivo, claro nas suas proposições e no seu objetivo tem sido incansável. V. Ex^a sabe que, muitas vezes, as pessoas dizem, quando estamos numa batalha desse tipo: "Aí vem ele novamente com a sua incansável idéia, proposta". Mas são essas coisas que nos movem. E muitas vezes as pessoas, por exemplo, me perguntam: "Mas o que dá sentido à sua vida?" Eu digo: "É batalhar por aquilo em que tanto acredito".

Se me permite, eu vou relatar um fato que está por acontecer. V. Ex^a sabe que nos inúmeros Municípios que visitei nesses mais de cem, desde o começo do ano, em todos eles, assim como conversei com a candidata nossa do PT, Maria do Rosário, procurei estimulá-los a fazer de seus Municípios exemplos pioneiros da transição do programa Bolsa Família para a Renda

Básica de Cidadania, que, conforme o Senador César Borges conhece, foi aprovado no Senado em 2002, na Câmara em 2003, sancionado pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004 para ser instituído por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família.

Da mesma maneira que os primeiros programas de Renda Mínima, associados à educação, assim chamados de Bolsa Escola, se iniciaram por Municípios e locais, Campinas, Distrito Federal, Belo Horizonte, Belém, Mundo Novo, e assim por diante, Caxias, e assim, e assim por adiante, é perfeitamente possível que esta transição se dê também por Municípios. Para dar um exemplo de um candidato a Prefeito que abraçou tanto a idéia que resolveu explicá-la a todos seus munícipes, 7500 no pequeno Município de Santo Antonio do Pinhal, um jovem Prefeito, José Augusto, do Partido dos Trabalhadores, José Augusto Pereira, trinta e poucos anos, certo dia eu estava na Universidade do Vale do Paraíba e ele estava presente, ao final da palestra eu perguntei aos alunos: “O que vocês acham de propor ao Prefeito José Augusto Pereira, de Santo Antonio do Pinhal, que fica ali perto da Pedra do Baú, perto de Campos de Jordão, um lugar tão bonito, de ele instituir, exemplarmente, pioneiramente aqui. E todos levantaram a mão e sugeriram. Ele me perguntou: “O que eu preciso fazer?” “Se quiser faremos uma Audiência com o Ministro Patrus Ananias para conversar a respeito”, e vim com ele aqui, por uma hora e meia, com outros cinco prefeitos e dialogamos.

E ele resolveu abraçar a idéia e expôs para a população. E eu disse a ele: “Olha, você pode explicar inclusive àqueles que produzem riquezas no Município que isto vai ser benéfico para todos”. Quais são as principais fontes de riqueza? Ele me disse: “A agricultura, que tem muitos agricultores familiares, sitiantes e chácaras que produzem os mais diversos tipos de produtos, e pousadas, que ali há 53 pousadas. Então, eu disse a eles: “Olha...”.

Portanto, é um lugar de turismo também, como em diversos lugares do Rio Grande do Sul.

Aí eu disse a ele: “Olha, vou lhe contar uma coisa, há dois lugares nos Estados Unidos onde – Porque o custo de vida era muito alto e porque eram lugares de turismo – um é Aspen e outro é uma localidade, um Município de Massachusetts”, quando... Na época da temporada há muito trabalho por causa da presença de turistas, mas fora da temporada o custo de vida permanece alto e eles têm dificuldade, então, resolveram criar ali uma espécie de uma renda básica para todos os munícipes e com isto se possibilitou àquelas pessoas estarem residindo ali e durante o período de temporada, com maior demanda por trabalho, todos

elevam seu rendimento. Mas se garantiu a todos e isso acabou sendo benéfico para aquela localidade.

Pois bem, ele explicou detalhadamente a proposta a todos, inclusive à Associação dos Agricultores, aos proprietários de pousadas e à população. E todos preencheram formulários se interessando. E eis que ele teve 79% dos votos agora. Na primeira vez 54, 56, agora 79 e foi reeleito. Amanhã ele vem à escola de administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas, onde, durante a minha aula, ele vai expor e vamos discutir como será essa transição.

Na cidade do Rio de Janeiro, eu acabo de... Eu conversei agora de manhã com os Deputados Fernando Gabeira e Eduardo Paes, convidei-os ambos porque segunda-feira estarei na Escola Nacional de Ciências e Estatísticas do IBGE, na tese, na banca de tese de um... Marcelo Nicow Pires, que fez uma série de mestrado sobre *como instituir a renda básica para as crianças até 15 anos*, simulação dos impactos na distribuição da renda fluminense brasileira, a partir dos royalties do petróleo, que lá são muito significativos.

E então, a professora Lena Lavinas, que é uma co orientadora desse trabalho, pediu-me que não apenas esteja na tese de manhã, mas, de tarde, faça uma exposição sobre como fazer, de um município como o Rio de Janeiro, um exemplo pioneiro dessa transição em direção à renda básica. E eu acabo de convidar o Fernando Gabeira e o Eduardo Paes, ambos a candidatos a prefeitos para estarem lá e ambos aceitaram o convite.

Portanto, queria lhes dizer, vale a pena lutar pelo que acreditamos. Um dia chegaremos lá, ainda que com modificações na forma e tudo, mas é importante batalharmos por aquilo que temos a convicção de que proporcionará passos na direção de termos um Brasil mais solidário, mais justo. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Suplicy, não é de graça que sou um admirador de V. Ex^a. V. Ex^a sabe do carinho que tenho pela sua vida, pela sua história, e essa persistência que V. Ex^a tem, e que a gente de forma, digamos, muito mais devagar, mas procuramos ter também alguns temas. Às vezes, chego a dizer, Senador César Borges, que essa questão dos idosos, está no meu DNA. Só se mudarem meu sangue, se tirarem meu sangue e passarem, e botarem outro sangue, pode ser que eu mude de opinião ou de posição.

Então, isso não adianta. Isso está, não adianta. Está escrito. Eu já estou com 58 anos, não mudei até agora e não vou mudar mais. E falo isso de forma carinhosa e respeitosa a todos. Porque V. Ex^a me deu um alerta e eu recebi aqui o alerta e recebi e aceitei, com muito carinho, porque eu sei que alguns criticam essa nossa posição de tanta insistência sobre temas

que mexem com a vida da gente. Eu, por exemplo, se eu ver um negro ser discriminado na minha frente, como é que eu não vou reagir? Eu vou reagir. Não tem como eu não reagir. Eu posso apanhar junto com ele, mas não vou deixar ele ser discriminado. E V. Exª faria o mesmo. Suplicy também, ou uma criança, ou uma mulher. Nós somos assim.

E se eu estou convencido de que há uma grande injustiça nesse país, e não estou condenando esse ou aquele Governo, existe uma injustiça na questão dos aposentados, nós fizemos um belo movimento aqui no Senado. O Senado fez. O Presidente Lula sinaliza que se a Câmara aprovar ele não veta, claro que isso é um... Como é que chama? É um farol, uma luz que aparece no estímulo pra gente continuar na batalha positiva, né? Bom, aí vem aquilo... Por isso que eu respondi dessa forma, de forma carinhosa a V. Exª que me alertou. Senador Suplicy passou por esse momento. Não vamos entrar no detalhe agora. V. Exª passou. Mas me disseram: "Pô, você está tão bem lá no Estado". Eu fui a centenas de cidades, no caso, e em todos os lugares você foi visto com muito carinho, "Teu nome é lembrado para Governador, no mínimo para Senador, e você vai comprar a batalha agora?" Vou comprar a batalha, independente do resultado do que for o outro encaminhamento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A batalha contra quem, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou comprar a batalha para aprovar o projeto na Câmara dos Deputados. Não é contra...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não é contra, então, à aprovação...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. Não é contra ninguém. Eu sempre digo que os movimentos que a gente faz, não é contra a alguém, é a favor de alguém. E, como é uma batalha que nós temos de convencer aqueles que têm dúvida que V. Exª alertou, olha que tem algumas pessoas que estão dizendo que não é bem assim. Então, essa batalha é a batalha do convencimento. Eu acredito que nós vamos convencê-los a aprovar os projetos, tanto do fim do fator, como do reajuste dos aposentados. E aí vamos dialogar muito, naturalmente, com os Ministérios, se necessário, para convencer de que a matéria pode sim ser aprovada. Eu peguei o seu alerta com muito carinho.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É porque eu, procurando ser franco e claro, eu acho que a resistência vem exatamente da área econômica.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É ali que nós temos que convencer. Essa é a batalha. A batalha do convencimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A área econômica de que haveria um desequilíbrio que perturbaria o equilíbrio econômico-financeiro da Previdência, que já é um problema hoje existente nas contas do Governo. Não é isso? Então, é preciso convencimento, dessa... Dessa área do Governo que é uma área importantíssima. E o alerta vem, porque nós ouvimos isso, aqui dentro do Congresso Nacional, além do fato que estamos vivendo agora, superveniente, essa crise mundial. Então, agora tudo vai dizer bem, temos agora um problema maior, vamos parar tudo para resolver esse problema. Estou fazendo um alerta a V. Exª, que V. Exª é habilidoso, é um grande negociador para nós possamos ter adeptos para que a luta final seja vitoriosa pelo menos na sua grande parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza. Eu estou recebendo as informações de V. Exª, como, digamos, um incentivo a cada vez mais buscar os argumentos necessários para fazer aquilo que nós achamos o bom debate. O bom debate de convencimento daqueles setores que ainda entendem que não é a hora ainda de acabar com o fator previdenciário. Eu estou convencido, já deviam ter acabado há 10 anos atrás. Essa é a minha opinião. Mas se não for possível lá, o momento pode ser esse.

E quanto à questão da crise, eu vejo com satisfação, pelo menos, a sinalização que está fazendo o Governo brasileiro, dizendo que a crise está aí, que o reflexo aqui será mínimo, essa é a avaliação que está se fazendo atualmente, e que nós podemos continuar nesta linha de crescimento que vai apontar para uma melhor distribuição de renda na minha avaliação. Naturalmente, no social, para todos como é que está acontecendo nos últimos tempos. Nós retiramos do estado de miséria absoluta, mais de 25 milhões de brasileiros, da Constituinte para cá. Como eu fui constituinte, e vou falar no Plenário sobre isso, também na época da nova Constituição, o que diziam pra gente? "Vocês engessaram a economia, vocês fizeram uma Constituição detalhista, isso vai quebrar o país..." Pelo contrário.

A Constituição cidadã está aí, foi uma situação... Uma Constituição progressista para a época e não vejo motivo nenhum do alarde feito na época, no momento agora, ter sinalizado que nós estamos com problemas... Pelo contrário. A economia vai bem, taxa de risco despencou, inflação sob controle. Juro sobre controle, vamos ver o reflexo aí da crise internacional. A nossa Constituição, pra mim, foi um avanço. Mas depois que nós aprovamos, o que eu me incomodei, como eu fui constituinte dizendo que tínhamos construído um Frankenstein, um monstro e que isso ia trazer problemas enormes para a economia do Brasil, e nós vimos, exatamente, o contrário.

Lembro-me da licença paternidade, da licença maternidade, as 44 horas semanais, que eram 48 na época, as férias mais um terço... “Ah, o Paim quis transformar a Constituição quase que num dissídio coletivo”. Esse é o termo que usavam para mim. Porque eu cuidei muito dessa questão do social. Fiz e faria tudo de novo. Faria ela detalhista, não faria genérico, como alguns queriam, porque o que está ali, que a gente gravou ali, como detalhista, só com emenda constitucional para eles alterarem. E eles sabem que isso é difícil.

Por isso que, nesse momento da questão dos aposentados e pensionistas, eu digo que é uma questão de alma. É uma questão de coração. E isso nós vamos levar até que o coração pare. Quando o coração parar, bom, daí eu brigo lá de cima. Então, eu agradeço a ambos senadores por essa oportunidade de dialogar sobre um tema que mexe com a vida de todos os brasileiros, acho que foi uma boa conversa, ambos incentivaram para que a gente estabeleça uma política de diálogo com todos os setores, em benefício aos aposentados e pensionistas. Está encerrada a sessão. Muito obrigado --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu queria... Também em Laranjal Paulista, o candidato a Prefeito do PT, Heitor Camarin, abraçou a proposta da transição em direção à renda básica e foi eleito com uma grande margem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem Senador Supply, Senador César Borges, mais uma vez agradeço a ambos pela participação. Tivemos aqui quase duas horas de um bom debate sobre temas que interessam a todo o povo brasileiro. E encerro essa Audiência Pública deixando aqui o meu carinho, a minha solidariedade a toda a família do nosso grande líder, diria grande líder Pilla Varez que, infelizmente, faleceu. Um abraço a todos.

Sessão encerrada às 10h33

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE OUTUBRO 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e um minuto do dia treze de outubro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e

a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença do Senhor Senador **Paulo Paim** e **Flávio Arns**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, nos termos do Requerimento nº 72, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 10/09/08, “com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos Motoristas de caminhão, ônibus e transporte de modo geral, à luz do PLS 271/2008, conforme debates e sugestões ocorridas no Grupo de Trabalho desta CDH”. Convidados que comparecem: Wilbert Ribeiro Junquilha, Gerente de Transporte Rodoviário de Cargas em representação de Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Luiz Antônio Festino, Nova Central; Moacir Firmino dos Santos, Secretário Nacional de Transporte em representação de Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central; Nélito Botelho, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUB; José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; José Eduardo Vaz, Coordenador Geral de Estatística, em representação de Alfredo Pereira do Nascimento – Ministro de Estado Ministério dos – Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; José Pedro dos Reis, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, em representação de Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho; Marcos Aurélio Ribeiro, em representação de Geraldo Aguiar de Brito Vianna, Presidente da Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística – NTC; Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, Gerente Técnico, em representação de Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU; Rafael Grigera, Assistente Regional da América Latina e Caribe da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes – ITF; José Hélio Fernandes, Diretor-Geral da CNT e presidente da FENATAC, em representação de Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Luiz Alberto Mincarone, em representação da Associação Brasileira de Transportadores Internacional – ABTI; Maurício Ferreira Silva, em representação de Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres – CNTTT. O Senhor José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, entrega estudo estatístico previdenciário ao Senhor Presidente que o encaminha à Consultoria Legislativa do Senado Federal

para integrar o Relatório Final do Grupo de Trabalho que estuda as más condições de Trabalho a que estão submetidos os profissionais do Setor de Transporte Rodoviário. O Senhor Presidente, após a exposição dos senhores convidados, e senadores franqueia a palavra ao plenário. Às doze horas e dezesseis minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador João Pedro. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senhor Presidente, Senador João Pedro, devolve a presidência ao Senhor Presidente, Senador Paulo Paim. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, João Pedro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 72/08, de autoria desse Senador, aprovada em 10/09/08, realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, CAS, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão, ônibus, táxi e transporte em geral, à luz do PLS 271/08, de autoria desse senador, conforme debates e sugestões acorridos no Grupo de Trabalho dessa CDH.

Conforme aqui a consultoria, com a minha presença, em outras duas, sem a minha presença, nós realizamos no total seis reuniões do Grupo de Trabalho. Depois dessas seis reuniões ficou acertado que nós faríamos uma Audiência Pública com o espírito, ainda, de construir uma proposta completa que fosse na linha do estatuto do profissional de volante. Do volante. De preferência, que contemplasse os caminhoneiros, que contemplasse os motoristas de Van, de ônibus, de táxi, e se possível até aqueles que usam as motos como transporte de passageiros, ou mesmo no deslocamento de volumes. Essa era a intenção. Foi feita uma minuta,

que é na verdade um relatório desse grupo de trabalho, que cerca de 12 ou 13 companheiros que vejo no Plenário participaram de todas as reuniões, representando o conjunto dessa plenária.

Então, é baseado nisso que a gente decidiu fazer hoje uma Audiência Pública convidando cerca de 16 companheiros para usarem a palavra como expositores sobre a história, a caminhada, a vida e o que nós queremos para aqueles que dedicam a sua vida como motorista profissional, autônomo ou não. Nós vamos, de imediato, iniciar a nossa Audiência Pública. Eu vou aqui chamar os que estão presentes. A minha intenção vai ser colocar três na Mesa, esses três falam, retornam ao Plenário, chamaremos outros três, até que todos aqueles que forem indicados por unanimidade nessa lista possam fazer suas exposição demonstrando as suas preocupações.

Eu insisto, se faltar cadeira, que a assessoria providencie cadeiras, nem que pegue nas outras salas. Hoje é uma segunda-feira, as cadeiras não estão ocupadas, para que todos possam sentar. Ok... O pessoal da assessoria? Se puder pegar nas outras salas cadeiras para que todos possam sentar e discutir com tranqüilidade o projeto. Para aqueles que não participaram--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que não. Não há necessidade. A assessoria pergunta se nós poderíamos abrir um telão numa outra sala. Quem não estivesse aqui, assistiria lá. Mas eu acho que se todos puderem ficar aqui, dá uma presença mais forte aqui, uma energia mais contundente, digamos, para gente construir o que for possível.

Para aqueles que não participaram de todas as reuniões, eu quero mais uma vez insistir com o espírito desse nosso trabalho. Esse trabalho não é contra ninguém. Contra profissional algum, contra empresário algum... O que nós queremos é ir construindo uma proposta que garanta a melhor qualidade de vida de todos que se dedicam, que dedicam a sua vida no volante. Independente de ser motorista de ônibus, caminhão, de táxi, enfim, de todas as áreas. Esse é o espírito. E também não temos nada aqui, deixando bem claro, contra nenhum empreendedor. Nenhum empresário do setor. Nós queremos construir aquilo que seja bom para todos. Esse é o espírito dessa Audiência Pública, depois de seis, sete reuniões que, no meu entendimento, foi esse o clima que norteou os trabalhos. Ninguém estava aqui contra ninguém. Todos estavam a favor dos homens e mulheres que dedicam a sua vida como profissional do volante. Então, é esse espírito que norteia nossos trabalhos. Mesmo a minuta que

você vão receber, que muitos podem entender que esse ou aquele ponto não está adequado, é tranquilo que assim entendam. Porque nós estamos construindo ainda uma proposta.

O próprio relator da proposta final, o Senador José Nery, vai receber todo esse trabalho realizado até nessa Audiência Pública, e com certeza nós continuaremos na linha de que só será votada, aqui no Senado, a matéria depois de construirmos um grande entendimento. Ou se chegar num ponto em que a ampla maioria entende que deve ser o caminho, digamos, de uma forma e uma minoria de outra forma, bom, daí os senadores votarão. Mas assim mesmo é legítimo. Votam-se as emendas na reta final se não houver entendimento. Mas aí é outro processo. Nós estamos ainda no processo de construção. Todas propostas são bem-vindas. Claro que vai prevalecer a vontade da maioria.

Eu entendo que essa reunião é composta de líderes que atuam nesse setor no longo das suas vidas, como eu gosto de insistir com a palavra vida. Todos aqui são líderes que representam a área, o setor, enfim, a parte onde dedicaram seus trabalhos sempre. Então, todos aqui são bem-vindos. Eu espero que esse clima de harmonia e de construção coletiva norteie nossos trabalhos. Se necessário vamos ficar aqui o dia todo. Se não for necessário, terminaremos ao meio-dia. Se o pessoal entender que devemos continuar à tarde, vamos continuar à tarde. Vamos almoçar e voltamos aqui às duas horas.

Então, para ganhar tempo, eu sempre inicio as minhas reuniões exatamente às nove horas. Hoje eu iniciei com um minuto de atraso. Foi nove horas e um minuto; e eu já estou falando há oito minutos. Então eu vou começar a convidar, de acordo com a relação que eu tenho comigo. Os primeiros três que eu chamar que se sentirem contemplados, venham à Mesa. Então, primeiro, convidando o Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, que indicou como representante, espero que esteja correto, o Sr. Wilbert Ribeiro Junquilha, gerente de transporte rodoviário de cargas. Então, já está na Mesa.

O segundo convidado. Nós convidamos o representante da União geral dos trabalhadores, UGT. Está aí... A pergunta que eu faço: O representante da União Geral dos Trabalhadores, UGT. O Presidente é o Ricardo Patah, mas disse que mandaria um representante. Se não está, não tem problema, chegará mais tarde. Pela CGTB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, está aí o representante? Pela Central da Nova Central. Esse parece que está aqui já. O Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, indicou como representante Antônio da Costa Miranda. Antônio da Costa

Miranda. Então, Luis Antonio Festino, representando a Nova Central. Está aqui algum representante da Força Sindical? Então, convido para a Mesa o representante da Força Sindical.

Então, já está a ANTT na Mesa, está a Nova Central, está a Força Sindical. Então esses três falarão, depois eu chamarei outros três, só para situar o Plenário à lista que tenho aqui. Depois chamarei um representante da CUT, depois chamarei o José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, chamarei o representante da CTB, depois virá o representante... Representante, não. Aqui está ele presente. O Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Nélio Botelho. Eu quero só dizer que aqui, na ordem de chamada, não é questão de ser central ou não ser central. É simplesmente como a assessoria botou aqui e estou lendo. Não tem problema nenhum. Todos aqui terão o mesmo tempo e a fala tem o mesmo valor. Depois chamarei o Procurador-Geral do trabalho, que indicou como representante o Sr. José Pedro dos Reis, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, da 23ª região do Mato Grosso. Está certo, doutor? Dr. José Pedro dos Reis. Depois chamarei, também, representando a Secretaria Nacional da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, Lina Maria Vieira, ou representante. O Presidente da Associação Nacional dos Transportes de Carga e Logística, Geraldo de Brito Viana. Otávio da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional de Empresa de Transportes Urbanos, o NTU, que indicou como representante Carlos Henrique de Carvalho que é Gerente técnico. Diretor-Geral do departamento da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Hélio Cardoso Derene. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do departamento da Polícia Federal. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, ou representante.

Depois o representante do Ministério do Trabalho e também o Presidente da Confederação Nacional de Transportes, CNT. Esses são os nomes que vieram à Mesa. Eu quero também dizer que além dos que aqui falarão, eu abrirei a possibilidade de que outros companheiros que estão no plenário, também possam fazer uso da palavra, já que o microfone que está na frente de cada um dos senhores vai permitir que os senhores também possam participar do debate e expressar a sua opinião. Se não me engano, alguém tinha me passado aqui o nome de uma entidade internacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chamarei também para falar na Mesa, o re-

presentante dos transportes a nível internacional. Só para resumir aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu poderia falar aqui que está um representante da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte, ITF. Rafael Griguera--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chamarei os dois representantes, então, do transporte, a nível internacional dos trabalhadores, como também dos empreendedores. Ok? Então vamos de imediato... Vamos pedir, então, para que o nosso convidado que representa aqui, me permita usar essa expressão, a visão do Governo, que é o Sr. Wilbert, que é gerente de transporte rodoviário de carga, que representa aqui a ANTT. Está com a palavra. Eu daria o tempo de 10 minutos para cada um. Se necessário mais cinco. Mas vou fazer um apelo para que todos usem, no máximo, 10 minutos. Então, passo a palavra de imediato ao Sr. Wilbert.

SR. WILBERT RIBEIRO JUNQUILHO: Muito bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, senador. É um grande prazer para a ANTT estar aqui presente nesta reunião tão importante. Eu gostaria de iniciar minhas palavras trazendo até vocês a notícia de uma reunião que nós tivemos na semana passada com os representantes do segmento de transportadores rodoviários autônomos de cargas, e naquela oportunidade nós tivemos a chance de debater alguns aspectos importantes da resolução 2550 da ANTT, que regulamenta a Lei 11442 que trata do disciplinamento do setor. Talvez essa Lei 11442 tenha sido uma das maiores conquistas do segmento de transporte rodoviário de cargas, porque se espera que através dela possamos eliminar algumas distorções, alguns desequilíbrios que ocorreram no setor, principalmente a partir da década de 90 com a desregulamentação total do setor de transportes rodoviários de cargas.

Essa desregulamentação trouxe muitos prejuízos ao crescimento do setor. Por quê? Ela, de certa forma, eliminou as barreiras, a entrada e a saída dos operadores de transportes rodoviários de cargas. Naquele momento, qualquer pessoa que, por alguma razão tivesse se aposentado, ou tivesse desempregado, ele poderia adquirir um caminhão e passar a operar nesse segmento competindo de forma predatória com os segmentos já estabilizados. Isso como consequência imediata causou um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de serviços de transporte rodoviário de cargas e, em consequência, um aviltamento dos fretes praticados. Esse talvez seja o maior problema hoje enfrentado pelo segmento de transportes, porque praticamente o elo fraco da corrente, que é o segmento de transportadores rodoviários autônomos, eles pra-

ticamente têm, para sobreviver nesse mercado, que praticar excessos. Tanto com relação à jornada de trabalho, que é o tema que está sendo discutido hoje, como com relação a acidentes rodoviários.

Eu tenho uma estatística levantada em relação ao montante de acidentes rodoviários no nosso país, e o número alarmante que, cerca de 36% dos acidentes rodoviários você tem de alguma forma o caminhão envolvido nessa estatística. Por que isso? É exatamente em função desse desequilíbrio. Por terem os fretes aviltados, os fretes baixos, o transportador tem que fazer um excesso de tempo de trabalho, de jornada de trabalho; tem que, em alguns casos, andar com excesso de carga, e todas as externalidades decorrentes do desequilíbrio desse setor.

A ANTT entende que o grande instrumento de regulamentação do setor que propiciará eliminar essas distorções que foram introduzidas no mercado será a resolução do RNTRC, porque o registro nacional do transportador rodoviário de carga, certamente que ele trará uma identidade ao transportador rodoviário de carga nesse país. E com esse registro será possível eliminar do atual mercado aquele segmento de transportadores que não têm como atividade principal, transportes. Só para vocês terem uma idéia, hoje pelos censos, pelas estatísticas, as informações levantadas com relação ao panorama do setor de transporte rodoviário de cargas, os números do RNTRC, num primeiro momento de levantamento estatístico eles apontam para cerca de 800 mil transportadores autônomos. Então vocês têm uma idéia da pulverização desse mercado. Da mesma forma em relação às empresas de transportes, que num primeiro momento não se observou a questão da atividade principal que veio ser disciplinada através da Lei 11442.

Então, hoje nos números que são apresentados pelo RNTRC, nós temos cerca de 130 mil empresas registradas no RNTRC. Certamente que essas empresas não têm, a maior parte delas, não têm como atividade principal o segmento transporte.

A resolução 2550, que está regulamentando a Lei 11442, está em Audiência Pública desde 15 de setembro para receber sugestões dos demais segmentos interessados, e nós estamos fechando esse relatório agora nessa semana no dia 17 de outubro. E temos recebido contribuições muito importantes que estamos analisando, já recebemos as contribuições do segmento de autônomos que estão sendo consideradas, a ANTT pretende continuar estabelecendo a parceria com esse segmento para promover o registro e o cadastro dos futuros transportadores, vamos também proceder a um cadastramento dos atuais transportadores inscritos no RNTRC com a finalidade de eliminar essas

disparidades, e podem ter certeza que, talvez, a ação principal do órgão regulador, será eliminar as distorções e desequilíbrios hoje existentes nesse mercado e certamente com isso nós conseguiríamos corrigir o frete que é praticado que é do conhecimento de todos, que é um frete que não remunera o serviço de transporte prestado nesse país. E todas as conseqüências decorrentes do frete aviltado, como excesso de carga, jornada de trabalho, excesso de jornada de trabalho, elas conseqüentemente poderão ser corrigidas porque o transportador, ao perceber um frete justo ele não terá mais a necessidade de andar com sobrecarga no seu caminhão, nem tampouco cometendo irregularidades nas rodovias.

A ANTT apóia, fortemente, a intenção de regulamentar a jornada de trabalho, o tempo de direção do motorista autônomo, porque ela vê isso como item de segurança. E sendo item de segurança todos nós temos o dever de estar cuidando dessas questões porque de uma forma ou de outra é a nossa vida, é a vida dos nossos jovens, é a vida da sociedade que está sendo colocada em risco nas rodoviárias brasileiras em função desse grande número de acidentes que hoje podemos observar através das estatísticas. E a ANTT é uma agência de regulação. Se tiver um marco regulatório apropriado para que a ANTT faça cumprir aquilo que está disposto na 11442, aquilo que esteja disposto na 271 relativo ao estatuto do motorista, nós vamos apoiar firmemente essa ação de fiscalização por parte do órgão regulador.

Essas seriam as palavras iniciais que eu gostaria de apresentar pra vocês, agradeço a oportunidade de estar aqui, e me coloco à disposição do senador, do Plenário para qualquer questão que queira ser suscitada e debatida. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Sr. Wilbert Ribeiro Junquilha, e passo a palavra de imediato ao representante da Nova Central Sindical, Sr. Luis Festino.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Bom dia a todos. Em nome da Nova Central Sindical, agradeço mais uma vez a oportunidade de estar participando dessa importante discussão. Hoje nós estamos aqui; presente a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte, ela tem um grupo de trabalho, aonde os representantes, tanto da Nova Central, quanto do grupo de trabalho vem realizando uma discussão há quatro anos em virtude da questão da regulamentação da profissão de motorista. E presente aqui, hoje, representação de 10 federações de transporte rodoviário, nós temos aqui presente cinco presidentes da Nova Central Estadual, que é o Estado do Rio de Janeiro, o

companheiro Sebastião, São Paulo, Luizinho, Minas, o Miranda, Goiás, o Jaiminho e o Paraná, o Epitácio. Então, foi bem debatida, até ontem 10 horas da noite no hotel, ainda a gente estava discutindo questões da jornada, que ela é polêmica também entre a gente. Não é uma situação tão fácil de ser discutida.

E na questão do projeto, do estatuto do motorista, nós também tivemos a oportunidade de discutir na época que o Deputado Ivo José colocou o PL, o Projeto de Lei na Câmara, com a colaboração da Dra. Clair. A discussão foi intensa e naquela época chegamos a um consenso que seria melhor a aprovação da regulamentação e aprovação do PL que era da Dra. Clair sobre a regulamentação da profissão. Esse PL passou. Infelizmente, no final do mandato, em 2006, os cinco deputados que assinaram o projeto não foram reeleitos. Então nós tivemos que reapresentar o projeto. Foi apresentado pelo Deputado Tarcísio Zimmermann, passou na Comissão de viação e transporte, passou na Comissão do trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita só um aparte? Dizer que os motoristas são pé quente, porque o Deputado Tarcísio Zimmermann, numa disputa muito dura, ele acabou sendo eleito prefeito de uma das principais cidades do Rio Grande do Sul, que é Novo Hamburgo. Então, uma salva de palmas ao Tarcísio, que trabalhou muito com vocês e se elegeu prefeito. Eu tive a alegria de estar ao lado dele lá. Falei muito desse projeto dele lá na... Com os motoristas. Ele foi muito bem aceito.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: É. Inclusive, a discussão que teve com o Deputado Tarcísio Zimmermann, ele fez também lá, da nossa parte, compreender que também tem que ceder de vez em quando. Então o projeto não saiu do jeito que a gente queria com a questão da jornada de trabalho. Uma colocação dele: "Olha, vamos tentar aprovar o mínimo para chegar no máximo". E o estatuto ele está indo também no mesmo caminho. A gente está tentando sair um grande estatuto, uma grande minuta, e nós conseguimos nessas reuniões chegar num consenso aí, não tanto consenso, mas já tem as propostas colocadas, e a principal que eu acredito que eu gostaria de ver aprovada, que é que essa regulamentação ela seja através do Código Nacional de Trânsito. Que é a nossa primeira proposta. Porque não adianta nada... Tem 11 projetos em discussão sobre regulamentação da profissão na Câmara dos Deputados. Tem mais um do Deputado Paim aqui no Senado. Fora isso, tem mais de 40 projetos sobre jornada de trabalho.

Então, não adianta nada a gente discutir a regulamentação da profissão, se não discutir por que ele é motorista. Primeiro lugar, ele é motorista porque ele

tem que ter uma carteira de habilitação. Não interessa se é autônomo, ou um trabalhador registrado. Ele tem que ter a carteira de A até E. Então, por isso que a nossa primeira proposta foi baseada na nossa discussão lá na Câmara, em cima do PL, que a regulamentação seja baseada legalmente através da carteira de habilitação. E os demais pontos também vão na mesma linha. As grandes questões, que para nós era uma certa polêmica, a questão da formação, que nós viemos defendendo há muito tempo, o art. Parágrafo Único do art. 150 do código de trânsito determina a qualificação. Deva ser oferecida a qualificação. Isso até hoje não há um consenso entre o setor empresarial e os trabalhadores.

O que é esse 'oferecer a qualificação'? O DENATRAN regularizou essa qualificação através da resolução 168. E foi colocada, em parte, quase toda a regulamentação no estatuto, aqui na proposta. O que nós pedimos? Para retirar essa parte que é resolução, porque o DENATRAN, nós também temos uma grande dificuldade. A grande mudança que há nas resoluções. A todo o momento você tem uma nova mudança. Se você coloca no estatuto, que o estatuto do motorista vai ser regularizado através dos pontos da resolução, se essa resolução for modificada, como é que ficaria o estatuto para frente? Então, a proposta nossa é que se cumpra o código de trânsito, que o estatuto determine que tem que ter a qualificação, que essa qualificação seja realizada por órgãos, logicamente indicados, mas não restrito ao SEST/SENAT, que nem estava a proposta inicial, porque hoje os trabalhadores nós já estamos com três institutos no Brasil, está o Instituto São Cristóvão no Paraná, em Minas Gerais é o mesmo instituto, o Instituto Resgate em São Paulo, tem a ASTROMIG em Minas Gerais também que começou a entrar na discussão sobre a qualificação profissional.

Então, essa qualificação teria que ser bancada pelo Governo, como está no código de trânsito, e credenciadas às entidades através do DENATRAN, mas não ficasse restrito ao SEST/SENAT. A outra questão polêmica, é a questão da jornada. A princípio, na nossa proposta, a gente pediu que retirasse a questão da jornada dessa discussão do estatuto e fizesse uma discussão à parte. Mas depois ponderando pela colocação do Senador Paim, na penúltima reunião, onde a gente poderia estar discutindo a jornada de trabalho, mas sim por categorias, e não mais um conjunto único, o que sempre os trabalhadores reivindicam: "Olha, é jornada de seis horas". Mas o transporte ele tem especificidades que não dá pra você determinar. "Olha, o transporte urbano dá pra ser seis horas, mas e o fretamento e o turismo? E o transporte de carga? E o diferenciado?" Já houve uma boa proposta do senador, em que a

gente poderia estar discutindo a questão das 40 horas semanais que as centrais sindicais estão defendendo, está lá com abaixo-assinado na Câmara, é uma defesa de todas as centrais para todas as categorias. Então, nós defenderíamos, tanto a PEC que também é do senador, e tanto o PL que também é do Senador Paim. E por incrível que pareça, a maioria dos projetos que estão na Câmara tramitando hoje ainda é do Senador Paim. Eu estava vendo o projeto da...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, é que também estou há 22 anos aqui dentro. Então, 22 anos sem sair aqui de dentro, tem que ter alguns projetos circulando.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Inclusive o PL sobre a aposentadoria especial, o PL 60, de 1999, que a relatora é a Deputada Rita Camata, já deu um parecer favorável, também é do Senador Paim. Então, tudo que está se envolvendo na questão transporte, o Senador Paim já teve uma participação e continua tendo uma grande participação.

Então, nesse sentido a gente está defendendo a regulamentação da profissão que é o PL 199, que está indo agora para a Comissão de Justiça, vamos defender também o estatuto com essas mudanças. Na questão das jornadas, acredito que seria uma boa proposta essa das 40 horas, e a gente discutir categoria por categoria, porque é muito polêmico. Ontem a gente ficou até 10h30 da noite, e é difícil você ter um consenso até entre a gente qual seria a jornada ideal – se é com dupla de motoristas, se não é... No setor rodoviário já tem de passageiros, no setor de carga não tem...

Então, tudo isso aí eu acho que seria um ponto importante para ser debatido, e inclusive incentivando aquela que é a discussão do também, além do controle da jornada, a questão do tempo de direção, que é o PL 2660 que está na pauta da Câmara dos Deputados. Hoje está havendo uma grande pressão que esse PL se vote, mas ele seja votado com o parecer do Senado, do Senador Osmar Dias, até erradamente saiu numa revista de uma federação de transporte que o projeto é do Osmar Dias. Não é. Ele é relator. O projeto é do Governo Federal de 1996, o 2660, onde nós defendemos o projeto na redação original. E não na redação que saiu aqui do Senado, porque ele piora a questão da jornada. Enquanto nós estamos defendendo 10 horas o intervalo de 12 horas, a intrajornada de 12 horas, a CLT já determina 11. O que saiu aqui do Senado determina para 10 horas. Então, você reduz mais ainda a intrajornada.

Então, eu acho que é contraditório a gente passar até por cima do que já existe. E isso está no projeto do... Na relatoria do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como eu tenho uma relação muito, muito próxima, e não é do meu partido, do Senador Osmar Dias, só quero dizer que o Senador Osmar Dias, eu tenho certeza que a gente conversando com ele, ele caminha com o movimento. Porque ele tem tido, historicamente aqui na Casa, uma posição de acompanhar tudo aquilo que é de avanço para os trabalhadores. Então eu faço justiça, se houver algum problema eu tenho certeza que com o Osmar Dias não é problema. Ele vai caminhar conosco. E foi bom teu alerta no sentido de a gente dialogar com ele se for necessário.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: E esse PL ele já está para ser votado lá na Câmara. E depois na intervenção dos companheiros...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [Pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Seria o original. Inclusive, o original, nós estamos baseando aí no parecer do Dr. Edésio Passos, que foi um deputado aqui dessa Casa, uma das pessoas que mais conhece a questão do transporte, também, e eu queria deixar aqui uma pasta com algumas discussões que nós estamos fazendo no setor de transporte. Então, como o Senador colocou, essa discussão foi importante, que ela está sendo ampliada para os demais setores. Não vai ficar restrito ao setor de caminhoneiros.

Nós estamos fazendo uma discussão em São Paulo, e no Brasil, as condições sanitárias de conforto em local de céu aberto. Isso é o trabalhador do transporte urbano que chega a duas horas de viagem, uma hora e quarenta num percurso da zona sul de São Paulo ao centro, sem ter acesso a sanitários. 60% dos pontos de paradas não têm acesso a sanitário; não têm acesso a água potável para o motorista, cobrador. Quem dirá os passageiros.

Então, esses motoristas estão sujeito aí, a trabalhar o dia inteiro sem ter acesso, nem nos terminais você tem acesso à água potável e a questão da... Dos sanitários. O outro trabalho é a questão da evolução tecnológica dos equipamentos. Isso aqui é um veículo, um ônibus de piso baixo de passageiros, setor urbano, que a engenharia não discutiu com o passageiro, não discutiu com o motorista, não discutiu com ninguém. E ele prejudica a posição do motorista, cobrador, passageiro, acidentes estão acontecendo, também seria um segundo trabalho que a gente está deixando, isso aqui a gente já passou aqui para o Senado que é a questão de controle de jornada lá de Mato Grosso, o pessoal de Mato Grosso hoje também está presente... E a questão da jornada de agenda, que é a jornada de trabalho de 40 horas que está na questão das centrais sindicais.

Então eu vou deixar essa pasta para o senador, não estou com muitas, mas têm algumas que eu vou deixar. E depois a gente continua o debate com os demais companheiros que estão presentes.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o Luis Antônio Festino pela sua exposição, e aproveito já que ele entregou o material nesse momento, dizer que o Senador José Nery, antes de eu abrir a reunião ele me pediu que eu explicasse para vocês. Ele é o relator da matéria. Ele vai acompanhar a decisão tomada por esse Grupo de Trabalho e por essa plenária. Claro que provavelmente, né, Toninho? O Toninho que é assessor dele, que está aqui, teríamos talvez outras Audiências Públicas até a redação final para que o projeto esteja em votação. Então eu me comprometo, Toninho, de entregar para o relator esse material. Então, no fim, como eu vou receber outros materiais, provavelmente, eu entreguei para você o material. Pode entregar já, então, uma pasta para o Toninho. Tu pegas aqui, que vai para as mãos do nosso relator José Nery, que eu posso antecipar a vocês que está muito tranquilo, falou bastante comigo hoje pela manhã, antes da reunião, e está preparado para enfrentar esse... Eu diria esse diálogo, com toda a sociedade, para construirmos o que seja o melhor para todos aqueles que atuam na área correspondente ao profissional de volante.

Então, feito essa justificativa do nosso relator, que não está hoje aqui, e ele me explicou motivos que eram intransponíveis, e por isso que ele não está aqui, mas ele chega amanhã e terá uma reunião comigo e eu passarei para ele tudo que foi da reunião e provavelmente a partir daí teremos já uma outra reunião no futuro, com o desdobramento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bom. Então vamos dar a oportunidade em seguida também para o Calixto. O Calixto, que está fazendo 80 anos. Isso não é todo dia. E firme na atuação aí. Cadê o Calixto? De pé, pelo menos umas palmas aí.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 80 anos de história aí, o Calixto.

Então eu passo a palavra para outro representante na Mesa, que é o Antônio da Costa Miranda... Nós vamos passar a palavra agora para o Moacyr Firmino dos Santos.

SR. MOACYR FIRMINO DOS SANTOS: Queria, em nome de nosso Deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, queria cumprimentar aqui o Se-

nador Paulo Paim, em seu nome queria cumprimentar a Mesa. Em nome do Paulinho, da nossa Secretaria Nacional de Transporte, eu queria cumprimentar todos os companheiros sindicalistas e companheiros do Plenário.

Queria dizer de início aos companheiros que fui fundador do sindicato de carga de São Paulo, em 1989. Depois, 1997 assumi a presidência do Sindicato dos Trabalhadores em escritório de empresa de transporte e logística de São Paulo, e hoje sou o Secretário Nacional de transporte da Força Sindical.

Senador Paim, eu queria dizer de início, que essa luta tão árdua, tão dura, que ao longo dos anos, há 32 anos que estou no transporte, não é que sou tão velho, é porque eu entrei com 17 anos de idade, então já tenho um bom tempo nessa luta, e eu queria lhe parabenizar pela iniciativa do senhor trazer uma Audiência Pública de tamanha importância e de tamanha envergadura.

Para poder a gente estar aqui debatendo, eu acho que aqui na Mesa nós não debate muito, mas nós vamos fazer uma exposição do que são os trabalhadores em transporte, como um todo. Porque parece que nós só falamos de motorista. Eu iniciei minha vida de cobrador de ônibus, mas lá no nordeste era motorista de caminhão, com 16 anos de idade. Vim para São Paulo, e eu acho que a luta ela é em torno de todos os trabalhadores. Evidente que o mais complicador é falar do motorista, porque é o motorista é que sai pelos mais de 53 mil quilômetros de malha rodoviária federal por esse país, sem contar com as estaduais, sofrendo todo tipo de desgaste: físico, mental... Enfrentando todos desafios, do sol, da chuva, do sereno... E só parece que agora, inclusive com a sua intervenção que nós realmente vamos, Teodoro, conseguir realmente dar um passo, carimbar um passaporte para o crescimento dos trabalhadores em transporte. Para ter uma regulamentação. Porque nós já fizemos 'N' projetos, já fizemos 'N' reuniões, mas só fazia no Ministério do Transporte. Não é, senador? E parece que dali não saía, que já passaram 'N' ministros do transporte, das quais inclusive do seu Estado e de outros Estados brasileiros, como atualmente agora, se não me falha a memória, em Minas Gerais, e parece que ficava só nessa questão: "Olha, vamos levar". Mas não levava nada.

Tivemos, está aqui o Nélito Botelho, fizemos 'N' encontros, não é, Nélito? Aqui no Ministério, inclusive com [ininteligível] e outros. E não levava essa luta, que é a regulamentação da jornada de trabalho, o reconhecimento de uma categoria que coloca o país para funcionar, porque nós somos, inclusive, Miranda, tratados como peça de reposição. Que se usa e joga fora, senador. Porque a cadeia produtiva, ela imagina

que ela só tem valor, mas ela não dá valor à cadeia de distribuição que somos nós, trabalhador em transporte como um todo. Porque uma empresa de transporte ela não é composta só de motorista. Ela é composta desde o ajudante até o superintendente da empresa, ora contratada.

Portanto, a Força Sindical, aliás estamos terminando de fazer, de elaborar também, para poder emendar, Festino, nesse estatuto que vocês criaram, eu não vou dizer que ele é individual, mas é porque naquele momento parece que a gente não estava se entendendo. A Força não estava se entendendo, como o senador tem observado, que o Paulinho foi um dos interlocutores que uniu, todas as centrais sindicais, Luizinho, em torno de uma proposta. Era a proposta do salário mínimo... E aí nós estamos começando a construir uma nova idéia, que é realmente voltada para os trabalhadores em transporte, no que diz a pessoa do motorista. Porque esse é o mais complicador.

O motorista, ele é mal visto inclusive nos acidentes de trânsito, como o companheiro ali disse, e não são os trabalhadores em transporte de carga desse país que são os grandes vilões dos acidentes que acontecem em todo o nosso país; é por conta de uma malha rodoviária precária; mal acabada; mal sinalizada; as empresas de transporte de carga como, notadamente o companheiro disse ali, por conta das suas ganâncias, até o autônomo também, porque ele tem um caminhão lá, em vez de ele carregar 12.500 quilos, 14.500, ele coloca 20.

Hoje nós já temos caminhão no Brasil, que está até sendo proibido nos Estados Unidos, que ele carrega 70 mil toneladas, senador. E evidente que um caminhão com 70 mil toneladas a 85 quilômetros por hora é muito difícil dele frear. E é por isso que ele se encontra em alguns acidentes. A gente tem visto aí nos feriados: "Olha, o motorista de caminhão, ele é o grande causador de acidente". E nós demos uma entrevista na Jovem Pan outro dia mostrando que num feriado longo aconteceu mais de 1500 acidentes em todas as estradas do Brasil e nenhum caminhão foi envolvido.

Então, portanto, eu queria dizer ao senhor que eu estou muito feliz dessa unidade, a Nova Central, a UGT, Força Sindical, também a CUT, tem o secretariado de transporte da Nova Central, tem nós... que sou o secretário também da Força Sindical, a nível de transporte, e de todas as centrais, e nós estamos arquitetando uma idéia só para poder a gente, inclusive, debater essa matéria, enriquecer o senhor muito. Porque aqui, nesse Senado, o senhor foi o homem defensor de todas as classes trabalhadoras. Quer seja do comércio, quer seja do transporte, quer seja ela de qualquer cadeia de

trabalhador, o senhor sempre esteve à frente. E procuro lhe dizer que o senhor todos os trabalhadores são seus amigos, até porque na aposentadoria o senhor está à frente, em todas as lutas o Paim está na frente. Como também hoje nós temos o Deputado Aldo Rebelo, temos o Deputado Arnaldo Faria de Sá e temos o Deputado Paulinho, também, que é um incansável defensor da luta dos trabalhadores.

Eu queria, não me alongar que eu vou ter esse tempo todinho para poder fazer tudo, inclusive um apanhado para poder conflitar com aquilo que nós estamos debatendo dentro da Força Sindical, então andando aí, o Brasil inteiro, e com certeza nós vamos, inclusive, 'N' vezes, aliás, mais vezes, inclusive, enriquecer cada vez mais o senhor, senador, para que o senhor tenha um sucesso. E o seu sucesso não é o sucesso de senador, é o sucesso dos trabalhadores em transporte do Brasil que deve servir para modelo em outros países mais modernizados. É por isso que a gente está, inclusive eu fui convidado para fazer um debate sobre transporte que vão estar outros sindicatos lá, com certeza, na CGTP, na Central Geral dos Trabalhadores de Portugal, e lá nós vamos levar, inclusive, tudo isso que nós estamos debatendo aqui e algo mais.

Mas precisa, também, serem vista, algumas coisas no Código Nacional de trânsito, que ele deixa muito vazio, Festino. Tem muita coisa que ali nós debatamos há anos atrás e depois eles fizeram aqui na calada da noite, sem consultar os trabalhadores em transporte, principalmente, e acabaram confeccionando um código nacional de trânsito; que tem muita coisa lá dentro que precisa ser mudada.

Eu não tenho dúvida que com essa experiência que tem aqui, o Senador Paulo Paim, até porque veio da base, senador que nasceu, inclusive, do movimento sindical, tenho certeza, senador, que nós estamos muito bem representado junto com o senhor, aqui no Senado, com o Paulinho lá na Câmara Federal, o Aldo Rebelo e Arnaldo faria de Sá.

Muito obrigado aqui aos companheiros que me antecederam, parabéns a todos que vieram das mais diversas cidades e capitais do país para fazer aqui, desse encontro, uma grande alavanca para que possamos inclusive levar para os nossos companheiros da base, não só trabalhadores motoristas, mas todos os trabalhadores das empresas de transporte que eles também são tratados como peça de reposição, como material descartável que se usa e joga fora. Obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convidaria agora os nossos três painelistas, que retornasse ao Plenário, e poderia inclusive ocupar a

cadeira daqueles que virão agora aqui para a exposição. Convidaria o José Calixto Ramos, presidente da Nova Central. Se quiser fazer alguma consideração rápida, já que o Luiz Antônio Festino fez uma exposição dando a sua visão, convido o José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores e convido o Nélcio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiros, MUBC para fazer uso da palavra.

Passo a palavra de imediato ao presidente da Nova Central, Sr. José Calixto Ramos. José Calixto Ramos terá o tempo de 10 minutos se necessário, e se assim entender, mais cinco, para complementar as informações que já foram expostas aqui pelo Sr. Luiz Antônio Festino.

Eu só vou fazer um apelo ao Plenário, como esta sala está lotada, eu estou insistindo ainda com a minha assessoria, eu não quero dizer aqui da Tribuna, porque nós estamos ao vivo para todo Brasil, né? Que é impossível que o Senado não consiga meia dúzia de cadeira. Estou vendo inúmeros companheiros de pé, e eu insisto pedindo as cadeiras. É impossível que o Senado da República não consiga uma dúzia de cadeira. Não estou dizendo ao vivo, mas estou dizendo. [risos] Senão eu mando lá no meu gabinete. Eu mando meu pessoal lá ficar de pé e mando para baixo aqui. Vamos pegar o elevador e vamos trazer lá de cima uma dúzia de cadeira. É impossível isso... Que eu não consiga uma dúzia de cadeira. Eu peço aqui uma salva de palma ao nosso Senador João Pedro, que veio aqui prestigiar aqui o nosso evento, que está procurando uma cadeira para sentar também. Pedindo silêncio ao Plenário, eu quero passar a palavra de imediato aí ao Sr. José Calixto Ramos.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Sr. Senador Paulo Paim, meus companheiros que compõem a Mesa, e meus [falha no áudio] Plenário.

Eu não vou tomar os 10 minutos, e nem acho que os cinco. Vou deixar para os rodoviários. Mas eu queria dizer primeiro, da nossa maior satisfação em participar deste evento de fundamental importância para os rodoviários e em consequência para a sociedade brasileira. Este momento para mim tem também uma importância fundamental, exatamente porque nós estamos, exatamente amanhã, completando, como disse o Senador Paim, 80 anos.

[palmas]

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: E não é todo dia que se faz 80 anos. De maneira que, como nós vivemos a vida sindical do país há mais de 50 anos, um momento desse nos enche de muita satisfação. Eu creio que Deus tem até me protegido, porque eu sou um nordestino, vindo lá do interior do Estado de Pernambuco, e muitos dizem que são 80 anos bem vividos.

Eu diria que foram 80 anos, são 80 anos bem vividos com a graça de Deus. Não que eu tivesse nascido em berço de ouro para ter esse título de bem vivido. Mas eu resolvi ingressar no movimento sindical em consequência de vontade da classe trabalhadora, a qual eu era envolvido à época, como metalúrgico, como mecânico de máquinas e depois trabalhando no setor de confecções na condição de supervisor, exatamente do setor mecânico.

Então, entrei para essa atividade e terminei ficando. Por isso muitas vezes eu dizer, nas oportunidades que tenho, aos meus companheiros, principalmente àqueles mais jovens, que esse é um tipo de atividade que você só tem dois caminhos. Você entra... Se você gostar de fazer o trabalho, você vai continuar fazendo por muito tempo. Se não gostar, é melhor pegar o boné e ir embora. Do contrário você vai atrapalhar aqueles que querem fazer o trabalho. É diferente do trabalhador rodoviário, que tem que prestar oito horas de serviço, ou seis horas, de acordo com o horário de cada empresa, e ele pega num determinado horário e larga num determinado horário. E o dirigente sindical ele começa sem ter uma hora exata para trabalhar, iniciar seu trabalho, e também não tem hora exata para deixar o seu trabalho. Quantas vezes você está num batizado de um filho de um amigo, num casamento, e aí surge sempre um problema aqui detrás, uma questão de ordem sindical.

Então, você trabalha 24 horas por dia. Você trabalha de forma contínua. Mas isso é muito bom, porque faz bem para a nossa alma, para o nosso espírito, exatamente por que nada melhor do que nós sermos úteis a alguém. Eu acho que o dirigente sindical, cada um ao seu modo, ele é útil às pessoas que estão em sua volta. Mas eu queria dizer um pouco desse trabalho que a Nova Central encampou, e posso também afirmar com sinceridade, e a bem da verdade, que eu não sou um *expert* na regulamentação ou na formação do trabalho do rodoviário. Por isso nós criamos o nosso departamento e entregamos exatamente às pessoas que lidam diuturnamente com esse processo. Daí porque eu ouvi as manifestações do meu companheiro Festino, ouvi as manifestações do meu companheiro da CUT, e o que eu estou sentindo é que existe um interesse, eu diria que geral, de unificar idéias para que o resultado seja o melhor, para a classe trabalhadora ligada ao setor rodoviário, e como eu disse em consequência para a sociedade. Tudo que for bom para os rodoviários vai resultar beneficentemente para toda a sociedade que usa o transporte rodoviário.

Além do mais, é quase desnecessário dizer que a interferência do Senador Paulo Paim nesse tipo de ação, quer dizer, é uma sequência do trabalho que ele

faz com relação a outros grupos e a outras categorias de profissionais, isso também só nos reforça, porque ele se inteira mais diretamente dos assuntos rodoviários e automaticamente ele com a sua condição, assim, muito peculiar de trabalhar os seus pares, ele termina trazendo tantos outros senadores para que invistam na mesma posição dos trabalhadores. Então, para nós é uma satisfação muito grande. Eu diria que estão de parabéns os rodoviários, estão de parabéns os senadores, deputados que cuidam desse problema, e está de parabéns toda a sociedade brasileira.

Como eu disse não vou tomar os cinco minutos, até porque quem sabe delinear de fato a questão do rodoviário, é o próprio rodoviário. E aqui nós temos os presidentes de sindicatos, das federações, e exatamente o nosso departamento nacional do setor rodoviário.

Agradeço por essa oportunidade e termino dizendo ao Senador que esses 80 anos de luta que nós graças a Deus estamos ainda ultrapassando, quer dizer, hoje os técnicos da saúde entenderam que a nossa expectativa de vida é de 72 anos. Então, eu já estou vivendo de lucro. Já estou com 80, pra mim aí já passou, já estou vivendo o lucro de tudo isso. Mas olha, o importante é nós sabermos que eu estou com 80, mas aqui tem outro colega que está com 86 ou 89 e continua na batalha. E ele é rodoviário, que é exatamente o companheiro Omar, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte.

[palmas]

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Não é difícil chegarmos a esse estágio. O difícil é você contornar todas as questões para chegar nesse estágio sem maiores consequências. É você respeitar as pessoas, é você trabalhar tentando fazer o melhor que pode, é você não medir esforços para o trabalho, é você trabalhar com fidelidade e acima de tudo com ética. E assim que nós chegamos até aqui. Não tem nenhum milagre. E também não tem nenhum medicamento a não ser o trabalho. O meu remédio, graças a Deus, é o trabalho. E eu me sinto muito bem com ele. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A assessoria aqui da Comissão informa que se necessário for, eles colocarão, então, um talão aqui ao lado, na sala ao lado, para que todos possam assistir o debate durante todo o dia sentados. E assim mesmo algumas cadeiras estão sendo providenciadas para que sejam destinadas para cá.

Eu passo a palavra nesse momento ao Nélito Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, MUBC, que participou de todas as reuniões

e está com o quadro, entendo eu, claro, das suas preocupações e ele vai expor aqui.

SR. NÉLIO BOTELHO: Muito bom-dia, senhoras e senhores. Ao cumprimentar o Senador Paulo Paim, eu estendo meu cumprimento a todos os membros da Mesa. Eu gostaria de dizer a todos que não sei por que razão, mas o senador ele deveria considerar que nós estamos a nível de transporte rodoviário, nós estamos vivendo um momento que provavelmente ele ficará na história do setor, porque não havia melhor momento para se definir um ato como esse, como agora. Porque nós que convivemos com transporte rodoviário, e eu que na qualidade de um dos representantes de caminhoneiros autônomos, mas que convivo com todo tipo de motorista de caminhão, eu gostaria de dizer que o mal desse país foi que ele foi conduzido para uma dependência rodoviária, e todos os governos abandonaram esse setor do qual o país é totalmente dependente, nós já provamos isso anteriormente com mobilizações, etc, e por que um setor totalmente desorganizado. Um setor que viveu sempre na clandestinidade. Um setor, digamos, nevrálgico para a economia e, no entanto, os governos jamais deram a ênfase, ou houve qualquer ação especificamente voltada a esse setor tão importante para a nossa economia.

Então, quero dizer ao senador que, sinceramente a classe de uma forma geral, todos aqueles, inclusive, que já tenham avaliado o que está acontecendo nesse momento aqui no senado, vão deixar, vão carregar consigo sempre uma imagem muito... Muito real de satisfação, exatamente nesse momento, quando o setor precisava exatamente disso, o senador tomou essa iniciativa junto com os demais membros aí da Comissão de Direitos Humanos do Senado, de provocar esse... Essa discussão, e nós chegamos aí ao ponto em que chegamos. Porque eu lembraria a todos que nós já, desde a primeira mobilização nacional de caminhoneiros, ocorrida em 1985, nós já tínhamos como item principal da nossa pauta a regulamentação do setor. Nós tínhamos, como principal reivindicação, a organização do transporte rodoviário de carga no Brasil. E isso veio ao longo do tempo com os governos que nós pegamos, Sarney, Fernando Henrique, etc, tal, e a coisa sempre abandonada, nunca houve nada voltado a levar essa coisa a sério como deveria ter levado. E somente quando chegou na grande mobilização de 1999, onde o item 1 também era a regulamentação do setor, que a coisa começou a tomar corpo e nós começamos, então, a fazer reuniões com Ministérios, etc, junto com vários outros colegas nossos aí que alguns estão representados aqui hoje, outros estão ausentes, e chegamos nesse ponto agora. Porque quando se fala, estatuto de motorista, nós vamos lembrar primeiramente

que no caminhão existe uma diversificação muito grande a nível de profissional. Nós temos no volante do caminhão desde um motorista de Kombi, que faz frete, passando por pick-up, veículo de pequeno porte, caminhões normais, carretas, até atingir os grandes veículos, bitrem, e assim sucessivamente. E cada um tem uma atividade diferenciada do outro.

Nós temos os motoristas urbanos que são trabalhadores, estão muito bem representados aqui hoje, que trabalham ali dentro da cidade, dentro do município, no horário normal de um trabalhador comum, depois vai para casa, vai descansar, almoça, janta em casa e assim sucessivamente. Esse é um tipo de motorista. Pois nós temos outro motorista que é aquele que faz o que nós chamamos de curtas distâncias, que vai a uma distância de cem, duzentos quilômetros e volta, normalmente está com a família diariamente. E passa por outras categorias até chegarmos ao estradeiro, que nós chamamos. E aí, essa figura que é a principal de tudo que nós estamos discutindo. A figura do estradeiro. Esse é que é tido como vilão, que é tido como provocador de acidente, que é tido como assassino de estrada, essa coisa toda.

Por que nós vivemos esse desastre de situação? Justamente pela desorganização do setor. Com essa regulamentação, e aí nós dependemos 100% da nossa Agência Nacional de Transporte Terrestre, e fiquei extremamente satisfeito com o que foi dito aqui hoje pelo representante da agência, porque ele transmitiu um conhecimento e uma experiência que demonstra que a agência, senador, ela não está tão desaparelhada como foi dito aqui. Percebe-se claramente, inclusive tive o prazer de conhecer o novo Diretor-Geral da agência essa semana que passou, e tive uma impressão muito boa desse profissional, justamente porque ele demonstrou entender do setor, ter conhecimento do setor. Já viver esse setor vários anos. E ele fala a mesma linguagem que nós.

Então, isso quer dizer o quê? A regulamentação ela vai organizar o setor. A partir do momento que o setor esteja organizado, nós vamos eliminar todos os problemas. Por que no grupo de trabalho, que eu tive a honra de participar até hoje, nós sequer apresentamos uma proposta de jornada de trabalho, ou tempo de direção? Porque nós sabemos, temos consciência tranquila que a regulamentação, seguindo rigorosamente os termos da lei, vai resolver todos esses problemas. Nós vamos... Porque qual é problema que nos atinge? Nós somos clandestinos. Não somos sequer regulamentados. Nós somos figuras aí que não têm nenhum título. Com a regulamentação nós vamos passar a existir. E a partir daí, o que vai acontecer? Nós vamos ocupar um espaço que sempre nos foi negado.

Hoje, quem dita as regras e as leis no país são as empresas de transporte de carga, que são minoria no mercado. Agora, nós, como desorganizados que somos, e sofrendo uma concorrência extremamente desleal por parte de outros tipos de proprietários de caminhões, carga própria e outras coisas mais, a partir do momento em que a coisa... For dado o direito que nós temos de praticarmos a nossa profissão dentro daquilo que a lei determina, que são duas categorias, somente, que é a empresa de transporte de carga, onde as cooperativas se equiparam, e mais o transportador autônomo de carga, nós vamos ter a nossa remuneração equalizada, nós vamos sair de uma remuneração que, sequer dá condições de fazer uma manutenção adequada do veículo, nós vamos sair de uma situação que nós somos obrigados a colocar excesso de peso no caminhão para poder melhorar um pouquinho o frete que é totalmente defasado, nós vamos sair daquela condição de ter que dirigir horários criminosos para poder dar reaproveitamento na nossa atividade e conseguir uma remuneração que dê para cumprir com o nosso compromisso até com familiares... Enfim, nós vamos entrar numa situação de um trabalhador normal.

Nós queremos atingir um patamar onde hoje nós vemos, nós admiramos num caminhoneiro americano, por exemplo, um caminhoneiro europeu, onde é uma profissão salutar, ele não aparece como vilão, ele não provoca acidente, ele não faz absolutamente nada. Porque lá ele está regulamentado, ele tem uma remuneração compatível com as suas necessidades. E aí, o que acontecerão com as empresas transportadoras, inclusive? Elas poderão remunerar melhor os seus motoristas, elas não vão precisar também exigir mais carga horária complicada. Já foi dito aqui anteriormente que hoje não se pode nem denunciar uma empresa ou um embarcador de carga, porque ele, simplesmente, diz: "eu não te carrego mais", e fica por isso mesmo. Porque nós somos subjugados, nós estamos na dependência de quem nos contrata. Nós temos que mudar esse quadro. Nós temos que nos colocar. Nós somos profissionais. Nós carregamos o país nas costas. Então nós temos que ser respeitados e temos que ter uma remuneração para poder renovar uma frota, para poder trabalhar dentro daquilo que é a nossa especialidade. E olha que ser motorista de caminhão, não é função para qualquer profissional, não. Ele tem que ter curso, ele tem que ter experiência. Então nós temos certeza absoluta. Por que nós não falamos no estatuto do motorista? Porque nós sabemos exatamente isso.

O novo diretor da agência se comprometeu conosco de efetuar essa regulamentação nos termos,

inclusive, que foi apresentado a ele. Eu estou trazendo aqui, inclusive hoje, os termos que nós queremos rigorosamente dentro da lei, não muda uma vírgula, que foi assinado pelo grupo de trabalho que está conosco aqui no Senado, está assinado por todos eles, nada mais é, representante da ANTT, do que uma cópia daquele que já ficou com o doutor... Dr. Bernardo Figueiredo, em São Paulo essa semana. É rigorosamente a mesma coisa.

Então eu gostaria de concluir dizendo exatamente isso. Eu acho que com a regulamentação, nós vamos fazer, nós vamos fazer uma... Digamos, nós vamos atualizar o mercado. Com a regulamentação nós vamos estar atingindo aí aquilo que sempre foi a reivindicação do setor. Que nós, há anos e anos, trabalhamos nisso. Estou vendo companheiros nossos aqui que trabalham conosco nisso há muitos e muitos anos. Nós estamos, digamos, estamos querendo usufruir de um direito adquirido, da maior conquista desse setor. Nós vamos mudar o quadro a nível nacional. Nós vamos interferir diretamente na economia do país. E nós vamos organizar o setor que é, por que não dizer o principal da economia nacional?

Então, com isso, a coisa é muito profunda. Eu gostaria, inclusive, que todos os senhores que militam nesse setor, avaliassem com muito carinho, o que representa regulamentar o setor, organizar o setor, e dar condições ao motorista, ao caminhoneiro, ao autônomo e à própria empresa transportadora. Isso representa uma revolução dentro do país. Isso só veio à tona agora graças ao atual Governo do Presidente Lula que em janeiro de 2007, vamos para dois anos, sancionou a Lei 11442 com festas e etc e tal, e nós ficamos dependendo da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que levou algum tempo, mas pelo compromisso assumido, irá esse ano ainda, se Deus quiser, regulamentar e colocar em prática, fazendo com que, inclusive, nós possamos atuar como fiscais dessa regulamentação, fiscais da Legislação, porque muita gente vai querer burlar os grandes embarcadores vão querer burlar essa lei, porque mexe com grandes interesses. Até mesmo grandes empresas transportadoras vão tentar burlar, porque mexe com o interesse de grandes empresas.

Enfim, é uma coisa, é um marco nacional. E que justamente esse ato praticado pelo Senador Paulo Paim, que está acontecendo hoje aqui no Senado, vem coroar isso aí, de êxito, porque nós temos certeza absoluta, senador, foi graças a essa sua iniciativa que a ANTT resolveu, inclusive acelerar mais esse ato de tanta importância que nós sempre reivindicamos.

E com isso, eu tenho certeza absoluta, todos os senhores que estão aqui preocupados com jornada de

trabalho, com essa imagem de motorista assassino de rodovia, com certeza nós vamos resolver os nossos problemas, nós vamos nos colocar numa posição que, inclusive, nós deveríamos já estar, há muito tempo, e eu tenho certeza absoluta que o transporte de carga, a profissão de motorista daqui pra frente, com certeza, tem tendência a tomar uma posição e um quadro totalmente satisfatório e real. É o que eu tinha a dizer por enquanto. Eu agradeço pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Gostaria de cumprimentar o Botelho e dizer que para a gente é uma satisfação. Que normalmente a gente faz reuniões, reuniões, Audiências Públicas, e alguém tem aquela velha frase: "Tu quer que alguma coisa não funcione, diz que você vai fazer uma Comissão e vai fazer reuniões". Você deu um depoimento exatamente na contramão desta suposição.

Você que fez um depoimento cumprimentando a ANTT, você já esteve reunido com a ANTT...

SR. NÉLIO BOTELHO: Se me permite eu vou entregar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Vai entregar agora em mãos. E dizendo que avançamos; quando começamos essas reuniões, esse era o compromisso nosso, o compromisso era avançar naquilo que fosse possível perante a lei, o que já existe, e aí vinha a sua insistência, Botelho, na regulamentação, sem prejuízo de continuarmos o debate com mais fôlego.

Então, eu queria cumprimentar aqui a ANTT e todos aqueles que acreditaram que era possível, sim, essa parceria. E essa parceria já tem aqui a primeira... Primeira vitória. Aqui não tem perdedor. Todos ganharam. Por isso meus cumprimentos à ANTT e a todos aqueles que ajudaram esse primeiro passo. [palmas]. Eu convidaria, agora, os nossos convidados a ouvirmos, nesse momento, o nosso José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e em seguida eu convidaria para a Mesa o representante do Ministério dos Transportes. Meus cumprimentos ao Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, que entre aqueles Ministérios que nós convidamos, ele mandou o representante. Mais uma vez o Alfredo Pereira do Nascimento, ministro do Estado cumpriu a sua parte conosco e vai depois falar aqui o José Eduardo Paes... José Eduardo Vaz, que é Coordenador-Geral de estatística, Albanese. José Augusto.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Obrigado, Senador Paulo Paim. Minha saudação especial aqui ao Calixto, pelos 80 anos. Nélio Botelho, demais companheiros da Mesa. Vou procurar fazer a minha exposição. Bom dia a todos.

Primeiramente, parabenizando pela iniciativa do Senador Paulo Paim que, mais uma vez, como é de se comprovar, sai em defesa dos trabalhadores desse país. E, segundo ponto que eu estava observando desde de manhã, desde a primeira composição da Mesa, tudo é aquela questão que a gente discute no movimento sindical, o princípio do capital e trabalho. Onde o capital hoje está passando por uma crise enorme--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Augusto, me permita. É que a assessoria lembra que aqui ao lado, na sala 3, foi colocado um telão e aqueles que quiserem assistir sentados, então é só deslocar aqui ao lado, na sala 3, na CCJ tem um telão que todos podem ficar à disposição. Lá também vai ter água e café.

SR. JOSÉ AUGUSTO: E o interessante também é que eu estava, assim, fazendo uma reflexão, é a defesa, Calixto, do princípio da organização sindical por categoria. Aí eu tenho que puxar a sardinha para meu lado, que é a bandeira do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e está uma prova aqui, Senador Paulo Paim, da importância desse modelo não mudar através de uma reforma sindical, e tão menos através de uma portaria induzida pelo Ministério do Trabalho. Então uma prova disso aqui, a luta, a dedicação pela regulamentação da profissão, da qual o Fórum Sindical dos Trabalhadores somos solidários. A minha especialidade é segurança e saúde do trabalhador. Fiquei muito atento também na exposição das pessoas que passaram aqui por essa Mesa. Aí vem uma preocupação e a responsabilidade aumenta muito. Tanto pra vocês que representam os trabalhadores, como para o Governo, e até mesmo para o Congresso Nacional, a gente parar definitivamente, Nélio, nesse país, com essa carnificina nesses acidentes rodoviários que a gente presencia todos os anos, altos índices de acidentes que acontecem no país.

Então, eu acho assim, Senador Paulo Paim, que o projeto tem tudo a ver. E nós vamos, com certeza, enfileirar aí junto com vocês, aqui dentro do Congresso Nacional, num trabalho nosso de convencimento, de pressão, que é a nossa especialidade no Fórum Sindical dos Trabalhadores, e mais essa luta de interesse dos motoristas desse país.

A regulamentação da profissão, eu fiquei até um pouco, assim, chocado, eu não sei com quem eu falei aqui antes de começar a reunião... A categoria profissional diferenciada e até hoje luta pela regulamentação da profissão. Uma categoria tão forte, onde o próprio Brasil reconhece essa força que vocês têm, Nélio Botelho, e daí eu faço uma referência ao grande guerreiro e defensor dessas causas dos motoristas pelo Brasil, que você sempre foi, e principalmente pelo

seu passado, pela sua história, e pela sua militância atual que continua ainda defendendo os interesses da sua classe.

Esse modelo brasileiro, que sucateou, inclusive, as ferrovias brasileiras, devia ter uma atenção especial mais do Governo Federal, já que ele adotou esse modelo, o modelo rodoviário de cargas. E lamentavelmente a gente não percebe que houve essa evolução, tanto da questão da logística, do transporte de carga, juntamente com os interesses sociais e dos direitos dos trabalhadores acompanhando esse crescimento. Hoje na cidade onde eu resido oficialmente, estou aqui em Brasília de passagem, exercendo um cargo numa confederação, que é na Nacional dos Trabalhadores no Comércio, mas no pólo onde eu moro, ali naquela região de Barueri, onde passa, praticamente o rododanel, vai ser um grande centro de logística, ali no eixo sul, sul-sudeste.

Então, Nélcio, como você disse, a gente vê o crescimento da... O faturamento das montadoras, cada vez mais vendendo caminhões e carretas... Um investimento fortíssimo também nessa questão da logística... Um modelo definitivo no Brasil que adotou; e eu acho que vai ser muito difícil reverter o modelo rodoviário e não pela ferrovia. E paralelamente a gente ter essa necessidade de alterar essas [ininteligível] previstas também no Código Nacional de Trânsito, que também foi muito bem aqui sucedido o encaminhamento feito pelo Nélcio, que a nossa Legislação é engraçada no Brasil. No mundo do trabalho também não é diferente. Você tem leis e leis e normas e normas, e elas são conflitantes muitas vezes entre elas, não é isso, Miranda? E no setor de vocês a mesma coisa.

Então a gente está lutando aqui junto com vocês para a regulamentação da profissão, para ter um estatuto profissional próprio, como a minha categoria tem desde 1985. A minha categoria é técnico de segurança do trabalho, e a nossa especialidade é a segurança do trabalho. E esse... Esse direito que nós temos de se indignar, que é um direito cidadão de cada um de nós, quando nós vimos um setor desse, que é um setor forte, e que merece uma atenção, como está tendo agora, atualmente, desse governo, principalmente através da iniciativa de vocês, desse grupo de trabalho que elaborou essas últimas alterações que eu tive a oportunidade de ler também no intervalo. É uma atitude louvável, principalmente por contemplar os aspectos e as peculiaridades específicas do setor de transporte, pela análise que eu fiz. Apesar, como disse o Nélcio, de transferir as riquezas e economia do país, esse setor, o próprio trabalhador deveria ter uma atenção maior, e às vezes, você, como disse: "Ah, o motorista foi o culpado pelo acidente, bateu, perdeu

o freio...", mas nós, como somos especialistas em segurança e saúde do trabalhador, então, essa reflexão deve ser feita, Senador Paim, já que o senhor também é uma pessoa, um senador da República, que já foi um operário e que gostava muito dessa área de segurança e saúde do trabalhador, militando, inclusive, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes nas empresas por que passou, que são o quê, pessoal? Viu Omar? A fadiga. A questão da jornada prorrogada de trabalho... Eu disse aquele princípio do capital e trabalho justamente por causa disso. O Nélcio foi bem claro. Há conflito. A gente está numa luta muito grande por essas 40 horas, pela redução das 40 horas. Há um conflito, mas nós temos que continuar insistindo, lutando. Eu acho que a parceria é boa para os dois lados, não para um lado só.

Para fortalecer o setor de transporte você não pode massacrar e não transformar os motoristas desse país numa verdadeira carniça, uma carnificina que nós presenciamos justamente por esses pontos que nós estamos colocando aqui. Que capitalismo é esse? Que ganância pelo dinheiro, pelo poder e pela economia, menosprezando os direitos básicos do cidadão e de um trabalhador brasileiro?

Então nós temos a jornada de trabalho, nós temos o trabalho de turno, que inclusive nessas duas matérias existe uma especialidade na ciência, dentro da nossa área, que chama cronobiologia, que deve ser explorada também nesses cursos de formação de motorista. Nos cursos também de segurança do trabalho. Não discutir só a questão da freagem, do acidente, o mecânico... Mas discutir os fatores psicossociais, que é relevante dentro desse segmento, dos motoristas. E a cronobiologia é um estudo que poderia ser colocado, fica aí a minha sugestão, no currículo de formação de segurança do trabalho, na formação básica dos motoristas. A questão também das cargas perigosas, que não foi citado aqui, mas é um... É uma tremenda responsabilidade do setor. Principalmente do profissional. A utilização de tranquilizantes e outras drogas que também faz parte da nossa área; a área de segurança do trabalho. Que tem que ser tratado também de uma outra forma. Não numa forma repressiva, mas de uma outra forma, principalmente no campo psicológico.

As condições das estradas e sinalizações, as condições de engenharia e design na fabricação de caminhões, eu acho que já foi falado aqui nessa Mesa, porque visa o aspecto de segurança que não há participação nem opinião do setor, ou dos motoristas, ou do segmento, das confederações, das associações, da CNTT, com relação também aos aspectos ergonômicos da carroceria, de assentos... Uma série de outros fatores na área de segurança e saúde do trabalho.

Excesso de peso na carga, prejudicando inclusive a freagem... Esses dias nós presenciamos na televisão [soa a campanha] um acidente ocorrido, onde a polícia, a defesa civil estava fazendo o socorro, daqui a pouco passa uma carreta com tudo, falou: "Ah, o motorista alegou que não tinha freio". Agora, Paulo Paim, vai ver quanto estava transportando, não é, Nélcio? De carga nessa carreta.

Então, não... para a população ficou o motorista bandido. Que o motorista é bandido, que saiu com o carro sem freio... Então, a culpa, como é na área de segurança do trabalho, é sempre do trabalhador. Aquele tabu de ato inseguro, condição insegura, também é voltado para essa área com outro nome, que é o nome mais pesado, porque envolve a opinião pública. A mídia está mostrando, o jornal, a televisão, a internet, e na verdade se você for fazer uma análise apurada, construindo através de uma metodologia que a gente chama de árvore de causa, você vai apurar que o motorista é o menos responsável por tudo aquilo que está acontecendo.

Eu gostaria de passar também para a mão do senador, um levantamento estatístico na Previdência Social, senador, onde o transporte dentro da sua área de kenai(F) é responsável pelos 60,55% dos óbitos no setor. São dados da Previdência Social representando a incidência de capacidade temporária por mil vínculos em torno de 21,58%. No caso de mortalidade, óbito. E a incapacidade permanente em torno de 202.

A última revisão está sendo feita agora; que é relativo a 2007. Eu participo aí numa Comissão de tripartite de segurança e saúde do trabalho para ratificar a convenção 87 da OIT na área de segurança e saúde, e nós vamos fazer uma discussão muito grande em cima do transporte de carga, rodoviário de carga, que tem uma razão muito importante principalmente pelos dados estatísticos que eu tenho certeza que 2007 gostaria de passar na mão do Senador, aumentaram. E um outro setor também, que é o setor da construção civil. Então, são duas prioridades aí principalmente pelo critério de mortalidade e invalidez, não se falando ainda na questão que não é notificada, e vocês sabem muito bem o porquê não são notificadas. As doenças ocupacionais, inclusive algumas delas eu falei aqui até na questão do uso de tranquilizantes e de drogas. Que são as doenças ocupacionais e as doenças profissionais dos motoristas.

Então, para concluir, senador, eu gostaria, assim, de deixar o voto do Fórum Sindical dos Trabalhadores em apoio e solidariedade, através das suas 14 confederações nacionais de trabalhadores e quatro centrais sindicais, parabenizando aí o Nélcio, o Omar, todos os dirigentes sindicais, a Nova Central Sindical

através do Calixto pela reorganização do segmento e a busca pelo direito de vocês. Não é possível que o Brasil continue crescendo com investimento, inclusive, através do PAC, na rodovia; no rodanel; na ferrovia... E o setor humano, a questão social humanística do trabalhador fica em segundo plano. Isso aí a gente não pode concordar e aí esse espírito de indignação que eu deixo registrado aqui, nessa Comissão, como uma pessoa de prevenção de acidentes, que é difícil engolir isso aí. Só um lado leva e o outro lado menos favorecido leva nada.

A questão da patronal, eu acho que através de um processo de negociação, que é uma especialidade de vocês, de todos nós sindicalistas, tem que continuar avançando, principalmente na questão de jornada de trabalho. Se não for nesse momento aqui, pode ser lá na frente, mas o importante, Nélcio, é que esse setor seja regulamentado, e que tenha definitivamente o seu estatuto profissional.

Com relação ao final, que depois de promulgada a lei precisa dos fiscais e não pode ser burlado, extraviado, isso aí, pessoal, sempre foi e sempre será. Não adianta a gente depender do Governo. Nós temos que depender de nós mesmo, do movimento sindical. Através dos sindicatos, das federações, das confederações, através de um entendimento, mesas rondas, junto à patronal para que a lei seja realmente cumprida, depois ela é promulgada aqui, aprovada aqui no Congresso e sancionada pelo Presidente Lula.

Finalizando, Senador Paulo Paim, fico aqui à disposição, na hora que precisar, podendo contribuir, tanto do ponto de vista político, através das ações sindicais em solidariedade e apoio aos motoristas e às suas representações na defesa do projeto 271, aqui no Senado Federal, como também no ponto de vista técnico, que é a minha especialidade [soa a campanha] na área de segurança e saúde do trabalhador. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu convido nossos painelistas que voltassem ao Plenário, e que assumissem aqui nesse momento para fazer uso da palavra, primeiro o Sr. José Eduardo Vaz, representando o Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, ministro do Estado do Ministério dos Transportes. Convidaria também, no mesmo momento, para que usasse aqui a Mesa, o Sr. José Pedro dos Reis, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, da região, Mato Grosso, representando o Procurador-Geral do trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes. E ainda registro a presença, ele disse que vai participar do debate provocado, mas prefere ficar no Plenário, o

Sr. Alberto Amadei Neto. Está certo? Sr. Alberto Amadei Neto, assessor especial da Receita Federal.

E convido, então, para a Mesa o Sr. Marco Aurélio Ribeiro, Assessor Técnico representando a Associação Nacional de Transporte de Cargas e Logística, NTC. Seja bem-vindo à Mesa. E nesse momento eu passo a palavra com satisfação ao Senador João Pedro, que tem prestigiado... Prefere que os painelistas falem primeiro. Então vamos de imediato aqui passar a palavra ao Sr. José Eduardo Vaz, que representa nessa Mesa o Ministro Alfredo de Nascimento. Por questão de justiça quero dar meus cumprimentos ao ministro por mandá-lo representar aqui nessa Mesa. O que não aconteceu com outros dois Ministérios. Então para não citar, eu só vou citar aquele que prestigiou a nossa reunião. V.Ex^a está com a palavra.

SR. JOSÉ EDUARDO VAZ ALBANESE: Pode citar mais vezes então, senador.

Eu cumprimento a Mesa por intermédio do Senador Paulo Paim, cumprimento aos demais presentes, e registrar, como disse bem, o Senador Paulo Paim, o nosso ministro sempre esteve e continuará estando a disposição para buscarmos, em conjunto, soluções em relação aos problemas existentes no transporte rodoviário de cargas aqui representado pela grande maioria de seus presidentes, de sindicatos, associações, empresas... Parece-me que o setor está todo pesado aqui presente a essa reunião. O senador está sendo prestigiado bastante aqui pelo setor.

Registrando também, é bom, historicamente relembrarmos aqui que esses problemas, principalmente aqueles que não envolviam a necessidade de recursos orçamentários e simplesmente decisões envolvendo matérias legislativas, melhoria--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita, só porque todo mundo já se movimenta no Plenário, é que chegou o Senador Adelmir que tem prestigiado sempre essa Comissão, faço questão de registrar a presença dele. [palmas] Ele vai ficar aqui conosco. Por favor.

SR. JOSÉ EDUARDO VAZ ALBANESE: Então, continuando, problemas que envolviam apenas melhoria de plataformas logísticas, não envolvendo recursos orçamentários, esses receberam prioridade de tratamento e aqui vocês são testemunhas de nosso empenho, o empenho do nosso Ministério, o empenho do nosso ministro, Senador Alfredo Nascimento, colega de vocês aqui também, que culminou até com... No início de nossos trabalhos com a presença de vocês junto ao nosso Presidente da República, o Presidente Lula, e que recebeu mais de 70 lideranças para que ouvisse diretamente das lideranças os problemas da categoria. Aliás, tivemos até um problema lá com o

cerimonial porque foi muito mais gente do que previsto. Então tivemos até que abrir a recepção para mais 12 ou 15 lideranças que não poderiam ficar de fora. Que inclusive ficaram até um pouco chateadas pela demora, mas deu tudo certo no final.

E registrar para vocês que muitos desses problemas que não envolviam, os que envolvem recursos orçamentários estão sendo tratados, vocês estão acompanhando aí a questão da reestruturação aí da... Do orçamento para as rodovias, vocês hão de convir que as rodovias melhoraram e estão melhorando a cada dia que passa. Mas, fora dessa questão, diretamente aos problemas que afetam os nossos trabalhadores da área de transporte de cargas, setor empresarial, setor transportadores autônomos, é que muitos desses problemas já foram solucionados. Problemas, como já falei, que envolviam apenas agilidade de decisão, agilidade administrativa, agilidade do setor público. E essa agilidade nós fomos buscar em parceria com vocês e conseguimos. Muitos problemas foram solucionados, acredito que aqui o mais marcante tenha sido a extinção da AET que evitou uma burocracia desnecessária e que não tinha apenas a finalidade de, vamos dizer assim, minar o setor. E o setor tem superado seus problemas, tem avançado em muitas questões.

Feito esse breve histórico, eu quero registrar a vocês que continuamos à disposição. O Ministério dos Transportes é a porta aberta para vocês [soa a campanha] na questão do Poder Executivo. Evidentemente que, inclusive junto ao poder legislativo, algumas... Essa inclusive é a legislação que se encontra em curso, e outras também que já foram aprovadas, vocês se lembram também que o nosso ministro encaminhou ofícios à presidência da Câmara, a presidência do Senado para que fosse aprovado na forma como pretendido.

Essa questão específica do tempo de direção, embora seja uma questão extremamente polêmica, por causa de determinados aspectos, tempo de direção não é jornada trabalhista... Jornada trabalhista é uma coisa, tempo de direção é outra, que tempo de direção envolve setor empresarial, envolve o próprio motorista particular, enfim, tem uma série de envolvimento que deveria... Se não tem deveria ter, mais abrangente. Mas, de qualquer maneira, embora polêmico, o ideal nós nunca vamos encontrar, mas procurando o melhor, o nosso Ministério também já se manifestou favorável a essa questão já há muito tempo. E estamos aguardando a finalização disso daí. A polêmica veio surgindo em função da própria expectativa eminente da sua aplicação. A expectativa eminente da sua aplicação levantou movimentações contrárias e aí gerou a polêmica, mas isso daí eu acredito que seja superado e que, vamos

dizer assim, uma Audiência Pública dessa venha a trazer mais subsídios à solução do problema.

Para não me estender muito nessa questão; deixo registrado aqui a vocês, a todos, que inclusive conheço muitos, aqui presentes, a maioria, se não a maioria, registrar que continuamos à composição de vocês lá no Ministério dos Transportes. Problemas que venham... Sejam levados a nós, são problemas que certamente nós vamos abraçar para buscar soluções. O que não for possível, não será possível, mas uma coisa é certa, podemos não atingir as soluções, mas que vamos brigar por elas, vamos.

Então era isso que eu queria dizer a vocês, agradeço a atenção, obrigado pela oportunidade que o Senador Paulo Paim nos deu de nos manifestarmos com audiência tão rica e com a presença de grandes lideranças aqui. Obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. José Eduardo pela participação, e só lembrando a todos que nós estamos ao vivo desde às nove horas da manhã para todo o Brasil. E depois essa Audiência Pública será reproduzida, com certeza, mais uma vez. E dizer que essa é a vantagem de segunda de manhã. Segunda de manhã é ao vivo, ainda mais de graça que estamos fazendo agora na segunda de manhã.

Então, eu conversava com alguns da Mesa, acho que se nós tocarmos direto até as duas da tarde, porque às duas da tarde começa o Plenário, daí nós ficamos com esse debate ao vivo para que o Brasil conheça um pouco mais da situação dos nossos profissionais do volante.

Passo de imediato a palavra agora ao Dr. José Pedro dos Reis, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, da 23ª região, Mato Grosso, representando aqui por indicação, o Procurador-Geral do trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes. Por favor.

SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS: Bom-dia, Senador, bom-dia a todos aqui presentes. Eu parablenizo a sua iniciativa de enfrentar tão grave problema que tem afligido todos os brasileiros. Não só os trabalhadores, mas também como a própria sociedade em geral e os empresários. E em seu nome eu cumprimento todos da Mesa e todos presentes. O Ministério Público do Trabalho, ele tem se preocupado bastante com a questão do caminhoneiro, do trabalhador caminhoneiro. Não só o trabalhador com vínculo empregatício, mas também o autônomo. Por quê? Porque o art. 7º da Constituição ele garantiu a todos os trabalhadores uma jornada de oito horas diárias e 44 semanais. E quando ele diz trabalhadores, ele não diz somente de vínculo empregatício, mas também todos os traba-

lhadores autônomos, avulsos... Qualquer um deles. E o que acontece no Brasil nesse setor de transporte, hoje, é um abuso muito grande da força do trabalhador e dos direitos humanos do trabalhador, principalmente a sua dignidade.

Eu trouxe uma pesquisa que nós realizamos no Mato Grosso, e em Rondonópolis nós saímos com a primeira ação civil pública pedindo o controle de jornada através do Dr. Paulo Douglas, procurador do trabalho naquela região de Rondonópolis, e essa ação civil pública, a pedido nosso foi deslocada para Brasília onde terá um tratamento de forma... Tendo em vista que o problema é nacional, vai ser tratado de âmbito nacional. E nós acreditamos muito nessa ação, que ela vai atingir seus objetivos.

Na pesquisa que nós fizemos, deixa-me verificar, vai ser colocado ali no quadro. Nós identificamos um grande número de trabalhadores submetidos a substâncias químicas para agüentar as longas jornadas de 16, 20, 24 horas. São jornadas desumanas que têm que ser combatidas. Até temos dados da Polícia Rodoviária Federal, de janeiro a outubro de 2007, foram gerados, no Brasil, 103 mil, 128 acidentes com 5813 mortes. Vamos seguir... As péssimas condições de trabalho dos motoristas rodoviários. Lembro que essa proposta do Senador Paim ela vem dar uma solução a esse problema sério e que precisa de uma solução imediata, porque a cada momento que demora para dar uma solução, tem uma pessoa morrendo nas estradas, ou mais. O próprio trabalhador, motorista, além de outras pessoas que estão ali circulando.

Nessa primeira operação que nós fizemos no Mato Grosso, houve uma positividade de uso de anfetaminas, chamados rebites ou bolinhas também, e mesmo cocaína, de 30% com inferência, 70% negativo com inferência. 70% negou que usava, entretanto, na coleta da ruína verificou-se a presença desses tipos de substâncias químicas alucinógenas. Eu lembro que essas anfetaminas em que nossos trabalhadores, motoristas têm se utilizado para cumprir essas grandes jornadas, são drogas estimulantes da atividade do sistema nervoso central. Fazem o cérebro trabalhar mais depressa deixando as pessoas mais acesas, ligadas, com menos sono e elétricas. É chamada de rebite, principalmente entre os motoristas que precisam dirigir durante várias horas. Isso é uma definição que está no site do centro brasileiro de informações sobre drogas psicotrópicas. Lembro que essas drogas que os nossos motoristas têm utilizado elas afetam... Trazem lesões no cérebro de forma irreversível, e no Brasil, a ONU tem recomendado ações no sentido de inibir o uso dessas drogas, porque só no ano de 95

foram consumidas mais de 20 toneladas. Isso significa muitos milhões de doses.

Então, muitas dessas substâncias são consumidas não de forma... Não estamos chamando aqui, de forma alguma que o motorista é vilão, nada, o setor de transporte hoje obriga tanto o empregador a exigir de seu trabalhador excesso de jornada. O setor todo precisa ser revisto, porque quem tem a detenção da carga exige do transportador que se cumpra determinado tempo, determinada carga, e ele passa isso para o trabalhador. Eu gostaria que passasse a transparência, por favor. Nós verificamos que dessas, nessa pesquisa, que mais de 40% dos trabalhadores trabalham entre 13 e 16 horas e 40% mais de 16 horas. Então, você verifica que o uso dessa substância química ela está associada às longas jornadas. É por isso que o Ministério Público do Trabalho defende a regularização da jornada e do tempo de direção. E essa nossa proposta está aqui no PL 271 do senador, que o senador está apresentando, e que virá... Que está sendo discutida e continuará sendo discutida por mais algumas audiências, como ele mesmo informou.

Então, essa questão dos transportes é um dos maiores problemas do Brasil, hoje. O segundo maior é em saúde pública. É um problema econômico, necessita de reestruturação no setor, como eu falei. Não é somente a jornada, ou o tempo de direção, mas todo o setor precisa ser revisto, desde o embarcador, o transportador, e o... Até a entrega final. Por quê? Hoje, na lei da ANTT diz que até cinco horas, a lei que foi citada pela ANTT, a 11441(sic)... Ela diz que o embarcador tem até cinco horas para embarcar ou desembarcar a carga. Imagina se o trabalhador motorista num dia fica cinco horas carregando, cinco horas descarregando, já são dez horas, já deu a jornada dele. Então precisa ser revisto, esses atores também precisam ser chamados. A Associação dos Embarcadores de carga para que façam parte que eles também interferem muito no processo.

Então, o Ministério Público do Trabalho vê o consenso, a busca de um consenso para uma solução conjunta entre os trabalhadores e empregadores. E a controvérsia, é como enfrentar esse problema. Como o Ministério Público tem colocado, o controle de jornada e o controle de tempo de direção. Aqui na proposta do senador, o controle de jornada para os motoristas com vínculo empregatício e o controle de tempo de direção para os autônomos. Lembro que o tempo de direção de oito horas aqui mais duas extras contemplando... Está sendo contemplado no art. 7º da Constituição, a esse horário. De oito horas, no máximo, diária. E ele também, o trabalhador autônomo, embora não tenha

subordinação, ele é um trabalhador e precisa ter respeitado seus direitos, a sua dignidade.

Lembro que a jornada exaustiva ela está prevista no art. 149 do Código Penal, quando trata da redução de condição análoga de escravo. Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga de escravo, quer submetendo a trabalho forçado ou a jornada exaustiva. Portanto, quem está submetendo esses trabalhadores poderá qualquer momento, mediante uma ação do Ministério Público Federal, ou mesmo da polícia, em flagrante, ser preso por estar cometendo crime de submissão de trabalhadores à condição análoga de escravo.

E a outra pergunta que se faz é: por que os motoristas que executam esse trabalho tão penoso que todos nós aqui já discutimos e conhecemos, deveriam se submeter a uma jornada superior aos trabalhadores que ficam no escritório, no ar-condicionado o dia todo? Uma outra coisa que está acontecendo também: nós estamos criando uma legião de trabalhadores inaptos ao trabalho. Quem deve arcar com a sua recuperação, muitos desses trabalhadores não têm o recolhimento do INSS. E ficam doentes e quem é que vai cuidar desse trabalhador? Ele vira um indigente. Então nós temos que nos preocupar com a proteção aos trabalhadores.

Lembro que a resolução 267 do DENATRAN é de 25 de fevereiro de 2008, exige avaliação de distúrbio do sono para os candidatos que forem realizar adição, renovação e mudança de categorias. O que está acontecendo hoje? O motorista vai renovar, não consegue por causa de distúrbio do sono e ele não pode trabalhar e o INSS não aceita isso como... Para recepção de benefícios. [soa a campainha] Então, é algo que deve ser verificado também. Quem é que vai cuidar dessa legião de trabalhadores que estão aí doentes, por doenças ocupacionais? O Código Nacional de trânsito traz no art. 1º primeiro, § 2º, que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito, a este cabendo no âmbito das suas respectivas competências adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Portanto, no momento em que a ANTT, ou órgãos de trânsito não fazem nada para que ou faz pouco para que o tempo de direção, ou jornada de trabalho, não seja regulamentada, ele está deixando de cumprir essa determinação do art. 1º do código de trânsito brasileiro. O controle do tempo de direção é um ponto importantíssimo. É um avanço importante, sobretudo para os motoristas autônomos. Retornando um pouco, o grande problema que existe hoje, o porquê de não regulamentação, busca-se o barateamento artificial do frete, com isso aumenta o número de rodoviários

e induz a que os motoristas façam o uso de substâncias químicas.

E a conclusão que se tira de tudo isso é que a situação de segurança instalada no Brasil é insuportável tanto para os motoristas, quanto para a sociedade em geral. É preciso resgatar a enorme dívida social para com os motoristas rodoviários e transportadores de cargas brasileiros. E a resposta para esse problema está no Legislativo, no controle de jornada em tempo de direção. Não se esquecendo de buscar a segurança e a saúde desse trabalhador também que não tem muitos lugares para comer uma alimentação digna, de respeito, não tem lugar para dormir. Tudo isso também constitui situação análoga de escravo. Por que eu estou falando isso? Eu acompanho operações no meio da... Nas fazendas, onde a gente encontra trabalhadores submetidos à condição análoga de escravo, e se for colocar caminhoneiros comparados com esses trabalhadores, ele fica de longe ainda, por quê? Porque normalmente eles estão lá abrigados, tem água... Mas água suja, mas tem. Tem alimentação ruim. Tem ali a rotina, está próximo aos outros. O caminhoneiro, não. O caminhoneiro, ele não tem onde dormir com condições, ele não tem onde se alimentar com condições. Os próprios colegas sabem o alto grau de doenças cardiovasculares que os motoristas são afetados, diabetes, colesterol alto por causa da má alimentação.

Então, só concluindo já, excelência, esse projeto que o senhor está apresentando é uma resposta a essa condição inaceitável que temos hoje na nossa sociedade, que precisa de uma resposta. E eu tenho certeza que tanto os empregadores, as empresas, os trabalhadores e a sociedade querem uma resposta. E essa resposta tem que vir do Legislativo mesmo. Porque o que pode a iniciativa privada fazer, tenho certeza que está fazendo, o que pode os sindicatos fazer estão fazendo, o Ministério Público está fazendo. Nós encaminhamos para a ANTT uma notificação recomendatória também para que ela efetuassem essa regulamentação tempo de direção.

E nós esperamos que esse projeto elaborado e apresentado por V.Ex^a, ele passe e a gente daqui um breve tempo nós consigamos ter uma resposta positiva diminuindo o número de acidentes, diminuindo o número de trabalhadores em condições degradantes e o caminhoneiro seja como o Sr. Nélio Botelho falou, seja igual da Europa e dos Estados Unidos, que é aquele caminhoneiro feliz; saudável, com a família, e fazendo parte, realmente, sendo um cidadão nesse Estado democrático de direito. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra nesse momento ao represen-

te da NTC, Dr. Marco Aurélio Ribeiro. 10 minutos com mais cinco, se necessário.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Eu agradeço o convite ao Senador Paim, dizer da importância da realização dessa Audiência Pública. Essa questão é uma questão realmente que vem preocupando a NTC há longos anos. Os Srs. Senadores, aqui presente, devem estar lembrados que já aprovaram aqui nessa Casa, um projeto de lei originário da Câmara, lá é número 2660 que regulamenta o tempo de direção do motorista. Esta é uma discussão que corre aqui na Casa há pelo menos 10 anos. Esse projeto está tramitando e vem tramitando com essa preocupação de regulamentar o tempo de direção por uma discussão muito ampla que se fez ao tempo da apresentação do projeto, da qual a NTC participou e vem acompanhando esse tempo todo, que a jornada de trabalho de oito horas já existe na CLT, como bem lembrou aqui o promotor José Pedro. O autônomo não tem jornada de trabalho. O autônomo é tratado como trabalhador, pelo Dr. José Pedro, mas ele tem uma característica própria, ele é dono da sua própria atividade. Dos países do Mercosul, o autônomo é uma empresa unipessoal. É tratado como uma empresa. Na Europa também ele é visto como um empresário. Nos Estados Unidos também é visto como um empresário e tratado como um empresário.

Então, nós chegamos a conclusão dessa discussão, do projeto de tempo e de direção, que a jornada de trabalho não atendia a regulamentação do tempo de direção do autônomo, precisaria haver uma regulamentação colocada no código de trânsito, de tempo de direção que abrangesse, não só o autônomo, porque aí ela também se aplica ao empregado. O tempo de direção vale para um... E aí não é questão de jornada de trabalho, também o motorista empregado tem que cumprir o tempo de direção, porque como lembrou o Dr. José Pedro, ele pode ficar cinco horas esperando para carregar e mais cinco horas esperando para descarregar, já cumpriu o tempo de jornada de trabalho dele. Mas o tempo de direção ele estará descansado para dirigir oito horas, em tese. Dependendo da circunstância da espera. Se ficar esperando lá onde ele disse, em Rondonópolis, que não tem onde ficar, também não vai estar em condições de dirigir. É óbvio.

Mas, então, o tempo de direção é para abranger tanto o empregado, como o motorista autônomo. Esta questão é importante porque ela tem influência na economia do país. O transporte é uma atividade de grande importância, porque todo o abastecimento do país, todo o escoamento da riqueza do país é feita através do transporte. E o transporte rodoviário de carga responde por 60% disto. Quando o Dr. José Pedro

lembra aqui uma outra coisa importante; que precisa trazer para cá os embarcadores para discutir essa questão, realmente é necessário trazer os embarcadores para discutir isso. Porque as exigências que as empresas fazem do transportador autônomo ou do seu empregado, muitas vezes são exigências ou do embarcador, da empresa de seguro... Todos sabem aqui que o serviço de transporte de cargas, hoje, é um dos mais visados pelo crime organizado no país. Existem roubos, existem assaltos, busca da carga, assino, ou motorista, seja ele autônomo ou empregado, corre o risco e as empresas ao contratarem um motorista, seja ele empregado ou autônomo, têm exigências que são apresentadas pela seguradora. Tem que tirar ficha corrida dele da polícia, tem que obter informações, e isso o Dr. José Pedro é contra. O Ministério Público acha que não se pode tirar informações para contratar o empregado. Não pode haver uma ficha do empregado, não pode ser... Mas esse controle acaba sendo feito. E é feito por uma exigência do embarcador, é feito por uma exigência da seguradora e é feita pela realidade que existe no país.

O transporte rodoviário de carga tem que fazer a sua autodefesa. Então isso precisa ser regulamentado, senador. Como é que se resolve essa questão? O Ministério Público não aceita que se tire informações de um trabalhador, mas esse trabalhador pode estar mancomunado com o ladrão. Então isso precisa ser resolvido. Talvez seja essa a oportunidade de discutir essas coisas.

Quando o Dr. José Pedro lembra que o embarcador exige tempo, não é só o embarcador, não, a Receita Federal brasileira exige tempo também para cumprir o transporte rodoviário de carga. Aquela carga do transporte internacional que passa pela fronteira ou que sai do porto e que vai para uma aduana, ela tem tempo para chegar lá, e se não chegar no tempo o motorista é multado, a empresa é multada, é cassada a autorização para fazer o transporte. Isso também precisa ser visto e regulado. A Receita Federal também exige que se cumpra tempo de direção ou que se cumpra tempo de transporte feito pela via rodoviária.

É por isso, senador, esse projeto que eu disse que fala do tempo e de direção, ele está contemplado no projeto de V.Ex^a. Mas existe um projeto que está pronto na Câmara dos Deputados, prontinho para entrar na ordem do dia, há três anos. Passou pela Câmara dos Deputados, passou por esta Casa, foi aprovado pelos Srs. Senadores com algumas modificações feitas aqui, em razão daquilo que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, e a proposta do Senado que está lá hoje para ser votada é quase igual. Tem muito pouca diferença do que está aqui a respeito do tempo e de

direção. Não se aprova porque não se quer. Pode ser aprovado amanhã. Basta pôr na ordem do dia, votar e aprovar. E nós começamos a ter um instrumento que o Dr. José Pedro pode dizer que é importante para regular o tempo de direção. Tanto do empregado como do motorista autônomo. E que estabelece essa questão do equilíbrio da questão econômica, porque olha, o transportador vai usar ou o empregado, ou o autônomo, dependendo das melhores condições econômicas que houver.

Nós estamos vendo aí, e eu tenho discutido isso com os representantes dos autônomos que estão aqui presentes, estou vendo o Nélio e outros, que a categoria de transportador autônomo de repente pode acabar. Pode acabar, porque se houver esta avalanche de ações contra a contratação do motorista autônomo, a categoria pode acabar. Agora, se ficar inviável fazer o transporte com o motorista empregado, em função da questão da jornada, da colocação que está aqui do projeto, que todo o tempo que ele estivera à disposição é contado como tempo de trabalho, o trabalhador que trabalha no navio, ele fica no navio 20, 30 dias e não é contado todo o tempo como tempo a disposição. Nós precisamos achar uma fórmula para resolver essa questão. Essa é uma característica de um país continental como é o Brasil. E que o transportador autônomo, ou o empregado quando pega uma carga de Belém e vai levar a Rio Grande do Sul, ele não faz isso em 12 horas, 24 horas, ele leva dias. É uma opção de trabalho que muitas pessoas abraçaram e nós temos que agradecer a esses desbravadores brasileiros que fizeram com que as fronteiras do país avançassem a fronteira hoje, a fronteira agrícola. Está lá na região do Mato Grosso, onde está lá o nosso promotor, onde nós estivemos lá discutindo, e que é uma das questões problemáticas desse transporte rodoviário de carga, porque todo o escoamento da safra, toda a produção brasileira, todo esse crescimento da agricultura do país que nós vimos acontecer, aconteceu graças a essa expansão da fronteira agrícola. E o escoamento disso é feito de caminhão.

Dá pra mudar, tem gente que defende outras opções de transporte, deve ser modificada? Pode-se modificar, sim, mas a construção de uma rodovia não vai acontecer amanhã, e o Brasil precisa exportar soja, milho, precisa exportar grãos, amanhã. E vai continuar fazendo isso de caminhão. Nós não podemos parar a economia brasileira. Com essa crise toda que nós estamos vivendo aí, o país é um dos poucos que não está sofrendo com essa crise internacional graças a este crescimento maravilhoso que estamos tendo, graças à estabilidade econômica que nós estamos tendo no país. [soa a campainha].

Então, é importante, nesta hora, conciliar, compatibilizar a realidade do país. A realidade do transporte rodoviário de carga com a sua legislação. É óbvio que nós temos que combater esses abusos; o uso de anfetaminas... Temos que combater tudo isso. Nós precisamos combater sem engessar o país, sem impedir que o transporte continue sendo o escoadouro da riqueza do país para que a gente continue crescendo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu peço aos meus convidados aqui, que usaram a palavra que retornem ao Plenário. Eu vou chamar outros três convidados, e logo que eles aqui chegarem, eu vou passar antes a palavra ao nosso Senador João Pedro. Eu chamo o Sr. Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, gerente técnico, que estará aqui representando o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, ANTU, o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho. Eu convido também, se está presente, o representante do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, e também o representante do Departamento da Polícia Federal. E convido também o Sr. José Hélio Fernandes, Diretor da CNT e Presidente da FINATEC, representando Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional de Transportes, CNT. E convido também, ainda, o Sr. Luiz Alberto Mincarone, que é Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais. Está certo? Esses são... Essa é a última Mesa. Depois dessa Mesa não teremos prejuízo para que nós possamos, inclusive, interagir ainda com o plenário.

Estava aqui o representante... Quem é o representante da Federação Internacional dos Trabalhadores no Transporte? IPF está aqui? Não? V.Ex^a será convidado a nós adaptarmos aqui a Mesa. Eu pediria então que você passasse para lá, e aquela cadeira viesse para cá para que nós fazermos a última Mesa. Por favor... Por favor, só para ficar registrado, seu nome é? Pode usar aqui o microfone, dá o seu nome e a entidade. Só para registro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom-dia para todos e todas, eu represento a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte do escritório regional para a América do Sul do Caribe, no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Passamos de imediato a palavra ao nosso Senador João Pedro, que tem nos auxiliado muito aqui na Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom-dia Paim, bom-dia a todos e a todas. A Mesa está renovada. Essa é uma Audiência Pública que... Com uma dinâmica e uma audiência importante.

Eu estava me deslocando do Senado e vi o meu companheiro de bancada, o Paim, sozinho aqui com a sala cheia. Eu digo: "Vou dar uma passada lá". E o assunto é um assunto relevante, Paim. Nós estamos falando de um Brasil que é... Que tem uma particularidade pelos quilômetros de malha rodoviária de estradas federais, de estradas estaduais, de vicinais... Mas nós estamos falando também de um Brasil que é uma referência internacional na sua economia. E esse é um debate, me chamou a atenção, discutiu o estatuto de uma categoria que aí eu estava tentando entender o número de brasileiros e de brasileiras, porque tem mulheres no volante. Vão aí dois milhões só fazendo aqui uma conta, talvez não seja preciso o número, só caminhoneiros. Se a gente estende os motoristas de táxi nesse Brasil de 5564 municípios, nós vamos ter uma categoria de homens e mulheres que trabalham no volante de forma significativa.

Então, trabalhar regulamentação, discutir um estatuto de centenas de trabalhadores significa que nós temos uma grande responsabilidade. Então quero parabenizar o Senador Paim, porque tem uma história de homem público zeloso, engajado, comprometido com a luta dos trabalhadores, e principalmente por um aspecto, porque esse debate aqui nos leva a falar de economia, nos leva a falar de eficiência, mas tem que estar embutido um aspecto, que é o aspecto humano. Se nós trabalharmos essa discussão só do ponto de vista da economia, nós vamos estar massacrando centenas de milhões de brasileiros, e é muito importante para nós, nos orgulha falar do PIB brasileiro, falar da nossa economia, falar da eficiência.

Eu moro numa região distante desse centro-oeste. Eu sou do Amazonas, e o caminhão chega pelas balsas ou pelo Rio Madeira, a partir de Porto Velho, ou Belém, ou Santarém, e vejo como é que chegam os produtos e sei como é que saem os produtos também, produtos da Zona Franca de Manaus, que significa um PIB importante, um faturamento de 32 bilhões de dólares, é o faturamento da Zona Franca. Então, eu quero colocar aqui um elemento que eu sei que faz parte de um dos princípios que o Senador Paim trabalha nesta Casa, que é olhar de forma humana os trabalhadores. Tem que ter lucro? Tem que ter lucro. Tem que ter eficiência? Tem que ter eficiência, mas ninguém pode enriquecer, ninguém pode ser tão eficiente se sobrepondo às condições de trabalho de seres humanos, de pais. De homens, de mulheres.

Então, eu venho colocar, eu venho participar desta Audiência Pública que engrandece o Senado e penso que pela representatividade aqui das centrais, das associações, do conjunto de instituições que participam dessa audiência, nós vamos extrair um posi-

cionamento, um conjunto de idéias, no sentido de dar esse salto de qualidade e a gente romper com esse tempo todo de anos parado aqui o estatuto, e essa demora na regulamentação de um Projeto de Lei que foi um momento importante para o Governo do Presidente Lula, como da categoria dos caminhoneiros. Então eu venho aqui para colocar esta preocupação, destacar a importância do Brasil, da dependência que o Brasil tem dos brasileiros, das regiões, dos caminhoneiros. Às vezes a gente fala da estrada e esquece o homem que transporta produtos químicos, que transporta os alimentos... E nós precisamos tratar esse homem, o profissional do volante de forma tão importante quanto a importância do lucro. Mas ele não pode estar aquém. Não pode ser massacrado.

Esses dados que foram apresentados, quer dizer, o cidadão se submete a ingerir uma droga porque ele tem que chegar lá a qualquer custo. Ou seja, e aí ele vai no limite da vida dele, como a vida de outros, mas tem que chegar, se não ele tem... Ele é punido, é advertido, ganha menos... Então, estou trazendo esses elementos porque é um assunto que diz respeito a todos nós legisladores, diz respeito ao Brasil. Esse Brasil grande, esse Brasil feito por estradas, por longas distâncias.

Então, Paim, você está correto em propiciar essa Audiência Pública. E a representatividade aqui, das centrais, das associações, do Governo presentes nessa... Mostra a importância do tema. Então, eu quero me colocar aqui, não sou membro da Comissão, mas sou senador pelo Amazonas, do Partido dos Trabalhadores, e quero me colocar à disposição desse debate no sentido de te ajudar aqui na tramitação, na celeridade da matéria, e dizer que a partir desta Audiência Pública estarei mais atento nos elementos que estão sendo colocados aqui no sentido de nós termos uma legislação que seja justa, que seja humana, que seja democrática, que seja um estatuto que possa trazer tranquilidade não só aos profissionais do volante, mas a todos nós brasileiros que moramos nas cidades, que compomos esse Brasil urbano, mas fundamentalmente desses homens que atravessam o Brasil levando a riqueza produzida pelos próprios brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador João Pedro, me permita, quando V.Ex^a falava na questão do lucro, eu quero dizer que eu tenho muito orgulho de ter lá na parede no meu gabinete, eu ganhei uma charge do Aroeira. O Aroeira fez uma charge, faz uma caricatura nossa e me bota apontando para o mapa do Brasil e na charge dele diz: "Eu sou a favor do lucro". A dele aponta para o Brasil e diz: "Para

todos". Então, a questão não é ser contra o lucro, mas ser a favor do lucro para todos. Achei interessante essa criatividade do Aroeira, ele me mandou de presente e disse que eu poderia publicar. Então eu uso ela na minha página. Porque de fato eu não tenho nada contra o lucro. Tanto é que eu tenho um projeto aqui na Casa, e já deixei dois no Senado, que é a participação do lucro dos trabalhadores nas empresas. Isso é um processo em construção que vem desde a época do Napoleão, na França. Lá na França, na época do Napoleão, já tinha, e inclusive foi implementado a prática da participação dos trabalhadores nos lucros. Mas com satisfação vamos à nossa última Mesa para depois abriremos ainda o debate do Plenário. Eu sei que inúmeros companheiros querem fazer uso da palavra. Eu agradeço mais uma vez o Senador João Pedro, que, embora não membro dessa Comissão, mas é membro da Comissão de Assuntos Sociais e é um ativista, eu diria, nessa reunião, nessa Comissão, porque seguidamente ele está aqui para debater o tema relacionado à questão dos Direitos Humanos.

Passamos de imediato, então, ao Dr. Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, gerente técnico, que representa aqui o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, ANTU. Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho. Por favor, Carlos Henrique, 10 minutos com mais cinco.

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer ao Senador Paim pela oportunidade que nos foi dada para estar aqui colocando algumas idéias e alguns pensamentos, posições da ANTU, que é uma entidade que representa as empresas de transporte público urbano em todo o Brasil, e na oportunidade eu gostaria de transmitir ao senador as desculpas do nosso Presidente, Otávio Cunha, que infelizmente ele não pôde estar em Brasília hoje, mas nos enviou aqui entendendo que isso aqui, essa reunião é de grande importância para o setor e para todos os trabalhadores também.

Bem, eu gostaria de iniciar falando um pouco do nosso setor, que é o segmento específico de transporte urbano por ônibus, nós representamos as empresas de transporte urbano por ônibus, são cerca de duas mil empresas no Brasil transportando diariamente em torno de 50 milhões de passageiros com a frota em torno de 120 mil veículos, empregando diretamente, senador, em torno de 500 mil colaboradores. Então, é um segmento muito importante para a economia brasileira. E vou falar um pouco sobre a dinâmica do setor. A regulamentação do setor ela é feita no âmbito municipal, o serviço urbano, cada município tem o poder de estar regulamentando a sua atividade. Então a gente viu aqui muitas discussões, problemas de des-

regulamentações de outros setores... Eu gostaria de dizer que o nosso setor é altamente regulamentado no âmbito municipal, e dessa forma você tem situações diversificadas em todo país, [soa a campainha] de região para região você tem condições de regulamentações diferenciadas, especificamente sobre as condições de trabalho também isso se observa, porque os acordos trabalhistas ocorrem no âmbito regional.

Então, falando um pouco ainda do setor, nós temos em torno, como, vamos dizer assim, como jornada modal, vamos dizer, em torno de sete horas e vinte minutos, claro que varia de região para região, e temos todos os pontos que foram colocados já estão regulamentados na maioria dos acordos trabalhistas que ocorreram nos últimos 20 anos, que sempre eu posso garantir para os senhores que sempre houve avanços reais nesses acordos trabalhistas, abordando muitas das questões que foram colocadas no projeto do senhor.

E falando um pouco mais do setor, é um setor onde os custos do setor eles são inteiramente arcados pelos usuários de transporte, porque no Brasil não existe, com raras exceções, uma das exceções é São Paulo, o município de São Paulo, no Brasil não existe subsídios dados às tarifas ou diretamente para reduzir os custos do setor, então, o nosso usuário ele arca inteiramente com os custos do setor. E mais ainda, diferentemente do que ocorre na Europa, nos Estados Unidos, nos países de primeiro mundo, onde a sociedade transfere recursos para os usuários de transporte através de subsídios, mais do que isso, no Brasil ocorre o contrário. Na verdade, os usuários do transporte coletivo é que transferem recursos para a sociedade através de uma carga tributária pesadíssima, em torno de 40%, e através das gratuidades oferecidas para diversos segmentos que também oneram a tarifa em torno de 20%.

Então, há uma grande... Na nossa opinião, iniquidade que ocorre porque nossos usuários como é de conhecimento do senhor são pessoas de baixa renda, são trabalhadores, grande parte, a maioria, trabalhadores, e que acabam que, diferentemente de outros países, acabam que... têm que transferir recursos próprios, recursos que eles muitas vezes não têm, têm que transferir para a sociedade através de uma pesada carga tributária, porque hoje todos custos de transporte são de responsabilidade, quem arca com todos os custos de transporte são os nossos usuários. Então, uma preocupação que nós temos realmente é a preocupação da modicidade tarifária que é um princípio que está aí, inclusive na lei de concessões e está bem claro lá que a autoridade pública tem que preo-

cupar com esse princípio da modicidade tarifária em concessões... Concessão de serviço público.

A isso, senhores, alguns dos senhores podem me perguntar: Mas por que os empresários, eu estou aqui representando o segmento empresarial, estaria preocupado com o custo do setor, sendo que como eu falei anteriormente, quem arca com esses custos são os usuários? Ou seja, todo mundo fala: "O custo que houver para a tarifa, automaticamente vai ser repassado para os usuários". Nosso setor preocupa muito com isso, por quê? Para os senhores terem uma idéia, nos últimos 10 anos o segmento de transporte público urbano perdeu cerca de 35% de mercado; perdeu cerca de 35% do volume de passageiros transportados. Vários foram os motivos que ocasionaram esse resultado final, mas gostaria de destacar só um, que é justamente o motivo de aumento real em termos reais da tarifa dos ônibus, dos sistemas de ônibus urbano. Houve um aumento real na tarifa nos últimos 10 anos e obviamente esse aumento real provocou, extrapolou a capacidade de pagamento de muitos dos nossos usuários, haja vista que o próprio IPEA soltou estudos aí, recentemente, falando que há 37 milhões de pessoas hoje abaixo da linha de pobreza que não têm condições de estar pagando as tarifas de ônibus praticadas atualmente. Então há uma verdadeira exclusão social na mobilidade urbana, pessoas que passaram a andar a pé, passaram a usar outros meios de transporte, e simplesmente o pior, simplesmente pararam de se deslocar. Quando se pára de deslocar, significa que a pessoa estar privada de todos os benefícios aí que a sociedade pode oferecer a qualquer cidadão, seja saúde, lazer, saúde, saúde lazer e... Até mesmo condições de arrumar um emprego melhor, ou até mesmo arrumar um emprego, que muitas dessas pessoas estão desempregadas.

Então, eis a preocupação nossa quanto à questão de modicidade tarifária, porque nós perdemos em torno de 35% do mercado, de volume de passageiro pagantes, e um dos motivos fortemente são as pressões sobre o custo. Obviamente outras questões que não vou colocar aqui, mas só para citar, por exemplo, o óleo diesel. Para o senhor ter uma idéia, Senador, o óleo diesel aumentou mais de 100% nos últimos cinco anos em relação à infração. Fruto de outros fatores, outras políticas, que eu... Não vale a pena citar aqui. Só para citar rapidamente, a última política que teve o Governo adotou uma política de isenção, de desoneração tributária da gasolina e não aplicou a mesma política para o óleo diesel, só para citar uma dessas pressões. Obviamente houve outras pressões quanto a isso, quanto a isso.

E de uma certa forma, o que nós colocamos aqui, realmente, é que nosso setor já é bastante regulamentado, é muito fiscalizado. Eu vi aqui o Ministério do Trabalho, Procurador do Trabalho, nós somos muito fiscalizados quanto ao cumprimento das cláusulas trabalhistas. E como eu havia falado, houve um avanço muito grande nos últimos anos, mas avanços, senador, graduativos. Geralmente a cada ano você incorpora algumas vantagens a mais que vai sendo absolvida ano a ano pelo sistema e pelos próprios usuários que vão tendo a sua capacidade de pagamento adequada às melhores condições dos trabalhadores. É nosso interesse oferecer melhores condições para os trabalhadores, sim. Por quê? Principalmente para o motorista que o nosso motorista é o nosso grande colaborador, ele que está no fronte ali, na linha de frente, é ele que garante o crescimento e desenvolvimento das empresas, não só o motorista, mas também os cobradores, eu falo os trabalhadores operacionais, então é nosso interesse estar melhorando as condições, cada vez melhorando mais as condições de trabalho dos nossos trabalhadores, mas nós também temos essa preocupação com a questão da modicidade tarifária. Não fizemos ainda análises quanto a impactos de custo, acho que isso numa hora oportuna a gente pode até estar discutindo essas questões, mas eu só estou colocando algumas preocupações gerais [soa a campainha] que nós temos.

Gostaria de citar, também, um fato que nós consideramos positivo no projeto de lei, a questão do intervalo intrajornada que está sendo questionado aí por algumas ações judiciais, e foi contemplado no projeto do senhor, que nós entendemos que seja um avanço, principalmente para o trabalhador, porque o trabalhador muitas vezes ele cumpre intervalos grandes entre uma viagem e outra, e depois acaba que ele vai ter que cumprir mais uma hora ainda, cumprindo o horário de almoço, horário de descanso, e acaba que ele fica privado nessa uma hora a mais que poderia estar chegando mais cedo em casa, está sendo privado do convívio. Muitas vezes o convívio que tem com sua família vai ser reduzido esse tempo. E nós entendemos que esse princípio adotado no projeto, na proposta, ele está avançando no sentido de estar oferecendo essas melhores condições de convívio do trabalhador que ele vai poder... Com os seus familiares porque vai poder chegar em casa mais cedo e, obviamente, isso, nós consideramos um fator positivo e uma melhoria da sua condição de trabalho.

Bem, eu não vou me alongar muito, só gostaria de deixar essa questão aí, de levantar essa questão que é uma preocupação nossa, a questão da modicidade tarifária, e dizer que a Associação Nacional de Empre-

sas de Transportes Urbanos, ANTU, está à disposição do senhor e de todos os senhores para debater essa questão, não só da jornada, mas outros benefícios que estão sendo colocados aqui e... Aposentadoria, várias outras questões nós estamos aí abertos a discutir e fico à disposição de todos aí para qualquer esclarecimento. Muito obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Rafael Griguera, que representa, aqui, a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte.

SR. RAFAEL GRIGUERA: Muito obrigado, Senador. Em primeiro lugar, eu peço desculpas do tratamento ruim que vou dar ao belo idioma português, com a dispensa de vocês, pois não falo bem o português.

Mas quero agradecer à presença, porque a nossa satisfação é o convite do Senado da República e o convite, também, de nosso filado no Brasil, a Confederação Nacional de Trabalhadores de Transportes Terrestres. E quero falar, também, que não sempre uma federação internacional de trabalhadores é convidada a uma Audiência Pública. Por isso, acho que devo marcar que isso é um claro exemplo da democracia representativa do Brasil. Muito obrigado, mesmo.

Nossa presença é para explicar, quiçá, porque trabalhamos não especificamente num grupo de trabalho desse documento, desse Projeto de Lei. Se nunca trabalhamos junto ao filiado, nesse caso, a CNTTT. Nós trabalhamos com eventos, seminários, reuniões nacionais, regionais e internacionais, eles comparam, têm experiência que a Mesa falou do motorista dos Estados Unidos da Norte América, na Europa, eles compartilham experiências com eles, eles podem tomar exemplos do trabalho, de suas leis. Mas, para nós, hoje, aqui, essa segunda, como falou o Senador, cedo, na segunda cedo, é muito importante, é uma satisfação, porque teve, um dos trabalhos que tem é uma semana da ação mundial, no mês de outubro, 15 anos começa hoje. Hoje de manhã. Quer dizer, para nós, começa, no Brasil, com essa Audiência Pública, uma grande satisfação para a federação internacional.

Só para complementar, para que você tenha idéia, vamos trabalhar juntos, também, para o [ininteligível], na reunião de Maceió, com o Grupo de Trabalho 5, do MERCOSUL [soa a campainha], e, se vier a nós, do transporte rodoviário, teremos a conferência mundial, daí, teve de ferroviários no mês de dezembro, em Curitiba, no Brasil, também.

Se para bem que o trabalho da federação internacional, o Brasil tem uma importância extrema. Ou seja, aqui se falou, um empresário falava em números de passageiros, de motoristas. Eu acho que isso tem

muita, muita importância para vocês e para a federação, porque o que está acontecendo, nesse momento, com a discussão desse grupo de trabalho, com essa nova lei, para a ITF é muito, muito importante; mais ainda para a zona da América Latina.

O Brasil, lá, tem que... Os olhos dos trabalhadores e trabalhadoras da América Latina estão postos no que acontece com essa lei, aqui no Brasil. Agradecendo, novamente, o Senador e vou, também, nas palavras que você falou no começo da audiência, que também o mundo sindical e a federação internacional também não 'está' contra ninguém, senão, trabalha a favor de todos e todas as trabalhadoras de transporte. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos, de imediato, ao Sr. José Hélio Fernandes, Diretor da CNT e Presidente da FENATAC, representando Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte.

SR. JOSÉ HÉLIO FERNANDES: Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento todos os membros da Mesa. Eu quero cumprimentar o Wilbert, representando a ANTT; cumprimentar o Nélío Botelho, em nome de quem eu cumprimento os autônomos; e também cumprimentar os trabalhadores, aqui, na pessoa do Sr. Omar, que ainda está presente ali conosco; e o Dr. Zé Preto(F), que saiu, aqui, representando o Ministério Público do Trabalho.

Mas, Senador, eu quero dizer o seguinte: o que nos deixa, eu diria, até feliz pela iniciativa, até pela forma como o senhor tem conduzido os trabalhos. Aliás, no início dessa reunião, o senhor disse que estamos todos reunidos para um diálogo. E eu quero dizer o seguinte: que, para discutir ou tratar de uma atividade de tamanha importância, de tamanha complexidade, com certeza exigirá de todos nós muito diálogo e muita disposição para a busca de um entendimento.

E eu quero dizer o seguinte: uma das coisas que mais integrava a nós [soa a campainha] e integra os transportadores, os empresários é porque, ao longo dos anos, e principalmente nos últimos 15 anos, que nós temos intensificado uma luta em prol do disciplinamento do setor, e não foi uma nem duas, muitas vezes nós ouvimos dizer que a área econômica do Governo interessava – isso vem lá detrás –, interessava que o setor permanecesse desorganizado, como era, porque, quanto mais desorganizado, mais competitivo, e quanto mais competitivo, menos custo, porque não faltava transportes.

Agora, a pergunta que a gente sempre fazia é o seguinte: tudo bem, tudo está sendo transportado.

Agora, como? E a que custo? Portanto, a nossa satisfação em ver que, num momento desse, como foi muito feliz o Nélío, nas suas colocações, Nélío, que é um momento oportuno, que eu acho que a soma de esforços, e, com todo mundo unido, eu acho que, dessa vez, nós podemos realmente encontrar um caminho que dê ao transporte a importância e o respeito que essa atividade merece.

E, por essa razão, Senador, e, aí, em parceria com os próprios autônomos, né, eu quero dizer que, aí, já um meio passo, para a luta que estamos empreendendo, agora, foi a aprovação da 11.442. Porque eu acho que ela, realmente, ajudará a queimar etapas. Foi uma luta dura dos empresários e dos autônomos para fazer e aprovar essa lei, que, no nosso entender, é uma lei absolutamente simples, eu diria simplória.

Mas qual foi a surpresa? Quando da aprovação, houve um verdadeiro levante, em relação à Legislação e querendo derrubar na semana seguinte. Foi outra etapa dura, para não deixar, inclusive, acontecer uma derrubada da lei, aqui, no próprio Congresso.

E por que isso é importante? Porque, veja, Senador, o art. 1º dessa lei começa por definir a atividade do transportador rodoviário de carga, quer seja do empresário, quer seja do autônomo. Porque, antes da lei, se fizéssemos a pergunta, aqui: o que é o transportador de carga? Nós poderíamos ter, aqui, umas 50 respostas. Porque sequer tinha uma definição. E isso realmente incomoda, porque uma atividade tão importante para a economia brasileira e que, na verdade, ninguém queria ajudar, ou seja, a um disciplinamento.

Continuando essa busca de uma simples... Disciplinamento, um simples disciplinamento, é que também temos lutado em prol do 2.660. Porque entendemos que, se não resolve todos os problemas, também contribui para dar um formato na atividade do transportador.

Porque a gente parte do princípio do seguinte: se não há regra, se não há limite, por analogia, tudo é permitido. Porque qual é a regra? Não tem. Qual é o limite? Não tem. Então, mesmo com tudo isso que nós estamos vendo, podemos dizer: tudo é permitido.

Então, é realmente complexo. E, com base nisso, nosso setor tem lutado muito, inclusive em prol da melhoria da infra-estrutura de transporte, porque impacta diretamente a nossa atividade, tem tudo a ver com tudo o que nós estamos discutindo, aqui, e temos discutido ao longo dos anos, inclusive, a criação da CIDE, que era um custo a mais, e tudo o mais, e o setor empresarial trabalhou duramente para a aprovação, no sentido de que houvesse recursos para a melhoria da infra-estrutura de transporte. Porque nós entendíamos que era importante, que contribuía para a nossa atividade.

Temos defendido, também, a instalação de balanças, porque nós estamos ouvindo falar, e é verdade, o problema do sobrepeso. E nós lutamos, também, arduamente contra o problema do excesso de peso, por todas as razões: pela insegurança, por contribuir para a baixa do frete, por todas as razões, nós lutamos que implante balanças em todas as nossas rodovias.

Uma outra coisa importante, Senador, que nós entendemos é a inclusão, realmente, como foi dito, aqui, do embarcador. Porque eu acho que ele é parte integrante de tudo isso que se discute. Afinal de contas, o produto, a mercadoria é do embarcador.

Nós trabalhamos com essa mercadoria, lidamos com ela, numa faixa de tempo. Portanto, o embarcador também seria importante. E, aqui, concordando com o Nélio, eu acho que um pacto decisivo é realmente a regulamentação da 11.442.

Eu não tenho dúvida, com tudo isso que está vindo, da forma como está prevista, a regulamentação trará um passo decisivo e uma contribuição enorme para que nós possamos superar problemas que nós temos discutido, ao longo dos anos, e, realmente, com muita dificuldade. Porque é uma atividade, como eu disse, extremamente importante, mas extremamente complexa.

Não é fácil aglutinar a quantidade de problemas, de interesses e de razões que se tem para defender, de um lado ou de outro, tudo isso que nós temos discutido.

E quero dizer, Senador, mais: que, ao regulamentarmos a atividade, nós queremos é resgatar a dignidade dessa atividade tão importante para o Brasil. E a dignidade, que eu digo da atividade, é no setor empresarial, no setor do trabalhador, ou seja, a atividade como um todo.

E, quanto mais... menos imprevisibilidade nós tivermos, ou seja, nós pudermos atuar num cenário menos inseguro – porque hoje o nosso cenário econômico da atividade de transporte é absolutamente inseguro –, isso vai contribuir para a melhoria da atividade, inclusive, com a diminuição de riscos de investimento.

Só para o senhor ter uma idéia, nós estamos fazendo um trabalho na CNT e ainda não está concluído, mas, no ano de 2007, o setor empresas e autônomos investiram em torno de 20 bilhões de reais na aquisição de veículos, equipamentos, implementos. Quer dizer, é um volume muito grande de recursos, para uma atividade que não se tem a menor regra. Quer dizer, como que se diz, tudo é permitido.

Portanto, o setor empresarial, a CNT, as nossas associações, federações, sindicato têm lutado, ao longo dos anos, inclusive trabalhando em parceria com os autônomos, estamos realmente abertos para dar a

nossa contribuição e imaginamos que, dessa vez, nós possamos, realmente, encontrar um caminho que torne a nossa atividade, ou seja, [soa a campainha] mais digna e mais respeitada, pela importância que tem na economia do país. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de eu passar a palavra ao nosso último expositor, eu queria lembrar a todos que deve estar passando, aí, uma lista, para que todos botem o nome, e-mail, telefone, enfim, endereço, para que todos possam receber tudo aquilo que for discutido e elaborado por esta Comissão sobre o tema.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Sr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transporte Internacional. E, em seguida, nós vamos abrir um espaço para o Plenário.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Bom-dia a todos. Meus cumprimentos ao Senador Paim, pela brilhante iniciativa de debater esse assunto, e a todos os presentes.

Nós estamos, aqui, representando a Associação Brasileira dos Transportadores Internacionais, as empresas e cooperativas que trabalham, principalmente, no MERCOSUL, mas também temos abrangência para o Amazonas e a Venezuela, que já existe transporte rodoviário. E também estamos representando o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul, na qual, também, o nosso Presidente Sérgio Neto está aqui presente.

Estamos falando em nome das duas entidades e queremos colocar alguns pontos, algumas premissas, antes de apresentar nosso trabalho, que é o seguinte: o Rio Grande do Sul e as empresas internacionais, o Rio Grande do Sul, tanto as empresas nacionais e as empresas internacionais, estas, de todo o Brasil, trabalham com transporte de longa distância, que tem uma característica muito diferente.

Nós temos transporte do Rio Grande do Sul a Manaus, da Zona Franca; temos transportes, por exemplo, de Santiago do Chile a São Paulo, que são viagens de ida e volta, 7.500 km, que o motorista fica 20 dias fora de casa; temos veículos que vão rodando exportados, é o caso da Scania, que exporta caminhão e vai rodando até o Equador, que são mais de 7.000 km, na qual o motorista tem que levar o veículo rodando, dirigindo e tem que voltar de avião ou de ônibus.

Então, são características muito específicas, muito peculiares. Nós examinamos, antes de realizar o nosso trabalho, outras categorias semelhantes, como é o caso dos que trabalham em embarcações e navios, e também examinamos os outros países, principalmente

a Legislação européia, que é bastante avançada, e, aqui no MERCOSUL, a Legislação chilena.

Nós temos até motoristas brasileiros que trabalham na União Européia, nós tivemos contatos com uma empresa espanhola, que tem motorista brasileiro, e dá para fazer aquela comparação bem entre o sistema que ele trabalhava aqui e o sistema que ele trabalha na Europa.

E temos debatido muito com nossos colegas, inclusive, convidamos, na Transpo-Sul, na feira de transporte em Porto Alegre, no mês de julho, o representante da Espanha e de Portugal, para debater essa questão conosco, para terem mais consistência as nossas opiniões sobre o assunto.

Nós queremos dizer que nós apoiamos essa normatização, principalmente em função do lado humano, da questão humana do motorista, que é o trabalhador que fica muito tempo fora de casa; muitas empresas tiveram até que criar um departamento específico de Assistência Social, para atender às famílias dos motoristas, em função de todo esse tempo que ele fica fora, sem contato com a sua família.

Nós também nos preocupamos muito com a segurança, que é outro motivo que nos leva a apoiar as iniciativas, e, também, a questão da própria concorrência, porque as boas empresas, que cumprem as normas, que procuram ter motoristas que tenham uma remuneração e uma quantidade de horas de trabalho justas, elas sofrem a concorrência desleal daquelas empresas que não atendem a nenhum princípio.

Então, essa regulamentação vem em benefício do aspecto humano, do aspecto de segurança e do aspecto de uma concorrência leal. Também achamos que a lei, ela deve ser bastante equilibrada, e, para isso, é importante todo o segmento estar aqui presente e ter uma aplicabilidade.

Eu gostaria de pedir, então, que pudesse largar a apresentação do slide. Bom, enquanto eles estão instalando, eu gostaria, então, de fazer um primeiro comentário, que já vai fazer parte dos nossos slides, que é o seguinte: o nosso entendimento é que é preciso legislar em etapas. Não precisam ser etapas muito demoradas, entre uma e outra, mas achamos importante distinguir, primeiramente, o que é o tempo de direção, que está atinente ao código de trânsito e abrange autônomos e abrange motoristas empregados, e em relação à jornada de trabalho, que abrangeria os motoristas empregados.

Então, são duas coisas distintas, sujeitas a códigos distintos e também que tenham procedimentos distintos. Até na questão operacional, Senador, no controle, tanto do código de trânsito como jornada de trabalho, são situações diferenciadas. Enquanto que

o tempo de direção é facilmente controlado por um tacógrafo, com disco, a jornada de trabalho implica em outros sistemas de controles.

Para ter uma noção, na Europa, eles implantaram um tacógrafo digital, no qual o motorista tem que ter um cartão e entrar nas funções de um computador de bordo, para declarar qual é o tipo de tarefa que ele está fazendo, para controlar a jornada de trabalho.

Então, nós teríamos que ter *know-how*, equipamento e treinamento, para que seja bem feito. Porque não adianta ter uma lei que não seja aplicada, mas também não adianta deixar um vácuo jurídico. Então, a nossa proposição é que se regulamente, no primeiro momento, e já têm leis até que estão para serem aprovadas, ou no Senado ou, perdão, na Câmara, pronta, de imediato, a parte do tempo de direção. E que se estude a parte da jornada de trabalho dessa maneira mais complexa que ela tem.

Bom, em relação à questão da complexidade, além de tudo o que eu citei para vocês, essa questão das viagens de longa distância torna uma necessidade de ter uma flexibilização na Legislação, e, se nós não adotarmos regras específicas para o tipo de motorista, seja o motorista urbano, curta distância, longa distância, ou até mesmo o motorista internacional, que está submetido, também, a normas de outros países, nós podemos, às vezes, ter uma lei muito boa, que acaba caindo por terra.

Então, nós temos que ter esse cuidado na aplicabilidade da lei, em virtude dessa complexidade que é a profissão de motorista. Também na questão dos reflexos, Senador, esse eu acho que é um ponto que não foi abordado ainda hoje, mas tem que ser muito bem visto.

O Brasil tem uma falta de infra-estrutura muito grande para paradas de veículos. Um dos grandes problemas relatados na Europa, na implantação que houve em avanços da Legislação foi a questão da falta de infra-estrutura, e, principalmente, em áreas onde têm mais restrições ao trânsito de caminhão, às vezes, se gera um verdadeiro caos na Europa, não aqui, na Europa, por não ter local para estacionar caminhão.

Então, a necessidade de ter locais com infra-estrutura adequada é fundamental para a aplicabilidade da lei. E eu acredito que tem que ser previsto isso aí em termos de investimentos, principalmente na área de transporte e do Ministério dos Transportes, em rodovias, a existência de locais para estacionamento de veículos. E não só locais para estacionar os veículos, locais que dêem conforto e condições de atendimento para o motorista.

O motorista tem que estar no estacionamento, mas ele tem que ter lugar para tomar banho, local

para ter acesso a um restaurante, enfim, o mínimo que seja.

Bom, nessas situações diferenciadas, nós propugnamos que seja feito um estudo específico, nas viagens de longa distância, com algumas flexibilizações, em regime compensatório, que nós não queremos que o trabalhador seja penalizado, mas que seja... haja uma flexibilidade, mas que haja essa compensação.

Hoje, muitas empresas já adotam essa postura, mesmo sem ter uma Legislação, eu cito o caso de empresas, por exemplo, do Rio Grande do Sul, que o motorista vai a Santiago do Chile e volta, depois de 15, 20 dias, e ele fica em casa, para ter uma compensação, e o motorista reserva é colocado no caminhão, para seguir até São Paulo, descarregar a mercadoria e voltar, enquanto ele está tendo a folga, que nós chamaríamos compensatória. Isso, em termos de transporte internacional e transporte de longa distância, é muito importante.

Eu pediria para ir passando o slide. Pode... Então, a nossa sugestão de solidificar o tempo de direção, que se elabora a norma da jornada de trabalho e também uma outra etapa, relacionada à aposentadoria e outros aspectos da profissão. Então, existe a complexidade, que implica na mudança de hábitos e implantação de controles que, se fossem fundidos numa só lei, tornaria extremamente difícil a aplicação, com o risco de inaplicabilidade. E eu cito esse caso dos instrumentos técnicos de medição, de tacógrafos, e tudo, que tem que ser visto para tornar a lei aplicável.

A primeira norma de tempo de direção abrange empregados e autônomos; e a segunda, somente empregados. Pode passar, por favor. Os reflexos, em termos das normas legais, para possibilitar o cumprimento da mesma. Ok?

Bom, então, agora, nós vamos ver as questões que nós temos que analisar previamente à implementação da Legislação. Por favor. Bom, a primeira, como eu já citei, a falta de infra-estrutura para parada de veículos em estradas e condições de descanso para o motorista. Então, é necessária a disponibilização de locais de estacionamento, com infra-estrutura básica de conforto aos motoristas. Próximo.

Existem situações diferenciadas, viagem de longa distância, [soa a campainha] viagens internacionais, viagens com dupla de motorista, que é outro aspecto e outras. Nós entendemos, também, que certos aspectos da Legislação deveriam ser levados para uma regulamentação dos órgãos competentes, dos órgãos do Executivo ou as agências, que permitam mudanças mais rápidas.

A gente sabe que o mundo está mudando constantemente, e as situações de transporte, principal-

mente, o internacional, que é abrangido por acordos internacionais, elas mudam muito. Então, se nós tivermos dentro de uma lei que, para ser modificada, precisa outra tramitação, isso pode inviabilizar até outras situações a nível de MERCOSUL, por exemplo.

Então, alguns aspectos, eu acho que até aqueles que, de repente, possam ter alguma situação de dificuldade, de reajuste, pode ser jogada para uma regulamentação dos órgãos competentes, na qual eles vão levar em conta essas peculiaridades do transporte da região ou das distâncias. Próximo.

Também nós entendemos que deva haver uma transição, principalmente em função dos hábitos e da questão de infra-estrutura e mudança desses hábitos. Como eu citei para vocês, implantar certas normas, de um momento para outro, sem ter a infra-estrutura, sem ter equipamentos de controle, então, isso caberia a um grupo de trabalho examinar qual seria essa transição. Quer dizer, têm coisas que podem ser implantadas de imediato, hoje, e têm coisas que vão precisar, talvez, de um pouco mais de tempo.

Essa flexibilização dos limites que poderiam ser ampliados ou reduzidos, em função das necessidades, tais como a chegada ao destino ou a residência do motorista. Esse foi um exemplo que pegamos muito clássico da Europa, de uma dificuldade que eles tiveram, que eles estavam prevendo alguma questão, como aqui prevê, de ampliar, para atingir um local seguro, ampliação, aqui, no caso, de uma hora, mas também existe o problema da chegada ao destino e da residência do motorista.

Às vezes, o motorista nos relatou que ele estava, lá na Europa, a questão de 45 minutos da sua residência, e ele não pôde chegar na residência, teve que parar o caminhão e, depois, buscar outro meio de transporte. Então, nós achamos que a extensão de limites, além da questão da segurança, deve-se levar em conta a residência do motorista e a própria chegada ao destino. Quer dizer, se falta meia hora para o motorista chegar ao destino, ele poderia ampliar essa jornada, porque ele chega lá e vai descarregar e pode descansar depois. Próximo.

As formas de compensações, elas seriam incluídas numa lei, de forma a compensar a queda de produtividade, para evitar um repasse ao frete e conseqüente aumento dos custos. Quer dizer, vai haver, por essas novas normas, uma queda de produtividade. Isso vai ser natural, vai haver uma regulamentação e, na média, muitas empresas ou autônomos vão reduzir a sua produtividade.

Temos que estudar de que maneira isso não seja repassado ao custo final. Existe possibilidade de redução de impostos sobre o veículo automotor, o IPVA,

alguma outra forma que permita alguns ajustes, para que isso não seja repassado ao consumidor final.

Bom, esse é outro ponto super interessante. Haverá uma demanda maior na contratação de motoristas. Isso aí já aconteceu nos outros países que implantaram a regulamentação, e, aí, nós precisamos criar atrativos e prever incentivos ao acesso da profissão, além de viabilizar curso de formação profissional.

Têm países da Europa que estão passando por uma escassez grande de motorista, o caso de Portugal, que está até pedindo que motoristas brasileiros vão trabalhar lá, para suprir a demanda que eles têm. E, também, a informação que nós tivemos que, quando aumenta essa demanda, não adianta só abrir cursos, tem que fazer todo um marketing para atrair os jovens para esse tipo de profissão.

Então, nós achamos que tem que haver todo um trabalho que crie atrativos, que mostre o motorista como sendo uma profissão valorizada e que permita ele se incentivar e se atrair pela profissão. E os cursos, obviamente, porque são veículos equipados, hoje em dia, com computadores de bordo, com toda uma parafernália eletrônica que exige cursos de preparação. Próximo, por favor.

Também com isso, vai haver uma necessidade de maior número de frotas de veículos, e precisamos de financiamentos com prazos maiores; em função dessa redução da produtividade, o caminhão vai rodar menos, precisamos ter mais caminhões e, para isso, nós vamos ter que ter, também, maior produção de caminhões e financiamentos, também.

Eu acho que é importante que isso seja visto tanto do âmbito do autônomo como do âmbito das empresas, essa necessidade de ampliar frota, adquirir maiores veículos [soa a campainha], para atender a nossa demanda. Próximo.

Então, as propostas da ABTI. Muitas estão em consonância com a sugestão apresentada, que é o tempo máximo de direção ininterrupta de quatro horas, uma ampliação de uma hora, por segurança, mas não só por segurança, mas para a chegada ao destino ou residência do motorista. Próximo.

Os tempos de pausa de 30 minutos, após, durante um período de quatro ou quatro mais uma de direção e um tempo de repouso, que, aí, nós fizemos uma sugestão de, em vez de colocar dez, como está na proposta, reduzir para nove ininterruptas ou dez, mas com a possibilidade de sete mais três.

O que é sete mais três? Foi uma sugestão interessante colocada na Europa. Porque, às vezes, um veículo, ele está, também, próximo a destinos ou próximo a uma área de necessidade de atingir, então, eles propuseram fazer uma quebra, desde que fosse assim:

por exemplo, ele dirige sete horas, ele tem uma quebra, ele dorme sete horas, está a 150 km de São Paulo. Então, ele dormiu sete horas, acordou cedo, às cinco horas da manhã, chegou às dez da noite, dormiu sete horas, até as cinco da manhã, levantou, tomou banho e tocou mais três horas, para chegar em São Paulo, e, aí, ele deixa o caminhão lá e usufrui de três horas ininterruptas de descanso. Então, com isso, fecharia dez, para fazer com que haja essa, vamos chamar assim, essa flexibilização. Pois não, a próxima.

Nas viagens de longo curso, que são aquelas em que nós temos essa questão da dificuldade, nós sugerimos, em certas circunstâncias – aí, eu digo que, depois, tem que haver uma discussão bastante equilibrada entre trabalhadores e empresas e órgãos governamentais –, que a flexibilidade seja reduzir, em certas circunstâncias, o repouso para oito horas, compensado no final da viagem.

Quer dizer, todas essas colocações que nós estamos colocando é o seguinte: sempre que qualquer coisa que tenha flexibilidade tem que haver compensação, em primeiro lugar; e, segundo, que tem que ter uma lógica que permita que o trabalhador tenha um descanso que seja bastante razoável, a nível de saúde física, psíquica e mental. Próxima.

Bom, a questão da jornada de trabalho, que seria num segundo momento, mas nós já queremos – apesar de ser num segundo momento, no nosso entendimento, já queríamos colocar sugestão. O Chile, que nós examinamos bem e na União Européia, nenhum deles tem jornada de trabalho semanal. Eles têm jornada de trabalho por períodos. Na União Européia é de cada duas semanas, é 90 horas. Inclusive, é mais do que o Brasil.

Na norma européia, está prevista a média de 45 horas para motoristas, só que eles colocam 90 horas em duas semanas. O Chile coloca a jornada de trabalho mensal. No Brasil, nós, adaptando as 44 horas que têm hoje, em quatro semanas, daria 176 horas, em quatro semanas. Por quê? É um grande banco de horas. Porque permitiria que aquelas viagens, por exemplo, de Porto Alegre a Manaus ou Porto Alegre a Belém ou a Fortaleza, o motorista tenha condições de trabalhar mais numa semana ou em duas semanas, uma para ir e outra para voltar, e, depois, dentro do banco de horas, ele faz aquela compensação, fica em casa, desde que, na média ou no somatório num período de quatro semanas, ele atenda à Legislação, que é a Legislação normal, de 44 horas, a legislação brasileira atual. Próxima.

Quando entrarmos em questão de jornada de trabalho, também deve ser definido, antes, o que é trabalho complementar ou não. Porque há muita confusão

com questão de tempo de espera junto ao veículo ou tempo de disponibilidade, na qual o trabalhador, ele tem livre uso do seu tempo em qualquer lugar, porém ele pode ser chamado.

Isso acontece muito, hoje em dia, na Aeronáutica, em outros setores ou até mesmo em hospitais, o médico que fica sobreaviso. Então, nós temos que identificar, porque nem tudo é tempo de trabalho. Alguns dos itens podem ser considerados tempo de trabalho, outros poderiam ser considerados tempo de disponibilidade de outra maneira. Próximo.

E outro assunto, eu acho que para encerrar nossas colocações, é que é importante deixar uma margem para negociações entre sindicatos, principalmente em algumas questões de especificidades. A gente tem conversado muito, por exemplo, na área internacional, que nós negociamos muito com o sindicato do Sind(F) Mercosul, de Uruguiana, a gente tem colocado muitas questões específicas, referentes ao motorista de transporte internacional.

Então, temos que ter o cuidado para não engessar demais a lei, a lei eu acho que ela tem que dar as proteções básicas, as mais importantes para os trabalhadores, mas permitir que [soa a campainha], nas negociações sindicais, haja essa complementaridade das questões das especificidades.

Bom, teriam muitas outras sugestões, a nível, talvez, mais específico, que não cabem aqui, Senador, mas nós estamos à plena disposição, tanto dos trabalhadores como dos senadores e deputados, para colocar e discutir qualquer sugestão, em base a tudo isso que nós levantamos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Ao doutor e dizendo que a Dra. Roberta Maria Corrêa de Assis, que é a nossa consultora, com certeza ela vai precisar desse material, de todos os expositores, e vamos continuar conversando, aí, com a presença, já, do relator oficial, que é o Senador José Nery, que tem a mesma visão que nós estamos tendo: é dialogar para a construção de uma proposta que atenda a todos – empregados e empregadores, autônomos e até os setores terceirizados, só como exemplo. Esse é o objetivo.

Agora, eu percebi, aqui, na minha lista, na verdade, eu tenho dois convidados que eu não chamei. O Maurício Ferreira da Silva estará aqui representado pelo Antônio Fagundes (sic.) dos Santos Neto, pela CGTB. E tem, também, já que a gente fez uma pequena homenagem a ele, acabei não chamando ele, que é o nosso líder, eu diria, aqui no Plenário, quem sabe, não o mais idoso, mas o mais experiente de todos, por isso que ele vai falar por último, que é o Omar José

Gomes, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres.

Então, eu convidaria, se os setores da Mesa pudessem retornar. Tem problema de cadeira, então, alguns podem ficar aqui. Eu preciso que dois vão ao Plenário, e os outros podem ficar, porque não vai ter cadeira no Plenário. Então, podem ficar aqui. O João Pedro pode ficar, o senhor pode ficar.

Então, eu vou passar a palavra, de imediato, ao Maurício, o representante do Maurício, que é o Antônio Fernandes dos Santos Neto, o Maurício Ferreira da Silva, que está representando o Neto. Bom, o Neto não tem como eu trocar o nome do Neto, né? De tantos anos trabalhando junto.

Então, vou passar a palavra ao Maurício, que representa, aqui, o Antônio Fernandes Neto, da CGTB, e, enquanto eu dou uma saidinha, o Senador João Pedro vai assumir, aqui, a Presidência.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO

(PT-AM): Com a palavra o Maurício. É Maurício Ferreira da Silva?

MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO

(PT-AM): Isso? Dez minutos.

MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA: Certo. Eu queria cumprimentar a todos, parabenizar o Senador Paim, que saiu, por essa iniciativa, né, e parabenizar a todos, na presença do Nélcio, que vem, aí, eu acho que encabeçando essa luta dos trabalhadores com... Posso dizer, com muita ênfase e muita glória.

Eu acho que isso é todo um reflexo de mobilização, é um reflexo da unidade, que também está sendo construída. Da mesma forma que a gente conseguiu construir uma unidade nas centrais sindicais, eu acho que a gente está começando, aqui, a construir essa unidade também – entendeu? –, verticalizando, quer dizer, para baixo, com os sindicatos.

O que a gente queria frisar, na verdade, nessa discussão toda, é que a regulamentação desse projeto, o 11.442, dessa lei, na verdade, regulamentação da lei, ela vem de encontro a acabar justamente com que o já foi dito. Primeiro, com o abandono que existe. É engraçado, mesmo, a gente imaginar o universo desses trabalhadores – entendeu? –, que não são nem sequer regulamentados. Quer dizer, nós estamos falando de um batalhão, uma imensidão, se a gente for contar, sem fim, de trabalhadores que não têm a sua profissão regulamentada, quer dizer, trabalham em condições muitas vezes degradantes – entendeu? –, sujeitando...

Quando a gente coloca essa questão de tomar rebite ou de o trabalhador ter uma jornada muito mais

longa, ele está fazendo isso não é porque ele gosta, ele está a fim, essa coisa toda, o trabalhador faz isso porque é uma forma de ele aumentar o rendimento dele.

Quando a gente coloca, eu vi uma discussão aqui, eu não sou um... não entendo muito desse tema, mas eu imagino o seguinte: eu sou da área, também, do comércio e sou vendedor viajante. Então, na verdade, eu... Vocês completam meu trabalho, né? Eu vendo o produto e vocês entregam, entendeu?

Então... Mas nós mesmos, a gente não tem uma jornada de trabalho definida. O vendedor viajante, ele... Como ele trabalha fora do estabelecimento, a Legislação, na verdade, não tem como o nosso patrão, ele estar, como se diz, fiscalizando a nossa profissão. Mas eu vejo, por exemplo, até por imposição, muitas vezes, da empresa, de ganho ou de lucro, muitos dos nossos colegas, muitos vendedores, o que eles fazem? Trabalham de segunda a segunda, sábado, domingo, feriado, atende cliente tudo quanto é hora.

Isso tudo, como o Senador Paim colocou, é uma imposição do capital. Eu acho que isso tem que começar a rever, entendeu? E rever de uma forma séria. Porque a gente não está só, na verdade, diminuindo o capital, porque imagina o tanto de perda que a gente vai ter, não só de vidas humanas, mas eu digo de caminhões – entendeu? –, de cargas, que tudo isso, essa jornada, da forma que está sendo colocada, muito puxada – entendeu? –, acorrenta acidente. O acidente leva perda para a empresa, quer dizer, envolve seguradora.

Então, a gente não está trabalhando, do meu ponto de vista, posso estar errado, da forma mais racional possível. Eu acho que o ideal seria a gente, na verdade, estar dando uma jornada de trabalho decente, para estar evitando, na verdade, essa questão desses prejuízos, tá?

Eu acho que o papel do Estado – entendeu? – nessa questão, não só da questão da regulamentação, mas da fiscalização, a gente falou aqui de qualificação profissional. Isso é um papel do Estado brasileiro, isso é um papel do Ministério do Trabalho, certo?

A gente tem, aí, os recursos que estão, aí, do FAT – entendeu? –, para a qualificação profissional, eu acho que eles têm que ser usados nessa área, entendeu?

Eu estava conversando com o Nélcio, e o Nélcio me falando que já está faltando mão-de-obra, entendeu? Mas falta mão-de-obra por quê? Não é só porque não tem qualificação, também. Nós temos que transformar essa profissão numa profissão atrativa, tá? Hoje em dia, a gente vê, a maioria dos jovens, eles estão querendo o quê? Concurso público, quer dizer, o jovem quer fazer um concurso público. Nas profissões mais tradicionais que a gente tem, a gente está, na verdade, perdendo

mão-de-obra. Por quê? Porque essas profissões estão deixando de ser tratativas.

A gente teve o exemplo, aqui, em Brasília, para vocês terem uma idéia, está faltando açougueiro, entendeu? Quer dizer, não tem açougueiro no mercado. Cidadão precisa contratar um açougueiro, hoje, ele não contrata. Mas por quê? Porque é uma profissão que deixou de ser interessante. Deixou de ser interessante por quê? Porque o trabalhador, ele não tem um ganho suficiente para alimentar sua família, para cumprir o que está na Constituição Federal, que é educar seus filhos, certo? E a gente espera que, com a regulamentação dessa lei, a gente já esteja abrindo as portas – entendeu? – para estar virando, na verdade, essa situação, virando esse quadro. Era mais ou menos isso que eu tinha que falar. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Maurício. Com a palavra o Omar José Gomes, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres – CNTTT.

SR. OMAR JOSÉ GOMES: Bom, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Mesa, na presença do Senador atual que está presidindo, e homenagear o nosso grande amigo Paulo Paim, que é o homem que, aqui, no Senado, defende todos os trabalhadores, sem distinção, e cumprimentar os companheiros que hoje estão nesta reunião, saíram de suas cidades, seus estados, ontem, pernoveram, para hoje estar aqui nesta direção e neste trabalho.

Quero dizer o seguinte: a Confederação, eu, quando assumi uma Federação, no Rio de Janeiro, em 1972, nós fizemos um projeto de regulamentação da categoria. Na época, um outro companheiro presidia a Confederação, mas não ligava muito para esse assunto. Eu, como Presidente da Federação do Rio de Janeiro, com o deputado, já falecido, José Haddad, de Nova Iguaçu, fizemos esse projeto, foi aprovado na Câmara, mas, infelizmente, aqui, no Senado, na época, era muito conservador e levou para o arquivo esse projeto. Daí para frente, continuamos trabalhando. E, até hoje, a Confederação criou um grupo de trabalho que está aqui e, em primeiro lugar, eu, mas eu disse aos companheiros que eu tenho pouco tempo de acompanhar as reuniões, porque a nossa Confederação, como todos conhecem, este país é continental. E eu tenho que estar, talvez, em todos os lugares.

Mas tem o companheiro Jaime Bueno, Presidente da Federação de Goiás e Tocantins; Epitácio Antônio dos Santos, Presidente da Federação do Paraná; Hamilton Dias de Moura, representando a Federação de Minas Gerais; Geraldo Abílio Meireles, representando a Federação de São Paulo; José Alves do Couto, tam-

bém representando São Paulo, que é o nosso velho amigo “Toré”; e Luis Antônio Festino, que é o homem que comanda esse grupo de trabalho.

E nós estamos com um projeto na Câmara, já em tramitação, com parecer já dos deputados. Não vou falar muito dele, porque o Festino esteve aqui e falou sobre o assunto. Portanto, esta Comissão, em que a Confederação confia plenamente, está diurnamente trabalhando nos assuntos do transporte rodoviário e defendendo os direitos dos nossos trabalhadores.

Foi dito, aqui, também, antes, por um companheiro, aqui, que fez a palestra, que tem um projeto na Câmara, é só botar em votação, que será aprovado. Só que esse projeto foi feito pelo Governo e, aprovado na Câmara, veio ao Senado e teve um parecer de um Senador do Paraná, a pedido dos empresários, que nós não concordamos com esse parecer.

Nós, trabalhadores da Confederação, e este grupo não concordamos com este parecer. Primeiro, que a CLT já nos dá 11 horas de intervalo de descanso; ele passou para dez, que diminuiu uma hora. Quer dizer, geralmente, *data venia*, os senhores empresários sempre procuram diminuir um pouco o lado do trabalhador.

O intervalo de quatro mais quatro vem do Governo com uma hora. O Senador passou para 30 minutos. Gente, 30 minutos, hoje, não dá para ninguém descansar direito; uma hora eu já acho pouco. Mas, como a CLT permite, nós concordamos.

Portanto, esse projeto que está lá na Câmara, para ser aprovado, nós, trabalhadores, não concordamos com o parecer do Senador Osmar Dias. Também foi dito, aqui, que nós – e isso a Confederação já fez ao Ministério dos Esportes –, nós precisamos muito, e não são só os trabalhadores privados, não, os nossos amigos autônomos também precisam de problema de infra-estrutura, principalmente nas aduanas.

Tem aduana, no nosso país, que é uma vergonha para o trabalhador. Chega, não tem um local digno para um descanso, para um banho, e, ali, às vezes, fica-se duas, três, quatro, até semanas, gente, numa aduana, deste país.

Também foi dito, aqui, pelo companheiro que... Dos trabalhadores urbanos, dos ônibus, que eles perderam 35% do seu... Da receita, em virtude dos ônibus; dos ônibus e que diminuíram os passageiros. E ele falou que foram os preços que aumentaram muito e que os trabalhadores não podem haver de pagar, menos renda, pagar e andar a pé. Mas nós, trabalhadores e motoristas, eu, como Presidente da Confederação, ele não falou no principal motivo, hoje, da perda de receita das empresas, que é o transporte alternativo: as vans, as Kombis.

Porque, gente, eu vou falar, eu resido no Rio, em Nova Iguaçu, e fui motorista de ônibus 28 anos. No passado, os ônibus andavam que ninguém, na parte da manhã e à tarde, então, ninguém podia entrar. Ficavam dois, três, às vezes, pendurados para o lado de fora. Então, as empresas ganharam muito dinheiro, naquele período.

E, aí, o que acontecia? As empresas têm os pontos finais, e ficava lá o ônibus parado até lotar. Quer dizer, quando chegava no caminho, os passageiros dos pontos intermediários não tinham como entrar. E, aí, foi surgindo, minha gente, o que hoje tem em todo o Brasil, todo o Brasil, que é o problema das vans. Primeiro, foi entrando as piratas, depois, as Kombizinhas, e, hoje, muitas já são regulamentadas. Mas ainda a maior parte é pirata e que tirou a receita dos empresários. Mas isso eles não falaram aqui. Só falou de aumento da tarifa, que todo ano é pedido por eles mesmos. São eles mesmos que fazem o ofício, lá para os prefeitos, que nós sabemos quem regula: são os prefeitos, mas são eles mesmos que pedem o aumento das tarifas. Portanto, nós estamos, aqui, dispostos sempre a auxiliar, sempre a ajudar. Mas queremos que os trabalhadores sejam respeitados e, na hora dos acordos, também, seja feita um acordo dentro das possibilidades de cada trabalhador.

Foi dito, também, e isso eu acredito que os sindicatos da base auxiliaram, pelas federações, que todas estão aqui presentes, e a confederação, se, no caso, foi dito da residência do motorista, faltam 45 minutos, garanto que cada sindicato, sendo falado e explicado [soa a campainha], dentro da lógica, aceitará fazer essa prorrogação por 45 minutos ou até uma hora, para chegar naquele ponto, ou da residência ou até no ponto final do transportador, onde o caminhão será entregue. Isso, mais uma vez, eu quero agradecer, aqui, à Presidência dos trabalhos, mais uma vez, também, colocando, aqui, os trabalhadores, agradecendo imensamente, de coração, o nosso Senador Paulo Paim, porque sem ele, neste Senado, nós teríamos pouco apoio, nós, da classe trabalhadora. Muito obrigado a todos vocês.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Meus amigos, cumprimento a todos os painelistas, no dia de hoje. Eu queria propor para vocês, consultando o Plenário, como é que nós, como disse muito bem o meu amigo Omar, como é que seria melhor o encaminhamento. Nós poderíamos tocar direto e concluir às 2 horas, 2 horas nós encerraríamos, ou poderíamos almoçar e retornar, aqui, às 3 horas. O que vocês preferem?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Direto, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também é meu ponto de vista, mas quis, democraticamente [risos]...

Então, eu queria, primeiro, a gente já fez isso numa outra Audiência Pública, eu sei que muitos companheiros viajaram dos seus estados. Eu gostaria que todos pudessem, para ficar nos anais da Casa, registrar que aqui estiveram. Que cada um pudesse, pelo menos – isso nós vamos fazer no encerramento –, cada um vai vir ao microfone, vai dar o seu nome, o seu Estado, enfim, e a entidade que está aqui representando. Isso nós faremos no encerramento.

Agora, a forma para que... Houve diversos que me procuraram que não foram citados, legitimamente. O senhor, inclusive, lembrava, eu vou dar oportunidade para que todos possam, aqui, poder registrar o seu nome e a entidade que representam.

Agora, eu quero abrir ao Plenário. Mas vocês sabem que nós temos, aqui, se pensarmos nas duas salas, em torno, eu diria, de quase 200 líderes. Os 200 não vão poder falar. O registro eu vou assegurar para todos, no encerramento.

Eu ia solicitar àqueles que não falaram dar oportunidade que pelo menos um por cada entidade de caráter nacional, que não pôde falar, pudesse fazer uso da palavra, por, no máximo, cinco minutos. Pode ser assim? Pegaríamos em torno de dez pessoas.

Então, vamos lá. Em torno de dez pessoas vão poder fazer uso da palavra. Eu peço que... Porque eu não lembro o nome de todos, embora eu conheço a todos das jornadas, aí, no longo desses meus 30 anos de vida. Gostaram dessa, hein? Trinta aninhos de vida. Trinta anos de sindicalista, tanto de Parlamento... Eu tenho 58, já, de fato. Só de sindicalista foram 30; 22 de Parlamento e os outros que não vou contar, aqui.

Então, vamos começar. Cada um... O nome, a entidade e cinco minutos.

SR. JOSÉ CARNEIRO: José Carneiro, representante do transporte, do cooperativismo, e Presidente da Federação dos Cooperativos de Transporte, também sou companheiro do Nélcio, aqui, no movimento dos caminhoneiros.

Mais uma vez, Senador, tenho que parabenizar o senhor que creio que, hoje, milhões de famílias, não é milhões de caminhoneiros, não, estão agradecendo ao senhor pela iniciativa. E também quero cumprimentar, primeiro, os companheiros todos aqui, José Teodoro, de Minas Gerais, representando os rodoviários, lá, que está aqui presente, com sua equipe, que tem prestado

um trabalho excelente lá na nossa região, representando os rodoviários.

Agradecer à ANTT, realmente, graças a Deus, até que enfim, nós vamos chegar naquilo que todos nós sonhamos; ao meu companheiro Nélcio, em nome de todos os companheiros do Sul, do Paraná; e a todos os presentes.

Quero citar para o senhor, Senador, igual eu passei para as mãos do senhor, aí, foi aprovado, agora recente, dia 6, foi implantado, pelo DENATRAN, quero parabenizar o Dr. Alfredo Perez e o pessoal da ANTT, do DENATRAN, Dr. Orlando, Dr. Neuto, por essa resolução.

Só a semana passada foram três que caíram de cima dos caminhões, colocando lona. E o senhor está vendo, aí, a questão dos tubos. É uma resolução que regulamentou o transporte de produto siderúrgico, incluindo minerações, que não tinha; há 20 anos nós vimos lutando por isso.

Eu posso considerar que foram dezenas e talvez até de centenas de companheiros que perderam não a vida, mas foram hospitalizados, alguns perderam a vida, igual, 15 dias atrás, um [ininteligível] morreu. Então, acho que as coisas acontecem. E a iniciativa do senhor.

Como o debate, aqui, é carga horária e tempo de direção e a regulamentação da profissão do motorista, vou dizer para o senhor, nós, que estamos aqui desde o início – né, Nélcio? –, nós começamos, aqui, o senhor sabe que foi com umas oito pessoas, o Dr. José Pedro, mais outros, né, que estão aqui. Eu, na segunda reunião, quando saiu aquele primeiro relatório do que estava questionando, eu deparei com aquilo que eu propus na primeira reunião, que é aquilo que o senhor falou, aí, Dr. Luis Albiero(F), tem que haver incentivo para o motorista. São dois segmentos que sofrem muito: é o de motorista e da construção civil, que está com a vida dele em risco a todo instante.

E eu reivindiquei que fosse criado um seguro de vida para todos os motoristas e plano de saúde, porque nós tínhamos que preocupar com a família dele que está em casa, também. Porque eu sou motorista há 40 anos e eu sei que, quando a gente está viajando, eu já passei 15 dias, um mês fora de casa, e eu não sei o que está passando com minha família em casa.

Então, a gente, que tem a experiência, a gente sabe o quanto é necessário. A gente sabe que a questão da carga horária e do tempo de direção é muito polêmico, porque nós temos diversas situações. O motorista que vai viajar, que ele vai ter que ficar, aí, três, quatro dias, dois, três mil quilômetros, nem sabe onde vai parar, igual foi questionado por vários colegas, não

tem ponto de apoio nas rodovias. Então, às vezes, a gente tem que viajar mais uma hora, duas horas.

Na questão do motorista autônomo e do motorista colaborador. A situação é idêntica. Nós não podemos fazer uma Legislação diferenciada para um e para o outro. Tem que ser todo mundo igual. Que eu, pelo menos, me considero autônomo e sou um ser humano igual a qualquer outro. E, desde que a lei for feita, que a lei for feita, ela é para todo mundo. Então, se nós criarmos critério, tem que ser para todo mundo, não pode ser ninguém igual.

O nosso companheiro, aqui, o José Hélio, ele falou uma negócio muito sério. Nós temos que chamar, na lide, com a responsabilidade, os desembargadores e os destinatários. Porque eles também são responsáveis. E, hoje, a informatização nos enriqueceu muito. Hoje, com um telefone, o cara fala: "Olha, sou vou descarregar, amanhã, para você, aqui, dez horas". E nós, transportadores, através dos desembargadores, temos que criar um critério, fazer uma planilha de descarga, porque, na hora que a gente chegar lá – isso eu já faço na cooperativa que eu sou administrador.

Então, o meu encarregado, o meu gestor daquela área, ele fala: "Cara, você só pode vir, que você só vai carregar amanhã, aqui, dez horas". E eu creio que não é difícil. Então, difícil é só com a morte, porque não tem jeito de nós evitarmos, mas o resto nós vamos conseguir.

Esse negócio todo que eu estou falando para o senhor, isso aqui tem 20 anos que estou lutando por isso aqui. E conseguimos, agora, graças a Deus, num trabalho muito expressivo pelo DENATRAN, que tem feito de tudo, aí, para nos ajudar, principalmente nós caminhoneiros. Nós sabemos, igual à ANTT está aí, agora, disposta a dialogar conosco; igual, na última reunião, né, Nélio, [soa a campainha] nós deixamos bem claro que fizesse alguma coisa que fosse lapidado, e depois fazia de novo.

Então, eu acho que o esforço nosso, aqui, principalmente do companheiro Nélio, e dos companheiros nossos que estão aqui, de todos os participantes, aqui, o pessoal do Ministério Público; aliás, todo mundo que está participando disso aqui. Eu acho que foi válida. Então, eu acho que chegou o momento de a gente realmente conseguir. E eu quero agradecer o senhor, que realmente incluiu, aqui, o seguro de vida para o motorista. Agora, falta só o plano de saúde. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, entre as notícias boas, essa é a segunda notícia boa, eu quero dizer que esse trabalho que está

dando certo, primeiro, é a parceria que nós estamos fazendo com o Governo.

O Governo, desde o início, participou de todas as reuniões, se botou à disposição, e eu fiquei contente com esses dois encaminhamentos, um registrado pelo Nélio e, agora, pelo nosso líder, aqui.

Mas também está aqui conosco o representante da Receita Federal, que ele está representando, aqui, a Secretária Nacional da Receita Federal do Brasil, Ministério da Fazenda, a Secretária Lina Maria Vieira. Onde é que ele está, aqui?

Bom, em resumo, ele não está aqui, nesse momento. Está aqui do lado. É que ele está encabulado. Mas você vai sentar um pouquinho ali para mim. Senta um pouquinho do lado do Nélio, ali, porque ele tem uma notícia boa para dar. Ele me explicou como é que funcionaria, e eu faço questão que ele use dois, três minutinhos, cinco, se necessário, para passar, aqui, a mensagem que a Secretária Lina permitiu que você fizesse, e eu achei importante o que você me falou, ali fora, e você fala para todos, aqui, agora, a mensagem que ela mandou.

SR. ALBERTO AMADEI NETO: Excelentíssimo Sr. Senador Presidente, a minha saudação e meu respeito. A Secretária da Receita deu instruções precisas e claras para que todas as demandas desse grupo de trabalho fossem encaminhadas diretamente ao Subsecretário, que está sendo nomeado hoje, às cinco horas da tarde, para poder equacionar, eventualmente, alguma coisa que no regulamento ou no regimento possa ser alterado, e nos postos de fronteira, que me parece ser essa a demanda dos caminhoneiros, por conta do tempo de recarga ou carga--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive de recebê-los lá, se necessário.

SR. ALBERTO AMADEI NETO: De recebê-los. A idéia é essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): As lideranças.

SR. ALBERTO AMADEI NETO: A idéia é identificar os representantes nacionais, e o Subsecretário recebe não nesta semana, mas na próxima segunda-feira, porque ele se encontra fazendo a revisão do regulamento aduaneiro, em Curitiba.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Então, já fica, aí, acertado, aí, que a Receita Federal está com a gente nessa caminhada.

SR. ALZIRO: Boa-tarde, Senador, já passamos do meio-dia, venho em nome da FENACAM, Federação Interestadual dos Caminhoneiros Autônomos, meu nome é Alziro e represento a assessoria jurídica de tal entidade.

Quero deixar só um registro bem rápido, para a Comissão, de que a FENACAM é favorável ao controle de peso, é favorável ao controle do tempo de direção, porque isso entendemos ser um projeto, fazer parte de um projeto do Presidente Lula, de distribuição de renda.

Isso possibilita com que o caminhoneiro tenha aumento do ganho dele e tenha um lucro para todos, como o senhor bem mencionou. Eu só gostaria de deixar registrado, Senador, que tivesse feita uma atenção especial para os autônomos, na questão do projeto, principalmente com relação à comprovação do tempo de exercício, para dispensa do curso ou, efetivamente, a prova para ingresso na categoria. Que, no projeto, numa primeira olhada minha, não contempla isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se não contempla, quer dizer que o projeto está sendo discutido.

SR. ALZIRO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor vai toda a oportunidade de apresentar as emendas, embora não Senador, como representante do setor e pedindo que seja contemplado. Pode ter certeza de que o debate está apenas começando, em matéria da redação final daquilo que nós queremos. Inclusive, com belas contribuições que eu vi, agora, nas exposições que foram feitas no dia de hoje.

SR. ALZIRO: Ótimo. Fico muito tranquilo com isso, porque, ali, contempla a comprovação, através de carteira de trabalho, e não é o caso dos autônomos, né? E outra coisa que, talvez, seja até destinada à Dra. Roberta, com relação à conciliação dessa Legislação com a 11.442, que eu creio que isso já esteja em pauta. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

[palmas]

SR. JEOVÁ PEREIRA: Boa-tarde. Meu nome é Jeová. Jeová Pereira, Presidente do sindicato da região oeste do Estado do Paraná, em que estou desde o começo, participando desta Comissão, dessa grande importância que o Sr. Senador nos tem dado. Quero agradecer o representante da Receita, que eu já tinha conversado com ele, foi muito importante a conversa que nós tivemos, e o que ele acabou de dizer agora.

Eu queria agradecer ao Senador por essa grande movimentação, que realmente isso já está num conhecimento nível nacional, dessa importância e do que vem se trazendo para um dia melhor para o caminhoneiro.

Eu só queria, Sr. Senador, deixar registrado aquela questão, lá, das mortes na fronteira, que parece que o pessoal da Polícia Federal não se fez presente, e con-

tinua impune a essa situação. E gostaria, também, que a ANTT tratasse dessa questão, na próxima reunião da bilateral com o pessoal do DENATRAN, lá do Paraguai, porque estão... Cada dia está se aumentando essa questão de roubo. Toda semana estão roubando, batendo nos caminhoneiros, nesses países vizinhos, e, se nós não tomarmos alguma providência, os caminhoneiros vão fechar a fronteira, porque está impossível, eles estão trabalhando com uma grande tensão.

Então, cabe, acredito, à Polícia Federal e à ANTT, na reunião da bilateral, nós tratarmos dessa situação, eu estarei à disposição para o acompanhamento e melhorar, lógico, a questão de fronteira. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar para o próximo, se me permitir o representante da ANTT, eu acho que sem problema nenhum, na próxima reunião, esse tema da agressão, de assassinatos o representante, aqui, da ANTT se compromete a tratar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom-dia. Boa-tarde a todos, Senador Paulo Paim, lá do Estado do Rio Grande do Sul. Eu represento o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul, e trouxemos, aqui, através do Mincarone, uma contribuição valiosa para esse projeto que está sendo alçado, aqui, a nível de Brasil, para que nós tenhamos, aí, uma visão respeitosa de um projeto dessa magnitude, uma vez que, como já foi dito, a questão de um Brasil continental tem peculiaridades que precisam ser respeitadas.

O interesse público, sem dúvida alguma, prevalece, porque o transporte é um setor produtivo da economia, que tem um interesse público muito forte, mas precisamos entender, também, que a questão da jornada de trabalho precisa ser flexibilizada.

Eu vi, aqui, com muito bons olhos a apresentação que o Alberto Mincarone fez, aqui, conosco, é um trabalho de muitos anos que o SETCERGS vem fazendo, conduzido pelo Mincarone, nesse sentido, que respeita o trabalhador. Nós temos interesse nisso, também, porque é uma questão de dignidade da pessoa humana, que precisa ser respeitada, mas precisamos entender, também, que há necessidade de atender os interesses do país.

E, vi, também representantes dos trabalhadores dizer que essa questão que nós tivemos, aí, como experiência na Europa, com relação à jornada de trabalho, ao tempo de direção, é fundamental para que nós não venhamos cometer erros básico que já foram ultrapassados na Europa e que nós sabemos que um

Brasil carente de infra-estrutura certamente nos apresentará, aqui.

Então, qualquer medida de cima para baixo, imposta neste país, pra o transporte do Brasil, pára porque não tem onde estacionar, não tem onde o motorista dormir, não tem onde se acomodar, tomar banho, beber água e outras coisas mais, além da segurança que já foi dita.

Então, eu agradeço, parabenizo o Senador Paim, valente, aí, lá, conhecemos o seu trabalho lá de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, e que esteja, aí, contando com o trabalho desenvolvido pelo Rio Grande do Sul, nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Sr. Valdir pediu a palavra, para registrar sua presença? Pois não.

SR. WALDIR CARDOSO: Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim. Quem fala, aqui, é Waldir Cardoso, Presidente da Associação de Usuários de Transporte Coletivo de Âmbito Nacional.

Parabenizo V.Ex^a pela iniciativa muito nobre em amparar e querer amparar, evidentemente, com os seus pares e com a política hodierna do país, os trabalhadores que são os rodoviários desse rincão do nosso país.

Até então, foi falado, aqui, e discutido o assunto do transporte de cargas. A minha fala e a minha discussão, ela tende um pouco diferente, porque é um elo à parte. É óbvio, porque, quando os caminhoneiros estão cansados nas estradas, com superávit de trabalho, muitas vezes, até doentes e sem poder procurar um médico, um hospital para se tratar, ocasionam acidentes. Talvez, muitas vezes, não pode se dizer por ele, mas em tombar ônibus e matar diversas pessoas. Usuários das quais eu defendo.

Eu parabenizo por esse fator, trazendo mais tranquilidade para essa categoria. De outra forma, Sr. Senador, a nossa preocupação, da AUTCAM, que defende os passageiros, é com relação a alguns itens do seu projeto, em que altera e vem aumentar diversas... alguns custos operacionais, mormente no que tange ao 100% do horário extra e outras [soa a campainha] coisas que vêm, evidentemente, beneficiar.

Isso nós precisamos que haja uma alguma forma de não ser repassado para as passagens de ônibus, porque todo o país vai sofrer: tanto as linhas municipais quanto as linhas intermunicipais.

Precisamos que haja... Tudo quem paga é o consumidor final. E nós precisamos que haja uma forma para que isso não aconteça. De outra feita, Sr. Senador, a entidade tem lutado em prol de uma tarifária módica, conforme a própria carta magna no país diz: tarifa módica.

Quando o prefeito ou o governador coloca índices na planilha de custos, que nós observamos que não é correto, nós lutamos com o prefeito ou com o governador, muitas vezes, retiramos da planilha de custo. Eis a razão pela qual nós estamos nessa batalha.

O Sr. Omar acabou de falar aqui, [ininteligível] também falou sobre a queda de passageiros nas empresas de ônibus. Então, é óbvio que o Sr. Omar falou também que são os clandestinos. A nossa preocupação, da AUTCAM, também é com relação a isso. Porque eles, hoje, o seu projeto, Sr. Senador, fala em seis horas. Mas esses senhores, senhores que trabalham clandestinos, piratas, eles não têm horário. São 14, 15 horas, 18 horas, e lá vão eles trabalhando. E eles não pagam imposto nenhum, eles não têm responsabilidade nenhuma; se houver acidente, dane-se quem quiser.

Então, essa questão, evidentemente, que eu acredito que o Congresso também deve estar em posição a esse respeito, para não dar essa continuidade, não aumentar em demasia essa situação, porque eu sou do Rio de Janeiro, como o Sr. Omar também é, nós temos um problema lá no Rio, já chegou milicianos, temos 27 mil clandestinos na mão de milicianos [soa a campainha].

A coisa está realmente complicada. Precisamos que V.Ex^a, que já estive com V.Ex^a algumas vezes [interrupção no áudio] que V.Ex^a coopere e ajude-nos a soerguer esse trabalho, que possamos também cooperar com V.Ex^a, com os pares, com os sindicalistas aqui presentes, que são nossos companheiros, também. E muito obrigado pela atenção dispensada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Agradeço ao Waldir. Fique tranqüilo que, se vão ser seis horas, oito horas, 12 horas, 13 horas, nós estamos discutindo os projetos dentro de cada realidade. Fique tranqüilo que nós, pelo que percebi da vontade, tanto dos empresários quanto dos trabalhadores, é de nós construirmos uma linha de bom senso, que atenda a todos. Por isso avançamos, já, eu diria em três setores.

A exposição do Botelho apontou da regulamentação; a exposição do Galhedos(F) também avançou e do representante, também, da Receita Federal. Aqui, os próprios empresários estão mostrando a sua boa vontade; todos que aqui falaram. Eu confesso que a exposição que o Dr. Luiz Alberto mostrou, aqui, foi uma contribuição concreta e objetiva, trazendo documentos que vão nos subsidiar e muito na elaboração das propostas.

Só me permitir, para concluir, porque, senão, se vai se fazer o debate, todos não poderão participar. Eu vou receber, também, as suas contribuições, como

vamos receber de todos. Fique tranquilo. O que nós queremos, neste momento, é ainda avançar, para que aqueles que não puderam falar possam expressar, aqui, a sua visão, mas, com certeza, eu estou animado. Avançamos já três pontos, eu diria.

Num primeiro momento, achávamos que era difícil avançarmos um ponto. E, com certeza, haveremos de construir uma lei que vai representar a média de pensamento da sociedade. Não será aquilo que o Paim, que o Pedro, que o João e o que Roberto quer, né? Isso é o ideal. Mas, entre o ideal e o possível, nós haveremos de construir o possível.

Eu já recebi, aqui, cinco nomes que pediram para fazer uso da palavra. Luís Gonçalves, Luisinho, que é Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores de São Paulo; depois tem o Antônio Costa Miranda, o Jaime Bueno, Sebastião José da Silva, Epitácio Antônio dos Santos, o Hamilton de Moura e José Alves Couto.

Eu vou pedir para cada um, tem que ser muito resumido, no máximo, cinco minutos, para a gente, no fim da reunião, dar oportunidade para o registro da presença dos nossos convidados que não puderam fazer ainda e, ainda, apontar, pelo menos, alguns encaminhamentos, que essa reunião não pode terminar, aqui, os desdobramentos que teremos a partir dessa Audiência Pública.

Então, vamos lá. Luís Gonçalves, o Luisinho. Está aí? Se já teve que viajar, eu passo em frente, já. Então, vamos lá, Luisinho.

SR. LUÍS GONÇALVES: Boa-tarde a todas e a todos presentes. Uma saudação especial ao Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, por esse empenho na regulamentação da profissão e na aprovação do estatuto dos motoristas.

E a preocupação nossa, de São Paulo, da Nova Central São Paulo dos Trabalhadores em Transporte de São Paulo, que nós estamos aqui numa delegação de mais de 25 entidades de São Paulo, que vieram para cá, para esta audiência, é de que, efetivamente, sejam acatadas, aqui, as proposições feitas pela nossa Confederação Nacional do Transporte, que estão em destaque, aí, no relatório apresentado à Mesa.

E o que me resta dizer, em relação à posição apresentada pelo senhor da ABTI, é que nós, trabalhadores, gostaríamos que não fosse assimilada essa sugestão da flexibilização do horário de trabalho, apoiado por outro empresário aqui do Sul, que não fosse acatado, ou, se for acatado, que ele fosse "adendado" com a questão de, se flexibilizar a jornada, sejam, também, equiparados os salários dos trabalhadores do transporte do Brasil aos salários dos trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos.

[palmas]

Que não seja apenas uma questão de flexibilizar a jornada, impedir que o trabalhador em transporte descanse um intervalo de 11 horas, entre uma jornada e outra. Então, essa é a posição de São Paulo e dos trabalhadores em transporte na cidade de São Paulo. Muito agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Ficou dentro do tempo, hein? Vou pedir para todos que sigam o teu exemplo. Você falou dois minutos e deu o teu recado, com muita precisão, do que você pensa.

Eu chamo, agora, o Antônio da Costa Miranda. Faça o mesmo apelo.

SR. ANTÔNIO DA COSTA MIRANDA: Senador Paulo Paim, nós cumprimentamos a Mesa, a sua pessoa, cumprimentar as bancadas de trabalhadores de todos os estados do Brasil que aqui estão, especialmente a bancada de Minas Gerais, da qual eu estou aqui falando, em nome da nossa Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário, da Nova Central daquele estado.

Quero dizer que é um momento importante para nós, Senador, e os trabalhadores, na verdade, seu sofrimento não é maior, em virtude pessoas como o Senador Paulo Paim, que aqui nesta Casa fala genuinamente a língua do trabalhador brasileiro. Isso, para nós, é grandioso.

E nós ficamos, às vezes, preocupados, Senador, o senhor falou dos anos que o senhor tem aqui, mas nós queremos que o senhor continue por muito tempo, e, às vezes, a gente preocupa de o senhor, daqui mais algum tempo, almejar um cargo regional e, aí, para nós, seria muito temeroso. Que o senhor continue na Casa nos defendendo.

Com referência, aqui, à regulamentação da profissão de motorista, do estatuto, nós também fomos contemplados muito, aqui, pelas falas já antecederadas, principalmente do nosso representante, aí, na Mesa, o companheiro Festino, mas nós queríamos, também, fazer algumas abordagens.

Nós falamos da aprovação do estatuto e da regulamentação da profissão de motorista e, conseqüentemente, da redução de jornada, que hoje é um drama para todos nós.

Nessa redução da jornada, falando do transporte de carga, a classe empresarial tem defendido muita dificuldade para controlar a jornada do motorista. Mas nós entendemos que, hoje, com os instrumentos que temos: tacógrafos, rastreamento via satélite, isso é perfeitamente possível, e a gente possa, nesse projeto, aperfeiçoar.

Com referência ao transporte urbano, nós temos um problema da redução da jornada, porque hoje nós temos um conflito, por exemplo, no horário de alimentação [soa a campainha]. O Ministério Público tem pegado muito nisso.

O problema do transporte, de fretamento, nós vemos, aí, também, a dificuldade, Senador, e muitos motoristas dormindo dentro de bagageiro de ônibus, dentro de porta-malas de ônibus, por falta de local para o seu descanso, e isso é preocupante.

E, aí, na verdade, a fiscalização. Porque, como foi falado aqui, não adianta uma lei que também ela não tenha aplicabilidade e a fiscalização. Então, é importante. E a gente sabe que a regulamentação e a aprovação do estatuto oferecerão mecanismo para isso.

Nós também temos a preocupação, nós somos trabalhadores, mas temos com os autônomos. Porque, hoje, por exemplo, foi falado, aqui, do financiamento. Às vezes, o autônomo entra num financiamento pesado, e, aí, ele não tem tempo, ele não tem tempo de direção, ele não tem nada, para pagar o seu financiamento. Então, é preciso que a gente tenha um cuidado com isso.

E, finalizando, [soa a campainha] nós queremos dizer que, nesta Casa, com as discussões que têm tido, e, hoje, especificamente, aqui, onde nós estamos tratando de Direitos Humanos, e esse transporte tem de ser de fato humanizado. Porque, até hoje, ele tem sido desumano, com sofrimento grande de todos os trabalhadores.

Por exemplo, o ajudante de caminhão. Nós deparamos, muitas vezes, na rua, um ajudante empurrando um carrinho com um peso excessivo à capacidade dele e à acessibilidade também. E, aí, vem o cobrador de ônibus, e por aí afora. As condições de trabalho, realmente, têm de ser humanizadas, para que a gente possa melhorar.

E nós acreditamos muito nesse trabalho, principalmente com o senhor à frente. Foi falado, aqui, que as coisas ficam muitos anos aqui, porque não resolve. Dessa vez, nós estamos confiando que vai resolver e estamos, aqui, para contribuir. Um grande abraço ao senhor e a todos que estão empenhados na melhoria desse projeto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O Antônio ficou, também, nos três minutos. Então, eu chamo Jaime Bueno, de Goiás.

SR. JAIME BUENO: Bom-dia a todos. Quero cumprimentar Senador Paulo Paim, pelo seu trabalho incansável e pelo jeito peculiar de se fazer política, que é de aproximar-se da sociedade.

Quero, também, parabenizar as centrais sindicais, que têm se empenhado ardorosamente para que possamos reconhecer, de fato, a profissão do motorista. As nossas confederações de transporte, cinco, aqui presentes, a todos os trabalhadores.

Nós queremos colocar, de forma objetiva, Senador, a nossa preocupação com a questão das condições adversas do trabalhador em transporte. O trabalhador em transporte, ele, mesmo morando em Goiás, ele está submetido ao clima da Amazônia, ao clima do Rio Grande do Sul, portanto, é um trabalhador que se submete a condições adversas. E, assim sendo, Senador, nós precisamos reconhecer: trabalha com transporte de pessoas, que é uma carga especialíssima; trabalha com transporte de produtos químicos, que é uma carga perigosa; com cargas secas; enfim, o trabalhador em transporte, ele está submetido a qualquer condição de trabalho.

Isso tudo, Senador, considerando a carga extraordinária ou ultra-extraordinária, que o trabalhador de transporte está sempre submetido a ela, é preciso levar para a questão da “penosidade” (sic) da profissão. E o nosso projeto, o projeto que trata da regulamentação do motorista, da profissão do motorista, puxa muito para esse lado.

E nós queremos deixar claro, Senador, que nós parabenizamos, também, o seu trabalho, em função do seu... Da sua defesa quase que intransigente [soa a campainha] na questão do fator da Previdência Social. Nós queremos aposentadoria especial para o trabalhador em transporte. E nós precisamos lembrar que essa “penosidade” (sic), também, Senador, ela leva a discussão para a questão da má condição de trabalho, quando o assunto é a malha rodoviária do Estado, do país.

Nós temos, hoje, uma infra-estrutura muito difícil, uma infra-estrutura completamente sucateada, e que o PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, até agora ainda não resolveu por completo a questão da infra-estrutura.

Além de colocarmos, também, a questão necessária da capacitação do trabalhador rodoviário, justamente porque, cada dia que passa, as máquinas estão ficando mais sofisticadas, e o trabalhador está ficando retrógrado em conhecimento. E, por tudo isso, Senador, nós defendemos esse nosso projeto, contamos com seu trabalho, parabenizamos pelo brilhante esforço que V.Ex^a tem feito e queremos, sem dúvida nenhuma, colocar que as nossas entidades sindicais vão lutar, juntamente com aqueles parlamentares que estiverem de mãos dadas com os trabalhadores até o fim, para que nós consigamos, desta feita, aprovar esse

projeto, que é, sem dúvida, a redenção do trabalhador em transporte rodoviário. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Sebastião José da Silva, Rio de Janeiro.

SR. SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA: Boa-tarde, Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, senhores e senhores do Plenário. Boa-tarde, eu não vou ser repetitivo, não vou usar nem os três minutos.

Mas eu queria deixar, aqui, uma posição que eu acho que nós trabalhadores em transporte não podemos perder o eixo, na discussão da regulamentação da nossa profissão.

Isto é uma disputa entre capital e trabalho. Não adianta. E o exemplo que temos é de que esse segmento é um dos segmentos mais explorados deste país. Trabalho escravo tem na cidade do Rio de Janeiro, em empresa de ônibus: 12, 14, 15, 16 horas sem remuneração. É só fiscalizar.

Não precisa o Ministério do Trabalho gastar dinheiro para ir lá no Acre, nem no Amazonas, tem nas capitais. A equivalência, eu acho que nós estamos discutindo muito, aqui, a questão da regulamentação, a questão do caminhoneiro, que é autônomo, que é peculiar e que há, de certa forma, um interesse comum entre o embarcador e o embarcado. E nós temos o segmento de transporte de passageiro, que não é diferente do transporte de carga; da ordem de quase 90% dos brasileiros são transportados por ônibus. Só na cidade do Rio de Janeiro, são seis milhões de passageiros, por dia, na capital. E esses trabalhadores trabalham estressados.

Então, na verdade, nós não podemos perder esse eixo: é uma disputa entre o capital e o trabalho. E a remuneração está na essência disso, a remuneração está na essência. Se fala em flexibilizar, em banco de horas, em categoria de serviço essencial, como é o nosso caso. Por isso, estamos buscando a regulamentação, aqui, há 30 anos. O motorista é serviço essencial.

Então, na verdade, Senador, acho que, em alguns setores, nós vamos avançar em conjunto com os empresários; e, em outros, nós vamos ter muita dificuldade. No transporte de passageiros coletivos, principalmente, nós teremos muita dificuldade. Porque não há discussão na hora de aumentar a tarifa da participação dos trabalhadores na Receita, só querem distribuir o prejuízo. O lucro nós sabemos que não é distribuído com os trabalhadores.

Então, essa é uma discussão [soa a campanha] que nós sindicalistas não podemos nos enganar. A regulamentação da profissão é uma oportunidade de, pelo menos, ter um eixo, um direcionamento de respeitabilidade a essa profissão tão importante para

o país, que são os trabalhadores em transporte rodoviários, urbanos, em todo o segmento da sociedade. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ficou no tempo, também. Passo a palavra ao Sr. Epitácio Antônio dos Santos, fazendo o mesmo apelo.

SR. EPITÁCIO ANTÔNIO DOS SANTOS: Boa-tarde a todos. Cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Sr. Omar, que está fazendo parte da Mesa, Presidente da CNTT, cumprimento a todos e a todas do Plenário.

Bom, tiveram alguns avanços, aqui, e um que me surpreendeu foi da ANTT, que numa Ação Civil Pública que foi protocolada pelo Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso, a ANTT se excluiu da questão da fiscalização da jornada e, inclusive, foi excluída do processo.

E hoje eu vejo que a ANTT vai trabalhar na regulamentação da jornada para os autônomos. Não esquecendo que a ANTT também é o responsável pela jornada dos trabalhadores e que também tem o mesmo tratamento.

Sobre a Lei 11.442, existe uma Adim da Associação Nacional dos magistrados, ANAMATRA, e Associação dos Procuradores do Trabalho, que têm, também, a participação como terceiro interessado da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, que coloca, ali, nós não somos contra os autônomos, somos companheiros. Mas acontece que coloca, ali, a condição do agregado, o motorista que o empregador vende o caminhão, ele é empregado, ele trabalha 20, 30 anos na empresa, ele diz: "Agora, você vai ser o dono do caminhão; agora, você vai ser o patrão". Aí, pega todo o dinheiro que ele tem de saldo de FGTS, etc., fica com ele e coloca o trabalhador a trabalhar, se matar trabalhando em excesso de jornada, conforme o Procurador já colocou, aqui, tomando anfetaminas, cocaína, etc., estragando sua saúde, e continua como empregado.

Art. 3º da CLT diz que o empregado, a pessoa que prestar [soa a campanha] serviço, com o comando de uma pessoa, de uma empresa, de um empregador, é empregado. Não pode isso acontecer.

Bom, mas eu também queria, aqui, dizer que eu, aqui, estou representando a Federação dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Estado do Paraná, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná e a Secretaria Nacional das Categorias diferenciadas da Nova Central Sindical de Trabalhadores, e registrar que a nossa Confederação possui 230 entidades sindicais filiadas, da qual 150 faz parte da Nossa Central. E, como membro da secretaria das ca-

categorias diferenciadas, essa proposta que nós estamos apresentando que seja pela carteira profissional do trabalhador, porque, no art. 147 do Código Brasileiro de Trânsito, no seu inciso V, ele diz que a profissão, o trabalhador remunerado tem que declarar essa condição e vai ficar na carteira profissional. Por isso é uma questão que a gente tem que colocar.

Outra questão é sobre essa Lei 2.660/96, do Poder Executivo, que foi aprovada na Câmara e foi, assim, já não era muito boa, mas, aqui no Senado, com a emenda colocada pelo Senador Osmar Dias, ficou pior. O Sr. Omar já falou de uma parte, mas foi tirada a parte do controle.

Como é que vai se controlar o tempo de jornada, se tira o tacógrafo, como medidor de tempo e direção? E a questão, também, que, aprovando, essa lei que nós somos de acordo, mas da forma que ela veio do... E foi aprovada na Câmara, também tem que colocar o controle de jornada de trabalho. Porque não adianta ter um tempo de direção, sem a forma de controlar. E a forma de controlar é o tacógrafo digital, o sistema de rastreamento, monitoramento via satélite.

Também temos uma proposta de que se acabe com o banco de horas, não só na nossa categoria, mas especialmente, se nós passarmos o estatuto, que se acabe o banco de horas para essa categoria. Eu deixaria, aqui, como contribuição, depois, um documento feito na Argentina, pela ITF, com a participação da CNTT, que coloca... Foi encaminhado, para o Grupo 5 do transporte do MERCOSUL, propostas do transporte, da questão de trabalho para o MERCOSUL de todos os países que compõem o MERCOSUL. Eu vou deixar, porque isso é uma contribuição que deve servir não só para o Brasil, mas para todos os países. É isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, ao Sr. Hamilton de Moura, e, depois, José Alves de Couto.

SR. HAMILTON DE MOURA: Senador Paulo Paim, vou deixar que as manifestações dos nossos companheiros sobre V.Ex^a fiquem registradas, para ganhar tempo. Não vou me comprometer a não gastar os cinco minutos, mas vou tentar.

Nós, em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que foi colocado pelo companheiro Luis Festino, ele realmente representa as aspirações de todos os trabalhadores representados pela nossa Confederação, bem como já as documentações e o dia-a-dia dos grupos de trabalho e as escritas que a gente tem acompanhado no dia-a-dia.

Gostaria de chamar atenção sobre algumas colocações feitas pelos demais expositores, no período

da manhã. Primeiro, em relação ao que foi colocado pelo companheiro Sebastião. A regulamentação tem 20 anos de uma luta dos trabalhadores em transporte neste país e ela não pode ser tão banalizada pelo setor patronal e pelo próprio Governo, que, ao tomar posse, o Governo Lula rapidamente conseguiu regulamentar o setor das empresas, e, logo em seguida, agora, se fala na Constituição dos Autônomos. E isso me chama atenção, queria chamar atenção do companheiro Nélcio, e, assim, para que a gente possa persistir chamando os companheiros de companheiros, para que tenha sensibilidade e o cuidado nas manifestações, em relação à conduta de nós, enquanto operadores, trabalhadores das estradas, principalmente os motoristas.

Porque, infelizmente, apesar de que, nesse segmento, ao longo das décadas, tenham surgido vários empresários que foram motoristas, eles não têm a sensibilidade para perceber o abismo em que nós estamos sendo jogado e que eles irão junto. Não tenho dúvida.

A manifestação do Ministério Público do Mato Grosso e que vai se inspirar no país, em pouco tempo, é uma manifestação de uma instituição que está preservando não a vida dos motoristas só, na fala do Dr. José Pedro, essa é uma manifestação do cuidado que nós temos que ter com a sociedade, que vem sendo arrastada pelos problemas nas estradas deste país, pelo problema do excesso de jornada.

Então, é muito bonito que o doutor apresente uma audiência, aqui, situações para serem colocadas em discussão de flexibilização de jornada, que nós já combatemos lá no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994, para ser discutida, enquanto nós estamos lutando para combater o problema da mudança na CLT.

Mas é muito perigoso a gente não discutir que o transporte, num país, esse segmento, já há uns quatro anos, se transformou em 6,5% do PIB brasileiro. Então, não é pouca coisa, num país, ter, num país do tamanho do nosso, a representação de 6,5% do PIB, graças às "otimizações" que fizeram, no ocorrer, inclusive, aumentando e otimizando o transporte de frete, que, há dez, 15 anos atrás, transportava 15, 20 toneladas e, hoje, como disse, aqui, o nosso companheiro, transporta até 70 toneladas, sem que as nossas malhas viárias tivessem evoluído para isso, sem que as balanças – que vocês defendem – estejam no lugar para conferir e nem o Estatuto do Motorista, para dar dignidade a ele, na relação com a sociedade, para que ele tenha direito.

Quando estiver numa discussão com um passageiro de ônibus, a polícia chega e tira o motorista de dentro do ônibus, e ele não tem o seu direito, como o

piloto de avião tem, o seu *status* de piloto, tem o seu *status* de comandante, quando nós transportamos cargas perigosas, ou seja, arsenais, na nossa traseira, combustíveis, carga perigosa, e não temos sequer a garantia de vida, e tem-se discutido, no estatuto, o nosso seguro de vida, isso é questionado [soa a campanha].

Então, ou seja, enquanto o Exército sai com um carrinho verde na rua, cheio de batedor. Então, nós queremos discutir o estatuto, a dignidade do motorista, e, aí, nós temos, em contraponto, Sr. Senador, a discussão que o Brasil não tem suportado há dez anos, que a mudança da CLT, a flexibilização de jornada, de direito, enquanto nós estamos buscando no Ministério Público para discutir, enquanto nós buscamos o dissídio coletivo para discutir a jornada de trabalho do motorista do coletivo urbano, que, já, pela Organização Mundial do Trabalho, pela OIT, pela Organização Internacional do Trabalho, já é condição degradante.

Então, eu, finalizando, digo que também corroboro com todos que dizem que a iniciativa de V.Ex^a ela é de fundamental importância, e, aí, o Governo Lula e todos os atores precisam entender que V.Ex^a não representa apenas a exposição da sua condição de parlamentar, mas de quem tem a visão de que uma bomba-relógio, neste país, está preparada, porque, indiferente das entidades sindicais que representam esse setor, os trabalhadores em transporte, como a maioria dos trabalhadores autônomos, a revelia de qualquer autoridade, de qualquer lei de greve, não vão ter outro instrumento, a não ser fazer uma paralisação, neste país, para reivindicar a dignidade de ver as suas famílias, de ter a sua saúde e o seu direito de vida e sua humanização vista.

Então, não vamos perder o foco disso, vamos buscar novas audiências, novos encontros e vamos ter a humildade de discutir a dignidade, em primeiro lugar, e, depois, a forma de operar a saúde. É isso que a gente deixa, em nome da Federação de Minas Gerais, da Nova Central e da nossa Confederação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato, José Alves Couto.

SR. JOSÉ ALVES COUTO: Boa-tarde a todos, boa-tarde, Senador. Nós já estamos, aqui, nesta Casa, trabalhando, há vários anos, para que seja regulamentada a profissão do motorista. Porque não é certo uma categoria que nem a nossa, tão importante, não ser regulamentada. Há 20 anos, eu era Diretor da CUT, junto com o senhor, e nós conseguimos, e o primeiro projeto da regulamentação do motorista foi do senhor. Depois, nós conseguimos, há 18 anos, colocar outra

emenda. Ela foi arquivada, e isso diz o seguinte: Por que foi arquivada? Porque, infelizmente, o setor patronal, aqui dentro desta Casa, é muito forte. Ele nunca quis que o motorista tivesse reconhecimento da sua profissão.

A gente vê, aqui, um senhor que fez uma palestra, falou que gastou, já, mais de 20 milhões, investiu mais de 20 milhões esse ano, bilhões, em ferramentas. Agora eu pergunto: quantos reais ele gastou a favor do trabalhador? Quanto que ele investiu no trabalhador? Hoje, eu vejo, aqui, inclusive, outro dia eu estava aqui nesta Casa, ouvindo uma palestra de uma senhora de Goiás, ela falando o seguinte, que ela comprou 20 carretas. E ela está com 100 carretas encostadas, porque não tem motoristas para essas carretas.

Por quê? Porque o setor patronal não investiu na mão-de-obra. Porque essas carretas, ela mesma falou, prefiro ficar parada do que entregar essa carreta na mão de qualquer motorista.

E a gente vê, na nossa categoria, hoje, eu faço parte de uma discussão, no Ministério da Saúde, do Trabalho e da Previdência. Pela primeira vez, foi feita uma Comissão tripartite, para que nós possamos discutir a saúde do trabalhador. E a primeira que se diz, lá, é a construção civil, a segunda é do trabalhador em transporte.

E, há 15 dias, na nossa discussão, a primeira coisa que se diz, principalmente no setor patronal, que é trabalhadores, setor patronal e Governo, é que o setor patronal não tem condições de estar investindo em tacógrafo, não tem condições de estar investindo em nenhum sistema que possa fiscalizar a jornada de trabalho.

Nós fizemos alguns estudos [soa a campanha], a nossa categoria é a que mais sofre, é a que mais tem tipos de doenças. A gente vê, no ônibus coletivo, hoje, principalmente no sistema rodoviário de passageiro, que o ônibus, agora, nessa etapa, o setor patronal investe na temporada, contrata motorista para fazer as temporadas, agora, e, depois, com três meses, dispensa esses motoristas, sem ele ter condições de ter passado na sua experiência, que a experiência é de 90 dias. E isso está aí.

Nós queremos discutir, sim, a regulamentação da profissão do motorista, não só do transporte de carga. Nós queremos discutir, sim, a regulamentação do motorista do táxi, do caminhão, do ônibus, [soa a campanha] desde que tenha a sua carteira nacional de habilitação, que seja reconhecida a sua profissão, que ele está sendo... Ele está vendendo a sua mão-de-obra, está sendo explorado, e, quando se diz banco de hora, tem categoria, sim, que tem condições de ter banco de hora. Mas a nossa categoria, que fica, aí, no trânsito

mais de oito, dez horas por dia, não tem condições de ter, de maneira alguma, o banco de horas.

E, quando um cidadão aqui falou que tem as cinco horas para entrar, para carregar o caminhão e, depois, tem mais cinco horas para descarregar o caminhão, ele já está em dez horas de serviço, porque ele não está dormindo, ele não está descansando. E ainda quer que ele fique mais dez horas no trânsito? Eu pergunto se a família dele, com a licença da palavra, se ela anda de transporte. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Das inscrições que eu tinha, aqui, na Mesa, estão todos contemplados. Eu só pergunto o seguinte: eu passei uma lista para que todos colocassem nome, telefone, endereço, e-mail, se possível. Então, nós iríamos, agora, para um em algum momento. Os que não colocaram o nome ou o e-mail, telefone ou endereço fariam o registro no microfone, para constar na ata a sua presença.

Então, quem não assinou a lista e quer, ainda, fazer o registro, o momento é esse, agora. Então, vamos lá, o microfone na frente, aí. Só aperta o botão. Mas eu faço um apelo que seja o nome e a entidade para a gente registrar na Casa.

SR. CÉLIO MOREIRA: Senador... Senador Paulo Paim, eu cumprimento V.Ex^a pela iniciativa. Meu nome é Célio Moreira--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quero parabenizar o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho. Tem um com a palavra, primeiro, em seguida, ao passo ao outro.

SR. CÉLIO MOREIRA: Cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa desse debate, de fundamental importância. Eu sou Célio Moreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Uberlândia e Diretor da Federação dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Estado de Minas Gerais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, uma Questão de Ordem, não daria para iniciar pegando aqui, porque, senão, mistura, daí... Seguir pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser. Então, a primeira fila, quem não falou, na primeira fila, que quer registrar?

SR. JOSÉ HILTON: Ok, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Segunda fila?

SR. JOSÉ HILTON: Segunda?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É você mesmo.

SR. JOSÉ HILTON: Da segunda. Bom, então, boa-tarde para todos. Eu sou José Hilton, sou do Sindicato dos Condutores DE São Paulo, Secretário-Geral, e registrando, aqui, a minha presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na sequência, na segunda fila.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bem, quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer da importância dessa iniciativa, desta Audiência Pública da qual nós estamos participando hoje. Quero dizer ao Senador Paulo Paim que é importante, Senador, que seja... Essa regulamentação seja rápida e já, porque, com certeza, o Rio Grande do Sul, da qual eu sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de São Leopoldo, onde o senhor já esteve presente, inclusive--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sou também, agora, o atual Presidente da Federação dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul. E o povo do Rio Grande do Sul, com certeza, aguardando que isso seja rápido e já, estamos aguardando o senhor lá, com certeza, para ser o nosso Governador do Estado do Rio Grande do Sul--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está feita a confusão [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o povo gaúcho está aguardando, lá, o senhor, para ter esse privilégio. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está feita a confusão, agora [risos]. Na segunda fila, na segunda fila.

SR. JOSÉ LUIZ SOUZA RUBIM: Cumprimentar o Senador Paulo Paim, a todos os presentes, eu sou José Luiz Souza Rubim, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Santana do Livramento e Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais, na segunda fila? Senão, vamos para a terceira fila. Isto.

SR. JOSÉ TEODORO GUIMARÃES DA SILVA: Senador, eu trago um recado da Dra. Ruth, do Ministério do Trabalho, viajei com ela de Belo Horizonte, ontem, para cá, ela não pôde estar aqui hoje, pediu que desse o recado, e ela está à disposição de V.Ex^a, para a conclusão de qualquer coisa.

Meu nome é José Teodoro Guimarães da Silva, eu sou Presidente da Federação dos Rodoviários de Minas Gerais e também Diretor da Nova Central Sindical. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço a V.Ex^a, que fez esse registro sobre a questão do Ministério do Trabalho, pela importância de termos uma parceria cada vez mais forte. Alguém mais, na terceira fila?

SR. TELMO: Boa-tarde, Sr. Senador Paim, boa-tarde às autoridades presentes, à Mesa. Quero agradecer, aqui, a luta que o senhor está fazendo a todos, um herói, por exemplo, caminhoneiro, né? A gente quer agradecer, meu nome é Telmo, sou Presidente da Cooperativa [ininteligível] da cidade de Rio Grande, né? Quero deixar meu abraço ao Nélio Botelho, esse herói, também, que está batalhando com a gente, aí, e com certeza nós vamos conseguir essa luta [ininteligível]. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. NERI SOUZA DE OLIVEIRA: Boa-tarde, Senador. Meu nome é Neri Souza de Oliveira, Sincaver/Trabens, Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul. Gostaria de dizer que a gente luta lá pela liberdade do autônomo e, com certeza, a gente está muito convicto de tudo isso que está vindo a acontecer para o autônomo. Obrigado.

SR. CARLOS ALBERTO LITCHI DAMER: Carlos Alberto Litchi Damer, sou de Ijuí, também, do Rio Grande do Sul, Movimento União Brasil Caminhoneiro, e, rapidamente, só dizer que esse manancial de idéias que têm aqui, com certeza, com a sua condução, vai se engajar num rumo só e que vai ser o melhor para a categoria, autônomos, empregados, esse grande consenso que vamos tentar, com certeza, produzir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Quarta fila alguém quer fazer o registro, que não fez?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, boa-tarde, Senador. Bom, boa-tarde. Eu sou membro da Diretoria Executiva do Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte. Em nome de vários companheiros aqui presentes, quero agradecer, e, além do mais, sou também membro da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Minas, da FETROMINAS e do Instituto São Cristóvão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqui, na terceira fila, tem um senhor que estava... Por favor.

SR. LUIS CARLOS DE FREITAS: Boa-tarde a todos. Sou Luis Carlos de Freitas, represento o Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Porto Alegre e Região Metropolitana. E agradecer ao Senador pelo belíssimo trabalho que está desenvolvendo, e, apesar de tudo, foi um pedido do SINDCAM de Porto Alegre, dia 28 de fevereiro deste ano. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Quarta fila. Alguém mais da quarta fila?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou do Sindicato de Trabalhador em Transporte Rodoviário de São Manoel e região. Quero agradecer ao Paulo Paim pela oportunidade, aí, de ter convidado a gente para esta Audiência Pública e espero que isso aqui dê um bom resultado para toda a categoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais?

SR. MÁRIO EZEQUIEL PEROBELLI: Quero agradecer o convite que nós tivemos para aqui estar e o ótimo trabalho do nosso Senador Paulo Paim. Sou Mário Ezequiel Perobelli, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Jaú e região e Primeiro Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. JOSÉ PINTOR: Bom, a gente, tantas vezes, Senador, mais uma vez, gostaria de cumprimentar sua pessoa, né, pelo brilhante trabalho que faz em defesa dos trabalhadores. Meu nome é José Pintor, sou Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos de Lençóis Paulista, Diretor da Federação e da Nova Central. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais, na quarta fila?

SR. JOSÉ MARTINS DOS SANTOS: Boa-tarde, senhores e senhoras, meu nome é José Martins dos Santos, quero agradecer o Presidente da Mesa, Paulo Paim, sou Presidente do Sindicato dos Motoristas de Atibaia e região. Temos lá o cargas secas e molhadas, e estou muito contente de estar participando dessa reunião, porque, da forma que está, eu tenho certeza de que vamos chegar no objetivo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Alguém mais? Registra. Pega o microfone, faça o favor. Aperta o botão, luzinha...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Boa-tarde, Senador, gostaria de estar parabenizando esta Comissão por uma questão tão nobre, que é a profissão dos motoristas, a regulamentação. Eu sou do Sindicato dos Rodoviários e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Valores, onde é uma categoria que trabalha 16, 18 horas carregando fortunas, e, muitas das vezes, nós temos vários profissionais que estão afastados por excesso de carga horária, excesso de jornada.

E gostaria de estar parabenizando, que isso vai favorecer muito o trabalhador, principalmente de trans-

porte de valores e todo trabalhador da carga, do transporte coletivo. Parabéns a todos e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. De camisa amarela, ali, o moço, ali. Vocês dois, aí, faz o registro os dois, aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Queria parabenizar V.Exª por esse trabalho que está realizando para todos os motoristas profissionais do Brasil. É isso o que nós estamos precisando, que todo mundo engaje nessa luta, para que nós tenhamos a profissão nossa regularizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SR. CONSTANTINO GONÇALVES BRAGA: É com muita honra que estou aqui, no Congresso Nacional, onde vejo o maior respeito dessa nação. Então, na presença do Senador Paulo Paim, que é tão grandioso nesta Casa, que jamais podemos esquecer sua memória, Paulo Paim.

E gostaria de dizer meu nome, Constantino Gonçalves Braga, sou cidadão de Itabiri(F), Minas Gerais e Diretor Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Ouro Preto e Diretor da FETROMINAS. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O senhor que está ao lado.

SR. MILTON DOS REIS: Quero cumprimentar Paulo Paim, meu nome é--

SR. RAIMUNDO COCADA: Meu nome é Raimundo Cocada, estou representando o sindicato dos trabalhadores da fiscalização do Estado de São Paulo. Gostaria muito de agradecer. Acho que agora vai. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O senhor que havia começado.

SR. MILTON DOS REIS: Cumprimentar V.Exª, Paulo Paim, meu nome é Milton dos Reis, sou Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Poços de Caldas, também Diretor da Federação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Alguém mais?

SR. AUGUSTO DIAS DA SILVA: Eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor. O senhor que levantou a mão.

SR. AUGUSTO DIAS DA SILVA: Eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É.

SR. AUGUSTO DIAS DA SILVA: Boa-tarde a todos. Sou Augusto Dias da Silva, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Uberaba e região. Gostaria de pedir atenção da ANTT, devido, por exemplo, à jornada de trabalho das empresas intermunicipais, devido à carga horária que eles estão exigindo do trabalhador, por

falta de motorista. Muito obrigado a todos, e gostaria de uma atenção sobre isso aí.

SR. HÉLIO TEODORO DA SILVA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Apertar o botãozinho para ficar verde.

SR. HÉLIO TEODORO DA SILVA: Meu nome é Hélio Teodoro da Silva, sou Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Mococa e região e sou também Diretor da Federação dos Trabalhadores de Transporte do Estado de São Paulo. Obrigado. Boa-tarde a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais alguém? Pela ordem, aí. Daqui para lá, começando pelo senhor, mesmo.

SR. GERALDO ABÍLIO DE MEIRELES: Boa-tarde, Senador, boa-tarde aos demais companheiros, aqui presentes. Meu nome é Geraldo Abílio de Meireles, sou Presidente do Sindicato da Fiscalização e Secretário-Geral da Federação dos Rodoviários do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

SR. GETÚLIO RESENDE: Meu nome é Getúlio Resende, Diretor do Sindicato dos Rodoviários de Divinópolis, Minas Gerais, Diretor da FETROMINAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

SR. LUIZ GONÇALVES DA COSTA: Meu nome é Luiz Gonçalves da Costa, sou Presidente da FET-TREMAT, Federação dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso, Presidente dos Trabalhadores do Sindicato de Transporte Rodoviário de Rondonópolis, Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

SR. GERALDO DE MELO FERREIRA: Boa-tarde, Senador Paulo Paim, sou Geraldo de Melo Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Lavras, Minas Gerais, Diretor da Federação e da Nova Central também. Um prazer falar com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Boa tarde, Senador Paulo Paim. É com muita honra que venho aqui, representando, aqui, o sindicato dos rodoviários da cidade de Varginha, do sul de Minas Gerais, contando com o apoio de todas as autoridades, para nós regulamentarmos a nossa profissão de motorista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A senhora que está esperando. Senhora.

Bom, meu nome é Neide Tameirão, sou dirigente do SINDFICOT, Sindicato de Fiscalização em Transporte do Estado de São Paulo, Diretora do Departamento de Transporte da Nova Central Sindical de São Paulo e sou trabalhadora do transporte há 20 anos. Comecei como cobradora, fui motorista e, hoje, sou monitora de operações— [interrupção no áudio]. Muito obrigada. Boa tarde.

SR. OSWALDO GARCIA: Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, sou Oswaldo Garcia, Vice-Presidente do Sindicato de Rodoviários do Município do Rio de Janeiro. Registro nossa presença, aqui, com a Diretoria e sentimos já representados pelo companheiro Omar, Presidente da nossa Federação. Nosso muito obrigado e estamos à disposição, a qualquer momento, a qualquer hora, para V.S^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O próximo, aqui, à direita.

SR. PAULO AUGUSTINHO: Eu sou o Paulo Augustinho, Diretor do Sindicato de Transporte Rodoviário de Betim e região, e também Diretor da FETTROMINAS. Muito obrigado e boa-tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Próximo.

SR. JOSÉ TEREZA DE ALMEIDA: José Tereza de Almeida. Sou Presidente do Sindicato Rodoviário de Barbacena, Minas, e Diretor, também, da FETTROMINAS e Nova Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O último, lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Paulo Paim, uma boa tarde para o senhor. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, representando os trabalhadores. Eu sou o Diretor do Sindicato dos rodoviários de Contagem. Estou aqui só para agradecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Atrás de você. Vamos lá.

SR. FIRMINO: Firmino. Sou Diretor da FETTROMINAS, Federação dos Rodoviários do Estado de Minas Gerais, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Conselheiro Lafaiete, SITROCOL(F), e Diretor da Nova Central. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, apesar que eu já fiz parte da Mesa, mas eu não poderia deixar de registrar, aqui, um telefonema do nosso Deputado Paulo Pereira da Silva, que mandou um abraço muito carinhoso para o senhor, e desejar a todos e a todas os companheiros que aqui participaram um bom início de semana, muito obrigado. Sou Presidente do Sindicato

dos Trabalhadores de Transporte e Logística de São Paulo. Muito obrigado, Senador. Uma boa tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos ouvir os últimos três que falam. Aí, nós vamos para o encerramento, porque muita gente tem que viajar.

SR. ERONALDO JOSÉ DE OLIVEIRA: Boa tarde, Senador. Meu nome é Eronaldo José de Oliveira, sou Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Santos e região. Eu gostaria de parabenizá-lo pelo belíssimo trabalho e dizer, também, que o senhor permaneça firme e forte, porque a diferença é feita por homens de coragem do seu tipo, aí. Muito parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SR. RAIMUNDO JOSÉ RODRIGUES: Senador Paulo Paim, boa-tarde. É um prazer estar na presença do senhor. Meu nome é Raimundo José Rodrigues, sou Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Ituiutaba, Minas Gerais, e Diretor da FETTROMINAS. Muito obrigado.

SR. AIRES ERNANE DA SILVA: Boa tarde, Senador. Eu sou Aires Ernane Silva, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Araxá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. LUTERO ANTÔNIO ALVES: Boa-tarde, Senador. Meu nome é Lutero Antônio Alves, sou Diretor do Sindicato dos Rodoviários de Uberaba e região. Gostaria de deixar aqui registrada a minha presença, aqui.

SR. DILSABEL(F) RODRIGUES: Boa-tarde, Senador. Meu nome é Dilsabel(F) Rodrigues, sou Diretor do SINTTROCEL de Coronel Fabriciano.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, eu... Todos tiveram oportunidade: ou deixaram por escrito ou fizeram por microfone. Nós vamos encerrar a Audiência Pública, dizendo que todo o material recolhido, no dia de hoje e nas outras seis reuniões, nós vamos passar para a mão do relator. Provavelmente, teremos mais uma, duas, TRE, quantas audiências públicas forem necessárias para a gente apresentar um estatuto que contemple, que eu chamo, a média de pensamento de toda a nossa gente.

Com certeza absoluta, a nossa intenção, se depender desse Senador, vai ser regulamentar a profissão do motorista, em todos os setores. Claro, sabendo fazer a diferença adequada. Motorista de táxi, motorista de caminhão, motorista de ônibus, enfim, respeitando as diferenças.

Mas, com certeza, por exemplo, a aposentadoria especial, só como exemplo, ela é igual para todos,

porque todos têm uma atividade penosa. Todos terão que ter um limite na carga horária, de uma forma ou de outra. Agora, vamos, de forma sincronizada, fazer com que essa redação aconteça, atendendo a todos.

Agradeço o espírito que norteou essa reunião, tanto dos empresários como dos trabalhadores, claro que nós sabemos que existem diferenças, mas essas diferenças serão construídas na redação final, a partir de um bom debate. E o bom debate, com certeza, faz com que todos sejam beneficiados. Eu diria, com certeza absoluta, essa é a Comissão de Direitos Humanos. E, com certeza, na redação final do estatuto, o direito do ser humano vai estar em primeiro lugar. Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente reunião.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h34.

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE OUTUBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia quinze de outubro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, José Nery, César Borges, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Jaime Campos e Virgínio de Carvalho. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Pauta. Item nº. 01. Requerimento nº 76, de 2008, que requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da profissão de vigilante, no dia 30 de outubro de 2008. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item nº. 02. Projeto de Lei do Senado nº. 269, de 2008, – não terminativo – “Dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos”. Autoria: Senador Patrícia Saboya. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo. Item nº. 03. Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005 – terminativo – “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 01 (Substitutivo) aprovado na CCJ. Resultado: Aprovado

Substitutivo. Item nº. 04. Projeto de lei do Senado nº. 417, de 2007 – terminativo – “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria Ad Hoc: Senador Cristovam Buarque. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer. Item nº. 05. Projeto de Lei do Senado nº. 38, de 2008 – terminativo – “Altera § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.”. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Magno Malta. Relator Ad hoc Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer. Item nº. 06. Projeto de Lei do Senado nº. 672, de 2007 – terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer que todo o idoso com pelo menos cem anos tem direito a benefício no valor de dois salários mínimos. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Relator Ad hoc Senador Cícero Lucena. Parecer: pela aprovação da matéria com as emendas oferecidas pela CAS. Resultado: Aprovado o Parecer. Extrapauta. Item nº. 01. Requerimento nº. 77, de 2008 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública para discutir o fator previdenciário, demissão de dirigentes sindicais, jornada de trabalho e reajuste dos aposentados, a realizar-se no dia 4 de dezembro de 2008. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Senhor Presidente, Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente lê o manifesto “Dia Nacional de Luta dos Vigilantes: Vida, Emprego e Cidadania”. Encerradas as falas dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, Flávio Arns, Jayme Campos, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Gilberto Goellner e José Nery e César Borges e Serys Slhessarenko. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 43ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª(sic) Legislatura, aqui com a presença já do Senador Flávio Arns. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram.

Senador Flávio Arns, eu, durante esse mês, fui procurado pelas lideranças dos trabalhadores na área da vigilância, os vigilantes do nosso país para que a gente pudesse fazer uma Audiência Pública, com o objetivo de debater a situação dos profissionais dessa área. Eu tenho um projeto que eu apresentei na Câmara dos Deputados, está lá, apresentei ele ainda em 2004, e temos aqui no Senado dois projetos. Três projetos. Dois de minha autoria e um da Senadora Serys Slhessarenko.

Há também um projeto muito bem elaborado nessa área, do Deputado Federal Paulo Rocha, e nós, em comum acordo, chegamos ao entendimento de fazermos uma Audiência Pública no próximo dia 30, que é uma quinta-feira, aqui na comissão. Eles estarão aqui em Brasília num congresso, e nós teremos aqui em torno de 300 líderes dos vigilantes de todo o país.

É a nossa intenção fazer a audiência aqui... Senador Jayme Campos, alegria vê-lo aqui conosco. Fazer aqui nessa comissão, e teríamos mais duas salas para alojar, enfim, para que eles possam acompanhar o debate que faríamos aqui nesse espaço. Eu gostaria de colocar esse requerimento em votação. Ele consta aí na pauta, me parece, está aqui um assessor da Senadora Serys Slhessarenko, que a Senadora Serys Slhessarenko também estaria encaminhando requerimento. Como já tem o nosso na pauta, eu vou pedir que a Senadora Serys Slhessarenko assine também o nosso, e fica de todos senadores. Não só de meu, nem só do Senador Flávio Arns, nem só da Senadora Serys Slhessarenko e nem somente do Senador Jayme Campos. Seria de todos senadores, um debate sobre o tema *trabalho dos vigilantes*.

É intenção fazer que os expositores, me permita, sejam... A Senadora Serys Slhessarenko, eu também como autor de um de três projetos, vamos convidar o Deputado Paulo Rocha, que o projeto do Deputado Paulo Rocha é mais amplo, inclusive, do que o de todos nós. Nós três faríamos a exposição dos projetos e objetivo, e convidaríamos naturalmente as lideranças dos trabalhadores para que também fizessem a devida exposição. Essa é a idéia. Eu tinha te passado, Luis, o nome do presidente. O presidente do sindicato dos vigilantes, que está coordenando este congresso, que eles vão realizar aqui em Brasília, é o José Boaventura

dos Santos, e foi com o entendimento com ele que nós estamos articulando esse movimento, que visa aprovar os projetos de interesse da categoria e que a gente possa, ainda esse ano, quer seja na Câmara, quer no Senado, podermos ver os projetos aprovados.

Um dos temas que mais preocupa eles é a questão da periculosidade. E todos os projetos vão nesse sentido. Tanto do Deputado Paulo Rocha, como o nosso, como o da Senadora Serys Slhessarenko. Eles, inclusive, falavam da possibilidade de fundirmos todos num só. Como tem projetos que estão na Câmara e outros no Senado é impossível. Mas vamos trabalhar para aquele que contemple o interesse da categoria seja aprovado com mais rapidez. Não importa se seja dos Deputados ou dos Senadores, no caso, da Senadora. Esse é o objetivo e eles estarão aqui conosco no dia 30.

É uma categoria que se expõe, de fato, ao risco, porque são vigilantes. Inúmeros são assassinados, há um manifesto deles, que eles vão entregar para todos senadores, ainda essa semana, aqui no Congresso, onde eles estão discorrendo dessa situação. Dizendo que enquanto, infelizmente, o Congresso não vota, os vigilantes estão sendo assassinados. Acho que é uma matéria importantíssima, e vai ser muito bom que nessa Audiência Pública a gente possa debater, com profundidade, esse tema para que a gente consiga assegurar a votação ainda esse ano. Não sei se o Senador Flávio Arns, Senador Jayme Campos quer comentar alguma coisa sobre essa Audiência Pública.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da minha parte, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, concordo com a data marcada, como também a iniciativa, já que o interesse é de vários senadores, que todos nós assinemos em conjunto o requerimento, para a realização dessa Audiência Pública. Eu acho sempre interessante aproveitar as ocasiões em que a categoria já esteja reunida em Brasília, para que o Senado Federal também se manifeste. Porque isso repercute o próprio evento que a categoria faz aqui na Capital Federal. Os desdobramentos desse encontro, um dos principais, que seria, justamente, essa questão legislativa relacionada à categoria.

É uma categoria importante, muito numerosa, faz um trabalho essencial no Brasil, uma preocupação presente, crescente, de toda a sociedade em termos de segurança e nada melhor do que discutir o que é importante, o que é necessário, os desafios, os caminhos. E essa comissão pode fazer isso perfeitamente. E se relaciona também à questão de direitos humanos. A segurança da sociedade, mas a segurança da própria categoria. Como V. Exª mencionou, se existem inúmeros, e existem mesmo, como foi mencionado, de

peessoas, de profissionais que estão sendo assassinados, a gente pode imaginar que exista um número ainda maior de pessoas que estão tendo problemas físicos, psicológicos, de saúde, decorrentes da atividade. Então, é uma atividade importante, necessária, e vamos fazer esse debate aqui. Eu acho que é muito importante e prestigiar, inclusive, o evento que acontece aqui na Capital Federal, como V. Ex^a já mencionou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero cumprimentar V. Ex^a por esse seu requerimento, naturalmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que passa a ser de todos nós. Eu estou pedindo para que passe, para que os senhores assinem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu acho muito importante essa audiência, até porque teremos o privilégio de reunir com segmento muito importante do nosso país. Eu imagino que esse segmento hoje no país, todos eles juntos, eles representam, acho que, a maior força pública. Ou seja, mais do que as forças públicas deste país. Nesse caso, particularmente, acho mais do que justo, naturalmente esse projeto, mas, acima de tudo, essa audiência, para discutirmos naturalmente com eles e, acima de tudo, tirarmos ali um documento que, certamente, vai permitir até enriquecer ainda melhor os projetos que existem já aqui no Congresso Nacional.

De tal forma que eu cumprimento V. Ex^a, faço questão de participar dessa audiência, no sentido de que, juntos, possamos construir um bom projeto, no sentido de dar garantia, sobretudo, segurança a essas pessoas que prestam um bom serviço à sociedade brasileira. Parabéns Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Eu gostaria, a pedido da categoria, de ler esse pequeno manifesto, onde eles fazem um apelo para que os projetos sejam votados. Diz o manifesto: Dia nacional de luta dos vigilantes, vida, emprego e cidadania. Seria 29 e 30. 29 eles realizam o congresso, 30 eles estarão conosco.

Diz o manifesto: "Caros companheiros e companheiras, dirigentes dos sindicatos dos vigilantes, senadores e deputados federais. No dia 29 e 30 desse mês, vamos realizar a marcha dos vigilantes pela vida, emprego e cidadania. Mobilizando dirigentes e trabalhadores para estarem na Capital Federal, debater e chamar atenção para as antigas e novas demandas da categoria.

Tramita no Congresso Nacional, por exemplo, dois projetos de lei aqui no Senado. Senadora Serys

Slhessarenko e outro do Senador Paulo Paim, tratando do adicional inerente ao risco da nossa profissão. O Senado tem que votar, pois todo dia estão morrendo vigilantes nos postos de serviços. Temos também o projeto do estatuto profissional. Esse é do Deputado Paulo Rocha. Está pronto para ser votado na Câmara, faltando apenas uma decisão política. Diz ele, também, que deve ainda ser mandados para o Congresso um Projeto de Lei que altera a Lei 7102/83, criando a figura do guarda, com formação e qualificação menor, 50 horas de aula de formação, 18 anos, desarmado, etc. Abrindo uma grave lacuna, conforme ele, que levará à extinção do vigilante, substituindo ele por um *júnior*, auxiliar, ou coisa do tipo.

Eles são contra essa iniciativa, que está para ser encaminhada ao Congresso Nacional. No mesmo projeto, querem implantar o carro forte, o chamado malote do desemprego, reduzindo de quatro para um, ou dois vigilantes, no transporte de valores. Eles estão questionando o projeto que sabem que poderá ser encaminhado ao Congresso e que eles não gostariam de ver aprovado. Por outro lado, as empresas continuam quebrando, dando calote. E os contratantes, bancos, empresas privadas e alguns governantes querem sair da responsabilidade sem pagar, sem garantir o FGTS e outros direitos.

A terceirização feita somente para reduzir custos e condições de trabalho, sem assegurar os mesmos direitos e conquistas dos trabalhadores diretos. Continua tratando os vigilantes como trabalhadores de segunda categoria. O intervalo intrajornada é outro tema que se contrapõe à nossa categoria, a setores do Judiciário e do Ministério Público. Queremos o intervalo, sim, mas sem mexer com a jornada de 12 por 36.

Todos os outros desafios e conquistas que alcançamos passam pela luta ferrenha, fruto de greves e de muitas reuniões em cada cidade. Mas também pela nossa capacidade de mobilizar as lideranças e trabalhadores em Brasília, para que ouçam o nosso grito pelos nossos direitos. Foi assim com o registro profissional, CNV, jornada 12 por 36, blindagem do carro forte, colete a prova de balas, aposentadoria especial, entre outros. Por isso, dia 29 e 30 de outubro, estaremos em Brasília para levar nossas bandeiras e dizer que estamos vivos, vivos pela vida, emprego e cidadania.

Esse é o manifesto assinado pelo Presidente, José Boaventura dos Santos.

Frente à leitura do manifesto e conclamando a todos para estarem presentes, no dia 29 e 30 em Brasília, 30 numa Audiência Pública nessa comissão, se alguém quiser ainda debater o requerimento, está à

disposição do Plenário, senão vamos a voto. Em votação o requerimento.

Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, II, requeiro a realização de Audiência Pública, para discutir a situação da profissão de vigilante. Assinam o presente requerimento: Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senador Flávio Arns, Senador Jayme Campos e Senadora Serys Slhessarenko, que deve assinar, em seguida, aqui, também assina o requerimento, com o objetivo de que haja essa Audiência Pública, no dia 30. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, eu quero lembrar só, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia de hoje, que é o Dia do Professor, e eu também sou professor. Quando alguém me pergunta qual é a profissão eu digo: Professor. Eu estou como ministro, diria anos atrás, senador, mas fui professor do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, e eu queria só levantar, até pra fazer uma homenagem pra todos os professores do Brasil, de dois pontos de vista de direitos humanos.

O primeiro ponto de vista é a gente pensar no professor. Nas condições de trabalho, nas condições de vida, no salário do professor para que como professor possa se dedicar à profissão. Hoje em dia, quando as pessoas me perguntam, qual seria a coisa principal que você pensa em relação ao professor, eu diria a valorização da profissão, particularmente, do ponto de vista financeiro.

Há alguns anos, muitos anos atrás quando eu escolhi a profissão de professor e fiz o curso de letras, português, inglês, me formei em Direito também, mas eu estava, assim, optando por uma profissão que, naquela época, com certeza, eu poderia dizer que me asseguraria a possibilidade de ter uma vida digna, de me manter, de manter a família, de fazer com que os direitos humanos, como professor, pudessem ser respeitados.

É interessante que uma época atrás, uns dias atrás, eu falava com uma pessoa de um país europeu, e o professor desse país europeu lembrava uma conversa que havia tido com um estudante de pós-graduação do Brasil, em que o estudante perguntava para esse professor, da Suíça, dizendo qual era o mínimo que a pessoa podia ter, precisava receber, para passar bem, para ter uma vida digna. E esse professor respondeu para esse estudante brasileiro que ele não podia pensar em qual é o mínimo para viver ou qual é o mínimo para sobreviver. A pergunta deveria ser: Quanto que você precisa para ter uma vida digna, boa? Digna.

E vida digna significa ter acesso a casa, ter acesso à comida, a esporte, a lazer, à saúde, à educação... O salário tem que representar isso. Quer dizer, com o salário, fruto do meu esforço de professor, ou de professora, eu tenho que ter os meus direitos humanos assegurados. Para ter uma vida digna. E isto, no Brasil, eu diria, infelizmente, ainda está longe de ser alcançado. Quando a gente pensa, assim, que uma família vá viver assim, com mil reais, 1500 reais, os estudos do salário mínimo mostram que o salário mínimo já deveria estar perto de 2000 reais.

Então, eu quero fazer assim a minha homenagem para o professor, para a professora, e dizer assim que vamos todos nos empenhar nesta luta pela valorização dos direitos humanos do profissional professor, professora. E esta luta significa, essencialmente, valorização da profissão e valorização financeira. Não existe outra forma da gente dizer que o professor é importante. Ficam com aquela história o professor é importante, o professor é importante... Então, demonstre financeiramente que o professor é importante.

Agora, o segundo aspecto é lembrar que este profissional faz com que o direito humano mais básico da população se consolide, que é a educação. Se a gente quiser ter um país diferente, a gente só vai conseguir um país diferente pela educação. A educação é o instrumento mais forte para a construção da cidadania. Os meios de comunicação, anos atrás, colocavam uma expressão que reflete bem isso. Quando eles externavam nas frases dizendo: *Educação é tudo. Educação é tudo*. Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, universitário, pós-graduação, educação de jovens e adultos, profissional, educação especial para pessoas com deficiência...

Quer dizer, educação é tudo. Então, no dia de hoje, o profissional que nós estamos homenageando, lembrando, e muitos de nós somos professores, e eu me incluo nessa categoria, quer dizer, é o profissional, a pessoa que faz com que o direito humano mais básico para a transformação libertadora que desejamos, que é a educação, que isto aconteça. Portanto, eu quero nesta Comissão de Direitos Humanos, Sr. Presidente, homenagear o professor, pensando nos direitos humanos do professor e nos direitos humanos que o professor faz com que se estabeleçam em nosso país e em todo mundo.

Então, só nesse sentido, Sr. Presidente, homenagem que eu acho que é assim fundamental nesse nosso debate aqui nesta comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que está inscrito, mas Senador Cristovam Buarque, me permita, antes de V. Exª falar. Eu queria

fazer um apelo a todos os senadores e senadoras dessa comissão. Nós vamos estar aqui agora, Senador Jayme Campos, nós teremos hoje, às 11h00, uma sessão de homenagem às crianças e aos professores. A melhor forma de chegarmos lá às 11h00 é essa comissão, no meu entendimento, aprovar o seu projeto no dia de hoje, que trata da Agência Nacional de Proteção da Criança e Adolescente. Por isso, antes de V. Ex^a falar, na presidência dos trabalhos eu queria fazer um apelo aos senadores que venham à comissão.

Já foi lido o relatório, não é polêmico, é unanimidade, só precisamos aqui do quorum necessário para a votação. Já estão conosco aqui Senador Flávio Arns, Senador Romeu Tuma, Senador Gilberto Goellner, Senador Jayme Campos, Senador Romeu Tuma e o Senador Virginio de Carvalho, que chegou nesse momento. Então, logo nós tenhamos o quorum, e... Faltam três. Três. E, em seguida, nós já botamos em votação, o relatório foi lido. É só para que todos estejam aqui no Plenário. Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente Senador Paulo Paim, primeiro, eu lhe agradeço essa idéia e a execução dela, de hoje, 15 de outubro, votarmos esse projeto, que já se arrasta há muito tempo nos corredores do Senado, que é a criação de uma Agência de Proteção da Criança e Adolescente. Termos junto à Presidência da República, alguém que esteja alerta, e responsável pelo que acontece com as crianças brasileiras.

Segundo, falar um pouco dos comentários do Senador Flávio Arns, que eu me alegro muito ter escutado. Deveria apenas assinar embaixo e não dizer mais nada. Eu vou apenas completar com um item. Nós temos três grandes datas no Brasil: 13 de maio, 7 de setembro e o 15 de novembro. São datas que a gente comemora antes de ter completado. Porque a escravidão não foi abolida pra valer, os negros continuam discriminados, saíram das senzalas para as favelas e não para as suas casas, seus filhos continuam sem escolas. A independência não é completa, devido à vulnerabilidade de nosso país na dependência científica e tecnológica e por causa das características da globalização. E a república não é o regime social do Brasil, é o regime político. Mas nós temos um país dividido em castas, praticamente. Nós temos uma república onde os filhos dos ricos estudam numa escola diferente dos filhos dos pobres.

Aqui fazendo uma autocritica entre todos nós, os filhos dos eleitos estudam em escolas diferentes dos filhos dos eleitores. Isso não é uma república. E não é uma república, não é uma independência, não é uma abolição, porque uma outra data não é comemorada

com a força que deveria, que deveria ser o 15 de outubro. Quando o 15 de outubro for, realmente, uma data nesse país muito importante, essas outras três estarão completadas. Por isso esse dia é tão importante, e eu convido a todos que estejam aí pelo Senado e até assistindo lá fora, se estiver sendo transmitida essa sessão ao vivo, que venham participar dessa solenidade às 11h00.

Será uma solenidade de homenagem aos professores e às crianças, que... Cujo dia foi na semana passada, dia 12. Juntamos, para não ter muitas sessões. Então, juntamos as duas numa só. E aí está o futuro do Brasil. O futuro do Brasil está nas mãos das crianças, porque são elas que vão conduzir esse país, e dos professores, que vão formá-las para que elas estejam preparadas. Por isso, Senador Flávio Arns, parabeno que tenha trazido a lembrança do dia 15, tenha falado da importância do professor e dizer: Vamos comemorar esse dia aprovando a criação da Agência Nacional de Proteção da Criança e do Adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Praticamente depois das palavras do Senador Flávio Arns e do Senador Cristovam Buarque, pouco teria a falar, a não ser endossar o que aqui foi dito. Mas hoje pela manhã, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, a primeira coisa que eu fiz foi ligar para a D^a. Zilda e cumprimentá-la por ter sido professora, diretora de escola concursada, e vocacionada a esse tipo de atividade. E me fez lembrar da escola *normal*. Que as jovens, que tinham como profissão, e mais importante de carreira, era ser professora. E a escola *normal*, que eu não sei nem se tem escola normal mais hoje, que é uma coisa profundamente ingrata, a extinção da escola normal, porque era profissionalizante.

E, inclusive, ao tempo da minha infância e juventude, pessoas que eram descendentes de imigrantes, tinham grande dificuldade de entrar na escola pública. Precisava um cartucho muito grosso, porque era a melhor qualidade de ensino, era a escola pública. Eu vejo meus filhos que estudaram em escolas públicas, todos se formaram na universidade. Por quê? Porque a formação... E o senhor tinha um pequeno vestibular para ter ingresso. Acabava o ginásio, tinha uma admissão e tinha que fazer o exame.

Então, essa formação profissional, a exigência do professor em sala de aula, o respeito que o aluno tinha pelo professor, me parece que vai se esvaziando ao longo do tempo. Eu fiz um projeto agora, Senador Flávio Arns, não sei se eu estou certo, V. Ex^a tem muito mais conhecimento do que eu nessas atividades, de cada... Ou escola ou delegacia, ter um psicólogo, para

acompanhar a deficiência do aluno que não consegue acompanhar a turma, e parte para a violência contra o professor, como se fosse uma vingança por não ter tirado uma nota correta no pensamento dele. A sua incapacidade vira violência e ninguém cuida. Ninguém consegue falar com ele. E muitos professores, ultimamente a gente vê, não querem mais voltar na sala de aula. Pela agressividade, pela violência e pela falta de condições de tempo de preparar uma aula. Porque ela tem que sair correndo na escola estadual, ir na municipal, e uma particular para tentar ter um salário digno para poder enfrentar a vida.

Então, eu acho que duas coisas... É tão importante essa sessão de hoje, que está tão vinculada a criança ao professor, que não dá pra separar. Não dá pra separar. Então, a gente tem que devolver a dignidade da atividade profissional de professor. Eu acho que isto é muito importante, o governo tem que raciocinar a importância, o futuro do país, pensando na criança. E a agência que V. Ex^a coloca em votação hoje, eu estava dando uma olhadinha, autorizativa, ela tem um valor inestimável, porque não existe praticamente nada, a não ser para tratar com delinquentes, crianças juvenis, delinquentes, infratores...

Cada um quer pôr um termo diferente, como se isso fosse a salvação da juventude. E não é. Essas organizações para tratar de crianças que têm o desvio funcional, partindo para o crime, elas não têm na sua construção junto a essas crianças nenhuma perspectiva de futuro. Só espera chegar aos 18 anos para poder ser condenado. Então, é isso aí, cumprimento o Senador Flávio Arns por ter trazido o assunto em boa hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O tema professores e crianças continua em debate, em cima da perspectiva da aprovação do projeto do Senador Cristovam Buarque. E temos um, também, da Senadora Patrícia Saboya, que é política para a juventude, e esse não é terminativo. Podemos votar com tranquilidade os dois. Mas eu quero informar que o Senador José Nery já comunicou que está vindo para cá, Senador César Borges, também, seu assessor já está aqui, ele está vindo, e o Senador que ligou também foi o Gilvam Borges. Então, em pouco tempo nós teremos aqui os três. Por favor, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Quero cumprimentar a Mesa de ter trazido tão importante projeto à apreciação desta comissão, projeto do Senador da Educação, Cristovam Buarque, e dizer da importância de se estabelecer, então, uma... Um acompanhamento e a proteção de todas as políticas públicas que atendem à criança e ao adolescente. Eu só gostaria de ressaltar que todos esses convênios,

que essa... Que esse novo órgão governamental, vai ter como responsabilidade, acompanhar convênios e políticas, principalmente, municipais, que é onde eu vejo a verdadeira importância. É que o Município, aquele onde se aplica realmente, aonde estão as pessoas, aonde vivem as comunidades, se dê então o acompanhamento mais severo.

E hoje, pela manhã, ainda acompanhei na... Pela televisão, na Amazon SAT, uma reportagem sobre o abandono de comunidades rurais à beira, no Estado do Pará, Município de Santarém. A dificuldade que têm as comunidades, são comunidades quilombolas que estão à mercê de toda a falta de infra-estrutura. Estão abandonadas, realmente, não possuindo energia nessas localidades, energia elétrica, não possuindo professores adequados, não possuindo infra-estrutura de escola, e não possuindo uma perspectiva de vida, de trabalho. Porque a assistência não chega lá. As oportunidades não chegam lá.

Então, a identificação das prioridades, quer dizer, que eu acho que um novo órgão desse deveria se incumbir é de, realmente, trabalhar em nível de cada Estado, em nível de cada Município, na identificação dos locais mais prioritários, mais abandonados e que precisam, então, de uma proteção, como esse novo órgão, tanto na categoria de uma agência, como de um instituto, que também agora está sendo objeto de formatação que é o Instituto de Regularização Fundiária para o país, com a mesma incumbência.

Quer dizer, o próprio INCRA, não conseguindo atender toda a demanda de serviço, que existe para o país, de regularizar a parte fundiária, que está carente de regularização, até para que se efetive com muito mais condição de efetividade, a regularização ambiental do país, a preservação ambiental do meio ambiente do país, essa nova Agência de Proteção à Criança e Adolescente vai ter uma responsabilidade, que eu vejo, infinita, de estar realmente... De contribuir na efetivação de políticas públicas que melhorem a educação das crianças e adolescentes e também que estabeleçam os direitos baseados no Estatuto da Criança e Adolescente, que foi aprovado, que já data de 1990, que é aprovado por lei. Então, meus parabéns ao Senador Cristovam Buarque, e a todas as emendas que já se propuseram a esse novo Projeto de Lei e que eu vejo que a importância dele vai ser, realmente, de nós acelerarmos todo esse processo de proteção, de auxílio educacional à criança e ao adolescente de todo o país. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero enfatizar aqui a importância da criação dessa agência, tendo em vista que poderá prestar relevante serviço ao nosso país. Mas eu, particularmente, entendo que as agências têm que ter autonomia própria e, acima de tudo, não basta ser apenas um cargo político. As nossas agências, lamentavelmente, pelo que nós temos acompanhado, muitas delas não têm cumprido com a sua missão de fiscalizar. Naturalmente, aquilo que é de sua responsabilidade.

E nesse caso, particularmente, quando vejo aqui a criação de uma nova agência, certamente de fundamental importância, tendo em vista que ele vai cuidar da proteção das crianças e dos adolescentes do nosso Brasil. Dizer ao Senador Romeu Tuma que eu estudei em escola pública. Naquela época eu acho que o ensino público era bem melhor do que o da atual conjuntura. Estudei na escola industrial. Hoje é uma escola industrial federal em Mato Grosso, fiz meu segundo grau, hoje é o CEFET. E posso dizer aqui que era uma das melhores escolas públicas deste país.

Todavia, o que eu tenho visto nos últimos tempos, realmente, é o empobrecimento do ensino de boa qualidade das escolas públicas, em qualquer parte desse imenso território nacional. E eu espero que nós possamos melhorar. Não podemos conviver hoje, muitas das vezes, à escassez de recursos, como também não há boa aplicação do dinheiro público, no que diz respeito a esta matéria. E quero crer de que essa agência tem um papel preponderante no sentido de cumprir com a sua missão nobre de bem fiscalizar a consecução dos convênios, acima de tudo, do ensino de boa qualidade.

E o Brasil precisa, meu caro amigo Senador Paulo Paim e demais senadores, realmente entender que investir na educação significa investir no capital da pátria. Nunca seremos um país de primeiro mundo se não tivermos investimento maciço na educação. E eu tenho visto e acompanhado a luta incessante desse valoroso professor, homem de *score*. Que todos nós admiramos, que é o Senador Cristovam Buarque, na sua luta pela educação nesse país, sobretudo, nos investimentos que se precisa fazer de forma concreta.

Senador Cristovam Buarque, quando fui Governador do Mato Grosso, eu tive a primazia de criarmos a Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso, a UEMS. Muitos naquela época me chamaram até de louco, na medida que o estado muito pouco tinha, até mesmo capacidade, de manter o ensino fundamental, e nós num gesto de coragem, sobretudo, pensando também nas famílias menos afortunadas daquele estado, que muitos não tinham capacidade financeira de pagar as mensalidades de seu filho, que teria que

ter naturalmente o acesso ao ensino de terceiro grau, nós fomos ali e criamos a universidade.

E hoje, para a minha alegria, passado já algo, em torno de, 14 anos, a nossa Universidade Estadual de Mato Grosso, ela tem hoje 18376 alunos, dando a oportunidade, a algumas centenas e milhares de filhos trabalhadores no meu Estado do Mato Grosso de ter, também, o acesso ao ensino superior. Portanto, a minha alegria e meu contentamento como Senador da República de ter participado, hoje, desse ato aqui, quando se vai aprovar, com certeza, a criação dessa agência, na certeza de que o Brasil, com certeza, nesses próximos 10 anos, pelo menos, eu espero, possamos ter uma nova configuração no ensino público brasileiro.

Caso contrário, nunca seremos um país que, certamente, as nossas crianças, os nossos adolescentes possam ter uma perspectiva de um amanhã melhor. Portanto, Senador Cristovam Buarque, as minhas homenagens sinceras devido à sua luta e, acima de tudo, as vitórias, conquistas que nós temos tido nos últimos tempos aqui, lutas de parlamentares, de senador da República compromissado com o melhor, um amanhã melhor para as nossas crianças, nossos adolescentes, como também, buscando uma educação pública de boa qualidade à nossa sociedade de uma maneira geral.

Portanto, me sinto gratificado e, acima de tudo, honrado sobremaneira de participarmos deste momento que eu reputo histórico para a vida naturalmente das nossas crianças e nossos adolescentes do Brasil que esperam que esse país seja melhor, num futuro bem próximo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero só informar ao Plenário que o Senador José Nery já se encontra conosco, o Senador César Borges ligou, está vindo para cá nesse momento e, em seguida, teremos o quorum adequado. Com a palavra nesse momento o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só enquanto aguardamos o quorum que só falta um senador, esta comissão vem se dedicando à questão dos direitos de grupos importantes da nossa sociedade, como é o caso de jovens, pessoas com deficiência, mulheres e idosos. Eu recebi uma correspondência do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná, fazendo um apelo à minha pessoa, mas dizendo que os Conselhos de Direitos do Idoso dos outros estados estariam falando também com os demais senadores e senadoras a respeito do adiamento da data da realização da Conferência Nacional.

Eu só leria, inclusive, o documento que é meia página: "O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná, representado pela sua Presidente, infra-

assinada, dirige-se respeitosamente a V. Ex^a, com a precípua finalidade de manifestar-se contra o adiamento da segunda Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, agendada para os dias 28 a 30 de outubro, próximo, e unilateralmente, transferida para março de 2009.

É mister enfatizar que os motivos expostos pelo Subsecretário Substituto de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, são absolutamente inaceitáveis, gerando em todo o país uma onda crescente de protestos por tal ato, que somente demonstra o total descompromisso com a causa do idoso. Dessa forma, engrossando as fileiras daqueles que mostram-se indignados, vimos solicitar de V. Ex^a o indispensável apoio para que se gessione junto ao Sr. Presidente da República o agendamento de uma nova data, ainda este ano, legitimando a reivindicação dos delegados paranaenses, representantes de um segmento já tão rejeitado pela sociedade.

Para tanto, tomou-se a liberdade de anexar, ao presente expediente, cópia da correspondência encaminhada ao Sr. Presidente da República, demais senadores, deputados federais, conselhos estaduais e outros, para conhecimento da gravidade do assunto. Na esperança de poder contar com sua costumeira atenção subscrevemo-nos com expressões de elevado apreço.

Eu quero sugerir, Sr. Presidente, se V. Ex^a e os outros senadores concordarem, que esta Comissão de Direitos Humanos que se dedica à causa dos direitos da pessoa idosa, possa oficializar para a Secretaria de Direitos Humanos, para o Presidente da República, anexando cópia desta correspondência e dos anexos e pedindo um posicionamento em relação a esse pleito, que é do Conselho de Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, mas, certamente, esse debate está acontecendo em todos os estados. Então, a solicitação é nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Ex^a será atendido, de forma regimental. Como estamos com o quorum regimental, com a chegada do nosso querido Senador César Borges, vamos votar rapidamente.

Primeiro o requerimento da Audiência Pública, que é simbólico, já foi discutido, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 2 é um projeto de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, dispõe sobre incentivo às políticas públicas da juventude, executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos, eu fui o relator, já foi lido, já foi discutido, votação simbólica. Vamos ao voto. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E vamos agora ao projeto terminativo, que foi aquele que fez essa mobilização. Já foi discutido, houve entendimento entre todos, nós vamos, de imediato, à votação. O que vamos votar? Projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque, relatora foi a Senadora Patrícia Saboya, o parecer foi pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº. 1, aprovada na CCJ.

Em reunião realizada no dia 27/08/08, o relatório foi lido. O relator *ad hoc* foi o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que deu também parecer acompanhando a Senadora Patrícia Saboya. Discutida a matéria, só falta a votação. Então, vamos, de imediato, à votação. Então, já está encerrada a discussão, colocamos em votação nominal. Começamos já pelos presentes. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paulo Paim. Meu voto é conhecido. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, Sr. Presidente. Com o relator, com o autor e com o Senado, que toma essa importante decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº. 1, substitutivo aprovado na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque. Senador Cristovam Buarque, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A matéria foi aprovada por unanimidade.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem. O pedido do Senador Arns, sobre o Conselho do Idoso, foi aprovada a emissão de um ofício?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): O senhor pôs em votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Ah, está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi encaminhado de forma... Temos um outro...

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Acho que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para tranquilizar o Plenário o encaminhamento feito pelo Senador Flávio Arns, eu coloco em votação. Se concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Será encaminhado. Solicitamos ao gabinete que encaminhe de forma formal.

Temos um outro projeto terminativo que altera a Lei 8069 de 13 de julho de 90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências, para obrigar a entidade a ter em seu quadro, pessoal capacitado, para reconhecer e reportar a questão de maus tratos de crianças e adolescentes. Autoria, Senador Marcelo Crivella, relatora Senadora Lúcia Vânia, foi pela aprovação.

Em reunião realizada em 27/08, o relatório foi lido *ad hoc* pelo Senador Cristovam Buarque que manteve o relatório. A matéria assim discutida vai a voto. Iniciamos a votação também deste projeto, já lido, e discutido. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paulo Paim, sim. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A matéria foi também aprovada. Vamos ao último projeto terminativo. Penúltimo. Esse é de autoria do Senador Demóstenes Torres, relator foi o Senador Magno Malta. Altera o § 2º, do Art. 244, letra A, da Lei 8069, de 13 de julho de 90, para declarar como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados, na prática ou exploração da prostituição de crianças e adolescentes. Também o relatório foi lido *ad hoc* pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, que manteve, na íntegra, o relatório do Senador Magno Malta. Vamos a voto. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paim, sim. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A matéria foi também aprovada. Agora vamos ao último. Ao último de verdade. Que esse, achei que era o último e era o penúltimo. Altera a Lei 10741 de 1º outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer que todo idoso, com pelo menos cem anos, cem anos, tenha direito ao benefício de dois salários mínimos. Autor é esse Senador. Relator foi o Senador Leomar Quintanilha. Em reunião realizada no dia 27/08, o relatório foi lido e aprovado, aqui apresentado pelo Senador Cícero Lucena. Vamos a votos. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paulo Paim. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Presidente, não dá pra diminuir um pouco. Dou sim, mas cem...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não, cem está bom. Estou querendo ampliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma. Sim. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todos os projetos terminativos e não terminativos

foram aprovados. Conseqüentemente, a pauta, toda ela, liquidada no bom sentido. A comissão termina num bom momento.

Eu queria ainda só aprovar extrapauta um requerimento que visa uma Audiência Pública no dia 4 de dezembro, para discutir questões do mundo dos trabalhadores. Vamos discutir para suscitar ainda mais o debate. Questões como o fator previdenciário, reajuste dos aposentados, questão dos dirigentes sindicais, jornada de aposentados, reajuste dos aposentados, no dia 4 de dezembro. Aqueles senadores que concordam, isso é simbólico, permaneçam como se encontram. Aprovado. Algum senador quiser fazer uso da palavra... Senador Cristovam Buarque, quer fazer uso da palavra pela importância das votações no dia de hoje e em seguida, o Senador José Nery.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu quero agradecer a todos os presentes que deram quorum que, ultimamente, não é uma coisa fácil em nenhuma comissão, pra dizer que nós aprovamos um projeto que pode trazer uma mudança na maneira como a criança é tratada no Brasil.

Todos os dias nós vemos notícias de maus tratos pela família, pelo Estado. Maus tratos diretos ou maus tratos por omissão. O Brasil é um país que comete um genocídio contra as crianças. Inclusive, pelo abandono da educação, do atendimento de saúde. Falta nesse país um órgão que tenha essa preocupação. Porque o MEC se preocupa com as crianças que estão na escola. Não preocupa com as crianças. O Ministério do Trabalho se preocupa com as crianças que trabalham, mas não se preocupam com as crianças. O Ministério da Saúde atende todo mundo. Inclusive as crianças.

Não há, junto ao Presidente, uma pessoa que diga: A minha função é ver como está o quadro da criança nesse país. Essa agência terá essa finalidade. É uma luta que já vem de alguns anos, mas que ao ser aprovada aqui, de forma terminativa, vai para a Câmara, e aí eu peço que todos nós nos unamos para que a Câmara leve adiante esse projeto.

Eu agradeço muito ao Sr. Presidente, Paulo Paim, sem o seu empenho não seria possível, e agradeço muito à Senadora Patrícia Saboya, que não está aqui presente, mas vou ligar para ela, e sei que ela ficará feliz. Muito obrigado a todos e as crianças agradecem. E foi muito importante o simbolismo que o senhor escolheu do dia de hoje, o dia do professor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa, Senadora Patrícia Saboya. Acho que fechamos bem o ano, nós vamos agora para o segundo turno das eleições municipais. Eu mesmo, no Rio Grande do Sul, vou participar ativamente de três

idades. Porto Alegre, Canoas e Pelotas. E acho que foi a simbologia nesse momento de liquidarmos todos projetos que estavam pra serem votados, terminativos ou não. Ainda marcamos duas Audiências Públicas, a dos vigilantes, e outra relacionada ao mundo dos trabalhadores para o dia 4 de dezembro, mostra o compromisso dessa comissão com os direitos humanos.

Quero agradecer a todos os senadores que estiveram aqui, que deram quorum, e cumprimentar especialmente V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, pela importância desse projeto que vai tratar com muito carinho toda as nossas crianças. Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Quero, particularmente, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa desse projeto tão importante. Um projeto indicativo ao Poder Executivo para a criação da Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Como bem tem dito o Senador Cristovam Buarque, existe a agência para regular vários setores produtivos da economia, que são importantes. Mas uma agência para cuidar da proteção dos direitos de crianças e adolescentes, significa, uma agência para cuidar do futuro do nosso país, do futuro da nossa gente. Porque uma agência que possa não só definir as diretrizes políticas das políticas públicas para crianças e adolescentes, como o próprio projeto prevê.

Muitos projetos poderão ser executados diretamente pela agência, bem como, muitos projetos poderão ser executados em cooperação com a sociedade, através de convênios com as entidades não-governamentais, com as entidades da sociedade civil, que têm, por sinal, nesse particular, uma importante contribuição às ONGs e às entidades que lidam com crianças e adolescentes em nosso país, com programas e com ações muito importantes que, sem dúvida, contribuem para a cidadania, para a garantia de direitos das nossas crianças e adolescentes.

Portanto, esta Comissão de Direitos Humanos no Dia do Professor, logo após... Três dias após o Dia da Criança, que foi no dia 12 de outubro, e hoje, por sinal, por autoria do Senador Cristovam Buarque, o Plenário do Senado Federal realiza sessão especial alusiva ao Dia do Professor e ao Dia da Criança, nada mais importante do que participarmos dessa sessão especial do Senado em homenagem à criança e ao professor, tendo aprovado aqui na Comissão de Direitos Humanos, em decisão terminativa, um projeto de tão alta magnitude.

Portanto, os nossos cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque pela autoria, à Senadora Patrícia

Saboya pela relatoria, Senador Geraldo Mesquita que foi relator *ad hoc*, aos Srs. Senadores e Senadoras que compareceram ao Plenário dessa Comissão de Direitos Humanos, para aqui oferecer o seu voto favorável a um projeto que, com certeza, vai contribuir enormemente para aglutinar, integrar as ações relativas à criança e ao adolescente, dando ao governo e à sociedade um instrumento capaz de gerenciar de forma competente, permanente, acompanhar e zelar pelos direitos de crianças e adolescentes.

Parabéns às nossas crianças e adolescentes, a todos que estão... Que são partícipes dessa causa. Mas parabéns, especialmente, ao senador da educação, ao senador das crianças, ao senador dos professores, ao Senador Cristovam Buarque. Parabéns ao senhor pela sua determinação e a sua coragem de defender uma causa tão nobre para o povo brasileiro.

Parabéns Senador Paim, que tão bem conduz essa comissão e termina aqui o ano de 2008... Aliás, não termina ainda porque nós vamos votar muitos projetos até dezembro. Mas assim, o senhor consegue trazer à comissão, a maioria dos seus membros para dar quorum, para votar os projetos e fazer a pauta limpa e, com certeza, os projetos que chegarem na comissão até dezembro, serão aqui votados, cumprindo um papel tão importante que essa comissão tem cumprido, de fazer aqui a defesa dos direitos humanos, oferecer voz à sociedade, aos diversos segmentos.

Ter vindo aqui para falar de sua realidade, de seus problemas e das soluções, essa comissão também está de parabéns, essa comissão que é tão brilhantemente presidida por V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu agradeço. Mas eu quero dizer que procuro seguir os passos do Senador Cristovam Buarque. Acho que a comissão que mais dá quorum é a da educação. Eu procurei... Nós nos afinamos aqui com o Senador Cristovam Buarque e, naturalmente, com os outros presidentes das comissões, mas eu queria dizer que, nesse momento de encerrar esta reunião da Comissão de Direitos Humanos, porque vamos para o Plenário participar da homenagem às crianças e aos professores no dia de hoje, quero dizer que achei importante também não por eu ter sido autor. Nós termos aprovado aqui, de forma aqui terminativa, o projeto que vai garantir a todo cidadão com mais de cem anos de idade, tenha uma simbologia, aquele que percebe somente um salário mínimo, a receber dois salários mínimos.

Deve ficar em torno de 1500 pessoas em todo o país. Acho que é um projeto que tem tudo para ser sancionado pelo Presidente Lula. A gente que fala

tanto em 200 anos de Banco do Brasil, 120 anos da abolição, 100 anos do nascimento desse ou daquele escritor e fizemos homenagens a eles, tomara, em vida, né, é uma homenagem... Nós estamos fazendo uma homenagem em vida a todo homem e toda mulher que conseguiu chegar aos 100 anos. E tomara que no futuro nós temos muitos centenários nesse país e que eles recebam muito mais até do que dois salários mínimos.

Então, parabéns a todos nós, a toda a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Parabéns a toda a assessoria de todos gabinetes, porque todos gabinetes ajudaram nessa convocação, né Senador Cristovam Buarque? Sua equipe trabalhou, minha equipe trabalhou, a equipe aqui da comissão, que é de todos nós, trabalhou para que o quorum fosse assegurado, e votamos todas as matérias. Muito obrigado a todos e está encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República.

Sessão encerrada às 10h15.

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 19 HORAS, NO AUDITÓRIO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (INTERLEGIS).

Às dezenove horas e quinze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e oito, no Auditório Antônio Carlos Magalhães, prédio do Interlegis, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns e Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 71, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 10 de setembro de 2008, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir e promover o lançamento documentário *Jango em três atos*. Convidados que comparecem: Luis González Arias, Embaixador do Paraguai e João Vicente Fontella Goulart, do Instituto João Goulart. O Senhor Presidente, após a exposição dos Senhores convidados, faz suas considerações finais, agradece a participação de todos e informa que após a apresentação do documentário, que deverá constar nos anais do Senado Federal, a reunião esta encerrada. Faz uso da palavra o Senhor Senador: Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se

a reunião às vinte e duas horas e dez minutos, após a apresentação do documentário Jango em três atos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 71/08, CDH, de autoria desse Senador, aprovado em 10/09/08, requer a realização desta audiência, com vistas a discutir e promover o lançamento documentário *Jango em três atos*.

Agradeço à presença de todas as autoridades. Agradeço Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático. Exmo. Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; Exmo. Sr. Jorge Koichi Saiki, Diretor-Presidente de Transportes Coletivos de Brasília, TCB; Sra. Virgínia Galvez, diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, Diretor do documentário; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart.

Agradeço, também, a todos os servidores, convidados, senhoras e senhores, diretores e servidores do Senado Federal.

Carlito Brizola, também deputado, fazemos questão de registrar a presença. Alegria enorme estar conosco, neste momento. Passo, neste momento, a palavra ao mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, a pré-estréia do documentário da TV Senado, *Jango em três atos*, é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Compõem a Mesa: o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário; a Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O documentário que ora apresentamos resgata a vida, o Governo e o exílio do ex-presidente da República João Goulart. Por meio de relatos de vários protagonistas dos fatos que culminaram com a queda do Presidente eleito e a instalação do regime militar, que durou 24 anos.

O trabalho tem direção de Geraldo Goulart, que também dirigiu os documentários *Niemeyer por Niemeyer*, *O tempo de Érico* e *Getúlio do Brasil*. A produção de *Jango em três atos* contou com o apoio do Instituto Presidente João Goulart, com a sessão de documentários e fotos do acervo da família. Passamos novamente a palavra, nesse momento, ao nosso mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart.

SR. JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART: Exmo. Sr. Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, nosso amigo e ex-chefe de cerimonial do Governo João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi, Diretor-Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; Sra. Virgínia Galvez, nossa diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, nosso diretor do documentário *Jango em três atos*; Deputado Carlito Brizola, que aqui nos acompanha, neste momento; diretores e servidores do Senado Federal; embaixadores; representantes do corpo diplomático.

Para nós, hoje, é uma satisfação estar hoje, aqui, na pré-estréia desse documentário que, em parceria a TV Senado com o Instituto Presidente João Goulart, se faz realidade, hoje.

É muito importante nós estarmos, nessa data, chegarmos a este momento, pois há muito tempo nós vemos – não é, Deraldo? –, rodando Argentina, Uruguai, enfim, e, quando surgiu a idéia de fazer um documentário desse tipo, já quase dois anos atrás, nós entendíamos e conversamos com o Deraldo: “Deraldo, já existe o filme do Sílvio Tendler, que trata do Governo João Goulart. Então, a família gostaria e o Instituto de fornecer, claro, o material fotográfico, o suporte de depoimentos, enfim... Mas que a gente também conseguisse estender um pouco mais, não somente o Governo João Goulart, mas também o que aconteceu depois do exílio”. Porque a história, muitas vezes, fala de Jango como se a sua atividade política tivesse terminado no 31 de março de 64.

Então, nós tentamos recuperar os seus momentos do exílio, as dificuldades que o exílio traz, a peregrinação de que se faz os exilados, porque todo exilado é um peregrino, principalmente na América Latina.

A América Latina, naqueles anos depois do golpe de 64, aqui no Brasil, claramente financiado, hoje, pelos documentos desclassificados, hoje, pelo *Nacional Security Archive* dos Estados Unidos e outros documentos, claramente financiado pela intervenção da CIA americana no processo, no processo democrático brasileiro e que, depois, vamos ver, como o documentário traz, o processo sendo reconstruído e sistematicamente pro-

duzido na Argentina, no Uruguai, no Chile, enfim, em toda a América Latina, ao ponto de chegar o momento político da América Latina, nos anos 70, que somente a Venezuela possuía um Governo democrático, e os outros países todos se encontravam sob a égide das ditaduras, claramente um patrocínio americano.

Os Estados Unidos tinham uma política externa que derrubou todos os governos constitucionais da América Latina, no momento em que, a partir de 64, o Brasil se posiciona na defesa da soberania dos povos, principalmente na crise dos mísseis cubanos, aonde o Governo João Goulart interfere para ver se... Sobre a autodeterminação dos povos, foi a primeira vez que San Tiago Dantas vai à conferência de Punta Del Este e defende a tese da autodeterminação dos povos, e que o Brasil não se posicionaria no sentido... Como fez com Cuba, também o fez contra... Votou contra a OEE, no colonialismo de Angola, Moçambique e outros países de fala portuguesa.

Então, para nós é uma satisfação termos chegado, depois de dois anos, a conseguirmos – né, Deraldo? – colocar o documentário, vai ser colocado na TV Senado dia... Próximo domingo. E, como ficou muito extenso, vai ser dividido em duas, em duas, em dois blocos, em dois domingos.

Então, eu quero agradecer à Virgínia, principalmente, também, que nos deu muita força para que acontecesse isso, e a todos vocês, hoje, que aqui nos prezam com a sua presença e que... E todos aqueles, também, que deram depoimentos dentro do filme e que até o Deraldo botou *in memoriam*, demorou dois anos, nós temos, aí, pessoas que fizeram depoimentos dentro do filme e que já se foram, a todos eles, a vocês, Presidente Paim as nossas homenagens e os nossos agradecimentos.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário.

SR. DERALDO GOULART: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, a quem cumprimento todos os demais senadores desta Casa.

João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, que, muito mais que um parceiro, funcionou como um produtor para este documentário, e eu reputo, aqui, que a ajuda do João foi inestimável para o resultado final desse documentário que nós veremos a seguir.

Gostaria, também, de em nome do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Presidente Jango, também cumprimentar a todo o corpo diplomático, embaixadores e demais membros que estão aqui.

Do Legislativo, aqui, do Distrito Federal, Sr. Jorge Saiki Koichi, diretor-presidente dos Transportes Coletivos; a diretora da TV Senado, Virgínia Galvez, a quem eu também agradeço toda a ajuda prestada para a feitura deste documentário.

Queria destacar, também, a presença, aqui, do Deputado Carlito Brizola, do Sr. Fábio Maçal, presidente do comitê de imprensa do Senado Federal e também os colegas diretores e servidores do Senado Federal.

O João já antecipou muita coisa sobre o documentário, que levou dois anos para que ficasse pronto; não foram dois anos dedicados exclusivamente à feitura do documentário, mas foram dois anos de pesquisa, de busca de informação e também na produção. Eu gostaria, agora, de cumprimentar o Sr. Hernani Fittipaldi, que acabou de chegar aqui, ajudante de ordem(F) do presidente Jango, e, nesse período de tempo, o nosso foco foi mudando, porque, a princípio, a nossa intenção era fazer um documentário um pouco diferente desse que está aqui.

Como as informações foram fluindo, e nós tivemos, também, apoio do gabinete civil da Presidência da República, Palácio do Planalto, que liberou mais de dois mil documentos que ainda estão sendo catalogados, muita coisa ainda não se conseguiu vislumbrar, não se conseguiu detalhar, mas é uma tarefa que foi destinada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ, e está sendo, então, feito esse trabalho. E também nós conseguimos outros documentos, como vocês vão ver no documentário, que, de alguma forma, mostram o que houve nesse período muito rico politicamente, para o Brasil, que vem de 46, basicamente, a 64, que, depois, a gente dá ênfase, também, a esse período do exílio, porque há um hiato entre a deposição de Jango, em 1º de abril de 64 e, posteriormente, a ida dele, no dia 4 de abril de 64, ao Uruguai, e a morte dele, do Jango, em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina.

Então, esse período, para os brasileiros, de modo geral, para os historiadores, está aqui Antônio Babosa, excelente profissional, aqui, do Senado Federal, a quem também dedico esse documentário.

Havia, então, essa falta de informação, e o João falou certo que, quando se começou esse documentário era justamente para documentar esse período. Então, se fez isso, e nós tivemos o depoimento de Mario Neira Barreiro, que é um presidiário que está na PASC, Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, que contribuiu muito, e, depois, em São Borja, também, encontramos Amândio Moraes do Amaral, que também deu outra contribuição, ele era membro do Partido Comunista Brasileiro e também informante

do SNI, que ele mais, vocês vão ver no filme, que ele complementa as informações que nós buscamos.

Eu queria frisar, também, que o filme, ele não tem nenhum objetivo de defender qualquer tese. Ele apenas joga a luz sobre fatos que já são do conhecimento público, que estão, aí, à tona, e sendo discutidos e debatidos.

Eu queria fazer um agradecimento especial, neste momento, aqui, ao corpo de funcionários da TV Senado. O que vocês vão assistir, agora, é um trabalho de grande envergadura, em que há um tratamento muito especial de imagens; que, normalmente, as imagens antigas, elas são amareladas, por causa do tempo, enfim, mas vocês vão ver imagens muito bonitas, imagens inéditas. Então, eu gostaria de agradecer e dizer que esse trabalho só foi possível, por ter uma equipe tão qualificada trabalhando junto. Então, aos servidores do Senado Federal, estou vendo aqui, também, o James Gama, ex-diretor da TV Senado, que muito contribuiu para esse trabalho. E eu queria deixar, então, o meu agradecimento, na figura da assistente de direção, Cristina Monteiro, que fez um trabalho extraordinário do início ao fim desse documentário.

Então, como eu já disse antes, esse é um trabalho de equipe. Eu tenho o mérito de estar aqui falando, neste momento, como diretor, mas nada disso teria acontecido se não fosse o talento dos servidores da TV Senado e também do Senado Federal. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Ouviremos, agora, Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SRA. VIRGÍNIA MALHEIROS GALVEZ: Boa-noite a todos. Eu queria agradecer a presença de todos, para nós é um motivo de muita honra.

Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero fazer um agradecimento especial, Senador, por distinguir a TV Senado, o nosso documentário, o Deraldo, com essa homenagem que a Comissão faz a esse trabalho que foi um trabalho de fôlego da TV, como disse o Deraldo, um trabalho de equipe.

Muita obrigada, Senador. É um reconhecimento para nós.

Sr. João Vicente Goulart, parceiro nessa história; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe de cerimonial João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi; Diretor Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; caro colega, amigo e profissional a quem respeito, Deraldo Goulart; senhoras e senhores; diretores e servidores do Senado Federal; Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático, aqui presentes; senhoras e senhores.

Como eu disse, é uma honra para a TV Senado ser distinguida, por esse lançamento, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Esse trabalho é um trabalho que honra, também, a TV Senado, porque é fruto de uma pesquisa profunda, de uma dedicação profunda, feita por uma equipe que é dedicada a produzir, dentro da TV, esse segmento de produção, que é o trabalho de documentários, o trabalho em cima da nossa história recente do país.

O documentário do Jango, que o Deraldo fez graças a essa parceria firmada com João Vicente e que foi objeto de um convênio que nós firmamos com o Presidente Garibaldi, no início do ano, embora já houvesse todo um trabalho anterior de parceria, mas isso também foi fruto desse convênio e facilitou muita coisa em termos de finalização desse trabalho.

Esse trabalho, ele é um documento precioso sobre a história recente do país. Vocês vão ter a oportunidade de ver a riqueza de imagens e de informações que o Deraldo recolheu e costurou.

Não é um trabalho que se faz em um dia, dois dias. A gente até costumava brincar com o Deraldo que estava demorando um pouco, mas, depois que eu assisti, e eu acho que depois que vocês assistirem vocês vão entender a razão dessa demora; que não dá nem para dizer que foi uma demora, foi realmente um tempo bem gasto. Porque foi um tempo dedicado a uma pesquisa importante, uma pesquisa iconográfica, uma pesquisa de conteúdo e, principalmente, um trabalho de construção.

Você contar uma história é muito difícil; contar uma história com imagens é mais difícil ainda; e montar isso é um desafio. Como disse o Deraldo, o trabalho de televisão é um trabalho tipicamente de equipe. Então, a TV Senado como um todo está de parabéns e essa equipe trabalhou com muita dedicação, na construção desse quebra-cabeça.

Você tem um monte de imagem, você tem um monte de fotografias, você tem um monte de informação, você tem um monte de depoimentos, e essa construção, ela é difícil, ela é delicada. E ela teve, da parte do Deraldo, uma... Ele teve um talento em fazer isso.

Eu queria te parabenizar, Deraldo, de público. É uma honra, mais uma vez, tê-lo como parte da nossa equipe da TV. Já fizemos muitas coisas, inclusive com você. A TV Senado, com esse vídeo, está fechando dez vídeos históricos, só nesse ano de 2007. Ao longo da nossa história, são 80 vídeos documentários sobre a história recente do país; é um tipo de programação que nós entendemos como sendo a nossa responsabilidade, além de fazer bem ao Senado, que é nossa responsabilidade primeira.

Então, não é um trabalho que começou agora, mas que, com certeza, tem sido uma construção e um aprendizado para todos nós. Eu acho que nós chegamos realmente a um nível de excelência.

Então, sem me alongar, queria agradecer a todos e dizer que é uma notícia, até. Nós temos um acervo muito bom e nós estamos firmando uma parceria com a biblioteca do Senado. Nós vamos montar uma videoteca, com vídeos da TV Senado, inclusive esse, e esse material, muito em breve, estará também na biblioteca digital do Senado.

Então, as pessoas procuram muito cópias dos nossos produtos, e nós temos muita dificuldade de atender e ficamos chateados porque não conseguimos. Então, agora, de alguma maneira, nós vamos deixar isso acessível ao público, que vai poder assistir na biblioteca e vai poder acessar no site da biblioteca digital.

Então, é mais uma porta que a gente abre, para um amplo conhecimento desse trabalho que a gente faz e que a gente vai continuar fazendo, espero, com excelência cada vez maior. Muito obrigada.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João Vicente, Deraldo, Virginia. Eu estou com um discursinho pronto, aqui, que eu escrevi hoje à tarde, e eu vou ficar nele, prometo. Mas deixa eu abrir dizendo para vocês que a minha vida política eu comecei num Congresso estadual de trabalhadores, que ia daquele Congresso, no Rio Grande do Sul, escolher um sindicalista para ser constituinte. Eu não era filiado a partido nenhum.

Eu fui escolhido nesse Congresso e disseram: “Escolha o partido que você quiser, e o movimento sindical gaúcho vai fazer campanha para você”. Eu confesso que meu coração ficou dividido entre o PDT e o PT. Por um lado, eu tinha o carinho, o respeito e o amor do inesquecível Leonel de Moura Brizola, tinha a história de meu pai, já falecido, que era Jango, que era Getúlio e que era Brizola.

Eu já, diversas vezes, contei, da Tribuna do Senado, as datas em que, infelizmente, esses três ícones da história do trabalhismo morreram e como foi, na minha família, o sentimento. Mas, enfim, naquele momento, lá atrás, eu tinha que decidir a filiação e acabei me filiando no PT, mas fiquei sempre com o coração dividido.

Então, hoje, estou aqui com muito orgulho. Meu coração, hoje, se unificou, porque eu estou aqui como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, apresentando, participando desse

momento bonito da história do povo brasileiro, que fala desse ícone do trabalhismo, que é o nosso querido Jango, ex-presidente da República.

Permitam que eu me reporte, nessa minha pequena fala, ao meu querido Rio Grande. Quem é gaúcho sabe do respeito e o carinho que nós sempre tivemos por César Passarinho. César Passarinho, compositor e cantor negro que morreu muito jovem, no Rio Grande. E tem uma canção dele que diz: “O exílio é como a agonia dos pássaros cativos. De que adianta ter um par de asas se falta o céu para voar?”. É assim que eu vejo o nosso Presidente, no exterior, e a forma como ele morreu.

Jango morreu no exílio, foi um homem público como poucos, soube, com o sacrifício da própria vida, enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário. O seu legado continua vivo e em enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros e brasileiras que acreditam na justiça social e em um processo que deve ser alimentado diariamente.

Quando penso em Jango, penso em democracia social e racial. Quando penso em Jango, penso em liberdade de expressão. Quando penso em Jango, penso num belo debate político. Quando penso em Jango, penso nos interesses nacionais. Quando penso em Jango, penso exaustivamente na pátria. Uma pátria ainda que, com certeza, vamos encontrar, uma pátria para todos.

Há mais de dois mil anos, o filósofo e político romano Marco Túlio Cícero já se perguntava: “Qual é o valor da vida humana, senão o relacionarmos com os eventos do passado que a história guardou para que nós?”. A história de Jango.

Por isso eu creio, meus amigos e minhas amigas, que não há como esquecer a história de João Belchior Marques Goulart e de todo o seu legado. Parabéns. Parabéns, mesmo, à TV Senado e a todos os profissionais que realizaram o documentário *Jango em três atos*. Hoje, casualmente, é o dia do professor, finalizo com uma frase do educador Paulo Freire. Disse Paulo Freire, numa oportunidade: “Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”. E eu digo: essa frase sintetiza a consciência libertadora dos trabalhistas que marcaram época, no seu tempo, e entraram para a história eterna do país, do nosso querido Brasil.

Por que não lembrar, na figura dos seus principais ícones, nossos ícones, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Todos nós amamos esse país e queremos ele livre, justo, igualitário, solidário e próspero, como sonhou o grande Presidente João Goulart.

Vida longa, vida longa às idéias do inesquecível João Goulart! Muito obrigado.

[palmas]

Senhoras e senhores, daremos início à exibição de *Jango em três atos*, que terá duração de 120 minutos. Desejamos a todos uma agradável sessão, na exibição do documentário, e, com certeza, esse documentário, para efeito de Comissão, ele constará nas notas taquigráficas da Comissão.

Desde já eu agradeço a presença de todos e informo que, com a apresentação do documentário, estará encerrada esta Audiência Pública. Vamos ao documentário.

SR. HERNANI FITTIPALDI: De modo que, então, nós fomos companheiros no colégio dos maristas, em Uruguaiana. E São Borja não tinha ginásio naquele tempo, nem em Itaqui e nem em Alegrete. E o meu pai era muito amigo do pai do Jango, e a minha mãe também muito amiga, de modo que nós somos companheiros desde os sete anos de idade.

Acabamos o ginásio dos maristas juntos, ele foi para a política, eu fui para a Aeronáutica, fui ajudante de ordem do Dr. Getúlio Vargas, fui piloto dele e amigo do Jango, e, quando assumiu, me chamou para Brasília, de modo que, neste livro, eu conto todas essas histórias.

Esta aí o nosso comandante, e temos que retomar o fio da história, porque o povo que não... Que não cultiva a sua história, ele corre um sério risco de repeti-la sem saber.

[palmas]

De modo que a história deste Brasil foi começada com Getúlio Vargas, concluída com Jango, e, agora, vamos aguardar para ver o que nós teremos.

O meu livro conta tudo isso. Esse [ininteligível] acabou, porque aí eu conto todas as histórias, as mais íntimas possíveis e do meu querido amigo Jango, sempre terá sido [ininteligível]. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao registro, essas foram as palavras do Sr. Hernani Fittipaldi.

SR. FLÁVIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO: Agradecendo o convite do Senador Paulo Paim, entusiasmado com os trabalhos da Comissão do Senado, TV Senado, trabalho de pesquisa extraordinário, eu quero entregar este livro ao João Vicente, que tem parte, aí, da história dos últimos, dos últimos dias do Governo Civil. E servi com Jango com dedicação e guardo dele uma memória na cabeça e no coração.

Eu realmente estimava o presidente, por muitas razões. E me lembro uma vez que, muito cansado com o trabalho lá no cerimonial, ele me chamou para despachar, e era a entrevista do Marechal Tito, e ele sempre conversava pouco com ele, não tinha muita... Eu digo isso no livro, não era íntimo dele, não era do

círculo dos “tchês”, dos gaúchos. Mas eu sempre o admirava, o estimava, e nunca consegui manifestar esse sentimento, porque eu quebraria o que a mim mesmo tinha me imposto, né?

Quer dizer, eu não queria passar por adulator, não quis passar por isso, porque não o era, queria apenas servir. Mas, nesse contato que eu tive com o Presidente, ao despachar, este dia, ele olhou para mim e disse: “Ô, Flávio, você está com dor de barriga? Você está com uma cara péssima”. Eu digo: “Não, Presidente, eu realmente estou um pouco cansado”. Aí, ele parou, disse: “Peça o que quiser”. Aí, me surpreendeu. Aquele pedido, aquele oferecimento tão generoso. Me veio, sinceramente, a resposta. Disse: “Presidente, eu quero continuar a merecer a sua confiança e servir ao seu Governo até o último dia”. E tive que fazer, porque realmente eu o acompanhei a Porto Alegre, durante os últimos dias em que o Presidente esteve em território nacional.

Era só isso que eu queria dizer, muito obrigado, aí, a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Essa foi a fala do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart. Vamos, agora, à exibição do documentário.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: O rio Uruguai divide os dois maiores países da América do Sul: de um lado o Brasil; do outro, a Argentina. O rio que separa também aproxima, vira ponto de encontro para brasileiros e argentinos. Entre eles, João Belchior Marques Goulart, o Jango.

>> Era muito ousado, ia nadar aquele rio, lá, muito fundo, aquele rio tem piranha, tem isso, tem aquilo. Aí, ele ia embora.

>> Quando nós olhamos, ele estava do outro lado, perto lá de umas arvorezinhas. Nadava bem.

NARRADOR: A conquista movia os homens da fronteira. Casado com Vicentina Marques, a D. “Tinoça”, o estancieiro Vicente Rodrigues Goulart, era coronel do corpo provisório de São Borja, na fronteira com a Argentina.

>> A mãe disse que a maior tristeza, quando ele via, de longe um correndo, um cavalo vinha com uma coisa branca, ela já dizia: “Ih, meu Deus, já vai o Vicente para a revolução”. Ele vivia assim, cada levante que tinha, o meu pai ia.

>> Manoel Flores vai morrer. Isto é moeda corrente. Morrer é um costume que sabe ter toda gente.

NARRADOR: O Rio Grande do Sul era dividido entre chimangos e maragatos.

>> Eu sei que saqueavam as nossas fazendas. Roubaram bastante coisa. Mas isso os maragatos,

porque papai era borgista. Então, levavam o gado que queriam, e os que não dava para levar matavam.

NARRADOR: Borges de Medeiros ficou 30 anos no poder, com o apoio dos chimangos; entre eles, Getúlio Vargas.

>> Os maragatos e os chimangos.

NARRADOR: Os maragatos queriam mudar a Constituição de 1891, que permitia a reeleição dos presidentes estaduais.

>> Viviam em guerrilhas. E era triste, porque irmãos com irmãos, não é? Onde é que se viu isso?

NARRADOR: A guerra acabou em 1923, com o pacto do Castelo de Pedras Altas, na fronteira com o Uruguai.

>> Meu pai foi morto na Revolução de 23, foi fuzilado, injustamente, porque já tinham feito a paz, e o Governo fazia esperas contra muitos chefes daquela revolução, e meu pai era um deles. Ele era um capitão, rebelde, e já vinha desmobilizado, vinha para casa. E ela não teve como avisá-lo, ele foi preso e, logo adiante, fuzilaram.

NARRADOR: Enquanto o Rio Grande do Sul ensaiava os passos da paz, Getúlio Vargas já era político de prestígio nacional. Voltou ao Estado em 1928, quando foi eleito presidente da província do Rio Grande do Sul. Era presença certa na feira agropecuária de São Borja. Dava atenção aos amigos, entre eles, Vicente Rodrigues Goulart. Jango, filho de Vicente, tinha gosto pela vida na fronteira.

>> Gostava muito da lida campeira, executava muito bem laços, as coisas mais difíceis, o laço, gado, essas coisas. O Jango sabia fazer e bem feito.

NARRADOR: Junto aos peões, conheceu os perigos da lida no campo.

>> Mandou passar uma boiada, assim, atravessar, e o cunhado disse: “Não, não vai aí, porque esse gado vai correnteza abaixo”. Não, ele queria fazer e foi. Se foi o gado todo abaixo, correnteza abaixo; um mais outro pararam. E, aí, foram contar para o meu pai, e papai disse: “Não. Errando se aprende”. Não ficou nada bravo com ele.

NARRADOR: Para aprender mais, teve que sair de casa.

>> Ficava no mesmo colégio que eu estava. Só ele não podia pousar, porque era colégio de meninas. Aceitavam gurizinhos pequenos, só. De noite, ele ia para a casa desses amigos do meu pai. Quando ele saiu de Itaqui, ele era pequenininho. Acho que com uns 12 anos ele foi para Uruguaiana.

>> Ginásio Santana dos irmãos Maristas. E aquele pessoal todo que tinha recursos iam estudar lá, porque não havia outra hipótese.

>> Uma vida meio triste, mesmo. Sempre, sempre, longe dos pais, não é?

>> Meu pai era o representante dele. Sempre tinha um cidadão na cidade que representava ele. Então, ele... Despesas e qualquer coisa de pagamento de ginásio, essas coisas todas eram feitas assim. Depois, então, o pai dele remetia de dar o dinheiro. E o Jango cursou até o segundo ano e, depois, foi para Porto Alegre e acabou o ginásio lá em Porto Alegre. Ele, as irmãs dele, que ela casou com o Brizola, era uma das moças mais bonitas daquela fronteira, ali.

NARRADOR: Jango queria ser jogador de futebol no clube do coração.

>> Jogou. Não foi craque, não. Jogou quando era pequeno, gurizote. Tinha um baita defeito: era do Internacional, número 5, naquela época.

NARRADOR: O sonho acabou deixando marcas no corpo adolescente.

>> Aquilo foi uma doença venérea, deu nele e não sarou mais. Gastou uma fortuna, foi para São Paulo, operou duas ou três vezes, mas não sarou. Ficou a perna dura.

>> Ele não se formou junto com os outros, por causa de que ele estava com esse problema na perna. Ele ficou postado. E ele tinha a turma dele no carnaval.

NARRADOR: A turma do bloco "comigo ninguém pode". A partir da década de 30, o mundo passou por grandes mudanças, e o Brasil também. A Coluna Prestes vagou pelo Brasil em busca da revolução no campo. Mas quem liderou a revolução vitoriosa foi Getúlio Vargas. Na Intentona Comunista, Prestes tentou derrubar Getúlio Vargas. O levante custou dez anos de prisão do líder comunista. Olga Benário, entregue ao regime nazista, foi morta depois de dar à luz a filha com Luís Carlos prestes.

>> Cúpula do Governo nossa, toda ela era fascista.

NARRADOR: No Brasil, nasceu o Estado Novo, seguindo os europeus na adoção do regime de força. Adolf Hitler conquistou a Alemanha com o carro do povo. Quis conquistar o mundo pela força. A força expedicionária brasileira lutou contra o nazismo.

>> E assim nós fomos colhidos, de repente, para uma guerra que nós não estávamos preparados, e uma FAB que nasceu no dia 20 de janeiro de 41; em 42, no dia 22 de agosto, declararam guerra.

NARRADOR: A campanha, na Itália, aproximou os militares brasileiros e norte-americanos.

>> Nós fomos treinados por um sujeito que era capitão, foi comissionado em coronel, era capitão de West Point. Ele foi comissionado em coronel, era um líder, era um sujeito que terminou a vida dele como

comandante das forças da OTAN. Foi comandante de toda a instrução aérea da Força Aérea Americana.

NARRADOR: O Brasil cedeu bases para a Força Aérea Americana.

>> Natal era a mais importante, por causa do saliente com Dakar, lá no Senegal. Eram os três, quase três mil quilômetros de distância. Mas o Getúlio colocou, lá no comando da zona, o sujeito mais [risos] fervoroso, adversário dele, até não diria inimigo, não sei qual era o grau, o Brigadeiro Eduardo. Ele botou o Eduardo Gomes lá. Porque ele sabia que o Eduardo Gomes não ia deixar os americanos tomarem conta, né?

NARRADOR: Em troca, ganhou apoio para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. O fim da Segunda Guerra Mundial deu início à era atômica. Tatuada no corpo a marca do novo tempo. Formado em Direito, Jango viu em Porto Alegre as mudanças no mundo. Com a morte do pai, voltou para São Borja.

>> Assumiu todo o comando de todos os patrimônios do pai dele. Porque o irmão dele havia falecido também, antes. E ele ficou como o único homem da família.

NARRADOR: Depois de 15 anos no poder, Getúlio Vargas também voltou ao Pampa.

>> Aqui fala o repórter Esso, testemunha ocular da história.

>> E atenção, atenção, ouvintes! Renunciou o Presidente Getúlio Vargas.

NARRADOR: Escolheu a fazenda de Itu para passar o tempo.

>> Eu estive quatro ou cinco vezes durante o exílio, naquela fase da volta. E trago, disso aí, recordações as mais chocantes. Por exemplo, um repórter, peguei um momento em que a turma estava na sala, conversando fiado, e tentei correr à casa do Getúlio. Era uma casa modestíssima. O quarto do Getúlio era praticamente um quarto de estudante pobre. Uma caminha daquelas caminhas de estudante, uma mesinha, assim, num canto, com gavetas, em cima, tinha uma vitrola daquelas vitrolas à mão, manual, que era tudo que o Getúlio tinha como entretenimento musical. E, basicamente, uma coleção de disco de 78, do Pedro Raimundo.

NARRADOR: Recebia visitas, sendo a de Jango a mais freqüente.

>> Tive a satisfação de receber o Dr. João Goulart, em 1947, na fazenda do Itu, lá em Itaquí, no Rio Grande do Sul, onde fui levado, menino, pelo então Embaixador João Neves da Fontoura, que foi fazer uma visita de reconstituição de amizade ao Dr. Getúlio Vargas.

>> As distâncias eram próximas, e ele ficou muito amigo do Presidente. Era mais moço, e o Presidente

também encantou-se com ele. E, daí, começa a sua carreira política.

NARRADOR: No Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas para atuar junto à classe operária.

>> Ele procurava ser aquilo que Getúlio ensinou com muita sabedoria, um anteparo entre o capital e o trabalho.

NARRADOR: O General Eurico Dutra, candidato apoiado por Vargas, venceu as eleições presidenciais de 1945.

>> O Dutra ganhou do Brigadeiro Eduardo Gomes, que havia combatido todo o tempo a ditadura.

>> Em 45, havia acontecido uma coisa até então inexplicável. É que os comunistas que haviam sido perseguidos, não perseguidos apenas politicamente, mas criminalmente, pela ditadura, a ditadura Vargas. Os seus líderes, postos na cadeia, onde Prestes ficou anos, anos e anos, julgados por uma corte de exceção, que era o Tribunal Segurança Nacional. Os comunistas, em 1945, na hora da redemocratização, ficam com o ditador.

NARRADOR: Getúlio Vargas foi eleito Senador da República.

>> Getúlio se elegeu Deputado Federal por sete estados e Senador por dois.

NARRADOR: O Congresso virou Assembléia Nacional Constituinte.

>> Dutra, qualquer coisa que levavam para ele, ele perguntava: "Isso está no livrinho?". Ele era um caipira completo. "Está no livrinho?" "Está na Constituição, Presidente." "Então vamos fazer."

NARRADOR: A Constituição de 1946 é tida como uma das mais democráticas do país.

>> Foi quando eu conheci o Juscelino, em 46. Foi o meu primeiro trabalho importante como jornalista, foi a cobertura da Constituinte de 46.

>> Decretar a Constituição é um ato de grandíssima importância, é um ato grave. Mas cumpri-la é que é o supremo dever.

>> Particularmente aos meus queridos amigos da Bahia, reafirmo-lhes, aqui, que não há noites eternas. Restaurou-se a democracia no Brasil.

>> O Partido Comunista do Brasil e a sua bancada na Assembléia Nacional Constituinte, que discutiu e votou esta Constituição, está tanto o partido como está a sua bancada dispostos a lutar para que esta Constituição seja cumprida.

>> Até 1947, o Partido Comunista estava na legalidade, e os partidos ditos tradicionais, que não tinham de tradicional nada, porque todos eram... Havia sido fundados depois da queda do Presidente Getúlio Vargas, em 45. Eram partidos novos, portanto, a UDN, o

PSD, o PTB; e auxiliares, forças auxiliares, o partido liberal, do Deputado Raul Pilla, cuja bandeira era o parlamentarismo, que tinha, digamos, uma aliança tácita com a UDN.

NARRADOR: Descontente na política, Getúlio Vargas voltou para São Borja.

>> Passou lá os quatro anos e tanto, né? Foi exilado. A família poucas vezes apareceu lá. Lá, tinha o filho, o mais moço, que era fazendeiro, lá, o Maneco Vargas, o "Baixinho", etc., e muito amigo do Jango, íntimo do Jango. Se ligou tanto ao Getúlio que passou a administrar um pouco, também, a fazenda do Getúlio, que estava muito largada.

NARRADOR: Na fazenda de Itu, Jango começou a pensar na volta de Getúlio ao maior cargo da nação.

NARRADOR: Sede da copa do mundo de 1950, o Maracanã virou símbolo nacional. O Brasil arrasou os adversários no maior estádio do mundo. O estádio lotado para a decisão final entre Brasil e Uruguai. Os brasileiros abrem o placar. O favoritismo do Brasil aumentou ainda mais. A vitória escapou pela vontade uruguaia de jogar. Foi a derrota mais sofrida de todas as copas. A dor da perda do título, dentro de casa, gerou a expressão "síndrome de vira-lata", de Nelson Rodrigues. O tombo na copa do mundo não derrubou o quererismo.

>> O movimento do quererista, muito assolado pelo Jango, primeiro no Rio Grande do Sul, envolta daquela região missioneiro, ali, e que foi um movimento que pegou fogo no país inteiro, né? Arrasta Getúlio para ser candidato.

NARRADOR: Getúlio Vargas venceu o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional.

>> Era um homem muito radical, muito conservador, ultraconservador, direita, mas ele teve o sentimento... Ninguém ensinava a gostar do Brasil, para ele; ele gostava do Brasil tanto quanto qualquer um de nós.

>> Agora, o Getúlio não tinha condições físicas, estava inteiramente desligado de tudo. Ele estava desinteressado, ele tinha engordado 30 quilos, a roupa não cabia mais nele.

NARRADOR: O Presidente foi acusado, pela UDN, de estimular a luta de classes. O plano de conciliação nacional apresentava sintomas de fracasso. Um dos focos da discórdia era a criação da Petrobras.

>> Quem começa, no Brasil, a cuidar seriamente do petróleo, como política de Governo, é o Conselho de Segurança Nacional, fundado em 1932, depois da revolução de 30, e sob a égide dos militares, das Forças Armadas, especialmente o Exército.

>> Quando Getúlio vem a São Paulo pela primeira vez, para participar do grande comício do Anhan-

gabaú, Vale do Anhangabaú, 1950... Ah, nós fizemos, em frente à faculdade, um grande comício, e lutamos a faculdade toda, com faixas negras. E eu fui um dos jovens oradores disto, apesar de ser um recém-chegado a São Paulo. Só pra dizer a resistência grande que eu tinha ao Getúlio, por conta da história dele no Estado Novo.

NARRADOR: Getúlio Vargas queria o apoio dos trabalhadores.

>> Eu conheci ele dando ordem, de baixo para cima, para cima de mim, que eu estava comandando uma greve, ele me chamou e intimou para acabar com a greve. Ele chamou os patrões, fez os patrões darem, não sei com que força que ele tinha, deve ser até a força do Banco do Brasil, a dar a reivindicação total que a categoria queria e estava 51 dias em greve. E virou para mim e disse assim: "Todo mundo volta para o trabalho. Você vai ser demitido, na forma da lei". E fui. O jogo da política é isso.

NARRADOR: A classe o operária queria a melhoria salarial, 100% de aumento pelos dez anos sem reajuste do salário mínimo. Na greve dos 300 mil, foi criado o Pacto de Unidade Intersindical.

>> O sindicalismo brasileiro não foi um sindicalismo conquistado da luta, do trabalho, nas batalhas sindicais. Não. O sindicalismo foi outorgado, foi dado pelo Presidente Vargas.

NARRADOR: Vargas ficou a reboque do movimento, quando queria estar à frente do radicalismo operário. Jango, eleito Deputado Federal, foi convidado a assumir a Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul.

>> O Dr. Getúlio vai para lá, atrai o Jango, que tinha ficado lá tentando fazer a política estadual, interessadíssimo, elegeu Governador do Estado, Dornelles, o Ernesto Dornelles, Governador do Estado.

NARRADOR: A crise sindical levou Jango ao Ministério do Trabalho.

>> Ele enfrentou toda a greve dos marítimos, favorável à greve dos marítimos, foi nas assembléias da greve dos marítimos. Quer dizer, são coisas assim que fez com que esse Ministro teve a simpatia do movimento sindical.

NARRADOR: Buscou junto aos trabalhadores apoio ao Presidente da República.

>> Dr. Getúlio nos deu sindicatos fortes, nos deu as colônias de férias, nos deu salário mínimo, o repouso semanal remunerado, nos deu isso. Era uma caixa de munificência a que ele tinha na mão.

NARRADOR: Foi acusado de se transformar em Ministro dos trabalhadores.

>> Como contraprestação dessa subordinação no Ministério, os sindicatos gozavam de regalias es-

peciais, desde as colônias de férias, as vantagens materiais, propriamente ditas, até uma certa intimidade com o poder.

NARRADOR: Propôs aumento de 100% do salário mínimo.

>> Quis dar um aumento de salário que compensasse a inflação da época, e deu um aumento salarial bem mais alto do que se imaginava que seria dado.

NARRADOR: Saiu do cargo quando 82 coronéis e tenentes-coronéis assinaram o memorial contra o aumento.

>> Foi um manifesto muito duro, exigindo a demissão do Jango. E o Getúlio foi obrigado a demiti-lo.

NARRADOR: Carlos Lacerda era um dos maiores tribunos do país. A verve política tinha como destino o jornal.

>> E era um grande orador, sem nenhum apego especial, sem nenhum compromisso especial com a verdade. Se alguém lhe dissesse alguma coisa a respeito disso e disso, ele, na mesma hora, encampava como sendo uma grande verdade e saía divulgando.

NARRADOR: Era dono do jornal Tribuna da Imprensa.

>> Carlos Lacerda. Que passou a verve, com a sua oratória, com a sua capacidade de denegrir.

NARRADOR: Disputava os leitores com Samuel Wainer, do jornal Última Hora.

>> A Última Hora, destinada, praticamente, com finalidade única, a sustentar o Governo. Quer dizer, são porta-vozes do Governo do Presidente Vargas.

NARRADOR: Lacerda acusava Wainer de fraude no empréstimo do Banco do Brasil.

>> Essa circunstância de se favorecer, dessa maneira, um jornalista que ficou dono do jornal, que o jornal prosperou rapidamente. E um jornal, em concorrência com outro, levou o Carlos Lacerda, jornalista e dono de um jornal, que se sentiu muito prejudicado.

NARRADOR: A briga virou tragédia, no atentado da Rua Toneleros, no Rio de Janeiro. O alvo era Lacerda; a vítima foi o Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, foi apontado como mandante do crime. Forçado a renunciar, Getúlio Vargas preferiu o suicídio. Antes de morrer, entregou uma cópia da carta-testamento a Jango.

>> Foi um choque muito grande para mim, muito grande. Porque a carta-testamento me colocava, de repente, num divisor de águas entre as críticas que nós tínhamos em nome da ditadura do Estado Novo e o que ele tinha passado a representar, de fato, a partir da vinda dele, em 1950, quando foi eleito pelas urnas...

NARRADOR: O pai dos pobres deixou a vida para entrar na história. Em 1955, Juscelino e Jango

concorreram a Presidente e a vice. Implantou o plano de metas "50 anos em 5".

>> De 46, que é quando começa a redemocratização, a 64, o Brasil viveu anos de uma criatividade, de um florescimento enorme. Veja você, Juscelino Kubitschek e a política desenvolvimentista; o Teatro de Arena e o Teatro Oficina; na literatura, movimentos adiante da semana de arte moderna, que houve em 22; na arquitetura, Niemeyer e vários outros são esplendorosas manifestações; na educação, Anísio Teixeira, que esse vem de 30; Darcy Ribeiro; Jean Francesco Guarnieri, ele vem dessa geração; o Glauber Rocha vem nessa geração... E vai por aí. Eu ficaria citando nomes infinitamente.

NARRADOR: Quando casou com Jango, Maria Teresa Fontela tinha apenas 17 anos.

>> Eu conheci o Jango quando eu tinha 14 anos. Mas eu acho que o namoro, assim, namoro mesmo, começou depois de 15 anos, que ele foi na minha festa de 15 anos, no Rio, que ele era muito amigo da... A minha tia era casada com o irmão do Dr. Getúlio, e ele frequentava muito a família Vargas.

NARRADOR: A esposa, ainda adolescente, estava no meio da política.

>> Ele era Ministro, foi quando eu conheci o Jango. E eu não tinha, assim, muita aproximação, assim, com os problemas políticos.

NARRADOR: Como Vice-Presidente da República, Jango presidiu o Senado Federal.

>> O Vice-Presidente da República era eleito por eleição direta, independente do Presidente da República. Então, a Constituição de 46 deu ao Vice-Presidente da República uma função. E essa função foi o seguinte: o Vice-Presidente da República preside o Congresso, preside o Senado.

NARRADOR: Foi nessa condição que recebeu os jogadores, quando a Seleção Brasileira ganhou a primeira copa do mundo. Na Suécia, surgiu Pelé, o menino prodígio do futebol. No Brasil, os campeões ganharam o carinho do povo e a homenagem das autoridades pelo campeonato mundial de 58. A década de 60 chegou com tanta novidade que chocou a sociedade. Havia o desejo de um outro tipo de vida, à margem do sistema oficial. A esse conjunto de manifestações deu-se o nome de contracultura: cabelos longos, roupas coloridas e misticismo orienta, a busca por liberdade sexual, liberdade de expressão. São Francisco, nos Estados Unidos, virou o berço do movimento hippie. Mas foi uma banda da Inglaterra que deu o tom da rebeldia. A voz dos meninos de Liverpool ecoou em todo o mundo. O Brasil seguiu o ritmo das obras da nova capital. O show da inauguração foi no

dia 21 de abril de 1960. O primeiro poder a se instalar na capital foi o Congresso Nacional.

>> É com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília.

NARRADOR: O Brasil vivia o clima eleitoral para a escolha do chefe da nação. De um lado, Jânio e Milton Campos (Varre, varre, vassourinha, varre, varre a bandalheira); do outro, Lott e Jango (De Sul a Norte, na terra brasileira, é uma bandeira o Marechal Teixeira Lott).

>> E nós insistíamos que João Goulart fosse candidato a Presidência, e ele não queria, não queria, resistiu, resistiu, resistiu... Então, nesse ínterim, ficou a hipótese de nós lançarmos o General Teixeira Lott para candidato à Presidência da República. Por que o General Teixeira Lott? Porque ele era ardorosamente favorável ao monopólio estatal do petróleo.

NARRADOR: Jânio Quadros, que queria varrer a corrupção, foi eleito.

>> Candidato da aliança era o Lott, perdeu feio para o Jânio Quadros, e o Jango ganhou a eleição do Jânio Quadros. Ganhou bem, diga-se de passagem.

NARRADOR: Foi o primeiro Presidente a tomar posse na nova capital. Jânio proibiu o biquíni, briga de rinha e o lança-perfume. Condecorou o líder guerrilheiro Che Guevara. No dia 25 de agosto, dia do soldado, cumpriu o último compromisso público. Renunciou com apenas sete meses de Governo. O Brasil saía do reino da vassoura, a União Soviética entrava na era dos satélites. Jango conheceu o Sputnik, que em russo quer dizer companheiro. No clima de camaradagem, dançou com jovens soviéticos. Na China, a recepção foi calorosa. Jango levou ao povo chinês a mensagem de amizade dos brasileiros.

>> Viva a amizade, cada vez mais estreita, entre a China Popular e os Estados Unidos do Brasil.

NARRADOR: A notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros recebeu na viagem ao oriente.

>> Imediatamente, o Pedro [ininteligível] entregou a carta de renúncia ao Auro de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso Nacional. Não se discutia mais a volta dele, era uma coisa passada; se discutia a sucessão.

NARRADOR: Em carta ao jornal [ininteligível], o relato daquele que Jango disse ter sido o momento mais dramático da vida dele. Na ausência de Jango, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder.

>> Nessa ocasião, eu até recebi um convite, através do Alckmin, em nome do Mazzilli, me chamando para ser Ministro da Justiça. Eu disse: "Eu sou apologista da posse do Presidente pura e simples. Não posso servir a um Governo que tem por objetivo

a não-assunção do Presidente João Goulart à Presidência da República”.

>> E lá fomos nós todos, eu, líder do PTB, as outras lideranças partidárias, numa reunião do gabinete do Mazzilli, o Presidente Mazzilli, à Câmara dos Deputados. Porque ali se formalizou o veto à entrada do Jango no Brasil.

NARRADOR: Os militares vetaram a volta do Vice-Presidente, ameaçando prendê-lo assim que desembarcasse.

>> Traria o vício da suspeição, de ser muito próximo dos comunistas, de estar lutando pela implantação de uma República Sindicalista, etc. E a China, sem dúvida nenhuma, é um símbolo, né? Era mais naquele tempo do que hoje, até.

>> Ele era uma figura muito discutível. E pouco confiável para conduzir o país, em termos democráticos.

NARRADOR: A intenção era manter Mazzilli na Presidência, até a realização de novas eleições, no prazo de 60 dias.

>> Dias terrivelmente tensos e preocupantes, tanto para a paz social, paz política, e para a própria paz interna, devido à polarização pró Jango e contra Jango.

NARRADOR: Leonel Brizola formou a cadeia da legalidade, integrada por emissoras da região Sul.

>> Brizola foi informado, por funcionários dos Correios e telégrafos, que tinha vindo um telegrama do Ministério da Guerra, determinando o bombardeio do Palácio Piratini. E foi aí que ele foi para o microfone e fez um pronunciamento. E, à medida que ele falava, juntava povo na praça da matriz; no fim, tinha uma multidão.

>> Me lembro desse discurso. Ele dizia: “Matem, marinheiros, matem seus oficiais!”. Uma revolta total.

NARRADOR: A proposta acendeu a luta entre partidários do veto e defensores da posse de Jango.

>> Apoiamos a posse do Presidente João Goulart, face a esse. Mas tínhamos a certeza de que ele não iria ter pulso para segurar o país contra a ideologia extremista da época, como de fato aconteceu.

NARRADOR: O Congresso Nacional começou a discutir a adoção do regime parlamentarista.

>> Tentaram o golpe. E, aí, interveio San Tiago, que é uma figura extraordinária a quem o Brasil deve os mais relevantes serviços, e disse: “Não, vamos fazer o seguinte: eu compreendo que o senhor tenha o receio de um Presidente que tem uma fama de ser muito esquerdista, etc. Vamos moderar os poderes dele, através de um parlamentarismo, de maneira que fique a própria Assembléia Legislativa com a incumbência de eleger o

Primeiro-Ministro, e o Presidente da República exerce poderes de representação do Estado”.

NARRADOR: Informado da extensão da crise, Jango quis apressar a volta ao país.

>> Ao passar por Paris, me telefonou de madrugada. “Como é o quadro, Almino. Almino, eu estou decidido a ir tomar posse. Mas tenho que fazer um contorno pela América Latina, para assuntar, para ver que momento é o momento exato”. Aí, me disse: “Telefonaram-me, o Senador Afonso Arinos e o Deputado San Tiago Dantas, dizendo que começa a haver rumores para uma transação entre mim e as oposições, que consistiria em reservar meu direito de tomar posse como Presidente da República, mas num sistema parlamentarista”. Ou seja, capavam o presidencialismo, os poderes que ele tinha, que o povo havia lhe outorgado, e ele seria um pouco a rainha da Inglaterra na história. “E o senhor o que acha disso, Presidente?” Disse: “Almino, eu não posso negar-me a conversar. Mas a minha decisão é voltar para tomar posse”.

NARRADOR: Chegou ao Uruguai, onde estava Tancredo Neves, com a proposta parlamentarista.

>> Eu fui designado para ir com Tancredo. O Tancredo decolou uma hora antes, para não me levar, porque eu era contra a aceitação de parlamentarismo. Eu representava a bancada, e a bancada achava que a maioria da bancada era contra o parlamentarismo e eu também era contra, e ia levar essas informações, a mando do Almino Afonso.

>> Trouxemos o Jango, e, nessa altura dos acontecimentos, já se ouvia falar na Operação Mosquito.

>> Para a derrubada do Presidente, do avião que condizia o Presidente, né? Eu li esses telegramas, assinado por Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica. Mas eu não... Eu não guardei, não pedi cópia, nem nada. Quem me forneceu esse documento, tive acesso a esse documento através do Dirceu di Pasca, né?

NARRADOR: No dia primeiro de setembro de 1961, pisou em solo brasileiro, na capital gaúcha.

>> E o Jango chegou, e uma das pessoas que desembarcou ali, como uma espécie de anjo da guarda dele, protegendo ele, chamava Ernesto Geisel. Era o General Geisel, que tinha ido a Montevideu, para dar a garantia do esquema militar. Quer dizer, era a facção militar que estava, ali, pela legalidade. O Brizola tentou botar ele para falar para a multidão, tinha uma multidão em frente ao palácio, embaixo, ele ficou da sacada, só acenava, assim, para a multidão, e a multidão urrando: “Fala, fala, fala...”. Ele nada, calado. E, aí, começou uma vaia da multidão. Porque ele não falava e, aí, foi virando a multidão contra ele, entendeu? Porque era uma sinalização de que ele estava

se compondo com aquilo que a opinião pública não queria, o parlamentarismo.

NARRADOR: O Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº. 4, limitando os poderes presidenciais.

>> Uma emenda do parlamentarismo, que estava dormindo lá nas gavetas do Congresso fazia tempo. Era a emenda de um gaúcho, do Raul Pila, velho Raul Pila. E votou-se em 48 horas.

NARRADOR: Jango embarcou para a capital Federal, cercado de um rigoroso esquema de segurança.

>> O Dirceu di Pasca me disse: "Aterrmos sem nenhum problema". Aí, na hora de abrir a porta, ele pensou assim: "Quem deve desembarcar primeiro?". Aí, questão de protocolo, dizia ele: "A gente desembarca o Presidente?". E desembarcamos nós. Mas o receio é que, ao abrir a porta do avião, não tínhamos certeza se seríamos recebidos com uma rajada de metralhadora ou criancinha lá embaixo, com ramos de flores para entregar ao Jango, né? Bom, não aconteceu nem uma coisa, nem outra. E, daí, nós fomos direto para o Torto.

NARRADOR: Em 7 de setembro de 1961, Jango foi empossado na Presidência da República.

>> Prefiro pacificar a atirar ódio. Prefiro harmonizar a estimular ressentimento.

NARRADOR: O gabinete parlamentarista tinha Tancredo Neves como Primeiro-Ministro de Estado.

>> Vou citar alguns nomes que compunham o Ministério. Por exemplo, San Tiago Dantas, Almino Afonso, Carvalho Pinto, Ulysses Guimarães, Roberto Lira, Hermes Lima, Evandro Lins e Silva.

>> Jango reuniu sempre um verdadeiro selecionado. Ali estava a boa-fé dele. Ele pegava os melhores homens do país e colocava no seu gabinete ministerial. Não bastava isso.

NARRADOR: O Presidente Jango começou o Governo propondo as reformas de base. No Rio Grande do Sul, o Governador Leonel Brizola tomou controle dos serviços de energia.

>> Não devia ter dado a menor retenção aos discursos de Brizola, manter a sua linha de uma posição centro-esquerda equilibrada, e não disputar esquerdismo, retoricamente, com um populista como Brizola. Isso conduziu o Jango à posição insustentável.

NARRADOR: No Nordeste, as ligas camponesas lutavam pela Reforma Agrária.

>> Julião foi um precursor dos sindicatos rurais, criou a Liga Camponesa na Paraíba, com o professor Assis.

>> Qual era, inicialmente, a luta? Era acabar com o trabalho gratuito. O camponês pagaria o foro da terra,

da área que ele ocupasse, e o proprietário pagaria o salário dos dias de trabalho do camponês. Isso era uma libertação dos camponeses. Eles passariam a receber dinheiro, aí, compravam, na feira, onde quisessem. Então, para eles, era uma vitória extraordinária. Mas o proprietário também se julgou prejudicado, que tinha o trabalho gratuito, tinha tudo isso na mão e, de repente, ter que pagar o salário, aí, passou a reagir.

NARRADOR: A repressão ao movimento camponês foi tema de documentário.

>> Tudo estava pronto para começar a filmagem. Mas, no dia 15 de janeiro de 1964, houve um conflito perto de Sapé, envolvendo, de um lado, policiais e empregados de uma usina; e, do outro, camponeses. Onze pessoas morreram no conflito.

>> Foi feito o filme Cabra Marcado para Morrer, que é exatamente mostrando a morte de João Pedro Teixeira e a viúva dele, assumindo a liderança do movimento camponês em Sapé, D. Elisabeth Teixeira. Então, a partir daí, a coisa começou a ficar muito violenta na Paraíba.

NARRADOR: A violência no Nordeste chamou a atenção do Governo norte-americano.

>> Com essas... Essa movimentação crescente do movimento camponês, os irmãos do Kennedy, o Eduardo Kennedy, que depois foi Senador, e o Bob Kennedy, que foi, inclusive, candidato à Presidente dos Estados Unidos, estiveram lá e chegaram à conclusão de que a aliança para o progresso, através do chamado ponto 4, que era a ajuda americana ao Nordeste tinha fracassado totalmente. O Kennedy, então, num encontro com João Goulart, lá nos Estados Unidos, se mostrou interessado em vir conhecer o Nordeste, porque ele estava preocupado que o Nordeste se transformasse num segundo Vietnã.

NARRADOR: Junto ao movimento camponês, estavam militares americanos.

>> Descobriu que, em lugar de técnicos, eram militares da Marinha americana. Infiltraram, no movimento camponês, alguns elementos. E esses elementos passaram a tomar uma posição mais radical. Inclusive, a signa "Reforma Agrária na lei ou na marra", e fizeram Julião comprar uma fazenda em Goiás, para entrar guerrilheiros. Com a radicalização, a igreja começou a tomar posição e fundar sindicatos rurais, no interior, com outra linha, e combatendo as ligas camponesas.

>> Nessa época, a igreja ainda não havia passado, estava começando a passar pelas transformações. Depois de João XXIII.

NARRADOR: O Papa João XXIII mobilizou a igreja na opção pelos pobres.

>> É só lembrar que João XVIII morre em 1963. Portanto, o que ele plantou de mudança na igreja ca-

tólica foi fecundar, alguns anos depois. Mas a igreja, até 63, era uma igreja fechada, numa posição anticomunista cega, tudo era o comunismo, não por razões de Estado, mas porque o comunismo era ateu.

NARRADOR: Na política externa, o Governo brasileiro apoiou o direito de Cuba à autodeterminação.

>> O Presidente do Brasil diz não, não deve ser. Não pode haver intervenção.

NARRADOR: Na crise dos missões, entre Estados Unidos e Cuba, o Brasil atuou como mediador.

>> O Kennedy já estava apertando João Goulart, porque aquela reunião de Punta Del Este, você lembra? San Tiago defendendo, lá, a não intervenção? Então, só não houve a intervenção em Cuba, porque o Jango não deixou, porque o Jango não concordou.

>> Pela primeira vez se fala na autodeterminação dos povos. Che Guevara, que estava presente, saiu por cima das cadeiras para abraçar o San Tiago Dantas.

NARRADOR: Reatou relações diplomáticas com a União Soviética.

>> Naquela ocasião, ele realmente consolida uma idéia de política independente.

NARRADOR: E estabeleceu a diplomacia do não-alinhamento.

>> A visita de Tito dá cumprimento à política externa do país, que preconiza o estreitamento de nossas relações com todas as nações do mundo, sem discriminações de qualquer ordem.

>> O mundo dividido em dois, a Guerra Fria, tinha que se encontrar uma solução. A solução não podia ser a solução pela guerra atômica.

NARRADOR: Conheceu os projetos militares dos americanos.

>> Se o Brasil passasse a ter um Governo esquerdista, os Estados Unidos se sentiriam derrotados, diante do cenário internacional, até porque eles tinham, realmente, receio de que a União Soviética pudesse, de alguma maneira, auxiliar um suposto Governo esquerdista no Brasil.

NARRADOR: John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos, queria alternativas democráticas à revolução cubana.

>> Kennedy era uma figura simpática, não é uma grande bandeira, mas muito comprometido com as forças reacionárias dentro dos Estados Unidos.

NARRADOR: Tudo ficou mais difícil depois da morte de John Kennedy.

>> O João Goulart foi vítima da ação desastrosa da política externa dos Estados Unidos. Esse é que é o fato.

NARRADOR: No Brasil, a campanha para o plebiscito sobre o regime de Governo estava nas ruas.

>> Realizado o plebiscito presidencialista, a conspiração recrudescceu para a derrubada do Jango, com reuniões em Petrópolis, no Rio de Janeiro, nas quais participavam, entre outros, Deni Radmach(F), Eduardo Gomes, Nelson de Mello, Francisco Campos, Antonio Ned(F), Prado Kelly, Sílvio [ininteligível], Cordeiro de Farias, etc.

NARRADOR: O presidencialismo venceu dando plenos poderes ao chefe da nação.

>> O PSD e a UDN se uniram para derrubar o parlamentarismo. Porque os dois já tinham duas candidaturas na rua. O PSD, com JK, em 65, que Juscelino queria voltar, e a UDN com Carlos Lacerda.

NARRADOR: Os partidos articulavam as candidaturas presidenciais.

>> Todo o 63, o Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, conspirava; o Magalhães Pinto, Governador de Minas, conspirava; o Ademar de Barros, Governador de São Paulo, conspirava; o Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, conspirava; o Brizola, que havia deixado o Governo, acabou o mandato dele em 62, deixou em 31 de janeiro de 63, conspirava; o Ney Braga, do Paraná, conspirava. Uns de um lado, uns de direita, outros de centro e outros de esquerda.

NARRADOR: Havia agitação por toda parte.

>> Houve uma radicalização da esquerda, que cresceu muito, e uma radicalização da direita.

NARRADOR: O radicalismo virou palavra de ordem.

>> O Jango foi derrubado, ele começou a ser derrubado desde que tomou posse. Porque os Ministros, que não queriam a posse dele, continuaram conspirando.

>> Todo mundo queria o poder, e todos se convenciam de que o Jango também não queria deixar o poder. E, aí, os militares também começaram a conspirar.

NARRADOR: A falta de produtos de primeira necessidade penalizava o povo.

>> Parece mentira. Até açúcar, cujas usinas são próximas dali, justamente porque eram boicotados, boicotados, escondidos, para fazer uma agitação social.

NARRADOR: Os sindicatos faziam greve por melhoria salarial.

>> Foi uma greve que agrupou 17 categorias profissionais em São Paulo.

>> Nós conseguimos o 13º salário, mas já conseguimos também o Salário Família. O Salário Família estava há muito tempo... Levou 13 anos pra você ter 5% do salário mínimo para quem tem uma porção de filhos.

NARRADOR: Os estudantes lutavam por mudanças sociais.

>> Era criação de grêmios estudantis nos colégios, era uma participação maior nos congressos, nas reuniões. E a gente tinha uma ligação com o Ministério da Educação através de reuniões com a diretoria do ensino secundário, que era dirigida pelo professor Lauro de Oliveira Lima, e com os movimentos de alfabetização de adultos. Os estudantes participavam desses movimentos naquela época.

NARRADOR: No rastro das reformas de base veio o IPS órgão influente no Congresso Nacional.

>> O que estamos fazendo nós para impedir que se coloque diante do povo brasileiro a trágica opção entre soluções antidemocráticas?

>> O INBADE(F), que era uma sigla que financiava candidatos ao Parlamento, só financiava os candidatos em oposição ao Sr. João Goulart.

NARRADOR: A desapropriação das companhias estrangeiras dava a linha da política interna do Governo.

>> Desejamos encontrar um termo justo em que elas tenham a remuneração justa e razoável pelo seu capital, que possam obter lucros, mas que se dedicando à atividade de interesse nacional, esses lucros possam também trazer benefícios ao país.

NARRADOR: A política esbarrou na dependência econômica dos Estados Unidos.

>> O Brasil não pretende aumentar imoderadamente o seu endividamento, e pelo contrário, o que se deseja é estabelecer condições que lhe permitam enfrentar os seus compromissos de acordo com sua capacidade de pagar.

>> O Santiago era realmente um homem de uma cultura vastíssima. De uma capacidade enorme de negociação para que nós pudéssemos organizar nossos pagamentos da dívida externa recebida num total naquela ocasião de três bilhões e 500 milhões de dólares.

NARRADOR: Não havia dinheiro para pagar a vista a terra na Reforma Agrária.

>> Pagar previamente em conselheiro vivo. Isso é impossível, né?

>> Nunca existiu no mundo inteiro Reforma Agrária feita com esse índice.

NARRADOR: Não havia como dar aumento para os trabalhadores.

>> Naquela época a inflação estava 52%. Você saía de manhã com o dinheiro da passagem e pra voltar estava arriscado não ter o valor para voltar.

>> O Governo o João Goulart foi compelido a amortizar 500 milhões de dólares. O que significa aproximadamente quase 20% da dívida.

NARRADOR: Os dólares negados ao Governo Federal eram emprestados aos governos estaduais.

>> Acelerar os projetos em andamento a respeito de favelas na Guanabara.

NARRADOR: Carlos Lacerda e Ademar de Barros tenham acesso livre à Casa Branca.

>> Enfim uma porção de problemas que dizem respeito à economia.

NARRADOR: Lacerda disse ao jornal Los Angeles Times que os militares já discutiam a data certa para depor Jango.

>> Carlos Lacerda vai aos Estados Unidos e faz um grande ataque à política internacional brasileira e pede a intervenção americana.

NARRADOR: A deposição também era notícia nos jornais brasileiros.

>> A imprensa era de uma contundência adversária ao Jango, total. Estadão, a Folha, o Jornal do Comércio em Pernambuco... O que nos salvava em termos de comunicação era a Última Hora.

NARRADOR: Jango tentou o estado de sítio para garantir a autoridade do Governo, mas desistiu.

>> Meu pai entendeu que era pra apoiar o pedido de estado de sítio, primeiro porque era uma medida prevista na Constituição. E segundo porque ele dizia para ele mesmo: "Se eu não apoio o estado de sítio, o Jango cai. Se eu apoio o estado de sítio eu tenho a chance de vê-lo concluir o Governo". O estado de sítio mal andou, mal trafegou pelo Congresso. Não foi referendado, não foi aprovado.

NARRADOR: Partiu pessoalmente para a mobilização popular com as reformas de base.

>> Ele dizia... Olha, o Brizola está equivocado. Esses líderes sindicais estão equivocados. Nós temos aí as reformas de base que nós queremos fazer, nós estamos lutando por elas. Mas achar que eu posso fazer em três anos é uma loucura.

NARRADOR: Aprovou a lei de diretrizes de bases da educação com 12,45% do orçamento Federal destinado ao ensino. Instituiu a superintendência da política agrária como preparação da Reforma Agrária. Tomou medidas para a criação da ELETROBRÁS.

>> João Goulart conseguiu, é no Governo dele que se faz a lei da ELETROBRÁS. É no Governo dele que se faz o código de telecomunicações e que se cria a EMBRATEL.

NARRADOR: Regulamentou a remessa de lucro das empresas estrangeiras.

>> O Presidente assinou esse... Esta disciplina dos capitais estrangeiros, não apenas como remessas de lucros e de dividendos, mas como viabilização segundo os interesses do país de seus investimentos locais.

NARRADOR: Autorizou a desapropriação de terras improdutivas às margens nas rodovias e ferrovias federais.

>> Trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em partes, a [ininteligível] da injusta reivindicação, aquela que dará um pedaço de terra pátria para eles trabalhar!

>> Inclusive o Jango também já tinha me falado que ele, de qualquer maneira, faria aquele comício, mas que ele tinha certeza de que a repercussão não ia ser favorável a ele.

>> Aí pergunta-se: Mas por quê? Por que envolver-se em tanta briga, em tanta fonte de desavença, Reforma Agrária, congelamento de aluguéis... [ininteligível] das refinarias. Só isso é uma dose para leão. Sabe por que nós entramos nessa e a maioria achava que ia dar certo? Porque o poder é uma coisa terrível. O poder é inebriante. O poder é enganoso.

NARRADOR: Uma multidão de 200 mil pessoas foi ao comício na Central do Brasil em março, numa sexta-feira 13.

>> O Governo é também o povo e que também só o povo perdeu. É a afirmação de propósitos inabaláveis de lutar, de lutar com todas as nossas forças pela reforma da sociedade brasileira.

>> Foi um momento muito marcante na minha vida porque foi o primeiro comício que eu participei junto com o Jango. E eu tinha uma grande preocupação porque havia um comentário de que iam fazer um atentado contra nós, contra o pessoal todo do comício. E principalmente contra o Jango.

NARRADOR: A mobilização contra as reformas partiu de São Paulo, na marcha de Deus com a família.

>> O episódio que marcou a igreja como participante do processo foi a grande passeata de Deus com a família. Organizada por um padre, o Padre Peyton, que aqui no Rio de Janeiro arrastou uma multidão aí pelas ruas, etc.

NARRADOR: Jango passou a semana santa em São Borja. Seria a última vez que estaria com a família na estância.

>> O Presidente estava sem autoridade. O país inteiro estava sem autoridade. Então até o comício nós tínhamos essa esperança e acho que a maioria dos companheiros tinha a mesma esperança. Mas a partir do comício é preciso ser cego. Saber que as coisas não tinham volta.

NARRADOR: Sitiados no sindicato dos metalúrgicos, os marinheiros faziam exigências.

>> Os marinheiros dominaram os navios, foram pra terra e foram se homiziar num sindicato metalúrgico dirigido por líderes comunistas. E aí aparece o

famoso Cabo Anselmo. O que fez o Ministro da Marinha? Manda prender os amotinados que estavam no sindicato. Quem deveria prender? Os fuzileiros navais, a tropa de Marinha. Eles foram cumprir a missão, só que quando chegaram lá botaram o fuzil no chão e se abraçaram.

NARRADOR: O Cabo Anselmo era um dos mais agitados.

>> O Cabo Anselmo tem uma grande dúvida. Se ele se tornou agente depois do golpe ou se ele já foi um instrumento para ajudar o golpe.

NARRADOR: Os oficiais exigiram uma punição dos rebeldes.

>> Um dos objetivos daquela época, e continua sendo agora da ideologia comunista é fazer o enfraquecimento das Forças Armadas para que elas não tenham a força suficiente de contra balançar uma ação da população. E a população ideologicamente contrária ao regime democrático.

NARRADOR: Os marinheiros são presos e depois libertados.

>> A passeata dos marinheiros, o Almirante Aragão conduzido nas costas dos marinheiros, pela Avenida Rio Branco... E culmina com aquele episódio do Automóvel Clube.

NARRADOR: No dia 30 de março, o Presidente Jango foi homenageado pela Associação dos Sargentos e suboficiais da Polícia Militar.

>> Uma assembléia exclusivamente para tratar de assuntos políticos que eram voto para o sargento, voto para os analfabetos, voto para as prostitutas, voto... Posse dos sargentos eleitos deputados; tinham dois que queria dar posse porque sargento não podia ser candidato.

NARRADOR: Então, enérgico, disse que permitiria subversão em nome da ordem.

>> O Presidente praticamente inverte a ordem hierarquia reunindo-se com os sargentos numa pregação de subversão. Então a partir dali foi um processo quase que incontrolável.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango teve guarida nos quartéis.

>> No início do ano letivo de 64 tivemos a pré-eleição do já Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior, a quem estava subordinado à escola, e nos motivou bastante as declarações que ele deu dizendo que os militares eles eram... Deveriam lealdade ao Governo e não especificamente ao chefe de Governo.

NARRADOR: Na madrugada do dia 31 as tropas do General Olímpio Mourão Filho avançaram sobre a Guanabara.

>> Na noite de 31 de março eu recebi... Estava de prontidão lá com a base, e resolvi localizar a colu-

na do Mourão. Quando eu passei em cima da coluna, foi um... Barata gorda lá saiu... Caminhão de dentro d'água, o cara correndo, foi... Pensava que eu estava atirando ou ia atirar.

NARRADOR: O Governador Carlos Lacerda atacou o Almirante Aragão, leal ao Presidente da República.

>> Almirante Aragão, assassino monstruoso, incestuoso, miserável. Almirante Aragão, não se aproxima porque eu te mato com mil revólveres.

>> O Almirante Aragão, que era comandante dos fuzileiros navais, disse: "Presidente, eu lhe apelo. Eu quero ordem para impedir essa situação anárquica que o Governador Lacerda está fazendo, botando os caminhões de lixo ali a defender o palácio, num desafio a todos nós". Ele não deu ordem.

NARRADOR: Do Rio de Janeiro, Jango voltou para Brasília.

>> [ininteligível] fui lá conversar com ele pra ver o que ele... Vamos a Porto Alegre, vamos a Porto Alegre. Ninguém falava nada, e por um momento eu disse: "Fica difícil, até porque você não tem nem informações".

>> Até porque a notícia é de que a interceptação do avião dele era uma determinação de qualquer forma. Vivo ou morto, ele não deveria passar para Porto Alegre.

NARRADOR: Sem garantia de segurança foi para Porto Alegre tentar resistir.

>> Eu peguei o táxi e fui lá para a casa do General Ladário. Quando cheguei lá, estava aquela reunião de muita gente. Mas gente pra caramba. O Ladário dizia assim: "Presidente João Goulart, eu tenho sérios problemas aqui no terceiro Exército. Mas a ordem que o senhor dera eu vou procurar cumprir". Nesse instante entra o Brizola que estava sendo perseguido por todo o terceiro Exército lá. Patrulhas lá tentando prender e ele dizia assim: "Peço a palavra". O Jango só olhou de lá e fez assim. Ele disse assim: "Presidente João Goulart, vamos estabelecer um Governo aqui no Rio Grande do Sul. O senhor nomeia o General Ladário, Ministro da guerra, me nomeia – dizia ele – Ministro da Justiça – só tinha eu da Aeronáutica – [ininteligível] Ministro da Aeronáutica", quando ele disse Adalberto Pereira dos Santos pediu... Ele é um cara alto... "V.Ex^a não pode aceitar a proposta do Deputado Brizola, que afinal de contas é considerado comunista pelo povo brasileiro". Quando ele disse isso, o Brizola [ininteligível]. Nem vou contar o que ele... [risos]

>> Por volta de meia-noite e meia, mais ou menos, quando chega o líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o líder do PTB, Deputado Doutel de Andrade, descarreado, etc., sem fôlego, que veio do Senado atravessando da Câmara para o Senado e do Sena-

do ali para o palácio do planalto, a pé, correndo, nos procurando. Pra dizer que a notícia de que eles iriam fazer o golpe, eles não tinham número para votar o impeachment do Presidente, eles não tinham o número, eles então iriam declarar que o Presidente fugiu.

>> "Atenção: O Sr. Presidente da República deixou a sede do Governo. Assim sendo declaro vaga a Presidência da República".

>> O golpe mesmo, a ocupação do Governo foi no dia 1º de abril. Não foi em 31 de março. 31 de março tiveram uma data neutra. E 1º de abril não é data neutra. Eles ficaram com receio de que aquilo virasse a uma... Entendeu? A uma gargalhada. Porque, você sabe que a gargalhada tem um grande poder. Uma gargalhada bem dada derruba um Governo.

NARRADOR: Os gaúchos não conseguiram reeditar a rede da legalidade.

>> Brigadeiro Moreira Lima, comandante de Santa Cruz chegou a chorar por não poder... Compreendeu? Enfrentar os golpistas.

>> O Jango prurido por temperamentos, talvez por conhecer a história sanguínea do Rio Grande do Sul, ele era um homem contra a violência. Ele era o homem contra o derramamento de sangue. E isso talvez explique um pouco o gesto dele em 64.

NARRADOR: Da capital gaúcha Jango foi para São Borja.

>> Acabou a reunião, o Jango veio, nós fomos lá para o aeroporto. Para onde que nós vamos? Vamos para o Rancho Alegre, que é a fazenda dele.

>> Ele ficou só com o Maneco. Foi para uma fazendinha na beira do rio que os caras informaram que o regimento ia cercar a fazenda lá do Rancho Grande, e ele nos liberou e mandou todo mundo se apresentar. Voltar de avião.

>> Ele foi o oficial de Aeronáutica que comandou o avião que levou o Jango depois do dia 2 de abril, já com o golpe, levou de Porto Alegre para São Borja, onde o Jango ficou. E aí ele falou: "Presidente, eu tenho ordem de ficar à sua disposição e a hora que o senhor quiser ir para o exílio eu posso levá-lo". E aí o Jango disse: "Eu te agradeço, mas você pode voltar para a sua base, porque eu vou ficar aqui em território nacional até que seja nomeado e empossado um outro Presidente da República, porque eu quero configurar esse golpe de Estado. E depois então vou sair do país pelos meus próprios meios". E foi o que ele fez. Isso é uma coisa muito pouco conhecida.

>> Na despedida, ele pegou o avião dele, particular, que estava ali com o piloto, e foi embora para o Uruguai. Nós voltamos, daí em diante é que foi preso.

NARRADOR: Partiu para o exílio no dia 4 de abril de 1964.

>> Até hoje eu acho que eu tenho, assim, uma relação muito... De muita... Afetuosa com o Uruguai. Eu sempre digo para os meninos que o Uruguai é a minha segunda pátria.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango foi acompanhado pelo Presidente norte-americano.

>> Tinha informações detalhadas sobre o estado de saúde, cada ato, a situação da esposa... Tudo isso era minuciosamente acompanhado e havia também uma preocupação em pressionar o Governo uruguaio no sentido de restringir eventuais ações ou declarações do Presidente no exílio.

NARRADOR: Era usado todo tipo de comunicação.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Sem resistência em terra firme, a frota americana ficou sem ter o que fazer.

>> Essa documentação da Operação Brother Sam foi descoberta em 197, por uma pesquisadora norte-americana chamada Phyllis Parker. E depois foi trabalhada também por outros pesquisadores, inclusive pelo Moniz Bandeira, pelo jornalista brasileiro Marcos Sá Corrêa, pela pesquisadora norte-americana Ruth.

NARRADOR: Com a vitória os militares se dividiram.

>> Era um dia de manhã, um chefe nos reuniu e disse: "Olha, nós vamos nos retirar, vocês permanecem nas funções que deve de tarde assumir outros oficiais, porque nós somos a facção do João Costa e Silva, e o Presidente vai ser o João Castelo Branco".

NARRADOR: A ala liderada por Castelo Branco passou a dirigir os destinos do país.

>> O João Castelo Branco, ele começou a vida militar aqui em Porto Alegre, foi um excelente oficial, teve atuação destacada na força expedicionária brasileira...

NARRADOR: A vida de Jango passou a ser vasculhada por um IPM, Inquérito Policial Militar.

>> Eu fui o responsável por esse inquérito. Não é que eu conheço e conheci profundamente a vida, a figura do Sr. João Vicente Goulart. Organiza o grupo, diz: "Bom, nós temos que conhecer tudo, desde o dia que ele nasceu". Então montava equipes para vários pontos.

NARRADOR: A vida estudantil de Jango sumiu dos arquivos da escola.

>> Segundo a informação do irmão Vitor Rosseto, Secretário na época da Revolução de 64, alguém que não se sabe precisamente quem era, chegou à secretaria da escola e requisitou esta pasta em nome do regime militar, mas assim, nós não temos a informação precisa de quem era esta pessoa.

>> Aí eu corria para outro lado. Dia tal, no cartório tal, Sr. Fulano de tal adquiriu para o filho do presidente tal tantos mil hectares.

>> A única fazenda que estava em meu nome que era uma coisa muito pequena, foi uma que ele comprou aqui quando era presidente em Uruaçu. Mas era uma fazenda de cem hectares.

>> A mistura do público com o privado. Esse é o grande problema que eu encontrei.

>> A corrupção que ele não tinha ainda conseguido se livrar é de ter pintado o seu apartamento lá da Avenida Atlântica com dez galões de tinta da NOVACAP. Essa era a grande corrupção que os militares queriam provar de Jango.

>> Mas não houve consequência porque os processos, os procedimentos não chegaram à primeira instância. Na realidade não prosperou nenhum procedimento criminal contra ele.

>> Dr. Wilson Mirza que o defendeu nesses processos todos. Já o Governador Brizola, [ininteligível] dizia: "Ah, eu não vou me defender disso aí... Um dia vai ter que ser anistiado".

NARRADOR: Com o ato institucional vieram as primeiras cassações.

>> Os caras me consideravam subversivo, e eu no inquérito disse: "Mas eu subversivo? Eu acho subversivo são vocês. Eu era Governo, vocês é que derrubaram o Presidente, vocês é que são subversivo".

>> Me tiraram tudo! Me tiraram os direitos... Eu não fui vender fubá mimoso, nem essas coisas porque eu gostasse, não. Não foi por isso, não. Eu fui vender porque me tiraram a profissão. E ainda hoje não me anistiarão.

NARRADOR: A eleição direta de Castelo Branco inaugurou a era do candidato único.

>> Ele tem uma reunião privada com o Castelo Branco, eles fazem um acordo político de que haveria eleições em 65, o Juscelino vota nisso, o Castelo trai o compromisso, adia as eleições para 66, vira eleições indiretas, assume o General Costa e Silva, do Costa e Silva para o Médici, do Médici para o Geisel, do Geisel para o Figueiredo e "bau-bau" eleições.

NARRADOR: Aliados da sucessão, os candidatos civis formaram a frente ampla.

>> Ricardo Lacerda estava com medo da D. Maria Tereza. Ricardo Lacerda me disse: "Olha, Hélio, o Jango é político. Não tem problema nenhum. Vou conversar com ele tranquilamente. Agora, o meu problema é a D. Maria Tereza. E se quando eu entrar na sala com o Jango e ela disser: "O que o senhor está fazendo aqui?"

>> Eu encontrei com ele embaixo do meu prédio quando ele estava subindo no apartamento do... Nosso

apartamento. Aliás, ele nem me reconheceu. Eu falei com ele em português: “O senhor está procurando? Qual é o endereço?” Ele falou assim: Foi muito engraçado, até. Ele falou: “Não, estou procurando o endereço... Perdi o número, mas o endereço do ex-presidente João Goulart”. Eu disse: “Não, é aqui mesmo nesse prédio”. “Ah, você é brasileira? Mora aqui?” Eu disse: “Sou”. Aí ele entrou comigo no meu apartamento. “Mas como? Você mora aqui?” Eu disse: “Moro, sou Maria Tereza, a esposa do Jango”. Aí ele ficou assim: “Ah, mas que bom, não sei o que... Não havia lhe reconhecido”. Eu disse: “É, mas o senhor nunca tinha me conhecido, também, pessoalmente, né?” Aí ele entrou e foi super carinhoso com os meninos também... Foi super simpático o encontro.

>> “João Vicente, traz os teus cadernos para o Governador Lacerda dar uma olhada”. E eu não sabia do que se tratava, fui lá, trouxe e mostrei, e lembro-me que ele chorou, o Lacerda. Meu pai chegou e disse para ele: “Governador, estão estudando espanhol, parte pela sua postura, mas hoje é porque o senhor está dentro da minha casa”.

NARRADOR: No dia 5 de abril de 1967 o Governo militar proibiu qualquer atividade da frente ampla.

>> O Benedito Valadares, político mineiro, dizia: “Eu nunca vi a civil derrubar a militar. Já vi muito militar derrubar civil, mas essa frente ampla não tem sucesso nenhum”. Não deu outra coisa.

>> Uma conversa com o Pinheiro Neto ele diz: “Olha, tenho dito à Maria Tereza que acho que ela vai voltar viúva e com netos. E eu não voltarei mais à minha pátria”.

NARRADOR: A partir daí Jango passou a dedicar-se à família.

>> A família esteve mais junto e tal, superando, evidentemente, a saudade dos pais, que a gente via estampada, mas para nós, pelo menos ainda crianças, o exílio foi um convívio mais unido com a família.

NARRADOR: A chance de voltar ficou mais distante.

>> Eu ficava revoltada mesmo. Indignada como as coisas tinham acontecido. E sofria por ele mais do que por mim.

NARRADOR: No exílio o coração dava sinais de fraqueza.

>> Ia ao lado da Venezuela, [ininteligível] pegava um avião para a Europa. E ele chegava lá e eu dava assistência a ele, assistência, inclusive, levando-o para a clínica, à clínica do Dr. [ininteligível] uma clínica radiológica em Lion, onde ele fazia o seu check-up.

>> Ele teve um infarto, e acho que já tinha sido o segundo. Porque o primeiro foi no Brasil, mas foi uma coisa mais leve. O fato de você estar no exílio e não

consegue se integrar e ao mesmo tempo não pode voltar, e a expectativa de não saber se você vai voltar ou quando vai voltar. Isso para um homem que foi Presidente da República, que deu a vida dele pela... Por esse pai, é muito angustiante, né? Um sofrimento que não tem fim.

NARRADOR: A bossa nova embalava os corações da geração que levou o ritmo ao templo da música. O Brasil também tinha o experimentalismo dos mutantes. E o tropicalismo baiano.

>> O tropicalismo na música teve uma grande importância para a renovação da arte, das idéias, da vida cultural e política do Brasil. Nós devemos isso ao Caetano Veloso, ao Capinam, ao Gilberto Gil, ao Rogério Duprat.

NARRADOR: Os festivais de música popular brasileira abriam espaço para novos talentos. “Ei, ei, ei, hoje tem arrastão”...

>> Curioso. Aí surgiu outro movimento chamado MPB, pra dar o nome, Elis Regina... Que não era propriamente mais bossa nova, Paulo César Pinheiro... O próprio Chico. O Chico não é um... O Chico é um universalista da música brasileira. Ele não é bossa nova.

NARRADOR: A jovem guarda produziu o rei Roberto Carlos. “Quando você se separou de mim...” A música caipira trazia nos versos a inspiração dos nossos tempos. Emboscado na Bolívia, Che Guevara partiu. O mito ficou. Virou inspiração para a geração de 68.

>> [pronunciamento em outro idioma].

NARRADOR: A primavera de Praga floresceu sob a mirra soviética.

>> 68 foi o pico da agitação estudantil no mundo todo. Países ricos, países pobres, países capitalistas, países socialistas, juventude explodindo, os movimentos de afronta à sociedade, hippies e todas aquelas coisas.

NARRADOR: A geração flower power pedia paz e amor. E o pedido chegou ao festival de Woodstock. No Brasil, um maluco beleza pregava a sociedade alternativa. Para não dizer que não falei de flores, virou a cabeça dos jovens.

>> Esse momento criativo da vida brasileira até 64. E depois de 64 até 68, quando há um golpe dentro do golpe e aí a coisa fica muito feia.

NARRADOR: Houve quem entendesse que era hora da luta armada.

>> Naquelas condições era muito natural que um jovem que amava o seu país, que amava a liberdade se dispusesse a pegar em armas naquelas circunstâncias.

NARRADOR: A dura realidade veio com a edição do ato institucional nº. 5 pelo Presidente Costa e Silva.

>> Eu acho que a guerrilha fortaleceu a ditadura, da mesma forma que a frente ampla fortaleceu a ditadura. O 68, o ato nº. 5 é um filho espúrio da frente ampla. É lógico que eles ficaram com medo, uma união de todas essas forças, o Carlos Lacerda, eu dizia muito para ele: "Olha, Carlos, você vai enfrentar grandes problemas, grande oposição do seu grupo, mesmo. Agora, se houver eleição, você vai ganhar o direito de se dirigir ao eleitorado do Jango e do Juscelino".

NARRADOR: A ilha de Fidel Castro dava treinamento e dinheiro.

>> De todas as guerrilhas que nós pudemos combater, só a do Brizola que não tocou um tiro, por sinal, [ininteligível] de Caparaó que não foi com o grupo comunista. O resto tudo era de comunista.

NARRADOR: A guerrilha da Serra de Caparaó mostrou que era preciso mais.

>> Um dos princípios básicos da guerrilha é além da organização dos grupos guerrilheiros em si, é ter o apoio popular.

NARRADOR: Nas cidades o movimento urbano assaltava banco e seqüestrava autoridades.

>> A guerrilha urbana era o Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca...

>> Desde 1965, quando eu já estava na tropa, nós, o Exército, através do Estado maior, ele determinou que a instrução na tropa fosse também, além da instrução normal para a defesa do país, fosse também dada ênfase à instrução de guerrilheiros. A luta contra guerrilheiros, já prevendo uma possível ilação de grupos organizados de guerrilha no país.

>> Dizimou-se praticamente todos os movimentos guerrilheiros com a exceção do que sobrou do PCdoB no Araguaia.

>> Guerrilha foi a continuação do movimento camponês de Goiás, todos os dirigentes da guerrilha passaram lá por trombas e formoso. Então, viu como tem umas partes da história que precisa a gente resgatar?

NARRADOR: O sonho da revolução no campo acabou no Araguaia.

>> Era uma resistência. Era uma... Uma espécie de rebeldia abnegada e heróica de quem não queria ir para o exílio e nem queria ser preso. Então vamos lutar.

>> Eles lutam pela vida sem temer a morte. Então, o amor à pátria, ao povo, é muito maior do que pensar no seu sacrifício individual.

NARRADOR: A morte do estudante Edson Luis ascendeu a reação ao Governo. Para o regime militar era a hora de tratar melhor a classe estudantil.

>> O Exército começava a se preocupar com uma coisa que ele não tinha se preocupado nunca, que era

a sua imagem. E havia criado dentro do gabinete um serviço chamado de relações públicas.

NARRADOR: O projeto Rondon levou o estudante universitário a conhecer o Brasil.

>> Quem eram aqueles estudantes? Eram de esquerda? Eu tenho muita dúvida. A maioria nunca tinha lido nada sobre o socialismo nem comunismo. Eu ria muito com eles. Que eles mesmos diziam assim: "Eu acho que o senhor é até meio comunista". Por quê? Por quê? Eu queria as mesmas coisas deles.

NARRADOR: O comunista João Saldanha foi dispensado do comando da seleção de 70. No México, a seleção brasileira deu show de futebol. A magia do futebol canarinho encantou o mundo. O país do milagre econômico vivia o tempo do "ame-o ou deixe-o".

>> Era justamente uma indicação que nós não queríamos a exterminar nos elementos que se antepunham à revolução. Que aqueles que não tivessem, que abandonassem o país.

NARRADOR: Milhares de brasileiros saíram do país.

>> Hoje em dia, olhando friamente esse [ininteligível], não se reportando às consequências da época, não é aceitável mandar os brasileiros embora do país.

NARRADOR: Grande parte ficou na América do Sul.

>> O Uruguai foi um país que nos recebeu de braços abertos. Depois o Chile teve... O Chile de Salvador Allende, nós tínhamos mais de cinco mil brasileiros, no total, e recebendo a proteção do Chile. Então nós temos, como brasileiros, uma dívida com esses países irmãos.

NARRADOR: A ordem dos dominicanos ajudava os perseguidos.

>> Quando houve a grande repressão em São Paulo, com o célebre Delegado Fleury que conseguiram cercar e prender o Marighella, isso foi essencialmente através da prisão e da tortura do padre dominicano do convento de Perdizes.

NARRADOR: Marighella perdeu a batalha.

>> O Marighella defendia o terrorismo. O que o Che Guevara não defendia. Tem um artigo do Marighella publicado na imprensa francesa defendendo o terrorismo como uma das formas de luta justificável para a conquista do poder.

NARRADOR: Frei Tito perdeu a vida.

>. Para que nós é um símbolo, assim, de um mártir muito curioso, muito diferente, muito original.

NARRADOR: Frei Beto montou um esquema de fuga no Rio Grande do Sul.

>> Frei Beto desarma toda essa nossa via. Porque passava por uma casa paroquial, e o Frei Beto havia freqüentado. Então, cai a casa paroquial. O pá-

roco era um amigo meu. Ele vai preso. Vai presa uma série de pessoas vinculadas a este setor, e um padre alemão que estava momentaneamente parando nesta casa para... É levado também, e o vigário nós levamos nove dias para tirar ele do [ininteligível]. Mas o alemão ficou um mês. Porque ele era muito perigoso. E ele ó falava alemão.

NARRADOR: A rota passava pela fronteira.

>> O Cacá Diegues, eu acho que ele é o mais sociólogo dos nossos cineastas, é um mestre que vai ser estudado no futuro, fez o "Bye-bye Brasil". Como quem diz: "Até logo Brasil".

NARRADOR: Os que ficaram viram a face da repressão.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Me deram porrada de tudo quanto é jeito. Arrebitaram meus tornozelo tudo, aquelas botina grande, coturno, soco nos rins... Acabaram comigo.

NARRADOR: Ficaram as lembranças no departamento de ordem política e social de São Paulo conhecido por DOPS.

>> A volta aos anos 60 pode ser interessante não como uma volta ao passado, mas como uma referência para uma tomada de atitude hoje.

>> É fato que o Brasil matou menos, muito menos, torturou muito menos, principalmente na comparação com a Argentina e com o Chile, que foram os que partiram mais para a eliminação massiva. Mas a crueldade é algo difícil de se medir, principalmente a crueldade psicológica.

NARRADOR: A vida no exílio cobrava um alto preço.

>> Exilado político, me desculpe, é uma merda. Entendeu? Se eu soubesse o que era ser exilado político, eu preferiria ter sido preso. Corria o risco de morrer, né?

NARRADOR: Muita saudade e pouco dinheiro.

>> Iolanda fazia uma feijoada para os nossos companheiros aos sábados. E cada um deles trazia cerveja. Trazia cerveja, trazia o... A Coca-Cola, etc. e tal. De vez em quando vinha um gaúcho que trazia a garrafa de vinho... [risos]

>> Acho que era um peso pra comer lá em casa; não era de graça, não. Um peso. O Chinaip(F), que não tinha dinheiro nenhum, era quem administrava as finanças. E eu lavava, o general cozinhava, o engenheiro arrumava; ele e o Dante Pelacani. Ambos péssimos arrumadores. A gente reclamava. Tinha que varrer tudo e arrumar as camas.

NARRADOR: Sem emprego, qualquer ajuda era bem-vinda.

>> E o Jango ele era muito solidário. Ele contribuía mensalmente para o pagamento de pensão, alimenta-

ção... Tinha uns 20 sargentos que estavam lá no Uruguai. Todo mês ele dava o dinheiro. Quem ia buscar o dinheiro era, ou o... Era Amaury Silva, que foi ministro do trabalho dele, estava lá, Waldir Pires ou eu.

NARRADOR: Profissionais reconhecidos tiveram melhor sorte.

>> Houve uma grande colaboração da diáspora brasileira. É interessante verificar que em 70, quando nós começamos a trabalhar com o Oscar nesse programa das universidades da [ininteligível], nós conseguimos mobilizar uma lista que hoje nós estávamos até recordando isso, de mais de 50 brasileiros qualificados, extremamente qualificados, estavam no exterior, essencialmente concentrados em Paris, Bruxelas e em Londres, nessa área.

NARRADOR: O talento brasileiro serviu a outros países. Nada do que faziam, passava despercebido.

>> Quem era o chefe do SNI? O João Médici. Ora, o Coronel... Eu não... Eu fui amigo do Coronel Médici. Foi meu subcomandante, comandante do CPOR. Então era um homem que eu conhecia e conhecia a sensibilidade, uma imagem completamente dessa que a esquerda conseguiu colar nele de um homem frio.

NARRADOR: O serviço nacional de informações vigiava os passos dos exilados.

>> Não vou dizer que não. Que naquela época, como hoje em dia, também o serviço de inteligência eles acompanham os cidadãos brasileiros no exterior. Mas em que sentido? No sentido que aqueles cidadãos que estão no exterior tenham ações que possam intervir no Governo em terra. Então aí está a minha resposta.

NARRADOR: O Itamaraty também tinha um serviço de controle e vigilância.

>> O Embaixador Pio Corrêa. Ele exigia que as autoridades uruguaias fizessem a verificação de que todos os exilados estavam ali e cumpriam o dever de assinar o ponto da presença nos setores de polícia do Governo uruguaio.

>> Normalmente todas as embaixadas têm dois adidos militares. Eu mostrei, através de um cruzamento de informações da Polícia Federal Argentina, de 31 portes de armas, em 1976, a Embaixada brasileira em Buenos Aires tinha, entre os administrativos, tinha 31 militares dentro da Embaixada. Isso é um absurdo. É arapongagem pura.

NARRADOR: O novo rumo do Uruguai deixou o país inseguro para os brasileiros.

>> Saímos já do ginásio encarapuçados e fomos levados para esse batalhão de engenheiros nº. 4, que é um batalhão situado na Laguna Del Sause, perto de Maldonado, onde até hoje aterrisam os aviões lá para Punta del Este. E nós estivemos lá encara-

puçados, inclusive foi... Eu como tinha 16 anos fiquei quatro dias.

NARRADOR: Mesmo assim, era o destino de muitos exilados.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Eu fiquei 30 dias em Tacuarembó. Na fazenda. Quando eu saí para o exílio, eu saí pelo esquema clandestino do Jango. Porque eu fui a São Borja, eu disse para meu pai: "Olha, eu não estou em condições de sair. Eu tenho que ficar escondido porque a minha organização pifou". E o meu pai disse: "Não, então vamos tentar sair por São Borja, pelo Jango".

NARRADOR: Ainda recorda do lugar onde ficou escondido.

>> Quem fica de costas para um portão que tem na entrada oposta aos quartos, dá de cara com a sala onde o Jango recebia as pessoas e o quarto que eu fiquei, fiquei à esquerda, ali que eu permaneci.

NARRADOR: No mesmo lugar onde Vildemar Brute(F) trabalhou por sete anos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte rondava a América do Sul.

>> A Operação Condor, assim, foi um nome que... Que denominou essa cooperação em bloco no cone sul, de Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil. Ela denominou isso. E por que Operação Condor? Por que o condor? Porque o condor, como um abutre da cordilheira dos Andes ele voa acima das fronteiras. Para ele não têm fronteiras. E ele também é o símbolo do brasão chileno, que se alimenta preferencialmente de cadáveres, e tudo isso, assim, traumático, né?

NARRADOR: O maior abutre dos Andes viveu tempos de fartura.

>> Se fizer um balanço dos cinco sócios da Operação Condor, chega-se acerca de 35 mil mortos ou desaparecidos. Isso é um genocídio.

NARRADOR: O presidente socialista do Chile, Salvador Allende, resistiu ao ataque.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Morreu no Palácio La Moneda, no dia 11 de setembro de 1973.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Pinochet, comandante do exército no governo de Allende virou chefe dos rebeldes.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Prats estava na mira do Condor.

>> Em setembro de 74, o Pinochet mandou que a DINA, Direção de Inteligência Nacional, que era super polícia dele, equipada, com mercenários americanos, enfim... Fosse a Buenos Aires para eliminar o Prats.

Porque o Prats também era um homem de estatura, um político, general, um general legalista que havia se oposto ao golpe do Pinochet, fez parte do governo socialista de Salvador Allende.

NARRADOR: Orlando Letelier sofreu um atentado nos Estados Unidos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A audácia dos chilenos assustou os americanos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Em 1973, Juan Domingo Perón foi eleito Presidente da Argentina.

>> O Perón estava voltando, ia ter eleições na Argentina e meu pai foi convidado junto com a família a morar na Argentina, né? Então nós fomos para Buenos Aires.

NARRADOR: A morte de Perón abriu caminho para a via militar.

>> As ditaduras, em parte, elas foram uma resposta, assim, aos movimentos de guerrilha que aqui surgiram, no Cone Sul, né? Por exemplo, aos tupamaros no Uruguai, que realmente convulsionaram o país, chegaram a ameaçar o governo. Aos miristas no Chile, aos motorneiros e ao [ininteligível] na Argentina...

NARRADOR: A guerrilha armada tinha um jeito de ser tratada.

>> Os caçadores de pessoas, os predadores, os interrogadores e torturadores seqüestravam os filhos dos militantes de esquerda. E repassavam essas crianças, quase sempre bebês, para a adoção. E muitos desses que adotaram eram casais militares que não podiam ter filhos e ligados à repressão.

NARRADOR: As avós da praça de maio, unidas na dor da ausência dos filhos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Para preservar os filhos, era preciso agir rápido.

>> Existia a tríplice aliança anticomunista que era uma... Era muito mais violento do que no Uruguai.

>> Sofríamos muito na Argentina ao ponto do Jango mandar os meninos pra Londres e foi uma situação bastante crítica no final.

>> Fui no começo de 76, final de 75, e eu já fui porque eu fui estudar agronomia, numa cidade pequena que existia perto de Londres, em Guilford, [ininteligível] e lá, quer dizer, eu já fui casado, casei muito novo.

NARRADOR: Em Londres nasceu o primeiro neto de Jango.

>> Inclusive o pai teve várias vezes lá e conheceu o primeiro neto, só que foi o Christopher que nasceu lá, e ele sempre dizia que não teve nem sequer o direito de seu neto nascer no país dele, no país que ele tinha lutado.

>> *Eu nasci no exílio, então a história sempre foi muito próxima. Eu nasci em Londres, dois meses antes do meu avô falecer, minha mãe é uruguaia, morei muito tempo no Uruguai, então sempre, de uma maneira ou outra a história política sempre me foi presente. Com o tempo nós vamos desenvolvendo, adquirindo consciência política e entendendo o que o meu avô visava politicamente para o país, para o Brasil. Realmente através do tempo a gente vai interpretando melhor aonde ele queria chegar.*

NARRADOR: Na Argentina, o Senador Uruguai Zelmar Michelini não teve tempo para os netos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte de Michelini e do Deputado Gutierrez Ruiz abalou Jango.

>> *Ele queria organizar as coisas dele no Uruguai, na Argentina para poder ficar na Europa. Ele pensava ficar em Paris, enquanto... Porque ele não gostava de Londres para morar. Ele detestava. Ele só ia por nossa causa mesmo.*

NARRADOR: Em carta enviada a Londres relata a situação na Argentina.

>> Maldonado, 21/05/76. João Vicente, meu bom amigo, em Buenos Aires um clima cada vez mais tenso. Há 02 dias seqüestraram do hotel e de sua residência, os nossos amigos: Senador Michelini e Deputado Gutierrez Ruiz. Uma monstruosidade que me leva a pensar no meu futuro na Argentina. Já me sinto velho e um pouco desanimado para novos empreendimentos. Isto talvez fique para vocês.

NARRADOR: Na fazenda La Villa, em Mercedes, o coração parou de bater.

>> *E nessa noite ele faleceu, tipo duas horas da manhã, assim. Eu estava sozinha com ele. E foi muito triste porque o lugar realmente era um lugar assim extremamente solitário e longe de tudo.*

NARRADOR: Não foi feita a autópsia do corpo, nem na Argentina, nem no Brasil.

>> *Eu acho que naquela situação não tinha como fazer a autópsia, não tinha como fazer nada, porque era tão distante, tão longe de tudo, que acho que foi uma coisa assim, meio que, de repente, uma surpresa muito grande.*

NARRADOR: Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976.

>> *E aí chamamos um médico que foi esse médico que... O primeiro que encontraram para chamar, e aí existe essa polêmica de que ele teria dado um atestado do Jango de uma doença, que ele morreu de uma doença.*

NARRADOR: João Goulart é o único Presidente brasileiro morto no exílio. A penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas fica há 50 quilômetros de Porto

Alegre. É considerada uma das mais seguras do país. Muitos tentaram, mas só um conseguiu fugir. As celas são individuais. O medo é coletivo. Mário Neira Barreiro conhece bem os perigos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O uruguaio diz que viu a morte de perto. Afirma que ajudou a tirar a vida do ex-presidente João Goulart.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Mas não quer falar. Depois concorda em contar o que sabe.

>> *Eu não tenho por que mentir, eu não tenho por que mentir sabe por quê? Porque estou ferrado mesmo. Ele foi vitimado, eu não ganho nada. E sabe por que não ganho nada? Porque tudo que eu faço, será usado contra mim. Eu vou arranjar mais um processo e com isso não vou estar ganhando lucro nenhum.*

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Condenado por assalto a banco está preso na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Quando se vê diante de João Vicente, filho de Jango, não esconde a surpresa.

>> *Eu acho que o depoimento do Mário Neira Barreiro é um divisor de água.*

>> *O dia-a-dia de João Goulart, ele vivia como se fosse uma novela de TV.*

NARRADOR: Revela como Jango era vigiado no exílio.

>> *Aquela, onde está o transformador elétrico que ia nos fios de luz, aí nós colocamos na estação repetidora, porque nós não tínhamos como escutar alguns dos microfones que trabalhavam em 464 megaciclos. Então o alcance da radiofrequência era limitado. Porque era uma antena pequena, né?*

[pronunciamento em outro idioma]

>> *Em alguns relatórios chamamos Goulart como Golfo(F) 1, em outros chamamos como gaivota... Em outros... Dependendo, se é um relatório escrito, se é um relatório fonético, por rádio, né?*

NARRADOR: Conta como a polícia uruguaia descobriu os agentes brasileiros.

>> *Sabe como nós tomamos conhecimento da operação escorpião? Por um acaso. Por um acaso. O departamento de homicídios da polícia de Montevideu meteu um cana, o Tarzan de Castro. O Tarzan de Castro foi preso pelo oficial Lopes Godoy. E no exílio(F) Lopes Godoy, quando prendeu o Tarzan Castro, na época era de praxe usar prêmios físicos. Encontrou o Tarzan de Castro, com dois ou três comunistas mais, do PCdoB, e com um 32, um 38 e uma série de coisas que eram ilícitas. E foram [ininteligível], foram a... Digamos, à tor-*

tura. O Tarzan de Castro não agüentou a [ininteligível], não agüentou as torturas, e disse: “Não, eu sou um agente do DOPS. Estou infiltrado aqui para detectar opositores. Mas eu trabalho com o Delegado Fleury”. Aí o Serviço Secreto do Uruguai tomou conhecimento, de que no território nosso, tinha agente de outro país trabalhando, acobertados, em uma operação de política. Mas como é isso, então? E o protocolo que o Serviço Secreto deve cumprir? Existe um protocolo.

NARRADOR: Explica a origem da operação.

>> A “Operação Jacarta” tinha como objetivo a articulação de operações fora do território do Brasil. “Operações Jacarta”. Tomou-se esse nome pela [ininteligível] Indonésia e por aquela matança de comunistas do partido comunista indonésio, aquela matança de [ininteligível]. Ali os militares acharam que aquele nome “Operações Jacarta” fazia sentido com a perseguição do Ceciliano(F) com a perseguição dos dissidentes. Então, dizem que quando começou a desenvolver a Operação Escorpião, em realidade a Operação Condor ainda não existia.

NARRADOR: Segundo Mário Neira Barreiro, o Delegado Fleury pertencia a um comando secreto.

>> O Brasil tinha um grupo de inteligência secreto, reservado, ao qual pertencia a Fleury, uma série de generais, coronéis, que se chamava SIGMA – era o Serviço De Inteligência Do Governo Militar Anti-Revolucionário. Sigma do Brasil, até agora nunca ouvi falar do Sigma. Mas o Sigma era um grupo da inteligência do Governo Brasileiro, e estava integrado por militares, policiais que era um grupo de assessores que... Assessores do Geisel, por exemplo. O Fleury era um policial e pertencia a esse grupo. E outros militares da cacela(F)... Fleury veio fazer essas operações em Montevideu pertencendo ao Sigma, e não como agente do DOPS.

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui—

[interrupção no áudio]

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui contatada pelos oficiais do serviço secreto itinerante que percorreu o Brasil inteiro, principalmente a fronteira Argentina/Brasil. Argentina, Brasil e Uruguai; durante esse período revolucionário...

NARRADOR: O ex-militante do PTB passou a ser informante do serviço nacional de informações.

>> Eu colaboro desde que vocês me dêem segurança. Desde que vocês não deixem eu ser preso, eu ser morto, eu ser perseguido... Aí eles começaram a...

“Não, nós somos oficiais e tal, do exército, das Forças Armadas e somos agentes secretos itinerantes. Nós estamos aqui e você vai passar a trabalhar para que nós no verão”. “Tá bom”. Aí, eu, passado um período, adquiri a confiança deles, né?

NARRADOR: Jango foi avisado que corria risco de vida.

>> O General Ernesto Geisel, quando falava na Voz do Brasil, ele era extremamente comunicativo. Ele gostava de se reportar e demonstrar os seus feitos, as suas obras... Que ele vinha concluindo no Brasil. Ele se reportava, e ele, nesse ínterim, nesse intervalo da Voz do Brasil, minuciosamente ele dizia, fora do contexto, ele dizia uma palavra. E ele ia juntando aquelas palavras... É tudo [ininteligível] são coisas cifradas, assim. Então, assim que eu fiquei sabendo que ele tinha que avisar.

>> Em um bom dia nós tomamos conhecimento de que o Adalberto Rocha Benevenuto(F) foi visitar o João Goulart e disse: “Doutor, tem um conhecido que é agente da inteligência e me disse que há um plano para eliminar o senhor”.

>> O General Ernesto Geisel mandou... Me autorizou. Não é mandou, me autorizou a avisar o Dr. João Goulart de que ele corria eminente perigo de vida e que tomasse cuidado na alimentação, nos remédios, que o negócio ia se dar dessa forma, e não de modo violento como, digamos assim, uma rajada de metralhadora ou coisa parecida.

>> “Ah, isso é bobagem”, disse João Goulart. “Que mandar me eliminar. Se ia eliminar, me eliminava em 64. Agora vai me eliminar? Isso é bobagem. Vamos falar de outra coisa”. Ficou bravo.

>> Mande informar o Dr. Leonel Brizola de que ele seria... A sua casa seria invadida durante a noite, para que tomasse cuidado.

>> Seqüestraram Brizola, Brizola tem um Deus à parte, eu ia gostar de falar com Brizola. Quando eu [ininteligível] com Fleury seqüestrar Brizola, ele tinha um Deus à parte, ele não dormiu em casa, o Brizola, pode acreditar, ele estava dormindo na casa da Terezinha [ininteligível] e nós invadimos a casa do inspetor. Que a operação era para seqüestrar o Cândido Aragão e Brizola [ininteligível] íamos prender o coronel [ininteligível] que era comunista e ele era, digamos, o responsável militar por aqueles [ininteligível] que eram ativistas contra [ininteligível] e que eram meio doidos... Mas esse homem não pode estar falando sério [ininteligível] que havia um plano para matar João Goulart, ele não sabe nada. Mas hoje, que passaram tantos anos, eu sei que aquele [ininteligível] descobriu o plano. Como? Não sei. Como que ele soube que havia um processo no andamento para eliminar João Goulart, eu não sei, mas ele não só soube

disso, como depois soube de mais um plano contra o Brizola, do seqüestro e quando o Benevenuto(F) avisou ao Brizola de que poderia ser vítima de um seqüestro em Montevideu, em Buenos Aires, o Brizola, mais esperto, ele se foi para [ininteligível] e não foi [ininteligível]. Agora, o Dr. Benevenuto(F) terminou sendo morto por causa do [ininteligível] recado que deu para Goulart e um ano depois para Brizola.

NARRADOR: Nas ruas de São Borja a tentativa de assassinato.

>> Eu fui com o Tenente Ciro(F) até São Borja para eliminar esse que estava mandando os recados de alerta para João Goulart. Ali eu fui de motorista e o Tenente Ciro deu uns tiros no [ininteligível] e o Amaral. Aí saiu uma mulher com um monte de crianças, várias crianças começaram a rodar ao lado [ininteligível] e não deu para voltar. Eu disse: "Você é tenente, como que não acertou o cara ali há quatro metros?" "Não, eu sou do 4º Escalão, eu sou o tenente da mecânica, não sou atirador".

>> Por isso que ele não me matou. Aí ele foi, fez o relatório, que eu era louco, que aquilo ali não era verdade, e essa foi a desculpa que ele deu para o Major Heródes(F) e para o serviço de inteligência brasileiro que não me matou por isso, porque eu era louco, que era um irresponsável, um simplório que não estava sabendo o que dizia. Que aquilo ali não era verdade.

NARRADOR: Mário Neira Barreiro tem se dedicado a escrever um livro.

>> O fato de ter escrito o livro é que originou a minha perseguição, porque nem os que me perseguem, acreditam, ninguém sabe que eu sou assaltante de banco.

NARRADOR: São anotações do tempo em que diz ter sido do serviço secreto uruguaio.

>> Toda minha vida fui treinado para outra coisa, fui treinado para policiar pessoa, para proteger o Estado, e pensava que eu estava fazendo a minha parte, que eu estava fazendo a coisa certa. Eu pensava, em certo modo, que João Goulart era um conspirador, eu acreditava que ele era um conspirador. E eu tinha que dar conta dele.

NARRADOR: Conta às ações que culminaram com a morte de Jango.

>> O Fleury, acho que ele... O que nós temos hoje aqui, o que está faltando aqui para nós concluir que ele é um conspirador? Claro que ele é um conspirador. Claro que ele é um conspirador. Então ele foi para o Brasil com aquela opinião de que, o João Goulart, com aquilo que ele falava, era um conspirador, e temos que dar um jeito nele. Ele foi no Brasil e falou com o General, e o General disse: "Faça o que tem que ser feito". Então ele disse: "Pra mim, o que nós temos que fazer é eliminar esse homem e pronto". Então, para Fleury,

foi ele(F) que condenou a morte de João Goulart. Foi ele que disse. "O que nós temos que fazer? Temos que eliminar de uma vez e pronto".

>> Depois daquelas declarações nós fomos pesquisar a parte de venenos e tal. Nós hoje sabemos que esses venenos foram feitos na casa [ininteligível] no Chile. Isso foi o Maycon [ininteligível], que hoje é uma testemunha protegida do governo americano. Ele trabalhou para a CIA e ele montou com a DINA, do Contreras, no Chile. Ele montou... Nessa casa existia um laboratório de venenos, são 10 venenos produzidos em massa para que fossem eliminados, inclusive, foram eliminados, alguns agentes traidores da CIA...

>> Quando começou a Operação Escorpião, não se sabia nada do veneno, não se sabia que João Goulart iria ser morto.

NARRADOR: E pede desculpas pelo que diz ter feito.

>> Imagino que o senhor deva ter raiva de mim, porque eu fiz parte de um conluio que terminou com a vida de seu pai, mas eu não podia fazer muita coisa. Conseguimos colocar um comprimido naqueles remédios que eram importados, que vinham da França. Estavam na posse do gerente do Hotel Liberty. Eu nem posso dizer, porque não sei mesmo exatamente o que era, se depois do aspecto que tinha, não era um gás, um corpo sólido que era um líquido desidratado num microondas, tipo um microondas, um autoclave. Então era um composto que tinha três elementos básicos e era desidratado e era colocado, não me lembro se colocamos [ininteligível], para nós poder colocar esse veneno dentro desse invólucro, [ininteligível] enxertar um agente especial, um araponga lá no Hotel Liberty. [ininteligível] Ele roubou os remédios de uma caixa que tinha encontrado, não me lembro, uma espécie de cofre forte que tinha no hotel. Ele pegou da gerência e deu para nós, e o Dr. Carlos [ininteligível] fez a colocação de um comprimido em cada invólucro.

NARRADOR: O capataz da Fazenda La Villa foi a última pessoa a falar com Jango.

>> Conversamos até uma da manhã, daí ele foi, pegou um copo de água, tirou um comprimido e tomou, e foi dormir. Daí uns 40 minutos já estava morto.

>> Havia uma remanência do cloreto, havia uma remanência no corpo, que ia ficar no corpo do João Goulart. Ele não poderia ser examinado por 48 horas. Por 48 horas aquela substância poderia ser detectada.

>> Um comprimido de potássio, de cloreto de potássio não mata ninguém, a não ser que você já esteja com o seu potássio de 6,5, 7, e esse seja uma gota d'água a mais. Mas isso, não. Isso provavelmente foi um consumo crônico, um consumo durante alguns dias, algumas semanas que foi acontecendo. Imaginando que ele tomasse

uma cápsula por dia do medicamento anti-hipertensivo, você imagina que ele deve ter usado isso talvez um, dois, três meses, né, imaginando como foi. Porque é sorteado. Você imagina um potinho, ali tinham alguns comprimidos de cloreto de potássio, mas tinham vários que eram de hipertensivo. Então isso não deve ter sido uma coisa que ele colocou e no outro dia o presidente veio a óbito. Provavelmente foi um processo mais lento.

>> Eu tenho momentos que eu fico assim, pensando nas pessoas que trabalharam conosco, e vem a tal suspeita, essa que a gente, de tanto ouvir falar, a gente começa a pensar no passado... Fulano que trabalhou lá em casa...

>> Sabíamos que o João Goulart ele teria, inequivocamente, ele teria que morrer quando tomasse o comprimido. Então, todo mundo estava esperando a morte, mas a morte não acontecia. Ele não tomava o comprimido? O que estava havendo? E o que ele guardava? Ele tomava os comprimidos de um frasco e guardava o invólucro. Aí ia na [ininteligível] ele pegava outro frasco, guardava. Tomava três comprimidos. Depois ia, digamos, na casa da [ininteligível] e tinha outro frasco. Quando, em determinado momento ele estava incomodado com aqueles frascos, dizia: "Puxa, parece que eu tenho uma farmácia em cima". Aí pegava os frascos e ele colocava e jogava fora os frascos.

>> Ele não era uma pessoa assim que medicamento era certinho, ele controlava tudo. Realmente era uma pessoa meio dispersiva nesse assunto. Então, não sei, de repente pode ter havido a possibilidade de que trocaram o remédio dele.

>> Ele tinha parece que um Deus a parte que estava protegendo ele. Ele misturava aquele comprimido que ia matar com outros comprimidos. E da casualidade que ia tomando, e sempre estava tomando os comprimidos que não iam matar ele. Até que em algum momento chegou a desgraçada hora de que [ininteligível] ele tomou e logicamente ele ia dar uma hipertensão, ia morrer. Lamentável, eu fico... Eu me desculpo, eu peço perdão... Não sei o que dizer.

Há um ditado asiático que diz: Todo fato tem três versões. A sua, a minha e a verdadeira.

[palmas]

Sessão encerrada às 22h10.

44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária

da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 71/08, CDH, de autoria desse Senador, aprovado em 10/09/08, requer a realização desta audiência, com vistas a discutir e promover o lançamento documentário *Jango em três atos*.

Agradeço à presença de todas as autoridades. Agradeço Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático. Exmo. Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; Exmo. Sr. Jorge Koichi Saiki, Diretor-Presidente de Transportes Coletivos de Brasília, TCB; Sra. Virgínia Galvez, diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, Diretor do documentário; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart.

Agradeço, também, a todos os servidores, convidados, senhoras e senhores, diretores e servidores do Senado Federal.

Carlito Brizola, também deputado, fazemos questão de registrar a presença. Alegria enorme estar conosco, neste momento. Passo, neste momento, a palavra ao mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, a pré-estréia do documentário da TV Senado, *Jango em três atos*, é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Compõem a Mesa: o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário; a Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O documentário que ora apresentamos resgata a vida, o Governo e o exílio do ex-presidente da República João Goulart. Por meio de relatos de vários protagonistas dos fatos que culminaram com a queda do Presidente eleito e a instalação do regime militar, que durou 24 anos.

O trabalho tem direção de Geraldo Goulart, que também dirigiu os documentários *Niemeyer por Niemeyer*, *O tempo de Érico* e *Getúlio do Brasil*. A produção de *Jango em três atos* contou com o apoio do Instituto Presidente João Goulart, com a sessão de documentários e fotos do acervo da família. Passamos novamente a palavra, nesse momento, ao nosso mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart.

SR. JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART: Exmo. Sr. Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, nosso amigo e ex-chefe de cerimonial do Governo João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi, Diretor-Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; Sra. Virgínia Galvez, nossa diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, nosso diretor do documentário *Jango em três atos*; Deputado Carlito Brizola, que aqui nos acompanha, neste momento; diretores e servidores do Senado Federal; embaixadores; representantes do corpo diplomático.

Para nós, hoje, é uma satisfação estar hoje, aqui, na pré-estréia desse documentário que, em parceria a TV Senado com o instituto Presidente João Goulart, se faz realidade, hoje.

É muito importante nós estarmos, nessa data, chegarmos a este momento, pois há muito tempo nós vemos – não é, Deraldo? –, rodando Argentina, Uruguai, enfim, e, quando surgiu a idéia de fazer um documentário desse tipo, já quase dois anos atrás, nós entendíamos e conversamos com o Deraldo: “Deraldo, já existe o filme do Sílvio Tendler, que trata do Governo João Goulart. Então, a família gostaria e o instituto de fornecer, claro, o material fotográfico, o suporte de depoimentos, enfim... Mas que a gente também conseguisse estender um pouco mais, não somente o Governo João Goulart, mas também o que aconteceu depois do exílio”. Porque a história, muitas vezes, fala de Jango como se a sua atividade política tivesse terminado no 31 de março de 64.

Então, nós tentamos recuperar os seus momentos do exílio, as dificuldades que o exílio traz, a peregrinação de que se faz os exilados, porque todo exilado é um peregrino, principalmente na América Latina.

A América Latina, naqueles anos depois do golpe de 64, aqui no Brasil, claramente financiado, hoje, pelos documentos desclassificados, hoje, pelo *Nacional Security Archive* dos Estados Unidos e outros documentos, claramente financiado pela intervenção da CIA americana no processo, no processo democrático brasileiro e que, depois, vamos ver, como o documentário traz, o processo sendo reconstruído e sistematicamente produzido na Argentina, no Uruguai, no Chile, enfim, em toda a América Latina, ao ponto de chegar o momento político da América Latina, nos anos 70, que somente a Venezuela possuía um Governo democrático, e os outros países todos se encontravam sob a égide das ditaduras, claramente um patrocínio americano.

Os Estados Unidos tinham uma política externa que derrubou todos os governos constitucionais da

América Latina, no momento em que, a partir de 64, o Brasil se posiciona na defesa da soberania dos povos, principalmente na crise dos mísseis cubanos, aonde o Governo João Goulart interfere para ver se... Sobre a autodeterminação dos povos, foi a primeira vez que San Tiago Dantas vai à conferência de Punta Del Este e defende a tese da autodeterminação dos povos, e que o Brasil não se posicionaria no sentido... Como fez com Cuba, também o fez contra... Votou contra a OEE, no colonialismo de Angola, Moçambique e outros países de fala portuguesa.

Então, para nós é uma satisfação termos chegado, depois de dois anos, a conseguirmos – né, Deraldo? – colocar o documentário, vai ser colocado na TV Senado dia... Próximo domingo. E, como ficou muito extenso, vai ser dividido em duas, em duas, em dois blocos, em dois domingos.

Então, eu quero agradecer à Virgínia, principalmente, também, que nos deu muita força para que acontecesse isso, e a todos vocês, hoje, que aqui nos prezam com a sua presença e que... E todos aqueles, também, que deram depoimentos dentro do filme e que até o Deraldo botou *in memoriam*, demorou dois anos, nós temos, aí, pessoas que fizeram depoimentos dentro do filme e que já se foram, a todos eles, a vocês, Presidente Paim as nossas homenagens e os nossos agradecimentos.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário.

SR. DERALDO GOULART: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, a quem cumprimento todos os demais senadores desta Casa.

João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, que, muito mais que um parceiro, funcionou como um produtor para este documentário, e eu reputo, aqui, que a ajuda do João foi inestimável para o resultado final desse documentário que nós veremos a seguir.

Gostaria, também, de em nome do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Presidente Jango, também cumprimentar a todo o corpo diplomático, embaixadores e demais membros que estão aqui.

Do Legislativo, aqui, do Distrito Federal, Sr. Jorge Saiki Koichi, diretor-presidente dos Transportes Coletivos; a diretora da TV Senado, Virgínia Galvez, a quem eu também agradeço toda a ajuda prestada para a feitura deste documentário.

Queria destacar, também, a presença, aqui, do Deputado Carlito Brizola, do Sr. Fábio Maçal, presidente

do comitê de imprensa do Senado Federal e também os colegas diretores e servidores do Senado Federal.

O João já antecipou muita coisa sobre o documentário, que levou dois anos para que ficasse pronto; não foram dois anos dedicados exclusivamente à feitura do documentário, mas foram dois anos de pesquisa, de busca de informação e também na produção. Eu gostaria, agora, de cumprimentar o Sr. Hernani Fittipaldi, que acabou de chegar aqui, ajudante de ordem(F) do presidente Jango, e, nesse período de tempo, o nosso foco foi mudando, porque, a princípio, a nossa intenção era fazer um documentário um pouco diferente desse que está aqui.

Como as informações foram fluindo, e nós tivemos, também, apoio do gabinete civil da Presidência da República, Palácio do Planalto, que liberou mais de dois mil documentos que ainda estão sendo catalogados, muita coisa ainda não se conseguiu vislumbrar, não se conseguiu detalhar, mas é uma tarefa que foi destinada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ, e está sendo, então, feito esse trabalho. E também nós conseguimos outros documentos, como vocês vão ver no documentário, que, de alguma forma, mostram o que houve nesse período muito rico politicamente, para o Brasil, que vem de 46, basicamente, a 64, que, depois, a gente dá ênfase, também, a esse período do exílio, porque há um hiato entre a deposição de Jango, em 1º de abril de 64 e, posteriormente, a ida dele, no dia 4 de abril de 64, ao Uruguai, e a morte dele, do Jango, em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina.

Então, esse período, para os brasileiros, de modo geral, para os historiadores, está aqui Antônio Babosa, excelente profissional, aqui, do Senado Federal, a quem também dedico esse documentário.

Havia, então, essa falta de informação, e o João falou certo que, quando se começou esse documentário era justamente para documentar esse período. Então, se fez isso, e nós tivemos o depoimento de Mario Neira Barreiro, que é um presidiário que está na PASC, Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, que contribuiu muito, e, depois, em São Borja, também, encontramos Amândio Moraes do Amaral, que também deu outra contribuição, ele era membro do Partido Comunista Brasileiro e também informante do SNI, que ele mais, vocês vão ver no filme, que ele complementa as informações que nós buscamos.

Eu queria frisar, também, que o filme, ele não tem nenhum objetivo de defender qualquer tese. Ele apenas joga a luz sobre fatos que já são do conhecimento público, que estão, aí, à tona, e sendo discutidos e debatidos.

Eu queria fazer um agradecimento especial, neste momento, aqui, ao corpo de funcionários da TV Senado. O que vocês vão assistir, agora, é um trabalho de grande envergadura, em que há um tratamento muito especial de imagens; que, normalmente, as imagens antigas, elas são amareladas, por causa do tempo, enfim, mas vocês vão ver imagens muito bonitas, imagens inéditas. Então, eu gostaria de agradecer e dizer que esse trabalho só foi possível, por ter uma equipe tão qualificada trabalhando junto. Então, aos servidores do Senado Federal, estou vendo aqui, também, o James Gama, ex-diretor da TV Senado, que muito contribuiu para esse trabalho. E eu queria deixar, então, o meu agradecimento, na figura da assistente de direção, Cristina Monteiro, que fez um trabalho extraordinário do início ao fim desse documentário.

Então, como eu já disse antes, esse é um trabalho de equipe. Eu tenho o mérito de estar aqui falando, neste momento, como diretor, mas nada disso teria acontecido se não fosse o talento dos servidores da TV Senado e também do Senado Federal. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Ouviremos, agora, Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SRA. VIRGÍNIA MALHEIROS GALVEZ: Boa-noite a todos. Eu queria agradecer a presença de todos, para nós é um motivo de muita honra.

Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero fazer um agradecimento especial, Senador, por distinguir a TV Senado, o nosso documentário, o Deraldo, com essa homenagem que a Comissão faz a esse trabalho que foi um trabalho de fôlego da TV, como disse o Deraldo, um trabalho de equipe.

Muita obrigada, Senador. É um reconhecimento para nós.

Sr. João Vicente Goulart, parceiro nessa história; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe de cerimonial João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi; Diretor Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; caro colega, amigo e profissional a quem respeito, Deraldo Goulart; senhoras e senhores; diretores e servidores do Senado Federal; Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático, aqui presentes; senhoras e senhores.

Como eu disse, é uma honra para a TV Senado ser distinguida, por esse lançamento, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Esse trabalho é um trabalho que honra, também, a TV Senado, porque é fruto de uma pesquisa profunda, de uma dedicação profunda, feita por uma equipe que é dedicada a produzir, dentro da TV, esse segmento de produção, que

é o trabalho de documentários, o trabalho em cima da nossa história recente do país.

O documentário do Jango, que o Deraldo fez graças a essa parceria firmada com João Vicente e que foi objeto de um convênio que nós firmamos com o Presidente Garibaldi, no início do ano, embora já houvesse todo um trabalho anterior de parceria, mas isso também foi fruto desse convênio e facilitou muita coisa em termos de finalização desse trabalho.

Esse trabalho, ele é um documento precioso sobre a história recente do país. Vocês vão ter a oportunidade de ver a riqueza de imagens e de informações que o Deraldo recolheu e costurou.

Não é um trabalho que se faz em um dia, dois dias. A gente até costumava brincar com o Deraldo que estava demorando um pouco, mas, depois que eu assisti, e eu acho que depois que vocês assistirem vocês vão entender a razão dessa demora; que não dá nem para dizer que foi uma demora, foi realmente um tempo bem gasto. Porque foi um tempo dedicado a uma pesquisa importante, uma pesquisa iconográfica, uma pesquisa de conteúdo e, principalmente, um trabalho de construção.

Você contar uma história é muito difícil; contar uma história com imagens é mais difícil ainda; e montar isso é um desafio. Como disse o Deraldo, o trabalho de televisão é um trabalho tipicamente de equipe. Então, a TV Senado como um todo está de parabéns e essa equipe trabalhou com muita dedicação, na construção desse quebra-cabeça.

Você tem um monte de imagem, você tem um monte de fotografias, você tem um monte de informação, você tem um monte de depoimentos, e essa construção, ela é difícil, ela é delicada. E ela teve, da parte do Deraldo, uma... Ele teve um talento em fazer isso.

Eu queria te parabenizar, Deraldo, de público. É uma honra, mais uma vez, tê-lo como parte da nossa equipe da TV. Já fizemos muitas coisas, inclusive com você. A TV Senado, com esse vídeo, está fechando dez vídeos históricos, só nesse ano de 2007. Ao longo da nossa história, são 80 vídeos documentários sobre a história recente do país; é um tipo de programação que nós entendemos como sendo a nossa responsabilidade, além de fazer bem ao Senado, que é nossa responsabilidade primeira.

Então, não é um trabalho que começou agora, mas que, com certeza, tem sido uma construção e um aprendizado para todos nós. Eu acho que nós chegamos realmente a um nível de excelência.

Então, sem me alongar, queria agradecer a todos e dizer que é uma notícia, até. Nós temos um acervo muito bom e nós estamos firmando uma parceria com a biblioteca do Senado. Nós vamos montar uma

videoteca, com vídeos da TV Senado, inclusive esse, e esse material, muito em breve, estará também na biblioteca digital do Senado.

Então, as pessoas procuram muito cópias dos nossos produtos, e nós temos muita dificuldade de atender e ficamos chateados porque não conseguimos. Então, agora, de alguma maneira, nós vamos deixar isso acessível ao público, que vai poder assistir na biblioteca e vai poder acessar no site da biblioteca digital.

Então, é mais uma porta que a gente abre, para um amplo conhecimento desse trabalho que a gente faz e que a gente vai continuar fazendo, espero, com excelência cada vez maior. Muito obrigada.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João Vicente, Deraldo, Virgínia. Eu estou com um discursinho pronto, aqui, que eu escrevi hoje à tarde, e eu vou ficar nele, prometo. Mas deixa eu abrir dizendo para vocês que a minha vida política eu comecei num Congresso estadual de trabalhadores, que ia daquele Congresso, no Rio Grande do Sul, escolher um sindicalista para ser constituinte. Eu não era filiado a partido nenhum.

Eu fui escolhido nesse Congresso e disseram: “Escolha o partido que você quiser, e o movimento sindical gaúcho vai fazer campanha para você”. Eu confesso que meu coração ficou dividido entre o PDT e o PT. Por um lado, eu tinha o carinho, o respeito e o amor do inesquecível Leonel de Moura Brizola, tinha a história de meu pai, já falecido, que era Jango, que era Getúlio e que era Brizola.

Eu já, diversas vezes, contei, da Tribuna do Senado, as datas em que, infelizmente, esses três ícones da história do trabalhismo morreram e como foi, na minha família, o sentimento. Mas, enfim, naquele momento, lá atrás, eu tinha que decidir a filiação e acabei me filiando no PT, mas fiquei sempre com o coração dividido.

Então, hoje, estou aqui com muito orgulho. Meu coração, hoje, se unificou, porque eu estou aqui como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, apresentando, participando desse momento bonito da história do povo brasileiro, que fala desse ícone do trabalhismo, que é o nosso querido Jango, ex-presidente da República.

Permitam que eu me reporte, nessa minha pequena fala, ao meu querido Rio Grande. Quem é gaúcho sabe do respeito e o carinho que nós sempre tivemos por César Passarinho. César Passarinho, compositor e cantor negro que morreu muito jovem, no Rio Gran-

de. E tem uma canção dele que diz: “O exílio é como a agonia dos pássaros cativos. De que adianta ter um par de asas se falta o céu para voar?”. É assim que eu vejo o nosso Presidente, no exterior, e a forma como ele morreu.

Jango morreu no exílio, foi um homem público como poucos, soube, com o sacrifício da própria vida, enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário. O seu legado continua vivo e em enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros e brasileiras que acreditam na justiça social e em um processo que deve ser alimentado diariamente.

Quando penso em Jango, penso em democracia social e racial. Quando penso em Jango, penso em liberdade de expressão. Quando penso em Jango, penso num belo debate político. Quando penso em Jango, penso nos interesses nacionais. Quando penso em Jango, penso exaustivamente na pátria. Uma pátria ainda que, com certeza, vamos encontrar, uma pátria para todos.

Há mais de dois mil anos, o filósofo e político romano Marco Túlio Cícero já se perguntava: “Qual é o valor da vida humana, senão o relacionarmos com os eventos do passado que a história guardou para que nós?”. A história de Jango.

Por isso eu creio, meus amigos e minhas amigas, que não há como esquecer a história de João Belchior Marques Goulart e de todo o seu legado. Parabéns. Parabéns, mesmo, à TV Senado e a todos os profissionais que realizaram o documentário *Jango em três atos*. Hoje, casualmente, é o dia do professor, finalizo com uma frase do educador Paulo Freire. Disse Paulo Freire, numa oportunidade: “Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”. E eu digo: essa frase sintetiza a consciência libertadora dos trabalhadores que marcaram época, no seu tempo, e entraram para a história eterna do país, do nosso querido Brasil.

Por que não lembrar, na figura dos seus principais ícones, nossos ícones, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Todos nós amamos esse país e queremos ele livre, justo, igualitário, solidário e próspero, como sonhou o grande Presidente João Goulart.

Vida longa, vida longa às idéias do inesquecível João Goulart! Muito obrigado.

[palmas]

Senhoras e senhores, daremos início à exibição de *Jango em três atos*, que terá duração de 120 minutos. Desejamos a todos uma agradável sessão, na exibição do documentário, e, com certeza, esse documentário, para efeito de Comissão, ele constará nas notas taquigráficas da Comissão.

Desde já eu agradeço a presença de todos e informo que, com a apresentação do documentário, estará encerrada esta Audiência Pública. Vamos ao documentário.

SR. HERNANI FITTIPALDI: De modo que, então, nós fomos companheiros no colégio dos maristas, em Uruguaiana. E São Borja não tinha ginásio naquele tempo, nem em Itaqui e nem em Alegrete. E o meu pai era muito amigo do pai do Jango, e a minha mãe também muito amiga, de modo que nós somos companheiros desde os sete anos de idade.

Acabamos o ginásio dos maristas juntos, ele foi para a política, eu fui para a Aeronáutica, fui ajudante de ordem do Dr. Getúlio Vargas, fui piloto dele e amigo do Jango, e, quando assumiu, me chamou para Brasília, de modo que, neste livro, eu conto todas essas histórias.

Esta aí o nosso comandante, e temos que retomar o fio da história, porque o povo que não... Que não cultiva a sua história, ele corre um sério risco de repeti-la sem saber.

[palmas]

De modo que a história deste Brasil foi começada com Getúlio Vargas, concluída com Jango, e, agora, vamos aguardar para ver o que nós teremos.

O meu livro conta tudo isso. Esse [ininteligível] acabou, porque aí eu conto todas as histórias, as mais íntimas possíveis e do meu querido amigo Jango, sempre terá sido [ininteligível]. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao registro, essas foram as palavras do Sr. Hernani Fittipaldi.

SR. FLÁVIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO: Agradecendo o convite do Senador Paulo Paim, entusiasmado com os trabalhos da Comissão do Senado, TV Senado, trabalho de pesquisa extraordinário, eu quero entregar este livro ao João Vicente, que tem parte, aí, da história dos últimos, dos últimos dias do Governo Civil. E servi com Jango com dedicação e guardo dele uma memória na cabeça e no coração.

Eu realmente estimava o presidente, por muitas razões. E me lembro uma vez que, muito cansado com o trabalho lá no cerimonial, ele me chamou para despachar, e era a entrevista do Marechal Tito, e ele sempre conversava pouco com ele, não tinha muita... Eu digo isso no livro, não era íntimo dele, não era do círculo dos “tchês”, dos gaúchos. Mas eu sempre o admirava, o estimava, e nunca consegui manifestar esse sentimento, porque eu quebraria o que a mim mesmo tinha me imposto, né?

Quer dizer, eu não queria passar por adulator, não quis passar por isso, porque não o era, queria apenas servir. Mas, nesse contato que eu tive com o

Presidente, ao despachar, este dia, ele olhou para mim e disse: “Ô, Flávio, você está com dor de barriga? Você está com uma cara péssima”. Eu digo: “Não, Presidente, eu realmente estou um pouco cansado”. Aí, ele parou, disse: “Peça o que quiser”. Aí, me surpreendeu. Aquele pedido, aquele oferecimento tão generoso. Me veio, sinceramente, a resposta. Disse: “Presidente, eu quero continuar a merecer a sua confiança e servir ao seu Governo até o último dia”. E tive que fazer, porque realmente eu o acompanhei a Porto Alegre, durante os últimos dias em que o Presidente esteve em território nacional.

Era só isso que eu queria dizer, muito obrigado, aí, a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Essa foi a fala do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart. Vamos, agora, à exibição do documentário.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: O rio Uruguai divide os dois maiores países da América do Sul: de um lado o Brasil; do outro, a Argentina. O rio que separa também aproxima, vira ponto de encontro para brasileiros e argentinos. Entre eles, João Belchior Marques Goulart, o Jango.

>> Era muito ousado, ia nadar aquele rio, lá, muito fundo, aquele rio tem piranha, tem isso, tem aquilo. Aí, ele ia embora.

>> Quando nós olhamos, ele estava do outro lado, perto lá de umas arvorezinhas. Nadava bem.

NARRADOR: A conquista movia os homens da fronteira. Casado com Vicentina Marques, a D. “Tinoça”, o estancieiro Vicente Rodrigues Goulart, era coronel do corpo provisório de São Borja, na fronteira com a Argentina.

>> A mãe disse que a maior tristeza, quando ele via, de longe um correndo, um cavalo vinha com uma coisa branca, ela já dizia: “Ih, meu Deus, já vai o Vicente para a revolução”. Ele vivia assim, cada levante que tinha, o meu pai ia.

>> Manoel Flores vai morrer. Isto é moeda corrente. Morrer é um costume que sabe ter toda gente.

NARRADOR: O Rio Grande do Sul era dividido entre chimangos e maragatos.

>> Eu sei que saqueavam as nossas fazendas. Roubaram bastante coisa. Mas isso os maragatos, porque papai era borgista. Então, levavam o gado que queriam, e os que não dava para levar matavam.

NARRADOR: Borges de Medeiros ficou 30 anos no poder, com o apoio dos chimangos; entre eles, Getúlio Vargas.

>> Os maragatos e os chimangos.

NARRADOR: Os maragatos queriam mudar a Constituição de 1891, que permitia a reeleição dos presidentes estaduais.

>> Viviam em guerrilhas. E era triste, porque irmãos com irmãos, não é? Onde é que se viu isso?

NARRADOR: A guerra acabou em 1923, com o pacto do Castelo de Pedras Altas, na fronteira com o Uruguai.

>> Meu pai foi morto na Revolução de 23, foi fuzilado, injustamente, porque já tinham feito a paz, e o Governo fazia esperas contra muitos chefes daquela revolução, e meu pai era um deles. Ele era um capitão, rebelde, e já vinha desmobilizado, vinha para casa. E ela não teve como avisá-lo, ele foi preso e, logo adiante, fuzilaram.

NARRADOR: Enquanto o Rio Grande do Sul ensaiava os passos da paz, Getúlio Vargas já era político de prestígio nacional. Voltou ao Estado em 1928, quando foi eleito presidente da província do Rio Grande do Sul. Era presença certa na feira agropecuária de São Borja. Dava atenção aos amigos, entre eles, Vicente Rodrigues Goulart. Jango, filho de Vicente, tinha gosto pela vida na fronteira.

>> Gostava muito da lida campeira, executava muito bem laços, as coisas mais difíceis, o laço, gado, essas coisas. O Jango sabia fazer e bem feito.

NARRADOR: Junto aos peões, conheceu os perigos da lida no campo.

>> Mandou passar uma boiada, assim, atravessar, e o cunhado disse: “Não, não vai aí, porque esse gado vai correnteza abaixo”. Não, ele queria fazer e foi. Se foi o gado todo abaixo, correnteza abaixo; um mais outro pararam. E, aí, foram contar para o meu pai, e papai disse: “Não. Errando se aprende”. Não ficou nada bravo com ele.

NARRADOR: Para aprender mais, teve que sair de casa.

>> Ficava no mesmo colégio que eu estava. Só ele não podia pousar, porque era colégio de meninas. Aceitavam gurizinhos pequenos, só. De noite, ele ia para a casa desses amigos do meu pai. Quando ele saiu de Itaqui, ele era pequenininho. Acho que com uns 12 anos ele foi para Uruguiana.

>> Ginásio Santana dos irmãos Maristas. E aquele pessoal todo que tinha recursos iam estudar lá, porque não havia outra hipótese.

>> Uma vida meio triste, mesmo. Sempre, sempre, longe dos pais, não é?

>> Meu pai era o representante dele. Sempre tinha um cidadão na cidade que representava ele. Então, ele... Despesas e qualquer coisa de pagamento de ginásio, essas coisas todas eram feitas assim. Depois, então, o pai dele remetia de dar o dinheiro. E o Jan-

go cursou até o segundo ano e, depois, foi para Porto Alegre e acabou o ginásio lá em Porto Alegre. Ele, as irmãs dele, que ela casou com o Brizola, era uma das moças mais bonitas daquela fronteira, ali.

NARRADOR: Jango queria ser jogador de futebol no clube do coração.

>> Jogou. Não foi craque, não. Jogou quando era pequeno, gurizote. Tinha um baita defeito: era do Internacional, número 5, naquela época.

NARRADOR: O sonho acabou deixando marcas no corpo adolescente.

>> Aquilo foi uma doença venérea, deu nele e não sarou mais. Gastou uma fortuna, foi para São Paulo, operou duas ou três vezes, mas não sarou. Ficou a perna dura.

>> Ele não se formou junto com os outros, por causa de que ele estava com esse problema na perna. Ele ficou postado. E ele tinha a turma dele no carnaval.

NARRADOR: A turma do bloco “comigo ninguém pode”. A partir da década de 30, o mundo passou por grandes mudanças, e o Brasil também. A Coluna Prestes vagou pelo Brasil em busca da revolução no campo. Mas quem liderou a revolução vitoriosa foi Getúlio Vargas. Na Intentona Comunista, Prestes tentou derrubar Getúlio Vargas. O levante custou dez anos de prisão do líder comunista. Olga Benário, entregue ao regime nazista, foi morta depois de dar à luz a filha com Luís Carlos prestes.

>> Cúpula do Governo nossa, toda ela era fascista.

NARRADOR: No Brasil, nasceu o Estado Novo, seguindo os europeus na adoção do regime de força. Adolf Hitler conquistou a Alemanha com o carro do povo. Quis conquistar o mundo pela força. A força expedicionária brasileira lutou contra o nazismo.

>> E assim nós fomos colhidos, de repente, para uma guerra que nós não estávamos preparados, e uma FAB que nasceu no dia 20 de janeiro de 41; em 42, no dia 22 de agosto, declararam guerra.

NARRADOR: A campanha, na Itália, aproximou os militares brasileiros e norte-americanos.

>> Nós fomos treinados por um sujeito que era capitão, foi comissionado em coronel, era capitão de West Point. Ele foi comissionado em coronel, era um líder, era um sujeito que terminou a vida dele como comandante das forças da OTAN. Foi comandante de toda a instrução aérea da Força Aérea Americana.

NARRADOR: O Brasil cedeu bases para a Força Aérea Americana.

>> Natal era a mais importante, por causa do saliente com Dakar, lá no Senegal. Eram os três, quase três mil quilômetros de distância. Mas o Getúlio colocou, lá no comando da zona, o sujeito mais [risos] fervoro-

so, adversário dele, até não diria inimigo, não sei qual era o grau, o Brigadeiro Eduardo. Ele botou o Eduardo Gomes lá. Porque ele sabia que o Eduardo Gomes não ia deixar os americanos tomarem conta, né?

NARRADOR: Em troca, ganhou apoio para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. O fim da Segunda Guerra Mundial deu início à era atômica. Tatuada no corpo a marca do novo tempo. Formado em Direito, Jango viu em Porto Alegre as mudanças no mundo. Com a morte do pai, voltou para São Borja.

>> Assumiu todo o comando de todos os patrimônios do pai dele. Porque o irmão dele havia falecido também, antes. E ele ficou como o único homem da família.

NARRADOR: Depois de 15 anos no poder, Getúlio Vargas também voltou ao Pampa.

>> Aqui fala o repórter Esso, testemunha ocular da história.

>> E atenção, atenção, ouvintes! Renunciou o Presidente Getúlio Vargas.

NARRADOR: Escolheu a fazenda de Itu para passar o tempo.

>> Eu estive quatro ou cinco vezes durante o exílio, naquela fase da volta. E trago, disso aí, recordações as mais chocantes. Por exemplo, um repórter, peguei um momento em que a turma estava na sala, conversando fiado, e tentei correr à casa do Getúlio. Era uma casa modestíssima. O quarto do Getúlio era praticamente um quarto de estudante pobre. Uma caminha daquelas caminhas de estudante, uma mesinha, assim, num canto, com gavetas, em cima, tinha uma vitrola daquelas vitrolas à mão, manual, que era tudo que o Getúlio tinha como entretenimento musical. E, basicamente, uma coleção de disco de 78, do Pedro Raimundo.

NARRADOR: Recebia visitas, sendo a de Jango a mais freqüente.

>> Tive a satisfação de receber o Dr. João Goulart, em 1947, na fazenda do Itu, lá em Itaquí, no Rio Grande do Sul, onde fui levado, menino, pelo então Embaixador João Neves da Fontoura, que foi fazer uma visita de reconstituição de amizade ao Dr. Getúlio Vargas.

>> As distâncias eram próximas, e ele ficou muito amigo do Presidente. Era mais moço, e o Presidente também encantou-se com ele. E, daí, começa a sua carreira política.

NARRADOR: No Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas para atuar junto à classe operária.

>> Ele procurava ser aquilo que Getúlio ensinou com muita sabedoria, um anteparo entre o capital e o trabalho.

NARRADOR: O General Eurico Dutra, candidato apoiado por Vargas, venceu as eleições presidenciais de 1945.

>> O Dutra ganhou do Brigadeiro Eduardo Gomes, que havia combatido todo o tempo a ditadura.

>> Em 45, havia acontecido uma coisa até então inexplicável. É que os comunistas que haviam sido perseguidos, não perseguidos apenas politicamente, mas criminalmente, pela ditadura, a ditadura Vargas. Os seus líderes, postos na cadeia, onde Prestes ficou anos, anos e anos, julgados por uma corte de exceção, que era o Tribunal Segurança Nacional. Os comunistas, em 1945, na hora da redemocratização, ficam com o ditador.

NARRADOR: Getúlio Vargas foi eleito Senador da República.

>> Getúlio se elegeu Deputado Federal por sete estados e Senador por dois.

NARRADOR: O Congresso virou Assembléia Nacional Constituinte.

>> Dutra, qualquer coisa que levavam para ele, ele perguntava: "Isso está no livrinho?". Ele era um caipira completo. "Está no livrinho?" "Está na Constituição, Presidente." "Então vamos fazer."

NARRADOR: A Constituição de 1946 é tida como uma das mais democráticas do país.

>> Foi quando eu conheci o Juscelino, em 46. Foi o meu primeiro trabalho importante como jornalista, foi a cobertura da Constituinte de 46.

>> Decretar a Constituição é um ato de grandíssima importância, é um ato grave. Mas cumpri-la é que é o supremo dever.

>> Particularmente aos meus queridos amigos da Bahia, reafirmo-lhes, aqui, que não há noites eternas. Restaurou-se a democracia no Brasil.

>> O Partido Comunista do Brasil e a sua bancada na Assembléia Nacional Constituinte, que discutiu e votou esta Constituição, está tanto o partido como está a sua bancada dispostos a lutar para que esta Constituição seja cumprida.

>> Até 1947, o Partido Comunista estava na legalidade, e os partidos ditos tradicionais, que não tinham de tradicional nada, porque todos eram... Havia sido fundados depois da queda do Presidente Getúlio Vargas, em 45. Eram partidos novos, portanto, a UDN, o PSD, o PTB; e auxiliares, forças auxiliares, o partido liberal, do Deputado Raul Pilla, cuja bandeira era o parlamentarismo, que tinha, digamos, uma aliança tácita com a UDN.

NARRADOR: Descontente na política, Getúlio Vargas voltou para São Borja.

>> Passou lá os quatro anos e tanto, né? Foi exilado. A família poucas vezes apareceu lá. Lá, tinha o

filho, o mais moço, que era fazendeiro, lá, o Maneco Vargas, o "Baixinho", etc., e muito amigo do Jango, íntimo do Jango. Se ligou tanto ao Getúlio que passou a administrar um pouco, também, a fazenda do Getúlio, que estava muito largada.

NARRADOR: Na fazenda de Itu, Jango começou a pensar na volta de Getúlio ao maior cargo da nação.

NARRADOR: Sede da copa do mundo de 1950, o Maracanã virou símbolo nacional. O Brasil arrasou os adversários no maior estádio do mundo. O estádio lotado para a decisão final entre Brasil e Uruguai. Os brasileiros abrem o placar. O favoritismo do Brasil aumentou ainda mais. A vitória escapou pela vontade uruguaia de jogar. Foi a derrota mais sofrida de todas as copas. A dor da perda do título, dentro de casa, gerou a expressão "síndrome de vira-lata", de Nelson Rodrigues. O tombo na copa do mundo não derrubou o quererismo.

>> O movimento do quererista, muito assolado pelo Jango, primeiro no Rio Grande do Sul, envolta daquela região missioneiro, ali, e que foi um movimento que pegou fogo no país inteiro, né? Arrasta Getúlio para ser candidato.

NARRADOR: Getúlio Vargas venceu o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional.

>> Era um homem muito radical, muito conservador, ultraconservador, direita, mas ele teve o sentimento... Ninguém ensinava a gostar do Brasil, para ele; ele gostava do Brasil tanto quanto qualquer um de nós.

>> Agora, o Getúlio não tinha condições físicas, estava inteiramente desligado de tudo. Ele estava desinteressado, ele tinha engordado 30 quilos, a roupa não cabia mais nele.

NARRADOR: O Presidente foi acusado, pela UDN, de estimular a luta de classes. O plano de conciliação nacional apresentava sintomas de fracasso. Um dos focos da discórdia era a criação da Petrobras.

>> Quem começa, no Brasil, a cuidar seriamente do petróleo, como política de Governo, é o Conselho de Segurança Nacional, fundado em 1932, depois da revolução de 30, e sob a égide dos militares, das Forças Armadas, especialmente o Exército.

>> Quando Getúlio vem a São Paulo pela primeira vez, para participar do grande comício do Anhangabaú, Vale do Anhangabaú, 1950... Ah, nós fizemos, em frente à faculdade, um grande comício, e lutamos a faculdade toda, com faixas negras. E eu fui um dos jovens oradores disto, apesar de ser um recém-chegado a São Paulo. Só pra dizer a resistência grande que eu tinha ao Getúlio, por conta da história dele no Estado Novo.

NARRADOR: Getúlio Vargas queria o apoio dos trabalhadores.

>> Eu conheci ele dando ordem, de baixo para cima, para cima de mim, que eu estava comandando uma greve, ele me chamou e intimou para acabar com a greve. Ele chamou os patrões, fez os patrões darem, não sei com que força que ele tinha, deve ser até a força do Banco do Brasil, a dar a reivindicação total que a categoria queria e estava 51 dias em greve. E virou para mim e disse assim: "Todo mundo volta para o trabalho. Você vai ser demitido, na forma da lei". E fui. O jogo da política é isso.

NARRADOR: A classe o operária queria a melhoria salarial, 100% de aumento pelos dez anos sem reajuste do salário mínimo. Na greve dos 300 mil, foi criado o Pacto de Unidade Intersindical.

>> O sindicalismo brasileiro não foi um sindicalismo conquistado da luta, do trabalho, nas batalhas sindicais. Não. O sindicalismo foi outorgado, foi dado pelo Presidente Vargas.

NARRADOR: Vargas ficou a reboque do movimento, quando queria estar à frente do radicalismo operário. Jango, eleito Deputado Federal, foi convidado a assumir a Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul.

>> O Dr. Getúlio vai para lá, atrai o Jango, que tinha ficado lá tentando fazer a política estadual, interessadíssimo, elegeu Governador do Estado, Dornelles, o Ernesto Dornelles, Governador do Estado.

NARRADOR: A crise sindical levou Jango ao Ministério do Trabalho.

>> Ele enfrentou toda a greve dos marítimos, favorável à greve dos marítimos, foi nas assembleias da greve dos marítimos. Quer dizer, são coisas assim que fez com que esse Ministro teve a simpatia do movimento sindical.

NARRADOR: Buscou junto aos trabalhadores apoio ao Presidente da República.

>> Dr. Getúlio nos deu sindicatos fortes, nos deu as colônias de férias, nos deu salário mínimo, o repouso semanal remunerado, nos deu isso. Era uma caixa de munificência a que ele tinha na mão.

NARRADOR: Foi acusado de se transformar em Ministro dos trabalhadores.

>> Como contraprestação dessa subordinação no Ministério, os sindicatos gozavam de regalias especiais, desde as colônias de férias, as vantagens materiais, propriamente ditas, até uma certa intimidade com o poder.

NARRADOR: Propôs aumento de 100% do salário mínimo.

>> Quis dar um aumento de salário que compensasse a inflação da época, e deu um aumento salarial bem mais alto do que se imaginava que seria dado.

NARRADOR: Saiu do cargo quando 82 coronéis e tenentes-coronéis assinaram o memorial contra o aumento.

>> Foi um manifesto muito duro, exigindo a demissão do Jango. E o Getúlio foi obrigado a demiti-lo.

NARRADOR: Carlos Lacerda era um dos maiores tribunos do país. A verve política tinha como destino o jornal.

>> E era um grande orador, sem nenhum apego especial, sem nenhum compromisso especial com a verdade. Se alguém lhe dissesse alguma coisa a respeito disso e disso, ele, na mesma hora, encampava como sendo uma grande verdade e saía divulgando.

NARRADOR: Era dono do jornal Tribuna da Imprensa.

>> Carlos Lacerda. Que passou a verve, com a sua oratória, com a sua capacidade de denegrir.

NARRADOR: Disputava os leitores com Samuel Wainer, do jornal Última Hora.

>> A Última Hora, destinada, praticamente, com finalidade única, a sustentar o Governo. Quer dizer, são porta-vozes do Governo do Presidente Vargas.

NARRADOR: Lacerda acusava Wainer de fraude no empréstimo do Banco do Brasil.

>> Essa circunstância de se favorecer, dessa maneira, um jornalista que ficou dono do jornal, que o jornal prosperou rapidamente. E um jornal, em concorrência com outro, levou o Carlos Lacerda, jornalista e dono de um jornal, que se sentiu muito prejudicado.

NARRADOR: A briga virou tragédia, no atentado da Rua Toneleros, no Rio de Janeiro. O alvo era Lacerda; a vítima foi o Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, foi apontado como mandante do crime. Forçado a renunciar, Getúlio Vargas preferiu o suicídio. Antes de morrer, entregou uma cópia da carta-testamento a Jango.

>> Foi um choque muito grande para mim, muito grande. Porque a carta-testamento me colocava, de repente, num divisor de águas entre as críticas que nós tínhamos em nome da ditadura do Estado Novo e o que ele tinha passado a representar, de fato, a partir da vinda dele, em 1950, quando foi eleito pelas urnas...

NARRADOR: O pai dos pobres deixou a vida para entrar na história. Em 1955, Juscelino e Jango concorreram a Presidente e a vice. Implantou o plano de metas "50 anos em 5".

>> De 46, que é quando começa a redemocratização, a 64, o Brasil viveu anos de uma criatividade, de um florescimento enorme. Veja você, Juscelino

Kubitschek e a política desenvolvimentista; o Teatro de Arena e o Teatro Oficina; na literatura, movimentos adiante da semana de arte moderna, que houve em 22; na arquitetura, Niemeyer e vários outros são esplendorosas manifestações; na educação, Anísio Teixeira, que esse vem de 30; Darcy Ribeiro; Jean Francesco Guarnieri, ele vem dessa geração; o Glauber Rocha vem nessa geração... E vai por aí. Eu ficaria citando nomes infinitamente.

NARRADOR: Quando casou com Jango, Maria Teresa Fontela tinha apenas 17 anos.

>> Eu conheci o Jango quando eu tinha 14 anos. Mas eu acho que o namoro, assim, namoro mesmo, começou depois de 15 anos, que ele foi na minha festa de 15 anos, no Rio, que ele era muito amigo da... A minha tia era casada com o irmão do Dr. Getúlio, e ele freqüentava muito a família Vargas.

NARRADOR: A esposa, ainda adolescente, estava no meio da política.

>> Ele era Ministro, foi quando eu conheci o Jango. E eu não tinha, assim, muita aproximação, assim, com os problemas políticos.

NARRADOR: Como Vice-Presidente da República, Jango presidiu o Senado Federal.

>> O Vice-Presidente da República era eleito por eleição direta, independente do Presidente da República. Então, a Constituição de 46 deu ao Vice-Presidente da República uma função. E essa função foi o seguinte: o Vice-Presidente da República preside o Congresso, preside o Senado.

NARRADOR: Foi nessa condição que recebeu os jogadores, quando a Seleção Brasileira ganhou a primeira copa do mundo. Na Suécia, surgiu Pelé, o menino prodígio do futebol. No Brasil, os campeões ganharam o carinho do povo e a homenagem das autoridades pelo campeonato mundial de 58. A década de 60 chegou com tanta novidade que chocou a sociedade. Havia o desejo de um outro tipo de vida, à margem do sistema oficial. A esse conjunto de manifestações deu-se o nome de contracultura: cabelos longos, roupas coloridas e misticismo orienta, a busca por liberdade sexual, liberdade de expressão. São Francisco, nos Estados Unidos, virou o berço do movimento hippie. Mas foi uma banda da Inglaterra que deu o tom da rebeldia. A voz dos meninos de Liverpool ecoou em todo o mundo. O Brasil seguiu o ritmo das obras da nova capital. O show da inauguração foi no dia 21 de abril de 1960. O primeiro poder a se instalar na capital foi o Congresso Nacional.

>> É com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília.

NARRADOR: O Brasil vivia o clima eleitoral para a escolha do chefe da nação. De um lado, Jânio e Mil-

ton Campos (Varre, varre, vassourinha, varre, varre a bandalheira); do outro, Lott e Jango (De Sul a Norte, na terra brasileira, é uma bandeira o Marechal Teixeira Lott).

>> E nós insistíamos que João Goulart fosse candidato a Presidência, e ele não queria, não queria, resistiu, resistiu, resistiu... Então, nesse ínterim, ficou a hipótese de nós lançarmos o General Teixeira Lott para candidato à Presidência da República. Por que o General Teixeira Lott? Porque ele era ardorosamente favorável ao monopólio estatal do petróleo.

NARRADOR: Jânio Quadros, que queria varrer a corrupção, foi eleito.

>> Candidato da aliança era o Lott, perdeu feio para o Jânio Quadros, e o Jango ganhou a eleição do Jânio Quadros. Ganhou bem, diga-se de passagem.

NARRADOR: Foi o primeiro Presidente a tomar posse na nova capital. Jânio proibiu o biquíni, briga de rinha e o lança-perfume. Condecorou o líder guerrilheiro Che Guevara. No dia 25 de agosto, dia do soldado, cumpriu o último compromisso público. Renunciou com apenas sete meses de Governo. O Brasil saía do reino da vassoura, a União Soviética entrava na era dos satélites. Jango conheceu o Sputnik, que em russo quer dizer companheiro. No clima de camaradagem, dançou com jovens soviéticos. Na China, a recepção foi calorosa. Jango levou ao povo chinês a mensagem de amizade dos brasileiros.

>> Viva a amizade, cada vez mais estreita, entre a China Popular e os Estados Unidos do Brasil.

NARRADOR: A notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros recebeu na viagem ao oriente.

>> Imediatamente, o Pedro [ininteligível] entregou a carta de renúncia ao Auro de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso Nacional. Não se discutia mais a volta dele, era uma coisa passada; se discutia a sucessão.

NARRADOR: Em carta ao jornal [ininteligível], o relato daquele que Jango disse ter sido o momento mais dramático da vida dele. Na ausência de Jango, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder.

>> Nessa ocasião, eu até recebi um convite, através do Alckmin, em nome do Mazzilli, me chamando para ser Ministro da Justiça. Eu disse: "Eu sou apologista da posse do Presidente pura e simples. Não posso servir a um Governo que tem por objetivo a não-assunção do Presidente João Goulart à Presidência da República".

>> E lá fomos nós todos, eu, líder do PTB, as outras lideranças partidárias, numa reunião do gabinete do Mazzilli, o Presidente Mazzilli, à Câmara dos

Deputados. Porque ali se formalizou o veto à entrada do Jango no Brasil.

NARRADOR: Os militares vetaram a volta do Vice-Presidente, ameaçando prendê-lo assim que desembarcasse.

>> Traria o vício da suspeição, de ser muito próximo dos comunistas, de estar lutando pela implantação de uma República Sindicalista, etc. E a China, sem dúvida nenhuma, é um símbolo, né? Era mais naquele tempo do que hoje, até.

>> Ele era uma figura muito discutível. E pouco confiável para conduzir o país, em termos democráticos.

NARRADOR: A intenção era manter Mazzilli na Presidência, até a realização de novas eleições, no prazo de 60 dias.

>> Dias terrivelmente tensos e preocupantes, tanto para a paz social, paz política, e para a própria paz interna, devido à polarização pró Jango e contra Jango.

NARRADOR: Leonel Brizola formou a cadeia da legalidade, integrada por emissoras da região Sul.

>> Brizola foi informado, por funcionários dos Correios e telégrafos, que tinha vindo um telegrama do Ministério da Guerra, determinando o bombardeio do Palácio Piratini. E foi aí que ele foi para o microfone e fez um pronunciamento. E, à medida que ele falava, juntava povo na praça da matriz; no fim, tinha uma multidão.

>> Me lembro desse discurso. Ele dizia: "Matem, marinheiros, matem seus oficiais!". Uma revolta total.

NARRADOR: A proposta acendeu a luta entre partidários do veto e defensores da posse de Jango.

>> Apoiamos a posse do Presidente João Goulart, face a esse. Mas tínhamos a certeza de que ele não iria ter pulso para segurar o país contra a ideologia extremista da época, como de fato aconteceu.

NARRADOR: O Congresso Nacional começou a discutir a adoção do regime parlamentarista.

>> Tentaram o golpe. E, aí, interveio San Tiago, que é uma figura extraordinária a quem o Brasil deve os mais relevantes serviços, e disse: "Não, vamos fazer o seguinte: eu compreendo que o senhor tenha o receio de um Presidente que tem uma fama de ser muito esquerdista, etc. Vamos moderar os poderes dele, através de um parlamentarismo, de maneira que fique a própria Assembléia Legislativa com a incumbência de eleger o Primeiro-Ministro, e o Presidente da República exerce poderes de representação do Estado".

NARRADOR: Informado da extensão da crise, Jango quis apressar a volta ao país.

>> Ao passar por Paris, me telefonou de madrugada. "Como é o quadro, Almino. Almino, eu estou decidido

a ir tomar posse. Mas tenho que fazer um contorno pela América Latina, para assuntar, para ver que momento é o momento exato". Aí, me disse: "Telefonaram-me, o Senador Afonso Arinos e o Deputado San Tiago Dantas, dizendo que começa a haver rumores para uma transação entre mim e as oposições, que consistiria em reservar meu direito de tomar posse como Presidente da República, mas num sistema parlamentarista". Ou seja, capavam o presidencialismo, os poderes que ele tinha, que o povo havia lhe outorgado, e ele seria um pouco a rainha da Inglaterra na história. "E o senhor o que acha disso, Presidente?" Disse: "Almino, eu não posso negar-me a conversar. Mas a minha decisão é voltar para tomar posse".

NARRADOR: Chegou ao Uruguai, onde estava Tancredo Neves, com a proposta parlamentarista.

>> Eu fui designado para ir com Tancredo. O Tancredo decolou uma hora antes, para não me levar, porque eu era contra a aceitação de parlamentarismo. Eu representava a bancada, e a bancada achava que a maioria da bancada era contra o parlamentarismo e eu também era contra, e ia levar essas informações, a mando do Almino Afonso.

>> Trouxemos o Jango, e, nessa altura dos acontecimentos, já se ouvia falar na Operação Mosquito.

>> Para a derrubada do Presidente, do avião que condizia o Presidente, né? Eu li esses telegramas, assinado por Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica. Mas eu não... Eu não guardei, não pedi cópia, nem nada. Quem me forneceu esse documento, tive acesso a esse documento através do Dirceu di Pasca, né?

NARRADOR: No dia primeiro de setembro de 1961, pisou em solo brasileiro, na capital gaúcha.

>> E o Jango chegou, e uma das pessoas que desembarcou ali, como uma espécie de anjo da guarda dele, protegendo ele, chamava Ernesto Geisel. Era o General Geisel, que tinha ido a Montevideu, para dar a garantia do esquema militar. Quer dizer, era a facção militar que estava, ali, pela legalidade. O Brizola tentou botar ele para falar para a multidão, tinha uma multidão em frente ao palácio, embaixo, ele ficou da sacada, só acenava, assim, para a multidão, e a multidão urrando: "Fala, fala, fala...". Ele nada, calado. E, aí, começou uma vaia da multidão. Porque ele não falava e, aí, foi virando a multidão contra ele, entendeu? Porque era uma sinalização de que ele estava se compondo com aquilo que a opinião pública não queria, o parlamentarismo.

NARRADOR: O Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº. 4, limitando os poderes presidenciais.

>> Uma emenda do parlamentarismo, que estava dormindo lá nas gavetas do Congresso fazia tempo.

Era a emenda de um gaúcho, do Raul Pila, velho Raul Pila. E votou-se em 48 horas.

NARRADOR: Jango embarcou para a capital Federal, cercado de um rigoroso esquema de segurança.

>> O Dirceu di Pasca me disse: "Aterrmos sem nenhum problema". Aí, na hora de abrir a porta, ele pensou assim: "Quem deve desembarcar primeiro?". Aí, questão de protocolo, dizia ele: "A gente desembarca o Presidente?". E desembarcamos nós. Mas o receio é que, ao abrir a porta do avião, não tínhamos certeza se seríamos recebidos com uma rajada de metralhadora ou criancinha lá embaixo, com ramos de flores para entregar ao Jango, né? Bom, não aconteceu nem uma coisa, nem outra. E, daí, nós fomos direto para o Torto.

NARRADOR: Em 7 de setembro de 1961, Jango foi empossado na Presidência da República.

>> Prefiro pacificar a atirar ódio. Prefiro harmonizar a estimular ressentimento.

NARRADOR: O gabinete parlamentarista tinha Tancredo Neves como Primeiro-Ministro de Estado.

>> Vou citar alguns nomes que compunham o Ministério. Por exemplo, San Tiago Dantas, Almino Afonso, Carvalho Pinto, Ulysses Guimarães, Roberto Lira, Hermes Lima, Evandro Lins e Silva.

>> Jango reuniu sempre um verdadeiro selecionado. Ali estava a boa-fé dele. Ele pegava os melhores homens do país e colocava no seu gabinete ministerial. Não bastava isso.

NARRADOR: O Presidente Jango começou o Governo propondo as reformas de base. No Rio Grande do Sul, o Governador Leonel Brizola tomou controle dos serviços de energia.

>> Não devia ter dado a menor retenção aos discursos de Brizola, manter a sua linha de uma posição centro-esquerda equilibrada, e não disputar esquerdismo, retoricamente, com um populista como Brizola. Isso conduziu o Jango à posição insustentável.

NARRADOR: No Nordeste, as ligas camponesas lutavam pela Reforma Agrária.

>> Julião foi um precursor dos sindicatos rurais, criou a Liga Camponesa na Paraíba, com o professor Assis.

>> Qual era, inicialmente, a luta? Era acabar com o trabalho gratuito. O camponês pagaria o foro da terra, da área que ele ocupasse, e o proprietário pagaria o salário dos dias de trabalho do camponês. Isso era uma libertação dos camponeses. Eles passariam a receber dinheiro, aí, compravam, na feira, onde quisessem. Então, para eles, era uma vitória extraordinária. Mas o proprietário também se julgou prejudicado, que tinha o

trabalho gratuito, tinha tudo isso na mão e, de repente, ter que pagar o salário, aí, passou a reagir.

NARRADOR: A repressão ao movimento camponês foi tema de documentário.

>> Tudo estava pronto para começar a filmagem. Mas, no dia 15 de janeiro de 1964, houve um conflito perto de Sapé, envolvendo, de um lado, policiais e empregados de uma usina; e, do outro, camponeses. Onze pessoas morreram no conflito.

>> Foi feito o filme Cabra Marcado para Morrer, que é exatamente mostrando a morte de João Pedro Teixeira e a viúva dele, assumindo a liderança do movimento camponês em Sapé, D. Elisabeth Teixeira. Então, a partir daí, a coisa começou a ficar muito violenta na Paraíba.

NARRADOR: A violência no Nordeste chamou a atenção do Governo norte-americano.

>> Com essas... Essa movimentação crescente do movimento camponês, os irmãos do Kennedy, o Eduardo Kennedy, que depois foi Senador, e o Bob Kennedy, que foi, inclusive, candidato à Presidente dos Estados Unidos, estiveram lá e chegaram à conclusão de que a aliança para o progresso, através do chamado ponto 4, que era a ajuda americana ao Nordeste tinha fracassado totalmente. O Kennedy, então, num encontro com João Goulart, lá nos Estados Unidos, se mostrou interessado em vir conhecer o Nordeste, porque ele estava preocupado que o Nordeste se transformasse num segundo Vietnã.

NARRADOR: Junto ao movimento camponês, estavam militares americanos.

>> Descobriu que, em lugar de técnicos, eram militares da Marinha americana. Infiltraram, no movimento camponês, alguns elementos. E esses elementos passaram a tomar uma posição mais radical. Inclusive, a signa "Reforma Agrária na lei ou na marra", e fizeram Julião comprar uma fazenda em Goiás, para entrar guerrilheiros. Com a radicalização, a igreja começou a tomar posição e fundar sindicatos rurais, no interior, com outra linha, e combatendo as ligas camponesas.

>> Nessa época, a igreja ainda não havia passado, estava começando a passar pelas transformações. Depois de João XXIII.

NARRADOR: O Papa João XXIII mobilizou a igreja na opção pelos pobres.

>> É só lembrar que João XVIII morre em 1963. Portanto, o que ele plantou de mudança na igreja católica foi fecundar, alguns anos depois. Mas a igreja, até 63, era uma igreja fechada, numa posição anticomunista cega, tudo era o comunismo, não por razões de Estado, mas porque o comunismo era ateu.

NARRADOR: Na política externa, o Governo brasileiro apoiou o direito de Cuba à autodeterminação.

>> O Presidente do Brasil diz não, não deve ser. Não pode haver intervenção.

NARRADOR: Na crise dos missões, entre Estados Unidos e Cuba, o Brasil atuou como mediador.

>> O Kennedy já estava apertando João Goulart, porque aquela reunião de Punta Del Este, você lembra? San Tiago defendendo, lá, a não intervenção? Então, só não houve a intervenção em Cuba, porque o Jango não deixou, porque o Jango não concordou.

>> Pela primeira vez se fala na autodeterminação dos povos. Che Guevara, que estava presente, saiu por cima das cadeiras para abraçar o San Tiago Dantas.

NARRADOR: Reatou relações diplomáticas com a União Soviética.

>> Naquela ocasião, ele realmente consolida uma idéia de política independente.

NARRADOR: E estabeleceu a diplomacia do não-alinhamento.

>> A visita de Tito dá cumprimento à política externa do país, que preconiza o estreitamento de nossas relações com todas as nações do mundo, sem discriminações de qualquer ordem.

>> O mundo dividido em dois, a Guerra Fria, tinha que se encontrar uma solução. A solução não podia ser a solução pela guerra atômica.

NARRADOR: Conheceu os projetos militares dos americanos.

>> Se o Brasil passasse a ter um Governo esquerdista, os Estados Unidos se sentiriam derrotados, diante do cenário internacional, até porque eles tinham, realmente, receio de que a União Soviética pudesse, de alguma maneira, auxiliar um suposto Governo esquerdista no Brasil.

NARRADOR: John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos, queria alternativas democráticas à revolução cubana.

>> Kennedy era uma figura simpática, não é uma grande bandeira, mas muito comprometido com as forças reacionárias dentro dos Estados Unidos.

NARRADOR: Tudo ficou mais difícil depois da morte de John Kennedy.

>> O João Goulart foi vítima da ação desastrosa da política externa dos Estados Unidos. Esse é que é o fato.

NARRADOR: No Brasil, a campanha para o plebiscito sobre o regime de Governo estava nas ruas.

>> Realizado o plebiscito presidencialista, a conspiração recrudesciu para a derrubada do Jango, com reuniões em Petrópolis, no Rio de Janeiro, nas quais participavam, entre outros, Deni Radmach(F), Eduardo Gomes, Nelson de Mello, Francisco Campos, Antonio Ned(F), Prado Kelly, Sílvia [ininteligível], Cordeiro de Farias, etc.

NARRADOR: O presidencialismo venceu dando plenos poderes ao chefe da nação.

>> O PSD e a UDN se uniram para derrubar o parlamentarismo. Porque os dois já tinham duas candidaturas na rua. O PSD, com JK, em 65, que Juscelino queria voltar, e a UDN com Carlos Lacerda.

NARRADOR: Os partidos articulavam as candidaturas presidenciais.

>> Todo o 63, o Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, conspirava; o Magalhães Pinto, Governador de Minas, conspirava; o Ademar de Barros, Governador de São Paulo, conspirava; o Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, conspirava; o Brizola, que havia deixado o Governo, acabou o mandato dele em 62, deixou em 31 de janeiro de 63, conspirava; o Ney Braga, do Paraná, conspirava. Uns de um lado, uns de direita, outros de centro e outros de esquerda.

NARRADOR: Havia agitação por toda parte.

>> Houve uma radicalização da esquerda, que cresceu muito, e uma radicalização da direita.

NARRADOR: O radicalismo virou palavra de ordem.

>> O Jango foi derrubado, ele começou a ser derrubado desde que tomou posse. Porque os Ministros, que não queriam a posse dele, continuaram conspirando.

>> Todo mundo queria o poder, e todos se convenciam de que o Jango também não queria deixar o poder. E, aí, os militares também começaram a conspirar.

NARRADOR: A falta de produtos de primeira necessidade penalizava o povo.

>> Parece mentira. Até açúcar, cujas usinas são próximas dali, justamente porque eram boicotados, boicotados, escondidos, para fazer uma agitação social.

NARRADOR: Os sindicatos faziam greve por melhoria salarial.

>> Foi uma greve que agrupou 17 categorias profissionais em São Paulo.

>> Nós conseguimos o 13º salário, mas já conseguimos também o Salário Família. O Salário Família estava há muito tempo... Levou 13 anos pra você ter 5% do salário mínimo para quem tem uma porção de filhos.

NARRADOR: Os estudantes lutavam por mudanças sociais.

>> Era criação de grêmios estudantis nos colégios, era uma participação maior nos congressos, nas reuniões. E a gente tinha uma ligação com o Ministério da Educação através de reuniões com a diretoria do ensino secundário, que era dirigida pelo professor Lauro de Oliveira Lima, e com os movimentos de al-

fabetização de adultos. Os estudantes participavam desses movimentos naquela época.

NARRADOR: No rastro das reformas de base veio o IPS órgão influente no Congresso Nacional.

>> O que estamos fazendo nós para impedir que se coloque diante do povo brasileiro a trágica opção entre soluções antidemocráticas?

>> O INBADE(F), que era uma sigla que financiava candidatos ao Parlamento, só financiava os candidatos em oposição ao Sr. João Goulart.

NARRADOR: A desapropriação das companhias estrangeiras dava a linha da política interna do Governo.

>> Desejamos encontrar um termo justo em que elas tenham a remuneração justa e razoável pelo seu capital, que possam obter lucros, mas que se dedicando à atividade de interesse nacional, esses lucros possam também trazer benefícios ao país.

NARRADOR: A política esbarrou na dependência econômica dos Estados Unidos.

>> O Brasil não pretende aumentar imoderadamente o seu endividamento, e pelo contrário, o que se deseja é estabelecer condições que lhe permitam enfrentar os seus compromissos de acordo com sua capacidade de pagar.

>> O Santiago era realmente um homem de uma cultura vastíssima. De uma capacidade enorme de negociação para que nós pudéssemos organizar nossos pagamentos da dívida externa recebida num total naquela ocasião de três bilhões e 500 milhões de dólares.

NARRADOR: Não havia dinheiro para pagar a vista a terra na Reforma Agrária.

>> Pagar previamente em conselheiro vivo. Isso é impossível, né?

>> Nunca existiu no mundo inteiro Reforma Agrária feita com esse índice.

NARRADOR: Não havia como dar aumento para os trabalhadores.

>> Naquela época a inflação estava 52%. Você saía de manhã com o dinheiro da passagem e pra voltar estava arriscado não ter o valor para voltar.

>> O Governo o João Goulart foi compelido a amortizar 500 milhões de dólares. O que significa aproximadamente quase 20% da dívida.

NARRADOR: Os dólares negados ao Governo Federal eram emprestados aos governos estaduais.

>> Acelerar os projetos em andamento a respeito de favelas na Guanabara.

NARRADOR: Carlos Lacerda e Ademar de Barros tenham acesso livre à Casa Branca.

>> Enfim uma porção de problemas que dizem respeito à economia.

NARRADOR: Lacerda disse ao jornal Los Angeles Times que os militares já discutiam a data certa para depor Jango.

>> Carlos Lacerda vai aos Estados Unidos e faz um grande ataque à política internacional brasileira e pede a intervenção americana.

NARRADOR: A deposição também era notícia nos jornais brasileiros.

>> A imprensa era de uma contundência adversária ao Jango, total. Estadão, a Folha, o Jornal do Comércio em Pernambuco... O que nos salvava em termos de comunicação era a Última Hora.

NARRADOR: Jango tentou o estado de sítio para garantir a autoridade do Governo, mas desistiu.

>> Meu pai entendeu que era pra apoiar o pedido de estado de sítio, primeiro porque era uma medida prevista na Constituição. E segundo porque ele dizia para ele mesmo: "Se eu não apoio o estado de sítio, o Jango cai. Se eu apoio o estado de sítio eu tenho uma chance de vê-lo concluir o Governo". O estado de sítio mal andou, mal trafegou pelo Congresso. Não foi referendado, não foi aprovado.

NARRADOR: Partiu pessoalmente para a mobilização popular com as reformas de base.

>> Ele dizia... Olha, o Brizola está equivocado. Esses líderes sindicais estão equivocados. Nós temos aí as reformas de base que nós queremos fazer, nós estamos lutando por elas. Mas achar que eu posso fazer em três anos é uma loucura.

NARRADOR: Aprovou a lei de diretrizes de bases da educação com 12,45% do orçamento Federal destinado ao ensino. Instituiu a superintendência da política agrária como preparação da Reforma Agrária. Tomou medidas para a criação da ELETROBRÁS.

>> João Goulart conseguiu, é no Governo dele que se faz a lei da ELETROBRÁS. É no Governo dele que se faz o código de telecomunicações e que se cria a EMBRATEL.

NARRADOR: Regulamentou a remessa de lucro das empresas estrangeiras.

>> O Presidente assinou esse... Esta disciplina dos capitais estrangeiros, não apenas como remessas de lucros e de dividendos, mas como viabilização segundo os interesses do país de seus investimentos locais.

NARRADOR: Autorizou a desapropriação de terras improdutivas às margens nas rodovias e ferrovias federais.

>> Trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em partes, a [ininteligível] da injusta reivindicação, aquela que dará um pedaço de terra pátria para eles trabalhar!

>> Inclusive o Jango também já tinha me falado que ele, de qualquer maneira, faria aquele comício, mas que ele tinha certeza de que a repercussão não ia ser favorável a ele.

>> Aí pergunta-se: Mas por quê? Por que envolver-se em tanta briga, em tanta fonte de desavença, Reforma Agrária, congelamento de aluguéis... [ininteligível] das refinarias. Só isso é uma dose para leão. Sabe por que nós entramos nessa e a maioria achava que ia dar certo? Porque o poder é uma coisa terrível. O poder é inebriante. O poder é enganoso.

NARRADOR: Uma multidão de 200 mil pessoas foi ao comício na Central do Brasil em março, numa sexta-feira 13.

>> O Governo é também o povo e que também só o povo perdeu. É a afirmação de propósitos inabaláveis de lutar, de lutar com todas as nossas forças pela reforma da sociedade brasileira.

>> Foi um momento muito marcante na minha vida porque foi o primeiro comício que eu participei junto com o Jango. E eu tinha uma grande preocupação porque havia um comentário de que iam fazer um atentado contra nós, contra o pessoal todo do comício. E principalmente contra o Jango.

NARRADOR: A mobilização contra as reformas partiu de São Paulo, na marcha de Deus com a família.

>> O episódio que marcou a igreja como participante do processo foi a grande passeata de Deus com a família. Organizada por um padre, o Padre Peyton, que aqui no Rio de Janeiro arrastou uma multidão aí pelas ruas, etc.

NARRADOR: Jango passou a semana santa em São Borja. Seria a última vez que estaria com a família na estância.

>> O Presidente estava sem autoridade. O país inteiro estava sem autoridade. Então até o comício nós tínhamos essa esperança e acho que a maioria dos companheiros tinha a mesma esperança. Mas a partir do comício é preciso ser cego. Saber que as coisas não tinham volta.

NARRADOR: Sitiados no sindicato dos metalúrgicos, os marinheiros faziam exigências.

>> Os marinheiros dominaram os navios, foram pra terra e foram se homiziar num sindicato metalúrgico dirigido por líderes comunistas. E aí aparece o famoso Cabo Anselmo. O que fez o Ministro da Marinha? Manda prender os amotinados que estavam no sindicato. Quem deveria prender? Os fuzileiros navais, a tropa de Marinha. Eles foram cumprir a missão, só que quando chegaram lá botaram o fuzil no chão e se abraçaram.

NARRADOR: O Cabo Anselmo era um dos mais agitados.

>> O Cabo Anselmo tem uma grande dúvida. Se ele se tornou agente depois do golpe ou se ele já foi um instrumento para ajudar o golpe.

NARRADOR: Os oficiais exigiram uma punição dos rebeldes.

>> Um dos objetivos daquela época, e continua sendo agora da ideologia comunista é fazer o enfraquecimento das Forças Armadas para que elas não tenham a força suficiente de contra balançar uma ação da população. E a população ideologicamente contrária ao regime democrático.

NARRADOR: Os marinheiros são presos e depois libertados.

>> A passeata dos marinheiros, o Almirante Aragão conduzido nas costas dos marinheiros, pela Avenida Rio Branco... E culmina com aquele episódio do Automóvel Clube.

NARRADOR: No dia 30 de março, o Presidente Jango foi homenageado pela Associação dos Sargentos e suboficiais da Polícia Militar.

>> Uma assembléia exclusivamente para tratar de assuntos políticos que eram voto para o sargento, voto para os analfabetos, voto para as prostitutas, voto... Posse dos sargentos eleitos deputados; tinham dois que queria dar posse porque sargento não podia ser candidato.

NARRADOR: Então, enérgico, disse que permitiria subversão em nome da ordem.

>> O Presidente praticamente inverte a ordem hierarquia reunindo-se com os sargentos numa pregação de subversão. Então a partir dali foi um processo quase que incontrolável.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango teve guarida nos quartéis.

>> No início do ano letivo de 64 tivemos a pré-eleição do já Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior, a quem estava subordinado à escola, e nos motivou bastante as declarações que ele deu dizendo que os militares eles eram... Deveriam lealdade ao Governo e não especificamente ao chefe de Governo.

NARRADOR: Na madrugada do dia 31 as tropas do General Olímpio Mourão Filho avançaram sobre a Guanabara.

>> Na noite de 31 de março eu recebi... Estava de prontidão lá com a base, e resolvi localizar a coluna do Mourão. Quando eu passei em cima da coluna, foi um... Barata gorda lá saiu... Caminhão de dentro d'água, o cara correndo, foi... Pensava que eu estava atirando ou ia atirar.

NARRADOR: O Governador Carlos Lacerda atacou o Almirante Aragão, leal ao Presidente da República.

>> Almirante Aragão, assassino monstruoso, incestuoso, miserável. Almirante Aragão, não se aproximem porque eu te mato com mil revólveres.

>> O Almirante Aragão, que era comandante dos fuzileiros navais, disse: “Presidente, eu lhe apelo. Eu quero ordem para impedir essa situação anárquica que o Governador Lacerda está fazendo, botando os caminhões de lixo ali a defender o palácio, num desafio a todos nós”. Ele não deu ordem.

NARRADOR: Do Rio de Janeiro, Jango voltou para Brasília.

>> [ininteligível] fui lá conversar com ele pra ver o que ele... Vamos a Porto Alegre, vamos a Porto Alegre. Ninguém falava nada, e por um momento eu disse: “Fica difícil, até porque você não tem nem informações”.

>> Até porque a notícia é de que a interceptação do avião dele era uma determinação de qualquer forma. Vivo ou morto, ele não deveria passar para Porto Alegre.

NARRADOR: Sem garantia de segurança foi para Porto Alegre tentar resistir.

>> Eu peguei o táxi e fui lá para a casa do General Ladário. Quando cheguei lá, estava aquela reunião de muita gente. Mas gente pra caramba. O Ladário dizia assim: “Presidente João Goulart, eu tenho sérios problemas aqui no terceiro Exército. Mas a ordem que o senhor dera eu vou procurar cumprir”. Nesse instante entra o Brizola que estava sendo perseguido por todo o terceiro Exército lá. Patrulhas lá tentando prender e ele dizia assim: “Peço a palavra”. O Jango só olhou de lá e fez assim. Ele disse assim: “Presidente João Goulart, vamos estabelecer um Governo aqui no Rio Grande do Sul. O senhor nomeia o General Ladário, Ministro da guerra, me nomeia – dizia ele – Ministro da Justiça – só tinha eu da Aeronáutica – [ininteligível] Ministro da Aeronáutica”, quando ele disse Adalberto Pereira dos Santos pediu... Ele é um cara alto... “V.Exª não pode aceitar a proposta do Deputado Brizola, que afinal de contas é considerado comunista pelo povo brasileiro”. Quando ele disse isso, o Brizola [ininteligível]. Nem vou contar o que ele... [risos]

>> Por volta de meia-noite e meia, mais ou menos, quando chega o líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o líder do PTB, Deputado Doutel de Andrade, descarreirado, etc., sem fôlego, que veio do Senado atravessando da Câmara para o Senado e do Senado ali para o palácio do planalto, a pé, correndo, nos procurando. Pra dizer que a notícia de que eles iriam fazer o golpe, eles não tinham número para votar o im-

peachment do Presidente, eles não tinham o número, eles então iriam declarar que o Presidente fugiu.

>> “Atenção: O Sr. Presidente da República deixou a sede do Governo. Assim sendo declaro vaga a Presidência da República”.

>> O golpe mesmo, a ocupação do Governo foi no dia 1º de abril. Não foi em 31 de março. 31 de março tiveram uma data neutra. E 1º de abril não é data neutra. Eles ficaram com receio de que aquilo virasse a uma... Entendeu? A uma gargalhada. Porque, você sabe que a gargalhada tem um grande poder. Uma gargalhada bem dada derruba um Governo.

NARRADOR: Os gaúchos não conseguiram reeditar a rede da legalidade.

>> Brigadeiro Moreira Lima, comandante de Santa Cruz chegou a chorar por não poder... Compreendeu? Enfrentar os golpistas.

>> O Jango prurido por temperamentos, talvez por conhecer a história sanguínea do Rio Grande do Sul, ele era um homem contra a violência. Ele era o homem contra o derramamento de sangue. E isso talvez explique um pouco o gesto dele em 64.

NARRADOR: Da capital gaúcha Jango foi para São Borja.

>> Acabou a reunião, o Jango veio, nós fomos lá para o aeroporto. Para onde que nós vamos? Vamos para o Rancho Alegre, que é a fazenda dele.

>> Ele ficou só com o Maneco. Foi para uma fazendinha na beira do rio que os caras informaram que o regimento ia cercar a fazenda lá do Rancho Grande, e ele nos liberou e mandou todo mundo se apresentar. Voltar de avião.

>> Ele foi o oficial de Aeronáutica que comandou o avião que levou o Jango depois do dia 2 de abril, já com o golpe, levou de Porto Alegre para São Borja, onde o Jango ficou. E aí ele falou: “Presidente, eu tenho ordem de ficar à sua disposição e a hora que o senhor quiser ir para o exílio eu posso levá-lo”. E aí o Jango disse: “Eu te agradeço, mas você pode voltar para a sua base, porque eu vou ficar aqui em território nacional até que seja nomeado e empossado um outro Presidente da República, porque eu quero configurar esse golpe de Estado. E depois então vou sair do país pelos meus próprios meios”. E foi o que ele fez. Isso é uma coisa muito pouco conhecida.

>> Na despedida, ele pegou o avião dele, particular, que estava ali com o piloto, e foi embora para o Uruguai. Nós voltamos, daí em diante é que foi preso.

NARRADOR: Partiu para o exílio no dia 4 de abril de 1964.

>> Até hoje eu acho que eu tenho, assim, uma relação muito... De muita... Afetuosa com o Uruguai.

Eu sempre digo para os meninos que o Uruguai é a minha segunda pátria.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango foi acompanhado pelo Presidente norte-americano.

>> *Tinha informações detalhadas sobre o estado de saúde, cada ato, a situação da esposa... Tudo isso era minuciosamente acompanhado e havia também uma preocupação em pressionar o Governo uruguaio no sentido de restringir eventuais ações ou declarações do Presidente no exílio.*

NARRADOR: Era usado todo tipo de comunicação.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Sem resistência em terra firme, a frota americana ficou sem ter o que fazer.

>> *Essa documentação da Operação Brother Sam foi descoberta em 197, por uma pesquisadora norte-americana chamada Phyllis Parker. E depois foi trabalhada também por outros pesquisadores, inclusive pelo Moniz Bandeira, pelo jornalista brasileiro Marcos Sá Corrêa, pela pesquisadora norte-americana Ruth.*

NARRADOR: Com a vitória os militares se dividiram.

>> *Era um dia de manhã, um chefe nos reuniu e disse: “Olha, nós vamos nos retirar, vocês permanecem nas funções que deve de tarde assumir outros oficiais, porque nós somos a facção do João Costa e Silva, e o Presidente vai ser o João Castelo Branco”.*

NARRADOR: A ala liderada por Castelo Branco passou a dirigir os destinos do país.

>> *O João Castelo Branco, ele começou a vida militar aqui em Porto Alegre, foi um excelente oficial, teve atuação destacada na força expedicionária brasileira...*

NARRADOR: A vida de Jango passou a ser vasculhada por um IPM, Inquérito Policial Militar.

>> *Eu fui o responsável por esse inquérito. Não é que eu conheço e conheci profundamente a vida, a figura do Sr. João Vicente Goulart. Organiza o grupo, diz: “Bom, nós temos que conhecer tudo, desde o dia que ele nasceu”. Então montava equipes para vários pontos.*

NARRADOR: A vida estudantil de Jango sumiu dos arquivos da escola.

>> *Segundo a informação do irmão Vitor Rosseto, Secretário na época da Revolução de 64, alguém que não se sabe precisamente quem era, chegou à secretaria da escola e requisitou esta pasta em nome do regime militar, mas assim, nós não temos a informação precisa de quem era esta pessoa.*

>> *Aí eu corria para outro lado. Dia tal, no cartório tal, Sr. Fulano de tal adquiriu para o filho do presidente tal tantos mil hectares.*

>> *A única fazenda que estava em meu nome que era uma coisa muito pequena, foi uma que ele comprou aqui quando era presidente em Uruaçu. Mas era uma fazenda de cem hectares.*

>> *A mistura do público com o privado. Esse é o grande problema que eu encontrei.*

>> *A corrupção que ele não tinha ainda conseguido se livrar é de ter pintado o seu apartamento lá da Avenida Atlântica com dez galões de tinta da NOVACAP. Essa era a grande corrupção que os militares queriam provar de Jango.*

>> *Mas não houve consequência porque os processos, os procedimentos não chegaram à primeira instância. Na realidade não prosperou nenhum procedimento criminal contra ele.*

>> *Dr. Wilson Mirza que o defendeu nesses processos todos. Já o Governador Brizola, [ininteligível] dizia: “Ah, eu não vou me defender disso aí... Um dia vai ter que ser anistiado”.*

NARRADOR: Com o ato institucional vieram as primeiras cassações.

>> *Os caras me consideravam subversivo, e eu no inquérito disse: “Mas eu subversivo? Eu acho subversivo são vocês. Eu era Governo, vocês é que derrubaram o Presidente, vocês é que são subversivo”.*

>> *Me tiraram tudo! Me tiraram os direitos... Eu não fui vender fubá mimoso, nem essas coisas porque eu gostasse, não. Não foi por isso, não. Eu fui vender porque me tiraram a profissão. E ainda hoje não me anistiarão.*

NARRADOR: A eleição direta de Castelo Branco inaugurou a era do candidato único.

>> *Ele tem uma reunião privada com o Castelo Branco, eles fazem um acordo político de que haveria eleições em 65, o Juscélino vota nisso, o Castelo trai o compromisso, adia as eleições para 66, vira eleições indiretas, assume o General Costa e Silva, do Costa e Silva para o Médici, do Médici para o Geisel, do Geisel para o Figueiredo e “bau-bau” eleições.*

NARRADOR: Aliados da sucessão, os candidatos civis formaram a frente ampla.

>> *Ricardo Lacerda estava com medo da D. Maria Tereza. Ricardo Lacerda me disse: “Olha, Hélio, o Jango é político. Não tem problema nenhum. Vou conversar com ele tranquilamente. Agora, o meu problema é a D. Maria Tereza. E se quando eu entrar na sala com o Jango e ela disser: “O que o senhor está fazendo aqui?””*

>> *Eu encontrei com ele embaixo do meu prédio quando ele estava subindo no apartamento do... Nosso apartamento. Aliás, ele nem me reconheceu. Eu falei com ele em português: “O senhor está procurando? Qual é o endereço?” Ele falou assim: Foi muito engraça-*

do, até. Ele falou: "Não, estou procurando o endereço... Perdi o número, mas o endereço do ex-presidente João Goulart". Eu disse: "Não, é aqui mesmo nesse prédio". "Ah, você é brasileira? Mora aqui?" Eu disse: "Sou". Aí ele entrou comigo no meu apartamento. "Mas como? Você mora aqui?" Eu disse: "Moro, sou Maria Tereza, a esposa do Jango". Aí ele ficou assim: "Ah, mas que bom, não sei o que... Não havia lhe reconhecido". Eu disse: "É, mas o senhor nunca tinha me conhecido, também, pessoalmente, né?" Aí ele entrou e foi super carinhoso com os meninos também... Foi super simpático o encontro.

>> "João Vicente, traz os teus cadernos para o Governador Lacerda dar uma olhada". E eu não sabia do que se tratava, fui lá, trouxe e mostrei, e lembro-me que ele chorou, o Lacerda. Meu pai chegou e disse para ele: "Governador, estão estudando espanhol, parte pela sua postura, mas hoje é porque o senhor está dentro da minha casa".

NARRADOR: No dia 5 de abril de 1967 o Governo militar proibiu qualquer atividade da frente ampla.

>> O Benedito Valadares, político mineiro, dizia: "Eu nunca vi a civil derrubar a militar. Já vi muito militar derrubar civil, mas essa frente ampla não tem sucesso nenhum". Não deu outra coisa.

>> Uma conversa com o Pinheiro Neto ele diz: "Olha, tenho dito à Maria Tereza que acho que ela vai voltar viúva e com netos. E eu não voltarei mais à minha pátria".

NARRADOR: A partir daí Jango passou a dedicar-se à família.

>> A família esteve mais junto e tal, superando, evidentemente, a saudade dos pais, que a gente via estampada, mas para nós, pelo menos ainda crianças, o exílio foi um convívio mais unido com a família.

NARRADOR: A chance de voltar ficou mais distante.

>> Eu ficava revoltada mesmo. Indignada como as coisas tinham acontecido. E sofria por ele mais do que por mim.

NARRADOR: No exílio o coração dava sinais de fraqueza.

>> Ia ao lado da Venezuela, [ininteligível] pegava um avião para a Europa. E ele chegava lá e eu dava assistência a ele, assistência, inclusive, levando-o para a clínica, à clínica do Dr. [ininteligível] uma clínica radiológica em Lion, onde ele fazia o seu check-up.

>> Ele teve um infarto, e acho que já tinha sido o segundo. Porque o primeiro foi no Brasil, mas foi uma coisa mais leve. O fato de você estar no exílio e não consegue se integrar e ao mesmo tempo não pode voltar, e a expectativa de não saber se você vai voltar ou quando vai voltar. Isso para um homem que foi

Presidente da República, que deu a vida dele pela... Por esse pai, é muito angustiante, né? Um sofrimento que não tem fim.

NARRADOR: A bossa nova embalava os corações da geração que levou o ritmo ao templo da música. O Brasil também tinha o experimentalismo dos mutantes. E o tropicalismo baiano.

>> O tropicalismo na música teve uma grande importância para a renovação da arte, das idéias, da vida cultural e política do Brasil. Nós devemos isso ao Caetano Veloso, ao Capinam, ao Gilberto Gil, ao Rogério Duprat.

NARRADOR: Os festivais de música popular brasileira abriam espaço para novos talentos. "Ei, ei, ei, hoje tem arrastão"...

>> Curioso. Aí surgiu outro movimento chamado MPB, pra dar o nome, Elis Regina... Que não era propriamente mais bossa nova, Paulo César Pinheiro... O próprio Chico. O Chico não é um... O Chico é um universalista da música brasileira. Ele não é bossa nova.

NARRADOR: A jovem guarda produziu o rei Roberto Carlos. "Quando você se separou de mim..." A música caipira trazia nos versos a inspiração dos nossos tempos. Emboscado na Bolívia, Che Guevara partiu. O mito ficou. Virou inspiração para a geração de 68.

>> [pronunciamento em outro idioma].

NARRADOR: A primavera de Praga floresceu sob a mirra soviética.

>> 68 foi o pico da agitação estudantil no mundo todo. Países ricos, países pobres, países capitalistas, países socialistas, juventude explodindo, os movimentos de afronta à sociedade, hippies e todas aquelas coisas.

NARRADOR: A geração flower power pedia paz e amor. E o pedido chegou ao festival de Woodstock. No Brasil, um maluco beleza pregava a sociedade alternativa. Para não dizer que não falei de flores, virou a cabeça dos jovens.

>> Esse momento criativo da vida brasileira até 64. E depois de 64 até 68, quando há um golpe dentro do golpe e aí a coisa fica muito feia.

NARRADOR: Houve quem entendesse que era hora da luta armada.

>> Naquelas condições era muito natural que um jovem que amava o seu país, que amava a liberdade se dispusesse a pegar em armas naquelas circunstâncias.

NARRADOR: A dura realidade veio com a edição do ato institucional nº. 5 pelo Presidente Costa e Silva.

>> Eu acho que a guerrilha fortaleceu a ditadura, da mesma forma que a frente ampla fortaleceu a ditadura. O 68, o ato nº. 5 é um filho espúrio da frente

ampla. É lógico que eles ficaram com medo, uma união de todas essas forças, o Carlos Lacerda, eu dizia muito para ele: "Olha, Carlos, você vai enfrentar grandes problemas, grande oposição do seu grupo, mesmo. Agora, se houver eleição, você vai ganhar o direito de se dirigir ao eleitorado do Jango e do Juscelino".

NARRADOR: A ilha de Fidel Castro dava treinamento e dinheiro.

>> De todas as guerrilhas que nós pudemos combater, só a do Brizola que não tocou um tiro, por sinal, [ininteligível] de Caparaó que não foi com o grupo comunista. O resto tudo era de comunista.

NARRADOR: A guerrilha da Serra de Caparaó mostrou que era preciso mais.

>> Um dos princípios básicos da guerrilha é além da organização dos grupos guerrilheiros em si, é ter o apoio popular.

NARRADOR: Nas cidades o movimento urbano assaltava banco e seqüestrava autoridades.

>> A guerrilha urbana era o Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca...

>> Desde 1965, quando eu já estava na tropa, nós, o Exército, através do Estado maior, ele determinou que a instrução na tropa fosse também, além da instrução normal para a defesa do país, fosse também dada ênfase à instrução de guerrilheiros. A luta contra guerrilheiros, já prevendo uma possível ilação de grupos organizados de guerrilha no país.

>> Dizimou-se praticamente todos os movimentos guerrilheiros com a exceção do que sobrou do PCdoB no Araguaia.

>> Guerrilha foi a continuação do movimento camponês de Goiás, todos os dirigentes da guerrilha passaram lá por trombas e formoso. Então, viu como tem umas partes da história que precisa a gente resgatar?

NARRADOR: O sonho da revolução no campo acabou no Araguaia.

>> Era uma resistência. Era uma... Uma espécie de rebeldia abnegada e heróica de quem não queria ir para o exílio e nem queria ser preso. Então vamos lutar.

>> Eles lutam pela vida sem temer a morte. Então, o amor à pátria, ao povo, é muito maior do que pensar no seu sacrifício individual.

NARRADOR: A morte do estudante Edson Luis ascendeu a reação ao Governo. Para o regime militar era a hora de tratar melhor a classe estudantil.

>> O Exército começava a se preocupar com uma coisa que ele não tinha se preocupado nunca, que era a sua imagem. E havia criado dentro do gabinete um serviço chamado de relações públicas.

NARRADOR: O projeto Rondon levou o estudante universitário a conhecer o Brasil.

>> Quem eram aqueles estudantes? Eram de esquerda? Eu tenho muita dúvida. A maioria nunca tinha lido nada sobre o socialismo nem comunismo. Eu ria muito com eles. Que eles mesmos diziam assim: "Eu acho que o senhor é até meio comunista". Por quê? Por quê? Eu queria as mesmas coisas deles.

NARRADOR: O comunista João Saldanha foi dispensado do comando da seleção de 70. No México, a seleção brasileira deu show de futebol. A magia do futebol canarinho encantou o mundo. O país do milagre econômico vivia o tempo do "ame-o ou deixe-o".

>> Era justamente uma indicação que nós não queríamos a exterminar nos elementos que se antepunham à revolução. Que aqueles que não tivessem, que abandonassem o país.

NARRADOR: Milhares de brasileiros saíram do país.

>> Hoje em dia, olhando friamente esse [ininteligível], não se reportando às consequências da época, não é aceitável mandar os brasileiros embora do país.

NARRADOR: Grande parte ficou na América do Sul.

>> O Uruguai foi um país que nos recebeu de braços abertos. Depois o Chile teve... O Chile de Salvador Allende, nós tínhamos mais de cinco mil brasileiros, no total, e recebendo a proteção do Chile. Então nós temos, como brasileiros, uma dívida com esses países irmãos.

NARRADOR: A ordem dos dominicanos ajudava os perseguidos.

>> Quando houve a grande repressão em São Paulo, com o célebre Delegado Fleury que conseguiram cercar e prender o Marighella, isso foi essencialmente através da prisão e da tortura do padre dominicano do convento de Perdizes.

NARRADOR: Marighella perdeu a batalha.

>> O Marighella defendia o terrorismo. O que o Che Guevara não defendia. Tem um artigo do Marighella publicado na imprensa francesa defendendo o terrorismo como uma das formas de luta justificável para a conquista do poder.

NARRADOR: Frei Tito perdeu a vida.

>. Para que nós é um símbolo, assim, de um mártir muito curioso, muito diferente, muito original.

NARRADOR: Frei Beto montou um esquema de fuga no Rio Grande do Sul.

>> Frei Beto desarma toda essa nossa via. Porque passava por uma casa paroquial, e o Frei Beto havia freqüentado. Então, cai a casa paroquial. O pároco era um amigo meu. Ele vai preso. Vai presa uma série de pessoas vinculadas a este setor, e um padre

alemão que estava momentaneamente parando nesta casa para... É levado também, e o vigário nós levamos nove dias para tirar ele do [ininteligível]. Mas o alemão ficou um mês. Porque ele era muito perigoso. E ele ó falava alemão.

NARRADOR: A rota passava pela fronteira.

>> O Cacá Diegues, eu acho que ele é o mais sociólogo dos nossos cineastas, é um mestre que vai ser estudado no futuro, fez o "Bye-bye Brasil". Como quem diz: "Até logo Brasil".

NARRADOR: Os que ficaram viram a face da repressão.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Me deram porrada de tudo quanto é jeito. Arre-bentaram meus tornozelo tudo, aquelas botina grande, coturno, soco nos rins... Acabaram comigo.

NARRADOR: Ficaram as lembranças no departamento de ordem política e social de São Paulo conhecido por DOPS.

>> A volta aos anos 60 pode ser interessante não como uma volta ao passado, mas como uma referência para uma tomada de atitude hoje.

>> É fato que o Brasil matou menos, muito menos, torturou muito menos, principalmente na comparação com a Argentina e com o Chile, que foram os que partiram mais para a eliminação massiva. Mas a crueldade é algo difícil de se medir, principalmente a crueldade psicológica.

NARRADOR: A vida no exílio cobrava um alto preço.

>> Exilado político, me desculpe, é uma merda. Entendeu? Se eu soubesse o que era ser exilado político, eu preferiria ter sido preso. Corria o risco de morrer, né?

NARRADOR: Muita saudade e pouco dinheiro.

>> Iolanda fazia uma feijoada para os nossos companheiros aos sábados. E cada um deles trazia cerveja. Trazia cerveja, trazia o... A Coca-Cola, etc. e tal. De vez em quando vinha um gaúcho que trazia a garrafa de vinho... [risos]

>> Acho que era um peso pra comer lá em casa; não era de graça, não. Um peso. O Chinaip(F), que não tinha dinheiro nenhum, era quem administrava as finanças. E eu lavava, o general cozinhava, o engenheiro arrumava; ele e o Dante Pelacani. Ambos péssimos arrumadores. A gente reclamava. Tinha que varrer tudo e arrumar as camas.

NARRADOR: Sem emprego, qualquer ajuda era bem-vinda.

>> E o Jango ele era muito solidário. Ele contribuía mensalmente para o pagamento de pensão, alimentação... Tinha uns 20 sargentos que estavam lá no Uruguai. Todo mês ele dava o dinheiro. Quem ia buscar o

dinheiro era, ou o... Era Amaury Silva, que foi ministro do trabalho dele, estava lá, Waldir Pires ou eu.

NARRADOR: Profissionais reconhecidos tiveram melhor sorte.

>> Houve uma grande colaboração da diáspora brasileira. É interessante verificar que em 70, quando nós começamos a trabalhar com o Oscar nesse programa das universidades da [ininteligível], nós conseguimos mobilizar uma lista que hoje nós estávamos até recordando isso, de mais de 50 brasileiros qualificados, extremamente qualificados, estavam no exterior, essencialmente concentrados em Paris, Bruxelas e em Londres, nessa área.

NARRADOR: O talento brasileiro serviu a outros países. Nada do que faziam, passava despercebido.

>> Quem era o chefe do SNI? O João Médici. Ora, o Coronel... Eu não... Eu fui amigo do Coronel Médici. Foi meu subcomandante, comandante do CPOR. Então era um homem que eu conhecia e conhecia a sensibilidade, uma imagem completamente dessa que a esquerda conseguiu colar nele de um homem frio.

NARRADOR: O serviço nacional de informações vigiava os passos dos exilados.

>> Não vou dizer que não. Que naquela época, como hoje em dia, também o serviço de inteligência eles acompanham os cidadãos brasileiros no exterior. Mas em que sentido? No sentido que aqueles cidadãos que estão no exterior tenham ações que possam intervir no Governo em terra. Então aí está a minha resposta.

NARRADOR: O Itamaraty também tinha um serviço de controle e vigilância.

>> O Embaixador Pio Corrêa. Ele exigia que as autoridades uruguaias fizessem a verificação de que todos os exilados estavam ali e cumpriam o dever de assinar o ponto da presença nos setores de polícia do Governo uruguaio.

>> Normalmente todas as embaixadas têm dois adidos militares. Eu mostrei, através de um cruzamento de informações da Polícia Federal Argentina, de 31 portes de armas, em 1976, a Embaixada brasileira em Buenos Aires tinha, entre os administrativos, tinha 31 militares dentro da Embaixada. Isso é um absurdo. É arapongagem pura.

NARRADOR: O novo rumo do Uruguai deixou o país inseguro para os brasileiros.

>> Saímos já do ginásio encarapuçados e fomos levados para esse batalhão de engenheiros nº. 4, que é um batalhão situado na Laguna Del Sause, perto de Maldonado, onde até hoje aterrisam os aviões lá para Punta del Este. E nós estivemos lá encarapuçados, inclusive foi... Eu como tinha 16 anos fiquei quatro dias.

NARRADOR: Mesmo assim, era o destino de muitos exilados.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Eu fiquei 30 dias em Tacuarembó. Na fazenda. Quando eu saí para o exílio, eu saí pelo esquema clandestino do Jango. Porque eu fui a São Borja, eu disse para meu pai: "Olha, eu não estou em condições de sair. Eu tenho que ficar escondido porque a minha organização pifou". E o meu pai disse: "Não, então vamos tentar sair por São Borja, pelo Jango".

NARRADOR: Ainda recorda do lugar onde ficou escondido.

>> Quem fica de costas para um portão que tem na entrada oposta aos quartos, dá de cara com a sala onde o Jango recebia as pessoas e o quarto que eu fiquei, fiquei à esquerda, ali que eu permaneci.

NARRADOR: No mesmo lugar onde Vildemar Brute(F) trabalhou por sete anos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte rondava a América do Sul.

>> A Operação Condor, assim, foi um nome que... Que denominou essa cooperação em bloco no cone sul, de Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil. Ela denominou isso. E por que Operação Condor? Por que o condor? Porque o condor, como um abutre da cordilheira dos Andes ele voa acima das fronteiras. Para ele não têm fronteiras. E ele também é o símbolo do brasão chileno, que se alimenta preferencialmente de cadáveres, e tudo isso, assim, traumático, né?

NARRADOR: O maior abutre dos Andes viveu tempos de fartura.

>> Se fizer um balanço dos cinco sócios da Operação Condor, chega-se acerca de 35 mil mortos ou desaparecidos. Isso é um genocídio.

NARRADOR: O presidente socialista do Chile, Salvador Allende, resistiu ao ataque.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Morreu no Palácio La Moneda, no dia 11 de setembro de 1973.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Pinochet, comandante do exército no governo de Allende virou chefe dos rebeldes.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Prats estava na mira do Condor.

>> Em setembro de 74, o Pinochet mandou que a DINA, Direção de Inteligência Nacional, que era super polícia dele, equipada, com mercenários americanos, enfim... Fosse a Buenos Aires para eliminar o Prats. Porque o Prats também era um homem de estatura, um político, general, um general legalista que havia se oposto ao golpe do Pinochet, fez parte do governo socialista de Salvador Allende.

NARRADOR: Orlando Letelier sofreu um atentado nos Estados Unidos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A audácia dos chilenos assustou os americanos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Em 1973, Juan Domingo Perón foi eleito Presidente da Argentina.

>> O Perón estava voltando, ia ter eleições na Argentina e meu pai foi convidado junto com a família a morar na Argentina, né? Então nós fomos para Buenos Aires.

NARRADOR: A morte de Perón abriu caminho para a via militar.

>> As ditaduras, em parte, elas foram uma resposta, assim, aos movimentos de guerrilha que aqui surgiram, no Cone Sul, né? Por exemplo, aos tupamaros no Uruguai, que realmente convulsionaram o país, chegaram a ameaçar o governo. Aos miristas no Chile, aos motorneiros e ao [ininteligível] na Argentina...

NARRADOR: A guerrilha armada tinha um jeito de ser tratada.

>> Os caçadores de pessoas, os predadores, os interrogadores e torturadores seqüestravam os filhos dos militantes de esquerda. E repassavam essas crianças, quase sempre bebês, para a adoção. E muitos desses que adotaram eram casais militares que não podiam ter filhos e ligados à repressão.

NARRADOR: As avós da praça de maio, unidas na dor da ausência dos filhos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Para preservar os filhos, era preciso agir rápido.

>> Existia a tríplice aliança anticomunista que era uma... Era muito mais violento do que no Uruguai.

>> Sofríamos muito na Argentina ao ponto do Jango mandar os meninos pra Londres e foi uma situação bastante crítica no final.

>> Fui no começo de 76, final de 75, e eu já fui porque eu fui estudar agronomia, numa cidade pequena que existia perto de Londres, em Guilford, [ininteligível] e lá, quer dizer, eu já fui casado, casei muito novo.

NARRADOR: Em Londres nasceu o primeiro neto de Jango.

>> Inclusive o pai teve várias vezes lá e conheceu o primeiro neto, só que foi o Christopher que nasceu lá, e ele sempre dizia que não teve nem sequer o direito de seu neto nascer no país dele, no país que ele tinha lutado.

>> Eu nasci no exílio, então a história sempre foi muito próxima. Eu nasci em Londres, dois meses antes do meu avô falecer, minha mãe é uruguaia, morei muito tempo no Uruguai, então sempre, de uma maneira ou

outra a história política sempre me foi presente. Com o tempo nós vamos desenvolvendo, adquirindo consciência política e entendendo o que o meu avô visava politicamente para o país, para o Brasil. Realmente através do tempo a gente vai interpretando melhor aonde ele queria chegar.

NARRADOR: Na Argentina, o Senador Uruguai Zelmar Michelini não teve tempo para os netos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte de Michelini e do Deputado Gutierrez Ruiz abalou Jango.

>> Ele queria organizar as coisas dele no Uruguai, na Argentina para poder ficar na Europa. Ele pensava ficar em Paris, enquanto... Porque ele não gostava de Londres para morar. Ele detestava. Ele só ia por nossa causa mesmo.

NARRADOR: Em carta enviada a Londres relata a situação na Argentina.

>> Maldonado, 21/05/76. João Vicente, meu bom amigo, em Buenos Aires um clima cada vez mais tenso. Há 02 dias seqüestraram do hotel e de sua residência, os nossos amigos: Senador Michelini e Deputado Gutierrez Ruiz. Uma monstruosidade que me leva a pensar no meu futuro na Argentina. Já me sinto velho e um pouco desanimado para novos empreendimentos. Isto talvez fique para vocês.

NARRADOR: Na fazenda La Villa, em Mercedes, o coração parou de bater.

>> E nessa noite ele faleceu, tipo duas horas da manhã, assim. Eu estava sozinha com ele. E foi muito triste porque o lugar realmente era um lugar assim extremamente solitário e longe de tudo.

NARRADOR: Não foi feita a autópsia do corpo, nem na Argentina, nem no Brasil.

>> Eu acho que naquela situação não tinha como fazer a autópsia, não tinha como fazer nada, porque era tão distante, tão longe de tudo, que acho que foi uma coisa assim, meio que, de repente, uma surpresa muito grande.

NARRADOR: Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976.

>> E aí chamamos um médico que foi esse médico que... O primeiro que encontraram para chamar, e aí existe essa polêmica de que ele teria dado um atestado do Jango de uma doença, que ele morreu de uma doença.

NARRADOR: João Goulart é o único Presidente brasileiro morto no exílio. A penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas fica há 50 quilômetros de Porto Alegre. É considerada uma das mais seguras do país. Muitos tentaram, mas só um conseguiu fugir. As celas são individuais. O medo é coletivo. Mário Neira Barreiro conhece bem os perigos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O uruguai diz que viu a morte de perto. Afirma que ajudou a tirar a vida do ex-presidente João Goulart.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Mas não quer falar. Depois concorda em contar o que sabe.

>> Eu não tenho por que mentir, eu não tenho por que mentir sabe por quê? Porque estou ferrado mesmo. Ele foi vitimado, eu não ganho nada. E sabe por que não ganho nada? Porque tudo que eu faço, será usado contra mim. Eu vou arranjar mais um processo e com isso não vou estar ganhando lucro nenhum.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Condenado por assalto a banco está preso na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Quando se vê diante de João Vicente, filho de Jango, não esconde a surpresa.

>> Eu acho que o depoimento do Mário Neira Barreiro é um divisor de água.

>> O dia-a-dia de João Goulart, ele vivia como se fosse uma novela de TV.

NARRADOR: Revela como Jango era vigiado no exílio.

>> Aquela, onde está o transformador elétrico que ia nos fios de luz, aí nós colocamos na estação repetidora, porque nós não tínhamos como escutar alguns dos microfones que trabalhavam em 464 megaciclos. Então o alcance da radiofrequência era limitado. Porque era uma antena pequena, né?

[pronunciamento em outro idioma]

>> Em alguns relatórios chamamos Goulart como Golfo(F) 1, em outros chamamos como gaivota... Em outros... Dependendo, se é um relatório escrito, se é um relatório fonético, por rádio, né?

NARRADOR: Conta como a polícia uruguia descobriu os agentes brasileiros.

>> Sabe como nós tomamos conhecimento da operação escorpião? Por um acaso. Por um acaso. O departamento de homicídios da polícia de Montevideu meteu um cana, o Tarzan de Castro. O Tarzan de Castro foi preso pelo oficial Lopes Godoy. E no exílio(F) Lopes Godoy, quando prendeu o Tarzan Castro, na época era de praxe usar prêmios físicos. Encontrou o Tarzan de Castro, com dois ou três comunistas mais, do PCdoB, e com um 32, um 38 e uma série de coisas que eram ilícitas. E foram [ininteligível], foram a... Digamos, à tortura. O Tarzan de Castro não agüentou a [ininteligível], não agüentou as torturas, e disse: "Não, eu sou um agente do DOPS. Estou infiltrado aqui para detectar opositores. Mas eu trabalho com o Delegado Fleury".

Aí o Serviço Secreto do Uruguai tomou conhecimento, de que no território nosso, tinha agente de outro país trabalhando, acobertados, em uma operação de política. Mas como é isso, então? E o protocolo que o Serviço Secreto deve cumprir? Existe um protocolo.

NARRADOR: Explica a origem da operação.

>> A “Operação Jacarta” tinha como objetivo a articulação de operações fora do território do Brasil. “Operações Jacarta”. Tomou-se esse nome pela [ininteligível] Indonésia e por aquela matança de comunistas do partido comunista indonésio, aquela matança de [ininteligível]. Ali os militares acharam que aquele nome “Operações Jacarta” fazia sentido com a perseguição do Ceciliano(F) com a perseguição dos dissidentes. Então, dizem que quando começou a desenvolver a Operação Escorpião, em realidade a Operação Condor ainda não existia.

NARRADOR: Segundo Mário Neira Barreiro, o Delegado Fleury pertencia a um comando secreto.

>> O Brasil tinha um grupo de inteligência secreto, reservado, ao qual pertencia a Fleury, uma série de generais, coronéis, que se chamava SIGMA – era o Serviço De Inteligência Do Governo Militar Anti-Revolucionário. Sigma do Brasil, até agora nunca ouvi falar do Sigma. Mas o Sigma era um grupo da inteligência do Governo Brasileiro, e estava integrado por militares, policiais que era um grupo de assessores que... Assessores do Geisel, por exemplo. O Fleury era um policial e pertencia a esse grupo. E outros militares da cacela(F)... Fleury veio fazer essas operações em Montevideu pertencendo ao Sigma, e não como agente do DOPS.

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui—

[interrupção no áudio]

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui contatada pelos oficiais do serviço secreto itinerante que percorreu o Brasil inteiro, principalmente a fronteira Argentina/Brasil. Argentina, Brasil e Uruguai; durante esse período revolucionário...

NARRADOR: O ex-militante do PTB passou a ser informante do serviço nacional de informações.

>> Eu colaboro desde que vocês me dêem segurança. Desde que vocês não deixem eu ser preso, eu ser morto, eu ser perseguido... Aí eles começaram a... “Não, nós somos oficiais e tal, do exército, das Forças Armadas e somos agentes secretos itinerantes. Nós estamos aqui e você vai passar a trabalhar para que nós no verão”. “Tá bom”. Aí, eu, passado um período, adquirei a confiança deles, né?

NARRADOR: Jango foi avisado que corria risco de vida.

>> O General Ernesto Geisel, quando falava na Voz do Brasil, ele era extremamente comunicativo. Ele gostava de se reportar e demonstrar os seus feitos, as suas obras... Que ele vinha concluindo no Brasil. Ele se reportava, e ele, nesse ínterim, nesse intervalo da Voz do Brasil, minuciosamente ele dizia, fora do contexto, ele dizia uma palavra. E ele ia juntando aquelas palavras... É tudo [ininteligível] são coisas cifradas, assim. Então, assim que eu fiquei sabendo que ele tinha que avisar.

>> Em um bom dia nós tomamos conhecimento de que o Adalberto Rocha Benevenuto(F) foi visitar o João Goulart e disse: “Doutor, tem um conhecido que é agente da inteligência e me disse que há um plano para eliminar o senhor”.

>> O General Ernesto Geisel mandou... Me autorizou. Não é mandou, me autorizou a avisar o Dr. João Goulart de que ele corria eminente perigo de vida e que tomasse cuidado na alimentação, nos remédios, que o negócio ia se dar dessa forma, e não de modo violento como, digamos assim, uma rajada de metralhadora ou coisa parecida.

>> “Ah, isso é bobagem”, disse João Goulart. “Que mandar me eliminar. Se ia eliminar, me eliminava em 64. Agora vai me eliminar? Isso é bobagem. Vamos falar de outra coisa”. Ficou bravo.

>> Mandei informar o Dr. Leonel Brizola de que ele seria... A sua casa seria invadida durante a noite, para que tomasse cuidado.

>> Seqüestraram Brizola, Brizola tem um Deus à parte, eu ia gostar de falar com Brizola. Quando eu [ininteligível] com Fleury seqüestrar Brizola, ele tinha um Deus à parte, ele não dormiu em casa, o Brizola, pode acreditar, ele estava dormindo na casa da Terezinha [ininteligível] e nós invadimos a casa do inspetor. Que a operação era para seqüestrar o Cândido Aragão e Brizola [ininteligível] íamos prender o coronel [ininteligível] que era comunista e ele era, digamos, o responsável militar por aqueles [ininteligível] que eram ativistas contra [ininteligível] e que eram meio doidos... Mas esse homem não pode estar falando sério [ininteligível] que havia um plano para matar João Goulart, ele não sabe nada. Mas hoje, que passaram tantos anos, eu sei que aquele [ininteligível] descobriu o plano. Como? Não sei. Como que ele soube que havia um processo no andamento para eliminar João Goulart, eu não sei, mas ele não só soube disso, como depois soube de mais um plano contra o Brizola, do seqüestro e quando o Benevenuto(F) avisou ao Brizola de que poderia ser vítima de um seqüestro em Montevideu, em Buenos Aires, o Brizola, mais esperto, ele se foi

para [ininteligível] e não foi [ininteligível]. Agora, o Dr. Benevenuto(F) terminou sendo morto por causa do [ininteligível] recado que deu para Goulart e um ano depois para Brizola.

NARRADOR: Nas ruas de São Borja a tentativa de assassinato.

>> Eu fui com o Tenente Ciro(F) até São Borja para eliminar esse que estava mandando os recados de alerta para João Goulart. Ali eu fui de motorista e o Tenente Ciro deu uns tiros no [ininteligível] e o Amaral. Aí saiu uma mulher com um monte de crianças, várias crianças começaram a rodar ao lado [ininteligível] e não deu para voltar. Eu disse: "Você é tenente, como que não acertou o cara ali há quatro metros?" "Não, eu sou do 4º Escalão, eu sou o tenente da mecânica, não sou atirador".

>> Por isso que ele não me matou. Aí ele foi, fez o relatório, que eu era louco, que aquilo ali não era verdade, e essa foi a desculpa que ele deu para o Major Heródes(F) e para o serviço de inteligência brasileiro que não me matou por isso, porque eu era louco, que era um irresponsável, um simplório que não estava sabendo o que dizia. Que aquilo ali não era verdade.

NARRADOR: Mário Neira Barreiro tem se dedicado a escrever um livro.

>> O fato de ter escrito o livro é que originou a minha perseguição, porque nem os que me perseguem, acreditam, ninguém sabe que eu sou assaltante de banco.

NARRADOR: São anotações do tempo em que diz ter sido do serviço secreto uruguaio.

>> Toda minha vida fui treinado para outra coisa, fui treinado para policiar pessoa, para proteger o Estado, e pensava que eu estava fazendo a minha parte, que eu estava fazendo a coisa certa. Eu pensava, em certo modo, que João Goulart era um conspirador, eu acreditava que ele era um conspirador. E eu tinha que dar conta dele.

NARRADOR: Conta às ações que culminaram com a morte de Jango.

>> O Fleury, acho que ele... O que nós temos hoje aqui, o que está faltando aqui para nós concluir que ele é um conspirador? Claro que ele é um conspirador. Claro que ele é um conspirador. Então ele foi para o Brasil com aquela opinião de que, o João Goulart, com aquilo que ele falava, era um conspirador, e temos que dar um jeito nele. Ele foi no Brasil e falou com o General, e o General disse: "Faça o que tem que ser feito". Então ele disse: "Pra mim, o que nós temos que fazer é eliminar esse homem e pronto". Então, para Fleury, foi ele(F) que condenou a morte de João Goulart. Foi ele que disse. "O que nós temos que fazer? Temos que eliminar de uma vez e pronto".

>> Depois daquelas declarações nós fomos pesquisar a parte de venenos e tal. Nós hoje sabemos que esses venenos foram feitos na casa [ininteligível] no Chile. Isso foi o Maycon [ininteligível], que hoje é uma testemunha protegida do governo americano. Ele trabalhou para a CIA e ele montou com a DINA, do Contreras, no Chile. Ele montou... Nessa casa existia um laboratório de venenos, são 10 venenos produzidos em massa para que fossem eliminados, inclusive, foram eliminados, alguns agentes traidores da CIA...

>> Quando começou a Operação Escorpião, não se sabia nada do veneno, não se sabia que João Goulart iria ser morto.

NARRADOR: E pede desculpas pelo que diz ter feito.

>> Imagino que o senhor deva ter raiva de mim, porque eu fiz parte de um conluio que terminou com a vida de seu pai, mas eu não podia fazer muita coisa. Conseguimos colocar um comprimido naqueles remédios que eram importados, que vinham da França. Estavam na posse do gerente do Hotel Liberty. Eu nem posso dizer, porque não sei mesmo exatamente o que era, se depois do aspecto que tinha, não era um gás, um corpo sólido que era um líquido desidratado num microondas, tipo um microondas, um autoclave. Então era um composto que tinha três elementos básicos e era desidratado e era colocado, não me lembro se colocamos [ininteligível], para nós poder colocar esse veneno dentro desse invólucro, [ininteligível] enxertar um agente especial, um araponga lá no Hotel Liberty. [ininteligível] Ele roubou os remédios de uma caixa que tinha encontrado, não me lembro, uma espécie de cofre forte que tinha no hotel. Ele pegou da gerência e deu para nós, e o Dr. Carlos [ininteligível] fez a colocação de um comprimido em cada invólucro.

NARRADOR: O capataz da Fazenda La Villa foi a última pessoa a falar com Jango.

>> Conversamos até uma da manhã, daí ele foi, pegou um copo de água, tirou um comprimido e tomou, e foi dormir. Daí uns 40 minutos já estava morto.

>> Havia uma remanência do cloreto, havia uma remanência no corpo, que ia ficar no corpo do João Goulart. Ele não poderia ser examinado por 48 horas. Por 48 horas aquela substância poderia ser detectada.

>> Um comprimido de potássio, de cloreto de potássio não mata ninguém, a não ser que você já esteja com o seu potássio de 6,5, 7, e esse seja uma gota d'água a mais. Mas isso, não. Isso provavelmente foi um consumo crônico, um consumo durante alguns dias, algumas semanas que foi acontecendo. Imaginando que ele tomasse uma cápsula por dia do medicamento anti-hipertensivo, você imagina que ele deve ter usado isso talvez um, dois, três meses, né, imaginando

como foi. Porque é sorteado. Você imagina um potinho, ali tinham alguns comprimidos de cloreto de potássio, mas tinham vários que eram de hipertensivo. Então isso não deve ter sido uma coisa que ele colocou e no outro dia o presidente veio a óbito. Provavelmente foi um processo mais lento.

>> Eu tenho momentos que eu fico assim, pensando nas pessoas que trabalharam conosco, e vem a tal suspeita, essa que a gente, de tanto ouvir falar, a gente começa a pensar no passado... Fulano que trabalhou lá em casa...

>> Sabíamos que o João Goulart ele teria, inequivocamente, ele teria que morrer quando tomasse o comprimido. Então, todo mundo estava esperando a morte, mas a morte não acontecia. Ele não tomava o comprimido? O que estava havendo? E o que ele guardava? Ele tomava os comprimidos de um frasco e guardava o invólucro. Aí ia na [ininteligível] ele pegava outro frasco, guardava. Tomava três comprimidos. Depois ia, digamos, na casa da [ininteligível] e tinha outro frasco. Quando, em determinado momento ele estava incomodado com aqueles frascos, dizia: "Puxa, parece que eu tenho uma farmácia em cima". Aí pegava os frascos e ele colocava e jogava fora os frascos.

>> Ele não era uma pessoa assim que medicamento era certinho, ele controlava tudo. Realmente era uma pessoa meio dispersiva nesse assunto. Então, não sei, de repente pode ter havido a possibilidade de que trocaram o remédio dele.

>> Ele tinha parece que um Deus a parte que estava protegendo ele. Ele misturava aquele comprimido que ia matar com outros comprimidos. E da casualidade que ia tomando, e sempre estava tomando os comprimidos que não iam matar ele. Até que em algum momento chegou a desgraçada hora de que [ininteligível] ele tomou e logicamente ele ia dar uma hipertensão, ia morrer. Lamentável, eu fico... Eu me desculpo, eu peço perdão... Não sei o que dizer.

Há um ditado asiático que diz: Todo fato tem três versões. A sua, a minha e a verdadeira.

[palmas]

Sessão encerrada às 22h10.

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 19 HORAS, NO AUDITÓRIO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (INTERLEGIS).

Às dezenove horas e quinze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e oito, no Auditório Antônio

Carlos Magalhães, prédio do Interlegis, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns e Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 71, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 10 de setembro de 2008, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir e promover o lançamento documentário *Jango em três atos*. Convidados que comparecem: Luis González Arias, Embaixador do Paraguai e João Vicente Fontella Goulart, do Instituto João Goulart. O Senhor Presidente, após a exposição dos Senhores convidados, faz suas considerações finais, agradece a participação de todos e informa que após a apresentação do documentário, que deverá constar nos anais do Senado Federal, a reunião esta encerrada. Faz uso da palavra o Senhor Senador: Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e dez minutos, após a apresentação do documentário *Jango em três atos*, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 71/08, CDH, de autoria desse Senador, aprovado em 10/09/08, requer a realização desta audiência, com vistas a discutir e promover o lançamento documentário *Jango em três atos*.

Agradeço à presença de todas as autoridades. Agradeço Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático. Exmo. Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; Exmo. Sr. Jorge Koichi Saiki, Diretor-Presidente de Transportes Coletivos de Brasília, TCB; Sra. Virgínia Galvez, diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, Diretor do documentário; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart.

Agradeço, também, a todos os servidores, convidados, senhoras e senhores, diretores e servidores do Senado Federal.

Carlito Brizola, também deputado, fazemos questão de registrar a presença. Alegria enorme estar conosco, neste momento. Passo, neste momento, a palavra ao mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, a pré-estréia do documentário da TV Senado, *Jango em três atos*, é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Compõem a Mesa: o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário; a Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O documentário que ora apresentamos resgata a vida, o Governo e o exílio do ex-presidente da República João Goulart. Por meio de relatos de vários protagonistas dos fatos que culminaram com a queda do Presidente eleito e a instalação do regime militar, que durou 24 anos.

O trabalho tem direção de Geraldo Goulart, que também dirigiu os documentários *Niemeyer por Niemeyer*, *O tempo de Érico* e *Getúlio do Brasil*. A produção de *Jango em três atos* contou com o apoio do Instituto Presidente João Goulart, com a sessão de documentários e fotos do acervo da família. Passamos novamente a palavra, nesse momento, ao nosso mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart.

SR. JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART: Exmo. Sr. Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, nosso amigo e ex-chefe de cerimonial do Governo João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi, Diretor-Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; Sra. Virgínia Galvez, nossa diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, nosso diretor do documentário *Jango em três atos*; Deputado Carlito Brizola, que aqui nos acompanha, neste momento; diretores e servidores do Senado Federal; embaixadores; representantes do corpo diplomático.

Para nós, hoje, é uma satisfação estar hoje, aqui, na pré-estréia desse documentário que, em parceria a TV Senado com o instituto Presidente João Goulart, se faz realidade, hoje.

É muito importante nós estarmos, nessa data, chegarmos a este momento, pois há muito tempo nós vemos – não é, Deraldo? –, rodando Argentina, Uruguai, enfim, e, quando surgiu a idéia de fazer um documentário desse tipo, já quase dois anos atrás, nós

entendíamos e conversamos com o Deraldo: “Deraldo, já existe o filme do Sílvio Tendler, que trata do Governo João Goulart. Então, a família gostaria e o instituto de fornecer, claro, o material fotográfico, o suporte de depoimentos, enfim... Mas que a gente também conseguisse estender um pouco mais, não somente o Governo João Goulart, mas também o que aconteceu depois do exílio”. Porque a história, muitas vezes, fala de Jango como se a sua atividade política tivesse terminado no 31 de março de 64.

Então, nós tentamos recuperar os seus momentos do exílio, as dificuldades que o exílio traz, a peregrinação de que se faz os exilados, porque todo exilado é um peregrino, principalmente na América Latina.

A América Latina, naqueles anos depois do golpe de 64, aqui no Brasil, claramente financiado, hoje, pelos documentos desclassificados, hoje, pelo *Nacional Security Archive* dos Estados Unidos e outros documentos, claramente financiado pela intervenção da CIA americana no processo, no processo democrático brasileiro e que, depois, vamos ver, como o documentário traz, o processo sendo reconstruído e sistematicamente produzido na Argentina, no Uruguai, no Chile, enfim, em toda a América Latina, ao ponto de chegar o momento político da América Latina, nos anos 70, que somente a Venezuela possuía um Governo democrático, e os outros países todos se encontravam sob a égide das ditaduras, claramente um patrocínio americano.

Os Estados Unidos tinham uma política externa que derrubou todos os governos constitucionais da América Latina, no momento em que, a partir de 64, o Brasil se posiciona na defesa da soberania dos povos, principalmente na crise dos mísseis cubanos, aonde o Governo João Goulart interfere para ver se... Sobre a autodeterminação dos povos, foi a primeira vez que San Tiago Dantas vai à conferência de Punta Del Este e defende a tese da autodeterminação dos povos, e que o Brasil não se posicionaria no sentido... Como fez com Cuba, também o fez contra... Votou contra a OEE, no colonialismo de Angola, Moçambique e outros países de fala portuguesa.

Então, para nós é uma satisfação termos chegado, depois de dois anos, a conseguirmos – né, Deraldo? – colocar o documentário, vai ser colocado na TV Senado dia... Próximo domingo. E, como ficou muito extenso, vai ser dividido em duas, em duas, em dois blocos, em dois domingos.

Então, eu quero agradecer à Virgínia, principalmente, também, que nos deu muita força para que acontecesse isso, e a todos vocês, hoje, que aqui nos prezam com a sua presença e que... E todos aqueles, também, que deram depoimentos dentro do filme e que até o Deraldo botou *in memoriam*, demorou dois

anos, nós temos, aí, pessoas que fizeram depoimentos dentro do filme e que já se foram, a todos eles, a vocês, Presidente Paim as nossas homenagens e os nossos agradecimentos.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário.

SR. DERALDO GOULART: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, a quem cumprimento todos os demais senadores desta Casa.

João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, que, muito mais que um parceiro, funcionou como um produtor para este documentário, e eu reputo, aqui, que a ajuda do João foi inestimável para o resultado final desse documentário que nós veremos a seguir.

Gostaria, também, de em nome do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Presidente Jango, também cumprimentar a todo o corpo diplomático, embaixadores e demais membros que estão aqui.

Do Legislativo, aqui, do Distrito Federal, Sr. Jorge Saiki Koichi, diretor-presidente dos Transportes Coletivos; a diretora da TV Senado, Virgínia Galvez, a quem eu também agradeço toda a ajuda prestada para a feitura deste documentário.

Queria destacar, também, a presença, aqui, do Deputado Carlito Brizola, do Sr. Fábio Maçal, presidente do comitê de imprensa do Senado Federal e também os colegas diretores e servidores do Senado Federal.

O João já antecipou muita coisa sobre o documentário, que levou dois anos para que ficasse pronto; não foram dois anos dedicados exclusivamente à feitura do documentário, mas foram dois anos de pesquisa, de busca de informação e também na produção. Eu gostaria, agora, de cumprimentar o Sr. Hernani Fittipaldi, que acabou de chegar aqui, ajudante de ordem(F) do presidente Jango, e, nesse período de tempo, o nosso foco foi mudando, porque, a princípio, a nossa intenção era fazer um documentário um pouco diferente desse que está aqui.

Como as informações foram fluindo, e nós tivemos, também, apoio do gabinete civil da Presidência da República, Palácio do Planalto, que liberou mais de dois mil documentos que ainda estão sendo catalogados, muita coisa ainda não se conseguiu vislumbrar, não se conseguiu detalhar, mas é uma tarefa que foi destinada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ, e está sendo, então, feito esse trabalho. E também nós conseguimos outros documentos, como vocês vão ver no documentário, que, de alguma forma, mostram o que houve nesse período muito rico politi-

camente, para o Brasil, que vem de 46, basicamente, a 64, que, depois, a gente dá ênfase, também, a esse período do exílio, porque há um hiato entre a deposição de Jango, em 1º de abril de 64 e, posteriormente, a ida dele, no dia 4 de abril de 64, ao Uruguai, e a morte dele, do Jango, em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina.

Então, esse período, para os brasileiros, de modo geral, para os historiadores, está aqui Antônio Babosa, excelente profissional, aqui, do Senado Federal, a quem também dedico esse documentário.

Havia, então, essa falta de informação, e o João falou certo que, quando se começou esse documentário era justamente para documentar esse período. Então, se fez isso, e nós tivemos o depoimento de Mario Neira Barreiro, que é um presidiário que está na PASC, Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, que contribuiu muito, e, depois, em São Borja, também, encontramos Amândio Moraes do Amaral, que também deu outra contribuição, ele era membro do Partido Comunista Brasileiro e também informante do SNI, que ele mais, vocês vão ver no filme, que ele complementa as informações que nós buscamos.

Eu queria frisar, também, que o filme, ele não tem nenhum objetivo de defender qualquer tese. Ele apenas joga a luz sobre fatos que já são do conhecimento público, que estão, aí, à tona, e sendo discutidos e debatidos.

Eu queria fazer um agradecimento especial, neste momento, aqui, ao corpo de funcionários da TV Senado. O que vocês vão assistir, agora, é um trabalho de grande envergadura, em que há um tratamento muito especial de imagens; que, normalmente, as imagens antigas, elas são amareladas, por causa do tempo, enfim, mas vocês vão ver imagens muito bonitas, imagens inéditas. Então, eu gostaria de agradecer e dizer que esse trabalho só foi possível, por ter uma equipe tão qualificada trabalhando junto. Então, aos servidores do Senado Federal, estou vendo aqui, também, o James Gama, ex-diretor da TV Senado, que muito contribuiu para esse trabalho. E eu queria deixar, então, o meu agradecimento, na figura da assistente de direção, Cristina Monteiro, que fez um trabalho extraordinário do início ao fim desse documentário.

Então, como eu já disse antes, esse é um trabalho de equipe. Eu tenho o mérito de estar aqui falando, neste momento, como diretor, mas nada disso teria acontecido se não fosse o talento dos servidores da TV Senado e também do Senado Federal. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Ouviremos, agora, Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SRA. VIRGÍNIA MALHEIROS GALVEZ: Boa-noite a todos. Eu queria agradecer a presença de todos, para nós é um motivo de muita honra.

Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero fazer um agradecimento especial, Senador, por distinguir a TV Senado, o nosso documentário, o Deraldo, com essa homenagem que a Comissão faz a esse trabalho que foi um trabalho de fôlego da TV, como disse o Deraldo, um trabalho de equipe.

Muita obrigada, Senador. É um reconhecimento para nós.

Sr. João Vicente Goulart, parceiro nessa história; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe de cerimonial João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi; Diretor Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; caro colega, amigo e profissional a quem respeito, Deraldo Goulart; senhoras e senhores; diretores e servidores do Senado Federal; Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático, aqui presentes; senhoras e senhores.

Como eu disse, é uma honra para a TV Senado ser distinguida, por esse lançamento, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Esse trabalho é um trabalho que honra, também, a TV Senado, porque é fruto de uma pesquisa profunda, de uma dedicação profunda, feita por uma equipe que é dedicada a produzir, dentro da TV, esse segmento de produção, que é o trabalho de documentários, o trabalho em cima da nossa história recente do país.

O documentário do Jango, que o Deraldo fez graças a essa parceria firmada com João Vicente e que foi objeto de um convênio que nós firmamos com o Presidente Garibaldi, no início do ano, embora já houvesse todo um trabalho anterior de parceria, mas isso também foi fruto desse convênio e facilitou muita coisa em termos de finalização desse trabalho.

Esse trabalho, ele é um documento precioso sobre a história recente do país. Vocês vão ter a oportunidade de ver a riqueza de imagens e de informações que o Deraldo recolheu e costurou.

Não é um trabalho que se faz em um dia, dois dias. A gente até costumava brincar com o Deraldo que estava demorando um pouco, mas, depois que eu assisti, e eu acho que depois que vocês assistirem vocês vão entender a razão dessa demora; que não dá nem para dizer que foi uma demora, foi realmente um tempo bem gasto. Porque foi um tempo dedicado a uma pesquisa importante, uma pesquisa iconográfica, uma pesquisa de conteúdo e, principalmente, um trabalho de construção.

Você contar uma história é muito difícil; contar uma história com imagens é mais difícil ainda; e montar

isso é um desafio. Como disse o Deraldo, o trabalho de televisão é um trabalho tipicamente de equipe. Então, a TV Senado como um todo está de parabéns e essa equipe trabalhou com muita dedicação, na construção desse quebra-cabeça.

Você tem um monte de imagem, você tem um monte de fotografias, você tem um monte de informação, você tem um monte de depoimentos, e essa construção, ela é difícil, ela é delicada. E ela teve, da parte do Deraldo, uma... Ele teve um talento em fazer isso.

Eu queria te parabenizar, Deraldo, de público. É uma honra, mais uma vez, tê-lo como parte da nossa equipe da TV. Já fizemos muitas coisas, inclusive com você. A TV Senado, com esse vídeo, está fechando dez vídeos históricos, só nesse ano de 2007. Ao longo da nossa história, são 80 vídeos documentários sobre a história recente do país; é um tipo de programação que nós entendemos como sendo a nossa responsabilidade, além de fazer bem ao Senado, que é nossa responsabilidade primeira.

Então, não é um trabalho que começou agora, mas que, com certeza, tem sido uma construção e um aprendizado para todos nós. Eu acho que nós chegamos realmente a um nível de excelência.

Então, sem me alongar, queria agradecer a todos e dizer que é uma notícia, até. Nós temos um acervo muito bom e nós estamos firmando uma parceria com a biblioteca do Senado. Nós vamos montar uma videoteca, com vídeos da TV Senado, inclusive esse, e esse material, muito em breve, estará também na biblioteca digital do Senado.

Então, as pessoas procuram muito cópias dos nossos produtos, e nós temos muita dificuldade de atender e ficamos chateados porque não conseguimos. Então, agora, de alguma maneira, nós vamos deixar isso acessível ao público, que vai poder assistir na biblioteca e vai poder acessar no site da biblioteca digital.

Então, é mais uma porta que a gente abre, para um amplo conhecimento desse trabalho que a gente faz e que a gente vai continuar fazendo, espero, com excelência cada vez maior. Muito obrigada.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João Vicente, Deraldo, Virgínia. Eu estou com um discursinho pronto, aqui, que eu escrevi hoje à tarde, e eu vou ficar nele, prometo. Mas deixa eu abrir dizendo para vocês que a minha vida política eu comecei num Congresso estadual de trabalhadores, que ia daquele Congresso, no Rio Grande do Sul, escolher um

sindicalista para ser constituinte. Eu não era filiado a partido nenhum.

Eu fui escolhido nesse Congresso e disseram: “Escolha o partido que você quiser, e o movimento sindical gaúcho vai fazer campanha para você”. Eu confesso que meu coração ficou dividido entre o PDT e o PT. Por um lado, eu tinha o carinho, o respeito e o amor do inesquecível Leonel de Moura Brizola, tinha a história de meu pai, já falecido, que era Jango, que era Getúlio e que era Brizola.

Eu já, diversas vezes, contei, da Tribuna do Senado, as datas em que, infelizmente, esses três ícones da história do trabalhismo morreram e como foi, na minha família, o sentimento. Mas, enfim, naquele momento, lá atrás, eu tinha que decidir a filiação e acabei me filiando no PT, mas fiquei sempre com o coração dividido.

Então, hoje, estou aqui com muito orgulho. Meu coração, hoje, se unificou, porque eu estou aqui como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, apresentando, participando desse momento bonito da história do povo brasileiro, que fala desse ícone do trabalhismo, que é o nosso querido Jango, ex-presidente da República.

Permitam que eu me reporte, nessa minha pequena fala, ao meu querido Rio Grande. Quem é gaúcho sabe do respeito e o carinho que nós sempre tivemos por César Passarinho. César Passarinho, compositor e cantor negro que morreu muito jovem, no Rio Grande. E tem uma canção dele que diz: “O exílio é como a agonia dos pássaros cativos. De que adianta ter um par de asas se falta o céu para voar?”. É assim que eu vejo o nosso Presidente, no exterior, e a forma como ele morreu.

Jango morreu no exílio, foi um homem público como poucos, soube, com o sacrifício da própria vida, enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário. O seu legado continua vivo e em enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros e brasileiras que acreditam na justiça social e em um processo que deve ser alimentado diariamente.

Quando penso em Jango, penso em democracia social e racial. Quando penso em Jango, penso em liberdade de expressão. Quando penso em Jango, penso num belo debate político. Quando penso em Jango, penso nos interesses nacionais. Quando penso em Jango, penso exaustivamente na pátria. Uma pátria ainda que, com certeza, vamos encontrar, uma pátria para todos.

Há mais de dois mil anos, o filósofo e político romano Marco Túlio Cícero já se perguntava: “Qual é o valor da vida humana, senão o relacionarmos com os

eventos do passado que a história guardou para que nós?”. A história de Jango.

Por isso eu creio, meus amigos e minhas amigas, que não há como esquecer a história de João Belchior Marques Goulart e de todo o seu legado. Parabéns. Parabéns, mesmo, à TV Senado e a todos os profissionais que realizaram o documentário *Jango em três atos*. Hoje, casualmente, é o dia do professor, finalizo com uma frase do educador Paulo Freire. Disse Paulo Freire, numa oportunidade: “Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”. E eu digo: essa frase sintetiza a consciência libertadora dos trabalhistas que marcaram época, no seu tempo, e entraram para a história eterna do país, do nosso querido Brasil.

Por que não lembrar, na figura dos seus principais ícones, nossos ícones, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Todos nós amamos esse país e queremos ele livre, justo, igualitário, solidário e próspero, como sonhou o grande Presidente João Goulart.

Vida longa, vida longa às idéias do inesquecível João Goulart! Muito obrigado.

[palmas]

Senhoras e senhores, daremos início à exibição de *Jango em três atos*, que terá duração de 120 minutos. Desejamos a todos uma agradável sessão, na exibição do documentário, e, com certeza, esse documentário, para efeito de Comissão, ele constará nas notas taquigráficas da Comissão.

Desde já eu agradeço a presença de todos e informo que, com a apresentação do documentário, estará encerrada esta Audiência Pública. Vamos ao documentário.

SR. HERNANI FITTIPALDI: De modo que, então, nós fomos companheiros no colégio dos maristas, em Uruguaiana. E São Borja não tinha ginásio naquele tempo, nem em Itaqui e nem em Alegrete. E o meu pai era muito amigo do pai do Jango, e a minha mãe também muito amiga, de modo que nós somos companheiros desde os sete anos de idade.

Acabamos o ginásio dos maristas juntos, ele foi para a política, eu fui para a Aeronáutica, fui ajudante de ordem do Dr. Getúlio Vargas, fui piloto dele e amigo do Jango, e, quando assumiu, me chamou para Brasília, de modo que, neste livro, eu conto todas essas histórias.

Esta aí o nosso comandante, e temos que retomar o fio da história, porque o povo que não... Que não cultiva a sua história, ele corre um sério risco de repeti-la sem saber.

[palmas]

De modo que a história deste Brasil foi começada com Getúlio Vargas, concluída com Jango, e, agora, vamos aguardar para ver o que nós teremos.

O meu livro conta tudo isso. Esse [ininteligível] acabou, porque aí eu conto todas as histórias, as mais íntimas possíveis e do meu querido amigo Jango, sempre terá sido [ininteligível]. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao registro, essas foram as palavras do Sr. Hernani Fittipaldi.

SR. FLÁVIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO: Agradecendo o convite do Senador Paulo Paim, entusiasmado com os trabalhos da Comissão do Senado, TV Senado, trabalho de pesquisa extraordinário, eu quero entregar este livro ao João Vicente, que tem parte, aí, da história dos últimos, dos últimos dias do Governo Civil. E servi com Jango com dedicação e guardo dele uma memória na cabeça e no coração.

Eu realmente estimava o presidente, por muitas razões. E me lembro uma vez que, muito cansado com o trabalho lá no cerimonial, ele me chamou para despachar, e era a entrevista do Marechal Tito, e ele sempre conversava pouco com ele, não tinha muita... Eu digo isso no livro, não era íntimo dele, não era do círculo dos "tchês", dos gaúchos. Mas eu sempre o admirava, o estimava, e nunca consegui manifestar esse sentimento, porque eu quebraria o que a mim mesmo tinha me imposto, né?

Quer dizer, eu não queria passar por adúlador, não quis passar por isso, porque não o era, queria apenas servir. Mas, nesse contato que eu tive com o Presidente, ao despachar, este dia, ele olhou para mim e disse: "Ô, Flávio, você está com dor de barriga? Você está com uma cara péssima". Eu digo: "Não, Presidente, eu realmente estou um pouco cansado". Aí, ele parou, disse: "Peça o que quiser". Aí, me surpreendeu. Aquele pedido, aquele oferecimento tão generoso. Me veio, sinceramente, a resposta. Disse: "Presidente, eu quero continuar a merecer a sua confiança e servir ao seu Governo até o último dia". E tive que fazer, porque realmente eu o acompanhei a Porto Alegre, durante os últimos dias em que o Presidente esteve em território nacional.

Era só isso que eu queria dizer, muito obrigado, aí, a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Essa foi a fala do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart. Vamos, agora, à exibição do documentário.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: O rio Uruguai divide os dois maiores países da América do Sul: de um lado o Brasil; do outro,

a Argentina. O rio que separa também aproxima, vira ponto de encontro para brasileiros e argentinos. Entre eles, João Belchior Marques Goulart, o Jango.

>> Era muito ousado, ia nadar aquele rio, lá, muito fundo, aquele rio tem piranha, tem isso, tem aquilo. Aí, ele ia embora.

>> Quando nós olhamos, ele estava do outro lado, perto lá de umas arvorezinhas. Nadava bem.

NARRADOR: A conquista movia os homens da fronteira. Casado com Vicentina Marques, a D. "Tino-ca", o estancieiro Vicente Rodrigues Goulart, era coronel do corpo provisório de São Borja, na fronteira com a Argentina.

>> A mãe disse que a maior tristeza, quando ele via, de longe um correndo, um cavalo vinha com uma coisa branca, ela já dizia: "Ih, meu Deus, já vai o Vicente para a revolução". Ele vivia assim, cada levante que tinha, o meu pai ia.

>> Manoel Flores vai morrer. Isto é moeda corrente. Morrer é um costume que sabe ter toda gente.

NARRADOR: O Rio Grande do Sul era dividido entre chimangos e maragatos.

>> Eu sei que saqueavam as nossas fazendas. Roubaram bastante coisa. Mas isso os maragatos, porque papai era borgista. Então, levavam o gado que queriam, e os que não dava para levar matavam.

NARRADOR: Borges de Medeiros ficou 30 anos no poder, com o apoio dos chimangos; entre eles, Getúlio Vargas.

>> Os maragatos e os chimangos.

NARRADOR: Os maragatos queriam mudar a Constituição de 1891, que permitia a reeleição dos presidentes estaduais.

>> Viviam em guerrilhas. E era triste, porque irmãos com irmãos, não é? Onde é que se viu isso?

NARRADOR: A guerra acabou em 1923, com o pacto do Castelo de Pedras Altas, na fronteira com o Uruguai.

>> Meu pai foi morto na Revolução de 23, foi fuzilado, injustamente, porque já tinham feito a paz, e o Governo fazia esperas contra muitos chefes daquela revolução, e meu pai era um deles. Ele era um capitão, rebelde, e já vinha desmobilizado, vinha para casa. E ela não teve como avisá-lo, ele foi preso e, logo adiante, fuzilaram.

NARRADOR: Enquanto o Rio Grande do Sul ensaiava os passos da paz, Getúlio Vargas já era político de prestígio nacional. Voltou ao Estado em 1928, quando foi eleito presidente da província do Rio Grande do Sul. Era presença certa na feira agropecuária de São Borja. Dava atenção aos amigos, entre eles, Vicente Rodrigues Goulart. Jango, filho de Vicente, tinha gosto pela vida na fronteira.

>> Gostava muito da lida campeira, executava muito bem laços, as coisas mais difíceis, o laço, gado, essas coisas. O Jango sabia fazer e bem feito.

NARRADOR: Junto aos peões, conheceu os perigos da lida no campo.

>> Mandou passar uma boiada, assim, atravessar, e o cunhado disse: “Não, não vai aí, porque esse gado vai correnteza abaixo”. Não, ele queria fazer e foi. Se foi o gado todo abaixo, correnteza abaixo; um mais outro pararam. E, aí, foram contar para o meu pai, e papai disse: “Não. Errando se aprende”. Não ficou nada bravo com ele.

NARRADOR: Para aprender mais, teve que sair de casa.

>> Ficava no mesmo colégio que eu estava. Só ele não podia pousar, porque era colégio de meninas. Aceitavam gurizinhos pequenos, só. De noite, ele ia para a casa desses amigos do meu pai. Quando ele saiu de Itaqui, ele era pequenininho. Acho que com uns 12 anos ele foi para Uruguaiana.

>> Ginásio Santana dos irmãos Maristas. E aquele pessoal todo que tinha recursos iam estudar lá, porque não havia outra hipótese.

>> Uma vida meio triste, mesmo. Sempre, sempre, longe dos pais, não é?

>> Meu pai era o representante dele. Sempre tinha um cidadão na cidade que representava ele. Então, ele... Despesas e qualquer coisa de pagamento de ginásio, essas coisas todas eram feitas assim. Depois, então, o pai dele remetia de dar o dinheiro. E o Jango cursou até o segundo ano e, depois, foi para Porto Alegre e acabou o ginásio lá em Porto Alegre. Ele, as irmãs dele, que ela casou com o Brizola, era uma das moças mais bonitas daquela fronteira, ali.

NARRADOR: Jango queria ser jogador de futebol no clube do coração.

>> Jogou. Não foi craque, não. Jogou quando era pequeno, gurizote. Tinha um baita defeito: era do Internacional, número 5, naquela época.

NARRADOR: O sonho acabou deixando marcas no corpo adolescente.

>> Aquilo foi uma doença venérea, deu nele e não sarou mais. Gastou uma fortuna, foi para São Paulo, operou duas ou três vezes, mas não sarou. Ficou a perna dura.

>> Ele não se formou junto com os outros, por causa de que ele estava com esse problema na perna. Ele ficou postado. E ele tinha a turma dele no carnaval.

NARRADOR: A turma do bloco “comigo ninguém pode”. A partir da década de 30, o mundo passou por grandes mudanças, e o Brasil também. A Coluna Prestes vagou pelo Brasil em busca da revolução no campo. Mas quem liderou a revolução vitoriosa foi Getúlio Var-

gas. Na Intentona Comunista, Prestes tentou derrubar Getúlio Vargas. O levante custou dez anos de prisão do líder comunista. Olga Benário, entregue ao regime nazista, foi morta depois de dar à luz a filha com Luís Carlos Prestes.

>> Cúpula do Governo nossa, toda ela era fascista.

NARRADOR: No Brasil, nasceu o Estado Novo, seguindo os europeus na adoção do regime de força. Adolf Hitler conquistou a Alemanha com o carro do povo. Quis conquistar o mundo pela força. A força expedicionária brasileira lutou contra o nazismo.

>> E assim nós fomos colhidos, de repente, para uma guerra que nós não estávamos preparados, e uma FAB que nasceu no dia 20 de janeiro de 41; em 42, no dia 22 de agosto, declararam guerra.

NARRADOR: A campanha, na Itália, aproximou os militares brasileiros e norte-americanos.

>> Nós fomos treinados por um sujeito que era capitão, foi comissionado em coronel, era capitão de West Point. Ele foi comissionado em coronel, era um líder, era um sujeito que terminou a vida dele como comandante das forças da OTAN. Foi comandante de toda a instrução aérea da Força Aérea Americana.

NARRADOR: O Brasil cedeu bases para a Força Aérea Americana.

>> Natal era a mais importante, por causa do saliente com Dakar, lá no Senegal. Eram os três, quase três mil quilômetros de distância. Mas o Getúlio colocou, lá no comando da zona, o sujeito mais [risos] fervoroso, adversário dele, até não diria inimigo, não sei qual era o grau, o Brigadeiro Eduardo. Ele botou o Eduardo Gomes lá. Porque ele sabia que o Eduardo Gomes não ia deixar os americanos tomarem conta, né?

NARRADOR: Em troca, ganhou apoio para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. O fim da Segunda Guerra Mundial deu início à era atômica. Tatuada no corpo a marca do novo tempo. Formado em Direito, Jango viu em Porto Alegre as mudanças no mundo. Com a morte do pai, voltou para São Borja.

>> Assumiu todo o comando de todos os patrimônios do pai dele. Porque o irmão dele havia falecido também, antes. E ele ficou como o único homem da família.

NARRADOR: Depois de 15 anos no poder, Getúlio Vargas também voltou ao Pampa.

>> Aqui fala o repórter Esso, testemunha ocular da história.

>> E atenção, atenção, ouvintes! Renunciou o Presidente Getúlio Vargas.

NARRADOR: Escolheu a fazenda de Itu para passar o tempo.

>> Eu estive quatro ou cinco vezes durante o exílio, naquela fase da volta. E trago, disse aí, recordações as mais chocantes. Por exemplo, um repórter, peguei um momento em que a turma estava na sala, conversando fiado, e tentei correr à casa do Getúlio. Era uma casa modestíssima. O quarto do Getúlio era praticamente um quarto de estudante pobre. Uma caminha daquelas caminhas de estudante, uma mesinha, assim, num canto, com gavetas, em cima, tinha uma vitrola daquelas vitrolas à mão, manual, que era tudo que o Getúlio tinha como entretenimento musical. E, basicamente, uma coleção de disco de 78, do Pedro Raimundo.

NARRADOR: Recebia visitas, sendo a de Jango a mais freqüente.

>> Tive a satisfação de receber o Dr. João Goulart, em 1947, na fazenda do Itu, lá em Itaqui, no Rio Grande do Sul, onde fui levado, menino, pelo então Embaixador João Neves da Fontoura, que foi fazer uma visita de reconstituição de amizade ao Dr. Getúlio Vargas.

>> As distâncias eram próximas, e ele ficou muito amigo do Presidente. Era mais moço, e o Presidente também encantou-se com ele. E, daí, começa a sua carreira política.

NARRADOR: No Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas para atuar junto à classe operária.

>> Ele procurava ser aquilo que Getúlio ensinou com muita sabedoria, um anteparo entre o capital e o trabalho.

NARRADOR: O General Eurico Dutra, candidato apoiado por Vargas, venceu as eleições presidenciais de 1945.

>> O Dutra ganhou do Brigadeiro Eduardo Gomes, que havia combatido todo o tempo a ditadura.

>> Em 45, havia acontecido uma coisa até então inexplicável. É que os comunistas que haviam sido perseguidos, não perseguidos apenas politicamente, mas criminalmente, pela ditadura, a ditadura Vargas. Os seus líderes, postos na cadeia, onde Prestes ficou anos, anos e anos, julgados por uma corte de exceção, que era o Tribunal Segurança Nacional. Os comunistas, em 1945, na hora da redemocratização, ficam com o ditador.

NARRADOR: Getúlio Vargas foi eleito Senador da República.

>> Getúlio se elegeu Deputado Federal por sete estados e Senador por dois.

NARRADOR: O Congresso virou Assembléia Nacional Constituinte.

>> Dutra, qualquer coisa que levavam para ele, ele perguntava: "Isso está no livrinho?". Ele era um cai-

pira completo. "Está no livrinho?" "Está na Constituição, Presidente." "Então vamos fazer."

NARRADOR: A Constituição de 1946 é tida como uma das mais democráticas do país.

>> Foi quando eu conheci o Juscelino, em 46. Foi o meu primeiro trabalho importante como jornalista, foi a cobertura da Constituinte de 46.

>> Decretar a Constituição é um ato de grandíssima importância, é um ato grave. Mas cumpri-la é que é o supremo dever.

>> Particularmente aos meus queridos amigos da Bahia, reafirmo-lhes, aqui, que não há noites eternas. Restaurou-se a democracia no Brasil.

>> O Partido Comunista do Brasil e a sua bancada na Assembléia Nacional Constituinte, que discutiu e votou esta Constituição, está tanto o partido como está a sua bancada dispostos a lutar para que esta Constituição seja cumprida.

>> Até 1947, o Partido Comunista estava na legalidade, e os partidos ditos tradicionais, que não tinham de tradicional nada, porque todos eram... Havia sido fundados depois da queda do Presidente Getúlio Vargas, em 45. Eram partidos novos, portanto, a UDN, o PSD, o PTB; e auxiliares, forças auxiliares, o partido liberal, do Deputado Raul Pilla, cuja bandeira era o parlamentarismo, que tinha, digamos, uma aliança tácita com a UDN.

NARRADOR: Descontente na política, Getúlio Vargas voltou para São Borja.

>> Passou lá os quatro anos e tanto, né? Foi exilado. A família poucas vezes apareceu lá. Lá, tinha o filho, o mais moço, que era fazendeiro, lá, o Maneco Vargas, o "Baixinho", etc., e muito amigo do Jango, íntimo do Jango. Se ligou tanto ao Getúlio que passou a administrar um pouco, também, a fazenda do Getúlio, que estava muito largada.

NARRADOR: Na fazenda de Itu, Jango começou a pensar na volta de Getúlio ao maior cargo da nação.

NARRADOR: Sede da copa do mundo de 1950, o Maracanã virou símbolo nacional. O Brasil arrasou os adversários no maior estádio do mundo. O estádio lotado para a decisão final entre Brasil e Uruguai. Os brasileiros abrem o placar. O favoritismo do Brasil aumentou ainda mais. A vitória escapou pela vontade uruguaia de jogar. Foi a derrota mais sofrida de todas as copas. A dor da perda do título, dentro de casa, gerou a expressão "síndrome de vira-lata", de Nelson Rodrigues. O tombo na copa do mundo não derrubou o quererismo.

>> O movimento do quererista, muito assolado pelo Jango, primeiro no Rio Grande do Sul, envolta daquela região missioneiro, ali, e que foi um movimento

que pegou fogo no país inteiro, né? Arrasta Getúlio para ser candidato.

NARRADOR: Getúlio Vargas venceu o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional.

>> Era um homem muito radical, muito conservador, ultraconservador, direita, mas ele teve o sentimento... Ninguém ensinava a gostar do Brasil, para ele; ele gostava do Brasil tanto quanto qualquer um de nós.

>> Agora, o Getúlio não tinha condições físicas, estava inteiramente desligado de tudo. Ele estava desinteressado, ele tinha engordado 30 quilos, a roupa não cabia mais nele.

NARRADOR: O Presidente foi acusado, pela UDN, de estimular a luta de classes. O plano de conciliação nacional apresentava sintomas de fracasso. Um dos focos da discórdia era a criação da Petrobras.

>> Quem começa, no Brasil, a cuidar seriamente do petróleo, como política de Governo, é o Conselho de Segurança Nacional, fundado em 1932, depois da revolução de 30, e sob a égide dos militares, das Forças Armadas, especialmente o Exército.

>> Quando Getúlio vem a São Paulo pela primeira vez, para participar do grande comício do Anhangabaú, Vale do Anhangabaú, 1950... Ah, nós fizemos, em frente à faculdade, um grande comício, e lutamos a faculdade toda, com faixas negras. E eu fui um dos jovens oradores disto, apesar de ser um recém-chegado a São Paulo. Só pra dizer a resistência grande que eu tinha ao Getúlio, por conta da história dele no Estado Novo.

NARRADOR: Getúlio Vargas queria o apoio dos trabalhadores.

>> Eu conheci ele dando ordem, de baixo para cima, para cima de mim, que eu estava comandando uma greve, ele me chamou e intimou para acabar com a greve. Ele chamou os patrões, fez os patrões darem, não sei com que força que ele tinha, deve ser até a força do Banco do Brasil, a dar a reivindicação total que a categoria queria e estava 51 dias em greve. E virou para mim e disse assim: "Todo mundo volta para o trabalho. Você vai ser demitido, na forma da lei". E fui. O jogo da política é isso.

NARRADOR: A classe o operária queria a melhoria salarial, 100% de aumento pelos dez anos sem reajuste do salário mínimo. Na greve dos 300 mil, foi criado o Pacto de Unidade Intersindical.

>> O sindicalismo brasileiro não foi um sindicalismo conquistado da luta, do trabalho, nas batalhas sindicais. Não. O sindicalismo foi outorgado, foi dado pelo Presidente Vargas.

NARRADOR: Vargas ficou a reboque do movimento, quando queria estar à frente do radicalismo operário. Jango, eleito Deputado Federal, foi convida-

do a assumir a Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul.

>> O Dr. Getúlio vai para lá, atrai o Jango, que tinha ficado lá tentando fazer a política estadual, interessadíssimo, elegeu Governador do Estado, Dornelles, o Ernesto Dornelles, Governador do Estado.

NARRADOR: A crise sindical levou Jango ao Ministério do Trabalho.

>> Ele enfrentou toda a greve dos marítimos, favorável à greve dos marítimos, foi nas assembléias da greve dos marítimos. Quer dizer, são coisas assim que fez com que esse Ministro teve a simpatia do movimento sindical.

NARRADOR: Buscou junto aos trabalhadores apoio ao Presidente da República.

>> Dr. Getúlio nos deu sindicatos fortes, nos deu as colônias de férias, nos deu salário mínimo, o repouso semanal remunerado, nos deu isso. Era uma caixa de munificência a que ele tinha na mão.

NARRADOR: Foi acusado de se transformar em Ministro dos trabalhadores.

>> Como contraprestação dessa subordinação no Ministério, os sindicatos gozavam de regalias especiais, desde as colônias de férias, as vantagens materiais, propriamente ditas, até uma certa intimidade com o poder.

NARRADOR: Propôs aumento de 100% do salário mínimo.

>> Quis dar um aumento de salário que compensasse a inflação da época, e deu um aumento salarial bem mais alto do que se imaginava que seria dado.

NARRADOR: Saiu do cargo quando 82 coronéis e tenentes-coronéis assinaram o memorial contra o aumento.

>> Foi um manifesto muito duro, exigindo a demissão do Jango. E o Getúlio foi obrigado a demiti-lo.

NARRADOR: Carlos Lacerda era um dos maiores tribunos do país. A verve política tinha como destino o jornal.

>> E era um grande orador, sem nenhum apego especial, sem nenhum compromisso especial com a verdade. Se alguém lhe dissesse alguma coisa a respeito disso e disso, ele, na mesma hora, encampava como sendo uma grande verdade e saía divulgando.

NARRADOR: Era dono do jornal Tribuna da Imprensa.

>> Carlos Lacerda. Que passou a verve, com a sua oratória, com a sua capacidade de denegrir.

NARRADOR: Disputava os leitores com Samuel Wainer, do jornal Última Hora.

>> A Última Hora, destinada, praticamente, com finalidade única, a sustentar o Governo. Quer dizer, são porta-vozes do Governo do Presidente Vargas.

NARRADOR: Lacerda acusava Wainer de fraude no empréstimo do Banco do Brasil.

>> Essa circunstância de se favorecer, dessa maneira, um jornalista que ficou dono do jornal, que o jornal prosperou rapidamente. E um jornal, em concorrência com outro, levou o Carlos Lacerda, jornalista e dono de um jornal, que se sentiu muito prejudicado.

NARRADOR: A briga virou tragédia, no atentado da Rua Toneleros, no Rio de Janeiro. O alvo era Lacerda; a vítima foi o Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, foi apontado como mandante do crime. Forçado a renunciar, Getúlio Vargas preferiu o suicídio. Antes de morrer, entregou uma cópia da carta-testamento a Jango.

>> Foi um choque muito grande para mim, muito grande. Porque a carta-testamento me colocava, de repente, num divisor de águas entre as críticas que nós tínhamos em nome da ditadura do Estado Novo e o que ele tinha passado a representar, de fato, a partir da vinda dele, em 1950, quando foi eleito pelas urnas...

NARRADOR: O pai dos pobres deixou a vida para entrar na história. Em 1955, Juscelino e Jango concorreram a Presidente e a vice. Implantou o plano de metas "50 anos em 5".

>> De 46, que é quando começa a redemocratização, a 64, o Brasil viveu anos de uma criatividade, de um florescimento enorme. Veja você, Juscelino Kubitschek e a política desenvolvimentista; o Teatro de Arena e o Teatro Oficina; na literatura, movimentos adiante da semana de arte moderna, que houve em 22; na arquitetura, Niemeyer e vários outros são esplendorosas manifestações; na educação, Anísio Teixeira, que esse vem de 30; Darcy Ribeiro; Jean Francesco Guarnieri, ele vem dessa geração; o Glauber Rocha vem nessa geração... E vai por aí. Eu ficaria citando nomes infinitamente.

NARRADOR: Quando casou com Jango, Maria Teresa Fontela tinha apenas 17 anos.

>> Eu conheci o Jango quando eu tinha 14 anos. Mas eu acho que o namoro, assim, namoro mesmo, começou depois de 15 anos, que ele foi na minha festa de 15 anos, no Rio, que ele era muito amigo da... A minha tia era casada com o irmão do Dr. Getúlio, e ele freqüentava muito a família Vargas.

NARRADOR: A esposa, ainda adolescente, estava no meio da política.

>> Ele era Ministro, foi quando eu conheci o Jango. E eu não tinha, assim, muita aproximação, assim, com os problemas políticos.

NARRADOR: Como Vice-Presidente da República, Jango presidiu o Senado Federal.

>> O Vice-Presidente da República era eleito por eleição direta, independente do Presidente da República. Então, a Constituição de 46 deu ao Vice-Presidente da República uma função. E essa função foi o seguinte: o Vice-Presidente da República preside o Congresso, preside o Senado.

NARRADOR: Foi nessa condição que recebeu os jogadores, quando a Seleção Brasileira ganhou a primeira copa do mundo. Na Suécia, surgiu Pelé, o menino prodígio do futebol. No Brasil, os campeões ganharam o carinho do povo e a homenagem das autoridades pelo campeonato mundial de 58. A década de 60 chegou com tanta novidade que chocou a sociedade. Havia o desejo de um outro tipo de vida, à margem do sistema oficial. A esse conjunto de manifestações deu-se o nome de contracultura: cabelos longos, roupas coloridas e misticismo orienta, a busca por liberdade sexual, liberdade de expressão. São Francisco, nos Estados Unidos, virou o berço do movimento hippie. Mas foi uma banda da Inglaterra que deu o tom da rebeldia. A voz dos meninos de Liverpool ecoou em todo o mundo. O Brasil seguiu o ritmo das obras da nova capital. O show da inauguração foi no dia 21 de abril de 1960. O primeiro poder a se instalar na capital foi o Congresso Nacional.

>> É com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília.

NARRADOR: O Brasil vivia o clima eleitoral para a escolha do chefe da nação. De um lado, Jânio e Milton Campos (Varre, varre, vassourinha, varre, varre a bandalheira); do outro, Lott e Jango (De Sul a Norte, na terra brasileira, é uma bandeira o Marechal Teixeira Lott).

>> E nós insistíamos que João Goulart fosse candidato a Presidência, e ele não queria, não queria, resistiu, resistiu, resistiu... Então, nesse ínterim, ficou a hipótese de nós lançarmos o General Teixeira Lott para candidato à Presidência da República. Por que o General Teixeira Lott? Porque ele era ardorosamente favorável ao monopólio estatal do petróleo.

NARRADOR: Jânio Quadros, que queria varrer a corrupção, foi eleito.

>> Candidato da aliança era o Lott, perdeu feio para o Jânio Quadros, e o Jango ganhou a eleição do Jânio Quadros. Ganhou bem, diga-se de passagem.

NARRADOR: Foi o primeiro Presidente a tomar posse na nova capital. Jânio proibiu o biquíni, briga de rinha e o lança-perfume. Condecorou o líder guerrilheiro Che Guevara. No dia 25 de agosto, dia do soldado, cumpriu o último compromisso público. Renunciou com apenas sete meses de Governo. O Brasil saía do reino da vassoura, a União Soviética entrava na era dos satélites. Jango conheceu o Sputnik, que em russo

quer dizer companheiro. No clima de camaradagem, dançou com jovens soviéticos. Na China, a recepção foi calorosa. Jango levou ao povo chinês a mensagem de amizade dos brasileiros.

>> Viva a amizade, cada vez mais estreita, entre a China Popular e os Estados Unidos do Brasil.

NARRADOR: A notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros recebeu na viagem ao oriente.

>> Imediatamente, o Pedro [ininteligível] entregou a carta de renúncia ao Auro de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso Nacional. Não se discutia mais a volta dele, era uma coisa passada; se discutia a sucessão.

NARRADOR: Em carta ao jornal [ininteligível], o relato daquele que Jango disse ter sido o momento mais dramático da vida dele. Na ausência de Jango, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder.

>> Nessa ocasião, eu até recebi um convite, através do Alckmin, em nome do Mazzilli, me chamando para ser Ministro da Justiça. Eu disse: "Eu sou apologista da posse do Presidente pura e simples. Não posso servir a um Governo que tem por objetivo a não-assunção do Presidente João Goulart à Presidência da República".

>> E lá fomos nós todos, eu, líder do PTB, as outras lideranças partidárias, numa reunião do gabinete do Mazzilli, o Presidente Mazzilli, à Câmara dos Deputados. Porque ali se formalizou o veto à entrada do Jango no Brasil.

NARRADOR: Os militares vetaram a volta do Vice-Presidente, ameaçando prendê-lo assim que desembarcasse.

>> Traria o vício da suspeição, de ser muito próximo dos comunistas, de estar lutando pela implantação de uma República Sindicalista, etc. E a China, sem dúvida nenhuma, é um símbolo, né? Era mais naquele tempo do que hoje, até.

>> Ele era uma figura muito discutível. E pouco confiável para conduzir o país, em termos democráticos.

NARRADOR: A intenção era manter Mazzilli na Presidência, até a realização de novas eleições, no prazo de 60 dias.

>> Dias terrivelmente tensos e preocupantes, tanto para a paz social, paz política, e para a própria paz interna, devido à polarização pró Jango e contra Jango.

NARRADOR: Leonel Brizola formou a cadeia da legalidade, integrada por emissoras da região Sul.

>> Brizola foi informado, por funcionários dos Correios e telégrafos, que tinha vindo um telegrama do Ministério da Guerra, determinando o bombardeio

do Palácio Piratini. E foi aí que ele foi para o microfone e fez um pronunciamento. E, à medida que ele falava, juntava povo na praça da matriz; no fim, tinha uma multidão.

>> Me lembro desse discurso. Ele dizia: "Matem, marinheiros, matem seus oficiais!". Uma revolta total.

NARRADOR: A proposta acendeu a luta entre partidários do veto e defensores da posse de Jango.

>> Apoiamos a posse do Presidente João Goulart, face a esse. Mas tínhamos a certeza de que ele não iria ter pulso para segurar o país contra a ideologia extremista da época, como de fato aconteceu.

NARRADOR: O Congresso Nacional começou a discutir a adoção do regime parlamentarista.

>> Tentaram o golpe. E, aí, interveio San Tiago, que é uma figura extraordinária a quem o Brasil deve os mais relevantes serviços, e disse: "Não, vamos fazer o seguinte: eu compreendo que o senhor tenha o receio de um Presidente que tem uma fama de ser muito esquerdista, etc. Vamos moderar os poderes dele, através de um parlamentarismo, de maneira que fique a própria Assembléia Legislativa com a incumbência de eleger o Primeiro-Ministro, e o Presidente da República exerce poderes de representação do Estado".

NARRADOR: Informado da extensão da crise, Jango quis apressar a volta ao país.

>> Ao passar por Paris, me telefonou de madrugada. "Como é o quadro, Almino. Almino, eu estou decidido a ir tomar posse. Mas tenho que fazer um contorno pela América Latina, para assuntar, para ver que momento é o momento exato". Aí, me disse: "Telefonaram-me, o Senador Afonso Arinos e o Deputado San Tiago Dantas, dizendo que começa a haver rumores para uma transação entre mim e as oposições, que consistiria em reservar meu direito de tomar posse como Presidente da República, mas num sistema parlamentarista". Ou seja, capavam o presidencialismo, os poderes que ele tinha, que o povo havia lhe outorgado, e ele seria um pouco a rainha da Inglaterra na história. "E o senhor o que acha disso, Presidente?" Disse: "Almino, eu não posso negar-me a conversar. Mas a minha decisão é voltar para tomar posse".

NARRADOR: Chegou ao Uruguai, onde estava Tancredo Neves, com a proposta parlamentarista.

>> Eu fui designado para ir com Tancredo. O Tancredo decolou uma hora antes, para não me levar, porque eu era contra a aceitação de parlamentarismo. Eu representava a bancada, e a bancada achava que a maioria da bancada era contra o parlamentarismo e eu também era contra, e ia levar essas informações, a mando do Almino Afonso.

>> Trouxemos o Jango, e, nessa altura dos acontecimentos, já se ouvia falar na Operação Mosquito.

>> Para a derrubada do Presidente, do avião que condizia o Presidente, né? Eu li esses telegramas, assinado por Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica. Mas eu não... Eu não guardei, não pedi cópia, nem nada. Quem me forneceu esse documento, tive acesso a esse documento através do Dirceu di Pasca, né?

NARRADOR: No dia primeiro de setembro de 1961, pisou em solo brasileiro, na capital gaúcha.

>> E o Jango chegou, e uma das pessoas que desembarcou ali, como uma espécie de anjo da guarda dele, protegendo ele, chamava Ernesto Geisel. Era o General Geisel, que tinha ido a Montevideu, para dar a garantia do esquema militar. Quer dizer, era a facção militar que estava, ali, pela legalidade. O Brizola tentou botar ele para falar para a multidão, tinha uma multidão em frente ao palácio, embaixo, ele ficou da sacada, só acenava, assim, para a multidão, e a multidão urrando: "Fala, fala, fala...". Ele nada, calado. E, aí, começou uma vaia da multidão. Porque ele não falava e, aí, foi virando a multidão contra ele, entendeu? Porque era uma sinalização de que ele estava se compondo com aquilo que a opinião pública não queria, o parlamentarismo.

NARRADOR: O Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº. 4, limitando os poderes presidenciais.

>> Uma emenda do parlamentarismo, que estava dormindo lá nas gavetas do Congresso fazia tempo. Era a emenda de um gaúcho, do Raul Pila, velho Raul Pila. E votou-se em 48 horas.

NARRADOR: Jango embarcou para a capital Federal, cercado de um rigoroso esquema de segurança.

>> O Dirceu di Pasca me disse: "Aterramos sem nenhum problema". Aí, na hora de abrir a porta, ele pensou assim: "Quem deve desembarcar primeiro?". Aí, questão de protocolo, dizia ele: "A gente desembarca o Presidente?". E desembarcamos nós. Mas o receio é que, ao abrir a porta do avião, não tínhamos certeza se seríamos recebidos com uma rajada de metralhadora ou criancinha lá embaixo, com ramos de flores para entregar ao Jango, né? Bom, não aconteceu nem uma coisa, nem outra. E, daí, nós fomos direto para o Torto.

NARRADOR: Em 7 de setembro de 1961, Jango foi empossado na Presidência da República.

>> Prefiro pacificar a atirar ódio. Prefiro harmonizar a estimular ressentimento.

NARRADOR: O gabinete parlamentarista tinha Tancredo Neves como Primeiro-Ministro de Estado.

>> Vou citar alguns nomes que compunham o Ministério. Por exemplo, San Tiago Dantas, Almino

Afonso, Carvalho Pinto, Ulysses Guimarães, Roberto Lira, Hermes Lima, Evandro Lins e Silva.

>> Jango reuniu sempre um verdadeiro selecionado. Ali estava a boa-fé dele. Ele pegava os melhores homens do país e colocava no seu gabinete ministerial. Não bastava isso.

NARRADOR: O Presidente Jango começou o Governo propondo as reformas de base. No Rio Grande do Sul, o Governador Leonel Brizola tomou controle dos serviços de energia.

>> Não devia ter dado a menor retenção aos discursos de Brizola, manter a sua linha de uma posição centro-esquerda equilibrada, e não disputar esquerdismo, retoricamente, com um populista como Brizola. Isso conduziu o Jango à posição insustentável.

NARRADOR: No Nordeste, as ligas camponesas lutavam pela Reforma Agrária.

>> Julião foi um precursor dos sindicatos rurais, criou a Liga Camponesa na Paraíba, com o professor Assis.

>> Qual era, inicialmente, a luta? Era acabar com o trabalho gratuito. O camponês pagaria o foro da terra, da área que ele ocupasse, e o proprietário pagaria o salário dos dias de trabalho do camponês. Isso era uma libertação dos camponeses. Eles passariam a receber dinheiro, aí, compravam, na feira, onde quisessem. Então, para eles, era uma vitória extraordinária. Mas o proprietário também se julgou prejudicado, que tinha o trabalho gratuito, tinha tudo isso na mão e, de repente, ter que pagar o salário, aí, passou a reagir.

NARRADOR: A repressão ao movimento camponês foi tema de documentário.

>> Tudo estava pronto para começar a filmagem. Mas, no dia 15 de janeiro de 1964, houve um conflito perto de Sapé, envolvendo, de um lado, policiais e empregados de uma usina; e, do outro, camponeses. Onze pessoas morreram no conflito.

>> Foi feito o filme Cabra Marcado para Morrer, que é exatamente mostrando a morte de João Pedro Teixeira e a viúva dele, assumindo a liderança do movimento camponês em Sapé, D. Elisabeth Teixeira. Então, a partir daí, a coisa começou a ficar muito violenta na Paraíba.

NARRADOR: A violência no Nordeste chamou a atenção do Governo norte-americano.

>> Com essas... Essa movimentação crescente do movimento camponês, os irmãos do Kennedy, o Eduardo Kennedy, que depois foi Senador, e o Bob Kennedy, que foi, inclusive, candidato à Presidente dos Estados Unidos, estiveram lá e chegaram à conclusão de que a aliança para o progresso, através do chamado ponto 4, que era a ajuda americana ao Nordeste tinha fracassado totalmente. O Kennedy, então, num encontro

com João Goulart, lá nos Estados Unidos, se mostrou interessado em vir conhecer o Nordeste, porque ele estava preocupado que o Nordeste se transformasse num segundo Vietnã.

NARRADOR: Junto ao movimento camponês, estavam militares americanos.

>> Descobriu que, em lugar de técnicos, eram militares da Marinha americana. Infiltraram, no movimento camponês, alguns elementos. E esses elementos passaram a tomar uma posição mais radical. Inclusive, a signa "Reforma Agrária na lei ou na marra", e fizeram Julião comprar uma fazenda em Goiás, para entrar guerrilheiros. Com a radicalização, a igreja começou a tomar posição e fundar sindicatos rurais, no interior, com outra linha, e combatendo as ligas camponesas.

>> Nessa época, a igreja ainda não havia passado, estava começando a passar pelas transformações. Depois de João XXIII.

NARRADOR: O Papa João XXIII mobilizou a igreja na opção pelos pobres.

>> É só lembrar que João XVIII morre em 1963. Portanto, o que ele plantou de mudança na igreja católica foi fecundar, alguns anos depois. Mas a igreja, até 63, era uma igreja fechada, numa posição anticomunista cega, tudo era o comunismo, não por razões de Estado, mas porque o comunismo era ateu.

NARRADOR: Na política externa, o Governo brasileiro apoiou o direito de Cuba à autodeterminação.

>> O Presidente do Brasil diz não, não deve ser. Não pode haver intervenção.

NARRADOR: Na crise dos misses, entre Estados Unidos e Cuba, o Brasil atuou como mediador.

>> O Kennedy já estava apertando João Goulart, porque aquela reunião de Punta Del Este, você lembra? San Tiago defendendo, lá, a não intervenção? Então, só não houve a intervenção em Cuba, porque o Jango não deixou, porque o Jango não concordou.

>> Pela primeira vez se fala na autodeterminação dos povos. Che Guevara, que estava presente, saiu por cima das cadeiras para abraçar o San Tiago Dantas.

NARRADOR: Reatou relações diplomáticas com a União Soviética.

>> Naquela ocasião, ele realmente consolida uma idéia de política independente.

NARRADOR: E estabeleceu a diplomacia do não-alinhamento.

>> A visita de Tito dá cumprimento à política externa do país, que preconiza o estreitamento de nossas relações com todas as nações do mundo, sem discriminações de qualquer ordem.

>> O mundo dividido em dois, a Guerra Fria, tinha que se encontrar uma solução. A solução não podia ser a solução pela guerra atômica.

NARRADOR: Conheceu os projetos militares dos americanos.

>> Se o Brasil passasse a ter um Governo esquerdista, os Estados Unidos se sentiriam derrotados, diante do cenário internacional, até porque eles tinham, realmente, receio de que a União Soviética pudesse, de alguma maneira, auxiliar um suposto Governo esquerdista no Brasil.

NARRADOR: John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos, queria alternativas democráticas à revolução cubana.

>> Kennedy era uma figura simpática, não é uma grande bandeira, mas muito comprometido com as forças reacionárias dentro dos Estados Unidos.

NARRADOR: Tudo ficou mais difícil depois da morte de John Kennedy.

>> O João Goulart foi vítima da ação desastrada da política externa dos Estados Unidos. Esse é que é o fato.

NARRADOR: No Brasil, a campanha para o plebiscito sobre o regime de Governo estava nas ruas.

>> Realizado o plebiscito presidencialista, a conspiração recrudescceu para a derrubada do Jango, com reuniões em Petrópolis, no Rio de Janeiro, nas quais participavam, entre outros, Deni Radmach(F), Eduardo Gomes, Nelson de Mello, Francisco Campos, Antonio Ned(F), Prado Kelly, Sílvio [ininteligível], Cordeiro de Farias, etc.

NARRADOR: O presidencialismo venceu dando plenos poderes ao chefe da nação.

>> O PSD e a UDN se uniram para derrubar o parlamentarismo. Porque os dois já tinham duas candidaturas na rua. O PSD, com JK, em 65, que Juscelino queria voltar, e a UDN com Carlos Lacerda.

NARRADOR: Os partidos articulavam as candidaturas presidenciais.

>> Todo o 63, o Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, conspirava; o Magalhães Pinto, Governador de Minas, conspirava; o Ademar de Barros, Governador de São Paulo, conspirava; o Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, conspirava; o Brizola, que havia deixado o Governo, acabou o mandato dele em 62, deixou em 31 de janeiro de 63, conspirava; o Ney Braga, do Paraná, conspirava. Uns de um lado, uns de direita, outros de centro e outros de esquerda.

NARRADOR: Havia agitação por toda parte.

>> Houve uma radicalização da esquerda, que cresceu muito, e uma radicalização da direita.

NARRADOR: O radicalismo virou palavra de ordem.

>> O Jango foi derrubado, ele começou a ser derrubado desde que tomou posse. Porque os Mi-

nistros, que não queriam a posse dele, continuaram conspirando.

>> Todo mundo queria o poder, e todos se convenciam de que o Jango também não queria deixar o poder. E, aí, os militares também começaram a conspirar.

NARRADOR: A falta de produtos de primeira necessidade penalizava o povo.

>> Parece mentira. Até açúcar, cujas usinas são próximas dali, justamente porque eram boicotados, boicotados, escondidos, para fazer uma agitação social.

NARRADOR: Os sindicatos faziam greve por melhoria salarial.

>> Foi uma greve que agrupou 17 categorias profissionais em São Paulo.

>> Nós conseguimos o 13º salário, mas já conseguimos também o Salário Família. O Salário Família estava há muito tempo... Levou 13 anos pra você ter 5% do salário mínimo para quem tem uma porção de filhos.

NARRADOR: Os estudantes lutavam por mudanças sociais.

>> Era criação de grêmios estudantis nos colégios, era uma participação maior nos congressos, nas reuniões. E a gente tinha uma ligação com o Ministério da Educação através de reuniões com a diretoria do ensino secundário, que era dirigida pelo professor Lauro de Oliveira Lima, e com os movimentos de alfabetização de adultos. Os estudantes participavam desses movimentos naquela época.

NARRADOR: No rastro das reformas de base veio o IPS órgão influente no Congresso Nacional.

>> O que estamos fazendo nós para impedir que se coloque diante do povo brasileiro a trágica opção entre soluções antidemocráticas?

>> O INBADE(F), que era uma sigla que financiava candidatos ao Parlamento, só financiava os candidatos em oposição ao Sr. João Goulart.

NARRADOR: A desapropriação das companhias estrangeiras dava a linha da política interna do Governo.

>> Desejamos encontrar um termo justo em que elas tenham a remuneração justa e razoável pelo seu capital, que possam obter lucros, mas que se dedicando à atividade de interesse nacional, esses lucros possam também trazer benefícios ao país.

NARRADOR: A política esbarrou na dependência econômica dos Estados Unidos.

>> O Brasil não pretende aumentar imoderadamente o seu endividamento, e pelo contrário, o que se deseja é estabelecer condições que lhe permitam enfrentar os seus compromissos de acordo com sua capacidade de pagar.

>> O Santiago era realmente um homem de uma cultura vastíssima. De uma capacidade enorme de negociação para que nós pudéssemos organizar nossos pagamentos da dívida externa recebida num total naquela ocasião de três bilhões e 500 milhões de dólares.

NARRADOR: Não havia dinheiro para pagar a vista a terra na Reforma Agrária.

>> Pagar previamente em conselheiro vivo. Isso é impossível, né?

>> Nunca existiu no mundo inteiro Reforma Agrária feita com esse índice.

NARRADOR: Não havia como dar aumento para os trabalhadores.

>> Naquela época a inflação estava 52%. Você saía de manhã com o dinheiro da passagem e pra voltar estava arriscado não ter o valor para voltar.

>> O Governo o João Goulart foi compelido a amortizar 500 milhões de dólares. O que significa aproximadamente quase 20% da dívida.

NARRADOR: Os dólares negados ao Governo Federal eram emprestados aos governos estaduais.

>> Acelerar os projetos em andamento a respeito de favelas na Guanabara.

NARRADOR: Carlos Lacerda e Ademar de Barros tenham acesso livre à Casa Branca.

>> Enfim uma porção de problemas que dizem respeito à economia.

NARRADOR: Lacerda disse ao jornal Los Angeles Times que os militares já discutiam a data certa para depor Jango.

>> Carlos Lacerda vai aos Estados Unidos e faz um grande ataque à política internacional brasileira e pede a intervenção americana.

NARRADOR: A deposição também era notícia nos jornais brasileiros.

>> A imprensa era de uma contundência adversária ao Jango, total. Estadão, a Folha, o Jornal do Comércio em Pernambuco... O que nos salvava em termos de comunicação era a Última Hora.

NARRADOR: Jango tentou o estado de sítio para garantir a autoridade do Governo, mas desistiu.

>> Meu pai entendeu que era pra apoiar o pedido de estado de sítio, primeiro porque era uma medida prevista na Constituição. E segundo porque ele dizia para ele mesmo: "Se eu não apoio o estado de sítio, o Jango cai. Se eu apoio o estado de sítio eu tenho uma chance de vê-lo concluir o Governo". O estado de sítio mal andou, mal trafegou pelo Congresso. Não foi referendado, não foi aprovado.

NARRADOR: Partiu pessoalmente para a mobilização popular com as reformas de base.

>> Ele dizia... Olha, o Brizola está equivocado. Esses líderes sindicais estão equivocados. Nós temos aí as reformas de base que nós queremos fazer, nós estamos lutando por elas. Mas achar que eu posso fazer em três anos é uma loucura.

NARRADOR: Aprovou a lei de diretrizes de bases da educação com 12,45% do orçamento Federal destinado ao ensino. Instituiu a superintendência da política agrária como preparação da Reforma Agrária. Tomou medidas para a criação da ELETROBRÁS.

>> João Goulart conseguiu, é no Governo dele que se faz a lei da ELETROBRÁS. É no Governo dele que se faz o código de telecomunicações e que se cria a EMBRATEL.

NARRADOR: Regulamentou a remessa de lucro das empresas estrangeiras.

>> O Presidente assinou esse... Esta disciplina dos capitais estrangeiros, não apenas como remessas de lucros e de dividendos, mas como viabilização segundo os interesses do país de seus investimentos locais.

NARRADOR: Autorizou a desapropriação de terras improdutivas às margens nas rodovias e ferrovias federais.

>> Trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em partes, a [ininteligível] da injusta reivindicação, aquela que dará um pedaço de terra pátria para eles trabalhar!

>> Inclusive o Jango também já tinha me falado que ele, de qualquer maneira, faria aquele comício, mas que ele tinha certeza de que a repercussão não ia ser favorável a ele.

>> Aí pergunta-se: Mas por quê? Por que envolver-se em tanta briga, em tanta fonte de desavença, Reforma Agrária, congelamento de aluguéis... [ininteligível] das refinarias. Só isso é uma dose para leão. Sabe por que nós entramos nessa e a maioria achava que ia dar certo? Porque o poder é uma coisa terrível. O poder é inebriante. O poder é enganoso.

NARRADOR: Uma multidão de 200 mil pessoas foi ao comício na Central do Brasil em março, numa sexta-feira 13.

>> O Governo é também o povo e que também só o povo perdeu. É a afirmação de propósitos inabaláveis de lutar, de lutar com todas as nossas forças pela reforma da sociedade brasileira.

>> Foi um momento muito marcante na minha vida porque foi o primeiro comício que eu participei junto com o Jango. E eu tinha uma grande preocupação porque havia um comentário de que iam fazer um atentado contra nós, contra o pessoal todo do comício. E principalmente contra o Jango.

NARRADOR: A mobilização contra as reformas partiu de São Paulo, na marcha de Deus com a família.

>> O episódio que marcou a igreja como participante do processo foi a grande passeata de Deus com a família. Organizada por um padre, o Padre Peyton, que aqui no Rio de Janeiro arrastou uma multidão aí pelas ruas, etc.

NARRADOR: Jango passou a semana santa em São Borja. Seria a última vez que estaria com a família na estância.

>> O Presidente estava sem autoridade. O país inteiro estava sem autoridade. Então até o comício nós tínhamos essa esperança e acho que a maioria dos companheiros tinha a mesma esperança. Mas a partir do comício é preciso ser cego. Saber que as coisas não tinham volta.

NARRADOR: Sitiados no sindicato dos metalúrgicos, os marinheiros faziam exigências.

>> Os marinheiros dominaram os navios, foram pra terra e foram se homiziar num sindicato metalúrgico dirigido por líderes comunistas. E aí aparece o famoso Cabo Anselmo. O que fez o Ministro da Marinha? Manda prender os amotinados que estavam no sindicato. Quem deveria prender? Os fuzileiros navais, a tropa de Marinha. Eles foram cumprir a missão, só que quando chegaram lá botaram o fuzil no chão e se abraçaram.

NARRADOR: O Cabo Anselmo era um dos mais agitados.

>> O Cabo Anselmo tem uma grande dúvida. Se ele se tornou agente depois do golpe ou se ele já foi um instrumento para ajudar o golpe.

NARRADOR: Os oficiais exigiram uma punição dos rebeldes.

>> Um dos objetivos daquela época, e continua sendo agora da ideologia comunista é fazer o enfraquecimento das Forças Armadas para que elas não tenham a força suficiente de contra balançar uma ação da população. E a população ideologicamente contrária ao regime democrático.

NARRADOR: Os marinheiros são presos e depois libertados.

>> A passeata dos marinheiros, o Almirante Aragão conduzido nas costas dos marinheiros, pela Avenida Rio Branco... E culmina com aquele episódio do Automóvel Clube.

NARRADOR: No dia 30 de março, o Presidente Jango foi homenageado pela Associação dos Sargentos e suboficiais da Polícia Militar.

>> Uma assembléia exclusivamente para tratar de assuntos políticos que eram voto para o sargento, voto para os analfabetos, voto para as prostitutas,

voto... Posse dos sargentos eleitos deputados; tinham dois que queria dar posse porque sargento não podia ser candidato.

NARRADOR: Então, enérgico, disse que permitia subversão em nome da ordem.

>> O Presidente praticamente inverte a ordem hierarquia reunindo-se com os sargentos numa pregação de subversão. Então a partir dali foi um processo quase que incontrolável.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango teve guarida nos quartéis.

>> No início do ano letivo de 64 tivemos a pré-eleição do já Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior, a quem estava subordinado à escola, e nos motivou bastante as declarações que ele deu dizendo que os militares eles eram... Deveriam lealdade ao Governo e não especificamente ao chefe de Governo.

NARRADOR: Na madrugada do dia 31 as tropas do General Olímpio Mourão Filho avançaram sobre a Guanabara.

>> Na noite de 31 de março eu recebi... Estava de prontidão lá com a base, e resolvi localizar a coluna do Mourão. Quando eu passei em cima da coluna, foi um... Barata gorda lá saiu... Caminhão de dentro d'água, o cara correndo, foi... Pensava que eu estava atirando ou ia atirar.

NARRADOR: O Governador Carlos Lacerda atacou o Almirante Aragão, leal ao Presidente da República.

>> Almirante Aragão, assassino monstruoso, incestuoso, miserável. Almirante Aragão, não se aproximes porque eu te mato com mil revólveres.

>> O Almirante Aragão, que era comandante dos fuzileiros navais, disse: "Presidente, eu lhe apelo. Eu quero ordem para impedir essa situação anárquica que o Governador Lacerda está fazendo, botando os caminhões de lixo ali a defender o palácio, num desafio a todos nós". Ele não deu ordem.

NARRADOR: Do Rio de Janeiro, Jango voltou para Brasília.

>> [ininteligível] fui lá conversar com ele pra ver o que ele... Vamos a Porto Alegre, vamos a Porto Alegre. Ninguém falava nada, e por um momento eu disse: "Fica difícil, até porque você não tem nem informações".

>> Até porque a notícia é de que a interceptação do avião dele era uma determinação de qualquer forma. Vivo ou morto, ele não deveria passar para Porto Alegre.

NARRADOR: Sem garantia de segurança foi para Porto Alegre tentar resistir.

>> Eu peguei o táxi e fui lá para a casa do General Ladário. Quando cheguei lá, estava aquela reunião de muita gente. Mas gente pra caramba. O Ladário dizia

assim: "Presidente João Goulart, eu tenho sérios problemas aqui no terceiro Exército. Mas a ordem que o senhor dera eu vou procurar cumprir". Nesse instante entra o Brizola que estava sendo perseguido por todo o terceiro Exército lá. Patrulhas lá tentando prender e ele dizia assim: "Peço a palavra". O Jango só olhou de lá e fez assim. Ele disse assim: "Presidente João Goulart, vamos estabelecer um Governo aqui no Rio Grande do Sul. O senhor nomeia o General Ladário, Ministro da guerra, me nomeia – dizia ele – Ministro da Justiça – só tinha eu da Aeronáutica – [ininteligível] Ministro da Aeronáutica", quando ele disse Adalberto Pereira dos Santos pediu... Ele é um cara alto... "V.Ex^a não pode aceitar a proposta do Deputado Brizola, que afinal de contas é considerado comunista pelo povo brasileiro". Quando ele disse isso, o Brizola [ininteligível]. Nem vou contar o que ele... [risos]

>> Por volta de meia-noite e meia, mais ou menos, quando chega o líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o líder do PTB, Deputado Doutel de Andrade, descarreado, etc., sem fôlego, que veio do Senado atravessando da Câmara para o Senado e do Senado ali para o palácio do planalto, a pé, correndo, nos procurando. Pra dizer que a notícia de que eles iriam fazer o golpe, eles não tinham número para votar o impeachment do Presidente, eles não tinham o número, eles então iriam declarar que o Presidente fugiu.

>> "Atenção: O Sr. Presidente da República deixou a sede do Governo. Assim sendo declaro vaga a Presidência da República".

>> O golpe mesmo, a ocupação do Governo foi no dia 1º de abril. Não foi em 31 de março. 31 de março tiveram uma data neutra. E 1º de abril não é data neutra. Eles ficaram com receio de que aquilo virasse a uma... Entendeu? A uma gargalhada. Porque, você sabe que a gargalhada tem um grande poder. Uma gargalhada bem dada derruba um Governo.

NARRADOR: Os gaúchos não conseguiram reeditar a rede da legalidade.

>> Brigadeiro Moreira Lima, comandante de Santa Cruz chegou a chorar por não poder... Compreendeu? Enfrentar os golpistas.

>> O Jango prurido por temperamentos, talvez por conhecer a história sanguínea do Rio Grande do Sul, ele era um homem contra a violência. Ele era o homem contra o derramamento de sangue. E isso talvez explique um pouco o gesto dele em 64.

NARRADOR: Da capital gaúcha Jango foi para São Borja.

>> Acabou a reunião, o Jango veio, nós fomos lá para o aeroporto. Para onde que nós vamos? Vamos para o Rancho Alegre, que é a fazenda dele.

>> Ele ficou só com o Maneco. Foi para uma fazendinha na beira do rio que os caras informaram que o regimento ia cercar a fazenda lá do Rancho Grande, e ele nos liberou e mandou todo mundo se apresentar. Voltar de avião.

>> Ele foi o oficial de Aeronáutica que comandou o avião que levou o Jango depois do dia 2 de abril, já com o golpe, levou de Porto Alegre para São Borja, onde o Jango ficou. E aí ele falou: "Presidente, eu tenho ordem de ficar à sua disposição e a hora que o senhor quiser ir para o exílio eu posso levá-lo". E aí o Jango disse: "Eu te agradeço, mas você pode voltar para a sua base, porque eu vou ficar aqui em território nacional até que seja nomeado e empossado um outro Presidente da República, porque eu quero configurar esse golpe de Estado. E depois então vou sair do país pelos meus próprios meios". E foi o que ele fez. Isso é uma coisa muito pouco conhecida.

>> Na despedida, ele pegou o avião dele, particular, que estava ali com o piloto, e foi embora para o Uruguai. Nós voltamos, daí em diante é que foi preso.

NARRADOR: Partiu para o exílio no dia 4 de abril de 1964.

>> Até hoje eu acho que eu tenho, assim, uma relação muito... De muita... Afetuosa com o Uruguai. Eu sempre digo para os meninos que o Uruguai é a minha segunda pátria.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango foi acompanhado pelo Presidente norte-americano.

>> Tinha informações detalhadas sobre o estado de saúde, cada ato, a situação da esposa... Tudo isso era minuciosamente acompanhado e havia também uma preocupação em pressionar o Governo uruguaio no sentido de restringir eventuais ações ou declarações do Presidente no exílio.

NARRADOR: Era usado todo tipo de comunicação.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Sem resistência em terra firme, a frota americana ficou sem ter o que fazer.

>> Essa documentação da Operação Brother Sam foi descoberta em 197, por uma pesquisadora norte-americana chamada Phyllis Parker. E depois foi trabalhada também por outros pesquisadores, inclusive pelo Moniz Bandeira, pelo jornalista brasileiro Marcos Sá Corrêa, pela pesquisadora norte-americana Ruth.

NARRADOR: Com a vitória os militares se dividiram.

>> Era um dia de manhã, um chefe nos reuniu e disse: "Olha, nós vamos nos retirar, vocês permanecem nas funções que deve de tarde assumir outros oficiais, porque nós somos a facção do João Costa e Silva, e o Presidente vai ser o João Castelo Branco".

NARRADOR: A ala liderada por Castelo Branco passou a dirigir os destinos do país.

>> O João Castelo Branco, ele começou a vida militar aqui em Porto Alegre, foi um excelente oficial, teve atuação destacada na força expedicionária brasileira...

NARRADOR: A vida de Jango passou a ser vasculhada por um IPM, Inquérito Policial Militar.

>> Eu fui o responsável por esse inquérito. Não é que eu conheço e conheci profundamente a vida, a figura do Sr. João Vicente Goulart. Organiza o grupo, diz: "Bom, nós temos que conhecer tudo, desde o dia que ele nasceu". Então montava equipes para vários pontos.

NARRADOR: A vida estudantil de Jango sumiu dos arquivos da escola.

>> Segundo a informação do irmão Vitor Rosseto, Secretário na época da Revolução de 64, alguém que não se sabe precisamente quem era, chegou à secretaria da escola e requisitou esta pasta em nome do regime militar, mas assim, nós não temos a informação precisa de quem era esta pessoa.

>> Aí eu corria para outro lado. Dia tal, no cartório tal, Sr. Fulano de tal adquiriu para o filho do presidente tal tantos mil hectares.

>> A única fazenda que estava em meu nome que era uma coisa muito pequena, foi uma que ele comprou aqui quando era presidente em Uruaçu. Mas era uma fazenda de cem hectares.

>> A mistura do público com o privado. Esse é o grande problema que eu encontrei.

>> A corrupção que ele não tinha ainda conseguido se livrar é de ter pintado o seu apartamento lá da Avenida Atlântica com dez galões de tinta da NOVACAP. Essa era a grande corrupção que os militares queriam provar de Jango.

>> Mas não houve consequência porque os processos, os procedimentos não chegaram à primeira instância. Na realidade não prosperou nenhum procedimento criminal contra ele.

>> Dr. Wilson Mirza que o defendeu nesses processos todos. Já o Governador Brizola, [ininteligível] dizia: "Ah, eu não vou me defender disso aí... Um dia vai ter que ser anistiado".

NARRADOR: Com o ato institucional vieram as primeiras cassações.

>> Os caras me consideravam subversivo, e eu no inquérito disse: "Mas eu subversivo? Eu acho subversivo são vocês. Eu era Governo, vocês é que derrubaram o Presidente, vocês é que são subversivo".

>> Me tiraram tudo! Me tiraram os direitos... Eu não fui vender fubá mimoso, nem essas coisas porque eu gostasse, não. Não foi por isso, não. Eu fui vender

porque me tiraram a profissão. E ainda hoje não me anistiarão.

NARRADOR: A eleição direta de Castelo Branco inaugurou a era do candidato único.

>> Ele tem uma reunião privada com o Castelo Branco, eles fazem um acordo político de que haveria eleições em 65, o Juscelino vota nisso, o Castelo trai o compromisso, adia as eleições para 66, vira eleições indiretas, assume o General Costa e Silva, do Costa e Silva para o Médici, do Médici para o Geisel, do Geisel para o Figueiredo e “bau-bau” eleições.

NARRADOR: Aliados da sucessão, os candidatos civis formaram a frente ampla.

>> Ricardo Lacerda estava com medo da D. Maria Tereza. Ricardo Lacerda me disse: “Olha, Hélio, o Jango é político. Não tem problema nenhum. Vou conversar com ele tranquilamente. Agora, o meu problema é a D. Maria Tereza. E se quando eu entrar na sala com o Jango e ela disser: “O que o senhor está fazendo aqui?””

>> Eu encontrei com ele embaixo do meu prédio quando ele estava subindo no apartamento do... Nosso apartamento. Aliás, ele nem me reconheceu. Eu falei com ele em português: “O senhor está procurando? Qual é o endereço?” Ele falou assim: Foi muito engraçado, até. Ele falou: “Não, estou procurando o endereço... Perdi o número, mas o endereço do ex-presidente João Goulart”. Eu disse: “Não, é aqui mesmo nesse prédio”. “Ah, você é brasileira? Mora aqui?” Eu disse: “Sou”. Aí ele entrou comigo no meu apartamento. “Mas como? Você mora aqui?” Eu disse: “Moro, sou Maria Tereza, a esposa do Jango”. Aí ele ficou assim: “Ah, mas que bom, não sei o que... Não havia lhe reconhecido”. Eu disse: “É, mas o senhor nunca tinha me conhecido, também, pessoalmente, né?” Aí ele entrou e foi super carinhoso com os meninos também... Foi super simpático o encontro.

>> “João Vicente, traz os teus cadernos para o Governador Lacerda dar uma olhada”. E eu não sabia do que se tratava, fui lá, trouxe e mostrei, e lembro-me que ele chorou, o Lacerda. Meu pai chegou e disse para ele: “Governador, estão estudando espanhol, parte pela sua postura, mas hoje é porque o senhor está dentro da minha casa”.

NARRADOR: No dia 5 de abril de 1967 o Governo militar proibiu qualquer atividade da frente ampla.

>> O Benedito Valadares, político mineiro, dizia: “Eu nunca vi a civil derrubar a militar. Já vi muito militar derrubar civil, mas essa frente ampla não tem sucesso nenhum”. Não deu outra coisa.

>> Uma conversa com o Pinheiro Neto ele diz: “Olha, tenho dito à Maria Tereza que acho que ela vai

voltar viúva e com netos. E eu não voltarei mais à minha pátria”.

NARRADOR: A partir daí Jango passou a dedicar-se à família.

>> A família esteve mais junto e tal, superando, evidentemente, a saudade dos pais, que a gente via estampada, mas para nós, pelo menos ainda crianças, o exílio foi um convívio mais unido com a família.

NARRADOR: A chance de voltar ficou mais distante.

>> Eu ficava revoltada mesmo. Indignada como as coisas tinham acontecido. E sofria por ele mais do que por mim.

NARRADOR: No exílio o coração dava sinais de fraqueza.

>> Ia ao lado da Venezuela, [ininteligível] pegava um avião para a Europa. E ele chegava lá e eu dava assistência a ele, assistência, inclusive, levando-o para a clínica, à clínica do Dr. [ininteligível] uma clínica radiológica em Lion, onde ele fazia o seu check-up.

>> Ele teve um infarto, e acho que já tinha sido o segundo. Porque o primeiro foi no Brasil, mas foi uma coisa mais leve. O fato de você estar no exílio e não consegue se integrar e ao mesmo tempo não pode voltar, e a expectativa de não saber se você vai voltar ou quando vai voltar. Isso para um homem que foi Presidente da República, que deu a vida dele pela... Por esse pai, é muito angustiante, né? Um sofrimento que não tem fim.

NARRADOR: A bossa nova embalava os corações da geração que levou o ritmo ao templo da música. O Brasil também tinha o experimentalismo dos mutantes. E o tropicalismo baiano.

>> O tropicalismo na música teve uma grande importância para a renovação da arte, das idéias, da vida cultural e política do Brasil. Nós devemos isso ao Caetano Veloso, ao Capinam, ao Gilberto Gil, ao Rogério Duprat.

NARRADOR: Os festivais de música popular brasileira abriam espaço para novos talentos. “Ei, ei, ei, hoje tem arrastão”...

>> Curioso. Aí surgiu outro movimento chamado MPB, pra dar o nome, Elis Regina... Que não era propriamente mais bossa nova, Paulo César Pinheiro... O próprio Chico. O Chico não é um... O Chico é um universalista da música brasileira. Ele não é bossa nova.

NARRADOR: A jovem guarda produziu o rei Roberto Carlos. “Quando você se separou de mim...” A música caipira trazia nos versos a inspiração dos nossos tempos. Emboscado na Bolívia, Che Guevara partiu. O mito ficou. Virou inspiração para a geração de 68.

>> [pronunciamento em outro idioma].

NARRADOR: A primavera de Praga floresceu sob a mirra soviética.

>> 68 foi o pico da agitação estudantil no mundo todo. Países ricos, países pobres, países capitalistas, países socialistas, juventude explodindo, os movimentos de afronta à sociedade, hippies e todas aquelas coisas.

NARRADOR: A geração flower power pedia paz e amor. E o pedido chegou ao festival de Woodstock. No Brasil, um maluco beleza pregava a sociedade alternativa. Para não dizer que não falei de flores, virou a cabeça dos jovens.

>> Esse momento criativo da vida brasileira até 64. E depois de 64 até 68, quando há um golpe dentro do golpe e aí a coisa fica muito feia.

NARRADOR: Houve quem entendesse que era hora da luta armada.

>> Naquelas condições era muito natural que um jovem que amava o seu país, que amava a liberdade se dispusesse a pegar em armas naquelas circunstâncias.

NARRADOR: A dura realidade veio com a edição do ato institucional nº. 5 pelo Presidente Costa e Silva.

>> Eu acho que a guerrilha fortaleceu a ditadura, da mesma forma que a frente ampla fortaleceu a ditadura. O 68, o ato nº. 5 é um filho espúrio da frente ampla. É lógico que eles ficaram com medo, uma união de todas essas forças, o Carlos Lacerda, eu dizia muito para ele: "Olha, Carlos, você vai enfrentar grandes problemas, grande oposição do seu grupo, mesmo. Agora, se houver eleição, você vai ganhar o direito de se dirigir ao eleitorado do Jango e do Juscelino".

NARRADOR: A ilha de Fidel Castro dava treinamento e dinheiro.

>> De todas as guerrilhas que nós pudemos combater, só a do Brizola que não tocou um tiro, por sinal, [ininteligível] de Caparaó que não foi com o grupo comunista. O resto tudo era de comunista.

NARRADOR: A guerrilha da Serra de Caparaó mostrou que era preciso mais.

>> Um dos princípios básicos da guerrilha é além da organização dos grupos guerrilheiros em si, é ter o apoio popular.

NARRADOR: Nas cidades o movimento urbano assaltava banco e seqüestrava autoridades.

>> A guerrilha urbana era o Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca...

>> Desde 1965, quando eu já estava na tropa, nós, o Exército, através do Estado maior, ele determinou que a instrução na tropa fosse também, além da instrução normal para a defesa do país, fosse também dada ênfase à instrução de guerrilheiros. A luta contra

guerrilheiros, já prevendo uma possível ilação de grupos organizados de guerrilha no país.

>> Dizimou-se praticamente todos os movimentos guerrilheiros com a exceção do que sobrou do PCdoB no Araguaia.

>> Guerrilha foi a continuação do movimento camponês de Goiás, todos os dirigentes da guerrilha passaram lá por trombas e formoso. Então, viu como tem umas partes da história que precisa a gente resgatar?

NARRADOR: O sonho da revolução no campo acabou no Araguaia.

>> Era uma resistência. Era uma... Uma espécie de rebeldia abnegada e heróica de quem não queria ir para o exílio e nem queria ser preso. Então vamos lutar.

>> Eles lutam pela vida sem temer a morte. Então, o amor à pátria, ao povo, é muito maior do que pensar no seu sacrifício individual.

NARRADOR: A morte do estudante Edson Luis ascendeu a reação ao Governo. Para o regime militar era a hora de tratar melhor a classe estudantil.

>> O Exército começava a se preocupar com uma coisa que ele não tinha se preocupado nunca, que era a sua imagem. E havia criado dentro do gabinete um serviço chamado de relações públicas.

NARRADOR: O projeto Rondon levou o estudante universitário a conhecer o Brasil.

>> Quem eram aqueles estudantes? Eram de esquerda? Eu tenho muita dúvida. A maioria nunca tinha lido nada sobre o socialismo nem comunismo. Eu ria muito com eles. Que eles mesmos diziam assim: "Eu acho que o senhor é até meio comunista". Por quê? Por quê? Eu queria as mesmas coisas deles.

NARRADOR: O comunista João Saldanha foi dispensado do comando da seleção de 70. No México, a seleção brasileira deu show de futebol. A magia do futebol canarinho encantou o mundo. O país do milagre econômico vivia o tempo do "ame-o ou deixe-o".

>> Era justamente uma indicação que nós não queríamos a exterminar nos elementos que se antepunham à revolução. Que aqueles que não tivessem, que abandonassem o país.

NARRADOR: Milhares de brasileiros saíram do país.

>> Hoje em dia, olhando friamente esse [ininteligível], não se reportando às conseqüências da época, não é aceitável mandar os brasileiros embora do país.

NARRADOR: Grande parte ficou na América do Sul.

>> O Uruguai foi um país que nos recebeu de braços abertos. Depois o Chile teve... O Chile de Salvador Allende, nós tínhamos mais de cinco mil brasi-

leiros, no total, e recebendo a proteção do Chile. Então nós temos, como brasileiros, uma dívida com esses países irmãos.

NARRADOR: A ordem dos dominicanos ajudava os perseguidos.

>> Quando houve a grande repressão em São Paulo, com o célebre Delegado Fleury que conseguiram cercar e prender o Marighella, isso foi essencialmente através da prisão e da tortura do padre dominicano do convento de Perdizes.

NARRADOR: Marighella perdeu a batalha.

>> O Marighella defendia o terrorismo. O que o Che Guevara não defendia. Tem um artigo do Marighella publicado na imprensa francesa defendendo o terrorismo como uma das formas de luta justificável para a conquista do poder.

NARRADOR: Frei Tito perdeu a vida.

>. Para que nós é um símbolo, assim, de um mártir muito curioso, muito diferente, muito original.

NARRADOR: Frei Beto montou um esquema de fuga no Rio Grande do Sul.

>> Frei Beto desarma toda essa nossa via. Por que passava por uma casa paroquial, e o Frei Beto havia freqüentado. Então, cai a casa paroquial. O pároco era um amigo meu. Ele vai preso. Vai presa uma série de pessoas vinculadas a este setor, e um padre alemão que estava momentaneamente parando nesta casa para... É levado também, e o vigário nós levamos nove dias para tirar ele do [ininteligível]. Mas o alemão ficou um mês. Porque ele era muito perigoso. E ele ó falava alemão.

NARRADOR: A rota passava pela fronteira.

>> O Cacá Diegues, eu acho que ele é o mais sociólogo dos nossos cineastas, é um mestre que vai ser estudado no futuro, fez o "Bye-bye Brasil". Como quem diz: "Até logo Brasil".

NARRADOR: Os que ficaram viram a face da repressão.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Me deram porrada de tudo quanto é jeito. Arrebataram meus tornozelo tudo, aquelas botina grande, coturno, soco nos rins... Acabaram comigo.

NARRADOR: Ficaram as lembranças no departamento de ordem política e social de São Paulo conhecido por DOPS.

>> A volta aos anos 60 pode ser interessante não como uma volta ao passado, mas como uma referência para uma tomada de atitude hoje.

>> É fato que o Brasil matou menos, muito menos, torturou muito menos, principalmente na comparação com a Argentina e com o Chile, que foram os que partiram mais para a eliminação massiva. Mas a

crueldade é algo difícil de se medir, principalmente a crueldade psicológica.

NARRADOR: A vida no exílio cobrava um alto preço.

>> Exilado político, me desculpe, é uma merda. Entendeu? Se eu soubesse o que era ser exilado político, eu preferiria ter sido preso. Corria o risco de morrer, né?

NARRADOR: Muita saudade e pouco dinheiro.

>> Iolanda fazia uma feijoada para os nossos companheiros aos sábados. E cada um deles trazia cerveja. Trazia cerveja, trazia o... A Coca-Cola, etc. e tal. De vez em quando vinha um gaúcho que trazia a garrafa de vinho... [risos]

>> Acho que era um peso pra comer lá em casa; não era de graça, não. Um peso. O Chinaip(F), que não tinha dinheiro nenhum, era quem administrava as finanças. E eu lavava, o general cozinhava, o engenheiro arrumava; ele e o Dante Pelacani. Ambos péssimos arrumadores. A gente reclamava. Tinha que varrer tudo e arrumar as camas.

NARRADOR: Sem emprego, qualquer ajuda era bem-vinda.

>> E o Jango ele era muito solidário. Ele contribuía mensalmente para o pagamento de pensão, alimentação... Tinha uns 20 sargentos que estavam lá no Uruguai. Todo mês ele dava o dinheiro. Quem ia buscar o dinheiro era, ou o... Era Amaury Silva, que foi ministro do trabalho dele, estava lá, Waldir Pires ou eu.

NARRADOR: Profissionais reconhecidos tiveram melhor sorte.

>> Houve uma grande colaboração da diáspora brasileira. É interessante verificar que em 70, quando nós começamos a trabalhar com o Oscar nesse programa das universidades da [ininteligível], nós conseguimos mobilizar uma lista que hoje nós estávamos até recordando isso, de mais de 50 brasileiros qualificados, extremamente qualificados, estavam no exterior, essencialmente concentrados em Paris, Bruxelas e em Londres, nessa área.

NARRADOR: O talento brasileiro serviu a outros países. Nada do que faziam, passava despercebido.

>> Quem era o chefe do SNI? O João Médici. Ora, o Coronel... Eu não... Eu fui amigo do Coronel Médici. Foi meu subcomandante, comandante do CPOR. Então era um homem que eu conhecia e conhecia a sensibilidade, uma imagem completamente dessa que a esquerda conseguiu colar nele de um homem frio.

NARRADOR: O serviço nacional de informações vigiava os passos dos exilados.

>> Não vou dizer que não. Que naquela época, como hoje em dia, também o serviço de inteligência eles acompanham os cidadãos brasileiros no exterior. Mas

em que sentido? No sentido que aqueles cidadãos que estão no exterior tenham ações que possam intervir no Governo em terra. Então aí está a minha resposta.

NARRADOR: O Itamaraty também tinha um serviço de controle e vigilância.

>> O Embaixador Pio Corrêa. Ele exigia que as autoridades uruguaias fizessem a verificação de que todos os exilados estavam ali e cumpriam o dever de assinar o ponto da presença nos setores de polícia do Governo uruguaio.

>> Normalmente todas as embaixadas têm dois adidos militares. Eu mostrei, através de um cruzamento de informações da Polícia Federal Argentina, de 31 portes de armas, em 1976, a Embaixada brasileira em Buenos Aires tinha, entre os administrativos, tinha 31 militares dentro da Embaixada. Isso é um absurdo. É arapongagem pura.

NARRADOR: O novo rumo do Uruguai deixou o país inseguro para os brasileiros.

>> Saímos já do ginásio encarapuçados e fomos levados para esse batalhão de engenheiros nº. 4, que é um batalhão situado na Laguna Del Sause, perto de Maldonado, onde até hoje aterrisam os aviões lá para Punta del Este. E nós estivemos lá encarapuçados, inclusive foi... Eu como tinha 16 anos fiquei quatro dias.

NARRADOR: Mesmo assim, era o destino de muitos exilados.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Eu fiquei 30 dias em Tacuarembó. Na fazenda. Quando eu saí para o exílio, eu saí pelo esquema clandestino do Jango. Porque eu fui a São Borja, eu disse para meu pai: "Olha, eu não estou em condições de sair. Eu tenho que ficar escondido porque a minha organização pifou". E o meu pai disse: "Não, então vamos tentar sair por São Borja, pelo Jango".

NARRADOR: Ainda recorda do lugar onde ficou escondido.

>> Quem fica de costas para um portão que tem na entrada oposta aos quartos, dá de cara com a sala onde o Jango recebia as pessoas e o quarto que eu fiquei, fiquei à esquerda, ali que eu permaneci.

NARRADOR: No mesmo lugar onde Vildemar Brute(F) trabalhou por sete anos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte rondava a América do Sul.

>> A Operação Condor, assim, foi um nome que... Que denominou essa cooperação em bloco no cone sul, de Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil. Ela denominou isso. E por que Operação Condor? Por que o condor? Porque o condor, como um abutre da cordilheira dos Andes ele voa acima das fronteiras.

Para ele não têm fronteiras. E ele também é o símbolo do brasão chileno, que se alimenta preferencialmente de cadáveres, e tudo isso, assim, traumático, né?

NARRADOR: O maior abutre dos Andes viveu tempos de fartura.

>> Se fizer um balanço dos cinco sócios da Operação Condor, chega-se acerca de 35 mil mortos ou desaparecidos. Isso é um genocídio.

NARRADOR: O presidente socialista do Chile, Salvador Allende, resistiu ao ataque.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Morreu no Palácio La Moneda, no dia 11 de setembro de 1973.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Pinochet, comandante do exército no governo de Allende virou chefe dos rebeldes.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Prats estava na mira do Condor.

>> Em setembro de 74, o Pinochet mandou que a DINA, Direção de Inteligência Nacional, que era super polícia dele, equipada, com mercenários americanos, enfim... Fosse a Buenos Aires para eliminar o Prats. Porque o Prats também era um homem de estatura, um político, general, um general legalista que havia se oposto ao golpe do Pinochet, fez parte do governo socialista de Salvador Allende.

NARRADOR: Orlando Letelier sofreu um atentado nos Estados Unidos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A audácia dos chilenos assustou os americanos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Em 1973, Juan Domingo Perón foi eleito Presidente da Argentina.

>> O Perón estava voltando, ia ter eleições na Argentina e meu pai foi convidado junto com a família a morar na Argentina, né? Então nós fomos para Buenos Aires.

NARRADOR: A morte de Perón abriu caminho para a via militar.

>> As ditaduras, em parte, elas foram uma resposta, assim, aos movimentos de guerrilha que aqui surgiram, no Cone Sul, né? Por exemplo, aos tupamaros no Uruguai, que realmente convulsionaram o país, chegaram a ameaçar o governo. Aos miristas no Chile, aos motorneiros e ao [ininteligível] na Argentina...

NARRADOR: A guerrilha armada tinha um jeito de ser tratada.

>> Os caçadores de pessoas, os predadores, os interrogadores e torturadores seqüestravam os filhos dos militantes de esquerda. E repassavam essas crian-

ças, quase sempre bebês, para a adoção. E muitos desses que adotaram eram casais militares que não podiam ter filhos e ligados à repressão.

NARRADOR: As avós da praça de maio, unidas na dor da ausência dos filhos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Para preservar os filhos, era preciso agir rápido.

>> Existia a tríplice aliança anticomunista que era uma... Era muito mais violento do que no Uruguai.

>> Sofríamos muito na Argentina ao ponto do Jango mandar os meninos pra Londres e foi uma situação bastante crítica no final.

>> Fui no começo de 76, final de 75, e eu já fui porque eu fui estudar agronomia, numa cidade pequena que existia perto de Londres, em Guilford, [ininteligível] e lá, quer dizer, eu já fui casado, casei muito novo.

NARRADOR: Em Londres nasceu o primeiro neto de Jango.

>> Inclusive o pai teve várias vezes lá e conheceu o primeiro neto, só que foi o Christopher que nasceu lá, e ele sempre dizia que não teve nem sequer o direito de seu neto nascer no país dele, no país que ele tinha lutado.

>> Eu nasci no exílio, então a história sempre foi muito próxima. Eu nasci em Londres, dois meses antes do meu avô falecer, minha mãe é uruguaia, morei muito tempo no Uruguai, então sempre, de uma maneira ou outra a história política sempre me foi presente. Com o tempo nós vamos desenvolvendo, adquirindo consciência política e entendendo o que o meu avô visava politicamente para o país, para o Brasil. Realmente através do tempo a gente vai interpretando melhor aonde ele queria chegar.

NARRADOR: Na Argentina, o Senador Uruguaio Zelman Michelinei não teve tempo para os netos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte de Michelinei e do Deputado Gutierrez Ruiz abalou Jango.

>> Ele queria organizar as coisas dele no Uruguai, na Argentina para poder ficar na Europa. Ele pensava ficar em Paris, enquanto... Porque ele não gostava de Londres para morar. Ele detestava. Ele só ia por nossa causa mesmo.

NARRADOR: Em carta enviada a Londres relata a situação na Argentina.

>> Maldonado, 21/05/76. João Vicente, meu bom amigo, em Buenos Aires um clima cada vez mais tenso. Há 02 dias seqüestraram do hotel e de sua residência, os nossos amigos: Senador Michelinei e Deputado Gutierrez Ruiz. Uma monstruosidade que me leva a pensar no meu futuro na Argentina. Já me sinto velho

e um pouco desanimado para novos empreendimentos. Isto talvez fique para vocês.

NARRADOR: Na fazenda La Villa, em Mercedes, o coração parou de bater.

>> E nessa noite ele faleceu, tipo duas horas da manhã, assim. Eu estava sozinha com ele. E foi muito triste porque o lugar realmente era um lugar assim extremamente solitário e longe de tudo.

NARRADOR: Não foi feita a autópsia do corpo, nem na Argentina, nem no Brasil.

>> Eu acho que naquela situação não tinha como fazer a autópsia, não tinha como fazer nada, porque era tão distante, tão longe de tudo, que acho que foi uma coisa assim, meio que, de repente, uma surpresa muito grande.

NARRADOR: Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976.

>> E aí chamamos um médico que foi esse médico que... O primeiro que encontraram para chamar, e aí existe essa polêmica de que ele teria dado um atestado do Jango de uma doença, que ele morreu de uma doença.

NARRADOR: João Goulart é o único Presidente brasileiro morto no exílio. A penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas fica há 50 quilômetros de Porto Alegre. É considerada uma das mais seguras do país. Muitos tentaram, mas só um conseguiu fugir. As celas são individuais. O medo é coletivo. Mário Neira Barreiro conhece bem os perigos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O uruguaio diz que viu a morte de perto. Afirma que ajudou a tirar a vida do ex-presidente João Goulart.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Mas não quer falar. Depois concorda em contar o que sabe.

>> Eu não tenho por que mentir, eu não tenho por que mentir sabe por quê? Porque estou ferrado mesmo. Ele foi vitimado, eu não ganho nada. E sabe por que não ganho nada? Porque tudo que eu faço, será usado contra mim. Eu vou arranjar mais um processo e com isso não vou estar ganhando lucro nenhum.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Condenado por assalto a banco está preso na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Quando se vê diante de João Vicente, filho de Jango, não esconde a surpresa.

>> Eu acho que o depoimento do Mário Neira Barreiro é um divisor de água.

>> O dia-a-dia de João Goulart, ele vivia como se fosse uma novela de TV.

NARRADOR: Revela como Jango era vigiado no exílio.

>> Aquela, onde está o transformador elétrico que ia nos fios de luz, aí nós colocamos na estação repetidora, porque nós não tínhamos como escutar alguns dos microfones que trabalhavam em 464 megaciclos. Então o alcance da radiofrequência era limitado. Porque era uma antena pequena, né?

[pronunciamento em outro idioma]

>> Em alguns relatórios chamamos Goulart como Golfo(F) 1, em outros chamamos como gaivota... Em outros... Dependendo, se é um relatório escrito, se é um relatório fonético, por rádio, né?

NARRADOR: Conta como a polícia uruguaia descobriu os agentes brasileiros.

>> Sabe como nós tomamos conhecimento da operação escorpião? Por um acaso. Por um acaso. O departamento de homicídios da polícia de Montevideu meteu um cana, o Tarzan de Castro. O Tarzan de Castro foi preso pelo oficial Lopes Godoy. E no exílio(F) Lopes Godoy, quando prendeu o Tarzan de Castro, na época era de praxe usar prêmios físicos. Encontrou o Tarzan de Castro, com dois ou três comunistas mais, do PCdoB, e com um 32, um 38 e uma série de coisas que eram ilícitas. E foram [ininteligível], foram a... Digamos, à tortura. O Tarzan de Castro não agüentou a [ininteligível], não agüentou as torturas, e disse: "Não, eu sou um agente do DOPS. Estou infiltrado aqui para detectar opositores. Mas eu trabalho com o Delegado Fleury". Aí o Serviço Secreto do Uruguai tomou conhecimento, de que no território nosso, tinha agente de outro país trabalhando, acobertados, em uma operação de política. Mas como é isso, então? E o protocolo que o Serviço Secreto deve cumprir? Existe um protocolo.

NARRADOR: Explica a origem da operação.

>> A "Operação Jacarta" tinha como objetivo a articulação de operações fora do território do Brasil. "Operações Jacarta". Tomou-se esse nome pela [ininteligível] Indonésia e por aquela matança de comunistas do partido comunista indonésio, aquela matança de [ininteligível]. Ali os militares acharam que aquele nome "Operações Jacarta" fazia sentido com a perseguição do Ceciliano(F) com a perseguição dos dissidentes. Então, dizem que quando começou a desenvolver a Operação Escorpião, em realidade a Operação Condor ainda não existia.

NARRADOR: Segundo Mário Neira Barreiro, o Delegado Fleury pertencia a um comando secreto.

>> O Brasil tinha um grupo de inteligência secreto, reservado, ao qual pertencia a Fleury, uma série de generais, coronéis, que se chamava SIGMA – era o Serviço De Inteligência Do Governo Militar Anti-Revolucionário. Sigma do Brasil, até agora nunca ouvi falar

do Sigma. Mas o Sigma era um grupo da inteligência do Governo Brasileiro, e estava integrado por militares, policiais que era um grupo de assessores que... Assessores do Geisel, por exemplo. O Fleury era um policial e pertencia a esse grupo. E outros militares da cacela(F)... Fleury veio fazer essas operações em Montevideu pertencendo ao Sigma, e não como agente do DOPS.

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui—

[interrupção no áudio]

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui contatada pelos oficiais do serviço secreto itinerante que percorreu o Brasil inteiro, principalmente a fronteira Argentina/Brasil. Argentina, Brasil e Uruguai; durante esse período revolucionário...

NARRADOR: O ex-militante do PTB passou a ser informante do serviço nacional de informações.

>> Eu colaboro desde que vocês me dêem segurança. Desde que vocês não deixem eu ser preso, eu ser morto, eu ser perseguido... Aí eles começaram a... "Não, nós somos oficiais e tal, do exército, das Forças Armadas e somos agentes secretos itinerantes. Nós estamos aqui e você vai passar a trabalhar para que nós no verão". "Tá bom". Aí, eu, passado um período, adquirei a confiança deles, né?

NARRADOR: Jango foi avisado que corria risco de vida.

>> O General Ernesto Geisel, quando falava na Voz do Brasil, ele era extremamente comunicativo. Ele gostava de se reportar e demonstrar os seus feitos, as suas obras... Que ele vinha concluindo no Brasil. Ele se reportava, e ele, nesse ínterim, nesse intervalo da Voz do Brasil, minuciosamente ele dizia, fora do contexto, ele dizia uma palavra. E ele ia juntando aquelas palavras... É tudo [ininteligível] são coisas cifradas, assim. Então, assim que eu fiquei sabendo que ele tinha que avisar.

>> Em um bom dia nós tomamos conhecimento de que o Adalberto Rocha Benevenuto(F) foi visitar o João Goulart e disse: "Doutor, tem um conhecido que é agente da inteligência e me disse que há um plano para eliminar o senhor".

>> O General Ernesto Geisel mandou... Me autorizou. Não é mandou, me autorizou a avisar o Dr. João Goulart de que ele corria eminente perigo de vida e que tomasse cuidado na alimentação, nos remédios, que o negócio ia se dar dessa forma, e não de modo

violento como, digamos assim, uma rajada de metralhadora ou coisa parecida.

>> “Ah, isso é bobagem”, disse João Goulart. “Que mandar me eliminar. Se ia eliminar, me eliminava em 64. Agora vai me eliminar? Isso é bobagem. Vamos falar de outra coisa”. Ficou bravo.

>> Mandei informar o Dr. Leonel Brizola de que ele seria... A sua casa seria invadida durante a noite, para que tomasse cuidado.

>> Seqüestraram Brizola, Brizola tem um Deus à parte, eu ia gostar de falar com Brizola. Quando eu [ininteligível] com Fleury seqüestrar Brizola, ele tinha um Deus à parte, ele não dormiu em casa, o Brizola, pode acreditar, ele estava dormindo na casa da Terezinha [ininteligível] e nós invadimos a casa do inspetor. Que a operação era para seqüestrar o Cândido Aragão e Brizola [ininteligível] íamos prender o coronel [ininteligível] que era comunista e ele era, digamos, o responsável militar por aqueles [ininteligível] que eram ativistas contra [ininteligível] e que eram meio doidos... Mas esse homem não pode estar falando sério [ininteligível] que havia um plano para matar João Goulart, ele não sabe nada. Mas hoje, que passaram tantos anos, eu sei que aquele [ininteligível] descobriu o plano. Como? Não sei. Como que ele soube que havia um processo no andamento para eliminar João Goulart, eu não sei, mas ele não só soube disso, como depois soube de mais um plano contra o Brizola, do seqüestro e quando o Benevenuto(F) avisou ao Brizola de que poderia ser vítima de um seqüestro em Montevideú, em Buenos Aires, o Brizola, mais esperto, ele se foi para [ininteligível] e não foi [ininteligível]. Agora, o Dr. Benevenuto(F) terminou sendo morto por causa do [ininteligível] recado que deu para Goulart e um ano depois para Brizola.

NARRADOR: Nas ruas de São Borja a tentativa de assassinato.

>> Eu fui com o Tenente Ciro(F) até São Borja para eliminar esse que estava mandando os recados de alerta para João Goulart. Ali eu fui de motorista e o Tenente Ciro deu uns tiros no [ininteligível] e o Amaral. Aí saiu uma mulher com um monte de crianças, várias crianças começaram a rodar ao lado [ininteligível] e não deu para voltar. Eu disse: “Você é tenente, como que não acertou o cara ali há quatro metros?” “Não, eu sou do 4º Escalão, eu sou o tenente da mecânica, não sou atirador”.

>> Por isso que ele não me matou. Aí ele foi, fez o relatório, que eu era louco, que aquilo ali não era verdade, e essa foi a desculpa que ele deu para o Major Heródes(F) e para o serviço de inteligência brasileiro que não me matou por isso, porque eu era louco, que

era um irresponsável, um simplório que não estava sabendo o que dizia. Que aquilo ali não era verdade.

NARRADOR: Mário Neira Barreiro tem se dedicado a escrever um livro.

>> O fato de ter escrito o livro é que originou a minha perseguição, porque nem os que me perseguem, acreditam, ninguém sabe que eu sou assaltante de banco.

NARRADOR: São anotações do tempo em que diz ter sido do serviço secreto uruguaio.

>> Toda minha vida fui treinado para outra coisa, fui treinado para policiar pessoa, para proteger o Estado, e pensava que eu estava fazendo a minha parte, que eu estava fazendo a coisa certa. Eu pensava, em certo modo, que João Goulart era um conspirador, eu acreditava que ele era um conspirador. E eu tinha que dar conta dele.

NARRADOR: Conta às ações que culminaram com a morte de Jango.

>> O Fleury, acho que ele... O que nós temos hoje aqui, o que está faltando aqui para nós concluir que ele é um conspirador? Claro que ele é um conspirador. Claro que ele é um conspirador. Então ele foi para o Brasil com aquela opinião de que, o João Goulart, com aquilo que ele falava, era um conspirador, e temos que dar um jeito nele. Ele foi no Brasil e falou com o General, e o General disse: “Faça o que tem que ser feito”. Então ele disse: “Pra mim, o que nós temos que fazer é eliminar esse homem e pronto”. Então, para Fleury, foi ele(F) que condenou a morte de João Goulart. Foi ele que disse. “O que nós temos que fazer? Temos que eliminar de uma vez e pronto”.

>> Depois daquelas declarações nós fomos pesquisar a parte de venenos e tal. Nós hoje sabemos que esses venenos foram feitos na casa [ininteligível] no Chile. Isso foi o Maycon [ininteligível], que hoje é uma testemunha protegida do governo americano. Ele trabalhou para a CIA e ele montou com a DINA, do Contreras, no Chile. Ele montou... Nessa casa existia um laboratório de venenos, são 10 venenos produzidos em massa para que fossem eliminados, inclusive, foram eliminados, alguns agentes traidores da CIA...

>> Quando começou a Operação Escorpião, não se sabia nada do veneno, não se sabia que João Goulart iria ser morto.

NARRADOR: E pede desculpas pelo que diz ter feito.

>> Imagino que o senhor deva ter raiva de mim, porque eu fiz parte de um conluio que terminou com a vida de seu pai, mas eu não podia fazer muita coisa. Conseguimos colocar um comprimido naqueles remédios que eram importados, que vinham da França. Estavam na posse do gerente do Hotel Liberty. Eu nem

posso dizer, porque não sei mesmo exatamente o que era, se depois do aspecto que tinha, não era um gás, um corpo sólido que era um líquido desidratado num microondas, tipo um microondas, um autoclave. Então era um composto que tinha três elementos básicos e era desidratado e era colocado, não me lembro se colocamos [ininteligível], para nós poder colocar esse veneno dentro desse invólucro, [ininteligível] enxertar um agente especial, um araponga lá no Hotel Liberty. [ininteligível] Ele roubou os remédios de uma caixa que tinha encontrado, não me lembro, uma espécie de cofre forte que tinha no hotel. Ele pegou da gerência e deu para nós, e o Dr. Carlos [ininteligível] fez a colocação de um comprimido em cada invólucro.

NARRADOR: O capataz da Fazenda La Villa foi a última pessoa a falar com Jango.

>> Conversamos até uma da manhã, daí ele foi, pegou um copo de água, tirou um comprimido e tomou, e foi dormir. Daí uns 40 minutos já estava morto.

>> Havia uma remanência do cloreto, havia uma remanência no corpo, que ia ficar no corpo do João Goulart. Ele não poderia ser examinado por 48 horas. Por 48 horas aquela substância poderia ser detectada.

>> Um comprimido de potássio, de cloreto de potássio não mata ninguém, a não ser que você já esteja com o seu potássio de 6,5, 7, e esse seja uma gota d'água a mais. Mas isso, não. Isso provavelmente foi um consumo crônico, um consumo durante alguns dias, algumas semanas que foi acontecendo. Imaginando que ele tomasse uma cápsula por dia do medicamento anti-hipertensivo, você imagina que ele deve ter usado isso talvez um, dois, três meses, né, imaginando como foi. Porque é sorteado. Você imagina um potinho, ali tinham alguns comprimidos de cloreto de potássio, mas tinham vários que eram de hipertensivo. Então isso não deve ter sido uma coisa que ele colocou e no outro dia o presidente veio a óbito. Provavelmente foi um processo mais lento.

>> Eu tenho momentos que eu fico assim, pensando nas pessoas que trabalharam conosco, e vem a tal suspeita, essa que a gente, de tanto ouvir falar, a gente começa a pensar no passado... Fulano que trabalhou lá em casa...

>> Sabíamos que o João Goulart ele teria, inequivocamente, ele teria que morrer quando tomasse o comprimido. Então, todo mundo estava esperando a morte, mas a morte não acontecia. Ele não tomava o comprimido? O que estava havendo? E o que ele guardava? Ele tomava os comprimidos de um frasco e guardava o invólucro. Aí ia na [ininteligível] ele pegava outro frasco, guardava. Tomava três comprimidos. Depois ia, digamos, na casa da [ininteligível] e tinha outro frasco. Quando, em determinado momento ele estava

incomodado com aqueles frascos, dizia: "Puxa, parece que eu tenho uma farmácia em cima". Aí pegava os frascos e ele colocava e jogava fora os frascos.

>> Ele não era uma pessoa assim que medicamento era certinho, ele controlava tudo. Realmente era uma pessoa meio dispersiva nesse assunto. Então, não sei, de repente pode ter havido a possibilidade de que trocaram o remédio dele.

>> Ele tinha parece que um Deus a parte que estava protegendo ele. Ele misturava aquele comprimido que ia matar com outros comprimidos. E da casualidade que ia tomando, e sempre estava tomando os comprimidos que não iam matar ele. Até que em algum momento chegou a desgraçada hora de que [ininteligível] ele tomou e logicamente ele ia dar uma hipertensão, ia morrer. Lamentável, eu fico... Eu me desculpo, eu peço perdão... Não sei o que dizer.

Há um ditado asiático que diz: Todo fato tem três versões. A sua, a minha e a verdadeira.

[palmas]

Sessão encerrada às 22h10.

44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 71/08, CDH, de autoria desse Senador, aprovado em 10/09/08, requer a realização desta audiência, com vistas a discutir e promover o lançamento documentário *Jango em três atos*.

Agradeço à presença de todas as autoridades. Agradeço Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático. Exmo. Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; Exmo. Sr. Jorge Koichi Saiki, Diretor-Presidente de Transportes Coletivos de Brasília, TCB; Sra. Virgínia Galvez, diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, Diretor do documentário; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart.

Agradeço, também, a todos os servidores, convidados, senhoras e senhores, diretores e servidores do Senado Federal.

Carlito Brizola, também deputado, fazemos questão de registrar a presença. Alegria enorme estar conosco, neste momento. Passo, neste momento, a palavra ao mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, a pré-estréia do documentário da TV Senado, *Jango em três atos*, é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Compõem a Mesa: o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart; o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário; a Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O documentário que ora apresentamos resgata a vida, o Governo e o exílio do ex-presidente da República João Goulart. Por meio de relatos de vários protagonistas dos fatos que culminaram com a queda do Presidente eleito e a instalação do regime militar, que durou 24 anos.

O trabalho tem direção de Geraldo Goulart, que também dirigiu os documentários *Niemeyer por Niemeyer*, *O tempo de Érico* e *Getúlio do Brasil*. A produção de *Jango em três atos* contou com o apoio do Instituto Presidente João Goulart, com a sessão de documentários e fotos do acervo da família. Passamos novamente a palavra, nesse momento, ao nosso mestre de cerimônia.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart.

SR. JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART: Exmo. Sr. Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, nosso amigo e ex-chefe de cerimonial do Governo João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi, Diretor-Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; Sra. Virgínia Galvez, nossa diretora da TV Senado; Sr. Deraldo Goulart, nosso diretor do documentário *Jango em três atos*; Deputado Carlito Brizola, que aqui nos acompanha, neste momento; diretores e servidores do Senado Federal; embaixadores; representantes do corpo diplomático.

Para nós, hoje, é uma satisfação estar hoje, aqui, na pré-estréia desse documentário que, em parceria a TV Senado com o instituto Presidente João Goulart, se faz realidade, hoje.

É muito importante nós estarmos, nessa data, chegarmos a este momento, pois há muito tempo nós vemos – não é, Deraldo? –, rodando Argentina, Uruguai, enfim, e, quando surgiu a idéia de fazer um documentário desse tipo, já quase dois anos atrás, nós

entendíamos e conversamos com o Deraldo: “Deraldo, já existe o filme do Sílvio Tandler, que trata do Governo João Goulart. Então, a família gostaria e o instituto de fornecer, claro, o material fotográfico, o suporte de depoimentos, enfim... Mas que a gente também conseguisse estender um pouco mais, não somente o Governo João Goulart, mas também o que aconteceu depois do exílio”. Porque a história, muitas vezes, fala de Jango como se a sua atividade política tivesse terminado no 31 de março de 64.

Então, nós tentamos recuperar os seus momentos do exílio, as dificuldades que o exílio traz, a peregrinação de que se faz os exilados, porque todo exilado é um peregrino, principalmente na América Latina.

A América Latina, naqueles anos depois do golpe de 64, aqui no Brasil, claramente financiado, hoje, pelos documentos desclassificados, hoje, pelo *Nacional Security Archive* dos Estados Unidos e outros documentos, claramente financiado pela intervenção da CIA americana no processo, no processo democrático brasileiro e que, depois, vamos ver, como o documentário traz, o processo sendo reconstruído e sistematicamente produzido na Argentina, no Uruguai, no Chile, enfim, em toda a América Latina, ao ponto de chegar o momento político da América Latina, nos anos 70, que somente a Venezuela possuía um Governo democrático, e os outros países todos se encontravam sob a égide das ditaduras, claramente um patrocínio americano.

Os Estados Unidos tinham uma política externa que derrubou todos os governos constitucionais da América Latina, no momento em que, a partir de 64, o Brasil se posiciona na defesa da soberania dos povos, principalmente na crise dos mísseis cubanos, aonde o Governo João Goulart interfere para ver se... Sobre a autodeterminação dos povos, foi a primeira vez que San Tiago Dantas vai à conferência de Punta Del Este e defende a tese da autodeterminação dos povos, e que o Brasil não se posicionaria no sentido... Como fez com Cuba, também o fez contra... Votou contra a OEE, no colonialismo de Angola, Moçambique e outros países de fala portuguesa.

Então, para nós é uma satisfação termos chegado, depois de dois anos, a conseguirmos – né, Deraldo? – colocar o documentário, vai ser colocado na TV Senado dia... Próximo domingo. E, como ficou muito extenso, vai ser dividido em duas, em duas, em dois blocos, em dois domingos.

Então, eu quero agradecer à Virgínia, principalmente, também, que nos deu muita força para que acontecesse isso, e a todos vocês, hoje, que aqui nos prezam com a sua presença e que... E todos aqueles, também, que deram depoimentos dentro do filme e que até o Deraldo botou *in memoriam*, demorou dois

anos, nós temos, aí, pessoas que fizeram depoimentos dentro do filme e que já se foram, a todos eles, a vocês, Presidente Paim as nossas homenagens e os nossos agradecimentos.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o Sr. Deraldo Goulart, diretor do documentário.

SR. DERALDO GOULART: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, a quem cumprimento todos os demais senadores desta Casa.

João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, que, muito mais que um parceiro, funcionou como um produtor para este documentário, e eu reputo, aqui, que a ajuda do João foi inestimável para o resultado final desse documentário que nós veremos a seguir.

Gostaria, também, de em nome do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Presidente Jango, também cumprimentar a todo o corpo diplomático, embaixadores e demais membros que estão aqui.

Do Legislativo, aqui, do Distrito Federal, Sr. Jorge Saiki Koichi, diretor-presidente dos Transportes Coletivos; a diretora da TV Senado, Virgínia Galvez, a quem eu também agradeço toda a ajuda prestada para a feitura deste documentário.

Queria destacar, também, a presença, aqui, do Deputado Carlito Brizola, do Sr. Fábio Maçal, presidente do comitê de imprensa do Senado Federal e também os colegas diretores e servidores do Senado Federal.

O João já antecipou muita coisa sobre o documentário, que levou dois anos para que ficasse pronto; não foram dois anos dedicados exclusivamente à feitura do documentário, mas foram dois anos de pesquisa, de busca de informação e também na produção. Eu gostaria, agora, de cumprimentar o Sr. Hernani Fittipaldi, que acabou de chegar aqui, ajudante de ordem(F) do presidente Jango, e, nesse período de tempo, o nosso foco foi mudando, porque, a princípio, a nossa intenção era fazer um documentário um pouco diferente desse que está aqui.

Como as informações foram fluindo, e nós tivemos, também, apoio do gabinete civil da Presidência da República, Palácio do Planalto, que liberou mais de dois mil documentos que ainda estão sendo catalogados, muita coisa ainda não se conseguiu vislumbrar, não se conseguiu detalhar, mas é uma tarefa que foi destinada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ, e está sendo, então, feito esse trabalho. E também nós conseguimos outros documentos, como vocês vão ver no documentário, que, de alguma forma, mostram o que houve nesse período muito rico politi-

camente, para o Brasil, que vem de 46, basicamente, a 64, que, depois, a gente dá ênfase, também, a esse período do exílio, porque há um hiato entre a deposição de Jango, em 1º de abril de 64 e, posteriormente, a ida dele, no dia 4 de abril de 64, ao Uruguai, e a morte dele, do Jango, em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina.

Então, esse período, para os brasileiros, de modo geral, para os historiadores, está aqui Antônio Babosa, excelente profissional, aqui, do Senado Federal, a quem também dedico esse documentário.

Havia, então, essa falta de informação, e o João falou certo que, quando se começou esse documentário era justamente para documentar esse período. Então, se fez isso, e nós tivemos o depoimento de Mario Neira Barreiro, que é um presidiário que está na PASC, Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, que contribuiu muito, e, depois, em São Borja, também, encontramos Amândio Moraes do Amaral, que também deu outra contribuição, ele era membro do Partido Comunista Brasileiro e também informante do SNI, que ele mais, vocês vão ver no filme, que ele complementa as informações que nós buscamos.

Eu queria frisar, também, que o filme, ele não tem nenhum objetivo de defender qualquer tese. Ele apenas joga a luz sobre fatos que já são do conhecimento público, que estão, aí, à tona, e sendo discutidos e debatidos.

Eu queria fazer um agradecimento especial, neste momento, aqui, ao corpo de funcionários da TV Senado. O que vocês vão assistir, agora, é um trabalho de grande envergadura, em que há um tratamento muito especial de imagens; que, normalmente, as imagens antigas, elas são amareladas, por causa do tempo, enfim, mas vocês vão ver imagens muito bonitas, imagens inéditas. Então, eu gostaria de agradecer e dizer que esse trabalho só foi possível, por ter uma equipe tão qualificada trabalhando junto. Então, aos servidores do Senado Federal, estou vendo aqui, também, o James Gama, ex-diretor da TV Senado, que muito contribuiu para esse trabalho. E eu queria deixar, então, o meu agradecimento, na figura da assistente de direção, Cristina Monteiro, que fez um trabalho extraordinário do início ao fim desse documentário.

Então, como eu já disse antes, esse é um trabalho de equipe. Eu tenho o mérito de estar aqui falando, neste momento, como diretor, mas nada disso teria acontecido se não fosse o talento dos servidores da TV Senado e também do Senado Federal. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Ouviremos, agora, Sra. Virgínia Malheiros Galvez, diretora da TV Senado.

SRA. VIRGÍNIA MALHEIROS GALVEZ: Boa-noite a todos. Eu queria agradecer a presença de todos, para nós é um motivo de muita honra.

Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero fazer um agradecimento especial, Senador, por distinguir a TV Senado, o nosso documentário, o Deraldo, com essa homenagem que a Comissão faz a esse trabalho que foi um trabalho de fôlego da TV, como disse o Deraldo, um trabalho de equipe.

Muita obrigada, Senador. É um reconhecimento para nós.

Sr. João Vicente Goulart, parceiro nessa história; Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe de cerimonial João Goulart; Sr. Jorge Saiki Koichi; Diretor Presidente dos Transportes Coletivos de Brasília; caro colega, amigo e profissional a quem respeito, Deraldo Goulart; senhoras e senhores; diretores e servidores do Senado Federal; Exmos. Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático, aqui presentes; senhoras e senhores.

Como eu disse, é uma honra para a TV Senado ser distinguida, por esse lançamento, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Esse trabalho é um trabalho que honra, também, a TV Senado, porque é fruto de uma pesquisa profunda, de uma dedicação profunda, feita por uma equipe que é dedicada a produzir, dentro da TV, esse segmento de produção, que é o trabalho de documentários, o trabalho em cima da nossa história recente do país.

O documentário do Jango, que o Deraldo fez graças a essa parceria firmada com João Vicente e que foi objeto de um convênio que nós firmamos com o Presidente Garibaldi, no início do ano, embora já houvesse todo um trabalho anterior de parceria, mas isso também foi fruto desse convênio e facilitou muita coisa em termos de finalização desse trabalho.

Esse trabalho, ele é um documento precioso sobre a história recente do país. Vocês vão ter a oportunidade de ver a riqueza de imagens e de informações que o Deraldo recolheu e costurou.

Não é um trabalho que se faz em um dia, dois dias. A gente até costumava brincar com o Deraldo que estava demorando um pouco, mas, depois que eu assisti, e eu acho que depois que vocês assistirem vocês vão entender a razão dessa demora; que não dá nem para dizer que foi uma demora, foi realmente um tempo bem gasto. Porque foi um tempo dedicado a uma pesquisa importante, uma pesquisa iconográfica, uma pesquisa de conteúdo e, principalmente, um trabalho de construção.

Você contar uma história é muito difícil; contar uma história com imagens é mais difícil ainda; e montar

isso é um desafio. Como disse o Deraldo, o trabalho de televisão é um trabalho tipicamente de equipe. Então, a TV Senado como um todo está de parabéns e essa equipe trabalhou com muita dedicação, na construção desse quebra-cabeça.

Você tem um monte de imagem, você tem um monte de fotografias, você tem um monte de informação, você tem um monte de depoimentos, e essa construção, ela é difícil, ela é delicada. E ela teve, da parte do Deraldo, uma... Ele teve um talento em fazer isso.

Eu queria te parabenizar, Deraldo, de público. É uma honra, mais uma vez, tê-lo como parte da nossa equipe da TV. Já fizemos muitas coisas, inclusive com você. A TV Senado, com esse vídeo, está fechando dez vídeos históricos, só nesse ano de 2007. Ao longo da nossa história, são 80 vídeos documentários sobre a história recente do país; é um tipo de programação que nós entendemos como sendo a nossa responsabilidade, além de fazer bem ao Senado, que é nossa responsabilidade primeira.

Então, não é um trabalho que começou agora, mas que, com certeza, tem sido uma construção e um aprendizado para todos nós. Eu acho que nós chegamos realmente a um nível de excelência.

Então, sem me alongar, queria agradecer a todos e dizer que é uma notícia, até. Nós temos um acervo muito bom e nós estamos firmando uma parceria com a biblioteca do Senado. Nós vamos montar uma videoteca, com vídeos da TV Senado, inclusive esse, e esse material, muito em breve, estará também na biblioteca digital do Senado.

Então, as pessoas procuram muito cópias dos nossos produtos, e nós temos muita dificuldade de atender e ficamos chateados porque não conseguimos. Então, agora, de alguma maneira, nós vamos deixar isso acessível ao público, que vai poder assistir na biblioteca e vai poder acessar no site da biblioteca digital.

Então, é mais uma porta que a gente abre, para um amplo conhecimento desse trabalho que a gente faz e que a gente vai continuar fazendo, espero, com excelência cada vez maior. Muito obrigada.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João Vicente, Deraldo, Virgínia. Eu estou com um discursinho pronto, aqui, que eu escrevi hoje à tarde, e eu vou ficar nele, prometo. Mas deixa eu abrir dizendo para vocês que a minha vida política eu comecei num Congresso estadual de trabalhadores, que ia daquele Congresso, no Rio Grande do Sul, escolher um

sindicalista para ser constituinte. Eu não era filiado a partido nenhum.

Eu fui escolhido nesse Congresso e disseram: “Escolha o partido que você quiser, e o movimento sindical gaúcho vai fazer campanha para você”. Eu confesso que meu coração ficou dividido entre o PDT e o PT. Por um lado, eu tinha o carinho, o respeito e o amor do inesquecível Leonel de Moura Brizola, tinha a história de meu pai, já falecido, que era Jango, que era Getúlio e que era Brizola.

Eu já, diversas vezes, contei, da Tribuna do Senado, as datas em que, infelizmente, esses três ícones da história do trabalhismo morreram e como foi, na minha família, o sentimento. Mas, enfim, naquele momento, lá atrás, eu tinha que decidir a filiação e acabei me filiando no PT, mas fiquei sempre com o coração dividido.

Então, hoje, estou aqui com muito orgulho. Meu coração, hoje, se unificou, porque eu estou aqui como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, apresentando, participando desse momento bonito da história do povo brasileiro, que fala desse ícone do trabalhismo, que é o nosso querido Jango, ex-presidente da República.

Permitam que eu me reporte, nessa minha pequena fala, ao meu querido Rio Grande. Quem é gaúcho sabe do respeito e o carinho que nós sempre tivemos por César Passarinho. César Passarinho, compositor e cantor negro que morreu muito jovem, no Rio Grande. E tem uma canção dele que diz: “O exílio é como a agonia dos pássaros cativos. De que adianta ter um par de asas se falta o céu para voar?”. É assim que eu vejo o nosso Presidente, no exterior, e a forma como ele morreu.

Jango morreu no exílio, foi um homem público como poucos, soube, com o sacrifício da própria vida, enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário. O seu legado continua vivo e em enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros e brasileiras que acreditam na justiça social e em um processo que deve ser alimentado diariamente.

Quando penso em Jango, penso em democracia social e racial. Quando penso em Jango, penso em liberdade de expressão. Quando penso em Jango, penso num belo debate político. Quando penso em Jango, penso nos interesses nacionais. Quando penso em Jango, penso exaustivamente na pátria. Uma pátria ainda que, com certeza, vamos encontrar, uma pátria para todos.

Há mais de dois mil anos, o filósofo e político romano Marco Túlio Cícero já se perguntava: “Qual é o valor da vida humana, senão o relacionarmos com os

eventos do passado que a história guardou para que nós?”. A história de Jango.

Por isso eu creio, meus amigos e minhas amigas, que não há como esquecer a história de João Belchior Marques Goulart e de todo o seu legado. Parabéns. Parabéns, mesmo, à TV Senado e a todos os profissionais que realizaram o documentário *Jango em três atos*. Hoje, casualmente, é o dia do professor, finalizo com uma frase do educador Paulo Freire. Disse Paulo Freire, numa oportunidade: “Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”. E eu digo: essa frase sintetiza a consciência libertadora dos trabalhistas que marcaram época, no seu tempo, e entraram para a história eterna do país, do nosso querido Brasil.

Por que não lembrar, na figura dos seus principais ícones, nossos ícones, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Todos nós amamos esse país e queremos ele livre, justo, igualitário, solidário e próspero, como sonhou o grande Presidente João Goulart.

Vida longa, vida longa às idéias do inesquecível João Goulart! Muito obrigado.

[palmas]

Senhoras e senhores, daremos início à exibição de *Jango em três atos*, que terá duração de 120 minutos. Desejamos a todos uma agradável sessão, na exibição do documentário, e, com certeza, esse documentário, para efeito de Comissão, ele constará nas notas taquigráficas da Comissão.

Desde já eu agradeço a presença de todos e informo que, com a apresentação do documentário, estará encerrada esta Audiência Pública. Vamos ao documentário.

SR. HERNANI FITTIPALDI: De modo que, então, nós fomos companheiros no colégio dos maristas, em Uruguaiana. E São Borja não tinha ginásio naquele tempo, nem em Itaqui e nem em Alegrete. E o meu pai era muito amigo do pai do Jango, e a minha mãe também muito amiga, de modo que nós somos companheiros desde os sete anos de idade.

Acabamos o ginásio dos maristas juntos, ele foi para a política, eu fui para a Aeronáutica, fui ajudante de ordem do Dr. Getúlio Vargas, fui piloto dele e amigo do Jango, e, quando assumiu, me chamou para Brasília, de modo que, neste livro, eu conto todas essas histórias.

Esta aí o nosso comandante, e temos que retomar o fio da história, porque o povo que não... Que não cultiva a sua história, ele corre um sério risco de repeti-la sem saber.

[palmas]

De modo que a história deste Brasil foi começada com Getúlio Vargas, concluída com Jango, e, agora, vamos aguardar para ver o que nós teremos.

O meu livro conta tudo isso. Esse [ininteligível] acabou, porque aí eu conto todas as histórias, as mais íntimas possíveis e do meu querido amigo Jango, sempre terá sido [ininteligível]. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao registro, essas foram as palavras do Sr. Hernani Fittipaldi.

SR. FLÁVIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO: Agradecendo o convite do Senador Paulo Paim, entusiasmado com os trabalhos da Comissão do Senado, TV Senado, trabalho de pesquisa extraordinário, eu quero entregar este livro ao João Vicente, que tem parte, aí, da história dos últimos, dos últimos dias do Governo Civil. E servi com Jango com dedicação e guardo dele uma memória na cabeça e no coração.

Eu realmente estimava o presidente, por muitas razões. E me lembro uma vez que, muito cansado com o trabalho lá no cerimonial, ele me chamou para despachar, e era a entrevista do Marechal Tito, e ele sempre conversava pouco com ele, não tinha muita... Eu digo isso no livro, não era íntimo dele, não era do círculo dos "tchês", dos gaúchos. Mas eu sempre o admirava, o estimava, e nunca consegui manifestar esse sentimento, porque eu quebraria o que a mim mesmo tinha me imposto, né?

Quer dizer, eu não queria passar por adulator, não quis passar por isso, porque não o era, queria apenas servir. Mas, nesse contato que eu tive com o Presidente, ao despachar, este dia, ele olhou para mim e disse: "Ô, Flávio, você está com dor de barriga? Você está com uma cara péssima". Eu digo: "Não, Presidente, eu realmente estou um pouco cansado". Aí, ele parou, disse: "Peça o que quiser". Aí, me surpreendeu. Aquele pedido, aquele oferecimento tão generoso. Me veio, sinceramente, a resposta. Disse: "Presidente, eu quero continuar a merecer a sua confiança e servir ao seu Governo até o último dia". E tive que fazer, porque realmente eu o acompanhei a Porto Alegre, durante os últimos dias em que o Presidente esteve em território nacional.

Era só isso que eu queria dizer, muito obrigado, aí, a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Essa foi a fala do Sr. Flávio Mendes de Oliveira Castro, ex-chefe do cerimonial do Governo João Goulart. Vamos, agora, à exibição do documentário.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: O rio Uruguai divide os dois maiores países da América do Sul: de um lado o Brasil; do outro,

a Argentina. O rio que separa também aproxima, vira ponto de encontro para brasileiros e argentinos. Entre eles, João Belchior Marques Goulart, o Jango.

>> Era muito ousado, ia nadar aquele rio, lá, muito fundo, aquele rio tem piranha, tem isso, tem aquilo. Aí, ele ia embora.

>> Quando nós olhamos, ele estava do outro lado, perto lá de umas arvorezinhas. Nadava bem.

NARRADOR: A conquista movia os homens da fronteira. Casado com Vicentina Marques, a D. "Tino-ca", o estancieiro Vicente Rodrigues Goulart, era coronel do corpo provisório de São Borja, na fronteira com a Argentina.

>> A mãe disse que a maior tristeza, quando ele via, de longe um correndo, um cavalo vinha com uma coisa branca, ela já dizia: "Ih, meu Deus, já vai o Vicente para a revolução". Ele vivia assim, cada levante que tinha, o meu pai ia.

>> Manoel Flores vai morrer. Isto é moeda corrente. Morrer é um costume que sabe ter toda gente.

NARRADOR: O Rio Grande do Sul era dividido entre chimangos e maragatos.

>> Eu sei que saqueavam as nossas fazendas. Roubaram bastante coisa. Mas isso os maragatos, porque papai era borgista. Então, levavam o gado que queriam, e os que não dava para levar matavam.

NARRADOR: Borges de Medeiros ficou 30 anos no poder, com o apoio dos chimangos; entre eles, Getúlio Vargas.

>> Os maragatos e os chimangos.

NARRADOR: Os maragatos queriam mudar a Constituição de 1891, que permitia a reeleição dos presidentes estaduais.

>> Viviam em guerrilhas. E era triste, porque irmãos com irmãos, não é? Onde é que se viu isso?

NARRADOR: A guerra acabou em 1923, com o pacto do Castelo de Pedras Altas, na fronteira com o Uruguai.

>> Meu pai foi morto na Revolução de 23, foi fuzilado, injustamente, porque já tinham feito a paz, e o Governo fazia esperas contra muitos chefes daquela revolução, e meu pai era um deles. Ele era um capitão, rebelde, e já vinha desmobilizado, vinha para casa. E ela não teve como avisá-lo, ele foi preso e, logo adiante, fuzilaram.

NARRADOR: Enquanto o Rio Grande do Sul ensaiava os passos da paz, Getúlio Vargas já era político de prestígio nacional. Voltou ao Estado em 1928, quando foi eleito presidente da província do Rio Grande do Sul. Era presença certa na feira agropecuária de São Borja. Dava atenção aos amigos, entre eles, Vicente Rodrigues Goulart. Jango, filho de Vicente, tinha gosto pela vida na fronteira.

>> Gostava muito da lida campeira, executava muito bem laços, as coisas mais difíceis, o laço, gado, essas coisas. O Jango sabia fazer e bem feito.

NARRADOR: Junto aos peões, conheceu os perigos da lida no campo.

>> Mandou passar uma boiada, assim, atravessar, e o cunhado disse: “Não, não vai aí, porque esse gado vai correnteza abaixo”. Não, ele queria fazer e foi. Se foi o gado todo abaixo, correnteza abaixo; um mais outro pararam. E, aí, foram contar para o meu pai, e papai disse: “Não. Errando se aprende”. Não ficou nada bravo com ele.

NARRADOR: Para aprender mais, teve que sair de casa.

>> Ficava no mesmo colégio que eu estava. Só ele não podia pousar, porque era colégio de meninas. Aceitavam gurizinhos pequenos, só. De noite, ele ia para a casa desses amigos do meu pai. Quando ele saiu de Itaqui, ele era pequenininho. Acho que com uns 12 anos ele foi para Uruguaiana.

>> Ginásio Santana dos irmãos Maristas. E aquele pessoal todo que tinha recursos iam estudar lá, porque não havia outra hipótese.

>> Uma vida meio triste, mesmo. Sempre, sempre, longe dos pais, não é?

>> Meu pai era o representante dele. Sempre tinha um cidadão na cidade que representava ele. Então, ele... Despesas e qualquer coisa de pagamento de ginásio, essas coisas todas eram feitas assim. Depois, então, o pai dele remetia de dar o dinheiro. E o Jango cursou até o segundo ano e, depois, foi para Porto Alegre e acabou o ginásio lá em Porto Alegre. Ele, as irmãs dele, que ela casou com o Brizola, era uma das moças mais bonitas daquela fronteira, ali.

NARRADOR: Jango queria ser jogador de futebol no clube do coração.

>> Jogou. Não foi craque, não. Jogou quando era pequeno, gurizote. Tinha um baita defeito: era do Internacional, número 5, naquela época.

NARRADOR: O sonho acabou deixando marcas no corpo adolescente.

>> Aquilo foi uma doença venérea, deu nele e não sarou mais. Gastou uma fortuna, foi para São Paulo, operou duas ou três vezes, mas não sarou. Ficou a perna dura.

>> Ele não se formou junto com os outros, por causa de que ele estava com esse problema na perna. Ele ficou postado. E ele tinha a turma dele no carnaval.

NARRADOR: A turma do bloco “comigo ninguém pode”. A partir da década de 30, o mundo passou por grandes mudanças, e o Brasil também. A Coluna Prestes vagou pelo Brasil em busca da revolução no campo. Mas quem liderou a revolução vitoriosa foi Getúlio Var-

gas. Na Intentona Comunista, Prestes tentou derrubar Getúlio Vargas. O levante custou dez anos de prisão do líder comunista. Olga Benário, entregue ao regime nazista, foi morta depois de dar à luz a filha com Luís Carlos Prestes.

>> Cúpula do Governo nossa, toda ela era fascista.

NARRADOR: No Brasil, nasceu o Estado Novo, seguindo os europeus na adoção do regime de força. Adolf Hitler conquistou a Alemanha com o carro do povo. Quis conquistar o mundo pela força. A força expedicionária brasileira lutou contra o nazismo.

>> E assim nós fomos colhidos, de repente, para uma guerra que nós não estávamos preparados, e uma FAB que nasceu no dia 20 de janeiro de 41; em 42, no dia 22 de agosto, declararam guerra.

NARRADOR: A campanha, na Itália, aproximou os militares brasileiros e norte-americanos.

>> Nós fomos treinados por um sujeito que era capitão, foi comissionado em coronel, era capitão de West Point. Ele foi comissionado em coronel, era um líder, era um sujeito que terminou a vida dele como comandante das forças da OTAN. Foi comandante de toda a instrução aérea da Força Aérea Americana.

NARRADOR: O Brasil cedeu bases para a Força Aérea Americana.

>> Natal era a mais importante, por causa do saliente com Dakar, lá no Senegal. Eram os três, quase três mil quilômetros de distância. Mas o Getúlio colocou, lá no comando da zona, o sujeito mais [risos] fervoroso, adversário dele, até não diria inimigo, não sei qual era o grau, o Brigadeiro Eduardo. Ele botou o Eduardo Gomes lá. Porque ele sabia que o Eduardo Gomes não ia deixar os americanos tomarem conta, né?

NARRADOR: Em troca, ganhou apoio para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. O fim da Segunda Guerra Mundial deu início à era atômica. Tatuada no corpo a marca do novo tempo. Formado em Direito, Jango viu em Porto Alegre as mudanças no mundo. Com a morte do pai, voltou para São Borja.

>> Assumiu todo o comando de todos os patrimônios do pai dele. Porque o irmão dele havia falecido também, antes. E ele ficou como o único homem da família.

NARRADOR: Depois de 15 anos no poder, Getúlio Vargas também voltou ao Pampa.

>> Aqui fala o repórter Esso, testemunha ocular da história.

>> E atenção, atenção, ouvintes! Renunciou o Presidente Getúlio Vargas.

NARRADOR: Escolheu a fazenda de Itu para passar o tempo.

>> Eu estive quatro ou cinco vezes durante o exílio, naquela fase da volta. E trago, disse aí, recordações as mais chocantes. Por exemplo, um repórter, peguei um momento em que a turma estava na sala, conversando fiado, e tentei correr à casa do Getúlio. Era uma casa modestíssima. O quarto do Getúlio era praticamente um quarto de estudante pobre. Uma caminha daquelas caminhas de estudante, uma mesinha, assim, num canto, com gavetas, em cima, tinha uma vitrola daquelas vitrolas à mão, manual, que era tudo que o Getúlio tinha como entretenimento musical. E, basicamente, uma coleção de disco de 78, do Pedro Raimundo.

NARRADOR: Recebia visitas, sendo a de Jango a mais freqüente.

>> Tive a satisfação de receber o Dr. João Goulart, em 1947, na fazenda do Itu, lá em Itaqui, no Rio Grande do Sul, onde fui levado, menino, pelo então Embaixador João Neves da Fontoura, que foi fazer uma visita de reconstituição de amizade ao Dr. Getúlio Vargas.

>> As distâncias eram próximas, e ele ficou muito amigo do Presidente. Era mais moço, e o Presidente também encantou-se com ele. E, daí, começa a sua carreira política.

NARRADOR: No Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas para atuar junto à classe operária.

>> Ele procurava ser aquilo que Getúlio ensinou com muita sabedoria, um anteparo entre o capital e o trabalho.

NARRADOR: O General Eurico Dutra, candidato apoiado por Vargas, venceu as eleições presidenciais de 1945.

>> O Dutra ganhou do Brigadeiro Eduardo Gomes, que havia combatido todo o tempo a ditadura.

>> Em 45, havia acontecido uma coisa até então inexplicável. É que os comunistas que haviam sido perseguidos, não perseguidos apenas politicamente, mas criminalmente, pela ditadura, a ditadura Vargas. Os seus líderes, postos na cadeia, onde Prestes ficou anos, anos e anos, julgados por uma corte de exceção, que era o Tribunal Segurança Nacional. Os comunistas, em 1945, na hora da redemocratização, ficam com o ditador.

NARRADOR: Getúlio Vargas foi eleito Senador da República.

>> Getúlio se elegeu Deputado Federal por sete estados e Senador por dois.

NARRADOR: O Congresso virou Assembléia Nacional Constituinte.

>> Dutra, qualquer coisa que levavam para ele, ele perguntava: "Isso está no livrinho?". Ele era um cai-

pira completo. "Está no livrinho?" "Está na Constituição, Presidente." "Então vamos fazer."

NARRADOR: A Constituição de 1946 é tida como uma das mais democráticas do país.

>> Foi quando eu conheci o Juscelino, em 46. Foi o meu primeiro trabalho importante como jornalista, foi a cobertura da Constituinte de 46.

>> Decretar a Constituição é um ato de grandíssima importância, é um ato grave. Mas cumpri-la é que é o supremo dever.

>> Particularmente aos meus queridos amigos da Bahia, reafirmo-lhes, aqui, que não há noites eternas. Restaurou-se a democracia no Brasil.

>> O Partido Comunista do Brasil e a sua bancada na Assembléia Nacional Constituinte, que discutiu e votou esta Constituição, está tanto o partido como está a sua bancada dispostos a lutar para que esta Constituição seja cumprida.

>> Até 1947, o Partido Comunista estava na legalidade, e os partidos ditos tradicionais, que não tinham de tradicional nada, porque todos eram... Havia sido fundados depois da queda do Presidente Getúlio Vargas, em 45. Eram partidos novos, portanto, a UDN, o PSD, o PTB; e auxiliares, forças auxiliares, o partido liberal, do Deputado Raul Pilla, cuja bandeira era o parlamentarismo, que tinha, digamos, uma aliança tácita com a UDN.

NARRADOR: Descontente na política, Getúlio Vargas voltou para São Borja.

>> Passou lá os quatro anos e tanto, né? Foi exilado. A família poucas vezes apareceu lá. Lá, tinha o filho, o mais moço, que era fazendeiro, lá, o Maneco Vargas, o "Baixinho", etc., e muito amigo do Jango, íntimo do Jango. Se ligou tanto ao Getúlio que passou a administrar um pouco, também, a fazenda do Getúlio, que estava muito largada.

NARRADOR: Na fazenda de Itu, Jango começou a pensar na volta de Getúlio ao maior cargo da nação.

NARRADOR: Sede da copa do mundo de 1950, o Maracanã virou símbolo nacional. O Brasil arrasou os adversários no maior estádio do mundo. O estádio lotado para a decisão final entre Brasil e Uruguai. Os brasileiros abrem o placar. O favoritismo do Brasil aumentou ainda mais. A vitória escapou pela vontade uruguaia de jogar. Foi a derrota mais sofrida de todas as copas. A dor da perda do título, dentro de casa, gerou a expressão "síndrome de vira-lata", de Nelson Rodrigues. O tombo na copa do mundo não derrubou o quererismo.

>> O movimento do quererista, muito assolado pelo Jango, primeiro no Rio Grande do Sul, envolta daquela região missioneiro, ali, e que foi um movimento

que pegou fogo no país inteiro, né? Arrasta Getúlio para ser candidato.

NARRADOR: Getúlio Vargas venceu o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional.

>> Era um homem muito radical, muito conservador, ultraconservador, direita, mas ele teve o sentimento... Ninguém ensinava a gostar do Brasil, para ele; ele gostava do Brasil tanto quanto qualquer um de nós.

>> Agora, o Getúlio não tinha condições físicas, estava inteiramente desligado de tudo. Ele estava desinteressado, ele tinha engordado 30 quilos, a roupa não cabia mais nele.

NARRADOR: O Presidente foi acusado, pela UDN, de estimular a luta de classes. O plano de conciliação nacional apresentava sintomas de fracasso. Um dos focos da discórdia era a criação da Petrobras.

>> Quem começa, no Brasil, a cuidar seriamente do petróleo, como política de Governo, é o Conselho de Segurança Nacional, fundado em 1932, depois da revolução de 30, e sob a égide dos militares, das Forças Armadas, especialmente o Exército.

>> Quando Getúlio vem a São Paulo pela primeira vez, para participar do grande comício do Anhangabaú, Vale do Anhangabaú, 1950... Ah, nós fizemos, em frente à faculdade, um grande comício, e lutamos a faculdade toda, com faixas negras. E eu fui um dos jovens oradores disto, apesar de ser um recém-chegado a São Paulo. Só pra dizer a resistência grande que eu tinha ao Getúlio, por conta da história dele no Estado Novo.

NARRADOR: Getúlio Vargas queria o apoio dos trabalhadores.

>> Eu conheci ele dando ordem, de baixo para cima, para cima de mim, que eu estava comandando uma greve, ele me chamou e intimou para acabar com a greve. Ele chamou os patrões, fez os patrões darem, não sei com que força que ele tinha, deve ser até a força do Banco do Brasil, a dar a reivindicação total que a categoria queria e estava 51 dias em greve. E virou para mim e disse assim: "Todo mundo volta para o trabalho. Você vai ser demitido, na forma da lei". E fui. O jogo da política é isso.

NARRADOR: A classe o operária queria a melhoria salarial, 100% de aumento pelos dez anos sem reajuste do salário mínimo. Na greve dos 300 mil, foi criado o Pacto de Unidade Intersindical.

>> O sindicalismo brasileiro não foi um sindicalismo conquistado da luta, do trabalho, nas batalhas sindicais. Não. O sindicalismo foi outorgado, foi dado pelo Presidente Vargas.

NARRADOR: Vargas ficou a reboque do movimento, quando queria estar à frente do radicalismo operário. Jango, eleito Deputado Federal, foi convida-

do a assumir a Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul.

>> O Dr. Getúlio vai para lá, atrai o Jango, que tinha ficado lá tentando fazer a política estadual, interessadíssimo, elegeu Governador do Estado, Dornelles, o Ernesto Dornelles, Governador do Estado.

NARRADOR: A crise sindical levou Jango ao Ministério do Trabalho.

>> Ele enfrentou toda a greve dos marítimos, favorável à greve dos marítimos, foi nas assembléias da greve dos marítimos. Quer dizer, são coisas assim que fez com que esse Ministro teve a simpatia do movimento sindical.

NARRADOR: Buscou junto aos trabalhadores apoio ao Presidente da República.

>> Dr. Getúlio nos deu sindicatos fortes, nos deu as colônias de férias, nos deu salário mínimo, o repouso semanal remunerado, nos deu isso. Era uma caixa de munificência a que ele tinha na mão.

NARRADOR: Foi acusado de se transformar em Ministro dos trabalhadores.

>> Como contraprestação dessa subordinação no Ministério, os sindicatos gozavam de regalias especiais, desde as colônias de férias, as vantagens materiais, propriamente ditas, até uma certa intimidade com o poder.

NARRADOR: Propôs aumento de 100% do salário mínimo.

>> Quis dar um aumento de salário que compensasse a inflação da época, e deu um aumento salarial bem mais alto do que se imaginava que seria dado.

NARRADOR: Saiu do cargo quando 82 coronéis e tenentes-coronéis assinaram o memorial contra o aumento.

>> Foi um manifesto muito duro, exigindo a demissão do Jango. E o Getúlio foi obrigado a demiti-lo.

NARRADOR: Carlos Lacerda era um dos maiores tribunos do país. A verve política tinha como destino o jornal.

>> E era um grande orador, sem nenhum apego especial, sem nenhum compromisso especial com a verdade. Se alguém lhe dissesse alguma coisa a respeito disso e disso, ele, na mesma hora, encampava como sendo uma grande verdade e saía divulgando.

NARRADOR: Era dono do jornal Tribuna da Imprensa.

>> Carlos Lacerda. Que passou a verve, com a sua oratória, com a sua capacidade de denegrir.

NARRADOR: Disputava os leitores com Samuel Wainer, do jornal Última Hora.

>> A Última Hora, destinada, praticamente, com finalidade única, a sustentar o Governo. Quer dizer, são porta-vozes do Governo do Presidente Vargas.

NARRADOR: Lacerda acusava Wainer de fraude no empréstimo do Banco do Brasil.

>> Essa circunstância de se favorecer, dessa maneira, um jornalista que ficou dono do jornal, que o jornal prosperou rapidamente. E um jornal, em concorrência com outro, levou o Carlos Lacerda, jornalista e dono de um jornal, que se sentiu muito prejudicado.

NARRADOR: A briga virou tragédia, no atentado da Rua Toneleros, no Rio de Janeiro. O alvo era Lacerda; a vítima foi o Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, foi apontado como mandante do crime. Forçado a renunciar, Getúlio Vargas preferiu o suicídio. Antes de morrer, entregou uma cópia da carta-testamento a Jango.

>> Foi um choque muito grande para mim, muito grande. Porque a carta-testamento me colocava, de repente, num divisor de águas entre as críticas que nós tínhamos em nome da ditadura do Estado Novo e o que ele tinha passado a representar, de fato, a partir da vinda dele, em 1950, quando foi eleito pelas urnas...

NARRADOR: O pai dos pobres deixou a vida para entrar na história. Em 1955, Juscelino e Jango concorreram a Presidente e a vice. Implantou o plano de metas "50 anos em 5".

>> De 46, que é quando começa a redemocratização, a 64, o Brasil viveu anos de uma criatividade, de um florescimento enorme. Veja você, Juscelino Kubitschek e a política desenvolvimentista; o Teatro de Arena e o Teatro Oficina; na literatura, movimentos adiante da semana de arte moderna, que houve em 22; na arquitetura, Niemeyer e vários outros são esplendorosas manifestações; na educação, Anísio Teixeira, que esse vem de 30; Darcy Ribeiro; Jean Francesco Guarnieri, ele vem dessa geração; o Glauber Rocha vem nessa geração... E vai por aí. Eu ficaria citando nomes infinitamente.

NARRADOR: Quando casou com Jango, Maria Teresa Fontela tinha apenas 17 anos.

>> Eu conheci o Jango quando eu tinha 14 anos. Mas eu acho que o namoro, assim, namoro mesmo, começou depois de 15 anos, que ele foi na minha festa de 15 anos, no Rio, que ele era muito amigo da... A minha tia era casada com o irmão do Dr. Getúlio, e ele freqüentava muito a família Vargas.

NARRADOR: A esposa, ainda adolescente, estava no meio da política.

>> Ele era Ministro, foi quando eu conheci o Jango. E eu não tinha, assim, muita aproximação, assim, com os problemas políticos.

NARRADOR: Como Vice-Presidente da República, Jango presidiu o Senado Federal.

>> O Vice-Presidente da República era eleito por eleição direta, independente do Presidente da República. Então, a Constituição de 46 deu ao Vice-Presidente da República uma função. E essa função foi o seguinte: o Vice-Presidente da República preside o Congresso, preside o Senado.

NARRADOR: Foi nessa condição que recebeu os jogadores, quando a Seleção Brasileira ganhou a primeira copa do mundo. Na Suécia, surgiu Pelé, o menino prodígio do futebol. No Brasil, os campeões ganharam o carinho do povo e a homenagem das autoridades pelo campeonato mundial de 58. A década de 60 chegou com tanta novidade que chocou a sociedade. Havia o desejo de um outro tipo de vida, à margem do sistema oficial. A esse conjunto de manifestações deu-se o nome de contracultura: cabelos longos, roupas coloridas e misticismo orienta, a busca por liberdade sexual, liberdade de expressão. São Francisco, nos Estados Unidos, virou o berço do movimento hippie. Mas foi uma banda da Inglaterra que deu o tom da rebeldia. A voz dos meninos de Liverpool ecoou em todo o mundo. O Brasil seguiu o ritmo das obras da nova capital. O show da inauguração foi no dia 21 de abril de 1960. O primeiro poder a se instalar na capital foi o Congresso Nacional.

>> É com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília.

NARRADOR: O Brasil vivia o clima eleitoral para a escolha do chefe da nação. De um lado, Jânio e Milton Campos (Varre, varre, vassourinha, varre, varre a bandalheira); do outro, Lott e Jango (De Sul a Norte, na terra brasileira, é uma bandeira o Marechal Teixeira Lott).

>> E nós insistíamos que João Goulart fosse candidato a Presidência, e ele não queria, não queria, resistiu, resistiu, resistiu... Então, nesse ínterim, ficou a hipótese de nós lançarmos o General Teixeira Lott para candidato à Presidência da República. Por que o General Teixeira Lott? Porque ele era ardorosamente favorável ao monopólio estatal do petróleo.

NARRADOR: Jânio Quadros, que queria varrer a corrupção, foi eleito.

>> Candidato da aliança era o Lott, perdeu feio para o Jânio Quadros, e o Jango ganhou a eleição do Jânio Quadros. Ganhou bem, diga-se de passagem.

NARRADOR: Foi o primeiro Presidente a tomar posse na nova capital. Jânio proibiu o biquíni, briga de rinha e o lança-perfume. Condecorou o líder guerrilheiro Che Guevara. No dia 25 de agosto, dia do soldado, cumpriu o último compromisso público. Renunciou com apenas sete meses de Governo. O Brasil saía do reino da vassoura, a União Soviética entrava na era dos satélites. Jango conheceu o Sputnik, que em russo

quer dizer companheiro. No clima de camaradagem, dançou com jovens soviéticos. Na China, a recepção foi calorosa. Jango levou ao povo chinês a mensagem de amizade dos brasileiros.

>> Viva a amizade, cada vez mais estreita, entre a China Popular e os Estados Unidos do Brasil.

NARRADOR: A notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros recebeu na viagem ao oriente.

>> Imediatamente, o Pedro [ininteligível] entregou a carta de renúncia ao Auro de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso Nacional. Não se discutia mais a volta dele, era uma coisa passada; se discutia a sucessão.

NARRADOR: Em carta ao jornal [ininteligível], o relato daquele que Jango disse ter sido o momento mais dramático da vida dele. Na ausência de Jango, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder.

>> Nessa ocasião, eu até recebi um convite, através do Alckmin, em nome do Mazzilli, me chamando para ser Ministro da Justiça. Eu disse: "Eu sou apologista da posse do Presidente pura e simples. Não posso servir a um Governo que tem por objetivo a não-assunção do Presidente João Goulart à Presidência da República".

>> E lá fomos nós todos, eu, líder do PTB, as outras lideranças partidárias, numa reunião do gabinete do Mazzilli, o Presidente Mazzilli, à Câmara dos Deputados. Porque ali se formalizou o veto à entrada do Jango no Brasil.

NARRADOR: Os militares vetaram a volta do Vice-Presidente, ameaçando prendê-lo assim que desembarcasse.

>> Traria o vício da suspeição, de ser muito próximo dos comunistas, de estar lutando pela implantação de uma República Sindicalista, etc. E a China, sem dúvida nenhuma, é um símbolo, né? Era mais naquele tempo do que hoje, até.

>> Ele era uma figura muito discutível. E pouco confiável para conduzir o país, em termos democráticos.

NARRADOR: A intenção era manter Mazzilli na Presidência, até a realização de novas eleições, no prazo de 60 dias.

>> Dias terrivelmente tensos e preocupantes, tanto para a paz social, paz política, e para a própria paz interna, devido à polarização pró Jango e contra Jango.

NARRADOR: Leonel Brizola formou a cadeia da legalidade, integrada por emissoras da região Sul.

>> Brizola foi informado, por funcionários dos Correios e telégrafos, que tinha vindo um telegrama do Ministério da Guerra, determinando o bombardeio

do Palácio Piratini. E foi aí que ele foi para o microfone e fez um pronunciamento. E, à medida que ele falava, juntava povo na praça da matriz; no fim, tinha uma multidão.

>> Me lembro desse discurso. Ele dizia: "Matem, marinheiros, matem seus oficiais!". Uma revolta total.

NARRADOR: A proposta acendeu a luta entre partidários do veto e defensores da posse de Jango.

>> Apoiamos a posse do Presidente João Goulart, face a esse. Mas tínhamos a certeza de que ele não iria ter pulso para segurar o país contra a ideologia extremista da época, como de fato aconteceu.

NARRADOR: O Congresso Nacional começou a discutir a adoção do regime parlamentarista.

>> Tentaram o golpe. E, aí, interveio San Tiago, que é uma figura extraordinária a quem o Brasil deve os mais relevantes serviços, e disse: "Não, vamos fazer o seguinte: eu compreendo que o senhor tenha o receio de um Presidente que tem uma fama de ser muito esquerdista, etc. Vamos moderar os poderes dele, através de um parlamentarismo, de maneira que fique a própria Assembléia Legislativa com a incumbência de eleger o Primeiro-Ministro, e o Presidente da República exerce poderes de representação do Estado".

NARRADOR: Informado da extensão da crise, Jango quis apressar a volta ao país.

>> Ao passar por Paris, me telefonou de madrugada. "Como é o quadro, Almino. Almino, eu estou decidido a ir tomar posse. Mas tenho que fazer um contorno pela América Latina, para assuntar, para ver que momento é o momento exato". Aí, me disse: "Telefonaram-me, o Senador Afonso Arinos e o Deputado San Tiago Dantas, dizendo que começa a haver rumores para uma transação entre mim e as oposições, que consistiria em reservar meu direito de tomar posse como Presidente da República, mas num sistema parlamentarista". Ou seja, capavam o presidencialismo, os poderes que ele tinha, que o povo havia lhe outorgado, e ele seria um pouco a rainha da Inglaterra na história. "E o senhor o que acha disso, Presidente?" Disse: "Almino, eu não posso negar-me a conversar. Mas a minha decisão é voltar para tomar posse".

NARRADOR: Chegou ao Uruguai, onde estava Tancredo Neves, com a proposta parlamentarista.

>> Eu fui designado para ir com Tancredo. O Tancredo decolou uma hora antes, para não me levar, porque eu era contra a aceitação de parlamentarismo. Eu representava a bancada, e a bancada achava que a maioria da bancada era contra o parlamentarismo e eu também era contra, e ia levar essas informações, a mando do Almino Afonso.

>> Trouxemos o Jango, e, nessa altura dos acontecimentos, já se ouvia falar na Operação Mosquito.

>> Para a derrubada do Presidente, do avião que condizia o Presidente, né? Eu li esses telegramas, assinado por Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica. Mas eu não... Eu não guardei, não pedi cópia, nem nada. Quem me forneceu esse documento, tive acesso a esse documento através do Dirceu di Pasca, né?

NARRADOR: No dia primeiro de setembro de 1961, pisou em solo brasileiro, na capital gaúcha.

>> E o Jango chegou, e uma das pessoas que desembarcou ali, como uma espécie de anjo da guarda dele, protegendo ele, chamava Ernesto Geisel. Era o General Geisel, que tinha ido a Montevideu, para dar a garantia do esquema militar. Quer dizer, era a facção militar que estava, ali, pela legalidade. O Brizola tentou botar ele para falar para a multidão, tinha uma multidão em frente ao palácio, embaixo, ele ficou da sacada, só acenava, assim, para a multidão, e a multidão urrando: "Fala, fala, fala...". Ele nada, calado. E, aí, começou uma vaia da multidão. Porque ele não falava e, aí, foi virando a multidão contra ele, entendeu? Porque era uma sinalização de que ele estava se compondo com aquilo que a opinião pública não queria, o parlamentarismo.

NARRADOR: O Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº. 4, limitando os poderes presidenciais.

>> Uma emenda do parlamentarismo, que estava dormindo lá nas gavetas do Congresso fazia tempo. Era a emenda de um gaúcho, do Raul Pila, velho Raul Pila. E votou-se em 48 horas.

NARRADOR: Jango embarcou para a capital Federal, cercado de um rigoroso esquema de segurança.

>> O Dirceu di Pasca me disse: "Aterrmos sem nenhum problema". Aí, na hora de abrir a porta, ele pensou assim: "Quem deve desembarcar primeiro?". Aí, questão de protocolo, dizia ele: "A gente desembarca o Presidente?". E desembarcamos nós. Mas o receio é que, ao abrir a porta do avião, não tínhamos certeza se seríamos recebidos com uma rajada de metralhadora ou criancinha lá embaixo, com ramos de flores para entregar ao Jango, né? Bom, não aconteceu nem uma coisa, nem outra. E, daí, nós fomos direto para o Torto.

NARRADOR: Em 7 de setembro de 1961, Jango foi empossado na Presidência da República.

>> Prefiro pacificar a atirar ódio. Prefiro harmonizar a estimular ressentimento.

NARRADOR: O gabinete parlamentarista tinha Tancredo Neves como Primeiro-Ministro de Estado.

>> Vou citar alguns nomes que compunham o Ministério. Por exemplo, San Tiago Dantas, Almino

Afonso, Carvalho Pinto, Ulysses Guimarães, Roberto Lira, Hermes Lima, Evandro Lins e Silva.

>> Jango reuniu sempre um verdadeiro selecionado. Ali estava a boa-fé dele. Ele pegava os melhores homens do país e colocava no seu gabinete ministerial. Não bastava isso.

NARRADOR: O Presidente Jango começou o Governo propondo as reformas de base. No Rio Grande do Sul, o Governador Leonel Brizola tomou controle dos serviços de energia.

>> Não devia ter dado a menor retenção aos discursos de Brizola, manter a sua linha de uma posição centro-esquerda equilibrada, e não disputar esquerdismo, retoricamente, com um populista como Brizola. Isso conduziu o Jango à posição insustentável.

NARRADOR: No Nordeste, as ligas camponesas lutavam pela Reforma Agrária.

>> Julião foi um precursor dos sindicatos rurais, criou a Liga Camponesa na Paraíba, com o professor Assis.

>> Qual era, inicialmente, a luta? Era acabar com o trabalho gratuito. O camponês pagaria o foro da terra, da área que ele ocupasse, e o proprietário pagaria o salário dos dias de trabalho do camponês. Isso era uma libertação dos camponeses. Eles passariam a receber dinheiro, aí, compravam, na feira, onde quisessem. Então, para eles, era uma vitória extraordinária. Mas o proprietário também se julgou prejudicado, que tinha o trabalho gratuito, tinha tudo isso na mão e, de repente, ter que pagar o salário, aí, passou a reagir.

NARRADOR: A repressão ao movimento camponês foi tema de documentário.

>> Tudo estava pronto para começar a filmagem. Mas, no dia 15 de janeiro de 1964, houve um conflito perto de Sapé, envolvendo, de um lado, policiais e empregados de uma usina; e, do outro, camponeses. Onze pessoas morreram no conflito.

>> Foi feito o filme Cabra Marcado para Morrer, que é exatamente mostrando a morte de João Pedro Teixeira e a viúva dele, assumindo a liderança do movimento camponês em Sapé, D. Elisabeth Teixeira. Então, a partir daí, a coisa começou a ficar muito violenta na Paraíba.

NARRADOR: A violência no Nordeste chamou a atenção do Governo norte-americano.

>> Com essas... Essa movimentação crescente do movimento camponês, os irmãos do Kennedy, o Eduardo Kennedy, que depois foi Senador, e o Bob Kennedy, que foi, inclusive, candidato à Presidente dos Estados Unidos, estiveram lá e chegaram à conclusão de que a aliança para o progresso, através do chamado ponto 4, que era a ajuda americana ao Nordeste tinha fracassado totalmente. O Kennedy, então, num encontro

com João Goulart, lá nos Estados Unidos, se mostrou interessado em vir conhecer o Nordeste, porque ele estava preocupado que o Nordeste se transformasse num segundo Vietnã.

NARRADOR: Junto ao movimento camponês, estavam militares americanos.

>> Descobriu que, em lugar de técnicos, eram militares da Marinha americana. Infiltraram, no movimento camponês, alguns elementos. E esses elementos passaram a tomar uma posição mais radical. Inclusive, a signa "Reforma Agrária na lei ou na marra", e fizeram Julião comprar uma fazenda em Goiás, para entrar guerrilheiros. Com a radicalização, a igreja começou a tomar posição e fundar sindicatos rurais, no interior, com outra linha, e combatendo as ligas camponesas.

>> Nessa época, a igreja ainda não havia passado, estava começando a passar pelas transformações. Depois de João XXIII.

NARRADOR: O Papa João XXIII mobilizou a igreja na opção pelos pobres.

>> É só lembrar que João XVIII morre em 1963. Portanto, o que ele plantou de mudança na igreja católica foi fecundar, alguns anos depois. Mas a igreja, até 63, era uma igreja fechada, numa posição anticomunista cega, tudo era o comunismo, não por razões de Estado, mas porque o comunismo era ateu.

NARRADOR: Na política externa, o Governo brasileiro apoiou o direito de Cuba à autodeterminação.

>> O Presidente do Brasil diz não, não deve ser. Não pode haver intervenção.

NARRADOR: Na crise dos misses, entre Estados Unidos e Cuba, o Brasil atuou como mediador.

>> O Kennedy já estava apertando João Goulart, porque aquela reunião de Punta Del Este, você lembra? San Tiago defendendo, lá, a não intervenção? Então, só não houve a intervenção em Cuba, porque o Jango não deixou, porque o Jango não concordou.

>> Pela primeira vez se fala na autodeterminação dos povos. Che Guevara, que estava presente, saiu por cima das cadeiras para abraçar o San Tiago Dantas.

NARRADOR: Reatou relações diplomáticas com a União Soviética.

>> Naquela ocasião, ele realmente consolida uma idéia de política independente.

NARRADOR: E estabeleceu a diplomacia do não-alinhamento.

>> A visita de Tito dá cumprimento à política externa do país, que preconiza o estreitamento de nossas relações com todas as nações do mundo, sem discriminações de qualquer ordem.

>> O mundo dividido em dois, a Guerra Fria, tinha que se encontrar uma solução. A solução não podia ser a solução pela guerra atômica.

NARRADOR: Conheceu os projetos militares dos americanos.

>> Se o Brasil passasse a ter um Governo esquerdistas, os Estados Unidos se sentiriam derrotados, diante do cenário internacional, até porque eles tinham, realmente, receio de que a União Soviética pudesse, de alguma maneira, auxiliar um suposto Governo esquerdistas no Brasil.

NARRADOR: John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos, queria alternativas democráticas à revolução cubana.

>> Kennedy era uma figura simpática, não é uma grande bandeira, mas muito comprometido com as forças reacionárias dentro dos Estados Unidos.

NARRADOR: Tudo ficou mais difícil depois da morte de John Kennedy.

>> O João Goulart foi vítima da ação desastrosa da política externa dos Estados Unidos. Esse é que é o fato.

NARRADOR: No Brasil, a campanha para o plebiscito sobre o regime de Governo estava nas ruas.

>> Realizado o plebiscito presidencialista, a conspiração recrudescceu para a derrubada do Jango, com reuniões em Petrópolis, no Rio de Janeiro, nas quais participavam, entre outros, Deni Radmach(F), Eduardo Gomes, Nelson de Mello, Francisco Campos, Antonio Ned(F), Prado Kelly, Sílvio [ininteligível], Cordeiro de Farias, etc.

NARRADOR: O presidencialismo venceu dando plenos poderes ao chefe da nação.

>> O PSD e a UDN se uniram para derrubar o parlamentarismo. Porque os dois já tinham duas candidaturas na rua. O PSD, com JK, em 65, que Juscelino queria voltar, e a UDN com Carlos Lacerda.

NARRADOR: Os partidos articulavam as candidaturas presidenciais.

>> Todo o 63, o Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, conspirava; o Magalhães Pinto, Governador de Minas, conspirava; o Ademar de Barros, Governador de São Paulo, conspirava; o Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, conspirava; o Brizola, que havia deixado o Governo, acabou o mandato dele em 62, deixou em 31 de janeiro de 63, conspirava; o Ney Braga, do Paraná, conspirava. Uns de um lado, uns de direita, outros de centro e outros de esquerda.

NARRADOR: Havia agitação por toda parte.

>> Houve uma radicalização da esquerda, que cresceu muito, e uma radicalização da direita.

NARRADOR: O radicalismo virou palavra de ordem.

>> O Jango foi derrubado, ele começou a ser derrubado desde que tomou posse. Porque os Mi-

nistros, que não queriam a posse dele, continuaram conspirando.

>> Todo mundo queria o poder, e todos se convenciam de que o Jango também não queria deixar o poder. E, aí, os militares também começaram a conspirar.

NARRADOR: A falta de produtos de primeira necessidade penalizava o povo.

>> Parece mentira. Até açúcar, cujas usinas são próximas dali, justamente porque eram boicotados, boicotados, escondidos, para fazer uma agitação social.

NARRADOR: Os sindicatos faziam greve por melhoria salarial.

>> Foi uma greve que agrupou 17 categorias profissionais em São Paulo.

>> Nós conseguimos o 13º salário, mas já conseguimos também o Salário Família. O Salário Família estava há muito tempo... Levou 13 anos pra você ter 5% do salário mínimo para quem tem uma porção de filhos.

NARRADOR: Os estudantes lutavam por mudanças sociais.

>> Era criação de grêmios estudantis nos colégios, era uma participação maior nos congressos, nas reuniões. E a gente tinha uma ligação com o Ministério da Educação através de reuniões com a diretoria do ensino secundário, que era dirigida pelo professor Lauro de Oliveira Lima, e com os movimentos de alfabetização de adultos. Os estudantes participavam desses movimentos naquela época.

NARRADOR: No rastro das reformas de base veio o IPS órgão influente no Congresso Nacional.

>> O que estamos fazendo nós para impedir que se coloque diante do povo brasileiro a trágica opção entre soluções antidemocráticas?

>> O INBADE(F), que era uma sigla que financiava candidatos ao Parlamento, só financiava os candidatos em oposição ao Sr. João Goulart.

NARRADOR: A desapropriação das companhias estrangeiras dava a linha da política interna do Governo.

>> Desejamos encontrar um termo justo em que elas tenham a remuneração justa e razoável pelo seu capital, que possam obter lucros, mas que se dedicando à atividade de interesse nacional, esses lucros possam também trazer benefícios ao país.

NARRADOR: A política esbarrou na dependência econômica dos Estados Unidos.

>> O Brasil não pretende aumentar imoderadamente o seu endividamento, e pelo contrário, o que se deseja é estabelecer condições que lhe permitam enfrentar os seus compromissos de acordo com sua capacidade de pagar.

>> O Santiago era realmente um homem de uma cultura vastíssima. De uma capacidade enorme de negociação para que nós pudéssemos organizar nossos pagamentos da dívida externa recebida num total naquela ocasião de três bilhões e 500 milhões de dólares.

NARRADOR: Não havia dinheiro para pagar a vista a terra na Reforma Agrária.

>> Pagar previamente em conselheiro vivo. Isso é impossível, né?

>> Nunca existiu no mundo inteiro Reforma Agrária feita com esse índice.

NARRADOR: Não havia como dar aumento para os trabalhadores.

>> Naquela época a inflação estava 52%. Você saía de manhã com o dinheiro da passagem e pra voltar estava arriscado não ter o valor para voltar.

>> O Governo o João Goulart foi compelido a amortizar 500 milhões de dólares. O que significa aproximadamente quase 20% da dívida.

NARRADOR: Os dólares negados ao Governo Federal eram emprestados aos governos estaduais.

>> Acelerar os projetos em andamento a respeito de favelas na Guanabara.

NARRADOR: Carlos Lacerda e Ademar de Barros tenham acesso livre à Casa Branca.

>> Enfim uma porção de problemas que dizem respeito à economia.

NARRADOR: Lacerda disse ao jornal Los Angeles Times que os militares já discutiam a data certa para depor Jango.

>> Carlos Lacerda vai aos Estados Unidos e faz um grande ataque à política internacional brasileira e pede a intervenção americana.

NARRADOR: A deposição também era notícia nos jornais brasileiros.

>> A imprensa era de uma contundência adversária ao Jango, total. Estadão, a Folha, o Jornal do Comércio em Pernambuco... O que nos salvava em termos de comunicação era a Última Hora.

NARRADOR: Jango tentou o estado de sítio para garantir a autoridade do Governo, mas desistiu.

>> Meu pai entendeu que era pra apoiar o pedido de estado de sítio, primeiro porque era uma medida prevista na Constituição. E segundo porque ele dizia para ele mesmo: "Se eu não apoio o estado de sítio, o Jango cai. Se eu apoio o estado de sítio eu tenho uma chance de vê-lo concluir o Governo". O estado de sítio mal andou, mal trafegou pelo Congresso. Não foi referendado, não foi aprovado.

NARRADOR: Partiu pessoalmente para a mobilização popular com as reformas de base.

>> Ele dizia... Olha, o Brizola está equivocado. Esses líderes sindicais estão equivocados. Nós temos aí as reformas de base que nós queremos fazer, nós estamos lutando por elas. Mas achar que eu posso fazer em três anos é uma loucura.

NARRADOR: Aprovou a lei de diretrizes de bases da educação com 12,45% do orçamento Federal destinado ao ensino. Instituiu a superintendência da política agrária como preparação da Reforma Agrária. Tomou medidas para a criação da ELETROBRÁS.

>> João Goulart conseguiu, é no Governo dele que se faz a lei da ELETROBRÁS. É no Governo dele que se faz o código de telecomunicações e que se cria a EMBRATEL.

NARRADOR: Regulamentou a remessa de lucro das empresas estrangeiras.

>> O Presidente assinou esse... Esta disciplina dos capitais estrangeiros, não apenas como remessas de lucros e de dividendos, mas como viabilização segundo os interesses do país de seus investimentos locais.

NARRADOR: Autorizou a desapropriação de terras improdutivas às margens nas rodovias e ferrovias federais.

>> Trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em partes, a [ininteligível] da injusta reivindicação, aquela que dará um pedaço de terra pátria para eles trabalhar!

>> Inclusive o Jango também já tinha me falado que ele, de qualquer maneira, faria aquele comício, mas que ele tinha certeza de que a repercussão não ia ser favorável a ele.

>> Aí pergunta-se: Mas por quê? Por que envolver-se em tanta briga, em tanta fonte de desavença, Reforma Agrária, congelamento de aluguéis... [ininteligível] das refinarias. Só isso é uma dose para leão. Sabe por que nós entramos nessa e a maioria achava que ia dar certo? Porque o poder é uma coisa terrível. O poder é inebriante. O poder é enganoso.

NARRADOR: Uma multidão de 200 mil pessoas foi ao comício na Central do Brasil em março, numa sexta-feira 13.

>> O Governo é também o povo e que também só o povo perdeu. É a afirmação de propósitos inabaláveis de lutar, de lutar com todas as nossas forças pela reforma da sociedade brasileira.

>> Foi um momento muito marcante na minha vida porque foi o primeiro comício que eu participei junto com o Jango. E eu tinha uma grande preocupação porque havia um comentário de que iam fazer um atentado contra nós, contra o pessoal todo do comício. E principalmente contra o Jango.

NARRADOR: A mobilização contra as reformas partiu de São Paulo, na marcha de Deus com a família.

>> O episódio que marcou a igreja como participante do processo foi a grande passeata de Deus com a família. Organizada por um padre, o Padre Peyton, que aqui no Rio de Janeiro arrastou uma multidão aí pelas ruas, etc.

NARRADOR: Jango passou a semana santa em São Borja. Seria a última vez que estaria com a família na estância.

>> O Presidente estava sem autoridade. O país inteiro estava sem autoridade. Então até o comício nós tínhamos essa esperança e acho que a maioria dos companheiros tinha a mesma esperança. Mas a partir do comício é preciso ser cego. Saber que as coisas não tinham volta.

NARRADOR: Sitiados no sindicato dos metalúrgicos, os marinheiros faziam exigências.

>> Os marinheiros dominaram os navios, foram pra terra e foram se homiziar num sindicato metalúrgico dirigido por líderes comunistas. E aí aparece o famoso Cabo Anselmo. O que fez o Ministro da Marinha? Manda prender os amotinados que estavam no sindicato. Quem deveria prender? Os fuzileiros navais, a tropa de Marinha. Eles foram cumprir a missão, só que quando chegaram lá botaram o fuzil no chão e se abraçaram.

NARRADOR: O Cabo Anselmo era um dos mais agitados.

>> O Cabo Anselmo tem uma grande dúvida. Se ele se tornou agente depois do golpe ou se ele já foi um instrumento para ajudar o golpe.

NARRADOR: Os oficiais exigiram uma punição dos rebeldes.

>> Um dos objetivos daquela época, e continua sendo agora da ideologia comunista é fazer o enfraquecimento das Forças Armadas para que elas não tenham a força suficiente de contra balançar uma ação da população. E a população ideologicamente contrária ao regime democrático.

NARRADOR: Os marinheiros são presos e depois libertados.

>> A passeata dos marinheiros, o Almirante Aragão conduzido nas costas dos marinheiros, pela Avenida Rio Branco... E culmina com aquele episódio do Automóvel Clube.

NARRADOR: No dia 30 de março, o Presidente Jango foi homenageado pela Associação dos Sargentos e suboficiais da Polícia Militar.

>> Uma assembléia exclusivamente para tratar de assuntos políticos que eram voto para o sargento, voto para os analfabetos, voto para as prostitutas,

voto... Posse dos sargentos eleitos deputados; tinham dois que queria dar posse porque sargento não podia ser candidato.

NARRADOR: Então, enérgico, disse que permitia subversão em nome da ordem.

>> O Presidente praticamente inverte a ordem hierarquia reunindo-se com os sargentos numa pregação de subversão. Então a partir dali foi um processo quase que incontrollável.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango teve guarida nos quartéis.

>> No início do ano letivo de 64 tivemos a pré-eleição do já Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior, a quem estava subordinado à escola, e nos motivou bastante as declarações que ele deu dizendo que os militares eles eram... Deveriam lealdade ao Governo e não especificamente ao chefe de Governo.

NARRADOR: Na madrugada do dia 31 as tropas do General Olímpio Mourão Filho avançaram sobre a Guanabara.

>> Na noite de 31 de março eu recebi... Estava de prontidão lá com a base, e resolvi localizar a coluna do Mourão. Quando eu passei em cima da coluna, foi um... Barata gorda lá saiu... Caminhão de dentro d'água, o cara correndo, foi... Pensava que eu estava atirando ou ia atirar.

NARRADOR: O Governador Carlos Lacerda atacou o Almirante Aragão, leal ao Presidente da República.

>> Almirante Aragão, assassino monstruoso, incestuoso, miserável. Almirante Aragão, não se aproximes porque eu te mato com mil revólveres.

>> O Almirante Aragão, que era comandante dos fuzileiros navais, disse: "Presidente, eu lhe apelo. Eu quero ordem para impedir essa situação anárquica que o Governador Lacerda está fazendo, botando os caminhões de lixo ali a defender o palácio, num desafio a todos nós". Ele não deu ordem.

NARRADOR: Do Rio de Janeiro, Jango voltou para Brasília.

>> [ininteligível] fui lá conversar com ele pra ver o que ele... Vamos a Porto Alegre, vamos a Porto Alegre. Ninguém falava nada, e por um momento eu disse: "Fica difícil, até porque você não tem nem informações".

>> Até porque a notícia é de que a interceptação do avião dele era uma determinação de qualquer forma. Vivo ou morto, ele não deveria passar para Porto Alegre.

NARRADOR: Sem garantia de segurança foi para Porto Alegre tentar resistir.

>> Eu peguei o táxi e fui lá para a casa do General Ladário. Quando cheguei lá, estava aquela reunião de muita gente. Mas gente pra caramba. O Ladário dizia

assim: "Presidente João Goulart, eu tenho sérios problemas aqui no terceiro Exército. Mas a ordem que o senhor dera eu vou procurar cumprir". Nesse instante entra o Brizola que estava sendo perseguido por todo o terceiro Exército lá. Patrulhas lá tentando prender e ele dizia assim: "Peço a palavra". O Jango só olhou de lá e fez assim. Ele disse assim: "Presidente João Goulart, vamos estabelecer um Governo aqui no Rio Grande do Sul. O senhor nomeia o General Ladário, Ministro da guerra, me nomeia – dizia ele – Ministro da Justiça – só tinha eu da Aeronáutica – [ininteligível] Ministro da Aeronáutica", quando ele disse Adalberto Pereira dos Santos pediu... Ele é um cara alto... "V.Ex^a não pode aceitar a proposta do Deputado Brizola, que afinal de contas é considerado comunista pelo povo brasileiro". Quando ele disse isso, o Brizola [ininteligível]. Nem vou contar o que ele... [risos]

>> Por volta de meia-noite e meia, mais ou menos, quando chega o líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o líder do PTB, Deputado Doutel de Andrade, descarreado, etc., sem fôlego, que veio do Senado atravessando da Câmara para o Senado e do Senado ali para o palácio do planalto, a pé, correndo, nos procurando. Pra dizer que a notícia de que eles iriam fazer o golpe, eles não tinham número para votar o impeachment do Presidente, eles não tinham o número, eles então iriam declarar que o Presidente fugiu.

>> "Atenção: O Sr. Presidente da República deixou a sede do Governo. Assim sendo declaro vaga a Presidência da República".

>> O golpe mesmo, a ocupação do Governo foi no dia 1º de abril. Não foi em 31 de março. 31 de março tiveram uma data neutra. E 1º de abril não é data neutra. Eles ficaram com receio de que aquilo virasse a uma... Entendeu? A uma gargalhada. Porque, você sabe que a gargalhada tem um grande poder. Uma gargalhada bem dada derruba um Governo.

NARRADOR: Os gaúchos não conseguiram reeditar a rede da legalidade.

>> Brigadeiro Moreira Lima, comandante de Santa Cruz chegou a chorar por não poder... Compreendeu? Enfrentar os golpistas.

>> O Jango prurido por temperamentos, talvez por conhecer a história sanguínea do Rio Grande do Sul, ele era um homem contra a violência. Ele era o homem contra o derramamento de sangue. E isso talvez explique um pouco o gesto dele em 64.

NARRADOR: Da capital gaúcha Jango foi para São Borja.

>> Acabou a reunião, o Jango veio, nós fomos lá para o aeroporto. Para onde que nós vamos? Vamos para o Rancho Alegre, que é a fazenda dele.

>> Ele ficou só com o Maneco. Foi para uma fazendinha na beira do rio que os caras informaram que o regimento ia cercar a fazenda lá do Rancho Grande, e ele nos liberou e mandou todo mundo se apresentar. Voltar de avião.

>> Ele foi o oficial de Aeronáutica que comandou o avião que levou o Jango depois do dia 2 de abril, já com o golpe, levou de Porto Alegre para São Borja, onde o Jango ficou. E aí ele falou: "Presidente, eu tenho ordem de ficar à sua disposição e a hora que o senhor quiser ir para o exílio eu posso levá-lo". E aí o Jango disse: "Eu te agradeço, mas você pode voltar para a sua base, porque eu vou ficar aqui em território nacional até que seja nomeado e empossado um outro Presidente da República, porque eu quero configurar esse golpe de Estado. E depois então vou sair do país pelos meus próprios meios". E foi o que ele fez. Isso é uma coisa muito pouco conhecida.

>> Na despedida, ele pegou o avião dele, particular, que estava ali com o piloto, e foi embora para o Uruguai. Nós voltamos, daí em diante é que foi preso.

NARRADOR: Partiu para o exílio no dia 4 de abril de 1964.

>> Até hoje eu acho que eu tenho, assim, uma relação muito... De muita... Afetuosa com o Uruguai. Eu sempre digo para os meninos que o Uruguai é a minha segunda pátria.

NARRADOR: O movimento para derrubar Jango foi acompanhado pelo Presidente norte-americano.

>> Tinha informações detalhadas sobre o estado de saúde, cada ato, a situação da esposa... Tudo isso era minuciosamente acompanhado e havia também uma preocupação em pressionar o Governo uruguaio no sentido de restringir eventuais ações ou declarações do Presidente no exílio.

NARRADOR: Era usado todo tipo de comunicação.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Sem resistência em terra firme, a frota americana ficou sem ter o que fazer.

>> Essa documentação da Operação Brother Sam foi descoberta em 197, por uma pesquisadora norte-americana chamada Phyllis Parker. E depois foi trabalhada também por outros pesquisadores, inclusive pelo Moniz Bandeira, pelo jornalista brasileiro Marcos Sá Corrêa, pela pesquisadora norte-americana Ruth.

NARRADOR: Com a vitória os militares se dividiram.

>> Era um dia de manhã, um chefe nos reuniu e disse: "Olha, nós vamos nos retirar, vocês permanecem nas funções que deve de tarde assumir outros oficiais, porque nós somos a facção do João Costa e Silva, e o Presidente vai ser o João Castelo Branco".

NARRADOR: A ala liderada por Castelo Branco passou a dirigir os destinos do país.

>> O João Castelo Branco, ele começou a vida militar aqui em Porto Alegre, foi um excelente oficial, teve atuação destacada na força expedicionária brasileira...

NARRADOR: A vida de Jango passou a ser vasculhada por um IPM, Inquérito Policial Militar.

>> Eu fui o responsável por esse inquérito. Não é que eu conheço e conheci profundamente a vida, a figura do Sr. João Vicente Goulart. Organiza o grupo, diz: "Bom, nós temos que conhecer tudo, desde o dia que ele nasceu". Então montava equipes para vários pontos.

NARRADOR: A vida estudantil de Jango sumiu dos arquivos da escola.

>> Segundo a informação do irmão Vitor Rosseto, Secretário na época da Revolução de 64, alguém que não se sabe precisamente quem era, chegou à secretaria da escola e requisitou esta pasta em nome do regime militar, mas assim, nós não temos a informação precisa de quem era esta pessoa.

>> Aí eu corria para outro lado. Dia tal, no cartório tal, Sr. Fulano de tal adquiriu para o filho do presidente tal tantos mil hectares.

>> A única fazenda que estava em meu nome que era uma coisa muito pequena, foi uma que ele comprou aqui quando era presidente em Uruaçu. Mas era uma fazenda de cem hectares.

>> A mistura do público com o privado. Esse é o grande problema que eu encontrei.

>> A corrupção que ele não tinha ainda conseguido se livrar é de ter pintado o seu apartamento lá da Avenida Atlântica com dez galões de tinta da NOVACAP. Essa era a grande corrupção que os militares queriam provar de Jango.

>> Mas não houve consequência porque os processos, os procedimentos não chegaram à primeira instância. Na realidade não prosperou nenhum procedimento criminal contra ele.

>> Dr. Wilson Mirza que o defendeu nesses processos todos. Já o Governador Brizola, [ininteligível] dizia: "Ah, eu não vou me defender disso aí... Um dia vai ter que ser anistiado".

NARRADOR: Com o ato institucional vieram as primeiras cassações.

>> Os caras me consideravam subversivo, e eu no inquérito disse: "Mas eu subversivo? Eu acho subversivo são vocês. Eu era Governo, vocês é que derrubaram o Presidente, vocês é que são subversivo".

>> Me tiraram tudo! Me tiraram os direitos... Eu não fui vender fubá mimoso, nem essas coisas porque eu gostasse, não. Não foi por isso, não. Eu fui vender

porque me tiraram a profissão. E ainda hoje não me anistiarão.

NARRADOR: A eleição direta de Castelo Branco inaugurou a era do candidato único.

>> Ele tem uma reunião privada com o Castelo Branco, eles fazem um acordo político de que haveria eleições em 65, o Juscelino vota nisso, o Castelo trai o compromisso, adia as eleições para 66, vira eleições indiretas, assume o General Costa e Silva, do Costa e Silva para o Médici, do Médici para o Geisel, do Geisel para o Figueiredo e “bau-bau” eleições.

NARRADOR: Aliados da sucessão, os candidatos civis formaram a frente ampla.

>> Ricardo Lacerda estava com medo da D. Maria Tereza. Ricardo Lacerda me disse: “Olha, Hélio, o Jango é político. Não tem problema nenhum. Vou conversar com ele tranquilamente. Agora, o meu problema é a D. Maria Tereza. E se quando eu entrar na sala com o Jango e ela disser: “O que o senhor está fazendo aqui?””

>> Eu encontrei com ele embaixo do meu prédio quando ele estava subindo no apartamento do... Nosso apartamento. Aliás, ele nem me reconheceu. Eu falei com ele em português: “O senhor está procurando? Qual é o endereço?” Ele falou assim: Foi muito engraçado, até. Ele falou: “Não, estou procurando o endereço... Perdi o número, mas o endereço do ex-presidente João Goulart”. Eu disse: “Não, é aqui mesmo nesse prédio”. “Ah, você é brasileira? Mora aqui?” Eu disse: “Sou”. Aí ele entrou comigo no meu apartamento. “Mas como? Você mora aqui?” Eu disse: “Moro, sou Maria Tereza, a esposa do Jango”. Aí ele ficou assim: “Ah, mas que bom, não sei o que... Não havia lhe reconhecido”. Eu disse: “É, mas o senhor nunca tinha me conhecido, também, pessoalmente, né?” Aí ele entrou e foi super carinhoso com os meninos também... Foi super simpático o encontro.

>> “João Vicente, traz os teus cadernos para o Governador Lacerda dar uma olhada”. E eu não sabia do que se tratava, fui lá, trouxe e mostrei, e lembro-me que ele chorou, o Lacerda. Meu pai chegou e disse para ele: “Governador, estão estudando espanhol, parte pela sua postura, mas hoje é porque o senhor está dentro da minha casa”.

NARRADOR: No dia 5 de abril de 1967 o Governo militar proibiu qualquer atividade da frente ampla.

>> O Benedito Valadares, político mineiro, dizia: “Eu nunca vi a civil derrubar a militar. Já vi muito militar derrubar civil, mas essa frente ampla não tem sucesso nenhum”. Não deu outra coisa.

>> Uma conversa com o Pinheiro Neto ele diz: “Olha, tenho dito à Maria Tereza que acho que ela vai

voltar viúva e com netos. E eu não voltarei mais à minha pátria”.

NARRADOR: A partir daí Jango passou a dedicar-se à família.

>> A família esteve mais junto e tal, superando, evidentemente, a saudade dos pais, que a gente via estampada, mas para nós, pelo menos ainda crianças, o exílio foi um convívio mais unido com a família.

NARRADOR: A chance de voltar ficou mais distante.

>> Eu ficava revoltada mesmo. Indignada como as coisas tinham acontecido. E sofria por ele mais do que por mim.

NARRADOR: No exílio o coração dava sinais de fraqueza.

>> Ia ao lado da Venezuela, [ininteligível] pegava um avião para a Europa. E ele chegava lá e eu dava assistência a ele, assistência, inclusive, levando-o para a clínica, à clínica do Dr. [ininteligível] uma clínica radiológica em Lion, onde ele fazia o seu check-up.

>> Ele teve um infarto, e acho que já tinha sido o segundo. Porque o primeiro foi no Brasil, mas foi uma coisa mais leve. O fato de você estar no exílio e não consegue se integrar e ao mesmo tempo não pode voltar, e a expectativa de não saber se você vai voltar ou quando vai voltar. Isso para um homem que foi Presidente da República, que deu a vida dele pela... Por esse pai, é muito angustiante, né? Um sofrimento que não tem fim.

NARRADOR: A bossa nova embalava os corações da geração que levou o ritmo ao templo da música. O Brasil também tinha o experimentalismo dos mutantes. E o tropicalismo baiano.

>> O tropicalismo na música teve uma grande importância para a renovação da arte, das idéias, da vida cultural e política do Brasil. Nós devemos isso ao Caetano Veloso, ao Capinam, ao Gilberto Gil, ao Rogério Duprat.

NARRADOR: Os festivais de música popular brasileira abriam espaço para novos talentos. “Ei, ei, ei, hoje tem arrastão”...

>> Curioso. Aí surgiu outro movimento chamado MPB, pra dar o nome, Elis Regina... Que não era propriamente mais bossa nova, Paulo César Pinheiro... O próprio Chico. O Chico não é um... O Chico é um universalista da música brasileira. Ele não é bossa nova.

NARRADOR: A jovem guarda produziu o rei Roberto Carlos. “Quando você se separou de mim...” A música caipira trazia nos versos a inspiração dos nossos tempos. Emboscado na Bolívia, Che Guevara partiu. O mito ficou. Virou inspiração para a geração de 68.

>> [pronunciamento em outro idioma].

NARRADOR: A primavera de Praga floresceu sob a mirra soviética.

>> 68 foi o pico da agitação estudantil no mundo todo. Países ricos, países pobres, países capitalistas, países socialistas, juventude explodindo, os movimentos de afronta à sociedade, hippies e todas aquelas coisas.

NARRADOR: A geração flower power pedia paz e amor. E o pedido chegou ao festival de Woodstock. No Brasil, um maluco beleza pregava a sociedade alternativa. Para não dizer que não falei de flores, virou a cabeça dos jovens.

>> Esse momento criativo da vida brasileira até 64. E depois de 64 até 68, quando há um golpe dentro do golpe e aí a coisa fica muito feia.

NARRADOR: Houve quem entendesse que era hora da luta armada.

>> Naquelas condições era muito natural que um jovem que amava o seu país, que amava a liberdade se dispusesse a pegar em armas naquelas circunstâncias.

NARRADOR: A dura realidade veio com a edição do ato institucional nº. 5 pelo Presidente Costa e Silva.

>> Eu acho que a guerrilha fortaleceu a ditadura, da mesma forma que a frente ampla fortaleceu a ditadura. O 68, o ato nº. 5 é um filho espúrio da frente ampla. É lógico que eles ficaram com medo, uma união de todas essas forças, o Carlos Lacerda, eu dizia muito para ele: "Olha, Carlos, você vai enfrentar grandes problemas, grande oposição do seu grupo, mesmo. Agora, se houver eleição, você vai ganhar o direito de se dirigir ao eleitorado do Jango e do Juscelino".

NARRADOR: A ilha de Fidel Castro dava treinamento e dinheiro.

>> De todas as guerrilhas que nós pudemos combater, só a do Brizola que não tocou um tiro, por sinal, [ininteligível] de Caparaó que não foi com o grupo comunista. O resto tudo era de comunista.

NARRADOR: A guerrilha da Serra de Caparaó mostrou que era preciso mais.

>> Um dos princípios básicos da guerrilha é além da organização dos grupos guerrilheiros em si, é ter o apoio popular.

NARRADOR: Nas cidades o movimento urbano assaltava banco e seqüestrava autoridades.

>> A guerrilha urbana era o Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca...

>> Desde 1965, quando eu já estava na tropa, nós, o Exército, através do Estado maior, ele determinou que a instrução na tropa fosse também, além da instrução normal para a defesa do país, fosse também dada ênfase à instrução de guerrilheiros. A luta contra

guerrilheiros, já prevendo uma possível ilação de grupos organizados de guerrilha no país.

>> Dizimou-se praticamente todos os movimentos guerrilheiros com a exceção do que sobrou do PCdoB no Araguaia.

>> Guerrilha foi a continuação do movimento camponês de Goiás, todos os dirigentes da guerrilha passaram lá por trombas e formoso. Então, viu como tem umas partes da história que precisa a gente resgatar?

NARRADOR: O sonho da revolução no campo acabou no Araguaia.

>> Era uma resistência. Era uma... Uma espécie de rebeldia abnegada e heróica de quem não queria ir para o exílio e nem queria ser preso. Então vamos lutar.

>> Eles lutam pela vida sem temer a morte. Então, o amor à pátria, ao povo, é muito maior do que pensar no seu sacrifício individual.

NARRADOR: A morte do estudante Edson Luis ascendeu a reação ao Governo. Para o regime militar era a hora de tratar melhor a classe estudantil.

>> O Exército começava a se preocupar com uma coisa que ele não tinha se preocupado nunca, que era a sua imagem. E havia criado dentro do gabinete um serviço chamado de relações públicas.

NARRADOR: O projeto Rondon levou o estudante universitário a conhecer o Brasil.

>> Quem eram aqueles estudantes? Eram de esquerda? Eu tenho muita dúvida. A maioria nunca tinha lido nada sobre o socialismo nem comunismo. Eu ria muito com eles. Que eles mesmos diziam assim: "Eu acho que o senhor é até meio comunista". Por quê? Por quê? Eu queria as mesmas coisas deles.

NARRADOR: O comunista João Saldanha foi dispensado do comando da seleção de 70. No México, a seleção brasileira deu show de futebol. A magia do futebol canarinho encantou o mundo. O país do milagre econômico vivia o tempo do "ame-o ou deixe-o".

>> Era justamente uma indicação que nós não queríamos a exterminar nos elementos que se antepunham à revolução. Que aqueles que não tivessem, que abandonassem o país.

NARRADOR: Milhares de brasileiros saíram do país.

>> Hoje em dia, olhando friamente esse [ininteligível], não se reportando às conseqüências da época, não é aceitável mandar os brasileiros embora do país.

NARRADOR: Grande parte ficou na América do Sul.

>> O Uruguai foi um país que nos recebeu de braços abertos. Depois o Chile teve... O Chile de Salvador Allende, nós tínhamos mais de cinco mil brasi-

leiros, no total, e recebendo a proteção do Chile. Então nós temos, como brasileiros, uma dívida com esses países irmãos.

NARRADOR: A ordem dos dominicanos ajudava os perseguidos.

>> Quando houve a grande repressão em São Paulo, com o célebre Delegado Fleury que conseguiram cercar e prender o Marighella, isso foi essencialmente através da prisão e da tortura do padre dominicano do convento de Perdizes.

NARRADOR: Marighella perdeu a batalha.

>> O Marighella defendia o terrorismo. O que o Che Guevara não defendia. Tem um artigo do Marighella publicado na imprensa francesa defendendo o terrorismo como uma das formas de luta justificável para a conquista do poder.

NARRADOR: Frei Tito perdeu a vida.

>. Para que nós é um símbolo, assim, de um mártir muito curioso, muito diferente, muito original.

NARRADOR: Frei Beto montou um esquema de fuga no Rio Grande do Sul.

>> Frei Beto desarma toda essa nossa via. Por que passava por uma casa paroquial, e o Frei Beto havia freqüentado. Então, cai a casa paroquial. O pároco era um amigo meu. Ele vai preso. Vai presa uma série de pessoas vinculadas a este setor, e um padre alemão que estava momentaneamente parando nesta casa para... É levado também, e o vigário nós levamos nove dias para tirar ele do [ininteligível]. Mas o alemão ficou um mês. Porque ele era muito perigoso. E ele ó falava alemão.

NARRADOR: A rota passava pela fronteira.

>> O Cacá Diegues, eu acho que ele é o mais sociólogo dos nossos cineastas, é um mestre que vai ser estudado no futuro, fez o "Bye-bye Brasil". Como quem diz: "Até logo Brasil".

NARRADOR: Os que ficaram viram a face da repressão.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Me deram porrada de tudo quanto é jeito. Arrebataram meus tornozelo tudo, aquelas botina grande, coturno, soco nos rins... Acabaram comigo.

NARRADOR: Ficaram as lembranças no departamento de ordem política e social de São Paulo conhecido por DOPS.

>> A volta aos anos 60 pode ser interessante não como uma volta ao passado, mas como uma referência para uma tomada de atitude hoje.

>> É fato que o Brasil matou menos, muito menos, torturou muito menos, principalmente na comparação com a Argentina e com o Chile, que foram os que partiram mais para a eliminação massiva. Mas a

crueldade é algo difícil de se medir, principalmente a crueldade psicológica.

NARRADOR: A vida no exílio cobrava um alto preço.

>> Exilado político, me desculpe, é uma merda. Entendeu? Se eu soubesse o que era ser exilado político, eu preferiria ter sido preso. Corria o risco de morrer, né?

NARRADOR: Muita saudade e pouco dinheiro.

>> Iolanda fazia uma feijoada para os nossos companheiros aos sábados. E cada um deles trazia cerveja. Trazia cerveja, trazia o... A Coca-Cola, etc. e tal. De vez em quando vinha um gaúcho que trazia a garrafa de vinho... [risos]

>> Acho que era um peso pra comer lá em casa; não era de graça, não. Um peso. O Chinaip(F), que não tinha dinheiro nenhum, era quem administrava as finanças. E eu lavava, o general cozinhava, o engenheiro arrumava; ele e o Dante Pelacani. Ambos péssimos arrumadores. A gente reclamava. Tinha que varrer tudo e arrumar as camas.

NARRADOR: Sem emprego, qualquer ajuda era bem-vinda.

>> E o Jango ele era muito solidário. Ele contribuía mensalmente para o pagamento de pensão, alimentação... Tinha uns 20 sargentos que estavam lá no Uruguai. Todo mês ele dava o dinheiro. Quem ia buscar o dinheiro era, ou o... Era Amaury Silva, que foi ministro do trabalho dele, estava lá, Waldir Pires ou eu.

NARRADOR: Profissionais reconhecidos tiveram melhor sorte.

>> Houve uma grande colaboração da diáspora brasileira. É interessante verificar que em 70, quando nós começamos a trabalhar com o Oscar nesse programa das universidades da [ininteligível], nós conseguimos mobilizar uma lista que hoje nós estávamos até recordando isso, de mais de 50 brasileiros qualificados, extremamente qualificados, estavam no exterior, essencialmente concentrados em Paris, Bruxelas e em Londres, nessa área.

NARRADOR: O talento brasileiro serviu a outros países. Nada do que faziam, passava despercebido.

>> Quem era o chefe do SNI? O João Médici. Ora, o Coronel... Eu não... Eu fui amigo do Coronel Médici. Foi meu subcomandante, comandante do CPOR. Então era um homem que eu conhecia e conhecia a sensibilidade, uma imagem completamente dessa que a esquerda conseguiu colar nele de um homem frio.

NARRADOR: O serviço nacional de informações vigiava os passos dos exilados.

>> Não vou dizer que não. Que naquela época, como hoje em dia, também o serviço de inteligência eles acompanham os cidadãos brasileiros no exterior. Mas

em que sentido? No sentido que aqueles cidadãos que estão no exterior tenham ações que possam intervir no Governo em terra. Então aí está a minha resposta.

NARRADOR: O Itamaraty também tinha um serviço de controle e vigilância.

>> O Embaixador Pio Corrêa. Ele exigia que as autoridades uruguaias fizessem a verificação de que todos os exilados estavam ali e cumpriam o dever de assinar o ponto da presença nos setores de polícia do Governo uruguaio.

>> Normalmente todas as embaixadas têm dois adidos militares. Eu mostrei, através de um cruzamento de informações da Polícia Federal Argentina, de 31 portes de armas, em 1976, a Embaixada brasileira em Buenos Aires tinha, entre os administrativos, tinha 31 militares dentro da Embaixada. Isso é um absurdo. É arapongagem pura.

NARRADOR: O novo rumo do Uruguai deixou o país inseguro para os brasileiros.

>> Saímos já do ginásio encarapuçados e fomos levados para esse batalhão de engenheiros nº. 4, que é um batalhão situado na Laguna Del Sause, perto de Maldonado, onde até hoje aterrisam os aviões lá para Punta del Este. E nós estivemos lá encarapuçados, inclusive foi... Eu como tinha 16 anos fiquei quatro dias.

NARRADOR: Mesmo assim, era o destino de muitos exilados.

[pronunciamento em outro idioma]

>> Eu fiquei 30 dias em Tacuarembó. Na fazenda. Quando eu saí para o exílio, eu saí pelo esquema clandestino do Jango. Porque eu fui a São Borja, eu disse para meu pai: "Olha, eu não estou em condições de sair. Eu tenho que ficar escondido porque a minha organização pifou". E o meu pai disse: "Não, então vamos tentar sair por São Borja, pelo Jango".

NARRADOR: Ainda recorda do lugar onde ficou escondido.

>> Quem fica de costas para um portão que tem na entrada oposta aos quartos, dá de cara com a sala onde o Jango recebia as pessoas e o quarto que eu fiquei, fiquei à esquerda, ali que eu permaneci.

NARRADOR: No mesmo lugar onde Vildemar Brute(F) trabalhou por sete anos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte rondava a América do Sul.

>> A Operação Condor, assim, foi um nome que... Que denominou essa cooperação em bloco no cone sul, de Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil. Ela denominou isso. E por que Operação Condor? Por que o condor? Porque o condor, como um abutre da cordilheira dos Andes ele voa acima das fronteiras.

Para ele não têm fronteiras. E ele também é o símbolo do brasão chileno, que se alimenta preferencialmente de cadáveres, e tudo isso, assim, traumático, né?

NARRADOR: O maior abutre dos Andes viveu tempos de fartura.

>> Se fizer um balanço dos cinco sócios da Operação Condor, chega-se acerca de 35 mil mortos ou desaparecidos. Isso é um genocídio.

NARRADOR: O presidente socialista do Chile, Salvador Allende, resistiu ao ataque.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Morreu no Palácio La Moneda, no dia 11 de setembro de 1973.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Pinochet, comandante do exército no governo de Allende virou chefe dos rebeldes.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O General Prats estava na mira do Condor.

>> Em setembro de 74, o Pinochet mandou que a DINA, Direção de Inteligência Nacional, que era super polícia dele, equipada, com mercenários americanos, enfim... Fosse a Buenos Aires para eliminar o Prats. Porque o Prats também era um homem de estatura, um político, general, um general legalista que havia se oposto ao golpe do Pinochet, fez parte do governo socialista de Salvador Allende.

NARRADOR: Orlando Letelier sofreu um atentado nos Estados Unidos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A audácia dos chilenos assustou os americanos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Em 1973, Juan Domingo Perón foi eleito Presidente da Argentina.

>> O Perón estava voltando, ia ter eleições na Argentina e meu pai foi convidado junto com a família a morar na Argentina, né? Então nós fomos para Buenos Aires.

NARRADOR: A morte de Perón abriu caminho para a via militar.

>> As ditaduras, em parte, elas foram uma resposta, assim, aos movimentos de guerrilha que aqui surgiram, no Cone Sul, né? Por exemplo, aos tupamaros no Uruguai, que realmente convulsionaram o país, chegaram a ameaçar o governo. Aos miristas no Chile, aos motorneiros e ao [ininteligível] na Argentina...

NARRADOR: A guerrilha armada tinha um jeito de ser tratada.

>> Os caçadores de pessoas, os predadores, os interrogadores e torturadores seqüestravam os filhos dos militantes de esquerda. E repassavam essas crian-

ças, quase sempre bebês, para a adoção. E muitos desses que adotaram eram casais militares que não podiam ter filhos e ligados à repressão.

NARRADOR: As avós da praça de maio, unidas na dor da ausência dos filhos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Para preservar os filhos, era preciso agir rápido.

>> Existia a tríplice aliança anticomunista que era uma... Era muito mais violento do que no Uruguai.

>> Sofríamos muito na Argentina ao ponto do Jango mandar os meninos pra Londres e foi uma situação bastante crítica no final.

>> Fui no começo de 76, final de 75, e eu já fui porque eu fui estudar agronomia, numa cidade pequena que existia perto de Londres, em Guilford, [ininteligível] e lá, quer dizer, eu já fui casado, casei muito novo.

NARRADOR: Em Londres nasceu o primeiro neto de Jango.

>> Inclusive o pai teve várias vezes lá e conheceu o primeiro neto, só que foi o Christopher que nasceu lá, e ele sempre dizia que não teve nem sequer o direito de seu neto nascer no país dele, no país que ele tinha lutado.

>> Eu nasci no exílio, então a história sempre foi muito próxima. Eu nasci em Londres, dois meses antes do meu avô falecer, minha mãe é uruguaia, morei muito tempo no Uruguai, então sempre, de uma maneira ou outra a história política sempre me foi presente. Com o tempo nós vamos desenvolvendo, adquirindo consciência política e entendendo o que o meu avô visava politicamente para o país, para o Brasil. Realmente através do tempo a gente vai interpretando melhor aonde ele queria chegar.

NARRADOR: Na Argentina, o Senador Uruguaio Zelman Michelinei não teve tempo para os netos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: A morte de Michelinei e do Deputado Gutierrez Ruiz abalou Jango.

>> Ele queria organizar as coisas dele no Uruguai, na Argentina para poder ficar na Europa. Ele pensava ficar em Paris, enquanto... Porque ele não gostava de Londres para morar. Ele detestava. Ele só ia por nossa causa mesmo.

NARRADOR: Em carta enviada a Londres relata a situação na Argentina.

>> Maldonado, 21/05/76. João Vicente, meu bom amigo, em Buenos Aires um clima cada vez mais tenso. Há 02 dias seqüestraram do hotel e de sua residência, os nossos amigos: Senador Michelinei e Deputado Gutierrez Ruiz. Uma monstruosidade que me leva a pensar no meu futuro na Argentina. Já me sinto velho

e um pouco desanimado para novos empreendimentos. Isto talvez fique para vocês.

NARRADOR: Na fazenda La Villa, em Mercedes, o coração parou de bater.

>> E nessa noite ele faleceu, tipo duas horas da manhã, assim. Eu estava sozinha com ele. E foi muito triste porque o lugar realmente era um lugar assim extremamente solitário e longe de tudo.

NARRADOR: Não foi feita a autópsia do corpo, nem na Argentina, nem no Brasil.

>> Eu acho que naquela situação não tinha como fazer a autópsia, não tinha como fazer nada, porque era tão distante, tão longe de tudo, que acho que foi uma coisa assim, meio que, de repente, uma surpresa muito grande.

NARRADOR: Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976.

>> E aí chamamos um médico que foi esse médico que... O primeiro que encontraram para chamar, e aí existe essa polêmica de que ele teria dado um atestado do Jango de uma doença, que ele morreu de uma doença.

NARRADOR: João Goulart é o único Presidente brasileiro morto no exílio. A penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas fica há 50 quilômetros de Porto Alegre. É considerada uma das mais seguras do país. Muitos tentaram, mas só um conseguiu fugir. As celas são individuais. O medo é coletivo. Mário Neira Barreiro conhece bem os perigos.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: O uruguaio diz que viu a morte de perto. Afirma que ajudou a tirar a vida do ex-presidente João Goulart.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Mas não quer falar. Depois concorda em contar o que sabe.

>> Eu não tenho por que mentir, eu não tenho por que mentir sabe por quê? Porque estou ferrado mesmo. Ele foi vitimado, eu não ganho nada. E sabe por que não ganho nada? Porque tudo que eu faço, será usado contra mim. Eu vou arranjar mais um processo e com isso não vou estar ganhando lucro nenhum.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Condenado por assalto a banco está preso na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

[pronunciamento em outro idioma]

NARRADOR: Quando se vê diante de João Vicente, filho de Jango, não esconde a surpresa.

>> Eu acho que o depoimento do Mário Neira Barreiro é um divisor de água.

>> O dia-a-dia de João Goulart, ele vivia como se fosse uma novela de TV.

NARRADOR: Revela como Jango era vigiado no exílio.

>> Aquela, onde está o transformador elétrico que ia nos fios de luz, aí nós colocamos na estação repetidora, porque nós não tínhamos como escutar alguns dos microfones que trabalhavam em 464 megaciclos. Então o alcance da radiofrequência era limitado. Porque era uma antena pequena, né?

[pronunciamento em outro idioma]

>> Em alguns relatórios chamamos Goulart como Golfo(F) 1, em outros chamamos como gaivota... Em outros... Dependendo, se é um relatório escrito, se é um relatório fonético, por rádio, né?

NARRADOR: Conta como a polícia uruguaia descobriu os agentes brasileiros.

>> Sabe como nós tomamos conhecimento da operação escorpião? Por um acaso. Por um acaso. O departamento de homicídios da polícia de Montevideu meteu um cana, o Tarzan de Castro. O Tarzan de Castro foi preso pelo oficial Lopes Godoy. E no exílio(F) Lopes Godoy, quando prendeu o Tarzan de Castro, na época era de praxe usar prêmios físicos. Encontrou o Tarzan de Castro, com dois ou três comunistas mais, do PCdoB, e com um 32, um 38 e uma série de coisas que eram ilícitas. E foram [ininteligível], foram a... Digamos, à tortura. O Tarzan de Castro não agüentou a [ininteligível], não agüentou as torturas, e disse: "Não, eu sou um agente do DOPS. Estou infiltrado aqui para detectar opositores. Mas eu trabalho com o Delegado Fleury". Aí o Serviço Secreto do Uruguai tomou conhecimento, de que no território nosso, tinha agente de outro país trabalhando, acobertados, em uma operação de política. Mas como é isso, então? E o protocolo que o Serviço Secreto deve cumprir? Existe um protocolo.

NARRADOR: Explica a origem da operação.

>> A "Operação Jacarta" tinha como objetivo a articulação de operações fora do território do Brasil. "Operações Jacarta". Tomou-se esse nome pela [ininteligível] Indonésia e por aquela matança de comunistas do partido comunista indonésio, aquela matança de [ininteligível]. Ali os militares acharam que aquele nome "Operações Jacarta" fazia sentido com a perseguição do Ceciliano(F) com a perseguição dos dissidentes. Então, dizem que quando começou a desenvolver a Operação Escorpião, em realidade a Operação Conador ainda não existia.

NARRADOR: Segundo Mário Neira Barreiro, o Delegado Fleury pertencia a um comando secreto.

>> O Brasil tinha um grupo de inteligência secreto, reservado, ao qual pertencia a Fleury, uma série de generais, coronéis, que se chamava SIGMA – era o Serviço De Inteligência Do Governo Militar Anti-Revolucionário. Sigma do Brasil, até agora nunca ouvi falar

do Sigma. Mas o Sigma era um grupo da inteligência do Governo Brasileiro, e estava integrado por militares, policiais que era um grupo de assessores que... Assessores do Geisel, por exemplo. O Fleury era um policial e pertencia a esse grupo. E outros militares da cacela(F)... Fleury veio fazer essas operações em Montevideu pertencendo ao Sigma, e não como agente do DOPS.

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui—

[interrupção no áudio]

NARRADOR: São Borja era rota do Serviço Secreto itinerante.

>> A partir de 1970, de fevereiro, março, abril, maio de 1970, eu fui contatada pelos oficiais do serviço secreto itinerante que percorreu o Brasil inteiro, principalmente a fronteira Argentina/Brasil. Argentina, Brasil e Uruguai; durante esse período revolucionário...

NARRADOR: O ex-militante do PTB passou a ser informante do serviço nacional de informações.

>> Eu colaboro desde que vocês me dêem segurança. Desde que vocês não deixem eu ser preso, eu ser morto, eu ser perseguido... Aí eles começaram a... "Não, nós somos oficiais e tal, do exército, das Forças Armadas e somos agentes secretos itinerantes. Nós estamos aqui e você vai passar a trabalhar para que nós no verão". "Tá bom". Aí, eu, passado um período, adquirei a confiança deles, né?

NARRADOR: Jango foi avisado que corria risco de vida.

>> O General Ernesto Geisel, quando falava na Voz do Brasil, ele era extremamente comunicativo. Ele gostava de se reportar e demonstrar os seus feitos, as suas obras... Que ele vinha concluindo no Brasil. Ele se reportava, e ele, nesse ínterim, nesse intervalo da Voz do Brasil, minuciosamente ele dizia, fora do contexto, ele dizia uma palavra. E ele ia juntando aquelas palavras... É tudo [ininteligível] são coisas cifradas, assim. Então, assim que eu fiquei sabendo que ele tinha que avisar.

>> Em um bom dia nós tomamos conhecimento de que o Adalberto Rocha Benevenuto(F) foi visitar o João Goulart e disse: "Doutor, tem um conhecido que é agente da inteligência e me disse que há um plano para eliminar o senhor".

>> O General Ernesto Geisel mandou... Me autorizou. Não é mandou, me autorizou a avisar o Dr. João Goulart de que ele corria eminente perigo de vida e que tomasse cuidado na alimentação, nos remédios, que o negócio ia se dar dessa forma, e não de modo

violento como, digamos assim, uma rajada de metralhadora ou coisa parecida.

>> “Ah, isso é bobagem”, disse João Goulart. “Que mandar me eliminar. Se ia eliminar, me eliminava em 64. Agora vai me eliminar? Isso é bobagem. Vamos falar de outra coisa”. Ficou bravo.

>> Mandei informar o Dr. Leonel Brizola de que ele seria... A sua casa seria invadida durante a noite, para que tomasse cuidado.

>> Seqüestraram Brizola, Brizola tem um Deus à parte, eu ia gostar de falar com Brizola. Quando eu [ininteligível] com Fleury seqüestrar Brizola, ele tinha um Deus à parte, ele não dormiu em casa, o Brizola, pode acreditar, ele estava dormindo na casa da Terezinha [ininteligível] e nós invadimos a casa do inspetor. Que a operação era para seqüestrar o Cândido Aragão e Brizola [ininteligível] íamos prender o coronel [ininteligível] que era comunista e ele era, digamos, o responsável militar por aqueles [ininteligível] que eram ativistas contra [ininteligível] e que eram meio doidos... Mas esse homem não pode estar falando sério [ininteligível] que havia um plano para matar João Goulart, ele não sabe nada. Mas hoje, que passaram tantos anos, eu sei que aquele [ininteligível] descobriu o plano. Como? Não sei. Como que ele soube que havia um processo no andamento para eliminar João Goulart, eu não sei, mas ele não só soube disso, como depois soube de mais um plano contra o Brizola, do seqüestro e quando o Benevenuto(F) avisou ao Brizola de que poderia ser vítima de um seqüestro em Montevideú, em Buenos Aires, o Brizola, mais esperto, ele se foi para [ininteligível] e não foi [ininteligível]. Agora, o Dr. Benevenuto(F) terminou sendo morto por causa do [ininteligível] recado que deu para Goulart e um ano depois para Brizola.

NARRADOR: Nas ruas de São Borja a tentativa de assassinato.

>> Eu fui com o Tenente Ciro(F) até São Borja para eliminar esse que estava mandando os recados de alerta para João Goulart. Ali eu fui de motorista e o Tenente Ciro deu uns tiros no [ininteligível] e o Amaral. Aí saiu uma mulher com um monte de crianças, várias crianças começaram a rodar ao lado [ininteligível] e não deu para voltar. Eu disse: “Você é tenente, como que não acertou o cara ali há quatro metros?” “Não, eu sou do 4º Escalão, eu sou o tenente da mecânica, não sou atirador”.

>> Por isso que ele não me matou. Aí ele foi, fez o relatório, que eu era louco, que aquilo ali não era verdade, e essa foi a desculpa que ele deu para o Major Heródes(F) e para o serviço de inteligência brasileiro que não me matou por isso, porque eu era louco, que

era um irresponsável, um simplório que não estava sabendo o que dizia. Que aquilo ali não era verdade.

NARRADOR: Mário Neira Barreiro tem se dedicado a escrever um livro.

>> O fato de ter escrito o livro é que originou a minha perseguição, porque nem os que me perseguem, acreditam, ninguém sabe que eu sou assaltante de banco.

NARRADOR: São anotações do tempo em que diz ter sido do serviço secreto uruguaio.

>> Toda minha vida fui treinado para outra coisa, fui treinado para policiar pessoa, para proteger o Estado, e pensava que eu estava fazendo a minha parte, que eu estava fazendo a coisa certa. Eu pensava, em certo modo, que João Goulart era um conspirador, eu acreditava que ele era um conspirador. E eu tinha que dar conta dele.

NARRADOR: Conta às ações que culminaram com a morte de Jango.

>> O Fleury, acho que ele... O que nós temos hoje aqui, o que está faltando aqui para nós concluir que ele é um conspirador? Claro que ele é um conspirador. Claro que ele é um conspirador. Então ele foi para o Brasil com aquela opinião de que, o João Goulart, com aquilo que ele falava, era um conspirador, e temos que dar um jeito nele. Ele foi no Brasil e falou com o General, e o General disse: “Faça o que tem que ser feito”. Então ele disse: “Pra mim, o que nós temos que fazer é eliminar esse homem e pronto”. Então, para Fleury, foi ele(F) que condenou a morte de João Goulart. Foi ele que disse. “O que nós temos que fazer? Temos que eliminar de uma vez e pronto”.

>> Depois daquelas declarações nós fomos pesquisar a parte de venenos e tal. Nós hoje sabemos que esses venenos foram feitos na casa [ininteligível] no Chile. Isso foi o Maycon [ininteligível], que hoje é uma testemunha protegida do governo americano. Ele trabalhou para a CIA e ele montou com a DINA, do Contreras, no Chile. Ele montou... Nessa casa existia um laboratório de venenos, são 10 venenos produzidos em massa para que fossem eliminados, inclusive, foram eliminados, alguns agentes traidores da CIA...

>> Quando começou a Operação Escorpião, não se sabia nada do veneno, não se sabia que João Goulart iria ser morto.

NARRADOR: E pede desculpas pelo que diz ter feito.

>> Imagino que o senhor deva ter raiva de mim, porque eu fiz parte de um conluio que terminou com a vida de seu pai, mas eu não podia fazer muita coisa. Conseguimos colocar um comprimido naqueles remédios que eram importados, que vinham da França. Estavam na posse do gerente do Hotel Liberty. Eu nem

posso dizer, porque não sei mesmo exatamente o que era, se depois do aspecto que tinha, não era um gás, um corpo sólido que era um líquido desidratado num microondas, tipo um microondas, um autoclave. Então era um composto que tinha três elementos básicos e era desidratado e era colocado, não me lembro se colocamos [ininteligível], para nós poder colocar esse veneno dentro desse invólucro, [ininteligível] enxertar um agente especial, um araponga lá no Hotel Liberty. [ininteligível] Ele roubou os remédios de uma caixa que tinha encontrado, não me lembro, uma espécie de cofre forte que tinha no hotel. Ele pegou da gerência e deu para nós, e o Dr. Carlos [ininteligível] fez a colocação de um comprimido em cada invólucro.

NARRADOR: O capataz da Fazenda La Villa foi a última pessoa a falar com Jango.

>> Conversamos até uma da manhã, daí ele foi, pegou um copo de água, tirou um comprimido e tomou, e foi dormir. Daí uns 40 minutos já estava morto.

>> Havia uma remanência do cloreto, havia uma remanência no corpo, que ia ficar no corpo do João Goulart. Ele não poderia ser examinado por 48 horas. Por 48 horas aquela substância poderia ser detectada.

>> Um comprimido de potássio, de cloreto de potássio não mata ninguém, a não ser que você já esteja com o seu potássio de 6,5, 7, e esse seja uma gota d'água a mais. Mas isso, não. Isso provavelmente foi um consumo crônico, um consumo durante alguns dias, algumas semanas que foi acontecendo. Imaginando que ele tomasse uma cápsula por dia do medicamento anti-hipertensivo, você imagina que ele deve ter usado isso talvez um, dois, três meses, né, imaginando como foi. Porque é sorteado. Você imagina um potinho, ali tinham alguns comprimidos de cloreto de potássio, mas tinham vários que eram de hipertensivo. Então isso não deve ter sido uma coisa que ele colocou e no outro dia o presidente veio a óbito. Provavelmente foi um processo mais lento.

>> Eu tenho momentos que eu fico assim, pensando nas pessoas que trabalharam conosco, e vem a tal suspeita, essa que a gente, de tanto ouvir falar, a gente começa a pensar no passado... Fulano que trabalhou lá em casa...

>> Sabíamos que o João Goulart ele teria, inequivocamente, ele teria que morrer quando tomasse o comprimido. Então, todo mundo estava esperando a morte, mas a morte não acontecia. Ele não tomava o comprimido? O que estava havendo? E o que ele guardava? Ele tomava os comprimidos de um frasco e guardava o invólucro. Aí ia na [ininteligível] ele pegava outro frasco, guardava. Tomava três comprimidos. Depois ia, digamos, na casa da [ininteligível] e tinha outro frasco. Quando, em determinado momento ele estava

incomodado com aqueles frascos, dizia: "Puxa, parece que eu tenho uma farmácia em cima". Aí pegava os frascos e ele colocava e jogava fora os frascos.

>> Ele não era uma pessoa assim que medicamento era certinho, ele controlava tudo. Realmente era uma pessoa meio dispersiva nesse assunto. Então, não sei, de repente pode ter havido a possibilidade de que trocaram o remédio dele.

>> Ele tinha parece que um Deus a parte que estava protegendo ele. Ele misturava aquele comprimido que ia matar com outros comprimidos. E da casualidade que ia tomando, e sempre estava tomando os comprimidos que não iam matar ele. Até que em algum momento chegou a desgraçada hora de que [ininteligível] ele tomou e logicamente ele ia dar uma hipertensão, ia morrer. Lamentável, eu fico... Eu me desculpo, eu peço perdão... Não sei o que dizer.

Há um ditado asiático que diz: Todo fato tem três versões. A sua, a minha e a verdadeira.

[palmas]

Sessão encerrada às 22h10.

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE OUTUBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e um minuto do dia trinta de outubro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, César Borges, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Item Único: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 76, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 15/10/2008, com vistas a discutir a situação da profissão de vigilante. Convidados que comparecem: José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos trabalhadores Vigilantes – CNTV; Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes – FITV; Fernando Bandeira, Presidente da Federação dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, Transporte de Valores e Similares do RJ; Francisco Domingos dos Santos,

Diretor da Confederação Nacional dos trabalhadores Vigilantes – CNTV; José Nilson Ribeiro, Secretário-Geral, em representação de João Soares, Presidente da Federação dos Vigilantes do Estado do Paraná – FETRAVISPP; Heralde Silva Santos, Presidente do Sindicato de Transportes de Valores do Rio de Janeiro, em representação de Geizo Araújo de Souza, Diretor da Federação dos Vigilantes do Estado de São Paulo; Evandro Vargas dos Santos, Presidente da Federação Profissional dos Trabalhadores em Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul. O Senhor Presidente, após a exposição dos Senhores convidados e senadores franqueia a palavra ao plenário para diversas lideranças sindicais de todo o Brasil. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Extrapauta. Item 01. Item nº 01. Requerimento nº 78, de 2008 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública, na Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, para apresentação e discussão do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos no último dia 10 de setembro de 2008, bem como para apresentação do resultado da fiscalização dos Grupos Móveis de Trabalho, durante o ano de 2008. Autoria: Senador José Nery. Resultado: Aprovado. Item nº 02. Requerimento nº 79, de 2008 – CDH, que requer a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, para debater a violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/2006), buscando identificar como o Poder Judiciário, os órgãos do Poder Executivo e a mídia vêm trabalhando para sua eficaz implementação e divulgação. Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: Aprovado. Item nº 03. Requerimento nº 80, de 2008 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública a respeito da campanha “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, em hora, data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item nº 04. Requerimento nº 81, DE 2008 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com vistas a tratar da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, José Nery, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Jayme Campos e Cícero Lucena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presen-

te Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Audiência Pública, item único. Assunto: Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 76/2008, CDH, de autoria desse Senador e outros, aprovado em 15/10/2008, com vistas a discutir a situação dos vigilantes com toda a sua abrangência, desde a regulamentação devida, o adicional, enfim, todos os temas que nós vamos aqui, com nossos convidados, fazermos o debate.

E só informo a todos que há uma outra sala aqui ao lado com o telão, se o número de convidados que for assistir o debate estiver acima daquele previsto nesta sala. Então, de imediato, eu vou convidar para que façam as suas exposições os seguintes convidados. Convidamos o Sr. José Boaventura dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes – CNTV. José Boaventura dos Santos, faz favor. Convidamos também o Sr. Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes – FITV. E convidamos também o Sr. Fernando Bandeira, Presidente da Federação dos Vigilantes e Empregados e Empresa de Segurança e Transporte de Valores e Similares do Rio de Janeiro. Cumprimento o Senador Geraldo Mesquita Júnior que está aqui presente conosco, sempre acompanhando e debatendo, aqui na Comissão, com muita competência, com muita firmeza e defendendo os direitos do nosso povo, da nossa gente, enfim, uma linha exemplar de Senador em todas as áreas. Mas eu diria, com destaque especial, na linha dos direitos humanos.

E eu ouvia hoje de manhã, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que o Barack Obama dispara na disputa lá nos Estados Unidos, e um dos eixos da sua vida é exatamente os direitos humanos. Então nós que estamos nesta Comissão, não somos nenhum Barack Obama, mas estamos felizes com a ascensão daquele que, com certeza, será o primeiro presidente dos Estados Unidos da América e um negro. E eu diria que o primeiro presidente negro das Américas, não é só ser negro, mas assumir a sua negritude, faz o bom debate. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Senador Paim, prezado amigo, Presidente desta importante Comissão, eu quero cumprimentar todos os vigilantes aqui representados pelos companheiros que compõem a mesa agora neste momento. Vamos ter a oportunidade de debater o assunto que será tratado aqui nesta Comissão. Mas a propósito do comentário do Senador Paim. Paim, eu queria lembrar que a gente vive um momento muito interessante. Veja que coincidência, coisa incrível, nós vivemos mais uma crise cíclica do capitalismo, o capitalismo é esse sistema econômico que produz crise no seu próprio intestino, as contradições vão se aguçando, como dizia Karl Marx, e de tempos em tempos o próprio sistema produz uma grande crise, e exatamente nesse momento surge na maior potência econômica mundial a perspectiva de uma candidatura de um cidadão advogado militante, defensor dos direitos humanos que se notabilizou exatamente nesse campo, nessa área. E surge, a candidatura dele, surge num momento muito especial e crucial, eu diria, exatamente nesse momento em que o mundo se debruça sobre mais uma grande crise que provocou durante esses últimos tantos anos aí situações que na área dos direitos humanos provocaram muito desconforto, muita inquietação; e surge exatamente nesse momento da candidatura do Obama que espero que seja eleito nos Estados Unidos, porque eu acho que também nesse momento o sistema político produz situações, provoca e procura as suas próprias soluções. Eu acho que uma grande solução virá com Obama. Eu tenho muito esperança de que ele não só participe com muita eficiência da superação dessa crise, como nos remeta para... Ajude a que nós possamos, do ponto de vista político, galgarmos posições e outras situações que possam fazer com que o mundo inteiro, e, principalmente, naquele grande país e no nosso país também a gente possa superar problemas que lá no fundo dizem respeito ao cidadão comum, aos vigilantes, aos motoristas, às pessoas que fazem as coisas acontecerem. A gente fala dessas coisas como se isso estivesse num nível lá em cima, mas não está não, está bem aqui embaixo. A situação de um cidadão como esse poderá provocar mudanças, alterações nas relações entre as pessoas, não só nas relações econômicas, mas nas relações políticas e sociais.

Então eu estou muito esperançoso, tenho certeza, que o Senador Paim também, com o desfecho dessa eleição americana, porque, dessa vez, eu acho que ela terá uma repercussão muito grande, não só naquele país, mas no mundo inteiro, como já ocorreu em tempos atrás. Os Estados Unidos produziram uma safra de presidentes nos últimos tempos que não impactaram

do ponto de vista das relações internas como externas, mas dessa vez haverá um impacto grande e forte.

Então saúdo aqui os companheiros que estão conosco para debater um assunto tão importante, enxergando no horizonte nessa possibilidade, essa perspectiva da eleição de um presidente, que eu acho que fará a diferença, Paim, assim como você faz a diferença aqui no Senado Federal. E vamos ao nosso debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador José Nery já está aqui conosco, sobre esse tema é um tema que interessa, eu diria, a todo o planeta. Nós vamos, em seguida, iniciar o nosso debate. Mas eu confesso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador José Nery, que hoje pela manhã, eu não morro de amores pelo jornalista Arnaldo Jabor, mas hoje de manhã eu tenho que dar a mão à palmatória, ele fez um comentário na CBN sobre as eleições dos Estados Unidos que eu pedi cópia e vou ler aqui, pelo mérito do comentário. Eu não morro de amores por ele, e nem ele morre de amores por mim. Ele já fez críticas contundentes dessa forma de nós atuarmos de defender só trabalhador, idoso, aposentado, enfim, os movimentos sociais e tal; e eu vou continuar, naturalmente, sempre na mesma linha. Mas o comentário que ele fez hoje de manhã, fez um belo comentário, exatamente na linha que o Senador Geraldo Mesquita Júnior falou aqui da importância para o mundo, da disputa eleitoral nos Estados Unidos da América, e a mudança que um país que, historicamente, foi preconceito e racista dar a mão à palmatória e eleger um Senador negro para Presidente daquele país e que tem o viés, exatamente, não do capitalismo, mas dos direitos humanos, de fato, ele considera, segundo o comentário que ele fez, uma revolução. Mas ficar fiel ao que ele comentou, eu pedi cópia, e se chegar a tempo, naturalmente, eu vou fazer a leitura aqui, porque é uma mudança profunda na história, eu diria, da humanidade, a vitória do Barack Obama nos Estados Unidos que eu tenho certeza que vai acontecer.

Meus amigos, vamos retomar o nosso trabalho. Primeiro cumprimentar a todos os vigilantes do País. Estão aqui delegações de todos os Estados dos vigilantes. Nós temos uma sala aqui ao lado, vocês podem ficar aqui, ocupar todos os espaços, quem quiser ficar de pé, fica de pé, mas quem quiser aqui a sala 3 que é ao lado desta sala da Comissão de Direitos Humanos, há um telão e espaço para que todos possam ficar sentados. Nós reservamos em torno de 300 lugares para os vigilantes que vieram à Brasília para debater neste encontro de dois dias a situação da sua atividade, e nesta Audiência Pública aqui no Congresso Nacional, claro, refletindo o espelho dos projetos de interesse da

categoria que estão em debate tanto aqui no Senado, como também lá na Câmara dos Deputados.

Então, de imediato, eu vou passar a palavra aos nossos painelistas, sempre lembrando a todos que os Senadores, a qualquer momento, podem fazer uso da palavra. Então vamos conceder, nós vamos fazer três mesas, essa primeira mesa que já estão aqui conosco o Sr. José Boaventura dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; o Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes; e o Fernando Bandeira, Presidente da Federação dos Vigilantes e Empregados e Empresa de Segurança, Transporte de Valores e Similares do Rio de Janeiro. Só para informar a todos que todos os convidados que estão aqui foi conforme entendimento feito com a direção do Movimento. Então, de imediato, passamos a palavra ao Sr. José Boaventura dos Santos. Tem dez minutos, com mais 5, se necessário. Esse é o microfone, o senhor aperta um botão pretinho aí na frente e puxa o microfone.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Inicialmente, um bom dia a todos. Exmo. Senador Paulo Paim, Exmo. Senador Geraldo Mesquita, Exmo. Senador José Nery, colegas vigilantes. Eu quero, Senador, pedir licença para registrar aqui a presença de companheiros do Amazonas, do Pará, companheiros do Piauí, companheiros do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Goiás, de Tocantins, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Amazonas. Se pequei aqui pela omissão de alguns, posteriormente menciono. Mas, inicialmente, agradecer, Senador. E quero aqui fazer referência a alguns momentos onde a sua presença está registrada lá nos nossos registros históricos, nas fotos que nós temos ilustrando a nossa Confederação das oportunidades que nós tivemos aqui em Brasília de contar com as suas contribuições, com a sua presença, e também no Rio Grande do Sul. E lembro de, pelo menos, uns dois congressos dos vigilantes lá no Rio Grande do Sul, tanto em Porto Alegre, como fora de Porto Alegre onde V.Exa. teve a felicidade de valorizar com a sua presença, com o seu apoio as nossas demandas e as nossas lutas.

A nossa categoria, poderíamos dizer assim, é nova, tem menos de 30 anos, até porque surgiu no bojo da ditadura militar como uma forma do regime se contrapor aos assaltos a banco, naquela época, e alguns até com fundamentos políticos. E somente em 1983 nós tivemos uma lei que regulou a atividade de segurança privada. Antes disso cada Estado regulava da forma que achava conveniente, e algumas vezes, alguns decretos, como o decreto do então Governador

do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, dizia que os vigilantes também deveriam servir quando houvesse necessidade de se contrapor às ações políticas pública, ou seja, a repressão política. E a constituição profissional nossa sempre variou entre a atuação na defesa do patrimônio e na defesa da vida das pessoas, ou na tentativa de alguns setores de transformar esse segmento de trabalhadores num segmento para militar para servir alguns interesses. E nós, até nesse período, no bojo da retomada do movimento sindical, das centrais sindicais, nós sempre nos pautamos por nos distanciar dessa visão militarista, dessa visão onde os trabalhadores pudessem ser usados como instrumentos políticos.

Eu faria até um parâmetro porque hoje nós temos um problema, na verdade, com os companheiros argentinos, os sindicatos e os trabalhadores da segurança privada da Argentina ainda carregam um tom forte dessa visão, dessa influência da Ditadura Militar Argentina, e, conseqüentemente, nós temos dificuldade, inclusive, no relacionamento com os companheiros do sindicato de vigilantes da Argentina.

Mas no nosso lado nós sempre buscamos, primeiro, que os vigilantes pudessem não ser militarizados. As escolas e as empresas gostavam muito até de fazer ordem unida dentro das escolas, e é algo que a gente sempre combateu para nos diferenciar. Segundo: pautar sempre para que servissem os nossos trabalhos. As empresas, os bancos, em especial, diziam sempre assim: você está lá para proteger o dinheiro. E nós começamos isso há uns dez anos a fazer um contraponto a isso onde a nossa orientação para os nossos colegas era: primeiro defender a vida das pessoas que estão no banco, que estão nos órgãos públicos, na Previdência Social e depois cuidar do patrimônio, porque se leva um computador, se leva qualquer peça ela é renovável, ela é substituível, mas se leva a vida das pessoas não tem substituição.

E nós tivemos um exemplo assim muito latente sobre isso, Senador, coisa de seis anos atrás, o então Ministro da Previdência Social ainda naquela visão de reduzir o Estado, de diminuir o Estado, mas terceirizar tudo que o Estado podia, inclusive, a Previdência Social sofreu muito com relação a isso, e entendeu de tirar os vigilantes das agências da Previdência Social, colocar câmeras, sensores, ou seja, todo um aparato para proteger as instalações da Previdência Social e o que é que houve? Lamentavelmente, nós presenciamos a morte de médicos, peritos, a morte de trabalhadores, a morte de usuários da Previdência Social, porque os equipamentos, as câmeras, os sensores podem até proteger, proteger nem tanto, podem até fiscalizar a possibilidade [interrupção no áudio] com o valor, com

o respeito suficiente para que nós possamos servir melhor o nosso País. Mas também, Senador, o nosso dia-a-dia é feito de desafios. Nós hoje somos 1 milhão e 600 devidamente regularizados na Polícia Federal. Nenhum vigilante pode, para exercer a sua profissão, responder a nenhum inquérito policial, ou seja, não é nem condenação, até nós questionamos esse princípio, mas até o inquérito policial de âmbito criminal que o vigilante venha responder é impeditivo para que possa continuar exercendo a sua profissão. Nós, hoje, somos a categoria que no exercício da nossa atividade e nós podemos ver hoje no dia-a-dia [soa campainha] nos jornais desse País, não verificamos a presença substancial desses trabalhadores misturado com a criminalidade, os trabalhadores regulares e legais. Agora nós temos um outro problema que aí, sim, está fora do controle da Polícia Federal, está fora do controle da sociedade brasileira, do Estado e da sociedade brasileira que são os clandestinos, que são os ilegais, são aquelas pessoas que estão na porta do senhor, na porta nossa, na porta de qualquer cidadão cobrando taxas, todos os dias, para lhe dar proteção. Muitas vezes cercando [soa campainha] áreas, muitas vezes privatizando os setores e cobrando por esse tipo de serviço. São chamados vigilantes ilegais e clandestinos, a maioria deles agenciados por policiais. E esse contingente, Senador, significa para nós mais de 2 milhões de pessoas, ou seja, armados, alguns deles, e chegando ao extremo, que para nós esse é o extremo dessa face ilegal da segurança privada que são as milícias aí presentes em alguns lugares deste País, não só, fala-se em Rio de Janeiro, mas eu costumo ser muito claro nesse ponto que na minha cidade em Salvador também tem lugares onde o domínio é o domínio dos grupos de segurança privada que, supostamente, vendem segurança, mas também negociam outras coisas, inclusive, a vida das pessoas nesse processo. Então nós estamos diante desse desafio que é trazer todas essas pessoas para a legalidade, porque também nós não queremos que esses trabalhadores que hoje se submetem a isso, eles percam a oportunidade de trabalhar, mas que eles venham para a legalidade, que eles se submetam aos requisitos que os capacitem para exercer a nossa atividade.

Mas também, Senadores, nós temos um problema sério que são das próprias empresas legalizadas, das próprias empresas autorizadas a funcionar. E essas empresas abrem hoje, amanhã estão fechando, lesam a Previdência Social, não depositam o FGTS dos trabalhadores, e quebram. Aqui nesta Casa há históricos de empresas, tanto de vigilância, como de AC e Conservação que quebrou sem pagar os trabalhadores. A gente não precisa ir longe, não precisa

atravessar a rua, aqui mesmo nesta Casa fruto de um problema que eu sei que os senhores estão focados nele, que é o problema da terceirização feita de forma inconseqüente, sem parâmetros, sem responsabilidade. E dia-a-dia nós temos aí trabalhadores, e são volumosos, essas empresas de segurança não são empresas que contratam 20 trabalhadores, são empresas que a cada contrato, e eu posso também voltar a citar aqui o Senado Federal, são 300, 400, 500, mil, 2 mil, 3 mil trabalhadores, e que quando resolvem fechar as portas fecham as portas de um dia para o outro. O Rio Grande do Sul, Estado de V.Exa., por exemplo, hoje nós temos, e aqui tem companheiros que podem depois reafirmar isso. Nós temos mais de 3 mil trabalhadores da Pedrozo, mais de uma quantidade volumosa de trabalhadores da empresa Panambi que estão quebrando. Foram empresas que estiveram envolvidas num cartel já julgado pelo CAD, e que, comprovadamente, cometeram crimes e agora fecharam as portas e estão deixando, pelo menos, todas essas empresas envolvidas nesse cartel, cerca de 6 mil trabalhadores lá sem seus direitos. Muitos deles, Senadores, com até 20 anos de trabalho. E na hora que vai procurar os seus direitos a empresa não depositou regularmente o seu FGTS e a empresa diz que não tem dinheiro para pagar as suas verbas rescisórias, ou seja, todo o futuro que esse trabalhador apostou como após sair de um emprego comprar uma casa, investir um pouco na sua vida ou preparar para a sua velhice, esse futuro foi por água abaixo. E a nossa turma, a nossa profissão é meio parecida com jogador de futebol, a partir da 40 anos, os vários companheiros aqui de cabelo branco, sabem disso, não servem mais para trabalhar de vigilante, porque o perfil, para algumas pessoas, é do menino mais novo, 25 anos, 1,90m, boa estatura e etc., uma visão equivocada, obviamente. Mas nós, a partir dos 40 anos, nós já temos o mercado de trabalho fechado para a nossa categoria.

E para finalizar nós temos aí um desafio que esta Casa tem hoje uma oportunidade muito preciosa de nos ajudar que é a questão da caracterização como atividade de risco. E aí a Senadora Serys e o Senador José Nery hoje é relator do projeto da ilustre Senadora, o senhor também apresentou um projeto também preocupado com essa nossa expectativa, que para nós é fundamental, porque não tem como dizer que nós trabalhamos numa atividade que não seja de risco. No dia a dia, Senador, vigilante morre nas igrejas. No Ceará, e aqui tem companheiros do Estado do Ceará que são testemunhas disso, está lá nas igrejas e vão lá e roubam as igrejas e matam vigilantes. Os vigilantes morrem em farmácia, os vigilantes morrem em bancos, morrem em carro forte, os vigilantes morrem

em qualquer lugar. Está lá para defender a vida das... Aqui em Brasília num posto de saúde, há cerca de 30 dias num posto de saúde, parece que em Sobradinho, aliás, numa cidade que não me recordo, São Sebastião um vigilante foi assassinado. [soa campainha]. Apenas queriam levar a arma desse trabalhador.

Portanto, para nós é fundamental que o Senado Federal, que os Parlamentares eleitos pelo povo brasileiro possam enxergar que a nossa profissão é a profissão que precisa desse apoio, precisa desse registro de que a nossa profissão é de risco, porque o trabalhador sai hoje de casa para trabalhar, vem aqui para o Senado, vai ali para a Previdência, vai para os órgãos, aos bancos e etc. e não sabem se voltam. Portanto, nesses dois dias que nós elegemos como Dia Nacional de Luta dos vigilantes pela vida, pelo emprego e pela cidadania nós estamos conversando com o Executivo. E ontem falamos com o Ministro do Trabalho, ontem falamos com o Vice-presidente do TCU, o Ministro Ubiratan Aguiar, pedindo para ele, inclusive, que o TCU oriente os órgãos públicos a reterem o FGTS [soa campainha] dos vigilantes, reterem parte da fatura para que nossos direitos sejam assegurados. E também hoje temos uma audiência com o Ministro da Justiça. Mas, com certeza, esta Casa é, talvez, o espaço mais importante, mais privilegiado, porque daqui é que saem as leis, é daqui que os nossos pleitos, as nossas expectativas de direitos podem ser consagradas e podem ser contempladas a todos os trabalhadores, de forma que nós, mais uma vez, agradecemos a sensibilidade e a acolhida de V.Exa., dos Srs. Senadores para realizar esta sessão, para ouvir os trabalhadores que estão aqui, que, com certeza, voltarão para seus Estados com a esperança renovada de que neste País nós podemos fazer justiça e nesta Casa, com certeza, nossos pleitos serão acolhidos. Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador. Paim, eu queria só fazer uma pergunta ao José Boaventura, aproveitando o final da fala dele. Você sabe exatamente que percentual de trabalhadores vigilantes está no setor público e no setor privado?

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Senador, isso há uma variável de cada Estado, mas na média hoje somos cerca de 40% no setor público, setor público aí contando município, Estado e a União, cerca de 30% no setor bancário e os demais na área industrial, e etc., etc., e etc. Só para o senhor ter uma idéia, pegando o exemplo da Bahia, só na área das escolas estaduais são 3 mil vigilantes, na prefeitura de Salvador aí tendo área da saúde e da educação são mais cerca de 2 mil vigilantes. Então é um volume significativo na área

tanto pública, como privada. No passado, inclusive, a concepção da legislação, a Lei 7.102 se a gente tratar dela, ela era focada, fundamentalmente, em banco. Em 1995, 94, 95 esta Casa fez uma alteração e legitimou a presença da segurança privada em todos os outros setores. Portanto, hoje, talvez, o setor público, isso não são números precisos, não são dados precisos, mas, talvez, hoje o setor público seja o maior contratante da segurança privada através das empresas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu lhe perguntei isso porque você acaba de sugerir uma medida a ser adotada em relação aos vigilantes que prestam serviço no setor público, ou seja, a retenção do setor do Fundo de Garantia. A Confederação tem alguma sugestão com relação aos trabalhadores do setor privado em relação ao FGTS?

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Em verdade, Senador, se houver uma norma ou legislativa, ou não sei, aí a gente está... Ontem falamos com o Ministro Lupi, ou mesmo administrativa determinando essa retenção, para nós interessa tanto no setor público como privado por que, Senador? Hoje a Previdência já tem 11% retido na fatura. Então aí para o Senado, por exemplo, não passa para a empresa 11% da Previdência, retem e paga para a Previdência, deposita para a Previdência. A Receita Federal, o ISS, ou seja, todos os encargos fiscais já estão retidos hoje, ou seja, o Estado, obviamente, se garantiu diante do volume significativo de sonegação. As empresas de segurança... Se o senhor olhar em determinado momento está no topo das empresas que sonegam Previdência Social. Então, o Estado já buscou se precaver disso aí. Mas o nosso FGTS sai daqui e vai para a mão da empresa e lá nesse caminho ela não vai para a conta do vigilante. Então o que nós queremos é que não precise fazer essa triangulação, saia daqui e vá direto para o banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar para o Senador José Nery, e agradecendo já ao líder José Boaventura, dizer que enquanto ele falava, eu estava no telefone, mas a causa era boa. Eu falei ao telefone com o Presidente Garibaldi e já ficou acertado ou ele vem aqui ou nós vamos lá para que vocês possam apresentar, no fim da audiência, as principais reivindicações do setor para o Presidente do Congresso Nacional. Está certo?

[palmas].

Ele confirmou, ou ele vem aqui ou nós vamos lá ao final da audiência.

Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, ilustres convidados presidentes das Federações, Confederações, da Confede-

ração e Federação Estaduais de Vigilantes, presidente dos sindicatos aqui, especialmente, de todos os Estados brasileiros. E aqui os ilustres convidados da mesa: o Sr. Fernando Bandeira, o Sr. Vicente Lourenço, o Sr. José Boaventura, que nessa primeira parte da Audiência Pública farão uma exposição das principais questões que mobilizam e interessam aos trabalhadores vigilantes, Senador Geraldo Mesquita, senhoras e senhores. Queria cumprimentar todas as delegações e também fazer referência especial à delegação do meu Estado do Pará que também se faz presente aqui, e dizer, Presidente Paim, e a todos os vigilantes aqui presentes que, com muita honra e satisfação, eu sou relator de um projeto na Comissão de Assuntos Sociais, na CAS que é uma pauta, um ponto essencial da luta dos vigilantes há bastante tempo e que parece o Congresso Nacional vai começar a dar um passo decisivo na direção da aprovação desse pleito de 30% que é uma, na verdade, ativo de periculosidade, ou, na verdade, é uma atividade que expõe ao risco o seu exercício é uma atividade exatamente de risco, e o pleito de 30% de periculosidade exigido pelos vigilantes já conta com o parecer favorável, porém, eu tenho uma discussão no sentido de fazer uma audiência ainda na Comissão antes da votação, que é uma votação terminativa, e aproveito para saudar a chegada aqui na Comissão da Senadora Serys Slhessarenko, autora do projeto PLS 682/2007.

[palmas].

Justamente, Senadora Serys, para lhe cumprimentar e dizer da honra de ser relator de um projeto que V.Exa. na Comissão de Assuntos Sociais. E estou entrando em contato com a nossa presidente Senadora Patrícia Saboya na Comissão de Assuntos Sociais para verificarmos a possibilidade de votarmos um projeto ainda em novembro se a pauta, as discussões que fazemos lá na Comissão assim permitir. Mas dizer aos senhores, e às senhoras, a todos os vigilantes que há um esforço concreto para que o Senado, em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais, venha votar, e esperamos aprovar e esperamos ainda, por unanimidade, um projeto de alta relevância para os vigilantes do nosso País. Eu creio que é a contribuição do Poder Legislativo que com essa iniciativa brilhante da Senadora Serys esperamos o acolhimento do Senado Federal na votação que esperamos fazer no próximo mês.

Queria, Sr. Presidente, dizer que gostaria de ficar até o final da sessão, porém, tenho um compromisso, uma viagem à Amazônia daqui a poucos minutos, e só vim aqui para poder compartilhar do esforço e da luta dos vigilantes do nosso País na busca de seus direitos. E solicitar ao Presidente Paim a votação de

um requerimento que é da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, mas pode ser votado regimentalmente na Comissão de Direitos Humanos porque a Subcomissão é parte integrante da Comissão de Direitos Humanos, o requerimento que pede a realização de audiência pública para a discussão do segundo plano nacional de combate e erradicação do trabalho escravo do Governo Federal, além, da presença do Ministério do Trabalho para discutir a fiscalização dos grupos móveis do trabalho escravo no Brasil. Então é uma solicitação que eu faço a V.Exa., Senador Paim, para que esse requerimento seja votado ao final da nossa reunião da Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exa., com certeza, será atendido, e botaremos em votação.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Desde já agradeço, Senador Paim.

E, ao mesmo tempo, queria aproveitar a oportunidade para diante dos dirigentes dos vigilantes brasileiros, sua confederação, federações, sindicatos, solicitar, Senador Paim, algo que é parte desta Comissão de Direitos Humanos que é a luta contra o trabalho escravo, a adesão ao abaixo-assinado que pretende reunir 1 milhão de assinaturas solicitando à Câmara dos Deputados a aprovação da PEC 438 que prevê o confisco de terra onde haja a prática do trabalho escravo no Brasil. Queremos entregar esse abaixo-assinado em fevereiro de 2009, e queremos contar com a participação solidária, muito presente dos vigilantes brasileiros nessa causa pela erradicação do trabalho escravo. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, de imediato, ao Presidente da Federação Interestadual de Vigilantes, o Sr. Vicente Lourenço de Oliveira. E sempre lembrando que os Senadores usarão a palavra no momento que assim entenderem mais adequado. Por favor, Sr. Vicente.

SR. VICENTE LOURENÇO DE OLIVEIRA: Exmo. Sr. Presidente Senador Paim, Exmos. Srs. Senadores. Eu quero só complementar aqui alguma coisa que ficou sem ser dito pelo companheiro Boaventura que para nós hoje. Nós viemos há vários anos dedicados num trabalho que é fundamental para nós, por exemplo, que é o combate à vigilância clandestina, como o Boaventura disse. E por que disso? Porque nós entendemos que nós temos que estar debatendo esse assunto porque é um assunto também que afeta a sociedade em geral por quê? Porque, muitas vezes, as pessoas estão vendendo segurança, e, na verdade, não sabem o que é que eles estão vendendo. Quem está comprando não sabe o que está comprando. En-

tão, segurança privada, os vigilantes em si, o vigilante legalizado passa por vários requisitos que o vigilante clandestino não tem. Então é o seguinte: muitas vezes as pessoas estão contratando pessoas para colocar para fazer a segurança da tua casa que não sabe se tem bons antecedentes, não tem o controle, em geral. O porquê desse trabalho que a gente tem nesse sentido? É que nós queremos pegar aquilo que está fora da legalidade, trazer para dentro da legalidade para que o Estado tenha o controle. Essa é a grande tarefa nossa no combate ao clandestino. E a outra coisa que nós temos também, que nós entendemos que afeta direto à sociedade, é o problema do bico do policial, inclusive, hoje é muito alto o número de policial militar que faz em todo País o bico na área de segurança privada. Aí é o seguinte: muitas vezes usando a estrutura da segurança pública, essa coisa toda para poder estar fazendo a segurança privada. Muitas vezes, você chega à porta de um supermercado e estão lá os policiais fazendo a segurança daquele supermercado, e o policial que está trabalhando no horário de serviço, está por ali ao redor do supermercado dando a cobertura com a viatura, com arma, essa coisa toda. E a sociedade que paga os seus impostos, essa coisa todinha fica sem ter aquele serviço que deveria ser prestado pela segurança pública.

Então é uma luta grande que nós temos também que é o combate ao bico. O entendimento nosso é que a sociedade que paga imposto, essa coisa todinha, tem direito de ter uma segurança de boa qualidade, essa coisa toda.

Nós entendemos também que o problema do bico do policial, eles têm que trabalhar, lutar para melhorar o salário do policial, não é criando forma de fazer bico, essa coisa todinha que vai resolver o problema dele. A gente entende que a sociedade tem que ter uma segurança de boa qualidade, os policiais, sim, também tem direito a ter seu salário decente e tudo; mas que o problema do bico tem que ser acabado no nosso País. É muito alto, é altíssimo. Brasília aqui que está no centro do poder, essa coisa toda, se for verificar o número de policial militar hoje que está trabalhando, fazendo bico, essa coisa toda, é muito altíssimo. Então o que ocorre hoje, muitas vezes, em casa de show, essa coisa toda, às vezes, acidente, essa coisa toda, que fala que foi vigilante que às vezes morreu alguém, ou um segurança matou alguém, quando a gente vai verificar a fundo, na verdade, não foram os vigilantes legalizados que trabalham por empresa especializada, ou, às vezes, trabalham por empresa orgânica que cometeu aquilo ali. Muitas vezes, pessoas que estavam fazendo bico, a maior parte era pessoa que está fazendo bico,

era policial, ou que matou, ou que morreu em algum conflito nesse sentido.

Então, a gente também acha que importantíssimo que esta Casa esteja debatendo um assunto que é um assunto seriíssimo, assunto sério, e nós entendemos que a sociedade que paga os seus impostos não pode ficar vendo também esse tipo de coisa. Na mesma hora em que você está pagando seus impostos, e aí as pessoas que estão recebendo seu salário em dia, os impostos que pagam estão sendo desviados para fazer outro trabalho que não seria o trabalho dele.

Então, é fundamental isso aí. A gente quer reafirmar também aqui, como disse o companheiro Boaventura, nossa atividade hoje é uma atividade de risco. Hoje em todo o País sempre está morrendo trabalhador vítima de assalto, essa coisa toda, é muito alto hoje. A gente tem não dados concretos ainda com respeito a isso, mas nós estamos fazendo um levantamento nesse sentido para que a gente possa também estar passando esse levantamento.

E aí é quando a gente está lutando também pela regulamentação da nossa profissão, porque a gente entende que uma das formas que vai fazer com que a gente esteja combatendo a vigilância clandestina, essa coisa toda, é quando a gente está diferenciando daquilo que está clandestino. Então a tarefa maior hoje dos sindicatos em nível nacional das federações e nos seus Estados é a luta pelo combate à vigilância clandestina, a luta pelo bico do policial. Muitas vezes, em muitos Estados quando os companheiros assumem, veste a camisa do combate ao bico dos policiais é ameaçado de morte, como já ocorreu em vários Estados por aí. Mas nós não vamos abrir mão de lutar em defesa de pegar aquele que está fora da legalidade e trazer para dentro da legalidade para o Estado ter controle da situação.

Nós entendemos que nós queremos ser fiscalizados, nós somos fiscalizados hoje pela Polícia Federal. Nós entendemos que a nossa profissão, a nossa atividade tem que ser fiscalizada, sim, porque é uma atividade aonde os trabalhadores trabalham armados e tudo. Nós queremos que todo mundo que trabalha esteja preparado para prestar o serviço de segurança privada. E é através desse trabalho de fazer as denúncias, através de estar debatendo e pegar aquilo que está fora da legalidade trazer para dentro da legalidade para o Estado ter controle que a gente vai continuar fazendo isso. E muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Fernando Bandeira, Presidente da Federação dos Vigilantes e Empregado de Empresa de Segurança, Transporte

de Valores e Similares do Rio de Janeiro. 10 minutos com mais 5, se necessário.

SR. FERNANDO BANDEIRA: Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, Senadora Serys autora do projeto mais importante hoje da nossa categoria que é o risco de morte de 30%, não é de vida, não, o risco de morrer, porque vários vigilantes morrem em função de sua atividade. São os 30% que a gente está esperando aí. O Senador José Nery já deu o parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais. Esperamos aqui que a influência do nosso grande Senador Paulo Paim, a gente possa aprovar ainda este ano esse projeto de fundamental importância para todos os vigilantes do Brasil.

Há um outro projeto também na Câmara, mas eu acho que esse projeto do Senado tem mais possibilidade, em função da estar bem adiantado já.

Então queria cumprimentar também o Senador Geraldo Mesquita, cumprimentar todos os companheiros, o Presidente da Confederação, o nosso companheiro Boaventura, as demais federações, inclusive, Federação de São Paulo também, Federação de Vigilantes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina que estão presentes, e ainda do Rio de Janeiro, além, da Federação do Rio de Janeiro, temos ainda a Federação do Rio-Capital, temos o Sindicato, aliás, do Rio de Janeiro, de Volta Redonda, Nova Friburgo, Campos, Macaé, Belford Roxo, Mesquita, e ainda os companheiros de Petrópolis, e acho que Angra dos Reis deve estar por aí também, e ainda o Sindicato dos Trabalhadores de Carro Forte do Rio de Janeiro também presentes. São os sindicatos do Rio aqui presentes representando o nosso Estado, e junto com os demais Estados Brasileiros e a Confederação nossa. Nós estamos hoje nos unindo aqui no Senado para discutir um assunto muito importante que é a profissão do vigilante. Além, da necessidade que nós temos do risco de vida, ou risco de morte, como queiram essa gratificação vai melhorar o salário e vai também garantir a todos os empresários um compromisso de pagar melhor aos trabalhadores da segurança privada e, ao mesmo tempo, vai garantir também com colete obrigatório agora, através da Portaria, depois de muitos anos de luta, a categoria conseguiu essa obrigatoriedade do colete. E colete é a prova maior. Como nós juntamos também junto à Senadora Serys a convenção coletiva do carro forte que nós, no Rio de Janeiro conseguimos, desde 94 uma gratificação de 30%, que naquela época nos anos 90 havia muitas mortes dos vigilantes no interior do carro forte, que com o surgimento da arma R15 as balas passavam e atravessavam a blindagem do carro forte. E com isso o profissional morria dentro do carro forte. Então naquelas greves, naquelas passeatas que fize-

mos no Rio de Janeiro se alastrou pelo País inteiro e na convenção coletiva, além, da reblindagem do carro forte, o reforço na blindagem, além, da escolta armada cobrindo as rotas mais perigosas, além, também de um salário melhor que os trabalhadores conseguiram, conseguimos também esse risco de vida. Então não há como não se aprovar para todos os vigilantes do País essa gratificação que é uma coisa indispensável, uma coisa comprovadamente necessária para os nossos trabalhadores vigilantes de todo o País. Como também insalubridade. As convenções coletivas, Senador Paim, a nossa no Rio de Janeiro, por exemplo, prevê o pagamento de insalubridade para os vigilantes que trabalham em hospitais, em órgãos onde há risco, onde há aquele contato, às vezes, com problema de insalubridade. Só que as empresas não querem pagar. Alegam que os contratantes não querem pagar.

Nós conseguimos, graças ao Ministério do Trabalho, a Delegacia de Trabalho do Rio que a própria delegacia acionada pelos sindicatos estão fiscalizando e trazendo laudos, esse laudo nós estamos entregando ao Ministério do Trabalho, é chamada a empresa que agora estão chamando os contratantes para que possa, os contratante, os clientes das empresas de vigilância que é um serviço terceirizado, sabemos disso, sejam também responsabilizados e assumam o compromisso de pagar essa gratificação de insalubridade. Porque não tem cabimento num hospital público, num hospital privado você vê o pessoal da limpeza recebe insalubridade, outros profissionais terceirizados e o vigilante não recebem. Anos e anos de luta. Então é necessário que a nossa Casa, o Senado aqui, que tem brilhantes Senadores que nós temos aqui, possa também influenciar nessa luta nossa que é trazer para a legalidade também, como disse o companheiro Vicente aqui de Brasília, esses grandes... Esse número enorme de companheiros, e, muitas vezes, tem o curso de formação, mas estão na clandestinidade, porque é mais barato contratar um profissional sem carteira assinada, de qualquer maneira, sem encargo social nenhum, do que contratar um vigilante que vai ter carteira assinada, vai ter o piso da categoria, vai ter os encargos sociais, vai ter 13º, vai ter as férias. Enfim, essa tentativa empresarial irresponsável de querer pagar menos para uma segurança privada termina possibilitando a chamada segurança clandestina.

Nós trouxemos aqui para entregar ao Senador Paim o outro lado também, além, dessa coisa do bico, do serviço clandestino sem carteira assinada e sem nada, existe um serviço, aparentemente, legalizado, mas que os empresários do Rio, talvez do Brasil todo estejam fazendo é colocar o sujeito lá mesmo com curso de formação de vigilante, lá o profissional tra-

balhando, por exemplo, no Supermercado Extra, os supermercados, em geral, nas lojas, as grandes lojas, coloca como fiscal de salão, coloca como auxiliar de segurança, faz o mesmo serviço do vigilante, só com outra denominação na carteira, pagando um salário um pouco mais que o mínimo.

Eu trouxe aqui uma relação enorme. Já comunicamos à Polícia Federal, comunicamos à Superintendência do Trabalho, estamos denunciando ao Ministério Público, e as mesas redondas que estão ocorrendo no Rio de Janeiro, e aí não houve solução nenhuma. É necessário que haja uma ação enérgica do Poder Público para que se evite que a categoria dos vigilantes seja extinta. Porque antes, quando o Boaventura fez o relato como surgiram os vigilantes e as dificuldades que nós tínhamos nos anos 80, 78, 80 que a gente era proibido de fazer sindicato porque não havia norma legal, mas homens armados não podiam ter sindicato. Então foram mais de 10, ou 12 anos de luta para se fazer o primeiro sindicato que nasceu aqui em Brasília, logo depois veio o Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados. Mas foi uma luta muito grande para se fazer os sindicatos. Nós fazíamos greves, passeatas sem ser sindicato. A gente fazia negociação coletiva, na hora de assinar a convenção quem aparecia era a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, era a federação não sei de que, e cada Estado tinha seus problemas, porque a categoria era mobilizada, mas não podia ter sindicato.

Então a história é muito importante, porque o vigilante hoje é um terceirizado que melhorou o salário um pouco, mas em função de ter melhorado o salário, ter melhorado algumas cláusulas de benefício, como triênio, como algumas gratificações em alguns postos. Então hoje o empresariado está querendo pagar menos e ter essa mesma segurança.

Então eu estou entregando aqui, mostrando aqui os diversos postos, as denúncias entregues à Polícia Federal, à Delegacia Regional do Trabalho para que venham, realmente, providenciar medidas enérgicas para responsabilizar quem está contratando profissional de segurança assinando a carteira com outra denominação, e, às vezes, colocando até um jovem de 19 ou 20 anos com radinho lá ligado com interfone, com tudo, com aquelas câmeras de vídeo, tudo funcionando na Casa & Vídeo, Lojas Americanas; essas grandes lojas que estão no Brasil todo estão explorando violentamente a segurança, os supermercados também.

Então isso é um negócio que nós temos que atacar no Brasil inteiro e a Confederação nossa tem esse compromisso, e eu acho que esse encontro aqui, essa Audiência Pública, Senador Paulo Paim, está sendo muito importante que é o momento que a gente vai

se encontrar com muita satisfação com a Senadora Serys, com o nosso Senador José Nery que teve que se retirar, mas que é um momento de a gente discutir o problema nacionalmente. Os vigilantes de hoje vivem um problema muito sério no País todo. Primeiro, o começo foi a questão de sermos utilizados para combater aqueles que eram chamados de esquerda ou eram comunistas, como se dizia naquela época, os vigilantes em Minas Gerais, Juiz de Fora, faziam a segurança, eram contratados para combater os estudantes nas universidades que faziam greve [soa campainha] ou coisa parecida.

Por isso, Senador Paim queria lhe parabenizar, não só pelo brilhante Senador que V.Exa. é, na Casa sempre em defesa dos trabalhadores.

E eu tive a honra de participar no Rio da comemoração dos 100 anos do Sindicato dos Comerciantes, e vi o livro, realmente, prefaciado por V.Exa., demonstra claramente o quanto V.Exa. é querido pelos trabalhadores do Brasil, pelas confederações, pelas federações; porque demonstra a sua importância, a importância deste Senado para nós trabalhadores. Eu queria parabenizá-lo e dizer da nossa satisfação de estarmos aqui também. Parabenizar os companheiros de todo o Brasil nessa unidade necessária, nesse momento importante de estarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos discutindo a profissão dos vigilantes. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Os Senadores e Senadoras usarão a palavra a qualquer momento e, principalmente, a autora do projeto, principal; todos nós temos projeto, mas o principal aqui é o dela. Então, com satisfação, passamos a palavra à Senadora Serys Slhessarenko. Eu sei que não preciso pedir, mas eu sei que vai ter palmas não sei por quê.

[palmas].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Em primeiro lugar eu gostaria de saudar a todos e a todos que estão aqui vigilantes, porque a razão desse momento é os senhores, senão a gente não estaria aqui. Então uma saudação muito especial àqueles que vieram de longe. Saudar os Senadores aqui presentes e saudar o Sr. Fernando, o Vicente, o José Boaventura. E fazer uma saudação muito especial ao meu presidente, o Presidente desta Comissão, que, realmente, é a Comissão entre aspas, que mais agita aqui, o agito entre aspas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Eu gostei do agito.

[palmas].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Porque não é esta Audiência assim uma audiência que está acontecendo nesse semestre, acontece praticamente toda semana, uma audiência com muito vigor, trazendo muitas pessoas da base e das mais variadas referências e categorias. E isso eu digo que é muito importante porque é um dos papéis principais que nós deveríamos exercer, e ele como Presidente e a Comissão como um todo, mas, especialmente, pela figura do Presidente vem fazendo sempre.

Então antes de eu fazer uma fala sobre essa questão tão relevante que nós estamos discutindo hoje, eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir, se possível, que o senhor coloque no final, ainda hoje, mais para o final desta Reunião dessa Comissão um requerimento que vem assinado, ele é da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, que vem assinado pela Senadora Ideli que preside, e por mim que sou a Vice-presidente que é para discutir, debater a violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha, principalmente, tendo em vista esse debate se torna mais necessário devido as circunstâncias que envolveram a adolescente Eloá Cristina Pimentel e a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça que entendeu que a agressão do ex-namorado contra a sua namorada não se enquadra na Lei Maria da Penha. Então é uma discussão que o Senado que tem levar porque, afinal de contas, é uma lei que foi aprovada e que tem o seu valor. Aqui está a lista de todos aqueles que devem ser convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De pronto, eu já posso adiantar que o requerimento será votado nesta Audiência Pública.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente.

Já saudei a todos. E eu acredito que tanto as falas que eu já ouvi do Vicente Lourenço e do Fernando fazem um retrato da situação atual dos vigilantes. Eu converso sempre muito com o Senador, muito, mais ou menos, porque a gente também não tem muito tempo, Eurípedes que é uma figura que defende realmente a categoria, está aqui com a gente sempre, nos traz informado de toda a problemática. Não é Senador? O Senador Geraldo que também está nessa batalha junto com a gente.

Dizer que quando nós decidimos apresentar o Projeto de Lei que é 682 do Senado que torna direito do vigilante, o adicional de periculosidade, um adicional de 30% ao salário, eu gostaria de dizer, é claro, que isso aí, eu acho que foi dito muito bem já pelo Fernando, a gente não sabe se é de proteção à vida ou contra à morte, porque a coisa é tão complicada, é uma profissão difícil de ser encarada e que não é valorizada. Agora dizer que não precisa de adicional.

São pessoas que estão permanentemente sob a mira, porque se alguém quer fazer algum mal feito ele vai direto em quem? No vigilante que é para o vigilante não atrapalhar. E a gente vinha recebendo reclamações e conversando com as pessoas, e as pessoas traziam o problema para gente, que: "ah mais recorra ao TST". Mas o TST não pode. Era o que sempre nos era dito, não pode conceder esse adicional porque entende que não tem legislação para dê sustentação para que se pague esse adicional. Então eu acredito que o nosso projeto é só um pedacinho de solução de tantos problemas que existem no entorno da categoria. São tantos os problemas, já foram aqui... O Fernando fez aqui um rosário de problemas aí. E esse aqui que a gente está atacando com esse projeto, é apenas um que é do adicional de 30% de periculosidade. E fizemos no intuito de corrigir esse problema que o TST disse que não pode conceder. Então aí a importância da gente aprovar com agilidade, com rapidez, vamos dizer assim, esse projeto porque o TST estaria até sensibilizado, querendo, pelo menos, as informações que eu tenho, conceder de forma favorável para aqueles que entram com recurso, mas não consegue porque não encontra respaldo legal. Então, Senador Paim, eu acho que esse respaldo legal tem que ser viabilizado e com rapidez.

Eu sei que o senhor está fazendo a sua parte de forma magnífica, chamando, realmente, esta Audiência, aprovando aqui na Comissão e fazendo com que ela se realize viabilizando. E eu entrei aqui pegando já o final da fala do Senado Nery que já está com o parecer favorável, pronto. Agora é falar com a Senadora Patrícia, eu diria, para que ela como Presidente da CAS, realmente, pautar esse projeto para que ele seja aprovado. Eu também sou da CAS, da Comissão de Assuntos Sociais, vou estar lá junto com o Senador Nery para que a gente possa, realmente, convencer, solicitar; não é nem convencer. Eu tenho certeza que a Senadora Patrícia irá fazer um esforço no sentido de pautar, e que os demais Senadores membros desta Comissão, da Comissão de Assuntos Sociais estarão sensibilizados para fazer a aprovação deste projeto.

Eu não vou me alongar muito, mas vou apenas fazer uma citação aqui que os vigilantes já sabem muito melhor do que eu, e há muito mais tempo do que eu. Eu dizia que eu vi, aliás, fazendo uma breve vistoria na Internet, porque hoje tudo está lá, ou quase tudo. Somente nos últimos 12 meses eu encontrei algumas notícias que, realmente, com relação à profissão de vigilante que, realmente, nos sensibiliza e nos assusta mais. Que tipo de manchetes a gente lia ali na Internet? Primeira, só algumasinhas, só algumas, porque eu não ia compilar todas ou muitas: "vigilante é morto durante

assalto a uma agência do Banco do Brasil em São Paulo". Isso já é uma coisa meio comum e absurda. Outra: "morre vigilante da Universidade Federal da Paraíba baleado em assalto no campus de João Posse". Outra: "Assalto no Itaú em Caxias deixa vigilante morto". Quer dizer, ele nunca sai nem ferido, sequer, geralmente é morto mesmo, aquilo que eu disse no início, no início da minha fala aqui, é morto mesmo, porque se você quer cometer um mal feito você tem que atacar de forma contundente aquele que está protegendo ou tentando proteger uma instituição ou uma pessoa. Uma outra manchete aqui: "vigilante assassinado em assalto à empresa". "Vigilante de supermercado é assassinado com tiro durante tentativa de assalto em Teresina". Eu procurei pegar um de cada lugar do Brasil. "Vigilante de banco é morto em tentativa de assalto". "Vigilante reage a assalto e acaba assassinado". "Patrimônio de segurança é morto em assalto a Casas Bahia". "Assaltante e vigilante de multibanco morrem ao trocar tiros durante assalto". "Hiperbom Preço é assaltado na gruta". "Vigilante é baleado". Então, gente, eu procurei pegar assim de locais diferentes e até de cidades, de municípios diferenciados, mas se eu fosse trazer o rol e que eu achei de pronto e de plano na Internet, não foi procurando há anos, nos últimos tempos. É uma manchete atrás da outra, realmente, mostrando que os bandidos, os assaltantes, os arruaceiros não dão trégua. E quem está nessa frente são os vigilantes, geralmente. Claro que não é 30% de adicional de periculosidade que vai resolver o problema de a gente assegurar a vida dos companheiros e dos vigilantes. Não é isso que vai assegurar, não é isso que vai dar paz para as suas famílias, de jeito nenhum. Mas que, pelo menos, isso exista. É pouco! É pouco! Ainda precisa ser mais valorizado essa categoria? Precisa. Ela precisa de outros mecanismos de proteção? Precisa de outros mecanismos. O Fernando elencou vários, o Vicente também aqui. Precisa de outros mecanismos, precisa de proteção. E se a gente for esgotar o assunto de que outros mecanismos poderiam existir para que esse cidadão: o vigilante, a vigilante ou vigilante tivessem um pouco menos de risco nas suas vidas ao exercer a sua função, a sua profissão, garanto aos senhores que a gente teria muita coisa aí para buscar, e que os protegeria muito mais do que esse adicional. Mas que, pelo menos, este exista, que, pelo menos, este. Quando eu fiz o projeto foi nesse sentido de garantir que, de imediato, a categoria como um todo... Eu recebia muitas reivindicações lá no meu Estado, no Estado de Mato Grosso, mas que esta categoria no Brasil, como um todo, porque é um projeto que atinge o Brasil como um todo, são trabalhadores que estão espalhados no Brasil, em todos os nossos Estados

nós temos vigilantes, é uma categoria extremamente necessária e que precisa ser mais protegida para a paz de trabalho deles e para os riscos que eles correm serem minimizados, que adicional não minimiza esse risco, não minimiza, mas que outras questões têm que ser buscadas para minimizar esse risco, mas que, pelo menos, esse adicional que melhore um pouco o sai salário e proteja um pouco mais a sua família, seja conquistado. É esse o nosso compromisso. E eu agradeço poder estar aqui com os senhores. E eu diria que a importância desse momento aqui é muito grande, não por nós Senadores que estamos aqui desempenhando o nosso papel nesse sentido de buscar legislar, aperfeiçoar legislação para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores do nosso País. Mas pelos senhores, realmente os senhores precisam, merecem que essa legislação seja aprovada com a urgência e a emergência necessária.

Obrigada pela presença de todos. E é este caminho.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Cumprimento a Senadora Serys pelo projeto. E dizer a todos que, neste momento, eu desfaço esta mesa. Eu pedi que o Presidente da Confederação permaneça. Peço aos outros convidados que retornem ao plenário, pode ser aqui na primeira fila, já que são painelistas. E chamo a segunda mesa. E começo chamando o meu amigo, o meu Deputado Chico vigilante. Para mim é meu deputado.

[palmas].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-

MT): Chico, me perdoe. Eu não vi que você estava aí. Grande Chico.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O Chico vigilante fui Deputado Federal com ele durante um longo período, trabalhávamos sempre na mesma linha, na mesma conduta. E é um orgulho enorme para mim estar aqui hoje presidindo a Comissão de Direitos Humanos do Senado, discutindo, principalmente, o projeto da Senadora Serys que trata da periculosidade, e ter o Chico conosco aqui neste debate. Eu chamo de Chico. Em seguida vou passar a palavra a ele. Mas eu vou chamar os outros convidados que fazem parte desta mesa. Pela relação que eu recebi, o Sr. José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato de Pernambuco, substituindo Geraldo Cunha da Silva. Está aí? Faz favor.

[palmas].

Chamo também Heraldo Silva Santos, Presidente do Sindicato de Transportes e Valores do Rio de Janeiro, substituindo Geiso(F) Araújo de Souza, Diretor da Federação de Vigilantes do Estado de São Paulo. Está

aí? Faz favor. O Heraldo está? Tem mais três salas lotadas. São alguns vigilantes que vieram em massa aí, em torno de 400 aí. Então logo que o Heraldo chegar eu peço que ele se dirija aqui à mesa. Ele está aí? E chamamos também o José Nilson Ribeiro, secretário-geral, substituindo o João Soares, Presidente da Federação dos Vigilantes do Estado do Paraná. Está aí o José Nilson Ribeiro? Está aqui.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho, Senador.

Aqui pela nova composição da mesa... O meu querido Vice-presidente está aqui presente já. Como o Deputado, deputado sempre deputado, Deputado Federal, Estadual, presidente do Partido, Diretor da Executiva Nacional da Central Única. O meu querido Deputado Chico vigilante vai ter que sair para outro compromisso. Então eu botaria, em primeiro lugar, que ele usasse a palavra, a não ser que o Senador Eduardo Supply queira usar a palavra nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, me permita expressar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, me permita, só porque não tinha registrado. O Senador Cícero Lucena é o Vice-presidente desta Comissão, sempre presente na mesma linha. Chegou nesse momento ele aqui, e o Senador Supply, eu pediria aí um cumprimento a ambos.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, caro Senador Paulo Paim, cumprimentar o nosso colega Francisco Vigilante da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Vigilante, ao Presidente José Inácio Cassiano de Souza, João Boaventura Santos, João Nilson Ribeiro, e a todos os dirigentes representantes dos vigilantes que estão aqui vindo de todo o Brasil.

Infelizmente, coincide de em sendo membro da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo em conta a presença, nesse instante, dos Ministros Guido Mantega e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, eu preciso me deslocar para lá, mas quero aqui expressar o meu apoio tanto ao Projeto de Lei com vista a discutir a situação da profissão de vigilante, como também o projeto da Senadora Serys que trata do recebimento do adicional de periculosidade. Então eu vou recolher depois todo o conteúdo dos depoimentos, e se terminar ali a Audiência sobre os instrumentos para enfrentar a crise econômica internacional, logo estarei de volta aqui. Muito obrigado. E o cumprimento pela Audiência, Sr. Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, de imediato, passamos a palavra ao sempre Deputado Chico vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE: Companheiro, Senador Paulo Paim, companheiro de tantas lutas desde o tempo da fundação da Central Única dos Trabalhadores, quando estávamos lá V.Exa. na Secretaria Geral da CUT e eu integrando a direção nacional daquela Central. Senadora Serys, Senado Lucena, nosso companheiro primeiro suplente de Senador Eurípedes Camargo, companheiras e companheiros. Senador Paim, esse momento é muito importante para todos nós, fundamental para discutirmos o projeto da Senadora Serys que cria o risco de vida para categoria de vigilantes, mas muito importante também para que possamos expressar para todo o Brasil a situação que vivem os trabalhadores, que não são só os vigilantes, mas todos os trabalhadores da área de prestação de serviço no Brasil. V.Exa. é testemunha desde o tempo da Câmara Federal quando nós lutamos para dar o mínimo de dignidade àqueles trabalhadores, quando nós chegamos aqui em 1990, aqueles trabalhadores da limpeza ali da Câmara viviam no mais profundo abandono. Mas a situação não se modificou muito, Senador Paim. E essa situação é grave porque os desmandos acontecem aqui na Casa Legislativa, acontecem nos Tribunais, acontecem na sede do Ministério Público, de empresas que a cada momento dão calote nos trabalhadores, é a nova modalidade de falência que é a falência fantasma, ou seja, o cidadão constitui uma empresa praticamente fantasma, e depois ele tem uma falência fantasma também.

Aconteceu aqui neste Senado Federal, quando uma empresa chamada Ativa desapareceu do mercado e a Dra. Josefina que era a Consultora Jurídica aqui teve que ficar durante três meses, primeiro ela teve a seriedade de reter a fatura e ficou durante três meses pagando os trabalhadores diretamente até que tivesse uma nova licitação. Mas aqui vizinho a todos nós, aqui no Ministério da Justiça, Senadora Serys, tem uma empresa, ou melhor, os trabalhadores lá acham que nunca vão tirar férias, porque a cada instante que completa um ano, que chega o período de tirar férias a empresa desaparece. Nós estamos lá no Ministério da Justiça hoje com duas empresas que desapareceram, e os trabalhadores não têm de quem receber. Isso tem encarecido demais para os órgãos tomadores do serviço, porque não resta alternativa para nós, senão buscar nos Tribunais o direito e aí termina o contratante tendo que pagar duas vezes, paga para a empresa picareta que desaparece, e depois tem que pagar novamente para os trabalhadores. Só para V.Sas. ter

uma idéia, a Infraero acumula hoje, Senadora Serys, Senador Lucena e Senador Paim, acumula hoje um passivo de 100 milhões de reais, são 100 milhões de reais que são devidos hoje a trabalhadores da área de prestação de serviço, de vigilância, de limpeza, motorista e outros. O Banco do Brasil também acumula um passivo enorme de empresas que desaparecem, e os trabalhadores ficam aí no mais absoluto... Sem nenhuma assistência.

Portanto, é urgente que o Congresso Brasileiro, que as autoridades brasileiras tomem providências com relação a isso. V.Exa. Senador Paim, é testemunha do nosso tempo de fundação na CUT quando nós lutamos para acabar com a sublocação de mão-de-obra no Brasil. Nós não queríamos, em hipótese nenhuma, a terceirização, infelizmente isso hoje é uma realidade que nós sabemos que é impossível você acabar, você conseguir a contratação direta. Portanto, eu me rendo à realidade. Mas eu sei que é possível ser diferente. Eu sei que é possível o Congresso Nacional fazer uma lei. E aí eu apelo a V.Exa. com a sensibilidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal por quê? Porque isso é uma questão de direitos humanos. Nós estamos falando de direitos trabalhistas, mas que se reflete, sim, numa questão de direitos humanos. Portanto, eu apelo a V.Exa. para que nós possamos, em conjunto, elaborar, inclusive, com a participação do Governo Federal, elaborar um projeto que discipline a prestação de serviço no Brasil.

[palmas].

Nós precisamos disciplinar essa questão da prestação de serviço para abrangermos os órgãos públicos: municipais, estaduais e federais; mas também pegar a área da iniciativa privada. Porque hoje na iniciativa privada quase tudo está sendo terceirizado. Eu ousar dizer, Senador Lucena, que daqui a alguns dias, talvez, nós possamos chegar em um banco e encontrar somente o gerente sendo funcionário direto, porque os bancos hoje já não tem mais compensação de cheque que a compensação é feita por uma empresa quarteirizada. O pior, Senador Lucena, Senadora Serys, já tem empresa quarteirizada, portanto, é empresa de transporte de valores, que faz o transporte de valores do banco, mas que pega o serviço de compensação e contrata uma outra para fazer o serviço de compensação. Portanto, são trabalhadores extremamente explorados. E nós precisamos disciplinar essa questão.

Mas aqui qualquer um de nós, se saíssemos agora e fôssemos aqui no Conjunto Nacional de Brasília, você vai entrar, Senador Lucena, em algumas lojas onde os caixas são terceirizados, você está... Tipo C&A, você chega ali e está lidando, pagando para uma caixa que não é da empresa, é terceirizada. Portanto,

é um absurdo o que está acontecendo no Brasil. São trabalhadores descartáveis, nós não temos plano de carreira, nós não temos nada. A única coisa que a gente ainda garante através da nossa luta sindical é um piso salarial, seguro de vida que a gente garante. E agora não temos nenhuma perspectiva, Senador Paim, de ter um plano de carreira. O vigilante entra, fica na empresa durante dez, vinte, até se aposentar e... Estou há 20 anos numa empresa, Senadora Serys, e entra outro vigilante hoje entra ganhando o mesmo que eu ganho há 20 anos. Portanto, qual é o incentivo que a gente tem? Qual é o incentivo, efetivamente, que você tem se você está ali há 20 anos e entra outro trabalhador para ganhar o mesmo que você estava ganhando antes? Com um agravante: somos materiais descartáveis. Qualquer gerente, qualquer chefia, qualquer pessoa não foi com a cara do vigilante, manda substituir imediatamente. E quando a gente chega à empresa vai demitido, é substituído. Quando chega à empresa é demitido automaticamente. Portanto, nós precisamos de uma lei moderna que garanta o mínimo de direito a todos nós.

Eu tenho dito, Senador Paim, nós usávamos muito essa expressão lá na tribuna da Câmara, eu e V.Exa., o Deputado Sigmaringa que também teve uma participação muito importante, Deputado Inocêncio, de que nós éramos bóias-frias moderno. E é isso. A nossa situação de trabalhadores terceirizados não difere muito dos trabalhadores da cana, os trabalhadores dos cafezais, dos trabalhadores da laranja. Então precisamos acabar com isso. Ontem numa audiência com o Ministro Carlos Lupi nós dizíamos para ele de uma medida que me parece sensata, fácil de aplicar e que ninguém toma. Porque veja, o Senado Federal aqui, Senadora Serys, Senador Lucena e Senador Paim, paga religiosamente para as empresas prestadoras de serviço aqui. Entretanto, eles não depositam o Fundo de Garantia desses trabalhadores. Só pagam a Previdência, porque nós arrancamos, ainda na época que era Ministro da Previdência, o Ministro Waldeck Ornelas, nós conseguimos que ele baixasse uma Portaria determinando que fosse recolhido automaticamente a questão da Previdência. O que é que nós queremos? Que o Ministério do Trabalho determine que todos os órgãos tomadores de serviço retenham o Fundo de Garantia, os 8% equivalente ao Fundo de Garantia.

[palmas].

Nós entendemos que o Senado Federal pode fazer isso. O Senado Federal pode perfeitamente, aqui o Diretor Geral do Senado... O Presidente pode baixar uma Norma aonde o Diretor Geral manda reter os 8% do contrato de prestação de serviço para compensar o Fundo de Garantia que não é depositado. Mas nós

queremos mais, Senador Paim, antes até que chegue essa legislação moderna que nós queremos, tem uma outra medida simples que pode ser feita que é pegar o equivalente a 5 ou 10% global do contrato e reter, você faz a retenção automática, porque quando a empresa desaparecer, Senadora Serys, nós temos aquele dinheiro lá no órgão para pagar. E órgão, em vez, de tirar do Tesouro dele, em vez de tirar das finanças dele para pagar, dos contribuintes que somos nós, em última instância quem pagamos somos todos nós pela má prestação de serviço, pois bem, que seja retido automaticamente. Quebrou? Não tem problema nenhum. A gente já sabe de quem receber. Já está guardado o dinheiro. Portanto, são medidas simples fáceis e que pode ser, perfeitamente, aplicável no Brasil.

Portanto, eu quero dizer da expectativa, da esperança que nós temos aqui, são Senadores que conhecem profundamente a nossa realidade, são Senadores que não são empresários da área de prestação de serviço, porque aqui no Congresso também tem deputados que são donos de empresas prestadoras de serviços, são muitos. Portanto, se vocês são pessoas que tem lados, Senador Lucena, e é muito bom a gente estar numa Comissão aonde os Senadores e as Senadoras têm lado, e o lado de vocês que são defensores dos direitos humanos, eu não tenho dúvida, que é o lado dos trabalhadores. Portanto, a gente sai, nós vigilantes do Brasil, vamos sair daqui com a maior expectativa depositada em todos vocês. E contem com a gente. Os nossos Estados vão estar reproduzindo o que aconteceu nesta Comissão dizendo do compromisso que V.Exa. tem com os trabalhadores, do compromisso que o Senador Lucena tem com os trabalhadores, do compromisso que a Senadora Serys tem com os trabalhadores – que já vem colaborando muito com os vigilantes lá do Mato Grosso – que talvez seja um dos Estados aonde os trabalhadores são explorados neste País hoje. Portanto, V.Exa. está de parabéns pelo trabalho que tem feito em defesa daqueles trabalhadores.

E eu saio daqui com esta expectativa de que uma luz está surgindo no sentido de resolver esse problema que é desesperador. Muito obrigado a todos e a todas.

[palmas].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar, de imediato, para o nosso Vice-presidente da Comissão, Senador Cícero Lucena, mas só informar, meu Deputado de que nesta Audiência que teremos hoje com o Presidente do Senado as suas rei-

vindicações serão colocadas, com certeza absoluta. Por favor, Vice-presidente Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente. Permita-me cumprimentar a mesa na pessoa do nosso eterno Deputado Chico vigilante. Dizer que ontem eu fui procurado pelos representantes [soa campainha] do Estado da Paraíba, dos vigilantes do Estado da Paraíba, e não poderia ser diferente a minha presença aqui por ter a honra de ser o Vice-presidente desta Comissão de Direitos Humanos, a qual o senhor colocou de uma forma muito apropriada de que as reivindicações de vocês é uma questão de direito humano. E nada melhor do que esta Comissão tão bem conduzida pelo Presidente Paulo Paim no sentido de estar atento, estar preocupado e colaborando para que os problemas relacionados, entre outros, aos direitos humanos possam ser equacionados, muitas vezes, não é apenas a legislação, é o bom senso, é o contato, como a gente percebe na sua fala, Deputado, no sentido da reivindicação do FGTS que esta Casa pode dar um exemplo, Presidente Paim, que o senhor já registrou e estarei ao seu lado para que a gente possa sugerir ao Presidente da Casa que adote o recolhimento da garantia do FGTS e que isso passe a ser tratado como um respeito ao trabalhador, as garantias do trabalhador.

Quero também me somar ao projeto da Senadora Serys no sentido de que tudo que foi dito em respeito ao risco de vida do trabalhador de vigilante que presta o serviço, que hoje, infelizmente, pela insegurança que toma conta do País, cada vez mais é buscado esse trabalho terceirizado de segurança que, na verdade, era para ser oferecido pelas polícias militares e civis do nosso País, mas que não estão dando conta desse crescimento da insegurança, e, conseqüentemente, são convocadas pessoas que passam por treinamento, passam por estágios de aprendizado, mas são tratados em função do serviço que presta. Então a minha solidariedade, a minha disposição de colaborar não só no projeto da Senadora Serys, ou em qualquer outro projeto de aperfeiçoamento para essa categoria.

Fico feliz por esta Comissão estar conduzindo. Só peço licença, a exemplo de que fez o Senador Suplicy, porque nós também somos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, estamos discutindo a crise, tem a palestra agora de Audiência Pública tanto do Banco Central, como do Ministro do Planejamento, estarei apenas ouvindo, se der tempo ainda retorno, mas acompanharei esse processo, e ao lado do meu Presidente desta Comissão, nós estaremos juntos à disposição de todos os trabalhadores desta área do nosso País. E na Paraíba estarei conversando um pouco mais próximo dos nossos conterrâneos para

que eles possam, também, levar as reivindicações que são nacionais para que juntos possamos dar a nossa colaboração.

Parabéns pela luta, pela justiça da reivindicação e podem contar com a nossa participação. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena, o sempre Deputado Chico Vigilante também vai ter que se retirar. Mas eu posso já anunciar a vocês que eu fiz contato, neste momento, também com o nosso Deputado Federal Paulo Rocha que é o autor do Estatuto do Vigilante. E ele confirmou que ele vai vir aqui para fazer uma saudação a vocês e falar do Estatuto.

[palmas].

E nós, com certeza, na conversa que teremos com o Presidente Garibaldi vamos também interceder para que o Estatuto que já foi aprovado uma vez na Câmara, veio ao Senado e voltou para a Câmara, vamos tentar falar também com o presidente Arlindo para que ele seja votado, de preferência, este ano. Tal ok, pessoal?

Então vamos em frente aqui. Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. José Nilson Ribeiro, Secretário Geral, substituindo João Soares, Presidente da Federação dos Vigilantes do Estado do Paraná.

SR. JOSÉ NILSON RIBEIRO: Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, Srs. Senadores; cumprimentar a mesa, os companheiros e companheiras vigilantes de todo o Brasil. Na verdade, no Paraná não é muito diferente de outros Estados. A nossa luta tem sido freqüente, principalmente, nas questões da vigilância clandestina, das quebradeiras de empresa, a nossa luta é freqüente, e é mais uma luta em termos de Brasil.

Bom, companheiros, nós no Paraná também enfrentamos agora essa semana quando a Senadora estava citando ali de vários episódios envolvendo companheiros vigilantes e morte de vigilantes em todo o País, basicamente todos os dias, tem uma vida ceifada na porta de um banco. E essa semana foi noticiado no noticiário nacional lá em Maringá onde ainda, infelizmente, pela precarização ainda, apesar de todas as lutas da nossa categoria da Confederação, das Federações dos Sindicatos, ainda existe a precarização nas relações de trabalho, principalmente, na terceirização e que abrange bastante também a nossa categoria no tocante à quebradeira e também melhores condições de trabalho para os vigilantes.

Ainda, pasmem os senhores, o Unibanco em Maringá e algumas cidades ainda do Brasil não têm a porta giratória que é a questão de segurança, e lá

teve três mortes. A polícia matou três assaltantes, e teve dois companheiros bancários feridos, felizmente, os vigilantes saíram ilesos desse assalto que foi na quinta-feira em Maringá.

Então ainda nós temos muitas lutas ainda para frente, lutas como esta, lutas que virão ainda por melhores condições de trabalho e por segurança. Frequentemente, no Estado do Paraná na nossa Federação, os sindicatos têm debatido sobre a segurança do trabalhador sobre a vida do vigilante, a vida até dos companheiros bancários em conjunto com o Sindicato dos Bancários, nós temos debatido sobre essa situação. Então, mais uma vez, como falou a Senadora, os 30% ainda não vêm a calhar ainda a nossa luta. 30% é uma luta de muitos anos, assim como foram várias reivindicações da nossa categoria em nível nacional. Então nós começamos a nos reunir em meados de 1983 para fazer a Lei 7.102 e outras lutas aí para regulamentação ainda da nossa categoria.

Companheiros, nós no Paraná estamos mobilizados, sim, pela luta na segurança, também pela vida do trabalhador, onde nós debatemos as buscas de soluções e também por melhores condições de vida de todos os trabalhadores. Queria, especialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela sua luta pelos trabalhadores do Brasil, principalmente, a sua luta pelos aposentados na Previdência Social, e por aquele projeto também para o fim do fator previdenciário que também prejudica muito os trabalhadores em nível do Brasil. Estamos torcendo por isso e queremos estar aqui também no dia dessa votação que é muito importante para os vigilantes e os trabalhadores brasileiros. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu convidaria, neste momento, a fazer a usar a palavra o Sr. José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato de Pernambuco, substituindo o Geraldo Cunha da Silva nesse momento.

SR. JOSÉ INÁCIO CASSIANO DE SOUZA: Presidente Senador Paulo Paim, do qual eu queria cumprimentar em nome do Presidente todos os Senadores, e em nome da Senadora Serys eu queria cumprimentar todas as mulheres aqui presentes nesta Audiência de hoje.

Falou-se aqui, o Presidente Boaventura da nossa Confederação de empresas clandestinas, de bico, de irregularidades cometidas por empresa na questão do Fundo de Garantia, e de uma das coisas que afeta muito a nossa categoria que é a questão das clandestinas. E uma das coisas aqui que eu acho que nos preocupa muito, Deputado, é a questão da aposentaria dos trabalhadores. É inadmissível nós trabalhadores vigi-

lantes, e aí eu queria dar um exemplo aqui, Senador, de vigilante mesmo do qual eu estou aqui, tenho 26 anos na categoria, presto serviço hoje em uma única empresa, e eu tenho assistido de perto no Estado do Pernambuco como exemplo, muitos companheiros vigilantes também com tempo de 26, 27 anos no momento que busca a sua aposentaria, e lá o INSS desconhece essa categoria como uma categoria especial, como aposentaria especial, e aí muitos dos companheiros precisam ir à Justiça para que aquele Poder Judiciário, muitas vezes, reconheça aquela aposentaria.

E aí muitos companheiros passam aí dez anos brigando na Justiça para conseguir essa aposentaria, e, muitas vezes, o Poder Judiciário não tem o conhecimento técnico da questão do fator, da questão dos valores dessa aposentaria. E muitos companheiros se aposentam com um salário muito abaixo do piso da categoria, e fica a vida toda brigando na Justiça, recorrendo, pedindo revisão da sua aposentaria.

Então, eu queria dar esse exemplo como vigilante de verdade, 26 anos. E eu queria aqui dar um depoimento para todo o Brasil, de que eu, particularmente, já prestei serviço em bancos, já prestei serviço em residências, já prestei serviço em indústria, já prestei serviços em carros fortes, muitas vezes, os carros fortes sem nenhuma refrigeração, e hoje muitos trabalhadores dos transportes de valores se encontram doentes por consequência desse péssimo serviço prestado por algumas empresas, e já prestei serviço também, Senador, no cemitério, à noite. Trabalhando lá sem dormir, 24 horas. E naquela época você tinha ainda dificuldade de trabalhar, às vezes 16, 18 horas por dia. Não recebia as horas extras. Então hoje nós avançamos muito através do movimento sindical, através da nossa luta. Muitos Estados conseguiram o seu piso, mas o Nordeste, principalmente, a gente precisa avançar mais, a gente precisa ser mais reconhecidos naquela região, porque é uma região aonde a gente, os trabalhadores sofrem mais, com empresas que quebram, com empresas que não pagam, que atrasam salário, com empresas que não pagam as indenizações dos trabalhadores, e, às vezes, a gente busca a Justiça para que a Justiça possa fazer justiça para os trabalhadores, e, às vezes, a gente não consegue que a justiça seja realizada.

Ficamos brigando na Justiça por mais de dez anos para buscar os nossos direitos. Então a gente queria deixar aqui esse depoimento, essa luta de que a gente possa ter a nossa aposentaria reconhecida pelo INSS no momento em que os trabalhadores ao ter 25 anos de trabalho possam entrar com sua aposentaria e o INSS reconhecer essa aposentaria dos trabalhadores. Isso é uma grande reivindicação do Brasil todo. E eu

estou aqui em nome dos companheiros no Nordeste, especialmente, o meu Estado de Pernambuco em busca dessa luta em defesa dos nossos companheiros trabalhadores. Muito obrigado a todos, Muito obrigado a todos os companheiros.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu quero, depois da fala do José Inácio, dizer a vocês que eu tinha um entendimento – vejam como as coisas são -, que estava garantida a aposentaria especial para vocês. E pelo que ele me fala não é bem assim. E aqui o presidente me dizia também essa questão.

Como o projeto da Senadora Serys, eu acho que corretamente trata dos 30%, nós vamos fazer de tudo para aprová-lo com rapidez. E como nós temos outros projetos que tratam com tema similar, nós vamos incluir então lá naqueles projetos outros também a aposentaria especial, definitiva a todos os vigilantes.

[palmas].

É um absoluto. Até porque, Senadora Serys, vem na linha do seu projeto, mas primeiro vamos aprovar o seu que isso é instrumento para nós. Se nós entendermos que tem que receber um adicional de risco de vida de 30%, como foi assegurado para outro. Eu mesmo apresentei um projeto e eu assegurei os 30% é e real já para os correios, já foi assegurado. Então o seu projeto é tão justo, no mínimo, não vamos fazer comparação, aos 30% também para os vigilantes. Agora se tem risco de vida e não tem aposentaria especial, seria um contra-senso, por isso que no outro projeto que virá depois do da Serys, mas já está tramitando nós vamos fazer essa emendazinha com o relator assegurando de forma definitiva a aposentadoria especial para os vigilantes. Até porque me dizia aqui o Boaventura de que depois de uma certa idade as empresas começam a discriminar por idade. Eles não querem mais um vigilante com uma certa idade alegando que ele não vai ter a mesma agilidade até para enfrentar o risco de vida. Até porque eles vão alegar que o camarada com mais de 50 e poucos anos não vai estar em condição. E mais do que motivo dele se aposentar pela especial. Então fica acertado que nós vamos colocar isso e vamos também gestionar junto ao Presidente Garibaldi... Deixar bem claro, Serys, a prioridade um é o seu projeto, eu até acho que não tem que botar muita coisa ali, senão uma coisa inviabiliza a outra. Vamos aprovar o teu projeto exatamente como está e daí vamos aos outros que vêm colocar a aposentaria especial nos moldes que foram colocados aqui por todos os painelistas.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Heraldo de Silva Santos, Presidente do Sindicato de

Transporte e Valores do Rio de Janeiro. Eu já havia chamado antes.

SR. HERALDO DE SILVA SANTOS: Senhoras e senhores, bom dia a todos e a todas, aos Exmos. Srs. Senadores Parlamentares aqui presentes. Eu gostaria de externar, de forma muito especial, a atuação do Senador Paulo Paim em relação... Não desmerecendo aos demais Parlamentares presentes ou ausentes pela atuação dele de forma combativa, de forma intensa, contundente em favor da classe trabalhadora, apesar que moro no Estado do Rio de Janeiro, de ser um maranhense que moro no Rio de Janeiro há 30 anos, eu fico a admirar e juntamente com meus companheiros de transporte de valores a atuação deste cidadão Parlamentar Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores. E me sinto honrado hoje de estar aqui do lado dele como sendo um humilde trabalhador.

Eu apenas não vou mais estar sendo repetitivo naquilo que os companheiros já colocaram aqui nesta manhã, de forma muito bem colocadas aqui as palavras a respeito do trabalho penoso, de risco que é o trabalho do pessoal patrimonial, do pessoal de transporte de valores, em especial, que é o segmento onde sirvo há quase 30 anos. E ali, senhores, nós temos em cada empresa uma situação interessante, ficamos em relação a cada empresa, em relação, mais ou menos, de 50 a 100 funcionários de carro forte afastados de forma continua com problemas diversos de saúde. É o problema de coluna, é o problema de visão e etc., porque nós temos aquele vidro que é blindado, e com o tempo você vai perdendo a visão, com o tempo você vai tendo problema sério de coluna, e vários tipos de enfermidade que o INSS hoje tem dificuldade para estar considerando isto. E nós também como os companheiros de patrimoniais também não têm aposentaria especial, tem que entrar na Justiça para tentar conquistar.

Então chegamos à idade, Senador, de 40 anos, um cara com 20 anos de carro forte, às vezes, ele está totalmente debilitado, debilitado fisicamente, sem condições mais de quase exercer a sua função de um profissional de segurança.

Então fica aqui apenas o meu reforço naquilo que já foi discursado, que foi colocado pelos demais presentes aqui. Eu espero que essa força nacional dos companheiros vigilantes que vieram de tão longe do Pará, lá bem longe do nosso País, e que se formou essa força importante para sensibilizar os nossos Parlamentares de forma muito tranqüila nos receberam aqui. Eu também deixo aqui o meu apresso pela Senadora Serys do Mato Grosso do Sul quando vi o seu projeto nessa luta... Não, desculpa, são dois Matos

Grossos, Mato Grosso, Cuiabá, então o nosso apresso também pela Senadora para abraçar essa luta de trabalhadores tão humildes como somos da segurança privada. E um setor, Srs. Parlamentares, que é muito importante para a sociedade brasileira, e que não tem realmente o seu valor reconhecido ainda. Mas vejo aqui e isso dando outra guinada para o futuro. As autoridades vendo que nós temos um papel muito importante a desempenhar na sociedade brasileira que é assegurar a vida das pessoas, o patrimônio. Nós de transporte de valores carregando a riqueza numerada deste País, e que, muitas vezes, as pessoas não percebem e não enxergam isso, mas nós transporte de valores é que carregamos a riqueza numerada deste País. E nossos companheiros patrimoniais que estão aqui no Senado, na Câmara, em outros órgãos do Estado, do município assegurando a segurança do patrimônio do Estado e do município e também das autoridades. Então é apenas para reforçar, para não ser repetitivo. O meu muito obrigado. E que Deus abençoe o todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convidaria aos nossos painelistas que retornassem ao plenário, permanece aqui o Presidente da Confederação. Pode sentar aqui na primeira mesa. E eu vou chamar o último convidado que é o Sr. Evandro Vargas, Presidente da Federação dos Vigilantes do Rio Grande do Sul. Está aí o Evandro? Não tem nada de bairrismo aqui, Evandro, foi o Presidente que orientou os nomes que eu estou chamando aqui, não é por ser do Rio Grande, não. A Serys está dizendo que isso é coisa do povo Rio Grande. E a Serys também é gaúcha.

Olha, veio uma notícia aqui do assessor, Serys, uma notícia boa, veio aqui uma notícia do assessor da Patrícia, a Senadora Patrícia Saboya Gomes pediu que eu informasse a vocês que está aqui ao meu lado o assessor dela que na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais será o primeiro item da pauta o projeto Serys 30% vigilante.

[palmas].

Obrigado, Senadora Patrícia.

Então passo a palavra, neste momento, ao Evandro Vargas, Presidente da Federação dos Vigilantes lá do Rio Grande do Sul. Eu lembro que estive com ele algumas vezes lá no Estado, sempre casa lotada e um grande debate sobre o interesse dos vigilantes. Evandro, com a palavra.

SR. EVANDRO VARGAS: Senador Paulo Paim, cumprimentando o Senador Paulo Paim, eu cumprimento todos os Senadores presentes nesta Casa, e também os ausentes, e cumprimentando a Senadora Serys e aí a gente cumprimenta todas as mulheres

presentes e as Senadoras também desta Casa. E dizer da importância desse evento que posso te chamar de companheiro, Paim, que a gente se conhece desde o início da sua luta, da sua trajetória, e não precisa aqui ficar tecendo grandes comentários, principalmente, para o pessoal do Rio Grande do Sul que conhece a luta desse valoroso companheiro na defesa dos trabalhadores, seja ele de qualquer categoria que for, muito embora, ele sendo um metalúrgico, mas sempre teve esse compromisso com os trabalhadores, também independente da questão partidária ou independente da questão das centrais em que esteja filiado, o companheiro Paulo Paim no Rio Grande do Sul tem um trânsito excelente no meio dos trabalhadores. E esperamos que o senhor continue assim na defesa dos trabalhadores que, com certeza, o senhor vai muito longe ainda neste Senado.

Eu acho que hoje a categoria tem duas frentes de trabalho muito grande, a primeira delas é o projeto da deputada, mas também acho que vem um outro também que corre junto que é a questão dos trabalhadores que são irregulares das vigilâncias clandestinas que também tem trazido grandes problemas, o bico do PM. Mas também se faz necessário, para evitar esse tipo de situação, a regulamentação também da profissão que hoje nós temos no País 53 profissões regulamentadas e dentre elas temos o empregado doméstico, lavador e guardador de carro. Não que nós queremos aqui menosprezar essas profissões, mas queremos levantar esses dois tipos de profissões pela importância que elas têm, ou seja, a responsabilidade entre uma profissão e outra. A primeira do empregado doméstico, ela nem, sequer, se compara ao trabalhador em segurança privada que tem a responsabilidade de guardar o patrimônio das pessoas, e também a vida das pessoas, em primeiro lugar. E o segundo que é o guardador de carro que também não tem nenhuma responsabilidade com a vida das pessoas, mas única e exclusivamente com aquele patrimônio que fica, muitas vezes, até expostos nas ruas e também tem a sua profissão regulamentada. E nós trabalhadores em segurança privada que temos essa responsabilidade de cuidar do patrimônio das pessoas que, no dia-a-dia, temos essas atribuições de ofício da nossa profissão, ainda, infelizmente, não temos a nossa profissão regulamentada, enquanto outras categorias que tem menos responsabilidade têm sua categoria regulamentada como empregados domésticos, lavador de carro e guardador do carro. E nós que andamos armados temos essa dificuldade de regulamentação na nossa profissão.

Então isso eu acho que também é um dos grandes apelos, um dos grandes momentos de lutas importantes na nossa categoria que acredito que com a

aprovação do primeiro projeto que vai ter a melhoria na questão com índice de periculosidade na vida dos trabalhadores, também é importantíssimo, muito embora, como dizia a Senadora, esse valor não vai trazer a vida de ninguém de volta, porque o patrimônio dos trabalhadores, o nosso maior patrimônio é a nossa vida, mas é o momento que nos ajuda e um reconhecimento também pela nossa melhoria e condição de trabalho. Mas também não pode correr longe a questão da regulamentação da nossa profissão. E eu até levantei alguns Estados porque a gente tem visto por aí, por exemplo, em alguns setores, vou citar, aliás, o Superporto em Rio Grande aonde tínhamos 3.500 vagas e foram trabalhadores de outros Estados, daquela localidade, ou seja, do município de Rio Grande mesmo, foram contratados 390 trabalhadores, enquanto os demais trabalhadores por falta de mão-de-obra qualificada não foram absolvidos naquele posto, foram de São Paulo, do Rio de Janeiro, enfim, de outro Estado. Nada contra isso. Mas acho que tem se discutido a questão de qualificação de mão-de-obra e no nosso caso não é esse o problema, que têm desempregados e trabalhadores pela falta de qualificação de mão-de-obra, porque nós hoje no Brasil inteiro nós temos 1 milhão e 550 trabalhadores formados, desses 1 milhão e 550 trabalhadores formados, nós temos hoje apenas na atividade 412 mil, 154, então nós temos uma mão-de-obra formada de 1 milhão, 338 mil trabalhadores, 757; só que por um outro lado, de acordo com o próprio dado da Ccasp(F) Comissão Construtiva de Segurança, tem mais de 2 milhões de trabalhadores que exerce a profissão sem curso de formação. Então, na grande verdade, o fato também de regulamentar a profissão de vigilante não é só puro e simplesmente para nós termos uma profissão regulamentada, mas estaremos botando no mercado de trabalho mais de 1 milhão de pessoas que estão aí formadas esperando um emprego e que não conseguem, porque nós temos de um outro lado o bico do PM e as pessoas irregulares. E, infelizmente, essas pessoas são contratadas, muitas vezes, até por órgãos do governo. Por exemplo, no Rio de Janeiro tem o parque(F) lá e contrataram um marginal para fazer segurança nas obras do parque(F). Aí me vai o Secretário de Segurança Pública daquele Estado e me diz que não teria importância nenhuma em contratar aquele cidadão por ele ter sido preso. Tudo bem que nós concordamos que ele possa ser contratado, mas agora não na atividade de segurança privada. Então esse trabalho importantíssimo deste Senado que nós esperamos, e essa oportunidade para nós, Senador Paim, é de ouro porque nós podemos chegar aqui e explicar as nossas dificuldades que nós encontramos no dia-a-dia, aonde se tem setor, no nosso caso, mão-

de-obra qualificada sobrando, enquanto que outros setores não têm mão-de-obra e tem o emprego, no nosso caso tem o emprego, a mão-de-obra, um pequeno índice que está no nosso meio, são exatamente as pessoas que fazem o bico da segurança.

E vou citar aqui apenas um dos Estados, por exemplo, que... Vou citar o Estado de São Paulo. No Estado de São Paulo nós temos 435 mil, 758 trabalhadores formados e registrado na Polícia Federal. Quantos nós temos empregados em todo o Estado? Temos 128 mil, 177 trabalhadores, têm 300 mil, 581 sobrando naquele Estado que não tem o campo de serviço. Agora se nós pegarmos os jornais e a mídia de São Paulo nós temos lá que 80% da polícia faz bico de segurança, e isso acaba desempregando os pais de família. E esses policiais já têm o seu salário. É, claro, que nós somamos à luta para que eles melhorem a sua condição de trabalho. Agora não podemos também deixar que ele desempregue os nossos profissões e pais de famílias que estão ali formados, que fizeram o curso com dificuldade para entrar no mercado de trabalho e não pode entrar porque lá tem um clandestino ou então tem um policial tomando a sua vaga no seu mercado de trabalho.

Então dentro disso, Srs. Senadores e Senadoras, e trabalhadores de todos os Estados aqui presentes, obrigado pela participação. E esperamos estar unidos nessa luta, independente de qualquer situação política ou partidária, mas que seja, em primeiro lugar, os trabalhadores na defesa deste País. Obrigado a todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Evandro. E você foi muito feliz na sua fala numa demonstração que questões como essas não têm nada de divergência política partidária, isso é interesse do conjunto dos trabalhadores, e por isso nós esperamos que todos os senadores e deputados acompanhem na votação. E vamos torcer para que a votação seja por unanimidade nas duas Casas.

Como é de praxe nesta Comissão, eu sempre abro para algumas pessoas que participam da plenária, fazer uso da palavra. Eu conversei aqui com o Boaventura, e ele me indicou, eu abriria para cinco companheiros, e ele me indicou até o momento dois. Que eles poderão falar aí mesmo da plenária. O microfone está aí na frente. Só apertar o botão preto, acende uma luz verde e fala. O primeiro seria o Silvio de Joinville. O companheiro Silvio está. Então eu peço o Silvio que sente e use o microfone da bancada. Você tem 5 minutos, Silvio. Em seguida, para gente ir se organizando, é o Zé Carlos de Minas Gerais.

SR. SÍLVIO: Bom dia a todos. Todo mundo sabe da dificuldade de todos os vigilantes que tem. Não

adianta eu entrar nesse assunto. Tenho 20 anos na profissão, vim do interior, desde os 9 anos trabalhando na lida do interior, do sítio. E eu tenho muito orgulho. E quero que Deus abençoe esta Senadora e o senhor Paim, pelo até colocar em mais de 10 milhões de pessoas alimentação saudável na mesa de cada um cidadão. Porque não são 2 milhões, são mais de 10 milhões neste Brasil.

[palmas].

Essa homenagem é pouco pelo empenho da senhora, pelos doutores. Tenho certeza que nenhum senador e nenhum deputado vão ser contra, porque vai ser vergonhoso para ele, porque nós vamos botar nos informativos em todas as regiões do Brasil: o deputado ou senador que foi contra o projeto de alimentação para os seus trabalhadores das suas regiões. E também, Excelência, agradecer, principalmente, também ao senhor pelo empenho, o nosso Presidente Boaventura, entre outros que estão presentes.

E eu estou um pouco emocionado, porque nós desde que eu entrei... Eu tenho 20 anos de profissão, e desde que eu entrei na categoria eu sonho com isso. Está entendendo? O meu primeiro emprego foi guarda industrial, quando eu passei para vigilante terceirizado foi reduzido o meu salário, uma média de dois salários mínimos, na época, para entrar na terceirização. Então dez anos eu fiz bico, segurança, leão de chácara, como é conhecido, para sustentar a minha família. São dez anos. Depois concorri a uma vaga de juiz classista que foi terminado e consegui, naquela época a Justiça era contra esse trabalho, e eu parei com isso. E daí fui eleito presidente do sindicato, estou há doze anos no Sindicato dos Vigilantes de Joinville, represento 3 mil trabalhadores na cidade e, tenho certeza, esses 3 mil trabalhadores têm mais de 10 mil trabalhadores que vão entrar 30% de adicional, que vai dar uma alimentação mais saudável. Mas também não é justo um vigilante, Senadora, outro projeto que nós podemos avançar muito, é o piso nacional do vigilante, porque é vergonhoso um vigilante ganhar menos que 500 reais.

[palmas].

É vergonhoso! É humilhante! Porque o lucro da Caixa, do Banco do Brasil daqui de Brasília é o mesmo lucro lá da Bahia, Pernambuco, é o mesmo lucro; não tem diferença nenhuma. Por que nós não podemos ser reconhecidos com um piso nacional do vigilante? Quando nós sentamos com a negociação com o Sindicato Patronal tem dono de empresa que diz que vigilante está ganhando demais, que vigilante ganha demais pelo trabalho que ele faz. Para mim esse não devia nem ter aberto empresa, porque ele é a raça ruim da nossa categoria.

Lá em Santa Catarina, falando em segurança, nós tivemos um deputado sujo, sem vergonha no Estado de Santa Catarina que queria acabar com as portas giratórias, que deu segurança para a população. Todos nós, todos os sindicatos dos vigilantes de Santa Catarina fomos até ele, agradecer o momento pela nossa categoria, chamá-lo de sem vergonha, chamar disso ou daquilo, porque realmente ele não é um defensor da classe. Ele é uma ovelha negra perante a nossa categoria. Negra, desculpa, porque todos nós somos... Desculpa, ovelha negra é maneira de falar, até peço desculpas, [soa campainha], porque o branco e o negro somos tudo da mesma raça. Está entendendo? Então eu agradeço, mais uma vez, e peço a Deus que abençoe a senhora pela luta. E tenho certeza, a senhora vai ser conhecida no Brasil todo pelo empenho, o Senador Paim também. Nós somos o primeiro, a partir desse mês, que estamos fazendo a nossa tribuna, informando a todos do seu projeto, e tenho certeza, que muitos vigilantes vão até chorar de alegria pelo empenho. Meu muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Zé Carlos representando os vigilantes de Minas Gerais.

SR. ZÉ CARLOS: Quero cumprimentar a todos. Bom dia. Desejar a Senadora todo sucesso. Pode contar com os vigilantes de Minas Gerais porque a nossa luta não é diferente dos demais Estados. Hoje nós somos em Minas Gerais em torno de 22 mil legalizados e empregados, e temos em torno de 120 mil trabalhando de forma ilegal, e onde que muitos policiais têm pegado bico e tem tirado emprego de pais de família. A gente que está na direção do sindicato, a gente sempre tem encontrado com trabalhadores procurando vaga de trabalho, passando necessidade, enquanto que os policiais têm tomado vagas do nosso trabalho, tirado pão da boca das nossas crianças. Então a gente quer parabenizar a Senadora, ao Senador Paulo Paim que tem colocado à frente dos projetos, desse PL, do Projeto de Lei. E dizer que Minas Gerais está acompanhando de perto. Os trabalhadores vigilantes de Minas Gerais já têm o conhecimento, já sabem o nome da senhora. Quando a gente chega à agência para conversar com os trabalhadores eles: “e o projeto lá quando é que vai sair?” Já ficam perguntando por quando. Mas a gente sabe que tem um trâmite todo. Quando nós estávamos aqui, os companheiros estavam debatendo aqui nesta Audiência, a gente pôde conversar com os três representantes do Estado de Minas Gerais: o Senador Eliseu Resende, o Senador Eduardo Azeredo, Wellington Salgado prometeram estar empenhando para estar ajudando. Então prometeram ali apoio,

foi na outra plenária, não estava aqui, mas foram na outra plenária, que eles estavam em audiência com o Ministro, agora, o Mantega, mas eles prometem lá apoio restrito, incondicional aos vigilantes do Estado de Minas Gerais e aos vigilantes do Brasil.

Então eles tiveram lá e falaram lá um pouco, alguns minutos para os trabalhadores e prometeram este apoio. Então a gente está contando aqui, Minas Gerais também, não só os três, mas a gente pôde contar, a gente conversar com o Arthur Virgílio, o Senador Arthur Virgílio que parece que é o líder da bancada do PSDB, então ele esteve lá também agora na sala, junto com os trabalhadores de vigilantes na sala 3, no auditório 3 prometendo também apoio da bancada do PSDB. Então a gente pôde conversar, e a gente conversou, a gente não estava aqui na sala, mas a gente estava no corredor cercando um ou outro, o Eduardo Suplicy passou também lá prometendo apoio. Esteve aqui. Então a gente está fazendo esse trabalho. Minas Gerais está nessa luta junto com a Confederação e a Federação e junto com os trabalhadores. Então a gente está esperando ansioso para estar sendo reconhecido. Igual o companheiro do Rio Grande do Sul que falou da questão dos lavadores de carro. Porque nós somos a única categoria que trabalhamos armados e temos uma lei que nos rege e não somos reconhecidos como categoria diferenciada. Esse projeto veio cair como luva. Mas a gente tem uma fala aqui do companheiro Boaventura: “nada vem de graça na mão dos vigilantes. Nada vem”. Então a gente está na luta. A gente sabe das lutas, das dificuldades, por isso que a gente está aqui hoje não medindo esforços para estar com representante, praticamente, de 90% de todo os Estados da federação brasileira, do Brasil. Então a gente quer agradecer aqui, em nome dos vigilantes do Estado de Minas Gerais, agradecer. Pode contar com o apoio de Minas Gerais, a gente deu apoio junto à Confederação. Paulo Paim, a gente quer agradecer também pela oportunidade desta Audiência, e um abraço dos trabalhadores do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Anselmo Araújo, representando Angra dos Reis.

SR. ANSELMO ARAÚJO: Bom dia a esta Casa, bom dia, ao plenário, à mesa. E no Rio de Janeiro também não é diferente. Agradecer a Senadora o brilhante projeto. Muitos vigilantes, como o companheiro falou, inclusive, eu agora me sinto emocionado como o companheiro Boaventura fala: “que isso não vem de graça”. Muitos vigilantes, muitos companheiros morreram. E em nome dos companheiros de Angra dos Reis trazer um abraço para o Senador que, inclusive, há alguns

anos esteve por lá, e agradecer, de pronto, a esse projeto, a Senadora, mais uma vez, como o companheiro falou que vai estar conhecida, já é conhecida. E um abraço também da companheirada de Angra dos Reis, especialmente, do Rio de Janeiro. E eu agradeço, em nome de Jesus. E vou orar pela Senadora.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Ao líder Sinval Cerqueira da Bahia. Está aí o Sinval?

SR. SINVAL CERQUEIRA: Bom dia a todos.

Exmo. Senador Paulo Paim. Eu sou da Bahia, e estamos aí também nessa luta em defesa dos vigilantes. A Senadora dizer que os vigilantes da Bahia hoje estão dizendo que passaram a ser lembrados a partir do seu projeto, e estão agradecendo. E dizer assim que a atividade de vigilância privada neste País é uma das que mais cresceu, ou, talvez, a que mais cresceu em função da violência. E como foi dito aqui no tocante à aposentadoria especial, o INSS da Previdência que já vinha concedendo até 95 a aposentadoria especial, o que nós não entendemos é que a partir daí suspendeu, hoje é negado, e a única coisa que mudou foi o violência. Os trabalhadores passaram a morrer no posto de serviço e sem que o INSS reconheça, mas isso já está consolidado no Judiciário, porque todas as aposentadorias que vão para a Justiça Federal estão sendo julgadas a favor do trabalhador, considerando a atividade perigosa.

E foi dito aqui também no tocante às questões das doenças ocupacionais. Eu sou militante de saúde do trabalhador. E parabenizar o Senador Paulo Paim na questão dos projetos de assédio moral no trabalho, tenho acompanhado seus projetos. E parabenizá-lo.

E o companheiro do carro forte disse aqui dos trabalhadores que estão hoje afastados, sequelados em função de uma atividade com atividade extremamente antiergonômica à nossa atividade, a atividade de carro forte. Trabalhadores passam oito, dez horas de pé estatístico nos bancos, e que nós não fomos contemplados com o Decreto 60.042/2006 do Netep, o nosso técnico epidemiológico previdenciário não contemplou os vigilantes no tocante às doenças da patologia da coluna, nós também queremos solicitar a esta Casa, aos Senadores que olhem um pouco para as questões das doenças ocupacionais dos trabalhadores vigilantes de todo o País. Na Bahia são 30 mil vigilantes legais, atualizados enquanto isso são 75 mil atuando na clandestinidade de forma ilegal. E nós queremos pedir à delegação da Bahia com mais companheiros que estão na outra sala representando aquilo quase 1 milhão e 600 mil trabalhadores pedir que esta Casa olhe mais um pouco também para as questões da saúde do tra-

balhador, em especial, esses dois pontos que é o risco de vida e a aposentaria especial. E nós agradecemos em nome da Bahia.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Eu recebi agora aqui a informação que, infelizmente, o Deputado Federal Paulo Rocha que é autor do Estatuto do Vigilante que está já em última instância para ser votado no plenário da Câmara já foi aprovado lá, já foi aprovado aqui com algumas alterações, e voltou para a Câmara dos Deputados, ele só não virá aqui porque ele está com problema de coluna, mas pediu que eu desse o recado para vocês. Ele não está conseguindo se deslocar. Ele está no gabinete, mas está praticamente imóvel, ele falou comigo pelo telefone. Ele pediu que eu informasse a vocês que, com certeza absoluta, vocês podem contar com ele hoje e sempre. E esse projeto dele que regulamenta o conjunto da profissão do vigilante. Então, ele recomendou, inclusive, que na conversa que a gente vai ter com o Presidente Garibaldi, a gente peça ao Presidente Garibaldi que ele do alto, digamos, da sua posição de Presidente do Congresso como estadista converse com o Presidente Arlindo para que ele coloque em votação a matéria. Ele tem certeza que se colocado o Estatuto em votação no plenário da Câmara ele será aprovado por unanimidade. Grande Paulo Rocha.

[palmas].

Eu vou deixar para as considerações finais o nosso Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes que é o Sr. José Boaventura dos Santos para que ele use a palavra neste momento.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Senador

Paim, Senadora Serys, a senhora há um pouco mais, cerca de 60 dias disse para gente lá num congresso de trabalhadores de vigilância no Mato Grosso, em Cuiabá, Senador Paim, uma coisa, mais ou menos, assim: “vá à luta se quiserem ver aprovado o projeto”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Exatamente.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Ela que

quase, assim, fez uma provocação para gente, mas a boa provocação, e nós aceitamos. E até porque, Senadora, tem uma coisa que eu posso dizer com toda tranquilidade, o Senador Paim nos conhece com muita familiaridade, com mais tempo, eu sei que a senhora também, mas sabe que essa é uma categoria que briga, uma categoria até usada demais, às vezes, a gente tem que ter medo de certas atitudes, não é Bandeira? Quando em 94 morriam vigilantes nos carros fortes assim de qualquer jeito. Os carros fortes eram peneiras. A AR15 atravessava, às vezes, até deitado, os vigilantes deitavam no piso do carro forte e as cos-

tas eram feridas por força das balas que atravessaram as blindagens.

Nós chegamos a cercar o Palácio Guanabara quando o Governador Nilo Batista era p Governador do Rio de Janeiro. Aqui cercamos e fizemos uma passeata de mais de 50 carros fortes, cercamos ali aquele prédio preto da Polícia Federal. Muita gente até dizia assim: “mas vocês são loucos”. Mas, na verdade, na defesa da vida da gente, na defesa das coisas boas da gente, das coisas certas da gente, a gente vai para briga mesmo. A senhora não vai encontrar, Senadora, aliás, a coisa mais difícil que acontece com a gente é quando o vigilante chega lá no sindicato e diz assim: “ah, mas eu quero um advogado para ir à delegacia”. E aí, às vezes, a gente pergunta para que. “Ah, porque eu estou com problema com vizinho”. Mas a gente diz assim: mas o sindicato não se mete nessa história de briga de vizinho. “Mas eu sou vigilante e não posso ter o meu nome na polícia”. Esse é um princípio, Senador, que norteia a gente a gente.

[palmas].

Que norteia o sentimento de honestidade, Senadora.

A Polícia Federal, a cada dois anos, é chata, e uma chatice boa também com a gente. Tem que apresentar cinco certidões criminais: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Militar, Estadual Militar, Federal, antecedentes criminais e civil. Nós não nos importamos, Senadora, porque nós queremos assim, quem é bandido não pode vestir farda de vigilante, quem é bandido não pode botar uma arma na cintura. Então isso aí, Senadora, aliado com o nosso histórico de lutas. Muita gente diz assim, Senador... Para muitas categorias hoje fazer greve não é tão mais fácil, como em outros idos. O senhor sabe dos metalúrgicos, de outras categorias. Às vezes até na nossa categoria também a gente tem uma certa dúvida quanto a isso, mas esse ano já aconteceu greve de vigilante, lá no Estado da senhora, no Estado do Mato Grosso. Faltou dinheiro em banco, faltou segurança em banco; mas os vigilantes do Estado do Mato Grosso, e aqui está os Valtair, estão outros companheiros do Estado do Mato Grosso tiveram a ousadia de fazer greve, tiveram ousadia de fazer greve carro forte, tiveram a ousadia de fazer greve no Paraná, ou seja, nós não temos medo de ir à luta por nossos interesses.

E daí, Senadora, esse desafio, esse bom desafio nos deixa extremamente emocionados até quando há oito dias, um pouco mais de oito dias, falamos aqui com o Senador, teve o Vicente, teve o Neros(F) aqui falando com o Senador Paim que nós queríamos vir a Brasília e outros momentos, outras pessoas, às vezes: “olha, o regimento, a dificuldade, não sei o que, a

pauta, a agenda e etc.”, mas o Senador Paim na hora disse assim: vou propor a sessão, a audiência pública. Nós dissemos assim: mas, Senador, vem muita gente. Não tem problema, fica numa sala. E a pouco a companheira me disse ali, tem uma sala cheia, duas ou três salas cheias. Teve gente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quatro salas lotadas de vigilantes.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Quatro salas lotadas. Teve gente que não conseguiu entrar no Senado, nessas salas, inclusive, ou seja, tem companheiros que vieram agora de manhã, não conseguiram chegar ontem aqui, mas vieram de manhã de Goiás, também aqui próximo de Goiás, a turma aqui de Brasília está em peso aqui na nossa sessão, demonstrando claramente, primeiro, o apressado que tem pelos Senadores que têm compromisso com os trabalhadores. Depois a nossa ansiedade, a nossa necessidade, Senadora, por questões que nem sempre... A senhora falou muito bem: “não é o pago de um índice que vai preservar a vida da gente não”. Mas o pago daquilo que valoriza a gente, o pago daquilo que permite que nós possamos servir melhor à cidadania brasileira.

A senhora falou uma coisa que eu queria trazer aqui, Senador Paim, que não está distante da nossa atividade não. A própria Polícia Federal já instruiu um processo punitivo contra uma empresa que submetia vigilante a trabalho escravo, submetia vigilante a trabalho indigno. E, portanto, a gente, às vezes, fala assim: mas só tem trabalho escravo no campo. Não! Nas empresas de segurança, nas empresas de prestação de serviço. Eu acho que o Chico falou também dessa questão aqui: nas empresas de prestação de serviço nós somos submetidos a condições indignas, Senador, de almoçar, de almoçar não, de comer uma quentinha no banheiro, de não ter lugar para guardar até a roupa da gente. De não ter água para beber. Porque os patrões, para as empresas... E isso, Senadora, não vamos falar que é nos recantos do Mato Grosso, da Bahia, do Amazonas, não; isso acontece na Capital Federal. isso acontece dentro do Banco do Brasil, isso acontece dentro da Caixa Econômica Federal, dentro da Petrobras. Na Petrobras tem um restaurante dos primeiros e um restaurante dos terceiros. E isso é preconceituoso, é discriminatório. Os órgãos públicos nos Tribunais têm um local... Nós chegamos ao Banco do Brasil, na agência central da Bahia tem um restaurante dos funcionais e o dos terceirizados é lá no subsolo, lá no porão que almoçam, que comem e etc. Portanto, esse ato aqui, Senadores, Senadora e Senador, não é um ato, nós, com certeza, não vamos sair hoje com a lei na mão aprovada, nós sabemos disso, Senadora, mas nós vamos sair daqui, principalmente, com uma

coisa que vale muito para gente, o orgulho de termos vindo aqui e termos sido ouvidos e tendo os senhores aberto espaço para que nós pudéssemos colocar para os senhores e para as senhoras as nossas queixas, as nossas ansiedades.

Porque, Senadora, há sete anos, em 2001 na Bahia nós fizemos uma greve e nessa greve junto com a polícia e etc. houve feriado bancário e a cidade teve que... As escolas tiveram que fechar. Eu sei que nós não precisaríamos ter segurança privada. O país ideal para mim era não existirmos enquanto trabalhadores da segurança privada. O país ideal para mim é o país onde tivéssemos segurança pública igual para todo mundo. Mas, lamentavelmente, e não é uma realidade do Brasil, tão pouco dos Estados Unidos, onde a segurança privada tem um tamanho significativo, na França, na Inglaterra, nós precisamos da segurança privada hoje. E essa segurança privada é exatamente para preservar vidas.

Nenhum empreendimento hoje, Senador, desses prédios bonitos, shoppings bonitos, condomínios bonitos, Senadora, nenhum prescinde da segurança, muito pelo contrário, segurança, às vezes, é um dos itens, um dos atrativos. Por que os shoppings passaram a ser mais atrativos do que as nossas ruas de comércio nas grandes cidades? Porque vendem a segurança como um dos atrativos. De forma que nós queremos que essa nossa categoria que tem uma formação humanista. Ontem nós estivemos no quartel... Anteontem nós estivemos aqui no Quartel General do Exército aqui em Brasília, e dissemos, com todo respeito, ao comandante que nós não queremos a formação militar. Nós queremos a formação humanista. Não que os militares têm uma formação diferente, mas, acima de tudo, uma formação civil para defender a vida das pessoas.

Portanto, Senador Paim, Senadora Serys, Senador Jayme, nós ficamos aqui muito agradecidos pela oportunidade de vigilantes aqui dirigentes sindicais, mas também vigilantes que vêm lá de seus postos de serviços, vão voltar hoje de ônibus para o Mato Grosso, vão voltar para a Bahia, vão voltar para o Ceará de ônibus, e vão chegar lá e vão trabalhar amanhã, vão dizer para aos seus colegas que estiveram no Senado Federal e que aqui no Senado Federal foram ouvidos, suas reivindicações, suas ansiedades, seus problemas foram ouvidos. E, com certeza, nós estaremos muito mais orgulhosos, muito mais com sentimento de cidadania, Senadora, com sentimento de valorizar a vida, com sentimento de dever cumprido. Porque a coisa que mais nos deixa à vontade é voltar para a casa de noite, chegar aqui no Senado, ali no INSS, prestar um serviço, chegar em um banco, sair de um banco, prestar um serviço e chegar em casa com a sensação, com o

sentimento de dever cumprido. Hoje eu cumpri o meu dever de defender a vida das pessoas. Hoje eu cumpri o meu dever de valorizar a vida das pessoas.

Senador, a Confederação Nacional, as Federações aqui presentes, os Sindicatos aqui presentes, sindicatos de Estados e sindicatos de cidades. Aqui falou companheiro do Sindicato de Joinville, do Sindicato de Angra dos Reis, ou seja, de sindicatos que nós organizamos em sindicatos estaduais, mas também em alguns lugares em sindicatos municipais, nós nos sentimos muito agradecidos. Conte com os vigilantes para o que der e vier, mas, fundamentalmente, para que nós possamos fazer deste País um País melhor e mais justo para o todo o povo brasileiro. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): É com satisfação que eu quero passar palavra ao Senador Jayme Campos do Mato Grosso que veio prestigiar esta Audiência Pública, Senador Jayme Campos, nós estamos com quatro salas lotadas.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Já passei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Há telão nas outras salas e aqui discutindo a situação desses profissionais na linha de dois eixos: aprovação do adicional de periculosidade, 30% que é um projeto da Senadora Serys, a aprovação do Estatuto do Vigilante que é do Deputado Paulo Rocha que está pronto para ser votado no Senado, e nós também aqui foi fruto desta Reunião, trabalharemos num outro projeto que eu vou ler no final que vai garantir a aposentadoria especial para todos, para que não fique nenhuma dúvida na lei no momento da concessão do benefício.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

[palmas].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigada. Sr. Presidente, valoroso, bravo, companheiro Paulo Paim, que eu tenho a maior admiração e respeito, sobretudo, lutador na causa e na defesa e da exigência da classe trabalhadora brasileira que eu saúdo e cumprimento de forma toda especial. Sr. Presidente José Boaventura dos Santos Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes do nosso País que só não saúdo e cumprimento, e demais membros da mesa e participantes deste evento, dessa Comissão. Minha colega valorosa, Senadora Serys Silhessarenko, também autora deste nosso projeto que, certamente, é um dos projetos mais importantes que até então ouvi tramitando nesta Casa. E dizer, Senador Paulo Paim, e representante da classe valorosa nos nossos vigilantes do Brasil que eu vim aqui para externar o meu apoio

na medida em que eu entendo a importância que representa esta classe em todo o território nacional.

E, certamente, todo aquele parlamentar que tem o mínimo de consciência, sobretudo, de responsabilidade com aqueles que, certamente, trabalham e ajudam não só a construir o Brasil, mas, sobretudo, fazer a vigilância em pontos estratégicos de toda a sociedade civil organizada não tem dúvida alguma da importância que representa este projeto. Por isso eu estava há poucos minutos como membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos. Ali está participando o Ministro Guido Mantega e o Presidente do Banco Central do Brasil Henrique Meirelles, e sabemos da importância dessas duas autoridades daquela Comissão, mas eu fiz questão de me dirigir aqui para me solidarizar, trazer o meu apoio na medida em que eu entendo da importância que representa, tendo em vista, que nada mais do que justo, porque vocês, certamente, serão contemplados, não tenho dúvida alguma, com o Projeto de Lei da companheira Senadora Serys Slhessarenko.

De tal forma, Senador Paulo Paim, que, particularmente, eu entendo que se nós tivemos essa visão de que nós temos que premiar aqueles que trabalham, aqueles que, acima de tudo, fazem do seu trabalho a grandeza deste País, eu não tenho dúvida alguma, que dentre em breve esse projeto será apreciado pelo plenário da Casa, e assim nós estaremos valorizando hoje essa grande classe de trabalhador.

Eu imagino, eu não tenho esses dados, José Boaventura, que eu acho que os vigilantes do Brasil hoje eu acredito que é maior do que as forças públicas de todos os 27 Estados da federação: 1 milhão e 600. Toda a força pública brasileira eu imagino que deve representar algo de 350 a 450 mil homens tanto da Polícia Militar, e imagino, também, juntando com a própria Polícia Civil. Nesse caso eu imagino, se nós não tivéssemos esse 1 milhão e 600 mil homens e mulheres nos seus postos de serviço a situação da segurança pública no Brasil estaria em situação de penúria, de precariedade, haja vista, que nós estamos acompanhando a luta da própria Polícia Civil do Estado de São Paulo. Ali uma luta, com certeza, justa, e para minha surpresa e tristeza, ao mesmo tempo, a própria Polícia Civil de Mato Grosso, nessa próxima segunda ou terça-feira estará em greve geral. E eu pergunto: se nós não tivéssemos os nossos vigilantes onde estaríamos nesse caso particularmente? De tal maneira que eu quero aqui manifestar, com certeza, o meu apoio, na medida em que o próprio Congresso Nacional que é composto por homens e mulheres ter a obrigação e ma e salário, gratificação e mesmo lucro das empresas. Eu sou empresário, mas defendo a tese, como

eu faço já com meus trabalhadores de dar também a distribuição do lucro da empresa.

[palmas].

É justo que os meus trabalhadores, os meus colaboradores da minha empresa, eles não têm apenas o 13º salário, tem décimo oitavo, tem participação na renda. Eu distribuo quando fecho o fim do ano do balanço da minha empresa eu pago participação, distribuição da nossa renda, porque são vocês a mola propulsora, são vocês os grandes argamassa na construção de um país mais justo, de tal maneira que eu acho que é fundamental nós sairmos daqui conscientes de que esse projeto tem que ser aprovado com a maior rapidez possível para que, certamente, vocês tenham o devido valor que merecem dentro do conjunto dos trabalhadores e servidores deste País, que, sem sombra de dúvida, sem vocês nós não teríamos, com certeza, esse grande país com prosperidade e com desenvolvimento. Agora nós temos que fazer, com certeza, uma melhor distribuição de renda.

Contém com o meu apoio, com certeza, quando este projeto estará dentro do plenário do Senado Federal, e se, porventura, dentro do projeto também, dentro do Congresso Nacional. É a minha opinião, é o meu apoio irrestrito que eu trouxe a vocês, nesta manhã, ou nesta Sessão liderado e capitaneado por esse grande e valioso Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Senador Jayme Campos, me permita primeiro cumprimentá-lo pela sua fala, e o seu compromisso com os trabalhadores, sempre acompanhando. Não houve um projeto que nós apresentássemos na Casa que não teve o seu apoio. E se me permitir, eu sou totalmente favorável a essa sua fala da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, e apresentei projeto aqui no Senado. Ele está tramitando e com esse objetivo eu digo que a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas vem desde a época de Napoleão Bonaparte, e a maioria dos países adotaram, aqui no Brasil é uma dificuldade. Como eu tenho um projeto e está tramitando na última comissão eu vou, se V.Exa. me permitir, dar o seu exemplo que todo empresário inteligente e competente, e V.Exa. usa o princípio do Henry Ford, ou seja, quanto mais os trabalhadores receberem, mais eles compram, mais reativam o mercado interno. Então no dia da aprovação do projeto da participação do trabalhador no lucro da empresa eu vou lembrar o nome de V.Exa. Espero que todos os Senadores copiem V.Exa. Feito?

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Permitam-me rapidamente ao terminar esta

Audiência Pública dizer que eu tenho dois projetos que tratam desta questão tramitando na Casa que é o 387 e o 173. Senadora Serys, vou deixar bem claro: nós vamos trabalhar pela aprovação do seu projeto. E esses outros dois projetos, um o relator é o Senador Cristovam, eu vou acertar com o Senador Cristovam que já fez questão de mandar o relatório aqui pronto, pronto para que ele inclua mais artigo garantindo a aposentaria especial. Já falei com a Senadora Patrícia, e quem sabe a gente vote, inclusive, no mesmo dia. Na semana que vem vota primeiro o da Senadora Serys que garante os 30% para o vigilante, e em seguida votaria o outro projeto de nossa autoria que vai consagrar o princípio aqui tão lembrado que dá aposentadoria especial a todos que atuam em área de alto risco. Então uma salva de palmas ao Senador Cristovam que fez questão de mandar o relatório aqui e diz que vai incluir a aposentaria especial para que não fique nenhuma dúvida.

[palmas].

Está acertado? Então vai incluir também a aposentadoria especial como uma emenda do Senador Cristovam.

Não sei se chegou aqui o assessor do Paulo Rocha. Então eu faço questão que o assessor do Paulo Rocha, que ele não pôde vir, que ele use a palavra, diga como é que está o Estatuto tão importante para todos nós. Pode sentar. É o Sr. Djalmir. No tempo que eu era deputado eu estava do teu lado sempre. Então o Djalmir vai dar um informe para vocês de como é que está esse importante projeto que regulamenta, definitivamente, a questão do vigilante. Eu já avisei aqui que o Paulo Rocha não pôde vir, devido a sua coluna, mas que você daria o informe. Então com a palavra, Djalmir.

SR. DJALMIR: Bom dia a todos. Paim, Senador, um abraço. Senadores aqui presentes, e todos os dirigentes dos trabalhadores da categoria de vigilantes do Brasil todo nessa jornada.

O Deputado Paulo Rocha pediu que eu viesse, mas o Senador Paim já informou da situação dele, ele está na reunião da bancada agora, foi carregado para lá, porque o Ministro Pimentel está lá. Então o convocou. Então numa missão. E pediu muito que eu viesse aqui para informar que a Bancada do PT da Câmara fechou questão como um dos itens no acordo de líderes pudesse ser pautado e função do trancamento de pauta, em relação às medidas provisórias e as obstruções feitas está se buscando um consenso e a PEC contra o trabalho escravo, o Estatuto dos Vigilantes são propostas que a Bancada fechou questão como propostas fundamentais.

Então, acreditamos que na semana que vem poderemos ter um cenário da pauta dessas matérias na Câmara. A Bancada hoje, o Deputado estará informando na reunião sobre o ato de vocês aqui, estará informando desta mobilização toda, e desejando sucesso, e, principalmente, a iniciativa aqui deste ato, Paim. Então podem contar com o Gabinete e a liderança do Partido na Câmara dos Deputados. E sucesso nesta jornada de vocês aí. Obrigado Senador.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito obrigado, companheiro. Nós sabemos da história e da vida do companheiro Paulo Rocha, do qual eu tenho enorme respeito. Ele não está aqui neste momento, mas eu faria questão que a salva de palmas agora fosse para o Paulo Rocha pelo Estatuto, e, com certeza, nós vamos viabilizar.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): E chegou um apelo aqui na mesa para que uma liderança dos vigilantes que é uma mulher tivesse também o direito à palavra. Eu achei mais do que justo. Então nós vamos permitir a Sra. Gorete para que use a palavra neste momento como última oradora.

SRA. GORETE: Eu saúdo aqui a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, e os demais Senadores que já tiveram aqui presentes, e os que estão presentes também aqui, penso que na condição do compromisso que estão assumindo hoje com a categoria do vigilante.

Eu pedi a palavra, até porque, com muita propriedade, veio aqui a nossa Senadora que é a mentora do projeto da categoria. Não quero aqui fazer diferenças, mas pela própria natureza já existe a diferença do sexo masculino e o sexo feminino. E eu, tenho certeza, que a Senadora quando fez esse projeto também, ela direcionou a categoria do vigilante, mas vislumbrando também a condição especial da mulher, e, com certeza, nós temos. Tem vigilantes, inclusive, que trabalham até quase nos seus últimos momentos de gestação. Nós temos uma peculiaridade nossa feminina que nos torna diferentes, nós torna especial nessa condição nessa profissão. Então é por esta razão que eu peço que esses projetos que sejam aí colocados para a pauta, para as aprovações, vejam também, analisem também essa condição da mulher, do lado feminino. E isso aí é importante que a gente tenha essa lembrança em todas essas aprovações. É por isso que eu pedi essa palavra.

Eu agradeço imensamente aí. E parabênizo a todos que estão comprometidos com a nossa categoria. Muito obrigada. Obrigada à Confederação, obrigada à

federação, e em especial, também, à Federação dos Vigilantes do Estado do Rio de Janeiro.

Quando eu pedi essa palavra, até porque constantemente o nosso Presidente da Federação lá no Rio de Janeiro, ele faz questão de todo ano ele fazer as homenagens à mulher. Então é por esta razão que eu me sinto muito importante no Sindicato dos Vigilantes, e, inclusive, também como diretora da Federação dos Vigilantes. Ele faz sempre essas homenagens à gente, e coloca muito bem assim especial a nossa posição na categoria, a vigilante feminina.

Nós estamos aqui rodeados de várias vigilantes. Então umas, inclusive... Ontem eu tive o prazer de conversar com elas, vieram quatro da Bahia, e, inclusive, a gente sabe que ainda existe, nós do lado feminino ainda tem muita resistência. Muitos já avançaram nessa questão da aceitação da mulher no mercado de trabalho, mas ainda há muita resistência, ainda há muita discriminação. E eu acho que este é o momento de a gente refletir nessa questão. Não queremos aqui as mulheres nos colocar como feministas. Não. Nós queremos apenas mostrar que nós estamos assim, paralelamente, ao lado do homem trabalhador, como na condição de também mulheres trabalhadoras. Hoje a sociedade está muito evoluída, hoje a sociedade já também, devido à condição econômica, social do nosso País, aqui a gente se encontra com essas dificuldades, nós estamos aqui também lado a lado. Temos que trabalhar fora, temos que dar conta dos nossos maridos, dos nossos lares, dos nossos filhos, então é uma dupla responsabilidade. Mas não estamos nos queixando não. A gente só quer um direito de igualdade, um direito de reconhecimento. E isso para nós, a gente tem que estar constantemente onde está um grupo de homens trabalhadores a gente também na condição de trabalhadora temos que estar aqui também, de vez em quando, mostrando porque já é a natureza do homem, às vezes, esquecer, esquecer até que tem a esposa, esquecer que tem uma namorada, esquecer que tem uma filha e que essas mulheres...

[palmas].

Eu parabenizo todos os homens na pessoa do Senador Paulo Paim que, eu tenho certeza, que ele é este homem evoluído, eu parabenizo o meu Presidente da Federação Fernando Bandeira que é uma pessoa que luta também ali e não faz diferença da mulher e do homem. Eu parabenizo todos os homens aqui presentes, que, eu tenho certeza, que se estão aqui estão comprometidos com a categoria e, com certeza, com nós mulheres. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Parabéns à Sra. Gorete pela sua

fala. Pode ter certeza absoluta que, e agora não vou falar em nome dos homens. [risos]. Mas dizer para a senhora que eu tenho convicção se não fossem as mulheres os homens não seriam nada. Eu tenho essa convicção e todos aqui hoje que entendem isso que estou dizendo. Eu sempre digo que havia um equívoco na história quando diziam até um tempo atrás, que atrás de um grande homem, sempre tem uma grande mulher. Felizmente, felizmente, esse equívoco já foi repostado. Eu sempre tenho dito, e não só eu, eu sei que todos que estão aqui, ao lado de um grande homem sempre tem uma grande mulher. E por isso que ele é grande, porque ao lado tem uma mulher que é tão grande quanto ele.

[palmas].

Isso, sim, que está correto. Então parabéns a V.Exa.

Eu queria ainda agora para concluir, eu havia me comprometido no início, antes de concluir, fazer a aprovação de quatro requerimentos. Farei a leitura rápida aqui dos requerimentos. Primeiro requerimento visa baseado no art. 58 aprovar a realização de uma audiência pública da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo para apresentação e discussão do Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos no último dia 10 de 2008, bem como a apresentação do resultado da fiscalização dos grupos móveis de trabalho deste ano em 2008.

Aqui tem uma série de convidados, e eu submeto à apreciação do plenário. Em discussão. Em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Os convidados são Ministros e outros especialistas na área.

O próximo requerimento, o requerimento assinado pela Senadora Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko e Fátima Cleide. Requerem, baseado no art. 93, a realização de audiência pública na Subcomissão Permanentes em Defesa da Mulher para debater a violência contra a mulher e aplicação da Lei Maria da Penha. E aqui tem uma série de convidados para debater o tema. Srs. Senadores Senadoras que concordam com o requerimento. Em discussão. Ninguém para discutir? Em votação. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovados.

E há um terceiro requerimento, esse é de minha autoria que vai na mesma linha com fundamento no artigo disposto 58 inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90. Requeiro a realização de audiência pública a respeito da campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Esse é um apelo que a Senadora Serys me fez junto com o grupo de mulheres. Nós podemos até pensar,

não é Senadora Serys, aprovamos todos os requerimentos, e, de repente, fizemos em conjunto com todos. A Senadora Serys também assina esse requerimento. Em discussão. Não há ninguém para discutir. Em votação. Permaneçam como se encontram, os que concordam. Aprovado.

E o último requerimento é também de nossa autoria requer uma audiência pública para discutir a Semana de Valorização da Primeira Infância e a Cultura da Paz. Em discussão o requerimento. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Por fim, aprovados todos os requerimentos.

Senador e Senadora, quando eu abri esta Audiência Pública eu disse que, embora, eu não morra de amores pelo jornalista Arnaldo Jabor, ele também não morre de amores por mim. Quero deixar claro isso. Mas hoje pela manhã quando eu vinha para o Congresso, eu ouvi um comentário dele feito sobre as questões das eleições nos Estados Unidos, que eu rendo as minhas homenagens a ele. Eu acho que a grandeza é essa. Podemos não morrer de amor. Mas como eu achei que o artigo ficou muito bom, eu rendo aqui as minhas homenagens a ele nesse sentido. E digo também que numa outra oportunidade eu fiz um ato semelhante. Fui com o Diogo Mainardi, também ele não morre de amores por mim, e nem eu morro de amores por ele. Mas num dia em que ele foi discriminado por ter um filho deficiente, eu fui à tribuna e defendi o Diogo Mainardi e seu filho.

E neste momento eu faço algo semelhante, porque eu acho que a questão como essa ultrapassam algumas divergências pontuais. Disse o comentarista hoje pela manhã: "amigos ouvintes, está chegando a hora. Está chegando a hora das eleições americanas. Eu só penso nisso porque essa eleição americana pode mudar também o nosso destino, mas do que o Lula ou qualquer outro, Obama está na frente. Obama é preto, liberal, culto, com o nome de mulçumano. Obama é tudo que a América nunca quis, mas parece que quer agora. Outros democratas reformistas como Kennedy assinados, como Clinton, mas eram brancos de elite, Obama não é importante como o novo presidente apenas, não, ele será a maior virada da história americana se for eleito. Será a América se autocriticando, aceitando o rejeitado histórico o negro cuspidor, solitário que não representa as grandes corporações capitalistas. Obama nasceu nos anos 60, junto com a integração racial, junto com os direitos humanos. Obama se destacou como líder dos direitos humanos. Obama é o jaz, é a seccionalidade livre, a liberdade da outra cultura. Ele é a porrada no mundo republicano de preconceitos violência, burrice, pulção de morte. Se Obama não ganhar a América vai decair com as suas torres do 11 de setembro. Nesse

mundo do conto do vigário, das finanças alavancadas Obama é mais do que um candidato, ele é uma síntese de idéias, é a tomada do poder das conquistas científicas, culturais, artísticas, étnicas da modernidade. voltará à razão, à inteligência que foram escuraçadas da América nos últimos anos. Obama não é o novo não, Obama pode ser o velho, mas o bom mesmo é que Obama é velho, o bom e velho humanismo, a boa e velha grandeza esquecida do mundo ocidental. Viva Barack Obama, com certeza, o futuro Presidente do Estados Unidos da América".

[palmas].

Vocês percebam que eu li o comentário dele sem nenhum tipo de preconceito, porque eu entendo que aqui ele faz uma homenagem aquele que, no meu entendimento, será o maior Presidente dos Estados Unidos do América de todos os tempos: Barack Obama. Nós, claro, que estamos trabalhando muito com essa idéia, nós fomos à tribuna do Senado dezenas de vezes, no longo desse um ano de debate das eleições dos Estados Unidos. Faltam somente cinco dias. Eu acho que será uma grande revolução para o mundo a vitória de Barack Obama lá nos Estados Unidos.

Termino esta Audiência Pública só dizendo a todos vocês: não tenham dúvida. Aquilo que foi dito aqui por todos aqui no Congresso, só acontecem verdadeiramente mudanças profundas que interessam à classe trabalhadora, a aposentados, pensionistas; a todos mediante grandes mobilizações, como vocês fizeram neste dia histórico.

Viva aos trabalhadores vigilantes do nosso País!
Até a vitória.

TODO: Viva!

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Viva!

Está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 11h52.

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 05 DE NOVEMBRO 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e cinco minutos do dia cinco de novembro de dois mil e oito, na sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Par-

tipicativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Valter Pereira, Virgínio de Carvalho, Mário Couto e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **PAUTA. Item nº. 01. Requerimento nº 82, de 2008**, que requer a realização de Ciclo de Audiências Públicas para realizar discussão sobre Igualdade Racial, “O Negro no Brasil”, a realizar-se no decorrer do mês de novembro de 2008, com data, hora e convidados a serem definidos pela própria Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02. Requerimento nº 83, de 2008**, que Requer que seja constituída uma comitiva de Senadores na CDH para, em Audiências Públicas, estabelecer entendimentos com os Ministros da Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de que seja cumprida a liminar deferida na Ação Civil Pública Nº. 2004.34.00.010319-2, onde foi determinado que a União complementar os pagamentos a que fazem jus os beneficiários do Instituto AERUS de Seguridade Social. Autoria Senador Flávio Arns. Resultado: **Aprovado. Item nº. 03. Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005** – terminativo – que “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 01 (Substitutivo) aprovado na CCJ. Resultado: **Aprovado o Substitutivo. Item nº. 04. Sugestão nº. 10, de 2007**, que “Dispõe sobre normas gerais para publicidade de produtividades no âmbito judicial”. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da Sugestão na forma do PLS que apresenta. Resultado: **Aprovado o Parecer. EXTRAPAUTA. Item nº. 01. Requerimento nº 84, de 2008**, que requer a realização de Audiência Pública para “debater a Lei de Anistia Política, em hora e data a serem definidos, devendo serem convidados o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro; Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi; o Advogado Geral da União, José Antônio dias Toffoli; Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Ferreira Mendes e outros a serem definidos pela própria Comissão”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02. Requerimento nº 85, de 2008**, que requer a realização de diligência a ser realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, no mês de dezembro do

corrente ano, com a finalidade de tomar depoimentos e informações sobre a contribuição do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes e do movimento dos seringueiros da Amazônia na preservação da floresta amazônica. Solicita, também, que sejam convidados para prestar informações o ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros Júlio Barbosa de Aquino, o advogado Gomercindo Clóvis Garcia, do Comitê Chico Mendes e o governador do Acre Arnóbio Marques. Autoria: Senadora Marina Silva. Resultado: **Aprovado. Item nº. 03. Projeto de Lei da Câmara nº. 150, de 2008**, que “Altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos”. Autoria: Deputado Vanderlei Macris. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: **Aprovado o Parecer**. O Senhor Presidente às dez horas e trinta e oito minutos passa a Presidência ao Senador Mário Couto. O Senhor Presidente às dez horas e quarenta e um minutos devolve a Presidência ao Senhor Presidente. Encerradas as falas dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, Cristovam Buarque e Mário Couto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, Senador Mesquita Júnior, permaneçam como se encontram.

Nós temos hoje na pauta quatro requerimentos, um extrapauta e um projeto do Senador Cristovam Buarque, que já foi aprovado na última reunião. Hoje só tem mais a discussão do tema, em seguida, será votado, já que não foi apresentada nenhuma emenda.

Temos também uma proposta, uma sugestão, que foi relatada pelo Senador Leomar Quintanilha,

que pede a aprovação da sugestão da forma do PLS que apresenta.

E o Senador Geraldo Mesquita Júnior, se V.Ex^a me permitir, Senador Flávio Arns, que está aqui na porta, eu não poderia deixar de iniciar a reunião de hoje sem falar da importância dessa data. Para mim é um dia histórico para não somente o Estados Unidos da América, mas para o mundo. Queiram ou não alguns, os Estados Unidos da América é a maior potência econômica do mundo. E pela primeira vez, nós teremos nesse país, um presidente negro, que foi já confirmado hoje pela manhã. que é Barack Obama.

Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu queria fazer rápidas considerações antes de entrarmos na pauta.

Primeiro dizer que o povo americano, somente 12,8% são negros. Então é uma demonstração de que a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, principalmente a partir da década de 60, com aquela famosa marcha sobre Washington, liderada por Martin Luther King, deu frutos, foi feito, como a gente diz no Rio Grande, a semeadura e agora estão aí os resultados.

Nós temos hoje nos Estados Unidos 44 anos dos direitos civis dos negros. Barack Obama tem 47 anos. Então ele viveu os primeiros anos da sua vida na época ainda onde os direitos civis não estavam assegurados.

Eu acho que Barack Obama foi vitorioso por uma série de motivos, mas eu também gostaria de dizer que ele conquistou o coração de negros, de brancos, de latinos, dos índios, ele conquistou o coração do mundo, já que em pesquisa recente, 90% da população do mundo, se pudesse, na disputa, lá nos Estados Unidos, eles votariam em Barack Obama.

Se os senhores me permitirem, até que tenhamos assinaturas suficientes no livro, eu fiz, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e Senador Flávio Arns, esse pequeno pronunciamento na segunda-feira. E nesse pronunciamento, de segunda-feira, eu festejei a vitória de Barack Obama, porque eu tinha certeza absoluta que ele seria eleito e se vocês me permitirem, eu faria, só para introduzir o debate no dia de hoje, a leitura desse pequeno pronunciamento que fiz na segunda-feira, iniciando com algumas palavras que não são minhas, são palavras do Nelson Mandela.

Pronunciamento sobre a vitória do Presidente dos Estados Unidos Barack Obama, feito na segunda-feira, próxima passada:

“Sr. Presidente, senhores e senhoras Senadores. Diz Nelson Mandella: “nosso grande medo não é o de que sejamos incapazes. Nosso maior medo é que sejamos poderosos além da medida. É nossa luz, não nossa escuridão, que mais nos amedronta”. Diz mais

ele: “nos perguntamos: quem sou eu para ser brilhante, atraente, talentoso e incrível? Na verdade, quem é você, para não ser tudo isso? Bancar o pequeno não ajuda o mundo. Não há nada de brilhante em escolher-se para que as outras pessoas não se sintam inseguras em torno de você. E à medida que deixamos nossa própria luz brilhar inconscientemente, damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo”.

Essas são algumas das palavras do discurso de posse feito em 1994, pelo então Presidente da África do Sul, Nelson Mandela”.

Hoje, estamos celebrando, isso na segunda-feira eu fiz o discurso: *“hoje estamos aqui celebrando a vitória de Barack Obama, como o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos da América. Nem eu, nem qualquer americano, ativista ou não pelos direitos civis, esperávamos estar vivos para ver um negro como Presidente da maior potência do mundo. Principalmente se olharmos o histórico da segregação racial que existiu nos Estados Unidos até a década de 60.*

Mas, nas palavras de Martin Luther King Júnior, ele disse: “Mesmo as noites totalmente sem estrelas podem anunciar a aurora de uma grande realização”. A luta por direitos e oportunidades rendeu frutos. Ao certo, a superpotência está abalada pela crise financeira, e desacreditada por muitos no planeta. Mas o povo americano, demonstrou que possui uma capacidade enorme de superação, como na crise de 29 e após os atentados de 11 de setembro.

Obama é sinônimo de novos tempos, de mudança, da riqueza, da multiculturalidade, do olhar otimista, aglutinador, conciliador. O mundo está de braços abertos. Recepciona a presença de espírito e liderança de Barack Obama, capaz de impulsionar o mercado econômico e a solidariedade entre gerações, a solidariedade nos corações.

A vitória de Obama é referendada não só pelos americanos, mas pelo mundo. As eleições americanas mobilizaram manchetes e debate em todos os continentes. Os tambores hoje batem em todos do continente, fazendo uma saudação à fraternidade, à solidariedade, à igualdade e o corte das diferenças.

Recentemente, um site dos Estados Unidos contabilizou que os votos para o candidato à Presidência dos Estados Unidos, o Barack Obama e John McCain, e o resultado já era aquilo que esperávamos o que aconteceu no dia de hoje, 90% dos internautas, há duas semanas atrás, já diziam que votariam em Barack Obama.

O carinho e a crença mundial em um presidente negro foi surpreendente. Só dou como exemplo países como o Brasil, Canadá, Argentina, Austrália, Suécia, Nigéria, Inglaterra, o percentual de votos, se pudessem

votar, seria de mais de 90%, em Barack Obama. É bom lembrar que nesses países, o número de negros não chega a 12%, inclusive, no Brasil.

Isso é fantástico. Em um momento em que os povos e as nações começam a se unir para superar os desafios, dando sinais positivos no respeito às diferenças, que faz com que cada um de nós seja um ser especial.

A relação entre Brasil e os Estados Unidos, estão caminhando bem nos últimos 15 anos, com certeza, Obama continuará a prestigiar a crescente liderança internacional do nosso país”.

Sr. Presidente, dizia eu ainda na segunda-feira: “pela primeira vez, desde o período da Guerra Fria, um Presidente dos Estados Unidos, seja democrata ou republicano, não utiliza como arma central de campanha a ideologia do inimigo externo, mas a busca de soluções internas para aquele país.

Barack Obama, como novo Presidente dos Estados Unidos da América, já se declarou interessado em energia alternativa. Os ambientalistas também estão otimistas, a presença de Al Gore, Prêmio Nobel da Paz, ao lado de Obama em toda a campanha, dá sinais que os Estados Unidos caminharão agora para se render aos problemas ambientais do mundo.

A divergência de idéias, certamente existe e continuarão existindo. Mas o momento é de unidade, é de celebrar a rica e bonita diversidade entre brancos, negros, orientais e latinos que aconteceu nos Estados Unidos da América.

Obama repetiu, recentemente, a frase de Luther King “não podemos caminhar sozinhos”. Esse é o desafio. É nisso que acreditamos”.

Sras. E Srs. Senadores, falava eu na segunda-feira: “nos próximos quatro anos, o mundo vai acordar e dormir vendo o rosto de um negro no centro do poder mundial, e não em destaque somente nas páginas policiais e nas chacinas como vimos recentemente nas favelas no Rio de Janeiro e em outros Estados do Brasil.

As nossas crianças poderão ver um negro na Presidência dos Estados Unidos, isso sem dúvida é uma revolução, capaz de iluminar a mente e o coração de todos os seres humanos.

Nós conseguimos, nós chegamos lá, a vitória de Obama aponta para um futuro onde o grito dos excluídos será ouvido em todo o planeta como uma bela canção. Será o grito dos livres, o grito dos iguais, os gritos daqueles que combatem todo o tipo de discriminação.

Podem ter certeza, senhores, que nós também temos os nossos Obamas. São talentos de milhares de jovens que diariamente são jogados na lata de lixo,

sejam amontoados nas prisões ou na tristeza das mães que enterram seus filhos.

O povo negro, branco, latino, brasileiro, nesse mês de novembro inicia uma jornada pela aprovação, de também aqui no Brasil, porque há uma solidariedade de todo o continente, pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Serão margens, debates, palestras, que vão ocorrer na América e principalmente no Brasil, pela aprovação na Câmara, do Estatuto da Igualdade Racial, que seguiu os direitos civis, dos negros brasileiros, que aprovamos por unanimidade aqui no Senado.

Nós nunca fecharemos os olhos para os mais de 300 anos de escravidão e os 120 anos da abolição. Esse debate, claro que permanece, como Obama jamais vai esquecer o passado do povo negro, branco e latinos naquele país. Mas é a hora de olhar para frente, o olhar é de unidade.

O grito da população brasileira é que a chama da igualdade de direitos e oportunidades, está acesa. Essa não pode se apagar. Obama é o símbolo da resistência dos excluídos no mundo. Sua vitória, com essa eleição, é um grande passo para uma mudança radical, revolucionária, no mundo dos Direitos Humanos em todo o planeta.

Porém, ainda há muito que ser feito, principalmente dentro da nossa casa. Não podemos ver os avanços do mundo de braços cruzados. O Congresso Nacional deve agir e aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que nos Estados Unidos, foi aprovado na década de 60.

Enquanto isso não acontece, os filhos pobres, negros, brancos e índios, deste solo, ainda esperam a pátria mãe gentil, como diz Obama, nós podemos, nós chegaremos lá, é uma questão de tempo”.

Senador José Nery, eu iniciei porque entendo que hoje é um dia histórico para o planeta, a vitória de Barack Obama pela sua simbologia. E por isso, tomei a liberdade de repetir aqui um pronunciamento que fiz na tribuna do Senado na última segunda-feira. A palavra está à disposição dos senhores. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paulo Paim, ao observar a leitura do seu pronunciamento, ou seja, a repetição do pronunciamento do Plenário, feito aqui na Comissão de Direitos Humanos, um colunista de jornal publicou um trecho justamente quando o senhor afirma que o mundo dormirá e acordará tendo que olhar um presidente negro dirigindo os Estados Unidos, e não nas páginas policiais. Eu pergunto: será? A resposta foi afirmativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Queria, então, me somar a esse sentimento que o senhor tem expressado no Congresso, mas especialmente aqui nessa Comissão de Direitos Humanos, em relação ao que, ao simbolismo da escolha de um presidente negro no chamado país mais poderoso do planeta, do ponto de vista econômico, do ponto de vista político, do ponto de vista militar.

Embora nós não possamos, a meu ver, ter muitas ilusões, porque os Estados Unidos são os Estados Unidos. Porém, eu concordo com o senhor. Há um simbolismo que é preciso, pelo menos, vislumbrarmos a possibilidade de um país mais aberto ao diálogo e menos propenso a manter uma visão imperialista sobre o planeta em todos os aspectos, em todos os assuntos.

Vejo com... Que o Presidente Barack Obama tem a possibilidade de oferecer ao mundo e ao próprio Estados Unidos, que vive uma grave crise econômica e social, grande parte das TVs e dos jornais do mundo não estão mostrando a realidade social de milhares de americanos que não têm casa e que vivem tal qual sem teto, estão debaixo de barracas de lona em acampamentos diversos pelo país afora, porque não têm casa. Além do grau, do alto índice de desemprego.

Então, tem desafios enormes do ponto de vista social e do ponto de vista político. Nós esperamos, evidentemente, que o Presidente Barack Obama tenha uma visão mais aberta de diálogo para com os países, uma visão menos intervencionista e imperialista que tem dominado a visão e a execução das políticas dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo.

Creio que seja muito oportuno, na primeira hora, empossado o Presidente, exigirmos aquilo que é o desejo de setores democráticos e populares de esquerda, em várias partes do mundo, exigir que certas bandeiras sejam, evidentemente, colocadas em prática do Presidente, entre elas, nós devemos exigir com muito, com muita firmeza, o fim do bloqueio econômico à Cuba, o fim da presença, da intervenção militar americana no Iraque, no Afeganistão, não é? O fim da presença das bases militares em várias partes do mundo, que têm um sentido de controlar os países que de certa forma... De certa forma ultrajam a soberania de vários países.

Esperamos, sim, temos confiança, esperamos que seja um tempo novo, de mudanças, de relações internacionais menos tensas, e baseada na cooperação, na busca da construção de um mundo mais justo, ambientalmente equilibrado, onde nós possamos ter a possibilidade de construir esse futuro que todos nós sonhamos, Senador Flávio Arns, não é só para os

Estados Unidos, é para o mundo como um todo, um mundo de paz, de justiça e de fraternidade.

E é claro, esperamos ver os Estados Unidos engajado de forma decisiva e a partir do seu Governo, na plataforma de Direitos Humanos. Neste sentido, Senador Paulo Paim, sugiro que esta Comissão de Direitos Humanos, mesmo de forma não precisa ter... Possamos fazer uma mensagem ao Presidente eleito dos Estados Unidos, manifestando essa confiança que o senhor aqui expressou, que eu creio que é a confiança de todos nós, no entanto, dizendo claramente que nós esperamos esse novo tempo nas relações internacionais daquele grandioso país, sem que possamos temer a continuidade do desastre que foi o último período, dos últimos oito anos sob o Governo Bush. Um período, sem dúvida, de terror, onde o terror de Estado predominou nas relações internacionais dos Estados Unidos.

Portanto, eu queria sugerir à V.Ex^a que abre nossa comissão, que essa comissão, pelo que ela representa, do debate de um tema essencial para a construção de um futuro verdadeiramente humano, que é a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, no embalo desta vitória que reuniu negros, jovens, pobres, brancos, que têm esperança de que o mundo possa ser melhor.

E ali, naquele voto no Presidente, estava também a condenação da invasão do Iraque, do Afeganistão, do, espero, do bloqueio contra Cuba e todo tipo de política estreita que os Estados Unidos têm praticado nos últimos anos e ao longo da sua história.

Portanto, enviar uma mensagem de felicitações ao Presidente eleito e dizendo da importância da plataforma dos Direitos Humanos ser tratada com a importância que os Estados Unidos têm para o mundo, é fundamental. Por isso a nossa sugestão aqui, uma mensagem, um texto dessa Comissão dirigida ao Presidente, eleito de forma espetacular, com uma participação que há muito tempo não se via em eleições presidenciais em um país onde o voto é facultativo, onde o voto não é obrigatório.

Eu creio que essa é uma forma de dizer muito claramente, se ao mesmo tempo da esperança, ao mesmo tempo do compromisso e da possibilidade de que o mundo possa ser melhor a partir das ações, das políticas implementadas pelo novo Governo que vai assumir em 20 de janeiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A sua sugestão, se depender de mim, será aceita. Mas vamos ouvir também a opinião do Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, Senador José Nery, eu quero também me as-

sociar a tudo quanto foi dito por V.Ex^a, pelo Senador José Nery também, em relação à eleição de Obama para Presidente dos Estados Unidos.

Eu tive a oportunidade de morar nos Estados Unidos durante pouco mais de três anos. E convivi bastante, então, com a universidade, com o povo, com a cultura, com as necessidades, com o ponto de vista, vamos dizer, do povo americano. E não há dúvida em afirmar de que a eleição de Obama para Presidente é uma mudança, assim, radical. É uma nova visão do país, do povo americano, é uma expectativa de mudança grande, porque o povo americano, eleger em primeiro lugar uma pessoa negra para Presidente dos Estados Unidos, com toda a história daquele país em relação a direitos civis, a Direitos Humanos, a dignidade, a participação, a cotas e tudo isto, eu diria, só isso já foi assim, uma coisa impressionante.

Quando eu morava lá, eu morava no prédio da universidade, que estava com a família, com os filhos, e a nossa rua terminava onde começava o bairro negro. Então era o bairro da universidade, no nosso prédio moravam negros e brancos, porque na universidade, sempre a universidade naturalmente é mais aberta. Mas do lado de lá da rua, do outro lado da rua, começava o bairro negro. E isto é uma separação ainda que acontece muito nos Estados Unidos, apesar de todos os avanços que aconteceram no decorrer desses últimos anos.

Eu me lembro que eu ia numa família muito amiga, muito estimada, na fazenda, uma família americana, e a filha do casal namorava um rapaz negro e a dificuldade que a família tinha junto com a sociedade. Isso poucos anos atrás, não são tantos anos atrás, mas a gente sabe, então, o que esta eleição, de uma pessoa, em primeiro lugar, negra, representa em termos daquela cultura, daquela cultura.

Então, isso vai significar, sem dúvida, um voto de confiança, como foi dito, um voto de esperança, a busca do diálogo, a busca do entendimento, uma abertura, uma flexibilidade, uma valorização da pessoa, independente da sua condição de cor ou coisa semelhante, que, naturalmente, tudo isso não tem a menor importância.

Mas, então, é uma perspectiva nova. E uma perspectiva não só em relação a isso. A gente vê assim uma esperança muito grande que haja um entendimento, eu acho que o mundo de hoje, na busca, na construção da paz, da justiça, precisa de diálogo, de conversa, de entendimento de uma maneira muito especial, eu até diria, entre todos, mas de uma maneira muito especial, entre oriente e ocidente, mulçumanos.

Os fundamentalistas existem em qualquer lugar, aqueles radicais, fundamentalistas, no Brasil existe,

nos Estados Unidos existe, no Oriente existe, mas a grande maioria das pessoas, são pessoas que querem conversar, querem construir um mundo justo, justiça, humanidade, dignidade, atendimento das necessidades fundamentais.

Quando Obama foi para a Alemanha, ele foi recebido por uma multidão fora dos Estados Unidos, por uma multidão. E considerando que os Estados Unidos, como o Senador José Nery falou, que os Estados Unidos é o país que é, com toda a sua força, a sua potência, se houver um espírito diferente, isso já pode contribuir para mudanças importantes. Com esses desastres todos que aconteceram nesses últimos anos na administração Bush e que poderiam tantos deles ter sido evitados também.

Então, é um momento que eu acho que V.Ex^a coloca de uma maneira tão importante, necessária aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, para que a gente pense, reflita e veja que realmente é um momento sobre o qual a gente tem que pensar, refletir, agradecer e desejar que o novo Presidente consiga transportar para a realidade todos esses anseios e expectativas, com a ajuda do povo americano e com a ajuda dos povos do mundo.

Que todo mundo, assim, faça uma corrente positiva para que a gente tenha uma perspectiva nova, globalizada, de mais humanidade, solidariedade, dignidade, diálogo, entendimento, que é o que todos nós precisamos em todas as situações, para que a realidade se transforme para melhor. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço Senador Flávio Arns e se me permitir um rápido comentário de improviso. Eu confesso aos senhores e senhoras que hoje pela madrugada, quando eu vi a notícia que confirmou a vitória do Barack Obama, eu olhei pela janela e me pareceu que embora o tempo nublado, que a noite estava mais bonita. Parece que o planeta estava mais bonito. E confesso aos senhores e senhoras, é muito pela simbologia.

E parece que os cinco continentes, e vi na madrugada, o povo saiu às ruas, dançando, cantando, porque é uma questão que ultrapassa, digamos, a nossa imaginação. Ver a Europa toda dizendo sim a Obama, a África, a América, a Ásia, a Oceania, ver que aqui no Brasil, eu que ouvi muitas vezes, senadores: "O que esse negro está pensando?" Essas pessoas vão ter que refletir duas vezes antes de querer excluir alguém, ou valorizar alguém pela cor da pele.

Obama é uma coisa meio mágica no campo da simbologia. Calculem os senhores e as senhoras, as crianças negras que não são acostumados a ver no papel principal, nem cinema, nem novela e nem em teatro, um ator negro. É muito difícil, a não ser raras ex-

ceções, a não ser raras exceções, no longo das nossas vidas. Agora, poder olhar para a televisão, olhar para as manchetes dos principais jornais do mundo, e a figura de um homem negro como o comandante maior de um país como os Estados Unidos da América.

Isso tem uma dimensão que aqueles que talvez nunca sentiram o efeito da discriminação não possam medir, mas a simbologia, Senador Zambiasi, da vitória do Barack Obama, ela, com certeza, marcará a geração presente, a do futuro, e faz com que a gente renda homenagens ao Malcon X, por exemplo, com toda a sua radicalidade, mas morreu, tombou, na luta contra o preconceito. De um Martin Luther King, um homem que fazia da força das suas palavras a caminhada da paz, da conciliação, e ele sempre dizia uma frase que eu nunca esqueci dele, que o sonho dele era ver brancos e negros sentados na sombra da mesma árvore e comendo do mesmo pão.

Barack Obama é filho desse passado que está presente nas nossas mentes. E por isso que eu depositei muita esperança. Não, Senador José Nery, como V.Ex^a colocou muito bem e eu concordo, que eu acho que agora os Estados Unidos vai ser... Tudo bonzinho, as divergências continuarão acontecendo. Mas pelo histórico de Barack Obama, de ter seus familiares ainda no Continente Africano, o seu pai é um africano, é da África, é um negro da África, sua mãe é branca, por ser um ativista dos Direitos Humanos.

Quando se formou advogado, foi advogar na periferia, para negros e brancos, para todos, e eu achei muito importante quando ele disse, quando alguém perguntou a ele, ele eleito ia governar para quem? "Eu vou governar para todos; para brancos, para os latinos, para os negros, para os índios, para os pobres, para os ricos, mas claro que eu vou dar uma atenção especial para os mais pobres." Isso ele sempre disse, tanto quando falavam na questão dos impostos, ele apontava caminho, que os pobres, a classe média, não tem que continuar pagando a conta.

Achei bonito quando no início da sua campanha, grandes grupos econômicos queriam financiar a campanha, ele fez um apelo para que cada um depositasse cinco dólares na sua conta, que isso ia financiar a sua campanha. Enfim, é um momento de muita luz, pelo menos imagino eu. De muita esperança, de muita esperança numa mudança, eu diria, da energia do planeta. Da sensibilidade do planeta. Da humanidade.

Eu me lembro de um momento como esse, queremos ou não, de uma pessoa como Ghandi, me lembro como Zumbi aqui no Brasil, me lembro de Nelson Mandela, que para mim a maior referência viva da luta pelos Direitos Humanos no mundo, se chama Nelson Mandela.

Por isso, eu não poderia deixar de hoje, ao iniciar os trabalhos aqui da Comissão de Direitos Humanos, me referir a esse momento mágico.

Eu confesso aos senhores que ainda nas eleições municipais, eu iniciava o meu discurso em cada cidade, em cada cidade, Senador José Nery, dizendo "2008 é um ano mágico." Eu dizia: "120 anos da abolição. 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte. E 2008 poderá ser o ano também que um negro poderá presidir a maior potência do mundo que é os Estados Unidos."

Felizmente estávamos certos, nós todos, porque se 90% do povo brasileiro já votaria no Obama se pudesse, uma demonstração que o povo brasileiro sabia o resultado que seria o pleito nos Estados Unidos da América.

Enfim, termino cumprimentando a todos e dizendo, Senador José Nery, que nós vamos encaminhar a sua solicitação, no sentido de que essa comissão mande uma carta, um documento, uma moção, ao presidente eleito dos Estados Unidos da América, ao mesmo tempo, de alegria pelo resultado do processo eleitoral, mas ao mesmo tempo falando da nossa esperança que, em resumo eu diria, que os direitos humanos, os direitos civis dos povos, esteja em primeiro lugar. E entre isso, naturalmente, entra também a questão do meio ambiente.

Senador Mário Couto, eu fiz a abertura do dia de hoje e os senadores comentaram, sobre a importante vitória ontem, na noite, essa noite, de Obama nos Estados Unidos da América.

E a partir desse momento, se os senhores concordarem, nós vamos entrar na nossa pauta porque 11 horas em ponto nós temos um compromisso inadiável, e que eu gostaria que a gente terminasse a reunião, de preferência em torno de 10 ou 10 e meia, porque a Comissão de Assuntos Sociais vai votar hoje o PL 58. Estão aí cerca de 300 aposentados de todo o Brasil acompanhando essa votação. Se os senhores concordarem, nós iniciáramos nesse momento a pauta.

Requerimento: "*Requeremos a realização de um ciclo de audiências públicas para discutirmos a questão da igualdade racial, o negro no Brasil, a realizar-se no mês de novembro de 2008, com data e hora e convidados a serem definidos pela própria comissão.*" Isso é o que a gente faz todo ano. É que o mês de novembro é o mês da consciência negra, da igualdade entre todos. Então nós faríamos um ciclo de debates, ainda no mês de novembro, como o primeiro deles, seria na próxima segunda-feira, dia 10, "O Negro na Política". Autoria deste Senador.

Se os senadores concordarem, em discussão. Senador José Nery? Quer discutir a matéria?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, duas palavrinhas para dizer da importância desse tema estar sempre presente na Comissão de Direitos Humanos. Acho que aprovar o requerimento e realizar esse ciclo de audiências representa mais um compromisso dessa permanente luta pela igualdade racial, pela garantia dos direitos de uma parcela significativa da nossa população, que enfrenta graves problemas e se relaciona com um tema mais geral que dominou a luta contra o preconceito, a luta pela igualdade, dominou a primeira parte aqui da nossa reunião, por conta do simbolismo da eleição de um negro para Presidente dos Estados Unidos. E justamente tratar o primeiro tema que o senhor anuncia, "O Negro na Política", eu acho fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No fundo, vai discutir o negro no Brasil, na verdade.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato, o negro no Brasil, mas o senhor trata de um dos temas mais específicos dessa participação.

Eu, aproveitando a oportunidade, Presidente Paim, meus caros colegas senadores, gostaria, Presidente, de sugerir a V.Exª a possibilidade que um requerimento que nós aprovamos aqui na Comissão, Requerimento nº 45/2008, em maio último, quando também daquela sua iniciativa da realização do ciclo de audiências para discussão de política de igualdade racial, de políticas atinentes ao povo negro, sugerimos a realização de audiências externas, de diligência, nas cinco grandes regiões do país, tendo como eixo o Estatuto da Igualdade Racial, a política de cotas, e a regularização de terras das comunidades quilombolas.

E sugeria, naquela oportunidade, Senador Mário Couto, que um dos estados a ser contemplado com esse ciclo de audiência, representando a Região Norte e a Amazônia, fosse justamente realizada no Estado do Pará. No Sul, no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Nordeste, na Bahia, no Centro-Oeste em Goiás e no Sudeste, no Rio de Janeiro.

Então, não sei Presidente, se seria oportuno. Claro, eu não sei se teríamos ainda condições em 2008 de realizar. São cinco audiências nas cinco grandes regiões do Brasil. Não sei se teria condição de pelo menos realizar a primeira ainda em 2008, e começar 2009 realizando as seguintes. Seriam quatro, cinco audiências ao todo, que está devidamente relacionada com o tema que nós vamos debater e tratar a partir das audiências que o senhor está propondo e com certeza tem o nosso voto e será aqui aprovado nessa comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Se não há mais quem queira discutir, nós a colocamos em votação. Aprovado.

E dizer, Senador José Nery, que nós podemos sim, vamos trabalhar nesse sentido, porque esse é um requerimento que V.Exª comenta que já está aprovado. De nós, tentarmos fazer pelo menos uma esse ano e deixar as outras quatro para o ano que vem. Vamos tentar trabalhar nesse sentido.

Essa que nós teríamos agora, será já na segunda-feira. Por que projetamos para segunda-feira? Porque sabíamos que essa semana teríamos uma decisão nessa questão das eleições norte-americanas e Barack Obama teria esse impacto, positivo, eu diria, na luta contra o preconceito no mundo e achamos adequado que na segunda-feira tivéssemos então, esse debate mais interno aqui na Comissão, sem prejuízo, entendo eu, que a sua proposta seja convalidada de forma tal que a gente tenha ainda no mês de novembro, pelo menos, uma audiência entre as cinco capitais propostas. Vamos trabalhar nesse sentido.

O segundo requerimento é do Senador Flávio Arns. Eu só vou ler e V.Exª se quiser rapidamente argumentar. "*Requer que seja constituída uma comitiva de Senadores na CDH para, em audiências, estabelecer entendimentos com os Ministros da Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de que seja cumprida a liminar deferida na Ação Civil Pública nº. 2004.34.00.010319/2, onde foi determinado que a União complementará os pagamentos a que fazem jus os beneficiários do Instituto AERUS de Seguridade Social.*" Relator Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu até pretendo alterar o conteúdo do requerimento, porque entre a data da apresentação do requerimento e a data de hoje, alguns fatos aconteceram. O primeiro deles, da maior importância, foi uma reunião que aconteceu aqui no Senado, no gabinete da Presidência, V.Exª esteve presente, e outros senadores, entre os quais o Senador Mário Couto, mas vários outros, suprapartidariamente, em que o Advogado-Geral da União se comprometeu, naquela data, a informar ao Senado para quem que deveria ser enviado o pleito para que os recursos continuassem sendo repassados para o pagamento dos aposentados e pensionistas do Instituto AERUS.

Então, ao invés de irmos para os três Ministérios, eu consideraria mais importante aprovar no sentido de dizer, aguardando a indicação, ou a gente apresentaria, mas já eu acho que todos nós nos mobilizaríamos para isto, no momento em que o Advogado-Geral da

União disser: “Tal Ministério tem que continuar conforme decisão inclusive e encaminhamento da própria Advocacia da União, tal Ministério deverá repassar os recursos para o pagamento dos aposentados e pensionistas”, nós iremos a este Ministério. Ao invés de irmos aos três, então aguardarmos o Ministro, que tem *status* de Ministro, Toffoli.

Além disto, ajudar a esclarecer que ontem nós fomos ao Supremo Tribunal Federal, os vários senadores, também alguns que não puderam estar presentes, para falar com a Ministra Carmem Lúcia, que vai relatar o processo da questão tarifária entre a Varig e a União. E os aposentados e pensionistas do AERUS estão aguardando essa decisão, porque isto é a garantia do pagamento das obrigações com essas pessoas, que são, conforme V.Ex^a falou no Plenário ontem, cerca de 50 mil famílias no Brasil.

A Ministra Carmem Lúcia assegurou que esse assunto entrará em pauta ainda este ano. Então, como nós estamos hoje, já começo de novembro, a gente pode dizer que no próximo mês, 45 dias, mais ou menos, esse assunto entrará na pauta do pleno, do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Não será uma decisão monocrática, conforme se fala dela, porque é uma repercussão geral no Brasil, é um valor significativo, são cerca de 5 bilhões de reais, e ao mesmo tempo, a gente alertar que, quer dizer, as pessoas, as pessoas que trabalhavam nas linhas aéreas tinham a sua previdência complementar, pagavam a previdência, tudo corretamente, depois quando se aposentaram, a previdência faliu. Quer dizer, isso inclusive é uma dificuldade, um problema em relação à credibilidade da previdência complementar. Como é que a previdência complementar vai falir?

Nós temos uma Secretaria da Previdência Complementar, justamente para acompanhar, fiscalizar e a pessoa paga a vida inteira a previdência complementar e na hora que se aposenta, não consegue se beneficiar. E essas pessoas estão recebendo 10% do que deveriam estar recebendo.

Então, são situações assim de absoluta agonia, miserabilidade, dificuldade, e o que se pretende com esse requerimento, com essa decisão, é que a Advocacia da União disse: O Poder Público, a União, tem que continuar repassando recurso. E até disse, são os Ministérios da Previdência, Fazenda e Planejamento, já disse quais são a Advocacia Geral da União. E o Dr. Toffoli disse: “Então eu só vou reunir os Ministérios e dizer quem que vai ser o responsável.”

E nesse sentido, então, eu acho melhor não votarmos o requerimento, Sr. Presidente, e aguardarmos essa decisão e a gente apresenta imediatamente o requerimento quando essa decisão ou transformar

o requerimento no seguinte sentido, de dizer, fazer o requerimento à comissão, para nos dirigirmos ao Ministério, indicado pelo Advogado Geral da União, Dr. Toffoli, para que como Comissão de Direitos Humanos, possamos também colaborar nesse processo.

Então, nesse sentido, mudando o conteúdo, esperando a decisão do Dr. Toffoli, que vai ser comunicada, e aí, nesse sentido, a Comissão de Direitos Humanos se dirigirá a esse Ministério para colaborar com os aposentados e pensionistas da AERUS, do Instituto AERUS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Coloco em votação a retirada do requerimento. Os senhores senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Retirado o Requerimento. V.Ex^a apresentará em um segundo momento, até porque explicou muito bem.

Nós estivemos ontem lá na Ministra junto com o Senador Alvaro Dias, Senador Arthur Virgílio, Senador Flávio Arns e eu também estive, e ela nos garantiu que até o fim do ano ela vota e pelo que eu entendi, o parecer é favorável. Ela vai, pelo que eu entendi, o parecer é favorável, o Supremo decide, e aí é uma questão apenas de ver a data no meu entendimento, do respectivo pagamento. Aí vamos aguardar para tomar as medidas cabíveis.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu só quero ressaltar, Presidente, aproveitar a oportunidade, para ressaltar e ao mesmo tempo parabenizar todos os Senadores que se envolveram nessas questões de aposentadoria.

Eu acho que nós andamos muito, Presidente. Andamos muito, eu acho que esse Senado está de parabéns por ter, Senador Flávio, por estar atento a essa questão, é uma questão que dói em cada um de nós, mas nós podemos dizer, com certeza, que nós vamos terminar este ano com grandes vitórias. Hoje é uma, nós pretendemos ter.

Próxima semana, certamente, indubitavelmente, com certeza, nós vamos tomar posições contundentes com relação aos aposentados de INSS. A AERUS eu tenho a impressão que é mais uma empurrada, resolvemos a questão.

Sabemos que a luta com referência aos aposentados do INSS é mais dura, é mais árdua. Mas eu vejo em cada um a disposição de ir até o fim dessa luta, coordenada logicamente por V.Ex^a, que é o grande pai dessa questão.

Por isso, eu, toda vez que abordo essa questão, eu me sinto honrado deste Senado, me sinto muito feliz por ter vindo para cá, e ver que tem Senadores que se preocupam com a condição em que vive o ser humano. E neste caso, Senador, maior ainda, porque é um ser

humano envelhecido, e que precisa da mão de cada um de nós nessa fase de envelhecimento.

Então, eu estou ansioso para aprovar o 58 daqui a pouco e já estou aqui a disposição de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar para o item 03, me permita, já para orientar. Item 3. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005, em turno suplementar, "*Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente*". Autoria Senador Cristovam Buarque. Relatoria Senadora Patrícia Saboya. Relatoria *ad hoc*, Senador Geraldo Mesquita Júnior, parecer pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1, Substitutivo aprovado na CCJ. Observação: a matéria já foi aprovada no dia 15 de 10 de 2008. O substitutivo retornou a essa Comissão para apreciação em turno suplementar. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu vou já anunciar. Não foram apresentadas emendas, o Substitutivo fica adotado em definitivo. Senador Cristovam, se quiser fazer alguma colocação sobre o seu projeto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Apenas para agradecer a sensibilidade dos Senadores que não apresentaram emendas, que esse é um projeto que a meu ver, chegando até o final, vai dar um salto na maneira como o Brasil trata as crianças.

Agora eu quero aproveitar, Presidente, e dizer a essa comissão e ao público em geral, que ontem, hoje, às 03h00 da madrugada, eu tentei ligar para o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estava acordado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro que estava, isso eu não tinha a menor dúvida. Não consegui foi o telefone.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só o seu telefonema hoje de manhã que pensou em ligar para mim eu já fiquei muito feliz.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque quando eu vi a vitória do Presidente Obama, eu lembrei imediatamente do Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que é a figura que sempre falou no assunto e além disso, que mantém firme a luta pela promoção dos direitos dos negros no Brasil.

Eu creio que essa eleição, me perguntaram o que muda para o Brasil. Para o Brasil eu acho que não muda nada, mas para a humanidade muda muito, e o Brasil é parte da humanidade. Então, quem fica preocupado apenas no comércio, que eu vejo muita gente discutindo se é bom ou ruim para o comércio

internacional brasileiro. Eu acho que é uma visão muito pequena.

O que muda é que a partir de agora a África vai ter mais orgulho do que tinha até ontem. A África vai estar mais orgulhosa. Não deixa de ser um filho da África que chega a Presidente dos Estados Unidos. A maneira como a gente vai olhar para os Estados Unidos vai ser outra a partir de agora. É um povo que soube votar num candidato independente da sua cor, e olha que é um país que até 40 anos atrás tinha escrito nos lugares "Para negros" e "Para brancos". É um país que soube ter uma dinâmica.

O que vai mudar é que tem um Presidente que tem falado nos problemas centrais da humanidade como o meio ambiente, como pobreza. Então, a humanidade sim, eu acho que há uma mudança. Como houve aqui com a eleição do Presidente Lula. O Presidente Lula, a simples eleição dele, significou, teve um simbolismo da possibilidade das camadas pobres da população chegarem à Presidência da República. Culturalmente, a simples eleição do Presidente Lula já foi um gesto que mudou o Brasil.

O fato dele estar nesse período administrando com competência, é outro fato fundamental. Eu posso lamentar que ele não esteja governando com avanços maiores, especialmente na área da educação, mas não dá para negar que o Presidente Lula é um presidente do porte dos melhores que nós tivemos na nossa história, para não singularizar nele como o melhor.

Gostaria que fosse tão bom que a gente não comparasse com os outros, como Mandela. Como eu acho que Obama não vai precisar ser comparado, porque ele simboliza uma ruptura, uma ruptura conseguida democraticamente.

Então eu lembrei de ligar para o Senador Paim para manifestar, era a única pessoa, sinceramente, que eu me lembrei de ligar para cumprimentar. E cumprimento. E espero que ajude muito a luta do povo negro no Brasil, essa coisa inacreditável que fez muita gente chorar, como eu vi Jesse Jackson chorando na televisão, chorando muito, que trouxe tanta emoção, ver os Estados Unidos, por uma expressiva maioria, colocar na sua Presidência, como o homem mais poderoso do mundo, alguém filho de africano. Um descendente de primeiríssima geração de um africano.

Porque isso é interessante, ele nem ao menos filho descendente de escravos ele é. Se ele fosse descendente de escravos, talvez o simbolismo fosse maior, mas ao mesmo tempo você diria, já é norte-americano há 400 anos. Ele não é americano há 400 anos. Ele é americano só desde o dia que ele nasceu. Os Estados Unidos tem uma coisa muito interessante. Nasceu lá é americano. Então, é um americano de 40 e poucos

anos, não de 400 anos como seria o filho de escravo. É um marco, a meu ver, independente do que venha a ser o seu governo, que é óbvio que ainda é muito cedo para a gente julgar.

Sr. Presidente, mais um ponto que eu gostaria, se o senhor me permite. Essa comissão, que eu tive a honra de presidir, eu dizia sempre, Senador Nery, que é a “Comissão das Comissões”. Ninguém pode discutir economia sem discutir direitos humanos. Não pode discutir os assuntos sociais sem discutir direitos humanos. Por isso eu quero trazer para aqui, como assunto dos direitos humanos essa tentativa, Presidente, eu estava lembrando—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, o senhor me desculpe, até enquanto o segurança ainda está aqui, o Coordenador Geral da Segurança, eu faço questão de ouvir o que eu vou dizer. Os idosos vieram aqui para assistir o debate do PL 58, essa Casa no Senado sempre abriu a porta a todos, eles não estão incomodados, tiverem que ficar no corredor ou sentados aqui, então o que eu fiz foi um apelo para a segurança, ele disse que vai tomar as providências, para que eles possam entrar, eles vieram de todos os estados, seria num dia tão bonito como este.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que impede?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria um absurdo nós não permitirmos que eles entrem para assistir a votação, coisa que sempre nós permitimos aqui na Casa. Se vem aqui ruralista, vem sem-teto, vem sem...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, qual é o impedimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não, eu fiz um apelo ao Chefe da Segurança para que ele libere para que eles entrem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas qual é o argumento?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Qual é o impedimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que fiquem nas comissões... Ele me disse que vai falar... Vai falar agora com orientação da Casa para liberá-los, porque eles estavam preocupados porque eles não tinham onde sentar. Eu apenas disse à ele e vou repetir para os senhores, que eles não têm problema nenhum de ficar em pé aqui no corredor se for o caso. Digo na presença de V.Ex^a, eu acho que os senadores todos aqui concordam com esse encaminhamento.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): No pé, no chão...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E diga que se for por falta de cadeira, os senadores cederão as suas para os aposentados e velhinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu não digo os que tiverem acima de 60, porque aí iam pensar que eu estava legislando em causa própria, mas os que tiveram mais de 70 ou 65 eu cedo a minha cadeira.

Mas Presidente, eu estava dizendo que como Presidente dessa Casa, dessa comissão, eu dizia que essa comissão é a “Comissão de todas as Comissões”. Tudo passa pelos despeitos humanos.

E é nesse sentido que eu trago aqui a minha preocupação com esse, essa tentativa de tirarem o direito que os professores conseguiram com a assinatura do Presidente Lula, que é o piso salarial e o direito que não é para beneficiá-los, é para beneficiar a educação, de das 8 horas de aula de trabalho eles serem obrigados a dar no máximo 6 de aula. As outras duas horas estarão trabalhando, orientando alunos, estudando, corrigindo deveres, acompanhando alunos que não estão preparados.

Cinco Governadores do Brasil deram entrada em um Pedido de Inconstitucionalidade. Eu fico assustado, porque no ano, nas semanas, no período que a Constituição faz 20 anos, ela seja usada para tirar direitos de trabalhadores, especificamente trabalhadores, professores, das nossas redes. A gente deveria estar ampliando esse direito para os servidores administrativos, e não tirando dos professores.

Eu deixo aqui o meu registro, não tenho nenhuma proposta a fazer sobre esse assunto. Mas eu gostaria que os Senadores que escolheram os direitos humanos como parte de sua luta e por isso estão aqui nessa Comissão, que saibam que nós vamos fazer uma grande luta nesse país, contra essa tentativa de impedir que uma lei seja posta em vigor com base na Constituição. Isso é macular a Constituição. Dizer que para professor ter um piso nacional é preciso mudar a Constituição, é dizer que a nossa Constituição não merece o que ela merece.

Então, eu deixo aqui o meu registro, repito que eu não sei o quê fazer a partir dessa comissão. Estamos fazendo a partir das Comissões de educação da Câmara e do Senado, que estamos constituindo uma bancada de defesa do piso salarial. Vamos fazer manifestações em diversas cidades, mas eu deixo aqui o meu registro. Isso é uma questão de direitos humanos. Estão tirando os poucos direitos que os professores têm. Um deles, conquistado pela lei do piso, sancionada há poucos meses pelo Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu solicitaria, Senador Cristovam Buarque, que se V.Ex^a assim entender, que incluía a Comissão de Direitos Humanos nessa Frente Parlamentar em defesa do piso dos professores.

Eu já fiz uma defesa em Plenário, num aparte a V.Ex^a, dizendo da minha tristeza e lhe digo que tanto a sua fala como o meu aparte, repercutiu muito no Estado do Rio Grande do Sul, em todos os jornais, principalmente o seu pronunciamento. E eu ali dizia da minha tristeza de ter que reconhecer que, infelizmente, a Governadora do meu Estado, eu que não trago esse debate estadual para o Congresso Nacional, é uma signatária da ação no Supremo Tribunal contra o piso dos professores.

Depois todos falam no discurso, e eu sempre digo que a frase é sua, que é uma cópia da sua frase, que a revolução passa pela educação. Se a revolução passa pela educação, é um absurdo estarem querendo proibir o direito de os professores terem um piso salarial. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero...

Porque entre os Governadores que assinaram a ação, está, como V.Ex^a falou do seu Estado e também do meu Estado, o Senador... O Senador, Ex-Senador e atual Governador Roberto Requião, também assinou.

Eu quero só fazer duas considerações. A primeira, de que eu sou totalmente favorável a que haja piso salarial nacional, que haja espaço, tempo para que as atividades educacionais possam ser elaboradas, planejadas com calma, com tempo, dispondo-se inclusive de uma carga horária, das 8 horas, 2 horas como o Senador Cristovam Buarque colocou. Então, isso é um avanço.

Eu sou professor também, sei que é importante ter o tempo, a calma, para você pensar no dever, corrigir o que o aluno fez, orientar o aluno, pensar em alternativas, preparar aula, agir com... Realmente com mais fôlego, para que a atividade seja boa. E o piso, o piso sempre dizendo, que o piso é um piso... é o piso mínimo. Não é que deva ser o piso. Porque há muitas situações no Brasil onde esse piso já é bem mais do que aquilo que os professores recebem. Como há em outros Estados, onde apresentar este piso não seria absolutamente adequado, porque os professores já percebem muito mais que o piso colocado. Muito bem.

Agora, então, quer dizer, não há dúvidas. Concordo, sou a favor e tudo. O que que os Governadores alegam, que eu estava tentando entender? Não é propriamente, eu diria assim, que eles não valorizam a educação, porque o Governador Roberto Requião, por exemplo, lá no Paraná, já está gastando 30% do orçamento em educação. Não é 25, do que... O que...

Aquilo que é determinado pela Constituição, é 30%. Agora, a questão grave no Brasil é aquela que o Senador Cristovam levantou antes, quer dizer, quando ele falou do Governo, que gostaria que o Governo investisse mais em educação. Isso é verdade.

Porque o que acontece é que há uma distorção dos recursos que são arrecadados. O Brasil arrecada imposto e arrecada contribuição. Para a área da educação, são destinados 18% dos impostos. Só que o Brasil arrecada mais contribuição do que imposto. Então o Brasil está aplicando na verdade 9% em educação, não 18, porque se fosse sobre a contribuição, que é um imposto, é só uma semântica aí, do que é imposto ou contribuição, o Brasil teria que estar aplicando 36%. E sobre isto ainda tem... Ainda, na Emenda Constitucional que nós aprovamos, mais a retenção de um percentual de 20% para efeito de fundo de pagamento de dívida, e tal, e que você tira da educação.

Então, essa distorção que os Governadores estão falando. Eu acho que a gente devia se aliar a essa luta dos Governadores, dizer: "Olha, essa distorção tributária de imposto e tal, está matando o Estado". Então, o Estado tem que aplicar mais em educação, só que o Governo Federal arrecada tudo, e não distribui, não distribui. Só distribui o Fundo de Participação dos Estados, os municípios, sobre os impostos.

Se tudo isso, contribuição e imposto, estivesse no bolo, um bolo imposto, haveria a revolução que nós queremos, que o Senador Cristovam quer, que V.Ex^a quer, que todos nós queremos, a revolução educacional no Brasil. Então, nós temos que pensar, quer dizer, pensar num Governador como o Requião, dizer que não gosta da educação, seria um absurdo, porque tudo está sendo feito no Paraná a favor da educação, mas ele entrou com a medida, com o voto de inconstitucionalidade.

Aí pensar, qual que, o que motivou isto? Não tenho dúvida que é isso que eu acabei de mencionar, essa distorção tributária, que enquanto a gente não resolver isto, na verdade, o dinheiro só vai para pagamento de juros, de dívida, aumenta 0,5% os juros da dívida, taxa SELIC. Só nesse ano estão pagando 20 bilhões a mais, 20 bilhões a mais, por causa desse aumento de 1%, 2%, que é todo o orçamento da educação, "Ah, aumentou 2%, é só 20 bilhões a mais", vai para onde? Vai para quem tem o crédito da dívida do Brasil. Então, essa coisa que a gente tem que discutir também para mudar essa realidade de Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vejo que...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Em seguida, se nós quisermos colocar em votação os requerimentos, continuaríamos no debate, se puder.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

[ininteligível] Olha, eu estou de acordo que alguns governos podem ter dificuldades. Mas aqueles que, a maior parte dos que eu estudei, não teriam grandes dificuldades se deslocassem recursos de outras áreas para esse pagamento.

Além disso, o argumento deles não é tanto do piso, é de que, ao reduzir a carga horária, necessitarão contratar mais professores. Eu acho que eles têm que entender que educação de 8 horas por dia não é educação. É maratona; maratona vocal. É mentira dizer que um professor, na quinta-feira, depois de ter dado 36 horas de aula, ele ainda tem condições de dar mais uma na sexta-feira. É impossível isso.

Não consideram que ao reduzir essa carga de horas/aula diminuirá o número de professores em licença, que é muito grande e custa muito dinheiro. Mas supondo que não tem dinheiro, supondo que isso daí não aconteça dessa forma, eu estaria a favor se eles viessem com essa luta Senador, mas eles escolheram o caminho completamente errado, dizer: "No Brasil, a Constituição não permite fazer o mínimo, que é 6 horas de aula por dia". Mínimo no sentido de que deveria dar quatro horas no máximo. Eu acho que essa é a conquista que a gente vai ter que trabalhar daqui a alguns anos. Eles dizerem que a Constituição proíbe, impede que a gente faça o mínimo pela educação.

Se eles viessem aqui e dissessem ao Lula: "O senhor fez uma lei? Muito bem, agora o senhor tem que nos dar dinheiro. Até porque vai ter 2 bilhões a mais porque está aprovada, praticamente, o fim da DRU para a educação. 2 bilhões esse ano, 4 e meio no próximo, 7 no seguinte. Isso dá para cobrir todos esses recursos necessários no Brasil inteiro. Então, mas não vieram pedir isso.

Outra coisa. Daria porque também não se aplica de uma vez. É em três partes que o piso vai ser aplicado. O piso só vai chegar aos 950 daqui a três anos. É uma coisa absurda. E a gente achar que isso é muito.

O pedido da inconstitucionalidade é que para mim é a grande aberração da estratégia dos cinco Governadores. E vale a pena perguntar por que os outros não entraram? Por que o Governo de Pernambuco, que não é mais rico do que esses cinco, já está aplicando? E não é do meu partido. Por que ele está aplicando? Porque os outros estão calados? Porque nenhum Prefeito entrou com pedido? Nenhum único dos 5.564? Apenas cinco Governadores, a inconstitucionalidade é que para mim é o inaceitável.

O reconhecimento da falta de recursos, eu acho discutível, que se olhar todos os governos gastam muito em diversas áreas. É discutível. Mas se for falta de recursos, que venha aqui lutar por mais, e aí nós vamos juntos com eles. Essa sua idéia, por exemplo, eu proponho que a gente faça uma Emenda Constitucional, nós dois e mais outros, dizendo que, modificando o art. 212, e dizendo que os recursos, os 18% se aplicarão sobre todas as formas de captação de recursos do Governo. Então, aí sim começa a valer.

Então, Presidente, eu queria deixar registrado na CDH essa preocupação com os direitos humanos das nossas crianças, com os direitos humanos dos professores, com os direitos humanos das famílias, isso junto, dá 100 milhões de pessoas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem. Eu quero ainda, para concluir, rapidamente a nossa pauta. Senador Flávio Arns, tem aqui uma sugestão, "*Dispõe sobre normas gerais para publicidade de produtividade no âmbito judicial*". Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Autoria. Relatoria Leomar Quintanilha, ele é pela aprovação na forma do PLS que apresenta e eu solicito se V.Ex^a. não poderia fazer o relatório *ad hoc*. É uma sugestão que nós estaríamos aprovando de um PLS que passaria a tramitar. É o item nº 04.

E depois dessas aprovações rápidas, nós vamos todos para a Comissão de Assuntos Sociais, onde vamos aprovar o PL 58.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):

Do Leomar Quintanilha, não é? Isto. O relatório, Sr. Presidente, como V.Ex^a já disse, é do Senador Leomar Quintanilha, que é da comissão, a sugestão nº. 10, ela é de 2007, a própria comissão, que estabelece normas gerais para publicidade de produtividade no âmbito judicial.

Eu só faria, Sr. Presidente, a análise do relatório proponente, atenta na justificação para a dificuldade de acesso no âmbito judicial a dados de natureza quantitativa. Argumenta a propósito, que as estatísticas não são valorizadas, sobresaindo não raramente o *quantum* de processos acumulados, em lugar da produtividade.

Em arrima conveniência da medida alvitada consistente na imposição de divulgação no sítio dos Tribunais na Internet, do valor total recebido pelas serventias extrajudiciais a títulos de emolumentos, art. 1º, bem como da publicação também da Internet do número de natureza de processos recebidos e julgados por Vara Judicial, art. 2º, consigna que será possível com a adoção dela, melhorar não apenas o funcionamento do Poder Judiciário, mas também dos cartórios, por meio da fiscalização levada a efeito pela sociedade, que com as medidas propostas terá o trabalho facilitado.

Em função disso, Sr. Presidente, o voto do Senador Leomar Quintanilha é pelo acolhimento da sugestão nº. 10 de 2007, na forma do seguinte projeto de lei do Senado.

Eu leio porque são só dois artigos. A ementa altera o art. 30 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 94, Lei dos Cartórios, para incluir entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à Corregedoria do Tribunal.

Então, o Congresso Nacional decreta o art. 30, da Lei 8.935, de 18 de novembro de 94, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV. “Art. 30, inciso XV. Encaminhar à Corregedoria do Tribunal para fins de publicação, até o dia 31 de março de cada ano, relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação”. É o relatório do Senador Leomar Quintanilha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão, não há quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram, aprovado.

Eu só vou solicitar exclusão, inclusão extrapauta, de dois requerimentos, e de um PLC.

O primeiro requerimento é da Senadora Marina Silva, ela propõe que a gente tenha uma audiência pública no Estado do Acre, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, para celebrarmos e discutirmos os 20 anos, homenagearmos, na verdade, os 20 anos da morte do seringueiro Chico Mendes. Aqueles que quiserem discutir estão com a palavra. Não há quem queira discutir, em votação. Então, aprovado o requerimento da Senadora Marina Silva para que haja, em data a ser apreciada por essa comissão, uma audiência pública no Acre para discutirmos a questão do meio ambiente em comum acordo com a Comissão de Fiscalização e Controle, na data dos 20 anos do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes. Em votação. Permaneçam como se encontram os que concordam. Aprovado.

O outro requerimento que eu queria propor extrapauta, se os senhores concordam, permaneçam como se encontram, que eu remeta a extrapauta. Vamos agora então ao requerimento. Requerimento 84 de 2008. Sim, eu vou ler todo o requerimento para ver se não há alguma discordância: “Sr. Presidente, com fundamento no art. 58, §2º, inciso II, do Regimento do Senado Federal, combinado com o art. 90, requeiro a realização de audiência pública para debater, sobre o olhar da Lei de Anistia, em data e hora a ser definidas, devendo serem convidados o Ministro do Estado da

Justiça, Tarso Genro, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da República Paulo de Tarso Vannuchi, o Advogado-Geral da União Antônio Dias Toffoli, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Ferreira Mendes, e outros a serem definidos por essa comissão”.

É para debater a Lei de Anistia. Essa Comissão só vai debater em audiência pública, não vai votar nada. Como há uma controvérsia de entendimentos diferentes, nós fomos provocados para fazermos uma audiência pública, eu botei a Comissão à disposição para debater o tema com as partes interessadas.

Os senhores senadores que quiserem discutir a matéria... Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram.

Eu queria nesse momento convidar o Senador... Aprovado.

Eu queria convidar o Senador Mário Couto, se podia assumir a Presidência, porque eu sou Relator de um projeto, que vou fazer o relatório também de forma muito sintética aqui, então eu passo a palavra ao Senador Mário Couto.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para relatar o projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Veio a essa Comissão, oriundo da Câmara dos Deputados, o Projeto nº 150. Ele é de autoria do Deputado Vanderlei Macris. Por que eu peguei para relatar? Porque, na verdade, ele faz uma alteração no Estatuto do Idoso, que eu tive a alegria de ser o autor do projeto original.

Houve um longo debate naquela Casa, e se chegou ao entendimento que não deveria ser o projeto original do Deputado Vanderlei Macris mantido na íntegra, por que o que ele queria? Que 5% das vagas de qualquer plano de habitação que tenha dinheiro público seja destinado para os idosos. No nosso projeto, já é lei, nós tínhamos colocado 3%. Aquela casa acabou aprovando uma emenda dizendo que a alteração seria de pelo menos 3%. Mas não alterando para 5%.

Eu acho que a mudança é muito pequena, mas traz benefícios para os idosos. Em vez de dizer que seria somente 3%, com a redação do projeto do Deputado, passa a ser pelo menos 3%. Ou seja, se o Governo enfim, o Estado entender que pode ser mais que 3%, então, poderíamos abrir para mais de 3% o número de vagas para os idosos.

Eu estou dando o parecer na íntegra do projeto como veio da Câmara dos Deputados. Esse é o meu

parecer, o voto é pela aprovação do projeto do Deputado Vanderlei Macris.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Senhores senadores que concordam, permaneçam como estão. Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero perguntar uma coisa, Senador Paulo Paim. Quer dizer, a alteração que consta é que seja de “pelo menos 3%”?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está 3%, pelo menos. Quer dizer, pode ser mais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser mais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E aprovando isso, isso já foi aprovado na Câmara, vai para o Plenário?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai para o Plenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Não, eu até diria, assim, vamos aproveitar e aprovar e ir para o Plenário, para não retardar mais o processo também, mas na sequência, a gente deveria pelo menos ver, eu não sei qual que é o percentual da população que se encontra na faixa etária que pudesse ser beneficiada, porque naturalmente, o percentual tem que ser no mínimo aquele...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De acordo...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Relacionado, me parece, mas isso depois num outro debate para gente não atrapalhar a tramitação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Senhores senadores que concordam, permaneçam como estão, aprovado. Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Senador Mário Couto. Não há mais nenhum requerimento ou projeto para colocarmos hoje em votação.

Eu vou encerrar os trabalhos, mas já nesse momento, convidando a todos os senadores e senadoras para que se dirijam à Comissão de Assuntos Sociais, onde teremos uma pauta extensa, lá votaremos o adicional de periculosidade [interrupção no áudio] correspondente aos vigilantes, e teremos também o Projeto nº 58, de nossa autoria, que trata dos benefícios para os nossos idosos que estão com uma defasagem já, se pegar os últimos 15 anos, de algo em torno de 95% nos seus vencimentos.

Está encerrada a presente reunião dessa Comissão.

Sessão encerrada às 10h41.

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE NOVEMBRO 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de novembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim e Leomar Quintanilha**. Justifica ausência o Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 82, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 05 de novembro de 2008, com vistas a discutir a Igualdade Racial “O Negro no Brasil”. O Senhor Presidente abre os trabalhos faz suas considerações iniciais e, em ato contínuo, lê a justificativa de ausência do convidado Frei David Santos, Fundador da EDUCAFRO. O Senhor Presidente convida para tomar lugar à mesa de debate os convidados. Convidados que comparecem: **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, Assessora para assuntos federativos da SEPPIR e Coordenadora Nacional do Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção pela Igualdade Racial – FIPIR; **João Batista de Almeida**, Coordenador para Assuntos de Igualdade Racial do Distrito Federal; **Claudete Alves**, Vereadora do Município de São Paulo; e **José de Paula Neto**, Vereador do Município de São Paulo, cantor cujo nome artístico é “Netinho”. Deixam de comparecer os seguintes convidados: Frei David Santos, Fundador da EDUCAFRO, Carlos Santana, Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial da Câmara dos Deputados; Janete Pietá, Deputada Federal, Presidente do Núcleo de Parlamentares Negros; Saul Dorval da Silva, Presidente do Instituto Brasil África – IBAF. O Senhor Presidente após a exposição dos Senhores convidados e senadores franqueia a palavra ao plenário. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim e Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item único desta audiência pública, nos termos do Requerimento nº. 82, de 2008 – CDH, de autoria deste senador, aprovado em 05/11/2008, com vistas a discutir a igualdade racial, “O negro no Brasil”.

Foram convidados para esta audiência pública, que tem tudo a ver com o mês da consciência negra, novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, as seguintes pessoas: Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Santana; Deputada Federal, Presidente do Núcleo de Parlamentares Negros, Janete Pietá; o Frei David, ele mandou uma justificativa, que deve ter chegado, já, aqui no Plenário, o Frei David justifica que não poderá estar conosco, no dia de hoje, por estar enfrentando uma série de problemas lá na cidade onde ele mora. Eu vou ler uma parte, só, da justificativa, aqui, do Frei David. No momento da fala dele, eu leio a justificativa, para ganharmos tempo.

Maria do Carmo Ferreira da Silva, Assessora para Assuntos Federativos da SEPPIR e Coordenadora Nacional do Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção pela Igualdade Racial, FIPIR. Maria do Carmo já se encontra, queria ter a alegria de convidá-la para a mesa.

Convidamos, em seguida, Sr. João Batista de Almeida, Coordenador para Assuntos de Igualdade Racial do Distrito Federal. E convidamos, também, para essa primeira mesa, a Sra. Claudete Alves, Vereadora da Câmara Municipal de São Paulo. O vereador, cantor e empresário José de Paula Neto, o Netinho, que também convidamos. Segundo informação que nos chegou é que o seu voo atrasou, o voo da Gol atrasou, mas ele provavelmente chegará aqui em tempo, ainda, de participar desse debate, daí faremos uma segunda mesa, um outro momento, com a presença dos outros três convidados, que ainda não chegaram.

Se vocês me permitirem, eu vou ler. Essa primeira mesa era para ter a presença do Frei David. O Frei David não se encontra, mas mandou, aqui, o seguinte documento, justificando a sua não-presença.

“Mensagem do Frei David para a audiência pública, ao Senador Paulo Paim.

Através desta, venho pedir desculpa, e a todos os presentes, pela minha ausência nesta audiência pública. O motivo principal é que estou sendo ameaçado de morte, durante a missa campal, em homenagem à nossa mãe negra, Nossa Senhora da Aparecida. Pedir que todos os que compraram voto ou venderam voto, por respeito à Nossa Senhora, que não comunhassem da missa.

Uma paroquiana veio me avisar, no fim da missa, que duas pessoas comentaram, naquele momento: ‘Que hora boa de se dar um tiro na cabeça desse padre’ – então, nós temos aqui, na verdade, fazendo uma denúncia.

O segundo motivo é que tenho lutado contra as drogas, que avançam nas pequenas cidades do Sul do Brasil – ele exemplifica dois casos.

Os traficantes, para aumentarem seu lucro, marcado com a droga, decidiram viciar os pequenos agricultores e trabalhadores rurais de uma certa região – que identifica, aqui. Os traficantes convenceram os trabalhadores de que a droga daria mais disposição para o trabalho na lavoura, organizaram um eficiente serviço de moto, que, sem custos, entrega a droga na lavoura. Estima-se que mais de 40% dos trabalhadores, apesar de terem mulheres e filhos, já estão viciados – é grave, é gravíssima a denúncia que ele faz aqui. Depois ele... Isso é um caso em Vera Cruz, depois, ele cita outro caso, em Lucerna(F); os dois casos, um caso no Rio Grande do Sul e outro em Santa Catarina, onde ele cita que fato semelhante a esse acontece. E, depois, ele faz questão, aqui, de, no final, depois de fazer as denúncias, que nós vamos encaminhar, devidamente, ele diz o seguinte. Ele quer declarar a sua alegria pela vitória do Barack Obama, que ganhou as eleições nos Estados Unidos da América.

O Barack Obama soube dosar o seu discurso pluriétnico, obteve 45% dos votos brancos, 60% dos votos latinos e 90% dos votos afro – então, ele manda uma pequena contribuição, principalmente nessa linha, que o Barack Obama soube fazer um discurso bem mais amplo e, por isso, conseguiu chegar à Presidência dos Estados Unidos da América.

Diz ele também, aqui, palavra do Frei David. No Brasil, a nossa comunidade afro precisa vencer barreiras para conseguir que um candidato afro-brasileiro tenha [ininteligível] dos votos de sua comunidade. Uma primeira barreira é assumir a sua negritude. Precisamos considerar que mais de 70% do povo afro-brasileiro ainda não assume a sua negritude.

Como resolver esse problema? – ele pergunta. Só aumentando o nível de consciência; só reuniões

não é o caminho. Um caminho que já estamos provando ser eficaz consiste no trabalho pela inclusão nas universidades, nas empresas, nos bancos, enfim, no trabalho.

As quotas nos mostram que o nosso povo afro tem oportunidade, avança e vence”.

Eu fiz um resumo, aqui, do que o Frei David colocou, e, depois, a gente pode comentar, se assim entendermos necessário.

Nós temos um tempo, ainda, já que estamos aguardando a chegada de mais três convidados. Eu, se vocês me permitirem, faço uma pequena introdução daquilo que eu tenho falado, aqui no Senado, sobre o momento do negro no Brasil, e faço uma rápida consideração, também, da vitória do Barack Obama.

Permitam que eu faça essa introdução, para nós fazermos uma provocação, já no debate, com todos que estão aqui. Eu dizia, na segunda-feira passada, eu venho dizendo, na tribuna do Plenário, que 2008 é um ano mágico; 2008 lembra os 120 anos da Abolição não conclusa; 2008 lembra os 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos; 2008 lembra os 20 anos da Assembleia Nacional Constituinte; 2008 ficará na história como a primeira vez, no mundo, que, nos Estados Unidos da América, um negro assume a Presidência.

Com certeza, na história da humanidade, nunca vimos um presidente ser tão aplaudido ao ganhar uma eleição. No dia 05 de outubro, os tambores tocaram, os tambores bateram na África, mas tombaram também na Europa, Oceania, na Ásia e tocaram, com certeza, em toda a América, com a vitória de Barack Obama. Enfim, nós vimos, nos cinco continentes, homens e mulheres de todas as cores, de todas as religiões cantarem e dançarem, encantados pela energia de um sinal do fim das discriminações.

Na televisão, em nossas casas, vimos as lágrimas escorrerem, enfim, uma prova universal de que investir em políticas de ações afirmativas e humanitárias rendem frutos. Percebo em Barack Obama a esperança e os sonhos de como outro mundo é possível, em que o homem, o ser humano esteja em primeiro lugar.

Parte desse sonho, nós temos que render as nossas homenagens também a pessoas e a líderes como Martin Luther King, Malcolm X, Gandhi, Madre Teresa de Calcutá, Rosa Parks, que se tornou realidade.

Falamos, também, aqui, naturalmente, de homens como Zumbi dos Palmares e tantos outros, a vitória de Obama é uma mensagem de que é possível chegar lá. Cada criança, cada jovem, cada adulto e cada idoso negro, branco, índio, oriental do nosso país, que viu a caminhada desse homem, vai saber que podemos, sim, construir uma sociedade diferente.

Devemos ter dedicação, ser insistentes, estudar, sempre estudar, para fugir das armadilhas da falta de oportunidades, da prisão, da gravidez precoce, da violência, da falta de emprego, da ausência de vaga nas universidades, dentre tantas outras, na luta permanente do povo negro.

Também temos lutadores negros, aqui, que tombaram pela democracia e para serem livres. É preciso lembrar que, antes de homens que conquistaram a sua liberdade e a sua cidadania, houve um longo processo histórico de opressão, em muitos aspectos, ainda inacabado.

A ação dos escravos contra o sistema escravista é uma das primeiras ações que podemos levantar como sendo uma ação de cunho político-histórico. Nesse contexto, muitos foram os homens e mulheres que ficaram esquecidos no anonimato, mas podemos destacar, aqui, com certeza, alguns nomes, alguns nomes de grandes líderes que vocês, naturalmente, no longo desse debate, lembrarão outros.

Eu lembro, aqui, naturalmente, como já destaquei, Zumbi dos Palmares; de Teresa do Quariterê, líder do quilombo do Mato Grosso; de Felipe Maria Aranha, líder do quilombo de Alcobaça, do Pará; de Manoel Congo, líder do quilombo de Vassouras, no Rio de Janeiro.

Nas revoltas que muitos negros tiveram relevante papel, um exemplo: a Revolta dos Alfaiates, em que quatro dos homens negros que participaram foram açoitados e condenados à morte. O alfaiate João de Deus Nascimento, o soldado Lucas Dantas, o soldado, autor de manifestos públicos, Luiz Gonzaga das Virgens; e o aprendiz de alfaiate Manuel Faustino dos Santos.

Da Balaiada, Maranhão, destacamos a participação de Raimundo Gomes; da Cabanagem, Pará, Cosme Bento das Chagas; na revolta dos Malês, Bahia, Luíza Mahin; e, da Revolução Farroupilha, lá no meu Rio Grande, dos lanceiros negros, podemos lembrar, aqui, os abolicionistas e os críticos do sistema escravista, muitos eram negros, José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças, Cruz e Sousa, Chiquinha Gonzaga, Machado de Assis, Lima Barreto, aliás, Luiz Gama dizia: “Em nós, até a cor é um defeito, um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime, mas nossos críticos se esquecem de que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga, sob a sua superfície escura, vulcões onde arde o fogo sagrado da liberdade”.

Com a Lei Áurea, os negros conquistaram a liberdade, porém não conquistaram direitos. Nesse contexto, muitos tiveram importante papel político, para que as leis avançassem. Foram alteradas ou mesmo abolidas, um exemplo, um exemplo que vem à nossa mente, a

todo o momento, é de João Cândido, o “Almirante Negro”, ele comandou a Revolta da Chibata, no início do século passado. Enfim, 98 anos depois dessa revolta, por direito, foi aprovada a sua anistia, e, aqui, no Senado, nós já aprovamos para que o nome de João Cândido seja colocado nos heróis da pátria; falta, agora, a votação, lá na Câmara dos Deputados.

Enfim, agora é o momento, é o momento de olharmos para a frente, olhar para o projeto de Nação que a comunidade negra, branca propõe. Nós estamos, há oito anos, em debate, aqui, no Congresso Nacional, para consolidar o que eu chamo democracia. E a democracia passa pela aprovação, também, do Estatuto da Igualdade Racial. A sua aprovação é necessária, é um grande investimento, em nossa sociedade, como ocorreu com os direitos civis dos negros norte-americanos, a partir da década de 60.

Os negros estão em desvantagem em todos os indicadores sociais, no mercado de trabalho, por exemplo, a diferença salarial entre um branco e negro chega a 105%. O risco social que atinge o indivíduo negro se transfere para todos à sociedade. Temos que discutir e proporcionar direito para os excluídos. Esse é o segredo para o fortalecimento do país.

O Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento elaborado por pessoas que amam o Brasil, e não agüentam mais ver as desigualdades nas sarjetas, praças e universidades deste solo. Ao certo, temos negros e não-negros de direita, de centro, de esquerda e sem nenhuma inspiração política partidária; isso é legítimo e natural dos seres humanos.

No entanto, devemos sempre estar unidos para o projeto maior: de construir uma sociedade sem preconceitos, uma sociedade de oportunidades iguais, oportunidades e direitos para todos.

Enfim, isso é um resumo de uma série de pronunciamentos que nós fizemos, aqui, no Congresso Nacional, e que eu botei, aqui, em tópicos, onde falamos de uma série de questões sobre esse momento da política nacional e, principalmente, a vitória histórica do Barack Obama.

Aqui, nós teremos oportunidade, agora, por exemplo, de ouvir o novo ministério que nós temos no Brasil, que é a SEPPIR, para que essas considerações sirvam para ilustrar o nosso debate.

Temos, também, aqui, o João Almeida, que vai falar da sua experiência como Coordenador da Igualdade Racial, aqui, no DF, e temos, também, a nossa vereadora, que, com certeza, há de também contribuir muito com a sua experiência, sendo vereadora da Câmara Municipal de São Paulo.

Eu, se me permitirem, vou iniciar o debate com a SEPPIR. Vou pedir para que a Maria do Carmo Ferrei-

ra da Silva use o tempo que for necessário com toda a liberdade, para falar sobre a situação do negro no Brasil, e lembrando que isso é um ciclo de debate que faremos, tendo como eixo a data de novembro, que é a data da consciência negra e da morte do grande líder Zumbi, no dia 20 de novembro. Por favor, Maria do Carmo, você terá dez minutos, com mais cinco, se necessário.

SRA. MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA: Olá, de pé e permitam-me cumprimentá-los, na pessoa do nosso Presidente desta audiência, Senador Paulo Paim.

Cumprimento, também, a nossa Vereadora Claudete e o nosso companheiro João Batista, do Conselho... Coordenador para Assuntos da Igualdade Racial, do Distrito Federal, em nome dos quais cumprimento a todos que aqui estão.

Bem, na verdade, depois que o nosso senador elencou tantos nomes da nossa história, eu vou fazer um pequeno resgate, tentando situar um pouco, não só a questão da SEPPIR, hoje, aqui, mas também a influência que, hoje, nós temos e teremos, daqui para frente, a partir da vitória esmagadora de Barack Obama, nos Estados Unidos.

Eu trago, nesse momento, um abraço especial do Ministro Edson Santos e do nosso Subsecretário de Ações Afirmativas, Dr. Giovanni Harvey, do qual, hoje, o SEPPIR faz parte desta subsecretaria, que é o Fórum Intergovernamental de promoção da igualdade racial, ou seja, o espaço de articulação entre governo federal, os governos estaduais, os governos municipais e a sociedade civil.

Bom, nesse... Dizer, também, que esse resgate histórico, ele não está em ordem cronológica, é apenas para fomentar a discussão. É importante dizer que, hoje, se a SEPPIR existe, se, hoje, o governo federal, através do nosso Presidente Lula, ousou em criar, no Brasil, um espaço de políticas públicas de promoção da igualdade racial, esta criação não se deu por acaso, mas que essa criação se deve, sim, não só à sensibilidade e coragem deste homem de Estado, que conhece o Brasil como ninguém e que conhece o povo brasileiro como ninguém, porque é do povo, mas, principalmente, pela mobilização da população afro-descendente, desde os quilombos.

E, aqui, a gente cita o Quilombo dos Palmares, complementando toda a parte histórica aqui já citada. É importante dizer, também, a resistência dos nossos negros, nas regiões mineradoras deste país, nas regiões produtoras da riqueza desse país. É importante lembrar o processo de organização do movimento negro no Brasil, as suas principais lutas, as suas dificuldades, os seus principais avanços.

É importante lembrar, aqui, as irmandades do rosário, as irmandades dos homens pretos ou negros, em alguns lugares, dos homens do rosário. Lembrar, também, dos APN, a Pastoral do Negro; lembrar, também, dos que praticavam e praticam, hoje, a capoeira; lembrar dos congados, dos reizados; lembrar a participação do negro na política, principalmente a partir dos anos 80; a criação dos conselhos com mais efetividade, vamos assim dizer; a criação dos conselhos de defesa do negro, Brasil afora; o primeiro constituinte negro, Caó; os parlamentares negros e suas contribuições na formulação das leis e decretos, colocando, principalmente, o racismo como crime inafiançável; o feriado de 20 de novembro, hoje, mesmo com a resistência de muitos, já em 300 cidades brasileiras, até a semana passada, e sendo dois estados, o Mato Grosso é estadual; as resistências superadas; a criação de organismos públicos e a elaboração de políticas públicas; os conselhos, as secretarias, as coordenadorias, as diretorias, a lei de quotas, a política de saúde da população negra, a Lei 10.639, a 11.645, o PROUNI, as várias conferências municipais, regionais, estaduais, nacionais e mundiais, e, aqui, para citar apenas uma, que serviu de espelho para a criação da própria SEPPIR, a Conferência de Durbin, o racismo, a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, Xenofobia, Intolerância e Correlatos, em 2001.

E, aqui, no Brasil, em especial, a criação da SEPPIR, em 21 de março de 2003, no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela ONU, em 1960. É bom dizer que a SEPPIR é a primeira do mundo, em formato e finalidade, muito embora existam, hoje, 17 organismos semelhantes espalhados pelo mundo.

É importante ressaltar a criação, hoje, e a existência dos vários NEABS, do SOS Racismo, os novos prefeitos e prefeitas e vereadores e vereadoras negras eleitas nesta última eleição. Tudo isso impõe, para nós, grandes desafios. Não basta a existência da SEPPIR; não basta a existência dos vários organismos promotores de políticas públicas, para a promoção da igualdade racial; não basta a articulação entre estados, municípios e a sociedade civil, apenas; não basta a adesão desses estados e municípios; é preciso que haja um pacto federativo, necessário para a implementação, de fato, dessas políticas públicas, nos estados e nos municípios.

E é importante, também, que a sociedade civil faça o seu verdadeiro papel de controle social e de monitoramento destas políticas públicas. Porque isso exige um monitoramento constante. É preciso haver um link permanente com os movimentos e organismos internacionais, a transversalização nos concursos

públicos e uma mídia comprometida, de fato, com a libertação do ser, de maneira imparcial – e, aqui, com o devido respeito aos setores da mídia que têm trilhado este caminho.

É importante dizer que, nesse contexto todo, nós temos que lembrar e cumprimentar todos aqueles que possibilitaram essa caminhada e formatação da promoção da igualdade racial, enquanto uma política de estado. E, aqui, vão os nossos cumprimentos aos idealizadores e àqueles que primeiro puseram a mão na massa. E, aqui, a gente cumprimenta nossa ex-ministra Matilde Ribeiro, toda a primeira direção da SEPPIR, que, junto com o movimento negro organizado, conseguiu dar uma cara ou pelo menos começar a discussão, porque a discussão ainda não acabou; ela está, ainda, se fazendo necessária; um aprofundamento na nossa sociedade.

Bem, já no contexto Barack Obama e Lula. A gente pergunta: não foi por acaso a eleição do nosso Presidente Lula; não foi por acaso a eleição de tantos presidentes e presidentas de e com posturas novas, nas últimas eleições. E não é por acaso a eleição de Barack Obama, hoje. A luta dos negros brasileiros é semelhante à luta dos negros americanos, pelos direitos civis.

No cenário brasileiro, nós podemos perguntar: onde está o negro no poder? No Judiciário, no Legislativo, no Executivo, nas Câmaras Municipais, na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas, no Senado, nas grandes empresas, nas agências financeiras, nos meios de comunicação, nas academias, nas igrejas, onde estamos? Quantos somos? Como estamos?

E, se fizermos um recorte de gênero, nós vamos ver onde, também, nós, mulheres negras, estamos, como estamos, quantas somos, em todos esses espaços.

A constituição brasileira diz: “Todos são iguais perante a lei, independente de sexo, raça, credo, orientação sexual e origem social”. E esperamos que um dia, de fato, isso se concretize de forma mais ampla. Não podemos negar o que já foi construído, o que já foi feito, os avanços que já alcançamos.

Assim, a eleição de Barack Obama, nos Estados Unidos, primeiro presidente negro eleito da chamada “Nação nº. 1” ou da “Grande Potência”, se configura num novo momento político, social, cultural e econômico para todo o mundo. Exige de nós um novo pensar, um novo agir, um novo ser e um novo estar no mundo, uma nova postura, novas relações de produção, maior investimento em educação, que gere conhecimento, com inversão de valores, que possibilite a apropriação, por todos nós, do conhecimento, pelos trabalhadores,

a favor dos trabalhadores, para que todos nós possamos, de fato, sermos protagonistas no mundo.

Necessário, portanto, um novo paradigma para a educação, um sistema educacional, inclusive, de fato e de direito, para que possamos romper um modelo que insiste, ainda, mundo afora, em manter-nos escravos do nosso próprio passado e não nos permite debater, buscar, atingir novos espaços, novos rumos, que não os tradicionalmente a nós inculturados, uma educação que leve ao conhecimento, que gere o poder, um poder que se transforme em serviço a favor de todos e que possibilite a libertação.

Se, aqui, pudermos traçar uma linha comum entre o pensamento e a ação de Jesus Cristo, de Buda, de Confúcio, de Madre Teresa de Calcutá, de Gandhi, de Martin Luther king, sem dúvida, nós vamos nos deparar com a expressão libertação.

E é por isso que, neste momento, a gente salva os pretos e pretas velhas, conclamamos o avanço da juventude negra, conclamamos o avanço das mulheres e homens negras, do campo e da cidade, no sentido da verdadeira libertação, e é por isso que a gente diz: “Axé, para quem é de axé; Zambe para quem é de Zambe”. E, se Luther King, hoje, vivo fosse, ele diria: “Livres, finalmente, viva Zumbi dos Palmares!”.

Virá o dia em que todos, ao levantar a vista, veremos nesta terra reinar a liberdade... Virá o dia em que todos, ao levantar a vista, veremos nesta terra reinar a liberdade...

Bom-dia para todos nós!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se eu passar a palavra para o João Batista, é só por uma questão de justiça, seu pronunciamento foi excelente e dizer que, na Assembléia Nacional Constituinte, nós fomos eleitos quatro negros, e todos trabalharam com muita firmeza. Seria uma injustiça se eu não lembrasse, aqui, da Benedita da Silva; seria uma injustiça, aqui, se eu não lembrasse do Edmilson Valentim. Nós éramos quatro: Edmilson Valentim, Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, e eu estava lá, porque eu fui constituinte também. E fomos nós que fomos, inclusive, à África do Sul, quando o Mandela estava no cárcere, ainda.

Aprovamos uma moção de apoio. Fomos nós quatro, com outros quatro que não eram negros, mas lutadores da mesma causa. Eu lembro, entre eles, o Domingos Leonel, e outros. E nós não conseguimos sequer visitar o Nelson Mandela. Diziam, inclusive, que o avião da Varig, que nos levou naquele momento, não deixaria nós descermos, e nós seríamos deportados no momento em que chegássemos à África do sul. Não aconteceu isso; nós quatro descemos, fomos recebidos

pela Winnie Mandela, e foi um grande momento para nós; ela nos acompanhou durante todo o dia, mas não pudemos visitar o Nelson Mandela no cárcere.

Então, só para dizer, só para registrar, porque é importante, né? E sempre alguém que está ouvindo diz: “Não, mas como? Era só o Caó que era constituinte”. O Caó, nós trabalhamos juntos, Edmilson, Caó, Benedita e nós. Inclusive, eu fui o relator da lei que o Caó, depois, [ininteligível] para regulamentar. Eu fui o relator daquela lei. Então, só para esclarecer, e passamos, de imediato, a palavra a João Batista de Almeida.

SR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA: Bom-dia à mesa, na pessoa do nosso querido Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e, também, bom-dia à nossa companheira Maria José, da SEPPIR, e bom-dia, também, à nossa Claudete, amiga, Claudete Alves, Vereadora lá do Estado de São Paulo. E bom-dia a todos os senhores e senhoras e meus colegas de trabalho, lá no CDDN, e, especialmente, um bom-dia muito especial para o meu amigo Peterson, que é um batalhador, é um jovem batalhador pelas questões negras, mais os companheiros estão sempre à frente e sempre lá no CDDN e, agora, há uma coordenadoria.

Mas, Sr. Senador, o senhor falava sobre 2008; 2008 eu considero ou consideramos muito importante para nós negros. Veja, o senhor elencou uma quantidade imensa de acontecimentos onde o negro começa a ter oportunidades, de fato.

Nós elencamos, aqui, também, além de tudo isso que o senhor falou, o mês de agosto de 2008, para o Distrito Federal, foi instituído a COPIR, que é a Coordenação para Assuntos de Igualdade Racial. Em 2008, também, através dessa criação do governador do Distrito Federal, Dr. José Roberto Arruda, nós estamos avançando em algumas parcerias.

A parceria fundamental, senador, é com a SEPPIR. Hoje, a SEPPIR nós consideramos, foi um namoro de muito tempo, e, hoje, nos consideramos casados com a SEPPIR; isso graças, também, ao nosso querido Presidente Lula, José (sic) Inácio Lula da Silva, que tem trabalhado incansavelmente.

Em algumas vezes, alguns discursos em que eu pude estar presente, ele dizia assim: “Se vocês não se unirem, se você não fizerem a parte de vocês, o dever de casa não estaria cumprido”. E eu vejo que, tanto em Brasília, a SEPPIR, como no âmbito do Brasil, o senhor tem ajudado a gente a levantar essa bandeira, haja vista que, toda vez que eu procuro o Senado para falar sobre a negritude, o senhor abre as portas e sempre nos atendeu.

Mas, também, em 2008, nós vamos falar da Abolição, dos 120 anos, onde nós fizemos um evento, tan-

to na Câmara como no Senado, chamava “Abolição antes, durante e após”. Não contentamos com isso. Fomos mais além, fomos para a Independência do Brasil, onde, na Independência, nós falamos “O negro na Independência do Brasil”.

Mais uma vez, o senhor nos apoiou, juntamente com o Deputado Carlos Santana, da Câmara. E, por último, senador, nós, agora, estamos em mais uma missão, em que eu venho convidar o senhor e pedir, também, todo o apoio, é a semana de 20 de novembro, e nós vamos usar essa semana do 20 de novembro, nós vamos falar sobre “A semana do 20 de novembro, a pátria de Zumbi e a República Brasileira”.

A SEPPIR já nos deu apoio, esse evento será realidade no auditório da SEPPIR, e onde eu gostaria, imensamente, de contar com a presença do senhor, na segunda-feira, às 19h30. O Ministro Edson Santos, também, já disse que vai estar presente e demais autoridades. E, no evento da semana, ainda da consciência negra, nós vamos ter, senador, várias atividades, inclusive, teremos... Inclusive, senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permitam só, quebrando o protocolo – eu sei que nós estamos em casa –, registrar a presença do Netinho. Netinho, tu não me deixaste mal, hein? Porque eu tinha anunciado que o teu vó atrasou, mas que você viria, e está aí o Netinho. Então, os nossos cumprimentos para o Netinho.

[palmas]

Mostrou que palavra é palavra, não é, Netinho? Volto, aqui, para o nosso painelistas; depois, o Netinho vai ter oportunidade de fazer a sua exposição.

SR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA: E mostra, mais uma vez, então, ao nosso companheiro Netinho, que a negritude está presente.

Senador, dizemos, também, que todo trabalho, este ano, em Brasília, está sendo realizado em parceria com a regional, com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, que tem colaborado bastante, tem entendido o nosso chamado, o chamado onde falamos dessa participação do negro nos eventos culturais e, principalmente, quando falamos da Lei 10.639 e quando falamos, também, da Lei 11.645.

E, já, quase para terminar, senador, gostaria de acrescentar, ainda, alguns avanços que ainda não conseguimos no Distrito Federal. Esse primeiro avanço, para ficar registrado, é o avanço sobre a prainha. A prainha tem trazido, para nós do Conselho de Defesa e Direito do Negro, para a coordenadoria, uma pauta que ainda temos que trabalhar muito: temos que trabalhar bastante sobre a intolerância religiosa.

E precisamos muito contar com o apoio do senhor, da Casa, da Câmara, também, para que a gente

possa avançar, haja visto que estamos praticamente no final do ano; haja visto que não é só festividade, mas a prainha, ela deveria ser um espaço onde pudéssemos, ao longo do ano, ter oficinas, cursos, palestras, para que revitalizem aquele espaço, e a saúde da população negra, principalmente da mulher negra, no Distrito Federal, são algumas palmas que nós temos que rever, anotar e sem deixar de perceber essas questões.

E por, último, senador, eu gostaria de pedir desculpas, hoje, tínhamos marcado com alguma regional de ensino, para estar hoje, mas hoje era dia de prova, em algumas regionais, e os alunos não puderam vir, mas que são chamados eles estão presentes com a gente. Então, eu só gostaria de deixar, também, mas, em outras oportunidades, ao longo do mês, nós estamos fazendo a mobilização, e todos virão, também, que é uma oportunidade para todos aqueles que pretendem conhecer e ver as leis. Por fim, só agradecer a todos e, mais uma vez, assim que o senhor precisar, estaremos sempre ao lado do senhor, haja vista que estamos quase próximo à véspera da votação do Instituto da Igualdade Racial, né? Conte conosco, Brasília, agora, tem a COPIR, estamos à disposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

[palmas]

Só para, antes de passar a palavra para a Vereadora Claudete, dizer que, aqui, no Senado, nós, eu diria, não podemos nos queixar do Senado, em matéria de legislação. Todas as leis que vão na linha do combate ao preconceito e à discriminação o Senado aprovou.

Nesses seis anos que eu estou aqui, não há uma que não foi aprovada. O Estatuto da Igualdade Racial, aprovado; João Cândido, herói da pátria, aprovado; política de quotas, aqui, aprovada; João Cândido, João Cândido e a anistia, aprovamos, numa coordenação, aqui, e, depois, na Câmara. Então, o Senado da República, inclusive, esse mês de novembro, já é praxe, todos os anos nós dedicamos todo o mês de novembro para o debate, mesmo quando houve, ainda tinha aquele incidente na nossa querida UNB, com os alunos negros, Senegal, não é? De Senegal, né?

Nós tivemos, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, um grande evento, uma presença maciça dos estudantes, e nós pedimos desculpas, inclusive, aos estudantes, pelo que aconteceu lá, onde os prédios foram queimados, onde eles ficavam, os apartamentos, e, depois, levamos isso para o Plenário do Senado, e o Presidente do Senado pediu desculpa a eles, em nome do povo brasileiro.

Embora o Senado só tenha um senador negro, só tem um senador negro, eu posso adiantar para vocês que o Senado não tem faltado ao Brasil e ao povo negro em matéria de políticas públicas. Toda vez que é provocado, o Senado tem respondido de forma positiva, por isso que você lembrou bem a questão do Estatuto da Igualdade Racial, nós aprovamos, aqui, há mais de dois anos, aqui, no Senado. Está parado lá na Câmara, e, aqui, no Senado, ninguém questionou a questão quilombola, ninguém questionou a política de quotas; tudo, aqui, foi aprovado por unanimidade.

Então, o Senado, eu diria, está bem à frente do tempo de outros setores, infelizmente, organizados, da sociedade brasileira, em matéria de combate ao racismo. Claro que não é perfeito, claro que eu listei, aqui, 2008 como uma marca de alguns fatos importantes, mas sei que houve uma série de problemas no Brasil, de negros mortos, assassinatos, da briga pela política de quotas em uma série de universidades, mas isso não teria motivo de nós não estarmos aqui, se isso não foi uma verdade, se fosse só soltar foguetes.

Existe, sim, mas, felizmente, estamos trabalhando muito, e o trabalho da SEPPIR, transformado em ministério, e que eu tive a alegria de ser o relator, também, e ganhei por três votinhos, mas ganhei, por três votinhos, na última hora. Eu fui o relator que transformou a SEPPIR não mais em secretaria, mas também em ministério. E a indicação do nosso querido Edson Silva.

Mas, vereadora, por favor, Claudete Alves, que eu estive em São Paulo, já, em diversos eventos, parabéns pelo seu trabalho, lá, em São Paulo. Toda vez que fui lá, você e o netinho me receberam muito, muito bem. Então, parabéns, palmas para nossa vereadora aí.

[palmas]

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): A todos e a todas, na pessoa do presidente desta comissão, nosso querido Obama brasileiro, o Senador Paulo Paim, eu quero estender o meu cumprimento a todos.

Assim que eu recebi o convite, senador, eu fiquei em dúvida se deveria vir ou não, devido a uma série de trabalhos que o mês de novembro nos impõe, no meu gabinete, lá, sou eu quem organiza, até por ter sido autora do 20 de novembro, feriado na cidade de São Paulo, então, tudo cai nas minhas costas, desde a liberação de verba – não sei se o senhor soube que, o ano passado, nós conseguimos superar todos os desafios e colocamos quase 100 mil pessoas na Av. Paulista, com estrutura, enfim, uma das maiores festas que a cidade presenciou, em relação ao 20 de novembro.

E esse ano não é diferente. Mas eu fiz questão de vir para que, novamente, possamos deixar registrado, aqui, nos anais do Senado Federal, essa questão, primeiro, da importância da eleição de Barack Obama. E, com muita emoção, eu digo isso, porque eu tive oportunidade de conhecê-lo, ele e a Michelle, ser recebida por eles, em 2004, na cidade de Atlanta, mas jamais pensaria que aquele povo, que aquele sistema poderia fazê-lo Presidente dos Estados Unidos.

E aí eu acho necessário, e não perdendo a minha característica, é claro, de colocar algumas questões que eu considero de fundamental importância. E isso tem a ver com a minha insatisfação de como são tratadas as lideranças políticas do nosso país, as lideranças negras políticas do nosso país, pela mídia, pelos racistas e, lamentavelmente, pela própria comunidade negra. Lamentavelmente, pela própria comunidade negra.

Lá nos Estados Unidos, mesmo os negros sendo a minoria, tiveram a capacidade de entender que era importante se orgulharem de serem negros e que, apesar de todas as divergências, eles tiveram a capacidade de fazer uma articulação estratégica, inteligente, onde possibilitou a Barack Obama interagir com outros setores, não só os hispânicos, mas como os brancos, não a sua maioria, e possibilitar chegar à Presidência dos Estados Unidos.

Talvez, esse fato vai possibilitar que, de fato, os negros brasileiros acordem para uma necessidade que é real e verificarem que o inimigo não está entre nós, e, lamentavelmente, é esse o comportamento.

[palmas]

E, apesar de todos os esforços, é claro que temos algumas exceções, eu acho que esse comportamento, não dá para culpar a comunidade negra, os ditos militantes do movimento negro, porque também faz parte do próprio resquício da perversidade, da forma mais nojenta de racismo do nosso país.

Quando nós temos, por exemplo, algum negro que se projeta, na grande maioria das vezes, ele esquece que é negro, ele se pinta de branco totalmente, não só externamente, mas como internamente. E é por isso que, apesar do seu belíssimo trabalho, que só não trata das questões étnico-raciais e da discriminação, ele extrapola.

Eu, de São Paulo, tenho acompanhado, nas madrugadas, o seu embate em defesa dos trabalhadores do país, no que se refere à questão dos direitos, das melhorias salariais, da questão da aposentadoria, e eu o vejo como uma voz isolada, mesmo defendendo negros e brancos.

E aí eu penso que é claro que nós temos, no governo Lula, principalmente, alguns avanços como a

implementação da SEPPIR, mas também a SEPPIR é hostilizada, a SEPPIR também é desrespeitada.

Eu discuti com o Presidente Lula, que é o presidente do meu partido, por exemplo, quando da inauguração da SEPPIR, quando da fala dele dizendo que a Matilde, a nossa ministra, tinha que chutar as portas, sendo que eu não vi essa fala para nenhum outro ministro, ter que chutar as portas, para abrir qualquer tipo de possibilidade, não é?

Então, nós temos uma avenida, uma avenida que está asfaltada, para os não-negros e que, para nós, ainda está cheio de pedregulhos. Essa é que é a verdade. Então, nesse sentido, meu único conforto, apesar de termos senadores não-negros, aqui, que eu tenho observado, acompanhando o trabalho do Senado, que têm sido solidários, mas eu vejo somente o senhor, aqui, com as pás para retirar esses pedregulhos, que tanto ainda ferem os pés da comunidade negra, que ferem os pés dos trabalhadores deste país, que ferem os pés das mulheres deste país, que ferem os pés dos índios desse país; enfim, de todos aqueles que precisam de uma ação, por parte do poder público, mais carinhosa, mais sensível.

Então, eu quero, com essas palavras, dizer do meu respeito e, hoje, seria o ideal que, quando discutirmos a reeleição, o seu nome pudesse estar na primeira linha da discussão, no interior do nosso partido.

[palmas]

A gente sabe que isso poderá ser uma utopia, não copiando o modelo americano, não, mas para que, de fato, nós possamos ter um acúmulo e fazermos essa discussão dentro do Brasil, da necessidade de termos um presidente negro. Por que não?

As últimas pesquisas apontam que nós já somos a grande maioria da população; apesar de todos os ataques à nossa luta – e o senhor sabe que, durante todos esses anos, lá pelo meu estado, eu fui uma das protagonistas e sofri muito por isso, para cobrar a necessidade da implementação de quotas, e que está sendo difícil, nós somos maltratados e incompreendidos por isso, e, na grande maioria das vezes, até pessoas da comunidade negra não entendem, por que devido à perversidade do racismo no Brasil, as pessoas nem sabem por que sofrem o que sofrem. A nossa oportunidade não tem essa noção. Então, fica muito difícil.

Nesse sentido, senador, eu estive, aqui, este ano, onde se completou 120 anos da Abolição da Escravatura, eu escrevi um livro, que protocolei nos anais daqui deste Senado: “Negros – O Brasil nos deve milhões”, 120 anos de uma abolição inacabada, e, nele, nós colocamos algumas proposições, não era um livro acadêmico – e querendo acrescentar, aqui, que a Vereadora Claudete Alves faz parte da academia,

sou mestre pela PUC São Paulo, já estou com o meu doutorado aprovado e deverei realizá-lo –, aonde nós cobramos do Congresso Nacional que se possa apresentar um projeto de lei. E eu acredito que deverá ser V. Exa. a fazê-lo, a exemplo do que foi feito aos vitimados da ditadura militar.

Eu não quero saber que é impagável, que realmente a dívida para com os negros africanos, os descendentes de negros africanos e escravizados do Brasil, num primeiro momento, pode ser até impagável, mas não é porque você não pode pagar a dívida que você não tem que discuti-la e pensar em mecanismos para saudá-la.

Então, é nesse sentido que, como outros grupos, a nossa sociedade teve esse direito, nós também temos que ter esse direito. Quando do fechamento da publicação que eu entreguei, não tinha, ainda, acontecido aquela entrevista do Paulo Abraão, Presidente da Comissão de Anistia, que julga os valores dos pleitos dos vitimados da ditadura militar, e ele deu uma entrevista na revista *Isto É*, nessa segunda edição, que, graças a Deus, já foram vendidos mais de três mil exemplares, me deu sorte vendê-lo, naquela audiência, aqui, no Senado Federal, que repercutiu até fora do país, de que nós teríamos direito e que, no entendimento dele, o Congresso Nacional poderia instalar a mesma comissão, aprovar a instalação de uma mesma comissão, para julgarem os direitos dos negros, descendentes de africanos e escravizados no Brasil.

Então, eu queria, de antemão, minha assessoria vai estar passando essa proposta para V. Exa, e eu gostaria que seria mais um nessa tua luta aí pela igualdade racial. Uma segunda medida, também, que eu penso e gostaria que V. Exa pudesse avaliar: uma precisa correção; e outra teria que se iniciar esse debate no Congresso Nacional.

Nós tivemos, neste ano de 2008, uma diminuição da presença dos negros no Parlamento Brasileiro. Na minha cidade, eu era a única, por menos de três mil votos, eu não fui reeleita, não é? Numa diversidade, numa situação desigual.

E, hoje, nós não teremos nenhuma mulher negra no Parlamento municipal. Mas não é porque sou eu, Claudete, eu saio do Parlamento, mas continuo, como nos últimos 30 anos da minha vida, militando em defesa das mulheres, das crianças, adolescentes, da questão racial. Mas o que eu percebi, nesse processo, e venho percebendo das duas, das três vezes que eu fui candidata? O desrespeito com a mulher negra, quando ela se propõe a sair candidata ao Parlamento; o apoio que essa mulher não tem.

Então, eu penso que nós deveríamos – eu não sei como é o funcionamento, aqui, no Congresso Nacional

–, a exemplo da lei de quotas, que foi estabelecida para as mulheres, uma lei, se não me engano, de autoria da então deputada Marta Suplicy, que garantiu os 30 minutos, os 30% das quotas partidárias, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claudete, só para ajudar o debate, por isso que, às vezes, o pessoal não sabe por que eu insisto tanto com o Estatuto da Igualdade Racial. Lá no Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado aqui no Senado, está garantido o percentual, também, para negros e negras nas quotas. Está assegurado lá.

Então, eu quero, só para ajudar o debate, esse aí não precisaria apresentar um novo projeto, o outro, já, [soa a campainha] você apontou caminhos da importância de o pessoal não – como é que eu digo? –, ficar em estado de alerta da importância desse estatuto.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Estatuto não é uma invenção da minha cabeça, é uma história secular da comunidade, que construiu a proposta. Mas continue, por favor.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): Claro, senador, exatamente eu iria citá-lo, até para dizer da importância, porque a resistência não é no Senado, a resistência é na Câmara dos Deputados, e aí por isso da minha insistência de, talvez, que nós pudéssemos fomentar esse debate junto com a SEPPIR, junto com as pessoas que de fato têm a preocupação em relação a essa questão, porque, enquanto não tivermos, senador, de fato, o financiamento público de campanha, numa cidade, num país como o nosso, dificilmente nós teremos um equilíbrio da representatividade entre os grupos que compõem a sociedade brasileira. É muito perverso isso, né?

Por exemplo, se a pessoa é artista, tem uma facilidade, porque tem um legado, que é legítimo, mas aquelas pessoas que não têm acesso à mídia, não têm alguma projeção, é uma questão de vida ou morte, é muito difícil. E tanto a lei que garantiu as quotas – e aí, nesse sentido, eu queria trazer a preocupação para V.Exa. –, que garantiu os 30%, para apresentação das chapas de todos os partidos, para as mulheres é uma inverte, caberia até uma CPI.

E por que eu digo isso? Porque, lá, nós sentimos na pele. É para inglês ver. Na verdade, você tem uma lei que os partidos fingem que cumprem, porque, se a cumprissem, de fato, nós teríamos – e aí tem a ver que a mulher negra poderia ser beneficiada –, esses 30% reproduzidos nas condições objetivas, nas condições reais dessa participação da mulher negra ou branca, para assumir uma vaga no Parlamento. E, na verdade, partido nenhum, na prática, exercita isso.

Por quê? As mulheres não têm 30% da verba partidária, e nós sabemos que as eleições têm um custo muito alto, por isso que eu sou uma defensora do financiamento público da campanha. Nós sabemos que horário gratuito a mulher deveria ter 30%, e isso não acontece.

Então, talvez, não sei se poderia abrir esse debate, em relação a essa questão, para que, de fato, a lei fosse cumprida, e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que eu acho que será o grande desafio, para que, após a sua aprovação, pela Câmara dos Deputados – e eu queria, aqui, na sua pessoa, parabenizar a todos os senadores que aprovam; queria, aqui registrar a minha indignação e a minha vergonha, pela resistência dos deputados federais em priorizar a aprovação dessa proposta, fazendo exigências absurdas, né, deveriam se envergonhar. O país nos deve 120 anos de uma Abolição inacabada, onde nós temos, ainda, que brigar, nos estapear, entrar na Justiça para cobrar quota nas universidades; que não é só quotas nas universidades, nós queríamos quotas nos cargos de confiança, no mercado de trabalho, enfim, quotas de cidadania para um povo que é a maioria, já, e que construiu esse país.

Para finalizar, senador, eu queria dizer, também, e mais uma vez parabenizar V.Exa, e queria passar mais essa tarefa, que a gente vive passando tarefa a V.Exa, de algo que muito me preocupa, que é o não-cumprimento da Lei 10.639, em todo o Brasil.

Eu tenho tido a oportunidade de ser convidada para falar sobre [soa a campainha], até pelo conteúdo do livro, e, na maioria das prefeituras e dos estados, essa lei não saiu da gaveta, então, precisaria de algum mecanismo, o poder que o Senado Federal tem, no sentido de fazer essa exigência.

E, por fim, eu queria parabenizá-lo, porque eu sei que, se não fosse o espaço que V.Exa abriu, anos e anos, nós não teríamos o reconhecimento do almirante João Cândido, marinheiro, e eu fiquei muito feliz com o resultado, só que a luta não terminou.

No livro, eu aponto isso, tem o reconhecimento, mas também nós precisamos exigir que o Estado brasileiro indenize os seus familiares, a exemplo de todos os outros.

Então, eu finalizo, aqui, dizendo parabéns a V.Exa. Eu acho que têm três coisas positivas, neste mês de novembro: a vitória do Hamilton, primeiro negro, querendo ou não, é algo que nos enche muito de orgulho, não é? O primeiro negro, num esporte de elite, a ser campeão. É claro que isso tem uma simbologia muito grande para as nossas crianças, para os nossos jovens; a eleição do Barack Obama; e a continuidade da brilhante atuação de V.Exa. Eu, como não saio, findo o

mandato, mas não saio da vida pública, não é, porque quem participou da fundação de um partido, como o Partido dos Trabalhadores, que conseguiu eleger seu presidente, não tenho o direito de sair da vida pública. A gente está ocupando cargos parlamentares, mas a nossa militância continua, dizer que eu serei uma das primeiras a articular, internamente, a indicação do teu nome para as próximas eleições de 2010.

[palmas]

Enfim, queria agradecer o convite. Viva Obama! Viva Zumbi! E viva os negros, em movimentos deste país, que eu espero que, em um futuro próximo, com o seu apoio, possa criar uma sinergia para que, de fato, nós tenhamos um movimento negro neste país que dê as respostas necessárias para essa comunidade negra tão sofrida. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus parabéns à Vereadora Claudete, pelo seu pronunciamento. E, com certeza, Claudete, você pode não ter se reeleito, mas tenho certeza absoluta de que você vai continuar na vida pública. Tenho certeza que um quadro como você, que representa, com uma enorme competência, a mulher brasileira, e não somente a mulher negra, a mulher brasileira, com o corte racial que você dá, vai ter espaço para continuar na vida pública e fazendo esse belíssimo trabalho. Parabéns pelas suas posições, com muita clareza, com muita sintonia, de forma muito fraternal e solidária com todos: negros e negras, brancos, latinos, índios, enfim, com todo o nosso povo.

Você é um orgulho para todos nós. Repito, você não se elegeu, São Paulo acho que perdeu, mas o Brasil ganha, você vai continuar na frente dessa luta. Parabéns a você. As palmas são para você.

Com alegria, eu passo a palavra, nesse momento, a José de Paula Neto, vereador, empresário. Que Netinho me permita, muitas vezes, no teu programa de televisão, outros programas não levaram o senador negro, mas você levou; você levou, e não uma vez, duas, três, quatro vezes, e algumas vezes que eu não pude, mas você me convidou.

Então, queria agradecer muito, que você, de fato, por toda a tua história, tua trajetória, e, aqui, eu sei que meu nome foi lembrado até para ser indicado, claro, cada um no seu partido, mas o Netinho também é um vereador pelo PCdoB, e por que não o nome dele também ser lembrado, como tantos outros. Com certeza, este país tem muitas lideranças negras com capacidade de fazer o bom debate, e um dia nós vamos chegar lá, pode ter certeza disso.

O Malcolm X tombou, Luther King tombou, mas a sementeira que eles fizeram deu resultado, está aí o Barack Obama. A palavra é tua, Netinho.

[palmas]

VEREADOR JOSÉ DE PAULA NETO (PCdoB-SP): Bom-dia a todos, Senador Paulo Paim, eu quero agradecer demais esse convite, e, através da sua figura, cumprimento toda a nossa mesa, dizer da minha alegria de estar aqui

E a minha fala vai ser muito breve, mas é apenas uma reflexão, para que a gente, dentro dessa reflexão e dessas dúvidas que possam pairar, a gente possa criar uma unidade, uma unidade de fato, não falácia, mas na atitude. Atitude é mais importante do que a fala.

Eu tenho conversado muito isso com um grande amigo e que tem um poder de influência muito grande sobre a sociedade, que é o Mano Brown, do Racionais MC's, tem uma intervenção muito grande junto a nossa juventude, movimento hip-hop, o rap, nós crescemos juntos, crescemos no mesmo bairro e, numa conversa em que eu estive com ele, ele falava assim: "Meu, eu não tenho aptidão, a vocação para ir para algo público, para ficar discursando, falando e tal". Eu disse: "Brown, eu acho que eu também não tenho, mas até quando nós vamos ficar falando? Eu cantando músicas românticas, e você falando da polícia e do menino que morreu, da polícia e do menino que morreu. Eu acho que está na hora de a gente fazer alguma coisa, Brown, e a nossa contribuição tem que ser maior, a nossa contribuição pode ser maior".

E eu fiquei muito feliz quando ele disse: "Olha, Neto, se eu não tenho essa vocação e você tem, então, vá. Você vai e a gente te apóia no que a gente puder, né? A gente conversa com o pessoal do movimento. Nós temos, aqui em São Paulo, também, o Primo Preto, que saiu candidato, aqui, a gente também vai ajudar o Primo Preto". Enfim, acho que é importante a comunidade negra ter espaço de fato, não só na Câmara, mas sonhar alto, esse "sonhar alto" entende-se chegar aonde o nosso Senador Paulo Paim chegou.

O Senador Paulo Paim tem uma característica de líder. E, quando falam da questão de chegar à Presidência da República, eu, honestamente, eu não vejo outro negro tão preparado, tão capaz quanto o senhor, senador. E, ainda que a estrada longa, que o processo seja longo, o senhor consegue agregar em todos os setores; todos os setores do movimento negro ou não têm uma admiração muito grande pelo senhor, têm um respeito, porque sempre esteve aberto para o diálogo, sem truculência, sem pôr o dedo, sem acusar, sem maltratar, sem humilhar, sem usar, muitas vezes, do poder do microfone.

Senador, isso, sim, é unanimidade, e essa unanimidade, ela tem, sim, que ser trabalhada, independente do resultado que ela possa ter. E para isso eu quero fazer vistas, aqui, a um setor que é muito importante.

É incrível o quanto a classe artística foi atacada nessa campanha, nas eleições de 2008. Senhores, houve momentos em que alguns artistas que resolveram se candidatar se sentiram cidadão de segunda categoria, porque a sensação que a gente tinha é que o artista estava se beneficiando. E eu acho que essa fala tem que mudar, e esse raciocínio tem que mudar, porque, se fosse realmente assim, todos os artistas iriam se eleger, no país inteiro. Isso não aconteceu.

Para se ter uma idéia, em São Paulo, nós tivemos acho que mais de 20 artistas ou atletas ou pessoas que sempre tiveram muita abertura na mídia e que, no entanto, nós tivemos, talvez, dois ou três que foram eleitos, porque isso é chamar o nosso povo de ignorante, e o povo não é mais ignorante, o povo está muito esperto.

Tinha muita gente que, na minha campanha, falava assim: "Netinho, eu não vou poder trabalhar para você, porque a pessoa está me pagando para eu poder fazer o meu trabalho. Eu estava desempregado, mas o meu voto e da minha família é seu e é seu em função do trabalho que você fazia na televisão"; "Olha, Netinho, não é nem porque você rebolava ou porque você cantava o seu pagode, eu vou votar em você devido à sua preocupação que você demonstrou ter quando estava na televisão".

Nem todas as pessoas gostavam do meu gênero musical ou nem todas as pessoas gostavam da minha conduta fora da televisão, mas as pessoas valorizavam a ação da ajuda que foi feita, por mais de seis anos, na televisão brasileira. Esses seis anos que eu tive o prazer, muitas vezes, de recebê-lo em meu programa, de abrir as portas, porque eu achava, principalmente, além da sua capacidade, que poucos têm, a sua influência na nossa juventude, nas nossas crianças era muito grande.

É necessário a gente ver o nosso senador e falar: "Poxa, eu posso chegar lá". E o senhor exerce exatamente essa função na nossa sociedade. Pois bem, passados alguns anos, eu, diante da televisão, junto com o Brown, estivemos aqui, pedindo o apoio para a "TV da Gente", e foi o senhor que abriu as portas para que a concessão se legitimasse, e, inclusive, levamos uma filial da TV para São Paulo.

Em função de muita discriminação, não conseguimos manter a TV da Gente em São Paulo, mas a TV da Gente, senador, eu quero, aqui, esclarecer que ela é muito forte no Estado do Ceará, da onde é a concessão, e, na cidade de Pacajus, ela é muito forte com

programas de variedade, de vários gêneros, vários estilos, contemplando, também, a nossa população.

Nessa minha nova fase, em que eu resolvi entrar para a política e ser um dos mais bem votados em São Paulo, acho que a obrigação aumenta, não é? Quando você faz, voluntariamente, na televisão, qualquer coisa que você faz está bom. Mas, quando você assume a caneta, quando você assume a responsabilidade, a cobrança é de outro tipo. E eu percebo que, por incrível que pareça, a maior cobrança é da própria comunidade negra. E historicamente explicado, inclusive, aqui, pela Vereadora Claudete, né, que são pessoas que sofreram tanto e que, na primeira oportunidade, muitas vezes, não sabem nem cobrar.

E esse nesse "não saber" eu acho que eu me incluo também, porque, para mim, a gente tinha que juntar, lá, todos os manos da COHAB, do Brasil inteiro, invadir aqui e falar para os senadores que tinham que ajudar o senhor, essa era a minha visão grotesca de resolver a coisa. Aí, quando o senhor me amansa, aqui, diz: "Netinho, não, olha, o problema não é aqui, é ali na Câmara dos Deputados".

Então, eu diria o seguinte, senador, se tem alguma coisa prática que a gente pode fazer, se tem algo que a gente tem que aproveitar essa sinergia que o grande Obama traz para o mundo, fazendo com que a sociedade branca, brasileira, reflita e, realmente, deixe de lado essa questão do preconceito que segrega, que separa, eu acho que é o grande momento de a gente ter um ato aí de união, aproveitando os artistas, sim, porque esses chegam, muitas vezes, aonde o discurso político não penetra.

E veja, senador, que ironia, em São Paulo, por exemplo, mais de 70% das pessoas que disputavam cargos públicos à reeleição obtiveram êxito, pouquíssimos foram os que não tiveram. A reflexão não é a entrada dos novos, a reflexão é a comunicação com o povo que te elegeu, isso eu pretendo fazer, porque comunicação é o grande fraco do nosso movimento. Nós não temos muitos organismos que nos proporcionem a comunicação em grande escala.

Eu, sempre, como artista, me beneficieei disso e quero, com isso, poder utilizar os veículos que sempre abriram a porta. É claro que você, como candidato, nem todos vão permitir, mas eu pretendo, sim, estar utilizando, e é o mesmo que eu desejo ao senhor, nesse momento, com essa abertura, com esse astral que paira no ar mundial, através do Obama, nós temos que aproveitar as TVs, as rádios, para passar as nossas mensagens, porque o Obama foi fruto de tudo isso.

Eu estava fazendo uma reflexão, ainda ontem, conversando com meus filhos, em casa, e meu filho falava: "Pai, mas espera aí, Obama não usou quotas,

por que o senhor está falando que as quotas são tão importantes, não é?”. Eu falei: “Filho, você tem que entender o seguinte: quem elegeu o Obama não foram os 12% de negros; os 12% de negros influenciaram os mais de 88% de brancos. E isso faz com que a comunidade branca veja o erro que cometeu. Na verdade, votar no Obama, fora toda a capacidade que ele tem como senador, é da comunidade branca falar assim: ‘Olha, mundo, a gente estava envergonhado de viver daquele jeito e a gente está a fim de limpar nossa barra, e, se tiver que limpar, está aqui a pessoa, porque é extremamente competente, capaz, uma pessoa que estudou, que tem formação e que tem condições de conduzir esse país’”.

Então, as lágrimas dos brancos na rua é claro que não chegam aos pés das lágrimas dos negros que sofreram naquele país, mas toda a lágrima deve ser respeitada, e é essa mensagem que eu acho que a gente tem que ter aqui, no nosso país, senador, e o senhor exerce, sim, essa função, por ter respeito, credibilidade e conseguir dialogar com todos.

Então, esse meu aparte, aqui, fica como um convite para nossa comunidade, que pare de falar e passe a agir um pouco mais, a exemplo do que o senhor conseguiu fazer, brilhantemente, aqui, nesse Senado, porque eu já estava organizando minha rapaziada, lá, e falando: “Olha, a gente tem que ir lá dar uma força para o mano, lá”. Quando o senhor chega aqui, fala: “Não, espera aí, o caminho... Não vira para a esquerda, não, é ali, ó, é na direita”. Eu acho que é isso que a gente tem que fazer: vamos aproveitar esse momento, aproveitar essa sinergia, deixar as coisas pequenas de lado, porque o Estatuto tem tudo o que a gente precisa, e é nele que a gente deve se pautar. Muito obrigado pelo convite, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Netinho, brilhante como sempre, fez, com muita simplicidade, uma exposição, mostrando a importância da unidade de todos nós. Eu comungo o Netinho, porque, no fim, foi também o que a vereadora Claudete falou; a unidade de brancos e negros, comprometidos com um mundo melhor para todos, é fundamental. E nós sabemos disso. O que vocês disseram, é que, enfim, a Maria, o João, também, de que... Ninguém tem dúvida quanto a isso. Me perguntaram um dia desses... E eu vou permitir ao Plenário. Se me permite, eu vou dar cinco – isso é praxe nessa Comissão – depois, cinco companheiros, no Plenário, poderão usar a palavra por cinco minutos ou fazer uma pergunta a qualquer um dos painelistas.

Me perguntaram, esses dias: “Mas como é que tu acha que foi a vitória do Obama, se, lá, os negros

são no máximo 13%, 14, que seja?”. No Brasil, é algo semelhante, se invertermos a realidade em alguns estados. Por quê? No Rio Grande do Sul, por exemplo... Vou dar o exemplo do Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, a comunidade negra não chega a 14%, mais ou menos, e eu sou eleito, por quatro vezes, deputado federal, três vezes o mais votado e, depois, senador da República. Claro, no quadro nacional, muda. A comunidade negra deve estar, hoje, em torno de 51%, pelos meus cálculos, mais ou menos isso.

Agora, se nós não tivermos essa visão universal que o Obama teve, nos Estados Unidos, e a palavra chave foi: “vou governar para todos”. Isso não quer dizer que o Obama não tenha muita clareza da situação da comunidade negra. Agora, ele, como Presidente da República, votado por brancos, negros, latinos, índios, ele vai poder ajudar muito mais aqueles que são excluídos, sejam brancos, sejam negros, sejam índios, sejam latinos. Ele não deixará de fazer o seu papel, perante a história, e a responsabilidade que ele assumiu nesse momento.

Por isso, Netinho, quando você fala na unidade, e a vereadora falou muito bem também, quando a gente tem que deixar as pequenas coisas e divergências, que são naturais e todos têm, e pensarmos num projeto maior para o nosso país, com certeza, como diz o Obama, nós podemos, nós venceremos. Eu gosto de dizer: “Eu estava lá e, agora, eu estou aqui”, por essa visão. Eu gosto também muito de uma frase, que eu uso, Netinho me permita, antes de passar para o Plenário, eu sempre digo: “O ontem é hoje, e o hoje é o amanhã”. “O ontem é hoje, e o hoje é o amanhã”. O que fizermos hoje, vai ser o nosso amanhã.

Então, de pronto, porque eu quero ouvir, naturalmente, o Plenário, eu peço que cinco companheiros, que quiserem usar a palavra, já podem dar o nome, aqui, para a nossa assessoria. Os assessores estão pegando os nomes aí, já, não é? Pega o nome de cada um. Eu vou começar pelo primeiro inscrito. Você aperta o botão aí na tua frente, e você terá direito à palavra por cinco minutos. Você tem direito a usar a palavra como você achar adequado ou fazer pergunta à Mesa, mesmo no final dos cinco minutos. Quando você falar, você dá o seu nome e a tua entidade, enfim...

SR. IVAN RODRIGUES: Bom-dia a todos, meu nome é Ivan Rodrigues, eu sou criador, aqui em Brasília, junto com o Peterson, do Grupo Obama Brasileiro. Antes de mais nada, eu quero ler um pequeno trecho do livro do Barack Obama, “A origem dos meus sonhos”, ele diz aqui: “Quando escolhi concorrer a uma vaga no Senado Norte-Americano, pelo partido Democrata, representando o Estado de Highland(F), deparei-me com uma disputa difícil. Era uma arena

repleta de candidatos bem qualificados, capazes e proeminentes, e eu, sem uma equipe de apoio e sem recursos próprios, um homem negro, com um nome engraçado, fui considerado um azarão”.

Ou seja, isso aqui nos inspira a essa luta. A gente discutiu por que criar o “Obama Brasileiro”. Vejam bem, senhores, nós temos aqui no Brasil, no mundo, a cultura de nós termos o Papai Noel, Halloween, festa das bruxas, Branca de Neve. E o que é que nos impediria de criar o Projeto Obama Brasileiro? Nós temos que ficar refém dessas situações? Não. Discutimos com o pessoal do Enegrecer, da UnB, o Afroatitude, porque até mesmo Obama, no dialeto africano, quer dizer abençoado. Então, nós criamos o grupo “Abençoado Brasileiro”.

Justamente, nós estamos com vista a levar a população negra a ousar, lutar; ousar, vencer. Temos candidatos e candidatas capazes, em Brasília, para lutar pela população negra, de certa forma.

Então, Netinho, a gente não quer só o “Domingo da gente”, a gente quer todos os dias da gente, isso que a gente quer.

Então, eu vejo, Senador Paulo Paim, aqui por... Até mesmo, eu sou, me formei pela Universidade de Brasília, continuo lá no instituto de línguas. O que acontece aqui em Brasília? Eu sou enfermeiro, formado enfermeiro, fui para várias entrevistas de emprego nos hospitais particulares, sendo o primeiro colocado, sendo o primeiro colocado em entrevista, a prova era 10, eu tirava 10. Quando eu ia para a entrevista, simplesmente eles falavam: “Muito bem, muito obrigado, você foi o primeiro, mas você não tem o perfil do nosso hospital”. Hospital Brasília, Santa Helena, Santa Luzia. Foi o que aconteceu. Então, de certa forma, você tem a mesma formação ou mais formação que o outro, mas o que nos impede o acesso, muitas vezes, é o meu nariz, meu cabelo, a minha cor.

Então, só a universidade não está conseguindo cumprir essa demanda nossa. Então, a gente também precisa de mecanismo como... Netinho, nos Estados Unidos, o Barack Obama teve acesso às políticas de inclusões. Dificilmente... Um americano branco não tem contato com um professor universitário negro, e esse contato todo. Aqui, não, a gente vê, na universidade, essa dificuldade toda, você não vê o professor negro, você continua, ainda, vendo uma universidade branca. E a gente está lutando por isso. A gente tem orgulho, nós não temos vergonha. Muitas pessoas falam assim: “Não, mas vocês estão plagiando algo americano”. Não, nós não estamos plagiado. Nós tivemos, aqui, a oportunidade de doar R\$2.500,00 para a campanha do Barack Obama, no começo, que foi difícil, né? Isso nos abriu umas portas grandes, Folha de São Paulo,

Correio Brasiliense, fizemos duas matérias para o New York Times, a Reuters, tudo está na nossa página. Então, a gente acha que não só a universidade, a gente precisa de mais mecanismo para acesso aos negros. Não sei se os senhores concordam, mas essa é a nossa visão. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quem é o próximo? Nome, para ficar registrado nos anais da Casa.

SR. BENTILHO: Bom-dia a todos, bom-dia ao Senador Paulo Paim. Me chamo Pastor Bentinho, da Associação dos Pastores e Bispos Negros do Brasil. Em primeiro lugar, eu quero... A minha fala é a respeito do Barack Obama – o nome dele é bíblico, né, está escrito lá no livro de Hebreus capítulo 11, versículo 32 – e falar da importância da vitória do Barack para o planeta Terra.

O que eu quero também questionar, aqui, nesse momento, muito importante, rico senador que está fazendo essa mesa-redonda... Parabenizar a vitória, também, da companheira Claudete, que a companheira é guerreira, não parar(F), e a vitória também do nosso mano, né, Netinho.

E eu quero, nesse momento, fazer uma grande manifestação de repúdio ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro do DF. Há duas semanas, houve um fato muito sério, e eu quero até salientar esse casamento que você colocou com a SEPPIR. É chamar uma responsabilidade do Governo do Arruda sobre o extermínio de negros aqui no DF, e, principalmente, os colégios com um ato muito sério, que é de racismo aqui no DF.

Eu quero também estar dando contribuição, junto ao Conselho de Direitos do Negro e à Comissão de Direitos Humanos, aqui, do Senador Paulo Paim, chamar o Governador Arruda aqui, para essa Comissão, tratar dessa situação do DF, que é muito séria. Porque o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro tem que estar a par e combater essa situação, entendeu, Dr. João Batista, João Batista de Almeida, para essa situação do Governador Arruda, que é do DEM, e também para... já alertando o nosso futuro senador também, eu estou já preparando aí, o Netinho, sobre o nosso Kassab, né, o Prefeito que foi eleito lá, né? Como se fala? É o nosso, outros, de alguns, porque, para mim, não é, eu sou aqui de Brasília, para você também monitorar a atuação do Prefeito Kassab na questão racial.

O que eu quero salientar, também, a vitória do Barack Obama foi um fruto da luta do movimento do direito civil, nos Estados Unidos, como já foi relatado aqui. Eu acho que nós também temos condições, como

o Senador vem, está sendo notificado, sendo convocado, junto com a Claudete, é nós prepararmos para a votação do Estatuto da Igualdade Racial, fazer uma mobilização a nível nacional. Eu, como pastor da Igreja Batista, estou aqui, junto com vocês, para fazer uma grande cruzada cívica, a nível de Brasil, para levantar um futuro, também, um Barack Obama no Brasil, que pode ser o Senador Paulo Paim. Eu acho que eu nunca escondi isso de ninguém, falei para alguns assessores do Senador Paulo Paim.

E eu queria, agora, salientar dessa importância da vitória do Barack, para que nós, negros, e todos os segmentos, brancos, também, índios, para que nós possamos levantar também os candidatos negros para 2010. Que 2010 é eleição para Presidente, duas vagas para o Senado, já estou lançando, aqui, já o futuro Senador Netinho – já foi um pouco ousado... eu, praticamente, não estou falando... eu, Bentinho – e a Deputada Federal, aqui, Claudete. Eu acho que... Eu creio que nós teremos um grande trabalho a fazer nesse país. E chamar os atores, né, os cantores negros, brancos, para tentarmos mudar essa situação do país, que o racismo ainda existe e é muito sério.

E ontem, teve um término de uma grande, uma Conferência Internacional Brasil e Moçambique, onde a Caixa Econômica, junto com o Governo Federal, está fazendo essa parceria, cooperação técnica com a África. E eles ficaram estarecidos nos Governos, nos órgãos do Governo Federal, negros, não via negros, só via brancos. Eles falam: "Pastor Bentinho, aqui precisa mudar". Eu acho que o Senador Paulo Paim, o senhor foi mencionado, um cantor lá de Moçambique falou muito do senhor.

Então, eu acho que é importante agora, com a nossa grande mãe África, que vai ser saudada dia 25 de maio, que nós possamos fazer um grande movimento, agora, com o Estatuto da Igualdade Racial. É fazer os manos, trazer como o Mano Brown, a Sandra de Sá, a grande cantora negra Elza Soares, para esse Congresso, esses Deputados Federais votarem o Estatuto da Igualdade Racial.

Eu quero, aqui, questionar e chamar, convocar, através do Governador, [ininteligível] DF, que eu só voto aqui, eu sou daqui, eu estou morando no DF, para a sua responsabilidade do racismo na escola, e a polícia do DF, no que diz respeito ao tratamento com os jovens. Eu acho que não é só no DF, é em todo o Brasil. Mas, especialmente, no Distrito Federal, nós temos que chamar o Conselho do Negro. E eu queria convocar aqui, fazer até uma convocação, uma provocação, chamar o Governador, aqui, junto com a comunidade negra, aqui, nesse Plenário do Senado Federal.

E obrigado, parabéns a esse grande debate, nessa grande vitória do Barack Obama. É isso.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dalila, não é? Seria bom dar o nome completo só para registro.

SRA. DALILA NOLETO TORRES: Bom, meu nome é Dalila Noleto Torres, eu sou estudante da UnB, de ciência política, falo... Posso falar, né, em nome do grupo da UnB, que é o Programa Brasil Afroatitude? Eu queria tratar de três pontos. O primeiro é quando a gente pensa... Nós estamos falando a questão do Estatuto da Igualdade Racial [interrupção de áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ... nossa alegria, está aqui conosco, agora, o Senador Leomar Quintanilha. Ele tinha já avisado que tinha um compromisso, mas viria aqui e também cumpriu a palavra. Grande Senador!

[palmas]

SRA. DALILA NOLETO TORRES: Então, quando pensamos na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, como a gente já vem discutindo a questão do problema, do movimento negro, é a sua dispersão. Eu acho que tem que ser viabilizado a gente pensar de formar uma coalizão de uma agenda comum. No sentido de quê? Nós sabemos que tem várias diferenças, brigas, dentro do próprio movimento, que é o que a gente, que é o que, por isso são, é mais criticado. Então, nesse sentido de pensar de uma forma de fomento, para fazer uma coalizão de uma agenda comum, como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Que o problema está lá na Câmara. Como é que eles vão mobilizar 500 e poucos deputados?

O outro ponto, para falar com a Vereadora Claudete, duas coisas a gente tem que pensar quando a gente fala da questão de representação. Que são dois problemas. Primeiro a questão de colocar cotas para negros, e, depois, lista fechada. Que a gente sabe que o problema é a lista aberta, que não entra nem mulheres e nem negros.

E o terceiro ponto é para o Coordenador João Batista Almeida, que a gente pensa na questão local, também como moradora do DF, da periferia, eu queria pensar... Assim, a pergunta, né? O que a Coordenação pretende fazer, quando a gente pensa no racismo, tanto nas escolas quanto na questão da polícia? Por quê? Participei de um seminário [ininteligível], fomos lá falar sobre a saúde da população negra. A inflamação do público foi tão grande, que nem chegar em saúde nós chegamos. Começamos a falar sobre questões de identidade, de racismo, e a platéia, em si, começou a brigar.

E outra, um ponto importante, o que a gente notou foi total falta de preparo, de estudo dos próprios professores para com os alunos. Inclusive assim, é até uma coisa que eu achei um tanto absurda de uma professora falar, que eu vou repetir a fala aqui, né, para exemplificar, ela falou assim: "O que a gente faz quando chega um neguinho catarrento na porta da nossa escola?"

Então, eu acho assim: que a gente tem que pensar nessas questões. Igual aqui, Brasília, centro do poder. E outra, o dado que saiu, essa semana, sobre o DF como o primeiro, né, vamos colocar como Estado, de morte de jovens negros no Brasil. Eu acho, assim, um absurdo a gente pensar... Porque a gente entende que Brasília tem alto nível educacional e tudo mais, mesmo pensando em escola pública, e da gente ter uns dados que assustam, que a gente sabe que o sistema penitenciário é um sistema genocida. Agora, a gente pensar que, além do cárcere, a própria sociedade está assassinando esses jovens, o que a sua Coordenação está pretendendo fazer com isso, quando a gente pensa no âmbito do DF?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se eu não me engano, agora é o Peterson.

SR. PETERSON: Bom-dia a outros. Primeiro, eu gostaria de parabenizá-los, gostaria de parabenizá-los pela presença, não é? João, Claudete, Senador Paulo Paim, a Sra. Maria e o nosso amigo Neto. Eu não tenho muito o que falar, eu vou só concluir alguma fala do Ivan aqui. Esse movimento que a gente está tentando criar em Brasília, o Obama Brasileiro, a finalidade dele é de buscar representatividade para os negros de Brasília, para os jovens, que falta para nós, aqui, hoje, na Câmara Legislativa de Brasília, representatividade. E dizer também que, hoje, nós contamos com, em média, 500 pessoas voluntárias e solidárias a esse nosso trabalho, em regiões administrativas de Brasília.

Esperamos, com isso, poder alcançar êxito, né, junto com o João, que está dando apoio para a gente, e outras entidades. Obrigada a oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem direito a uma fala, o Thiago se inscreveu. O Thiago é o último, é o quinto. Depois, eu vou passar para o Senador.

SR. THIAGO TOBIAS: Bom-dia a todos e a todas. Cumprimentar a Mesa, em nome do Senador Paulo Paim, sou Thiago Tobias, tenho fruto no Movimento Educafro, de São Paulo. Eu fico muito feliz em ver a Vereadora Claudete Alves, grande defensora do direito do negro, inspiradora de grandes jovens da periferia de São Paulo. Eu, como advogado, encontro muitos

intelectuais negros aqui em Brasília, e fazendo debate sobre a questão racial, mas, no fundo, eu vejo que os jovens, realmente, da periferia, através desse trabalho do Netinho e do Senador, acabam penetrando nesse jovem a mudança.

Para muitos que estão na universidade, a gente sabe que já tem o futuro garantido. Não vão conseguir acabar com o racismo, mas vão conseguir enfrentar com o diploma na mão. E o jovem pobre, da periferia, continua sofrendo racismo, discriminação e sendo vítima de números absurdos da morte, da violência policial, não só no DF como em todo o Brasil.

A nossa grande reflexão, aqui, hoje, é nessa busca dessa agenda comum do Estatuto da Igualdade Racial, enquanto investimento para a nação. A gente sabe que tem uma grande dificuldade na Câmara dos Deputados, mas, no fundo, a questão é mobilização, é pressão, é alvo, é ter o direcionamento próprio. Nós temos as nossas dificuldades, o movimento negro, o jovem negro ainda continua descalço, procurando um chinelinho de dedo para conseguir caminhar e dar esses passos nessas pedras de pedregulho, mas a gente tem que aprovar o Estatuto da Igualdade Racial como sendo essa carta de direitos civis que o senador falou.

A grande proposta e reflexão que eu trago para Mesa é a seguinte, principalmente com o Netinho, que é um especialista na área de comunicação, a gente já conversou muitas vezes: é como levar realmente essa comunicação do Estatuto da Igualdade Racial como sendo um investimento para o Brasil? Como desmistificar esse imenso ataque que a gente sofre todos os dias pela imprensa, todos os dias pelos contrários às cotas, e as pessoas que, tímidas nas suas casas, até entendem a importância do Estatuto da Igualdade Racial, não consegue pegar essa bandeira, essa ferramenta, para ir à frente e garantir aprovação? Estendo também à Vereadora Claudete Alves a pergunta, porque, nos inúmeros programas, e, lá em São Paulo, a gente tem o Estatuto da Igualdade aprovado na Prefeitura, mas tem essa dificuldade de efetivação da lei.

E uma proposta que surgiu no Rio Grande do Sul, esse final de semana, quanto à implementação da lei 10. 639, na Assurgs, entidade ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Sindicato, é que ocorra uma representação para o MEC e para todas as universidades federais, cobrando quantas questões foram efetivamente cobradas nos vestibulares públicos e no ENEM sobre a questão da igualdade racial, levando esse questionamento para o Ministério Público e para o MEC, para que, efetivamente, as pessoas parem com esse "faz de conta" da lei 10. 639, onde nós fingimos que estamos aprendendo, e eles fingem que estão ensinando. Nós queremos acabar com esse faz

de conta. Infelizmente, a nossa cultura é o seguinte: se você cobrar na prova, no vestibular, os jovens vão estudar, e, a partir daí, vai surgir a reflexão que nós queremos. Então, essa é a contribuição que eu trago. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Vamos passar a palavra, nesse momento, ao Senador Leomar Quintanilha, e, depois, eu vou passar para a Mesa para as considerações finais dos nossos quatro convidados. Senador.

SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ilustre Presidente Paulo Paim, desta importante Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Ilustres Sres. Convidados, para minha alegria, o nosso Netinho resolveu aumentar a carga sobre os seus ombros e, definitivamente, assumir uma função de representação popular, com a honrosa missão de vereador. De qual cidade, Netinho? São Paulo. E nós, que estamos no Parlamento há muito tempo, sabemos o quão honroso e quão significativo é podermos participar efetivamente nessa luta, nessa faina diária de buscar representar a população brasileira nos diferentes ambientes, nos diferentes fóruns de discussão nas questões que lhe dizem respeito. Então, eu fico feliz em vê-lo aqui, eu já era seu admirador, seu fã, e ver que você, além de ter esse dom especial que Deus lhe deu de encantar as pessoas com a música, você é um cidadão por inteiro. Você assume, como muitos brasileiros assumem também, essa responsabilidade de defender os interesses do povo brasileiro.

A minha saudação aos demais convidados. Nós temos aqui uma outra Vereadora, Claudete, Claudete Alves, também Vereadora de São Paulo, nos honra muito a sua presença aqui. Do João Batista de Almeida, que é o Coordenador de Assuntos de Igualdade Racial do Distrito Federal, da Maria do Carmo Ferreira, Assessora para assuntos federativos da SEPPIR e Coordenadora Nacional do Fórum Intergovernamental de Políticas da Promoção pela Igualdade Racial, FIPIR.

E saudar, por último, a todos os demais participantes dessa importante Audiência Pública, dessa importante reunião, que discute sobre uma questão sobre a qual nós já deveríamos ter superado há muito tempo, definitivamente, essa questão da desigualdade racial no nosso país. Lamentavelmente, as coisas se arrastam, e nós, e eu, particularmente, confesso... Onde é que está a maior dificuldade? Talvez não em nós próprios, talvez até em nós próprios, mesmo, para darmos uma contribuição mais efetiva a essa situação que não edifica, não contribui para a construção de um país melhor, para a construção de uma sociedade melhor. Devo confessar que eu, particularmente, de-

veria, meu ilustre Presidente, seguir o seu exemplo, estar com essa bandeira já levantada há mais tempo, dando também a minha modesta contribuição para que o nosso país avance, e tem avançado, mas avançado timidamente. Porque, na verdade, a diferença entre as pessoas, seguramente, ela só será, em um futuro não muito remoto, se Deus quiser, medida pela inteligência, pela capacidade individual, pela vontade individual de cada um de, efetivamente, construir o seu próprio destino e contribuir para a construção do destino de toda a sociedade brasileira.

De forma que eu quero cumprimentá-los a todos, sobretudo, eminente Senador Paulo Paim, por esse esforço, pelo que tem trazido de discussão, de debate, de acolhimento, de impressão, de sentimento, de manifestação de cada um dos membros dessa Casa, porque, aqui, sim, efetivamente, é o foro adequado, o foro mais importante, o foro ideal para as tomadas de decisão, que dizem respeito aos interesses maiores da sociedade brasileira, que é o Congresso Nacional, particularmente o Senado da República, e, aqui, esta Comissão que trata especificamente dos Direitos Humanos.

Então, o Senador Paulo Paim é conhecido, admirado e respeitado pela sua atuação eficaz, permanente, na condução dos temas e das discussões que ocorrem nessa Casa, com relação à defesa dos Direitos Humanos.

E, particularmente, nessa questão racial, já tivemos a oportunidade de participar de outras Audiências Públicas, onde outros estratos sociais, outros segmentos econômicos da nossa própria sociedade vieram aqui manifestar a sua opinião, o seu desejo, para que nós possamos, conjuntamente, buscar acelerar esse processo de avanço, onde todos nós seremos reconhecidamente irmãos de uma só causa, de uma só luta, independentemente de raça, de cor, credo ou religião.

Eu estou seguro que não tive a oportunidade de ouvir a opinião e a manifestação de cada um dos que aqui se apresentaram, à exceção de dois, de três dos convidados, mas eu estou seguro que não só o registro nos anais dessa Casa, mas, depois, uma própria discussão com o nosso querido Presidente Paulo Paim, eu poderia me inteirar melhor da amplitude e do alcance desta Audiência Pública.

Mas um fato eu quero registrar, que acho importante, acho que é significativo, pelo menos para mim, particularmente. A cada dia que passa, eu me sensibilizo mais com a necessidade de me inteirar, de me integrar nesse trabalho, nessa luta de todos nós, para que nós alcancemos, neste país que desejamos, uma igualdade social para todos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permitam, rapidamente, dizer que o Senador Quintanilha, pela sua humildade... Eu sempre digo que a humildade é um dom dos grandes homens, também, a pessoa que é arrogante não é um grande homem. Você não tem que ser submisso, mas a humildade eu acho um dom, você falar com tranquilidade. O Senador não quis dizer aqui, mas ele me ajudou muito para o Estatuto da Igualdade Racial ter sido aprovado aqui, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência ser aprovado aqui, ele estava do meu lado, e como também o Estatuto do Idoso, tanto que ele preside, nessa Comissão, a Subcomissão do idoso.

Então, Senador, V.Exa., na sua humildade, disse que vai se inteirar mais, mas eu diria que a V.Exa. é um grande senador, orgulha o seu Estado, orgulha o país, e eu tenho muita alegria de pedir a esse Plenário que lhe homenageie com uma pequena salva de palmas, que é uma grande salva de palma.

[palmas]

Nós vamos permitir a palavra. Vamos começar pela Claudete, para as suas considerações finais, nesse momento, para a gente poder encerrar a nossa Audiência Pública de hoje. Por favor, Vereadora Claudete.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): Eu quero iniciar com uma provocação. Senão, não sou eu.

Senador Leomar Quintanilha, no dia 14 de maio deste ano, onde o Senado todo estava comemorando os 120 anos da abolição inacabada, eu, a convite do Senador, estive aqui, até para apresentar um livro em que eu propus a cobrança da indenização dos descendentes de negros africanos, escravizados no Brasil. A exemplo de tratamentos que essa Casa, o Congresso tem dado a outros grupos que foram prejudicados por políticas do Estado. E eu me recordo que tinha senadores em pé, deputados em pé, não é? Porque, nesse país, costuma-se ou 20 de novembro ou 13 de maio, o Poder Público dá vazão minimamente às nossas questões.

Como hoje não é nem 13, nem 20, o senhor está aqui presente, prestigiando, eu quero render as minhas homenagens ao senhor por estar presente.

[palmas]

Eu queria, nessas considerações finais, fazer uma solicitação aqui, de público, Senador, para que, eu não sei de que forma, o Senado Federal, o Congresso, pudessem providenciar uma proteção ao grande Frei David. Porque, pelo que eu conheço do Frei David, ele colocar, no papel, que está sendo ameaçado de morte é porque, de fato, ele corre riscos. Eu e o Thiago conhecemos o Frei David, a cidade de São Paulo

perdeu muitíssimo com o afastamento dele, indo desenvolver tarefas em outros lugares. Eu costumo dizer que o movimento negro, da cidade de São Paulo, após a saída do Frei David, se tornou um movimento pardo, e eu espero que a gente conte, consiga pigmentá-lo mais, né? Faz uma falta enorme. Então, eu queria fazer essa sugestão e dizer que, em São Paulo, um dos grandes defensores que colocava, sim, a sua vida a risco, a sua cara a tapa, chama-se Frei David. E, nesse sentido, tudo o que os senhores puderem para verificar essas denúncias – nós passamos muito por isso – se faz necessário.

Eu queria dizer ao Thiago, já agradecendo, Thiago, o reconhecimento, porque, nesse país, é assim: enquanto você tem mandato, é chamado para tudo. Meu mandato ainda não terminou. Até o dia 31, eu sou vereadora e, como eu disse, eu continuo na vida política, porque cada eleição é uma história, e ser Parlamentar não é uma profissão, é um dever de cidadania. Eu queria agradecer muito o esforço de você, no sentido de ter esse reconhecimento. Mas, em relação à questão que você traz, eu acho que ela é de fundamental importância. Realmente, nós devemos desembocar todas as nossas energias nesse sentido, não é, para que, de fato, a gente consiga a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Mas tem algo que também é de suma importância, que eu acho que todos aqueles que têm consciência, negros e não-negros, precisaria continuar trilhando. Talvez Senador Paulo Paim, ao meu ver, uma das maiores dificuldades da aprovação no Congresso, na Câmara dos Deputados, do Estatuto da Igualdade Racial, que termina resolvendo uma série de questões [soa a campainha] é exatamente o poder da mídia, e, aqui, nós não podemos esquecer o que a Rede Globo tem feito, principalmente a Rede Globo, que é a que tem o maior número, a maior audiência no país, quando colocaram, para se contrapor ao movimento de cotas, aquela questão do genoma, do genes, né, onde pegaram várias personalidades, artistas e tudo o mais, que, naquela pesquisa, constatou que a maioria dos genes encontrados era de brancos, da raça ariana.

E aí, em São Paulo, eu respondi e fiz um artigo, publicado no Estado de São Paulo, dizendo que era uma constatação óbvia. Eles só esqueceram de dizer que a maioria dos genes encontrados só foram encontrados porque a maioria das mulheres negras, da diáspora, sofreram estupro pelo homem branco. Então, é natural que encontrássemos uma quantidade enorme de genes da raça ariana, na grande maioria nos negros.

Então, isso fica como, também, de alerta e foi um movimento odioso, nojento, nojento, para refrear a luta pelas cotas raciais nesse país, não é? Então,

eu acho que também tem mais uma tarefa aí para ser promovida um debate, eu não sei se na Comissão de Ciências e Tecnologias, para que a gente dissipe isso e coloque os 'pontos nos Is'.

Eu sou vítima disso, a minha bisavó foi estuprada [soa a campainha]. Então, é claro que nós vamos encontrar genes aí de não-negros, a maioria dos negros desse país.

Mas, relacionado à questão das cotas, ainda, esta discussão que a democracia racial é verdadeira no nosso país, de novo é para inglês ver, para banqueiro ver, para os grandes empresários verem, para o poder ver. Porque nós sabemos o que é ser negro nesse país e, lamentavelmente, após 120 anos, não dá para dizer que vivemos ainda num país extremamente racista. E essa tarefa de combater esse mal é de negros e de brancos. Não é para que, de fato, o Brasil se encontre consigo mesmo, e nós possamos viver numa cidade justa e igualitária, que podemos dizer: "Temos uma nação nesse país", porque, até então, nós temos uma junção de vários povos.

E, por fim, eu queria dizer, Thiago, respondendo a tua questão, que a nossa grande escola, o Senador Paulo Paim, quando da apresentação e da aprovação, no Senado Federal, do Estatuto da Igualdade Racial, eu, na minha cidade, copieei no sentido de forçar, no âmbito local, algo parecido que pudesse ajudar a criar músculos, no sentido de chegar à aprovação.

Então, quando eu aprovei o 20 de novembro feriado, não foi pouca coisa, só eu sei o que eu passei para aprovar, na maior cidade da América Latina, que pára, as bolsas param, a FEBRABAN pára, a cidade pára, o 20 de novembro, feriado, em homenagem a Zumbi dos Palmares e à comunidade negra.

E o estatuto que, lá, nós aprovamos, seguindo, copiando o estatuto do Senador Paulo Paim [soa a campainha], teve a maior parte dos seus artigos vetados, a maior parte dos seus artigos vetados. Vamos continuar brigando pela derrubada do veto. Não sei que quem, as pessoas que continuem lá vai ter o compromisso de fazê-lo, mas eu penso que é importante quando, por exemplo, nós garantimos a contratação dos cargos de confiança com cotas raciais, e, nessas cotas raciais, garantindo 50% para as mulheres negras, seguindo as diretrizes da sua preocupação.

Agora, o instrumento está lá colocado. Agora, cabe essa sinergia no sentido de nós conseguirmos avançar.

Eu... Finalizando, eu quero ainda dizer que, agora à tarde, eu terei uma reunião com várias senadoras e várias deputadas federais, lembrando que, nessa Comissão de Direitos Humanos, também deve fazer parte essa questão, que é a campanha dos 16 dias pelo fim

da violência doméstica contra as mulheres. Eu cumpro, no âmbito do município, essa tarefa, realizamos vários eventos. Agora, à tarde, eu terei reunião com as mulheres parlamentares, e essa Comissão de 16 dias seria até importante divulgar, Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, nós estamos na programação. Inclusive, aqui, vai ser o dia 17.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): Aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Audiência Pública, aqui na Comissão de Direitos Humanos, em parceria com as mulheres, nós vamos ter a Audiência Pública com esse debate. 17.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): É, e, na verdade, eu tenho uma reunião, agora, à tarde, até para prestar as contas do que nós fizemos no município, né? E eu queria finalizar, dizendo que, mais uma vez, é sempre um orgulho estar aqui. Eu quero agradecer o Senador, tem outros também, o Senador Eduardo Suplicy, que sempre tem dado vazão a essas questões, parabenizando a Assessoria do Senador, o Senador, os demais companheiros da Mesa, e me colocando à disposição aqui, para, talvez, se puder, colaborar em outras audiências desse tipo.

E finalizando, dizendo que, no mês de novembro, temos essas boas notícias. A eleição do Obama, que, com certeza, irá influenciar e demonstra o que nós sempre dizemos. Nós também somos capazes, né, como qualquer outro. A raça é humana, e os negros fazem parte dessa raça. Muito obrigada e, mais uma vez, agradeço o convite.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Presidente que agradece à Vereadora Claudete. E, de imediato, passamos a palavra ao João Batista de Almeida, Coordenador para Assuntos da Igualdade Racial do DF.

SR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA: Só gostaria de cumprimentar o nobre e ilustre Senador Leomar Quintanilha. Muito obrigado pela presença do senhor aqui.

Com referência à pergunta do nosso amigo, companheiro Bentinho, Pastor Bentinho, ele falava sobre o repúdio, sobre a denúncia. O nosso Presidente José(sic) Inácio Lula da Silva, quando ele Presidente, ele não pensava no partido, ele simplesmente juntou, chamou aos outros partidos. E o DEM também é um partido que, juntamente, vem promovendo essa promoção de igualdade racial.

Eu gostaria de falar, quando você falava sobre a quantidade de negros, de assassinatos registrados no Distrito Federal. O Conselho de Defesa dos

Direitos do Negro, agora também Coordenação para Assuntos de Igualdade Racial, mas, primeiramente, o Conselho, nós temos feito um trabalho, hoje, muito significativo. Chama-se Curso de Multiplicadores, com a Polícia Militar e a Polícia Civil. Esse curso, ele terá a responsabilidade e o apoio do PRONACI, do Ministério Público e da SEPPIR. É claro, o Conselho, ele... Não conseguimos dar passos largos, mas já estamos dando passos significativos para que essas ações, implementações de políticas públicas possam acontecer no Distrito Federal. Sabemos, sim, do racismo, que ainda existe no Distrito Federal. Mas o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro e a Coordenadoria têm, juntamente, o papel e têm o apoio do Governo José Roberto Arruda.

O momento nosso, agora, seria o seguinte, é como você bem posicionou e como o Netinho também falou na sua fala: no momento, agora, não adianta simplesmente passarmos esse poder para o governante. Na condição que estamos aqui, somos também governantes. E essa é a nossa condição de ir na base, ver os problemas e levá-los. Porque, de repente, esse momento nosso, agora, aqui, é o momento que nós temos que pegar esses assuntos, filtrá-los, mas filtrar numa condição de realmente trabalhar.

Sobre a pergunta da nossa amiga coordenadora, lá da UnB, estudante da UnB... Então, ela fala qual o nosso papel, o que faremos, como é que estamos nos programando para a Coordenadoria.

A Coordenadoria, ela ainda está engatinhando, ela tem exatamente três meses. Mas, desde a época em que entramos no Conselho de Defesa dos Direitos do Negro, nós já vínhamos com esse trabalho. Porque o Conselho, a função do Conselho, simplesmente, é uma função jurídica que a gente não podia atuar em determinadas situações ou função. O papel do Conselho era a fiscalização, e, isso, nós fizemos. E a Coordenadoria, nós já estamos trabalhando, haja vista que trabalhamos na educação, na transversalidade, trabalhamos... Hoje, nós estamos no 9º. fórum, no 11º. fórum de políticas públicas de igualdade racial nas escolas.

Até então, nós, hoje, passamos a fiscalizar nas escolas. É claro que não é de um dia para a noite. Mas, hoje, as escolas do Distrito Federal, juntamente com o Secretário de Educação, juntamente com o Secretário de Justiça, Direitos Humanos e de Cidadania, juntamente com o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro, com a Sociedade Civil, e a Copir. Nós temos avançado, sim, e bastante, e temos os anais no Conselho do Negro, aquele que quiser conhecer [soa a campanha], poderá passar.

E por último... A última questão é que eu voltaria a dizer. Volto no dia 17. Às 19h30, estaremos lá na

SEPPIR, já com algum... uns avanços. E eu gostaria que todos vocês, também, nos ajudassem. Porque o país, a cidade, o Estado, ele não vive apenas do governante; ela vive da sociedade civil que tem que se mobilizar, tem que se juntar, trabalhar, e, lá, levar os ideais para que a gente, junto, possa crescer.

Então, não adianta somente o governante. A sociedade civil tem que se organizar. E o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro está aberto, também, como a Coordenação, para tratar desses assuntos. Muito obrigado, mais uma vez, Presidente Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado ao João Batista de Almeida, pela sua exposição. E sempre a presença aqui, toda vez que é convidado, ele está aqui e coloca o seu ponto de vista. E acho que democracia é isso também, sujeito, inclusive, às críticas. Mas é bom. Quem não aceita a crítica? Todos nós aceitamos de forma muito tranqüila e é em cima da crítica que a gente vai crescendo também e procurando atender a demanda do nosso povo.

Passo a palavra, de imediato, à Maria do Carmo Ferreira da Silva, Assessora para assuntos federativos da SEPPIR e Coordenadora Nacional do Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção pela Igualdade Racial, FIPIR.

SRA. MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA: Bem, inicialmente, eu quero agradecer ao nobre Senador, na pessoa do Thiago e toda a equipe, pela formulação do convite à nossa presença aqui. E cumprimentar também o Senador Quintanilha, que aqui está, mais um, para engrossar essa, vamos assim dizer, essa necessidade de termos mais pessoas numa luta que não é única e nem é propriedade de um só.

Mas, também, a gente quer, nesse momento, dizer para o senador que a SEPPIR tem muito orgulho de tê-lo como parceiro, seja enquanto senador, seja enquanto companheiro de ideal, de movimentos e de partido, e que a gente espera e sabe desta recíproca que o seu gabinete tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, vou fazer um comercialzinho. Agora, no dia 13, eu vou lançar o livro, em Porto Alegre, "O cantar dos pássaros na manhã do Brasil", e o Ministro Edson Santos, numa deferência a esse humilde senador, vai estar lá comigo, em Porto Alegre, participando desse evento.

Então, o carinho com a SEPPIR é mútuo. Tanto que os Senadores sabem, aqui, na peça orçamentária, a emenda da SEPPIR é sagrada. Como vai estar sendo aprovada amanhã a emenda que o Ministro Edson pediu. Quando eu falo isso, é pelo compromisso, não

é? A gente sabe que política a gente faz, também, trabalhando com investimentos na peça orçamentária.

SRA. MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA:

Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Todos os Ministérios fazem esse movimento, e a SEPPIR, corretamente, fez o seu movimento, e pode dar a notícia lá que eu já carimbei a emenda da SEPPIR, aqui.

SRA. MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA:

Ok, obrigada.

Bom, a outra questão é reforçando aqui a indicação e a direção que a nossa companheira e Vereadora, Claudete, colocou aqui, com relação ao Frei David. É importante, sim, e dizer que a Ouvidoria da SEPPIR também se coloca à disposição para o que for necessário.

Bom, só uma contribuição na fala do João, quando a respeito das mortes em Brasília.

O DF é um dos espaços selecionados para o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas, no que diz respeito à questão da justiça. Nós não estamos usando a palavra violência, mas vamos usar a palavra justiça, como uma das prioridades da SEPPIR. E, de fato, dentro do Projeto Farol, no contexto do PRONACI, Brasília já foi selecionada como um dos parceiros, vamos assim dizer, de primeira hora, dada a situação em que se encontra essa questão de não-justiça, principalmente vitimando a nossa juventude de 15 a 29 anos, em especial.

Depois de tudo o que já foi colocado aqui, historicamente também colocando... Eu acho que seria bom, Senador, que todos os nomes que aqui foram lembrados, mais nomes que não foram citados, que também nem teríamos tempo para isso, mas que o seu gabinete pudesse, depois, estar registrando essa história, não só colocando os fatos, mas, como diz na nossa região, dando 'nome aos bois', a gente contextualizando a importância de cada momento em que um de nós já fez a sua parte nessa história, que é a história do povo brasileiro.

E dizer que, com muita alegria, a gente volta aqui quantas vezes for necessário, para estar contribuindo, nesse processo de discussão, sobre a necessidade de, no Brasil, termos ações afirmativas, enquanto políticas públicas. E eu digo isso, enquanto ex-gestora pública, já estive ocupando, por oito anos consecutivos, a Prefeitura de um município em Minas Gerais e fazendo sucessor. E o fato de estar no poder, naquele momento, não mudou, da água para o vinho, a história de aceitação e de estreitamento das relações entre as pessoas.

Mas serviu muito até para aprofundar ou trazer à tona questões que não mudam pelo simples fato de você estar no cargo, porque elas são bem mais profundas. Foi nesse sentido que eu coloquei a questão do sistema de educação, esse sistema de educação que nós temos vigorando no mundo. É claro que existem experiências novas acontecendo, inclusive aqui no Brasil, que tentam mudar esse paradigma. Mas isso, associado, quando eu coloquei a questão da eleição de Barack Obama, e essa linha, se é que a gente pode traçar, entre as figuras históricas, aqui citadas, qual é o ponto comum que convergem todas essas figuras, de acordo com a postura que tiveram naquele momento histórico? E a que levam? Então, nós vamos ver que, para nós pensarmos de maneira diferente, vendo, na diversidade, o outro como ser humano, é uma tarefa que exige [soa a campainha] muito, ainda, de nós. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Passamos a palavra, nesse momento, depois de agradecer à Maria do Carmo pela brilhante exposição. E deixando muito claro, foi muito bom, Maria do Carmo, que todos tenham clareza que nós, aqui no Senado, trabalhamos sempre em parceria com a SEPPIR, no tempo da Matilde e, agora, com o Ministro Edson, na mesma forma.

Até muitas vezes que coincide uma atividade da SEPPIR e a nossa, a gente meio que nos dividimos, mas sempre prestigiamos os dois eventos.

Então, passamos a palavra, nesse momento, ao nosso colega, amigo e Vereador José de Paula Neto, Netinho, grande Netinho.

VEREADOR JOSÉ DE PAULA NETO (PCdoB-

SP): Muito bem. Eu quero começar, aqui, agradecendo as palavras carinhosas do Senador Leomar, obrigado, mesmo, pelo carinho, sou um grande fã da oratória e das atuações, também, aqui do Senado.

E vou aproveitar, inclusive, esse carinho manifestado à minha pessoa, para usar como exemplo do que devemos fazer segundo a pergunta do nosso mano Thiago. Thiago, eu quero dizer aqui que você é um grande orgulho para gente, né, mano? Você que... De prima, na OAB, são poucos, são poucos. Você é um grande orgulho para a gente.

Mas já passou da hora da gente entender e aprender que nós temos que buscar o apoio dos brancos conscientes. A gente tem que parar um pouco agora, não é o momento da gente ficar brigando com os negros inconscientes. A nossa luta é com os brancos conscientes. Nós devemos trazê-los para o nosso time, porque a comunicação no Brasil está na mão dos brancos, de brancos não-conscientes, também. Não são

todos, mas muitos brancos não-conscientes. Quem vai conseguir dialogar e fazer com que esses brancos não-conscientes se sensibilizem com a nossa luta e forcem as nossas causas são esses parceiros brancos conscientes, a exemplo do que a gente tem aqui.

O Senador Paulo Paim tem feito isso com brilhantismo. Aqui dentro, ele disse que ele é o único senador negro, pelo menos que se assume. Tem outros que a gente olha e fala: “Esse é Negrão”, mas ele não quer ser.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): Aí nós não vamos insistir.

VEREADOR JOSÉ DE PAULA NETO (PCdoB-SP): É, a gente não vai insistir. Mas ele se assume. E ele conseguiu fazer isso aqui dentro. Quer dizer, quando ele conseguiu aprovar o Estatuto, aqui no Senado, significa que ele teve muita conversa, muita conscientização. Muitos eram contra, passaram a entender ou foram convencidos. E essa é a nossa missão. Essa é a missão do nosso movimento. Ficar brigando, ficar com intriga, ficar com... Não dá, não dá tempo, entende? Nossos pretinhos estão lá, como você mesmo disse, na periferia.

Porque, quando a gente passa a fazer parte de alguns movimentos, de alguns núcleos, de algumas ONGs, ou até mesmo do Legislativo, ou do Executivo, no fundo, no fundo, a gente passa a pertencer a uma outra classe social, meu irmão. Entendeu? Você não está mais todo dia, ali, no pé, no gueto e tal, vendo o que o pessoal, que está lá, tá passando. A palavra não chega lá. Essa é a nossa função, essa tem que ser a nossa preocupação, o resto tudo é balela, é xaveco e, muitas vezes, é querer garantia para continuar na mamata. A gente não pode perder tempo com isso. Essa questão da educação, para a gente, é fundamental, e ela só vai se tornar um fato quando a gente conseguir, de alguma forma, constranger as pessoas que são contra. E a imprensa brasileira, ela serve muito para isso. Inclusive, ela se dedica, quase que integralmente, ao constrangimento de interesses. Quando ficam falando mal do Presidente, quando, ali [ininteligível] na Globo põe uma posição sendo contra as cotas. Isso é o constrangimento.

Agora, nós temos, também, elementos que podem ser usados para favorecer a nossa, a nossa opinião e o que a gente acha que é importante para a gente.

Portanto, com resposta ao que você me falou, eu acho que a gente tem um longo caminho, um caminho que pode ser muito aproveitado [soa a campainha] por vocês aí do Movimento Obama Brasileiro, por exemplo, que apareceu o Obama, nos Estados Unidos, dando aquele discurso de posse, e o McCain, dizendo que era muito importante para que os Estados Unidos des-

se um passo, em termos de democracia, no mundo, o Obama ter ganhado. Isso constrange os racistas, isso constrange, isso faz com que o cara chegue na empresa dele, chame o funcionário: “Orra! Você viu? Olha o que aconteceu, né?”. Aquele que nunca conversou com o negro, vai parar para falar, né? Se ele tinha nojo, ele já não tem mais. Ele vai ficar incomodado. A mídia serve muito para isso.

E essas... O estudo sobre a negritude nas escolas, aqui no Brasil, esse momento, para a gente, é propício. As relações que vocês passam a ter, particularmente, com Washington, nesse momento, através da ação que vocês exerceram de apoio, isso é muito importante. Quando um negro, como o Obama, der uma entrevista para o Estadão ou para a Folha, dizendo que não entende o porquê que a Câmara dos Deputados não aprova o estatuto, isso, meu amigo, vai deixar os caras com uma vergonha muito grande, né?

Então, eu acho que a gente tem uma grande arma para fazer isso, e a lição já começou a ser feita, buscando os brancos conscientes, em primeiro passo. Isso, o nosso senador já vem fazendo com muita clareza e com muita transparência aqui.

Eu acho que assim é... A minha opinião pode ser uma contribuição para isso. Valeu.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria agradecer a todos a presença nessa Audiência Pública e dizer que nós ficamos ao vivo para todo o Brasil, durante todo o período. Começou 9h30, vai terminar ao meio-dia. Houve uma pequena reclamação da Bahia, me comunicaram, aqui, que o áudio não chegou bem lá, em dois momentos da Audiência Pública. Mas queria tranquilizar a Bahia que, aqui no Senado, aqui no Senado, de fato, é transmitido ao vivo, não há restrição nenhuma quanto a um debate como esse, que sei que, em algumas casas, não acontece isso. Eu vou ficar aqui para não ficar cutucando ninguém.

E dizer que essa audiência será repetida, ainda, e, com certeza, esse probleminha do áudio, que deu em alguns momentos, deve desaparecer.

Quero ainda informar a todos que, todo ano, a gente faz, no mês de novembro, um ciclo de debates sobre a questão do combate aos preconceitos. Então, hoje, foi a primeira. No dia 20 de novembro, para que o movimento possa falar também. Porque, no Plenário, acaba só falando os parlamentares. Nós teremos outro momento como esse, o debate seria o Estatuto da Igualdade Racial, toda a sua montagem, a política de cotas... Vai ser dia 20 de novembro, quinta-feira, 9 horas da manhã, aqui na Comissão. Depois, teremos outro, no dia 24 de novembro, será a questão quilom-

bola, com o título “Quilombo de amanhã”. E, depois teremos, no dia 27 de novembro, o encerramento do mês, aqui também, o debate sobre direito, matrizes religiosas e relações étnico-raciais no Brasil. Enfim, toda a liberdade religiosa que... Já fizemos um aqui sobre esse tema, voltaremos a fazer pela sua importância.

E por fim, respondendo também à própria Claudete, Claudete, o documento que o Frei David nos remeteu, nós vamos remetê-lo para o Paulo Vannuchi, que é o nosso Ministro dos Direitos Humanos, ligado ao Presidente da República, e também vamos remetê-lo ao Ministro Tarso Genro, que deve interagir, então, com a Polícia Federal, na linha que você solicitou.

E ainda dizer a todos que, para mim, foi uma alegria enorme esse momento. Eu tenho certeza absoluta que esse debate que a gente, aqui, participou, sendo assistido por milhões de pessoas em todo o país, vai suscitar outros debates. E nós, com certeza, vamos, como todos disseram aqui, de uma forma ou de outra, ocupando os nossos espaços.

Senador Quintanilha, agradecer muito ao nosso senador, que tem participado sempre com a gente, aqui, em todos os debates, mostrando o seu compromisso com o combate a todo tipo de preconceito.

E ainda falando, só para encerrar, sobre o livro que eu vou lançar, tem tudo a ver com a questão dos Direitos Humanos. “O cantar dos pássaros nas manhãs do Brasil” fala do nosso povo, fala de negros, fala de índios, fala de idosos, fala de deficientes, fala das Audiências Públicas que nós realizamos aqui e a importância de apontar, como aqui foi falado por todos, para um novo horizonte. É possível construir, sim, ou trabalhar para que a sociedade brasileira, de fato, seja de direitos iguais e oportunidades iguais para todos. Eu gosto muito desse finalzinho: oportunidades iguais para todos.

E eu, como foi dito por todos os painelistas, pela Claudete, pelo João, pela Maria, pelo Netinho, eu também, Netinho, eu penso muito isso; como vai ser bom, agora, a criança negra olhar para a televisão e ver que a maior potência do mundo tem um Presidente negro e mostrar que é possível, que dá para chegar lá.

Eu estou convencidíssimo que tudo é uma questão de oportunidade. O Obama teve a oportunidade, mostrou que ele não é nenhum Deus, ele não é mais competente que os outros, mas é tão competente quanto os outros. E, no debate, ele mostrou que ele é o homem certo, na hora certa, para assumir a Presidência do maior país do mundo.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): Só para fazer um acréscimo, aqui, tanto a Michelle e o Obama também foram favorecidos pela política de cotas nos Estados Unidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): É, isso é bom lembrar, e eu quero encerrar nessa linha, dizer que a política de cota, nos Estados Unidos, as ações afirmativas, ela vem na década de 60. E, se eu não me engano, o Barack Obama tinha em torno de quatro ou três anos de idade. Então, de lá para cá, década de 60, nós temos 48 anos, não é? 48 anos de toda uma geração que está votando, discutindo e que passou por ações afirmativas. Mas, enfim, eu quero dizer, se nós aprovarmos o estatuto, embora 48 anos depois, ele vai cumprir também o seu papel na história.

E eu encerro dizendo que quero render as minhas homenagens a todos os lutadores, brancos e negros, como foi dito aqui, que sempre demonstraram compromisso com a luta, em relação aos preconceitos, e que seus nomes não foram citados, mas, com certeza, marcaram a sua época, o seu tempo e estavam sempre juntos de nós, quer esteja aqui na terra ou lá no universo, mandando energia positiva aqui, para que a gente construa esse grande momento. E por que não lembrar e fechar com a frasezinha, frasezinha, olha a minha ousadia... Frasezinha de quem que eu vou usar? Do Martin Luther King. Tem uma frasezinha do grande líder Martin Luther King, a ‘frasezinha’ é de minha autoria, porque eu considero uma grande frase, que ele diz que o sonho dele era ver brancos e negros sentados na sombra da mesma árvore, comendo do mesmo pão. Viva Martin Luther King! Viva Malcom X! Viva Obama! Viva negros e brancos, comprometidos com a igualdade, com a liberdade, com a justiça e com a oportunidade para todos!

Está encerrada a Audiência Pública. Senador Paulo Paim.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h58.

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia onze de novembro de dois mil e oito, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Eduardo**

Suplicy e Sérgio Zambiasi. O Senador Romeu Tuma justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: Item único – **Discussão e votação das Emendas de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA para 2009).**

Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. O Senhor Presidente passa a palavra ao Relator das emendas ao PLOA, Senador Geraldo Mesquita, que lê o relatório. Após a discussão da matéria o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que é **Aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLOA 2008, conforme tabela abaixo:**

UO	SUBTÍTULO	VALOR
20.126 – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	8362.0001 – Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial – Nacional	700.000.000
20.121 – Secretaria Especial de Direitos Humanos	6263.0001 – Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade – Nacional	69.000.000
20.122 – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	8834.0001 – Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Nacional	175.000.000

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item Único. Emendas da Comissão ao Orçamento de 2009. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PL nº 38, de 2008 – Congresso Nacional – (Orçamento 2009), que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”.

Na Secretaria da Comissão foram apresentadas as 35 emendas. De imediato, eu convido o relator da nossa Comissão, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que venha até a Mesa, para apresentar o seu relatório. Senador Geraldo Mesquita Júnior, a palavra está à sua disposição.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, Presidente dessa importante Comissão, quero saudá-lo. Saudar aos presentes, Senador Suplicy.

E fazer aqui, antes de abordarmos o nosso assunto, Senador Paim, queria me referir à... Eu coloquei na minha página, um dia desses aqui nessa sala estivemos reunidos com a CPI da Pedofilia e exaltei a iniciativa do Senador Magno Malta que, em boa hora, mandou confeccionar uma cartilha que não é, exatamente, uma cartilha, mas é um material de orientação, dentro daquilo que a gente sugeria aqui, uma grande campanha pública de esclarecimento, de orientação, não é, Senador Paim? Eu coloquei no meu site o selinho que ele mandou confeccionar, relativo ao combate ao crime da pedofilia. E, hoje, para minha alegria, eu sento aqui e encontro uma iniciativa semelhante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Queria até que a TV Senado colhesse aqui a imagem: “Violência contra mulher é crime, não se cale, ligue 180, Central de Atendimento à Mulher”. Vou, da

mesma forma, também, se me permitir, a Secretaria colocar na minha página essa chamadazinha, eu acho que isso é uma gota no oceano, Senador Paim, mas é uma gota. E, de gota em gota, quem sabe, a gente consegue se aproximar de uma situação em que não tenhamos mais esse tipo de violência, esse tipo de crime cometido contra as mulheres no nosso país. Então, compromisso aqui, você ganhou um, agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, recebi das suas mãos aqui e fiquei muito feliz.

Até porque hoje eu lia, seu eu não me engano, no Jornal de Brasília, que Brasília é a cidade do maior índice de violência em relação às mulheres.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Maior índice de violência contra as mulheres, impressionante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, vem num bom momento a sua lembrança. E, pelo que vi aqui, olha, eu não interfiro no relatório não, aqui no relatório dele, ele se lembrou das mulheres, eu apresentei uma série de emendas. A informação que eu recebi agora de manhã, ele vai, realmente, comentar, eu nem sei se as minhas estão contempladas ou alguma que eu estou, enfim, vamos lá, Sr. Relator. Parabéns à iniciativa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): V. Ex^a. me conhece, esse relatório é uma proposta aqui de discussão, portanto, o relator, como o próprio relatório, está aberto aqui às alterações que julgarmos necessário, Senador Paim, até chegarmos a um consenso e a uma situação que permita que a gente, mesmo com o lençol curto, consigamos contemplar um maior número de temas e setores aqui, que essa Comissão tem especial interesse.

Eu quero aqui, mais uma vez, ressaltar, Senador Paim, antes de entrar, propriamente, no relatório, ressaltar a atividade do pessoal da Consultoria do Senado, na pessoa do Dr. Ribamar. Cadê ele? Está ali, quietinho. Das nossas Assessorias, a minha, no caso, na pessoa do Dr. Edson, está ali também quietinho, esse pessoal é que, de fato, carrega pedra. Nós sentamos com eles e estabelecemos os critérios e discutimos as linhas mestras, mas eles é que soam a camisa, malham, apresentam a minuta dos relatórios, que a gente pode alterar ou não. E, eu queria, mais uma vez, ressaltar a importância do trabalho desse pessoal que nós temos no Senado Federal, da Consultoria, das nossas Assessorias, que prestam um relevante serviço ao Senado e ao país.

Vamos ao relatório, Senador Paim. Essa Comissão pode apresentar até seis emendas ao Projeto, sendo três do tipo apropriação e três do tipo remane-

jamento, nos termos da Resolução nº 01. No entanto, por coincidência, todas as sugestões de emendas apresentadas ao nosso relatório, à nossa Comissão, são do tipo apropriação.

Na verdade, o que foi ordenado aqui nesse...? Primeiro, a eleição de critérios. Para selecionar as emendas, trabalhamos com os elementos objetivos, a fim de contemplar o maior número possível de parlamentares e dos órgãos e ações por eles eleitos. Verificamos quais unidades orçamentárias despertaram maior interesse do colegiado e, a seguir, fizemos o mesmo em relação às ações orçamentárias.

As unidades orçamentárias contempladas com mais sugestões foram: A Secretaria Especial de Direitos Humanos com 16 emendas, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com 11 emendas, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial com seis emendas. As unidades orçamentárias, Fundo Nacional para Criança e Adolescente e Ministério do Trabalho e Emprego receberam emenda, completando as 35 sugestões de emenda.

As ações orçamentárias, objeto do maior número de propostas, foram: Apoio e iniciativa de referência dos eixos temáticos do Plano Nacional de Política para as Mulheres, na Secretaria Especial de Política para as Mulheres; Capacitação e especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade, na Secretaria Especial de Direitos Humanos; E apoio às iniciativas para promoção da igualdade racial na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Combinando essas ações com aquelas três unidades vinham, se possível, atender a 11, dos 12 Senadores proponentes, além de contemplar unidades orçamentárias e as ações mais recomendadas nas sugestões. Assim sendo, propomos aprovação das propostas nº 04, 21 e 29 que, além de serem as de maior valor, atendem a esses requisitos.

Há, porém, de se realizar ajuste na forma do nosso voto para propiciar o acolhimento do teor das propostas 07, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 23, 25 e 34, e evitar possível inadmissão pela CMO, ou seja, do jeito como estamos propondo, restam acolhidas 13 sugestões condensadas nas propostas 04, 21 e 29. Em síntese, procurou-se, dentro das naturais limitações e preservando ao máximo as sugestões originais, utilizar critérios justos para priorizar e respectivas ações que figuram mais relevantes para o colegiado.

Diante do exposto, o nosso voto e, eu diria preliminar, Senador Paim, é para que essa Comissão delibere pela apresentação das emendas 04, 21 e 29, com as alterações abaixo, por se apresentarem como as melhores opções, dentro da nossa margem regimental.

A Emenda nº 04 destina-se, órgão executor, Presidência da República, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Social, apoio às iniciativas para promoção da igualdade racial, no valor de 300 milhões. A Emenda 21, também, da Presidência da República, Secretaria Especial de Direitos Humanos e visa à capacitação e especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade, no valor de 30 milhões de reais. E, a Emenda nº 29, também se destina à Presidência da República, Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que tem, por finalidade, o apoio à iniciativa de referência nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da Ata, cuja cópia deverá ser entregue à CMO, juntamente, com as emendas aprovadas. Propomos que a Secretaria dessa Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados permanecem como constam nas Emendas 04, 21 e 29.

Anexo ao relatório, nós temos o rol de emendas apresentadas pelos Senadores. O Senador Paim apresentou aqui cinco emendas, a Senadora Patrícia duas emendas, o Senador Nery três emendas, a Senadora Lúcia Vânia três emendas, o Senador Inácio Arruda duas emendas, o Senador Valter Pereira uma emenda, Senadora Serys três emendas, o Senador Flávio Arns três emendas, o Senador Paulo Duque uma emenda, a Senadora Fátima Cleide duas emendas, o Senador Romero Jucá duas emendas, o Senador Cristovam três, seis, sete emendas, no total de 02 bilhões 483 milhões 450 mil reais. O outro anexo, procuramos agrupar as emendas pelo tipo de ação a ser executada.

Então, Senador Paim, em síntese, o relatório sugere o acolhimento dessas três emendas. A Emenda nº 04 é de autoria de V. Ex^a., ela tem por finalidade destinar recurso para a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Social, da Racial, desculpa. A Emenda nº 21, de autoria do Senador Flávio Arns, se destina à capacitação e especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade. E, por último, a Emenda nº 29, nominalmente, de autoria do Senador Cristovam Buarque, se destina ao apoio à iniciativa de referência nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Quero esclarecer que, cada uma dessas emendas, vários parlamentares destinaram recurso para a mesma finalidade, nós destacamos apenas aquele parlamentar que consignou o valor mais elevado e mais representativo do grupo de sugestões de emendas apresentadas, no caso foram os três parlamentares aqui já citados, Senador Paim, Senador Flávio Arns e

Senador Cristovam Buarque, mas importante frisar que, cada uma dessas emendas congregam um número grande de parlamentares em torno da mesma temática, da mesma preocupação, todos eles destinando recurso para aquela finalidade específica.

Creio que o relatório contempla três grandes temas e grupos de atividades, ou seja, a promoção da igualdade racial, a acessibilidade – um tema caro aqui para o Senador Flávio Arns e tantos outros parlamentares – e o tema de políticas para as mulheres. São temas que, recorrentes nessa Comissão, são temas de grande preocupação e motivo de grandes debates nessa Comissão, durante a sua gestão, na Presidência dessa Comissão e está posto o relatório.

Como eu disse, inicialmente, V. Ex^{as}. me conhecem, eu sou um Democrata, isso aqui é uma sugestão para que a gente, eventualmente, possa, inclusive, aperfeiçoar e dar uma redação final aqui ao relatório, ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Geraldo Mesquita Júnior. A palavra está à disposição dos Senadores e Senadoras e o relator fica aqui para qualquer dúvida e, se precisar, inclusive, algum esclarecimento mais técnico, com certeza, a Assessoria está aí, também, à disposição.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr. Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Como, na semana passada, eu estive em missão no Uruguai, na Argentina, e não pude participar da reunião em que foram apresentadas as emendas, mas considerando que, ainda o Senador Geraldo Mesquita está apresentando e submetendo o seu relatório, eu gostaria de encaminhar à S. Ex^a., a carta que encaminho ao Presidente Paulo Paim, em que encaminho a solicitação, ou a sugestão diria, da Sra. Regina Dâmia, Assessora Parlamentar da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no sentido de que venhamos considerar a emenda ao orçamento de 2009, justamente, referente aos propósitos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o apoio às iniciativas de referência nos eixos temáticos do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, fruto de um amplo diálogo com a Sociedade Civil na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Se trata, conforme pudemos ouvir do relatório do Senador Geraldo Mesquita, de proposição semelhante àquela que, pelo menos, três Senadores apresentaram.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): E, como aqui não está, propriamente, explicitado o valor, eu encaminho esta sugestão, no sentido de reforçar

e aprovar o Parecer de V. Ex^a., se for ainda possível crescer, digamos, um valor a isto como emenda, mas isso depende do que a Assessoria Técnica poderá examinar, mas se não fica como um apoio a posição de V. Ex^a., porque é consistente com o relatório que V. Ex^a. acaba de apresentar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com certeza. Agradeço muito o encaminhamento que V. Ex^a. faz, ressaltando dois fatos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O primeiro é de que as emendas selecionadas elas, na verdade, representam o conjunto de preocupação de muitos parlamentares.

Por exemplo, a Emenda nº 03, a Emenda nº 04, de autoria, nominalmente, do Senador Paulo Paim, é uma emenda que, em torno dela, da mesma temática, da mesma preocupação, vários Senadores e várias Senadoras alocaram também sugestões de recursos, assim como as demais. Esse foi um critério objetivo utilizado, ou seja, aqueles temas que atraíram o maior número de sugestões de emenda dos parlamentares. Esse foi um dos critérios adotados, além de outros.

E, o segundo critério, foi destacar a emenda dentre aquelas muitas emendas num determinado tema e para uma determinada atividade, que representou um maior volume de recurso. Eram os esclarecimentos que eu queria prestar.

E, acabo de receber o documento que V. Ex^a. encaminha, ressaltando, mais uma vez, que essa preocupação já está contemplada aqui no relatório, mas eu vou, em todo o caso, dar uma examinada, dar uma olhada, ver se algo pode ser feito ainda nesse sentido, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só queria informar que, se for possível, definir a emenda tal como outros parlamentares o fizeram, então, como está em branco a dotação, eu colocaria 100 mil reais e posso escrever de pronto, como uma sugestão para a sua apreciação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só vou dar encaminhamento, na verdade foi contemplado pelo que percebi, pelo relatório, três setores: a igualdade racial, política para as mulheres e acessibilidade, a questão das pessoas com deficiência. Eu acho que a polêmica fica aqui, talvez, seja entre os setores que não estão contemplados, esses três estão contemplados. Senador Flávio Arns, eu tinha feito uma também para os idosos, por exemplo, mas sei que não havia, tinha que decidir por três.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, eu estava, justamente, me informando com a Consultoria

também para, assim, entender, porque eu até estava estranhando que eram três emendas quando, pelo menos, na Comissão de Educação a gente está discutindo em termos de quatro, não sei se continuam sendo quatro ou não, mas aqui são três, de acordo com o que a Consultoria me informa, três de apropriação e três de remanejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Remanejamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Apropriação significa, independentemente, de você indicar a fonte e o remanejamento, você tem que indicar a fonte para remanejar, tirar de um para passar de outro que é sempre uma tarefa ingrata, também. Não há dúvida.

Eu acho que, quando V. Ex^a. fala de acessibilidade, sem dúvida, é para a pessoa com deficiência, mas é também para a pessoa idosa, sem dúvida alguma, pessoa idosa tem muita dificuldade, hoje em dia, de fazer muitas coisas, como: turismo, viagens, uma série de coisas, por falta de acessibilidade, banheiro, chuveiro, quarto, rampa para a pessoa idosa e mesmo para outras pessoas. Por exemplo, uma família que tenha carrinho de nenê, esteja levando a criança e tal, como é que vai sair numa escadaria com um carrinho? É o que se chama Desenho Universal, que sirva para todas as pessoas, independente de ser com deficiência ou não, o que é natural, facilita a vida de todo mundo.

Eu queria sugerir só duas coisas, que na emenda sempre fosse destacado, por exemplo, igualdade racial, que fosse destacado, porque na igualdade racial entram aspectos relacionados ao idoso, à mulher negra, à criança em situação de dificuldade na sociedade. Então, se houvesse alguma forma de, na justificativa da emenda, enfatizar esse fato, porque é uma igualdade racial se refere a todos. Então, a gente pode ver que a mulher é discriminada, se a mulher for negra é discriminada mais ainda, se a mulher for negra e com deficiência, aí é mais discriminada ainda.

Então, se houver alguma possibilidade na justificativa de abarcar os outros setores da Comissão de Direitos Humanos, quer dizer, é a mulher, é a mulher negra, é a mulher com deficiência negra, é a criança negra que acaba tendo, assim, dificuldades.

A mesma coisa em relação à emenda das mulheres, quer dizer, a emenda das mulheres é importante, mas a mulher com deficiência, a mulher negra, novamente, que houvesse essa interface entre as várias áreas aqui da Comissão de Direitos Humanos.

E, a outra pergunta que eu faço, apesar da minha emenda ter sido, a gente tenha apontado um valor, haveria alguma possibilidade, haveria alguma possibilidade ainda de se aumentar o valor da emenda da acessibilidade de 30 para 60, ou não?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não há problema.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem problema? Eu acho que deveria, porque são 5.500 Municípios, em vez de 30 ser 60, eu acho que ainda seria totalmente insuficiente, mas, pelo menos, seria um valor mais significativo para a necessidade. Obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não há problema, a primeira sugestão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continua em debate, o relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Apenas para informar que acrescentei o valor da emenda de 100 milhões de reais, acrescentei o valor da emenda, explicitiei 100 milhões de reais, mas submetendo à consideração da Equipe Técnica e do Relator, mas, portanto, com o mesmo propósito que outros Senadores apresentaram.

Queria aproveitar a oportunidade, Senador Paulo Paim, para, com respeito aos idosos, relatar de um fenômeno triste que vem ocorrendo, que me foi relatado pelo Padre Jaime Crowe, quando visitei a Paróquia dos Santos Mártires no Jardim Ângela, neste último domingo.

Ao final dos anos 90, lá por volta de 96, 99, um relatório da ONU colocou o Jardim Ângela, como local de maior violência, de criminalidade violenta no mundo. E, a partir daí, começou haver uma grande reação da comunidade, sobretudo, o Padre Jaime passou a organizar caminhadas no Dia de Finados, 02 de novembro, porque ele diz que eram muitas as vezes em que rezava a Missa de 7º Dia, ou que levava familiares para enterrar seus jovens. E, a partir de um certo momento ele falou: "Vamos fazer caminhadas para conclamar a todos os moradores a realizar ações que nos permitam diminuir a violência" e, a partir daí, surgiram uma série de iniciativas, inclusive, para recuperar pessoas que estão acostumadas ao alcoolismo, ou as drogas e tudo, então, uma série de iniciativas têm sido tomadas.

E, no diálogo com o Padre Jaime, neste último domingo, ele me disse que mais triste, grave, às vezes, do que os atos perpetrados pelo PCCs e tal, um novo fenômeno começa a ocorrer, qual seja a de jovens estarem maltratando seus avós para retirar deles o cartão de aposentadoria para, então, obter os recursos para fazer, para realizar ações do narcotráfico com a aquisição de drogas, para estas outras atividades. Então, eu quero registrar isso como uma preocupação.

O Padre Jaime, inclusive, e a Paróquia dos Santos Mártires, ali, convidou-me para fazer uma palestra e um

diálogo com ele sobre as propostas de Renda Básica de Cidadania no próximo dia 12, numa Semana de Comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos e será uma oportunidade, inclusive, para aprofundar o diálogo sobre este tipo de problema, mas eu queria registrar aqui, uma vez que a nossa Comissão tem sido um fórum de registro de problemas sérios e graves que têm ocorrido e que, justamente, merecem a nossa atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Supply, só para ilustrar a denúncia que V. Ex^a. faz, nós realizamos todos os anos aqui uma série de Audiências Públicas em relação à violência contra o idoso e o triste é reconhecer que V. Ex^a. tem toda a razão que, no mínimo, 80% da violência contra o idoso vem dos familiares, são os próprios familiares que se apropriam, não só do cartão, do automóvel, da casa e, muitas vezes, jogam o idoso para um asilo, ou até fora da casa para ficar com os bens e, quando não chegam aquilo que a gente chama as vias de fato, torcendo para que o idoso morra para que eles possam se apropriar dos bens.

De fato é uma denúncia grave e que está, digamos, com um lastro em todas as pesquisas que a Comissão reúne aqui nessa sala e, por isso, nós temos feito uma série de Audiências Públicas. Esse ano fizemos três e faremos, também, o ano que vem.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministro Paulo Vannuchi, tem nos ajudado muito, o Conselho Nacional do Idoso também, no sentido de que a gente possa ter políticas públicas de combate à violência em relação ao idoso. O Centro de Convivência tem ajudado nesse sentido e as Delegacias dos Idosos também, mas é uma denúncia que tem toda a procedência.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Sr. Presidente, eu vou, a Comissão de Assuntos Econômicos, então, expressei meu voto favorável, com a flexibilidade para o relator poder fazer os ajustes necessários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continua em debate o relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior. E, lembrando a todos que o prazo de emenda terminou na última sexta-feira, nós só podemos trabalhar com as emendas que estão, nesse momento, aqui na Mesa. Se ninguém tem nada mais a debater sobre o tema, eu vou passar a palavra ao relator e, em seguida, vamos à votação. Encerrou a discussão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, conversando aqui com o Ribamar, resolvemos para abrir mais ainda o guarda-chuva, colhendo, inclusive, sugestões do próprio Senador Supply, do Senador Arns, resolvemos aglutinar os valores, por exemplo, no tema Política para as Mu-

lheres, no somatório das sugestões apresentadas pelos parlamentares dá um total de 175 milhões. Dessa forma, a gente abre ainda mais o guarda-chuva das proposições dos parlamentares.

A mesma coisa, estamos fazendo com a área de acessibilidade, colhendo a sugestão do Senador Arns, que iniciou esse debate, dá um total de 69 milhões. E, na área da promoção da igualdade racial, o total de emendas, o somatório das emendas apresentadas pelos parlamentares, importa em 700 milhões, está certo?

Com essa alteração, eu submeto o relatório tanto à V. Ex^a., como aos demais parlamentares, não antes de agradecer a confiança do amigo e o privilégio de ter escolhido o seu companheiro velho para essa missão de relatar as emendas dessa importante Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Feito o relatório, com as alterações que o Plenário propôs, que se adotasse o critério da soma das emendas e o relator acatou, eu submeto à votação do relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Só dizendo para todos que, claro, que tem alguns números que tem mais um gesto simbólico, nós sabemos que, por exemplo, a igualdade racial, tem uma tendência a baixar para 10% e, como também nos outros, mas acho que é importante essa simbologia no momento como esse em que o mundo todo discute a questão do combate ao preconceito racial, não que os outros preconceitos não têm que também ser debatidos, mas como nesse momento ímpar, eu me sinto contemplado pela simbologia de nós termos colocado uma verba, digamos, um pouco maior para, exatamente, as políticas de combate ao preconceito racial, enfim, para que ninguém seja discriminado pela cor da pele, pela origem, pela procedência, pela etnia, ou mesmo... Enfim, principalmente, pela cor da pele.

Eu coloco em votação. Aqueles Senadores, Senadoras que concordam com o relatório defendido aqui, exposto e debatido por esse Plenário, pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, permaneçam como se encontram. Está aprovado o relatório.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, meu relator. O relator consegue a unidade sempre aqui, com a habilidade que ele tem demonstrado aqui nessa Comissão. Eu acho... Peço...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Também, com o professor que eu tenho. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro que não daria para contemplar todos, mas vamos tentar nas outras Comissões que nós fizemos parte para que, aqueles que não puderam ser contemplados aqui, que nós só podíamos aprovar três

emendas mesmo. Para que aqueles outros setores, como criança e adolescente, homofobia, a questão dos idosos mesmo, estejam nas outras Comissões. Esse era o objetivo dessa reunião.

Então, encerramos a presente reunião, marcando outra para a próxima quinta-feira, que vai ser o debate do trabalho escravo. E, segunda-feira, em parceria com a Subcomissão das Mulheres, que é presidida pela Senadora Ideli Salvatti, nós teremos uma Audiência que vai tratar da violência contra as mulheres. Está encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 10h53.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, E 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senador Augusto Botelho, e com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Paulo Duque, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Jayme Campos e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 48/08 – CE, 36/08 – CAS e 81/08 – CDH, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Romeu Tuma, sessão esta inserida na programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se realiza de 18 a 20 de novembro, no Auditório Petrônio Portela. O objetivo da Audiência Pública é discutir o tema: **“Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”**. A Presidência Eventual registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Deputada Estadual Iraê Luceña – PMDB/PB, Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidade da Assembleia Legislativa da Paraíba; Senhora Marilena Flores, Presidente da Associação Brasileira pelos Direitos de Brincar; Senhora Regina Orth de Aragão, Professora e Diretora da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê – ABEBÊ; Senhora Elza Pádua, Presidente do Instituto 0 a 6 de São

Paulo; Senhor João Augusto Figueiró, Professor e Diretor Científico do Instituto 0 a 6 de São Paulo; Doutor Laurista Corrêa Filho, Pediatra Neonatologista, Especialista em Saúde da Mulher e Doutor Salvador Célio, Psiquiatra e Professor de Medicina da Universidade Luterana do Brasil. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor João Carlos Campos Gomes-Pedro, Diretor da Pediatria do Hospital de Santa Maria – Lisboa (Portugal); Senhor Vital Didonet, Membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê – ABEBÊ – Brasília/DF e Senhor Victor Ricardo Guerra Flora, Psicanalista da Associação Psicanalítica do Uruguai – (Montevideo) Uruguai. Logo após, o Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, comunica que necessita ausentar-se em virtude de compromissos anteriormente assumidos e passa a Presidência ao Senador Sérgio Zambiasi. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Sérgio Zambiasi. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA – – CDH

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, CONJUNTA COM A 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de

Educação, Cultura e Esporte, 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente reunião atende a Requerimentos nº. 48/08 da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti e Romeu Tuma, nº. 36/08 da CAS e nº. 81/08 da CDH, ambas de autoria do Senador Paulo Paim para a realização dessa Audiência Pública, destinada a discutir a valorização da primeira infância e da cultura da paz. Sessão esta que está inserida na Programação da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz que se realiza entre 18 e 20 de novembro no Auditório Petrônio Portela.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados a tomarem assento à Mesa. O psicanalista Victor Ricardo Flora, da Associação de Psicanalistas do Uruguai, João Carlos Gomes Pedro, Diretor de Pediatria do Hospital Santa Maria, Vital Didonet, membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, ABEBÊ. Bom, cada palestrante terá 20 minutos e quando faltar um minuto para terminar, toca uma campainha automaticamente. Ok? E após a palestra, será aberto aos senadores para fazer as indagações que acharem convenientes.

A TV Senado transmitirá, na íntegra, essa audiência. Bom, passo a palavra ao Dr. João Carlos Campos Gomes Pedro, Diretor da Pediatria do Hospital Santa Maria de Lisboa, Portugal.

SR. JOÃO CARLOS CAMPOS GOMES-PEDRO: Muito bom dia. Dirijo-me em primeiro lugar a V. Exª, Senador Augusto Botelho, meus cumprimentos e saudações e, na pessoa de V. Exª, eu cumprimento todos os membros do Senado, aqui presentes e ausentes e todos os profissionais da educação, da saúde, da justiça, do meio ambiente que, porventura, estejam presentes. Queria cumprimentar também o Professor Victor Guerra, de Montevideo, companheiro hoje desta apresentação e o Professor Vital Didonet, os meus cumprimentos e o meu prazer e honra estar aqui convosco.

Eu vou tentar adaptar, com a ajuda preciosa dos membros do secretariado, porque pensava que eram 30 minutos, portanto, eu tenho que adaptar a 10 minutos. Eu posso ter o primeiro slide. Portanto, eu vou tentar fazer uma apresentação sobre ciências da vida

e paz, como contribuintes para o desenvolvimento que envolve a cultura da criança. O conceito de paz compreende o estado de espírito. Com efeito, consciencializa essa paz, em função dos nossos sentimentos, necessariamente transacionados com as circunstâncias que nos envolvem a todos. A semiologia da paz no mundo, num país, numa sociedade, em cada pessoa, exige, assim, uma metodologia da avaliação completamente inovadora se, de fato, se pretendermos, de fato, medir ou ascultar esse tal estado de espírito.

O comportamento clássico valorizado entre as designações de paz e guerra, mediados por graus de valorização diferentes, expressará, ou expressa, tão só, aquilo que se pode designar por uma maior ou menor violência social nas nações e no mundo. Mas, porém, no íntimo de cada pessoa, a vivência de mais, ou menos paz não tem correspondência, por exemplo, na atividade cognitiva ou na atividade motora e, por vezes, só uma atenta semiologia das emissões pode valorizar os estados da alma, em função daquilo, que muitos chamam, paz interior.

A paz interior, nas suas diferentes graduações, identifica-se com aquilo que se tem chamado: O sentido de coerência. Estamos em paz quando presenciamos que o que vivemos e sentimos tem sentido, ou faz sentido, em função de um projeto, em função das nossas expectativas, dos nossos sonhos, dos nossos desejos, dos nossos objetivos. Existirá, então, nessa altura, um fluxo de coerência em termos de pensamento, de sentimento e também de ação. O sentimento, o sentido de coerência, que na nossa perspectiva, é arrolado por uma consciência de paz, está profundamente ligado a um equilíbrio que é essencial conhecer para que se abranja totalmente esse conceito de paz.

Eu afirmo a equação vulnerabilidade e resiliência que é, de fato, uma balança muito sensível e que é determinante do nosso sentido de coerência e, por essa via, do nosso sentido de paz. A dinâmica do desenvolvimento humano supõe uma propulsão gerada por sistemas interiores e exteriores da pessoa. Sabemos que esta linha do desenvolvimento não é assim. E hoje acreditamos que o desenvolvimento é esta linha quebrada feita de sucessivas desorganizações e reorganizações em períodos de viragem, extremamente sensíveis, que são os diferentes e sucessivos *touch-points* do ciclo da vida.

Quando, porventura, existem vulnerabilidades nos sistemas interiores, como nos sistemas exteriores, que envolvem a nossa vida de relação e, sobretudo, quando essas vulnerabilidades ultrapassam o limiar da nossa adaptação, em função da nossa resiliência, sentimos que nada faz sentido. Nessas alturas, não existe sentido de coerência e não nos sentimos em paz. Toda a

problematização da violência terá de ser entendida em função deste modelo, de que é paradigma a primeira triangulação familiar, que Picasso ilustrou tão bem. A coerência deste modelo é nos dada pelo bebê.

E foi o bebê que nos fez sentir consistente este modelo, a partir das investigações, que eu vou muito rapidamente, hoje, abordar, do que fizemos nesses últimos 20 anos no nosso... Na nossa universidade. As ciências da vida que explicam a paz são, sobretudo, as ciências que estudam o desenvolvimento e o comportamento humano. Os primeiros meses de vida representam o período da regulação entre os dois sistemas interiores mais significativos da vida, o do bebê e o da sua mãe.

Cada um destes sistemas contribui, de modo próprio, para a homeostase do conjunto, sobretudo, expressa pela comunicação diádica. E esta, justamente, pressupõe uma inteira subjetividade que, hoje, o Professor Vital Guerra também vai falar, e que é o melhor alicerce da construção do vínculo. Decorre dessa transação dinâmica aqui patente que é a comunicação na sua forma mais sublime, algo que pode ter todos os nomes e todas as interpretações, mas a que eu chamo muito simplesmente aprendizagem. Aquilo que o bebê faz nos primeiros meses de vida, não aprende nunca mais na vida, nem nos doutoramentos, nem nos... Quando faz concursos catedráticos, se aprende tanto, como nos primeiros tempos de vida. E, por isso, o bebê tem cólicas.

A regulação da aprendizagem é mediada pelo controle fisiológico, sendo decisivos neste controle, dois dos sistemas interiores, que são determinantes no bebê e não só de toda a aprendizagem. Refiro-me ao sistema de controle dos estágios, dos estados de consciência, que são um, dois, três, quatro e cinco, e aos da regulação autônoma, ou seja, da organização do bebê, face ao estresse ambiente. Para os pais, o significado dos sorrisos, dos estados de alerta interativo que em bebês mais prolongados e todas aquelas provocações que pretendem prolongar a comunicação e transações, esse significado é o [ininteligível]. Ou, se quiserem, o do desafio ganho numa regulação mais ou menos conseguida, mais ou menos conquistada.

Esta roda vida, que é a roda da vida, representa no fundo o ciclo da paz que se inicia em cada pessoa, em função dos vínculos, que o bebê organiza durante o seu tempo de vida. Todos conhecemos e agimos, na tentativa da regulação do bem-estar. Algo do que nós, hoje, queríamos mostrar era como, logo um bebê, com dois dias de vida, se pode fazer uma avaliação neuro comportamental, que potencializa a descoberta do bebê, podemos partilhar com os pais. Isso é decisivo na intervenção, no nosso entender, na

organização da família, como fator maior na prevenção da violência e na organização preventiva do bem-estar do bebê e da família.

São três ou quatro minutos, em que avaliamos a motricidade, avaliamos os reflexos. Aqui os vários reflexos primitivos do bebê... Avaliamos o tônus motor, dos membros superiores e dos membros inferiores, o bebê passa por vários estágios, tem alguns sustos, alguns tremores, chora, estágio seis. Na posição de puxar e sentar, vemos a tonicidade de um bebê, tudo isso é compartilhado com os pais presentes. Aí temos o reflexo de Galant, vamos ver daqui a um bocadinho o reflexo da marcha, que é algo de muito importante, porque dá um sentido de confiança, de força, de segurança nos pais, quando vêem os bebês fazerem esta marcha, logo com horas de vida.

Vamos ver, muito rapidamente, a passagem dos estágios de um a seis, o estágio de sono profundo, o estágio dois, que é o estágio já de sono mais leve, sono REM. Depois a passagem do estágio intermediário que é o estágio entre as dez e as onze, como nós dizemos em Portugal o estágio três e, depois, a passagem para o estágio de alerta interativo. Que é um estágio frágil, porque qualquer coisinha desregula o bebê. O bebê está a tentar organizar-se levando a mão à boca, tentando consolar-se a si próprio, e como é muito vulnerável, este estágio eu posso passar logo para cinco, o estágio agitado e, ou mesmo de choro, seis.

E o estágio de choro é uma oportunidade mágica. Como eu dizia, é uma oportunidade mágica para podermos testar a consolação do bebê. Como vão ver aqui. Alguém, que é o observador, consola o bebê. E ele, rapidamente, passa do estágio seis, outra vez, ao estágio quatro. Tudo isso podemos partilhar com os pais e agora é só, por último... Só mostrar aqui... A orientação sensorial, com marroca. Ele vira os olhos e a cabeça 30 graus, 60 graus, 90 graus para um lado e para o outro, e agora com a voz humana, 30 graus, 60 graus... E ele está pronto para a comunicação, para o alerta, para a interação.

E, por último, terá só o modo que se chama de resposta às carícias, o modo de pegar ao colo, e também testa as diferenças todas que há, não há dois bebês iguais, mas se não usarmos uma avaliação neuro comportamental, não conseguimos apurar essas diferenças. E não há duas pessoas que estejam ao colo de maneira igual. Tenham elas dois dias de vida, 18 anos ou 60 anos. Pronto, esta é uma pequena introdução que eu quis mostrar porque é possível usarmos meios para intervir nessa descoberta do bebê.

E por tudo isso eu creio que nestas ciências da vida, que são as ciências da paz, eu creio que é preciso a ONU, a UNICEF, todas as organizações, aquilo

que estamos a ver aqui, como exemplo para o mundo, no Senado Federal do Brasil, o Senado, os Deputados, os Parlamentos... Podem privilegiar uma intervenção decidida e decisiva em prol da criança, fazendo girar o ciclo da paz, logo no despertar da vida, no pressuposto de que a pessoa, a idéia, a construção e afeto, muito do que é, é o que foi em bebê. E ao refletir na preparação dessas palavras, dei-me conta que o que fiz com o grupo nesses anos de investigação, foi, afinal de contas promover pistas que viabilizam a intervenção para a paz, afinal.

Dei-me conta também que, nessa perspectiva, todos os nossos resultados para outros autores que têm feito coisas semelhantes, revelam a mesma convergência, nessa mesma interpretação. Afinal, sem o... Cremos, o que mostramos foi que a educação na descoberta do outro pressupõe a educação do respeito, porque nesta avaliação não há pressupostos à partida. Nós estamos livres com aquilo que o bebê quer fazer. E isso, no fundo, é o enunciado respeito e da tolerância. É uma descoberta não intrusiva. É uma descoberta partilhada e é aquilo que, no fundo, a gente pode chamar a vacina do amor, que é o vínculo. Estruturado como a mais contagiosa epidemia do mundo que, por vezes, fornece, favorece a vida em vez da morte e do desespero.

O que sei hoje é a este nível que se constrói a paz. E tentarei resumir tudo que me faz sentido nessa perspectiva, em termos de convergência de resultados, na perspectiva desta ciência, digamos assim, se pudermos chamar ciências da vida. Começo por referir os fatos de um dos nossos estudos, coincidência no período pré-natal. Atividade lúdica exprime-se na infância e vivências onde é fácil descortinar no tempo, onde acaba o jogo e onde começa a vida. E situa-se, nessa fase, o primeiro... Aquilo que o prazo também chama, o primeiro *touchpoint* vida.

O primeiro *touchpoint* e que é o conceito... É um conceito revolucionário, como disse, porque nos permite intervir na altura em que já sabemos, antecipadamente, que vai haver alguma desorganização no bebê e na família. Todos conhecemos na história da nossa prática clínica, todos estes períodos de adaptação. Conhecemos o nascimento, as cólicas, o bebê quando descobre as coisas e os pais nos dizem que, ou deixou de comer, ou deixou de dormir. No fundo, nós sabíamos isso e, antigamente, as famílias pediam-nos umas gotinhas de qualquer coisa mágica para darmos antes das refeições, por exemplo.

Hoje sabemos que quaisquer dez ou quinze minutos de conversa com os pais resolvem esse problema. Na consulta pré-natal os pais verbalizam as reações que seu bebê vai tendo em função das várias expe-

riências exteriores e tomam consciência que embora não... Tão dependente o bebê no seu nicho pré-natal já tem os seus próprios ritmos biológicos. Temos aqui, neste quadro de Chagall, a mãe a apontar com o dedo o seu bebê ainda dentro da barriga. E outras das oportunidades mais significativas proporcionadas por esta consulta pré-natal é a motivação e a sensibilização para a amamentação. Nós fizemos um estudo em que a classe média baixa, na população portuguesa, de 100% de mulheres que começam a amamentar, só temos 23% que ainda amamentam aos três meses de vida. Estudamos esses efeitos de consulta pré-natal que melhorou, passou de 18% para 72% o sucesso na amamentação.

Estudamos também, nesta altura, a presença dos pais nas consultas de saúde e vimos também um aumento extremamente significativo. O que me impressiona hoje, não é tanto os resultados. São resultados impressionantes. Mas o que me impressiona, fundamentalmente, é esta profissão legítima, que podemos adiantar e fazer, na base da convicção, de que aquilo que proporcionamos, foi o aprender a respeitar e a descobrir e a brincar com quem até há poucos anos não era ninguém: O bebê. E este é o desafio.

O contato físico, outra coisa que estudamos, é hoje um mecanismo por todos considerado essencial no apoio à vinculação. Contato logo a seguir ao nascimento, e nós estudamos, fizemos uma investigação nessa matéria juntamente com aquilo que Kennel e Marshall Klaus fizeram nos Estados Unidos, nessa altura, porque provamos a influência no comportamento materno e o comportamento do bebê, sobre os efeitos do contato precoce. Estudamos estes efeitos e modificamos o comportamento das maternidades nessa altura em Portugal.

Conforme já dissemos, a dinâmica do nosso desenvolvimento e de todos esses veículos que proporcionam mais vida, mais bem-estar, mais paz, mais coerência, é continuamente uma resultante de uma transmissão intersubjetiva, qual mecanismo sabiamente planejado que regula o nosso comportamento e a nossa expressão individual. Um esquema correspondente a este existirá em todo o desenvolvimento da família. E o exemplo significativo desta contingência são os comportamentos que exprimem pela comunicação sonora. A qual ocorre durante os primeiros contatos *member bear*. E vamos falar um pouco agora sobre alguns aspectos dessa comunicação sonora pela importância que tem.

A voz é central na construção da relação. Vivemos na era do bebê, na era do significado da pena em tal idade, sabemos como afetos e os vínculos determinam desde os primeiros tempos de vida, toda a nossa ar-

quitetura cerebral. E isto é muito mediado por aquilo que acontece com a voz. São as pequenas mediações, levadas a cabo por hormônios e por neurotransmissores, que condicionam e regulam o comportamento materno durante a gravidez, durante o nascimento, e durante a lactação. Tudo aquilo que modela o cérebro feminino, modulações que significam muito e que vão também repercutir no comportamento do bebê.

E vamos só mostrar um pouco como uma pequena diferença na medicação que a mãe teve, um pouco de diferença só na medicação analgésica que tiveram dois bebês que vamos aqui mostrar e vemos a diferença entre esses dois bebês, nessa procura, no seu contato precoce.

E encontra o seu objetivo este bebê que não teve qualquer medicação. E agora este outro bebê. Um bebê que a vista desarmada parece um bebê como o outro, um bebê saudável. Houve uma pequena analgesia da mãe, e aquilo que, tal como mostramos, na avaliação neuro comportamental, que permite conhecer as diferenças mais sutis. Aqui também estivemos atentos neste contato, vejam que é um bebê que está alerta. Faz algumas tentativas, mas não consegue, de modo nenhum, terminar o seu objetivo, que no fundo era aproveitar este contato precoce com a sua mãe e conseguir encontrar o mamilo para poder mamar.

Eu estou a tentar recuperar, para eu cumprir o meu tempo. Logo nos primeiros dias de vida mãe e bebê reconhecem, mutuamente, a voz um do outro. Algo que é inidentificável para qualquer um de nós. Nós fizemos a experiência de muitos, de pedir a várias pessoas, pedir a várias mães, no mesmo estágio da vida do bebê, nos primeiros dois dias, para dizer uma coisa tão simples como isto: "Olá bebê. Olá bebê..." E perguntamos a várias pessoas, se conseguiu identificar quem era esta, que era a mãe. E é impossível. Ou mesmo para pessoas da família, várias pessoas que diziam "Olá bebê..." Mas cada bebê identifica a sua mãe através disso, através da modulação da sua frequência nasal, da melodia da voz.

Fundamentalmente o que distingue os humanos das outras criaturas é a estruturação de uma coerência feita de prazer no significado das várias emissões mutuamente envolvidas. Na expressão mais pura da arte, e isto para computar e fundamentar as várias vivências emocionais, os artistas, mais uma vez, mostraram-nos muito antes das nossas descobertas científicas, que a mesma paisagem pode ser vista de modo significativamente diferente, de acordo com o estado de espírito, que o artista se encontra.

Para os impressionistas, como Monet, o estado de espírito individual, depende de muitos fatores envolvidos no biotipo, especialmente nos efeitos da luz nas

coisas e em nós próprios, o que implica uma relação de dependência com a hora do dia e com a estação do ano também. Neste contexto o desenvolvimento de cada estado de espírito podem ser múltiplos e neste trauma, influencia em particular o afeto, que inspira a adaptação mútua em cada momento da vida. Esta imagem representa através de um reencontro da mãe com o bebê, e nesta vivência as mães têm uma linguagem muito simples, muitas vezes, quando o bebê acaba de nascer e está consigo, com expressões de apaziguamento, como “Pronto... Já passou... Pois é bebê...” Ou, por exemplo, esforços de interpretação do comportamento do bebê. “O que foi? Tem frio? Tem fominha o meu bebê?” Ou, ainda, com bastante frequência, existem também apelos que parecem significar tentativas para assumir uma identidade. “É o meu bebê, não é? É o meu pequeninho, é o meu leãozinho...” Ou outras coisas parecidas dessa. Nós estudamos as curvas melódicas, aquelas que permitem a um bebê de três dias de vida reconhecer e identificar a voz da sua mãe entre outras vozes femininas, que para nós são completamente iguais. Nós estudamos a evolução destas curvas melódicas durante o contato precoce.

Estudamos alguns dos parâmetros, aquilo que eu ontem falei das contingências maternas, relativamente com a exploração, com prazer, com consolação, etc. As várias evoluções das contingências e vimos na linha de baixo que praticamente não há anti-contingência. E depois fomos estudar ainda estas mesmas linhas que foram avaliadas separadamente na mãe e no bebê, em relação à interação. E vemos a sobreposição destes padrões melódicos e interativos, quer da mãe, quer do bebê, medidos separadamente, mas quando conjugados estatisticamente vemos as linhas perfeitamente sobrepostas.

Estas análises, as contingências infantis, mostram-nos e fundamentam a importância dos primeiros tempos de vida e aquilo que no fundo fundamenta a própria temática deste encontro que é a importância, o significado da intervenção nos primeiros tempos de vida. O bebê, de fato, está programado para dar sentido à voz.

Este slide é o vídeo. Primeiro aos oito dias de vida. “Tu sabes muito...” O seguinte, com um mês de vida. No fundo esta é a expressão mais simples de algo extremamente complexo, que hoje não temos tempo de falar, vai o Professor Vital Guerra abordar que é a intersubjetividade. Os três meses, podemos parar aqui, nos três meses. A interação vocal. Vamos ver se conseguimos ouvir aqui a voz.

Queria mostrar um bocadinho o que é interação vocal de um bebê. Acreditem ou não, um bebê de três meses que já canta. Bebê de três meses que canta. É

filho de um maestro, um maestro importante da Fundação Gulbenkian, casado com uma senhora, mãe do bebê, do Cristóforo, que é pianista. Esta era uma fita cassete um bocadinho velha que os pais me deram quando falávamos em música, música interativa e eles disseram: “Nós temos um filho Cristóforo, com três meses, que canta”. Eu disse: “Não é possível. Nunca vi, nunca vi escrito isso”. E eles trouxeram uma cassete. Vamos ver se conseguimos ouvir um bocadinho só.

Pode colocar um pouquinho mais alto só. Este é o Cristóforo. A mãe está a dar-lhe o tom. Como o primeiro violino dá o tom no princípio do desempenho de uma sinfonia. Ok. Só queria mostrar mais duas coisas pequenas. Este é, portanto, uma mãe com bebê, um bebê com 14 dias de vida numa interação normal, habitual. A mãe olha para o bebê, o bebê olha para os olhos, para a boca... Isto são fotografias tiradas por centésimos de segundo. O bebê, como eu dizia, olha para os olhos, para a boca, para os olhos, para a boca, numa interação perfeita, e nesta altura nós pedimos à mãe. Já ontem mostrei um *stealface* num bebê de dois meses, e este um bebê com 14 dias de vida. E pedimos à mãe para fazer um *stealface*. Deixar de cantar, deixar de falar, deixar de sorrir e ficar com uma cara... Tipo cara-de-pau. Pode mostrar esse aqui, por favor. E o bebê, são centésimos de segundo, diz: “Não acredito, a minha mãe...”. “Não, não é possível...” Ele fecha os olhos e nós todos sabemos que o passo seguinte seria começar a chorar. Diz: “Eu não acredito. Eu fecho os olhos”. E nessa altura pedimos à mãe para recomeçar a falar e interagir como antes com o bebê. Ele ainda não teve tempo de abrir os olhos, mas recomeçou a sorrir porque ouviu a mãe. A reposição de toda a interação normal no bebê.

Isto é só para lhes dizer que isto é muito importante quando se fala nos primeiros tempos de vida, toda a arquitetura cerebral, toda a arquitetura cerebral. A organização das sinapses, a organização das dendrites, a conjugação dos neurônios que percorrem, às vezes, toda a distância, os neurônios, por exemplo, relacionados com a voz, com o som e que percorrem quase todo o hemisfério para encontrar os outros neurônios mais relacionados com a voz ou com a visão, com a audição, para fazer as suas conexões. E, portanto, é muito importante quando se fala da importância de intervir nos primeiros tempos de vida.

A razão é só esta, é porque é nesta altura que se constrói, ou não, a arquitetura cerebral que, no fundo, vai regular toda a atividade futura do bebê. E este será, para terminar, estou quase a terminar o terceiro ponto de viragem, que divulgamos como paradigmático da intervenção precoce. Só mostramos, muito de leve, o último dos nossos estudos. O último do nosso tempo,

e feito uma avaliação seqüencial de mães e bebês ao longo de nove anos. E a diferença consistiu tão só nos primeiros... No terceiro dia de vida dos bebês, em que um grupo, o grupo experimental, nós mostramos às mães como é que os bebês podiam ver, olhar, prestar atenção, aquilo que a gente mostrou naquele vídeo há um bocadinho, enquanto que o grupo controle teve o habitual... O que os pediatras falam com as mães. "Olhe, seu bebê está bem, tem os reflexos todos normais, você vai dar de mamar assim, primeiro neste peito e depois no outro, e depois ao oitavo dia vai ter uma consulta de saúde..."

E depois vimos estas mães e bebês... Vêm aqui aos oito dias, ao mês, aos três, aos seis, aos nove, aos doze... Até aos nove anos, em que verificamos esta coisa espantosa, que nove anos depois da conversa do pediatra com as mães, ao terceiro dia de sua vida, as mães lembravam, as mães do grupo experimental lembravam-se perfeitamente o que o pediatra lhes tinha dito. Em termos de *touchpoint* vejam só isso. Aquilo que descobrimos foi que ao fim desses nove anos, as mães desse grupo experimental se lembravam, perfeitamente, o que o pediatra tinha dito.

E este é o recado. O que lhes tinha dito nove anos antes. Deixamos os grupos experimentais, os grupos-controle, as metodologias de investigação. Elas são importantes para provar, em termos de vivência científica, aquilo em que acreditamos. Mas deixem para acabar de resumir o meu constructo. A paz da terra começa no homem. Os sistemas interiores do homem, pessoa, e que são determinantes da paz, são individuais. Únicos. E podem ser produzidos e favorecidos, sobretudo, no período mais sensível da vida, que é quando se é bebê.

O favorecimento da resiliência no bebê gera efeitos em cascata. Intervir antecipadamente em função dos vários *touchpoints* do ciclo da vida, é aquilo que faz a diferença. As relações interpessoais absorvem e potenciam este sucedâneo de influências. Os vínculos criados através das contingências, dinamicamente assumidas e desenvolvidas, potenciam a resiliência de todos nós. E este é o ciclo. Este é o desafio. Esta é a escalada. Ser resiliente é ser apóstolo da paz. As ciências da vida são as ciências que dão sentido à vida e por isso são as ciências da paz. Uma coisa se me afigura clara, a prioridade é procurar o sentido e aí encontrar a paz, da intersubjetividade à coerência, este será o caminho, em função do desenvolvimento de uma nova cultura da criança para a criança. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado ao Dr. João Carlos

Gomes Pedro. Eu gostaria de registrar a presença da Deputada Estadual Iraê Lucena, do PMDB de Pernambuco, Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade e Oportunidades, da Assembléia Legislativa da Paraíba. À Dra. Maria Helena Flores, Presidente da Associação Brasileira dos Direitos de Brincar. Da professora Regina Orth, Diretora da Associação Brasileira de Estudos do Bebê, ABEBÊ. Da Sra. Elza Pádua, Presidente do Instituto Zero a Seis, de São Paulo. Do Professor João Augusto Figueiró, Diretor Científico do Instituto Zero a Seis, de São Paulo. Da Dra. Laurista Correia Filho, pediatra neonatologista especialista em saúde da mulher. E do Dr. Sandoval Salvador Célia, psiquiatra, professor de medicina da Universidade Luterana do Brasil. Passo a palavra ao próximo orador, Sr. Vital Didonet.

SR. VITAL DIDONET: Excelentíssimo Sr. Senador, Presidente dessa Mesa, Srs. Senadores, Sra. Deputada Estadual, meus amigos, meus colegas, dirigentes de instituições da sociedade civil aqui presentes, nós tivemos há poucos dias a alegria de comemorar 20 anos dos Direitos da Criança na Constituição Brasileira. Foi uma conquista extraordinária da sociedade com o Poder Constituinte que definiu na Constituição da nação brasileira que a criança deve ser atendida com prioridade absoluta.

Os direitos da criança estão tão claros e tão evidentes e tão bem explicitados na Constituição Brasileira, que quando chegou o Projeto da Convenção dos Direitos da Criança, da ONU, para tramitar, e receber a opinião por meio... Por solicitação do Ministério das Relações Exteriores para negociar a assinatura por parte do Brasil, nós podemos tranqüilamente dizer que nossa legislação estava já adequada àquilo que seria em seguida confirmado como Convenção dos Direitos da Criança. É um avanço jurídico extraordinário. Além disso, nós tivemos avanços em políticas públicas voltadas para a criança nesses últimos anos. Em várias áreas, vários setores da atividade governamental, nós temos políticas nacionais, políticas estaduais, políticas municipais bastante bem formuladas.

Tivemos também um avanço na pedagogia da infância. Não apenas na parte educacional, mas em todas as formas de relacionamento. Isso que o Dr. João Carlos expôs para nós, com tanta sensibilidade, vem da área da saúde. Que sensibilidade extraordinária no âmbito da saúde já está se tendo para o bebê. E para a criança em geral. Então, esses avanços nas políticas são muito evidentes, muito manifestos no Brasil, e na pedagogia das diversas profissões. Isso tudo decorreu de uma mudança na mentalidade das pessoas em relação à criança pequena. Ela começou ser mais vista, mais enxergada. Ela continua no âmbito familiar, mas

passa a ser vista também no âmbito social. Já, não mais, como pessoa que deve estar ao encargo apenas do pai e da mãe ou da família, mas como pessoa que está aqui presente na sociedade. Não só no âmbito doméstico. E não presente na sociedade apenas do ponto de vista de problema, porque isso ainda está muito forte. Na violência, na mortalidade infantil, na desnutrição, no abandono, na demanda por creche que não é atendida... Não apenas sob esse ponto de vista que criança está presente na sociedade. Ela também está presente como cidadã.

E este é um avanço importante como sujeito de direito. E é interessante que essa nova presença da criança no âmbito da sociedade, como cidadã, sujeito de direitos, está penetrando nas diversas... Nos diversos exercícios profissionais, no âmbito dos políticos, dos economistas, dos antropólogos, dos sociólogos, além daqueles profissionais tradicionalmente voltados para a criança, como médicos, pediatras, educadores, assistentes sociais, etc.

No entanto, e aí vem o tema que eu quero abordar, muito brevemente, falta alguma coisa. Todos sentimos que não basta o avanço jurídico, que não basta a formulação de políticas, que não basta a experiência pedagógica do atendimento da criança nos diversos campos profissionais, porque nós temos ainda uma quantidade imensa de crianças que, mesmo definidas como sujeito de direito, não vivem os seus direitos. Só dou o exemplo do direito de brincar. Apenas para exemplificar um, quantas crianças não brincam? E não brincam desde pequeninhas. Ou porque os adultos não têm tempo, porque não estão presentes, porque não sabem brincar, porque perderam a sensibilidade para o brincar, porque... Alguns porque acham que isto é perda de tempo, que tem que desenvolver o cérebro para ser um adulto inteligente, fazer uma boa universidade, ser um profissional bem desenvolvido com muito sucesso na sociedade. Porque falta, na pobreza... Falta a possibilidade, espaços do brincar, e tempos do brincar, quando a criança começa a trabalhar muito cedo ou se envolver muito cedo em exercícios de desenvolvimento em escolinhas de natacão, de piano, de balé, de judô, e até de ir para escolas de treinamento.

Então, apenas é o exemplo do brincar. Faltam muitas coisas para a criança na sociedade brasileira. E nós queremos dar um avanço também nisso. E aí, no âmbito da Rede Nacional Primeira Infância, surgiu a idéia de formular uma proposta que nós chamamos de esboço de um Plano Nacional pela Primeira Infância, com duração de longo prazo, até o ano 2022, que seria para comemorar já o bicentenário da nossa independência, onde nós teríamos, nesse ano, um patamar diferente de inclusão social de direitos da criança. Maior

número de crianças, a totalidade, sendo beneficiada por aquilo que é direito de todos e de cada um.

A Rede Nacional Primeira Infância é uma OSCIP, uma organização não governamental, onde tem... Na verdade é mais do que não governamental, porque nós temos muitos representantes de governo também presente, uma rede de organizações governamentais e não governamentais que se interessam pelos direitos da criança. E trocam idéias, se reforçam mutuamente, defendem propostas... E uma das propostas que essa Rede Nacional Primeira Infância está elaborando é o Plano Nacional.

E a gente diria assim por que um Plano Nacional? E, muito rapidamente, acentua apenas o seguinte: Que as crianças são prioridade absoluta, está na Constituição, no Artigo 227. E absoluta tanto para a família, quanto para a sociedade e quanto para o Estado. Normalmente a gente quer jogar tudo para o Estado. Mas a família tem esse... Tem que reassumir aquelas que perderam essa sensibilidade para a sua responsabilidade de ser a primeira educadora e a primeira cuidadora da criança. Tem que ter apoios públicos, políticas sociais e rede de apoios comunitários, para que ela possa cumprir esse papel de primeira responsável pela vincularidade do bebê, pela... Pela construção de um sujeito capaz de ingressar depois nos âmbitos sociais mais amplos. Mas é dever do Estado também com prioridade absoluta.

No entanto, se a gente vai olhar as prioridades, tanto governamentais quanto da sociedade, e de muitas famílias, o bebê não tem essa prioridade. Talvez ela esteja em último lugar. Existe solução técnica. Se você vai em qualquer campo da medicina, da educação, da assistência, já existem idéias maravilhosas. Existe experiência boa, existe possibilidade de resolver os problemas tanto educacionais quanto de saúde ou quanto de alimentação, nutrição, etc. E por que não são resolvidos? Então, a questão é... Falta decisão política... Existem decisões políticas pela criança. Mas decisões assim no segundo, terceiro, quarto, quinto, décimo lugar. Faltam... Falta a consciência de que essas soluções devem ser expandidas para todos. Muito mais presente na mentalidade da sociedade. Para enfrentar. E... O próximo, por favor.

A pergunta é: É importante ter um Plano Nacional pela Primeira Infância? No que ele pode ajudar? E aí eu digo que é importante, sim, porque ele pode nos ajudar a cobrar decisões políticas, e ações. Porque nós... Quando for discutida aqui no Congresso as diretrizes de orçamento, nós podemos dizer: Existe um Plano Nacional pela Primeira Infância de duração longa, de compromisso político, aprovado por lei, que tenta cumprir o Artigo 227 da Constituição Federal, que

dá prioridade absoluta para as crianças, sobre todos os outros direitos e sobre todas as outras pressões sociais. Nos permite assegurar recursos nos Planos Plurianuais, propor emendas no orçamento, tomar como critério de avaliação das políticas públicas.

Quais são os critérios que nós temos para avaliar políticas do governo? São as leis e são os planos aprovados. Sobre tudo, aqueles aprovados pelo Poder Legislativo. E usá-lo como instrumento pedagógico de uma nova consciência política sobre a criança. Eu acho que este é um ponto que ainda nós temos que avançar. Toda hora a gente tem retrocessos no entendimento dos problemas da criança. Na adolescência é mais evidente. Vamos baixar a idade penal, vamos colocar as crianças em prisões, ou vamos fazer um processo de reeducação... É polícia que vai resolver, ou é um sujeito de educação ainda, mas é muito caro, muito demorado e não temos tempo e nós temos que tirar esse menino da rua porque ele vai continuar sendo agressor e etc.

A forma como os problemas que a gente percebe na criança e no adolescente determina uma maneira de abordar a solução do problema. Mas quando a gente pensa na criança, no bebê, nos primeiros seis anos de vida, estou pegando a primeira infância, na medida em que nós tivermos a concepção de que é um sujeito de direitos mais do que de obrigações. Tem deveres, mas proporcionais à sua capacidade de vivência, de compreensão e de responsabilidade. É um sujeito que está constituindo a sua visão de mundo. Então, ele tem que ser acolhido, atendido e apoiado nesse processo de construção da sua auto imagem e da imagem do outro.

Com positividade, com exemplos fortes, com exemplos significativos positivos. Então, essa nova concepção sobre a criança que eu acho que ainda nós temos que avançar. E o nosso Plano Nacional Primeira Infância dá muito acento a isso. Porque formular políticas até que não é tão difícil. Definir metas até que é relativamente fácil. Articular recursos com metas também nós podemos conseguir, com um pouco de habilidade técnica. Mas esse avanço numa nova concepção, nova mentalidade, novo modo de olhar a criança e assumir isso como um compromisso ético e como responsabilidade profissional nos diversos campos de inserção de trabalhos profissionais na sociedade, isto é bem mais complicado porque depende da nossa formação. Depende da nossa visão de criança.

Eu vou lhes contar um exemplo muito forte. Em creche comunitária onde tem uma atendente que, às vezes, não tem formação, mas foi pega ali na hora, pra vir ajudar a cuidar da criança, e tal, a vizinha montou uma creche, vai pegando mais criança, e as mães vão

trabalhar e deixam ali e aí não voltam pra pegar às oito horas da noite... Então, tem muitas pessoas que vão se ambientando. Estou dando alguns exemplos típicos, assim, meio estereotipados, mas que são reais. E a gente percebeu que determinadas pessoas têm dificuldade de relacionamento, de toque no bebê, de brincar com o bebê. E partiam para formas agressivas de resolver o problema do choro, ou a ansiedade da criança.

E por contato em oficinas, com pessoas da área de psicologia, se constatou que essa senhora, essa mulher, essa atendente tem um problema sério com a sua própria infância, com a criança que ela tem dentro dela, com quem ela não convive bem, porque ela foi uma criança sofrida. E ela não soube, não teve a resiliência para superar esse drama. E ela transfere ao ver essa outra criança ela transfere o seu sofrimento. Então, eu digo: A formação das pessoas é decisiva e fundamental. E não apenas dos atendentes, das pessoas que vão trabalhar com as crianças mas do político, do urbanista, do arquiteto, da pessoa de comunicação, do... De quem faz cinema, de quem produz programa de televisão, de quem inventa brinquedos, quem cria a indústria do brinquedo. Todas essas pessoas têm que ter uma visão, uma mentalidade, uma concepção de quem é esse sujeito nessa visão que tão bonitamente o João Carlos apresentou pra gente.

Então, a idéia... Quais são as características que nós consideramos importantes num Plano Nacional Primeira Infância? Primeiro a abrangência. A abrangência de todos os direitos da criança. Normalmente a gente pensa em saúde, nutrição e creche, pré-escola, educação. Um pouco assistência lá junto com a família. Mas se a gente lê o Artigo 227, o Estatuto da Criança ou a Convenção dos Direitos da Criança, vai ver que tem muito mais direitos. Nós, no Brasil, já temos um programa grande de registro civil, porque é o início do reconhecimento da cidadania desse sujeito. Mas quantos outros?

Eu dei o exemplo do brinquedo. Se analisarmos na nossa sociedade como está sumindo o tempo e o espaço do brincar, e como muitos brinquedos estão brincando sozinhos e transformando a criança em observador do brinquedo, ou apenas apertador... A única coisa que entra em ação é o dedinho aqui que manipula o mouse ou então o controle do video game. Então, claro, tem a cabecinha que está vendo o movimento, tem o sentimento que está expressando ali que tem que fazer aquele gesto, aquele movimento. Mas o corpo da criança, a sensibilidade, a pele, o toque, não está mais presente.

Então, quem inventa brinquedos tem que entender de psicologia de criança. Tem que entender dessa sensibilidade para que a gente não crie uma estrada

pela qual as crianças vão entrar para depois, assim: “Puxa, eu errei o caminho na minha vida”.

Abrangência de todos os direitos da criança. Participação social nós consideramos importante. Porque prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado. Então, a sociedade tem também um papel fundamental e importante, não apenas, na cobrança, na exigência, mas na construção de planos, plano de Estado.

Nós queremos que não seja um plano de governo. Deste governo e nem do próximo. Porque tem que ser um compromisso da nação brasileira com as suas crianças. Então tem que ser plano de Estado e pra ser plano de Estado ele tem que ter longa duração. Que ele transcenda o período de quatro anos de um Prefeito, de um Governador ou de um Presidente da República que transcenda mais do que dois períodos, assim, agora vou fazer quatro, põe mais quatro e terminou. Que seja uma concepção de longo prazo por quê? Porque isto é um assunto permanente.

Sempre a criança está nascendo, sempre a criança está... Surgindo novas crianças e essas metas ou essas concepções devem se prolongar enquanto existir criança, e aprovado por lei. Aqui, então, eu agradeço essa oportunidade, senador, de a gente poder brevemente trazer essa informação a V. Ex^{as} para que quando chegar o projeto aqui, que nós esperamos que venha pelo Executivo. Mas nós temos o plano B, se o Executivo achar difícil, e começa por aqui, porque aqui a gente tem a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, então vem por aqui. Só que aí enfraquece um pouco e é lei autorizativa. E nós queremos uma lei impositiva. Uma lei que mande ser cumprida mesmo.

Mas ao chegar aqui eu sei que nós vamos contar com muita acolhida, com muita receptividade, visto não como um pedido, mas como uma contribuição da sociedade àquilo que é função do Parlamento Brasileiro, é estabelecer as leis que determinem as ações governamentais. Porque a função do Executivo é executar. E quem formula a lei é que define quais são os caminhos, quais são as ações que devem ser formuladas.

E por isso que ele é um compromisso político. Um compromisso político da sociedade. O fundamento do plano, não vamos tomar tempo porque é uma coisa muito evidente, apenas está... O Brasil é signatário de muitos compromissos internacionais na área dos direitos da criança. E como signatário, ele tem que fazer seu papel de casa. Ele tem que cuidar melhor de suas crianças. Ele não pode assinar um documento e depois manter essa... [soa a campainha] essa parcimônia na distribuição dos recursos do orçamento pra gente ter metas tão medíocres. Estou quase concluindo.

Esses princípios são decisivos e fundamentais. Eu acho que talvez mais importante na nossa proposta de plano, que a Rede Nacional Primeira Infância está construindo num debate nacional, mais importante do que objetivos e metas, nas diversas áreas, são esses princípios. Porque esses definem o que é, e como nós entendemos o conceito de criança, sujeito e cidadã. Primeiro, criança é sujeito, e não um objeto de políticas. Não um objeto de programas, não objeto de votos, não objeto de simpatia popular, porque eu fiz um programinha para as crianças e eu quero inaugurar uma creche, enquanto a imprensa está lá, e depois abandona.

Ela é um sujeito. Segundo, é um indivíduo, não é um número. Ah, porque eu baixei tanto a estatística da mortalidade infantil, reduzi tanto de desnutrição, só que eu não sei que aqueles 15 a menos desnutridos que eu tenho na minha... No meu Município se chamam: Luis, Marcela, Pedrinho ou Antônia. São sujeitos. Isto é importante que a gente tenha essa concepção de cada... Cada criança que é beneficiada por uma política pública, ela tem um nome, ela tem um endereço, ela tem um sentimento, ela é um sujeito de uma história pessoal.

Segundo, é único, é insubstituível. A gente, às vezes, diz o seguinte: “Ah, mas nós já baixamos bastante a mortalidade infantil.” Está 30 por... Mas se é meu filho, o mundo morreu. Um meu filho que morra, por falta de atenção ou de cuidado, o mundo inteiro desabou. Então, não é um número aqui que em políticas públicas vai resolver tudo. É esse entendimento de que cada criança é única e insubstituível. E com valor em si mesmo. Não em razão de imagem do país. “Ah, porque o Brasil está abaixo do Paraguai”. “Porque o Brasil está em 100º lugar em tal setor”. Isto é comparativo.

Mas o que nós queremos não é melhorar as estatísticas para termos um quadro melhor na comparação com outros países, isso embora seja importante, por causa da imagem, etc, ou porque vai ter um retorno econômico, cada dólar investido na infância dá sete de retorno. Isto é verdade. Os estudos econômicos estão demonstrando isso. Mas, mais importante do que isso, do que... É preciso cuidar da infância bem formada para ser um bom trabalhador mais tarde. Muito mais importante do que isso é este sujeito ter um valor em si mesmo. E ela tem que ser atendida hoje. Não porque ela é segurança do futuro. Porque normalmente se fala isso: “Cuidando da infância hoje a gente tem um futuro garantido”. Não merece um futuro melhor do que o presente, o país que não cuida da sua infância hoje.

Todas essas frases são verdadeiras. Mas veja o que disse a poetisa chilena Gabriela Mistral, Prêmio Nobel. Professora do interior, poeta muito sensível. Ela

disse assim: "Criança, teu nome é hoje. Amanhã já serás adulto. E tua vez terá passado. É hoje que se forma seu cérebro, é hoje que te forma seus músculos e hoje te formam teus valores e tua mentalidade". Então, nós temos que cuidar da criança hoje, porque hoje ela é criança. Amanhã ela já não é mais criança. Ou a gente cuida dela porque ela está vivendo um período decisivo e fundamental da sua existência, e não porque ela vai ser um futuro, porque isso é consequência, ou então, se a gente não fez isso, perdeu a chance.

Diversidade, integralidade da criança, inclusão... São princípios que a gente não tem tempo de comentar agora, vamos pros finais. Articulação das ações dos diferentes entes federados. Isso que nós temos uma necessidade grande de avançar. E talvez o plano nosso, da primeira infância, que a Rede Nacional Primeira Infância está construindo, vai dar essa contribuição.

Ontem, nós tivemos numa palestra da Dra. Iole Cunha um exemplo marcante, de um bebê, filho de uma prostituta, que morreu 15 dias depois do parto, vítima de Aids e overdose de droga, e eles... Aí a equipe médica... Bom, o bebê nasceu numa parada de ônibus, foi levada pelo guarda policial para o hospital, e a equipe médica se sensibilizou pelo bebê, foi descobrir parentes, encontraram em outro Estado a vó, que não queria saber da filha, que a filha tinha ido pra rua, e a vó odiava a filha, conseqüentemente não quis ser mãe, cuidar desse bebê, e pra não ir pra um abrigo eles convenceram, fizeram a maternagem dessa mãe. E ela...

Quer dizer, equipe médica foi atrás, e fez com que essa mãe amasse esse bebê, que o bebê depois passou a chamar essa senhora também de mãe, e superou todos os problemas da vida que ele foi tendo conseqüentemente porque ele teve essa vinculação com uma pessoa que olhou nos seus olhos e a amou. Então, eu estou dando esse exemplo, mostrar como articulação das ações. Porque a equipe médica disse não, já fizemos o cuidado físico, nutricional, cuidado de... A criança está salva fisicamente. Mas não estava psicologicamente. Então, é a articulação com família, com assistência social, com a educação, com nutrição, etc.

Então, isso que nós pensamos, que no nosso plano, nós vamos dar alguns caminhos de articulação intergovernamental. Tem mais alguma? Passe pro último. Só para concluir que meu tempo já encerrou que é o Plano Nacional de Primeira Infância pretende ser uma carta de compromisso. Vamos escrever essa carta. A Constituição é uma carta, né? A carta magna a gente chama, né? Vamos fazer uma cartinha da sociedade brasileira, do Congresso Nacional, do go-

verno, das organizações da sociedade para as nossas crianças brasileiras.

Nós nos comprometemos a cumprir aquilo que assinamos e aquilo que a nossa Lei Maior nos determina, que as crianças sejam a nossa prioridade. Prioridade no coração, prioridade na inteligência, prioridade no orçamento, prioridade nas ações públicas para que a gente possa ter mais dignidade. Não apenas um futuro melhor. Mais dignidade porque nós podemos olhar para as nossas crianças com mais justiça, com mais tranquilidade, com mais segurança de que nós estamos sendo solidários com a vida. Obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Muito obrigado Dr. Vital Didonet, membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, parabéns também pela sua palestra. Nós estamos numa Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos, valorização da primeira infância e cultura da paz, esta audiência está inserida na programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se realiza no Auditório Petrônio Portela.

Apenas para fazer um registro, aproveitando a presença do Senador Romeu Tuma aqui, nós estamos... O Senado está protagonizando dois momentos muito especiais esta semana que... Senador Tuma... Senador Tuma, Senador Paim, eu, Senador Simon e inúmeros outros senadores permanecemos até as seis horas da manhã em Plenário aqui da Casa. O que nós estávamos fazendo ali? Nós estávamos defendendo direitos conquistados pelos aposentados, pela terceira idade.

Os dois extremos do arco social, do arco humano se encontrando aqui, na comissão e no Plenário. Chamando atenção do governo e da sociedade para a importância de atendermos aqueles que trabalharam uma vida inteira. Não se tem informação exatamente como foi a sua primeira infância, se foi... Se foi uma má ou boa primeira infância. Mas conseguiram alcançar uma idade de aposentadoria e se vêem hoje relegados a um fator previdenciário que os leva a ter uma aposentadoria inicial, como exemplo, deputada, de cinco salários mínimos, mas no seu segundo ano já não são mais cinco salários mínimos, já são quatro. E no quinto ano não são mais quatro, são dois.

É uma injustiça criada há alguns anos e que nós estamos combatendo e levando este assunto para o governo, para o Presidente Lula, com sua sensibilidade social, é um projeto do Senador Paulo Paim que acaba com o fator previdenciário e resgata a dignidade desses cidadãos e dessas cidadãs. E, privilegiadamente, estou aqui como um dos autores desse pedido de Audiência

Pública, tendo apresentado há poucos dias aqui também na comissão e no Plenário da Casa um estudo elaborado pelo Ministério Público de Contas do meu Estado, o Estado do Rio Grande do Sul, é um relatório intitulado Educação Infantil, a primeira infância relegada a sua própria "má sorte". Que foi encaminhado aqui ao Congresso Nacional e que foi encaminhado ao Ministério da Educação, ao escritório de representação da UNESCO no Brasil, à Assembléia Legislativa do meu Estado, ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente e diversas outras entidades relevantes na defesa dos direitos da criança.

Então, é um tema atual, extremamente importante. Lembrei também, Dr. João Carlos, Dr. Victor e assistência que está aqui nos privilegiando nesse momento que é tão importante que não são comuns Audiências Públicas com tantas pessoas participando ativamente, acompanhando com atenção. Acompanhando com atenção que merecem.

Mas nós temos 5600 e poucas prefeituras no Brasil. Todos os anos a ABRINQ promove um prêmio chamado Prefeito Amigo da Criança. No ano passado foram premiados 130 prefeitos. De 5600 prefeitos, 130 foram premiados aqui. A premiação foi entregue ali no Auditório Petrônio Portela. Apenas 130. Para meu privilégio, o Prefeito de Porto Alegre, José Fogaça foi um dos premiados. Significa que a minha capital, apesar de todas as suas dificuldades está cuidando razoavelmente bem da primeira infância. Tem um prefeito amigo da criança.

Mas 130 é muito pouco. E eu chamava atenção. Vamos esperar que os próximos... Quem sabe venham 500 prefeitos ou 1.000 prefeitos. Que é exatamente dentro da sua proposta, Dr. Vital, que nós temos que nos concentrar. Sabemos que, realmente, a ação é do Executivo. Mas nós, do Parlamento, temos também esta responsabilidade. Efetivamente nós somos o plano B do caso. Porque depende da caneta do Executivo. Nós não somos solidários a esses movimentos, por isso que essa Audiência Pública está se realizando aqui de forma conjunta nessa Comissão. Eu--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, V. Ex^a daria um segundo sobre o que V. Ex^a acabou... Eu peço desculpas de interromper, mas V. Ex^a falou da vigília de ontem à noite, uma vigília cívica e de oração em defesa dos aposentados. E eu senti uma coisa muito importante ontem, a participação ativa da população eletronicamente. Nenhum de nós que lá se encontrava presente deixou de receber mais de 100 e-mails durante toda a sessão. Então, houve uma participação--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mais de mil, Senador Romeu Tuma.

Ou dois mil, ou cinco mil. Paim disse que recebeu sete mil e-mails.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje pela manhã me trouxeram a pilha, porque houve uma participação ativa da população. Então, elas têm interesse de acompanhar a discussão dos parlamentares pelo... Quando há um assunto que realmente diga respeito a sua vida, ao seu futuro e àquilo que eles são, infelizmente, foi usado ontem uma expressão, que eu concordo, estão sendo furtados ao longo do tempo. Os aposentados estão sendo furtados ao longo do tempo. Porque ninguém começa com um salário de contribuição, depois de três ou quatro anos, está menos da metade.

Então, é um cálculo de "Como se furtar bem o salário de alguém que deu a vida em benefício da sociedade." E contribuiu para receber um X para ter uma aposentadoria mais tranquila. E outra coisa que queria deixar registrado aqui, que este ano eu estive na ONU. E V. Ex^a tem a sensibilidade que eu participei, na quarta-feira passada da reunião da ONU pela paz, aonde vários membros, direção de governos, do oriente, pedidos pelo rei da Arábia Saudita. Qatar, palestinos, israelenses, judeus... Todos participaram, todos pedindo a paz e falando em nome de Deus. E eu lembro, ontem, todos que foram à Tribuna falaram em nome de Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E da paz.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, eu queria aqui registrar a coerência de V. Ex^a, sua luta, seu conhecimento em propor esta Audiência Pública pela criança, que dizem que se as crianças não forem bem tratadas na primeira idade, o país tenderá a sofrer as consequências graves no futuro, porque terá uma juventude que não teve a formação desde a primeira infância. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Senador Tuma. Eu passo imediatamente a palavra ao Dr. Victor Ricardo Flora, é psicanalista da Associação Psicanalítica do Uruguai que é a sede do Parlamento do MERCOSUL, onde estaremos reunidos, Dr. Victor, dias 27 e 28, a penúltima reunião deste ano, os países membros, Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai, Venezuela em processo de adesão, Bolívia e Chile. E entendo que este tema poderá ser, seguramente, um dos próximos desafios desse Parlamento, que nós tenhamos um processo comum, conjunto, não apenas em nível de MERCOSUL, mas de América do Sul, de América Latina, na defesa exatamente desta... Da primeira infância e da cultura da paz. Dr. Victor Ricardo, bem-vindo.

SR. VICTOR RICARDO GUERRA FLORA: Muito obrigado, bom dia. E como você falou do MERCOSUL, vou tratar de esta interação com o conceito, vou tentar falar em portunhol, está bom? Uma língua em comum que a gente tem, um pouquinho português e um pouco em espanhol. Eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Já é língua oficial das nossas fronteiras. Lá na fronteira do Rio Grande do Sul, que o senhor deve conhecer, que é seu vizinho, na fronteira da Argentina, já temos como segunda língua, o portunhol.

SR. VICTOR RICARDO GUERRA FLORA: Claro que sim. Eu quero dizer, sinceramente, que este convite pra mim, é um grande privilégio, um grande sentimento. Quero agradecer ao Senador da Comissão de Educação Cultura e Esporte, ao Senador Sérgio Zambiasi e aos colegas João Carlos Campos Gomes Pedro, Vital Didonet, de permitir-me, digo de novo, um privilégio, participar com vocês. Eu quero trazer pra vocês uma série de conceitos sobre educação e intersubjetividade, mas conceito com uma infiltração emocional. Acho que para poder... Por quê?

Porque a comunicação humana está baseada na fala, nos conceitos, também nas emoções. E, mais ainda, a comunicação com a primeira infância, porque a primeira infância, a gente toma a palavra "infância" vem do latim, significa *infans*, não falante. Não falante em forma verbal, mas falando com o seu corpo, como muito bem mostrou o Dr. João Carlos Gomes, quando mostrou exemplos da semente da intersubjetividade. Que uma das coisas que vou tentar trabalhar com vocês. Quero comentar, falar uma outra coisa. Eu sou psicólogo, psicanalista do Uruguai, meu nome completo é Victor Ricardo Guerra Flora. E eu trabalhei mais de 20 anos numa creche. E vou falar a história da creche.

Vou falar a história que eu vivi, de contato com... Vou falar várias coisas, né? Mas eu quero fazer uma defesa do trabalho da creche, da creche bem armada, bem pensada, bem sentida, bem comprometida com o desenvolvimento da criança e da parentalidade. E vou tentar falar dessas histórias e vou utilizar dois conceitos, educação e intersubjetividade. Duas histórias, duas histórias verdadeiras. A história do imperador, a história de uma menina de rua. Duas formas de conhecer os elementos que dão envelope à vida humana com seus encontros e desencontros.

São duas histórias possíveis de abandono, de aprendizagem, de recurso para enfrentar parte do sofrimento humano, sobretudo, são histórias do valor dos outros, da comunidade, das instituições de acolhimento, de educação, de intersubjetividade, encontro e passagem da vida atravessada pela morte. Então, agora sim, a primeira... Vamos começar falando da

educação, de educar. Um termo muito polêmico. Tem muitos sentidos. Vamos tomar só um, aquele que vem da etimologia. Uma coisa interessante, a gente fala da etimologia, eu tenho... Que sou psicanalista, sou psicólogo, eu gosto muito da poesia. E eu amo muito um poeta de vocês, que se chama Manoel de Barros, que ele fala num poema da importância da etimologia. Que a etimologia é uma viagem pelo país das origens, das origens da língua. Porque as palavras têm história. E conhecer a história das palavras, nos abre o caminho da vida de maneira diferente.

Então, esta apresentação será uma viagem por alguns conceitos e um colega que me acompanha muito, simbolicamente, pra mim, é Manoel de Barros. Então, a etimologia de educar vem do latim, *educere*, que significa conduzir ao exterior. Autonomizar. Olha que coisa interessante, né? Educar, no começo, na etimologia, no arcaico, na origem da palavra, tem relação com o movimento da independência. De uma forma, constar no mundo com os outros.

Então, vamos agora pensar um pouco que a intersubjetividade é um conceito utilizado atualmente no campo da psicologia do desenvolvimento da criança que inclui, em si mesmo, toda uma série de conhecimentos e de pesquisas que mostram, sobretudo, como o bebê é sensível, desde o início da vida por uma base neurológica, que se chama neurônios espelho à comunicação com o meio, de uma forma sensível e privilegiada como a gente observou hoje com os bebês.

A gente pode definir ainda intersubjetividade como a capacidade de estabelecer um vínculo com o outro e de compartilhar diferentes estados afetivos internos. Compartilhar as intenções e os desejos que habitam dentro de nós. A gente pode dar uma definição mais concreta com a sensação que não é um quebrar a cabeça. É um conceito que diz: "Eu sinto, que você sente o que eu sinto". Eu sinto que você sente o que eu sinto. Se você vai atravessar como uma viagem pelo outro, e uma volta para mim mesmo. E essa história, aqui não dá pra falar porque a gente não tem tempo, mas esta simples frase é uma condensação de um monte de pesquisas que mostram que, quando a pessoa vive essa experiência, tem uma consequência que se chama regulação afetiva.

É uma das formas de prevenção da violência. Sentir-se compreendido pelo outro. Sentir que eu posso ter uma confiança no outro porque ele tem uma captação do que eu sinto. E isto nos inícios, nos primórdios da vida é uma troca que se expressa pela comunicação não verbal e, como muito bem apresentou o Dr. João Carlos, pela remissidade(F), pela sonoridade, por toda uma série de categorias que atualmente estamos pesquisando de forma muito profunda.

Então... Outra forma de definir ou entender o conceito de intersubjetividade, um termo mais direto e mais poético porque tem um poeta argentino que se chama Antonio Porquia, que diz assim: "Estar em companhia não é estar com alguém. Estar em companhia é estar em alguém." E a diferença entre *com* e *em* é que tem uma possibilidade deslizamento interior do sujeito. Então a gente pode estar cheio de gente. Mas a gente pode estar na solidão absoluta. E a gente pode estar com uma pessoa e sentir-se acompanhada por um monte de pessoas, pode estar acompanhado por um universo de pessoas. Então esta poesia, esse pequeno agrupamento de palavras mostra uma coisa muito importante, que insisto muito porque a gente fala muito da cultura da paz, uma forma de poder transmitir a uma criança uma sensação de paz, de tranquilidade interna, é sentir que a gente está em ele. Que a gente pode decodificar os sentimentos que estão dentro dele. E pode começar a fazer coisas e pode começar a falar, a pôr em palavras o que o bebê está sentindo.

Essa introdução... Não, vamos passar pra outro. Então, isso é a base do que se chama a teoria da mentalização. E a teoria da mente, que é uma das teorias, atualmente, que estão no campo da pedagogia, assim como a psicologia do desenvolvimento, que tem uma importância impressionante. Porque a idéia de que a criança pode chegar aos quatro anos de idade tem a capacidade de perceber que as coisas que ele pensa são pensamentos. E há uma distinção muito mais clara da realidade do que a gente pensa. A gente pode sentir... Pensar as coisas como estados internos do pensamento.

E a teoria da mente é uma das bases para poder pensar, por exemplo, a patologia grave como o autismo. Que os autistas não chegam, e outros tipos de patologia não chega, a construir essa capacidade da teoria da mente. Então, a gente vai entendendo que a intersubjetividade tem uma relação muito perto da teoria da mente e ser pensado e dar-se conta de que a gente pensado pelo outro, parece ser o sinônimo de existência. E permite, além de tudo, uma possibilidade da regulação da impulsividade. Este é um ponto muito importante que tem muitas pesquisas que mostram que as pessoas que têm uma grande agressividade na vida adulta, uma forma de pensar que não pode fazer uma regulação da sua impulsividade. E impossibilidade de ter essa regulação da impulsividade tem a ver com falta dessa capacidade de mentalização.

Mas essa introdução teórica nos permitirá estar mais perto do tema da educação da intersubjetividade, mas se pode utilizar dois relatos que serão nossos guias de viagem. Eu vou falar agora de outras histórias também reais, separadas no tempo, que tem como fio

condutor a importância da comunidade da rede de encontros que estruturam o ser humano. São histórias possíveis de abandono, de aprendizagem, de recursos para enfrentar, parte do sofrimento humano e insisto, valor dos outros, da comunidade, das instituições de apoio, da educação, da intersubjetividade.

A história do imperador do Sacro Império Romano, Frederico II de Hohenstaufen.

Esta imagem uma das poucas imagens que temos, no momento, do imperador Frederico, que ele nasceu em 1194. Frederico nasceu em 1194, foi filho de Henrique VI e da Imperatriz Constância. Seu nascimento foi em 1194 e, no momento do nascimento, seus pais, o pai Henrique VI estava muito envolvido em poder fazer uma tarefa política e militar porque tinha uma sublevação, um enfrentamento no seu reino, em Cecília, e ele devia... No momento que nascia Frederico, o pai estava levando numa batalha muito grande por reconquistar seu reino de Cecília.

Por esse motivo, motivo da violência, a gente fala cultura da paz, ele foi separado de sua mãe. Quando nasceu ele vai morar a Folino, perto da cidade de Assis. Porque a mãe estava envolvida em toda essa preocupação política da época. Ele foi criado na cidade de Folino pela Duquesa de Spoleto. E quando ele tinha três anos morre seu pai, produziu uma disenteria. Uma enfermeira própria da época quando estava preparado para ir a uma cruzada na recuperação do santo sepulcro de Jerusalém. O ano seguinte, 1198, ele com quatro anos, morre sua mãe. Ele fica em uma situação de abandono. O que vai ser do futuro Imperador do Sacro Império Romano. Ele fica em situação de abandono.

No ano 1202, com oito anos, ele vaga pelas ruas e pelos mercados de Palermo. A gente tem que pensar que, nessa época, Palermo era uma capital semi africana, que tinha uma mistura de uma comunidade diversa de povos, religiões e línguas. Assim, tinham mesquitas, sinagogas, igrejas normandas, catedrais bizantinas. No mercado, onde se criou Frederico, havia uma mistura enorme de raças: normandos, italianos, árabes, alemães, judeus, gregos... Frederico não tinha outro recurso que entrar em relação com todos eles. E parece uma criança muito esperta e que tinha uma mente privilegiada, porque rapidamente ele conseguiu aprender, a conhecer as línguas e os costumes, os estilos de comunicação de todas essas raças.

Os historiadores falam que nessa época o universo europeu estava formado por três mundos diferentes, que era a antiguidade, oriente e a igreja. Ele se incorpora não somente com o espírito e [ininteligível] a esses três mundos senão também com suas varia-

das línguas, seus ritos e seus costumes. Dessa forma Frederico aprendeu a falar nove línguas.

Assim chegamos no ano 1228. Ele foi obrigado pelo Papa Gregório a dirigir uma nova cruzada. E parte para reconquistar a Terra Sagrada de Jerusalém. Mas, pela primeira vez, em todas as cruzadas, em vez de ter um combate sangrento, ele negou-se a, diretamente, falando em árabe com o sultão do Egito Al Kamir, e ele consegue recuperar o Santo Sepulcro de Jerusalém sem ter uma só batalha. Só falando e estabelecendo uma comunicação na língua do sultão, que era o árabe. Parece que nessa época, esse personagem Frederico, já era conhecido por sua capacidade intelectual, por sua sensibilidade e por sua capacidade de captar a intencionalidade do outro.

Então, este sucesso da única cruzada que conseguiu a conquista a Jerusalém com negociação, tem haver com o quê? Obviamente, uma conduta desse tipo tem a ver com muita coisa. Capacidade pessoal, etc... Mas eu pensava: A experiência infantil no mercado em que ele, para sobreviver, como uma criança resiliente, deverá aprender línguas e estilo de comunicação dos estrangeiros, conseguir... Haverá de ter como consequência que ele já foi um especialista no contato intersubjetivo, por haver tido essa influência positiva da maneira de relacionar-se com os outros. Mas o espírito curioso e inquieto de Frederico pelas línguas e os costumes humanos, teve também outras cores. Outras cores não tão brilhantes como essa história.

A história conta que Frederico, possuía o conhecimento de tantas línguas, ele estava muito interessado em conhecer se tinha uma língua primitiva da humanidade. Olha que interessante. Uma coisa que ele se perguntava: "Existirá uma língua primitiva?" E ele se fez a seguinte pergunta, e fez uma pesquisa experimental no ano 1200 e pouco. Ele pensava que se uma criança fosse criada sem fala, sem falar nenhuma língua, ele espontaneamente começaria a falar na língua primitiva da humanidade. Era a sua hipótese. Então, o que aconteceu?

Ele foi quem fez os primeiros experimentos, pesquisas da linguagem na história da humanidade. Ele deu uma ordem. Ele ordenou uma série, ele ordenou que um certo número de bebês fossem separados de suas mães e fossem criados por noviças para que... Às quais ele havia proibido absolutamente que falassem com os bebês e que não fizessem nenhum tipo de intercâmbio afetivo, para esperar se eles falariam o hebreu, ou grego, latim ou árabe. Qual seria delas, a língua mais antiga? Mas a experiência fracassou. Essa espécie de creche artificial que ele arrumou em Palermo, de onde não tinha contato afetivo, não produ-

ziu nenhuma língua original. Nenhuma palavra. Porque todos os bebês morreram.

Em vez de encontrar a língua universal, ele encontrou a morte do ser humano quando não tem contato afetivo. O que não sabia Frederico, ele que sabia tantas línguas, o que não sabia Frederico é que a língua universal não existe. Porque se existisse uma língua universal entre os seres humanos, eu acho que pode ser a língua da intersubjetividade, a língua da comunicação afetiva.

Que uma língua que aparece no início da vida, [soa a campainha] através da comunicação não verbal que inclui, generaliza todo o conteúdo verbal da mensagem, a pessoa, o riso, o tom da voz, o rosto, olhar, a imitação e a empatia. Vamos passar à próxima. Vou ter que me apressar um pouco. A história da menina da rua. Vamos continuar viajando no tempo. Vamos até a cidade de Montevideu, 770 anos depois. 770 anos depois desse experimento de Frederico II. Estamos falando do ano 1203.

Ali também a gente tem histórias parecidas à da criança Frederico. Histórias de creches não artificiais, que tentam cuidar de uma forma diferente as crianças. Então, a história de uma menina de rua que se chama Brisa. É uma história verdadeira, hein. Mas, é uma história, em verdade de uma menina e uma mãe de rua. Brisa e sua mãe Silvia vagabundeavam pela rua no mercado de Montevideu, como fazia Frederico em Palermo, mas ela, Brisa, com dois anos e meio, devia pedir dinheiro para poder comer, porque sua mãe estava enferma de AIDS. E estava em situação de abandono, sem possibilidade de trabalhar.

Nessa época, as duas, Brisa e Silvia, dormiam na rua. Ou dormiam em casas abandonadas. E alguma situação própria da fragilidade física da mãe por sua doença, Brisa com dois anos, devia sair sozinha a pedir ajuda para salvar a vida de sua mãe. E conseguiu. Várias vezes, Brisa com dois, três anos salvou a vida de sua mãe. A história continua porque, nessa época, entra em contato com ela, uma assistente social para poder atender a situação de Brisa e sua mãe. Silvia, a mãe de Brisa, tinha uma relação muito forte com a assistente social. E Silvia, que era ex-prostituta toma consciência que seu fim está próximo, que ela vai morrer.

Então, ela fala com a assistente social e diz que, por favor, ela adote a Brisa e cuide de sua filha como se fosse sua filha. Então, se desenvolve um processo de adoção. E, nesse processo, Brisa ingressa em uma creche, e nessa creche eu trabalho. E aí começa a minha relação com Brisa e com seus pais adotivos. E, no momento, que Brisa ingressa na creche, com quase três anos, a gente fica muito surpreso por

sua extraordinária capacidade de adaptação. Ela é uma criança resiliente, pelo estilo que tanto nos ensinou salvando ela. É uma criança que tem uma capacidade de comunicação com os outros surpreendentes.

Continua o tempo e quando Brisa ingressa na creche, eu como psicólogo da creche, começo a desenvolver um trabalho e com a equipe de seu atendimento, de acompanhamento de Brisa e seus pais adotivos. Passam-se meses e morre a mãe de Brisa. Eu faço um trabalho especial de acompanhamento de Brisa e seus pais por esse momento tão difícil. Passa o tempo, e aos quatro anos termina sua etapa na creche. Eu me despeço dela e seus pais, mas eu fico com uma grande pergunta interior. Como será o futuro dessa criança que viveu situações tão difíceis e que parece estar tão bem?

Passa o tempo, dois anos depois, eu recebo uma chamada telefônica dos pais de Brisa, que eles querem continuar consultando comigo, para falar da coisa deles e de Brisa. Vou resumir a história da situação. Continua o processo de adoção, e nesse processo vem a mudança do sobrenome. Então, este ano É entregue à Brisa sua carteira de identidade com o novo sobrenome. É momento de interesse, de certa fascinação de Brisa, de ansiedade em se ter sua certidão. Brisa está angustiada, fica angustiada e ela pede aos pais que arrumem um álbum de fotos dela quando ela era pequena, com sua mãe Sílvia e que, por favor, lhe contem a história de quando ainda era pequena.

Eu trabalho em terapia com Brisa e ela me traz seu álbum de família. Olhamos juntos e nos emocionamos juntos também. Mas Brisa está com ansiedade, por momento ela parece mais um vento que uma Brisa, já que se torna, muitas vezes, agressiva e angustiada. Continuamos. É um momento de crises. Mas crise, no sentido que dão à língua chinesa antiga. Vocês sabem que a língua chinesa se forma por ideogramas, e que a união de certos ideogramas dão outra palavra. Você sabe que uma coisa maravilhosa, que a idéia de bondade, de ser bom, saber como se forma? Com o ideograma mãe+bebê. Mãe+bebê significa bom, no idioma chinês antigo.

E assim também, a palavra crise é formada por dois ideogramas: Caos+oportunidade. Momento de mudança, angústia, perda, caos, mas também oportunidade de viver uma nova situação da vida, de renovação. E nestes tempos, estamos falando este ano, eu tenho uma entrevista com os pais e eles me contam suas dúvidas sobre certidão, eles falam de toda a gama do amor e dor que pode sentir um pai e uma mãe no momento de crise de seu filho. A palheta de cores da alma humana se projeta como se fosse uma tela no ambiente de meu consultório.

Eles me contam que, um dia, em que andavam de carro passavam pela porta de um cemitério e Brisa, que estava em silêncio, perguntou: “Que lugar é esse?” Mesmo já tendo falado com ela a respeito do cemitério, responderam de novo que o cemitério é o lugar no qual se enterram os mortos. E Brisa pergunta: “E nós plantamos alguém?” Entende a pergunta? Ela tem uma primeira aproximação por pensar com o seu pensamento concreto, falam que é lugar para enterrar, se enterra se planta alguém. Mas pra mim, no momento que escutei a resposta de Brisa, falada pelos pais, foi um momento de muita emoção. Porque mostra... Acho que mostrava como Brisa estava empregando metáforas, narrativas para estar perto, para elaborar seu valor.

Acho que nessa pergunta de Brisa a gente tem uma série de perguntas metáforas. Como se ela dissesse: “O que fica quando alguém morre? Alguma coisa pode germinar dali?” É como se ela perguntasse: “Podemos manter viva uma lembrança, a flor da minha mãe?” Pode ser que a necessidade de que se conte a história de sua mãe seja uma forma de fazer florescer a esperança de que mesmo se as pessoas morrem, suas histórias, suas recordações nos habitam e podem nos dar força para continuar em vida. Eu continuo trabalhando com Brisa e seus pais. Às vezes, penso que faz anos que os acompanho, seu transitar pela vida.

Considero-me uma testemunha privilegiada que admira o valor com que eles enfrentam suas angústias. Mas eu lembro, e os pais lembram também que tudo começou na creche. Porque a primeira sensação de seu tempo foi na creche. E se eu continuo tendo o privilégio de trabalhar com Brisa e seus pais, é pela creche. Então, eu acho que a creche não é só um centro de educação. Mas também é um centro de acompanhamento do processo de desenvolvimento da criança e do desenvolvimento da parentalidade, da difícil arte de ser pais. A creche como um espaço da intersubjetividade.

Então, falando e recordando o critério do Frederico II, a língua universal, eu acho que podemos pensar a língua universal como a intersubjetividade. Com essa língua falamos, como a criança com seus pais. Com essa língua também aprendemos e formamos conhecimentos. Também com esses dois exemplos de Frederico e Brisa e com esses dois parceiros, educação e intersubjetividade, seguimos pela vida com a experiência de ajudar que outros seres humanos descubram nova forma de expressão e de participação no mundo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. VICTOR RICARDO GUERRA FLORA: Eu quero apresentar a imagem de Frederico II. A próxima. E esta é Brisa. Próxima. Esta é Brisa brincando em meu consultório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Dr. Victor Ricardo Guerra Flora, pela sua participação. Estamos lembrando que esta é uma Audiência Pública Especial conjunta, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos, abordando a valorização da primeira infância e cultura de paz. Nós temos um colega senador inscrito, Senador João Durval, quer fazer uso da palavra. Tem uma pergunta a fazer? Abriu mão.

Então, nós vamos... A hora já está avançada, mas nós queremos deixar um muito obrigado, especialíssimo. Foram três abordagens riquíssimas. É uma pena que o tempo não permite que a gente possa avançar mais. Mereceria cada um dos convidados uma manhã inteira aqui. Porque nós nos enriqueceríamos muito mais em conhecimento.

Cenas que o Dr. João Carlos nos trouxe que não tem como não guardar. Não guardar e não comparar com a força da natureza. A natureza é fantástica, é impressionante. Eu não vou esquecer realmente o bebê recém nascido em busca do... Em busca do sabor da mãe. Coisa impressionante. Realmente algo que... Uma cena de uma beleza indescritível. A responsabilidade do Poder Público que o Dr. Vital colocou aqui, da sociedade com o Poder Público, e de se elaborar leis, projetos e propostas para serem executadas e que eu volto, mais uma vez, à questão do nosso Ministério Público de Contas que está cada vez mais atento à responsabilidade do Poder Público. Por isso que eu trouxe para cá esse... Esse estudo lá do Rio Grande do Sul.

O Ministério Público de Contas decidiu que vai fiscalizar, pelo menos no meu Estado, as prefeituras do meu Estado, e os investimentos que estas prefeituras estão fazendo nesta primeira infância, para que ela não fique relegada a sua própria sorte. Estou orgulhoso disto e vejo que aquele estudo que pude apresentar aqui, ele está muito atual e ele é muito importante, inclusive, como fonte de pesquisa e fonte de informação, Senador Paulo Duque. E a experiência do Dr. Victor, trazendo aqui essas comparações da língua universal. Acho que nos enriquecemos, foi importante para a Instituição Senado Federal, mas, acima de tudo, para todos nós como cidadãos e cidadãs. Agradeço a presença de nossos convidados, a presença de todos aqui e dou por encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h34.

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 20 DE NOVEMBRO 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Mão Santa e Jayme Campos** e do não membro Senador **Augusto Botelho**. A Senadora Serys Slhessarenko justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 80, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em trinta de outubro de 2008, a respeito da campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. O Senhor Presidente abre os trabalhos e faz suas considerações iniciais. O Senhor Presidente convida para tomar lugar à mesa de debate os convidados. Convidados que comparecem: Nilcéia Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e co-promotora da Campanha; Sandra Rosado, Deputada Federal coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados; Marlene Libardoni – Diretora executiva da Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE; Ana Falú, Diretora regional do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM; Taís Santos, Representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA; Jane Ribeiro Silva, Desembargadora Convocada para o Superior Tribunal de Justiça – STJ; Germana Moraes, Representante do Comitê da Lei Maria da Penha do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Leila Linhares Barsted, Representante do Observatório de Monitoramento de Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha. Às dez horas e trinta e seis minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Augusto Botelho. Às onze horas e cinquenta e cinco minutos o Senhor Presidente, Senador Augusto Botelho, devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e sete minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Fátima Cleide. A Senhora Presidente, após a exposição dos Senhores convidados e senadores franqueia a palavra ao plenário. Encerradas

as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, a Senhora Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior, Fátima Cleide e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Emília, primeiro eu vou cumprimentar a minha sempre Senadora.

Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Comunicado da Presidência: “Em conformidade com o Requerimento nº 85, de 2008, da CDH, aprovada em 05/11/2008, e Ofício nº 94, GSM, datado de 11/11/2008, ambos de autoria da nobre Senadora Marina Silva, convoco os membros dessa Comissão a participarem em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, no dia 05 de dezembro próximo, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, de diligência com a finalidade de tomar depoimentos e informações sobre a contribuição do líder Seringueiro e ecologista Chico Mendes e do movimento dos Seringueiros”.

Audiência Pública, item único. Nos termos do Requerimento nº 80, de 2008, CDH, de autoria desse Senador e do Senador Mesquita Júnior, aprovado em 30/10/2008, para discussão da “Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Para esse evento teremos duas Mesas, se necessário for teremos três Mesas. Enfim, foram convidados, já presentes conosco, a Ministra Nilcéia Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e co-promotora desta campanha e, naturalmente, desse evento. Bem-vinda à Casa, Ministra [palmas]. Convidamos também para fazer parte dessa Mesa a Deputada Federal e coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados, Deputada Sandra Rosado [palmas]. Convidamos ainda a Sra. Taís Santos, representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA [palmas]. Também já na Mesa conosco a Sra. Marle-

ne Libardoni, Diretora Executiva de Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), já está aqui conosco, estava aqui na primeira listagem. A primeira Mesa está completa, teremos uma segunda Mesa. Nós de imediato passamos a palavra à Sra. Marlene Libardoni para que faça a sua exposição. Depois falará a Ministra e os outros convidados. O tempo é de quinze minutos, com mais cinco se necessário.

SRA. MARLENE LIBARDONI: Bom dia para todas e para todos. É com satisfação que nós, da AGENDE, Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, quero aqui nesse primeiro momento saudar a nossa Ministra Nilcéia Freire nessa promoção conjunta da “Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” no nosso país, com a bancada feminina, que é uma parceira de primeira hora desde 2003 nessa iniciativa nacional, saudar a Deputada Sandra Rosado, representando a bancada feminina do Congresso Nacional, firmamos essa parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal, agradecer aqui ao nosso Senador Paulo Paim e saudar também a nossa companheira das Nações Unidas, a Taís, representando as Agências do Sistema ONU, também uma parceria desde 2003, no primeiro momento dessa campanha, e colocar da satisfação de a gente estar lançando esse ato de lançamento esse ano nesta Casa Legislativa. Nos anos anteriores esse ato aconteceu na Câmara dos Deputados e esperamos que no próximo aconteça no Congresso Nacional como um todo, assim avançando como a própria campanha vem avançando.

Nesse ano de 2008, quando comemoramos os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é importante recordar que a “Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo” foi criada em 1991 pelo Centro de Liderança Global da Mulher no processo de preparação da Segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em 1993, em Viena. E a campanha teve exatamente um objetivo já naquele primeiro momento, que era conscientizar a sociedade e os Governos que participariam daquela Conferência de que violência contra as mulheres é uma violação de Direitos Humanos. E, por isso, se escolheu os “dezesesseis dias de ativismo”, iniciando no dia 25 de novembro, o Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres, uma data criada pelo movimento feminista num encontro Latino-Americano na República Dominicana, e se encerrava no dia 10 de dezembro, Dia Mundial dos Direitos Humanos, exatamente para marcar essa demanda do movimento de que a violência fosse considerada uma violação de Direitos Humanos.

E nós conseguimos, Ministra, viu Senador, o primeiro resultado, o grande resultado dessa campanha aconteceu em Viena e a Declaração da Conferência de Viena traz os Direitos Humanos das mulheres e das meninas, são direitos inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos Direitos Humanos universais, e que a violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminados.

Nesses dezoito anos de “Campanha Mundial de Dezesesseis Dias de Ativismo”, a campanha foi adotada pelas Nações Unidas, não é Taís, por todas as Agências do Sistema ONU, em especial o Fundo de Desenvolvimento para a Mulher, mas também por todas as outras Agências, e o UNFPA é um parceiro de primeira hora também nosso na campanha, apoiador permanente, e foi adotada também pelos Governos dos países e hoje é realizada em cento e cinquenta e quatro países. Eu acho que isso mostra a força dessa campanha.

E o potencial dela, o potencial dela no nosso país, eu quero agora entrar um pouco aqui na nossa realidade. Essa campanha ganhou no Brasil um caráter nacional de mobilização nacional em 2003, quando a AGENDE, com apoio do UNIFEM, decidiu levar adiante uma iniciativa nacional, buscou a Secretaria Especial de Política para a Mulher, buscou a SEPIR, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, buscou as outras Agências da ONU, buscou a banca feminina no Congresso Nacional e se iniciou uma parceria que foi se expandido, incorporou empresas públicas, estatais e privadas, e são desde já alguns anos sessenta parcerias que coordenam, que congregam essa iniciativa nacionalmente.

Agora quando a gente caminha para a campanha ao longo desses seis anos e vai para os Estados, essas parcerias se multiplicaram nos Estados, se reproduziram e se formaram também para conduzir a campanha. São trinta redes nacionais de mulheres e de Direitos Humanos. As de mulheres congregam mais de 2500 organizações e as de Direitos Humanos outras 400 organizações. Se você entrar no site da campanha mundial, são duas mil organizações que conduzem a campanha mundial no mundo. Só no Brasil são três mil organizações mulheres. Então não são duas mil, são já cinco mil que não estão computadas nos dados do site mundial e nós vamos providenciar essa correção. Então eu acho que isso mostra um pouco da força da campanha.

Em 2007 a campanha ganhou uma nova dimensão com a promoção conjunta com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República. Essa co-promoção, Ministra, trouxe muito forte-

mente, muito comprometidamente, as Secretarias de Políticas para as Mulheres dos Estados e Municípios, as Coordenarias, os Conselhos de Direito da Mulher, que assumiram fortemente a campanha nacionalmente e, também, a parceria com a Associação Brasileira de Municípios. Está aqui a nossa Emília Fernandes, que teve um papel importante nessa construção dessa parceria, levou a campanha para os Governos locais. Então essas duas parcerias no ano passado marcaram uma interiorização, uma expansão da campanha para os municípios e também por outro lado, do nosso lado do movimento social das redes de mulheres, um trabalho muito mais articulado de diálogo, de construção conjunta com essas instâncias governamentais da mulher, com os Governos locais, Municipais, com o Governo Federal, com a Secretaria. Eu acho que isso deu uma consolidação da campanha, uma robustez na campanha muito importante.

Só para vocês terem idéia, essa soma de esforços resultou que mais de 50% dos eventos da campanha realizados em todos os Estados da Federação, que foram seiscentos e quarenta e quatro mapeados por nós, fora os que não conseguimos mapear, trezentos e trinta aconteceram em municípios do interior. Eu acho que esse é um dado muito importante do resultado da campanha.

O elevado percentual de 68% de pessoas que conhecem a Lei Maria da Penha e desses os 83% que aprovam a lei, resultado da pesquisa de opinião conduzida em julho pelo IBOPE/THEMIS, com o apoio da Secretaria, mostra que a “Campanha Dezesesseis Dias de Ativismo” chegou às massas, e chegou às massas porque desde 2003 a campanha teve como objetivo a aprovação de uma lei específica de violência doméstica, de 2006, 2007, 2008, a campanha tem a Lei Maria da Penha como centro, ela busca divulgar a lei, fazer com que as mulheres realmente busquem essa lei e busca comprometer, o ano passado muito fortemente, os agentes governamentais no cumprimento efetivo da lei. Quando falo de agentes governamentais, falo de agentes da segurança pública, falo dos agentes da justiça, enfim, e falo de toda a rede de serviços.

A “Campanha de Dezesesseis Dias de Ativismo” tem exatamente esse objetivo de um trabalho educativo, de sensibilização com relação à violência contra as mulheres, e é por isso que no Brasil a campanha desde 2003 tem como ênfase “Uma vida sem violência é um direito das mulheres”. E, Ministra, um dado muito importante: a nossa querida Fátima Jordão na sexta-feira passada disse que esse foi um grande acerto da nossa campanha no Brasil, porque diante de uma situação tão problemática, tão difícil e tão dolorosa como é a violência contra as mulheres, a campanha aponta

para um futuro positivo, para uma vida sem violência. Esse é um grande acerto. E outro acerto, Ministra, que eu quero parabenizar a senhora. é o nome da Lei 11.340. A seu pedido o Presidente Lula nominou a Lei 11.340 de Lei Maria da Penha e essa identidade da lei é que a tornou tão conhecida rapidamente e a tornou uma lei que pegou de fato desde o primeiro momento. Temos sim dificuldades na implementação, temos problemas de várias naturezas, mas nós temos tantos resultados positivos.

A campanha tem um papel decisivo nessa disseminação da lei e nesse ano de 2008, entrando mais concretamente, ela tem um propósito de convocar toda a sociedade a se comprometer com essa efetiva implementação da Lei Maria da Penha, a tomar uma atitude, a não ficar indiferente a nenhuma situação de violência. Com o slogan “Há momentos em que a sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se!”, ela quer de fato comprometer cada um de nós, cada pessoa, cada instituição a não ficar indiferente. E para isso buscamos dezesseis pessoas muito especiais, dezesseis pessoas que poderiam ser dezesseis milhões de pessoas, mas que estão simbolizando muita gente porque foram pessoas que tomaram uma atitude para o fim da violência contra as mulheres ou para divulgar, cumprir com a Lei Maria da Penha. Nós temos aqui entre nós algumas dessas dezesseis pessoas, eu estou vendo a Joelma do 180, do Ligue 180 [palmas], o soldado cabo e a Coimbra, da Polícia Militar [palmas], a Vera, a nossa Promotora Legal Popular [palmas], a Graça Carvalho, que acabou de voltar para a CUT por uma emergência, mas estava conosco até a pouco no café da manhã, representando o Movimento Social, o Sindicalismo, e outras dezesseis pessoas entre as mulheres que sofreram violência, juiz, delegado, um pai, que é Seu Genivaldo, que teve a coragem de denunciar. Então são parentes, amigos, vizinhos, pessoas do Judiciário, dos serviços que trazem a sua atitude como exemplo, como chamada para que cada um de nós adote essa campanha. Eu acho que essas dezesseis pessoas, a Alcione, que é uma cantora, a Cleusa, uma trabalhadora doméstica, a Cristina Buarque, uma Secretária da Mulher de Pernambuco, a Francisca Schiavo, do Centro de Referência em Salvador, o Genivaldo, que eu já falei, que é pai, a Maria Goreti, uma atendente da área de saúde, a Graça eu já mencionei, a Maria Iracema, uma mulher que sofreu violência, que em 2007 esteve conosco na campanha, que buscou a Lei Maria da Penha e que a campanha também ajudou a mudar sua vida, a Joelma, o Ananias, o Promotor Marfan, o Dr. Marfan, do Rio de Janeiro, do Ministério Público, a Marina, uma senhora que está participando da nossa campanha, que sofreu violência. Eu gostaria

de contar o caso da D. Marina. Por trinta e seis anos ela sofreu violência doméstica. Ela buscou a denúncia, as delegacias várias vezes e não teve resultado. Com a Lei Maria da Penha, o Juiz chamou o companheiro dela e disse que se ele tocasse na D. Mariana, ele iria preso e ele nunca mais cometeu nenhum ato de violência desde então, há dois anos. A Rosilene, uma Delegada, representando as delegacias, uma líder comunitária, que é a Tia Gaúcha, e a Vera, que eu já mencionei.

Então fechando a realização dessa “Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo”, ela é uma ação estratégica para dar visibilidade a esse problema, para sensibilizar a sociedade e o Estado e ela é uma parte de um processo coletivo de mudança de uma cultura, para uma cultura da não-violência, uma cultura de respeito aos Direitos Humanos das mulheres. E ela chama o Estado, chama a Sociedade Civil a se comprometer.

Eu acho que têm muitas atrizes e atores sociais e políticos comprometidos nesse esforço, que eu já mencionei, e nesse ato de lançamento eu gostaria de destacar algum desses esforços coletivos, que é impossível mencionar todos porque ele se alarda por todos os Estados, e esse ano no nosso site da campanha nós temos uma página dedicada a cada Estado para que ali a gente possa ver ao vivo, documentar e conhecer o que é que acontece de parceria, de eventos, de dinâmica, de criatividade em cada Estado brasileiro no desenvolvimento da campanha. E a campanha, eu ouvi da Dra. Taís num programa em que nós estivemos juntas, que ela diz assim: “Nós também no Ministério Público – ouvi da Delegada da Bahia – a gente espera com ansiedade a campanha porque ela nos permite entrar para dentro da nossa instituição e discutir a violência contra as mulheres e discutir o cumprimento da Lei Maria da Penha”.

Então eu acho que esse é o nosso ganho da campanha, Ministra, Senador Paim, nossa deputada, e gostaria nesses esforços especiais agradecer, destacar as trinta e duas redes nacionais de mulheres, de Direitos Humanos, que participam da campanha, e em nome dela todas as organizações desse Brasil de mulheres, os grupos de mulheres, enfim.

Em segundo lugar, ministra, eu não posso nem dizer, mas reforço em público, já falei muito, eu queria agradecer aqui de público a confiança que a Ministra Nilcéia depositou na minha pessoa e na AGENDE [palmas] co-promovendo a campanha e reafirmar que tem sido um exercício cívico de cidadania essa colaboração, essa pareceria, esse diálogo, esse esforço conjunto Sociedade Civil e Estado. Eu acho que a gente tem muitos resultados, embora alguns tropeços que

temos que superar nessa dinâmica de desenvolver uma campanha com a dimensão que é a “Campanha dos Dezesesseis Dias”.

Em terceiro lugar eu queria destacar as parcerias institucionais da campanha, como eu falei são várias instâncias, a Agência das Nações Unidas, instâncias governamentais do Executivo, do Legislativo, a bancada feminina no Congresso, as Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado e da Legislação Participativa, as empresas estatais que não só apóiam a campanha, são parceiras, patrocinam a campanha, mas que levaram a campanha para dentro de suas empresas no plano de ação do Programa Pró-Equidade, desenvolvido pela Secretaria. Então estão comprometidas de fato com essa questão.

E, por fim, eu gostaria de um agradecimento especial ao esforço coletivo da equipe da AGENDE e todas as pessoas que nesses seis anos colaboraram conosco [palmas]. Bom, eu queria agradecer de fato a equipe da AGENDE, essas pessoas todas que colaboraram com a gente das diversas formas nesse trabalho cotidiano, minucioso, árduo, de noites, madrugadas, fim de semana, para colocar, para preparar a campanha todos esses anos, para colocar ela na rua e para buscar. E tenho certeza que todas elas fizeram isso porque elas tiveram a energia e a força no comprometimento que cada uma tem com uma vida sem violência para todas as mulheres brasileiras. Muito obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento a Diretora Executiva da AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, a Sra. Marlene Libardoni, e que as suas lágrimas aqui sejam um símbolo dessa luta. Quantos homens e mulheres de bom choraram pela violência? Principalmente as mulheres, até pelo momento.

Eu vou de imediato passar a palavra à nossa Ministra, e dizendo, Ministra, que numa simbologia a esse momento nós vamos dar dezesseis minutos, com mais dezesseis se necessário, e se necessário mais dezesseis e mais dezesseis até que a senhora entenda que teve todo o tempo necessário. Então é com alegria que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos também da Câmara e também a Comissão de Ações no Campo da Legislação, que é Deputado Adão Pretto que preside lá, o Deputado Pompeo de Mattos, que nesse momento nós passamos a palavra. Mas me permita, Ministra, antes justificar a não presença de duas senadoras que estão na frente também desse movimento aqui dentro do Senado. A Senadora Ideli Salvatti, infelizmente, não se encontra aqui porque teve uma crise de ciático ontem e acabou viajando

ontem, nem sequer votou nas MPs que estavam em debate no Senado da República. E a Senadora Serys Slhessarenko, ela tinha uma viagem marcada para o México e acabou indo para o México, então não pôde estar aqui. A Senadora Fátima está vindo, teve um problema familiar, mas está vindo e vai participar ainda da nossa reunião. Só dizer que todas estão com o mesmo compromisso. Se eu não me engano a Senadora Serys deixou até uma pequena mensagem que no momento adequado eu sei que a assessoria vai encaminhar. Então com alegria para todos nós, com uma grande salva de palmas, a palavra está com a nossa Ministra Nilcéia Freire [palmas].

SRA. NILCÉIA FREIRE: Bom dia a todos e a todas. Talvez se a gente tivesse um pouquinho mais de senadoras, tivesse alguma aqui presente. A gente tem que ampliar muito a participação das mulheres na Câmara e no Senado para a gente ter um Plenário cheio de mulheres nas próximas vezes, não é Senador Paim [palmas].

Eu queria em primeiro lugar agradecer à iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal pela realização dessa Audiência em que estamos tendo a oportunidade de lançar, a AGENDE e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a “Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher” do ano de 2008. Queria cumprimentar, portanto, muito carinhosamente ao Senador Paulo Paim, um parceiro de todas as horas nessa e em tantas outras tantas lutas, aliás uma luta importantíssima que é do Senador Paim e de todas nós, que é a luta contra o racismo, aliás, hoje é o Dia da Consciência Negra e não devemos jamais esquecer que dentre todas as mulheres, entre todas as pessoas no Brasil, as que mais sofrem o preconceito e a discriminação são as mulheres negras. Por isso a Secretaria hoje mandou publicar, eu queria mostrar, porque nós ficamos muito orgulhosas de conseguir fazer isso, mandamos publicar nos jornais de circulação nacional do país um anúncio que lembra que as mulheres negras [palmas] são protagonistas da luta dos negros e das negras neste país. Então eu queria, cumprimentando o Senador Paulo Paim, cumprimentar também o Senador Mesquita Júnior aqui presente [palmas], que também demonstra aqui o seu compromisso pela luta pela igualdade, a luta pela não-violência. Queria cumprimentar a Deputada Sandra Rosada, nossa coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados, parceira de todas as horas. Muito obrigado, Deputada, por estar aqui conosco. Cumprimentar a Taís, representando aqui o Sistema ONU, ela que é representante substituta do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, e a Marlene, nossa companheira da AGENDE, com a qual temos

tido uma parceria não só nessa campanha, mas em muitas outras atividades vinculadas ao enfrentamento à violência contra a mulher. Senador Jayme Campos, seja muito bem-vindo [palmas]. Cumprimentar a todos os Deputados aqui presentes na pessoa do Deputado Vicentinho [palmas] e queria cumprimentar, cumprimentando a todas as pessoas, algumas pessoas em especial, a Dra. Taís e o Dr. Fausto, Promotores de Justiça que têm sido, eu diria, guardiões da Lei Maria da Penha. Nós temos no Dr. Fausto e na Dra. Taís a esperança de um Judiciário com novos ares, com mais acesso à justiça e com mais justiça finalmente [palmas]. Queria cumprimentar a Dra. Germana, do Conselho Nacional de Justiça. É importante que se faça o reconhecimento de todos e todas que têm sido não parceiros, mas têm sido protagonistas da luta pela igualdade e a luta pela não-violência. O Conselho Nacional de Justiça jamais deixou, desde a proclamação, da promulgação da Lei Maria da Penha, de envidar todos os esforços para que os Judiciários de todo o Brasil a aplicassem plena e corretamente, e é nosso parceiro, do Ministério da Justiça e do Superior Tribunal de Justiça na condução de programas de capacitação e treinamento para Juízes e Magistrados em todo o Brasil. Muito obrigado, Dra. Germana, pela colaboração do Conselho Nacional de Justiça, sempre. Queria cumprimentar a Senadora Emília Fernandes, nossa primeira titular da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e que nesse momento é Presidente do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do Mercosul, que tem uma importante parceria com a Associação Brasileira Municipalista e que permite, portanto, uma capilaridade desta campanha muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministra, me permita, só para saudar também, o seu prestígio é grande, não é todo dia que dá esse quorum aqui em Audiência Pública. O Senador Cristovam também está chegando aqui, Geraldo Mesquita Júnior, Jayme Campos [palmas].

SRA. NILCÉIA FREIRE: Muito obrigada, Senador Cristovam. Queria saudar as nossas colegas de outros Ministérios, porque tem sido com todos os Ministérios, e neste caso especificamente o Ministério da Justiça, que temos podido levar à frente os trabalhos da Secretaria e no enfrentamento da violência contra as mulheres a parceria entre o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o PRONASCI, e, portanto, o Ministro Tarso Genro é um homem comprometido com o fim das violências nesse país e com o fim da violência contra as mulheres. E, por fim, as minhas colegas da Secretaria de Políticas para as Mulheres e às personagens que emprestaram

suas histórias, seus rostos e a sua luta à “Campanha dos Dezesesseis Dias” desse ano.

Eu queria pedir permissão a todas as pessoas que tiveram esse gesto de coragem e de generosidade, participando como personagens da campanha, personagens da vida real, para cumprimentar em especial a Joelma, porque a Joelma é uma funcionária, uma servidora que trabalha no Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher, e eu quero dizer que se nós na Secretaria não tivéssemos podido fazer nada mais em termos de políticas públicas, eu diria que eu já estaria satisfeita com o Ligue 180. O Ligue 180, de janeiro a outubro desse ano, fez 216 mil atendimentos. Isto não são os números de ligações. O número de ligações é infinitamente maior. Esse é o número de atendimentos que nós chamamos de atendimentos produtivos, ou seja, em que as nossas tantas atendentes, como a Joelma, prestam informações sobre a Lei Maria da Penha, sobre os direitos das mulheres, sobre os serviços existentes para acolher as mulheres em situação de violência, escutam as reclamações que são feitas, porque há muitas reclamações que vêm de todos os cantos do país sobre serviços que não são adequadamente prestados pelos agentes públicos, tanto do Executivo, como do Judiciário. Infelizmente, fora desses 216 mil atendimentos, ainda passam pelo constrangimento de ouvir trotes, que são inúmeros, porque nós precisamos fazer uma campanha que os telefones de serviço público nesse país não podem ser utilizados para trote. Todos os números de utilidade pública sofrem esse tipo de problema. Então, Joelma, eu queria que você, por favor, transmitisse mais uma vez a todas as suas colegas do Ligue 180 os agradecimentos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres pelo trabalho que vocês desenvolvem cotidianamente, dia e noite, porque é dia e noite no Ligue 180, na Central de Atendimento à Mulher. Eu queria aproveitar para fazer uma menção à Tereza Souza, minha Secretaria Adjunta, que muito contribuiu para a instalação do Ligue 180 no ano de 2005.

Bom, a Marlene já colocou a questão da campanha e eu queria enfatizar. Antes de continuar, oi Regina, Regina Perondi, nossa parceira do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, que a gente reúne. Estamos juntas na “Campanha Mais Mulheres no Poder”. Então a campanha desse ano tem uma característica muito importante que é chamar para o compromisso e dizer que cada pessoa tem um papel a cumprir na redução da violência no nosso país. E eu falo na redução da violência porque tendo um papel a cumprir no enfrentamento à violência contra as mulheres está contribuindo para a redução geral que acontece na sociedade brasileira. As violências se comunicam

e se alimentam. Crianças que crescem vivenciando a violência dentro de casa aprendem e apreendem um comportamento de responder a qualquer situação de contrariedade, de conflito com violência. Mulheres e homens que convivem num ambiente de violência saem das suas casas, influenciam na violência urbana e a violência urbana coloca todos numa situação de mais tensão.

As mulheres, tanto dentro quanto fora de casa, elas têm um conjunto de características que não são inerentes à sua biologia, mas que as torna mais vulneráveis à violência, seja a violência cometida dentro ou fora de casa, e dentre os fatores está a desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres mereceram uma lei dedicada inteiramente a elas que trata da violência porque são as mulheres a maior parte daquelas que sofrem violência dentro de casa, porque esta violência não é uma violência como as outras, ela se estrutura na desigualdade, ela se estrutura num desequilíbrio de poder naquela relação, seja uma relação presente ou passada. Há um jurista espanhol que diz muito acertadamente que a violência contra as mulheres é a única violência que de certa forma sempre foi tacitamente autorizada pela sociedade, porque ela é uma violência de manutenção da ordem, ela é a violência que para manter a ordem machista e patriarcal e por isso os homens que a cometem não fazem questão de esconder. Aliás, eles procuram o espetáculo da ação para mostrar aos outros que eles reagiram a quem quis infringir a ordem dominante que ainda, infelizmente, é a ordem de domínio dos homens na sociedade.

Os exemplos são múltiplos. Eu queria apenas citar duas questões porque a violência contra as mulheres não é uma violência qualquer e é preciso entendê-la e por isso essa campanha tem essa relevância, porque senão nós não vamos saber lidar com ela no cotidiano e os agentes públicos também não saberão.

Dentre os assassinatos de mulheres que acontecem no Estado de Pernambuco, e é um dos Estados em que chamo atenção pelo número de assassinatos de mulheres--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senadora, esses apartes na sua fala é para dizer que a sua fala está sendo ouvida em todos os gabinetes. O Senador Augusto Botelho já está aqui conosco e agora chegou também, palmas para os dois, o Senador José Nery [palmas].

SRA. NILCÉIA FREIRE: Muito obrigada. Dentre os assassinatos de mulheres que acontecem em Pernambuco, chama atenção uma característica dessas mortes, desses assassinatos. Em muitos deles as vítimas morrem tendo a face desfigurada. Isto dá a dimensão do desejo do outro de comprometer aquilo

que é para as mulheres, aquilo com que ela se comunica, a sua face, os seus olhos, e, portanto, está a marca, é como se marca a violência de gênero nesses assassinatos.

E a outra questão que eu gostaria de chamar a atenção, porque isso nos remete à necessidade das campanhas, foi a tragédia de Santo André, porque é muito comum os ex-companheiros, ex-namorados, ex-maridos, castigarem as mulheres quando elas recusam a ordem estabelecida, porque a ordem estabelecida é que a mulher seja escolhida. E quando os homens são rechaçados, são recusados, nesta escolha muitas vezes reagem como reagiu infelizmente aquele jovem. Com mais preparo a condução daquele caso não seria a condução de quem esperava ouvir daquele rapaz uma exigência, porque a única coisa que ele queria era a vida daquela jovem. E aquela vida só seria entregue a ele com a morte, porque a vida no convívio ela tinha recusado lhe dar. Então é importante que a gente tenha consciência disso. Aquele não era um seqüestro qualquer, ele não ia pedir dinheiro, ele não ia pedir para sair dali porque a própria vida dele naquele momento não tinha importância. Agora os arroubos de paixão, como tentaram caracterizar essas e outras mortes e outros assassinatos, não são nada mais, nada menos, que violência contra a mulher e que se dão por esta situação de desequilíbrio de poder. Não podemos mascarar com a paixão os assassinatos e nem podem ser atenuantes [palmas] para qualquer crime que fique impune.

E por isso, voltando à campanha, cada um de nós tem o que fazer. Cada um de nós pode denunciar, pode intervir. Cada um de nós não vai aumentar o rádio ou a televisão na hora que está escutando a vizinha sendo espancada para aquele barulho não incomodar. Mas agora com a Lei Maria da Penha pode ligar, pode chamar a polícia, pode ligar para o 180 para ser orientada no que fazer. E cada um e cada uma de nós pode chamar para uma conversa os nossos amigos, as nossas amigas, para dizer que a gente só vai ter um país mais justo, com desenvolvimento econômico pleno, se nós não tivermos violência nas ruas e em casa. E essa é uma tarefa que cabe a todos nós.

Esse ano, dentro do marco dos “Dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, nós também da Secretaria, em conjunto com a AGENDE e outras organizações, queria fazer menção a duas organizações de homens, do Instituto Papai e o Instituto Pró-Mundo, o Fundo de Desenvolvimento da Mulher das Nações Unidas (UNIFEM) e o Fundo de Desenvolvimento das Populações, nós lançamos a “Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, porque é preciso estabelecer um diálogo direto

com os homens, é preciso chamá-los não só para a solidariedade, mas para um papel ativo e protagonista no cessar da violência contra as mulheres. O site é www.homenspelofimdaviolencia.com.br. Cada um pode entrar lá, colocar seu nome, enviar para quantos amigos quiser. Só os homens assinam nesta campanha. E nós também aceitamos que qualquer um e cada uma aqui possa pegar uma folha de papel, imprime a carinha do site e sai coletando as assinaturas manualmente e pode mandar para a gente lá na Secretaria, como está fazendo a minha querida coordenadora da bancada, a Deputada Sandra Rosado, e depois pode mandar para a Secretaria que a gente vai digitar tudo no site. A gente quer, e quero pedir a todos os senadores presentes, vai ser uma coisa muito linda. No dia 6 de dezembro, o dia em que este Congresso escolheu para votar, votou o Dia Nacional de Homens pelo fim da Violência – bom dia Senador Romeu Tuma [palmas] -, eu queria que nesse dia, no dia 4 de dezembro, que vamos ter uma solenidade com o Presidente Lula para celebrar esse dia, que nós pudéssemos enviar para o Secretário-Geral da ONU, porque essa nossa campanha se vincula, uma Campanha Internacional do Secretário-Geral da ONU, a assinatura de todos os senadores [soa a campanha] e todos os Deputados do Congresso Nacional brasileiro que, por unanimidade, aprovaram a Lei Maria da Penha.

Então com isso eu queria encerrar essa minha fala [palmas], agradecendo mais uma vez a oportunidade de estar aqui e a presença de todos os senadores e todos os deputados e deputadas aqui presentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dra. Nilcéia, antes de a senhora terminar, se permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nobre senador, não tem problema nenhum, mas eu ia orientar depois da ministra, que já pediu a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o Senador Romeu Tuma. Eu queria, só para orientar o Plenário, que os senadores falam a qualquer momento, a qualquer momento os senadores poderão usar a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só informar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só informar à Embaixadora Maria Luiza, que dirige o setor da ONU do Governo brasileiro, eu fui essa semana que passou, eu com a Senadora Roseana Sarney e mais o Senador Antonio Carlos Valadares. Então eu não podia perder a oportunidade, que um dos documentos que eu pedi é toda a discussão que tem sido feita durante este ano sobre a violência contra a mulher. Lá tem um setor especializado que discute no

mundo inteiro. Então eu parabeno, eu quero assinar a abaixo-assinado aí [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Geraldo Mesquita Júnior tinha pedido a palavra. A Deputada Sandra Rosado, que é coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados, está com um problema de outra agenda deputada, é isso? A senhora poderia falar depois da fala do Senador Geraldo Mesquita Júnior? Então o Senador Geraldo Mesquita Júnior, em seguida eu passo para a deputada e depois a Taís.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É muito rápido e breve. Eu quero agradecer a gentileza da deputada, eu tenho que estar às onze horas em outro compromisso, vou me ausentar um pouquinho daqui e, após, retornar. Mas não queria sair sem deixar uma breve mensagem aqui e uma pequena reflexão. Eu quero cumprimentar a Ministra Nilcéia, Deputada Sandra, as demais integrantes da Mesa, quero cumprimentar os senadores aqui presentes na pessoa da nossa Senadora Emília Fernandes. É muito prazer tê-la por aqui, senadora, e os demais colegas.

Como eu disse é uma mensagem muito breve. Eu fiquei impressionado com algo que disse a Ministra Nilcéia. Ministra, eu vou tentar repetir o que disse de V. Ex^a., de que nós só teremos um desenvolvimento econômico talvez pleno quando dermos cabo à violência contra as mulheres. Olha, isso é de uma profundidade incrível e bate com aquilo que eu também penso. O Senador Buarque costuma dizer que a gente valoriza muito o fato econômico no nosso país em detrimento do fato da educação e de fatos como esses também.

Eu queria deixar, inclusive como sugestão, nós temos índices que medem o comportamento da nossa economia, o Índice BOVESPA, etc. Eu queria sugerir que nós instituíssemos também o índice da violência contra as mulheres, entendeu Senador Buarque? [palmas] Aí nós teríamos um referencial a partir do qual nós nos mobilizaríamos em torno da redução drástica da violência contra as mulheres. A partir desse índice, Senador Paulo Paim, ele num primeiro momento talvez aparecesse expressivo até para que nós nos envergonhássemos desse ambiente violento contra as mulheres. Mas eu acho que a exposição dele, assim como a gente tem a exposição no Índice BOVESPA todo dia, talvez fosse muito interessante a gente olhar, se envergonhar e trabalhar no sentido de diminuir esse índice até ele chegar a zero. É uma sugestão que eu deixo inclusive para a Ministra Nilcéia, a partir da Presidência da República, quem sabe, a gente instituir algo dessa natureza.

Quero dizer que essa campanha envolve grandes ações, grandes gestos e pequenos gestos também, gestos do cotidiano. Eu percebi que a Ministra inclusive se emocionou quando lembrou o selinho aqui. Desculpe, eu não estou minimizando não. Eu chamo de selinho carinhosamente, até porque eu acho que é uma coisa tão importante que eu coloquei na minha página, o selinho, Ligue 180. Eu acho que todos nós deveríamos fazer isso. Parlamentares que têm uma página institucional, eu já coloquei na minha lá. Esse e o índice de combate à pedofilia, entende? Eu acho outra coisa também dramática que nós estamos lidando com ela.

Essa questão da violência contra as mulheres, eu tenho que concordar mais uma vez com a Ministra Nilcéia. É uma coisa cultural, enraizada, e eu acho que só combatemos isso com uma outra cultura, que se sobreponha a ela, ou uma contracultura a essa.

Ministra, ainda agora uma repórter, uma jornalista, estava ali colhendo um pequeno depoimento, e a gente antes de gravar, a gente estava conversando e eu estava dizendo para ela: "Olha, eu acho que a Lei Maria da Penha já foi um avanço grande. É o que eu chamo da contracultura a essa cultura dramática que nós temos, da autorização tácita para cometer violência contra a mulher. É uma coisa enraizada. Veja que isso se expressa até na forma de piada". Ela estava me lembrando que circula entre os machistas a piada de que a Lei Maria da Penha veio causar dificuldade àqueles que se sentem autorizados a agredir as mulheres. E a lei contra o uso de álcool na direção veio complicar mais, quer dizer, como é que pode um negócio desse, entende? Não poder mais agredir uma mulher, não poder mais dirigir alcoolizado, entendeu Senador Paulo Paim?

Então a gente precisa, em face dessa cultura, eu sou daqueles que acho que quando a gente tem, por exemplo, uma epidemia de dengue, o que é que a gente vê pela primeira vez na televisão? É uma campanha de esclarecimento: "Não deixe a água empossada nos vasos", "não faça isso, não faça aquilo". Esclarecimento, informação. As campanhas, a senhora falou em cinco mil entidades, pequenos grupos que se mobilizam. É uma coisa fantástica isso. Agora nós precisamos dar amplitude a tudo isso, amplitude. Quando a gente fala em comunicação de massa, a gente necessariamente tem que voltar os olhos para campanhas de massa, campanhas de massa. Eu acho que essa campanha tem que ser permanente porque é uma epidemia permanente, Ministra. A campanha da dengue é episódica porque em determinados períodos do ano a gente tem a coisa acentuada, mas a campanha da violência contra a mulher, eu acho que nós estamos ainda naquela

fase dessa campanha ser permanente, campanha de esclarecimento.

Eu acredito que para diluirmos, para desfazermos essa cultura que ainda impregna a população brasileira de certa forma, só informação ou, sobretudo, informação. Sobre tudo, informação. Campanhas esclarecedoras alertando. A violência parte de dentro de casa, sobretudo. Hoje eu abro o jornal, o Correio Brasiliense. Um motorista de táxi tentou agredir uma moça que pediu... pediu não, tomou o táxi para ir da casa para a escola. É, Senador Buarque, aqui em Brasília.

Então eu queria, por fim, deixar aqui a sugestão de que a gente deve inclusive avançar mais um pouco. Eu sou daqueles que pensa, Ministra, que a violência contra a mulher é algo tão inadmissível que deveria ser um crime hediondo, um crime hediondo. O que é que é crime hediondo? É aquilo que é inadmissível do ponto de vista da consciência humana, entendeu Senador Buarque? É algo inadmissível, é algo inadmissível. Eu acho que a idéia é a gente passar para a sociedade que o crime contra a mulher é um crime hediondo, atenta contra a matriz da vida humana. Se isso não é hediondo, eu não sei mais o que é que pode ser, entendeu Senador Buarque?

Então são essas modestas sugestões que eu deixo aqui, a gente refletir sobre a possibilidade de avançarmos ainda mais, aterrorizar aqueles que ainda se acham no direito de agredir as mulheres. Aterrorizar mesmo, criar mecanismos de combate e de punição mais severas ainda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É um ato de terrorismo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): O Buarque está dizendo que é um ato de terrorismo e eu concordo também. É um ato de terrorismo contra a vida humana, contra a matriz da vida humana.

Então eu peço desculpas e agradeço mais uma vez à Deputada Sandra, mas eu queria deixar essas duas singelas sugestões, de a gente adotar um índice de violência contra as mulheres para, a partir dele, a gente trabalhar incessantemente no sentido de diminuir esse índice gradativamente até chegar a zero. E cogitada a possibilidade de alçarmos o crime da violência contra a mulher como um crime hediondo. Em um primeiro momento alguém pode falar: "O Geraldo está delirando". Eu acho que não, acho que não, acho que não. Devemos pensar nisso para punirmos com a mais absoluta severidade aquele que atenta contra as mulheres, porque fazendo isso eles estão atentando contra a vida humana, contra os seres humanos, contra a matriz da vida humana, entendeu Senador Buarque?

Eu queria deixar essas duas sugestões e saindo daqui, Ministra, já vou apor a minha assinatura e vou fazer por onde um grande número de homens possam também fazê-lo, porque através desses gestos é que a gente vai conquistando. Eu acho que campanhas de esclarecimento contra a violência e contra a mulher têm que ser campanha contra a violência, mas colocando algo a mais, é que não basta só cessarmos com a violência. A gente tem que introduzir o fator de amor às mulheres. Não precisamos só cessar com a violência contra as mulheres. A gente precisa introduzir o fator carinho, amor, apreço e respeito às mulheres. Eu acho que é o mínimo que nós precisamos fazer para que tenhamos um comportamento digno de seres humanos, de homens decentes nesse país que a gente tanto ama.

Peço desculpas pelo alongado e peço desculpas até pela minha ausência agora, porque preciso me ausentar. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu nesse momento vou passar a palavra à Deputada Sandra Rosado porque ela tem que sair em seguida. A deputada fala, em seguida o Senador Cristovam, Romeu Tuma e Senador José Nery. E a nossa sempre Senadora Emília Fernandes pode ter certeza que ela vai ser convidada também a usar a palavra.

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Obrigada. Eu quero iniciar as minhas palavras aqui abraçando a todas as companheiras e a todos os companheiros que aqui estão. Saudar inicialmente o Senador Paulo Paim, a nossa Ministra Nilcéia Freire, Marlene, Taís, a ex-Senadora Emília, fazer um registro e aqui eu coloquei todos juntos, saudar os Senadores que aqui vieram e que demonstram perfeitamente a decisão dessa Casa, através da presença dos senadores Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Jayme Campos, Augusto Botelho, Cristovam, Romeu Tuma, José Nery e a Senadora Fátima Cleide, a disposição de unidos vencermos essa grande batalha contra a violência que se pratica contra as mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada, me permita que eu devia ter justificado. A Senadora Fátima Cleide esteve aqui e foi ao Plenário, porque ela vai abrir uma cerimônia no Plenário em relação ao pacto pela infância, mas depois ela volta aqui e a minha intenção é passar a Presidência para ela ou outra Senadora que chegar aqui, devido à série de atividades na Casa. Desculpe, deputada.

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Bom, eu quero iniciar assim as minhas palavras dizendo que como coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados eu trago aqui também a palavra das minhas outras quarenta e cinco companheiras, que

compõem uma minoria de uma Casa que deveria ser pelo menos a metade composta por mulheres [palmas]. Representamos a maioria da população, representamos a maioria do eleitorado, mas lamentavelmente ainda não conseguimos uma vitória, que é sensibilizar o eleitorado para eleger as mulheres em igualdade ou um pouco mais do que os homens.

Mas estamos aqui para saudar a esse excelente trabalho que vem fazendo a Ministra Nilcéia Freire, que tem sido uma parceira importante, decisiva para a nossa atuação Parlamentar. Tem sido, assim, uma pessoa altamente disponível para colaborar conosco na elaboração e na defesa que fazemos na Casa Legislativa dos nossos direitos como mulheres. E também dizer a você, Marlene, que a AGENDE tem um papel importantíssimo em toda essa história. E quando eu vejo aqui que “Há um momento em que a sua atitude faz a diferença”, que é o lema da campanha desse ano, eu enxergo nisso a hora em que temos que levar para todos os recantos desse país, desde aqueles lugares mais resistentes, mais atrasados, mais radicais, a nossa palavra para que haja a sensibilização dessas pessoas para encarar a luta em defesa das mulheres e a luta no combate à violência como um direito que nós temos como pessoas. Somos pessoas como os homens são também pessoas. Então porque assistimos toda hora e agora lamentavelmente, Ministra, não somente desfigurar os nossos rostos no Nordeste, que eu tenho orgulho de ser nordestina, mas numa área do Nordeste, mas um país que assiste as mulheres sendo jogadas pelas janelas dos prédios, o que é uma coisa extremamente dolorosa, triste. Em todos os momentos nós estamos vendo que as mulheres não somente estão apanhando, sendo estupradas, sendo violentadas, sendo agredidas, mas um ato maior ainda de violência é jogar o corpo de uma mulher pela janela como se fosse um saco de papel, uma coisa qualquer desprezível. Então nós temos que chegar a todos esses lugares. É uma luta difícil, é uma luta que nós sabemos que vem de mulheres lá atrás. Se formos rememorar, vamos ver que existiram mulheres corajosas. Eu aqui já disse numa reunião anterior há algum tempo, eu sou de uma cidade em que as mulheres tinham uma participação política muito ativa, muito efetiva. Eu sou da terra em que a primeira mulher se inscreveu como eleitora da América Latina. Mas assim mesmo nós ainda encontramos uma violência que está arraigada à cultura e que nós devemos combater. Então é nessa luta que nós estamos inseridas, queremos contar com os homens aqui no Senado e em todo o país porque no final das contas nós temos que levar a mensagem de que a impunidade tem que acabar com relação a isso.

Eu fiquei muito surpresa quando eu vi que os homens agora estão querendo se utilizar da Lei Maria da Penha. Eles já têm um amplo arcabouço de leis que protegem, e agora aquela conquista que com muito sacrifício nós tivemos, e mais surpreendentemente ainda eu vejo que quando se faz um levantamento através de um canal, de uma rede de televisão, há uma resposta de que mais da metade defende que os homens têm que se utilizar da Lei Maria da Penha. Nós queremos a igualdade, nós lutamos pela igualdade e agora nós enfrentamos exatamente esse momento em que já querem superar aquela conquista que tivemos com a Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha representa a história de uma mulher, que depois de anos que sofria do seu companheiro, ela teve a coragem de denunciar. E agora nós estamos vendo que através dessa luta, desse trabalho, muitas vezes mulheres que nós nem temos a noção do trabalho importante que ela desenvolve, ela está levando essa palavra para arrancar a denúncia, para arrancar a coragem daquela pessoa de chegar e ir à delegacia.

Eu quero registrar aqui que tem uma mulher que eu acho muito interessante porque ela participa ativamente. É Regina. Regina, ela não tem mandato, mas ela está sempre presente nos debates, nas reuniões, ela é um exemplo de cidadã que tem lutado exatamente por isso [palmas]. E é através de você, Regina, que eu quero saudar as mulheres do Brasil, que sem ter o mandato estão naquela militância diária de levar a sua palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita só pedir para a Regina levantar para que todos nós possamos conhecê-la. Aí Regina, aí [palmas].

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Eu quero chamar a atenção porque eu luto muito para que as mulheres, mulheres anônimas, mulheres que não têm assim mandato, que não têm assim... muitas vezes donas de casa, que é um trabalho importante o da dona de casa, muito importante, elas ficam ali quase no segredo, mas combativamente mostrando que é importante combater a violência.

Então eu quero aqui rapidamente, nós temos que consolidar essa nossa posição, uma vida sem violência, não é demais repetir, é um direito nosso, de mulher, e quero também dizer: vamos lutar nas nossas cidades, nos nossos municípios, aqui no Senado, na Câmara, para que os homens também se unam e façam a sua assinatura de apoio. Nós temos até o dia 6 para levar cem mil assinaturas para a ONU e nós só chegamos ao patamar agora de onze mil. E dentro dessas onze mil assinaturas, vejam bem como

nós somos atrevidas, as mulheres, nós estamos botando a nossa assinatura para mostrar aos homens que para completar a lista dos cem mil as mulheres estão se metendo lá brilhantemente para que eles vejam que precisamos ter a assinatura desses homens para que possamos, cada vez mais, dizer que o Brasil está inserido no combate à violência que se pratica ainda contra as mulheres.

E, para finalizar, dizer que temos que lutar contra a impunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada, vou pedir para a senhora não finalizar.

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Saudar o Senador Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isto, já anunciou o Senador Mão Santa [palmas]. É sinal que é conhecido, hein.

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): E eu quero terminar com um gesto que eu vi aqui e que eu dou muito valor. Foram as lágrimas de Marlene, as lágrimas de uma mulher. Vi que a Ministra também se mencionou, aqui no meu canto também me mencionei. Às vezes pensam que as lágrimas das mulheres são por fragilidade. Não são não, são por coragem. É porque nós conseguimos ainda, através das lágrimas, mostrar a nossa indignação pelo que se pratica contra as mulheres do Brasil e as mulheres do mundo. Então eu quero dizer à Marlene e às mulheres do Brasil que as lágrimas que temos derramado, as lágrimas escondidas que muitas mulheres derramam, são as lágrimas da indignação, mas também são lágrimas que representam a serenidade com que queremos enfrentar essa luta cruel contra a violência, são lágrimas que representam a esperança de que um dia possamos chegar ao índice zero, ao marco zero no Brasil de violência contra as mulheres.

Então eu quero abraçar a todos e a todas e dizer que vamos continuar essa luta e vamos conquistar sim essa vitória que eu tenho certeza que é primeiro a coragem de denunciar, a coragem de apresentar através das lágrimas a nossa indignação e a coragem de lutar por dias melhores e de muita justiça. Muito obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra--

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Com licença, senador, eu vou ter que cuidar também dos municípios do meu estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, muito obrigado, uma salva de palmas então [palmas], a senhora vai ter que sair. Eu vou passar a palavra para o Senador Cristovam, mas

dizer, Ministra, já que poderíamos votar. Já há doze senadores, então para dar quorum aqui na quinta-feira a gente caminha, sem fazer força, os telefones não estão telefonando, 12 senadores. Senadora Emília, a senhora está aqui entre os doze, vai ter que votar hoje [risos]. Senador Cristovam, por favor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bom-dia, Sr. Presidente, bom-dia, ministra, deputada, a todos os demais. Eu também vou ter que sair porque coincidem muitas atividades. Uma delas eu sei que o Presidente Paim deve estar com muita vontade de ir, que é a abertura da semana de comemoração dos 120 anos da abolição da escravidão, com uma bela exposição que eu já tive a oportunidade de ver na Câmara dos Deputados. Estamos às onze horas firmando um pacto contra a violência contra as crianças no Plenário e temos duas Comissões, além disso, que eu faço parte e que estão em andamento. Mas essa, para mim, teve toda a prioridade. Teve toda a prioridade pelo que significa o problema da violência contra as mulheres.

Na semana passada eu tive o constrangimento, como cidadão de Brasília, de ver a manchete do principal jornal da cidade dizer que nós somos campeões, o Distrito Federal, de violência contra as mulheres. Ainda tenho esperança que essa manchete não reflita a realidade, que tenha sido algum erro de estatística, mas foi um fato. E foi em cima disso que eu fiz um discurso, pedi até para trazerem cópias, lembrando alguns pontos.

Primeiro, é óbvio que é absurdo um país ter o grau de violência contra as mulheres que nós temos, a violência física que a gente vê praticada nesse país. Daí a minha satisfação de ver a luta de vocês, ver a procura de uma nova atitude, especialmente das mulheres no enfrentamento desse problema, mas, também, é preciso uma atitude dos homens em relação a isso. Eu acho inacreditável, mas muitas vezes nos bares, muitas vezes onde estamos mais homens do que mulheres por perto, eu ouço a conversa de pessoas que comentam que amigos cometem violência contra as mulheres e continuam amigos dessas pessoas. Está na hora da gente dizer que não tem amigo que é capaz de cometer essa barbaridade. Temos que romper com esses amigos como rompíamos com amigos que a gente descobria na ditadura que era dedo-duro, torturador. A gente não aceitava ter amigo desse tipo. Mas hoje muitos homens aceitam ter como amigos homens que fazem violência contra as mulheres. Eu falei nesse meu discurso que eleição não é uma aula, mas se eu fosse escolher a maior aula que eu recebi na campanha de 1994, circulando pelo Distrito Federal, foi a descoberta da incidência de violência contra as mu-

lheres que há nessa cidade. Eu saía de casa em casa procurando os votos e sempre estavam as mulheres, os homens não estavam. E sentava, tomava um café e elas confessavam às vezes com naturalidade a violência que elas sofriam da parte do marido, da parte do namorado, da parte do filho, da parte de enteados, da parte de irmãos. Se eu fosse escolher uma coisa que me chocou durante aquele processo eleitoral foi isso, porque o resto eu sabia, que falta água, que falta saúde, que falta esgoto, que a escola é ruim, isso eu sabia dos livros, mesmo sem estar convivendo com a população mais pobre. Mas a violência, eu confesso que eu não imaginava que existisse contra as mulheres. Sabia até da violência geral das cidades, mas não a violência contra as mulheres dentro das casas. Desde ali eu comecei a ter envolvimento em campanha, uma participação em tudo que diz respeito à luta contra a violência doméstica, contra as mulheres.

Agora eu quero chamar a atenção que há outras violências contra as mulheres que às vezes a gente tolera por invisíveis, porque as mulheres são as que mais sofrem da violência social contra as famílias. Quando um jovem cai na droga, as mães sofrem mais do que os próprios pais. Quando um jovem não estuda, fica no desemprego, as mães sofrem mais do que os pais. Quando o marido perde o emprego e ele sofre também, é claro, mas as mães são aquelas que de noite têm que botar a comida em casa. O homem sai para procurar emprego, mas a mulher fica em casa tentando arranjar arroz, pedindo ao vizinho, mandando o menino ir pedir na esquina dinheiro. As mulheres sofrem todas as formas de violência da violenta sociedade brasileira. Quando uma mãe é espancada, é claro que ela sofre essa violência mais óbvia, mas quando um filho dela é assassinado nas ruas, é uma violência sobre todos os parentes, mas sobretudo sobre as mães desses jovens.

Por isso nós temos que assinar esse documento e não apenas assinar, nós temos que pedir que outros assinem esse documento. Eu estou pronto para assinar no momento em que ele apareça aqui. Já apareceu? [palmas]. Já assinei, mas eu acho muito pouco eu ter assinado esse documento. Eu me considero com a obrigação de trazer cem assinaturas pelo menos para ele [palmas]. E andar com ele comigo, puxando essas assinaturas, me dêem as cópias. Preciso de noventa e nove. O Senador Augusto [palmas] não conta, não conta, porque ele ia assinar de qualquer maneira.

Eu quero, portanto, dar todo o meu apoio à luta, que me considerem parte disso, que me tomem como um ativista dessa campanha, não apenas assinando, mas conseguindo uma repulsa na sociedade e dos

homens, especialmente, contra a violência contra as mulheres.

Quando eu era menino se dizia, de uma maneira até machista de certa maneira, que quem bate mulher é maricas, maricas no sentido de inferiorizar o lado macho. Essa é uma maneira um tanto machista de dizer. A gente tem que dizer de outra forma. Quem bate em mulheres é um bandido, é um terrorista, como eu cochi-chei aqui, porque comete uma violência extremamente grave. Claro que podíamos discutir também a violência contra as crianças, a violência entre homens também, todas as formas de violência, mas vamos nos concentrar na luta para que esse país possa dizer que, se há ainda violência contra as mulheres, é de malucos, é de pessoas completamente anormais em relação ao padrão, porque hoje não é tão anormal.

Depois que eu descobri que nos bairros mais pobres existia essa violência, e quando eu comecei a falar isso, de repente eu comecei a ouvir conversas de pessoas muito mais próximas que também faziam violência com as minhas amigas da própria família. Eu, pessoalmente, comecei a romper com essas pessoas, passei a ter um tratamento de frieza, de indignação, como eu sentia com os torturadores, com os dedos duros do tempo da ditadura.

Eu creio que é hora de a gente colocar isso na primeira lista daquela violência que nós devemos combater e o trabalho de vocês é fundamental. Fico feliz de estar aqui, lamentando que seja preciso estar aqui. É como eu venho aqui também, sobretudo quando o Senador Nery faz as reuniões sobre o trabalho escravo. Eu venho feliz por quem está protestando, lamentando que seja preciso esse protesto. Mas, enquanto for preciso, contém comigo como um ativista da campanha para que esse país tenha dignidade de dizer aqui, se há violência contra as mulheres, são exceções muito raras de pessoas deformadas que não fazem parte da nossa sociedade comum. Nós, seres, cidadãos, não cometemos esse crime. Contém comigo, eu estou junto aqui e aonde for preciso [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra, nesse momento, à Dra. Taís, porque ela vai ter que sair em seguida. E em seguida falará o Senador Romeu Tuma, se o senhor permitir.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu sou o Relator de uma matéria muito importante também, mas eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor pode aguardar a Dra. Taís?

SRA. TAÍS SANTOS: Vou ser rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): OK, Dra. Taís.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A mulher tem sempre preferência [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Dra. Taís Santos, representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas.

SRA. TAÍS SANTOS: Obrigada, eu serei breve. Na pessoa da nossa querida Ministra Nilcéia Freire eu queria cumprimentar a toda a Mesa aqui presente, a Dra. Germana, ao Senador Paulo Paim, a nossa querida Marlene e o Dr. Fausto. E um bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Eu acho que é um prazer para nós, do Sistema ONU, e em particular do Fundo de População das Nações Unidas poder participar de mais um lançamento dessa "Campanha Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", não apenas da abertura da campanha, mas poder contribuir para a campanha, apesar de que a rigor eu acho que o ideal seria que não precisávamos mais estar aqui e que não precisasse mais haver a necessidade de ter uma campanha pelo fim da violência contra a mulher. Isso tudo por que a violência de gênero, como nós todos sabemos, é uma forma, é um abuso mais disseminado dos Direitos Humanos e, talvez, um dos menos reconhecidos. Apesar dessa questão toda da violência contra a mulher, eu acho que é inegável, a gente não pode ignorar que nessas últimas décadas tenha havido toda essa cultura de silêncio que circunda ou que circundava a violência. Todas as formas de violência contra a mulher tem caído por terra e isso, evidentemente, muito graças ao esforço de diversos segmentos da população, seja por parte do Governo, seja por parte da sociedade civil.

A gente tem aqui a SPM como Secretario Especial de Políticas para as Mulheres encabeçando essa luta junto com a AGENDE e com várias outras Organizações Não Governamentais. Também participação do movimento de mulheres que tem tido uma participação histórica no país e tem contribuído historicamente para várias mudanças. Também a contribuição, a participação de artistas e de vários outros setores da sociedade. A gente não poderia deixar também de mencionar de diversos organismos internacionais. Eu creio que tudo isso, toda a movimentação desses setores da população têm contribuído para trazer esse, eu diria, fenômeno cultural da esfera privada para a esfera pública. Isso muito, realmente, graças a essa movimentação de todos os setores da sociedade.

Em relação ao Brasil, eu acho que essa mobilização tem sido bastante positiva, haja vista a própria aprovação da Lei Maria da Penha, que já está aí com dois anos. Infelizmente a gente também sabe que a aprovação dessa lei é uma condição necessária, mas

não é suficiente para acabar com a violência contra as mulheres. A gente ainda tem muitos desafios pela frente. Claro que eu não vou listar todos os desafios, mas um deles seria, por exemplo, garantia de orçamento para implementação da lei nas diversas esferas, federal, estadual, municipal, etc., um maior engajamento do Poder Judiciário, até eu acho que esse, claro que tem havido melhorias, mas é necessário que haja ainda, continue havendo cada vez mais melhorias. A gente sabe também que o Brasil é um país muito grande e, portanto, um país que tem uma diversidade muito grande. E essa diversidade leva a quê? Ações específicas têm que ser aplicadas a contextos específicos e isso, evidentemente, é um desafio. Então nós temos aí vários desafios pela frente, mas graças à mobilização da sociedade a gente está conseguindo ter bastante avanço.

Do ponto de vista das Nações Unidas ou dos organismos internacionais, eu gostaria de dizer, eu acho que todo mundo aqui sabe que várias ações, várias atividades têm sido implementadas também nesse sentido. Eu acho que a gente não poderia nunca deixar de mencionar ou de esquecer, de deixar de mencionar, a Assembleia Geral da ONU de 1979, com a aprovação da CEDAW, que é a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que é um Tratado de Direitos Humanos e, como tal, uma forma de garantir os direitos das mulheres à sua integridade física e à sua integridade psicológica.

Ainda por parte do Sistema das Nações Unidas, já foi aqui mencionado que nós temos Agências como a UNIFEM, que tem o seu mandato específico diretamente voltado para questões de gênero, e nós temos várias outras Agências, inclusive a Agência que eu represento mais diretamente, que é o Fundo de População das Nações Unidas, que tem também questões de gênero, também está incluído dentro do seu mandato.

Eu acho que dentro dessa linha, em termos de cooperação de Nações Unidas com o mundo todo e em especial com o Brasil, eu acho que a gente tem trabalhado, em termos de Nações Unidas, aqui no Brasil a gente tem trabalhado muito diretamente com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e com Organizações Não Governamentais, como a própria Marlene já falou, AGENDE, CFEMEA, THEMIS e várias outras, mas em particular com o AGENDE na campanha, e exatamente no sentido de contribuir para que a Lei Maria da Penha seja realmente implementada. A gente tem vários projetos, mas eu não vou ficar aqui listando, mesmo por causa do adiantado da hora, tem muita gente para falar e eu preciso sair, mas eu acho que tem uma coisa muito importante que está sen-

do... infelizmente era um dos pontos que eu gostaria de lembrar, mas felizmente a Ministra já tocou nesse ponto e parece que foi um raciocínio de pólvora, não é Ministra, a gente já conseguiu inclusive as assinaturas, que é exatamente o engajamento dos homens nessa discussão da dinâmica e consequência da violência contra a mulher.

Então o que a gente vê é o seguinte, eu diria o seguinte: que o processo, esse processo de mudança, já começou. A lei já está aí, a lei já existe, mas ela não é, como eu disse, também não é... é uma condição necessária, mas não é suficiente para erradicar todas as formas de violência contra a mulher. Eu acho que para isso é necessário realmente um juntar de esforços, uma vontade política e um comprometimento de toda a sociedade para que a gente consiga realmente não só reduzir, mas erradicar completamente todo tipo de forma de violência contra a mulher.

E eu, realmente, cumprimento, mais uma vez, a Ministra Nilcéia Freire pelo brilhante trabalho que ela tem conduzido à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e a nossa Marlene, que tem sido aí também na linha de frente nessa luta que, seguramente, nós vamos conseguir resultados positivos. Obrigada [palmas].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado à D. Taís Santos. O Senador Romeu Tuma tem a palavra agora. Após o Senador Romeu Tuma, veremos um vídeo institucional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente Augusto Botelho, já fiz com o senhor uma consulta médica logo ao chegar aqui por um problema noturno, digo que eu cheguei um pouco atrasado porque, infelizmente, perdi as pernas. A gente vai envelhecendo, vai quebrando aos pedaços e é difícil colar. E nesta hora a gente sabe a importância de ter uma mulher do lado. A ausência dela, talvez, nesta noite, me fez falta. E a mulher tem algo que o homem não conseguiu ter, que é o amor, a dedicação à família, às vezes virando as costas para a violência que sofre para não trazer nenhum sofrimento para os filhos. E ela sofre muito quando qualquer coisa acontece dentro da sua casa. Quantas vezes, senador, eu sou obrigado a brigar com a minha mulher, no bom sentido, porque ela perde o valor do requerimento do exame porque tem um neto doente e ela não quer abandonar. Os meus remédios são feitos de hora em hora em uma caixinha, todo dia ela prepara para a semana inteira. Por que é que eu estou emocionado? Porque é inaceitável a violência contra a mulher, porque Deus fez uma coisa diferente para o comportamento dela perante o ser humano.

Eu fui Delegado de Polícia durante muitos anos, e, às vezes, o Delegado recebe uma mulher espancada, vê aquele rosto deformado, desfigurado, ministra, Dra. Marlene, eu não citei o nome porque eu acho que a emoção foi tomando conta e passou na frente do respeito que eu tenho pelos trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Aquela coisa da mulher vir desesperada, às vezes, na delegacia, para que cesse aquela violência, mas não é contra o marido, ela não quer perder o marido. Então, ela pede para o delegado não prender, não podia. Então se fazia um Termo de Ajuste de Comportamento, que pouco valia. A jornalista que tem me dado, aqui, uma orientaçãozinha do que realmente tem se passado, é a nossa Ana Lúcia. Mas aí foi crescendo essa expectativa porque muitas autoridades policiais, à época, não acreditavam muito, mesmo vendo aquela figura desmoronada da mulher em lágrimas, em angústia e sangrando, às vezes. Se criou em São Paulo, ao meu tempo, a primeira Delegacia da Mulher do Brasil. A titular foi a Dra. Rosemeire, que depois foi deputada estadual e conseguiu instalar em praticamente todo o Estado de São Paulo, em todas as cidades, a Delegacia da Mulher.

Com a Lei Maria da Penha, que um dia eu chamei Maria da Graça, a Lei Maria da Graça, aí toda a platéia disse assim: "Não, é Maria da Penha". Eu falei: "Não, Deus a graça a ela de poder ter força de lutar para conseguir a espada de São Jorge e derrotar o dragão da violência" [palmas].

Eu acho que a nossa luta é uma luta que tem valor. A primeira coisa que eu pedi quando fui à ONU agora, há poucos dias, quatro ou cinco dias, não dá para tomar conhecimento do que se passa lá, mas eu costumo fazer uma lista dos assuntos pelos quais talvez a minha vida inteira eu passei como Delegado, como autoridade policial. A primeira coisa: violência contra a mulher. Toda a documentação que pudesse ser fornecida, Dra. Taís, eu pedi ao rapaz da Embaixada que me acompanhou, e tem muita coisa. Todo ano eu peço isto, faço depois um resumo, vou à tribuna e leio, porque a violência contra a mulher não é no Brasil só. Têm coisas horrorosas contra a dignidade, contra a personalidade, a cidadania da mulher, tudo isto tem trazido uma angústia profunda pelo mundo inteiro. Então a reação nossa tem que ser coletiva em respeito às mulheres dos outros países, que não tem quem as defenda, porque às vezes até o problema religioso impede que a mulher tenha alguns direitos. Devagarinho vai se vencendo, talvez eu não consiga viver até o fim, mas quem sabe mais alguns aninhos que a gente está aí da para lutar com vocês.

Eu estou muito feliz de estar aqui, não estou feliz pelo assunto, porque isso não deveria ser mais trata-

do, porque a violência não deveria existir mais. Agora tem o problema do pacto contra a criança, eu faria uma ligação muito forte entre os dois eventos, até porque a criança, senadora, se for bem orientada, nós temos que lutar pela creche, ajuda a mulher, mas eles vão se criar dentro de um clima que no futuro não terão coragem de praticar violência contra a mulher ou contra ninguém. Para afastar uma criança, um jovem da violência, só oferecendo alguma coisa que o coração dele possa bater diferente.

Então hoje nós temos Febem e tantas outras coisas, infelizmente com meninos infratores, que provavelmente se tivesse alguma coisa na infância de atendimento público não teria feito isto. Ou de pais que não têm a coincidência do que é paternidade, do que é viver em família, a sagrada família é uma coisa muito oportuna para se viver no dia-a-dia. Todos nós temos uma família que é desagradada, porque Deus abençoou, e se nós retirarmos esse poder de relação, Senador Augusto Botelho, entre pai, mãe, filhos, sentarem à mesa, sempre que possível, conversarem tranqüilamente sobre o amor fraternal que pode existir entre as pessoas, eu digo o seguinte: como é que um homem pode bater numa mulher porque diz que está com ciúmes? Que ciúmes é esse? Ciúmes do quê? Ao invés de beijar a mulher, dizer tenho um amor profundo por você todo dia, que é muito mais gostoso do que amanhã ficar chorando que espancou a mulher.

Então a Lei Maria da Penha, que eu diria Maria da Graça, tem um valor inestimável, porque não precisa mais o Termo de Ajuste. A mulher hoje já começa a ter coragem de denunciar, de procurar a delegacia, de poder processar o marido.

Teve um Juiz que cancelou aí uma sentença, a gente poderia convidá-lo para explicar quais são os motivos pessoais e internos para ele anular uma sentença contra um marido que violentou a mulher através de espancamento.

A deputada citou o fato de anteontem, do suspeito ser marido e de ter jogado a mulher e um filho pela janela. Isto aí é razão de estar preso na hora, sem discussão, não tem discussão. Não pode ficar respondendo ao processo em liberdade.

Me desculpem tomar o tempo, mas talvez fale muito alto para um velho aqui a defesa da mulher pelo que ele representa aquela que está em casa me aguardando [palmas]?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pela ordem, Senador Augusto, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pela ordem, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pela ordem. Romeu Tuma, está aqui a sua receita, o Augusto Bo-

telho não lhe receitou porque ele é ginecologista, ele cuida só de mulher. Mas encaminhado para a normalista, sua professora, está aqui a sua medicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado ao Senador Mão Santa. Agora veremos um vídeo institucional de seis minutos. E a Senadora Serys Slhessarenko, que é a chefe das mulheres no Senado, que é uma lutadora, que briga muito, eu até brinco com ela que ela tem que organizar os homens, porque só tem nove e tomam conta do pedaço, ela deixou um vídeo também de dois minutos, com uma mensagem dela. Veremos oito minutos de vídeo.

[exibição do vídeo]

>> Só assim nós poderemos avançar.

>> Agora, em 2008, ano em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos de existência, a campanha cobra, além da celebração, atitude e compromisso e chama a atenção para o fato de que sua atitude pode fazer a diferença.

>> O Comprometa-se!, ele é um comando com o comprometa-se com a construção de uma sociedade diferente, de uma sociedade onde homens e mulheres possam viver solidariamente as suas relações e que essa relação de dominação que os homens exercem sobre as mulheres e que extremadamente resulta em violência, ela possa mudar.

>> Todo mundo, não importa onde está, que lugar que ocupa, tem um papel e pode tomar uma atitude para acabar com uma situação de violência.

>> Assuma o compromisso de fazer valer a Lei Maria da Penha, para que nenhuma mulher sofra mais violência em nosso país.

>> Corra atrás mesmo dos seus direitos, é um direito que nós temos, de ser feliz.

>> Há momentos em que a sua atitude faz a diferença.

>> Lei Maria da Penha. Comprometa-se!

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está sem som, e a primeira começou pela metade, conforme me diz, aqui, a Marlene.

[exibição de vídeo]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): ... para o Planeta Terra, para o nosso país principalmente, que é a questão de mudanças climáticas. Lá estaremos discutindo a questão do biocombustível, o desmatamento evitado, o comércio de carbono, enfim, questões extremamente importantes que deverão estar sendo incluídas no pós Kyoto. O Protocolo de Kyoto termina em 2012 e nós estamos preparando o que vai ficar no lugar do Protocolo de Kyoto a partir de 2012.

Eu chefo a missão brasileira, que é composta da minha pessoa, do Senador Cícero Lucena, do Senador Casagrande e do Deputado Antonio Palocci. Não poderia deixar de dizer que seria da minha vontade maior estar aqui hoje nessa luta pelo fim da discriminação contra a mulher, pelo fim da violência contra nós, mulheres. Discriminação se combate com organização, com certeza, e violência se combate com denúncia, com participação de mulheres do Parlamento, de mulheres de todas essas organizações, a sociedade civil. Nós temos organizações que realmente estão extremamente ativas na sociedade, eu posso citar alguns exemplos como a AGENDE, a CFEMEA e tantas outras, e nessa luta sempre estaremos juntas com certeza, para chegar o dia em que nós, mulheres, estaremos comemorando sim, não um dia de combate, um Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, mas o dia em que a gente vai dizer: "Acabou a violência contra a mulher e nós estamos celebrando este dia". Esses "Dezesseis dias de ativismo de combate à violência contra a mulher", eles começam no dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, daqueles que são extremamente discriminados ainda em nossa sociedade, mas que estamos avançando pelo fim dessa discriminação. Passa pelo dia 25 de novembro, que é o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, e termina, tem seu término no dia 10 de dezembro, no Dia Universal dos Direitos Humanos. São três datas extremamente importantes na luta pelo fim da discriminação, pela busca de direitos iguais, pela conquista de cidadania para todos e para todas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, o primeiro começou pelo final, o pessoal está pedindo para que você passe o primeiro.

[exibição de vídeo]

>> ...mulheres ganha cada vez mais adesões na sociedade brasileira.

PRESIDENTE LULA: É por isso que eu visto a camisa desta campanha.

>> Uma iniciativa dos movimentos feministas e de mulheres, criada em 1991, a campanha conta com a adesão de 154 países e o apoio de Governos e organismos internacionais como a ONU, Organização das Nações Unidas. No Brasil passou a ter projeção nacional a partir de 2003, sob coordenação da AGENDE Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, uma organização feminista não governamental, que assumiu a campanha em seu processo de mobilização. Nesses seis anos a campanha aumentou o número de parceiros, ampliou o debate na sociedade, ajudou a mudar a legislação, levou a questão para as políticas e os serviços de atendimento, se expandiu para os

municípios e firmou a idéia de que violência contra as mulheres é uma questão de Direitos Humanos.

>> E, desde o seu início, em 2003, a gente tinha como um dos objetivos da campanha a aprovação de uma legislação específica de enfrentamento à violência contra as mulheres. E aí nós conseguimos, em 2006, a promulgação da Lei Maria da Penha, da Lei 11.340.

[música]

>> A sanção da Lei Maria da Penha, em 2006, veio trazer novos desafios e dar um novo impulso à campanha.

>> A Lei Maria da Penha, ela veio para redefinir a forma de enfrentar a violência contra as mulheres no Brasil e tem sido um exemplo para outros países da América Latina.

>> Foi um processo democrático(F), que gerou uma lei que fala da violência psíquica, fala da violência patrimonial, fala da violência física, fala, enfim, das violências todas que a mulher sofre no seu cotidiano, violências que são originárias da questão do gênero.

>> Uma iniciativa da sociedade civil, a campanha envolve inúmeras parcerias na luta contra essa violência que agride a dignidade e a cidadania das mulheres.

>> A campanha, hoje, ela consegue aglutinar as diversas matizes do movimento feminista no rumo, numa articulação de ações, de divulgação, de pontos comuns de campanha.

>> Um ponto muito importante a marcar é que as Agências do Sistema das Nações Unidas tenham um alto comprometimento com a "Campanha dos Dezesesseis Dias contra a Violência às Mulheres".

>> A cada ano, a campanha incorpora os desafios, as transformações e as perspectivas que são levantadas na sociedade em relação à questão da violência contra as mulheres. Mas a certeza é sempre a mesma: uma vida sem violência é um direito das mulheres.

>> Eu já estava no fundo do poço. Eu cheguei na Defensoria das Mulheres caindo, só que lá eu me levantei. Não levantei sozinha, mas eu quis também, porque elas estão lá para ajudar. Eu corri atrás da ajuda e eu, graças a Deus, encontrei a paz de volta. Hoje, às vezes, eu choro, assim, porque é difícil.

>> Botar um ponto final nessa violência, ela não é uma questão só da mulher que está sofrendo violência e de quem está próximo àquela mulher que está sofrendo violência. Ela é uma questão de toda a sociedade se envolver.

>> Uma violência que começou com [ininteligível] à vida e à paz.

>> Me agredia, me batia.

>> Em 2007, numa inédita parceria entre sociedade civil, Estado e empresas, a campanha proclamou "está na lei", celebrando um ano da Lei Maria da

Penha, que tanta mudanças importantes trouxe para a vida das brasileiras.

>> Lei Maria da Penha, use-a sem restrição. A nossa atitude faz a diferença, com certeza.

>> A Lei 11.340, em seus dois anos de existência, já pode indicar alguns benefícios para as mulheres que sofrem situações de violência. Alguns problemas ainda persistem, mas com atitude e compromisso eles serão eliminados.

>> Que todos os municípios tenham o seu Centro de Referência, né, tenham as suas Casas Abrigo, que haja um aumento de número de Delegacias da Mulher e que todas as pessoas envolvidas nesse processo sejam devidamente capacitadas. Só assim nós poderemos avançar.

>> Agora, em 2008, ano em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos de existência, a campanha cobra, além da celebração, atitude e compromisso e chama a atenção para o fato de que sua atitude pode fazer a diferença.

>> O Comprometa-se!, ele é um comando com o comprometa-se com a construção de uma sociedade diferente, de uma sociedade onde homens e mulheres possam viver solidariamente as suas relações e que essa relação de dominação que os homens exercem sobre as mulheres e que extremadamente resulta em violência ela possa mudar.

>> Todo mundo, não importa onde está, que lugar que ocupa, tem um papel e pode tomar uma atitude para acabar com uma situação de violência.

>> Assuma o compromisso de fazer valer a Lei Maria da Penha, para que nenhuma mulher sofra mais violência em nosso país.

>> Corra atrás mesmo dos seus direitos, é um direito que nós temos, de ser feliz.

>> Há momentos em que a sua atitude faz a diferença.

>> Lei Maria da Penha. Comprometa-se!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem, belo vídeo. É com satisfação que nesse momento eu passo a presidência dos trabalhos à nobre Senadora Fátima Cleide, que está convidada a assumir aqui. Em seguida, agora teremos a fala já do Senador José Nery, temos aqui conosco também a Deputada Erika Kokay, que vai fazer uso da palavra também, como a ex-Senadora Emília Fernandes. Por favor, senadora.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE

(PT-RO): Bom dia a todas e a todos. Eu peço desculpas por não ter estado presente aqui desde o princípio, mas é que hoje está um dia extremamente

corrido na Casa, eu tive que me retirar também para iniciar uma sessão solene que atende a um requerimento de minha autoria lá no Plenário sobre o pacto global da primeira infância, da infância e da cidadania, e desta forma só agora é que posso vir colaborar com o Senador Paulo Paim. Quero agradecer aí à deferência do Senador Paulo Paim para que eu possa presidir os trabalhos nesse momento e imediatamente já passar a palavra para o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente Senadora Fátima Cleide, ilustres convidados que participam dessa Mesa, convidados e convidadas. Quero saudar também a presença de todas as entidades não governamentais, governamentais, de mulheres que se dedicam à causa em defesa do direito da mulher e contra a violência. Uma saudação especial à sempre Senadora Emília Fernandes, que foi a primeira Secretária Nacional de Política para as Mulheres, sendo que naquele período lá em 2003, em 2 de janeiro de 2003, o Presidente assumiu no dia 1º, no dia 2 eu fui à sua posse no Ministério da Justiça, quando a senhora assumiu essa importante função e é com muita honra que a recebemos aqui hoje. A Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, dedicada à causa dos Direitos Humanos.

Sra. Presidente, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu queria primeiro lembrar que foi a violência contra um adolescente lá no meu Estado do Pará, o ano passado, na cidade de Abaetetuba, que em certa medida provocou um amplo debate sobre a situação de crianças e adolescentes, sobretudo de mulheres vítimas de violência no sistema prisional brasileiro. Entre as iniciativas decorrentes daquele fato foi criada, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos do Senado, uma subComissão Permanente em Defesa dos Direitos das Mulheres, iniciativas da Senadora Ideli, da Senadora Serys, da Senadora Fátima Cleide, da Senadora Patrícia, das mulheres Senadoras desta Comissão. Sem dúvida outras iniciativas ocorreram pelo país também em reação a essa prática, infelizmente, ainda muito presente da violência contra as mulheres, da violência contra as crianças, da violência contra as adolescentes, porque são as adolescentes que estão hoje sendo diretamente atingidas na sua dignidade, sobretudo naquelas situações em que são vítimas da exploração sexual, da prostituição infantil. Então essa realidade precisa mudar e todos nós aqui sonhamos com o dia em que nenhum ser humano, nenhuma pessoa, nenhuma mulher, nenhuma criança, nenhum trabalhador, seja do campo, seja da cidade, venha a ser vítima de qualquer tipo de violência.

Por isso, a luta por uma campanha permanente contra todos os tipos de violências e por uma cultura de paz deve ser tarefa permanente de todas as instituições e de toda a sociedade. E, neste sentido, fazer com que possamos avançar na possibilidade de uma cultura de paz é fundamental a educação. Educação de crianças e adolescentes, em que no fazer educacional, no curriculum, na prática educacional, estejam efetivamente garantidos princípios fundamentais dos Direitos Humanos, dos Direitos Humanos essenciais, de todos. Portanto, clamo por um compromisso dos nossos educadores, que é tarefa das famílias, mas é tarefa também da escola a educação integral com uma clara definição de elementos fundamentais, de princípios fundamentais dos Direitos Humanos para a gente alcançar uma cultura de paz e por fim à violência.

Creio que, além da educação, no combate à violência contra as mulheres é importante a participação política. A participação política das mulheres dirigindo as instituições, as instituições políticas, também é um fator fundamental para a afirmação do papel da mulher na sociedade e, evidentemente, do combate a todo tipo de discriminação ou violência.

Na última eleição municipal, segundo dados do TSE, 1640 mulheres disputaram o cargo para as Prefeituras Municipais, e é bom comparar que teve um excelente desempenho. Pelo menos daquelas que se depuseram a disputar um cargo na Prefeitura, das 1.640, 503 mulheres foram eleitas, ou seja, em torno de 45% das que postularam o cargo de Prefeitas em suas cidades. Vereadoras, 69.371 mulheres disputaram o cargo de Vereadoras em seus municípios e foram eleitas 6503 Vereadoras no Brasil. Isso demonstra a importância dessa participação, mas os números também indicam a necessidade de avançar nessa participação, porque as mulheres, quando governam, têm experiências extraordinárias, tanto em Governos Estaduais, em Prefeituras, têm tido experiências extraordinárias e, talvez, para garantir essa participação maior da mulher na sociedade, e evidentemente ampliar as lutas contra as discriminações e contra a violência, esse papel de referência quando assumem essas tarefas, sem dúvida ajudarão e muito a combater a violência.

Gostaria, Sra. Presidente, num momento especial em que essa Senadora dos Direitos Humanos que está envolvida com a causa da educação, com a defesa das crianças e adolescentes, com a defesa dos povos indígenas, inclusive a Senadora Fátima Cleide na próxima semana tem mais uma grandiosa tarefa, acompanhar no STF o segundo *round* da apreciação da ação que trata da demarcação das terras indígenas de forma contínua no STF, em especial de Raposa Serra do Sol. No dia 26 tem uma nova tarefa a

Senadora Fátima Cleide. Então no momento em que a senhora preside a Comissão de Direitos Humanos, eu gostaria de anunciar a minha adesão à “Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, mas antes de ser um gesto individual, como foi de vários Srs. Senadores nessa amanhã, eu queria fazer uma proposta: se temos até o dia 6, que é o “Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, quando o Brasil pretende entregar à ONU uma lista de assinaturas de homens brasileiros que apóiam a campanha, associada a uma campanha internacional com o mesmo fim, sugerir, Senadora Fátima Cleide, é claro que eu ia sugerir ao Presidente Paim, porque essa tem que ser uma iniciativa dos Srs. Senadores, dos homens, mas a proposta é no sentido de realizarmos simbolicamente, aqui na Comissão de Direitos Humanos, um ato de adesão dos Senadores [palmas], convidando os Deputados Federais, para num gesto público, concreto, expressar essa nossa participação, essa nossa adesão e, com certeza, a partir desse gesto, estimular para que todos os homens do nosso país venham a aderir nessa campanha, não sejamos apenas cem mil, mas os trabalhadores, os funcionários do Senado, os fotógrafos, os jornalistas, os assessores, também por que não cada um fazer um ato na sua associação nesses dias e coletar não cem mil assinaturas, me entristece saber que uma campanha dessa magnitude tenha apenas onze mil assinaturas, como disse a pouca a Deputada Sandra Rosado. É preciso ter milhões, milhões de homens contra a violência que atinge a mulher. Então todos estão conclamados, mas a proposta concreta, Senadora Fátima Cleide, para encerrar, porque peço licença para me ausentar em seguida, vou ao Plenário tal qual a Senadora Fátima Cleide para participar e defender compromisso em relação ao pacto em defesa da infância, pacto global em defesa da infância, mas eu creio que nessa próxima semana, com a sensibilidade do Presidente Paulo Paim, de todos os senadores que compõem esta Comissão de Direitos Humanos, posamos protagonizar aqui um ato de adesão coletiva à “Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. É a proposta que faço a V. Ex^a. no momento em que preside a Mesa dos trabalhos. Muito obrigado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada ao Senador José Nery. Nós acatamos de pronto a sua proposta e esperamos que ela tenha, efetivamente, o engajamento de todos os homens do Senado Federal.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Fátima Cleide, a nossa companheira aqui, a Regina, me pediu desde o início “assine aqui”. Eu quero assinar,

mas eu queria assinar junto com outros tantos senadores, com o seu testemunho e de todos que queiram participar, e agora com a aquiescência, a definição da Senadora Fátima Cleide, que atendeu à solicitação, eu creio que vamos agora organizar o ato de adesão dos Srs. Senadores e, quem sabe, poderemos fazer assim dos funcionários do Senado, dos assessores, de todo o Legislativo, do Senado e da Câmara federal, um ato de adesão de todas as associações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador José Nery, no dia 26 o Senado Federal terá uma sessão solene para registrar o Dia Internacional pelo Fim da Violência, de Combate à Violência Contra a Mulher. Eu acho que seria uma boa data para que nós tivéssemos a manifestação. Dia 27, é dia 27, eu fiquei na memória com o dia 26 lá da Raposa Serra do Sol, mas o dia 27 eu acredito que é uma boa data para que a gente tenha a coleta dessas assinaturas de todos os homens num único momento durante a sessão solene. Seria muito interessante.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato, excelente, porque vem de encontro ao que nós queremos fazer, transformamos a sessão também num ato de adesão a essa campanha tão importante. Parabéns, Senadora Fátima Cleide. Parlamentares e funcionários das duas Casas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Parabéns aos homens de boa vontade deste país. Bom, nós vamos dar prosseguimento às exposições da Mesa e eu quero passar a palavra agora para o Sr. Fausto Rodrigues de Lima, que é Promotor de Justiça, membro do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

SR. FAUSTO RODRIGUES DE LIMA: Obrigado Senadora Fátima Cleide, na pessoa de quem eu cumprimento a todos os assistentes e todas as autoridades presentes e os representantes dos movimentos sociais. Quero cumprimentar, também, a Marlene Libardoni por essa direção da “Campanha Dezesseis Dias de Ativismo contra a Violência”, e quero, na pessoa dela, cumprimentar também todos e todas, homens e mulheres, que têm se engajado na aplicação da Lei Maria da Penha, que é uma lei histórica no país e que já tem começado a mudar alguns entendimentos que nesse país já tinham quinhentos anos, já se começa a avançar um pouco por conta dessa lei.

Essa Audiência é uma Audiência que está muito emocionante, nós vimos aqui as lágrimas da Marlene, as lágrimas da Ministra Nilcéia Freire, as lágrimas do Senador Romeu Tuma e eu confesso que também me emocionei bastante, mas segurei as lágrimas porque homem não chora [risos]. Olha a questão de gênero, olha a questão de gênero, porque desde pequeno so-

mos ensinados que homem não chora. E por que homem não pode chorar? Homens e mulheres são muito iguais em quase tudo, inclusive biologicamente, todos são capazes de se emocionar, de chorar, mas aprendemos desde pequeno que homem não chora.

Pois bem, eu gostaria de começar com essas pequenas palavras citando uma frase que eu achei muito feliz do Senador Geraldo, que não se encontra presente, mas o Senador Geraldo nos provocou e disse o seguinte: "Se nós não atuarmos na violência contra a mulher, nós vamos atuar em quê?" Eu achei muito feliz essa colocação porque eu vivo falando isso todos os dias para os meus colegas nas ações judiciais que nós entramos para aplicação da Lei Maria da Penha. Se nós não vamos atuar na violência doméstica, nós vamos atuar em quê? O que pode ser mais importante do que a violência doméstica? O que pode ser mais grave para os Direitos Humanos do que a violência doméstica? Essa é a pior das violências porque é cometida por pessoas de nosso relacionamento íntimo, pessoas que nós gostamos, pessoas que nós dependemos emocionalmente ou financeiramente e, com certeza, uma violência praticada no lar, por esse parente, é muito mais grave do que a mesma violência praticada no âmbito público por um terceiro que nós não convivemos e que nós não dependemos e talvez nem iremos ver novamente. Então, quer dizer, a dor da violência doméstica é profunda, é rotineira e é continuada, por isso é uma violação de Direitos Humanos, como dizem os Tratados internacionais, e como diz também o art. 6º da Lei Maria da Penha.

Eu quero juntar essa frase, essa palavra do Senador Geraldo, com uma palavra também muito interessante da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, em que ela diz o seguinte nesse livro que nós acabamos de lançar, que fala um pouco da violência doméstica, e que tenta despertar todos aqueles que atuam com a violência doméstica para as diversas vulnerabilidades e fatores de risco à violência. Então a Ministra Cármen Lúcia nos brindou com uma palestra, com uma conferência que abre esse livro e ela diz o seguinte: "Essa violência doméstica é silenciosa não porque o chicote não tenha feito barulho, mas porque o choro delas foi embargado, porque elas, ou por medo ou por vergonha, continuam a não revelar tudo que se passa e isso não é só numa classe social, é em todas as classes sociais". Então nós temos uma situação de silêncio e invisibilidade a uma violência e é exatamente por conta desse silêncio e dessa invisibilidade que o Brasil hoje discute... A grande batalha nos Tribunais diz respeito exatamente à vontade das mulheres com relação à investigação ou ao processo. Tem se perguntado muito se a Lei Maria da Penha

atende às mulheres, tem se questionado na justiça que a Lei Maria da Penha é contra as mulheres porque a lei iria contra a autonomia da vontade das mulheres e ainda se argumenta, e ouvimos ainda na justiça, que a lei não deveria acontecer porque há mulheres que merecem apanhar ou há aquelas que gostam de apanhar ou, ainda, que não se deve intervir na vida privada das pessoas. A gente ainda houve muito isso porque essa é uma visão de quinhentos anos nesse país. Essa é uma visão muito antiga, essa é uma visão que vem de quatro séculos atrás.

Nós, o Estado brasileiro e a sociedade brasileira, sempre toleramos, mais do que tolerarmos, sempre autorizamos a violência contra a mulher, inclusive através de leis, através de determinação para que os maridos corrijam as suas mulheres, para que ele possa ter o direito de castigo às suas mulheres, e essa lei foi implantada no país há quatro séculos e essa lei dizia também, que é uma lei do Rei Felipe, chamada Ordenações Filipinas, implementada em 1603 em Portugal e na Colônia brasileira, dizia também que o homem tinha que matar a mulher se ele suspeitasse de adultério. Então nós temos um país em que na sua origem, na sua fonte primeira, a violência contra a mulher era mais que um direito dos homens, era um dever para corrigir aquele ser que se julgava inferior ou descontrolado ou muito emocional por conta desses entendimentos discriminatórios. Então é muito antiga no Brasil essa questão da violência doméstica.

Então o porquê de uma lei como a Lei Maria da Penha tentando quebrar toda essa estrutura, todos esses antecedentes de violência contra a mulher? E por que hoje, com a lei, se afirma que o melhor para as mulheres, alguns ainda, muitos ainda afirmam que o melhor para a mulher não é ter Maria da Penha, porque o melhor é lavar as mãos e o Estado continuar de braços cruzados. De onde vem esses argumentos todos? Esse argumento começa no século XX dizendo o seguinte: havia um entendimento na sociedade, já era um entendimento judicial também, que o Estado não poderia investigar ou punir um parceiro que agredisse a namorada, a esposa, a companheira ou os ex-parceiros. Eles não poderiam ser condenados e investigados por isso porque esse era um problema da vida privada e essa é uma questão privada, o problema era da mulher. Isso acontecia porque havia uma hierarquia à própria lei durante todo o século XX, pelo menos até quase o final do século XX, em que se dizia que a mulher é inferior ao homem e, por isso, é relativamente incapaz e que deveria obediência, a mulher casada deveria obediência ao marido. Mesmo o Estatuto da Mulher Casada de 1962 não conseguiu mudar essa realidade porque ainda manteve a mulher subordina-

da ao marido em muitas circunstâncias. A palavra do homem, do marido, ainda deveria prevalecer.

Então quando acontecia uma violência, durante todo o século XX, quando acontecia uma agressão contra a mulher, primeiro essa mulher, essa vítima, era chamada, era conclamada pelos familiares, pelos vizinhos, por todos os amigos, pela sociedade em geral, a aceitar aquela violência. Todos diziam: “Aceite porque esse é o seu destino, ele é o seu marido, ele pode explodir porque homens são nervosos, mulher muitas vezes fala muito, mulher provoca”. Então com todos esses argumentos se aceitava a violência contra a mulher. Se ela tomasse a coragem de registrar uma ocorrência policial, chegava na delegacia, não era registrada, porque lá os policiais davam um jeito de falar que não tinham tempo para mexer com aquilo, porque o problema não é público, o problema era privado. Se ela insistisse e o Delegado investigasse, chegava na justiça, a justiça dava um jeito também de encerrar aquela situação. Encerrava alegando o quê? Alegando que não poderia acabar com aquela harmonia familiar.

Então convencionou-se chamar harmonia familiar uma sociedade em que os homens batem e que as mulheres se submetem. A isso chamou-se harmonia familiar. Então se chegasse na justiça, os Tribunais, os Juízes, os Promotores, davam um jeito de interpretar que em nome dessa harmonia familiar, afinal, foi apenas o marido ou o namorado que bateu na namorada, deveria-se então arquivar aquele procedimento ou absolver aquele agressor, e tentava-se de toda forma fazer até uma reconciliação daquele casal, e se esse casal chegasse reconciliado na justiça, a justiça encerrava tudo isso.

E era muito interessante esse tipo de procedimento porque a lei, durante todo o século XX, dizia que crime de agressão, de espancamento, contra qualquer ser humano, violência doméstica ou não, não dependia da autorização das vítimas. Cabia ao Estado investigar e punir os responsáveis. Mas se era um parceiro batendo na mulher, passou-se a usar a doutrina da harmonia familiar: “Não, pela harmonia familiar a gente não intromete”, mesmo quando ela autorizava o Estado a agir, o Estado: “Não, eu vou cruzar os meus braços, o problema é seu, não é meu”, porque um Estado machista, um Estado patriarcal, um sistema judicial patriarcal não vai condenar o marido, não vai condenar o namorado, porque ele tem o direito de gerir a sua família, inclusive através da violência. E a mulher é considerada, então, um ser subordinado.

É por isso que quando veio a Constituição de 1988, ela nos disse o seguinte: “Chega de hierarquia familiar, a mulher não está subordinada, todos são

iguais”. Não existe mais o pátrio poder, que era o poder do homem sobre os filhos e era também o poder dele sobre a mulher. O que existe é um poder familiar que os dois devem exercer igualmente, em igualdade de condições. Por conta da Constituição de 1988 alguns Tribunais, muito poucos, mas alguns Juízes e alguns Promotores começaram então a mudar aquele entendimento do século XX, de que a harmonia familiar é o homem batendo e a mulher apanhando. Então nesse período que intermediou a Constituição de 1988 a 1995, prazo aí de pouco mais de cinco anos, tivemos algumas decisões muito fortes, muito interessantes, dizendo que essa doutrina da harmonia familiar não pode mais ser aceita. Tivemos decisões do Tribunal de Justiça em São Paulo, algumas, e principalmente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e desta feita liderada pela Desembargadora Jane Silva, que hoje é Ministra do Superior Tribunal de Justiça, do STJ aqui em Brasília, e nos brindou com uma das mais brilhantes decisões em matéria de Direitos Humanos neste país agora no mês de agosto, até nós vamos falar daqui a pouco sobre essa decisão da Ministra Jane Silva. Mas já nessa época, em 1994, parte dos setores da justiça tentando aplicar a nova concepção de família, trazida pela Constituição, tentou acabar com essa violência, dizendo que a harmonia familiar não pode mais ser aceita. Então eu não poderia deixar de trazer a palavra dessa Ministra, a Jane Silva. É uma palavra que data de 1994. Infelizmente essa palavra foi embargada, como a Ministra do Supremo disse, a palavra dela foi embargada. Essa palavra da Jane Silva e esse movimento pela igualdade dos seres humanos, de homens e mulheres, foi embargada em 1995 com a Lei dos Juizados Especiais Criminais. Mas antes dessa lei, que nós vamos falar muito rapidamente daqui a pouco, vamos ao ensinamento de 1994 da Jane Silva. Ela analisando um caso em que Juiz encerrou o caso, dizendo que a família já estava reconciliada [soa a campainha], a mulher não queria o processo, ela encerrando o processo, o que é que a Ministra Jane Silva decidiu daquela decisão daquele Juiz? Cassou aquela decisão e disse o seguinte: “A família é a célula da sociedade, tendo a Constituição com ela se preocupado de maneira detalhada. Logo os delitos contra ela praticados ou ocorridos dentro do lar devem ser coibidos para que, mantendo-se a família íntegra em todos os seus aspectos, se tenha uma sociedade harmoniosa”. Vejam bem que ela fez questão de usar o tema harmonioso, mas harmonioso agora é garantir o direito de cada um dos membros da sociedade. “A pena tem três funções – continuou a juíza: punição, prevenção ou intimidação e recuperação do criminoso. Essa decisão do Juiz que absolveu, não puniu o autor

do crime, mas ele foi presenteado com uma absolvição indevida. Não se intimidou os demais maridos e companheiros que fazem de suas esposas depósitos de suas bebedeiras e frustrações, mas foram eles estimulados a continuar em seu comportamento antijurídico". Veja só que era o início, no país, o início forte de um outro conceito de harmonia familiar, de não aceitar a violência, investigar sim o crime obrigatoriamente, porque a lei dizia que não precisa da autorização das vítimas, e punir sim, porque a harmonia familiar vem dessa punição, porque a certeza da impunidade é que gera a violência.

Veio 1995, a Lei dos Juizados Especiais acabou com esse entendimento, que começava a surgir com a Constituição de 1988, e legalizou a doutrina da harmonia familiar, que era a aceitação do espancamento de mulheres através da determinação de que esses crimes de violência doméstica são de menor potencial ofensivo, ou seja, são insignificantes e que depende da autorização das vítimas de espancamento, ou seja, fala-se que depende delas para quê? Para colocar nas costas dessas vítimas, que não terão forças por diversos motivos, ninguém teria, ninguém teria e eu também não teria forças para litigar, para acusar alguém que eu gosto e alguém que eu dependo dele e alguém que eu só quero todo o bem, apesar de toda essa violência que estaria sendo praticada contra essa vítima. Então veio essa Lei do Juizado e falou: "Não, vai depender por conta da vontade delas". E por conta de depender da vontade delas, como se fosse um benefício à mulher, na verdade estava se beneficiando os homens agressores.

A Lei Maria da Penha veio para acabar então com esse estado de coisas e a lei revogou a Lei dos Juizados Especiais, que é essa lei de 1995, e tenta implementar, pela primeira vez no país, um novo sistema dizendo o seguinte: "Crime contra a mulher em violência doméstica, agressões físicas, é crime público, é questão de estado, é grave violação de Direitos Humanos e a responsabilidade de apuração e punição é do Estado, não é das vítimas". A Lei Maria da Penha foi muito clara quando fez essa determinação. Só que, apesar disso, muitos começaram a não aplicar a Lei Maria da Penha alegando que era muito ruim para a família manter um processo ou uma investigação se o casal já se reconciliou ou a vítima já não quer mais que leve as questões adiante, ou seja, mesmo após a Lei Maria da Penha tentou-se restaurar aquela doutrina do século XX, da harmonia familiar. E hoje nós temos diversos julgados nos Tribunais, basta jogar na Internet, joga lá "harmonia familiar" que tem lá Desembargadoras, Desembargadores, Promotores e Promotoras, Juízes e Juízas dizendo lá: "Mantenho a absolvição, para

manter a harmonia familiar não aplico a Lei Maria da Penha". Ainda se vê isso hoje nos Tribunais.

Mas nós conseguimos uma decisão muito importante agora em agosto, essa decisão foi baseada em alguns dos fundamentos de uma ação... de diversas ações nossas, que nós entramos na nossa situação, e uma delas, que desencadeou a primeira decisão no país de um Tribunal dizendo para se aplicar a Lei Maria da Penha para não mais se exigir representação das vítimas, ela data de 31 de maio de 2007, é do ano passado. É um caso até muito emblemático, é um caso nosso da Promotoria de Samambaia, em que o agressor, o marido, chegou a atear fogo na esposa que estava grávida de seis meses. Ele jogou álcool e ateou fogo, ou seja, é um caso tão emblemático atear fogo em alguém com álcool que a gente não aceita isso nem contra um animal. Se você atear um fogo num cachorro, num gato, a lei diz que a pessoa tem que ser punida. E como esse crime foi cometido já sob a égide da Maria da Penha, a vítima chegou para nós e disse: "Não, eu quero encerrar esse caso, eu quero renunciar porque não vou levar esse caso adiante, porque eu estou grávida dele, eu vou ter um filho, já tenho outro filho com ele, eu não trabalho, só ele que trabalha e eu não vou para a Casa Abrigo". Eu disse o seguinte: "Não, claro que a senhora não vai para a Casa Abrigo, quem vai para a casa abrigo é ele, e é a penitenciária". Eu pedi a prisão dele, para ele ser abrigado então na penitenciária, e pedi o início do processo, mas a justiça entendeu por encerrar o caso. Não o prendeu e encerrou o caso. Aí nós entramos então com o recurso e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, nessa primeira decisão do país, determinou então que se aplique a Lei Maria da Penha e que prossiga o processo contra aquele agressor. E essa decisão, felizmente, motivou que o Superior Tribunal de Justiça agora, o STJ, através de uma atuação muito forte do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal, aqui representado pela Taís, que é a sua coordenadora, que é a Promotora que coordena o Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do DF, e nós conseguimos então que o Superior Tribunal de Justiça determinasse ao país inteiro, aos Juízes e Promotores do país inteiro, que aplicasse a Lei Maria da Penha, parassem de promover audiência de conciliação, parassem de exigir que as vítimas fizessem conciliação, ou seja, começou então a exigir que os Promotores iniciassem os processos independentemente da autorização das vítimas. E tivemos a graça, a sorte dessa questão ter caído nas mãos então da Jane Silva, que já lá em Minas Gerais já brigava com os Juízes lá de Minas para parar com aquela história. E agora, em agosto desse ano, determinou então num caso aqui do Distrito Federal que se

aplique a Lei Maria da Penha e determinou isso para o Brasil inteiro, porque o Superior Tribunal de Justiça tem jurisdição nacional [palmas].

Pois bem, para concluir eu gostaria de citar nessa questão e nessa crise da situação da mulher, em que se deve exigir a autorização dela ou não, das vítimas ou não, eu gostaria de citar também uma decisão que é muito importante e que ainda se espera que seja cumprida no país também pelo Poder Judicial, que é uma decisão de um Desembargador também que é daqui do Distrito Federal, que é o Desembargador Mário Machado, onde ele interpretando a Lei Maria da Penha, ele determinou que não deve ser feita audiência de conciliações, nem mesmo naqueles crimes que ainda dependem da autorização das vítimas, porque o crime de ameaça também depende de autorização das vítimas. Então ele disse que não é para se fazer audiência de conciliações sob o protesto de se aplicar a Lei Maria da Penha, porque muitos ainda estão fazendo essa audiência, inclusive para crime de ameaça, porque é verdade, ainda depende de autorização das vítimas, mas uma vez registrada a ocorrência policial já está autorizado, já está autorizado o Promotor a agir, já está autorizado a justiça a agir, só que muitas vezes, apesar de não haver previsão para se perguntar para o Juiz ou o Promotor perguntar para ela se ela quer ou não, eles estão marcando ainda uma audiência automática para todos os casos, ou seja, chega a ocorrência, a mulher se diz vítima da violência, de um crime de ameaça, o sujeito correu atrás dela com uma faca, e esse no Brasil é um crime de ameaça com uma pena desse tamanho, que não cabe nem prisão, a mulher registra uma ocorrência aí chama-se ela, ainda estão chamando ela para ver se ela tem interesse de levar esse caso adiante ou não, e acaba se arquivando tudo, porque ninguém é doido de levar adiante um caso de um sujeito que você tem um relacionamento e acabou de correr atrás de você com uma faca, por exemplo. Então o Desembargador Mário Machado proibiu, determinou que não se faça essas audiências nem para esses crimes que ainda dependem de autorização das vítimas. Se ela registrou a ocorrência, é determinante que seja feita a investigação e o processamento criminal.

Quero encerrar chamando apenas a atenção, nós estamos aqui com a Regina, que é a assessoria parlamentar lá do SPM, mas eu quero encerrar chamando a atenção da questão da prisão, mas antes eu gostaria de dizer que fiquei muito feliz em ver aqui a nossa cantora astro, um dos astros maiores da MPB, um das estrelas maiores da MPB, a Alcione, representando uma das dezesseis aqui nos "Dezesseis dias da violência". Eu fiquei me lembrando aqui e fiquei emo-

cionado também ao vê-la, porque quando ela lançou esse CD dizendo da Lei Maria da Penha, lançou no ano passado, eu estava em casa, vi lá naquele jornal aquele CD que ela tinha lançado, fui lá, busquei, comprei, arrematei lá uns seis ou sete, mas não foi pirata não, comprei na loja mesmo, levei lá no SPM, entreguei lá para a assessoria da Ministra, tentei entregar até para a Ministra, a Ministra estava em reunião, não pode me atender, eu queria entregar pessoalmente, eu falei: "Olha, essa daqui é a estrela maior da nossa música da MPB, nós precisamos trazer ela em Brasília para cantar essas músicas aqui", principalmente porque ela dizia "que em cara que mamãe colocou a mão, malandro nenhum bota a mão". E eu passo a Maria da Penha nesse malandro. Então eu cheguei muito interessante aquele grito da MPB, um grito popular, retirando essa voz embargada das mulheres, mas eu acho que lá no SPM, a Ministra não pode me atender, eu acho que devem ter falado para ela: "Olha, tem alguém com um CD na mão querendo entregar" "Ah, eu não vou atender, deve ser um doido com CD na mão". "Não, é Promotor". "É doido mesmo, porque um Promotor com CD na mão deve ser doido".

Mas eu gostaria de concluir dizendo o seguinte: está em andamento hoje no Congresso Nacional, eu gostaria de chamar a atenção do movimento de mulheres, eu gostaria de chamar a atenção do SPM, que está em andamento hoje um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, Comissão de Segurança, que vai tratar da questão da investigação em matéria de crimes, inclui qualquer tipo de crime, violência doméstica ou não, e tratando dessa investigação, a necessidade que a gente tem é de acelerar a investigação, porque hoje nós temos na prática, na prática não se encerra a investigação de violência, nem mesmo da violência doméstica, que é a investigação mais fácil do mundo. Você tem uma vítima que diz que foi vítima, ouve essa vítima, a autoria é certa, você sabe quem agrediu, ela sabe também, ouve-se o agressor. Teve lesão? Junta o laudo. Dez dias é para se encerrar uma investigação dessa. Não se encerra em nenhum ano e depois de um ano não precisa mais, é como se a Lei Maria da Penha nem funcionasse, porque a lei diz que deve reprimir, mas não se encerra inquérito neste país, nem mesmo de violência doméstica, em menos de um ano, porque o inquérito é burocrático, o inquérito é muito formal, o inquérito diz que a polícia pode abrir quando quiser esse inquérito e, se abrir, quando instaurar o inquérito para apurar, ele pode deixar lá no escaninho, aguardando lá prazos para mandar para o Promotor e o Promotor desce aquilo para continuar a investigação, e como é muita violência contra a mulher, é muito grande, a polícia geralmente não consegue encerrar essa

investigação. E é preciso, eu acho que o movimento de mulheres, pela força que tem, precisa dar uma olhada nesse Projeto de Lei, eu faço esse apelo, porque o que está se discutindo hoje lá desvirtuou-se um pouco dessa questão da rapidez que se necessita para investigar isso, e está se discutindo, é lobby da polícia, por exemplo, para manter a polícia com exclusividade para investigar. Estão desvirtuando, desvirtuando a necessidade de uma atuação unidade e conjunta de Promotores e Policiais para a investigação. E lá está se discutindo se a polícia vai ser mais a mais poderosa do mundo [soa a campainha], ou seja, a única que terá poder de investigação.

Quero agradecer, então, o convite para participar deste evento e fico à disposição dos senhores para qualquer questionamento. Muito obrigado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada ao Dr. Fausto. Desculpe a Mesa pela pressão pela conclusão, mas é que nós temos ainda a Germana e temos algumas inscrições ainda e nós não queremos perder a fala de algumas pessoas que podem se manifestar aqui ainda. Muito obrigada pela sua contribuição. Eu passo, imediatamente, para a Germana Moraes, que é representante do Comitê da Lei Maria da Penha, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para fazer a sua exposição. A senhora tem dez minutos.

SRA. GERMANA MORAIS: Boa tarde a todas e a todos os presentes e aos que nos ouvem, embora não estejam aqui, sejam nos seus lares, nos seus trabalhos, onde quer que estejam. Os meus cumprimentos faço à Mesa na pessoa da Senadora Fátima Cleide e, por primeiro, eu agradeço a oportunidade de estar aqui nessa Audiência Pública. Agradeço ao Senador Paulo Paim, agradeço à Dra. Marlene, da AGENDE, e sobretudo à Conselheira Andréa Pachá, que é de quem eu trago o abraço para todas e todos os presentes, que atualmente é a única Conselheira do CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, representando o contingente de 1/4 da Magistratura nacional. A boa notícia é que no momento o Judiciário passa por um processo de feminização, não apenas quantitativo, que é cada vez maior e crescente o número de Juízas, mas também do ponto de vista essencial, qualitativo, em que há uma sorte de feminização e sensibilização do exercício do Poder Judicial, seja por parte das Juízas, seja por parte dos Juizes.

O tema que nos foi sugerido é o dos desafios para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha. Vamos tratá-lo sobre quatro aspectos: aspecto político, jurídico, social e cultural.

Quanto ao aspecto político, nós detectamos um principal desafio, que é a articulação das instituições

públicas: Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacias, entre si, com as redes de atendimento e, também, com a sociedade. Nós temos bons exemplos positivos que consistem na ação integrada das políticas públicas para as mulheres entre os Poderes da República. Nas cúpulas nós percebemos que há esta integração e esta Audiência é um exemplo eloquente desta integração. Podemos destacar, no âmbito do Legislativo, a edição em si mesma da lei. A lei foi editada por esta Casa, pelo Congresso Nacional, em 2006. A criação das subComissões dos Direitos Humanos das Mulheres, tanto no Senado como na Câmara. No âmbito do Executivo, a instalação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, também, conjugadas ações do Ministério da Justiça. E no Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, conforme restou aqui a Ministra Nilcéia, desde o início e até antes do início da lei tem sido um parceiro, um parceiro presente. Estivemos com a Ministra Ellen Grace na sanção da Lei Maria da Penha, depois promovemos várias ações com vistas à instalação das Varas e Juizados Especializados de violência contra as mulheres. Voltando um pouquinho, por favor.

As ações do CNJ, logo depois que a lei foi publicada em agosto, logo em março, na véspera do Dia Internacional da Mulher, o CNJ publicou uma recomendação orientando os Tribunais para instalarem essas Varas. Fizemos duas jornadas de trabalho. Digo fizemos porque tive a aventura de participar da primeira gestão do Conselho Nacional de Justiça sob a presidência de uma mulher, da Presidente Ministra Ellen Grace, que deu total e incondicional apoio, e ora também é mantido pelo atual Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Ministro Gilmar Mendes. A primeira jornada, realizada em novembro, justamente dentro das atividades da "Campanha de Ativismo pela Não-Violência Contra as Mulheres", a segunda jornada em março de 2008, 10 de março, próximo à data de 8 de março. Na primeira foi convocada toda a sociedade brasileira. O Judiciário abriu suas portas, convidou as Organizações Não Governamentais, convidou também os órgãos públicos, para mobilizar a sociedade, contribuir com a efetivação da Lei Maria da Penha. Vários convênios foram permitidos, cursos de capacitação estão sendo realizados e até no exterior tem sido divulgado o trabalho sobre a Lei Maria da Penha. Na primeira jornada nós tivemos a presença da própria Maria da Penha, eu gosto sempre de trazer essa foto e sempre repito que se trata de uma foto emblemática, simbólica: a presidente do Poder Judiciário está reverenciando a Maria da Penha dentro da Corte de Justiça e, ao reverenciá-la, está reverenciando todas as mulheres desse país que, de algum modo, sofrem ou sofreram violência.

Na segunda jornada temos aí mais uma manifestação dessas parcerias institucionais, a Ministra Ellen Grace, a Ministra Nilcéia, o Ministro Tarso Genro, da Justiça, que foi feita sob o título “Superando a Violência Contra a Mulher”. Na segunda jornada, a principal indicação que surgiu, orientação, foi o desenvolvimento de cursos de capacitação. E cursos multidisciplinares sobre violência doméstica e Lei Maria da Penha estão sendo feitos em todo o Brasil.

Nós não queremos, nós da justiça, ensinar o padre nosso ao vigário, falar sobre a lei e tampouco falar sobre o processo judicial. Isso é importante, mas se pressupõe que as pessoas que aplicam a lei já a conheçam. Nós queremos um enfoque multidisciplinar, nós queremos ouvir, nós queremos ouvir os psicólogos, ouvir os sociólogos, ouvir os estatísticos, enfim, ouvir a sociedade para que se possa ter uma melhor efetivação da Lei Maria da Penha. Agora em novembro o próprio Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça e a Escola Nacional da Magistratura promoveu um curso de âmbito nacional.

Quais os Tribunais que implementaram as Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher? Gostaríamos de dizer que nas vinte e sete unidades da Federação foram instaladas, mas essa não é a realidade. Nós temos pelo menos vinte, os dados mais atualizados, e outros ainda estão esperando iniciativas legislativas ou outras providências. Esse é o dado mais atualizado a que nós tivemos acesso, perdoem-nos se por acaso houver alguma omissão.

Eu gostaria que passasse, por favor.

Passamos para os desafios jurídicos. Quais são os desafios que nós catalogamos como de ordem jurídica? Esse que trata, o principal deles, a conscientização e a capacitação dos aplicadores da lei. Como é que se pode esperar que um Juiz ou uma Juíza possa aplicar uma lei em consonância com a nova forma de consciência da sociedade se ele não receber uma capacitação e uma formação adequada? Afora isso, outro desafio é a atuação efetiva junto aos Juizados e as Varas de equipe multidisciplinar de profissionais especializados. Não adianta só instalar um Juizado naquele padrão tradicional em que haja o Juiz, o Promotor, o Defensor Público, o Advogado, se não houver também essa equipe multidisciplinar. Este é o espírito da lei que deve ser, a nosso ver, mais prestigiado.

Bem, qual é a realidade do ponto de vista jurídico? A constitucionalidade da lei está pendente de decisão perante o STF. Tão logo foi editada, começaram a haver rumores e ameaças. Vai se discutir essa lei, é inconstitucional porque ela fere a desigualdade. Por que essa lei trata desigualmente as mulheres? Se falou aqui que os homens estariam reivindicando a sua

aplicação. Trata-se de uma ação afirmativa. Seria como se, por exemplo, os brancos quisessem reivindicar, usar quotas para os afrodescendentes, seria uma situação semelhante. Então o Supremo Tribunal Federal, o Relator, teve a extrema sensibilidade de não dizer que a lei era constitucional e nem inconstitucional. Não, os Juízes dizem e assim a sociedade se manifesta. O Supremo está ouvindo a sociedade. E o que é que os Juízes têm dito? Essa constitucionalidade está sendo discutida na ADC nº 19, que foi proposta pelo Governo, pela Presidência da República, pela AGU, que de qualquer modo essa manifestação do STF foi como um que... se não foi um sinal verde, pelo menos não foi um sinal vermelho.

Bem, a realidade triste é essa sentença que já foi divulgada de Minas Gerais, em que um colega disse, disse não, escreveu, pior. É a realidade, nós não podemos negar a realidade. “A mulher moderna, dita independente, que nem de pai para seus filhos precisa mais, a não ser de espermatozoides, assim só é porque se frustrou como mulher, como ser feminino. Todas essas razões históricas, filosóficas e psicossociais, ao invés de nosso conduzir ao equilíbrio, ao contrário, vem para culminar nessa lei absurda que mais se assemelha a uma bomba, a chamada Lei Maria da Penha, um monstro tinto”. Bom, a gente respira fundo [soa a campainha] para ouvir uma manifestação como essa. Mas aí vamos ver o que leva um Juiz a se manifestar assim. Felizmente o Dr. Fausto trouxe aqui também o exemplo de Minas Gerais, da Desembargadora Jane Silva, com decisões mais atualizadas.

Quais os desafios sociais? A assistência da mulher em situação de violência e a punição e reeducação do agressor. Sempre que nós fazemos palestras, uma pergunta recorrente é: “Como é que nós vamos convencer as mulheres que são agredidas a denunciarem?” O Ligue 180 é uma das fórmulas, mas esta campanha também está dizendo, uma atitude de cada um é um comprometimento a favor da lei. Na punição nós já avançamos muito, nós já avançamos, e a punição é necessária? É. É necessário sim punir o agressor. E a reeducação, e a questão da reeducação? Por favor.

Algumas propostas. Uma expansão, reforço maior, de maior articulação das redes de atendimento, e saber em que momento nós podemos passar do enfrentamento à superação da violência contra as mulheres. A chamada justiça restaurativa, que traz seu embrião de uma forma muito bela na Lei Maria da Penha. É uma justiça humana restaurativa que seja uma justiça que cuide sim de punir, quando for necessário, mas que seja também uma justiça que cuida, que serve, uma justiça feminina, senão nós continuaremos perpetuando também o padrão feminino de punição, de dominação, de

agressão. Nós queremos curar, nós queremos servir, nós queremos restaurar, nós queremos de qualquer modo contribuir para mudar essa situação. Por isso que nós achamos que não poderia ser mais eloquente do que a imagem de Pietá. Quando nós ouvimos mesmo aquele colega falar dessa forma sobre a Lei Maria da Penha, nós podemos ter outro olhar. Por que será que ele está falando isso? Ele aprendeu isso. O Dr. Fausto ironizou aqui, “Eu aprendi que homem não pode chorar”. Ele se recondicionou. Esse colega também pode resignificar. E como que isso pode ser feito? Isso pode ser feito através dos cursos de capacitação e de campanhas como essas que nós estamos vivendo, porque afinal tudo culmina neste grande desafio, que é o desafio cultural.

Aqui já foi dito, a realidade é uma internalização muito forte da cultura de desvalorização e de repressão do feminino e uma aceitação de condutas que não respeitam as mulheres. Essa, infelizmente, é a realidade interna, interior, e externa, que às vezes até nós mesmo, as mulheres, internalizamos sem nos darmos conta disso. Então a mudança cultural proposta é o quê? É o resgate da dignidade do ser feminino. A Constituição fala do resgate da dignidade da pessoa humana. Nós falamos: “É necessário resgatar a dignidade do ser feminino”. Ser feminino em sua inteireza, ser mulher, como expressão do feminino, e a expressão feminina também que os homens, cada um abriga em si. Eu fiquei muito feliz quando eu ouvi uma palestra do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres de Britto, quando ele afirmou com todas as letras “que as questões jurídicas, o desenvolvimento das questões jurídicas, a solução de grandes problemas sociais passava por uma questão que é a integração dos aspectos femininos e masculino do ser e que é a revalorização do ser e pela revalorização do ser feminino”. Ele usou uma expressão poética que eu gosto também de citar, ele diz: “É preciso usar o lado direito do cérebro, que é associado às funções femininas, e o lado esquerdo do peito, o coração”. Então esta mudança cultural de conscientização acerca da importância da revalorização da mulher compreende, no âmbito do Judiciário, a humanização da justiça. Trazemos aqui apenas uma citação para dizer que houve um tempo em que a mulher tinha um lugar em que todos as respeitavam e apreciavam o que vinha da mulher. Naquele tempo ela tinha um lugar sagrado, que não era nem tedioso e nem escuro, que eram os templos das sacerdotisas. Elas dançavam, oravam, se comunicavam com o mundo invisível, aprendiam a arte de curar e de ajudar as pessoas a ser felizes. Eram tremendamente belas porque viviam com acordo com as leis do universo. Seu amor ao Deus e todas as

coisas era feminino, passional, criativo. Elas iniciavam no amor, por isso tinham um grande conhecimento das artes sensuais. A proposta de uma humanização da justiça passa por isso, por usar o lado direito do cérebro e o lado esquerdo do peito. Por isso que o coração está no centro e entre outras ações têm por destaque a questão do enfrentamento e da superação da violência doméstica. Podemos passar.

Para concluir, agradecer aqui essa oportunidade não apenas de falar, mas sobretudo de ouvir, de ouvir depoimentos tão lúcidos, tão sensíveis nesta Casa. E dizer que o que nós trouxemos foi resultado do que nós ouvimos de nossas colegas na justiça, desde esse tempo em que temos a aventura de trabalhar nessa causa pelo fim da violência contra as mulheres, que seria mesmo o fim da violência urbana.

Voltando para o slide anterior, eu trago aqui o exemplo apenas de mais uma gota nesse oceano que se tornou esta campanha, que nós temos em 154, já estou me incluindo, temos cinco mil instituições e mais uma que surgiu por fruto desse nosso trabalho, é uma instituição que surgiu em Minas Gerais, que chama-se AMEM, porque nós achamos que o contraponto à violência é o amor, é a Associação Multicultural de Estudos sobre a Mulher, sendo que o seu lema é justamente resgatar a dignidade do ser feminino. Por isso o convite para quem quiser se associar, é uma associação aberta, como não pode deixar de ser uma associação feminina, uma associação que faz parcerias, e o lema que nós temos é: “Toda mulher tem grande poder de beleza dentro de si”. Voltando, é tão bonita a imagem, “Toda mulher tem grande poder de beleza dentro de si. Toda mulher merece ser armada e tratada como uma Deusa que é, Deusa porque é a matriz da vida na feliz expressão aqui do Senador Mesquita Júnior”.

Então agradeço de coração a escuta sensível de todos os que estão aqui presentes e, sobretudo, parabênizo a iniciativa da Dra. Marlene e desta Casa, do Senado Federal, em nome do Comitê da Lei Maria da Penha, do Conselho Nacional de Justiça, reafirmando as parcerias com a Secretaria Especial das Mulheres e com todas as entidades da sociedade civil que estejam comprometidas com esta causa. Muito obrigada [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada à Dra. Germana. Eu tenho agora a inscrição da Deputada Erika Kokay aqui na Mesa, sendo que o Senador Paim, antes de sair, me recomendou que a Senadora Emília não se inscreveu, mas não tem como ela passar por aqui sem falar. Então eu vou [risos]... A Senadora Emílio tem tempo de Casa.

SRA. EMÍLIA FERNANDES: Obrigada Senadora Fátima Cleide, é uma alegria sempre voltar e estar presente a esta Casa de onde praticamente nunca nos afastamos, embora hoje sem cargo, mas é importante que nós já algum tempo, desde quando aqui chegamos, em 1995, nos incorporamos à luta das mulheres do Congresso Nacional, uma luta que já fazíamos junto à sociedade do Estado, o meu Estado do Rio Grande do Sul, e eu diria até já aos países do Mercosul, porque eu sou oriunda da fronteira do Rio Grande com o Uruguai e lá nós tínhamos um movimento binacional de mulheres, das diferentes atividades da sociedade, e fazíamos um trabalho que intitulávamos “Mulheres Livres e Conscientes”. E isto é uma semente que veio germinando, germinando através da nossa vida e das oportunidades que nós tivemos e que a gente continua alimentando porque acredita nesta luta e naquelas pessoas que gradativamente a gente vai conhecendo e se incorporando também e admirando às vezes à distância, outras mais próximas, mas a gente admira o trabalho que fazem.

Aqui estamos nesta Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, com muito orgulho de estarmos também plantando a pequena semente que todos nós, cada um deve dar para que as transformações aconteçam. O Senador Paulo Paim, que nós admiramos e respeitamos, nosso conterrâneo, nosso companheiro de partido e de luta no Estado do Rio Grande do Sul, sem dúvida é uma figura que personifica essa luta da resistência, ele que é um lutador social, é um negro e que tem todo um compromisso com as questões da igualdade racial, da igualdade de gênero, das pessoas portadoras de deficiência, dos idosos, enfim.

Então primeiro eu acho que nós temos assim que resgatar alguma coisa. Nós temos, Marlene, nossa querida companheira, que nos tanto admiramos o seu trabalho, no Senado Federal uma Comissão de Direitos Humanos, e é uma pena que a tela está à frente ali do quadro dos ex-Presidentes, porque nós gostaríamos de verificar quantos ex-Presidentes têm ali, porque se nós formos em todas as Comissões do Senado Federal, nós vamos encontrar a mais nova Comissão, a Comissão de Direitos Humanos. À época do nosso mandato, Senadora Fátima, nós entramos com o projeto tentando criar no Senado Federal a Comissão de Direitos Humanos que trataria exatamente de todas essas questões. Pois o nosso projeto não foi avante, não andou. E que bom que o Senado hoje tenha uma Comissão de Direitos Humanos onde a gente pode refletir essas questões que estão diretamente ligadas à vida das pessoas, aos direitos das pessoas, a sensibilidade que tem que terem os governantes e os parla-

mentares para fazer o chamamento à sociedade para fazer as transformações. Então a luta, por isso eu digo, a luta é um caminhar constante que se complementa à medida em que novas pessoas se somam e novas forças se aglutinam. Então nós termos aqui hoje no Senado, e eu tendo esta oportunidade que eu quero agradecer, que sem dúvida é uma deferência especial que nos faz o senador e a senadora, para nós é um motivo importante, porque nós estamos aqui como o Presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, Capítulo Brasil, que eu tenho o prazer de integrar essa entidade não governamental desde 1995, quando foi criada, e está nos países do Mercosul, está no Brasil, em quatro regiões do Brasil, em mais de dez Estados brasileiros, mulheres de todos os diferentes segmentos da sociedade, mulheres rurais, mulheres urbanas, de todos os partidos, de todas as conotações, religiosas, enfim. Mas nós fazemos uma provocação, essa nossa entidade tem isso, fazer uma provocação, um chamamento constante para que as mulheres participem, que saiam do anonimato, que quebrem o silêncio, que abram a sua voz, que tragam a sua consciência para todos os setores da sociedade brasileira, a política, a econômica, a social, a educacional, a cultural, porque realmente nós acreditamos que esta democracia ainda, por maravilhoso que é o nosso país, ela continua incompleta, porque enquanto houver a discriminação e a desigualdade, a nossa democracia ainda está em período de construção.

Temos a honra de estar aqui com a nossa Secretária Executiva do Fórum de Mulheres do Mercosul, a companheira de Minas Gerais, Janete Maziero, que também com muito orgulho integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, onde o Fórum de Mulheres do Mercosul integra desde 2003.

Nós queríamos também chamar a atenção, e a Marlene, eu a cumprimento mais uma vez, a Tereza, a Germana, o Dr. Fausto, a quem nós temos uma grande admiração, ainda não conseguimos levá-lo numa reunião do Fórum Mulheres do Mercosul, mas logo-logo precisamos do senhor presente pela sua capacidade de falar, não apenas para as mulheres, mas muito mais do que isso, falar para os homens, porque a nossa luta pela igualdade é exatamente essa, é falar com homens e mulheres para que a gente possa fazer as transformações. Eu não acredito em transformações onde só os homens pensam ou só as mulheres pensam. Não, nós temos que falar com homens e mulheres porque ali é que vai fazer a transformação. Claro que nós temos que ser protagonistas em determinados momentos, como hoje nós temos as mulheres à frente dessa campanha de combate a todas as formas de violência.

A “Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo”, Marlene, ela está impregnada no teu coração, na sua consciência, as tuas lágrimas dizem isso, e a gente te respeita e se identifica. E o Fórum é parceiro desde o primeiro momento. Em 2003 nós estávamos na Secretaria de Política para as Mulheres, com muita honra que o Presidente Lula nos chamou para organizar aquela Secretaria, montar a sua estrutura, dialogar com o Conselho Nacional, através de uma reformulação, e tu levaste também já essa proposta, e logicamente que nós abraçamos, mas ficamos um ano e as coisas vão evoluindo e se fortaleceram a partir do trabalho também muito bom que faz a nossa companheira, a Ministra Nilcéia.

A AGENDE tem assim momentos muito significativos que eu gostaria de ressaltar aqui. Quando esta Casa, o Senado Federal, veio para esta Casa o Protocolo Facultativo do CEDAW, que é a questão da violência, da participação da mulher, o compromisso do Brasil assumir, aqui estava a AGENDE, aqui estava a companheira Marlene nos auxiliando, nos apoiando e nós, eu que fui a Relatora do protocolo do Brasil aderindo ao Protocolo Facultativo CEDAW, e que foi uma briga bastante grande dentro do Senado Federal, inclusive no Plenário, as forças contrárias, enfim, de que achavam que isso era realmente... no fundo no fundo era dizendo que estariam dando muita força às mulheres, porque na realidade é isso. Nós temos a capacidade de fazer denúncias internacionais e que o Brasil tem que observar os acordos internacionais para valorizar as mulheres, para fazer o enfrentamento à violência, isso era empoderar as mulheres. Então eu acho que a reação de parte muito pequena do Senado Federal, que não queria a sua aprovação, mas que depois conseguimos com que fosse aprovada, embora alguns poucos votos contrários, e a Marlene, a AGENDE, eu digo a Marlene, mas o grupo dela de trabalho, maravilhoso, estava pronto e presente.

Eu acredito também, eu acho que são coisas que a gente tem que colocar. Quando também aqui, porque até a própria “Campanha Há Momentos em que sua Atitude faz a Diferença”, então isso não é apenas para a “Campanha dos Dezesesseis Dias”, ela é para todos os momentos da nossa vida. Onde nós estivermos, dentro de casa, como dona de casa, na escola, na fábrica, no Legislativo, no Parlamento, no Executivo, se nós utilizarmos esta frase para todo momento a nossa atuação será diferente, sem dúvida, Dra. Germana. Porque quando nós colocamos um singelo projeto aqui no Senado também instituindo o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz e que está aprovado, um projeto de minha autoria, as pessoas dizem: “Ah, mas uma homenagem?” Não, não era mais uma homenagem, era

uma grande homenagem e compromisso do Senado Federal de observar o trabalho das mulheres brasileiras com um novo olhar, um novo reconhecimento. E hoje todos os anos mulheres do Brasil inteiro, aqui já esteve a empregada doméstica, a empresária, a cientista, a professora, a feminista, enfim, sendo reconhecida e valorizada pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras. Então são novas coisas, pequenas coisas que às vezes podem fazer a diferença.

Então não vamos nos alongar, o horário está grande, inclusive eu quero dizer que nós estamos aqui presentes, nós estamos com mulheres do Mercosul, com mulheres de outros países da América Latina, num Seminário Internacional que a Associação de Mulheres de Carreira Jurídica, junto com o Parlamento do Mercosul, e o Fórum de Mulheres do Mercosul, a UNESCO, a CEPAL, a Associação Brasileira de municípios, a OAB, está realizando no Conselho Federal da OAB, aqui em Brasília, que abriu ontem à noite, hoje durante todo o dia e amanhã até o meio-dia. Então todas as pessoas estão convidadas para participarem. E nós saímos de lá, pedimos licença para as nossas companheiras argentinas, paraguaias, da República Dominicana, enfim, da Venezuela, de vários países, do Chile também que estão presentes, e viemos aqui para dizer que mais uma vez o Fórum de Mulheres do Mercosul, junto com a Associação Brasileira de Municípios, porque nós fizemos esse acordo, essa cooperação técnica, porque nós entendemos que as transformações acontecem lá aonde as pessoas vivem. Então nós temos que levar esta campanha, esta campanha tem que extrapolar, por isso muito bem foi colocado aqui, essa mobilização de apoio à campanha que os homens do Parlamento podem fazer, e eu dizia ao Senador José Nery: “Ponha os funcionários também, não são só os parlamentares”, e ele prontamente.

Eu deixaria apenas, cumprimentando mais uma vez a todos pela iniciativa, desculpe que realmente a gente não pode recuperar tudo que gostaria, mas eu acho que o número, o Ligue 180, também foi um dos pequenos sonhos que eu tive na minha vida e que com o apoio desta Casa nós conseguimos levar adiante, porque também quando Senadora apresentei o Projeto de Lei instituindo o número telefônico com três diligentes no Brasil inteiro para fazer denúncias, informações, e hoje é lei sancionada pelo Presidente e tornada realidade pela Secretaria de Política para as Mulheres.

Então que esse período, a minha sugestão que eu finalizaria dizendo, é que nesse período que nós estamos nesta “Campanha dos Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, nós fizéssemos um chamamento para o Brasil inteiro colocando

eu acho que bancas de assinaturas sim nos sindicatos, nas fábricas, nas universidades, nas igrejas, nas praças deste país. O povo, nós que somos militantes sociais, sindicalistas, nós gostamos de dialogar com o povo na rua. Nas Prefeituras, nas Câmaras Municipais, e isto nós estaremos fazendo através inclusive do Fórum, com a Associação Brasileira de Municípios, mas nós gostaríamos de fazer um chamamento para o Brasil todo, para todos os segmentos, para todos os partidos políticos, para que se somassem. A luta de enfrentamento à violência é uma luta que precisa ser exatamente de todos nós, cada um em determinados momentos fazendo a diferença que é necessária.

Cumprimentos e estamos muito felizes, desculpe se a gente não se estendeu demais e às vezes talvez não tenha dito tudo que gostaríamos, mas é para reafirmar o nosso compromisso enquanto mulher, enquanto cidadã e enquanto integrante do Fórum de Mulheres do Mercosul nesse trabalho que a AGENDE coordena no Brasil, que é a “Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da violência contra a Mulher”. Cumprimentos, obrigada [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada à ex-Senadora Emília, ex-Ministra e grande mulher atuante na luta em defesa dos direitos da mulher neste país. Agora nós vamos ouvir com muito prazer a Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT-DF): Eu queria saudar os que compõem a Mesa, desejar boa tarde para cada uma e cada um de vocês e, ao mesmo tempo, dizer da alegria de mais uma vez estarmos aqui para discutirmos a “Campanha Dezesesseis Dias”.

Eu acho que o tema que está sendo utilizado este ano é extremamente oportuno: “Há momentos em que sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se!”. E um comprometa-se não apenas das mulheres desse país ou da sociedade brasileira de se apropriar de uma conquista dela mesma. Tem um poeta que diz que “Toda realidade é grávida do seu contrário”. Eu diria que a Lei Maria da Penha é fruto de uma gravidez do contrário, porque ela foi tecida com o misto de muita dor, muita dor, muitos hematomas na pele e na alma, mas ao mesmo tempo com muita esperança de construção de uma condição tão negada. Nós temos uma sociedade extremamente cindida pelas histórias de Casa-Grande e Senzala tantas vezes reeditadas, e uma sociedade que parte dela se sente sujeito, sujeito dela mesma e da outra parte, e que parte foi coisificada como se fôssemos coisas. E um pouco esse desafio que está dado para as mulheres é o desafio de se incorporar de uma condição humana negada, que se reconhece através da capacidade de sermos sujeitos e nos sentirmos livres. E quando a gente vê

toda a história das mulheres, da sociedade brasileira, nós vamos ver que tudo foi conquistado com muita dor, com um misto de muita dor, muita esperança, muita determinação e muita coragem, acima de tudo.

Se nós fomos ver em 1917, quando se começou a discutir uma legislação para a mulher, de proteção à mulher trabalhadora e a própria maternidade das mulheres trabalhadoras, houve quem dissesse, nas Câmaras Legislativas, de que isso significava dar ao homem uma posição secundária, porque não seria mais ele determinante na condição da mulher ser trabalhadora ou não, porque a mulher também não era sujeito de seu emprego. E se mais adiante, quando se começou a discutir a licença a maternidade de quinze a vinte e cinco dias antes e quinze a vinte e cinco dias depois do parto, se dizia que isso seria fazer com que as mulheres se acomodassem na ociosidade da maternidade e que representaria uma ausência de controle de natalidade na população empobrecida desse país, que é quem estava no mercado de trabalho.

Então, portanto, eu digo que tudo foi muito conquistado e tecido e a própria Lei Maria da Penha foi fruto disso, tecido com esses raios do amanhã e tecidos com muita dor, mas que precisa que a gente se aproprie dela. E quando eu falo a gente se aproprie dela, eu estou falando das mulheres, porque eu tenho uma noção exata que é preciso tratar do agressor também, é preciso tratar do agressor e se compartilhar, porque o poder que nós mulheres queremos não é contra os homens, mas queremos fundamentalmente o poder de sermos donas de nós mesmo, poder para nós mesmas e não para o poder contra o homem. Mas é preciso, todas as vezes que se fala em tratar o agressor, em compartilhamento, que nós entendamos que há uma relação assimétrica de assujeitamento da própria mulher, e é tratar o agressor e tratar essa própria mulher para que ela se sinta sujeito e com poder de ser ela mesma.

Então eu digo tudo isso porque Comprometa-se! é isso, mas o comprometa-se também envolve os operadores de direito, porque nós temos mulheres que estão sendo revitimizadas, mulheres que chegam e dizem: “Eu construí um processo para ter o direito e para ter a coragem de denunciar. E o Ministério Público me chama para que eu concilie e eu me sinto mais uma vez agredida”. Então nós temos um sistema Judiciário que muitas vezes, operadores de direito em geral, que muitas vezes revitimizam e que todo um processo que é feito, denuncie, denuncie, denuncie, esta mulher que pulou hoje ou ontem do terceiro andar com o seu filho para fugir da violência doméstica, denunciou três vezes na delegacia a violência. Nós tivemos aqui em Brasília, na Delegacia de Atendimento à Mulher, tivemos cinco

mulheres assassinadas no mesmo mês após a denúncia, após a denúncia na Delegacia Especializada. E, felizmente, há muito tempo que não temos nenhuma mulher vítima de agressões de alto potencial ofensivo, após a denúncia, no último período.

Mas o que eu quero dizer com tudo isso é que nós nos sentimos de certa forma felizes e reconhecendo o signo da conquista ou a conquista da lei como instrumento de busca dos direitos, mas ao mesmo tempo com patamares renovados de desafios para que haja um comprometimento com a própria lei, das mulheres, da sociedade e dos operadores de direito.

Nós encaminhamos, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, no último período, duas mulheres para o Programa de Proteção à Testemunha. Mulheres que vão perder o seu nome, que vão perder a sua casa, que vão para outro lugar porque nós não conseguimos assegurar que essas mulheres mantivessem sua integridade física nesta cidade, com a Lei Maria da Penha, em função dos operadores de direito. Uma delas fez nove ocorrências na polícia e uma delas virou inquérito, apenas uma delas. Nove ocorrências, nove ocorrências.

Então eu penso que esta “Campanha dos Dezesesseis Dias”, nós deveríamos trabalhar com o comprometimento e a apropriação das mulheres da sua própria conquista, que passa por um processo de construção plena da condição humana e da condição de sujeito, e fazer uma discussão com os operadores de direito. Mas eu digo que muitos homens que dizem: “Mas não tem uma lei que me proteja contra a violência”, e a violência que o homem pode vir a sofrer, doméstica, ela é uma violência que não é fruto da sociedade seccista, não é fruto da cultura, da cultura patriarcal, e quando eu digo cultura, não é com a perspectiva de naturalizar a normatização cultural, porque muitas vezes se coloca a cultura como um tapete muito expeço para se jogar todas as violações de direitos debaixo dele, ou seja, este é um processo cultural. “Não, mas na sociedade isso é cultural, isso é cultural”. Se é cultural, significa que não é natural. E só isso. Mas uma forma de se buscar a continuidade na naturalização da norma é você tentar estabelecer a normatização, a naturalização da própria cultura. Se é cultural, foi construído, pode ser desconstruído. E não é natural. E quando se busca naturalizar a cultura para justificar as assimetrias e os processos de dominação, você em verdade está perpetuando a naturalização da própria desigualdade.

E, por fim, eu diria que eu acordo com o Dr. Fausto, a gente tem uma alegria muito grande de tê-lo aqui no Distrito Federal, porque há que se entender que a violência doméstica, que a casa é o lugar que você se

despe, é o lugar que você aparece inteiro, que você se despe literal e metaforicamente, é o lugar das suas relações mais atávicas, mais primárias, mais afetivas. É a casa. A gente diz e a gente todo dia espera que os nossos meninos voltem para casa e a gente quer chegar em casa. E quando esse universo é um universo de violência, isso tem um potencial extremamente destruidor, para além das dominações invisíveis que sofre a mulher, dentre elas a culpa, a culpa, culpa porque não é mãe perfeita, não é dona de casa perfeita, culpa porque não quer ter uma relação sexual e diz não. Culpa, culpa, culpa, culpa que a mulher carrega como um grande instrumento invisível de dominação. E o lugar de se despir de todas as culpas e de todas as personas, máscaras e couraças, que é o ambiente doméstico, ele passa a ser o local da própria violência.

Então, portanto, eu diria que isso tem um caráter absolutamente destruidor, nós lidamos com isso aqui todos os dias no Distrito Federal, na Comissão de Direitos Humanos, e todos os dias nós nos sentimos de certa forma encorajadas e com um sentimento aporético, de ausência de poros, quando o Estado não reconhece a sua responsabilidade na construção de uma sociedade que rompa definitivamente as Casas-Grandes e Senzalas com os ventos de Zumbi dos Palmares, que hoje é o aniversário da sua imortalidade. E se nós trabalharmos com os operadores de direito, com o Estado e com as mulheres se apropriando da sua própria conquista da sua condição de sujeito, a gente sim vai estar dando passos largos, Senadora Emília, para que nós tenhamos uma verdadeira democracia, uma verdadeira abolição, uma verdadeira independência e uma verdadeira condição humana numa sociedade onde caiba todo mundo com as nossas diabruras e com nossas canduras também [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Deputada Erika. Eu quero agradecer a presença de todas, mas antes quero passar aqui para a Mesa, para que as nossas convidadas, e estamos encerrando aqui com uma Mesa só de mulheres, uma participação imensa de mulheres no Plenário.

Eu quero passar para as considerações finais das nossas convidadas. A Dra. Germana, que foi a última a falar, tem a palavra neste momento.

DRA. GERMANA MORAIS: As nossas palavras, mais uma vez, são de agradecimento e de procurar renovar as parcerias, as parcerias nesta “Campanha de dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”. Muito obrigada [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Dra. Germana. Tereza, aqui representando a Ministra Nilcéa.

SRA. TEREZA SOUZA: Nós, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência, queremos agradecer esse acolhimento aqui pelo Senado Federal, quero que a Senadora Fátima Cleide transmita a todos os senadores que estiveram presentes e os que mandaram mensagens que a Secretaria se sente muito honrada com essa parceria, a nossa parceira na promoção desse ano, dessa “Campanha de dezesseis dias de ativismo”, a Marlene representando a gente, todas e todos vocês que estiveram presentes aqui e especialmente a ex-Ministra Emília, Senadora Emília que me deu, quando a Ministra falou da importância do 180 e me foi dada a oportunidade de desenvolver esse Projeto 180, eu comecei a desenvolver esse Projeto ainda na gestão da Ministra Emília e não foi fácil, mas felizmente, como disse a Ministra Nilcéa, é um Projeto que se a gente não tivesse feito mais nada na Secretaria, só ele já valeria por tudo que ele representa para as mulheres brasileiras hoje. Então nós, da Secretaria, queremos agradecer e convidar vocês a fazer dessa “Campanha de dezesseis dias” uma campanha que, pegando um pouquinho o gancho no que a Germana falou, transforme as mentes e os corações para que um dia a gente possa ter realmente um país digno, justo, onde homens e mulheres sejam iguais. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Tereza. Nós passamos agora para a nossa grande parceira da AGENDE, Marlene Libardoni.

SRA. MARLENE LIBARDONI: Bem, eu gostaria nesse momento final dessa Audiência Pública, Senadora Fátima, de agradecer realmente a essa parceria das Senadoras, da bancada feminina no Congresso Nacional, da Comissão de Direitos Humanos, da Subcomissão da Mulher nesta Comissão, dessa oportunidade de a gente, nessa vez, fazer um ato de lançamento talvez um pouquinho diferente dos anos anteriores, mas tão importante quanto, trazendo uma discussão, trazendo uma reflexão para as pessoas que aqui vieram, que aqui participaram, mas também para as pessoas que estão nos assistindo de fora desse Plenário e, com certeza, que estão também motivadas a se comprometerem com o fim da violência contra as mulheres, com a implementação efetiva da Lei Maria da Penha, com a disseminação da lei, com a disseminação, Tereza, nossa Ministra Adjunta da Secretaria, nossa parceira desde a primeira hora com a Ministra Emília e agora promotora, promotora da campanha desde o ano passado, Tereza, é importante que a gente diga, mas nesse ano com uma dimensão muito mais ampliada, muito mais forte. Eu

acho que esse esforço, juntando tantos setores, tanto segmento, tantas pessoas comprometidas, tantas instituições, a sociedade civil, o movimento de mulheres com as redes nacionais, as articulações nacionais, movimento de Direitos Humanos, todos esses órgãos públicos, essas parcerias maravilhosas que estão se formando nos estados, nos municípios, nós vamos realmente, eu acho, fazer uma diferença sim no enfrentamento à violência contra as mulheres, vamos fazer uma diferença na garantia de um direito, do direito humano das mulheres brasileiras a uma vida sem violência [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Marlene, a gente se emociona mesmo. Eu quero agradecer aqui a participação da Marlene, que é Diretora Executiva da AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, responsável pela “Campanha dos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, que este ano tem como tema “Há momentos em que sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha – Comprometa-se”. Quero agradecer a presença aqui conosco da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, a Tereza Souza, que é a Secretária Executiva da Secretaria, agradecer a Taís Santos, representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas, da Jane Ribeiro, da Dra. Germana Morais, representante da Comitê da Lei Maria da Penha do Conselho Nacional de Justiça, agradecer ao Dr. Fausto Rodrigues de Lima, Promotor de Justiça e membro do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal. Agradecer também aos Senadores que se fizeram presentes nesta Sessão, neste dia 20 de novembro, em que nós comemoramos o Dia de Zumbi e o Dia da Consciência Negra, agradecer o Senador Flávio Arns, ao nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, ao Senador José Nery, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Romeu Tuma, Senador Cristovam Buarque, Senador Jayme Campos, Senador Augusto Botelho e agradecer à sempre presente Senadora Emília Fernandes, aqui conosco também. Lembrar a “Campanha homens unidos pelo fim da violência” e lembrar a proposta feita, e acatada pela Mesa, pelo Senador José Nery, de que no dia 27, dia em que nós iremos fazer realizar neste Congresso a Sessão solene lembrando o Dia Internacional de Luta pelo fim da violência contra as mulheres, neste dia nós, o Senado Federal, faremos um esforço muito grande pelo engajamento de funcionários, enfim, de homens Senadores, funcionários, trabalhadores do Senado Federal, para entregarmos a campanha, um abaixo-assinado, portanto, a adesão

dos homens do Senado Federal, lembrando a sua assinatura ao compromisso de colocar fim à violência contra as mulheres neste país.

Quero também dizer da grande satisfação de coordenar os trabalhos dessa Mesa, lembrar que nós temos aqui no Senado Federal uma Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, que foi um requerimento da Senadora Ideli Salvatti, da Senadora Serys Slhessarenko e de minha autoria também, e esta Subcomissão está à disposição de todos os parceiros e parceiras que queiram realizar atividades conosco para dar visibilidade a esta luta pelo fim da violência contra a mulher e pelos direitos das mulheres que precisam ainda ter bastante avanço. Agora mesmo eu quero lembrar, Senadora Emília Fernandes, que também é uma educadora e várias mulheres aqui presentes, educadoras, nós estamos vivenciando uma luta pela educação de qualidade nesse país e que é uma violência praticada contra mulheres, porque as mulheres são maioria no ensino básico deste país. E após a Constituição, somente após a Constituição de 1988 é que nós iniciamos nesse país um processo de discussão da valorização profissional dos trabalhadores como forma de termos acesso à qualidade da educação, e este Congresso e a sociedade brasileira, após discutir por décadas a necessidade de um piso salarial, aprovamos, tivemos a sanção do Presidente Lula, o piso agora é lei e nós tivemos a agressão de alguns Governadores deste país e uma Governadora, infelizmente, do Rio Grande do Sul, que, aliás, foi a proponente da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o piso, e nós estamos correndo o risco de não termos, a partir de janeiro de 2009 ainda, a aplicação da Lei do Piso Salarial, que é o primeiro passo para a profissionalização de milhões de mulheres que trabalham na educação pública desse país com a responsabilidade de formar as nossas crianças e os nossos cidadãos e cidadãs de hoje, porque é hoje que as crianças estão na sala. Então, só queria fazer esse registro, lamentar e dizer, convocar também que a “Campanha abraça essa causa”, porque ela diz respeito também às mulheres e às famílias deste país.

E dizer que nós aqui, na Comissão de Direitos Humanos, continuamos abertos e sempre com muita alegria recebemos as proposições do movimento social para que a gente possa dar visibilidade a esta luta que é de todas nós, mas que é também das milhares de mulheres brasileiras que sofrem violência no recanto mais sagrado de nossas vidas, como disse a Deputada Erika Kokay, que é a nossa casa.

Então agradeço a todos e a todas a participação, e antes de encerrar esta Sessão, solicito a inclusão

extrapauta de requerimento apresentado pelo Senador Flávio Arns. Coloco em votação. Não havendo quem se manifeste contrariamente, o requerimento está aprovado. O requerimento do Senador Flávio Arns: “Requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal estabeleça entendimentos com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com o Ministério da Justiça, com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e com a Presidência da República para a realização de uma ação articulada que possibilite um desfecho favorável a Sra. Mônica Luczynski(F), cidadã brasileira, que teve as suas filhas Michela e Marcela Abath(F) seqüestradas em nosso país. Em anexo segue um breve relato de todo o caso, devidamente instruído por documentos, sendo possível dizer, em breve resenha, que suas duas filhas menores de idade foram retiradas do país de forma ilegal pelo pai, Marco Abath(F), e levadas para a Itália, mesmo a mãe tendo guarda provisória judicialmente concedida em seu favor pela justiça brasileira. Tempos depois o pai foi preso por cometimento de ato ilícito, inobstante o que as menores permanecem residindo na Itália, agora com uma tia. Solicito também que esta Comissão encaminhe expediente ao Ministério das Relações Exteriores, com quem o caso já tem sido amplamente debatido, inclusive com a participação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, sendo que a própria Secretaria também já se dispôs a auxiliar aquele Ministério, desde maio de 2007, no sentido de possibilitar a ida da Sra. Mônica à Itália na maior brevidade possível, o que não ocorreu até o presente momento. Tendo em vista o acompanhamento dessa Comissão de casos relacionados à garantia dos Direitos Humanos, devendo o mesmo ser priorizado pelo fato de envolver crianças, com o agravante de que foram seqüestradas em nosso país, é que submeto o presente requerimento à apreciação deste Colegiado”. O requerimento está aprovado e essa presidência designa o Senador Flávio Arns para representar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa junto aos órgãos constantes do requerimento. E eu faço também aqui um adendo ao requerimento do Senador Flávio Arns inserindo também a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, haja vista que esse caso trata-se também de um caso específico de violência contra a mulher, contra uma mãe que tem a guarda dos filhos, mas que os vê retirados de forma abrupta pelo pai.

Nada mais havendo a tratar, essa Sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 13h34.

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE NOVEMBRO 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 82, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 05 de novembro de 2008, com vistas a discutir a Igualdade Racial “O Negro no Brasil”. O Senhor Presidente abre os trabalhos e faz suas considerações iniciais. O Senhor Presidente convida para tomar lugar à mesa de debate os convidados. Convidados que comparecem: Alexandro da Anunciação Reis, Subsecretário para Comunidades Tradicionais, em representação de Edson Santos – Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Raul Carrion – Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Rui Leandro da Silva Santos – Assessor da Secretaria Executiva do MDA, representando Guilherme Cassel – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; Ronaldo dos Santos – Representante da Coordenação Nacional dos Quilombos – CONAQ; Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior – Consultor-Geral da União, representando José Antônio Dias Toffoli – Advogado-Geral da União; Eloi Ferreira de Araújo, Secretário Adjunto – SEPPIR; Mauricio Jorge Souza dos Reis – Representante da Fundação Cultural Palmares; Fernando Prioste, Advogado; Pedro Raposo, Representante da etnia Macuxi da reserva indígena Raposa Serra do Sol; Deborah Silva Santos – Assessora de Diversidade e Apoio aos Cotistas da UNB; Givânia Silva, Coordenadora Geral de Regularização de Territórios de Quilombos – INCRA. O Senhor Presidente, após a exposição dos Senhores convidados e senadores franqueia a palavra ao plenário. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, Valter Pereira, João Pedro e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves**,

ves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 08 HORAS E 43 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da segunda Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a coloco em votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, aprovado.

Audiência Pública, item único nos Termos do Requerimento nº 82 de 2008, desse senador, aprovado em 05/11/2008, a respeito do tema: Igualdade Racial e o Negro no Brasil.

Nós organizamos, Deputado Estadual Carrion e o meu amigo Pernambuco, que está aqui participando desse debate. Durante todo o mês de novembro um ciclo de debates sobre a questão racial do negro no Brasil. O último da semana passada foi a questão política e os reflexos da eleição do Barack Obama no mundo e no Brasil, aqui nessa comissão no viés político, foi um bom debate que fizemos aqui, e claro que esse debate não termina nunca, foi apenas uma sementeira, como a gente fala muito lá no nosso Rio Grande, para esse tema de algo que sem sombra de dúvidas fez que nos 5 continentes, como eu digo, os tambores rufassem, nós vimos na Ásia, na África, na Europa, na Oceania, na África e nas Américas, os tambores rufassem, e as pessoas dançassem, cantassem sobre o brilho da vitória do Barack Obama.

Então nessa Reunião foi muito interessante, todos se posicionaram sobre a importância de cada vez mais nós avançarmos na participação política, política em toda a sua amplitude.

Muito bem, hoje, essa Audiência Pública tem como eixo a questão Quilombola e naturalmente o estatuto da igualdade racial porque está consagrado dentro do estatuto, um capítulo específico da questão Quilombola, e hoje o estatuto só não foi aprovado ainda lá na Câmara, devido a questão do capítulo Quilombola, que é uma resistência muito grande, todas

as outras questões foram resolvidas. Inclusive, a Câmara aprovou recentemente o PL73, o PL73 foi uma forma que nós achamos, retiramos a questão específica das cotas da universidade e botamos no PL73, e agora aprovamos o 73, achamos que com isso, daria para aprovar o estatuto e o 73, aprovamos o 73, mas o estatuto pegou na questão Quilombola, a intenção era ter votado no mesmo dia, no dia 20 de novembro, o estatuto e o PL73, que resolvia a questão das cotas nas universidades de forma proporcional a população de cada estado, aquele patamar, 50% escola pública e 50% escola privada, as infelizmente, o que não permitiu a aprovação do estatuto é porque a comunidade Quilombola, no meu entendimento, corretamente, não aceitou o que estava propondo de votar extraindo totalmente o capítulo da questão Quilombola do estatuto, isso vai ser palco do debate aqui no dia de hoje, mas para essa questão desta audiência pública, tão importante para todos nós, onde o eixo, repito, é a questão Quilombola e o reflexo no estatuto, enfim, decretos e outras leis, foram convidados o Ministro Edson Santos, o Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi convocado no dia de hoje para uma Reunião de Ministros para discutir a crise, as suas implicações no Brasil, o que nós estamos fazendo aqui no Brasil, em relação à crise, matéria de Governo, naturalmente, por isso ele não pode estar presente, mas representando o Ministro, já está presente, eu convido já para a mesa, é o Alessandro? Representando o Ministro, convidamos o Alessandro Reis, sub Secretário para as comunidades tradicionais SEPPIR, seja bem-vindo o Alessandro. E convido também já para a mesa, estando aqui presente, o Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Raul Carrion, nós vamos iniciar com a presença do Deputado Carrion que eu tive a alegria... O Pernambuco lá, inclusive, ajudou a organizar, a participar de uma bela audiência em Porto Alegre sobre a questão Quilombola.

Pois bem, eu vou fazer uma pequena introdução do tema, enquanto chegam os outros convidados, nós teremos mais que uma mesa, a intenção é fazermos umas três mesas, o tempo de cada convidado, para expor será de 10 minutos com mais 5, e no final nós vamos fazer o debate com o plenário, normalmente, a gente permite que no plenário hajam 5 ou 6 inscrições para expor também o seu ponto de vista, ou mesmo questionar os convidados. Eu vou iniciar para suscitar o debate, e quero dizer que isso aqui não é nem uma posição fechada, lendo algumas coisas sobre esse momento que nós nos encontramos.

Início esse importante momento com a poesia Palmares Zumbi de Sandro Colibri, diz a poesia do San-

dro: "Sempre negro, filho do preconceito sim, mas exijo respeito enfim, quero dignidade, que os meus filhos se orgulhem de mim, nas lembranças misturam-se dor e esperança, fé na crença, sem grilhões e correntes e o povo negro que dança liberdade para o negro, enfim, poesia Palmares Zumbi, o negro sonhou, o negro lutou liberdade, liberdade, mas que homem é esse que diz que o negro é tão diferente, que diz que esse negro não pode ser gente, porque a minha cor te ofende assim? Sou negro sim, tenho orgulho sim, sou o grito forte da liberdade, sou Palmares, sou Zumbi."

No ano que celebramos 120 anos da abolição o movimento Quilombola convive em constantes ameaças de terem os seus direitos estabelecidos pela própria constituição de 88 ameaçados, reafirmo aqui que eu estava lá, eu estive lá, em 1988 fui constituinte ao lado de Benedita da Silva, Edmilson Valentin, Carlos Alberto Cao e de dezenas de Quilombolas, centenas de militantes, quando aprovamos o seguinte texto da Constituição Federal, eu me referi aqui a Benedita da Silva, o Edmilson Valentin, o Carlos Alberto Cao, porque a gente fazia o núcleo da bancada negra na constituinte, éramos nós quatro com outros parlamentares brancos, mas que tinham, com certeza, compromisso com a causa, foram esses quatro e mais outros três parlamentares que não eram negros, que inclusive, visitamos na África do Sul a Winnie Mandela, quando o Mandela estava no cárcere, exigindo em nome da Assembleia Nacional Constituinte a sua liberdade. Mas o que diz o art. 68? Aos remanescentes às comunidades dos Quilombos, que estejam ocupando as suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos, então, que não fique nenhuma dúvida isso é o que está escrito na nossa Constituição.

Festejamos primeiro pelo reconhecimento histórico do povo negro, depois por entender que o dispositivo é alto aplicável, Décio Freitas, Carrion, você que conheceu muito bem ele, já faleceu, era um grande intelectual do nosso povo gaúcho, do Rio Grande, não era negro. Décio Freitas, um dos maiores intelectuais gaúchos autor do livro Palmares, A Guerra dos Escravos, disse em relação ao art. 68 no ato da disposição transitória da Constituição Federal. "O Congresso Nacional pensa que há poucos quilombos no Brasil, por isso aprovaram o art. 68 da constituição, se eles soubessem realmente o número de quilombos que existem no país, eles não aprovariam esse artigo, porque devolver as terras legítimas para os negros seria como fazer a reforma agrária em mais da metade do país, o latifúndio impera e é a base dessa sociedade excludente."

Esse art. ele escreveu defendendo a titularidade definitiva para os Quilombolas, eu tenho uma grande... Eu tenho, não é uma grande, eu tenho uma imensa, um imenso carinho por Décio Freitas, Décio Freitas eu tive a alegria... O Pernambuco conheceu ele também, e eu quando me elegi Senador da República, vocês vão até receber o artigo que ele escreveu, eu me elegi Senador e ele escreveu no Zero Hora o artigo, no dia 20 de outubro de 2002, alguns dias depois que eu me elegi Senador da República, eu tive a grata satisfação, Pernambuco, de ler no jornal Zero Hora de Porto Alegre, um artigo de autoria de Décio Freitas, com o nome "Zumbi no Senado", o artigo no meu entendimento é belíssimo, que ele dizia ali que o Senador Paim seria o nosso Zumbi no Senado, claro que isso me encheu de orgulho, por isso eu destaco aqui no nosso papel, que lá naquela data, ele que já faleceu, estava prevendo. O artigo para mim tem uma mensagem muito positiva, vocês vão receber cópias, eu só vou ler quatro linhas, cinco linhas, diz ele: "O Senador negro terá todas as condições para ser no Senado, um Zumbi capaz de mostrar que a nossa democracia racial é um blefe, e que uma herança cultural escravista nos divide pela cor, fazendo-nos assim uma nação inconclusa". Palavra do grande intelectual Décio Freitas, que eu rendo aqui a ele, mais uma vez as minhas homenagens, vocês vão receber cópias desse artigo, que ele demonstra no artigo, que não é porque elegeram um Senador negro que vão achar que não tem preconceito no Brasil, ele é muito feliz no artigo, um art. firme, que relata os fatos reais.

Meus amigos, realmente o processo de reconhecimento e titulação da terra dos Quilombolas não está sendo fácil, o Brasil carrega o fardo histórico de 350 anos de escravidão e de ausência de políticas públicas para o povo negro. O processo caminha a passos de tartaruga, infelizmente, sempre que buscamos tratar de temas relativos à comunidade negra nota-se um silêncio sepulcral, nas diversas instâncias públicas e privadas. Alguns dizem que não há racismo no Brasil, mas pesquisa recente realizada pela própria Fundação Perseu Abramo, mostrou que a grande parte dos brasileiros, 87% admite que há discriminação sim, racial no país, mas apenas 4% da população se considera racista. Ao ver esses indicadores, lembro-me do professor e poeta Oliveira Silveira, o primeiro brasileiro a sugerir que o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, fosse adotado como o dia de celebração de luta da comunidade negra brasileira, dia da consciência negra.

No Rio Grande do Sul reunia, ele, ali, na rua da praia, ele conta em outro momento, e aqui tem um poema dele que diz, bem curtinho: "Ser e não ser, ser e

não ser, o racismo que existe o racismo que não existe, o sim que é não, o não que é sim, é assim o Brasil ou não? Devemos seguir firmes, não nos abalamos com o descaso, o racismo e o preconceito, a nossa luta é de resistência, de solidariedade e de integração, estamos aqui para buscar direitos e oportunidades".

Nessa manhã, reservamos a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para dar voz aos que não tem voz, para resguardar as conquistas e direitos dos que construíram a riqueza desse país, a nossa missão hoje é ir além, queremos aprovar o estatuto da igualdade social e o PLS 113 de 2008, que cria os centros de integração federal Quilombola, que eu gosto de chamar quilombos do amanhã, o momento é de apresentarmos anseios em relação ao estatuto de Igualdade Racial, do Projeto de Decreto Legislativo 44 de 2007, que susta o decreto 4887, de 2003. O Decreto 4887 de 2003, a instrução normativa do 49 de 2008, INCRA, e o reconhecimento definitivo de direitos às terras de quilombolas.

Também devemos centrar fogo, na ADIN nº 3239, que está no Supremo Tribunal Federal, STF, e que pode inviabilizar a garantia do direito à terra para as comunidades quilombolas de todo país, devemos também focar o Projeto de Lei nº 3654 de 2008, do Deputado Valdir Colatto. Todas as nossas restrições a ele. Eu quero lembrar que o estatuto da igualdade racial não é simplesmente um projeto deste Senador, mas um projeto construído pelo movimento negro, Quilombola, estudantil, sindical, enfim, todos os seguimentos da sociedade comprometidos com uma política de igualdade, igualdade de direitos, deveres, mas também de oportunidades, negros e brancos que caminharam nesse sentido ajudaram a construir esse estatuto, as mãos e mentes que se debruçaram para elaborar esse texto são brancas, negras, orientais e indígenas. A abolição não estabeleceu direitos para os escravos libertos, chegou à hora de aprovarmos a verdadeira carta de liberdade do povo negro, carta de liberdade e de direitos e como também de oportunidades, a aprovação do estatuto da igualdade racial, possibilita o surgimento de estrutura nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer, liberdade de consciência e de crença, direito da mulher negra, remanescentes dos quilombolas, mercado de trabalho e educação, a participação na vida dos partidos políticos, empresas, meio ambiente, meios de comunicação, ouvidoria permanente de justiça e muito mais.

Também quero destacar aqui no Senado, tem tudo a ver com a comunidade Quilombola, o PL número 103 de 2008, que cria, repito, o Centro de Integração Federal Quilombola para promover a inclusão dos moradores dessas comunidades, mediante atividade

esportiva, cultural, educação, lazer aos membros da comunidade, assistência médica hospitalar e por fim o fornecimento do ensino básico fundamental e tecnológico, bem como a inclusão digital a toda a comunidade Quilombola que vai partir daí, inclusive, o fortalecimento, o acesso à universidade.

O quilombo do amanhã, nome sugestivo que nos fez pensar o presente projeto, tem por objetivo principal, a realização de políticas sociais de modo articulado e simultâneo, garantindo cidadania e desenvolvimento da capacidade de estruturação das comunidades, promovendo, dessa forma, a continuidade das comunidades negras rurais ou urbanas remanescentes de quilombos, enquanto parcela diferenciada da população negra, conservando o acesso à saúde, lazer, cultura e educação, pelo qual se assenta base das práticas culturais quilombolas e atendendo assim a disposições dos preceitos constitucionais, art. 5º e 6º.

O Relator desse projeto, que vai estar aqui hoje pela manhã é o Senador Valter Pereira, do PMDB do Mato Grosso, um batalhador também das causas sociais. Esteve conosco sempre na defesa de matérias importantes, principalmente, nas relativas aos direitos humanos e por igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Quero dizer que freqüentemente propomos aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, emendas para alocar recursos para as comunidades negras e quilombola.

Só como exemplo, cito aqui alguns números para concluir.

O ano de 2008, 300 milhões, para as comunidades quilombolas.

Ainda em 2008, atendimento a dez centros quilombolas, comunidades do amanhã.

Em torno de 200 milhões.

2007, 50 milhões.

2007, outros mais 5 milhões em implementação e modernização.

6 milhões núcleo de esporte recreativo e de lazer. Depois, mais 7 milhões em comunidade quilombola.

Vamos agora ao último dado.

E aqui eu concluo.

Assim, essa Comissão aprovou há questão de duas semanas atrás, 700 milhões de reais destinados à SEPPIR, que aí a SEPPIR, naturalmente, vai destinar parte dessas verbas pelo que aqui foi construído para as comunidades quilombolas.

Ao fazer essa rápida introdução, queremos demonstrar que essa Comissão de Direitos Humanos tem todo o compromisso com a construção de um mundo melhor para todos e no combate a todo o tipo de discriminação.

Sem sombra de dúvida, eu repito e termino, para mim 2008 é um ano especial. 2008 lembram os 120 anos da abolição não conclusa. 2008 lembram os 60 anos da declaração universal dos direitos humanos.

2008 lembram os 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte.

E 2008 vão entrar para a história como o ano em que a maior economia do planeta, os Estados Unidos da América, elegeu como Presidente um negro chamado Barack Obama. Viva à comunidade negra!

Viva Barack Obama!

Viva os quilombolas!

[palmas].

Com esta introdução está aberta nossa audiência pública. De imediato eu passo a palavra ao representante do Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Alessandro Reis, subsecretário para as comunidades tradicionais SEPPIR.

SR. ALESSANDRO REIS: Bom dia a todas as pessoas que estão presentes nessa audiência pública. Saudar o Senador Paulo Paim, o Deputado Estadual Raul Carrion, do Rio Grande do Sul. Saudar as comunidades quilombolas que aqui estão presentes, de vários estados, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Maranhão. A coordenação nacional de articulação das comunidades quilombolas, a CONAQ. E saudar também este momento de 120 anos de abolição que nós estamos em processo de construir, de construção e consolidação de uma abolição que dê cidadania à população negra no Brasil, aos cidadãos brasileiros descendentes de africanos, que nós todos tenhamos condições de estar reunidos nessa Casa Legislativa, de decisão, é uma Casa de tomada de decisões e esse momento de consolidação e fortalecimento da nossa democracia, a democracia brasileira. É importante que as comunidades quilombolas possam participar. Possam dirigir as suas posições para que os legisladores do nosso país tomem a posição acertada, a posição que combina, a posição que atende aquilo que está estabelecido na Constituição Federal.

Faço essa, essa questão no sentido de dizer, em 1988 quando os constituintes aprovaram o art. 68 [ininteligível] das disposições transitórias, eles imediatamente reconheceram a existência de comunidades quilombolas no Brasil. E mais ainda, reconheceram e concordaram que se a nossa Constituição tem como base, como princípio principal a promoção da cidadania, por isso era considerada a Constituição Cidadã, o primeiro passo e o passo mais importante para a promoção da cidadania das comunidades quilombolas é exatamente o direito à terra.

Direito a terra não é algo meramente de reforma agrária. O direito a terra, para a comunidade quilombola é mais do que uma situação de reforma agrária no Brasil como a gente às vezes escuta.

É promoção de cidadania.

É fazer com que o Estado Brasileiro e a sociedade brasileira cumpram e se comprometam com aquela dívida histórica que nós temos de um passado perverso, um passado que nós devemos esquecer.

E, portanto, a Constituição, ela busca trazer isso.

Um outro ponto importante é que quando hoje, no séc. XXI, nós discutimos os direitos para as comunidades quilombolas à terra, à sua cidadania. Nós não estamos discutindo mais nenhuma perspectiva única que foi o passado e unicamente o passado que nos legou uma situação perversa, uma realidade de vulnerabilidade social das comunidades quilombolas. Nós estamos falando também do presente.

É no presente, é na situação atual do Brasil que as comunidades quilombolas se encontram entre o grupo mais discriminado, o grupo mais vulnerável da sociedade brasileira.

É onde estão as comunidades quilombolas que nós encontramos os piores IDHS do Brasil.

Ontem, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma matéria super importante sobre o índice de desenvolvimento familiar produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Esse índice informa, detecta onde estão as populações mais vulneráveis do Brasil. E onde precisa ter maior investimento dos Governos Municipais, Estaduais e do Governo Federal.

Olhe bem, são exatamente nesses municípios que estão às comunidades quilombolas.

E, portanto, como nós mostramos essa realidade, são essas comunidades também que têm menor acesso à educação, menor acesso à saúde, menor acesso a uma série de outras políticas públicas importantes para a cidadania da população.

Então, hoje aqui no Congresso tramitam alguns documentos e instrumentos jurídicos e políticos de tamanha importância que nós precisamos discutir hoje a partir desse contexto, um contexto de promoção da cidadania.

Um contexto de que é a partir da nossa realidade, considerando também o nosso passado, mas, principalmente o nosso presente de desigualdade, que nós temos que debater e discutir, aprovar ou não, um documento dessa envergadura.

Um primeiro documento é o documento da igualdade racial. Um documento construído com a liderança do então Deputado Paulo Paim, hoje senador, mas que teve a participação ampla da sociedade brasileira, de

movimentos negros organizados, de movimentos sociais, populares que participaram desse momento.

Esse estatuto, ele considera principalmente que aquilo que está determinado na Constituição Federal, na nossa carta política maior, precisa ter efetividade, precisa ter ação concreta dos Estados e Municípios e do Governo Federal.

É nesse sentido que esse documento é elaborado.

E nele tem algo de fundamental importância que é a afirmação, a garantia das ações e direitos das comunidades quilombolas.

Evidentemente, que fazer essa mudança, estabelecer isso como um parâmetro e como um elo, como um vetor de articulações e ações para a população brasileira, a inclusão social, isso não agrada um conjunto expressivo e com poderes da sociedade brasileira. Nós precisamos entender esse momento. Evidentemente que isso não agrada. E aí nós temos que entrar, nós temos e estamos em um processo, primeiro, de defesa desse direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alessandro, aproveitando aqui, para lembrar que você estava no item 1º. Eu só queria avisar a todos, a sala está superlotada. Claro que vocês todos podem ficar de pé se assim entenderem. Estou falando superlotada porque isso aqui está ao vivo. Esse evento está ao vivo para todo o país.

Mas, nós temos a sala 7 aqui ao lado, com um telão. Os que quiserem sentar na sala 7, aqui ao lado. Tem um telão onde está passando a fala de cada um dos painelistas e também dos debatedores. Mas sejam todos bem-vindos. Eu até diria vamos dar uma salva de palmas, porque mostra que a nação quilombola, o povo quilombola sabe o que quer e por isso está aqui em massa.

[palmas]

Pode continuar.

SR. ALESSANDRO REIS: Então, esse momento é importante que, algumas forças se levantam contra, essa política que está estabelecida no [ininteligível] racial, mas ainda, nós vivemos um processo longo, a partir da Constituição Federal de 1988, de discussão e debate. Ora alguns defendiam que o decreto, que o art. 68 do ADTC, era um artigo auto aplicável, ora outros defendiam que era um documento que precisava de uma regulação, de uma Lei Regulamentar, uma Lei Ordinária, uma Lei Específica para regulamentar esse direito, e nós conseguimos avançar nesse processo, com dificuldades, mas conseguimos avançar.

Nós tivemos a Portaria 307 do INCRA que estabeleceu um projeto e fez o reconhecimento das primeiras comunidades quilombolas. Depois nós tivemos

um processo, de que a Fundação Palmares, tinha a obrigação e incumbência de fazer esse trabalho. Depois tivemos o decreto 3912, e agora nós estamos no decreto 4887.

Qual é a grande diferença do decreto 4887 dos demais documentos que eu acabei de citar? É que no decreto 4887 tem algo fundamental. Primeiro é que a comunidade quilombola a partir de uma concepção atualizada, a partir de uma concepção que leve em conta a história e a participação do sujeito e não a vontade, a determinação do seu opositor, do seu algoz, nós tivemos uma concepção de quilombo que atende a essa nova realidade, e a partir não só de uma idéia ideológica, política, mas de documentos internacionais que o Brasil é signatário...

[soa a campainha].

Desde 69, a partir da Convenção 169 da OIT, é um documento importante com base legal. Outra informação importante que vem num decreto é o conceito de territorialidade das comunidades quilombolas. Isso é muito importante. É além, mas com segurança e com concepção coordenada e entendendo a complexidade e os direitos das comunidades quilombolas, que vão além do que seja terra ocupada por quilombo, da forma que nós tradicionalmente queremos entender, de espaço que só serve para moradia da comunidade. Isso não é mais possível, a comunidade quilombola precisa de moradia, precisa de desenvolvimento social, precisa de espaço para produzir, para gerar a sua família, fortalecer sua identidade e sua cultura. E esse é o coração, é o espírito mais importante do decreto 4887, a partir dele nós estabelecemos as políticas.

É nesse sentido que o Governo Federal a partir de entendimento, primeiro, que era preciso dar segurança jurídica, segurança política ao decreto porque era um documento auto-aplicável, importante para o Governo, nós estabelecemos uma linha de raciocínio e discussão interna no Governo, de defesa do decreto, uma discussão ampla com o movimento quilombola, mesmo sabendo da discordância e do entendimento contrário a comunidade quilombola, até porque hoje no Brasil nós temos apenas 97 títulos emitidos e 150 comunidades são titulares, isso é muito pouco, mas é importante fazer esse estreitamento, dado o aspecto e o contexto político hoje estabelecido. Nós temos que fazer isso.

A SEPPIR, no sentido de nós temos hoje um grupo de parlamentares, como o Senador Paulo Paim e entre os Deputados que fazem a defesa, de importantes pessoas da mídia que fazem a defesa da luta de promoção e igualdade racial, e dessa política, mas temos setores resistentes, e nosso papel é dialogar com os resistentes, é de dialogar, inclusive, com aqueles

que são extremamente contrários a essa política, mas nós temos que dialogar, nós temos que convencer, nós temos que estabelecer e atender o papel democrático em nosso Estado, é dialogar, isso nós temos feito e realizado.

E é esse processo que nós hoje, aqui, estamos dando continuidade. Que essa participação, essa informação, essa prestação de conta, esse estabelecimento de novas diretrizes estratégicas, estratégias para defender e garantir a Constituição Federal, o art. 68, auto-aplicável, a comunidade quilombola com direito a saúde, as políticas públicas sociais, importantes para o seu desenvolvimento. Inicialmente, essas minhas palavras e agradeço e estou aqui à disposição para dialogar mais com a comunidade.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra ao próximo convidado eu queria enfatizar que essa audiência pública é uma parceria, viu Ivonete, bem na hora que você levantou que eu ia te cumprimentar. Ela já está de pé. É uma parceria com a SEPPIR, foi um movimento de Legislativo e Executivo. Na figura da Ivonete, do Alessandro, e do Ministro, eu queria cumprimentar pelo sucesso do evento, já Ivonete. A SEPPIR foi fundamental, se não fosse a SEPPIR, esse evento não teria o sucesso que já está demarcado no meu entendimento, já pela fala do aqui do Alessandro.

Passo a palavra de imediato, ao Raul Carrion, Deputado Estadual, meu amigo, companheiro do Rio Grande do Sul, do PC do B, meu primeiro suplente, que sempre está com a gente nessa linha de frente em defesa da comunidade negra e no combate a todo o tipo de discriminação.

DEPUTADO RAUL CARRION (PCdoB-RS): Em primeiro lugar a nossa saudação ao Senador Paulo Paim, tem sido um guerreiro aqui no Senado pelas causas sociais, causas populares e pela comunidade negra e os seus direitos em todo o país. Nossa saudação ao companheiro Alessandro Reis da SEPPIR, também importante peça dentro da SEPPIR, representando, como subsecretário das comunidades tradicionais. Ao nosso amigo Ronaldo dos Santos da CONAQ, ao nosso companheiro Rui Leandro da Silva Santos, do MDA, do INCRA, ao Dr. Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior, da AGU e cumprimentando também o nosso amigo Potácio, da Federação de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, cumprimentamos todas as comunidades quilombolas aqui presentes que são a razão de ser desta nossa reunião.

Queria também parabenizar o Senador Paim por ter proporcionado e proposto esta reunião, quando tivemos uma audiência pública em Porto Alegre com a

sua presença, com a presença do Alessandro, com a presença do Rui Leandro, quando então, discutimos essa questão principalmente da Instrução Normativa 49 que vem substituir a Instrução Normativa 20 e que tem causado muita polêmica no nosso país.

Eu queria, bem, só me apresentar rapidamente, eu sou também Presidente da Frente Parlamentar, coordenador, melhor dito, da Frente Parlamentar por Reparações Direitos Humanos e Cidadania Quilombola do Rio Grande do Sul, que foi composta na Assembléia Legislativa com a assinatura de 43 Deputados dos 55, de todos os partidos sem exceção, desde o DEM até o PC do B. Eu vou começar com uma mensagem que eu acho muito interessante e que ela diz mais ou menos o seguinte, Paim.

“América do Norte quando libertou os escravos ainda deixou 40 alqueires e uma mula aos humilhados, mas por aqui como sempre, a ganância vem primeiro. Rapidinho, rapidinho, aprovaram a lei Vergueiro, para ferrar com o posseiro, garantindo a terra pelo título e não pela ocupação, para libertar os escravos e jogá-los na prisão, criando assim nossos primeiros sem-terra, o que um dia foi quilombo hoje em dia é favela e é por estas e outras que eu não posso me cansar.”

Eu acho que retrata bem o processo que se deu da libertação dos escravos no Brasil, onde os escravos foram lançados à sua própria sorte sem qualquer acesso a terra e passados 120 anos, Senador, nós estamos ainda aqui tentando encontrar os caminhos para que essa terra passe para aqueles que desbravaram o nosso Brasil.

Queria fazer um pequeno preâmbulo para depois entrar na Instrução Normativa, que eu acho que é o tema principal. Registrar o que todos já sabem que em 508 anos de existência do Brasil, quase quatro séculos transcorreram sob o regime de escravidão dos negros, arrancados da mãe África e submetidos a mais brutal violência e desumanidade. E foi o braço negro que sustentou a economia brasileira em todos os ciclos econômicos que antecederam a abolição, ciclo do açúcar, ciclo do algodão, ciclo do ouro, ciclo do café, não existiria o Brasil hoje não fosse a mão do negro, aliás, era vergonha trabalhar para o branco. E quando foi proibido o tráfico, que condenava, evidentemente, a escravidão a mais dia menos dia desaparecer, a lei de terras de 1850 excluiu os negros da propriedade, até então a terra ela era adquirida pela ocupação, pela posse, mas como os negros teriam que ser libertados havia que encontrar um caminho para que eles não tivessem acesso a terra, então, a lei de terras de 1850 excluiu o negro assim como o imigrante pobre, da possibilidade de acesso a terra, por outra parte, quando se aproximou o fim da escravidão, e o trabalho livre

iria se impor mais dia menos dia, novamente o negro, que já tinha sido excluído da propriedade da terra, foi excluído do trabalho livre. O negro que quatro séculos sustentou, desbravou o Brasil foi considerado inapto para o trabalho livre, ele só era apto para o trabalho escravo, excluído da propriedade, excluído do trabalho através do chamado branqueamento, política racista de branqueamento que se baseou na imigração europeia para substituir o braço negro, quando vem, portanto, a abolição, o negro está excluído da terra, está excluído do trabalho, a pergunta é isso, como sobreviveram? Tem que ser um povo muito forte, uma etnia muito forte. E excluídos da cidadania plena até os dias de hoje. Como já foi apresentado diferentemente dos Estados Unidos, onde ao ser libertado o negro teve acesso a terra, teve acesso, inclusive, à mula que simboliza instrumento de trabalho, ainda que a cidadania não teve, ainda, até recentemente.

Por tudo isso a sociedade brasileira acumula uma dívida impagável com o povo negro do que a titulação das áreas de remanescentes de quilombos é uma questão fundamental, mas ainda muito pequena diante de tudo que nós devemos ao povo negro. O art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias, vejam bem, é um ato constitucional transitório, deveria já estar extinto, ou seja, o que reza nesse art. já devia ter sido superado, que era uma questão transitória, não é um art. da Constituição permanente porque não se esperava que passado todo esse tempo não tivesse sido solucionado e passaram-se 20 anos.

E o que se alcançou? A titulação de entorno de 140 comunidades, através de 97 títulos, como disse o Alessandro, e isso equivale a 3%, mais ou menos, do número de comunidades de quilombo identificadas e reconhecidas. Pois bem, se em 20 anos nós conseguimos reconhecer 3%, quanto tempo demoraremos, a seguir o andar da carroça, para reconhecer 100% dessas comunidades? É só fazer a conta, 600 e poucos anos. Isto é que espera, Alessandro, a comunidade negra, se nós não tivermos outro ritmo. E eu lamento dizer que pelo estudo feito, comparativo entre a Instrução Normativa 20 e a Instrução Normativa 49, o tempo de reconhecimento, de titulação será mais lerdo do que já é hoje, portanto, 600 anos é uma estimativa otimista. Acredito que poderemos chegar ao milênio. Por isso nos preocupa sobremaneira a Instrução Normativa 49 do INCRA, que no nosso entender pelo estudo que fizemos, iremos tentar mostrar, burocratiza e dificulta ainda mais a titulação do que já é hoje e que em 20 anos só conseguiu resolver 3%. Colocando exigências inatingíveis para a maioria das comunidades quilombolas.

[soa a campainha].

É verdade que o problema não se resume a Instrução Normativa 49, também, a falta de Recursos Humanos, técnicos e financeiros, condeno esse processo a uma letargia e a uma morosidade inaceitáveis. O exemplo do Rio Grande do Sul é elucidativo, com 132 comunidades reconhecidas pelo INCRA, e eu tenho aqui um estudo do Girolamo Domênico Treccani, do Pará, que ele identifica 195 comunidades já em 2006, portanto, falar em 132 no Rio Grande do Sul é uma avaliação conservadora, passados 20 anos não há uma única comunidade titulada no Rio Grande do Sul. Uma única. Em 20 anos. Mas o INCRA dispõe de uma equipe de três pessoas no Estado do Rio Grande do Sul. Essas três pessoas estão em uma única comunidade, do Morro Alto, onde esperam mais de ano para concluir o trabalho, 3 anos, dez? Bem, eles têm que identificar quilombola por quilombola, pequeno proprietário por pequeno proprietário, cadastrar, fazer o levantamento, os grandes proprietários que ali estão. E tem três para 132 comunidades, segundo o INCRA, ou para 195 segundo o Girolamo.

Então, claro que o problema não se resume só a Instrução Normativa 49. Se o INCRA não tiver, como foi sugerido na nossa audiência pública, prezado guerreiro, e tivas lá, uma diretoria específica para tratar da questão da titulação, regularização de terras quilombolas, se não tiver recursos, se não tiver recursos financeiros, recursos pessoais e assim por diante, funcionários, mesmo com uma normativa melhor a coisa vai se arrastar. Agora, isto não pode nos deixar de ver que esta Instrução Normativa criou dificuldades maiores. Vamos elencar algumas das dificuldades criadas pela Instrução Normativa 49.

Já foi dito, o art. 68 da Constituição que deveria ser automático, simplesmente diz, que é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos. O decreto 4887, determina que por auto definição, auto atribuição, as comunidades quilombolas se definirão e se reconhecerão.

Bem, a Instrução Normativa 20, determina que o processo de regularização, futura titulação, se inicia independentemente da certidão, da Fundação Cultural Palmares. Se a certidão não existir ainda, o INCRA encaminha para a fundação e pede a certidão. Já a Instrução Normativa 49 não nega auto declaração, mas ela condiciona o início do processo, que já é lento, a emissão da certificação.

Segundo. Tem uma resolução da própria Fundação Cultural Palmares, que é a resolução 98 de 2007 que transforma o que antes era simplesmente um cadastro da comunidade na Fundação Cultural Palmares, em todo um processo aonde a Fundação Cultural Palmares vai, então, emitir a certidão, ou seja, burocrati-

izou e dificultou. Então, essa normativa, por exemplo, a fundação cultural, não é normativa, a portaria 98, a Fundação Cultural Palmares, poderá, dependendo do caso concreto, realizar visita técnica a comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas, as comunidades poderão auxiliar a fundação na obtenção de documentos, informações para instruir o procedimento administrativo de emissão da certidão. Então, a certidão que antes era um registro na Fundação Cultural Palmares e uma expedição de que está registrada a auto declaração, agora é todo um procedimento administrativo que não tem sequer prazo definido nessa portaria, então, já começamos a complicar o que já era difícil.

Vamos adiante, comparando as duas normativas, o art. 4º da Normativa 49...

[soa a campainha].

Bem, mas ele empobrece o que é considerado área da comunidade remanescente quilombo, que antes incluíam área de culto, uma série de questões na Normativa 20, que tinha tudo isso, na 49 sumiu, vamos adiante.

O relatório técnico de identificação e delimitação, o RTID, que era normatizado em 29 linhas da instrução 20, passou a 100 linhas num detalhamento burocrático, absurdo, que choca, inclusive, com a autonomia do trabalho dos antropólogos. O que tinha que definir é que tinha que fazer um relatório antropológico, para isso tem profissionais qualificados. Só o relatório antropológico, meus amigos, são 77 linhas na Normativa 49, criando exigências, detalhamentos, como se uma comunidade remanescente de quilombo, Dr. Júnior, fosse algo, quem sabe, registrado, em cartório, registrado, sei lá quando.

Quer dizer, quem não conhece a realidade quilombola, eu me atrevo a dizer, quem tem uma visão burocrática, uma visão livresca, que não conhece a realidade do que são os quilombos, está aqui o companheiro do quilombo da família Silva, estava 45 anos lá, estava com ordem de despejo, brigada lá, porque através de chicanas de advogados perderam o direito, estava há 45 anos, direito até de usucapião comum de qualquer cidadão, perderam, essa situação que nós vivemos, comunidades abandonadas, sem recurso, assim por diante, esta Normativa 49 cria tais condições no relatório antropológico que eu diria que é impossível atingir. Vamos adiante.

O RTID era por etapa na Instrução Normativa 20, agora ele é em bloco. Precisa ser elaborado por especialistas do INCRA que não existem, que não existem. Excepcionalmente, já vejo todas as dificuldades excepcionalmente, contratação segundo a Legislação, quantos meses para contratar, podem ser antropólogos

que não sejam do INCRA, porque não existe no INCRA. Bem, inclusive, esses antropólogos têm uma série de limitações, não pode ter tido envolvimento com os relatórios antropológicos. Bem, vamos adiante.

Antes o relatório ia do grupo técnico para o superintendente do INCRA, para então, o encaminhamento, agora não vai direto para o superintendente, agora é outra instância no caminho que é Comitê de Decisão Regional do INCRA, eu sou sincero nas duas normativas não encontrei o que é, não está definido, mas as duas normativas definem que vai do grupo técnico para esse Comitê de Decisão Regional do INCRA e só se esse Comitê considerar correto vai para o superintendente, senão volta para o grupo técnico, começa tudo de novo, criando mais uma instância burocrática de um grupo técnico quando esta questão, desculpe dizer, não é uma questão meramente técnica. Esta questão é uma questão política na sua essência. Seguimos.

Em caso de controvérsia contra super posição de interesse, pode haver terra indígena, terra de negro, terra de Segurança Nacional, terra de questão ambiental, a questão já sai das mãos do INCRA, vai para a Casa Civil, quando a questão é de mérito e vai para a AGU, quando a questão é jurídica, criando mais uma morosidade. Por fim, a questão de território, o Alessandro falou tão bem aqui que é tão importante, a concepção não é meramente terra, é território, é esta concepção, evapora-se na Normativa 49, é transformada em terra, estou concluindo, meu Senador, veja só quantos artigos. Art. 10, inciso III, território é substituído por terra, art. 16, território por terra, art. 18, art. 19, art. 20, art. 21, art. 23, art. 24, parágrafo primeiro, ou seja, retrocede na questão conceitual de território.

[soa a campanha].

Para concluir, então, eu queria dizer que nós precisamos, eu tenho convicção que o Governo Lula é um Governo preocupado com o tema, é o nosso Governo, ele criou a SEPPIR, ele que fez a primeira conferência, ele tem tomado iniciativas importantes nesse campo, mas objetivamente nessa Instrução Normativa ele equivocou-se e cabe a nós ajudá-lo como nosso Governo, a que ele supere este equívoco, eu sei que este equívoco está condicionado, Senador Paim, pela pressão que os latifundiários, que os grandes proprietários vêm fazendo, de certa forma uma tentativa de tentar fazer com que eles retirem, quem sabe, aquela ADIN que está querendo liquidar com o projeto, com o decreto 4887, quem sabe que esse Deputado de Santa Catarina que fez o Decreto Legislativo 44 retire, mas concretamente eles não retiraram, não vão retirar e nós é que estamos recuando. Então, eu acho que nós temos que fazer uma rediscussão dessa Instru-

ção Normativa e procurar corrigir esses defeitos que ela apresenta.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Deputado Carrion, com certeza no debate V. Exª terá mais tempo para explicitar ainda mais sua exposição. Queria cumprimentar aqui, que me chegou o informe a mesa, caravanas de Goiás com 300 quilombolas, merecem o nosso cumprimento. Queria também justificar que estava previsto a presença conosco do relator do Estatuto da Igualdade Racial. Ele faz aqui uma série de considerandos, mas em resumo o que ele diz no documento, que pode contar com ele se dependesse dele o estatuto já estava aprovado, eu tenho acompanhado a caminhada lá do Deputado Antônio Roberto, ele quer aprovar o estatuto mantendo todos os direitos da comunidade negra, e da comunidade quilombola, ele não pôde estar presente, mas mandou um documento justificando a sua posição, se depender dele o estatuto é aprovado ainda no mês de novembro, lá para vir para cá, e o Senado aprovar no mês de dezembro. Por conhecer o Deputado Antônio Roberto, posso dizer com certeza absoluta para todos vocês, se dependesse dele o estatuto estaria aprovado e com a redação que a comunidade, assim, entendesse mais adequado, por isso meus cumprimentos ao Deputado Antônio Roberto que é o relator do Estatuto da Igualdade Racial.

[palmas].

Eu queria cumprimentar um outro senador que está aqui conosco, tem sido um lutador pelas nossas causas, e permita tomar a liberdade e pedir para ele que ele levante lá atrás, está bem escondidinho, Senador Cristovam Buarque, que com certeza vai interagir com a gente nesse debate.

[palmas].

Passo a palavra de imediato ao Rui Leandro da Silva Santos, assessor da Secretaria Executiva do MDA, representando o Ministro Guilherme Cassel, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, o Rui que esteve conosco naquela audiência em Porto Alegre, que o Carrion comentou a pouco tempo, junto com o Alexandre. Você tem Rui 5 minutos com mais cinco, como foi para o Carrion, com mais cinco se necessário, total de 20.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Bem, bom dia a todos e a todas, em especial as comunidades quilombolas aqui presentes, queria cumprimentar os companheiros à Mesa, Senador Paim, que nos dá a oportunidade de vir a esta Casa para discutir uma questão tão relevante para esse Governo, ao incansável Deputado Raul Carrion, nos conhecemos há um bom

tempo, ao Alessandro da SEPPIR, ao companheiro Ronaldo da CONAQ, Dr. Ronaldo da AGU, enfim.

Queria, Senador Paim, comentar mais uma vez porque é importante essa audiência no sentido do contexto atual que nós estamos vivendo, acho que um contexto que o Alex falou bastante aqui, não vou retomar, mas que tem muito a ver com essa Casa e com a Câmara dos Deputados.

Hoje nós temos aí uma ADIN, um PDL e o estatuto. Principalmente o estatuto e o PDL nessas duas Casas para serem apreciados. E isso pode de alguma forma colocar todo o esforço do Governo no sentido de que já fez, já avançou, se esse PDL, se essa ADIN não for vencida pela gente.

Eu acho que foi colocado aqui, não resta dúvida, da intenção do Governo Lula em relação as comunidades quilombolas, em relação aos movimentos sociais de negros que, é bom repetir, embora todos nós saibamos, é bom repetir que uma das primeiras ações desse Governo foi à Lei 10639, foi a criação da SEPPIR, que não deixa nenhuma dúvida em relação a isso. Agora, nós sabemos também a composição desse Governo e a composição, que aí vão voltar à questão da Casa do Senado e da Câmara dos Deputados. E por isso, como disse o Alex, é importante termos em mente que temos sim que dialogar, que temos que negociar. Obviamente que temos parâmetros, obviamente temos limites e tenho certeza que esse Governo sabe muito bem disso, da importância que tem hoje os movimentos sociais negros.

Há poucos dias o Ipea lançou uma publicação onde diz que 61% das pessoas que estão no campo hoje são negras, homens e mulheres negras, mais de 60% da população do campo hoje são pessoas negras. Então, nós temos que pensar isso com muita clareza, da importância, então, da fixação desse homem e dessa mulher no campo, importância para não haver essa migração e todos os problemas que a gente está de alguma forma assistindo nas grandes cidades e da problemática toda que está havendo nas grandes cidades em função dessa migração do homem e da mulher do campo. É importante também nesse sentido que possamos entender a função social da terra e o acesso democrático da terra, então, uma Reforma Agrária, que nós queremos nesse país, ela não pode de maneira alguma estar desassociada de uma Reforma Agrária Lato-Sensu, uma Reforma Agrária que pense nas comunidades e pólos tradicionais, nas quilombolas, nos indígenas, nos ribeirinhos, nas quebradeiras de côco, enfim, de toda essa Gama de comunidades que, inclusive, preserva hoje, a nossa preservação ela está diretamente ligada a essas comunidades.

Eu acho que é importante também que a gente tenha em mente que o art. 68, embora se diz auto-aplicável, ele sempre necessitou de regulamentação. Ele sempre houve essa necessidade e somos também todos nós testemunhas de que logo que esse Governo assumiu, ele construiu um novo decreto onde derrubava o decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso que limitava e muito essa política. Não podemos esquecer e aí, me perdoe, Senador Paim, eu cheguei um pouco atrasado, mas a semana passada tivemos, não sei se o senhor colocou isso, uma grande vitória, principalmente nós que somos gaúchos, foi dada anistia, enfim, a João Cândido, coisa que só um Governo como do Presidente Lula enfrentaria as diversidades para fazer justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para dizer que não aceito o “perdoe”, quero dizer com muita alegria, trabalhamos dia e noite, a Marina Silva foi autora, a SEPPIR ajudou muito, e nós caminhamos lá, então, você é sempre bem-vindo, nunca chega atrasado, chega sempre bem, quero cumprimentar, você ajudou a conseguir aquela anistia.

[palmas].

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: É verdade, todos nós construímos um pouquinho disso. Inclusive, João Cândido, tem uma controversa, porque nós rio-pardenses, achamos que ele é de Rio Pardo, porque na época aquela cidade era de encruzilhada, era Distrito de Rio Pardo, mas enfim, essa briga é uma briga lá da nossa ponta.

Bom, então, com isso, quer dizer, houve muitos avanços, claro que a gente sabe muito bem, por isso eu falei dessa composição da Câmara, do Governo, do contexto atual que tem muitos interesses contrários a essa política. À medida que avançamos e avançamos muito pouco, não tenho dúvida que o Deputado Carrion aqui, está coberto de razão, à medida que o pouco que avançamos o avanço contrário também aumenta.

Mas, e a gente sabe muito bem que a principal política, a principal necessidade da comunidade quilombola é, sim, a terra, muito embora hoje nós tenhamos em todos os Ministérios, em todo o PPA recursos para as outras políticas, aí eu acho que depois pode ser colocado aqui, e o Senador Paim colocou a quantidade de recursos colocados a disposição para essa política, não tenha dúvida que sem a conquista dos títulos do território isso não avança.

Quero também colocar aqui de que, na verdade, nesses 20 anos que foram titulados 97, foram dados 97 títulos, mais de 140 comunidades, nesses últimos quatro anos desse Governo, nós fomos, já damos 48 títulos, na verdade, não está acrescentados 97, mais 14 desse ano, acho que a Giovani está aqui pode me

confirmar, que hoje é Coordenadora da Regularização, nós tivemos 14 títulos, agora, nesse ano, dado onze, que não foram entregues, serão entregues semana que vem, mais cinco no Pará, foram dois entregues no Piauí, enfim, todos Estaduais, é verdade, mas com a parceria e com recurso no Governo Federal, sem o qual não seria possível esses outros títulos. Então, desses 97 títulos, nesses últimos quatro anos, então, 97 mais 14, só esse Governo já proporcionou 45 títulos.

E aí Deputado Carrion, nós temos ainda a família Silva, com a possibilidade já, de pelo menos uma daquelas duas matrículas já estar pronta, sendo possível ser entregue, e a família Silva, aquilo que o senhor realmente colocou, acho que a partir de toda aquela pressão para ser desapropriada daquele local, nós só conseguimos em função de ser esse Governo, de toda uma preocupação do INCRA, do MDA, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Governo como um todo, e principalmente daquele INCRA do Rio Grande do Sul, que criou coisas que a gente nem sabia que existia para poder manter a família Silva e provavelmente nos próximos dias vai poder receber, pelo menos, uma parte que vai ser titulado.

Então, é importante colocar essas questões, importante saber também por que a gente muda, que a gente tem uma dificuldade em relação à questão da IN. Eu não vou aqui defender de todo como, depois vai poder de alguma forma falar melhor sobre isso, afinal de contas coube a AGU, a coordenação desse trabalho de Governo no sentido de que pudesse o Governo ter uma posição com todas as suas, todas suas questões internas, todas as suas composições de interesses, eu já tinha falado disso, mas houve sim, uma posição de Governo coordenada pela AGU e que de alguma forma também se tenha a intenção, se não de dar celeridade, mas pelo menos de segurança, segurança jurídica principalmente, na verdade, nesses 97 títulos que foram dados, por volta de 30 títulos são títulos inconscientes, são títulos que não valem, porque feitos abruptamente, feitos com a celeridade que de alguma forma não deu segurança jurídica. Então, hoje título como Kalunga, Conceição das Crioulas, Mata Cavalos e tantos outros...

[soa a campainha].

São títulos que não são válidos. E o INCRA está refazendo, está tendo que refazer todo o trabalho de Kalunga, todo trabalho de Mata Cavalo, e várias outras comunidades, em função exatamente disso, da falta de segurança jurídica que é recorrida a todo o momento pelos nossos opositores, por aqueles que não querem realmente, que essa política dê certo, por aqueles que querem manter o status quo.

Então, é importante a gente colocar aqui algumas questões. Eu vou, em questão, por exemplo, da auto atribuição. O Governo de maneira alguma, o Governo que assegurou a possibilidade da Convenção de assinar, a Convenção 69, de maneira alguma vai se opor a auto atribuição. O que a Fundação Palmares fez foi dar maior segurança, a gente sabe muito bem o que aconteceu lá em São Francisco do Paraguaçu, na Bahia, e toda aquela pressão da Rede Globo, por exemplo, em função daquela comunidade, em função da auto atribuição contestadas.

Então, o Governo não discute a auto atribuição, o Governo discute uma segurança mínima para poder a certificação ser dada, certificação não quer dizer que é ou não, da validade ou não a auto atribuição. Quanto à questão da celeridade, em função da certificação, para nós não é grande preocupação porque hoje a Fundação Palmares ela já deu mais de 1200 certificações e o INCRA tem apenas 700 ou 800 processos em aberto, então, nós teríamos aí ainda grande quantidade de comunidades que já tem certificação e poderiam estar começando o trabalho se nós tivéssemos, sim, aí é uma outra questão importante para a gente discutir, condições operacionais, se o INCRA tivesse condições operacionais para avançar nessas comunidades. Então, o fato da Fundação ter alguma segurança para poder o órgão de Governo, o Governo poder certificar, é o mínimo que a gente poderia para não haver revés, para não haver contestações, e aí não é contestações políticas, Jurídicas, as questões não são se dadas realmente pela questão das contestações políticas, mas nas contestações jurídicas. São Francisco do Paraguaçu foi isso, o processo parou em função dessa questão.

A questão do RTID e a questão do relatório antropológico, na verdade, ele é também uma questão que é uma norma de execução que nos dá a garantia de uma padronização de um processo ou padronização das necessidades mínimas que têm que ter no relatório antropológico para que não sofra também revés, para que não sofra contestações Jurídicas logo aí na frente. Na verdade, essa Instrução Normativa, ela trás um trabalho que nós já tínhamos feito dentro do INCRA como norma de execução, inclusive, com acompanhamento da Associação Brasileira de Antropologia, da ABA, isso nós passamos a documentação para a ABA, um grupo de trabalho de quilombos da ABA, acompanhou esse trabalho, não foi outra coisa a não ser trazer para dentro da Instrução Normativa um trabalho que já tínhamos feito com os antropólogos do INCRA e com a colaboração da Associação Brasileira de Antropologia.

A questão da questão de evaporar a questão do território, acho que território para nós, ele é fundamental esse conceito de território. O que nós fizemos e foi poder na Instrução Normativa, na questão do relatório fazer referência, o que significa para nós terra, para poder adaptarmos, então, a Instrução Normativa ao decreto. O que está colocado na Instrução Normativa é adaptação ao decreto, o decreto 4887 ele não fala, e ao art. 68 ele não fala em território, ele fala em terra, então, nesse sentido que foi importante.

[soa a campanha].

Deputado, eu vou precisar mais de um minutinho apenas para poder...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já foi dado.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Obrigado, para poder fazer uma fala rápida em relação ao estatuto, para nós é fundamental, digo para nós, pelo menos o nosso Ministério. É o Ministério hoje, através do INCRA, que executa a regularização e esse art. 68, auto-aplicável, na verdade, ele não nos dá grandes seguranças, tanto é que até hoje essa auto aplicabilidade dele não ocorreu. Então, para nós é fundamental, à medida que formos solicitados a nos manifestar nesse Ministério, nós diríamos que ele é fundamental que se tenha, mantenha no estatuto, esse tópico território, quilombo. Porque, não que ele tenha que ficar como ele está hoje, acho que tem esse entendimento, de que o que está colocado hoje é a Instrução Normativa, inclusive, em relação a Instrução Normativa nº 20 que nem existe mais, mas os principais conceitos do que seja terra, quem é o órgão que tem que fazer o trabalho, enfim, o dia que for colocado nós temos, inclusive, uma proposta de redação que eu não trouxe aqui obviamente, porque não era essa intenção, mas o MDA INCRA tem uma proposta, sim, para o estatuto, no sentido de que não se acabe com esse tópico diante da necessidade e da garantia que ele nos dá se estiver hoje no Estatuto da Igualdade Racial. Eu acho que é função desse Governo manter, pelo menos, os conceitos básicos, mesmo que tenha esse entendimento, alguns tenham esse entendimento de que o art. 68 é auto-aplicável. Então, para nós ele é fundamental que se mantenha, queremos dialogar, sim, no sentido de justificar e apresentar nossa proposta de manutenção, pelo menos, os conceitos básicos e algumas, acho que quatro, cinco, seis art.s, ele é suficiente para garantir esse direito que está colocado na Constituição.

Eu acho que é isso, questão do projeto, decreto PDL, uma questão dessa Casa, importante também do Governo e dos movimentos sociais, eu queria parabenizar, aos movimentos sociais, comunidades quilombolas que se essa política está andando, se hoje

nós temos aqui esse processo aberto, essa Casa aberta é porque também houve todo um envolvimento, toda uma pressão, uma agilização e organização dos movimentos sociais. Sem eles, sem as comunidades quilombolas nós não estaríamos aqui e hoje, talvez, já tivéssemos sido votos vencidos no PDL, na ADIN, e no Estatuto da Igualdade Racial. Acho que é importante que os movimentos sociais possam estar nos ajudando a convencer a essa Casa, e ao Senado e à Câmara, da necessidade dessa política, da necessidade da regularização dos territórios quilombolas, e se fazer aquilo que está colocado na Constituição Brasileira. Eu acho que por enquanto era isso, me coloco a disposição para debates depois. Obrigada.

[palmas].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só comunico ao plenário, que os Senadores e as Senadoras, usam a palavra a qualquer momento da audiência pública, e já está inscrito o Senador Cristovam Buarque, eu havia inscrito V. Ex^a aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, Deputado Carrion, demais que estão na Mesa, na verdade, eu acho que deveríamos ouvir primeiro os da Mesa, mas segunda-feira, Presidente, é o dia que eu reservo a manhã inteira para ficar fora aqui do plano e lá numa cidade fora daqui atendendo a população. Eu já deveria estar em Taguatinga desde as 8 e 30.

Mas de qualquer maneira eu achei que não podia deixar de passar aqui antes. Eu vou, então, dar a minha mensagem e vou ter que sair correndo porque tem gente me esperando lá em Taguatinga.

Mas eu quero, Senador Paim, primeiro felicitar, todo o trabalho que o senhor vem fazendo nessa Comissão, por todos os grupos, não só pelos negros. E dizer que esse é o principal desafio que temos nós políticos, derrubarmos a cerca que divide o Brasil em dois, de um lado estão os negros, de outro lado estão os brancos, de outro lado os pobres, do outro lado estão os ricos, de um lado estão os homossexuais, do outro lado estão os heterossexuais, de um lado estão as mulheres, do outro lado estão os homens. Esse é um país dividido entre alguns grupos que sofrem tipos diferentes de exclusão e aqueles que são incluídos. A luta do movimento negro tem sido para mim uma das grandes coisas do final do século passado apesar de que essa luta venha desde Zumbi, mas essa luta ferrenha do movimento negro é uma das mais importantes atividades políticas desse país na tentativa de abrir brechas nesse muro. Até que derrube esse muro.

Eu fico feliz quando ouço o Rui Leandro falar em Reforma Agrária, porque o que eu queria deixar aqui é que estamos ao lado de vocês nessa luta para que os negros recebam aquilo que têm direito como cidadãos plenos desse país e não como a gente tem visto sempre numa segunda categoria. Para isso são necessárias conquistas menores a cada instante, mas eu quero dizer que vocês precisam lutar para que venha a derrubada do muro. Eu gostei de ouvir, o Rui Leandro falou em Reforma Agrária. Não só nos quilombolas, os negros devem lutar pela Reforma Agrária geral, radical, ampla nesse país até para os brancos também.

[palmas].

O movimento negro tem que lutar também pela paz nas ruas, não apenas porque como brasileiros devem sofrer essa realidade, mas também as maiores vítimas, por raça, são os negros, da violência da cidade, tem que lutar pela saúde, porque existe o lado de lá e o lado de cá desse muro, e existem aqueles que têm saúde, e hoje quase não conseguem morrer e aqueles do lado de lá que quase não conseguem viver, nem sobreviver.

E nessa luta eu coloco, por exemplo, a erradicação do analfabetismo porque um país decente no século 21 não pode ter adultos vítimas da tortura do analfabetismo, mas se formos olhar por raça, a maior parte são negros e todos pobres. Não existe rico analfabeto no Brasil, nem classe média analfabeto no Brasil. E aí eu aproveito aqui, passo por aqui para defender que o movimento negro conquistou algo que eu defendo a muitos anos que são as quotas para a Universidade, que é uma das brechinhas que a gente dá nesse muro, mas é uma brechinha muito pequena, a verdadeira porta é a educação de base com a mesma qualidade para brancos e negros, pobres e ricos nesse país. E a escola de qualidade igual, não é só escola de qualidade, é escola de qualidade igual. E não é só igual, é escola igual com qualidade que vai permitir derrubar esse muro. Eu insisto, portanto, que a gente tenha no movimento negro uma vanguarda dessa revolução que o Brasil precisa fazer, que consiste em derrubar o muro que separa os com e os sem, os incluídos e os excluídos. E eu defendo que, posso estar errado, que a grande revolução de hoje não vai ser na economia, vai ser na educação igual para todos.

Ainda sexta-feira, tive reunião com representantes do movimento negro em Teresina em que discutíamos as quotas e eu reafirmei minha posição favorável que o Senador Paim sabe, mas eu cobrei deles que ao lado das quotas para entrar na Universidade, ou seja, para beneficiar quem já terminou o 2º Grau do Ensino Médio, para beneficiar o Brasil, precisa mudar essa idéia de que as quotas das universidades vão beneficiar aquele

jovem que vai entrar, não, as quotas vão beneficiar o Brasil, mudando a cor da cara da elite brasileira, país que é meio africano, meio europeu e tem uma elite toda européia na cara.

Portanto, eu dizia que somos firmes nessa luta pelas quotas pela Universidade, porque é uma necessidade do Brasil, agora o que eu gostaria de ver mesmo era o envolvimento de 100% de quota terminando o 2º Grau com qualidade, essa é que é a grande quota, eu gostaria de ver a luta também por 100% de todos os meninos a partir dos sete anos alfabetizados nesse país, isso vai beneficiar, sobretudo a população negra, mas vai beneficiar a todos, eu deixo aqui essa minha provocação, esse meu apoio e essa minha solidariedade, vamos lutar para que pequenas conquistas como a quota para universidade ocorram porque elas são necessárias, a regularização dos quilombolas, porque isso é necessário. Mas vamos lutar de maneira mais radical para que a gente derrube de uma vez esse muro que divide o Brasil em dois, deixando negros de um lado e brancos do outro e a porta escancarada nesse muro seria a escola desde o primeiro ano de escola até o último ano de escola.

E eu concluo fazendo a comparação que eu sempre faço, não precisa de quotas para negros entrarem na seleção brasileira de futebol. É capaz de precisar de quotas para brancos. Por que não precisa de quotas para negros entrarem na seleção brasileira de futebol? Porque a bola é redonda para todos e todos começam a jogar aos quatro anos e chegam lá os de mais talento, e como a maioria desse país é pobre ou negra ou mulata a maioria dos nossos craques são negros ou mulatos, é uma questão apenas de probabilidade em um mundo onde a igualdade foi oferecida no campo de futebol. A gente pode fazer isso também na educação. De tal maneira que a elite no bom sentido desse país, como a elite brasileira do futebol, a elite intelectual desse país ela seja, sim, de pessoas com a cor do Brasil, que é a cor negra e mulata.

É isso que eu desejo, é isso que a gente pode lutar, isso que eu tenho certeza que a gente consegue, mas para isso é preciso que haja essa radicalização da nossa luta, não nos contentemos com migalhas jogadas de um lado para outro do muro, que é bom, eu sou a favor do bolsa-família, aliás eu inventei isso, embora com conotação educacional, sou favorável que se jogue migalhas porque o outro lado está precisando, agora, o que eu gostaria mesmo de ver um país sem muros, e esse é um desafio que o movimento negro tem diante dele. Essa é a minha palavra e contém com a minha solidariedade, eu gostaria de contar com nós todos com os braços dados para fazermos a revolução educacional que esse país precisa.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Cristovam, a Presidência agradece mais uma vez a V. Ex^a, nós teremos um bom debate na Comissão de Educação com o chamado PL 73 que foi aprovado lá e que nós tínhamos arrancado daqui já com outro projeto mas, com certeza, vamos aprovar o que seja melhor para todo o nosso povo, meus cumprimentos a V. Ex^a.

Passo a palavra de imediato ao nosso amigo Ronaldo dos Santos, Representante da Coordenação Nacional Quilombo, CONAQ, e só para avisar, depois nós teremos a segunda Mesa, na segunda Mesa, teremos a Givânia Silva, Coordenadora Geral da Regularização de Territórios de Quilombos, INCRA, teremos o Elói Ferreira, também representando aqui a figura do nosso Ministro, teremos a Débora Silva dos Santos, assessora de diversidade e apoio aos cotistas da UNB e ainda pela Fundação Palmares, o Maurício Jorge.

Por favor, Ronaldo.

SR. RONALDO DOS SANTOS: Bom dia a todos, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque que está precisando se ausentar, mas que a gente considera um grande aliado nessa nossa luta, a todos que compõe essa Mesa e ao meu povo, aos meus companheiros e companheiras que estão nessa Casa, nessa manhã por causa de uma questão que ela é de interesse desse país, ele é de interesse de toda nossa sociedade, embora muitos, talvez, nem saibam, nem tenham noção do que está se passando, mas é de interesse, sobretudo nosso, que mais uma vez precisamos nos mobilizar, precisamos estar ocupando os espaços porque as disputas elas estão sempre colocadas.

E nesse campo da disputa, os interesses, eles estão de um lado e de outro e aí existe, sim, um muro, que o Senador Cristovam coloca, e de um lado do muro existe uma grande força que é a força do capital, e que é a força do poder. E aí, uma questão colocada que é terra. Historicamente nesse país, a propriedade da terra ela define muitas coisas. E do outro lado do muro estamos nós negros quilombolas, rurais, povo que planta, povo que colhe, povo que produz, e que precisa, entra década e sai década, precisa continuar gritando, reafirmando, que aquele território é seu por ter sido conquistado pelos nossos ancestrais, por muitos que ali lutaram, viveram, trabalharam, sofreram, morreram, porém, parece que existe um tipo de... Falta audição do outro lado que insiste em não ouvir, insiste em não entender.

E aí parece até contraditório, uma das lutas mais emblemáticas que a gente tem atualmente, uma das brigas mais emblemáticas que nós temos é contra uma empresa de celulose. E a gente segue produzindo

papéis, papéis e papéis. Parece contraditório isso, né. E de fato a gente não vê a coisa se efetivar. A gente ouve de uns relatos otimistas e geralmente é por parte do Governo, por parte de quem elabora e exerce a política, executa ou pelo menos deveria, a gente ouve sempre de outro lado relatos não tão otimistas assim e aí a gente segue meio que sem saber onde é que tudo isso vai terminar.

A gente acaba de sair de uma consulta pública em função da nova Instrução Normativa e aí, assim, o que a gente percebe, essa consulta ela deixa muito claro, uma coisa que não é a primeira vez que acontece, a gente comemora o tamanho do prejuízo, porque uma coisa que poderia ser muito pior é um prejuízo relativamente pequeno diante do quadro que está colocado. E eu me pergunto até quando a gente vai seguir comemorando esses prejuízos que não são tão grandes assim. E aí a gente ouve falar: Não, gente, não vamos nos preocupar com a IN não, porque existe uma coisa muito pior que está colocada e aí sempre tem alguma coisa que é muito pior do que está colocada e a gente tem que se conformar com aquele prejuízininho porque o pior está lá na frente e o pior está sempre lá na frente. E aí enquanto a gente comemora um título de terra que saiu aqui, um título de terra que saiu lá, outro que saiu acolá, quase sempre sem resolver o problema de fato, quase sempre sem resolver o problema de fato, mas para cada caso desse a gente ouve falar, em um caso de liderança que foi assassinato e outro caso de liderança que foi criminalizado, preso, humilhado, em um caso onde a comunidade está sendo removida, está sendo massacrada.

Então, quando é trazido aqui à Mesa esse número de 3% de casos cumpridos, efetivados, eu considero esse número otimista porque se a gente for considerar que o número de quilombos que deve existir nesse país é muito superior aqueles que os números oficiais admitem, esses 3% ele vira um ou menos que 1%. E aí, a gente ao invés de ficar comemorando esses prejuízos que não são tão ruins assim porque o pior está por vir, a gente precisa criar, eu estou falando a gente, esse conjunto de aliados, movimento quilombola, outros movimentos sociais sensíveis à nossa causa, aos legislativos, ao Governo Brasileiro, aos Governos que regem o nosso país e o próprio Judiciário. Então, todo o conjunto dessa sociedade precisa se sensibilizar e se mobilizar para construir algo que de fato venha atender, porque a gente não pode estar aqui falando em milênio gente, em 600 anos ou milênio. Porque existe um problema de fato colocado e que precisa ser resolvido.

[palmas].

E aí a gente tem uma Instrução Normativa que hoje já está consolidada, que é a 49, uns dizem que é boa, outros dizem que é ruim, eu digo que nem vem ao caso, porque me parece que a gente não vai cuidar disso agora. Temos um decreto 4887 que está pendurado por um fio no Supremo, por um fio na Câmara e a gente vai tentando continuar segurando. E aí chega o Estatuto da Igualdade Racial que eu acho que é o grande avanço da comunidade negra nesse país, inclusive e, sobretudo para nós quilombolas porque ela vem dar conta de uma série de questionamentos que vem surgindo ao longo desses 20 anos. E aí, mais uma vez, as forças reacionárias se levantam colocando esse instrumento no campo das negociações. E aí quando o Alessandro fala que precisa conversar, inclusive, com o outro lado, eu acho que é isso mesmo, política se faz assim, é isso que diz a nossa democracia, mas aí a gente se pega vendo num campo de disputa e de negociação o que a gente tem de mais precioso nesse histórico de elaboração de papéis para, além, é lógico, do art. 68 da Constituição Federal, que nós consideramos auto-aplicável e que nos garante esse direito.

Então, pessoal, a gente ouve muito falar se a questão ela é jurídica, se a questão ela é de mérito, joga para uma Casa, joga para outra Casa e se é terra ou se é território, pode ficar terra porque tem o parecer de não sei quem que diz que terra é território, se terra é território, por que não permanece território? Não, porque existe um parecer de alguém, que é competente para dar esse parecer, que diz que terra que está colocado é o território que vocês falam, então, vão falando uma coisinha, outra coisinha e aí a bem da verdade, a gente até se perde nesses debates todos, porque até foge da nossa linguagem, foge da nossa compreensão, tudo isso que se quer dizer. Agora, o que a gente quer destacar é a importância de nós dizermos, a importância de nós apontarmos, inclusive, o capítulo desse estatuto que trata da nossa questão ele precisa ser submetido a nós quilombolas, porque a gente sabe que todo mundo dá parecer, todo mundo dá opinião, mas qual é a cara final que vai ficar esse instrumento? Vai ter o nosso dedo? Vai ter a nossa posição?

Então, a nossa posição ela é clara, nós precisamos ter garantido o nosso território, o direito de permanecer nele e nele seguir desenvolvendo aquilo que historicamente nós fazemos ali. E queremos, inclusive, está dizendo aqui, para nós é muito importante o poder de dizer quem somos nós. Qual é a nossa terra? Que terra os nossos ancestrais deixaram para nós? Que são as terras que nós queremos. E precisamos que o instrumento utilizado para efetivação dessa política, ele seja o menos burocrático possível, ele seja o mais

rápido possível. Porque nós quilombolas que estamos espalhados por todo esse Brasil, nós não temos 600 anos para esperar, nós não temos um milênio para esperar, nós queremos é já.

[palmas].

Nós queremos é já. E negociação tem limite. Negociação tem limite. Está na hora de se cumprir o que diz o art. 68. Nós temos direito a nossas terras que o Estado Brasileiro nos deve isso, precisa ser emitido cada título quilombola que reivindica nesse país. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Os cumprimentos ao Ronaldo Santos, que deixou muito claro que qualquer alteração do texto do estatuto da igualdade racial, do que tange a questão quilombola, tem que passar pelo povo quilombola, porque hoje vocês tem um texto, você se pergunta que texto vai sair da discussão e da negociação, então, eu quero dizer que está corretíssimo, que qualquer alteração, se vai ficar o texto se não vai ficar o texto, que passe pela descrição do povo quilombola. Meus cumprimentos pela precisão aí na argumentação e no entendimento que você tem, inclusive, da importância do estatuto. Eu passo de imediato a palavra ao Dr. Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior, Consultor Geral da União, representando o advogado geral da UNIÃO, o Ministro José Antonio Dias Toffoli.

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO VIEIRA JÚNIOR:

Bom dia Senador Paim. Eu cumprimento a todos da Mesa, Rui, do INCRA, Deputado Carrion, Dr. Alessandro, Ronaldo da CONAQ e todos aqui presentes.

Em primeiro lugar agradecer o convite que foi feito a Advocacia Geral da União, e dizer que para nós, é muito importante que essas questões venham a um debate claro, franco, e honesto. Então a nossa intenção, senador, é tentar esclarecer ao máximo aquilo que nos compete nessa discussão. Mas antes eu queria, como círculo, como o próprio nome da reunião da audiência coloca a discussão, é um círculo de discussões sobre a questão da igualdade, a questão do negro no Brasil, fazer essa rápida divisão.

Primeiro lugar, a questão da igualdade material que deve ser buscada, a igualdade de fato, a igualdade de uma realidade para a população negra, que é a metade desse país, e aí um dos grandes veículos colocados hoje é o estatuto da igualdade racial, essa iniciativa que o Senador Paim teve ainda quando era deputado, reforça essa iniciativa aqui no Senado Federal e que tem todo o apoio do Governo Federal.

Lembram os senhores que na época da constituinte tentou-se colocar um capítulo específico para a população negra no texto da Constituição Federal,

prevendo aquela época, em 1988, as medidas compensatórias que são as ações afirmativas que a gente fala hoje. Não constou do texto, mas constou do texto da Constituição uma nova força ao princípio da igualdade, uma nova força aos objetivos fundamentais do Brasil que permitem sim, que o Governo Brasileiro avance, que o Estado Brasileiro avance para conseguir que as ações afirmativas sejam colocadas na legislação brasileira.

É importante o estatuto da igualdade racial trazer o conceito de ações afirmativas e prever uma lei as ações afirmativas, porque isso não passa a ser mais a liberalidade, a vontade de um desejo de um Governo ou outro, desse Governo do próximo que virá e de todos os outros. Passa a ser uma exigência legal, um reconhecimento do Estado Brasileiro de que assim que se adotar políticas específicas e compensatórias a metade da população brasileira que não se apropria da metade dos bens e dos serviços que são produzidos no país.

Então, rapidamente essa primeira fala, é dizer que o Governo Brasileiro apóia e tem apoiado e aqui a atuação da SEPPIR no Congresso Nacional prova isso, Senador Paim, a iniciativa trazida pelo senhor, a tanto anos lutando com essa bandeira de viabilizar de botar no ordenamento nacional a figura das ações afirmativas.

Uma segunda parte dessa fala, dessa breve fala, é de respeito a questão do reconhecimento da titulação da terra para os remanescentes, das comunidades remanescentes de quilombos, que é o art. 68 do DCT. Mas antes eu queria pedir aos senhores que pensassem um pouco, há alguns mitos que são criados em todas as discussões. E nessa discussão foi criado um mito, talvez por incapacidade nossa, do Governo, de comunicação com vocês. Foi criado um mito de que o Governo Brasileiro, aí no caso falo da Advocacia Geral da União, porque foi o órgão de Governo, o órgão de Estado, a quem o Presidente da República determinou a coordenação desse trabalho. Criou-se um mito de o que Governo Brasileiro, especialmente a Advocacia Geral da União, estaria trabalhando para suprimir direitos das comunidades remanescentes de quilombos. Eu lembro uma grande Audiência Pública, que foi que aconteceu no auditório Nereu Ramos no segundo semestre do ano passado, eu imagino que grande parte dos senhores estavam lá presentes, o Ronaldo estava, vejo o Joni lá no final que estava, vejo o Damião que estava. E naquele momento o grupo de trabalho, coordenado pela AGU não havia concluído o trabalho e havia uma preocupação muito grande em que o Governo fosse alterar o decreto 4887. E nós afirmávamos aquela época, que o Governo não alteraria o decreto

4887, porque o decreto 4887 é a política pública do Governo Lula para a questão de identificação e demarcação das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

É importante dizer que foi esse Governo Lula que ao publicar o decreto 4887, ele reconhece que o art. 68 é auto-aplicável, e que não há necessidade de uma lei aprovada pelo congresso para garantir o direito dessas comunidades. Ah, mas havia um decreto anterior do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que também por decreto regulamentava o art. 68. Sim, de fato havia um decreto, só que esse decreto criava, Deputado Carrion Júnior, a despeito de ser bastante sucinto na sua formulação, ele criava naquele diploma sim, obstáculos quase intransponíveis as comunidades negras para segurar o direito a terra as comunidades remanescentes dos quilombos. Ali exigisse os 100 anos de posse na terra, em 100 anos de permanência na terra em duas linhas, absolutamente sintético, absolutamente conciso, mas inviabilizava o acesso a esse direito.

Então, o Governo Lula reforma, reformula esse normativo e cria o decreto 4887. O Governo Lula cria a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, com todas as limitações com todas as dificuldades, é um conceito novo na administração pública. O trabalho da SEPPIR é fazer a coordenação de todas as ações de todos os órgãos de governo, é tentar colocar na cara de todas as políticas públicas do Brasil, a necessidade de discussão específica dos direitos da necessidades população negra.

Então, quando discute a política de saúde, traz a consideração as especificidades da anemia falciforme que é típica da população negra. Quando discute a questão da educação, Senador Cristovam teve que nos deixar, quando discute a questão da educação alerta para o fato de que a despeito de terem sido feitas diversas políticas estruturais ao longo dos último cem anos, que melhorou muito a qualidade do ensino, o acesso do ensino da população brasileira, a diferença de anos de estudo entre a população negra e população branca, continuam a existir. A despeito de todos os avanços no acesso ao mercado de trabalho, a população negra não tem o mesmo acesso ao mercado de trabalho. Então, todo esse trabalho é feita pela SEPPIR, com todas as limitações de pessoal, de material, e aí o Deputado Carrion também falava das limitações do INCRA. Ah, sim, limitações e constrangimentos gritantes a atuação do Governo Brasileiro em todos os seus setores. E é com esses constrangimentos, e é com essas limitações que nós temos que avançar.

Então, o Governo Lula altera o decreto e constitui o decreto 4887, cria a SEPPIR com todas as limitações, com todas as críticas, mas cria essa proposta de realizar esse trabalho transversal, em todas as políticas públicas de Governo.

O Governo Brasileiro em 2004, ele reconhece a convenção 69 internalizada no Brasil, e reconhece o Governo Brasileiro nessa discussão que fizemos o ano passado que a convenção 69 se aplica sim, as comunidades remanescentes de quilombos. E uma outra audiência, Senador Paim, aqui no Senado Federal, no ano passado quando nós discutimos a questão de aquisição de terras por estrangeiros, o tema era a aquisição de terra por estrangeiros e um parecer da consultoria geral da União, que limitava a aquisição de terras por estrangeiros, alguns senadores, na bancada ruralista, legitimamente defendeu os interesses daqueles que eles representam, questionaram o Governo Brasileiro de estar submetendo a convenção 69 as comunidades remanescentes quilombos, alegando que a convenção 69 fala de índios e de comunidades tradicionais. E nós naquele momento, como o Governo Brasileiro vem fazendo em todas às vezes em que vem a público, defende que a convenção 69 se aplica também, as comunidades remanescentes de quilombos, e portanto, o Governo Brasileiro tinha sim, que fazer a consulta às comunidades remanescentes de quilombos.

[palmas].

O Ronaldo falou aqui do pessoal da área de celulose, papel, nós fomos diversas vezes criticados por esse setor e por vários outros setores do setor produtivo nacional de estarmos submetendo essa matéria aos senhores. A necessidade, o direito é auto-aplicável no art. 68, mas o Governo precisa se organizar para que esse direito cheguem em vocês.

E é por isso que tem que ter sim, um decreto. E é por isso que o Governo defende esse caráter auto-aplicável e defende o decreto 4887, e aí eu queria entrar pontualmente nas críticas que o Deputado Carrion fez.

Primeiro lugar, deputado, não foi uma formulação livresca, não foi uma elaboração burocrática, o Governo se valeu de todas as suas estruturas, foi um grupo de trabalho que trabalhou por um ano e dois meses, com todas as áreas que dizem respeito à questão quilombola. Trabalhamos com o SEPPIR, com Palmares, com IPHAN, com o INCRA com o MDA, com a área ambiental do Governo, com a área de segurança do Governo, com a determinação do Presidente da República de nós buscarmos a solução dos problemas onde essa solução estivesse.

Não foi uma formulação burocrática, não foi uma formulação livresca, acadêmica, doutrinária afastada da realidade. A nossa ponte com a realidade foi, a participação efetiva de todos esses órgãos, cerca de 30 órgãos de Governo que por seis meses trabalharam arduamente para que a gente conseguisse chegar nesse texto final. E chegamos, deputado, nesse texto final, não sem muito debate, não sem muita polêmica, mas chegamos num final com um texto que era um texto consensuado, uma linha média aprovada por todos os órgãos de Governo que participaram dessa reunião.

Bom, quando o senhor fala da questão da auto-definição e do início do procedimento sem a certidão, para nós essa questão é uma questão que se cria muita confusão, nos parece é por um motivo não tão significativo. Não havia razão para que o procedimento avançasse, que o trabalho de campo fosse feito quatro, cinco meses de trabalho de campo com os técnicos de INCRA, para que depois, eventualmente, fosse identificado que aquela comunidade não era remanescente de quilombos.

Então, é absolutamente razoável e racional que o processo, o procedimento administrativo de titulação de demarcação da terra avance, depois que houver, depois que tenha havido a definição de que aquela comunidade é sim, remanescente de quilombo. O senhor faz menção a resolução da Fundação Cultural Palmares, sobre a questão da certificação. O Estado, perceba que não houve nenhuma modificação, não é o Estado Brasileiro que diz qual é a comunidade que é remanescente de quilombo. Não é o Estado Brasileiro que diz. Há algumas legislações estaduais no Brasil que impõe aos Estados a definição de quais são as comunidades remanescentes de quilombo. O texto do 4887, o texto da Instrução Normativa 49 não fazem isso, são as comunidades que tomam a iniciativa do processo. E é importante que as comunidades, e que haja essa certificação por parte de Palmares, que é o braço do Estado Brasileiro nessa certificação, para garantir o direito para quem tem direito para não permitir que haja sim, violações e que possa essas violações ser utilizadas para desqualificar todo esse processo.

Um único caso em que haja uma identificação equivocada de uma comunidade remanescente de quilombo, pode gerar um prejuízo imenso a toda uma política de titulação de certificação de terra para as comunidades remanescente de quilombo. O Senador Cristovam trazia o exemplo das cotas na universidade, a Universidade de Brasília, ela permite auto-identificação daqueles candidatos que se dizem afro-descendentes, mas há uma avaliação por parte de uma banca na universidade, composta por antropólogos, sociólogos e historiadores. O Itamarati quando concede

bolsa aos estudantes negros para se prepararem para serem diplomatas no Brasil há uma banca, há uma avaliação que analisa se essas pessoas de fato são afro-descendentes e se são descendentes de negros no Brasil. É uma garantia a aqueles que têm direito a terra, aqueles que são efetivamente remanescentes de quilombos com a garantia de que eles não vão ter as suas terras apropriadas por outros grupos que não tenha esse direito.

A questão do RPED na resolução, na Normativa anterior 20, eram 20 e poucas linhas, hoje são 70 e poucas linhas, esse argumento, deputado, a gente enfrentou numa outra audiência que houve na Câmara, e o próprio Dr. Girolamo, a quem o senhor se referiu, é uma pessoa seriíssima, que atua há muito tempo lá no Instituto de Terras, no Pará, na busca da demarcação da terra para população negra. Ele usou esse argumento, ele projetou um painel. O número de linhas que existe na Instrução Normativa nova e o número de linhas na Instrução Normativa anterior.

Eu disse para ele que a consistência do procedimento, a celeridade do procedimento, e aí eu quero fazer um contraponto com o Rui, não é só a garantia, a sustentabilidade jurídica não, a própria celeridade. A gente não mede com fita métrica, a gente não mede contando as linhas do procedimento. A gente tem lá na AGU hoje, uma Câmara de conciliação para tratar da questão de Marambáia, que desde 2002 está na justiça, deputado, e pessoal aqui das comunidades, desde 2002 com base no normativo anterior que supostamente era mais simples, que supostamente era mais rápido, está desde 2002 parado no poder judiciário.

É tudo o que o Governo não quer. Que o Governo acha que tem, no INCRA, no MDA, na SEPPIR, no IBAMA, no Instituto Chico Mendes, na FUNAI, tem ali sim, o conhecimento das instituições, há muitos anos essas instituições trabalham com essas questões. O Governo Brasileiro não quer, já vou encerrar. O Governo Brasileiro não quer transferir ao Poder Judiciário, a um Juiz que vai convocar um perito, dois peritos, cinco peritos, o Governo Brasileiro não quer transferir ao Poder Judiciário e aí não faço qualquer crítica ao Poder Judiciário, não seria louco de fazer, é essencial a qualquer Estado democrático de direito. Mas o Governo Brasileiro tem as condições porque tem os órgãos que atuam nisso, tem instituições que estão descentralizadas no país inteiro. O INCRA tem superintendência no país inteiro, o IBAMA tem superintendência no país inteiro a FUNAI, da mesma forma. O Governo quer trazer para si a conclusão, a solução desses problemas, não quer passar para o Poder Judiciário.

Que diz respeito a discussão de terra e território, e aí o Joni falou disso, que aparece uma questão só

de termos e palavras, e etc. A Constituição Brasileira fala de terras, o decreto 4887, fala de terras, o território é um conceito da teoria geral de estado, que diz respeito ao Estado Brasileiro, só existe um território no Brasil que é o território brasileiro, somos todos nós brasileiros. Quilombolas ou não quilombolas, brancos ou negros, somos todos brasileiros. E temos, sim, a preocupação e aqui não é uma teoria da conspiração deputado ou senador, temos sim a preocupação de atuação de diversos grupos que atuam em suporte, em auxílio, em eventual auxílio e eventual suporte. E essas comunidades que são custeados por governos estrangeiros, que são custeados por empresas estrangeiras e a toda uma discussão de fundo, nós sabemos disso, há toda uma discussão de fundo, especialmente na Amazônia, sobre a questão da manutenção do território brasileiro, da soberania brasileira. Essa discussão, trouxemos uma discussão da aquisição de terras por estrangeiros, a preocupação que o MDA e o INCRA tem, por exemplo, com absoluta falta de controle da compra de terras no Brasil, por empresas brasileiras que são controladas por estrangeiros.

[palmas].

Dizer, dizer, a instrução normativa e o decreto, e a própria Constituição, a Constituição falar em terras, não quer suprimir o direito das comunidades remanescentes quilombos, de ter um espaço destinadas as manifestações religiosas e culturais suprimido, vejam o que está no decreto, o decreto assegura o espaço de reprodução econômica, aonde o pessoal vai desenvolver atividade econômica, aonde o pessoal vai desenvolver atividade social e religiosa, está tudo lá. Está lá na Instrução Normativa 49 de 2008, que o conceito da terra, não é a terra de moradia, não é o espaço da casa e quintalzinho no fundo, não é isso que está na Instrução Normativa.

Quando o senhor menciona essas 70, 80 linhas do relatório, essa 70, 80 linhas do relatório, ela traz todos os fundamentos para que se defina aonde é a atividade religiosa desenvolvida, aonde é a atividade produtiva desenvolvida, onde é a atividade cultural desenvolvida. Aquilo que está ali, senador, em 70, 80 itens, 90 linhas, seja lá quantas linhas forem. É a obrigação de todos os antropólogos, qualquer relatório técnico antropológico feito sem levar em consideração todos aqueles pontos não é um relatório que se sustente. E sabe qual foi a fonte para esse art. do relatório, deputado, Senador Paim, pessoal que está todo aqui? A fonte para aqueles itens todo que estão ali, foi uma portaria do Ministério da Justiça que está aí desde 1995, que define o procedimento de demarcação de terra para índios. Evidentemente, com as adaptações para o caso quilombola. É essa mesma portaria que leva o Gover-

no Brasileiro a demarcar a terra de Raposa Serra do Sol, de forma contínua, que é questionada por todos aqueles. Foi essa mesma portaria, com esses mesmos requisitos que fez com que o Governo Brasileiro demarcasse a reserva indígena Raposa Serra do Sol, e que é hoje questionada do Supremo Tribunal Federal e o Governo através AGU, faz a defesa dessa demarcação lá no Supremo Tribunal Federal.

O Dr. Rui foi muito honesto e fui muito transparente ao dizer que o INCRA trabalhava numa norma de execução que detalhava também esse procedimento do relatório técnico, e foi essa norma de execução, juntamente com essa portaria, as duas bases para que a gente chegasse a esse relatório. E se o senhor for ver, deputado, Senador Paim, todos que estão aqui, um dos pontos mais críticos da ação que o democratas tem no Supremo Tribunal Federal para acabar com o decreto 4887, é a crítica, a pouca objetividade do relatório técnico de identificação e de demarcação. E nós temos a convicção que com essa nova redação da Instrução Normativa, nós esvaziamos muitíssimo esse argumento. Nós esvaziamos um argumento de que é necessária uma lei, e por isso a luta lá é fundamental, e por isso que o movimento social que está aqui, todas essas representações do movimento negro, é fundamental que todos defendam o decreto 4887, também no Supremo Tribunal Federal.

Nós recebemos muitas críticas, senador, por conta dessa Instrução Normativa, que nós defendemos com absoluta tranquilidade, nós temos absoluta convicção que além da sustentabilidade jurídica, aí a minha única divergência com a fala do Dr. Rui, ela garante sim a celeridade, garante sim a celeridade, porque essa questão, evidentemente que ela pode ir ao Poder Judiciário, ela pode ir ao Poder Judiciário. Aquelas pessoas que habitam, que moram hoje nas aéreas que eventualmente sejam demarcadas, ela podem sim, recorrer ao Poder Judiciário, que bom que elas possam recorrer. Que aja um Poder Judiciário livre nesse país em que as pessoas possam recorrer para defender seus direitos.

Nós temos a certeza que vários pontos que estavam obscuros, que estavam em aberto na Instrução Normativa anterior. A gente conseguiu afastá-los. O deputado fala da questão da superposição, a superposição é uma superposição dentro do Governo. Assim, áreas em que há uma unidade de conversação permanente ambiental, uma área de segurança, uma reserva de índios, uma terra de índios. Essa superposições, deputado, pela formulação anterior, sabe quem decidia? Como é que ia ser o resultado dessa superposição? O superintendente regional do INCRA. Mas a superintendente regional do INCRA não tem essa

competência para decidir isso. Se for uma controvérsia jurídica entre esses órgãos, a Constituição Brasileira, a Lei complementar 73, diz que a competência é da AGU, se for uma superposição de políticas públicas, não é política partidária, não é política ideológica, se por superposição de políticas públicas, o órgão competente do Governo para tratar disso, da coordenação da ação do Governo é a Casa Civil. E o fato de ser pela Instrução Normativa, o superintendente do INCRA que decidia isso, gerou uma série de conflitos dentro do Governo e que atrasavam e muito esse procedimento.

Esses dados que o Ronaldo traz que o Rui traz, que em vinte anos de Constituição, de vinte anos do art. 68 só 97 comunidades foram tituladas, mostra que não é o fato de ter cinco linhas, ou três linhas, ou uma linha ou 80 linhas é que vai dar celeridade do procedimento. A restrição aos antropólogos, não é verdade que os antropólogos que conhecem os assuntos, estão tendo a sua atividade restrita, que está colocada na Instrução, deputado, senador, é que aqueles antropólogos que tem vinculação jurídica com a comunidade que são contratados pela comunidade, não podem ser essas pessoas que vão fazer a demarcação, essa é atividade do Estado Brasileiro, é uma atividade permanente do Estado Brasileiro que deve ser feita por servidores do Estado Brasileiro. Antropólogos, sociólogos, agrônomos do Estado Brasileiro, servidores públicos. Ah, mas aí há uma limitação muito grande, há poucos antropólogos, há mecanismos na Legislação brasileira de contratação. Assim como nós na Advocacia Geral da União, ou qualquer profissional que atuou num caso, ele é impedido e suspeito de defender uma posição para um lado ou para o outro desse mesmo caso. O antropólogo que tem vinculação jurídica, não é aquele antropólogo que estuda a vida inteira, aqui o departamento de antropologia da UNB estuda a vida inteira a comunidade Kalunga aqui em Goiás. Se não tiver nenhuma vinculação jurídica se esse departamento de antropologia ou qualquer outra entidade não for contratada pela comunidade, é essa sim, são esses os especialistas que devem fazer essa análise porque eles conhecem a matéria.

A questão, a questão digo, já falei a questão de terra e do território, falei dessa questão da limitação e atuação dos antropólogos, que atuam, que são contratados pelas comunidades. E reafirmo aqui para os senhores e para as comunidades que está aqui presente, a gente vem sofrendo várias críticas, a gente o Governo Brasileiro, especialmente a AGU que teve a determinação do Presidente da República de coordenar esse grupo de trabalho. E que para nós foi imenso aprendizado e uma imensa honra, e chegamos a um final, a um produto final, que tenham todos os senhores

a certeza que nós temos bastante orgulho ao produto ao qual chegamos no final.

Eu lembro uma frase da Dra. Débora Duprat, que é Sub-Procuradora Geral da República, que esteve presente nos três dias da audiência pública. E ela falou que isso ninguém tiraria do currículo da Advocacia Geral da União e do Governo Brasileiro. Nós implementamos sim, a convenção 69 com todas as dificuldades, com todas as restrições, foi a primeira oportunidade em que a convenção 69 foi cumprida e implementada no Brasil, não temos a menor dúvida disso. Houve divergências, sim, vários dos senhores estavam lá, várias das senhoras estavam lá, vejo aqui pelo rosto de alguns aqui, eu reconheço dos três dias que a gente discutiu lá em Luziânia. Várias divergências, e importantes divergências, senador. Vários pontos que a comunidade remanescente quilombo queria fazer constar na Instrução Normativa, e não está, de fato não está. Mas também houve vários consensos importantes, houve várias convergências importantes.

Eu só digo para os senhores, se não houvesse a convenção 69, a Instrução Normativa, se vocês abrirem o Diário Oficial, todo dia sai milhares de Instrução Normativa de todos os órgãos de Governo, é a forma que os órgãos de Governo que tem várias pessoas, se organiza para trabalhar. Se não fosse a convenção 69, o Presidente da República ele tem a obrigação de organizar o funcionamento do Governo Brasileiro. E teria saído essa Instrução Normativa. Só que essa Instrução Normativa demorou porque teve a consulta toda ao Governo Brasileiro, aos órgãos do Governo Brasileiro e teve a consulta que foi aos senhores. E tenho certeza absoluta, disseram, senador, eu vi um depoimento na semana passada de uma dessas entidades que supostamente assessora, auxilia o trabalho, a vida das comunidades remanescentes de quilombo, que os representantes das comunidades remanescentes de quilombo, receberam o texto no dia da consulta que foi um dia só, receberam o texto pela manhã e discutiram a tarde. Isso é falso. Isso é mentiroso, as comunidades remanescentes de quilombo, que está aqui o Ronaldo, o Joni, Damião a gente encaminhou para todos eles, ainda em novembro do ano passado o texto integral da minuta que foi debatida em abril desse ano. O texto integral chegou no final de novembro, no começo de dezembro do ano passado. Enfim, eu queria só mais uma vez dizer que olhando para essas duas dimensões do problema, primeiro para questão do estatuto da igualdade racial, que é uma iniciativa brilhante do Senador Paulo Paim, de tentar colocar na legislação brasileira a obrigação dos governantes em adotarem as políticas de ação afirmativa. No trabalho, na escola, na publicidade, seja lá onde for, na educação. Para

que não seja mais da vontade da liberalidade de um Governo, hoje, eu quero implantar as ações afirmativas, aí vem o outro Governo, eu não vou implantar as ações afirmativas. É fundamental que as ações afirmativas estejam, assim como esteve nos Estados Unidos, que essas ações afirmativas estejam sim, previstas na legislação brasileira.

E em segundo lugar. A luta pela implementação do art. 68 do ADCT. A defesa que o Governo Brasileiro faz no Supremo Tribunal Federal. A defesa que o Governo faz na Câmara dos Deputados e aqui no Senado Federal. Vejam, eu estou concluindo eu peço desculpas, senador.

O parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, contra o Decreto Legislativo, o projeto do Decreto Legislativo do Deputado Valdir Colatto, eu não sei se vocês tiveram oportunidade de ler, o parecer da CCJ, o parecer é muito ruim, o parecer é muito ruim. E diz, inclusive, que a melhor forma de regulamentação do art. 68. Seria uma lei e que é exatamente a tese que está colocada pelo PFL, o antigo PFL, atual Democratas lá no Supremo Tribunal Federal. E no final das contas ele diz, ah, não vamos rejeitar o projeto Decreto Legislativo, porque se não tiver essa regulamentação, não vai ter regulamentação nenhuma. Mas eu peço aos senhores que leiam a fundamentação do parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça. É ruim, é uma luta intensa, o Governo não lança essa perspectiva, a possibilidade de perder o decreto 4887 no Supremo ou no Congresso Nacional, como uma cortina de fumaça para suprimir direitos de forma alguma.

Eu insisto, eu insisto com os senhores que a nossa preocupação é dar segurança, sim. E não é retirar celeridade, ao contrário, é nós trazermos para o Governo a discussão e a formatação final dessa política pública. Eu agradeço ao senador e peço desculpas pelo excesso da hora, muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Sem prejuízo do debate, nós vamos agora formatar uma outra Mesa. Eu convidaria a todos os painelistas da primeira Mesa que retornasse ao Plenário, já começamos aqui a convidar o que estão aqui na primeira fila, que são três, o que estão aqui vão sentar no lugar de vocês aí. Então, Dr. Elói Ferreira, Secretário Adjunto da SEPPIR, faz o favor. Dr. Maurício Jorge Souza dos Reis, representante da Fundação Cultural Palmares. Dra. Débora Silva dos Santos, assessora de diversidade e apoio dos cotistas da UNB. Givânia Silva, coordenadora geral da regularização dos territórios de quilombolas, INCRA. E também o Sr. Pedro Raposo, representante da etnia Macuxi.

Só lembrar que nós estamos aqui na sala ao lado uma comissão de 20 indígenas, das etnias Macuxi, [ininteligível] e Ingarico. Espero que eu pronunciei mais ou menos, pelo menos.

Então, vamos como fizemos na primeira Mesa passar de imediato a palavra ao representante do Ministro Edson Santos. Eu passo a palavra ao Dr. Elói Ferreira, Secretário Adjunto da SEPPIR. V. Ex^a tem 10 minutos com mais cinco, se necessário mais cinco.

DR. ELÓI FERREIRA: Bom dia a todos. Senador Paulo Paim. Bom dia Givânia, Débora, Maurício e o companheiro que eu vou ter dificuldade de nomear aqui. Companheiro Pedro Raposo. Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim. Cumprimentar V. Ex^a por essa iniciativa de convocar a comissão de direitos humanos para esse círculo de audiências sobre igualdade racial. E acontece num momento muito oportuno, que esse mês de novembro nos traz a reflexão da importância, especialmente do dia 20 de novembro, que é um marco, que é uma data histórica, uma data muito importante para gente. Mas também não dá para perder de vista que o dia 20 de novembro acontece num instante, nesse ano especialmente, quando o Presidente Lula sancionou a lei que concede e concedeu a anistia ao marinheiro João Candido. Marinheiro João Candido, líder da revolta da chibata, que veio a ser anistiado pela sua liderança na revolta da chibata que ficou proscrito, a histografia nunca concedeu, nunca reconheceu a importância do João Candido, da forma como nós temos. Presidente Lula dá a condição dá o status de herói nacional ao marinheiro João Candido. Então, essa data nesse ano, esse 20 novembro desse ano, ele veio marcado com essa importância para todos os brasileiros.

O dia 20 de novembro ele veio a ser celebrado, vem à pauta, vem à ordem do dia, quando a gente tem claro que o treze de maio foi insuficiente. O treze de maio, não alcançou a importância da libertação do negro plenamente no nosso país. Mas o treze de maio, ele é fruto, ele nasce de uma luta que é antiga, nasce de 1695 e vem ser coroado em 1888, com inúmeras lutas que dão naquele período todo.

Em 1880, tem um Projeto de Lei fantástico, muito interessante que previa a abolição da escravatura. E esse projeto veio ser rejeitado no Senado. Por 77 votos a 14. E eu faço menção a esse fato, lembro que o Ronaldo acentuava aqui, até quando nós vamos esperar? E 1880, o projeto do Senador Joaquim Nabuco, veio a ser derrotado no Senado. E em 1888 com todo acúmulo de forças, com todo movimento popular na rua, somando esforço fantástico, veio a ser aprovada a sanção da lei áurea. É aprovada no bojo de um grande movimento popular, no bojo de um grande movimento

de rua e um acúmulo histórico não se dá naquele momento como uma benesse, como se procurou tratar em muitos momentos.

E aí qual a importância de compreender os processos históricos de luta que se dão com acúmulo? Um acúmulo que não se dá num estalar de dedos.

Em 1988, Senador Paulo Paim era deputado constituinte e travou uma luta, reunindo uma luta contra o centrão que impediu a Reforma Agrária no nosso país. A Reforma Agrária era uma bandeira importante como continua sendo até hoje, mas uma bandeira que... Nós fomos derrotados naquele instante. Fomos derrotados, porque o centrão conseguiu ter a força suficiente para poder derrotar uma bandeira importante para todos os brasileiros. E isso com uma grande movimentação de massa que tivemos houve uma movimentação muita grande de todos aqueles que queriam que o nosso país processasse e tivesse uma Reforma Agrária que assegurasse o direito a terra a todos os brasileiros. Assim, o art. 68 das ADTs, quando ele é incluído, o art. 68 do ato das disposições transitórias, ele se constituiu numa vitória fantástica. Por quê? Ele é apresentado, ele é incluído na Constituição da República de uma forma precisa, de uma forma que não deixa dúvidas em relação a sua alta aplicabilidade. Agora a compreensão dessa alta aplicabilidade, do estatuto, do art. 68, não é a mesma que todos nós temos, que o movimento popular, que o nosso Governo tem. O DEM quando intervém com uma representação de inconstitucionalidade desse dispositivo, busca desqualificá-lo e busca dizer que precisa ser regulado, busca dizer que não cabe regulamentação a ele, que precisa de uma lei para regular. E busca de todas as formas impedir, que as comunidades remanescentes de quilombos tenham, nesse dispositivo, a segurança para terem seu acesso a terra livre da forma em que está esculpido, está lá no art. 68.

E para isso, eu não tenho claro se todos já tiveram conhecimento, já leram o parecer que está na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. Ao PDL que susta o decreto 4887. Se todos observarem o que tem ali que susta o decreto 4887, busca levar a toda luta dos remanescentes, das comunidades remanescentes de quilombos, do direito das comunidades quilombolas à estaca zero. Se for, vier a ser aprovado tanto na Comissão de Justiça como se for aprovado no Plenário, quer dizer que nós voltaremos à estaca zero. Nós teremos que ter uma lei reguladora, porque desconhece por tudo que aquele dispositivo constitucional, o art. 68, é auto-aplicável. E ao desconhecer que ele é auto-aplicável, impõe uma lei, e se impõe uma lei, sabe lá Deus quando nós teremos uma lei que assegure o que hoje o 4887 assegura e que a IN

49 trata de forma precisa para dar a sustentabilidade jurídica necessária à fruição do direito que está no art. 68 do ato das ADT.

É preciso ter claro, porque a disputa pela terra é uma disputa que vem de longa data. E não há como descuidar ou tratar como se fosse simples, como se nós tivéssemos a condição simples de assegurar esse direito e pronto, é auto-aplicável, o art., o 4887 é simples, a IN está atravancando o direito. Não é isso que está claro. O que está claro é que quem está do outro lado trabalhando contra o direito das comunidades remanescentes de quilombo não está presente aqui junto conosco, com certeza não está conosco aqui.

Senador Cristovam Buarque fez menção à questão da educação. Quando nós tivemos a sanção da lei Áurea, não foi assegurado aos negros brasileiros dois direitos que nós consideramos imprescindíveis para toda a ascensão de qualquer cidadão. O direito à educação, que ao nosso juízo deveria ser um direito natural. Aquele direito inerente à vida. Não poderia ser tirado, subtraído, negado em nenhuma circunstância, em nenhuma situação, em nenhuma condição. Não nos foi dado esse direito que é um direito natural, porque a educação é a única forma disponível ao filho do povo, disponível aos negros brasileiros para a sua ascensão intelectual, para a sua ascensão social. E nos foi negada a educação. E nos foi negada a possibilidade de termos a nossa emancipação social que era a terra, nos foi negado.

Passado 120 anos da sanção da lei Áurea, ainda estamos discutindo um tema que devia ser superado, cotas. Não deveríamos estar discutindo cotas. Deveriam ter o direito assegurado. Terra, já não deveria mais discutir terra. A terra já deveria ser de todos. E nós estamos discutindo temas antigos. Temas atrasados.

E para vocês terem uma idéia, os senhores terem uma idéia, eu estudei numa universidade, que é a Universidade Rural, na década de... Final da década de 70, início da década de 80, e lá tinha uma lei de cotas para assegurar o direito, 50% das vagas dos cursos de ciências agrárias eram destinados aos proprietários de terra, aos filhos de proprietários de terra. 50% das vagas dos cursos de ciências agrárias eram destinados aqueles que tivessem terra. Os senhores nunca viram uma vírgula escrita contra aquela lei de cotas. Os senhores nunca ouviram uma fala em face daquela lei de cotas. Agora, quando essa lei de cotas é para poder garantir assegurar a ascensão dos negros à universidade, à educação, aí nós temos resistência, aí tem resistência. Aí se escrevem teses, querem desqualificar quando nós tratamos da questão de raça, tratamos do conceito da sociedade, do conceito social, sociológico. Querem nos conduzir, querem conduzir essa discussão

a uma discussão biológica. Não estamos tratando de questão biológica coisíssima alguma. Querem impedir, querem escrever teses e livros para poder impedir o negro de ter acesso à universidade.

Agora, querem impedir as comunidades remanescentes de quilombos, de terem o seu direito assegurado que já está lá esculpido no art. 68. Então, é preciso ter um tanto de serenidade total. É preciso ter os pés no chão e não ver aquilo que parece que é, como havia uma propaganda de um shampoo, senador, uns anos atrás, só parece que é. Parece que é. Porque o art. 68 é auto-aplicável, o 4887 não pode ser derrubado e está lá na Comissão de Justiça. Convém a todos os senhores, como já o Ministro Edson Santos tem insistido nisso, tem dialogado com a Comissão, buscado, inclusive, devolver o parecer, o deputado que deu o parecer que condena o 4887 para que refaça esse tipo de análise. Convém também a todos nós dialogarmos com todos aqueles deputados, tendo em vista rejeitar o parecer do deputado que condena o 4887.

Por fim, eu gostaria de repartir com os senhores que a luta do deputado, do deputado então, então deputado e hoje senador, Senador Paulo Paim, pelo estatuto da igualdade racial, parece que se aproxima de um final muito interessante, mas depende de votação na Câmara dos Deputados, vai ser examinado no Senado da República, a luta não está encerrada, e a luta exige a negociação, não a negociação de princípios, não a negociação do que está assegurado dos direitos da nossa comunidade. Mas a negociação que permita a aprovação desse dispositivo que vai elencar, que assegura não somente as ações afirmativas, mas elenca os direitos que estão até aqui insuficientes e até agora, não estavam plenamente disponibilizados para toda a nossa comunidade.

Então, senador, companheiros, são essas as considerações que a gente gostaria de oferecer para esse debate, cumprimentar de novo o Senador Paulo Paim e dizer que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, sob orientação do Ministério Edson Santos, está empenhada na luta para poder assegurar à validação e a auto-aplicabilidade, não a validação, a auto-aplicabilidade do dispositivo constitucional. E quer repartir com vocês que essa luta não depende somente da gente. É uma luta longa que depende de ganharmos um maior número de aliados possíveis. A luta que conseguimos aprovar a abolição da escravatura, não foi uma luta só de negros. Negros, abolicionistas, conservadores e liberais, brancos, que estiveram conosco naquela grande jornada. Agora, nós precisamos é buscar aqueles abolicionistas contemporâneos, que estejam conosco, para a aprovação do estatuto da igualdade racial, para

assegurar que o art. 68 da ADT seja auto-aplicável. Bom dia a todos, parabéns Senador Paulo Paim.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Elói Ferreira, Secretário Adjunto da SEPPIR. E de imediato, passamos a palavra ao Dr. Maurício Jorge Souza dos Reis, representante da Fundação Cultural Palmares.

SR. MAURÍCIO JORGE SOUZA DOS REIS: Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Cumprimento o senhor Elói, a Divânia, a senhora Débora, o Pedro Raposo, bom dia a todas e a todos. Mucuiu(F), Colofé(F), Motumba(F), tem representantes também de religiões de matrizes africanas.

Bem, eu assumi recentemente a Diretoria de Proteção de Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares, é um prazer estar compartilhando desse momento aqui com todos os senhores e as senhoras. É um momento também importante para os 100 anos do saudoso Salomé(F) Trindade, o estatuto da igualdade racial vem afirmar e aprovar essa aprovação do estatuto para garantir a implementação de políticas públicas, políticas afirmativas para as comunidades remanescentes de quilombos, para a população negra de uma forma geral.

Bem, a Fundação Cultural Palmares, com a promoção da preservação dos seus valores sociais, culturais, econômicos, decorrente da influência negra na formação da sua cultura brasileira, é importante como foi colocado aqui a emissão da certidão de auto definição. Ela está baseada na OIT 169 que é a Organização Internacional do Trabalho, o decreto 4887, que regulamenta os procedimentos para a emissão e para a regularização dos territórios quilombolas e a portaria 98, essa portaria que regulamenta os procedimentos, principalmente para a emissão da certidão de alta definição das comunidades quilombolas, que é de fundamental importância para o Governo Brasileiro, para dar visibilidade, até então, que as comunidades não tinham até o momento. Então, a partir do momento que a Fundação Cultural Palmares emite a certidão, ela garante a implementação de políticas públicas, seja na questão da saúde, educação, meio ambiente. Então, é fundamental, como já foi colocado aqui pelo senhor Ronaldo, pelo Rui Leandro, a participação da Fundação Cultural Palmares na Instrução Normativa 49.

Eu quero parabenizar Excelentíssimo Senador Paulo Paim, pelo estatuto da igualdade racial que vai fortalecer, principalmente, as comunidades remanescentes de quilombos, na busca de implementação de políticas públicas garantindo os seus direitos, que até então, não estavam sendo colocados de forma adequada.

Então, eu gostaria de agradecer o convite também, Senador Paulo Paim, colocar a Fundação Cultural Palmares aberta ao diálogo, com as comunidades remanescentes de quilombos, as religiões de matrizes africanas, aqui com o Legislativo, em particular com o Senador Paulo Paim, o Sr. Elói, e agradecer. Muito obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Maurício Jorge da Fundação Palmares. E de imediato, passo a palavra ao Dr. Fernando Prioste, que está aqui representando o Dr. Ronir de Araújo, que não pôde se fazer presente, mas fez contato conosco, pediu que você o representasse, você de pronto aceitou, então, está com a palavra.

SR. FERNANDO PRIOSTE: Bom dia a todas e todos. Um bom dia especial aos representantes das comunidades quilombolas que estão aqui participando dessa Audiência Pública hoje, porque representou mais de três mil comunidades quilombolas que lutam não só pela titulação do território, mas pelo direito de se auto-afirmar como comunidade quilombola e em função disto ter garantido os seus direitos. Eu agradeço ao Senador Paulo Paim, pela iniciativa do debate, um debate espinhoso que coloca em cheque questões fundamentais, conceitos e pensamentos do que se quer para o Brasil, e qual o modelo de desenvolvimento que o Brasil quer adotar daqui para frente.

Eu acho que é indiscutível que o Governo Lula avançou e avançou muito na questão da regularização fundiária dos territórios tradicionais, em especial dos territórios quilombolas. Avançou tanto ao passo de chegar a entender que hoje nós vivemos o melhor momento da história do Brasil, do ponto de vista jurídico, para a titulação dos territórios quilombolas, mesmo com a mudança da Instrução Normativa nº 20 que eu acredito não veio contribuir para a titulação dos territórios. Mas foi no Governo Lula que foi revogado o decreto do Presidente Fernando Henrique que dificultava, ou quase inviabilizava a titulação dos territórios quilombolas. Foi no Governo Lula que foi editada a Instrução Normativa que permitiu ao INCRA titular poucos, mas permitiu titular alguns territórios quilombolas. Foi no Governo Lula também que foi decretada a política nacional das comunidades tradicionais, é indispensável ressaltar que o Governo Lula tem se mostrado como um ator favorável à questão da titulação dos territórios quilombolas.

Mas é indispensável ressaltar também que como o Congresso Nacional é um poder em disputa, o Governo Federal também é um poder em disputa. Ao passo que dentro do Governo Federal existem forças que coadunam e entendem ser necessária a titulação

dos territórios quilombolas para o desenvolvimento do país, não para o desenvolvimentismo, existem também setores dentro do Governo Lula que não aceitam a titulação dos territórios quilombolas. Não aceitam a titulação dos territórios quilombolas da forma como ela está colocada hoje, porque isso representa uma outra forma, um outro modelo, um outro pensar de desenvolver o Estado Brasileiro. Como desenvolver o Estado Brasileiro a partir dos sujeitos trabalhadores, quilombolas, sem-terra, a titulação dos territórios quilombolas representa isso. E representa isso se a gente for analisar, também através da forma com que se dá a titulação. A titulação dos territórios quilombolas, se forem titulados os três mil territórios quilombolas, se estima que existem três mil comunidades quilombolas, são áreas que vão ficar, vamos dizer, fora do comércio, fora do comércio de terras, fora da possibilidade de acumulação do latifúndio. Fora, porque vai ser titulado um território coletivo, que não vai poder ser vendido, não vai poder ser arrendado, nem tomado pelo banco, um território que vá pertencer com segurança jurídica, praticamente *ad infinitum*(F), com muitas garantias para as comunidades quilombolas se desenvolverem para o hoje e para o futuro.

Só que assim como há uma disputa dentro do Governo Federal, há uma disputa também sobre os conceitos do que se coloca com relação ao que é comunidade quilombola. Ao que é território quilombola, principalmente.

Com relação à comunidade quilombola, dentro dos setores do Governo, mais reacionários, assim mesmo como dentro do instituto nacional de colonização e reforma agrária, ainda existem pessoas que acreditam que território quilombola é um local onde vai se encontrar um Pelourinho ou um tronco, onde necessariamente para que haja a titulação tem que ser encontrada correntes, pessoas que remetam diretamente à escravidão. Mas o conceito defendido pelo setor mais progressista, que é quem dita às comunidades quilombolas, não vê essa necessidade, porque isso se a gente for levar a pé isso, quase nenhum território quilombola vai ser titulado. Na verdade, o que importa é a identidade desse povo que se auto-define como quilombola. O que importa é a reminiscência histórica, o passado longínquo que dá esse elo de ligação, não só com as populações negras quilombolas, mas com a população negra em geral, com o fato que ocorreu no Brasil que foi a escravidão.

E aí eu começo a questionar algumas coisas também, por exemplo, com relação à necessidade de a Fundação Cultural Palmares expedir um decreto, uma certidão, perdão, para que de início ao processo de titulação da comunidade quilombola.

Eu lembro que a legislação do Estado do Pará, quando trata da titulação dos territórios quilombolas, ela diz o seguinte, que a comunidade se auto define e sai uma publicação no edital, se não houver contestação com relação à auto definição da comunidade como quilombola, nem há a necessidade de realizar um relatório antropológico. Porque lá sim, na legislação estadual do Pará, se garante o direito de auto identificação, e auto identificar-se não é só auto identificar-se para si, é auto identificar-se para que valha para os outros auto identificar e já aí ter direito ao acesso às políticas públicas.

Eu vejo que a necessidade de certidão da Fundação Cultural Palmares, limita sim, o direito de auto identificação das comunidades, porque ela já não vai bastar para ter acesso aos direitos, vai precisar que um órgão do Estado vá lá e diga através de uma certidão que aquela comunidade é quilombola. E eu também não consigo aceitar o argumento que foi colocado aqui, de que a certidão da Fundação Cultural Palmares no início do processo evita, por exemplo, que seja titulado um território que não seja quilombola. Ou que isso vai atrasar a titulação de outros territórios. São muito poucos territórios titulados hoje, que estão com um processo andando. Há superintendências que nem antropólogos têm, e são muitas, e que nenhum processo anda. E eu acho praticamente impossível do ponto de vista prático que se faça em RTID, um relatório técnico de identificação, numa comunidade que efetivamente não seja quilombola. Porque só há andamento nos procedimentos de titulação quando a comunidade quilombola, organizada, estadual e nacionalmente, pressiona o INCRA para que seja feita a titulação, então, não é com argumento de dizer que vai se evitar fraudes que há necessidade de colocar a certidão da Fundação Cultural Palmares como necessária para abrir o procedimento. É, e eu vejo do meu ponto de vista, respeitando o ponto de vista de quem discorda, que na verdade, essa certidão, a necessidade dessa certidão no processo, vai sim, demorar ou inviabilizar em alguns casos a titulação de alguns territórios quilombolas.

É importante mencionar também que a auto aplicabilidade do art. 68, também existem nele conceitos, no art. 68, que estão em disputa. Está em disputa o que é terra ocupada. O Governo Federal coloca a legislação hoje como terra ocupada que ela é necessária para a sobrevivência da comunidade quilombola, e aí respeita, inclusive, aquelas comunidades que foram desterritorializadas, que foram expulsas historicamente do território. Só que o conceito que colocava o decreto do Fernando Henrique, o conceito que quer o Deputado Valdir Colatto colocar, é que só tem direito à titulação

do território quilombola, aquela comunidade que esteja ocupando determinada faixa de terra. Não importa se ela foi expulsa de forma arbitrária, não importa se pedaço do território foram comprados, entre aspas, por um pedaço de rede, por um rádio. Isso não importa para esse conceito que se discute de terra ocupada.

Nisso é importante afirmar também a palavra território, e a palavra território, embora não esteja colocada no art. 68, está colocada na convenção 69 da OIT aplicável às comunidades quilombolas. E está colocada lá, com a ressalva de que não é um território comparável, por exemplo, com o território brasileiro, soberania brasileira. Isso não vai ferir a soberania brasileira. É o conceito de território tradicional, de comunidade tradicional. É esse conceito que querem retirar da palavra território. É esse o conceito que está em disputa. Mesmo a fala que se faz com relação à Raposa Serra do Sol, quando eles dizem que lá é um território que pode ferir a soberania nacional, é esse conceito que está em disputa, esse conceito de disputa é o conceito de território tradicional, não de território nacional. Isso a convenção 69 faz essa ressalva quando diz a respeito do território. Por isso eu entendo que há sim possibilidade de manutenção da palavra território na Instrução Normativa nº 49, ou na 20, e que esse fato de constar lá o termo território não inviabiliza que a ação direta de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal seja julgada contrária ao interesse do Democratas, como já foi falado aqui, não foi a mudança da Instrução Normativa que fez com que o Democratas retirasse a ação do Supremo Tribunal Federal, não foi a mudança da Instrução Normativa que fez com que se recuasse os dois projetos de lei do Valdir Colatto e nem as outras ações que são intentadas contra as comunidades quilombolas.

Outro conceito que está em disputa e aí me preocupa muito, isso veio numa ação judicial que veio contra a titulação do território quilombola lá do Paraná, é da aplicabilidade da convenção 69 para as comunidades tradicionais quilombolas, e me preocupa muito porque a argumentação que se faz é de que as comunidades quilombolas não tem identidade étnica. A argumentação que se faz para afastar a Convenção 69 as comunidades quilombolas, é dizer que as comunidades quilombolas entre si não tem identidade étnica. Elas descaracterizam as comunidades quilombolas como tal [soa a campainha] é um conceito em disputa que a mudança da Instrução Normativa demonstra dessa forma com que ela foi feita, que o conceito em disputa está sendo levado para o lado do interesse do agro-negócio, do interesse da Bancada que representa os interesses ruralistas, aqui nessa Casa.

Eu vejo que, por exemplo, quando a Instrução Normativa nº 49 coloca que após a contestação dos latifundiários, dos fazendeiros contrários à titulação do território quilombola imediatamente se coloca o efeito suspensivo de todo o processo, tendo ele que ficar parado, eu vejo isso como um retrocesso grande até porque do ponto de vista jurídico, não existe efeito suspensivo de contestação, existe efeito suspensivo quando há uma decisão, quando há um recurso, quando há uma apelação, aí sim se dá ou não o efeito suspensivo e a concessão ou não do efeito suspensivo vem de um juízo de quem vai julgar, não necessariamente do fato de estar lá colocado. Na Instrução Normativa nº 20 não havia esse problema. E o fato de ter ou não efeito suspensivo, o fato de ter efeito suspensivo dificulta o processo para as comunidades quilombolas, porque qualquer ato praticado nesse período pode ser invalidado, e por outro lado, favorece o interesse daquelas pessoas que se opõe à titulação do território quilombola, porque, por exemplo, o INCRA tem um prazo de 180 dias para julgar a contestação, seis meses para julgar a contestação. Não há no ordenamento jurídico que eu saiba um prazo tão grande para o julgamento de uma contestação, 180 dias. Isso foi debatido na consulta que foi feita com relação a mudança da Instrução Normativa nº 20 e o INCRA não aceitou um prazo de 30 dias para julgar isso, ele fez com que se colocasse um prazo de seis meses, que é claro, ele não precisa julgar nesse prazo. Mas já demonstra que o INCRA não tem assim aquela preocupação tão densa com a problemática que está colocada.

E eu volto a ressaltar aqui também, a questão do relatório técnico de identificação que já foi bastante debatido. O relatório técnico de identificação, colocado hoje extenso, abre muita brecha para uma contestação judicial, porque ele impõe determinados e muitos requisitos a serem cumpridos pelo antropólogo. Qualquer quesito daquele que não for observado pode ser contestado judicialmente. E eu lembro também que esse texto que foi colocado na Instrução Normativa, não era para estar aí. Foi feita com a contribuição da ABRA, mas a ABRA não queria que esse texto estivesse lá. A ABRA, o intento dela é que fosse elaborada uma nota técnica, interna do INCRA, para que o INCRA pudesse orientar os seus antropólogos e para que o INCRA pudesse orientar os antropólogos contratados para elaborar um relatório técnico, decente, objetivo e bem fundamentado. Isso se estivesse na nota técnica, não traria empecilhos jurídicos depois numa eventual contestação judicial, mas sim, traz estando no corpo da Instrução Normativa. Aquelas várias, mais de 100 linhas, abrem essa possibilidade de contestação.

E eu gostaria de fechar a minha fala, eu tenho outras coisas para colocar, mas tem muitas pessoas que vão falar ainda, e eu acho que os pontos que eu toquei já dão a entender em que pé está o debate aqui, eu acho, eu acredito, ser indispensável o que estatuto da igualdade racial mantenha o texto atual ou ao menos que mantenha os pontos principais que estão sendo aqui debatidos, porque o estatuto da igualdade racial aprovado sem esse título que vá tratar das questões territoriais quilombolas, é um buraco enorme no direito das populações negras, e não só rurais, mas urbanas também. E a afirmação da manutenção desse texto no estatuto da igualdade racial, é a manutenção do entendimento de que a regularização dos territórios quilombolas, representam não só uma política de Governo, mas uma política pública de Estado. Eu vejo hoje que nós não chegamos ao passo de colocar a regularização fundiária dos territórios tradicionais como uma política pública de Estado. Ela ainda hoje é uma política pública de Governo, de um Governo em disputa. E a manutenção desse texto no estatuto da igualdade racial, vem manifestar a vontade tanto das comunidades quilombolas, quanto daqueles que defendem o estatuto da igualdade racial, de que essa regularização fundiária se torne de verdade uma política pública de Estado. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, nesse momento, eu vou passar a palavra ao Sr. Pedro Raposo, representante da etnia Macuxi, que ele quer fazer uma saudação, naturalmente, a essa Audiência Pública, e ao mesmo tempo, levantar a ele, me permita essa introdução, somente, a questão da terra Raposa Serra do Sol, porque a votação lá no Supremo, chega no dia 10 é isso? Então você tem a palavra, 10 minutos com mais cinco.

SR. PEDRO RAPOSO: Bom dia. Eu quero agradecer aqui o Senador Paulo Paim por dar esta oportunidade para indígena da Raposa Serra do Sol, eu sou o Pedro, em Macuxi o meu nome é Maican(F), a gente fala a língua. Agradecer essa Mesa que está aqui, uma Mesa que está em debate hoje, o que está em jogo também é o que está em jogo tanto dos quilombolas e os nossos problemas também que estão ocorrendo na Raposa Serra do Sol. Mas isso já se passou mais que o nosso está na última corte do nosso Brasil, né? Aí está muito pesado. Mas eu quero agradecer isso aqui, vocês que, os quilombolas, que os seus problemas são igualmente, semelhante ao nosso. Hoje nós estamos sofrendo a questão de terra. Como disse, eu ouvi, eu estava na outra sala ali, que nós estamos com 20 lideranças aqui, lideranças indígenas, que estamos aqui desde maio, junho, julho, quando foi suspenso

eu estava na audiência também, lá, e aí a gente ficou trabalhando, trabalhando, estamos se articulando e procurando apoio. Como disse na primeira Mesa, foi citado assim, “que a gente tem que se aliar para poder buscar apoio.” E nós estamos aqui apoiando também os quilombolas que brigam pela terra.

[palmas].

Então, para isso, nós que somos os menores nesse Brasil, consideramos assim, nós consideramos que nós somos riquíssimos, porque nós somos donos dessa terra, nós que estivemos aqui nesse Brasil, quando se vê a história do Brasil, que vocês muito estudaram também, que a gente estudou, quando os portugueses chegaram aqui encontraram quem? Os indígenas. E depois trouxeram os escravos para trabalhar, os colonos fizeram isso aí. E logo isso, eles foram embora e ficou os indígenas e os escravos, e os seus descendentes de portugueses que ficaram aqui. E nisso tomaram conta desse país. E hoje, não querem deixar um pouquinho de terra nem para quilombolas, que são afrodescendentes, e nem para os indígenas. Então, nós estamos aqui para se unir, unir a força, unir coragem, para que possamos conseguir pelo menos um espaço de terra que já não são mais nossos, né?

Agradeço os Parlamentares que estão aqui, porque tem pessoas que veste a camisa de luta, sabe que é o direito e o dever de Parlamentares, de governantes desse Brasil, a seguir a lei que é feita nesse Brasil. Quando eu digo a lei, a Constituição Federal, é a constituição maior.

Que é feita para ser regida conforme ela reza. E hoje não está sendo assim. Muitos desvios de poder que temos, que tem os Parlamentares, até os latifundiários, os grandes empresários que querem tomar às vezes, muitas vezes, nossas terras. E os nossos direitos.

Eu só quero dizer aqui um pouquinho o que está em jogo hoje para a Raposa Serra do Sol e o direito dos quilombolas está em jogo hoje. Não é só o nosso direito. Ouvi falar aí na ponta da Mesa que os quilombolas não têm porque não tem mais identidade étnica. Está vendo só? Não tem, não deve ter o direito porque não tem, se não tivesse isso, já seria voltado na estaca zero.

Então, o que quer dizer isso? E nós os indígenas que estamos já há 35 anos de lutas, que estamos trabalhando a questão da Raposa Serra do Sol, chegando a quase 40. Temos registros, temos ancestrais mortos, temos tantas coisas, temos a história que vem desde a chegada dos colonizadores, ainda nós estamos nessa batalha, e hoje, a questão está na maior corte do nosso Brasil.

Mas com isso eu quero manifestar também a nossa perseverança tanto de indígenas, de brancos

que nos apoiaram, que estão nos apoiando ainda, que estão nos dando coragem de lutar por esta causa, dos quilombolas que estão aí, se manifestando hoje nessa Assembléia tão linda que está aqui, reivindicando os seus direitos. Nós queremos que o nosso Brasil dê oportunidade para todos. Que nesse Brasil, nós temos espaço porque a briga maior não é por causa de espaço do céu, do ar. A briga maior é porque nós queremos essa terra. Cada um de nós queremos uma terra e é nessa terra que cada um de nós fazemos as nossas casas, as nossas roças, as nossas plantações, o nosso viver, o nosso lazer. Por isso que está em jogo. Aquele que tem o poder, econômico, ele quer maior, quer a maior porção de terra, deixando os que não têm poder, na míngua, muitas vezes.

Por isso, eu chamo, costumo chamar meus irmãos, porque somos irmãos, os quilombolas, pessoas que nos apóiam, pessoas que nos dão essa condição de estar aqui pronunciando, estamos na expectativa que o Supremo, dia 10, vai nos dar a favor da nossa terra Raposa Serra do Sol em área contínua, em área contínua. Porque é isso que nós esperamos. E essa, e esse julgamento servirá, no nosso ver indígena, vai nortear várias terras indígenas que serão demarcadas, homologadas, registradas, como também os direitos dos quilombolas que estão aí. Tenho certeza disso.

Isso afirmando que é área contínua da Raposa Serra do Sol, certamente abrirá espaço para outras, para os quilombolas que estão aí na luta nessa batalha de querer terra, um pouco de terra, né? Para cada um de nós. Desculpe.

Então, o que eu quero manifestar para vocês, meus amigos, meus irmãos, é isso, nós queremos apoio de vocês. Porque nós já estamos com quatro meses aqui dentro, se manifestando, participando de Assembléia, de Plenário como isso aqui, quando não consegue entrar nós ficamos fora, fora assistido, muitas vezes. E é isso. Eu quero agradecer mais uma vez o Senador Paulo Paim, por ter dado essa oportunidade para gente, e além do mais, se vocês tiverem alguma oportunidade que queira dar para gente em qualquer plenária, a gente está aí para falar um pouco, nós somos muitos, tem o Garicó, tem o Uapixana(F) aqui no nosso meio, que estão na sala ali, que aqui está cheio, é isso. Nós queremos apoio. Queremos apoio, que dia 10 nós estamos nos manifestando ou nós vamos esperar o julgamento em frente ao STF. O Congresso. Nós vamos estar lá. Presentes na expectativa de que vai ser aceito, sim, os nossos pedidos. Obrigado. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pedro Raposo, representante da etnia Macuxi,

veja bem que coincidência. Dia 10 de dezembro é a data em que aqui no Congresso e no mundo, a gente lembra a declaração universal dos Direitos Humanos. E no dia 10 vai ser o julgamento. De pronto, eu já quero convidá-los, nós teremos no dia 10 uma grande manifestação aqui no Plenário do Senado. Eu sei que se vocês não puderem estar aqui, vocês estarão em frente ao Supremo, mas com certeza nós vamos botar na pauta para que alguém fale da importância da votação da demarcação definitiva de forma contínua da terra Raposa Serra do Sol. E no dia 11, aqui na Comissão, nós teremos também um evento sobre os 60 anos da declaração universal dos Direitos Humanos. Queira Deus axé, todos os Santos, todas as luzes do universo, que no dia 11, eu possa recebê-lo aqui, vai estar junto conosco o Dante Ramon Ledesma para cantar o canto dos livres com a sua presença. Queira Deus.

[palmas].

Dra. Débora Silva Santos, assessora de diversidade e apoio aos cotistas da UNB.

SRA. DÉBORA SILVA SANTOS: Bom dia Senador Paim, bom dia Elói Ferreira, em nome de vocês, eu na verdade, cumprimento toda a Mesa e cumprimento a minha colega, a única, somos as duas únicas mulheres das duas mesas, então nos cumprimentamos aqui.

Bom, é sempre uma felicidade ser convidada por um evento que venha, na verdade, debater um pouco do estatuto da igualdade racial, e principalmente, eu acho que fico feliz, na verdade, trazer essa experiência da UNB porque, bom, semana passada a gente teve a aprovação no Congresso das leis das cotas, do sistema de reserva de vagas, então, há uma responsabilidade muito grande agora aqui dessa Casa na aprovação, na continuação da aprovação do PL 73/99 e que para mim o estatuto da igualdade racial, principalmente no que diz no seu capítulo 8 que fala do sistema das cotas, está completamente ligado um ao outro. Porque enquanto o 73/99 está garantindo aí a possibilidade das cotas para os negros nas universidades, aí agora incluído a questão das cotas sociais e econômicas, na verdade, o que o estatuto vem fazer é, na verdade, dar um complemento a essas ações, porque hoje não adianta, hoje nós já temos 52 universidades que têm algum sistema de entrada ou de possibilidade do melhor acesso da população negra, mas não temos ainda a possibilidade de uma permanência desses alunos na universidade. Então, das ações, principalmente que tem no art., no capítulo 2, na verdade, do art. 22, 23, e o 24, na verdade, começam a discussão em cima da questão da permanência. E claro que não é uma permanência econômica que é o que, na verdade, eu considero que falta no estatuto que a gente teria que, na verdade, estar pensando como conseguiríamos pen-

sar uma possibilidade de garantir economicamente a permanência, aumento da assistência estudantil, uma garantia em cada um dos planos de desenvolvimento das universidades, que seja incluído um aumento da participação para as ações afirmativas da permanência econômica, das bolsas de estudos e tudo. Mas nós temos uma garantia aqui que são a continuação de outras ações afirmativas, além das cotas.

Que é principalmente de criar linhas de pesquisas e programas de estudos voltados às questões da população negra. O papel da universidade é esse. Ele está incluído dentro da sociedade, ele deve e tem lá uma grande quantidade dos intelectuais onde pensam soluções para a sociedade e nada mais importante do que eles sejam feitos linhas de pesquisas e programas de estudos voltados para essas temáticas. Assim como apoio a grupos de estudos, núcleos de pesquisas, que trabalhem com essas questões, a incorporação nas matrizes curriculares nos cursos de formação de professores, que trabalhem com a lei 10639, que é a introdução, na verdade, a gente sempre discute ao contrário, é a mudança das Leis de Diretrizes e Bases da educação no qual a 10639 e a 11645 modificaram. Sempre há a discussão nas escolas, de que não é a lei das diretrizes e bases da educação que foi modificada e por isso elas têm, as escolas são obrigadas a incluir essa temática para os seus alunos básicos e na universidade, que tem que incluir isso na formação dos seus professores.

Programas de extensão que trabalhem, de extensão universitária que acabem trabalhando com a proximidade de jovens afro-brasileiros, com tecnologias mais avançadas e que façam introdução à universidade também trabalha com isso. A função dela ensino, pesquisa e extensão, a extensão é para trabalhar diretamente com toda a comunidade e aqui mais do que nunca isso daqui teria que ser garantido né? E essa formação, na verdade, no ensino infantil, ensino fundamental, e que tragam essas questões de princípios de equidade, de tolerância, de respeito, de educação anti racista, educação anti sexista. Então, para mim não há, é uma complementação, na verdade, o estatuto da igualdade racial para, na verdade, a lei que a gente espera que vai, na verdade, acabar sendo implementada mais rápido do que o estatuto, né?

Das universidades, na verdade, eu trago, não faço uma grande avaliação, porque, na verdade, eu trouxe mais uma, o desenvolvimento do que a Universidade de Brasília tem feito, mas, na verdade, a grande maioria das universidades hoje que têm os programas de ações afirmativas, que são as cotas, elas têm já trabalhado numa dinâmica procurando, na verdade, discutir

e aprofundar outras, essas outras ações que eu falo o que estatuto de repente garante, né?

Por exemplo, a Universidade de Brasília ela tem desde o começo desse ano, foi aprovado um programa de combate ao racismo e xenofobia dentro da universidade, que veio por conta das várias ações que vêm acontecendo dentro da universidade, mesmo antes até da própria implantação do sistema de cotas que foi em 2004, mas que, na verdade, já vem durante muito tempo sendo, havendo manifestações do racismo e que são plenamente identificados com pichações em banheiros, pichações nas paredes, alunos, as relações entre professores e alunos muito complicadas, professores, relações entre alunos também muito complicadas, e que não foi, na verdade, as cotas que acirraram isso, são coisas que já vinham acontecendo, porque a gente vive numa sociedade racista e não é porque entraram, os alunos entram dentro da universidade que eles deixam todos, se desvestem de uma coisa e colocam outra, assim como os professores.

Então, a implantação desse programa ele, na verdade, foi de conseguir construir dentro da universidade um programa, na verdade, de ações, que fossem ações e medidas de combate a esse racismo, e que eu acho que quando a gente fala desse art. 23, seriam essas as questões que, na verdade, estariam sendo impostas. Então, foi criado todo um, como é que se chama? Um programa educacional, um processo educacional para que essas questões de manifestações de racismo, discriminação e xenofobia, que era principalmente esse que acontecia na Universidade de Brasília, fosse debelado.

Então, na verdade, tivemos um desenvolvimento, uma constatação de que a universidade, algumas unidades acadêmicas, quer dizer, algumas áreas do conhecimento, tem trabalhado com a questão do racismo, mais aprofundado. E outras que, na verdade, nem se interessam sobre isso, né? Que, na verdade, não tem formado os seus profissionais pensando nisso. A gente tem o exemplo, por exemplo, da própria Faculdade de Medicina, que, na verdade, você não tem uma disciplina que trabalhasse, por exemplo, com o que acomete, principalmente, na grande maioria a população negra com anemia falciforme, a própria questão da pressão alta a que a grande maioria da população negra acaba sendo acometida.

Com, na verdade, a implantação deste programa, a gente vem trazendo um acompanhamento mais profundo sobre o desenvolvimento desses alunos na universidade, nesses quatro anos, na verdade, de implantação das cotas, a gente teve uma mudança, saímos de um quadro de 2% de negros dentro da universidade para 12%. Ainda é pouco.

[palmas].

Ainda consideramos que isso é pouco, dentro do quadro de Brasília que está em 20, 23% o número de negros aqui no Distrito Federal, mas esse já é um encaminhamento. E o mais importante é que esses 2% que tinham na universidade eram 2% dentro dos cursos de licenciatura, que são os cursos de formação de professores, ou considerados cursos desprivilegiados. E agora nós temos esses 12% já divididos entre todos os cursos da universidade.

Nós temos também, na verdade, nesse sentido, reforçado também por conta de ter o racismo aí está muito ligado com a xenofobia dentro da universidade, reforçado as ações de permanência para os alunos africanos também, que são os africanos dentro da universidade, que são ações também desenvolvimento de melhoria, discussão [soa a campainha] sobre o programa PEC G que é o programa de ensino e graduação que ao qual esses alunos estrangeiros vem para a Universidade de Brasília e que, na verdade, fazendo uma aproximação muito maior entre eles e uma discussão com os alunos afro-brasileiros que existe, que se tem na universidade.

A gente percebeu que dentro disso a gente teria que ter algumas ações que são essas ações que baseiam o programa, que essa sensibilização da comunidade acadêmica, com relação, com respeito às vigências do racismo e da xenofobia, porque sempre a comunidade como um todo acaba sendo, tendo atitudes racistas e acaba não compreendendo que as piadinhas, as brincadeiras e tal, que existem dentro da Universidade, são consideradas como se fosse questão de afetividade. Então, temos uma sessão de sensibilização disso.

A outra capacitação da comunidade universitária, nesse reconhecimento desse racismo. O outro que é elaborar estruturas institucionais para o acompanhamento de denúncias sobre o racismo e xenofobia, e o outro que é reforçar as condições de acesso e de permanência.

Ontem até nós tivemos, estamos acompanhando no jornal...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Dra. Débora, eu vou te cortar o seu tempo, mas eu faço questão de dizer que nesse momento está conosco aqui o Senador Valter Pereira, que é o Relator daquele projeto dos Quilombos de Amanhã, é investimento maciço no território quilombola, depois ele vai falar para gente aqui também.

[palmas].

Por favor, doutora.

SRA. DÉBORA SILVA SANTOS: Eu estou só concluindo na verdade.

No dia de ontem a Universidade de Brasília voltou de novo aos jornais com um caso de, uma denúncia de racismo com um aluno. Já estamos tomando todas as providências, começando, ele não só entrou na delegacia, normal de acompanhamento, como de dentro da universidade, fazer um acompanhamento sobre esses atos.

Então, sempre se... A minha preocupação é de falar até nesse assunto é que sempre a preocupação de que com a instituição das cotas nas universidades, vai se acirrar o racismo, né? Na verdade, em nenhum momento podemos dizer que isso acirrou, o que acontece é que os alunos que estão entrando na universidade, os alunos negros passaram a fazer as denúncias sobre os alunos e sobre os comportamentos. Então, isso deu uma dimensão maior da questão, enquanto antes se guardava isso e ia para casa, os alunos passavam a vida inteira com vários problemas em relação a não terminar os seus cursos, hoje eles estão denunciando, estamos criando estruturas dentro da universidade até para o acompanhamento.

Então para mim, quer dizer, eu falo muito, sempre falando para mim, porque aqui eu estou pensando aqui um pouco que a gente tem, quer dizer, todas as universidades hoje que tem o sistema de cotas elas, na verdade, tem trabalhado nesse sentido, a gente tem um caso principalmente na universidade federal da Bahia, a universidade estadual da Bahia, que tem feito um acompanhamento dos seus processos de entrada dos alunos, acompanhando as desistências, as saídas dos alunos da universidade, e que, na verdade, isso é uma luta que o Governo Federal tem apoiado não só o projeto, o primeiro projeto, não foi o primeiro, mas um dos projetos foi encaminhado já pelo Ministério da Educação para a implantação das cotas, mas que nesse momento, ele acaba sendo esse apoio não só do Ministério da Educação dizendo que aprova essas ações afirmativas.

Então, a gente espera que, na verdade, esse projeto seja aprovado, todas as universidades federais tenham, que isso leve as universidades estaduais que ainda não tenham sistema de cotas que adotem o sistema, a gente tem com o PROUNI, tem tido também um aumento grande de negros nas universidades, mas agora a gente precisa trabalhar um pouco pela questão da conclusão, a questão da permanência desses alunos na universidade. E às vezes alguns cursos de ponta, é necessário que esses alunos tenham o investimento do próprio Governo para que eles terminem.

Eu acho que é o próximo passo, já que a gente falou aqui na Mesa, o tempo todo a gente tem discutido, até a prova da questão quilombola que eu, na verdade, considero, mas acho que não vou entrar nesse

aspecto, porque realmente não é a minha área, mas que ainda não temos muito problema, na Universidade de Brasília a gente tem dois quilombolas, pelo menos identificados, deve ter mais, mas pelo menos identificados de dois quilombolas, e a gente, na verdade, precisaria também criar essa outra participação dentro da universidade.

Então, assim, eu estou aberta para outras discussões, para outras vindas, eu acho que teria muito mais coisas para falar, mas eu acho que nesse momento é o que a minha contribuição aqui.

[soa a campanha].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chegou nesse momento também, está já conosco, o Senador João Pedro, que é um lutador tanto na linha dos Direitos Humanos, na sua amplitude, mas sem sobra de dúvida, da luta dos povos indígenas e também dos afro-brasileiros.

[palmas].

Passamos a palavra nesse momento, só dizer à nossa querida Débora Silva, Dra. Débora Silva, o Senador Cristovam passou aqui agora, e me disse que o PL 73, ele vai passar para mim relatar, já porque eu já apresentei um projeto semelhante a esse, e fiz essa política que a senhora colocou muito bem, de retirar uma parte das cotas para jogar para o 73, para viabilizar nesse projeto as cotas na universidade e com complemento aqui no estatuto. Então, eu peguei para relator o PL 73, a senhora descreveu aqui muito bem o espírito das cotas e se depender de mim, eu aprovo ele este ano nos 120 anos da abolição não conclusa.

[palmas].

E tenho certeza dos dois senadores aqui presentes também. Então, como último painelistas dessa Mesa, eu passo nesse momento a palavra a Givânia Silva, coordenadora geral da regularização dos territórios quilombolas, INCRA.

SRA. GIVÂNIA SILVA: Bom dia à Mesa, cumprimentando a Mesa em nome do Senador Paulo Paim, e a todos e todas que se encontram nessa plenária. Em nome do Ronaldo e da Emília que estão aqui, que são da coordenação do movimento, mas também eu quero cumprimentar um colega nosso, eu digo nosso porque eu também estou encerrando o meu segundo mandato, afastada, obviamente, de vereadora de minha cidade, mas estou vendo ali um quilombola, Vereador, companheiro típico de Monte Alegre, kalunga.

[palmas].

Que me parecia que havia a expectativa de uma outra Parlamentar quilombola aqui no Plenário, a Maria Rosalina, do Piauí, eu não sei se concretizou a vinda

dela, mas de qualquer forma as pessoas que estão aqui levem esse nosso cumprimento.

Essa minha fala, senador, na verdade, ela talvez fosse desnecessária em função do companheiro Rui, já ter feito aqui a sua intervenção em nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Porém, eu acho que tem alguma, aceitei vir para a Mesa para fazer alguns complementos que me parecem muito importantes, sobretudo estando há um mês e 15 dias na autarquia INCRA, na função de fazer essa coordenação, de estar nessa coordenação.

Não vou aqui me colocar no sentido das avaliações tanto feitas pelo Deputado Raul, que muitas delas nós entendemos e é o anseio e aí eu tenho muita, não diria propriedade, mas porque a gente ajudou a construir esse processo, e sendo quilombola como sou, então, haveria de estar concordando com algumas colocações que aqui foram feitas.

Porém, me parece que o nosso espírito nesse momento é de tentar encontrar alternativas para minimizar dentro da autarquia os efeitos aqui apresentados. Esse pelo menos é o que eu estou entendendo, é a missão que eu recebi do Presidente da autarquia, era de não poupar esforços no sentido de tantas questões jurídicas, o que tivesse para dentro da autarquia que a gente tivesse, fizesse um esforço enorme para superar. E aí nesse sentido, alguns avanços já foram apresentados como, por exemplo, a decretação única que era uma ação que não estava até então, e que hoje foi compreendido pela autarquia, e isso já está sendo discutido, já tem um consenso, já está acordado isso, já está definido que ao invés de chegarmos no kalunga e fazer 100 decretos para 100 propriedades, kalunga para a nossa felicidade, esperamos kalunga ser e mocombo e talvez mais dois do sul, os quatro primeiros territórios a serem decretados como território único, e a partir daí, o INCRA passar a fazer as desapropriações como processo individual. Esse é um dos avanços que me parecem que vai dar um pouco mais de fôlego à autarquia na execução dessa política.

[palmas].

Portanto, reconhecer as nossas dificuldades, as dificuldades da autarquia, para nós, tem sido um exercício. Não tem sido uma negação, de dizer, de não reconhecer que a nossa capacidade de recursos humanos, que a capacidade muitas vezes até mesmo de compreender esses novos mecanismos e essas novas demandas, elas podem sim ser um elemento a ser considerado. No entanto, tem tido um esforço enorme para que a gente supere.

É claro que um antropólogo numa superintendência, por exemplo, no Maranhão, que tem quase 200, temos quase 200 processos abertos, fica aqui estam-

pado o nosso reconhecimento de que esse é um limitador. No entanto, tem um esforço enorme também de que isso seja superado, claro, via os meios legais e é isso que nós estamos trabalhando que não cabe aqui colocar, no entanto, mas que podemos dialogar isso e o apoio de todos aqui do movimento social, e desta casa, sem dúvida, para nós é um reforço enorme e nos dará a certeza da efetivação dessa política.

Portanto, a minha fala vai um pouco no sentido dessa política e de uma ação que para nós tem sido importante e, ao mesmo tempo, nos preocupa.

Com a possível, com a possibilidade de aprovação do projeto, do Deputado Valdir Colatto e com a cogitação de uma possibilidade de tirar o capítulo que fala dos remanescentes de quilombo do estatuto da igualdade racial, para nós da autarquia aí está a nossa maior preocupação.

Por que eu digo isso? Porque esta ação, senhores e senhoras, é a única ação que o Governo Federal faz direto, sem intervenção de uma Prefeitura, de um Governo de Estado, ou de uma organização. É a única do programa Brasil quilombola que o Governo Federal faz direto. Que ele não precisa de conveniar, necessariamente, está precisando dada a demanda, mas o INCRA é a instituição, a única instituição que executa essa política direto, não é o mesmo caso da política de educação que terá que ir via municípios, pelo pacto federativo, não é o mesmo caso das ações do Ministério da Saúde, não é o caso de outras ações.

Então, é importante que essa ação de regularização ela permaneça, porque se ela ficar apenas no decreto, me parece que ela fragiliza bastante e se isso vier a se concretizar, mais ainda, mais ainda. Essa política passa a não existir por parte do Governo Federal.

Então, eu chamo a atenção aqui de todos do movimento social e de todos os entes do Governo porque eu, até vendo o nosso Secretário Estadual de Políticas de Igualdade Racial do Estado do Maranhão, que está aqui, que eu cumprimento a população daquele Estado.

[palmas].

João Francisco, companheiro João Francisco, a vitória que nós tivemos sobre o caso de Alcântara, da publicação do relatório de Alcântara, que estamos aí no tempo de espera dos 90 dias, 90 dias que certamente vão parecer 190 dias, que é de tão ansiosos e tão esperançosos, que não haja qualquer intervenção no sentido de que a gente, ao chegar ao completar os 90 dias, possamos de imediato publicar a portaria e aí passar, em seguida, ao INCRA dar continuidade às ações de desapropriações, quando couber, e quando não, muitas já estão lá, ver e estudar as formas da gente começar a efetivamente dar um retorno positivo

aquela população que espera e comunidade que tem levado o Estado Brasileiro, senador, a vários espaços internacionais para responder por essa política. Então, eu acho que não é importante. Aqui eu queria endossar a fala do companheiro Ronaldo Santos, quando ele disse da necessidade de ampliar esse debate para o questão do estatuto. Eu acho que a audiência aqui já começa, mas eu acho que precisamos e aí eu não sei qual é a nossa capacidade mesmo de ainda discutirmos isso de forma ampla esse ano, mas o que eu quero dizer e reafirmar, é a disposição da autarquia, digo isso respaldada pela fala do nosso Presidente dos esforços que forem necessários fazer para que esse art. tão importante, mesmo que ele precise ser tirado algumas questões, e o Rui já trouxe isso, algumas questões aqui postas, nós identificamos que são questões de procedimentos.

Então, procedimentos ao nosso ver, não necessariamente deveria estar aqui, mas o Rui já falou aqui e eu reafirmo, nós já temos o MDA e autarquia INCRA tem sim um entendimento quais são os elementos centrais que nós não podemos abrir mão. E para tanto, acho que é preciso que a gente trate o estatuto da igualdade racial usando o exemplo de Alcântara, que chegamos ao final porque foi uma posição de Governo, e que se os adversários dessa política entenderem a fragilidade em nós mesmos, certamente vão ficar muito mais fortalecidos e vão sim para cima com as barganhas, com as propostas de acordo que são inaceitáveis, sobretudo por este Governo, que nós já não precisamos, nem nós, somente a população negra, mas aqui na Mesa e é reconhecido isso não só localmente, mas internacionalmente dos avanços que esse Governo já deu em relação a essa política.

Mas isso não resolve ainda. Nós precisamos como a Dra. Débora falou aqui. Precisamos fazer mais para que efetivamente essas ações se consolidem, se efetivem, e as comunidades não tenham que esperar séculos ou talvez quando a gente finalizar os processos de regularização já não estejam mais lá.

Então, hoje há toda uma preocupação interna para que a gente possa não só abrir processos e andar com esses processos de formas mais ágeis, mas, sobretudo de pensar o que se cria nessas comunidades ao se abrir o processo? Eu refletia com a equipe lá da Coordenação e eles diziam para mim o seguinte: Olha Givânia, nós muitas vezes somos o único agente do Estado que botamos a cara na comunidade quilombola. E lá nós somos interrogados sobre Bolsa-Família, nós somos interrogados sobre a escola, e não é a nossa tarefa. E isso é uma constante do nosso dia. Então, eu acho importante que a gente possa após essa audiência, senador, criar uma Comissão que possa estabelecer o

que é que disso aqui é possível sair, e o que é que não é possível sair, no nosso entendimento, a autarquia reafirma aqui nessa Mesa, que nós não abriremos mão, vamos brigar para não abrir mão das questões centrais que tratam da questão de quilombo dentro desse estatuto. E aí precisamos não só do apoio, do movimento. Mas precisamos, sobretudo do entendimento de Governo para que a gente saiba, para que a gente caminhe com a mesma direção. Para que não fique a autarquia de um lado, o Legislativo de outro, e outros entes de Governo de outro. Nós queremos caminhar unidos numa proposta em que, seja, que prevaleça o direito já estabelecido, o direito já aqui apontado.

A segunda, para finalizar, é com relação à questão que é um debate, aí eu olho alguns rostos aqui, e vejo aqui da companhia Ivana, Emília, Ronaldo, vejo tantos outros que eu não vou lembrar o nome aqui, não vou conseguir dar conta de lembrar o nome, que foi em 95 quando nós começamos essa discussão sobre a questão do art. 68, que era a questão da auto aplicabilidade. Então, eu acho que esse é um tema, e ele é sempre, ele pode ser antigo, mas ele é sempre novo, por quê? Porque essa auto aplicabilidade, dela para cá, nós tivemos o decreto 3.912, que engessava literalmente, nós tivemos dois projetos de lei que resultaram no substitutivo, o projeto de lei da Senadora Benedita da Silva e do Deputado Alcides Modesto, à época, Deputado Federal da Bahia.

Vetado pelo Governo anterior, e nós temos o decreto 4887, e as instruções normativas que já vão, ouve a 16, né, Rui? A 16, a 20, e agora a 49.

Por que eu trago esse histórico? Porque me parece que a auto aplicabilidade ela é uma compreensão nossa, da nossa lógica, mas não é da lógica de todos aqueles com quem nós precisamos dialogar. Para isso, entendemos nós, que quanto mais afirmarmos por dentro do Estado Brasileiro essa questão de quilombo, mais possível fica da gente andar com passos que não sejam interrompidos ou por uma mudança de Governo, ou por uma mudança de concepção, com relação à interpretação do art. 68.

Então, colocamos aqui, essa é a reflexão que tem permeado dentro desse Ministério, mas como nós no Ministério somos os executores dessa política, temos refletido bastante sobre o que seria a aprovação do PDL, do Deputado Valdir Colatto, e o que seria uma possível retirada desse art. do estatuto. Ou seja, seria abrir mão da execução direta do Governo Federal, da única ação que é da sua governabilidade total, ou seja, temos parceria com o Estado, queremos ampliar com as universidades, mas, por si só, a autarquia é a responsável para começar e terminar um processo, isso não quer dizer, eu não estou aqui dizendo que nós já

estamos nesse nível, mas já estamos sim, porque vamos titular ainda este ano, Família Silva está pronto, enfim, tem outras possibilidades, mas essa para nós é o que nos tem, tem nos preocupado e a gente coloca isso de forma muito fraterna aqui com o senador, com os demais entes do Governo, não numa perspectiva de achar que derrotista não, mas é numa perspectiva de encontrarmos um caminho de fortalecer o Governo, para que ele possa com a posição única, chegar e dialogar com os Parlamentares e convencê-los daquilo que não é possível ser retirado, e, ao mesmo tempo, possamos aprovar o estatuto da igualdade racial. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Obrigada Givânia, eu passo a palavra nesse momento ao Senador Valter Pereira, que é o Relator do projeto que eu anunciava e vocês receberam cópia, em seguida, o Senador João Pedro, sem prejuízo do debate que faremos posterior a essas duas intervenções.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, senhoras e senhores que compõem a Mesa como debatedores, como painelistas, meus colegas Parlamentares dos Estados e dos Municípios que estão presentes, senhores senadores, Senador João Pedro, eu não poderia deixar de vir aqui num evento coordenado pelo Senador Paim, e numa Comissão tão importante para a sociedade brasileira, como a Comissão de Direitos Humanos.

Estou aqui angustiado porque tenho compromisso que não posso deixar de faltar, mas não poderia também e ficaria angustiado se não pudesse comparecer aqui para dar um breve depoimento a todos àqueles que participam desse importante evento.

Quero lhes dizer em primeiro lugar o seguinte. Que ninguém poderia coordenar melhor qualquer política de inclusão social do que o Senador Paim. Quero lhes dizer que...

[palmas].

Que em todas as boas causas onde se busca a reparação de injustiça, podem estarem certos de que por trás disso ou pela frente, né? Está este bravo Senador do Rio Grande do Sul, que é, eu posso lhes assegurar sem medo de errar, o nosso líder nessas causas.

Portanto, embora aja divergências em todos aqueles que compõem esse grupo, que busca a inclusão social, cada um enxerga determinados problemas, determinadas soluções de formas diferentes, mas, na verdade, todos nós convergimos para o âmago dessas causas, que é a reparação de injustiças que ao

longo da história, foram constituindo um grande passivo que a nação brasileira precisa, mais cedo ou mais tarde, reparar.

Eu quero, ao dar esse testemunho, dizer que também tenho divergências quanto a várias questões abordadas, mas que as divergências dizem respeito aos acessórios, não ao principal.

Portanto, ao dar esse depoimento, eu quero lhes dizer que o meu parecer será discutido com o Senador Paim para que a gente encontre o melhor, a melhor solução possível para pleitos que são da maior justiça e que merece do Senado Federal uma proteção inquestionável.

Ainda recentemente, nós tivemos uma discussão sobre a questão dos aposentados, que foi uma discussão histórica, levou o Senado a tomar até uma posição de vanguarda no momento em que os senadores decidiram fazer uma vigília cívica, que roubou a noite toda para que a nação enxergasse que aqui também existe uma irresignação contra as injustiças, e aqui sem medo de errar, Senador Paulo Paim, eu posso assegurar a esse auditório, que o Senado Federal assume uma posição de vanguarda porque sempre a Casa Alta foi considerada como a mais conservadora. E essa visão não estava de todo errada, até porque a própria faixa etária que é um dos requisitos para disputar uma eleição de Senador, nessa Casa é de 35 anos. Contrariamente aos deputados que precisam exibir sua certidão de nascimento para comprovar que tem 21 anos, 18 anos, 21 anos, no caso do deputado 18 anos, no caso do Vereador etc.

Mas, a despeito disso, é exatamente aqui que a inclusão social está avançando. Aqui é que a inclusão social está rompendo paradigmas, aqui é que efetivamente ecoa com mais firmeza, com mais determinação os clamores dos segmentos mais injustiçados do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite, senador, só dizer como exemplo para esse fórum, por exemplo, aqui, o estatuto da igualdade racial foi aprovado por unanimidade e ninguém questionou o art. quilombola, isso é uma demonstração que o Senado está na frente.

[palmas].

De muita gente que acha essa Casa...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Então, eu acho que são, são momentos assim históricos que nós estamos escrevendo nesse momento aqui no Senado Federal. Essa postura do Senado, de vanguarda, a postura do Senador Paim aqui, que eu acredito que a nação está acompanhando com muita atenção, os compromissos que a gente tem aqui, tem que ser olhados com bastante atenção,

porque é o que pode levar a mudanças significativas no ordenamento jurídico do país a fim de que o Brasil seja aquilo que foi tão decantado, especialmente na Assembléia Nacional Constituinte, que foi a virada da história do nosso país. Mas eu ao ausentar-me quero dizer que estamos perfilados, vocês vão observar divergências, eu, por exemplo, tenho uma posição diferente de muitos segmentos quanto à questão das cotas. Eu fui Secretário de Educação de Mato Grosso do Sul, e naquela ocasião eu desenvolvi um projeto que eu acredito que ali está a alternativa correta. Para esse praticar a igualdade de oportunidades a todos os segmentos, sem a necessidade da cota, que é uma mexida no ensino, na estrutura, na metodologia do ensino básico do nosso país.

E efetivamente deu resultados extraordinários, porque os alunos que passaram por essa experiência conseguiram ingressar na universidade sem discutir qualquer tipo de distinção racial.

Infelizmente, na área da educação, os projetos são muito efêmeros. Cada Governo tem uma visão diferente. E isso acaba fazendo com que os projetos, mesmo os bem sucedidos, sejam desprezados abruptamente. E é exatamente essa instabilidade que leva às vezes à necessidade de cotas que na minha avaliação devem ser vistas apenas como medidas de caráter eminentemente transitórias, a fim de que se faça uma reparação imediata, mas que até encontrar o projeto que garanta uma inclusão, que seja definitiva, que seja normal, que seja regular, que não implique em discussão se é democrática ou se não é democrática.

Mas de qualquer forma eu deixo esse recinto agora, passando para vocês todos que a minha convivência, de que todos nós estamos trabalhando com segurança numa orientação correta, numa orientação de justiça social, que se faz se todos estiverem incluídos sem nenhum tipo de preconceito. Essa é a linha do nosso Presidente Paulo Paim e a nossa linha também. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra para o Senador João Pedro. Me permita só, Deputado Valter Pereira, porque eu vi recentemente alguém dizendo para mim o seguinte: Senador Paim, mas o Barack Obama disse que vai propor a revisão da política de cotas. Eu respondi com a maior tranquilidade. Eu só espero que no Brasil a gente não tenha que esperar 48 anos para pedir a revisão, eu espero que no Brasil a política de cota venha, cumpra o seu papel e oxalá Deus, daqui a 15, 20 anos, a gente diga o seguinte: Não queremos mais política de cota porque já fizemos a transição.

[palmas].

Por isso que a política transitória que V. Ex^a coloca a todos nós, mas oxalá, não tenhamos que esperar 48 anos. Senador João Pedro, por favor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom dia a todos e a todas. E Senador Paim, que preside esta sessão, a Mesa e todos os que estão aqui, mostrando não só uma vitalidade do movimento em nível nacional, e aqui eu quero fazer uma pergunta se tem alguém do quilombola de Oriximiná(F), do Pará, se está aqui. Eu visitei com o Presidente Lula em 94, percorrendo ali a Amazônia, o Rio Amazonas, e uma comunidade grande, uma juventude, me chamou muito atenção à presença dos jovens ali, em Oriximiná(F) no Estado do Pará.

Eu voltei lá depois, cinco anos depois eu passei novamente e nunca mais voltei. Sou do Estado do Amazonas e quero dizer, primeiro que esta caminhada, nós temos avançado, muita coisa aconteceu. Mas o Estado Brasileiro precisa reparar erros e reconhecer, e mesmo assim, dificilmente nós vamos superar, do ponto de vista histórico, crimes cometidos com os afro-descendentes.

Com a diversidade cultural, eu vivo lá na Amazônia, lá no Estado do Amazonas, e esse é um ponto que eu levanto no Senado, no sentido do Brasil olhar a nossa região não de forma pontual, não de forma pontual, mas nós temos um olhar de nação e ter a capacidade e o compromisso, a solidariedade de enxergar diferenças.

O Amazonas aqui tem o Pedro, lá de Roraima, aonde se discute a homologação de Raposa e ali tem várias etnias, não tem uma etnia. No meu Estado, por exemplo, a gente sente a sutileza de dizer, aqui não tem negro, no Amazonas. Vai passando isso de forma oficial. E tem sido difícil o reconhecimento de populações, aí o INCRA joga um papel importante. Eu tenho uma passagem pelo INCRA, eu fui servidor do INCRA, foi superintendente do INCRA. O INCRA avançou muito nisso, no reconhecimento, discutir a questão fundiária, discutir a questão territorial. Mas nós precisamos ter o reconhecimento lá no Amazonas e eu quero dar isso como exemplo, mostrar essa diversidade no Estado, além da presença das etnias dos povos indígenas, é a maior população indígena do Brasil está ali no Amazonas. Mas tem a presença afro-descendentes no Estado do Amazonas. No município de Barreirinha, terra do poeta Thiago de Melo, nós temos lá em Novo Airão, um Município aonde parte do Município tem o parque do Jaú, uma presença, uma resistência, mas como o Prefeito reconhecer o Estado, o Governo do Estado, complicadíssimo. Então, e está lá, representações legítimas, históricas, uma cultura secular resistindo,

e padecendo desse muro invisível, dizer: Olha, eles não existem.

E quero dizer da minha, do meu compromisso político, ideológico, e nós estarmos juntos aqui, ao lado do Paim, ao lado de vocês, mas para construir e aí eu acho que Givânia falou, eu vi pela televisão, pelo rádio, várias falas aqui do Elói, a sua, nós tínhamos que construir política de Estado. Essa aqui não tem que ser pontual, nós temos que fazer a política pontual. Mas nós precisamos e esse é o desafio e por isso eu acho importante esse ato aqui no Senado. De nós construirmos política de Estado, e ser o Estado Brasileiro a assumir, a ser um Estado verdadeiramente democrático, na hora em que assumir essa diversidade cultural, étnica, da nação brasileira. E eu quero me colocar aqui como, não é como senador, mas como um cidadão militante dessa luta, para nós fazermos o reparo e fazermos conquistas importantes para termos, aí sim, um Estado democrático de direito, obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria combinar com a Mesa e com os painelistas, já são 12h30. Nós teríamos que terminar no mais tardar às 13h30, no mais tardar 13 horas.

Eu proporia o seguinte. O Pernambuco é um militante histórico, eu diria que Pernambuco, me permita que eu diga isso, me fez dar os primeiros passos nessa causa, já que eu vinha do movimento sindical. Se o Plenário concordasse, eu daria a palavra ao Pernambuco, e em seguida, daria a palavra de três a cinco minutos a cada um dos painelistas que possam fazer as colocações e o encerramento e daí nós encerraríamos a atividade. Eu acho que o objetivo da atividade eram dois no meu entendimento. Primeiro dar visibilidade a essa questão e nós conseguimos, nós temos ao vivo para todo o Brasil, desde às 9 horas e vamos terminar provavelmente 13h30. Segundo, deixar claro aqui, o povo quilombola demonstrou, qual o seu ponto de vista em relação aos decretos, ao próprio estatuto, e aquilo que nós podemos avançar. Então, se o Plenário assim entender eu daria a palavra ao Pernambuco e depois nós daríamos de três a cinco minutos para cada um dos painelistas para suas considerações finais. Podemos caminhar por aí? Pernambuco, com a palavra então. Pernambuco se identifica, para aqueles que não tem claro a tua, um pouquinho da sua história só.

SR. PERNAMBUCO: Bem, eu provavelmente inicio minha fala quebrando um pouco o protocolo. Porque eu preciso buscar forças no sangue derramado pelos meus contemporâneos, meus antepassados.

[palmas].

Nós somos do movimento quilombista contemporâneo. Ao dizer isso, quero saudar o sangue derramado

de Zumbi e dos nossos irmãos que nos permitiram hoje estar aqui. E dizer da nossa esperança, nossa angústia e tristeza, de ver passados tantos anos e estarmos aqui na busca do óbvio, que é o direito do ser humano. Independente de negro, branco, o ser humano tem o direito a pensar, a ser feliz, a se construir como pessoa, como cidadão.

Dito isso, quero externar meus respeitos ao nosso senador e lembro que o nosso encontro foi muito interessante, senador, porque o senhor era candidato e eu perguntei ao senhor se o senhor teria compromisso com a nossa causa. E o senhor me disse que não teria naquele momento, porque o senhor vinha de uma tradição trabalhista, e que não tinha embasamento teórico e nem experiência para falar de negros. E que seria um oportunismo se porventura o senhor colocasse na sua bandeira esta, como bandeira de luta, essa defesa.

Conversamos depois, conversamos muito, tivemos momentos em que a minha angústia fazia com que esperasse mais ação positiva do senhor, várias vezes questionei pessoas que trabalhavam com o senhor, porque realmente via e vejo no senhor aquela pessoa que tem a voz, e que tem o porte para conduzir essa nossa luta. Hoje, estamos num momento extremamente simbólico e o importante, porque temos no senhor, em nível nacional, em Zumbi contemporâneo.

[palmas].

Temos em nós, gaúchos, me permitam dizer que eu também me considero gaúcho, estando lá já há quase 50 anos, embora seja pernambucano, nós gaúchos, e eu pernambuco, chamamos o senhor no sul, de lanceiro negro. Por quê? Porque também os lanceiros foram traídos, como todos nós fomos traídos. A história demonstra isso. A nossa luta é uma luta de traição, é uma luta como está acontecendo, contemporânea, o que está ocorrendo hoje, sem sombra de dúvida, é mais uma forma, é mais um jeito de se desconstituir, não é? Aqueles valores constituídos pela nossa luta, pela nossa persistência, homens e mulheres negros, que sabem [soa a campanha] que só nós temos o direito de exigir o que é nosso. E direito, liberdade não se pede. São conquistas.

[palmas].

E eu quero terminar a minha fala lembrando a pouco o Deputado Raul Carrion, nós conversávamos aqui, que é um guerreiro nosso, todos do sul conhecemos, instigado que foi pelos companheiros do movimento quilombista, se criou na Assembléia Legislativa a frente parlamentar por reparação dos Direitos Humanos quilombolas, aonde o nosso Deputado mantém, conduz todo o processo. É a nossa voz junto com as

vozes quilombolas que nos ajudam a ver todas essas situações legais que impedem o nosso avanço.

E ele me lembrava de uma frase de Mandela quando foi, quando se constituiu Presidente. E ele dizia para os seus irmãos negros o seguinte: Hoje eu Mandela, sou Governo. Vocês, irmãos negros, se organizem e exijam os seus direitos. Porque aqueles que se opõem a vocês, já estão organizados há muito tempo.

Eu quero lembrar essa fala e dizer aos meus irmãos que é isso que nós temos que fazer. Nós não somos contra o Governo Lula, todos nós negros conscientes sabemos o avanço proposto no seu Governo.

Não obstante, é muito pouco, é o mínimo, nós temos que nos organizar e exigir sim.

Que haja do Governo posições mais contundentes contra aqueles que continuam nos oprimindo, contra aqueles que continuam nos colocando na barbárie, na injustiça! Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Pernambuco é uma liderança eu não diria do nosso Estado, mas do nosso país, é que o Pernambuco lembra muito bem quando eu fui candidato a primeira vez, houve uma plenária no Estado, eu disse exatamente essa frase. Eu mostrarei depois que estiver no mandato e felizmente caminhamos juntos e estamos vivendo um momento bonito como esse. Esperamos que efetivamente o PL 73, seja aprovado agora no Senado com rapidez, esperamos que o estatuto da igualdade racial seja aprovado e esperamos, inclusive, com a palavra do Presidente Lula agora no Rio de Janeiro, que a data de 20 de novembro, a data de Zumbi dos Palmeiras que já foi apresentado no Senado pela Benedita, foi arquivado, eu aprovei de novo, agora está na Câmara, esperamos que ainda no mês de novembro a Câmara aprove agora, referendado pela posição do Presidente Lula. 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, feriado nacional.

[palmas].

Eu vou passar a palavra para os companheiros da Mesa, cada um fará uma saudação, espero de três minutos, se assim entenderem, e em seguida para os companheiros também painelistas, mas que estão nesse momento no Plenário, começo com o companheiro Raposo.

SR. PEDRO RAPOSO: Eu só quero agradecer ao público que aqui está, por ter essa oportunidade de estar aqui presente. E dizer que nas considerações finais, que nós estamos juntos aí, espero apoio também, a presença de vocês no STF no dia do julgamento, dia 10, pela manhã, não sei que horas vai começar, mas a gente vai estar desde a parte das seis horas, nós estamos lá esperando na expectativa, né? Do que nes-

se dia seja completado a nossa esperança da Raposa Serra do Sol em área contínua. Obrigado.

[palmas].

SR. MAURÍCIO JORGE SOUZA DOS REIS:

Quero agradecer também o convite feito pela Fundação Cultural Palmares, do Senador Paulo Paim, colocar também que a Fundação Cultural Palmares estará aberta ao diálogo com as comunidades remanescentes de quilombos, com a SEPPIR, com os demais órgãos do Governo, para que juntos possamos unir forças para o fortalecimento e a implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas e a população negra. Muito Obrigado.

[palmas]

SR. ELÓI FERREIRA: A importância da sua ação na convocação dessa sessão. O senhor fez uma fala que me lembrou agora no final, o senhor lembrou de Obama, e nós temos sido sempre abordados sobre o que representa a eleição de um homem negro nos Estados Unidos e para o mundo, para o Brasil, especialmente. Nós achamos que é absolutamente importante, relevante ter esse tipo de mudança, essa mudança com um homem negro na Presidência dos Estados Unidos.

Mas nós pensamos que o Brasil, eles se inspiraram, com todo o respeito, mas eles se inspiraram no Brasil para oferecer essa mudança, porque foi o Brasil que iniciou aqui na América Latina um processo de mudança com a eleição de um operário para a Presidência da República, de um operário que não decepcionou e não decepciona o povo brasileiro, e em especial, a nossa comunidade.

[palmas].

E que busca realizar mudanças substantivas que não foram efetivadas ao longo desses 120 anos, para dizer o menos, e daqui inspiramos, Evo Morales, mulheres também no poder, Michele Bachelet, enfim, inspiramos e isso nos dá bastante conforto de ver a ação desse Governo.

Eu gostaria de concluir, Sr. Senador Paulo Paim, companheiros presentes a essa sessão, é que nós temos hoje algumas inúmeras ações de muita importância que o Governo busca implementar, tendo em vista a importância, trazer a importância da cultura africana que foi relegada, a historiografia não tratou nem da cultura africana, nem da importância dos povos indígenas na formação da nossa nação. É como se não tivéssemos tido essa passagem, como se a nossa historiografia tivesse só um registro de um lado, um registro só de um segmento, na formação.

E estamos trabalhando bastante para implementação da lei 10. 639, que trata do ensino da história da África, que trata do reconhecimento da contribuição dos

negros para a formação do Brasil. E isso, em seguida nós trabalharemos juntos para juntar pela lei 11.645, que é da contribuição dos povos indígenas para a formação da nossa nação.

Eu digo isso porque consideramos absolutamente importante a memória de um povo para vislumbrar o seu futuro. Examinar, cotejar o nosso presente com o nosso passado, a perspectiva do nosso futuro ser vitorioso. E então, um ato desse que o senhor realiza nesse mês que comemoramos o 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, ele assume uma importância dobrada. E pelo debate que foi trazido aqui essa mesa inúmeras opiniões, o nosso Governo busca a formação de uma opinião e vai discutir isso em âmbito de Governo à luz de todo o debate que foi travado aqui para termos uma posição bastante serena e bastante conseqüente na defesa intransigente das comunidades remanescentes de quilombo, na defesa intransigente do nosso povo, especialmente do povo negro brasileiro. Então, muito obrigado, parabéns Senador Paulo Paim, parabéns a todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Givânia, por favor.

SRA. GIVÂNIA SILVA: Eu queria agradecer, dizer que vou usar duas figuras que estão aqui na sala para dar um testemunho que eu tive o prazer de ouvir. Eu vou usar o Zeca Lula, que é de um quilombo que a sua área é tida como área de sobreposição e usar aqui a fala do Senador João Pedro.

E o que eu queria colocar nessa minha fala, e usando esses dois personagens é para dizer da felicidade que eu tive de ouvir em um momento, num certo momento onde nós estávamos discutindo exatamente a comunidade em que o Zeca Lula mora, Quilombo de Santo Antônio do Guaporé, e o testemunho foi o seguinte: Que naquele parque lá é uma sobreposição com o parque, e naquele parque, o único, a única parte que não foi danificada, que não foi devorada pelas madeiras são as partes que estão sendo guardadas pelo povo indígena e pelo povo quilombola.

Então, Zeca Lula e João Pedro, eu acho que para uma pessoa nascida e criada em um quilombo, com descendência indígena ouvir um depoimento desse no momento em que havia o sentimento de que para a manutenção do parque era necessário tirar essas populações, isso foi para mim, como se fosse um combustível para a gente poder pensar o que é o nosso papel, a importância desses povos nesses territórios. Então, ouvir isso de setores bastante, não diria contrário, mas bastante resistentes a essa política, assegurar para nós de que graças à resistência desses dois grupos ainda existe área do parque, ou seja, embora

haja uma legislação ambiental que tem, é tida como a mais, uma das mais severas no Brasil, mesmo assim, não deu conta de manter aquele parque vivo se não fosse a presença dos indígenas e dos quilombolas.

[palmas].

Então, isso me deixou bastante animada, e os desdobramentos em relação a este território, da mesma forma que tambor(F) lá na região que o senador se referiu.

Nos dá a autarquia hoje, a certeza de que nós estamos no caminho certo.

E por último, dizer, senador, que este é o nosso sentimento, essa política ela não pode ficar à mercê da vontade do presidente, nesse momento estamos graças a Deus contando com essa vontade, mas ela não pode ficar nesse estilo, porque ela não se sustenta. Nós precisamos sim cada dia mais introjetar esse sentimento que nasceu de forma mais coerente neste Governo, mas que seja não de Governo, e passe sim a ser uma política de Estado.

E para que ela seja de Estado, ela precisa ter a legislação que a trate e que diga de quem é a competência, que determina orçamento, que determine procedimento e que determine, inclusive, responsabilidade ao Estado quanto não fizer cumprir essa demanda.

Então era isso. Coloco a Coordenação à disposição para dialogar, mas creio que a gente tem sim essa convicção e precisamos construir um sentimento coletivo do que é que nós queremos deixar como legado nesse Governo do Presidente Lula para essas populações de forma a não, a uma virada de ano ou uma mudança simplesmente, não seja um retrocesso de uma perda, que talvez a gente leve mais outros 500 anos para recuperar. Muito obrigada e estamos à disposição.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Dra. Débora.

SRA. DÉBORA SILVA SANTOS: Primeiro eu queria agradecer o convite e, na verdade, feliz de estar aqui e, na verdade, eu acho que na fala, na verdade, do Senador Valter Pereira e eu tinha esquecido até na minha fala de fazer um comentário também sobre o que o Senador Cristovam Buarque falou.

Primeiro, o que tem sempre que ficar claro é a questão qual é o caráter, qual a definição das ações afirmativas? Ações afirmativas têm o caráter temporário, essa que é a definição dela, e é isso, na verdade, que não é para sempre? Não, é um caráter temporário para superar a desigualdade e o atendimento a uma população que está desfavorecida até o momento.

[palmas].

Então, eu acho que esse é o primeiro ponto de negociação aí.

O segundo é, na verdade, o que o Senador Cristovam Buarque falou, eu esqueci na minha fala, é, na verdade, nós vivemos com um pacto federativo no qual os Estados e Municípios são responsáveis pelo ensino médio e o ensino básico e ensino médio. Então, o que o Governo Lula principalmente tem feito agora nesse momento é, na verdade, tratar as escolas federais, né? Que são responsabilidade dele, que são as universidades federais, então, nada mais do que nunca do que esse projeto de lei é para isso, mas em nenhum momento, e mesmo nós que lutamos, temos a luta anti-racista, nenhum momento estamos deixando o ensino básico e o ensino médio sem um atendimento. O que acontece é que as políticas, vamos dizer, universais, possibilitam com que 96%, mais ou menos da população entre no ensino básico. No médio não. Mas no ensino básico. Mas o problema é a sua permanência, problema é o investimento aí. E aí é uma negociação, como bem disse a Givânia, é necessário você ter a negociação não é direta, é negociação com os Estados e Municípios para a melhoria disso. Então, na verdade, tem que ser, né? Nós temos que conseguir fazer com que essas coisas caminhem junto, porque se a gente esperar até o ensino básico melhorar, já foi feito o IPEA lançou esse ano mais ou menos no mês de maio dizendo que se amanhã melhorasse a escola pública, a gente ainda levaria 50 anos para, na verdade, ter igualdade entre negros e brancos nesse país. As coisas têm que ser feitas ao mesmo tempo e é isso que, na verdade, eu defendo aqui um pouco a questão de aprovação do PL 73/99.

E colocar para o Senador Paim que, assim como a gente teve uma Mesa muito importante sobre a questão dos quilombolas, eu acho que seria importante a gente ainda tiver tempo ou conseguir acionar, as pessoas que discutem sobre educação e que possam, na verdade, contribuir um pouco mais com esse debate dentro do estatuto da igualdade racial. Obrigada.

[palmas].

SR. FERNANDO PRIOSTE: Mais uma vez eu gostaria de enaltecer a necessidade, a urgência de se fazer essa Audiência Pública. Veio num momento bastante pertinente que se discutem questões fundamentais, enaltecer a iniciativa do Senador Paulo Paim e dizer que essa discussão que se trava aqui com relação ao território quilombola, a discussão que se trava com relação ao território indígena, aos territórios das comunidades tradicionais de Fundo de Passo, Fachinalence(F), nos dão, na verdade, a discussão do que era o Brasil, de qual modelo de desenvolvimento que quer o Brasil. Se quer um modelo de desenvolvi-

mento no âmbito rural que leve em conta que a agricultura familiar e camponesa é viável, ou se quer um modelo de desenvolvimento baseado no latifúndio e na exploração do trabalhador rural.

Gostaria também de ressaltar que, não devemos temer o Poder Judiciário, o Poder Judiciário assim como os outros dois poderes também se faz disputa política e Direitos Humanos são discutidos no Poder Judiciário, nós devemos também enfrentar essa barreira.

E por fim, eu gostaria também de ressaltar que é importantíssima a realização das consultas públicas que estão previstas na Convenção 169 da OIT e eu acredito que essa Audiência Pública faz parte de um processo de consulta. Mas, à luz do que foi feito com a Instrução Normativa nº 20 do INCRA, na sua consulta, isso é importante que se leve em consideração, consentimento ou não das comunidades quilombolas acerca do tema que está debatendo, porque na outra consulta que foi feita, isso não foi levado a cabo e nos pareceu que foi uma consulta que não atingiu os objetivos que a convenção 169 coloca.

Então, eu acredito mais uma vez a palavra, eu que represento aqui aquele que milita como advogado acompanhando de pertinho os procedimentos de titulação aos territórios quilombolas. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Carrion, por favor, para as suas considerações finais.

DEPUTADO RAUL CARRION (PCdoB-RS): Rapidamente, então, primeiro parabenizar mais uma vez o Senador Paim pela iniciativa, a importância desse debate, que evidentemente não é conclusivo, é um debate que faz parte da luta do movimento quilombista para garantir os seus direitos.

Dizer que nós não temos dúvidas, como dissemos na primeira intervenção, de que esse Governo é nosso aliado, assim como Mandela é na África do Sul, dos oprimidos, mas isso não nos libera de pressionar, lutar, nos organizarmos para exigir avanços maiores.

E dentro da polêmica que estabeleceu, eu gostaria de citar rapidamente algumas coisas, primeiro, o nosso representante da AGU, ele falou que a exigência da certidão, as novas exigências, é porque não teria cabimento iniciar o processo antes da comprovação de que efetivamente a comunidade é quilombola, se é comprovação, não é mais auto atribuição. Precisa agora uma comprovação. Então, o próprio representante da AGU concordou que, na verdade, deixou de haver auto atribuição e que hoje a Fundação Palmares vai verificar e comprovar se é ou não é. Então, houve uma mudança radical que vai contrária à Resolução da OIT.

Uma segunda questão. Se fôssemos seguir todas as recomendações da Normativa 49, Senador Paim, a família Silva já estava na rua faz dois anos. Porque foi efetivamente com o trabalho onde, inclusive, se criou a figura no INCRA, do termo de reconhecimento de posse, que se fez a mobilização e não existe isso em legislação nenhuma, isso que conseguiu segurar uma comunidade que está lá já há dois anos assegurado e a titulação ainda não saiu. Primeiro quilombo urbano identificado.

Por fim, a questão da terra e do território, são coisas diferentes, segundo a convenção 169 da OIT. E eu só chamo a atenção que no art. 4 da Instrução Normativa 49 é retirado do mesmo art. 4 que estava na 20 tudo isso. Bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer englobando os espaços de moradia, e inclusive, espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Há modificações e o critério de terra e de território são distintos não tem a ver com a legislação internacional do conceito internacional de territórios que a própria convenção 169 da OIT, no seu art. 1º, diz que o que se trata de povos, inclusive, não tem as implicações da legislação internacional.

Para concluir mesmo Senador [soa a campainha] eu diria que existe a lei, para dar um exemplo, 6040 que no seu art. 3º, inciso I e II, tratam da questão de território e é de 2007. Então, se não pode território na Instrução Normativa 49, revogue-se todas as leis e todos os art.s que em diversas legislações, inclusive no decreto 4887, cita também o território. Pode parecer uma discussão semântica, mas eu acho que o conceito de território é um conceito mais avançado que se aplica à questão dos quilombolas e que está sendo extirpado de toda a Normativa 49.

Eu espero que nada disso atrase a titulação, eu quero estar errado nas minhas preocupações e ver esse processo tornar-se mais ágil apesar do meu sentimento que ele se tornou mais burocrático, com mais exigências e mais difícil de concretizar. Tomara que eu esteja errado senador. Parabéns, muito obrigado. [soa a campainha].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu só passar rapidamente está aqui o representante da família Silva, deixa eu só informar. Primeiro, a vitória do primeiro quilombo urbano da família Silva de fato, foi uma vitória de todos aqueles que trabalharam com a família Silva, eu me lembro que nós estivemos lá, inclusive, numa missão aqui do Senado. Eu me lembro o papel fundamental do Ministério da

Reforma Agrária, MDA. Me lembro do papel fundamental do Ministério Público. O papo fundamental de todos os setores organizados lá do nosso Estado. O papel fundamental da SEPPIR, foi um somatório, me diz aqui a Givânia, e eu acho que é uma notícia boa, que está tudo pronto. Só não foi feito porque quer se fazer um grande ato político com repercussão a nível nacional, mas a titularidade definitiva da primeira terra quilombola urbana, da família Silva, está já assegurada e o Ministro Guilherme, quem sabe o Presidente Lula, querem estar presentes.

Então, parabéns a família Silva, está garantido hein?

[palmas].

Foi me solicitado aqui, e eu vou ser bem democrático, que fosse lido o manifesto feito em Porto Alegre. Como a primeira parte, ninguém está questionando aqui, o debate foi isso a manhã toda, ela é longa, eu acertei aqui com o Pernambuco e com o nosso companheiro que vai ler, o Potácio, ele vai ler o encaminhamento final, a segunda parte, vai ser rápida a leitura daí em seguida o Rui faz a última fala em nome dos painelistas, o Rui e o Ronaldo os dois painelistas, vai ficar de bom tamanho, o quilombola legítimo e o MDA. Só aperta o botão.

SR. ROBERTO POTÁCIO ROSA: Em primeiro lugar quero saudar a mesa especialmente o Senador Paulo Paim, externar aqui os nossos agradecimentos e felicitar, parabenizar pela organização desta audiência, audiência que tem a sua origem para o encaminhamento lá em Porto Alegre, no Estado gaúcho, encaminhado pela federação das associações das comunidades quilombolas e sua frente parlamentar. Saudando o Senador e a representante do MDA quilombola Gilvânia, eu espero ter, saudado toda a mesa e saudar a comunidade quilombola e desejar a nós, sucesso nesse nosso esforço em poder estar aqui nesse momento.

Então, como já é a discussão quase se deu em prática aqui contemplando aquilo que a gente discutiu no Rio Grande do Sul a gente vai ler só a segunda parte desse documento, do manifesto que tem a sua origem do dia 20 de novembro, dia em que realizamos a Marcha em Porto Alegre, idealizamos lá uma plenária onde tivemos alguns pensamentos e tomemos algumas decisões.

Diz aqui: Nesse sentido convocamos a todos e a todas para referendar a denúncia feita por entidades e comunidades quilombolas do Estado brasileiro, a OIT por descumprimento da convenção 169, repudiar os métodos de construção da Instrução Normativa 49, INCRA Federal, que feriu os preceitos determinados pela convenção 169 da OIT em especial de boa-fé, re-

tardam e burocratizam os já lentos procedimentos para demarcação e titulação, afronta princípios presentes no decreto 4887 de 2003 e do Artigo 68 das disposições constitucionais transitórias. Nesse sentido, referendada também a comunicação a OIT, observamos que a Convenção 169 da OIT, determina em seu art. sexto e Parágrafo 2º que a consulta deverá ser efetuada com boa-fé e de maneira apropriada as circunstâncias com o objetivo de se chegar a um acordo e conceder, consentimento acerca das medidas propostas. Tais dispositivos não foram respeitados.

Requerer que o Ministério Público Federal abra investigação contra a União Federal, a AGU e o grupo de trabalho que implementou a modificação da Instrução Normativa e criou a Instrução Normativa 49 de 2008, por afronta a Convenção 169 da OIT, uso da má-fé na referida consulta bem como, para sustar os efeitos da mesma e a construção de um resultado real nos moldes previstos na Convenção 169 da OIT que permita a participação efetiva dos quilombolas em todo o país, considerando as peculiaridades e especificidades das comunidades.

Apontar para a construção de uma jornada de luta nacional contra a retirada de direitos exigindo imediato arquivamento do PDC 44 de 2007 do Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, e arquivamento da ação direta de inconstitucionalidade exigindo indeferimento da mesa pelo Supremo Tribunal Federal. Apontamos para a construção de um encontro nacional quilombola com o movimento social negro, presidido de encontros nos Estados e articulados com os movimentos sociais em geral, especialmente com os povos indígenas, comunidades tradicionais e movimento sindical e de luta pela terra e moradia. Para pautarmos a presente sociedade o Estado brasileiro, nossas demandas, exigir aprovação do Estatuto da igualdade racial com o fundo de reparação e com a manutenção do capítulo quilombola repudiando a desautorização de qualquer manobra em sentido contrário pela aplicabilidade da Convenção 169 da OIT para as comunidades quilombolas. Para uma proposta orçamentária e política de Estado, compatível com a demanda quilombola em propriedade para titulação e a sustentabilidade das mesmas. Pela titulação e aí, finalizamos aqui, imediata e a sustentabilidade das terras quilombolas.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Ronaldo dos Santos, representante da coordenação nacional dos quilombos. O Rui quer falar antes, para mim é indiferente. Vocês dois são parceiros.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Eu queria deixar para o legítimo representante da comunidade

quilombola, então, a última fala senador, respeitando as comunidades.

Na verdade, só queria agradecer, o convite, trazer o abraço do Ministro Guilherme Cassel, dizer do empenho do Ministro em relação a essa política, agradecer efetivamente ao senhor que propôs essa Audiência Pública, porque ela nos revigora, nos regenera no sentido da luta, da importância dessa luta e parabenizar principalmente o movimento quilombola no sentido da sua força, sua organização, porque acho que é importante e a gente entenda, do que está acontecendo nesse contexto.

Olha, não derrubando o PDL 49 do deputado, o fato é, se cai o decreto, senador, toda a política construída até agora, todos os títulos que nós tivemos até agora, eles também caem, é importante que a gente pelo menos tenha essa noção e pelo menos, eu vi o Elói fazendo a menção que não, mas é esse o entendimento da AGU. É esse o entendimento.

DR. ELÓI FERREIRA: Ele não foi eivado de ilegalidade, o decreto sustar um ato, porque considera que o Poder Executivo exorbitou do seu poder regulamentar é uma situação, só que até esse instante ele produziu uma série de efeitos e a produção desses efeitos aí é um outro instante de debater no judiciário para poder tratar, porque ele produziu os efeitos. Ele produziu os efeitos aí é a ADIN, os efeitos produzidos por esse ato jurídico até essa data estão de pé.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Bom, a ADIN, inclusive, a Dra. Débora fala que a questão da ADIN, é verdade, isso, também, poderia tornar sem efeito.

DR. ELÓI FERREIRA: Há também uma certa formulação um pouco ingênua de imaginar que quando o Poder Executivo altera um decreto, ele pode por si, assim, chegar um novo Presidente e, acabou esse decreto, não há a possibilidade disso, porque o decreto ingressou no mundo jurídico ele faz parte do mundo jurídico a menos que ele tenha, esteja eivado de ilegalidades. A natureza jurídica do ato, bem vamos continuar, desculpe...

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: A idéia não era essa, inclusive se discutiu, inclusive o decreto do Fernando Henrique que nós derrubamos, mas enfim, senador, era isso no sentido de agradecer e dizer que o MDA continua apostos nessa luta, juntamente com o senhor, obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Ronaldo dos Santos, representante da coordenação nacional dos quilombos, CONAQ.

SR. RONALDO DOS SANTOS: Agradeço ao Rui, em nome de todas as comunidades, por essa

consideração, de entender que a fala das comunidades quilombolas poderia estar fechando esse momento importante. E de fato, assim, é um momento que tem que estar colocado para nós, como de suma importância, Senador Paulo Paim, a iniciativa, ela vem sempre no sentido de atender aquilo que a gente, de fato tem querido, tem desejado, tudo que vem acontecendo dentro desse espaço legislativo, na verdade representa, esse espaço que deve estar aberto para discutir as questões de interesse, da sociedade de uma forma em geral.

Eu também quero dizer, assim, que eu até entendo a angústia do Elói de estar puxando um debate, mas gostaria de dizer que acho que todo esse pessoal que está aqui também deve estar angustiado para falar um monte de coisa e aí eu queria registrar aqui a falta que ficou da participação desse povo todo que está aqui e que poderiam ser além de ouvintes, mas participantes desse encontro, enriquecendo muito mais com suas, com seus depoimentos e suas questões, queria registrar também, fazendo o uso da minha fala, transmitir duas questões que são simbólicas e que estão acontecendo atualmente, uma na Comunidade Santo Antônio de Guaporé, relato trazido pelo companheiro Zeca Lula, onde o IBAMA está exigindo de cada quilombola lá a carteirinha de identificação daqueles quilombolas. E nos casos onde esses cidadãos são pegos sem a carteirinha, eles são multados de 300 reais até, eu não sei baseado em que isso está acontecendo. Isso é uma situação, mas várias situações parecidas vêm acontecendo e que a gente precisa denunciar para que providências sejam tomadas. E nesse exato momento a Comunidade Santa Rita do Bracuí, que fica em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, ela está fazendo uma mobilização, porque a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, contrário a vontade dos quilombolas, inclusive do INCRA, da superintendência do INCRA e do Ministério Público, está asfaltando a comunidade, obviamente a serviço das especulações imobiliárias que é muito forte naquela região do litoral Fluminense. Então, ficam aqui essas denúncias e a gente gostaria de dizer, que a nossa vontade é que esse momento tenha reflexo, tenha ecos e que a gente possa ter aí tão logo aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, de forma com que venha a contemplar os nossos interesses, sobretudo.

E eu não poderia também deixar de dizer, ao companheiro auto identificado como Pernambuco, que esse sentimento de não estar organizado, ele é muito ruim e que, só ratificando, a gente precisa sim fortalecer essa luta, a gente precisa fortalecer, porque, que todo o esforço que possa haver por parte de um Governo que seja popular, por parte de aliado dentro

do Congresso Nacional, e até em outras esferas da sociedade, se o movimento não tiver sendo cada vez mais fortalecido, não ganha sustentação todas essas iniciativas. Portanto, a gente admite sim, que a gente precisa estar se fortalecendo cada vez mais, mas que não é fácil fazer um movimento nacional nas condições com que nós quilombolas fazemos e, portanto, eu considero esse movimento quilombola, um movimento muito forte, muito guerreiro e que está aí atravessando os séculos nas condições que tem, participando de cada pauta, de cada debate e não abrindo mão dos seus interesses. Então, palmas para nós, quilombolas. Eu acho que nós merecemos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Deixa eu aproveitar para dar dois informes, primeiro, Ronaldo dizer que nós, também, com certeza, eu entendo a angústia que você passou, que todos gostariam de falar, mas infelizmente o tempo é que não permite, mas me informa aqui a mesa que hoje a tarde o debate continua lá no auditório da Fundação Palmares, pode complementar os informes, porque eu acho que está correto o Ronaldo estou concordo com você, viu?

IVONETE CARVALHO: Estamos apoiando esse movimento de mobilização, interesse... Está ligado, está verde?

Nós estamos conjunto, a SEPPIR está de forma muito conjunta participando dessa construção desse momento do debate e estamos na parte da tarde fazendo uma plenária com lideranças de todo o Brasil, aqui não só de Goiás, nas comunidades quilombolas de Goiás, mas nós temos aqui lideranças de todo o Brasil, em média de 4 lideranças de cada Estado, onde nós estaremos fazendo uma avaliação de todo esse processo e um planejamento para 2009. Então, permanece hoje a tarde ainda as nossas atividades e amanhã durante todo dia, e o auditório é da nossa parceria com a Fundação Cultural Palmares. Então, o pessoal está convidado a permanecer no debate.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Me permitam ainda, assessoria lembra aqui que eu informo que nessa terça-feira, poderá ser votado lá na CCJ da Câmara o projeto do Deputado Colatto, é importante, aqueles que puderem, fazer qualquer tipo de manifestação pela rejeição do projeto, hoje, amanhã, enfim, aquela pressão popular, democrática e legítima que nós temos que fazer, há também, amanhã, a aprovação de um projeto do Abdias, que dispõe sobre a ação civil destinada ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer para a preservação da honra e dignidade de grupos raciais, éticos e religiosos,

também é um projeto importante à manifestação pela aprovação. E amanhã também vai ser votado o projeto que vai garantir o feriado Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, principalmente a partir da manifestação do Presidente Lula. Já foi aprovado aqui por unanimidade, aprovado lá, vai para sanção.

[palmas].

Vai ser amanhã naquela mesma Comissão aprovado um outro projeto de nossa autoria, o que institui o dia nacional de reflexão do cantando a diferença, que a SEPPIR é parceira que visa nesse dia refletir todo o tipo de preconceito que existe no país. É interessante também que o dia nacional de reflexão do cantando a diferença.

Por fim eu queria só agradecer a todos e dizer que é inegável que esse momento que aconteceu, nós lotamos três salas, a SEPPIR foi fundamental na parceria, e na organização desse evento. Todos colaboraram, todos participaram, eu quero dizer que no momento que nós projetamos esse momento, a SEPPIR de pronto botou a campo toda a sua assessoria para permitir que ele acontecesse.

Eu, particularmente estou muito satisfeito, acho que demos a visibilidade devida, e me permita para encerrar, porque nós temos que terminar, eu vou terminar, vocês devem ter com vocês aí, eu sou metido a escrever algumas poesias e escrevi alguns livros nesse sentido, mas essa aqui é uma das que eu mais gosto e está na capa do Estatuto, não é poesia, algo que eu escrevi num daqueles momentos de reflexão, Pernambuco, que tem tudo a ver com aquilo que você falou, dirijo de novo ao Pernambuco, tem tudo a ver com aquilo que você falou, logo que a gente começa a caminhada da gente, eu nasci em Caxias do interior do Rio Grande, muita mentira nos passaram e depois na caminhada a gente foi vendo que estavam mentindo e onde é que estava o nosso povo, e por isso eu escrevi isso que eu vou ler para vocês, eu não vou explicar, a melhor coisa é ler e cada um deduza e aí eu vou encerrar a Audiência Pública.

O que eu escrevi há muito tempo atrás?

A primeira verdade que recebemos é a da infância, quando sentimos, sentimos na cor da pele, mas não questionamos, a segunda verdade é a da revelação que dói, que choca. É a percepção que nos impuseram uma grande mentira, nos impuseram uma grande mentira, a terceira verdade é aquela que está acompanhada da dignidade humana, é a verdade da transformação. É por esta, terceira verdade, que aqui estamos, queremos transformar a realidade em que sempre viveram os que sofrem discriminações.

Está encerrada essa Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h18.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
07 DE OUTUBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10
HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 07.**

Às onze horas e dois minutos do dia sete de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **HERÁCLITO FORTES** e **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **JOÃO RIBEIRO**, **PEDRO SIMON**, **JARBAS VASCONCELOS**, **MARCO MACIEL**, **VIRGINIO DE CARVALHO**, **ROMEU TUMA**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESSARENKO**, **MARINA SILVA**, **FRANCISCO DORNELLES**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **LEOMAR QUINTANILHA**, **VALDIR RAUPP**, **JOSÉ NERY**, **CÉSAR BORGES**, **MARCO ANTÔNIO COSTA** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente, antes de iniciar a apreciação da pauta, faz leitura dos seguintes avisos: Aviso nº 1094 – TCU – Plenário, de 20/08/08, que dá conhecimento do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 007.418/2008-4, que dispõe acerca do recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional (SCN) e Aviso nº 1329 – TCU – Plenário, de 17/09/08, que dá conhecimento do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018.303/2007-6 a respeito de possíveis irregularidades envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica, sem o atendimento dos requisitos legais pertinentes, e o aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas. O Presidente informa que cópia dos referidos avisos estão a disposição das Senadoras e Senadores na Secretaria da Comissão. Em seguida, o Presidente designa o Senador Gilvam Borges como membro suplente da Subcomissão Permanente da Amazônia. O Presidente inicia a apreciação da pauta e antes convida a embaixadora **ANA CÂNDIDA**

PEREZ e o embaixador **LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA** para comporem a mesa. **Item 01:** Mensagem nº 178, de 2008, de autoria do Presidente da República que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **JOSÉ NERY**, para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 02:** Mensagem nº 179, de 2008, de autoria do Presidente da República que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **MARCO MACIEL**, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente anuncia a abertura do processo de votação. O Presidente concede a palavra à Embaixadora **ANA CÂNDIDA PEREZ** para fazer sua exposição. O Presidente submete a apreciação item extrapauta: **Item 1 Extrapauta:** Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o Texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **CÉSAR BORGES**, para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. O Presidente concede a palavra ao embaixador **LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA** para fazer sua exposição. O Senador **EDUARDO SUPLICY** faz uso da palavra. **Item Extrapauta:** Requerimento nº 55, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e José Nery, que “*requer, nos termos regimentais, seja formulado convite aos Ministros da Defesa, Nelson Jobim, da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima e Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para exposição sobre as ações dos respectivos Ministérios na Amazônia, a ser apresentada na Subcomissão Permanente da Amazônia (CREPA), no Senado Federal, em data a ser escolhida, preferencialmente, entre o dia 6 e o dia 20 de outubro de 2008.*” Aprovado. **Item Extrapauta:** Requerimento nº 49, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Marisa Serrano, que “*Requer, na forma do disposto no art.*

58, § 2º, v, da Constituição federal e nos arts. 90, v, e 93, II, do regimento interno do Senado Federal, seja realizada nesta comissão Audiência Pública para tratar da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, com os seguintes convidados: Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça; Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores; André Puccinelli, governador do Estado de Mato Grosso do Sul; Cezar Britto, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Francisco Rezek, professor de Direito Internacional. Os Senadores **AUGUSTO BOTELHO e EDUARDO AZEREDO** fazem uso da palavra. Aprovado. Os Senadores **CÉSAR BORGES, CRISTOVAM BUARQUE e MARINA SILVA** fazem uso da palavra. **Item 4 Extrapauta:** Requerimento nº 56, de 2008, de urgência, que “*Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008, que ‘Aprova o Texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de Setembro de 2007’*”. Aprovado. **Item Extrapauta:** Requerimento nº 58, de 2008, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva, que “*Requer, nos termos Regimentais, aditamento ao Requerimento nº 49, de 2008, para acrescentar os seguintes convidados: Márcio Meira, Presidente da FUNAI; Joênia Wapichana, Representante dos Povos Indígenas de Roraima; e Dr.ª Débora du Prat, da 6ª Câmara do Ministério Público Federal*”. Aprovado. **Item Extrapauta:** Requerimento nº 57, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “*Requer, nos termos Regimentais, aditamento ao Requerimento nº 49, de 2008, para acrescentar o seguinte convidado: Jonas Marculino – Professor Indígena da Comunidade do Contão*”. Aprovado. As Senadoras **ADA MELLO e MARINA SILVA** fazem uso da palavra. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente em exercício torna a sessão secreta às treze horas e doze minutos. O Presidente reabre a sessão às treze horas e treze minutos. O Presidente em exercício comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 2 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Leitura de expediente para conhecimento da Comissão. Aviso nº 1.094, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 007418/2008-4, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 20/8/2008, que dispõe sobre o tratamento de solicitação do Congresso Nacional. Aviso nº 1.329, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018303/2007-6, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 17/09/2008, que trata da aquisição de imóveis rurais por empresa brasileira de capital predominantemente estrangeiro. Cópia dos referidos expedientes estão à disposição na Secretaria da Comissão.

Atendendo a solicitação do Senador Valdir Raupp, do PMDB, objeto do ofício GLPMDB 358/2008, designo o Senador Gilvam Borges como membro suplente da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, convido para compor a mesa a Sra. Embaixadora Ana Cândida Perez, indicada pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Presidente da República, para a República Federal da Nigéria. Convidamos o Sr. Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil na cidade do Vaticano.

Item 1: Mensagem nº 178, de 2008. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria. Autoria: Presidência da República. E a relatoria é do Senador José Nery, a quem passo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Embaixadora Ana Cândida Perez, Embaixador Seixas Corrêa, também aqui indicado. Embaixadora Ana Perez indicada para a Embaixada do

Brasil na Nigéria, e o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa indicado para a cidade do Vaticano.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o relatório trata da indicação da Embaixadora Ana Cândida Perez. Está exarado nos seguintes termos: cabe a esta Casa do Congresso Nacional se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz da Sra. Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, segundo o art. 52, inciso IV da Constituição Federal.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* da Embaixadora Ana Cândida Perez, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem. Nascida em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, graduou-se em Letras, Português e Literaturas pela Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1975, e obteve o título de mestre em Literatura Comparada pela Universidade de Montreal/Canadá, dois anos depois. Ingressou na carreira diplomática em 1979. Nomeada Terceira Secretária em 1980, a diplomata em apreço foi promovida a Segunda Secretária em 1982; e, por merecimento, a Primeira Secretária em 1989; a Conselheira em 1997; e a Ministra de Segunda Classe em 2003.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Cônsul Adjunto do Consulado— Geral em Paris em 1983; Chefe de Secretaria do Instituto Rio Branco em 1990; Assessora do Departamento de Organismos Internacionais em 1991; membro da Delegação Permanente em Genebra em 1992; Coordenadora Substituta de Ensino do Instituto Rio Branco em 1995; Subchefe da Divisão de Direitos Humanos em 1996; Assessora do Departamento de Direitos Humanos em Temas Sociais em 1998; Conselheira da Embaixada em Estocolmo em 1998; além, de outros cargos e funções representando o nosso país junto ao alto comissariado, a Embaixada do Brasil em Estocolmo sobre o desarmamento, na reunião que tratou de desarmamento, desmobilização e reintegração em 2004; e na Reunião de Alto Nível sobre Justiça de Gênero em sociedades Pós-conflito em Estocolmo em 2005.

A Embaixadora Ana Cândida Perez foi agraciada com a Medalha do Mérito Tamandaré, em 1983, e com a Ordem Real da Estrela Polar, na Suécia, no grau de Comendador, em 2002.

Consta, ainda, do processado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Federativa da Nigéria. Há perfis biográficos dados sobre a política interna e externa, economia, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil. Destaca-se a informação de que as principais causas da instabilidade social e política naquele país são encontradas nas diferenças tribais e religiosas, nas controvérsias sobre alocação dos recursos provenientes das receitas do petróleo, nas reivindicações de autonomia por parte de certas regiões, no poder remanescente das forças armadas e no conflituoso relacionamento entre Poder Executivo e o Legislativo nacional.

A Nigéria é o 12º maior produtor de petróleo no mundo. Nada obstante, é importador de petróleo refinado por não conseguir administrar a contento suas quatro refinarias, o que aponta um nicho natural e imediato de cooperação bilateral com o Brasil. Além disso, as reservas de gás nigerianas, localizadas principalmente a leste do delta do Níger estão entre as maiores do mundo, sendo que a metade do gás obtido com a extração de petróleo continua sendo desperdiçada em razão da incapacidade da baixa demanda local cobrir os gastos com a separação, o processamento e a distribuição do produto. A estatal nigeriana LNG está à frente de um projeto de 4 bilhões para a liquefação e a exportação do gás natural. Projetos também estudados por muitos outros países latino-americanos dependentes do produto, como no caso o Chile.

Note-se que no corrente ano a Petrobras tornou-se oficialmente produtor de petróleo na Nigéria, com o início da extração de poços em águas profundas que integram o bloco de Agbama, em sociedade com a Chevron e a nigeriana Fanfa Oil.

Apesar do potencial do setor petrolífero nigeriano, é a agricultura de subsistência a maior responsável pelo emprego de mão-de-obra naquele país. No campo da segurança alimentar, estudam-se dois projetos de cooperação bilateral para a produção e o processamento de frutas tropicais e de mandioca.

O Brasil figura entre os cinco principais parceiros comerciais da Nigéria, que, por sua vez, é o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. No último ano, a balança comercial foi desfavorável ao Brasil, que registrou déficit de 3,7 bilhões de dólares, marcado pela importação de petróleo. Os principais itens da pauta exportadora brasileira para a Nigéria são combustíveis refinados, açúcar refinado, açúcar cristal, gasolina, óleo, ceras vegetais, veículos, papéis e sal marinho. A partir de 2005, passamos a exportar aeronaves, item que respondeu por mais de 5% do intercâmbio comercial entre os países.

A cooperação nas áreas de saúde, diversificação econômica, infra-estrutura, militar e cultural são também promissoras.

Para o Itamaraty, há interesse em se intensificar o já dinâmico diálogo político com aquele país, liderança africana com papel ativo em ações de prevenção e manutenção da paz, parceiro comercial importante e candidato natural a assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Embaixadora Ana Cândida Perez, no último mês de maio, missão oficial da Comissão de Relações Exteriores visitou a Nigéria. Naquela ocasião, fomos recepcionados pelo Embaixador Pedro Luiz Rodrigues, que hoje nos dará a honra de servir ao Senado Brasileiro na condição de assessor de relações internacionais da Presidência do Senado, e, com certeza, a substituição do Embaixador Pedro Luiz Rodrigues pela Embaixadora Cândida Perez garantirá a continuidade da boa representação do nosso país junto ao governo e ao povo nigeriano. Tive a oportunidade de dialogar com a Embaixadora, sobretudo sobre alguns temas que são preocupações comuns, notadamente na área dos direitos humanos, e especial na luta e combate ao trabalho escravo, ao trabalho análogo de escravo, tendo em vista que no Continente Africano e na Nigéria também ainda perdura uma situação tal qual em nosso País e aqui também combatemos igualmente. E esses temas, com certeza, na área de direitos humanos também propiciará, pelas realidades comuns aos nossos países, com certeza, também a cooperação nessa área dos direitos humanos.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aquelas e outras considerações no âmbito desse relatório.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente. Portanto, estão manifestadas aqui as nossas convicções e a nossa avaliação, o currículo, a história, a tarefa, as atribuições para a nossa digna representante junto ao país na República Federal da Nigéria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Presidência registra, portanto, nobre Senador a presença do Embaixador Pedro Luiz Rodrigues entre nós. Hoje atuando como Assessor Diplomático do Presidente no Senado Federal.

Item 2: Mensagem nº 179, de 2008, que submete à apreciação no Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata no Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano. Autoria: Presidência da República;

e a relatoria cabe ao Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.

A Constituição Federal atribui, como nós sabemos, a competência privativa ao Senado Federal para apreciar, e deliberar por voto secreto, a escolha de Chefes de Estado de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou o *curriculum vitae* do diplomata, do qual extraímos para este Relatório informações que seguem.

O Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa é natural do Rio de Janeiro. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Cândido Mendes. Frequentou, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1965, e Aperfeiçoamento Diplomático em 1969, e o Curso de Altos Estudos em 1982. Nomeado Terceiro Secretário em 1967, foi promovido a Segundo Secretário em 1969; Primeiro Secretário em 1975; Ministro de Segunda Classe em 1983; e Ministro de Primeira Classe, leia-se Embaixador, em 1987. Vale destacar que todas as suas promoções foram por merecimento. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Buenos Aires; Assessor do Departamento de Organismos Internacionais e do Departamento da Ásia, África e Oceania; Conselheiro na Embaixada em Washington; Assessor do Ministro-Chefe de Gabinete Civil; Assessor Internacional do Presidente da República; Embaixador na Cidade do México, em Madri e em Berlim-Alemanha, para esse último posto, e agora indicado para ser o nosso Embaixador junto ao Estado da Cidade do Vaticano. O Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa possui, entre outras, as seguintes condecorações: Ordem ao Mérito Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial; Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grã-Cruz; Ordem do Mérito Aeronáutico do Brasil, Grande Oficial; Ordem de Izabel, a Católica, de Espanha, Grã-Cruz, e a Ordem do Mérito Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz.

Creio que falar sobre o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa é algo muito fácil, posto que ele tem uma longa vida diplomática e desfruta de muito conceito e

reputação não somente no Itamaraty, mas também fora dele. E tem um passado e uma atuação muito próxima junto ao Congresso Nacional, visto que exerceu funções junto à Presidência da República e com o Congresso se relacionou sempre de forma muito competente e, de alguma maneira, também o seu relacionamento é muito sólido com muitos dos integrantes do Senado Federal, e diria que a ele não lhe faltam os atributos para ser bem sucedido, a exemplo do que aconteceu com outras missões exercidas no exterior, agora nesse novo posto. Gostaria de lembrar que S.Exa. chega no momento em que o Papa Bento XVI já visitou o país, ou seja, participante, inclusive, da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano Celam, e também devo dizer que S.Exa. é um exímio conhecedor dos problemas diplomáticos brasileiros e goza de grande reputação na comunidade internacional.

Estas são as minhas considerações, Sr. Presidente, e acredito que por todos esses títulos a minha manifestação é no sentido, portanto, do acolhimento da proposta que é feita pelo chefe do Poder Executivo ao Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A partir desse momento, em caráter excepcional nós vamos abrir o processo de votação, uma vez que os Srs. Senadores já têm em mãos o currículo e o processado como um todo. Aqueles que se sentirem em condições de exercer o voto, poderão fazer a partir de agora.

Concedo a palavra à Embaixadora Ana Cândida Perez para fazer a sua exposição.

SRA. ANA CÂNDIDA PEREZ: Obrigada. Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes – Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo – Vice-presidente, Senador José Nery – Relator, Senadoras e Senadores membros desta Comissão, senhoras e senhores, é uma honra e um privilégio comparecer perante a esta Comissão havendo sido designada, caso tenha aprovação do Senado para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Sou profundamente grata ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores por haverem proposto o meu nome à consideração de V.Sas. Caso obtenha a aprovação desta Casa, empenharei os meus melhores esforços para dar continuidade ao excelente trabalho dos meus antecessores e promover o adensamento das relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a Nigéria.

V. Exa., Sr. Presidente desta Comissão, chefiou delegação parlamentar à Nigéria em maio deste ano integrada pelo Relator Senador José Nery, Senador João Pedro e Senador Marconi Perillo. Puderam obser-

var de perto o avanço nas nossas relações bilaterais e as perspectivas de intensificação dessas relações. Para citar apenas alguns exemplos: nesse ano de 2008, como já assinalou o relator, a Petrobras começou a extrair petróleo na Nigéria. O BNDS abriu linha de financiamento a bancos nigerianos para promover as exportações brasileiras. O Ministro da Cultura da Nigéria reinaugurou a casa da Nigéria em Salvador e teve discussões com o seu homólogo brasileiro a respeito de um programa de cooperação cultural entre os dois países. Avançaram as negociações de novos acordos em áreas como: defesa, energia, cooperação em biotecnologia, em agricultura, controle da malária e transferência de tecnologia para produção de anti-retrovirais na Nigéria. Foi realizado um encontro empresarial na FIESP e se esboçaram oportunidades de parceria empresarial em áreas como energia, mineração, agronegócio, indústria do transporte, automação bancária. Como bem sabe os integrantes desta Comissão, a África é uma das prioridades da nossa política externa. O Presidente Lula da Silva esteve oito vezes naquele continente visitando 20 países. Na Nigéria, o Presidente esteve duas vezes, em 2005 e em 2006.

O comércio exterior com a África representa hoje mais de 7% do total do comércio exterior brasileiro e a Nigéria se destaca nesse quadro porque é o nosso maior parceiro comercial e, desde que a Petrobras decidiu priorizar os seus planos estratégicos à África Ocidental, a Nigéria também é um dos nossos maiores fornecedores de petróleo, e poderá vir a ser um fornecedor de gás.

O comércio Brasil/Nigéria alcançou, em 2007, 7 bilhões de dólares. Nós somos um dos três maiores clientes das exportações nigerianas. 96% das nossas importações da Nigéria estão concentradas em um único produto: o petróleo bruto. Enquanto que as nossas exportações são basicamente de dois produtos: açúcar e combustíveis refinados. Nós queremos diversificar essa pauta, reduzir o déficit do lado brasileiro que alcançou 3,7 bilhões de dólares em 2007. E uma das missões que nos aguarda é tentar levantar as restrições da Nigéria contra a importação de produtos que nós gostaríamos de exportar como calçados e carnes de todos os tipos.

A amizade entre o Brasil e a República Federal da Nigéria é muito antiga. Nós temos laços que remontam a época colonial quando os Nagôs foram trazidos como mão-de-obra escrava para a Brasil.

A Nigéria surgiu como Estado independente em 1960 e é, portanto, um Estado jovem. O Brasil foi o único país latino-americano convidado para a festividade de independência, porque já naquela época o governo nigeriano assinalava a forte identidade cultu-

ral-histórica entre os dois países. Em 1961 foi aberta a representação diplomática do Brasil em Lagos, e em 1972 o Chanceler Mário Gibson Barbosa visitou a Nigéria e assinou acordos de cooperação cultural e comercial. Desde então a nossa relação bilateral tem sido pautada por visitas de alto nível incluindo três visitas presidenciais e uma de presidente eleito, e está alicerçada em 10 tratados bilaterais e no mecanismo da comissão mista, cuja última reunião, a sexta, foi aqui em Brasília este ano.

Há muitas diferenças entre o Brasil e a Nigéria, e essas diferenças apontam, sobretudo, no sentido da complementaridade e da cooperação. Temos também muitas convergências e identidades, a começar pelas étnicas culturais, mas temos também, como Estados emergentes, visões semelhantes sobre o sistema internacional e interesses estratégicos. O Brasil e Nigéria são partes da zona de paz e cooperação do Atlântico Sul, são membros do G20 na ONU e são os iniciadores da Cúpula América do Sul/África que inclui temas de paz e segurança, democracia e direitos humanos, desenvolvimento sustentável. Ambos os países têm uma diplomacia muito ativa nos foros multilaterais e regionais, são contribuintes importantes de operações de paz, e são candidatos legítimos a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e se apóiam mutuamente nesse pleito.

Há, portanto, uma agenda muito extensa para o relacionamento bilateral. E no encontro com os Presidentes Lula da Silva e Umaru Yar'Adua, em Berlim 2007, foram acordadas duas áreas prioritárias para essa cooperação: agricultura e energia que são duas áreas em que a Nigéria precisa de diversificação da sua economia e de apoio para alavancar o seu processo de industrialização. Há, portanto, também uma série de oportunidades para o setor privado e para a parceria público-privado.

Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sr. Relator, Senadoras e Senadores membros desta Comissão, eu agradeço muito a oportunidade de comparecer perante a V.Exas., agradeço as generosas palavras do Relator. E estou pronta a responder as perguntas que queiram colocar. Os comentários e as sugestões de V.Exas., caso eu seja aprovada, certamente, vão contribuir muito para o exercício da minha missão. E eu espero contar com a ajuda e a experiência dos Senadores. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra ao Embaixador Seixas Corrêa, eu vou pedir permissão aos Srs. Senadores para a discussão do Projeto de Decreto Legislativo... Estou fazendo isso, Srs. Senadores, pela audiência, esse é um assunto que nós temos recebido

um volume muito grande de reclamações no sentido de que seja aprovado o mais rápido possível. E o nosso Embaixador Seixas Corrêa já foi Embaixador do Brasil na Espanha, ele compreendeu o porquê da... Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008), que aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Espanha sobre reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação, aprovado em 17 de setembro de 2007, em Madrid. Com a palavra o Senador César Borges que é o relator da matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Sra. Embaixadora, Srs. Senadores, como bem disse V. Exa., temos recebido diversos e-mails reclamando com relação à demora para aprovação desse Projeto de Decreto Legislativo. Então nós estamos, Sr. Presidente, agradecidos, porque V. Exa. acatou o nosso pleito de submeter imediatamente a esta Comissão o presente relato que eu farei agora.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008, cuja ementa está acima epigrafada.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido. A proposição em exame, materializada por troca de notas, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em agosto de 2008, tendo sido encaminhada ao Senado na mesma data. Acompanha a proposição a Mensagem nº 997, de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional e a Exposição de Motivos nº 379, de 29 de novembro de 2007, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual se destaca que “o presente Acordo tem como objetivo o reconhecimento recíproco de carteiras e licenças de habilitação para conduzir veículos, em vigor e expedidas pelas autoridades competentes da outra Parte”.

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos arts. 49, inciso I, e 84, inciso VIII, da Constituição Federal. A República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha pretendem reconhecer “reciprocamente as carteiras de habilitação nacionais expedidas pelas autoridades dos estados às pessoas com residência legal nesses Estados” (parágrafo 1º da Nota do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim).

Na nota do Estado brasileiro, à qual assentiu o Reino da Espanha é assinalado que, em ambos os Estados, as normas e a sinalização de trânsito seguem o disposto na Convenção de Viena sobre o Trânsito Viário

de 8 de novembro de 1986, incorporada ao nosso direito interno pelo Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981. Sendo assim, as classes de carteiras e licenças de habilitação, bem como as formalidades para sua obtenção são, na sua essência, homologáveis.

O parágrafos 2º e 3º, também da Nota brasileira visam a autorizar que o titular de carteira ou licença de habilitação de uma Parte possa conduzir temporariamente, por até 180 dias, veículos motorizados no território do outro Estado, desde que preencha o requisito da idade mínima previsto na legislação nacional deste. Após esse prazo, o titular do documento poderá obter equivalência de sua carteira no Estado em que vier a fixar residência, com base no Anexo I, em que consta para esse fim uma tabela de equivalências.

No caso de troca da carteira ou permissão, deverão ser cumpridas as formalidades administrativas previstas nas normas internas dos Estados Partes. Além disso, o controle ou a renovação da habilitação serão realizados de acordo com as exigências do Estado em que seu titular fixou residência.

Fundadas as dúvidas sobre a autenticidade da carteira ou licença poderão ser dirimidas mediante requerimento e comprovação de sua autenticidade a ser dirigido ao Estado emissor do documento, no parágrafo 6º. Nesse ponto, cumpre registrar que haverá intercâmbio dos modelos de carteiras e licenças entre as Partes e qualquer modificação deverá ser encaminhada a outra Parte, com antecedência mínima de 30 dias (parágrafo 11).

O acordo não se aplicará a carteiras ou licenças que resultem de troca em um terceiro Estado. Quanto à duração do Acordo, é indefinida, sendo admitida denúncia mediante notificação escrita, por via diplomática, que produzirá efeitos 90 dias após a notificação.

Como se observa, a aplicação do Acordo não prescinde de formalidades para homologação das carteiras de habilitação. Assim, a nosso sentir, esse instrumento internacional não fere as disposições legais e administrativas brasileiras voltadas para a segurança no trânsito. Além disso, lembramos que a Permissão Internacional para Dirigir, prevista na já citada Convenção de Viena sobre Trânsito Viário (art. 41), tem sua validade expirada na mesma data de documento nacional, de maneira que, em muitos casos, não atende satisfatoriamente aos interesses de migrantes que venham a fixar residência nos países.

Nesse mesmo sentido, vale ressaltar que dado crescente fluxo migratório entre as fronteiras estatais, ainda que muitos países aceitem documentos nacionais de habilitação expedida em outros países, convém que os Estados se empenhem em formalizar e facilitar a convalidação de carteira ou licenças estrangeiras,

sobretudo em se tratando de nacionais de Estados, a exemplo de Brasil e Espanha, signatários da referida Convenção de Viena sobre Trânsito Viário.

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008. Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Mesa Diretora da Casa.

Concedo a palavra ao nobre Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa para fazer a sua exposição.

SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA: Sr. Presidente, Srs. Senadores, voltar a esta Comissão para mim constitui um verdadeiro privilégio. O Senado é uma Casa que me infunde grande respeito. Aqui se cultiva o espírito da democracia, um valor que felizmente caracteriza hoje de maneira extremamente positiva o nosso país e distingue a nossa inserção competitiva no mundo.

Honrado com a indicação do Presidente Lula e do Ministro Celso Amorim para chefiar a Embaixada do Brasil junto a Santa Sé, apresento-me à Comissão de Relações Exteriores do Senado consciente da importância histórica e presente da relação que vincula o nosso país com as instituições vaticanas. Caso conte com a aprovação do Senado procurarei desempenhar as minhas funções de maneira a fortalecer e aprofundar ainda mais os laços que nos unem.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé são praticamente tão antigas quanto a história do Brasil independente. Datam de 1826. Em 23 de janeiro, daquele ano, o Papa Leão VII recebeu as cartas credenciais do Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal que havia sido enviado a Roma, por D. Pedro I, para gestionar o reconhecimento da independência do Brasil proclamada em 1822. A Santa Sé esperou que Portugal reconhecesse o Brasil, e, logo em seguida, mediante o recebimento oficial de Monsenhor Corrêa Vidigal pelo Papa, estavam formalmente estabelecidas as nossas relações. De um lado o Brasil, país recém independente que se erguia cheio de esperanças no novo mundo, e de outro a Santa Sé, um autor essencial na formação histórica do mundo ocidental e da civilização européia suprema autoridade da Igreja Católica, única instituição religiosa no mundo com acesso formal às relações diplomáticas.

Celebramos neste ano de 2008, portanto, 182 anos de relacionamento diplomático ininterrupto com a Santa Sé. Segundo levantamento feito pelo Itamaraty, nesse longo período, 40 chefes em missão tiveram o

privilegio de representar o Brasil no Vaticano. Primeiro representante da Santa Sé, por sua vez, chegou ao Brasil em 1829. Suas responsabilidades se estendiam por toda a América Latina, desde o México até a Patagônia.

Ainda segundo os nossos registros, a representação apostólica teve 29 titulares, permanência dos nuncios no Brasil normalmente é muito superior ao prazo de permanência dos nossos embaixadores lá.

Durante todo o período monárquico, prevaleceu na ordem jurídica brasileira, tal como disposto na Constituição de 1824, art. 5º, o chamado Padroado. A religião católica apostólica romana era a religião do império. O Estado detinha o poder de aprovar decretos, regulamentos ou disposição da Santa Sé, mantinha a prerrogativa de indicarmos prelados e os cargos eclesiásticos e pagava, inclusive, o salário do Clero.

A Constituição Republicana de 1891 estabeleceu o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a igreja e o Estado. Todas as constituições subsequentes mantiveram esses mesmos princípios como base para o exercício da religião no Brasil. O Estado Brasileiro é, portanto, laico.

Os católicos correspondem a cerca de 70%, são os dados da Santa Sé, da população brasileira. E o Brasil é considerado pela Santa Sé como o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da igreja em todo o mundo. Isso confere à nossa relação com a Santa Sé uma natureza muito especial.

Desde 1952, por proposta de Dom Helder Câmara, a atividade da Igreja Católica no Brasil vem sendo orientada por uma Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, que é hoje presidida por Dom Geraldo Lirio Rocha, arcebispo de Mariana.

Partiu do Brasil, naquele mesmo período, a iniciativa da convocação da I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que veio a ser realizada no Rio de Janeiro em 1955. Dela resultou a CELAM – Conferência Episcopal da América Latina, cuja quinta e mais recente reunião deu-se em maio de 2007, em Aparecida do Norte, por ocasião da visita do Papa Bento XVI ao Brasil. Ambas as instituições se caracterizam desde as suas origens por acentuada preocupação com causas ligadas ao desenvolvimento social, à democracia e ao estado de direito. Refletindo o progresso alcançado na nossa região na consolidação da democracia, o V Celam concentrou suas atenções em temas como migração, efeitos sociais da globalização, pobreza, violência, narcotráfico, entre outros.

As relações do governo brasileiro com a Santa Sé são positivas, intensas e mutuamente proveitosas. Suprema autoridade da Igreja Católica, a Santa Sé é

uma pessoa jurídica dotada de personalidade internacional, constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana a qual o Clero é subordinado. Tem status de observador com direito à voz nas Nações Unidas e em diversas organizações do sistema da ONU. Dispõe como os estados nacionais de capacidade de negociar acordos e tratados. Mantém relações diplomáticas com 177 países, dos quais 71 estão representados por Embaixadas residentes em Roma.

O Presidente Lula compareceu às exéquias do Papa João Paulo II, acompanhado pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco e José Sarney. Em sua visita ao Brasil em 2007, o Papa Bento XVI presidiu no dia 11 de maio a solenidade de canonização de Frei Antônio Galvão, da França, primeiro santo nascido no Brasil. No encontro, então mantido, o Presidente Lula e o Papa examinaram uma ampla agenda e convergiram quanto à gravidade da situação de pobreza no mundo e quanto à necessidade de que as negociações internacionais, que envolvam temas com impacto sobre a fome e a pobreza, tenham resultados positivos.

Contatos regulares entre o governo brasileiro e a Santa Sé são mantidos através da Embaixada do Brasil e da Anunciatura Apostólica no Brasil. Existe ainda um mecanismo de consultas políticas em nível de sub-secretário que, por sinal, deve se reunir ainda esta semana nos próximos dias em Roma. E inexistem contenciosos na pauta bilateral. Registra-se, na verdade, uma boa dose de convergência entre as posições do Brasil e da Santa Sé e uma série de questões debatidas no plano multilateral. Nossas divisões se aproximam em matéria de direitos humanos, de paz e segurança, desarmamento e não proliferação, condenação ao terrorismo, refugiados, globalização, combate à fome e à pobreza, negociações comerciais voltadas para o desenvolvimento e outros. A Santa Sé desenvolve ativa participação no debate internacional, acentuando como vetores principais da sua atuação a essencialidade de três direitos primários: o direito à vida, o direito à liberdade religiosa e o direito à liberdade de pensamento e expressão.

No dia 18 de abril deste ano, quando se comemorava os 60 anos da declaração dos direitos do homem, o Papa Bento XVI discursou no plenário da ONU, acentuou, sobretudo, os temas do direito à vida, proteção do ser humano e a tolerância entre as culturas e as religiões. O mais alto representante brasileiro na Cúria Romana é atualmente Dom Cláudio Hummes. Dom Cláudio chefia, o que se chama no Vaticano, um Dicasterio, que é o equivalente a um ministério, dedicado à congregação para o Clero, responsável pela

ação pastoral dos sacerdotes que são hoje em dia em torno de 400 mil indivíduos no mundo inteiro.

Atualmente 11 sacerdotes brasileiros exercem funções na Cúria Romana. A CNBB mantém em Roma também o Colégio Pio Brasileiro que tem entre suas atribuições dar apoio a religiosos brasileiros que vão a Roma aperfeiçoar a sua formação religiosa. O Colégio existe há 74 anos. A Embaixada na Santa Sé mantém um estreito contato com o Colégio Pio Brasileiro.

Caso mereça a aprovação desta Casa, um dos objetivos principais que me proporia a perseguir como representante do Brasil junto a Santa Sé, seria justamente o de aprofundar o nosso diálogo sobre os grandes temas da agenda internacional. Nesse momento em que a crise econômica e financeira vem se somar à crise sistêmica, provocada pela incapacidade das grandes organizações multilaterais de encontrar respostas para os problemas da sociedade internacional contemporânea, desigualdades, conflitos, mudanças climáticas e outros problemas globais.

Em seu discurso perante à Assembléia Geral, semanas atrás, o observador do Santa Sé conclamou os membros da ONU a exercerem suas responsabilidades de apontar caminhos para solução dos graves problemas contemporâneos. Estão em jogo, frisou o observador apostólico, em significativa coincidência com as posições defendidas pela diplomacia brasileira, não só a credibilidade da ONU, como também sua capacidade, a capacidade da sociedade internacional de assegurar alimentação, segurança, e proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Com sua autoridade moral e sua influência, a Santa Sé pode ser um aliado importante do Brasil na construção de uma ordem internacional mais justa e mais capaz de exercer o que o Papa Bento XVI, em seu já citado pronunciamento perante a Assembléia Geral, em abril deste ano, chamou de a responsabilidade de proteger.

Muito obrigado, Srs. Senadores, pela atenção, e como a minha colega, Ana Cândida, estou à disposição para ouvir as recomendações e responder a eventuais perguntas que os senhores desejem formular. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço V. Exa. e agora consulto os Srs. Senadores. Nós teremos a parte dos questionamentos, se desejam fazer uma primeira parte com a sessão aberta e posteriormente fechá-la ou se desde agora querem a sessão fechada? Senador Suplicy, seja o portador dos companheiros, V. Exa. que é um homem versado na matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu acho que há um interesse grande de pessoas que

estão nos assistindo que gostariam de ouvir algumas perguntas em sessão aberta. Essa é a minha...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Posteriormente, os dois sabatinados sintam-se à vontade se em algum momento desejarem, por questões da própria diplomacia, tratar do assunto em caráter legal. Mas é só pedir para...

Não temos nenhum Senador inscrito. Não tínhamos, o Senador Eduardo Suplicy inscreve-se e é o primeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, primeiramente gostaria de cumprimentar a Embaixadora Ana Cândida Perez e desejar que possa ter um desempenho tão positivo e, sobretudo, tendo em conta que o Brasil vem aumentando as suas relações de maneira significativa com a Nigéria, mas tendo em conta que a balança comercial tem sido desfavorável ao Brasil pelo volume de importação que temos de petróleo, se pode nos dizer de quais seriam os segmentos de exportação de bens brasileiros que pudessem contribuir para que se desenvolva mais e se equilibre mais a balança de comércio entre o Brasil e a Nigéria. Por outro lado, tendo em conta que a Nigéria é um dos países que têm grandes reservas de petróleo, se por acaso tem conhecimento, a Sra. Embaixadora, de qual é a maneira segundo a qual a Nigéria hoje administra os royalties decorrentes da exploração dos seus recursos naturais, tais como petróleo. Esta pergunta tem a ver, inclusive, com aquilo que está se debatendo no Brasil: o que é que vamos fazer com os recursos decorrentes tanto da exploração de petróleo, tal como já temos hoje, mas também com aquilo que se debate já, pois o Presidente da República, recentemente, constituiu um grupo de trabalho interministerial para examinar o que fazer com os recursos que decorrerão da exploração do petróleo nas profundezas do Oceano Atlântico daquilo que se conhece como o pré-sal.

Eu tenho participado muito deste debate e estimulado os diversos países a seguirem exemplos tais como o positivo exemplo do Alasca onde há 26 anos se destina a todos os seu habitantes um dividendo que neste ano passou para 2.069 dólares per capita, tendo a Governadora esta Sra. Sarah Palin que, presentemente, é a candidata a Vice-Presidente, tomado a decisão de crescer mais 1.200 dólares per capita. Então se no ano passado eram 1.064 dólares para todos os habitantes do Alasca ali residentes, há um ano ou mais, são 611 mil aproximadamente os elegíveis. Este ano haverá um pagamento, já houve na semana passada de 2.609 dólares, mais 1.200 dólares por pessoa.

A senhora sabe que este procedimento do sistema de dividendos do fundo permanente do Alasca

fez do Alasca o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. Trata-se, portanto, de uma experiência altamente relevante para os países como a Nigéria que estão sempre, obviamente, debatendo o que fazer com os seus recursos, de maneira que me coloco, inclusive, à disposição, a senhora indo à Nigéria, de estar colaborando com o governo, com o parlamento da Nigéria para debater este assunto, uma vez que aqui no Brasil já temos a aprovação pelo Congresso Nacional daquilo que se denomina a renda básica de cidadania, tal como existe há 26 anos no estado do Alasca nos Estados Unidos.

Eu tenho, inclusive, a convicção de que este assunto vai ganhar em importância, não me surpreenderei se ele estiver presente no debate que hoje à noite os Senadores Barack Obama e John McCain farão sobre o assunto. Até porque eu acabo de mandar uma pergunta aos dois para a CNN, se por acaso aceitarem a sugestão, ali haverá uma pergunta na linha do que eu estou formulando para a Embaixadora Ana Cândida Perez. Então a senhora pode responder antes que os Senadores Barack Obama e o John McCain hoje às 10h da noite. [risos]. E ao Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa eu quero aqui aproveitar para muito agradecer sempre a atenção que V. Exa. teve para comigo em todas as ocasiões nos mais diversos postos que V. Exa. teve e tão bem me atendeu.

Queria até aproveitar a oportunidade, na mesma direção, na medida em que tiver a oportunidade então de dialogar com o Papa Bento XVI de fazê-lo se interessar por esse tema, porque se o Papa abraçar a proposta da renda básica de cidadania, mais depressa ela se espalhará não apenas pelo Vaticano, mas pelo planeta terra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse presidente, seu administrador, ficou curioso pela sua posição nesse debate de hoje. Eu quero crer que o candidato McCain se aproxime mais de V. Exa., uma vez que a candidata a vice é a governadora do Alasca. Mas, de qualquer maneira, acho que esse debate de hoje será muito importante, acima de tudo, emocionante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu já escrevi uma carta, uma mensagem por e-mail ao Senador Barack Obama para que ele considere estender para os Estados Unidos o exemplo do Alasca, antes que o Senador John McCain abrace a idéia. Eu fiz isso mesmo. E é por esta razão, inclusive, que eu mandei a pergunta para os dois Senadores. A pergunta é: se consideram estender para todos os Estados Unidos o sistema de dividendos do *Alaska Permanent Fund*, do Fundo Permanente do Alasca, que há 26 anos é tão bem sucedido do Alasca, e fez do Alasca o mais

igualitário dos 50 estados norte-americanos. Vamos ver qual que abraça a idéia em primeiro lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra para responder primeiro o questionamento a Embaixadora Ana Cândida Perez.

SRA. ANA CÂNDIDA PEREZ: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senador, o senhor fez duas perguntas, eu começo pela mais fácil, a questão da balança comercial. Efetivamente, nós temos um déficit de 3,7 bilhões de dólares. Nós temos o objetivo de diversificar a nossa pauta de exportação e, se possível, levantar restrições que a Nigéria impõe à importação de produtos, tais como: carnes de todos os tipos, calçados, papel.

Esse déficit é difícil de ser equilibrado, porque o outro lado da balança, as importações são de petróleo, mas também nós exportamos combustíveis refinados. E com a venda de aviões para a Nigéria e, possivelmente, cooperação em grandes projetos, agora a empreiteira brasileira que, possivelmente, vai começar a operar na Nigéria em obras de infra-estrutura, é possível que esse déficit seja reduzido. Então o caminho é levantar restrições às importações, aumentar a diversidade dos produtos que nós exportamos para a Nigéria, aumentar, se possível também, o nosso financiamento para as exportações brasileiras.

Com relação a outra pergunta, eu me lembro de ter tido o privilégio de em Londres ouvir o senhor falando na *London School of Economics* sobre a renda mínima e sobre o modelo do Alasca. A Nigéria não adota esse modelo, e a questão da divisão dos recursos advindos das receitas do petróleo é um problema bastante sério. Nós sabemos que 70% da população nigeriana está em situação abaixo da linha de pobreza, e há um movimento de insurgência no delta do rio Niger, exatamente a região produtora de petróleo, porque as populações dessa região não viram nenhum benefício da riqueza do petróleo.

Um escritor nigeriano, jornalista, intelectual, que foi condenado à morte durante a ditadura de Sani Abacha, Ken Saro-Wiwa, disse que a Nigéria foi um país que desperdiçou todas as oportunidades para empregar bem a renda do petróleo. Mas isso é o passado. No presente nós sabemos que a Nigéria passa por um momento de consolidação da democracia. Pela primeira vez um presidente civil eleito passa o mandato para outro. O atual presidente foi governador de um Estado do norte da Nigéria, o Estado de Katsina, e tem a reputação de ser um homem honesto, foi um dos poucos governadores que não foi objeto de inquérito da Comissão de Combate à Fraude, à Corrupção da Nigéria. E é um presidente que tem sempre enfatizado o respeito aos direitos humanos, a busca da equidade

e o respeito ao estado de direito; e ele tem também feito muitos esforços para conseguir a pacificação na região do Delta. Mas a Nigéria é um Estado Federativo como o Brasil e há questões complicadas que passam pelas competências dos governos dos estados produtores de petróleo.

Segundo alguns comentaristas, os sérios conflitos étnico-religiosos na Nigéria sempre tiveram e tem um fundo de disputa pelos recursos naturais. A guerra de Biafra, por exemplo, é um exemplo dessa situação em que a desigualdade na repartição dos recursos naturais leva a um país em que há uma grande fragmentação étnica até a tendências centrípetas e há conflitos que, aparentemente, são apenas étnico-religiosos. Essa é a observação que eu posso fazer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Seixas Corrêa para responder os questionamentos do Senador Eduardo Suplicy.

SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA: Senador, muito obrigado pelas suas referências, como sempre tão amáveis. Espero continuar merecendo o privilégio da sua companhia, possivelmente em Roma, se merecer a aprovação do Senado.

Assisti também, como Ana Cândida, algumas das suas apresentações sobre esse tema, especificamente, me lembro de um belíssimo evento na Organização Internacional do Trabalho em Genebra, uma reunião importantíssima que tivemos na Alemanha há pouco, inclusive, com o Yunes, o Prêmio Nobel da Paz. E acredito que esse tema seguramente poderá ser levado aos interlocutores apropriados na Santa Sé com bastante proveito. Temos uma reunião hoje à tarde, e acredito com o senhor, e acredito que podemos conversar um pouco, traçar planos sobre esse aspecto se vier, efetivamente muito proveitoso. Muito obrigado. .

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de conceder a palavra ao Senador César Borges, vou colocar o Requerimento nº 55, de 2008: "Requeiro nos termos regimentais que seja formulado o convite aos Ministros da Defesa, Nelson Jobim; da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; e Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para exposição sobre as ações dos respectivos Ministérios na Amazônia a ser apresentada na Subcomissão Permanente da Amazônia, no Senado Federal, em data a ser escolhida, preferencialmente, entre os dias 6 e 20 de outubro, na sala das sessões". O Sena-

dor Mozarildo Cavalcanti com apoio do Senador José Nery. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 49, de 2008: "Requeremos na forma do disposto do art. 58, § 2º da Constituição Federal e nos art. 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada nesta Comissão uma audiência pública para tratar da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas com os seguintes convidados: Sr. Tarso Genro, Ministro da Justiça; Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Sr. André Puccinelli, Governador do Mato Grosso do Sul; Sr. Cezar Britto, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; e Sr. Francisco Rezek, Professor de Direito Internacional. Aatoria da Senadora Marisa Serrano com apoioamento do Senador Eduardo Azeredo. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar uma pessoa nessa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já que nós vamos discutir direitos indígenas, eu gostaria de botar um indígena do meu Estado para representar os indígenas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A ministra...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Um indígena, um indígena. Se vamos discutir o direito deles, tem que ter um deles para discutir também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já teria o nome?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Teria o nome logo, logo. Eu encaminho o nome por escrito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, mas não vai ser... A Senadora Marisa coloca exatamente a preocupação dela como, por exemplo, as declarações do Cacique Edson Macuxi lá da terra...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Macuxi?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Macuxi. [ininteligível]. Em que ele declarou que "se o Supremo decidir contra os índios vamos reunir 5 mil guerreiros e fazer desocupação da nossa terra na mara". Então não seria esse tipo não?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, não, não vou trazer um desse tipo não. Vou trazer um índio que tem faculdade, que é casado com índia, que vive na comunidade indígena, que eu acho que é um pensador indígena. É novo, mas é uma pessoa a quem

reputo uma qualidade intelectual de um indivíduo que realmente fala pelos direitos deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sugestão que eu dou é que aprovaremos o requerimento agora, e ficaremos no aguardo do nome de V. Exa. para...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Jonas Marculino. Eu encaminhei. Ele é professor de escola indígena lá também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma pergunta do Senador Cristovam Buarque com o Senador César Borges a quem eu já tinha, inclusive, concedido a palavra. E peço desculpas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, a minha pergunta é dirigida a Embaixadora Ana Perez, porque acho que ela vai para um posto extremamente delicado, difícil, porque qualquer posto da África eu acho difícil e delicado, em especial, no caso da Nigéria.

A Nigéria há alguns anos atrás, talvez umas duas ou três décadas, era considerada uma grande esperança africana, e, lamentavelmente, diante de situações que a senhora mesmo relatou de conflitos étnicos, tribais e disputas políticas não resolvidas, não fez essa expectativa se transformar numa realidade. Quer dizer, um país que é um pouco maior do que o meu Estado – eu sou da Bahia, tem 570 mil km² – eu vejo que a Nigéria tem 923 mil, entretanto, tem 148 milhões de pessoas. Fico a imaginar o problema que vive esse país com 70% da população abaixo da pobreza. Entretanto, não é algo típico da Nigéria. Parece-me que é algo típico da África. A África, lamentavelmente, sofre todo esse tipo de problema que existe na Nigéria e que existe em quase todos os países, não todos, mas uma grande maioria dos países africanos. E isso me preocupa muito, porque eu acho que o mundo tem hoje um grande problema, e esse problema se reside exatamente no Continente Africano. Então não bastam relações comerciais, não bastam trocas. É claro que isso é interessante, principalmente para o nosso país, vender aviões tucanos, aviões militares para a Nigéria, ou fazer exploração de petróleo através da Petrobras, que a Petrobrás está hoje na Nigéria. Até se V. Exa. pudesse tratar desse assunto de como está hoje a participação da Petrobras na exploração de gás na Nigéria, me interessaria saber.

Entretanto, me preocupa muito como é que a África poderá ter seus problemas resolvidos e o país

Brasil, um país importante no conceito das nações que se preocupa com o combate à pobreza no mundo inteiro. Já vi o Presidente Lula propor ações, inclusive cobrança de um imposto especial sobre armamento para que possa combater a pobreza.

Eu acho que o mundo tem que se solidarizar para fazer algo pela África porque a África é acometida de doenças como a Aids, que afeta boa parte da população. Então não é só a questão do interesse das relações bilaterais, comerciais, que possam trazer ou não vantagem para o Brasil.

Eu acredito que aí, muito na linha do Senador Eduardo Suplicy, é preciso fazer um esforço humanitário, a humanidade tem que se voltar para a África e tentar ajudar a África a resolver esses gravíssimos problemas que hoje podem não afetar diretamente o Brasil, mas podem amanhã afetar. Hoje afetam muito a Europa. O que nós assistimos é o êxodo do migrante africano em direção aos países europeus, especial a Espanha, e com cenas degradantes que são inaceitáveis para o mundo moderno do século XXI. Entretanto, tudo fica parecer de que vai passar, é assim mesmo, não tem outro jeito a fazer, e as nações, o conceito de nações, as Nações Unidas se preocupam, mas não há muito a fazer. Quando há um conflito, se retira as forças de paz, e não há um envolvimento mais direto, e no fundo são milhares, milhões de pessoas humanas, em pleno século XXI, sendo martirizadas. Nós estamos agora acompanhando a questão do Sudão e Dafu. E que as coisas acontecem com uma frequência e com uma repetição tão grande que a mim me incomoda muito olhar esse cenário africano. E eu acho que o país, o Brasil, devia olhar com mais atenção. Então V. Exa. vai para um cargo extremamente difícil, e como vai a esse cargo eu perguntaria: qual é a sua visão diante dessa realidade, uma realidade tão cruel que fere a todos nós que guardamos princípios humanitários?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alguma palavra, algum questionamento ao Senador Corrêa, Seixas Corrêa? Não.

Com a palavra a Embaixadora Ana Cândida.

SRA. ANA CÂNDIDA PEREZ: Eu vou me concentrar na questão da relação do Brasil com a Nigéria, porque não me sinto conhecedora e experiente o bastante para falar sobre o Continente Africano no seu conjunto. E a minha missão é uma missão bilateral. O senhor falou na questão da solidariedade e na questão das vantagens. Eu acredito que justamente a diferença na postura do Brasil na África e, especificamente com a Nigéria, é essa: de que a nossa relação é baseada em princípios como a solidariedade e a cooperação.

Então nós falamos, por exemplo, que há uma série de áreas em que podemos cooperar, em que

há oportunidades de parcerias dos setores privados e dos setores públicos. Isso pode trazer vantagens para os dois lados, por exemplo, energia. A Nigéria é um grande produtor de petróleo, mas por um paradoxo sofre de interrupções constantes no fornecimento de energia elétrica. Então, os Presidentes Lula e Umaru Yar'Adua elegeram a cooperação energia como uma área prioritária, porque a Nigéria precisa diversificar a sua economia, precisa aumentar a sua industrialização que ainda é muito incipiente. E então a cooperação é, ao mesmo tempo, oportunidade e solidariedade, traz vantagens para ambos. Da mesma maneira, em agricultura. A Embrapa e o Ministério da Agricultura já definiram um projeto de cooperação para a produção da mandioca, de hortaliças e de frutas tropicais na Nigéria. Em saúde, nós temos um acordo que vai agora começar a ser implementado de transferência de tecnologia em produção de anti-retrovirais na Nigéria. Em controle da malária, também de anemia falciforme, porque o Brasil tem uma experiência grande acumulada nesse setor. A Nigéria, na medida em que começar também a ter também um maior impulso na sua industrialização, precisa de treinamento de mão-de-obra. A parte nigeriana manifestou grande interesse pelo nosso Sistema S Sebrae, Senac para treinar mão-de-obra.

Então tudo isso são oportunidades, ao mesmo tempo, de negócios e de solidariedade e ajuda. Eu não acho que as duas coisas são incompatíveis, sobretudo da maneira como a política externa brasileira visualiza esse tipo de relação que é muito diferente de um passado que a África tem de exploração colonial imperial. Essa seria a minha resposta, Senador. Não sei se é suficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, em primeiro lugar, eu peço desculpas aos dois Embaixadores por ter ficado fora, que coincidiu essa sessão que terá na quinta-feira com a sessão da Comissão de Educação que eu presido. Foi preciso terminar lá o trabalho e vir para aqui.

Segundo, Sr. Presidente, eu quero dizer que há um misto aqui de satisfação e de preocupação ou tristeza, Senadora Marina, com a votação. Primeiro, por um lado, a satisfação de ver uma ex-aluna pronta já para ser embaixadora, e da tristeza que eu me sinto muito velho por causa disso.

E quanto ao meu amigo Seixas, eu quero dizer que o motivo da alegria dele ir para lá eu fico triste que não seja eu. E eu disse a ele que ia votar a favor com inveja, porque ele está perto do céu no Vaticano.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Você sabe que o Apóstolo Paulo dizia que o amigo do noivo deve ficar tão feliz como se fosse o noivo. Então você pode começar a ficar feliz.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas isso acontece quando o amigo do noivo não é apaixonado pela noiva.

[risos].

Mas, Srs. Embaixadores, eu tenho aproveitado essas sabatinas para tirar proveito próprio numa tentativa de analisar, e quem sabe até estudar, os grandes desafios que o Brasil vai enfrentar na política externa nas próximas décadas diante dos problemas que têm aí. Em vez de perguntar sobre os países, eu sei que tem muito, mas os outros perguntam. Eu tenho feito uma lista de temas e peço a opinião dos Embaixadores. É claro que com o pouco tempo que temos aqui a gente não consegue explorar. Pelo menos, ficam anotadas quais são as minhas preocupações para quem sabe um dia termos uma conversa.

No caso do Embaixador Seixas, tem algo especial é que um dos pontos fundamentais, e eu vou primeiro tocar em todos, é o comércio internacional que é um problema. Cada vez que a gente tem que fazer um acordo a gente ganha e perde. Cada país ganha e perde. Como é que faz com que a soma ganha sem nenhum perder? Quais serão os desafios no comércio internacional? O outro é o meio ambiente. Eu creio que é um tema central, e acho que a Senadora Marina está de acordo, das relações internacionais é o meio ambiente.

O meio ambiente, porque o Brasil tem que ter uma voz ativa para defender o planeta, como também pelos riscos que corremos na nossa soberania se não formos capazes de cuidar bem do patrimônio que é brasileiro, mas é também de toda a humanidade.

O outro problema que me preocupa é como nos proteger das vulnerabilidades internacionais, que são cada dia maiores. A mais visível está aí que é a vulnerabilidade financeira, mas existe a vulnerabilidade no terrorismo, existe a vulnerabilidade do tráfico de pessoas, do tráfico de drogas, e existe a vulnerabilidade proveniente da destruição ecológica em outros países.

O outro assunto fundamental que vai exigir posições e talvez guerras, se é que já não estão havendo, é a escassez de recursos naturais, especialmente energia. Eu sei que esse problema é maior do ponto de vista da preocupação daqueles que são responsáveis pela geração de energia no Brasil. Mas do ponto de vista das relações internacionais também. Não só porque nós somos fornecedores de energia chamada terra, na medida em que a gente tem terra – é o único

país que ainda tem 80 milhões de hectares de terra que não são florestas e nem não produção agrícolas e, portanto, pode ser produção de etanol, e isso vai gerar uma cobiça— e, ao mesmo tempo, a nossa relação com países vizinhos que pode nos criar uma tentação de sermos intervencionistas, também quando a gente vê o gás da Bolívia, quando a gente vê no Equador o governo desapropriando propriedades brasileiras relacionadas com a energia. O outro, que também me interessa muito, são os blocos que têm tudo a ver com a Nigéria. A gente vai ou não fazer parte de blocos cada vez maiores ou vai ficar só no Mercosul? O Brasil e Nigéria podem vir a ser um bloco? O Brasil e a África podem vir a ser um bloco ou devemos ser mais isolacionista? Inclusive essa idéia de que entramos ou não entramos na OPEP, como alguns falam? A outra coisa que eu vejo muito ausente, e que eu creio que vai ser cada vez mais importante, é a convivência cultural no mundo. Nós temos nos preocupado muito com o comércio internacional, mas não com a convivência internacional por meio da cultura. Eu tenho defendido que “comunismo do futuro é o mundo inteiro integrado, conectado, não integrado comercialmente apenas, mas conectado”. Todo mundo com um computador na frente, podendo falar com todo o mundo dos 6 bilhões de habitantes, o que vai exigir, obviamente, muitas mudanças.

E, concluindo, com os dois: uma é a nossa posição diante do choque de civilizações que, de fato, está ocorrendo. O Brasil é um dos poucos países que têm condições de estar de um lado, do outro, ou de nenhum dos dois. E finalmente: qual é o papel que a gente vai ter no fortalecimento das instituições internacionais do bloco das Nações Unidas? Outro assunto que o Embaixador tem tudo a falar porque é um conhecedor profundo disso.

Então eu tenho provocado ouvir o que os Embaixadores tem a dizer, não sobre todos, porque a gente não tem tempo, nem os senhores, o senhor e a senhora, mas alguns desses. Como é que nos próximos... Eu não estou falando dos próximos meses, das próximas décadas. O Embaixador acaba de concluir um livro sobre Rio Branco. Rio Branco não pensava nos próximos anos. Rio Branco agia pensando nas próximas décadas. E grande parte das coisas hoje está ainda no rumo que ele nos deixou cem anos atrás — é um longo tempo. Não faz cem anos da morte na mesa de trabalho, mas já faz mais de cem anos que ele assumiu. Como ele ficou muito tempo, faz cem anos de assumir, mas não faz cem anos da morte, mas vai fazer em breve.

Então, Embaixador e Embaixadora, é isso que eu gostaria de ouvir se o senhor e a senhora tem tempo para falar alguma coisa sobre esse ponto. Senão eu

vou continuar explorando outros embaixadores que vêm aqui e anotando o que eles fazem para, quem sabe, um dia, eu poder ter mais substância de quais são os verdadeiros problemas que o Brasil vai enfrentar nas próximas décadas. E, finalmente, que ponham outros que eu não coloquei aqui. Seria um grande auxílio para mim, que outros problemas eu não coloquei.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra a Embaixadora Ana Cândida. Eu queria antes, porém, Embaixadora, antes de passar a palavra a V. Exa., votar um requerimento de urgência, que é complementação de item anterior, de autoria do Senador César Borges. Requerimento nº 56, de 2008: “Requeiro, nos termos do art. 336, § 2º do Regimento Interno do Senado, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008, que aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e Reino da Espanha, sobre reconhecimento recíproco de carteira de habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007”. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra a Embaixadora.

SRA. ANA CÂNDIDA PEREZ: Obrigada. Meu querido Senador Cristovam Buarque e meu ex-professor de economia no Instituto Rio Branco. Eu acredito que as observações do meu colega Embaixador Seixas Corrêa vão ser mais proveitosas porque ele tem muito mais experiência do que eu, tendo sido, inclusive, duas vezes Secretário-Geral do Itamaraty.

Acredito que a tendência não vai ser de isolacionismo e, sim, realmente de conexão de todos os países, e essa conexão começa por um processo regional. Nós temos a experiência da União Européia que pode ser um modelo, apesar de todas as suas dificuldades ainda. Mas na nossa região, nós avançamos na mesma direção. E na África, também. A Nigéria, por exemplo, é a criadora da ECOWAS, a Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental, na qual agora o Brasil se tornou observador porque compreendemos que esses processos de integração, tanto econômica quanto política, são a direção para o futuro. A ECOWAS tem como ambição criar uma zona econômica comum na África Ocidental e está tendo também uma atuação política importante participando de operações de paz no Continente Africano.

O combate a questões de ameaças transnacionais, como o terrorismo, o tráfico de pessoas, as vulnerabilidades, passa, necessariamente, a meu ver, pela cooperação entre os países, e essa cooperação, quando se dá em mecanismos regionais e multilaterais, é muito mais eficiente do que a cooperação bilateral apenas. Quanto à questão da convivência cultural e do choque

de civilizações, a Nigéria é um país que será um posto de observação interessante porque é um país em que há 50% de mulçumanos, 40% de cristãos e 10% de praticantes de religiões tradicionais. O Brasil pode ser em certa medida, eu não gosto de usar a palavra modelo porque cada sociedade tem que encontrar o seu próprio modelo, mas, digamos assim, um país com o qual poderíamos dialogar a respeito... O Brasil poderia ser um país que pode dialogar com a Nigéria, de uma maneira construtiva sobre essa questão do choque de civilizações, porque, efetivamente, tem ocorrido uma série de choques na Nigéria desde que doze estados nigerianos adotaram a Lei Mulçumana e, apesar de ser um Estado laico, há uma pressão por parte dos mulçumanos de impor a lei mulçumana aonde a maioria da população é mulçumana. E eu acredito que o nosso programa de cooperação cultural, que está no estágio de discussão já bastante maduro entre o Ministério da Cultura da Nigéria e o Ministério da Cultura brasileiro, será um espaço para promover esse tipo de convivência harmoniosa entre diferentes religiões e diferentes origens étnicas.

A inauguração da Casa da Nigéria em Salvador, por exemplo, recentemente, foi uma ocasião interessante para que eles observassem, eu quero dizer o lado nigeriano como no Brasil, os católicos, praticantes de Candomblé estão convivendo de uma maneira absolutamente harmoniosa e o estado permanece laico e, portanto, eu acredito que quando não há interferência entre o Estado e a religião, é mais fácil promover esse respeito mútuo.

Quanto à questão do meio ambiente, a Nigéria é um país em que a exploração do petróleo tem trazido uma degradação ambiental muito séria e a Petrobras, justamente, tem a preocupação de ser um modelo de exploração responsável, diferentemente do que ocorreu com outras companhias estrangeiras. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Seixas Corrêa.

SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA: O Senador não foi meu professor no Instituto Rio Branco, pena para mim, mas eu aprendo muito com ele nesses anos todos que tivemos o caminho, o privilégio de conviver e discutir em diversos momentos, em diversas ocasiões.

O Senador colocou um tema que eu acredito que nós, para destrincharmos adequadamente, precisaríamos de um seminário de alguns dias, porque resume, na sua complexidade, os desafios que enfrenta a comunidade internacional hoje, e muito especificamente o Brasil.

Eu vou tentar fazer um comentário geral. Desafios da política externa do Brasil nos próximos anos. Eu tenho algumas coisas escritas, a maneira como eu gosto de entender a evolução da política externa do Brasil. A evolução histórica da política interna do Brasil é dividida em três grandes momentos: um primeiro momento que vai da descoberta até o final do século XVIII com os Tratados de Madri e Santo Idelfonso – é o momento que eu chamo da definição do território. Todo o movimento político diplomático das relações internacionais conduzidas pela nossa matriz colonial, Portugal, tinha o objetivo de definir aquele espaço que se transformaria ou que veio a se transformar, por uma série de acidentes e objetivos bem perseguidos históricos, nesse imenso país que é o Brasil, do qual nós somos legatários.

O segundo momento que vai desse período onde pega todo o século XIX e vai até Rio Branco, eu chamo a delimitação do território. Foi, eu acho, a grande visão histórica que teve a diplomacia luso-brasileira, e que encontrou o seu ápice no Rio Branco, foi delimitar cuidadosamente centímetro por centímetro do nosso território. Sem isso, sem esse cuidado, o Brasil é, depois da China e da Rússia, o país que tem mais vizinhos territoriais em todo o mundo. E a idéia de que nós pudéssemos ter conflitos de fronteira é uma idéia que realmente... Se isso ocorresse seria transformado de uma forma muito negativa a própria evolução da segurança e da política externa brasileira. Então essas duas grandes idéias força de definição do território, da delimitação do território, foram substituídas a partir do Barão, graças ao êxito da obra do Barão. Nesse terceiro momento da diplomacia brasileira que vai até hoje, que eu chamo, que é o desenvolvimento econômico e social do país. Um território definido, um território delimitado, em paz. O objetivo, toda a política exterior brasileira se pode compreender do período do Barão e adiante como centrada sobre esse objetivo, quase que monotemático, sobre excessivo de contribuir para o desenvolvimento econômico social do país mediante aquilo que se chama da inserção competitiva do Brasil no mundo.

Hoje o que nós enfrentamos para lograr esse objetivo. Nós somos um país que emerge, um país que, sobretudo a partir da nossa grande conquista, que eu acho que é a conquista da nossa geração, que é a consolidação da democracia no Brasil, nós emergimos na sociedade internacional com um respeito muito grande, uma aceitação muito grande, uma consideração muito grande. Somos em qualquer avaliação apontados como os países emergentes, os países que estão assumindo responsabilidades maiores no plano internacional. E isso foi possível porque nós temos

uma diplomacia com credibilidade e temos procurado atuar positivamente na solução de todos os grandes problemas internacionais. E porque temos autoridade moral de uma sociedade democrática, onde os nossos problemas internos, apesar das nossas graves divisões ainda sociais, das nossas graves divisões que estão se atenuando, estão melhorando, sem a menor dúvida, mas temos convergências e temos uma adesão hoje inquestionável à democracia.

O Brasil para que possa cumprir esses objetivos e contribuir positivamente para a solução desse elenco de temas que o Senador citou, os quais eu concordo plenamente, como os vetores principais da agenda, ele precisa que o sistema multilateral funcione. E o que nós estamos assistindo hoje, porque não há problemas que possam ser resolvidos individualmente, os problemas da sociedade contemporânea são problemas globais, problemas globais precisam de soluções globais e soluções globais precisam de mecanismos negociadores apropriados para que elas possam ser gestadas e implementadas. E o que nós temos hoje é que nenhum dos grandes temas globais está sendo encaminhado adequadamente pelas instituições multilaterais existentes. Há uma grande crise de multilateralismo. Para citar três exemplos entre os temas que o Senador citou: comércio. Nós estamos discutindo a rodada de Doha já há seis anos. Se nós contarmos o período que antecedeu o lançamento da rodada, inclusive o fracasso da Conferência de Seattle, nós vamos já para 11 anos de negociações comerciais que não foram resolvidas. Podemos discutir o porquê. Eu estava pensando mesmo.

Nós temos um problema grave de meio ambiente. A Senadora Marina Silva, a nossa Ex-ministra de Meio Ambiente conhece esse tema melhor do que eu. E por que é que esse problema não é resolvido? Porque em geral não há uma capacidade dos países emissores, dos países poluentes, que têm responsabilidades históricas na solução desses problemas, de encontrar uma maneira equilibrada de se relacionar com os países que emergem que têm uma responsabilidade presente, mas que não tem a responsabilidade histórica pela poluição, pela contaminação, pelo aquecimento do planeta.

Então da mesma forma que nas negociações comerciais nós buscamos estabelecer o princípio de responsabilidades comuns, todos temos responsabilidades comuns. Os problemas globais são responsabilidades de todos. As responsabilidades são comuns, mas elas são diferenciadas. Esse princípio, que nós defendemos nas negociações comerciais, nós defendemos também nas negociações globais e sobre meio ambiente não é aceito. Não é aceito porque os países que detêm

essas responsabilidades globais, históricas e atuais, não aceitam compartilhar adequadamente, diferenciadamente, esse tipo de responsabilidade. E o terceiro problema que está também, de uma certa forma, vinculado a esses outros dois é a incapacidade que nós estamos encontrando de reformar o sistema multilateral. O sistema multilateral foi concebido... Eu nasci em 1945, no final da guerra. O sistema multilateral... hoje eu estou já, portanto, com 63 anos de idade, e o sistema internacional que nós vivemos hoje é o mesmo. Foi um sistema concebido no final da segunda guerra mundial em que o poder no mundo ainda era muito concentrado em determinados setores, determinados países. Portanto, esse fato de o sistema multilateral não estar dando vazão ao encontro de soluções adequadas para esses problemas e nós não conseguirmos negociar uma rodada de comércio voltada para o desenvolvimento que é o objetivo da Rodada de Doha, nós não conseguimos encontrar mecanismos adequados para lidar com os problemas do aquecimento global, os sistemas gerais do meio ambiente, nós não conseguimos reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas e as Organizações Internacionais. Esses problemas estão sendo contornados como? Se as organizações internacionais não funcionam, as grandes potências encontraram um caminho paralelo, uma via paralela que é o famoso G7 e G8 – O G7, originalmente, para depois do fim da guerra fria, com a inclusão da Rússia, G8. Então essa é uma maneira que eles encontraram de escapar, digamos, da camisa de força de um sistema multilateral que virou oneroso, pesado, com uma certa incapacidade de resolver os problemas. Só que eles agora se deram conta que não podem resolver os problemas sozinhos, se no começo o G7 e o G8 podiam resolver os problemas sozinho, hoje não pode. Se você for ler os relatórios, as decisões dos últimos encontros do G7, G8 vocês vão ver que em todos os pontos há chamamentos, necessidades para que os países, os grandes países emergentes façam em determinadas coisas, atuem em determinada maneira, aceitem em determinadas políticas. Só que eles não negociam conosco.

Então o Brasil está entre os chamados [ininteligível], a expressão inglês, os cinco países que dialogam com o G7 e G8, Brasil, Índia, China, África do Sul e México. Mas eles tomam as decisões sem negociar conosco. Nós já passamos os últimos anos, e foi até algo que deve ser reconhecido, foi durante a presidência alemã, em 2007, que o G7 e G8 passou a dialogar de uma forma mais estruturada, e a Alemanha propôs justamente esse tema do diálogo estruturado com os países, os grandes países em desenvolvimento. Mas daí a se passar por uma negociação estruturada é um

passo que ainda não foi tomado, e sobre o qual há grandes resistências.

Então, Senador, concluindo a resposta, depois nós poderemos, pessoalmente, conversar, terei imenso prazer sobre cada um dos pontos específicos, eu diria que o principal problema que nós nos defrontamos, o principal desafio da política externa nos próximos anos para manter o seu objetivo de contribuir com um sistema internacional apropriado, porque o sistema internacional não foi delineado por nós, não foi feito por nós, nós estamos do outro lado da equação, estávamos do outro lado da equação quando todas as regras das instituições foram montadas: nós precisamos ser parte da solução. Nós não somos parte do problema, e acho, e quero crer, que nós temos muitos problemas, mas os nossos problemas não são problemas globais, nós não criamos os problemas globais, nós somos afetados pela incapacidade do sistema multilateral de resolver esses problemas globais, e queremos ser parte da solução. Temos credenciais para isso e a nossa diplomacia tem sido extremamente coerente e ativa em todos esses segmentos, e todos esses citados pelo Senador Cristovam Buarque em procurar fazer ouvir a voz do Brasil agora de uma forma muito mais eficaz porque criamos todas essas alianças, essas parcerias, os G20 na OMC, o IBSA – Brasil, Índia, África do Sul, os diálogos com os países árabes, os diálogos com os países africanos, enfim, sem falar na comunidade sul-americana de nações na base da nossa política.

Então o que nós precisamos fazer é continuar esse caminho. É duro. Mudar é muito complicado, mudar na vida real, na vida pessoal, na vida de cada um dos nossos países e mudar em escala global é muito mais complicado ainda. Mas é uma luta permanente, e eu acredito que o Brasil está indo por um caminho bastante definido, claro, objetivo e em direção a essas mudanças. Mas nós podemos depois conversar especificamente sobre cada um dos temas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra à Senadora Ada Mello, eu coloco em votação requerimentos complementares de aditamento ao assunto aqui já tratado. Requerimento nº 58, de 2008: “Nos termos regimentais, requeremos aditamento do Requerimento nº 49, de 2008, para acrescentar os seguintes convidados: Márcio Meira Presidente da Funai, Joêmia Wapichana, representante dos povos indígenas de Roraima, e Dra. Débora Duprat, da 6ª Câmara do Ministério Público Federal”. Sala das Comissões, Senadora Marina Silva e Eduardo Suplicy. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento nº 57, de 2008: “Nos termos regimentais, re-

queiro aditamento ao Requerimento nº 49, de 2008, para acrescentar o seguinte convidado: Jonas Marcilino, professor indígena da Comunidade do Contão”. Sala das Comissões. Senador Augusto Botelho. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra a Senadora Ada Mello.

SENADORA ADA MELLO (PTB-AL): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Embaixador Luiz Felipe. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sra. Embaixadora e Sr. Embaixador, o governo brasileiro mantém com o Vaticano dois níveis de relacionamento: o relacionamento de estado, em que prevalece o laicismo, e o da igreja, de cunho religioso. Em sua atuação a Santa Sé, como bem ressalta em seu relatório o nobre Senador Marco Maciel, não exita em se manifestar acerca de temas especialmente voltados para os direitos humanos e a paz mundial. No Brasil a igreja católica segue esta mesma linha de preocupação com os aspectos sociais do país, os quais, via de regra, permeiam as políticas públicas e econômicas adotadas pelo governo. Nessa condução, não raro, são constatadas divergências de posicionamentos frente a assuntos como controle da natalidade, aborto e pesquisas genéticas. O que eu gostaria de indagar ao Embaixador Seixas Corrêa é se o senhor considera que um bom relacionamento em nível de estado facilitaria as relações em nível confessional dadas as divergências religiosas existentes entre governo e igreja?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra...

SENADORA ADA MELLO (PTB-AL): A pergunta que ele não ouviu. Vou repetir. O que eu gostaria de indagar ao Sr. Embaixador Seixas Corrêa é se o senhor considera que um bom relacionamento em nível de estado facilitaria as relações em nível confessional dadas as divergências religiosas existentes entre governo e igreja?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Seixas Correia.

SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA: Numa palavra, respondendo numa palavra a sua pergunta: Sim. Agora eu acho que são ordens separadas, a Igreja Santa Sé tem uma dupla personalidade. Personalidade estatal que é a única religião, a única confissão, o único credo que é dotado dessa capacidade de se fazer representar e de atuar, e isso vem lá do fundo da história da humanidade, como um Estado. Portanto, com capacidade de concluir acordos, tratado e mediar conflitos etc. e etc. E outro é o aspecto pastoral. É a idéia, é o poder da igreja de ordenar, administrar, gerir

a atuação do clero nos diferentes países do mundo. E isso, obviamente, é um tema extremamente complexo. Agora, as relações do Brasil com o Estado, com a Santa Sé, o plano do Estado para o Estado são muito boas. Devo continuar. E na minha função de Embaixador junto a Santa Sé, se for aprovado pelo Senado, pretendo contribuir extremamente para isso. Agora as relações pastorais são as relações pastorais, são as decisões da igreja através dos seus órgãos competentes, da Cúria, das pastorais. A igreja atua no Brasil através de um número bastante grande de pastorais que se ocupam de temas específicos e tem sido, obviamente, um fator positivo no encaminhamento de muitos problemas de natureza social. E outros problemas haveria que são mais ligados a aspectos espirituais – pode haver uma divergência, mas há um princípio no Brasil muito claro, constitucional, e que é o que fundamenta toda a nossa atuação e a nossa relação com a Santa Sé, que é o princípio da liberdade religiosa e o princípio da separação entre a igreja e o Estado, de maneira que as interferências aí são naturalmente delimitadas por esse aspecto. Um jogo muito sutil, mas eu acredito que respondendo objetivamente, concluindo a sua pergunta, é claro que uma relação de nível governamental positiva apropriada é uma relação que facilita o ponto de soluções comuns para os problemas que são abordados na agenda social e espiritual da igreja.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Marina pede a palavra. Quer saber sobre a matéria?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sobre o assunto. Então V. Exa. a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro eu quero dizer da minha satisfação de ainda na condição de suplente poder participar dessa sessão. Quero cumprimentá-los, enfim, pela indicação feita pelo Presidente Lula. E dizer que, sem sombra de dúvidas, nós vivemos grandes desafios que já não conseguimos tratá-los, como disse o Senador Cristovam, de forma isolada. E talvez o que eu vá dizer aqui é apenas um comentário de natureza mais ampla, mais geral. É como tratar esses problemas nos espaços multilaterais de forma a integrar cada vez mais os países e os aspectos culturais e políticos desses países sem que isso signifique uma assimilação das culturas e da diversidade cultural que nós temos, porque há uma grande tendência a um processo de homogeneizar as sociedades, os grupos sociais, e no meu entendimento isso é muito negativo. O que nos fortalece é exatamente a possibilidade da troca na diferença e dentro de um mundo globalizado nós

temos as vantagens e a desvantagem dessa globalização. Mas o desafio, sobretudo em países como países da África, é de sermos respeitosos em relação a essa diferença, essa diversidade cultural que, no meu entendimento, é constitutiva dos povos. Ela é constitutiva das nossas identidades e assim que nós nos colocamos em relação às demais culturas e os demais povos. E ainda um outro comentário de natureza mais ampla é em relação à questão ambiental. Acho que o Brasil deu uma contribuição muito grande no debate, enfim, sobretudo, no processo que estabeleceu o Protocolo do Kioto com a idéia do princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, chegando a sugerir um mecanismo para viabilizar a contribuição dos diferentes países que é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL. Mas no meu entendimento essa fase vai ter que transitar para uma nova estrutura no âmbito do Protocolo que cada vez mais comporte a contribuição de ricos e pobres, e no meu entendimento cada vez mais vai ficar difícil para países como o Brasil, o México, a China e a Índia sustentarem a posição de que, com as atuais emissões que temos, nós não temos que dar uma contribuição efetiva.

E aí eu faço uma diferenciação da discussão que é feita, sobretudo na União Européia e pelos Estados Unidos, de que eles querem nos dar um tratamento como se nós tivéssemos alcançado o nível ótimo de satisfação das nossas necessidades econômicas, sociais, culturais, e assim por diante. Todavia, no meu entendimento, nós vamos ter que enfrentar esse debate da seguinte forma: da mesma forma que para eles é difícil mudar matriz energética de fóssil para renovável, para nós é difícil mudar de modelo de desenvolvimento. E a única estrutura que possibilita a contribuição dos países em desenvolvimento é aquela que favoreça a mudança do modelo de desenvolvimento, porque aí nós vamos dar uma contribuição para a redução das atuais taxas de emissão. O Brasil, 75% das nossas emissões são oriundas do desmatamento pelos demais usos da terra, e a China e a Índia já têm emissões altamente relevantes. Então, uma estrutura que preserve o princípio da equidade, porque historicamente nossas emissões são baixas, atualmente já são altas. Mas nós temos um desequilíbrio em termos *per capita* de emissão. Como fazer para que possamos reduzir emissões que são grandes sem que isso signifique congelar as nossas mazelas sociais no tempo? E para mim nós vamos ter que assumir que nós queremos contribuir, nós queremos ter metas internas de redução que sejam verificáveis, mensuráveis, acompanháveis, tudo como eles dizem, mas a partir

do nosso próprio compromisso interno, a partir da mudança do modelo de desenvolvimento, senão a nossa discussão vai ficar insustentável. Não há como continuar defendendo porque o barco é de gelo e está derretendo, e quando as emissões chegam lá em cima eles não dizem: isso aqui é de rico, é de pobre, é de quem emitiu mais, emitiu menos, nós temos que fazer a diferença agora, até porque nós temos um tempo para fazer isso. O Brasil tem as melhores condições de todos, no meu entendimento. Nós temos 45% de matriz energética renovável. Nós temos as nossas emissões, a maior parte vinda do desmatamento ilegal, e com a nossa experiência de uma redução de desmatamento de 57% por três anos consecutivos, nós reduzimos meio bilhão de toneladas de CO₂. Isso representa 14% de tudo que teria que ser reduzido por todos os países ricos até 2012. Não é uma contribuição de pequena monta, e no meu entendimento nós não temos que ter medo de ir para esse debate. Tudo bem, nós queremos contribuir, mas essa estrutura, de acordo como está dentro da Convenção do Clima e da Biodiversidade e das demais, tem que possibilitar aos países em desenvolvimento, transferência de tecnologia e conhecimento, recursos novos e adicionais para que possamos investir na mudança de modelo e, no caso do Brasil, é uma vantagem muito grande, porque, enquanto países desenvolvidos têm apenas 13% de matriz energética renovável, nós temos 45%. Então, nós temos um processo muito rico para fazer a diferença, senão daqui a 30, 40, 50 anos, vamos ser nós os que estaremos com taxas históricas de emissões insuportáveis e inaceitáveis. Então eu acho que o Ministro Celso Amorim tem feito um esforço muito grande para transitar, fazer transitar essa posição. Eu acho que nós devemos aprofundar cada vez mais esse debate no sentido de que temos responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, mas isso não significa que não temos responsabilidades. Nós as temos, queremos arcar com cada uma delas e queremos uma ajuda autônoma, soberana para aprofundarmos as nossas contribuições.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigada Senadora Marina. Algum comentário?

SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA: Muito breve. Acho que a Senadora Marina Silva com toda a sua autoridade fez uma defesa brilhante do que, evidentemente, é o caminho do futuro, é o caminho que nós vamos ter que trilhar. O problema, e eu acho que não há nenhuma divergência entre o que eu expus muito resumidamente e o que a Senadora expôs de

uma forma mais consistente, é onde começar, é como dar partida. Porque o princípio das responsabilidades comuns mais diferenciadas parte do princípio de que as responsabilidades são muitas, são diferenciadas, porque o legado histórico, a carga histórica completamente desequilibrada. Portanto, nós entendemos da mesma forma que nas negociações comerciais, nós entendemos que o ônus maior deve partir dos que são os responsáveis pela situação. Isso não nos onera, e não nos onera não é porque qualquer consideração de natureza negocial da estrutura da negociação irrisória porque não é do nosso interesse. Nós não queremos afundar com esse basco, nós não queremos desmatar a nossa floresta tropical. Agora, o Brasil quer e agora quer fazer isso de uma forma que seja equilibrada, equilibrada no sentido da diferenciação. E o que está havendo até agora, eu tenho a impressão, que é uma grande incapacidade que não nos encontramos no plano multilateral de dar essa partida, porque alguns países, notadamente os Estados Unidos, é muito possível que isso mude, qualquer que seja a próxima administração tem mantida uma posição muito restritiva em matéria de reconhecimento das suas responsabilidades. Então, o que acontece, muitas vezes, o que está acontecendo, e muitas vezes isso é freqüente em outras negociações internacionais, é a história de quem pisca primeiro. Os dois têm que piscar juntos, os dois lados têm que piscar juntos. Então você tem que criar uma situação, superar essa idéia: não, eu faço isso, mas você tem que fazer aquilo primeiro. Eu faço aquilo, mas você tem que fazer isso primeiro. Então você, normalmente, empaca em negociações multilaterais porque ninguém consegue piscar junto. Então é importante que isso se produza dentro de um espírito de equilíbrio. No momento que houver isso, no momento em que os países desenvolvidos, os grandes países desenvolvidos, se dispuserem a assumir essa responsabilidade histórica, e dizer: eu vou fazer isso, eu vou fazer mais do que vocês. Vocês vão encontrar o equilíbrio no que vocês devem fazer, sem, é claro, também, deixar de ter acesso ao desenvolvimento, as fontes de energia limpa, as renováveis, etc. e etc.. Esse é o grande problema. E aí, Senadora, eu acho que é esse o problema que eu me referia na resposta às instigações do Senador Cristovam. É porque o sistema multilateral não está dando vazão a isso, o processo em si não está dando vazão a esse tipo de negociação. Há falta de liderança, não há uma negociação global que possa ser feita harmoniosamente sem uma grande liderança. E é preciso que, justamente, eu tenho a impressão, que o tema nº 1 da agenda de transformações no mundo é a assunção dessas responsabilidades e a capacidade de

você criar formas de negociar multilateralmente que sejam eficazes. E aí vamos encontrar essa solução a que a senhora se refere com muita precisão e com muita razão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado Embaixador. O próximo inscrito sou eu. Na verdade, são duas questões só. Cumprimentar a Embaixadora Ana Cândida, desejar sucesso. Evidente que a relação do Brasil com a Nigéria tem muito por crescer. É uma das maiores populações do mundo em termos dos países, a população da Nigéria, e esse intercâmbio nosso tende a crescer muito.

Com relação ao Embaixador Seixas, eu queria, Embaixador, cumprimentá-lo também pelas suas nossas funções, a importância que o Vaticano tem, especialmente nas questões de preservação da páscua do mundo afora. Mas deixar uma pergunta rápida só. Diz respeito ao posto que V. Exa. ocupa agora que é na Alemanha. Nós estamos vendo, nos últimos dias aí, que a questão da crise financeira americana caminhando um pouco para a Europa e, especificamente, para a Alemanha. Só se o senhor puder nos dar alguma opinião rápida do que tem a nos informar a esse respeito.

SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA: Olha, em poucas palavras, como em todas as vezes que há uma crise sistêmica, uma crise multilateral, a tendência dos países em princípio dessa crise é se afastar, é dizer assim: não é comigo, não é culpa minha, não fui eu. E, na realidade, quando a crise eclode e se implanta, ela atinge a todos, atinge a todos de forma comum, mas diferenciada de alguma maneira.

A Alemanha tem uma estrutura econômica muito alicerçada na indústria, na indústria de transformação, na indústria química. E, diferentemente, dos Estados Unidos, digamos, o setor financeiro creditício não tem o mesmo peso dentro do produto do país. Nos Estados Unidos essa relação é muito maior. A riqueza financeira numa proporção, não tenho os números de cabeça, mas uma proporção maior. Então houve, no início, uma sensação na Alemanha. Ainda acompanhei lá, embarquei para cá no domingo passado, uma sensação de que a Alemanha talvez estivesse imune a esse processo. Alguns outros bancos europeus, a começar pelo grande banco suíço UDS, já tinham há muitos meses acusado o golpe e tomado medidas de precaução. Os bancos alemães acreditaram que estavam, até certo ponto, a salvo. E, na realidade, nas últimas semanas o que nós vemos era de que também, sobretudo no lado hipotecário, que é a crise da construção civil, a bolha hipotecária que ameaçou todos conseqüentemente.

E a Alemanha tomou medidas, como todos os outros países. Nós fizemos um tema dos países do Benelux que tiveram que intervir para o salvamento de um grande banco, o Fortis, e vimos ações também como ocorreram na Suíça que eu já mencionei. Na Inglaterra, várias instituições que tiveram que ser nacionalizadas. Então a Alemanha tomou medidas análogas. E interessante que nesse último fim de semana ocorreu em Paris, num sábado, uma reunião entre os quatro grandes países, as quatro maiores economias da União Européia, a França, que preside atualmente a União Européia, Alemanha, Itália e o Reino Unido. E eles decidiram atuar sozinhos, cada um por si. Está ali a complexidade do sistema financeiro: dentro de cada uma das unidades nacionais, eles defenderam políticas comuns, defenderam idéias comuns, compararam idéias, mas a decisão foi tomada, disse que cada um arque com a sua parcela de responsabilidades. E a Europa está nesse momento às voltas com essas responsabilidades. A crise atinge a todos. Enfim, é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Tudo bem. Esperamos só que não nos atinja tanto, porque no primeiro momento o Brasil também se inseriu nesses países, pela parte do governo, de que não teria nada a temer, mas, lamentavelmente, vemos que sim.

Já encerrada a parte das inscrições. Nós vamos ter que suspender a reunião, de acordo com o disposto na Constituição Federal para transformar em reunião da Comissão em secreta e depois que abrimos, então, com a apuração dos votos.

Solicito, portanto, a todos que permaneçam apenas os Srs. Senadores e a Embaixadora e o Embaixador Pedro que também está conosco. Por favor, fique.

Senador Augusto e Senador Suplicy podiam fazer a contagem só dos votos. Augusto fazer a contagem junto com o Senador Suplicy só para gente reabrir e já... Acho que não tem nenhuma pergunta. Alguém tem alguma pergunta na parte...

Sessão suspensa às 13h12.

Sessão reaberta às 13h13.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Reaberta a sessão, a reunião. Eu quero comunicar a aprovação dos Srs. Embaixadores. A Embaixadora Ana Cândida Perez para a República Federal da Nigéria por unanimidade de votos, e também para a Cidade do Vaticano o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h15.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.**

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **EDUARDO AZEREDO** e **MARCO MACIEL**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **MÃO SANTA**, **JARBAS VASCONCELOS**, **PAULO DUQUE**, **HERÁCLITO FORTES**, **VIRGINIO DE CARVALHO**, **ROMEU TUMA**, **ADA MELLO**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **INÁCIO ARRUDA**, **SERYS SLHESSARENKO**, **JOSÉ NERY**, **MARCO ANTÔNIO COSTA**, **FLEXA RIBEIRO** e **JEFFERSON PRAIA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício, Senador Eduardo Azeredo, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício inicia a apreciação da pauta. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do seu Relatório. Os Senadores **PAULO DUQUE** e **ROMEU TUMA** fazem uso da palavra para discutir a matéria. Aprovado. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 715, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que *“Institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos antidumping, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. O Senador **PAULO DUQUE** faz uso da palavra para

discutir a matéria. Aprovado o parecer favorável, nos termos da emenda nº 1 – CRE (Substitutivo). A Matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo para a Criação do Visto Mercosul, aprovado pela Decisão CMC 16/03, emanada da XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevidéu, em 16 de dezembro de 2003”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **ROMEU TUMA**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 04:** Requerimento (SF) nº 930, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *“Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno Senado Federal, voto de aplauso ao líder e ex-presidente sul africano Nelson Mandela pelo seu 90º aniversário”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 05:** Requerimento (SF) nº 958, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *“Requer, com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no início do corrente mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** para fazer a leitura do seu Relatório. Os Senadores **ROMEU TUMA** e **PAULO DUQUE** fazem uso da palavra para discutir a matéria. Aprovado. O Presidente em exercício coloca em votação item Extrapauta: **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25 / 03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. O Senador **ROMEU TUMA** faz uso da palavra para discutir a matéria. O Senador Marco Maciel assume a Presidência. Aprovado. O Presidente em exercício coloca em votação Requerimento Extrapauta: **Item 2:** Requerimento nº 60, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *“Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao*

Senhor Ministro das Relações Exteriores informações sobre a imunidade dos Diplomatas em serviço no Brasil e seus familiares, sobretudo, com relação ao cumprimento das leis de trânsito brasileiras e à falta de registro de seus veículos pelo Departamento de Trânsito dos respectivos Estados da Federação e Distrito Federal". Os Senadores **EDUARDO AZEREDO, ROMEU TUMA e CRISTOVAM BUARQUE** fazem uso da palavra para discutir a matéria. Aprovado. O Presidente em exercício retorna a pauta com o **Item 6:** Requerimento (SF) nº 1.117, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "*Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país, na forma da Moção anexada*". O Presidente em exercício concede a palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, Relatora "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Os Senadores **PAULO DUQUE e ROMEU TUMA** fazem uso da palavra para discutir a matéria. Aprovado. Antes de encerrar a sessão, o Presidente em exercício coloca em votação Requerimentos Extrapauta: **Item 3:** Requerimento nº 61, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "*Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008, que 'Aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25 / 03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevideú, em 15 de dezembro de 2003'*". Aprovado. **Item 4:** Requerimento nº 62, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "*Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2008, que 'Aprova o texto do Acordo para a Criação do Visto Mercosul, aprovado pela Decisão CMC 16 / 03, emanada da XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevideú, em 16 de dezembro de 2003'*". Aprovado. O Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 49 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declarado aberta 28ª Reunião Ordinária da Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Dispensada. Em votação. Aprovada.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, comunico que esta comissão receberá na próxima terça-feira, dia 21 de outubro, às 10h30, a visita da delegação de parlamentares da República Popular da China, eles estarão aqui na nossa comissão às 10h30 e depois farão uma visita ao Presidente Garibaldi, ao meio-dia, e terão um almoço aqui, no próprio Senado, e ainda à tarde, uma continuação da programação e, à noite, um convite também aos membros da comissão, para participarem de uma reunião, uma recepção na Embaixada da China. Mas, especialmente, nessa visita, aqui à Comissão de Relações Exteriores, às 10h30, na próxima terça, seria muito importante a presença dos Srs. Senadores.

Nós temos alguns itens hoje de tratados, de requerimentos. Eu vou começar com o Item 3, do Senador Cristovam Buarque, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008, que aprova o texto de Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute em 4 de outubro de 2002, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a relatoria é do Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente e Srs. Vereadores, trata-se de um acordo que, a meu ver, extremamente oportuno, tendo em vista não só a sua razão de ser, mas também o fato de ser com a República Libanesa, entre todos os países, talvez aquele que tenhamos, à exceção de Portugal, mais relações do ponto de vista de troca de imigrantes. Talvez seja a maior população de estrangeiros e descendentes no Brasil, depois de Portugal. Por isso eu fico muito feliz em ser o relator, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo 120, de 2008, aprovando o tratado que foi entre o Governo da República Libanesa e a República Federativa do Brasil, celebrado em 04 de outubro de 2002.

Devo dizer que, em atenção ao disposto no Inciso I, do art. 4 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Governo Federal para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou, dentro desse procedimento, às duas Casas Legislativas, a Mensagem 397, em 19 de agosto de 2004. Na Câmara, a mensagem foi aprovada em 20 de novembro de 2003, na forma de um Projeto de Decreto Legislativo, que foi apreciado, por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O acordo se faz acompanhar de uma exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual eu quero destacar o seguinte: "O tratado em apreço, exemplo de uma das modalidades de colaboração mais tradicionais que se prestam os Estados soberanos, representa importante avanço na cooperação judiciária entre o Brasil e o Líbano, ao tornar mais efetiva atuação dos dois países na prevenção e na repressão do crime. O tratado estabelece, ademais, as regras e formalidades que devem ser observadas em processo de extradição, os procedimentos de prisão preventiva, e de trânsito e entrega do extraditado".

A análise que eu faço, Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, me permite dizer que trata-se de ato internacional padrão, na relação bilateral extradicional entre Estados soberanos, contemplando tecnicamente todos os requisitos necessários para que o tratado atenda aos fins a que se propõe. Devo salientar que a cooperação judiciária internacional é um dos modernos meios de persecução criminal internacional, atuando contra formas insidiosas de crimes, como o terrorismo, a criminalidade financeira, o narcotráfico, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro.

Tem 17 artigos, com caráter relativamente simples, mais muito abrangente, não deixando de contemplar, a meu ver, sequer a questão da entrega de bens provenientes de crimes, objeto de pedido extradicional. Isso está no art. 14. Devo aduzir que o tratado possui ainda o condão de aproximar os países signatários, o que é importante no plano bilateral, pois se tratam de países com sólida e histórica amizade. O Líbano vai aos poucos consolidando sua recuperação, após décadas de conflitos bélicos e guerras civis, devendo tornar-se importante parceiro para o Brasil em suas relações com o Oriente Médio.

E por último, Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, devo lembrar que o presente ato internacional é conveniente e oportuno aos interesses nacionais, colaborando para a maior segurança jurídica nas relações bilaterais. Consolida o bom relacionamento do Brasil com a República do Líbano, país que poderá ser aliado constante em vindouras demandas em fóruns

internacionais, como é o caso da Organização Mundial do Comércio e das Nações Unidas, a par de seus múltiplos organismos especializados.

Complemento ainda mais que na atual realidade mundial, a repressão à criminalidade, cada dia mais, se transforma em um fato internacional, e não em fatos isolados nacionais e exige acordos como esse. Cada país hoje é muito vulnerável à criminalidade importada e esse tratado permite combater uma parte desse crime importado.

Por isso e em face do exposto, e por considerar conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008. Esse é o voto que eu proponho aos demais senadores dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque, eu coloco em discussão o parecer, portanto, do Tratado de Extradição entre a Brasil e o Líbano. Com a palavra, o Senador Paulo Duque e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu volto a falar aqui, não para protestar, mas para lembrar a necessidade desta comissão saber quais são as pessoas que têm responsabilidade de assinar em torno do meu país, pelo Governo da República Libanesa, está aqui na página 55, ninguém sabe quem assinou. Sabendo que o presidente assinou, mas nem sabemos o nome do presidente. A mesma coisa aqui pela República Federativa do Brasil, não sabemos qual é a figura diplomática ou política que teria assinado esse tratado.

Então, isto não é bom para nós, porque realmente não é bom. Sobre tudo para esse comissão muito especializada, que trata de assuntos transcendentais, não é possível que as pessoas não possam, pelo menos... Ou então, a comissão é obrigada a, antes de apresentar aqui... Eu chamo a atenção da Presidência e da Secretaria a, pelo menos dizer, quem é que está assinando isso. Eu já protestei, já falei, estou falando, estou tornando a falar... Não acho bom isso, com toda a franqueza, isso não é bom.

Em segundo lugar, Sr. Presidente Eduardo Azeredo, veja bem V. Ex^a, esse tratado foi celebrado em 04 de outubro de 2002, já se vão seis anos praticamente e, só agora é que isso vem a essa comissão e vai a Plenário do Senado, também não é bom. Não sei de quem é a culpa disso, não estou culpando ninguém, mas estou alertando para esses aspectos que são tipicamente antiparlamentares. É o que eu tinha a dizer a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, V. Ex^a tem toda a razão, eu diria que, em ambos os casos. No primeiro, a infor-

mação... A comissão já fez essa solicitação ao Itamaraty, que sempre que mandar os tratados, os acordos, eles venham com a informação, reiteramos então à embaixadora, que nós possamos ter essa informação: Quem é que está assinando pelo Brasil.

Já com relação ao prazo, o que eu verifico é que ele foi assinado em agosto de 2003.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 2002.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): 2002, mas foi encaminhado em 2003 à Câmara em 2003. Ele foi assinado em 4 de outubro de 2002, mas encaminhado à Câmara em 19 de agosto de 2003, praticamente, um ano depois. Na Câmara, ele foi aprovado, ainda em novembro de 2003, mas aqui no Senado, só chegou em junho de 2008. Eu solicito também à Embaixadora Gladys, que faça um levantamento para saber o que aconteceu, se bem que, na verdade, isso não voltou à Câmara. É Senador... Nós vamos verificar, então, vou pedir à Secretaria que verifique o que foi que aconteceu entre a Câmara e o Senado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nesse espaço de tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nesse espaço de tempo, porque o processo não volta ao Senado ele... Ele passou por várias comissões lá na Câmara, aqui está em 2003, 2004. Entre 2004 e 2007 é que houve uma... Foi na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e depois só... Demorou três anos para entrar em Plenário, então, ele demorou três anos para ir ao Plenário da Câmara. E aí depois, em 2007 só, é que foi aprovado no Plenário da Câmara, vindo em votação final, ainda na Câmara, em maio de 2008. Houve, realmente, uma demora na Câmara dos Deputados, pelo que podemos verificar aqui, na tramitação.

Quer dizer, aprovado em 2003, foi a outras comissões em 2004, durante três anos ficou aguardando a pauta de Plenário, entrou em Plenário em 2007, foi aprovado, finalmente, em 2008. Aqui no Senado vai...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, essa reclamação não é contra ninguém, é a favor do Brasil e da nossa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeitamente, porque o tratado só entra em vigor depois de aprovado pelo Congresso como um todo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dando segmento à discussão, passo a palavra ao Senador Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente é mais um... Eu acho que o Senador Paulo Duque tem razão, o tempo passa, e nós temos aqui um exemplo claro, recente, do Juan Carlos Abadía, que foi extraditado apesar de ter cometido vários crimes no Brasil, inclusive, de corrupção acentuada e a oferta que fez de dar 65 milhões de dólares se pudesse ser extraditado para os Estados Unidos que, em tese, foi recusado, mas houve a decisão da extradição, contrariando leis que existem hoje, sem dúvida nenhuma, de que o condenado tem que cumprir, até o final, a pena a que foi condenado no Brasil.

Foi o então Ministro Saulo Ramos que impôs essa lei, porque havia uma facilidade muito grande do advogado pedir a extradição, porque ia para o outro país lá, de repente, a gente prendia novamente porque retornava para reincidir no crime aqui. Então, o Abadía... Houve várias vozes contrárias à extradição, antes do cumprimento e antes da conclusão da investigação e dos inquéritos que corriam no Brasil, mas houve uma decisão de governo, então, foi modificada a conduta que, até então, o Brasil respeitava. E esse acordo fala no art. 4º, recusa facultativa de extradição, que incorpora.

Então o senhor vê que, em dez anos mudou alguma coisa, mudou alguma coisa no trato de extradição com outros países, ou o comportamento do Brasil, e aqui fala também na CPI da Pedofilia. Nós pedimos e já está previsto nesse acordo, que é a prisão preventiva, quando solicitada pela INTERPOL pode ser determinada a prisão preventiva. Se a INTERPOL mandar o aviso vermelho, que é de um crime grave, então ela pede para que seja extraditado para o país que solicitou à INTERPOL. Prisão preventiva por razões expostas num documento que a INTERPOL manda.

E a CPI pediu isso também, então, há algumas coisas que estão modificadas nesses últimos dez anos. O que eu digo é o seguinte, eu vejo que a comissão, ultimamente, tem corrido atrás dos acordos internacionais para dar urgência, não é Presidente? Então, quanto mais rápido a gente puder apreciar esses acordos, não ficar oito, dez anos, porque eles vão sendo alterados ao longo do tempo, porque o mundo vira, então, fica uma coisa... E nós não podemos modificar nada do que está aqui. Nada pode ser alterado, não é, embaixadora? Nada pode ser alterado. Tem que discutir e fazer novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós podemos recusar e aí ele volta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, é isso que eu digo, eu acho que o Senador Paulo Duque tem razão, no sentido do tempo, acho que o tempo...

E aqui tem já algumas inclusões que estão funcionando hoje, mais ou menos, como atuais e que, sofreram algumas alterações durante os últimos dez anos e, novamente, foram modificadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma eu vou solicitar ao Presidente Garibaldi Alves, eu vou levar a ele esse assunto específico, porque realmente, três anos para ter entrado em pauta, mas como se trata de outra Casa, esse assunto tem que ser tratado pelo Presidente da Casa. Eu vou levar a ele esse caso específico, mostrando que um acordo internacional ficou três anos aprovado em comissão, aguardando entrar em Plenário, para que ele possa conversar com o Presidente da Câmara dos Deputados, para que casos como esse não se repitam mais, e possa haver agilidade.

Não havendo mais quem queira discutir eu encerro a discussão e coloco em votação, portanto, o Tratado de Extradicação do Governo do Brasil e do Líbano. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos voltar agora ao Item 1, que é de autoria do Senador Francisco Dornelles e relatoria do Senador Aloizio Mercadante. Eu solicito ao Senador Antonio Carlos Valadares, também da base de apoio do governo, que seja o relator *ad hoc* desse Projeto de Lei do Senado de nº 715, de 2007, que institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes, para aplicar direitos anti *dumping* e medidas compensatórias, provisórias ou definitivas e salvaguardas. Essa matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos ainda e, posteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa. Com a palavra, portanto, o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O presente Projeto de Lei do Senado de autoria do ilustre Senador Francisco Dornelles, visa instituir o "Conselho de Defesa Comercial", órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos anti *dumping*, medidas compensatórias, provisórias e definitivas e salvaguardas.

Na justificativa da propositura, o Senador Francisco Dornelles menciona que o projeto visa aperfeiçoar o sistema de defesa comercial do Brasil. Embora esse sistema seja razoavelmente organizado, o autor argumenta que ele atua com lentidão, sendo extremamente hesitante em relação à aplicação de direitos provisórios. Isso ocorreria porque o atual órgão que aplica as medidas de defesa comercial no Brasil, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), sofre, conforme o Sena-

dor Francisco Dornelles, a influência da presença de representantes de outros Ministérios, que integram o Colegiado de Defesa Comercial, que examinam as pendências comerciais, priorizando as políticas e não os princípios que regem o comércio internacional.

Tal influência, de acordo com o Senador Francisco Dornelles, faz, com frequência, que produtos altamente subsidiados, entrem no mercado interno, devido ao interesse do Ministério da Fazenda, representado na CAMEX, no controle dos preços, ou então, que medidas de defesa comercial deixem de ser adotadas, porque o Ministério das Relações Exteriores teme suas repercussões diplomáticas. A criação do Conselho de Defesa Comercial, órgão eminentemente técnico, agilizaria, segundo o autor, a tomada de decisões e permitiria defesa comercial eficiente e ágil. O projeto em apreço conta com apenas seis artigos.

O art. 1º determina a criação do Conselho de Defesa Comercial, vinculando-o ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por sua vez, o art. 2º estabelece a composição do conselho que são sete membros. No art. 3º são estipuladas as atribuições do conselho. O art. 4º determina que as decisões do Conselho de Defesa Comercial, não são aplicáveis, sujeitas à revisão no âmbito do Poder Executivo, devendo ser executadas de imediato. No art. 5º, prevê-se que o Conselho de Defesa Comercial adotará, no prazo de sessenta dias, a contar da publicação da lei, um regimento interno. Por último, o art. 6º, apenas contém a cláusula de vigência. Nesta comissão, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

O chamado processo de globalização e a abertura, mais ou menos, generalizada das economias, têm levado a um crescente número de embates comerciais em todo o mundo. No Brasil, não tem sido diferente. A abertura do nosso mercado às importações, iniciada no começo da década de 90, e consolidada ao longo dos últimos 15 anos, vem expondo vastos setores da nossa indústria, à concorrência de produtos fabricados no exterior.

Algumas vezes, tal concorrência ocorre dentro dos parâmetros acordados na OMC e em níveis adequados, estimulando a indústria nacional a aumentar a sua produtividade, o que é, em geral, benéfico para o país. Enquanto em outras vezes essa concorrência é desleal, predatória e se processa em desacordo com as normas da OMC, destruindo segmentos da produção brasileira e seus correspondentes postos de trabalho. Obviamente, a estrutura normativa da Organização Mundial do Comércio contempla dispositivos que visam à correção das práticas desleais de comércio e à defesa comercial dos países membros.

Em linhas gerais, tais dispositivos estão plasmados no Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, no Acordo sobre Salvaguardas e no Acordo sobre a Implementação do art. 6º do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, mais conhecido como acordo anti *dumping*, todos já devidamente inscritos em nossa ordem jurídica interna. As cláusulas contidas nesses acordos, permitem uma defesa comercial apropriada do setor produtivo nacional contra as práticas desleais que, usualmente, ocorrem no comércio internacional. Porém, há regras processuais que podem dificultar ou retardar bastante a aplicação de algumas medidas destinadas à defesa comercial.

É necessário que o país afetado pela concorrência inicie e desenvolva complexa investigação, que comprove o dano causado à produção nacional, a fim de que se possa impor uma medida definitiva que compense o prejuízo causado. Assim, dependendo do tempo que consuma a investigação, a medida definitiva pode vir demasiado tarde, quando o prejuízo do setor produtivo tornou-se irreversível. Por tal razão, o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, em seu art. 17, o Acordo sobre Salvaguardas, no seu Art 6º, e o Acordo Anti *dumping* em seu art. 7º, prevêem a possibilidade da aplicação de medidas provisórias, para proteger setores produtivos que estão sendo submetidos a danos severos causados por práticas desleais de comércio.

Nesses casos, as medidas de proteção e compensação podem ser impostas apenas 60 dias depois de iniciada a investigação, sem a necessidade de comprovação definitiva do dano. Há, contudo, um elemento de risco na aplicação de medidas provisórias, pois, se o país que as impuser, não demonstrar o dano e a prática desleal correspondente ao final da investigação, poderá ter de compensar o país afetado pela medida de proteção. Pois bem, no caso do Brasil, as medidas de defesa comercial têm sido aplicadas com notável parcimônia, especialmente, no que tange aos direitos provisórios.

Com efeito, dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio demonstram que, entre 1988, quando se aplicavam as regras do GATT, em 2006, foram iniciadas 267 investigações contra práticas desleais, das quais 10 resultam em compromisso de preço, 106 em nenhuma aplicação de medida, 130 em aplicação de medida definitiva e, apenas 41, em medidas provisórias. Saliente-se que no período compreendido entre 2000 e 2006, nenhuma medida provisória foi aplicada. Deve-se observar, ademais, que as investigações contra práticas comerciais desleais demoram, no país, entre um e dois anos para chegar a conclusões definitivas.

Assim sendo, parece-nos que tem toda a razão o Senador Francisco Dornelles, autor do projeto, quando afirma que o sistema de defesa comercial brasileiro atua com lentidão e é hesitante na aplicação de direitos provisórios, demandando reformulação na sua maneira de atuar. A solução encontrada pelo ilustre senador para resolver esses problemas, qual seja, a criação do Conselho de Defesa Comercial, órgão de natureza eminentemente técnica, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, se nos afigura, de um modo geral, adequado aos fins propostos e poderia, de fato, contribuir para agilizar e aumentar a eficiência do nosso sistema de defesa comercial.

Portanto, o projeto de lei em análise é, da perspectiva dos temas regimentalmente atinentes a esta comissão, inteiramente meritório e oportuno já que um sistema de defesa comercial célere e eficaz é de vital importância para a proteção da produção nacional, no contexto da globalização assimétrica que impõe a concorrência entre desiguais. Não obstante, é preciso fazer algumas considerações sobre a constitucionalidade da propositura em apreço.

Deve-se observar que o art. 61, § 1º, alínea “e”, da Constituição Federal, estabelece que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que criam ou extinguem órgãos da administração pública. Ora, o presente projeto de lei, ao criar o Conselho de Defesa Comercial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio infringe essa cláusula constitucional, tendo desse modo, claro vício de iniciativa. Ademais, parece-nos que a redação do art. 4º, da propositura, que determina que as decisões do Conselho de Defesa Comercial, não são passíveis de revisão no âmbito do Poder Executivo, devendo ser executadas de imediato, pode colidir com as prerrogativas constitucionais exclusivas do Presidente da República, no art. 84, incisos VII e VIII, da Carta Magna, as quais dizem respeito à condução da política externa do país.

Assim sendo, parece que se deve fazer uma modificação na natureza do projeto, que teria de passar de impositivo a autorizativo, bem como, alteração da redação do seu art. 4º, o qual preveria a possibilidade de revisão das decisões do Conselho de Defesa Comercial pelo Presidente da República. Com tais modificações, que apenas aperfeiçoam a inteligente iniciativa do ilustre Senador Francisco Dornelles, o projeto em debate merece a pronta aprovação desta comissão.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nos termos do substitutivo que vem anexo ao projeto, Sr. Presidente. É o parecer do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, coloco em discussão o parecer. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, de fato, dadas as vedações constitucionais o parlamento hoje tem a sua iniciativa muito restringida, em matéria de legislação, de legislar. Nós vamos dar ao Presidente da República uma autorização que ele já possui, mas tem sido assim, porque nós queremos legislar, na pior das hipóteses, sendo aprovado a substitutivo do Senador Aloizio Mercadante, ela vai lembrar ao Governo, ao Poder Executivo, a preocupação desta comissão, sobretudo, em relação ao problema da defesa comercial.

Então, mesmo lamentando esse fato de que nós estamos muito cerceados para legislar, mas a única maneira de fazer chegar isto à Presidência, para vetar ou sancionar, é o projeto autorizativo. Eu concordo em gênero, número e grau com o parecer que foi, nesse momento, lido pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Continua em discussão. Não havendo quem mais queira discutir eu coloco em votação. Sr^{as} e Srs Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do termo substitutivo, apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante, como relator *ad hoc*, o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem agradeço. A matéria será encaminhada a Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao Item 2. O Item 2 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2008, que aprova o texto do acordo para a criação do Visto MERCOSUL, aprovado pela decisão CMC 16/03, emanada da 25ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevideu, em 16 de dezembro de 2003. Senador Paulo Duque já tem mais uma, é de 2003 essa criação do Visto do MERCOSUL.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A outra, 2002.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A outra é 2002. O Relator também é o Senador Aloizio Mercadante, não estando presente, eu solicito ao Senador Romeu Tuma, que é também membro do Parlamento do MERCOSUL, que faça a relatoria desse momento. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores é um acordo, felizmente veio eletronicamente assinado pelo Ministro Celso Amorim. Diz aqui: Assinado eletronicamente pelo Ministro Celso Amorim, então, todos os membros do acordo, são

quatro... Três países foram identificados, nominalmente, e que país representava na assinatura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu peço licença a V. Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois, não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Até para dizer que eu ignoro, totalmente, o que seja esta assinatura eletrônica.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele pode falar. O Senador foi o autor do projeto.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Totalmente

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu gostaria de saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Assinatura eletrônica, isso já é mais atualizado, para andar mais rápido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E ela é reconhecida legalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ela é reconhecida, ela tem toda a segurança.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi aprovada na Câmara.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não precisa aprovar a firma, reconhecer firma, nada?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, ela tem um sistema eletrônico que garante a autenticidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para dar rapidez devido ao número de documentos que são apresentados.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desculpe a minha ignorância sobre esse assunto, mas de fato eu...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas foi discutido, eu falei porque o senador foi um dos relatores e, na Câmara, também, o deputado também não entende de informática, discutiram muito sobre a assinatura eletrônica, inclusive em documentos privados e particulares, não é só documentos públicos. Então eu acho que foi importante.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vivendo e aprendendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Utilizando a senha.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora, não pode usar a máquina para falsificar a assinatura que fica mais fácil. O falsificador, se conseguir fazer a fábrica, fica mais fácil, não é senador?

Mas é um relatório extenso, eu me permitiria comentar, senador, se me permitisse, Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo e Srs. Senadores, ele busca é um Visto MERCOSUL, um visto de trabalho temporário, principalmente, de profissões liberais ou formação superior e aqui elenca quais são as profissões previstas, além de outras, que tenham diploma superior. Elenca os documentos exigidos, compatíveis entre os países signatários do acordo, para que consiga esse visto, que é dado por dois, anos renováveis por mais dois anos, inclusive, também, define os documentos que serão apresentados nas duas situações, a de requerer por trabalho temporário e da sua renovação.

Então, o Ministro faz uma exposição que a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado, e qualquer outra medida de efeito equivalente... Nós estamos discutindo aqui o problema dos sacoleiros e aqui já tem um sinal de que é um assunto que está sendo discutido no MERCOSUL também, e esqueceram da parte de relacionamento da integração do MERCOSUL, que só poderá ser, realmente, por pessoas.

Então, facilitando a abertura da possibilidade de técnicos, de especialistas, de cientistas poderem trabalhar em algum dos países signatários do MERCOSUL, e ainda a Venezuela, é apenas assistente, portanto, eu acredito que ela não poderá... Ser concedido o visto temporário para o trabalho profissional de especialistas.

Então, o Senador Aloizio Mercadante, que é Presidente da Comissão Mista do MERCOSUL, do Congresso, ele propõe o voto favorável ao projeto, de acordo com o Decreto Legislativo nº 94, de 2008, que aprova o texto do acordo que é o Visto MERCOSUL, aprovado pela decisão do CMC, 16 de dezembro de 2003. Emanada da 25ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevidéu, a 16 de dezembro de 2003.

Quer dizer, aqui o Projeto Decreto Legislativo é de 2008, e a reunião foi em 2003, e a assinatura no acordo, que é longo, extenso, não... Infelizmente não traz a data, ah, traz sim, 24 de novembro de 2005, encaminhamento. E o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu agradeço ao Senador Romeu Tuma e, nesse caso, aí a gente vê o que o maior atraso aí foi no propósito Itamaraty, porque apesar de assinado em outubro de 2003, dezembro de 2003, ele só foi enviado ao Presidente da República em novembro de 2005. E já em maio de 2006 foi aprovado pela Comissão do Parlamento do MERCOSUL e, depois, aprova-

do na Câmara em dezembro de 2006, que começou a tramitar na Câmara.

Aqui no Senado, ele chegou agora, recentemente, em maio de 2008, portanto, nós estamos apenas com cinco meses e esse tem sido o prazo aqui, pelo menos na comissão, nós temos conseguido agilidade. Então, nesse caso, houve também uma demora de aproximadamente um ano e meio na Câmara, mas antes havia tido uma demora de dois anos no próprio Itamaraty.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só um adendo. A Comissão Mista também aprovou o acordo na reunião que teve.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só está o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O relatório mostra a aprovação pela Comissão Mista de Senadores e Deputados que era anterior à comissão do próprio Parlamento do MERCOSUL.

Pois bem, o voto é favorável ao do Senador Romeu Tuma, em discussão, se alguém quiser discutir. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

O Item 3 já foi votado, que é de relatoria do Senador Cristovam Buarque, agora, o Item 4, é o Requerimento nº 930, de 2008, apresentado pelo Senador Paulo Paim, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, voto de aplauso ao líder e ex-presidente, sul africano, Nelson Mandela, pelo seu 90º aniversário. A autoria é do Senador Paulo Paim, relatoria do Senador Pedro Simon e eu solicito ao Senador Marco Maciel, que faça a leitura como relator *ad hoc*. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, como o Presidente da Comissão acaba de anunciar, o Item 4 diz respeito a um Requerimento nº 930, de 2008, que propõe voto de aplauso ao líder e ex-presidente sul africano, Nelson Mandela, pela passagem do seu 90º aniversário. O requerimento é de autoria do nobre Senador Paulo Paim.

Ele produz uma justificativa muito bem fundamentada, do papel que exerceu e ainda exerce o ex-presidente Nelson Mandela e lembra que Mandela dedicou toda a sua vida ao combate à dominação branca, tendo mesmo abandonado a Universidade Fort Hare, no começo dos anos 40, antes de se formar. Em 1961, passou à clandestinidade, para fundar o braço armado

do CNA. Preso, foi submetido a julgamento em Rivonia, em 1963, quando foi acusado de crimes puníveis com a pena de morte.

Foi então que, no banco dos réus, fez uma declaração que entrou para a história, como seu testemunho político: *“Eu luto pelo ideal de uma sociedade livre e democrática, na qual todas as pessoas convivam em harmonia e com oportunidades iguais. Esse é o ideal ao qual prometi dedicar a minha vida e que pretendo alcançar. No entanto, se for preciso, esse é um ideal pelo qual estou disposto a morrer”*. Ele foi como nós sabemos condenado à prisão perpétua, em 1964.

Finalmente, gostaria de mencionar Frederik de Klerk, o último presidente branco da África do Sul, legalizou o CNA e outros movimentos de libertação. E Mandela, que já se tornara personalidade reconhecida mundialmente, foi libertado, em 11 de fevereiro de 1990, 26 anos após sua prisão. Mandela e De Klerk foram agraciados com o Prêmio Nobel da Paz de 1993. Um ano após sua libertação, foi eleito presidente do Conselho Nacional Africano e, em maio de 1994, assumiu o cargo de Presidente da África do Sul, tornando-se o primeiro negro a assumir este posto.

No poder, fez uso de seu carisma para evitar um confronto aberto entre negros e brancos, criando a Comissão da Verdade e Reconciliação, órgão incumbido de investigar os crimes cometidos pelos dois lados, durante a luta pelo apartheid. Em 1999, Mandela, num gesto de afastamento voluntário do poder e citado como exemplo em todo o mundo, entregou o poder a líderes mais jovens e, teoricamente, mais aptos a administrar a economia moderna. Aposentado, Mandela não descansou. Colocou todas as suas energias no combate à Aids, no seu país e no continente africano, levantando recursos em todo o mundo para a consecução desse objetivo. Essa luta foi marcada por um drama pessoal, quando, em 2005, perdeu seu único filho, vítima moléstia.

No ano passado, ao comemorar seu 98º aniversário, criou um grupo internacional de estadistas, entre os quais Jimmy Carter, ex-presidente dos Estados Unidos e Desmond Tutu, ambos contemplados com o Prêmio Nobel da Paz, com o objetivo de enfrentar os problemas que ameaçam o planeta, entre eles os das mudanças climáticas, a pobreza e a Aids.

Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, o voto em face ao exposto, é de reconhecimento à luz da iniciativa do Senador Paulo Paim, pela oportunidade e pelo mérito, expressando assim o meu voto favorável à aprovação do Requerimento nº 930, de 4 de agosto de 2008. E Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, este é o meu relatório subscrevendo como relator *ad hoc* o sentimento do Senador Paulo Paim, que foi

também manifestado pelo relator da proposição, que infelizmente hoje não pôde estar parente, foi manifestado também pelo ilustre Senador Pedro Simon, seu colega de representação no Senado na Bancada do Rio Grande do Sul.

Era o que eu tinha a dizer, nobre Presidente Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Marco Maciel, muito obrigado, considero que é uma justa homenagem que se faça, realmente, esse voto de aplauso. Eu tive também o privilégio e a honra de conhecer Nelson Mandela, aqui em Brasília, na época do Governo do Fernando Henrique Cardoso e é uma figura extremamente carismática e digna de toda as homenagens pelo seu papel fundamento na defesa da paz.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, eu coloco em votação. Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos agora ao Item 5 da pauta que é o Requerimento nº 958, de 2008, que requer com fundamento no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade aos povos russo-georgianos, em virtude da guerra deflagrada no início do corrente mês de agosto de 2008, exortando a que seus governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades, até que a paz definitiva seja negociada. É de minha autoria e o relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra.

Esta guerra surgiu recentemente, ela, felizmente, já caminha ou já caminhou para o seu fim, mas não há ainda uma paz definitiva. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, passemos logo à análise.

A tradição político-diplomática do Brasil desde sempre defendeu a preservação da paz e a solução pacífica de controvérsias internacionais. Somos ainda país alinhado ao compromisso de respeito ao direito internacional, que veda soluções de força, como a que se assiste no conflito russo-georgiano, que eclodiu em meio à realização dos Jogos Olímpicos, contra a tradição do mundo civilizado. A Constituição brasileira celebra em seu preâmbulo, o princípio de pacifismo e de objeção à guerra, como, de resto, o fazem as mais modernas cartas políticas e tratados multilaterais, como a própria Carta de São Francisco, que criou as Nações Unidas.

No que diz respeito ao conflito do qual aqui se cuida trata-se de guerra localizada, mas possuidora de potencialidades imprevisíveis, em termos de escalada e de agravamento com o envolvimento de outras su-

perpotências, como os Estados Unidos da América e mesmo países da União Européia. Estamos diante de questão preocupante e que diz respeito ao interesse geral da comunidade internacional, ciosa da necessidade de preservar a segurança coletiva e o equilíbrio entre as potências possuidoras de arsenais atômicos. Como bem asseverou o autor da proposta em sua justificação, o conflito sacrifica populações civis, vítimas da ação precipitada de seus governos, causando aflição e sofrimento desnecessário, havendo todo um rol de possibilidades de solução pacífica do diferendo entre as nações.

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, além de constitucional e legal, somos pela aprovação do Requerimento nº 958, de 2008, que solicita voto de solidariedade aos povos russo-georgianos em virtude da guerra deflagrada no início do corrente mês de agosto.

Claro que essa guerra já acabou, já finalizou, mas existe um potencial de rivalidade, existe um clima de comoção pela morte de tantas pessoas inocentes, civis, principalmente. De modo que, esse requerimento, apesar de estarmos discutindo o mesmo no mês de outubro ele ainda tem virtudes e qualidades que merecem o nosso apoio, a nossa compreensão e uma deliberação positiva, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Antonio Carlos Valadares. Em discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só elogiar o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, mas como é voto de solidariedade ele não tem o tempo da guerra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É para se solidarizar com os que sofreram com as consequências da guerra, ele tem o valor permanente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive para que as arbitrariedades e as barbaridades que acontecem não voltem a acontecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É. Não, então um valor permanente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Ex^a tem razão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De ter um esclarecimento, que eu vejo nessa proposição uma sutileza mineira tão delicada que eu quero

chamar a atenção, sobretudo, do paulistano Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu tenho um pouco de temperamento mineiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Que se nós estamos aqui, nós estamos aqui votando esse repúdio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O microfone, por favor, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Evidentemente, quem é que deflagrou essa guerra? Foram os governos desses povos, existe, de uma certa forma, um voto, uma espécie de repúdio aos causadores dessa guerra. Não foi o povo, propriamente, não foi o trabalhador de um, ou de outro país, mas sim, os governos desses países que conseguiram deflagrar essa guerra, que ora repudiamos, mas estamos solidários com os que sofreram as consequências dela. Sutilmente, há um repúdio aos dois governos, que não é preciso falar, é só preciso entender que existe esse repúdio.

E por isso eu me congratulo com V. Ex^a, autor do requerimento, com essa sutileza que teve aí, não se fala em repúdio aos dois governos, mas sim, solidariedade às vítimas, também, desse conflito. É assim que eu estou entendendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É porque a política mineira, ela tem já mais de 200 anos, e assim, vai passando pelas veias.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É isso mesmo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Aprovado.

Nós temos o último item, que é Item 6, relatoria do Senador Eduardo Suplicy, mas o Senador informou que estaria se encaminhando ainda para a comissão, então nós vamos aguardar sua chegada, mas temos dois itens extra pauta. Um é um requerimento de minha autoria e o outro é também um decreto.

Então, eu vou colocar, desde que os Srs. Senadores estejam de acordo, com a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo, também sobre o MERCOSUL, e o outro é um requerimento de informações de minha autoria. Estamos de acordo? Estamos de acordo. Então vamos incluir extra pauta.

Eu solicito ao Senador Cristovam Buarque que faça a relatoria desse Projeto de Decreto Legislativo nº 108., de 2008, que aprova o texto do mecanismo para o exercício profissional temporário, aprovado pela decisão CMC 25/03, emanada da 25ª Reunião da Cú-

pula do MERCOSUL, realizada em Montevidéu em 15 de dezembro de 2003. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Serys Slhessarenko, esse projeto do Senador Aloizio Mercadante, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu vou pedir desculpas à Senadora Serys Slhessarenko que eu falei Senadores, e esqueci que ela estava aqui, senadoras e senadores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Esse projeto do Senador Aloizio Mercadante é extremamente oportuno e vai ajudar a resolver um problema sério que nós temos no intercâmbio entre profissionais dos países do MERCOSUL, por isso chega a esta comissão, nos termos do art. 376, inciso III, o projeto que aprova o texto de Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, que foi emanada da 25ª Reunião de Cúpula do MERCOSUL, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003.

Conforme a exposição de motivos, que está assinada eletronicamente pelo Ministro Celso Amorim, que aprovou o presente ato internacional, o assunto constitui importante passo, eu cito o Ministro: "Constitui importante passo rumo à mobilidade das pessoas naturais no âmbito do MERCOSUL, por disciplinar o estabelecimento de normas de caráter quadripartite para a outorga de licenças temporárias aos prestadores de serviços profissionais dos Estados Partes, atendendo assim, ao estabelecido no art. 11 do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços no MERCOSUL".

O presente ato internacional contém, além da Decisão 25/03 do CMC, três anexos, a saber: O Anexo I, intitulado *Diretrizes para a Celebração de Acordos*, um marco de reconhecimento recíproco entre entidades profissionais e a elaboração de disciplinas para a outorga de licenças temporárias. O Anexo II, que trata das *Funções e Atribuições dos Centros Focais de Informação e Gestão*. E o Anexo III, que estabelece o funcionamento desse mecanismo.

No Anexo I, art. 1º, se dispõe que a outorga de licenças, matrículas ou certificados para a prestação temporária de serviços profissionais no marco do Protocolo de Montevidéu para o comércio de serviços, realizar-se-á por meio dos organismos profissionais responsáveis pelo controle e a fiscalização do exercício profissional. Esse é um fato, Sr. Presidente, muito importante: Realizar-se-á por meio dos organismos profissionais responsáveis pelo controle e a fiscalização do exercício profissional. Prevê-se, ainda nesse mesmo artigo, que o sistema funcionará de acordo

com o estabelecido em outra parte, que falarei mais adiante.

Conforme o que está determinado no Anexo I, esses organismos profissionais dos Estados Partes, deverão formar grupos de trabalhos que estarão encarregados de estabelecer uma normativa comum, para o exercício temporário de prestação de serviços, no âmbito do MERCOSUL. As propostas consensuadas nesses grupos de trabalho serão postas à consideração do grupo de serviços do MERCOSUL, que avaliará sua consistência, em relação ao Protocolo de Montevidéu.

O Anexo I estabelece, também, as diretrizes que deverão nortear as tarefas desses grupos e estabelecer as condições para que profissionais de um Estado Parte possam exercer, temporariamente, serviços em outro Estado Parte. Entre essas tarefas, merece destaque, a necessidade de contar com um contrato de trabalho e o estabelecimento de critérios de equivalência na formação de seus alcances, ou competências, e experiência mínima requerida, a definir por comissões quatripartites, por profissão ou por grupo de profissões, podendo efetuar-se testes de aptidão ou exames de habilitação, não discriminatórios, e estabelecer, inclusive, requerimentos de educação permanente.

Ou seja, é um acordo que não libera, de uma maneira simples, o exercício da profissão. Põe sobre o controle dos colégios de profissão e ainda abre a possibilidade de, em cada cidade, haver exigência de exames, antes da habilitação ser concedida. Estipula, ainda, que cada Estado Parte disporá de um centro focal por profissão ou grupo de profissões.

O Anexo II, nele estão descritas as funções desses centros focais. Uma lista aqui de cinco, que eu vou ler rapidamente: Manter atualizada a informação sobre legislações, arquivar cópia dos originais de homologação do acordo, organizar e manter uma base de dados, manter comunicação entre os centros focais de cada país, contar com um sítio *web*, onde se manterá a informação requerida.

E o anexo III que é, talvez, o mais importante, nele determinam-se as regras para operação do "Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário".

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional em pauta antes de ser cancelado pelo Plenário, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o Projeto de Decreto Legislativo pertinente, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, ainda, pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Destaque-se que o ato internacional também recebeu parecer favorável da Representação Brasileira no Parlamento

do MERCOSUL, cujo Presidente é o Senador Aloizio Mercadante.

A análise, Sr. Presidente Senador Eduardo Azevedo, é de que a primeira, a Decisão CMC 16/03, que instituiu o Acordo para a Criação do “Visto MERCOSUL”, aprovou o texto do mecanismo para o exercício profissional temporário. Na realidade, ambos os atos internacionais acima referidos são derivados do grande Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços, de 1997. Conforme já foi assinalado, em nosso parecer, este “Visto MERCOSUL” trata de implantar no MERCOSUL a prestação de serviços, mediante aquilo que se chama de *modo 4*, no jargão da OMC.

No caso do acordo que criou o “Visto MERCOSUL”, procurou-se ditar regras gerais para facilitar a prestação de serviços intrabloco e criar uma efetiva preferência para os prestadores de serviços do MERCOSUL, comprometendo efetivamente os Estados Partes com o programa de liberalização crescente do comércio de serviços intrabloco, previsto na Parte III do Protocolo de Montevideu.

Ou seja, está se caminhando para uma liberalização dos serviços, nos moldes do que já há, em grande parte, para as mercadorias. Só que no caso de serviços nós precisamos cuidar mais da regulamentação, do controle, da fiscalização, da seleção. Por isso o acordo é tão cuidadoso e coloca os organismos que representam as profissões, coloca todos eles envolvidos.

Cada Estado Parte se compromete a alentar as entidades competentes nos seus respectivos territórios, entre outras, às de natureza governamental, assim como, as associações e colégios profissionais, em cooperação com entidades competentes dos outros Estados Partes, a desenvolver normas e critérios mutuamente aceitáveis para o exercício das atividades e profissões pertinentes. Por conseguinte, o “Visto MERCOSUL”, como está sendo chamado, só deverá operar a contento quando o “Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário” esteja em funcionamento. Não vamos, amanhã, receber uma invasão de profissionais ou não vamos, nós, invadirmos outros países. Isso vai exigir a definição desse mecanismo.

Esses atos internacionais deverão, em conjunto, estipular o comércio de serviços intrabloco, através da presença física e comercial dos provedores. Assim sendo, julgamos que o ato internacional em debate, na medida que promove a dinamização do comércio de serviços do MERCOSUL, bem como a livre circulação de trabalhadores, no âmbito do bloco, tem mérito.

E por isso, ante o exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008, que aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, foi aprovado pela Deci-

são CMC 25/03, emanada da 25ª Reunião de Cúpula do MERCOSUL, realizada em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003.

Esse é o relatório apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante, que eu tive o prazer de ler e com o qual eu comparto inteiramente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador permite um... Não um aparte, mas um questionamento. Eu não tenho cópia desse relatório, não foi entregue, mas o que eu li fala do visto MERCOSUL para algumas profissões.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Romeu Tuma, eu gostaria que só de...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ah, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A aquiescência de V. Exª para pôr a matéria em discussão e conceder a palavra V. Exª para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito. Eu queria manter o meu questionamento. Então eu espero.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, V. Exª pode se manifestar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é que eu li, agora há pouco, um relatório também do Senador Aloizio Mercadante, sobre o acordo do “Visto MERCOSUL”, para profissões liberais e elencadas. E eu ouvi uma parte do seu relatório também falando em profissões liberais, e da mesma reunião, resultando da 25ª Reunião, então eles parecem que têm alguma coisa de correlação um com o outro, o senhor sentiu isso também, ou não?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone] Eu senti, mas eu entendi que o procedimento levou a analisar dois.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dois procedimentos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diferentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque tem diferença.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito parecidos, mas diferentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está certo, então. É porque, eu queria depois pedir urgência de Plenário para esses relatórios do MERCOSUL, porque nós vamos ter reunião do Parlamento do MERCOSUL dia 2 e 3, se o Sr. Presidente puder pôr em pauta dia 28, nós levaríamos como já aprovado pelo Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, eu vou submeter a votos. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo com a proposição, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passamos agora ao item extrapauta, trata-se de requerimento do Vice-Presidente desta comissão, Senador Eduardo Azeredo, nos seguintes termos: “Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, informações sobre a imunidade dos diplomatas em serviço no Brasil, e seus familiares, sobretudo, com relação ao cumprimento das leis de trânsito brasileiras, e a falta de registros de seus veículos pelo Departamento de Trânsito dos respectivos estados da federação e Distrito Federal”.

A justificação do nobre senador, e Vice-Presidente desta comissão, Senador Eduardo Azeredo, é a seguinte: “Recentemente em Brasília, um jovem de 19 anos foi flagrado alcoolizado, sem carteira de motorista, depois de se envolver em um acidente, nas imediações do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Por ser filho de embaixador, tem imunidade diplomática, e apenas recebeu uma advertência verbal de um policial militar. Se fosse brasileiro, devido a Lei Seca, o rapaz seria preso, perderia a carteira de motorista, e teria que pagar quase um mil reais de multa. A batida atingiu dois outros veículos. Ora, a Convenção de Viena, que rege as relações internacionais, garante imunidade para diplomatas em missões estrangeiras. Entretanto, é preciso que se exija o respeito às leis locais, o que, com frequência, não tem sido observado, conforme apontado em matéria do jornal Correio Brasiliense, intitulada Livres para infringir a lei nas ruas, de 16 de outubro de 2008, ou seja, o dia do hoje. Respalçado pelos acontecimentos, solicitamos as informações acima mencionadas”.

Essa é a proposição que apresenta o Senador Eduardo Azeredo e concedo a S. Ex^a a palavra para fazer considerações adicionais sobre o requerimento que acaba de apresentar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, esse... Evidentemente que a Convenção de Viena, ela traz, e está correta, o respeito e uma série de prerrogativas aos diplomatas, sejam aqueles que estão aqui no Brasil e aos brasileiros que estão em outros países, mas, ao mesmo tempo, existe naturalmente, o respeito às leis locais. E, basicamente, essas matérias que não são apenas hoje, mas hoje traz aqui, “Trânsito sem lei

para embaixadas”, é no sentido de que esta lei, que é uma lei que pegou, digamos assim, que é a lei com relação... A chamada Lei Seca, ela já reduziu os acidentes no Brasil, e essa informação é de que, nesse caso específico, por ser filho de diplomata, ele não teria sequer a multa de trânsito.

O Senador Romeu Tuma que já tem mais experiência nessa área, talvez possa trazer mais informações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Meu objetivo é só que precisamos obter informações a respeito da situação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que realmente o risco de a gente inocentar a prática de crime, ela não pode ser reconhecida como uma isenção da prática de crime, porque, vamos dizer, que eles atropelassem alguém, e viessem a falecer ou ferimentos graves, teria que responder criminalmente pela atitude criminosa que praticou. Eu vejo aí como um desrespeito, e já houve vários casos anteriores, às vezes até mais graves, mas eu acho que tem ser revisito esse acordo internacional, porque quem pratica o crime não poder ter imunidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra para discutir, o nobre Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esses acordos de imunidade são internacionais, bilaterais, um a um. Eu acho que vale a pena consultarmos o Itamaraty, sobre: Primeiro, se, de fato, esses acordos permitem que crimes, como citou o Senador Romeu Tuma, entrem no guarda-chuva da imunidade. Primeiro, se existe isso.

Segundo, eu acho que aí deveríamos começar, no Brasil, uma campanha mundial, para que não haja esse tipo de imunidade para crimes, nem para os estrangeiros aqui, e nem para os nossos que estiverem do exterior. Imagine que tivesse, nesse fato aí, algumas pessoas tivessem, ou uma, que fosse, morresse. O que aconteceria? Teríamos que manter imune de qualquer criminalidade? Eu não sei o Direito Internacional, a ponto de conhecer, se os acordos permitem esse tipo de imunidade, e se não é possível que haja uma mudança.

Eu escutei que em Nova York, um dos problemas que eles enfrentam, por causa das Nações Unidas, é a quantidade de multas que eles não podem cobrar dos automóveis estacionados em lugares errados de tantos diplomatas que ali tem, inclusive, brasileiros,

segundo alguém me disse, é um dos recordistas de multas. Eu creio que.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [Pronunciamento fora do microfone] Se enviarem a ONU a multa é para ser cobrada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah sim, é verdade, o setor de trânsito da cidade manda e não chega. Eu creio que vale a pena consultar sobre a imunidade. Porque a criminalidade vai crescer no mundo, não só essa, o tráfico de drogas, se fosse um traficante, ele também seria imune? Eu duvido que nos Estados Unidos a imunidade chegue a esse ponto, mas é uma questão de se analisar melhor. Mas indignou a população do Distrito Federal, o fato que aconteceu com o esse filho de diplomata.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho, nobre Senador Cristovam Buarque, que esse foi o objetivo da proposição do nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Penso que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E concedo a palavra a S. Exa para aditar novas considerações se julgar adequado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Apenas de reafirmar o que objetivo é esse, é ter um pedido de informações, como funciona realmente essa convenção de Viena, nesse caso específico, e se essas multas, realmente, não estão sendo cobradas. A informação da matéria é que as multas vão ao Itamaraty, mas não são cobradas das embaixadas, e que Brasília, teria algo, em torno de, cerca de mil automóveis de placas diplomáticas. É evidente que nas outras cidades esse número é muito mais reduzido, os consulados de São Paulo, do Rio. Em Belo Horizonte tem só quatro consulados oficiais, então deve ter muito poucos carros atingidos lá.

Mas, o fato é que, o que assunto é nacional, mas especialmente aqui, na capital do país, então, é importante o objetivo que... É esse que eu coloco, e peço o apoio dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, não havendo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com licença, no caso de automóveis, tem uma situação delicada, porque normalmente o motorista é nacional, é a multa é sobre o motorista. Então, não pagar já é uma lesão aos cofres públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É verdade. Então, não havendo mais senador ou senadora com interesse em discutir a matéria, vou pô-la em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento

de nobre Senador Eduardo Azeredo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Vamos passar então ao último item, o Item 6. Eu vou designar relator *ad hoc*, vou pedir à Senadora Serys Slhessarenko para funcionar como relatora *ad hoc*. O Item 6 é o Requerimento (SF) nº 1.117, de 2008, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como quaisquer ações, que visem ameaçar a integridade territorial daquele país, na forma da moção anexada. A autoria é do Senador Aloizio Mercadante, o relator é o Senador Eduardo Suplicy, o parecer é favorável e funcionará como relatora *ad hoc* a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo, portanto, a palavra a S. Exa, a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente Senador Marco Maciel, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, o Requerimento nº 1.117 nº 2008, que objetiva a apresentação de voto de censura às tentativas de desestabilização da democracia na República da Bolívia, bem como às quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país, lançando mão do disposto no art. 223 do Regimento Interno da Casa, o requerimento proposto traz, em anexo, minuta de moção, no sentido da censura que se quer.

Lavrado, em forma de considerando, a justificção do ato objeto do pedido recorda o Protocolo de Ushuaia, instituidor da chamada cláusula democrática do Mercado Comum do Sul, MERCOSUL. Sublinha o escalonamento da tensão política no País vizinho, menciona a aprovação popular, via referendo, do governo legitimamente eleito. Destaca, com preocupação, o clima propício às aventuras golpistas, presentes nos episódios ocorridos em solo boliviano.

Análise. Em conformidade com o art. 223, combinado com o art. 222, ambos do RISF, o voto de censura só é admitido quando relacionado a ato público ou acontecimento de alta significação nacional, ou internacional. Os eventos ocorridos na Bolívia e presenciados pela comunidade internacional, com especial ênfase pelos países da América do Sul, preenchem o quesito de acontecimento de alta significação internacional, que o dispositivo encerra. Os fatos atentam contra o regime democraticamente eleito e, recentemente consagrado em referendo popular, e sinalizam que parcela da sociedade boliviana ainda padecem de saudosismo de passado recente que não se concilia com os dias de hoje.

O traço golpista dos eventos pede imediata condenação, por parte de todos aqueles que louvam e defendem o regime democrático. Nesse sentido, é oportuno o voto de censura proposto, já que sinaliza, de maneira inequívoca, que Senado Brasileiro não se compadece com essa forma de proceder.

Voto. Somos, assim, pela aprovação do voto de censura, tal como proposto no Requerimento nº 1.117, de 2008. É este o voto, Sr. Presidente, do Relator Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A nobre Senadora Serys Slhessarenko é pela aprovação do voto de censura e eu começo a discussão da matéria, ouvindo a manifestação do nobre Senador Paulo Duque. Com a palavra S. Exa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente Senador Marco Maciel, eu estou atento a esse assunto, todos nós acompanhamos o que ocorre no âmbito da América do Sul, nosso querido país faz fronteira com vários países aqui na América e, estou vendo que há uma proposta interessante aqui, de um voto de censura, cujo autor é o Senador Aloizio Mercadante, não é isto?

Agora... Quando se censura, eu acho que se censura algum ato ou alguém. Eu não vejo aqui, a quem é que nós estamos censurando nesse momento. Eu gostaria que ficasse esclarecido, pode ser que eu esteja meio “abibolado” nesse caso, mas eu não estou vendo... Quando eu censuro alguém, eu censuro alguém. No caso anterior, por exemplo, nós estamos contra a atitude do menino, ou do jovem, que cometeu uma infração, um ilícito penal. E se louvando as imunidades diplomáticas de seu pai, que é embaixador, é diferente.

Aqui... Eu quero saber, só para me esclarecer, eu não vou votar contra, nós vamos censurar quem aqui?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, dá licença? Eu tenho a impressão, senador, se permitir...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero esclarecimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que são cinco governadores que se opuseram a respeitar as ordens do presidente e pediram a independência administrativa, a devolução do sistema anterior de liberdade administrativa de cinco estados, se não me engano, não é? Então, é isto que eu acho que...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas nós vamos mandar este voto a quem, e contra quem?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aí é que está... Eu acho que...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aí é que está o negócio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É... Falta complementação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Paulo Duque, se remanesce em V.Exª alguma dúvida com relação ao assunto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pede vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se V. Exª achar um minuto, pode pedir vista da matéria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso aqui, nós estamos atrasando sempre essas matérias, que eu tenho até medo de pedir vista de qualquer coisa aqui. [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas também não tem...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, a relatora talvez possa nos dar uma luz.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não, eu fui relator *ad hoc*, mas, pelo meu entendimento, é um voto, não é contra uma pessoa, contra alguém, é contra os atos cometidos, em busca de desestabilização, que o Senador Romeu Tuma colocou alguns aí, e tem outros tantos, com certeza.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas nós vamos enviar a quem?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com certeza, à Embaixada da Bolívia...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A quem nós vamos encaminhar esse voto de censura?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu diria que à Embaixada da Bolívia com certeza.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É. Então eu estou de acordo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com certeza à Embaixada da Bolívia. Eu diria que, também, ao governo boliviano, mas eu faria essa afirmação com relação à embaixada, porque são atos cometidos, como o Senador Romeu Tuma já colocou alguns, de governadores que se rebelaram.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque, Senadora Slhessarenko, eles falam do tratado de Ushuaia, que é um comprometimento dos países da América do Sul, evitar qualquer tipo de tentativa de golpe.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): De evitar compromissos contra... Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tentativa de golpe.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Exatamente. Atitudes golpistas. Contra atitudes golpistas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então vamos enviar à Embaixada da Bolívia?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É... Pelo tratado de Ushuaia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu também gostaria de observar que o requerimento recomenda também que se notifique o MERCOSUL. Agora, nobre Senadora Serys Slhessarenko, eu acho que, encaminhando esse expediente à Embaixada da Bolívia, estaríamos dispensados já de caminhar ao próprio Governo da Bolívia, porque a embaixada, por exemplo...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Embaixada... É embaixada, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): ...Representa os interesses do país.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Parlamento da Bolívia, eu diria.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Também, é interessante porque é o Congresso, é o Parlamento Brasileiro--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque teria a discussão do tema.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ao Parlamento da Bolívia e ao MERCOSUL também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O presidente vai receber como um voto de aplauso a ele.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Do parlamento de um país da América Latina.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, seria aprovado com aditamento, além do encaminhamento da proposição aprovada à Embaixada da Bolívia no Brasil, como também--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ao parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ao parlamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bolívia--no.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente, boliviano.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): E ao MERCOSUL que já está recomendado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E também ao MERCOSUL, que já está, inclusive, previsto expressamente no requerimento do autor nobre Senador Aloizio Mercadante. Então, eu gostaria de pôr a matéria em votação, se não houver objeção. As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores,

que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já terminou a votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Já.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, eu só queria para todos os...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para todos os Projetos que citam o MERCOSUL se pudesse ter a urgência para se discutir dia 28 e no dia 02 e 3, que tem a reunião do MERCOSUL, em Montevideu, a gente pudesse levar como decididos esse fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, V.Ex^a poderá--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou requerendo aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois eles preenchem aí, eu não sei se todos aprovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A matéria ainda terá que ser apreciada pelo Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, é por isso que eu digo, é urgência de Plenário. Eu estou requerendo para ver se aprova dia 28, coloque na pauta do dia 28, que é a primeira reunião--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu coloco em votação Requerimentos de Urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008 e para o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2008.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senhor poderia fazer, eu assino.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em votação, os Senhores Senadores que aprovam os dois Requerimentos, permaneçam como se encontram. Aprovados. Concedida urgência, por ocasião da apreciação do Plenário, das matérias que acabam de serem aprovadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença das Sr^{as}. Senadoras e dos Srs. Senadores

e declaro encerrada a presente reunião. E marcando a próxima reunião, à hora regimental, de acordo com as tradições da Casa. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h04.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e treze minutos do dia seis de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, VIRGINIO DE CARVALHO, ROMEU TUMA, ADA MELLO, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GILVAM BORGES, JOSÉ NERY, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício, Senador Cristovam Buarque, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados, celebrado em Berlim, em 1º de junho de 2005”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **FLEXA RIBEIRO**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 2:** Requerimento (SF) nº 798, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros, que *“Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura ao Parlamento Europeu por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes ‘ilegais’ por até 18 meses”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator Senador **JOSÉ NERY**,

para fazer a leitura do seu Relatório. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ROMEU TUMA, ROSALBA CIARLINI e PAULO DUQUE**. Aprovado. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores **ROSALBA CIARLINI, ROMEU TUMA e FLEXA RIBEIRO**. Inclusão de item Extrapauta: **Item 1:** Requerimento nº 63, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *“requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de voto de aplauso ao candidato à Presidência dos Estados Unidos da América, Senador John McCain, pelo discurso reconhecendo a vitória do adversário, Senador Barack Obama”*. Faz uso da palavra o Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**. Aprovado. O Presidente retorna à apreciação da pauta. **Item 3:** Requerimento (SF) nº 931, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que *“Requerem, nos termos do art. 222 do regimento interno do Senado Federal, inserção em ata, voto de congratulações e pleno êxito aos 277 atletas e equipe técnica da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de 2008, e também à República Popular da China pela realização dos Jogos Olímpicos em Pequim. É também desejo que eles aproximem os povos e resultem em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da China, inclusive do Tibete”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores **PAULO DUQUE, JOSÉ NERY e INÁCIO ARRUDA**. Aprovado o parecer favorável com a emenda nº 1 – CRE. Inclusão de item Extrapauta: **Item 2:** Requerimento nº 59, de 2008 – CRE, de autoria do Senador José Nery, que *“Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para discutir a presença das tropas brasileiras no Haiti, cuja autorização vence no dia 15 de outubro próximo. Requeiro que a referida audiência se realize no dia 26 de novembro do corrente ano e que sejam convidadas as seguintes personalidades: Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Aderson Bussinger, Advogado, autor do livro “Haiti, das Trevas à Luz”, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Rio e diretor do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos (IDDH) e também participou da comissão que visitou o Haiti em 2007; Sandra Teles, Coordenadora da Rede Jubileu Sul, autora de vários artigos sobre a situação da missão brasileira no Haiti; Adolfo Perez Esquivel, detentor do Prêmio Nobel*

da Paz e que coordenou a primeira missão de investigação e solidariedade ao povo haitiano; Embaixador do Brasil no Haiti; Liderança de comunidade do Haiti; e nomes a serem indicados pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira". O Presidente em exercício concede a palavra aos senadores **PAULO DUQUE, INÁCIO ARRUDA, ROMEUTUMA e WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**. O Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. — Senador **Cristovam Buaque**, Presidente em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS ONZE HORAS E TREZE MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Está dispensada, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

O item nº 01, não terminativo, é um Projeto de Decreto Legislativo, nº 138, de 2008, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados, que foi celebrado em Berlim, em 1º de Junho de 2005". Autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O relator é o Senador Antônio Carlos Valadares, que está presidindo uma outra comissão de assuntos regionais, Desenvolvimento Regional, por isso eu passo ao Senador Flexa Ribeiro, para fazer, como relator ad hoc, o seu pronunciamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2008, que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de

Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados, celebrado em Berlim, em 1º de junho de 2005.

O Parecer, Sr. Presidente, é do nobre Senador Antonio Carlos Valadares e que eu tenho a honra, por sua designação, de relatar como relator ad hoc.

"Trata-se de Acordo vocacionado a prover o incremento das relações culturais teuto-brasileiras, facilitando os trâmites burocráticos inter-partes, a bem de facilitar a cooperação bilateral, com medidas precipuamente tributárias em benefício de instituições e de pessoal técnico envolvido. Nesse sentido, o instrumento em exame prevê, dentre outras medidas, a isenção de impostos alfandegários de bens necessários às atividades de instituições que atuem na área de cooperação cultural, em programas oficiais dos países signatários, extensivo aos funcionários e pessoal técnico engajado nas aludidas ações.

A área cultural conforma um dos mais importantes segmentos a ocupar a agenda externa dos Estados, constituindo elemento facilitador de todas as demais áreas cobertas pelas relações interestatais. Havendo interação cultural, relações comerciais e políticas se desenvolvem naturalmente, em prol do aprofundamento e da consolidação das relações diplomáticas como um todo.

Vale salientar ainda a importância das relações entre o Brasil e a Alemanha, que conta com instituições culturais e mesmo política pública de apoio às artes e às ciências das mais desenvolvidas, o que acarretará inegáveis vantagens ao nosso país. Relacionar com a Alemanha na área cultural é, antes de tudo, poder ter acesso a parcerias privilegiadas e da mais alta qualidade.

Versado em seis artigos e breve exposição de motivos, o Acordo em apreço reporta medidas usuais em atos internacionais do gênero, nada havendo que possa comprometer os interesses do Estado brasileiro, sendo a toda evidência, documento internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2008". Este é o voto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo senador que queira se pronunciar, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

Passamos ao Item nº. 02, cujo relator é o Senador José Nery. Requerimento do Senado Federal nº 798, de 2008: "Requerem, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura ao

Parlamento Europeu por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes ilegais por até 18 meses". O requerimento é de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros, o relator, Senador José Nery, a quem passo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Esta comissão, é o relatório que passo a ler, é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 798, de 2008, cujo primeiro signatário é o Senador Aloizio Mercadante, destinado a instar o Senado Federal a manifestar voto de censura e repúdio à decisão do Parlamento Europeu de permitir a detenção de imigrantes ilegais por até 18 meses. O Requerimento tem como base o art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os autores entendem que é inteiramente equivocada e preconceituosa a visão de que os imigrantes, quaisquer que sejam as suas origens, contribuam para aumentar as taxas de desemprego e os índices de criminalidade e que a questão da imigração tem uso demagógico e eleitoral por quase toda a Europa e que a decisão do Parlamento Europeu não é consentânea com os tratados e convenções internacionais relativos à proteção dos direitos humanos, ratificados por quase todos os países daquele continente.

Da análise. Vou Sr. Presidente, remeter aqui a leitura de quase a integralidade do relatório e evidentemente oferecer todo como lido, porém, fazendo de cada palavra uma manifestação que eu creio que é a manifestação, não só da Comissão de Relações Exteriores, mas do Senado Federal, no sentido de que cada palavra aqui tenha o sentimento e o veemente protesto contra essa decisão do Parlamento Europeu.

No dia 18 de junho de 2008, o Parlamento Europeu aprovou a nova lei de imigração, imigração comunitária, que prevê regras draconianas e desproporcionais quanto ao tratamento de imigrantes ilegais na União Européia. As novas regras são parte de um esforço para estabelecer uma política comum naquele Bloco sobre asilo e imigração até o ano de 2010. O texto recebeu 367 votos a favor, 206 contra e 109 abstenções. A norma da União Européia entrará em vigor dois anos após sua publicação oficial e sua aceitação já foi sinalizada pelos 27 países constitutivos da união aduaneira.

A norma prevê a extradição de todo estrangeiro em situação irregular, exceto os que estão sob asilo em países da União Européia, para o seu país de origem. Uma vez encontrados pelas autoridades, os ilegais receberão primeiro uma ordem para deixar o país voluntariamente em até 30 dias. Caso haja um

risco de que isso não seja cumprido, eles podem ficar detidos por até dezoito meses, durante o processo de deportação. Até mesmo crianças poderão ser detidas, à luz da nova norma.

A Comissão Européia estima que haja até 8 milhões de imigrantes ilegais na União Européia. Mais de 200.000 foram presos no primeiro semestre de 2007, dos quais menos de 90 mil foram expulsos.

A medida causou repúdio a associações de direitos humanos, à comunidade internacional e à sociedade civil. A Associação Européia de Defesa dos Direitos Humanos considera inaceitável a detenção cuja motivação seja a imigração ilegal, porquanto desproporcional. Quarenta e quatro governos da América Latina e da África enviaram cartas à Comissão Européia e ao Alto Representante da União Européia condenando a medida.

Com efeito, senão princípio de Direito Internacional Penal, mas prática consagrada nos ordenamentos jurídicos da maioria dos países ocidentais, a restrição da pena de detenção a crimes de maior gravidade atende ao imperioso respeito a um dos mais fundamentais, a um dos direitos mais fundamentais à dignidade da pessoa humana, o da liberdade, contra o qual somente caberiam medidas de resposta a ações de alta gravidade ou potencial lesivo.

Ora, a mera permanência ilegal em um Estado estrangeiro – embora falta que exija correção, na conformidade das leis e normas internas de cada Estado, exaradas no exercício de sua soberania – não sinaliza nem a intenção, nem a perpetração, menos ainda o potencial para o desenvolvimento de uma ou outra disposição, de atos delitivos de gravidade.

O estrangeiro ilegal, embora deva ser levado a regularizar sua situação no país que o acolhe, mantém a integridade de seus direitos preservados.

O requerimento de voto de censura é disciplinado nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno desta Casa, que estabelecem: O requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante, só será admitido quando diga respeito ao ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o voto de censura proposto pelo Senador Mercadante em requerimento que é assinado por vários Srs. Senadores e Senadoras, que acabo aqui de ler o relatório e exponho o meu voto à apreciação, evidentemente, do Colegiado, é pela aprovação do requerimento nº 798, de 2008, por entender que não apenas essa medida, mas outras que possamos tomar no âmbito do legislativo e das negociações e possamos fazer para que medidas como essa, da chamada "diretriz de retor-

no", seja condenada e não só, seja revogada, porque é uma medida que não condiz com os princípios das boas relações internacionais, da amizade da integração dos povos.

É uma medida restritiva, que deve merecer a condenação de todos nós e o nosso voto é pela aprovação do requerimento de voto de censura ao Parlamento Europeu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, esse é um assunto muito importante e foi muito bem relatado pelo Senador Nery, um homem ligado às causas daqueles mais sofridos, aqueles menos privilegiados, a gente sempre vê o Senador Nery nesse movimentos.

Agora, também, nós precisamos entender algumas situações. Eu estou de acordo com o relatório de V.Ex^a. Mas o mundo de hoje, nós temos alguns países que se organizaram, alguns países que são mais antigos até, Senador Nery, do que o nosso país e por ter essa organização, a população de uns países menos privilegiados com a história, geograficamente, socialmente, a sua relação com o mercado internacional, acabam procurando esses países para que tenham uma qualidade de vida melhor.

E, no momento em que ele entra no país, Senador Cristovam, Presidente Cristovam, queira ou não queira esse país tem responsabilidades com essas pessoas. Doença, se ele passa mal naquele país ele tem que ser atendido pelo hospital, esse é o grande direito que esse cidadão tem, não importa em qual país ele esteja, se ele está ilegal ou não. Isso está gerando despesas para esse país e está levando a essa atitude drástica, que é prender e mandar para fora.

E eu digo que o Brasil vai chegar um dia também com esses problemas também Senador Nery, sabe por quê? Porque o Brasil é um país tropical, o Brasil é um país onde nós vamos plantar bastante, porque temos regiões para que possamos plantar e a briga no mundo vai ser por alimentação, Senador Tuma, vai ser comida. Você vê que só por ter melhorado um pouquinho a qualidade de vida na China, no Japão já não tem mais alimento para todo mundo, nós estamos com problema de alimentação, os preços subindo, dos agronegócios subindo, milho, feijão, trigo.

Então este é um problema que nós temos que observar, fazer essa manifestação, eu vou apoiar o relatório do relator Nery, em cima do requerimento proposto pelo Senador Mercadante, mas nós temos que estar atentos a esse problema que está surgindo. Era essa a minha colocação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu... É claro que eu apoio o relatório do Senador Nery, está bem feito, está bem elaborado, o projeto, o requerimento do Senador Mercadante, também. Mas só esclarecer que a situação no Brasil não é diferente em alguns casos, porque a prisão de imigrantes ilegais também a nossa legislação prevê.

Agora, uma condenação de 18 meses, já é condenação, ela não é para tentar regulamentar ou o país de origem do imigrante intervir para poder resolver. Permitir uma prisão de 18 meses eu considero uma condenação e nós temos, Senador Cristovam Buarque, um projeto que até o Romeu Júnior, meu filho me disse, que já está quase pronta a reforma do Estatuto do Estrangeiro, onde humaniza, humaniza o tratamento do imigrante. Porque é claro que cada país, dentro da sua soberania, pode radicalizar mais ou menos o tratamento do imigrante ilegal.

Então, no Brasil está se propondo um novo regimento que deverá vir a esta Casa, humanizando o tratamento a imigrante. A Europa está cada dia radicalizando mais, porque 18 meses nós não podemos aceitar, que é condenação. É uma condenação, aqui tem pena de seis meses, já mete 18 meses; não vão dar a mínima pelota para resolver o caso, vão esperar os 18 meses e depois põe no avião e manda embora. Para desestimular qualquer outra vinda de outro cidadão imigrante que procura, busca uma vida melhor em outro País.

O que ele falou está certo. A opção do Brasil começa a crescer com as grandes dificuldades que estão passando esses países, nos Estados Unidos eu acho que mais de 30% de brasileiros que lá se encontravam estão voltando. E na Europa também, principalmente pelas razões da subida do dólar e valorização da moeda e as dificuldades de emprego. São sempre empregos subalternos, empregos menores, em que se aproveita a mão-de-obra clandestina para não pagar impostos, não recolher e nem a assistência médica, que é a grande dificuldade que tem o cidadão imigrante clandestino que não... Indocumentado que eles chamam, não é?

Então isso eu quero aprovar, mas eu acho que a gente tem que ver com os olhos de uma condenação, eu não sei se concordam com a tese, mas isto é uma condenação, por antecipação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu concordo plenamente com o Sena-

dor Romeu Tuma, porque isso é uma condenação e o mais grave é que no texto, nem mesmo as crianças serão...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tolerância.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Terá tolerância nem com crianças, até mesmo crianças poderão ser detidas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A família inteira.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso é algo que realmente nos deixa horrorizados, com esse tipo de comportamento, inclusive com pessoas legalmente ainda não podem nem responder com uma penalidade tão forte. Era isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum outro pronunciamento? Senador Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria de ser esclarecido sobre o seguinte: o que é o Parlamento Europeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Parlamento europeu?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, o que é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É a instituição parlamentar que representa os países membros da comunidade econômica européia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A União?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São eleitos diretamente representantes da cada país, como nós fazemos com os nossos Estados.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E eles vão para a Parlamento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Esse é o Parlamento Europeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse é o Parlamento e que legisla sobre todas as leis que dizem respeito as relações entre os países.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso. V.Ex^a conhece já o...?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hein?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A sede é em Bruxelas?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A sede é em Bruxelas, não, Estras-

burgo, em Bruxelas é a sede do Mercado Comum, ou seja, o Executivo. Ou é o contrário, desculpe.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então está se propondo aqui um voto de censura, que o nosso Plenário aprove um voto de censura, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ao Parlamento Europeu, essa é a... Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse é o propósito do requerimento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O objeto disso. E o Senador José Nery, deu um longo parecer aprovando esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu vou, em homenagem aqui ao autor e ao Senador Relator, dar o meu voto favorável, embora eu tenha as minhas dúvidas sobre a eficácia da decisão que ora tomamos, tenho as minhas dúvidas se isso terá ou não objetividade, por isso eu aprovo também e apoio o parecer do Senador José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum outro pronunciamento? Em não havendo nenhum outro pronunciamento, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu queria aproveitar e chamar a atenção desta comissão, e o Senador Eduardo Azeredo não está aqui mas é o defensor dessa proposta que é minha, mas eu queria pedir à essa comissão, se pudessem, conversar com o Presidente do Senado, para pôr em votação uma reforma constitucional, que ajudaria a enfrentar essas coisas. É a proposta de criar os parlamentares que representarão os brasileiros do exterior.

Hoje são três milhões de brasileiros que moram lá fora. Não tem ninguém que os represente aqui dentro, por exemplo, eles representariam isso, do jeito que... Seria como criar mais um "Estado", entre aspas, do ponto de vista, como já existe na França, na Itália, na Espanha, em Portugal.

E eu conversei com os líderes, isso é importante saber, os líderes estão reagindo, porque dizem que vai cair muito mal na opinião pública aumentar o número de parlamentares, mesmo que sejam, digamos, quatro que é o que imagino; um representaria os brasileiros dos Estados Unidos, um os brasileiros da Europa, um os brasileiros do Japão e o outro, do resto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Da África e na Ásia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A proposta não diz como fazer isso. O TSE teria que regulamentar, mas tem experiência de outros países.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Teria que aumentar o número de cadeiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Teria que aumentar realmente o número e de fato, com o prestígio que nós estamos hoje em dia, por diversos razões, sobretudo por essa cobrança forte, pode criar, aumenta 0,02, se eu não me engano, dos custos, que é o salários desses Parlamentares. Eu acho que nem devemos dar... Eu imagino quatro, pode ser até um ou pode ser mais...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como se fosse um outro Estado lá fora, é isso. Talvez devêssemos até fazer uma audiência, mas já passou por todas as comissões, está no plenário desde o mês de julho, agosto. Está na hora da gente votar isso, esses brasileiros precisam ter representantes.

No Japão eles sofrem a falta de educação em português. E outra coisa, não esqueçam que os Estados Unidos hoje tem um Presidente descendente de queniano, um dia pode ter um descendente de brasileiro, a gente quer manter essa relação com os descendentes nossos, é positivo para a cultura brasileira.

Eu gostaria de pedir à Comissão que... Eu não sei como, mas tentar conversar com o Presidente Garibaldi, com os líderes dos respectivos partidos, para que ponha isso em votação e vamos usar os argumentos corretos para a opinião pública entender.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero primeiro parabenizar V.Ex^a, porque eu acho que isso é de fundamental importância.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderia ser um projeto da comissão nossa aqui, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Poderia mas já está lá o projeto—

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já estava [sobreposição de falas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ah já está, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já passou em todas as comissões.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero dizer que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou pedir para pôr, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Azeredo é o grande defensor, até porque Minas Gerais, por alguma razão que eu nunca entendi, é o Estado que mais exporta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Governador Valadares.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas hoje, Presidente, todos os Estados brasileiros, nós temos brasileiros que estão residindo no exterior e que isso vai crescer cada vez mais, porque o mundo está globalizado. Então, tanto de muitos países chegando e residindo no Brasil, como nós temos lá fora, eu sei que isso é uma questão que pode até dizer: "Não, mas nós temos o Itamaraty para ver". O Itamaraty pode tratar de muitas questões, mas algo específico tratando desse mundo dos nossos brasileiros lá fora, eu acho que seria bastante interessante.

Eu quero até aqui que a comissão se solidarizasse, somar ao senhor, para que possamos ir ao Presidente levantar essa questão, mas antes eu quero pedir aqui pela ordem ao Presidente, para apresentar aqui, até por uma... O nosso Presidente Heráclito Fortes não está podendo, todos nós sabemos, ele sofreu, teve uma cirurgia e ele tinha nos pedido, tem interesse na criação de um grupo de amizade Brasil-Tailândia, e eu queria pedir, Sr. Presidente, que... Para que fosse verificado o interesse dos parlamentares, fosse colocado isso na pauta, sobre a criação desse grupo de amizade Brasil-Tailândia. Era isso Sr. Presidente, muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, só duas questões. Uma, como V.Ex^a disse que já passou por todas as comissões esse projeto, poderia haver um requerimento à Presidência da comissão, assim todos nós assinaríamos, pedindo urgência para que ele possa pôr em plenário na primeira oportunidade.

E o outro é cumprimentar o Wellington por ter ontem, durante a realização da reunião do Congresso, aprovado a completa integração da Comissão de Ciência e Tecnologia na Infra-Estrutura do Senado e do Congresso, da parte orçamentária.

E também comunicar aos presentes que V.Ex^a e a Senadora Marisa, Marisa Serrano, durante a reunião do MERCOSUL, do Parlamento do MERCOSUL, quando se discutiu um projeto de crise, um requerimento

do Senador Mercadante, V.Ex^a e a Senadora Serrano propuseram uma emenda para não se discutir somente a parte financeira econômica ou acusação aos bancos, mas que integrasse essa tecnologia à educação, para o futuro enfrentamento dessas crises que poderiam surgir. Então, isso eu queria cumprimentar a ambos, por esta razão importante, de reflexo positivo do continente americano em razão da participação no Parlamento do Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a lembrança ... a proposta, Senador. A proposta é de levarmos, esperamos o Senador Heráclito, para ele fazer um documento solicitando urgência.

E eu gostaria de pedir aqui aos representantes dos grandes partidos, que cada um fale com seus líderes, porque é uma questão dos líderes decidirem pôr na pauta, só isso. E numa reunião de líderes eu fui para pedir isso, mas eles disseram e eu confesso que não rebati o argumento deles, eles têm que se preocupar com isso também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E não é concorrente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, passamos ao ponto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu apresentei ontem em Plenário um requerimento de congratulações ao novo Presidente do Estados Unidos da América, o Senador Barack Obama.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estava lá, eu vi.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E vários Senadores assinaram junto, subscreveram junto comigo o requerimento. Então esse requerimento passará pela Comissão de Relações Exteriores. Então, acho que será aprovado o voto de congratulações, mas eu assisti o pronunciamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou com...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos nós. Diga ao Senador Heráclito Fortes que estamos todos orando pela recuperação do nosso Presidente, que ele breve esteja aqui conosco, que ele se recupere.

Mas como dizia... Ele deve estar... Ele com certeza está nos assistindo, porque ele não se desliga do Senado Federal e das suas ações no sentido de ajudar o Brasil e o Piauí. Os votos de todos nós que ele se recupere rapidamente e que ele esteja conosco, a informação que eu tive, eu tenho falado com ele ao te-

lefone e que talvez, e com certeza, a semana que vem ele já deve estar novamente convivendo conosco.

Mas como eu dizia, Presidente Senador Cristovam Buarque, esse voto que eu ontem foi apresentado, de congratulações ao Presidente eleito, Senador Barack Obama vai tramitar e será aprovado para ser encaminhado a ele e ao Embaixador nos Estados Unidos no Brasil.

Mas eu assisti na televisão algo que me deixou bastante impressionado: o primeiro pronunciamento do opositor do Senador Barack Obama, o Senador McCain, que disputou com ele durante o processo eleitoral a Presidência dos Estados Unidos. E deu uma demonstração do que é uma democracia consolidada. Consolidada.

O pronunciamento dele me deixou realmente entusiasmado de ver que passado o processo eleitoral, escolhido pelo povo, livremente, o seu Presidente, ele passa a ser como disse o Senador McCain, até ontem, ou até hoje, ele era meu opositor, a partir de agora ele é meu Presidente. Isso é uma demonstração que deveria ser seguida por todos os políticos... Por todos os políticos, em todas as disputas eleitorais, da maior, da Presidência da República dos países até as Câmaras Municipais.

O que nós vemos, lamentavelmente, é que os palanques no nosso País não são desmontados, eles se sobrepõem ao processo eleitoral e, lamentavelmente, quem perde é a nação, a população do País, do Estado ou do município.

E esse é um exemplo de democracia que deve ser seguido por todos nós. Eu queria propor, também, um Requerimento de voto de aplauso ao Senador McCain, pela sua luta para chegar à Presidência dos Estados Unidos e mais do que isso, pelo reconhecimento do processo democrático, que ele, como não atingiu seu objetivo, reconhece que a partir daquele instante, o Senador Barack Obama, também é seu Presidente.

Essa é a proposição que eu gostaria de fazer à Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Com a palavra o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu gostaria inclusive que o Senador Flexa, nosso querido amigo, demonstrasse toda esse energia dos Estados Unidos e falasse o meu Presidente Lula, falasse bem forte aqui agora: "O meu Presidente Lula".

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quer que eu fale?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): “O meu Presidente Lula”, para mostrar esse espírito que vem dos Estados Unidos para cá, eu queria sentir nesse momento isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dificuldade nenhuma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, fale: “O meu Presidente Lula”, “O nosso Presidente Lula”.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dificuldade nenhuma, o Presidente do Brasil é o Presidente Lula, é de todos nós, é de todos nós.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): “O meu Presidente Lula”.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É de todos nós, inclusive seu, meu, de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Flexa gosta desse negócio lá fora, quando chega aqui ele não gosta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, eu acho que o Senador Flexa, ontem eu assisti, a pedido dele, de congratulações para o Presidente eleito, mas eu acho que ele está corretíssimo ao pedir esse cumprimento e não foi só uma demonstração de democracia sólida, foi também demonstração de um grande homem realmente. O discurso dele é mais comentado do que o do Presidente eleito, depois do que houve.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E ali eu tive a lembrança de dizer, como a lógica não permite que acontecesse. Se ele fizesse esse discurso durante a campanha ganhava a eleição, mas claro que não podia fazer. Ele deu uma demonstração de grandeza que talvez tivesse dado muitos votos a ele, mas só podia fazer depois. Era algo que ele não podia fazer antes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu encaminharei o requerimento e pediria que nós o aprovássemos, mesmo porque feito de... Oralmente, mas para ganharmos tempo e pudéssemos mandar o encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está feito e ponho em votação o Requerimento nº 63, de 2008 – CRE. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão, está aprovado. Eu creio...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador McCain?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): McCain, é. Eu ponho em discussão o último Item da pauta, o item nº. 03: Requerimento nº 931, de 2008, que requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata, voto de congratulações e pleno êxito aos 277 atletas e equipe técnica da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de 2008, e também à República Popular da China, pela realização dos jogos olímpicos em Pequim. É de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, o relator é o Senador Mão Santa, que não está presente, eu peço ao Senador Wellington... Pode se? Para fazer... é o último projeto, é um requerimento do Senador Eduardo Suplicy que pede.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda estava aqui emocionado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que pede... Com as declarações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Declaração do Senador Flexa. É o item 03, não é Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Item 03.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Relator Senador Mão Santa?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode, se quiser pode.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Resumir?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Resumir ao máximo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou só ler o cabeçalho. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 931, de 2008, que propõe, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e pleno êxito aos 277 atletas e equipe técnica da delegação brasileira que representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008. E também à República Popular da China pela realização desses jogos em Pequim, desejando que aproximem os povos e resultem em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da China, inclusive do Tibete.

Sr. Presidente, eu vou ler só um pedaço da análise: Cabe à Comissão de Relações Exteriores opinar sobre a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade da proposição em exame, bem como sobre as

exigências referentes à técnica legislativa. Tendo em vista a especificidade da matéria, também apreciará o mérito da iniciativa.

Com relação à pertinência, o mérito da proposição é indiscutível. Associando-se às homenagens prestadas à delegação olímpica brasileira e à República Popular da China nos termos propostos pelos senadores signatários, o Senado Federal reconhece a crescente importância do esporte no País, como também releva os princípios das relações internacionais expostos no art. 4º da Constituição Federal de 1988. Por isso mesmo, a iniciativa merece nosso apoio.

No entanto embora reconhecemos o mérito inquestionável da iniciativa, consideramos necessários formular algumas ponderações a respeito do presente requerimento. Primeiramente, observe-se que, de acordo com a art. 222 do RISF, o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade ou congratulações ou semelhante será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

Uma vez que a proposição em apreço requer voto de congratulações e pleno êxito a atletas e a uma Nação, e não a ato ou acontecimento, é preciso conferir-lhe nova redação, de forma a preservar a intenção de seu autor e observar as normas regimentais sobre a matéria.

Por outro lado, não caberia apenas homenagear a delegação olímpica, mas também os atletas que, de forma brilhante, representaram nosso País nos Jogos Paraolímpicos de Pequim 2008.

Por fim, não julgamos conveniente introduzir, no voto de congratulações, referências a questionamentos à política interna chinesa, em virtude de o Brasil reconhecer a soberania daquele País e o princípio internacional da existência de “uma só China”, desde o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em 1974.

Feitas as considerações Sr. Presidente, “acreditamos, no entanto, que a necessidade de homenagear a participação dos desportistas e paradesportistas brasileiros e a realização das Olimpíadas e Paraolimpíadas pela República Popular da China, impõe a aprovação do presente requerimento, para que fique consignado, nos anais desta Casa, o reconhecimento proposto.

Voto. Em vista do exposto e atendidos os pressupostos de constitucionalidade e de juridicidade, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 931, de 2008, na forma seguinte emenda. Emenda da Comissão de Relações Exteriores: Dê-se a seguinte redação ao Requerimento nº 931, de 2008: “Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações pela participação brasileira nos Jo-

gos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim – 2008, por abrilhantar internacionalmente nosso povo e com ele toda a Nação, e também pela exitosa realização dos Jogos pela República Popular da China, contribuindo para a paz mundial e o progresso da humanidade”.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, eu aprovo integralmente e com muita... E com muita vontade essa emenda apresentada pelo Senador Mão Santa. Não se pode, numa Casa como esta, política, por mais que se queira, misturar dois assuntos que não tem nada a ver uma coisa com a outra, sobretudo se imiscuindo na política interna de outros países. Nós já tivemos uma experiência dramática disso, uma vez aprovamos aqui um requerimento sobre a política externa da Venezuela, uma coisa assim, e o Presidente de lá mandou devolver, houve aquela confusão toda nos jornais e etc. etc.

Nós temos maturidade suficiente para não enveredarmos novamente por essas trilhas perigosas. Por isso é que eu estou plenamente de acordo com o parecer que foi lido em boa hora pelo atleta aqui da nossa Comissão, que sem dúvida alguma é o Professor de Educação Física, Wellington Salgado. Eu aprovo, o meu voto é pela aprovação do requerimento com essa emenda do Senador Mão Santa. Muito adequada, muito apropriada, esse é o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Senador Nery.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não pediu a palavra, desculpe. Bem--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Já que o senhor me concedeu a palavra, Sr. Presidente, aproveitando a ocasião para solicitar no meio da discussão do requerimento do Senador Eduardo Suplicy, relatado aqui ad hoc pelo Senador Wellington Salgado, solicitar a V.Ex^a para em seguida--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em seguida.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Se possível incluir na pauta, requerimento de minha autoria para realização de audiência pública em nome dessa Comissão. Mas logo após votarmos o presente requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está certo. Com a palavra o Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, considero a reforma patrocinada pelo Senador Mão Santa, e lida, como relator ad hoc, pelo Senador Wellington Salgado, já informado a toda a Comissão e ao Brasil que trata-se do nosso atleta, pelo nosso Senador Duque. E se Duque falou, então não há mais o que contestar, não é verdade?

Então eu quero registrar o acerto das alterações patrocinadas pelo Senador Mão Santa, que pôs os seus olhos atenciosos na literatura diplomática brasileira e percebeu que não era pertinente você fazer nenhum tipo de ilação, mesmo que parecesse algo subliminar à política interna de uma outra nação, embora a gente possa opinar sobre isso, possamos discutir sobre a integração das várias etnias no processo político de uma nação, de como se conformar, cada um tem a sua opinião, cada corrente política tem o seu pensamento e deve ser o mais aberto possível para poder também interagir com ao que acontece no mundo.

Nós mesmos aqui de toda América, especialmente do Canadá, Patagônia, temos esse problema dramático, porque fomos colonizados pelos povos europeus, que aqui vieram, dizimaram populações, no maior genocídio de todos os tempos da humanidade, construíram outras nações sobre esse território e muitas etnias que sobreviveram duramente, embora já com um processo de aculturação muito grande, elas resistiram e tem presença hoje nesses territórios.

O Brasil tem presença de várias etnias, mas qual é a nossa política, qual deve ser a nossa política? Eu acho o que povo brasileiro tem condições de construir bem a conveniência com essas etnias, embora, em muitos locais a gente tem assistido as desavenças tribais entre os povos, como diria Darcy Ribeiro, os “povos novos” e os povos originários, mesmo tendo essas desavenças nós encontramos os nossos caminhos, nós não queremos que ninguém lá fora diga para nós o melhor caminho, embora também possamos dizer: “Queremos ouvir qual é o melhor caminho”. Então eu acho que o Senador Mão Santa foi muito atencioso em relação a nossa política externa, em relação a China nesse aspecto.

O segundo é o problema da Olimpíada, um feito extraordinário da China, um grande evento. Calou muita gente, pelo mundo afora, sobre a capacidade do povo chinês de realizar, de receber bem os povos do mundo inteiro, alegremente e ao mesmo tempo eu considero que mesmo não tenhamos alcançado aquele recorde de medalhas de ouro, especialmente, mas nós tivemos a maior delegação olímpica nos jogos da China.

E o êxito, Sr. Presidente, dos jogos paraolímpicos, onde o Brasil teve uma presença marcante, significativa; Não sei se o requerimento trata dessa questão, mas

considero que o Senador Wellington Salgado, relator ad hoc poderia incluir nessa oportunidade também a homenagem aos atletas paraolímpicos que fizeram uma grande... Está incluído, então... É que eu não percebi na hora que o senhor estava falando se os paraolímpicos estavam incluídos, mas que foram uma marca muito forte do Brasil nos jogos olímpicos.

Por isso que pedi licença à mesa, não estando presente o autor presente para subscrever o requerimento, porque considerei de muito significado para os nosso atletas para o Comitê Olímpico Brasileiro e para a nação brasileira, obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão, não havendo mais quem queira discutir, está em votação. Quem estiver de acordo, está aprovado. Está aprovado, portanto, com a emenda do Senador Mão Santa.

Na mesa Requerimento nº 59, de 2008 – CRE, do Senador Nery, a quem eu peço que faça a leitura.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente e Srs. Senadores. Nos termos regimentais, art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para discutir a presença das tropas brasileiras no Haiti, cuja autorização venceu no dia 15 de outubro recente.

Requeiro que a referida audiência se realize no dia 26 de novembro do corrente ano e que sejam convidadas as seguintes personalidades: Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, senhor General do Exército Enzo Martins Peri, comandante do Exército; o Sr. Aderson Bussinger, Advogado e autor do livro “Haiti das trevas à luz”, e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro; a senhora Sandra Teles, Coordenadora da Rede Jubileu Sul, autora de vários artigos sobre a situação da missão brasileira no Haiti; o senhor Adolfo Pérez Esquivel, detentor do Prêmio Nobel da paz e que coordenou a primeira missão de investigação e solidariedade ao povo haitiano, e o senhor Eduardo Almeida, representante da Coordenação Nacional de Lutas, CONLUTAS. Sala das Comissões, em seis de novembro de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão, está aprovado. Está encerrada essa sessão da Comissão... Senador Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [interrupção no áudio] Cinco, pretende se convocar o senhor Adolfo Pérez Esquivel, detentor do Prêmio Nobel da Paz, que coordenou, espero que a gente possa loca-

lizar esse cidadão, não sei de que País ele pertence, Senador José Nery, de onde é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): é um argentino

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É brasileiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, é argentino.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Adolfo Pérez Esquivel é um dos mais renomados lutadores e defensores dos direitos humanos na Argentina, na América, e no mundo, e que inclusive, com um trabalho brilhante na defesa dos presos políticos da região, especialmente naqueles período dos regimes militares no Cone Sul, é um argentino e que, com certeza, se puder atender ao nosso convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Paulo Duque, seria um grande oportunidade inclusive para...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De conhecê-lo?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para V.Ex^a conhecer melhor esse latino americano que tanto honra a luta em defesa dos direitos humanos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A minha curiosidade vai nisso e vai também no senhor Eduardo Almeida, representante da Coordenação Nacional de Lutas. Que luta são essas?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor Eduardo Almeida é um sindicalista e a CONLUTAS é uma das organizações sindicais, uma das centrais sindicais que está em processo de organização em nosso país e que reúne um segmento importante dos nosso trabalhadores e que esteve presente na missão de visita e de investigação e solidariedade ao povo haitiano.

Essa missão foi coordenada por Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1982, se não me engano, não, de... Da década de 70 ainda, 78, enfim, senhor Eduardo Almeida fez parte da comissão que visitou o Haiti e que também presenciou, acompanhou os desdobramentos da presença brasileira naquele País.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu considero o requerimento inteligente de bons propósitos, patrióticos propósitos, por isso que eu estou indagando aqui ao Senador José Nery e a V.Ex^a quais são essas pessoas que estão sendo convidadas, não convocadas, convidadas, por exemplo: Sr. Anderson Bussinger é um autor de um livro sobre problema do Haiti, que eu estou vendo aqui; a senhora Sandra Teles deve ser jornalista, talvez? Sandra Teles, Coordenadora da Rede Jubileu Sul. Eu confesso a minha, o meu desconhecimento sobre essa Rede Jubileu Sul, deve ser uma rede talvez de jornais, televisão rádio, não sei.

Mas eu quero dizer que é um requerimento inteligente, vejo patriotismo nesse requerimento, tenho minhas dúvidas se essas figuras todas poderão comparecer, mas que eu aprovo, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu gostaria de agregar, a seguinte questão: nós estivemos na Conferência Mundial da Paz, por coincidência eu e o Senador José Nery a Conferência Mundial da Paz foi realizada em Caracas e ali em Caracas nós tivemos contatos com muitas organizações de haitianos, são organizações que existem no Haiti, organizações populares, nós estamos fazendo parte de uma missão das Nações Unidas, a presença das tropas brasileiras ali em conjunto com vários países da América do Sul diz respeito a uma missão da ONU.

Talvez fosse interessante, num debate tão largo que nós vamos trazer o Prêmio Nobel da Paz, nós trazeremos algum haitiano, para a gente não ficar falando... Às vezes a gente fica falando das tribos nativas, a gente dizendo o que é bom para eles, sem perguntar o que eles acham que é bom para eles. Então, talvez fosse interessante uma grande iniciativa do Senador José Nery, eu acho importantíssimo, muito bom, muito bom, mas seria interessante, Senador José Nery se a gente pudesse agregar uma dessas organizações, entrar em contato com o Conselho Mundial da Paz, porque eles têm essa relação muito grande com essas organizações sociais, talvez fosse oportuno que a gente pudesse localizar uma daquelas organizações, para que elas participassem diretamente do processo, porque teria grande significado a gente ter uma espécie de opinião dos próprios haitianos diretamente sobre o que ocorre com a presença das Nações Unidas através das suas tropas naquele País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhor Presidente, Srs. Senadores, creio que a sugestão apresentada pelo Senador Inácio Arruda e coerente com o que nós mesmos presenciamos e discutimos com a delegação de haitianos por ocasião da Conferência Mundial da Paz, realizada na Venezuela no mês de maio e abril deste ano, creio que realmente é muito importante, e se, em sendo de acordo com a comissão, para evitar a necessidade de um requerimento para

adendar o convite a uma organização haitiana, desses que trabalham na defesa de direitos humanos.

Creio que, assim sendo, de acordo com os Membros da Comissão, da nossa parte, inclusive no requerimento inicialmente eu pensei de incluir depois, acabei por não incluir porque foi uma falha, mas eu creio que a sua lembrança, Senador Inácio Arruda, conserta essa necessidade de fato de ter a presença de haitianos falando aqui para nós, dando o seu testemunho e eu acolho a sugestão, da minha parte como autor de requerimento e em sendo de acordo com o conjunto da comissão eu creio que seja oportuno, necessário a presença de um representante de uma organização haitiana. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Também poderíamos, além de uma organização de direitos humanos do Haiti, também poderíamos convidar o senhor Embaixador do Haiti em nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito boa idéia do Senador Duque, para ouvir os lados, porque eu tive oportunidade de ir ao Haiti visitar as tropas. Eu fui no período mais difícil. Tinha que andar dentro um tanque de guerra no Centro da cidade. Depois, para descer um pouquinho tinha que ser rodeado dos militares com metralhadoras.

Conversei com muita gente. E o Presidente do Banco Central do Haiti é um velho amigo meu. Trabalhamos junto 30 anos atrás. E eu ouvi dele uma coisa muito interessante, Senador Inácio, ele disse: "Todo dia que eu lembro que ainda tem tropa brasileira aqui eu fico com raiva, mas todo dia que eu vejo que as tropas estão aqui eu fico mais tranqüilo, eu não gosto mas é uma necessidade que nós temos".

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, é uma afirmativa...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu achei uma expressão muito correta, um homem muito experiente e é importante que tenha aqui um representante do Governo, eu creio que a idéia do Embaixador é perfeita. Eu vou então pôr em votação agregar os dois nomes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, só uma questão aqui eu não sei se o Senador José Nery, eu acho que está perfeito. O General Heleno, que comandou as tropas e que houve algumas ocorrências graves quando estava sobre o comando dele a toda à força internacional. Ele está no CMA, no Comando Militar da Amazônia hoje, eu não sei se o senhor concordaria ou não para incluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, o Senador que entende mais

do que eu de hierarquia, mas seria possível colocar na mesma mesa junto com um General de Exército?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Junto com o General... Pode vir, o General tem a preferência e pode passar a palavra à ele, o General pode autorizar. Eu acharia mais interessante até o General Heleno para trazer o que aconteceu lá, porque nós vamos ter que, se for necessário votar a prorrogação, que eu acho que essa é a tese que traz essa audiência pública para a gente ter condições de votar sim ou não para a prorrogação da força brasileira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já tem um General?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O General...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já tem um General na...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, tem o comandante de toda a força da ONU, é um General brasileiro. Só o que General Heleno veio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas se nós chamarmos um General comandante, o outro não vem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que tem que pagar a despesa lá. Mas tem que consultar o General Peri, não sei, retiro, retiro a proposta então.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, tem outra coisa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se for criar confusão, eu prefiro...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente. Já venceu a autorização dia 15 de outubro, 15 de outubro já venceu a autorização.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vinha imaginando que era 15 de outubro de 2009.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Houve uma prorrogação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Houve?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ratificar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Reafirmá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, eu vou pôr em votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu pediria vista do requerimento para poder dar uma analisada, eu estou vendo que muitas questões para serem debatidos, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas eu queria argumentar ao Presidente que não caberia vista nesse momento, tendo em vista que o requerimento

foi aprovado, inicialmente, o que está se discutindo agora é apenas a inclusão de dois... Agora, o que eu acho que caberia, Senador Wellington, seria em razão do que está apresentado, fazer o que esse momento dessa definição exige, seria acrescentar participantes que ajudem a nos dar maior esclarecimento e maior luz sobre um tema tão importante.

Então eu creio se o senhor pode oferecer uma sugestão que ajude nesse importante debate, eu creio que seria isso, porque... Só que...eu creio que acabe agora, adendar, acrescentar tendo em vista que já o aprovamos. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, me deixou, amarrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu quero levantar o seguinte: de fato foi aprovado, mas nessas aprovações que nós fazemos, por que não os membros que aprovaram, não foi voto nominal, foi voto... Os que estiverem de acordo permaneçam como estão, eu acho não haveria nenhuma inconveniente de analisarmos...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): [pronunciamento fora do microfone] Bom, se [ininteligível] Da minha parte não há problema nenhum.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não queria só quebrar o regimento eu acho que como está sendo bem polêmico, eu queria saber, Sr. Presidente, consultando a nossa Assessoria da Casa se existe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Wellington, Wellington, você me concede um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A polêmica está sendo a favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não é o contrário. Então, eu acho que o sentido seria de aprovar, se tivermos que agregar, mesmo o General Heleno, que eu acho que tem muito a contribuir nós faremos na frente, não teria prejuízo, entendeu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, se eu fosse acrescentar alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não há problema.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu faria um novo requerimento acrescentando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E até mesmo essa questão toda de que horas vai entrar a audiência, vai depender da Presidência,.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dificilmente eu creio que se fará esse ano...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então está bem. Eu vou..., está aprovado eu vou mais tarde mandar um requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu ponho em discussão acrescentar o nome do Embaixador e acrescentar algum representante de organização. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão, está aprovado. A sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 12h11.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI, ALMEIDA LIMA, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, VIRGÍNIO DE CARVALHO, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, ALOIZIO MERCADANTE, AUGUSTO BOTELHO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JOSÉ NERY e FLEXA RIBEIRO**. Justificou a ausência o Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Antes de iniciar a apreciação da pauta o Presidente concede a palavra aos Senadores **EDUARDO SUPLICY e FLEXA RIBEIRO**. Inicia a apreciação da pauta. Item Único: Discussão e votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 38, de 2008-CN, que *“estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”*.

O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **EDUARDO AZEREDO**, para fazer a leitura do seu Relatório. Fazem uso da palavra os Senadores **FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCATI, GERALDO MESQUITA JÚNIOR e EDUARDO SUPLYCY**. Foram aprovadas as seguintes emendas: **01** – Autores: Senadores Romeu Tuma, Marco Maciel, Paulo Duque, Inácio Arruda, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, Órgão 52000 Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52111 Comando da Aeronáutica, Programa 0621 Preparo e Emprego da Força Aérea, Ação 2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, Valor R\$ 480.000.000,00; **02** – Autores: Senadores Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, Órgão 35000 Ministério das Relações Exteriores, Unidade Orçamentária 35101 Ministério das Relações Exteriores, Programa 1264 Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular, Ação Operações de Assistência Especial no Exterior, Valor R\$ 50.000.000,00; e **03** – Autor: Senadores Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, Órgão 52000 Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101 Ministério da Defesa, Programa 0643 Calha Norte, Ação 1213 Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte, Valor R\$ 450.000.000,00. O Presidente submete a apreciação da Comissão itens Extrapauta: **Item 1:** Requerimento nº 65, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *“Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado Excelentíssimo Senhor José de Anchieta Junior, Governador do Estado de Roraima, para, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia, discutir os aspectos institucionais do Estado de Roraima”*. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 64, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *“nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado e art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal de 1988, submete à consideração da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o presente convite para o ilustre jurista brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, escolhido para juiz do Tribunal Internacional de Haia, conhecido por corte de Haia, por uma avassaladora vitória na Organização das Nações Unidas (ONU), onde ele obteve o voto favorável de 163 dos 192 Estados que compõem a Assembléia Geral da ONU. No Conselho de Segurança, Cançado Trindade alcançou o apoio de 14 dos 15 membros. Trata-se da maior votação já recebida por um magistrado para integrar a Corte de Haia e a sua experiência acadêmica e como ex– Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos trará um grande debate para os membros desta Comissão e para os brasileiros que acompanham*

a TV Senado e o trabalho do jurista em questão, que é uma das maiores autoridades internacionais na área de Direitos Humanos”. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 15 HORAS E 57 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos agora à apreciação da pauta. Antes, porém, concedendo a palavra, por solicitação, ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente Heráclito Fortes, Srs. Senadores, o Brasil foi brindado com uma boa notícia, uma vez que o Juiz Antonio Augusto Cançado Trindade foi designado para ser juiz e foi eleito no Tribunal Internacional de Justiça com sede em Haia nos Países Baixos. A Corte de Haia é o principal órgão Judiciário da Organização das Nações Unidas, da ONU. Cançado Trindade obteve em sua eleição o voto de 163 dos 192 Estados que compõem a Assembléia Geral das Nações Unidas. No Conselho de Segurança da entidade teve o apoio de 14 dos 15 países que o integram, apenas os Estados Unidos se abstiveram. Foi a maior votação já obtida por um magistrado.

Ora, o que pode ter ocorrido para que os Estados Unidos se abstinhasse foi o fato de Cançado Trindade ter se manifestado contrariamente a que os Estados Unidos e outras nações iniciassem a operação bélica no Iraque.

O que eu gostaria de sugerir, Presidente Heráclito Fortes, é que possa antes de assumir o seu cargo na Corte Internacional de Haia que o Dr. Antonio Augusto Cançado Trindade possa nos visitar, e perante à Comissão de Relações Exteriores expor sobre a im-

portância do Tribunal Internacional de Justiça, ali em Haia e a possibilidade de conhecermos um pouco da relevância desse papel.

E lembrando, Sr. Presidente, que dentre os brasileiros que estiveram lá, na verdade, foram poucos, mas dentre eles tivemos Rui Barbosa, tivemos o Francisco Rezek, Ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal, e, justamente, agora o Dr. Antonio Augusto Cançado Trindade. Ele é PHD em Direito Internacional pela universidade de Cambridge na Grã-Bretanha onde concluiu o seu mestrado. A sua tese de doutorado lhe valeu o prêmio York em 1978, foi Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Costa Rica que integrou até a sua eleição para a Corte de Haia. É professor titular da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco. Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e é membro titular do Instituto Internacional e do Curatório da Academia de Direito Internacional de Haia, entre outros títulos.

Então é a sugestão que eu apresento, Sr. Presidente, que possamos formular um convite ao Dr. Antonio Augusto Cançado Trindade para em data de comum acordo, ainda este ano, possa ele expor sobre a função tão importante que vai desempenhar representando o Brasil e outros países no Tribunal Internacional de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa louva a atitude de V. Exa. em fazer esse registro, e ainda mais por essa sugestão de trazê-lo a esta Comissão. Acho que é o fórum específico, o fórum ideal para que o Dr. Cançado mostre suas propostas e seus objetivos ao assumir tão importante representação como brasileiro.

Eu me congratulo, portanto, Senador Suplicy, com esse seu gesto, porque, além, de um gesto de reconhecimento, é também um gesto de prestígio a um brasileiro que se elege para ocupar função tão importante como mandato definido. Portanto, a Mesa solicita a V. Exa. providência...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Preparei o Requerimento que vai chegar nos termos daquilo que eu falei e de que maneira que se V. Exa. quiser colocar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse Requerimento estando pronto já colocaria agora em votação, aguardaria aqui porque enquanto o relator do orçamento chega, aproveitemos e faríamos a votação desse requerimento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Chegará em instantes à mão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, vamos então colocar em votação o requerimento de V. Exa., apenas depois

será feito... Serão tomadas as providências legais. Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Suplicy, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único da pauta: Discussão e votação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 38/2008 do Congresso Nacional que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo que por motivo de força maior não se encontra no plenário. Eu vou designar... V. Exa. pede a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero apenas saudar o retorno de V. Exa. ao convívio dos seus pares aqui no Senado, pela sua recuperação da cirurgia que foi submetido, e na certeza de que todos nós aqui, ao longo da sua convalescença, sempre fizemos uma corrente positiva para que a sua recuperação fosse a mais rápida possível, como realmente foi, e que V. Exa. pudesse, em breve, estar conosco. E que hoje reassume os seus trabalhos aqui no Senado Federal. Seja bem vindo e que Deus lhe dê saúde e bênçãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu agradeço a V. Exa. E quero dizer que fiquei muito sensibilizado com as manifestações de apreço, de carinho que recebi dos colegas, entre os quais, V. Exa. se inclui. Sabe bem o quanto é importante, Senador Suplicy, o quanto é importante para quem está guardando leito do hospital saber que tem os amigos e que tem aquele conforto no momento em que a ociosidade, às vezes, prejudica quem ali se encontra naquele momento. E a cada telefonema, a cada voto de pronto restabelecimento, de recuperação era algo como que com efeito cicatrizante. De forma que eu agradeço a V. Exa., agradeço a todos. E dizer da minha alegria de poder estar aqui retomando, ainda, atendendo recomendações médicas com muita cautela e com muito vagar às minhas atividades. Mas posso dizer com toda segurança, me faria muito mais mal ter que ficar em casa ou guardando leito em algum local do que estar aqui. Era uma das coisas que me fazia e eu me ressentia muito, e tanto é verdade que já no segundo dia em diante eu passei a ouvir sistematicamente a TV Senado, e mantendo, em algumas oportunidades, diálogo com os companheiros que aqui se encontravam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permita-me, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois, não V. Exa. tem a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. na última reunião nossa da semana passada, eu participei de algumas votações, tive que me ausentar e soube depois pelo Senador Wellington Salgado que V. Exa. estava em convalescença, mas acompanhando e em desacordo com o que estava acontecendo aqui, o que eu também estava. Ausentei-me para evitar aquela participação na votação. Depois nós vamos discutir a questão. Eu quero parabenizá-lo porque do seu leito de convalescença, V. Exa. estava atento e estava como presidente competente que é, buscando a solução mais adequada para a Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É verdade. S. Exa. tem razão. Nós ficamos atentos ao que aconteceu, não só aqui, mas também nas demais Comissões e no Senado, de modo geral. Quem carrega política no sangue, não serão poucos litros que você perde numa cirurgia dessa que vai lhe tirar do caminho e da vocação.

Eu fico muito feliz. E agradeço a V. Exa. pela generosidade. Mas também por ter preenchido o tempo permitindo a chegada a este plenário do relator Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Primeiro saudando aí a volta bem saudável do nosso Presidente Heráclito Fortes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o Presidente que dá o pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não. V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria só que o relator pudesse distribuir...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para evitar desordem, tem V. Exa. a palavra pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria que o Relator distribuisse o parecer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está na mesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está sobre a mesa? Desculpe-me, Senador Eduardo, está aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Senador, então aqui o parecer. Nós recebemos, aliás, foram várias emendas, foram 22 emendas em relação às questões ligadas à Defesa. E conforme regimentalmente previsto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convocou esta reunião com o obje-

tivo de analisar e discutir as propostas de emenda a serem apresentadas ao Projeto de Lei 38/2008 – CN, o Projeto de Lei Orçamentário.

Foram apresentadas, portanto, essas propostas de emenda de apropriação, conforme está discriminado no Anexo 1. Não foram apresentadas propostas de emenda de remanejamento de texto ou de cancelamento. Nas considerações gerais verificamos que esta Comissão nos termos previstos poderá apresentar até três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento, relativas às subáreas temáticas no Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa no âmbito das matérias que sejam regimentalmente afetas.

A análise empreendida focalizou inicialmente a adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições de legislação vigente, especialmente a Resolução nº 1/2006 e as demais orientações contidas no relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas e no parecer preliminar aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Ao final se analisou o mérito de cada uma das propostas apresentadas.

As propostas apresentadas. O exame das propostas de emendas apresentadas todas relacionadas a programações constantes do Projeto de Lei Orçamentário enviado pelo Poder Executivo levou à conclusão que, 1: as propostas de nº 9, 10 e 11 não poderão ser admitidas por contrariarem as disposições da Resolução nº 1/2006, pelos motivos descritos no Anexo 1. 2: as demais propostas de emendas apresentadas atendem as exigências das legislação vigente e foram consideradas admissíveis, portanto, apenas as propostas 9, 10 e 11 é que não são admissíveis.

Dentro das propostas de emendas admissíveis se verificou que algumas delas foram direcionadas para programações iguais constantes do PLOA 2009, conforme demonstrada no Anexo 1. Nesse contexto aglutinadas as propostas iguais e eliminadas aquelas consideradas inadmissíveis, conclui-se que as propostas apresentadas abrangem 13 programações constantes do PLOA/2009, conforme demonstrado no Anexo 2.

Portanto, passando ao voto, diante do exposto analisando o mérito de cada uma das ações propostas, votamos porque esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibere pela apresentação das seguintes emendas do Projeto de Lei 38/2008 – CN, Projeto de Lei Orçamentário anual para 2009. A primeira das três emendas previstas, portanto, será, na verdade, uma fusão de emendas apresentadas pelos Senadores Romeu Tuma, Marco Maciel, Paulo Duque, Inácio Arruda, por mim e pelo Senador Cristovam Buar-

que, e diz respeito ao Comando da Aeronáutica, para manutenção e suprimento de material aeronáutico no valor de 480 milhões de reais.

A segunda emenda que está sendo acatada por este relatório foi apresentada pelo Senador Heráclito Fortes, o nosso Presidente, por mim, Eduardo Azeredo como vice e pelo Senador Cristovam Buarque, e diz respeito ao Ministério das Relações Exteriores para operação de assistência especial no exterior, como as operações que são feitas no Haiti, e é do valor de 20 milhões.

E, finalmente, a terceira que também é do Senador Heráclito Fortes, também minha e também do Senador Cristovam em relação ao Ministério da Defesa para implantação de unidades militares na região do Calha Norte no valor de 382 milhões, totalizando 882 milhões de acréscimo. Propomos, ainda, que a secretaria da CRE seja incumbida de proceder as adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junta à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Público e Fiscalização.

Este é o voto, Presidente, sempre lembrando, mais uma vez, a importância do trabalho exercido pelas Forças Armadas Brasileiras, pelo Ministério da Defesa, como essa questão da Amazônia, uma região que precisa ter a expansão na sua proteção, nos seus batalhões de fronteira, como é previsto aqui na Calha Norte. Ao mesmo tempo, lembrar que existe o entendimento com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e a Câmara dos Deputados é que está acolhendo as emendas mais significativas em relação ao Exército e em relação a Marinha. Nós ficamos com as emendas do Ministério da Defesa, em si, e o Comando da Aeronáutica e no entendimento com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, por isso é que estamos aqui tratando da área específica aqui da Calha Norte e também do material aeronáutico. Esse é o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Heráclito Fortes, Relator Senador Eduardo Azeredo. Quero primeiro parabenizá-lo pelo seu relatório. Sei o quanto é difícil V. Exa., de 26 propostas retirar três. Mas gostaria, por não concordar na plenitude com o trabalho, mesmo que, como eu disse, competente de V. Exa., queria saber qual o motivo da não admissibilidade da emenda que propus para apoio às comunidades da região da Calha Norte pelo Ministério da Defesa? Essa emenda, Senador Eduardo Azeredo, é feita anualmente, anualmente. Ela tem sido colocada como apoio necessário àqueles

municípios que são atendidos pelo Projeto Calha Norte que é um projeto do Governo Federal.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, é porque essa emenda não consta, não está de acordo com o que consta no Projeto de Lei, não constando do Projeto de Lei você não pode fazer as emendas que são emendas de apropriação. O ano passado, talvez, tenha constado, mas a informação da consultoria é que neste ano, como não consta no Projeto de Lei você não pode ter esse tipo de...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. que eu pudesse ter alguns minutos para localizar aonde é que ela se encontra na proposta orçamentária do Governo e na LOA para que a gente possa não deixar de incluí-la, porque isso para a região amazônica é de extrema importância. O Ministério da Defesa tem atendido de forma correta todos os pleitos necessários de apoio às comunidades.

Eu não tenho nenhuma objeção a fazer com relação às suas indicações, a não ser que na emenda 3 que diz: implantação de unidades militares na região do Calha Norte, eu fiz uma emenda, emenda de nº 12, também para o Ministério da Defesa que é a mesma coisa: intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteiras. Praticamente...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, você tem razão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria que se V. Exa. pudesse fazer também a inclusão dessa emenda como tendo sido acatada, eu lhe agradecia, porque o objetivo é o mesmo, das unidades militares que fazem a intensificação da presença das Forças Armadas.

Eram as duas observações. Com relação à primeira eu vou procurar encontrar o dispositivo na Lei Orçamentária e retorno em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. propõe, no caso, a fusão das emendas sem alteração de valor?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem valor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu acho que ele tem razão, Presidente, porque, na verdade, apesar do programa ser diferente, o programa apresentado pelo Senador Flexa prepara o emprego combinado das Forças Armadas enquanto foi acatado o programa implantação em si das unidades. Mas não vejo ação, ela é semelhante, quer dizer, a implantação, a intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteiras, ela estaria incluída dentro do Calha Norte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então V. Exa. acata a questão, a terceira?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há uma dificuldade regimental. Há uma dificuldade regimental. Nós fomos vítimas, nós, principalmente, de Estados pequenos, eu chamei atenção muito o ano passado sobre isso, e o objetivo de atingir não foi o de prejudicar, não foi o caso em tela, Senador, hoje você não pode mais fazer emendas com dois objetos, com duas rubricas orçamentárias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós estamos nos referindo a 03?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa foi uma ação dos Estados mais poderosos, mas, acima de tudo, das grandes empresas, as empresas que atuam com lobby fortíssimo no orçamento do País, que é uma vergonha, exatamente para prejudicar os Estados pequenos com desdobramentos de emendas. E terminou prejudicando, Senador Paulo Duque questões justíssimas como essa, mas houve uma resolução chamada Resolução 01 que foi aprovada naqueles afogadilhos de véspera de natal onde todo mundo empolgado com o espírito natalino vota qualquer coisa, e há esse fato, Senador Flexa Ribeiro que prejudica.

Eu acho que nós Senadores nós tínhamos que nos juntar aos deputados e fazer uma revisão nesse caso. As grandes empreiteiras não se interessam por pequenas obras e induziram na Resolução nº 1 da LDO, aprovado o ano passado exatamente essa unificação. Sabe bem V. Exa., Senador Mozarildo, que nós de Estados pequenos hoje somos obrigados a fazer obras grandiosas, às vezes, desnecessárias, porque nós não podemos fazer pequenas obras que atendem, em cheio, aos anseios da população. Num português bem claro quero mostrar. Nós somos obrigados a construir, por exemplo, uma escola de 20 milhões podendo atender os municípios das nossas regiões com quatro ou com três escolas de 5 ou de 7. Essa é uma distorção do orçamento e que prejudica, sobremaneira, os pequenos Estados, e só favorece... É um negócio claro, entendeu, Senador. É um negócio...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas, infelizmente, o Senador Flexa Ribeiro fica prejudicado nessa intenção por isso, acho que nós temos que encontrar um caminho, Senador Mozarildo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proporia então, Presidente, que nós arredondássemos esse valor, 382 milhões. Vamos colocar 450 milhões então.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há possibilidade. Deixa-me ver se tecnicamente temos a possibilidade. Vou consultar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só lembrar, por exemplo, o Senador João Tenório também...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há possibilidade do aumento valor?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Esse é o valor da emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Do valor da emenda?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Então, o Senador Flexa Ribeiro fica atendido com o aumento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para 450 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para 450 milhões. Pediria apenas que fizesse a correção. Agora outra pergunta que eu faço. Eu não vejo ninguém do Itamaraty aqui. Tem alguém...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O valor do Itamaraty está pequeno também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por que é que esse valor do Itamaraty foi tão pequeno?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu gostaria de fazer uma observação complementando o que o Senador Flexa Ribeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Enquanto eu verifico essa questão do Itamaraty. A palavra para V. Exa., Senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Porque me parece que a questão dos municípios do Calha Norte, apesar da argumentação do Senador Flexa Ribeiro está dependendo de uma consulta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A questão mais técnica. Mas nós podemos aumentar o valor para as unidades militares.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Mas se ficar a unidade militar não atinge o objetivo que ele levantou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos é que solucionar essa questão dos municípios.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Porque olha só, na verdade, a presença dos militares é necessária no Calha Norte é indiscutível.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, mas, por exemplo, no hospital que eu pude ver lá na Amazônia ...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim. Mas é diferente. Se você só implanta quartel e o Calha Norte não investe na comunidade que está ao redor do quartel, está nas vilas, nos municípios, não adianta nada.

Então, o princípio do Projeto Calha Norte e que, aliás, diga-se de passagem, é o projeto mais eficiente que o governo tem, é justamente de aplicar nos municípios dessa região que vai desde o Amapá hoje até o Acre, aplicar nesse município da parte de fronteira recursos: impostos médicos, escolas e outras obras de interesse de poder desenvolver, portanto, esses municípios, fixar população nesses municípios.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo, mas era o que eu estava dizendo ao Senador Flexa. Na verdade, essa é a regra técnica que você só pode fazer essa emenda se tiver constada a ação no Projeto de Lei. O Projeto de Lei não teve essa ação esse ano. Então não tem jeito. Tecnicamente não se pode fazer. Agora o que é que é isso? Foi um erro então do projeto original.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Interessante. Então nesse caso o governo agora está... O governo e com a aprovação do Congresso está enterrando o Projeto Calha Norte que, aliás, vinha sobrevivendo, ao longo desse tempo, por emendas parlamentares, porque vinha do Executivo, praticamente com zero de recursos e as emendas parlamentares é que salvavam esse projeto. Se não vamos poder emendar, não vamos poder botar dinheiro no Projeto Calha Norte nesse sentido de atender os municípios do Calha Norte--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, é o que está.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --Então é um negócio completamente ilógico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permita-me um aparte?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para a implantação das unidades está previsto, quer dizer, agora...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Mas as unidades, eu repito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu entendi, eu entendi. Mas é porque, na verdade...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O que adianta, por exemplo, eu ter no município do Bonfim a unidade militar e não ter investimento...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas eu quero repetir a questão do Hospital de São Gabriel da Cachoeira, porque o Hospital de São Gabriel da Cachoeira é a unidade militar que atende a população civil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, mas não é esse caso, Senador Azeredo. Permita-me um aparte?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, claro. Essa só pode ser objetivo de emenda se constar no PL.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão. Não é culpa sua. É lamentável que falte--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Que o governo não tenha colocado aí.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Falta uma coerência entre o discurso e a prática desse governo. Essa que é a verdade. Quer dizer, nós estamos aqui um, dois, três Senadores da Amazônia, esse Projeto Calha Norte para nós é de fundamental importância. As Forças Armadas, através do Ministério da Defesa desenvolve um trabalho da maior importância para o Brasil, e, em especial, para a Amazônia. Todos os anos são colocados recursos para a Calha Norte, para que ele possa atender os municípios que são abrangidos por esse programa. E agora, nós estamos vendo que na LOA o Executivo não mandou, o Executivo não mandou nem a janela para gente poder colocar os recursos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. O problema é esse, não ter a janela. Agora ficou claro. Não tem a janela.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é. Ele não mandou nem a janela, 1 real, 1 real o Executivo deveria ter posto aqui para que o congresso, os Parlamentares pudessem fazer alocação de recursos. Quer dizer, eu lamento, quero deixar registrado isso, isso não é uma prática, isso não é uma prática que condiz com o discurso em desenvolver a Amazônia, de fortalecer a Amazônia, ou de proteger a Amazônia. E nós estamos aqui, Senador, de mãos atadas, realmente nada podemos fazer para que possamos alocar recursos no programa do Calha Norte para atender os municípios. Não é fazer o Hospital das Forças Armadas que atende município. Sim, só que o Ministério da Defesa pode fazer convênio com município para construir escola, construir praça de esporte, para fazer infra-estrutura urbana dentro desses municípios que estão no programa do Calha Norte. Era esse recurso que nós buscávamos. E, lamentavelmente, em função da LOA nós nada vamos poder fazer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Podemos insistir então com outro Ministério, que o governo arrume outra forma de fazer esse mesmo trabalho. Acho que, talvez, seja essa alternativa. Não aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não está no orçamento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim, mas--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A questão, Senador Eduardo, é que...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

--Os outros Ministério de Ação Social, Ministério da Integração; todos eles possam também.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): A questão é que o Calha Norte vinha nos últimos três, quatro anos voltando para essas ações e disponibilizando seus técnicos, seus recursos para essas atividades em pequenos municípios lá da região Amazônia. E, surpreendentemente, como diz o nosso Senador Flexa, sequer, abre uma janela. Se tivesse alocado 1 real nós poderíamos emendar nessa rubrica e alocar.

Veja, Senador Flexa, que essa dificuldade existe, inclusive, com relação à alocação de emendas individuais nossa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Eu estou sentindo a mesma dificuldade que nós estamos sentindo aqui com relação às emendas individuais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, lá é permitido.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Não. Para alguns programas que o ano passado nós alocamos no Calha Norte esse ano já não contemplam mais. Compra de equipamentos agrícolas, por exemplo, o Calha Norte executava até o ano passado, na LOA desse ano já não tem mais essa janela também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Geraldo Mesquita...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): O que vai causar um problema muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): O Senador Geraldo Mesquita tem total razão. Nós temos que ter um cuidado com estas arapucas que são colocadas na comissão de Orçamento. Todo ano você tem uma caixa de surpresa. De repente, o que podia o ano passado não pode mais esse ano, o que podia esse ano não pode mais. Você não tem, Senador Suplicy, uma diretriz básica na qual você se oriente. É inteiramente inaceitável esse tipo de coisa. Mas é mais um alerta que nós temos.

Existem os que são membros das Comissões e os que não são membros, porque os membros da Comissão têm o poder quase que ditatorial sobre as relações. É preciso que essa Comissão seja revista. E, infelizmente, volto a repetir, os últimos anos elegeram pra-

ticamente desde que eu chego nesta Casa, esse orçamento da União não está sendo feito visando interesse político, não existe interesse político do Congresso ou do Executivo, está sendo feito graça, por obra e graça das grandes empreiteiras que tem um poder de fogo muito grande aqui no Congresso. Nós não podemos nos enganar. Esses fatos, essas mexidas que se faz no orçamento são muito características, elas deixam digital bem clara desses objetivos. Lamentavelmente, até para não prejudicar o orçamento e não prejudicar as Forças Armadas que não tem culpa desse episódio. Votar, mas registrar o protesto. Eu sou favorável, Senador Geraldo Mesquita, que fique marcado esse protesto, essa insatisfação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, e com um detalhe: o Ministério da Defesa é o único Ministério deste Governo que libera os recursos, independente, de coloração partidária. Independente, ele age de acordo com o programa que ele tem. Quer dizer, os municípios são atendidos, não é necessário que os Parlamentares fiquem à porta do Ministério. Ele age corretamente. O recurso está destinado, ele aloca e libera. Então é uma pena que o Ministério que age de forma tão transparente como esse, nós estejamos impedidos de colocar recursos para um programa que é da maior importância para 60% do território brasileiro. Então, V. Exa., falou, propôs a inserção, eu acho que é muito importante, que fique registrado essa impossibilidade de atender 60% do Brasil no Ministério que realmente cumpre com a sua destinação e obrigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Presidente Heráclito, voltando a uma questão que V. Exa. colocou do montante de recursos para a emenda nº 2, Senador Eduardo, as operações de assistência especial no exterior. Eu proponho que esse valor seja elevado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Nós já tomamos a providência. Se V. Exa. concordar, aumentamos para 50 milhões. Agora, veja, essa não é uma tarefa propriamente nossa aqui do Legislativo, mas nós estamos tendo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita-me, V. Exa. a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Sobre a matéria, com o maior prazer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): So-

bre a matéria. Primeiro quero registrar o meu voto favorável ao parecer do Senador Eduardo Azeredo, e, inclusive, com essa modificação, cumprimento V. Exa. Até informo que à pouco liguei para a Embaixadora Gladys que é representante do Itamaraty junto à nossa

Comissão. Ela acompanha, nesse instante, o Ministro interino Samuel Pinheiro Guimarães na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Agradece a iniciativa do Senador Heráclito Fortes de ter aumentado este valor que, em princípio, havia sido proposto, informou ela, pelo Setor de Orçamento do Itamaraty. Mas ela agradece a iniciativa e o apoio de V. Exa. ao Itamaraty. Muito obrigado. E fica o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós ficamos muito...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu pensei que o Senador Suplicy iria explicar o porquê é que o governo não quer atender a Calha Norte. Mas vou ficar no aguardo da explicação dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja bem, fico muito lisonjeado com essa prova de reconhecimento do por parte do Itamaraty. Mas eu quero chamar atenção que há um erro. O Itamaraty não podia chegar ao dia de hoje com apenas 20 milhões, falta de planejamento ou excesso de dinheiro que o Ministério já possui. Nós sabemos que essas despesas, o volume do Itamaraty que, originalmente eram 5 milhões de reais, elas se tornaram insignificante, até porque essas emendas têm que estar preparadas para eventuais cortes, de forma que não é nosso objetivo e nem o objeto desta Comissão estar corrigindo as emendas vindas do Executivo. Era preciso que houvesse um maior cuidado com relação aos Ministérios.

De qualquer maneira, vamos colocar em votação. Os senhores que aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A secretaria da Comissão fará o encaminhamento das emendas aprovadas à Comissão Mista de Planos de orçamento Público e Fiscalização juntamente com a ata somada a esta Reunião. Relembrando que os valores alterados são: emenda nº 1 Comando da Aeronáutica manutenção de suprimento de material aeronáutico, 480 milhões. Emenda nº 2 operação de assistência especial no exterior, 50 milhões. Emenda nº 3 implantação de unidade militar na região da Calha Norte, 450 milhões.

Temos aqui um requerimento de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do regimento interno do Senado Federal seja convidado o Exmo. Sr. José de Anchieta Júnior, Governador do Estado de Roraima para no, âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia, discutir os aspectos institucionais do Estado de Roraima. Sala das Comissões com o Senador Mozarildo Cavalcanti. E os Srs. Senadores que aprovaram, permaneçam como se encontram.

Por segurança. Vou colocar em votação o requerimento do Senador Eduardo Suplicy nos termos do art. 99, inciso V do regimento interno que propõe um convite para que o Jurista Antonio Augusto Cançado compareça a esta Comissão para expor sobre a sua tarefa como representante do Brasil na Corte de Haia. O Senador Suplicy encarregar-se-á de marcar a data da oitiva do Dr. Cançado nesta Comissão. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sobre a matéria?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Trata-se de um juiz de Minas Gerais, eu conheço pessoalmente e tudo. Eu quero só manifestar a minha concordância no sentido... Já assinei também um voto de louvar a ele. Será muito importante a vinda dele aqui para poder fazer essa exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 16h36.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, INICIADA NO DIA DOZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO, ÀS DEZ HORAS E REABERTA NO DIA DEZOITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às onze horas e quinze minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a presença dos Senhores Senadores **AUGUSTO**

BOTELHO, FLEXA RIBEIRO, JEFFERSON PRAIA, GILVAM BORGES, MARCO MACIEL, ARTHUR VIRGÍLIO e CRISTOVAM BUARQUE, dos Senadores não membros **VALDIR RAUPP, SERYS SLHESARENKO e INÁCIO ARRUDA**, e dos Senhores Deputados **CHICO RODRIGUES, URZENI ROCHA E LUCIANO CASTRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. O Presidente declara suspensa a Reunião às onze horas e dezesseis minutos e informa que será reaberta no dia dezoito de novembro, do corrente, às dez horas e trinta minutos. O Presidente declara reaberta a Reunião às onze horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão. O Presidente submete a Subcomissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente, antes de iniciar a apreciação da pauta, faz a leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 671/08 da Deputada Janete Capiberibe, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, informando que no último dia 18 de setembro, foi realizado na cidade de Belém (PA) o fórum regional “novas modalidades de investimento em ciência e tecnologia na amazônia”, onde foi discutido o aumento de investimento em pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia sobre as potencialidades dos recursos naturais amazônicos; e comunica a presença do Ministro Nelson Jobim, para exposição sobre as ações do Ministério da Defesa na Amazônia, em audiência pública, hoje, às catorze horas e trinta minutos. O Presidente inicia a apreciação da pauta. A reunião destina-se a ouvir, em audiência pública, o senhor José de Anchieta Júnior, Governador do Estado de Roraima, para discutir os aspectos institucionais do Estado de Roraima. O Presidente convida o Governador José de Anchieta Júnior para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Governador **JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR** para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PRAIA, FLEXA RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO e o Deputado Federal CHICO RODRIGUES**. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DOZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO, ÀS 11 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 2ª Sessão legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

E comunico aos senadores presentes que vamos adiar essa Sessão, essa reunião, para a próxima terça-feira, às 10h30, seguida da presença também do Ministro Jobim, às 14h30, que falará sobre a Amazônia, o Governador de Roraima falará sobre os problemas institucionais do Estado de Roraima às 10h30 e o Ministro Jobim sobre questões gerais da Amazônia, principalmente no que tange a defesa nacional, às 14h30.

Está encerrada a sessão, aliás, suspensa a sessão.

Sessão suspensa às 11h16.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 35 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Declaro reaberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto a dispensa da leitura da Ata da última Reunião. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Dispensada. Coloco em votação a Ata. Os que concordam com a aprovação da Ata continuem como estão. Aprovada.

Para conhecimento dos senhores membros da Comissão, informo o recebimento do Ofício nº 671/08, da Deputada Janete Capiberibe, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, informando que no último dia 18 de setembro foi realizada na cidade de Belém/PA o Fórum Regional Novas Modalidades de Investimento em Ciência e Tecnologia da Amazônia, onde foi discutido o aumento de investimento em pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia sobre as potencialidades dos recursos naturais amazônicos. Cópia do referido expediente está à disposição na Secretaria da Comissão para os Srs. Senadores.

Comunico, também, que hoje às 14h30, neste Plenário, haverá Audiência Pública com a presença do Ministro Nelson Jobim para a exposição sobre as ações do Ministério da Defesa na referida região amazônica.

Passamos, agora, à apreciação da pauta. O objetivo dessa Reunião é uma Audiência Pública feita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Roraima, Governador José de Anchieta Júnior, para discutir os aspectos institucionais do Estado de Roraima, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 65, de 2008, de minha autoria. Já se achando presente à Mesa o Governador Anchieta, eu concedo a palavra para que ele possa fazer a sua exposição.

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar o Senador Mozarildo Cavalcanti e agradecer-lo pelo convite para estarmos aqui hoje, ao Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, Deputado Chico Rodrigues, funcionários da Casa, a imprensa aqui presente.

O que nos traz hoje aqui é para falarmos um pouco do nosso Estado de Roraima, o Estado do extremo norte mais setentrional do nosso país. Eu terei o prazer de apresentar aqui, através do PowerPoint, algumas telas que poderão trazer a vocês um pouco mais de conhecimento sobre o nosso Estado. Permita, Senador, vou começar a apresentação. Doutor Régis, Janaina, vamos lá.

Bom, o nosso Estado de Roraima, ele está localizado no extremo norte do país, na região amazônica. Cerca de 80% do seu território já fica no Hemisfério Norte, onde passa aqui a Linha do Equador.

Nós temos cerca de 224 mil Km², representando 4% da Amazônia Legal, 2,6% da superfície do Brasil. Fazemos duas fronteiras internacionais, com a Venezuela e a Guiana, fronteira com o Estado do Amazonas e aqui no canto com o Estado do Pará. Nessas duas fronteiras com os dois países nós temos cerca de 960 Km de fronteiras com a Venezuela e mais 960 Km de fronteira com a Guiana Inglesa. São 1.375 Km de fronteira com o Amazonas e 160 Km com o Estado do Pará. Pode passar.

A nossa população, estimada pelo IBGE/2008, cerca de 409 mil habitantes, dos quais cerca de 10%, segundo a FUNAI, são de população indígena, e desses 40 mil índios, 8 mil índios representam os Ianomâmis, a comunidade mais primitiva do mundo. Nós temos uma população urbana entre capital e sedes dos outros catorze Municípios correspondentes a 79% da população e 21% de população rural. A nossa capital, Boa Vista, contempla 63% da nossa população. Um dado interessante é que a taxa de crescimento anual da nossa população gira em torno de 4%. É a

segunda do Brasil. São 14 a 16 mil novos habitantes por ano. Outro dado interessante é que a origem desse crescimento é maior por parte da migração, que é 2,2%, do que pelo crescimento vegetativo, nascimento de novas pessoas no Estado, que é 1,7%. Esse mapa demonstra os nossos quinze Municípios com as suas respectivas áreas em Km².

Esse mapa é um mapa importantíssimo para que todos possam ter uma noção clara da nossa questão fundiária hoje lá no nosso Estado. Dos 22 milhões de hectares, essa terra aqui embaixo é a única terra que é de propriedade do Estado. Os outros 86%, toda essa área vermelha é área comprometida com reservas indígenas, área de preservação ambiental, terras de assentamento e terras militares, e desses 2 milhões de hectares que nós temos aqui no sul do Estado, essa área tracejada aqui é uma área de alagação, cerca de 40% dessa área é área alagada. Então o Estado tem, para se desenvolver hoje, praticamente 6% do seu território. Pode passar.

A composição do PIB de Roraima. Roraima é um Estado novo, se tornou Estado juntamente com o Amapá e Tocantins com a Constituição de 1988, e nesses vinte anos que completamos agora no dia 5 de outubro, nós trabalhamos em busca de mudar essa realidade dessa distribuição do nosso PIB. A administração pública hoje, dados de 2005, é responsável por 48,4%, são receitas públicas. É um índice que compromete o desenvolvimento do nosso Estado e hoje a gente trabalha exaustivamente. Todas essas questões que o Governo do Estado vem fazendo com relação, lutando para definir essa demarcação, diminuir as demarcações indígenas, resolver essa questão fundiária, lutar sobre uma legislação ambiental para que a gente possa desenvolver e diminuir esse número, a participação do poder público no PIB, e que possamos crescer nas outras áreas, como os senhores estão vendo aqui, comércio 10%, atividade imobiliária 8%, agropecuária, que é muito importante, 7%, construção 6%, indústria 3% e demais serviços. Então esse número, 48%, é um número que realmente nos preocupa e é um número que o Governo trabalha tentando reverter essa matriz econômica no nosso Estado.

Nós temos aí as nossas culturas, são as áreas plantadas, e aqui no canto direito são cerca de 54 mil hectares. É uma pequena área do Estado onde as principais culturas estão aqui, levando em consideração a soja e o arroz, o arroz irrigado, que é o arroz que é a nossa maior produção, nós somos responsáveis hoje pela produção do arroz do consumo interno e o excedente nós exportamos para o resto do Amazônia, para o Estado do Amazonas, para o Tocantins e para a Venezuela.

Aspectos econômicos. IDH – Roraima está aqui localizado, de certa forma em relação aos outros Estados do norte, está numa posição privilegiada, onde nós temos aqui os índices do IDH compostos pela renda, pela longevidade e pela educação. E se os senhores observarem isso daqui, com relação a 2000, o Brasil tinha uma média de 0,72, Roraima, no censo de 2000, nós tínhamos um IDH, uma média de 0,68, melhor do que todos os outros Estados, com exceção de Rondônia, da região norte. Então nós somos um Estado pobre, o Estado menos populoso da nossa Federação, mas procuramos com dignidade resgatar a cidadania, onde os componentes que compõem, para se chegar a esse índice, temos trabalhado e muito para mantermos isso próximo da média nacional.

Temos aqui um número significativo em relação à educação. A educação aqui, esse censo de 2000, mostra que Roraima tem a melhor condição, o segundo melhor número da região norte, perdendo apenas para o Amapá. Isso foram os investimentos que foram feitos na educação, ou seja, no investimento do capital intelectual do nosso povo. Pode passar.

Esse mapa aí mostra a importância geopolítica do nosso Estado. Em função da posição de Roraima no extremo norte, os principais portos para escoamento da produção. Então a visão econômica de Roraima não é competir com o resto do Brasil em função da sua situação geográfica. Então tudo que se produz, tudo que se pensa comercialmente, falando do nosso Estado, se limita ao Estado do Amazonas e aos países do CARICOM, do Caribe, Venezuela, Guiana Inglesa. Então os corredores de escoamento de produção giram em torno desse circuito, onde nós temos aqui de Boa Vista a Georgetown, capital da Guiana, e de Boa Vista a Caracas, na Venezuela, e todo esse entorno do Arco Norte, que é conhecido como o Arco Norte. Aqui nós temos as distâncias de Boa Vista a essas cidades que completamente esse Arco Norte, demonstrando aqui claramente que a saída econômica do nosso Estado, a saída para o escoamento de nossa produção é, sem sombra de dúvidas, visando o mercado de todo o CARICOM, os países que fazem o CARICOM, que são catorze países aqui do Caribe. Pode passar.

Como eu falei anteriormente, o Arco Norte é a integração física entre a BR-174. A BR-174 começa em Manaus, vai até Boa Vista e vai até a fronteira com a Venezuela. Tem a BR-401, que sai de Boa Vista, vai à fronteira na cidade de Bonfim com a Guiana, tem uma estrada que ainda não se encontra pavimentada na Guiana Inglesa, ex-Guiana Inglesa, e essa estrada hoje, o Presidente Lula já manifestou o interesse e hoje se anda atrás de investimentos através do BNDES para que a gente possa pavimentar essa estrada com

o propósito de viabilizar. Essa estrada seria importante não só para Roraima, mas para todo o Estado do Amazonas para o escoamento até o mar num menor espaço de tempo. E aqui essa rodovia, que já existe pelo Suriname, Guiana Francesa, essa estrada aqui que não está pavimentada, até o Macapá, e a hidrovía que volta para Manaus. Então este é o Arco Norte que nós tanto falamos e achamos importante para essa integração do norte do Brasil com esses países aqui da América do Sul.

Isso daí é uma tela mostrando a população atrativa para negócios. A Venezuela é o principal, nós temos aí do lado de Roraima como se fosse o Estado de São Paulo, 26 milhões de habitantes, São Paulo tem cerca de 30 milhões, um país que praticamente não produz nada a não ser o petróleo, então é um grande mercado consumidor. A Guiana, com 800 mil habitantes, Roraima e Manaus com 2 milhões de habitantes. Então isso aqui é o foco econômico da nossa região. E juntando tudo isso, 30 milhões de consumidores seria esse mercado no extremo norte do Brasil.

Aí são as áreas institucionais. Me permita, se eu tivesse uma vista boa para ler aquilo ali eu estava.. [risos]. Esse mapa aqui, eu pediria a atenção para um detalhe: essas áreas vermelhas aqui são as áreas demarcadas, são as áreas indígenas. Essas áreas verdes são as áreas de preservação, são as áreas do IBAMA. Então veja bem: o que nos chama a atenção é a coincidência das áreas indígenas serem sobrepostas aos mapas das nossas riquezas minerais. Então como eu costumo dizer que tenho certeza que não foram nossos irmãos índios que fizeram prospecção para saber que no subsolo dessas regiões tinham as maiores riquezas naturais do nosso Estado, riquezas essas como ágata, ametista, ouro, barita, calcário, caulim, cobre, diamante, ferro, nióbio, cassiterita, titânio, topázio e zinco. Então esses pontinhos amarelos aqui, que vocês estão vendo nessas áreas vermelhas, são exatamente os pontos onde demonstram os locais das nossas maiores riquezas naturais. Daí da luta exaustiva, a nossa luta contra essa política equivocada de demarcação indígena do Governo Federal. Essa região aqui é a região dos Ianomâmis. Essa região aqui do extremo nordeste é a região Raposa Serra do Sol. Se vocês observarem um ponto, o aspecto econômico, por que delimitar essa área como reserva indígena, como se houvesse interesses escusos internacionais de preservação desse minério e não das comunidades indígenas? Segundo, colocando em risco a soberania nacional, a fronteira. Nós vamos ficar aqui, se prevalecer essa área demarcada da Raposa, nós vamos ficar aqui numa pequena faixa da fronteira com a Venezuela

que não seja demarcação indígena, comprometendo isso toda a segurança da nossa fronteira.

Quero deixar bem claro aqui que o Governo do Estado é responsável pela subsistência desses 40 mil índios que vivem em Roraima. É o Governo do Estado que mantém saúde, educação e infra-estrutura. A FUNAI demarca, vai embora do Estado e fica sobre as costas do Governo Estadual todo o ônus de manter essas comunidades indígenas. Então por isso que nós temos o apoio aqui na Raposa Serra do Sol, cerca de 80% dos índios não querem essa demarcação em área contínua, eles não acham salutar. E realmente não o é. Pode passar.

Esse mapa aí é só para mostrar a malha viária resumidamente sobre o eixo da BR-174, da BR-210, e essas espinhas de peixes que vocês vêem aqui são as áreas produtivas correspondentes às estradas vicinais dos Municípios do Canta, Mucajaí, os quatro Municípios da região sul. O mapa não está muito claro aqui, mas essas vicinais todas contemplam cerca de mais de cinco mil quilômetros de estradas vicinais. Pode passar.

Outro dado importante são os índices de produção do nosso Estado de Roraima. Aqui em cima o plantio leva uma vantagem imensa em relação ao Brasil, porque na entressafra, enquanto o Brasil pára de produzir, nós estamos produzindo, entre abril e maio, a colheita em setembro, o ciclo gira em torno de cento e dez dias, e as nossas chuvas de abril a setembro. Um dado importante, isso Roraima. O milho, nós temos 6 toneladas por hectare em Roraima. No Centro-Oeste nós temos 4,2 toneladas. A soja é a mesma, bem porque o Centro-Oeste já vem desenvolvendo tecnologia. Agora o arroz irrigado, nós temos em Roraima 7 toneladas por hectare. No Centro-Oeste nós temos 5 toneladas por hectare. Então esses dados provam a fertilidade do solo de Roraima em função das condições de água e insolação em abundância. Pela posição geográfica o Estado está embaixo da Linha do Equador, é o Estado com certeza que tem a maior insolação no dia de todo o Brasil, daí porque esses números comparativos sobre a produção de grãos em Roraima e a região Centro-Oeste serem bem maiores. Pode passar.

Esse mapa é mais ou menos repetindo aquele anterior que eu falei das nossas reservas naturais. Pode passar.

A coincidência dos mapas, as reservas naturais estão exatamente nas reservas indígenas. Pode passar.

E aí está a situação fundiária no nosso Estado. Nós temos aí 46% de terras indígenas, 7% do IBAMA, 0,8% de áreas militares, as unidades estaduais de conservação, as unidades municipais de conservação, as

áreas institucionais, somando 66,8%. O INCRA tem 28% e áreas privadas, com títulos definitivos, 5%. Se você fizer esse somatório aí você vai ver que o Estado não tem terra, você não tem como desenvolver. Pode passar.

E aí a gente parte para um modelo, proposta do Governo, um modelo de desenvolvimento agroindustrial, bem porque nós temos um Estado vocacionado para a agroindústria. Então o que nós precisamos fazer de imediato? E isso não é um problema exclusivo e nem um privilégio do Estado de Roraima. Essa questão fundiária é uma questão debatida hoje a nível de Governo Federal para se resolver a questão da Amazônia como um todo. Então os seis Estados da região norte, mais os três Estados que fazem parte do bioma amazônico, que é Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, lutam para se resolver essa questão: liberação de estoque de terras para a produção agropecuária, agroindustrial, econômica, florestal e turismo. Então seria o Governo Federal, de uma forma definitiva, através dos Institutos de Terras dos seus Estados, trabalhando a quatro mãos com o INCRA, porque o INCRA sozinho não tem condições de resolver essa questão fundiária da Amazônia, que nós possamos definir em cada Estado da região amazônica o que é terra indígena, o que é área de preservação, o que é área de assentamento, o que é área particular, para que a gente possa desenvolver; ênfase nos seguintes arranjos produtivos locais, o nosso caso lá é soja, milho e arroz; fruticultura: manga, banana limão, maracujá; apicultura; piscicultura, movelaria; biocombustíveis; cana-de-açúcar.

Aqui eu queria chamar a atenção que nós temos, já foi dito recentemente pela imprensa, o nosso Ministro do Meio Ambiente lutando e dizendo que não aceitava uma planta de etanol no bioma amazônico. A Amazônia, a região amazônica, são mais de 5 milhões de Km², representa cerca de 60% do nosso território, e nós não podemos tratar a Amazônia como área única de floresta. Nós temos vários biomas, inclusive o que é bom para Roraima pode não ser bom para Rondônia, o que é bom para o Acre pode não ser bom para o Amapá e assim sucessivamente. Então nós temos batido exaustivamente contra essa declaração do Ministro do Meio Ambiente quando ele diz que a Amazônia não pode ter uma planta de etanol. No meu Estado, no nosso Estado de Roraima, nós temos cerca de 4 milhões de hectares de lavrado, onde estariam aptos para a plantação de cana-de-açúcar, produção do álcool e fornecer álcool para a Venezuela, um país que está dentro do Tratado de Kyoto, que hoje adiciona álcool no seu combustível, e a Venezuela atravessa pelo litoral brasileiro e vem buscar álcool em São Paulo, onde nós, em Roraima, a 200 quilômetros da

fronteira, poderíamos estar. Nós tínhamos dois empresários do Nordeste que compraram terras em Roraima, que começaram a montar duas usinas de álcool, e quando o Governo Federal se manifestou dizendo que não podia, eles se retraíram, pararam a plantação de cana-de-açúcar, tiraram, diminuíram o rito em uma função dessa instabilidade, sem saber se eles vão poder realmente cultivar a cana-de-açúcar em Roraima. Mas a nossa sorte também, como é uma questão polêmica e complexa, do jeito que o Ministro do Meio Ambiente acha que não deve, o Ministro da Agricultura diz que pode, ele conhece a região e no nosso caso, especificamente, Roraima pode e deve partir para essa iniciativa na plantação de cana-de-açúcar. Realmente o tema é polêmico, é divergente. De um lado nós temos um Ministro da Agricultura pensando em desenvolvimento e do outro talvez um Ministro do Meio Ambiente querendo transformar a Amazônia num santuário ecológico intocável. O que a gente precisa é encontrar um ponto de equilíbrio, o desenvolvimento sustentável, encontrar isso.

Senador, bom dia. Aproveitando aqui e cumprir também o nosso Senador do Amazonas, obrigado pela presença, e o Senador também do Estado do Pará.

Então essas são questões fundamentais para a nossa região norte.

O terceiro ponto, uma proposta de desenvolvimento, é a exploração mineral após a aprovação do marco regulatório em tramitação nesta Casa. Então nós temos aqui um Projeto de Lei que tramita no Senado com relação à exploração mineral nas áreas indígenas também e é fundamental para que a gente possa ter a definição das normas, da regulamentação, para que possa habilitar os Estados da região amazônica a fazer a exploração mineral e puder usufruir desse portfólio de minerais ricos que possam transformar economicamente o nosso Estado.

Nós temos como quarto aí um instrumento de planejamento, ordenamento e controle, é o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Plano de Gestão de Recursos Hídricos. O nosso Zoneamento já está em fase de aprovação na Assembléia, já foi discutido aqui no CONAMA e eu acredito que ainda esse ano nós votaremos na Assembléia o nosso Zoneamento Ecológico-Econômico. Esse Plano de Gestão de Recursos Hídricos, nós criamos uma Agência Estadual de Recursos Hídricos e Florestais, no qual nós estamos implementando agora, ainda esse resto de ano, essa Agência para poder gerenciar esses recursos hídricos e florestais do nosso Estado.

Isso é um quadro que demonstra o respeito que nós temos pelo investimento de capital intelectual

humano. São obras que nós, o Governador Otomar, saudoso Governador Otomar, a partir de 2004, quando assumiu o Governo, ele criou a Universidade Estadual de Roraima, hoje implantada em todos os Municípios, a Universidade Virtual, trazendo a oportunidade aos jovens das mais longínquas localidades do nosso Estado através de uma faculdade sempre presencial, nós temos a Universidade Virtual presente nos quinze Municípios e agora nós vamos abrir mais doze pontos em outras vilas, que não são sedes, mas são vilas maiores que já merecem esse apoio. Uma Escola de Governo, onde nós fazemos diariamente cursos de capacitação para os nossos funcionários públicos. Uma parceria forte com as Universidades Públicas e Privadas, com o Sistema "S". Essa parceria com as Universidades Públicas, o Governo hoje, além da Universidade Estadual, nós temos para aqueles alunos carentes, que não passaram, que não estão nas Universidades Estaduais, nós pagamos mil e quinhentas bolsas universitárias para alunos carentes.

Deputado Luciano, tudo bem?

Parceria com institutos de pesquisas, a EMBRAPA na área logicamente do setor produtivo, o INPA lá no Amazonas. Então isso aqui, esse conjunto de ações aqui foi simplesmente com a intenção de transformar a nossa sociedade, mostrando o interesse que nós temos em investir e muito no capital intelectual do nosso povo, porque nós não vamos mudar uma sociedade se não priorizarmos a educação.

Nós temos aí agora criada recentemente a Zona de Livre Comércio do Bonfim, em Boa Vista, na capital do Estado. Essa lei foi implementada agora, o Governo Estadual se antecipou. Nós, através do CONFAZ, já aprovamos duas leis de benefícios fiscais, eu acredito que para isso, para Roraima, sem sombra de dúvidas foi uma grande vitória. Nós vivíamos em Roraima divididos entre a Zona Franca da Venezuela, na fronteira, e o Amazonas, em Manaus, uma concorrência desleal com o nosso comércio, e agora com a implantação da Área de Livre Comércio em Boa Vista nós vamos ter a equiparação dessas oportunidades, podendo trazer para o nosso Estado maior competitividade para o nosso comércio local. Pode passar.

Aí demonstra o que eu disse recentemente, o Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima. São as unidades territoriais que nós temos. Então só lembrando aqui, como eu disse, a Amazônia não pode ser considerada como o único bioma ou floresta. O nosso Estado, com apenas 22 milhões de hectares, tem 1 milhão e 800 de savanas, tem 4 milhões e 700 de floresta, 526 de capinaranas e áreas protegidas de 15 milhões. Então só em Roraima você encontra aí uma diversidade imensa de vegetação para que a gente possa

tratar de forma diferenciada. E quando você deduz as áreas destinadas à reserva legal, 80% das florestas e 35% das savanas, então nas florestas o que pode se trabalhar é em 20%, e nas savanas 65%. É um percentual que deve ser revisto. Eu acho que no caso, por exemplo, de Roraima, eu tive um depoimento, Senador Flexa, que a Governadora do Pará, em um dos encontros dos Governadores, o Fórum dos Governadores, ela nos disse que cerca de um milhão de pessoas no Pará vivem do crime ambiental. Eu às vezes fico me perguntando: Será que são criminosos os que buscam a sobrevivência das suas famílias ou será que os criminosos são aqueles que não fazem uma legislação que possa criar mecanismos para que aquelas pessoas possam sobreviver com as suas famílias?

Então eu acho que precisa realmente a classe política, o Congresso, definir uma legislação ambiental sólida, consistente e que traga segurança ao povo brasileiro, que possa desenvolver, que possa ter um desenvolvimento sustentável na Amazônia. Se quiser manter a floresta em pé, que pague para que ela fique em pé, mas que crie mecanismo para que o homem que lá esteja, a Amazônia Legal hoje, nós somos 25 milhões de brasileiros e nós precisamos sobreviver. Pode passar.

Esse mapa aí é só ilustrando, pode... volta aí um pouquinho.

As savanas.

O retrato das nossas savanas é esse aí, lavrados, as florestas. Pode passar.

As florestas que contemplam essa área central aqui são ombrófilas, fotos das [ininteligível] estacionais, a foto mostrando a nossa floresta, capinaranas, aqui a área alagada no extremo sul do nosso Estado, essa foto aí, mais outra, baixo Rio Branco, e as áreas protegidas, que são as áreas institucionais federais, estaduais e municipais e particulares existentes ou em processo de implantação, num total aproximadamente de 68% da área do nosso Estado.

Esse mapa mostrando essas áreas protegidas, as áreas indígenas, as áreas de conservação, a área militar, e esse branco aqui no centro é uma área que é o nosso grande pleito, Senadores, é o que nós estamos lutando junto ao Governo Federal, que excetuando essas áreas que já estão protegidas nós lutamos por essa área branca aqui que são 5 milhões e 800 mil hectares, que já era para ter sido resolvido quando o Território de Roraima se transformou em Estado em 1988, com a Constituição, que era para ter sido automaticamente repassado essas terras para o Estado. Ainda não aconteceu, mas se está em fase de negociação e eu aqui não poderia deixar de registrar o apoio de toda a bancada federal, dos três Senado-

res, dos oito Deputados Federais, que lutam exaustivamente para chegar a uma solução desse problema, aos moldes que aconteceu em dezembro do ano passado no Amapá, quando o Governo Federal transferiu ao Amapá, ao antigo Território do Amapá, hoje Estado do Amapá, suas terras. Então a nossa luta é para que a gente defina essa questão da transferência das terras da União para o Estado de Roraima.

Bom, eu queria agradecer a oportunidade que nos foi dado aqui hoje para falar um pouco desse querido Estado de Roraima, um Estado heterogêneo na sua população. Nós aqui, com certeza, cerca de 60% da população não é originariamente do Estado, não nasceu, mas escolheu aquele Estado para morar, um Estado encantador, um Estado cheio de adversidades, um filho mais novo da Federação, doido para desenvolver e que está precisando, precisando muito ser olhado de forma diferente pelo Governo Federal. E com certeza com o apoio dessa Casa, com o apoio dos Deputados e Senadores, não só para Roraima, mas para toda a Amazônia Legal, nós vamos conseguir encontrar um rumo, um destino para que se possa desenvolver aquela região. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Após a explanação do Governador Anchieta Júnior eu quero passar a palavra para os Senadores inscritos para que possam fazer perguntas e tecer considerações a respeito da exposição do Governador. Inicialmente o Senador Jefferson Praia, do Estado do Amazonas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Governador José Anchieta, eu quero parabenizá-lo pela exposição, nós percebemos todas essas questões relacionadas à Amazônia.

Eu estou vendo aqui no mapa, a maior parte das terras são terras da União, quando V. Ex^a. coloca esse pleito de Roraima de ter essas terras para o Estado. É um ponto que eu gostaria de que V. Ex^a. fizesse uma avaliação do que é que está emperrando, o que é que temos que fazer?

Eu tenho feito aqui algumas colocações dentro do contexto do curto prazo na Amazônia. A Amazônia, na verdade, que muitos querem, e eu também quero, ela está um pouco mais distante, que é a Amazônia em que nós teremos o meio ambiente preservado e conservado com uma boa qualidade de vida. Agora diante dos problemas que são diversos, o que percebemos são tantas questões para serem resolvidas e nós nos deparamos com uma certa lentidão por parte das instituições. Então no meu Estado, por exemplo, temos enfrentado diversas questões e nós precisamos que as instituições, dentro do contexto dos Governos Federal, Estadual e Municipal possam ser mais ágeis.

Agora mesmo estamos num Município lá do meu Estado, o Município de Iranduba, no Município de Iranduba existem diversas olarias. Essas olarias, que estão lá há décadas, elas utilizavam madeira para os seus fornos. O que é que acontece? Daqui para frente a situação fica um pouco mais complicada, porque a liberação para o aproveitamento de madeira para usar em um forno para essas olarias já não acontece como aconteciam no passado. Portanto, nós estamos percebendo um problema que tem que haver uma solução de imediato, porque ali nós temos investimentos, nós temos a preocupação ambiental, claro, têm os empregos das pessoas que estão nessa atividade.

Portanto, de forma bem simples, a minha preocupação tem sido com o curto prazo. O médio e o longo prazo, nós vamos chegar lá e deveremos chegar com a Amazônia virgem, que essa direção que eu acredito, que é o anseio de todos nós, o de V. Ex^a., de todos que estamos aqui. Agora quando V. Ex^a. coloca: Olha, nós temos que ver o ser humano que estão lá, nós temos que ver que as pessoas estão querendo sobreviver. E hoje, embora eu tenha essa preocupação muito grande com o meio ambiente, quando eu cheguei aqui até um dos Senadores disse: “Chegou mais um ambientalista Xiita”, mas depois ele percebeu que não era um ambientalista Xiita. Era sim uma pessoa preocupada com o verde, porque eu não concordo com a exploração da Amazônia de forma insustentável, mas ao mesmo tempo eu percebo a relevância dos seres humanos da Amazônia. São 25 milhões de seres humanos ali dentro e essa é a nossa preocupação. Percebendo as opiniões das diversas bancadas da Amazônia e de outros parlamentares, nós temos percebido que todos querem a mesma coisa, mas nós nos deparamos com os problemas que estamos aí no dia-a-dia enfrentando.

Então eu queria saber, por parte de V. Ex^a., qual tem sido a sua percepção enquanto Governador? V. Ex^a. tem o poder, mas o que trava no Governo, onde está travando? Por exemplo, têm algumas questões que são competência do Congresso Nacional, estão aqui nas nossas mãos como Senadores. Outras questões são no âmbito do Governo Federal. O que temos para avançar dentro de um contexto que é o contexto do curto prazo, o contexto do agora, das pessoas que estão perdendo os seus empregos, das pessoas que não estão podendo mais utilizar os recursos naturais como eram utilizados anteriormente, até porque não dá para se utilizar mais, mas nós temos que encontrar mecanismos, solução, como é o caso, por exemplo, que agora vamos tratar do Município lá de Iranduba, no Estado do Amazonas, com as olarias. Lá, olha só, nós temos dezenas de olarias, percebamos bem, que

utilizam madeira, alguns empresários que foram presos até numa operação da Polícia Federal porque estavam extraindo madeira ilegal, quer dizer, não dá para ir mais para essa exploração de madeira ilegal. Eu estou dando como exemplo lá um fato no meu Estado. E aí qual vai ser a minha missão e dos demais parlamentares e dos parlamentares dos Governos Estadual, Municipal e Federal também para resolver o problema daquelas olarias? Como que V. Ex^a. tem percebido isso?

E para concluir, que eu já me estendi demais, mas eu quero dizer o seguinte: falamos de uma Amazônia, de um aproveitamento da biodiversidade, uma palavra que o nosso cidadão, o nosso caboclo e a nossa cabocla não percebem o que é isso, como se fosse chegar na floresta, ela está ali, você diz para um cidadão que está no meio rural: “Está ali a riqueza”. Ele olha aquilo ali e diz assim: “Como é que eu vou aproveitar aquela planta, que é uma planta medicinal, e aquilo vai se traduzir num trabalho e numa renda para mim?” Essa realidade, Governador, e nosso Presidente Mozarildo Cavalcanti, ela está distante, ela é uma realidade para daqui há quinze, vinte anos, porque temos pesquisas a avançar e, além de você ter que pesquisar, tem que levar esses conhecimentos para essas pessoas, investimentos deverão ser feitos. Portanto, o desafio que temos pela frente é enorme para a Amazônia que queremos.

Mas aqui queremos, nós vamos chegar lá, os problemas estão aí para resolvermos, e eu queria saber, finalizando, como é que V. Ex^a. tem tratado essa questão do curto prazo, das soluções imediatas dentro do contexto do Estado de Roraima? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com a palavra o Governador Anchieta.

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Eu queria agradecer a interferência do Senador Jefferson Praia, é oportuna a sua pergunta.

Nós temos trabalhado, mas nós temos nossas limitações em função da legislação vigente. Então a Constituição, ela está acima da nossa vontade. Então nós estamos fazendo o trabalho que a gente pode e nem sempre o trabalho que a gente quer. Mas eu preciso reconhecer que num passado recente, quando o Governo Federal, quando o Presidente Lula definiu para comandar o PAS, o Plano da Amazônia Sustentável, e deu esse gerenciamento ao Ministro Mangabeira Unger, eu, naquele momento, eu desconfiava do apoio que o Ministro Mangabeira poderia ter nesse sentido. Ele teve a cautela de visitar toda a região norte, em nosso Estado ele esteve presente conosco lá, passou dois dias, e assim o fez em todos os Estados da região norte, demonstrando uma visão ampla e uma vontade

imensa de fazer algo pela Amazônia. E eu mesmo disse para ele: “Ministro, eu estou encantado com o seu projeto e queria acreditar que o Governo Federal vai lhe ajudar, que vai lhe incentivar”. Mas logo num segundo momento, quando ele assumiu o PAS, eu comecei a acreditar realmente. E o Ministro Mangabeira Unger, eu quero fazer um registro, ele tem sido um grande defensor do desenvolvimento sustentável da Amazônia, trabalhando com muita coerência, sabendo nós da capacidade, oriundo daquela comunidade acadêmica que ele vem, dos bancos universitários, como doutor, então ele tem uma capacidade imensa nessa visão e conseguiu reunir, o Presidente Lula tem dado uma certa abertura para ele. Paralelamente os Governadores da Amazônia Ocidental, os nove Governadores, criaram um Conselho e nós já tivemos três reuniões.

O primeiro fórum aconteceu em Belém, há uns seis meses atrás, o segundo em Cuiabá, no Mato Grosso, e o terceiro na última sexta-feira, dia 14, em Manaus, lá na sua cidade. E o que eu tenho observado é que essa união dos Governadores da Amazônia tem surtido efeito, o Governo Federal ter aberto um canal de negociação nessas questões fundiárias e ambientais. Por exemplo, a questão fundiária, hoje é determinação do Governo Federal que essa questão seja resolvida a quatro mãos com o INCRA e os Institutos de Terras dos Estados. Isso demonstra que delegou poder aos Estados para que possa trabalhar nessa questão fundiária. O INCRA mesmo hoje tem um discurso mais apaziguador, dividindo tarefas, buscando o apoio dos Estados com relação a seus assentamentos, porque o INCRA tem uma missão social, mas uma missão em que o Governo Federal precisa, e muito, do apoio dos Estados. No meu Estado, por exemplo, no nosso Estado lá, os assentamentos, a maioria da recuperação das estradas dentro dos assentamentos do INCRA, a extensão, a manutenção de redes elétricas é o Estado que faz. Então criar assentamento não é simplesmente transformar em favelas rurais, você precisa dar um suporte para isso.

Então o que eu tenho sentido, Senador, é que a coisa está andando, está sendo célere, e aí o apoio, nós nos unimos, os nove Governadores têm debatido com frequência, inclusive o 4º Fórum de Governadores da Amazônia vai ser no dia 13 de fevereiro em Boa Vista, em Roraima. Então eu sou obrigado a dizer que estou sensibilizado, estou sentindo a boa vontade da estrutura do Governo. Nós tivemos recentemente aqui uma reunião onde o Ministro Mangabeira levou para a Mesa os nove Governadores, trouxe oito Ministros de Estado no período da manhã, e no período da tarde, no mesmo dia, estávamos juntos os nove Governadores, os oito Ministros e o Presidente Lula. Então desenca-

deou um processo realmente, que agora você vê com clareza, a intenção de se envolver essas questões da Amazônia.

Então o que a gente precisa na Casa, aqui no Congresso, as questões inerentes, nós temos nove Estados, nós vemos vinte e sete Senadores na Amazônia Ocidental, 1/3 do Senado já sai com esse sentimento amazônida de se unir e se resolver. Como a Amazônia não é só um problema dos amazônidas, é um problema do Brasil, eu acredito que está num momento ímpar de sensibilizar a comunidade brasileira como um todo, essa Casa, o Congresso, Câmara e Senado, e nos unirmos com essas ações para que a gente possa chegar a um Brasil que a gente quer mais cedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Flexa Ribeiro, o próximo orador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, Governador José Anchieta Júnior, do Estado de Roraima. Seja bem-vindo, Governador.

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Srs. Senadores, Srs. Deputados. Governador, eu quero primeiro parabenizar ao nosso Presidente por ter feito esta Audiência para que nós pudéssemos ouvir o seu projeto de desenvolvimento para o querido Estado de Roraima.

Eu não participei desde o início, telefonei ao Senador Mozarildo justificando que estava no Ministério da Agricultura, numa reunião de um grupo de trabalho formado pelo Governo Federal, composto pelo Ministério da Agricultura, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Desenvolvimento Agrário, as duas Comissões do Senado, a Comissão de Agricultura e de Meio Ambiente, duas Comissões da Câmara, de Agricultura e Meio Ambiente, a Frente Parlamentar Ambientalista, a Frente Parlamentar Ruralista. Cada órgão desse e entidade é representada por dois membros, em que foi a segunda Reunião hoje em que se busca fazer uma revisão no Código Florestal, Código Florestal que hoje impede de se produzir no Brasil, como um todo, e em especial na nossa Amazônia. Chego aqui, me deparo com a sua palestra brilhante, em todos os aspectos, que mostra exatamente aquilo que foi lá discutido. A reunião de hoje foi totalmente improdutiva porque se acertou na reunião passada de que todas as correntes que lá estavam, que V. Ex^a. colocou, todos nós queremos o melhor para o país e, evidentemente, para a Amazônia. V. Ex^a. disse que o problema da Amazônia não é só dos amazônidas, é de todos os brasileiros. Eu diria que a Amazônia não tem problema nenhum, a

Amazônia é a solução, ela precisa ser encarada como sendo a solução e lamentavelmente o que acontece na nossa região é apenas ações pontuais, por impulso, muitas vezes vindo de fora para dentro, e não deste Governo, isso vem de Governos anteriores, foi exacerbada nesse Governo, e que V. Ex^a. coloca aqui no seu programa, já parabeneizei e quero reafirmar, que Roraima tem apenas 7% da sua área territorial para poder produzir, e dentro desses 7% estão as cidades, as sedes dos municípios, as sedes das cidades, quer dizer, é menos do que isso.

No quadro que o Ministro Reinhold colocou lá, apresentou, a nível de Amazônia como região, 10% da região pode ser, e aí também cidades, municípios, incluídos neste conteúdo de área. O resto está como área de preservação, área indígena, quer dizer, totalmente engessada.

Eu lamento, eu lamento que não se chegue a um consenso para que a gente possa realmente fazer aquilo que todos nós queremos, que é desenvolver de forma corretamente ecológica, sustentável. Agora não dá para falar em meio ambiente – e V. Ex^a. tem colocado na sua exposição isso – sem se falar em desenvolvimento. Aí o nome ser desenvolvimento sustentável. Da forma como querem fazer com a nossa região, querem deixá-la para que possa servir de reserva, talvez, para um milênio futuro, o que não é justo e, como V. Ex^a. colocou, paguem então para isso, que se pague para que a Amazônia seja preservada. Eu acho que nós temos condições, a tecnologia avançou ao longo desse tempo, de que se possa desenvolver só nas áreas já alteradas. Não precisa derrubar uma única árvore na Amazônia para que se possa aumentar a produção.

Eu li aqui rapidamente, Governador, V. Ex^a. tem toda razão. No seu projeto de cadeias produtivas V. Ex^a. coloca cana-de-açúcar. V. Ex^a. sabe que o Governo Federal já definiu que na Amazônia só pode ter as quinze usinas que já estão instaladas, não pode ter mais novas usinas. Eu perguntei ao Ministro Reinhold Stefani qual o critério que o Governo Federal tinha usado para definir que a Amazônia só pode ter quinze usinas? Se pode ter quinze, pode ter dezesseis, pode ter dezessete, tem que ter algum critério. Se vai derrubar a floresta amazônica para plantar cana? Lógico que não. Mas nas áreas já alteradas ou em áreas de campos naturais não há porque se proibir de se plantar cana. É como V. Ex^a. colocou, nós temos na Amazônia várias Amazonas, são vários biomas. Temos que respeitar.

Eu perguntaria a V. Ex^a. V. Ex^a. demonstrou aqui que está com o seu Zoneamento Econômico-Ecológico praticamente definido. V. Ex^a. acredita de que haverá, por parte do Governo Federal, respeito ao Zoneamento Econômico-Ecológico dos Estados? Porque

lamentavelmente o Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará foi concluído e aprovado por unanimidade na Assembléia há três anos. Depois disso o Governo Federal já criou áreas de floresta nacional, de proteção indígena, todo tipo de área em cima de áreas que no Zoneamento Econômico-Ecológico tinha outra destinação do Estado, ou seja, se não houver um respeito por parte do Governo Federal pela vontade das pessoas que moram nos Estados da Amazônia e que definem o que fazer com as suas florestas, com as suas áreas de ação intensiva e de manejo, não vai adiantar fazer o zoneamento, porque de cima para baixo você vai vir com uma força maior impondo o engessamento que se vê.

O Presidente Rômulo, do Instituto Chico Mendes, ele disse numa reunião em que nós estávamos discutindo a demarcação da Flona do Jamanxim, no Pará, que pega a BR-163 e engessa aquela região toda, ele foi claro, e eu falo isso porque ele disse numa reunião aberta. Ele disse que a única forma do Ministério de Meio Ambiente, àquela altura, aceitar liberar a Licença Ambiental para o asfaltamento da BR-163, foi engessar o eixo da BR-163 por inteiro, ou seja, impedir o desenvolvimento dessa região. A condição para que o Governo conseguisse o Licenciamento Ambiental foi exatamente a criação dessas áreas de preservação ao longo do eixo da BR-163, o que não adiantou para fazer, a não ser servir a estrada como eixo de escoamento, porque não vai ser possível manter a produção, que já existe há décadas na região, quando os brasileiros foram chamados para lá para produzirem, para ocuparem aquelas áreas que não tinham homens.

Então, Governador Anchieta, V. Ex^a. fez uma referência à bancada dos Senadores da Amazônia. Eu tenho dito, e aí o nosso Presidente da Subcomissão poderia levantar essa bandeira, nós tínhamos que votar os vinte e sete Senadores pelos interesses da nossa região, independente de partido, de ideologia, de interesses que possa vir para cada Estado. Não adianta nós querermos defender Roraima, defender o Pará, defender o Amazonas, Rondônia, o Acre, se ao estarmos dispersos a nossa região está sendo inviabilizada. Então eu acho que nós podíamos, Senador Mozarildo, fazer um movimento aqui. Quando fosse interesse da região, nós votássemos pela região, votássemos pela região para que a gente pudesse realmente, e eu tenho dito e o Governador colocou aqui com sabedoria, nós queremos preservar a floresta. Nós que lá vivemos somos os primeiros a querer preservar a floresta, mas evidentemente que precisamos, ao preservar a floresta, preservar o homem também. Não é possível você preservar a floresta e não preservar o homem. É possível fazer as duas coisas, e é possível fazer com

inteligência as duas coisas, usar as riquezas que Deus nos concedeu nessa magnífica floresta que nós temos, a reserva florestal maior do mundo, e desenvolver a qualidade de vida dos brasileiros que lá habitam.

Eu quero parabenizá-lo, Governador. Apenas saber da sua opinião, se V. Ex^a. acha que o zoneamento que vai concluir vai ser respeitado pelo Governo Federal quando da sua aprovação aqui, porque aprová-lo no seu Estado, V. Ex^a. irá aprová-lo com certeza absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Governador Anchieta Júnior.

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Senador Flexa, a gente acredita muito naquilo que a gente se propõe. O senhor fez um depoimento aí, já é o segundo representante de um segundo Estado que eu escuto dizer que o Governo Federal não respeitou o seu Zoneamento Ecológico-Econômico. O primeiro foi Rondônia e o segundo agora é o Pará. Eu estou concluindo e devo, como o senhor mesmo disse, como V. Ex^a. disse, eu vou aprovar na Assembléia Legislativa. Agora o que precisa o Governo Federal entender é respeitar o pacto federativo e entender as suas limitações. Eu vou fazer o meu trabalho, nós vamos aprovar, deveremos aprovar aqui e vou lutar, por isso que levantei essa bandeira do apoio aqui dessa Casa, já que nos nove Estados nós temos vinte e sete Senadores. E essa sua idéia é muito inteligente, porque o povo que nos elegeu está lá na base nos nossos Estados. Nós temos compromissos com o povo dos nossos Estados. Então essa idéia dos Senadores se unirem, se unificarão independente de questões partidárias em prol da Amazônia é muito salutar. E que seja divulgado.

Se o senhor me permite, se não respeitar o nosso zoneamento, vai me caber o direito de reclamar e gritar. Se eu vou ser ouvido ou não é outra coisa. Mas se esse Governo Federal não respeitar o zoneamento, um consolo eu tenho, eu vou esperar dois anos apenas para ser respeitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr. Governador, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

No nosso Estado essa proibição da cana, de produzir álcool lá, nós temos 1 milhão e 700 mil, quase 1 milhão e 800 mil hectares de lavrado, savana, quer dizer, é uma coisa assim que não tem lógica e nem bom senso uma decisão dessas para nós. Vocês viram a fotografia dos lavrados, estão aqui, a gente não tem quase nenhuma árvore lá. Se num hectare do lavrado tiverem dez pés de caimbé, já não é um lavrado comum não, é um lavrado já meio que quase florestan-

do. Caimbé, aquela madeira que serve... a folha serve para lavar os pratos e a madeira serve apenas para fazer ração e cela de cavalo, que são aplicações imediatas, fora as medicinais que o pessoal já inventou por lá também.

Mas o Governador falou do nosso Estado e tudo, falou das ONGs que demarcam as áreas indígenas e abandonam os índios. Não falou da corrupção na assistência indígena da FUNAI porque ele não tem que falar isso. Nós é que temos que falar da Fundação Nacional de Saúde, que fica agora criando caso com o nosso Ministro da Saúde porque diz que realmente tem que haver uma mudança na Fundação. Na 9ª Conferência de Saúde já tinha sido decidido que a Fundação Nacional de Saúde tinha que mudar a sua forma de ser. Persistiram por ações políticas e tudo, mas acontece que o dinheiro que é para ir para as comunidades indígenas primitivas e para todas as outras não está indo.

Agora o abandono após a demarcação. O Estado sempre prestou assistência. Eu gostaria que o Governador, ele não falou ali, mas é para ele falar que é o Estado que faz isso, assistência médica aos indígenas e assistência de saúde aos indígenas. Eu gostaria que V. Ex^a. desse uma palhazinha para os dois nossos Senadores entenderem como que é o nosso Estado em relação a isso, porque se não fosse o Estado a coisa estava muito pior, mas lá em Roraima nunca morreu índio de fome como morre bem aqui do lado, aqui no Mato Grosso, morre criança indígena de fome porque a Fundação Nacional de Saúde não presta a assistência que deveria prestar, abandona os indígenas totalmente à própria sorte. Não é porque não tem terra, podem inventar um monte de história para querer ampliar as áreas indígenas aqui, mas morre porque é falta de assistência, porque o dinheiro que era para chegar no indígena é desviado, desviado por gestores da FUNASA, indicado geralmente por parlamentares do partido que domina a FUNASA. Eu gostaria que o Governador desse uma explicaçãozinha para a gente sobre a assistência à educação e à saúde dos indígenas do meu Estado, dos nossos irmãos índios.

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: É, o que o Senador Augusto Botelho nos chama a atenção aqui, na realidade eu vou dar dois exemplos aqui para ilustrar.

Reserva Indígena dos Ianomâmis. Essa Reserva é no Alta Floresta, no noroeste do nosso Estado, fronteira com a Venezuela, e lá realmente o Governo do Estado não tem acesso. Lá só quem entra é o Exército Brasileiro e a FUNASA. E eu conheci, tive a oportunidade, já fui conhecer a região, e você se depara com uma situação de uma comunidade indígena que tem

uma perspectiva de vida de quarenta e cinco anos, sem a mínima condição de vida, de dignidade. Então será que é essa a política que a FUNAI quer para as suas comunidades indígenas ou eles são usados? Eles não são nem coadjuvantes dessa história. Eles são usados como bode expiatório para garantir uma reserva mineral que ali existe, uma riqueza.

A Raposa Serra do Sol, que é essa área em litígio, o índio, o caboclo da Raposa Serra do Sol é diferente, ele já tem uma relação harmônica com o Estado, bem porque é o Governo Estadual que mantém as estradas. Nós recuperamos as estradas e as pontes de acesso. Nós recuperamos, nós damos a saúde para essas comunidades. Nós gastamos cerca de 10% do orçamento do Estado com as comunidades indígenas, porque é a equivalência de 10% da nossa população. Das quatrocentas escolas estaduais que nós temos, duzentas escolas são escolas indígenas. Então não preciso mais me estender para demonstrar o respeito e a dedicação que nós temos para com as nossas comunidades.

Então o que o Senador Augusto Botelho pediu foi só para a gente enfatizar que quem realmente garante a manutenção dessas comunidades é o Governo Estadual e não o Governo Federal.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quantas escolas o Governo tem nas áreas indígenas, Governador?

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Duzentas escolas. Das quatrocentas escolas estaduais, duzentas escolas são indígenas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Esse é um dado que tem que ser colocado aqui para o resto do Brasil entender bem a coisa.

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Eu garanto a energia elétrica das termoeletricas das comunidades, são mais de cem comunidades indígenas que nós mantemos os motores, óleo diesel, e nunca se recebeu um centavo do Ministério das Minas e Energias por manter a energia nessas comunidades.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Universidade Estadual tem algum curso em área indígena?

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Temos, nós temos vários cursos. Os índios, os caboclos, já têm acesso à universidade, inclusive o caboclo da Raposa Serra do Sol, ele já tem a moto, já tem um celular, está reclamando porque ele quer a Internet banda larga, quer uma Internet rápida, não quer mais... Então é uma realidade que aqui em Brasília não se conhece, daí por que a necessidade da discussão dessas demarcações indígenas nos Estados brasileiros sejam competência das Assembléias Legislativas. Isso tem

que ser discutido a nível de Estado. As Assembléias Legislativas tem mais legitimidade, tem mais conhecimento para discutir essas demarcações indígenas nos nossos Estados. Era isso, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, registrando a presença dos Deputados Federais Chico Rodrigues, Urzeni Rocha e Luciano Castro, do Estado de Roraima, eu quero franquear a palavra, caso queiram utilizar o tempo.

DEPUTADO CHICO RODRIGUES (DEM-RR): Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia no Senado, Sr. Governador Anchieta Júnior, Srs. Senadores aqui presentes, colegas Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

O Governador Anchieta Júnior, nessa palestra proferida nesta manhã/tarde de terça-feira nesta importante Subcomissão, mostrou para a opinião pública nacional, visto que a presença maciça de Senadores infelizmente não se fez pela labuta diária de cada um dos Srs. Senadores, mas é importante que os órgãos de comunicação desta Casa, no meu entendimento, façam amplificar essas informações que de uma forma minudente aqui foram abordadas e apresentadas a esta Casa e a este país mostrando que o nosso Estado, o Estado de Roraima, é hoje a última resistência a um modelo errado, segregador de políticas públicas praticadas pelo Governo Federal. Nós somos a última fronteira agrícola do país. Praticamente a nossa agricultura, que poderia ser pujante, não fosse o radicalismo e a política reacionária de segmentos importantes do Governo como, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA, entre outros, poderia realmente estar contribuindo de uma forma expressiva para a economia nacional.

Aqui foi dito o caso da cana-de-açúcar, por exemplo, onde nós temos praticamente 4 milhões de hectares de campos naturais, chamados na região norte de lavrados, propícios ao cultivo e à exploração ordenada da cana-de-açúcar, hoje responsável pelo fornecimento à humanidade de uma energia limpa, reclamada por todos os países do mundo. O Brasil hoje tem em torno de 6 milhões e 500 mil hectares de cana-de-açúcar cultivados e nós, se tivéssemos a oportunidade de explorar ordenadamente e de uma forma sustentável a cana-de-açúcar, em pelo menos um milhão de hectares, representaríamos praticamente 20% dessa área cultivada no nosso país, contribuindo, inclusive, para a balança comercial do nosso país.

Nós entendemos, e aqui o Senador Jefferson praia fez uma pergunta e uma colocação interessante ao Governador Anchieta Júnior, de como ele analisava os entraves praticados pelo Governo Federal, e o Go-

vernador foi preciso ao dizer que o Governo, através das suas instituições maiores, poderiam e deveriam deixar o Estado trabalhar e se desenvolver.

E nós vimos aí, Senador Mozarildo Cavalcanti, em todos aqueles mapas e gráficos apresentados, que um Estado com mais de 220 mil Km², como é o Estado de Roraima, com situações no seu ecossistema absolutamente caracterizadas e diferenciadas, a Amazônia, a região sul, os campos naturais no centro do Estado e as áreas de altitudes na região norte têm peculiaridades totalmente diferentes daquilo que prega o Ministério do Meio Ambiente no seu radicalismo congênito, porque vem de tempos passados e se mantém hoje. Poderia realmente ser um Estado que estaria praticando uma economia racional, uma economia obedecendo o respeito ao meio ambiente, estaríamos nos desenvolvendo a passos largos, até porque a demanda reprimida de produtos brasileiros, leia-se, nos países que fazem fronteira como a Guiana, como a Venezuela e por extensão nos países do CARICOM estariam sendo abastecidos pelo nosso Estado.

Então a nossa preocupação, eu gostaria de deixar aqui apenas como registro, é de que o Governo do Estado está tomando e deve realmente assumir uma posição mais impositiva em relação ao estabelecimento que está instalado aí hoje do Governo Federal no sentido de não transgredir contra as regras existentes, o cumprimento da Constituição, mas forçar de uma forma velada ao cumprimento das políticas públicas praticadas em outras regiões do país.

Eu tenho certeza, Governador Anchieta Júnior, que V. Ex^a., pelo vigor da juventude, a coragem de decidir, porque só os ousados na verdade ficam para a história, os acomodados não ficam, eles são apenas passageiros da agonia, eles são coadjuvantes apenas do processo de política de Estado, haverá de implantar um modelo novo de gestão pública para que o Estado de Roraima possa ser respeitado na federação brasileira.

Nós temos certeza que com a aproximação da ida do Presidente da República ao nosso Estado pela primeira vez, diga-se de passagem, ao longo de seis anos de Governo, poderá responder ou iniciar respostas no sentido de atender às demandas reprimidas do nosso Estado com recursos, eu diria, extra-orçamentários, para cumprir inclusive o passivo do Governo Federal. E eu digo isso, Sr. Presidente, de uma forma muito a vontade, porque sou de um partido de oposição, o Democratas, e que tem tido respeito sempre às iniciativas do Governo Federal e ouvi do próprio Presidente da República a necessidade de resgatar esse passivo que tem com o nosso Estado. E acredito, por

que não, nós temos que viver de esperança também, que o Presidente em um gesto, com o simbolismo que é próprio da sua conduta política, da sua postura política nacional, possa realmente levar ao nosso Estado esse resgate daquela dívida que o Governo tem com o Estado de Roraima.

Portanto, eu gostaria apenas de fazer uma pequena pergunta em relação a esse último detalhamento da minha manifestação aqui, por gentileza, da Mesa do Senado, da Subcomissão Permanente da Amazônia, presidida pelo nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, e perguntar ao Governador José de Anchieta Júnior o que ele espera dessa próxima ou dessa primeira iniciativa do Presidente Lula ao ir ao nosso Estado e ao sinalizar com o apoio às questões substantivas para o nosso desenvolvimento? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Governador Anchieta.

SR. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Deputado Chico Rodrigues, é com muita grandeza e conhecimento da região, onde V. Ex^a. já está pelo quinto mandato de Deputado Federal, tem legitimidade para narrar todos os fatos que foram ditos aqui.

Deputado, o senhor viu lá na FIAM, quando nós estivemos em uma conversa informal com o Presidente Lula, e ele manifestou a V. Ex^a. o interesse de quitar esse contencioso que ele tem com o nosso Estado de Roraima. O Presidente Lula está há seis anos no Governo e Roraima é o único Estado da Federação que ele ainda não visitou. Eu não quero aqui discutir as questões políticas, mas eu acredito em função do andamento, o Presidente Lula está terminando o seu segundo mandato daqui a dois anos, independente da pequena população que o nosso Estado tenha ele não poderia deixar de resolver essas questões e terminar o Governo com essa dívida para com o nosso povo. Então eu acredito, Deputado Chico Rodrigues, que a intenção do Presidente agora no final do ano é inaugurar a ponte sobre o Rio Itacutu, que faz parte do programa da integração dos países da América do Sul, Brasil e Guiana, e eu acredito, pelo andamento das negociações, atendendo com certeza até ao apelo que toda a bancada federal vem fazendo ao longo desses anos, todos, os três Senadores, os oito Deputados Federais, tenham conseguido sensibilizá-lo para que ele possa, nessa visita na inauguração da ponte, também levar a sua pasta, através de Decreto ou Medida Provisória, seja como melhor convier, a definição da nossa questão fundiária, transferindo ao Estado as nossas terras. Essa é a esperança que eu tenho e esta é a sinalização que nós temos. Por exemplo, Senador Mozarildo, na sexta-feira passada, no encontro de Governadores,

no Fórum de Governadores em Manaus, o Presidente do INCRA, na sua fala, em público já declarou. Ele foi objetivo quando olhou e disse: “Governador de Roraima, o Decreto da transferência das terras de Roraima já está pronto”. Sem eu perguntar ele se manifestou publicamente quando ele estava fazendo uma exposição sobre as questões fundiárias da Amazônia. Então eu estou aqui nesse mesmo sentimento de esperança que a gente consiga agora, até ao final do ano, resolver essa questão da transferência das nossas terras. Essa é a minha esperança.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, eu quero agradecer a presença do Governador José de Anchieta Júnior, aos Senadores e Deputados que aqui compareceram, dizer que inclusive, com a observação do Senador Jefferson Praia, eu acho que a bancada da Amazônia realmente no Senado está precisando superar as ideologias partidárias, as questões partidárias, e se unir em função de uma ideologia amazônica. Nós temos tentado isso. O Senador Augusto Botelho é testemunha, mas realmente as grandes barreiras têm sido as barreiras ideológicas, seja por uma razão ou por outra, as barreiras ideológicas partidárias, e isso eu creio que é necessário superar diante das confluências de tantos problemas que nós temos na Amazônia. Como foi colocado pelo Governador Anchieta, somos vários biomas numa área territorial que corresponde a 60% do território brasileiro e que não pode mais ficar marcando passo ou andando de lado, porque realmente andando para frente não tem andando. Apesar dos números até, vamos dizer assim, vantajosos para o nosso Estado em termos de IDH, de educação e tudo, mas nós podemos avançar muito mais se tivermos retirado os entraves que são colocados ao Estado. Eu acho muito importante que tenhamos tido essa palestra aqui do Governador Anchieta, porque isso vai mostrar para todos os ouvintes da Rádio Senado, da TV Senado, exatamente a realidade atual do nosso Estado, porque nós, parlamentares, temos falado diuturnamente sobre esses problemas, temos reclamado desde até antes do Governo Lula, mas principalmente depois do Governo Lula, quando se criou um grupo de trabalho para resolver as questões todas do Estado, depois se criou um Comitê Gestor que até hoje está lá com o Presidente e essa questão não se resolve. Eu espero realmente, eu torço, como Senador de Roraima, que essa questão se resolva, independentemente da forma ou do momento. O importante é que o momento até já passou, mas antes tarde do que nunca.

Então ao encerrar eu quero agradecer mais uma vez a presença do Governador José de Anchieta Jú-

nior e também convocar para as 14h30 outra Reunião da Subcomissão para ouvir o Ministro Jobim sobre os planos do Ministério da Defesa para a Amazônia. Muito obrigado, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h00.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LE- GISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA ALA SE- NADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a presença dos Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO E JEFFERSON PRAIA** e do Senador não membro **HERÁCLITO FORTES**. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação do item único da pauta que destina-se a exposiçõesobre as ações do Ministério da Defesa na Amazônia, em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti E José Nery, aprovado no dia 7 de outubro de 2008. O Presidente convida o Ministro Nelson Jobim para compor a Mesa. O Presidente passa a palavra ao Ministro **NELSON JOBIM**, Ministro de Estado da Defesa. O Presidente concede a palavra aos Senadores **AUGUSTO BOTELHO e JEFFERSON PRAIA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия informatizada da presente reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 55 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Dispensada. Em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

A presente reunião destina-se a audiência pública para exposição sobre as ações do Ministério da Defesa na Amazônia, em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e José Nery.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Dr. Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa. Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Dr. Nelson Jobim, para fazer a sua exposição.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eminentíssimo Presidente Mozarildo Cavalcanti, eminente Senador, senhores e senhoras. Creio que nós preparamos uma... Um dia positivo para fazermos a nossa exposição e mostrarmos a situação que estamos enfrentando e os planos que temos em relação à Amazônia.

Observem que... Observem que nós temos aqui na região do cenário da Amazônia, nós temos 9 soberanias nacionais que abrangem a Amazônia, ou seja, pega inclusive a Guiana, essa situação toda que está circulando aqui e nós temos 7 mil, 7 milhões de quilômetros quadrados que compõem o território da Amazônia. É um vinte avos da superfície da terra, 2,5 avos da América do Sul. Temos 1,5 avos da água doce no mundo, aliás a América do Sul dispõe não só da Amazônia como também do aquífero Guarani, que são as duas, somadas, são as maiores reservas de águas potáveis do mundo. Temos um terço das florestas, três fusos horários e dois hemisférios. Nós temos o hemisfério norte a partir dessa região, nesta zona, e o hemisfério sul. [Adiante]

O efetivo de militares foram evoluindo subseqüentemente, e em 1950, nós tínhamos mil militares nessa região da Amazônia. Em 1986, passou para 6 mil militares; em 2004, 22 mil militares; e 2008, 25 mil militares que compõem todo o conjunto hoje das brigadas e, enfim, do Comando Militar da Amazônia.

Este é o dispositivo do comando. Nós temos em primeiro lugar a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que

se situa nessa região, onde temos aqui esse dispositivo do comando. Lá, vejam Boa Vista. Temos aqui Surucucu, Auaris, enfim, nós temos esses comandos de fronteira, aqui, nessa região. [Vamos adiante]

Depois, nós temos a 2ª Brigada de Infantaria de Selva que, pega a Cabeça do Cachorro. Está o conjunto, a Cabeça do Cachorro, começando em Maturacá e fazendo a circulação que é no dorso, no pescoço do cachorro, a parte correspondente à mandíbula, depois a goela do cachorro onde nós temos, com Iauaretê, nós temos, nós temos um importante... Um importante posto de fronteira nessa aqui, que chama-se Querari, que é o posto de fronteira que, em 1998, teve o conflito com setores das FARC's. Depois, nós temos Parí-Cachoeira, Vila Bittencourt, etc.

Vejam, essa região toda é uma região que tem uma característica importante. Lembre-se que o Pico da Neblina situa-se nesta zona aqui. Então é uma zona de uma Amazônia distinta da Amazônia de baixo. Observem que aqui, por exemplo, na Amazônia de Roraima, nós temos uma Amazônia desconhecida, porque não é uma Amazônia de selvas, é uma Amazônia de savanas. Ou seja, não é uma Amazônia com selvas, são Amazonas em que você tem campos, onde há os conflitos indígenas contra a Raposa Serra do Sol, etc.

Bem, aqui já começa uma região que abrange a terra, a área chamada Área Ianomâmi, é uma zona de fronteira, toda ela abrangida pela terra Ianomâmi. A terra Ianomâmi foi demarcada no Governo Collor, era Ministro da Justiça à época o Senador Jarbas Passarinho. Foi um trabalho importante em relação a essa demarcação. Eu tive a oportunidade de circular, visitei todos esses postos de fronteira, e agora, oportunamente, farei toda essa outra região daqui, toda essa zona que ainda não fiz. Mas, esta zona toda, já fui duas vezes aqui para fazer uma vistoria *in loco* de cada um desses postos de fronteira. [Adiante]

Depois, nós temos a 16ª Brigada de Infantaria de Selva que começa na Vila Bittencourt. Já aqui começa a divisão com a Colômbia. Depois, vem esta região aqui de Santo Antônio. Esta zona aqui. Pega, vem e chega no Acre. Chega numa parte relativa ao Acre, onde nós estamos aqui nessa região de Marechal Taumaturgo. Essa região toda, ela está policiada e estão espalhados esses 22 mil soldados. [Adiante]

Por último, a 17ª Brigada de Infantaria de Selva, que pega esta região aqui. Que pega uma parte oeste. A parte começa nesta região do Acre e se estende na divisa da Colômbia, onde nós temos, aqui, o importante, digamos, uma manifestação clara e claríssima da genialidade portuguesa, que é o Forte Príncipe da Beira. Fica na divisa do Rio Guaporé com a Bolívia, onde os portugueses, por determinação do Marquês

de Pombal, 1752, acabaram construindo o conjunto de fortes que representa a ocupação e assegurar a presença, a posse dos portugueses dentro das terras que hoje são do Brasil. Lembrem-se que tudo isso aqui representa o rompimento fático, pelos portugueses, do Tratado de Madri. O Tratado de Madri acabou não sendo respeitado pelos portugueses. Tordesilhas, nem se fala, e acabamos tomando conta dessa situação.

Temos esses fortes, aqui. Vocês vão encontrar em Macapá. Temos o forte que protege a entrada, protege a entrada do Rio Amazonas, e depois temos toda essa região até chegarmos ao Forte Príncipe da Beira. E, mais embaixo, o Forte Coimbra, junto, ao lado, à margem direita do Rio Paraná, do Rio Paraguai, o que significava um avanço dos portugueses sobre as terras espanholas. Isso aí correspondeu, àquele momento, os portugueses aproveitaram muito isso quando houve... A Coroa Portuguesa se uniu à Coroa Espanhola com Filipe II. [Adiante]

Aqui nós temos a parte interna dos homens na Amazônia, a do 23ª Batalhão de Infantaria de Selva, que está situado no Pará. Depois, temos o 8º... A 8ª Região Militar, que pega esta zona aqui, a parte administrativa. É bom estar lembrando de que nós temos que separar aquilo que chama-se "Região Militar" daquilo que chama-se "Comando". A Região Militar corresponde exatamente à parte administrativa do conjunto.

E depois, temos também a 12ª Região Militar, que está situada aqui nessa região, o que também corresponde à parte administrativa. Depois, nós temos a 2ª Companhia aqui nessa região aqui. [Adiante]

O Comando Militar da Amazônia, situado em Manaus e depois os Tiros de Guerra. Aliás... [Volta, volta] Os tiros de guerra são a tentativa... Volta os tiros de guerra de novo. Vejam. Isto aqui é alguma coisa que no plano estratégico estamos trabalhando. Nós estamos pensando em retomar a política dos tiros de guerra, na perspectiva de uma ampliação do Projeto Rondon.

A experiência nossa, brasileira, dos Tiros de Guerra foi importante. Acabou sendo abandonada. Não havia perspectiva que se tinha de uma espécie de profissionalização das Forças Armadas e que, nos parece, não coincide com a história brasileira. [Adiante]

Temos os hospitais. Eu quero lembrar os senhores, os deputados, os senadores e deputados da região sabem perfeitamente que os hospitais do Exército, principalmente, servem totalmente à população civil. Em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, o Exército mantém o hospital e abrimos esse hospital ao uso da população civil. Porque não há condições do Governo do Estado do Amazonas ter condições e dispor de médicos nesses locais.

Lamentavelmente, os jovens que se formam em Medicina preferem ficar nos centros urbanos por questões inclusive remuneratórias. Então, não tem outra solução senão nós estabelecermos o uso e o fortalecimento do setor de saúde do Exército, como uma solução alternativa para a população local.

Tudo isso representa, senhores senadores, 124 organizações militares espalhadas em 58 localidades. Isso aqui parece, nessa visão que nós estamos tendo aí, parece uma coisa muito, digamos, suficiente. E, do ponto de vista do Ministro da Defesa, é insuficiente. Ou seja, não basta nós termos somente esse tipo de locação. Os espaços são imensos, a inviabilidade local de distribuição e de deslocamento, que só se dá por água e não... Ou seja, pelos rios, e os rios, não obstante a idéia que o Sul e o Sudeste têm da Amazônia, na verdade não é... Eles não são navegáveis toda época do ano.

Lembrem-se do seguinte: a característica fundamental da Amazônia é que o centro nervoso, em termos fluviais, é o Rio Amazonas. E as linhas de comunicação e os seus afluentes dirigem na parte norte por esse, nesse sentido, e na parte oeste, na parte sul, por esse sentido. Logo, se alguém que está em Cruzeiro do Sul deseja chegar por água em Plácido de Castro ou mesmo em Rio Branco, ele terá que subir o Médio Juruá, o Baixo Juruá, o Alto Juruá, pelo Juruá, para depois subir, ir ao Amazonas e descer com outro rio até chegar em Rio Branco.

Ou seja, mostra a grande dificuldade inclusive que teve o Governo do Acre. Longas discussões com setores ambientalistas, com absoluta necessidade de uma estrada pavimentada que ligasse Cruzeiro do Sul a Rio Branco. E aí dava a interlocução, a intercomunicação do Estado do Acre, que era absolutamente incomunicável, salvo por aviões e avionetas. [Adiante]

Aqui, nós vamos falar na Marinha. Nós temos na Marinha o distrito naval. São dois distritos navais, um situado em Belém e outro situado em Manaus. Temos as capitânicas/delegacias, que é esta âncora aqui. Estão todas elas. Observem bem que todas elas situadas na linha do Rio Amazonas, salvo na região de Boca do Acre, essa região aqui, Eirunepé, onde está o Juruá, e também nesta zona região aqui. Esta parte, aqui, a Marinha não tem nenhuma capitania/delegacia. [Adiante]

E agora temos aqui as unidades da Força Aérea. Nós temos o comando aéreo... Os comandos aéreos situados nessa região. Temos as bases aéreas de Manaus, de São José da... São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, nessa região de Boa Vista, temos aqui além Belém... Estas... Isto serve à presença. Agora, observem bem: não estão lançados aqui as bases aéreas,

ou seja, as pistas utilizadas pelos pelotões de fronteira. Não estão nessa situação. Nós estamos falando em bases aéreas com acesso civil.

Aqui temos as unidades aéreas locadas pela Força Aérea. E, ainda, temos a parte relativa ao SIVAM, que são os grandes, os grandes radares existentes nessas duas posições que se comunicam com esses radares que estão nessa região e que nos dão a visibilidade da Amazônia a partir de 10 mil pés. Ou seja, você tem uma cobertura completa da Amazônia nessa região. E lembrem-se que esses radares, eles têm um lançamento tipo um fecho de lanterna, ou seja, nesse sentido. Eles fecham, encontram-se toda, fazem a cobertura... É 10 mil pés? É 10 mil pés, não é? A cobertura geral, pega 10 mil pés. Agora, quando começa a entrar por baixo, você tem partes que não são abrangidas pelo radar. Ou seja, é visto pelo radar quando passa nessa linha, mas quando chega na outra tem um vão entre um fecho e outro. E aqui fica livre. Nesta região, nós temos que fazer o controle através do sistema de aviões da Força Aérea. Ou seja, o sistema de aviões, que são equipados, são os aviões equipados com radares e são equipados também com visibilidade de solo. Adiante. Adiante.

Aqui, eu queria fazer uma menção sobre o privilégio que foi dado pelo Estado Maior de Defesa na realização de exercícios na Amazônia. Com isso, esses exercícios sempre representam a forma pelo qual nós testamos as opções estratégicas lançadas pelos militares na mobilização da Amazônia. Eu quero lembrar o seguinte: é absolutamente inviável a presença do Exército Nacional, fundamentalmente do Exército Nacional, em todo o território nacional.

Então, nós temos que sair da doutrina da presença e adotarmos a doutrina de poder estar presente. O que significa que a regra básica, estratégica, para o Exército, é a mobilidade. E a mobilidade significa o apoio logístico. O apoio logístico que tem que ser dado pela Força Aérea na integração necessária entre o Exército e a Força Aérea para atender todas as necessidades da Amazônia.

Observem que... É uma questão só de conceitos. Para vocês entenderem, é uma linguagem militar. Nós temos as chamadas "operações combinadas" que são operações empreendidas por elementos ponderáveis de mais de uma força, sob a responsabilidade de um comando único. A palavra combinada é uma palavra com dificuldades de trânsito internacional. Não se usa essa expressão. Se usa a expressão "conjunta". E aí você tem uma dificuldade, inclusive no inglês, de entenderem os americanos, entenderem a expressão combinada.

Esta expressão "operações combinadas" decorreu da transição ou, digamos, da... Da negociação política para a criação do Ministério da Defesa, em que se teve que estabelecer, digamos, o desaparecimento dos três Ministros... Dos três Ministérios Militares para a criação do Ministério da Defesa. Então houve uma série de concessões para obter essa transição. Situação que nós devemos alterar o ano que vem.

O comando combinado é o comando do mais alto nível, com responsabilidade de cumprir determinada missão e que terá como subordinados, quando necessários, elementos de mais de uma das Forças Armadas, das forças de terra, enfim, das forças brasileiras. Caracteriza pelo comando único e pela existência de um Estado Maior combinado. E o Estado Maior combinado é o órgão composto de pessoal militar qualificado, pertencente às forças componentes que tem a finalidade de assessorar o comando.

Esta estrutura, nós estamos a rever agora no Plano Estratégico de Defesa, que será examinado pelo Presidente da República e depois será submetido ao Conselho de Defesa Nacional. A revisão é no sentido de criarmos, transformar o Estado Maior de Defesa no Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, com ligação ao Ministro da Defesa. E estabelecermos, também, Estados Maiores Conjuntos em cada uma das Regiões Militares em que possam a Marinha, o Exército e a Aeronáutica ter uma visão unificada e uma operação coordenada em cada uma dessas regiões. [Adiante]

Ou seja, com isso estou dizendo que esses conceitos são conceitos que vão ser superados. Espero que possam ser superados. É a tese do Ministro da Defesa, no ano que vem.

Aqui começam então as operações. A primeira operação foi de 2002, operação chamada Tapuru. [Para trás] Ela abrange a Cabeça do Cachorro. Os senhores estão vendo, evidentemente, porque que se chama essa região cabeça do cachorro, e que pega, digamos, a parte mais visitada por parte de parlamentares na Amazônia, que é aquela região, digamos, com mais simbologia. Lembro que, aqui, nós temos tudo isso. É terra indígena. [Adiante]

Esse primeiro exercício foi feito em 2002. Foi um período de 20 a 25 de maio, na fronteira com a Colômbia. Era para garantir a área fronteira nessa região da Cabeça do Cachorro e os pontos altos foram a constituição de um comando único e de um estado maior combinado. Foi o primeiro momento em que começou a se fazer esse tipo de experiência, e adjudicação de meios, pelo Ministério da Defesa, e planejamentos iniciais. Ou seja, começou um processo de integração de ações. A tradição que nós tínhamos nas Forças Arma-

das brasileiras eram as operações isoladas. Ou seja, cada um tinha a sua própria política de formação.

Depois fizemos, em 2003, Operação Timbó I, que pegou essa região, com a divisa... Pega um pedaço com a divisa com o Peru, com a Colômbia, pega o Peru e depois pega toda essa extensão. Pega metade do Acre com a dívida com o Peru. Foi de maio de 2003, abrangeu a Colômbia e impediu a entrada no território brasileiro de nacionais de países limítrofes em situação de conflito interno, que eram as FARC, e a correção de deficiências apresentadas à Operação Tapuru.

A cada operação que é feita pelo Ministério da Defesa se identificam as dificuldades e as falhas e também as necessidades. E aí nós vamos, subsequente-mente, ajustando. Uma coisa é pensar no ajustamento das ações militares da perspectiva meramente teórica, e outra coisa é a operação de campo.

A operação de campo é absolutamente vital para o teste das opções e das estratégias e opções que estejam fixados em termos, inclusive, de logística. Nosso grande problema na Amazônia, e que se fala muito, senadores, é que nós devemos aumentar, e se fala de ter presença, mas pouca gente fala da logística, ou seja, como manter durante todo o tempo estes soldados situados na fronteira? São soldados que recebem alimentação, essa alimentação vem por voo e nós temos que ter todo o mecanismo de logística, de apoio para todos eles. [Adiante]

Timbó II. Timbó II foi uma reunião com a primeira operação Tapuru. Abrangeu também a Cabeça do Cachorro e adentrou adentro da Amazônia. Isso se deu em 2004. [Adiante]

12 a 23 de julho, cenário admitido, que era a hipótese A na variante 1, que era a defesa da soberania com preservação de integridades territoriais do patrimônio e dos interesses nacionais garantidos à Amazônia. Eu quero chamar atenção a vocês que esses "HE" são as hipóteses de emprego das forças.

E aqui vem uma curiosidade: de que a decisão sobre as hipóteses de emprego das forças, considerando que o poder civil sempre esteve afastado das questões de defesa, era algo discutido internamente pelos militares. Ou seja, pelos corpos militares, porque o poder civil e principalmente o Governo na parte civil, por razões históricas, afastava-se das questões de defesa. Não se falava em questões de defesa, achava que as questões de defesa eram vinculadas à perseguição política. Vinha do nosso imaginário do regime anterior.

Isto, hoje, precisa ser superado. E nós estamos discutindo amplamente dentro do Ministério da Defesa, sob o comando do Ministro, a discussão exatamente das hipóteses de emprego que é algo que vai

se acompanhar, como anexo, a estratégia nacional de defesa. No caso específico, é a linguagem agora vigente. E essa variante 1, da hipótese de emprego A, corresponde à defesa, soberania com a preservação integral do território, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, que é a proteção para a entrada. Pontos altos: estruturação do comando combinado da Amazônia em forças singulares e forças combinadas. [Adiante]

Timbó III. Timbó III também pegou essa região e se estendeu. Pegou a divisa do Peru e da Bolívia, pegando Rondônia. Então, nós pegamos todo território de Rondônia, toda a área territorial do Estado de Rondônia, toda área territorial do Estado do Acre. Pegamos um pedaço da Amazônia e também essa zona da Amazônia na confrontação com o Peru. Foi em junho, de 30... 20 a 30 de julho de 2005. Realizou adestramentos combinados de defesa e soberania, com a preservação da integridade territorial. Ou seja, operávamos ainda na mesma hipótese H, hipótese de emprego A na variante 1, e o aprimoramento, a finalidade e os pontos altos foram a doutrina de emprego combinado das forças, ou seja, como você faz a operação em rede, ou seja, Marinha, Aeronáutica e Exército. [Adiante]

Timbó IV. Voltamos à mesma região de presença, vindo da cabeça, do dorso do Cachorro para chegarmos ao Acre. Fizemos esta operação em 2006. [Adiante] Pegamos a faixa de fronteira localizada no Estado do Amazonas e do Acre. Também, adestramento combinados de defesa e a intensificação da presença dos comandos militares subornados. Ou seja, é a tendência da visibilidade da Amazônia em operações militares. [Adiante]

Tucunaré. Esta operação Tucunaré se deu nesta zona. Ou seja, pegamos Amapá e o norte do Pará. [Adiante] Também foi a defesa de soberania. Aqui, a presença da Marinha é importante, considerando o acesso do Rio Amazonas. Lembrem-se que a grande lição que temos em relação à Amazônia foi exatamente lição trazida pelos portugueses no Século XVIII. Com a instalação... Como é o nome daquele, daquele... Daquele forte lá em Macapá? Como é o nome? São José? São José. [Adiante]

Lá, nós tivemos o emprego de 2.709 militares naquela operação. [Adiante] Depois a Operação Solimões, em 2007. Essa operação eu tive oportunidade de comparecer. Foi uma decisão do Ministro da Defesa comparecer em todas as operações militares no país todo. Isso possibilitou que eu conhecesse, hoje, toda a fronteira do Brasil, desde o Amapá até o Chuí, no Rio Grande do Sul. Visitando todas as operações que nós participamos e integramos. Esta operação foi uma

operação ampla, ou seja, vocês observem que vem, que pega toda aquela região abaixo da mandíbula do Cachorro, do queixo do Cachorro, chegando no Acre e entra para dentro da Amazônia. [Adiante]

Nesta operação, tivemos 4.400 militares e também a mesma hipótese de emprego, defesa da soberania com a preservação da integridade territorial. Sabem que nessas operações há uma simulação da existência de dois países, normalmente o país vermelho e o país amarelo. O país vermelho passará a ser sempre o país do Brasil, uma vez que a cor vermelha é muito... Muito importante para o Ministro da Defesa, considerando o Internacional do Rio Grande do Sul. Então nós fizemos sempre os conflitos nessa natureza. E ali se faz todo o trabalho de integração e uma linguagem de presunções e de conflitos entre um país amarelo e um país vermelho. [Adiante]

A Poraquê, de 2008, ela foi bem mais ampla, e começou a penetrar... Vejam, começa já no dorso do Cachorro, abrange todo o Acre, praticamente todo o Acre. Basta este pedaço aqui, que era o pedaço... Famosa região correspondente a Rondônia, porque Rondônia se estende nessa região. Lembra-se que, aqui, estão situadas as duas localidades, Extrema e Califórnia, que foram objeto de um longo litígio entre Rondônia e o Acre, litígio esse que nós, quando Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso, conseguimos uma solução junto ao Supremo Tribunal Federal e foi, acabou sendo averbado ao antigo território de Rondônia.

Esta operação já envolveu 5.300 militares e era para adestrar os comandos e todo este conjunto de controle de execução de operações em cenário de conflito armado convencional. Observem bem que nós caminhamos no adestramento das forças militares para um misto entre um soldado com capacidade de operação em conflitos convencionais para também um soldado que some a si a capacidade para operação em conflitos irregulares ou assimétricos.

A característica fundamental das hipóteses de emprego da Amazônia basicamente são conflitos de natureza assimétrica: Estado nacional contra organizações não nacionais. Não se vislumbra, evidentemente, qualquer perspectiva de um conflito convencional na Amazônia, entre o Brasil e um país de fronteira com o Brasil, porque as nossas relações são extraordinariamente boas. O que pode se vislumbrar é o conflito convencional, aliás, o conflito irregular ou assimétrico, e nós precisamos claramente modernizar as nossas forças no sentido das estratégias para termos ações claramente vinculadas à capacitação das forças, quer de equipamento, quer de treinamento de seus efetivos para os conflitos assimétricos.

Para ter uma idéia, lembrem-se, por exemplo, do erro da França na Segunda Guerra Mundial. Os generais franceses discutiam e preparavam-se para a guerra do passado. Ou seja, resolveram fazer a Linha Maginot e raciocinavam que eventual conflito da Segunda Guerra Mundial reproduziria o conflito do passado. E os generais franceses, contra todas as teses do então Coronel Charles De Gaulle, montaram todo um processo de defesa do território francês da perspectiva de uma guerra convencional do passado.

E o que tivemos? Nós tivemos a Blitzkrieg criada pelos alemães e Guderian conseguiu contornar com absoluta tranquilidade a Linha Maginot e acabou invadindo. Ou seja, as Divisões Panzer, que era a mobilidade do tempo moderno, que os generais franceses, Marechal Pétain, basicamente, não haviam assimilado como elementos da guerra do futuro. Nós temos que pensar hoje em conflitos de futuro. E os conflitos de futuro são conflitos claramente assimétricos.

No mundo, os últimos... O último conflito convencional que tivemos, basicamente, foi o conflito da Guerra da Coreia. Depois disso se deu guerras assimétricas. E a guerra assimétrica mostra claramente que não adianta você possuir uma grande capacidade para uma guerra convencional, porque acaba sendo derrotado numa guerra assimétrica.

Veja-se o que ocorreu com a França no Vietnã e com os Estados Unidos no Vietnã, que acabaram sendo derrotado pelas forças de Ho Chi Minh, que tinham uma preparação de seus soldados, afora a questão ideológica, os seus soldados para uma operação assimétrica, ou seja, um soldado de formação e capacitação para conflitos irregulares, e não os conflitos regulares, tranquilos. [Adiante]

Nós tivemos além do mais, outras ações. Em 2004, nós tivemos as missões do Tribunal Superior Eleitoral, para cumprir nos Estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Acre. Em 2005, tivemos operações no Pará, com a missão do Pará de GLO. Aqui, lembrem-se, são os problemas de garantia da lei e da ordem. Depois, tivemos o TSE, o referendo do armamento. Depois, tivemos o apoio logístico ao Ministério da Saúde e temos aqui a garantia da lei e da ordem, que é uma das características de ações.

Esta garantia da lei e da ordem foi aquele conflito que se deu na Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Lembrem-se que ela acabou sendo invadida e nós tivemos então que operar. Esta missão foi no Acre, de apoio logístico ao Ministério da Saúde, há outra... Acre, Amapá, Amazonas e Pará, que era o referendo do armamento, e o Pará, com essa operação de GLO.

Eu quero lembrar aos senhores que essas operações de GLO, de garantia da lei e da ordem, tem um

problema não resolvido e que o Ministério da Defesa deverá submeter a um debate aqui na Comissão de Defesa do Senado, como da Câmara, e com os senhores parlamentares: é o problema do estatuto jurídico das tropas que estejam operando em garantia da lei e da ordem.

Não há dúvida nenhuma que o Brasil tem *expertise* para as questões de garantia da lei e da ordem. Observem que o Brasil não participa de nenhuma operação de paz da ONU ou nenhuma operação de paz de formação da paz, ou da criação da paz. Nós participamos de operações de manutenção de paz, ou seja, o *peacekeeping* é a nossa destinação.

Nós não participamos, embora convidados várias vezes pelos Estados Unidos, de participarmos em processos de produção da paz. Ou seja, que são aquelas ações humanitárias referidas pelos americanos. Nós participamos exatamente em *peacekeeping*.

E essa manutenção da paz nós temos absoluta competência e *expertise* para conflitos urbanos. O Haiti, nós tivemos duas grandes ações no Haiti. O Haiti hoje representa a presença brasileira de 1.200 homens. Aumentamos recentemente, autorizados pelo Senado, pelo Congresso, para efeito de aumentarmos a presença dos batalhões de engenharia do Exército no Haiti, a pedido da... Do Secretário da ONU, da Secretaria da ONU, Secretaria Geral da ONU, para ter uma ação importante em relação a isso.

Aqui tem umas imagens de ações que foram desenvolvidas em apoios logísticos, em saúde, seca, etc. [Vamos adiante]

Em 2006, no Estado de Roraima, tivemos um apoio logístico para o Ministério da Integração Social, correspondente a cheias, isto foi um auxílio feito pelo 7º COMAR, na Região Amazônica, TSE, garantia da lei e da ordem e apoio logístico.

Em março de 2007, no Acre, com o Ministério da Integração Social, também cheias. Depois estivemos, em maio, na Usina Hidrelétrica Tucuruí. Voltamos a ter uma operação de garantia da lei e da ordem. E em novembro, no Estado do Maranhão, FUNAI e GLO e a Polícia Federal, em garantia da lei e da ordem, reintegração da terra indígena Araribóia, que havia sido determinada judicialmente.

E em 2008, no Acre, nós tivemos com a FUNASA, Operação Javari, o Ministério... A Marinha do Brasil, o atendimento a populações indígenas, empregando navios hospitalares Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Eu quero chamar a atenção dos senhores que a Marinha dispõe desses dois grandes... São dois ou três? São três? São três hospitais, navios-hospitais que circulam por todas as... Fazem operações durante todo o ano para atendimento das populações ribeirinhas.

Esse é um trabalho extraordinário que é feito pela Marinha, no atendimento da saúde pública em operações em áreas ribeirinhas. Nós pretendemos estimular e desenvolver essa atividade, que é uma atividade importante de assistência às populações ribeirinhas.

Eu tive a oportunidade de participar numa delas, que foi em Eirunepé no Amazonas, na margem do Médio Juruá. Isto eu conheci na época como Ministro da Justiça, por operação de implosão de pistas... Pistas de narcotraficantes, e tive a oportunidade de participar disso.

Depois, eu tenho acompanhado as operações desses hospitais Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Aliás, o Comando Sul dos Estados Unidos, o Almirante Stravidis, vai mandar um grupo de especialistas para estudar as operações que nós estamos fazendo dentro dos hospitais para copiar esse tipo de atividade no rio... Nos Estados Unidos, no Missouri. [Adiante] [Adiante]

Aqui, nós temos as atividades que são praticadas também pelo Ministério da Defesa e pelas forças militares: a construção de próprios nacionais. A primeira fase, a construção de 156 próprios nacionais no valor de 54.3 milhões, em Tefé, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Santarém, Eirunepé, Guajará-Mirim, Itacoatiara. [ininteligível] Esses próprios nacionais residenciais são para residência de oficiais, sargentos e soldados.

Com o Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde, estudos para desenvolver ações de promoção de saúde, especialmente nas áreas críticas, as críticas áreas da Amazônia legal.

Aqui está exatamente aquela situação que referíamos. Essa expressão é um neologismo, evidentemente, que vocês estão percebendo. Estamos construindo junto com o Ministério da Saúde lanchas que são ambulatórios. Então nós chamamos de "ambulanchas". São lanchas para operarem na Amazônia. Já foram entregues sete embarcações para os Municípios de Manaus, Rio Branco, Macapá, São Luís, Boa Vista e Santarém. Queremos estimular a construção dessas chamadas ambulanchas, que fazem o atendimento primário para as populações ribeirinhas. E uma programação de prevenção e controle de DST/AIDS pelas Forças Armadas e o Ministério da Defesa coordena o programa cujo trabalho estabelece a realização de cursos de capacitação de educadores de pares. Em 2008, foram formados 85 novos educadores de pares.

Nós estamos agora, não na Amazônia, mas estamos também numa operação a ser desenvolvida, uma decisão tomada pelo alto comando do Exército, pelo Ministério da Defesa e pelo alto comando, para que os soldados brasileiros sejam equipados e preparados para o combate à dengue. Então teremos uma grande

operação e vamos formar estruturas e formas pelos quais, a qualquer momento, poderemos deslocar soldados do Exército para o combate à dengue, ou seja, ações preventivas de combate à dengue a serem desenvolvidas pelo Exército. Importam em ações objetivas e também educação da população. [Adiante]

Outra foi a criação do Hospital das Forças Armadas em Manaus, foi reativado o Grupo de Trabalho que realizou o projeto de criação desse hospital, inserido no plano de ação do SEORI, que é a Secretaria correspondente do Ministério da Defesa.

E ainda temos programas de esporte das forças, que é o programa originado do Programa Segundo Tempo do Governo Federal. Disponibiliza infra-estrutura, serviço médico, odontológico e assistência social, coordenadores e transportes, e monitores nas organizações militares para execução de atividade pertinentes. O programa é desenvolvido em 24 estados da federação, sendo que até a presente data atingiu um contingente de 1.200 crianças na Região Amazônica.

Aqui está a Secretaria de Assuntos... Da Política Estratégica e Assuntos Internacionais e as principais ações do SPEAI são o Programa Calha Norte. Nós atuamos em 6 estados da Amazônia, executando obras civis em 194 Municípios nas áreas de infra-estrutura social, transporte, educação, saúde, esporte, segurança e defesa. Nos últimos cinco anos nós aplicamos, gerenciados pelo Ministério da Defesa e nesses municípios da região, particularmente obras de infra-estrutura, no total de 515 milhões de reais na vertente civil do projeto.

Nós temos duas vertentes: a vertente civil do projeto, que são convênios com as prefeituras municipais, e a vertente militar. Na vertente civil, no conjunto, nós aplicamos 515 milhões na vertente civil do projeto, e no mesmo período, na vertente militar, foram aplicados cerca de 88 milhões de reais. Para esse ano a previsão na área militar é de 60 milhões de reais.

Na política de defesa nacional, a participação na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Aqui nós tivemos, lembrem-se de que um dos discursos que nós fizemos durante um périplo que fizemos na América do Sul para a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, ou de Defesa Sul-Americano, corresponde à chamada "vertente amazônica", que é algo que perpassa o Brasil, fundamentalmente, a Guiana Francesa, a Guiana, o Suriname, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, e aqui nós fechamos com todo esse conjunto.

Todos esses países são amazônicos e, portanto, a "vertente amazônica" é uma comunidade que importa no entendimento e na tentativa de uma formulação de uma identidade Sul-Americana de defesa para a área

amazônica. O que significa, sempre, um problema de conflitos não convencionais ou assimétricos, estratégia de defesa, acompanhamento da elaboração de estratégia nacional e sua visão da Amazônia. Ou seja, uma das preocupações na elaboração da estratégia nacional de defesa tem como foco totalmente a Amazônia. E essa participação toda está, digamos, alterada e mexida pelo Estado Maior de Defesa. [Adiante]

Aqui, nós temos obras civis que são realizadas pelo batalhão, os batalhões de engenharia do Exército. Eu quero lembrar os senhores que são obras com muita dificuldade para o setor civil, ou seja, as empreiteiras civis aceitarem esse tipo de obra, considerando o problema logístico. Então nós temos aqui uma fotografia da construção que está sendo feita pelo batalhão do Exército no aeroporto de Tefé. Arruamento que fizemos também no Projeto Calha Norte, dos bairros de Porto Velho.

E aqui nós temos uma visão geral da correspondência das frações existentes. Aqui pegamos a Amazônia legal... Eu estou colocando a vocês as frações existentes antes do PCN. [Adiante] Frações criadas após o PCN. Ou seja, aqui são os batalhões de fronteira que acabamos criando. Esses são os azuis, que representam esse conjunto. [Adiante]

Políticas setoriais, participação em conselhos, comissões e comitês de grupo de trabalho e eventos extraordinários relacionados às políticas setoriais, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional, a Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento, a Comissão Nacional de Política Indigenista, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca, o grupo de trabalho com a finalidade de criação de unidades de conservação relacionados ao plano de ação para a preservação e controle do desmatamento na Amazônia legal, o Grupo de Trabalho Brasil-Peru de Cooperação Amazônica no Desenvolvimento Fronteiriço.

Aqui eu quero lembrar aos senhores que, aqui, nós temos situações que também envolvem uma zona junto a... No Mato Grosso, e depois temos o Plano Amazônico Sustentável, que está sendo elaborado pelo Ministro Mangabeira e a Comissão Coordenadora de Planos Estratégicos de Áreas protegidas e a Comissão de Florestas Públicas. [Adiante]

Inteligência estratégica, a produção de fusão de conhecimento valor estratégico amazônico, estamos trabalhando também nesse sentido. E assuntos internacionais, o acompanhamento de tratados e acordos internacionais que envolvem a temática amazônica, como a Comissão Nacional Permanente do Tratado

de Cooperação Amazônica, que é o OTCA, que é a forma pelo qual nós podemos integrar a região com os outros países vizinhos. [Adiante]

Secretaria de Ensino, que é o SELON. Estou talvez cansando os senhores, mas isso é a realidade que nós estamos trabalhando exclusivamente na Amazônia, pelo Ministério da Defesa.

Conscritos incorporados em 2008. Nós tivemos alistados, situação inicial na Amazônia, alistados 89 mil. Houve, na seleção geral, 68, considerados aptos, 24, e incorporados, 6.630. Marinha, Exército, Aeronáutica. De médicos, dentistas, veterinários incorporados, nós chegamos ao total de 675. E no Projeto Soldado Cidadão, nós trabalhamos com 2.688.

Projeto Cidadão é o seguinte: antes do término, três meses, quatro meses antes do término da conscrição, ou seja, do serviço militar obrigatório, o Exército resolveu. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica, temos um plano chamado Projeto Cidadão. Estes soldados que vão sair, eles passam a receber um treinamento. Nós temos convênio com o sistema S, SENAI e SESC, e fazemos treinamento para costureiros... Enfim, ações que eles possam sair com um diploma do SENAI e do SESC e do SESI, que possam viabilizá-los na sua atividade civil. Ou seja, para reempossá-lo, porque anteriormente você mantinha esse jovem durante o período correspondente ao serviço militar e depois ele saía e não tinha nenhuma preparação para voltar. Isso está dando um grande resultado, exatamente porque fazemos este período. Veja, no período de 2004 a 2008 tivemos um total de 12.138 soldados inseridos no Projeto Cidadão e só em 2008, 2.688. A tendência nossa é estimular esse programa do chamado Projeto Soldado Cidadão. [Adiante]

Aqui, são os conscritos da Amazônia. Observem bem. 80% dos conscritos da Amazônia são indígenas. Se os senhores comparecerem a São Gabriel da Cachoeira, Maturacá, Eirunepé, Querari, vão verificar que todos, a parte, maioria dos conscritos, são indígenas. E esses personagens cantam o hino nacional na sua língua, ou seja, temos a solenidade cantando em português e eles também reproduzem na língua correspondente à sua nação indígena. E apresentam-se, inclusive, nessa situação.

Isto aqui, basicamente pela... Pelas constatações internacionais, são os melhores soldados de selva do mundo. Mais preparados. Por quê? Porque são da região. E têm uma instrução militar para soldados de selva no SIG, em Manaus, que os torna extraordinariamente competentes. Basta ver que houve um determinado momento em que as forças especiais americanas resolveram fazer algum treinamento de selva e ficaram uma semana em treinamentos no Brasil e, no final,

todos eles voltaram todos doentes. Aqueles armários americanos acabaram retornando porque não tinham capacidade nenhuma de conviver com a Amazônia.

A Amazônia que estou me referindo não é a Amazônia, digamos, da visão cinematográfica do Centro e Sul do país. Não é isso. Não estou falando Amazônia que corre as aves e que você pesca e você anda com... Naquela visão tipicamente sulista e do centro do país, que enxergam a Amazônia como um local de grande recreio. Estou falando dessa Amazônia aqui: 45 graus de calor, 95% de umidade, mosquitos para todos os gostos. Não é aquela coisa que você... Aquela idealização. É realmente uma região cuja preservação depende exatamente dessas pessoas.

E lembrem do seguinte: enquanto que a política que pode se desenvolver pelas Forças Armadas na região de transição da Amazônia, que é o Pantanal, e que depois desce para o Sul. Lembrem-se que os descampados do Sul você não tem a necessidade de presença constante nas áreas de fronteira, porque você tem a possibilidade do controle e monitoramento pelo ar e pelo espaço. Ou seja, pelo espaço nós conseguiremos monitorar toda a Região Sul, dos descampados do Pampa, a região chamada Pampa, como também a região do Pantanal.

Aqui, nessa região, o monitoramento pelo espaço para na copa das árvores. Embaixo não chega. Está se desenvolvendo tecnologias de satélite para tentar penetrar a floresta, mas não se tem isso. Então é necessário você dispor de todos esses homens na Amazônia, para criar condições de nós afirmarmos claramente, que é o princípio do Ministério da Defesa, de que a Amazônia é brasileira e quem cuida da Amazônia para o bem do mundo e do Brasil somos nós. [Adiante]

O Plano Amazônia Sustentável, que estamos trabalhando junto com o Ministério, com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, estabelecer um compromisso do Estado com a Região Amazônica. Detalhes de cumprimento: o plano sendo multisetorial não pode prescindir da participação das forças. E aqui tem toda a situação relativa a este Plano Amazônia Sustentável.

Agora, tem uma coisa fundamental, da perspectiva do Ministério da Defesa, é a questão fundiária na Amazônia. Se o Governo Brasileiro e se nós não resolvermos enfrentar a questão fundiária da Amazônia, qualquer tipo de desenvolvimento sustentável e compatível com a floresta é inviabilizado. Os senhores senadores conhecem perfeitamente a imensa dificuldade que os Estados têm para titular os... Resolver a situação fundiária e resolver a titularidade do domínio do imóvel. E se nós não tivermos a solução fundiária, nós não vamos ter investimentos.

E nós não podemos ter a Amazônia como ambiente para recreio de nações estrangeiras. Nós temos que ter a Amazônia que seja desenvolvida. Ou seja, termos uma população lá em torno de 20 milhões de pessoas, e se não tivermos um plano sustentável de investimento, nós estamos empurrando essas pessoas para a ilegalidade. Precisamos deixar muito claro que esse compromisso tem que ser definido. Um compromisso exato de resolver um problema fundiário da Amazônia que é básico para o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia, com desenvolvimento compatível com a floresta, que é o plano que nós temos que pensar, nós não podemos pensar naquela, digamos, polaridade ridícula, de um lado a sustentação de que a Amazônia é intocável, e de outro lado a situação de que a Amazônia tem que ser desmatada. Precisamos caminhar exatamente para uma solução híbrida: preservação da Amazônia com seu desenvolvimento. Porque, se não fizermos isto, 20 milhões de pessoas são empurradas para a ilegalidade. E nós sabemos muito bem o que é isso. [Adiante].

O cenário prospectivo. O Plano da Amazônia Protegida. E agora vem a parte correspondente ao Ministério da Defesa, ou seja, nós obtivemos com o Presidente da República, junto com o Ministro da Justiça, a assinatura de um decreto determinando a instalação de pelotões de fronteira em todas as terras indígenas situadas em zona de fronteira. Aquela discussão ridícula que foi feita de que a presença do Governo Brasileiro nas terras indígenas dependia de autorização de terceiros é falsa. Ou seja, a verdade é que precisamos estar dentro das terras indígenas para a sua proteção.

E a situação é a seguinte, o que nós estamos chamando de Plano da Amazônia Protegida, e que estamos estudando ainda, e não está formulado definitivamente. Uma primeira frase, a primeira ação estratégica dessa primeira fase, seria a construção de 28 novos pelotões especiais de fronteira no período de 2010 a 2018. Um custo estimado em torno de um bilhão de reais. E a localização, terras indígenas. Unidade de conservação e suas áreas de amortecimento, ou seja, de aproximação.

A fase primeira teve sua origem no Decreto de 22 de julho deste ano, que determina a instalação de unidades militares permanentes nas terras indígenas localizadas em zona de fronteira. E a segunda ação estratégica dessa primeira fase que é a adequação da infra-estrutura e modernização dos 20 pelotões especiais de fronteira já existentes, isto é, um período de 2010 a 2018, com orçamento total do período de 140 milhões de reais.

A segunda fase é a complementação das ações iniciadas na fase 1. [Adiante] Localidades dos novos pelotões de fronteira – Estado do Amapá: Vila Brasil, [ininteligível] Jari, Amaparí; no Estado do Pará: Tiriós, Curiaú, Cafuni, Trombetas; no Estado de Roraima.

Eu queria chamar atenção dos senhores que olhando aquela apresentação, aquele mapa da Amazônia e sua localização de fronteiras, nós temos uma capilaridade grande a partir do dorso do Cachorro até chegarmos a Rondônia. Agora, se os senhores olharem a direita do dorso do Cachorro, chegando a Amapá, a Roraima, nós temos uma rarefação. Ou seja, temos poucos pelotões de fronteira nas divisas correspondentes a Guiana, a Guiana Francesa, a Guiana, ao Suriname e a Guiana. Nós temos uma presença mais efetiva a partir da divisa com a Venezuela em terra indígena Ianomâni.

E daí porque no Amapá teremos Vila Brasil, [ininteligível] Jari e Amaparí; no Pará, Tiriós, Curiaú, Cafuni, Trombetas. Tiriós já existe e vamos aumentar. Em Roraima, Entre Rios, Acamim, Vila Contão, Serra do Sol, Uraricoera, essa aqui é na parte norte da chamada Raposa Serra do Sol. No Amazonas, Diminini, Jarupari, Maruaí, Tunuaí, Traíra, Puruê e Bom Jesus. Observem que nós estamos acompanhando para... Nos dirigindo para o dorso do cachorro.

No Acre, já embaixo, São Salvador, Marechal Taumaturgo, Jordão e Iaco. Marechal Taumaturgo é um posto de fronteira em cima de uma balsa, ou seja, os soldados vivem em cima da balsa. Não tem, não tem espaço em terra, este Marechal Taumaturgo. Então vamos desenvolver no Acre: São Jorge, construir o Marechal Taumaturgo definitivamente, o Jordão, Iaco, e em Roraima, Surpresa, Rolim de Moura e Pimenteira do Oeste, para completar todo esse processo chamado de Amazônia Protegida. [Adiante]

E aqui é o nosso proselitismo [risos]. [Adiante] Você não tem uma transparência sobre a alocação física dos novos projetos? Não, não. Mas eu tenho... Está aqui neste projeto, o Projeto Básico da Amazônia Protegida, nós temos já o... Digamos, a alocação. E eu passarei depois para os senhores essa alocação dos novos postos de fronteira que deveremos estabelecer nesse período até 2015. O que nos daria então um total controle dessa região aqui, ó. Total controle disso aqui.

Isso tudo aqui, grande parte disso aqui é terra indígena, que era, aqui, Raposa Serra do Sol. Depois, você começa aqui, você está no BV8. Depois do BV8, você começa com a região dos Ianomânis, que se estende até nesta zona aqui, que aqui está o Pico da Neblina. Depois você contorna para essa zona, começa a entrar na zona dos Japurús. Esta região havia

sido... Essa região havia sido demarcada no Governo Sarney, depois no Governo Fernando Henrique, eu como Ministro da Justiça complementei a demarcação e integrei tudo isso que corresponde às demarcações das áreas indígenas do Rio Negro.

Depois viemos para toda esta zona. Esta zona aqui é uma zona séria. Qual é o problema que nós enfrentamos hoje? Desde que foi aprovada a Lei do Abate, ou seja, a possibilidade da Força Aérea através de seus tucanos, do A29, de abater aviões... Porque vejam, antes da existência da Lei do Abate, nós tínhamos o seguinte problema, isso eu assisti várias vezes como Ministro da Justiça na época: os aviões vinham... Vejam, demandavam... Há, digamos, uma divisão de trabalho existente entre os traficantes. Os colombianos é que processam a droga e os peruanos produzem a pasta de droga, ou seja, os colombianos não toleram que os peruanos processem a cocaína. A cocaína tem que ser produzida pelos cartéis colombianos.

Então o que acontecia? Você tinha que transportar do Peru para a Colômbia não passando, mas passando pelo Brasil, ingressando assim. Fazia, essa, esta... Digamos, este movimento, com esses aviões. Ocorre de que quando esses aviões internavam o território brasileiro, não havendo possibilidade da Lei do Abate, o que nós tínhamos? O avião... O supertucano ou tucano na época encostava junto, o A27, encostava junto ao avião dos traficantes, eles abanavam. Porque não podia ser feito nada. Então havia uma espécie de acompanhamento, o avião acompanhava a internalização dentro das terras brasileiras. Ou seja, eles entravam nessa região aqui ó, e fazia essa circulação.

O curioso é que a comunicação dos traficantes era feito em quéchua. Quéchua é um dialeto pós-Inca, pós-incaico, que é a linguagem falada nessa região do Peru. Isto inviabilizava inclusive a nossa inteligibilidade em relação a entender o dialeto quéchua. Isto fez com que depois o Brasil, nós aprovássemos depois de grande trabalho a Lei do Abate.

Com a Lei do Abate tem uma série de ações a serem desenvolvidas antes que os aviões brasileiros possam explodir os aviões, esses aviões não reconhecidos. Mas não aconteceu nunca isso. Mas logo que entrou em vigor a Lei do Abate, começaram as operações, os narcotraficantes começaram a perceber que não tinham mais aquela fórmula de serem acompanhados pelos aviões. Então reduziu-se enormemente a entrada de drogas via aérea. E aumentou a entrada de drogas via os chamados rios penetrantes. Porque a nossa grande situação é que vejam, este... O Amazonas, que vem aqui ó, todos os afluentes vêm daqui ó. Então isso aqui, que nós chamamos de rios penetrantes, e junto a esses rios penetrantes, a cada

margem, a cada entrada em território brasileiro desses rios penetrantes, precisamos ter os chamados postos de fronteira, que são os pelotões de fronteira para tentar evitar e também ter a Marinha circulando nessas regiões.

Agora eu quero lembrar que isso aqui não é navegável todo ano. É falso achar que a Amazônia é navegável todo ano. Não é. Esta região de Queraí fica isolada um tempo enorme, não tem possibilidade de navegar para dentro do Brasil, só para fora do Brasil, via Colômbia.

Então, vejam, aqui volto àquela demonstração inicial para mostrar que este é um grande território, este é o nosso grande tema e é um tema que nós estamos tentando enfrentar, senhores senadores, com responsabilidade.

Agora, nada disso, digamos, será... Terá eficácia se ficarmos com o braço militar somente de proteção da Amazônia. Nós precisamos caminhar para um processo de desenvolvimento amazônico. Sem isso nós vamos gastar, investir, vamos proteger a Amazônia, não tenha dúvida nenhuma, mas a dificuldade vai ser porque, por aqui ó, os ilícitos serão praticados por aqueles personagens que por falta de solução das suas questões de opções econômicas são empurrados para a ilegalidade, ou seja, para o desmatamento, etc. etc.

Nós não podemos pensar em termos, e aí o Ministro Mangabeira tem absoluta, nós não podemos pensar que a Amazônia tem que ser um jardim para deleite de europeus que destruíram todas as suas florestas. Mas deve ser a Amazônia um local em que os brasileiros possam se desenvolver. Ok?

Outro detalhe que faltou dizer é de que também o Presidente da República concordou, e está na Câmara, de nós darmos um tratamento diferenciado para as ONGs que operam na Amazônia. Hoje os senhores têm uma série de ONGs que às vezes a gente fica sabendo que opera na Amazônia acessando os seus... Os seus registros e as suas... Os seus sites. Mas que não temos a mínima noção disso.

Então, nós temos lá um levantamento que foi feito, determinado pelo Ministério da Defesa, que foi feito pelo comando militar da Amazônia em relação à atuação das organizações não governamentais. Eu enviei o ofício ao Senador Raimundo Colombo, ainda em novembro do ano passado, dando o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Política Estratégica, onde temos um elenco impressionante de conhecidas organizações não governamentais que operam com absoluta falta de controle na Amazônia. Isto há o projeto em que possamos... Possamos mudar.

Observem, por exemplo, a Comissão Pela Criação do Parque Ianomâmi, continua operando, a Urihi

que é Saúde Ianomâmi, o próprio Conselho Indianista Missionário da Igreja Católica, o WWF opera no Brasil, a Saúde Sem Limites, Kreditanstalt für Wiederaufbau, que é o KfW da organizada ONG alemã que acabou doando 17 milhões para o projeto legal de populações, as missões Novas Tribos do Brasil, os Jovens com Missão, que é o Jocum, Conservation International, Greenpeace, de Nature Conservation, Friends of Health, Amazon Watch, Conselho Mundial de Igrejas, Agência Americana de Desenvolvimento Internacional, Associação Amazônica para Preservação das Áreas de Biodiversidade, as Federações das Nações Indígenas do Rio Negro, o Instituto Sócio-Ambiental, o ISA, o Europe Working Group for Amazonia, o Grupo de Trabalho Europeu para a Amazônia, o Bank Track, o Conselho Indigenista [ininteligível], os médicos Médicin du Monde, que são os MMs, a National Wildlife Federation, International Rivers Network, a Coalização dos Rios Vivos, a Survival International, a Coordenação das Organização Indígenas da Amazônia-COIAB, o Amazonia Alliance, a Manacá, Amigos da Terra, Associação Amazônica, Expedicionário de Saúde, Grupos de Defesa da Amazônia, ONG Meio Ambiente, Grupo de Trabalho da Amazônia, a Amazon Conservation Team, Associação de Consultoria, Coordenação da União dos Povos Indígenas, Proteção Ambiental Caco Alense, o PACA, o Instituto de Desenvolvimento Sanitário—IDS, os Médicos Sem Fronteiras, as organizações Oxfam, a Missão Evangélica Amazônica, o MEVA, o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sanitário, a Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos, a Ecotrópica, a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque, com recursos carreados por uma sede na Alemanha do BFDW que é em Stuttgart.

Ou seja, nós temos uma série imensa de organizações não governamentais operando na Amazônia, sem absoluto controle. O Exército conhece todas elas e parte delas são grandemente importantes em termos de saúde. Ou seja, operam em parceria com o Exército e com as Forças Armadas para o atendimento das populações amazônicas.

Agora, outras a gente não sabe nem o que faz. Em face dessa circunstância, depois de algumas resistências muito fortes originárias das próprias ONGs, as ONGs normalmente querem transparência para os outros, e não transparência para elas. E aí nós resolvemos então criar um mecanismo de registro e de autorização do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa para operar na Amazônia. Então vamos caminhar para aquilo que sempre se quis, a transparência que é, digamos, a bandeira de algumas organizações não governamentais, mas a bandeira para os outros, e não para si. Vamos então, digamos, universalizar a bandeira

das próprias ONGs, transformando-as, também com aparentes, em transparentes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu agradeço a exposição do Ministro Jobim e gostaria de passar a palavra aos senadores inscritos para suas perguntas ou considerações. Senador Augusto Botelho, inicialmente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente Mozarildo Cavalcanti, Ministro Nelson Jobim. Dentre essas organizações que V.Ex^a citou aí há duas sobre as quais eu posso prestar um depoimento de que fazem realmente um trabalho sério, que eu já sou a segunda geração que acompanha o trabalho dela, que meu pai acompanhava, que é a Missão Evangélica da Amazônia e as Asas do Socorro. E as Novas Tribos, mais recentemente, já chegou no meu tempo e do Mozarildo, que nós já éramos médicos exercendo lá.

São missões religiosas que prestam assistência médica e educacional aos indígenas. Essas eu tenho certeza que não estão fazendo nada que seja... Que vá contra os princípios do nosso país. E inclusive foram dificultadas as ações dela quando a assistência indígena passou para a FUNASA, que entrou uma equipe dessas outras organizações, Médicos do Mundo, tal, que chegou até retirá-las da área indígena. Mas, quando viram que não estavam dando conta do serviço, reabriram, permitiram que elas voltassem de novo a trabalhar lá.

Mas eu fiquei muito feliz da exposição de V.Ex^a porque me preocupava muito ali. Eu sou de Roraima, e entre Bonfim e Tiriós são quase dois mil quilômetros. E vi o senhor colocar Jacamim, que é uma região ali na Serra da Lua. Entre Rios, que é outra mais a oeste, duas no nosso Estado.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Deve cobrir tudo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E aumentou mais algumas lá no Pará, que provavelmente vai ser naquela linha mesmo do Pará, e no Amapá também. Então, acho que ali precisava realmente. E a grande dificuldade das nossas missões, por exemplo, eu tenho acompanhado, as missões... Os pelotões de fronteira estão atravessando agora uma dificuldade grande de geração de energia elétrica. As usinas hidrelétricas que eles têm lá estão com 25 anos, 26 anos. Todas precisando de fazer um *upgrade* nas condições dos motores e tudo.

Seria uma coisa que a gente poderia aqui por essa Casa, Senador Mozarildo, o ano que vem, que essas emendas já foram, tentar direcionar alguma coisa para melhorar a vida... Porque a aldeia indígena, o posto, o posto militar na Amazônia é o ponto de apoio. Quando uma cascavel morde uma pessoa, ou uma surucucu,

ela corre para o posto médico da unidade militar, que é ele que vai ter o primeiro socorro ali e depois conseguir remover ele pra cidade. Isso eu estou falando naqueles mais isolados, Surucucu. Mas também se eu puxar lá pra Bonfim, lá pra... Uiramutã, nós vamos ter isso. Uaicás, também no meu Estado, Surucucus, todas as cidades funcionam dessa forma.

Outra coisa também, eu tenho visto com alegria essa construção de novas unidades militares na nossa linha de fronteira. Mas eu, quando eu me lembro de Uiramutã, que nós levamos cinco anos brigando na Justiça para construir um pelotão dentro da sede do município, porque as organizações não governamentais atrapalhavam, não sei como é que a gente vai conseguir. Espero que a gente consiga uma forma de fazer essas novas unidades militares e que elas sejam feitas logo realmente.

Porque são elas que levam educação também. A mulher do oficial, do sargento que está lá, e eles também, são que vão dar aula nas escolas, de matérias. Se eu me reportar a 1960, quando eu estava no ginásio Euclides da Cunha, Mozarildo deve ter pego isso também, nossos professores de Matemática, de Geografia, geralmente eram militares da 9ª Companhia de Fronteira, que tinha em Roraima. Era um pelotão bem... Bem pequenininho, mas era o 9º Pelotão de Fronteira, depois virou companhia. Era um pelotão só.

E é importante que a gente faça a interiorização. Essa mudança também de a gente não poder ter realmente o Exército, as Forças Armadas em toda a nossa Amazônia, mas ter capacidade de mobilização, passa por reequipamento das Forças Armadas, passa por novos aviões, novas embarcações. E passa também por uma indústria bélica nacional. Eu acho que nós temos também que reequipar o Exército, a Aeronáutica e as Forças Armadas, usando as nossas indústrias, para os empregos serem gerados aqui dentro.

E a gente só vai ser dono da Amazônia realmente se o Governo tomar uma atitude de fixar o homem da Amazônia. Infelizmente, as políticas que eu vejo atualmente são para expulsar os homens da Amazônia. Hoje eu vi o Deputado... O Senador Jefferson Praia falando das olarias de uma região que produz tijolos para os dois milhões de habitantes de Manaus, que agora não pode mais usar a madeira para fazer tijolo. Se não pode usar, o colono vai queimar a madeira, porque ele tem que fazer, derrubar dois, três hectares para ele sobreviver.

Eu acho que a gente deve preservar a floresta, mas o Governo Brasileiro só vai poder criar uma lei de não cortar nenhuma árvore na Amazônia quando ele criar uma condição para que os homens que vivem na Amazônia, que vivem lá no Amazonas, no Amapá,

em Roraima, que vivem lá na colônia, lá no buracinho, lá no meio da mata, tenham uma alternativa pra viver sem derrubar os três, quatro hectares... Linhas, aliás, nem hectares. Quer dizer, três linhas na realidade é um hectare, que é o que uma família precisa para sobreviver.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 20 áreas.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Que eles precisam para sobreviver. Eles têm que plantar mandioca, plantar o milho, macaxeira que era pra poder comer o ano que vem, geralmente, dois anos. Eles trabalham naquela área, depois eles mudam pra outra área. Daqui a 10 anos, quando eles chegarem na outra área, aquela área já está recuperada.

Então, nós temos que pensar em preservar e tudo, mas nós não podemos expulsar. A regularização fundiária da Amazônia é uma forma de prender o homem na Amazônia e também de proteger. Porque ele vai se preocupar em proteger, que está entrando um outro lá numa floresta perto dele se não é nem dele aquela floresta? O dele não está sendo... Está ruim. É até bom que venha o vizinho para ele, ele pensa assim. Tendo o vizinho é mais uma pessoa para ajudá-lo.

Mas eu devo só reafirmar que eu acho que as Forças Armadas são o que garantem a nossa presença na Amazônia mesmo. Mas as Forças Armadas apoiadas pela população da Amazônia. E isso eu tenho certeza de que nós vamos continuar fazendo e defendendo os nossos amazônidas, os nossos homens do lavrado também e da serra lá do meu Estado.

Eu fico feliz pela exposição de V.Ex^a e, principalmente, pela perspectiva de aumentar a presença das Forças Armadas nas fronteiras da Amazônia, consequentemente aumentar a assistência médica, a assistência educacional e de transporte para os povos da Amazônia. Só isso que eu teria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Portanto, embora não tenha feito nenhuma pergunta, eu passo a palavra ao Ministro se quiser fazer alguma consideração sobre as observações do Senador Augusto.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu creio, senador, nós estamos absolutamente de acordo em relação a essa forma pela qual a gente possa conduzir essa

temática. Agora veja, nós precisamos tirar a Amazônia de uma visão... De uma visão folclórica.

A Amazônia é vista sempre com uma visão folclórica. Não é isso que se trata. E eu volto a insistir com esse ponto. Todas as experiências do mundo que se fizer, isso no sentido de caminhar para uma produção absoluta, representou sempre o... A determinação e a inclinação a ações ilícitas. Vejam, se para sobreviver a pessoa depende da prática de ilícito, vai praticar o ilícito.

Na verdade você tem alguns espaços para a sobrevivência. Você observa nas zonas urbanas. Você tem o setor privado que possa lhe promover uma remuneração. E essa remuneração lhe assegurará a sobrevivência. Se não há o setor privado, você recorre ao setor público para conseguir uma remuneração. Se não tem espaço no público, e no privado, e no público, você vai para o informal.

E o informal às vezes conflita. A absorção de espaços da informalidade conflita com determinadas perspectivas, principalmente da classe média. Por exemplo, observem nas grandes cidades brasileiras: uma das formas de solução da remuneração foram os flanelinhas com aqueles espaços, digamos, de estacionamento de veículos que acabam sendo administrados por eles. Você dirá que isso é uma atividade ilícita. Não. Isto é a forma pelo qual encontrou-se para produzir a remuneração. É aquele caso, por exemplo, do sujeito que tenta prestar serviços na sinaleira tentando limpar o vidro. É uma forma encontrada, informal, de tentar resolver o problema básico que é da remuneração.

Se você não tem o setor público... Aliás, o setor privado, se você não tem espaço no setor público, se você não tem espaços na economia informal, lhe resta a atividade ilícita. Agora, ele vai fazer.

Perceberam a lógica? Isso se aplica claramente à Amazônia. Ou seja, se você não tem essa fórmula, você acaba praticando a atividade ilícita. Você empurra o cidadão para uma solução de ilicitude. Porque a última solução que ele vai querer é o cemitério. Essa, ele não aceita. Só vai aceitar quando não tiver mais saída, porque ele vai fazer tudo, vai desmatar, vai vender árvore, vai fazer o diabo. Mas ele vai fazer.

Se nós tivermos uma visão consciente dessa tendência e essa regra, a responsabilidade do Estado é promover formas de desenvolvimento que sejam compatíveis, é claro, com a preservação da floresta, mas que representem uma solução econômica para 20 milhões de pessoas.

Eu queria lembrar os senhores uma coisa curiosa que eu vi na China, quando deputado como os senhores, quando parlamentar como os senhores, em 1989. Logo depois do desaparecimento de Mao Tsé-Tung,

Deng Xiaoping retornou ao controle chinês e deu a grande... O grande estadista que foi Deng Xiaoping que resolveu e deu aquele socialismo ao modelo chinês que deu o desenvolvimento da China.

E Deng Xiaoping vai à... A regra chinesa, e ainda vigente, é a proibição do deslocamento de pessoas no território chinês, ou seja, o sujeito que vive no norte para se deslocar para o sul precisa autorização do Estado. Não pode botar mochila debaixo do braço e ir para lá. Tem que ter autorização. Ou seja, o sujeito tem espaços de permanência. Na perspectiva ocidental, isto é um absurdo. Se você pensar na perspectiva ocidental é um absurdo. E lembre-se que os ocidentais são imperialistas. Nós tentamos transformar todos nossos valores e as nossas definições e nossos direitos como se fossem universais, como se fossem, digamos, naturais. E desconhece e tentamos impor isso tudo em outras regiões do mundo.

Pois bem. Deng vai aos Estados Unidos para fazer uma exposição, etc. e tal, uma visita... Lembre-se que Deng nunca foi Primeiro-Ministro nem Presidente do Partido Comunista, mas ele era Presidente da Comissão Militar do Partido Comunista, ou seja, tinha sob controle o Exército Vermelho, e era também Presidente do Clube de Bridge. Pois bem, Deng vai aos Estados Unidos e as ONGs americanas de Direitos Humanos, fizeram um ataque violento a Deng porque os chineses não permitiam o deslocamento da população em seu território. Naquela época a China tinha 900 milhões de habitantes. Aí Deng responde... Deng era um sujeito baixinho, o Mao dizia... O Mao Tsé-Tung dizia que ele se fingia de surdo, e falava inglês... Ele falava inglês, mas falava inglês com sotaque francês. Morou na França muito tempo. E Deng responde a pergunta, a provocação e diz: "Olha, vamos fazer o seguinte. Eu vou... Eu estou... Vou ficar uma semana por essa região, os senhores me dêem seis meses. Em seis meses eu darei uma solução que os senhores terão que colaborar conosco". Aí todos: "Não, nós colaboramos com a solução". "Tudo bem. Eu chego lá, e nós vamos fazer o seguinte. Nós estamos aqui em Nova York... Em um ano eu mando para cá 20 milhões de chineses. O que vocês vão fazer com eles?" Ou seja, você tem que reconhecer as peculiaridades de uma região e compreender as políticas possíveis de uma região. E, no caso da Amazônia, é claríssimo isso. É claríssimo. O problema de saúde, a presença do Estado na Amazônia é o Exército. Não há outra.

A mulher do Tenente que comanda o pelotão de fronteira é parteira, é assistente emocional... É o diabo. É professora... É enfermeira... É cozinheira... Cria porco... Não é assim? Cria porco, cria galinha... Então, senhores senadores, essa observação e essa concepção

choca claramente com as posições do Sul e Sudeste. Não há uma... Uma percepção real do problema.

Eu gostaria, meu caro Presidente, de encerrar a minha participação fazendo um agradecimento à Comissão, porque a Comissão aprovou uma emenda... Perdão, aprovou a emenda de 450 milhões para a instalação e manutenção das unidades militares da fronteira e foi incluída na LOA de 2009, ou seja, para viabilizar um orçamento específico dessa região.

Inclusive, nós vamos alterar a forma pela qual é conduzido a orçamentação das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. Nós temos hoje uma forma muito curiosa de se fazer orçamento, que vem detrás. É uma forma sempre conflituosa entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. O Ministério do Planejamento estabelece um limite para o orçamento, e está incluído nesse conjunto do limite, estão incluídas as fontes próprias: Os fundos, royalties, etc. etc.

Então você tem, dentro dos valores que são destinados a custeio e investimento para a área de defesa, incluídas as três forças, que nós discutimos hoje na base de 10 bilhões de reais para investimento e custeio, e não para pessoal, 10 a 12. Você está ali, incluído aquilo que é legalmente já destinado para uma força, que compõem os fundos próprios, as receitas próprias, e você tem aquilo que se chama tesouro livre. Tesouro livre é aquela parte não comprometida, não engessada com a força. Aí surge uma grande discussão entre o Exército, Marinha e Aeronáutica, qual é o percentual de cada um deles no tesouro livre.

Quando assumi o Ministério da Defesa no ano passado, observei essa... Esta, esta característica, mas não tive condições no ano de 2007 e 2008... Aliás, no final de 2007 e no ano de 2008, estou há praticamente um ano e pouco no Ministério da Defesa, de mudar o discurso. E pretendo fazer isto no ano que vem, para o orçamento do ano que vem. Através de que forma? Tomar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, estabelecer qual é o custeio e o investimento vegetativo. Ou seja, quais são as necessidades para o *status quo*?

Ou seja, o Exército que tem um contingente de X precisa de tanto para manter seu contingente, custear esse contingente e fazer os investimentos e as manutenções para a preservação do que tem. Definidos os espectros, o de cada um, o remanescente desses valores deverão ser distribuídos entre as forças através da definição de programas. A Marinha me apresentaria um programa sobre os navios ou os... As lanchas ambulância. O Exército ofereceria um programa sobre a expansão em linhas de fronteira. Ou seja, a Marinha me ofereceria um programa da energia do submarino de propulsão nuclear. O Exército em relação às questões do desenvolvimento do Radar SABER e a sua

universalização nas forças. A Aeronáutica me ofereceria um programa sobre a otimização do Projeto C190 da EMBRAER, de transporte para a substituição dos aviões caça.

Enfim, uma série de programas, e esses programas seriam examinados e discutidos com as forças, estabelecendo as suas prioridades políticas a partir do programa estratégico nacional de defesa. E aí nós teríamos uma lógica de investimentos que seria a forma pela qual os investimentos e os programas seriam decididos também pelo poder político *vis-à-vis* aos militares.

Porque senão fica aquela coisa que eu vivo assistindo, uma disputa que não tem outro jeito, entre a Marinha, a Aeronáutica e o Exército sobre aquilo que chama o tesouro livre. Ah, historicamente eu recebo tanto por cento, outro recebe tanto, e você não tem uma definição clara de programas. Por quê? Porque na verdade, isto é fundamental que se tenha claro, não para críticas ou passado... Mas sim para um acordo para o futuro, fica claro de que o poder civil não se interessava pelo assunto.

Então, o que fazia o poder civil? Tinha uma relação... Poderíamos dizer, promíscua, com as forças, no sentido as forças precisam e você ficava negociando quanto é que dava para as forças, mas a forma de aplicar, os programas eram decisões internas das próprias forças. Isto nós queremos alterar para exatamente ter uma participação clara de que a defesa não é uma questão exclusivamente militar, a defesa é uma questão de uma agenda nacional, ou seja, é uma decisão política do poder nacional, ou seja, das forças nacionais através de uma grande discussão que passará seguramente pela Comissão de Relações Internacionais e Defesa do Senado, como também pela, pela... A formação pela comissão respectiva da Câmara, e essa é a razão pela qual nós tivemos bem sucedido um trabalho muito forte com a Câmara e com o Senado na criação da Frente Nacional de Defesa. E instalamos agora, recentemente, presidida pelo Deputado Raul Jungmann, em que tem Vice-Presidentes todos os ex-presidentes da Câmara dos Deputados, para dar exatamente uma integração forte do parlamento e não ficar aquela coisa que nós conhecíamos, depois começam a haver ações isoladas. Para ter uma política real que corresponda, esta política, a grandeza do país. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo a palavra agora ao Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente Mozarildo, Ministro Nelson Jobim, é um prazer tê-lo conosco aqui nessa Subcomissão.

Eu vou tecer breves observações dentro do contexto de desenvolvimento da nossa região. Eu acredito que se tivéssemos instituições hoje que deveriam estar mais empenhadas para avançar dentro do contexto de viabilizarmos o desenvolvimento econômico na Amazônia, que o próprio termo desenvolvimento já está aí o contexto ambiental, se tivéssemos esse empenho como tem as Forças Armadas, que eu percebo, Marinha, Aeronáutica e Exército, empenhadas em não só em defender, mas também em buscar as soluções dentro do contexto da Amazônia nas mais... Nos seus mais diversos aspectos.

Eu fico... Já participei de diversas reuniões com representantes das Forças Armadas e tenho percebido a preocupação com a Amazônia. Eu gostaria que esta preocupação, ela fosse também... Se desse com outras instituições. O Brasil, na minha avaliação, precisa ter mais pressa com relação à Amazônia. Eu acredito que por mais que as ações estejam acontecendo, o ritmo ainda deixa a desejar. Percebo o trabalho do Ministro Mangabeira Unger, Plano Amazônia Sustentável, são as diretrizes para o desenvolvimento da Amazônia.

Mas, ao mesmo tempo, nós que trabalhamos este plano e que preparamos as ações para uma Amazônia para daqui... Para daqui a 10 anos, 15 anos ou 20 anos, nós precisamos de uma agenda de curto prazo. De uma agenda que busque resolver os problemas que hoje os nossos irmãos da Amazônia estão atravessando, que vocês percebem.

As Forças Armadas, eu tenho esta... Esta percepção de que vocês, como estão lidando com os problemas, de forma muito presente, aí eu falo Marinha, Aeronáutica e Exército, e estão na Amazônia enfrentando os mais diversos problemas, vocês estão tão preocupados quanto nós que somos aqui dessa comissão e outras instituições que buscam a rapidez para algumas ações na Amazônia.

Mas eu... Essa observação é feita para que nós passemos a cobrar um pouco mais. Nós temos que cobrar um pouco mais por parte do Estado, para que nós possamos ter uma agenda de curto prazo. O que é essa agenda de curto prazo? São aqueles problemas imediatos que estão acontecendo.

Agora mesmo, lá na minha região, no meu Estado, melhor dizendo. Estado do Amazonas, Município de Iranduba, perto do Município de Manacapuru, dezenas de olarias, 6 mil empregos diretos, estão há décadas ali e agora não podem... Que não devem mesmo, isso é a minha percepção também, retirar a madeira de forma ilegal para colocar em seus fornos. Mas, ao mesmo tempo, por mais que tenha essa questão ambiental, que ela é relevante, e eu percebo e luto por isso, são seis mil empregos diretos, são investimentos ali e fica

a seguinte questão: o que vamos fazer? Como é que vamos resolver essa questão? Já que numa operação da Polícia Federal diversos empresários foram presos. Eu estou me propondo em discutir essa questão lá para ver se encontramos uma solução.

Alguns empresários acham que já que nós teremos ali, passando por aquela área, o gás vindo de Urucu, então possivelmente uma saída talvez seja o aproveitamento do gás. Teríamos que ouvir a PETROBRAS quanto à viabilidade ou não de se viabilizar isso. Muito bem.

Mas essa minha preocupação com a questão do curto prazo. Com o agora, com o problema dos nossos irmãos da Amazônia que vocês têm, estamos... E temos que, na minha avaliação, avançar.

Agora, eu tenho duas... Três questões rápidas. Uma é, como é que V.Ex^a percebe essa questão das reservas indígenas de fronteira quanto à autonomia? Corremos risco de perda de autonomia? Não corremos risco? O que tem que ser feito?

Uma outra questão é do ponto de vista tecnológico, quanto temos que avançar? Não dá para... Embora nós estejamos percebendo pelo documento que o senhor apresentou, diversos pelotões na Amazônia serão viabilizados, isso é importante, a Amazônia é uma região muito grande, mas nós teremos que trabalhar com tecnologia e tecnologia avançada. Como o senhor vê isso dentro do contexto brasileiro de avançarmos no campo da pesquisa, o campo da... De termos uma... Até o desenvolvimento de uma tecnologia nacional em algumas áreas?

E para finalizar, talvez, é uma sugestão, do leque de ações que os nossos militares já fazem na Amazônia, quem sabe tenha mais uma. Eu, como eu sou um dos que defendo o empreendedorismo, e aí eu cheguei a conversar algumas vezes com alguns militares sobre quem sabe poderíamos ter com os pelotões na Amazônia, pudéssemos aí fazer um treinamento sobre o empreendedorismo e a questão ambiental. Porque essas pessoas da fronteira, principalmente, são os nossos aliados. São eles que tomam conta junto com vocês do nosso território. Então, trabalharmos a questão ambiental e o... E noções de empreendedorismo, de como aproveitar bem ali os cipós, de como aproveitar bem os recursos naturais para viabilizar algum artesanato, ou seja, fazermos com que as pessoas possam também obter renda, aproveitando de forma sustentável os recursos naturais.

Veja bem que eu estou falando uma coisa muito simples. É uma coisa tão simples que não... Que não é a solução para os nossos irmãos da Amazônia. Do ponto de vista da grande maioria deles. E eu falo isso até para ressaltar que alguns colocam a Amazônia

como se... Se o aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável estivessem próximos da gente. Mas não está. Se você chegar para um caboclo e uma cabocla da Amazônia e falar: "Olha, tu tens que fazer o seguinte: não dá mais para você plantar mandioca, para você fazer a tua farinha. Agora é o seguinte, tu não vais fazer nada, tu vais aproveitar a biodiversidade."

Primeiro, ele não sabe nem o que é isso. Mas alguém vai traduzir. "Não, sabe o que é biodiversidade? Está vendo essa floresta aí maravilhosa, os rios, aproveitar todas essas riquezas. Aproveitar todas riquezas que temos aí." E aí olha o quanto estamos distante do que queremos da Amazônia: desenvolvê-la, que significa ter boa qualidade de vida, e boa qualidade de vida, é claro, é termos o meio ambiente sendo colocado na posição de destaque e na posição que queremos.

Mas nós estamos muito distantes dessa realidade. Quando eu vejo as instituições de pesquisas nossas, com pesquisas ainda em campos que temos que avançar muito. E dentro das... E das poucas informações que tem, do ponto de vista da pesquisa aplicada, o nosso cidadão lá na ponta não conhece essa realidade.

E aí é, percebendo então esse problema como um todo, que o desafio é enorme, mas o Brasil precisa perceber esse desafio. Infelizmente, V.Ex^a colocou essa posição também, o povo brasileiro ainda não percebeu da importância da Amazônia.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O povo do Sul e Sudeste.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não, talvez eu acho que até... Bem, eu vejo até que nós temos que avançar em outras áreas. Em outras regiões. Eu, a propósito, fiz agora um projeto, um projeto simples. Mas, preocupado já com os nossos adolescentes e os nossos jovens, esse projeto foi apresentado recentemente, que ele estabelece o maior conteúdo sobre a Amazônia nos ensinos fundamental e médio. Por quê? Porque se nós formos perceber, os adultos da Amazônia também não entendem a Amazônia. Avaliam das demais regiões brasileiras. E por não entenderem, não sabem como é que as coisas se encontram dentro do contexto das preocupações que temos com relação àquela região.

Mas eu quero... Particpei de algumas operações na Amazônia com vocês, quero parabenizá-los pelo trabalho que vêm fazendo, percebo o esforço das Forças Armadas no sentido de ter a Amazônia verde e com a boa qualidade de vida da nossa gente. Era isso que eu gostaria de colocar. Obrigado.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador, talvez seja o primeiro momento em que nós começamos a pensar uma agenda nacional sobre a Amazônia. Ob-

servem que a agenda da Amazônia nunca foi nossa. A agenda sempre foi produzida fora do país. E a posição que nós assumimos era sempre dizer que estávamos bem, ou seja, a nossa posição sempre é defensiva. Estamos fazendo isso, não fazemos aquilo... Mas não tínhamos uma agenda própria da Amazônia. Ou seja, chegou o momento exatamente da criação de uma agenda brasileira para a Amazônia.

Não uma agenda que seja produzida em setores internacionais ou outros países europeus, principalmente, que tenha o sentido sempre invasor da soberania nacional. Agora, observem, eu não tenho preocupações desde a época em que trabalhava no Ministério da Defesa, da Justiça, não tenho preocupações sobre o problema da demarcação de terra indígena.

Houve uma grande distorção no discurso sobre esse assunto porque a terra indígena, lembrando o processo... O processo histórico brasileiro, a terra indígena, quando da descoberta do Brasil e a transformação em colônia, tudo se transformou em terras da Coroa. Era aquela expressão "rei uno", que era de todos, que era do rei, que depois virou outra coisa no português republicano. E ainda encontramos alguns Estados em que se usa a expressão rei uno.

Bem, mas o fato é que a terra indígena só veio a ser tratada pelos reis de Portugal, basicamente, em alguns alvarás que hoje são utilizados no sentido de sustentar que os indígenas são proprietários das terras que ocupam. O que é falso. Nós tivemos um tratamento republicano, aliás, imperial. Na Lei de Terras, de 1850, se reconheceu o usufruto das terras indígenas e a propriedade das terras da Coroa.

A questão surgiu quando da República. Na República, as terras devolutas, não ocupadas, se transformaram para os estados. Os estados se tornaram proprietários das terras, das devolutas. Não aconteceu isso com Roraima e nem com o Amapá, quando em 1988 nós outorgamos, outorgamos, ou seja, transformamos os antigos territórios em Estados. A União acabou ficando com quase toda a propriedade das áreas urbanas porque ficou anexada ao INCRA. Lembra-se disso? Ações que se produziram a partir de 88 em que, na verdade, hoje, talvez as terras de propriedade dos estados e os novos estados e territórios que eram terras da União, menos de 20% são de propriedade do Estado, ainda continuam na mão da União.

Mas o fato em relação às terras indígenas, ao se transferir para os estados, os estados, alguns deles conseguiram resolver os problemas de titularidade das terras indígenas, mas transferiram a titularidade para as comunidades indígenas, porque não tinham outra solução. E alguns mantiveram as áreas somente para ocupação.

Até que em 34, no regime já de Getúlio, se estabeleceu usufruto vitalício. Ou melhor, o respeito às terras ocupadas pelos índios. Só foram os militares, foi Castelo Branco, em 1967, que resolveu a questão, estabelecendo que a terra ocupada pelo índio era de propriedade da União. E aí nós temos a tradição que veio de 67.

Até então era uma confusão, porque você não tinha, aquela propriedade era do Estado, e um exemplo mais clássico dessa confusão está na Bahia, com a terra... Com a terra dos... Naquela região... Naquela região do descobrimento com os... Os Pataxós. Área dos Pataxós. Uma enorme confusão porque vinha essa confusão do período de 1923, 1910, quando os estados é que demarcavam as áreas, etc.

O importante é que a terra indígena é de propriedade da União. É uma terra de propriedade da União afetada administrativamente ao usufruto indígena por força da Constituição. No desaparecimento da comunidade indígena essas terras perdem a sua afetação e voltam ao domínio da União. Não há nenhuma soberania ou nenhuma propriedade indígena sobre terras.

Há, isto sim, o usufruto vitalício por força da Constituição de 1988. Aliás, atribui-se claramente. Eu participei muito da elaboração desse texto que foi politicamente negociado pelo ex-Senador Severo Gomes, que assumiu essa bandeira, e eu era o amanuense, tinha o conhecimento jurídico, e então eu que escrevia aquele negócio todo. Mas o trabalho político foi de Severo Gomes. E que se deu a propriedade da terra à União, mantida a decisão dos militares em 67, com usufruto atribuído aos indígenas.

Mas acontece que depois, exatamente porque as agendas que não são agendas nacionais, mas são agendas estrangeiras, começou a se estabelecer uma espécie de, aspas, “soberania das terras indígenas sobre as suas terras”, chegando ao cúmulo de alguns entenderem que tinha que pedir licença para os índios ou para a FUNAI para entrar em terra indígena, o que não tem o mínimo sentido.

Eu tenho a impressão que agora esse tema, que é um tema hoje na mão do Poder Judiciário, é um tema que vai ser enfrentado. Está sendo enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal, em relação à demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

E lá vamos ter que examinar. O Supremo examinará essas questões de natureza jurídica. Mas eu não vejo nenhum problema, nenhum problema de diminuir soberanias brasileiras em terras, face a demarcação, terras indígenas ou na fronteira, na medida em que o Exército nacional não precisa de licença de ninguém para entrar em terra indígena. Se for necessário, entra.

E agora, não só entrará como permanecerá tendo em vista a decisão do Presidente da construção de pelotões de fronteira em todas as terras indígenas em zona de fronteira. Que é o que nós temos de necessidade. Então, esse discurso é um discurso que satisfaz muito aos ambientes acadêmicos, mas não satisfaz a realidade da Amazônia. Eu creio que o compromisso nosso é o compromisso com o próprio desenvolvimento da Amazônia.

Agora eu acho o seguinte, que a agenda primária, inicial, básica, para uma agenda nacional da Amazônia é a solução da questão fundiária. Sem isto, não tem jeito. Porque vejam bem, não há possibilidade inclusive de investimentos, de pequenos investimentos inclusive para uma... Para uma agricultura familiar se você não tem títulos, se você não tem garantias, se você não tem enraizamento da terra. E vejam, a falta de uma regulamentação fundiária faz, determina e impõe que o cidadão não tenha compromisso com aquela área por ele ocupada, e se torne um deambulante.

Ou seja, explora, extrai tudo que for possível durante um período de tempo e vai embora, vai para outro lugar. Porque ele não tem nenhuma responsabilidade com isso. Querem um exemplo brasileiro disso: os apartamentos funcionais. Os apartamentos funcionais é o maior exemplo disso. Da falta de compromisso que tem o seu ocupante com o próprio imóvel. Não é verdade? Observem que depois em que se decidiu o Governo a vender os imóveis funcionais, as próprias quadras começaram a ter uma revitalização. Por quê? Porque as pessoas são donas daquilo. São proprietárias daquilo.

A grande comparação que você pode fazer era ver, na época do muro de Berlim, Berlim Ocidental e Berlim Oriental. Berlim Ocidental tinha um grande desenvolvimento imobiliário. Berlim Oriental era um desastre. As casas todas destruídas porque ninguém ia conservar aquilo que era do Estado, não era dele. Ora, se... Essa coisa é simples. É mínima.

Quando no Rio Grande do Sul se estabeleceu a colonização italiana no final do Século XIX, e lembro bem que a colonização italiana no final do Século XIX, a migração italiana não foi uma questão de que pudéssemos nós termos interesse só, acontece que os italianos tinham interesse de exportar gente, porque tinham fome, ou seja, eles tinham um excedente de pessoas em *vis-à-vis* a produção de alimentos. E a única forma possível era ou aumentava a produção, que era inviável naquele momento, no final do Século XIX, ou matava a outra metade.

Essa solução tinha sido destruída já no Século XVII. Vocês lembram que no Século XVII, em determinados momentos, havia guerras de fronteiras em

alguns Estados europeus. Lembram-se disso? De repente estourava uma guerra e morria um mundo de gente. Aquilo era uma solução ao problema, digamos, era a forma da matemática atuarial da Corte.

Você tinha uma “contribuição social” [aspas], que é a linguagem de hoje, que constituía o fundo de pensão para aquela geração. E esse fundo de pensão era consumido pela Corte. Os recursos. Quando ia chegar o momento de ter que dar a aposentadoria, fazia uma guerrazinha de vizinhança, matava aquela geração e não tinha compromisso. Esta é a origem do seguro, inclusive. A matemática atuarial vem daí. Ou seja, se calculava em que momento tinha que fazer uma guerra para matar aquelas pessoas.

Ora, se nós não tivermos uma solução do problema fundiário, esqueça a possibilidade de você ter um real desenvolvimento amazônico. E só quem vai para a Amazônia é aventureiro. Porque aventureiro acaba caminhando na ilicitude.

Agora, as pessoas originárias da terra vão acabar encontrando soluções e exportando seus filhos para os centros do Estado. Ou seja, para o Centro-Oeste que está hoje na moda, Tocantins principalmente. Lembrem-se que quando se discutia a divisão, a criação do Estado de Tocantins, era nítida que Goiás tinha duas origens completamente distintas. O sul do então Goiás, a migração havia vindo daquela migração que se deu nos inícios dos anos 30, vindo do Sul, do Paraná e do Rio Grande do Sul. E Santa Catarina. E a migração que ocupou Tocantins vinha do Maranhão. Então, você tinha uma diferença fundamental, inclusive de origem, Maranhão, Piauí... Não é exato. Eu não queria dizer que Piauí exportasse pessoas [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Pois é. Aliás, o Piauí toma conta facilmente das coisas, não é? Bom, ocorre que com isso quando nós fizemos a divisão em 1988, foi obra do Siqueira Campos, lembram-se do Senador à época, em que se conseguiu essa divisão a partir desse critério.

Mas qual foi a grande discussão que tínhamos? Era a forma pelo qual tínhamos que legitimar o título de domínio das áreas de Tocantins, que foram fáceis naquele momento, porque era o Estado de Goiás que era um estado já constituído. E nós tínhamos a experiência da divisão do Mato Grosso.

Agora, um fenômeno curioso na Amazônia é a absoluta irregularidade fundiária do Amazonas. E se nós continuarmos com a absoluta irregularidade fundiária do Amazonas, o trabalho que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas possam fazer é um trabalho de assistência, ou seja, acaba tendo uma função

decorrente das necessidades que é uma função que se agrega a um dever de atividade militar que não é propriamente militar.

Ou seja, isto mostra aquilo que é sustentado pelos generais comandantes... Comandantes militares da Amazônia: que a presença do Estado hoje ainda é as Forças Armadas. Para padre, para médico, para tudo. Isso é a realidade que nós temos. Agora, nós precisamos fazer uma agenda nossa. E também uma agenda que seja factível. Começar. Mas às vezes a gente quer fazer grandiosidades e ao tentar fazer grandiosidades, acaba não fazendo coisa alguma.

Então, nós temos que partir de um trabalho muito nítido de solução dos problemas fundiários da Amazônia e, a partir daí, fazemos uma agenda, mas uma agenda brasileira. E não se preocupar absolutamente do que os outros acham que a gente está fazendo. E normalmente a gente tenta... Temos uma preocupação imensa sobre o que os outros acham que a gente está fazendo. Eles que se preocupem com que eles já fizeram e já destruíram. Nós não vamos destruir nada.

Agora, o que tem que ficar muito claro é que nós vamos proteger a Amazônia, a bem do Brasil e da humanidade. Mas ela é nossa. E quem cabe isso e quem cabe proteger a Amazônia e estabelecer uma regra de desenvolvimento da Amazônia é... São os brasileiros. E não qualquer outra agenda que se produza debaixo de algumas coroas européias. Ok? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, quero registrar a presença do nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Heráclito, e se desejar fazer uso da palavra, com muita honra...

Bom, eu quero então agradecer ao Ministro Jobim, dizer que lamento que mais Senadores não tenham tido a oportunidade de ouvi-lo, mas tenho certeza que a TV Senado, a Rádio Senado, o Jornal do Senado e também a imprensa aqui presente, nós vamos fazer também com que se reproduza através dos meios, DVDs, para transmitir a todos os senadores essa importante palestra aqui conferida e anotei alguns pontos, Ministro, que para mim eu considero importantes.

Um, lamentável, que foi a retirada da parte civil do projeto Calha Norte. Como nós da Amazônia sabemos que o projeto que mais funciona na Amazônia é exatamente o projeto Calha Norte. Funciona porque, primeiro, as Forças Armadas, ali, no caso o projeto Calha Norte em si, é eficiente, fiscaliza a liberação de recursos, fiscaliza as obras e realmente os investimentos, que é resultante das emendas parlamentares. Realmente respondem em benefício dos municípios que estão naquela região. Lamento que tenha saído do Ministério da Defesa essa parte civil, tenha ficado

somente a parte das unidades militares. Mas, não deixa de ser importante também.

E V.Ex^a frisou várias vezes e eu também acho que é fundamental que isso fique cristalizado: se não resolvermos a questão fundiária da Amazônia, nós não vamos para lugar nenhum. Realmente, vamos condenar os amazônidas, 25 milhões que estão lá, e mais os que vão para lá em busca de melhorar de vida, realmente à informalidade e aos crimes que se comete contra o meio ambiente e até mesmo contra a própria nação.

Finalmente, anotei dois pontos. Primeiro aquele que diz que a Amazônia não pode ser mantida como um parque de recreio para europeus e americanos apenas. Lógico, o turismo na Amazônia é importante. Mas reduzir a Amazônia a isso somente é muito ruim. E eu ouvi, inclusive de um deputado do Amazonas, uma coisa interessante, Ministro. É que se fala tanto que vários países cobiçam a Amazônia e eu acho que o Brasil precisa cobiçar, no bom sentido, a Amazônia. Cobiçar no sentido de desenvolvê-la, de realmente protegê-la e eu tenho certeza que as Forças Armadas, o Ministério da Defesa vêm fazendo esse papel com muita propriedade e esperamos que tenha o apoio necessário.

Daí o convite dessa Subcomissão, para ouvi-lo, ouvir o Ministro da Integração e o Ministro Mangabeira Unger, porque realmente entendo que são esses três Ministérios que definirão realmente um programa, evidentemente aí envolvendo também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque a questão fundiária passa por lá.

Se o Governo Federal não tiver essa visão, evidentemente, como disse o Ministro, vamos ficar fazendo assistência, mantendo e mantendo de uma maneira até heróica a Amazônia brasileira e os brasileiros de lá, de uma maneira, diria, mesmo sofrível. Eu quero agradecer e, portanto, dizer ao Ministro que foi uma honra muito grande tê-lo aqui. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16h47.

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia treze de dezembro de dois mil e sete, na sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Lúcia Vânia e do Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Co-

missão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senhores Senadores João Pedro, Gim Argello, Valter Pereira, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Cícero Lucena, Sibá Machado, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, e das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 31ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Ato contínuo, a Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação de Projetos de Lei. **Item nº 01:** Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado do Mato Grosso”, de autoria do Senador Jayme Campos, que tem como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, tendo sido designado Relator *AD HOC* o Senador Flexa Ribeiro, que oferece parecer favorável ao Projeto. Fazem uso da palavra os Senadores Jayme Campos, Cícero Lucena, Valter Pereira e Marisa Serrano. *Resultado:* Aprovado o parecer favorável ao Projeto. **Item nº 02:** Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, não terminativo, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Marconi Perillo, respectivamente, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, com as emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007. Usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. *Resultado:* Aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, com as Emendas nºs 01 e 02-CDR, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007. **Item nº 03:** Projeto de Lei do Senado nº 621, de 2007, terminativo, que “Cria a área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece parecer favorável ao Projeto com as emendas que apresenta. *Resultado:* Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CDR. **Item nº 04:** Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que

possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e João Pedro, que apresenta voto em separado. O Relator, Senador Jayme Campos, interpola parte do voto em separado em seu Substitutivo. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo). A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 22/2007-CDR, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Requer, nos termos do art. 90, III e V, combinado com o art. 93, II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, § 2º, III e V da Constituição Federal, sejam convidados para a realização de audiência pública nesta Comissão, a Ministra de Estado do Turismo, Excelentíssima Senhora Marta Suplicy, o Ministro dos Esportes, Excelentíssimo Senhor Orlando Silva de Jesus Filho, o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Senhor Ricardo Teixeira, o Presidente da Associação Brasileira de Hotéis – ABIH, e o Presidente da BRAZTOA – Associação Brasileira de Operadoras de Turismo, para que possam prestar esclarecimentos e informações sobre o panorama das necessidades e desafios que envolvem a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, no Brasil, bem como expor em que medida o Senado Federal poderá contribuir para o sucesso da iniciativa”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2007, ÀS 11 HORAS e 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Havendo número regimental declarado aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da

leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada a Ata, que será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destinar-se-á à apreciação de Projetos de Lei.

O Item nº 1 é o Projeto de Lei do Senado nº 440, é não terminativo, “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso”. O autor é o Senador Jayme Campos, que se encontra presente, e a Relatora é a Senadora Rosalba, que não se encontra presente. Eu nomeio, nesse instante, o Senador Flexa Ribeiro para relatar o Item nº 1, projeto de autoria do Senador Jayme Campos. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o Parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Jonas Pinheiro, Srs. Senadores. O projeto dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso. Zona de Processamento de Exportação são áreas de livre comércio destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados exclusivamente com o exterior. A Relatora, a nobre Senadora Rosalba Ciarlini, e que eu tenho a honra de fazer a leitura como Relator *ad-hoc*, analisando o projeto desta Comissão de nº 440, de 2007, de autoria do nobre Senador Jayme Campos, sempre atento como V. Ex^a., Senador Jonas Pinheiro, na defesa dos interesses de Mato Grosso, para a criação de uma Zona de Exportação no Município de Várzea Grande, no seu Estado. O voto da Senadora Rosalba é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2007. Eu quero parabenizar ao Senador Jayme Campos e à Senadora Rosalba pelo Parecer e dizer que esse instrumento, essas Zonas de Processamento de Exportação, representam um instrumento da maior importância para o desenvolvimento, principalmente das áreas periféricas do nosso país.

Eu tenho a impressão que esse deve ser o quinquagésimo projeto já aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional criando Zona de Processamento de Exportação, e lamentavelmente esses projetos, Senador Presidente, eles estão sendo retidos na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu tenho falado várias vezes com o Presidente, o Senador Aloízio Mercadante, no sentido de que ele pautasse esses projetos para que eles sejam aprovados, até porque eles são autorizativos, eles dependem de uma avaliação, de um Conselho a ser criado pelo Executivo, e nós estamos sentindo,

Senador Cícero Lucena, de que o Governo não está querendo liberar essa Zona de Processamento de Exportação, porque perdemos já um ano, praticamente o ano de 2007, sem que nem a tramitação desses projetos fosse feita.

Então eu queria, ao parabenizar e já ter declarado o voto pela aprovação, pedir à presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional que entre em contato com a CAE no sentido de que a gente possa dar sequência aos projetos que aqui estamos aprovando e que lá estão sendo retidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com relação à cidade de Várzea Grande, para que todos saibam, Várzea Grande é a cidade natal do Senador Jayme Campos, sendo que lá não se exporta só produtos manufaturados, lá se exporta também bons políticos. O Jayme já foi Governador do Estado, Prefeito três vezes no seu Município, já teve seu irmão, Júlio Campos, que foi também Governador, Senador, até ontem era Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, renunciou àquela Casa, àquela Corte, para voltar a ser Prefeito da sua cidade natal. Portanto, parabéns à Várzea Grande, que nesse instante, por indicação do seu filho Jayme Campos, aprova uma Zona de Processamento de Exportação.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Jonas Pinheiro, ilustre Senadores que fazem partes desta Comissão. Eu queria, antes de mais nada, dizer às V. Ex^{as}. que nós estamos fazendo justiça quando esta Comissão aprova a Zona de Processamento para o Município de Várzea Grande. É uma cidade com apenas cento e sessenta e seis quilômetros quadrados, tinha uma população estimada na ordem de duzentos e sessenta mil habitantes, tem a segunda maior arrecadação do Estado, tem o segundo maior colégio eleitoral e a segunda maior população. Entretanto, é uma cidade que não tem vocação agrícola, é uma cidade prestadora de serviço que ali detém o parque industrial do Estado, onde existe a presença da Sadia Oeste, a presença da Coca-Cola e a presença de vários frigoríficos de bovinos. E nos últimos anos, Srs. Senadores, Sr. Presidente Jonas Pinheiro, não podemos desconhecer que houve até certo ponto empobrecimento, tendo em vista que as dificuldades não só abateu no Município de Várzea Grande como certamente em todos os Municípios brasileiros, até porque os Municípios receberam as transferências dos ônus e lamentavelmente o Governo Federal não

transferiu os bônus. Com isso é uma cidade que cresceu em termos populacional, entretanto, precisamos dar um incremento nas atividades econômicas que possa gerar mais emprego, uma melhor distribuição de renda àquele povo.

Quando o Senador Flexa Ribeiro aqui disse que já teve quase cinquenta ou quarenta e cinco encaminhamentos de projetos aprovados por essa Comissão, eu quero chamar a atenção dos ilustres Senadores que lamentavelmente essa matéria foi aprovada, inclusive na CAE, aquela Medida Provisória que foi encaminhada, que terá que ser encaminhada para o Plenário da Casa, até hoje não foi encaminhada. Já há um acordo de lideranças, quando da discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, buscando a regulamentação para levarmos a efeito a implantação das primeiras dezessete ZPEs que foram criadas, ainda no Governo José Sarney, mas lamentavelmente o Governo até agora não cumpriu o acordo, não chegou no Plenário para ser votado, uma Medida Provisória que vinha sanear alguns pontos equivocados que viria então inicialmente para o Projeto de Lei. De tal forma que eu chamo a atenção dos senhores para nós lutarmos com os mesmos propósitos, todos nós, imbuídos, juntos, no sentido de fazer com que o Governo possa cumprir com o acordo firmado com todos os partidos que compõem o Senado Federal. De forma, meu caro e querido Senador Jonas Pinheiro, eu fico honrado sobremaneira de estarmos hoje aqui participando deste evento que tem como finalidade maior aprovar vários projetos, mas, acima de tudo, um projeto que eu tenho particularmente interesse por ser a minha cidade natal, uma cidade que tem contribuído sobremaneira com o desenvolvimento do Mato Grosso. A todos os senhores que de uma forma direta ou indireta pudesse chegar no dia de hoje com a aprovação por unanimidade dessa Comissão, a minha eterna gratidão, e certamente essa ZPE será a redenção do Município de Várzea Grande. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Para discutir, passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só renovar a cobrança feita pelos dois Senadores no sentido de que nós precisamos cumprir a legislação e o Governo estabelecer ... ao serem estabelecidas as regras, elas serem obedecidas, se não ficaremos nós aqui, logo mais relatarei também uma ZPE, e consequentemente acumulando na CAE, quando o desejo de todos nós é de que haja um desenvolvimento em todas as regiões do Brasil, uma forma mais justa, mais humana de melhorar a qualidade de vida das pessoas, que é através do trabalho, trabalho tecnológico, trabalho

que possa proporcionar o desenvolvimento. Então nós temos que nos juntar nesta Comissão e nas demais, os Senadores, para cobrar uma definição e botar isso em prática, porque se não fizemos uma lei para não ter efeito, e aproveito para renovar também os meus parabéns ao Senador Jayme Campos, à sua cidade, que é uma demonstração de amor que todos nós temos que oferecer àquela pátria, àquela terra que nos abrigou pela vontade de Deus.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Passo a palavra ao eminente Senador mato-grossense Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, aliás eu gostaria de dizer o seguinte: os nossos dois Estados, o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso, hoje são maioria nessa Comissão, é um fato realmente inusitado. Veja que até aqui se produzem os efeitos benéficos da divisão do nosso velho Mato Grosso de guerra.

Mas, Sr. Presidente, é com muita alegria que veja ser aprovado aqui, que contribuo para que isso aconteça, na criação dessa Área de Processamento da ZPE do Município de Várzea Grande. Como V. Ex^a. bem sabe, eu fui Deputado Estadual em Cuiabá e aprendi a admirar aquela cidade, aquele povo, a pujança da economia regional, as potencialidades que o Mato Grosso possui, que hoje inclusive nessa corrida desenvolvimentista acabou até ultrapassando o Mato Grosso do Sul em termos de arrecadação, em termos de PIB. Então acho que essa potencialidade precisa efetivamente ser explorada, precisa ser incentivada, e a grande ferramenta que detém os Estados interioranos para promover esse desenvolvimento, para incrementar o crescimento de alguns Municípios que têm vocação para o desenvolvimento industrial, para a exportação, como é o caso de Várzea Grande, é exatamente a criação da ZPE. Infelizmente nós estamos deparando com uma má vontade. Não basta só a gente –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Chegou mais um mato-grossense.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): -- Chegou mais um, então a maioria agora ficou aca-chapante [risos].

Então, Sr. Presidente, na verdade quando se aprova aqui um projeto autorizativo como esse, precisa ficar muito claro que nós ficamos ainda na dependência, a dependência da boa vontade, a dependência do compromisso que o Governo assumiu em regulamentar e encarar essa forma de se promover o desenvolvimento que o Senado Federal, que o Congresso de maneira geral encampou e que o Governo resiste, mais especi-

ficamente a área econômica do Governo. Nós sabemos muito bem que o Ministério, especialmente o Ministério da Fazenda, tem uma restrição muito grande quanto à implantação das ZPEs. Não sei se é movido por um equívoco, um equívoco no sentido de que isso daí pudesse implicar em renúncia fiscal, ou se é em razão de interesses inconfessáveis, mas a verdade é que existe uma resistência. V. Ex^a. sabe muito bem quantos anos têm a aprovação daquele primeiro lote de ZPEs que até hoje efetivamente não produziam nenhuma ZPE na sua plenitude. Então nessa última rodada sucedeu que o Governo fez o acordo, o acordo para confirmar as antigas ZPEs, reabrindo prazos para que elas fossem implementadas, e até agora esse acordo não foi cumprido, até agora as autoridades da área fazendária resistem. Nós sabemos que essas autoridades querem impedir que se crie aquelas ZPEs que já foram criadas logo após a Constituinte, e as novas também estão só no campo da ficção.

Então eu acho que é de bom alvitre que nós iniciemos o próximo ano fazendo essa cobrança. Eu acho que o Governo tem que acordar, o Governo tem que se render a essa exigência que é feita pelo Congresso Nacional, especialmente por esta Comissão. Mas de qualquer forma a iniciativa da criação dessa ZPE de Várzea Grande é louvável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Muito obrigado ao eminente Senador Valter Pereira.

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Passo a palavra à eminente Senadora Marisa Serrano.

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer uma proposta a V. Ex^a. como Presidente, ao Senador Valter, aos nossos Senadores que estão aqui, o Flexa e o Cícero, porque a preocupação muito grande é quando os projetos vão para a CAE, e talvez uma negociação com o Senador Mercadante, porque, Senador Valter Pereira, todos os projetos da ZPE estão parando lá, não avançam. Então se nós queremos que essa nossa Comissão tenha otimização e realmente resolução dos nossos problemas, nós temos que inter-facear com outras Comissões. Eu acho que está chegando o momento de se conversar com a CAE, com o Senador Mercadante, e discutir com ele problemas como esse da ZPE. Eu acho que aí sim nós vamos ter resolução, resolutividade dos nossos trabalhos, senão, Senador Jonas Pinheiro, nós vamos mandar fazer belos discursos, fazer projetos, chega lá e as coisas não andam. Eu queria deixar essa sugestão a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Obrigado, eminente Senadora. Esse assunto já foi tratado aqui através do Senador Flexa Ribeiro e eu confirmo, essa presidência vai tomar providência quanto ao andamento das ZPEs, particularmente na CAE.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer favorável ao projeto. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

No Item 2 nós vamos aprovar aqui uma ZPE por atacado. É uma ZPE que está tramitando em conjunto, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação do Município de Anápolis, no Estado de Goiás”. Esse projeto, que leva o nº 394, tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 534, é de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Marconi Perillo. O Relator, de ambos os projetos, é o eminente Senador Cícero Lucena, com Parecer favorável ao Projeto nº 394 com as emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 534. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o seu Parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu lerei o relatório, embora já tenha sido distribuído para os demais Senadores, exatamente pela particularidade de dois projetos com o mesmo objetivo.

O relatório do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás”. Tramitam conjuntamente e nesta oportunidade submete-se ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, e o Projeto de Lei do Senado nº 534, também de 2007. Os dois projetos têm por objetivo criar a Zona de Processamento de Exportação no Município de Anápolis, no Estado de Goiás. O PLs 394, de 2007, foi apresentado pela Senadora Lúcia Vânia em 03 de julho de 2007. Já o PL 534, de 2007, é de autoria do Senador Marconi Perillo e foi apresentado em 06 de setembro de 2007.

As duas proposições têm semelhante teor. Em seu artigo 1º autorizam o Poder Executivo a criar uma ZPE no Município de Anápolis. O § único de ambos os projetos estabelece que sua criação, características objetivas e funcionamento da ZPE são regulados pela legislação pertinente. O artigo 2º de ambos os projetos contém a cláusula de vigência da lei. No entanto, o mesmo dispositivo no PLs 394, de 2007, ainda revoga o artigo 1º da Lei 8.015, de 07 de abril de 1990, e o artigo 1º da Lei 7.792, de 04 de julho de 1989.

Na justificativa dos projetos é salientada a importância do Município de Anápolis para a economia Goiana. A posição estratégica em relação ao mercado consumidor brasileiro, a boa infra-estrutura de transportes com o fácil acesso por meio de rodovias federais, a existência de um porto seco com facilidades para o desembarque de mercadorias, bem como de um pólo industrial com destaque para a indústria farmacêutica e de alta tecnologia.

Em atendimento ao Requerimento nº 1.233, de 2007, por mim subscrito em 23 de outubro de 2007, nos termos do disposto no artigo 258 do Regimento Interno, os referidos projetos passaram a tramitar em conjunto, e após análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo irão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Passo à análise, Sr. Presidente. Nos termos do inciso I, do artigo 104-A, acrescido ao Regimento Interno da Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre programas, projetos, investimentos, incentivos, voltados para o desenvolvimento regional. O PLs 394 e o PLs 594 apresentam apenas dois artigos. O primeiro deles apresenta redação semelhante, estando a diferenciá-los somente o artigo 2º, que no PL 394/2007, além de contar a cláusula de vigência, ainda revoga o artigo 1º da Lei 8.015, de 07 de abril de 1990, e a Lei 7.792, de 04 de julho de 1989. Para emitir uma opinião sobre as proposições é necessário avaliar o que diz a Lei 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualizou o marco regulatório da Zona de Processamento de Exportação. O artigo 2º desta norma estabelece que a criação de ZPE far-se-á por decreto que delimitará sua área à vista da proposta dos Estados ou Município em conjunto ou isoladamente. Essa proposta, segundo o inciso I, do artigo 2º, deverá satisfazer alguns requisitos como, por exemplo, a indicação da localização adequada no que diz respeito aos acessos a portos e aeroportos internacionais. O artigo 3º da Lei nº 11.508, de 2007, por sua vez determina que o Conselho Nacional de Zona de Processamento de Exportação (CZPE) analisará as propostas de criação da ZPE e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizadas em áreas geográficas privilegiadas para a exportação. Nesse sentido é preciso avaliar as possibilidades de escoamento da produção de uma futura ZPE em Anápolis, já que a Lei 11.508, de 2007, estabelece a concessão de prioridade para a criação de ZPE localizada em área geográfica de fácil acesso ao mercado externo. O Município de Anápolis está localizado em uma área do Brasil que possui boa infra-estrutura de transporte, sendo bem servido por ferrovias e rodovias. No caso destas o autor

do projeto aponta que o acesso ao Município pode ser feito por rodovias federais, BR-153, BR-060, BR-414, e as estaduais, GO-057, GO-18 e GO-013. No caso de ferrovia, Anápolis é servida de um ramal da Ferrovia Centro-Atlântica, o que permite conexões aos principais portos brasileiros. No tocante a aeroporto, a cidade fica próximo a dois locais com aeroportos: Goiânia, a uma distância de quarenta e oito quilômetros, e Brasília, a cento e cinquenta e quatro quilômetro. Em suma, não havia problema para o escoamento de produção de uma Zona de Processamento de Exportação em Anápolis. Em relação à estrutura econômica, sabe-se que Anápolis é considerada a capital industrial de Goiás, sendo o terceiro maior Município do Estado em população. Embora a sua economia esteja voltada para a agroindústria, o Município possui um dos maiores pólos industriais do interior brasileiro, com destaque para a indústria farmacêutica, de alta tecnologia, na produção de genéricos. Anápolis também conta com outra multinacional importante, a montadora de veículos sul-coreana Hyundai, inaugurada em abril de 2007. Para fornecer mão-de-obra qualificada às empresas locais e àquelas que venham a se instalar em sua ZPE, Anápolis conta com seis instituições de ensino superior, sendo uma delas a Universidade Estadual de Goiás. Pode-se então afirmar que a ZPE em Anápolis teria o mérito de estimular ainda mais o desenvolvimento do Município, que por sua importância econômica teria o mérito de impactar positivamente a economia de todo o Estado de Goiás.

Tendo em vista a perfeita identidade na essência das proposições e o que dispõe o artigo 260, § 2º, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, a respeito da tramitação em conjunto e procedência, cabe ao PLs 394, de 2007, que é o mais antigo dos dois – daí a razão de termos feito exatamente o nosso voto pela aprovação do 394 e a prejudicialidade do seguinte. Temos apenas um reparo a fazer em relação à técnica legislativa do PL 394. O artigo 2º contém ao mesmo tempo a cláusula de vigência e de revogação. Além disso, no tocante à revogação do artigo 1º, da Lei nº 7.992, não estão mencionadas as alterações da redação em decorrência da Lei 7.993, de 05 de janeiro de 1990. Assim sendo, apresento duas emendas para corrigir tais falhas.

Em face do exposto, Sr. Presidente, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, com as seguintes emendas ... Renovo que a prejudicialidade do 534 é exatamente por ter sido apresentado posterior ao 394. Emendas, Sr. Presidente: dê-se ao artigo 2º do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, a segunda redação: Artigo

2º – Fica revogado o artigo 1º da Lei 8.015, de 07 de abril de 1990, e o artigo 1º da Lei 7.792, de 04 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei 7.993, de 05 de janeiro de 1990. A seguinte Emenda, Sr. Presidente: acrescente o artigo 3º ao Projeto de Lei do Senado nº 394: Artigo 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente, desculpe pela extensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Obrigado ao eminente Senador Cícero Lucena. Em discussão a matéria. **SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Para discutir a matéria, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para parabenizar, Presidente Senador Jonas Pinheiro, à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Marconi Perillo pela autoria dos projetos e ao Senador Cícero Lucena pela relatoria. Não é preciso repetir que as Zonas de Processamento de Exportação representam um instrumento da maior importância para o desenvolvimento desses Estados ainda com a economia subdesenvolvida. Os nobres Senadores por Goiás tiveram a iniciativa de criar, os dois, uma Zona de Processamento em Anápolis, o que vai propiciar o crescimento cada vez mais intensivo do Estado de Goiás.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 394/2007 com as emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 534/2007. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 394. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, eu queria pedir a V. Exª. a inversão de pauta para nós relatarmos aqui, até porque essa matéria já esteve na semana passada, o Senador João Pedro pediu vista para que ele pudesse, naturalmente, dar a opinião sobre o parecer. Então eu gostaria de saber se é possível nós fazermos a inversão de pauta para que eu pudesse ler o meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Senador Jayme Campos, nós temos mais uma ZPE cujo Relator encontra-se presente. Então eu gostaria que aguardasse mais um pouquinho o projeto em que V. Exª. é o Relator porque nós estamos esperando o quorum ainda.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ótimo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Então passaremos para a próxima área de livre comércio, que é o Projeto de Lei do Senado nº 621, não terminativo, que “Cria a área de livre comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro, que se encontra presente, cujo Parecer é favorável ao projeto com as emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu Parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Jonas Pinheiro, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Vem à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado, PLs 621, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação da área de livre comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.

A iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi visa instituir uma área de livre comércio nos moldes das criadas em Tabatinga, Amazonas, pela Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, em Guajará-Mirim, Rondônia, pela Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, e em Macapá e Santana, Amapá, pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. O autor do PLs 621/2007 argumenta que Jaguarão sofre um progressivo esvaziamento de suas atividades comerciais por não suportar a concorrência comercial desigual exercitada pelo comércio de *free shop* na cidade uruguaia de Rio Branco, que favorecido pelo dólar baixo diante do real, e contando com um regime fiscal atraente, oferece produtos de todo o mundo por preço tentadores, que atraem multidões de compradores brasileiros. A proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas à proposição.

Vamos à análise, Sr. Presidente. O PLs nº 621, de 2007, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial ao artigo 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional.

O voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, recomendando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 621, de 2007, com as seguintes emendas: Emenda nº 1 – Dê-se ao § único, do artigo 7º, do PLs 621, de 2007, a seguinte redação: Artigo 7º, § único – Ficam asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativos às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrializa-

ção dos produtos entrados na área de livre comércio. Emenda nº 2 – A palavra executivo, no artigo 12, do PLs nº 621, de 2007, deve ser gravada com a inicial maiúscula. Ementa nº 3 – Dê-se aos artigos 14 e 15, do PLs 621, de 2007, a seguinte redação: Artigo 14 – o Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido nos artigos 14 e 17 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, estimará o aumento de despesa decorrente dessa lei ao impacto orçamentário e financeiro da concessão de isenção prevista na lei nos futuros exercícios fiscais. § único – O aumento de despesa e o impacto da concessão de isenção fiscal decorrente dessa lei serão compensados pela margem de expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, explicitada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e incluirá a despesa resultante desta lei no Projeto de Lei Orçamentária, cuja apresentação se der após decorrido sessenta dias da publicação desta lei. Artigo 15 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. § único – O artigo 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente àquele que for implementado o disposto no § único do artigo 14. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer favorável ao projeto com as emendas que apresenta. As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº 4, que é o último tema que nós temos a discutir hoje. Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, que é terminativo. “Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio-Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais”. A autoria é do Senador Papaléo Paes. O Relator é o Senador Jayme Campos, que tem o Parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Observação: no dia 22.05.07, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o Parecer do Relator, Senador Edison Lobão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CAE. Em 25.07.2007, a Comissão de Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou o Parecer do Relator, Senador Renato Casagrande, favorável ao projeto na forma do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em reunião realizada na data de 29.11.2007, sob o comando da eminente Senadora Presidente Lúcia Vânia, foi concedida vista do projeto ao Senador João Pedro, pelo prazo de cinco dias, que até o presente momento não se manifestou. Concedo, portanto, a palavra ao Senador

Jayme Campos para proferir o seu Parecer. Registro que esse projeto é terminativo, então gostaríamos que permanecessem todos os Senadores na reunião para que pudéssemos votar nominalmente. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Jonas Pedro, demais Senadores e Senadoras. Essa matéria já esteve aqui na semana passada e o Senador João Pedro pediu vistas para que ele pudesse naturalmente ter conhecimento melhor em relação a esta matéria. Entretanto, como está nesta Comissão já o nosso Parecer, eu pediria a permissão, pediria *vênia* aos Srs. Senadores e Senadoras para me reservar ao direito de fazer um comentário em relação a esta matéria.

No nosso entendimento, Sr. Presidente, nas regiões que abrigam áreas destinadas a reservas indígenas padecem as mesmas dificuldades, razão pela qual as consideramos igualmente merecedoras da atenção privilegiada de que se trata a presente proposição. Por esta razão, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, nos termos da seguinte emenda substitutiva: Projeto de Lei nº 320, substitutivo de 2007. Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio-Ambiente, e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas. O artigo 1º e § 2º, do artigo 5º, da Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, passo a vigor com a seguinte redação: Artigo 5º, § 2º – Sem prejuízo das ações do âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua atuação em municípios que tenham mais de 25% de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas e que estejam localizadas na região centro-oeste, nordeste e norte. Artigo 2º – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

De forma, Sr. Presidente, nós fizemos a Emenda tendo em vista que inicialmente este projeto apenas contemplava os municípios que tivessem parques nacionais, e nós entendemos que nós temos que inserir também os Estados, naturalmente os municípios por conseguinte, que tivessem também as reservas indígenas. Eu particularmente estou defendendo aqui não só ... naturalmente uma política nacional, mas sobretudo o meu Estado do Mato Grosso, na medida em que Mato Grosso, nos últimos tempos, sem nenhum critério, de forma irresponsável, é bom que se chame a atenção, a FUNAI tem tido uma ação perversa contra o nosso Estado. Da forma que vai caminhando as transformações do nosso território e reserva indígena, daqui a pouco eu acho que menos de 40% das nossas áreas

poderá não ser reservas indígenas e parques nacionais. Com isso, inviabilizando, de tal forma, qualquer possibilidade do crescimento de um Estado pujante, de um Estado que certamente tem dado muita alegria para esse país, contribuindo sobremaneira com a balança comercial, e agora a FUNAI, de forma irresponsável, eu volto a chamar a atenção, vem sem nenhum critério, sem ouvir as autoridades, sem ouvir os segmentos sociais da sociedade, transformando Mato Grosso em parque nacional, também em reservas indígenas. Não somos contra os índios, muito pelo contrário, defendemos uma política indígena responsável. Não somos, muito pelo contrário também, contra a preservação, contra fazermos uma política de desenvolvimento auto-sustentável. Agora da maneira como estão sendo constituídas essas reservas indígenas, nós temos que tomar algumas providência, e umas das poucas que nos resta agora, não só nós discutirmos daqui a pouco uma política indignista para o Brasil, mas sobretudo aqueles municípios que já estão prejudicados poderão participar do Fundo Nacional, ou seja, não só para os parques como também para as reservas indígenas.

De forma, Sr. Presidente, que eu fico muito grato, eu tenho a certeza que os Srs. Senadores e Senadoras estarão sensibilizados, especialmente em Estados como é o caso do Senador Flexa Ribeiro aqui, seu grande e magnífico Estado do Pará, e outros companheiros, como o próprio João Pedro pelo Estado do Amazonas, esta é a nossa preocupação e eu tenho certeza que nós teremos aqui apoio desta Comissão no sentido de fazermos justiça aos Estados que compõem a nossa federação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Em discussão a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizar o Senador Papaléo Paes, pela autoria do projeto, e o Senador Jayme Campos pela relatoria, inclusive pela Emenda em que o Senador enriqueceu o projeto do Senador Papaléo Paes, incluindo também as áreas indígenas para serem atendidas por este Fundo Nacional de Meio-Ambiente. Isso que foi dito em relação ao Mato Grosso, nós sofremos do mesmo problema no Pará. O Pará, ele está sendo engessado por criação de reservas indígenas, de flonas, de parques ambientais, que impedem o crescimento de forma sustentável. Ninguém quer fazer a degradação da floresta, mas também não podemos deixar de dar as condições de vida digna àquelas pessoas que habitam nessas regiões.

Eu estive recentemente, Senadores, em dois municípios do meu estado, município de Trairão e município de Jacareacanga, que tem exatamente este tipo de problema. O município de Jacareacanga não tem nem área, Senador João Pedro, para que possa fazer agricultura familiar, porque toda a área existente no município ou já está ocupada pelos órgãos, tanto federais, estaduais, municipais, ou são reservas indígenas ou reservas ambientais. Então nós vamos, inclusive no próximo dia 18, ter uma reunião tanto na FUNAI quanto na FUNASA para tentar encontrar uma solução. O município de Trairão, que é um outro município que sofre esse problema, ele não pode receber as transferências voluntárias porque ele não tem, o município, a propriedade do solo, e então não pode apresentar junto aos órgãos do Governo, nos Ministérios, para receber os recursos para fazer uma quadra de esportes, para fazer um prédio público, porque são áreas que não pertencem ao município. Eles inclusive pedem e solicitam que na reforma florestal lá na flona seja diminuída em vinte e cinco mil quilômetros quadrados para que eles possam fazer uma estrada de acesso à Rodovia Transamazônica, porque eles estão completamente ilhados, eles só têm acesso de avião ou de barco, quando passa muito próximo uma rodovia para poder fazer a integração.

Então esse projeto é da maior importância e eu quero aqui declarar o meu voto favorável pelas dificuldades que eu reconheço existirem em Mato Grosso, existirem no Pará e em vários Estados brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro. Eu consulto ao Senador João Pedro se tem alguma manifestação a fazer em função do pedido de vista.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom dia, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero dar o bom dia, porque nós começamos cedo esse dia [risos], é um dia longo.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras. No dia 29 eu pedi vista dessa matéria, nós estamos tendo a próxima reunião, a subsequente ao pedido de vista é esta mesmo, então eu estou aqui apresentando, e quero dizer aos Srs. Senadores que este Projeto de Lei de nº 320, que altera a Lei 7.797, ela tem um foco nessas três grandes regiões, principalmente o centro-oeste, norte e o nordeste. É bom lembrar aqui que o Brasil possui aí em torno de duzentos municípios que estão envolvidos, ou mais, com este projeto. Eu pedi vista, reuni um grupo de estudiosos, inclusive de alguns Ministérios, há concordância com o projeto, há concordância

com o projeto, e eu faço uma pequena alteração que inclusive estava no projeto original do Senador Papa-léo, que é voltar o IDH, é nós trabalharmos com o IDH. Tem tudo que o nosso Relator apresenta, mas eu volto com esse índice, existe uma tipologia para as regiões diferenciadas, nova, eu penso que é importante nós trabalharmos com o IDH nessas regiões, eu penso que é moderno, é democrático esse olhar. Eu já conversei aqui com o nosso Senador Jayme Campos, ele manifestou que tem concordância, não altero o mérito, está mantido, o espírito está mantido, o olhar, a preocupação está mantida.

Eu tenho aqui, não sei se precisa ler, acho que podemos avançar, mas eu posso ler o § 2º, como que ficaria o § 2º, isso a partir das contribuições da assessoria, dos estudiosos, de pessoas, dos Ministérios, principalmente do Meio-Ambiente. Fica assim o § 2º, Senador Jayme Campos: Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios das regiões centro-oeste, nordeste e norte, que possuam parte de seus territórios dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas, que se encontrem em sub-regiões estagnadas ou de baixa renda, segundo a tipologia da política nacional de desenvolvimento regional e/ou que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível. Então este é o § 2º, esta é a redação. Na verdade nós estamos voltando com o que estava originalmente no projeto, que é o IDH. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Muito bem. Eu consulto agora ao eminente Relator Senador Jayme Campos se incorpora ao seu substitutivo a proposta do eminente Senador João Pedro. Se concordar, fica incorporado, vota apenas o vosso substitutivo; senão concordar, votamos primeiro o vosso substitutivo e depois vota-se a Emenda do Senador João Pedro. Consulto a V. Exª.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu entendo a preocupação do Senador João Pedro e vou mais longe: eu acho que é meritória a Emenda de V. Exª., até porque mostra a sua preocupação para que possamos ter critério, naturalmente, na distribuição deste Fundo que certamente será contemplado os municípios, de tal forma que eu concordo plenamente e cumprimento V. Exª. pela louvável iniciativa de mostrar a sua preocupação com relação à distribuição, que será através do IDH dos municípios. Eu concordo plenamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto nos termos do substitutivo, incorporando a Emenda do Senador João Pedro. Eu convoco a Senadora Presidente para funcionar como Secretária. Bom, quem vota com o Relator, vota sim. Quem é contra, vota não. Com a palavra a Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator e a Emenda do § 2º.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sra. Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Lúcia Vânia, com o Relator. Marisa Serrano?

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o Relator.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Com o Relator.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Jayme Campos, é o voto conhecido. Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho que chamei todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Vamos ao resultado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Oito votos favoráveis, está aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Resultado: aprovado por unanimidade dos presentes. São oito votos sim. Como o quorum são nove, Presidente não vota, conta-se como nove. Muito bem, então aprovado, o substitutivo será submetido a turno suplementar, conforme o artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal. A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no

Diário do Senado Federal. O turno suplementar será na próxima sessão.

Por fim, está sobre a mesa um Requerimento da eminente Senadora Lúcia Vânia que requer, nos termos do artigo 90, incisos III e V, c.c. o artigo 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, bem como no artigo 58, § 2º, incisos III e V, da Constituição Federal, seja convidado para realização de Audiência Pública nesta Comissão a Ministra do Estado de Turismo, Senadora Marta Suplicy, o Ministro de Esportes, Senador Orlando Silva de Jesus Filho, o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Teixeira, o Presidente da Associação Brasileira de Hotéis (ABIT) e o Presidente da BRAZTOA – Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, para que possam prestar esclarecimentos e informações sobre o panorama das necessidades e desafios que envolvem a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como expor em que medida o Senado Federal poderá contribuir para o sucesso da iniciativa. Por fim, vem a justificativa. A autora é a Senadora Lúcia Vânia. Coloquei em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o Requerimento nos termos que eu li permaneçam como estão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Aprovado por unanimidade. Damos aqui os parabéns à Presidente Lúcia Vânia pelo importante Requerimento que oferece a esta Casa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma prestação de contas bem aqui rapidinho, sei que os senhores estão com pressa, sobre os nossos trabalhos durante este ano. Então ao encerrar este ano Legislativo, tenho a honra de apresentar às Sras. e Srs. Senadores, integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o balanço das atividades desenvolvidas neste período. O resultado de nossos trabalhos é motivo de grande satisfação para esta presidência e, tenho certeza, para cada um dos senhores parlamentares. Esta Comissão ainda é relativamente nova no Senado Federal, mas tem cumprido uma missão tão importante quanto as demais Comissões que atendem aos interesses da população brasileira no parlamento. Promover o desenvolvimento nas regiões mais carentes do Brasil e assim tornar o nosso país justo e equânime. Durante todo o ano a CDR atuou no debate de projetos visando a fortalecer o desenvolvimento social, econômico, ambiental e turístico que constituem o imenso patrimônio da Nação e do povo brasileiro. Realizamos Audiências Públicas, participamos de eventos, promovemos a Primeira Semana do Turismo, o IX CEBRATUR em par-

cerias muito positivas com a Comissão de Desporto e Turismo da Câmara, presidida pela Deputada Lídice da Mata, com a Frente Parlamentar do Turismo e com o Sistema de Confederação Nacional do Comércio, e assim inscrevemos o nome da nossa Comissão no debate sobre o setor turístico brasileiro. Pudemos aqui votar vários relatórios, vários projetos de lei. Estamos planejando para o início do próximo ano trazer aqui o Ministro do Desenvolvimento e Turismo para que nós possamos discutir a questão das ZPEs, que é um problema pendente, trazer o Ministro da Fazenda para discutir a questão dos vetos SUDAM, SUDENE e agora SUDECO, o nosso projeto.

Enfim, temos um balanço positivo, eu quero agradecer a todos os Srs. Senadores que colaboraram com esta participação, e dizer que no próximo ano, se Deus quiser, continuaremos aqui trabalhando para que essa Comissão se consolide dentro do Congresso Nacional. A todos os senhores os nossos agradecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Muito bem, eu declaro que a pauta está limpa. Portanto, não temos nada empenhado para o próximo ano. Tudo que é proposta de lei que foi apresentada foram votadas e passamos para o próximo ano como um ano novo mesmo. Com a palavra o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado ao Senador Jonas Pinheiro, parabenizar ao senhor e à nossa Presidente Senadora Lúcia Vânia pela condução dos trabalhos nesse ano. Nós cumprimos a pauta, estamos com a pauta limpa para o ano que vem, temos alguns projetos que devem ser avaliados, que são muitos importantes, principalmente para o centro-oeste, como é o caso do projeto da SUDECO, que nós temos que ver, e trazer uma novidade. A nossa Presidente Senadora Lúcia Vânia pediu que eu representasse a Comissão na reunião da semana passada na liderança do Governo com representantes da Receita Federal e outros sobre o assunto do ZPE. Ontem ainda, quando eu fiquei da nossa reunião, ontem ainda eu mantive contato com o chefe da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, que me disse que a Medida Provisória que trata do tema, para fazer aquilo que é um marco para a gente, nós aprovamos tantas ZPEs aqui, e precisamos que seja agora mandada uma Medida Provisória para o Congresso para que a gente possa realmente implementar aqueles projetos que foram feitos, sendo que ele nos garantiu que até essa semana que vem, antes do Natal, essa Medida Provisória chega aqui no Congresso, e aí sim esse problema da ZPE vai estar sanado e poderemos então começar a instalar em vários Estados brasileiros, como essa Comissão já determinou e assim aprovou. A partir desse

momento, então, podemos pedir para a CAE poder também aprovar terminativamente para que seja então realizado, e o desenvolvimento regional, pelo que tanto essa Comissão luta, possa começar a acontecer, eu acredito, que já a partir de março do ano que vem. Seriam só essas considerações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Muito bem. Damos por encerrado essa sessão e também o ano legislativo nesta Comissão. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h36.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, E COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, EDIFÍCIO PRINCIPAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e oito, no Plenário do Senado Federal, Edifício Principal, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, e dos Senadores Marconi Perillo, Paulo Paim e Eduardo Suplicy, reúnem-se as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Serviços de Infra-Estrutura, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores Titulares Patrícia Saboya, José Maranhão, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, e dos Senhores Senadores Suplentes, Sibá Machado, Expedito Júnior, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro e Osmar Dias. A Reunião contou, ainda, com a presença dos Srs. Senadores não membros Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, César Borges, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Magno Malta, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Paulo Paim, Efraim Moraes, Marconi Perillo, José Agripino, Eduardo Azeredo e Raimundo Colombo, e dos Deputados Federais Ciro Gomes e Marcondes Gadelha. Justifica a ausência o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente saúda os convidados presentes e demais autoridades, faz suas considerações iniciais e passa-se a pauta. **ITEM ÚNICO:** O Senhor Presidente

passa a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, Senador Efraim Morais, que lê o Requerimento nº 02, de 2008-CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, para a realização de Audiência Pública Conjunta com as Comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura, e a de Desenvolvimento Regional e Turismo “para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos palestrantes. Comparecem os seguintes Senhores convidados: Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional; Ciro Gomes, Deputado Federal; Marcondes Gadelha, Deputado Federal; Dom Luiz Flavio Cappio, Bispo de Barra (BA); Luciano Marçal da Silveira, representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil (Articulação para o Semi-árido Brasileiro); Letícia Sabatella, atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos; João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional; Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat; Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, Professor da UFRJ; Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco; José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do Portal EcoDebate; João Abner, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; e Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco. Comparecem, ainda, os atores Carlos Vereza e Osmar Prado, aos quais o Plenário franqueia a palavra. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Heráclito Fortes, Garibaldi Alves Filho, Efraim Morais, Pedro Simon, Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, José Agripino, Eduardo Azeredo e Raimundo Colombo; e os Deputados Federais Ciro Gomes e Marcondes Gadelha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy, encerra a reunião, às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há número regimental, declarado aberta a presente reunião. Encontram-se presentes membros das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Essas Comissões tiveram a iniciativa de promover este debate acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão da sua importância para aquela região e para o Brasil.

Quero registrar que já estão presentes à Mesa alguns convidados nossos e entre eles eu quero dirigir uma saudação especial e agradecer a presença do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. Quero agradecer também, a presença não está ao nosso lado, mas sinto-se como se estivesse e logo estará aqui como debatedor do ex-Ministro Ciro Gomes. Dom Luiz Flávio Cappio, está presente aqui, eu quero igualmente agradecer a presença do senhor reverendíssimo Bispo de Barra, na Bahia. Agradecer também a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Bispo de João Pessoa da Arquidiocese da Paraíba, até pouco tempo, está aqui presente como um daqueles que irão se manifestar durante esse debate. Igualmente eu quero agradecer e até pela realização desse debate ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura Senador Marconi Perillo. Está aqui ao meu lado o Senador Efraim Morais que veio também participar na qualidade de 1º Secretário, Senador Paulo Paim que é membro da Comissão de Direitos Humanos e na impossibilidade... E o Senador Antônio Carlos Valadares, quero também dizer da sua presença aqui na qualidade de representante, vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo na impossibilidade da presença aqui da Presidente desta Comissão Senadora Lúcia Vânia. E quero pedir desculpas a outras autoridades que estão aqui igualmente convidadas, mas que eu não irei citá-las e darei até a oportunidade de na medida em que forem chamadas elas serão naturalmente apresentadas.

O que interessa agora é que possamos iniciar este grande debate, que possamos ter durante a sua duração, todo mundo aprendizado a respeito dessa transposição e não apenas a respeito dessa transposição de bacias, mas, sobretudo, sobre o gerenciamento das águas do Brasil.

O Brasil como todos sabem aqui, eu não quero ensinar Pai Nosso a vigário e aqui não se trata de ensinar Pai Nosso a vigário. Se trata de ensinar Pai

Nosso a Bispo. Então, eu não quero de maneira nenhuma ensinar, mas lembrar que o Brasil é um país no mundo que tem uma escassez de água muito grande, 3,3% segundo os técnicos como Rômulo Macedo que é meu conterrâneo que estará aqui debatendo, nós temos apenas 3,3%. E desse número, 70% estão na Região Amazônica. Por outro lado devemos atentar durante esse debate, eu não estou fazendo isso em tom de advertência, quem sou eu, mas estou apenas lembrando que devemos estar diante do fato de que o Nordeste é uma região que dispõe também de uma disponibilidade de água muito ínfima, muito pequena e que ela está concentrada praticamente no rio São Francisco que dispõe de 70% das águas disponíveis no Nordeste.

Gerenciar essas águas, estabelecer uma distribuição mais justa sempre foi um grande desafio para o Governo Brasileiro que só agora dispõe de instrumentos adequados para fazer com que prevaleça um caráter técnico, mas não apenas técnico, justo para distribuição dessas águas. A outorga da ANA, da Agência Nacional das Águas, que é um desses instrumentos que o Brasil moderno dispõe, garante um nível mínimo de fornecimento de apenas 26 m³ de água. E, na verdade, na média garante 56 m³ de água de um potencial de 1.815 m³ de água por segundo. Rômulo quer fazer alguma retificação, vamos iniciar logo o debate. 1.850, vazão mínima na foz 1.850. Agradeço ao Ministro Ciro Gomes.

Mas eu gostaria de pedir, me perdoe os convidados, eu nessa matéria eu tenho a minha posição, uma posição que eu defendo, não é de hoje, que eu defendi várias vezes da tribuna desta Casa para dizer que nós não estamos pedindo muito e quando eu digo nós, eu digo aqueles Estados do Nordeste Setentrional assolados pelo flagelo da seca que nós não estamos pedindo muito em nome de 12 milhões de habitantes, de nordestinos que sofrem com a falta d'água, com a falta não apenas da escassez, mas desse melhor gerenciamento das águas. E eu posso dar esse depoimento, os senhores me perdoem e as senhoras, eu posso dar esse depoimento porque eu vi de perto essa situação, vi de perto como menino, como adolescente, filho de um agricultor, de um proprietário rural, vi de perto como Governador já do Estado, ao ver que era preciso dar um basta àquele sofrimento e graças a Deus pude fazer alguma coisa no meu Estado na qualidade de Governador que pode ter sido uma gota d'água num oceano das nossas necessidades, mas foi uma gota d'água que eu tenho certeza veio amenizar esse grande drama do Nordeste do país.

Por isso ao abrir esse debate eu quero agradecer novamente a presença de todos, a presença aqui do

representante do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que teve a disposição de iniciar essas obras e a essa altura estão sendo iniciadas que é o Ministro Geddel Vieira Lima. Agradecer a presença dos preladados que aqui estão, dos estudiosos, enaltecer a iniciativa dessas Comissões, mas, sobretudo, aplaudir a presença de um paulista, Senador Eduardo Suplicy. [aplausos] preocupado com um problema que ele sabe que não é do Nordeste, mas é do Brasil. Enquanto não for resolvido esse problema o país não será um país justo.

Abro o debate e ao mesmo tempo peço ao 1º Secretário, Senador Efraim que leia o requerimento que está em suas mãos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente. Requerimento nos termos regimentais à realização da audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Serviços de Infra-Estrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, para esclarecer aos Srs. Senadores acerca do projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil.

Requeiro ainda sejam convidados a comparecer a referida audiência o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, o Bispo de Barra, Bahia, Dom Luiz Flávio Cappio, Dom Aldo Pagotto da arquidiocese da Paraíba e diversas outras autoridades. Requerimento que foi assinado pelos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Senador José Nery, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta e Senador Geraldo Mesquita. É o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Efraim Moraes e concedo a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio. V.Ex^a terá 15 minutos para a exposição, mas se não se sentir confortável pelos 15 minutos V.Ex^a poderá pedir uma prorrogação de 5 minutos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Cumprimento o Sr. Presidente desta Casa e todas as senhoras e senhores que participam desse importante momento cidadão. Estou aqui representando um coletivo, o povo do rio São Francisco, nações indígenas, comunidades quilombolas, brasileiras e brasileiros que se preocupam com a vida. Este é o meu fórum. Em nome deles é que eu vos falo. A água se tornou o tema principal de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro da vida no planeta Terra. A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, a necessidade de preservar suas fontes, racionalizar

o seu uso e promover a recuperação dos mananciais danificados.

Hoje com todo o processo de degradação da água disponível e considerando a realidade de 1,2 bilhões de seres humanos sem acesso a água potável no planeta, dado da ONU, e 45 milhões no Brasil, dado do Ministério das Cidades, exige-se uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota de água disponível.

O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco representa um modo retrógrado de gestão das águas. É uma obra na contramão da história e que não representa o desenvolvimento que desejamos para o Nordeste brasileiro.

É consenso mundial que a prioridade no uso das águas deve ser o abastecimento humano e animal e a garantia da biodiversidade. No semi-árido brasileiro temos 2,2 milhões de famílias espalhadas no meio rural, aproximadamente 10 milhões de pessoas, a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica. O que significa segurança biológica? Dois litros de água por pessoa por dia. E nem segurança doméstica: 40 litros de água por pessoa por dia. Do ponto de vista ético, essa é a população prioritária no investimento público na questão da água. O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco não prioriza o abastecimento humano e animal como o Governo Federal divulga como sendo o objetivo do projeto, porque se esse fosse o objetivo do projeto de transposição de águas nós seríamos a seu favor.

O povo já se acostumou em ouvir. "Um caneco d'água para quem tem sede". "Quem tem sede apóia o projeto". Isto não é verdadeiro. É uma propaganda enganosa, antiética, aproveita a boa-fé do povo e sua necessidade para impor um projeto cuja prioridade não é o povo. Na verdade, as águas transpostas destinam-se à irrigação, criação de camarão em cativeiro, usos industriais, enfim, o uso econômico, invertendo a prioridade do acesso à água e da utilização dos recursos públicos.

A abrangência espacial da obra é insignificante no contexto do semi-árido. O Projeto de Transposição, segundo consta no RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, deverá abranger no máximo a área de 7% do semi-árido. Assim, mais de 90% do território do semi-árido com suas populações continuarão na mesma situação de abandono e de indigência que se encontram hoje. A população difusa continuará marginalizada do acesso à água. Eu moro na cidade da Barra, na beira do rio São Francisco e se eu caminhar 500 ou 1.000 metros na direção da caatinga eu vou encontrar comunidades que não têm acesso à água.

As populações difusas por onde o rio passa: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, não são servidas de água. E as populações difusas dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, ricos em açudes, só o açude do Castanhão no Ceará é três vezes maior que a Bahia de Guanabara, não são servidos de água. Água temos em abundância. O que nos falta é uma justa, equitativa distribuição dessa água, a democratização da água.

Hoje no Nordeste não se cobra pela água bruta, os custos da água para uso agrícola dizem respeito ao bombeamento da fonte de suprimento até a área agrícola. Com a transposição vai se pagar muito caro pelo uso da água transposta. Esse fato deverá restringir bastante a inserção dos produtos hidro-agrícolas das bacias receptoras no mercado globalizado extremamente competitivo.

Nesse sentido é um projeto economicamente inviável. Para garantir o uso econômico da água o projeto supõe o mecanismo do subsídio cruzado pelo qual as populações urbanas vão garantir o pagamento do seu elevado custo. As comunidades já tão carentes e necessitadas deverão assumir os custos do uso econômico das águas. De novo é o pobre colocando a mesa para o rico. É a história que se repete. O Projeto de Transposição privilegia os grandes em detrimento dos pequenos. O Governo alega que 12 milhões de pessoas, população das bacias receptoras serão beneficiadas pela transposição. Entretanto, na prática, as pessoas dessas bacias já poderiam estar sendo atendidas pelas águas que lá existem. Atualmente 3/4 dessa população moram em cidades que são assistidas por sistemas públicos de água com cobertura superior a 90%.

Gostaria de dar um dado, por sinal muito interessante e intrigante. A região metropolitana de São Paulo possui 18,5 milhões de habitantes. E lá a disponibilidade hídrica para cada habitante da região metropolitana de São Paulo é de 201 m³ por habitante ao ano. A região metropolitana de Fortaleza, possui 3 milhões de habitantes aproximadamente, a disponibilidade hídrica por habitante na grande Fortaleza é de 242 m³ por habitante ano, cada habitante de Fortaleza possui 41 m³ de água por ano a mais que cada habitante da Grande São Paulo.

A infra-estrutura atual na região terá capacidade para distribuir a água transposta para apenas 1/4 dessa população. A rota da água no projeto de transposição passará dezenas e até centenas de quilômetros das regiões mais necessitadas. O Projeto de Transposição viola direitos das populações tradicionais. Os estudos de impacto ambiental do projeto desconsideraram a existência dos 34 povos indígenas, 156 comunidades

quilombolas e uns 100 números de populações ribeirinhas ignorando a sua interação com a Bacia do São Francisco, sua cultura e sua história de respeito pela natureza.

Diante disso a Constituição Federal de 1988 assegura aos mesmos no art. 231 o direito de serem ouvidos formalmente em caso de utilização de recursos naturais em suas terras. Ainda a constituição prevê no art. 49, inciso XVI, a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a utilização de recursos hídricos em terras indígenas. O Congresso Nacional não foi chamado a falar sobre o assunto.

O Projeto de Transposição vem sendo conduzido arbitrariamente. Um projeto dessa magnitude exige, exige... peço mais 5 minutos, Sr. Presidente .

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Serão concedidos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPIO: Obrigado. Um projeto dessa magnitude exige a participação da sociedade civil. O diálogo do Governo Federal com a sociedade civil nunca existiu. O Governo se dirige à população da bacia ou a qualquer brasileiro que tenha críticas à transposição como: egoístas, mentirosos, desinformados, opositores políticos, não sendo respeitados qualquer posicionamento contrário. O projeto contraria a legislação de recursos hídricos pois a Lei 9.433/97 determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e os usos da água estabelecidos no plano de bacia e aprovados pelo Comitê de Bacias. O Comitê de Bacia do São Francisco decidiu no plano decenal que possíveis alocações externas de água somente poderão ocorrer em casos de abastecimento humano e dessedentação animal comprovada a escassez. Por que não os projetos alternativos de abastecimento hídrico? A Agência Nacional de Água, ANA, lançou Atlas do Nordeste, apresentando alternativas de abastecimento hídrico para populações urbanas do Nordeste e Norte de Minas Gerais. A Articulação do Semi-Árido, ASA, prevê alternativa de abastecimento hídrico para as comunidades rurais. Enquanto o projeto de transposição do Governo prevê o abastecimento de apenas 12 milhões de pessoas, pela metade dos valores de Projeto de Transposição o projeto alternativo de abastecimento hídrico atenderá 44 milhões de seres humanos. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas 397 Municípios, pela metade dos valores os projetos alternativos atenderão 1.356 Municípios. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas quatro Estados da Federação, os projetos alternativos atenderão 10 Estados da Federação. O Governo insiste em dizer que as alternativas são ações complementares ao grande Projeto de Transposição. E eu perguntaria: Por que não inverter a afirmação? Primeiro vamos rea-

lizar os projetos alternativos que são economicamente mais abrangentes, ecologicamente sustentáveis, socialmente justos e eticamente corretos? Por respeitarem a sagrada vocação da água de ser um bem essencial à vida e atender um direito humano fundamental, isto é, a dessedentação humana e animal.

Agradeço aos Srs. e Sras. Senadores na pessoa do Senador Eduardo Suplicy a possibilidade de realizarmos aquilo que como sociedade civil brasileira tanto desejamos: Dialogar sobre os destinos de nossa nação e os grandes projetos que dizem respeito à vida de nosso povo. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Deputado Geddel Vieira Lima.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Sr. Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, Garibaldi Alves, senhores integrantes da Mesa, Senadores, Senador Eduardo Suplicy, autor desse requerimento. Demais Senadores da República, técnicos do Ministério da Integração Nacional, religiosos presentes, Senadores, Deputados, Dom Luiz Cappio.

Eu inicio essa intervenção afirmando o óbvio. Por mais óbvio que as coisas às vezes pareçam, é importante reafirmar para se evitar interpretações equivocadas, ilações maldosas. E o óbvio é dizer nesse instante que a minha diferença com o Bispo da Barra, Dom Luiz Cappio, está absolutamente restrita ao campo das idéias e, sobretudo, ao campo de debate do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, interligação de bacias hidrográficas no Nordeste Setentrional. Tenho sob a ótica pessoal apressado e respeito pela figura de Dom Cappio.

Isso posto, eu queria pedir licença àqueles que já conhecem profundamente o projeto como o Ministro Ciro Gomes, para discorrer brevemente aqui sobre o que estamos discutindo, inicialmente sob o ponto de vista técnico, para em seguida abordarmos ainda que ligeiramente em função da exigüidade do tempo, algumas colocações que vêm sendo feitas ao longo desse debate e que aqui ainda que muito ligeiramente foram repetidas pelo Bispo da Barra. Do que nós estamos tratando? Do projeto de mudança do leito de um rio? Evidentemente que não. Aqui está se discutindo um projeto que visa levar água através de dois canais ao Nordeste Setentrional. E com que conceito? O conceito de oferecer aquela região segurança hídrica, garantia hídrica. Ouvimos muito falar sobre os reservatórios existentes no Nordeste. Esquecem-se alguns de dizer que está comprovado cientificamente que naquela região, como dizem os sertanejos, chove mais para cima do

que para baixo, em função de índice de evaporação de 75% sobre as águas acumuladas. Perde-se água por infiltração, perde-se água por vertimento. E por quê? Exatamente em função da falta de previsibilidade do tempo daquela região vive-se o permanente dilema: Deixa-se os reservatórios cheios aumentando a lâmina d'água, festa para o sol, festa para a evaporação. Imprevisível tempo vem uma enchente, o reservatório está cheio, perde-se a água por vertimento, gasta-se a água para se evitar a evaporação, vem à seca inclemente, o resultado todos conhecem. Esse é, portanto, o conceito do projeto, oferecer segurança hídrica, permitir uma torneira no Nordeste Setentrional que permita exatamente a melhor gestão das águas para que não aconteça como hoje em que das águas acumuladas naquela região do país aproveita-se apenas 22%. O açude a título de exemplo, e certamente o Ministro Ciro Gomes, conhecedor daquela realidade do Ceará melhor do que ninguém, o açude de Orós acumula ele algo em torno de 17 milhões de m³ de água. No entanto, apenas 17,5 bilhões de m³ de água, a disponibilidade apenas 3,3 bilhões de m³ de água.

Esse é o conceito do projeto, segurança hídrica. Dizem que tirar 26 m³ de água do rio vai provocar a sua morte. Meu Deus, é importante que a sociedade brasileira saiba que antes da barragem de Sobradinho, portanto, antes da barragem que regulariza a vazão do rio e que o divide praticamente em dois após a barragem de Sobradinho nós temos um rio artificial, o Projeto Jaíba, por exemplo, no Estado de Minas Gerais tem outorga para retirar do rio São Francisco para irrigação 80 m³ de água por segundo. Na Bahia, meu Estado, nós demos agora a ordem de serviço e fui muito louvado por isso, para reiniciar dois projetos de irrigação, o Baixio de Irecê nos Municípios de Itaguaçu e de Chique-Chique e ali em Juazeiro o projeto Salitre, juntos, tem outorga para retirar do rio São Francisco 90 m³ de água por segundo, três vezes mais do que o projeto de interligação de bacias.

Isso colocado, isso proposto, eu me permitiria abordar algumas das críticas que vêm sendo postas em relação a esse projeto ao longo do tempo. E eu acho até que eu vou me permitir começar para que a sociedade entenda por aquela que tenta me desqualificar como debatedor, quando dizem que em determinado momento me posicionei contra esse projeto. O Senador César Borges aqui vejo, usa muito esse argumento. Aí eu me pergunto. Se nós não pudermos eventualmente mudar de posição ao conhecer argumentos, ao conhecer pessoas que entendam mais do assunto do que nós, ao nos depararmos com idéias que nos convençam, o que nós estamos fazendo aqui? De que vale esse debate? De que vale o diálogo tão propugnado pelo

Bispo Dom Cappio se todos temos posições imutáveis, se todos somos portadores de dogmas absolutamente imodificáveis estamos aqui perdendo tempo. Se vim aqui é porque tenho a convicção que de alma aberta defendendo idéias, debatendo francamente, ouvindo argumentos, contra argumentando, fazendo o meu proselitismo, posso conquistar prosélitos ou posso quem sabe ser conquistado por outros argumentos.

Dizem também, e é importante lancetar alguns tumores, porque tenho ouvido argumentos respeitáveis e outros que eu caracterizaria de panfletários, por exemplo: A obra de transposição de águas do São Francisco ela vai beneficiar as empreiteiras. Mas que constatação óbvia, evidentemente que ela vai beneficiar as empreiteiras, quem constrói obras é empreiteira. Quando o Governo lança um projeto para compra de remédio, beneficia laboratório. Quando lança uma proposta para divulgar suas ações beneficia as agências de publicidade, os meios de comunicação, quando lança uma iniciativa de compra de alimentos para o Bolsa-Família, por exemplo, ou para projetos sociais, evidente que beneficia os que produzem alimentos. O que interessa é saber se estão sendo beneficiados de forma correta, séria, cumprindo seu papel ou não. Se não que se faça denúncia específica para que se apure e se puna.

Dizem às vezes e aqui é importante também lancetar este tumor que esse projeto ao contrário do que verdadeiramente é não é um projeto para beneficiar prioritariamente o abastecimento humano e o abastecimento animal. E que no seu excedente ele vai utilizar a água para projetos de irrigação, para beneficiar a indústria, para beneficiar o agronegócio. É importante e eu vejo o Bispo Dom Cappio respeitosamente cobrar sempre essa declaração. Dizer que evidentemente que esse é um projeto integrado de desenvolvimento porque na concepção do Governo ninguém vive sem beber água. Mas ninguém vive só bebendo água. Nós precisamos evidentemente criar as condições e aí já faço link com outro argumento que se coloca em relação à questão ambiental de enfrentar o grande desafio da nossa geração que é compatibilizar o desenvolvimento que nossos filhos cobram em forma de emprego com a necessária preservação ambiental que nos será cobrada pelos nossos netos. E é para isso que existe com absoluta independência atuando nesse país órgãos ambientais como o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que sabedor dessa necessidade e dessa exigência que terá que ser enfrentada pela nossa geração, ao licenciar esse projeto elaborou a exigência de 36 PBAs chamados Projetos Básicos Ambientais, exatamente para mitigar, para diminuir, para reduzir, para tornar quase nulo, eventuais efeitos que o pro-

jeto pudesse trazer à natureza. São projetos que vão desde estudos arqueológicos, tratam de forma muito cuidadosa das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e tantas outras, inclusive já em andamento, em andamento ações do Ministério e do Governo como um todo nessas comunidades, com construção de casas de alvenaria, instalação de postos de saúde e tantos outros dentro do projeto global de interligação da bacia do São Francisco.

Ouçõ também aqui e acolá a insistente afirmação de que o Atlas da ANA é a alternativa proposta ao projeto de interligação da bacia do São Francisco, como se não fosse o Atlas da ANA apontador de soluções complementares e elas se complementam efetivamente uma a outra. E que quem diz isso e faço questão de ler para que não persistam em dizer, com argumentos, não com inverdades até porque não quero imaginar que alguém possa insistir nessa deseducação, mas com meias verdades que é tão grave como faltar com a verdade inteira. O que diz o Atlas da ANA que foi elaborado por essa entidade do Governo, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, é importante que a sociedade saiba disso. Logo na sua introdução diz o seguinte: "O equacionamento dos déficits hídricos do Nordeste de forma geral e da região semi-árida em particular, envolve necessariamente um amplo leque de ações e propostas. Este leque inclui desde abordagens de caráter regional direcionadas para o atendimento de todas as demandas setoriais como o PIRSF, Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, até soluções locais para a população rural dispersa, tais como (construção de cisternas, sistema simplificado de abastecimento, barragens subterrâneas), passando por alternativas para o abastecimento das sedes urbanas, exatamente o foco deste ato". Portanto, não sou eu que diz que essas são medidas complementares, é o Atlas da ANA tão citado logo na sua introdução.

E aí dizem, que é outro ponto que deve ser tratado, que não houve diálogo, não houve debate a respeito dessa proposta. O Ministro Ciro Gomes quando Ministro, depois o Ministro Pedro Brito participaram de várias audiências públicas quando permitiram que ela existisse, porque coincidentemente, quem diz isso não sou eu, é o Ministro Sepúlveda Pertence na sua decisão sobre essa questão no Supremo Tribunal Federal, sempre que se entrava com uma ação questionando algum aspecto de validade nesse projeto, se tentou fazer uma audiência pública naquele Estado e aqueles que discordavam criavam as condições para que essa audiência pública não existisse.

Portanto, houve, sim, debates. Agora é importante aqui também lancetarmos um outro tumor. Qualquer

debate, qualquer diálogo na democracia para ele ser produtivo é preciso que ele chegue a um fim. Porque senão nós usaremos sempre o argumento necessário do diálogo, do debate para postergar decisões. Quem não concorda com determinada medida governamental apela para o diálogo, apela para o debate e não se chega ao fim. É importante que o diálogo e o debate chegue ao fim.

Ao tomar posse no Ministério da Integração Nacional, numa demonstração clara de que por ter nascido politicamente no Parlamento e aqui ter aprendido a importância do contraditório, do confronto das idéias como única forma de se construir maiorias, tomei iniciativa de um gesto de absoluta humildade e sabedoria porque convicto que muito teria a aprender, fazer uma ligação ao Bispo da Barra Dom Luiz Cappio, convidando-o para uma conversa, colocando-me a disposição para conversar. O Bispo da Barra, evidentemente, que aqui se colocou como representante dos brasileiros e brasileiras que defende o acesso à água ficou de me dar um retorno. Certamente uma agenda muito facetada lá na Barra não permitiu que o Bispo da Barra aceitasse esse convite humilde para o entendimento, para o diálogo. E essa é a verdade inteira dos fatos.

Quando se fala que o rio precisa ser revitalizado. Aí está uma das razões que justifica a mudança de quem tinha resistências a essa idéia a passar apoiá-la intransigentemente. Não vou nem dizer que o projeto inicial falou em retirar cerca de 15% da água do rio, depois caiu para 7,5, até chegar a 1,4 que hoje representa 26 m³ de água por segundo, dos 1.300 metros que é a vazão estuarina do rio dos 1.850 m³ que é a vazão firme na foz do rio. O projeto de revitalização do rio por si só ele é razão para que as pessoas compreendam que esse é um projeto integrado. Nós já estamos, tínhamos previsto para esse ano de 2007 alguma coisa em torno de 289 milhões de investimento em obra de saneamento básico. Já empenhamos 389. Estamos fazendo, e aí quando digo estamos fazendo eu convido os senhores para me acompanharem em visita para ver que as obras já estão em andamento. Obras em 179 Municípios, o Governo como um todo de esgotamento sanitário evitando que se jogue in natura esgoto no rio, aliás iniciativas que deveria ter sido tomado no passado por muitos que governaram Estados importantes, muitos que governaram o país que não tiveram iniciativa de estabelecer esse importantíssimo programa. Estamos cuidando de replantar matas ciliares, e lá na diocese do Bispo Dom Cappio que tive o privilégio de visitar, e até gostaria de tê-lo visitado pessoalmente, mas o Dom Cappio... e hoje graças a Deus, Dom Cappio eu percebi ali naquele diálogo nosso, que o senhor não tem nada de pessoal

contra mim porque quando o senhor se ausentou na minha chegada, eu imaginei que fosse até porque não gostasse pessoalmente de mim. Mas eu queria apenas deixar claro que lá mesmo na diocese da Barra, nós estamos implantando, implantamos um projeto piloto que já está indo agora para outras áreas do rio que identifica pontos críticos, que usando biotecnologia está recuperando as margens, e que já será testado inclusive na enchente do rio São Francisco, se aproxima agora. Já me aproxima a minha conclusão.

Outros aspectos estão sendo tratados na questão da revitalização, e os convido também a visitar. O projeto de recuperação de micro bacias, por exemplo, no Rio das Ondas, foi indicado para o Programa de Metas do Milênio da ONU e tantos outros que estão sendo efetivamente realizados, as dragas para iniciarmos a Hidrovia do São Francisco, dragar o seu leito, permitir a navegabilidade já estão lá, em Botirama, recomencemos a obra agora assim que tivermos uma boa janela hidrológica. Estamos com viveiros, replantando matas ciliares, recompondo margens. Obras e iniciativa concretas e reais em relação à revitalização do rio São Francisco que terá que ser feita antes, durante e depois da revitalização para combater, inclusive, esse extinto predador do homem, Senador Pedro Simon, que na viagem que fiz da nascente a foz me permitiu ver garrafas pet boiando pelo rio São Francisco, me permitiu ver fazendeiros trazendo suas pastagens até as margens do rio, permitindo o solapamento das margens em assoreamento, me permitiu ver bombas clandestinas sugando água do rio talvez num volume maior do que aquele que queremos levar ao Nordeste Setentrional.

[soa a campanha]

Portanto, em linhas aligeiradas, volto a dizer, em função até da campanha tocando do Senador Garibaldi Alves, essa é uma das colocações que eu gostaria de fazer nessa primeira intervenção, para reafirmar a convicção que tem o Governo de que esse projeto é sim importante para o Nordeste Setentrional, esse projeto é sim importante para o Brasil, esse projeto é sim componente de uma política global de combate às desigualdades regionais que se avolumam na medida que elas já vão se transformando, inclusive, em desigualdades intrarregionais. Esse projeto é sim importante do ponto de vista de fornecimento de condições para que se possa continuar construindo, como fez o Senador Garibaldi Alves quando Governador do Rio Grande do Norte uma larga rede de adutoras para distribuição dessa água. O que não significa que não estejamos implementando também isso que nós chamamos de ações complementares... [interrupção de áudio][soa a campanha] Estamos sim fazendo cisternas, evidente-

mente que não na quantidade que seria necessário, por exemplo, para armazenar as águas referentes aos 26 m3 por segundo. Só para os senhores terem uma idéia nós precisaríamos de 57 milhões de cisternas de 15 mil litros para armazenar os 26 m3 por segundo. Nós estamos fazendo, perfurando ainda poços artesianos onde é possível, aquela região do cristalino já tem cerca de 25 mil postos artesianos perfurados, não é fácil se encontrar onde perfurar mais poço artesiano.

E temos a convicção, portanto, de que esse é um projeto redentor para o Nordeste. Vamos enfrentar as críticas como outros no passado enfrentaram quando tiveram a responsabilidade de tocar, de tocar... obras com esse grau de polêmica. E me portarei sempre, Dom Cappio, Senadores, Senadoras, também tenho essa convicção, como um representante legítimo de nordestinos, de brasileiros e brasileiras, buscam solução para essa questão do flagelo da seca que nos infelicitava há muito tempo. E como homem público que procura fazer jus ao nome de homem público eu procurarei estar sempre, naquele lugar não mais confortável, mas onde a responsabilidade me coloca e eu tenho convicção que a responsabilidade me coloca como alguém a tocar esse projeto que é muito importante para o Brasil. Muito obrigado aos senhores.

[aplausos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu queria me manifestar no momento oportuno, entretanto, como fui citado pelo Ministro Geddel Vieira Lima dizendo que eu contesto a sua mudança de posição e realmente eu o faço. Eu o faço porque o Ministro Geddel Vieira Lima se colocou sempre contra o projeto. Eu o tenho como uma pessoa séria, não como uma pessoa leviana. E se ele era contra é porque ele tinha razões, ele tinha estudado o projeto. Ele conhecia a questão. E ele mudou de posição. Apenas eu destaco que ele mudou pelo Diário Oficial, no momento que ele foi nomeado Ministro ele mudou a sua posição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa questão não existe, Sr. Presidente. Nós não estamos aqui para fazer questão pessoal.

[soa a campanha]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É o único parlamentar que se dirigiu foi a mim, tinha uma posição muito coerente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é por aí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Nós admitimos, Sr. Presidente, entretanto é necessário que fique colocado dessa forma. [soa a campainha] Eu queria dizer pessoalmente que entendo a sua posição atual. Agora como baiano [pronunciamento fora do microfone] [soa a campainha] [aplausos]

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Senador Garibaldi, evidentemente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não responda, Ministro. Não é para ser feito aqui...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Se for permitido eu responder, eu gostaria.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem a palavra o Sr. Ministro...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: V.Ex^a pode ter a palavra quantas vezes quiser, não há nenhuma dificuldade. Eu quero dizer que fiz referência a V.Ex^a, da forma mais respeitosa possível. Expliquei, inclusive, as razões da minha mudança. Eu conhecia o projeto, citei aqui que era um projeto que tentava se tirar 300 m3 de água por segundo, e que foi evoluindo até ficar um projeto merecedor de apoio. Quanto à mudança, Senador César Borges, V.Ex^a sabe que essa é uma questão que é passível desde que seja convenciado. Eu não posso acreditar que seja por Diário Oficial que V.Ex^a mudou de partido ou que vai, por exemplo, apoiar a base do Governo Lula quando fez oposição. [palmas] Portanto, vamos discutir o rio São Francisco e deixar as querelas da Bahia para Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem...

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é permitido...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente. [pronunciamento fora do microfone]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges, a palavra não está facultada a V.Ex^a. A palavra não está facultada. Com a palavra...

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Prof. João Abner Guimarães, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E passo a Presidência dos trabalhos neste momento para o Senador Marconi Perillo. Não pelo que aconteceu, mas porque efetivamente preci-

so deixar essa Presidência sem antes fazer um apelo aos Senadores para que mantenham o debate num nível desejado. Um debate tão esperado, um debate tão necessário não pode ficar a mercê de intervenções dessa natureza que são, não são argumentos, são agressões pessoais que nós não podemos permitir num debate como esse.

Então, passo a palavra... a Presidência, desculpem... ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo a Presidência, antes de passar a palavra ao orador que se encontra na tribuna, gostaria de ler aqui o que estabelece o art. 184. "É permitido a qualquer pessoa assistir as Sessões Públicas do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar". É o que estabelece o regimento do Senado Federal. Eu pediria a todos a compreensão nesse sentido. Como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura desta Casa tenho o prazer de participar como coadjuvante desta Sessão histórica atendendo uma solicitação do Senador Eduardo Suplicy em companhia de outros Presidentes de Comissões importantes dessa Casa, preocupados que estamos com esse debate tão importante para a sociedade brasileira.

Com essas palavras quero agradecer também a presença de todos e assegurar a palavra ao orador que se encontra na tribuna pelo período de 10 minutos.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Eu gostaria de agradecer o convite que foi feito a minha pessoa para estar nesse momento histórico, nessa Casa, para mim é uma grande honra estar aqui no Senado Federal no momento que um dos talvez, mais ilustres norte-riograndense assume a Presidência dessa Casa. E não só por isso, porque o Governador Garibaldi Alves Filho é conhecido no meu Estado como Governador das águas. Nós temos a presença aqui também de Rômulo Macedo que foi um grande idealizador do Programa de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte e Garibaldi é um político bastante aberto, é tanto ele já me recebeu na casa dele para eu falar para ele sobre as minhas posições em relação à transposição do São Francisco, então para mim não é nenhum constrangimento vir aqui falar em relação a esse tema sobre a Presidência do Senador Garibaldi Alves.

Então, eu acho que esse debate que eu falei que era um debate histórico porque realmente vai ser um debate histórico. Talvez seja o primeiro debate que esteja acontecendo no Brasil sobre a transposição do São Francisco onde a gente possa revelar qual o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco.

Porque eu tenho certeza que o povo brasileiro não conhece o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco.

Há pouco tempo atrás nós tivemos um julgamento de uma ação sobre esse tema, sobre essa questão no Supremo Tribunal e nós escutamos o Ministro do Supremo dizer que o conhecimento que ele tem desse projeto é através da imprensa. Então, isso depois de mais de um ano dos autos postos no Supremo Tribunal e de um grande debate que está sendo feito nos bastidores em relação a essa questão da transposição do São Francisco.

Eu pergunto. Por que essa dificuldade em a gente travar esse debate? Por que na verdade existem dois projetos. São dois projetos. Existe um projeto que é o projeto que o Governo divulga através da mídia que eu digo que é um projeto imaginário, é um projeto que afirma que vai tirar a gota d'água do São Francisco, não é isso? Menos de 2%, 1,5% da água do São Francisco para abastecer 12 milhões de pessoas a um custo de oportunidade zero porque o equivalente seria duas secas. Custo de dispêndio duas secas e além do mais vai otimizar bastante o uso da água dos açudes da região. Só que o projeto que nós enxergamos é outro. Primeiro: Vai ser um dos maiores sistemas de bombeamento do mundo que vai ser instalado na beira do São Francisco. A capacidade de bombeamento desse sistema é de o eixo Norte de 99 m³ por segundo, isso representa o dobro do sistema Cantareira que abastece São Paulo que é de 50 m³ por segundo.

Outro aspecto importante é o seguinte: É um projeto que ele não... ele só simplesmente ele vai servir para transferir estoques de água do São Francisco para os maiores reservatórios de ponta, exatamente, da região onde o problema de escassez, de gerenciamento é muito menor.

E outra coisa. Não existe infra-estrutura. Nesse projeto não está previsto recurso para infra-estrutura para alocação dessa água. Menos de 1/4 a capacidade do sistema de adução que tem nas bacias receptoras atende uma população de 3 milhões e 200 mil habitantes. Então, como é um projeto de 12 milhões de pessoas se não tem infra-estrutura para levar água para esses 12 milhões de pessoas?

E outro aspecto que eu acho o aspecto mais relevante, é que esse projeto onde jamais poderia ser considerado prioritário porque a questão da seca que está sempre atrelado pela propaganda oficial como sendo o principal mote que justifica esse projeto não tem nada haver com a transposição do São Francisco. O projeto vai chover no molhado, a água vai escoar em leitos de rios perenizados, exatamente os maiores rios para as maiores barragens, quer dizer, o povo, a

população realmente que precisa dessa água vai estar a quilômetros, talvez, centenas de quilômetros da rota da água da transposição. Agora, além disso é um projeto que vai aumentar o risco de colapso bastante do rio São Francisco. É claro que o rio está mostrando isso. O São Francisco esse ano, sobradinho que é o grande pulmão do São Francisco, encheu, em abriu, praticamente verteu em abril. Nove meses depois, Sobradinho chegou a 10%, quase 10% de armazenamento. Isso sem a transposição do São Francisco, sem o projeto Jaíba, sem o projeto Salitre. Então, pergunta-se, o São Francisco não tem água. Principalmente quando você leva em consideração que a água que vai ser bombeada por esse sistema ela vai ter que ser bombeada com energia gerada pelo próprio sistema que vai representar tirar mais duas vezes a vazão que vai ser bombeada para gerar energia pelo próprio sistema. Quer dizer, não tem água para a transposição do São Francisco, essa é a primeira constatação.

Agora, a outra questão importante é que esse projeto eu acho o interesse desse debate aqui nessa Casa, esse projeto está inaugurando a guerra pela água no Brasil e esse conflito é um conflito muito claro. O povo da bacia tem todo o direito de reclamar sobre essa obra. Vamos lá. O São Francisco ao longo dos últimos 50 anos ele foi, se tornou um rio super explorado. 95% da energia que é consumida pelo Nordeste vem do São Francisco. Isso compromete 80% da água do São Francisco. Então, resta para a população do São Francisco 20% apenas. Isso representa se você fizer uma dotação per capita equivalente, por exemplo, a dotação que o Estado do Ceará apresenta em relação também aos seus moradores. Então, em termos de estar se tirando água de uma população que tem uma disponibilidade per capita equivalente à população em termos efetivos para uso fora do setor elétrico que é o Sistema Nacional.

A outra questão importante que eu acho bastante importante colocar que, por exemplo, a questão dos dois pesos, duas medidas. Nós temos hoje um quadro, o seguinte quadro. O São Francisco está seco, Sobradinho está com 12% de armazenamento, se a gente entrar na página da ANA e observar o nível, o volume armazenado nos reservatórios que vão receber as águas, por exemplo, o Castanhão se levar em consideração o volume útil do Castanhão, se tirar a parte que e de contensão de enchentes, Castanhão está com 70% de armazenamento que vai receber as águas do São Francisco. O açude Coremas/Mãe d'água que é que vai ter uma influência indireta do projeto está com 76,41% de armazenamento. O engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves está com 70% de armazenamento. O mais incrível é o seguinte. No final do ano de 2002,

2003, que foi o período mais crítico da região, talvez o mais crítico dos 100 anos que todos os reservatórios do Nordeste estavam secos, os dois grandes reservatórios, por exemplo, da Paraíba e do Rio Grande do Norte estavam com quase 50% de armazenamento. Então, esse mito da escassez é um mito... É um mito. Quer dizer, existe escassez no Nordeste, a seca é terrível. Por quê? Porque o Nordeste é uma região muito grande, tem uma situação muito diversificada, então, mas existem regiões que têm água. Então, a pouca região que tem água no Nordeste é a que vai receber as águas da transposição do São Francisco. Agora, por que é que nós estamos hoje aqui? Ou para que a gente estivesse aqui muita coisa aconteceu. Um dos principais fatores que trouxe a gente a esse debate aqui foi a omissão do Estado Brasileiro principalmente em relação à questão ambiental. Os estudos ambientais que foram desenvolvidos desse projeto foram totalmente tendenciosos. Para vocês terem uma idéia, a área de influência, por exemplo, a bacia do São Francisco foi considerada como área de influência indireta desse projeto. Essa questão dos impactos sobre o setor... [soa a campainha]. 10 minutos já? Então, eu queria só reforçar uma questão que eu acho importante, vou concluir, Senador, é que esse projeto, na verdade, ele precisa ser muito debatido ainda. Nós temos muitas informações para colocar para o povo brasileiro que em 10 minutos não dá para a gente colocar. Mas eu vou colocar aqui, vou concluir minha fala o seguinte: É um projeto extremamente ultrapassado. Na prática o que ele vai fazer é o seguinte, é transferir água do São Francisco, portar água do São Francisco via litoral porque não tem sentido se a região que vai receber as águas os consumos prioritários urbanos, industriais, todos os consumos, inclusive os consumos rurais com exceção do uso econômico da água comprometem menos de 20% da disponibilidade efetiva em períodos críticos da região. Então, não tem sentido você... [interrupção de áudio]. Um minuto só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Gostaria de informar ao expositor que se encontra na tribuna que nós ainda teremos a exposição de mais 13 oradores afora os Senadores que estão inscritos para o debate. De modo que eu concederei apenas mais um minuto para V.S.^a para encerrar a sua exposição.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Quem serão os mais prejudicados pelo projeto? Esse projeto para ele se sustentar economicamente, porque o custo dessa água vai chegar cinco vezes mais cara na ponta do que o São Francisco, ele só se sustenta com um forte subsídio cruzado, e esse subsídio cruzado vai vir do setor urbano, que essa prática está sendo feita no Ceará. O

Estado do Ceará hoje entrega água na Chapada do Apodi às empresas que exportam fruticultura, frutos, melão ao exterior, entrega água de graça ao povo da capital do Ceará, está pagando pela água da irrigação e a transposição vai ser exatamente um mote que vai induzir para que toda a população, principalmente das grandes cidades que vão ser expropriadas, para essas populações seja exposta essas populações, o subsídio para o camarão e o melão, esse é na verdade o verdadeiro interesse que está por trás da transposição do São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece ao Prof. João Abner da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela exposição e pelos argumentos que traz ao debate aqui nessa Casa. Tenho o prazer de conceder a palavra ao Exm^o senhor Deputado Federal, ex-Ministro da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes pelo prazo de 10 minutos.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, senhoras e senhores membros da Mesa a quem saúdo nas pessoas do Sr. Ministro da Integração Nacional e do reverendíssimo Arcebispo de João Pessoa, João Aldo Di Cillo Pagotto e Dom Luiz Cappio Bispo da Barra. Senhoras e senhores eu tentarei obediente aos termos regimentais falar de uma coisa muito gravemente complexa em aspectos técnicos, aspectos hidrológicos, aspectos antropológicos, aspectos culturais, aspectos morais, aspectos políticos, aspectos ideológicos e lamentavelmente até mais recentemente até traços de aspectos religiosos, evidentemente nos quais eu não me aventurarei se acostaram a esse projeto.

Em primeiro lugar é preciso que tenhamos tranquilidade de alma para saber que todas as iniciativas de integração de bacia ou de transposição de bacias como se queira chamar no Brasil e no mundo sempre despertaram polêmicas acesas havendo em momentos que a mais desastrada das experiências de transposição que eu procurei conhecer do rio Colorado nos Estados Unidos, em que tanques foram deslocados para as ruas e acabaram provocando uma mediação gravíssima, quase provocando outra secessão na América do Norte sem falar da usurpação das águas que transpõem as fronteiras americanas deveriam chegar a foz no Estado do México, mas essa é uma história que não tem haver com erro técnico, mas com usurpação de territórios também como a Europa fez com o Texas e outros tais.

No Brasil nós conhecemos experimentos que não despertaram tanta polêmica, embora houvesse também despertado alguma. A cidade de São Paulo

é abastecida por uma transposição de bacias, a do rio Piracicaba, que extrai do rio Piracicaba mais de 70% da sua vazão natural destinado a foz e a cidade do Rio de Janeiro é abastecida por uma transposição de bacias, está do rio Paraíba do Sul, que transpõe também uma vazão superior a 70% da vazão natural do rio destinada a sua foz, pelo sistema Guandu e outro pelo sistema Cantareira. No Nordeste brasileiro esse projeto vem sendo mencionado por um empirismo, que inclusive atrapalha muito, até hoje nesse debate, atrapalha demais a percepção correta, equilibrada de um conflito. É natural numa sociedade democrática, numa sociedade tão profunda e agudamente desigual, disnada(F) de tanta safadeza, de tanta inconfiabilidade das instituições de seus operadores, autoridades políticas, que esses argumentos possam ser feitos, mas há um tempo em que precisamos nos reconhecer pelo menos de boa-fé que não é possível opor superioridade moral, Dom Cappio. Me dirijo especialmente a V.Ex^a. Não é possível que V.Ex^a se considere intérprete superior do valor moral e ponha, por exemplo, um modesto militante de 30 anos na vida pública brasileira a partir de uma base no Nordeste, como alguém que esteja movimentada numa posição antagônica de Vossa Reverendíssima por interesses subalternos, eu não estou movido por interesses subalternos, eu estou, equivocadamente ou não, e é o debate que esclarecerá, movido pelo mais superior interesse público. Eu não falo por Deus, falo pelo mundanismo dos pecadores, como eu sou um deles.

V.Ex^a me leva a esta indignação, V.Ex^a Reverendíssima, e é por aqui que eu entrarei na parte mais técnica, V.Ex^a Reverendíssima é induzido a um gravíssimo erro que para nós nordestinos, do Nordeste Setentrional... olhe para mim, Dom Cappio, obrigado, chega as raias da indignação, afirmou nesta tribuna e eu sei que não há má-fé, que Fortaleza, o habitante de Fortaleza tem mais água do que o habitante de São Paulo. V.Ex^a reverendíssima, [ininteligível] obrigado, mas eu governei o Estado do Ceará e por seqüência de 3 anos de seca a cidade de Fortaleza, a quarta maior cidade em população no Brasil remanesceu nas minhas mãos sem água. E não é força de argumentos, sem água. 3 anos de racionamento e o terceiro ano acabou a água para 3 milhões de habitantes da região Metropolitana de Fortaleza. Qual é o equívoco da observação empírica? É que São Paulo tem fonte perene de água, o rio Piracicaba é um rio permanente e as capitais do Nordeste Setentrional todas elas e as cidades inteiras tem fontes perenes ou não perenes, dependentes do ciclo caprichoso da chuva. Isto é uma obviedade. Pode ser manejada com a inteligência humana, é o que tenta o projeto do São Francisco.

Eu vou afirmar para provocar intelectualmente, naturalmente, que este projeto menos por mérito do Governo do Presidente Lula, menos para evidentemente por qualquer mérito que eu possa ter tido na concepção derradeira deste projeto atingir um escopo, graças a qualidade da crítica de boa-fé, graças às contribuições de boa-fé, críticas que o projeto recebeu, uma concepção, um escopo onde é possível afirmar para provocar intelectualmente que o projeto ao beneficiar 12 milhões de pessoas, não a população difusa, deixe-se aqui muito claro, o projeto São Francisco não tem nenhuma resposta para as populações que vivem dispersas pelo semi-árido do Nordeste. Não adianta manipular este argumento, o projeto destina-se ao abastecimento humano e dessedentação animal, prioritariamente, mas não inclusivamente, conforme os termos da outorga da Agência Nacional de Águas que vale como documento a ser acionado pelo Ministério Público. Fora verdadeiro de que o projeto é uma falsa anúncio de dessedentação animal e abastecimento humano, atender um interesse subalterno, clandestino, não confessado e safado de atender um grande negócio as empreiteiras e coisas e tal e esta intolerância suspeição moral não podemos aceitar, este monopólio da boa-fé não pertence aos críticos do projeto e eu os respeito a todos, os debatedores aqui, a todos já estive. O lamentável desse debate, Sr. Presidente é que nós entramos todos com opinião e sairemos todos rigorosamente com a mesma, na média dos interlocutores que aqui estão, com quem eu já debati muitas vezes, vale para terceiros de boa-fé, para procurar conhecer equilibradamente onde está a razão, se alguma há possível de ser apurada nessa contradição.

O projeto ao beneficiar 12 milhões não prejudica um único brasileiro, qualquer que seja o ângulo em que este brasileiro respeitável ponha-se a observá-lo, seja um observador preocupado com as questões ambientais, seja um preocupado com a concentração de renda no país, razão de ser da minha vocação na vida pública, seja aquele outro preocupado com a moralidade, seja ele preocupado com as concepções estratégicas de como se deve relacionar o Estado com os interesses da sociedade. Inclusive, nos seus rituais. Inclusive e especialmente nos seus rituais. Ponto número um: O Nordeste Setentrional brasileiro dispõe em média de 500 m3 por habitante/ano seguros. Há um grosseiro equívoco empírico que confunde, nós acabamos de ouvi-lo aqui, caixa-d'água com água. [soa a campanha]. Sr. Presidente, se eu tiver que concluir eu concluo agora mesmo eu não quero de fato extrapolar. Eu posso parar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem dois minutos com mais um de tolerância.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): O projeto, alguns críticos acham que o fato de existir um açude como o Castanhão com capacidade de reservar 5 bilhões de m³, eu iniciei e conclui esta obra, ele garante que Fortaleza não terá mais aquilo pelo qual eu passei, mas a fonte de água deste açude é a chuva, portanto, a capacidade segura que é a única que interessa para o abastecimento humano reduz-se a 20% por números que são tecnicamente incontestáveis. A mistura já mencionada aqui de vertimento por insegurança hídrica se mantém os açudes muito cheios, evaporação, acaba deixando com os açudes que a capacidade útil deles só é segura 25%. Portanto, quando você tira essa média [soa a campanha] pelos números da ONU a vida só é viável com 1.500 m³ por habitante/ano, o Nordeste Setentrional tem 1/3 do mínimo necessário. O rio São Francisco tem 3.850 m³ por segundo de vazão média. Pelo princípio da precaução, fundamento Constitucional do Direito Ambiental brasileiro mais moderno do mundo, não se deve trabalhar pela média embora esse projeto possa trabalhar pela média porque ele é modulável. São 12, 15, 20 bombas, que podem ser ligadas todas 12, todas 15, ou só 10 ou só 5, ou só 4, ou só 3 ou nenhuma. O rio tem, entretanto, uma vazão mínima na foz de 1.850 m³ por segundo. Para garantia do abastecimento humano e dessedentação animal, como está escrito na outorga, qualquer do povo e o Ministério Público podem fazer isso forte a qualquer momento... [interrupção de áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais um minuto para V.Ex^a.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, vai se pedir ao rio seguros apenas 1,7% desta vazão mínima. De onde vem esses números? Vem de uma dinâmica. E aqui que eu encerro. E que ninguém pode replicar em nenhuma iniciativa pública no Brasil a qualidade, a profundidade e a repetição de debates quanto a esta obra. Foi feito empoderado um comitê de bacia que não existia, é o Governo Lula que empodera e tira da letra morta da lei, institui, constitui, dá posse e empodera o comitê de bacia. Foi feito um plano de bacia interativo com a Sociedade Civil e com os mais qualificados experts da área, hidrológica, ambiental, antropológica, e que quer que seja. Este projeto plano de bacia foi validado em mais de 40 audiências públicas e aprovado por unanimidade numa reunião derradeira acontecida em Salvador. Ele não é uma avaliação sobre o projeto São Francisco, esse da integração. [soa a campanha]. Ele é apenas um projeto que garante que o rio tem hoje apenas 90 m³ de água utilizados,

tem 360 m³ disponíveis para novos consumos. Todas as demandas até 2.050 dos Estados ribeirinhos para irrigação ou que tais não pedem mais do que 200 m³ por segundo. Supondo que tudo o que se fez no rio até hoje para consumo são 90 quilômetros cúbicos. São números. E tudo o que se planeja fazer, se todo fosse feito até 2015, pediria mais 200 m³, ainda sobriariam 160 m³ que hoje apenas adoçando a boca do mar. Eu concluo, agradecendo a tolerância de V.Ex^a e pedindo, eu vou ficar no debate, para que nós, algum critério tenhamos, porque juízos de conveniência, juízos de oportunidade numa democracia representativa não é o modo mais sadio...[interrupção de áudio]. Institucionalizada como a nossa são dados pela eleição do Presidente da República. Não por acaso a coincidência desagradável, todos os críticos da política na Bahia, em Sergipe, em Alagoas perderam as eleições e o Presidente Lula no auge acesso desse debate ganhou em todos esses lugares. Muito obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ilustre Deputado Federal e ex-Ministro Ciro Gomes por sua exposição e imediatamente passo a palavra ao Prof. Apolo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas pelo período de 10 minutos.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Prezados Senador Marconi Perillo, demais Senadores presentes, Deputados, Senadores e público aqui. Eu vou procurar falar tudo em 10 minutos, então, eu vou... não sei se vou ser bem compreendido. Eu agradeço aqui a presença do ex-Ministro Ciro Gomes porque a gente sente muito a ausência do Governo Federal nos debates que a gente promove sobre o São Francisco. O Governo não tem comparecido. Eu admito mesmo que o Governo perdeu o debate técnico, todos os geólogos, hidrólogos do Brasil, Universidades, ninguém apóia a transposição do São Francisco, a maioria são alguns técnicos do Ministério da Integração por dever de ofício.

A questão da transposição ela mexe um pouco com o nosso imaginário. Eu considero o Deputado Ciro Gomes um habilidoso ilusionista no seu debate político. O grande sucesso dele é que ele consegue me enganar às vezes ou o público como a gente acontece na festa de criança quando o mágico tira um coelho da cartola. [aplausos] Mas isso não permanece por muito tempo. Eu falo isso com todo o respeito, que eu admiro, até gostaria que ele mudasse de opinião para poder apoiá-lo na sua candidatura. Você chega num bairro pobre e promete acabar com a fome do povo construindo um supermercado. Esse tipo de argumento é da transposição. Se constrói um supermercado e

depois como é que você vai comprar? Você prometeu que o açude seria a redenção no Nordeste. Eu era menino, eu sou do semi-árido mineiro, sou de Salinas, Oró seria a redenção do Nordeste. E aí? Cadê a redenção do Nordeste? Foi o maior açude do mundo na época. Os Bancos estão cheio de dinheiro e o povo está sem dinheiro. Nós estamos cheio de terras no Brasil e muitas pessoas querendo trabalhar e não tem terra. Tem muita água no Nordeste armazenada em açudes, porque o problema da seca não é por falta d'água. Pensem bem. A seca não é por falta d'água. Eu achava isso. A seca é por concentração de água. Também outro aparente paradoxo. A água no semi-árido ela é concentrada e na proporção razoável muito boa até em dois, três meses por ano de chuvas torrenciais, está precisando fazer como o José do Egito, vamos guardar essa água, vamos guardar essa água. Aí tem os açudes, que é um sucesso do Brasil, nós temos que fazer essa água ficar na fazenda, aonde tem a família, com a agricultura familiar, nós temos que aumentar a produção de poços. Nós temos mil formas, esse dinheiro todo o Nordeste merece, mas concentrar mais água no açude, vocês sabiam que toda a água da transposição vai para os açudes que detém 80% da água no Nordeste, mais de quinze Baías da Guanabara? É porque a água não chega ao povo, como não chega o dinheiro dos Bancos, como não chega a comida do supermercado. E vão fazer mais um supermercado, mais um Banco? Isso é ilusão. A indústria da seca quer ganhar dinheiro com obra. Pergunta a Antônio Ermírio de Moraes se ele não está feliz da vida com o cimento que ele vai vender, pergunta ao grupo Gerdau, pergunta as empreiteiras se eles não estão soltando foguete para o Lula. Agora, o pobrezinho, nós tivemos lá no Castanhão, tivemos o Armando Ribeiro, tivemos na Paraíba, a caravana do São Francisco e conversando com o povo pobre, com os trabalhadores rurais, o sindicato, eles falaram: Isso é água da morte. É água sem peixe. Nós não podemos nem chegar perto dos canais. Não podemos chegar perto dos açudes. Nós não temos condição na beira do Armando Ribeiro você vê a cisterna colhendo água do telhado. Isso é água para o grande agronegócio. Pode ter agronegócio, eu admito, mas por que só para o agronegócio? E por que água financiada de graça para Delmont lá no Ceará, uma multinacional? E por que subsídio cruzado para o povo pagar água para exportar melão e camarão, aliás, camarão está dando uma doença no mundo inteiro, esse negócio vai ser um fracasso. Por que não distribui a água dos açudes? O bolo não cresceu, vamos crescer o bolo, lembra do Delfim Neto, vamos crescer o bolo, o bolo tem que crescer e o povo não vê a cor desse bolo. O Lula também reconhecia isso e falava isso, mas eu não

sei se ele fez um acordo aí com o Ciro, não posso, não estava lá presente.

Bom, a questão maior da água do Nordeste é problema de gestão. Olha, e também não estou defendendo Minas Gerais, eu sou mineiro. Eu sou coordenador do projeto Manuelzão. A questão da água no Brasil ela precisa mudar a nossa mentalidade para ser bem gerida. O Brasil inteiro joga esgoto no rio. O São Francisco, gente, já tem pouca água. E eles estão desmatando o rio São Francisco, a bacia do São Francisco toda, Bahia, Minas Gerais, todo o lugar porque tem o tal do etanol que vai salvar o planeta. Eles estão arrebatando com os nossos recursos naturais, meio ambiente é como se fosse um luxo, não é. A água está no centro da questão ambiental, na agenda mundial. E a questão ambiental está no centro da agenda econômica e política. Já foi o tempo em que ambientalista que levantava essa questão é um marginalizado. O país que não tiver uma agenda ambiental bem construída, e nesse sentido a transposição é negação de tudo isso. O rio Jequitinhonha, eu falei que sou de Salinas, meu pai construiu escola agrícola lá, sou filho de agrônomo, é uma das regiões mais férteis, a feira, o mercado é cheio de coisa, o povoado lá adora aquela região. O rio Jequitinhonha é perene, não precisa levar um canal para lá, e o povo passa necessidade próximo do rio por falta de obras hídricas. A agricultura familiar não tem assistência, as grandes obras no Brasil sistematicamente levam benefício aos grandes. Então, o rio Jequitinhonha não resolveu, no sertão da Bahia o São Francisco passa lá e não resolve, o canal da transposição, é como de Belo Horizonte a Brasília, 720 quilômetros, são 25 metros de largura e 5 de fundura, tudo de concreto. Imagine o custo disso. Ele é um projeto para levar 127 m3. Não é um por cento só que o Dr. Ciro fala. 1% aqui não é nada. E lá não é nada também, lá tem 37 bilhões. 1% aqui do São Francisco. 1,5% é muito pouco... É muito pouco lá também. Ah, mas vai ser quando chover no São Francisco... Muitas vezes chove na bacia do São Francisco, chove lá também, não vai poder mandar água, vai fazer um negócio, você vai fazer um prédio de 127 andares para utilizar esse prédio uma vez, duas vezes em 10 anos? Você ocupa 26, 27 andares e quem vai pagar o condomínio e o custo do prédio? Quem faz um prédio de 127 andares com intenção de usar só 27. Que loucura é essa? Eles estão querendo tirar 127 m3 de fato. Agora esse negócio que Jaíba pediu 80 m3, Baixio do Irecê, tem que rever essas questões, porque realmente a gestão da água é muito mal feita, agora os carros estão diante dos bois, Sr. Presidente da reunião. Nós gostaríamos de pedir que através da iniciativa do Eduardo Suplicy que representa para mim aquilo que eu esperava que

o PT viria a ser, é um exemplo ético e político, Senador Suplicy que a sua atitude, a atitude do Senado possa ir também para a Câmara Federal, que a gente inicie agora o verdadeiro debate sobre a questão do São Francisco. [aplausos] Não é possível que o Exército brasileiro intervenha na região de Canudos para ganhar 150 milhões do Ministério da Integração, passe esse dinheiro para o Exército, eles estão precisando, mas que eles não entrem numa questão política, fazendo desmatamento em área indígena, que deve ser decidida pelo Congresso Nacional. Isso não pode ser feito goela abaixo, é falta de respeito, a nossa situação de cidadãos. [soa a campainha] Agora eu sou a favor de que todo o sertanejo tenha água e água em abundância. Mas a transposição não é para isso. E as obras inacabadas. Eu tenho aqui uma lista de quase 40 obras inacabadas, o geólogo Manoel Bonfim tem aqui, Estado do Piauí, Estado do Ceará, o Ciro me falou que lá não tem obra inacabada, Estado de Pernambuco, Estado da Paraíba, obras inacabadas, obras que foram feitas para irrigar, vamos terminar essas obras, vamos adquirir experiência em irrigação, vamos parar de mutilar o rio, vamos parar de jogar o dinheiro fora, isso é obra pela obra. Nós não podemos acreditar... As águas subterrâneas, o grande hidrólogo, Aldo Rebouças, ele coloca que a grande quantidade de água subterrânea na região sedimentar do Nordeste, é claro que é só 30% da região, mas quantidades fabulosas de água...[interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Prof. Apolo, mais um minuto para o encerramento.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Eu pediria que a gente parasse de projetos faraônicos, mutilar o rio São Francisco. Os pescadores do baixo São Francisco não conseguem mais sobreviver mais da pesca, Sr. Toinho afirma isso, estão mutilando, querendo mutilar o rio de Minas, rio das Velhas, Paracatu, Urucunha, fazendo barragens contra a opinião do povo, de lá dos fazendeiros, da melhor área para fazer filhote de sobradinho para aumentar a disponibilidade hídrica, acabando com a piracema, nós estamos destruindo um ecossistema que a natureza demorou milhões de anos para fazer. Historicamente o Nordeste só construiu açude quando não se falava de transposição. [soa a campainha] Fala de transposição, pára de construir coisas concretas. A indústria da seca está de olho em trazer o rio Tocantins... e não vai parar nunca, [soa a campainha]. O Brasil precisa de botar fim a indústria da seca e que o Congresso Nacional inicie o debate da transposição e que o Supremo Tribunal Federal discuta o recurso de Minas ...[interrupção de áudio] [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece ao Prof. Apolo Hering, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais pela exposição. Recebe com muito prazer... recebe com muito prazer os documentos que são entregues à Presidência. Tenho a satisfação e a honra de conceder a palavra a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias de Transposição das Águas do Rio São Francisco que falará pelo prazo de 10 minutos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente . Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, ao Senador--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu só pediria a V.Ex^a uma questão de isonomia, já antes de iniciarmos a questão, houve um entendimento com o Presidente Garibaldi Alves, onde o Dom Luiz Cappio teria 15 minutos, com mais 5 minutos, e o mesmo tempo seria concedido a Dom Aldo Pagotto. Só uma questão de isonomia, se tratam de dois Bispos, estão aqui prestando um belo trabalho a essa Casa, pediria a V.Ex^a essa isonomia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, a solicitação de V.Ex^a é justa, mas eu gostaria de também ser justo em relação ao Presidente Garibaldi Alves. Ficou estabelecido que a Dom Luiz Flávio Cappio seriam destinados 15 minutos para falar contra o projeto e ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Geddel Vieira Lima, seriam concedidos 15 minutos para falar a favor do projeto. De modo que esse foi o acordo estabelecido que me foi repassado pelo Senador Eduardo Suplicy. De qualquer forma--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pediria a V.Ex^a. que consultasse a Dr^a. Cláudia que é Diretora da Mesa e que presenciou o entendimento. O Senador Suplicy não estava presente na hora do entendimento. Eu pediria a V.Ex^a que fosse cumprido o mesmo tempo que foi dado a Dom Cappio.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não tenho objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, eu não havia concluído ainda o despacho e gostaria de dizer a V.Ex^a. que acatarei a solicitação de V.Ex^a. com muito prazer, até porque o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, não faz objeção. Com a palavra o Bispo Dom Aldo Pagotto pelo período de 15 minutos.

DOM ALDO DI CILLO PAGOTTO: Quero saudar Sr. Presidente do Senador, Garibaldi Alves que preside essa Sessão, Senador Marconi Perillo. Honrado pelo convite para a audiência pública conjunta entre as várias Comissões do Senado Federal por deliberação do colegiado que aprovou o requerimento de autoria dos Srs. Senadores, encabeçado pelo Senador Eduardo Suplicy, fui encarecido pelo Senador do meu Estado, Estado da Paraíba, Senador Cícero Lucena. Contemplado pela função outorgada pelo Presidente do Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, e agradeço ainda a gentileza do gesto, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esclareço que sou religioso e cidadão sobralense, pois trabalhei em Sobral por 6 anos e tantos outros anos em Fortaleza. Recordo o gesto profético, empreendedor do então Governador Ciro Gomes, ao encetar, em tempo recorde, em 1995, o Canal do Trabalhador, sem o que a capital cearense entraria em colapso de água para uso humano.

Compus, com outros irmãos bispos do Ceará, por bom tempo, a Comissão Pastoral de Convivência com o Semi-Árido, sugerindo e acompanhando de perto políticas públicas na esfera agrária, agrícola e hídrica. Hoje, como cidadão pessoense e paraibano, sou portador do pleito das águas do rio São Francisco contando com o apoio dos irmãos Bispos do meu Estado, Paraíba, bem como a maioria dos Bispos dos demais Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A propósito, realizamos em Campina Grande, em novembro de 2006, um grande encontro entre os Bispos do Nordeste, gestores públicos, secretariados de órgãos públicos, representantes de várias entidades e categorias sociais contando com técnicos e especialistas em assuntos do Nordeste. Elaboramos uma carta de intenções celebrando 50 anos de criação da SUDENE, agora refundada e revivificada.

Elaboramos uma carta de intenções, fruto do evento, apontamos aos gestores públicos de nossos Estados uma série de potencialidades produtivas que possam favorecer o desenvolvimento do povo do Nordeste incluindo o nosso veemente pleito pela revitalização e integração das bacias hidrográficas do rio São Francisco.

Pelos anos de militância de evangelização e promoção humana, preposto ao Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, faço-me porta-voz de milhares de irmãos e irmãs nordestinos que clamam por um copo d'água para a sua digna sobrevivência e para o justo desenvolvimento com inclusão social das gerações vindouras. Nosso pleito foi exposto ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula

da Silva, por ocasião de sua presença em nossa capital paraibana ao 7 de julho de 2007 em vista da ampliação das obras do PAC. O Presidente Lula, retirante nordestino trouxe à memória os dramas vivenciados por si e pelos seus conterrâneos. Comovido, ilustrou cenas que alijam milhares de filhos e filhas de vários Estados, excluídos das oportunidades, colocados para fora da comunhão do banquete da vida, constrangidos a caçar outros rumos numa existência incerta.

O Presidente Lula empenhou a sua palavra e comprometeu a honra da gestão do seu governo compartilhado com a equipe governamental assegurando a viabilidade técnica e econômica administrativa do projeto.

A concepção da obra projetada é uma política estrutural, a sua concepção é estruturante. Tecnicamente segura, economicamente viável, administrativamente sustentável.

A obra supera políticas de compensação improvisadas ou insuficientes para resolver problemas de caráter estrutural.

A obra supera o atavismo histórico que reproduz o atraso e a corrupção desmandada sempre auferindo lucros com a indústria da seca.

Quem tem sede apóia. Apóia o projeto, apóia a obra estrutural. O rio São Francisco deve servir à integração nacional, garantindo o justo e equânime desenvolvimento humano e o crescimento sustentável. A água superabundante é um bem inestimável que deve abastecer nosso sistema de reservas e de distribuição chegando a atender doze milhões de nordestinos, sobretudo, em situações sujeitas a colapsos hídricos.

A obra toma a feliz expressão de revitalização e integração das bacias hidrográficas. Traduz o que deve integrar efetivamente os Estados pleiteantes em iniciativas articuladoras que mobilizam as regiões desenvolvendo-as em modo integral e integrado.

A igreja já dizia isso desde a Campanha da Fraternidade de 2004, nos envolvendo na temática "Água, fonte da vida". Água, bem essencial à vida é patrimônio humano cujo valor incomensurável é, porém, limitado e escasso.

O recente Plano Estadual de Recursos Hídricos estima que toda a água disponível no Estado da Paraíba é de 37 m3 por segundo, enquanto as demandas totais são de 42 m3 por segundo. O quadro presente revela escassez hídrica de 5 m3 por segundo comprovando a situação operacional crítica dos sistemas de abastecimento de água dos nossos 223 municípios, dentre os quais, 119 operam em regime de racionamento na maior parte do ano. Mesmo em anos chuvosos suas fontes de captação padecem de insegurança hídrica. O maior mal da região. Quanto às outras 104 sedes

municipais analisadas num horizonte de doze anos, mais da metade terão problemas com os seus mananciais, porque dependemos das chuvas. Em breve necessitarão de ampliação de recursos e melhorias porquanto a demanda também aumenta.

Na área rural, onde mora quase um milhão de pessoas, o problema da insegurança hídrica é ainda maior. As prefeituras, o Estado, a União investem anualmente verdadeiras fortunas para apenas amenizar o sofrimento causado pela falta de água. O fato é comprovado pelos mais de 150 decretos de emergência publicados nos últimos seis meses, não obstante uma sequência de anos entremeados de chuvas, atípicas, em algumas regiões, as mais apenadas.

A Paraíba conta com uma vasta rede de ajuda-gem. Cerca de dez mil, contando os de pequeno porte. Temos mais de 25 mil poços tubulares e amazonas, entretanto, apenas aqueles com capacidade de acumulação superior a 20 milhões de m³ oferecem garantia de atendimento. Em tais condições são raros os locais no Estado que comportam a construção de novas barragens. Estaríamos quase impossibilitados de aumentar a disponibilidade hídrica contando apenas com os potenciais das nossas bacias hidrográficas. Dependemos das chuvas.

Quanto a água subterrânea, dispomos de um aquífero somente no litoral paraibano, com alguma possibilidade de exploração para atender ao abastecimento de aglomerados urbanos ou rurais de maior parte. Em 83% do território paraibano predomina o substrato cristalino com reduzida capacidade de produção de água. Na maioria das vezes, com altos teores de salinidade, portanto, impróprias para o consumo humano.

A Agência Nacional das Águas elaborou um conjunto, em conjunto com os Estados nordestinos, o Atlas da Nordeste sobre o abastecimento de água para as cidades com população superior a cinco mil habitantes. Diagnostica a situação atual apontando soluções em nível de pré-concepção para o abastecimento de água, cobrindo um total de 74 dos nossos 223 municípios, uma parcela numericamente superior fica fora deste importante documento. Além do mais, 2/3 das soluções apontadas, caso analisadas no horizonte de 12 anos, sofrerão problemas de manancial. O outro 1/3 das soluções apresenta, atualmente, alguma deficiência hídrica nos mananciais selecionados.

As ações atuais de construção de cisternas de placas, que são uma política pública, perfuração de poços, dessalinizadores, barragens subterrâneas, reuso de água e outras são muito importantes para atender à população dispersa ou em pequenos aglomerados, mas, nunca para os núcleos maiores. São soluções complementares no caminho da universalização do

saneamento básico. Nós precisamos de soluções estruturantes.

Questionamos junto aos que se mostram refratários à obra de revitalização e integração das águas do rio São Francisco, sabedores sobre determinados projetos existentes na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, ora já citados cá e acolá pelos debatedores que nos precederem. Os projetos Salitre e Baixo Irecê, somados, têm capacidade para 90 mil hectares, com atuais investimentos na ordem de 700 milhões de reais, retirando até 56 m³ por segundo a montante de sobradinho. Projetos para a irrigação de cana-de-açúcar em Pernambuco retiram 75 m³ por segundo. O Canal do Sertão retira, em Alagoas, 32 m³ por segundo, em Sergipe 28.6 m³ por segundo somando-se, pois, 60.6 m³ por segundo.

Defendemos o desenvolvimento integral dos Estados, pois, todos têm direito de crescer e se desenvolver segundo o princípio da solidariedade e subsidiariedade. Por que, a priori, nos acusar de privatização de água e utilização de água para o agronegócio enquanto, na realidade, pleiteamos apenas 26,4 m³ por segundo após sobradinho? Água para abastecer o nosso sistema hídrico. Por que impedir o desenvolvimento dos Estados do Nordeste Setentrional enquanto se permite o desenvolvimento dos outros?

O apelo do Comitê Paraibano se dirige aos parlamentares e gestores públicos incumbidos de permanente formação da índole concidadã da nossa população. Responsabilizados pelo acompanhamento da obra envolvam a população fazendo com que participem do controle social devido. A concepção da obra estrutural requer o envolvimento de todos. A obra corresponde a uma política hídrica estruturante, se beneficia a todos, deve ser muito bem cuidada por todos.

Governos se sucedem, as políticas públicas exigem continuidade dinâmica de expansão. Cabe aos respectivos Estados assegurar não somente a infra-estrutura que atenda aos objetivos da obra, mas, de permanente esclarecimento junto à população sobre o correto uso e usufruto da água redentora.

Em outras palavras, cabe ao governo uma boa gestão em caráter suprapartidário, isenta de oportunismos e corrupção financeira. Cabe à população o controle social superando tensões de caráter ideológico, equidistante de outro interesse se não o desenvolvimento com inclusão social.

Aproveito o ensejo para noticiar e convidar as bancadas parlamentares dos Estados pleiteantes à mobilização popular em apoio a obra a ser realizada na cidade de Monteiro, na Paraíba, primeira cidade pólo a ser beneficiada com as águas do eixo leste. A data deve ser confirmada tendo em vista a honrosa

presença do Ministro de Integração Nacional, Dr. Geddel Vieira Lima. A data, em princípio, é 12 de março. Agradeço muito a todos e todas.

[aplausos]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao assumir os trabalhos quero primeiro agradecer a todos os 14 convidados que aceitaram o convite formulado por essa presidência, em nome das quatro Comissões, mas, com certeza absoluta, agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, que mesmo durante o recesso parlamentar foi quem mais trabalhou, sem sombra de dúvida, para que esse evento acontecesse. Com a mesma firmeza que defende a renda mínima. Parabéns, Suplicy.

E de seguida passo a palavra ao pesquisador da Asa Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro, Sr. Luciano Silveira. Dispõe também de dez minutos com a tolerância de mais dois, como foi dado para os outros convidados.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pela ordem, Senador Cícero Lucena que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Participei do interesse de debater aqui no Senado e, logo mais, iria falar. Mas, infelizmente, acabo de receber o comunicado do falecimento da minha mãe e... em outra oportunidade estarei debatendo esse assunto que é tão relevante e peço que com licença vou me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Senador Cícero Lucena aceite a solidariedade, tenho certeza não só do Senado da República, do Congresso nacional, de todo o povo brasileiro.

Eu... um minuto, suspendo os trabalhos com a tolerância do orador na tribuna para que a solidariedade dos nossos convidados e parlamentares seja dada ao nosso Senador Cícero Lucena, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Senador Paulo Paim, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr.

Presidente é meu dever de Líder do PSDB, de Senador, de companheiro, colega e amigo do Senador Cícero Lucena, oferecer a ele, legitimamente, em nome do meu partido mas, tenho certeza que falando em nome de todos os Senadores com assento nesta Casa e aí

o sentimento de solidariedade pluripartidário, levar ao Senador Cícero o nosso pesar. Isso será transformado num voto de pesar a ser deliberado pela Casa na Sessão de mais tarde.

Sei do amor de Cícero por sua mãe. E sei da união de sua família em torno dessa grande mulher que se foi e deixa um belo exemplo através dos seus sucessores, dos seus filhos, dos seus netos, daqueles que aprenderam com ela os deveres da honradez, os deveres da solidariedade humana e os deveres da grandeza em relação as coisas da Paraíba e as coisas do país.

Portanto, ao querido Cícero Lucena a solidariedade muito fraterna do seu partido e eu tenho certeza, a solidariedade igualmente fraterna e querida de todo o Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pela ordem, Senador Efraim Moraes, Primeiro Secretário do Senado Federal.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Da mesma forma, Senador Paulo Paim, a solidariedade ao Senador Cícero Lucena e à sua família. E aí eu falo como paraibano, um dos representantes dessa bancada, dizer realmente da grande perda que tem não só a família Lucena, na pessoa de Cícero e de seus irmãos e irmãs, mas, deixar a nossa solidariedade com a permissão do meu Líder, José Agripino, em nome também dos Democratas. E, evidente, em nome de toda a bancada da Paraíba.

Agradeço a V.Ex^a e também pedindo permissão a V.Ex^a para me ausentar do debate que acompanharei o Senador Cícero Lucena até o nosso Estado, a Paraíba. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com certeza, Senador Efraim, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, também de levar a nossa solidariedade ao nosso colega, grande amigo, o grande Senador Cícero Lucena e a todos os seus familiares. E somando ao Efraim, em nome do nosso partido, com a permissão do nosso Líder, mas, também, pedindo permissão às Senadoras para ser em nome das Senadoras, a nossa solidariedade, principalmente o sentimento que nós sabemos que é uma saudade é... difícil de medir, a dor desta saudade que é a perda daquela que para todos nós, com certeza, é o bem maior, que é a mãe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senadora Rosalba que é Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, com certeza junto com os outros Senadores levarão toda a solidariedade do Congresso Nacional.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Sr. Luciano Silveira, pesquisador da ASA Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro. Dez minutos, com a tolerância de mais dois.

SR. LUCIANO SILVEIRA: Bom dia, Senador Paulo Paim! Bom dia Senadoras e Senadoras. Bom dia demais participantes dessa audiência. Primeiramente, eu queria... fico feliz com o esclarecimento dado pelo Deputado Ciro de que esse projeto, ele foi concebido, não foi concebido para atender a demanda difusa. Acho que isso é importante para a gente trazer o debate para a sua realidade. E a gente sabe que a todos os anos, a cada período prolongado de seca milhares de famílias que vivem no semi-árido passam por suas privações mais básicas do acesso a água e alimento.

Essa população privada dos seus direitos mais básicos de cidadão, elas vivem exatamente, é a população difusa, né? É essa população que representa, dos 21 milhões de habitantes do semi-árido, aproximadamente, 10 milhões vivem nas zonas rurais, representam mais de dois milhões de unidades familiares de produção e que estão vivendo nessa realidade. E é exatamente esse povo que mobiliza toda a sociedade brasileira quando uma seca abala essa população e a mídia projeta e todos nós ficamos mobilizados com essa realidade.

E eu acho que o desafio que está posto aí, que é recorrente em nossa história, é que o problema, a natureza, o problema que assola essa realidade, ele não é de natureza nem ambiental e nem da população que aí vive.

Ele é, sobretudo, de natureza política. Ele é a expressão do atual e do histórico modelo de desenvolvimento que foi implementado em toda a região semi-árida. O modelo de desenvolvimento que gerou, e todos vocês sabem, uma concentração brutal do acesso à terra e associado a ela uma concentração brutal do acesso à água, ok? Esse mesmo movimento, esse mesmo modelo também promoveu um processo de degradação dos recursos naturais também da mesma magnitude. Hoje, 180 mil quilômetros quadrados do semi-árido já se encontram em estágio grave de desertificação. Isso, produto desse padrão de desenvolvimento degradador do ambiente que vem gerando processos de exclusão social sem precedentes. A desigualdade marca o processo de desenvolvimento do semi-árido brasileiro de forma mais intensa talvez do que do resto do país que também é bastante expressivo.

E o semi-árido, eu queria dizer que nós vivemos, a sociedade vive uma crise de percepção da realidade, a forma com que a sociedade, perdão, olha a realidade que aprendeu a enxergar a realidade do desenvolvimento pelas suas limitações e não pelas suas

potencialidades. Pela capacidade que cada ambiente, a natureza, o seu povo, a sua economia podem fazer como formas endógenas de promover crescimento e desenvolvimento criativo. E foi esse padrão de desenvolvimento que foi convencionalmente chamado de modelo de combate à seca. E não se combate a seca como também não se combate, na Sibéria, o gelo. Se convive com essas regiões.

É preciso pensar estratégias capazes de valorizar as potencialidades que esse meio tem. E tem muito. Foi dito aqui pelo próprio Geddel que chove e chove razoavelmente bem se comparado com outros semi-áridos.

O nosso desafio é que o ambiente, o clima é de grande irregularidade climática, de alta insolação e solos com baixa infiltração de água. Então, apesar de chover até de forma razoável, grande parte da água é perdida. Correto?

Nosso desafio é pensar estratégias que valorizem as capacidades que esse ambiente tem. E a gente sabe que há soluções, e são soluções que não são novas, na verdade, mas que não são priorizadas nas políticas de desenvolvimento.

O semi-árido brasileiro, ele tem um bioma que é a caatinga, que desenvolveu uma enorme capacidade de se ajustar a essa realidade. Muitos daqui que são sertanejos vêm discutindo muito como as potencialidades desse semi-árido, a caatinga como uma vegetação que tem um potencial forrageiro imenso, um potencial produtivo imenso e uma enorme capacidade de produzir riquezas.

Pensar num processo de desenvolvimento para a população difusa significa, necessariamente, pensar em soluções descentralizadas, do local, que seja capaz de atingir a cada cidadão, a cada família que está disperso por esse enorme território. E para isso é preciso pensar uma outra perspectiva de desenvolvimento para o semi-árido, as ofertas concentradas de água nunca vão atender as demandas difusas. Ofertas concentradas como um canal linear, que é o canal da transposição do São Francisco só vai atender demandas concentradas, que são as cidades que a gente entende que precisam ser pensadas. As demandas difusas, dispersas só serão solucionadas por soluções dispersas. E é aí onde mora um dos maiores problemas que tem, recorrentemente, mobilizado a nossa sociedade.

A seca é um problema hoje porque mexe com a vida de muitas populações. É preciso, antes de mais nada, atuar sobre essa população integrando ela como cidadãos aos processos de desenvolvimento social e econômico. Não é só dar água para beber é integrar para que a força de trabalho desse povo possa ser

valorizada e a capacidade criativa dele de desenvolver relações e harmonia com esse ambiente natural seja valorizado.

Portanto, o que nós temos discutido pela articulação do semi-árido brasileiro é a perspectiva sim de uma grande obra e o governo acerta quando quer fazer uma grande obra, mas, é uma grande obra composta de milhares de pequenas obras, desconcentradas, descentralizadas que permitam que toda a família do semi-árido tenha condições de se integrar aos processos de desenvolvimento desse país. [aplausos] E aí é que está o desafio que nós estamos colocando aqui.

Essa perspectiva de desenvolvimento que a gente vem discutindo, ela já tem uma série de experiências desenvolvidas, seja por alguns municípios, alguns Estados, pelo próprio governo que tem apoiado em parte, quer dizer, já um programa de cisternas e pela própria sociedade que vem se mobilizando, como a articulação do semi-árido brasileiro. Há uma perspectiva aí de se pensar uma outra trajetória para o desenvolvimento do semi-árido, assentado num outro modelo capaz de pensar formas de desenvolvimento mais harmônico, mais eqüitativo.

O projeto da transposição, ele reitera os padrões de concentração da água dirigidos ou a cidades de grande porte ou a projetos concentrados de irrigação intensiva.

As experiências hoje dos pólos irrigados, as que estão dando certo, porque uma parte importante, o próprio Banco Mundial fez um estudo e disse: Não vale à pena fazer novos projetos de irrigação porque têm muitos para arrumar ainda, né? Há um conjunto grande de projetos de irrigação parados por ineficiência de gestão.

Então, o desafio é um processo de desenvolvimento econômico que permita integrar o conjunto da população brasileira e hoje eu não estou nem advogando muita coisa porque basta ir na beira do São Francisco, perto dos perímetros irrigados que a gente vai ver convivendo lado a lado um desenvolvimento econômico até expressivo, mas, onde a riqueza não está sendo efetivamente distribuída, gerando concentração de renda e mantendo a grande parte da população do semi-árido excluída, reproduzindo todas as relações políticas que reproduzem o jogo, [soa a campainha] o jogo da busca de água do São Francisco. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência já agradece a precisão no tempo aí dos nossos convidados.

De imediato passo a palavra ao Deputado Federal Marcondes Gadelha. Explico que o Marcondes Gadelha

é Deputado Federal, fala nesse momento como convidado especial entre os 14 que terão direito à palavra por dez minutos e mais dois nesses casos.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras. Eu quero louvar a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que guarda uma correlação muito estreita com outras da sua lavra de cunho profundamente humano e social como o Programa de Renda Mínima, de onde se originou o Bolsa-Família e outras propostas concretas de distribuição de renda.

Deve chocar a sensibilidade de V.Ex^a, nobre Deputado Eduardo Suplicy, a hipocrisia de alguns cavalheiros de fina estampa que se apresentam como politicamente corretos e ficam clamando por distribuição de renda, pregando distribuição de renda como instrumento para melhoria da qualidade de vida e, no entanto, se insurgem de forma tão radical contra este gesto elementar e fraterno de distribuir água, que é o princípio, o próprio princípio da vida e a condição básica para o bem-estar social. “Não, se virem lá com as suas cisternas! Com os seus barreirinhos! Ou com a lama sórdida que restar dos açudes secos porque, na minha água ninguém tasca, eu vi primeiro!”

Surpreende, Sr. Presidente, toda esta ginástica mental toda esta filigrana verbal, esta contabilidade viciosa, esse esforço, enfim, de forçar um entendimento tão-somente para sustentar uma posição que é anti-social, antifederativa e, sobretudo, anticristã.

Chega-se ao ponto de agredir o senso comum e negar evidências solares sobre disponibilidades de água. Pasmem nobre Senador Pedro Simon, depois de quinhentos anos de registros pelos nossos geógrafos está se querendo propor aqui, nesse Plenário, que o Nordeste Setentrional é que tem muita água e o São Francisco não tem água. Só está faltando agora propor uma inversão da transposição. Fazer a transposição do açude Castanhão ao para o São Francisco, nobre Deputado Ciro Gomes.

Vamos deixar claro uma coisa, essa transposição não tem a empáfia de querer resolver o problema da seca no Nordeste. Nós pretendemos, sim, reforçar o abastecimento hídrico, humano e animal. Nós pretendemos reforçar o setor de serviços, a fixação do homem ao campo, a pequena agricultura. Mas, o propósito maior que engloba todas essas ações podem chamar de segurança hídrica. Nós vamos continuar utilizando sim as nossas águas que estão estocadas lá nos nossos açudes. Mas, nós sabemos, todos sabem que elas não são suficientes. O equilíbrio hídrico do Nordeste Setentrional é extremamente precário, e se faz às custas de migrações e de muita fome.

O meu Estado, a Paraíba, tem uma taxa de crescimento demográfico de apenas 0,6% ao ano. Quem olha para isso pensa que está na Suíça, ou na Alemanha, ou em alguns desses santuários da civilização pós-industrial. Mas, não é, não cresce a população porque ela vai embora. 1/3 da população da Paraíba vive fora do seu território. Um milhão de paraibanos infestando a periferia das grandes cidades, passando frio, fome e solidão num banco da Praça da Sé em São Paulo. Pobre de Jó, pobre de esperança e pobre de amor. E dos que estão lá, 1/3 também não faz três refeições por dia. Dados do CONSEA e é por isso que existe esse equilíbrio precário de que tanto se fala, e que só tende a piorar na medida em que o meio vai ganhando mais complexidade social, vai exigindo mais água. Na medida em que a população vai crescendo, vai exigindo mais água. E a situação é de tal ordem, Sr. Presidente, que já hoje e daqui por diante nunca mais aquele Nordeste Setentrional fechará o seu balanço hídrico, ou seja, deixado por conta da natureza nunca mais a oferta de água será igual à demanda por essa água. E aquele Nordeste precisa importar água de algum lugar e o manancial mais próximo, mais abundante e mais barato é o rio São Francisco.

A pergunta que não quer calar é essa: O rio São Francisco tem água para oferecer para a transposição? Aqui foi, está sendo veiculado pelo país afora uma balela de que o rio São Francisco não tem água. Meu Deus do céu! Senhora Letícia Sabatella, o rio São Francisco gera 11 mil megawatts de energia elétrica todas as horas, todos os minutos, todos os segundos. É a maior geração de energia elétrica por um rio individualmente no Brasil. Como é que podia fazer isso se não tivesse água?

O rio São Francisco paga 200 milhões de reais a título de royalties aos Estados e municípios ribeirinhos a fundo perdido. 200 milhões de royalties todos os anos desde a constituinte, desde 1988. Nunca ninguém sabe onde foi parar esse dinheiro. Mas, é pago religiosamente, 6,85% do faturamento bruto da CHESF vai para os Estados e municípios ribeirinhos. Como é que o São Francisco poderia pagar 200 milhões de reais de royalties por ano se não tivesse água?

O rio São Francisco joga no Oceano Atlântico 96 bilhões de m³ de água todos os anos. Isso é mais de 40 vezes a Baía de Guanabara, já que estão usando a Baía de Guanabara aqui a todo o instante. Mais de 40 vezes a baía da Guanabara são jogados, desperdiçados, entregues ao mar para irrigar o mar ou para dar água de beber aos peixes enquanto lá na Paraíba, no Ceará, no Rio Grande do Norte nós penamos, nós vivamos uma situação de penúria, de escassez crônica e permanente de água.

Eu quero dizer para todo o Brasil e confirmam, por favor! O rio São Francisco hoje tem mais água do que quando foi descoberto por Américo Vespúcio, em 1501. Porque, além da vazão média inalterada de 2.600 m³ por segundo, que já é uma vazão portentosa, os senhores comparem com o rio Colorado, nos Estados Unidos, que tem apenas 700 m³ de vazão e onde já foram feitas 9 transposições.

O São Francisco tem 2.600 m³ de vazão contínua. É um rio respeitabilíssimo. Mas, ainda sobre o leito do rio ele tem inúmeras barragens que estocam uma quantidade incomensurável de água. Só a barragem de Sobradinho tem 36 bilhões de m³. Uma lâmina d'água com 300 quilômetros de extensão. Uma quantidade de água estocada igual a 17 vezes a baía da Guanabara. [soa a campanha] Itaparica tem 19 bilhões. Paulo Afonso, um, dois, três, quatro Xingó. Tudo isso estocado sobre o leito do rio. Se nós quisermos dobrar ou triplicar a vazão do rio a hora que quiser é só abrir a torneira e... o rio São Francisco não terá condição de conter, na sua calha, a quantidade incomensurável de água que tem estocada. De modo que isto é uma balela, uma conversa fiada para enganar e embair a opinião pública.

A segunda coisa que é preciso deixar claro para o país todo ouvir é a questão ambiental. Se diz que... a transposição vai matar o rio São Francisco ou vai acabar com a... com o equilíbrio ecológico na sua bacia. Eu quero afirmar para toda a nação brasileira que esse Projeto de Transposição de águas do rio São Francisco, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva [interrupção do som] É o mais seguro [soa a campanha] do ponto de vista ambiental do mundo. Conheço dezenas de projetos de transposição. Nada se compara com a... em segurança ambiental com a transposição de águas do rio São Francisco. Por quê? Esse projeto foi submetido em dois governos diferentes, no Governo de Fernando Henrique e no Governo de Lula a duas equipes multidisciplinares que fizeram dois estudos de EIA/RIMA, uma equipe internacional do governo Fernando Henrique, formado pela já Jaakko-Pöyry, finlandesa e pela Tahal, as duas empresas maiores empresas de segurança ambiental, e no Governo Lula, um consórcio nacional. Essas são as duas equipes em momentos diferentes, trabalhando para governos diferentes chegaram à mesma conclusão, a transposição não causa passivos ambientais importantes nem para o rio, nem para a bacia, nem para as populações ribeirinhas. Mais, ainda. Esses estudos de impacto ambiental foram revisados pelo Ibama.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha mais um minuto para concluir.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Um minuto só? Já encerro. Foi revisto pelo Ibama. O Ibama aprovou esses estudos de impacto ambiental, depois foi revisto pela ANA. Depois foi revisto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e todos chegaram à mesma conclusão de que esse projeto não causa nenhum impacto ambiental importante. E é muito fácil entender porque, não precisa ser técnico nem especialista. Esse projeto vem com quatro travas de segurança: O ponto de captação muito distante da cabeceira do rio, a mais de dois mil quilômetros, depois que o rio já cumpriu o essencial do seu discurso e um ponto segregado entre barragens enormes que impede qualquer efeito para frente ou para trás da transposição.

Segundo, a relação entre a vazão e o caldal a ser transposto que é menos de 2%. Por aí afora se tira 10, 20, 30, 40%. Em São Paulo mesmo se tira do rio Piracicaba cerca de 80% das águas. Aqui no Rio de Janeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, mais um minuto.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro agora. Encerro definitivamente. E, finalmente, eu quero dizer que esse projeto é o único que vem casado, acoplado com um projeto de revitalização do rio São Francisco.

Desde 47, o primeiro discurso do então Deputado Luiz Viana Filho já falava em poluição do rio. Nunca se fez nada pelo rio. Só veio a acontecer revitalização agora, trazida pela transposição de águas do rio São Francisco. E quero dizer que há dinheiro no PAC, um bilhão e seiscentos milhões já alocados. Que essas obras de revitalização já começaram. E que esse Senador que aí está...

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Atenção ao orador, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu estou presidindo o trabalho eu peço a V.Ex^a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu não vou permitir que V.Ex^a assumo o lugar do Presidente.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Desculpa, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra o Deputado Gadelha.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Quero dizer que além do dinheiro que está no PAC para a revitalização, há uma PEC do Senador Valadares [interrupção do som] que dá [soa a campanha] traz

300 milhões de reais por ano para a revitalização do rio São Francisco e tem mais, o dinheiro da CHESF são 200 milhões que não é coisa despendida, não é coisa de lana caprina. Então, no total, nós vamos chegar a cerca de mais de... são seis bilhões do projeto, aproximadamente vinte bilhões de reais serão aplicados na transposição de águas do rio São Francisco.

Se fala muito que esse é um projeto faraônico, que é um projeto caro, coloque isso em dimensão. Vamos tomar, só para encerrar, Sr. Presidente, o nosso emulo entre os BRICs que é a China, os... nós aqui estamos brigando por causa de uma transposição de míseros, míseros 26 m3 por segundo a um custo de 4,5 bilhões de reais. Os chineses estão fazendo a transposição, estão terminando a transposição de água da bacia do rio Yang Tsé para a bacia do rio Amarelo e lá, lá, aqui o nosso perto deles é brinquedo de criança. [interrupção do som]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha faço um apelo que conclua.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro. O custo aqui, a transposição é 26 m3 por segundo ao custo de 4,5 bilhões de reais, lá na China são 1.600 m3 por segundo a serem transpostos, a um custo de 62 bilhões de dólares. E eles começaram, nós começamos há 150 anos essa discussão, e ainda tem gente pedindo discussão. Os chineses começaram há menos de 20 anos e já estão concluindo a obra. Muito obrigado a V.Ex^a.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria, em nome das quatro Comissões, Senador Suplicy, agradecer ao Senador Garibaldi por ter aceitado em fazer esse debate aqui no Plenário do Senado que seria feito lá na Comissão.

De imediato, passo a palavra à Sr^a. Luciana Khoury que é Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco.

Eu faço mais uma vez o apelo, dez minutos com a tolerância máxima de mais dois.

SRA. LUCIANA KHOURY: Cumprimento inicialmente o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos dessa Casa, em nome do qual cumprimento todos os Senadores aqui presentes, Deputados e demais autoridades. Cumprimento nosso querido Dom Luiz Cappio, em nome do qual cumprimentamos todos os representantes da sociedade civil que se encontram nessa casa. Os técnicos da Procuradoria Geral da República, que se encontram aqui presentes, movimentos sociais, enfim, toda uma comunidade que se mobiliza e que agradece, sim, aos Senadores essa oportunidade e, em especial, ao Senador Eduardo Suplicy que com toda a sua sensibilidade promoveu

essa possibilidade. E dizendo ao Senador Paulo Paim, que se trata sim de uma questão de direitos humanos, essa questão do São Francisco.

O Ministério Público, na verdade, do qual eu faço parte, sou Promotora e trabalho desde 2002 com as ações voltadas em defesa do São Francisco. É importante dizer que nós atuamos de modo integrado, através de uma Coordenaria Interestadual do qual hoje o coordenador é sergipano, Dr. Eduardo Matos, e se estivesse aqui estaria falando *ipsis literis* aquilo que eu estou falando. Porque, na verdade, todos os Ministérios Públicos do Brasil hoje que atuam no São Francisco sejam federal ou estadual têm hoje o mesmo posicionamento.

Na verdade, nós atuamos e começamos a trabalhar não voltados para a questão da transposição. Nós passamos a trabalhar a partir de uma constatação dos problemas ambientais identificados no São Francisco, sim. E aí passamos a trabalhar com agrotóxicos, com esgotamento sanitário, com resíduos sólidos, com toda uma problemática que envolve hoje a degradação da bacia do São Francisco.

Então, nós atuamos e hoje podemos dizer que conhecemos os problemas e buscamos a solução e a responsabilidade dos atores causadores de danos ambientais na bacia. Basta dizer que na Bahia nós trabalhamos e visitamos já, pessoalmente, junto com Promotores de justiça e órgãos ambientais, 112 dos 115 municípios da Bahia... Da bacia do São Francisco. E tanto assim que o Ministério da Integração inclusive tem prestigiado e temos aqui hoje a coordenadora da revitalização do Ministério da Integração, do São Francisco, que é Carla Arns e também Rosalvo, que participam sempre das audiências públicas que nós fazemos na comunidade local. Então, nós trabalhamos em defesa da bacia do São Francisco. Por isso, não nos furtamos a conhecer a problemática e a questão trazida pela transposição do São Francisco.

Bom, após buscar conhecer o Projeto de Transposição e fizemos isso com muito cuidado, ouvindo o Ministro Ciro Gomes na época, ouvimos técnicos do Ministério da Integração, o Ministério Público Federal reuniu todos os Promotores e Procuradores da República e os técnicos do Ministério Público tiveram uma análise crítica sobre os estudos de impacto ambiental apresentados no projeto.

A conclusão do Ministério Público, hoje, é a de que o Projeto de Transposição da forma como hoje se encontra e da forma como vem sendo conduzido, ele fere a legalidade do país em diversos aspectos. Tentarei ser breve para tentar mostrar porquê.

Em primeiro lugar, poderemos dizer que ele fere sim o próprio Estado Democrático de Direito e separa-

ria Estado de Direito e Estado Democrático para tentar demonstrar nesse momento.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar, que o Estado de Direito é aquele que busca cumprir as normas por ele hoje em exercício, ou seja, nós temos uma Constituição Federal, o administrador público, por mais legitimidade que tenha, ele precisa respeitar as leis do país. E o primeiro passo que nós colocamos aqui é a violação à Constituição Federal.

Nós temos inclusive algo que hoje está em pauta, que é o Congresso Nacional ter a competência exclusiva, como foi mencionado aqui, no art. 49, inciso XVI, para decidir sobre o aproveitamento dos recursos naturais em terras indígenas.

Ora, o governo afirma: Não passa por terra indígena. Nós temos inclusive técnicos do próprio Ministério Público Federal que demonstram que o ponto de captação do eixo Norte é 80 metros da Ilha Trucar, ilha já demarcada do povo indígena Trucar. E outros pontos onde passam o traçado do projeto cortam terras indígenas Trucar também, fazendas Mãe Rosa, fazenda Toco Torto, outras ali no eixo Norte, dentre outras no eixo leste. Entretanto essas áreas não estão ainda demarcadas, mas já existe estudo antropológico na FUNAI que caracteriza aquela população como indígena, logo, a presunção é de que não se poderia haver, nesse caso, o descumprimento a esse art. 49 da Constituição. O Congresso Nacional, Senadores e Deputados deveriam ser chamados a se manifestar sobre essa possibilidade de aproveitamento hídrico. Esse é um primeiro ponto.

Depois, nós elencaríamos um bloco, resumidamente, de violação às normas ambientais do país. Todas as resoluções CONAMA que tratam do licenciamento ambiental foram descumpridas no que se refere ao licenciamento ambiental desse projeto. Primeiro porque, muito claro, os estudos de impacto ambiental que foram feitos por essas empresas contratadas que foram citadas aqui, eles se destinaram a aprofundar esses estudos por onde passam os canais, mas, não levaram em consideração o diagnóstico concreto e os impactos reais positivos e negativos nas bacias doadora e receptora. Isso causa problemas gravíssimos, inclusive não poderia ter sido dada a licença primeira que é a licença prévia, porque é ela que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento conforme a legislação. E, na verdade, as falhas dos estudos são: No meio físico, no meio sócio econômico, no meio biótico. E a gente poderia elencar uma série deles. Isso está colocado em notas técnicas do Ministério Público Federal que estão à disposição dos Senadores. E eu fiz questão de escrever um artigo mostrando esses aspectos jurídicos do Projeto de Transposição citan-

do aqui algumas partes do próprio parecer do Ibama que está sendo distribuído aos Senadores e aos demais presentes. Para, depois, com calma, cada um também poder ler isso. Mas, no Parecer 31/2005 do Ibama que trata do assunto são elencadas as fragilidades do estudo de impacto ambiental pelo próprio órgão. Contraditoriamente a licença prévia foi emitida buscando colocar outras condições de novos estudos. Postergando para nova fase e possibilitando a licença de instalação.

Bom, isso significa dizer que há fragilidades na compreensão de que reais impactos existirão com a implementação do Projeto de Transposição. E existem alguns que nós já conhecemos, impactos negativos sim. Na área ambiental. Mas existem outros impactos que precisariam de novos estudos que não foram efetivamente feitos. Tudo isso tem sido colocado nas ações judiciais que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

Bom, uma violação grave também, nós podemos notar, ao sistema das normas de recursos hídricos do Brasil. Por quê? Porque bem dito aqui nesse Plenário, né, houve, na verdade, uma aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco. E o Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco, aprovado pelo comitê no dia 24 de outubro de 2004... 26 de outubro de 2004, decidiu a deliberação 18 que diz o seguinte: "As prioridades e critérios de uso das águas em caso de alocação externa de recursos hídricos. Água para fora da bacia é possível? É. Em que casos, a deliberação 18 do Comitê de Bacia do São Francisco com base na disponibilidade hídrica do São Francisco decidiu: Apenas para consumo humano e animal comprovada a escassez. Então, foi dito aqui, esses outros usos econômicos, é legítimo que se pleiteia água do São Francisco para usos econômicos? É. Mas, pela decisão do comitê, no Plano de Bacia do São Francisco, que foi aprovado pelo Comitê de Bacia do São Francisco, não pode. Por quê? Pela condição hoje de disponibilidade hídrica da bacia de São Francisco. É isso que está no plano decenal. Pode ser que isso mude na revisão do plano. Mas, hoje o plano de bacia está sendo cumprido. Isso também é objeto de apreciação de diversas ações judiciais que estão no Supremo Tribunal Federal.

Bom, por que então dizer que o Supremo Tribunal Federal é que está compilando essas matérias que tratam, na verdade, de violações a estudos, a licenciamento ambiental, violação aos estudos de impacto ambiental. Por que o Supremo está fazendo essa decisão? Na verdade deveriam ser feitas na base, na Justiça Federal de cada Estado. Entretanto, o que levou essas ações todas, as 14... os 14 processos ao Supremo Tribunal Federal foi o fato de que foi suscitado

o conflito federativo, mais ainda uma responsabilidade dos Srs. Senadores e Deputados. Por quê? Porque, na verdade, existia oposição de posição entre posição de Estados e da União, ou de Estados e Estados, podendo levar efetivamente a um conflito federativo. O que, na verdade, o art. 102, alínea "F", da Constituição, estabelece que deve o Supremo decidir.

Bom, é importante mencionar aqui que durante dois anos, de 2005 a 2007, as obras da transposição estavam paralisadas, desde 21 de dezembro de 2004, na verdade, até 18 de dezembro de 2007, de 2006, estavam paralisadas as obras da transposição. Por quê? Porque exatamente se considerou reais e concretos os argumentos da precaução. Enquanto não se complementarem os estudos de impacto ambiental não é possível autorizar realização de uma obra. Complementados os estudos de impacto ambiental e aí sim percebendo os impactos reais negativos da obra, se decide sobre fazer ou não a obra e que programas de mitigação deverão ser feitos. [soa a campainha] Bom, então, vou concluir nos dois minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais dois minutos. A senhora tem mais dois minutos

SRA. LUCIANA KHOURY: Pois não. Então, na verdade o que nós identificamos é que esses dois anos foram paralisados. Quando houve a argumentação de que deveria ir para o Supremo Tribunal Federal, na verdade, o que é que o supremo fez? O Ministro, na época, Relator, Sepúlveda Pertence decidiu: Não há problemas no momento continuar o licenciamento ambiental porque ainda estamos em fase de estudos. Podemos continuar o licenciamento ambiental. Mas, não autorizou a obra. Entretanto, como ele liberou o licenciamento ambiental aí em 23 de março de 2007 foi concedida a licença de instalação que autoriza a obra. Mas isso tudo foi levado ao conhecimento do Supremo. Qual é a situação hoje? Todo o povo brasileiro precisa saber. O mérito dos processos que estão no Supremo não foram decididos. A Sessão de Julgamento do dia 19 de dezembro de 2007 apenas decidiu que não deveria, no momento, paralisar as obras. Mas, o mérito desses 14 processos não foi decidido, portanto, não temos dúvida, enquanto Ministério Público brasileiro, que justiça existe nesse país [soa a campainha] e que certamente será garantido, sim, a restauração da legalidade. Porque, no momento, nós precisamos sim acreditar que o Judiciário brasileiro vai fazer valer a legislação do país que, na verdade, no momento, não está sendo cumprida por esse projeto. E nós esperamos que o Senado, o povo brasileiro e o próprio governo procure fazer com que isso aconteça independente da decisão vir aí no futuro do Poder Judiciário.

E para finalizar só dizer que a democracia na verdade ela também foi violada. O Estado democrático foi violado na medida em que a participação popular foi furtada porque, na verdade, a audiência pública convocada foi toda para as capitais e não para o povo da bacia onde era o povo que realmente teria influência direta do projeto.

Por isso que o povo se rebelou, na audiência pública das capitais em hotéis 5 estrelas, à noite, impedindo a participação concreta. Por isso, eu digo a democracia também. Portanto, a violação do Estado Democrático de Direito está, na opinião do Ministério Público, garantida. Agradeço a oportunidade.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional. Dez minutos com mais dois.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Sr. Presidente da Casa, do Senado Federal, Senador Paim, senhores membros da Mesa, Srs. Senadores, participantes desse evento. Eu quase que... sem querer nem de longe me comparar, mas, quase que assumi aqui a postura de Ruy Barbosa, em determinada época, quando ele disse, numa reunião importante que ante isso, diante disso e depois disso ele quase nada tinha a dizer.

Parafraseando o Ruy eu gostaria de dizer aos senhores que eu ouvi tanta coisa aqui. Ouvi tanta filosofia. Ouvi ideologia. Ouvi posições até apaixonantes, mas, dados efetivamente concretos sobre o projeto eu não ouvi. Não ouvi. E algumas pessoas citaram alguns dados efetivamente, isoladamente, mas não no conjunto da obra.

Eu gostaria que os Srs. Senadores soubessem que nós, no Ministério da Integração, estamos dispostos a fornecer individualmente a qualquer Senador ou à Casa qualquer informação do ponto de vista técnico, científico que eles precisem conhecer sobre a obra. E a responder sobre quaisquer questões que venham a ser solicitadas ao Ministério porque uma das coisas que caracteriza a gestão desse Ministério é a responsabilidade, é a vontade de acertar e, no caso específico, é a vontade de servir ao povo do Nordeste, essencialmente, ao povo do Nordeste Setentrional.

Eu ouvi aqui muitas estatísticas assim soltas, mas, eu creio que a primeira coisa que eu ouvi aqui de errado é quando estabeleciam aqui os milhões e milhões de habitantes, os percentuais sobre o Nordeste Setentrional. Naturalmente enquadraram nesses percentuais o meu Estado que tem 60% do seu território no semi-árido nordestino e ele está absolutamente fora do projeto que leva água para integrar as bacias

do Nordeste Setentrional. Então, a partir daí, eu ouvi uma série de informações que não batem, segundo o nosso modesto ponto de vista, com a realidade.

Vou apenas tentar aqui, em sete minutos, talvez, porque já andei uns três, sintetizar a obra.

A obra é pensada há anos. Há anos. Desde o Império que se... um pouquinho antes do império que se preocupam com ela. Mais proximamente, de 1999, 98 até 2005 [soa a campainha] 2006. Já terminou?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pelo contrário. Essa presidência gostaria de pedir mais silêncio ao plenário pela importância do debate que estamos fazendo.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Se aprofundaram os estudos sobre a obra e, finalmente, ela tomou feição. O projeto passou a existir.

Alguém disse aqui que o rio não estava morrendo porque não estava faltando. Realmente. O rio São Francisco, minha gente, não é como o Sudão, o rio Nilo, por exemplo, que tem lá no Sudão anglo-egípcio, lá em Catoganca, sei lá, nas regiões da África, grandes lagos, o Vitória, o Niagara etc que são recursos hídricos que realimentam ele nos períodos de estiagem.

O São Francisco passou, olhem bem, quando alguém fala em degradação está certo, o rio está degradado, doutora. Está, eu concordo! Eu conheço como a minha mão o São Francisco. A sua história e a sua geografia e a sua economia. Não sou de lá, não nasci lá, mas sou baiano e adoro o São Francisco, sempre adorei. Adoro a tua terra também, Juazeiro. Então, repare! O rio São Francisco vem sendo vilipendiado há anos, e anos e anos. É verdade que o Brasil só teve ciclo de ouro das Minas Gerais por causa do São Francisco. Era de lá que saía a comida para alimentar os mineradores. Só teve o ciclo da cana-de-açúcar porque proibiram os Governadores do passado a utilização as terras do litoral que não fosse para a cana-de-açúcar. De Ilhéus a Cabedelo na Paraíba. Então, a comida vinha as boiadas, o peixe seco, os grãos, a farinha, tudo vinha de lá da região do São Francisco. Se por um lado degradaram com as pastagens às margens do rio, por outro lado também ajudaram o Brasil a continuar existindo e a andar para frente. Não havia essa consciência ecológica naquela época. Hoje existe. E, graças ao projeto São Francisco, porque Srs. Senadores, eu me retiro daqui. Peço perdão a todos e saio até da minha Secretaria Nacional de Infra-Estrutura Hídrica se alguém me provar que antes deste projeto alguém já teve uma iniciativa concreta, já realizou alguma coisa pela revitalização do São Francisco? Jamais. Graças a esse projeto, a essa polêmica, concordo, que ela tem ajudado, está certo? Se está pensando em revitalizar o São Francisco, obviamente, já na prática.

Não existe estudo somente. Estamos tratando já de resíduos sólidos, os números eu não posso, senão o meu tempo não vai dar para nada. Resíduos sólidos. 164 cidades da calha do rio estão recebendo esgotamento sanitário. Obras em andamento, algumas poucas ainda em licitação. Isso feito de agosto até o fim do ano. Nunca, na história desse país se viu isso. 164 cidades condensadas numa mesma região recebendo esgotamento sanitário para revitalizar o rio, porque a água vai cair no rio. Estamos tratando de matas ciliares, começamos agora a tratar dos canais de navegação. Microbacias em Minas Gerais. Eu me perdô, doutora, em lhe dizer, em lhe contrariar, não estou lhe contrariando, apenas lhe informando que com o Ministério Público de Minas Gerais, com interveniente, nós estamos agora assumindo um convênio com a fundação mineira para promover a recuperação de mata ciliar em torno de uns 400 quilômetros das margens do rio no Estado de Minas.

Nós queremos o Ministério Público, lá no Ministério, a ordem é abrir o que precisar de informações. Nós não temos porque esconder, primeiro porque nós somos agentes públicos. Segundo, porque o dinheiro é do povo brasileiro. Terceiro, porque não interessa esconder nada. O que interessa, como disse aqui o Ministro Geddel, não me lembro se foi o Deputado Ciro, o que interessa é que a gente comece a fazer porque o debate pelo debate é democratismo, não é democracia. É parnasianismo. Então, a gente precisa chegar a conclusões em etapas.

O Ibama se bateu conosco durante quatro anos e meio. E me manda de lá 36 PBAs, Programas Básicos Ambientais. Nós estamos fazendo educação ambiental, de proteção da vegetação, da supressão vegetal e toda a supressão vegetal a defesa dos sítios arqueológicos. Nós estamos fazendo a recuperação de microbacias, nós estamos fazendo, já iniciado tudo isso. PDDU, Plano de Desenvolvimento Urbano das Cidades ao longo da calha. Eu acho que até extrapolaram quando pediram isso. Os programas básicos ambientais do Ibama custarão ao país 662 milhões de reais a custo de hoje. Será que esses técnicos do Ibama são loucos? Não são competentes? E nós não sabemos também perceber se é loucura, se é insanidade? Pois os projetos estão iniciados, quem quiser pega uma carona com a gente, se não quiser gastar a passagem e vamos lá no São Francisco.

Agora, o rio São Francisco, essa história de dizer que ele está morrendo. Liar, um belga e Rafael, um alemão, descendente de alemão, contratados por Pedro II, em 1855 determinaram, quem quiser vá aqui na biblioteca nacional que vai encontrar esses estudos, ou, diga-se de passagem, os melhores estudos feitos sobre

o rio até hoje. Eles estão dizendo lá o seguinte: Que o rio São Francisco, pela sua degradação já naquela época precisava de proteção. E uma das primeiras coisas para torná-lo perene era construir, no "talveg" de Sobradinho, a expressão deles, os engenheiros sabem o que é "talveg", a barragem de Sobradinho. O Governo Federal ao longo dos anos fez. Então, o rio São Francisco, é até Sobradinho, antes de Cristo e depois de Cristo. É até Sobradinho e depois de Sobradinho. Se não tivesse Sobradinho o São Francisco não teria condição de sustentar nenhum programa permanente. [soa a campainha] porque não teria uma demanda permanente de água. Mas como Sobradinho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª Tem mais dois minutos ainda.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: 34 bilhões, Três Marias, 19 bilhões e daí em diante as cascatas todas da CHESF têm capacidade de gerar 10 mil megawatts, como disse Marcondes Gadelha se não houvesse água não tinha geração de energia. Então, a capacidade de engolimento das turbinas da CHESF de Sobradinho até Xingó são nove, é de 15.650 m3 por segundo. Evidentemente que não são utilizadas de modo, digamos assim, paralelamente, existe uma programação. A água da antecedente serve para a água da conseqüente, certo? E se consegue fazer isso. Se mexer com o... 15.600 m3 de engolimento para produzir 10 mil megawatts de energia e não se consegue produzir uma operação de uma outorga de 26 m3 [soa a campainha] para o Nordeste Setentrional?! É até brincadeira isso.

Das tomadas d'água instaladas ao longo do rio talvez seja a menor. Tem 80 no Jaíba, 60 no Baixo, 30 no... no Salitre, 28 no Tourão, 30 no Nilo Coelho etc, etc. Então, será que todas são abençoadas, demonizada é aquela que vai para o Nordeste Setentrional?

Essa história de dizer... olha, Senador, eu vou terminar por causa do tempo. Mas, nós temos condições de conversar com os senhores o que quiser. Água, água é subterrânea no Nordeste Setentrional que conversa para boi dormir é essa?

Alguém citou aqui Aldo Rebouças, e Aldo Rebouças estava aqui, por acaso, não sei se foi divino ou... eu estava com esse papel na mão. Olhem aqui. O que Aldo Rebouças diz aqui: "Necessário se faz, no entanto, dar continuidade ao programa [soa a campainha] de construção de grandes represas na região. Devendo haver sempre a preocupação simultânea de interligar suas bacias hidrográficas para utilizá-las racionalmente". E o projeto do São Francisco não é de transposição, é de interligação de bacias para fazer com que todos os reservatórios do Nordeste que existem e que serão interligados tenham uma demanda permanente para

dar garantia hídrica a quem quiser sobreviver bebendo água e o seu excesso serão destinados pelos comitês gestores multidisciplinares de cada Estado.

Que história é essa de ficar aqui dizendo que essa água vai ser para produzir camarão ou vai ser para produzir melão? Eu, se fosse optar hoje queria a uva. Que é muito melhor e manga no mercado internacional. Eu... eu não acredito em projetos que sejam antevistos por visionários ou por madames beatrizes. Eu só acredito em coisas, o que está escrito. É que a dessedentação animal é prioritária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto para concluir.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: O que está escrito é que as gestões das águas serão feitas por comitês gestores multidisciplinares. Se alguém amanhã ou depois vier me perguntar se essa água vai para um latifundiário ou vai para um "O Poderoso Chefão" da indústria, eu vou ter que dizer: então eu descredito no Brasil. Porque um comitê multidisciplinar com Ministério de Integração, Ministério de Meio Ambiente, secretarias estaduais, prefeituras, sindicatos, sociedade civil organizada, 30, 40 pessoas, vão destinara água para esse fim? É acreditar que no Brasil só tem corrupto e eu me recuso. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do portal Eco Debate. Dez minutos com mais dois. E sempre já agradecendo para que todos fiquem dentro dos dez minutos, no máximo, com mais dois.

SR. JOSÉ HENRIQUE CORTEZ: Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras e senhores. Eu vou sair um pouco da maneira com que isso está sendo discutido. Eu acho que numa situação em que nós temos muito assunto e um assunto importante para discutir em tempo muito curto, muito número não ajuda. Na verdade, ele atrapalha e bastante. Então, eu acho mais importante nós discutirmos conceitos, idéias essenciais.

Eu acho também importante agradecer ao Ministro Geddel e agradecer ao Deputado Ciro Gomes, que eles colocaram duas questões hoje extremamente importantes para ajudar o debate.

Ministro Geddel confirmou o que sempre se disse, que é um fato, de que é um projeto integrado de desenvolvimento regional. E o Deputado Ciro Gomes, corretamente, reafirmou que o projeto de integração não é, de transposição ou de integração não é um projeto que visa a população difusa. Isso é verdade. E é importante... e esse raciocínio devia ter sido usado desde o início. Ou seja, em algum momento quando surgiu essa

história, que ninguém sabe quando é que surgiu, que era um projeto que ia levar uma cuia d'água para quem tem sede. Criou-se um imaginário em volta do projeto que é diferente do que de verdade é. Nós temos que discutir o que o projeto é para quem ele vai levar água e porquê. Mas, as duas colocações tanto do Ministro quanto do Deputado Ciro Gomes colocam a questão do eixo correto, que é o que nós estamos discutindo, levar água para quem e levar água porquê.

Nós também temos que evitar discutir três coisas que estão sendo misturadas e elas não se confundem. A primeira delas é a revitalização do São Francisco. A revitalização do São Francisco não está em discussão. Ela é consenso. Não há ninguém neste país que possa ser contra a revitalização, a recuperação hidro-ambiental do rio São Francisco ou que se oponha a isto. Então isso, não está em discussão, isso é consenso.

A outra é no que se refere à própria transposição quando se fala dos dois eixos. Nós temos o eixo Norte, nós temos o eixo leste, são projetos diferentes para problemas diferentes com regiões diferentes que têm que ser discutidas em separado. Vamos começar a falar rapidamente do eixo Norte.

No nosso imaginário e aí que a história começou a se confundir, quando a gente fala de projeto imaginário, no nosso imaginário sempre tem aquela cena que se repete ao infinito, de que no período de estiagem os caminhões pipas, as comunidades, dependendo de caminhão pipa, de carro pipa, tendo que carregar lata de água até a cacimba mais próxima. Esse desespero se e repete ano a ano. Todos nós visualizamos isso infinitamente. Então, quando se fala, que não é isso o que se fala no projeto, mas quando surgiu a imagem de levar uma cuia d'água a quem tem sede a gente associou uma coisa à outra. Mas, não estão associados, não estão associados. Então, vamos falar da situação atual antes de falar daqui a 25 anos.

Hoje os reservatórios estão lá. Hoje os reservatórios já têm todos um sistema. Hoje os Estados já investiram, até alguns grandes sistemas de distribuição em capilarização, em adutoras e tudo o mais.

No entanto, estas populações que estão em torno inclusive, essa população dispersa não está só muito longe não, você tem população que é dispersa e está a 10 quilômetros do reservatório. É que ela está fora dos eixos de distribuição. Está ali, ela não é tão dispersa assim, ela está perto. Se esse projeto vai levar água, que é a essência dele do eixo Norte, com destino aos reservatórios que já lá estão quando está se falando que vai levar água para quem já tem. É que ele não está mudando o modelo de distribuição de água que é profundamente injusto nesta região. O Brasil tem um modelo de acesso à água profundamente injusto.

Se ele vai levar água para reservatório que já existe, esse modelo que vai manter essas populações sem água vai continuar. Então, portanto, é um projeto que nada muda.

Ele, para mudar vai precisar também de uma imensa infra-estrutura de distribuição, que não é do Governo Federal, terá que ser feita pelos governos estaduais.

Os governos estaduais, naquela região, já investiram muito em infra-estrutura de distribuição, em adutoras e tudo o mais, mas, não vão conseguir acompanhar esse padrão de distribuição. Não têm recursos para isso. Essa é uma discussão que vai acabar voltando aqui para o Senado porque todos esses Estados já estão no limite dos seus endividamentos. Essa discussão vai voltar para cá se eles precisarem aumentar a distribuição e a capilarização. Se não vai mudar, então, é uma questão de mudar o conceito, o modelo, a gestão.

Toda essa modelagem de 26 m3, ele significa agregar ao sistema 10% a mais. De verdade, não é? Nós estamos falando de duzentos e oitenta e poucos m3, vão se levando 26, você está levando um pouquinho menos de 10%. Ora, a perda no gerenciamento do sistema deve ser maior do que isso, só em defeito de barragem, extração ilegal a gente está cansado de ver extração sem outorga em volumes imensos. Nós temos barragens, como já disse, com defeito, adutoras que estão, num certo momento inoperante. Então, a perda do sistema é maior que 10%.

No eixo leste a questão já não é tão simples. Na questão do eixo Norte esta obra vai levar água para os reservatórios que já existem que não tem mudança de distribuição. Então, portanto, as pessoas que hoje estão dependendo de carro pipa, que são essencialmente a população difusa, difusa não significa distante, hein? Elas estão até perto dos reservatórios, e que é a população que migra, a população que migra não é urbana, quem migra é a população rural.

No eixo leste a situação já é outra. No eixo leste tem um problema sério, a região do eixo leste precisa de água mesmo. Precisa. Campina Grande é uma situação que ela já está no limite, isso tem que ser trabalhado, isso tem que ser estudado. Através da transposição no eixo leste? Não. Tem mecanismos mais simples, até no próprio Atlas da ANA dá essa sugestão e muitos técnicos dizem isso, através de adutoras e tubulações você atende a região do eixo leste que é uma região que precisa sim. Ela tem que receber água. Por outro lado, também precisamos ter a seriedade de compreender que um outro problema que tem que ser discutido, e aí eu peço essa atenção ao Senado, é de que um programa de desenvolvimento sustentável para o semi-árido baseado na convivência

dos com semi-árido, supõe um pacto nacional. Não supõe um projeto. Isso Dom Luiz tem insistido muito é um projeto de desenvolvimento do semi-árido. Não é um projetinho, não é esse conceito de um projeto que tem começo, meio e fim, mas, é uma ampla discussão para um verdadeiro pacto nacional. O país precisa reconhecer que precisa "pagar", entre aspas, a dívida social para com o Nordeste.

Se obra hídrica resolvesse o problema, nos últimos cem anos estava resolvido pela quantidade de obra hídrica que foi feita e o problema continua igual. Se não pior. Então é gestão, é projeto, é modelo, é alternativa? Tudo isso é verdade. E isso tem que ser discutido de uma maneira sistêmica. Não é um único projeto que vai resolver uma centena de problemas. Isso é sonho. Achar que um projeto chega, vira a chave e está funcionando, não é assim que funciona. Tem que ter compreensão sistêmica da questão. Então, a transposição, eu falo isso no eixo Norte, ela é desnecessária. O problema do eixo leste existe, mas, ele pode e deve ser resolvido por outro sistema, por outro modelo. Mas, aquela região precisa de água mesmo. E peço, e insisto até que o Senado tenha esta percepção. Nós precisamos avançar, precisamos chegar num momento em que este grande tema nacional que é o desenvolvimento sustentável do Nordeste como Dom Luiz Cappio insiste com frequência, isto é um pacto nacional que tem que ser nacionalmente discutido.

Um projeto que surge por vontade imperial que vai ser porque vai ser... não é bem assim que essa coisa funciona. Não pretendo estourar o meu tempo, porque, como eu disse, eu não vim discutir número eu vim discutir conceito, discutir idéia, discutir a alma do que a gente está fazendo. Essa é a melhor maneira de nós termos um debate honesto. Quando eu quero dizer debate honesto não estou falando no sentido de desonestidade, estou falando num debate em que você está falando o que verdadeiramente sente.

Então, fechando o que eu já tinha dito. O eixo Norte, ele vai funcionar do jeito que funciona [soa a campanha] hoje. Portanto, não altera o desespero dessas populações. Vai levar água para o reservatório que já existe. Então, a tragédia não muda. O problema nosso é que nós temos que mudar essa questão, a tragédia tem que acabar, não por mais água onde a tragédia já existe. No eixo leste é preciso um projeto de adutora, de canais de adução e de gerenciamento de sistema que leve água para a Paraíba e para Pernambuco. E, acima de tudo, precisa ter um pacto nacional para democratizar o acesso à água. As pessoas continuam sem ter acesso à água de uma maneira profundamente injusta. E a água, acima de tudo, ela pode ser um bem econômico, mas, acima de tudo, ela é um direito

humano fundamental. A todos vocês eu agradeço a atenção. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradece por ter ficado dentro dos dez minutos e passamos de imediato a palavra ao Sr. Rômulo Macedo, gerente do Programa São Francisco de responsabilidade do Consórcio Lagos-Concremat, dez minutos com mais dois, se necessário. Informo ao plenário que em seguida teremos mais dois convidados. A atriz Letícia e, por último, o Sr. Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, professor da UFRJ.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, nós estamos tendo a presença hoje, a visita de Dom Tomás Balduino que acho que seria muito importante que ao final também pudesse ter a palavra e... como a atriz Letícia Sabatella veio acompanhada dos atores Osmar Prado e Carlos Vereza ambos do mesmo Humanos Direitos, ela gostaria de compartilhar o seu tempo. E se não houver objeção de todos, eu sugeriria que cada um desses três, quando ela falar, pudessem compartilhar com minutos iguais de cinco minutos cada, se todos estiverem de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, por parte dessa presidência não é nenhum obstáculo. Eu quero só manter o equilíbrio que a gente conseguiu manter até o momento entre aqueles que falavam a favor e contra, exatamente com o mesmo tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o mesmo tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só espero que a gente caminhe no encerramento com essa posição. Que não fique, me permita, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas com o mesmo espírito e, portanto, qualquer tempo adicional--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senador Suplicy, me permita que a presidência responda para ajudar V.Ex^a. Acho que não ficará bom o encaminhamento final, e todos vão entender, se nós botarmos três pessoas seja a favor ou contra. Então, eu só peço que a gente faça uma mediação nesse sentido que haja o equilíbrio no encerramento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com toda a certeza então proponho que quem sabe o Deputado Ciro Gomes possa organizar como que por igual

tempo eles... os que tenham ponto de vista favorável possam se expressar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza a Mesa vai submeter à decisão que os senhores tomarem no Plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho que há um orador na tribuna, depois que ele falar eu vou esperar a orientação do Deputado e do Senador. Por favor, com a palavra por dez minutos com mais dois.

SR. RÔMULO MACEDO: Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Eu vou tentar aqui, em dez minutos, mostrar, tentar mostrar porque é que este projeto é tão importante para o semi-árido nordestino e porque ele não vai fazer mal nenhum ao rio São Francisco.

Vamos começar pelo rio São Francisco. Existe um estudo que se denomina: Estudo Decenal da Bacia do Rio São Francisco, feito pela Agência Nacional de Águas com a contribuição do Ministério da Integração Nacional, aprovado pelo Comitê Nacional de Recursos Hídricos, pela Comissão Nacional de Recursos hídrico e aprovado pelo Comitê de Bacia do rio São Francisco. O que é que diz esse estudo? Diz o seguinte, que durante 100% do tempo, no rio São Francisco, ou seja, se... Sobradinho abrir as comportas dele e jogar 1.850 m³ por segundo no rio São Francisco para o resto da vida, o rio São Francisco agüenta. O que a gente está autorizado a tirar do rio São Francisco é 26 m³ por segundo e isso corresponde a 1,4% da vazão, 100% garantida, do rio São Francisco. É tão pouca água que nenhum instrumento hoje, o mais preciso instrumento de medição de vazão de... o que existe hoje só tem uma precisão de 4%. Quer dizer, se você botar uma régua a montante, quer dizer, antes da transposição e outra régua depois da transposição jamais você vai poder acusar a retirada dessa água do rio São Francisco. E quando você não pode dar a dimensão ao impacto, o que é que se pode dizer? Que não há impacto. Essa é que é a verdade.

Agora, por que é que tão importante levar essa água para os reservatórios, ao contrário do que disse aqui, os reservatórios da região do Nordeste Setentrional, ao contrário do que disse aqui o companheiro aí anterior. O DENOCS foi fundado em 1909 com a missão de construir, de resolver o problema da demanda hídrica no Nordeste através de construção de grandes reservatórios, médios e pequenos reservatórios. Construiu cerca de 900 reservatórios na região. Só que esses reservatórios são muito ineficientes. Mas, são ineficientes não por causa do operador do reservató-

rio. Não por causa dos engenheiros do DENOCS que operam os reservatórios, que até operam muito bem. Acho que são os técnicos que melhor operam reservatório no mundo inteiro são os técnicos do DENOCS. Só que esses reservatórios, eles têm uma eficiência de 20%. É seguinte, tudo o que chove no Nordeste brasileiro só 8% de tudo o que chove no Nordeste brasileiro chega nos reservatórios. Desses 8% que chegam nos reservatórios, você só pode utilizar, em média, 20% do reservatório. 80% você é obrigado a jogar fora, a água fora por quê? Porque devido às condições climáticas da região. Como é que isso acontece? No final de um período de inverno, como nós chamamos lá, período de chuvas, o operador do reservatório vai lá e faz as contas. Como nós vivemos numa região como se vive numa região semi-árida que você não tem condições de prever a ocorrência de secas que lá são anuais e interanuais, isso é uma das características do semi-árido brasileiro. Certo? Você é obrigado a manter o seu reservatório sempre cheio esperando a seca acontecer. E se vem a seca, o que é que acontece? Você deixou o seu reservatório cheio, espelhado. Você continua perdendo água pela evaporação, que dá dois metros, em média, dois metros de coluna d'água de evaporação por ano. Mas, se não vem uma seca, vem uma cheia? O que é que acontece? A cheia chega no reservatório, você deixou o reservatório cheio esperando a seca, a cheia chega no reservatório, não tem espaço para se armazenar, verte pelo sangradouro e se perde para o mar. Não há outra forma de operar reservatório no semi-árido brasileiro a não ser dessa forma. A não ser no rio perene como o rio São Francisco. Em rios intermitentes só essa forma perder 80%.

O que é a transposição do rio São Francisco? A transposição do rio São Francisco é minha garantia de que eu não vou agora usar só 20% do reservatório, eu vou usar é 40, é 30. Às vezes 50% da água do reservatório. Por quê? Porque se vier a seca eu ligo a minha torneirinha no São Francisco e resolvo o problema da garantia de abastecimento de água na região. E se vier a cheia? O que é que acontece? Como eu usei mais o reservatório, eu usei, ao invés de 20% eu usei 40% do reservatório, eu deplecionei mais o reservatório. Quando a cheia chega, ela se acumula mais, a água gerada na própria região se acumula mais nesse reservatório e perde menos para o vertimento. E então o que é o Projeto de Transposição do São Francisco? É um projeto de gestão de melhoria da gestão da água que já existe na região. É você melhorar, aumentar a água que você já tem disponível na região. Esse é que é o grande objetivo do Projeto de Transposição, não tem outro objetivo. O Projeto de Transposição não é para abastecimento humano ou para abastecimento,

não é para priorizar uso de água, quem prioriza o uso de água é a Lei de Recursos Hídricos.

Bom, mas se falou aqui, mas por que é que leva a água para esse reservatório? Porque, vou usar uma expressão, porque seria uma estupidez técnica não levar para o reservatório. Porque se você não leva para o reservatório você não faz a sinergia com as águas da região. E como é que é feita essa sinergia? Você estava perdendo um metro cúbico de água no Nordeste Setentrional e no rio São Francisco está passando outro metro cúbico que você vai perder para o mar. Se você pega esse metro cúbico do rio São Francisco e joga para um reservatório do Nordeste Setentrional você transforma o metro cúbico do rio São Francisco em dois m³. No reservatório do Nordeste Setentrional. É por isso que a água tem que ser... Isso dá uma sinergia quantitativa, isso aumenta é... isso quer dizer que se você levar 20 m³ por segundo do rio São Francisco, você vai transformar em 30, 40, às vezes m³ por segundo lá na região do Nordeste Setentrional aumentando a oferta e garantindo a oferta de recursos hídricos. Esse que é o grande objetivo do Projeto de Transposição do São Francisco.

Com relação a questão da ANA, do Atlas da ANA. O Atlas da ANA, ele existe dentro do próprio projeto São Francisco. Ele é um dos 36 programas ambientais que foram mencionados aqui pelo Secretário João Santana. Então, o Atlas da ANA é um projeto de distribuição de água. É um projeto que planeja a distribuição de água. E o rio São Francisco, o Projeto de Transposição do São Francisco é um projeto de oferta hídrica, de melhoria e garantia de oferta hídrica para a única região no país que não tem essa garantia. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A presidência, se o Plenário entender, não sei se houve um diálogo entre o Senador Suplicy e o Senador... e o Deputado, eu faria da seguinte forma. Agora é a atriz Letícia Sabatella e nós dividiríamos o tempo dela em 3 de cinco e vamos dar, que é o último inscrito, tem uma posição contrária, ao Prof. Paulo Canedo de Magalhães os mesmos 15 minutos. Acho que é um equilíbrio a partir desse...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Acho que seria importante nós também cedermos a palavra a Dom Tomás Balduino, e eu combinei com o Deputado Ciro Gomes, ele terá o tempo adicional que porventura houver a mais para os críticos para também expor--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Tranquilo entendimento do Plenário, entendimento da presidência.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Ele assim acordou e assim fica equilibrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): De imediato a atriz integrante do Movimento Humanos Direitos, atriz Letícia Sabatella por cinco minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): E ela sobe à tribuna com os seus companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Cada um deles. Cada um terá o direito a cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Boa tarde, boa tarde a todos. Aos Senadores aqui presentes, Senadoras, Deputados, às pessoas que vieram aqui, meu sincero boa tarde, Dom Luiz.

SR. OSMAR PRADO: Só um minuto, perdão, excelência, eu gostaria de ceder os meus cinco minutos à minha colega, porque assim ela fala dez, é melhor.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Eu não sei se eu preciso falar dez.

SR. OSMAR PRADO: Mas fale, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Fique à vontade. Poderão falar cada um cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Obrigada. Bom, eu, sinceramente não trouxe nenhum texto decorado, porque eu não vim como atriz, mas, como cidadã integrante de um Movimento Direitos Humanos e acho que de uma forma educativa nós podemos todos, como cidadãos, estar presentes em reuniões e discussões. Infelizmente, essa discussão é tardia, pois nós sabemos que o projeto acabou até de receber uma... um acréscimo de orçamento, né? Aprovado ontem mesmo na Câmara dos Deputados. Eu lamento isso. Espero que isso não se trate de só um teatro, mas, que mobilize realmente a quem assistir esse debate para que nós possamos nos posicionar cada vez mais em relação aos rumos que a nossa sociedade anda tomando e não entregar isso à revelia, às decisões às vezes arbitrárias de nossos governantes.

Bom, eu quero dizer, também, desculpa... primeiro que nós consideramos a água, nós estamos aqui porque consideramos a água um direito humano, um alimento que nutre e forma 70% do nosso organismo. Nós somos feitos de muita água. E assim como o nosso planeta que se chama Terra a muita água que existe na Terra é necessária e precisa ser tratada com o sangue vital do nosso mais precioso patrimônio comum, de todos que vivem aqui. Não pode ser reduzida à condição de mera mercadoria assim como tudo

o que integra a vida neste planeta, pois, toda vez que reduzimos a vida a este status mínimo, denominamos, destruímos nosso patrimônio ambiental e extinguímos espécies diversas de existência.

O planeta precisa pensar seus modelos de desenvolvimento econômico de forma que vise a sustentabilidade da vida. Faz-se necessário ampliar a forma de olhar uma floresta, os animais, um rio, como olhamos para os nossos filhos e filhas e pensar qual o futuro pretendemos deixar-lhes como herança.

Na história do nosso país vimos que mudam-se os governos, mas, não mudamos ainda o Estado que pensa esse país apenas como um armazém de recursos a serem explorados à exaustão a fim de gerar lucro do ponto de vista da história. O lucro imediato. Lucro imediato a poucos favorecidos por essa exploração. Como que brasileiros podemos insensivelmente continuar esse Estado miseralizante que nos torna colônia perpétua desse sistema? Ainda não conhecemos o nosso país, não conhecemos a riqueza diversa que há nas plantas do cerrado da Amazônia e continuamos trocando tudo o que podemos aprender e ganhar com essa diversidade, com os povos indígenas, detentores de tecnologias incríveis de sobrevivência por um pseudocrescimento que será riqueza de poucos e bem menos brasileiros do que se dizem, uma vez que entregam a vida sustentável da nossa casa mãe para gerar álcool, minérios, produtos agrícolas industriais repletos de agrotóxicos para a exportação. Pois sabemos neste fim para as águas da transposição.

A arrogância fez com que milhões de indígenas fossem mortos pelos primeiros colonizadores que aqui chegaram. Não devemos continuar com essa postura perante a sabedoria de tradições milenares assim como de brasileiros que vivem e convivem há séculos com o semi-árido. Além de pesquisadores que conciliam essas tradições com inovações da ciência. Mas, que respeitam essa sabedoria por terem conhecido a fundo a realidade do povo e do meio ambiente brasileiro. Não devemos impor a cultura de mercado que sempre se julga superior aos valores humanos, aos direitos humanos, à essência real do Brasil.

Projetos como do Atlas Nordeste são sim o exemplo de uma inteligente conciliação que contrapõe com qualidade a opção da transposição. Que serve, que no caso, vem a servir sem muitos bons prognósticos futuros para o rio, semi-árido e a sua população. Eu acompanhei também a luta de povos indígenas como os krahos, apinajés, krikatis do Tocantins e Maranhão que vão sofrer muito com a “democracia”, entre aspas, do governo que simplesmente ignorou as argumentações importantes para o mundo. Eles disseram, eu observei reunião de sete horas com lideranças indí-

genas dizendo: “Vocês vão explodir esse planeta. Nós não concordamos com isso”.

Ninguém concordava com a Barragem de Estreito ou com mais de 30 barragens que vão ser feitas ao longo do Tocantins. Dois dias depois o nosso Presidente dizia que vai acontecer as barragens à revelia de liminares que foram sendo derrubadas dessa maneira.

Infelizmente, isso tem acontecido e nós não estamos realmente vivendo um Estado Democrático que esperávamos.

Bom, eu acho que eu vou passar a palavra para os meus colegas. O texto foi escrito agora, porque eu esperava realmente poder escutar as pessoas e poder não vim com um texto pronto. Então, com licença.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Osmar Prado por 5 minutos.

SR. OSMAR PRADO: Então eu vou falar só uma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você tem 5 e o ator Carlos Vereza também teria 5 minutos

SR. OSMAR PRADO: Eu quando eu vim para cá, aliás, Senador Suplicy, Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, demais Senadores, eu fiquei prestando atenção na... [aplausos] Isso não é uma representação. Eu... fiquei ouvindo as falas e percebi discursos técnicos de grande retumbância e, muitas vezes, até de expressão corporal e gestos teatrais e fiquei prestando atenção aos discursos cujo coração estava na frente realmente preocupado com o sofrimento do povo brasileiro. Nesse sentido, nos demais discursos eu quero homenagear o senhor, Frei Cappio. Eu ouvi um comentário jocoso quando eu estava ali, quando o senhor chegou, que o senhor estava mais gordinho depois do seu jejum. Eu queria dizer que eu admiro a sua coragem, porque o que está faltando no país, nos homens públicos é a coragem de doar a sua própria vida em benefício do povo brasileiro. [aplausos] Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Carlos Vereza. Dispõe de oito minutos se necessário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente, queria aqui recordar há poucos anos atrás em “O rei do gado”, de Benedito Ruy Barbosa, Carlos Vereza fez o personagem do Senador Caxias, que mexeu muito com nós, Senadores. Quase na conclusão da novela, os diretores e a equipe, por sugestão de Benedito Ruy Barbosa também, convidaram a mim, a Senadora Benedita da Silva e o Senador Darcy Ribeiro que por causa de estar convalescendo não pode comparecer ao velório inteiro do então Senador Caxias.

Que, portanto, havia falecido, mas, aqui ele volta agora... [risos]. À tribuna do Senado e quero dar as boas vindas ao Senador Caxias. Carlos Vereza.

[aplausos]

SR. CARLOS VEREZA: Obrigado. Obrigado. Foi por isso que eu pedi uma questão de ordem, entendeu?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Justa razão. Agora eu reconheço.

SR. CARLOS VEREZA: Me sinto bem localizado, afinal fui Senador, mesmo virtual. E querido Paulo Paim, uma crítica que não precisa invocar o art. 14 não. Construtiva e... amável, amorável, quando você pressupôs que ao final dos debates poderia haver uma calamidade pública ou alguma coisa assim de... de gestos violentos ou agressividade, não. Não vai haver, os artistas também lêem, também estudam e recebem educação também. [aplausos] Então, o que eu queria começar por uma parábola, como é comum ao vosso Presidente. Na Copa, acho que de 58, o Feola chegou para o Garrincha e disse assim: “Meu filho, você vai pela lateral, aí finge que vai para o meio, aí o beque sueco, vem em direção a você, você finge outra vez, você vai para a ponta, você recua e avança novamente”. Aí o Garrincha esperou, esperou: “Mas, o senhor já combinou com ele isso?”

Eu faço, eu transfiro essa parábola: Os senhores já perguntaram isso à população ribeirinha? A população ribeirinha sabe disso? Eu, de repente, me senti no Séc. XVIII, em pleno auge do determinismo, quando inteligências, algumas, algumas geniais como o nosso querido Marx e Engels, elaboraram verdadeiros projetos em suas cabeças, em suas mentes geniais e esqueciam de perguntar se a realidade concordava com aqueles projetos. E nós vimos, no decorrer do tempo, que esses projetos fracassaram, esses projetos naufragaram. O determinismo que eu presenciei aqui do Séc. XVIII, só faltou ver roupas rendadas, eu pensei: Quem vai efetivar, colocar na prática isso sem consultar o Vereza, o Osmar, os demais presentes, a Letícia? Sem consultar aqueles verdadeiramente interessados, a população ribeirinha.

Ouvi um outro parlamentar muito digno falando que na China resolveu-se, em 20 anos o que nós não conseguimos resolver em muitos, em muitos mais anos. Eu pergunto: É uma comparação um pouco injusta. Lá existe o trabalho escravo, não existe a lei trabalhista. Existe aquela chamada mais valia, realmente colocada de uma maneira cruel em cima dos trabalhadores chineses.

E, finalmente, meu querido Ciro Gomes, não invoque o 14, hein? Não invoque o 14. O meu querido

Dom Cappio, às vezes ele está olhando para o teto, mas, ele está meditando. Ele não precisa olhar para o cara, entendeu, Ciro? Não julgue o homem, entendeu? Eu gosto de você, entendeu? Mas, ele está meditando, entendeu? Eu, por exemplo, sou do signo de peixe eu estava olhando essa cúpula bonita aqui o tempo todo, entendeu? E pensando lá no Séc. XVIII.

E, finalmente, uma palavra fantástica que você falou: Inconfiabilidade, foi o que mais me tocou aqui, sem agressão, nada pessoal. A atual estrutura governamental não me passa confiabilidade. [aplausos] Não me passa confiabilidade no trato com as coisas públicas. Não me passa confiabilidade nos cartões corporativos. Não me passa confiabilidade em confundir gastos pessoais de uma residência com problema de segurança nacional. [aplausos] Sem ofensa, eu agradeço a oportunidade de estar aqui com os meus colegas. Ao meu querido Suplicy, ao Paim e... espero que esse debate possa ter uma suíte, uma continuação, e espero ver o plenário com várias representações das populações que realmente têm peso na decisão final, ou seja, a população ribeirinha. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa presidência quer passar a palavra para o último inscrito, que é o professor... Pois não, Letícia. Aliás, tem dois minutos ainda.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Só queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela oportunidade, apesar do que eu falei no início de temer ser só um teatro. Ao Deputado Paulo Paim, enfim, a todos vocês, obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao último convidado, Paulo Canedo de Magalhães, da COPPE, professor da UFRJ. Queria dizer aos nossos queridos artistas [soa a campainha] que nós apenas buscamos construir o máximo de equilíbrio para evitar que um outro peça a palavra no final exigindo o mesmo tempo. E, pelo entendimento do Plenário foi feito isso. Eu fiquei feliz aqui o exercício da presidência, inclusive com a fala tanto da Letícia como do Osmar Prado e de você, Carlos Vereza.

Eu apenas vou informar, como foi combinado, que vai falar por dez minutos o Paulo Canedo de Magalhães e o Deputado Ciro Gomes teria cinco minutos se assim entender necessário pelo acordo feito. E o Senador Suplicy lembra, por cinco minutos também o... Dom Tomás Balduino.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadoras e os demais da audiência. Eu começo agradecendo o convite do Senado feito

através da... e pessoalmente pelo Senador Suplicy. Eu gostaria de me apresentar como professor da UFRJ, pesquisador da área de recursos hídricos, particularmente, da área de gestão dos recursos e hídricos.

Tive a oportunidade de trabalhar como técnico convidado pela OEA e pela ANA na feitura do Plano Diretor da bacia do São Francisco exatamente no capítulo de disponibilidade hídrica, que é o mote das discussões do projeto de integração do São Francisco. Então, com isso, eu me apresento aos senhores.

Sempre que o assunto do São Francisco vem à baila ocorre um cipoal de manifestações dos problemas ambientais brasileiros. Junto com a questão do São Francisco é trazido todas as mazelas que o Brasil coleciona e é farta a coleção de mazelas ambientais que... como se... como se fosse esse o ponto que... que pudéssemos encontrar ali uma solução para todas as mazelas ambientais brasileiras. E talvez, por isso, esse assunto traz sentimentos à flor da pele, promove emoções e acaloradas discussões.

Eu estava aqui atentamente ouvindo a todos e tinha planejado uma linha de raciocínio para me expor aos senhores na tentativa de contribuir para o entendimento da questão. Porém, eu fiquei pensando: Meu Deus, por que é que isso ocorre? Por que é que transposições que no Brasil tem inúmeras, grandes, onde tiram água de um grupo e dão água para outro. Cidade de São Paulo, cidade do Rio de Janeiro, como quase todas as capitais brasileiras sobrevivem com transposições e ninguém fala nada. O próprio semi-árido é transposição em todas as suas áreas de lá para cá e isso não causa nenhuma emoção. Países fartos de água tipo o Canadá que é um dos países mais ricos em água tem transposições desde 1829 até o dia de hoje sendo feitas. São mais de 60 transposições de grande porte. Porte não de 26, mas a menor é de 129 e a maior é de 780 m³ por segundo. Transposições ocorreram dentro os primórdios da civilização entre os rios Tigres e Eufrates na Mesopotâmia, com os quíntes(F) da Mesopotâmia. Transposições ocorreram pelo império romano com os aquedutos. Isso nunca causou polêmica. Por que é que essa causa polêmica? Fiquei pensando que talvez fosse porque as transposições, suponho, as brasileiras, elas são quase sempre de... dentro de um Estado para esse mesmo Estado. Então, São Paulo tira de Piracicaba para a cidade de São Paulo. O Rio tira ali de próximo a Resende para a cidade do Rio de Janeiro. Mas é dentro do próprio Estado. É como se cada um de nós assim: Bom, isso é um problema interno, intestino do Estado. Então, eles sacrificam um grupo do próprio Estado em benefício a outro grupo do mesmo Estado. O que não ocorreria com a transposição do São Francisco. Será que essa

é a... a razão? Fiquei pensando que talvez fosse, respondesse por parte da razão. Mas, ainda assim faltava uma... e ainda falta uma certa justificativa porque isso é tão acalorado.

Me passou pela cabeça uma frase dita aqui que passou rápida mas, talvez, ela tenha aí dentro de si um grande conteúdo é: Por que 26 é tão pouco para quem tira, para quem dá e é tanto para quem recebe? Ora, se é tão pouco para quem tira, não vai fazer diferença nenhuma, então, não vou dar nada. E se eu vou dar muito que é muito então não posso tirar do pobre coitado de lá.

Talvez essa seja uma das forças que promovam esse emocional, que não é bom para análise de um projeto de ordem técnica. O bom seria que nós despissemos de todos os sentimentos, quando é possível fazê-lo, e nos debruçássemos em números. Debruçássemos em raciocínios e, depois de entendido o problema, voltassem todas as emoções para tomar a decisão. As emoções... sem emoção não há solução. Porém, em determinado momento é preciso capturar a lógica numérica, capturar as discussões de engenharia para, depois, tomar uma atitude sim aí ouvindo o coração, ouvindo a experiência, ouvindo, enfim, usando da capacidade dada pelo voto de poder decidir em nome do povo brasileiro. Enfim, debater com o povo brasileiro etc, etc. Tudo isso são questões emotivas. Mas, passa por um período em que as emoções devem descer para que os entendimentos do problema real possam ser feito.

Então, eu pensei que talvez fosse uma contribuição abandonar toda a linha de raciocínio que havia planejado e me debruçar no por que 26 é pouco para São Francisco e é muito ou o suficiente para o semi-árido? Porque, na verdade, a resposta é que é. E vamos tentar explorar essa parte na tentativa de isso elucidar os senhores. Ora, para fazer isso eu pensei em comparar o nosso Nordeste semi-árido, a região da seca com a França. E por que a França? Primeiro porque é o território mais ou menos, enfim, estamos aqui em áreas similares. Segundo, porque chove igualmente. Chove na França a mesma coisa que chove no semi-árido nordestino, 800 milímetros por ano.

A França conseguiu transformar a água em desenvolvimento econômico e social. É um país próspero, rico, o povo é feliz, o que pode ser. E o semi-árido não conseguiu. Por quê? É só gestão? Provavelmente é. É verdade que a França é o principal país em gestão de recursos hídricos. A maioria dos países copiam, absorvem a experiência francesa, transformam ela para o seu... para as suas idiossincrasias internas, mas sempre têm a França como sua referência e o Brasil também.

Então, vamos comparar França e semi-árido. Em ambos locais chovem 800 milímetros por ano. A França pega esses 800 milímetros por ano e transforma isso em desenvolvimento econômico e social. Por que é que o semi-árido não faz? Ora, que faça! Podia ser uma resposta. Que vá trabalhar! Que pense, que se estude e faça e não venha pegar água de outro local!

Então, vejamos isso. Duas diferenças separam o território francês do território do semi-árido, polígono da seca. O primeiro é o terreno. O terreno francês recebe a chuva e tem capacidade, por infiltração, armazenar no grande reservatório do solo e ir liberando para o rio, dia a dia, hora a hora, o que dá uma estabilidade de água correndo superficialmente. O semi-árido nordestino, 2/3 de sua área, é muito raso, logo tem uma rocha e, portanto, a água que vem da chuva logo satura o solo e sobra para o escoamento superficial. Eu quero lembrar aos senhores que água que corre não serve muito para nós porque ela logo chega ao mar. E o que nós temos que aproveitar é a água entre a chuva e ela chegar ao mar. Esse é o tempo em que a natureza dá ao homem a oportunidade de aproveitar a água.

Então, se a chuva caísse instantaneamente fosse para o mar todos nós morreríamos de sede porque não teríamos oportunidade de usufruir dessa água.

Para enfatizar, a França tem uma enorme quantidade de água [soa a campainha] sendo liberada gradativamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais dois minutos.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --libera da gradativamente ao longo dos meses para o usufruto francês. O semi-árido não tem água, corre rápido para o mar. Segundo é: Na França há uma previsibilidade de chuva o que permite a pessoa, com planejamento, com processos de gestão, organizar a sua tabela, a sua vida, como nós organizamos cada uma de nossas famílias com os nossos recursos financeiros para que possamos, com os rendimentos mensais ir comprando as coisas ao longo da vida. É um planejamento financeiro que nós fazemos. Esse mesmo planejamento a França pode fazer com a água. O semi-árido nordestino não tem essa capacidade porque há uma enorme insegurança de chuva. É como se uma família de brasileiros, cinco pessoas, tivesse uma renda familiar de mil reais. Mas, todas essas pessoas da família ganham [soa a campainha] do tipo, de *vide back*(F), que não têm nenhuma previsibilidade no ganho. Então, eles não têm capacidade de abrir conta em banco, não pode comprar a crediário porque ele não pode comprovar a renda, ele não pode planejar a compra, nada a crédito. Ele está fadado, apesar de ganhar mil reais familiar por ano ele está fadado a uma vida difícil.

Se essa família, um dos membros transformar o seu ganho num rendimento contratado com carteira assinada de 380 reais por mês. Ele muda de vida, apesar de não mudar de rendimento. Então, por quê? Porque permite a previsibilidade, permite o planejamento. Isso é que difere essencialmente o território francês do território semi-árido.

Então, a capacidade de transformar a água em desenvolvimento econômico social francês não é equiparável ao nordestino porque aqui não há como fazer essa previsão. Não há um bom sistema de planejamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir.
[soa a campainha]

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: E não por culpa nossa e sim por culpa do regime de chuvas. A vantagem das águas do São Francisco é que o São Francisco é 70% de água mineira, do Sudeste, onde há estabilidade de chuva e é por isso que o São Francisco permeia o semi-árido incólume das secas, porque as fontes de água são perenes, são planejadas e posso fazer investimentos nessa água que eu sei que eu posso pagar depois. E se tirarmos essa segurança, essa previsibilidade dentro dos 26 m3 por segundo do São Francisco, nós estamos dando um ingrediente de segurança, de previsibilidade ao semi-árido.

Portanto, vir 26 m3 por segundo do São Francisco não é um grande aumento de disponibilidade hídrica para o semi-árido nordestino, mas, assim como não era grande incremento financeiro alguém ter a carteira assinada por 380 reais. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu tempo está esgotado. Para concluir...

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Mas, e principalmente, porque é uma garantia de recursos mensais de 380 reais que ele pode planejar a sua vida, assim como o sertão poderá, o semi-árido nordestino poderá planejar os seus recursos hídricos com a segurança dos 26. Essa é a grande diferença.

Agora, repara dar água com segurança não é o fim do projeto. O projeto da transposição, pelo menos eu não entendo que seja transpor água, o projeto é criar desenvolvimento econômico e social. Falta a pergunta: Será que o Brasil saberá transformar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, para concluir.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --as suas quantidades de água que chegarão com mais segurança, com previsibilidade, com poder, com capacidade de planejamento no semi-árido? Será que essa região conseguirá transformar essa água em desenvolvimento econômico e social como fez a França?

Essa é uma pergunta que ainda temos que responder. Mas, eu não tenho dúvida, como técnico [interrupção do som] que é absolutamente necessário [soa a campainha] que seja acrescida a segurança de água para a região do semi-árido como a transposição de um regime qualquer que seja permanente, que seja seguro tal qual o São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, conforme entendimento feito ao Plenário, para Dom Tomás Balduino, Bispo emérito de Goiás, por cinco minutos. E repito, Deputado Ciro Gomes terá também 5 minutos, se entender necessário, e em seguida vamos para os Senadores. Existem 13 Senadores inscritos.

Senador Suplicy será o primeiro, como autor do requerimento e, em seguida, é o Senador Carlos Valadares.

DOM TOMÁS BALDUÍNO: Sr. Presidente, senhores, primeiramente minha admiração por esse momento, de repente, essa Casa se arejou, não sei se é sempre assim, abordando uma temática tão quente, tão... apaixonante, tão do povo. E... conforme disseram aqui, seria bom que os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos também estivessem participando, tivessem possibilidade de dizer a sua palavra. Palavra de sabedoria, a gente sabe disso porque convive com eles. Eu participei de inúmeras assembleias de Tuxauas indígenas como uma nova forma do CIME(F) me promover a condição de sujeito, autor e destinatário de sua própria história aos próprios índios. É pura sabedoria ancestral e isso que completaria, quem sabe, essa Sessão.

Eu... aqui vim desde o início a rachadura, a divisão. E não sei se com tanto discurso, se com tanto argumento e tanto número alguém que é de um lado passou para o outro hoje. Eu aposto que... que não. É que o projeto em si é de divisão mesmo. E a gente está, já falei com Dom Cappio no início, comuniquei alguém da CNBB, na próxima assembleia do episcopado, porque o episcopado também está rachado, né? Até Dom Aldo citou aqui, um pouco puxando para o lado dele, né? Mas, está. Uma proposta que unifique, que congregue e essa proposta vai na linha de atender esse povo que clama não só por água, como dizia Jesus, o homem não vive só de pão, ele vive de pão, não vive só de água, já foi dito aqui, mas vive de água. Mas, como não é só a água, então, esse desenvolvimento amplo, sustentável, essa convivência com o semi-árido que muitas vezes é negado, o pessoal acha que é atraso. Precisa arrasar aquilo e plantar qualquer coisa que pareça um pouco com o primeiro mundo. Não estão fazendo isso com a monocultura. Agora, o nosso cer-

rado está desaparecendo no Estado de Goiás. Com a convivência das autoridades federais, estaduais. O filé mignon de terra do nosso país, que é o Vale de São Patrício, vai virar um canavial só. Recebi ontem notícia de lá o pessoal... alarmado. Então, o que surgiu de bom aqui que vai nos unir [soa a campainha] nos unificar a todos é um esforço no sentido de ajudar essa população do Nordeste, o nordestino de uma maneira integrada, de uma maneira leal, participativa. É isso que eu acho que vai ser a nova proposta. E eu acho que a contribuição dos técnicos aqui, Cortez, sobretudo, nessa participação do pessoal numa linha de um desenvolvimento sustentável. Ela é esperança e isso é... deve nos estimular mais ainda. Ninguém é contra isso. Isso não nos desune. Isso vai nos engrandecer, de uma vez por todas nós vamos enfrentar o problema do Nordeste que não é só esse de levar água a um determinado ponto é muito mais do que isso. [soa a campainha] Está na linha da água mas, está muito mais. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conforme entendimento feito eu passo a palavra ao Deputado Federal Ciro Gomes, ex-Ministro da Integração por 5 minutos e mantendo aquela tolerância de mais um minuto, se necessário.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala me desculpando, especialmente com Dom Luiz Cappio porque interrompi aí quebrando o protocolo e bancando o mal-educado que ainda não consegui ser completamente bem-educado. Não é culpa da minha mãe, é culpa da minha rebeldia. Mas, o meu incômodo é acumulado numa série de coisas. Não justifica a minha deseducação e eu quero me desculpar. Mas é que Dom Cappio reclama um debate e já pela décima vez eu especialmente, pessoalmente, tenho o constrangimento de não conseguir que Dom Cappio ouça. Então, foi por isso que eu cometi essa deseducação pela qual me desculpo. Não é... não é minha intenção fazer isso. [aplausos]

A questão, a questão básica aqui, como evidentemente todos viram, tem várias camadas. Há um projeto que não justifica, há um projeto de tirar 26 m3 por segundo de um rio que tem uma vazão mínima, segura, na foz de 1.850 metros por segundo, portanto, não fazem falta esses 26 metros cúbicos por segundo para nenhuma das funcionalidades do rio. Com a idéia de atenuar, não é resolver, não é redimir. Todas essas conversas mole de "um copo d'água para quem tem sede", isso tudo é papo furado e muitas vezes esse papo furado serviu as piores oligarquias do Nordeste. Eu conheço bem do que estou falando. Não é a redenção do Nordeste nem nada. Mas, resolve a questão

da segurança do abastecimento humano e da dessedentação animal de 12 milhões de pessoas da área de influência do projeto. Porque o projeto, por exemplo, não dirá do grave problema do Piauí, o Senador Mão Santa, que tem problemas seriíssimos. O Sudoeste, o Sudeste do Piauí demanda uma outra estratégia. Por exemplo. Ou a região do Vale do Acaraú, que é a região onde eu me criei no interior do Ceará não receberá uma gota sequer dessa água ela vai para um outro caminho. Porém, o agreste pernambucano, por onde passam os dois eixos e aqui eu abro um parêntese. Solução de fazer uma adutora para Campina Grande presumem que este projeto é um projeto de tirar água de um canto e levar para um outro. Não é.

Esse projeto tem a intenção de dar segurança hídrica no caminho inteiro. Por isso que ele não pode ser entubado, ele tem que ser um canal a céu aberto e aqui também cabe um outro parêntese. O máximo que se pode fazer *ex ante* para garantir aquilo que a Letícia, o Vereza, ou o Osmar tão comovidamente de forma absolutamente bem intencionada ponderaram de que isso não será apropriado na correlação de forças elitista que domina o Brasil, não será resolvido agora. O máximo que se poderia fazer *ex ante* foi feito. Por exemplo, não sei se os amigos queridos sabem, foi decretada a desapropriação para fins de... utilidade pública para fins de reforma agrária, 100% das margens dos canais todos, três quilômetros para um lado, três quilômetros para o outro estão indisponíveis para o uso privado na idéia de fazer ali a maior fronteira de reforma agrária contínua da história do Brasil. Com água. Porque fazer reforma agrária no semi-árido, eu conheço bastante bem isso, tem sido comprar as piores terras, a preço superfaturado, locar famílias, abandoná-las lá que depois vendem o arame farpado da cerca e vão vegetar na periferia de Fortaleza, de Recife ou de São Paulo e do Rio de Janeiro. Converse com os garçons do Rio de Janeiro, de São Paulo. Os garçons, os serventes de pedreiro, os porteiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Pergunta qual é a opinião deles sobre essa interação água, vida sustentável no ambiente onde se vive? Como é que se tais ainda *ex ante* a garantia de que isso não é um propósito? Onerando a água. Aqui se quis traduzir, veja que o combate é desigual. As simplificações grosseiras, elas são hostis à racionalidade sempre. Sempre. Hoje a oligarquia, o grande poderoso, o grande poder econômico recebe água de graça nos perímetros irrigados financiados 100% com dinheiro público. [soa a campainha] É isso? Para parar?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais um minuto ainda.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Então, veja bem, os grandes projetos de irrigação para a mo-

nocultura de cana-de-açúcar, como Projeto Tourão ao recebem água de graça depois dos canais, das bombas, da manutenção, cavalheiros!

Quando eu fui ao Ministério da Integração Nacional, eu encontrei este absurdo. A manutenção, tirar buraco, tirar formiga dos canais é paga pelo dinheiro público para um proprietário produzir monocultura de cana-de-açúcar. No São Francisco! E eu não vi uma palavra! Contra isso. Eu que me bati contra. Onerei a água e determinei, eu falo na primeira pessoa, me perdoe é porque eu quero assumir uma responsabilidade e, de novo, o meu embate aqui agora é pela questão moral e intelectual. Eu não aceito que crítico nenhum, qualquer que seja a sua nobre motivação, atribua-se uma virtude moral que determine [soa a campainha] que quem é a favor do projeto esteja comprometido com qualquer razão subalterna. Não admito! Tenho vida para isso! Não tenho rabo de palha e atrás de mim e a meu lado muitos brasileiros. Embora a polêmica seja legítima, muito bem. A água está onerada. A outorga da água é escrita, Senador Paim. Qualquer do povo pode acionar o Ministério Público, parênteses. Ministério Público manteve conosco um diálogo a nosso pedido. Não foi depois, como é tradição no Brasil, o Ministério Público correr atrás de malfeitos. Assim que o escopo do projeto ficou pronto, procurei o Ministério Público, todos estaduais e federais envolvidos no temário ambiental e entreguei o projeto a eles antes pedindo a eles pura e simplesmente: Corrijam os defeitos. Eu não sou gênio, tenho boa intenção, procurei contratar os melhores técnicos isso é sempre [soa a campainha] determinação do Presidente Lula. Se tiver algum defeito corrijam agora. Não deixem que eu pratique um erro por desconhecimento. Não recebi uma contribuição sequer para o aperfeiçoamento do projeto. Uma sequer. E disso documentadamente temos expedientes no governo.

Evidente que os riscos permanecem. Mas, desapropriar as margens, onerar, não permitir a privatização da água, foi criada uma companhia subsidiária pública, capital público exclusivo da CHESF contra um milhão de opiniões que recomendavam privatizar. Nós não aceitamos, para que esta subsidiária pública capital 100% público cobrasse dos Estados, que são entidades estritamente públicas o valor da água que receberem. Esta é a única forma de se evitar desperdício de água. 100% dos brasileiros que vivem nas cidades já fazem isso, pagam água e procuram por isso economizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, por favor.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei agora. Portanto, tecnicamente é necessário

que os críticos tomem juízo, não o juízo no sentido negativo da palavra. Se aluam, como a gente diz no Nordeste, para ver se é possível, se não o Dom Albino tem razão. Eu disse isso no começo aqui. Com essas pessoas aqui, o Apolo já virou meu amigo. A doutora representante do Ministério Público, se não se envergonhar, eu tenho especial estima e afeição e respeito. E muitos outros aqui. Alguns eu não tenho não. Faço honestamente essa confissão porque eu não percebo boa-fé em alguns. Mas, com todos eu já tive debate, por nossa iniciativa, ainda na concepção do projeto, foram procurados tudo o que se chama sociedade civil organizada nesse país. A CUT foi pedida a ela um Congresso Nacional com delegados do país inteiro para ajuizar o projeto. O debate durou 12 horas. Na CNBB, por nosso pedido, à primeira vez, 8 horas de debate. No segundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concluindo.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): --para tentar garantir [soa a campainha] uma participação em bom ambiente a Dom Luiz Cappio, pessoa por quem eu tenho o maior respeito, ele não foi. Na CNBB foram duas vezes. Na OAB com representações de todo o país, no IAB. Em todos os... no MST, que a propósito foi contratado para produzir mudas para a reposição de matas ciliares nos assentamentos de reforma agrária. Esse é o esforço que se pode fazer agora. Esse é o único esforço.

A posteriori, minha cara Letícia é um combate, eu não sei se estou no mesmo lugar seu, mas ele é parecido. Eu ao meu jeito, escolhi a opção de meter a mão na massa, às vezes suja de cocô, às vezes, é só a mão. É só a mão. Minha alma não. Minha cabeça não. Meu compromisso não.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não, eu sei, vamos discutir. Não há, creia, minha querida, uma proposta qualquer que eu não ouça com o coração e a cabeça--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes o seu tempo terminou. Eu faço a...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, Sr. Presidente, me desculpando mais uma vez pelo abuso.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu ajudei a fazer o Atlas. Essas propostas se complementam.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa era a minha preocupação. Eu faço o ape-

lo para concluir porque essa era preocupação dessa presidência.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Dirigi só para dizer o seguinte, naquele outro plano que é com o qual vou concluir. No Brasil não pode faltar energia no Brasil. Vou mudar de assunto. Não pode faltar energia no Brasil, supõe-se.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não. Não pode faltar energia. Precisamos mudar o modelo, eu tenho essa identidade. Mas, o modelo dominante praticável, factível dentro de uma ordem institucional que nós devemos aperfeiçoar mandam fazer hidrelétricas no Madeira. Você pensa que isso é bom, é agradável, é doce? Não é não, é necessário.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy, como autor do requerimento é o primeiro Senador a usar da palavra, em seguida Senador Antônio Carlos Valares, Senador Tarso Jereissati e Senadora Rosalba, na seqüência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu falo nessa questão de ordem, Sr. Presidente. E de um lado eu quero salientar a excepcionalidade da reunião. O trabalho, a idéia do Suplicy, a realização de V.Ex^a e de todos os Presidentes. Nós estamos aqui assistindo uma Sessão realmente significativa. É um debate intenso, da maior importância, as pessoas estão apaixonadas de um lado e de outro lado e pela primeira vez a gente vê abertamente, democraticamente as exposições.

Eu digo com toda a sinceridade, quando fala o Bispo, quando fala o Ciro, parece que é 100%. Um tem razão depois é 100% o outro tem razão. A exposição foi perfeita. Agora, o que eu acho que poderia ser feito logo adiante é uma outra reunião onde fosse exposto não quinze debatedores que está correto hoje, mas na outra, dois de um lado, dois do outro, um falando e outro respondendo. Eu quero ver alguém respondendo o Ciro. O Ciro fala, não sei o que, não sei o que, não sei o que... não sei se é verdade, se é errado, se está certo. E quero ver alguém responder o Bispo. É assim, assim, é assado... Que fala um, fala outro, cada um diz uma coisa, e nós ficamos aqui tontos. Acho que se V.Ex^a fizesse uma reunião onde o debate fosse, fala o Ciro, dá seus argumentos... [aplausos] e os que são contra responde no que ele tá errado. Depois fala o Bispo, dá os seus argumentos e os outros respondem no que tiver errado. Eu acho que daria para fazer a segunda

reunião, essa nota 10, mas a segunda complementaria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTES SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Simon, a Presidência em nome das quatro Comissões entende que procede o seu encaminhamento e vamos proceder para que aconteça a outra reunião nos moldes propostos pelo Senador Simon.

Senador Suplicy, V.Ex^a teria o direito de 10 minutos como todos e aos outros Senadores 5 minutos com mais dois e com a tolerância que a Mesa naturalmente há de ter.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sr. Presidente, ainda na sua mensagem ao Congresso Nacional o Presidente Lula mencionou o seguinte. “Um instrumento fundamental do fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do país. Esse é um dos traços mais marcantes e inovadores em nosso Governo que sempre faço questão de destacar”.

Eu cito isso, Sr. Presidente, porque alguns ficaram um pouco preocupados. Será que eu estaria propondo algo que iria ser contrário aos propósitos do Palácio do Planalto? Quero muito agradecer, inclusive, ao Ministro Geddel Vieira Lima que compareceu e ao Ministro Ciro Gomes que desde o primeiro momento quando eu fui visitá-lo ele estava naquele dia escrevendo uma carta aberta para a Letícia Sabatella e já dizendo que gostaria de estar fazendo um debate como o que nós tivemos hoje. E quando eu... se passava o 18º dia, salvo engano, do jejum e oração de Dom Luiz Flávio Cappio fazia em Sobradinho eu fui lá visitá-lo e achei que era mais do que legítimo que ele estivesse pedindo ao Governo, a todos os participantes que houvesse um debate esclarecedor. Então, Senador Pedro Simon, eu também estou muito feliz com o conteúdo do debate hoje, mas eu acho, estou de pleno acordo com V.Ex^a, nós agora precisaríamos fazer um novo debate e se possível, pensando até um pouco nas palavras de Dom Tomás Balduino que precisou sair agora. Mas será que será possível unificar os propósitos sérios de ambos os lados e eventualmente chegarmos a uma conclusão que possa a todos unificar? Será que isto é possível, viável?

Então, eu quero apenas sugerir, primeiro saudando, agradecendo a todos os convidados que de uma maneira tão bela se dedicaram aqui no limite do tempo e deram uma contribuição. Eu como brasileiro de São Paulo que quero muito aprender sobre as águas do rio São Francisco, como o Senador Pedro Simon lá do

Rio Grande do Sul também o deseja, eu elevei o meu patamar de conhecimento sobre os debates, inclusive, com os estudiosos a respeito de como funcionam as águas e tudo dos mais diversos lugares e países do mundo e do Brasil. Então, eu gostaria de estar refletindo, Presidente Paulo Paim, até porque recebemos solicitações como do ex-Governador João Alves, de Sergipe, do Plínio de Arruda Sampaio, Presidente da ABRA, muitas pessoas queriam hoje também vir. Então, como será um novo debate? Como poderemos ter apenas duas, três pessoas de cada lado, mas que congreguem o ponto de vista de todos? Precisamos, então, nos reunir e pensar, inclusive, com ambos dos sobre qual será a melhor forma desse segundo debate para aprendermos e se possível analisarmos a possibilidade de unificar os propósitos sinceros de cada um.

E eu quero dizer aos meus amigos críticos que quando percebi no Deputado Ciro Gomes, no Ministro Geddel Vieira. Ah, mas será que isso está sendo feito só porque vai agradar um empresário, seja o Sr. Gerdau, Sr. Antônio Ermírio, o Governo proceder de tal forma, se for para ver uma obra que vai interessar a um produtor de cimento ou de qualquer obra, desde que seja feita com a devida licitação e regras onde ninguém vai ser beneficiado mais do que outro, então, isso é que é importante se assegurar. Mas eu acho que, portanto, nós podemos avançar muito e em havendo debate aproximar as pessoas para que todos poderemos em breve estar aprendendo mais com a inteligência e o propósito sincero de um Brasil melhor para todos nós. Obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Senador Suplicy por ter utilizado somente a metade do seu tempo. E de imediato, Senador Antônio Carlos Valadares por 5 minutos com a tolerância de mais um dessa presidência.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ilustres e eminentes convidados, Deputados Federais, meus amigos. De fato o projeto da transposição do rio São Francisco que o Governo muito sabidamente para dourar a pílula o denominou de Projeto de Integração de Bacias, um nome mais palatável, principalmente para aqueles que reagem à execução desse projeto, efetivamente é um divisor de águas na nossa região. Há aqueles que se consideram abandonados porque lhes faltam as mínimas condições para atender as suas necessidades hídricas e há aqueles que como eu nos preocupamos com as incertezas de determinados projetos que começaram e se tornaram obras inacabadas. Portanto, existem nesta questão, neste debate ainda águas turvas na transposição do rio São Francisco. Aqui

se falou muito em debate, na construção democrática de um projeto de viabilização do atendimento ao Nordeste Setentrional. Muito bem. O debate é necessário. Mas eu acho que esse debate estaria mais consentâneo com as tradições de um país que avança a cada dia no sentido da consolidação, das instituições livres que se adotasse para a execução, a implementação desse projeto, aquilo que está previsto na Constituição, e não é proibitiva apesar do rio São Francisco, pelo fato de percorrer mais de um Estado ser patrimônio da União não seria proibitivo que fizéssemos entre os Estados banhados pelo rio São Francisco, entre na população que pertence à bacia do São Francisco um plebiscito onde todos os lados teriam direito a falar, a fazer a sua pregação e através do plebiscito nós iríamos construir a verdadeira vontade e assim de forma legítima, quem sabe, estaríamos construindo uma via democrática para dar legitimidade a esse projeto.

Sr. Presidente, eu não sei se no campo do convencimento, ou da incerteza ou da esperteza houve uma variação ao longo dos anos do montante do volume de água a ser retirado para a transposição. Começou com 260 m³. Passou por 64, por 56, 26 m³. Isso gera sem dúvida alguma do nosso... [soa a campainha] é a minha opinião, isso gera sem dúvida alguma uma incerteza quanto à proposta de se fazer a transposição. E aqui também se falou, Sr. Presidente, na segurança hídrica para as populações do Nordeste Setentrional. E agora eu pergunto: Qual a segurança daqueles que vivem na bacia hidrográfica do São Francisco? Qual a segurança? Qual a garantia para a execução dos projetos de irrigação? De saneamento básico? De distribuição de água a um quilômetro do rio São Francisco. Qual a segurança que teremos, Sr. Presidente, da execução de projetos de desenvolvimento sustentável? Nenhuma segurança. Eu acho que se queremos falar em segurança tem que haver segurança também e principalmente para aqueles [soa a campainha] que estão doando a água. E esta segurança, Sr. Presidente, quem sabe através de uma Emenda Constitucional que aqui foi aprovada. O Deputado Gadelha falou sobre essa proposta de Emenda Constitucional, da revitalização do rio São Francisco, porque o Governo é mutável, é temporário, hoje Lula propugna, vai, faz a revitalização em vários pontos, e aqui foi dito. Mas não é um Governo eterno, temos que ter a garantia da realização de projetos de desenvolvimento sustentável no Nordeste, na bacia do rio São Francisco através de uma Emenda Constitucional que obrigue a aplicação desses recursos. E ao final, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a apenas me permitisse falar aqui e fazer uma pergunta ao estudioso e nobre Deputado Gadelha do Estado da Paraíba que honra o seu Estado... [soa a

campanha] um comentário feito numa entrevista pelo estudioso, pesquisador João Suassuna que deveria estar até presente a este debate e não foi convidado. Diz ele: “Existe um potencial gerador na bacia do São Francisco estimado em cerca de 10 mil megawatts com poucas chances de ser ampliado. Esse potencial gera anualmente cerca de 150 milhões de megawatts/hora. Se considerarmos o atual crescimento do PIB do país entre 4 e 5% isso significa que a demanda de energia elétrica está na faixa de 6 a 7%, esse crescimento se dá 2% acima do crescimento do PIB. Nesse aspecto em 12 anos teremos que dobrar a produção de energia elétrica de 50 milhões de megawatts/hora para 100 milhões de megawatts – ele pergunta, afinal, aí ele diz assim – a pergunta que não quer calar é a seguinte: Onde será gerada essa energia?” É isso que eu quero perguntar. Nós temos um sistema interligado. Quem sabe energia de Itaipu, energia nuclear, energia termonuclear, do Madeira, e quem vai pagar esta conta? Quem vai pagar a conta? Porque vai ser uma energia caríssima.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Se não for feita a transposição... isso não vai resolver...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Deputado Gadelha, Senador Valadares, infelizmente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V.Ex^a. V.Ex^a diz, eu já respondi. Muito bem. Agora, eu estou em dúvida quanto é que o povão lá do seu Estado vai pagar de energia elétrica importada de outros Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Senador Tarso Jereissati. Infelizmente nós temos, não é possível Senador porque... Bom, Senador Tasso Jereissati, peço a compreensão a diversos Senadores e nós temos apenas 13 minutos de tal forma que fica, V.Ex^a se puder...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Suplicy, eu vou tentar ser o mais rápido possível porque acho que aqui já foram usados todos os argumentos. E infelizmente os argumentos técnicos, racionais não foram respondidos até agora de uma maneira clara, de uma maneira que nós possamos entender realmente quais as razões que levam algumas pessoas a se revoltarem de uma maneira sentida e legítima contra esse projeto.

Mas eu queria começar a dizer algumas coisas e o que me incomodou, inclusive, nessa discussão. Eu estava acompanhando parte desse debate pela televisão, mas quando vi alguns argumentos eu não resisti, tive que vir aqui porque realmente são argumentos que

além de serem altamente prejudiciais a esse debate, para que esse debate seja salutar, transmitem uma inverdade que pode confundir a população brasileira tão necessária, mentalidade essa, para que os problemas do Nordeste possam ser resolvidos.

Eu queria dizer aos senhores, por exemplo, que essa questão do debate em relação à transposição do São Francisco, ela não começou agora. Não existe, Senador Suplicy, uma falta de debate sobre essa questão. Já neste Governo e todos sabem que eu sou opositor a esse Governo, acho que não existe nenhuma dúvida sobre a minha posição de oposição a esse Governo, mas há seis anos atrás quando começou a se projetar essa questão aqui neste plenário, nesta Casa, tendo a frente o Vice-Presidente da República foi feita uma primeira e grande discussão sobre este debate aqui nesta mesma Casa. Por esta razão, Senador Suplicy, não é verdade que esta Casa não tenha debatido esse assunto tendo sido o primeiro grande debate feito neste Governo para este específico projeto. Porque este mesmo projeto já foi muito discutido no Governo Fernando Henrique e já foi muito discutido até no Governo Sarney, anterior ao Governo Fernando Henrique.

Portanto, não é verdadeiro que não existe o debate. Esse debate tem se prolongado de uma maneira intensa tendo tido todos os setores, as oportunidades para mostrar suas divergências e suas diferenças.

Eu fui Governador do Estado do Ceará durante... três vezes durante 12 anos. E queria dizer aqui uma coisa especificamente a Dom Cappio que se está deixando levar por um argumento absolutamente não verdadeiro. De que Fortaleza tem mais água de que São Paulo. Isso é muito grave, meu querido Bispo. Porque pode levar a sensação de que a questão da seca é uma questão imaginária, ainda colocada e levada por falsas pessoas e que a questão da água no Nordeste não é um problema. Não se calcule, e aqui já foi dito de uma maneira muito clara. Mas não custa repetir, Senador Inácio Arruda. A água não se calcula pelo volume. A água se calcula pelo volume e pela disponibilidade. Ou seja, a água em São Paulo, a disponibilidade de água em São Paulo, a disponibilidade de água em Manaus, em Belém é completamente diferente do que o cálculo da disponibilidade, do volume de água necessária em Quixadá ou em Tauá, por exemplo, nos Inhamuns no meio do sertão cearense. Você pode ter dados técnicos em volume em Tauá, por exemplo, Senador, muito maior do que Belém, mas a disponibilidade é completamente diferente as razões e as geografias completamente diferentes.

Aos artistas aqui presentes eu queria lembrar que no meu primeiro ano de Governo em 1987 eu me

defrontei com uma seca terrível, uma seca terrível. Eu gostaria muito que os senhores tivessem a oportunidade de conviver com centenas de milhares de pessoas num momento de seca no sertão do Ceará. Esse sertão do Ceará não é apenas nas áreas rurais. É nas áreas urbanas também. Falta água... falta água para beber de uma maneira quase que contumaz.

Agora, no ano seguinte nós tivemos uma cheia, uma cheia que inundou várias cidades do interior do Ceará, várias cidades ficaram inundadas e nós tivemos um problema seriíssimo. Já dois anos depois nós tivemos que conviver com a seca. E a seca é um conceito que eu queria aqui difundir, é diferente da seca do Senador do Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, por exemplo. Quando eu chego ao Rio Grande do Sul e ouço: Tal região está em seca. Eu pergunto: Há quantos anos não chove aqui? Eles dizem: "Há quatro meses. A situação é grave na região tal porque há quatro meses não chove na região tal". A nossa seca é diferente. Seis meses de seca é anual, todos os anos. Todos os anos nós temos seis meses de seca. Agora, a nossa seca é quando seis meses que chove ou os quatro meses que chovem não chovem. Então... [soa a campanha] o nosso problema não é o volume de água, mas a regularidade de água. Isso aqui já foi muito bem explicado por vários técnicos, mas eu estou tentando explicar isso de uma maneira menos numérica para que se possa entender o problema. E nosso volume de chuva, como o nosso terreno diferente do terreno de Sergipe, por exemplo, é semi-árido, é cristalino, a água não acumula, ela corre. Não dando possibilidade nenhuma de que haja rios perenes, que os rios sejam perenes naturalmente. Em função disso nós temos sempre que estar com o volume de água muito grande armazenado na expectativa do que nós chamamos no inverno seguinte. Inverno para nós é chuva. Na expectativa do inverno seguinte porque se no inverno seguinte não chover, nós vamos morrer de sede se essa água, aí nós todos, ricos, pobres, ribeirinhos, não ribeirinhos, pequenos agricultores, grandes agricultores, etc e etc.

Então, essa concepção precisa ser modificada nessa discussão. Não é mais possível se usar o argumento nessa discussão, se é que se quer ter uma discussão realmente honesta e aqui foi usado o termo honesto por alguém nesse sentido, se é que se quer ter realmente uma discussão honesta não se pode usar esse tipo de argumento, tem que se primeiramente reconhecer: Falta água na região Nordeste Setentrional e nós precisamos encontrar uma solução para isso. A discussão se a chamada transposição do São Francisco é a verdadeira, ou a melhor, já é uma outra discussão. [soa a campanha] Mas o argumento de que

sobra água no Nordeste e de que Fortaleza tem mais água do que em São Paulo é um argumento verdadeiramente absurdo e eu diria para todos nós cearenses até ofensivo. Eu queria dizer que eu também tenho coração aqui, como todos, é até ofensivo em determinadas condições como foi colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permite apenas Senador Tasso Jereissati, nós temos três minutos de Sessão. Senador José Nery e mais uns dez estão aqui inscritos. O Bispo Dom Flávio Cappio gostaria de dizer uma palavrinha e como vamos resolver esse problema, peço que compartilhe comigo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu dou a palavra, aparte, se V.Exª me estender depois para que eu possa complementar meu raciocínio...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Um aparte, então.

DOM LUIZ FLAVIO CAPPIO: Apenas uma palavra muito breve de esclarecimento. Eu não disse que São Paulo tem menos água do que Fortaleza e Fortaleza tem mais água do que São Paulo. Não foi isso que eu disse. O que eu disse que a disponibilidade hídrica de cada habitante da Grande São Paulo de 18,5 milhões de habitantes é menor do que a disponibilidade hídrica por habitante/ano de cada habitante de Fortaleza que tem 3 milhões de habitantes. Foi isso que eu disse.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não. Eu gostaria que se o nosso Bispo tivesse realmente a intenção de levar essa discussão no maior nível de honestidade intelectual, desmentisse isso que o senhor disse, porque a palavra disponibilidade é diferente da palavra volume. Nós estamos falando de volume de água e volume de água aonde não existe disponibilidade, aonde não existe sistema permanente, constante de chuvas e aonde o solo é cristalino, a disponibilidade é muito menor do que a de São Paulo. O volume técnico pode ser até maior do ponto de vista técnico, mas a disponibilidade é muito menor. É isso que eu queria deixar bem claro. Isso é preciso ficar porque quem ouve pode passar a impressão que todos nós cearenses somos uns mentirosos e mal-intencionados como foi aqui colocado por alguns na discussão desse projeto.

A outra coisa que foi colocada aqui, Senador Supply, V.Exª vai me permitir mais dois minutos, a água que vai servir os mesmos. Isso também não é verdade. As águas vão para o mesmo reservatório, vão para, por exemplo, no Estado do Ceará o receptáculo desta água vai ser o açude Castanhão. Não significa que essa água vai ficar no açude Castanhão. Nós mesmos no Estado do Ceará já temos obras em andamento em que a água do Castanhão vai caminhar em direção do

sertão central atravessando, portanto, as zonas mais secas e mais carentes de recursos hídricos. Ela não fica estacionada num grande estacionamento de água como é o caso do Castanhão. Isso é um engano. E hoje por que ela não vai ainda no volume? Justamente por causa dessa insegurança. Nós temos que manter um pulmão de água constante para evitar a eventualidade previsível de uma falta de água.

Eu ainda não entendi também e eu confesso que vim aqui com uma certa, [soa a campainha] com uma certa angústia que eu queria entender determinados argumentos. Eu vi pelos jornais, pela mídia, a oposição que existe ao projeto e vi muitas colocações feitas, por exemplo, em relação às populações indígenas, aos quilombolas, etc. Aí a minha pergunta é que também não foi dita aqui. Qual é o malefício que há desvio deste volume de água do São Francisco vai trazer para essa população? Qual é concretamente o malefício? Eu gostaria de entender, de ouvir porque eu não ouvi nenhum argumento concreto sobre isso. “Não, vai prejudicar tais pessoas porque vão morrer de sede, porque vão morrer de fome em função disso, em função daquilo”. Eu queria saber qual é... porque isso é para mim importante. Porque é importante porque eu sou de uma terra em que pessoas [interrupção de áudio] e o Centro-sul do país é enormemente responsável por essas pessoas morrendo de sede. É enormemente indiferente a enorme distância de renda e de vida que existe nas populações nordestinas com as populações do centro-sul. Não tenho visto manifestações com tal grau de intensidade em relação à pobreza nossa que diariamente assola milhares e milhares de vida que vivem na miséria constantemente. E isso até hoje, e tem razão os que criticam, a distância, projeto São Francisco não é a salvação do Nordeste. Não é. De maneira nenhuma é a salvação do Nordeste. É um projeto que deveria estar inserido num projeto nacional muito maior do que esse que está aí de diminuir de uma maneira concreta, consistente, através da educação, através da saúde, através da infra-estrutura essa enorme diferença que existe entre o Brasil pobre e o Brasil rico. [soa a campainha] O Brasil pobre e o Brasil rico não está só dividido entre os ricos do Nordeste e os pobres do Nordeste. A verdadeira grande diferença que existe hoje entre o Brasil pobre e o Brasil rico são o Brasil do sul, o Brasil do centro-sul, o Brasil da avenida Paulista e da avenida Copacabana e o Brasil do Tauá, o Brasil dos Inhamuns, o Brasil do Quixadá, eu que não tenho visto, não tenho percebido nenhuma sensibilidade do centro-sul para que esse problema seja resolvido de vez. E quando uma questão como essa vem à tona não é possível se discutir isso sem a mínima racionalidade e sem ver o outro lado, a ou-

tra ponta do problema aonde tem pessoas muito mais pessoas morrendo também para ver quais são as reais consequências de uma falta de um projeto como esse. É isso que eu tenho a dizer.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Queria informar aos Senadores que acabo de consultar o Presidente Garibaldi Alves e ele acordou que a nossa audiência possa se prorrogar até às 14h30, porque parece ser a vontade de todos. Então, Senador José Nery é o próximo inscrito. Agora, como há... eu acho que seria adequado. Senador José Nery, rapidamente se pudermos abreviar para 5 minutos já que obtivemos uma prorrogação, 5 minutos cada um.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só um instantinho, leia a lista de quantos inscritos têm, e vamos fazer uma proposta bem clara se dá para todos ou não, porque só temos menos de 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador José Nery, César Borges, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Pedro Simon, Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu abro mão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu estou inscrita no lugar de Cícero Lucena e o Senador José Agripino na ordem do Senador Efraim. Eu acho que já está, inclusive, na nossa vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu tinha visto aqui seu nome riscado, perdão, e não tinha notado que de fato estava. A senhora será, V.Ex^a será a próxima, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em seguida ao Senador José Nery, garanto a palavra a V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, estou fazendo aqui um encaminhamento a questão de ordem da Presidência, antes de usar a tribuna no meu tempo previsto, porque o Presidente pode nessa circunstâncias da Sessão mesmo tendo horário regimental para iniciar a Sessão às 14 horas prorrogar. Eu acho que os Senadores que estão aqui e o Brasil que está nos assistindo, até porque as primeiras duas horas da Sessão Ordinária. Eu queria, Sr. Presidente, às duas horas da Sessão Ordinária estão destinadas para os oradores inscritos. Eu creio que nós podemos

abrir mão e começar a Sessão Ordinária às 16 horas como prevê o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): V.Ex^a tem a palavra por 5 minutos por acordo para que todos possam se pronunciar, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, representantes de organizações da sociedade civil aqui presente, Dom Luiz Flávio Cappio, enfim, me dirijo a todo o povo brasileiro em especial aos nordestinos que acompanham essa Sessão com muito interesse.

Também quero agradecer a presença de diversas organizações da sociedade civil, do MST, do CIME(F), da ONG Humanos Direitos e aqui a presença da atriz Letícia Sabatella, Osmar Prado, enfim, a todos que contribuíram, os estudiosos para que esse debate fosse realizado no nível em que vem sendo tratada essa importante questão que tem haver com uma visão sobre qual é efetivamente a concepção de desenvolvimento, de modelo de desenvolvimento que preside as grandes decisões nacionais, especialmente uma cultura estatal que tem forte influência das elites políticas e econômicas que historicamente comandam, dirigem este país para favorecer principalmente os interesses de poderosos grupos econômicos, financeiros, industriais, de toda a ordem, mas pouca sensibilidade tem para pensar os projetos, não os mega projetos, mas projetos viáveis, projetos alternativos que efetivamente sirva de instrumento permanente de combate às desigualdades à violência sobre o qual a maioria do nosso povo tem sido historicamente submetido.

Portanto, o Projeto de Transposição do rio São Francisco da forma como convencionamos chamar é mais um desses, seguramente. Que foi concebido e como dito aqui pelos estudiosos, pelos mais... pelos técnicos mais abalizados, na verdade, não tem o sentido como muitos querem fazer crer de levar realmente água para a maioria do povo nordestino. Sou cearense de nascimento, Amazônia, paraense de coração adotado pelo povo do Pará, e aqui exerço esse mandato em nome do povo do Pará. Quando vi aqui a Senadora Rosalba, disse: "Nery, vai falar, mas diz que lá na tua terra tem muita água". É verdade. A Amazônia tem muita água. Mas igualmente... e o nosso Nordeste é desprovido desse bem natural necessário à reprodução da vida humana, das plantas, da natureza, fundamental. Porém a grande questão que se coloca é que se no Nordeste falta água como a maioria das pessoas, o Norte, o Pará, a Amazônia tem água em abundância com rios perenes, o volume disponível de água é realmente fabuloso. No entanto, é bom dizer

aqui também que a maioria do povo da Amazônia no Pará não tem água potável em condições adequadas para o consumo. O que diz... o que desmente a tese de que a salvação nacional para o Nordeste é a transposição. O que disse também e denuncia que é a política de gerencialmente dos recursos hídricos do Brasil que está voltada não para atender as maiorias, porque mesmo aonde tem abundância, volume de água para servir as populações e elas não chegam a quem realmente precisa.

Por isso, Sr. Presidente, queria fazer uma homenagem a Dom Luiz Flávio Cappio, a todos os movimentos sociais e populares que resistem na luta para que essa discussão tenha realmente... [soa a campanha] a abrangência necessária. Sei dos debates que já ocorreram, porém, o Congresso Nacional, o Senado da República não pode continuar omissos, mesmo quando o projeto já estando em fase de execução, mas há graves questionamentos.

Eu queria, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, sugerir como uma das medidas desse nosso debate, entendendo a necessidade da continuidade dele em que todas as posições sejam e continue sendo francamente expostas. Mas o Congresso Nacional mesmo com a obra da transposição já em andamento, não pode se omitir de acompanhar com o devido interesse em nome do povo brasileiro... [interrupção de áudio] [soa a campanha] sugiro, então, Sr. Presidente, possamos constituir uma Comissão Mista do Congresso composta por Deputados e Senadores, uma Comissão de representação externa para acompanhar, monitorar, dar seqüência a esse debate, até porque possamos nesse debate encontrar formas alternativas de responder a ansiedade, os questionamentos de ambas as partes envolvidas com esse projeto, os que defendem a transposição e os que são contra a transposição.

Portanto, acho fundamental que o Congresso Nacional acompanhe esse projeto da forma que ele está previsto, mas também buscando alternativa, inclusive, quando conversava há pouco com o Senador Heráclito Fortes e concluo com isso, concluo com isso, Sr. Presidente, pensando, concluo com isso, Sr. Presidente [soa a campanha] pensando principalmente o projeto de revitalização do rio São Francisco, mas não só isso, um grande projeto de revitalização de proteção às nascentes dos diversos rios brasileiros ameaçados pela devastação, pela pouca fiscalização do Estado que permite que agressões continuem sendo cometidas contra os nossos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos. Essa, então, é a proposta que faço a consideração e ao exame nas Comissões do Sena-

do, nesse próprio Plenário para a continuidade desse importante debate. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP-
PLICY (PT-SP):** A proposta deverá ser examinada depois... na hora oportuna. Senadora Rosalba Ciarlini tem a palavra. Em seguida Senador Agripino que eu notei que estava aqui no lugar do Senador Efraim Morais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhores convidados, muitas senhoras, meus senhores. Eu cheguei a esta Casa pela generosidade e confiança do povo do Rio Grande do Norte como sua primeira Senadora, trazendo a defesa intransigente da transposição do rio São Francisco. Não porque tenha sido convencida por A ou B. Convencida desde que nasci há 55 anos porque eu nasci no semi-árido. Eu sei o que é tomar água salobra porque a minha cidade que hoje é a segunda cidade, a cidade do sal, a cidade do petróleo, lá no Rio Grande do Norte, da fruticultura, naquela época, a água vinha de poço subterrâneo, salobra, pesada. Eu sei o que é ferver água duas vezes, botar numa quartinha porque se não vai lhe prejudicar a saúde. Eu fui convencida não pelos livros que contavam a história da seca, não por assistir o teatro: Vida e morte Severina. Eu fui convencida porque eu estava lá vendo sofrimentos que vinham do campo, vendo aqueles que morriam implorando um copo d'água. Eu fui convencida, Senadores e Senadoras quando me formei em medicina e voltei para minha região, quando via a procissão dos anjinhos que morriam porque não tinham água de qualidade. Eu fui convencida quando fui Prefeita três vezes da minha cidade lancei um programa de fazer o enterro do carro-pipa. Perfurei 400 poços e não foi suficiente porque o poço lá do calcário Jandiara a água é salobra. E aí eu trouxe o dessalinizador, mas muitas vezes não podia colocar porque o dessalinizador precisa de vazão. Tem lugares que você perfura com 80 metros é uma água pesada, outras vezes com 80 não chega, 120, 240. O Sr. Rômulo Macedo aqui é testemunha que briguei com a PETROBRAS, muitas vezes, quando não encontrava petróleo, Agripino, não só testemunha, mas meu auxiliar, quantas vezes fomos a PETROBRAS brigar por aquele poço onde não encontrava o petróleo, mas encontrava água do Arenito Açú que fica a mil metros que sai térmica mineral para dali fazer uma adutora para uma comunidade que morria de sede, que batia a minha porta com as latas d'água pedindo: Prefeita, pelo amor de Deus uma lata d'água para matar a sede dos meus filhos, para que meu animal não morra, para que eu possa ter condição de poder irrigar o mínimo de capim, para que eu possa ter o feijão. Eu cheguei convencida pelo que eu assisti, pelo que eu sei que sofre a nossa região.

Lutei e como lutei. E foi uma alegria muito grande, eu era Prefeita quando foi assinada a ordem de serviço lá na minha cidade para a construção da barragem de Santa Cruz que foi concluída já no Governo Fernando Henrique o sonho secular. Dos estudos que vinham do INFOX desde o início do século passado porque a barragem de Santa Cruz era importante para dar condições ao rio Mossoró de trazer água para uma região onde nós temos, talvez, as terras mais férteis do país que é a Chapada do Apodi e que o homem não pode dali tirar a sua sobrevivência porque faltava água. É verdade que a barragem foi feita, que os canais de irrigação ainda não foram feitos, pequenos, é para o pequeno, não é para nenhum grande proprietário. Mas isso é uma outra questão que nós estamos lutando. E vamos conseguir. Mas é preciso, sim, a transposição, é necessária. É apenas 1,4% daquilo que a barragem Sobradinho não é lá no início do rio não, minha gente, é o que a barragem sobradinho está soltando diariamente. Quando se fala em 129 milímetros cúbicos, não é isso, são 26,4. 129 é quando ela estiver cheia, sobrando, que vai ser um benefício, porque senão vai inundar as cidades. Por ser uma defensora intransigente e convencida, convencida pelo que eu já assisti, pelo que eu vivi, pelo que lutei que eu quero dizer [soa a campainha] também aos meus colegas da Bahia, de Sergipe que também estou na luta pela revitalização. Não quero que chegue a água da transposição morta jamais. Eu quero água viva que vai dar vida ao meu povo sofrido que passa sede, eu quero água viva que vai fazer a reforma agrária decente que tem água porque eu tinha na minha cidade e tenho ainda quando Prefeita eu vi também a reforma agrária sem a água, lutando para levar água para aqueles assentamentos numa luta inglória, difícil, desesperançosa.

Então, eu estou aqui para dizer, o que nós queremos. Nós queremos é que o São Francisco, que eu não sei quem teve a iluminação de colocar esse nome São Francisco [interrupção de áudio] o santo da generosidade, o santo dos pobres, se faça esse projeto que é projeto de solidariedade. Brasil, o Brasil solidário é água para quem precisa, para desenvolver também pequenos projetos que gere renda, emprego, vida, água viva [interrupção de áudio].

Finalizando, só para finalizar dizer, que trago aqui uma carta do nosso, do Arcebispo, Bispo Dom Heitor Sales, irmão do cardeal Dom Eugênio Sales que gostaria, não sei se é possível, acho que já extrapolei o tempo, de lê-la. Ele preside o comitê em defesa da transposição do rio São Francisco no meu Estado. Mas já que o tempo está curto, eu passarei a Mesa e gostaria de dizer. Dom Heitor ao lado de Dom Eugênio, são Defensores sabe por quê? Porque eles são do

Acari, da região lá do seridó que também falta água, eles também sentiram quando criança o que era ter um copo de água salobra por dia e ele faz esse depoimento aqui na sua carta. Fica para que seja registrado nos anais dessa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. [interrupção de áudio]

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULPICY (PT-SP): A solicitação de V.Ex^a será atendida. Tem a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados. Dom Cappio, eu não o conhecia pessoalmente, já tinha visto a sua imagem muitas vezes em fotografia e em vídeo, e guardo do senhor a imagem de um homem santo, de um homem que pode provocar emoções, que pode como os atores que aqui se fazem presentes, fazer opinião.

Deputado Ciro Gomes, V.Ex^a foi Governador quando eu fui Governador, V.Ex^a como o Senador Tasso Jereissati, uma vez e a Prefeita Rosalba transmitiram aqui emoções. Dom Cappio, aqui ninguém tem o direito de fingir, principalmente se se trata de emoção. Eu fui Governador com 36 anos de idade pela primeira vez e no meu primeiro Governo eu enfrentei na largada do Governo, eu era quase um menino, tinha 36 anos, pouca experiência, tinha sido Prefeito e Governador. Na largada do Governo eu enfrentei uma seca pesadíssima, seca de 82/83. O senhor me parece um homem santo e deve como eu, deve ter já convivido com as dificuldades do homem do campo, principalmente dos mais pobres.

Dom Cappio, eu como o Tasso, como Rosalba, como o Ciro, como tantos que aqui falaram, como o Marconi, tem a experiência da convivência com a seca do Nordeste. Dom Cappio, pior do que não ter a água é não ter a certeza da água. Eu me lembro muito bem da seca de 82/83 e da amargura que eu passei na cidade de Santa Cruz, que era a capital da região do Trairi, eu desloquei metade do Governo para lá para tentar sobreviver as pessoas. Não era um pé de coentro, não é uma plantação de nada, era a sobrevivência de pessoas, era homem, mulher e menino, moços e velhos. Eu digo isso porque esse debate democrático que o Congresso proporciona tem que produzir efeitos sobre a consciência de todos, dos que pensam a favor e dos que pensam contra. E as emoções que cada um de nós viveu, sejam os atores, sejam os políticos, têm que ser percebidas por cada um de nós para que nós busquemos o melhor para o país. Não se está aqui buscando o convencimento pelo simples convencimento. Está aqui se buscando o melhor para o país. O que é que se está querendo com a transpo-

sição do São Francisco? Garantir a certeza da água. A barragem de Santa Cruz existe, está cheia, mas existe e está cheia hoje, amanhã ela pode não estar cheia, ela não pode ter água de beber nem água de irrigar. A barragem de Santa Cruz que fica no Município de Apodi no meu Estado é beneficiária direta do Projeto de Transposição do São Francisco. Se eu tivesse uma alternativa para garantir a certeza da água da barragem de Santa Cruz eu seria sensível aos argumentos que aqui colocados contra a transposição, mas eu não tenho alternativa nenhuma, eu só tenho essa e mais nenhuma. Eu não tenho como transpor água do rio Tocantins para o Nordeste, dá para transpor do Tocantins para o São Francisco e do São Francisco redistribuir. Então, eu tenho que me costurar com as minhas próprias linhas, eu tenho que encontrar a saída. "Ah, vou aproveitar melhor as águas da barragem do Castanhão, da barragem do Açú". E se ocorrerem como já ocorreram tantas vezes três anos de seca? Esses açudes vão chegar ao seu nível crítico e não vai ter água de beber. A cidade de Santa Cruz, não é da barragem que eu acudi como Governador passada a seca teve uma solução, uma barragem perto da cidade. [interrupção de áudio] Esta barragem que acumula água se você não tiver alimentação permanente para ela, ela seca. A solução que foi dada não é a solução que garante, com certeza, a água. Para garantir com certeza a água, é preciso Projeto de Transposição do São Francisco que não garante água de irrigação e água de beber o tempo todo. De beber sim, de irrigação só se tiver. É um processo de fusível que se coloca ao projeto, água de beber e aí vai a carga de emoção dos que falaram, água de beber, é garantida inverno, verão, ano sim, ano não, todos os anos. Água de transposição para irrigação não, só se tiver.

O que eu gostaria de que nós raciocinássemos sobre isso e veja bem, aqueles que são contra a transposição precisam sair daqui convencidos que são contra à única solução que o Nordeste que passa sede tem para resolver o seu problema.

Dom Cappio, eu quero fazer uma proposta, o senhor faz opinião, o senhor é um homem santo, eu lhe respeito, eu sou amigo de grandes figuras da igreja que pensam diferentemente do senhor, mas não vou usar isso como argumento. Eu queria ver se sensibilizava o senhor com o seguinte. Primeiro. Se tivéssemos uma alternativa para matar a sede das pessoas do Nordeste mais seco eu estaria cavalheirescamente me sentando na Mesa de negociação com o espírito de encontrar saída. Não tem.

Segundo ponto. O projeto é feito para garantir a certeza da água levando água do São Francisco para encher os reservatórios que já existem [soa a cam-

painha], já encerro. Ou com a construção de outros reservatórios que vão garantir a perenização de rios. Rio perene em Nordeste seco é água certa. Rio perene é feito com barragens sucessivas que estão partes feitas e partes vão ser feitas alimentadas pela água do São Francisco que só vai vir para garantir o fluxo da água de beber, de irrigação quando puder. Mas que concordem comigo. Vamos... ensarilhe as armas, vamos permitir que o projeto continue fazendo... em rodovia, Marconi, em rodovia, Ciro, muitas vezes você começa a estrada do começo para o meio e do fim para o meio. Por que nessa obra não podemos fazer pelo menos um pacto de entendimento agora, de fazermos, Dom Cappio [interrupção de áudio] [soa a campainha] ao nordestino mais pobre que está enxergando nesse momento a oportunidade de encontrar uma solução na disputa de nordestinos com nordestinos. Por que a gente não completa as obras previstas no projeto? A barragem de Oiticica, por exemplo, no meu Estado que vai perenizar o rio Apodi que vai dar a certeza da água para uma imensa região como a do seridó que hoje está ameaçada de sede. A cidade de Caicó, a cidade de Currais novos, a cidade de 30, 40, 50 mil habitantes, 80 mil habitantes estão passando sede. A barragem de Oiticica que faz parte do projeto feita seria o projeto do fim para o meio, garantiria, pelo menos, uma solução para a sede daquela região e daqueles Municípios. As obras...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Peço a V.Ex^a que conclua.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Estou encerrando. As obras que signifiquem a certeza da água de beber, a certeza da água de beber não serão objeto de discussão. Porque se o forem vai se estabelecer uma disputa de brasileiros contra brasileiros em torno de uma causa que ninguém pode ser contra, que é matar a sede do povo. Vamos encontrar o caminho da discussão, de se fazer aquilo que é importante na ponta do projeto e ver com racionalidade, somando as inteligências para encontrar o caminho da solução para que os mais pobres não paguem o pato de uma discussão que não pode ir tão longe. Não pode passar, Dom Cappio, por greve de fome, nem por discurso inflamado inconseqüente, nem por uma coisa nem outra.

Eu gostaria que esse encontro, que reunião tantas pessoas importantes, resultasse pelo menos nesse momento de reflexão para que pudesse [interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Senador Agripino...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Já encerro. Para que pudéssemos encontrar caminhos de solução através de atitudes que ninguém seria capaz

de contestar, mas que estariam viabilizando a solução para a sede do Nordeste pobre.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Senador Inácio Arruda tem a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Cadê o Sibá?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Está em seguida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, convidados que acompanham essa audiência pública nesse momento, eu considero um esforço, quer dizer, mais um esforço grandioso de debate público sobre o tema da transposição. Eu sou lá do Ceará, Estado do Ceará. Eu sou de Fortaleza. Nós temos examinado os anais da história. Desde o ano de 1847 que se discute no nosso Estado como minimizar. Minimizar, não é resolver, de forma absoluta esse drama que vive a população nordestina. Minimizar. Ciro disse aqui, nós não queremos a redenção porque não é, seria enganoso alguém chegar e dizer: Com esta obra ok, está tudo resolvido. Não é verdade. Tem muita coisa para fazer após essa obra. No Ceará, eu digo aqui, Tasso falou aqui para todos nós. Eu sou oposição a esse Governo e eu fui oposição ao Governo dele, embora, tenha participado no primeiro instante para elegê-lo, mas depois ficamos na oposição. Fui oposição também ao Governo de Ciro. Quantos embates nós realizamos. Mas havia uma coisa que nos unia, quer dizer, garantir água para o povo do Nordeste, para o povo do Ceará, nascido em cima de uma pedra no semi-árido, ah, isso não podíamos nos dividir, nunca, jamais. Nós podíamos brigar nas nossas posições políticas, ideológicas, nesse campo nós podíamos arengar à vontade, mas na defesa intransigente do interesse do povo do Estado Ceará aí não, e assim eu acho que é a Paraíba, o Rio Grande do Norte, pegar essa região toda dos Inhamuns no Ceará, pegar essa região toda do sertão central Cearense, uma região de pedra onde a água não consegue se armazenar minimamente em lugar nenhum, praticamente. Caiu a chuva ali desce tudo para o mar, mesmo na região Ibiapaba, onde você pode armazenar um pouquinho, as águas nossa bate no Ibiapaba e cai para o Piauí, para perenizar, ajudar a perenizar o rio Parnaíba. Não ficam na nossa região.

Então, nós corremos por todos os meios, para todos os lugares, para buscar minimizar este efeito. Água para beber, para o povo beber. Porque água para o povo do Nordeste beber e para o povo do Ceará beber tem impacto econômico gigantesco. O povo do Ceará bebendo água, tendo água garantida, ten-

do essa garantia não vai sair correndo para o Norte, para o centro-oeste, para o sul. Ele tem meios, um dos meios mais vitais para sobreviver na sua região que é água para beber. Isso tem um impacto econômico sem igual. É uma garantia absoluta de que ali eu posso efetivamente sobreviver.

Então, esse é o efeito que nós temos que raciocinar sobre ele. Depois vamos examinar a obra, vamos examinar a questão da revitalização do rio São Francisco. Sinceramente, é despropositada essa discussão. Sinceramente. Vamos examinar no tempo, na história. Quando é que recebendo os royalties da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, desde o seu nascimento, desde o seu nascimento que se recebe royalties dessa companhia [soa a campainha] pela geração de energia elétrica, porque nesse tempo todo não se revitalizou o São Francisco? Pelo amor de Deus. Por que não se recuperou a mata ciliar? Por que não se fez as obras de saneamento necessárias nessa região? Agora e é para efeito simbólico mesmo, é para efeito... não é de redenção, é para efeito simbólico. Agora que se quer tirar uma cuia d'água do São Francisco, para despejar numa região enorme do Nordeste Setentrional se cria uma polêmica que nem o Inferno de Dante seria capaz de retratar. Sinceramente. Sinceramente. Eu digo Inferno de Dante porque foi encomendado pela igreja. P fica o assunto resolvido. Sinceramente, não há no tempo uma injeção de recursos maior no trabalho de revitalização do rio São Francisco [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Não há no tempo uma injeção de recursos maior para a região do que está acontecendo agora com o projeto de interligação de bacias. Esse filete d'água destinado para essas regiões. E o que é que isso significa lá para o meu Estado do Ceará? Significa que a barragem de Arneirós, lá em cima nos Inhamuns não precisa jogar água no Orós, nem do Castanhão para o Castanhão jogar em Fortaleza. A água de Arneirós pode ficar para sua região. Então mesmo que a água do São Francisco chegue no Castanhão, que diríamos, é para o mesmo lugar, é para os mesmos, mas o Arneirós não precisa soltar mais água de lá para cá para abastecer o Castanhão para abastecer Fortaleza para abastecer a região Metropolitana. Então, a água do São Francisco está indo para cima também, indo lá para locais onde [interrupção de áudio] porque o próprio Orós pode jogar água para adutoras até subindo. Você bombeia para cima para atender Municípios enormes, são populações urbanas enormes. Não é população difusa. População difusa tem outros projetos com apoio do Governo, com apoio das instituições nacionais que estão em curso. Estão aí a cisterna de Baça(F) com a ONG ASA do Nordeste aplicando recurso do Governo Federal, dinheiro

do Governo Federal. Então, a água lá da população enorme de Iguatu e outras regiões pode ser atingida por Orós. O Castanhão mesmo pode jogar parte dessa água subindo para poder garantir a sobrevivência dessas populações acima. Eu imagino que só quem não teve que pegar uma picareta para arrombar um cano da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará para ter água em Fortaleza é que não compreende o impacto que tem a interligação de bacias. Tem outras alternativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Existem outras alternativas, concluo, Sr. Presidente. Existem outras alternativas? Sim. Existem outras alternativas, elas se somam, elas não se separam, elas não se inviabilizam. Uma não pode inviabilizar a outra, a ligação de bacias do São Francisco, essa cuia d'água, uma tomada de água ali depois de Sobradinho que regulariza esse rio, que não fosse essa regularização, talvez, sim, talvez o rio estivesse em situação muito pior. Essa tomada d'água não inviabiliza o programa de cisterna de Placa, não inviabiliza nenhuma outra alternativa no Nordeste brasileiro. Mas jamais pode-se argumentar que tendo outra alternativa essa seria impossível de se praticar argüindo que a água vai para os ricos, vai para os latifundiários, vai para os milionários. Lá no meu bairro, companheiros, para atender o povo da população pobre do bairro que eu nasci na cidade de Fortaleza essa água chega e é importante para o nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito será o último.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tenho a palavra, Presidente? Muito obrigado. Senador Supply que preside essa Sessão, em primeiro lugar eu quero parabenizar V.Ex^a pela iniciativa, acho que foi muito acertado. Acredito que número significativo de pessoas devem estar assistindo a TV Senado, nesse momento, dado a riqueza da conversa que nós estamos a realizar aqui.

Conversei vários momentos aqui na Casa, especialmente com o Deputado Ciro Gomes, tirando dúvidas pontuais do projeto porque não sou versado no projeto, procurei algumas informações, é claro. E somente agora que desejo conhecer profundamente. Mas mesmo assim, desde um ano atrás, quando nós tivemos os primeiros grandes debates na Casa sobre transposição do São Francisco, eu perguntei a alguém da ANA, da Agência de Águas, que pudesse me dizer onde é que eu poderia visitar uma experiência de

transposição, e fui aconselhado a ir no Rio de Janeiro. Foi lá que eu conheci a experiência do rio Paraíba do Sul do Rio de Janeiro. Achei aquilo muito interessante porque é um rio menor, esqueci o nome dele, que passa numa cota de 50 metros mais alto do que a própria cota do rio Paraíba. E naquele ponto de 50 metros é feito uma transposição da água que consome naquele momento cerca de 120 megawatts. Constrói-se um lago, é um lago natural de altitude, do qual tem cerca de 180 metros de profundidade, que a água que abastece 98% da população da Grande Rio de Janeiro, é uma água tão pura, tão pura que a Companhia de Águas me disse que adiciona simplesmente o cloro. É uma água praticamente própria para o consumo humano. E nisso tudo me fez lembrar que se imaginemos um Estado de guerra e alguém joga um veneno, uma coisa naquele manancial, o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro estará com seriíssimos problemas de abastecimento.

Outra coisa que me chamou a atenção é que nesse debate da solidariedade, esse é o nome que eu estou usando, de água do rio São Francisco para outros nordestinos, um rio quase que eminentemente nordestino para outros nordestinos, eu quero comparar Deputado Ciro Gomes com o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje. O que o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje faz? Que o Brasil produza energia elétrica de diversas fontes para que todos os brasileiros recebam também energia elétrica. E eu vou lembrar aqui a chamada Conta CCC. A Conta CCC é uma conta que todos os brasileiros pagam no consumo de energia elétrica um delta a mais na sua conta de energia para que a Amazônia, pasmem, que é uma das grandes produtoras de energia hidráulica possa receber energia elétrica nas áreas do qual os moradores não têm acesso ao fio convencional. Portanto, se paga um delta a mais na conta de energia para que aqueles que não têm energia de outras fontes receba energia da fonte térmica que hoje infelizmente é diesel. E que nós estamos num esforço muito grande para substituir a fonte de diesel por outras fontes. Inclusive, agora o Jornal Nacional divulgou uma dessas riquíssimas experiências que eu me sinto orgulho de ter participado, que encontrei uma pessoa, um técnico aqui de Brasília que produziu um fogão a lenha, fogãozinho simples a lenha que gera energia elétrica. Levei para o Estado do Acre, e o Governador abraçou a idéia, e hoje nós temos as primeiras famílias do seringal do Xapuri tendo energia elétrica a partir desse fogão.

Então eu queria fazer essa comparação para dizer que o projeto, claro, não entendo na raiz dele, mas posso dizer, qualquer defeito que ele venha a ter vamos discutir no mesmo tamanho que nós estamos

discutindo a situação da energia elétrica. Ele pode estar cheio de problemas, eu acredito nisso, mas tem um ponto que é o ponto fulcral do nosso debate que é de fazer com que um grande número de pessoas nordestinas que não têm água hoje receba a chamada água solidária.

Então, eu vou aqui acreditar nos números que me foram passados. Fiz a primeira pergunta, porque eu fiz essa pergunta lá no Rio de Janeiro. Qual a altitude, o ponto mais alto de onde a água vai chegar em relação a captação? 160 metros de altitude. Qual o volume de energia elétrica que se precisa para empurrar esta água até este ponto? Cerca de 300 megawatts. Quais os pontos de queda de água que é possível gerar também energia elétrica? Cerca de 170 megawatts. E qual o déficit da geração da própria energia. 130 megawatts. E de onde vem os 130 megawatts? Do Sistema Nacional. Quem vai pagar os 130 megawatts? Todo mundo! Todos os brasileiros vão pagar os 130 como pagam até hoje todos os megawatts consumidos de energia elétrica pelos amazônidas.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, porque sou hoje do Acre há 22 anos, mas sou nascido do Estado do Piauí, e falar um pouco da tristeza do sertão eu também vi, e fui visitar trechos lá, a usina de Xingó e vi alguns números que digo aqui, nobre Deputado [interrupção de áudio] quando uma pessoa que não é da área, fala de um número errado a gente até desculpa, mas um engenheiro eu não posso aceitar. Vi um número ali que diz: Que se tirar os 26 m3 de água do rio São Francisco, todas as usinas do sistema CHESF, [interrupção de áudio] cento e... me desculpe, mas vou resumir, em 100 megawatts. Aí eu faço a pergunta: Se 26 m3 de água naquela vazão vai poder perder 100 megawatts de energia, por que as outras captações que são feitas, que foi dito aqui de 80 m3 para irrigação num ponto, 60 noutro, somados, não já faliu todas as usinas, então, do rio São Francisco?

Portanto, eu fico pensando nessas coisas, está na hora da gente botar o pingão nos is. [palmas] É preciso colocar o pingão nos is. Uma coisa é certa, tem problema? Pode ter problema. Mas o Governo enfiou sim no projeto a idéia da revitalização do rio, e eu sou testemunha disso, acompanhei no debate. Está colocado sim que não responde pelo Atlas que a Agência de Águas construiu que ele vem complementar a idéia da transposição avançando um pouco mais nos pontos que a própria transposição não vai chegar e mesmo assim ainda vai ficar pessoas...[interrupção de áudio][soa a campainha] nem de uma fonte, nem de outra e que, portanto, vale todas as iniciativas, como eu pessoalmente estou trabalhando, todas as iniciativas no sentido da energia elétrica, eu gostaria muito

que nós pudéssemos abrir o debate, de que todos os engenheiros, os intelectuais brasileiros, emprestem a sua inteligência para que resolva definitivamente o problema da seca do Nordeste brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUBLICY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhoras e senhores, eu represento Minas Gerais, e mineiro por natureza ele é desconfiado e 70% da água do São Francisco sai de Minas Gerais. Então, nossa cautela é evidente que nós sabemos bem a necessidade que tem o Nordeste, o mineiro sempre teve a característica também da solidariedade, de entender a importância de um Brasil igual, não termos uma região desenvolvida, outra sem desenvolvimento, isso tudo nos passa à mente uma maneira de ver esse assunto com mais calma. O assunto é de discussão política, é de discussão romântica até em alguns momentos. É uma polêmica que divide sim, dentro dos partidos não tem unanimidade, nenhum partido tem uma posição, todos os partidos têm uns de um lado, outros de outro. De maneira que eu queria aqui botar algumas questões pontuais. Não contribui nada algumas falas que foram feitas aqui que... eu prefiro debitar no excesso, no entusiasmo, "está faltando democracia", disse bem o Tasso Jereissati. Tá faltando democracia, não. Eu também assisti vários desses debates, foi muito difícil retornar a democracia no Brasil, o Brasil vive felizmente um Estado Democrático pleno. "Está faltando coragem aos homens públicos". Não está faltando também não. O homem público apanha muito. Apanha demais da conta. É muito fácil xingar homem público. O homem público tem muita coragem, coragem até demais. Tem coragem muito para enfrentar os problemas que existem no país e que são presentes. Assim também é que eu acho que a gente tem que deixar de lado essa coisa de nunca nessa história do país. E aí eu vou entrar no que meu interessa mais que é a questão da revitalização. Não é verdade que nunca na história do país se fez uma revitalização, está fazendo agora. Eu na vejo isso lá em Minas Gerais. 70% da água vem de Minas Gerais, as cidades mineiras tem carência de tratamento de esgoto, tem carência de abastecimento de água, mesmo aquelas que são ribeirinhas ao rio São Francisco. Nós temos problema de assoreamento, temos problemas nas matas ciliares que precisam ser plantadas e replantadas. Nós temos, portanto, a busca da revitalização. É fundamental que para que a água chegue, ela tenha a garantia da renovação. E para essa renovação precisamos de ter revitalização de fato. Eu

até ouvi aqui o representante do Governo Federal falando que tem uma série de ações nessa área. Vamos esperar para ver. Eu não tenho visto tanto.

Outro ponto é a questão da outorga, mas o Ministro Ciro Gomes, meu amigo particular já me deu informações contestando, porque outra questão é que nós mineiros queremos, porque se tiver toda essa outorga para a transposição, a informação é de que nós não poderíamos mais fazer nenhum projeto de irrigação em Minas Gerais porque a outorga estaria coberta, mas o Ciro disse que não, que não é bem assim, então vamos verificar esses outros números. A questão de quem é beneficiário ou não, acho que é muito bom colocar aqui o que é correto. Esse projeto não é para acabar com a seca, com a sede, é um projeto que tem um interesse econômico, mas também não vai atender 12 milhões de pessoas não. Às vezes fala 12 milhões. Os números que nós temos fala de 3 milhões e pouco, a população que realmente vai ser beneficiada pela água. Esses são os números que nós temos levantados por Minas Gerais.

A questão também da vazão, a vazão 26 m3 por segundo, é vazão mínima, pode chegar a 127 m3, então não é bem assim, 26. Ah, mas vamos transportar 50 m3. Tá bem. Como vai fazer para garantir esses 50 metros? Vai soltar mais água de Três Marias, vai esvaziar o lago de Minas Gerais, vai fazer um processo desse para poder garantir a água? É outro problema. A gente tem...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na cheia, diz o Ministro Ciro. Então o que é importante [soa a campainha] que nós queremos ver é realmente a questão toda da revitalização. Esse é o ponto fundamental para que possamos ter a água disponível para um projeto como esse. A questão do peixamento, o rio já foi muito mais piscoso do que é hoje, ele já deu vazão aos moradores da região com muito mais intensidade a fome através da alimentação de peixes e hoje nós temos um rio que é poluído, que tem riscos de morrer sim, que tem a questão toda do assoreamento, a revitalização é fundamental. E vamos realmente caminhar num processo que eu espero que seja um pouco menos acalorado, que seja mais dentro da realidade de números, de dados, continuarmos a discussão é importante um pouco mais técnica que nós possamos ter de maneira que tenhamos argumento de um lado, argumento de outro [interrupção de áudio] é um ponto importante. A nossa posição, a posição dos mineiros é uma posição contrária sim, mas é uma posição contrária, como eu disse bem da nossa natureza de desconfiar. Nós queremos ver primeiro. Talvez seja um

bom caminho essa questão de um primeiro trecho ser feito, depois se discutir o segundo. Aí você teria só uma primeira, uma vazão sendo liberada, não a totalidade prevista já que a obra está se iniciando. Mas é tempo ainda sim de fazer os ajustes necessários. Muito obrigado. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Finalmente o Senador... muito obrigado. Finalmente o Senador Heráclito Fortes, em seguida proponho que demos, possamos ouvir a conclusão depois dos oradores uma brevíssima palavra de Dom Luiz Flávio Cappio para encerrarmos a Sessão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, senhores debatedores. Após de uma manhã toda de proveitosa audiência pública, nós chegamos à primeira conclusão de que este é um projeto polêmico, [ininteligível] e nem poderia ser.

Vimos desfilar aqui opiniões das mais diversas, defesas convincentes, uns contra e muitos deles também com argumentos fortes, mas eu quero em primeiro lugar eu quero Eduardo Suplicy que preside esta Casa parabenizar o Dom Cappio. Não entro no mérito do protesto que ele fez, mas entro no resultado do protesto. Foi exatamente esse protesto que proporcionou a discussão aqui e agora no Congresso Nacional... e trouxe para cá esse debate para que amanhã e para que no futuro ninguém diga: Eu não sabia. Os que defendiam e os que eram contra. Porque é preciso que aconteça exatamente o que está acontecendo agora essa discussão.

Eu sou de um Estado que não se surpreende quando vê projetos impactantes dessa natureza? Eu sou o Nordeste do Nordeste, o refugio. E era natural que o Piauí não fosse sequer olhado nessa questão. Mas eu quero lembrar que o primeiro projeto envolvendo a transposição do rio São Francisco vem da década de 30 e era de autoria de um geógrafo chamado... engenheiro geógrafo chamado Jurandir Pires Ferreira e alegava que seria feito por gravidade tornando bem mais barato. Nós todos esperamos muito. Aí o Mão Santa que o diga. Nada. Agora vem-se com esse novo projeto, produto da verdade, de discussão de vários Governos. Mas é bem verdade também que nem todos os Governos estudaram o mesmo projeto. Nós tivemos Governo que defendia um caminho, outro que defendia outro caminho e espero que os técnicos em algum momento tenham razão. A única coisa que eu acho, Senador Jarbas Vasconcelos é que como sempre o Governo Brasileiro adianta o carro, leva o carro a frente dos bois. Nós temos, por exemplo, e me permita entrar na sua seara, em Petrolina, Projeto Integrado de

Irrigação que está paralisado pelo menos há 5 anos, salvo engano Pontal, e vários outros. Mas eu me preocupo com uma coisa muito séria, Senador Suplicy. E acho que V.Ex^a tem aventureiro, corajoso como é, levado esse encontro com uma decisão parlamentares percorrer o rio São Francisco, das suas nascentes à sua foz. Eu digo isso porque me preocupa muito, quem sobrevoar os... Deputado Ciro como Ministro deve ter sobrevoado as nascentes do São Francisco, vai ver... andando um pouquinho, vendo aqueles filetes se integrando, vai ver a situação de degradação que elas se encontram. Mas eu falo isso... [soa a campainha] e acho que o Governo Federal tem a obrigação e o dever... [soa a campainha] de tratar as águas brasileiras com mais carinho. Eu sou de um Estado e o Sibá também que tem o rio Parnaíba morrendo. Morrendo por desatenção de Governo, por agressão do homem. Nós temos o rio Gurguéia que dá nome a um vale que é dos mais férteis do Brasil. Nós temos o rio Longá, o rio Puti que é uma dádiva do Ceará, do Ciro Gomes, do Tasso, nós temos o rio Guaribas e todos sem nenhuma exceção, estão morrendo a começar das suas nascentes, exatamente por descaso e por falta de quem melhor cuide dele.

Exatamente por isso [interrupção de áudio] [soa a campainha] chamar atenção para as prioridades nesse país. Nós não podemos permitir a começar do próprio São Francisco. Perguntem aos ribeirinhos, aos que habitam nas nascentes a situação desse rio ao longo dos anos. E eu quero crer que esse projeto uma vez realizado seja para séculos, não seja apenas um projeto temporário. E se não for cuidado a sua nascente o Velho Chico sucumbe e esse projeto vai ficar aí a dever, como fica a dever, por exemplo, o rio Parnaíba que era navegável e que transportou na minha infância a riqueza do meu Estado e que hoje durante grande período do ano você atravessa tristemente em Teresina a pé e vai a Timon já no Maranhão. Guariba, Canindé, que no passado deu tanta riqueza e hoje dá frustração aos homens.

Portanto, é preciso que antes da ambição, da pressa haja cautela. Não sou técnico. Estou falando com o sentimento de quem vê os rios da minha terra, do meu Estado ano a ano morrer. Concordo quando se diz aqui que não se pode deixar em dúvida a boa intenção de muitos, quero crer, meu caro Deputado Ciro Gomes. Sei da sua intenção. Sei da intenção do Marconi Perillo, [interrupção de áudio] sei da intenção de muitos, mas não vamos faltar com a verdade para o país. Esta transposição é mais sonho das empreiteiras brasileiras do que da fome e da sede do nordestino. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Senador Heráclito Fortes, agradeço de ter passado a Presidência, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Acho que será importante que possamos os Senadores fazer uma viagem de conhecimento do rio São Francisco. Eu em 1974 fiz uma viagem quando havia ainda aquele barco que transportava e eram tantas as pessoas, tanto da população, mas também estudantes que vinham para conhecerem o rio São Francisco, e quem sabe possamos de fato alguns Senadores. Mas para fazer uma viagem bem feita avalio que será necessário mais do que uma semana, quem sabe um mês, quem sabe o mês de junho... perdão. No mês de julho... no mês de julho, agora temos um recesso apenas de 15 dias, mas pelo menos por duas semanas fazer esse trabalho.

Eu... se todos tivermos de acordo, passaria agora a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio para que possa fazer a sua saudação final e a avaliação do debate que tivemos para encerrarmos os trabalhos. Está bem assim?

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Eu vou usar não mais que um minuto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): V.Ex^a depois de tantas observações tem o direito de se expressar, com certeza.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Todos hão de convir comigo que neste dia 14 de fevereiro de 2008, nós tivemos aqui no Senado Federal e através da TV Senado em todo o território nacional um imenso momento de cidadania que realmente colocamos as grandes questões nacionais e de um modo especial o semi-árido brasileiro no centro das nossas atenções.

Agora, eu só sinto, Senador, que foi exatamente isto que nós pedimos ao Sr. Presidente da República por ocasião do encerramento do nosso primeiro jejum, aquele acordo que foi feito entre nós, sociedade civil e a Presidência da República representada na época pelo Ministro Jacques Wagner, de se abrir um amplo e profundo diálogo antes do início das obras. Isso foi o acordo feito. E nós acreditamos nesse acordo e por isso encerramos o primeiro jejum. Mas infelizmente esse diálogo que hoje tivemos uma experiência concreta aqui e agora tão bonito, tão profundo, tão amplo, que gostaríamos de ter feito antes do início das obras, não aconteceu. E isso que deu origem ao segundo momento de jejum e que teve a sua força para gerar este momento cidadão.

Infelizmente as obras já se iniciaram. Infelizmente também usando, utilizando o Exército brasileiro para concretizá-la. Eu diria: Será que é esta a função do Exército brasileiro? Apoiar um projeto tão polêmico

quanto este? Será que nós não precisaríamos mais de consenso? E eu faria uma proposta: Será que nós e não seria mais interessante e aí eu coloco este problema para as Forças Armadas Brasileiras, será que não seria mais interessante colocar as Forças Armadas no caso, concreto, o Exército brasileiro a serviço da revitalização da bacia do rio São Francisco e de outras bacias que como a bacia do rio São Francisco estão num processo de morte? Que são exatamente estes os projetos nos quais todos nós concordamos e que existe um consenso nacional. Aí está a proposta para o Exército brasileiro, de colocarmos as forças que eles têm em mãos a serviço de algo que é consenso de todos.

Então, eu quero mais uma vez agradecer Sr. Senador pela a sua iniciativa, agradecer o acolhimento do Senado Federal de ter proporcionado este momento, e parabenizar a todos nós brasileiros que somos capazes, embora com opiniões diferentes, mas colocarmos com liberdade aquilo que pensamos. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Muito obrigado Dom Luiz Flávio Cappio por sua colaboração na realização deste debate. Quero muito agradecer ao Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, ao Deputado Federal e ex-Ministro da Integração Deputado Ciro Gomes, ao Deputado Federal Marcondes Gadelha, ao Sr. Luciano Silveira da Articulação do Semi-Árido Brasileiro, a João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, ao professor Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Sr^a Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia, ao ambientalista José Henrique Cortez, ao Prof. João Abner Guimarães da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Prof. Paulo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, ao Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano de Defesa e Integração das Bacias e Transposição das Águas do São Francisco, a Dom Tomas Balduino, Bispo emérito de Goiás e aos membros do Movimento Humanos Direitos ou direitos Humanos, aos queridos Osmar Prado, Carlos Vereza, Letícia Sabatella que aqui também contribuíram tanto, inclusive, com a emoção que foi que não foi uma representação, foi resultado da interação verdadeira que nós tivemos hoje. E eu espero, caro Ciro Gomes, Dom Luiz Flávio, que possa surgir uma luz. Que esse debate possa significar um passo. Quero aqui dar o meu testemunho. Hoje nós tivemos aqui um debate civilizado, as pessoas se respeitaram, houve momentos até de emoção, de muito envolvimen-

to, mas isto significa a história de vida de cada um e, sobretudo, o respeito para todos. Então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senador Suplicy, a curiosidade é geral e eu lhe confesso. Essa Sessão não terminaria na dúvida. Todos querem saber claramente qual é a sua posição, contra ou a favor?

[risos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP-
PLICY (PT-SP):**

Eu sou a favor do rio São Francisco, rio da unidade nacional... e eu como Presidente do debate eu vou seguir a sugestão de V.Ex^a. No mês de julho eu irei percorrer as águas do rio São Francisco, vou parar na Barra para conversar com o povo de Dom Luiz Flávio Cappio e acompanhar de perto para ver se, então, consigo chegar... Mas numa coisa eu estou certo, que é importante a revitalização do rio São Francisco 100% de acordo todos estão que é importante se assegurar à população ribeirinha, aos quilombolas, aos índios, a todos aqueles com quem o Dom Luiz Flávio Cappio dialoga, que efetivamente se beneficiem deste projeto também. Acho importante a informação que nos deu o Deputado Ciro Gomes, de que há três quilômetros para um lado, três quilômetros para outro, isso está reservado para assentamentos e de Reforma Agrária e que a população, portanto, deverá ser beneficiada e tantos outros detalhes com os quais, que pudemos aprender hoje. E água para a agricultura.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP-
PLICY (PT-SP):**

Pois não. Nós temos que encerrar. V.Ex^a tem a palavra na hora...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Dois minutinhos só, eu não pude participar antes da Sessão, estava em outro compromisso, mas quero cumprimentar V.Ex^a bem como a todos que participaram, especialmente ao Frei Dom Luiz Flávio Cappio, que é uma pessoa que eu conheço há muitos anos, militei na juventude cristã junto com ele, aprendi muito. É para mim uma referência de homem de fé, de homem de bem, de exemplo de vida e de liderança a ser seguida.

Esse depoimento é importante que eu o faça, já o fiz outras vezes aqui quando ele estava em greve de fome. Sou um grande admirador e sei que estou tratando com uma pessoa que é uma pessoa santa, uma pessoa de bem, e por isso ele tem da minha parte todo o respeito, credibilidade e apoio na sua luta e a ela quero me associar. Parabéns.

[aplausos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP-
PLICY (PT-SP):** Senador Raimundo Colombo, muito obrigado. Está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h15.

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDI-
NÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLA-
TIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALI-
ZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA,
ÀS 11 HORAS.**

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de março de dois mil e oito, na sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa do Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senhores Senadores Gim Argello, Valter Pereira, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, Expedito Junior, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Jayme Campos e Flexa Ribeiro. Justifica a ausência a Senadora Rosalba Ciarlini. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião: **Item nº 01:** Turno Suplementar de discussão da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo), oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais", de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece parecer favorável ao Projeto. **Resultado:** Definitivamente adotado nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Pela ordem, o Senador Jayme Campos, solicita a inversão da pauta para o item nº 06, que é submetida ao plenário e aprovada. **Item nº 06:** Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2007, não terminativo, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Açú, no Estado do Rio Grande do Norte", de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece parecer favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto. **Item nº 02:** Discussão da Emenda Oferecida ao Substitutivo

do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, terminativo, que “Cria a área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece parecer favorável à emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares e José Nery. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 01-CDR ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 350, de 2005. **Item nº 03:** Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2004, não terminativo, que “Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 1991, para estabelecer que a expectativa de sobrevida para fins de cálculo dos benefícios previdenciários será calculada de forma regionalizada”, de autoria do Senador José Jorge, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece parecer favorável ao Projeto. Usa da palavra o Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto. Pela ordem, a Senhora Presidente anuncia a presença no Plenário da Comissão dos Senhores Deputados Manuel Salviano e Carlos Alberto Leréia. **Item nº 04:** Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2003, não terminativo, que “Altera o Decreto-Lei nº 1191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº 9825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no FUNGETUR”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2006, não terminativo, que “Revoga a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional, e dá outras providências”, de autoria dos Senadores César Borges e Eduardo Azeredo, respectivamente, que tem como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, tendo sido designado Relator *AD HOC* o Senador Adelmir Santana, que oferece parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2003, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2006. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares e César Borges. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2003, nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo), e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2006. **Item nº 05:** Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Valdir Raupp, que tem como Relator o Senador Jefferson Péres, tendo sido designado Relator *AD HOC* o Senador Welling-

ton Salgado, que oferece parecer favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01-CDR e 02-CDR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

**2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE MARÇO
DE 2008, ÀS 11 HORAS E 45 MINUTOS.**

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Antes de iniciar a nossa reunião, gostaria de externar aqui, mais uma vez, o nosso sentimento pela ausência, é a primeira reunião que fazemos com a ausência do nosso vice-Presidente, Senador Jonas Pinheiro, que tanto colaborou para a criação dessa Comissão e para todo o desenvolvimento da região Centro-Oeste. Portanto, antes de começar, gostaria de fazer um minuto, de pedir aos companheiros um minuto de silêncio em memória do nosso querido Senador Jonas Pinheiro.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos de lei. Ao mesmo tempo, aproveito a oportunidade para dizer aos senhores parlamentares que todos que estão aqui, à exceção do Senador Cícero Lucena, são parlamentares do Centro-Oeste. E estamos distribuindo para os parlamentares a Relatoria em relação à SUDECO. Eu gostaria que os senhores parlamentares pudessem fazer uma apreciação desse projeto, para que, na próxima reunião, nós pudessemos

discutir e marcar as audiências que são necessárias para que a gente possa negociar o projeto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para dizer, Senadora Lúcia Vânia, que, mesmo não sendo do Nordeste, mas o Centro-Oeste tem a minha solidariedade, por ser exatamente do Nordeste, conhecedor da importância que é ter um órgão de desenvolvimento, de apoio para o desenvolvimento do Brasil, em particular das suas regiões. Então, com certeza, estarei também atento e solidário com a criação desse Órgão.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Cícero Lucena e tenho certeza, Senador, que V.Ex^a, que foi Ministro da Integração Nacional, haverá de dar a sua colaboração na formatação desse projeto, pela sua experiência e pela sua vivência em relação ao desenvolvimento regional.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Discussão em turno suplementar da Emenda nº 1 da CDR. Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 320/05. Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 89, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais. Autoria do Senador Papaléo Paes, Relator Senador Jayme Campos. Em discussão, a Emenda nº 1 do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 320/05. Aliás, primeiro, “Já foi lido o relatório?”. Então, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Não sendo oferecidas Emendas na discussão suplementar, o substitutivo está definitivamente adotado de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal. Gostaria de perguntar ao Senador Jayme Campos se ele gostaria de fazer alguma observação sobre o projeto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senadora Lúcia Tânia, pela ordem. Presidente, eu queria ver se há possibilidade de nós fazermos uma inversão de pauta aqui, em relação ao item 6, que está previsto no dia de hoje, nós lermos ainda, como eu sou o relator da matéria. Se for possível, evidentemente, tendo em vista alguns compromissos que eu tenho na manhã de hoje. Se V.Ex^a nos permitisse, fizesse essa bondade, essa gentileza, ficarei imensamente grato.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Havendo concordância do Senado, proponho ao Senador Jayme Campos que seja, que o

seu relatório seja lido. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o projeto dispõe sobre a criação da Zona do Processamento de Exportação, no município de Açu, no Estado do Rio Grande do Norte. Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relator: Senador Jayme Campos. Parecer favorável. Portanto, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu Parecer. Antes de V.Ex^a proferir o Parecer, eu quero comunicar aos senhores parlamentares que a medida provisória, fruto do acordo em relação ao Projeto de Lei que trata da questão das zonas de exportação, se encontra na Câmara dos Deputados, tendo o seu prazo de emendas já esgotado. No entanto, essa Comissão apresentou, embora, devido à urgência do prazo, cinco emendas para que nós pudéssemos, com essas cinco emendas, poder atender às solicitações que foram discutidas aqui nessa Casa. Quero também comunicar aos senhores parlamentares que o Ministério do Desenvolvimento Industrial, o Ministério do Desenvolvimento Econômico, já tem uma equipe que conhece perfeitamente a medida provisória e que já se dispôs a discutir conosco, aqui, com a nossa equipe técnica, e essa discussão já foi feita, já está bastante avançada. E, após a votação da medida provisória, nós podemos dar prosseguimento aos pleitos aqui levantados. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, demais senadoras e senadores, eu vou [ininteligível] aqui o meu voto em relação a essa matéria. Relatório. Vem ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado PLS nº 648/07, da autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que dispõe sobre a criação na Zona de Processamento da Exportação do município de Açu, no Rio Grande do Norte. No art. 1º, o Projeto autoriza o Poder Executivo a criar uma Zona de Processamento da Exportação no município citado. Em seu § único, o artigo prevê que a ZPE terá em sua criação características objetivas, funcionamento regulados, autorização pertinente. O art. 2º revoga o art. 1º da Lei 8.015, de 7 de abril de 90. O art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei 7.993, de 5 de janeiro de 90. Esse dispositivo limita o número de ZPEs que possam ser criadas e o art. 3º contém a cláusula de vigência. A autora da proposição argumenta, em sua justificação, que as suas modificações, promovidas pela Lei 11.518 de 20 de julho de 2007, transformarão as ZPEs em importante instrumento a favor da redação das desigualdades regionais, facilitando a industrialização e permitindo a inserção de áreas menos desenvolvidas no mercado internacional. Na ótica da autora, o município de Açu é indicado para abrigar uma ZPE por ter privilegiada posição geográfica. Localizado no eixo que

liga Fortaleza a Natal, possui acesso fácil a dois portos marítimos, [ininteligível], no Ceará, e Natal, no Rio Grande do Norte, item indispensável para escoamento da produção. Além disso, Açu dispõe de água em abundância, tendo em vista a construção da represa do rio Piranhas-Açu, o que viabilizou a implantação do projeto de irrigação do Baixo-Açu. Tais medidas, aliadas ao seu elevado nível de tecnologia empregado, possibilitarão o desenvolvimento de atividades de agricultura, transformando a região em grande produtor de manga, melão, banana, melancia, tudo destinado no mercado externo. Conclui... Reportando que a situação de uma ZPE no município de Açu representará um estímulo importante para o desenvolvimento municipal e o fortalecimento da economia da região do semi-árido do [ininteligível], agregando valor à exportação de frutas e promovendo e a diversificação das atividades de agricultura irrigada e das culturas regionais como castanha de caju e outras. A proposição será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos para a decisão em caráter terminativo. Dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto. Análise. O PLS nº 648/07 está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente, atende às normas para elaboração e alteração das leis, prevista a Lei complementar nº 95, de 1998, e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. A ZPE tem servido de importante instrumento de desenvolvimento em diversos países, principalmente da China, onde constitui o principal responsável pelo crescimento médio anual da economia, acima de 10% nos últimos anos. No Brasil, foi ditado ao Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1998, que estabelece o regime tributário Cambial administrativo da ZPE a serem criadas nas regiões menos desenvolvidas, com o objetivo de reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica, o desenvolvimento econômico-social do país. Nesse período, entre os anos de 1988 a 1994, foram criadas, mediante decreto presidencial, 17 ZPEs, no entanto, nenhuma entrou em operação. Do total das ZPEs criadas, três ainda não receberam investimentos suficientes de infra-estrutura para instalação das indústrias exportadoras. Em apenas quatro, as indústrias poderiam ser instaladas, as indústrias receberam esses serviços suficientes de infra-estrutura para a instalação de indústrias exportadoras. Em apenas quatro as indústrias poderiam ser instaladas prontamente.

Contudo, faltam o alfandegamento da área e a indicação de funcionários que vão atuar na ZPE tarefa

da Receita Federal de Brasil. Com relação ao mérito, julgamos pertinente a medida proposta do projeto, em função da necessidade de se desenvolver ainda mais o Estado do Rio Grande do Norte. Nesse contexto, é de todo oportuna a iniciativa do projeto. A instalação da ZPE no município de Açu trará enorme benefício em termos de atração de investimentos, geração de emprego e renda para a cidade e para o Estado do Rio Grande do Norte. Com isso, seria possível o desenvolvimento do setor industrial e o fortalecimento do comércio, contribuindo para a geração de empregos e o aumento da renda da região. Voto. Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 648/07. Este é meu relatório e meu voto, Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras e senhores parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Eu solicitaria aos Srs. Senadores que nós temos um projeto de Lei que é nominal, um projeto de Lei relatado pelo Senador Valadares, que foi apresentada uma Emenda em turno suplementar. Esse Projeto de Lei é o nº 350/05. Ele altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração do plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do Plano Diretor. A autoria desse projeto é do Senador Antonio Carlos Valadares, o Relator é o Senador Valter Pereira, com Parecer favorável à Emenda ao substitutivo do Projeto de Lei do Senado 350/05. Portanto, esse projeto precisa de quorum qualificado. Nós estamos aguardando dois outros senadores que estão se dirigindo para cá. Mas eu pediria ao senador que pudesse ler o seu relatório, para que a gente possa colocá-lo em votação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, senhora Presidente. Nosso relatório. De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, o Projeto de Lei do Senado número 350/05 acrescenta inciso ao art. 42 do Estatuto da Cidade. Para determinar a inclusão nos planos diretores municipais de plano de circulação que contemple os espaços para ciclovias e estacionamento de bicicletas. Condiciona, ainda, ao atendimento do artigo assim modificado, a concessão de financiamentos federais para obras viárias aos municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor. O projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para a deliberação de natureza terminativa. A Comissão aprovou substitutivo ao projeto, alterando o § 2º do art. 41 do Estatuto da Cidade, para determinar que, no plano de transporte urbano integrado, obrigatório para cidades com mais de 500 mil habitantes, seja observada a prioridade dos meios

de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

A Emenda hora examinada também de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, amplia a obrigatoriedade do plano de transporte urbano integrado a todas as cidades já obrigadas a elaborar o Plano Diretor. Então, amplia bastante o raio de alcance com essa Emenda. Conforme o exposto no Parecer que oferecemos ao projeto original, entendemos que o instrumento adequado para o tratamento do transporte ciclovitário é o plano de transporte urbano integrado, obrigatório para cidades com mais de 500 mil habitantes. Segundo o Estatuto da Cidade, esse Plano deverá ser compatível com o Plano Diretor, sem que necessariamente esteja nele incluído.

Concordamos, por outro lado, com o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que aponta conveniência de estender a obrigatoriedade do plano de transporte urbano integrado também aos demais municípios já obrigados a elaborar o Plano Diretor, ou seja, aqueles dotados de cidades com mais de 20 mil habitantes. Ante o exposto, voto pela aprovação da Emenda ao substitutivo ao PLS 350/05 apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Esse é o nosso voto, Sra. Presidente. Veja que o que se busca com essa Emenda é exatamente dar um alcance maior, busca, na verdade, tornar a medida a todas... Obrigatória a todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. Esse é o nosso voto e o nosso Parecer.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Votação nominal. Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim. Aprovado.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, com o Relator.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Valter Pereira? Voto conhecido. Do Jefferson Peres... Antônio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Autor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem. Eu apenas gostaria de agradecer ao Senador Valter Pereira, eminente Relator desta matéria, pelo fato de ter aceito a Emenda que eu apresentei na tentativa de aperfeiçoar o projeto. Quero crer que a redação que é conferida à proposição será elaborado um plano de transporte urbano integrado

compatível com o Plano Diretor, onde ele é inserido, observada a prioridade dos meios de transporte de propulsão humana em relação aos motorizados e do transporte coletivo sobre o individual. Quer dizer, aqui ficam estabelecidas duas observâncias, ou duas observações, que são proprietárias. Meio de transporte de propulsão humana, no caso bicicleta "Não é Senador Valter, Valter Pereira?" , e que tem propriedade sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual. Inclusive, existem muitas capitais que já têm nos seus planos diretores a obrigatoriedade da construção de ciclovias, e eu posso, Sra. Presidenta, aqui anunciar de que a cidade de Aracaju, capital do meu querido Estado de Sergipe, está ingressando nesta era de dar importância e propriedade ao transporte de propulsão humana, construindo várias ciclovias que cortam a nossa capital de Aracaju. Agradeço, portanto, ao Senador Valter Pereira em conceder a prioridade à aprovação da nossa Emenda.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador, obrigado Senador Valadares.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Voto favorável.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Já está em votação, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está em votação? Eu gostaria de fazer só um comentário-zinho.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Faça.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em questão de ordem. É só para dizer ao Senador Antônio Carlos Valadares que um legislador tão diligente como ele, não se faz nenhum favor. Na verdade ele é que está prestando um serviço a todos os ciclistas do Brasil. Portanto, nós demos o Parecer e votamos pelo mérito, sobretudo da proposta que ele fez.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não. José Nery, Senador José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto com o Relator, e me permita um breve comentário, Presidente. Esse projeto tem um significado especial, porque, além de permitir uma definição clara para garantir que no Plano Diretor esteja incluso a garantia de condições para a circulação de veículos não-motorizados, dizer que em muita cidade da Amazônia, como é também no Nordeste, mas da Amazônia e no Pará, há cidades com um número enorme de veículo, especialmente bicicleta, que não tem nenhum tipo de condição de circular adequadamente na cidade, por falta da previsão e da construção principalmente de ciclovias, de ciclofaixas que garantam essa circulação. Por exemplo, só para

dizer um testemunho, eu moro numa cidade próximo de Belém, Abaetetuba, com 100 mil habitantes, onde sete em cada dez habitantes têm uma bicicleta, mas, no entanto, não tem uma ciclofaixa adequada à circulação não-motorizada. Então, está de parabéns, o autor Senado Antônio Carlos Valadares e o Relator, pelo relatório aqui proferido. E com certeza a aprovação unânime desta Comissão.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu solicitaria aos Srs. Senadores que deixassem os comentários para depois da votação. Porque têm alguns senadores que precisam viajar, e nós precisamos aproveitar o quorum qualificado.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sra. Presidente.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Foram oito votos favoráveis, portanto, o projeto está aprovado. Vai. A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e a publicação no Diário Oficial do Senado Federal. Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado 304/04 não-terminativo. Altera o art. 29 da Lei 8.213, de 1991, para estabelecer que a expectativa de sobrevida para fins de cálculos de benefícios presidenciais, será calculada de forma regionalizada. Autoria: Senador José Jorge. Relator: Senador Cícero Lucena. Parecer favorável ao projeto. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o seu Parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senhoras senadoras, Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado PLS 304/04, de autoria do Senador José Jorge, estabelece a regionalização da expectativa de sobrevida para efeito de cálculo do fator previdenciário. Para tanto, modifica a redação do inciso VIII do art. 29 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei de benefícios da previdência social. Antes, com o encaminhamento exclusivo à Comissão de Assuntos Sociais, a quem cabe a decisão terminativa, a matéria vem para a análise previa da Comissão de Desenvolvimento Regional

e Turismo, em entendimento ao Requerimento 685 da Senadora Lúcia Vânia. No prazo regimental não foram apresentadas emendas. Análise, Sra. Presidente. Em resposta ao contínuo envelhecimento da população brasileira e conseqüente pressão sobre os gastos do Sistema Previdenciário, foi implantado, em 1999, o fator previdenciário, que é inserido na fórmula de cálculo do salário-benefício, inclui a expectativa de sobrevida, a idade e o tempo de contribuição do segurado. Ou seja, critérios autorais que aumentam a co-relação entre contribuição e benefício. Esta regra, além de embutir em seu cálculo um fator autoral à expectativa de sobrevida para cada faixa etária, tende a equilibrar o fluxo de caixa do Sistema Previdenciário a curto e médio prazo. Tal se dá porque o segurado que se aposenta mais cedo, provocando desembolso antecipado, recebe em contrapartida a aposentadoria de menor valor. Assim o trabalhador que optar por se aposentar por tempo de contribuição 35 anos para homens e 30 para mulheres em idade precoce, faz jus a benefício inferior ao que o outro que prefere se aposentar com idade mais elevada, contribuindo assim por mais tempo e recebendo o benefício por menor período. O inciso VIII do art. 29 da Lei 8.213, estipula que a expectativa de sobrevida do segurado na idade de aposentadoria deve ser obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pelo IBGE para a totalidade do país, considerando-se a média única para ambos os sexos. Deste modo, a expectativa de sobrevida para cada faixa etária é calculada anualmente para todo o Brasil. Todavia, não de forma regionalizada.

Com isso, melhorias nas condições de vida da população das regiões mais desenvolvidas no país, ao gerarem ampliação da expectativa de sobrevida da população brasileira, reduzem o valor do fator previdenciário e, conseqüentemente, os valores das aposentadorias concedidas em todo o amplo e reconhecidamente heterogêneo Território Nacional. Como conseqüência, o trabalhador nordestino, por exemplo, embora nada tenha experimentado de melhoraria nas suas condições de vida, a continuar no exercício de jornada de trabalho extenuantes e mal remuneradas, passa a ter que trabalhar por mais tempo, se quiser receber a mesma aposentadoria que faz jus seu vizinho já aposentado. Para amenizar essa injustiça, justa realidade, o PLS 304/04 propõe a introdução do cálculo regionalizado da tábua de mortalidade do Brasil, com conseqüente diferenciação do fator previdenciário e do valor das aposentadorias entre as regiões brasileiras. Tal iniciativa é meritória, pois trata-se de benefício aos trabalhadores brasileiros residentes na regiões menos desenvolvidos do nosso amplo continente. Nesse contexto, concorda-se com o mérito do Projeto de

Lei em análise sem restrições, contra as respectivas constitucionalidades, juridicidade e técnica legislativa. O voto diante ao exposto, Sra. Presidente, somos pelo aprovação do Projeto de Lei do Senado 304/2004 do nobre ex-Senador José Jorge.

Sr^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir—

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente? Eu peço a palavra.

Sr^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu entendo a importância desta matéria e o que quis dizer o Senador José Jorge, e também o que quis dizer o seu Relator Cícero Lucena, com a diferenciação de expectativa de vida, nós sabemos que, em determinados Estados do Sul do país, devido à melhoria das condições de vida da população, há uma expectativa melhor do que no Nordeste e em determinadas áreas do Norte e Centro-Oeste do país. Temos que reconhecer essas disparidades que ocasionam a diferenciação na expectativa de vida. Então, o PLS propõe o quê? A regionalização das tábuas de expectativa de vida. Hora, em resumo, para efeito de cálculo do benefício da aposentadoria, diferentes expectativas de sobrevivência, de acordo com as faixas de renda da população. Ora, exatamente, de forma regionalizada. Então, o quê que isso vai implicar? Vai implicar, sem dúvida alguma, no indicativo de desequilíbrio das contas INSS, sem dúvida. Com a pretendida regionalização das tabelas de expectativa de vida e a provável elevação do valor dos benefícios, bem como potencial impacto negativo sobre tesouro nacional.

Só estou apenas alertando de que as contas de Previdência Social já não são tão boas e que isso vai implicar em aumento de despesa da Previdência e aumentar o rombo da Previdência. Ora, como não há aqui uma, vamos dizer, uma expectativa que com este projeto haja um aumento de receita para cobrir a despesa, é claro que haverá um impacto e haverá um aumento nas compras da Previdência que são negativas, como nós sabemos.

Entretanto, como este projeto vai passar em tantas Comissões, depois daqui, certamente deverá ir para Comissão de Assuntos Econômicos, deverá ir para a Comissão de Assuntos Sociais, Plenário, depois irá para a Câmara dos deputados, não é um projeto terminativo, ele terá uma longa tramitação, conseqüentemente, quem sabe neste caminho haverão, surgirão muitas emendas, surgirão sugestões, visando aperfeiçoar a matéria, desde quando a Previdência não um caso apenas do Brasil, o déficit da Previdência é um caso

mundial, porque a expectativa de vida da população de modo geral aumentou. Ora, se expectativa de vida aumentou, não é, é natural que a Previdência passe por essa crise que está vivenciando aqui e no mundo inteiro. Então, eu acho que o projeto deve ter prosseguimento, apesar dos senões que estou apresentando, vou votar favorável. E espero que nesta caminhada, nesta tramitação longa por que vai passar, ela possa receber sugestões visando ao seu aperfeiçoamento. Agradeço a V.Ex^a. Voto favorável, Presidente.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Quero agradecer o voto do Senador Antonio Carlos Valadares e também as suas ponderações, como sempre, com seu equilíbrio e a preocupação do Brasil como um todo. Mas eu gostaria de lembrar ao nobre Senador de que nós, aqui nesse projeto do Senador José Jorge e da minha Relatoria, nós tivemos a preocupação de fazer justiça, e concordo plenamente com a preocupação dele, com a observação do déficit da Previdência. Agora, não posso concordar que quem pague seja aquele que menos tem condição de pagar, que são os trabalhadores nordestinos que têm uma expectativa de vida menor do que em outras regiões. Ora, se para ter a condição justa para Previdência toma-se como base a perspectiva de vida, nada mais justo que isso seja feito por região. Se não, quem tem uma menor expectativa de vida está pagando um preço mais caro, do que aqueles que terão a chance e a oportunidade de usufruir do benefício da Previdência. Então, se tiver de corrigir isso, que corrija para quem tem melhores condições, não se corrija o déficit previdenciário em cima daqueles exatamente que não têm condição, porque já tem como penalidade uma perspectiva menor de vida.

Então, eu tenho certeza que o nobre senador, com o tempo que nós teremos do trâmite nesse projeto, nós vamos aprofundar essa discussão e haver o convencimento em favor da justiça do ato.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Senhores e senhoras parlamentares que concordam com o projeto permaneçam como se acham. Aprovado o projeto. Vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item nº 4. Antes de iniciarmos a leitura do Item nº 4, eu gostaria de registrar aqui a presença dos Deputados Carlos Alberto Leréia e do Deputado Nelson Manoel. Noel... Manoel. Projeto de Lei do Senado nº 434/03. Altera o decreto Lei 11.091, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao

turismo, e a Lei 9.825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao tesouro nacional da parcela da tarifa de embarque internacional, de forma a incluir nova fonte de recurso no FUNGETUR. Autoria do Senador César Borges. Este projeto tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 341/06, que revoga a Lei 9.825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao tesouro nacional da parcela da tarifa de embarque internacional e dá outras providências. Autoria do Senador Eduardo Azeredo. Relatora é Senadora Rosalba Ciarlini. Eu solicitaria ao Senador Adelmir Santana que fosse o Relator *ad hoc* dessa matéria. O Parecer é favorável.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Peço a sua permissão. Permitiria fazer uma inversão, pelo menos para eu dar uma lida, que é um relatório longo, porque eu não vou fazer um resumo dessa...

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostaria de perguntar ao Senador César Borges se ele gostaria de fazer uma observação sobre o projeto antes de a Relatoria se pronunciar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Deixa eu só destacar, inicialmente, que, veja bem, esse é projeto que já tem cinco anos; ele é de outubro de 2003 tramitando nessa Casa. O que nós procuramos no projeto é meramente alocar mais recurso para um setor que é fundamental para a geração de emprego e renda num país como o nosso, e que nós achamos que, lamentavelmente, não tem considerado ainda, dentre as propriedades nacionais, a questão do turismo. Falamos sobre muito em turismo, mas não tomamos as medidas necessárias para que ele prestigie. Então, o que nós queremos, no nosso projeto, é reforçar os recursos do Fundo Geral para o Turismo, o FUNGETUR. Então, esse Projeto de Lei de nossa autoria propõe a destinação para esse fundo dos recursos provenientes do aumento das tarifas de embarque internacional, concedido por decreto em 1997 e corresponde ao adicional da tarifa aeroportuária, que é 50% sobre as tarifas aeroportuárias e sobre as tarifas relativas ao uso dos auxílios à navegação aérea e das telecomunicações. Então esse projeto já tramitou na CAE, está aqui agora no Desenvolvimento Regional. Há concomitante, um projeto do Senador Eduardo Azeredo e o relato da Senadora Rosalba Ciarlini, no sentido de que seja considerado aprovado, com um substitutivo que ela propõe, o nosso projeto e o que é nº 433 e rejeitado o 341, que é de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Então, isso é o resumo que eu poderia fazer à Senadora Rosalba Ciarlini, que se debruçou sobre o assunto e fez um alentado Relato mostrando o seu cuidado com essa questão. Mas em resumo ela apro-

va o nosso projeto que aqui ainda é em caráter não terminativo, vai para a CAI, que será caráter terminativo e rejeita o Projeto 341, Senador Eduardo Azeredo. Em resumo seria isso que está no Relatório da nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Perguntaria ao Senador—

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sra. Presidente, diante desse resumo, que é a minha preocupação, que são várias páginas, inclusive, com tabelas. Eu me cingiria a apenas fazer uma leitura do mérito das duas proposições, segundo a Relatora.

Então, ela diz aqui, do mérito das duas proposições. Em que pesa a importância do reforço, como proposta pelo Projeto de Lei nº 341/06, das notações orçamentárias da INFRAERO, do fundo aeroviário e dos aportes de recursos da melhoria, do reaparelhamento e da reforma de instalações aeroportuárias e da rede de telecomunicações e auxílio à navegação aérea, entendemos como sendo estruturalmente mais relevante a ampliação das fontes de recursos do FUNGETUR, como propugnado pelo Projeto de Lei nº 433/03. Entendemos que o propósito do projeto de 2006 poderá ser melhor atendido mediante datação orçamentária ordinária, sem a necessidade de vinculações que se desdobrem ao longo de vários exercícios. No caso da atividade turística, todavia, por seu potencial em termos de criação de empregos e de redução das desigualdades regionais, estamos tratando de empreendimentos que requerem uma fonte permanente de recursos financeiros com custos compatíveis com os níveis de rentabilidade proporcionados pelas diversas regiões do país, a começar pelas mais pobres. Por conseguinte, o Projeto de 2003 é, salvo o melhor juízo, mais condizente com os objetivos de maior prosperidade e de maior igualdade para todos os brasileiros. No entanto, à luz de todas as considerações feitas, acerca das emendas CDR ao PLS nº 433/03, julgamos necessário apresentar novo substitutivo, o qual também contemplará ajustes na Ementa do projeto, bem como explicitará que o § único do art. 2º, da Lei nº 9.825, de 1999, a ser revogado, teve redação alterada pelo art. 8º da Lei 10.744, de 9 de outubro de 2003.

Voto, em face ao exposto, bem como considerando a inexistência de óbice de natureza constitucional, legal e regimental, recomendo que a Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo manifeste-se contrariamente ao projeto inicial de nº 341/06 e favoravelmente ao Projeto de Lei 433/03, nos seguintes termos substitutivos. E apresenta um Projeto de Lei ao Senado, substitutivo, que acho que dispensa leitura, já enfatizada pelo Senador César Borges. Parece que atende também aos interesses.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Exatamente, eu queria apenas acrescentar que o substitutivo só faz enriquecer e aprimorar o nosso projeto. Portanto, estou de pleno acordo com o substitutivo apresentado pela Senadora Rosalba.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, depois que V.Ex^a fizer o comentário, eu gostaria de fazer um outro. A senhora vai fazer o comentário, né?

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pode fazer o comentário.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu aguardo o comentário de V.Ex^a, que é mais importante.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada. O PLS 433 de 2006 destina novos recursos ao Fundo Geral de Turismo, FUNGETUR, provenientes da parcela da tarifa de embarque internacional. É importante os senadores observarem bem esse projeto. Atualmente, esses recursos estão comprometidos com amortização da dívida mobiliária federal. O PLS 341/06, por sua vez, propõe a revogação da Lei 9.825, de 1999, estabelecendo que os recursos correspondentes ao aumento das tarifas do embarque internacional deixem de ser destinados ao tesouro nacional para a amortização da dívida. Ressalte-se que a CDR já manifestou sobre o PLS 433/03, tendo sido aprovados o Parecer na forma do substitutivo do Senador Sérgio Cabral e uma Emenda de autoria do Senador Tasso Jereissatti. Esse substitutivo sanou alguns problemas detectados no PLS, tais como o objetivo de modificação do art. 15, Decreto Lei 1.439 de 1975, ao invés do art. 11 do Decreto Lei 1.191 de 2001. A revogação do art. 2º da Lei 9.825 de 1999 e a entrada em vigor da Lei no exercício subsequente ao de sua aprovação. A Emenda aprovada, por sua vez, estabelece que 60% dos novos recursos sejam destinados à área de atuação da Sudan e da Sudene. Em relatório ao mérito das propostas a Relatora entendeu ser estruturalmente mais relevante a ampliação das fontes de recursos do FUNGETUR proposta pelo PLS 433/03, dado o impacto que a atividade turística tem na geração de empregos e na redução das desigualdades regionais. Por isso, ela votou pela aprovação do PLS e pela rejeição do PLS 341/06. Mas como foram identificados alguns problemas com a Emenda do Senador Tasso Jereissatti, a Senadora Rosalba Ciarlini apresentou um novo substitutivo. Acredito que, com essas explicações, nós tenhamos feito um histórico do projeto.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidente, as suas explicações complementam a Relatoria *ad hoc* que acabamos de fazer aqui.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não. Eu agradeço o Senador Adelmir. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senhora Presidenta. Esse projeto de autoria do Senador César Borges, revela efetivamente uma preocupação com o desenvolvimento turístico em nosso país, que é uma mola-mestra do nosso progresso, e a Bahia é um exemplo de que se utiliza do turismo para geração de emprego, renda, progresso para aquele grande Estado, o qual teve como um dos seus maiores governadores o Senador César Borges. Entretanto, Senhor Presidente, Senhora Presidenta, o Ministério da Fazenda e também o Ministério da Defesa opõem restrições a esse projeto, devido a sua complexidade, alegando de que recursos do tesouro seriam direcionados para o FUNGETUR, que já vem recebendo recursos do próprio tesouro. Inclusive, houve um aumento que, significando, quer dizer, de 32,2% no ano de 2005, em relação ao ano de 2004. E isso é o Ministério da Fazenda. E, por outro lado, o Ministério da Defesa alega que, com a aprovação do referido projeto, se contrapõem as diretrizes estabelecidas pelo Governo para o desenvolvimento da aviação civil e sua integração ao conjunto de iniciativas visando promover turismo. Então, em verdade, é o seguinte, o que é que propõe o substitutivo? Tirar o dinheiro, arrecadado das taxas de embarque cobradas dos passageiros, esse dinheiro ir diretamente para o FUNGETUR, ao invés de ir para o tesouro. Então eu acho o seguinte, seria de bom alvitre ou nós ouvirmos um representante do Ministério da Fazenda, um representante do Ministério da Defesa ou eu vou pedir vista devido a sua complexidade. Enquanto isso, vamos conversar com o Relator, ou a Relatora, e o autor para saber se há possibilidade da Audiência dessas autoridades, para eles mostrarem aqui o quê que é estão fazendo com esse dinheiro. Se efetivamente esse dinheiro que é arrecadado na sua totalidade está indo para o fundo, ou se está, quem sabe, o Governo colocando mais do que arrecada. Seria, vamos dizer, um ato de transparência nós convocarmos essas autoridades. Eu consulto o nobre Senador César Borges se V.Ex^a aceita esse debate com as autoridades que estão contestando o seu projeto?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Antonio Carlos Valadares, é claro que todo debate é importante e ele é sempre elucidativo. Entretanto, eu queria fazer um apelo a V.Ex^a, veja que esse projeto já está aqui desde 2003, já foi motivo de relato do Senador Sérgio Cabral, que já é Governador hoje do Estado do Rio de Janeiro. Teve Emenda do Senador Tasso Jereissatti, está mais uma vez aqui nessa Comissão, e não

é terminativo nessa Comissão. Ele vai à Comissão de Assuntos Econômicos, onde ele é terminativo. Então, nós poderíamos fazer essas oitivas e essa discussão na Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu aceito a ponderação de V.Ex^a. Vamos, então, votar nesse projeto agora, porque realmente já está bastante tempo aqui. E na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a Comissão específica que vai tratar do dinheiro, dos recursos, nós ouviremos essas autoridades. V.Ex^a está de acordo?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Estou de acordo Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu voto favorável, Sra. Presidente.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho interessante—

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço a sua compreensão, Senador Antonio Carlos Valadares.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu quero colocar que eu acho viável a proposta do Senador César Borges e do Senador Valadares, porque na verdade nós estamos votamos aqui o mérito da matéria. Agora, a questão econômica, obviamente, ela será discutida nos Assuntos Econômicos, e nós vamos ganhar tempo aqui passando o projeto para frente. Então, em votação o projeto. Senhores e senhoras parlamentares que concordam permaneçam como se acham.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sra. Presidente, como esta Audiência Pública que nós vamos requerer também interessa à Comissão de Desenvolvimento Regional, nós poderíamos fazer um Requerimento conjunto.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Podemos fazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Onde eu assino esse Requerimento e o Senador César Borges também como autor da matéria. Agradeço a V.Ex^a.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Solicitaria a V.Ex^a que oficializasse o Requerimento. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovada.

Último item da pauta. Dispõe sobre a criação de zona de processamento de exportação no município Ji-Paraná, Estado de Rondônia. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Jefferson Peres. É Parecer favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Não estando presente o Senador Jefferson Peres, eu pediria ao Senador Wellington Salgado que se apresentasse como *ad hoc* nesse projeto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Senadora Lúcia Vânia. Agradeço a indicação como Relator *ad hoc*, porque esse é um projeto do meu líder, líder do meu partido do Senado, Senador Valdir Raupp, que já foi Governador do Estado de Rondônia, a sua esposa é a deputada federal mais votada da história de Rondônia. Isso quer dizer o seguinte, um projeto que beneficia o Estado de Rondônia, com certeza, o Senador Valdir Raupp tem pleno conhecimento do que ele está dispondo nesse projeto. Esse projeto é um Projeto de Lei do Senado Lei 350/07, que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação, ZPE, no município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia. O Senador Jefferson Peres discursa sobre todas as viabilidades técnicas e legais e diz que o seguinte: “Em termos de infra-estrutura, Ji-Paraná possui o aeroporto mais moderno do interior do Estado, com capacidade para pouso de aeronaves de médio e grande portes e vôos diários para diversas regiões do país. A cidade irá se beneficiar com a retomada, pelos governos federal e estadual, das obras do anel viário, que facilitará o acesso ao município, feito por meio da rodovia federal BR 364.” Desse modo, caso a ZPE seja ali instalada, não haverá problemas para escoamento da produção. Ji-Paraná já conta, para a atração de novas indústrias, com distrito industrial, que oferece via de acesso asfaltada, suprimento de energia elétrica e áreas aptas a receber indústrias de médio de grande porte. Nos distritos já estão instaladas empresas de grandes portes ligadas a áreas de extrativismo mineral, rações e concertado. Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 350/07 com as seguintes emendas. Emenda. Desse ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 350/07 a seguinte redação: ficam revogados o art. 1º da Lei 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993 de 5 de janeiro de 1990. A outra Emenda. Acrescente-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei do Senado nº 350/07. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. É esse o voto, ilustre Presidente Lúcia Vânia.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Senhoras e senhores parlamentares que concordam permaneçam como se acham. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Eu gostaria de informar,... Comunicar os membros dessa Comissão que o Fórum PANROTAS 2008 ocorrerá nos dias 18 e 19 de março no CENTRO FECOMÉRCIO DE EVENTOS em São Paulo. Cerca de 1.200 profissionais estarão discutindo os temas, políticas governamentais, o setor aéreo, o comportamento

do novo consumidor, oportunidade de negócios para a Copa 2014. O Presidente da PANROTAS, Sr. José Guillermo Alcorta está convidando a todos os membros da Comissão para um jantar restrito no dia 18 de março, às 20 horas, no Jôquei Clube de São Paulo, na Cidade Jardim. Os convites estão sendo entregues nos gabinetes pela Secretaria da CDR. Favor confirmar presença. Este era o comunicado que eu gostaria de fazer aos ilustres Senadores. Não havendo nada mais a tratar. Declaro encerrada a Sessão, dizendo aos Senadores do Centro-Oeste que o projeto da SUDECO se encontra na Mesa. Eu gostaria que os senhores tomassem conhecimento do projeto, para posteriormente nós traçarmos um cronograma de discussão desse projeto. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

Sessão encerrada às 12h42.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e oito, na sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa do Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senhores Senadores Gim Argello, Adelmir Satana, Marco Maciel, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Pedro Simon, Jayme Campos e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica a ausência a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião: **Item nº 01:** Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006, não terminativo, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece parecer pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados que altera o art. 2º do PLS nº 93, de 2006, bem como a redação dada pelo art. 1º

para o caput do art. 50 da Lei nº 10.257, de 2001, e pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados que adita parágrafo único ao mencionado art. 50. Colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda e Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado o parecer pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados que altera o art. 2º do PLS nº 93, de 2006, bem como a redação dada pelo art. 1º para o caput do art. 50 da Lei nº 10.257, de 2001, e pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados que adita parágrafo único ao mencionado art. 50. Pela ordem, o Senador Antônio Carlos Valadares solicita a inversão da pauta para o item nº 04, que é submetida ao plenário e aprovada. **Item nº 04:** Requerimento nº 03/2008-CDR, que “requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo; para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. Usam da palavra os Senadores Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Inácio Arruda e Antônio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. O Senador Antônio Carlos Valadares apresenta o Requerimento nº 04/2008-CDR, em aditamento ao Requerimento nº 03/2008-CDR, que “requer, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento de minha autoria, apresentado nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), visando a realização de audiência pública com o objetivo de “esclarecer a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo”; com o escopo de que essa audiência seja feita em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, conforme requerimento apresentado e já aprovado na CAE, além de incluir o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da CNM – Confederação Nacional dos Municípios, e o representante da FNP – Frente Nacional de Prefeitos”. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 03:** Requerimento nº 02/2008-CDR, que “requer, nos termos regimentais, que esta Comissão formule convite aos diretores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para que, em data a ser marcada e confirmada, exponha aos Senadores – e demais interessados – dessa Comissão, os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da

população brasileira”, de autoria dos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio e Inácio Arruda. *Resultado*: Aprovado. **Item nº 05**: Requerimento nº 05/2008-CDR, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão sobre o atual estágio de Construção da Ferrovia Transnordestina, sendo convidados o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e representantes da Casa Civil, do Ministério dos Transportes, da Secretaria Especial de Portos, da Agência do Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), e da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN)”, de autoria do Senador Inácio Arruda. Usam da palavra os Senadores Cícero Lucena e Inácio Arruda. *Resultado*: Aprovado. **Item nº 02**: Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2007, não terminativo, que “Cria a Área de Livre Comércio no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que tem como Relator o Senador Gim Argello, que oferece parecer favorável ao Projeto de Lei com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06 que apresenta. Colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro. *Resultado*: Aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06 que apresenta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

**3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO
DE 2007, ÀS 11 HORAS E 41 MINUTOS.**

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores que concordam, permanecem como se encontram. A ata está aprovada e

será publicada no diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está distribuída em duas partes, aliás, agora em uma única parte. A segunda parte era a eleição do vice-presidente da Comissão já indicado pelo DEM o Senador Aldemir Santana que solicitou a esta presidência que adiasse a sua posse para a próxima semana, uma vez que ele tem hoje compromissos inadiáveis relativos, principalmente, à questão do turismo que ele tem que se fazer presente. Portanto, essa segunda parte da reunião está suspensa e vamos trabalhar apenas a primeira parte.

O Item nº 01 substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 93/2006 não terminativo. Esse projeto altera a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 Estatuto da Cidade a fim de prorrogar o prazo para elaboração dos planos diretores municipais. Autoria do substitutivo: Câmara dos Deputados, autoria do projeto Senador Flexa Ribeiro, relator Gim Argello, parecer pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados que altera o art. 2º do PLS nº 93 de 2006, bem como a redação dada pelo art. 1º para o caput do art. 50 da Lei 10.257 de 2001 e pela rejeição da Emenda da Câmara dos Deputados que adita parágrafo único ao mencionar o art. 50.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello para proferir o seu relatório, o seu parecer.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sra. Presidente. O nobre autor dessa proposta, o Senador Flexa Ribeiro eu gostaria de pedir a V.Exa. e ao plenário para ir direto ao parecer, ao relatório.

De autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro o projeto em pauta apresentado no dia 19 de abril de 2006 foi formulado com o propósito de prorrogar para 30 de dezembro de 2007 o prazo para aprovação dos planos diretores municipais estabelecidos no art. 50 do Estatuto da Cidade. Ao justificar a sua iniciativa o autor destacou a importância do Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano executada pelo poder municipal norma de elaboração obrigatória para as cidades com mais de 20 mil habitantes, como determina o art. 182 da Constituição Federal. Para ele e não menos importante como papel institucional do plano diretor é a sua condição também atribuída pela Constituição de referência para o cumprimento da função social da propriedade urbana. Ao regular o mencionado dispositivo constitucional a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 denominado Estatuto da Cidade estabeleceu o prazo de cinco anos para aprovação do Plano Diretor dos municípios que ainda não estivessem elaborado. Com o vencimento desse prazo correria em outubro de 2006 e o seu inadimplemento

nos termos do art. 52 do Estatuto da Cidade implicaria a caracterização da improbidade administrativa o autor do projeto diante da constatação de que muitos municípios não lograriam cumprir em fase de variadas causas e dificuldades tomou a iniciativa de propor o adiamento do prazo original assinado para o dia 30 de dezembro de 2007. A prorrogação do prazo em pouco mais de um ano teria, sim, o objetivo de assegurar o aporte técnico e a adoção de metodologia participativa na elaboração dos planos conforme determinação do próprio Estatuto da Cidade.

Distribuída essa Comissão para decisão terminativa o projeto foi aprovado por unanimidade e remetida à Câmara dos Deputados. Foi examinado nas Comissões de Desenvolvimento Urbano de Constituição, Justiça e Cidadania que concluiu por um substitutivo que altera o texto oriundo do Senado em três aspectos. A primeira alteração promovida em decorrência dos próprios prazos de tramitação legislativa pretende fixar o vencimento para o dia 30 de junho de 2008. A segunda assinala o prazo intermediário de 28 de fevereiro de 2008, não previsto o projeto aprovado nesta Casa para que o executivo municipal envie à respectiva Câmara o Projeto de Lei do Plano Diretor. Por fim, a Câmara dos Deputados adita a cláusula diligência à lei proposta comando no sentido de fazer retroagir os seus efeitos a 10 de outubro de 2006, data que inspirou o prazo fixado no Estatuto da Cidade. Análise: cumpre agora ao Senado Federal manifestar-se quanto às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados. De fato, a ausência do Plano Diretor traz inúmeras consequências substantivas para a gestão urbana, uma vez que tanto a Constituição quanto o Estatuto da Cidade condicionam a ampliação de diversos instrumentos de política urbana e a sua previsão na lei municipal do Plano Diretor. Insere-se nesse contexto, por exemplo, os seguintes institutos jurídicos: parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no passo tempo, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, direito de [ininteligível], operação urbana consorciada, transferência do direito de construir, outorga onerosa do direito de construir e todos os outros sistemas. De outra parte tão importante quanto os aspectos técnicos desenvolvidos é o processo participativo requerido para elaboração do Plano Diretor. Somente com a participação dos vários segmentos sociais presentes nas cidades é possível pactuar ou repactuar o processo de desenvolvimento urbano, de maneira a torná-lo sustentável em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Ocorre, contudo, que, embora, a campanha promovida pelo Ministério das Cidades no sentido de estimular e apoiar a elaboração dos planos diretores tenha sido

muito bem sucedida, ainda faltam cerca de 25% dos municípios em que a tarefa é obrigatória para várias razões, ainda não a concluir. Então nós estamos falando de 1/4 de todos os municípios brasileiros.

Como o Plano Diretor é o produto final de um processo de planejamento cuja implantação depende da existência de um conjunto de pré-requisitos aos quais, lamentavelmente, inexiste na maior parte dos municípios. Trata-se, na prática, de enfrentar grandes desafios, circunstâncias que torna justa a dilatação proposta em relação ao prazo legal. Merece acolhida, sim, as alterações propostas pela Câmara dos Deputados no sentido de fixar o prazo de 30 de junho de 2008 e de fazer prevalecer os efeitos dessa prorrogação desde o vencimento do prazo original já a Emenda da Câmara consubstanciada no § único aditado à nova redação do art. 50 fixando o prazo intermediário em 28 de fevereiro de 2008 não pode ser acolhida de uma parte porque o vencimento do prazo proposto tornou a norma inaplicável de outra porque se evidencia ser desnecessário um prazo intermediário que em nada modificaria a incidência do prazo final.

E o voto, Sra. Presidente e Srs. Senadores, antes o exposto no termo do art. 287 do Regimento Interno, voto pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados que altera o art. 2 do PLS nº 93 de 2006, bem como, a redação dada pelo art. 1º para o caput do art. 2º da Lei nº 10.257 de 2001 e pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados que adita o § único ao mencionado o art. 50. Esse é o nosso voto, esse é o nosso relatório, Sra. Presidente. E aproveitando para parabenizar o Senador Flexa Ribeiro que teve uma visão magnânima sobre esse problema que, realmente os planos diretores de cada município brasileiro, a senhora que é uma municipalista sabe bem disso, é uma dificuldade para esses municípios, tanto é que essa dificuldade no prazo foi tão exíguo que 1/4 de todos os municípios brasileiros não conseguiram cumpri-lo. Então está de parabéns esta Comissão, está de parabéns a sua presidência, mas ainda o Senador Flexa Ribeiro por ter uma visão tão boa em nível de país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, eu gostaria de opinar sobre esta proposição que eu considero ajustada, Senador Flexa Ribeiro a posição de V.Exa. quando propôs que nós dilatássemos o prazo para revisão dos Planos Diretores e para

alguns municípios fazerem até o primeiro Plano Diretor porque essa que é a realidade ainda do Brasil. Por um certo período, Senadora Lucia Vânia, nossa presidente, o nosso país viveu uma espécie de vontade de planejar as coisas. Ali no final do governo dos militares e naquela quebradeira econômica que o Brasil viveu de 82 em diante, especialmente, nesse período até a formatação da nova constituição em 88, se criou uma idéia de que nós deveríamos planejar, fazendo e fazer planejando, era, mais ou menos, o seguinte, nós não vamos planejar nada, a gente faz o que der na telha ali na hora. E isso não era cabível para uma gestão pública, você tem que ter um mínimo de organização do estado, da União, dos estados federados, dos novos entes federados que conquistaram esse status na Constituição de 1988 numa questão que eu considero vitoriosa. Os municipalistas elevaram os seus municípios à condição de ente federado. E as principais atribuições que antes eram de responsabilidade da União e dos estados federados, uma grande parte dela foi transferida então para os municípios. Isso aumentou imensamente a responsabilidade dos gestores públicos e a exigência então de você ter um planejamento urbano e o Plano Diretor é esse instrumento correto, o parecer, ao dizer que esse é o desfecho do planejamento é o Plano Diretor.

Digamos que ao instituir ou aprovar a Lei do Estatuto da Cidade, eu quero dizer à senhora que em 88 se elevou o município a esse status de ente federado. Também, pela primeira vez, a Constituição trata da questão urbana num capítulo especial está ali o art. 82 e art. 183. Pela primeira vez se trata do imposto progressivo, num tributo progressivo que é exatamente o IPTU. E em seguida, em 89, o Senador Pompeu de Souza, Senador pelo Distrito Federal, mas cearense do município de Redenção, o primeiro a libertar os escravos no Brasil. Esse Senador já propôs, de imediato, um Projeto de Lei regulamentando a Constituição Brasileira e nessa regulamentação, já o Senador Pompeu de Souza denominava essa regulamentação como Estatuto da Cidade, um instrumento mais importante para as cidades brasileiras. Ele foi à Câmara, foi aprovado no Senado, foi à Câmara. Só em 99 nós conseguimos, então eu fui o relator dessa proposta, já com 16 outros projetos de lei se agruparam ao projeto do Senador Pompeu de Souza e nós conseguimos aprovar através de um substitutivo que eu tive a felicidade de apresentar num trabalho conjugado com todas as organizações que participam da vida municipal, as lideranças populares, as empresas que atuam, os empresários que atuam no setor da construção civil, principalmente, o setor imobiliário brasileiro, o movimento social, a academia, as consultorias do nosso Congresso Nacional

tanto na Câmara quanto no Senado, nos ajudaram, quer dizer, os consultores do Senado nos ajudaram lá na Câmara a fazer esse grande acordo para aprovar o Estatuto da Cidade que foi aprovado na Câmara, em seguida veio o Senador, o relator foi o Senador Mauro Miranda que aprovou, afinal, o Estatuto da Cidade. E todas as questões foram submetidas a prazo, inclusive, o Plano Diretor. Nós ampliamos o Plano Diretor que antes era uma questão apenas localizada na cidade, quer dizer, as séries municipais é que tinham o Plano Diretor e nós ampliamos para todo o território, não podíamos separar a sede, as regiões urbanizadas dos municípios das regiões rurais onde estavam as vilas, os pequenos distritos. Então toda, quer dizer, o Plano Diretor é do município. Nesse tocante, Senador Flexa Ribeiro eu considero então que o prazo que se fixou terminou sendo um prazo, efetivamente, curto, o não cumprimento penaliza os gestores municipais. E acho que V.Exa. tem razão e tem mais do que sentido a sua proposição de que nós possamos flexibilizar esse prazo, ampliar esse prazo para permitir primeiro que ninguém incorra em crime de improbidade por não ter realizado esse trabalho. Mas se dá um novo prazo, se estabelece um novo prazo e que nós deveríamos mobilizar, sempre vem aqui a Brasília à confederação e as organizações de prefeitos, elas se mobilizam, principalmente, para reivindicar questões de alterações tributárias ou, muitas vezes, reivindicar um maior volume de recursos para o seu município; todas são reivindicações justíssimas. Talvez a gente tenha que aproveitar na próxima oportunidade das chamadas caravanas dos municípios à Brasília para propor que o Senador Flexa Ribeiro e outros senadores e deputados possam se dirigir também aos prefeitos fazendo com que eles busquem cumprir essas determinações porque é a parte do planejamento das cidades brasileiras que é muito significativa. Você tem o Ministério das Cidades, hoje você tem secretarias estaduais de cidades, os municípios também têm suas secretarias. Muitos dos recursos destinados, por exemplo, à habitação popular serão fundo a fundo, é um fundo nacional para um fundo estadual para um fundo municipal que é vantajoso para o município, é vantagem para o município, mas você tem uma exigência mínima, você tem que ter o Plano Diretor aprovado. Se você não tiver nem Plano Diretor você não pode repassar recurso fundo a fundo para o município causando prejuízo aos municípios brasileiros. Por isso eu quero dar os meus parabéns à iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, ele flexibiliza o meu substitutivo que foi o que se transformou em Estatuto da Cidade partindo de um projeto original que teve a assinatura do Senador Pompeu de Souza... Partiu do Senado Federal e

ele agora exatamente corrigindo também no Senado da República. Parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Gim Argello relator do projeto, Srs. Senadores. Eu quero primeiro, Presidente, agradecer ao nobre Senador Gim Argello pelo parecer favorável que ele proferiu pela aprovação do projeto. Agradecer a V.Exa. que sempre foi uma companheira nas horas mais difíceis para que esse projeto pudesse tramitar e, como bem disse, o Senador Inácio Arruda e o nobre Senador Gim Argello, no seu parecer, é da maior importância.

Esse projeto, Senador Inácio Arruda, nós demos entrada em 2006 antes do prazo inspirar em dezembro, e teve uma transmissão com apoio da Senadora Lúcia Vânia e de todos os companheiros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo acelerada no Senado Federal. Ainda em 2006 nós o aprovamos por unanimidade, passou o interstício no plenário sem destaque, foi para a Câmara Federal e lá, lamentavelmente, ele foi sujeito a embargo de gaveta, como se diz. E não dá para entender que houvesse algo...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como ficou o Estatuto da Cidade por dez anos. Quer dizer, o Senador Pompeu de Souza não teve o direito de ver o seu projeto aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Imagine. Não dá para entender que algum parlamentar se posicione contra o município. Todos nós vivemos no município, todos nós temos que ser, necessariamente, municipalistas. Então a intenção do projeto que, em parte, pelo competente relator aqui foi atendida agora de prorrogar o prazo para aqueles municípios que não puderam fazer o seu Plano Diretor até dezembro de 2006 e não o fizeram, Senador Inácio Arruda, não porque não o quisessem. Nós tivemos aqui na CDR uma Audiência Pública com o Ministro das Cidades que se punha contrário à prorrogação do prazo, achando ele que os cinco anos que foram dados aos municípios eram suficientes para que o plano fosse feito. E, realmente, seriam. Só que foi esquecido que três anos e meio desses cinco anos ficaram sob uma administração, um ano e meio para inspirar o prazo numa outra administração municipal. Então aqueles municípios e foram, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, foi em mais de 50% dos municípios do Brasil tiveram alternância de poder, na realidade, aqueles que não usaram os três anos e meio para fazerem o seu Plano Diretor ou aprovarem na Câmara só tiveram um ano e meio para fazê-lo, um ano e meio, e um ano e meio, realmente, humanamente impossível. Para se

ter uma idéia, a minha capital Belém do meu estado do Pará não completou o processo do Plano Diretor Urbano. Preparou, mas não o aprovou em tempo hábil na Câmara. Então ela estaria impedida, além, de receber os recursos, além, de sanções e, além, de ações do Ministério Público cobrando por improbidade administrativa dos gestores. Então o que se pretendia era prorrogar esse prazo até dezembro de 2007. E como eu disse, lamentavelmente, o embargo de gaveta na Câmara passou esse ano todo. E agora nós estamos, finalmente, aprovando. Eu recebi aqui um documento da Confederação Nacional dos Municípios pedindo para que o prazo não fosse só até 30 de junho de 2008, fosse até 31 de dezembro de 2008. Infelizmente, não dá para atender por mais boa vontade que o nobre relator tivesse, nós não temos como fazer emendas ao que veio da Câmara, nós temos só supressiva como foi feita pelo Senador Gim Argello da forma correta, porque se nós o aprovássemos como veio da Câmara que definiu o prazo em 28 de fevereiro de 2008 para dar entrada nas Câmaras Municipais, estaria a lei, era letra morta. Então o nobre relator rejeitou essa emenda, manteve o prazo até 30 de junho de 2008, inclusive, de acessar as Câmaras Municipais. Isso vai dar uma oportunidade, Senador Inácio Arruda, a que esses 25% dos municípios brasileiros possam, rapidamente, nós estamos no final de março; nós temos abril, maio e junho. Nós temos ainda a dificuldade de aprovar esse projeto que eu já pediria regime de urgência para que ele fosse encaminhado ao plenário e nós estamos com a pauta trancada. Então nós vamos ter que destravar essa pauta e pedir com o consenso dos líderes para que ele possa ser aprovado, seja sancionado e os municípios possam então, aqueles que já estão com o seu plano continuarão trabalhando no seu plano, possam aprová-lo nas Câmaras Municipais. E aí ficarem compatíveis para receber os recursos federais e isentos das punições dos Ministérios Públicos.

Mas eu queria propor, Senador Gim Argello, algo mais importante do que isso. V.Exa. diz no seu pronunciamento, Senador Inácio Arruda, desculpa, Gim. V.Exa. comentou que seria executar planejando e planejando executar, quer dizer, ou seja, o que se faz no Brasil, lamentavelmente, é o improviso, é como se nós tivéssemos que trocar o pneu de um carro em movimento. É isso o que acontece nos municípios brasileiros. Esta legislação só obriga os municípios a fazerem o seu Plano Diretor Urbano, se não me falha a memória, com mais de 20 mil habitantes. Ora, eu acho que o Governo Federal, o Ministério das Cidades tinha que incentivar era todos os municípios brasileiros, todos os municípios brasileiros...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como era uma determinação constitucional, então só por emenda constitucional. Eu acho que nós podemos propor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos fazer uma...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agora nós pegamos no Estatuto da Cidade e encontramos uma maneira de ampliar que seria incluir entre esses municípios os municípios que tinham projetos de grande impacto ambiental, então todos mesmo com menos de 20 mil habitantes ficavam obrigados. Os municípios em regiões de projetos e desenvolvimentos turísticos, também todos ficaram obrigados. Então nós encontramos uma maneira de você ampliar. Mas acho que o mais ajustado, V.Exa. tem razão, é nós termos o planejamento. Por que é que a pequena cidade então não leva...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa é que precisa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É daí que se começa o planejamento, a cultura de planejar, de se organizar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Corrigir o pepino desde pequenino.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É corretíssimo. Eu topo com V.Exa. nós encaminhamos um, se necessário, uma emenda constitucional para corrigir isso, porque não é de todo um defeito, mas um limite.

Então nós devemos acabar com esse limite e começar da pequena cidade, é a menor que tem que, é a partir dela se estabelecer a cultura de planejar no país.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até para que a gente, Presidente, até para que não se tenha, no futuro, nessas hoje cidades com menos de 20 mil habitantes os problemas que existem de desestruturação urbana nas cidades de mais de 20 mil habitantes. Não se fala das de 1 milhão de habitantes que essas já, lamentavelmente, a cidade de Belém nós temos que fazer hoje uma adequação. Mas vamos fazer o planejamento, vamos planejar um município de 10 mil habitantes para que quando chegar a ter 100 mil, 200 mil, ele saiba como crescer, para onde crescer, de que forma correta ter o seu ordenamento urbano.

Então eu acho que a Comissão, Presidente, podia tomar essa iniciativa. Vamos propor. E aí ter recursos federais porque esses municípios não terão condições de, com recurso próprio, executarem o Plano Diretor Urbano e implementarem esse Plano Diretor Urbano. É preciso que haja recursos federais que

dê esse incentivo para que haja esse planejamento urbano em nível de Brasil. Nós temos que preparar esta nação para as gerações futuras e temos que começar agora.

Ainda, Senador Inácio Arruda, V.Exa. fez uma referência à Emenda 15 que deveria ser regulamentada e, lamentavelmente, até hoje não foi regulamentada, que trata da criação de novos municípios. Nós estamos há 11 anos no Brasil sem podermos criar municípios, não dá forma indiscriminada como foi no passado, municípios sem nenhuma condição de sobrevivência apenas para que tenha cargo de prefeito, vice-prefeito e vereadores; não é para isso não, ou seja, ter um regramento definido, as condições mínimas para que um distrito possa ser emancipado. Mas nós não podemos impedir que haja o crescimento. No meu estado, o Estado do Pará que é o segundo maior estado da região amazônica, nós temos 143 municípios. O Estado de Minas Gerais tem, parece, que 800 ou 900 municípios. Então, nós precisamos abrir isso. E eu apresentei um projeto propondo exatamente essa regulamentação. Eu gostaria de pedir o apoio da... Vai vir para cá, está na CCJ com o relator que é o nobre Senador Arthur Virgílio para que a gente possa também, Senador Inácio Arruda, acelerar esse processo de tal forma que se defina. E na proposta que eu faço eu crio condições diferenciadas para as diferentes regiões brasileiras. O município para ser criado no Sul tem que ter condições diferenciadas de um município na Amazônia ou no Nordeste. Mas nós precisamos, como legisladores, é obrigação nossa fazer a regulamentação da Emenda 15. E estamos avançando hoje, hoje é um avanço que nós damos propiciando a esses municípios brasileiros que estão enquadrados nessa obrigação do seu Plano Diretor Urbano, que eles possam e o Senador Inácio Arruda tem razão, Senador Gim, agora em abril, se não me falha a memória, na segunda quinzena de abril vai haver novamente a marcha dos prefeitos a Brasília. Nesse momento é importante e isso será feito pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios que se divulgue essa oportunidade para que ele não perca, a data é muito apertada, é 30 de junho, é um limite muito...

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): A gente podia colocar o limite também da aprovação até da divulgação do material já aprovado no plenário para que todos os municípios já possam, efetivamente, começar a providenciar isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Começar a providenciar, quer dizer, haver uma divulgação. E eu quero então agradecer ao Senador Gim Argello, ao Senador Inácio Arruda, e agradecer a Presidente

Senadora Lúcia Vânia, a todos os meus pares, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Cícero Lucena pela aprovação que nós temos hoje. E pedir, novamente, regime de urgência para que seja encaminhado ao plenário. E já peço ao líder Inácio Arruda para que a gente possa fazer um acordo para que tão logo destravada a pauta, ainda, se Deus quiser, final de março, início de abril a gente possa aprová-lo definitivamente e seja sancionada pelo Presidente da República.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria.

Eu gostaria de congratular com o Senador Gim Argello pela relatoria, o Senador Flexa Ribeiro pela autoria desse projeto, um projeto, sem dúvida nenhuma, importantíssimo para os municípios, principalmente para esses 25 municípios que se encontram inadimplentes em relação ao seu Plano Diretor. E dizer ao Senador Flexa Ribeiro que vamos tomar as providências junto à Secretaria para encaminhar a aprovação deste projeto à Confederação Nacional dos Municípios, bem como, solicitar relação dos 25% dos municípios que estão inadimplentes e fazer um encaminhamento do nosso jornalzinho.

Esse projeto será centro do nosso jornal da próxima semana e esse jornal será expedido também para os municípios que ainda não tiveram seus planos diretores. Nós tomaremos as providências nesse sentido.

Gostaria de solicitar a V.Exa. que fizesse a solicitação por escrito do regime de urgência e a nossa Secretaria tomará as providências necessárias.

Em votação o projeto. Srs. e sras. parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem. Presidente Senadora Lúcia Vânia, eu tive a oportunidade de apresentar o Requerimento nº 5 que é um pedido de Audiência Pública para ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos. Inicialmente o requerimento não constava à Comissão de Assuntos Econômicos. Então eu estou fazendo um aditamento incluindo mais uma autoridade, além, do presidente Dr. Paulo Ziulkoski presidente da CNM, eu proponho a inclusão de um nome de um representante da FNP, quer dizer, Frente Nacional de Prefeito.

Trata-se essa Audiência Pública de uma importante participação do presidente do IBGE que irá explicar às duas comissões o porquê dos levantamentos efetuados nos municípios, as novas metodologias aplicadas que implicaram na redução do fundo

de participação dos municípios. Isso tem provocado protestos em vários municípios brasileiros, inclusive, no Estado do Sergipe, 444 municípios tiveram o seu fundo de participação reduzidos em razão desses novos levantamentos feitos pelo IBGE e isso não está bem explicado. Por isso que nós propusemos e outros Senadores também na Comissão de Assuntos Econômicos ouvir o presidente do IBGE que é o responsável por esses levantamentos. E eu pedi também ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que incluísse a Comissão de Desenvolvimento Regional que está mais de perto com essa relação com os municípios. O que eu estou pedindo, nesse momento, é um aditamento ao Requerimento nº 5 para ouvir... nº 4 para ouvir então o presidente do IBGE. O requerimento que tem aqui é o nº 5 que é o da CAE que é o que eu estou adotando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nº 4.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nº 04, exatamente. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Vamos colocar esse requerimento em votação. E quero chamar atenção dos Srs. Senadores para a importância dessa Audiência Pública. Essa é uma grande queixa de todos os municípios, de todos os estados. E nós temos a obrigação de ouvir o presidente do IBGE para gente saber, dar uma resposta e se, porventura, houver alguma distorção que a gente tenha oportunidade da revê-las.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sra. Senadora Lúcia Viana, Senador Antonio Carlos, eu gostaria de sugerir também que se somasse a convocação da subcomissão de assuntos municipais no sentido de que a gente pudesse trabalhar isso já que esse tema também está sendo debatido lá e que nós teríamos o maior prazer de participarmos dessa Audiência Pública já que as queixas que foram aqui colocadas pelo... E as preocupações pelo Senador Antonio Carlos Valadares se estende também ao meu querido Estado da Paraíba que é onde vários prefeitos têm demonstrado, vamos dizer assim, um sentimento de injustiça em relação a esse procedimento. Acho muito importante.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Lucena, inclusive, quando da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos da inclusão da Comissão de Desenvolvimento Regional nós tivemos esse objetivo de prestigiar a sua comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com certeza.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Porque aqui é onde se trata dos problemas municipais.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então já conta com o meu apoio, Sra. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E V.Exa. é o presidente. Então mais do que natural de que não só a presidente da Comissão como também V.Exa. que preside a subcomissão estejam presentes comandando lá o processo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu quero dizer ao Senador Cícero Lucena que vamos incluir, sim, nessa Audiência Pública a submissão dos municípios de assuntos municipais. E V.Exa., naturalmente, juntamente com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos nos ajudarão fazer essa Audiência Pública, fazer os convites e fazê-la, principalmente, o mais rápido possível.

Nós queremos que em abril quando tiver a marcha dos prefeitos aqui nós tenhamos todos esses projetos que estão em discussão já bem avançados, para que a gente possa dar uma solução, para que a gente possa botar na pauta do plenário os projetos que são de interesse dos municípios. Eu acho que é muito importante que quando chegar a marcha em abril nós tenhamos todos os projetos levantados e já uma solução para esses projetos.

Em votação. Primeiro eu gostaria de ler o requerimento.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, só para dizer da importância desses requerimentos que solicitam uma Audiência Pública com o presidente do IBGE.

Ainda terça-feira, agora desta semana, tivemos uma Audiência Pública na CAE em que o presidente do IBGE esteve presente, mas ele foi falar sobre os índices sociais, econômicos e fez uma explanação bastante longa e importante lá na CAE. E nessa ocasião já se fez referência pelas reclamações que é em nível Brasil, não é só na Paraíba, não é só no Sergipe, no Pará; vários prefeitos reclamam de que a sua participação no FPM foi reduzida em função do senso que não bate o número de habitantes que está lá licenciada. Então é preciso que se veja qual a metodologia e como corrigir.

Se não me falha a memória, o Senador Romero Jucá pela liderança do governo até propôs que houvesse a prorrogação dos índices anteriores enquanto se verificava isso, ou seja, que não se alterasse os percen-

tuais do Fundo de Participação dos Municípios do que estava até resolver, tal era o número de reclamações que estava chegando ao Congresso Nacional.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Flexa Ribeiro, me permita.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive, uma grande parte dos municípios está ingressando com ações na justiça para reaver a receita que perderam. Eu acho que a inclusão desta Comissão e da Subcomissão é da maior importância desde quando nós aqui estamos representando diretamente os interesses dos municípios e essa é uma iniciativa está sendo feita através do aditamento ao requerimento que já existe aqui que é o nº 4. Então os dois requerimentos, Sra. Presidente, têm que ser aprovados. O primeiro pela inclusão da CDR e o segundo pela inclusão de duas autoridades. O presidente da CNM que é o Paulo Ziulkoski e o representante da Frente Nacional de Prefeitos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, concluindo, Presidente, eu solicitaria a V.Exa. que em contato com o Senador Romero Jucá, porque enquanto não resolve essa questão que se mantivesse os índices anteriores até que se esclarecesse isso. Porque, como disse o Senador Antonio Carlos Valadares, os prefeitos vão ingressar na justiça para terem ressarcido as diferenças a menor que foram repassadas.

Eu quero parabenizar, são dois requerimentos que tratam do mesmo assunto do Senador João Pedro, Arthur Virgílio e Antonio Carlos Valadares, acho da maior importância e, como V.Exa. disse, quanto mais rápido nós fizemos essa Audiência Pública a explicação poderá esclarecer essa dúvida de todos os prefeitos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu consultaria a V. Exas. se nós poderíamos fazer essa reunião na quinta-feira próxima?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E votar os dois requerimentos em conjunto. Já foi votado?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É porque também é conjunta com a CAE.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim. Aí a gente entraria em contato com a Subcomissão dos Municípios e com a CAE para gente fazer conjuntamente, desde que...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, V.Exa. tem razão em exigir a rapidez nesse assunto porque os municípios já tive-

ram o seu fundo de participação cortados, reduzidos, cortados.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu proponho que façamos uma votação conjunta, embora, o enunciado dos requerimentos sejam distintos, mas tratam da mesma questão municipalista em relação à população para efeito de contribuição para fundos e para outros, não é só para o fundo de participação não. Tem efeitos em várias outras atividades do município.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive, Senador, teve municípios que perderam território porque, conseqüentemente, estados, há litígio territorial.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É a mesma coisa sendo diferente. Acho que nós poderíamos votar o Item 3 e o Item 4 já que são correlatos.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Presidente, sobre a sua consulta, Sra. Presidente, que nós...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu acho que é mais do que aprovado, tendo em vista, que a senhora tem que consultar a CAE também, mas já deixaria marcado a nossa Comissão com o convite e o compromisso da CAE porque esta semana, terça-feira, eu faço parte da CAE também, o presidente do IBGE lá esteve dando os índices, outros índices, quer dizer, poderíamos até ter feito em conjunto, já ter participado pela urgência disso e pelos municípios terem sido cortado já, deve ter município com muita dificuldade. Então eu acho que a senhora tem toda razão em colocar urgência nisso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acredito o seguinte que...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só para esclarecimento. Pela ordem.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Vai ter um convidado que a gente vai ter que respeitar um pouco a agenda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu queria a data apenas para entrar em contato com o convidado e com os demais presidentes. Se a gente não fixar uma data isso vai ficando para frente. E a Comissão de Assuntos Econômicos é uma comissão que tem um volume muito grande de processos e, obviamente, ela não poderá marcar isso assim, de repente. Mas eu vou insistir com o Senador Mercadante porque nós faremos na quinta-feira, um dia que não vai atrapalhar o trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos e a gente poderia acelerar.

[pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Exatamente. Então vamos colocar o requerimento em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dois ou três. Quantos são?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Três.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O três e o quatro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E o aditamento, com aditamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Item 3 requeiro nos termos regimentais que esta Comissão formule convite aos diretores da Fundação Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, IBGE para que em data a ser marcada e confirmada exponha aos Senadores e demais interessados desta Comissão os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da população brasileira. Autoria do Senador João Pedro e Arthur Virgílio e Senador Inácio Arruda. Em votação o requerimento. Os Srs. Parlamentar que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Item nº 4 requerimento da CDR/2008. Requeiro nos termos do inciso II, art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e subcomissão dos municípios vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos para realização de Audiência Pública visando esclarecimento sobre a metodologia de contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios, FPM e a recente drástica redução dos coeficientes deste fundo. Para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Autoria o Senador Antonio Carlos Valadares. Em votação. Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Agora o aditamento a esses requerimentos. Audiência Pública para tratar sobre a fixação do coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios. Então o aditamento. Requeiro nos termos regimentais aditamento do requerimento de minha autoria apresentado nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo visando a realização de Audiência Pública com o objetivo de esclarecer a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios, FPM e a recente drástica redução dos coeficientes deste fundo. Com o escopo de que essa Audiência seja feita em conjunto com a

Comissão de Assuntos Econômicos e subcomissão dos municípios de assuntos municipais conforme requerimento apresentado e já aprovado na CAE, além, de incluir o Sr. Paulo Ziulkoski presidente da CNM, Confederação Nacional dos Municípios e o representante do FNP Frente Nacional dos Prefeitos, Sala das comissões, Senador Antonio Carlos Valadares. Em votação o aditamento. Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostaria que V.Exa. pudesse colocar em votação o Item 5 é uma Audiência Pública para nós discutirmos a Transnordestina com o Ministro Geddel Vieira Lima como representantes da Casa Civil, do Ministério dos Transportes da Secretaria Especial dos Portos e também o Secretário da Secretaria Especial dos Portos e da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE e da Companhia Ferroviária do Nordeste que é a empresa que tem a concessão dessa ferrovia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valadares

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, ainda sobre esse assunto. Eu acho que é do conhecimento da Comissão de que a Comissão de Assuntos Econômicos já aprovou a Audiência Pública conjunta das duas comissões. Então como V.Exa. falou, será de bom alvitre um entendimento, o mais imediato possível, com a Secretaria da Comissão para que façamos de forma mais rápido possível na próxima quinta-feira, segundo sugestão de V.Exa. essa Audiência. Agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): A secretaria da Comissão, Senador Valadares, entrará em contato com a secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos e juntos vamos tomar a iniciativa de fazer os convites já aprovados.

Com a palavra o Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente só como objetivo de reforçar essa solicitação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Deixa-me ler, colocar em votação o Item nº 5. Requeremos nos termos do art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública nesta Comissão sobre o atual estágio da construção da ferrovia Transnordestina sendo convidado o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima e representantes da Casa Civil, do Ministério dos Transportes, da Secretaria Especial dos Portos, da Agência de Desenvolvimento do Nordeste e da Companhia Ferroviária do Nordeste. Em votação

a iniciativa, o requerimento é de autoria do Senador Inácio Arruda. Em discussão o requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na verdade, não é discussão, é o reconhecimento da importância da iniciativa do Senador Inácio Arruda no sentido de considerar uma infra-estrutura na dimensão e na importância que tem a ferrovia para o desenvolvimento da região Nordeste. É isso que nós queremos do Governo. É que nós possamos ter iniciativas estruturadoras para que nós possamos aproveitar os nossos potenciais. No caso, em particular, da Transnordestina que não contempla ainda a Paraíba, mas nós temos uma reivindicação, uma luta para que a Paraíba seja contemplada e de fácil contemplação porque nos basta estendermos a linha de trem que tem hoje a ferrovia até Souza ligando ao Ceará e, conseqüentemente, poder adotar todos os benefícios que isso irá ocorrer ligando ao Porto de Cabedelo à SUAPE, à PCEM(F), ou seja, nós estaríamos criando uma malha estruturadora, inclusive, para o transporte do futuro petróleo que será explorado no sertão paraibano e, em particular, na região de Souza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, esse é o nosso objetivo. O transporte ferroviário é o transporte mais adequado e agora que nós temos petróleo na Paraíba e no interior paraibano, porque, normalmente, o petróleo nosso tem surgindo na faixa litorânea, esse é um petróleo do interior do cariri paraibano, do sertão paraibano que vai ali ligar o cariri cearense. Então é uma região que não só merece, mas tem uma razão fortíssima, porque petróleo é razão forte. Então nós temos que buscar estender a malha ferroviária. Os piauienses querem estender mais ao norte a ferrovia. Eu acho que essas reivindicações têm que serem postas na mesa juntamente com o Ministro Geddel e aqueles que estão operando essas linhas ferroviárias no Nordeste brasileiro para ampliá-las. Esse é o melhor transporte para cargas e o Nordeste precisa dessa infra-estrutura ampliada. Por isso peço apoio para que a gente possa votar o requerimento e trazer essas autoridades aqui para um bom debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em votação o requerimento. Os Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como acham. Aprovado.

Vou colocar em votação agora. Vamos colocar em votação agora o regime de urgência para o projeto do Senador Flexa Ribeiro relatado pelo Senador Gim Argello. Requer urgência do substitutivo da Câmara dos

Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 93/2006. Sr. Presidente, nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado, requeremos a V.Exa. que submeta à deliberação do plenário pedido de inclusão em ordem do dia em regime de urgência do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 93 de 2006 que altera a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade para prorrogar o prazo para elaboração dos planos diretores municipais. Em votação. Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Agora vamos ao Item 2 da pauta. Um projeto ligeiro que eu acredito que não tem nenhuma complexidade. Nós podemos votá-lo rapidamente. E o projeto que cria a área de livre comércio no município de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Autoria Senador Sérgio Zambiasi, relator Senador Gim Argello, parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6 que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Gim Argello para proferir o seu parecer.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sra. Presidente, pelo adiantado da hora, peço licença a V.Exa. e vou direto ao voto. É um Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Sérgio Zambiasi e é uma zona de livre comércio do município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul. O nosso voto em face do exposto é concluído pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 358 de 2007 com as emendas aqui propostas, as emendas referidas. E acrescentando, todo o texto das emendas foi aprovado e o § único, no art. 15 do § único só produzirá os efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente aquele que foi implementado no disposto do art. 1 do art. 14. Pelo adiantado da hora, Sra. Presidente, eu gostaria de relatar é que é um excelente projeto, é uma ZPE, matéria essa que agora já tem uma medida provisória circulando no Congresso, na Câmara Federal onde o relator é o Deputado Henrique Alves e é só mais uma daquelas ZPEs que nós já aprovamos várias delas aqui e que se faz justiça, tendo em vista, que na China existem mais de 2 mil ZPEs, que nos Estados Unidos existem mais de 700 ZPEs, que no mundo inteiro mais de 150 países usam esse instrumento e que o nosso país já está há mais de 30 anos atrasado em relação a esse procedimento. Então somos totalmente favoráveis à aprovação deste Projeto de Lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Serei bastante rápido. Não vou fazer uso da palavra como o meu companheiro Flexa, que nas suas explanações usa um pouco mais de tempo.

Mas eu direi só o seguinte, Presidente, é que quando vice— Governador e Governador do Estado da Paraíba eu tive a oportunidade de criar uma ZPE lá naquela oportunidade que era o presidente José Sarney e nós estamos, praticamente, com 15 anos, o que era para estar comemorando 15 anos, nós estamos lamentando que estamos atrasados. Só em relação a essas criações são 15 anos. Como bem desse o nobre relator, de que isso é um exemplo exitoso em vários países. E qual é a razão de nós não adotarmos isso. Então a minha preocupação, Presidente, além, de parabenizar o autor e o relator é pedir a V.Exa. que cobre, porque nós estamos aprovando essas ZPEs aqui e na CAE não está andando onde é terminativo. Então nós temos que fazer uma reunião e dizer porque esse engavetamento na CAE e adotar as medidas que sejam necessárias para agilizar. Eram esses os meus comentários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para parabenizar o Senador José Nery que acaba de chegar e que hoje está ficando mais experiente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabéns ao Senador José Nery que completa hoje 35 anos.

Presidente, o Senador Cícero Lucena levantou o questionamento com relação às diversas zonas de processamento de exportação já aprovadas aqui. Lamentavelmente, ficaram retidas na CAE por um ano. Eu, por diversas vezes, conversei com o Senador Aloizio Mercadante e o Senador Aloizio Mercadante me dizia que estava aguardando a medida provisória, que o Presidente assumiu um compromisso com o então Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros de que editaria a medida provisória em 30 dias após a aprovação do projeto que foi feito. Lamentavelmente, demorou esse ano e a medida provisória já foi editada. Ele encaminhou todos os projetos que estavam na CAE para o Senador, se não me falha a memória, o Senador Eliseu Resende para que ele fosse o relator de todos os projetos de ZPEs que estavam lá. Então eu acredito que agora ele possa caminhar e serem aprovados no Plenário. Efetivamente, é um programa que, como já foi dito aqui, tivesse sido implementado no governo do presidente José Sarney o país já estaria num patamar de desenvolvimento bem mais acentuado do que se encontra hoje.

No meu Estado do Pará foi criada, naquela altura, uma zona de processamento de exportação em Barcarena e que é um município com vocação para a verticalização da produção mineral e que, lamentavelmente, ainda até hoje o Governo do Estado atual não encaminhou, porque esta já estará aprovada, essa de Barcarena, não precisa de tramitação que estão tendo essas outras. Mas precise que o Governo do Estado encaminhe para o conselho, conforme o projeto e a medida provisória o pedido de implantação.

Então eu quero aqui aproveitar para fazer um apelo à Governadora Ana Júlia para que ela tome essas providências e o Pará não perca mais tempo do que já perdeu por falta de legislação, mas agora por falta de ação do governo que está em no exercício executivo estadual do meu estado do Pará.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de informar aos Srs. Parlamentares, que eu tomei uma decisão que eu acredito seja importante para todos os estados e municípios envolvidos. Primeiro eu consultei o Presidente Nacional, de uma associação que existe das ZPEs. É uma pessoa que conhece bem o problema. Posteriormente, nós fizemos a visita aos estados e municípios que foram contemplados com a aprovação dos projetos aqui. E pedimos que fosse escalado no município uma pequena equipe para vir aqui em Brasília no Ministério, com a equipe técnica do Ministério, dentro das orientações da medida provisória poder já se informar como entrar com esse projeto, quais são os municípios que têm preparo, realmente, para ter esse projeto já implantado rapidamente ou aqueles que precisam ainda de uma infra-estrutura para chegar até lá.

Então isso está funcionando muito bem. Eu sugeri aos Srs. Parlamentares que fizessem isso nos seus estados enquanto tramita a medida provisória. A autorização das ZPEs, esses processos que nós estamos votando é apenas autorizativo. É bem verdade que uma ZPE para funcionar ela precisa de apoio da iniciativa privada, tem que ter interesse da iniciativa privada local. Tem que ter interesse do município e do estado. Então não é um projeto que simplesmente aprovo aqui e ele vai ser implantado. Para isso precisa de que os municípios e estados estejam bem informados de quais são os caminhos que ele terá que percorrer para chegar à aprovação deste trabalho.

Portanto, essa equipe técnica hoje recebe o pessoal de Goiás para essa orientação. Acredito que os senhores poderão fazer o mesmo. A minha assessoria se coloca à disposição daqueles que quiserem para que a gente possa, quando chegar a medida provisória, fazer as alterações que nós precisamos fazer. E ter dado também o passo à frente, porque

de nada adianta se não houver a mobilização local, o entendimento, a compreensão da importância da zona de processamento de exportação. É uma coisa muito específica e que precisa dessa motivação. Então eu alerto aos Srs. Parlamentares para que a gente comece a fazer o trabalho mais objetivo com o sentido de obter resultados.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigada, Presidente Lúcia Vânia. Só corroborar em colocar a seguinte forma, eu tive de contar também com o professor Elson Braga e em cima disso fiz até uma viagem agora, a semana passada, fui até Montevideu ver uma ZPE de serviço que é um modelo ideal para o Distrito Federal, uma ZPE que não transformaria, ou seja, uma ZPE de serviço do modelo que se usa aqui em Montevideu que dá um volume de mais de 20 mil empregos diretos para jovens entre 22 e 30 anos e para jovens com excelente formação, como é o caso de Montevideu aonde a maioria deles tem o conhecimento de quatro ou cinco idiomas. O Distrito Federal...

[pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Serviço em nível de telemarketing e em nível de TI de tecnologia de informação. Porque o Brasil, como os senhores bem sabem, nós somos especialistas em exportar só commodities. Com as ZPEs nós vamos poder melhorar muito isso, a gente poder, a partir de agora, começar a exportar também inteligência nós vamos melhorar muito isso, nós vamos ranquear muito melhor em nível mundial. Agora, mais do que isso, que eu gostaria de aproveitar a presença dos dois Senadores aqui que representam tão bem o Norte do país, porque está no oitavo modelo de ZPE na China. O mês passado foi inaugurado na China o oitavo modelo que agora é a ZPE de biotecnologia. Eu não vejo um lugar melhor para se colocar uma ZPE dessa do que no estado de V.Exas., ou no Norte do nosso país, tendo em vista, que lá já é natural. Então, no oitavo modelo de ZPE a China já está, enquanto nós no Brasil ainda não conseguimos aqui ter uma, efetivamente. Esse modelo de serviço lá já existe, o modelo de biotecnologia existe, o modelo de... São oito modelos. Se a gente conseguisse sair daqui com um modelo já bem colocado. Então qual é a minha sugestão? É que a senhora convide, Presidente, o Deputado Henrique Alves que é o relator dessa matéria, dessa medida provisória na Câmara para que a gente possa, já que a senhora está especialista no assunto, que a gente possa conversar um pouco com ele e dar pequenas sugestões no relatório dele. Para que quando essa matéria chegue aqui já em comum acordo, a gente possa aí, sim, fazer melho-

rias nessa medida provisória para que a gente possa aprovar e dar condições para o país como um todo, porque as especificidades de Belém ou de Anápolis ou Distrito Federal são diferentes. A transformação, nós temos investimentos agora realizados em Belém do ferro para transformação de aço plano que é um negócio maravilhoso. Então essas especialidades de cada estado são muito importantes. Eu gostaria que a senhora convidasse o Deputado Henrique Alves ou se não puder ser numa reunião formal da nossa Comissão que a senhora o convide com essa sua equipe ao seu gabinete e os Senadores que tiverem interesse participariam para gente ajudar na formulação do relatório dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço, Senador Gim Argello, a sugestão e vou fazer isso na próxima semana.

Quero também dizer aos Srs. Parlamentares que o presidente nacional da Associação das ZPEs poderia também fazer, eu acredito, se contatado pelos senhores, fazer uma exposição, isso eu vou fazer em Goiás com os empresários, ele tem todo o know how, tem um clipe muito importante, muito interessante para passar para os empresários para que eles possam se sentir motivados. Então o presidente dessas ZPEs poderia também num encontro informal fazer esse trabalho, porque se a gente for fazer tudo através de Audiência Pública nós vamos adiando isso. Mas a gente poder fazer como exercício da próxima semana esse trabalho, porque uma vez que a medida provisória chegue aqui nós já estaremos totalmente a par do que está acontecendo.

Não havendo nada mais a tratar...

Em votação o projeto. Não coloquei em votação. Em votação o projeto do Senador Sérgio Zambiasi relatado pelo Senador Gim Argello favorável com as emendas nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Em votação o parecer do relator. Como disse aqui, favorável ao projeto, juntamente com as emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6. Os Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Os senhores vão receber nos seus gabinetes anais do CEBRATUR de 2007. Eu aconselharia aos Srs. Senadores que lessem esse trabalho que é muito interessante, não puderam estar presente no CEBRATUR, mas ele é uma Bíblia em relação ao turismo. Eu acho que é muito importante que essa comissão tenha conhecimento.

Não havendo nada mais a tratar e a pressa dos Srs. Senadores é tamanha que eu tenho que encerrar esta Comissão. Eu já vi Senadores apressados, mas desse tanto não. Então eu quero...

[pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostei de ver os senhores pararem para gente encerrar a Comissão.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigada a todos. E uma boa tarde.

Sessão encerrada às 12h47.

ATA DA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia três de abril do ano de dois mil e oito, na sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senhores Senadores Gim Argello, Adelmir Satana, Marco Maciel, Mozarildo Cavalcanti, Sibá Machado, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Wellington Salgado, Pedro Simon, Virgínio de Carvalho, João Tenório, e das Senhoras Senadoras Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aprovada. Em seguida, conforme Pauta previamente distribuída, a Presidente passa à eleição do Vice-Presidente, esclarecendo que de acordo com o art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal, a vaga da Vice-Presidência pertence ao Partido do Democratas, que indicou o nome do Senador Adelmir Santana para o cargo na Comissão. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, a Senhora Presidente convida os Senadores Sibá Machado e Inácio Arruda para servirem como escrutinadores. Após a apuração dos votos, o Senador Adelmir Santana é eleito Vice-Presidente da Comissão com 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A Presidente convida o Vice-Presidente eleito para sentar-se à mesa para proferir as suas considerações. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares, Sibá Machado, Inácio Arruda e a Senadora Rosalba Ciarlini. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 07/2008-CDR, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que requer, "nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 16/2007-CDR, seja convidado também o Senhor Helson Cavalcante Braga, Presidente

da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação – ABRAZPE, para participar de debate em reunião de Audiência Pública com o propósito de discutir os critérios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na criação de Zonas de Processamento de Exportação”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 38 MINUTOS.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão. Senhores parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída a presente Reunião tem como objetivo a realização da eleição do vice-Presidente da Comissão.

Como todos os senhores sabem o nosso vice-Presidente é o Senador Adelmir Santana, que se encontra presente, e a sua eleição obviamente será de grande importância para essa Comissão, uma vez que o Senador Adelmir Santana é uma pessoa altamente comprometida com o desenvolvimento econômico do país, principalmente, através do turismo. Ele pertence também à associação de empresários, que posteriormente ele falará de suas atribuições nesse campo, e, portanto, será um grande colaborador que teremos nesta Comissão.

O Senador Adelmir Santana virá substituir o nosso querido companheiro Jonas Pinheiro, que faleceu acerca de dois meses e a quem nós já fizemos uma homenagem aqui nesta Comissão. Portanto, eu pas-

saria a palavra ao Senador Adelmir Santana para que ele possa falar do seu trabalho e da sua expectativa em relação à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidente, Srs. Senadores, [interrupção no áudio] Primeiro eu quero agradecer a confiança do meu partido em fazer essa indicação. Segundo, a confiança dos Srs. Senadores, ainda não vimos a apuração dos votos, mas estou confiante de que serão votos favoráveis. Agradecer essa confiança e dizer que é uma missão substituir o companheiro Jonas, que vivenciava essa questão do turismo já alguns anos aqui nessa Comissão, mas que, infelizmente, desapareceu aqui do nosso meio. Então, quero reafirmar o meu compromisso com o segmento de turismo. Todos nós conhecemos, envolve no seu *trading* todos... Uma série de atividades econômicas, eu diria acima de 50 atividades econômicas, eu tenho vivenciado isso através da minha representação empresarial, na área de comércio, serviços e turismo, através da Federação do Comércio, da Confederação Nacional do Comércio, da qual eu sou vice-Presidente, e quero, Sra. Presidente, na verdade contribuir, quero ajudar. Ajudar, na medida do possível, dentro dos meus conhecimentos, da minha vivência dentro dessa matéria, e naturalmente, passarei a ser daqui para frente um estudioso das questões do turismo no país objetivando colaborar com a Presidência desta Comissão. Portanto, eu quero reafirmar o meu compromisso com esse segmento, que em última análise, já era um compromisso mesmo anterior ao processo político que eu tinha com esses segmentos, que são inúmeros como eu coloquei, e naturalmente, todos vinculados principalmente à área de comércio e de serviços que é a minha origem. Por isso, acho que ficarei extremamente à vontade e, naturalmente, vou procurar tomar maior conhecimento das matérias que por aqui transitam objetivando, como eu disse, contribuir com a Presidência da Comissão. Muito obrigado a todos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. Antes de passar a palavra, Senador, eu gostaria de comunicar à Comissão que já chegou à Câmara dos Deputados a Lei Geral do Turismo. Acho que é uma grande expectativa do setor para que essa Lei Geral seja discutida o mais rápido possível, para normatizar esta atividade que sem dúvida nenhuma tem crescido no país, tem tido, por parte da Ministra Marta Suplicy, um apoio importante. Ela tem aberto novas fronteiras para o país no sentido de buscar novos destinos para o Brasil, e também novos destinos do

Brasil lá fora. Portanto, é com prazer que V.Ex^a chega aqui e num momento extremamente importante.

Eu estive juntamente com outros parlamentares no Fórum Nacional do Panrotas, em São Paulo, e nessa ocasião, o grande apelo, de cerca de 1.200 profissionais que se encontravam naquele fórum, era no sentido de que o Congresso Nacional primeiro estreitasse a relação com o setor, e segundo, que a Lei Nacional do Turismo viesse para o Congresso e para que a gente pudesse realmente definir os parâmetros e as ações do turismo no Brasil. Portanto, V.Ex^a chega em boa hora e poderá ser um grande parceiro nosso aqui dessa Comissão. Passo a palavra ao Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Senadora Lúcia Vânia, Presidenta desta Comissão, tive o privilégio e a honra de depositar, a poucos instantes, o meu voto nessa Comissão, o voto secreto, entretanto, não há nenhuma dúvida da minha consideração, do meu apreço e da minha confiança no Senador Adelmir Santana, representante dos mais eminentes da bancada do Distrito Federal nesta Casa e vai ocupar uma função importante ao lado de V.Ex^a. Será, com certeza, um parceiro dedicado como foi em toda sua vida, que no comércio pontificou como um dos grandes empresários, empresário lúcido, progressista, voltado para os interesses maiores da sociedade do Distrito Federal. E, quiçá, agora como vice-Presidente, irá mais uma vez demonstrar sua competência, sua lisura e o seu compromisso com a região Centro-Oeste, da qual V.Ex^a é uma das grandes luminárias desta região, e que tem sido um exemplo de dedicação, de coragem e de força para o desenvolvimento não só do Centro-Oeste como de todas as outras regiões. E em substituição a um dos grandes Senadores da República, Senador Jonas Pinheiro, sempre homenageado nesta Comissão e nesta Casa pelos assinalados e relevantes serviços prestados ao nosso país, notadamente no setor agrícola, onde ele era um grande especialista. E agora nós temos um especialista no comércio. Um especialista da classe empresarial ao lado de V.Ex^a para emprestar através de sua experiência o seu devotamento e a sua atividade para que esta Comissão se engrandeca cada vez mais. Portanto, meus parabéns antecipados ao nobre e eminente Senador Adelmir Santana por tudo que ele representa de prestígio e de representatividade nessa Comissão.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA

(PSDB-GO): Com a palavra o Senador Sibá e, posteriormente, Senador Nery.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Senador Adelmir Santana, em primeiro lugar parabenizar a V.Ex^a, que neste ato

substituindo a memória de um excelente Senador da República também, Jonas Pinheiro, que nos deixou há pouco tempo atrás para, com certeza, assumir uma outra missão de vida, que não está aqui neste momento conosco. Porém, queria dizer a V.Ex^a que ao tratar de desenvolvimento regional, a consideração que eu faço inicialmente é que as forças produtivas, inevitavelmente, acho muito difícil e quase improvável que um dia a humanidade tenha a mesma velocidade. Acho que nós estamos fadados a ter tempos diferentes dessa coisa chamada desenvolvimento. E por ter um tempo diferente, até também pelos aspectos culturais que é outra coisa que eu acho que nunca será globalizada, as pessoas também dão importância a determinadas coisas dentro deste tempo e o que é importante para determinadas forças produtivas pode não ser para outras. E o difícil é a gente conciliar essas coisas, respeitando os aspectos culturais das comunidades, mas também não a privando de poder dar seu salto de qualidade.

A terceira observação é que o desenvolvimento das forças produtivas faz com que também quanto mais atrasada ela estiver, ela inevitavelmente, ela vai mais em direção ao setor primário. E quanto mais ela se desenvolve tecnologicamente, ela avança para os demais estágios – secundário e terciário. Portanto, é comum se ver que hoje o capitalismo no mundo está muito mais forte no terceiro estágio do que no intermediário – que é o setor industrial. Então, serviços é o que hoje emprega mais, é o que dá a dinâmica da economia de um modo geral, é o setor de serviços – que é o último estágio. A nós, aqui no Brasil, eu acredito que estamos saindo do primeiro.

A fase primária que permeou a cultura do café, do cacau, a cana-de-açúcar durante tanto tempo, dois, três séculos no Brasil, podemos dizer assim, para agora ter industrialização mais de ponta e assim por diante. Então, é claro que neste afã, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste representam ainda no Brasil essa diferença desses estágios, desses tempos. E, portanto, nada melhor que criar a Comissão para que a gente possa minimamente buscar para o Nordeste brasileiro, o Centro-Oeste e a Amazônia, este salto de qualidade. E neste salto de qualidade é, inevitavelmente, nós vamos precisar de um fator que acho que puxou o carro de todas as demais economias avançadas, inclusive a Nacional, que é o investimento no conhecimento. Sem investimento no conhecimento nós não temos as pessoas preparadas para fazer. E, portanto, mesmo na economia primária ela passa a ser predatória, ela não tem a condição de poder se produzir de maneira vertical, respeitando minimamente a sua inter relação com a natureza. E por último é a lógica de poder. A lógica de

poder eu olho para o Brasil, para o mundo, as comunidades internas do nosso país com este olhar. Então, qual é o poder das comunidades mais pobres de tomar grandes decisões? Nenhuma. E a gente houve falar muito fortemente e eu digo para V.Ex^a que acompanho isso muito forte, que é dizer que São Paulo manda no Brasil. E eu acho que manda mesmo e em todos os aspectos. O futebol, a cultura, a economia, a política e tudo mais, porque mesmo tendo um Presidente da República hoje nascido no Estado de Pernambuco, mas a cota política do Presidente atual é do Estado de São Paulo. Como foi Fernando Henrique Cardoso pela cota do Estado de São Paulo mesmo tendo nascido no Rio de Janeiro. E aí a gente olhando para um passado não muito distante, teve muito isso. Então, São Paulo e Minas fazendo isso na chamada Política do Café com Leite.

Então é muito importante a Comissão, minha Sra. Presidente, porque a gente deveria tratar um pouco sobre essas lógicas também, acima do partidarismo. Porque eu acho que nesse momento nós temos aqui uma missão muito grande e gloriosa para fazer. Então embora temos a Presidente que é de Goiás e o vice-Presidente agora do Distrito Federal, mas a missão é regional que envolve em termos territoriais 70% do território brasileiro – 70%. Em termos populacionais, ainda abaixo da metade, a população é menor. Mas em termos de potencialidades naturais, eu acredito que temos todas condições de dar um grande salto de qualidade na economia do país.

E aí, eu encerro dizendo que mesmo como suplente nesta Comissão eu gostaria de que a gente pudesse encontrar um pouco de uma agenda neste afã. Não estamos aqui querendo dividir o Brasil ao meio, não se trata disso. Mas, se a gente não tiver um cuidado em recursos para a pesquisa, por exemplo, 75% fica no eixo Minas, São Paulo e Rio, a distribuição de *royalties* no Brasil fica presa nesses Estados e assim por diante. Então, aproveitando a questão de Reforma Tributária, o setor que o nosso vice-Presidente representa, o setor da micro e pequena empresa, que representa das sete milhões de empresas no Brasil, cerca de seis milhões é desse setor. Então, está na hora de a gente fazer uma coisa diferente. Dos 5.560 municípios, tem 1.300 mais ou menos, que não chega a 1% do PIB brasileiro. Não representa sequer 1% do PIB brasileiro. E pasmem, desses 1.300, a maioria está nas regiões representadas aqui por todos nós. Então eu falo essas coisas porque acho que está na hora de darmos as mãos, entre a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste brasileiro a gente já brigou demais, a gente já divergiu demais, não precisa disso. Então, enquanto bancada de interesse coletivo, a gente vem

aqui e encontra interesse coletivo. E aí eu faria um apelo de que a gente discutisse não só os investimentos da economia em si, da prática econômica em si, mas que a gente pudesse avançar acima de tudo sobre uma repatriação coletiva dos investimentos da área do conhecimento que é onde eu acho que parte o pré-suporte para os avanços do processo produtivo. É isso, Sra. Presidente, e parabéns o futuro novo vice-Presidente da Comissão.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de formalizar aqui a indicação para os registros da Comissão. De acordo com o art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal, a vaga da vice-Presidência pertence ao Partido Democratas. Esta Presidência recebeu do Democratas a indicação do nome do nobre Senador Adelmir Santana. Sobre a Mesa encontra-se à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras titulares, cédulas devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas para a votação de acordo com o art. 60 do Regimento Interno. A eleição será feita em escrutínio secreto, a chamada dos membros será nominal. Em votação.

Eu acredito que todos os Srs. Senadores já votaram. O Senador Adelmir Santana é indicado vice-Presidente, portanto os Senadores aqui presentes já apresentaram seus votos e eu convidaria o Senador Sibá para o escrutínio dos votos.

Convidaria o Senador Adelmir Santana para tomar assento à Mesa. Agradeço ao Senador Inácio Arruda, Senador Sibá Machado e declaro o resultado da votação. 11 votos favoráveis. Aprovado por unanimidade. Concedo a palavra a Senadora Rosalba para que ela possa cumprimentar o nosso vice-Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr^a Presidente, fico muito feliz em que a unanimidade aqui não foi burra, foi inteligente, porque elegemos o nosso vice-Presidente, Senador Adelmir Santana, que tenho certeza que, com muita dedicação, irá ser um grande auxiliar no trabalho que V.Ex^a vem tão bem conduzindo nessa Comissão. Adelmir com a sua experiência, com essa garra que ele tem e com essa sua capacidade de aglutinar. Tenho certeza que estamos muito bem representados aqui na nossa Comissão. E como Democrata, sua colega, a alegria ainda é maior. Parabéns e sucesso.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu já sou colega do Adelmir pelo lado da democracia que é uma questão fundamental para todos nós. Eu saúdo a sua indicação e posterior aprovação por unanimidade. Isso é muito importante para as pessoas que são indicadas para... Que mesmo no acordo político, mas

que ela alcance a unanimidade daqueles que fazem parte da Comissão. Acho que muito importante para nós, porque a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional. Os nossos dois dirigentes nós podemos dizer que são do Centro-Oeste. Mas, há uma matriz formadora do Adelmir. Primeiro, a maranhense. E se nós buscarmos mais longe chegaremos ao Ceará.

Então, é uma Comissão que trata do desenvolvimento regional e para ela se legitimar cada vez mais, porque isso tem sido feito pela Senadora Lúcia Vânia, com inúmeras Audiências Públicas debatendo os mais diversos assuntos de interesse regionais, nós precisaríamos com a presença de V.Ex^a, digamos assim, acentuar esse aspecto que a Senadora Lúcia Vânia tem sempre levantado aqui na nossa Comissão que é no país olhar para as regiões que são aquelas que mais necessitam. Às vezes, nós somos indicados e presidimos a Comissão numa região que já tem condições comparativas com as outras muito melhores. Então, considero que V.Ex^a pode contribuir muito com a Senadora Lúcia Vânia no trabalho de produção das atividades da Comissão reforçando esse aspecto que é fundamental da nossa Comissão. Por isso quero dar meus parabéns, acho que foi uma iniciativa muito importante dos Democratas indicar V.Ex^a para ocupar essa posição, e tenho certeza que Senadora Lúcia Vânia ganha um grande aliado na Mesa de direção dos nossos trabalhos. Muito obrigado, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de fazer, aqui, um parentezinho para o Senador Inácio Arruda. Nosso Senador Adelmir, apesar de ser brasileiro, não sei se ele é brasileiro, mas todos vivem em Brasília, Senador por Brasília, pelo Distrito Federal, mas ele tem um conhecimento muito grande de todo o país e da nossa Região. Então, como você é um nordestino, Ceará, nós sabemos que a Comissão de Desenvolvimento Regional é importantíssima para desenvolver, principalmente, para lutarmos por questões que desenvolvam as nossas Regiões, eu tenho certeza que o Senador Adelmir conhece, além de conhecer, ele tem um coração que bate forte pelo nosso Nordeste, que a sua esposa é potiguar.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Adelmir Santana, eu gostaria de comunicar um Ofício aqui do Senador José Agripino: “Sra. Presidente, nos termos regimentais, comunico a V.Ex^a que essa liderança se deu ao Senador Virginio de Carvalho, PSC-Ceará, as vagas ocupadas pela Senadora Maria do Carmo, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, como suplente”. Desculpa, é Sergipe, PSC-SE. “A vaga ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, na Comissão

de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, como suplente”.

Antes de passar a palavra ao nosso vice-Presidente, eu gostaria de dividir com ele uma nova missão. Nós... Eu convidaria o nosso vice-Presidente para ir ao Presidente do Senado para que ele fixe uma sala definitiva para a Comissão de Desenvolvimento Regional. Nós estamos aqui na eminência(F) de votar matérias importantes como a Lei Nacional do Turismo, como a Reforma Tributária, as EPS(F) que deverá chegar aqui, o Projeto de Lei que trata da Superintendência da SU-DECO e outros Projetos importantes. E acredito que a Comissão funcionando como está é uma Comissão relativamente nova, mas ela precisa de uma sala especial onde nós tenhamos uma Secretaria que os parlamentares possam usufruir do assessoramento dessa Secretaria para esses temas importantes. Eu acho que chegou no limite a nossa atuação, sempre passando de sala em sala, sem ter uma Secretaria definitiva.

E quero também solicitar aos demais parlamentares, ao Senador Virginio e à Senadora Rosalba que também se associem a nós nesse momento para que a gente sensibilize o Presidente do Senado quanto em relação a essa questão da locação da nossa Comissão em caráter definitivo. O Senador Tasso Jereissati quando presidiu pela primeira vez essa Comissão, ele tentou deixar isso definido, mas infelizmente não conseguimos e agora já vamos para o terceiro ano da Comissão sem que haja uma Secretaria definitiva para assessorar os senhores parlamentares. Até então, os projetos que chegaram aqui eram projetos ainda que não demandavam grande esforço de assessoramento, mas a partir de agora os Projetos já são Projetos que demandam discussões mais profundas, que demandam Audiências Públicas, que demandam um assessoramento mais dinâmico para os nossos Senadores. Portanto, a sala e a Secretaria são extremamente importantes para os resultados desse trabalho.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana para que ele possa se pronunciar sobre a sua eleição.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queria reafirmar mais uma vez o que disse no início do processo de votação. Primeiro, agradecer a confiança dos Srs. e Sr^{as} Senadores. Segundo, dizer da minha satisfação pela indicação do Partido e, ao mesmo tempo, da responsabilidade que sentimos em substituir o companheiro Jonas Pinheiro que infelizmente foi para outra esfera.

Pela minha formação, pela minha própria origem, ligado ao setor de comércio e serviços, já tenho uma vinculação com esse segmento, porque é um

segmento que ultrapassa a uma série de outros pela várias atividades que compreende a área do Turismo. O turismo é um segmento extremamente importante nessa área de comércio e serviços, porque envolve mais de 50 atividades, se a gente quiser uma análise simples vamos verificar que é um segmento que gera muito emprego, renda e está naturalmente focado nas potencialidades que tem o país. Claro está que nós temos uma visão dessas questões, até como eu disse pela minha formação, pela representação que exerço na área de comércio e serviços, como vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, como Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE, que são instituições que têm alguns projetos e estão focados nessa atividade do Turismo.

A Senadora Presidente Lúcia Vânia sabe que, antes mesmo de ser parlamentar, já tínhamos envolvimento com esse setor e isso vem, naturalmente, coroar a participação nessa Comissão, coroar essa atividade que já exercemos no passado mesmo sem mandato eletivo. Então quero dizer que serei, aqui, um auxiliar e procurarei me informar com maior densidade das matérias que aqui transitam objetivando ajudá-la no processo de direção da nossa Comissão e de participação cada vez mais efetiva nessa área do turismo nacional. Sem esquecer a questão de que aqui é uma Comissão não Regional, embora seja de Desenvolvimento Regional, é uma Comissão do país. Então, esse sentimento de que nós, Distrito Federal e Goiás, estamos aqui representando o Centro-Oeste, mas na Comissão a nossa visão é de País. A visão é de Brasil. Então, eu prometo isso a todos os Srs. Senadores que a nossa visão não será apenas uma visão localizada, mas uma visão Nacional. E agradeço mais uma vez a confiança pela celebração do nosso nome. Muito obrigado.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Comunico aos membros dessa Comissão que essa Presidência recebeu do Senador Inácio Arruda a solicitação para que no Requerimento nº 05/2008 – CDR, aprovado na Reunião passada seja considerado convite formulado para a SUDENE e não para a ADENE como consta.

Em votação o aditamento: “Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 16/2007 – CDR, seja convidado também o Sr. Elcio Cavalcante Braga, Presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação – ABRAZPE, que participa... Para participar do debate em Reunião de Audiência Pública com propósito de discutir os critérios do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior na criação da Zona de Processamento de Exportação”.

Ele faz a justificativa e... ah. Esse Requerimento ele se deve muito à questão da Medida Provisória que se encontra na Câmara, que está sendo relatada pelo Deputado Henrique Alves e que deverá chegar ao Senado da República. Como essa Comissão tem aprovado, tem feito uma aprovação que é mais uma autorização para que se crie as Zonas de Processamento de Exportação em vários Estados, nós entendemos que era preciso fazer com que esse tema fosse aqui abordado antes que a Medida Provisória aqui chegasse para que os Senadores dessa Comissão tivessem uma noção bem clara de como implementar essas Zonas de Processamento de Exportação nos seus Estados. Portanto, essa Audiência Pública é extremamente importante, ela vai dar prosseguimento a um trabalho que é do interesse de todos, acho que a questão de desenvolvimento regional, as Zonas de Processamento de Exportação é um grande momento que nós vamos viver nessa questão, e, portanto, quero convidá-los a estar presente nessa discussão.

A pessoa convidada que... Indicada pelo Senador Inácio Arruda, é uma pessoa que tem militado nessa área durante mais de 20 anos. Ele foi responsável pelas... Pela consultoria que se fez à Medida Provisória, está também prestando assessoria ao Deputado Henrique Alves e ele estará aqui, então, para responder as demandas que são solicitadas pelos Srs. Parlamentares.

Quero comunicar também que no dia 17 vamos ter uma Audiência Pública aqui em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, já combinamos com o Senador Mercadante para trazer aqui o Presidente do IBGE e o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Sr. Paulo Ziulkoski, para tratar da questão do FPM, da redução do FPM em alguns Municípios que foram feitas estimativas pelo IBGE. Portanto, é um tema que eu acredito que seja do interesse de todos nós parlamentares, principalmente daqueles que lidam... Que têm compromisso municipalista para que a gente possa, através dessa Audiência Pública, conhecer quais são as razões que alguns Municípios sofreram a redução drástica do FPM. É uma Audiência Pública importante que solicitaria aos Srs. Parlamentares que não se ausentassem nesse dia para que a gente possa, na marcha dos Prefeitos que deverá ser feito aqui em abril, a gente ter uma saída ou pelo menos uma resposta a essa demanda de grande parte... Parece 25% dos Municípios brasileiros sofreram essa redução. Portanto, é importante que a gente tenha uma resposta para esses Prefeitos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, já tem a data da marcha dos Prefeitos?

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nós não temos ainda a data. Mas é no mês de abril. A marcha deverá ser feita no mês de abril. Nós vamos fazer a Audiência Pública no dia 17 para que a gente possa elucidar esse problema.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ok. Obrigada.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agora, vamos colocar o Requerimento em votação. Srs. e Sras. parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Requerimento convidando o Sr. Elcio Cavalcante Braga, Presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação. Então, fica, portanto, registrado essa nossa Audiência Pública.

Quero encerrar esta Sessão. Não havendo nada mais a tratar, o objetivo dela era exclusivamente a eleição do nosso vice-Presidente, eleição essa que já se concretizou. Quero desejar ao nosso companheiro aqui de Mesa sucesso absoluto, sei que a Comissão ganha em qualidade tendo o Senador Adelmir Santana na vice-Presidência e ganha principalmente essa Presidência, que terá um companheiro para todas as horas. Essa Comissão é um desafio, todos nós sabemos, é uma Comissão nova, é uma Comissão que ainda precisa se consolidar aqui no Congresso Nacional. E, portanto, a sua experiência, a sua vivência e a sua competência poderá nos ajudar bastante aqui para cumprir aquilo que nos foi delegado.

Deixo com os senhores os meus agradecimentos e não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h14.

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS EM 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, reúnem-se, em conjunto, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Patrícia Saboya, Gim Argello, Adelmir Santana, Jefferson Péres, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, José Nery e Virgínio de Carvalho, e ainda dos

Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Renato Casagrande, Flávio Arns, Ideli Salvatti, César Borges, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, e do Deputado Federal Júlio César. Justifica ausência a Senadora Marisa Serrano. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente comunica a presença no Plenário da Comissão dos Exmos. Srs. Zacarias Ribeiro de Oliveira, Prefeito de Itapirapuã – GO; Matias Barbosa de Miranda Neto, Prefeito de Lagoa do Piauí – PI; e Antônio Ribeiro Barradas, Prefeito de Agricolândia – PI. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater sobre os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da população brasileira feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo, em atendimento aos Requerimentos nºs 02-CDR, de autoria dos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio e Inácio Arruda, e nºs 03 e 04-CDR, e 05-CAE, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como convidados o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM; e o Exmo. Sr. João Paulo Lima e Silva, Prefeito do Recife e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP. A Audiência Pública é realizada com a presença do Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Exmo. Sr. Antonio Pimentel Pereira, Prefeito do Município de Governador Mangabeira – BA, representando o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da CNM; e do Exmo. Sr. Onildo Elias de Castro Lima, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus – AM e Vice-Presidente do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos – COFIM/FNP, representando o Exmo. Sr. João Paulo Lima e Silva, Presidente da FNP. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares, Patrícia Saboya, Adelmir Santana e o Deputado Federal Júlio César. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de

Estenotíпия Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS e 26 MINUTOS.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura que se realizam em conjunto.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa e a aprovação das Atas das Reuniões anteriores das Comissões. As Srªs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Senhores parlamentares, senhores convidados, senhoras e senhores. O objetivo dessa Reunião é aqui tratar com o Exmo. Sr. Presidente do IBGE da questão da redução em 25% dos Municípios que perderam com a estimativa do censo e, com isso, acabaram perdendo o FPM. Então eu gostaria de cumprimentar, em especial, aos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio, Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares, autores dos Requerimentos, para a realização dessa Audiência Pública. Conforme pauta previamente distribuída a presente Reunião destina-se à realização de “Audiência Pública com a finalidade de debater sobre os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da população brasileira feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e a recente e drástica redução dos coeficientes desse Fundo, em atendimento aos Requerimentos nº 2, de autoria dos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio e Inácio Arruda, e os nºs 03 e 04 da CDR, e o nº 05 da CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística – IBGE; Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, que nesta ocasião está sendo representado pelo Sr. Antonio Pimentel Pereira; Exmo. Sr. Onildo Elias de Castro Lima, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus/AM e Vice-Presidente do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos.

A importância do assunto da Reunião de hoje pode ser atestada quando se constata que 72,27% dos recursos que aportam aos cofres municipais são provenientes de transferências. As receitas tributárias respondem por 17,21% e as demais receitas por 10,52%. A grande preocupação com relação à transferência do FPM está em que ela é a mais importante fonte de recursos para 81% dos Municípios. A preocupação aumentou, Sr. Presidente, com a introdução dos chamados redutores do FPM, através da Lei Complementar nº 91, de dezembro de 1997, e posteriormente com a Lei Complementar 106, de março de 2001. Há o entendimento de que os redutores representam perdas para inúmeros Municípios. Esta é uma questão fundamental a ser discutida aqui hoje, levando em consideração os requerimentos de parlamentares para que essa Audiência Pública fosse realizada.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, a fase de interpeação pelos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras inscritas. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para as respostas do interpeado. Quero dizer ao Dr. Eduardo que é um prazer enorme a essa Comissão recebê-lo e sem dúvida nenhuma a sua presença aqui representa o respeito a esses 25% dos Municípios que nos procuram quotidianamente para trazer as suas reivindicações, as suas reclamações e, portanto, a expectativa, Sr. Presidente, dos Srs. Prefeitos que aqui se encontram, grande parte deles atingidos por essa resolução, a respectiva é que V. Sª. possa dar uma explicação para a questão e que nós possamos aqui no Senado da República encontrar caminhos que possam corrigir essas distorções aqui apontadas. Concedo a palavra a V. Exª. para que utilize o tempo que achar necessário para a sua exposição.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Em primeiro lugar, Exma. Senadora Lúcia Vânia, obrigado pelo convite para o IBGE participar dessa Audiência Pública no Senado Federal, oportunidade essa que eu pretendo fazer uso para explicar os critérios adotados pelo IBGE para cumprir a legislação atual que determina à instituição a distribuição dos recursos do FPM.

Mas eu já gostaria, Sr^a. Senadora, de fazer um rápido esclarecimento a respeito do número que está sendo mencionado como sendo 25% dos Municípios brasileiros perdendo recursos do FPM. O número preciso que o IBGE tem não é este. O número, Sr^a. Senadora, de Municípios, a proporção de Municípios que de fato perderão recursos de FPM ao longo do ano de 2008 é de apenas, comparativamente com os 25%, é de apenas 7,9% e não 25% dos Municípios que perdem FPM. Por outro lado, em 2008, 7,2% dos Municípios ganharão recursos do FPM, porque o IBGE aponta o crescimento da população. Então há, nesse caso, um relativo equilíbrio: 7,9% perdem recursos de FPM e 7,2% dos demais Municípios ganham recursos de FPM. E como a senhora mesma citou, por conta das Leis Complementares de 1997 e de 2001, que aplica os redutores, em 2008 os redutores ficam extintos. Conseqüentemente, cerca de 21% de Municípios também ganharão recursos de FPM em 2008 por conta da aplicação completa da legislação do FPM. E, na verdade, pela primeira vez desde 1988 é que a Constituição será aplicada na sua totalidade do ano de 2008, sem redutor e com a aplicação dos contingentes populacionais. Conseqüentemente, cerca de 28% de Municípios ganharão mais recursos de FPM e cerca de 7,9% de Municípios perderão recursos de FPM.

Mas eu aqui vou me ater ao problema dos 7,9%, ou seja, para quem ganhou recursos de FPM o problema será como gerenciar o Município com mais dinheiro. Porém, aqueles Municípios que perderam--

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É um bom problema.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: É, é um bom problema. Mas aqueles que perderam recursos terão que gerenciar os seus Municípios com um volume de recurso menor.

Então isso implica em o IBGE explicar como realizou no ano de 2007 a contagem da população e também como todos os anos ele estima a população dos Municípios brasileiros. Então as estimativas anuais, a primeira delas, dizem respeito à estimativa de população residente nos Municípios. Como nós devemos fazer isso? Bom, a legislação de Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, é bastante clara. No seu art. 102 ela diz que o IBGE publicará no Diário Oficial da União, até o dia 31 de agosto de cada ano, e para fins previstos no inciso VI desse artigo, a relação das populações municipais e estaduais, e cada Município ou cada Estado têm um prazo, a contar dessa dada, de vinte dias para apresentar as suas reclamações, e o IBGE, depois disso, até 31 de outubro encaminha ao Tribunal de Contas da União a relação desses Municípios. De posse deste relatório do IBGE, em 31 de outubro de

cada ano, o TCU recalcula a distribuição do FPM que vai vigorar a partir do ano que vem, e quando o TCU também faz a divulgação das suas tabelas cada Prefeitura também tem condições de apresentar as suas arguições ao Tribunal de Contas da União. Então são duas instâncias: a primeira junto ao IBGE e a segunda junto ao Tribunal de Contas da União.

A senhora mesmo citou: são recursos, como foi já dito aqui, 81% dos Municípios brasileiros dependem, muitos deles, quase que exclusivamente do recurso do FPM. Então é um número bastante delicado, conseqüentemente a população que o IBGE divulga tem uma implicação imediata na gestão municipal.

Esses recursos, como a gente pode ver nesse quadro, eles vêm sendo alterados quase que anualmente. Em 1967, a Emenda Constitucional de 1967 estabelecia um fundo de 10% para o FPM e ao longo de todas essas quatro décadas esses recursos vêm se ampliando e hoje já são 23% dos recursos relativos ao Imposto de Renda e ao IPI distribuídos aos Municípios sob a forma de FPM.

Também, quando nós olhamos a evolução do número de Municípios no Brasil, nós podemos ver que, por exemplo, em 1940 o Brasil tinha 1.500 Municípios, 1.574, e hoje ele já tem 5.564, ou seja, aumentamos em quatro mil o número de Municípios no mesmo território nacional. Então a distribuição da população e desta população pelos Municípios vai se alterando cada vez mais. E de 1988 até agora, desde a Constituição de 1988 até agora, nós saímos de 4.182 Municípios para 5.564 Municípios, criando um desdobramento muito grande da população e esse é um dos motivos inclusive que levou à aplicação dos redutores mencionados pela Senadora, na medida em que Municípios que perderiam muito pelo desdobramento populacional foram tendo essas perdas realizadas de forma paulatina, de tal maneira que agora, em 2007, elas se extinguem.

Se nós olharmos o último recenseamento geral feito pelo IBGE no ano de 2000, o censo demográfico de 2000, em 2000 nós tínhamos a distribuição da população brasileira, dos 5.507 Municípios existentes naquele ano, nós podemos observar uma grande maioria, um grande número de Municípios na faixa de até 10 mil habitantes e depois um contingente preciso de 10 mil até 50 mil habitantes e depois de 50 mil, cada vez um número menor de Municípios brasileiros. Não só quando eu olho agora essa tabela, não pelo número de Municípios, mas pela população, nós notamos que a situação se inverte. Quanto maior o número de população, maior, é óbvio, a proporção da população brasileira concentrada nos grandes Municípios. Basta ver que nos Municípios com mais de 100 mil habitantes

o Brasil tem 50% da população e aqueles em que tem menos de 10 mil habitantes nós estamos falando de um contingente próximo a 8% da população brasileira.

Como nós fizemos, então, em 2007 essa contagem de população? Em primeiro lugar integramos três operações fundamentais para a instituição: um censo agropecuário, visitando todas as cinco milhões e duzentas mil propriedades agrícolas no país; a contagem da população, visitando 5.435 Municípios no país; e um cadastro de endereços que nós utilizaremos para, como mostrarei mais adiante, realizar as contagens de população no futuro.

Os Municípios atingidos por essa contagem são 5.435, dos quais 5.414 com menos de 170 mil habitantes e mais outros vinte e um Municípios que tinham população acima de 170 mil, mas pertenciam a um ou dois Municípios num Estado que só tinha esse contingente de população com mais de 170 mil habitantes. Nesse caso, visitamos todos os Municípios dos Estados. Vale dizer no Norte todos os Estados foram recenseados e no Nordeste brasileiro apenas o Estado do Ceará, Pernambuco e Bahia não teve o conjunto dos seus Municípios recenseados porque nesses Estados nós temos mais de três Municípios com mais de 170 mil habitantes e para efeito do FPM não faz diferença, porque acima de 142 mil habitantes há o recurso do FPM, é um coeficiente constante, então independentemente do tamanho da população o coeficiente é fixo.

Dividimos esses 5.435 Municípios em 162 mil pedaços, que são o que nós chamamos setores censitários, para em cada um deles um único recenseador fazer o seu trabalho. Contratamos 90 mil recenseadores e esses recenseadores, cada qual trabalhou com um computador de mão para fazer esse trabalho.

Inovações realizadas nesse censo. Primeiro foi exatamente elaborar um cadastro prévio dos endereços de maneira a evitar que quando o recenseador do IBGE fosse a campo deixasse de visitar um determinado domicílio. Ele já recebia a lista dos domicílios que deveria existir naquele setor de trabalho dele e ele acrescentaria, caso existisse, no Município, no setor, algum domicílio não contido no nosso cadastro. Então esse cadastro é permanentemente atualizado e todos os recenseadores usaram não mais um questionário em papel, mas um questionário incluído no computador de mão que nós denominamos PDA.

Esse é o exemplo do equipamento que nós utilizamos, um pequeno computador de mão que todos os senhores já devem conhecer, seja porque muitos foram pessoalmente recenseados ou porque conheceram ou porque já existem modelos semelhantes no Brasil, e a vantagem desse computador de mão é que ele permite avaliar a qualidade do trabalho enquanto

o recenseador está fazendo o seu próprio trabalho. Então o recenseador está no campo e o IBGE está no seu setor central avaliando a consciência do trabalho, até para evitar eventual perda de domicílio ou ele está trabalhando não no setor dele, mas no setor de outro recenseador, ou em outro Município ou em outro Estado. Então esse trabalho do PDA com o GPS traz essa facilidade.

Aqui nós temos um exemplo, que eu gostaria de mostrar, de um acompanhamento visual da coleta que o recenseador faz. Enquanto o recenseador está no campo percorrendo, nós delimitamos o setor para o qual ele deverá realizar o trabalho, e isso daqui com coordenadas geográficas definidas, ficando claro o que ele tem que fazer na sua atividade. Cada ponto amarelo listado aqui é um domicílio que ele visita. No censo de 2007 pode ser um domicílio agropecuário ou uma residência, e cada ponto, depois com o uso de imagens, inclusive do Google, a gente pode descer a um nível de detalhes, saber exatamente o que é esse ponto. Então esse pontinho aqui é um estabelecimento que tem três galpões e o recenseador está sabendo se lá é uma estufa, se lá é produção de aves ou o que é que tem dentro dessa atividade. Então esse é o grau de precisão que a gente adotou para garantir a qualidade do trabalho e verificar se a pesquisa do recenseador é fora na sua área ou algum seguimento do seu setor, que ele deveria cobrir, não cobriu. Por quê? Porque ele tinha o cadastro prévio dos domicílios que deveria visitar.

Além de todo esse trabalho, que é um trabalho técnico do IBGE, o IBGE fez em 2006, e fará em 2010, quando nós realizaremos o censo demográfico completo no país, que foi a instalação de Comissões Censitárias Municipais em todos os 5.564 Municípios brasileiros. Qual a finalidade da Comissão Censitária Municipal? Estabelecer com a representação municipal local um caminho de diálogo para identificar as necessidades ou eventuais problemas que a própria localidade pode identificar no trabalho feito pelo IBGE. Isso tudo foi instalado antes da coleta, na verdade um ano antes, comunicando a cada Município o que é que o IBGE considera como sendo o limite territorial do seu Município, *vis a vis* os demais. Conseqüentemente, esse é um canal de comunicação que tem que ser permanentemente mantido com os representantes municipais. Essa Comissão, cada uma delas, é composto por no mínimo cinco membros, com a presidência de todas elas de responsabilidade do servidor do IBGE e com participação de representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais poderiam, então, acompanhar o nosso trabalho e apresentarem as suas queixas, os seus comentários e apoiarem o IBGE, como a maioria

fez, fornecendo ao IBGE meios de transporte, infraestrutura, local para instalarmos os nossos postos de coleta. E nós agradecemos, porque esse foi um apoio fundamental, e esperamos continuar contando nas próximas operações. Instalamos setores, postos de coleta em todos os Municípios brasileiros e vários desses postos de coletas foram cedidos gratuitamente pelas Prefeituras dos Municípios, o que apoiou muito o trabalho do IBGE. Instalado o posto, instalada a Comissão Censitária Municipal, nós tínhamos então condições de avaliar todo o trabalho feito. Em cada reunião tem uma Ata e ao encerramento das reuniões nós tivemos a Ata de encerramento da reunião e por ali nós temos um instrumento de acompanhamento do diálogo do IBGE com a comunidade local.

Comparando o censo de 2000 com 2007, que são duas operações semelhantes, realizadas com o uso de milhares de recenseadores, um primeiro dado que é importante para todos nós: a população brasileira não diminuiu. A população brasileira em 2000 era composta por 169 milhões de habitantes. Em 2007 já somos 183 milhões de habitantes, ou seja, houve um crescimento absoluto de cerca de 14.188.121 habitantes. Então o que se trata é de saber se esses 14.188.000 habitantes para onde foram, e não nasceram apenas no Município onde já estavam em 2000. Muitos deles migraram de um Município para outro e é isso que dá as referidas diferenças de população, onde têm alguns Municípios que até ganham recursos de FPM e outros até decrescem em termos de população.

O Deputado Júlio Cesar pode ficar tranquilo que depois eu deixo essas transparências aqui para que o senhor possa fazer as suas consultas.

Vamos analisar alguns aspectos demográficos da realidade brasileira. Primeiro, a evolução da nossa estrutura etária. Um dado importante: esse daqui é 1991, esse daqui é 2000 e esse é 2007. O que a gente olha por essa gravura? Que o topo dessa pirâmide brasileira está aumentando, porque a população brasileira vive mais, a respectiva de vida é maior e a base da pirâmide brasileira está se estreitando. O que é que isso quer dizer? Que a taxa de fecundidade diminui e conseqüentemente o número médio de filhos por mulher em idade fértil está caindo. É claro que esse daqui é um quadro que vai indicar uma mudança do perfil demográfico da população brasileira. O que a gente pode observar? Em primeiro lugar que esse comportamento de 1991 para 2000 e 2007 já estava acontecendo no Brasil urbano há algum tempo, mas o que a gente nota agora é que o Brasil rural está cada vez mais parecido com a estrutura brasileira também na área urbana. Este é um fenômeno novo, este é um fenômeno para as Prefeituras, que trabalham com gestão de população em

distritos rurais, precisam entender que a população brasileira, mesmo no campo, já não cresce na velocidade que crescia em anos anteriores.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Qual a média de filhos?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: A média de filhos, em 2007, estava em torno de 1,99 filhos por mulher em idade fértil.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Independente da classe social?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não, eu tenho esse número da média brasileira. Agora se eu olhar não por classe social, mas por níveis de renda, por exemplo, o IBGE publicou há um mês atrás programas de transferência de renda, inclusive o programa Bolsa-Família, e nós analisamos inclusive a composição das famílias brasileiras dentre aqueles domicílios que recebem o programa e dos que não recebem e nós observamos que também nos que recebem o número médio de moradores por domicílio já é menor. Não a taxa de fecundidade, mas a taxa de fecundidade determina o número de moradores.

Então aqui a gente observa que o Brasil rural está cada vez mais parecido com o Brasil urbano e, conseqüentemente, isso aqui é produto de uma mudança na fecundidade e um aumento da própria longevidade. Se a gente olhar o Brasil como esse todo que tem quase 184 milhões de habitantes com base na contagem de 2007, o que é que a gente observa? Que o Brasil, pelas suas regiões, ainda é muito diferente. A região Sul tem um padrão demográfico com uma taxa de crescimento de população de fecundidade muito baixa se comparada com o Nordeste e inclusive com a região Norte brasileira. Em compensação, a longevidade da população Sul tem uma proporção de habitantes maior do que a da região Norte e da região Nordeste. Os gráficos anteriores davam a média do Brasil. Aqui a gente pode observar quão heterogêneo é o Brasil nas suas regiões. E se também desagregássemos isso por Estado, veríamos que nem todos os Estados do Nordeste ou do Norte são homogêneos entre si; o mesmo para o Sul e para o Sudeste.

Se nós então olharmos as componentes que determinam a nossa evolução, que é o número de nascimento, o número de óbitos, a fecundidade, nós vamos entender o que se passa com o Brasil. Por exemplo, em 1940, o Brasil tinha 41 milhões de habitantes; em 2000, 169 milhões de habitantes; em 2007, 183 milhões de habitantes. Então o que é que a gente observa? Que o processo de crescimento da população brasileira é contínuo e assim vai continuar até por volta de 2060. A partir de 2060 o Brasil pode até diminuir a sua própria população.

Essa população cresce e uma característica desse processo de crescimento é o de que cresce, mas a taxas decrescentes de crescimento da população. Reparem que se hoje, 2005, a taxa de fecundidade é de 2,1%, eu disse que em 2006 já é 1,99%, em 1940 essa taxa era de 6,2% em média. No Norte brasileiro, na década de 60, em média a taxa de fecundidade era de 8,6%, mas essa taxa vem caindo em todos os Estados e regiões brasileiras e a gente pode observar que o declínio, um declínio em média de 66% na taxa de fecundidade. Mas enquanto esse declínio não atingir a 100% a população continua crescendo. O crescimento está acontecendo, mas numa velocidade menor e isso altera a estrutura da nossa pirâmide.

A taxa de mortalidade também cai. Se em 1950, para cada mil crianças que nasciam vivas 150 delas morriam antes de completar um ano de idade, hoje essa taxa já caiu para 25 mortes antes de completar um ano de idade, para cada mil nascidos vivos, ou seja, uma queda de 80% da taxa de mortalidade infantil. No Sudeste e na região Sul e na região Centro-Oeste a queda é maior do que 80% e na região Norte e Nordeste essa queda está na casa dos 70%, encaminhando para 80% da própria população. Então a taxa de fecundidade cai, mas a taxa de sobrevivência da população infantil também está caindo, quer dizer, a taxa de morte está caindo, conseqüentemente a sobrevivência está aumentando e se sobrevivem vivem mais e, com isso, a esperança de vida da população brasileira vem aumentando progressivamente. Se em média a expectativa de vida era de 40 anos, hoje essa expectativa já é de 72 anos de vida. A probabilidade do número de anos que uma criança, ao nascer hoje, viverá daqui para frente será de 72 anos de idade. Em 1940 eram apenas 40 anos de idade.

Comparando isso com outros países a gente pode ver a evolução demográfica do Brasil, onde em 1960 a nossa pirâmide tinha um topo estreito e uma base larga e com o passar do tempo o topo vai se alargando e a base vai se estreitando. Esse é o Brasil dos últimos quarenta anos. Nos últimos sete anos esse processo continua: a redução da fecundidade e o aumento da longevidade. Está aqui um quadro que eu já mostrei da composição rural e urbana.

Uma característica desse novo Brasil é que o número médio de pessoas residentes em cada domicílio brasileiro está diminuindo e isso o IBGE só faz quando faz uma contagem de população. Em 1991 era esse azul claro o indicador por Estado brasileiro da média de moradores por domicílio brasileiro, e nós podemos ver que o Estado do Pará, do Amapá e do Amazonas, mais o Maranhão, eram Estados que tinham um população em que a média do número de moradores por

domicílio em 1991 era de cinco ou mais moradores. Em 2000 essa média já está abaixo de cinco e em 2007 essa média está bem abaixo de cinco e muitos Municípios brasileiros até encaminhando para um número de três. Ora, se o número caminha para o em torno de três, o que o IBGE encontrou em 2007 foi uma média de 3,5 moradores por domicílio, quando muitos de nós ainda fazíamos que conta? Quatro moradores por domicílio. Só isso já induz a uma super estimativa da população brasileira.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não está o Distrito Federal?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Ah não, mas tem a explicação, não é esquecimento. Como eu disse para o senhor, em 2007 nós não contamos 129 Municípios por terem mais de 170 mil habitantes e o Distrito Federal é um exemplo disso.

Agora olhem esses dois mapas que eu vou apresentar. Essa é a média do número de moradores brasileiros em 2000. Reparem o desenho e a coloração desse mapa brasileiro. No próximo mapa olha o que a gente vê. Um mapa onde o número de Municípios com uma média de moradores inferior ao de 2000 já caiu bastante. Comparando esse dois mapas a gente ver claramente como o IBGE, ao longo do território nacional, está observando uma redução do número médio de moradores. Vejam só que não é um problema do Município A, B, C ou D, mas é um processo que está caracterizando o Brasil. Conseqüentemente, cada Município haverá de refletir essa realidade e do ponto de vista de quem projeta a sua população acreditando que ainda tem uma média de quatro moradores por domicílio, esbarra com uma realidade que já não é essa como a gente vê.

Comparando o Brasil para frente, aqui eu tenho 2010, 2020, 2030 e 2050, a gente tem uma idéia de que aquela pirâmide demográfica vai desaparecer e a gente vai ter um retângulo demográfico, onde a quantidade de pessoas que nascem é cada vez menor e a longevidade da população é cada vez maior. Esse é o Brasil.

Se nós compararmos com outros países, esse é o quadro da Europa, este é o da Espanha, este é o da África este é o da Coreia do Sul. Comparemos então o Brasil com a França. Hoje a França tem essa estrutura. Se a gente comparar o Brasil, em 2050, com a França hoje, a gente observa que o padrão demográfico do Brasil do futuro é muito parecido com o da França hoje. E se nós olharmos o Brasil em 1960, nós vamos obser-

var que é muito parecido com a África dos dias atuais. Então se eu olhar para trás eu vejo o Brasil comparável com a África; se eu olhar para a frente eu vejo o Brasil comparável com países desenvolvidos.

Esse quadro retrata aquela pirâmide em números. A estrutura demográfica do Brasil hoje se compara ao que a África vai ter daqui há cinquenta anos e a estrutura demográfica que o Brasil terá daqui há cinquenta anos já é o que a Europa tem nos dias atuais. Então esse é um exemplo que deixa claro para nós que a evolução brasileira hoje reflete muito mais o padrão de desenvolvimento de países demográficos, de países desenvolvidos, ou seja, uma tendência a crescer menos a população de cada um dos Países, dos Estados e dos próprios Municípios.

Comparando a contagem de 2007, agora não mais com o censo de 2000 feito, mas com a estimativa de 2006, o IBGE é obrigado a adotar metodologias distintas. Por quê? Porque eu não posso contratar 90 mil recenseadores, 150 mil recenseadores para contar a população todo ano, e a Lei diz que o IBGE tem que contar a população todo ano. Então nos anos em que o IBGE não faz a contagem da população, ele tem que estimar essa população para os demais anos. E, ao estimar, ele tem que projetar olhando para trás. Mas, quando eu olho para frente, eu verifico que não necessariamente eu estou reproduzindo essa tendência.

E aí nós temos a realidade de hoje. Como eu já citei para a Senadora, 444 Municípios brasileiros, no ano de 2007, tiveram uma população que as enquadraram, essa população, esses Municípios, em coeficientes de FPM menores do que o de 2006. Este é o número e estes 444 não representam 25% da população brasileira, representam 7,9% da população brasileira. Por outro lado, 402 Municípios brasileiros se enquadraram em coeficientes maiores do que o de 2006. O número é menor, mas bastante próximo. E cerca de 1.200 Municípios recebem, já em 2008, o seu FPM sem a aplicação do redutor que a Senadora mencionou das Leis Complementares de--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Esse redutor era em função do quê?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: O redutor era em função, em primeiro lugar, do próprio desmembramento de Municípios e que fazia com que o Município desmembrado perdia demasiadamente população ou, se contado, também perdia muita população. No lugar de aplicar o redutor de uma única vez, a Lei, em 1997, estendeu por um período maior, mas essa Lei, em 2001, ela foi alterada e prorrogou o prazo de aplicação do redutor por mais tempo. Agora a lógica do redutor é de um espelho: se diminuiu a perda de quem perderia de uma vez só, também significa dizer que

diminui o ganho de quem poderia ganhar. Em 2008, sem a aplicação do redutor, o Município vai ganhar o que tem que receber. Então nessa conta eu tenho que incluir cerca de 1.200 outros Municípios brasileiros. E os demais dos 5.564? Nem ganharam, nem perderam. Então nós estamos aqui falando de um contingente que é atingido negativamente de 444 Municípios brasileiros, que é a questão do Fundo de Participação. Então, com isso, eu termino aqui a apresentação da população e agora vou falar da distribuição do FPM para os Municípios onde estão esses habitantes.

Então qual que é a minha intenção nesse momento? Não só explicar o que é o trabalho do IBGE, mas também falar da importância de pensarmos melhor a respeito dos critérios atuais de repartição do FPM que tantos problemas trazem, como a própria Senadora citou. Então se nós olharmos o modelo atual de distribuição do FPM do Brasil, o critério está dado nessa tabela e essa tabela vem desde muitos anos. Então Municípios com até 10.188 habitantes ficam na primeira faixa e depois a sequência de faixa. Todos os senhores conhecem muito bem essas faixas e então eu posso passar adiante.

Eu posso desenhar essas faixas, graficamente, e o que a gente observa é que a progressão do recurso que o Município vai receber não é função da sua população, é função de classes de população. É como se fossem degraus. O degrau é um múltiplo do número que é 3.396. Então se o Município tiver avançado e chegado a 3.394 habitantes, ele continua na mesma faixa. Agora se ele tiver 3.396, ele pula de faixa. Então para o Município em que o IBGE disser que a sua população cresceu em 3.396, para esse Município o IBGE trabalhou bem. Para o Município onde o IBGE diz que a sua população cresceu em 3.394, 3.393, 3.392 ou qualquer outro número, já está colocado o problema. O problema não está em dúvida sobre toda a população, mas sobre o quanto falta para o Município galgar mais um degrau. E esse é o problema, esse é o motivo do litígio que existe entre os Municípios. O Município de Simão Dias, no Estado de Sergipe, precisa de duzentos habitantes. Mas o IBGE então disse para o Município que a sua população aumentou ou em três mil, cento e alguma coisa. Os três mil, cento e alguma coisa não têm a menor importância, porque estão faltando duzentos. Ora, os duzentos que faltam não podem pesar mais do que os três mil que entraram, mas o critério que eu tenho hoje na Lei faz com que se não tiver um múltiplo uma vez, duas vezes, três vezes ou quatro vezes o limite municipal, está aí a origem do problema e está aí o problema que nós temos com 444 Municípios brasileiros.

O que é que o IBGE sugere? Bom, nesse caso se as faixas são essas, em primeiro lugar eu digo, por exemplo, numa faixa que permite o Município passar de um coeficiente de 1,0% para 1,2%, como que ele vai passar de 1,0% para 1,2%? Se ele tiver mais 3.395 habitantes. Então cada um desses 3.395 habitantes já deve ser computado para o efeito de ganho do FPM. Não precisa ter todos os 3.396. Cada um dos 3.395 representará ganho para o Município.

E o Município que perdeu duzentos e vinte habitantes? Ele vai perder duzentos e vinte sobre três 3.396 avos daqueles 0,2% de FPM que ele tem direito. Ele não vai perder tudo. Ele perde, se tiver que perder, proporcional à redução da população e não proporcional à faixa de população. Quanto cada Município vai ganhar por habitante? Veja só. Na primeira faixa vai ganhar 0,0003924%. Isso daí não é nada. Um Município perder 20% é uma coisa, perder um coeficiente desse tamanho, multiplicado por 3.395 é que o problema para ele. Ele tem que perder, se perdeu duzentos habitantes, não 3.390 habitantes.

O critério atual são esses degraus. Aqui estão os limites da primeira faixa. Eu parei nesse número para caber nesse *slide*. Então o que os senhores podem notar? Que se lá atrás o critério era o degrau, agora esse degrau passa a ser uma faixa contínua onde cada indivíduo representa um 3.396 avos daquele gasto ou daquela receita que ele precisa ter. Isso, certamente, diluiria grande parte dos conflitos, das insatisfações que as Prefeituras brasileiras têm em relação ao trabalho que todo ano o IBGE é obrigado a fazer para estimar a população de Município, mesmo quando não faz a contagem.

Esse é o modelo alternativo.

Aqui para a outra faixa, na última faixa é o mesmo critério. Então, independentemente da faixa, o critério seria algo contínuo. É claro que isso decide a adequação. A adequação não precisa ser, a meu ver, não precisa ser de 2008 para 2009, mas nós temos que pensar num horizonte temporal onde essa acomodação possa ocorrer e, conseqüentemente, esse problema desaparecer.

Porém, isso é do lado da Lei. Agora como que no futuro o IBGE também poderá e deveria trabalhar para que não combinassem modelos diferentes de cálculo de população, seja fazendo contagem ou seja estimando? Então o IBGE também está trabalhando para desenvolver um método alternativo que é produzir informações sobre características dos domicílios e da população atualizadas anualmente com o detalhamento geográfico municipal e por uma série de temas. E essas informações que hoje nós levantamos a cada dez anos, quando efetuamos o censo, nós poderíamos fazer

todos os anos e, portanto, o retrato sócio demográfico do Brasil seria permanentemente atualizado. Com isso estaríamos, então, produzindo as informações de um censo demográfico, com agora uma periodicidade não de dez anos, mas de um ano, e por Município e por unidade da Federação. Com isso o IBGE garante, ou melhor, garantirá a atualização das estimativas demográficas, em especial dos pequenos Municípios, que são esses 81% que dependem do FPM para a sua gestão, com base em informações que vão ser obtidas no Município e não no gabinete projetando a evolução. Todos os anos o IBGE tem que fazer esse levantamento e garantir a atualização das estimativas demográficas. Quais são as estimativas demográficas? Todas essas que nós precisamos saber de fecundidade, de mortalidade infantil, de número de habitantes, de movimento migratório, de constituição de Municípios, principalmente naqueles em que a gente sabe que na fronteira agrícola a dinâmica é constante, eu não posso ficar olhando para dez anos atrás.

Com isso eu poderia a um ciclo de cada cinco anos, que é o que o IBGE pretende fazer, semelhante ao que a França já faz, a cada cinco anos eu tenho um mapeamento completo da população brasileira e levantando sempre 20% da coleta total a cada ano, em cinco anos concluo 100% da coleta.

Esse penúltimo *slide* vai dar uma amostra de Município onde nos pequenos eu faço um levantamento de 20% deles a cada ano e nos grandes Municípios eu vou estratificando essa coleta.

No próximo *slide* a gente teria, então, esse mapa. População de até 4 mil habitantes, eu visito a totalidade dos setores daquela população. Entre 4 mil e 8 mil eu visito 30% dos domicílios por amostra a cada ano. E de 8.000 a 16.000, 20%, e nos Municípios com mais de 16.000, 16%. Isso daqui, para quem conhece as estatísticas do IBGE, equivaleria ao IBGE fazer, a cada ano, o equivalente a dez PNADs, que é o que ele já faz por ano. A PNAD dá o retrato do Brasil e dá o retrato dos Estados. Se eu fizer, por um contingente de domicílios, equivalente a dez meses a PNAD anual, eu posso dar a informação por Município. Eu tenho que desenhar esse modelo lá para a frente. Então se a Lei avança no sentido da construção de faixas contínuas, o IBGE tem que avançar no sentido de construção de estimativa contínua da população. Caminhando nesses dois sentidos eu tenho certeza absoluta de que muitos dos atritos que podem ter ou administrativos ou legais entre o IBGE e os Municípios brasileiros tenderiam a desaparecer, porque nós encontraríamos uma saída absolutamente viável para aquilo que é fundamental para o Município, que é definir quanto ele precisa de recursos do FPM.

Bom, Sr^a. Senadora, muito obrigado. Para concluir eu quero só informar que o IBGE já está iniciando o trabalho de planejamento do censo demográfico de 2010 e nós pretendemos, agora no mês de junho e no mês de julho, realizar em Brasília uma reunião em que possamos encontrar os representantes dos Estados para que apresentem ao IBGE todas as questões relativas a limite territorial e as suas questões de interpretação sobre o censo do IBGE para o ano de 2010, também lembrando que as Comissões Censitárias serão instaladas para o censo de 2010. MUITÍSSIMO obrigado.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Sr. Presidente e passo a palavra para o Sr. Antonio Pimentel Pereira, representando aqui os Municípios, a Confederação Nacional dos Municípios.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Muito boa tarde Senadora Lúcia Vânia, que preside essa Comissão, Dr. Eduardo Nunes, Presidente do IBGE, Dr. Onildo Elias, da Frente Nacional de Prefeituras, Srs. Senadores, Senadora aqui presente, demais participantes desta Reunião.

A Confederação Nacional de Municípios de muito vem lutando para estabelecer, principalmente nos primeiros cinco anos da década que estamos vivendo, essa contagem populacional para 2005, que era tradicional do IBGE, pelo seguinte: os efeitos da contagem estão sendo reclamados hoje porque, se fosse feito em 2005, não teria uma situação que está acontecendo agora, que é o último ano de mandato para os Prefeitos, 2008, que é um ano diferente, onde os Municípios têm que fazer um cumprimento diferente da legislação, já nesse período de maio não se pode mais empenhar sem dinheiro em caixa para cumprir o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, é um ano eleitoral, nenhum Município, nenhum Prefeito gosta de perder recursos no último ano eleitoral, tem a questão do fim do redutor financeiro do FPM colocado através da Lei 91/97, modificado pela 106, para 31 de dezembro de 2007, o que deu algum efeito também.

Agora o que ocorreu nos Municípios e o que ocorre ainda hoje? A maioria, infelizmente, dos 5.564 Municípios brasileiros não têm os seus limites bem definidos. E na contagem de 2000, que era no questionário ainda, não tinha esse PDA, através de GPS, para definir realmente aonde é que estão aquelas vilas e aquele domicílio, foi toda tirada essa diferença agora e ocorreu em vários Municípios onde uma vila ou um distrito achava que estava no Município tal e na hora que foi pegar e confrontar com o PDA, aquele distrito ou aquela vila estava em outro Município. O nosso Município que eu dirijo, vou completar oito anos agora, Governador Mangabeira, nós tivemos o trabalho de pro-

curar a Comissão de Divisão Territorial da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e fizemos a marcação com piquetes em acordo com os Municípios vizinhos para poder acabar isso, que nós sabíamos que já tinha divergência lá no censo demográfico de 2000.

A demora do IBGE, eu não estou aqui querendo criticar o IBGE porque eu sei que depende de recursos orçamentários, pelo contrário, eu quero parabenizar o IBGE pela contagem populacional de 2007, mas quero aqui chamar a atenção de que se confrontamos com a modernidade pela primeira vez. E o que ocorre? Aqueles Municípios que tinham perda de população, comparada de 1991 com 2000, ele continuava caindo pela estimativa populacional que ano a ano o IBGE faz para o TCU concluir como fazer a partilha do FPM. Então quando o Município tinha queda de 1991 com 2000, ele continuava caindo, e esse efeito, infelizmente, é que trazia uma situação de dificuldade para esses pequenos Municípios com relação ao FPM. Então essa questão da dança dentro daquela tabela de coeficiente, ela não existiu somente nesse ano de 2007 para 2008 não. Todos os anos elas existiram e no meu Município nós caímos de 1,2% para 1,0% por apenas dezesseis habitantes, no ano eleitoral de 2004. Só me restou fazer um ajuste orçamentário para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, demitir pessoal para não deixar de cumprir o limite de despesa pessoal de 54% também e resolver a questão.

Mas eu queria aproveitar, Senadora Lúcia Vânia, e os Senadores que estão aqui presentes, o Deputado Júlio Cesar que é um municipalista e entendido nessa área também, está aqui o Vice-Prefeito do Município de Governador Mangabeira que me acompanha e o colega aqui da Frente Nacional de Prefeitos, que tudo isso pode ser resolvido da seguinte forma: olha, esse grau de dependência do FPM, infelizmente, ele vem de duas questões básicas: o FPM representa, no conjunto de receita de todos os Municípios, em torno de 31 bilhões de reais, representou com o número de 2006. O ICMS, 37 bilhões, só que o ICMS é mal distribuído. Eu estou com um trabalho aqui que nós fizemos lá na Bahia, onde tem um Município que tem uma refinaria de petróleo, chamado São Francisco do Conde, e esse Município, só porque ele tem uma refinaria de petróleo, eu fiz uma comparação com um Município que tem 30 mil habitantes, Paratinga, que está lá no semi-árido, no São Francisco. Olha as discrepâncias dessa Lei de transferência do ICMS que é baseada no lucro bruto das empresas. Só de ICMS esse Município de São Francisco do Conde recebe 123 milhões por conta dessa refinaria que tem lá. E o de Paratinga recebe apenas um milhão, quatrocentos e cinquenta. Porque a Lei, infelizmente, ela diz que 75% do retorno

desse dinheiro é de acordo com o valor adicionado do Município, que é baseado no lucro bruto da empresa e não de população. Com isso, distorções enormes acontecem dentro de cada Estado. Isso acontece em São Paulo com Paulínia, isso acontece em Minas Gerais porque tem lá Betim com a indústria automobilística, isso acontece com o Rio de Janeiro que tem Duque de Caxias, a refinaria, acontece com o Rio Grande do Sul que tem Triunfo com pólo petroquímico e em Canoas, também com refinaria, e nos outros Estados deve ter algum Município lá que tenha minério ou que tenha hidrelétrica, e ele joga essa receita para cima, modificando também os valores constitucionais de gasto de saúde e de educação, educação 25% e saúde 15%. Então, para se ter uma idéia, 15% do que foi aplicado neste Município, cada um com 30 mil habitantes, o de São Francisco do Conde aplicou 23 milhões de reais, em que Paratinga apenas um milhão. Paratinga tem 2.500 Km² de área territorial, enquanto São Francisco do Conde tem 220 Km² e está pertinho de Salvador, enquanto o outro está a mais de 800 km de Salvador.

Outro dado que chama a atenção, Srs. Senadores, Senadora Lúcia Vânia, que nós temos que modificar, nós temos que ter a coragem de mudar isto já agora na reforma tributária que está sendo colocada aqui no Congresso, é que isso também dá distorção no repasse na Câmara de Vereadores. Veja só: o Município de São Francisco do Conde recebe, por ano, com apenas nove Vereadores, nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais para poder demandar os dispêndios nessa Casa Legislativa. Isto é superior à receita orçamentária de 316 Municípios dos 417 Municípios do Estado da Bahia. Isso acontece em muitos Estados também da Federação.

Outro fato que a gente tem que lamentar e que podia ser resolvido e deixar de ter esses problemas que esses 444 Municípios estão reclamando, ao invés de fazer o seu ajuste, porque eu não vejo outra saída a não ser fazer ajuste, porque nós estamos em abril e dificilmente o Projeto de Lei do Senador Romero Jucá, que quer modificar essa questão, o 141/07, vai ser votado aqui na casa. Então eu aconselho o ajuste.

DEPUTADO JÚLIO CESAR (DEM-PI): Já foi votado aqui, falta votar na Câmara.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Mas é muito difícil ser votado e a gente sabe que não tem... está na Comissão de Constituição e Justiça, a Confederação tem a posição dela, nós estamos lá trabalhando isso também, agora eu quero dizer que podiam corrigir também isso com a questão dos *royalties* do petróleo, que começou com dois bilhões e hoje arrecada vinte, e fica difícil trinta Municípios do Rio de Janeiro receber 76,6% de toda a arrecadação de *royalties* do petróleo,

e tem aqui um Projeto de Lei, inclusive do Senador Vicente Claudino, que trata de redistribuir isso para todos os Municípios do país. Então nós temos que pensar numa Federação--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só o Rio de Janeiro leva 68% dos *royalties* do Brasil.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Da parte do Estado, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Isso.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Então é nesse ponto que nós temos que trabalhar em fazer uma redistribuição dessas receitas. Nós podemos dizer aqui, com toda a tranquilidade Presidente Eduardo, Senadora Lúcia Vânia, que a nossa Federação é uma Federação manca, e, com isso, a única saída para os habitantes que moram no interior é ou se deslocar ou migrar, como bem provou o IBGE ao longo desses quarenta anos, para a região metropolitana do seu Estado ou se não para os grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Então nós estamos já chegando numa situação tão difícil que não podemos jogar nas costas do IBGE o problema que aconteceu com a contagem populacional, porque foi um choque com a modernidade, um choque com a contagem via satélite, onde acabou aquele questionário, que ainda existia, infelizmente, como Prefeito eu tenho que dizer aqui, que ainda existia o chamado questionarismo, muitas coisas do questionário a mais do que realmente acontecia, a influência de tentar, sabendo que aquilo ali ia trazer recursos.

Então nós temos que louvar o trabalho do IBGE, nós temos que louvar o trabalho aqui do Congresso Nacional na identificação dessas demandas, na identificação dessas dificuldades, desses absurdos, e nós conseguimos, inclusive eu faço parte do Comitê de Assuntos Federativos, já incluir na proposta de reforma tributária, Senadora, a desconstitucionalização dos critérios de repasse de ICMS, tirar da Constituição para colocar em Lei Complementar, que fica mais fácil de modificar e a gente entrar com uma proposta... Eu não vou dizer aqui, está presente o representante da Frente Nacional de Prefeitos, que nós vamos tirar de uma vez esses critérios, mas temos que trabalhar uma situação para em cinco ou dez anos ir diminuindo esses valores que são transferidos aos Municípios que teve a sorte de ter um investimento, muitas vezes feito com o dinheiro do próprio contribuinte, como é o caso lá de Camaçari, que em 1975, lá na Bahia, tinha vinte mil habitantes e hoje tem duzentos mil. Camaçari já está com um PIB municipal maior do que Salvador, que tem três milhões de habitantes.

Então são esses aspectos que eu gostaria aqui, representando a Confederação Nacional dos Municípios de deixar colocado, não podemos entrar em discussão com o trabalho do IBGE, mas sim de aproveitar o momento especial que está sendo colocado com a reforma tributária que está aqui já tramitando no Congresso Nacional e outras propostas para corrigir a distorção de ICMS. E outras propostas que existem aqui, além dessa do Senador Vicente Claudino, de tentar modificar a questão da distribuição dos *royalties*, porque se agora, com esse novo Campo de Tupi, mais um Campo que disse que descobriu essa semana, que é o quarto campo petrolífero do mundo, aí cada vez mais o Rio de Janeiro vai ficar como o Estado da Federação concentrador de todas as receitas de *royalties* de petróleo e que já tem uma grande fatia de ICMS também.

Então a nossa opinião é no sentido de louvar o trabalho do IBGE e de que a gente trabalhe também no sentido de fazer uma Comissão, além dessa Comissão de Assuntos Econômicos, mas uma Comissão Permanente para tratar do equilíbrio fiscal no Brasil. Essa Comissão deve influenciar positivamente no sentido tanto do uso dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional como também de reorganizar essas partilhas, porque como já foi colocado aqui, na década de 90 o *royalty* não representava muita coisa, dois bilhões apenas. Hoje representa vinte bilhões, então começou a criar distorção. E o ICMS, há quarenta anos atrás, 1967, essa Lei foi feita com 100% do valor adicionado, pelo ex-Ministro Delfim Neto, e ela permanece até hoje praticamente inalterada. Desceu para 75% em 1988 e agora nós precisamos pensar nisso porque esses Municípios da região metropolitana estão sofrendo problemas, efeitos como excesso de veículos, problema grave com segurança pública e criminalidade. Então a gente tem que evoluir para criar condições de que esses Municípios que forem emancipados, chegando aí a 5.564 Municípios, tenham receita suficiente para cuidar da saúde, da educação, quem sabe também da segurança pública e cooperar com os Estados e cooperar com a União Federal no sentido de prestar um bom serviço à população.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Antonio Pimentel Pereira e passo a palavra ao Exmo. Sr. Onildo Elias de Castro, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus e Vice-Presidente do COFIM/FNP, para fazer a sua exposição.

SR. ONILDO ELIAS DE CASTRO LIMA: Exma. Sr^a. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senadora Lúcia Vânia, Ilmo. Sr. Eduardo Pereira Nunes, DD. Presidente do IBGE, Ilmo. Sr.

Antonio Pimentel, representante da CNM, Srs. Senadores, minha senhora e meus senhores.

As minhas colocações serão muito poucas diante do que já foi explicado aqui, tanto pelo Dr. Eduardo quanto pelo Dr. Antonio, Prefeito Antonio. Todas são procedentes, todas nos satisfazem em termos das nossas preocupações.

Queremos ressaltar ou queremos apenas argumentar com o IBGE de que precisamos dar explicações para aqueles 444 Municípios que tiveram as suas populações reduzidas, porque alguns deles dizem assim não entender o motivo da redução, e agora o Dr. Eduardo explica com muita clareza tecnicamente. Nós técnicos podemos entender bem porque é que houve essas reduções, mas muitos Prefeitos e muitas pessoas dos Municípios pequenos não entendem isso, na medida em que eles tenham um aumento do número de pessoas que estão matriculadas em escolas, na medida em que eles têm um aumento do número de vacinações, aumento do número de ligações elétricas, aumento do número de ligações de água. Por que tudo isso aumenta no meu Município e a minha população diminuiu?

Então precisa haver uma explicação mais clara para que satisfaça essa insatisfação dos Municípios que estão aí sobrando sofrendo com esse problema da contagem. Sabe-se, também, no meu caso especificamente de Manaus, em Manaus, as capitais todas não sofreram com o problema da recontagem, mas sofreria se nós não estivéssemos alerta tempestivamente e nós solicitamos a recontagem de Manaus. Ainda assim Manaus é uma cidade hoje com quase 12 milhões de habitantes, a contagem aponta apenas um milhão, seiscentos e quarenta e seis, enquanto outros números e outros indicadores de luz, eletricidade, água, educação e saúde indicam uma população superior a esse número.

Então me parece que está realmente ainda crescendo uma intimidade maior do órgão técnico que é o IBGE com as populações para que haja maior discussão, maior explicações da metodologia, sabendo que há um forte fator diferencial entre o censo que se faz há dez anos e a contagem populacional que se faz de cinco em cinco anos ou no meio da década, e que aí se usa o fator, a metodologia da estimativa. Essas estimativas me parecem que precisam ser revisadas também ou questionadas ou quem sabe explicadas conosco, com esse Congresso Nacional explicando melhor a tecnologia. A Lei está posta, mas a Lei é muito pequena. Diz que o censo é feito conforme a Lei nº tal, mas não dá maiores detalhes, nós não conhecemos um detalhamento maior de como que é feita a metodologia de contagem.

Nós questionamos e nos perguntamos – está mais claro agora após a explicação do Dr. Eduardo -, mas antes eu fazia o seguinte questionamento: será que a junção dos três censos, das três atividades, censo demográfico, censo agropecuário e o cadastro não implicaram em alguma distorção? Como já explicou o Dr. Antonio, o Prefeito Antonio, a contagem de 2005 que devia ocorrer, ocorreu em 2007, não causou algum tipo de distorção também?

Então o encaminhamento, eu daria assim das soluções, o próprio IBGE está encaminhando, que é revisar efetivamente essa distribuição do FPM, porque a população hoje passou a ser, aliás, agora não, já é de muito tempo um fator estratégico nas gestões municipais. Por quê? Dela depende os recursos que nós vamos receber para nós atendermos às demandas sociais dos nossos Municípios.

Eu acredito que também não vá ser o PL 141 que vá resolver. Por quê? Pela simulação que nós já fizemos com o PL 141 teremos aí onze capitais que terão os seus FPM reduzidos. Manaus terá o seu FPM reduzido em 25%, considerando que em 2008 não terá mais o redutor.

Então me parece que não é essa a discussão pontual de resolver o problema daquele Município que recebe maior quantidade de FPM, como diz um Governador ou um Prefeito atual de Goiânia, ele diz assim: “estamos jogando... Tem Município que joga dinheiro pelo vitrô, porque não sabe o que fazer com o dinheiro”. Paulínia está criando um plano de previdência para a população de Paulínia; não é para o servidor não, é para a população de Paulínia. Então vejam que a distorção não está na contagem do IBGE.

O Antonio já ressaltou muito bem, a modernidade é que causou isso, mas nós temos que enfrentar essa modernidade. O IBGE está com tecnologia de ponta para fazer isso, mas se queixam ou nós ainda ficamos questionando se os orçamentos para pesquisa, os orçamentos para o IBGE, os recursos destinados para fazer pesquisas neste país ainda são suficientes?

Todos nós sabemos que não ocorreu o censo de 2005 porque os recursos orçamentários eram reduzidos, eram poucos. O IBGE teve que refazer toda a sua estratégia de aplicação da pesquisa, daí a junção das três atividades, por falta de recursos financeiros para se aplicar em pesquisa. O Dr. Eduardo diz assim: “não vou contratar 90 mil pesquisadores anualmente”. Por que não? É claro que esse número vai ser reduzido na medida em que a tecnologia avança, na medida em que ele utiliza mais o GPS, mais satélites, mais computadores. Ora, por que não contratar? Talvez não vá ser mais noventa, mas quarenta, porque a tecnologia está sendo mais introduzida no meio da pesquisa.

Então esta Casa também tem sim o dever de dar o suporte ao IBGE em termos de alocar recursos, de brigar por recursos para que o IBGE cumpra a sua missão constitucional que é estabelecer os indicadores econômicos para este país poder fazer a sua gestão adequada.

Nós não podemos sofrer, os Municípios que são a origem da cidadania, é lá que está o morador, não pode sofrer em função de não atentarmos para aspectos estratégicos da contagem da população, e não só da contagem da população, em todos os indicadores que o IBGE formula nesse país, é o principal órgão formulador de indicadores econômicos e sociais para as nossas gestões, tanto da União, dos Estados e dos Municípios.

Então eu faço minhas as palavras do Prefeito Antonio, com as preocupações de toda a ordem em relação à distribuição do FPM, mas também hipoteco em nome da Frente Nacional dos Prefeitos total solidariedade ao órgão IBGE. Esse órgão realmente tem uma tradição, evoluiu em áreas mais recentes nos anos 80 na contagem da microempresa, que não se tinha uma estatística de microempresa ainda, não temos ainda um PIB de turismo, não se conhece hoje algumas atividades, qual é o Produto Interno Bruto dessas atividades, nós precisamos medir esses produtos, não é, mas o IBGE só vai conseguir fazer isso se realmente ele ficar dotado de tecnologia, de pessoal capacitado para fazer cumprir a sua missão.

Então eu queria, por fim, propor que o IBGE se aproximasse um pouco mais dessas populações dos 444 Municípios. Quem sabe seminários explicativos, do que explicou hoje aqui e também dando satisfação dos questionamentos que eles fazem. Por que é que aumentou o meu número de matrículas e não aumentou a minha população? O que foi que ocorreu com isso? Veio de onde, migrou de onde? Enfim, eles querem essas explicações.

Então eu queria deixar aqui a sugestão da nossa Frente Nacional de Prefeitos que o IBGE se aproxime para dar satisfação até a esses cidadãos desses 444 Municípios que tiveram a sua população reduzida e, conseqüentemente, reduzido os seus recursos financeiros para as suas gestões municipais.

Presidente, muito obrigado e me coloco à disposição para outros questionamentos.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu pergunto ao Dr. Eduardo se ele gostaria de responder as perguntas ou eu passaria direto aos Senadores?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria se possível, Presidente, que nós fizéssemos as perguntas--

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): E ele respondesse todas?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Temos dois Senadores e o Deputado Federal Júlio César que deseja participar, e seria bom, Presidente, a senhora abrir esse espaço, vez que se trata de uma pessoa interessadíssima e conhecedora da questão dos interesses municipais.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então eu concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr^a. Presidenta desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, Dr. Eduardo, Presidente do IBGE, Sr. Prefeito Antonio Pimentel Pereira, que também representa aqui a CNM, Dr. Onildo Elias Lima, Vice-Presidente do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos.

Sr^a. Presidenta, pelos debates e explicações que aqui foram feitos através dos nossos convidados, mais uma vez chegamos à conclusão de que os levantamentos efetuados pelo IBGE são especialmente estratégicos e importantes para a programação, para o planejamento e a realização de obras em todos os Municípios do Brasil. Basta que uma determinada faixa de população cresça, evolua ou reduza para que um determinado grupo de Municípios possa aumentar ou diminuir a sua receita.

Eu quero, então, enaltecer a sugestão feita pelo Presidente do IBGE, eu gostaria até que isso fosse feito de uma forma ou de um padrão legislativo para que nós apresentássemos aqui, traduzindo a sua linguagem num Projeto de Lei visando a dar maior consistência e equilíbrio na distribuição do Fundo de Participação em função de uma nova metodologia que fosse adotada, modificando a legislação atualmente existente, que é a Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, estabelecendo um modelo novo onde todos os anos as estimativas demográficas fossem efetuadas. Naturalmente que para isso o Ministério do Planejamento, com o apoio do Congresso Nacional, teria que disponibilizar para o IBGE um montante maior de recursos, isso em benefício da realidade nacional e o estabelecimento de critérios que viessem a estabelecer a justiça distributiva em nosso país.

O Prefeito Antonio Pimentel Pereira discorreu sobre vários assuntos, inclusive a questão da redistribuição dos recursos dos *royalties*. Isso já tem sido motivo de muita discussão até no âmbito do Senado Federal, de vez que há uma disparidade, há uma distorção a ser corrigida. Há uma concentração de recursos provenientes dos *royalties* em determinados Estados em detrimento de regiões, de Estados ou de Municípios que

sofrem com a pobreza, com a falta de recursos para a correção das disparidades regionais e locais. Então é imprescindível que na reforma tributária nós tenhamos coragem de atacar esse problema de frente, corrigindo a questão da redistribuição dos *royalties*, pois não é possível que o Rio de Janeiro detenha quase 70% de todos os recursos nacionais originários dos *royalties*, e agora com a descoberta do lençol de Tupi e um outro que foi anunciado nacionalmente pelo diretor da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Aroldo Lima, não em termos de anúncio, mas de informação, conforme ele próprio diz, teremos o quarto maior lençol do mundo, como se referiu o Prefeito Antonio Pimentel Pereira, quer dizer, isso daí vai redundar numa disparidade ainda maior, numa distribuição que ao invés de ser equitativa é injusta, concentrando riqueza numa região já bastante rica como é o Estado de São Paulo, como é o Estado do Rio de Janeiro.

Aliás, em termos, eu até estranhei, mas é um levantamento do IBGE, a capital que mais cresceu populacionalmente foi Salvador, depois do Distrito Federal, mas São Paulo e Rio de Janeiro estão decrescendo em sua população. É um fenômeno que tem que ser analisado, quem sabe até do ponto de vista sociológico, relacionados com os problemas, quem sabe, da violência, da criminalidade, da redução da qualidade de vida nessas regiões mais ricas.

Então na medida em que os recursos são direcionados para outras regiões que tem um grande potencial de desenvolvimento, por exemplo, os recursos dos *royalties*, temos certeza que essa desconcentração populacional vai beneficiar o Brasil como um todo, porque não só vai melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas que se deslocam para regiões menos populosas, como também vai proporcionar riqueza a essas regiões mais distantes dos centros populacionais mais densos do nosso país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Eu tenho aqui, Presidente, até para provocar o debate, algumas notícias que foram produzidas em jornais, na própria defesa do IBGE, que é uma instituição que eu respeito. Numa primeira hora com a redução do Fundo de Participação de algum Município, inclusive de Simão Dias que é a minha tenda, fui Prefeito, eu aqui protestei em outra Comissão contra um levantamento que surgiu, vamos dizer, pelo avanço teológico, pela modernidade introduzida pela atual direção do IBGE. Então se um determinado Município sofreu o decréscimo populacional e se reflete na redução do seu Fundo de Participação, isso vai implicar imediatamente em quê? Também na redução da qualidade da administração pública. Os setores essenciais da população com as obras de infra-estrutura, saúde e educação sofre-

rão, sem dúvida, um bloqueio imediato. Isso é o que aconteceu. Eu acho que a modernidade tem que ser usada, tem que ser introduzida, nisso eu parabeno o IBGE, mas o que aconteceu é que ela foi feita assim de forma repentina, de um dia para o outro. Ninguém estava prevenido para isso, muito embora sempre devemos estar de acordo com os avanços que melhoraram a performance das nossas instituições. Agora se o IBGE acompanhou a modernidade, os Municípios não acompanharam a modernidade, o Governo Federal e o Congresso Nacional não foram capazes de prevenir os Municípios de que isso poderia acontecer.

Quatrocentos e quarenta e quatro Municípios tiveram perda de arrecadação com a redução do Fundo. Isso aí, Presidente, representa assim uma população de quantas pessoas? Isso representa quanto em termos de recursos financeiros que foram perdidos destes Municípios e foram alocados para outros Municípios?

Aqui eu tenho o jornal Portal de Notícias da Globo. Isso foi no dia 20 de outubro de 2007. “Prefeitos querem rever censo do IBGE para receber mais”. Isso é o efeito psicológico do momento em que sai uma notícia de que o Município vai perder, então há uma grita generalizada e uma preocupação que consideramos até de certo ponto aceitável. “Dados do instituto reduzem verbas que o Governo terá de repassar para algumas cidades. O IBGE diz que não aceitará pressão para rever dados. Os números preliminares do censo 2007, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estão provocando uma verdadeira rebelião de Prefeitos em todo o país – isso foi naquele mês de 2007. Eles exigem a recontagem da população de seus Municípios, pois um grande número de cidades apresentou redução de habitantes, etc. e etc. Em São Paulo, pressionado pelos Prefeitos, o IBGE já corrigiu para cima a população de pelo menos sessenta Municípios incluídos na contagem de 2007”.

Bom, Sr. Presidente, nós confiamos na honorabilidade de V. Ex^a., como confiamos na correção de métodos do IBGE. Eu estou apenas citando esses fatos que foram públicos para que V. Ex^a. aproveite esta Audiência Pública e faça os seus devidos esclarecimentos, de como é que foram feitos esses levantamentos e se esses levantamentos receberam divergências, ou seja, se o IBGE recebeu reclamações e se as reclamações feitas tiveram, vamos dizer assim, um atendimento do ponto de vista técnico no sentido de rever as pesquisas anteriormente feitas.

Com relação à criação de novos Municípios, “devemos ter o cuidado para evitar que a criação de novos Municípios, por um Estado qualquer, afete o montante destinado aos entes equivalentes de outros Estados. Assim, Municípios em tudo similares podem receber,

a título de participação do Fundo, valores diferentes que não pertenceram ao mesmo Estado, estando em desvantagem o ente cujo Estado tenha a mesma restrição ao surgimento de novos Governos municipais. Observa-se, entretanto, que a Emenda Constitucional nº 15, de 1991(F), limitou a discricionariedade nas Assembléias Legislativas sobre esse tema. Independentemente de qualquer ressalva, porém, a questão central é que qualquer perda de um Município de dado Estado implicará como contrapartida ganhos para outros Municípios do mesmo Estado”.

Então eu pergunto a V. Ex^a. ou V. S^a., como é o mais correto, mas em homenagem a um Presidente que fez uma brilhante palestra, que aumentou a minha admiração. Na outra Audiência eu fui mais, digamos assim, radical com V. Ex^a., mas hoje, em função da sua palestra, das explicações que o senhor deu a mim e ao Prefeito de Simão Dias numa Audiência particular, e dos nobres convidados Antonio Pimentel e Onildo Elias, eu estou mudando o meu pensamento em relação ao IBGE, dando os meus parabéns, os meus aplausos. Pelo contrário, nós devemos dar apoio a V. Ex^a., ao seu órgão para que ele realize essa missão importante de fazer levantamentos não só de dez em dez anos ou de cinco em cinco anos, mas anuais, porque assim teremos a realidade do nosso país. Então considerando que a contagem de população é de grande importância para os Municípios e porque isso implica no aumento ou na redução de Fundo, considerando que a pesquisa do próprio IBGE de perfil dos Municípios brasileiros, finanças públicas, sobre receitas e despesas em todos os Municípios revelou que o Fundo é responsável por 57,3% das receitas disponíveis das Prefeituras, o senhor poderia encaminhar para os Senadores desta Comissão a relação dos Municípios brasileiros que apresentaram recursos contra o censo realizado pelo IBGE? Não recursos, mas reclamações, quais são os Municípios que reclamaram, no ano de 2007, referente à contagem da população e que serviu de fonte para que o TCU fixasse os coeficientes do Fundo de Participação? Então com base nessas relações nós queremos, então, saber, também, quais as reclamações que foram atendidas.

Finalmente, Presidente – temos umas dez perguntas, mas vou fazer somente uma –, considerando que para atualizar os dados populacionais no intervalo dos censos demográficos o IBGE realiza a contagem da população – a contagem de 2005, planejada em 2003, foi somente executada em 2007. Considerando que por questões orçamentárias a contagem foi realizada apenas em Municípios com o máximo de 170 mil habitantes, ou seja, a contagem não foi realizada de fato em todos os 5.564 Municípios, pergunta-se: após

a conclusão do trabalho de contagem da população de 2007 foi realizada alguma avaliação desse trabalho, seus pontos positivos e negativos que podem ser aperfeiçoados, durante a avaliação desse trabalho foi detectada alguma possível falha nessa contagem devido à falta de recursos para a realização completa da contagem populacional?

E, finalmente, eu gostaria de agradecer, enaltecer a V. Ex^a., Presidente, pela realização dessa Audiência Pública que vem esclarecer tema tão fundamental para o desenvolvimento dos nossos Municípios e para o incremento de levantamentos da realidade nacional, e agradecer ao que aqui foi dito pelo nosso Prefeito Antonio Pimentel Pereira, que falou numa linguagem contundente, mas real, sincera, de todas as necessidades que precisamos fazer, de todas as reformas que nós precisamos fazer para melhorar a vida dos Municípios. Também elogiar a participação do Sr. Onildo Elias de Lima e agradecer ao Presidente do IBGE. Obrigado a V. Ex^a.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Senador Adelmir Santana, eu quero aqui agradecer a presença do Sr. Prefeito Zacarias e seus assessores de Itapirapuã, do meu Estado, Estado de Goiás, dos Exmos. Srs. Prefeitos Mathias Miranda, Prefeito da cidade de Lagoa, no Estado do Piauí, do Exmo. Sr. Prefeito Antonio Ribeiro Barradas, Prefeito de Agricolândia, cidade também do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana e, posteriormente, ao Deputado Júlio Cesar, que nos brinda com a sua presença aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr^a. Presidente Lúcia Vânia, Sr. Presidente do IBGE, senhores representantes dos Municípios, Prefeitos.

Eu tenho a sorte de estar num Município indivisível, numa unidade federativa indivisível, que é o Distrito Federal. Mas eu tive a paciência de ficar aqui durante toda a Sessão em deferência à nossa Presidente Lúcia Vânia e ao Senador Valadares, autor desse requerimento. Uma coisa me chamou a atenção. Me chamaram a atenção a existência de ilhas, como bem foi citado pelo Prefeito Antonio Pimentel, de ilhas de prosperidade em razão dos critérios da distribuição desse Fundo Municipal, bem como o destaque de um volume de Municípios que não tenha absolutamente recurso algum. Nós sabemos que as populações estão nos Municípios, então isso nos desperta mais uma vez a curiosidade e o desejo, e dizíamos ontem quando a Senadora Kátia Abreu fazia um pronunciamento no Senado, da necessidade de se examinar toda essa

questão desse pacto federativo, ter a coragem de examinar isso em profundidade.

Agora o IBGE, na minha visão, quero louvar a belíssima apresentação, ele faz a coisa baseada numa legislação existente e numa ciência que a gente sabe que hoje é uma ciência extremamente reconhecida, a ciência da estatística, ao fazer as amostragens, e faz isso, como foi demonstrado aqui, com muita sabedoria e com um histórico de muitos anos.

O problema existe, vai se agravando cada vez mais se a legislação não for alterada com essas descobertas e o enriquecimento de alguns Municípios, poucos Municípios. Portanto, acho que o momento é oportuno, quero louvar a nossa Presidente por ter feito essa Audiência Pública, convocado essa Audiência Pública, suscitado essa discussão. A gente vê que os pontos de convergência são muito maiores do que os pontos de divergências. Já foi sugerido aqui pela estrutura que o próprio IBGE tem, deveria fazer um ponto de encontro, uma fórmula de esclarecimento a esse número tão reduzido, de pouco mais de 10% ou menos de 10% dos Municípios brasileiros que perderam a participação no Fundo. São quatrocentos e poucos Municípios, não é?

A apresentação do IBGE serviu até como uma aula a todos nós, mostrando o formato futuro e o formato de hoje da população brasileira e despertando cada vez mais a necessidade, como eu disse, de nós discutirmos isso profundamente na questão da reforma tributária, na questão do pacto federativo. O que a gente percebe é que cada vez mais as receitas estão concentradas no poder central, diminuí sensivelmente essa concentração nos Municípios e ficam, naturalmente, dependentes dessa repartição de recursos. É importante que a gente encontre um formato em que não haja ilhas de grandes prosperidade, pequenas ilhas, e um grande número de Municípios com qualidade de vida extremamente baixa em relação ao próprio país.

Eu não sei, aí vai entrar muito estudo, estudo técnico, mas é necessário que se faça processos de alterações nesse processo de rateio desses recursos. O IBGE, certamente, não pode fugir disso, faz isso por força de Lei, tem a obrigação de mandar isso anualmente ao TCU para a fixação desses percentuais. Há alguns fatores que levam em conta, fatores estabelecidos também baseado em Lei, talvez aí a gente tenha que diminuir esse multiplicando ou multiplicador, que é o número de população, para diminuir cada vez mais a possibilidade de um Município deixar de estar numa faixa e passar para outra. Talvez seja um dos caminhos. Nisso daí entra, naturalmente, muito estudo técnico e que certamente vai modificar a alteração da legislação.

Então eu queria, Sr^a. Presidente, apenas dizer que fiquei aqui com o objetivo de colaborar, embora seja uma matéria em que nós, por força da representação do Distrito Federal, não nos afeta, mas de qualquer modo nos preocupa quando se discute todos esse Fundos, levando em conta que o Distrito Federal tem tratamentos especiais com relação a não ser nem Estado, nem Município e ser indivisível. Mas parablenzo a todos os expositores e o problema foi perfeitamente compreendido por todos nós. Eu tenho certeza disso.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Antes de o Deputado Júlio Cesar falar eu gostaria de pedir desculpas, mas eu tenho um almoço com os administradores, não são Prefeitos, mas com os administradores do Distrito Federal agora às 13h. Com sua permissão.

DEPUTADO JÚLIO CESAR (DEM-PI): Sr^a. Presidente, Sr. Presidente do IBGE, estimado Pimentel, esse homem estudioso que sempre está do nosso lado na defesa permanente dos interesses dos Municípios brasileiros, representando sempre a CNM, Sr. Onildo, representante da Confederação Nacional dos Prefeitos, Srs. Senadores e Sr^a. Senadora Presidente, senhores Prefeitos aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores.

Presidente Eduardo, eu sou testemunho do seu trabalho, da credibilidade do IBGE e da confiança que eu tenho nos seus números. Essa história de que diminuiu quatrocentos e tanto, diminuiu em relação à estimativa do ano anterior, mas em relação ao censo de 2000 todos aumentaram, todos aumentaram. Eu tenho me debruçado permanentemente em cima desses números para defender os interesses dos Municípios brasileiros. Aqui, Presidente Lúcia Vânia, Senadora Lúcia Vânia, se aprovou a toque de caixa um projeto de iniciativa do líder do Governo em que as especificações lá que ele apresentava era mais contestando os dados do IBGE, quando no final ele pedia também a manutenção do redutor. Eu entendi que muitos dos Senadores votaram este projeto sem entender o que estavam votando, porque se entendessem realmente eu tenho certeza que na consciência deles não votariam como votaram.

O que é que pretende o projeto do Senador Romero Jucá? Congelar todos os coeficientes de 2007, e congelando os coeficientes de 2007 vai impedir daqueles que cresceram que possam crescer; os que decresceram, ficam onde está. Mas o que é mais grave, Senadora, é a manutenção do redutor. O redutor que foi por mim criado, essa Lei Complementar, Pimen-

tel, de 1991, é de minha autoria, quando se criou no país mil Municípios mais ou menos, em que aqueles Municípios-mãe, que cederam população para instalar novos, cairia de uma vez o seu coeficiente, e nós inventamos uma mágica desse redutor para que isso acontecesse gradualmente no espaço de cinco anos. Eu fiz todas as projeções, em todos os projetos que eu faço, eu faço projeção para não cometer injustiça. Quando chegou em 2001, que estava para acabar o redutor, aqui o Senado votou uma Lei, que é a Lei Complementar 106, depois foi para a Câmara, foi confirmada, eu não estava aqui, foi um ano que eu fui candidato a Senador, fiquei fora porque não fui eleito, e estendeu este redutor para dez anos, para terminar em 2007. Como não se fez projeção, no sexto ano começou dar prejuízo àqueles Municípios que pertenciam a um determinado coeficiente, que foi mantido, nesta fase de transição. Um exemplo: o Município que era 0,8% caiu para 0,6%. Vou citar esse exemplo, que é o caso mais comum. Então somente esta diferença de 0,2% é que implicaria o redutor, que era para perder em cinco anos. Jogaram para dez, no sexto ano começaram a ter prejuízo. Por que é que deram prejuízo? Porque o redutor tira de todos que tinham redutor, formava outro Fundo e na hora de redistribuição, aqueles que contribuíram para este Fundo, não participavam da divisão. Por isso que eu vi aqui o representante de Manaus dizer que perde 25% Manaus com o redutor, mas já estava previsto. Perde porque lá caiu o redutor e Manaus era altamente privilegiado pela redistribuição do redutor, que ela não contribuiu para a formação.

Mas, Sr. Presidente, dos dados estatísticos que o senhor apresentou aqui a gente mostra claramente o problema da pobreza do Brasil. Quando é a expectativa de vida, o Nordeste tem a menor, tem a menor expectativa de vida. Quando é para nascer, pela falta de controle tem a maior, tem a maior. Então todos os indicadores que o senhor falou, número de membros por família, os Estados mais pobres, os mais longínquos, principalmente da região Norte, tem cinco, quando a média é 2,1. Então isso daqui é exatamente o espelho do Brasil, é o espelho do Brasil os números estatísticos do Brasil. Quando fala em renda per capita vai para lá. Quando fala em IDH os piores estão lá. Então é o estado do Brasil.

Mas eu quero chegar a comentar o problema do pacto federativo. O nosso país é o país mais injusto que eu conheço de distribuição de renda. Começa que quem tem a maior responsabilidade, quem está na linha de frente, é que tem menor participação no bolo tributário brasileiro, são os Municípios em que tudo que se arrecada, apenas 14% ou 15% é feito pelos Municípios, quando eles têm mais obrigação do que todos

os outros entes federados. E dentro desses Municípios há esses excessos de privilégios.

Eu quero, eu até lamento, o Senador Adelmir saiu, ele falou muito em pacto federativo, em privilégio, ele não está aqui para ouvir, mas os três grandes privilégios do Brasil, o senhor sabe, Presidente, que eu já comentamos várias vezes, nós sempre conversamos pessoalmente, primeiro eu acho que é o *royalty* do petróleo. Aliás, Pimentel, o projeto de *royalty*, de redistribuir, é meu; o do Senador é absolutamente igual ao meu, ele é do Piauí, é meu amigo, pedi para ele apresentar aqui para os dois projetos andarem concomitantemente. O daqui já tem parecer desfavorável, apresentado por um Senador do Amazonas, sem projetar realmente o que era importante com certeza, porque o Estado do Amazonas, apesar de já receber, mas vai receber muito mais pelo novo critério que nós instituímos. O de lá ainda não, e nós estamos trabalhando.

Mas ontem eu fiz uma palestra lá para os Prefeitos e falei de dois assuntos: o projeto aqui do Senador Romero, que eu fui Relator na Comissão de Finanças e Tributação, e apresentei um substitutivo, que você tem conhecimento, que querem derrubar na Comissão de Justiça. O meu substitutivo não é congelar, não é manter redutor e nem nada. O meu substitutivo é, aquele que caiu nos quatrocentos, mantém-se por um ano. Os que subiram, pelo projeto do Senado é proibido subir, que suba, é direito adquirido. E os que têm redutor, acaba, como determinava a Lei Complementar 106. Então isso é pacífico e fizemos de comum acordo, trocamos até idéia quando eu fui fazer o relatório, temos que trabalhar na Comissão de Justiça para ser mantido.

Em relação aos *royalties* do petróleo, Presidente, eu passei seis meses estudando. Eu fui a todas as bases da Petrobrás, fui à plataforma continental, estive no Rio Grande do Norte, estive lá no Amazonas, estive lá em Urutu, estive lá em Coari para estudar, para entender melhor. Passei seis meses para fazer esse projeto. Como é isso daqui? Cada um, os primeiros 5% tem uma divisão, os segundos 5% tem, a participação especial tem outro, tem a parte do Estado, tem a parte dos Municípios, tem a parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia e do Ministério da Marinha. O que é que nós fizemos em relação aos *royalties* do petróleo? Fizemos várias projeções e nas projeções que eu fiz, em 2006, o Rio de Janeiro ficava era com 85%. Diminuiu um pouco no ano passado em função do crescimento da produção do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte. Mas em 2006, Presidente, só um Município do Estado do Rio, eu vou dizer o nome, eu disse ontem, o Município de Campos, tem 25%. E esses 25% de Campos, Presidente do IBGE e Presidente desta Casa, recebe mais por ano do que

todos os Municípios de treze Estados do Brasil. Uma só cidade. Não é o somatório dos treze não, mas de todos os Municípios de cada um dos treze Estados da Federação. Recebe mais do que o Piauí, do que o Maranhão, do que a Paraíba, Sergipe, Alagoas. Vamos lá para a região norte, os Estados pequenos: Roraima, Acre, Rondônia, Amazonas, só fica de fora o Pará. Treze Estados, uma só cidade. E o que é mais grave é que o valor adicionado que disciplina a distribuição, que é a diferença entre as compras e as vendas, não é bem o lucro, Pimentel, é a diferença entre o que entra e o que sai, o valor adicionado de lá é altíssimo pela venda do petróleo. Então são dois grandes privilégios que os Municípios de petróleo têm. São Francisco do Conde tem a maior renda per capita do Brasil: era trezentos e cinquenta em 2004, em 2005 caiu para duzentos e oitenta, por uma mudança que o IBGE fez da metodologia diminuiu um pouco, mas continua com a maior renda per capita do Brasil. Tem 32 mil habitantes São Francisco do Conde e tem o PIB maior do que o do meu Estado, o do Piauí, que tem mais de 3 milhões de habitantes, e lá só tem 32 mil habitantes. É a maior disparidade que existe neste país. Aí joga lá, lá tem dois privilégios: tem o *royalty*, porque tem uma refinaria, e tem o ICMS – vocês já viram o Prefeito aqui –, cento e tantos milhões, e um outro Município, com a mesma população, que têm menos de 10%.

Este fenômeno é mais agravado no Rio. Tem um Município de Quissamã, que tem 14 mil habitantes, recebe em torno de 100 milhões de *royalties*, fora o ICMS, que é altíssimo. Eu estou atrás do orçamento dela. Eu estimo que seja 200 milhões para 14 mil habitantes.

Esses casos que falaram, Rio das ostras, Macaé, Campos, Porto Real, Búzios, são os maiores privilégios desse país. Os *royalties* falam: “não, 900 Municípios recebem *royalties*”. É verdade, 900. Mas eles têm 30 que recebem quase 80% e tem 800 dos 900 que não recebem 3%, não recebem 3%.

Eu já falei o privilégio do valor adicionado do ICMS, o privilégio da distribuição injusta dos *royalties* do petróleo. Porque a Constituição, Presidente, diz que a plataforma continental pertence à União. O subsolo pertence à União. Se pertence à União, por que é que uma Lei Ordinária vai dizer que pertence... O Estado confrontante, que fica às vezes cem, cento e cinquenta, já se fala em 200 km da plataforma. Fala-se em danos ambientais, e o dano ambiental que está lá na plataforma. Então nós temos que rever essa Lei, redistribuir este dinheiro, pertence à União, o critério é injusto e eu estou aqui trabalhando todos os dias para mudar este critério.

Devo dizer, já estou me alongando demais, até gostaria de falar outras coisas, mas eu vou resumir. Eu acompanho, Presidente, a cada decênio as transferências constitucionais, confio no Tesouro. Em todos os REFIS, o Pimentel sabe também, houve retenção indevida de recursos por parte do Tesouro e da Receita. Mais da Receita, porque o Tesouro faz o que a Receita classifica. Eu estive agora vendo uma Audiência Pública com o Secretário da Receita e fiz esse questionamento. No REFIS I as empresas pagavam todos os tributos e ela tinha que classificar, dividir o IPI e o Imposto de Renda para compartilhar. Não fez, foi obrigado nós batermos, aí eles fizeram, compelidos pelo nosso trabalho lá. O PAEX, que é o REFIS II, a mesma coisa. Mas pagaram. O PAES, que é o da Medida Provisória 303, viveu apenas noventa dias, aconteceu. E agora o IPI, com a compensação que as empresas faziam, principalmente os grandes contribuintes, os importadores deixavam de pagar, deixavam de pagar segurado por uma liminar, a Procuradoria da Fazenda Nacional conseguiu derrubar a liminar e o Tesouro foi lá e seqüestrou da conta, com base nessa decisão, só de uma empresa um bilhão de reais de IPI, de uma empresa, Companhia Siderúrgica Nacional, em maio de 2007. E com outras empresas dá um bilhão, quinhentos e cinquenta e seis milhões, até hoje não compartilhado, porque a Receita botou lá, ao invés de botar como receita de IPI, botou como outras receitas para evitar o compartilhamento.

Então eu faço esse apelo: vamos trabalhar juntos em cima desse projeto. Está chegando aqui o piauiense Senador Heráclito Fortes, que é outro defensor dos Municípios do Brasil. Nós temos que mudar o pacto federativo e tem que jogar de frente, o Sr. Presidente da CNM não enfrenta esse assunto com seriedade, ele foge pressionado por três ou quatro Prefeitos da ONPETRO(F), que é uma organização de petróleo do Rio de Janeiro, para pegar esse recursos que em 2000, Senador, era menos de um bilhão e que está chegando a vinte bilhões, que desse total 60% pertence a Estados e a Municípios.

Então fazendo isso eu quero cumprimentar ao Presidente do IBGE, dizer que confio muito nos dados. O que houve em muitos casos realmente foi uma diminuição, mas em relação à estimativa, não em relação ao censo anterior, e dizer que nós precisamos mudar, mas isso é uma casa de marimondo, mudar critério de FPM e FPA aqui é uma casa de marimondo. Na hora que pega... Eu sei que o Presidente já conversou comigo, o Presidente do IBGE, é muito importante essa maneira. Só tem uma dificuldade, Presidente, nessa mudança, porque cada Estado tem um percentual fixo. Teria que misturar tudo, teria que misturar tudo, porque

isso aconteceu em 1989 pela Lei Complementar 62, em função da criação exagerada de Municípios em alguns Estados e outros não. Aí se criou, foi votada esta Lei dando um percentual fixo do FPM para cada Estado brasileiro. O Piauí, por exemplo, praticamente dobrou o número de Municípios, quase que dobrou nesse espaço de tempo. E alguns, não. Agora aquele projeto, aquela idéia do senhor, Dr. Eduardo, é muito importante, mas tem que mudar também esse critério de percentual fixo de cada unidade federada.

Parabéns a todos e digo ao Presidente que entre de frente, pacto federativo é redistribuir, mas eu estava falando dos privilégios, eu queria falar nos outros privilégios: um é o privilégio da renúncia fiscal da Zona Franca, são mais de dez milhões de reais, todo tirado do IPI que é imposto compartilhado, Zona Franca de Manaus; e o outro privilégio eu não sei se é justo, se é necessário, é o privilégio do Fundo Constitucional do Distrito Federal, sete bilhões, do tamanho do orçamento do Distrito Federal, a União transfere, e transfere e não fica lá no orçamento do GDF. Eu tenho uma amizade muito grande, eu não tenho nada com o Governador e não é do tempo dele, não foi criado no tempo dele, foi no final de 2002 que criaram este Fundo, que botaram um dispositivo que este Fundo cresce pelo percentual de crescimento das receitas líquidas da União, quando o FPM e o FPA crescem pelo crescimento do IPI e do Imposto de Renda. Então são esses privilégios que fazem o desequilíbrio do pacto federativo do Brasil.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço ao Deputado Júlio e passo a palavra ao Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Pereira Nunes. Eu quero dizer aos senhores parlamentares que nós temos pouco tempo, uma vez que a Ordem do Dia começa às 14h e nós não podemos nos estender. Portanto, eu pediria ao Dr. Eduardo que pudesse ser bem sucinto, bem como aos demais oradores que falarão depois.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Mais uma vez, Senadora, muito obrigado pela nova oportunidade de responder aos comentários. Felizmente todos os comentários foram extremamente favoráveis ao trabalho do IBGE e agradeço especialmente a todos aqui presentes, mas especialmente ao Senador Antonio Carlos Valadares, porque como ele mesmo comentou numa outra Audiência em que eu estive aqui no Senado, duas semanas atrás, um pouco mais, o próprio Senador foi bastante duro com o IBGE em relação à contagem da população, e havendo a oportunidade de dar o devido esclarecimento ele hoje já teve, com relação à instituição, uma outra posição, a quem eu agradeço muito e é exatamente essa disponibilidade que nós temos sempre para prestar as informações que eu também

coloco à disposição da Confederação dos Municípios, das Associações de Municípios.

Como também foi observado aqui, sobre a necessidade do IBGE explicar a todos os 444 Municípios que perderam, eu começo explicando com as palavras do Deputado Júlio Cesar: perderam quando fazemos a comparação de 2007 em relação a 2006. Mas, se comparados com 2000, não há no Brasil nenhum Município com queda de população. O Brasil aumentou a população em 14 milhões de habitantes e todos os Municípios também aumentaram. Entretanto, não na velocidade esperada e não comparada com a projeção que nós havíamos feito anteriormente.

Então eu aqui, publicamente, digo que nós estamos sempre à disposição de todos os interessados para dar a explicação que for necessária. Sempre que nós convidarem, não precisa convocar, sempre que nos convidarem nós estaremos à disposição para dar os esclarecimentos, até porque temos confiança na seriedade e na qualidade do nosso trabalho. Nessa ordem, na seriedade e na qualidade. Então não tem porque nós não explicarmos aquilo que efetuamos.

E, principalmente, o Deputado Júlio Cesar, que até fez alguns comentários, o que nós fazemos é dar um retrato da realidade brasileira. Algum Município pode ser até, por conta dessa estimativa, penalizado por um critério que não é do IBGE, é da Lei, mas ninguém duvida que a população brasileira se comporta hoje de uma maneira diferente do ponto de vista reprodutivo de cinquenta anos atrás, ninguém duvida que a região Norte e Nordeste brasileira, em relação à região Sul e Sudeste está em piores condições, quaisquer que sejam os indicadores; quando é para pior o Norte e o Nordeste tem um índice maior e quando é para melhor o Norte e o Nordeste tem um índice menor. Então isso é que o IBGE faz em todos os indicadores, seja com a pesquisa municipal, seja com a PNAD, seja com o PIB do turismo, que inclusive foi feito o comentário aqui, o IBGE ainda não tem, porque no dia que nós divulgarmos o do Brasil a próxima pergunta será "quanto será o PIB do turismo de cada Estado?". Quando divulgarmos do Estado, todos quererão saber "quanto é o de cada Município"? Então a gente tem que ter uma metodologia que atenda a todas essas demandas para não criar expectativas que depois a gente não poderá atender num prazo apropriado. Nós estamos fazendo um trabalho nessa direção.

Então eu gostaria, eu já usei bastante o tempo aqui dessa Audiência, de dizer que nós estamos à disposição de todos, mais uma vez agradeço ao Senador Valadares, agradeço ao Deputado Júlio Cesar e a todos que elogiaram o trabalho do IBGE. Eu confesso que vim com o espírito também preparado para ouvir críti-

cas, mas é sempre bom a gente saber que o trabalho da instituição é um trabalho reconhecido.

O Senador Valadares pediu, inclusive, que queria saber qual o número de ações havidas em relação à contagem do IBGE e como o IBGE reagiu às críticas, inclusive dessa matéria, citando que sessenta Municípios do Estado de São Paulo tinham sido beneficiados por pressão. Eu repito o que estava dito lá, repito o que estava dito na matéria, que certamente não reproduziram tudo que eu disse na ocasião, que não é porque há pressão que o IBGE vai responder a esse ou àquele, e é exatamente o que aconteceu nesse caso. A matéria comenta o número de Municípios que o IBGE promoveu a revisão do trabalho, não a pedido dos Municípios de São Paulo, mas foi a pedido de todos os Municípios que queriam que o trabalho não atingisse o resultado que a Lei determinava, que em 31 de agosto, como o senhor viu, o IBGE é obrigado a publicar, por Lei, no Diário Oficial, o quantitativo da população de todos os Municípios. E o IBGE teve a posição corajosa de comunicar que no ano de 2007 não faria a divulgação definitiva em 31 de agosto de 2007. Nós publicamos um número preliminar informando que aquele número ainda estaria sendo alterado, porque em muitos Municípios brasileiros ainda tínhamos recenseadores realizando o trabalho, ficamos mais um mês abrindo portas de domicílios fechados cuja dificuldade para entrevistar o morador era grande, de tal maneira que um mês depois, quando concluímos o trabalho, muitos Municípios tiveram os seus dados atualizados. Foram sessenta em São Paulo, número que eu não tenho certeza se é correto ou não, mas assim como pode ter sido sessenta em São Paulo houve em todos os Municípios brasileiros uma segunda divulgação de número, inclusive o Município de Manaus, que na primeira divulgação era um milhão e quinhentos e na segunda divulgação já chegou a um milhão e seiscentos. Não há praticamente nenhum Município que da primeira para a segunda divulgação tenha havido queda de pontuação, em todos eles ainda houve um aumento. É uma prova de que o IBGE ouviu todas as reclamações. O prazo concluiu, nós enviamos dia 14 de novembro, e repare, não foi nem 31 de agosto, nem 30 de setembro, nem início de outubro, foi no dia 14 de novembro que nós enviamos ao TCU os números definidos. Então ficamos de 1º de setembro a 14 de novembro trabalhando todas as informações para verificar se ainda poderia haver alguma dificuldade. Por quê? Porque nós estávamos sensíveis ao problema dos 444 Municípios sim, que o senhor perguntou quantos habitantes são, eu sinceramente não tenho aqui, mas para o IBGE não importa quantos são; enquanto houver uma pessoa que nós julgarmos que estaria sendo pre-

judicada por um trabalho que é a necessidade do IBGE de se adequar à Lei, nós vamos continuar trabalhando, seja no campo, seja fazendo proposta de mudança de Lei, porque eu acho que é uma responsabilidade nossa para melhorar o funcionamento da legislação e da própria sociedade. Então eu não tenho o número exato, poderei dar ao senhor mais tarde, mas para nós não importaria se esse número fosse 10% da população ou apenas um habitante. Enquanto houver prejuízo, porque nós sabemos que esses 444 Municípios terão dificuldades para administrar as suas finanças, enquanto isso acontecer nós vamos trabalhar.

Agora, para concluir, eu só digo ao senhor que não foi apenas em 2007 que o IBGE foi alvo de reclamações judiciais e não judiciais. Em 2001, logo após do censo de 2000, foram 123 ofícios que nós recebemos; em 2002, foram 186; em 2003, 215; em 2004, 185; em 2005, 729, porque esperavam a contagem, não veio a contagem, as queixas aumentaram; em 2006, não fizemos contagem, caiu de 729 para 109. Por quê? Porque os Municípios já estavam informados de que a contagem foi aprovada para ser realizada em 2007. Então cai de 2005 para 2006 de 729 para 109; em 2007 de 109 sobe para 378. Por que 378? Por que são 444 Municípios. E os demais, não reclamaram? Alguns não reclamaram e eu tenho certeza que Simão Dias não reclamaria se nós tivéssemos a oportunidade de esclarecer antes da apresentação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E os que tiveram a sua receita aumentada não--

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não tem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nem fizeram elogios?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não, alguns fizeram elogios, eu tenho que reconhecer que alguns fizeram elogios, e até Municípios que perderam também elogiaram: "reconheço que o meu Município perdeu, mas quero dizer que o trabalho do IBGE foi brilhante, tem os parabéns". É claro que eu não fiz um quadro na minha sala, mas eu guardei todos esses ofícios também dos elogios que a instituição recebeu.

Então eu, Senadora, digo à senhora que estou muito contente com o resultado dessa Audiência porque, em primeiro lugar, é nossa obrigação dar os esclarecimentos, mas eu também tinha a expectativa de que as queixas pudessem ser até maiores do que os elogios aqui feitos, e se fosse 100% de queixas mesmo assim eu voltarei tantas vezes quanto for convidado, porque é uma obrigação da nossa instituição dar informação à sociedade, produzindo informações estatísticas, demográficas e cartográficas e também

estaremos aqui à disposição de todos, sempre que nós convidarem. Muitíssimo obrigado.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço ao Dr. Eduardo e passo a palavra ao Dr. Antonio Pimentel.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Sr^a. Presidente, parabênizo pela ocorrência dessa Sessão, inclusive no período que nós estamos aqui na 11^a Marcha aqui em Brasília, com mais de três mil Prefeitos. Estamos encerrando hoje no Hotel Blue Tree, vai ter um evento também aqui no Senado, no auditório do Senado, para a gente concluir a marcha, já com vários pontos reivindicatórios, e deixar a sugestão para que se faça também uma Audiência Pública no sentido de buscar uma divulgação, uma discussão com relação aos critérios de partilhas do ICMS, como também do *royalties* de petróleo.

Parabenizar também ao Senador Valadares, que é do Estado vizinho ao nosso lá de Sergipe, que fez o requerimento para essa Audiência Pública, e dizer de que o importante é que tudo isso está sendo comentado. Na segunda-feira saiu no jornal O Estado de São Paulo toda uma estatística com relação a essa distribuição do *royalty* e esse assunto foi comentado, inclusive, pelo Presidente da República no seu discurso para os Prefeitos, Secretários Municipais e Vereadores que estavam lá no Hotel Blue Tree, além também da modificação da partilha do ICMS. Então ela começou a entrar na pauta do dia, o Brasil está crescendo, mas na verdade o que nós precisamos reorganizar é o sistema de partilha. Não precisa de dinheiro novo para os Municípios, o que precisa é repartir melhor e eu não tenho dúvida de que isso vá acontecer no futuro, mesmo que seja gradual, porque nenhum Município também pode perder receita de uma forma muito rápida, mas que realmente esse sistema de partilha possa ser reorganizado, porque aí sim o IBGE vai pegar lá no futuro não mais um êxodo rural, mas sim um êxodo urbano, principalmente dos grandes centros como Rio e São Paulo e das regiões metropolitanas de cada Estado.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Antonio Pimentel e passo a palavra ao Exmo. Sr. Onildo Elias de Castro Lima para as suas observações.

SR. ONILDO ELIAS DE CASTRO LIMA: Minhas palavras somente são para agradecer a esta Comissão, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, aos Senadores que convocaram e que convidaram esta Audiência, mas em nome do Prefeito João Paulo, de Recife, ainda deixo e reitero a necessidade de nós darmos um apoio mais sólido ao IBGE quanto a ele se estruturar melhor para cumprir a sua missão constitucional. Repito que é importante e estratégico que se realize

pesquisas anualmente, que se faça levantamento anualmente. É fundamental. Nós que estamos distantes, no Norte, Nordeste, sofremos por falta de informação. Vários órgãos de planejamento e de pesquisa foram desativados por falta de orçamento porque confiamos no órgão principal de pesquisa do Brasil, que é o IBGE, e se nós falharmos com o IBGE, com certeza as estatísticas brasileiras de todos os Municípios que não têm estrutura para pesquisar sofrerão com isso. Então é importante que os orçamentos do IBGE para pesquisa sejam reforçados para que possa cumprir a sua missão.

Por último, ainda, quero, em nome do Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o Prefeito João Paulo, convidar o Presidente do IBGE para fazer uma explanação na Frente, lá nas nossas instalações, com certeza convidaremos os Municípios que se sentem prejudicados a ouvir do Presidente as explicações que tão bem foram colocadas hoje e outros questionamentos que provavelmente eles farão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidenta, um minutinho para--

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): — complementar o que aqui foi dito pelo nosso Prefeito Antonio Pimentel Pereira, pelo Sr. Onildo Elias Lima, que além de uma partilha justa dos recursos dos *royalties* também nós poderíamos incluir na pauta das nossas preocupações, já que somos municipalistas, duas questões que eu considero importantíssimas, relevantes e que vêm atormentando os Municípios, que vêm prejudicando a normalidade da administração deles: é a questão das dívidas previdenciárias para com o INSS e a questão dos precatórios. Quanto aos precatórios, tem um projeto já em tramitação aqui no Senado, mas nada que diga respeito às dívidas previdenciárias, muitas delas contraídas de forma errada, equivocada, onde os Municípios foram penalizados e os Prefeitos, por alguma irresponsabilidade, não recorreram, e as administrações subseqüentes é que pagaram o pato e são obrigadas a apresentarem para receberem recursos federais ou estaduais ou de qualquer outra instituição, apresentarem a certidão negativa do INSS.

Então, com isso, na tentativa de manterem os Municípios em dia com essa certidão fornecida pelo INSS, então eles deixam de lado as outras dívidas e entram na justiça, as pessoas físicas ou jurídicas que se julgam prejudicadas, e, com isso, os precatórios aumentam, quer dizer, na verdade são duas outras fontes de preocupação dos Municípios que nós devemos resolver em definitivo, não fazer com que Municípios hoje estão pagando 50% de suas receitas com a previ-

dência, quer dizer, o que nós queremos, na realidade, não é como V. Ex^a. falou, não é aumentar, vamos dizer, os coeficientes do Fundo de Participação; o que nós queremos é uma justiça em todos os sentidos, quanto aos precatórios, quanto às dívidas da previdência e a redistribuição eqüitativa dos *royalties* em nosso país.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Valadares. Passo, ainda, a palavra ao Dr. Eduardo. Antes, Dr. Eduardo, eu gostaria que V. S^a. pudesse falar para os Prefeitos que aqui estão, inclusive do meu Estado, o Estado de Goiás, o que eles teriam que fazer para que no próximo censo eles não fossem prejudicados, continuassem sendo prejudicados? No caso do meu Estado, o Estado de Goiás, por exemplo, o Município de Itapirapuã, que está aqui representado pelo seu Prefeito, tem uma série de assentamentos, assentamentos em situações extremamente precárias, e ele foi um dos quatrocentos envolvidos na queda do Fundo de Participação do Município. Passo a palavra a V. S^a. para que possa responder aos Prefeitos e responder aquilo que V. S^a. ainda desejar esclarecer.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Está ótimo. Senadora, muito obrigado. Eu, então, quero informar à senhora que, além desse trabalho que o IBGE anunciou, que é realizado de forma contínua a contagem de população todos os anos, para efeito de assegurar a qualidade do trabalho e prevenir até quanto a essas questões que a senhora mesmo acabou de comentar agora, o IBGE, quando realiza um censo, ele instala com antecedência a Comissão Censitária Municipal. Nessa Comissão Censitária Municipal, composta de no mínimo cinco membros em cada Município, o representante do IBGE apresenta, abre a primeira reunião apresentando o mapa do Município que o IBGE definiu como sendo o limite que ele deverá percorrer durante a operação censitária, então esse mapa é produto de toda a modernização tecnológica que o próprio IBGE realiza, é produto inclusive da precisão de dúvidas entre limites de um Município e de outro Município. Por que é que isso é importante e eu expliquei isso ao Senador Valadares e explico aos inúmeros Prefeitos? Porque muitas vezes o Prefeito tem razão ao dizer que a sua população alvo, que é para quem ele deve atender, ela é superior à população que a que o IBGE diz pertencer ao Município. Por que a sua população, na leitura de Prefeito, é maior do que a do IBGE? Em primeiro lugar porque ele pode estar tendo um campo de atuação que está atendendo à comunidade de um determinado distrito que, do ponto de vista legal, não pertence ao seu Município, pertence ao Município vizinho, mas foi ele que construiu uma escola, é ele quem dá a atenção médica, é ele quem

construiu uma estrada da sede do seu Município até aquele distrito, muito embora o distrito pertença ao outro Município, mas para o outro Município não há nenhuma comunicação daquele distrito com a população. Quem atende? É o seu Prefeito. Entretanto, esse Prefeito não vai receber o recurso constitucional referente àquele povoado porque do ponto de vista legal ele pertence a outro Município e o IBGE vai dizer que aquela população é do Município do B e não do Município A. Quantas discordâncias podem acontecer a esse respeito? A gente tem que fazer entender antes de fazer o censo. Então no ano anterior o IBGE dá os devidos esclarecimentos a toda a comunidade municipal sobre o aspecto territorial. É claro que esse é um processo de aprendizado. Nós fizemos isso em 2000, já fizemos em 2007 e queremos dar prosseguimento a esse trabalho.

Então este é o local antes da justiça, antes do recurso administrativo, antes do primeiro número de população municipal ser anunciado, já é um local onde o Município pode verificar para que direção o IBGE está trabalhando. E se houver dúvidas, se houver problemas no nosso trabalho, é ali que o Município tem que se manifestar, é naquele momento que ele ainda tem a oportunidade de ter o recenseador com o PDA na mão para testar todas as hipóteses que estão sendo negociadas. Um ano depois não adianta pedir ao IBGE para recontar a população porque os recenseadores já foram embora, os 90 mil recenseadores contratados já foram, já encerraram seu contrato. O IBGE não tem uma estrutura permanente para sequer fazer esse tipo de trabalho. Então o passo fundamental é a Comissão Censitária Municipal de cada Município, em que cada Prefeito tem que indicar uma pessoa efetivamente comprometida com a gestão municipal, porque também nós sabemos que algumas vezes: “ah, o que é que é essa Comissão Censitária Municipal?” Por conhecimento e por falha nossa de comunicação, como a Prefeitura não entende muito bem, envia alguém que também não entende muito bem a importância daquele trabalho. Resultado? A gente perde uma boa oportunidade de fazer um trabalho melhor.

Como é que nós pretendemos fazer para o censo de 2010? Já no mês de junho e julho desse ano, de 2008, o IBGE pretende realizar, em Brasília, um seminário onde ele apresentará o seu trabalho para o censo de 2010, a começar pelo trabalho de atualização da sua base territorial, que é aquela que vai definir o limite de cada Município que o IBGE trabalhará, ele fará esse seminário aqui em Brasília e receberemos, convidaremos as representações estaduais de todos os Estados brasileiros que possam comparecer a esse

seminário e apresentarem ao IBGE os seus pontos de vista. Alguns deles estão mais corretos do que o nosso, nós teremos que atualizar. Quando? Antes de começar a operação. Então queremos fazer em 2008, em junho de 2008, um trabalho que vai ser realizado em agosto de 2010. Então nós temos dois anos de trabalho pela frente para reparar o censo e não vinte dias depois de divulgado o censo que a Lei diz que os Prefeitos têm que apresentar os seus recursos. O que o IBGE pode fazer com vinte dias se a questão apresentada pela Prefeitura for recontar a população? Essa hipótese é inviável, mesmo que seja justa. Então eu tenho que fazer com antecedência, e essa antecedência de agora será feita pela diretoria de Geociências do IBGE, que é a diretoria encarregada de atualizar todos os mapas municipais para efeito censitário que nós teremos daqui para frente.

Então todos receberão convite, todas as representações estaduais, as representações municipais e todos os Senadores também serão comunicados dessa reunião para que eles, então, possam fazer o contato com as suas unidades locais e sejam, inclusive, porta-vozes das dúvidas e das angústias que podem ocorrer em relação ao recenseamento. Esse é o primeiro trabalho.

E o último trabalho feito em relação à contagem, que o Senador Valadares perguntou, se o IBGE tem alguma avaliação sobre a operação realizada, nós temos esses três documentos que eu aproveito para entregar também à Senadora Vânia, que é, primeiro, uma lista, um documento sobre as inovações que o IBGE introduziu no censo de 2007 – e aqui não tem só elogio, auto-elógio, também tem autocrítica de aspectos que não funcionaram como nós deveríamos ter feito funcionar; o segundo, que é o relatório de todos os coordenadores de áreas, nós temos 27 Estados, mas os 27 Estados foram subdivididos em 647 áreas e cada um dos 647 coordenadores de áreas fizeram um relatório e esse é o documento de avaliação dos nossos coordenadores sobre a qualidade do trabalho, esse é o relatório síntese; e aqui nós colocamos todos, sem exceção, todos os comentários feitos pelos coordenadores. Então os elogios, as críticas, estão todos aqui, que eu deixo então com a Senadora Lúcia Vânia para olhar como referência no nosso documento. Peço desculpas se houver erros de português nas redações, porque nós não fizemos nenhuma alteração do conteúdo da apresentação. Não há autoria, a autoria é de 647 supervisores, os erros de português são responsabilidade da instituição, mas o importante é que sirva como um elemento de crítica e de autocrítica do nosso próprio trabalho, e é um exemplo de que nós

também fazemos estatísticas com as nossas informações internas.

Obrigado, mais uma vez, Senadora.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Eduardo pela sua exposição, quero cumprimentá-lo e dizer da nossa satisfação em recebê-lo aqui, Dr. Eduardo, bem como das explicações que nos foram aqui transmitidas. Acredito que o IBGE sai daqui muito maior do que quando V. S^a. entrou. É bem verdade que é um instituto que merece o respeito de toda a sociedade brasileira, mas havia aqui dentro um certo desconforto em relação a dados que nós não conhecíamos e que hoje foram bem esclarecidos e acredito que isso ajudará bastante os Senadores a acompanharem de perto a situação do IBGE.

Quero dizer ao Deputado Júlio que eu também, que passei pela Câmara, tenho uma dificuldade enorme aqui no Senado, porque o Senado trata de questões maiores, questões macro, e esquece às vezes de descer ao Município. Eu acho que é muito importante essa Comissão de Desenvolvimento Regional, porque embora seja uma Comissão muito recente, mas é uma Comissão que está despertando o Senado para a necessidade de buscarmos conhecer o que está se passando nos Municípios. Então se interessa muito, por exemplo, pelo trabalho macro do IBGE, mas se esquece de buscar a sua aplicação naquele ente que é o mais importante da Federação, que são os nossos Municípios.

Agradeço ao Dr. Antonio pela sua exposição, pela sua visão, é uma visão que traz também uma nova dimensão para todos nós que sempre estamos reclamando da dificuldade do FPM, mas se nos esquecemos do ICMS, nos esquecemos dos *royalties* que têm levado a esse desequilíbrio.

Cumprimentar também o Prefeito Onildo, dizer da nossa satisfação em recebê-lo, dizer que essa Comissão, a Comissão de Desenvolvimento Regional, estará sempre à disposição de todos os Srs. Prefeitos para qualquer esclarecimento que por ventura V. S^{as}. desejarem aqui no Senado da República.

A todos os senhores parlamentares, ao Deputado Júlio que nos honrou com a sua presença, ao Senador Valadares, autor do requerimento, e a todos os outros Srs. Senadores que aqui estiveram ou passaram os nossos cumprimentos, aos assessores, aos Prefeitos presentes, os nossos agradecimentos.

Não havendo nada mais a tratar, declarado encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 13h51.

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e oito, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Valter Pereira, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Pedro Simon. Comparece ainda a Senadora Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está disposta em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de Reunião Técnica com a finalidade de discorrer sobre a recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO (PLC nº 119/06-Complementar), tendo como convidado o Sr. Christian Perillier Schneider, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional. A Presidente registra a presença no Plenário da Comissão do Sr. Antônio Roberto Albuquerque Silva, Diretor do Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; do Dr. Johaness Eck, Sub-Chefe Adjunto de Subchefia de Análise e Acompanhamento das Políticas Governamentais; da Sra. Marisa Socorro Dias Durães, Coordenadora Geral de Políticas Públicas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; do Sr. Alexandre Manoel Ângelo da Silva, Coordenador Geral de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; do Sr. Ronaldo Coutinho Seixo de Brito, Presidente da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional – AGDR; e dos Srs. Márcio de Oliveira Júnior e Ricardo Nunes de Miranda, Consultores Legislativos do Senado Federal. Após a exposição do Sr. Christian Perillier Shneider, iniciado o debate, usam da palavra os Senadores Wellington Salgado, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano e Valter Pereira. A Presidente franqueia a palavra aos técnicos representantes dos órgãos mencionados. Em seguida, é lido e aprovado

o Requerimento nº 08/2008-CDR, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Valter Pereira, que “requer, nos termos do art. 93, II, do RISF, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com a Subcomissão da Reforma Tributária, com a presença do Dr. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica; do Dr. Marcos Holanda, Presidente do IPECE; da Prof. Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE; do Dr. Paulo Haddad, Professor da UFMG; e do Exmo. Sr. Mailson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda; para discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional vis-à-vis as propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária”. A seguir, a Presidência comunica o adiamento da apreciação dos Itens constantes da Segunda Parte da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 686, de 2007-Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador João Pedro, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2007, não terminativo, que “cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 716, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia”, de autoria do Senador João Durval, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 25 MINUTOS.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião está distribuída em duas partes. A primeira parte é uma reunião técnica com o objetivo de discorrer sobre a instituição da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SU-DECO. Eu gostaria de dizer que essa reunião técnica, por envolver apenas os parlamentares do Centro-Oeste, nós vamos fazê-la informalmente. E a segunda parte da reunião será uma Reunião Ordinária da própria Comissão. Mas nós vamos iniciar o nosso debate convidando para tomar assento à Mesa o Sr. Christian Schneider, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional.

Encontra-se presente também o Sr. Albuquerque Silva, Diretor do Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Política de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração. Eu gostaria que o Sr. Antônio Roberto Albuquerque sentasse nessa fileira aqui, porque, como a reunião é uma reunião informal, nós vamos dar oportunidade aos técnicos de se pronunciarem após as colocações que vamos fazer.

Os representantes da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dr. Alexandre Manoel Ângelo da Silva, Coordenador-Geral de Política Fiscal e a Srª Marisa Socorro Dias Durães(F), Coordenadora-Geral de Políticas Públicas. Queira sentar aqui nessa fileira, por favor.

Antes de iniciarmos o nosso debate, temos aqui dois parlamentares da Região Centro-Oeste sendo que o Deputado... O Senador... Está presente também o representante da Casa Civil. Poderia sentar junto aos

assessores técnicos, por favor. Está aqui o Senador Wellington Salgado que é de Minas Gerais e sempre gosta de botar Minas Gerais entre os Estados do Centro-Oeste. E nossa briga com ele é antiga e ele fica de plantão todas as vezes que nós vamos discutir a Região Centro-Oeste. Porque ele considera que Minas Gerais faz parte, o triângulo mineiro do Centro-Oeste. Mas nós o acatamos aqui na Reunião com todo prazer, mas, de antemão, dizendo que Minas Gerais não faz parte... [risos] Da Região Centro-Oeste. [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Presente também o Dr. Ronaldo Coutinho Seixo de Brito, Presidente da AGDR – Agência de Desenvolvimento Regional, Agência Goiana de Desenvolvimento Regional que nos honra com sua presença representando o Governo do Estado de Goiás. Presente também o representante da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, que nos honra com sua presença representando aqui o Dr. Oton Nascimento Júnior.

O Projeto de Lei da Câmara nº 119/2006 encontra-se na Mesa e será ele o motivo de nosso debate. Eu vou fazer uma síntese do Projeto para que os senhores possam acompanhar e, posteriormente, a gente passa a palavra ao Dr. Christian Schneider que vai falar sobre o Projeto na visão do Ministério de Desenvolvimento Regional.

Bom, o Projeto, a natureza jurídica é uma autarquia. Ele visa buscar autonomia financeira e administrativa. Ele está vinculado ao Ministério da Integração Nacional integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. Ele tem sede, foro em Brasília – Distrito Federal, área de atuação: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Finalidade: Promover o desenvolvimento incluyente e sustentável e a integração competitiva da base produtiva regional na Economia Nacional e Internacional. Receitas: Dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União, não sujeita às contenções, contingenciamentos, deferimentos e exercícios findos. A transferência do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste equivalente a 2% do valor de cada liberação de recurso – taxa de administração. Outras receitas previstas em Lei. Composição: Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Conselho Administrativo da RIDE; Diretoria Colegiada; Procuradoria Geral vinculada à Advocacia Geral da União; auditoria geral e ouvidoria. Integrantes do CONDEL: os Governadores do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal; os Ministros da Fazenda, da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão; os Minis-

tros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo sempre que a Pauta assim o requerer com direito a voto; três representantes dos Municípios de sua área de atuação; dois representantes das classes empresariais; dois das classes dos trabalhadores; um de uma ONG com atuação na Região Centro-Oeste indicados na forma a ser definida em resolução do Conselho deliberativo por proposta da Diretoria Colegiada; o Superintendente da SUDECO e o Presidente do Banco do Brasil.

Art. 1º – Escritórios regionais. Abre a possibilidade, facultatividade de instalação de escritórios regionais quando as políticas da SUDECO demandarem escrutínio da sociedade civil. Art. 4º. Ampliação das competências da nova superintendência. Amplia as atribuições que competirão à SUDECO acrescentando entre outros a gestão do FCO, a elaboração do Plano de Desenvolvimento... Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste que pautará suas futuras ações, a cooperação com os consórcios públicos e com organizações sociais de interesse público que atuem na promoção do desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste. O estímulo à obtenção de patentes, coibição de pesquisa do patrimônio da biodiversidade apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da região e do país.

O art. 4º cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Propõe a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO que terá recursos para investimento em infra-estruturas complementares aos investimentos de atividade produtiva feitos com recurso do FCO e que deverá ser gerido pela SUDECO.

Art. 15 – Inclusão de novos instrumentos de ação. Inclui novos instrumentos de ação como Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Portanto, o Plano Regional ele abrange os dois Fundos. O Fundo de Investimento e o Fundo de Financiamento.

Art. 6º – Inclusão de novas receitas. Mantém somente as dotações orçamentárias consignadas na OGU não sujeitas a contingenciamento e contenções e inclui taxas de administração do FDCO equivalente a 10% sobre cada liberação de recurso além de outras receitas previstas em Lei.

Art. 7º – Nova composição. Exclui o Conselho Deliberativo do FCO mantendo o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste com vistas a eliminar duplicidade na gestão de recursos do FCO e os demais órgãos já previstos, inclusive o Conselho Administrativo da RIDE.

Art. 8º – Reorganização do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Permite a

Presidência do CONDEL pelo próprio Presidente da República quando ele se fizer presente as suas reuniões. Determina que deverão compor o CONDEL, necessariamente, os Ministros da Fazenda, da Integração Nacional e Planejamento, Orçamento e Gestão deixando aberta a possibilidade de outros Ministros o integrarem com direito a voto sempre que a pauta assim o requerer. Inclui o Presidente do Banco do Brasil, permite que dirigentes de Órgãos, Entidades e Empresas de Administração Pública Federal passe a integrar o CONDEL sem direito a voto mediante convite. Propõe-se o destaque para a função de Secretaria Executiva do CONDEL a ser dirigida pelo Superintendente da SUDECO.

Art. 10 – Novas atribuições do CONDEL. O CONDEL passa a deliberar sobre programas de financiamento tendo por norte o PRDCO e não mais as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministro de Integração Nacional, em conformidade com a reestruturação da importância desse Plano Regional que será elaborado pela nova Superintendência. Determina a criação de um comitê temático de finanças para atuar como uma espécie de Corregedoria em relação às ações praticadas pelo Banco do Brasil na administração dos recursos do FCO. Inclui gestão do FDCO e do FCO nas atribuições do Conselho Deliberativo.

Art. 11 – Aprovação dos nomes para a Diretoria colegiada pelo Senado Federal. Determina que além do Superintendente da SUDECO que a presidirá, a Diretoria Colegiada será composta por mais três diretores, todos de livre escolha e nomeação do Presidente da República após aprovação do Senado Federal. Definição das competências da Diretoria Colegiada. Explicita-se o elenco de competências da diretoria colegiada, pois se trata de uma maneira de fortalecer institucionalmente a SUDECO. Criação de comitês temáticos. Proposta de criação de comitês temáticos para monitorar e acompanhar as diretrizes definidas no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Sua composição será por meio de representantes da própria SUDECO, dos Estados e do Distrito Federal, de entidades representativas das classes empresariais e de trabalhadores e de organizações sociais de interesse público que trata de temas ligados à economia regional, universidades do centro-oeste indicados na forma a ser definida em ato do Conselho Deliberativo.

Art. 14 e 15 – a criação do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste cujo Projeto de Lei deverá ser de iniciativa do SUDECO e será submetido ao Congresso Nacional, busca-se a retomada do processo de planejamento do desenvolvimento regional. Dotar o centro-oeste de uma proposta con-

creta de objetivos e prioridades de uma listagem de iniciativas relevantes para o desenvolvimento regional. Dessa forma, as lideranças do centro-oeste passariam a dispor de um rumo em sua luta por investimentos federais e por apoio nacional aos empreendimentos relevantes para a região.

Terá vigência de quatro anos e deverá ser revista anualmente sob as mesmas regras de tramitação aplicáveis ao PPA. Introduce-se ainda a idéia de acompanhamento e avaliação do PRDCO com base em indicadores objetivamente mensuráveis e comparáveis obtidos a partir de dados produzidos pelos Institutos de Estatísticas dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, reconhecidos nacionalmente além de relatórios produzidos pelos Ministérios setoriais. Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas relativo ao desenvolvimento regional terá como referência o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A regionalização das dotações orçamentárias para o Centro-Oeste.

Art. 16 – Determina o Poder Executivo deverá encaminhar anualmente ao Congresso Nacional anexo contendo a regionalização das dotações orçamentárias para o centro-oeste como parte integrante da proposta orçamentária.

Art. 18 e 21 – A criação do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Eu não vou ler as atribuições, mas apenas destacar os arts. 22 e 23 que modifica... Modificações na Lei dos Fundos Constitucionais de Financiamento--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr^a Presidente. Eu estou preocupado até com suas cordas vocais. Mas eu gostaria de sugerir o seguinte. V.Ex^a já distribuiu o material que foi produzido com muita diligência, com muita profundidade e exaustão. E hoje nós estamos numa Sessão desfalcada, aqui só com três parlamentares da Região Centro-Oeste, o que vai acarretar, inevitavelmente, um retrabalho. E nós temos, inclusive, alguns representantes do Ministério da Integração, como o Dr. Christian, por exemplo, que está à Mesa, e acredito que o debate com esses técnicos agora seria improdutivo, dado esse desfalque de parlamentares.

Então acho que se não tiver a bancada aqui representada com pelo menos uns 60, 70% de seus Senadores, eu acho que seria um trabalho quase que inútil. Eu sugeriria a V.Ex^a que a gente reestudasse essa Audiência Pública e que, com a distribuição desse material, a gente já viesse para o debate com os técnicos e com os demais Senadores.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Valter, eu cumprimento V.Ex^a e agradeço a sugestão, mas infelizmente não posso

acatá-la. Não posso acatá-la porque esse material já foi distribuído, redistribuído e redistribuído.

Na verdade, nós estamos num período difícil no Congresso Nacional, V.Ex^a sabe disso, um período de obstrução, período de votações, de eleições municipais, e nós temos urgência pelo menos de acertar alguns itens do Projeto para que ele possa tramitar. E essa Reunião tem esse objetivo, acertar com os representantes do Governo uma formatação do Projeto de forma que o Projeto seja um Projeto palatável por parte do Governo e por parte deste Plenário e, posteriormente, eu submeto aos demais Senadores e aos Governadores. Então, nós temos toda uma tramitação--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu sugiro o seguinte. V.Ex^a já entregou anteriormente ao Dr. Christian esse material?

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então poderíamos passar essa parte do debate para ele expor o posicionamento do Governo--

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Isso que vou falar. Eu estava terminando aqui de ler os pontos de diferença do Projeto em relação ao que veio da Câmara apenas para deixar claro para os senhores as alterações que foram feitas. Inclusive, para os representantes dos Ministérios. Os representantes dos Ministérios já receberam, eu já estive com o Dr. Appy na Fazenda, já discutimos o Projeto, já estivemos no Banco Central, já discutimos o Projeto no Banco Central... Estou com audiência marcada para Integração Nacional para falar com o Ministro, mas eu gostaria antes de ouvir os técnicos para que a gente possa prosseguir o alinhamento desse trabalho.

Como eu sou a Relatora, eu preciso municiar dessas informações e dessa negociação, uma vez que ela se dê, claro que com a parceria dos Srs. Senadores isso se torna muito mais fácil. Eu não pretendo fazer um Projeto que seja um Projeto apenas da minha autoria. Eu quero fazer, juntamente com todos os parlamentares, daí porque eu estou fazendo essa Reunião informal convidando os parlamentares do Centro-Oeste para vir dar suas sugestões e ouvir as sugestões do Governo para que a gente possa finalizar essa relatoria. Ele ainda tem que tramitar na Comissão de Justiça. Uma Audiência Pública na Comissão de Justiça seria inócua, porque a Comissão tem um volume muito grande de Projetos para serem discutidos, e ela só interessa aos parlamentares do Centro-Oeste. Então, eu vejo que nós temos que bancar essas reuniões pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

Portanto, eu peço a compreensão de V.Ex^a no sentido de estar presente ajudando a debater bem

como os parlamentares da Região Nordeste e da Região Norte, porque também estivemos com o Dr. Appy tratando dos vetos da SUDAM e SUDENE. E os vetos da SUDAM e SUDENE obviamente já significam o acordo em relação à SUDECO. Então, há também aqui a importância dos parlamentares do Nordeste entenderem quais são os vetos que foram negociados e um, inclusive, se trata da questão da regionalização que nós estamos aguardando e que eu acho que é um avanço que tivemos na negociação com o Governo, e, enfim, eu acho que é uma reunião de trabalho que favorece, obviamente, mais a Relatora, mas, como eu quero dividir a relatoria com os Srs. Parlamentares, eu os convidei para que essa reunião técnica pudesse ter também a posição dos Srs. Parlamentares.

Não é uma Audiência Pública oficial, é uma Audiência Pública informal e de trabalho.

Passo a palavra ao Dr. Schneider para que ele possa comentar os pontos já citados pelo dispositivo.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Muito obrigado, Presidente Senadora Lúcia Vânia. Muito obrigado pela presença de todos. Em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade de debate nessa Casa mais uma vez sobre o assunto em tela que é a SUDECO.

O Governo vem retomando desde 2003 a criação de novos instrumentos institucionais para consecução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. E no bojo dessa Política Nacional de Desenvolvimento Regional instituída no Decreto em fevereiro de 2007 pelo Presidente Lula que foram rediscutidas as criações das novas superintendências, na verdade, recriação das novas superintendências de desenvolvimento das macro-regiões Norte, Nordeste e, agora, Centro-Oeste.

Assim sendo, acho que, antes começar a falar especificamente sobre o substitutivo, a gente tem que colocar algumas premissas básicas para discutir.

A primeira é que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional instituída em fevereiro de 2007, ela alterou significativamente a forma de pensar desenvolvimento regional no Brasil. E aí você coloca a primeira premissa dela que o espaço macro-regional ele deixa de ser um... O espaço prioritário e o espaço único de desenvolvimento regional no Brasil. Você agora... Agora o Governo passa a trabalhar em escalas sub-regionais. Porque, infelizmente, o fenômeno desigualdade, o fenômeno desequilíbrio entre regiões ele não se dá mais numa escala somente macro-regional. Mas ele se dá também em escalas sub-regionais e até municipais como a gente pode ver em termos de desenvolvimento urbano.

Assim sendo, acho que o primeiro ponto que nós temos que colocar e, já entrando na discussão do substitutivo, é a questão do espaço que a SUDECO irá trabalhar. E aí não é querendo colocar um pouco de lenha na fogueira, e é, na verdade, uma posição que vai ao encontro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ao tratar as escalas sub-regionais como unidade de planejamento e operação.

Só um parêntese antes de entrarmos no substitutivo. Na primeira reunião feita, na primeira Audiência Pública feita de debate da SUDECO, nós no Ministério de Integração Nacional, nos posicionamos, em primeiro momento, na aprovação do Projeto oriundo da Câmara até na tentativa de darmos celeridade à aprovação da SUDECO no Senado Federal e a sanção do Presidente da República para criarmos a SUDECO ainda esse ano. Ao analisarmos com calma o Projeto que veio da Câmara e não com a mesma sabedoria e sapiência e tempo que teve a Dr^a Lúcia Vânia, Senadora aqui presente, a gente notou que alguns erros de redação foram cometidos pela Câmara e não foram corrigidos no momento certo. Então, de qualquer forma, teríamos que fazer Emendas de redação do Projeto que veio da Câmara para consertar alguns erros de menção de artigos que foram colocados errados no Projeto da Câmara.

Assim sendo, como temos que fazer Emendas de redação, e essas Emendas teriam que ser votadas na Câmara, nós vamos ao encontro ao substitutivo da Senadora Lúcia Vânia até para corrigir essas Emendas e o Projeto que veio da Câmara.

Então, a posição do Ministério é de concordância que nós temos que trabalhar aqui um substitutivo palatável e que seja de consenso aos Entes Federativos aqui representados pelos Senadores e também, no segundo momento, a Câmara dos Deputados e ao Poder Executivo como um todo.

Assim sendo, entrando não ponto específico do substitutivo proposto pela Senadora e pela equipe aqui do Senado Federal, nós temos algumas posições não divergentes, mas algumas posições que visam dar complementariedade para a gente chegar a uma convergência. A primeira, nós concordamos plenamente na alteração da Ementa e no nome da superintendência. Nós concordamos plenamente que o desenvolvimento por si só ele é sustentável, senão não é desenvolvimento. Então, logo no primeiro ponto que a Senadora faz... E faz menção em alteração do substitutivo dela, na visão do Ministério de Integração Nacional, ela vai ao encontro ao que pensa a Senadora acerca do desenvolvimento e acho que isso é uma posição que o Governo já tem isso bem claro.

Então, já começamos um ponto de convergência. Agora, no que tange e no que se refere ao art. 2º que é a área de atuação da SUDECO, nós não podemos confundir a área de atuação do Órgão, da Superintendência de Desenvolvimento com a área de atuação de seus instrumentos financeiros e fiscais.

Hoje, como eu falei, a PNDR, ela não trata mais somente da macro-região como estrutura de planejamento e como território de planejamento. E você verifica que, no bojo de competência da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério de Integração Nacional, nós temos alguns espaços, alguns Municípios, alguns territórios que nós estamos trabalhando que não se engessam no conceito do IBGE de macro-região do Centro-Oeste. Um exemplo disso até está citado como competência da nova superintendência, e é competência da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, é a questão da RIDE. A hora que a gente limita a atuação da SUDECO aos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, nós estamos excluindo do espaço RIDE os três Municípios de Minas Gerais que o compõem. Então, quer dizer, ficaria complicado até o gerenciamento da região integrada do Distrito Federal e Entorno, porque se a atuação ficaria limitada à macro-região Centro-Oeste, como é composta pelo IBGE, sem caracterizar ou sem mencionar as escalas sub-regionais que são objetos da PNDR nova. Nós vamos ter já num primeiro momento uma exclusão no espaço de atuação da SUDECO dos três Municípios mineiros da RIDE.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Qual a sua sugestão?

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: A sugestão no caso seria incluir como área de atuação da SUDECO, eu não estou falando aqui dos instrumentos financeiros e fiscais. Os espaços sub-regionais sob influência da Região Centro-Oeste. E aí você teria as mesoregiões e você teria também as regiões integradas do Distrito Federal e Entorno. Provavelmente incluiria aí o caso de Águas Emendadas cerca de 19 Municípios de Minas, além disso. E no caso da RIDE, três Municípios mineiros, no caso da mesoregião do Vale do Caiuá que é Mato Grosso do Sul. Estou falando sobre espaço de SUDECO, espaço de atuação da Superintendência e não de instrumentos financeiros fiscais.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): À medida que os senhores estendem a área de atuação, obviamente o recurso pulveriza para essas áreas de atuação.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Mas ele já é pulverizado hoje.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas nós não queremos essa pulverização.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Mas o Centro-Oeste não irá perder recurso nenhum. Isso que a coisa está um pouco confusa.

Quando você fala em Política Nacional de Desenvolvimento Regional, hoje você vê, por exemplo, a SUDENE ela envolve Municípios mineiros e Municípios do Espírito Santo também na área de atuação dela, inclusive, nos instrumentos financeiros. Não estamos propondo a inclusão dos instrumentos financeiros. Como você tem hoje dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional instituída por Decreto do Presidente da República e você trabalha hoje como trabalha a União Européia em espaços e escalas sub-regionais, você não tem porque tirar, por exemplo, da RIDE os três Municípios mineiros do Entorno, seria tratar de forma complicada isso. Você não tem porque você passar Municípios que têm também problemas de desigualdade espaços-regionais, que têm problema de desigualdade do esboço de espaço de planejamento da SUDECO. No caso há uma confusão quando se trata do assunto onde fala-se, por exemplo, que o FCO mexe somente com os quatro Estados. É verdade, ele não entra nos Municípios mineiros. Agora, eu acho que é uma coisa que tem que se pensar quando fala escalas sub-regionais que hoje é o foco. Você tem que repensar isso, porque depois nós vamos gerar problemas de desigualdade dentro do próximo passo--

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas o senhor veja bem, o Fundo do Centro-Oeste aqui, quando sempre, esporadicamente aparece um Projeto de Lei incluindo Municípios, inclusive o Senador Wellington faz isso sempre. Ora, se eu estendo... Não prestou atenção, dança.

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois é. Ele está dizendo o seguinte, ele quer expandir a área de atuação da SUDECO. Colocando as mesoregiões e aí incluiria os Municípios de Minas Gerais e outros.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E nós estávamos exatamente, Senadora, falando essa questão que ele estava falando da região de Uberlândia que é uma região sempre prejudicada.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas quando vem o Fundo Centro-Oeste que já é definido, que já é escasso para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, nós vamos dividi-los

ainda? Mas à medida que nós expandimos a área de atuação obviamente... A gente não segura mais.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Senadora, eu iria tratar dos Fundos no segundo momento. Mas já que a senhora fez menção a eles, eu acho que a gente vai ter que fazer um parêntese aqui para tratar do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então, vamos orientar esse debate da seguinte forma. O senhor coloca... Eu quero ouvir a consultoria aqui do Senado e depois os representantes de cada Ministério aqui presentes. Ok? Então, primeiro eu daria a palavra ao consultor que nos orientou em relação ao espaço de atribuição da SUDECO.

SR. ALEXANDRE MANOEL ÂNGELO DA SILVA: No caso do FNE, e no caso da antiga SUDENE, a SUDENE recriada, você já tem uma área de abrangência nesse raciocínio do Christian de alguns Municípios de Minas Gerais e, inclusive, de Municípios do Espírito Santo também. Então, esse raciocínio que ele está pondo é uma coisa já bem estabelecida na literatura de desenvolvimento regional e na prática da política regional no Brasil.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom, eu gostaria de ouvir o consultor. O consultor do Senado sobre o assunto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Lúcia Vânia, enquanto... Permite que venha o convidado, V.Exª me autoriza a falar? Eu só queria dizer o seguinte: V.Exª sabe do carinho que tenho por Goiás e nossa amizade é antes de ser Senador. Meus maiores amigos políticos, inclusive, estão em Goiás, V.Exª sabe disso. Agora, não tenho intenção nenhuma de pegar os recursos e tirar parte do pessoal do Centro-Oeste e colocar para o triângulo, não é isso. Eu quero colocar o triângulo, mas numa conversa que o Aelton(F) tinha tido com o Presidente, ele iria aumentar os recursos. Por quê? Por quê? Porque basta atravessar o rio. E você tem acesso ao FCO no triângulo mineiro. As empresas todas que estavam ali, por exemplo, a Mitsubishi, ia se instalar em Patos. Claro, como empresa tem que pegar o recurso e foi lá para Catalão. Meu grande amigo também Prefeito Adib. Vai do outro lado também a mesma coisa. As empresas todas. Uberlândia, os empresários todos donos da empresa. Só estão do outro lado do rio. Ou seja, esse dinheiro não sabe nadar. Temos que ensinar esse dinheiro nadar. Para atravessar o rio. Mas só aquela regiãozinha do triângulo. [risos]

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostaria de falar, Senadora Rosalba?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Wellington, eu só fico preocupada que exa-

tamente essa questão se já são poucos os recursos para desenvolver regiões mais pobres – reconheço que o senhor está preocupado com essa, vamos dizer, essa evasão que existe para o outro lado do rio – Mas existem também muitas condições no triângulo mineiro, inúmeras outras que, por si só, já promovem desenvolvimento. É uma região bastante... Eu acho que é uma ilha de prosperidade dentro do seu Estado. Essa é a nossa impressão. Posso estar enganada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pego V.Ex^a boto uma venda nos olhos, e solto em Uberlândia e V.Ex^a vai pensar que está em Goiânia. É tudo igualzinho.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Márcio de Oliveira, consultor do Senado.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: Senadora, a nossa preocupação quando nós sugerimos essa redação foi que os recursos do FCO ficassem nos Estados do Centro-Oeste. Qual foi a preocupação? Foi evitar o que aconteceu com os recursos do FNE. Inicialmente, eram dirigidos para os Estados do Nordeste para pequena área de Minas Gerais. Foram feitos vários Projetos de Lei onde foi sendo ampliada paulatinamente a área da SUDENE para outros Municípios de Minas Gerais, para Municípios do Espírito Santo e com isso houve uma diluição dos recursos do FNE. Eu acho que uma posição intermediária seria, talvez, incluir a sugestão do Christian, incluir a rede na área de atuação da SUDECO, mas fazer alguma ressalva para que não houvesse a diluição dos instrumentos de atuação da SUDECO, do FCO e do FDCO que estão propostos no Projeto.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostaria de ouvir o representante da Fazenda já se pronunciou, Representante da Casa Civil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr^a Senadora, acredito que essa última intervenção é sensata pelo seguinte. Tanto no caso, e apesar de ter havido uma ampliação da área de abrangência da SUDENE, ela se voltava às áreas com problemas de renda bastante importantes. Então, eu não concordaria com a colocação, por exemplo, de tratar o triângulo mineiro. Mas, com a questão da RIDE, sim. Nós estamos falando de Municípios limítrofes que têm problemas sérios de renda. Então, acredito que esse entendimento seria um entendimento intermediário, mas que seria adequado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por que você não aceitaria o Triângulo Mineiro. Acho que tem que ter uma explicação. Eu não vou ficar discutindo assim, porque o triângulo está querendo tirar dinheiro do Centro-Oeste. Não é

esse meu objetivo. Eu quero decisões lógicas. Eu estou procurando lógica nisso. Porque preliminar Catalão é igual Uberlândia. Igualzinho. Única coisa que muda é que atravessa o rio. Então eu queria nesse posicionamento do Dr. Jonas. O posicionamento o porquê não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque já é uma região com dinâmica econômica importante. Tanto do ponto de vista local quanto regional. Já são... O triângulo já é uma região há muito tempo muito dinâmica e que não necessitaria tanto quanto a preocupação e o objeto de trabalho dessa Superintendência que é o desenvolvimento das regiões mais pobres. Então, acho que a lógica, tanto da recriação da SUDENE, da SUDAM, e muito próximo da SUDECO, embora, realmente, a questão de renda na região como um todo seja muito diferente da Amazônia e do Nordeste. Nós temos regiões pobres que a elas que se deve destinar a atenção e esforço dessa Superintendência.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por exemplo, se nós conseguíssemos um estudo mostrando que não tem tanta diferença *per capita* entre Catalão e Uberlândia isso poderia convencê-lo de que realmente, então, teríamos que ver como construiríamos aí um jeito de poder dar condições iguais. O que eu não posso é ficar perdendo empresas, porque a empresas tem subsídio ótimo que é o FCO, ótimo. Eu acompanhei todo o desenvolvimento do Estado de Goiás, Senador Marconi, V.Ex^a como Senadora hoje é uma especialista na área e está lutando para a região. Hoje, não é nem mais Goiás, é toda a região do Centro-Oeste. Na verdade é isso que está acontecendo. Então, eu preciso encontrar o jeito de não perder. Temos grandes empresas de distribuição como Algar, Arcon daqui a pouco estão indo embora também. Porque vão mesmo. O capital vai para aonde ele é melhor recebido. Se vocês colocarem um recurso melhor do outro lado do rio, ele vai. Se colocar na ponta de Mato Grosso, ele vai também. Não vai ficar ali no triângulo. Só isso. Então, vou procurar nesse debate todo mandar um estudo para que possa comparar essas regiões. Muito obrigado.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu passo a palavra ao Dr. Schneider.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Senador, para complementar o raciocínio e, aí, a gente está fugindo um pouco do foco, mas é bom esclarecer algumas coisas.

A missão institucional do Ministério de Integração Nacional é combater desigualdade regional, é aí que ele se difere de outros Ministérios de desenvolvimento. Nós não estamos aqui para combater pobreza... Não. Para isso aí tem o Ministério de Desenvolvimento Social, o Ministério de Desenvolvimento de Agrário para

tratar da questão agrária e tal. O que diferencia o Ministério de Integração Nacional dos outros é que nós combatemos as desigualdades entre regiões e intra-regionais por excelência.

E o que ocorre no momento? Quando o senhor falou da questão do próprio território que o senhor defende que seja incluído dentro do FCO, só respondendo, especificamente, ao senhor. Dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi instituída uma tipologia. O que essa tipologia? Foram critérios baseados em dois indicadores que através desses critérios foram feitos dados estatísticos, levantamentos no Brasil inteiro e definiram espaços sub-regionais prioritários para a implementação dessa política. Os critérios utilizados, até para informação do Plenário, foi a renda *per capita* municipal e a variação em 10 anos do PIB daquela microrregião. Então, você pegou um indicador mutável, onde você analisa o crescimento de 10 anos daquela microrregião e um indicador específico e não mutável que era o índice *per capita* daquela região. E nesse critério foram definidos quatro estilos ou quatro espaços territoriais dentro desses critérios. Um de alta renda chamado de “alta renda” onde você teria dinamismo econômico acrescido de uma renda *per capita* considerável. Você teria uma região chamada de “dinâmica” onde você teria uma renda *per capita* não tão alta, mas você teria um crescimento acima da média nacional, então, você teria um dinamismo econômico e aí falando-se em crescimento do PIB e teria uma região chamada “estagnada” onde você teria crescimento abaixo da média nacional e, ao mesmo tempo, uma renda *per capita* não alta, média para baixa, e o espaço onde você teria a baixa renda onde o crescimento é inferior e o PIB *per capita* também é inferior.

Então, nessas quatro mesoregiões, onde trabalha o Ministério de Integração Nacional, onde trabalha as políticas de desenvolvimento regional no Brasil? Não no espaço de alta renda. Nós trabalhamos exatamente nos três espaços sendo prioritário o de baixa renda. E aí que foram definidos os espaços mesoregionais, com esses critérios, as regiões integradas, Distrito Federal e Entorno, por exemplo, se enquadra nisso aí. E o que acontece hoje? No caso específico da região do senhor, se analisar esses dois critérios, ele é considerado dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional pela tipologia atual instituída pelo Brasil como uma região de alta renda. E aí ela não seria espaço prioritário do Ministério de Integração Nacional para as políticas de desenvolvimento regional. Não quer dizer que seja espaço prioritário para outras políticas. E não tem outras linhas de financiamento. Mas como o FCO tem que ser um instrumento de desenvolvimento regional por natureza, a hora que a gente

passar isso para região, uma região de alta renda, como é o caso, inclusive, de Catalão é considerado uma microrregião de alta renda, no Estado de Goiás. Mas em virtude do FCO ter sido criado em 1988 com outros parâmetros, nós não alteramos a Constituição ainda nesse espaço, por isso, que eu clamo pela entrada dos espaços sub-regionais na área de atuação da SUDECO, porque nós vamos ter que dar foco a esses financiamentos para essas regiões que eu falei de baixa renda e estagnação econômica dentro das próprias regiões Centro-Oeste, Nordeste. Nós temos que dar foco para essas microrregiões e para exatamente combater essa desigualdade que existe entre esses territórios. Para você evitar, exatamente, o êxodo desses territórios para outros tanto econômico, quanto também de migração. Nesse sentido é para justificar e explicar tecnicamente para o senhor qual foi o critério utilizado até para ajudar nesse debate de inclusão de outros espaços dentro do Fundo de Financiamento, não da região da SUDECO.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu concordo plenamente com esses índices, está correto. O objetivo é esse. Agora, o que me deixa preocupado é no momento que você já colocou para mim que foi até 1988, quer dizer, vocês devem estar analisando diferente... É que de repente vai colocar esses subsídios numa cidade que está do outro lado da ponte. Aí, na verdade, você não está melhorando lá, você piorando o lado de cá. Essa é minha preocupação. Você vai analisar assim e colocar 300 quilômetros lá no interior do Mato Grosso, está ótimo. Agora, do outro lado da ponte? Aí eu não agüento. O Aécio já leva o dinheiro todo do triângulo para a capital, aí vem vocês vizinhos leva dali para lá, o triângulo daqui a pouco vai estar no seu mapa como negativo.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu passaria a palavra ao Senador Valter Pereira para que se pronunciasse a respeito da posição do Ministério de Integração Nacional também partilhada pelo Ministério da Fazenda, Casa Civil... Casa Civil é partilhado com vocês? Aliás, a Casa Civil acata a sugestão do consultor. Vocês também. Extensão da área de atuação da SUDECO além dos limites já estabelecidos e eu queria, antes dele falar, fazer uma ressalva. Porque V.Sª disse que o Projeto da Câmara estava ótimo. E no Projeto da Câmara vocês não tinham essa inovação. Então, agora a inovação veio aqui.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: É, na verdade, Senadora, até para explicar essa posição. O Projeto da Câmara nunca esteve ótimo, infelizmente. Na verdade, o que ocorre é que pela premência de tempo, pelo espaço político que nós tínhamos, pela necessidade de criação da Superintendência que a

região pede por isso. Nós tínhamos, na verdade, uma posição política de aprovarmos o que veio da Câmara e depois corrigirmos para poder criar a SUDECO ainda esse ano. A hora que a gente verifica que nós vamos ter que fazer um substitutivo, nós já concordamos com o substitutivo, vamos fazer um Projeto de melhor qualidade, e aí sim esquece a SUDECO esse ano e vamos trabalhar ela para o ano que vem. Então, a gente tem que saber esse *time* político em virtude do problema eleitoral...

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O nosso pensamento fazendo essa reunião aqui com o Governo é de acelerar o processo. Não seria normal fazer uma reunião dessa envergadura para fazer um substitutivo, inclusive compartilhando com o Governo na nossa posição se não houvesse o objetivo da pressa e do acordo que será mantido na Câmara. A nossa visão, Dr. Schneider, não é deixar para o ano que vem, não. A nossa visão é entregar esse Projeto esse ano, sancionado pelo Presidente da República.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: E o Centro-Oeste agradece a senhora.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu acho o seguinte: O desenvolvimento das microrregiões devem obedecer planejamentos que são do Estado, e que são da União. Agora, o planejamento da União não pode deixar de considerar sempre o Princípio Federativo, e eu entendo o que é uma mesoregião. Acho que é defensável as políticas voltadas para as mesoregiões. Mas, no caso específico da SUDECO, eu acho que existe já uma cultura, uma tradição de se respeitar a Representação Federativa sorte que acho impertinente, principalmente quando se vai incluir dentre as atribuições da SUDECO o direcionamento dos recursos do FCO incluir a mesoregião, porque vai provocar indiscutivelmente uma distorção na distribuição de recursos para os Estados. Isso é fatal. Porque se você aumenta a área de abrangência, isso aqui eu tive uma discussão nesse mesmo sentido com o Senador Wellington... Aqui numa outra reunião que tinha um Projeto de Lei de autoria de um ex-Senador de Minas Gerais. E o Wellington estava defendendo aqui seriamente que deveria ser incluído aqui Minas Gerais, uma fatia considerável do Estado de Minas Gerais para a Região Centro-Oeste para utilizar dos recursos do Fundo do Centro-Oeste. É claro. Aí começaram a discutir comigo que não haveria nenhum prejuízo para a região remanescente. Mas é claro que há. Se você

aumenta a área de abrangência, os recursos vão ser mais reduzidos.

Então, eu... Meu posicionamento é terminantemente contra. Acho que essa estrutura que existe da SUDECO, que é uma estrutura que leva em conta os limites territoriais dos Estados, está definido na Constituição, na Legislação, isso temos que preservar. E o Governo deve criar sim um plano que seja um plano integrado da União Federal para contemplar as mesoregiões. Seria um Projeto a parte. Aí não teria nenhum tipo de objeção. Mas permitir que haja uma expansão da área de abrangência na Região Centro-Oeste incluindo outros Estados, e aqui teve um... Como é que é seu nome? O Alexandre aqui lembrou muito bem que Minas Gerais já está entrando em outras áreas aí, sabe? Já está entrando em outras áreas. E aí, de repente, todos programas de desenvolvimento têm um pedacinho de Minas junto.

Então, acho que nós temos que ter cuidado aí porque, por exemplo, Mato Grosso do Sul é um fragmento em relação ao Estado de Minas Gerais. Vê a arrecadação, vê as riquezas minerais. Aliás, eu acho até que tem algumas distorções que precisam ser corrigidas, e a União Federal deveria cuidar também, na distribuição de alguns recursos. Por exemplo, os recursos... Os *royalties* das plataformas continentais. *Royalties* de petróleo. Esses *royalties* de petróleo por que é que tem que ficar centralizado em determinados Estados? Se, na verdade, o petróleo não é um patrimônio daquele território definido? Então, acho que... Essas questões têm que começar a ser discutidas sim, e discutidas pela União Federal. Porque a União ela tem que pilotar um Projeto de desenvolvimento para todo o Território Nacional quando a riqueza for originária de um patrimônio nacional.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu poderia até citar a questão do Fundo de Desenvolvimento Regional em relação ao Distrito Federal. Nós temos um excedente de recursos no Distrito Federal que não é utilizado, enquanto a demanda de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul é enorme. Então, há uma sobra de recursos. Então, a nossa dificuldade é aceitar ampliar isso, é exatamente nessa direção. Distribuir esse recurso para áreas que não têm resposta e ao mesmo tempo a demanda dos Estados mais desenvolvidos, que seja Mato Grosso, Mato Grosso... Ou os Estados produtores ser muito maior do que se oferece. Mas eu gostaria, Dr. Schneider, em colocar--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Lúcia Vânia, eu desconfio até que o Senador Wellington Salgado andou visitando o Ministério lá

para disseminar essas idéias, porque nós já debatemos muito isso aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Está proibido entrar lá.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso tudo porque ele é suplente. Imagina se fosse titular o que estaria aprontando aqui.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de dizer, senhores representantes dos Ministérios, que essa posição adotada aqui pelo Senador Valter Pereira é a posição de todos os parlamentares do Centro-Oeste. É a posição de todos os Governadores da região. É a posição, enfim, de todos aqueles que militam nesta área. Dificilmente os Governadores e os parlamentares que representam a região vão ceder neste ponto. A não ser há uma ressalva que não venha colocar em risco essa distribuição de recurso na área de definição. Eu acho que esse é um ponto crítico que nós não vamos abrir mão. Dificilmente haverá por parte do Senado da República uma abertura nesta direção. Então, eu deixo colocado aqui à posição que eu acredito seja a posição dos Governadores, porque já conversei com todos e a posição de todos parlamentares da Região Centro-Oeste.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Lúcia Vânia, V.Exª colocou que é um posicionamento, mas as Leis são votadas no Senado e as Leis são votadas, ganha a maioria. V.Exª sabe muito bem que o Projeto do hoje Deputado Aelton Freitas, a época Senador foi aprovado na CAE, foi levado a Plenário e no momento estavam todos assinados--

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Foi derrotado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não foi derrotado. Não foi votado, V.Exª entrou com recurso regimental, trouxe para essa Comissão da qual a senhora virou Presidente à época, ou seja, trouxe para a sua Comissão--

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não é minha.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nesse momento é a Presidência exercida por V.Exª, colocou em votação, fez a votação. E aí eu perdi. Mas, esse processo está vivo ainda. Ele tem que voltar para o Plenário.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas eu não tenho dúvida. Eu coloquei aqui a posição da região e acredito que esteja falando aqui em nome do... Com certeza, falando em nome

de Goiás, e acredito falando em nome da região como um todo, porque o Senador Valter Pereira aqui representa a região do Mato Grosso do Sul e se estivesse aqui hoje o Senador Jonas Pinheiro representando o Mato Grosso, não teria outra posição. Então, eu quero deixar que esse item nós temos que passar para frente, porque ele dificilmente será acordado pelo menos nesse Projeto.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Senadora, só para complementar e para deixar bem claro aqui. A gente está discutindo coisas que não estão de acordo, propriamente dito, à questão da área de atuação. A área de atuação quando nós falamos, não estamos falando só de Fundo de Financiamento do Centro-Oeste. A SUDECO não vai ser aqui Órgão de dar normas para o FCO, a SUDECO vai operar todos os programas de desenvolvimento regional no espaço, no rebaixamento da macro-região, seja oriundo de investimentos de Tesouro Nacional, fundo perdido, seja ele de FCO.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas dê autonomia a SUDECO para que ela faça isso através de seu plano de desenvolvimento regional e não uma coisa determinada aqui.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Não. Na verdade, até para complementar. Quer dizer, hoje inclusive, quer dizer, você tem hoje a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste que é um embrião da SUDECO e ela atua hoje nesses todos... Esses espaços sub-regionais. Então, quer dizer, você já tem os programas de desenvolvimento regional que o Governo vem desenvolvendo, eles trabalham já dessa forma. O FCO é um Fundo de Financiamento, é um instrumento de desenvolvimento da macro-região. Não se confunde com as outras escalas sub-regionais de planejamento. A hora que a gente limita, por exemplo, a nossa Secretaria hoje, ela tem um espaço territorial de trabalho maior do que os quatro estados do Centro-Oeste apesar de ser uma Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Por causa dos espaços sub-regionais, isso não houve diluição de recursos do FCO. Não alterou nada do FCO.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas veja o seguinte: Mesmo que seja para aplicar todos os recursos, os recursos do Centro-Oeste têm que ser aplicados no Centro-Oeste. E aí a mesoregião ela acaba atravessando o Centro-Oeste. Ela acaba rompendo os limites do Centro-Oeste. Então, eu acho o seguinte: Nesses Projetos das mesoregiões naquilo que forem concernentes ao Centro-Oeste que se elabore as mesoregiões na Região Centro-Oeste, e que se elabore as mesoregiões dos outros Estados. Eu acho que não...

Não precisa, necessariamente, nas mesoregiões estar rompendo os limites dos Estados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é uma injustiça. A vida inteira a história inteira Minas tem sido sacrificado. Até os *royalties* sobre o petróleo existe. Os *royalties* sobre o minério não existe. Cadê os *royalties* sobre o minério?

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nós vamos passar esse item, porque esse não tem acordo. Esse não tem acordo mesmo. Vamos passar o Item e isso aí a gente discute oportunamente. Voltamos a isso. Segundo Item do Ministério de Desenvolvimento Regional.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Indo para o art. 4º do substitutivo onde fala sobre as competências da SUDECO, eu acredito que a redação ela está adequada. Eu só pediria, talvez, uma Emenda aditiva nessa redação que é exatamente um inciso a mais que seria: “gerenciar os programas de desenvolvimento do Governo Federal constantes nas Leis orçamentárias com rebatimento na Região Centro-Oeste e espaços sub-regionais de sua influência”.

Na verdade, o que acontece pelo... Pela competência da SUDECO, está tirando a execução e ação dos programas de desenvolvimento regionais já existentes hoje no Governo Federal e constantes da PNDR. A gente não vê, aqui, como atribuição e competência da SUDECO hoje a execução dos atuais programas de desenvolvimento regional. Incluindo aí Faixa de Fronteira e Programa de Mesoregiões.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone] Com a palavra o consultor Márcio de Oliveira.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: Senadora, não vejo problema aí nessa inclusão, bem... Mas já tem um inciso que diz no inciso II que diz que o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste vai ser articulado com ações políticas e planos regionais estaduais e municipais.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Eu estou falando dos “Programas”, eu não estou em “Planos”. Eu estou falando mais embaixo. Hoje existem programas de desenvolvimento que constam do PPA, ações inclusive oriundas de Emendas de parlamentares que estão dentro desses programas que, praticamente, se estão excluindo por não estar explicitamente colocando como se a SUDECO não pudesse executar, por exemplo, as Emendas individuais dos parlamentares nesses programas.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: Nenhum problema com a inclusão desse inciso.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Aliás, até para uma questão de redação, quando vocês falam em Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, quero lembrar que já existe o plano de estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste, da forma como estão pensando, o PRDCO já existe o plano estratégico PEDCO que já até 2020. Aprovado pelos Estados todos. O que faltaria é fazer obedecendo a Constituição e o encaminhamento dele para ser apreciado pelo Congresso Nacional.

Então, na verdade, quando vocês falam em Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, nós já temos um plano estratégico de desenvolvimento do centro-oeste até 2020 em outro formato, mas na mesma concepção de formulação que vocês estão propondo. Seria objeto de a gente discutir mais na frente, porque a única coisa que ultimaria o que os senhores estão solicitando no substitutivo seria a aprovação desse plano estratégico pelo Congresso Nacional. Porque o restante, a formulação toda já está feita e já foi objeto até de deliberação junto ao Governador.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Feito pelo Ministério.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Em conjunto com os quatro Governadores--

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas não havia a...

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: A SUDECO vem incorporar. A SUDECO não é um Órgão estante no tempo e espaço, ela vem incorporar...

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ela vem incorporar, mas ela vem com um novo objetivo. O Ministério faz uma coisa mais geral. Ela vem, especificamente, elaborar junto aos Governadores, ela tem uma atribuição específica.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Não. Certo, mas este plano já foi discutido...

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O que eu gostaria deixar, Dr. Schneider, é uma coisa que eu acho fundamental. É o processo de descentralização. Eu sinto nas observações feitas pelo Ministério que há um desejo de manter a centralização. E o nosso desejo é manter a descentralização. Porque se for para continuar de pires na mão aqui, não preciso fazer a SUDECO.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Não, muito pelo contrário.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então, o que nós queremos deixar bem claro que a SUDECO tem que ter autonomia para elaborar o seu plano junto aos Estados parceiros.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Mas até... Só contraditando um pouco a senhora, a Secre-

taria de Desenvolvimento do Centro-Oeste ela já faz um papel de embrião da SUDECO. Só não tem autonomia hoje administrativa, porque ela é uma Secretaria do Ministério. Mas o Ministro Geddel Vieira Lima deu total autonomia financeira, administrativa, de acordo com os limites, também passado pelo Ministério para já atuar como a SUDECO fosse.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas o senhor não acha que é uma segurança deixar isso especificado dentro do Projeto?

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Eu acho que os planos de desenvolvimento têm que constar do Projeto e eles têm que seguir uma sistemática. O que estou propondo é uma adequação e não jogarmos no lixo quase dois milhões de Reais que foram gastos junto com os Estados para concepção de um plano até 2020.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Tudo bem. Pode-se aproveitar o plano e fazer uma adequação.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Então, na verdade, o que acontece no Projeto? Quanto mais itens e ações nós colocarmos no Projeto, nós estamos engessando ele e criando, talvez, coisas que vão até atrapalhar a formatação da própria SUDECO. Então, quer dizer, nós temos que aproveitar toda essa memória que está vindo da antiga SUDECO que passou pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ministério de Integração Nacional que a SUDECO – ela vai absorver toda essa memória de planejamento que já foi feita. Então, quer dizer, na hora que a gente vai criar coisas novas nós temos que pensar no passado. A sistemática--

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu quero só dizer, Dr. Schneider, que desde a extinção da SUDECO, o Estado vive de Emendas parlamentares. Não existe plano, não existe ação... O que existe são as Emendas parlamentares. Isso não é coisa do Governo só não. Desde a extinção da SUDECO. Então, o plano se existe, a gente não tem conhecimento. E ele não é executado e ele não vem no orçamento.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: O plano estratégico foi criado em 2007, mas, na verdade, foi finalizado em 2007. Ele está pronto para ser lançado, esse plano foi discutido com a sociedade civil, com os Governos dos Estados. Todos os Governadores, inclusive, estão reajustando os Planos Estaduais de Desenvolvimento – os PPAs Estaduais em consonância com esse plano, já em negociação pela frente. O que – a meu ver – estaria faltando seria submeter esse plano ao Congresso Nacional através de um Projeto de Lei. Que – a meu ver – engessa tanto...

Porque o plano ele tem que ser mutável no espaço e tempo. A hora que fazemos uma Lei com a tramitação hoje ordinária de um plano aqui dentro, nós vamos levar quatro, cinco anos para votar um plano que já vai estar ultrapassado.

Então, eu acho que o Conselho Deliberativo ele assume essa função até de atualizar, como a senhora está propondo, o desenvolvimento da região, ele assume essa função de atualizar os planos de desenvolvimento para aquela região. Então, o que eu estou falando aqui do plano estratégico é a gente aproveitar o que já existe. Não criar uma nova figura jurídica.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu concordo com o senhor quando o senhor fala em “engessá-lo através de um Projeto de Lei”. O que eu entendo é que esse plano deveria estar na Comissão de Orçamento pelo menos explicitado dentro da Lei Orçamentária, porque, senão, a gente não acredita que ele vai existir. E o que a gente vê primeiro é um orçamento não regionalizado, o que a gente vê a ação do Ministério são ações que envolvem apenas Emendas parlamentares, não existe um projeto voltado para... Ou seja, para as mesoregiões, um projeto voltado para nada. A RIDE está aí com a lei, com o plano, com tudo. E ela, simplesmente, existe porque a gente mantém aqui no orçamento a sobrevivência dela.

Então, o que nós queremos é que a SUDECO tenha autonomia e essa autonomia seja refletida no orçamento. Então, eu acho que o plano sim vir para o Congresso, para Comissão de Orçamento registrado na lei orçamentária. Através da descentralização.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Para complementar o raciocínio da senhora, a gente está convergente em quase tudo. A questão é quem vai financiar e por onde vai vir o financiamento de desenvolvimento regional do Brasil? Aí nós vamos tocar num ponto que é crucial hoje. Não é só para a SUDECO, não. É para SUDENE, para SUDAM que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento regional. Que, na verdade, é ele que vai poder, vai possibilitar os programas de desenvolvimento regional terem uma fonte de financiamento assegurada e um fundo financeiro. Isto é, sem contingenciamento. Ela obedece a sistemática hoje para entendimento como FP E e FPN.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas essa é a segunda etapa. Temos que primeiro assegurar nossa autonomia.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: É. O que acontece? Automaticamente quando tiver esse fundo, os programas de desenvolvimento regional desenvolvidos pela SUDECO, SUDENE, Ministério de Integração Nacional, estão sendo criados no bojo da Reforma Tributária, eles vão ter uma fonte de financia-

mento próprio e sem contingenciamento. O que ocorre hoje é que, infelizmente, os programas de desenvolvimento regional, o plano de ação que sai do Ministério ele é limitado em recursos pelo próprio espaço do Tesouro Nacional limitar esses recursos pra gente. E aí a gente vive efetivamente nas ações de maior profundidade, vive das Emendas parlamentares que são saudáveis e extremamente justas para o desenvolvimento do país. Porque quem conhece a região é quem convive e vive nela.

Então eu sou uma pessoa que defendo muitas Emendas parlamentares à medida que elas venham casar com esse plano estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste. Aí acho a importância do plano estratégico ser mostrado à Comissão de Desenvolvimento Regional, à Comissão de Orçamento. Não que necessariamente precise virar um Projeto de Lei, mas a pessoa seria chamada, no caso o Ministro de Integração Nacional, para expor esse plano até para formatar as Emendas parlamentares dentro do orçamento. Seria uma coisa muito mais interessante e mais propositiva para a gente conciliar o casamento dos interesses políticos e interesses técnicos.

Então, na verdade, eu vou ao socorro da senhora à medida que eu falo que a gente só vai ter recurso para desenvolvimento regional se aprovarmos o FNDR que está aí. Senão, infelizmente, pode criar SUDECO, pode criar qualquer Órgão de planejamento que vamos continuar sem recursos. Porque hoje os recursos, infelizmente, que nós temos efetivos e assegurados são os recursos de plano de ação que são pequenos, só para senhora ter uma idéia, a região... A RIDE, a RIDE na verdade, inclusive, não é mais um programa. Hoje faz parte, é uma região do território do pró-meso, ela sai do Ministério com um milhão e meio de Reais de plano de ação. E efetivamente fica difícil a gente trabalhar plano de ação com um milhão e meio de Reais com uma região tão problemática. E a gente depende sim das Emendas que vão complementar esse plano de ação. Agora, o FCO é diferente. O FCO não serve para infra-estrutura, por exemplo. O FCO ele financia atividade produtiva, ele financia as empresas que vão se instalar e gerar desenvolvimento local. Nós precisamos de um fundo para infra-estrutura. O grande problema do Centro-Oeste é infra-estrutura.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nós estamos batalhando para isso. O que nós queremos agora é essa autonomia. Queremos discutir esse projeto. A Reforma Tributária é o segundo momento. Agora, o que nós queremos é deixar claro que a autonomia da SUDECO é fundamental para nós. Eu acho que nisso aí nós não discordamos, essa... Introdução que o senhor fez aí desse inciso nós vamos

acatar, não tenho a menor dúvida. O consultor gostaria de falar. Márcio.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: Senadora, eu gostaria de fazer, na verdade, uma pergunta para o Christian que é o seguinte: Qual é o problema com esse Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste a ser elaborado pela SUDECO? É o fato dele ser um Projeto de Lei? É isso? Isso que você está achando que engessa?

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Na verdade, a Constituição até prevê pelo art. 43 que os planos de desenvolvimento sejam submetidos ao Congresso Nacional. Então, na verdade você, o Projeto de Lei no substitutivo você está cumprindo um dispositivo constitucional. O que ocorre hoje é que muito do que já está proposto aqui na lei, e na verdade na lei até... Por exemplo, revisão a cada quatro anos pelo PPA... Quer dizer, nós avançamos. Hoje o nosso plano estratégico está até 2020 já consolidado e teria que talvez até cumprindo dispositivo constitucional e formatá-lo em um Projeto de Lei e enviar ao Congresso Nacional um projeto de maior longo prazo. Um plano de maior longo prazo. O que eu vejo aqui é que, na verdade, vocês estão discriminando e engessando o próprio plano, entendeu? Na hora que... Eu acho que o plano tem que constar como mais um instrumento de planejamento e execução por parte da SUDECO. E não... E aí você delimitar a forma como ele vai distribuir, a forma como ele vai ser feito não numa Lei Complementar. Entendeu? Mas você propõe na Lei Complementar a existência dele e a necessidade de ele ser submetido ao Congresso Nacional. Mas não necessariamente dar as regras de como ele tem que ser feito numa Lei Complementar. Porque se daqui a quatro anos eu tiver que alterar alguma forma de concepção desse plano, eu vou ter que submeter a uma Lei Complementar no Congresso Nacional. Quanto mais engessar isso aqui mais difícil da gente trabalhar o plano de ação lá na frente e o próprio projeto e a infra-estrutura que o Centro-Oeste precisa.

Então, na minha concepção, e aí eu não sou legislador, eu sou só um técnico, a minha concepção é a seguinte: Quanto mais a gente colocar na lei, lá a lei aquilo que a gente pode deixar para infralegal, é pior. Porque você engessa a própria atuação do Poder Executivo seja ele nas indiretas escalas, Federal, estadual e municipal.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: O problema todo, Cristian, é que é um dispositivo constitucional e não tem como fugir disso. Esse é o grande problema. Certo? Agora, outra coisa, Christian, é que em relação a desprezar o que já foi feito no Ministério que é o plano estratégico do Centro-Oeste, o § 1º do art. 14 fala do

plano, ele deixa bem claro, que a SUDECO vai elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, mas em conjunto com os Ministérios setoriais. Então, em nenhum momento nós pensamos em desprezar o que foi feito no âmbito do Ministério da Integração Nacional. O que nós pensamos foi que o plano fosse feito na SUDECO. Que conhece bem a realidade do Centro-Oeste.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: É. No que se refere ao art. 14, já que você tocou explicitamente, a minha ponderação é que o § 3º seja retirado do substitutivo. Onde fala que terá vigência de quatro anos, será revisado anualmente, observadas as regras do PPA... Eu sugeriria que tirasse isso aqui. Eu não sou contra a concepção do plano, entendeu? Ele é um instrumento e é um instrumento necessário. É o detalhamento que eu acho que teria que discutir um pouco mais amiúde para não engessar esse próprio plano, para não engessar as ações do Governo que foram sendo criadas a partir desse plano.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Isso eu acredito que a gente possa acertar. Não é um ponto de divergência. O detalhamento. A gente senta e acerta--

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: É aquela questão de tentar jogar para ter mais flexibilidade na gestão.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu vou passar a palavra à senadora Marisa que representa aqui o Mato Grosso do Sul. Senadora Marisa, foi discutido aqui... Estão aqui presentes os representantes dos diversos Ministérios. Casa Civil, Fazenda, Integração Nacional e os parlamentares da Região Centro-Oeste. Nós estamos discutindo o substitutivo da SUDECO. O ponto divergente até agora foi a questão de expandir a área de atuação envolvendo as mesoregiões que discorda o Senador Valter, discorda eu, como representante de Goiás, Relatora, e o Senador Wellington Salgado está aqui para defender com força--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Querem anexar Minas ao Centro-Oeste.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Isso. Que ela já tem a SUDAM, a SUDENE, agora a SUDECO. Então, com a palavra a Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Senador Wellington, Senador Valter Pereira, eu fico muito contente de ter o Senador Wellington lutando nesse caso pelo Centro-Oeste, isso para nós é muito importante. Cumprimentar com carinho o Christian, queria dizer que é sempre bom vê-lo lutando pelas nossas causas e dizer que essa

é uma luta que não é de hoje. Nosso querido amigo Ramez Tebet quando foi... Presidiu a SUDECO, nós estávamos juntos e sabemos a luta que ele teve no nosso estado, e o Senador Canale foi outro também que presidiu a SUDECO com muita seriedade e competência e para nós a SUDECO sempre foi um farol que nós tínhamos nessa... Não só na integração do nosso Centro-Oeste, mas principalmente como uma catalisadora do desenvolvimento do Centro-Oeste. Nós perdemos esse eixo. Perdemos o eixo, porque não só da discussão do desenvolvimento, mas é bom a gente lembrar, e a... O Senador Valter, Senadora Lúcia Vânia e eu, os Senadores aqui, temos feito reuniões com os Governadores dos nossos Estados e periodicamente eles nos chamam quando tem um problema, levanta a questão, chama todo mundo... Quer dizer, não tem mais o Órgão, a Casa onde nós podemos debater nossos problemas. Temos usado muito, aqui, a casa do Governador do Distrito Federal, porque está aqui e tem nos acolhido sempre que possível e sempre que é necessário. Mas não temos mais a estrutura que nós precisamos para garantir o Centro-Oeste. E é inadmissível uma região com a produção que o Centro-Oeste tem, com o Estado de Mato Grosso que está explodindo na produção. É clarividente que tem problemas de de... Floresta Amazônica, desmatamento, queimadas e outros problemas que têm que ser discutidos, claro que tem. Mas é um Estado pujante que é orgulho para o país. Falar de Goiás, não é só de atração de algumas indústrias. As maiores indústrias brasileiras na área da agropecuária, da agroindústria, estão lá. As indústrias estão indo, porque reconhecem Goiás como um grande pólo de desenvolvimento. O Distrito Federal não é nem necessário dizer, aqui é o cadinho, é onde estão todas as grandes decisões nacionais. E falar do meu Mato Grosso do Sul, é dizer também de um Estado que está se industrializando com suas dificuldades, mas é um grande produtor não só de grãos, mas é o segundo rebanho de gado do país, perdemos agora para Mato Grosso essa... O primeiro lugar, mas dizer que o nosso estado é um estado que tem a sua força também calcada na agroindústria. E é inadmissível que nós tenhamos esse Centro-Oeste pujante como é, com grandes problemas que precisam ser equacionados. Só para ter uma idéia, eu quero falar do Mato Grosso do Sul que faz limite com 5 Estados da Federação e com 2 países. E não são 2 países quaisquer da América Latina, são 2 países com grandes problemas que são a Bolívia e o Paraguai. Mato Grosso é a mesma coisa.

Portanto, eu quero deixar aqui, Dr. Christian, e a todos, que nós precisamos sim da SUDECO. Há problemas a serem equacionados? Há. Mas nós não

podemos demorar mais nenhum dia. Eu já conversei qual V.S^a algum tempo sobre isso, e o senhor pedia “vamos agilizar, vamos botar para frente, vamos fazer com que aconteça”. Então, eu acho que estamos agora com tudo organizado para acontecer. Certo? Senadora Lúcia Vânia? Estamos aqui com tudo organizado.

O que há de pequena monta que possa ser organizado, de engessamento, como V.S^a estava dizendo, acho que isso é... Como disse a Senadora Lúcia Vânia, é passível de organização e discussão. Agora, há um item que não pode... Que nós não podemos perder de vista. A autonomia da SUDECO, a autonomia não só para discutir os problemas da região, mas principalmente a garantia de discutir, Senadora Lúcia Vânia, as questões financeiras dessa região. Nós precisamos é do Ministério junto conosco. E é fundamental. Isso não podemos perder de vista. Não interessa aqui a discussão partidária de um Governo ou de outro. Nós estamos falando de um estado. Esse é um Órgão de Estado. Que vai perpassar os governos que estiverem aí. Agora, a autonomia da SUDECO, uma instituição, um órgão sem recurso nenhum e sem condições de influenciar nisso, quebra as pernas de um Órgão que para nós é vital. Portanto, eu acredito que juntos nós vamos conseguir. Mas que a SUDECO nasça forte, porque se ela for um Órgão forte, um Órgão de autonomia, que tenha autonomia financeira, que tenha autonomia para discutir o desenvolvimento e os programas e projetos necessários para a região, aí eu tenho certeza que valerá todo esse esforço de ressurgir a SUDECO. Para se ressurgir a SUDECO, SUDAM, SUDENE, que tenha autonomia financeira e administrativa, aí não vale todo esse esforço que nós estamos tendo. Eram essas minhas palavras.

SR^a PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então vamos passar para o outro item. Esse já está praticamente vencido que é o detalhamento do plano. Concordamos em acatar a sugestão do Ministério.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Passando agora à própria composição dos Órgãos componentes da própria SUDECO, uma modificação interessante que foi proposta no substitutivo é o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste é o art. 8º. No que diz respeito ao art. 8º tem que ficar bem claro, porque na verdade, pela proposta do substitutivo, está sendo feita a extinção do Conselho Deliberativo do FCO e as suas funções estão sendo passando a serem exercidas, ou vão passar a ser exercidas pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Acredito que nós não temos muita divergência nisso. Seria no caso deixar isso mais explícito. É uma

redação que dê mais forma não só à questão do FCO propriamente dito, mas já pensando um pouco mais na frente a questão da supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional no reatamento dele no espaço de atuação da SUDECO.

Então, a gente poderia pensar numa redação um pouco mais forte nesse sentido. Já que você está extinguindo o Conselho Deliberativo do FCO que fique bem claro que o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento assumirá essas funções hoje sob a responsabilidade do próprio FCO. No que diz respeito à composição... Por favor, Dr. Antônio Roberto.

SR. ANTÔNIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA: É só um lembrete. Já que quando cria a SUDECO, ela não passa a funcionar imediatamente, porque vai depender de um Decreto. Então, é colocar algum dispositivo que deixe...

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Até que seja...

SR. ANTÔNIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA: A autoridade de agir como tal até que seja instalada a SUDECO.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: É uma regra de transição. Isso é muito importante. No que diz respeito a sua composição, eu tenho até uma dúvida e um questionamento a fazer, só.

No que diz respeito à composição do Governo Federal no próprio Conselho Deliberativo. Na proposta aprovada pela Câmara, ficaram destinados ao Governo Federal limitado o número de 6 Ministros com a presença obrigatória do Ministério de Integração Nacional. Ministro de Estado de Integração Nacional. Na proposta do substitutivo, torna obrigatória na composição o Ministro de Estado da Fazenda, do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministro de Integração Nacional. Concordamos plenamente nisso. A dúvida é se não traz segurança jurídica ao próprio funcionamento do Conselho deliberativo o inciso III – “Os Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo, sempre que a Pauta assim requerer teriam direito a voto”. Fica uma situação um pouco de insegurança para o próprio funcionamento do Conselho. Quer dizer, eu acho que a gente poderia efetivamente fechar quais os Ministérios que vão fazer parte do Conselho efetivo. E não deixar margem para que ah, essa reunião do Ministério do Meio Ambiente vai fazer parte, então tem direito a voto. Ah, na outra região o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio para fazer parte ele tem direito a voto. Fica uma coisa para todo o funcionamento do Conselho uma coisa, a meu ver, meio insegura em termos de segurança para o funcionamento dele, eu acho que a gente poderia limitar o número de 6, obrigatoriamente, com a pre-

sença desses 3 Ministérios e aí depois por ato do Poder Executivo designar os outros 3 Ministérios. É uma sugestão. Agora, isso não é um ponto de divergência. É só uma sugestão.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Quer falar?

SR. RICARDO MIRANDA: Obrigado, Senadora. Quando na discussão da SUDENE e da SUDAM foi uma exigência do Poder Executivo que deixássemos aberto. E quando nós fizemos essa redação aqui junto com o Márcio de Oliveira, a idéia foi exatamente permitir um espaço de flexibilidade. Vou dar um exemplo só ilustrativo. Uma vez por ano que o Ministro da Agricultura participa nas discussões. Que é um setor econômico importante a agricultura e esse Ministro não vai participar de todas as reuniões. Mas quando ele for, participe, vote, fale, seja um membro pleno e não um membro pela metade. Então, essa flexibilidade aqui daria ao Conselho a possibilidade dele ser o *locus* onde os vários Ministros se sentiriam bem em estar presente.

Então, tinha que dar uma redação para também tornar atraente o Conselho à participação dos demais Ministros. Era essa a ponderação.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Na verdade, hoje, Ricardo. Eu posso chamar de Ricardo, porque nós nos conhecemos há algum tempo. Ricardo, a idéia, hoje o CONDEL funciona com nove representantes do Governo Federal. São 9 Ministérios ou Secretaria extraordinária com poder de Ministério, com *status* de Ministério participando efetivamente das reuniões dos Conselhos Deliberativos do FCO.

Na verdade, a proposta do Governo era em vez de 9, 6 Ministérios. Porque, por exemplo, a Secretaria da Pesca a gente não sabe se o próximo governante vai manter ou não. Então, algumas Secretarias... Então, a gente pensou em 6 Ministérios, e é claro, pelo poder econômico e a representatividade, por exemplo, do Ministério da Agricultura no que tange à agropecuária na Região Centro-Oeste com certeza ele seria um dos membros. E membro efetivo e com direito a voto e tudo.

A idéia é que a gente não coloque na Lei uma insegurança e um limite que depois num segundo momento nós podemos alterar para o ato do Poder Executivo. Então, o que acontece? Se no momento hoje a agropecuária é uma atividade econômica essencial para a região, é claro que o Ministro da Agricultura terá assento no Conselho Deliberativo. Mas vamos supor que daqui a 50 anos não seja mais a agricultura, seja a área de indústria. Então, aí o ato do Poder Executivo, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio faria parte do Conselho.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso aí, eu acho que vai para o poder regulamentar. Então, tem que regular no momento, ou no Regimento Interno, ou nos regulamentos da... Porque aqui, pelo que depreendi, está reservado a cada área a sua participação no momento que está escrito "sempre que a Pauta assim o requerer". Por exemplo, algo que vai dispor sobre questão ambiental. É claro que tem que estar presente o Ministério do Meio Ambiente. Mas eu acho que o enxugamento de um colegiado é sempre salutar. Porque sempre que você quiser melar qualquer Projeto, basta você fazer uma Assembléia Geral que você acaba melando.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu concordo com ele também quando ele fala da questão da insegurança jurídica. Acho que direito a voto tinha que ser mais limitado. Na minha visão eu concordo. Eu acho que você tem que ir para o Conselho sabendo, mais ou menos, qual será a posição de cada um. À medida que você varia isso aí, é complicado. Isso eu concordo com o Ministério.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Uma outra sugestão diz respeito ao inciso VII "quando da composição inclui-se o Presidente do Banco do Brasil". Vamos supor que no futuro, por exemplo, não seja o Banco do Brasil que vai operar o Fundo. Eu acho que poderia ser no caso... Não necessariamente o Presidente do Banco do Brasil, mas o operador das entidades, das instituições financeiras que forem operar o Fundo, no caso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aí vem uma divergência. Eu sou contra um agente financeiro ser o operador para repassar para os outros. Essa mesma prerrogativa. Porque veja o seguinte, quando se fala no Banco do Brasil, nós enxergamos sempre o Banco do Brasil como a presença do Governo numa atividade de fomento. Quando o Banco do Brasil deixou de ser uma instituição de fomento há muitos anos. O Banco do Brasil, hoje, é um estabelecimento de crédito como outro qualquer e que detêm uma dosagem de voracidade até maior do que em alguns estabelecimentos inteiramente privados. Então, acho que aqui cria um privilégio que deve ser escrito. Acho que a concepção do projeto geral é.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Na verdade, Senador...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele tem que ser um dos operadores.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: A idéia é que caso, por exemplo, seja criado o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, previsto na Constituição, não teria sentido ser o Presidente do Banco do Brasil, o Presidente do Banco de Desenvolvimento

do Centro-Oeste estar fora. Então, a sugestão é que não se engesse o Presidente do Banco do Brasil, seja o chefe máximo da autoridade que esteja operando os Fundos de Financiamento da região.

Também no que diz respeito à questão dos §§ seguintes, onde eles falam da questão da substituição dos membros, eu acredito que essa parte deveria ser feita em ato de regulamento próprio do Conselho. Quando você coloca que somente o Secretário-Executivo vai substituir o Ministro em uma Reunião, às vezes há uma possibilidade de doença, tudo, nós teríamos que ter outras possibilidades de discutir não na Lei Complementar, e sim em atos mais para frente, uma questão de enxugar tem algumas coisas que são pertinentes a Regulamento Interno do próprio funcionamento do Conselho. E não necessariamente estarem previstos na Lei Complementar.

SR. RICARDO MIRANDA: Senadora, eu gostaria que alguns temas como esse nós pudéssemos depois ter uma reunião, porque a SUDECO não pode ser de segunda classe. Se a SUDENE e a SUDAM estão assim, por que a SUDECO ser diferente? Se nós deixamos tudo para o regimento nas outras duas, por que agora a gente não colocar certas coisas. Por exemplo, participação, se tem direito a voto ou não. Deixa para o regimento isso. Essa seria a minha ponderação. A SUDECO não pode ser diferente.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo com a ponderação do amigo ali, porque na verdade quanto menos engessamento se impor ao Órgão é melhor para o desempenho dele. O desembaraço dele.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Quer falar Márcio?

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: No caso, eu acho que a idéia era que esses dispositivos ficassem a cargo da regulação, mas feita pelo Conselho. Certo? E não pelo Executivo.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: O Conselho tem que aprovar o regimento que ele vai fazer parte. Então, na verdade o Superintendente da SUDECO que é o Secretário Executivo do Conselho, ele vai submeter à proposta de regimento ao Conselho e o Conselho que vai dar as normas a ele. Acho que isso é bem claro em qualquer Conselho hoje no Governo Federal que tem assento outros entes que não sejam especificamente de Governo Federal e outros entes da sociedade, quem aprova o regimento e como ele vai funcionar são os próprios conselheiros. Então, isso é uma coisa que pra mim está muito clara. Quem vai fazer a submissão do regimento interno é

o próprio superintendente da SUDECO ao Conselho, e o Conselho aprova essa regras de funcionamento. Acho que isso poderia ficar claro dessa forma assim para vocês no Projeto de Lei. Agora, as regras estariam num ato à parte, no Regimento Interno, no regulamento próprio do Conselho.

SR. RICARDO MIRANDA: Senadora, o trabalho aí é muito simples. O que tem de trabalho, o que teve de reflexão por trás disso é muito grande, de experiência pessoal também. No Governo Itamar eu fui Secretário, no Governo agora Fernando Henrique fui Secretário. Participei de Reunião de Conselhos, da SUDAM, da SUDENE. E é uma simetria muito grande. Como é que V.Exª pode querer que o Governador esteja presente e eu lá como Secretário estou representando o Ministro e o Ministro não teve tempo de ir, o Secretário Executivo não teve tempo de ir. Como é que eu posso contrapor o Governador ou apoiar o Governador? Quem sou eu? Um Secretário de Terceiro nível?

Então, colocar... É uma questão de respeito. Uma, duas, três, quatro reuniões, vamos colocar o número limitado. Mas vamos respeitar também a SUDECO. O plano é que a SUDENE... A SUDECO seja o *locus* aonde os quatro Governadores vão se reunir e perceber os problemas nacionais a partir da visão regional. Então, se é essa a percepção de que o Conselho da SUDENE tem que ser o *locus* dos Governadores para entender junto com o Governo Federal qual é o interesse nacional do ponto de vista das prioridades regionais, nós não podemos colocar qualquer autoridade. São três reuniões, são quatro reuniões, se aquele Ministério não pode participar, pouco a pouco ele sai do âmbito do Conselho. É uma outra questão. Mas isso aí, Senadora, a gente tem que pensar bem o que é que nós queremos lá na frente como imagem objetiva. Desculpe a minha insistência.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Tudo bem. Mas não é questão substancial. A gente pode sentar e discutir isso oportunamente.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Dando a sequência, no que tange... No que diz respeito à Diretoria colegiada. A inovação do substitutivo, a questão da sabatina junto ao Senado Federal para aprovação dos diretores. O instituto da sabatina foi colocado pelo... Nas Leis anteriores, particularmente no que se refere às agências reguladoras, e inclusive esses diretores têm mandato. A meu ver, eu não sou contra a sabatina, até por questão de você qualificar mais o Superintendente e seus diretores. O problema é que você fazer uma sabatina e a pessoa não ter um mandato fixado, é uma coisa muito complexa, porque você está submetendo ao Congresso Nacional a aprovação de um nome que pode ser demitido a qualquer

momento, bastando contrariar os interesses do Ministro da Pasta. Então eu acho que a sabatina, se ela for aprovada com sabatina os diretores têm que ter mandato também. Senão é um instituto inócuo dentro do que diz respeito à gestão pública. Ou a gente coloca mandato para os diretores com sabatina ou a gente não coloca a sabatina. Essa seria a minha posição.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Márcio.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: Gostaria de fazer uma observação na fala do Christian. Eu acho o seguinte. No caso do Banco Central também os diretores são sabatinados e não têm mandato. No caso de Embaixadores, idem. Então acho que isso não é problema.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Não vejo como um problema.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: A nossa idéia de colocar a sabatina no caso dos diretores é fazer com que eles venham, conheçam os Senadores que representam a região, conversem antes da sabatina, mostrem que eles conhecem os problemas da região. Criar uma interação entre o Legislativo e os futuros diretores da SUDECO. Foi essa a nossa intenção.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Eu não vejo divergência nenhuma nisso. É só uma questão minha de princípio, que acho que se nós vamos sabatar, por que não dar um mandato?

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho que não tem nada a ver. O Banco Central... Ele colocou--

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: E outra coisa, a SUDAM e a SUDENE não têm sabatina. Estaríamos fugindo ao modelo anteriormente aprovado.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Acho que a Região Centro-Oeste tem um número de parlamentares muito pequenos. Nós somos praticamente aliados dessa questão dessa discussão de desenvolvimento regional. Então, eu acho que é uma coisa oportuna, sim. Eu acho que isso aí--

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Não é divergência. É uma sugestão, uma ponderação. Inclusive porque também a ABIN que é meu órgão de origem tem sabatina e tem mandato.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Vamos em frente.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: No que diz respeito às competências da Diretoria colegiada, eu acho que está bem dentro do padrão, mas lembrando que talvez algumas dessas competências aqui instituídas não precisassem constar do Projeto de Lei Complementar. Até para caso a gente tenha que incluir competências novas, a SUDECO passa a

ter competência nova, nós temos que alterar uma Lei Complementar é uma ponderação que tenho a fazer.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Essa questão de enxugamento do Projeto, acho que ela poderia ser tratada posteriormente. Porque aí vai técnica Legislativa, vai uma série de coisas que poderiam ser discutidas entre os técnicos. Eu gostaria mais que fosse colocada as questões que fossem centrais. Para o Ministério.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Mas agora nós vamos passar um ponto que--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas Srª Presidente, eu vou fazer um pequeno comentário. Até concordo com V.Exª que não deve entrar na discussão. Mas essa questão das competências aqui, a explicitação das competências eu acho que tem que fazer parte da Legislação.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: De forma geral.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não. Acho que tem que pormenorizar. Todos nós sabemos que determinadas diretorias colegiadas, vez por outra acabam se rendendo a uma tendência autoritária do exercício do poder. Com o confisco dessa função colegiada. Então, quando está explicitado na Lei as funções específicas, esse risco é muito menor ou às vezes até desaparecem. Então acho que é importante manter essa regra.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Eu acho que agora vamos para um ponto que é extremamente complicado que é a questão da instituição do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. É importante aqui no caso a presença do Dr. Antônio Roberto que é o Diretor de Departamento de Fundos do Ministério da Integração Nacional, da Secretaria de Política do Desenvolvimento Regional e a presença de outros integrantes do Poder Executivo aqui.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Taí?

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Está. O Dr. Antônio Roberto está presente aqui. No bojo da Reforma Tributária está sendo instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Que na verdade ele vem ao encontro desses anseios que nós habitantes, sociedade civil organizada, nós aqui parlamentares aqui presentes e tal, ansiamos para podermos ter recursos a fundo sem contingenciamento para desenvolvimento regional.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, ele, no bojo da Reforma Tributária, ele faz parte da Emenda à Constituição da Reforma Tributária vem alterar um pouco a sistemática do instrumento de financiamento do desenvolvimento regional no Brasil.

Ele veio num modelo parecido com o fundo europeu onde você permite duas formas de trabalho dele. Uma de financiamento, como funciona hoje o FCO, o FNE e o FNO. E outra não de financiamento de atividade produtiva, mas especificamente de atuação para investimentos de infra-estrutura nas diversas regiões do Brasil.

E nesse bojo da Reforma Tributária, e aí prejudica um pouco até a própria discussão de um fundo específico para o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ele inclusive extingue os fundos de financiamentos constitucionais existentes hoje. E então, o que acontece? Fica muito complicado a gente criar um novo fundo dentro de uma Lei Complementar no caso da... De competência exclusiva da SUDECO, se nós provavelmente até o fim do ano que vem nós vamos ter um Fundo Nacional que a SUDECO já vai geri-lo, e supervisioná-lo, tanto na questão no que tange ao financiamento como funciona a sistemática do FCO hoje, quanto na questão de infra-estrutura.

Então na verdade nós estamos criando um instrumento hoje como na época foi criado o FDA e o FDNE que na verdade estão sendo extintos no bojo da Reforma Tributária. Ao meu ver, não é saudável tratarmos da questão desse fundo aqui agora. Acho que seria melhor, na tramitação da Reforma Tributária, nós especificarmos de forma sucinta o que isso representa pro Centro-Oeste. Hoje o FNDR não é objeto da discussão aqui. Na verdade como é que funciona FCO, FNE, FNO hoje, ele é oriundo de 3% da arrecadação de IPI e imposto de renda de pessoa jurídica e física. O que ocorre hoje? Esse dinheiro vai distribuído nas três regiões, naquela proporção que nós conhecemos, 20% no caso do centro-oeste para financiamento exclusivo de atividade produtiva. Ele não entra a fundo perdido nos programas de desenvolvimento regional nem dos Estados nem de Município nem da União para infra-estrutura ou gargalos ou falta de sinergia contra as políticas setoriais do Governo.

Então o que acontece? A gente hoje tem um fundo de financiamento que nem sempre representa aquilo que precisa a região para o desenvolvimento econômico e dela como região. O FNDR vem suprir essa lacuna. Deixa de ser 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, passa a um índice de 4,8%, que na verdade ele visa, inclusive, diminuir uma possível perda da parcela do IPI que vai ser distribuída no fundo de equalização previsto na Reforma Tributária, esses 4,8%, na verdade representam hoje, em moedas de hoje, em recursos de hoje um incremento da situação atual de repasse para os fundos fiscais ou para os fundos de financiamento, não vai haver a perda. Na verdade, você vai manter hoje o que tem de financia-

mento dos três fundos constitucionais, do FDEA e do FDNE numa nova sistemática chamada FNDR.

Num primeiro momento essa sistemática continuaria funcionando como fundo de financiamento de atividade produtiva, e com o passar dos anos chegando à divisão de aproximadamente 60% desse recurso para fundo de financiamento de atividade produtiva e até 40% para investimentos de infra-estrutura compartilhado com a criação dos Fundos Estaduais de Desenvolvimento Regional. Essa sistemática está sendo desenhada em conjunto pelo Ministério da Fazenda, Casa Civil, Ministério de Integração Nacional numa Lei Complementar a reforma tributária. A meu ver é muito complicado criarmos um Fundo aqui, fica muito difícil para o Governo Federal defender a criação de um Fundo aqui se nós estamos tratando de desse assunto na própria Reforma Tributária.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Esse assunto nós tivemos com o Dr. Appy e já colocamos. Na verdade, eu acho que uma coisa não interfere na outra. Mesmo porque o princípio é o mesmo. Nós estamos criando aqui um Fundo de Investimento enquanto nós já temos um Fundo de Financiamento. São dois Fundos. É o que vai resultar na síntese da própria Reforma Tributária.

Agora, nós não podemos ficar aqui deixando o coração da SUDECO na mão do Governo, da Reforma Tributária que nós não sabemos quando é que vai sair, se... Agora, vamos... Se sair, agora vamos deixar de criar a SUDECO e criar a SUDECO sem o Fundo? É não criar nada. Então, eu não aceito. Eu acho que não há como discutir isso. Nós vamos criar. Se a Reforma Tributária for aprovada, obviamente fará adequação como a SUDAM e SUDENE estão fazendo. O que eu acho que o princípio é que nós temos que defender aqui. Nós temos que ter um Fundo de Financiamento e um Fundo de Investimento. Porque esse Fundo de Investimento ele é importante para infra-estrutura, é o que nos falta, e nós não podemos tirar isso do corpo do Projeto. Porque tirar isso do corpo do Projeto é fazer de conta que nós criamos a SUDECO.

SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER: Em termos de mérito acho que nós caminhamos para a mesma solução. É uma questão hoje de tramitação de Projetos, são políticas que aí não cabe a mim – técnico – entrar nessa discussão. Eu só acho que na verdade a gente estaria criando aqui um flanco, um flanco dentro do próprio substitutivo para ser atacado em posicionamentos futuros. Tanto aqui dentro do Senado Federal quanto na Câmara. Nós corremos um risco de por causa de alguns itens aqui, particularmente desse Fundo, termos problemas na frente de tramitação do Projeto. Meu medo é só esse. Porque na verdade

com o FNDR tudo isso aqui estaria suprido dentro da estrutura do Fundo novo.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Acredito que não temos que ter esse medo do Projeto tramitar. Nós temos que fazê-lo tramitar. Ele já não andou por causa exatamente da pressa. E não adianta essa pressa, copiar o Projeto da SUDENE e colocar aqui. O que nós queremos é que ele sofra adequação de acordo com a aprovação da reforma. Não há porque criar uma SUDECO simplesmente para dizer que estamos criando e, de repente, entregar isso para os Governadores dos Estados. Não vão entregar nada. Entregar a SUDECO. Aprovar um Projeto da SUDECO sem o fundo é aprovar o nada. É continuar do jeito que está. Então, o que nós não podemos abrir mão de jeito nenhum, é de pelo menos passar da idéia de que nós precisamos desses dois Fundos. Como existe na SUDAM, como existe na SUDENE.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Christian, deixa eu te fazer uma ponderação. Acho que a Presidente da Comissão e Relatora desse Projeto está traduzindo o pensamento de toda a Comissão. Pelo menos dos Estados da Região Centro-Oeste. Nós não podemos trocar o certo pelo duvidoso. Eu vou falar uma coisa com toda honestidade. Eu tenho muita reserva com relação a esse Projeto de Reforma Tributária. Exatamente por causa desse Fundo. Tudo aquilo que vai para o Fundo, e a tendência do Projeto de Reforma Tributária é essa, é confiscar autonomia e depois jogar recursos nos Fundos para que a União passe a imperar, como tem imperado, nos que estão administrados por ela.

Veja por exemplo o que aconteceu com a Lei Kandir. Todos nós sabemos. Mato Grosso do Sul foi um dos Estados penalizados. O Wellington estava dizendo aqui que Minas também que foi penalizado. Abriu mão de uma arrecadação que caía no seu cofre por força da atividade econômica, e hoje vive com o pires nas mãos pedindo os recursos da Lei Kandir. Recursos que voaram e que não voltam mais para o seu paradeiro. Então acho que aqui, esse Fundo aqui se faz necessário. E só deve ser trocado por outro que tenha maior aporte e que tenha maior segurança. Então enquanto não tiver isso, o que está lá na Reforma Tributária, na minha avaliação é uma nova proposta de Lei Kandir contra a qual os Estados deverão se insurgir.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu não tenho dúvida que a questão dos Fundos na Reforma Tributária vai ser o grande embargo. Vai ser o grande embargo da própria aprovação dela. Porque na verdade a gente já sofreu muito, a gente já

sabe onde é que as coisas funcionam e não vamos embarcar nessa de aprovar simplesmente porque o Governo acha que é o melhor. Acho que a Reforma Tributária é importante, mas desde que esses Fundos sejam seguros. Não adianta. E nós vamos fazer a conta na ponta do lápis. Isso aí não tem... Com a palavra o representante do Fundo.

SR. ANTÔNIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA: Com relação ao fundo de desenvolvimento proposto para o centro-oeste, ele está no modelo semelhante ao existente FDA e FDNE para a Amazônia e para o nordeste. Aí discutir talvez a viabilidade de ser esse instrumento o instrumento relevante para a SUDECO. Esses dois fundos FDA e FDNE não têm experiência boa. Tanto até pela sua natureza de fundo contábil e o desempenho realmente deixou muito a desejar porque os recursos não conseguiram ser aplicados. E eles têm uma destinação muito parecida com o Fundo Constitucional. São todos para o setor produtivo, não atendem àquelas externalidades que a gente julga importante para desenvolver uma microrregião que carece de capacitação, de mão-de-obra, infra-estrutura, porque são recursos para empréstimo, da mesma forma que o Fundo Constitucional, com uma única diferenciação de ser na forma de debêntures e o que permite transformar isso em participação acionária. Mas que assim, para suprir as carências de um desenvolvimento de uma região, talvez não seja esse o instrumento que esteja faltando para complementar.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom, esse é um assunto que nós não podemos discutir assim. Nós temos que aprofundar e, na verdade, eu preferia passar por cima dos Fundos e deixar isso um pouco para frente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É. O que a gente queria falar... Eu vendo isso aqui, eu acho difícil à gente mexer na regulação bancária. A questão da TJLP, eu acho isso tudo muito complicado para se mexer aqui. Eu discuti isso com o Dr. Appy. Sei que o Governo tem certa razão com nisso aí, eu acato, mas acho que o bojo do Projeto, a questão dos Fundos ela vai realmente pegar porque não tem como a gente abrir mão disso. A não ser que haja uma argumentação mais forte. Com a palavra o Márcio.

SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA: Senadora, só uma observação em relação ao que o Dr. Antônio Roberto disse. Que o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste deveria ser diferente do FDNE e do FDA. Foi justamente isso que pensamos. Seria um fundo para

investimento em infra-estrutura. Ponto. Que é a grande carência do centro-oeste. Que foi identificado pelos parlamentares da região. E não um fundo nos moldes do FDA e FDNE.

SR. ANTÔNIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA: Assim, talvez nesse caso aí ele esteja se confundindo com o próprio fundo que está proposto na Reforma Tributária. FNDR(F). Também tem essa questão que o Christian já falou.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Alguém quer falar? Bom, eu vou encerrar a Reunião, porque eu tenho um compromisso agora, acho que os parlamentares têm também. Eu só pediria aos dois Senadores que permanecessem, porque temos um Requerimento para votar aqui do Senador Tasso Jereissati. Eu pediria a colaboração dos senhores. Esse Requerimento foi subscrito pelo Senador Valter Pereira. Eu vou ler aqui. Você é bom.

Requeiro, nos termos do art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização da Audiência Pública nessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em conjunto com a Subcomissão de Reforma Tributária com a presença do Secretário de Política econômica, Dr. Bernardo Appy; o Presidente do IPCE, Dr. Marcos Olanda(F), Profª Maria Helena Zocom(F), Fundação e Instituto de Pesquisa Econômica; Dr. Paulo Haddad, professor da UFMG e o ex-Ministro da Fazenda Dr. Máilson da Nóbrega para discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional vis-à-vis as propostas de Reforma Tributária apresentada pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária.

Srs. Parlamentares que concordam... Para discutir. Não tendo ninguém que queira discutir, eu coloco em votação. Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado o Requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Eu encerraria a nossa Reunião sobre a discussão do Projeto e pediria aos senhores consultores dos Ministérios aqui presentes que a gente se reunisse mais uma vez. Eu antes de marcar essa Reunião conjunta aqui com os parlamentares eu gostaria de marcar uma Reunião só com os técnicos das três áreas para discutir o Projeto, e posteriormente uma nova audiência, mas pública, tendo os demais parlamentares aqui em conjunto.

Eu estou fazendo isso porque o Projeto vai tramitar junto com a Comissão de Assuntos Econômicos e junto com a Comissão de Justiça. Então nós vamos abreviar isso, tentar acordar o Projeto na melhor maneira possível, e não se podendo acordar algum item a gente coloca em votação. O Governo tem os seus instrumentos para impedir este ou aquele artigo.

Mas antes eu acho que essa Comissão demonstra abertura em relação ao nosso trabalho, chamando o Governo para construir conosco esse substitutivo, e naturalmente aqui colocando a nossa posição que alguns itens nós não podemos abrir mão, que é uma prerrogativa do próprio Congresso. Mas nós vamos fazer tudo para que haja um entendimento pelo menos na maior parte dos pontos aqui citados. Pela ordem Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só para cumprimentar o Dr. Christian e os técnicos de outras áreas que compareceram aqui a esta audiência que acredito que desse embate aqui haverá um belo... Uma bela posição. São posições que às vezes nos levam a divergências, que isso é natural do processo, mas de qualquer forma toda sugestão e toda crítica que é feita aqui é construtiva, e com certeza nós haveremos de tirar belas lições, já que todos que intervieram aqui nessa Sessão deram contribuições substanciais.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só para parabenizar V.Exª que realmente foi um debate, uma Audiência Pública muito proveitosa pra mim, por exemplo, que tinha grandes dúvidas sobre as situações, o Sr. Christian, o Sr. Schneider, mais os demais membros eu queria agradecê-los, inclusive, em nome da Presidência e parabenizar V.Exª que consegue realmente trazer para o debate pessoas importantes, funcionários importantes, membros importantes, uma questão tão importante para o centro-oeste. Eu tenho por eu estar tentando colocar o triângulo é porque eu reconheço o quanto é importante esse Fundo, esse novo Órgão que está sendo criado. E essa luta é por isso que nós estamos eleitos. Três Senadores por cada Estado para poder lutar pelos interesses de sua região, seu Estado. E a Senadora Lúcia Vânia faz esse trabalho muito bem. Muito bem mesmo. Está de parabéns V.Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Wellington e quero dizer, Senador, que embora não seja da região, a sua presença aqui foi muito importante. [risos] Agradecer aos técnicos todos, e solicitar ao Márcio que marque a reunião com os técnicos na segunda-feira para que a gente possa na próxima quinta-feira fazer a outra reunião aqui conjunta. Agradeço a todos vocês a colaboração. Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às dez horas e quatorze minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e oito, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Valter Pereira, Presidente em Exercício, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Patrícia Saboya, João Pedro, Gim Argello, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Virgínio de Carvalho e Flexa Ribeiro. Justifica a ausência a Senadora Marisa Serrano. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está disposta em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de Reunião Técnica para apresentação das considerações feitas pelos técnicos responsáveis pela análise sobre a recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO (PLC nº 119/06-Complementar). A Reunião Técnica é adiada. Em seguida, o Presidente em Exercício passa à apreciação das matérias constantes da Segunda Parte da Pauta da Reunião: **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 686, de 2007-Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador João Pedro, que oferece Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador João Pedro, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Item 02**-Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2007, não terminativo, que “cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gilberto Goellner, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Item 03**-Projeto de Lei do Senado nº

716, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia”, de autoria do Senador João Durval, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Adelmir Santana, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Item 04**-Projeto de Lei do Senado nº 132 de 2008, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Leste do Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Valter Pereira**, Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS e 14 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Não havendo manifestação em contrário, está aprovada. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião deverá ser dividida em duas partes. Uma primeira parte vai ser representada pela exposição que

a ilustre Presidente deste órgão, Senadora Lúcia Vânia, vai fazer sobre o projeto de recriação da SUDECO, e nós vamos fazer uma inversão para que nós entremos na segunda parte, já que a Senadora Lúcia Vânia ainda não chegou a este recinto. A segunda parte, portanto, é a apreciação das matérias que estão submetidas a esta Comissão.

A primeira delas é o Projeto de Lei do Senado nº 686, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação do pólo de desenvolvimento integralizado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul”. A autoria é do projeto é do Senador Sérgio Zambiasi e o Relator é o Senador João Pedro. A matéria ainda será apreciada posteriormente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, que apresenta. Para discorrer sobre o seu relatório, com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, o Parecer é favorável ao projeto, é pela aprovação do projeto. Eu gostaria de ler, se não na sua totalidade, mas parcialmente, o relatório na pág. 15. O objetivo da criação do pólo de desenvolvimento integralizado, conforme o art. 1º do projeto, é articular e harmonizar as ações administrativas da União, do Estado do Rio Grande do Sul e dos Municípios contemplados. O § único do mesmo artigo relaciona-se aos treze Municípios localizados na sub-região Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, que integrarão a área de abrangência e influência do pólo. O art. 2º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Administrativo que coordenará as ações governamentais no âmbito do pólo e cuja as atribuições e composição serão definidas em Regulamento, assegurada a participação de representantes dos governos estadual e municipais, bem como da sociedade civil.

Sr. Presidente, assim vai o Parecer, o relatório. O Voto, face ao exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 686, de 2007, complementar com a seguinte Emenda. Aí tem a Emenda nº 1 da CDR. Esse é o Parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o Parecer sintético prolatado pelo ilustre Relator Senador João Pedro. Como ninguém--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É bom lembrar que a propositura é do nosso amigo Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O projeto é não terminativo. Como não há nenhuma manifestação, declaro que está encerrada a discussão e a votação também, de sorte que o Parecer é favorável do Relator João Pedro com a Emenda

nº 1. Essa Emenda, na verdade, não introduz nenhuma mudança substancial, é uma Emenda meramente corretiva. Os parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão. Não havendo manifestação em contrário, declaro aprovado o Parecer e a Emenda também. Aprovada, a matéria será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Vamos ao segundo item. Projeto de Lei do Senado nº 713, “Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências”. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi e o Relator é o Senador Gilberto Goellner. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos posteriormente e o Parecer do Relator é favorável ao projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Relatório. Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado 713, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências”. O PLS 713 é composto de oito artigos. O art. 1º determina o objeto da Lei, a criação do Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul. O art. 2º estabelece que o fundo tem o objetivo de captar recursos que serão aplicados em projetos que levem ao desenvolvimento de sua área de atuação. O art. 2º estabelece, também, que a aplicação de recursos desse fundo será pautada pelas diretrizes e prioridades constantes no Plano Regional de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul. O art. 3º do PLS sob análise, estabelece que o fundo será gerido pelo órgão encarregado pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O art. 4º determina a natureza do fundo, as formas de financiamento, empréstimos reembolsáveis ou apoio ao fundo perdido e suas fontes de recurso. O art. 5º dispõe sobre a possível não aplicação dos recursos do fundo de acordo com o disposto nos demais dispositivos. O art. 6º trata da composição de um órgão colegiado que será encarregado de definir as diretrizes para a aplicação dos recursos do fundo. O art. 7º trata da adequação à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecido como Lei de Responsabilidade Fiscal, já que a aprovação do PLS implicará o aumento de despesa. Por último, o art. 8º estabelece que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O PLS 713 foi encaminhado às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas Emendas no prazo regimental.

Análise. Cabe a esta Comissão uma análise de mérito do Projeto de Lei do Senado nº 713 no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49, do Regimento Interno do Senado Federal.

O que sempre ouvimos sobre o problema do desenvolvimento regional desigual no Brasil é que a atividade econômica, historicamente, se concentrou na porção meridional do país, ou seja, nas regiões Sul e Sudeste, que teriam sido as grandes beneficiárias do crescimento econômico brasileiro. Assim sendo, a questão regional se resumiria a estimular o desenvolvimento das chamadas regiões periféricas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para atingir esse objetivo várias medidas foram tomadas desde meados do século passado, tais como a criação da Superintendência de Desenvolvimento Regional – SUDAN, SUDENE E SUDECO, e a instituição de fundos para financiar o desenvolvimento regional, a exemplo dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Recentemente, no entanto, houve uma mudança na visão que se tem do problema regional brasileiro. Constatou-se que o Brasil tem vastas áreas fora das regiões consideradas periféricas que apresentam problemas de desenvolvimentos. São áreas localizadas em Estados da Federação considerados ricos, como o Vale do Ribeira, em São Paulo, e a metade sul do Rio Grande do Sul. É justamente esta mesorregião o objetivo do PLS 713. Segundo o autor da proposta, a metade sul representa uma situação de desequilíbrio para os padrões da realidade econômica e social do Rio Grande do Sul, já que seus indicadores são inferiores àqueles observados no restante no estado. Esse problema já foi reconhecido pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional a cargo do Ministério da Integração Nacional. É necessário, então, fomentar o desenvolvimento daquela porção do território gaúcho. Um dos instrumentos para levar a cabo esse objetivo é a criação do Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul. É importante observar que o PLS 713 foi muito bem elaborado e, tornando-se diploma legal, será útil para estimular o desenvolvimento da metade sul. São várias as razões para isso. Em primeiro lugar, a caracterização do fundo como um instrumento financeiro para implementação do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul é imprescindível, pois ajudará a evitar que seus recursos recebam destinação diversa da pretendida

durante o processo de tramitação das Leis relativas ao orçamento da União no Congresso Nacional. Outro ponto a ressaltar é que esse fundo foi dotado de alguns predicados, tais como objetivos, prioridades, área de atuação, vedações e outros requisitos que venham a assegurar a correta aplicação dos seus recursos. Em terceiro lugar, ressalte-se que o PLS é exigente quanto à abordagem regional dos problemas da metade sul do Estado, pois contém dispositivos que dificultam o financiamento de projetos pontuais, sem impactos sobre o desenvolvimento da mesorregião.

Observe-se, ainda, que o PLS estabelece que o Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE será o agente operador e o banco depositário dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Isso é positivo, já que o BRDE é profundo conhecedor dos problemas e das potencialidades da mesorregião e tem compromisso com a promoção de seu desenvolvimento.

Em suma, o problema do desenvolvimento regional da metade sul do Rio Grande do Sul necessita ser atacado, até mesmo porque a própria Constituição Federal coloca a redução das desigualdades regionais entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme o seu art. 3º, inciso III. O Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul será útil para fomentar o desenvolvimento daquela porção do território gaúcho. Por isso e pelo fato de ter sido bem elaborada para atender ao seu propósito, a proposta é meritória.

Tenho somente algumas observações a fazer sobre a redação de alguns dispositivos do PLS. O § 3º, do art. 2º, define nos termos do Capítulo o que são investimentos estruturantes. No entanto, a menção a estes investimentos não consta do Capítulo, mas sim do inciso V. O mesmo ocorre com o § 4º, do art. 2º, que faz referência ao Capítulo quando define bens públicos. Estes são mencionados no inciso II, não no Capítulo. Para corrigir esses problemas, apresento uma Emenda. Voto. Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 713, de 2007, com a seguinte Emenda: Dê-se aos §§ 3º e 4º, do art. 2º, do Projeto de Lei 713, a seguinte redação: Art. 2º, § 3º – Nos termos do inciso V, investimentos estruturantes são intervenções promovidas pela Administração Pública, geradores de bens e equipamentos de alcance universalizado, de domínio e usufruto da sociedade, de forma indiscriminada, como são os investimentos no sistema de transporte e em saneamento básico. § 4º – Nos termos do inciso II, bens públicos são bens de consumo livre que não podem sofrer restrição quanto ao acesso de novos usuários ou consumidores e a

adição de mais um beneficiário não importa na diminuição do desfrute pelos que lhe precederam, como são a sensação de segurança pessoal e do patrimônio, a inexistência de endemias em uma região e a facilidade de transporte e movimentação de pessoas e cargas. Esse é o nosso voto, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o Projeto 713, relatado pelo Senador Gilberto. Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocar em votação o Parecer favorável com a Emenda nº 01. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Não havendo manifestação contrária, está aprovado.

Vamos ao terceiro item da pauta.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, eu vou pedir inversão de pauta, tendo em vista que ainda temos a votação na Comissão de Infra-Estrutura também e eu sou Relator do Item nº 4. Com a permissão do nosso Vice-Presidente Senador Adelmir Santana eu gostaria de poder fazer o relato do Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Item 4. É o Projeto de Lei do Senado nº 132, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE na Região Leste do Estado do Espírito Santo”. O autor é o Senador Gerson Camata e o Relator é o Senador Gim Argello. O Parecer é favorável e a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, lá sim em caráter terminativo. Concedo a palavra ao Relator Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, como o senhor muito bem adiantou, eu vou direto ao voto, tendo em vista que essas matérias já foram devidamente discutidas na nossa Comissão. Mas o porquê que hoje é um momento muito feliz para a nossa Comissão, especial para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo? Porque nós antevemos o que aconteceria e o que está acontecendo hoje no nosso Congresso.

Chegou a Medida Provisória 418. Essa Medida Provisória, bastante discutida na Câmara Federal, já foi aprovada, vejam vocês que notícia boa para o desenvolvimento do nosso país, já foi aprovada na terça-feira, já foi aprovada em Plenário o Parecer construído e muito bem construído pelo Deputado Henrique Alves, foi levado a Plenário e já foi aprovado e já está sendo remeto aqui para o nosso Senado Federal a Medida Provisória 418, que trata exatamente da ZPE. Então a regulamentação, que nós sempre falamos da nossa regulamentação da Zona de Exportação, da ZPE, está vindo, eu acredito que na semana outra já está no nosso Plenário para ser votado definitivamente. Isso preenche

aquela lacuna colocada nos vetos da Lei 11.508, que foi votada em 20 de julho de 2007. Então nós estamos votando ZPEs aqui e colocando e mandando para a Comissão de Economia, e lá é terminativo. Mas agora é uma notícia excelente para a gente. Por quê? Isso vai acabar a partir da outra semana, quando o Senado votar, a Medida Provisória 418, que já foi votada na Câmara, e o que vai acontecer? Passa a ser mais uma realidade do desenvolvimento do nosso país, as ZPEs passam aí sim a sair do papel para se tornar uma realidade. Por isso que com muito prazer, com muito prazer vou votar, vou conduzir o voto a favor no caso dessa ZPE do nobre Senador, colocado para o Espírito Santo, pelo Senador Gerson Camata.

Então colocando essas palavras eu gostaria de ir direto ao voto. Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2008, dizendo, mais uma vez, que a semana que vem, Senador Valter Pereira, vai estar no nosso Plenário a votação aí sim da Medida 418, da Medida Provisória 418 que já foi aprovada na Câmara depois de um debate intenso com a Associação Brasileira de ZPEs, com a Receita Federal, com a Casa Civil, com o Ministério do Planejamento, com todos os líderes, tanto do Senado quanto da Câmara, quer dizer, foi um texto muito bem elaborado, muito bem construído, e que na semana que vem eu acredito que já está em condições de nós votarmos ele no nosso Plenário.

Dizendo essas palavras, como sempre, pelo desenvolvimento do nosso país, que eu acho que esse é um instrumento fantástico, as ZPEs. E, Senador Adelmir Santana, aquela dúvida que se tinha sobre a bancada do Amazonas, também já foi esclarecido. Que a Zona de Processamento de Exportação o que é? Nada mais é do que você poder fabricar dentro do nosso território, mas com a obrigação de exportar 80% do que fabricar aqui, com a obrigação de exportar 80%. Os 20% que pode vender no mercado interno, esses sim são tributados com todos os tributos, não tem isenção alguma. Explicado isso para a bancada do Amazonas, o quê que aconteceu? Eles entenderam perfeitamente que a Zona Franca de Manaus não tem quota, ela vende com isenção dentro do mercado nacional, enquanto as ZPEs não vão poder vender dentro do mercado nacional com qualquer tipo de isenção, só para o exterior, e aí sim beneficiando diretamente o emprego e a renda.

Sendo isso, mais uma vez parabenizando a todos e principalmente essa Comissão, porque já votávamos projeto de ZPE desde o ano passado, eu indico pelo voto favorável ao Projeto de Lei nº 132, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vou agradecer ao relatório do ilustre

Senador Gim Argello. Nós colocamos a matéria em discussão. Como não há nenhum orador inscrito para discutir a matéria, em votação.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, só aproveitando esse minuto de discussão, porque chegou aqui para mim um apanhado feito aqui pela Secretaria da nossa Comissão, nós temos quarenta e nove projetos já de ZPEs aprovado, quarenta e nove que foram encaminhados daqui para a Comissão de Economia, só para ver como essa Comissão já trabalhou em cima desse assunto, só para reforçar isso. Então de vários Senadores, de vários Estados, então na hora que esse projeto chegar aqui no Senado eu tenho certeza que será aprovado com a maior brevidade de tempo possível. E para o senhor, Senador João Pedro, essa explicação, essa tranquilidade que foi dada para a Zona Franca de Manaus, eu achei muito importante também, porque não existe concorrência alguma com o que é fabricado hoje na nossa querida Zona Franca de Manaus. Seria só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que, na questão da ZPE, o que precisa, na verdade, é da legislação que V. Ex^a. acaba de anunciar que vai regulamentar a matéria e que já tem a manifestação da Câmara dos Deputados, estando em trânsito para o Senado Federal, e, também, uma vontade política de parte do Governo. O Governo, V. Ex^a. sabe muito bem, tem uma resistência muito grande. A área econômica do Governo opõe uma grande resistência à criação de ZPEs por uma visão equivocada que tem, que seria exatamente do fato de acarretar uma renúncia fiscal, uma perda fiscal. Na verdade o que a ZPE propõe é a agregação de novas áreas de produção e com mercados alhures, mercados fora do Brasil. Portanto, a franquia fiscal que existe para a produção na ZPE é só aos produtos destinados à exportação. Portanto, não há nenhum tipo de risco de perda de receita com relação à implantação da ZPE, mas há a certeza de que muitos empregos serão gerados.

V. Ex^a. lembrou muito bem aí que foram quarenta e nove ZPEs aprovadas aqui por esta Comissão. Eu mesmo apresentei um projeto que cria a ZPE de Ponta Porã. Ponta Porã é um Município na fronteira com o Paraguai, tem toda a logística indispensável à criação de uma ZPE, tem aeroporto internacional, tem vias pavimentadas em direção aos portos. Então há um sistema intermodal de transporte que viabiliza tranquilamente a implantação dessa Zona de Processamento de Exportação.

Essas matérias, hoje, estão na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, e lá foi adotada uma estratégia de se discutir todas as matérias simulta-

neamente e aprová-las. E aí vai caber também às Prefeituras Municipais, porque o processo deve ser iniciado com a Prefeitura Municipal, aos Estados interessados e, finalmente, ao Governo Federal, que o Governo Federal precisa vencer as suas resistências. As resistências que são opostas pela área econômica do Governo realmente precisam ser vencidas. Esse é o grande desafio.

A nossa parte, a parte que cumpre ao Senado Federal fazer, está sendo feita. V. Ex^a. acaba de relatar mais um projeto que é de grande alcance e outros já foram aprovados aqui, estão na CAE. É claro que o nosso dever, a nossa contribuição para interiorizar o desenvolvimento desse país está sendo dada.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, o senhor colocou muito bem, todas as suas colocações são perfeitas. Só a nível de colaborar, lembrar que agora na China, tá, esse mês agora, foi inaugurado o sexto modelo, o sexto modelo de ZPE. Lá têm mais de duas mil ZPEs funcionando, mais de duas mil, sendo que tem cidades inteiras que são Zonas de Processamento de Exportação, com as mesmas regras nossas, que é uma regra mundial. Os Estados Unidos hoje tem mais de seiscentas e setenta ZPEs instaladas. Só que na China, enquanto nós estamos aqui iniciando o primeiro modelo de ZPE, eles já estão no sexto modelo e fizeram agora lá o modelo da biotecnologia, quer dizer, então nós estamos no caminho certo. Acertadamente esse modelo de ZPEs, essas quarenta e nove aprovadas, com mais essas duas que estão sendo aprovadas hoje, tanto essa do Senador Gerson Camata quanto essa próxima que o Senador Adelmir Santana vai relatar, nós vamos para o número de cinquenta e um. Eu tenho certeza que no nosso país ainda cabe no mínimo mais umas duzentas ZPEs. Por quê? Porque é isso que o senhor colocou aí, a interiorização do Brasil, o fortalecimento do nosso país. Depois daquela aula que nós tomamos ontem sobre tudo que a Ministra Dilma colocou sobre o PAC, de toda a área de desenvolvimento, em todos os Estados, investimentos desse país, logística, quer dizer, eu aprendi muito e sou obrigado a confessar na área de infra-estrutura, da infra-estrutura logística, da infra-estrutura portuária, na rodoviária, na ferroviária, quer dizer, e agora nós estamos ajudando mais ainda, um passo muito importante que essa Comissão está dando, que é aprovar esse projeto de ZPE, somando com aqueles outros que vão agora completar o número de cinquenta e um projetos na data de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão a matéria. Não havendo mais orador inscrito para discuti-la, encerro a discus-

são e está em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. A matéria será encaminhada à CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos, então, ao Item 3 da pauta. Projeto de Lei não terminativo, PLS 716, que dispõe sobre a criação de mais uma zona de processamento de exportação, mais uma ZPE, no Município de Conceição do Coité-BA. A autoria é do Senador João Durval e o Relator é o ilustre Senador Adelmir Santana. A matéria será apreciada posteriormente pela CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos, e o Parecer do Relator é favorável ao projeto com uma Emenda. Concedo a palavra ao ilustre Relator Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Na mesma direção do projeto anterior cria-se mais uma ZPE, uma Zona de Processamento de Exportação específica, voltada especificamente para a questão do sisal. Não foram apresentadas Emendas nesta Comissão. O mérito ainda será na Comissão de Economia. Não vou me ater à leitura do relatório, apenas dizendo que fizemos uma Emenda, uma vez que temos um reparo a fazer em relação à técnica legislativa no PL 116, de 2007. É no tocante à revogação do art. 1º, da Lei 7.992, de 1989, não está mencionado a alteração da redação em decorrência da Lei 7.993, de 05 de janeiro de 1990. Assim sendo, nós apresentamos uma Emenda para corrigir tal falha. O projeto, como disse V. Exª., é do Senador João Durval, que atende uma região extremamente pobre daquele Estado, mas que é voltada para a produção de um artigo que é vendido no mercado internacional. Então o nosso voto é pela aprovação com essa Emenda, dando-se a seguinte redação ao art. 2º, do Projeto de Lei 716 de 2007. Ficam revogados o art. 1º, da Lei 8.015, de 07 de abril de 1990, e o art. 1º, da Lei nº 7.992, de 04 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei 7.993, de 05 de janeiro de 1990. Esse foi o esquecimento no projeto original. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Parecer favorável do ilustre Relator, coloco a matéria em discussão. Os Srs. Senadores que quiserem discuti-la... Não havendo nenhuma manifestação, nós vamos colocar a matéria em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, o Projeto nº 716, do Senado, está aprovado e a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu acabo de receber uma comunicação da Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, de que ela recebera de alguns Senadores da Região Centro-

Oeste que gostariam de participar da sua exposição acerca do projeto que recria a SUDECO, e estando ausentes esses Senadores, pedem que seja feita a exposição na próxima reunião deste órgão.

Desta forma, não havendo mais assuntos a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h46.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EX- TRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA OR- DINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e oito, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores Adelmir Santana e Wellington Salgado reúnem-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores João Pedro, Gim Argello, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, José Nery, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e João Tenório. Comparece ainda o Senador Flávio Arns. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está disposta em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de discussão e votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2009 (PL nº 01/2008-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Adelmir Santana, para proferir o seu parecer sobre as emendas. O Relator explana que foram apresentadas 14 emendas ao PLN nº 01/08-CN de autoria dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Marisa Serrano e Fátima Cleide. Dentre as 14 emendas apresentadas, foram selecionadas 5, procurando, na medida do possível, atender aquelas cujos objetos abarquem as pretensões de outras. A análise também levou em conta a adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente. Após a explanação do Relator, usam da palavra os Senadores Gim Argello, Jayme Campos e Flávio Arns. Colocadas em votação, a Comissão aprova as Emendas de Prioridades e Metas ao

PL nº 01/08-CN, **Emenda nº 1-CDR – 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; Emenda nº 2-CDR – 10X0 – Participação da União na Implantação do PRODETUR Nacional; Emenda nº 3-CDR – 4620 – Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno; Emenda nº 4-CDR – 10V0 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística; Emenda nº 5-CDR – 6553 – Apoio a Implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira; e as Emendas aditivas ao Texto do PLDO 2009, Emenda nº 6-CDR – Art. 91, IV, alínea k – k) financiamento para os setores têxtil, moveleiro, coureiro-calçadista, e de fruticultura e processamento de caju e de sua castanha, setor pesqueiro tendo como meta o crescimento de 50% (cinquenta por cento) das aplicações destinadas a esses segmentos, em relação à média dos 3 (três) últimos exercícios, desde que haja demanda habilitada; Emenda nº 7-CDR – Art. 32, V– que desenvolvam atividades voltadas para as ações de proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico ou paisagístico; Emenda nº 8-CDR – Art. 32 – É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, turismo, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições; Emenda nº 9-CDR – Art. 34, inciso VIII – as que desenvolvam atividades voltadas para as ações de proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico ou paisagístico.** Em seguida, o Presidente em Exercício, Senador Adelmir Santana, passa à apreciação das matérias constantes da Segunda Parte da Pauta da Reunião: **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 729, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Goiânia, no Estado de Goiás”, de autoria do Senador Marconi Perillo, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer Favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Wellington Salgado, colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Gim Argello, Rosalba Ciarlini e Jayme Campos, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto. **Item 02**-Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2008, não terminativo, que “Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005”, de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda,

que oferece Parecer Favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 11 horas, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Adelmir Santana**, Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão. As Srªs e Srs. Senadores que concordam com isso, por favor, permaneçam como se encontram. Ata aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme a Pauta previamente distribuída, a presente reunião está distribuída em duas etapas ou em duas partes – a primeira parte da reunião é a discussão e votação das Emendas da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo apresentada ao Projeto de Lei nº 01/2008 CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências. Como eu fui designado Relator, eu quero convidar o Senador Wellington para presidir aqui a sessão enquanto eu faço a leitura do meu relatório.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sendo designado Relator *ad hoc*, Presidente *ad hoc*... É bem verdade. Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana para fazer a leitura do seu parecer e as suas considerações.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a proposta de Emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 01/2008, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentá-

rias de 2009, nos termos da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional. Conforme regularmente convocada, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR reuniu-se no dia 29 de maio de 2008 para analisar e discutir as propostas de Emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 1/2008 para as Diretrizes Orçamentárias de 2009 nos termos do disposto do art. 43, 44, 87, inciso I da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional.

No prazo estabelecido na convocação foram apresentadas 14 Emendas, propostas de Emendas ao PLDO/2009, conforme a seguir discriminada.

As propostas de Emendas aditivas ao texto – proposta de nº 02 do Senador Inácio Arruda referência ao art. 91 inciso IV alínea “k”, que é a inclusão de texto; a proposta de nº 12 da Senadora Fátima Cleide também de questão de texto, inclusão de texto e também a proposta nº 13 e nº 14. Essas quatro propostas elas foram automaticamente aceitas, porque trata apenas de inclusão no texto da proposta.

E as propostas de Emendas ao anexo de prioridades de metas; Proposta de Marisa Serrano de nº 01 é o apoio à implantação da infra-estrutura complementar social e produtiva na faixa de fronteira. A proposta de nº 03 de Flexa Ribeiro é a promoção de eventos para a divulgação do turismo interno. Proposta nº 04, também do Senador Flexa Ribeiro, apoio aos projetos de infra-estrutura e turística. Proposta nº 05, Flexa Ribeiro, adequação da infra-estrutura do patrimônio histórico e cultural para a utilização turística. Proposta nº 06 de Valdir Raupp, apoio a projetos de infra-estrutura turística. Proposta nº 07, apoio à política nacional de desenvolvimento urbano, nº 08, também do Senador Valdir Raupp, apoio ao projeto de infra-estrutura turística. Nº 09, também de Valdir Raupp, apoio à implantação de infra-estrutura complementar social e produtiva na faixa de fronteira. Proposta nº 10, também do Senador Valdir Raupp, participação da União na implantação do PRODETUR Nacional, e proposta nº 11, também do Senador Valdir Raupp, implantação da infra-estrutura básica nos municípios da região da calha norte.

Análise das propostas – Importa, preliminarmente, ressaltar que a CDR, nos termos do art. 87, inciso I, da Resolução nº 01/2006, pode apresentar até cinco Emendas ao anexo das Metas e Prioridades relativo às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente. Não há limites para a apresentação de Emendas ao corpo do Projeto de Lei.

A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das 14 propostas de Emendas apresentadas à disposição da legislação vigente, especialmente quanto ao disposto dos art. 43,

44 e 86, inciso I da Resolução nº 01/2006, e ao final o mérito de cada uma delas.

O exame das propostas permitiu-nos constatar que: 1º – não há obstáculos à admissão das quatro propostas de Emenda aditiva ao texto, portanto essas acolhidas integralmente. 2º – as propostas de Emendas ao anexo de Prioridades e Metas atendem as exigências da Resolução nº 1.

Critérios que usamos para a seleção das Emendas – Em razão do inegável mérito apresentado pelos autores, sugiro o encaminhamento de todas as propostas de Emendas aditivas ao texto do PLDO/2009 à Comissão Mista de Orçamento.

As propostas de Emendas do anexo 1, que são as... Não são de redação, prioridades e metas apresentada pelos Srs. Senadores pretendem garantir a inclusão de ações governamentais direcionada ao turismo, seis Emendas; ao desenvolvimento de região de faixa de fronteira, três Emendas; e ao desenvolvimento urbano, uma Emenda. Em virtude do número total de propostas de Emenda ao referido anexo 1, superar a quantidade máxima que é de número de cinco Emendas que essa Comissão poderá apresentar, eu procurei atender ao maior número possível de Parlamentares e contemplar todas as áreas de atuação dessa Comissão.

Cabe destacar que as propostas de Emenda de nº 01 e nº 09 têm o mesmo objetivo, bem como as propostas nº 04, nº 06 e nº 08. Além disso, a proposta de Emenda nº 11 não apresentou meta a ser incluída.

Dessa forma, propomos a escolha das seguintes propostas de Emenda ao anexo de Prioridades das Metas de 2009. Estão aí as relações que é a proposta de Marisa Serrano junta com a de Valdir Raupp, que é o mesmo objetivo; duas propostas do Senador Flexa, de nº 03 e a nº 04, essa de nº 04, junta com a proposta nº 06 e nº 08 de Valdir Raupp; a proposta nº 07 do Senador Valdir Raupp aceita, e a proposta nº 10.

Voto do Relator – Diante do exposto, votamos porque essa Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo delibera pela apresentação das seguintes Emendas: Art. 91 inciso IV alínea “k” tem uma Emenda; o art. 32, inciso V; art. 34, inciso IX que os senhores têm aí junto com o relatório. E as Emendas dos anexos foram aquelas já citadas que nós estamos aqui apresentando.

Propomos ainda que a Secretaria da CDR seja incumbida de proceder às adequações que se fizer necessárias à formalização e às apresentações das Emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

No quadro que os senhores receberam aí, por uma questão de impressão, falta a inclusão de metas, mas aqui no original está aparecendo as Emendas de

anexos de Prioridades e Metas... Faltam esses números que aqui aparecem no original. É esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o Parecer do ilustre Senador Adelmir Santana.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Palavra ao Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente Wellington Salgado, Sr. Relator Adelmir Santana. Eu só queria parabenizar o Senador Adelmir Santana, porque ele conseguiu pegar das 11 propostas, uma que não tinha muito a ver se transformou em 10, e ele conseguiu em cinco emendas contemporizar e, ao mesmo tempo, atender a todos, quer dizer, com cinco emendas ele conseguiu atender oito emendas. Então, todos os objetivos foram alcançados.

Parabéns, Senador Adelmir Santana, eu acho que esse é um trabalho que o senhor conseguiu atender a todos aqueles que apresentaram Emendas, e sendo um relatório bastante contundente, muito forte. Eu só queria parabenizar o Senador e dizer que é assim mesmo, que agora essa Comissão começa a tomar um novo corpo e já vamos superar essa outra etapa para que a gente possa novamente voltar aqui as discussões e a nossa Pauta original.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Jayme Campos, alguma consideração?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Wellington Salgado, ilustre Senador Adelmir Santana, é meritório o relatório de V.Ex^a, Senador, até porque o mais importante que as Emendas de Comissão aqui proposta é de suma importância para algumas regiões do nosso país, sobretudo, aqui, quando se fala de apoio para a implantação da infra-estrutura complementar social e produtividade da fauna(F) e fronteira. Na verdade, precisava de investimento nessas regiões na medida em que, lamentavelmente, são regiões que são bastante sofridas por falta de investimento por parte do Poder Público.

De tal forma que eu espero que essas emendas de Comissão ela possa transformar em realidade e na medida em que, lamentavelmente, o nosso orçamento não é impositivo, e eu acredito que o próprio Congresso Nacional tem essa responsabilidade de apontar naturalmente através dessa Emenda de Comissão, mas, sobretudo, o próprio Poder Executivo também passar a fazer os investimentos. Caso contrário, ela passa a

ser apenas mais uma peça fictícia dentro do conselho suplementar.

Cumprimento a V.Ex^{as} e espero que isso aqui possa fazer resultado positivo em prol, naturalmente, das pessoas que moram nessa região sofrida do nosso Brasil. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Jayme Campos. Senador Flávio Arns, alguma consideração?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero também, em primeiro lugar, ressaltar aí o trabalho sempre eficiente, tranqüilo, negociado de entendimento do Senador Adelmir Santana e dizer que também concordo com os encaminhamentos dados em relação às Emendas de texto propostas pela Senadora Fátima Cleide, elas são importantes no sentido de incluir a expressão “turismo”, e esta é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, né? Em relação às entidades sem fins lucrativos também, porque nós temos turismo rural, com associações que se organizam, cooperativas, consórcios... Nós temos o patrimônio histórico muitas vezes que pode ser objeto da área da cultura, mas a gente não pode esquecer que um patrimônio histórico, as igrejas da Bahia, por exemplo, são da área de turismo também, é cultura, é história, mas é turismo e isso gera emprego, gera renda, gera imposto. E essas Entidades todas estavam sendo alijadas desse processo. Então, com a inclusão da expressão “turismo” nessas Emendas, que não é uma Emenda de meta, é uma Emenda de texto, isso faz com que se abra uma perspectiva muito maior a favor dessa área.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu não sou membro, nem titular, nem suplente dessa Comissão, mas gosto muito dessa área, inclusive, vou solicitar lá para o partido que eu possa participar dessa Comissão nem que seja na condição de suplente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Nada mais tendo a discutir, passaremos à votação. Os Srs. e Sr^{as} Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Eu gostaria de passar de volta a Presidência ao ilustre Vice-Presidente, Presidente em exercício, Senador Adelmir Santana, para continuar os trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como nós dissemos inicialmente, nós tínhamos duas etapas – a primeira já está consolidada. A segunda parte da reunião, antes de iniciarmos a apreciação dos itens da pauta, informo que a Confederação Nacional do Comércio – CNC formalizou

convite a todos os integrantes desta Comissão para visitar, no período de 5 a 8 de junho de 2008, a Estância Ecológica SESC Pantanal em Mato Grosso para participar de encontro onde os legisladores brasileiros terão a oportunidade de conhecer e debater questões relativa às mudanças do clima na terra e os seus impactos sobre a atividade turística, bem como discutir as contribuições que o setor pode oferecer nessa luta para a preservação do planeta. Todos os membros desta Comissão estão convidados. É um local extremamente aprazível; boas práticas de esportes, lazer e boa comida inclusive. Eu provavelmente não poderei estar presente nesse período, já fui em outras vezes, mas concito a todos aqueles que ainda não conhecem, né, Senador Campos, que façam um esforço, porque o ambiente é gostoso, é bom.

Na segunda parte, então, da nossa reunião, feito este convite, nós temos o Projeto de Lei do Senado de nº 729, não terminativo que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE do Município de Goiânia, Estado de Goiás, autoria do projeto é o Senador Marconi Perillo e o Relator é o Senador Wellington Salgado.

O Parecer do Relator é favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado para proferir o seu Parecer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Adelmir Santana, Srs. Senadores Jayme Campos, Gim, Senador Flávio Arns, é com muito prazer que eu relato esse projeto do ilustre Senador, ex-governador por duas vezes... À época um jovem Governador e hoje mais experiente, e que realmente entende do Estado de Goiás mais do que todos nós aqui presentes.

Então, é com muita honra que eu relato esse Projeto do Senado nº 729/2007 que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Goiânia, no Estado de Goiás. Submete ao exame desta Comissão, Projeto de Lei do Senado PDS nº 729/2007 de autoria do Senador Marconi Perillo que tem por objetivo criar a Zona de Processamento e Exportação no Município de Goiânia do Estado de Goiás.

O PLS nº 729/2007 é composto por dois artigos. O art. 1º dispõe que o Poder Executivo fica autorizado a criar uma ZPE no Município mencionado, o § Único do dispositivo estabelece que a criação, as características, os objetivos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação pertinente. O art. 2º do projeto contém a cláusula de vigência da lei.

Em justificativa ao projeto, o autor argumenta que a Zona de Processamento e Exportação, com as modificações promovidas pela Lei nº 11.508 de 20 de julho de 2007, serão transformadas em importantes instrumentos a favor da redução das desigualdades regionais.

Segundo o autor, o Município de Goiânia apresenta condições privilegiadas para a instalação de uma ZPE, pois está localizada em posição geográfica central, possui excelentes ligações rodoviárias e ferroviárias com todas as regiões brasileiras além de vocação para atividades voltadas à exportação.

Não foram apresentadas Emendas nesta Comissão.

Análise – Nos termos do inciso I do art. 104A do Regimento Interno dessa Casa, cabe à Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre programas, projetos e investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. O PLS nº 729/2007 está de acordo com os ditames constitucionais em especial o art. 43 que trata da redução das desigualdades regionais. Ademais, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal.

Sr. Presidente, eu queria dizer que eu vou ler todo o processo em homenagem ao Senador Marconi Perillo, porque realmente é um projeto de suma importância para Goiânia e para todo estado de Goiás, mas vai ser rapidamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador.

A criação de Zona de Processamento de Exportação, conforme art. 3º da Lei nº 11.508/2007, será realizada pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação – CZPE que dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para exportação. A proposta deverá apresentar, entre outros requisitos, indicação de localização adequada no que diz respeito ao acesso a portos e aeroportos internacionais e comprovação de disponibilidade mínima de infraestrutura e serviços capazes de absorver os efeitos de uma implantação.

O Município de Goiânia, com população estimada superior a 1,2 milhões de habitantes, constitui um dinâmico centro comercial de negócios. No setor industrial destacam-se os seguimentos químicos e farmacêuticos, alimentícios e de confecções. Devido ao seu nível de desenvolvimento socioeconômico, a cidade é propícia para instalação de empresas que empregam tecnologia avançada como a telecomunicação, informática e eletrônica. A região metropolitana de Goiânia é composta por mais 11 municípios, com destaque para Senador

Caneda, Aparecida de Goiânia e Trindade, é habitada por aproximadamente 35% da população estadual e detém cerca de 60% do PIB goiano.

O eixo região metropolitana de Goiânia-Anápolis-Brasília e Entorno, com certeza o Entorno, Senador Gim, que está presente, conhece muito bem, V.Ex^a também, que são Senadores pelo Distrito Federal. Com a população aproximada de 6 milhões de habitantes, constitui atrativo pólo de investimento no Brasil central.

Em relação à existência de condições de infraestrutura adequada para a instalação de uma ZPE, o município de Goiânia devido à sua posição geográfica central possui conexões rodoviárias com os demais centros econômicos do país por intermédio de diversas rodovias federais e estaduais.

A capital Goiânia dispõe de aeroporto, cujo movimento crescente motivou o projeto de modernização de responsabilidade conjunta dos Governos Federal e Estadual. A ampliação do aeroporto permitirá o crescimento expressivo do número de passageiros, bem como os vôos internacionais e a expansão no movimento de cargas o que beneficiará a exportação de produtos estaduais. A exportação de produtos também será beneficiada com investimento na construção da ferrovia Norte-Sul que fará conexão com outros empreendimentos ferroviários como a ferrovia Centro-Atlântica e a estrada de ferro Carajás facilitando o acesso aos principais postos da região Sul, Sudeste e ao Porto do Itaquí, no Estado de Maranhão.

Voto – Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 729/2007. Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): A matéria está em discussão, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana, Sr. Relator. Nobre Senador Wellington Salgado, nobre Senador Jayme Campos e também o entusiasmo de ZPE ao Senador Flávio Arns.

Toda vez que eu vejo essa Comissão debater e aprovar projeto de ZPE eu fico entusiasmado, por quê? Porque essa Comissão já, antevendo o que ia acontecer desde o ano passado, nós estamos votando e aprovando projetos autorizativos de criação de Zona de Processamento e Exportação e com isso nós conseguíamos criar um movimento tão sorte que já foi a mensagem... Uma Medida Provisória caminhada pelo Governo Federal atendendo os reclames desta Comissão, principalmente de uma lutadora desta Comissão também que é a Senadora Lúcia Vânia, que também sempre lutou e continua lutando ombreada com todos

aqueles que são os entusiastas das Zonas de Processamento e Exportação. O Governo Federal atendendo e entendendo que Zona de Processamento e Exportação é um pólo determinante para o crescimento do nosso país, em nível de desenvolvimento, em nível de que a gente possa exportar não só *commodities*, Senador Wellington Salgado, como o senhor muito bem colocou, mas aí agregando o valor a essas *commodities*, o que nós vamos fazer? Nós conseguimos aprovar, calculo eu que mais de 35 Zonas de Processamento e Exportação.

Agora, voltando, então... O Governo Federal atendendo mandou para essa Casa de Lei, já aprovado na Câmara Federal, eu vou dar a notícia muito boa para todos aqueles que gostam e que sabem que o nosso país precisa de Zona de Processamento e Exportação. Deve ser votado, Senador Wellington Salgado, já semana que vem um Parecer, cujo Relator é o nobre Senador José Sarney, que vai transformar a lei regulamentando todas as questões de ZPE aqui no Congresso. Então, a semana que vem nós vamos estar votando, ta... E devolvendo ao Poder Executivo normatizando, Senador Jayme Campos, todo esse procedimento de ZPE, significa o seguinte; que o país realmente... Hoje você estava falando que tinha 35... Nós podemos chegar a 200 e não tem problema nenhum. Se você comparar com a China que tem 2.100 ZPEs e fora só esse modelo que nós estamos aprovando aqui, que é o modelo industrial para exportação com todas as faixas sendo protegidas, Zona Franca de Manaus sendo protegida, a Zona de Livre Comércio, sendo protegido. Você para exportação tem que ter 80% no mínimo de tudo que for produzido; tem que ser para a exportação dentro do mercado interno, uns 20% restante. Tem que pagar todo tipo de tributo, não tem dificuldade nenhuma, mas somente um modelo. Para vocês terem uma idéia, na China já existem 2.100 ZPEs, sendo que existe seis modelos diferentes, tem seis modelos diferentes de Zona de Processamento e Exportação. Nos Estados Unidos já existem 670 ZPEs. Ao total tem 92 países no mundo que trabalham com essa mesma legislação, legislação de Zona de Processamento de Exportação.

Então, isso é muito importante e parabenizo aqui o Senador Marconi Perillo, por quê? Porque Goiânia realmente precisa, é um pólo de desenvolvimento do Estado de Goiás, é um pólo de desenvolvimento do Centro-Oeste em conjunto com Anápolis que também já teve até a semana passada todo o empresariado de Anápolis com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foram a um evento lá com o Governador do Estado de Goiás e com vários Parlamentares, situação de oposição, num projeto idêntico ao da Senadora Lucia Vânia debater também sobre a criação

da Zona de Processamento e Exportação do município de Anápolis.

Sendo assim, nós também já conseguimos aprovar aqui, com voto de louvor também por essa Comissão, principalmente com a ajuda do nobre Senador Adelmir Santana, a Zona de Processamento e Exportação, cujo autor do projeto... O projeto foi de minha autoria, também já está muito bem andado a Zona de Processamento e Exportação do Distrito Federal que vai ser focada na TI – Tecnologia de Informação, e mais do que isso, por quê? Porque Brasília é um pólo de desenvolvimento, de alta tecnologia.

Então, fazendo essas colocações, só tenho que parabenizar novamente o Senador Marconi Perillo por essa visão e o nobre Senador Wellington Salgado por um relatório tão consistente. Parabéns, Senador, e na hora do voto, já declaro que sou totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): A matéria continua em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria aqui também de aproveitar para parabenizar o Senador Marconi Perillo e ao Sr. Relator, Wellington Salgado, porque eu entendo... Todos nós sabemos o quanto é importante as Zonas de Processamento e Exportação. Se no mundo elas estão dando certo, gerando oportunidades, emprego, renda, o nosso Brasil também precisa avançar nessa questão, e quanto à ZPE de Goiânia, eu tive a oportunidade de conhecer parte dessa infra-estrutura e desde quando foi lá criado em Anápolis o Porto Seco, e tem realmente uma estrutura que poderá ser aproveitada e alavancada na questão com a Zona de Processamento e Exportação.

E aqui ao ver o interesse dessa matéria que eu considero da mais alta importância, eu gostaria de relembrar que nós já tivemos a oportunidade de ter aprovado para o nosso Estado a ZPE do Sertão, ficando localizada na região do Vale do Açu, na região Central, próxima à região Central do nosso Estado onde também nós temos um potencial muito grande para desenvolver as mais diversas atividades, não somente a ZPE do Sertão, que foi de minha autoria, mas também já aprovada para o Rio Grande do Norte, uma outra ZPE que ficará na grande Natal e que é fundamental para que o aeroporto de São Gonçalo, que é uma obra sonhada e uma expectativa muito grande no nosso Estado e que será o maior aeroporto de cargas do nosso país até pela localização por estarmos ali na esquina, como dizem, esquina do mundo, o Rio Grande do Norte ser o Estado mais próximo do continente não somente africano, mas também europeu, enfim...

Então, a ZPE no nosso Estado é também de uma importância vital para que possamos ter o aproveitamento da mão-de-obra, nós temos um desemprego muito grande no nosso país, há uma necessidade imensa de criar essas oportunidades, e o país só ira ganhar, crescer.

Então, eu vejo, realmente, de forma muita oportuna essa discussão e que essa matéria seja aprovada, porque com certeza irá contribuir no Centro-Oeste como também as outras contribuirão no Nordeste através do Rio Grande do Norte.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que é louvável o projeto do Senador Marconi Perillo, que pleiteia aqui uma Zona de Processamento e Exportação para seu Estado e, sobretudo, para a cidade de Goiânia.

Eu acho que o melhor instrumento, a melhor ferramenta, que nós estamos buscando, quando acabamos com as desigualdades inter-regionais. Há um empobrecimento e algumas locais desse país, e eu aqui, particularmente, já consegui aprovar nessa Comissão aqui, através do apoio dos meus pares, quatro ZPE para o meu Estado de Mato Grosso. E o que me causa muita preocupação é a demora até mesmo para a regulamentação. A Medida Provisória foi aprovada já algum tempo, entretanto até agora de forma concreta nada aconteceu. A própria Presidência da República vetou naquele projeto alguns artigos, propondo depois o encaminhamento da Medida Provisória para nós regulamentarmos. E aquelas mesmas ZPE que foi aprovada nessa Comissão, elas se encontram na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, nós temos que ter aqui, dar uma maior velocidade para ver se acontece naturalmente a implantação dessa ZPE. V.Ex^a que é conhecedor também do meu Estado de Mato Grosso tem acompanhado muito de perto o problema das questões ambientais, eu particularmente, vi nesse exato momento uma saída, nós criamos em determinadas regiões de Mato Grosso com o esvaziamento, sobretudo a questão da extração da madeira, da própria ampliação das áreas, para a produção agricultura, rebanho bovino. A ZPE, por exemplo, a cidade de Alta Floresta na região norte do Mato Grosso é uma cidade próspera desenvolvida, entretanto com esse esvaziamento, sobretudo, com essa política perversa ambiental que estão fazendo em relação aos Estados da Amazônia nós temos que buscar novas alternativas, eu acho que uma das alternativas realmente saudável, concreta e de fácil pro-

moção é a criação da ZPE, com isso nós estaríamos viabilizando novas atividades econômicas, com isso proporcionando geração de emprego, melhor distribuição de renda e com isso nós buscamos um país realmente de igualdade social.

De tal forma que eu acho que todas às vezes que nós aprovarmos nessa Comissão gera uma expectativa e, sobretudo, uma esperança de que nós poderemos construir um Brasil sem essas desigualdades inter-regionais que há lamentavelmente em relação ao Brasil, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte.

Eu quero crer que nós poderemos aqui dar grandes avanços e com isso concretizando de fato, realmente, esse grande empreendimento que é a ZPE, como foi a Zona Franca de Manaus que se tornou realmente um grande pólo industrial em nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não havendo quem queira se pronunciar sobre a matéria, eu coloco em votação o relatório do companheiro Wellington.

Os que tiverem favorável à aprovação, por favor, permaneçam como estão. Matéria aprovada será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O segundo Item da Pauta nós estamos propondo a retirada, o adiamento para a próxima reunião... Uma em consideração ao Inácio que seria a primeira relatoria dele nessa Comissão, então nós pediríamos que... Passar para a próxima reunião.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu ia pedir vista, mas, então, fica para a próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Então, não havendo nenhum Item a tratar, damos por encerrada. Agradecemos à presença de todos.

Sessão encerrada às 11h00.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E 30 MINUTOS.

Às onze horas e três minutos do dia doze de junho do ano de dois mil e oito, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente em Exercício, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turis-

mo com a presença dos Senadores João Pedro, João Vicente Claudino, Gim Argello, Marco Maciel, Lúcia Vânia, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Gilberto Gollner, Virgínio de Carvalho e Flexa Ribeiro. Justificam a ausência os Senadores Valdir Raupp e Marisa Serano. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem como objetivo a apreciação de proposições. **Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2008, não terminativo, que “Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005”, de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda, usam da palavra os Senadores João Pedro, José Nery, Lúcia Vânia e João Vicente Claudino. Não havendo mais quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto. Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2007, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, Estado do Piauí”, de autoria do Senador João Vicente Claudino, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antônio Carlos Valadares, usam da palavra os Senadores João Vicente Claudino, Lúcia Vânia, João Pedro e Gim Argello. Não havendo mais quem queira discutir o Projeto, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01-CDR e 02-CDR. Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2008, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Wellington Salgado**, Presi-**

dente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 03 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª Reunião da Comissão. As senhoras e senhores senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de proposições. Antes de dar início à pauta, um lembrete. Informamos aos senhores membros que a próxima reunião desta Comissão será realizada no dia 18, quarta-feira, às 10h na sala de reunião nº. 19. Será uma Audiência Pública que acontecerá em conjunto com a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária para discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional em face das propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária e contará com a presença dos ex-ministros Mailson da Nóbrega e Paulo Haddad e, ainda, do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, o Sr. Bernardo Api; o Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa Estratégica Econômica do Ceará (IPCE), Marcos Holanda; e da Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Vamos à pauta. Item 1 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 13/2008, não terminativo. *“Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto de construção de habitação de interesse social e altera a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005. Autoria do Deputado Zezéu Ribeiro. Relator: Senador Inácio Arruda.”*

Com parecer favorável ao projeto, a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir o seu parecer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, preventivamente, eu apelo à Comissão que nós aprovemos esse projeto de lei, já que ele não é terminativo na nossa Comissão. Ele vai à Comissão de Assuntos Sociais. Por quê? Porque há uma argumentação, principalmente do Governo, que não conseguiu êxito na Câmara dos Deputados, porque por lá passou o projeto em três comissões, antes de alcançar o Senado da República, de que seria preciso... Quer dizer, você vai trazer despesa, vai trazer custo, etc. para o poder público municipal, principalmente, que é o objeto central do projeto. Então, eu apelo à Comissão porque nós não estamos finalizando o projeto. Primeiro porque ele vai à Comissão de Assuntos Sociais e terá que, obrigatoriamente, ir até o plenário. Então, nós apenas iríamos, se formos conter a tramitação do projeto, nós apenas iríamos retardá-lo, porque sobram argumentos para ele ser aprovado, seja na Comissão de Assuntos Regionais, seja na Comissão de Assuntos Sociais, e mesmo no plenário. Ele já é auto-explicativo na ementa, basta nós lermos a ementa do projeto. O que quer o Zezéu Ribeiro é que as famílias de baixa renda, que são responsáveis pela expansão urbana em áreas, às vezes, até degradadas nos municípios, mas essas famílias, que são responsáveis pela expansão urbana, muitas vezes ocupando áreas de preservação, que elas sejam orientadas pelo poder público, e o poder público municipal tenha, assim como tem a população direito, digamos assim, a defesa e o Estado é obrigado a garantir-lhes a defesa, também essa população tenha direito a ter, ali, no poder público municipal, assegurada a possibilidade de você, ao querer construir a sua moradia, ao querer desenvolver uma região pobre, carente, você tenha a possibilidade de ter o apoio técnico do poder público municipal.

É como se fosse uma defensoria de direitos urbanos para que você pudesse ter a cidade mais ordenada. O que nós queremos é nos adequar à Lei 10.247, que é o Estatuto da Cidade, 57, que é o Estatuto da Cidade, para aprimorar o modelo de desenvolvimento urbano. Por isso o meu parecer, que é fruto desse debate com o movimento social e com o próprio Ministério das Cidades. No Governo, só quem se manifestou a respeito desse projeto foi o Ministério da Fazenda; o Ministério das Cidades não se manifestou. E não se manifestou por quê? Porque foi no Ministério das Cidades que ele foi gestado, esse projeto, em amplo debate conosco, principalmente na Comissão de Desenvolvimento Urbano. Aqui, talvez o local mais adequado fosse a Comissão de Infra-Estrutura, porque, normalmente, é onde se discutem as questões urbanas, e lá foi aprovado com tranquilidade.

Então, Sr. Presidente, o meu parecer é favorável ao projeto. O meu voto é pela aprovação, nos termos do PLC nº. 13, que é o que veio da Câmara, que foi fruto desse amplo debate. Então, o meu parecer é pela aprovação. Apelo aos senhores senadores que compreendam que nós ainda vamos ter muitas etapas até concluir esse projeto e peço a aprovação, aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de passar à discussão do Projeto, que eu acho muito importante, eu queria pedir à Presidente da Comissão que assumisse o cargo, por favor, V. Exa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Está muito bem presidida por V. Exa. Pode continuar.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o projeto de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro. Alguém gostaria de discutir mais?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só de ouvir o Senador Inácio defendendo a aprovação eu já aprovo.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador, esse é um projeto muito importante, que, com certeza, o objetivo é regularizar todas as favelas que existem, os projetos mal feitos. Senador Nery, incansável lutador das questões sociais, gostaria de discutir o assunto?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Presidente Wellington Salgado, esse é um projeto de largo interesse social, de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro, e aqui relatado pelo Senador Inácio Arruda, e dar conta do apoio no Poder Público a muitas iniciativas dos moradores das cidades brasileiras, que, diante da necessidade de ter uma casa para morar, um bairro, uma rua urbanizada, muitas vezes, diante da ausência do poder público, essas comunidades da área urbana das nossas cidades sejam grandes, médias ou grandes, ou de regiões metropolitanas, realizam, muitas vezes, esforços através de mutirões, iniciativas próprias. E, ao aprovar o projeto que assegura essa assistência técnica pública gratuita para a elaboração, o acompanhamento dos projetos de construção de habitação de interesse social, eu diria que é uma enorme contribuição à luta e à garantia do direito à moradia e o direito à moradia em condições satisfatórias.

Pelo mérito, merece a aprovação dessa Comissão, para que possamos contribuir com algo que tenha um

amplo sentido social, tendo em vista que uma grande parcela da população brasileira que mora em áreas urbanas, e hoje já são 80% da população brasileira, está em áreas urbanas, e uma boa parte dessa população precisa de instrumentos como esse para viabilizar e garantir o direito fundamental a uma habitação digna, devidamente projetada, de acordo com critérios corretos, do ponto de vista urbanista, do ponto de vista arquitetônico e do ponto de vista social.

Portanto, voto favorável pelo mérito e pela importância que esse projeto tem de ajudar as famílias de baixa renda no acompanhamento técnico aos projetos de moradia de interesse social. Muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ilustre Presidente desta Comissão, hoje sentada como os mortais, Senador Arruda. [risos] Na planície, tem a palavra V. Exa. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): De ontem para hoje, eu observei que você teve uma ascensão razoável.

[risos].

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Indiretamente, a declaração é isso.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Gerson Camata e o Senador Adelmir Santana pela relatoria, e o Gerson Camata pela autoria deste projeto. É um projeto de grande alcance...

Ratificando, Sr. Presidente, o projeto é de autoria de Zezéu Ribeiro, e o relator, Senador Inácio Arruda, favorável ao projeto. É uma matéria de extrema importância, de grande alcance social, uma matéria que visa, sem dúvida nenhuma, a regulamentar os loteamentos urbanos e que beneficia as famílias de baixa renda. Muitas vezes, eles constroem suas casas sem nenhuma orientação técnica, e isso traz um problema de urbanismo, traz um problema para a região onde estão sediadas essas residências. Portanto, é um projeto importante, é um projeto que também visa aproveitar os acadêmicos na área de engenharia, arquitetura urbanística; é um projeto que favorece firmar convênios para que as pessoas usuárias dessas habitações sejam capacitadas na área, nas diversas áreas da construção civil.

Portanto, quero cumprimentar o relator Senador Arruda pelo brilhante relatório que ele fez e quero, aqui,

deixar claro o meu apoio a um projeto de extremo alcance social. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senadora Presidente desta Comissão. Senador João Claudino alguma colocação? Não? Senador João Pedro também não? Então, em votação. Senhoras e senhores senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Eu pediria, outra vez, que Presidente assumisse.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Só tem mais um projeto.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, mas... Ah, tem mais um?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Só tem mais um. Depois de ontem, você merece um [ininteligível].

[risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A imortalidade aqui é uma punição.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Senadora Lúcia Vânia, irritada comigo, eu acho que nós estamos bem com o Governo [risos].

Item 2 da pauta. Projeto de Lei não terminativo, também nº. 631/2007. *“Dispõe sobre a criação de Zona e Processamento de Exportação (ZPE) no município de Bom Jesus, Estado do Piauí. Autoria do Senador João Vicente Claudino. Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.”* Está presente.

Parecer favorável ao projeto, com emendas 01 e 02 que apresenta. A matéria ainda será apreciada na Comissão de Assuntos Econômicos, decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o seu parecer. Com a palavra, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, esta matéria dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no município de Bom Jesus, no Estado do Piauí. E o autor é o Senador João Vicente Claudino. Em se tratando de uma matéria recorrente, cujos pareceres são dados de forma assemelhada, com a permissão de V. Exa., eu farei um resumo, evitando, assim, a leitura integral do parecer.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como melhor V. Exa. queira, do jeito que V. Exa. quiser.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E esclarecendo que tenho apenas dois re-

paros em relação à técnica legislativa. No art. 2º, seria aconselhável mencionar que o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, tem sua redação dada pela Lei 7.793, de 5 de janeiro de 1990. Foi feita uma citação equivocada da lei.

Outra observação refere-se à falta de um dispositivo para estabelecer a data da entrada em vigor. Para corrigir esta falha, sugerimos que seja acrescentado o art. 3º, contendo a cláusula de vigência.

For fim, esclareço que esta Comissão aprovou, em passado recente, o PLS nº. 380/2007, também de autoria do Senador João Vicente Claudino, que autoriza a criação de ZPEs no município de Floriano, localizado no Estado do Piauí, sendo que não existe impedimento para que possam co-existir duas ou mais ZPEs dentro de uma mesma jurisdição estadual, além do que, como mencionado alhures, caberá ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação analisar as propostas de criação das ZPEs e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para exportação.

Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 631/2007, com as emendas já referidas no parecer.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valadares, pelo relato do projeto de lei. E também vendo que o Senador João Claudino, que ele e sua família fizeram, fazem parte da história do Piauí, também já existe também o PLS nº. 379, também do Senador, criando a ZPE de Picos, criando também a ZPE de Floriano, como bem foi colocado, e agora, também, a nova ZPE de Bom Jesus.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador João Cláudio. Com a palavra, o autor do requerimento; do requerimento não, do projeto de lei.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Primeiro, eu quero parabenizar o Senador Valadares, inclusive, pelas emendas feitas ao projeto; eu acho que melhorou o projeto. Isso é uma matéria não terminativa, que vai ser discutida amplamente na CAE, em caráter terminativo, para ir a plenário e discutir os projetos que serão apresentados. Os projetos do Piauí são regiões. O senhor mesmo, Presidente, que é investidor na cidade de Floriano, apesar de há passos não ir visitar o Piauí, mas são vocações diferentes. O Piauí tem vocações diferentes de desenvolvimentos, e a cidade de Bom Jesus é a cidade que mais cresce no Piauí e mais cresce no sul do Estado do Piauí; é a entrada do cerrado piauiense, fronteira agrícola que está

em plena expansão. A transnordestina corta a cidade de Bom Jesus, quando for concluída. Então, eu acho que ela é muito importante para a desconcentração dos investimentos, a criação da ZPE de Bom Jesus.

Então, era isso. Eu tinha a agradecer ao relator pela aprovação, pelo relatório favorável à criação da ZPE de Bom Jesus.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador João Claudino. Eu quero dizer o seguinte: que, com certeza, iremos marcar para comer um peixinho naquela balsa que tem lá em Floriano, em Parnaíba. Já comi várias vezes lá um peixinho pescado na hora. Uma delícia! Então, não poderei mais agora fazer algo no Piauí sem me aconselhar com V. Exa.

Com a palavra, a ilustre Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Valadares pela relatoria e o Senador João Vicente pela autoria deste projeto. Acho que avançamos muito em relação à questão das ZPEs. Conseguimos votar a medida provisória na Câmara, com algumas emendas importantes, inclusive colocando o Centro-Oeste para se beneficiar dos mesmos benefícios da SUDAM e SUDENE. Conseguimos, através de um esforço enorme do ex-Presidente Sarney, fazer com que o Governo realmente negociasse esse projeto.

E hoje o Ministério de Indústria e Comércio está apto a receber os projetos, faltando apenas a regulamentação da lei, que acredito seja feita na próxima semana. O Ministério já tem pessoas, técnicos acompanhando o desenrolar dessa regulamentação. Teremos um conselho, e esse conselho irá avaliar essas sugestões ou esses projetos autorizativos que estamos votando, aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional e que será, posteriormente, apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos, que, acredito, deverá encaminhar ao Conselho para uma análise técnica mais profunda.

Eu quero dizer aos senhores senadores que trabalham a questão das ZPEs que estamos em contato direto com o Governo, através do Ministério de Indústria e Comércio, já têm pessoas capacitadas para orientar os prefeitos, os governadores, no sentido de elaborar o projeto para apresentação. Então, eu pediria aos senhores senadores que pudessem também entrar em contato com o Ministério de Indústria e Comércio para se informarem a respeito do projeto, porque esse projeto tem que ser elaborado dentro das exigências da lei, e que, sem dúvida nenhuma, vai acelerar a implantação das ZPEs, e acredito que todos os Estados que aqui apresentaram seus projetos são Estados que têm, são

municípios que têm toda uma logística já mais ou menos estruturada, faltando apenas a complementação que terá que ser feita com orientação desse projeto.

Portanto, quero, mais uma vez, cumprimentar a todos e dizer que esta Comissão cumpriu o seu dever de acompanhar a votação dessa medida provisória, e conseguimos, também, através da Comissão, aprovar uma emenda de extrema importância que permite que uma ZPE negocie com a outra internamente, usando de todos os benefícios, gozando de todos os benefícios estabelecidos em lei. Portanto, acredito que a Comissão cumpriu o seu papel e continuará cumprindo e votando outros em outros estados e municípios.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Lúcia Vânia, eu queria dar um depoimento, que se existisse uma Senadora do Centro-Oeste, V. Exa., com certeza, teria que ser uma das mais votadas, porque realmente essa vocação de exportação do Centro-Oeste e dessas regiões, até mesmo do Piauí, que hoje está se envolvendo bastante, a gente tem acompanhado, acaba tendo necessidade de zonas de exportação. E V. Exa. lutou bastante por isso e tem conseguido colocar as partes da legislação que interessa a essa região.

E tenho visto, também, e acompanhado que V. Exa. tem também se aconselhado muito com o Ministro Henrique Meirelles, do Banco Central, não Ministro. Tem procurado. Não? Não sei. Pensei que estivesse. Pelo menos eu tenho visto nos jornais. Os jornais, às vezes, mentem muito, mas eu tenho visto aí. Eu acho que, se houver, são duas pessoas que fizeram muito pela região: V. Exa. e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e também outros políticos, mas esses dois são destaque atualmente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem um senador do Centro-Oeste(F).

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O próximo item da pauta também trata de ZPE. O autor é o Senador Gerson Camata e o relator o Senador Adelmir Santana.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele pediu para retirar de pauta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E é isso que eu lhe ia perguntar. Tendo em vista que o relator não se encontra presente, seria de bom alvitre esperar aguardar a sua presença.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É praxe a Comissão retirar. Claro, claro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de cumprimentar e agradecer a V.Exa. e dizer que, realmente, o Dr. Henrique tem nos orientado em algumas matérias importantes, principalmente da área econômica, e isso é motivo de orgulho para Goiás, sem dúvida nenhuma. Muito obrigada pelas referências.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não. Senador João Pedro, em discussão ainda o Projeto de Lei do Senado nº. 631, que cria a Zona de Exportação no município de Bom Jesus, no Estado do Piauí. Aatoria do Senador João Vicente e relatoria do Senador Carlos Valadares. Ainda em discussão. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, senhores senadores, senhora senadora, esse debate vem acontecendo no Senado da República nesta Comissão, e nós, há poucos dias, travamos uma longa discussão, entramos numa noite discutindo a medida provisória com o parecer do Senador José Sarney--

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Relator.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Como relator da matéria e travamos um debate, evidentemente, que, por conta da nossa região e por conta de um projeto, que ele é similar, mas... similar, não, ele tem diferenças estratégicas, mas, ao mesmo tempo, tem similaridade no que diz respeito a emprego, geração de emprego, renda na região, que é a nossa zona franca e as ZPEs.

O que é que eu quero refletir aqui e principalmente de posse desse boletim? Primeiro, fazer um parêntese aqui. Hoje, no boletim, Senador João Claudino, tem uma foto de Anápolis. V. Exa. poderia pedir uma foto de Bom Jesus no próximo boletim [risos]. A foto de Anápolis relacionando com, provavelmente, a primeira grande experiência de ZPE no Centro-Oeste.

Então, quem sabe lá no Piauí uma foto de Bom Jesus. Estou fazendo aqui uma sugestão. Agora, a foto, Presidente, mostra o número de ZPEs. Nós estamos chegando, aí, em 50 projetos.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Cinquenta, exatamente. A última colocada foi a que eu fiz de Uberlândia.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): De Uberlândia, não é? Veja só. Cinquenta projetos. O que é que eu quero refletir aqui, Senadora Lúcia Vânia? Refletir dentro desta Comissão de Desenvolvimento Regional. Nós precisamos, evidentemente que nós estamos cumprindo aqui uma etapa no Congresso, nesta Casa no Senado da República, uma etapa da implementação. Agora, esta Comissão de Desenvolvimento Re-

gional precisa acompanhar a execução, as primeiras experiências.

É fato, as experiências de ZPEs no Brasil estão acontecendo tardiamente, do ponto de vista do que aconteceu lá nos anos 80, nos anos 90, com as experiências de ZPEs.

Então, é preciso que nós acompanhemos, e esta Comissão que tem o seu papel, a sua importância estratégica no desenvolvimento regional acompanhar a execução desses projetos nas regiões como que vai se dar, como é que vai ser o envolvimento, essa experiência. Porque, Senador, meu querido colega, aqui, Gim, inclusive, aparece no boletim com uma opinião.

Eu fico muito preocupado com essa experiência da China do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da relação com os trabalhadores. Eu tenho muitas preocupações com essa experiência na China. E eu confesso que eu não quero, nesses dois itens, na questão ambiental e na relação trabalhista, na relação com os trabalhadores, nós estamos na frente da China, estamos na frente.

Então, as experiências regionais com ZPEs nós precisamos acompanhar, para ver mesmo se esses primeiros passos vão atender às expectativas, esses projetos. Então, nós precisamos ter todo o cuidado, no sentido de... Avançamos na legislação, mas nessa relação com a geografia humana, na relação com a questão ambiental, na relação com a massa de trabalhadores, como é que isso vai se dar mesmo na prática, do ponto de vista de nós não retrocedermos, mas avançarmos na geração de renda com qualidade de vida, com salários justos e com os produtos a serem trabalhados nas nossas regiões, do ponto de vista da qualidade, da eficiência, de disputar corretamente o mercado, mas, principalmente, essa questão é nova.

Nós temos uma experiência, que eu falei no início, da Zona Franca, que tem diferenças. Então, eu espero que as ZPEs atendam essa expectativa, e não sejam motivos para nós, num futuro próximo, trabalharmos de forma apressada para corrigir distorções.

Então que ela venha, mas que venha para atender às expectativas de uma vida saudável, com democracia, com salário justo e com produtos, não só para o mercado internacional, para exportação, mas para o mercado nacional, na medida em que 20% você pode trabalhar o mercado nacional. Então, que seja para nós melhoramos a vida do povo brasileiro e as nossas regiões, claro.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador João Pedro. Eu vejo na colocação de V. Exa. a preocupação com relação e que essas ZPEs possam afetar a Zona Franca de Manaus. Vi o debate dos três sena-

dores do Amazonas discutindo durante a aprovação daquela medida provisória e entendo perfeitamente a preocupação com o povo do Amazonas, a preocupação de V. Exa.

Com a palavra que estava pedida, o Senador Gim Argello, para discutir o projeto.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente Wellington Salgado. Primeiro parabenizar o Senador João Vicente Claudino pela preocupação de levar uma ZPE, também mais uma ZPE para o Estado do Piauí, o Estado que ele tão bem representa, e parabenizar também a nossa Presidente Senadora Lúcia Vânia, que é entusiasta dessa idéia, e com essa foto maravilhosa de Anápolis já no boletim, dizendo que também no Centro-Oeste vai ter uma ZPE forte que nem vai ser a do Distrito Federal, se Deus quiser.

E fazer um comentário, breve comentário, sobre o bom combate travado naquela noite pelo relatório do nobre Senador José Sarney, que trazia, no seu bojo, essa matéria perto de 20 anos de atraso para ser aprovada no nosso plenário do Senado; matéria essa que já foi aprovada na Câmara, foi aprovada no Senado e agora está aguardando sanção.

E isso é uma realidade, vai se tornar uma realidade. Nós temos hoje já implementadas, colocadas no Brasil desde 1985, 86, 17 ZPEs que foram estruturadas, que foram montadas, mas não puderam operacionalizar. Isso foi uma porta gigantesca que o País tinha para ir para o desenvolvimento, para o campo de desenvolvimento, para a geração de emprego e renda de boa qualidade. Mas foi provocado esse atraso. Com 20 anos de atraso, agora nós não temos uma porta gigantesca, mas ainda temos uma boa janela, uma janela para que o País possa se inserir no mercado mundial.

Quando o exemplo colocado aqui, o exemplo da China, pode não ter sido um exemplo feliz, coloquei o exemplo da China porque foi o exemplo onde tem mais de duas mil ZPEs, e não está no primeiro modelo, está no sexto modelo de ZPE. A China hoje tem seis tipos de ZPE, têm cidades inteiras que é zona de processamento de exportação.

Agora, no começo desse ano ele instalou o sexto modelo, que é o modelo da biotecnologia, que é o modelo que eu acho que cabe maravilhosamente na região Norte do País, especificamente Manaus. Ouviu, Senador João Pedro? Se pudesse dar uma sugestão. Na região toda, por quê? Porque biotecnologia ali, uma ZPE de biotecnologia, eu acho que é um complemento muito maior. Não querendo, de forma nenhuma, e foi colocado muito bem, é só em nível de esclarecimento, aproveitando que o plenário é o palco certo e a nossa comissão para falar sobre as diferenças que existem

de uma zona franca e de uma ZPE. A Zona Franca de Manaus, muito bem colocada, onde gera emprego e renda para toda aquela região, e é um modelo hoje para o mundo; zonas francas essas que foram fundadas em 1956, num aeroporto na Holanda, quando o aeroporto foi desativado, criaram a zona franca e é o mesmo modelo que foi implantado na Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus tem todos os subsídios para vender para o mercado, subsídios fiscais, para vender para o mercado interno, e ela não tem cota, não tem limite; o tanto que ela fabricar, que a Zona Franca der conta de fabricar, ela tem ajudas fiscais para vender para o mercado interno e também pode vender para o mercado externo. No caso de ZPE, não. ZPE 80% da sua produção – outro dia quem me colocou isso tudo, me explicou em detalhes foi o Senador Wellington Salgado – 80% da sua produção é para o mercado externo; obrigado 80% do que produzir é para vender para o mercado externo, sendo que pode vender 20% de sua produção para o mercado interno. Mas, aí, para não ter nenhum contraponto e não fazer nenhum tipo de concorrência com a Zona Franca de Manaus, com todos os impostos. O mercado externo tem a facilidade, por quê? Porque a geração de emprego e renda e para que o País possa ter um desenvolvimento tecnológico. Agora, quando for vender os 20% para o mercado interno, aí não tem privilégio algum, é como se fosse uma indústria instalada sem ser numa zona de processamento, indústria normal. Aí não tem como ter nenhum tipo de concorrência com a Zona Franca de Manaus, que é muito justo, que desenvolve o Norte do País.

Então, esses benefícios fiscais são válidos para exportar. Isso que é muito importante. Porque nós podemos falar, aqui, de outros exemplos, sem ser a China, que está no sexto modelo, que eu acho que nós deveríamos chegar lá, logo que a gente conseguir instalar essas 50 ou as 100 primeiras, depois nós podemos pensar em outros modelos de ZPE, mas podemos falar, aqui, também, na Alemanha, que trabalha com ZPE; na Espanha, onde não tem o problema de meio ambiente nem problema trabalhista.

Na Espanha, nós temos três grandes áreas de ZPE na Espanha. Temos, também, mais de 600 ZPEs funcionando a pleno vapor nos Estados Unidos; é justamente para isso, para desenvolver regiões. Aqui, na América do Sul, nós temos, em quase todos os países, posso citar Chile, Uruguai, aonde tem ZPEs funcionando. No Uruguai, por exemplo, é uma ZPE que é um modelo que eu acho que mais se aproxima do modelo a ser instalado aqui no Distrito Federal, que é um modelo de ZPE de tecnologia, na área de TI,

porque ZPE na área de TI, para terem uma idéia, em Montevideu gera, só no campo de *call center* internacional, gera 12 mil bons empregos, 12 mil, Senadora Lúcia Vânia, Senador João Vicente Claudino, que é, orgulhosamente, o maior empregador do Estado do Piauí. Uma ZPE de Montevideu gera 12 mil bons empregos para jovens que têm que falar, pelo menos, três idiomas; os jovens têm que falar, pelo menos, três idiomas. É o lugar perfeito, o modelo de Montevideu para ser instalado no Distrito Federal, que, graças a Deus, Senador Wellington Salgado, dentro da sua área de universidade, faculdade, o senhor que é um mestre no ensinar, aqui no Distrito Federal, hoje, nós temos 84 escolas de nível superior, entre faculdades e universidades. Então, nós uma quantidade de jovens se preparando para o mercado muito grande. Então, nós temos que trazer a oportunidade de esses jovens continuarem se aprimorando.

E eu acredito que: como conseguir bons empregos? Através de uma ZPE no Distrito Federal na área de tecnologia. Por isso que eu sou um arco defensor, porque eu acredito que é uma das últimas janelas que o nosso País está tendo de poder desenvolver na área de tecnologia da informação e na área também na indústria.

O nosso País, o Norte do País, principalmente, vai ter, vai desenvolver muito através de ZPEs; ZPEs na área de siderurgia, na área de laminação de ferros. Quer dizer, existem várias oportunidades, e essas oportunidades vão ser aproveitadas agora com a luta desta Comissão. Queria enfatizar muito isso. Foi esta Comissão que, quando não tinha o projeto, já estávamos aqui aprovando o projeto de ZPE e fomos acumulando esses projetos agora na Comissão de Economia, aonde o relator de todas elas é o nobre Senador, ex-ministro Eliseu Resende, o nosso Ministro Eliseu Resende, um homem que conhece de infra-estrutura nesse País como poucos.

Então, os nossos projetos foram para lá, são projetos autorizativos, mas sinaliza aonde o País precisa e deve instalar suas ZPEs.

Então, dizendo essas poucas palavras, agradecer ao Senador João Pedro e dizer que eu fiquei muito satisfeito, naquele dia, porque realmente fizeram um bom combate. Os três senadores: V. Exa. Senador João Pedro, Senador Arthur Virgílio e o jovem Senador Jefferson Praia, realmente lutaram pelos seus Estados, mas depois de todas as explicações dadas da proteção feita para a ZPE e para o desenvolvimento dos seus Estados concordou e agora eu queria que o senhor pensasse essa pequena sugestão que eu dei: o senhor criar uma ZPE de biotecnologia, eu acho que a lei pode facilitar isso para que o Norte do País também

possa ser um pólo disso para o mundo. Ao invés de a gente assumir tecnologias outras, mas desenvolver a nossa biotecnologia, porque é o lugar mais rico em biotecnologia do mundo é o Norte do nosso País. Muito obrigado, Senador Wellington Salgado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Gim Argello falou que eu teria dado essa aula para ele, ele foi gentil. Na verdade, eu fui até o seu gabinete, porque ele é um especialista nessa área, e conversamos. Imagina se eu tivesse ensinado tudo isso a ele.

Ele tem se dedicado a esse estudo das ZPEs. Então, eu fui até o seu gabinete e tomei um café, porque é difícil sair alguma coisa naquele gabinete, mas saiu um cafezinho. E aí nós conversamos bastante, e ele domina, realmente, essa área. E aí eu fiz um projeto para uma ZPE em Uberlândia.

Já vejo aqui também que o Senador Gim Argello já protocolou aqui o PLS nº. 508/07, criando no Distrito Federal uma ZPE também que já se encontra no CAE.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, ficou a dúvida: quem é o professor e o aluno?

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nesse assunto é o Senador Gim Argello, com certeza.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria, primeiro, Senador João Pedro de--

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): --De cumprimentá-lo pela sua intervenção. Nós reconhecemos o esforço dos parlamentares da região Norte, principalmente de Manaus, no sentido de assegurar as conquistas já implementadas da Zona Franca de Manaus.

Eu tenho certeza que a ressalva feita nas ZPEs, estabelecendo que 20% de toda produção possa ser vendida internamente com impostos, se deve à ação da bancada da Amazônia. Porque, na verdade, eles apresentaram a emenda, fizeram um trabalho no sentido de forçar esse acordo, e o acordo saiu vitorioso. Portanto, essa ressalva protege a Zona Franca de Manaus. Quero aproveitar a sugestão que ele faz no sentido de esta Comissão acompanhar a implantação dos projetos. Pode ter certeza, Senador João Pedro, que eu não vou me descuidar, Senador Gim Argello, que é um especialista, poderá acompanhar e outros parlamentares que se interessam.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senadora Lúcia, rapidinho...

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Certo mesmo. Só um aparte. Eu estava certo mesmo, porque, quando tem aqui proposta para 50 ZPEs. Imagine isso começar de uma única vez. Eu acho que a gente poderia esse acompanhar para dar certo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não tem o menor risco, porque esses projetos são projetos autorizativos. O projeto para a implantação das ZPEs é um projeto eminentemente técnico. Ele será apresentado a um conselho no Ministério de Desenvolvimento Industrial, e esse conselho é que vai avaliar--.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Um colegiado de seis ministros, não é?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Exatamente. Então, o Projeto de Lei, a medida provisória corrigiu as falhas que o projeto anterior tinha. E acredito que nós conseguimos fazer todas as ressalvas necessárias para que ele tenha sucesso.

Quero aproveitar a oportunidade e transmitir, aqui, aos senhores senadores a negociação que estamos fazendo com a Fazenda. Estivemos esta semana com o Dr. Api e conseguimos alguns avanços em relação ao projeto da SUDECO, embora não tenham sido os avanços que a maioria dos parlamentares desejam.

Mas o fato mais importante desta semana para esta Comissão foi o fato de que o Dra. Api nos sugeriu – e já acatamos – colocar no projeto da SUDECO, que é uma lei complementar, o não contingenciamento dos recursos da SUDAM e SUDENE, que fazia parte do veto. Queria pedir a atenção do pessoal para o não contingenciamento dos fundos de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e a descentralização dos recursos SUDAM e SUDENE, que hoje é feito de forma centralizado.

Então, o projeto da SUDECO contemplará esses vetos que nós iríamos votar, com uma redação dos vetos, corrigindo os vetos; fica uma redação pouco clara. Ele achou por bem, ao invés de nós votarmos os vetos, nós fazemos o texto da lei e colocar na lei complementar que vai aprovar a SUDECO. Então, este foi um grande avanço que nós tivemos em relação à luta que nós estamos travando, aqui, para a implementação da SUDAM, SUDENE e SUDECO.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado à ilustre Presidente dessa Comissão, Senadora Lúcia Vânia. Ainda em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. Senhores e senhoras senadoras

que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Parabéns, Senador João Claudino.

Não havendo nada mais, eu queria dizer, Senadora Lúcia Vânia, que, quando eu for substituí-la, que V. Exa. me convidar, eu tenho um extrapauta do FCO para o triângulo mineiro.

[risos].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Aí eu assumo a Presidência.

SR. PRESIDENTE WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí a senhora me comunique antes que eu gostaria de colocar.

Então, nada mais tendo a declarar, encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 11h46.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EM 18 DE JUNHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em conjunto com a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária com a presença dos Senadores Gim Argello, Marisa Serrano, Jefferson Praia, Antonio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Flexa Ribeiro, João Tenório e Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, e, ainda, com a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, e dos Senadores Francisco Dornelles, Romero Jucá, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior. Justificam a ausência os Senadores Cícero Lucena e Rosalba Ciarlini. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Antes de dar início aos trabalhos a Senhora Presidente comunica que se encontram presentes na Sala de Reuniões da Comissão técnicos dos diferentes órgãos que estão trabalhando diretamente na análise do Projeto de Lei da Câmara nº 119/06-Complementar, que

trata da recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública com a finalidade de “discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional, vis-à-vis as propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária”, em atendimento ao Requerimento nº 08/2008-CDR, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Valter Pereira, tendo como convidados o Exmo. Sr. Mailson da Nóbrega, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; o Exmo. Sr. Paulo Roberto Haddad, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; o Sr. Bernard Appy, Secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Sr. Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE; e a Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. A Audiência Pública é realizada com a presença do Exmo. Sr. Mailson da Nóbrega, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; do Sr. Bernard Appy, Secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; do Sr. Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE; e da Sra. Maria Helena Zockun. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares, João Tenório, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, Marisa Serrano, Tasso Jereissati, Francisco Dornelles e a Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA
DA REFORMA TRIBUTÁRIA – CAERT

10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 44 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Boa tarde a todos e a todas aqui presen-

tes. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realizam em conjunto.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores das comissões. As senhoras e os senhores senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Eu gostaria de informar aos senhores que o Presidente da Subcomissão de Reforma Tributária, o Senador Tasso Jereissati, encontra-se em uma reunião e, concluindo essa reunião, ele estará aqui conosco para essa Audiência Pública. Na sua ausência, estará representando ele aqui o Senador Neuto De Conto, que é o Vice-Presidente da Subcomissão de Reforma Tributária.

Senhoras e senhores senadores, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir questões relativas à Política de Desenvolvimento Regional, vis-à-vis as propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária, em atendimento ao Requerimento nº. 08, de 2008, da CDR, de autoria dos senadores Tasso Jereissati e Valter Pereira, com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Mailson da Nóbrega, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; Sr. Bernard Appy, Secretário de Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Dr. Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O Exmo. Sr. Paulo Roberto Haddad, Ex-Ministro de Estado da Fazenda, também foi convidado, mas justificou a sua ausência devido a compromisso anteriormente assumido para esta data.

Senhoras e senhores, temos procurado fazer desta Comissão um fórum permanente, capaz de subsidiar o país na formulação e na implantação de Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional.

Neste contexto, o surgimento de uma nova proposta de reformulação da política tributária no país, dada as suas dimensões políticas, social e econômica, merecem atenção especial desta Comissão e da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária.

A proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, apresentada pelo Governo na Câmara dos Deputados, prevê, para enfrentamento das desigualdades

regionais, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que visa, principalmente, permitir a coordenação da aplicabilidade de recursos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o aprimoramento de políticas atualmente praticadas.

Pela proposta, haverá a ampliação do montante de recursos destinados à Política de Desenvolvimento Regional, com estimativa que chega a 14,6 bilhões em 2016, mediante a destinação de 4,8 de receitas tributárias, em contrapartida aos 3% hoje aplicados nos programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No mais, temos, atualmente, um papel bem definido dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento, sobretudo em relação à sua destinação e à sua sistemática de administração. Também conhecemos bem a divisão de responsabilidades entre o Ministério de Integração Nacional e Superintendências de Desenvolvimento Regionais. Estamos reproduzindo, inclusive, este modelo na futura SUDECO, em cuja relatoria tenho trabalhado ao longo dos últimos meses na CCJ, com o apoio desta Comissão.

Deste modo, com o objetivo de esclarecer essas questões tão relevantes para o desenvolvimento harmônico do Brasil, esta Comissão, em conjunto com a Subcomissão de Reforma Tributária da CAE, em atendimento ao Requerimento nº. 8, de 2008-CDR, de autoria dos ilustres Senadores Tasso Jereissati e Valter Pereira, promovemos esta Audiência Pública. Esperamos, assim, contribuir uma vez mais para o aprimoramento deste debate.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados dispõem de dez minutos para fazer as suas exposições. Naturalmente, esses dez minutos poderão ser estendidos por mais um tempo que desejar cada um dos expositores.

Eu só quero aqui afirmar que nós temos apenas duas horas para a realização desta Audiência Pública, em função da Ordem do Dia, que temos que estar submetidos no seu horário adequado. Portanto, essa atenção dos dez minutos poderá se estender por mais dez minutos, e, em seguida, abriremos à fase de interpegação pelos senadores e senadoras inscritos.

A palavra aos senadores e senadoras será concedida em ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para as respostas do interpelado.

Antes de passar a palavra, apelo aos convidados e aos parlamentares presentes para que sejam breves nas suas considerações, uma vez que, de acordo

com o art. 107, Parágrafo Único, do Regimento Interno do Senado Federal, em qualquer hipótese, a reunião de Comissão Permanente ou Temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado.

Portanto, ao iniciarmos as nossas palavras, concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Bernard Appy, Secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para fazer a sua exposição.

SR. BERNARD APPY: Boa tarde a todos. Eu queria agradecer à Senadora Lúcia Vânia a oportunidade de fazer essa apresentação. Eu vou fazer uma rápida apresentação da proposta do Governo e da lógica da proposta do Governo de aprimoramento da Política de Desenvolvimento Regional na reforma tributária. Podia passar, por favor?

Bom, o que é importante dizer é que essa proposta do Governo que consta da proposta de reforma tributária, ela já seria importante em si. Ela, no entanto, tem uma dimensão adicional dentro da reforma tributária, que é o fato que a reforma tributária tem como um dos objetivos acabar com a guerra fiscal. E, embora a guerra fiscal, hoje, tenha se tornado disfuncional para a maioria dos Estados, ela perdeu completamente o sentido como Política de Desenvolvimento Regional, porque hoje ela é praticada de forma generalizada por todos os Estados do Brasil.

Aliás, eu queria agradecer os demais membros da Mesa, cumprimentar a Dra. Maria Helena Zockun, o Ministro Mailson da Nóbrega, o Professor Marcos Holanda, e, embora elas tenham perdido essa função, o fato é que alguns Estados ainda entendem a palavra "guerra fiscal" como uma alternativa ao desenvolvimento. Cada vez menos funcional, é verdade, mas ainda é vista como alternativa desse desenvolvimento. Desse ponto de vista, esse aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, que é proposto no âmbito da reforma tributária, tem como um dos objetivos, sim, fornecer instrumentos que sirvam como alternativa mais eficiente ao desenvolvimento regional do que a que existe hoje com base na guerra fiscal. Podemos passar.

Rapidamente, muito rapidamente, a discussão que foi feita para levar a proposta que foi incluída na reforma tributária, ela foi feita junto com o Ministério da Integração e com o IPEA, ela levou em consideração as tendências recentes da Política de Desenvolvimento Regional, principalmente nos países mais desenvolvidos, na União Européia. E o que tem a Política de Desenvolvimento nessas regiões, o que ela tem apresentado como características? Primeiro, ao invés de foco em macroregiões, cada vez foco em mesorregiões, regiões mais limitadas, que têm características

semelhantes dentro da região. Segundo, o objetivo fundamental tem sido buscar ou aumentar a produtividade local e, principalmente, através da exploração de vantagens competitivas locais. Identificar qual é o potencial daquela localidade e buscar explorar aquele potencial através do fornecimento de bens públicos e, principalmente, através de investimentos que gerem externalidades positivas para o desenvolvimento daquela região. E

uma questão que aparece de forma muito clara na literatura internacional é que ela mostra que políticas baseadas em investimentos que geram externalidades costumam ter resultados claramente mais positivos do que políticas focadas em incentivos fiscais e subsídios que têm um impacto mais limitado em induzir o deslocamento de firmas para as regiões menos desenvolvidas. Ao contrário, o que se identifica é que, muitas vezes, essas políticas, via incentivos e subsídios, elas funcionam mais ao deslocamento de firmas dentro de regiões com características semelhantes do que entre regiões com grandes dissimilaridades. Podemos passar.

O segundo ponto que fica claro na política, na experiência internacional, e aqui falando, eu estou falando de forma muito rápida, porque o tempo é muito curto, Senadora, é que eles têm buscado, também, dado grande ênfase à necessidade de novas fórmulas de governança e coordenação na execução da Política do Desenvolvimento Regional, seja nas relações verticais entre níveis de governo, União, estados e municípios, seja nas relações horizontais entre, por exemplo, os vários Ministérios do Governo ou entre várias localidades em áreas que têm problemas semelhantes. Sinalizam, também, a necessidade de maior cooperação entre o setor público e privado, principalmente através de parcerias público-privadas. E um ponto muito importante é que, na execução da Política de Desenvolvimento Regional, a literatura internacional reforça a importância de, desde o início, ter critérios de monitoramento e avaliação muito claros e muito bem definidos. Então, essa avaliação dessa experiência internacional foi utilizada como referência para a proposta que o Governo elaborou. Podemos passar.

Bom, o que é que nós temos hoje como instrumentos de Política do Desenvolvimento Regional no país? Podemos passar.

Basicamente, nós temos duas categorias de instrumentos. Uma delas são incentivos fiscais ou gastos tributários, que nós não estamos tratando dentro da proposta de reforma tributária. Eles podem ser, na nossa avaliação, aqui, pode sim, há um espaço de racionalização desses instrumentos, é possível racionalizar,

mas isso é legislação infraconstitucional e, portanto, não entrou como parte da reforma tributária.

Nós temos os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que, como todos sabem, recebem 3% da receita do Imposto de Renda do IPI, e temos um mecanismo que chama-se Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e da Amazônia (FDA), que é a alocação compulsória de recursos orçamentários para a aquisição de debêntures de empresas no Nordeste e na Amazônia, em condições financeiras favorecidas.

Agora, efetivamente, na execução do FDNE e do FDA, a execução tem sido relativamente restrita nos últimos anos. Então, se a gente pegar 2007 como referência, os Fundos Constitucionais tiveram cinco bilhões e 30 milhões de reais, basicamente totalmente executados, enquanto que o FDNE e o FDA tiveram um bilhão e 900 milhões de dotação orçamentária, e a execução foi da ordem de 439 milhões de reais.

No agregado, na soma dos dois, ou seja, nos dois, são mecanismos de financiamentos em condições favorecidas, sete bilhões e 200 na dotação, uma execução de cinco bilhões e 800 milhões de reais.

Então, essa é a realidade, são os instrumentos que a gente tem hoje como instrumentos de desenvolvimento regional, deixando de fora a questão da Zona Franca de Manaus, que é uma questão específica, que nós não estamos tratando nesse momento. Podemos passar.

Bom, esse aqui é apenas um gráfico para a gente entender um pouco o que está acontecendo no país nos últimos anos. Aqui vem, desde 1939 até hoje, a participação do PIB *per capita* de cada região como proporção do PIB *per capita* brasileiro.

O que a gente vê? Aqui, a linha de cima é o Sudeste, obviamente; o que a gente vê aqui é que o Sul, ao longo dos anos, a longo prazo, vem aproximando a renda *per capita* do Sul ao PIB *per capita* do Sudeste; o Centro-Oeste, principalmente em função, eu acho que, do desenvolvimento da agricultura na região, também tem hoje uma produção *per capita* que vem se aproximando do resto do país, inclusive hoje já ultrapassando a média nacional, embora ainda inferior ao Sul e Sudeste; o Norte tem um pulo, aqui, na década de 70, provavelmente em função da Zona Franca de Manaus, mas, a partir daí, na verdade, tem até alguma involução, em relação ao resto do país; e o Nordeste, que é de fato a região menos desenvolvida do país, efetivamente, o que nós vemos é uma estabilidade da renda do Nordeste com proporção da renda nacional, do PIB do Nordeste como proporção do PIB nacional, o que indica que, efetivamente, até hoje, a Política de Desenvolvimento Regional, principalmente para

aquela região, que talvez seja a menos desenvolvida do país, que é o Nordeste, efetivamente não foi muito bem-sucedida no objetivo de reduzir as desigualdades regionais. Podemos passar.

Bom, além desses instrumentos, nós temos algumas mudanças recentes que criam condições para uma melhoria na qualidade da Política do Desenvolvimento Regional.

Que avanços recentes são esses? Primeiro, a recriação da SUDENE e da SUDAM, que pode suprir falhas relevantes no modelo que existia anteriormente. Primeiro, elas criam condições para uma melhor coordenação das ações federais e de ações entre níveis de Governo. Está prevista na própria lei que cria essa possibilidade de coordenação. Segundo, tem o Conselho Deliberativo composto por Ministros, Governadores, Prefeitos e Sociedade Civil, que pode ser um fórum importante de discussão e deliberação sobre as necessidades do desenvolvimento regional. E, terceiro, como são organismos que estão sendo recriados, criados nesse momento, cria-se a condição de, nesse processo de recriação, estruturaram-se mecanismos adequados de seleção de projetos e monitoramento, avaliação que, como nós colocamos, é um requisito importante da Política de Desenvolvimento Regional. Segundo, o Ministério da Integração Nacional propôs, eu acho que no início de 2007, se não me engano, um Decreto que regulamenta a Política Nacional do Desenvolvimento Regional, que avança também no sentido da experiência internacional, ampliando o foco das macro-regiões para as mesoregiões; então, procurando encontrar regiões mais homogêneas como foco da Política de Desenvolvimento Regional e, também, com uma clara preocupação na coordenação das políticas setoriais como um instrumento importante ao desenvolvimento regional.

Além disso, o Governo propôs, o Congresso aprovou um Projeto regulamentando as ZEPs, foi complementado por uma Medida Provisória do Governo, que também cria um instrumento adicional de desenvolvimento regional. Podemos passar.

Bom, feito esse acordo, quais são as propostas que existem hoje no bojo da reforma tributária para Política de Desenvolvimento Regional? Pode passar.

Quais são as propostas? 1) uma ampliação do montante de recursos destinados à Política de Desenvolvimento Regional; 2) a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que servirá para coordenar a aplicação dos recursos [soa a campainha]; 3) a possibilidade de alocação de recursos não apenas em financiamentos, em condições favorecidas, como existe hoje, mas também em investimentos, que nós chamamos de investimentos estruturantes, ou seja, in-

vestimentos que gerem externalidades positivas para o desenvolvimento, por exemplo, investimentos em infraestrutura, por exemplo, investimentos em qualificação de mão-de-obra, que procurem, em uma cidade com potencial turístico e investimento em infra-estrutura turística, por exemplo, que gerem externalidades positivas para o desenvolvimento regional indo na linha do que existe em termos de experiência internacional.

E esses recursos em investimentos estruturantes poderão ser aplicados de duas formas: 1) uma parte aplicado pela União, segundo as diretrizes estabelecidas pelas superintendências regionais, mas com uma execução descentralizada – eu vou explicar isso em seguida; 2) uma parcela poderia ser transferida a Fundos Estaduais em Desenvolvimento. Seriam recursos não vinculados, ou seja, o Estado teria liberdade na gestão desses recursos, que seriam aplicados, poderiam ser aplicados ou em investimentos estruturantes ou, se essa for a decisão do Estado, em subvenção a empresas.

E, finalmente, cria-se a possibilidade de aplicação de até 5% dos recursos da Política de Desenvolvimento Regional nas áreas menos desenvolvidas do Sul e do Sudeste. Porque, como eu falei, o foco da Política de Desenvolvimento Regional não tem que ser apenas com as macro-regiões, mas sim com regiões que apresentem problemas de desenvolvimento, por exemplo, a região sul do Rio Grande do Sul, que hoje está em um claro processo de involução econômica. Justifica-se ter uma ação federal para essa área do país. Podemos passar.

Bom, grosso modo, qual é a proposta da Política de Desenvolvimento Regional? Dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, no mínimo 60% seriam destinados a financiamento, que é o que já existe hoje, que são os instrumentos que já existem hoje, porque nós entendemos que, embora não sejam o ideal, como único instrumento de desenvolvimento regional, eles são importantes, e já existe uma estrutura que está funcionando, principalmente no âmbito dos Fundos Constitucionais, e até 40% seria destinado para esses investimentos estruturantes, dos quais uma parte transferido para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais e uma parte aplicado através das superintendências regionais. Podemos passar.

Em mais detalhe, qual seria a idéia? Teria uma vinculação de recursos, que estaria dada na Constituição, que iria para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; uma parte seria aquela transferência para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais e uma parte seria aplicada, através das superintendências regionais, em financiamento ao setor produtivo. Isso aqui, a forma como isso seria feito fica para a legis-

lação complementar, mas pode ser no modelo dos Fundos Constitucionais, e a idéia é manter os Fundos Constitucionais, pode, se julgar que é necessário, no modelo de debêntures, como é o caso do FDNE e do FDA, e uma parte aplicada em investimentos estruturantes. O mesmo se aplicaria na SUDAM e, para a região Centro-Oeste, como disse a Senadora, através da SUDECO, cuja recriação está sendo discutida no Congresso Nacional. E, para as outras regiões, em função de diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração, poderiam ser aplicados em investimentos estruturantes. Podemos passar.

A transição que nós estamos propondo, como foi colocado, hoje existe 3% do Imposto de Renda e do IPI que vão para os Fundos Constitucionais. Existe um montante orçamentário, que corresponde a um pouco mais de 1% do Imposto de Renda e IPI, que vai para o FDNE e FDA, cuja execução está sendo muito baixa.

O que nós estamos propondo é que o montante de uma base de partilha, que corresponde à arrecadação, hoje, do Imposto de Renda e de IPI, de 4,2%, no segundo ano após a aprovação da reforma, e até 4,8%, no oitavo ano após a aprovação da reforma, seja destinado ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Dessa parcela, uma parcela seria destinada a financiamento, uma parcela decrescente, ao longo do tempo, e uma parcela mínima destinada ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que chegaria a 95% no final do processo.

Em termos de valores, isso significa... Essa tabela, aqui, é em bilhões, de 2008, com uma hipótese de crescimento do PIB de 5% ao ano. Ela implicaria, em 2010, ter o valor de nove e meio bilhões de reais, dos quais 7,6 para financiamento; e 1,9 bilhões de reais para os investimentos estruturantes. E, em 2016, chegaria a 14,6 bilhões de reais, sendo 8,8 bilhões de reais em financiamento e 5,8 bilhões de reais em investimentos estruturantes. Podemos passar.

Bom, além disso, nós estamos propondo um aprimoramento na forma de execução da Política de Desenvolvimento Regional, e isso, obviamente, não está na Emenda Constitucional. Isso é uma questão que estão sendo discutida com o Ministério da Integração e que se propõe que seja implementado na regulamentação.

A idéia seria uma descentralização através da maior participação dos estados e municípios na elaboração e execução de projetos; uma maior coordenação das ações federais; uma integração com a política industrial, através de estímulo ao desenvolvimento de Kansas(F) produtivos e exploração de potenciais exportadores.

Os responsáveis pela política industrial já estão trabalhando na identificação dessas potencialidades, e a idéia é que o modelo estimule a competição entre projetos, ou seja, a idéia é que as superintendências, a SUDENE, a SUDAM e SUDECO definam as diretrizes para a aplicação dos recursos e, com base nessas diretrizes, sejam apresentados projetos que podem ser elaborados por estados, municípios ou outras entidades, e esses projetos seriam selecionados com base em critérios técnicos, em função do seu retorno econômico e social. Essa é a proposta que está sendo colocada, e a participação dos estados e municípios nesse modelo seria, em parte, a gestão direta através dos Estados na transferência de recursos para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais e, em parte, a participação indireta dentro do modelo que seria gerido pelas superintendências de desenvolvimento regional. Podemos passar.

A idéia básica da execução da parte que passa pelas superintendências regionais seria como? As superintendências e o Ministério de Integração para as demais regiões definem as diretrizes; estados e municípios ou outros agentes apresentariam propostas; essas propostas seriam analisadas com base em critérios técnicos. Haveria decisão. A execução seria feita de forma descentralizada, também, e se propõe se criar um mecanismo bastante avançado de monitoramento, avaliação, que realimentaria as decisões da superintendências sobre como deveriam ser executados esses recursos. Podemos passar.

Bom, qual é, do nosso ponto de vista, a vantagem do modelo proposto? Primeiro, ele traz maior flexibilidade na alocação dos recursos. Hoje, nós temos um modelo absolutamente rígido, que tem um valor fixo para os Fundos Constitucionais, um valor fixo para o FDA e o FDNE e não tem recursos para os investimentos estruturantes a fundo perdido.

O modelo, da forma como está, ele mantém o mínimo, sim para financiamento, para não desmontar a estrutura que já existe hoje, mas ele dá uma maior flexibilidade na alocação dos recursos entre os vários instrumentos, permitindo adequar a política às necessidades regionais.

Segundo, ao criar a possibilidade de alocação de recursos e investimentos estruturantes, abre-se a possibilidade de realização de projetos, como eu falei, de infra-estrutura, qualificação, assistência técnica, apoio gerencial, e isso faz uma enorme diferença.

Tem uma experiência recente feita no Piauí, onde tem uma área de produção de mel importante, por incrível que pareça, em que foi feito um trabalho de melhoria da qualidade tecnológica da produção; a produtividade mais do que duplicou. Isso significa que a renda das

peessoas, ali, mais do que duplicou, em função dessas melhorias que foram feitas, com um custo relativamente baixo, explorando uma vocação regional, que é o objetivo desse modelo que está sendo proposto.

E, na verdade, ao colocar recursos para aplicação em investimentos a Fundo Perdido, cria-se a capacidade de mobilização de outros recursos, porque, quando você tem recursos para alocar na política, você consegue, com isso, mobilizar outros recursos, sejam recursos de outros Ministérios federais, sejam recursos estaduais e municipais ou mesmo recursos financeiros, por exemplo, recursos de Fundo Perdido, no limite, que podem ser utilizados como mecanismos de equalização de taxas de juros, permitindo, por exemplo, que uma maior parcela de financiamentos do BNDES, por exemplo, seja alocada nas regiões menos desenvolvidas do país, criando condições de competitividade, diferenciais de competitividade para essas regiões. Podemos passar.

E, finalmente, no que diz respeito aos Fundos de Desenvolvimento Estaduais, os Estados, a opção, aqui, é o seguinte: os recursos seriam transferidos para os Estados; os Estados teriam que escolher se seria melhor, do ponto de vista do desenvolvimento estadual, alocar os recursos em investimentos, em infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra, o que eles acharem interessante, volto a falar, recursos não-vinculados, ou, então, se eles entendem que seja importante utilizar esses recursos para a subvenção a empresas como uma alternativa à guerra fiscal, hoje, como uma forma de manter as empresas instaladas na região.

Qual é a vantagem desse modelo? Primeiro que o Estado tem que optar, vai saber avaliar se é melhor investir em infra-estrutura para o desenvolvimento ou fazer uma subvenção. Segundo que, ainda que ele opte pelo modelo de subvenção, o custo dessa subvenção tende a ser muito menor que o custo que existe hoje nos incentivos fiscais, porque os incentivos fiscais concedidos para áreas menos desenvolvidas do país hoje eles têm... Primeiro que é mais difícil calibrar o montante de incentivo em relação à necessidade da empresa. Segundo, eles têm que ser concedidos em montante que não apenas cubra o diferencial de competitividade que existe nas regiões menos desenvolvidas, mas cubra também o fato de que os estados mais desenvolvidos também estão concedendo incentivos para as empresas se instalarem. Então, o custo, hoje, da guerra fiscal está extremamente elevado para os estados, e certamente esse mecanismo, via subvenções, tende a ter um custo muito menor em termos fiscais.

Eu acho que era basicamente isso que eu tinha para apresentar. O tempo é curto, mas eu tentei resumir

da melhor forma possível o que está sendo proposto na reforma tributária. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Bernard Appy e passo a palavra ao Exmo. Sr. Máilson da Nóbrega [soa a campainha].

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Minha cara Senadora Lúcia Vânia, demais membros da Mesa, minha amiga Maria Helena, Dr. Appy, Dr. Holanda, senhores senadores. Em primeiro lugar, dizer da minha satisfação de comparecer a esta Comissão, trocar idéias, trazer algumas reflexões sobre o tema. Em segundo lugar, dizer que é muito oportuno discutir questões do desenvolvimento regional no contexto da proposta de reforma tributária do Governo, uma vez que, sem uma solução adequada para a grave situação do sistema tributário brasileiro, as políticas de desenvolvimento regional terão menor impacto e menor será a capacidade do país de implementá-las.

Eu acho que é oportuno lembrar, aqui, que o Brasil já teve um sistema tributário que era um dos melhores do mundo. A reforma tributária de 1965, dezembro de 1965, que começou a funcionar, entrou em vigor em janeiro de 1967, era avançada sob muitos aspectos.

O Brasil foi um dos pioneiros da introdução da tributação do consumo pelo método do valor agregado, o nosso ICMS; naquela época ICM, o IPI. Nós introduzimos esse método no Brasil antes da Inglaterra, da Alemanha, da Itália, da maioria dos países da Europa, e hoje esse método é adotado por cerca de 130 países. E por que esse sistema virou um caos, que provavelmente é a palavra mais adequada para caracterizar o sistema tributário brasileiro?

Eu identifico quatro razões para o caos que se instalou no sistema tributário. Eu não sei qual é a ordem de importância, mas a primeira delas foi a partilha de recursos da Constituição de 1988, que concentrou a destinação de recursos aos estados e municípios, em um equívoco monumental sobre os dois tributos de maior produtividade fiscal da União: o Imposto de Renda e o IPI.

Hoje, 58% do IPI e 48% do Imposto de Renda se destinam à partilha aos estados e municípios e a Fundos Regionais de Desenvolvimento e, do que restar, 18% tem que ser aplicado obrigatoriamente em educação.

A União fica com apenas 42% da receita do Imposto de Renda e pouco mais de 32% da receita do IPI. E a União foi obrigada, e aí vem o segundo fator, que foi a ampliação substancial da despesa pública na Constituição de 1988, particularmente, os gastos com previdência, pessoal, educação e, mais recentemente, saúde.

E a União buscou recursos para atender a esses encargos crescentes e gigantescos, em alguns casos, através da imposição de contribuições que lhe rendessem 100% da arrecadação, e, nesse contexto, a União foi desprezando a importância de um tributo importante, como um *ecsize(F)*, como um imposto específico, que é o IPI. O IPI já foi 4% do PIB, a sua arrecadação, e hoje é pouco, anda em torno de 1% do PIB, porque para a União não há interesse em arrecadar IPI. Ela prefere arrecadar COFINS, PIS, PASEP, CPMF, e já tem gente que está querendo até uma tal de CSS.

Então, essa coisa foi piorando, piorando, teve um terceiro fator que agravou todo esse quadro que foi, no contexto do que significaria uma descentralização federativa, a atribuição aos estados de legislar sobre o ICMS, que é um dos grandes equívocos da Constituição de 1988.

O mínimo de harmonia que existia no ICMS se transformou em uma bagunça, para usar uma palavra bem forte. São 27 legislações, milhares de alíquotas implícitas ou explícitas do tributo, centenas ou milhares de regimes especiais, impossível a uma empresa cumprir de maneira adequada todas as obrigações diretas e acessórias do ICMS.

E um quarto fator foi a guerra fiscal. A guerra fiscal como que corou, através da manipulação do uso do ICMS como um instrumento de atração de indústrias por algumas regiões do país e depois generalizado por outros estados, o ICMS, eu diria que, entrou em processo de metástase e o ICMS é realmente um imposto completamente falido.

Sem uma solução para esse caos, é muito pouco provável que tenhamos solução para o desenvolvimento mais rápido do país. Eu diria que o sistema tributário é um dos maiores, se não o maior, inibidor do processo de crescimento do país, sem contar que tudo isso levou ao recurso crescente de impostos indiretos de toda a natureza.

Os brasileiros pagam sete tributos sobre o consumo, alguns estaduais, um municipal, outros federais, e isso não existe em canto nenhum do mundo. E, por isso, o sistema tributário se tornou altamente regressivo, isto é, os pobres no país pagam impostos, em uma proporção de sua renda, muito mais do que pagam os ricos.

Existem saídas para esse caos, duas saídas racionais, fácil de propor e difícil de realizar em uma sociedade complexa, em um federalismo também complexo como o nosso. O primeiro seria a redução das despesas. O Brasil tem um nível de despesa pública incompatível com o seu nível de renda. Nós gastamos, atualmente, 40% do PIB no setor público. É um gasto proporcionalmente maior do que o dos governos, nas

suas diversas esferas, nos Estados Unidos, e não temos renda para arrecadar essa quantidade de dinheiro para financiar tamanha despesa.

Acontece que toda essa despesa é rígida. As despesas rígidas, incluindo previdência, pessoal, aplicações obrigatórias por força de vinculações, e a conta dos encargos financeiros da União, dos estados e municípios, andam por volta de 33% do PIB, ou seja, se o Governo, se fosse possível parar todas as suas obrigações, fora dos gastos mandatários, mesmo assim seria necessária uma carga tributária de 33% do PIB.

Não precisa ser um especialista na matéria para saber que é impossível existir um sistema racional em um país de nível de renda do Brasil para arrecadar sem distorções essa gigantesca massa de recurso. Na verdade, nós estamos arrecadando perto de 36%, 37% do PIB, segundo estimativas mais recentes.

Então, eu não vejo muita saída por aí. Por exemplo, a China tem uma carga tributária de pouco mais de 20% do PIB. Acontece que os gastos previdenciários dos chineses são inferiores a 2% do PIB. O do Brasil é 13% do PIB. Então, não dá para mudar esse quadro da noite para o dia.

Uma outra saída racional seria rever o sistema tributário, particularmente a tributação do consumo. Eu acho que a melhor proposta que apareceu até agora é o que está se convencendo denominar a Proposta Dornelles. Realmente é uma proposta ampla, ousada; não é 100% ousada porque ainda deixa o ISS na competência municipal, mas é melhor, do ponto de vista teórico, do que a própria proposta do Governo.

Também existem chances de essa proposta passar? Eu acho que, no contexto atual, muita pouca, para não dizer nenhuma, embora eu vou torcer por ela, trabalhar por ela o quanto eu puder.

É nesse contexto que eu vou rapidamente fazer algumas menções, algumas reflexões sobre a proposta do Governo. O Governo optou parcialmente pela racionalização do sistema tributário. O Dr. Appy conhece a minha opinião, já elogiei de público mais de uma vez a proposta que ele coordenou, que, nas circunstâncias, a meu ver, é a melhor que o Governo Federal poderia propor. Tem suas limitações, tem seus defeitos, mas nenhuma reforma tributária no Brasil [soa a campanha] acontecerá sem defeitos, e eu tenho realçado o papel do Dr. Appy, porque sentei na cadeira que ele senta atualmente, já trabalhei em outras propostas de reforma tributária e sei da complexidade das dificuldades de propor algo nesta linha.

Eu acho que mesmo a proposta dele, ele também conhece a minha opinião, eu sou cético quanto à possibilidade de essa proposta vir a triunfar. Primeiro porque ela não obteve o consenso dos estados, e não

há reforma tributária, centrada no ICMS – como é este o caso –, sem que os estados com ela concordem.

Embora o Congresso tenha a palavra final, eu não vejo chance de uma reforma tributária dessa natureza sair sem uma concordância ampla dos estados. E, para isso, é preciso liderança, uma liderança transformadora, capaz de mobilizar os estados, os municípios, as lideranças políticas, para convencê-las, com paciência, determinação, habilidade, que é melhor uma proposta ousada para gerar frutos no futuro do que algum remendo que acomode pressões localizadas no presente.

Sinceramente, pelo maior respeito que eu tenho ao Presidente Lula, eu não vejo nele as características requeridas para essa missão, e uma prova disso é a sua declaração de que já fez o que tinha que ser feito: mandou o projeto para o Congresso, e o Congresso agora que cuide de aprovar.

E os senhores, aqui, sabem mais do que eu que, em uma proposta dessa complexidade, é impossível levar avante sem difíceis negociações, sem uma participação efetiva do Executivo, particularmente do Presidente da República, nas negociações finais desse processo.

Digamos que seja difícil e que essa reforma não saia. Ela vai sair algum dia, ela vai sair, seja porque haverá um cansaço com o caos, seja porque aparecerá a liderança no Congresso ou no Executivo para levar avante uma proposta mais ousada, que eu acho que, se for mais ousada, a linha terá que ser muito mais na proposta pelo Senador Dornelles do que na gestada, produzida, proposta pelo Ministério da Fazenda.

E, agora, rapidamente, quanto à questão regional – Senadora, eu me esqueci de marcar. Quanto tempo eu já falei? Com, acho que em cinco minutos eu termino.

Olha, eu acho que a questão regional merece... Um primeiro comentário sobre a guerra fiscal. Eu sou contra a guerra fiscal, fui contra a guerra fiscal, desde o meu tempo de burocrata no Ministério da Fazenda. Concordo inteiramente com as razões que o Dr. Appy tem exposto para considero condenar o uso do ICMS como instrumento de ação fiscal, mas reconheço que é muito difícil evitar que a guerra fiscal aconteça, particularmente, porque existe um problema difícil de coordenação, porque, individualmente, para cada estado é conveniente o uso do incentivo fiscal, porque o custo é repassado aos demais componentes da Federação.

O problema é que todos começam a pensar da mesma maneira, e, daqui a pouco, todos estão fazendo a mesma coisa e se neutraliza qualquer efeito de uma política de atração de indústrias com o uso do ICMS, até porque, tecnicamente, o ICMS é pago pelo contri-

buinte, e o contribuinte é o consumidor. Então, ela é questionável, inclusive como instrumento de atração de indústria.

Todo mundo sabe, eu vou chover no molhado aqui, ela gera a competição desleal, produz uma alocação menos eficiente dos recursos, empresas se deslocam para determinadas regiões, não porque lá elas serão mais competitivas, mas porque terão a compensação do tributo, e assim por diante.

Eu acho que nessa questão nós temos que começar a pensar diferente. Se nós olharmos todo o esforço de desenvolvimento regional ocorrido no Brasil nos últimos anos, está muito centrado, em primeiro lugar, na liderança do Estado, particularmente, do Governo Federal, que tem o seu sentido. Em segundo lugar, no uso do incentivo fiscal. Em terceiro lugar ou talvez segundo, o crédito.

Se nós fizermos uma reflexão desapaixonada, nós vamos ver que essas três fontes de desenvolvimento regional no Brasil estão se esgotando. Primeiro porque não é mais possível continuar a guerra fiscal, isso está se tornando cada vez mais evidente. Em segundo lugar porque o crédito é cada vez mais disponível em condições de mercado. A grande fonte de financiamento de longo prazo no Brasil, nos próximos anos, será o mercado de capitais e o crédito, como acontece nos países desenvolvidos.

Nós estamos criando as condições para isso pela evolução institucional do país, pela consolidação da estabilidade macroeconômica e, futuramente, pela redução da taxa de juros. Nós temos, hoje, investidores institucionais poderosos que já representam uma soma apreciável de recursos, que se aproxima de um trilhão de dólares ou equivalente, entre os Fundos de Pensão, Fundos de Investimento, seguradoras, e assim por diante.

E esses Fundos serão um e meio, dois trilhões de dólares dentro de cinco a dez anos, a busca de ativos para rentabilizar as suas reservas. O BNDES vai perder o papel de principal financiador do investimento de longo prazo no Brasil; ele vai ter que se redirecionar para áreas que exijam a eliminação de falhas de mercado, e será o mercado, através do financiamento de longo prazo das debêntures, das ações. No ano passado, as empresas brasileiras obtiveram, no país e no exterior, recursos de capital em volume superior a todos os desembolsos do BNDES.

O Brasil está se transformando, e é preciso deixar de pensar que o desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia, de outras regiões do país continue a depender essencialmente do crédito, a não ser que se diga que precisa subsidiar, que também é uma coisa que tem que ser discutida.

Eu acho que outra questão que merece reflexão é saber se é a indústria a principal fonte de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do país. A meu ver, não é. Esta é uma visão que era verdadeira nos anos 50, provavelmente nos anos 60, foi diminuindo nos anos 70 e, no século XXI, já não é mais. Se nós olharmos exemplos mundiais, e o Dr. Appy mostrou aqui, em termos macro, algumas idéias, o desenvolvimento regional se deu através da descoberta de vocações regionais, pode ser até uma indústria, através de investimento que gere bens públicos capazes de proporcionar externalidades positivas do que pela atuação tópica do incentivo e do crédito subsidiado. Esta é uma revolução de pensamento que nós precisamos fazer, particularmente nós do Nordeste – e eu sou nordestino, vocês sabem –, nós da Amazônia, nós do Centro-Oeste.

Eu acho que pouca dúvida há no enorme potencial que o Nordeste tem no turismo. E, aqui, eu gostaria de lembrar o que diz um amigo meu: “Imagina se tivesse uma rodovia das mesmas características da Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, ligando o Sudeste ao Nordeste, a importância que isso teria na redução de custos de transporte, na melhoria da logística e no transporte de pessoas em busca de lazer no turismo”.

Eu estava contando, aqui, para a Maria Helena, em uma das minhas viagens fora do país, eu conheci a Côte d’Azur, muitos de vocês aqui conhecem, e, em um dos hotéis em que permaneci, havia uma história da região. E eu fiquei sabendo que a Côte d’Azur era uma região de pescadores pobres do Sul da França, no final do século XIX, e que começou a ser descoberta pelos ingleses que estavam ficando ricos [risos]. E a Côte d’Azur explodiu como região de atração turística depois da Segunda Guerra Mundial, fruto de investimento em infra-estrutura, da ampliação das acomodações, da redução dos custos de transporte e do aumento de renda das pessoas.

Eu acho que essas condições estão amadurecendo no Brasil. O Nordeste tem milhares de quilômetros de praia que podem ser exploradas na geração de renda, de emprego, de produto, se a infra-estrutura, a formação de mão-de-obra e a criação de um ambiente propício à atração de investimento nessa área acontecerem. E é bom lembrar que o turismo tem um efeito de transbordamento, um *spillover*, é uma expressão inglesa que os economistas usam, e é o que aconteceu no Sul da França. O Sul da França é uma das regiões mais desenvolvidas do país hoje e depende menos do turismo e mais de atividades como tecnologia de informação. Outro exemplo é a Espanha. É bom lembrar que a Espanha recebe hoje um número de turistas parecido com o da França, 90% dos quais

chegam lá de automóvel, através de estradas, de automóvel ou de trem.

Enfim, eu acho que, além de repensar essas questões, conceitos, melhorar o diagnóstico, eu não estou dizendo que eu tenho o melhor diálogo, eu estou propondo que nós deveríamos rediscutir as premissas que até hoje formam as bases das Políticas de Desenvolvimento Regionais, dadas essas limitações, as limitações do incentivo fiscal, a limitação do crédito e a limitação do Governo Federal.

Nós vimos, aqui, o Secretário Appy fazer uma exposição centrada, em grande parte, no Fundo, no FNDE, e ele mostrou lá que o FNDE terá, em 2010, 9,5 bilhões de reais. Sabe quanto isso significa? Menos de 0,5% do PIB; 40% só serão destinados à infra-estrutura. Sabe quanto isso representa? 0,2% do PIB. Sabe quanto o Brasil precisa investir? 20 a 22% do PIB. Eu acho que é uma questão de fazer conta.

Será que o FNDE terá o poder de alavancar a infra-estrutura do Nordeste? Por maior que seja o interesse, vimos, ali, a burocracia que está associada ao FNDE, SUDENE, SUDAM, Comissões, etc. Quanto vai haver de desperdício ao longo desse processo de exame de projeto, aprovação de projeto, fiscalização, etc.?

Eu não estou dizendo que deve ser extinto, eu estou dizendo que a gente precisa ter a dimensão exata da força que tem o Governo Federal no processo de desenvolvimento, que é muito pequena. E por isso é preciso pensar grande e pensar grande significa atrair o setor privado para a infra-estrutura. Existe um volume considerável de recursos e de vontade e de expectativa de ganhos que podem ser canalizados através de um amplo processo de privatização das rodovias, das estradas, dos aeroportos, dos portos que servem a regiões menos desenvolvidas, através de investimento direto das empresas, através de parceria como a PPP.

Eu acho que a infra-estrutura – isso vimos aqui o Secretário Appy assinalar – tem um papel gigantesco importante no processo de desenvolvimento, pelo seu papel na geração de bens públicos de externalidades positivas para a atividade do setor privado.

Eu acho que repensar uma Política de Desenvolvimento Regional no Brasil implica também repensar a dependência do Governo Federal. Nós que somos de regiões menos desenvolvidas do país temos que nos convencer que essa fonte de desenvolvimento é extremamente limitada nos dias de hoje. Ela tem a grande capacidade de coordenação, especialmente em áreas cruciais, como a da educação, como a da saúde, mas, na atuação direta da geração de bens públicos como

a infra-estrutura, definitivamente será o setor privado o principal provedor desse fator.

Senadora, meus caros amigos, aqui, da Mesa, caros senadores, Senador Dornelles, fiz um elogio à sua proposta, aqui, Senador Dornelles [risos].

É isso, eu acho que chegou a hora de pensar grande no desenvolvimento regional e não manter as visões, os diagnósticos que presidiram as políticas de desenvolvimento do passado, porque, na minha opinião, elas estão esgotadas. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao ex-Ministro Maílson da Nóbrega e concedo a palavra ao Sr. Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará.

SR. MARCOS COSTA HOLANDA: Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso, Professora Maria Helena, Ministro Maílson, Secretário Appy, demais senadores e senadoras.

Eu gostaria, primeiro, de concordar e enfatizar a importância levantada pelo Secretário Appy da utilização da proposta de reforma tributária como instrumento de fortalecimento da discussão de uma Política de Desenvolvimento Regional para o Brasil. Eu acho que a Política de Desenvolvimento Regional é uma proposta antiga, mas a gente ainda tem que avançar muito em uma coisa mais crível, mais objetiva, e daí a importância de usar a reforma tributária como instrumento para discutir. Eu vou ser também muito breve. O próximo, por favor.

Eu acho que a Política de Desenvolvimento Regional brasileira ela, no mínimo, tem que responder quatro questões básicas. Ela tem que responder à questão de onde ela quer chegar, e aí o Secretário Appy enfatizou muito a importância de você ter indicadores objetivos e concretos que permitam, inclusive, o monitoramento e a avaliação da política, saber se ela está evoluindo bem ou não; ela tem que responder a quais são os atores principais que vão participar dessa política; a terceira pergunta: quais seriam as diretrizes fundamentais dessa política? E o último, a questão de como será financiada, a partir da qual a proposta reforma tributária se insere e se coloca.

A primeira pergunta, eu acho que, dentro da lógica de sugestões para levantar o debate, a gente propõe que se parta do básico do básico, em que você definiria a desigualdade regional que você quer perseguir, a partir, fundamentalmente, de três indicadores que, na verdade, compõem o já muito conhecido hoje IDH. O IDH, fundamentalmente, coloca que a densidade básica de desenvolvimento de qualquer país, região ou estado estaria iniciada pelas dimensões saúde, dimensão educação e dimensão renda.

O IDH, fundamentalmente, procura captar isso, e o que a gente propõe, basicamente, é uma pequena alteração na dimensão saúde e educação, em que você, diferente do IDH tradicional, ao invés de taxa de expectativa de vida, você coloca mortalidade infantil, ao invés de a simples taxa matrícula e a taxa de analfabetismo, você vai para o desempenho escolar dos alunos, que é o que importa realmente, e mantém a renda *per capita*. Esse simples indicador já construído, balizado na lógica da média brasileira – a próxima –, ele já mostra claramente o desafio e a magnitude da questão regional no Brasil. O próximo.

Como ele é construído baseado na média brasileira, o cálculo desse indicador, os estados ou regiões que têm esse IDH estrela menor do que um são Estados ou regiões onde existem desigualdades regionais, e os estados e regiões que têm o IDH estrela maior do que um são os Estados onde existiria uma lógica de que esses indicadores de saúde, renda e educação estão acima da média brasileira. O próximo.

Esse mapa desse cálculo desse IDH estrela mostra muito claramente onde está o desafio maior da desigualdade regional no Brasil. Você, em um extremo, tem o Estado de Alagoas, cujo IDH estrela está 40% inferior à média brasileira, e, no outro, você tem o Distrito Federal, que está 80% acima da média brasileira.

Você claramente verifica a Região Nordeste, ampliada por Tocantins e aqui pelo Acre, como a região onde o desafio da desigualdade é maior. E essas regiões, quanto mais forte o vermelho, maior a desigualdade; quanto mais forte o azul, menos a questão da desigualdade. Mas, então, esse indicador muito simples, muito claro, muito objetivo, pode ser o indicador concreto e objetivo de mensuração daquilo que você quer perseguir, ou seja, a política tem que dizer aonde ela quer chegar, ela quer chegar a uma maior homogeneização, uma maior igualdade entre os IDHs estrela, entre os vários estados brasileiros. O próximo.

Na questão dos atores, eu acho que o importante, o Secretário Appy já colocou de forma implícita, você tem quatro grandes atores na Política de Desenvolvimento Regional: você tem o Governo Federal, claramente financiador, a Política de Desenvolvimento Regional no mundo todo sempre tem que ser financiada pelo Governo Federal, que é o grande definidor das diretrizes e metas; você tem as Agências de Desenvolvimento, a SUDENE, a SUDAM, a SUDECO, que seriam as grandes executoras dos Planos Regionais de Desenvolvimento e também com um papel importante de coordenação e otimização dos Planos Estaduais de Desenvolvimento. Eu acho que esse papel coordenador, integrador dos Planos Estaduais, que seriam desenvolvidos pelas Agências de Desenvolvi-

mento Regionais, é fundamental, é importantíssimo; você tem os Governos estaduais, eu acho que, aqui, diferentemente da época em que a SUDENE foi criada, há 40, 50 anos atrás, hoje os estados já têm estruturas de planejamento, competência de definição, de estratégias e de política de desenvolvimento, que não devem ser relegadas, são certamente atores ativos de uma Política de Desenvolvimento Regional; e, por último, você tem os Bancos Regionais, que seriam os agentes financeiros da política. Então, esses são os quatro grandes atores que estariam presentes na Política de Desenvolvimento Regional. O próximo.

A diretriz básica de uma Política de Desenvolvimento Regional, eu acho que o Appy também já colocou e o próprio Ministro Máílson colocou, também, fundamentalmente é a competitividade regional, ela tem que ser construída na lógica de competitividade. Política de Desenvolvimento Regional não é política social, é uma política de competitividade que explore de forma o máximo possível as vantagens comparativas regionais, estaduais e mesmo locais. Essa seria a diretriz fundamental dessa política de desenvolvimento. O próximo.

Na questão de como seria financiada, aí eu colocaria, diferentemente da proposta, hoje, do Governo Federal, a criação de um Fundo Único, eu acho que a idéia mais interessante seria você, já de início, ter três Fundos independentes, claramente complementares, claramente integrados, mas com papéis específicos.

Você teria o Fundo, que seria, basicamente, o Fundo privado, que basicamente é o Fundo que existe hoje, os Fundos Constitucionais do FDNE, o Fundo da Amazônia e o Fundo do Centro-Oeste. Esses Fundos, basicamente, seriam voltados ao financiamento do setor produtivo, como a própria proposta do Governo Federal hoje é, com o detalhe de que a gente acha que é fundamental que se abra espaço para que esses Fundos direcionados ao setor privado também acolham a possibilidade de investimento em capital de risco.

Eu acho que é importante essa modalidade como fundamental para a questão da inovação. Se você quer colocar a inovação na Política de Desenvolvimento Regional você tem que ter a possibilidade de capital de risco. Os Fundos Regionais seriam basicamente os Fundos geridos pelas Agências de Desenvolvimento Regionais; teriam como foco principal a infra-estrutura regional, infra-estrutura, aí, lida de forma mais ampla possível, não é só a infra-estrutura física, ela vai desde a estrutura física, a humana e até a infra-estrutura de governança, mas sempre na lógica regional, que é fundamental, e que alguns investimentos têm que ser entendidos como regionais e, aí, tem que ser papel

fundamentalmente dessas Agências de Desenvolvimento de financiá-los.

E os Fundos Estaduais de Desenvolvimento, cujas prioridades seriam a infra-estrutura local. É óbvio, como eu falei, o importante é que esses investimentos nos vários setores, principalmente a infra-estrutura local com a infra-estrutura regional, sejam trabalhadas de forma integrada, de forma a otimizar os investimentos não só das Agências de Desenvolvimento, como os investimentos dos estados.

Poderia haver, inclusive, algumas regras de compartilhamento, em que, toda vez que uma infra-estrutura regional fosse proposta, ela tivesse, como contrapartida, na lógica dos estados, o apoio a partir da infra-estrutura local, mas ficaria a proposta de três Fundos diferenciados. O próximo.

Por último, na questão da divisão dos recursos, para encerrar, na questão da magnitude do que está hoje proposto para o Fundo Único, que seriam os 4,8% da base, nova base tributária, a gente claramente, aí, concordando com o Ministro Máílson, a gente percebe como sendo ainda insuficiente, em termos de recursos necessários para financiar uma política regional realmente efetiva e crível. O que você tem hoje em uma proposta de 4,8% a preços de 2007, você está falando em valores da ordem de nove bilhões de reais para todo o financiamento de toda a Política de Desenvolvimento Regional, para todo o país. Quer dizer, nove bilhões, hoje o termo referência é um orçamento menor do que o próprio orçamento do Estado do Ceará, hoje. Então, eu acho que os recursos realmente são insuficientes.

E chamando a atenção – o próximo –, que, no Fundo, em termos da proposta, em termos de dinheiro novo, na medida em que você já tem hoje, nos Fundos Constitucionais, algo em torno de 3% dessa base tributária e tem já, nos Fundos Regionais, da SUDENE e da SUDAM, em torno de 1,1%; de dinheiro novo que você tem para os Fundos de Desenvolvimento dos Estados, algo em torno de 0,7% dessa base tributária, algo em torno de 1,3 bilhões, o que certamente seriam valores insuficientes para financiar essa coisa nova da Política de Desenvolvimento Regional, que seriam os Fundos Estaduais de Desenvolvimento, que teriam o seu papel de investimento em infra-estrutura local, fundamentalmente, investimento em infra-estrutura local. A gente acha que certamente tem que haver um aporte maior.

E, para concluir, na lógica de procurar – o próximo – algum espaço para aumentar esse percentual desse Fundo, que seria destinado a esses três Fundos, a gente acha que o local onde pode você ter recursos, na própria proposta de reforma tributária existe a proposta

daqueles recursos ligados ao PIS, que são mantidos, na lógica do Governo Federal, para manter não só todo o programa de seguro desemprego, mas 40% desses recursos são direcionados ao BNDES para financiar a Política de Desenvolvimento Social.

Então, eu acho que esses recursos que vão para o BNDES podem, parte deles, ser direcionados ao fortalecimento desse conjunto de três Fundos para realmente você ter valores suficientes, minimamente necessários para financiar uma Política de Financiamento de Desenvolvimento Regional de forma crível e factível. O próximo.

Então, a gente propõe que o Fundo, no mínimo, seria da ordem de 7,5%, e esses 2,7% a mais viria exatamente da fonte que vai direcionada ao BNDES na Política de Desenvolvimento, na lógica de fazer uma proposta e gerar o debate. Então, basicamente era isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço ao Dr. Marcos Costa Holanda e passo a palavra à Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

SRA. MARIA HELENA ZOCKUN: Eu agradeço muito ao convite da Senadora Lúcia Vânia. É um prazer estar aqui de novo na Comissão com o Senador Tasso Jereissati para tratar de um tema que é caro a todos nós, de regiões desenvolvidas e menos desenvolvidas.

A autonomia tributária dos estados os levou a adotar como instrumento principal para atrair investimento privado os incentivos fiscais; isso todo mundo sabe. Agora, incentivo fiscal, ele atrai investimento, porque ele torna rentáveis atividades que não seriam viáveis economicamente naquela região, pela falta de infra-estrutura, de ambiente econômico para se desenvolver.

Agora, então o que é que acontece? Quer dizer, quando acaba esse incentivo, quando ele não pode mais ser concedido, a atividade não floresce se aquelas condições básicas para que ela pudesse se desenvolver não forem alteradas. Então, não é incomum situação de empresas que vão embora da região, porque elas passam a ser inviáveis economicamente se o incentivo fiscal desaparece. Quer dizer, na verdade, um incentivo duradouro, quer dizer, uma política para atrair investimentos duradouros para uma região; muito mais eficaz do que incentivo fiscal, são as ações públicas, mesmo, que criem esse ambiente econômico verdadeiro para as empresas florescerem: uma boa infra-estrutura de transporte, especialmente, de educação, de saúde; enfim, infra-estrutura, coisas verdadeiras, e não um

incentivo que simplesmente torna momentaneamente a atividade privada mais rentável.

Desse ponto de vista, quer dizer, da criação desse ambiente na localidade mais interessante para o investimento, o nosso sistema tributário não é nada funcional. O primeiro slide, por favor.

Apesar da redistribuição de recursos que a União faz através dos Fundos Constitucionais e das transferências voluntárias, a disponibilidade de recursos públicos por habitante é muito desigual entre os estados brasileiros. Então, aí vocês estão vendo todo o recurso que cada estado tem por habitante. Nisso está incluída a arrecadação tributária estadual, a municipal e toda a transferência constitucional, legal e voluntária que a União faz para os estados e municípios.

Então, vejam que o maranhense, por exemplo, tem 1/3 de recursos público disponível ao brasileiro que mora em Roraima. O morador do Pará, outro exemplo, dispõe da metade do recurso disponível, do recurso público disponível ao morador de Tocantins.

Esta disponibilidade – o próximo slide – ela é, em parte, determinada pelos impostos estaduais e municipais que ficam onde eles são arrecadados. Esse é um perfil distributivo que as transferências federais atenuam, mas não compensam, apesar de as transferências federais representarem 35% de todo o recurso disponível para os estados e municípios.

Atribuir ao estado de destino a arrecadação do ICMS é um critério justo, quando se pensa os estados como unidades autônomas, porque são os consumidores que pagam o tributo, mas, quando a gente pensa o Brasil como um Estado único, um único país, um único povo, com os mesmos direitos à qualidade de saúde e educação, parece muito difícil justificar, por que é que o brasileiro do Maranhão, do Piauí, do Ceará, da Bahia tenha disponibilidade de recurso público tão inferior ao brasileiro que mora em outras regiões do país. É muito difícil justificar isso.

É claro que os centros mais desenvolvidos devem contar com mais recursos, porque oferecem serviços públicos para toda a população. Quer dizer, um Hospital das Clínicas, no caso de São Paulo, está atendendo população do país inteiro, mas, como eles são mais populosos, naturalmente teriam mais recurso público, mesmo se houvesse uma perfeita equidade de distribuição dos recursos no território nacional. Então, é muito difícil, do meu ponto de vista, encontrar justificativas para que existam diferenças de recursos por habitante, se o objetivo é redistribuir melhor a renda no país.

Cada estado eu acho que tem que ter autonomia para alocar os seus recursos de acordo com as aspirações de suas populações, mas elas não estão sendo beneficiadas pela autonomia que os estados têm em

legislar sobre ICMS. As nossas desigualdades pessoais e regionais dificilmente vão ser aplainadas nesse modelo federativo. Nós precisamos de uma Federação mais solidária, se nós quisermos atenuar as diferenças regionais que o gráfico do Secretário Appy mostrou, como o Nordeste e o Norte continuam na mesma participação da renda do total do país há décadas, com todo esse movimento, com tanto quadrado que a gente inventou na nossa organização para transferir recursos. Mesmo assim aconteceu muito pouco.

É claro que não basta igualar recurso público *per capita* disponível nas esferas nacionais de Governo. A União sempre vai ter que participar do financiamento dos investimentos que atendem a mais de um estado ou a todo o país, do mesmo modo como cada estado cuida dos investimentos que atendam aos interesses de mais de um município ou, então, a todo estado.

Em resumo, eu diria que a autonomia tributária dos estados não tem favorecido o desenvolvimento mais harmonioso das nossas regiões e que o critério de distribuição dos recursos tributários nacionais formado pelos atuais ICMS, IPI, PIS, COFINS, CID e todos os outros que estão na proposta da reforma do Senador Dornelles, aqui do Senado, eles sim poderiam, a médio prazo, utilizar como critério de distribuição o tamanho da população de cada estado. Essa visão, ela não se ajusta à manutenção do ICMS sobre competência estadual, como está na proposta do Executivo, mesmo delegando a regulação do ICMS ao CONFAZ.

Um critério que igualasse a disponibilidade de recursos públicos *per capita*, impondo alíquotas uniformes em todo o território nacional, evitaria que os estados mais pobres tributassem seus pobres mais do que os estados mais ricos, por exemplo. Os estados mais ricos – o próximo, por favor – conseguem desonerar mais a cesta básica do que os estados mais pobres, porque eles dispõem de uma base econômica mais ampla para tributar. Então, esses dados, eles não são muito recentes, foi o IPEA que calculou, com base no ICMS de cada um dos estados brasileiros. É um cálculo complicadíssimo. Eles fizeram isso em 2000, e eu não tive coragem de refazer esse cálculo, mas o que ele está dizendo? Que as famílias mais pobres, é tanto mais pobre, ela é mais tributada ainda quanto mais pobre é o Estado.

Então vejam: aqui é o conteúdo de tributos indiretos na despesa de alimentação, nas famílias com até dois salários mínimos de rendimento. Então, a família no Ceará, essa mesma família, com o mesmo nível de renda, ela é tributada em 13,2% da sua renda, mas, se ela mora em São Paulo, porque nós temos um ICMS mais baixo na nossa cesta básica, tem uma tributação menor do que o mesmo pobre lá no estado

mais pobre. Então, a gente intensifica a concentração de renda dessa maneira.

E essa diferença resulta – o próximo, por favor –, esse aqui é um dado mais recente, em que as famílias pobres, elas dependem do seu orçamento, no Norte e no Nordeste, 39%, 38% do seu orçamento para comer, para alimentação, enquanto os estados do Sul, Sudeste e do Centro-Oeste, que têm outras condições, essa participação da cesta básica é muito menor no seu orçamento.

Lembre-se que são as populações pobres as grandes prejudicadas com a regressividade do nosso sistema. Esses gráficos, alguns dos senhores já conhecem: qual é a carga tributária por faixa de rendimento da família? Então, aqui, nós temos aquela faixinha azul é a tributação direta, que é crescente com a renda; nós temos a vermelha, que é a tributação indireta, IPI, ICM, PIS, COFINS, enfim, esses impostos indiretos que lhe são crescentes – quanto menor a renda mais eles impactam na renda da família –; e, lá,, aquela faixinha amarela é a CPMF, que também eu deixei aí no gráfico porque vocês continuam discutindo essa questão, eu já tinha tirado, mas, enfim, tive que botar aí de novo, e ele também é altamente regressivo, quer dizer, quanto mais pobre a família, mais ela paga de CPMF.

Então, essa é a situação brasileira, mas ela fica muito pior quando a gente olha regionalmente, porque aonde é que estão – por favor – aquelas famílias mais pobres que mais são então tributadas? Cinquenta e nove por cento das famílias com rendas de até dois salários mínimos moram no Norte e Nordeste. Apesar de a região Sudeste ter 45% da população total, 59% das famílias pobres estão lá no Norte e Nordeste. A mesma coisa – o próximo – nas famílias de dois a três salários mínimos, 45% estão também na região Norte e Nordeste. E as famílias que menos são tributadas – o próximo – estão lá no Sul e Sudeste. Quer dizer, então, a regressividade do nosso sistema, que é geral, ele impacta muito mais nas regiões mais pobres, porque é lá que concentra a pobreza.

Então, para concluir, eu diria o seguinte: o incentivo fiscal não é o melhor instrumento de desenvolvimento regional a longo prazo, por isso a reforma tributária deveria ser desenhada para impedir a guerra fiscal, coisa que a proposta do Senado faz, mas a do Executivo não faz. O Brasil deveria ser pensado como um país único, e os nossos estados deveriam conviver em um regime federativo mais solidário, por isso a distribuição de recursos deveria ser proporcional à população de cada estado, com a União comparando com os investimentos que beneficiam a mais de um deles. Os estados deveriam ter autonomia para gerar os seus recursos de acordo com as necessidades e

aspirações das suas populações, e não com essa parafernália de Fundos; enfim, cada flechinha nesse fluxo, aí, deve ser um canal de retenção de recursos enorme, quando ele poderia ir direto para onde ele tem que ser aplicado. E, eu diria, finalmente, retificar a regressividade do sistema tributário nacional seria uma grande contribuição à melhor distribuição regional de renda no país. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço à Sra. Maria Helena Zockun e passo a palavra aos senhores senadores.

Os autores do requerimento são o Senador Tasso Jereissati e Valter Pereira, que solicito que fiquem um pouco para frente, uma vez que não puderam ouvir os primeiros relatos.

Passo a palavra, então, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sra. Presidenta Senadora Lúcia Vânia, eminentes convidados, Senador Tasso Jereissati, presidente e autor do requerimento.

Conforme ficou evidenciado através da palavra abalizada de todos os convidados, o modelo de tributação no Brasil é realmente injusto e precisa ser alterado profundamente.

O Dr. Maílson, do alto de sua autoridade como economista de renome, conhecedor profundo da realidade nacional, afirmou que a nossa legislação tributária é uma verdadeira bagunça. E, agora, a Sra. Maria Helena também demonstrou com números e com argumentos irresponsáveis que há uma injusta cobrança de impostos indiretos que recaem principalmente sobre a população mais pobre e ela demonstrou que, da forma como é feita a cobrança de impostos no Brasil, as regiões mais pobres sofrem mais com a tributação, pagam mais impostos do que as regiões mais ricas, porque, lá, nas regiões mais ricas, há uma maior capilaridade, uma maior facilidade de aumentar as faixas de tributação, etc.

A pesquisa do IPEA, realizada pelo Professor Márcio Pochmann, demonstrou que 10% dos mais pobres no Brasil pagam 44,5% mais do que os 10% mais ricos. E, no caso do imposto de renda, dados do IBGE, de 2005, demonstram que 45% dos 460 proprietários dos maiores patrimônios declarados no país pagaram menos de 20 mil dólares; destes, 12% justificaram o aumento de seus patrimônios com rendimentos não tributáveis, e 5% não justificaram o aumento patrimonial. Então, no Brasil, a tributação sobre o patrimônio é de apenas 3% do PIB; sobre a renda, 7,1%; enquanto, sobre o consumo, representa 47,9%.

Logicamente que uma reforma tributária, se ela for justa e equilibrada, vai render benefícios para todo

mundo, principalmente para as regiões mais pobres, para o nosso Nordeste, a região Norte, a região Centro-Oeste, que são regiões que ainda estão se desenvolvendo e muitos carentes de recursos.

Então, eu focalizaria a minha atenção justamente nesta preocupação do IPEA, afirmando que o Brasil se preocupa mais com impostos indiretos do que os diretos, como Imposto de Renda, imposto sobre o patrimônio. Afinal, isto viria, esta argumentação do IPEA iria divergir fundamentalmente da proposta que está na Câmara dos Deputados, a proposta do Governo, porque a do Governo continua com o ICMS, o IVA federal, que vai reunir várias contribuições que hoje são cobradas, que são impostos indiretos e que também prejudicam a população mais pobre, que, na prática, continuariam subsistindo, já que o Governo não renuncia a essas contribuições.

Então, eu perguntaria ao Dr. Maílson da Nóbrega, principalmente, eu perguntaria: teria viabilidade, eu sei que politicamente é difícil, mas, tecnicamente, seria uma virada de mesa atender a esse projeto do IPEA, mas seria uma proposta que, inclusive, se casa, se harmoniza com o que hoje se aplica nos países mais evoluídos do mundo, na Europa, nos Estados Unidos. Na Inglaterra há uma preocupação com o Imposto de Renda. Então, aqui no Brasil, já houve época, nós temos uma tabela que foi divulgada pelo IPEA, no Brasil já houve até 12 alíquotas, 12 faixas de Imposto de Renda. Hoje, nós só temos duas faixas: uma de 15%, que começa a ser cobrada a partir de R\$ 1.352,00; e outra de 27,5%, mas, no ano de 1982, por exemplo, até 1982, existiam 12 faixas para a cobrança do Imposto de Renda.

Então, essa diluição, esse aumento da base da cobrança do Imposto de Renda redundaria em que benefício? Eu acho que seria bom, porque entraria mais gente. Em compensação, quem estivesse lá no topo ganhando, suponhamos, 50 mil reais, pagaria 60% de Imposto de Renda. Hoje, paga 27,5% de Imposto de Renda.

Então, eu perguntaria, em primeiro lugar, a possibilidade técnica, porque a política eu reconheço que é difícil, Dr. Maílson, a possibilidade técnica de reverter esse quadro de o Brasil ter uma ação preferencial no que diz à reforma tributária de impor uma legislação onde os impostos diretos tenham prevalência, tenham prioridade, como o Imposto de Renda, inclusive, regulamentar aquela questão de uma proposta do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, das grandes fortunas. E, afinal, Sra. Presidente, essas faixas da cobrança do Imposto de Renda em que redundaria? Quais os benefícios para o Governo e para a população? E, teoricamente falando, quanto seria de acréscimo de

receita com o aumento das faixas para substituir, por exemplo, a Contribuição sobre o Lucro Líquido e outras contribuições que são cobradas no nosso país? Seriam essas as perguntas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Dr. Mailson, eu perguntaria aos senhores senadores se poderíamos ouvir todos para depois eles responderem, porque a gente ganharia tempo, e o nosso tempo é escasso.

Os senhores que concordam, permaneçam como se acham. Então, aprovado.

Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sra. Presidente Lúcia Vânia, Sr. Presidente da nossa Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, Tasso Jereissati.

Primeiro, um pequeno registro, aqui, que o Dr. Mailson foi o único palestrante que se referiu ao tamanho da nossa carga tributária. Realmente é um fato que merece uma avaliação. Hoje, eu tenho uma percepção de que é um problema muito sério. Infelizmente a reforma que se propõe não contempla de uma maneira mais robusta essa questão da carga tributária, mas eu até entendo. Eu acho que a carga tributária é uma consequência do tamanho do Estado brasileiro. Eu acho que é impossível tentar se reduzir a carga tributária sem, antes, fazer uma reforma do Estado brasileiro.

Enquanto o Estado brasileiro for um leão, nós temos que alimentá-lo como leão. Para alimentá-lo como outro felino do tipo um gato ou qualquer coisa que o valha, que é muito menos comida, nós temos que reduzi-lo, primeiramente, ao tamanho de um gato, caso contrário, nós vamos matar o leão. E como o Estado é uma coisa que tem que ser financiada de qualquer maneira, então, a redução da carga tributária, em não se fazendo uma reforma do Estado brasileiro, eu acho que é algo extremamente, se não impossível, mas profundamente difícil de ser questionado.

As regiões regionais. Primeiro, eu gostaria não de fazer uma defesa da guerra fiscal, mas registrar o entendimento da guerra fiscal. Como não existe geração espontânea no mundo, está provado pela ciência, a guerra fiscal foi consequência única e exclusiva da mais absoluta falta de políticas públicas que tentassem diminuir essas brutais desigualdades regionais que o país teve. Os governos, e é bom que se diga, não apenas esse, mas os últimos governos tiraram da sua agenda, completamente, políticas públicas, criação de políticas públicas que viessem a atenuar, se não resolver, pelo menos atenuar as desigualdades regionais. Então, eu acho que a guerra fiscal é um efeito, e não uma causa.

No que diz respeito ao Dr. Marcos Costa Holanda, ele levantou a questão do tamanho dos Fundos necessários para, digamos assim, compensar o "ausentamento" dessa guerra fiscal, de um lado, e de fato dar consistência a essas políticas que viessem a promover essa aproximação do desenvolvimento regional. Eu concordo, eu acho que nós estamos com um procedimento, eu diria, me perdoem a palavra, mas mesquinho em relação a regiões subdesenvolvidas ou menos desenvolvidas do país.

Eu sempre procuro comparar, assim, pelo menos visualmente, e aqui foi citado, eu acho que pelo Ministro Mailson, exemplos que aconteceram no mundo, aliás, o Secretário Appy também se referiu a isso, alguns exemplos que deram certo, digamos assim. A União Européia, que foi um deles que resolveu criar uma política consistente, robusta de diminuição das desigualdades regionais, com a absorção dos países que se propuseram a fazer, e, pelo menos visualmente, a quantidade de recursos que foi colocada nos países menos desenvolvidos para criar certa assimetria econômica e desenvolvimento social com os países desenvolvidos foi uma coisa muito grande.

Então, você pega um Portugal de hoje, você pega uma Espanha de hoje, o que era 20 anos atrás, evidentemente que aquilo não aconteceu de uma forma espontânea, aquilo foi muito recurso que foi colocado. As duas Alemanhas, quando as duas Alemanhas se reunificaram, digamos assim, a decisão das duas Alemanhas construírem uma Nação única, evidentemente está provado que a quantidade de recursos que a Alemanha Ocidental está colocando na Alemanha Oriental é uma coisa muito grande.

Então, eu acho que para atenuar, se não resolver, repito, pelo menos atenuar essas desigualdades regionais, nove bilhões, dez bilhões, 12 bilhões não é, nem de longe, próximo para que isso possa de fato acontecer, principalmente levando em conta que esse Fundo, digamos assim, ele não é o único instrumento que tem sido usado para o desenvolvimento, para a aproximação dessa desigualdade regional.

Eu vou citar um dado, aqui, que me parece muito importante. A renúncia fiscal que o Governo Federal faz na nossa região, Ministro Mailson, é de 14,8 bilhões por ano. Uma série de projetos, uma série de ações. Isso confere uma renúncia fiscal de R\$ 283,57 *per capita*. No Norte, em função da Zona Franca de Manaus, que tem uma renúncia fiscal importante e grande, a renúncia fiscal da região é 19,6%, o que dá R\$ 991,00 *per capita*. A renúncia fiscal no Brasil como um todo confere R\$ 410,00 *per capita*. Então, verifico o seguinte: que a região mais pobre do país, como ficou absolutamente provado, aí, é aquela que hoje já tem uma Política de

Desenvolvimento Regional no que diz respeito à renúncia fiscal federal, muito menos adequada, se isso de fato é um instrumento importante para a melhoria.

O Dr. Mailson levantou um ponto, aí, que parece importante, que é a utilização do mercado de capital como um instrumento forte e adequado para melhorar as condições de investimento na região. Isso é verdade. Agora, convencer os empresários e os Fundos Internacionais de investir em regiões que tenham dificuldades estruturais, que tenham um mercado restrito, como é o caso nordestino, em detrimento de outros investimentos que se substituem nas regiões mais desenvolvidas, como é o caso do Centro-Sul, mesmo no Centro-Oeste, é uma coisa complicada, haja visto a quantidade de IPO que tem acontecido na região Nordeste versus a quantidade de IPO que tem acontecido na região mais desenvolvida do país.

Então, há uma dificuldade, Ministro Mailson, nisso eu concordo plenamente com V. Ex^a., de que é o instrumento mais moderno que existe no sentido de fomentar, de desenvolver, de financiar o desenvolvimento. Entretanto, em função da dificuldade de infra-estrutura, da ineficiência dos nossos mercados nordestinos, das dificuldades que nós temos com mão-de-obra qualificada, enfim, tudo aquilo que leva a um atraso natural do desenvolvimento econômico e social da nossa região, sobretudo do Nordeste, é um inibidor disso, não tenha a menor dúvida. Os IPO que têm acontecido no país com sucesso têm sido quase todos eles situados em outras regiões, regiões mais desenvolvidas.

Eu acho que essa questão do desenvolvimento regional, ela tem, dentro de si, um componente que tem que ser muito considerado, que é a questão da despolarização do desenvolvimento brasileiro. Se comenta, aí, eu acho que até de galhofa, de brincadeira, que um dia São Paulo vai parar, daqui mais cinco, seis anos a cidade vai parar. Então, nós estamos entrando num processo de “deseconomia”, em algumas regiões do país.

Então, é importante que isso também seja levado em consideração, quando se parte para políticas públicas que tendem a atenuar, e isso justificaria até menos parcimônia do Governo Federal quando propõe essa reforma tributária que aqui se encontra.

Eu tenho um dado, aqui, que ele é insignificativo, mas sugere, assim, muito levemente, o que é a distribuição de oportunidades que o Brasil tem por região. É um dado que não é representativo, mas, de qualquer forma, ele indica alguma, digamos assim, alguma distribuição das oportunidades que esse país tem.

A Lei Rouanet, no ano de 2007, aplicou no Nordeste 1,16% do total da Lei Rouanet; ela aplicou no Norte 0,52%; ela aplicou no Sudeste 9,86%; e ela apli-

cou no Sul 3,69%. É uma coisa de segunda ordem, claro que é de segunda ordem, mas é mais um indicador de que as políticas que estão sendo sugeridas, aqui, agora, elas devem levar em consideração também esses fatos, levar em consideração as desonerações fiscais, devem ser revistas, no sentido de estabelecer novos pólos de desenvolvimento. Nós somos obrigados a reconhecer que a Zona Franca de Manaus é uma coisa que deu certo. Tiramos uma parte, eu não diria importante, mas certa parte do desenvolvimento industrial que naturalmente ficaria em São Paulo, pela infra-estrutura que o estado tem, pelo mercado que o estado tem, e levamos para uma região que não tinha uma oportunidade nenhuma. Claro que isso exige uma presença forte e importante de políticas públicas, que são manifestas na renúncia fiscal naquela região.

Então, eu não queria deixar nenhuma questão, mas fazer essas considerações para uma reflexão geral de todos os senhores que aqui participam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Senador João Tenório. Passo a palavra ao Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão da Reforma, Sr. Ministro Mailson da Nóbrega e Marcos Holanda, Bernard Appy e a Professora Maria Helena, senhores senadores e senadoras.

Eu acabei sendo requisitado para um outro momento e perdi uma importante palestra e, conseqüentemente, fiquei um pouco... Eu vejo de que a reforma tributária, ela é necessária, ela é urgente. O país precisa ser preparado para esse grande desenvolvimento que se avizinha. E, sem uma reforma tributária profunda, nós teremos, sem dúvida alguma, grandes dificuldades por toda esta conjuntura, entre todos os segmentos que aqui se falou. Eu vejo que toda ela está voltada por interesses, interesses de Governos para manter mais receita e que, é lógico, interesse dos municípios para buscar um quinhão maior, os estados, com suas dificuldades, querendo pegar mais espaço nas receitas, e, conseqüentemente, é muito difícil, sem ter um pacto federativo para saber o que cada segmento das administrações do nosso país terá que fazer.

Quem é que vai ficar com a educação, em que nível? A segurança pública, em que nível? A educação, a segurança pública, enfim, todos os segmentos que a sociedade reclama e exige. E é lógico que o município, como o primeiro e mais próximo, é o que mais reivindica, é o que menos recebe, onde vive o cidadão. Os estados, um pouco mais distantes, mas também próximos à sociedade, eles têm toda essa dificuldade, e a União, que centraliza a grande fatia e, principalmente,

o desvio que a nossa própria Constituição nos deu, os parâmetros da divisão, e passou-se a criar taxas e alguns tributos para não se dividir, como falou o Ministro da Nóbrega, e que nos deixa com muita dificuldade. Então, é muito difícil fazer uma reforma tributária sem nós termos, também, pacto da distribuição.

Eu vou me restringir a um outro ponto. Eu não tenho visto nem na reforma que o Governo mandou para a Câmara atualmente, vai chegar ao Senado, e tem muito pouca gente discutindo a importância da agricultura nesse contexto. Já somos 1/3 do PIB, representamos, nesta agricultura, 36% da exportação nacional. E essa mesma agricultura alimenta 190 milhões de brasileiros. Já somos e seremos o primeiro produtor e exportador de alimentos do mundo e também vamos ser o primeiro e vamos ser o maior exportador de bioenergia.

Conseqüentemente, o nosso Relator da Comissão, o eminente Senador Francisco Dornelles, ele coloca, na sua proposta, um artigo exclusivo; só o artigo desta reforma que trate da agricultura. Seremos, sem dúvida nenhuma, na próxima década, 50% do PIB nacional. E são números tão fortes e tão poderosos que temos que olhar de frente. Esse país precisa, e aí eu vou fugir um pouco, os seus insumos têm que ser assunto estratégico do país. Nós não podemos ficar dependendo de fosfato, de fósforo, dos insumos dos outros países e que temos condições, temos jazidas, temos condições de produzi-los no país, como se faz com a Petrobrás para produzir petróleo, produzir condições para esse potencial desse país.

E eu vou só citar um pequeno número. Sabe quanta terra nos usamos para produzir agricultura, excluindo a pecuária? 7,3% do território brasileiro. Veja se nós multiplicarmos isso por quatro, e que temos condições, sem agredir o meio ambiente, sem agredir as reservas permanentes e, sim, somente utilizando terras degradadas, utilizando terras consorciadas com fazendas e agregando, certamente, os nossos cerrados do Nordeste, do Centro-Oeste, que poderão.

Deixo isso como reflexão, mas fico imensamente gratificado por esta reunião importante que aqui se discute e que nos dá a oportunidade de conhecermos mais o nosso Brasil e do que o Brasil precisa.

Eu não tenho dúvida de que juntos poderemos, sim, não só produzir uma reforma tributária, produzir uma reforma que esse país precisa para alcançarmos, e também eu tenho lido muito, e vamos alcançar. Seremos, na próxima década, talvez, um dos três maiores países do mundo. Só ficaremos atrás dos Estados Unidos e da China. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada ao Senador Neuto. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, que é Presidente da Subcomissão da Reforma Tributária, Dr. Mailson da Nóbrega, Dra. Maria Helena, Secretário Bernard Appy, Dr. Marcos Holanda.

A apresentação que a Dra. Maria Helena fez mostrando a regressividade do nosso sistema tributário realmente é impressionante; chega a ficar escandaloso o quadro tributário nosso, porque, na verdade, todo o nosso sistema tributário é baseado em impostos indiretos e, portanto, isso faz com que a regressividade dele seja extremamente alta. Somente o Imposto de Renda é progressivo.

Então, isso aí, na verdade, o meu pronunciamento é válido também para a discussão, para a reflexão. E, se a CSS viesse a ser aprovada – eu falo assim porque aqui no Senado eu não vejo clima para a aprovação –, se viesse a ser aprovada, nós estaríamos aumentando mais ainda a regressividade. Então, isso é preocupante, e, na verdade, qualquer projeto de reforma tributária que fosse concebido, ele deveria levar em consideração a busca de uma inversão. Não é de repente ele ser todo progressivo, mas é o início, quer dizer, ter mais progressividade e menos regressividade. Isso aí eu acho que é uma coisa que qualquer projeto de reforma tributária que nós viermos a discutir deveria levar em consideração ou, digamos, uma tentativa de minorar o problema. É claro que não se pode da noite para o dia tornar o sistema tributário progressivo no Brasil, isso não é possível, mas seria necessário se pensar em atenuar essa situação, ou seja, aumentar a progressividade e diminuir a regressividade.

Também queria concordar com o posicionamento do Dr. Mailson da Nóbrega em relação à questão do projeto de reforma tributária elaborado aqui na Subcomissão de Reforma Tributária, aonde o Relator é o Senador Francisco Dornelles. Esse projeto é o melhor projeto que se tem em discussão; disso eu não tenho dúvida nenhuma.

Analisando os dois projetos que estão em debate, sem dúvida o projeto relatado pelo Senador Francisco Dornelles é, sem dúvida nenhuma, o melhor projeto.

São pontos que eu estou colocando mais para a discussão, para reflexão, eu não tenho perguntas a fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada ao Senador Antonio Carlos. Passo a palavra para a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada Presidente, Presidente Tasso. Eu quero me desculpar, primeiro, por não ter ouvido nem o Dr. Maílson, nem o Dr. Appy, mas nós estávamos na Comissão de Meio Ambiente, votando para a nossa Presidente. Eu sou Relatora de lá e não tinha como não estar presente.

Mas eu quero fazer algumas reflexões a partir das palavras do Dr. Marcos e da Dra. Maria Helena.

O Centro-Oeste é, pelo menos, o que mais perde com a reforma tributária que está na Câmara dos Deputados. Na semana retrasada, o Deputado [ininteligível] esteve no Mato Grosso do Sul discutindo com o Governador, Secretário de Fazenda, todos os deputados estaduais, todos os deputados federais, os senadores, a questão da reforma tributária, porque o meu Governador, Deputado André Puccenelli, está preocupadíssimo, porque Mato Grosso do Sul, segundo todas as projeções, é o Estado que mais perde em toda a reforma.

Mas eu acredito muito na necessidade de um pacto federativo e dentro, paralelo, concomitante, talvez, com a reforma tributária. E por que isso? Porque, se os recursos, Dra. Maria Helena, vão para o Norte e Nordeste e eles realmente não impactam na mudança de qualidade de vida da população, como garantir, minimamente, a aplicação de recursos que garantam essas melhorias? Talvez exigindo cumprimento de metas, eu não sei.

Aquilo que a senhora disse que há anos os recursos vão indo e é muito lenta a progressão em termos de melhoria de qualidade de vida. A gente transfere renda, a gente incentiva o aumento de renda e a gente produz renda. Eu não sei como é que nós poderíamos fazer para que esse conjunto de todos os incentivos fiscais da Nação, e não sei, Dr. Marcos, se nós temos esse conjunto, se nós somos capazes de ter pesquisas que nos dão o conjunto de todos os incentivos fiscais que a Nação produz por regiões.

Por exemplo, quando o Senador João Tenório falou da Lei Rouanet, que eu trabalho mais porque é a minha área, a minha área mais de atuação é de educação e de cultura, nós fizemos esses dias um debate em cima disso, da Lei Rouanet e das regiões em que ela impacta. E é interessante notar que o Nordeste brasileiro, que tem uma tradição cultural fortíssima, popular no país, se a população nordestina é vista pelo país como uma cultura popular muito forte, muito ativa, é a que menos recebe incentivos da Lei Rouanet. Por quê? Porque a Lei Rouanet impacta muito mais e apóia e é apoiada, também, por questões da cultura mais elaborada, mais tradicional, que tem mais condições de fazer bons projetos e, também, porque tem uma população pagante

que participa ativamente, que são os nossos teatros, os concertos, os museus, etc. e tal, que estão centrados mais no eixo Rio-São Paulo, no Sudeste. Mas a população, a população que usufrui da cultura, que produz cultura e que consome cultura, gratuitamente, essa não tem o apoio de incentivos fiscais.

Então, como fazer, talvez, com que a gente tivesse, eu não tenho, eu não sei nem se existe, mas eu gostaria de saber, de todos os incentivos fiscais em todas as áreas. O João lembrou da Lei Rouanet, mas como fazer para que nós, aqui, no Senado pudéssemos ter acesso? Eu não tenho, Senador Tasso. Se, em todas as regiões, juntando tudo, é da cultura, da educação, todos os incentivos fiscais que tenham, se isso realmente impacta em uma região e se isso transforma uma região. Se não transforma e não impacta, a nossa base tributária está errada.

Eu não vejo, Dr. Appy, eu não sou da área, mas eu não vejo como nós discutirmos tributo, base tributária, se isso não for para realmente melhorar a qualidade de vida da população. Se não for para melhorar a vida da população brasileira, eu não sei como é que nós vamos discutir uma reforma tributária, se vai discutir para melhorar a vida dos banqueiros, se vai discutir para melhorar a vida de agricultor, de pecuarista. Espera aí, mas nós queremos a vida da população inteira, quer dizer, o marco tem que ser essa, a base tem que ser essa.

Eu sei que parece isso aqui meio ilusório e meio sonhador, mas eu não acredito, mas não acredito que a gente possa mudar a vida da população brasileira dando bolsa alimentação. Se não for através do conhecimento, se não for através da cultura do povo, do conhecimento, da educação, eu não vejo como a gente possa mudar.

Eu só quis fazer também para reflexão as minhas preocupações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada à Senadora Marisa. Eu passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Eu gostaria apenas de fazer, aqui, uma observação sobre o que falou a Senadora Marisa. Na verdade, o que demonstrou a Dra. Maria Helena Zockun, aqui, é que, apesar deste aparente festival de recursos que vão para o Norte e Nordeste, na verdade, os recursos públicos disponíveis para a maioria dos Estados do Nordeste são menores do que os recursos públicos disponíveis.

Eu acho que é isso que ela demonstrou. O somatório total é diferente, eu acho que ela vai ter a ocasião. Se faz muito um oba-oba quando se coloca, por exemplo, 800 milhões de investimento lá em uma

barragem nas Alagoas, do Senador João Tenório. Isso é considerado investimento regional. Mas, quando se coloca 20 bilhões em uma barragem de Itaipu, esse é investimento nacional. Então, no frigar dos ovos, a conta que vai e não muda não é verdadeira; não vai, vai muito menos *per capita* do que vai para as regiões mais ricas do Brasil. Esse é o número real quando se levanta.

E é uma das questões, desculpe aqui, mas faz parte, principalmente, dessa Comissão da Senadora Lúcia Vânia, que, quando nós fizemos a SUDENE, a nova SUDENE, a nova SUDAM, nós criávamos os orçamentos regionais, os orçamentos iam ser regionalizados, com metas específicas, e essas metas deveriam ser aprovadas dentro destas proporções, aqui, no Congresso Nacional, e foi uma das coisas que o Presidente Lula vetou, que era a base da SUDENE, a base da SUDAM e é a base da SUDECO, que se tentava criar, àquela época, quando fizemos aqui no ano passado. É para que essa transferência deixasse de ser propagandística ou virtual e passasse a ser orçamentária, e isso foi o que o Presidente vetou.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone] ... é regimental, é só porque a Dra. Maria Helena disse que os recursos estão indo para o Nordeste e que isto não impacta. Foi em cima dessa colocação dela que eu fiz a minha colocação que, então, temos que achar um caminho para que isso não aconteça mais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu entendi bem, Senadora. Eu estou apenas fazendo um esclarecimento, aqui, para que fique bem claro que não existe essa disponibilidade maior.

Mas eu gostaria, aqui, nessa discussão há uma junção da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da Subcomissão de Reforma Tributária. E a questão que eu queria colocar a todos que estão presentes, aqui, é a seguinte: nós temos concretamente, hoje, uma proposição do Governo Federal, já na Câmara dos Deputados, que está vindo para cá. Ao mesmo tempo, é muito, na mesma linha, uma proposta da Comissão feita, aqui, nessa Casa, com o relatório feito pelo Senador Dornelles, que eu diria que tem o mesmo espírito da proposta do Governo, sendo mais ousada, bastante mais ousada do que a proposta do Governo, principalmente em relação ao IVA.

Há uma questão que está claramente pegando, não só pelos governadores, mas pelos congressistas das regiões mais pobres. Isto vai e há um consenso que está se formando sobre as propostas em relação à questão do desenvolvimento regional, que vai congelar a flexibilidade dos Governos Estaduais de atrair investimentos, e fica a sensação, que é a sensação

legítima: se nós somos mais fracos, se nós somos menos atrativos, se nós não temos mercado, se nós não temos infra-estrutura, como é que nós vamos fazer para atrair investimento competindo com os estados que têm isso tudo e muito melhor do que nós? Então, esse é o grande pavor, a meu ver, hoje, da reforma tributária.

Como poderia, dentro desse ponto de vista, e aí me perdoe o Appy, como isso poderia, e aí me ficou uma dúvida da colocação da Dra. Maria Helena, que ela falou, eu não sei se eu entendi corretamente, que era contra a cobrança do imposto no destino. Eu queria esse esclarecimento, eu queria entender isso. Mas, como nós podemos compatibilizar em uma reforma tributária moderna, que realmente visa uma estrutura moderna, pode ser até nas nossas circunstâncias mais justa ou mais injusta, mas é algo que está sendo feito por aí, o IVA, o imposto único, é o que nós vamos chegar, mais cedo ou mais tarde, porque é uma tendência mundial. Mas como compatibilizar isso à fraqueza dos Estados mais pobres e sua incapacidade?

Dentro da própria reforma, quer dizer, dentro da própria reforma, se nós vamos dar educação, claro que nós precisamos dar educação, mas nós precisamos definir concretamente quais são esses fundos e de onde vêm e como virão esses recursos para a educação. A infra-estrutura, nós precisamos de infra-estrutura. E, pelo menos, durante um determinado período, alguma diferenciação de operação, de custo operacional, porque não é possível se operar no mesmo nível de custo em regiões tão diferentes, com infra-estruturas tão diferentes. Então, é esta a colocação que eu gostaria de fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Tasso Jereissati.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu gostaria de fazer um adendo ao que foi falado aqui pelo Senador Tasso. O Senador Tasso foi também Presidente, foi o primeiro Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional. Aliás, ela nasceu sob a inspiração do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, do nosso colega que faleceu, o Senador Antonio Carlos Magalhães, e do Senador Tasso Jereissati. E eu sou a segunda Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Eu gostaria de colocar, Dr. Appy, Ministro Máílson, Dra. Maria Helena, Dr. Holanda, que a grande preocupação dessa Comissão está centrada realmente no Fundo, no FNDR. Não ficou muito claro para os parlamentares que trabalham com desenvolvimento regional qual o mecanismo de distribuição e por que o FNDR, se nós temos os Fundos regionais que deveriam ser descentralizados, sem uma burocracia,

como foi colocado aqui pelo Ministro Maílson, que realmente eu acho que faz uma engenharia um pouco complicada e centralizada dos recursos regionais. Eu acho que isso dificulta.

E a segunda dificuldade seria que nós não temos o montante definido por regiões, e tudo isso será feito através da Lei Complementar. E essa Lei Complementar nós não conhecemos e temos receio de que ela venha a ser alterada através de uma correlação de forças. Isso preocupa o Centro-Oeste, isso preocupa o Nordeste e preocupa o Norte.

Portanto, eu gostaria de colocar isso antes de passar a palavra aqui ao Dr. Appy, como o primeiro expositor, para que ele pudesse responder aos senhores senadores.

Antes, eu gostaria de perguntar ao Senador Flexa se ele gostaria de fazer alguma intervenção ou se ele aguardaria e, posteriormente, eu daria a ele a oportunidade de perguntar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço à nossa Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão do CDR. Eu, lamentavelmente, estava em outro compromisso, não ouvi as exposições, vou ouvir as respostas. Se houver necessidade, eu farei em seguida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu me lembrei em V. Ex^a. quando se falou aqui no Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu passo a palavra ao Dr. Appy.

SR. BERNARD APPY: Bom, eu gostaria, Senadora, antes de responder às questões dos senadores, fazer alguns rápidos comentários sobre as questões colocadas pelos demais expositores.

Primeiro, com relação ao Ministro Maílson, eu queria dizer que eu tenho uma grande concordância com a visão que ele trouxe, aqui, para essa Reunião, eu acho que existe uma convergência muito grande de visão, inclusive com relação às quatro razões que o Ministro apresenta para o caos tributário atual. Eu diria que a reforma tributária procura atacar três delas, eu acho que já é uma boa porcentagem, que é a questão de a Constituição Federal de 1988 ter concentrado a partilha em Imposto de Renda e no IPI. É verdade, isso levou, na verdade, a União, ao longo dos últimos 20 anos, a concentrar o aumento das suas receitas em tributos não partilhados, que são basicamente o PIS e o COFINS, que são tributos indiretos, regressivos. E, com isso, o que aconteceu é que nós, em função do desenho da Constituição Federal de 1988, em que se colocou o principal tributo indireto da União que é

o PIS e o COFINS vinculado à seguridade como um tributo não partilhado e o Imposto de Renda como um tributo partilhado com os Estados e Municípios, isso levou a União a concentrar o aumento da sua receita em tributos indiretos. Isso teve uma consequência séria do ponto de vista da concentração de renda, e o projeto da reforma tributária, na verdade, Ministro Maílson, o projeto da reforma tributária, ao unificar os tributos diretos e indiretos na mesma base de partilha e de financiamento da seguridade, ele cria condições para que nós possamos avançar no sentido de uma maior progressividade do sistema tributário.

Professora Maria Helena, eu acho que seria um ponto importante de entender o desenho. Hoje, o desenho do sistema tributário brasileiro, ele induz a União a aumentar tributos indiretos e não explorar a base de tributos diretos, que é o Imposto de Renda. Na forma como nós estamos propondo na reforma tributária, isso passa a ser indiferente, e, com isso, cria-se condição para uma racionalização(F) da estrutura tributária, que avance no sentido da progressividade.

Eu acho que é um avanço. Isso é infraconstitucional, isso não precisa estar na Constituição, mas a condição estrutural está dada.

Segundo, o Ministro Maílson fala da questão da atribuição aos Estados de legislação sobre ICMS. Isso é um ponto que nós também estamos atacando com a unificação da legislação de ICMS.

E, terceiro, o professor Maílson fala da guerra fiscal. Aí, eu queria deixar claro, quer dizer, a reforma tributária tem como objetivo, inclusive, Dra. Maria Helena, a reforma tributária de fato cria condições para acabar com a guerra fiscal? Eu não vou entrar, aqui, em detalhes pelo adiantado da hora, mas eu estou à disposição em recebê-la e explicar isso com detalhes para a senhora e mostrar que claramente a reforma tributária cria condições para acabar com a guerra fiscal no país.

Portanto, esses três pontos são atacados na reforma tributária. A questão da ampliação da despesa pública de fato continua sendo um problema. O Ministro Maílson, foi do Ministério da Fazenda, eu sou, a preocupação com a despesa é uma preocupação constante no Ministério da Fazenda.

O Ministro Maílson colocou uma questão que não tem liderança do Presidente Lula. Eu queria dizer que tem sim. O Presidente Lula continua atuante na defesa da reforma tributária. Eu tenho certeza que vai continuar sendo, Dr. Maílson.

E, finalmente, a questão, eu acho que a mais importante, o Dr. Maílson coloca: será que os recursos que nós colocamos no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional são suficientes como instrumentos

de Política de Desenvolvimento Regional? Não é melhor deixar o setor privado ter um papel atuante nessa política? E, aqui, eu queria dizer, Dr. Mailson, obviamente a demanda por mais recursos vai existir sempre; isso é natural que ocorra. Agora, efetivamente, se nós comparamos, por exemplo, com a porcentagem do PIB os recursos que nós temos para a Política de Desenvolvimento Regional com os recursos que têm na União Européia para a Política de Desenvolvimento Regional, nós vamos ver que no Brasil é maior. Mesmo esse pouquinho que nós temos é maior.

Por que é que eles são importantes? Eles são importantes, porque eles geram a capacidade de mobilização de mais recursos. Eu tentei explicar isso muito correndo na minha apresentação, mas o fato de eu ter recursos que eu possa utilizar com liberdade a Fundo Perdido, cria condições para que eu possa mobilizar mais recursos, seja de outros Ministérios, seja de estados ou municípios, seja do próprio setor privado para avançar na Política de Desenvolvimento Regional.

Isso eu acho que é um avanço, essa flexibilidade, ainda que o montante de recursos não seja monumental, em termos, comparado com o PIB, ele cria, ele atrai para si mais recursos, e isso ajuda a fazer uma política mais eficiente de desenvolvimento.

Eu volto a falar que quando nós comparamos com os recursos que a União Européia tem para aplicar na política de desenvolvimento e eles são inferiores, na verdade, com a proporção do PIB e, no entanto, têm sido utilizados de forma bastante efetiva, explorando investimentos que geram externalidades positivas.

O Professor Marcos Holanda colocou a questão--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

O senhor me permite? Eu não entendi isso, os investimentos são--

SR. BERNARD APPY: Os recursos que têm, os investimentos da União Européia, que estão dentro do bojo da Política de Desenvolvimento Regional, eles são, como proporção do PIB da região, menores do que os recursos que nós estamos colocando no Fundo de Desenvolvimento Regional para investimentos em desenvolvimento regional no--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Está previsto?

SR. BERNARD APPY: Está previsto no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Não foi feito até--

SR. BERNARD APPY: Não, é o que está previsto no escopo da reforma tributária. Eu posso, depois, pegar esses dados com um pouco mais de detalhe, mas, efetivamente, é isso que ocorre hoje.

O Professor Marcos Holanda, na verdade, ele traz várias questões, mas a principal foi uma preocupação com a... é evidente que são poucos recursos adicionais que têm para a Política de Desenvolvimento Regional.

Aqui, são dois pontos importantes. Um primeiro, que eu acho que tem que ser considerado, eu volto a falar, é que nós não estamos apenas colocando mais recursos, nós estamos mudando o instrumento, inclusive com o impacto fiscal. O recurso de financiamento, ele tem um impacto primário menor do que o recurso que você aplica a Fundo Perdido e em investimentos, e nós estamos assumindo esse custo fiscal maior sem gerar... Porque é que nós fizemos esse modelo? É uma forma de ser aceito um impacto fiscal maior, sem gerar muito mais rigidez orçamentária, além daquela que nós já temos, que é muito grande, hoje, no país. Então, nós temos que olhar esse desenho não apenas do volume de recursos, mas, também, nos instrumentos que estão sendo criados, que são instrumentos que têm um potencial maior em termos de resultados da Política de Desenvolvimento Regional.

E segundo, Professor Marcos, eu acho que até uma questão que, na verdade, eu tentei falar muito rapidamente, mas o fato é que uma parte dos recursos que existem hoje, principalmente dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, está tendo uma baixa execução. Na forma como que nós estamos propondo, não haveria esse risco de baixa execução, porque eles seriam aplicados em investimentos estruturantes, e, portanto, isso, na verdade, tem, de fato, comparando aquilo que está sendo executado hoje, isso é um avanço relevante.

Com relação às questões que a Professora Maria Helena colocou, eu queria colocar... A Professora colocou que a distribuição das receitas com base na população seria a mais correta, do ponto de vista da justiça fiscal e das necessidades do país em relação àquilo que existe hoje. Talvez seja verdade, professora, mas o fato é que nós partimos de uma situação federativa que não pode ser, inclusive no que diz respeito à distribuição das receitas de ICMS, que não pode ser simplesmente ignorada, e isso diz respeito tanto à autonomia tributária dos Estados quanto diz respeito à questão do critério de partilha.

O que está sendo proposto, que é deslocar a tributação da produção, que é o que nós temos hoje para a tributação do consumo, já tem um impacto bastante positivo do ponto de vista de redução na distribuição de receitas regionais no país; beneficia principalmente os estados mais pobres do país, nos quais o montante de consumo é superior ao montante da produção. En-

tão, já tem um efeito desconcentrador relevante apenas essa mudança, e é um critério correto.

O segundo ponto, e eu volto a falar, aqui, a questão não é o modelo ideal do ponto de vista técnico, eu acho que aqui é ponto importante. O Dr. Máilson colocou que o projeto do Senador Dornelles é melhor do ponto de vista técnico do que o meu projeto. Nós também entendemos que é possível ter projetos do ponto de vista técnico melhor do que o nosso, tanto é que nós iniciamos a discussão, um ano atrás, inclusive nesta Comissão aqui, com o Senador Tasso, apresentando o nosso projeto que era aquela idéia do IVA dual, que é uma única legislação para o IVA federal e o IVA estadual, com unificação do ISS junto do IVA estadual, mas, infelizmente, nós percebemos que, na nossa avaliação, politicamente, complicaria muito a discussão.

Se, na tramitação pelo Congresso e na tramitação pelo Senado, se conseguir definir que politicamente existem condições para ter um maior avanço em termos dessa unificação, inclusive em termos de legislação, nós achamos excelente, nós não somos contrários, nós claramente apoiamos um projeto que vá além.

Agora, a nossa avaliação foi... O projeto que nós apresentamos, do ponto de vista técnico, ele recuou em relação à nossa proposta original de discussão. Mas é o que nós achamos que era possível politicamente. Aqui, nós não podemos esquecer a questão política e a questão federativa na discussão, professora, e eles são limitações importantes do que pode ser feito no bojo da reforma tributária.

Inclusive, tem um ponto que para as pessoas talvez não tenha ficado claro até hoje, eu botei na minha apresentação, é que, além do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Equalização de Receitas que tem como função, no curto prazo, cobrir eventuais perdas de Estados por conta da reforma tributária, no longo prazo, a idéia é de redirecionar esse Fundo. Na reforma tributária há um garantia de 15 anos, após a aprovação da reforma, no qual seria feita essa cobertura pelo [ininteligível], mas, no longo prazo, a nossa idéia é redirecionar esse Fundo para que ele avance no sentido de equalização de receitas dos estados, reduzindo as desigualdades que a senhora colocou. Inclusive ele foi inspirado em uma proposta do Professor Fernando Resende, que vem exatamente nessa direção. Então, ele é um Fundo do curto prazo de compensação de perdas, porque isso é necessário para fazer a transição, e, no longo prazo, o um Fundo voltado a melhorar a distribuição de receitas entre as unidades federadas do país.

E, finalmente, com relação à questão dos tributos indiretos, da regressividade do sistema, eu acho que há

uma preocupação muito importante. Agora, a questão tem alguns pontos que são importantes. O primeiro é que, quando você está falando em sistema tributário, você tem três objetivos que são muitas vezes antagônicos, que são os objetivos de eficiência econômica, eficiência tributária, ou seja, facilidade de arrecadação e justiça tributária, justiça social. Nem sempre é possível compatibilizar os três modelos.

A reforma tributária, ela foi sim feita essencialmente e principalmente com a visão de eficiência econômica. Ela tem como objetivo fundamental criar condições para que o país possa crescer mais, e isso beneficia a todos. Mas ela tem uma preocupação, sim, do ponto de vista da justiça social. Ela tem, como eu disse, ela cria condições para que se possa tributar mais a renda e menos o consumo, cria condições para isso estruturais. Essa definição de alíquotas é infraconstitucional, não é constitucional, ela tem um compromisso do Governo assumido de avançar na desoneração da cesta básica na criação do IVA federal, que também vai nesse sentido.

Ela resolve todos os problemas? Não, não resolve todos os problemas de regressividade do sistema, continua havendo regressividade no sistema; continua sendo um sistema muito regressivo. O objetivo fundamental dela é, de fato, de eficiência econômica. Inclusive, queria colocar aqui, o Senador Antonio Carlos Valadares colocou a questão do IPEA, a discussão do IPEA sobre a questão de regressividade. Eu queria dizer que, na verdade, não existe um contra-senso. O IPEA, na verdade, tem um foco que concentra mais na questão distributiva, mas não nega a importância do projeto da reforma tributária do Governo do ponto de vista da eficiência econômica. Eu acho que há um grande avanço, e a questão da distributiva é infraconstitucional, ela não é constitucional, ela é uma questão de alíquota que tem que ser tratada, pode e deve ser tratada via legislação infraconstitucional.

Então, eu acho que essas são as questões mais importantes com relação aos comentários iniciais.

Com relação aos senadores, eu acho que é isso, o Senador Antonio Carlos Valadares colocou essa questão da regressividade, eu volto a falar, é uma preocupação, sim. O que nós estamos fazendo é criando condições estruturais para que o Congresso possa, o Congresso e o Governo como um todo, possa avançar no futuro via um tratamento igual do ponto de vista de distribuição de receitas, do IVA federal, do Imposto de Renda e do IPI, criam-se, assim, condições para que se possa deslocar a carga dos tributos indiretos para os tributos diretos e, principalmente, aqui eu diria, que é a renda da pessoa física que hoje está pouco tributada no Brasil.

Eu não sei se é uma questão de alíquota mais importante, mas é que existe, na verdade, um nível de baixa tributação de pessoas de alta renda, não por causa da alíquota, por causa de mecanismo que permite a evasão, que eu não vou detalhar, que de fato possa ser explorado e com o mecanismo que está sendo feito poderia ser explorado.

O Senador João Tenório colocou algumas questões. Primeiro eu concordo, Senador, com a sua colocação de que a guerra fiscal foi consequência da falta de Políticas de Desenvolvimento Regional. Inclusive, eu costumo falar isso, não falei hoje aqui talvez pela correria, mas eu concordo plenamente, eu costumo falar isso. O problema é que ela se tornou disfuncional. Ela foi importante, mas, como ela se generalizou, ela acabou se tornando disfuncional e prejudica o investimento no país.

A questão do volume de recursos do FNDR, eu acho que eu já procurei responder para o senhor, eu acho que não é pouco, a mudança no desenho que está sendo proposta é importante, não podemos olhar só para o montante de recursos, precisamos olhar o fato de que é uma baixa execução que tem hoje do FDA e do FNDE.

O senhor colocou a questão que as políticas públicas precisam considerar questões como, por exemplo, o fato que têm deseconomias de aglomeração em São Paulo. É totalmente verdade. Agora, isso é menos função do Ministério da Fazenda, mais função do Ministério da Integração, que está aqui presente. O que nós discutimos, aqui, é o desenho institucional do financiamento da política. Os objetivos e a gestão da política, obviamente, dizem respeito a uma outra esfera de Governo, mas o senhor tem toda razão, eu acho que o desafio no Brasil hoje é desconcentrar, talvez seja desconcentrar concentrando. Não adianta só desconcentrar e achar que, se a gente começar a fazer, explorar as regiões... O desafio eu acho que hoje é desconcentrar dos grandes centros urbanos, mas para criar economias de aglomeração, que são importantes, procurar desenvolver regiões menos desenvolvidas, aonde se justifica ter alguma concentração econômica nas áreas menos desenvolvidas do país. Eu acho que esse é o desafio que o Brasil tem hoje.

O Senador Neuto De Conto colocou a questão da necessidade da revisão do pacto federativo. Totalmente de acordo, Senador, nós, inclusive, concordamos, queremos, estamos fazendo estudos hoje para fazer uma grande discussão sobre essa questão. Pensamos, no início, em fazer essa discussão paralelamente à reforma tributária e chegamos à conclusão de que ia ser um volume de assuntos tão monumental que inviabilizaria a tramitação da discussão e, portanto, resolve-

mos fazer em duas etapas. Nós temos a intenção de abrir uma agenda de discussão federativa com todos os estados da Federação, discutir competências, discutir financiamento e discutir, inclusive, o sistema de partilha. Agora, infelizmente, por falta de tempo, talvez esteja ainda mais lentamente do que eu gostaria que estivesse indo, a reforma tributária é muito absorvente, mas é um assunto fundamental.

Com relação à questão da agricultura, o senhor tem razão, mas nós não estamos tratando de questões setoriais dentro da reforma tributária, ela diz respeito ao desenho geral, questões setoriais eu acho que têm que ser tratadas em legislação infraconstitucional, e nós temos dado o apoio à agricultura, agora mesmo com a renegociação das dívidas, como o senhor colocou.

Em algumas coisas avançam a reforma tributária. Por exemplo, hoje, a guerra fiscal, ela desestimula a produção de fertilizantes no Brasil, desestimula, porque você dá concessão, os Estados concedem incentivos que beneficiam a importação em detrimento da produção nacional. Com a reforma tributária, isso é corrigido. Então, alguns efeitos positivos ela tem também.

A Senadora Marisa Serrano colocou duas questões, aqui, uma questão do Centro-Oeste. Eu acho que a questão, aqui, do Centro-Oeste, Senadora, eu não fui ao Mato Grosso do Sul, fui no ano passado em uma reunião com o Governador, inclusive, naquela época, apoiando a reforma tributária, fui agora ao Mato Grosso, porque fui convidado, tenho todo o interesse se for convidado a ir ao Mato Grosso do Sul, mas eu acho que a questão que tem que se discutir é o mecanismo do Fundo de Equalização de Receitas, que a nossa intenção é que dê segurança para os estados de que eles não vão ser prejudicados pela reforma tributária.

Eu acho que nós não podemos, em função de uma preocupação, de algum Estado que eventualmente possa ter uma perda de receitas, que nós queremos compensar, atrapalhar um projeto que é um projeto voltado para fazer com que o país todo, inclusive o Centro-Oeste, claramente, tenha condições de se desenvolver mais aceleradamente e resolver os problemas que o Professor Máilson trouxe aqui. Então, eu acho que esse é um desafio bastante importante.

E a senhora colocou a questão, colocou se não vale a pena discutir a reforma tributária se não for para melhorar a qualidade de vida da população. Eu concordo totalmente, agora, volto a dizer: o objetivo fundamental da reforma tributária é criar condições para o país crescer mais, e isso, com certeza, beneficia todo mundo, Senadora, isso com certeza absoluta. Tem preocupações sociais, avançamos um pouco, não é o foco da reforma, de fato não é o foco principal, mas isso avança bastante.

Bom, o Senador Tasso Jereissati colocou uma questão que é uma questão que na verdade foi o objetivo na minha apresentação, Senadora, infelizmente, que é a questão de como compatibilizar o impacto da reforma tributária sobre os estados mais pobres e a necessidade deles de terem condições de continuar se desenvolvendo. Aqui, Senador, eu acho que existem alguns pontos que são importantes. Primeiro--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Eu lamento, realmente, eu estava em outra Reunião, exatamente sobre reforma tributária, inclusive, e não pude participar. Eu queria pedir desculpas, inclusive, por não ter podido participar, mas eu conheço a sua proposta de reforma que vem, mas eu acho que ela não é suficiente para... Não é só o recurso que é suficiente, o recurso não é suficiente, mas a proposta também não é suficiente para dar a tranquilidade necessária às desigualdades, à promoção do fim das desigualdades regionais. Eu acho que é uma discussão que nós vamos ter que ter--

SR. BERNARD APPY: Eu acho que, com certeza, vamos avançar nessa discussão, eu teria todo o prazer em recebê-lo, Senador, para discutir isso. Agora quero lhe dizer, Senador, a reforma tributária ataca uma parte da questão do desenvolvimento regional, ela não ataca o conjunto dos problemas de desenvolvimento regional, que, inclusive, diz respeito ao conjunto das políticas públicas.

O senhor mesmo colocou a necessidade da importância de educação e infra-estrutura. Então, do ponto de vista da educação, por exemplo, nós temos o FUNDEB, que claramente beneficia mais os estados mais pobres do país hoje em dia. Do ponto de vista de infra-estrutura, nós temos o PAC, que claramente, como proporção do PIB regional, ele tem uma participação maior nas regiões menos desenvolvidas no país.

Não podemos resumir o conjunto das políticas públicas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Eu acho que ele é um instrumento importante, ele é um avanço, inclusive, como mobilizador de outros recursos, mas não podemos entender que a discussão da Política de Desenvolvimento Regional certamente é mais ampla do que apenas a questão do Fundo de Desenvolvimento Regional. O senhor mesmo colocou isso, eu concordo com o senhor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Eu não estou querendo interrompê-lo, Sra. Presidente, mas é só porque, na verdade, gerou expectativa com relação à reforma tributária, porque, quando o Presidente Lula vetou os artigos mais importantes da nova SUDENE, que realmente davam uma perspectiva mais global, mais abrangente de Política de Desenvolvimento Regional, ele acenou que na reforma tributária essa

política, esse veto seria compensado por uma proposta mais abrangente. Não vamos debater isso aqui, mas não é mais abrangente esta política na reforma tributária. PAC, também, já é outra discussão.

SR. BERNARD APPY: Tá bom. Senador, eu quero dizer que do ponto de vista do volume de recursos, no nosso ponto de vista é mais abrangente do que tem. Tem a questão dos incentivos fiscais que eu coloquei aqui na minha apresentação, nós precisamos discutir, eu entendo que nós precisamos discutir, apenas entenda que talvez o ideal não seja simplesmente utilizar o que existe hoje e ampliar como está proposto no projeto da SUDENE, mas eu acho que é uma questão a ser discutida. Agora no montante de recursos, certamente a reforma tributária avança em relação àquilo que tinha no projeto da SUDENE e da SUDAM. Agora volto, eu concordo com o senhor, eu acho que a discussão tem que ser uma discussão mais ampla do que aquela que nós estamos fazendo.

E, finalmente, Senadora Lúcia Vânia colocou a questão com a preocupação com o FNDR, com os mecanismos de distribuição, que trariam para a Lei Complementar. Aqui, Senadora, eu acho que de fato tem que ficar numa Lei Complementar, porque se o grau de desigualdade regional do país é algo que é móvel, que muda ao longo do tempo, a distribuição dos recursos também tem que se adequar a essa mobilidade das desigualdades regionais e isso é melhor ser feito por uma legislação infraconstitucional do que ser feito por legislação--

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas ela virá junto com a reforma tributária ou posterior?

SR. BERNARD APPY: Nós podemos, na verdade nós já estamos discutindo com o Ministério da Integração, nós temos a intenção de discutir já junto, não temos problema nenhum em discutir junto com a discussão da reforma tributária como é que seria o desenho da operação da realização do Fundo de Desenvolvimento Regional. E a sua preocupação com a descentralização, sem burocracia, uma parte dos recursos sim vai para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais, absolutamente automático, sem burocracia. Uma parte fica sim para ser utilizado via Superintendências de Desenvolvimento, e aqui, juntando um pouco com o que o Senador Tasso colocou, nós entendemos que isso é importante, porque senão, sem esse instrumento para ser operacionalizado pelas superintendências, aí sim nós vamos ter criado as Superintendências de Desenvolvimento sem um instrumento, que são esses recursos para investimentos estruturantes, que é um instrumento que elas precisam para poder executar a sua Política de Desenvolvimento Regional. Então eu

acho que é importante sim ter uma parte dos recursos que sejam geridas pela União, até porque a visão das superintendências tende a ser diferente da visão dos Governos estaduais em termos não só de prioridades, mas de alocação e, inclusive, de ações que muitas vezes são supraestaduais, que dizem respeito a mais de um estado. Nesse ponto de vista eu acho que os dois existem, existem os recursos centralizados... De fato o que tem na reforma é que nós não definimos o quanto vai para os Estados e o quanto fica nas superintendências. Isso está em aberto, isso é verdade. Se o Congresso quiser definir, pode definir, não seria o problema, mas nós deixamos isso com uma discussão em aberto de fato quando enviamos o projeto ao Congresso Nacional. Agora entendemos sim que é importante manter os recursos para serem geridos pelas superintendências, exatamente porque eles é que vão fazer com que as superintendências que foram recriadas pelo Congresso possam ter uma função mais ativa na Política de Desenvolvimento Regional.

Eu acho que é isso, eu queria agradecer ao convite para participar dessa Reunião à Senadora, ao Senador Tasso. Eu acho que esse tema certamente voltará à pauta, não é um tema fácil, que se esgota em uma única reunião. Talvez, às vezes, fazer pautas com focos mais específicos seja talvez até mais produtivo. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Appy e passo a palavra ao ex-Ministro Mailson da Nóbrega.

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: Eu quero me referir a duas ou três intervenções que me citaram, os Senadores.

A primeira a questão levantada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, sobre a proposta feita pelo Dr. Márcio Pochmann, do IPEA, de mudança na tributação do Imposto de Renda das pessoas físicas. Eu achei uma proposta inacreditável, porque ele usou o conhecimento diagnóstico da regressividade do sistema tributário e fez uma proposta absolutamente equivocada para a sua solução. A saída para resolver a questão da regressividade tributária não é ampliar a tributação da classe média, como ele propôs, e das pessoas de renda mais alta, mas é reduzir a despesa. É como aquele velho ditado, ou seja, "atirei no que vi e matei o que não vi". Ele atirou no que viu e tentou acertar o que enxergou melhor, que foi a classe média. Na verdade o Dr. Márcio Pochmann está atrasado no mínimo vinte anos, com todo o respeito. Vejo ali o Senador Francisco Dornelles, um dos maiores tributaristas do Brasil, e que foi um estudioso desse assunto, a eliminação do número de faixas de tributação de Imposto de Renda, que eram onze, se não me engano, ele mencionou 12--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Já chegaram a 12, segundo ele.

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: Isso aconteceu quando eu era Ministro da fazenda, fruto de estudos da Secretaria da Receita Federal e a observação do que era a tendência mundial. O mundo vem evoluindo há trinta anos para percepção de que alíquotas punitivas para renda geram fugas de capital e desestímulo ao investimento. Por exemplo, a Inglaterra chegou a ter alíquota marginal de Imposto de Renda de 95%, o que significava que do quanto se ganhava se retinha apenas 5%, 95% ia para o fisco. Essas reformas começaram nos Estados Unidos, como a gente sabe, na época do Presidente Ronald Reagan, que também houve uma grande redução do número de alíquotas, e se manteve apenas duas. A proposta do Ministério da Fazenda, na época, que se transformou numa reformulação total do Imposto de Renda da pessoa física, foi de seguir esse mesmo parâmetro que já era observado por outros países de ter apenas duas alíquotas. Na nossa época foi uma de 10% e outra de 25%, depois a de 10% passou para 15% e a de 25% passou para 26,5%, na época de um esforço de ajuste fiscal no Governo Fernando Henrique Cardoso. O mundo inteiro caminha para percepção de que é mais eficaz do ponto de vista social reduzir as disparidades de renda via políticas públicas, via despesa, do que pela progressividade no Imposto de Renda. Além disso, o Ministério da Fazenda, na época, fez uma avaliação dessa proposta de duas alíquotas e chegou a interessante conclusão. Ao contrário do que se pensava, a arrecadação aumentou e a arrecadação aumentou porque caiu o potencial e o estímulo à sonegação.

Em mais de uma ocasião propostas de mudança desse quadro já aconteceram, por exemplo, no Governo Collor o Ministro Márcio Moreira, Max Moreira, propôs a criação da alíquota de 35% e a própria Receita Federal foi contra, porque é possível provar que um aumento da alíquota faz retornar o estímulo à sonegação.

Portanto, a saída para reduzir a regressividade da carga tributária brasileira não é tributar mais, como ele propôs, é reduzir a despesa para permitir a diminuição da carga de tributos indiretos que caracterizam essencialmente o sistema tributário brasileiro.

Uma curiosidade, existe uma regra de bolso que não tem valor científico, mas dá para entender melhor essa situação, é que nos países ricos o Imposto de Renda e outros tributos diretos constituem a parte mais importante da carga tributária. Por exemplo, nos Estados Unidos é 50%. Por quê? Porque é um país rico, as pessoas têm renda e riqueza, e uma comparação que se faz é que nesses países o número de

contribuintes de Imposto de Renda é semelhante ao de eleitores, enquanto que no Brasil nós temos atualmente mais de cento e vinte milhões de eleitores e nem 10% deles são contribuintes efetivos do Imposto de Renda, simplesmente porque a massa de pessoas que têm renda no Brasil cai no limite de isenção, porque a renda per capita brasileira é menor do que a dos Estados Unidos.

Portanto a saída, novamente, não é tributar, retornar às onze ou doze alíquotas do Imposto de Renda, muito menos aumentar as alíquotas marginais para tributar as pessoas de maior renda. É bom lembrar isso, isso vai incidir basicamente sobre a classe média, que é isso que ele está propondo.

Quando ao Imposto Sobre Grandes Fortunas, talvez fosse a ocasião de regulamentar. O imposto sobre grandes fortunas é uma idéia absolutamente em desuso em todo o mundo porque ela se provou inócua como instrumento de redistribuição de renda. Muitos países voltaram atrás, são raríssimos os países que adotam a tributação sobre grande fortuna e uma prova disso é que o Presidente Fernando Henrique, quando Senador, propôs a regulamentação do dispositivo da constituição que cria o Imposto Sobre Grandes Fortunas, foi aprovada na décima hora por uma proposta de um Senador do meu Estado, o saudoso Senador Antonio Mariz, quando o Presidente não lutou por sua regulamentação, porque ele se convenceu, com base nos estudos do Ministério da Fazenda, que esse tipo de tributação--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Não, é o imposto... É parecido, porque o Imposto Sobre Herança não existe no Brasil. Existe o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis por *Causa Mortis*, que é parecido com o Imposto Sobre Herança. Mas, enfim, é por isso que uma das vantagens da proposta do Senador Francisco Dornelles é eliminar de vez o Imposto Sobre Grandes Fortunas da Constituição, se e não estou enganado.

Então, em resumo, eu acho uma péssima proposta a do Dr. Márcio Pochmann, equivocada, não leva em conta a evolução do conhecimento sobre a tributação direta e ressuscita idéias que estão enterradas há pelo menos vinte anos. É impressionante.

Sobre o ponto levantado pelo Senador João Tenório--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dr. Tonai(F), o senhor poderia, com a licença da Presidente, fazer uma rápida intervenção. Mas existe a possibilidade de o aumento da arrecadação ter mais ou menos uns sete bilhões se nós acabarmos com algumas isenções, isenções que incidem, por exemplo,

sobre os lucros e dividendos que são distribuídos pelos bancos, como, por exemplo, os juros sobre o capital próprio, quer dizer, que é uma fórmula fictícia de uma despesa fictícia hoje que é utilizada pelos bancos e que isso daí, há uma renúncia fiscal de mais ou menos uns dois bilhões. Então nós teremos sete bilhões, segundo informações que nós recebemos, e aí já não foram informações do IPEA, porque realmente V. Ex^a. tem razão na sua apreciação com relação a essa distribuição e de faixas do Imposto de Renda. Nós iríamos tributar substancialmente a classe média, que já é penalizada, de vez que grande parte de funcionários públicos não têm como correr do pagamento do imposto. Então eu gostaria sobre esses dois aspectos, o que é que, por exemplo, V. Ex^a. e o Dr. Appy poderiam me responder, se possível.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): ... a responder também, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria só fazer uma retificação pelo ex-Ministro Máilson, que ele não se refere ao IPEA, ele se refere ao Márcio Pochmann, porque eu estou vendo uma porção de funcionários do IPEA ali com um sorriso amarelo na boca e eu estou fazendo--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É o Presidente do IPEA, ele representa a Instituição. Agora se tiver algum funcionário que não esteja satisfeito com a declaração do Presidente, pode me dar que eu leio na tribuna do Senado.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Senador, muito obrigado por essa retificação. Aliás, eu cometi pecado semelhante quando critiquei o Fundo Soberano e outras idéias do Ministério da Fazenda e declarei que a pasta tinha se tornado uma usina de más idéias. Na verdade eu estava criticando o Ministro e não o Ministério da Fazenda, mas alguns meus amigos do Ministério da Fazenda protestaram, porque eles não são uma usina de más idéias e eu me penitenciei pela generalização. Na verdade eu estou me referindo à proposta do Dr. Márcio Pochmann, porque os estudos do IPEA não propõem, pelo menos até ele chegar no IPEA, eu não conheço nenhum estudo que propusesse resolver a questão da progressividade aumentando a tributação da classe média.

Esse ponto da tributação de lucros e dividendos, primeiro eles são tributados, porque eles são tributados exclusivamente na fonte, mas isso não é só de banco, são de todos os contribuintes.

A outra coisa que é a tributação do capital próprio, é uma alternativa que o Ministério da Fazenda pôs à disposição de todos os contribuintes e os estudos provaram que isso pode redundar em aumento de arrecadação e não em perda de arrecadação, e é por

isso que o Ministério da Fazenda propôs. O Ministério da Fazenda jamais, nem antes e nem agora, proporá alguma medida que reduza--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E foi na administração de V. Ex^a.?

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: Não me lembro, mas se fosse eu estaria muito honrado em fazer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas eu não me recordo em que Governo foi.

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: O Dornelles está dizendo que é anterior, não?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu fiz uma pergunta, vamos dizer, sem nominar Governo, nem sei qual foi o Governo que fez. Eu sei que em 1995 é que foi criada essa possibilidade.

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: Então não só os bancos usam--

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: Então em 1995, foi no Governo Fernando Henrique.

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: Mas não são só os bancos que usam essa faculdade, mas qualquer contribuinte, pessoa jurídica, pode usar esta faculdade.

E, finalmente, eu queria fazer uma observação sobre o que disse o Senador João Tenório, sobre mercado de capitais. Talvez eu tenha sido mal interpretado. Eu não quis dizer aqui que o mercado de capitais é uma alternativa para o desenvolvimento regional. Ela é um instrumento adicional do desenvolvimento regional e como é uma atividade privada, é movida pelas questões que envolvem risco e retorno, e apenas as empresas que têm futuro, que podem provar rentáveis, é que são capazes de fazer os IPO. Eu acredito que cedo ou tarde muitas empresas do Nordeste abrirão seu capital num novo mercado, nas novas condições de mercado e se financiarão de forma mais adequada do que hoje. Mas eu acho que o mercado de capitais tem um papel a desempenhar hoje, que é o de servir de fonte de financiamento para investimentos em infraestrutura se nós assistirmos nos próximos anos a um grande esforço, uma retomada dos esforços de privatização da infra-estrutura. Eu não tenho dúvida nenhuma que medidas na área de parceria público-privada e de privatização, concessão na área de energia, transportes, comunicações e assim por diante, o mercado de capitais será um instrumento adequado para financiar esses investimentos. Eu acho que é isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu passaria a palavra à Professora Maria Helena, porque ela tem vôo marcado e gostaria de fazer algumas observações. Posteriormente eu passaria para o Dr. Appy, que quer fazer uma observação sobre o que o Ministro Maílson falou e, por fim, o Dr. Holanda, que fecharia a nossa exposição.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUN: Obrigada, Senadora. Eu só queria, vou responder a algumas questões que me foram feitas, mas também colocar a minha colher aqui nessa história dos juros do capital próprio e do dividendo. Na verdade os juros de capital próprio, eles foram tributados na empresa, essas foram correções que a Receita Federal fez quando fez essas modificações. O dividendo é tributado na pessoa física e os juros de capital próprio quando está na empresa, então como remuneração do acionista. Então eu acho que isso é uma correção que foi feita.

Outra coisa que eu queria mencionar é o seguinte: a progressividade do Imposto de Renda está lá no Manifesto Comunista como uma grande conquista da classe trabalhadora, enfim, do socialismo. A primeira coisa que os países socialistas fizeram quando caiu o Muro de Berlim foi colocar o *Flat Rate Tax*, quer dizer, é um imposto com a mesma alíquota para todas as rendas. Então a gente está indo no caminho ao contrário, essa proposta está indo no caminho ao contrário.

Bom, terminada essa questão, quer dizer, eu acho que existem diferentes maneiras de se ter uma progressividade melhor, uma redução da regressividade com, por exemplo, com uma alíquota única no Imposto de Renda, acabar com os abatimentos, as deduções que na verdade são escolhas do contribuinte e não deveria isso, não afeta a capacidade contributiva dele, mas eu acho que essa é uma discussão que eu não queria entrar porque vai muito longe.

Mas eu queria colocar, na questão que eu acho que ficou não muito clara, do pensamento a respeito das duas propostas. Então veja: a proposta daqui do Senado, ela substitui o ICMS e um monte de outros impostos pelo IVA nacional. Então os Estados perdem, nas duas propostas, tanto do Senado quanto do Executivo, eles param de poder legislar sobre ICMS. Então a autonomia para tributar com esse imposto desaparece nas duas propostas, só que na proposta aqui do Senado, ela avança porque ele é transformado no IVA nacional e a repartição é feita pela rede bancária. Na proposta do Executivo, ele continua sendo arrecadado no Estado de origem e é feito, por mudança na alíquota interestadual, é que você faz a redistribuição para o Estado de destino. Quando você faz o IVA nacional, você pára de pensar, pelo menos na minha cabeça, você pára de pensar nos Estados autonomamente, você começa a olhar o país. E na proposta aqui do Senado, a repartição, ainda que seja pela rede bancária, é feita de acordo com a participação de cada Estado no consumo nacional. Então na verdade reproduz a mesma repartição da proposta do Executivo. O que eu estou pensando é que a médio e longo prazo, ao invés de pensar dessa maneira, de fazer a repartição de acor-

do com o consumo de cada Estado, se faça de acordo com a população, porque na verdade vai indo recursos para onde já tem, quer, o Estado que mais consome é o Estado mais rico ou mais populoso, então por que é que não faz direto com a população? Eu acho que aí seria um critério muito mais equânime do ponto de vista do desenvolvimento harmonioso do país do que fazer com esses outros tipos de variável. Era simplesmente ao invés da repartição ser pelo consumo, da participação de cada Estado no consumo total, é na população. Essa é a minha sugestão.

Bom, eu agradeço muito, eu acho que as questões que eu tinha que colocar já foram colocadas, eu vou pedir licença para não perder o meu vôo. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradecemos à Professora Maria Helena, quero dizer da nossa satisfação em tê-la aqui conosco e queremos novamente a sua presença aqui em outra oportunidade.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUN: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Passo a palavra, agora, ao Dr. Bernard Appy.

SR. BERNARD APPY: São só duas questões rápidas. Com relação às questões que o Senador Antonio Carlos Valadares colocou, eu prefiro não me pronunciar. Quando o Governo se pronuncia sobre os assuntos, vira posição oficial de Governo, então, efetivamente, prefiro não me posicionar.

Eu queria fazer um comentário rápido, que o Ministro Máílson colocou a questão do Ministro Mantega e a questão do Fundo Soberano. Eu, na verdade, eu não vou transformar isso num debate aqui, Dr. Máílson, mas eu gostaria de recebê-lo um dia para discutir, eu acho que uma boa conversa e o senhor vai ficar mais favorável às boas idéias do Ministério da Fazenda. Mas não vou entrar, não vou transformar isso daqui numa discussão sobre os Fundos Soberanos não, só para colocar que eu teria todo o prazer de discutir a questão, eu tenho certeza que quando o senhor entender a concepção, o senhor certamente terá menos resistência à proposta.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Com todo prazer.

SR. BERNARD APPY: E, Senador, fico lhe devendo aí, mas infelizmente o Governo não pode fazer muitos comentários sobre questões que não tenham decisão de Governo, senão isso vira manchete no dia seguinte, está certo, e a imprensa está lá prontinha para essas questões.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Como o Dr. Máílson não é mais, não é, então ele pode dizer o que quiser [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Passo a palavra ao Dr. Marcos Costa Holanda para que faça as suas observações.

SR. MARCOS COSTA HOLANDA: Eu vou ser o mais breve possível, eu vou falar basicamente de dois pontos. O primeiro seria na questão do tamanho do Fundo Regional. Lembrar ao Appy que mesmo que do ponto de vista de percentual do PIB o Fundo europeu seja menor do que o Fundo brasileiro, a nossa desigualdade regional, a magnitude da desigualdade regional no Brasil realmente é bem superior à Europa, quer dizer, a questão da reunião na Europa se restringe basicamente à Espanha e Portugal. No Brasil a questão, o tamanho do desafio, é bem maior. Então a variável relevante para a gente verificar o tamanho adequado do Fundo seria essa questão, a magnitude da questão regional.

E o segundo ponto, eu acho que compartilhar a preocupação da Senadora Marisa Serrano, que é naquela preocupação, haver definido o tamanho dos Fundos na questão da distribuição dos recursos, existe essa preocupação com a boa utilização dos recursos, ou seja, que haja mecanismo que incentivem os Estados, as regiões a usarem os recursos na efetiva melhoria da qualidade de vida da população, ou seja, a regra não pode ser simplesmente quanto pior, mais recursos. Tem que haver incentivos para que os recursos sejam bem aplicados e redundem em melhorias, por exemplo, do indicador que a gente propôs, o IDH, ou seja, tem que haver incentivos para o bom uso, eu acho que essa preocupação certamente é muito relevante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Holanda e quero aqui, na oportunidade, registrar a presença dos que estão e já saíram também, o Dr. Christian Schneider, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional; o Dr. Antonio Roberto Albuquerque Silva, Diretor do Departamento de Gestão de Fundos de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; do Dr. Ronaldo Coutinho Seixo de Brito, Presidente da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional; o Sr. Jorge Robson da Silva, da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional; José Alves Filho, Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Industrial; Dr. Humberto Tannús, Diretor Superintendente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Industrial; Sr. José Walter Vasques, Assessor de Assuntos Governamentais da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Industrial. Agradeço, também, a presença, durante todo o tempo, do Deputado Manoel Salviano.

Encerrando a nossa Audiência Pública, quero aqui cumprimentar aos senhores senadores, de forma muito especial ao nosso Relator da Subcomissão de Reforma Tributária, Senador Francisco Dornelles, agradecer e dizer da nossa satisfação em receber aqui mais uma vez o Dr. Appy, que tem sido incansável e sempre disponível para estar aqui no Congresso Nacional colocando as suas posições, esclarecendo aquilo que por ventura ainda não está muito claro em relação ao projeto oferecido pelo Governo. Quero agradecer de forma muito especial ao Ex-Ministro Mailson da Nóbrega, que nos deu o prazer de estar presente, de esclarecer também alguns pontos importantes, a sua definição sobre o sistema tributário, eu acredito foi do agrado de todos quantos aqui estavam e, especialmente, desta Comissão. Agradecer ao Professor Holanda pela sua contribuição e pela sua disponibilidade também de estar sempre aqui conosco. A todos os senhores os meus agradecimentos e uma boa tarde a todos.

Sessão encerrada às 17h28

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE JULHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E 30 MINUTOS.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia três de julho do ano de dois mil e oito, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Gim Argello, Presidente em Exercício, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Patrícia Saboya, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Expedito Júnior, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Jayme Campos e Flexa Ribeiro. Comparecem, ainda, os Senadores Gerson Camata e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem como objetivo a apreciação de proposições. **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2005, Complementar, não terminativo, que “Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras

providências, de forma a restabelecer a sistemática de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal prevista na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 02**-Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2008, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Valadares Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Lúcia Vânia, Gerson Camata e Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto. **Item 03**-Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais”, de autoria do Senador Wellington Salgado, tendo como Relator o Senador José Nery, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador José Nery, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CDR. **Item 04**-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2008, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais”, de autoria do Senador Wellington Salgado, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos com decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Valadares Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Lúcia Vânia, Gerson Camata e Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CDR. **Item 05**-Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2008, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais”, de autoria do Senador Wellington Salgado, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Maté-

ria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Valadares, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Lúcia Vânia, Gerson Camata e Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Gim Argello**, Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Rogando a proteção divina, damos por aberta mais uma Reunião da Comissão do Desenvolvimento e Turismo.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião da Comissão. As Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação das seguintes proposições: Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 29/2005 complementar, não terminativo. Altera a Lei Complementar nº 62 de 28 de dezembro de 1989 que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, de forma a restabelecer a sistemática de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal prevista na Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko. Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nobre Senador Relator, o senhor está com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, na qualidade de Relator, eu gostaria de requerer a V.Exª a transferência da votação deste projeto para outra sessão, para próxima sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): De acordo como pede o nobre Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, fica transferido, portanto, esse Item para a próxima sessão.

A pedido do nobre Senador, representando o PSOL, José Nery, fazemos então a inversão do Item nº 2 pelo Item nº 3.

Então, o Item nº 3 da ordem do dia – Projeto de Lei do Senado nº 232/2008, não terminativo. Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. Autoria do nobre Senador Wellington Salgado. Relator, o nobre Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Gim Argello, Senador Antonio Carlos Valadares, submeto à apreciação da comissão o parecer do Projeto de Lei do Senado nº 232/2008 que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Projeto de autoria do Senador Wellington Salgado, em seu art. 1º autoriza o Poder Executivo a criar a Zona de Processamento de Exportação no município mencionado. O seu Parágrafo Único prevê a criação, as características, os objetivos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação cabível. O art. 2º contém a cláusula de vigência.

O autor da proposta, Senador Wellington Salgado, justifica a criação da ZPE em Uberlândia por constituir o principal pólo na progressista região do triângulo mineiro e abranger o mercado consumidor de 3 milhões e 500 mil habitantes com uma economia forte diversificada de extraordinário crescimento econômico.

O PLS nº 232 foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento e Turismo – CDR e, posteriormente, será examinada na Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição.

As Zonas de Processamento e Exportação são importantes instrumentos para fomentar o crescimento econômico em região menos desenvolvida do Brasil e para fortalecer o balanço de pagamento no país.

A discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de 80 quando foi editado o Decreto Lei nº 2.452/1988, que autorizava a criação dessas áreas aduaneiras especiais. Posteriormente, essa norma foi alterada pela Lei nº 8.396 de 2 de janeiro de 1992.

Entre o final da década de 80 e meados da década de 90, foram criadas mediante Decreto Presidencial 17 ZPEs, que, no entanto, não entraram em operação.

A criação da ZPE no município de Uberlândia é, particularmente, oportuna em virtude da situação excepcional desse município de economia pujante baseada em agroindústria que compõe hoje importante centro industrial. Destaca-se também o setor de serviço com ênfase no comércio atacadista.

Ressalte também que Uberlândia dispõe de uma malha rodoviária, ferroviária, hidroviária desenvolvida – o Porto Seco do Serrado e o terminal de cargas – que viabiliza a ligação do município aos principais mercados do país, e além disso, o seu aeroporto foi recentemente ampliado e modernizado.

Uberlândia possui, portanto, uma estrutura logística adequada para o escoamento de seus produtos para os mercados interno e externo.

Em suma, trata-se de proposta inegável método para o desenvolvimento do município da região do triângulo mineiro, prevendo repercussão positiva para o Estado de Minas Gerais e para o país.

No intuito de aperfeiçoar a proposição cabe inserir a referência à Lei nº 11.508/2007 que atualizou a legislação de que trata das Zonas de Processamento e Exportação e disciplinou a sua criação e funcionamento na forma da emenda que apresentamos.

Do voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 232/2008 com a seguinte emenda: dê-se ao Parágrafo Único do art. 1º do projeto a seguinte redação: art. 1º, Parágrafo Único – a Zona de Processamento e Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características ou objetivos e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508 de 20 de julho de 2007 e pela legislação pertinente.

É o nosso relatório para a consideração do plenário desta comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós que agradecemos, Senador, parabéns pelo seu relato, e coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou submeter então para a apreciação e votação desta matéria.

E digo a vocês que é muito importante porque nós temos mais três ZPEs hoje, que eu vou pedir ao nobre Senador José Carlos Valadares, que, por favor, você já tem... Antonio Carlos Valadares... O Senador, desculpe, o Senador Antonio Carlos Valadares para

ser Relator do Item 2 e 4 também, tendo em vista que ele já é Relator do Item nº 5, que tratam das últimas três ZPEs que esta comissão vai votar, tendo em vista que a matéria ZPE já foi votada na... A mensagem já veio do Sr. Presidente da República, já foi votada no Congresso Nacional e já está com o Sr. Presidente para ser agora sancionada, e então, passou a ser realidade aquilo que a nossa comissão acreditou já há um ano, Senador José Nery, passou a ser realidade a última janela aberta para o progresso do nosso país, para podermos entrar no *hall* de 142 países que têm o instrumento da ZPE, que se aproveitam desses instrumentos, e só para se ter uma idéia, mais de 2 mil ZPE solicitada na China, mais de 600 ZPE no Estados Unidos, a Alemanha tem ZPE em pleno funcionamento, a Espanha tem ZPEs em pleno funcionamento, aqui na América latina para ficar mais perto, para vocês terem uma idéia – o Uruguai tem uma ZPE de serviço, que é um negócio maravilhoso em Montevideu, no Chile. Então, agora é a última janela aberta para que a gente possa ser inserido nesse progresso que é realmente o desenvolvimento através de Zona de Processamento e Exportação.

Eu... Fazendo as considerações, submeto, então, a matéria à votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, eu vou passar os três projetos, então, o Item nº 2 da pauta, o Item nº 4 da pauta e o nº 05 da pauta, que são três projetos de ZPE, vou passar ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares para que ele possa, então, por favor, fazer o seu relato, que os três itens são relativos ao Projeto de ZPE. O primeiro Item nº 02 é um Projeto de Lei de Senado nº 133/2008 que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo. De autoria do nobre Senador Gerson Camata, então, eu designo o Relator *ad hoc* o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

Também da mesma forma, o Item nº 04, Projeto de Lei do Senado nº 245/2008, dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. De autoria do nobre Senador Wellington Salgado, também como Relator *ad hoc*, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

E o Item nº 05 que é um Projeto de Lei do Senado nº 246/2008, dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais. De autoria do nobre Senador Wellington Salgado e o Sr. Relator é o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

Passo estes três projetos ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares para que ele possa fazer o seu relato. V.Ex^a está com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o primeiro projeto é o nº 133/2008 que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo. O autor é o Senador Gerson Camata.

Passando logo para a análise do projeto, nos termos do inciso I do art. 104 “a” do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

O PLS nº 133/2008 está de acordo com os ditames constitucionais, especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. E ademais, a proposta não fere a ordem jurídica vigente, que está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional e do Senado Federal.

A Lei nº 11.508 de 20 de julho de 2007, que atualizou um marco regulatório da Zona de Processamento e Exportação, autoriza em seu art. 1º a criação de ZPE pelo Poder Executivo nas regiões menos desenvolvidas com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais.

Em seu art. 2º a lei dispõe que a proposta de criação de ZPE deverá satisfazer alguns requisitos tais como a indicação de localização adequada no que se refere ao acesso a portos e aeroportos internacionais.

O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação analisará as propostas de criação da ZPE e dará prioridade para as propostas de criação daquelas localidades em áreas geográficas privilegiadas para a exportação.

Em relação aos requisitos exigidos pela Lei nº 11.508/2007, ressalta-se que o município de Colatina está inserido na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, está localizado, portanto, em uma área insuficiente desenvolvimento econômico. Além disso, como é um pólo regional, a instalação de uma ZPE em Colatina gerará benefício para uma vasta área, cujos municípios necessitam de medidas governamentais e indutoras no fortalecimento de suas economias. Nesse sentido, a instalação de uma ZPE em Colatina contribuiria para a geração de empregos e para o melhor aproveitamento econômico das potencialidades dos pequenos municípios sobre a sua égida influência que ultrapassam as fronteiras capixabas e são carentes de maiores atrativos para a promoção e investimentos.

No que diz respeito à infra-estrutura para criação da ZPE, Colatina dispõe de condições adequadas para o escoamento da produção para o exterior. O município é servido pela BR-259, que liga à BR-101, e esta, por sua vez, leva a Vitória onde está localizado um importante porto brasileiro e onde há um aeroporto internacional. Colatina tem, portanto, a localização adequada no que se refere a acesso a portos e aeroportos internacionais.

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 133/2008.

O Item nº 4, Sr. Presidente, também é criação de ZPE no município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. O autor da proposição é o Senador Wellington Salgado, e o nosso voto é no mesmo sentido, recomendando a aprovação do Projeto de Lei nº 245, mas fazendo uma emenda ao Parágrafo Único no art. 1º do projeto, que ficará com a seguinte redação: art. 1º – a Zona de Processamento e Exportação de que trata esse artigo terá a sua criação características objetivas e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508 de 20 de julho de 2007 pela legislação pertinente.

Da mesma forma, Sr. Presidente, eu requeiro a V.Ex^a que a votação em bloco de todos esses projetos, de vez que se tratam da aprovação de deliberação sobre ZPE.

O Item nº 05 é o Projeto de Lei do Senado nº 246/2008 que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais. Autoria é do Senador Wellington Salgado, e a conclusão do nosso parecer é pela aprovação deste projeto da autoria do Senador Wellington Salgado.

Então, eu peço a V.Ex^a que, levando em consideração a economia processual, coloquemos os três projetos em votação nesta sessão para deliberação dos seus membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigada, nobre Senador, Antonio Carlos Valadares e, como o Senador pediu, eu submeto ao plenário então a decisão de fazermos a votação em bloco dos três projetos. De acordo? Está muito bem.

Então, agora eu vou colocar item a item em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, eu vou encerrar a discussão. Primeiramente está em discussão que o nobre Senador Inácio Arruda... Não? Então, o Senador Antonio Carlos Valadares, voto vencido. Terminando o processo de discussão, submeto à aprovação o Item nº 133. Item nº 133 em votação, o parecer do Relator favorável ao projeto. Aprovado o Item 133.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Na realidade não é o Item, é o Projeto de Lei nº 133.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO

(PTB-DF): O Item 02, Projeto nº 133, Antonio Carlos Valadares, muito bem.

Agora, o Item nº 04 que é o Projeto de Lei nº 245. Item nº 4 – Projeto de Lei nº 245, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão. Em votação. Aprovado.

Agora, o Item nº 05 é o Projeto de Lei nº 246/2008, em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão. Em votação o parecer do Sr. Relator, que também é favorável à matéria. Os Srs. Senadores que concordam com os três Itens permaneçam como se encontram. Aprovado a matéria.

Parabéns Senador Antonio Carlos Valadares, parabéns Senador Inácio Arruda, e foram os últimos três projetos de Zona de Processamento de Exportação votado por esta comissão, porque a partir de agora já existe a lei. De tanto esta comissão trabalhar neste sentido, eu parablenizo à Senadora Lúcia Vânia e todos os membros desta comissão, por quê?

Depois de tanto esforço neste sentido passou a ser uma realidade no nosso país a Zona de Processamento de Exportação. Esta matéria deve ser sancionada pelo Sr. Presidente da República ainda na semana que vem. E nós temos ao total 52 Zonas de Processamento e Exportação já aprovadas por esta comissão que foram encaminhadas à Comissão de Economia, onde aí sim terá o seu voto terminativo.

Mas mais do que isso é uma oportunidade para o nosso país, um país continental que é esse. A última janela de progresso aberta, a Zona de Processamento e Exportação, onde, com as leis que foram aprovadas, vão poder ter 80% da sua produção de cada Zona de Processamento e Exportação da sua produção para o exterior e 20% para o mercado interno, e então vai ser posto de desenvolvimento para cada rincão deste país onde foi aprovado. Só para vocês terem uma idéia, nós temos Zona de Processamento e Exportação, das 52 aprovadas, nós temos em Macapá, em Santana, no Amapá. Nós temos em Itacotiara, no Amazonas; Tabatinga, no Amazonas; Conceição do Coeté, na Bahia. Aqui em Brasília, aqui no Distrito Federal; na região Leste do Espírito Santo, em Colatina, no Espírito Santo; em Anápolis, em Goiás; São Simão, em Goiás. Nós temos também em Goiânia, no Estado de Goiás; em Barreirinhas, no Maranhão, Imperatriz do Maranhão, Rosário do Maranhão, Macabeiras Maranhão; Barra do Garça, no Mato Grosso; Sinop, no Mato Grosso; Várzea Grande, no Mato Grosso; Alta Floresta do Mato

Grosso; Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Nós temos em Uberlândia, que foi aprovada hoje, em Minas Gerais; Marabá, no Pará.

Eu vou aproveitar também, eu vou fazer depois a relação dos Senadores que apresentaram essas propostas.

O Senador Flexa Ribeiro apresentou Santarém do Pará, Senador Mário Couto em Redenção do Pará, Senador Mário Couto Tucuruí no Pará, Senador Mário Couto também apresentou em Breves no Pará, em Castanhal no Pará e Paragominas no Pará. O Senador José Maranhão, em Cabedeias, na Paraíba. O Senador Cícero Lucena, em Campina Grande, na Paraíba. O Senador Osmar Dias em Foz do Iguaçu, no Paraná. O Senador Alvaro Dias em Foz do Iguaçu, no Paraná. O Senador João Vicente Claudino, em Picos, em Floriano e Bom Jesus do Piauí. A Senadora Rosalba Ciarlini apresentou em Açú, do Rio Grande do Norte. O Senador Sérgio Zambiasi apresentou em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. O Senador Paulo Paim no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, o Senador Paulo Paim na região Norte do Rio Grande do Sul. O Senador Sérgio Zambiasi apresentou em Uruguaiana e Jaguarão, no Rio Grande do Sul. O Senador Valdir Raupp apresentou para Guarajá-Mirim, em Rondônia, em Ji-Paraná, em Rondônia. O Valdir Raupp também em Porto Velho e Vilhena, em Rondônia. O Senador Mozarildo Cavalcanti em Rondonópolis e Caracá, em Roraima, o Senador Mozarildo Cavalcanti também em Boa Vista, em Roraima. A Senadora Kátia Abreu em Curupí, no Tocantins. O Senador Wellington Salgado apresentou também, que já foi aprovado por esta comissão em Juiz de Fora, em João Monlevade. E também o Senador José Sarney apresentou em Macapá e Santana, no Amapá. Senador Arthur Virgílio em Itacotiara, no Amazonas.

Eu estou repetindo, que eu não tinha falado o nome dos Senadores, Senador Arthur Virgílio em Tabatinga, Senador João Durval em Conceição do Coeté, aqui no Distrito Federal, é de minha autoria, Senador Gim Argello em Brasília, Distrito Federal. Senador Gerson Camata na região Leste do Espírito Santo, Senador Gerson Camata também apresentou em Colatina, foi aprovada hoje. Da nobre Senadora, Presidente desta comissão, Senadora Lúcia Vânia, foi apresentado e aprovado para Anápolis e São Simão, no Estado de Goiás. E o Senador Marconi Perillo também apresentou para Anápolis e para Goiânia, no Estado de Goiás. A Senadora Roseana Sarney do governo do Congresso apresentou para o Estado do Maranhão, para Barreirinhas, Imperatriz e Rosário, e também para Macabeiras, no Maranhão, autoria na nobre Senadora Roseana Sarney. O nobre Senador Jayme Campos,

representando o Estado do Mato Grosso, apresentou para o Estado do Mato Grosso em Barra do Garça, Sinop, Várzea Grande, Alta Floresta. A nobre Senadora Marisa Serrano apresentou para Ponta Porã em conjunto com o Senador Valter Pereira que também apresentou para Ponta Porã.

Fazendo este relato, eu digo que nós cumprimos o orçamento, a meta desta comissão, que foi estipulado pela nobre Senadora Lúcia Vânia. Temos o total de 52 ZPEs, portanto, aprovadas encaminhadas para a Comissão de Economia, sendo que se tornou uma realidade. A lei agora, a lei, que foi sancionada, para vocês terem uma idéia, no mundo são 142 países, Senador Inácio Arruda, que tem esse processo de ZPE, onde força o desenvolvimento dessas regiões mais distantes do nosso país, e onde são pontos e centros logísticos, como é o caso que foi aprovado hoje aqui, de Uberlândia.

No caso do Distrito Federal, especificamente, vai ser uma ZPE de serviço, na área de serviço, na área de TI, de tecnologia, onde vai poder gerar milhares de empregos no Distrito Federal com o apoio do governo local, com o apoio do governador Arruda, com o apoio de todo empresariado local, porque é uma forma de trazer desenvolvimento e bons empregos. A mesma coisa na cidade de Anápolis, a cidade aqui vizinha de Anápolis, onde uma ZPE industrial vai muito bem, tendo em vista que Anápolis é um pólo industrial já do Estado de Goiás também. Aqui em Brasília, nós estamos no desenvolvimento pólo de fármacos.

Quer dizer, é a última das janelas que se tem no mundo para que o Brasil possa novamente se inserir com inteligência, pode fornecer vender *commodities*, mas também se inserir com inteligência. Então, dizendo essas palavras--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pois não, nobre Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero registrar também a minha satisfação de nós podermos ter aprovado mais este conjunto de novas Zonas de Processamento de Exportação, de proposta de Zonas de Processamento de Exportação, é uma experiência nova para o Brasil, na verdade, isso vem se materializando em muitos países. Os países asiáticos, eles foram mestres, então, em se integrar no mercado mundial a partir das Zonas de Processamento de Exportação. Isso repercutiu na Europa, nos Estados Unidos, que apesar de um capitalismo mais desenvolvido, mais avançado, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, também tiveram que partir para formação de Zona de Processamento de Exportação

no seu território. O México fez isso, a Irlanda fez isso recentemente, vivia numa crise ali na Europa, mas saiu a partir de abrindo a Zona de Processamento de Exportação.

Então, a experiência, que tem muito significado, mexe em determinados fundamentos da economia brasileira, porque nós não podemos operar na Zona de Processamento de Exportação com a mesma modalidade de câmbio que nós temos no Brasil. Esse câmbio que nós estamos assistindo aqui é um câmbio completamente desfavorável para a instituição da Zona de Processamento de Exportação. Então, você tem que ter um câmbio especial também na Zona de Processamento de Exportação. O Ceará já tem a experiência de ter aprovado a Zona de Processamento de Exportação num período lá mais atrás, em Maracanaú e também no Pecém, cabe mais propostas de Zona de Processamento de Exportação, o Estado é muito grande, tem potenciais que antes nós nem imaginávamos que pudéssemos transformar em produtos acabados.

Nós estamos nos inserindo também no mercado de pedras preciosas no Brasil. Então, você tem um espaço enorme, nós nos transformamos num mercado exportador de flores no Brasil, talvez já seja o segundo ou primeiro, quer dizer, você tem ali o Sudeste e depois já vem o Nordeste com o Ceará, na fruticultura. Quer dizer, tem espaços muito importantes de produção que nós podemos inserir na Zona de Processamento de Exportação. E pelo menos três grandes regiões do Ceará merecem uma nova Zona de Processamento de Exportação que nós estamos fazendo a propositura – uma no Cariri, que tem um potencial enorme de produção e ficará interligada a dois portos, vai estar interligada ao porto de Suape, em Pernambuco e ao porto do Pecém, em Fortaleza. Então tem a oportunidade de transportar o escoamento desta Zona de Processamento de Exportação por dois portos. Além de você, no caso de flores, e, às vezes, de frutos, você transportar até mesmo de avião. Você veja que Petrolina tem o aeroporto de frutas que exporta de avião.

Nós temos a zona do chamado “Sertão Central”, no Ceará, a zona muito difícil, mas veja a situação, no Sertão Central, nós temos uma mina das maiores de urânio, e esse urânio está associado com fosfato, um produto muito importante para a economia e para o chamado “negócio da agricultura”, o agronegócio brasileiro, então, você de repente ali no meio daquele Sertão, que você não tinha esperança nenhuma, surge uma grande oportunidade, uma grande esperança, então ali você pode ter uma Zona de Processamento de Exportação.

E penso que o litoral, o vasto litoral cearense, permite você também ancorar mais uma Zona de Processamento de Exportação. Então, nós estamos examinando essas potencialidades junto com o Governo do Estado para, discutindo, inserirmos o Estado do Ceará no Nordeste Brasileiro. Eu acho que o Nordeste também tem um grande potencial, Pernambuco, Bahia, Maranhão, um potencial enorme, Piauí, que são áreas muito importantes hoje da economia brasileira que está se expandindo. Então, nós estamos examinando, tudo tem que ser feito de uma forma muito adequada, porque tem que ser uma discussão junto com o Governo do Estado. O Senado é isso, nós representamos os Estados, então, temos que discutir com os Governadores, os seus planos de desenvolvimento para podermos inserir a economia no caso nosso, o Ceará, nesse momento oportuno.

Isso tudo vai para a mão do Governo Federal, isso vai ter que ser analisado, nós vamos depois ter que fazer uma peleja para transformar essas nossas proposições de fato em realidade, materializar, eu acho que é o passo seguinte, que nós vamos ter que dar.

Por isso, eu quero parabenizar V.Ex^a pela condução dos trabalhos, dar os parabéns aqui também a nossa Senadora Lúcia Vânia, que tem conduzido a comissão para se inserir, de fato, no debate regional. Isso é debate regional, é um debate regional de desenvolvimento. Quebrar desigualdades significa examinar essas proposições. A minha expectativa é que o Governo Brasileiro, ele esteja com esse olhar, olhar de diminuir as assimetrias do desenvolvimento no nosso Brasil.

Por isso, eu agradeço esta oportunidade a V.Ex^a, já que quando a gente vota normalmente a gente perde mais o peso, não tem muito peso não, já votou, já não tem muita razão para você estar esperneando, mas aqui não... Aqui é um processo democrático, que nós votamos a matéria, foi oportuna e agora podemos debatê-las, discuti-las com a tranquilidade de quem quer examinar, quer ver essas experiências no Brasil, na expectativa de que funcione, que de certo, quer dizer: "puxa vida, deu certo nos outros países, será que vai dar errado no Brasil?". É uma expectativa positiva. Eu acho que vai dar certo, sim, no nosso país.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pela ordem a nobre Presidente desta comissão, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria apenas de informar que ontem o Presidente da República sancionou a Lei das ZPEs. É importante agora que os Srs. Senadores informem aos seus Governadores, aos seus Prefeitos em relação ao projeto, que precisa ser feito um projeto

sobre a ZPE no município que foi apontado como viável. Ao elaborar esse projeto, apresentá-lo no conselho que será formado, deve já estar formado no Ministério do Desenvolvimento Econômico que submeterá à análise daquele Ministério para a sua implantação.

Ontem, a matéria foi abordada em vários jornais da imprensa nacional, mas, no entanto, com uma matéria muito pequena, ela passou quase que despercebida. É muito importante que os Srs. Senadores alertem os Governadores sobre a importância de apresentar os seus projetos. Em relação ao Estado de Goiás, nós já estamos bem avançadas, já tivemos no Ministério, já estivemos com os técnicos, já estamos elaborando e na próxima semana já estamos apresentando a ZPE de Anápolis.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem. Parabéns, Presidente Lúcia Vânia, excelente notícia. Então, já virou lei, essa é a nossa luta.

Dizer que no Estado do Distrito Federal, o ZPE já está apresentada ao Ministério, também estamos trabalhando com todo afinco.

E agora, com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente Gim Argello, Lúcia Vânia, Inácio Arruda, depois da aula que o Inácio deu aqui de ZPE, eu vim agradecer o apoio da comissão ao projeto que eu apresentei criando a ZPE de Colatina, no Espírito Santo. É uma cidade, a capital do Noroeste do Estado do Espírito Santo, em cima do Rio Doce, tem muita água, portanto, e já temos duas grandes indústrias, inclusive uma siderúrgica da Índia que já escolheu até o terreno para se instalar nesse município de Colatina, que precisa muito de dar uma sacudida no seu desenvolvimento, e com a aprovação, só com o aceno da aprovação e, por isso, que eu vim aqui. Já recebi um telefonema do Governador dizendo, é claro, que vai passar ainda pela Câmara e com muita esperança. E dizer que a nossa ZPE de Vila Velha, que foi aprovada ontem pelo Presidente Lula, foi uma luta, para se ter uma idéia, a Emenda apresentada há 10 anos. Naquele primeiro projeto, no Governo Sarney, é do Elcio Álvares, que foi Senador, depois foi Ministro, hoje é líder do Governo na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

Então, nós já fomos ao Ministro, o Prefeito de Vila Velha, um representante do Governador e os dois candidatos a Prefeito, levamos o projeto prontinho. É um investimento inicial de 10 milhões, com 40 empresas já optantes para se instalar lá, com todo aquele sistema de guarita, de vigilância eletrônica, o diabo a quatro que tem que colocar ali. Mas, então, já está andando esse, e o de Colatina, com o voto aqui da comissão hoje, eu acho que nós já podemos começar a preparar.

E o que nós temos que apresentar aqui, embora, talvez não seja a comissão própria, mas a democracia é isso, um voto de regozijo pela libertação da Senadora Ingrid Betancourt, a nossa colega, Senadora.

Eu estou propondo no plenário um convite a ela, em agosto, para vir ao Brasil, receber uma homenagem. É o marco muito importante, não é? Para a América Latina inteira.

E para fazer um registro que, enquanto eles estavam libertando a Ingrid, o Senado estava homenageando os carrascos da Ingrid naquela lamentável sessão em que se prestou homenagem a Fidel Castro, que financiou a guerrilha, que matou gente na América Latina inteira, e que não merecia morrer na cama não, merecia morrer numa prisão.

Então, em desagravo, eu acho que nós temos que aprovar um voto de regozijo pela libertação dessa grande colega nossa Senadora na data de ontem.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de me associar às palavras do Senador Camata e também apresentar o meu voto de satisfação, de regozijo pela libertação da Senadora, sem dúvida nenhuma, talvez seja o fato mais importante que tenha acontecido na América Latina nos últimos tempos, é a vitória da democracia, é a vitória do bom senso, e nós não poderíamos nos furtar de estar solidário à Colômbia num momento como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, então, eu coloco em discussão o voto de regozijo proposto pelo nobre Senador Gerson Camata.

Ninguém quer discutir, então está aprovado o voto de regozijo pela libertação da Senadora e também proposta pela nobre Senadora Lúcia Vânia. Então, fica já aprovado, e informo ao nosso nobre Senador Gerson Camata que isso é uma vitória sobre o assunto ZPE, que é uma vitória desta comissão também, que foi uma luta da Senadora Lúcia Vânia implantar e lutarmos que quando muita gente não acreditava no processo de ZPE acreditamos, trouxemos aqui, fizemos Audiência Pública com Prof. Dr. Elcio Braga, nos ensinou sobre... Um lutador sobre ZPE, nos ensinou muito sobre o processo de ZPE, aprendemos que existem 142 países, que os países da Ásia realmente foi um processo de desenvolvimento muito grande para eles, não só eles, nos Estados Unidos, o ano passado foi implantado mais nove Zona de Processamento de Exportação, na Alemanha, na Espanha, em todos os países da América Latina, na sua grande maioria já conta, América Central também. E agora, o país conseguiu... A notícia que o senhor nos traz, uma ZPE, que está para ser instalada em Vila Velha, já existem 40 empresas querendo se instalar lá, querendo desen-

volver, no caso a siderúrgica indiana, é um local ideal, é na zona de processamento, não faz sentido o país não ter condições de trazer equipamentos mais modernos no mundo todo e ter que pagar por impostos de equipamentos, não faz sentido algum.

E o problema do câmbio levantado pelo nobre Senador Inácio Arruda, dizer que na lei que nós aprovamos aqui fica livre. A empresa pode ter essa transferência de recursos, pelo mundo globalizado hoje, não faz sentido aqui a gente fazer barreiras em cima do câmbio.

Então, foi uma vitória desta comissão, uma vitória da Senadora Lúcia Vânia, de todos os membros desta comissão, porque realmente passou a ser realidade desde ontem a vitória da ZPE, o processo de ZPE no país e onde o Senador Inácio Arruda, que foi uma pena ele ter saído, ele falou em pedras preciosas, e existe uma ZPE cercada com guaritas, com todo a forma legal já pronta para funcionar em Minas Gerais, na cidade Teófilo Otoni. Teófilo Otoni que é uma região de pedras preciosas, então vai funcionar já para pedras preciosas uma ZPE em Teófilo Otoni, daquela que o Sarney colocou, nobre Presidente José Sarney, fez nos idos de 1980, entre 80 e 90.

Também da mesma forma a ZPE em Ibituba, no litoral de Santa Catarina, e, vejam vocês, está saindo isso para o país todo.

Eu acredito que a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional realmente está fazendo o seu papel, está levando o desenvolvimento regional para todos os estados brasileiros e isso é muito importante que se diga. Veja a quantidade de milhares de empregos que vão ser gerados daqui a um ano que nós voltarmos, colocar esse tempo, podia até fazer um balanço, Presidente, um ano de lançamento da lei para ver quantas estão funcionando e quantos milhares de empregos nós conseguimos gerar nessas várias cidades, inclusive nobre estados... Pois não, Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu acho que aqui eu devia também agradecer ao Presidente Lula pela ZPE de Vila Velha, 16 anos de luta coroada com a sanção do projeto, é claro, levado no Congresso com muita oposição, mas o Presidente mostrou a posição dele no início de que ele era a favor, não permitiu que muitos aliados dele atrapalhassem ou impedissem a tramitação e sancionou o projeto. O Presidente merece um agradecimento daqueles que defendem as ZPEs no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Parabéns, eu vou até propor um voto de louvor, de parabéns ao Presidente Lula por ter aceitado e ter essa visão espacial que ele está tendo e, que é a visão de aceitar, colocar a matéria que todo mundo dizia que não vai aceitar porque é dos idos do

Presidente Sarney, mas aceitou muito bem... Mas agora sancionou uma lei que vai ser uma demonstração de progresso para o nosso país, uma das últimas janelas de oportunidade para que o país possa ser inserido na área da modernidade, na área de tecnologia.

Parabéns, Sr. Presidente da República. Parabéns a esta comissão. Ficamos realmente muito satisfeitos com esta sanção, esta notícia que a senhora nos trouxe é muito importante, é uma vitória da sua comissão, Senadora Lúcia Vânia, porque agora nós inserimos o país para valer na Zona de Processamento de Exportação como outros 140 países. Chegamos atrasados, mas tenho certeza, com essa agilidade que está demonstrando o Estado de Espírito Santo, em Vila Velha, está demonstrando o Estado de Goiás e Anápolis, está demonstrando o Distrito Federal, aqui com a nossa ZPE e os demais Estados que também estão a frente, estão trabalhando, como é o caso do Estado do Maranhão, com a Presidente José Sarney, com a Roseana Sarney que já apresentou projetos também no Ministério e, agora, com a colaboração do conselho, que são 6 Ministros envolvidos, presidido pelo Ministro do Desenvolvimento com a Secretaria Executiva própria do Ministério do Desenvolvimento para as ZPEs, eu tenho certeza que isso vai deflagrar.

É esperança de milhares de jovens brasileiros que estudam, que estão fazendo o 2º, o 3º grau de poder ter bons empregos, de poder ter direito à geração de emprego e renda, que é o objetivo de todos nós melhorarmos cada espaço do nosso país.

Muito obrigado então, e pergunto se mais algum Senador gostaria de fazer o uso da palavra, nobre Senador, não?

Agradeço a todos os servidores desta comissão, damos por encerrada mais uma sessão da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Sessão encerrada às 11h24.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUINZE DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E 30 MINUTOS.

Às onze horas do dia quinze de julho do ano de dois mil e oito, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Adelmir Santana, Presidente em Exercício da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento

Regional e Turismo com a presença dos Senadores, Marisa Serrano, Jefferson Praia, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Pedro Simon, Marco Antonio Costa, Flexa Ribeiro e Osmar Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião está distribuída em duas partes, sendo a primeira destinada à apreciação de proposições. **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2005, Complementar, não terminativo, que “Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, de forma a restabelecer a sistemática de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal prevista na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. **Item 02**-Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, não terminativo, que “Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos Produtivos Locais”, de autoria do Senador Renan Calheiros, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Passada à segunda parte da Reunião, o Presidente em Exercício, Senador Adelmir Santana, fez um breve balanço das atividades desenvolvidas na Comissão neste primeiro semestre. Usa da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Adelmir Santana**, Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2008, ÀS 11 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Bom dia a todos. Havendo número

regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta regimental distribuída, a presente reunião está distribuída em duas partes. A primeira destina-se à apreciação de proposições. Na segunda parte, faremos um breve balanço das atividades desenvolvidas na Comissão neste primeiro semestre.

A primeira parte, portanto, temos dois Itens. O Item 1 é o Projeto de Lei do Senado nº 29/2005, Projeto de Lei Complementar não terminativo. O Relator pediu a retirada de pauta do projeto. Relator: Senador Antonio Carlos Valadares. Portanto, fica retirado de pauta.

O Item 2 é um Projeto de Lei do Senado de nº 142/2008, também não terminativo. Nós vamos propor a adiar a votação em razão do Relator, Senador Valter Pereira, não se fazer presente. Então, vamos adiar para a próxima reunião o Item 2 da pauta.

Esta é a primeira parte da reunião. Ainda temos uma comunicação nessa... Uma comunicação da liderança do Partido Democrata, comunicando que está sendo indicado o Senador Marco Antonio Costa para ocupar a vaga nesta comissão, a vaga de suplente que era ocupada pela Senadora Kátia Abreu. Então, Senador Marco Antonio Costa substituirá a Senadora Kátia Abreu. Não havendo oposição dos Srs. Senadores, consideramos o comunicado como fato consumado.

A segunda parte da nossa reunião é um balanço das atividades desenvolvidas aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional relativo ao primeiro semestre de 2008.

Nós tivemos neste semestre 11 reuniões realizadas e 12 com esta, esta é a 12ª reunião.

Três Audiências Públicas. A primeira Audiência Pública foi uma reunião conjunta entre esta comissão e a comissão, a CI, a CDH e a CRE, que abordou o projeto de integração do Rio São Francisco. Foi uma reunião realizada no plenário do Senado Federal uma vez que eram quatro comissões conjuntas.

A segunda reunião, a segunda Audiência abordou a metodologia utilizada pelo IBGE na recente contagem da população brasileira e seu impacto no fundo de participação dos municípios.

E a terceira realizada em conjunto com a Subcomissão de Reforma Tributária, que tratou de questões relativas à Política de Desenvolvimento Regional.

Tivemos ainda uma reunião informal, onde foi amplamente debatida a questão da criação da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste... Seu telefone está tocando aqui... [risos] A SUDECO.

Foram apreciadas 37 proposições, sendo um Projeto de Lei do Senado terminativo, 16 Projetos de Lei do Senado não terminativos, 1 Projeto de Lei do Senado complementar, 1 substitutivo da Câmara de Projeto de Lei do Senado, 1 Projeto de Lei da Câmara, 9 Emendas aprovadas na Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o PLDO, de 2009, PL nº 1/8 do Congresso Nacional, 8 requerimentos.

Dentre as 37 proposições aprovadas, nós podemos destacar as ZPEs, que foram 52 projetos que passaram pela comissão desde o início da legislatura, a questão da SUDECO e a Lei Geral do Turismo.

Sobre a Lei Geral do Turismo, ela veio em tempo... Passou na Câmara em tempo, eu diria, rápido e ao chegar na Câmara a Ministra Marta Suplicy... Essa discussão é antiga, desde 2003, mas a Ministra apresentou novo projeto, fez uma reunião na Câmara e a Câmara criou quatro comissões para examinar o projeto. Mas o fizeram numa forma célere, reuniram todas essas comissões numa Comissão Especial, e o projeto chegou no Senado num dia e a Mesa do Senado despachou também aqui para três comissões: a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Assuntos Econômicos e a esta comissão.

Nós fizemos entendimentos ao receber esse projeto aqui no Senado com todas as lideranças partidárias, com o Presidente do Senado, fizemos reuniões conjuntas com o Presidente e o Ministro, e criamos aqui também um mecanismo de celeridade. Quer dizer, nós aqui o regimento não permitiria juntar todas as comissões, mas nós fizemos o entendimento com o Presidente do Senado e os líderes partidários, bem como os Presidentes da comissão, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Mercadante e o Senador Marco Maciel, e o projeto passou na Comissão de Constituição e Justiça, no qual nós fomos Relator, e as demais comissões fizeram seus relatórios em plenário, em razão de nós termos feito um requerimento de urgência.

Ao chegar ao plenário, talvez pela própria celeridade, chegou em um dia aqui no Senado e já... Chegou na terça e já na quarta-feira nós aprovamos pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça e à tarde no plenário. Ao chegar aqui, nós tomamos conhecimento dos entendimentos havidos entre as lideranças partidárias da Câmara. Lá, em último momento, foi feito um

acordo de líderes que o projeto seria aprovado sem alterações, mas fizeram um acordo que no que diz respeito às multas estabelecidas para as penalidades a serem impostas pelo Conselho Nacional de Turismo, variariam entre o pico mínimo de 350 e o máximo de 3 milhões. O acordo foi celebrado lá que esse pico máximo seria reduzido para 1 milhão.

Nós já estávamos todos acertados em votar o projeto como veio da Câmara, e eles não notificaram as lideranças no Senado desse entendimento havido na Câmara e só o fizeram no último momento que nós estávamos fazendo a relatoria de Plenário.

Nós, naturalmente para respeitar o acordo político, ratificamos esse acordo entre todos os líderes do Senado e fizemos essa alteração de... Desse percentual, desse valor da multa. O pico máximo reduzindo de 3 milhões para 1 milhão e significando, portanto, que o projeto teve essa alteração no plenário e voltou para a Câmara para ratificar essa alteração que já era um acordo celebrado lá.

É uma alteração simples, eu creio que se tivermos votação na Câmara mais rápido possível este projeto será sancionado, porque ele é fruto de um acordo entre todos os envolvidos do setor privado, o próprio Governo, a base governista e as demais lideranças partidárias.

Cria-se, portanto, a Lei Geral do Turismo que vai ordenar toda a ação de turismo no Brasil, juntou toda a legislação existente, as perspectivas de futuro e estabelece, portanto, os marcos regulatórios para a questão do turismo no Brasil.

Então, a nossa expectativa é que a Câmara faça essa aprovação dessa alteração o mais rápido possível, e o projeto seja encaminhado para sanção. Creio eu que aí estarão estabelecidos efetivamente as regras da política de turismo no Brasil.

Então, esse foi um fato que, mesmo não tendo sido passado nesta comissão, foi em razão desses entendimentos havidos entre todos os líderes e os presidentes das várias comissões em que o projeto deveria transitar aqui no Senado. Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Por favor, tem a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu gostaria de, em primeiro lugar, reconhecer mais uma vez a importância dos trabalhos que aqui foram desenvolvidos no primeiro semestre por esta Comissão de Desenvolvimento Regional, que enfoca problemas de todas as regiões do país, destacando as regiões que estão em pleno desenvolvimento – as regiões Nordeste, Centro-Oeste e

Norte, onde nós podemos ver através dos debates aqui travados e das proposições aprovadas que foi positivo o resultado desta comissão no primeiro semestre.

Um assunto polêmico, por exemplo, que chamou atenção desta comissão, é dos municípios brasileiros que perderam recursos substanciais do Fundo de Participação em decorrência dos novos levantamentos feitos pelo IBGE. Foi um assunto realmente que mereceu atenção desta comissão e os esclarecimentos foram aqui prestados pelo presidente do IBGE, e nós chegamos à conclusão de que a legislação brasileira, no que diz respeito à fixação dos índices de Fundo de Participação em razão do aumento ou redução das populações, precisa ser alterada de modo a garantir um equilíbrio maior entre os municípios brasileiros.

Nós sabemos que mais de 400 municípios, em função dessa nova metodologia, perderam recursos importantes que poderiam ser aplicados em obras de infra-estrutura urbana, rural, educação e saúde, e com essas perdas houve um protesto generalizado. Mas... Em compensação, outros municípios que até não haviam reivindicado novas áreas para o aumento dos seus territórios ou de suas populações não fizeram qualquer reclamação. Significando dizer que aqueles que ganharam ficaram silenciosos numa forma de expressão de manifestação de sua alegria ou de sua vitória, enquanto os demais que perderam receitas aqui vieram bater às portas desta comissão para verificarmos as possibilidades de uma mudança. Só através de uma outra legislação ou de plebiscitos que possam ser realizados nos municípios para que as populações consultadas decidam se aquela área deve pertencer a este ou àquele município. Então, não só a legislação como também a Constituição tem que ser obedecida.

Portanto, Sr. Presidente, esta comissão desenvolveu o seu papel com muita eficiência sob a presidência da Senadora Lúcia Vânia e de V.Ex^a, e eu tenho certeza que até o final da gestão da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Adelmir Santana haveremos de contribuir para mudanças importantes em nossas regiões, que estão se desenvolvendo a olhos vistos em razão da política econômica que está sendo desenvolvida pelo atual Governo com um ajuste fiscal que tem repercussões, de um modo geral, nos investimentos e também com um cuidado bastante acentuado com o processo inflacionário, que não pode reconhecer que este é o grande imposto que poderia incidir sobre a vida dos mais pobres.

Portanto, a minha palavra aqui é de regozijo, de alegria, de satisfação em virtude do trabalho profícuo realizado por esta douta comissão. Agradeço a V.Ex^a, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Obrigado, Senador. Eu queria ratificar e confirmar a sua participação quando se discutia a metodologia utilizada pelo IBGE na contagem da população brasileira, participação que V.Exª teve aqui nesta comissão e que eu também presenciei, abordando essa questão com muita propriedade, porque a metodologia nem sempre é censitária, né? Às vezes é por amostragem, muitos municípios tiveram mudanças consideráveis nessas questões de Fundo de Participação dos Municípios. V.Exª teve uma participação efetiva e mostrou aqui quando do encontro com o presidente do IBGE as várias disparidades havidas nesta questão da metodologia utilizada para a contagem de população.

Eu queria ainda aproveitar este nosso encontro de avaliação do semestre, mas para chamar atenção que se dará, que está previsto acontecer no mês de novembro o X CBRATUR, em 2008, que é o Congresso Brasileiro das Atividades Turísticas que vem sendo feito tanto aqui na Câmara e em conjunto, sob os auspícios da CNC, a Confederação Nacional do Comércio.

Então, está sendo... Já foi na Câmara examinada essa matéria pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o tema é: A Copa do Mundo de 2014 – Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento do Turismo.

Esse Congresso Brasileiro de Atividade Turística, o CBRATUR, todos nós nos recordamos que foi exatamente um desses congressos que surgiu a própria sugestão dos candidatos à Presidência da República, todos candidatos tiveram nesse congresso debatendo e assumindo compromissos da criação do Ministério do Turismo. Foi dali que saiu a criação do Ministério do Turismo quando da eleição do Presidente Lula e ratificado no seu segundo mandato. Então, o X CBRATUR está nessa temática: A Copa de Mundo 2014 – Oportunidade e Desafios para o Desenvolvimento do Turismo.

A previsão de realização é dia 25 de novembro, das 10 às 18 horas, daquele dia com uma temática... Haverá naturalmente o credenciamento daqueles que quiserem participar no primeiro momento, entre 9 e 10 horas, das 10 às 12 horas solenidade de abertura, prevendo-se a presença do Ministro do Turismo, Ministro do Esporte, Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Presidente da CNC, que é o mentor do acontecimento, o Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, a nossa Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, o Presidente da Frente Parlamentar do Turismo e personalidades a critério das comissões que vão formular os convites.

Haverá um almoço e em seguida, à tarde, teremos dois painéis.

Um painel: Turismo de Grandes Eventos Esportivos – sob a coordenação de um parlamentar ainda a ser escolhido, um representante da Organização Mundial de Turismo e da FIFA.

O segundo painel é: Políticas de Poder Executivo para a Copa do Mundo – também coordenado por um parlamentar com a presença do Ministro da Fazenda, palestrantes, Ministro da Casa Civil e Ministro do Turismo.

E das 17h00 às 18h00 será aberto um debate com todos os representantes do *trade* com os palestrantes. Esse é um assunto já aprovado na Câmara que eu creio que na nossa primeira reunião após à volta deste recesso a gente pretende submeter à aprovação desta temática.

Queria comunicar também, registrar aqui, que vamos ter uma reunião técnica parlamentar dos membros da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado e do Turismo da Câmara entre o dia 21 e 24 de agosto, cujo tema é: “O Turismo e o enfrentamento das mudanças climáticas”.

Esse encontro se dará no Pantanal Mato-grossense. Também aqui aparece a coordenação da CNC que vai ceder o espaço, bem como a estadia lá nessa área para a discussão destas questões.

Então, vamos fazer esse registro, mas já está previamente estabelecida essa data, de 21 a 24 de agosto, para um encontro na Estação Pantanal do SESC, em Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso.

Feitas essas considerações, nós, Srs. Senadores, damos por encerrada a nossa reunião e agradecendo a presença. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h20.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e um minuto do dia nove de outubro do ano de dois mil e oito, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores João Pedro, Adelmir Santana, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Cícero Lucena, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Marco Antonio Costa, Marconi Perillo e João Tenório. Deixam de comparecer os demais

membros da Comissão. Comparece, ainda, o Senador Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo primeira destinada à apreciação de proposições. **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece minuta de parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Presidente da Comissão designa a Senadora Rosalba Ciarlini Relatora *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador João Pedro, que propõe a apresentação do Requerimento nº 09, de 2008, que requer, “com base no artigo 101, I do Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acerca da constitucionalidade do PLS nº 212, de 2008, para, somente após o parecer dessa Comissão, analisar-se-á o mérito do Projeto em epígrafe”. A Comissão aprova o Requerimento nº 09/2008-CDR, de autoria do Senador João Pedro, de envio da Proposição à CCJ. **Item 02**-Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2008-Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Marco Maciel que apresenta parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Rosalba Ciarlini, Marco Maciel e José Nery. Não havendo mais quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CDR. A segunda parte da reunião, destinada à discussão do parecer preliminar oferecido pela Relatora Senadora Lúcia Vânia ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de

2006-Complementar, que institui a recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO; e à discussão do parecer preliminar oferecido pelo Senador Cícero Lucena ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008, que autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-oeste S.A é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 09/2008-CDR, de autoria do Senador João Pedro, que requer, “com base no artigo 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acerca da constitucionalidade do PLS nº 212, de 2008, para, somente após o parecer daquela Comissão, analisarmos o mérito do projeto em epígrafe”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 01 MINUTO.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares que nós vamos apenas ler, nós vamos ler o relatório do Senador Marco Maciel em função da necessidade que ele tem de se ausentar. E à medida que nós tivermos outros Senadores, nós colocamos em votação. Nós vamos colocar apenas em discussão a matéria para que o Senador Marco Maciel possa ser liberado.

Eu proponho a inversão da pauta colocando em votação o item nº. 2, cujo relator é o Senador Marco Maciel. Projeto de Lei do Senado nº. 239/2008 complementar não terminativo. Projeto altera a Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989 que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea C da Constituição Federal, e institui o

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências para o fim regulamentar, o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais.

A autoria deste projeto é do Senador Tasso Jereissati, relator Senador Marcos Maciel. Parecer favorável ao projeto com as emendas nº. 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Observação à matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos com decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu parecer.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Sras. e Srs. Senadores, especialmente, uma menção ao nobre Senador José Nery. Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado PLS nº 239/2008 complementar, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati, que visa regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais.

O art. 1º do Projeto acrescenta § 3º ao art. 2º da Lei nº 7.827 de 1989 para dispor que as instituições financeiras deverão assumir, pelo menos, 50% do risco de crédito decorrente das operações financeiras lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Nordeste – FNE, e do Centro-Oeste – FCO.

O art. 2º, por sua vez, contém a cláusula de vigência. Segundo o autor do Projeto, a quem já aludi, o Senador Tasso Jereissati, sua iniciativa visa proteger o patrimônio dos Fundos. Ainda segundo a justificção, a concessão de empréstimos com risco integral para os Fundos, isenta por completo os agentes financeiros do risco de crédito, o que teria reflexo no zelo com que esses fazem análise da viabilidade das operações, pois não assumem responsabilidade, caso o tomador não venha a honrar os seus compromissos.

O compartilhamento obrigatório do risco operacional em que os agentes financeiros teriam a responsabilidade de, pelo menos, 50% do eventual saldo a descoberto, ou em situação de inadimplência, teria como consequência natural a melhoria da análise de cada operação de crédito e traria a maior segurança contra a preservação dos patrimônios ou do patrimônio dos Fundos. A proporção foi distribuída, quando a nobre Senadora Lúcia Vânia chamou atenção, às Comissões de Desenvolvimento, Regional e Turismo – CDR e de Assuntos Econômicos – CAE, cabendo à

última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise do projeto: o PLS 239/2008 complementar está de acordo com os ditames da Constituição Federal, que estabelece em ser competência privativa da União, legislar sobre política de crédito nos termos do inciso VII do art. 22 e assegura ao Congresso Nacional a atribuição de dispor sobre todas as matérias de competência da União, entre elas; operações de crédito e planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento nos termos dos incisos II e IV do art. 48. Além disso, a proposta em análise não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com o regimento interno do Senado Federal.

A iniciativa do nobre Senador Tasso Jereissati tem o mérito de defender o patrimônio dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Na atualidade, esses Fundos são os únicos efetivos instrumentos de promoção de atenuação das desigualdades inter-regionais do desenvolvimento do país, pois, lamentavelmente, a questão regional foi alijada da pauta de prioridades nacionais. O tratamento dado pelos gestores da política econômica aos Fundos Constitucionais de Financiamento é ilustrativo dessa situação.

O não processo de repactuação das dívidas dos produtores rurais, o Tesouro Nacional assume o ônus decorrente nas regiões Sul e Sudeste, mas nas demais regiões, as perdas são atribuídas aos Fundos, o mesmo se passa com os custos decorrentes do apoio à agricultura familiar e a reforma agrária. Enquanto nas regiões mais desenvolvidas os incentivos são custeados pelo Tesouro Nacional, nas regiões menos desenvolvidas cabe aos Fundos absolver esses custos.

A mesma atitude dos gestores da política econômica é facilmente constatada na atual proposta de reforma tributária em tramitação. O fortalecimento da capacidade dos governos estaduais para realizar investimentos estruturantes, e com isso atrair novos empreendimentos produtivos da iniciativa privada, será custeado com 40% dos recursos dos Fundos, que assim reduzirão o apoio aos setores produtivos, pois seus recursos são transferidos para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais, ou seja, não haverá recursos novos, adicionais, mas apenas uma nova rotulagem de verbas federais que têm origem em recursos destinados pelos Constituintes de 88 para regiões menos desenvolvidas.

Adicionalmente, Senadora Lúcia Vânia, na mesma linha de conduta e de indiferença com as perspectivas das regiões menos desenvolvidas, quando os gestores da política econômica decidiram sanear as instituições financeiras federais, foram transferidas como perdas patrimoniais dos Fundos as operações realizadas pe-

los seus agentes financeiros até 30 de novembro de 1998. O caput do art. 13 da Medida Provisória 2.196-3 de 24 de agosto de 2001, assim estabeleceu, art. 13: fica o Banco do Brasil, o Basa e o BNB desobrigados do risco relativo às operações realizadas até 30 de novembro de 1998, com recurso dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, respectivamente.

Sobre o total dos créditos dos fundos baixados como prejuízo temos as seguintes informações: FNE balancete de 2008: 6.391,5 milhões; FNO balancete da mesma data: 1.873,6 milhões; FCO período 2000 a abril de 2008: 930 milhões. O grande volume das operações baixadas como prejuízo no montante global de 9,2 bilhões é o total decorre sabidamente das operações contratadas até 30 de novembro de 1998, que eram inicialmente de risco dos bancos e passaram a ser de risco dos fundos, de acordo com o mencionado art. 13 da MP 2.196-3 de 2001.

As normas para realização de provisões baixas de operações dos fundos, como prejuízo, foram estabelecidas pela Portaria Ministerial MI e MF Ministério do Interior e Ministério da Fazenda nº 1 de 15 de janeiro de 2005.

Em função dessa portaria, no FNE, foram baixadas como prejuízo no ano de 2006 operações no total de 6.053,3 milhões, no entanto, coube ao Tesouro Nacional assumir os custos decorrentes do saneamento das instituições federais, como CEF – Caixa Econômica Federal e BNDS, ou seja, na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste onde há os Fundos, poupam-se os recursos do Tesouro Nacional em detrimento da capacidade de promoção e desenvolvimento destas regiões menos desenvolvidas.

A falta de prioridade da questão regional também pode ser percebida na execução orçamentária e financeira dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, do Nordeste – FNDE. No período de 2001 a 2008, o Congresso Nacional aprovou dotações para o FDA que somaram 4,5 bilhões para o FNDE e 6,5 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Na Amazônia, apenas 475 milhões, ou 10% do montante das dotações aprovadas pelo Congresso Nacional, foram desembolsadas pelo FDA em apoio à realização de investimentos em sua área de atuação, em infra-estrutura e serviços públicos, e empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas. Enquanto isso no Nordeste o FNDE não desembolsou um só real.

Retornando ao tema em análise, Sra. Presidente e Srs. Senadores, observa-se que desde 1990 se instaurou um costume de financiar políticas públicas nas

regiões menos desenvolvidas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, que constituem uma burla ao preceito legal estabelecido no inciso X do art. 3º da Lei nº 7.827 de 1889, que veda a aplicação dos seus recursos a fundo perdido. E cito o dispositivo, art. 3º, respeitadas as disposições dos Fundos Regionais do Desenvolvimento serão observadas as seguintes diretrizes na formulação dos programas de financiamento de cada um dos fundos: inciso X, proibição de aplicação de recursos a fundo perdido. Desconhecendo essa legislação a União estabeleceu diversas vinculações dos recursos dos fundos ao desenvolvimento de várias linhas de atuação de entidades e programas federais, além, do saneamento financeiro do BNB, Basa e Banco do Brasil. Assim faz-se necessário alterar alguns dispositivos legais vigentes impregnando-os com o princípio proposto pelo Senador Tasso Jereissati autor da proposição, no sentido de compartilhamento compulsório entre os Fundos e seus agentes financeiros do risco das operações de crédito.

As emendas que eu proponho, Sra. Senadora Lúcia Vânia, Srs. e Sras. Senadoras, membros da Comissão, as emendas que proponho a seguir são todas nesta linha de proteção do patrimônio dos Fundos Constitucionais de Financiamento, pois no que diz respeito ao mérito adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati. No entanto, para atender a técnica legislativa apresento quatro emendas com ajustes em dispositivos legais vigentes que tratam da aplicação dos recursos dos Fundos, mas estão em desacordo com o fulcro da proposição em análise. Voto: diante do exposto, Sra. Senadora Lúcia Vânia, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado 239/2008 complementar, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati com as seguintes emendas e com a renumeração do artigo relativo à cláusula de vigência. Emenda nº 1 CDR PLS 239/2008 complementar: dê-se ao art. 1º do PLS 239/2008 complementar, a seguinte redação: art. 2º da Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989 passará a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos: 3º e 4º. Art. 2º § 3º as instituições financeiras deverão assumir, pelo menos, 50% do risco de crédito decorrente das operações financeiras lastreadas com recursos dos fundos de que trata o caput deste artigo. § 4º é vedada a assunção pelos fundos do risco de operações financeiras contratadas com recursos de outras fontes, assim como da perda de risco do banco administrador, no caso de operações realizadas com recursos dos mencionados fundos.

A emenda, que a seguir apresento, acrescenta art. 2º do PLS a que me reporto a seguinte redação: art. 2º o caput e o § 2º do art. 7º da Lei 9.126 de 10 de

novembro de 1995 na redação dada respectivamente pela Lei 10.186 de 2 de fevereiro de 2001 e pela Lei nº 11.011 de 20 de dezembro de 2004 passarão a vigorar com a seguinte redação art. 7º: os bancos administradores aplicarão 10% dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste para financiamento, assentamentos e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como, a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, Banco da Terra instituído pela Lei Complementar nº 93 de 4 de fevereiro de 1998, estabelecendo em 50% o risco operacional do banco administrador cabendo igual proporção do risco ao respectivo fundo.

§ 2º os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, ainda não beneficiados com crédito direcionado, exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais que assumirão, pelo menos, 50% do risco que poderá ser compartilhado com respectivo fundo constitucional observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.

A emenda, que eu também apresento a seguir, na condição de relator, acrescenta art. 3º ao PLS 239/2008 de autoria do Senador Tasso Jereissati, com a seguinte redação: art. 3º o art. 6º dígito A da Lei 10.177 de 12 de janeiro de 2001, na redação dada pela Lei 11.011, de 20 de dezembro de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação: art. 6º nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir da publicação desta Lei, a beneficiários dos grupos B, A e C, PRONAF e Semi-Árido, PRONAF floresta integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF o risco operacional pelo respectivo fundo de financiamento limitar-se-á 50% adotando a política de zona e tratamento com relação aos demais preceitos previstos no projeto do Senador Tasso Jereissati.

Parágrafo Único: nas operações formalizadas com risco compartilhado entre o agente financeiro e o respectivo Fundo Constitucional de Financiamento realizado no âmbito do PRONAF nos termos do caput deste artigo, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN – destinado à cobertura dos custos decorrentes da operacionalização do Programa.

A última emenda dá ao PLS 239 a seguinte redação: “altera a Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989,

a Lei nº 9.126 de 10 de novembro de 1995 e a Lei 10.177 de 2 de janeiro de 2001 que tratam dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Este é o meu parecer, Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Para discutir o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só esclarecer a questão quando nós falamos do Fundo do Nordeste, Senador Marco Maciel, está incluída a parte mineira do Nordeste, evidentemente...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Evidente. Dizem que o Brasil é muito grande, mas em Minas é maior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então está esclarecido. Agora no FCO nós queríamos incluir também o pedaço ali de triângulo mineiro, mas acabamos não conseguindo incluir no Centro-Oeste.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não, senhor, não conseguiu não. Estamos brigando ainda.

Eu gostaria de alertar aos Srs. Parlamentares que esse projeto é um projeto extremamente importante para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É um projeto que vem proteger os Fundos de Desenvolvimento Regional, e acredito que será muito importante a discussão dele em função das modificações que foram feitas pelo Senador Marco Maciel, modificações que são emendas mais de redação, não é Senador?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Porque o espírito do projeto está preservado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O espírito do projeto está preservado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria apenas só de dizer...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente Senadora Lúcia.

Eu só gostaria aqui de dizer do quanto, como nordestina, e desde o trabalho realizado pelo Senador Tasso e com a relatoria importante e brilhante do Senador Marco Maciel que esse projeto é de fundamental importância para nossa região, porque ele vai fazer justiça a uma região muito injustificada que o que temos é fazer com que possamos ter mais condições de sermos tratados mais por igual que, de certa forma, por ser uma região mais pobre e mais carente. E

aí inclui, sem dúvida, parte de Minas, que o Senador estava preocupado, da região também que precisa mais de apoio.

Então, dizer que, realmente, esse projeto é de fundamental importância para a nossa região, para o nosso desenvolvimento e para fazer justiça social.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É importante observar, no relatório do Senador Marco Maciel, um fato que nós observamos após a criação da SUDAM e SUDENE, que o desembolso de recursos nessas áreas foram praticamente inoperantes. Foi muito pequeno o investimento que foi feito. E segundo estudo da consultoria, isso se deve aos entraves criados pelos vetos apostos pelo Presidente da República.

Nós estivemos com o Ministro da Fazenda, com o Dr. Api(F), que trata da negociação dessa questão da SUDAM e SUDENE, e ele propôs que nós fizéssemos no relatório da SUDECO, a correção relativa a esses vetos, para desembaraçar mais rápido a questão da SUDAM e SUDENE. No entanto, até hoje nós não conseguimos uma redação que atendesse àquilo que os consultores, os parlamentares do Nordeste entendem ser necessário fazer, principalmente, em relação à SUDENE. Então, nós estamos nesse impasse. Devemos resolver isso esta semana, mas eu quero alertar para a grande dificuldade, que já foi alertada aqui nesse relatório, a grande dificuldade de desembolso que têm hoje os fundos em função dos entraves provocados pelos vetos da Presidência da República, em relação à SUDAM e SUDENE.

Nós ficamos...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se a Senadora Lúcia Vânia me permitir eu gostaria de observar que talvez valesse a pena também abrir uma frente que a senhora tinha conseguido estabelecer com a Presidência do Senado, no sentido de incluir os vetos a postos a lei que recriava a SUDENE para que nós possamos apreciando-os no Congresso Nacional rejeitar alguns desses vetos, e permitir, com isso, que a SUDENE, a SUDAM e a SUDECO voltem a operar no fortalecimento e desenvolvimento regional das regiões citadas.

Eu acredito, eu sei que não é fácil derrubar um veto presidencial, mas acontece que, um sentimento generalizado na Casa, pelo Ministro do Senado [ininteligível], mas acredito também na Câmara que as nossas regiões estão muito debilitadas sem esse apoio. E mais, eu sinto também que desapareceu do mapa, aliás, o Senador Tasso Jereissati se reporta a isso no seu projeto, desapareceu praticamente do mapa a preocupação regional. O Brasil é um país de grandes dimensões territoriais, de também, grande

significação demográfica, e não vejo outro caminho para promovermos o desenvolvimento mais equânime do país, menos assimétrico do país, senão através de políticas regionais de desenvolvimento.

Aliás, isso até tem muito a ver com a questão da federação. Quer dizer, nós somos um Estado Federal, se tem que olhar para as diferentes regiões e olhar mais para quem tem menos condições de promover o seu desenvolvimento. E acho que a luta que V. Exa. Senadora Lúcia Vânia move em relação a emendas na área do orçamento eu acho não elide a possibilidade também de tentarmos votar a lutar para incluirmos a análise dos vetos da SUDENE, SUDAM e etc. no Congresso Nacional.

Faço até uma justiça ao Senador Garibaldi Alves Filho, ele ao assumir chegou a realizar duas sessões para apreciar vetos. E eu tinha feito um levantamento, e eu vou encerrar. Eu tinha feito um levantamento e havia 1.070 vetos. Aí nas duas sessões caiu o número de vetos, talvez para novecentos e um quebrado. E eu adoto o sistema de contar o seguinte, porque às vezes há uma controvérsia. Eu conto o seguinte: projeto vetado totalmente, aí então um veto. Se há um projeto que teve vetos parciais, tem 5 ou 6 dispositivos vetados, eu conto 6 ou 5 dispositivos vetados. Então, é uma aproximação de 70. Mas como as duas sessões realizadas no Congresso Nacional, talvez nós tenhamos conseguido reduzir uns 70, 80. Mas acontece que depois disso já o Presidente vetou muitas outras proposições, então talvez já tenhamos passado 90 mil vetos sem apreciação. Então era o caso de uma reunião de líderes listar o que é prioritário e tentar dar um novo tratamento à região. Desculpe a demora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria, inclusive, de solicitar aos Parlamentares, principalmente, do Nordeste que forma uma bancada maior que a gente fizesse uma visita ao Senador Garibaldi esta semana, mas em grupo como nós fizemos a primeira vez quando tratamos dessa questão. Eu acho que é importante a gente não deixar morrer esse assunto, principalmente, que o ano está acabando e nós não conseguimos resolver. E acho que à medida que a gente coloca em evidência, a necessidade de votar os vetos, facilita o acordo. Eu então marcaria a semana que entra para gente fazer uma visita ao Senador Garibaldi, e solicitaria aos Srs. Parlamentares, o Sr. Senador Marcos Maciel, que nos acompanhasse para que a gente abrisse essa negociação e pusesse fim nessa pendência em relação à SUDAM e SUDENE. São dois anos de luta que nós estamos tentando reverter a atuação, e até hoje ficou apenas em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Lúcia Vânia, eu acho que a sua idéia realmente é muito importante. Agora, gostaria de lhe sugerir que não somente a Comissão de Desenvolvimento, Regional e Turismo fosse, mas que nós fizéssemos uma mobilização dos Parlamentares da região Nordeste, da região Norte e da região Centro-Oeste, que onde estão exatamente essas questões da SUDENE, SUDAM e SUDECO. Porque o que nós temos observado, e que a senhora, todos nós nordestinos, e também os que estão ligados à SUDAM e à SUDECO é que infelizmente, foram criados como instrumento de promoção para o desenvolvimento de incentivo, às mais diversas atividades produtivas, inegavelmente, e aí entra atividades agropecuária. E o que nós estamos vendo é que os recursos do Fundo Constitucional estão sendo utilizados como transferência de renda e não é isso. Eles foram criados como um instrumento de promoção, de desenvolvimento. A transferência de renda são vários programas que o governo tem transferência de renda no Brasil todo, mas não que sejam utilizados esses recursos em função, esses devem ser destinados a estimular as atividades produtivas e fazer com que promova o desenvolvimento.

Então eu acho que a senhora está, Presidente, está viajando, acredito que retornará na próxima semana, está em missão, Portugal. Eu, desde já, se a audiência for na próxima semana não vou poder estar presente, porque eu estou indo para participar da OIT, onde, inclusive, vamos ter uma reunião muito importante para nós mulheres, vai ter uma interparlamentar feminina, eu estou indo representando todas nós mulheres brasileiras, exatamente vamos ter a oportunidade de debater sobre as políticas de luta contra a discriminação. Nós já avançamos bastante, mas ainda existe muito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o projeto de autoria do Senador Tasso Jereissati, tem por objetivo regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais, nos remete, de fato, a uma discussão sobre a importância desses Fundos Constitucionais, o que eles podem, de fato, representar para o desenvolvimento regional e, de certa forma, para diminuir essa diferença regional tão gritantes em nosso país, especialmente, nas três regiões em que esses Fundos podem e devem cumprir, de certa forma, cumpriram, embora, tenhamos uma avaliação mesmo quando da utilização desses recursos em projeto de desenvolvimento regional, sobretudo, na Amazônia e no

Nordeste, que conheço com maior profundidade, nós temos percebido que há uma necessidade, cada vez mais, de fazer uma fiscalização em relação à aplicação desses recursos, porque ao percorrer a Amazônia encontramos dezenas de empreendimentos para o qual foram levantados recursos dos Fundos Constitucionais, e que, evidentemente, não conseguiram se estabelecer, se consolidar e que resultou via de regra num prejuízo para o que nós queríamos que fosse o desenvolvimento da região.

Então nós temos encontrado, pelo menos no Estado do Pará, empreendimentos agropastoris, principalmente, que foram abandonados, seja por conta da falta de planejamento, da implementação daqueles projetos, seja pela falta de seriedade dos tomadores desses empréstimos, desses recursos para a realização, daquelas atividades produtivas, de modo que, estabelecer garantias para que esses créditos, de fato, possam ser aplicados e que o Estado, o país, a região não venha sofrer prejuízo com a inadequada aplicação desses recursos, creio que é uma preocupação bastante fundamental e importante.

Em relação ao tratamento que tem sido dispensado historicamente às nossas regiões, creio que é importante essa mobilização política das bancadas do Centro-Oeste, do Nordeste e, especialmente, do norte da Amazônia, principalmente, no que diz respeito à lei de criação da SUDENE e da SUDAM, e aquelas definições que foram detectadas e que teria para nós um caráter fundamental na aplicação, na realização desse projeto de desenvolvimento regional, creio que é fundamental se trabalharmos pela derrubada dos vetos e estou de acordo com a mobilização que a senhora propõe, e irmos ao Presidente Garibaldi no sentido de que possamos apreciar esses vetos ainda esse ano em sessão do Congresso Nacional.

Essa iniciativa que V. Exa. propõe, de fato, precisa contar com o apoio de todas as lideranças políticas, dessas três grandes regiões brasileiras historicamente as que têm recebido menor volume de recursos para a promoção do seu desenvolvimento, razão pela qual eu me associo a essa sua iniciativa, a essa convocação com a certeza de que esse movimento vai propiciar uma redefinição naquilo que foi aquela iniciativa de criação da SUDENE e da própria SUDAM, de fato, que possamos ter por completo esse papel da SUDENE e da SUDAM na sua integralidade conforme foi projetado inicialmente para que essas regiões possam desfrutar de um volume maior de recurso e de condições para aplicação desse recurso no desenvolvimento regional. Portanto, o tratamento relativo à regulamentação desses créditos, desses recursos, dessas operações financeiras com Fundos Constitucionais precisam, sim,

de garantias e de condições adequadas para que não possamos assistir o desperdício de recursos como nós temos presenciado.

São muitos os empreendimentos, são muitas as denúncias do mau uso desses recursos, inclusive, nós estamos acompanhando, com o vivo interesse, os processos que são protocolados pelo Ministério Público Federal em relação a várias operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais que estão em nossa região sob suspeita de corrupção, de fraude e má aplicação.

E em relação, ainda, aos Fundos Constitucionais, eu queria lembrar aqui, o protagonismo que teve a região Norte, especialmente no Estado do Pará na democratização desses recursos, inclusive, através da mobilização popular, social ocorrida lá em 1981, conseguimos com que os Fundos Constitucionais fossem direcionado a uma parcela da população que estava excluída esse recurso. A criação do chamado FNO Especial foi fruto da mobilização dos trabalhadores rurais, dos pescadores que tive a honra de participar naquela época, Senador Maciel, quando membro da equipe de Educação Popular da Fase que acompanhava os movimentos dos trabalhadores rurais, dos pescadores no Estado do Pará, especialmente, na região do Baixo Tocantins, em particular, e que nós fizemos um grande movimento para a desburocratização do FNO e a garantia de uma parcela desses recursos que ficou consignado num programa chamado FNO Especial, em que um volume de recurso foi destinado à agricultura familiar e à pesca com uma taxa de juro muito inferior ao conjunto dos recursos emprestados com o recurso do fundo.

E isso, foi fruto da mobilização social que gerou, posteriormente, a criação do PRONAF, o PRONAF é fruto dessa experiência da luta popular que desburocratizou e, de certa, forma deu um tratamento, procurou um tratamento diferenciado da aplicação numa parte dos recursos do Fundo Constitucional do Norte. Portanto, essa iniciativa do Senador Tasso Jereissati aqui relatado pelo Senador Marco Maciel fica muito patente a preocupação com a boa aplicação desses recursos, com o bom planejamento e que nós não ficamos, não temos que assistir, e temos que acompanhar, como fazemos hoje, o Ministério Público Federal processa vários tomadores desses empréstimos com esses recursos do Fundo Constitucional porque promoveram com eles a corrupção, não aplicaram corretamente, desviaram recursos, fraude de toda natureza. Portanto, é meritório, é importante essa iniciativa aqui proposta pelo Senador Tasso e aqui relatada, brilhantemente, pelo Senador Marco Maciel. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu solicitaria aos Srs. Parlamentares que aguardassem um minutinho que falta uma pessoa para o quorum, e nós podíamos colocar isso em votação.

Eu quero alertar que o momento de escassez de crédito, esses Fundos são extremamente importante para nós, nós temos que dar agilidade a isso, e fazer com que o projeto vá para a Comissão de Assuntos Econômicos para que a gente possa realmente ter um bom resultado num ano que promete ser um ano difícil, o ano de 2009.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, eu queria dizer a V. Exa. que, lamentavelmente, eu tenho que me dirigir à Comissão de Orçamento, que já estou atrasado há 40 minutos, e deixei a Comissão de Assuntos Sociais, eu estava participando de uma sessão, para vir aqui prestigiar essa sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi cancelada.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Foi cancelada? Então não tem atraso.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Alguém mais deseja discutir a matéria?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sugiro a Presidência suspender a sessão, reabrir quando houver quorum para que possamos...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só uma pergunta...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senadora Rosalba, eu simplesmente, queria fazer uma colocação porque tenho, pelo menos, um avião agora e daí porque eu não posso esperar mais, mas como eu sou relator, fui relator consta o meu voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não há necessidade da sua presença, Senador. Eu acho que o senhor já leu, já explicou o projeto.

Eu vou aguardar mais um pouquinho, e se não tiver o quorum, a gente suspende para votar na próxima terça-feira, talvez, quando a gente possa ter o quorum definido.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a compreensão da Senadora Lúcia Vânia, e quero...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu vou suspender por 5 minutos, se não houver, após esses 5 minutos, não houver quorum, nós suspendemos para a próxima terça-feira.

[sessão suspensa às 10h42]

[sessão reaberta às 10h44]

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia. Havendo número regimental declaro aberta a reunião. Em votação a matéria. Sras. e Srs. Parlamentares que conformam com o relatório, permaneçam como se acham. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 2 da pauta. Só mais um. O item 1 altera a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 Estatuto da Cidade para instituir diretrizes a ser observada pelos municípios, com vista a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive, aquelas reservadas para a moradia de trabalhadores domésticos.

Autoria Senador Cristovam Buarque, relator Senador Jayme Campos favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Solicito a Sra. Senadora Rosalba para proferir como relatora *ad hoc* este relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sras. Presidentes, V. Exa., como sempre, me honra muito dando essa missão de substituir aqui o relator Senador Jayme Campos. De autoria do Senador Cristovam Buarque, o Projeto de Lei nº 212 de 2008 altera a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para instituir diretriz a ser observada pelos municípios com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive, aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.

Como expõe a justificação do projeto, compete aos municípios nos termos do art. 182 da Constituição Federal executar política de desenvolvimento urbano, conforme as diretrizes gerais fixadas em lei federal. Assim, o autor da proposição pretende incluir no Estatuto da Cidade diretriz com vista a assegurar que os espaços destinados aos trabalhadores domésticos sejam regidos de maneira respeitosa.

Análise do projeto. O projeto atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade nos termos do art. 21 da Constituição Federal, compete à União instituir diretriz para o desenvolvimento urbano, inclusive, habitação do que se efetivou nos termos do Estatuto da Cidade. Por força do art. 26, 9º cabe ainda à União, em conjunto com os Estados, Distrito Federal e os municípios promover programa de condição de moradia e a melhora das condições habitacionais. De outra parte ainda existe restrição e iniciativa parlamentar. Como a matéria não integra o campo reservado pelo § 1º do art. 61 a iniciativa é privativa do Presidente da República é lícita a autoria parlamentar.

No mérito trata-se de medida louvável em face de sua importância social. De fato, é, lamentavelmen-

te, freqüente a edificação de cômodos reservados à moradia de empregados ou aos serviços domésticos com dimensão e meios de iluminação e ventilação incompatíveis com a dignidade humana, além do que os graves problemas de acessibilidade.

No entanto, como reconhece o próprio autor da proposição, são escassos os limites da jurisdição federal no campo das normas urbanísticas à vista da distribuição de competência entre os entes federativos estabelecidos no texto constitucional não pode a União invadir o território municipal. Nesse caso as normas federais limitam-se à mencionada prerrogativa de estabelecer diretrizes gerais. Aos municípios a constituição consignou ampla competência para promover o adequado ordenamento territorial. Nesse sentido a lei proposta é cuidadosa, pois evita a fixação de parâmetros numéricos e quantitativos deixados para os códigos de obras municipais. Entretanto, ao limitar-se às dependências utilizadas por trabalhadores domésticos a nova diretriz deixa de promover como se impõe a mesma orientação de respeito à dignidade humana para edificação dos demais cômodos nos prédios urbanos.

Infelizmente é isso que nós assistimos, principalmente, nos apartamentos lugar mais restrito quando muito cabe somente uma cama, sem ventilação, mais insalubre possível. E são trabalhadores que passam o dia todo, muitas vezes, até a noite fazendo as suas funções, e merecem ter um apoio que reflète na sua saúde e na sua condição de rendimento do trabalho.

Então como a questão é uma questão que podemos dizer assim, humana, social, de apoio aos trabalhadores domésticos visa, nesse sentido, as diretrizes gerais vão por lei federal e cada município deverá se adequar dentro do seu código de obras, de postura e obras as observações necessárias quando da autorização do licenciamento para construção de prédios e de moradias. Isso já ficará, com certeza, o município tem essa condição de antecipar na análise dos projetos que são apresentados já ver com muita atenção essa questão seguindo normas que sejam mais adequadas para a proteção do trabalhador doméstico.

Então, ante ao exposto voto pela aprovação do PLS nº 12.212 de 2008 com a seguinte emenda: dê-se o art. 1º do PLS nº 12.218 de 2008 a seguinte redação: o art. 1º do art. 2º da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 passa a vigorar acrescido o seguinte inciso: estabelecimento de normas que assegurem condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto às dependências internas nas edificações urbanas, observados os requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados, inclusive, aos

destinados ao serviço e à moradia dos trabalhadores domésticos.

Esse é o relatório e o voto é pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em constituição a matéria. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sra. Presidente, Srs. Senadores, assim tem discutido se tem tomado iniciativas aqui nesses últimos anos, principalmente, no sentido de fortalecer os municípios. Eu estou lendo aqui, ouvi a justificação, e eu estou aqui primeiro preocupado se o Governo Federal, se a União não está adentrando na competência dos municípios. Eu não sei se não seria conveniente, eu estou com dúvidas aqui nós ouvimos a CCJ sobre essa propositura. Eu gostaria de compartilhar com os nossos Senadores e Senadoras essa preocupação. Se a União não está...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Essa matéria ainda passa pela Comissão de Assuntos Sociais. Eu acho que...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou olhando aqui e estou questionando se ela não é inconstitucional por conta da competência da União, está dando à União, e se isso não é competência do município. Se não era o caso de nós ouvirmos um parecer da CCJ da Comissão de Constituição e Justiça sobre o mérito, eu estou falando do mérito. Eu acho que a iniciativa é importante, mas no mérito eu gostaria que a gente... Estou propondo, concretamente, fazendo esse requerimento oral de nós remetermos essa matéria à Comissão de Constituição e Justiça para opinar sobre a constitucionalidade dessa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Solicitaria a V. Exa. que fizesse um requerimento solicitando o parecer da Comissão de Justiça.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Encaminho em seguida, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não. Então não vamos colocar em votação, uma vez que o projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça por solicitação do Senador João Pedro.

Eu gostaria de dizer, aqui, para os Senadores do Centro-Oeste que eu vou distribuir o parecer preliminar da SUDECO, e também o parecer que nós fizemos, mais no sentido de apontar o desejo desta Casa de participar da discussão da agência de fomento que já tem o compromisso do governo da Casa Civil e da Fazenda, no sentido de criar a agência de fomento da região Centro-Oeste. Apresentamos um Projeto de Lei nessa direção, embora, a iniciativa tenha que ser

do Executivo, a medida provisória está sendo preparada, mas nós entendemos que deveríamos preparar o projeto de lei para que os parlamentares da região pudessem participar da discussão e opinar sobre o assunto.

Em função da ausência de grande parte dos Parlamentares da região, eu suspendo a discussão hoje, e vamos marcar para quarta-feira, por volta das 2h, para que a gente possa realmente bater o martelo na posição da região Centro-Oeste em relação à SUDECO e em relação à criação da agência de fomento da região.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 10h54

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e oito, na sala número 7 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Adelmir Santana, Vice-Presidente da Comissão no Exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores João Pedro, Valter Pereira, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Jefferson Praia, Expedito Júnior, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Jayme Campos e Marco Antônio Costa. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem como objetivo a apreciação de proposições. **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008, não terminativo, que "Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda deles no mercado interno", de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que apresenta Parecer Preliminar concluindo pela apresentação de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Fazenda. A Matéria ainda será apreciada

pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda e Expedito Júnior. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator que conclui pelo envio de Requerimento nº 10/2008-CDR de Informações ao Ministro de Estado da Fazenda. **Item 02**-Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2008, não terminativo, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador José Nery. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada a pedido do Relator. **Item 03**-Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2008, Complementar, não terminativo, que “Altera a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à estrutura institucional da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais”, de autoria do Senador Cícero Lucena, tendo como Relator o Senador José Nery, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos. A apreciação da Matéria é adiada a pedido do Relator. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 10/2008-CDR, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Comissão de Desenvolvimento Regional, sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações: 1 – estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008, na redação proposta; 2 – estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008, com as Emendas nºs 1 e 2 (em anexo); 3 – estimativa sobre possíveis desequilíbrios regionais e o impacto na guerra fiscal decorrentes da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008, com as Emendas nº 1-CDR e 2-CDR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **Adelmir Santana**, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no exercício da Presidência.

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 13 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão. As Srªs. e Srs. Senadores que concordarem, queiram permanecer como encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Temos dois avisos. O primeiro. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhou a todos os Parlamentares comunicado informando que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 38/2008, que é orçamento de 2009, será do dia 29 do 10 a 07 do 11. De posse desta informação, a Secretária da Comissão enviou no dia 22 de outubro, comunicado a todos os membros informando que, caso a Comissão de Orçamento cumpra os prazos previamente estipulados, esta Comissão estará recebendo as emendas ao PL nº 38, Orçamento de 2009, a partir de amanhã, dia 29 de outubro às 09 horas, até o dia 31 de outubro, sexta-feira, às 18 horas. Uma próxima reunião para a análise do Parecer, que será oferecida às emendas, será marcado e comunicado a todos.

O segundo aviso. Esta Comissão recebeu do Exmo. Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente do TCU, o Aviso nº 1096, no qual caminha cópia do acórdão nº 1765 de 2008, TCU, proferida nos Autos do Processo TC 007418 de 2008-4 que, dispõe sobre procedimentos para recebimento, classificação, autuação e tramitação, tratamento atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional, SCM. O referido Expediente será caminhado, posteriormente, aos membros desta Comissão e por meio de ofício circular.

Conforme pauta enviada e, previamente distribuída aos senhores, a presente reunião destina-se a apreciação de proposições. O Item nº 1, Projeto de Lei do Senado de nº 292, de 2008, não terminativo: “Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins

incidentes sobre a venda deles no mercado interno". Autoria é do Senador Expedito Júnior, o Relator é o Senador Antônio Carlos Valadares.

O Parecer preliminar: "Apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Fazenda". Observação: "A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa".

Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares, para proferir o seu Parecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O projeto sob exame é composto de quatro artigos, sendo o art. 3º o que dispõe sobre a cláusula de vigência. O art. 1º altera a redação do art. 6º do Decreto Lei nº 1435, de 16 de dezembro de 1975 que, "Dispõe sobre isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, para produtos fabricados na Amazônia Ocidental, com emprego preponderante de matérias primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, inclusive as de origem pecuária".

A redação proposta amplia o rol de matérias primas admissíveis para os fins de isenção, mencionando expressamente no Inciso I: Em cuja composição final haja preponderância de matérias primas de origem regional provenientes dos segmentos: animal, vegetal, mineral, exceto, minérios do capítulo 26, da nomenclatura comum do Mercosul, Agrosilva pastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definido em regulamento.

O projeto altera, também, a lista dos produtos excluídos da isenção. Pelo § 2º do art. 6º proposto, continuam fora do benefício as armas e munições, o fumo e os automóveis de passageiros. Bebidas alcoólicas e produtos de perfumaria e cosméticos deverão ter o seu processo produtivo básico descrito no projeto submetido à aprovação da SUFRAMA.

A nova redação proposta para o art. 6º, do Decreto Lei nº 1435 de 1975, elimina o dispositivo artigo, § 1º, que autoriza artigo, § 1º, que autoriza a geração de crédito presumido do IPI, sempre que os produtos isentos sejam empregados na embalagem ou industrialização em qualquer ponto do território nacional de produtos efetivamente sujeitos ao pagamento do refiro referido imposto.

O art. 2º do projeto, alterando o art. 28 da Lei nº 10865, de 30 de abril de 2004, determina a redução à zero das alíquotas das contribuições ao PIS/Pasep e Cofins, sobre a receita decorrente da venda dos produtos isentos do IPI, nos termos de art. 1º do projeto. É acrescentado ao mencionado art. 28, § 2º, dispondo que a medida será aplicada pelo prazo de 25 anos, tal como definido do art. 40, do ato das disposições transitórias para a manutenção da Zona Franca de Manaus.

Foram apresentadas duas emendas de idêntico teor, assinadas pelos eminentes Senadores: Senador Alvaro Dias e Senador Arthur Virgílio. Referidas emendas, embora utilizem técnicas legislativas no sentido de refletir maior semelhança com a redação original da art. 6º, do Decreto Lei nº 1435 de 1975, coincidem com o projeto a ampliar o rol de matérias primas admissíveis para os fins de isenção, entretanto, fazem retornar o atual § 1º que, dispõe processo sobre a geração de crédito presumido de IPI para os produtos isentos de que se trata. Igualmente, as emendas propõem a redução a zero da alíquota de contribuições ao PIS/Pasep e Cofins, incidente sobre a receita originada da venda desses mesmos produtos. Após a apreciação por essa Comissão, o projeto irá a Comissão de Assuntos Econômicos, para deliberação em caráter terminativo.

Análise. Nos termos do art. 104 A, Incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios e sob programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Fora de qualquer dúvida, este é o caso da proposição submetida à apreciação.

A proposta vem fundamentada com o argumento de que a gama restrita de produtos que, quando usados como matéria prima proporcionam a isenção do IPI, tem tornado letra morta o incentivo fiscal, tanto que a própria Secretaria da Receita Federal do Brasil, estimou em zero a correspondente renúncia de receita nos anos de 2007 e 2008.

Por outro lado, a Lei nº 11732 de 30, de junho de 2008, reflete o reconhecimento oficial da exasperante restrição do favor fiscal ao abrir, especificamente, para as áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim, um leque maior de matérias primas utilizadas em produtos que gozarão da isenção. Com efeito, aí estão listadas as matérias primas de origem animal, mineral, exceto os minérios, commodities do capítulo 26 da NCM, bem como os produtos de origem Agrosilva pastoril.

Cuida-se, portanto, de criar condições para que haja equilíbrio de incentivos aplicáveis à produção da Amazônia Ocidental, com aqueles originados nas mencionadas Áreas de Livre Comércio e, principalmente, para que tais incentivos tenham efetividade no incremento econômico social da região. Sem prejuízos de mérito da proposição, é necessário atentar para os requisitos que a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, estabelece para as hipóteses de renúncia de receita.

O ilustre proponente, em sua justificção, oferece uma estimativa da ordem de cinco milhões de reais/

ano, todavia, ele próprio introduz um fator de dúvida, ao dizer que a estimativa deveria levar em conta a quantidade de projetos a ser aprovada pela SUFRAMA dado, por hora, desconhecido. Seria prudente, então, consultar o órgão do Governo, que possa melhor informar a estimativa de renúncia de receita que poderá advir da aprovação do projeto.

Face ao exposto, com fundamento no art. 133, Inciso V, letra B, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela apresentação de requerimento desta Comissão ao Sr. Ministro da Fazenda, nos seguintes termos: Requerimento: Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer à Comissão de Desenvolvimento Regional sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações: Primeiro. Estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do projeto de Lei do Senado nº 292 de 2008, na redação proposta. Estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 292 de 2008, com as emendas nº 01 CDR e nº 02 CDR.

Justificativa do requerimento: O projeto de Lei do Senado nº 292 de 2008, objetiva ampliar o rol das matérias primas de origem regional que, aplicadas em bens produzidos na Amazônia Ocidental, possibilitem a eles a isenção do imposto sobre produtos industrializados. Em relação aos mesmos bens, propõe a redução a zero da alíquota das contribuições ao PIS/Pasep e Cofins. Em contrapartida, o mesmo projeto prevê a revogação do § 1º do art. 6º, do Decreto Lei nº 1435 de 16 de dezembro de 1975, que estabelece o crédito presumido do IPI para os bens produzidos na Amazônia Ocidental, com isenção do mesmo imposto. As duas emendas apresentadas visam, principalmente, a manutenção desse crédito presumido.

O cumprimento do disposto no art. 14, da Lei Complementar nº 101 de 2001, Lei de Responsabilidade Fiscal, impõe a necessidade de cálculo da renúncia da receita, que decorreria da aprovação do projeto, no caso, defendendo-se considerar tanto a hipótese de aprovação nos termos propostos, quanto na forma das emendas apresentadas. Fora de dúvidas, que somente o Órgão de Administração Fiscal, integrante do Ministério da Fazenda, poderá fornecer, com segurança, tal estimativa.

Sr. Presidente, não obstante a importância do projeto e os méritos da iniciativa do Senador Expedito Júnior, é de bom alvitre, para que estejamos sempre afinados com a Legislação do nosso País, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, que encaminhemos a quem de direito, ao Ministro de Estado da Fazenda este requerimento, onde nós possamos

saber, exatamente, qual a estimativa de renúncia da receita decorrente da aprovação do projeto e, assim, numa outra oportunidade, conforme a informação que nos for dada pelo Ministro da Fazenda, façamos a tramitação normal do projeto.

Com este, o requerimento não tem nenhum outro objetivo que não seja o de colocar em sintonia os objetivos do Senador Expedito Júnior com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não pode ser ferida em nenhuma hipótese. E, não estou dizendo que sua Excelência está ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, apenas nós queremos conferir as informações que serão dadas pelo Ministério da Fazenda com os objetivos sadios, legítimos do projeto da autoria do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Muito obrigado, Relator. A matéria está em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, antes do autor, mas para ajudar o equilíbrio inter-regional, eu sou de um Estado e o nosso Relator também é da mesma região, eu sou de um Estado do Nordeste/Ceará, nós somos muito acusados de praticar guerra fiscal, muito.

Uma vez, um repórter do Valor Econômico, porque sabia que eu fazia oposição ao Governador Tasso Jereissati, então veio de indagar, se não era um absurdo nós estarmos recebendo empresas com renúncias de até 75% de ICMS. Eu disse: "Eu acho que não está certo, não". Mas, o senhor poderia explicar por que não está certo? Porque se eu fosse o Governador, nessas circunstâncias, eu fazia renúncia de 100% e não de 75%, porque nós não temos política industrial no País, nós não temos uma política de desenvolvimento adequada, equilibrada, que permita que as várias regiões tenham a oportunidade de se desenvolver. E restou a esses Estados praticar guerra fiscal usando o instrumento que tinha, que era o ICMS.

Então, eu gostaria de agregar ao questionamento que V. Ex^a. faz no seu requerimento, se V. Ex^a. Permitir, Relator. Que o senhor também pudesse perguntar ao órgão competente, se nós melhoramos ou se nós complicamos o que nós chamamos de guerra fiscal, se nós aumentamos o desequilíbrio entre as regiões. E, se tivesse uma corrida, assim, de empresa para a nossa região eu não achava ruim, não, eu achava bom, desde que isso não crie um desequilíbrio maior entre as várias regiões. Nós precisamos, essa região precisa ter empresa, o Nordeste precisa de muitas empresas, e acho que o Centro-Oeste também precisa de muitas empresas. Nós estamos muito concentrados em Norte, Centro-Oeste e Nordeste, nós estamos muito concentrados no Sudeste.

Mas, nós também não queremos criar nenhum alvoroço, porque eu sei das resistências que tem, principalmente no Estado de São Paulo, quantas medidas já foram adotadas para impedir que as empresas pudessem sair dali desafogando aquele Estado de levas de trabalhadores que são das nossas regiões e que não encontram outra maneira de trabalhar, se não se deslocar para aquela região, a região Sudeste do Brasil. Então, nós não queremos criar nenhum desequilíbrio para a região Sudeste, o Senador Expedito Júnior longe disso, jamais pensou nisso. E, não queremos que essa região também seja obstáculo aos nossos projetos.

Então era interessante que, meu caro Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, que nós pudéssemos também argüir do Ministro da Fazenda, se nós ajudamos a equilibrar mais o desenvolvimento patrocinando uma política dessa natureza, ou se isso vai causar um desequilíbrio de tal sorte, que o melhor seria buscar outras alternativas. Eu acho que seria prudente também para poder...

V. Ex^a. citou a Lei de Responsabilidade Fiscal e, a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu estou enxergando a responsabilidade da V. Ex^a. com o País inteiro. Por isso, eu queria agregar também essa pergunta que fosse junto com o requerimento V. Ex^a., eu não quero fazer um outro requerimento, eu quero associar o requerimento de V. Ex^a., se V. Ex^a. permitir.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu acato, integralmente, a sugestão do nobre Senador, e eu queria, precisa colocar em termos, Senador Arruda? Colocar por escrito, não é? Tem que ser por escrito? Então, vamos fazer um adendo a esse requerimento colocando mais um item da autoria, como sugestão do nosso Senador Inácio Arruda. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Autor do projeto, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, cumprimentar aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, experiente Senador e eu tenho sempre tentado, como um dos Senadores mais novos nessa Casa, eu tenho procurado me espelhar na experiência daqueles Senadores mais antigos e que, com certeza, prestam um grande serviço à nação.

Esse meu projeto, quando eu apresentei foi no sentido da preocupação que eu estou com a nossa Região Amazônica. Eu vou aqui pegar aqui uma carona nas palavras do Senador Inácio Arruda, já quando estava praticamente encerrando aqui. O problema da Região Amazônica hoje é que nós... Nada pode. Não

pode mais plantar cana de açúcar, não pode mais plantar a soja, não pode mais derrubar, não pode mais queimar, não podemos mais recuperar as áreas degradadas e o desemprego, como disse aqui o Senador Inácio Arruda, o desemprego vai aumentando.

Eu quero resolver o problema da minha região, eu quero resolver problema da Amazônia Ocidental, é a questão do desemprego. Nós temos, com esse projeto a geração de emprego e de renda, eu não tenho dúvida, que nós teremos o maior investimento das indústrias das empresas na Região Norte, é o que nós estamos querendo. Nós estamos querendo industrializar a Região Amazônica, já que não se pode nada, nós temos que pensar que vivem mais de 20 milhões de brasileiros na região, na Amazônia Ocidental.

Quando eu apresentei esse projeto, eu apresentei preocupado com isso. Eu não estou aqui preocupado em abrir uma guerra com o Sul, com o Sudeste, eu não quero, muito pelo contrário, agora, eu tenho que ter alternativas para a nossa região. O gás de urucum não acontece, se acontecesse o gás de urucum em Rondônia, com certeza nós, em Rondônia não, a Região Amazônica, nós estamos só em Manaus. Estamos gerando um Parque de Energia no Estado de Rondônia hoje, na Amazônia Ocidental, que vamos resolver problema do resto do País, essa energia não é para nós não. Essa energia, muito pouco dessa energia vai ficar em Rondônia, a energia, toda ela, praticamente, vai ser para resolver o problema dos grandes Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

E eu não discordo do requerimento, do ofício, porque eu acredito até que houve uma falha nossa, eu não deveria ter apresentado aqui a estimativa em torno de cinco milhões, eu deveria ter me calado, eu não deveria ter feito referência a esses cinco milhões aqui no nosso projeto. Mas, como eu fiz a referência em torno dos cinco milhões, eu acho até que está correto, nós temos que buscar esses dados precisos e corretos no Ministério da Fazenda.

Agora, eu queria fazer um apelo à essa Comissão e, principalmente, ao nosso Relator. O Governo tem o costume de embarrigar tudo, tudo que vai para os Ministérios não retornam à essas Comissões, não voltam à essas Comissões. Então que se dê um prazo eu não sei qual é--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O prazo é de 30 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Já existe um prazo na Constituição.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Já existe. Então, o prazo é de 30 dias. Eu gostaria, então, Presidente de pedir aí à Mesa, de pedir aos demais

Senadores, para que nós pudéssemos, regimentalmente, cumprir esse prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Dependendo da hora que chega lá.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E, logo em seguida, retornar à discussão, para que nós possamos ter esse projeto discutido, o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, a votação, para que nós possamos então fazer justiça ao povo da Amazônia Ocidental.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): [Falha do áudio] De requerimento, isso vai para a Mesa e, ao chegar ao Ministério, aí que começa a contar o prazo de 30 dias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não, a Mesa encaminha, o Ministério lê, a tramitação é rápida.

Então, eu acho que a matéria, o cuidado do Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, como sempre está preso às suas próprias afirmações do projeto. E, acrescido do adendo do Senador Inácio Arruda, nós vamos colocar no próprio requerimento, faz parte do requerimento colocar a matéria em votação, incluindo, portanto, o requerimento. Os que concordam com a aprovação, favor, permaneçam como estão. Então serão tomadas as providências necessárias de encaminhamento do projeto, está certo? Aprovado, portanto. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Os dois últimos itens, 2º e 3º da pauta, eles serão adiados a pedido dos próprios relatores. Então, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h36.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às onze horas e um minuto do dia seis de novembro do ano de dois mil e oito, na sala número 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente em Exercício, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Valter Pereira, Adelmir Santana, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Marisa Serrano,

Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda, José Nery, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Virgínio de Carvalho, Marconi Perillo e João Tenório. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de proposições. **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tramita em conjunto com os projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo adotado pela CI e pela CCJ, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. A apreciação destas matérias é adiada. **Item 02**-Requerimento nº de 2008-CDR que “nos termos do § 1º do artigo 50, e inciso III do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Exmo. Sr. Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional, o Dr. Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Superintendente da SUDENE, o Dr. Jorge Corte Real, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE, e a Dra. Lina Vieira, Secretária da Receita Federal, para que compareçam em Audiência Pública Conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, desta Casa, a fim de prestarem informações acerca dos efeitos oriundos do

Decreto 6.539, de 18 de agosto de 2008", de autoria dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Gilberto Goellner, Cícero Lucena e Rosalba Ciarlini. Após leitura do Requerimento pela Senadora Rosalba Ciarlini, não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento, que passa a ser numerado como Requerimento nº 11/2008-CDR. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 12/2008-CDR, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia e Gilberto Goellner, que requer, nos termos regimentais, sejam convidadas a comparecer a esta Comissão Técnica, em reunião de Audiência Pública para discutir sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste – FDCO, os Excelentíssimos Senhores Governadores do Distrito Federal, de Goiás, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul; o Senador Delcídio Amaral, Relator da Lei Orçamentária Anual 2009; e o Secretário Extraordinário de Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda, Dr. Bernard Appy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informalizada. — Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO 2008, ÀS 11 HORAS E 02 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 14ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecerem como se encontram. Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta, previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à apreciação apenas do item

2, dizer que o item 1 vai ser adiado a pedido do autor, do relator da matéria.

informamos aos Srs. membros que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o relatório preliminar ao Projeto de Lei Orçamentário Anual para 2009. Assim sendo, os prazos para apresentação de emendas ficam mantidos abertura dia 6 de novembro, quinta-feira, já começamos a abrir a partir das 9h, encerramento dia 7 de novembro, sexta-feira, 18h, amanhã. As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas e a via impressa assinada pelo Senador membro, entregue na secretaria da Comissão. O cumprimento do prazo acima referido, apesar de exíguo viabiliza ao relator designado preparar o seu relatório entre os dias 10 e 11 de novembro, visando o agendamento da reunião da comissão entre os dias 11 e 13 de novembro, destinada à deliberação das referidas emendas.

Passemos, então ao Requerimento. Requerimento que será lido pela Senadora Rosalba, e subscrito pelos Senadores Jarbas Vasconcelos, Demóstenes Torres e Marco Maciel. Com a palavra S.Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Requeiro nos termos do § 1º do art. 50 inciso III, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do regimento interno do Senado, sejam convidados os Exmos Srs. Jadel Vieira de Lima, Ministro da Integração Nacional; o Dr. Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Superintendente da SUDENE; e o Dr. Jorge Corte Real, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – Fiepe e da Dra. Lina Vieira, Secretária da Receita Federal para que compareçam em audiência pública conjunta na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Serviços de Infra-estrutura desta casa, a fim de prestarem informações acerca dos efeitos oriundos do Decreto 6.539 de 18 de agosto de 2008. Justificação: a vigência do Decreto nº 6.539/2008, assinado pelo Presidente da República que a pretexto de regulamentar a concessão da redução do imposto de renda terminou por inviabilizar, na prática, todo o regime de incentivo através da Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste – SUDENE, para as empresas instaladas no Nordeste.

A realidade vivida nas regiões mais pobres do país desde o último mês de agosto é de que as empresas que pretenderem investir em setores prioritários dessas regiões terão, simplesmente, que duplicar a produção hoje existente, o que, na prática, se caracteriza como medida inviável, pois não há demanda e nem mercado suficiente para uma duplicação na produção.

A exigência oriunda do Decreto significa um atraso para essas regiões que tanto carecem de novos inves-

timentos. Pelos efeitos do Decreto faz-se necessário o devido esclarecimento a esta Casa por parte das autoridades acima indicadas, motivo pelo qual apresento o presente Requerimento. Requerimento do Sr. Senador Jarbas Vasconcelos subscrito pelo Senador Gilberto Goellner. Desculpe Senador, V. Exa. tem... Alemão é uma língua difícil de a gente... Senador Demóstenes Torres, Senador Marco Maciel, Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, passemos à votação. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Nós tivemos uma reunião no gabinete da Senadora Lúcia Vânia, referente à Superintendência – Sudeco e a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. E ficou acertado entre os componentes da região do Centro-Oeste a necessidade de também se realizar uma audiência pública para discutir o tema da criação desse banco BDCO já que a implantação do fundo para a constituição desse banco do Centro-Oeste necessitaria de um debate maior sobre o assunto. E eu pergunto a V. Exa. se já foi encaminhado esse requerimento de parte da Senadora Lúcia Vânia ou se nós podemos fazê-lo agora, já que nós vamos ter uma reunião hoje à tarde com Secretários de Fazenda e de Planejamento dos quatro Estados do Centro-Oeste, e no dia 25 uma reunião com os quatro Governadores: do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás. E a sugestão seria no dia 25, quando estariam aqui esses Governadores, nós efetuarmos, conjuntamente, em horário a ser prefixado, então essa audiência pública para debater a criação do BDCO. Eu pergunto se há tempo hábil ainda para gente encaminhar isso aí. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu passo à deliberação do Requerimento de formal oral, como V. Exa. se pronunciou e depois será formalizado pelo seu gabinete e enviado aqui para a secretaria da Comissão. Os Senadores e as Senadoras que aprovam o Requerimento do Senador Gilberto Goellner, permaneçam como se encontram. Aprovado.

V. Exa. já tem esse documento dentro em pouco, basta que seja encaminhada logo à Secretaria.

Não havendo mais assunto a tratar e nem matéria a ser votada nesta Reunião da Comissão, encerro a mesma, convocando uma outra para a próxima semana.

Sessão encerrada às 11h10.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS.

Às dez horas e doze minutos do treze de novembro do ano de dois mil e oito, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Gim Argello, Romero Jucá, Valter Pereira, Marisa Serrano, Cícero Lucena, Jefferson Praia, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Virgínio de Carvalho e Marconi Perillo. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão apresentadas ao Projeto de Lei de Orçamentária Anual – PLOA/2009 (PL nº 38/2008-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Relator das Emendas, Senador Cícero Lucena, para proferir o seu parecer sobre as emendas. O Relator explana que foram apresentadas 66 Emendas ao PL nº 38/08-CN. Dentre as 66 Emendas apresentadas, optou-se pela elaboração de 4 emendas de remanejamento de despesa, e 4 de apropriação de despesa, procurando, na medida do possível, atender aquelas cujos objetos abarquem as pretensões de outras. A análise também levou em conta a adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente. Após a explanação do Relator, usa da palavra o Senador Romero Jucá. Colocadas em votação, a Comissão aprova **4 Emendas de Remanejamento de Despesa: Emenda nº 02-CDR – UO 56101 – Apoio a projetos de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais em áreas urbanas (Papel Passado) – Nacional – Nacional-NA – Valor: 20.000.000; Emenda nº 3-CDR – UO 53101 – Estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais em espaços sub-regionais – Nacional – Nacional-NA – Valor: 5.000.000; Emenda nº 07-CDR – UO 54101 – Publicidade de utilidade pública – Nacional – Nacional-NA – Valor: 2.500.000;**

e Emenda nº 08-CDR – UO 54101 – Promoção de eventos para divulgação do turismo interno – Nacional – Nacional-NA – Valor: 17.500.000; e 4 de Emendas de Apropriação de Despesa: Emenda nº 01-CDR – UO 56101 – Apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – Nacional – Nacional-NA – Valor: 400.000.000; Emenda nº 04-CDR – UO 53101 – Apoio a obras preventivas de desastres – Nacional – Nacional-NA – Valor: 200.000.000; Emenda nº 05-CDR – UO 54101 – Apoio a projetos de infra-estrutura turística – Nacional – Nacional-NA – Valor: 300.000.000; e Emenda nº 06-CDR – UO 54101 – Participação da União na implantação do Prodetur Nacional – Nacional – Nacional-NA – Valor: 400.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 12 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Eu gostaria de convidar o senhor relator para tomar assento à Mesa e antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 15ª reunião da comissão. Sras e Srs. Senadores que concordam, queriam permanecer como se acham. Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta, previamente distribuída, a presente reunião, destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, apresentadas ao Projeto de Lei 38/ 2008, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009. Foi designado o relator das emendas o Senador Cícero Lucena. Concedo

a palavra ao nobre relator para fazer a leitura de seu parecer e as suas considerações.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero agradecer a oportunidade de ser relator desta Comissão. Comissão essa que tem a responsabilidade do desenvolvimento regional, bem como do turismo em nosso país.

Sra. Presidente, o relatório foi distribuído e por ponderação do Senador Romero Jucá, considero lido o relatório, com a ressalva de que nós tínhamos apresentado uma emenda, para o Ministério da Integração, no sentido de que fosse acatada a ação de proteção, pequenas obras na questão do mar, dos rios, do nosso país. Só que essa emenda só contemplava apenas o Nordeste.

E por sugestão do Senador Romero Jucá, que eu acho bastante oportuna, a única alteração do relatório que anteriormente foi distribuído, é que nós possamos trocar pelo subtítulo, no sentido de apoio a obras preventivas de desastre nacional. Essa emenda passaria ter o mesmo valor, de 200 milhões, mas passaria a ter também a conotação nacional, que eu acho muito oportuna a sugestão do Senador Romero Jucá.

Então, Sra. Presidente, para sermos objetivos, já que o relatório tinha sido anteriormente distribuído, acatando quatro emendas de apropriação, e quatro de remanejamento, é esse o relatório e, consequentemente, o meu voto para a aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Sras. e Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como se acham.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Sra. Presidente, apenas para registrar, como nós substituímos a emenda e a emenda agora será prevenção de desastre nacional, 200 milhões. Eu gostaria de solicitar que fossem 20 milhões no GND3, prestação de serviço e 180 milhões no GND4 de investimento. Apenas para que no detalhamento da emenda, possa ficar explicitado isso.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Por parte do relator está acatado senhor senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então quero colocar novamente em votação com a proposta feita pelo Senador Jucá, Sras. e Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMBD-RR): Sra. Presidente, pela ordem. Eu não sei se pode ser extra-pauta, ou nós iniciaremos outra sessão, mas eu gostaria de propor a votação do projeto sobre a SUDECO, que foi encaminhado o relatório ontem e como nós estamos

já de acordo, talvez pudéssemos agilizar os procedimentos para que fosse pra outra comissão. Eu sugeriria à extrapauta fosse colocada essa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu vou encerrar essa sessão e iniciar uma nova sessão para a apreciar o projeto da SUDECO, conforme solicitação do líder do governo Senador Romero Jucá.

Sessão encerrada às 10h16.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às dez horas e dezessete minutos do dia treze de novembro do ano de dois mil e oito, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, e do Senador Jayme Campos, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Gim Argello, Romero Jucá, Valter Pereira, Marisa Serrano, Cícero Lucena, Jefferson Praia, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Virgínio de Carvalho e Marconi Perillo. Comparece, ainda, o Senador Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a apreciação de proposição. **Item único:** Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006 – Complementar (PL nº 00184, de 2004, na Câmara dos Deputados), não terminativo, que “Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia que oferece Parecer favorável ao Projeto, com acolhimento da Emenda apresentada pelo Senador Valter Pereira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e das Emendas nºs 01 e 02 apresentadas pelo Senador Marconi Perillo, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômi-

cos. Ao ser anunciada a Matéria, a Presidente passa a Presidência ao Senador Jayme Campos. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Delcídio Amaral, Marconi Perillo, Valter Pereira, Cícero Lucena, Marisa Serrano e Gim Argello. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 17 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a reunião destina-se a apreciação de proposição... A Ata da reunião anterior está aprovada... Projeto de Lei da Câmara nº. 19... Antes de ler o projeto eu gostaria de solicitar o Senador Jayme Campos, que assumisse a Presidência para que eu pudesse relatar o projeto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Projeto de Lei da Câmara nº. 119/2006, Complementar, e opera em número 00184/2004 na Câmara dos Deputados, não terminativo.

“Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”. Autoria, Presidência da República. Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

E o parecer favorável ao projeto com o acolhimento da emenda apresentada pelo Senador Valter Pereira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e das emendas nº. 01 e 02, apresentadas pelo Senador Marconi Perillo na forma da emenda substitutiva que apresenta. Observação: 21/08/08 – foram apresentadas emendas nº. 01 e 02 de autoria do Senador Mar-

coni Perillo. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas pela ordem. Eu vou precisar me retirar, gostaria só de deixar registrado aqui a orientação da liderança de Governo, que é favorável ao projeto de criação da SUDECO.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado meu caro líder, amigo particular, Senador Romero Jucá. Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): “O Projeto de Lei da Câmara 119, de 2006 – Complementar, visa instituir, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste.

A proposição corresponde à versão aprovada, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar nº 184, de 7 de junho de 2004, de iniciativa do Poder Executivo. Após exame por uma Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a matéria naquela Casa, o projeto foi aprovado em 29 de novembro de 2006, na forma de Substitutivo adotado pela Comissão Especial.

Em síntese, o PLC nº 119, de 2006, compreende os seguintes dispositivos:

- institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste, como autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede em Brasília, Distrito Federal;

- delimita a área de atuação da SUDECO, que abrange os Estados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal;

- estabelece a finalidade da SUDECO, qual seja, a de promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional;

- relaciona as competências da autarquia (art. 4º);

- dispõe que a SUDECO compõe-se de Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, Conselho Administrativo da RIDE, Diretoria Colegiada, Procuradoria-Geral, Ouvidoria-Geral e Auditoria-Geral (art. 5º);

- enumera as autoridades que compõem o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste (art. 6º) e determina a periodicidade de sua reunião, na presença do Presidente da República e sob a forma a ser adotada no regimento interno do colegiado;

- fixa as atribuições do Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste em relação à aprovação dos planos, diretrizes e ações, propostas de políticas públicas, bem como em relação ao FCO (art. 8º);

- prevê que a composição e as atribuições do Conselho Deliberativo do FCO e do Conselho Administrativo da RIDE serão definidas em atos do Poder Executivo (art. 9º);

- determina a composição da Diretoria Colegiada e prevê que a estrutura básica da SUDECO, as competências de suas unidades e seu quadro de pessoal serão estabelecidos em ato do Poder Executivo;

- estabelece que o Superintendente é representante da SUDECO, em juízo ou fora dele;

- relaciona os instrumentos de ação da SUDECO, entre eles, o plano estratégico de desenvolvimento sustentável, o plano plurianual e o orçamento anual regionalizados e os incentivos fiscais e financeiros;

- discrimina as receitas da SUDECO (art. 13);

- relaciona os instrumentos financeiros da autarquia para o desempenho de suas competências (art. 14);

- dispõe que os recursos destinados ao desenvolvimento do Centro-Oeste serão operados pelo Banco do Brasil S.A., instituições financeiras de natureza pública, agências de fomento e organização de créditos cooperativo até a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ou seja, Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

- determina a entrada em vigor da lei complementar na data de sua publicação.

Lida, no Senado Federal, em 6 de dezembro de 2006, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, onde já foi aprovada, de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo.”

Nessa Comissão ele... Serão... Serão votadas a questão... Será votada a questão do mérito da matéria.

“Com a aprovação do Requerimento nº 1.246, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, a or-

dem de tramitação foi alterada para que a Comissão de Assuntos Econômicos se pronuncie a respeito do projeto após a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 6 de agosto de 2008, sob a forma de Substitutivo e, agora, se encontra sob análise desta Comissão.

Na CCJ, foram oferecidas três emendas e, agora, na CDR, foram apresentadas duas emendas. A Emenda nº 1–CCJ, de autoria do Senador Valter Pereira, propõe modificação do art. 15 do projeto, para que os recursos do FCO, até a entrada em atividade do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sejam operados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Regional de Brasília, Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul e por outras instituições financeiras em cujo capital social o setor público seja majoritário, bem assim pelas agências de fomento e organizações de crédito credenciadas.

A Emenda nº 2–CCJ, cujo autor é o Senador Marconi Perillo, foi reapresentada nesta Comissão como Emenda nº 1–CDR, e tem como objetivo o art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para proibir o contingenciamento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento ou seu uso em outras funções pelo agente financeiro que não aquelas estabelecidas na citada lei.

A Emenda nº 3 da CCJ, também de autoria do Senador Marconi Perillo, foi reapresentada nesta Comissão como Emenda nº 2–CDR, e tem como objetivo alterar o art. 3º da Lei 7.827, de 1989, com vistas à vedação, nos empréstimos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, da exigência de garantias na forma de bens com valor de mercado superior ao valor a ser financiado.

Com esta apresentação sucinta da proposição e das emendas, passo à análise.

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional, tal como propõe o PLC nº 119, de 2006.

A Constituição Federal, em seu art. 43, prevê que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando o seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Com base no mencionado dispositivo constitucional, já foram criadas, mediante as Leis Complementares 124 e 125, de 2007, as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, respectivamente.

Agora, sob o mesmo marco constitucional, o Poder Executivo está propondo a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A Câmara dos Deputados empreendeu algumas modificações ao projeto original do Executivo, que passaremos a listar:

- desmembramento do art. 3º do projeto original, passando o inciso I a constituir a finalidade da SUDECO e os demais incisos, agrupados no art. 4º, a constituir as competências da autarquia;

- inclusão de outras duas atribuições ao rol de competências da autarquia, quais sejam, definir, em articulação com os Ministérios competentes, os critérios de aplicação dos recursos do fundo de desenvolvimento e dos fundos setoriais da região e promover o desenvolvimento e proteção ambiental dos ecossistemas do Centro-Oeste, em especial do Cerrado e do Pantanal;

- limitação a seis do número de ministros de Estado integrantes do Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

- explicitação de que os planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas, a serem formuladas pelo Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, devam dar prioridade às iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional;

- enumeração das atribuições do Conselho Deliberativo, em relação ao FCO, quais sejam: aprovar os programas de financiamento, avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes para o cumprimento das diretrizes;

- inclusão dos incentivos fiscais e financeiros no rol de instrumentos de ação da SUDECO;

- especificação de que o plano plurianual e o orçamento anual regionalizados fixarão a destinação dos recursos de caráter constitucional ou orçamentário voltados ao desenvolvimento regional;

- menção de que os recursos destinados ao desenvolvimento do Centro-Oeste e à aplicação em programas de financiamento serão operados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições públicas, agências de fomento e organizações de crédito cooperativo até a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Foram estas as modificações aprovadas na Câmara dos Deputados. Agora, passemos às alterações a serem objeto de análise e aprovação nesta Comissão.

Embora a proposição original do Executivo tenha sido objeto de aprimoramento pela Câmara dos Deputados, existem ainda certos aspectos merecedores de aperfeiçoamento, razão pela qual apresentamos o Substitutivo ao projeto, cujas alterações propostas passaremos a detalhar.

Inicialmente, devido aos variados aspectos tratados pela proposição, sugerimos a divisão do texto em capítulos, que ordenem os assuntos e agrupem os dispositivos semelhantes, permitindo sua fácil identificação. Assim, o projeto foi dividido em sete capítulos, com os seguintes títulos: Da Missão Institucional, Do Conselho Deliberativo, Da Diretoria Colegiada, Do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e Disposições Finais e Transitórias.

No PLC nº 119, de 2006 – Complementar, a nova Autarquia passou a ter sua missão institucional delineada de forma adequada e abrangente, pela combinação do disposto nos arts. 3 e 4. Assim, a ementa também estabelece a missão institucional da Autarquia. Ainda foi retirada a expressão sustentável da denominação da superintendência, tendo em vista que o conceito de desenvolvimento, modernamente, já pressupõe a sustentabilidade.

Para melhor desempenho de suas atribuições, propõe-se o acréscimo do parágrafo único ao art. 1º, com previsão de que a Autarquia manterá, à medida que necessário, escritórios nos Estados de sua área e de atuação.

Em relação à área de atuação, foi mantida a redação original do caput, no art. 2º: a área de atuação da Superintendência abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e Distrito Federal.

Os incisos do art. 4º relacionam as atribuições da Autarquia. Promove-se ajustes no inciso XIII, para tornar claro que compete à SUDECO definir, por meio de Resolução do Conselho Deliberativo, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na região, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico. A referência à articulação com os ministérios é dispensável, em virtude da presença dos ministros no próprio Conselho Deliberativo, conforme prevêm os incisos II e III do art. 8º.

Ainda em referência ao art. 4º, as atribuições acrescidas à competência da SUDECO relacionam-se à definição, pela Autarquia, de objetivos e metas norteadores dos planos, programas e ações na região;

à elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste; à função de assessoramento na elaboração de planos plurianuais e leis orçamentárias regionalizadas; à cooperação com consórcios públicos e com organizações sociais de interesse público em prol do desenvolvimento da região; ao estímulo à obtenção de patentes ligadas à biodiversidade regional; e à definição da aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), a ser criado.

No mesmo art. 4º, também estabelecemos que a ação da SUDECO deverá ser articulada com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O inciso II, que trata da competência da SUDECO para elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, determina que o mesmo deverá ser articulado com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Mediante essa articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste estabelecerá as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. O mesmo ocorre com a aplicação dos recursos do futuro Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Em relação ao art. 5º, que trata da composição da SUDECO, exclui-se o Conselho Deliberativo do FCO para eliminar a duplicidade de conselhos deliberativos. O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o CONDEL/FCO não cabem em uma mesma entidade, pois são colegiados com igual área igual de abrangência e com representação dos mesmos entes federativos e forças econômicas e sociais. A exclusão justifica-se também pelo fato de que o FCO, instrumento financeiro de que disporá a nova SUDECO para fomentar o desenvolvimento regional, não deve ter duas instâncias de decisão.

O art. 6º, que corresponde ao art. 12 do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, lista, como instrumentos de ação da SUDECO, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o FCO, o FDCO, os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, na forma da Constituição Federal e da legislação específica, além de outros instrumentos definidos em lei.

Adicionalmente, foi estabelecido em parágrafo único que, os recursos destinados ao desenvolvimento regional de caráter constitucional, legal ou orçamentário integrarão o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma compatibilizada com o plano plurianual do Governo Federal.

No tocante aos instrumentos de ação previstos no texto oriundo da Câmara dos Deputados, julgou-se apropriado retirar o plano plurianual, o orçamento anual,

os planos sub-regionais de desenvolvimento, o orçamento dos instrumentos financeiros e o zoneamento ecológico-econômico. Avaliou-se que esses itens não são instrumentos de ação à disposição da Autarquia para promover o desenvolvimento regional.

O art. 7º do Substitutivo, correspondente ao art. 13 da versão aprovada na Câmara, estabelece três fontes de receitas para a SUDECO: dotações orçamentárias consignadas no Orçamento-Geral da União, taxa de administração do FDCO, equivalente a 2%”.

Eu chamaria atenção aqui dos Senadores do Centro-Oeste, Senador Valter Pereira, V.Exª que está interessado no art. 7º do Substitutivo, corresponde ao art. 13 da versão aprovada na Câmara, “estabelece três fontes de receitas para a SUDECO: dotações orçamentárias consignadas no Orçamento-Geral da União, taxa de administração do FDCO, equivalente a 2% do valor de cada liberação de recursos e outras receitas previstas em lei.

O art. 8º do Substitutivo trata da composição do Conselho Deliberativo. Ele traz mudanças em relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Além do Ministro de Estado de Integração Nacional, também integram o Colegiado os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os demais Ministros participarão do Conselho sempre que a pauta das reuniões assim o requerer, de acordo com o disposto no regimento interno. Inclui-se, ainda, na composição do Conselho, o Presidente da instituição financeira federal administradora do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Atualmente, seria o Presidente do Banco do Brasil, mas, no futuro, espera-se que seja o Presidente do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado pelo § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quanto aos representantes dos municípios, da classe empresarial e dos trabalhadores, achamos mais adequado que a forma de escolha e da indicação passe a ser definida em resolução do Conselho Deliberativo, por proposta da Diretoria Colegiada. Esclarecemos, ainda, que o Superintendente da SUDECO será responsável pela direção das atividades da Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo.

No tocante à periodicidade das reuniões, nossa sugestão, apresentada no art. 9º, é que o Conselho tenha reuniões trimestrais, com atividades e iniciativas reguladas conforme regimento interno a ser aprovado pelos seus membros.

O projeto, na versão original, seja na versão aprovada pela Câmara dos Deputados, não relaciona as competências da Diretoria Colegiada, pois elas seriam definidas em ato do Poder Executivo. O texto apenas

Menciona que cabe à Autarquia a administração geral e o cumprimento das diretrizes e propostas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, atual caput do art. 10 do projeto. O disposto ali não nos parece suficiente; entendemos que é necessário discriminar as competências da Diretoria Colegiada, o que trará maior legitimidade às suas ações. É o que propomos na redação do art. 12 do nosso Substitutivo.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, foi dedicado capítulo à parte, devido à sua importância como elemento norteador das ações e políticas públicas direcionadas à região. Propomos, no art. 13, que ele seja elaborado pela SUDECO, em conjunto com os ministérios setoriais, os órgãos e as entidades federais presentes na região, e submetidos à apreciação do Congresso Nacional, conforme estabelece a Constituição.

O cumprimento do Plano será avaliado por meio de relatórios anuais, aprovados pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e encaminhados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e às demais comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional.

Como reforço ao dispositivo do art. 165, § 7º, da Constituição Federal, que estabelece entre as funções do orçamento, a de reduzir as desigualdades inter-regionais, prevê-se o encaminhamento, pelo Executivo, de proposta orçamentária contendo a regionalização das dotações orçamentárias para o Centro-Oeste (art. 15 do Substitutivo).

Procura-se, dessa forma, institucionalizar a inserção do Centro-Oeste na disputa por prioridades junto ao planejamento federal e por dotações junto ao Orçamento da União.

Dispositivos semelhantes ao art. 15 foram vetados pela Presidência da República por ocasião da apreciação das leis complementares que recriaram a SUDAM e a SUDENE, sob o argumento de que a matéria deveria estar contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Cabe-nos, portanto, justificar sua inclusão, já que o artigo atende a um preceito constitucional.

A Constituição Federal, em seu art. 165, § 1º, determina que a lei, que instituir o plano plurianual, estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

De acordo com o parágrafo 7º do mesmo artigo...” O projeto seja na versão original seja na versão aprovada... Não. De acordo com o § 7º do mesmo artigo, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas

pelo Poder Público, e o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a votos, deverão ser compatibilizados com o plano plurianual e terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Estabelece ainda no art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o disposto no art. 165, § 7º, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos. Desse modo, a regionalização que ora propomos atende um preceito constitucional.

Em relação ao mérito, o art. 15 é inovador porque busca facilitar o acompanhamento, por parte dos parlamentares e da sociedade civil, dos recursos disponíveis para a redução das disparidades regionais, por ocasião da discussão da proposta orçamentária anual do Governo Federal.

Tendo em vista que as regiões Norte e Nordeste têm a seu favor importante instrumento para a realização de investimentos em infra-estrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, cujos recursos são provenientes do Orçamento da União, propomos, no art. 16 do Substitutivo, a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Dada a importância da constituição do FDCO para a economia do Centro-Oeste, é de bom alvitre que nos detenhamos um pouco mais em sua justificativa. O Centro-Oeste conta hoje com apenas um instrumento para fomentar seu desenvolvimento, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Os recursos do FCO serão utilizados para empréstimos aos produtores da região. Com esses recursos, as empresas podem financiar suas atividades e crescer, trazendo benefícios para todo o Centro-Oeste.

No entanto, há uma carência na região que não pode ser sanada com recursos do FCO: a deficiente infra-estrutura. É fundamental ter recursos para investir em infra-estrutura, de modo a facilitar o escoamento da produção para mercados dinâmicos e, com isso, promover o desenvolvimento. Esses recursos, de acordo com a proposta de nosso Substitutivo, virão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a ser gerido pela SUDECO.

De acordo com o art. 16, o FDCO assegurará recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e para investimentos em infra-estrutura e serviços públicos considerados prioritários pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, FNDR, proposto pelo Poder Executivo no bojo da Reforma Tributária – Proposta de Emenda Constitucional nº 233, de 2008 – já reconhece a necessidade de um

instrumento para financiar investimentos em infra-estrutura e em serviços públicos. O mencionado Fundo terá recursos para empréstimos a produtores e recursos para aplicação a fundo perdido, para investimentos destinados a criar as chamadas “externalidades positivas”, que facilitarão o escoamento da produção.

As regiões Norte e Nordeste já possuem, respectivamente, o FDA e o FDNE, cujos recursos podem ser utilizados para financiar projetos de desenvolvimento e investimentos em infra-estrutura e em serviços públicos. O Centro-Oeste não possui tal instrumento, de modo que a política de desenvolvimento para a Região tende a ficar desequilibrada.

Como o FNDR já contempla recursos para empréstimos e para aplicação a fundo perdido, estamos, portanto, apenas nos adiantando à Reforma Tributária e propondo a criação de mais um instrumento de política de desenvolvimento regional, que será colocado à disposição da SUDECO, tornando-a mais eficiente na consecução de seu objetivo maior, o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Em relação aos recursos que serão destinados ao FDCO, não há inovação. A garantia de recursos para o FDA e o FDNE e sua correção pela variação da receita corrente líquida da União constava das Medidas Provisórias 2.157-5, de 2001, que criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, e nº 2.156-5, de 2001, que criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste e extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.”

Está terminando, gente.

“Essa fórmula foi mantida nos Projetos de Lei Complementar nº 76 e 91, de 2003, que tratavam, respectivamente, da recriação da SUDAM e SUDENE, e que deram origem às Leis Complementares 125 e 124, de 2007, respectivamente.

É necessário ressaltar ainda que o Ministério da Integração Nacional terá papel relevante na destinação dos recursos do FDCO, uma vez que lhe caberá fixar as orientações gerais norteadoras das decisões do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, responsável pelo estabelecimento dos critérios para a seleção das iniciativas de investimento, as prioridades para a aplicação dos recursos do FDCO e os critérios para a exigência de contrapartida dos estados e dos municípios no que tange aos investimentos.

No propósito de melhorar as condições de financiamento e aumentar a capilaridade de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FCO e FNE), apresentamos, no art. 19 do Substitutivo, alterações na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c,

da Constituição Federal, e trata do funcionamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Nesse sentido, com as alterações propostas, procuramos ampliar os agentes operadores do FCO. Também introduzimos o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste na sistemática de administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Outra modificação importante para melhorar as condições de acesso aos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento por parte dos produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foi a possibilidade de criação, a cargo do Conselho Deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento, de ouvidorias para atender especificamente às reclamações e sugestões de mutuários dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos.

Por fim, no art. 21 do Substitutivo, propomos a criação de condições operacionais que permitam a imediata entrada em funcionamento da Autarquia, autorizando o Poder Executivo a remanejar à SUDECO dotações orçamentárias consignadas a órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Integração Nacional, para aplicação no Centro-Oeste.

A Emenda nº 1 da CCJ, de autoria do Senador Valter Pereira, propõe a modificação no art. 15 do substitutivo da Câmara dos Deputados, para que os recursos do FCO, até a entrada em atividade do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sejam operados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Regional de Brasília, Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul e por outras instituições financeiras em cujo capital social o setor público seja majoritário, bem assim pelas agências de fomento e organizações de crédito credenciadas.

Acreditamos que as alterações propostas ao art. 9º da Lei 7.827/89, constantes do Substitutivo, atendem as modificações sugeridas pela Emenda nº 1 da CCJ, uma vez que permitem aos conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento autorizar o repasse de recursos dos fundos constitucionais para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, desde que detenham capacidade técnica e estrutura operacional e administrativa exigidas para a realização das operações de financiamento.

Desse modo, consideramos que o pleito da Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Valter Pereira, foi atendido na forma do Substitutivo.

A análise da Emenda nº 1-CDR, de autoria do Senador Marconi Perillo, deve ter como ponto de partida o fato de que a entrega dos recursos dos Fundos

Constitucionais de Financiamento aos bancos administradores tem sido feita de acordo com a mesma sistemática estabelecida para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e, como tal, os Fundos têm sido imunes a qualquer tipo de contingenciamento de recursos.

Assim, a atenção deve se voltar para a eventualidade de destinação dos recursos dos Fundos para fins diferentes das prioridades estabelecidas no plano de desenvolvimento regional, sob a responsabilidade das respectivas superintendências de desenvolvimento regional.

Neste sentido, a Emenda nº 1-CDR pode dar uma decisiva contribuição ao marco legal e institucional do funcionamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento, mediante a adição do ditame legal proposto no novo inciso XI, do art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989.

Assim, a modificação proposta pela Emenda nº 1 da CDR, de autoria do Senador Marconi Perillo, acolhida na forma do Substitutivo. Essa alteração reforça as atribuições dos respectivos conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento no papel de gestor principal da aplicação dos recursos dos Fundos.

O novo inciso XI, adicionado ao art. 3º da Lei 7.827, de 89, determina que a programação anual das receitas e despesas seja feita com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento.

A principal vantagem proporcionada pelo novo dispositivo consiste na transparência de gestão dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, pois não mais haverá destinação de recursos para aplicações ou funções que não estejam previstas no programa de financiamento do exercício seguinte, aprovado pelo respectivo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento.

Como se trata de patrimônio público de cerca de R\$ 45 bilhões e como os Fundos representam o principal instrumento de promoção da atenuação das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento, é indispensável que haja transparência quanto às informações, pois se trata de requisito indispensável para uma gestão democrática e eficiente.

A Emenda nº 2-CDR, também de autoria do Senador Marconi Perillo, trata de uma das dificuldades com que se deparam os tomadores de acesso ao financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais. Trata-se de exigências de garantias além dos níveis necessários à segurança das operações, sobretudo quando se trata de pequenos e médios produtores.

No entanto, não cabe limitar em lei complementar o teto para as garantias exigidas pelas instituições financeiras caso, em sua avaliação, os riscos superem as garantias oferecidas.

Lembramos que, para a administração de conflitos ou de situações inusitadas, propusemos modificação da Lei nº 7.827, de 1989, mediante a previsão de um novo dispositivo, o art. 18-A. Desse modo, as superintendências de desenvolvimento regional poderão criar ouvidorias para analisar os excessos cometidos pelas instituições financeiras. Cremos que esse é um meio para evitar a exigência de garantias excessivas por parte das instituições financeiras, sem a necessidade de estabelecer em lei complementar um teto para essas garantias.

Assim, a Emenda nº 2—CDR foi acolhida na forma do Substitutivo, mediante a adição do inciso XII ao art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989. Este dispositivo determina a divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento. O acesso público às normas de funcionamento dos Fundos permitirá conhecer os limites às exigências de garantias feitas pelo gerente dos bancos.

Qualquer afronta a estas normas dará sustentação às reclamações dos tomadores de empréstimos à Ouvidoria a que se refere o novo art. 18-A, conforme mencionado anteriormente.

O Voto. Pelo todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006—Complementar, e pelo acolhimento das Emendas nº 1—CCJ, nº 1—CDR e nº 2—CDR, na forma do Substitutivo a seguir apresentado.”

Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Esse é o relatório de V.Ex^a, Senadora. Em discussão a matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Questão de Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, primeiro o Senador Delcídio Amaral, após Senador Marconi Perillo e após, naturalmente, Senador Cícero Lucena. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente, e eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com muita honra e com muito prazer também o Senador Valter Pereira e Senadora Marisa Serano. Todos estão inscritos pela ordem aqui.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Senadora Lúcia

Vânia, demais Senadores e Senadoras, eu pedi até para a minha inscrição em primeiro lugar, quero deixar claro, eu não sou da Comissão de Desenvolvimento Regional, mas como nós temos reuniões marcadas na Comissão de Orçamento e a pressão está subindo a cada dia que passa, então eu me inscrevi, pedi para me inscrever, porque eu não poderia deixar de participar dos debates e da apresentação do projeto da Senadora Lúcia Vânia.

E um projeto que teve a participação de todos os Senadores aqui presentes, e senadoras. E eu quero confessar que desde que eu cheguei aqui nós... Nós vínhamos trabalhando nessa questão da SUDECO. E me lembro bem, Senadora Lúcia Vânia, que V.Ex^a sempre coordenou, tomou a frente desses trabalhos junto com os deputados, deputadas, senadores e senadoras, foram muitas as reuniões que foram realizadas para discutir esse tema.

Eu mesmo, em várias situações, estive com os Ministros da Integração à época, primeiro o Ministro Ciro Gomes, depois o Ministro Pedro Brito, e agora mais recentemente com o Ministro Geddel, que sempre teve uma... Foi muito parceiro da Região Centro-Oeste na discussão desse tema.

E confesso que ao longo desses debates eu fiquei meio desanimado, Senadora Marisa, com a criação da SUDECO. Porque nós sentíamos nitidamente, quero excepcionalizar o Ministro Geddel, que sempre foi parceiro com relação a essa questão, mas sempre houve uma visão equivocada da Região Centro-Oeste. Como se nós fôssemos muito ricos e nada precisássemos.

Então a leitura foi sempre de que agências de desenvolvimento, fundos de investimentos regionais, eles deveriam ser voltados ou para a região Amazônica ou para a Região Sudeste, ou para Região Nordeste, melhor dizendo. E confesso, Senadora Lúcia Vânia, que eu mesmo desanimei, principalmente quando descobri que o projeto era se criar a SUDECO, mas uma instituição absolutamente de planejamento.

Quer dizer, montando programas regionais que serviriam de base para as políticas a serem implementadas na região, mas um órgão única e exclusivamente voltado para planejamento. E isso não vinha de encontro àquilo que nós, representantes da Região Centro-Oeste, sempre defendemos. Nós defendemos uma SUDECO com... Não só com uma estrutura para planejar, para olhar o futuro da nossa região, para montar esses programas de desenvolvimento regional de longo prazo, mas também a SUDECO tendo estrutura financeira para atuar efetivamente nos estados da Região Centro-Oeste.

Não adiantava nada criar simplesmente uma estrutura pequena, só de planejamento e esquecendo

a ferramenta principal, os recursos para viabilizar os investimentos e o desenvolvimento da nossa região. E fiquei surpreso quando conversei com a Senadora Lúcia Vânia sobre esse projeto e o quanto ela avançou nesse debate, inclusive com o Governo. Com Bernard Appy, com a própria Ministra Dilma, com outros Ministros diretamente envolvidos, especialmente o Ministro Geddel.

E realmente hoje, está sendo apresentado aqui um projeto da recriação da SUDECO, a idéia do fundo de desenvolvimento regional do Centro-Oeste se consolidada, há um avanço grande no que se refere ao FCO que já vai bater, Senadora Lúcia Vânia, próximo a 10 bilhões de reais, e que seria o primeiro instrumento, como V.Ex^a disse muito bem, para financiar os produtores e depois o fundo de desenvolvimento regional da Região Centro-Oeste, que vai, efetivamente, alavancar os projetos estruturantes para Mato Grosso do Sul, para Mato Grosso, para Goiás, para Brasília.

E, na última reunião que tivemos, e isso está na pauta da Comissão de Orçamento, é já começar a praticar esse fundo, que é a complementação daquilo que era necessário pra consolidar uma SUDECO forte. E isso já está na pauta da Comissão de Orçamento para nós discutirmos.

Eu gostaria até de enfatizar que é muito importante que esse projeto seja votado esse ano ainda em função do orçamento. Então nós precisamos de uma articulação política forte. Sei que a Senadora Lúcia Vânia está fazendo esse trabalho, não só no Senado, mas também na Câmara e o Governo Federal concorda com a proposta que está sendo apresentada.

E eu vou fazer um esforço grande para já contemplar no orçamento esse fundo, como já existe o Fundo do Nordeste, como já existe o Fundo da Região Norte, para realmente consolidar esse projeto que vai ser muito importante para toda a Região Centro-Oeste.

Então eu quero parabenizar, Senadora Lúcia Vânia pelo projeto. A assessoria do Senado também, ao Ricardo que sempre se dedicou a esse tema. Nós voltaremos com outros temas, que é política de fronteira, que infelizmente não foi ainda implementada e que é fundamental, especialmente para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Mas eu não poderia e fiz questão de vir aqui e tomei a liberdade de pedir para falar em primeiro lugar em função de outros compromissos, mas registrar o trabalho que foi desenvolvido e o que representa a SUDECO, não só com o FCO, mas, acima de tudo, com esse fundo que vai garantir os investimentos estruturantes para a Região Centro-Oeste, que não tenho dúvida nenhuma em função dessa crise toda,

tem que ser olhada com muita atenção porque ali é um novo Brasil.

Ali é o Brasil que dá certo. Ali é o Brasil que cresce a taxas muito mais elevadas do que a média brasileira e aonde se produz alimento. Onde o agronegócio é forte. Onde existe agregação de valor, onde existe uma economia diversificada.

E, portanto, eu acho que a aprovação desse projeto nesse momento é de fundamental importância não só para a Região Centro-Oeste, mas para o Brasil. Portanto eu queria, eu não voto aqui, não posso votar, mas se votasse, com certeza Senadora Lúcia Vânia, eu votaria e com louvor a V.Ex^a, pelo trabalho que foi desenvolvido, trabalho franciscano. Trabalho paciente, e que hoje realmente tem aqui a sua conclusão e é com essa proposta apresentada para a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Quero agradecer, desejar parabéns, desejar parabéns a todos senadores, senadoras, deputados e deputadas da Região Centro-Oeste, que esse é um esforço de todos nós, Senador Marconi Perillo, Senador Valter Pereira, Senador Jayme Campos, Senadora Marisa, Senadora Lúcia Vânia, e dos demais Senadores que estão aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e que representam com competência e determinação e dignidade os seus Estados.

Mais, quero parabenizar pelo trabalho excelente. E sou um soldado para levar essa causa adiante, porque sei que ela vai atender a nossa região e especialmente ao meu Estado do Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de cumprimentar e agradecer ao Senador Delcídio e parece que tudo encaixa em favor do Centro-Oeste pela primeira vez, Senador Delcídio. Nós temos um relator do Orçamento que é da nossa região e que veio dar consistência ao nosso trabalho.

Eu tenho certeza que se V.Ex^a conseguir alocar o recurso para o Fundo do Centro-Oeste, V.Ex^a terá sem dúvida nenhuma o mérito dividido com todas as ações que foram aqui realizadas.

Portanto, eu quero agradecer mais uma vez a sua presença, dizer que V.Ex^a, neste momento, representa muito pra nossa região, não só para o seu Estado Mato Grosso do Sul, como para o Estado de Goiás, o Estado de Mato Grosso, Brasília, e, portanto, temos que aproveitar esse momento de V.Ex^a que é um momento do Centro-Oeste.

E acho que agora na segunda etapa do nosso trabalho que será o encaminhamento do Executivo, da agência de fomento do Centro-Oeste, V.Ex^a terá

também, assim como os demais Senadores, um papel importante na defesa deste instrumento que virá realmente avançar em relação ao fundo do Centro-Oeste como propomos aqui na SUDECO. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu não tenho dúvida alguma que o Senador Delcídio Amaral no mínimo vai locar lá, fazer um esforço, uns 500 milhões para início desse fundo, possivelmente, do Centro-Oeste.

Até verdade, nós demos prioridade para ele, para fazer uso da palavra, por ser relator do Orçamento e ser um dos grandes, com certeza, colaborador no sentido de conseguirmos esse bom recurso para início desse fundo.

Concedo a palavra ao ilustre Senador valoroso, homem público da Região Centro-Oeste do Brasil, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos que preside interinamente essa reunião, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, e relatora do projeto de recriação da SUDECO. Senador Delcídio Amaral, relator geral do Orçamento 2009, senhoras... Sra. Senadora Marisa, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Eu gostaria em primeiro lugar de deixar aqui patenteado a minha satisfação pessoal em ver aprovado e ver chegar ao final essa discussão e o relatório substitutivo da Senadora Lúcia Vânia.

Ninguém merece mais as homenagens da Região Centro-Oeste em relação a este projeto do que a Senadora Lúcia Vânia. Eu acompanho a Senadora Lúcia Vânia há mais de 20 anos. Nós somos companheiros de muitas jornadas. Comecei a minha vida pública ao lado dela. Ela candidata a Deputada Federal e eu candidato a Deputado Estadual.

E ao longo desses mais de 20 anos sempre fizemos política e sempre atuamos na vida pública conjuntamente. Eu assisto a Senadora Lúcia Vânia a falar da SUDECO, antes até agência, desde a extinção da SUDECO, há quase 20 anos atrás.

E ela sabe o quanto eu, quando Governador de Goiás, também lutei, defendi esta tese e esta causa. Por compreender a importância de termos garantias de recursos, não só para financiamento da nossa produção primária, da nossa produção industrial, da agregação de valor às nossas matérias primas mas também recursos para investimentos, investimentos na infra-estrutura, investimentos em todas as áreas indispensáveis ao crescimento da nossa região.

É verdade que a nossa região cresceu acima da média nacional nos últimos anos. Graças a gestões, graças ao trabalho dos parlamentares, graças à ex-

traordinária capacidade empreendedora dos nossos produtores locais, os nossos empresários, dos nossos trabalhadores, mas graças a atuação também dos homens públicos, das mulheres que atuam na vida pública. Eu lutei muito. Gostaria de muito de ter visto a SUDECO recriada ainda no tempo em que fui Governador do Estado. Mas, felizmente Senadora Lúcia Vânia, estamos colhendo hoje os frutos plantados por V.Ex^a, das sementes plantadas por V.Ex^a e que também tiveram a minha colaboração e de tantos outros homens e mulheres do nosso Estado, do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e aqui de Brasília.

Gostaria, finalmente, de agradecer-lá por ter levado em consideração as emendas que apresentei aqui na CDR. V.Ex^a naturalmente que precisou ao longo desses últimos meses discutir de forma intensa com a equipe técnica do Governo Federal essas emendas todas, até para que o projeto pudesse aqui ser aprovado e depois sancionado na íntegra.

Agradeço muito a V.Ex^a por ter acolhido na íntegra a emenda nº. 1 aqui na CDR. Ela vai ser muito importante e V.Ex^a já evidenciou isso no seu discurso. Porque ela vai proibir, restringir, qualquer possibilidade de congestionamento dos recursos que serão indispensáveis ao desenvolvimento da nossa região.

Em relação à emenda nº. 2, V.Ex^a acolhe em parte, acho que a senhora foi cautelosa em relação a esta emenda. Gostaria apenas deixar, assim, bastante enfatizado a minha opinião pessoal, categórica em relação a essa emenda.

A Constituição de 88 que criou os fundos constitucionais, com recursos do Imposto de Renda tinha como objetivo propiciar, fomentar o desenvolvimento. Facilitar o acesso ao crédito, especialmente aos pequenos e aos grandes. Os bancos operadores dos fundos têm exigências muito fortes, muito duras em relação aos pequenos que precisam desse fomento. E que muitas vezes não têm essas garantias excessivas.

Nós temos bancos públicos no Brasil, e eu estava conversando ainda há pouco com o Senador Valter Pereira, que fazem exigências esdrúxulas. Por exemplo, se eles cobram uma quantia indevida de um produtor que toma um empréstimo na instituição e esse produtor recorre na justiça contra a instituição bancária, ele simplesmente é eliminado do mapa. Mesmo que ele esteja com a razão a instituição creditícia não empresta mais, não realiza mais operações com esse produtor, com esse tomador de empréstimo.

Então, ao apresentar esta emenda eu tive essa preocupação, porque o fundo é pra fomentar o crescimento, o desenvolvimento, e se a gente mantém essas amarras, a gente acaba transformando esse fundo num fundo injusto, que muitas vezes vai servir

apenas aqueles grandes, que tem condições de oferecer essa contrapartida através das garantias altas que são exigidas.

O Prêmio Nobel preconiza com a estatura moral e intelectual que ele dispõe, que devemos facilitar o acesso de crédito aos pequenos e aos médios. Dessa forma, Senadora Lúcia Vânia, eu agradeço a V.Exª por ter contemplado, mas gostaria de deixar essa reflexão à senhora e todos os membros dessa douta comissão, porque sei das dificuldades técnicas, operacionais, as dificuldades que V.Exª enfrentou, mas eu coloco assim, com muita convicção, de que nós temos que, na medida do possível, dar condições aos pequenos e grandes... Os pequenos e médios, no sentido de que eles possam ter menos restrições e mais acesso ao crédito.

A senhora sabe o quanto eu trabalhei essa questão do crédito em Goiás com o Banco do Povo. Nós fizemos 86 mil operações com pequenos, operações de 300 a 2.000 reais. A inadimplência foi, a senhora sabe muito bem disso, a inadimplência era de menos de 1%. O pobre paga o que ele toma emprestado. O pobre, o pequeno, paga seus empréstimos. E naquela época a gente nem exigia garantia. A gente exigia apenas um aval solidário dos outros tomadores.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos sinceros a V.Exª pela determinação, pela garra, pelo interesse público em relação à nossa região. A senhora quando pega alguma coisa para fazer, sai da reta, a senhora realmente vai à luta e consegue entregar aquele trabalho bem feito. Às vezes em que a senhora tomou a pulso aqui alguns projetos que eram de interesse do nosso Governo à época, V.Exª só se deu por realizada quando aprovados aqueles empréstimos e aquelas operações que a senhora colaborava conosco naquela época.

Então, eu queria parabenizá-la e dizer que Goiás se sente orgulhoso em tê-la aqui como Presidente da CDR, relatora do projeto de criação da SUDECO, sonho de todos nós, que a partir de agora começa a se materializar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Depois das palavras maravilhosas, sobretudo oportunas, em relação a esta matéria e principalmente em relação à Senadora Lúcia Vânia, eu corroboro com V.Exª, também foi uma luta nossa naquela oportunidade como Governador do Mato Grosso e do meu irmão, ex-Governador e Senador Júlio Campos, no sentido de nós termos aí a SUDECO para ser aquele grande instrumento de desenvolvimento da nossa região.

Lamentavelmente, já foi extinta e agora voltamos a recriar. Acho que é um marco histórico, bem divisório, divide bem aqui a história da Região Centro-Oeste em

relação às demais histórias do Brasil. Concedo a palavra ao ilustre Senador Valter Pereira também.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pediria ao Senador Valter para eu responder ao Senador Marconi Perillo, uma vez que ele coloca a questão da emenda que ele apresentou, aliás, uma justa emenda.

Primeiro gostaria de agradecer, Senador, as palavras elogiosas. Acho que um depoimento de V.Exª é para mim realmente muito importante, porque ninguém mais do que V.Exª conhece o meu trabalho, me acompanhou, e como eu conheço o de V.Exa. Então é muito gratificante para mim estar ao seu lado aqui hoje, comemorando esse dia e esse projeto. Quero dividir com V.Exª esse esforço, esse esforço que eu me dediquei, mas que V.Exª teve muito de apoio nisso desde quando era Governador do Estado de Goiás.

Em relação à emenda, confesso para V.Exª que eu lutei muito por ela. Acho que ela é justa, ela é correta. Mas nós... O Governo entendia que mexer na regulação bancária, nós iríamos atropelar o projeto. E como nós temos a garantia da Ministra Dilma, do Ministério da Fazenda de que nós vamos... Que o Governo vai encaminhar e, aliás, já está formatado o Projeto de Lei que cria a Agência do Centro-Oeste, eu acho que na Agência a gente pode voltar a questionar esse ponto.

Sugiro a V.Exª que faça um projeto de lei em cima dessa questão, para que a gente possa trabalhar. Porque aí nós vamos mexer não apenas com a questão da SUDECO em si, mas nós vamos beneficiar todos os outros fundos que trabalham principalmente com essa área nossa de financiamento aos agricultores, que é uma área muito importante e que não pode ser vista e os nossos produtores serem tratados como são nesses bancos.

Mas eu tenho a esperança de que, com a Agência de fomento do Centro-Oeste, nós vamos ter mais acessibilidade, mais forma, mais instrumentos para impedir que abusos dessa natureza sejam cometidos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra o Senador Valter Pereira, pela ordem de inscrição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre relatora Lúcia Vânia. Indiscutivelmente, o trabalho de V.Exª foi exaustivo, proveitoso e sobretudo transparente. Ninguém pode imputar a V.Exª qualquer tipo de restrição na discussão dessa matéria. Todos tiveram acesso, foram convidados para participar das reuniões realizadas. As sugestões oferecidas através de emendas ou fora de... Desse procedimento foram todas examinadas criteriosamente por V.Exa.

De sorte que o texto a que chegamos neste momento reproduz não só aquilo que era a vontade dessa comissão, aquilo que era a vontade dos parlamentares que representam a Região Centro-Oeste, mas sobretudo o resultado de uma negociação que envolveu parlamentares e que chegou ao outro lado, no Palácio do Governo.

V.Ex^a teve a preocupação não só de garantir que as propostas discutidas, elaboradas exaustivamente nesta comissão fossem aprovadas, como V.Ex^a também se preocupou em viabilizar lá na frente a sanção de uma matéria que é extremamente necessária para toda a nossa região.

Portanto, não posso deixar de cumprimentá-la pelo trabalho. Logo que designei o relator na Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa de V.Ex^a para relatar essa matéria, recebi alguns apelos de... De servidores do Ministério da Integração, no sentido de que agilizasse a aprovação do projeto original, sem mudança.

Por quê? Porque essas mudanças poderiam atrasar a sua tramitação e aprovação como é o desejo do Ministério e era o desejo nosso também. Todavia, na minha reação procurei enfatizar claramente que era preferível demorar um pouco, era preferível retardar aquilo que fosse necessário para que, na discussão, se exaurissem todos os fundamentos que justificavam a recriação da SUDECO.

E percebi naquele instante que causei até um mal-estar, porque infelizmente no Brasil, e especialmente dos órgãos públicos, as pessoas querem ver as coisas acontecer com muita rapidez, com muita agilidade, e num órgão colegiado como este, sempre que se age no açodamento, acaba trazendo prejuízos, acaba enfraquecendo a qualidade da produção legislativa.

E hoje estou convencido que agi corretamente. Compensou a espera. V.Ex^a produziu um texto que efetivamente se não é aquele ideal para todos nós, que existem lacunas que V.Ex^a sabe muito bem terão que ser admitidas e administradas por todos nós, mas é o texto viável e é um texto que avança significativamente, porque nós vamos ter uma SUDECO que cumpra, que tenha... Que tenha as ferramentas para cumprir a sua destinação. Destinação de fomentar o desenvolvimento econômico.

E veja o que aconteceu. V.Ex^a ao mesmo tempo que propõe a criação da SUDECO induziu a criação da Agência, que é outra ferramenta fundamental. A Agência de Desenvolvimento precisa, sim, ser implantada para pensar o longo prazo, para examinar as prioridades que nós precisamos para o Centro-Oeste. Nós precisamos efetivamente de um órgão que, imagine a necessidade de fomentar, a necessidade de in-

crementar o desenvolvimento econômico, explorando todas as potencialidades do Centro-Oeste, que são... Inestimáveis.

Felizmente esses instrumentos estão sendo criados. E não ficarão apenas no papel, porque daqui nós já temos uma negociação que vai viabilizar a sanção presidencial. Tanto para a agência cujo Governo vai ter que tomar a iniciativa para que não haja nenhum vício de constitucional, mas que nasceu, sim, dessa produção que foi coordenada por V.Ex^a. Portanto, nós estamos cumprindo uma destinação.

Hoje o Centro-Oeste deve muito, como já foi lembrado aqui pelos meus antecessores ao Fundo do Centro-Oeste, que é uma... Que foi uma iniciativa da Assembléia Nacional Constituinte da qual eu tive a honra de participar e de discutir essa mesma matéria já na discussão da Constituição de 88. Todavia, como lembrou aqui o Senador Marconi Perillo, embora nas disposições transitórias haja uma determinação para a criação do banco do Centro-Oeste, aliás, não é uma determinação, ali está na verdade um ato de criação do banco, até hoje não foi implantado.

E isso trouxe uma acomodação muito grande porque tem o Banco do Brasil, o Banco do Brasil que de certa forma recebeu esta incumbência e que está cumprindo a sua destinação. Todavia, com muita deficiência, em prejuízo da atividade econômica e do desenvolvimento da região. Por quê? Porque o Banco do Brasil, embora tenha nascido e tenha se desenvolvido como um banco de fomento, ao longo do tempo transformou-se num banco comercial como todas as instituições privadas de crédito operam nesse país.

E é exatamente aí que tem causado prejuízos enormes na concessão dos créditos do FCO. Porque os créditos do FCO, embora sejam recursos carimbados por mandamento constitucional, quando são aportados pelo Banco do Brasil que recebe remuneração para isso, passam a ser operados na ótica comercial e não sob a ótica do fomento. E infelizmente aquilo que o Senador Perillo falou é o que tem acontecido. Tem acontecido em várias partes da nossa região.

O Banco do Brasil que tem normas rígidas, que chega a penalizar aquele seu devedor mesmo que ele consiga provar na justiça que o direito lhe socorre, que o direito está ao seu lado, o Banco do Brasil, indiferentemente, quando o devedor não submete às suas implacáveis ordens, determinações e normas o que acontece? É penalizado eternamente. Não pode mais fazer operação. Só que o banco utiliza essa regra com os recursos que lhe pertencem e com os recursos do FCO.

E agora, com essa... Com essas medidas que nós estamos aprovando, com a criação da SUDECO,

com a criação da Agência, com a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e com a nova regulamentação do FCO, nós vamos ter, sim, os recursos do FCO nos trilhos do fomento, nos trilhos do desenvolvimento econômico da nossa região. Acho, Senadora Lúcia Vânia, que na verdade nós estamos, nesse momento, decretando a alforria da Região Centro-Oeste com a aprovação dessas matérias.

Portanto, eu acho que nós todos aqui cumprimos com o nosso papel e V.Ex^a se desincumbiu com raro brilhantismo, com a competência inestimável e com a paciência que só uma mulher da fibra de V.Ex^a poderia se desincumbir. Meus parabéns a V.Ex^a e parabéns a todos parlamentares que participaram dessa luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu dizia, Senador Valter, ao Senador Marconi Perillo, por si só, só este projeto, ou seja, esta relatoria, essa luta incessante da Senadora Lúcia Vânia, ela tem que ser reeleita por unanimidade pelo povo goiano e eu particularmente como eleitor de Mato Grosso se pudesse transferir meu voto, transferiria para votar nela para ser reeleita, por ser uma operosa e competente Senadora da República, da Região Centro-Oeste do Brasil. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de passar a palavra para ele, eu gostaria de responder ao Senador Valter Pereira. Em primeiro lugar agradecer, Senador Valter Pereira, a confiança que V.Ex^a teve em mim quando no exercício da Presidência da CCJ me designou relatora. Eu acho que foi um ato realmente de confiança. Quero agradecer a V.Ex^a a análise que faz do projeto. Acho que V.Ex^a compreendeu muito bem, principalmente acho que o forte do projeto foi trabalhar o FCO que é o grande patrimônio que nós temos hoje na região, e ao mesmo tempo criar o Fundo.

Fica uma certa frustração em relação ao Fundo, que nós queríamos estabelecer uma fonte de recursos. Mas infelizmente a Reforma Tributária que já trabalha essa fonte para o FDCO não foi votada ainda e está nesse impasse. Mas com...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite uma retificação?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Até aí V. Ex^a acertou, porque embora não tenha consignado valores, V.Ex^a indicou as fontes. Então, cumpre a nós, anualmente, ficarmos fiscalizando e propondo os recursos que são necessários. Mas as fontes estão indicadas.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não. Agradeço a V.Ex^a mais uma vez e agradeço essencialmente a confiança. Quero comunicar aos senhores

parlamentares que eu, no princípio dessa Legislatura, eu pedi ao meu partido, Arthur Virgílio, que solicitasse a Comissão de Assuntos Regionais para o PSDB. Porque o meu objetivo ao presidir essa comissão, que era uma comissão muito nova, uma comissão difícil, uma comissão difícil de presidir pela falta de tradição que se tem e pela exigüidade de tempo que nós temos, mas eu tinha um objetivo definido, que era fazer aquilo que o nordeste fez nessa Comissão, que é recriar a SUDAM e a SUDENE.

E eu tinha como objetivo, como naquela ocasião não deu pra gente criar a SUDECO, eu tinha por objetivo assumir a Presidência dessa Comissão para que nós pudéssemos viabilizar a SUDECO. Portanto, eu agradeço a V.Ex^a ter me dado essa oportunidade. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): A palavra ao Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sra. Senadora Relatora Lúcia Vânia, demais senadores e senadoras presentes. Minha participação é no sentido de dizer que o sentimento hoje de alegria dos representantes do Centro-Oeste, eu me somo a esse sentimento pela compreensão que tenho da importância deste órgão que nós aqui, nessa comissão, estamos votando pela sua criação. Recriação ou criação.

E dizer também que sou parte da torcida e do acompanhamento da luta da Senadora Lúcia Vânia. Como ela bem disse, eu acho que ela coroou com as últimas palavras dela dizendo que o objetivo dela, embora nacional como senadora que tem, mas ela ao assumir essa Presidência ela queria exatamente dar sua contribuição, dar a sua forma de atuar firme, decidida, valente, guerreira, batalhadora, mas com a meiguice que nós que a conhecemos sabemos com que ela conquista aquilo que ela deseja.

Então, Senadora Lúcia, eu quero, ao parabenizar o povo do Centro-Oeste, parabenizar na sua pessoa por essa conquista que, sem dúvida nenhuma, é de um valor que só a história vai poder escrever, não serão as nossas palavras ou nossos reconhecimentos que vão estabelecer, mas sim a história da mudança, como disse bem o Senador Jayme Campos, do divisor do antes e depois dessa decisão que estamos aqui colaborando e participando para tomar.

Mas Senadora Lúcia Vânia, eu quero dizer também que eu tenho a honra e a felicidade de ser o relator, está certo, também, mais uma iniciativa de V.Ex^a que é a questão da criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste. Eu tenho a honra e estou com o relatório pronto e oportunamente estaremos dando a nossa parcela de contribuição para que isso possa ocorrer de

uma maneira muito clara. Dizer que isso não é promessa, isso já é algo concreto nessa Casa, que eu tenho inclusive a felicidade de ser relator.

Mas dizer também, Senadora Lúcia Vânia, que eu tenho uma proposta e não vou fazer nessa comissão, porque esse projeto ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, que é a criação do comitê de bancos, de agentes federais, financeiro, comitê financeiro de agentes federais dos bancos do Governo Federal, a exemplo do que ocorre hoje já na SUDENE, é muito importante não haver duplicação de ações de bancos federais, mas sim convergência para que todos possam juntar os esforços e ampliar o volume de recurso a ser aplicado no Centro-Oeste, a exemplo do que hoje funciona na SUDENE e também com autoria minha, passou a ser criado na SUDAM.

Então eu tenho essa proposta, não apresentarei nesse instante para que todos nós estamos desejosos que seja aprovado o mais rápido possível, mas farei na próxima comissão, espero contar com a solidariedade e o apoio da senhora para que a gente possa aprimorar um pouco esse belo projeto que já é tão eficiente e tão competente, que foi muito bem conduzido por V.Exa.

Então, eu gostaria de mais uma vez parabenizar ao povo do Centro-Oeste na pessoa da Senadora Lúcia Vânia. Muito obrigado.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Cícero Lucena as palavras elogiosas. Quero cumprimentá-lo também pela... Pela sua força, pela sua experiência como ex-Ministro da Integração Nacional que pôde colaborar muito conosco e continua colaborando com a emenda que V.Ex^a apresenta, apresentará na Comissão de Assuntos Econômicos.

Pode ter certeza, Senador, que eu estarei disposta a envidar todos os esforços no sentido de contemplar essa emenda, porque eu acho que ela é de extrema importância para todos nós, para as nossas regiões. Muito obrigada.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo a palavra, na ordem de inscrição, à ilustre e valorosa Senadora pelo Mato Grosso do Sul, Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar também a Senadora Lúcia Vânia. É muito bom, Senadora, quando a gente pode apresentar o resultado do nosso trabalho. E as... Só por isso já valeu a CDR. Mas nós temos discutido tantas coisas interessantes nessa Comissão, que eu acredito que é uma comissão que tinha que crescer muito mais. Tinha que ter mais estrutura, tinha que ter uma sala própria, tinha que ter mais instrumentos de trabalho, para que a gente pudesse

realmente provocar aquilo que é fundamental, que é o desenvolvimento regional.

É acabar com as assimetrias, é garantir que todos os estados tivessem realmente o equilíbrio de forças entre o seu desenvolvimento, e isso não se faz numa área só, se faz em todas as áreas. E o desenvolvimento seria fundamental para que esse país crescesse com mais equilíbrio.

Quero cumprimentá-la muitíssimo porque esse é um grande sonho. Eu lembrei muito do Ramez Tebet, que foi Presidente da SUDECO, Senador que foi pelo meu Estado e que lutou tanto à época que foi Presidente da SUDECO para implementar o desenvolvimento, principalmente desse nosso Ramez Tebet.

Fico muito feliz em poder estar aqui hoje e tenho apenas uma pequena ressalva a fazer. Eu não sei se caberia uma emenda para a próxima... Para a CAE, ou se poderia ser feito uma pequena adequação se fosse permitido.

Quando no relatório V.Ex^a diz que o plano regional de desenvolvimento do Ramez Tebet estabelecerá as diretrizes para a aplicações dos recursos do fundo, quer dizer, o plano vai fazer isso, aí logo depois foi retirado para esse plano plurianual alguns itens porque foram avaliados que não foram... Não são instrumentos de ação a disposição dessa autarquia para promover o desenvolvimento regional, e entre eles o zoneamento ecológico econômico foi retirado. Porque isso não é um instrumento de ação para que se possa promover o desenvolvimento.

Nós temos discutido muito aqui a questão do zoneamento econômico ecológico. É vital hoje para que cada estado, cada região possa realmente implementar seu desenvolvimento. O meu Estado do Mato Grosso do Sul tem trabalhado muito nisso, principalmente porque nós temos ali o pantanal e a nossa fronteira, Mato Grosso tem feito um trabalho belíssimo também a esse respeito, e são os indutores do desenvolvimento.

O Governador do meu Estado já não trabalha mais sem ter a diretriz do zoneamento, porque é o embasamento que nós temos para, a partir daí, ver que ações poderão ser implementadas. É um instrumento muito forte para nós.

E retirar esse “não sendo instrumento”, eu acho que vai contra tudo aquilo que nessa casa nós temos pleiteado, aqui na CDR, principalmente na Comissão de Agricultura e Pecuária que eu faço parte também e nós temos discutido muito isso, e eu gostaria ver só essa expressõesinha, “zoneamento econômico ecológico”, não colocar como isso não sendo instrumento de ação, porque para nós isso é fundamental para que o desenvolvimento se dê.

Portanto, eu quero agradecer muitíssimo a determinação de V.Ex^a, e eu sei que isso quando a gente tem... Acredita, e acredita mesmo, é que a gente leva até as últimas consequências. Como disse o Senador Delcídio, muita gente não acreditava nessa ressurreição da SUDECO. Eu sei que o trabalho não acabou. Temos mais uma Comissão aqui, temos ainda a Câmara dos Deputados, mas eu acho que isso já foi um grande passo que demos, foi colocar a SUDECO na Ordem do Dia, dizer: "É viável, é possível!"

E estamos aqui prontos a trabalhar. E a senhora conta comigo nas próximas lutas que tenho certeza vamos encetar junto a esse respeito. Muito obrigada.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço à Senadora Marisa as palavras elogiosas e quero dizer, senadora, que eu preferia mexer na Comissão de Assuntos Econômicos. Uma vez que esse projeto já foi analisado pelo Governo por todo mundo e eu não gostaria de mexer porque já foi distribuído. Mas na Comissão de Assuntos Econômicos eu me comprometo com V.Ex^a de atender ou de estudar essa colocação feita por V.Ex^a, que eu acho que é muito viável e procedente. Muito obrigada.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer da relatora favorável ao projeto, ao acolhimento da emenda apresentada pelo Senador Valter Pereira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e das emendas nº. 01 e 02 apresentadas pelo Senador Marconi Perillo, na forma de emenda substitutiva que apresenta. Os senhores e senhoras senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero encerrar, Sra. Presidente dessa Comissão, nesse exato momento presido de forma eventual também concluir esta sessão, dizendo da minha alegria e do meu contentamento como mato-grossense, como homem da Região Centro-Oeste e estar hoje presidindo, naturalmente de forma eventual, esta comissão, mas certamente é um marco divisório que eu disse, Senadora Marisa Serrano, esta recriação da SUDECO.

Lamentavelmente nos idos de 1986, 87, já houve um esvaziamento. Eu recordo muito bem, eu Prefeito de Várzea Grande e meu irmão Governador do Mato Grosso, nós visitávamos naquela oportunidade o senador, querido Senador Ramez Tebet, que presidia a SUDECO e já havia praticamente o esvaziamento.

Entretanto, passados 20 anos praticamente, para minha alegria e meu contentamento hoje como Senador da República, presidindo aqui de forma eventual, vemos a recriação, um ponto inicial, naturalmente, nós ainda temos alguns encaminhamentos a fazer, passar pela

Comissão de Assuntos Econômicos, irmos ao Plenário do Senado, irmos para a Câmara. Mas acho que é uma vitória e essa vitória certamente é de todos nós, pessoas, homens e mulheres, jovens e crianças que moramos na Região Centro-Oeste do Brasil.

Mas particularmente aqui eu não poderia também de me associar às palavras certamente bondosas, generosas, dos senadores e senadoras aqui que dirigiram a V.Ex^a. Eu também quero me compartilhar, me associar a essas palavras e dizer que a grande vitoriosa é V.Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, uma mulher guerreira, uma mulher determinada, sobretudo pensando no desenvolvimento do sofrido... Região desse país que é a Região Centro-Oeste do Brasil.

Antes de mais nada dizer que eu espero, imagino que o Senador também, Gim Argello, que pese chegando um pouco atrasado, mas sua fala é muito oportuna, até porque é um brasileiro da Região Centro-Oeste e antes de concluir minha fala, eu quero conceder, em rápidas palavras também, a V.Ex^a a sua fala.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado Senador Jayme Campos. Me motiva, acompanhei tanto esse projeto, tantas e tantas vezes eu estava aqui na reunião da CAE, acompanhando vi que tinha quorum suficiente para a aprovação dele, que é um dos projetos mais importantes que foram votados nesse semestre, nesse ano aqui nessa Casa.

Mas quem está de parabéns é essa Comissão, especificamente a Senadora Lúcia Vânia. A senhora está de parabéns. Pela sua determinação, pela sua garra, por tocar esse projeto tantas e tantas reuniões, me lembro de tantas e tantas reuniões que já foram feitas e agora a senhora conseguiu compilar isso de tal forma que deu a sustentação que a Região Centro-Oeste merece e precisa.

Está aqui inclusive representando, legítimos representantes agora do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, do Estado de Goiás, do Distrito Federal, mas só quem está de parabéns é o Senado da República na sua figura, Senadora Lúcia Vânia. A senhora realmente conduziu com maestria a votação desse projeto. Tenho certeza que vai fazer a diferença em poucos anos para a nossa região, no Centro-Oeste, um Projeto de Lei de tão relevância importância. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois não.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de agradecer ao Senador Gim Argello e como disse aqui o nosso Presidente Jayme Campos, a presença de V.Ex^a veio coroar esse trabalho, porque faltava aqui a presença do Distrito Federal. E V.Ex^a que participou tão ativamente desse processo, não poderia

estar ausente num momento como esse. Portanto os meus agradecimentos.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar aqui de externar meus agradecimentos à Ministra Dilma que me recebeu para tratar dessa questão com muita, com muita gentileza, com muito entusiasmo com a Região Centro-Oeste.

Não poderia também de deixar de agradecer o Dr. Appy, que nos acompanhou em todo esse processo, os técnicos do Banco Central, os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social, e especialmente o Ministério da Integração Nacional através da pessoa do Dr. Christian, que é um grande entusiasta dessa proposta e que nos acompanhou, que torceu, que ajudou, que ajudou a viabilizar e quebrar as dificuldades.

Mas, acima de tudo, eu gostaria de agradecer o Ricardo, Dr. Ricardo, o nosso consultor. Junto, agradecendo o Dr. Ricardo, quero agradecer toda a consultoria aqui do Senado pelo apoio, pela inteligência, pela perspicácia e pelo acompanhamento que fez com muita determinação desse projeto. Isso só foi possível pela persistência do Dr. Ricardo, que é pior do que eu, mas que com essa persistência nós conseguimos vencer muitos obstáculos.

Quero agradecer todo meu gabinete na pessoa do Professor Eldo, do Bruno, da Zinda, pelo trabalho que fizeram em torno deste acompanhamento.

E agradecer especialmente a V.Ex^a, Presidente, por presidir este momento e pelas palavras generosas que V.Ex^a se dirigiu a mim. Eu quero dividir com todos os senhores que foram os meus apoiadores, que estiveram comigo, que levaram sugestões, que me deram força política. Sem isso, jamais eu teria chegado onde nós chegamos. Muito obrigada.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concluindo, eu quero uma vez mais parabenizar a Senadora Lúcia Vânia e também de forma especial toda sua equipe que contribuiu de uma forma direta e indireta, mas acima de tudo ao Ricardo, que eu vi sua luta incessante de forma parcimônia, tranquilo, mas contribuiu sobremaneira para que chegássemos hoje nesse dia de festa, que eu posso considerar de alegria e acima de tudo, de uma... De um projeto que certamente tem tudo para dar a sua contribuição de forma bem operosa através do desenvolvimento dessa região que tem contribuído muito para o Brasil, que é a região Centro-Oeste. De tal forma que eu declaro encerrada esta sessão no dia de hoje.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Presidente, deixa eu agradecer duas pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Duas pessoas aqui que eu esqueci e não posso esquecer. Que é a Jozi e a Selma. A Selma que é a secretária dessa comissão, que tem também se desdobrado e a Jose que é aquela que traz os Senadores para cá todo dia para votar. É uma companheira que tem ajudado com que essa comissão realmente ganhe corpo. Quero agradecer à Maria Luiza, à Mirtes, e aos assessores de todos os senadores do Centro-Oeste, que estiveram reunidos para esmiuçar o projeto e passar as sugestões aos senadores que os encaminharam às reuniões. Muito obrigada.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senadora Lúcia, Senadora Lúcia Vânia, a Jozi é *hor concours*, ela é o mascote aqui dessa comissão. Ela é toda especial para todos nós, que eu imagino que a Jozi contribuiu com toda ajuda que deu aqui, imagino que se não fosse ela, difícil as vezes até ter quorum. A Jozi é competente, eficiente, e disse a ela, o dia que, porventura, sair do gabinete da Senadora Lúcia ela tem vaga garantida com o Senador Jayme Campos. Parabéns, Jozi, um abraço e boa tarde a todos.

Sessão encerrada às 11h47.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de novembro do ano de dois mil e oito, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, e do Senador Valter Pereira, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores João Vicente Claudino, Romero Jucá, Valter Pereira, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Virgínio de Carvalho e Marconi Perillo. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião e a Presidência informa aos Senhores membros que encaminhou, por meio de Ofício nº 43/2008-CDR, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informação de que, tendo sido aprovado Parecer contendo a relação das Emendas que esta Comissão deveria encaminhar

à CMO, houve um erro de digitação na confecção das referidas emendas, o que gerou uma troca entre os valores já aprovados no parecer para duas delas, e solicitou a correção desse equívoco. Informou, ainda, que todas as providências já foram tomadas para a devida reparação no âmbito da Comissão. Dando prosseguimento, e tendo em vista o ocorrido, a Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 16ª e da 17ª reuniões da Comissão, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a apreciação de proposições. **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que encontra-se tramitando em conjunto com os projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo adotado pela CI e pela CCJ, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação destas Matérias é adiada. **Item 02**-Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2007, não terminativo, que “Cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador João Pedro, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada

pela Comissão de Assuntos Econômicos. A Presidente da Comissão designa o Senador Valter Pereira Relator *Ad Hoc*, que oferece o Parecer pelo sobrestamento da Matéria. Após a leitura do Relatório, foi concedida Vista ao Senador Mozarildo Cavalcante, nos termos regimentais. **Item 03**-Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2007, não terminativo, que “Autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir o Relatório, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer contrário ao Projeto. **Item 04**-Mensagem do Senado Federal nº 190, de 2006 (nº 00562/06, na origem), não terminativa, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela prejudicialidade da Matéria. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir o Relatório, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer pela declaração de prejudicialidade da Matéria. A seguir, com a anuência do Plenário, a Presidente da Comissão coloca em votação o seguinte Item Extrapauta: **Item 01**-Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008, não terminativo, que “Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A.”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena que oferece Parecer favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A Presidente designa o Senador Gilberto Goellner Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir o Relatório, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CDR (Substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO 2008, ÀS 10 HORAS E 57 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, informo aos Srs. Membros que esta Presidência vai ser exercida por mim, neste instante, nesta abertura, em razão de necessidade imperiosa da Presidente deste órgão, que teve que se ausentar, para cumprir um compromisso inadiável. E informamos, por outro turno, que, pelo ofício 43/2008, foi prestada informação à Comissão de Orçamento de que, tendo sido aprovado o parecer contendo a relação das emendas que esta Comissão deveria encaminhar à Comissão Mista de Orçamento, na elaboração das referidas emendas, houve um erro de digitação, o que gerou uma troca entre valores já aprovados no parecer para as duas emendas e solicitou a correção desse equívoco. E informo, ainda, que todas as providências já foram tomadas para a devida reparação, no âmbito da Comissão.

Isso posto, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 16ª e da 17ª reuniões desta Comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada por unanimidade. As atas estão aprovadas...

Conforme pauta, previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de proposições.

Em razão da falta de quorum presencial, nós vamos sobrestar o item 1 do Projeto de Lei do Senado nº. 114, já que, sendo terminativo, precisaria do número exigido pelo regimento.

A seguir, vamos para o item 2. Projeto de Lei do Senado de nº. 13, que é não terminativo e cria a área de livre comércio de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, e dá outras providências. O autor é o Senador Osmar Dias e o relator seria o Senador João Pedro, que não se encontra, aqui, no momento. Eu pediria ao Senador Jonas... Jayme Campos que fizesse--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa., se possível, nós fazermos uma inversão de pauta, tendo em vista que nem o autor nem o relator da matéria se encontram presentes, e o senhor colocar em pauta o item 3 da

pauta, em que eu sou o relator. Eu queria merecer a consideração de V. Exa., se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não vejo problema e não vejo objeção do Plenário. Portanto, vamos ao item 3, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 253, não terminativo, que autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, 2% da energia gerada nas hidrelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia. É de autoria do Senador Expedito Júnior, o relator é o Senador Jayme Campos.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Jayme Campos, para proferir o seu parecer.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Srs. e Sras. Senadores.

O nosso relatório, Sr. Presidente, consiste que venhamos aqui apresentar, vem para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº. 253/2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, 2% da energia gerada das hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia.

A matéria foi, originalmente, despachada para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para exame em caráter terminativo. Foi designado o Senador Flexa Ribeiro, que apresentou minuta de relatório pela sua rejeição. Subseqüentemente, em 09 de outubro de 2008, foi aprovado o Requerimento 630/2008, do Senador Expedito Júnior, que solicita a oitiva do PLS desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR –, além, da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura – CI –, caberá, assim, a decisão terminativa.

Análise: o PLS 253/2007 tem como objetivo promover o desenvolvimento de Rondônia, mediante concessão de vantagem destinada a atrair a instalação de novas empresas. Para tanto, autorizo o Governo Federal a ceder, gratuitamente, para o governo do estado, 2% da energia gerada pelas usinas construídas no Rio Madeira. A transferência gratuita perdurará por dez anos. O governo estadual, por sua vez, transferirá essa mesma energia, gratuitamente, para as empresas que se instalarem no estado, a partir da publicação da Lei, segundo critérios por ele mesmo definidos.

Para não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da geradora de energia, o projeto determina que a transferência gratuita será levada em consideração, para o cálculo do preço inicial do leilão, de energia nova para incluir as usinas do Rio Madeira.

O autor justifica a sua proposição argumentando que, como o Estado de Rondônia está ajudando o Brasil a viabilizar o crescimento econômico sustentado, graças às gerações de 6.450 megawatts de energia, é justo que o estado receba algum tipo de recompensa, por obrigar as duas usinas e arcar com esses inevitáveis custos ambientais a eles associados. O outro argumento é o de que, em termos econômicos e sociais, o estado está em posição desvantajosa em relação ao restante do país, e, portanto, à luz do princípio constitucional de redução das desigualdades sociais e regionais, deve ser beneficiado por políticas públicas que promovam o desenvolvimento regional.

O autor também rebate a alegação de que tal transferência implicará o aumento de tarifa para os consumidores de outros estados. Como as usinas no rio Madeira permitirão expressivas reduções nos gastos com aquisição de derivado de petróleo, para geração de eletricidade, em centrais termoeletricas, prevê-se uma queda das tarifas cobradas em demais regiões.

Os argumentos do Senador Expedito Júnior têm certo fundamento. De fato, o Estado de Rondônia tem um desenvolvimento econômico e social muito aquém da média do país e precisa de políticas públicas que amenizem tamanha desvantagem. Também é verdade que o estado queria arcar com os custos ambientais e sociais decorrentes da construção das duas usinas. Por fim, não há dúvida de que as usinas contribuirão para uma tarifa nacional inferior ao que prevaleceria na ausência das duas hidroelétricas.

Essas razões não são, contudo, suficientes para justificar uma política de concessão gratuita de energia por dez anos. Em primeiro lugar, não é correto dar a entender que o estado não será recompensado por abrigar as duas usinas. Segundo, notícias divulgadas pelo próprio Ministério de Minas e Energia, só a implantação dessas usinas [ininteligível] deve absorver cerca de 8.7 bilhões e gerar 20 mil empregos diretos e até 50 mil empregos indiretos. Além disso, o Estado de Rondônia, o município de Porto Velho e a União deverão receber uma compensação financeira pelo uso de recursos hídricos equivalente a 6.75% sobre o valor da energia produzida, conforme coordena o art. 1º da Lei 8.001/1990.

Segundo estimativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL –, as duas usinas pagarão, anualmente, 149 milhões. Desse total, o Estado de Rondônia e o município de Porto Velho receberão, ambos, 59.5 milhões cada. Só para fins de comparações, os municípios de Rondônia receberão no ano de 2008, até o mês de setembro, algo parecido em torno de 260 milhões, a título de fundo de participação dos municípios, ou seja, o FPM.

É verdade que tanto o estado quanto o município terão de esperar o início da produção de energia, para receber essa compensação. No entanto, uma vez iniciada a produção, a receita anual é significativa e garantida. E, em segundo lugar, apesar de as políticas de promoção do desenvolvimento de Rondônia estarem em consonância com o princípio constitucional de redução das desigualdades sociais e regionais, a transferência gratuita de energia elétrica para as empresas que queiram se instalar no estado não parece ser a maneira mais eficaz de promover esse desenvolvimento.

Em princípio, qualquer empresa capaz de vislumbrar o impacto das duas usinas, na perspectiva de expansão econômica do estado, perceberá também o enorme potencial de lucros para si.

E esse é, na realidade, o único chamariz capaz de levar uma empresa para se instalar no estado. Embora o custo da energia seja um fator importante para qualquer empreendimento, se não houver perspectiva de lucros sustentáveis, ao longo do prazo, nenhuma empresa se instalará na região. Se o Governo quiser, artificialmente, tornar o seu estado atraente, empresas de fora, certamente, terão o que fazer, muito mais, do que apenas doar energia elétrica. A economia local é fortemente prejudicada pela dificuldade de acesso a mercados e insumos para produção. Se não forem atacadas essas deficiências somente subsídios muito volumosos serão capazes de atrair as empresas para Rondônia.

Para serem eficazes do ponto de vista do desenvolvimento regional os recursos utilizados pelos estados devem obedecer a uma diretriz estabelecida por um plano de desenvolvimento elaborado não só para o estado, mas para toda a região. Por outro lado, a concessão de energia gratuita às empresas que se decidem instalar em Rondônia equivale a abdicar do recurso. Se o estado já se considera pobre, abrir mão dos recursos, ainda mais quando é passado pela União não faz muito sentido. Ademais a benesse de que o governo estadual quer dar às empresas e a característica da guerra fiscal algo que quem vendo combatido há muito tempo.

Hoje, o estado e o governo federal já perceberam que esse tipo de política pode trazer benefícios pontuais, mas prejudicam o conjunto dos estados. E, portanto, não é a melhor maneira de promover o desenvolvimento regional.

Não é sem razão que a reforma tributária em tramitação na Câmara prevê meios de eliminar a guerra fiscal, oferecendo aos estados como contrapartida recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional a ser criado. O mérito do projeto também é en-

fraquecido pelo fato de que como há outros estados em semelhante situação de baixo desenvolvimento econômico e social, parece justo que toda a população brasileira tenha que pagar para promover o possível desenvolvimento de apenas um estado. Na medida em que a tarifa de energia seja elevada para compensar esse subsídio, todos os consumidores do País pagarão a conta. Além, da injusta e atual elevação da tarifa contrária ao princípio da defesa do consumidor e inscrito com inciso V do art. 170 da Constituição Federal e o que parece em pé de igualdade com o princípio da redução das desigualdades regionais e sociais, inciso VII.

Por fim, o PLS 253/2007 tem o grande demérito de ser um projeto meramente autorizativo, o que torna, no mínimo, inócuo. Na medida em que autoriza o Poder Executivo a fazer algo que o art. 61 e 84 da Constituição Federal atribuem a sua iniciativa privativa. O projeto invade a competência daquele poder.

Os Projetos de Leis autorizativos tem a sua admissibilidade aceita no Senado Federal com o Parecer nº. 527/1998 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, emitido pelo Senador Josaphat Marinho, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa.

De acordo com esse parecer o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo como forma de elaboração à prática do ato de sua competência. Entretanto, na Câmara dos Deputados a decisão tomada em relação aos projetos autorizativos é pela sua inconstitucionalidade. De acordo com o entendimento formado pela Súmula de Jurisprudência de 1º de dezembro de 94 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, os projetos autorizativos apresentado por deputados quanto por senadores são considerados inconstitucionais, assim, os projetos dessa natureza de iniciativa dos senadores ao tramitarem na Câmara tem como destino mais uma provável remessa do arquivo.

Voto, Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, em decorrência do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 253/2007.

Esse é o meu voto, Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Jayme Campos e coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Aprovado o parecer do Senador Jayme Campos pela rejeição da matéria. A matéria será encaminhada à Comissão de Serviço de Infra-estrutura.

Projeto de Lei do Senado nº. 13/2007 não terminativo. Esse projeto cria área de livre comércio de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná e dá outras providências. É o item nº. 2 da pauta. Esse projeto cria área de livre comércio de Foz do Iguaçu, Estado no Paraná e dá outras providências. Autoria do Senador Osmar Dias, relator Senador Valter Pereira. Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº. 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira para proferir o seu parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente e Srs. Senadores, na sua justificativa o Senador Osmar Dias, autor do projeto acentua que a motivação para a criação da área de livre comércio decorre do esvaziamento contínuo do comércio da cidade de Foz do Iguaçu em razão da concorrência desigual exercida pela Cidade del Leste. Além disso, ressalta que os recursos turísticos e a infra-estrutura de serviços da cidade paranaense potencializariam o comércio e o turismo em função da área do livre comércio, motivo porque acredita que o sucesso econômico e social da iniciativa seria altissonante.

Análise: o projeto não contém qualquer eiva de inconstitucionalidade, relativamente à competência da União e do Congresso e estão particularmente atendidos os seguintes dispositivos da Carta Magna: art. 22-8, 24-1, 48-1 e inciso IV e art. 153-1 e 4. A iniciativa parlamentar quanto à matéria é legítima, uma vez que esta não se insere entre as privativas do Presidente da República listadas no § 1º do art. 61. São igualmente atendidos os dispositivos constitucionais que prevêm a concessão de isenções de tributos federais devidos por pessoas físicas e jurídicas a título de incentivos ao desenvolvimento regional e os que condicionam a sua outorga à edição de lei específica sobre a matéria. Art. 150, § 6º.

Os cânones da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98, modificada pela Lei Complementar 107, de abril de 2001, relativos à técnica legislativa de elaboração, redação e alteração de leis foram obedecidas. No mérito, contudo, vislumbramos importantes argumentos que tornam controversa a adequação do projeto em tela.

O conselho do mercado comum colegiado intergovernamental e integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e Ministro da Economia dos Estados-partes do mercado comum do Sul, MERCOSUL detém as incumbências da condução política do MERCOSUL e da tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do mercado comum, cujas etapas intermediárias e fundamentais são o estabelecimento de

uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros estados ou agrupamento de estados.

Nesse sentido, o CMC lavrou suas decisões com o fim de garantir a integridade do projeto de constituição do mercado comum, zonas francas que estavam em funcionamento desde 94 e as que se instalem em virtude das normas legais vigentes ou em trâmite parlamentar, e a Decisão nº 69 de 2000 que proíbe a aplicação de forma unilateral dos regimes aduaneiros especiais em importação que não se encontravam vigentes à data de 30 de junho de 2000. Enfim, na hipótese de haver a proliferação no âmbito do bloco de regimes aduaneiros, especiais zonas francas e áreas de livre comércio que darão enfraquecidos os esforços de integração econômica.

Embora, as decisões nº 8/94 e 69/2000 não tenham sido submetidas ao referendo congressual abrindo-se disputa sobre sua co-urgência é preciso observar que a antiga e infrutífera dicotomia entre normas de direito interno e normas de Direito Internacional não tem cabida, mormente quando um país em pleno exercício de sua soberania opta por anuir a normas de Direito Internacional Comunitário com vistas à persecução de um objetivo coletivo, porém, não menos nacional. Furtar-se de cumprir ato do qual a República Federativa do Brasil é signatária antes da deliberação parlamentar contraria normas consuetudinárias e destarte imperativas de Direito Internacional que, de acordo, com a melhor doutrina submete o País ao regime geral de responsabilidade internacional e, minimamente, a cena a imagem de um estado perdido em suas prioridades nacionais. Tendo em conta ainda a análise de conveniência e oportunidade da matéria se deve lembrar que a economia paraguaia é a mais frágil e dependente do MERCOSUL, a instituição da área de livre comércio em Foz do Iguaçu, certamente, exauriria a vitalidade econômica de Assunção, diante do que o projeto MERCOSUL em si inviabilizaria. Por outro lado, para o Brasil, talvez traga mais prejuízos que benefícios, em razão da elevação da renúncia fiscal do impacto negativo sobre a balança comercial, da desarticulação da política industrial e do comércio exterior de favorecimento da cultura do contrabando da sonegação, que não mais teriam na fronteira um obstáculo natural e, ao longo do prazo, é possível até que gere aumento de desemprego com deslocamento da produção nacional dos bens equivalentes aos importados, sensível à peculiar situação da economia do Paraguai, potencialmente comprometida do projeto de constituição do Mercado Comum do Sul, o Poder Executivo remeteu para o crivo do Con-

gresso Nacional a Medida Provisória 380/2007, que institui o regime tributário unificado na importação de mercadorias do Paraguai, visando à simplificação da tributação das mercadorias adquiridas no comércio com aquele país, e assim é o fomento do fluxo bilateral de mercadorias. Vê-se, portanto, que tem objetivo diametralmente oposto ao da presente proposição, exame da sobredita MP do Senado dará oportunidade para que os novos parlamentares procedam aos questionamentos de fundo quanto ao tratamento de que o Estado brasileiro conferirá ao comércio bilateral com o Paraguai e dará tempo para que as reflexões sobre a conveniência nacional de implementação de nova área de livre comércio de impacto tão elevado sejam decadentes e amadurecidos.

Portanto, tendo em vista, que a referida Medida Provisória encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, aconselha-se o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 13/2007 com base no art. 335, inciso I do Regimento Interno do Senado até que sua análise seja concluída pelo Congresso Nacional, em face da conexão existente entre ambas as proposições de sua multa prejudicialidade e da tramitação mais séria da MP. Antes posto, com base no art. 335, inciso I do Regimento Interno votamos pelo sobrestamento da análise do Projeto de Lei do Senado nº. 13/2007.

Então, Sra. Presidente, o parecer aqui é pelo sobrestamento da matéria. Eu não sou o relator designado originariamente. Cumpri aqui a missão em caráter excepcional, já que o relator não se encontra presente, mas ao fazer a leitura e é a primeira que o faço, entendo que o projeto deva ser sobrestado para, efetivamente, aguardar estas medidas, ou, pelo menos, para que se vier seja possível fazer um juízo de valor mais apurado dessa questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, eu fico admirado de que se peça sobrestamento de um projeto como esse, considerando que agora a pouco o Governo Federal criou várias áreas de livre comércio por medida provisória, quer dizer nós estamos abrindo mão de legislar, nós, e é um projeto, na verdade, autorizativo porque se criam determinadas nuances jurídicas para nós não legislarmos. E agora mesmo no meu estado foram criadas duas áreas de livre comércio por medida provisória, foram criadas em outros estados também, ZPEs por medida provisória. Então, nós estamos abrindo mão para reforçar o Governo que continue legislando por medida provisória, nós estamos abrindo mão de legislar.

Eu discordo do parecer. Realmente acho que esse parecer apequena a atividade do Congresso, e eu votaria contra o parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma observação ao Senador Mozarildo que ao fazer a leitura do parecer que fora elaborado por outro colega, na verdade, eu estava pensando até em retirar o parecer desta votação, porque também no mérito eu acho que não tem nenhuma objeção que possa justificar a sua rejeição. A área de livre comércio é uma solução para aquela região. Eu conheço a região, sei que ela atenderia as aspirações e as demandas do desenvolvimento do lado brasileiro, e pela redação que fora dada pelo ilustre relator, a impressão que se tem é que estava legislando em favor do Paraguai. Infelizmente, eu sou obrigado a admitir isso. Mas eu concordei com a solução que ele apontou, finalmente, que foi a do sobrestamento, sobrestamento, na minha avaliação, não significa uma rejeição, significa aguardar aí uma semana e tomar conhecimento melhor dos fundamentos que orientaram o relator. Então, eu converto até, Sra. Presidente, ao invés de sobrestamento em pedido de retirada da pauta para ser apreciada na próxima reunião.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): E eu solicito a V. Exa. vista do projeto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, vista por uma semana.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Vista concedida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade, eu acho que o Senador Mozarildo tem razão em grande parte. Eu acho que nós não podemos, em função de um problema que o relatório achou lá no Paraguai, a gente ceifar aqui um projeto que pode ser benéfico ao Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Valter Pereira por ser o relator *ad hoc* dessa matéria. Então a vista está concedida ao Senador Mozarildo.

Eu gostaria de comunicar aos senhores que já existe a Secretaria Executiva no Ministério de Desenvolvimento Econômico que poderão já receber os projetos relativos às ZPEs.

Eu acredito que grande parte dos senadores ainda não tem conhecimento da instalação dessa Comissão Executiva que vai analisar os projetos apresentados pelos estados. Então, é importante que aqueles que têm interesse na instalação das ZPEs, em seus estados, façam logo contato com o Ministério no sentido de providenciar os projetos.

Item nº. 4. Mensagem do Senado Federal nº 190/2006 não terminativo. Submete à apreciação do

Senado Federal a indicação do Sr. Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA. Autoria: Presidente da República, relator Senador Gilberto Goellner. Parecer pela prejudicialidade na matéria. Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner para proferir o seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Trata-se do encaminhamento para atendimento a escolha do nome do Sr. Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Como se trata de uma Agência que já foi extinta, e no seu lugar foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, e a ADA foi extinta em 04 de outubro de 2007, e com a extinção da ADA essa mensagem perdeu por completo sua oportunidade, e nesses termos cabe recomendar a declaração de prejudicialidade da Mensagem nº 190/2006 a qual de acordo com o art. 344 do Regimento Interno do Senado deverá ser definitivamente arquivado. Esse é o nosso voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. O parecer é pela prejudicialidade. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado pela prejudicialidade da matéria.

A matéria estará encaminhada à secretaria geral da Mesa.

Projeto extrapauta. Item nº 1 Projeto de Lei do Senado nº. 303/2008 não terminativo. Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste SA. Autoria Senadora Lúcia Vânia. Relator Senador Cícero Lucena e como relator *ad hoc* Senador Gilberto Goellner. Parecer favorável ao projeto na forma do substitutivo que apresenta. Observação: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner para proferir o seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu pergunto se eu apresento os dois, tanto a criação da Agência como do banco de fomento e faço o relatório dos dois ou só dos dois?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Só dos dois.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 303/2008 de autoria da Senadora Lúcia Vânia que dispõe sobre a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste, a

GFCO. O art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar a GFCO como uma sociedade anônima de economia mista com controle acionário da União e define que a agência será uma instituição não financeira submetida à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil, devendo a sua constituição e funcionamento obedecer as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

O § 2º do art. 1º define que a sociedade terá a duração por tempo indeterminado e atuará no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e terá como sede, fórum em Brasília. Conforme o art. 2º do projeto a criação da GFCO tem o objetivo de contribuir para a aceleração do desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste.

O art. 3º diz que a Agência deverá exercer suas funções e desenvolver suas atividades em estreita colaboração com os órgãos governamentais e entidades privadas e envolvidos com o desenvolvimento regional, de forma a harmonizar, compatibilizar e potencializar as respectivas ações.

O Parágrafo Único do mesmo artigo reserva para a Agência o exercício das funções de agente financeiro dos programas socioeconômicos federais no seu âmbito de atuação e de órgão gestor dos fundos e financiamentos instituídos pelo Governo Federal para o Centro-Oeste.

O art. 4º relaciona as ações do interesse do desenvolvimento regional que serão promovidas pela Agência de Fomento do Centro-Oeste, a GFCO, estabelecendo suas funções e atividades, poderão ser executadas de forma direta ou indireta e autoriza a Agência a operar como mandatária de fundos e instituições financeiras de desenvolvimento nacionais e internacionais na concessão de financiamentos e garantias, compartilhando o risco operacional com as entidades mandantes.

O art. 5º relaciona as fontes de recurso para a Agência.

O art. 6º define a taxa de administração, a qual fará jus à Agência.

No § 1º do mesmo artigo fica determinado que os riscos operacionais dos fundos de financiamento geridos pela Agência de Fomento do Centro-Oeste correrão por conta dos próprios fundos que terão contabilidade própria, e no art. 2º está definido a obrigação da Agência em publicar semestralmente os balanços dos fundos de financiamento sob sua gestão.

O art. 7º diz que a Agência de Fomento do Centro-Oeste deverá constituir um fundo de liquidez com recursos próprios, o qual deverá ser integralmente utilizado na aquisição de títulos públicos federais de

liquidação imediata, que serão caucionados no Banco Central do Brasil.

No art. 8º está definido o capital social inicial da Agência que deverá ser de 500 milhões de reais representado por ações nominativas com direito a voto a ser integralizado com recursos oriundos da União e dos acionistas minoritários.

No § 1º desse mesmo artigo fica assegurado à União os futuros aumentos de capital da Agência, a manutenção de uma participação mínima de 51% do capital votante. Já no § 2º estão relacionadas às entidades que terão prioridade para integrar o quadro de acionista da Agência.

O art. 9º estabelece diretrizes para a proteção da integridade econômica, financeira e institucional da Agência.

O art. 10 prevê que a Agência deverá cumprir os procedimentos de escrituração, elaboração e remessa de demonstrações financeiras prevista no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional.

O art. 11 define a forma como recomposição da administração da Agência.

O art. 12 autoriza a União a celebrar acordos de acionistas da Agência de Fomento do Centro-Oeste. Transferir à nova entidade bens e direito de qualquer natureza para integralização das ações, dar garantias às operações de crédito da Agência e nomeá-la para a administração dos fundos de financiamento existentes na sua área de atuação.

O art. 13 contém a cláusula de vigência da lei.

Na justificativa do projeto a autora argumenta que durante as discussões em torno do PLC 119/2006 que trata da recriação da Sudeco, percebeu a necessidade de criar mecanismos institucionalizados que, efetivamente, pudessem contribuir para a concretização da tão almejada integração regional neste País. Tendo em vista, essa preocupação a Senadora optou por provocar um debate no Senado Federal mediante a apresentação do projeto em análise que tem por objetivo autorizar nos termos do inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal a criação de uma sociedade de economia mista para funcionar como agência de desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste. Findo o prazo regimental não foram oferecidas às emendas à matéria nesta Comissão.

A análise que temos do projeto é que de nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional, tal como é o caso desse PLS 303/2008.

A preocupação da autora do projeto em dotar o Centro-Oeste de mecanismos institucionais capazes de estimular investimentos na região encontra respaldo na comparação com a estrutura institucional existente para fomentar o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do País. A criação de uma instituição financeira que emule para o Centro-Oeste a atuação do Basa e do BNB poderá representar decisiva contribuição de desenvolvimento dessa região no ritmo desejado e promover a redução das desigualdades regionais do País.

Em síntese, considero relevante a criação de uma Agência de Fomento com a capacidade de suprir essa lacuna institucional. Ademais, apresenta-se como medida adequada para a superação das desigualdades regionais e para a promoção e desenvolvimento mais acelerado do Centro-Oeste brasileiro.

No entanto, gostaria de fazer uma observação a respeito do PLS 303/2008. Mesmo após a apresentação do PLS as discussões a respeito da melhor forma de fomentar o desenvolvimento do Centro-Oeste tiveram continuidade. Técnicos da consultoria legislativa desta Casa e do Poder Executivo, sob a orientação de diversos Senadores da região Centro-Oeste, de membros da Comissão de Desenvolvimento, Regional e Turismo, e, em especial, da Senadora Lúcia Vânia, presidente desta Comissão debateram o PLS em tela e sugeriram várias alterações para melhorá-la.

Nesse sentido acredito que as amplas modificações feitas ao PLS sob a análise vão aperfeiçoá-lo tornando mais afeito à tarefa de contribuir para a continuidade do desenvolvimento do Centro-Oeste. As mudanças contaram com a anuência da Senadora Lúcia Vânia, autora do PLS nº 303, alterando a essência do texto original e dando-lhe mais organicidade.

Por último, gostaria ainda de chamar atenção para o fato de que o nome proposto para a Agência de Fomento no PLS sob análise deverá ser alterado para Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste – BDCO. Essa alteração tem o intuito de homenagear os constituintes de 1988 que preocupados com o futuro do Centro-Oeste determinaram no § 11 do art. 34 do ato das disposições constitucionais e transitórias de nossa carta magna a criação desse instrumento de fomento ao desenvolvimento da região.

O voto: em face do exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 303/2008 na forma do substitutivo a seguir apresentado. E esse é o nosso voto. A senhora gostaria que eu já apresentasse...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Acho que V. Exa. podia fazer a análise do substitutivo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): V. Exa. poderá dar como lido, porque esse relatório já foi distribuído nos gabinetes de todos os Senadores da região Centro-Oeste e dos demais Senadores que se interessam pelo desenvolvimento regional, todos os membros desta Comissão. Portanto, pode dar como lido, e, posteriormente, numa outra reunião informal nós podemos discutir detalhadamente o projeto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ok. Então nós damos como lido o Projeto de Lei do Senado, o substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 303 que regulamenta e disciplina a instalação e o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste – BDCO criado pelo § 11 do art. 34 do ato das disposições constitucionais transitórias e dá outras providências.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-la em votação. Eu gostaria de agradecer o Senador Gilberto Goellner pela leitura deste relatório que é de autoria do Senador Cícero Lucena, e V. Exa. que acompanhou de perto todas as discussões sabe perfeitamente que esse relatório não é fruto de um trabalho hoje, da relatora apenas, da autora; mas de todos os Senadores do Centro-Oeste que subscrevem o substitutivo. Portanto, eu gostaria de agradecer, agradecer todos os membros desta Comissão pela colaboração que deram na formação desse substitutivo. Quero também agradecer os consultores do Legislativo que nos assessoraram durante todo esse período. Agradecer os secretários de Fazenda dos quatro Estados que compõem a região Centro-Oeste, enfim, agradecer a todos que de uma forma ou de outra colaboraram. Aproveito também para agradecer a Ministra Dilma Rousseff, que deu sinal verde para que nós pudéssemos aprofundar essa discussão. Agradeço, também, ao Dr. Api, que nos acompanhou durante todo o momento da discussão, bem como o Dr. Ângelo, que é do Ministério do Planejamento, bem como o Dr. Christian, do Ministério da Integração Nacional, e demais ministérios que participaram, como Banco Central e Ministério do Planejamento.

Em votação o projeto. Senhores e senhoras que concordam com o projeto permaneçam como se acham. Aprovada. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Comunico aos Srs. Senadores que nós estamos aguardando para terça-feira da próxima semana a audiência pública solicitada pelo Senador Gilberto Goellner

com a presença dos quatro Governadores da região Centro-Oeste. Não está definida a data em função da confirmação dos Governadores que não obtivemos até agora. Aproveito para solicitar aos Senadores de cada uma das regiões que interceda junto às assessorias dos Governadores para que a gente possa fazer essa audiência pública, e quero dizer que ela coincide com a votação do projeto da Sudeco na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu acredito que não há prejudicialidade, porque nessa audiência pública nós vamos discutir a Sudeco, bem como, a Agência de Fomento do Centro-Oeste. E, posteriormente, nós teríamos um hiatozinho em que eu iria relatar na Comissão de Assuntos Econômicos, a Sudeco. Portanto...

Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Senadora Lúcia Vânia, a audiência com a Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, ela permanece?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Também está solicitado. O Dr. Giles(F) ficou de agendar e me dar uma resposta hoje. Eu estou aguardando essa audiência, porque, se ela for marcada também para o dia 25, eu acredito que nós temos que fazer de qualquer forma. Se ela não puder no dia 25, como está determinado, nós teríamos que adiar a audiência pública, para não fazer os governadores estarem aqui por duas vezes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu acharia de... Senadora, eu acharia de extrema importância a presença... E a senhora também concorda, a presença dos governadores. E nós já estamos em conversa com o gabinete do governador, lá do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, e nos parece que, naquele mesmo dia, ele já tem agendado eventos importantes lá no estado. Então, nós podemos ficar sabendo isso aí hoje à tarde. Mas é importante sabermos, também, do conjunto dos Governadores, para que se tome uma decisão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA

(PSDB-GO): Nós já emitimos, já expedimos os ofícios para todos eles, já contamos por telefone com todas as assessorias e estamos aguardando, hoje, o resultado desses convites.

Já foi confirmado o Dr. Apir, e os técnicos do Ministério da Fazenda estarão, não tem problema. Agora, a questão da agenda dos governadores é um pouco mais complexa, porque nós temos que agendar também conjuntamente com a ministra. Vamos fazer um esforço, se não der o dia 25, um pouco à frente.

E quero, também, comunicar aos senadores que nós temos que fazer um esforço muito grande para

colocar a SUDECO em votação ainda na pauta das matérias que serão definidas este ano.

Parece-me que a reforma tributária, meio atropelada, foi aprovada na Comissão de Assuntos Especiais, e já foram definidas as fontes de recursos dos fundos. Há um acordo com os governadores, que passou o Fundo de Desenvolvimento Regional de 2.8 para 3.5, me parece, uma coisa assim, e acredito que aí nós estaremos coroando todo o trabalho da SUDECO com o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, na área de investimento.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h46.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 22ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE OUTUBRO DE 2008.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e oito, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **NEUTO DE CONTO** e **LEOMAR QUINTANILHA**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, com a presença dos seguintes Senadores(as): **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, MARCO ANTÔNIO COSTA, FLEXA RIBEIRO, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, RENATO CASAGRANDE, FÁTIMA CLEIDE E INÁCIO ARRUDA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Osmar Dias, Marina Silva, Wellington Salgado, Eliseu Resende, José Agripino, Marconi Perillo e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo

com a seguinte pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 2 de 2008 – CRA**, de autoria do Senador **Neuto de Conto**, aprovado em 13/2/08, **Requerimento nº 6 de 2008 – CRA**, de autoria dos Senadores **Sibá Machado**, com adendo do Senador **Flexa Ribeiro**, aprovado em 2/4/08 e do **Requerimento nº 9, de 2008 – CMA**, de autoria do Senador **Siba Machado** e do Senador **Jefferson Peres**, aprovado em 25/3/08, com o objetivo de analisar e discutir sobre a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento ilegal, legalizando 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia, bem como, o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e, a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia, com a presença das seguintes autoridades: **Sr. Mauro Pires** – Diretor da Diretoria da Política de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; **Sr. Derli Dossa** – Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **AGE/MAPA**; **Sr. Flávio Montiel da Rocha** – Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**; **Sr. Alvaro Ricardo Palharini** – Delegado de Polícia Federal – Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico – **DPF**; **Sr. Anaximandro Doudement Almeida** – Superintendente Técnico da **CNA**; **Sr. Antonino Rovaris** – Secretário de Política Agrícola da **CONTAG**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Gilberto Goellner, Expedito Júnior, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Jefferson Praia, Valter Pereira, João Pedro e Inácio Arruda. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e pelo Senhor Presidente da CMA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da CRA – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da CMA.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

22ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 42 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico a Comissão que a partir de amanhã, dia 29 de outubro do corrente, às nove horas, estará aberto o prazo para apresentação das emendas destas Comissões ao Projeto de Lei nº 38, de 2008 (CN) – Lei do Orçamento Anual, para o exercício de 2009, e será encerrado no dia 31 de outubro do corrente, até às dezoito horas. É importante ressaltar que a abertura do prazo está dependendo da votação do relatório preliminar.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública Conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2008, da CRA, de autoria do Senador Neuto De Conto, aprovado em 13 de fevereiro de 2008, Requerimento nº 6, de 2008, da CRA, de autoria do Senador Sibá Machado, com adendo do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 2 de abril de 2008, e do Requerimento nº 9, de 2008, da CMA, de autoria do Senador Sibá Machado e do Senador Jefferson Peres, aprovado em 25 de março de 2008, com o objetivo de analisar e discutir sobre a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento ilegal, legalizando 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia, bem como, o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos Municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e a Resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais

na Amazônia, com a presença dos seguintes convidados, que desde já convido para comparecerem à Mesa. Primeiramente, o nosso Senador Leomar Quintanilha, que já se faz presente, é o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, que já está na Mesa; convidamos Rolf Hackbart, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Estamos sendo informados que o seu genitor faleceu e ele não se fará presente. Gostaríamos de dizer que se tem algum representante, que venha à Mesa; o Sr. Mauro Pires, Diretor da Diretoria de Política de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente – MMA; o Sr. Derli Dossa, chefe de Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – AGE-MAPA; o Sr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. Alvaro Ricardo Palharini, Delegado de Polícia Federal, Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico; o Sr. Anaximandro Doudement Almeida, Superintendente Técnico da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Está presente conosco, o Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que entende ser pertinente a participação da Confederação neste debate. E nós, também, compreendemos dessa forma e queríamos incluir o seu nome como um aditamento ao requerimento inicial aprovado por esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então nós colocamos em discussão a presença e incluir no requerimento para o debate do dia de hoje da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação. Aprovado. Então nós convidamos também, para que faça parte da Mesa, o Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da CONTAG.

Cumprimentando todos os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, os convidados. Essa Reunião se reveste de uma importância muito grande, vamos tratar de um tema melindroso, de um tema que tem que ser discutido, de uma proposta que temos que encontrar

soluções para todas as áreas envolvidas e, principalmente, para que o Brasil possa ter um norte seguro sobre aquilo que pode e não se pode fazer, principalmente no que se pode ou não se pode plantar e aonde pode se plantar. Nós ouvimos na última Sessão e na última Audiência Pública os Ministros Carlos Minc, o Ministro Reinhold Stephanes, eles estão já com o mapeamento praticamente de todas as terras do Brasil quase definidas e prontas. Nós temos que estar atentos e essa Casa traz para o debate, principalmente quando se trata de terras adquiridas por estrangeiros, sua documentação e o seu futuro. Por isso o tema é de uma relevância transcendental e esperamos que nessa jornada possamos, além de elucidar, possamos participar na elaboração de uma Lei segura para esse segmento tão importante.

Então, de imediato nós vamos ouvir o primeiro que nos dá o nome, o Dr. Mauro Pires, Diretor da Diretoria de Política de Departamento do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Faz favor, com a palavra.

SR. MAURO OLIVEIRA PIRES: Bom dia. Eu queria, em nome do Ministério do Meio Ambiente, agradecer a oportunidade aqui do Senado em nos convidar para participar dessa Audiência Pública, cumprimentar na pessoa aqui do Presidente da Mesa, todos os Senadores e as demais autoridades aqui presentes, e dizer já de início que para nós é importante cada vez mais fazer aí uma aproximação, tanto com as ações desenvolvidas no Executivo, voltadas para o combate ao desmatamento, não só na Amazônia, mas em todo o país, eu acho que essa é uma preocupação nacional, e também as ações aqui do Parlamento, uma vez que boa parte do que nós fazemos, efetivamente, passa por essa Casa. Então, essa interação e esse trabalho cada vez mais próximo é fundamental para que nós tenhamos efetividade na execução das políticas públicas voltadas para a conversação ambiental.

Sr. Presidente, eu preparei uma apresentação muito rápida sobre as ações que o Ministério e na verdade todo o Governo Federal vem desenvolvendo no que concerne ao Plano de Ação, de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, que é o que eu gostaria de apresentar logo agora. Então o próximo, por favor.

Os próximos slides, pode ir passando rapidamente, é só para vocês terem uma idéia da dinâmica do desmatamento na Amazônia. Observem que nós temos uma região aí meio que em marrom que é o que chamamos do Arco do Desmatamento, que é uma região que vai ali do Maranhão chegando ali até ao encontro do Acre e o Estado de Rondônia. Este é o chamado Arco do Desmatamento, onde se concentra boa parte do que ocorre de desmatamento na Amazônia. Não

quer dizer que o desmatamento é exclusivo dessa região, mas vejam vocês pelo mapa que é uma região que realmente merece uma preocupação, porque de fato ele apresenta uma continuidade desses polígonos. Volta só um pouquinho, por favor. Então, vejam que é uma região extensa; compreendendo praticamente seis a sete estados da região. Então trabalhar e buscar a prevenção, que é o que nos interessa, sobretudo, do desmatamento nessa região, não é uma atividade fácil. Requer aí o apoio de todos os órgãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Municípios e também um forte envolvimento da sociedade que habita essa região, uma vez que o desmatamento é uma, por assim dizer, uma dinâmica que implica tanto os fatores econômicos quanto os sociais. Então trabalhar e lidar com essa situação não é muito simples. Ao longo dos últimos anos – e aí nós temos aí já plotados o desmatamento até 2008 – há também algumas ações que o Governo Federal realizou na região, voltada exatamente para diminuir a pressão desse desmatamento, e boa parte disso se refere à criação de unidades de conservação, que está em verde, em verde claro e em verde um pouco mais escuro, e também a criação das terras indígenas, que está nesse verde um pouco mais claro, que também são medidas, embora tenham finalidades também distintas de proteção e também no caso das terras indígenas voltadas para a garantia da qualidade de vida das comunidades indígenas, a criação dessas unidades das terras indígenas na região também serviram como freio ao desmatamento, uma vez que elas foram plotadas exatamente nessa frente do Arco do Desmatamento. Isso são medidas recentes e que eu gostaria de ressaltar aqui. O próximo.

Aqui é apenas para vocês terem uma idéia da taxa anual de desmatamento, essa que o INPE anualmente apresenta. Esse é o Sistema PRODES. O PRODES é um sistema criado pelo INPE para medir a taxa anual de desmatamento. Ele faz esse exercício periodicamente, pelo menos desde 1988, e veja que nós tivemos dois grandes picos aí muito fortes. Um foi em 1995, que o desmatamento quase chegou a 30 mil quilômetros quadrados, e depois no ano de 2004, com o desmatamento beirando a 27 mil quilômetros quadrados. E foi em 2004 que o Governo Federal, a partir da liderança do Presidente Lula, resolveu, portanto, criar o Plano de Combate, Plano de Ação, de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, e que nós consideramos como uma medida importante para garantir a redução da taxa do desmatamento nos anos seguintes, até chegando aí à taxa de 11.532 quilômetros quadrados no ano de 2007. Como nós já estamos nos aproximando do fim do ano de 2008, a expectativa é que o INPE divulgue até dezembro, mais tardar no

início do próximo ano, a taxa do desmatamento referente ao período do 1º de agosto de 2007 ao dia 31 de julho de 2008. E, portanto, será a taxa do ano de 2008. Então, até o fim do ano espero apresentar, todos nós esperamos, que o INPE possa trazer esse dado aqui para de fato a gente saber se teremos uma taxa descendente ou, como se vislumbrava já no fim do ano passado, alguma taxa em ascensão. O próximo.

Então, os objetivos do Governo Federal com as suas ações na Amazônia são, primeiro, quer dizer, garantir a integração das políticas públicas na região. Vocês sabem que trabalhar no Governo não é fácil, todos os órgãos têm competências às vezes até muito distintas uma das outras, então buscar a integração dessas políticas setoriais não é uma atividade simples, mas ela deve ser perseguida cada vez mais. E nós achamos que na Amazônia essas políticas devem contribuir para a criação de um novo modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade ambiental, com qualidade de vida e crescimento econômico. E essas políticas apontam para a elaboração do PAS, que é o Plano Amazônia Sustentável. O próximo.

Aqui são os objetivos centrais do PAS. Ele, no fundo no fundo, é um conjunto de diretrizes estratégicas, ele não é um plano de ação, ele não pode ser visto como um plano em que os entes governamentais e da sociedade irão, no dia seguinte, já implementar porque ele serve como referência para um futuro, ele serve como referência para a elaboração, aí sim, de ações mais imediatas. E está dividido em quatro grandes eixos. Um deles é a produção sustentável, a outra a gestão ambiental, a inclusão social e a infraestrutura. O próximo.

Associado ao PAS nós temos o PPCDAM, que é o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia, que reúne treze Ministérios e é coordenado pela Casa Civil. Portanto, o Ministério do Meio Ambiente é apenas um dos órgãos que compõem esse grupo de trabalho, esse plano, não é o responsável pela sua coordenação, apesar do desmatamento ser uma temática que em geral recai sobre a área ambiental. O PPCDAM, ele reúne e segue as diretrizes do PAS e no fundo se tornou aí a principal política pública voltada para o controle do desmatamento no país. Está centrado em três grandes componentes: um é o ordenamento territorial e fundiário, atividade considerada essencial para evitar o caos fundiário que existe na Amazônia e ao mesmo tempo também garantir a qualidade de vida daquelas populações; um outro eixo que é o monitoramento e o controle ambiental, que eu suponho que os meus colegas de Mesa também poderão comentar as ações que a Polícia Federal, o IBAMA, em ações integradas, desenvolve exatamente para coibir o des-

matamento na região; e por outro lado o terceiro eixo, que eu considero como essencial para que a gente consiga uma mudança de patamar de relação com a Amazônia, é o fomento a novas atividades produtivas sustentáveis. O próximo.

Aqui são alguns resultados alcançados ao longo desses últimos quatro anos de execução do PPCDAM. Um deles foi a criação de 25 milhões de hectares sob a forma de unidade de conservação na Amazônia, unidade de conservação federal. Além desse esforço promovido pelo Governo Federal, também os estados contribuíram com o aumento de 25 milhões de hectares sob a forma de unidade de conservação estaduais. Também tivemos nesse período a ampliação de terras indígenas em 10 milhões de hectares, tivemos o cancelamento de mais de 70 mil cadastros de comprovante de imóvel rural, que são a identidade, a cédula de identidade do imóvel rural, e esse cancelamento, melhor dizendo a inibição desses títulos, se deveu exatamente porque os proprietários não atenderam ao recadastramento promovido pelo INCRA. Então boa parte disso, nós sabemos que a transação desses cadastros, em geral, acabam favorecendo ações de grilagem. Então a inibição desses cadastros significa que esses imóveis estão impedidos de se movimentarem no mercado. O próximo.

Aqui, outros resultados também importantes em relação a monitoramento e controle ambiental. Um deles foi o aperfeiçoamento do controle de acompanhamento por imagem de satélite do desmatamento, uma atividade feita, sobretudo, pelo INPE, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, como eu já falei o PRODES. Vejam vocês que até 2004 nós só sabíamos o dado de desmatamento de dois anos para trás, quer dizer, então o Governo Federal ficava sempre às escuras. A partir de 2003, 2004, a partir de um grande esforço do INPE, nós conseguimos já aí sim ter um acompanhamento mais anualizado desse desmatamento, permitindo, portanto, a aferição das ações e de uma certa forma a focalização das ações de fiscalização. Além do aperfeiçoamento do PRODES nós tivemos também a criação do DETER.

O DETER é um sistema de detecção do desmatamento em tempo quase real, cuja finalidade central é auxiliar as ações de fiscalização do IBAMA, da Polícia Federal, dos órgãos estaduais de desmatamento em campo. Então, portanto, a principal finalidade dele é servir como um alerta. Não quer dizer que aquilo que o DETER apresenta seja efetivamente desmatamento, mas alguma implicação de desmatamento pode acontecer. Isso é importante, é uma medida essencial para que a gente garanta e evite o desmatamento ainda quando possível. Um outro sistema que está em elaboração

é o DETEX, que é mais feito para medir as ações do manejo florestal naquelas áreas sob manejo.

Tivemos também as ações voltadas para a fiscalização do IBAMA, que melhorou em termos de metodologia para o planejamento, com ações em regiões mais prioritárias. Ao invés de trabalhar às cegas começamos então a investir em levantamento de informação, de inteligência, antecipando as operações em campo, e isso facilitou demais e deu mais efetividade às ações em campo. E novamente, quer dizer, a participação tanto do Exército quanto da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária federal em ações integradas voltadas para o controle do desmatamento na região. E também, lamentavelmente, tivemos aí também a prisão de cerca de seiscentos servidores públicos que de alguma forma estavam envolvidos com atividades voltadas com corrupção envolvendo ações de desmatamento. O próximo.

No que se refere ao eixo de fomento a atividades produtivas, tivemos aí, a partir de uma discussão aqui nessa Casa, que foi a Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada e discutida durante todo o ano de 2005 e no início de 2006, tanto na Câmara, quanto no Senado, a implantação do Serviço Florestal Brasileiro, é uma nova instituição vinculada ao Ministério com a função de promover o manejo florestal das áreas públicas, das florestas públicas, portanto. Tivemos também uma região mais específica que é o entorno da BR-163, a criação do Distrito Florestal Sustentável, que reúne um conjunto de iniciativas voltadas exatamente para promover o manejo florestal e a exploração sustentável sem degradar a floresta, gerando recursos econômicos e ao mesmo tempo garantindo que aquele patrimônio continue público, portanto, nas mãos da sociedade. E já recentemente tivemos aqui a conclusão do primeiro edital de concessão florestal feito na Flona Jamari, lá no Estado de Rondônia. E também o lançamento da Operação Arco Verde.

Bom, esses são os resultados centrais aí do plano ao longo desse tempo que eu gostaria de comentar – o próximo, por favor -, só mostrar como que esse desmatamento foi caindo em 2005. Em 2006 caiu para 14 mil, em 2007 esse número tem que ser corrigido, porque o INPE corrigiu esse número, não é 11.224, é 11.532. O próximo.

Isso significou a redução em torno de 59% – o próximo, por favor -, pena que ficou preto, não dá para ver, mas há uma queda em 59% da taxa de desmatamento em três anos consecutivos. O próximo.

Mas a partir do fim do ano passado começamos a ver, a partir dos dados do DETER, que embora não sirvam para medir taxa, como que eu explicado no início, começamos a verificar uma tendência de au-

mento do desmatamento em períodos que em geral não ocorre desmatamento na Amazônia em função do período chuvoso. Portanto, a partir do mês de outubro, novembro e dezembro, nós vemos aí a elevação do desmatamento, chegando quase a mil quilômetros de desmatamento no mês de novembro. Isso levou o Governo Federal a rever a sua estratégia, a entender melhor o que é que estava acontecendo e foi em função disso – o próximo, por favor – que o Presidente Lula resolveu assinar um Decreto, que é o Decreto 6.321, foi saindo no dia 21 de dezembro, em que ele estabelece algumas ações voltadas para aquelas regiões consideradas mais prioritárias do ponto de vista do aumento do desmatamento. Então nós vimos o seguinte, quer dizer, o desmatamento, apesar de ocorrer em todo o Arco do Desmatamento, ele está concentrado em alguns Municípios. Nós vimos que em torno de trinta e seis Municípios, isso é um dado importante; trinta e seis Municípios respondem por 50% da taxa do desmatamento na Amazônia. Então apesar dele estar em todo o arco, ele é concentrado em algumas regiões.

Então, em função desse diagnóstico, ou por meio desse Decreto, esses Municípios foram considerados prioritários e nele o Governo Federal, por meio do INCRA e por meio do próprio Ministério do Meio Ambiente, resolveram fazer um conjunto de ações voltadas para controlar melhor, assim dizendo, as ações de desmatamento. E esse Decreto estabelece, o primeiro passo é esse, quer dizer, o recadastramento fundiário dos Municípios e, portanto, dos imóveis que se encontram nesses Municípios. Foi limitado, também, desmatamentos, no máximo a cinco hectares por imóvel, acima disso tem que ter lá uma série de condicionantes. Esse Decreto também estabelece uma mudança no Decreto anterior, que é o 3.179, agora corrigido pelo 6.514, que estabelece, portanto, o embargo obrigatório das áreas de desmatamento, quer dizer, se a área foi desmatada ilegalmente o fiscal do IBAMA, dos órgãos ambientais, têm que ir lá, embargar aquela área e geo-referenciar esse polígono para que possa ser acompanhada a evolução disso.

Um outro mecanismo importante também é o que nós chamamos de responsabilização compartilhada, quer dizer, o desmatamento não é uma atividade que depende exclusivamente do proprietário. Ela é uma atividade que tem vários elos envolvidos, seja com a produção proveniente daquela área desmatada, seja até mesmo com o consumidor final. Portanto, por meio desse mecanismo, esses elos também da cadeia produtiva que se envolvam ou adquirem ou comercializem ou transportem produtos provenientes de área desmatada também podem ser responsabilizados. O próximo.

Aqui são outros mecanismos criados com base no que estabelece o Decreto 6.321. Vejam vocês que tem uma Portaria do Ministério que estabelece, portanto, a lista dos trinta e seis Municípios, e vale dizer que embora sejam responsáveis por 50% do desmatamento na Amazônia, esses Municípios respondem apenas a 5% de todos os Municípios da região, quer dizer, então é uma coisa absolutamente muito concentrada. Uma outra Portaria do Ministério estabelecendo também aonde se aplica a Resolução do Banco Central, uma Instrução Normativa do INCRA solicitando, portanto, recadastramento dos imóveis rurais acima de quatro módulos e uma outra Instrução Normativa do Ministério relacionadas às atividades de embargo para as áreas ilegalmente desmatadas. O próximo.

Aqui dá uma idéia dos trinta e seis Municípios. Então são dezenove Municípios no Mato Grosso, onze no Estado do Pará, quatro no Estado de Rondônia e um no Estado do Amazonas, que é o Município de Lábrea. O próximo.

Uma outra medida importante que nós tivemos a partir desse ano, a partir de março desse ano, foi uma decisão do Governo Federal, vale dizer que não é uma decisão do MMA, eu quero frisar bastante isso, é uma decisão do Governo Federal que foi a Resolução do Conselho Monetário Nacional que estipula uma coisa muito simples: a partir do dia 1º de julho desse ano o crédito agrícola no Brasil não pode, no que se referir ao bioma Amazônia, ser repassado para quem não tiver regularidade ambiental e fundiária, e que me parece que é uma dos temas que devemos tratar aqui no dia de hoje. Então isso já começou a valer, aqui a partir da safra de 2008/2009, é uma medida que já está em discussão e ela foi depois sendo alterado por outras duas Resoluções a partir de solicitações do próprio Ministério do Meio Ambiente, do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos próprios Governadores.

O Ministério da Fazenda criou uma sala de situação que acompanha a execução dessa Resolução, então periodicamente convidamos os órgãos estaduais de meio ambiente, os órgãos de financiamento dos estados, convidamos também as agências de banco para que apresentem como que está o andamento dessa medida. E aí, a partir do andamento, a gente verifica a necessidade de um ou outro ajuste. Portanto, as duas Resoluções seguintes já decorrem desse acompanhamento feito pela sala de situação da qual participam essas instituições que eu já comentei. O próximo.

Nós estamos, também, hoje, apoiando os estados para que eles elaborem os seus Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento. Já estamos com o Acre, o Pará e o Mato Grosso em plena elaboração. Já iniciamos os entendimentos com o Estado do Tocantins

e de Rondônia, o Governador de Rondônia esteve na semana passada conversando com o Ministro Minc a esse respeito, então já estamos com esses seis estados. O Estado do Amazonas já tem um plano estadual, inclusive pretende entregar para o Ministério do Meio Ambiente já no início de novembro, o Estado do Amapá já tem um plano, portanto, e aí teremos que logo em seguida trabalhar o Estado de Roraima. O próximo.

Eu queria comentar rapidamente que a elaboração dos planos é condição para que os estados participem do Fundo Amazônia. O Fundo Amazônia, inclusive, nós estamos com uma Medida Provisória em discussão agora aqui no Senado solicitando inclusive a isenção de impostos para quem fizer doação ao Fundo Amazônia. Ele é voltado exatamente, tem o objetivo central de captar doações, sejam de países, sejam de empresas, seja de qualquer cidadão que queira contribuir com as ações do Governo Federal e do Brasil de modo geral voltadas para a diminuição do desmatamento, portanto, as emissões de CO2 provenientes do desmatamento. Quem quiser colaborar pode, encontrará nesse Fundo os mecanismos para isso. Ele é administrado pelo BNDES e o seu Conselho, o seu Comitê Orientador foi instalado na última sexta-feira lá no Rio de Janeiro. E como eu comentei, quer dizer, esse recurso, quando chegar, será destinado à realização de projetos que incidam exatamente na diminuição do desmatamento e promovam também a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma Amazônia. Ele também poderá apoiar países e outras iniciativas também que possam receber incentivos que nós chamamos de incentivos positivos pelas reduções do desmatamento, ele tem essa possibilidade, e até 20% também dos recursos poderão ser utilizados na elaboração de sistemas de monitoramento em outros biomas e até mesmo de outros países exatamente para verificar qual é a contribuição desses países com as emissões de gás de efeito estufa. O próximo.

Então, como eu comentei, quer dizer, os recursos são calculados em função da taxa de desmatamento, é um cálculo feito pelo MMA a partir dos dados publicados pelo INPE, com as informações também provenientes do inventário florestal nacional. Ele conta com um Comitê Técnico responsável por dar validade a esses números apresentados pelo Ministério, quer dizer, é um Comitê totalmente independente, formado por especialistas de notório saber na área de conhecimento. O próximo.

Então, como eu comentei, ele será financiado pelo BNDES, do seu Comitê Orientador participam órgãos do Governo Federal, os Governos Estaduais envolvidos com as de prevenção e combate a desmatamen-

to, a sociedade civil e o setor empresarial e também a academia. O próximo.

Como eu comentei, essas aqui são as sete linhas de ação do Fundo Amazônia. Então a gestão de florestas pública em áreas protegidas, também ações de controle, monitoramento e fiscalização ambiental, manejo florestal sustentável, atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta, as ações voltadas para a implantação ou elaboração do zoneamento econômico ecológico na região, conservação e uso sustentável da biodiversidade e a recuperação das áreas desmatadas. O próximo.

Bom, uma outra ação, eu acho que o meu tempo já está se esgotando, que eu queria só chamar a atenção, é que dentro da Operação Arco Verde nós temos uma medida muito importante que é essa daí, é o pró-recuperação. Esse é um programa que cria uma linha de crédito com os recursos provenientes dos fundos constitucionais do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste voltado para a recuperação das áreas degradadas, o reflorestamento, o manejo e a regularização ambiental na Amazônia. Esse recurso, ele tem uma taxa de juros altamente subsidiada, porque chega apenas a 4%. Ele foi apresentado por meio da Medida Provisória 432 que esse Senado aqui aprovou no conjunto das ações voltadas para refinanciamento da dívida agrícola. Ele permite que o penhor florestal seja utilizado como garantia do crédito, quer dizer, aquela área que será recuperada, portanto, o maciço florestal daquela área pode servir como garantia ao proprietário. Ele vai ter o crédito para financiar até 100% do projeto e terá um prazo de pagamento em torno de vinte anos com a carência de doze anos, quer dizer, então é um recurso que merece ser divulgado para que os proprietários, que queiram fazer a regularização ambiental do seu imóvel, possam encontrar aí na rede bancária um recurso muito auspicioso. O próximo.

São as outras ações, quer dizer, que eu não quero comentar em função do tempo, mas apoio também para que os produtos do extrativismo obtenham a garantia do preço mínimo a partir das ações da CONAB. O próximo, por favor.

Temos aqui também uma ação importante, que é o geo-referenciamento da ocupação desses trinta e seis Municípios considerados prioritários e, portanto, para realizar o que nós chamamos de cadastramento ambiental rural, quer dizer, que é o levantamento do polígono da propriedade, localizar nesse polígono quais são as áreas de uso, quais são as áreas em que devem estar a sua reserva legal, a sua APP, enfim, permitir ali um planejamento da paisagem de modo que permita inclusive ter ganho em escala, quer dizer, nós sabemos que a localização da reserva legal, se ela pu-

der ser feita em condomínio, se ela puder ser feita de modo contíguo às outras vezes reservas legais, tem um eficiência ambiental muito, muito superior a se ficar simplesmente fragmentada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Esses trinta e seis Municípios são em que estados?

SR. MAURO OLIVEIRA PIRES: São os trinta e seis Municípios nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e um no Amazonas, no Município de Lábrea. Quatro em Rondônia, dezenove Municípios no Mato Grosso e onze Municípios no Pará. O próximo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esses são os Municípios da Operação Arco de Fogo?

SR. MAURO OLIVEIRA PIRES: Esses são os Municípios que mais contribuem com a taxa do desmatamento que foram levantados por uma Portaria do Ministério do Meio Ambiente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E que foram incluídos naquela Operação Arco de Fogo?

SR. MAURO OLIVEIRA PIRES: Olha, a Operação Arco de Fogo, ela na verdade não está restrita aos trinta e seis Municípios. Pelo que eu sei ela, inclusive, está além disso. Mas, de qualquer forma, são esses Municípios que têm uma ação forte, uma contribuição forte com o desmatamento. E é nesses Municípios também, Senador, que a Operação Arco Verde tem como prioridade, quer dizer, o sentido é ajudar aqueles Municípios para que promovam a transição para a sustentabilidade. Então há ações voltadas para ações emergenciais, que nós sabemos que são pequenas, são insuficientes, mas são importantes, sobretudo para aquelas famílias que merecem receber algum apoio, sobretudo no momento em que alguma atividade voltada para o combate ao desmatamento possa implicar, e também tem ações, como eu falei, do pré-recuperação. O próximo.

Bom, o zoneamento econômico ecológico, e uma outra iniciativa promovida pelo BNDES é que ele criou uma linha de crédito voltada para financiar os órgãos ambientais dos estados num processo de modernização e planejamento da sua infra-estrutura, quer dizer, nós sabemos a precariedade que ainda paira nos órgãos ambientais, e por desse financiamento também com recursos muito atrativos permitirá aí encontrar uma linha de financiamento muito importante. Além disso, quer dizer, essa linha de crédito permite o melhoramento do processo de licenciamento, a gestão territorial dos cadastros das propriedades e também de regularização fundiária. O próximo.

Bom, aqui é um último slide que demonstra como é que tem sido o desmatamento ao longo do ano de 2008, quer dizer, nós vimos aí uma taxa de ascenden-

cia, com um pico aí em abril deste ano, e vemos agora uma redução. Ainda que em agosto de 2008 seja maior do que julho do ano passado, mas mesmo assim verificamos uma tendência de diminuição. Então é possível, ainda de caráter bastante preliminar, indicar que as ações tomadas pelo Governo Federal tiveram alguma repercussão positiva na diminuição da taxa, mas nós só vamos saber isso efetivamente quando o INPE divulgar o PRODES no fim do ano. O próximo.

Esses daqui são os próximos desafios que nós estamos enfrentando lá no Ministério do Meio Ambiente. O primeiro deles é esse, quer dizer, chamar os estados para um esforço nacional de combate ao desmatamento, aproveitar essa mobilização que existe em torno da Amazônia para melhorar o enfrentamento do Governo e da sociedade aos problemas ambientais e fundiários que estão presentes na região, queremos também criar planos de prevenção ao desmatamento nos demais biomas do Brasil, vale dizer a região de cerrado, da catinga, da mata atlântica e pantanal que também merecem ações voltadas para a redução do desmatamento. Eu diria que a implementação do Fundo Amazônia é um desafio, ele está no seu início e tem muita coisa ainda a ser feita para se tornar de fato uma realidade positiva. A própria operacionalização da Operação Arco Verde também é necessária e, também, garantir aí que as áreas protegidas sejam parte das estratégias de controle do desmatamento e a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia. De longo prazo, quer dizer, o nosso objetivo, que eu acho que é de todos, é garantir o desmatamento ilegal zero na Amazônia, e na verdade em todo o Brasil, mas a gente não faz isso simplesmente a partir de uma vontade de cada um. Ela tem que ser consubstanciada em várias ações e eu diria que a principal delas é exatamente garantir mecanismos que levem à valorização da floresta em pé. É o que nós chamamos de fortalecer a economia florestal, seja por meio do extrativismo, seja do uso madeireiro, a exploração madeireira sustentável, e outras atividades como o ecoturismo na região. Outro desafio importante e eu diria que é a reincorporação produtiva das áreas desmatadas, que hoje estão abertas e se degradando e que, portanto, poderiam ser parte de um processo de soerguimento econômico da região. Nós achamos que é importante também fortalecer os pactos setoriais, com setores econômicos voltados para a redução do desmatamento na Amazônia, e criar mecanismos de pagamento por serviços ambientais, quer dizer, se a Amazônia presta serviços ambientais para o planeta, ela merece receber os benefícios por isso e, portanto, essa Casa aqui tem um papel importante nisso na medida em que constam, tanto na Câmara quanto no

Senado, alguns projetos de Lei voltados para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais.

Bom, em linhas gerais, Presidente, era essa a minha apresentação, desde já eu agradeço, me coloco aí à disposição. Eu acho que o desafio do desmatamento não é um desafio que deve ser só do Ministério do Meio Ambiente. Nós sabemos que não é simples e às vezes se impacta sobretudo aquela população que está diretamente relacionada a alguma atividade envolvida com o desmatamento, mas esse é um enfrentamento que nós temos que fazer, e com toda a humildade, sabendo das dificuldades que o Ministério e o Governo Federal têm para a execução das suas ações, mas estamos firmes nesse propósito e gostaríamos de cada vez mais aí estreitar a relação com o Senado Federal para esse objetivo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós que agradecemos ao Dr. Mauro. De imediato ouviremos o Dr. Flávio Montiel da Rocha, que é Diretor do IBAMA. E também gostaríamos, como são seis os expositores e temos a intervenção de todos os Srs. Senadores, já são quase onze e meia, cinco a dez minutos para que nós possamos depois dar a oportunidade para a manifestação dos Srs. Senadores e os senhores terão a oportunidade de responder a todas as questões, aquelas que não tiveram a oportunidade de esclarecer. Com a palavra então o Dr. Flávio.

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu gostaria de cumprimentar a todos os colegas em nome aqui da Mesa composta, o Senador Neuto De Conto que nos convidou para estar presente aqui nesta Audiência Pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Para nós é uma grande satisfação, um grande prazer ter essa oportunidade de adiantar algumas informações e poder esclarecer questões envolvendo toda a ação do Governo Federal no combate ao desmatamento e, principalmente, no que se refere às ações que o Diretor do Ministério do Meio Ambiente, o Dr. Mauro Pires, que me antecedeu, ele já adiantou, e como diretor responsável específico pela área de proteção e controle, de fiscalização e monitoramento, eu gostaria de então reduzir bastante aquela apresentação inicial que eu tinha preparado, tinha feito uma apresentação de cento e sessenta slides, mas eu acho que a apresentação feita pelo nosso diretor do Ministério dispensa a minha apresentação e eu vou procurar então ser bem resumido e ater àquelas questões que envolvem diretamente a área à qual eu sou o responsável como diretor, que é de monitoramento e controle.

Em 2003, é importante a gente primeiro fazer essa introdução, havia uma preocupação muito grande com a velocidade, o ritmo, a taxa com que o desmatamento

na Amazônia vinha se acelerando e vinha crescendo, quer dizer, nós temos que partir de um pressuposto, que foi muito bem apresentado pelo meu antecessor, que em 2004 chegamos a um ápice de mais de 27 mil quilômetros desmatados em apenas um ano, quer dizer, esse dado é um dado concreto, é uma informação, é um dado técnico científico concreto apresentado pelo INPE, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ao qual a sociedade brasileira clama por uma solução, clama por uma resposta efetiva do Governo Federal. Então é um dado concreto que nós não podemos nos furtar a uma ação concreta, a uma ação imediata, e a partir daí foram elaborados uma série de planos, em primeiro lugar o Plano Amazonas Sustentável, que não é um plano, como foi bem dito aqui, e o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento da Amazônia, composto por três grandes linhas, diretrizes, que é a de fomento às atividades produtivas sustentáveis, a de ordenamento territorial e fundiário. É fundamental hoje falar em Amazônia, falar na regularização das atividades econômicas da Amazônia, significa ter como pressuposto, como premissa básica a regularização da questão fundiária. Então são questões que andam como carne e unha, juntas, coladas e que não podem estar dissociadas. E todas as iniciativas nesse sentido vêm sendo tomadas, e é importante que na semana retrasada, me parece, o próprio Ministro do Meio Ambiente, o Ministro da Agricultura e Abastecimento estiveram aqui presentes nesta Comissão, eu pude acompanhar um pouco o debate, a discussão que foi muito rica, muito produtiva, e há uma necessidade de, de fato, além das ações específicas, o Brasil, como Estado e não Governo ou segmento A, B ou C, mas o Brasil como Nação, como Estado brasileiro, ter um mapeamento claro que defina qual é o potencial, quais são as suas possibilidades de uso sustentável e econômico, e o que nós percebemos é que ainda, apesar do mapeamento, ainda há uma necessidade do Estado brasileiro promover uma avaliação ambiental estratégica de como podemos de forma sustentável garantir a execução de políticas públicas de desenvolvimento que garantam a possibilidade de desenvolvimento do potencial, do enorme potencial que a Amazônia tem, com a necessidade de preservação do nosso ativo ambiental, do nosso patrimônio natural ambiental. E nesse sentido, assim, a gente procura destacar o EARIMA, que é um instrumento legal utilizado num processo de licenciamento ambiental, ele é muito específico, ele muitas vezes pega apenas uma área pontual. Daí a necessidade de a gente ter instrumentos que possam dar sustentação, que possam servir como referência para qualquer tipo de mapeamento que se venha a fazer. E hoje o grande mapeamento, que está em curso

e precisa ser concluído, é o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia brasileira. Então é uma questão que precisa ser rapidamente concluída para que as ações, seja no âmbito de comando e controle, seja no âmbito das políticas de desenvolvimento, possam ter a sua aplicabilidade, possam ter a sua área muito bem definida.

E o terceiro item, o terceiro grande eixo do plano de prevenção e controle ao desmatamento é o eixo do monitoramento e controle, que é o eixo que está diretamente afeto à Diretoria de Proteção Ambiental no IBAMA. E nesse caso, nesse ponto específico, nesse eixo central do monitoramento nós desenvolvemos seis ações estratégicas. Eu não vou entrar muito no detalhe para poder ser bem sintético, mas a primeira delas, que já foi dito aqui também, é o aprimoramento do sistema de monitoramento. Então neste caso, de 2003 para cá, houve um avanço significativo desse sistema de monitoramento. Antes nós trabalhávamos com o sistema do PRODES, do INPE, que nós dava informação a cada ano ou às vezes a cada dois anos. Então a fiscalização, seja federal ou dos órgãos estaduais, ia a campo sem informação. Hoje, além do PRODES, nós conseguimos ter o DETER, que nos dá uma informação periódica a cada quinze dias da atividade do desmatamento, nós conseguimos ter o DETEX, que é o monitoramento da exploração seletiva madeireira, que também nos dá uma possibilidade de termos uma ação precípua ao desmatamento, quer dizer, se antecipar ao desmatamento. E ainda nós, não satisfeitos com isso, nós avançamos e, através de uma parceria com o INPE japonês, que se chama JAXA, nós temos hoje um monitoramento, por um satélite chamado ALÔS, que nos dá uma informação de radar, ou seja, informação, imagem de radar que atravessa nuvens, que atravessa independente de noite, de dia, enfim, ela nos possibilita inclusive durante o período chuvoso da Amazônia, que está coberta por nuvens, a gente identificar atividades de desmatamento ilegal, mesmo com cobertura de nuvens. É claro que não na mesma periodicidade que hoje o DETER nos fornece. São sistemas complementares de monitoramento. E não satisfeito com isso nós avançamos ainda mais. Hoje nós temos, com a parceria do SIPAM, nós fizemos o T-0, nós fizemos o imageamento de todos os trinta e seis Municípios de maio até agosto, até o final de agosto. Em setembro o SIPAM nos passou esse imageamento numa resolução até 6 m², ou seja, é possível com essa imagem a gente ver o avanço de qualquer atividade de desmatamento que venha após setembro para os trinta e seis Municípios que foram incluídos no Decreto 6.321. Esse sistema de monitoramento é até uma proposta que foi feita em reunião com a diretoria, a presidência

do SIPAM, para que nós, no sentido de contribuirmos para o geo-referenciamento das propriedades rurais, nós pudéssemos repassar esse imageamento que foi feito nos trinta e seis Municípios, como é um pré-requisito, os trinta e seis Municípios têm que concluir o seu recadastramento. Então com essa imagem nós podemos contribuir, de graça, é claro, porque muitas vezes o que mais se cobra num processo de identificação da reserva legal, da regularização da propriedade rural, são os custos relacionados ao mapeamento, ao geo-referenciamento dessas propriedades, e isso nós estaremos colocando agora, até o final do mês, essa semana, à disposição dos órgãos estaduais para que eles possam proceder junto com os proprietários rurais, junto com as propriedades rurais, a base geo-referenciada deste monitoramento. Então isso é um grande avanço que a gente conseguiu. E essas aeronaves do SIPAM, elas dispõem de sensores multiespectrais que permitem também a identificação de outras atividades na região. Esse foi o primeiro grande item, que é o monitoramento.

O segundo é o grande avanço que houve na parceria com a Polícia Federal, que está aqui presente também e poderá também colocar a sua opinião, na parte de investigação. Nós fizemos um amplo trabalho de investigação, de levantamento de informações para poder focar como se daria a atividade de combate ao desmatamento ilegal. Nesses três anos, essa queda de quase 59% da atividade do desmatamento, ela está muito mais associada às grandes áreas de desmatamento do que às médias e pequenas. Nós temos, infelizmente eu não trouxe aqui o gráfico, mas nós podemos depois repassar isso aqui à Comissão de Agricultura, nos últimos três anos houve uma queda significativa dos grandes desmatamentos e a manutenção dos médios desmatamentos e um pouco o incremento de pequenos desmatamentos, isso como uma resposta, uma demonstração do eixo com o qual nós procuramos nos ater, que seriam os grandes desmatamentos. A Amazônia é muito grande, a capacidade do IBAMA hoje em termos de fiscalização, sem contar os órgãos estaduais, é de 1.222 fiscais, dos quais, em sistema de rodízio, nós podemos contar com aproximadamente 600 a cada mês em sistema de rodízio trabalhando na Amazônia.

O terceiro grande item foi a definição de áreas prioritárias com base nessa tecnologia de monitoramento para que a gente não... a Amazônia são 5 milhões de quilômetros quadrados, nós estamos falando de um universo, nós estamos falando mais do que a Europa toda, e você dispondo de um efetivo de 600 homens para a ação fiscalizatória, é preciso definir quais são as áreas prioritárias, e nós estabelecemos

dez parâmetros para chegar à identificação dessas áreas prioritárias, entre as quais nós incluímos o desmatamento absoluto por Município, o tamanho médio dos polígonos de desmatamento, a dinâmica desses desmatamentos nos últimos três anos, você tem Município que nos últimos três anos cresceu o desmatamento, você tem Município que nos últimos três anos diminuiu o desmatamento e você tem Municípios que aumentaram e cresceram o desmatamento.

Então isso a gente chama a dinâmica do desmatamento. E isso associado a unidade de conservação, a terras indígenas, a pólos madeireiros, a pólos siderúrgicos, a focos de calor, a remanescentes florestais, a áreas prioritárias definidas pelo PROBIL, enfim, há um conjunto de parâmetros para que a gente possa fazer um ranking e a partir desses dez parâmetros nós fazemos a composição de mapas, a sobreplotagem de mapas e chegamos a um ranking das áreas prioritárias. Então é importante a gente dizer aqui que é um trabalho técnico, exclusivamente técnico, não há aí nenhum direcionamento em qualquer outro sentido em não ser esses dez parâmetros que nós usamos, porque a Amazônia é gigante e a gente precisa de ter uma ação bem concreta naquelas áreas que foram consideradas prioritárias. A partir daí foram realizadas diversas operações integradas de fiscalização com a participação logística do Exército brasileiro, porque muitas vezes, quando a fiscalização chega numa região e chega junto com o Exército, são áreas que não dispõem de alojamento, não dispõem de pousadas, de pensões para o efetivo estar alojado. Então o Exército brasileiro, a presença dele, é importante a gente destacar, se relaciona apenas à ação logística, ou seja, acampamento, alojamento para trinta, quarenta homens, comunicação, primeiros socorros, transporte, enfim, toda a parte de alimento e etc. Também a participação da Polícia Federal em todas as ações que são coordenadas pela Polícia Federal, como o Arco de Fogo, o qual o IBAMA está integralmente ligado e participando de todas as operações dentro dessas áreas prioritárias que são definidas. E também da Polícia Rodoviária Federal, do INCRA e de outros órgãos estaduais de meio ambiente que participam com a gente nessas operações de fiscalização.

E, por último, só para concluir, há uma necessidade, e isso vem sendo feito como foi demonstrado aqui com alguns Decretos, como o Decreto 6.321 e o Decreto 6.514, que estabeleceu um controle mais rígido do processo de regularização e de fiscalização ambiental. Neste caso, nós estamos fazendo a revisão do Decreto 6.514 e é importante que essa revisão seja feita por quê? A base dele consiste no seguinte: para efeito de fiscalização nós estaremos dando a

anistia... não é dando, mas estabelecendo um prazo de anistia de doze meses, de um ano, para que todas as propriedades rurais possam regularizar a sua reserva legal. Passado doze meses, passado um ano, a fiscalização ambiental continuará a sua atividade, e identificada uma propriedade que ao longo de doze meses não tomou nenhuma providência no sentido de se regularizar ambientalmente, seja a sua reserva legal ou área de preservação permanente, ela será autuada, aí sim passado um ano, será notificada, autuada e, conforme estabelece o Decreto, embargada. E o proprietário será obrigado a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, um termo de compromisso para que, no prazo de cento e vinte dias, ele possa tomar as providências para a regularização da sua reserva legal. É esta basicamente a mudança que está se fazendo no Decreto 6.514 e que nós acreditamos que será positiva no sentido de garantir a regularização das propriedades rurais hoje na Amazônia, que hoje é o grande desafio.

É importante também, só para finalizar, Senador, que isso não tem nada a ver com a anistia ao desmatamento generalizado, ou seja, dentro das operações de fiscalização ambiental que ocorre na Amazônia, se a equipe de fiscalização se depara com um desmatamento em flagrante, se depara com um desmatamento que está ocorrendo, inclusive fora da reserva legal, a anistia é para regularização da reserva legal e APP, ele será devidamente enquadrado e autuado conforme estabelece a Lei, quer dizer, a fiscalização não pode fazer vista grossa ao crime ambiental, conforme previsto na Lei de Crimes Ambientais. Então é importante a gente fazer essa ressalva porque há um conjunto de operações em campo e elas deverão continuar até dezembro para que nós tenhamos um resultado positivo até o final do ano no que se refere à redução das taxas de desmatamento, como foi dito aqui.

Só para concluir, é importante a gente ressaltar que por esses três anos, como foi demonstrado pelo Diretor do Ministério, a gente fala do que se reduziu, mas a gente não fala do que foi evitado em termos de desmatamento. E nesses últimos três anos a estimativa que se faz é que nós conseguimos poupar, no mínimo, 50 mil quilômetros quadrados de florestas, que caso o conjunto dessas políticas não viessem a ser aplicado, teriam sido também convertidos, teriam sido desmatados de forma ilegal. Então a preocupação nossa é o combate ao desmatamento ilegal e não àquele desmatamento que é legal, que é previsto em Lei e que é possível ser feito para que haja a combinação do desenvolvimento com as políticas de coordenação e preservação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. Flávio. Nós ouviremos de imediato o Dr. Alvaro Ricardo Palharini, que é Delegado da Polícia Federal e chefe da Divisão de Repressão ao Crime Contra o Meio Ambiente. Com a palavra.

SR. ALVARO RICARDO PALHARINI: Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia. A Polícia Federal agradece ao convite dessa Casa para participar dessa Audiência Pública e, se possível, resolver algumas dúvidas, sanar algumas dúvidas dos senhores.

No início do corrente ano o Diretor-Geral da Polícia Federal foi chamado ao gabinete do Presidente da República para a adoção de medidas emergenciais de combate ao desmatamento em função dos dados apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente, do INPE, em face do aumento do desmatamento naquele momento, ao final de 2007, início de 2008. Em razão disso foi elaborado um planejamento operacional em conjunto com o IBAMA para atuar na região dos estados que mais apresentavam índices ou que os índices mais cresciam naquele momento, que era Rondônia, Mato Grosso e Pará, nós fomos incumbidos dessa missão e elaboramos esse planejamento da Operação Arco de Fogo. Nós tratamos, tem que ficar bem claro que a Polícia Federal trata de investigar crimes apenas, não atuamos com políticas ambientais e outros tipos de políticas sociais nessa área, embora sejamos conscientes de que efeitos das ações policiais também causem na esfera social. Por favor, se for possível passar o...

Bom, enquanto se resolve ali um problema técnico nos slides, essa apresentação era apenas um resumo da situação atual da operação. Ela atua então nesses três estados, Rondônia, Mato Grosso e Pará, em conjunto com o IBAMA e a Força Nacional de Segurança, para dar um efetivo combate a esses delitos ambientais, porque até aquele momento as ações não eram articuladas de uma maneira mais incisiva como se faz agora, especificamente nessa operação, onde IBAMA e Polícia Federal atuam cada um na sua esfera, nas suas esferas de atribuições, a Polícia Federal fazendo o papel de polícia judiciária da União, que lhe cabe como missão constitucional, o IBAMA na área de fiscalização, e diferentemente de outras atuações isoladas, nessa operação o IBAMA e a Polícia Federal, em conjunto, conseguem alcançar uma efetividade e uma eficácia muito maior a partir do momento em que os bens, as madeiras e outros equipamentos dos infratores são apreendidos administrativamente, e na esfera criminal a nossa idéia era não deixar mais com que infratores ou criminosos ambientais permanecessem com objetos do crime em seu poder, como fiel depositário. Hoje tenta-

se retirar esses bens para leilão e para outra destinação e isso tem sido alcançado. Então de janeiro, final de janeiro, nesse momento em que fomos instados a fazer o planejamento de uma ação nesses moldes, iniciamos no final de fevereiro no Pará e no início de março já se estendeu para os outros dois estados. Os números estão nos slides. Pode passar.

Bom, também como já foi dito pela Portaria que apontou os Municípios prioritários, foi com base nesses Municípios que nós iniciamos as ações, no dia 25 de fevereiro. Podemos avançar.

Bom, o planejamento original dessa operação teria dez bases, não foram ainda implementadas por questões de logística e de verbas, nós não estamos atuando ainda nos moldes como foi planejado para fechar o Arco do Desmatamento. Quando isso acontecer – e se acontecer – as bases operacionais serão nesses Municípios. Podemos passar.

As dificuldades que encontramos em relação ao efetivo. Uma delas é que a Polícia Federal é uma polícia judiciária, uma polícia de investigação, ela não dispõe de um efetivo de policiais à altura para participar de um palco de operações como a Amazônia. Então temos que atuar de acordo com as condições e de acordo com a logística que dispomos, e de todo modo temos como resultado um certo sucesso exatamente porque sozinhos não conseguiríamos atuar numa região tão grande e inóspita. Então o IBAMA e Força Nacional também participam em função disso. A questão de viaturas não adaptadas ao palco operacional, também a Polícia Federal não estava preparada ainda para atuar nesse combate a crimes ambientais naquela região. Hoje já há uma mudança de mentalidade na direção geral e esses aspectos, tanto de pessoal, policiais novos, formados na Academia Nacional de Polícia, estão sendo designados para atuar na Amazônia, novos veículos e equipamentos já estão sendo adquiridos já com vista à atuação nessa área específica. Podemos passar.

Então de março a agosto, essa é a estatística de apreensão de madeira, de prisões, inquéritos policiais e bens apreendidos. Podemos passar.

Bom, aí não é possível verificar por Estado e por região os números de prisões e de madeira apreendida, mas nesse momento, ou melhor, até agosto foram presas cento e setenta pessoas durante a operação. Podemos passar, por favor.

Bom, hoje estamos nesses Municípios e seguiremos nos próximos dias para outras áreas acompanhando a dinâmica do desmatamento, mas isso não significa que nós estamos atrás do desmatamento, a polícia não vai onde está ocorrendo o desmatamento, nesse momento não seria de todo inteligente nós simplesmente atuarmos onde o desmatamento está

ocorrendo. A atuação primordial da Polícia Federal é trabalho de investigação, de inteligência, para que se identifique quem são os grandes desmatadores, porque essas pessoas chegam na região, numa região já pobre, e acabam empobrecendo mais ainda, não deixar riqueza nenhuma, desmatam e aquela população que lá estava em uma área ainda não atingida por desmatadores, eles ficam ao fim das ações, dessas serrarias itinerantes, eles vão ficar tão pobres quando eram, e mais, a região vai ficar em condições muito piores do que existia no momento em que lá chegaram exatamente esses desmatadores que não têm nenhum vínculo com a região, vão apenas para sugar riqueza e depois voltam para as suas regiões. É isso que a Polícia Federal tenta combater. Pode passar um pouco mais, por favor [soa a campanha].

Bom, então a atuação é no local, em serrarias, nos planos de manejos, hoje está com uma atividade mais ostensiva e isso indiretamente tem trazido algumas benefícios também em relação à queda do índice da criminalidade que não ambiental. Nas regiões onde se encontra a Polícia Federal, o IBAMA e Força Nacional, foi verificado que o índice de criminalidade também caiu, isso é um pouco evidente, mas é o que acabou acontecendo também em função dessas ações. Pode passar, por favor.

Bom, os pontos pendentes já mencionei anteriormente. Podemos passar. As iniciativas recentes também. Podemos passar.

Bom, em 2009, então, o que se pretende é definitivamente implantar o planejamento nos moldes que foi realizado e nos colocamos à disposição para qualquer dúvida dos senhores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado ao Dr. Alvaro. Ouviremos agora o Dr. Anaximandro Doudement Almeida, Superintendente Técnico da Confederação Nacional da Agricultura – CNA.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Senadores Neuto De Conto e Leomar Quintanilha, meus cumprimentos, aos quais eu cumprimento os demais Senadores. Eu acho que a nossa contribuição, ela vai convergir, pelo menos parcialmente, com o que foi colocado pelos demais expositores.

Então a Confederação da Agricultura e Pecuária, ela fez um levantamento geral da questão. Então eu acho que basicamente a questão do desmatamento podemos praticamente dizer que ela começa e termina com a questão do cenário fundiário da Amazônia, senão totalmente, mas em boa parte dele. Vejam bem: a Amazônia brasileira então, esse texto aí foi tirado da exposição de motivos que justificou o Projeto de Lei de gestão em florestas públicas, atual Lei 11.284/2006,

então basicamente nós temos 24% do território amazônico aí, da Amazônia Legal, nas mãos da iniciativa privada. Por outro lado, os demais seriam basicamente áreas da União e aí divididas em áreas protegidas, unidades de conservação e as terras indígenas, que nós podemos ver melhor pelo próximo slide.

Essa é a representação, aí já usando outra fonte, a Fonte ISE-IBGE(F), então 24%, 26% seriam inerentes à questão da iniciativa privada, as demais distribuições seriam com unidades de conservação, terras indígenas e terras da União, terras devolutas como um todo, ou seja, boa parte mesmo seria da União, Estatal, do Governo do Estado. Então eu acho que esse cenário fundiário ajuda a entender melhor a questão do desmatamento, enfim, do uso e da destinação de terras. O próximo.

Isso aí já é conhecido, ou seja, foi detectado o desmatamento e aí agora recentemente, em setembro, indicados os principais desmatadores. Temos aí, só para exemplificar, tanto o Governo como os demais agentes da lista, aí a iniciativa privada como um todo. Você tem a questão do INCRA, isso daí é mais para demonstrar que o desmatamento não está exclusivo para uma única categoria e sim pode atingir aí a pequena propriedade, a média propriedade, a grande propriedade, o assentado, o não assentado, o agricultor familiar, o não familiar, enfim, não existe uma única classe que seria atribuir a responsabilidade única por esse desmatamento.

Em relação aos proprietários rurais, a CNA vem falando especialmente em condições para compensação, ou seja, não só para quem está aqui no Centro Sul e ainda detém passivos ambientais, mas na própria Amazônia de que um determinado produtor possa se dedicar, conversando essa área, colocando ela como servidão de sua área para compensar de quem não tem em uma determinada região, seja dentro ou fora da Amazônia. Pagamento até mesmo em dinheiro para quem não tem, aí fortificando alguma estrutura de um fundo em que o Governo poderia destinar esse recurso para a manutenção de outras áreas de unidades de conservação ou mesmo contribuindo para as ações de fiscalização e controle.

Uma outra proposta seria, especialmente para a Amazônia, o reconhecimento do direito adquirido, aí, digo especialmente em relação aos 50% de reserva legal, conforme foi na década de 60, nos Governos de 70, 80, até 90, foram aquelas pessoas para aquela região, aí tantos trabalhadores rurais, empreendedores, e que tinham a obrigação, os contratos diversos era de manter pelo menos 50%.

E aí veio – próximo slide – essa modificação ao longo do tempo da legislação ambiental. Começamos

em 1934, rapidamente, em todo o Brasil você tinha que manter 1/4, mas vejam bem, de percentual de florestas nas propriedades. Então, não existia naquela época as regiões do Rio Grande do Sul, os pampas ou mesmo o cerrado, eram apenas 1/4 nas áreas de floresta da propriedade. E assim veio, em seguida, em 1965, o Código Florestal, determinando os percentuais das florestas na propriedade. E aí um aumento de 20% naquelas regiões, com a região Norte e parte da região Centro-Oeste 50%.

Continuando, eu não vou detalhar tudo, você tem as Medidas Provisórias recentes, ou seja, de 1996, 2002, 2001 – em que há uma alteração, uma nítida alteração, não só nos percentuais, agora com 20% para todas as áreas no país aí do Centro Sul, basicamente, nas áreas de florestas então sendo... A Amazônia Legal; desculpe, sendo a área de cerrado 35%, e na área da Amazônia de 80%. Vejam ali na observação que você tem agora a reserva legal com percentuais diversos. Não existe nenhum estudo específico que diga que necessariamente deveria ser 50, 80, 20 ou 19, enfim, isso daí realmente não existe ainda um estudo efetivo que comprove, que dê solidez a esses percentuais.

Mas, enfim, o que se defende, voltando à proposta anterior, o direito adquirido daquelas pessoas que foram para lá há vários anos, há trinta, quarenta, há décadas, e que a regra do jogo, para a questão da Amazônia, a Amazônia Legal, era 50% de reserva legal. Fica difícil para a CNA e suas Federações orientarem os proprietários, os possuidores, em relação a essa questão do que recomendar, 50% ou 80%. Nós entendemos que seria 50%, dado o direito adquirido. Quem adquirir novas áreas nessa região atualmente, aí sim seria 80%. O seguinte.

Uma das coisas que já foi comentada aqui, mas nós percebemos, diferentes de outras regiões aqui, de outros países, melhor dizendo, há uma ausência de políticas econômicas de natureza pública para que se incentive o não desmatamento... Enfim, o que nós estamos imaginando, pensando? Você tem políticas, foi até objeto de reportagens aí recentes na mídia, o caso do *Cat Still(F)* – nos Estados Unidos, onde você tem a Prefeitura e o Governo Federal contribuindo para a manutenção da água do solo em determinados locais. Então lá, no caso, era a Prefeitura de Nova Iorque contribuindo com vultuosos recursos para a conservação de sol, barragem e etc., para a limpeza da água. E por outro lado nós teríamos, no caso aqui de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, contribuindo com R\$ 156,00 por hectare para a preservação de áreas de APP.

Então, são essas políticas, e aí que converge com o que foi falado mais cedo sobre o pró-recuperação, que nós gostaríamos de reforçar, de contribuir para que

o produtor possa recuperar o seu passivo ou mesmo manter essa área a contento.

Lembro que a linha que foi citada do BNDES, com 4%, mesmo sendo vinte anos, ainda é onerosa para o produtor, considerando o fato de que para a recuperação você tem em média de oito mil a doze mil reais para que seja efetivada essa recuperação dessa área degradada por hectare. Então eu acho que nós temos que avançar muito nessa linha e não apenas... Eu acho que comando e controle; foi esgotado o assunto, vários colegas que me antecederam já comentaram sobre o assunto, mas nós achamos que não seria suficiente para resolver a questão. Vejam os senhores que o Decreto 6.321 cumpriu a sua missão efetivamente.

Naquele Decreto nós tínhamos todas as condições para coibir a punição com a inibição do CCIR, que é uma espécie de carteira de identidade da propriedade rural, é com aquele documento que se obtém financiamento, e isso foi feito, tanto que aqui foi comentado, 70 mil CCIRs que foram inibidos. Então agora eu pergunto: Como sair disso? Como fazer com que os produtores recuperem essa área ou que isso não venha a ser expandido? Porque esse produtor irregular, você não pode atribuir a responsabilidade desse desmatamento. Você pode inibir que ele não desenvolva atividade, mas você não pode responsabilizá-lo. Então aí vem a seguinte questão, que seria um trabalho mais efetivo na questão da regularização fundiária, que a gente possa dar oportunidade para essas pessoas que estão lá de forma irregular, por diversos motivos, possam mudar de situação e, enfim, cumprir o que toda a sociedade deseja. Eu vou explicar melhor mais adiante. São só treze lâminas, pessoal, não são muitas.

Já comentei, o Decreto veio realmente, cumpriu aí a Portaria do MMA, com [ininteligível] do recadastramento de cada um dos trinta e seis Municípios, não se sabe então para o ano que vem se nós teremos outros não, esperamos que não. Veio a Instrução Normativa fazendo o chamamento para o recadastramento, esse chamamento eu acredito que tenha tido baixa adesão porque o Decreto só contemplava medidas coercitivas e restritivas, faltavam realmente medidas sinalizando: “bom, eu vou lá, entrego a documentação, mesmo que não seja o título definitivo”, ou então “eu tenho condições da posse agrária efetiva”, mas não foi sinalizado com a questão da regularização fundiária. Comento novamente que necessariamente a regularização fundiária vai identificar quem é o detentor e vai poder efetivamente responsabilizá-lo por eventuais desmatamentos não contemplados na legislação.

E aí, no cadastramento de quatro módulos, a gente nota aí que há uma tendência de proteção, de flexibilização, melhor dizendo, para a agricultura fami-

liar e os demais setores, tanto nas Resoluções que foram comentadas, existe isso, as últimas Resoluções deste ano, a 3.599 e a 3.618, no caso é a agricultura familiar de apresentar apenas o DAP e não o CCIR. Então é preciso tratar o conjunto e não apenas um segmento.

Lá do geo-referenciamento, também contempla apenas a atuação para a pequena propriedade, abaixo de quatro módulos. Quando do geo-referenciamento, o nosso entendimento, pelo art. 46, do Estatuto da terra, deveria ser todos, o INCRA deveria fazer o geo-referenciamento de todas as propriedades, se responsabilizar por elas e não sei passar o ônus para os produtores que têm áreas acima de quatro módulos fiscais.

A realidade fundiária. Você tem desde a simples ocupação com décadas, como já comentei, com aquele proprietário com o uso usual, o trabalho ali com a atividade agrícola, e não estou falando daquele grileiro que abre aquela área, vende, repassa, mas aquele que mora lá, está lá efetivamente se sustentando com a sua atividade agropecuária. A autorização... São títulos precários de terras públicas, certidão de inscrição de ocupação, contratos de alienação de terras públicas, concessão de direito real de uso, domínio de terras públicas, contrato de promessa de compra e venda, licença de ocupação de terras públicas. Isso existe e não são poucas as situações.

Então, seria pegar esse pessoal que está nessa condição, que tem... Isso aí tudo é amparado pela legislação do Direito Agrário, especialmente o Estatuto da Terra e da Lei Agrária, e dar a oportunidade que ele tenha essa regularização do seu imóvel ou com o título definitivo, comprando a terra, veja bem, ou com concessão de uso, e aí casa com a proposta recentemente defendida em relação a um Estatuto de Regularização Fundiária para a Amazônia. Isso é fundamental se nós quisermos o combate efetivo do desmatamento e que você possa separar o joio do trigo, ou seja, aquele produtor que desenvolve as suas atividades agropecuárias, respeitando o meio ambiente, e aquele que é o grileiro, aquele que é um bandalheiro, carvoeiro, que está lá explorando sem sustentabilidade, enfim, de forma ilegal como já comentado anteriormente. O seguinte.

Aí eu não vou detalhar, nem cansá-los, é apenas para dizer que existe a legislação específica para a Amazônia que pode perfeitamente contemplar a regularização fundiária. Até cem hectares seria a legitimação em que o proprietário pagaria o valor correspondente a um valor da terra nua histórico. Aí para os pequenos produtores, de cem a quinze módulos fiscais, ou seja, contemplaria as pequenas e médias propriedades, é o que está dito na recente Lei aprovada por essa Casa

e a Câmara dos Deputados, a Lei 11.763/2008, que prevê a concessão de título definitivo ou a concessão de uso, dispensada a licitação, que preenche os requisitos de cultura e de moradia. Além desse requisito, nós temos a condição de ser antes de dezembro de 2004. Então não é qualquer pessoa, não é porta aberta para qualquer possuidor e sim aquele que efetivamente desempenha as suas funções de acordo com o Estatuto da Terra e demais legislação e a própria Constituição. Áreas acima de quinze módulos fiscais também é previsto, seriam consideradas as grandes propriedades, a concessão de título de domínio ou real de uso, mas aí com licitação para essas áreas respectivas.

Então, senhores, resumidamente existe todo um arcabouço jurídico que protege, que prevê essa regularização, que seria fundamental para a verificação de quem está lá na Amazônia e aí sim poder comprar a reserva legal, APP e demais reservas ambientais. O seguinte.

A Lei já comentada, então seria a concessão desse título, a compra da terra, veja bem, a compra da terra, dispensada a licitação para pequenas e médias propriedades, a pessoa física que haja implementado o requisito de viticultura(F) e moradia antes de dezembro de 2004 sobre a área rural situada na Amazônia Legal, limitada a quinze módulos fiscais, que é o limite da média propriedade. Essa medida, ela tem um alcance social muito grande, deverá contemplar 90% dos posseiros da Amazônia, aqueles que contemplam os requisitos da legislação. O seguinte.

Em relação, tem um tema da pauta que são terras estrangeiras, nós acreditamos, já foi comentado especialmente pelo INCRA e tal da necessidade de um maior controle de cadastro, concordamos com isso, mas veremos que existe toda uma legislação já preparada, não existe preocupação para essas empresas que aí estão, obedecem a legislação nacional, a diferença é se elas têm capital nacional ou não. Se o capital majoritário é internacional, eu acho que isso traz benefícios, nós entendemos que é para o desenvolvimento. Então se ela vem para produzir, obedece a legislação nacional, têm todas aquelas funções a serem cumpridas pela legislação e pela Lei específica da Lei Agrária, com relação ao cumprimento da função social, seja o meio ambiente, trabalhista, não veja porque restringir, uma vez que já existe também uma legislação própria que nós veremos a seguir.

Falta de incentivo no programa de produção sustentável, seria esse incremento aí do pró-recuperação, não só como crédito, como financiamento, mas uma parceria aí no setor público e no setor privado e a sociedade como um todo na manutenção dessas áreas, como já comentado.

Burocracia, obstáculo para os nacionais. E parte, talvez, parte da venda dessas terras sejam decorrentes também de um acesso de burocracia. Individualmente cada órgão quer cumprir a sua meta, seja o INCRA, o IBAMA, a Secretaria da Receita Federal e demais órgãos, e ainda contemplando o direito de propriedade sendo ferido pelas invasões, você tem aí um desânimo do produtor nacional e aí o capital estrangeiro chegando, isso tem sido motivo também de venda das propriedades ou arrendamento das mesmas. Aí em relação à burocracia eu vou citar um rápido exemplo. Já há promessa da carestia em relação ao prazo para a averbação do novo Decreto, o que vem substituir o 6.514. Tem aqui um exemplo: em relação à multa prevista no art. 55, do novo regulamento, que se refere a deixar de averbar a reserva legal, fato este, eu observo, que não está tipificado na Lei.

Existe a previsão da averbação, mas não se diz quando averbar, e nem a tipificação de deixar de averbar. Então isso está sendo regulamentado por Decreto e não por Lei. A multa diária é de 50 a 500 hectares por dia, que poderá chegar a 185 mil e 500 hectares por ano, acrescido ainda do valor de 500 a 100 mil reais no caso da multa simples. Isso equivale, senhores, por exemplo, ao rendimento líquido total da atividade do produtor numa área autuada durante 261 anos de produção de soja no mesmo hectare em Londrina. Ou 304 anos de produção de soja em Dourados. Ou ainda, se quiserem comparar com a pecuária, 456 anos de atividade pecuária. Ressalto, ainda, que a multa se torna então impagável e será acrescida ainda mais desses 185.500 hectares a cada ano, inviabilizando o cumprimento da atividade econômica e a reparação ambiental, que no caso é o objetivo da Lei. Então o que se busca são condições efetivas para o cumprimento da legislação, além da carência que já foi cometida, a possibilidade de efetivamente se conseguir cumprir plenamente a legislação. O seguinte.

Aí só fechando a questão do raciocínio da aquisição de terra por estrangeiro, nós temos todo o arcabouço. O art. 190, da nossa Constituição, prevê que é a Lei que regulamentará e limitará a aquisição e o arrendamento da propriedade por pessoa física ou jurídica estrangeira, e estabelecerá os casos que deverão ter autorização dessa Casa, do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados. O que regulamenta, atualmente, nós acreditamos que foi recepcionado plenamente pela nossa Constituição, seria a Lei 5.709/71, para pessoa física até cinquenta módulos, senhores, é a aquisição para estrangeiro, pessoa física. Isso corresponde a 250 até 5 mil hectares, dependendo da região, então para áreas mais da Amazônia seria possível esses 5 mil hectares. O módulo sendo de

cem, seria 5 mil hectares. Para área para as pessoas jurídicas isso é bem mais difícil, aquelas pessoas então teriam o direito até cem módulos fiscais e isso dá aproximadamente de 500 a 10 mil hectares, é o limite no Brasil para aquisição. Além disso, em cada área do Município não poderá exceder a 1/4 da sua área para os estrangeiros, não poderão ser concedidos à venda ou ao arrendamento mais do que 1/4, e da mesma nacionalidade, não mais do que 10% da área do Município. E a Lei 8.629/93, a Lei Agrária, prevê que áreas superiores a cem módulos competem ao Congresso autorizar tanto a aquisição quanto o arrendamento. Portanto, nós achamos que ela está devidamente regulamentada, a matéria já estaria sendo contemplada a contento. O seguinte.

Resolução CONAMA. Aí nós temos questionamentos a respeito desse cerceamento do crédito. Realmente será que isso foi suficiente para conter o desmatamento? Vamos aguardar os resultados, o fechamento desse ano. Então falta efetivamente de infra-estrutura para atender a solicitações nos órgãos estaduais, dos produtores que estão sendo pleiteados, é essa queixa que vem nos sendo trazidas. Quanto às certidões que foram emitidas nós ainda não sabemos, quem recebeu o certificado efetivamente, e será que a medida então se mostrou efetivamente eficaz, conter a questão do crédito? O desmatamento continua, pois não era feito com o dinheiro de financiamentos, ou seja, o foco está sendo a busca de quem é proprietário rural ou quem é possuidor, que paga o seu ITR e etc., ou seja, é aquela pessoa que tem o seu CPF ou CCIR e que é identificável. Agora aquele que não é identificado, aquele que é clandestino, as madeireiras, enfim, esses daí, aliás, estão sendo identificados por outra forma, por outro esforço. Então nós gostaríamos de aquelas pessoas que sejam possuidores ou proprietários que podem corrigir o problema, podem corrigir, tenham essa oportunidade, como eu já comentei na proposta inicial, na primeira lâmina.

Então era essa a mensagem, eu acho que era isso aí e eu me coloco à disposição para os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. Almeida. Ouviremos imediatamente o Sr. Derli Dossa, chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura – MAPA.

SR. DERLI DOSSA: Exmo. Sr. Senador Neuto De Conto, citando o seu nome, eu cumprimento a todos os Senadores aqui presentes, todos que fazem parte da Mesa e mais o pessoal que está no Plenário. Eu acho que a Valéria foi inteligente quando me colocou por penúltimo porque assim o pessoal já está dispersando, fica mais fácil para o Ministério da Agricultura

se eventualmente quiser fazer alguma colocação contundente passar despercebido.

Eu inicialmente gostaria de colocar cinco pontos que o Ministério da Agricultura tem responsabilidade, nos quais nós acreditamos que estamos, vamos dizer assim, desenvolvendo um trabalho inerente ao próprio Ministério.

A primeira parte é na área de defesa sanitária animal e vegetal. Os Srs. Senadores sabem que nós não temos nenhum problema, pelo menos nos últimos dois ou três anos, na região que estamos discutindo, o trabalho de defesa sanitária avançou. Eu diria o seguinte: a produção animal, que é o principal item da discordância ou pelo menos da discussão, transforma o Brasil hoje no primeiro exportador mundial de carnes, mas não só na região, se distribui carne para todo o Brasil. Poderíamos pegar um exemplo do Estado de Santa Catarina, onde a avicultura, a suinocultura é extremamente mais importante que a pecuária, por exemplo.

O segundo ponto que nós gostaríamos de colocar é a questão da pesquisa, da pesquisa agropecuária através da EMBRAPA, através das universidades e dos estudos estaduais públicos e privados de pesquisa. Hoje se você vai até um Município como, por exemplo, Alto da Floresta, você encontra um maior número de pesquisadores dentro das universidades, trabalhando com sistemas agroflorestais, com integração lavoura/pecuária, que faz com que a região continue se desenvolvendo graças a esse trabalho dos profissionais que lá se encontram. Então em termos de pesquisa, Sr. Senador, nós daríamos o seguinte: nós não temos problema tecnológico para apoiar o desenvolvimento da Amazônia, porque a visão do Ministério da Agricultura é uma visão de desenvolvimento sustentável da produção rural naquela região.

O terceiro ponto que eu gostaria de chamar a atenção para os senhores é a questão da comercialização, que nós fazemos através da CONAB e, como sabem os senhores, já foi citado na Mesa, todos os produtos, mesmo os agroextrativistas daquela região, são sendo contemplados na política de comercialização, de forma que nós entendemos também que a CONAB cumpre perfeitamente o seu papel e eventualmente, se em alguma região no curto prazo tiver algum viés, nós estaremos prontos a restabelecer a compra e a comercialização do produto disponível.

Um quarto ponto, e aqui nós começamos a entrar um pouco mais no nível de preocupação, eu citaria que nós temos nessa região que estamos discutindo uma imensa área já utilizada ou em utilização que degradou o solo. Nós precisamos recuperar essa área que está sendo perdida na região. Alguns dizem

40 milhões de hectares, que dariam dois estados do Paraná, outros chegam a 70 milhões de hectares. O mais importante disso, que o Ministério da Agricultura, através da nossa assessoria, trouxe a FAO para dentro do Ministério da Agricultura e nós começamos a fazer levantamentos regionais. Já fizemos em Rondônia uma reunião técnica lá; brevemente faremos um grande evento com o objetivo de levar tecnologia aos produtores de Rondônia.

Fizemos também esse mesmo evento em Marabá para discutirmos o que são realmente os produtos sustentáveis. Nós temos que fazer uma atenção muito grande nesta questão. Como os Senadores sabem, pecuária vai bem na Amazônia. Em algumas regiões da Amazônia nós teríamos cacau, por exemplo, mas bem mais já restrito. Então quando a gente coloca esses termos agroflorestais, nós temos que fazer uma parada obrigatória para perceber o seguinte: os sistemas agroflorestais são sistemas, vamos dizer, competitivamente não tão competentes em termos de rentabilidade quanto são as atividades convencionais.

Então temos que analisar com profundidade, por exemplo, se recomendarmos o uso de açaí com o quê? Porque se nós não tivermos uma atividade que puxe, pode acontecer que a somatória dos custos e dos benefícios se neutralize e você não desenvolve a região. Então do ponto de vista técnico é viável? É viável. O problema é que, do ponto de vista de sustentação ambiental, é viável? É viável. Mas do ponto de vista econômico, se, se viabilizasse, aquela região seria formada pela maioria de classe média, ou grandes agricultores. Então nós temos que ter atenção quando colocamos a questão dos sistemas agroflorestais para verificar qual atividade que vai puxar esse sistema agroflorestal. Se for, por exemplo, cacau com seringueira; teríamos problema algum. E assim poderíamos citar alternativas que no futuro devemos discutir-las.

Então essa questão da produção na região, nós acabamos chegando na semana passada, na terça-feira, em Alto da Floresta. E aí nós obtivemos o seguinte: vamos começar os nossos seminários regionais aqui em Alto da Floresta, nos reunimos com a Prefeitura, com o pessoal ligado ao meio rural, também com os sindicatos daquele Município, identificamos já que para o final do mês de novembro lá faremos um grande evento de transferência de tecnologia disponível através da EMBRAPA, mas fundamentalmente usando produtores e técnicos daquela região, porque eles conhecem bem a realidade. O que nós temos que aportar naquela região não é o conhecimento prático, que lá já existe. É um pouco mais de interiorização para permitir que as pessoas consigam ver quanto que nós podemos

umentar os ganhos de produtividade, da terra, do capital e da mão-de-obra naquela região.

Bom, eu para finalizar, já que fiquei por último, eu quero destacar um exemplo com agrofloresta, que eu conversei aqui com o meu colega do IBAMA se poderia comentá-lo. Senador, nós estivemos em Alto da Floresta e fizemos uma reunião com o Banco do Brasil para sabermos como que estava o crédito nesse momento. Então partindo de algumas hipóteses simplificadas, imaginávamos que toda essa parte de comando e controle estava em bom funcionamento, só queríamos saber a realidade.

Bom, a primeira surpresa que nós tivemos nessa reunião com o Banco do Brasil é que não há nenhum problema de disponibilidade financeira para emprestar dinheiro para os 2.500 quinhentos, aproximadamente, 2.500 produtores naquele Município. Foi a surpresa nossa, porque é um Município importante, vou chamar a atenção, Senador Quintanilha, que é um Município que tem toda a área regularizada. Quando foi feita a colonização naquele Município, todos os estabelecimentos, eles têm sua regularidade fundiária. E a surpresa nossa aconteceu em dois pontos. A pergunta foi: Agricultura familiar, de PRONAF, tem algum problema aqui? Até agora temos um contrato. E agricultura empresarial? Temos três contratos.

Isto significa dizer, Srs. Senadores, que o problema é um pouco diferente do que a gente possa imaginar, dada a sua complexidade. Significa dizer o seguinte: o LAO(F), eles teriam o LAO(F) nessas propriedades ou assinaram um Termo de Ajuste de Conduta conforme nós prevíamos na nossa regulamentação? Mauro, foi triste para mim ver que não adianta o sujeito ter regularização fundiária, porque na hora que ele assumir um Termo de Ajuste de Conduta, imediatamente ele assina uma confissão de culpa por uma razão simples: ele estará automaticamente dizendo que desmatou mais do que poderia.

Ora, considerando que o Presidente da República não quer que se descumpra a Lei; considerando também como positivo que o Presidente da República não quer que se reduza a área de alimentos no Brasil; considerando também que o nosso Presidente seria contra um êxodo maciço do meio rural; e considerando, enfim, que tem que haver e é necessário e fundamental, não é simplesmente a gente pegar, nós pegarmos, como o fizemos, essa questão ambiental e discutir o Decreto 6.514, porque esse Decreto tem implicações na Lei e o Decreto não pode ser modificado no nível que muitos dos senhores gostariam porque é praticamente inviável de fazer isso através do Decreto dos Crimes Ambientais. E nós passamos discutindo esses crimes ambientais com os colegas do

meio ambiente e o pessoal do IBAMA também, e nós chegamos [soa a campainha] a oito ou dez alternativas que propusemos para aprofundar essa questão. Mas, senhores, nós temos um único problema para resolver esse problema: o Senado e o Congresso, principalmente a Câmara dos Deputados e os Srs. Senadores, tem que haver uma nova legislação. É nisso que nós temos que trabalhar.

Em outras palavras, se o Senado e o Congresso nacional fizerem a sua parte revendo o Código Florestal, nós não teremos, provavelmente daqui um ano, um grande desespero numa região extremamente já desenvolvida em algumas partes, em outras bem menos, mas fundamentalmente nós teremos que fazer um acerto de contas dentro da Lei. Fora disso, senhores, não adianta imaginarmos que vamos ter, porque os colegas do IBAMA, até por uma questão do Ministério Público, não vai permitir que eles sejam coniventes com infratores. Mas nós também não queremos transformar uma vasta de uma região em criminosos ambientais, nós temos que regularizá-los. Para regularizá-los, dois instrumentos são fundamentais: um é o zoneamento ecológico-econômico, dos iguais nós estamos, o Ministério da Agricultura, integralmente em acordo com o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA, está certo, fazendo um zoneamento ecológico-econômico como foi falado aqui, mas na outra precisamos fazer avançar a Lei.

É essa posição que o nosso Ministro tem nos colocado dentro do Ministério e nós estamos dispostos a ajudar no sentido de buscar um consenso entre Deputados e Senadores Ambientalistas e Deputados e Senadores, vamos dizer assim, da bancada Ruralista. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Derli. Nós efetivamente já percebemos que é preciso rever, sobretudo, essa legislação ambiental, razão porque os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, membros do Senado Federal e da Câmara estão constituindo um grupo de trabalho exatamente para evitar esse grande impasse que está surgindo na exigência do cumprimento da legislação hoje existente. E V. S^a. não comentou, mas seria importante comentar, que essa dificuldade de obtenção de crédito, ou seja, de viabilização da atividade agropastoril, vai implicar efetivamente na restrição da oferta de alimentos, vai diminuir a oferta de alimentos, criando um problema muito sério para o país.

Nós vamos ouvir agora o último dos palestrantes inscritos, que é o Dr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da CONTAG, a quem concedo a palavra.

SR. ANTONINHO ROVARIS: Obrigado Sr. Senador Leomar Quintanilha, cumprimentando a todos os Senadores, todos os senhores e senhoras. Eu vou ser muito rápido, Senador, pelo adiantado da hora e também acho que nós fomos até contemplados em algumas falações anteriores, sendo colocadas aqui pelos expositores que nos antecederam.

A primeira questão na nossa avaliação, sendo muito objetivo, é que o Brasil se encontra numa situação ímpar com relação a produzir uma grande safra brasileira ou preservar o meio ambiente. Então essa é uma questão que nos parece ser o fundo de todo um processo em que você tem Ministérios apostando que o Brasil é e continuará sendo essa grande Nação e Ministério apostando que você precisa ter políticas restritivas para aqueles que estão buscando a produção.

Por um outro lado, você tem as pessoas que ilegalmente estão desmatando, os quais nós queremos registrar a nossa condição e a nossa posição contrária, somos totalmente favoráveis às ações que estão sendo realizadas. Porém, nós temos algumas questões, que já foram aqui colocadas, que nos trazem grandes preocupações nesse momento, que com relação à questão futura ela praticamente trará a inviabilização especialmente da agricultura familiar, que essa Casa já nos provou que reconhece essa agricultura com a aprovação da nossa Lei da Agricultura Familiar, da própria MP 432, que passou recentemente por essa Casa, onde deu destaque essa situação da agricultura familiar. A gente entende que a continuidade da forma como está, toda essa legislação com relação à questão ambiental, a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária, principalmente, sofrerão e sofrerão muito.

A pessoa do CNA que apresentou, desculpe, eu não gravei o seu nome, coloca algumas questões que são importantes também para nós da agricultura familiar levarmos em consideração. A questão do direito adquirido, ela é no nosso entendimento fundamental, pois nós sabemos que grande parte da região que nós estamos falando, ela foi habitada há muito tempo atrás, ou seja, as pessoas que lá se instalaram, se instalaram baseados em um incentivo, muitas vezes governamental, baseados em uma legislação que existia na época. E se você chega hoje com uma outra legislação que, diga-se, de passagem, com um autoritarismo muito forte e quer, simplesmente, mudar uma realidade em um ano ou em cento e vinte dias, cento e trinta dias, como é o caso da Lei que vem aqui, a Lei de Crimes Ambientais.

Então eu acho que essa é uma situação que precisa ser levado bem a sério aqui pelo Senado, pela Câmara dos Deputados, no sentido de que se consiga

entender, primeiro, basicamente, a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária não são iguais à agricultura comercial. Isso tem que ficar muito claro para que a gente tenha uma questão diferenciada.

Com relação, por exemplo, à questão do georreferenciamento do qual a própria legislação coloca como obrigatoriedade do Estado, até quatro módulos fiscais, ela na prática nunca existiu, e isso não é somente para a área que estamos aqui em debate, com relação à questão do Norte do Brasil, mas do Brasil inteiro. Essa obrigatoriedade do INCRA fazer esse processo, ela na realidade, ela nunca existiu. Estamos hoje numa situação em que o Decreto 6.514, que vem entrando em vigor agora, até o dia 22 de janeiro de 2009 terá que haver toda a averbação, toda a regularização, ela abrange o Brasil inteiro. Então, quer dizer, em que condições reais estamos falando da aplicabilidade de uma legislação dessa natureza?

Então, diante dessa situação nós queremos colocar muito claramente para os senhores a nossa vontade, juntamente com os senhores, de que haja realmente uma revisão de todo esse aparato normativo com relação à questão ambiental brasileira. Sem isso – o nosso companheiro aqui do Ministério da Agricultura colocou muito claro -, sem uma nova legislação, respeitando os chamados biomas, respeitando as chamadas regionalidades, na busca de que cada localidade se adeque às suas necessidades, provavelmente nós estaremos inviabilizando a grande galinha dos ovos de ouro que é a agricultura brasileira, e que a gente fica se perguntando, muitas vezes, por que é que 18% da população brasileira têm que estar sendo responsabilizada pela melhor condição de água possível desse mundo ou desse país, pela questão ambiental, a questão do aquecimento global e a questão da preservação ambiental, enquanto que 82% da população brasileira, que vivem nas grandes cidades, não se busca ou não se têm algo que venha a fazer uma compensação para que esses 18% da população brasileira possa efetivamente cumprir com o seu papel e, principalmente, criar as condições reais para que todos nós possamos usufruir de toda essa questão do meio ambiente.

Eu queria só destacar, finalmente, de que nós da CONTAG estamos distribuindo uma nota, inclusive a nossa assessoria deverá distribuir para os senhores, uma nota do qual a gente está buscando fazer com que nós, que somos da representação da agricultura familiar, que representamos mais de quatro milhões de agricultores e agricultoras familiares e de assentados, estamos à disposição, gostaríamos de participar dos debates com relação ao meio ambiente porque achamos que temos um público a ser defendido e gostaríamos

que os senhores nos ajudassem no sentido de que a gente possa estar participando desse debate, e essa nota pública nós estaremos inclusive encaminhando ao Presidente da República como forma de estarmos nos posicionando no sentido de buscar essa oportunidade de tentarmos, juntamente com os senhores, mudar o destino dos nossos agricultores familiares do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa agradece ao Sr. Antoninho e imediatamente vamos passar então aqui à inscrição dos Senadores, haja visto que os Senadores autores do requerimento, o Senador Sibá e o Senador Jefferson Peres, não estão mais presentes no Senado. Então eu passaria a palavra ao primeiro Senador inscrito, o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o nobre Senador Leomar Quintanilha, também Presidente da CMA, Comissão de Meio Ambiente, e cumprimentar a todos os palestrantes pela clareza dos seus posicionamentos, posicionamentos esses que já são conhecidos da maioria dos Senadores e Deputados dessa Casa. Porém, como nós estamos num ambiente, num momento de discussão de toda essa questão que envolve o desmatamento, que envolve os sistemas de monitoramento que o IBAMA possui, os sistemas de fomento às atividades produtivas na região Amazônia e a sustentabilidade dos mesmos, ordenamento territorial e fundiário, já foi colocado aqui também, eu gostaria de me colocar numa questão de contextualizar o que está acontecendo na realidade, no interior brasileiro. Nós precisamos ver que os Decretos e as Normativas, que muitas vezes aconteceram nesse último ano, eles possivelmente não vão atingir a plenitude da sua eficácia.

E eu gostaria de deixar claro aqui que num contexto de preservação ambiental seria muito mais produtivo buscar parceria com os Municípios, com os Municípios. Por quê? Porque nós estaríamos diminuindo a burocracia, tendo efetividade e colocando uma parceria com o Município, com os produtores desse país. O simples fato do IBAMA ter hoje um caráter de colocar infrações, de ser um órgão mais punitivo do que orientador, já demonstra uma incompatibilidade com a realidade de toda essa situação ambiental do país, e essa posição teria que ser revista. Nós teríamos que fazer com que o IBAMA se transformasse num grande órgão orientador e preservador do meio ambiente brasileiro. Acontece que ele, operacionalmente, não vai conseguir o êxito com Decretos.

Os Decretos colocados até agora, eles são muitas vezes descumpridos e mal interpretados pelos fiscais,

são operações como a Operação Arco de Fogo, que não trouxeram benefícios, inclusive quando chamados, quando a Polícia Federal foi chamada a intervir em alguns setores, em algumas regiões onde estava acontecendo grilagem e desmatamento em áreas de reserva do INCRA, nós temos provas de que os mesmos se esquivaram de ir lá. Os policiais não foram, se esquivaram. E hoje essa área, uma área de reserva que está na mão do INCRA, de 25 mil hectares, nós já colocamos isso aí ao Presidente do INCRA, na semana passada, e colocamos que essa área está sendo objeto de queimada, de extração ilegal, de venda de terra dessas áreas de reserva do INCRA. Então o INCRA está desaparelhado e não cabe realmente ao INCRA fazer essa ação policial. Ele sempre se vale da Polícia Federal. Eu acho que a situação está muito grave. Os produtores, principalmente os assentados de regiões já que foram assentados; eu vou dar o exemplo do Município de Lucas do Rio Verde, hoje pela manhã ainda tive informações de lá, da Secretária de Meio Ambiente daquele Município, que é a Dra Luciana Copetti, é um Município que hoje é um exemplo de atitude e de parceria com o IBAMA, meio ambiente, com a SEMA, com o Ministério do Meio Ambiente, onde eles desenharam um programa de regularização ambiental com áreas de reserva, áreas de preservação permanente, envolveram todos os produtores do Município e, infelizmente, o que se sabe é que esses produtores que foram objeto de... Todos eles foram... os imóveis foram georreferenciados e foram analisados quanto ao passivo e ao ativo ambiental, eles estão sendo objeto de perseguição, e ao invés de se obter uma solução da situação, o que se vê são multas e infrações que, diga-se de passagem, deveria se esperar agora pela regularização, pelo zoneamento sócio-econômico. E também nós temos que reanalisar e reavaliar o Decreto Presidencial 6.514.

Essa Casa, os Senadores e Deputados, não obtiveram ainda a minuta das modificações. A gente sabe que muitos artigos foram inconstitucionais e foi objeto de um Decreto Legislativo que eu fui o autor do mesmo, porque é um Decreto que legislava em muitos artigos, quando ele deveria apenas regulamentar. Então quando eu falo que o Município parceiro do meio ambiente seria uma solução para a nossa aflição do desmatamento ilegal, é uma verdade, que aonde que se dá o desmatamento, quem conhece o produtor são esses Municípios. Eles conhecem os produtores. E o IBAMA não os conhece. E nem uma SEMA, uma Secretaria de Meio Ambiente, também não conhece porque fica na capital. Então essa parceria é inevitável para se conseguir, então, zerar o desmatamento ilegal nesse país.

Agora, quanto ao segundo aspecto, que é ordenamento dessas áreas, já que foram abertas em outra época, com outra legislação ambiental, que muito bem tratou o Sr. Antoninho Rovaris, da CONTAG, é isso que se busca nesse país. Eu vejo que o Brasil tem uma oportunidade única de preservar o que falta, o que já foi retirado ilegalmente e o que poderá ser retirado ainda ilegalmente. É isso que se busca com essa legislação. Agora precisamos dar condições a regularizar as áreas que já foram objeto anterior de abertura. Isso é no mundo todo. Eu acho que o Brasil ainda é o único país exemplar, um país exemplar. O Estado de Mato Grosso é o Estado, como outros estados da Amazônia Legal, são os que mais ainda preservam, são os que estão preservando, e eu gostaria de deixar claro que os produtores estão conscientizados hoje e foram atitudes firmes que também o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA tomaram e que, infelizmente, foram atitudes de resgatar com multas que seguraram esse desmatamento até agora. Também concordo com isso.

Agora nós precisamos regulamentar o que já foi objeto de atitude de dez, vinte, trinta anos atrás. E hoje o Decreto 6.514, ele não possibilita, não dá condições do produtor vir e se regularizar. Ele não dá tranquilidade. Então nós precisamos conversar mais sobre isso, analisar e fazer com que o produtor seja um parceiro, que realmente é de interesse dos produtores rurais do Brasil serem parceiros, porque da mesma forma que existe o Programa Lucas Legal, que é do Município de Lucas do Rio Verde e que agora estão sendo objeto de infrações e punições porque vieram se cadastrar, eles estão com 83% das áreas de preservação permanente, das APPs, já separadas para a preservação. Quando nós precisamos ter um exemplo de um grande programa que apareceu durante três edições dominicais, que é o Globo Rural, que mostraram o que serviços ambientais, o pagamento por serviços ambientais pode trazer de resultados para o país, mostrando os exemplos da cidade de Extrema, do Município de Extrema, de Minas Gerais, e também o exemplo de Nova Iorque em relação à conservação das águas para as cidades, quer dizer, são esses projetos que eu sugiro que o IBAMA tenha em mente, que faça-se nesse país o pagamento por serviços ambientais, o pagamento por desmatamento evitado, que também faz parte dos objetivos do PAS, e também se reconheça e se faça uma regularização em massa com a parte fundiária, como agora também está sendo objeto do Instituto de Regularização Ambiental, que vai ser criado no país, e que vai ser uma grande esperança para que se organize toda essa parte ambiental a partir da parte fundiária. Uma coisa é certa: se nós não organizarmos, via Municípios, com poucos recursos, com recursos muitos

menores do que ações policiais, nós não vamos conseguir a preservação ambiental nesse país.

Então eu deixo isso aí como uma contribuição ao IBAMA e também gostaria de colocar uma pergunta: se o Decreto 6.514 vai possibilitar uma dilatação do prazo para se fazer a regularização ambiental, para se estudar inclusive mudanças na legislação ambiental nesse período, por que é que o IBAMA continua colocando multas e infrações aos produtores? Quando nós teríamos que fazer uma trégua, continuar fiscalizando com órgãos, com meios, com o aparato com o IBAMA tem, mas dar uma trégua para nós colocarmos em ordem todas essas propriedades, esses imóveis rurais do país. Essa é a pergunta. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Goellner. Nós vamos adotar o critério de ouvir três Srs. Senadores para que as respostas sejam produzidas em globo aqui pela Mesa.

Nós vamos passar ao segundo inscrito. Temos a honra de passar a palavra ao Senador Expedito Júnior, em permuta com o Senador Valdir Raupp. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, Srs. Convidados.

Nesta Comissão nós estamos chegando a um ponto alto. Até que enfim, eu disse mais ou menos há uns quinze dias, que o bom senso está prevalecendo, não nessa Comissão, mas aos Ministérios, principais Ministérios envolvidos, principalmente com o desenvolvimento da região amazônica, que é o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura. Há quinze dias nós tivemos aqui a presença do Ministro Reinhold Stephanes, também a presença do Ministro Minc, e agora estamos tendo a oportunidade de discutirmos aqui, mais uma vez, sobre os problemas da região amazônica. A princípio eu achei que nós não tínhamos aí dois Senadores, que nós tínhamos três, porque o nosso representante da CNA, a fala dele traduz tudo aquilo que nós estamos brigando aqui nessa Casa, estamos brigando aqui nesta Comissão. Toda praticamente a sua fala, eu quero até lhe parabenizar pelos registros que V. Ex^a. fez aqui, e ao mesmo tempo vem de frente com as nossas preocupações.

Na semana retrasada, quando estive aqui presente o Ministro da Agricultura e o Ministro Minc, nós tivemos a oportunidade de levantarmos aqui alguns problemas da nossa região e eu vou reafirmar novamente aqui, que o nosso representante da CNA e no final aqui o Sr. Antoninho também, da CONTAG, fez menção. Não adianta querermos combater o desmatamento na região amazônica – e eu vou falar aqui pelo

meu Estado, pelo Estado de Rondônia, não adianta nós queremos combater o desmatamento se nós não identificamos de quem é a terra. É terra de ninguém, é terra da União, é terra do Estado. O Governo faz de contas que governa e a população faz de conta que está sendo governada, acredita que está sendo governada, e isso não acontece. Não adianta. Nós temos que resolver o problema fundiário do Estado. O Ministro disse aqui que em dois anos, disse aqui a palavra do Ministro da Agricultura e do Ministro Minc, em dois anos há um compromisso do Governo Federal de resolver o problema fundiário da região amazônica.

Eu acho que foi também o representante da CNA que falou aqui sobre a questão do geo-referenciamento. O meu Estado está, o Estado de Rondônia, tem uma gleba, uma gleba só com geo-referenciamento pelo INCRA. Eu sinto até a falta aqui do representante do INCRA também, que na Audiência com os Ministros foi muito criticado aqui o INCRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Presidente do INCRA foi convidado, mas faleceu o seu pai hoje, ele não pode comparecer e não enviou um representante.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas eu vou continuar registrando aqui que sinto não estar ninguém representando aqui o INCRA. Nós temos uma gleba só com georreferenciamento no Estado. Hoje, se os pequenos produtores querem fazer a regularização fundiária da sua área primeiro, ele tem que fazer o geo-referenciamento, ele tem que pagar. Como que ele faz para pagar dois, três mil para fazer o geo-referenciamento da sua área? Quem tem que fazer isso é o Estado, quem tem que propor isso são as políticas públicas, as políticas de Governo. E isso não acontece. Eu não acredito que vai ser possível, que nós possamos resolver em dois anos, se nós não buscarmos isso que disse aqui o Senador Gilberto, a parceria com os Municípios, as parcerias com os estados. Nós temos que fazer convênio com os estados que estão presentes, os Municípios que estão presentes, que estão vivendo o problema na pele, estão vivendo o problema no seu dia-a-dia.

Também essa questão do Código Florestal, está chegando em boa hora essa questão da revisão do nosso Código Florestal. Parece-me que também foi o representado da CNA que falou sobre a década de 60, a década de 70. Rondônia, nós desbravamos aquele Estado com o Código Florestal na mão, que o INCRA nos determinava: "ou desmata ou você perde; ou você faz benfeitoria ou você vai perder a sua propriedade". Agora já chega a política repressora, a repressão: Polícia Federal, Força Nacional, Exército Brasileiro, multa em cima de multa, e aí vai o IBAMA

junto. Será que nós não estamos invertendo tudo isso? E aí será que essa também é a finalidade da Polícia Federal? Eu ouvi o Dr. Alvaro quando disse aqui que o desmatamento, que o desenvolvimento de algumas regiões, de alguns Municípios, levaram para lá a miséria e o caos social. Eu não sei aonde que o senhor buscou isso, me perdoe, eu vou discordar aqui de V. Ex^a., porque eu acho que quem está causando isso é essa operação que vocês estão deflagrando. Aonde vocês passam, vocês deixam o caos e a miséria. É o desemprego que vocês estão aumentando na cidade. A cidade de Machadinho, no meu Estado, o Estado de Rondônia, hoje é uma cidade fantasma. A cidade que V. Ex^a. mostrou ali, Nova Mamoré, se brincar vai virar uma cidade fantasma, porque estão fechando quase todas as madeireiras. Não bate a essência, a essência do órgão ambiental estadual é uma, a essência de vocês, dado pelo IBAMA, é outra, e infelizmente vira essa bagunça generalizada que nós estamos vivendo hoje na nossa região amazônica. Eu não estou aqui e nem quero defender quem está trabalhando na ilegalidade e na clandestinidade. Eu quero defender quem está tentando se legalizar, quem está tentando trabalhar corretamente.

Eu vi vocês falando aqui sobre o plano manejo. Como é que você vai exigir o plano manejo se a maioria das áreas não são documentadas, se a maioria das terras não são documentadas? É a mesma coisa desse Decreto, acho que o 6.514, que o Gilberto falou aqui, aonde que se dava o prazo de até janeiro de averbação da terra. Averbar o que, se você não é dono? O Governo está na frente, o Governo está botando o carro na frente dos bois. O Governo preciso precisa fazer o seu dever de casa, primeiro precisa fazer o seu papel. Aí sim, aí depois então nós vamos com a política repressora, com a política fiscalizadora. Agora se não faz o dever de casa, aí quer jogar a responsabilidade para o nosso pequeno produtor, para os nossos agricultores? Eu não posso deixar isso passar em branco, e eu disse aqui para o Ministro Minc, quando ele estava aqui, sobre essa nossa preocupação e inclusive o parabenizei, porque o grande vilão sempre foi o madeireiro, o grande vilão do desmatamento, e também me parece que foi o representante do CNA que disse aqui que não se deve atribuir a um segmento sobre o desmatamento. E é verdadeiro. Se eu for atribuir aqui o desmatamento que aconteceu em Rondônia, eu vou culpar o INCRA. O INCRA é o grande responsável do desmatamento no meu Estado, jamais o setor madeireiro. O setor madeireiro trouxe desenvolvimento. Agora trabalhar na ilegalidade, trabalhar na clandestinidade, o Governo foi culpado por isso, o INCRA foi culpado

por isso, o IBAMA foi responsável por isso, os órgãos estaduais também foram responsáveis por isso.

Essa operação, eu não sei de quem é a responsabilidade da Operação Arco de Fogo, até eu deixo essa pergunta aqui: a responsabilidade dessa operação é do IBAMA ou é da Polícia Federal? Porque teve alguns casos que a Comissão inclusive, se eu não estou enganado, foi no Pará, nós não tivemos nem possibilidade de dialogar com os representantes dessa operação. Nós fomos até ao local, o representante do IBAMA nos levou na época, mas nós fomos barrados pela Polícia Federal de adentrarmos no pátio de madeiras que estavam fiscalizando. Não é isso, Flexa? Isso não aconteceu em Rondônia. Em Rondônia foi diferente, muito diferente, nós acompanhamos praticamente todas as fiscalizações feitas. A maioria das serrarias, para você ver, a maioria das serrarias que foram lacradas pela Polícia Federal, em menos de trinta dias depois o IBAMA estava liberando. Ora, que política que é essa? Estava dizendo que estava legal. Que política que é essa? Então a política foi só para demitir os funcionários das madeiras, foi para gerar o medo, foi para gerar a miséria, foi para gerar o desemprego na cidade?

Eu acho que o que falta é bom senso. Eu continuo batendo nessa tecla e acredito que de repente nós, de repente numa discussão aonde que está se unindo agora a classe política da região amazônica em defesa dos seus interesses, em defesa dos interesses do seu povo, eu acredito que daqui para frente nós possamos buscar políticas públicas com qualidade e com responsabilidade. Não adianta querer atribuir a responsabilidade disso ao povo, se o grande responsável, ao meu ver, é o próprio Governo por intermédio dos seus Ministérios, das suas ações que fazem nos estados e nos Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Expedito. Passamos ao próximo inscrito, o Senador Flexa Ribeiro. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Leomar Quintanilha, da Comissão de Meio Ambiente, Presidente Senador Neuto De Conto, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Srs. Senadores, Srs. Convidados.

Acho que, Senador Quintanilha, Senador Neuto De Conto, temos avançado bastante no diálogo nos últimos dias ou nas últimas semanas. Eu diria que essa questão, até a pouco tempo atrás, era uma conversa de surdo e mudo porque não se conseguia avançar um milímetro. Na Audiência Pública que tivemos aqui há duas semanas com o Ministro Reinhold Stephanes e o Ministro Carlos Minc, em que se pode verificar que

havia por parte do Ministério da Agricultura uma visão correta da necessidade de o Brasil ter, garantida, as suas áreas de produção de alimentos e, também, de que para que isso fosse feito não havia necessidade de se derrubar uma única árvore mais da floresta, e nós estamos nos referindo agora à questão da Amazônia, e o Ministro Carlos Minc colocou aqui algumas palavras no seu pronunciamento, algumas idéias que naquela ocasião eu tive a oportunidade até de perguntar se eu não estava sonhando, se eu estava acordado, e pedi a ele uma audiência em seguida, essa audiência me foi concedida na semana passada. Tivemos uma reunião muito proveitosa no seu gabinete.

E eu acredito que, Senador Quintanilha, Senador Neuto De Conto, nós temos agora a possibilidade de avançar, até porque foi criado pelo Governo Federal um grupo de trabalho formado por quatro Ministérios, o Ministério de Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, do MDA e, se não me falha a memória, a Casa Civil. As duas Comissões do Senado, a Comissão de Meio Ambiente... Representante de duas Comissões do Senado, Meio Ambiente e da Agricultura, o representante também das duas Comissões da Câmara, de Meio Ambiente e de Agricultura, mais os representantes da Frente Parlamentar Rural e da Frente Parlamentar Ambientalista, para que nesse grupo de trabalho nós possamos fazer uma revisão necessária, que aí é que eu acho que houve um avanço, a revisão necessária do Código Florestal que remete há quarenta anos atrás. O mundo mudou, as tecnologias avançaram e é necessário que se, não tome a questão ambiental como dogma, como era tido até então.

É evidente que todos nós, todos nós, sem exceção, defendemos a preservação da floresta, defendemos a questão do desenvolvimento sustentável, mas a palavra já diz tudo. Você não pode discutir a questão ambiental se ela não tiver atrelada ao desenvolvimento, porque se não nós vamos ter um engessamento, que é o que está ocorrendo na nossa região. Então é importante que se discuta meio ambiente e desenvolvimento, que aí nós vamos ter o desenvolvimento sustentável; que é isso que nós todos queremos atingir.

Eu quero é lamentar, lamentar profundamente a operação mediática que foi, eu diria até, além de mediática, uma ação de pirotecnia, que foi a ação deflagrada em fevereiro, janeiro e fevereiro, o chamado Arco de Fogo e Guardiões da Floresta. E eu diria o porquê. Primeiro, porque todo mundo sabe, IBAMA, INCRA, Governo Federal, Polícia Federal, todos sabem que essa é a região... é a estação na Amazônia de chuva e que na chuva não se faz desmatamento. Então daí já é uma operação fora de época, a não ser que fosse para que se atendessem as pressões de outras fontes

sobre o Ministério do Meio Ambiente. Foi lamentável a operação. O Senador Goellner e o Senador Expedito já se referiram a ela. No meu Estado, por onde ela passou, ela deixou um rastro sim, aí eu concordo com o representante da Polícia Federal, deixou um rastro de desemprego, de miséria por onde ela passou. Por quê? Porque foram perdidos milhares de empregos, inclusive, no Município que para nós é modelo no Pará e considerado modelo inclusive por ter recebido vários prêmios, que é o Município de Paragominas, que foi incluído na Operação Arco de Fogo pelo acúmulo dos desmatamentos feitos no passado, não no momento, que ele já se enquadra inclusive como Município Verde. Mas como ele tinha um passivo de desmatamento que ocorreu exatamente no que foi aqui referido, em épocas passadas em que esses desmatamentos eram induzidos ou obrigados a serem feitos, porque na legislação anterior o INCRA só reconhecia a propriedade se você fizesse o corte raso de 50% da área, e o IBAMA, quando o industrial, o madeireiro queria fazer o manejo, já naquela altura, eu estou falando há quinze anos atrás, queria fazer o manejo florestal e pedia o licenciamento do IBAMA, o IBAMA dizia: "Não, para aprovar o licenciamento eu tenho que ter o título da terra". Ele ia ao INCRA: "Não, para você fazer o título da terra, você tem que desmatar". Então já havia um contra-senso na própria legislação.

Então eu acho, é juízo meu, eu acho que lamentavelmente o INCRA e o IBAMA são incompetentes e não desenvolvem o trabalho no sentido de realmente buscar o desenvolvimento sustentável da região. Já foi dito aqui que a forma de agir, de comando e controle, não funciona, porque pode até ter comando numa ação como foi feita do Arco de Fogo, mas não tem controle, porque ela passa e as pessoas ficam.

Então eu quero dizer, Senador Leomar Quintanilha, Senador Neuto De Conto, nós não podemos perder essa oportunidade que se abre agora de fazermos essa discussão profunda da questão ambiental. A Amazônia, segundo os dados levantados, tem hoje em torno de 18% de áreas antropizadas, de áreas alteradas. Nós estamos abaixo da reserva legal permitida de 20%. Ora, o que é que leva o raciocínio lógico? Leva o raciocínio lógico que fazer, e já foi dito aqui, eu fico feliz disso, o representante do Ministério de Meio Ambiente, levantou o que o Ministro, Minc, disse há duas semanas aqui, de que a reserva por propriedade é uma lógica que tem que ser abolida, porque você cria um xadrez ao invés de você criar realmente uma área de preservação. Então você tem que fazer. E ele próprio, o Ministro Minc, disse que nos próximos assentamentos do INCRA, que vou repetir, reafirmando aquilo que disse o Senador Expedito Júnior, é o maior responsável pelo

desmatamento na Amazônia, é o INCRA. Eu perguntei ao Ministro Minc, que ele iria ajuizar ações contra não sei quantos desmatadores, noventa desmatadores, eu não sei quantos, eu perguntei a ele se o INCRA ia estar também, porque ele tinha que ajuizar contra o INCRA, já que é o INCRA é reconhecido como sendo o maior devastador da Amazônia. Então a reserva por propriedade, sendo flexibilizada no Código Florestal, vai facilitar e muito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico, eu vou defender aquele projeto que não é de minha autoria não, eu acho que é um projeto de todo o Congresso Nacional porque ele já recebeu Emendas de vários Senadores, de vários Deputados, que por imposição da área ambiental do Governo ele não andava, que é exatamente aquele de você utilizar as áreas já alteradas e fazer compensação em áreas de preservação, sejam públicas ou privadas, com um retorno financeiro para o Governo, se a área for pública, ou para o proprietário, se for privada. Até porque, aquele proprietário que não desmatou, ele podia estar achando: "pô, eu devia ter desmatado, que eu estava tirando vantagem"; "Não, agora, por eu não ter desmatado, eu vou ter uma renda, eu vou ter um benefício por ter mantido a minha área preservada, porque eu vou dar esta área em compensação a uma área alterada".

No leste do meu Estado 95% das áreas estão alteradas, não existe floresta. Aí obrigar a reflorestar, mesmo com esse projeto que foi colocado aqui de juros de 4%, vinte anos para pagar, ninguém vai reflorestar, até porque já foi dito que para você ter acesso ao financiamento você tem que ter o título. Você não tem o título, já esbarrou na exigência primeira. Como é que você vai tirar financiamento se você não comprova que é o dono da área? E mesmo que tivesse o título, ninguém vai reflorestar, mesmo com 4% ao ano, com vinte anos de carência, até porque as espécies nativas existentes na Amazônia não estão prontas para o manejo que poderia ser feito nessa área em vinte anos. Todos nós sabemos que são mais. E aí vem novamente o projeto que eu apresentei, que permite o plantio das espécies exóticas, que na Amazônia seria o pinos, o eucalipto, que aí sim você tem um corte com sete, oito anos. O dendê, o dendê não corta, o dendê é vinte e cinco anos produzindo, mas o Código Florestal hoje não permite por quê? Porque essas espécies exóticas não são consideradas como de reflorestamento.

Mas tudo isso, eu acho que nós estamos vivendo um momento bastante importante pela abertura desse diálogo e acho, e acho, pela ação do Ministro Stephanes, que nós vamos ter que aprofundar. Eu não

concordo quando ele diz que na Amazônia não pode plantar cana. Se ele disser não pode plantar cana na área de floresta, eu vou concordar plenamente com ele. Agora não pode plantar cana nos 20% permitido para a utilização de grãos, de pecuária, não há nada que impeça ser feita essa cultura. Aí eu perguntei ao Ministro Stephanes que disse: "Não, na Amazônia só terão as usinas já instaladas". No Pará, duas, que é Pagrisa e a Pacal. A Pacal não está funcionando, é uma usina do INCRA que está lá encalhada há décadas, e em função disso não se instalaram outras usinas. O ex-Ministro Cabrera, da Agricultura, tem uma área no Município de Santana do Araguaia pronta, pronta para instalar uma usina de álcool e plantio de cana. Não aprovam o projeto dele. É uma área totalmente alterada, totalmente alterada, não tem uma árvore nessa área do Ministro Cabrera e ele não consegue aprovar o projeto. Nós vamos engessar a Amazônia? Não, mas essa é uma questão que nós vamos discutir mais à frente, inclusive no diálogo.

Eu queria fazer duas perguntas apenas aos nossos convidados. A primeira eu já fiz. A Resolução do Conselho Monetário Nacional, a 3.545, ela exige a documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no bioma Amazônia. Isso está sendo exigido? Se está sendo exigido, os produtores rurais estão impedidos de tomarem financiamento e, ao estarem impedidos de tomarem financiamento, eles estão sendo empurrados à ilegalidade, porque o que ocorre na Amazônia é que nós não vamos defender quem esteja ilegal, de maneira nenhuma. Quem está ilegal tem que ser punido; tem que ser preso; tem que ser tudo.

Agora, aqueles que têm projetos há anos no IBAMA, há anos, eu conheço empresários que têm projeto há seis anos no IBAMA pedindo a autorização para manejo florestal. Em 2006 nós conseguimos transferir esta normatização do IBAMA para as Secretarias Ambientais. Lamentavelmente continua a mesma coisa. O mesmo embargo de gaveta que o IBAMA dá, a Secretaria Ambiental, pelo menos no meu Estado, e aí eu lamento que no meu Estado esteja acontecendo isso, continuam dando embargo de gaveta, quer dizer, aquele produtor que quer trabalhar na legalidade, ele é empurrado para a ilegalidade. Aí cria uma operação, sem ter dado a licença, porque sabem o que vão encontrar lá, sabem que vão encontrar as pessoas trabalhando fora. E aí vem aquilo que já foi dito, a questão de essência, é questão de volume, e o próprio Ministro Minc disse aqui que ele teria alterado, você não embarga uma propriedade por inteiro. Se existe uma ilegalidade em parte da propriedade, você embarga a parte que foi atingida e não a propriedade por inteiro.

Eu espero que isso seja, realmente, avanços que estejamos fazendo.

Então a primeira pergunta que eu quero saber é com relação à questão dos financiamentos. O representante da Polícia Federal, a Polícia Federal fez uma Operação Dupla Face. Ela detectou fraudes envolvendo a obtenção irregular de certificados de imóveis rurais. Quais as providências tomadas pelo INCRA com relação a essas irregularidades? E qual a ação da Polícia Federal com relação aos envolvidos do INCRA que permitiam ou fabricavam esses certificados?

Uma outra questão que eu queria ao IBAMA e INCRA, mas eu quero aqui inclusive sentimentar ao Dr. Rolf pela perda do seu genitor, lamentar que isso tivesse acontecido, sentimentá-lo por isso, mas o IBAMA e o INCRA, e agora o Ministério de Meio Ambiente, eu acho que agora já está no Ministério do Ministro Mangabeira Unger, o Plano de Desenvolvimento Sustentável—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SIALOPRA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu achava que era SIALOPRA, mas ele está com umas idéias que vão no sentido de realmente desenvolvimento sustentável, até porque--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas é SIALOPRA do mesmo jeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, a sigla. V. Ex^a. que é da base do Governo, um dos mais ativos defensores, eu vou concordar que é SIALOPRA mesmo, não vou ser eu que vou discordar de V. Ex^a.

Mas nós fizemos uma audiência na semana passada aqui com o órgão Chico Mendes, com o IBAMA, na Câmara Federal, e depois no dia seguinte tivemos uma audiência no Instituto Chico Mendes com o Presidente, Dr. Rômulo, para tratar da questão da Reserva da Flona Diamantino, no Estado do Pará. Lá eu não sei se o Flávio estava. Você estava nas duas, não é Flávio?

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: Não, só na audiência, no dia seguinte eu viajei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque lá na audiência, lá no Chico Mendes, a liderança de um PDS lá na região do Castelo dos Sonhos, no Município de Altamira, no Pará, fez uma denúncia, fez uma denúncia grave. Ela disse que o IBAMA não permitia, não autorizava o licenciamento do corte de três hectares que cada um dos pequenos agricultores teria direito para poder produzir a sua agricultura familiar, não estava autorizando, e que ela como liderança de um conjunto, se não me falha a memória seria algo em torno de quinhentos a seiscentas famílias, ela mandou desmatar e assumia a responsabilidade por ter mandado desmatar os três hectares de cada propriedade.

Por quê? Porque se não aquelas pessoas iam morrer de fome, não iam ter como poder produzir, mas ela sabia que estava cometendo uma ilegalidade. É isso que eu digo, quer dizer, você vai fiscalizar sabendo que há ilegalidade. Agora a ilegalidade existe porque o IBAMA não fez o seu dever de casa, que era dar a licença para que houvesse o corte, que é permitido, o Dr. Antoninho sabe disso, é permitido, e ela denunciava que o PDS era um engodo, era um programa de propaganda do Governo Federal, porque não funciona na Amazônia. Então eu também gostaria de ter dos senhores uma resposta, uma visão sobre essa denúncia que essa liderança desse PDS lá em Castelo dos Sonhos fez na reunião do Instituto Chico Mendes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bem, nós havíamos estabelecido o critério de que ouviríamos três Senadores e a Mesa responderia. O Senador Neuto De Conto chegou a sugerir que nós ouvíssemos os demais Senadores, mas o número está meio elevado. Eu acho que seria importante ouvirmos as respostas agora e depois ouviríamos novamente os Srs. Senadores. Tem mais quatro.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria reforçar essa sugestão porque, de repente com a resposta para um Senador, pode responder para três ou quatro. De repente é o mesmo questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A sugestão é de que continuaríamos ouvindo os Senadores.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Isso, vamos ouvir todos, depois respondem de uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passamos ao próximo inscrito então, o Senador Valdir Raupp. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Isso não é defesa em causa própria [risos]. Srs. Presidentes, revezando aí na Mesa o Presidente Leomar Quintanilha, da CMA, o Presidente Neuto De Conto, da Comissão de Agricultura, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu estou muito preocupado com a questão fundiária e ambiental da Amazônia. É claro que sempre estivemos, mas agora mais do que nunca, porque o terrorismo é forte. Eu estou prevendo uma crise muito aguda no campo nos estados amazônicos, nos nove estados da Amazônia. Eu vi ali numa das apresentações regularidade fundiária e ambiental, e eu vejo que na maioria dos estados de Amazônia, pelos no nosso, no Estado de Rondônia, mais de 50% dos produtores rurais, seja ele pequeno, médio ou grande, não têm regularidade fundiária e ambiental. Por quê?

Porque no passado o INCRA distribuiu muita terra em Rondônia, é verdade, na Amazônia. Teve um papel importantíssimo, mas ultimamente, nos últimos dez, doze anos, o INCRA não tem feito quase nada nessa questão de regularização fundiária. Assentamentos também com problemas, com dificuldades, isso já foi externado aí em todo o país, e eu vejo que se a gente não tomar providência nesse sentido nós vamos começar a ter uma crise muito forte no campo. Falta de crédito, porque se for exigir, se as instituições financeiras, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, que são os que mais financiam a safra, o plantio, a colheita e a safra no campo no meu Estado, pelo menos, estão impedidos de fazer empréstimos, de liberar empréstimos.

Eu cito aqui o exemplo de um pequeno Município do meu Estado; Nova Mamoré, eu estive lá recentemente. No ano passado o Banco do Brasil aportou em torno de doze milhões de reais. Este ano não vai chegar a três. Aí já vai ter uma redução de oito, de nove, talvez, e isso é uma média geral no Estado de Rondônia. Por quê? Porque se for exigir regularidade fundiária e regularidade ambiental, mais de 50% não vão ter, principalmente ambiental, porque no passado o IBAMA não teve a preocupação de orientar, de fiscalizar, e deixou todo mundo derrubar. Então na zona um, zona um do meu Estado, onde tem o zoneamento, que é o grosso das propriedades rurais, que deve dar em torno de 70 a 80 mil propriedades rurais, você encontra no máximo, no máximo, 5% que não derrubou além do permitido por Lei. Olha só a gravidade do problema, não encontra 5% que não tenha derrubado muito acima do que a Lei estabelecia, que era os 50% do Código Florestal. Depois veio a Medida Provisória 2.166, que elevou para 80% e 20%, apenas 20% de uso e 80% de preservação, e depois voltou pelo zoneamento aprovado pelo CONAMA para 50% novamente, mas teve um período de muita tensão que foi aquele período da validade da Medida Provisória 2.166, 2.080, 2166. Ela mudou de número. E agora veio essa agora da exigência da regularidade ambiental, que está tão forte quando foi naquela época, quando mudou de 50% para 80% a preservação ambiental. Então eu vejo que se continuar com essas medidas, com esses Decretos, essas Leis, essa legislação atual, nós vamos ter uma crise forte no campo em função disso.

Eu entrei com um Projeto de Lei que está na Comissão de Constituição e Justiça, o PLS 342, que é um projeto ousado, porque eu conversei durante quase um ano com os produtores do meu Estado e alguns produtores também de outros estados da Amazônia, e eu vi que a grande maioria, já que derrubaram além do que a Lei permitia, a grande maioria como eu já falei, hoje não há necessidade mais de derrubar. A preocupação

agora é como resolver o problema das propriedades já desmatadas. Então o meu projeto, ele versa sobre isso, ele fala em desmatamento zero, um projeto ousado, e eu estou lançando inclusive uma cartilha. Se fosse há dez anos atrás eu não teria coragem de lançar esse projeto, porque eu não me elegeria nem mais a Governador no meu Estado, mas hoje eu sinto a necessidade que o próprio povo da Amazônia tem de não derrubar mais. Essa consciência já está sendo tomada.

Então, o meu projeto, ele trata do desmatamento zero, uma moratória por dez anos, ficaríamos dez anos sem desmatar, até se criar uma cultura ambiental, um cultura de preservação, e fala também do desenvolvimento sustentável que o Senador Flexa Ribeiro falou, liberando o que já está desmatado. Seria uma forma de compensação. O Mangabeira tem dito que nós temos ainda preservados na Amazônia Legal, nos nove estados, quando você joga no contexto global, 83%. Eu não sei se é isso é verdadeiro, porque os dados do INPE não batem. Eu tentei puxar na semana passada esses dados do INPE, não bate nada com nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se aproxima da informação que o Senador Flexa Ribeiro apresentou aqui.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu não pude acompanhar toda a fala do Senador Flexa Ribeiro, eu estava na Comissão de Educação. Mas eu mandei puxar, pedi para colocar na capa dessa cartilha que eu estou lançando do meu Projeto de Lei e eu vi que nada batia, não batia nada com nada, os dados do INPE não estão batendo do desmatamento na Amazônia. Mas o Mangabeira disse que fez um levantamento e disse que nós temos ainda 83% preservado na Amazônia Legal e apenas 17% desmatado, quando joga no contexto geral. Claro que o Estado de Rondônia tem mais de 30%, talvez 31% desmatado, mas o Estado do Amazonas tem apenas 2%, não chega a 3% desmatado. Então como é o maior Estado do mundo, o maior Estado do Brasil, quando você joga no bolo dos nove estados da Amazônia, um compensa o outro e nós vamos chegar nessa faixa de 17% desmatado e 83% preservado. Vejam bem, se a gente conseguir segurar do jeito que está, com 83% de floresta na Amazônia e apenas 17% para uso para desenvolver a nossa região, a região amazônica, eu acho que estaria de bom tamanho. Nenhum outro país do mundo teria uma preservação ambiental da forma que o nosso estaria fazendo. E serviria inclusive para vender essa imagem para o mundo e trazer investimentos, como já está vindo aí para esse fundo ambiental.

Então o meu projeto trata do desmatamento zero, essa moratória por dez anos, trata da liberação das terras já desmatadas, reflorestando apenas as margens

de rios, os igarapés, os mananciais, as nascentes, as encostas onde possam ter erosão, e trata também da anistia das multas. De 2004 para trás todas as multas seriam anistiadas, até porque estão multando coisa do passado, como eu já falei aqui, que o IBAMA no passado não fiscalizou, não orientou, não cuidou dessa questão da Amazônia e agora vem colocar uma dívida em cima dos nossos produtores, praticamente inviabilizando esses produtores. E trata também da questão dos assentamentos. No projeto ficaria impedido o INCRA de assentar em área de floresta, apenas em áreas já antropizadas, já desmatadas, porque não se justifica você ficar combatendo as derrubadas e o INCRA assentando milhares e milhares de famílias, como lá no meu Estado ainda tem cinquenta e tantos acampamentos aguardando assentamentos em propriedades em áreas de floresta. Aí é claro que esses colonos vão meter a moto-serra, vão derrubar para poder sobreviver.

Então eu queria contar com o apoio dos Senadores, principalmente da Amazônia, eu acho que de todo o Brasil, nesse projeto. Se nós aprovarmos ele com rapidez, eu acho que resolve o problema. Eu vou distribuir depois para todos os órgãos ambientais e da agricultura também do nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Raupp, mesmo que incluíssemos todos os desmatamentos existentes no país hoje, a preservação da floresta brasileira ainda ficaria com 60%. 64% um técnico do IBAMA, da EMBRAPA, anunciou isso. Nenhum país no mundo tem a tradição que tem o Brasil na preservação de suas florestas nativas.

Passamos a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Jefferson Praia. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, autoridades aqui que representam diversos órgãos. Eu vou ser breve, nós estamos aí, praticamente treze e trinta, não vou ser redundante nas diversas questões que foram colocadas. Vou ser muito objetivo, acredito que temos hoje uma grande Reunião e certamente eu espero que daqui desta Reunião nós possamos sair com algumas posições tomadas, com algum desdobramento positivo no sentido de resolvermos as questões. Eu entendo que a questão relacionada ao meio ambiente, nós não podemos ver essa questão meio ambiente versus desenvolvimento. Desenvolvimento é meio ambiente. Então a questão da produção não pode ser mais produção mais meio ambiente ou versus meio ambiente. É produção mais meio ambiente. Dentro desse contexto que eu acredito que nós temos que trabalhar.

Um ponto que eu tenho levantado aqui no Senado é a minha preocupação com o curto prazo, que é o que estamos tratando aqui. O Ministro Mangabeira Unger trabalha e tem trabalhado nas diretrizes no Plano Amazônia Sustentável, está lá, já temos as diretrizes para a Amazônia, só que nós estamos falando de uma Amazônia para daqui há vinte, trinta anos. O que tratamos hoje aqui, o que vimos, o que estamos tratando até agora é o curto prazo. São as Leis que estão aí, são as pessoas que estão na Amazônia, são as instituições que estão lá, cada uma fazendo a sua parte, e o que temos que fazer para resolver os problemas. Eu acredito que nós temos que agora nos debruçar em cima dessas questões para podermos avançar, porque o povo na Amazônia está em busca de soluções.

Eu não posso deixar também de destacar aqui, eu queria saber das instituições, dos representantes, qual a frequência de reuniões que têm, como é que está essa integração entre as demais instituições? Entre vocês todos? Porque o que eu vejo é cada um fazendo a sua parte. É claro que todos vão fazer a sua parte. O Ministério do Meio Ambiente, o que estabelece as regras do jogo para o Ministério do Meio Ambiente? Estabelece isso aqui, vamos fazer isso aqui. O Ministério do desenvolvimento agrário, o que estabelece? Estabelece isso, são essas as prioridades, vamos fazer isso aqui. Mas nós estamos diante de um contexto que requer uma integração, requer sentarmos à Mesa para discutirmos as questões que estão acontecendo.

E aí eu já faço, Presidentes Neuto De Conto e Leomar Quintanilha, eu já faço a primeira sugestão. Eu gosto de ser muito prático, pouco discurso, que muito discurso não chegamos a nada. Eu só tenho visto muitos discursos sobre a Amazônia, poucas ações práticas. Primeira sugestão. Eu não sei se acabaria fazermos aqui uma Comissão para que essas instituições que estão aqui e alguma outra mais, com representantes aqui das Comissões de Meio Ambiente e da Comissão de Desenvolvimento Agrário, para que possamos ter no mínimo todos os meses uma reunião para tratarmos do que está acontecendo na Amazônia. Se não dá para fazer uma Comissão, e essa é a sugestão, vamos fazer um grupo de trabalho. Eu gostaria de participar. Eu quero sentar com o Ministério do Meio Ambiente, com a Polícia Federal, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com os representantes dos trabalhadores, com os representantes das mais diversas áreas e verificarmos o que está acontecendo na Amazônia, quais são os problemas.

Nós estamos aqui tratando do Arco de Fogo. Temos vários Municípios lá, são trinta e seis, o que é que está acontecendo lá? Foram colocadas aqui diversas posições, mas eu quero saber do ponto de vista das

soluções, porque de problemas nós ouvimos muitos. Foram colocados, aqui para mim, um monte de problemas. Desafios, desafios, desafios. Agora vamos sair dos desafios e vamos para a ação política. O que é que tem que ser feito? Está aqui no Congresso a solução? Vamos lá. Qual é o projeto que tem que ser feito? Começa aqui no Senado? É na Câmara? Como que é? Está nas mãos do Ministério do Meio Ambiente? Está nas mãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário? Tomamos buscar a solução ou as soluções, porque são várias as soluções. Na Amazônia são diversos ecossistemas e a gente também esquece isso. A Amazônia não é só floresta densa não. Tem savana, tem um monte de ecossistemas lá.

E aí fazendo aqui já um questionamento, eu gostaria de fazer um questionamento ao Dr. Alvaro, da Polícia Federal, quando ele diz o seguinte na sua explanação, com relação ao IBAMA, é um esclarecimento, Dr. Alvaro, ausência de prioridade. Eu queria saber que ausência de prioridade é essa, quando V. Ex^a. coloca essa questão da ausência de prioridade por parte do IBAMA.

Eu não posso também deixar de destacar aqui a minha preocupação com o cancelamento de 70 mil cadastros de imóveis rurais, Dr. Mauro. O que é que está sendo feito com relação a essa questão?

E agindo ainda de forma bem objetiva, o Dr. Derli, que coloca diversas questões, quando V. S^a. coloca, faz a observação “não temos problemas tecnológicos para apoiar as atividades da Amazônia do ponto de vista da pecuária”, porque na minha avaliação nós temos na Amazônia muita coisa para ser pesquisada, que não conhecemos ainda. Por exemplo, ecossistema de várzea, como que vamos aproveitar a várzea da Amazônia, já que sabemos que na várzeas muitos peixes se produzem? Se tem essa tecnologia de aproveitamento das várzeas na Amazônia, aonde que ela está, como fazer? Porque lá, por exemplo, no meu Estado, o Estado do Amazonas, nós temos lá várzeas que com o depósito de nutrientes, que são todos os anos feitos, riquíssimos, que não estão sendo utilizados; eu sei que têm alguns impedimentos legais, mas do ponto de vista tecnológico eu não consigo enxergar. V. S^a. também colocou um ponto importante dos sistemas agroflorestais. Está certo, do ponto de vista técnico é isso mesmo. Agroflorestal, você tem diversas culturas imitando a floresta amazônica. Tu botas lá o pé de manga, de pupunha, o pé de cupuaçu, de açaí, vai ter algumas outras plantas que são leguminosas, tu vais imitar a floresta. Só que do ponto de vista econômico, como V. S^a. colocou, não é viável, porque não dá para a família obter uma renda através, por exemplo, somente da implantação desses sistemas agroflorestais.

Eu confesso que nessa questão da pecuária, é viável? É viável. Aonde? Nós temos que ver. Como temos vários ecossistemas, eu não acredito na pecuária lá desmatando a floresta densa. Naquele ecossistema ali eu acredito que não dá para nós apostarmos na pecuária. Agora temos que ver aonde que dá, aonde que nós temos condições de fazer esse tipo de atividade econômica.

Portanto, para resumir a minha observação, eu acredito que aqui estamos dando um grande passo, diversas questões estão sendo colocadas. A minha sugestão, se não dá para fazê-los, eu não sei como que estamos em Comissão ou Subcomissão, se tem condição de ser feita alguma coisa dessa natureza, mas fazermos um grupo de trabalho, discutirmos a Amazônia, no mínimo todos os meses, procurando as observações dos parlamentares.

Aqui temos parlamentares do Pará, temos de Rondônia, temos de Roraima, do Acre, que irão trazer os questionamentos das pessoas que eles representam, e aí paremos ajustar, porque o que eu vejo hoje, eu vou ser sincero a vocês, é uma grande confusão na Amazônia, uma grande correria para um lado e para o outro, é a questão ambiental, pára tudo. Agora é o seguinte: pára tudo e coloca a floresta na frente do povo da Amazônia como se lá, ao invés de as folhas caírem, estivessem caindo diamantes. Eu sei que tem riqueza ali, claro que tem riqueza, mas até chegarmos a aproveitar essa riqueza nós precisamos investir muito em pesquisas. Aí começamos a resolver a questão da Amazônia. Investimento em pesquisa, investimento na qualificação e capacitação da mão-de-obra, em doutores para aproveitarem bem aquela rica biodiversidade.

Agora, só que isso aí, nós estamos falando de uma Amazônia para daqui há vinte a trinta anos, senhores. A Amazônia que queremos é uma Amazônia de vinte, trinta, quarenta anos. E os problemas estão aí. Agora não dá, pára tudo, pára tudo aqui, ninguém produz mais nada. Aí tu vais chegar lá para o agricultor, como colocou muito bem o Antoninho, da agricultura familiar, lá do assentamento, e vai dizer: "Agora tu vais dar o teu jeito aí e vai cultivar não sei o que. Tu vais tirar o cipozinho ali para fazer artesanato", o pobre coitado não sabe nem como sobreviver disso. "Tu sabias aí que tem plantas medicinais?" Mostra a floresta para ele. Ele diz: "Legal. Cadê a planta medicinal? Eu vou fazer chazinho aqui para eu vender e sustentar a minha família". Então tem uma distância muito grande entre o que queremos e o que podemos fazer. Essa distância, eu entendo que tem que ter uma agenda de curto prazo, com as instituições governamentais se entendendo, buscando as soluções, ouvindo todos

aqueles que estão sendo afetados, e através dessa agenda nós vamos caminhar para resolvermos os problemas, porque senão vai ser uma hora o Ministério do Meio Ambiente tomando uma decisão, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tomando outra posição, aí vem aqui outra instituição e toma outra posição, e as pessoas na Amazônia estão lá esperando as decisões para que possamos ter uma melhor qualidade de vida. Então uma agenda de curto prazo.

De médio a longo prazo, o Ministro Mangabeira Unger trabalhou o Programa Amazônia Sustentável que dá uma direção para a Amazônia, pelo menos nós já temos alguma coisa para nos basear quanto à Amazônia que queremos pela frente.

Os desafios; concordo plenamente, são enormes, mas se não sentarmos e começarmos a negociar e trabalharmos Governos Estaduais, Federal, Municípios e o Parlamento, o Parlamento aqui, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais, ou reúne todo mundo e vai discutindo ponto por ponto, Município por Município, ou nós teremos esse, me desculpe, esse lengalenga. Nós vamos estar aqui em 2015 ainda discutindo coisas que ouvimos hoje nessa manhã. A sugestão, portanto, vamos agir no curto prazo com mais rapidez e buscando o entendimento. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Jefferson Praia. No que diz respeito à legislação já está sendo constituído um grupo de trabalho, mencionou aqui o Senador Flexa, que vai cuidar exatamente dessa discussão. V. Ex^a. tem razão. Senador Valter Pereira, tem V. Ex^a. a palavra como próximo inscrito.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, dirijo a minha palavra especialmente ao representante do IBAMA, Flávio Montiel. O IBAMA está associado hoje à indústria da multa. Infelizmente nós ouvimos muitas críticas a respeito e somos obrigados a reconhecer essa dura realidade. É bem verdade que existem muitas penalidades dessa natureza que são aplicadas com o maior critério e a maior justiça e acaba contrariando interesses poderosos de quem agride o meio ambiente, e, portanto, precisa sofrer as sanções da Lei. Todavia, existem muitos exageros – e eu tenho recebido diversas denúncias sobre a forma como são aplicadas essas sanções – que precisam efetivamente ser reparados.

Uma indagação que eu faria é a seguinte: será que não é hora de substituir a multa pela reparação do dano? Será que não seria mais racional exigir que quem promoveu o dano entregue à natureza aquilo que ele tirou dela irregularmente? Será que não é chegada a hora de criar um mecanismo através do qual a multa

seria um recurso destinado àqueles infratores refratários, àqueles que recusam efetivamente de recuperar o prejuízo que causaram à natureza? Até porque quando são feitos esses recolhimentos e essas multas, ninguém fica sabendo se foi aplicado no meio ambiente ou se foi aplicado em outra área que nada tem a ver com a questão ambiental. Essa é uma indagação que eu gostaria de fazer, até porque no meu entendimento é preciso que haja sim punição. É preciso que haja sim rigor na fiscalização. Mas é preciso, sobretudo, que haja uma racionalidade. A multa pela multa em nada pode melhorar a questão ambiental. Mas a multa, se vier como uma segunda medida, precedida da recuperação, da certeza de que o dano foi ressarcido, eu acredito que a sociedade teria a sensação de que efetivamente a finalidade do IBAMA e a finalidade do Ministério de Meio Ambiente fora alcançada.

Outro questionamento que eu quero fazer é com relação à integração entre os órgãos da administração federal. Esse assunto já foi aqui ventilado por outros colegas. Não consigo entender como é que se explica o IBAMA multar o INCRA porque o INCRA descumpriu a Lei, violou as normas ambientais. Ora, tanto o INCRA quanto o IBAMA são órgãos comandados por um mesmo Governo, fazem parte de uma mesma estrutura. E se fazem parte de uma mesma estrutura, por que todos não se alinhar dentro de um planejamento global e todos se comprometerem com o cumprimento da Lei? E, infelizmente, nós temos informações seguras de que administradores da reforma agrária em nosso país têm efetivamente descumprido normas ambientais e permitido não só a derrubada de matas, de reservas, reservas florestais, até mesmo de mata atlântica, como tolerado a instalação de carvoarias em plenas reservas, quer dizer, num assentamento onde tenha reserva, o INCRA tem tolerado a instalação de fornos para a produção de carvão. Ora, se os órgãos pertencem ao mesmo Governo, nós não conseguimos entender como é que o Governo se vê impotente, no momento da instalação de um assentamento fundiário, de impedir que as normas ambientais sejam desrespeitadas. Acho que é chegada a hora do Governo chamar os diversos órgãos que têm atividades correlatas a se sentar, a discutir e trabalhar em cima de um planejamento, onde cada um cumpra a sua finalidade, mas observando as normas que regulam cada uma dessas atividades. No meu Estado mesmo é flagrante. É flagrante essas penalidades que são aplicadas de um órgão federal para outro órgão federal. E o desrespeito, o desrespeito de normas que deveriam ser observadas, especialmente por aqueles que representam esse Governo. Eu faço parte da base do Governo, mas tenho feito várias denúncias sobre esse tipo de

conduta, porque infelizmente isso tem acontecido em Mato Grosso do Sul.

Então a minha intervenção se dá nesses dois sentidos. Acho, inclusive, que no momento em que tiver que se aplicar uma penalidade, não tem que se aplicar a penalidade de um órgão sobre o outro. Tem que aplicar a penalidade no executor, no infrator, na pessoa física, como faz o Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União tem efetivamente aplicado duras penalidades aos infratores, mas enquanto pessoa física, enquanto administrador, não o órgão, porque não tem explicação um órgão estar multando o outro, tomando dinheiro do outro, se tudo vai para o mesmo cofre. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Restam dois Srs. Senadores inscritos. Nós só solicitaríamos que fossem um pouco mais objetivos nos seus questionamentos. Passamos imediatamente a palavra ao nobre Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Srs. Presidentes, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Debate bom. Penso que a Casa tem dado essa contribuição permanente, mas nesses últimos quinze dias nós tivemos a presença do Ministro Minc, do Ministro Reinhold Stephanes, e agora mais essa rodada com os Ministérios e ampliado com outras instituições do Estado no sentido de a gente ir compreendendo. Eu penso que nós precisamos interagir, tirar não só do Senado para o Senado, mas a Audiência Pública envolver as instituições no sentido de tirarmos as lições, a riqueza que produz o debate.

Pelas falas de alguns colegas, eu quero só lembrar a particularidade da Amazônia. Evidente que nós estamos discutindo aqui o Brasil, nós estamos discutindo o Brasil e nós precisamos sempre discutir com essa luz de fazermos política de Estado, e é isso que o Senador Jefferson Praia alertou. Não uma política para agora, é uma política de Estado. E pensando nisso, eu gostaria de contextualizar nessa região que é a Amazônia, que eu considero uma região especial e que o Brasil precisa, o Estado brasileiro precisa tratar a Amazônia dentro do seu projeto estratégico e não nós tratarmos a Amazônia como um mero olhar regional, mas com um olhar nacional. Nós precisamos olhar a Amazônia com um olhar nacional.

Mas é impressionante! Algumas reflexões justas, mas precisam de reparos. Atribuir o desmatamento da Amazônia à agricultura familiar, aos pequenos agricultores, ao INCRA, para mim é de um erro brutal. Não temos que responsabilizar o INCRA, principalmente o pequeno. Quando a gente vê sistemas sofisticados mostrarem o desmatamento aqui e dizer que isso é

pequeno ou esse desmatamento é resultado dos erros do Estado... Nessa região a freira que rezava levou um tiro na cabeça. Como é que o Estado tem que agir com a ilegalidade? A Polícia Federal tem que ir lá mesmo fazer política de Estado e defender esse patrimônio, que o patrimônio, a floresta derrubada, não é só a floresta derrubada. Quando tem uma árvore derrubada, os índios foram, de lá, expulsos, as populações regionais foram de lá a toque de bala, e é criança, é mulher, é o Sr. Raimundo, é a D. Maria, é a população brasileira; os quilombolas...

A gente faz um discurso aqui, o Chico Mendes, que fazia o empate, que ficava na frente das castanheiras, morreu com a Polícia Federal dentro da sua casa. Essa é a região. E aqui a gente faz um discurso e generaliza. O Estado tem que ter políticas públicas, mas o Estado tem que ser duro contra a ilegalidade, a bandidagem, o roubo, o crime. A Amazônia é isso, lamentavelmente, é esse palco e é da ilegalidade contra o pequeno, contra as populações da Amazônia que vivem ali. Primeiro o Estado tem que reconhecer, na hora de construir políticas profundas, sérias, reconhecer que o Estado não olhou por centenas de anos populações que fizeram as fronteiras, que mantêm a Amazônia, que mantêm o nosso território. Essa que é a verdade. Ou a gente passa por cima da história? Desmatamento vem com sesmaria. Agora quando se discute aqui, parece que a gente tem que discutir a partir da lógica das *commodities*, do mercado internacional, da bolsa de valores. Inclusive esse debate é discutido na hora de uma grande crise. E a agricultura faz parte disso, desse tema com a crise internacional.

Então, combinar políticas entre os Ministérios, construir as políticas... Primeiro é uma medida urgente; permanente isso. Um Ministério não pode ir lá, o outro ficar aqui. Precisamos combinar essas políticas. Segundo, combater. Eu favorável a esse combate, a eleger os Municípios que formam o Arco de Fogo. É ruim isso? É ruim. Mas o Estado tem que ir lá e dizer: "basta, não pode". É trabalhador sem carteira assinada, é alcoolismo, é prostituição, é a derrubada da floresta, é o Estado que não recebe o ICMS, é a madeira que sai a qualquer custo, sem beneficiamento, sem agregar valores. Então está correta a presença do IBAMA, da Polícia Federal, em coibir esse tipo de exemplo. E está correto nós construirmos as políticas e é permanente isso. A pesquisa, melhorar a presença do IBAMA, melhorar a presença do Chico Mendes, do INCRA. Tem muita coisa ruim? Tem. Mas tem muita coisa positiva.

Eu gostaria de dar inclusive um exemplo aqui que é do Pará, de Barcarena, um projeto agroextrativista. Quinhentas famílias vivem do açaí, Ilha das Onças.

Está lá o projeto funcionando, têm vários projetos funcionando com o manejo do pirarucu, com o manejo do jacaré, com manejo de floresta.

Então eu acho que dessa Audiência Pública nós podemos extrair celeridade, a minha pergunta vai nesse sentido, como é que anda o plano do zoneamento sócio-econômico, quando é que fica pronto, quando que ele vai ser apresentado para a sociedade, para esta Casa? O MAPA podia falar e o IBAMA, que tocou com mais ênfase sobre o plano. Como é que anda o plano, está finalizando, está sendo concluído?

A Polícia Federal eu acho que tem, o Estado tem que ter preocupação em viabilizar as ações da Polícia Federal com instrumentos adequados para a polícia. Agora precisamos entender essas particularidades da nossa região, o povo simples que vive nessa floresta coletando a floresta. A casa é aqui, o barraco é aqui, ele anda dez quilômetros, vai caçar lá do outro lado do rio, anda dias, noites, esse povo simples, que não têm carteira de identidade, onde o Estado tem essa dívida com essa população.

Então fica aqui a minha reflexão. A Amazônia é solução. O Estado tem uma dívida, o Brasil tem uma dívida com essa região tão rica, tão especial, e por isso é que penso que na primeira parte, no tratamento sobre a presença do estrangeiro, eu discordo. Concordo com esse final da formulação, principalmente com os 10% de cada Município, mas nós temos que ser rigorosos, porque hoje não está mais em questão a questão do estrangeiro com a terra. São outras questões para serem analisadas. A biopirataria, a questão biológica, a potencialidade dos fármacos na região, engenharia genética, enfim, não é bem a terra. Nós temos que ser duros com o estrangeiro sim com a posse da terra, porque também tem o elemento da soberania nacional. Ou não, ou a gente vai brincar que não há guerras hoje por conta de petróleo, por conta de territórios ricos? Então vamos ter que ter um padrão. Eu acho que o padrão com o estrangeiro tem que ser diferenciado, tem que ser diferenciado. Nós precisamos encontrar, porque os estrangeiros estão detendo a terra no conceito de empresa nacional. A gente precisa encarar isso, fazer esse debate e criar uma legislação. Tem que ser um padrão diferenciado. O Estado brasileiro tem que reconhecer famílias que vivem na Amazônia, famílias que vivem lá, e o estrangeiro, nós precisamos ter um capítulo à parte, fazer o que, por quanto tempo? O estrangeiro, na minha opinião, não tem que ter título definitivo da terra. A terra tem que ser da União. A terra pode ser do Estado, do Município. Nós podemos fazer esse debate. Mas estrangeiro ser dono? E tem que ter acompanhamento, auditoria permanente para grandes áreas como essa última que ganhou o noticiário

nacional de terras de um sueco que tem lá no Município de Manicoré, no meu Estado, no Amazonas, uma quantidade infinita, Senador Quintanilha, e ele diz na Internet e fica ganhando crédito de carbono na bolsa de valores lá da Inglaterra, ganhando dinheiro lá, e os ribeirinhos aqui, ele dizendo que tem microcomputador, que tem sala de aula. Senador Gilberto, não tem nada. Eu fui lá, eu fui lá para ver. No recesso de julho estive lá no Município para ver essa boa vontade do sueco. Não tem absolutamente nada na gleba que ele se diz dono, na área que ele se diz dono. O nome do imóvel é Democracia. Olha só o nome. Então nós precisamos ter um padrão, um padrão para terras de posse de estrangeiros diferenciado dos povos que vivem na Amazônia e, evidentemente, dos brasileiros que para lá vão e que para lá desejam trabalhar.

É um pouco isso, eu concordo com os 10%, eu acho que é um número que eu acho que inclusive é um percentual menor do que a 5.709, um negócio assim dos anos 70 que trata disso, e dizer da importância... O Ministério da Agricultura que precisa combinar mais ações com as instituições que estão lá na Amazônia, as entidades federais, o INPA, o Museu Goeldi, nós combinarmos política no sentido de trabalhar o peixe, a variedade de peixes que nós temos ali.

E finalizar dizendo o seguinte: para a Amazônia dois itens, látex, a seringa, e a castanha. Pode perguntar quantas fábricas têm para beneficiar isso. No meu Estado, por exemplo? Tem uma fábrica. Está lá isso, precisa ter mercado, precisa construir essas políticas com crédito, com assistência técnica e valorizar fundamentalmente o homem da Amazônia que vive lá ao longo desses últimos anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador João Pedro. Antes de passar a palavra aos ilustres convidados, eu gostaria de atender a um apelo do Senador Inácio Arruda, com a anuência aqui do nosso Presidente Neuto De Conto e dos demais membros da Comissão de Agricultura, para submeter em regime de extrapauta a aprovação à discussão de requerimento de sua autoria em razão da urgência do tema e para aproveitar a presença de líderes internacionais que visitam o Brasil. O requerimento é embasado nos seguintes termos: "Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente para tratar sobre os principais impactos das mudanças climáticas e os possíveis cenários para o futuro, sendo convidados o Dr. Martin Parry, que chefia uma missão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) no Brasil entre os dias 28 e 30 de outubro, do Dr. Carlos Afonso Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), um dos membros brasileiros do IPCC, e do Dr.

Antonio Rocha Magalhães, autoridade brasileira no tema, que foi consultor do Banco Mundial no Brasil e também membro do IPCC". Em discussão a inclusão extrapauta do requerimento. No havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Nós passaremos agora a ouvir os ilustres convidados, e aproveitando, cada um na sua colocação, que já faça a sua consideração final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, no início foi lembrado, mas os dois Senadores autores, o Sibá, que passou por aqui, um grande amazônida, são lá da Amazônia os dois Senadores, um já foi embora e deixou saudades, o Jefferson Peres.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque a Amazônia tem essa vantagem, ela recolhe os brasileiros de todos os lugares. Então um grande piauiense que virou um amazônida, o Sibá Machado, grande Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os dois Senadores autores são lá da Amazônia, um do Amazonas e o outro do Acre.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá Machado e Senador Jefferson Peres foram os autores do requerimento desta audiência.

Eu começaria então, a menos que haja uma preferência na Mesa, se não houver era preferência na Mesa nós começaríamos com o Sr. Mauro Pires, Diretor da Diretoria da Política de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

SR. MAURO OLIVEIRA PIRES: Bem, eu queria novamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Só insistindo para que pudessem ser o mais objetivo possível. Obrigado, tem V. S^a. a palavra.

SR. MAURO OLIVEIRA PIRES: Perfeito. Veja, eu acho que o mais importante, quer dizer, é o fato de que essa Casa e essa Comissão estão, cada vez mais, aí, imbuídas de fazer um grande debate sobre uma região que, como disse o Senador João Pedro, não é um debate sobre propriamente uma região, mas é a visão do país, o futuro desse país a partir da Amazônia. Então eu acho que isso é de fato fundamental.

As questões apresentadas pelos Senadores em geral falam sobre as implicações da Resolução do Conselho Monetário Nacional, aquela que restringe o crédito na Amazônia apenas para aqueles que tiverem irregularidades ambiental e fundiária. Eu já de antemão sugiro que em algum momento essa Casa possa es-

cutar o Ministério da Fazenda a respeito da aplicação dessa medida. Efetivamente nós vamos ter os dados já no fim do ano, início do próximo ano, tendo em vista que ainda estamos no meio da safra, mas eu acho que é a autoridade mais competente para falar sobre a aplicação dessa medida importante.

Do nosso lado vimos que um efeito positivo da medida foi o fato de que houve muita procura nos órgãos estaduais de proprietários interessados na regularização ambiental. Então nós fizemos um levantamento junto ao Estado do Amazonas, de Rondônia, Mato Grosso, e vimos que de fato esse é um dado importante que eu acho que merece a nossa menção aqui, uma vez que o objetivo de fato, como foi comentado também, é que a gente passe do estágio da multa para o estágio da recuperação ou da conservação ambiental. Eu acho que o Ministério do Meio Ambiente; e eu acho que esse é o propósito de todo o Governo, é exatamente evitar o desmatamento, evitar a degradação, porque o custo depois da recuperação é muito maior. Agora se para isso é necessário se ver da multa, se valer dos meios que o Estado tem para cumprir a legislação feita pelo Congresso, feita pelo Poder estabelecido, eu acho que tem que fazer e tem que lançar mão disso. A Polícia Federal, o IBAMA, os órgãos estaduais têm que cumprir aquilo que a legislação democraticamente estabeleceu como razoável do nosso estado de direito.

Outra questão importante que eu acho que foi comentada é a necessidade de integrar cada vez mais os Municípios nas ações de conservação ambiental. Eu acho que foi o Senador Gilberto, eu acho que essa é uma iniciativa... é um comentário muito importante, eu acho que é fundamental, sobretudo em regiões grandes como a Amazônia. Você pega, por exemplo, o Município de Altamira, considerado o maior Município do mundo, maior do que alguns países da Europa, de fato a importância do Poder local é fundamental para garantir aí não só o estado de direito, mas também a conservação ambiental.

Se falou também aqui da importância de integração das ações, de coordenação entre os órgãos. Eu acho que no caso do PPCDAM talvez essa seja uma das lições mais frutíferas desse processo [soa a campanha], uma vez que periodicamente a cada quinze dias, às vezes a cada trinta dias, fazemos reuniões para acompanhar a execução do plano.

Em função do tempo eu fico por aqui e novamente agradeço aí a oportunidade, já nos colocando à disposição para novas oportunidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado ao Dr. Mauro. Temos a honra de passar a palavra ao Dr. Derli Dossa.

SR. DERLI DOSSA: Eu tenho a impressão que para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a grosso modo, devo uma resposta ao Senador Jefferson.

Senador, eu fui pesquisador da EMBRAPA por vinte e cinco anos. A minha área de especialização é em sistemas agroflorestais. Talvez até por causa disso que o Ministro Reinhold Stephanes me chamou para vir trabalhar com ele dentro da equipe. A questão que o senhor coloca de tecnologia, o nosso entendimento, até com muita humildade, é simples. Uma tecnologia de hoje não será uma tecnologia da manhã. Em outras palavras, o senhor tem razão quando diz que nós devemos estar sempre atentos às novas tecnologias. Por exemplo, há dez anos atrás, biotecnologia eram raras as pessoas dentro da EMBRAPA que discutiam. Hoje, vamos dizer assim, é uma ferramenta bastante dominada dentro da instituição, está certo? Não é a minha área de trabalho essa área de biotecnologia, a minha área é de gestão de propriedades rurais.

Bem, essa questão de sistemas de pecuária sustentável, não sustentável, eu diria o seguinte, eu vou pegar dois fatos de Marabá. Estivemos na região em dezembro do ano passado, antes mesmo de sair o primeiro Decreto da Presidência da República, e lá eu fui visitar pecuária de corte, pecuária de leite e sistemas agroflorestais que envolviam cupuaçu, pupunha, enfim, eu queria dois exemplos que a gente pudesse multiplicar naquela região.

Na área de pecuária eu posso garantir para o senhor que a tecnologia permite ir lá em Marabá, temos vários exemplos, que o senhor coloque três cabeças por hectare de um animal, que vai sair com dezoito arrobas, aí num período de dezoito meses. Até para efeito assim de uma rápida informação, uma das pessoas mais premiadas que eu já vi nessa minha existência de pesquisador estava lá em Marabá, uma pessoa com prêmios de todo o tipo, carcaça, melhoramento, enfim, as coisas que dão condição, de alta tecnologia, usado com boi a pasto, isso é a grande vantagem nossa, o boi verde, boi a pasto. Mas se o senhor se translocar para a região do Acre vai encontrar a mesma coisa. Eu estive com o Ministro Mangabeira Unger conhecendo a fábrica de látex lá do Acre, e tive a oportunidade de visitar muitas propriedades de pecuária de corte e lá é a mesma situação, ou seja, o senhor tem uma condição exemplar, pasto mal manejado que dá um efeito negativo e não é sustentável, mas bem manejado, podíamos avançar nessa discussão.

Para finalizar, então, eu diria o seguinte:--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Dr. Derli, o senhor me permite um aparte?

SR. DERLI DOSSA: Sim.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Só com relação a essa questão da pecuária, que eu acho fundamental nós aprofundarmos um pouco essa questão. Como é que o senhor vê isso do ponto de vista de termos, ao invés da pecuária extensiva, termos a pecuária intensiva?

SR. DERLI DOSSA: É, esse programa, então eu posso lhe adiantar, que eu citei no início, que são três seminários que nós faremos em Marabá, em Alto da Floresta e em Porto Velho, lá em Rondônia, tem essa discussão ou, em outras palavras, nós temos que intensificar, só que temos que melhorar o pasto. Mas não é só uma questão de melhorar a pastagem em si. Nós temos que recuperar dentro do enfoque de manejo, que fundamentalmente os produtores que não dão certo, ou não são produtores realmente de pecuária ou fundamentalmente eles estão afim só de pegar os nutrientes provenientes da floresta.

Então quando eu estou dizendo, quando eu estou querendo colocar, ou seja, a saída nossa, se a gente quiser intensificar, temos que melhorar a pastagem, mas temos que melhorar a cabeça das pessoas que fazem essa pastagem, porque pastagem mal manejada não tem saída, o sujeito quebra mesmo. Agora a região é rica em produtores rurais e com capacidade para fazer este manejo. O pessoal da EMBRAPA e o pessoal da assistência técnica local tem que dar... O pessoal da EMBRAPA tem que treinar mais a assistência técnica regional dentro desse enfoque de intensificação da pecuária. Esse é o foco nosso, do Ministério da Agricultura, e nos quais nós trouxemos a FAO para que pudéssemos fazer um trabalho conjunto, pegando a experiência sul-americana dentro dessa vertente. Então o que eu teria a dizer, simplesmente como um ex-pesquisador lá da EMBRAPA, é que tecnologia disponível no estágio atual o senhor não encontrará nenhuma dificuldade, tem muito mais do que a demanda tem feito.

Agora já com relação, e finalizo, essa questão de várzeas, as várzeas, em qualquer região no Brasil, é região de APP. Na região de APP o senhor tem que ter, por informações que o próprio Flávio me passou, o senhor tem que ter; vamos dizer assim, no caso como o Senador falou lá na Amazônia, o senhor vai ter que ter manejo de espécies nativas, tipo jacaré, enfim, os peixes da região e etc., de forma que do ponto de vista legal o que o senhor pode fazer está dentro da própria região.

Eu não tenho nenhum comentário adicional, porque eu trabalhava no Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde nós não tínhamos essas restrições que há no bioma amazônico.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Derli.

SR. DERLI DOSSA: Eu quero agradecer e pedir desculpas se não ficou claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passo a palavra ao Dr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA.

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: Eu agradeço mais uma vez a oportunidade do Senador Leomar, do Senador Neuto. De fato, infelizmente, o tempo é muito curto para que a gente possa responder ao conjunto dos questionamentos devido à sua complexidade. Eu acho que é um universo muito grande e de fato a gente não teria como aqui exaurir o tema apenas nesta tarde. E nesse sentido, apesar disso, eu percebi que praticamente 80% das questões foram dirigidas ao IBAMA, e como o meu colega que me antecedeu no Ministério não chegou a usar os dez minutos, eu teria alguns esclarecimentos gerais para fazer e também esclarecimentos específicos que foram solicitados por cada um dos Srs. Senadores aqui presentes.

Um primeiro ponto, eu acho que há uma convergência aqui no entendimento de que precisamos rever o modelo de desenvolvimento econômico da Amazônia como um todo. E me chamou muito a atenção, eu fiquei muito surpreso com a declaração feita pelo ex-Diretor Presidente do Fed Americano, o Dr. Greenspan, dizendo que quando ele foi durante doze anos Diretor do Fed Americano, ele defendia de que a economia de mercado deveria, a economia mundial, deveria ser regida pelo *laissez faire*, pelo livre mercado, quer dizer, sem nenhuma regra. E se nós traduzirmos isso para o que hoje acontece no Brasil e particularmente na Amazônia, nós vamos ver que há uma necessidade profunda de que sejam estabelecidas regras para que o desenvolvimento econômico possa ocorrer de forma sustentável, de forma a efetivamente produzir riquezas, riquezas e distribuir a renda. E hoje, depois de anos como Presidente do Fed, ele agora fala: "Não, reconheço que eu errei, que eram necessárias medidas de regularização da economia, de controle da economia para que os bancos não fizessem o que achavam bem, por bem entender junto à economia, enfim, para o desenvolvimento do país".

Então guardadas as devidas proporções, eu acho que o que nós discutimos aqui hoje durante o dia inteiro foi a necessidade de colocarmos regulações, estabelecermos medidas concretas para que o desenvolvimento da Amazônia possa ocorrer. E aí vem a necessidade de nós, no início, em 2003, lançarmos mão de um plano de monitoramento e controle, de prevenção e combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, que

pudesse num primeiro momento dar uma sacudida, ou seja, colocar um freio de arrumação – “brum” – opa, e eu tenho uma certa assim tranquilidade em falar isso porque são vinte anos como sociólogo, com a minha tese de mestrado feita no Acre em 1989, eu tenho doze anos de Amazônia, morei no Mato Grosso, em Roraima, no Acre, quer dizer, tenho uma vivência da Amazônia e sei a situação que é lá. Eu acho que foi muito bem colocado pelo Senador João Pedro quando se viu a necessidade de um olhar nacional, de um olhar estratégico sobre a Amazônia. Ninguém está aqui de fora para dentro da Amazônia querendo impor regras, mas havia uma necessidade, em função da dinâmica com que o desmatamento vinha correndo, a 27 quilômetros quadrados ano em 2004, inclusive em 1994 e 1995 quando nós tivemos a Medida Provisória hoje 2.166, mas quando foi lançada era outro número, ela veio justamente pelo pico também do desmatamento em 1994, 1995, que chegou a quase 30 mil quilômetros quadrados em um ano.

Então houve novamente uma necessidade de se estabelecerem regras, só que na época essas regras não vieram acompanhadas de um conjunto de outras ações de fomento, de ordenamento territorial e fundiário que são necessárias de serem feitas. Então, assim, eu acho que há uma convergência, apesar de estarmos, em princípio, na questão pontual, defendemos posições, eu acho que há uma preocupação, eu acho que a audiência mostrou uma convergência de interesses no sentido de encontrar um caminho que possa dar essa perspectiva do desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, garantir que grandes áreas não sejam devastadas de forma criminal, de forma inconsequente.

E aqui eu queria prestar alguns esclarecimentos pontuais em relação às questões que foram levantadas sobre o IBAMA. De fato a fiscalização, ela estabelece um padrão de atuação, e com base em critérios e num Regimento Interno nós procuramos exercer aquele poder de polícia ambiental que é conferido ao órgão executivo com base na legislação que os senhores, aqui no Senado, no Congresso, na Câmara dos Deputados, inclusive com a própria Constituição, a Constituição chamada pelo nosso saudoso Deputado Presidente da Câmara, ex-Presidente da Câmara Ulysses Guimarães, da Constituição Cidadã, ela estabelece claramente que a função social da propriedade tem que atender também ao quesito ambiental. Então isso foi consagrado dentro da nossa Constituição Cidadã como uma necessidade para que o desenvolvimento não fosse feito a qualquer preço, para que a ocupação da Amazônia não fosse feita a qualquer preço. E quando nós discutimos modelos, nós achamos que...

Não é que nós achamos, quer dizer, há dados concretos que mostram que hoje uma cabeça de gado em média para a Amazônia ocupa um hectare. E o que é que ela gera de renda e de distribuição de renda? O que é que ela gera de economia efetiva para o Estado e para aquele proprietário rural daquela propriedade? Hoje nós temos claramente na ponta do lápis, dentro da economia ambiental, a informação de que um hectare de floresta hoje na Amazônia, se bem manejado, gera muito mais riqueza e distribui essa riqueza socialmente do que um hectare de pasto. Isso é dado já concreto. Então há uma necessidade de se rever profundamente esse modelo que está aí, porque ele não tem garantido a distribuição de renda, e aí eu acho que querer atribuir à ação fiscalizatória do órgão ambiental a pobreza vai um descompasso muito grande, porque eu acho que o que falta realmente são as políticas de desenvolvimento sustentável, aonde os Governos Estaduais têm um papel crucial nesse desenvolvimento, garantindo as questões sócio-econômicas, e nós temos que saber como conciliar isso com a questão ambiental.

O outro ponto que o Senador Gilberto levantou, eu queria só esclarecer que de fato o IBAMA vem participando dessa articulação com o Governo do Estado no sentido de encontrar uma solução de regularização das propriedades rurais, e no Município de Lucas de Rio Verde, o que houve lá quando a operação foi executada, não houve... Quer dizer, houve uma multa apenas. As outras, os outros autos, foram de notificação. Todos eles foram notificados e aí eles mostraram que estavam dentro de um processo de regularização. Mas houve apenas uma multa em cima de um desmatamento flagrante. Ele foi autuado em flagrante desmatando uma área além do estabelecido hoje pela Medida Provisória 2.166 para a reserva legal. Então isso é um ponto importante.

O outro que a gente gostaria de ressaltar é que se ninguém, como foi dito também pelo Senador Expedito Júnior, é dono da terra e o problema básico é o problema fundiário, nós estamos assumindo o fato de que um dos grandes vetores do desmatamento ilegal na Amazônia é a grilagem de terras públicas. Então nós precisamos... Isso tem que partir como pressuposto. Se nós assumimos que ninguém é dono e que não há a regularização fundiária, é muito difícil, e aí eu concordo, tem que haver essa integração, como foi apresentado aqui pelo Senador Jefferson, tem que haver essa integração entre os diversos órgãos aqui presentes e no âmbito do Governo para que esse tipo de situação não venha a ocorrer.

Outro ponto importante, quer dizer, que foi colocado pelo nosso colega da CONTAG, o Toninho Rovaris, nós não estamos querendo penalizar um percentual

da população economicamente ativa, que é o pequeno produtor, com relação à Lei Ambiental, ao exercício do poder de polícia ambiental. Nós estamos, na verdade, é procurando enquadrar uma atividade econômica, que pelas informações do IPCC, pelas informações que nós temos do ponto de vista técnico-científico, são as informações que mostram, apontam claramente que no Brasil, e não nos países desenvolvidos, 70% da emissão de gases de efeito estufa são provenientes da atividade agropecuária de queimadas. Então se nós precisamos focar a ação do Governo Federal, ele vai ser focado naqueles que representam 70% dessas emissões e não no pequeno produtor, quer dizer, é na atividade e não no setor ou naquele pequeno produtor rural. E essa atividade realmente, ao contrário dos países desenvolvidos, tem essa participação, quer dizer, novamente a necessidade de se estabelecerem regras.

Outra informação também ao Senador Expedito Júnior, eu acho que foi ele, já ocorreram mais de duas mil e seiscentas consultas ao site do IBAMA para obter a declaração de que aquela propriedade está ou não dentro do bioma amazônico, duas mil e seiscentas. Nós não temos acesso, eu não tenho informação aqui de quantos acessos já foram feitos, mas já foram [soa a campainha] dadas duas mil e seiscentas declarações de que aquela propriedade está ou não dentro. Então o sistema está funcionando, está havendo uma resposta a partir da Resolução que estabelece, a Resolução do BACEN 3.544.

Concordo integralmente com a questão de termos que rever a legislação. Eu acho que é o papel fundamental desta Casa, do Congresso Nacional, a necessidade de vermos, fazemos essa revisão, e de certa forma eu diria até que com relação ao que foi colocado pelo nosso representante da CNA, o reconhecimento do direito adquirido, de certa forma, se nós formos analisar, ele já está previsto desde a Medida Provisória 2.166, no momento em que ela estabelece que para efeito de recuperação de reserva legal, desde que o Estado aprove o zoneamento ecológico-econômico na sua Assembléia Legislativa, ele poderá ser de até 50%. E eu, do ponto de vista pessoal, aí não é a palavra da instituição, do Ministério, do IBAMA, concordo que para aquelas áreas já antropizadas, para aquelas áreas onde há uma consolidação de uma atividade econômica de peso, não há necessidade de você querer retroagir a reserva legal para 80%. Isso o próprio zoneamento ecológico-econômico é que vai mostrar. E se são áreas com uma capacidade produtiva em terras adequadas à produção agropecuária, o restante será feito pela compensação ambiental daquelas áreas que, pelo zoneamento ecológico-econômico, não serão ob-

jetos de ocupação intensa, serão áreas voltadas para a conversação ou preservação.

Enfim, são muitas questões aqui para responder, mas apenas esclarecendo também ao Senador Flexa Ribeiro. De fato o período de fevereiro, na Amazônia, é um período chuvoso. Por isso é que a operação junto com a Polícia Federal, e aí talvez o Dr. Palharini possa também esclarecer, ela foi voltada para inspeção industrial, ou seja, para fiscalização em pátios de madeireiras e serrarias, porque é exatamente nessa época que chove que as madeireiras estão abarrotadas de madeiras oriundas de exploração, seja ela legal ou ilegal. O fato é que, também respondendo ao Senador Flexa Ribeiro, nós não aplicamos embargo de forma aleatória. Nós fazemos uma inspeção industrial e nessa inspeção constatamos aquilo que é declarado no sistema daquilo que é encontrado no pátio e, se há uma diferença, está constatado o crime ambiental de exploração ilegal de madeira provinda de exploração ilegal, de desmatamento ilegal. E não se embargou apenas para se fazer um momento. O infrator ou aquele que foi autuado, ele tem amplo poder de defesa, ele tem vinte dias para apresentar a sua defesa, e um dos grandes méritos que eu considero do novo Decreto 6.514 é que ele reduziu aquele prazo interminável que é o trâmite processual de uma multa dentro do IBAMA. Eram quatro instâncias de recursos junto com o CONAMA. Hoje, pelo novo Decreto, isso pelo menos não vai ser revisto, isso será mantido. Nós teremos apenas uma instância, que pode ser na superintendência do Estado onde foi cometida a infração ou na presidência do IBAMA, dependendo do valor da multa. Se for um valor muito alto vem direto para a presidência. Acabou o recurso. Daí é recurso no CONAMA que o Decreto não permite alterar, porque está previsto na Lei de Crimes Ambientais.

Então há que se rever a Lei de Crimes, caso a questão do recurso ao CONAMA tenha que ser revista. Mas isso nos ganha muito tempo e permite que nós possamos dar um tratamento mais expedito, mais consequente, à questão da avaliação em recursos de multas. Lembrando aqui apenas que não é interesse do IBAMA e o IBAMA não tem esse objetivo de ser um órgão arrecadador. E aí o próprio Decreto novo, o 6.514, já estabelece um procedimento diferenciado para aquele, como foi dito aqui, eu acho que foram dois Senadores que colocaram a questão de para onde vai o recurso, como que é aplicado o recurso proveniente da multa, no novo Decreto nós estabelecemos um mecanismo da conversão de multas. Então se um infrator, ele deseja converter a multa dele para o processo de recuperação ambiental, ele de cara tem um desconto de 40%. Isso para atraí-lo para a conversão, porque ao

IBAMA não interesse ser um órgão arrecadador, até porque do que é arrecadado, em torno de 5% do que é aplicado em multa nesse país, do que é arrecadado, vai para o cofre da União, não vai especificamente para o IBAMA, vai para os cofres da União. Então não interessa ao IBAMA ser um órgão arrecadador. E não é. Quer dizer, interessa a ele, como foi dito aqui e muito bem colocado pelos Srs. Senadores; é a recuperação do dano ambiental, que inclusive é um parágrafo também da Constituição no art. 225. Então há uma necessidade de a gente, na aplicação do novo Decreto, garantir que essa conversão de multa possa ser feita para programas matriciais ou programas estruturantes que garantirão que o recurso será aplicado com uma consequente recuperação.

E aí tem um outro ponto que eu acho importante, apesar e ser em vários temas, tem um ponto que eu não poderia deixar de passar em branco, que aqui também foi colocado pelo Senador Valter Pereira. Primeiro a questão, quer dizer, que foi dito que o IBAMA está associado à indústria da multa. Não é o nosso objetivo, a gente realmente questiona isso, não é por aí que vai a nossa questão. Mas com relação ao INCRA, de fato não compete ao IBAMA executar as multas que foram aplicadas ao INCRA, e de fato as multas foram aplicadas por três razões. Primeiro; desmatamento acima do percentual permitido. Segundo, não há nenhuma licença ambiental. O INCRA, os projetos de assentamento são de 1992 para cá, não houve nenhuma solicitação de autorização do instituto para o desmatamento, e apesar dos projetos de assentamento serem de 1992 para cá, a partir de 1997 começou a haver uma ocupação mais efetiva. E 70% dos desmatamentos ocorreram entre os anos de 2003 e 2005. E o Tribunal de Contas da União determinou que o IBAMA agisse para conter aquela atividade de desmatamento, recomendado, assinado embaixo pelo Ministério Público Federal. Então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em que Estado que seria?

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: — No Mato Grosso. Os sete projetos de assentamento que foram autuados e que estão incluídos na lista dos maiores infratores de desmatamento ilegal na Amazônia são no Estado do Mato Grosso.

Então nesse contexto há uma necessidade, o INCRA tem uma série de Instruções Normativas internas que regula, infelizmente a gente lamenta a não presença aqui do INCRA, do representante do INCRA, mas ele tem um conjunto de regras que estabelece como se dá o processo de implementação daquele assentamento. E nesses anos todos nós não fomos comunicados ou informados, uma vez sequer, de algum desmata-

mento ilegal. Se nós tivéssemos sido informados, nós teríamos autuado a pessoa física do assentado. Mas enquanto o projeto de assentamento não for emancipado pela Lei e pela Lei de Crimes Ambientais, nós podemos autuar a pessoa física e a pessoa jurídica, e nós autuamos a pessoa jurídica que é o INCRA, que é responsável por aquele projeto de assentamento. E mais: para que ele possa emancipar o assentado, ele tem que cumprir também com a legislação ambiental, é necessário que o assentado não tenha um passivo ambiental, porque do contrário ele não poderá ter a titulação da terra, é como se nós estivéssemos titulando um pequeno agricultor que por boa fé ocupou determinada área.

Então há um conjunto de regras que estabelecem claramente a necessidade de a gente ter autuado o INCRA por ele ser juridicamente a pessoa responsável por aqueles assentamentos. É claro que nós não vamos executar a multa, como foi também muito bem colocado aqui. Nós vamos apenas aplicar a conversão de multas, já há um amplo processo de negociação entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário para que isso possa ser revertido em compensação ambiental em áreas no próprio Estado que são arrecadadas pelo INCRA, mas que ainda não tem destinação de uso para projetos de assentamento e são áreas de floresta. Então há uma possibilidade de a gente ter uma compensação significativa em relação às multas aplicadas ao INCRA.

Enfim, haveria outras questões também para a gente colocar, mas o debate--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: Do zoneamento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: A conclusão. Bom, o zoneamento, ele tem uma regra geral que é estabelecida pelo Consórcio ZEE Brasil, que é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. Agora a execução, a elaboração do zoneamento está a cargo dos Governos Estaduais. Então nós temos Acre e Rondônia com os seus zoneamentos concluídos. Foi feito um ajuste para que isso seja nivelado numa mesma escala e a partir daí possam se estabelecer políticas coerentes para a regularização e ordenamento fundiário, mas ainda nós precisamos que o Mato Grosso, o Pará, o Amazonas, Roraima e Amapá concluam o processo de zoneamento ecológico-econômico para

que se tire, digamos, um nivelamento do que seria hoje, numa escala adequada, o zoneamento ecológico-econômico para toda a Amazônia Legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pelo meu conhecimento o Tocantins realizou o seu.

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: O Tocantins também, desculpe, o Tocantins como Amazônia Legal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está concluído o zoneamento dele?

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: Está concluído, mas ainda não foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dr. Flávio, existe prazo para zoneamento, existe prazo para fazer esse trabalho?

SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA: Olha, foi dado agora e estabelecido prazo. Ou ainda não pelo Ministério do Meio Ambiente? Talvez o Mauro possa responder essa pergunta melhor.

SR. MAURO OLIVEIRA PIRES: Eu queria dar um aparte no esclarecimento dele. Em relação ao macrozoneamento, que é esse geral da região, o Ministério do Meio Ambiente pretende concluir até julho do ano que vem. Agora esse que é feito por escala estadual, de fato não cabe ao Ministério do Meio Ambiente definir prazos, mas efetivamente quanto mais avançar na realização desses estudos, melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Flávio. Passo a palavra agora ao Dr. Alvaro Palharini, Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente.

SR. ALVARO RICARDO PALHARINI: Primeiro eu agradeço aos questionamentos dos Srs. Senadores e vou responder da forma mais clara e objetiva possível.

Primeiro ao Senador Gilberto, quando ele aborda um aspecto de que teria provas que a Polícia Federal teria se esquivado em uma investigação com relação ao INCRA. Em geral uma investigação busca produção de provas. E já havendo essas provas, para nós facilitaria em muito o nosso trabalho. Então estamos à disposição do Senador, se ele assim o desejar nos encaminhar essas provas de que haveria uma situação em que a Polícia Federal teria se esquivado de investigar o INCRA. Eu acho difícil, eu sou o chefe da divisão e não recebi nenhum documento, nenhum pedido a esse respeito, mas de todo modo pode ter ido para outra divisão e lá não chegou. Então eu reitero que estamos à disposição e aguardando as provas para tomar as medidas que são inerentes à espécie.

Com relação ao Senador Expedito Júnior, têm três quesitos também bem rápidos. O primeiro deles é a respeito da atuação da Polícia Federal. A Polícia Federal--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente Quintanilha, um minuto. Nesse item da fala do Senador Gilberto, eu penso que ele apresentou o dado. Eu acho que para esclarecer mesmo era a superintendência dizer: "Olha, não houve isso", porque ele apresentou que numa área do INCRA a Polícia Federal se recusou a entrar.

SR. ALVARO RICARDO PALHARINI: É, ele informou--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele colocou aqui isso na audiência, ele colocou. Então eu acho que a Polícia Federal tem que responder dizendo: "Não, não houve", ver o dia dessa ação e dizer se houve ou se não houve.

SR. ALVARO RICARDO PALHARINI: Sim, nós esperamos que ele encaminhe qualquer informação a esse respeito para que se inicie essa ação, mas pode ser da maneira como ele entender melhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cabe à Polícia Federal responder, porque ele já apresentou o fato.

SR. ALVARO RICARDO PALHARINI: Ele já apresentou o fato, pois é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aqui na Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente, ele colocou que a polícia havia se esquivado de ir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Entrar numa área do INCRA no Mato Grosso.

SR. ALVARO RICARDO PALHARINI: Sim, mas por isso a gente precisa saber onde foi, quando foi. Ele não informou isso, ele apenas disse que teria ocorrido um fato dessa natureza. Nós aguardamos a qualquer momento.

Bom, com relação ao Senador Expedito Júnior, que tratou da atuação da Polícia Federal nessas regiões da Arco de Fogo, Rondônia, Mato Grosso e Pará. Nós atuamos pautados num planejamento estratégico 2007/2022, e nesse planejamento estratégico a Polícia Federal definiu como prioridade na sua atuação os crimes ambientais e os crimes de corrupção. Então com esses parâmetros nós estamos atuando nessa e em outras operações ambientais. A respeito das consequências dessa atuação, nós estamos pautados nas Leis emanadas dessa Casa, não podemos nos desviar dela. Então se está causando algum efeito não desejado, cabe ao Congresso mudar a Lei. Nós vamos seguir as Leis que vigoram nesse país. Existem Senadores, Deputados e muitos segmentos sociais que entendem

até que a ação é insuficiente. Nos cobram: “Mas por que não é feito mais e tal?”, enquanto outros Senadores entendem que está sendo desastrosa em função de muitas prisões, pessoas sem emprego. Então eu acho que a nós, principalmente, não cabe entrar no aspecto político.

Outra pergunta do Senador Expedito, diz respeito de quem é a responsabilidade da Operação Arco de Fogo. Essa responsabilidade é compartilhada entre a Polícia Federal, o IBAMA e a Força Nacional de Segurança. Nós da Polícia Federal elaboramos o planejamento operacional e somos responsáveis pelos atos de polícia judiciária, investigações e todos os atos que são relacionados à coleta de prova para a responsabilização criminal, no âmbito judicial. O IBAMA, por sua vez, é responsável pelos atos administrativos que pratica. Então são duas atribuições bem distintas, só que esse trabalho é conjunto. Essa pergunta então fica óbvia, fica bem clara de responder, mas claro que o Senador não tem a obrigação de saber certos detalhes.

A última questão posta pelo Senador Expedito é uma afirmação de que a Polícia Federal teria lacrado uma madeira e após o IBAMA liberado, havendo aí um descompasso e uma falta de entendimentos. Eu quero esclarecer que a Polícia Federal não lacra madeiras, não tem essa atribuição, jamais fez isso, até porque não pode. Na atividade de polícia judiciária se investiga, se indícia, se coleta provas. O IBAMA tem essa atividade de lacrar, embargar [soa a campainha], multar também. A Polícia Federal não multa, não embarga e não lacra porque não é a sua atribuição.

Com relação ao Senador Flexa Ribeiro, a Operação Dupla Face, ele gostaria de saber qual seria a atuação da Polícia Federal em relação aos investigados do INCRA, qual será a atuação, quais serão as medidas da Polícia Federal em relação aos servidores do INCRA? São as com qualquer pessoa investigada, seja do INCRA, seja qualquer órgão público, não há diferença nenhuma. Eu desconheço o teor dessa operação, mas também estamos à disposição, se o Senador assim desejar, de encaminhar algum pedido, nós vamos responder prontamente, extra-oficialmente, oficialmente, como o Senador desejar. Então eu desconheço essa operação. Nos últimos anos foram mais de seiscentos servidores públicos presos e responderam ações criminais, então não vai ser porque é o INCRA ou qualquer outro órgão, eu entendo assim, que deixaríamos de atuar.

Um último questionamento do Senador Jefferson, que, aliás, foi muito perspicaz em ter notado em um dos slides ali que não deveria fazer parte dessa palestra, porque é algo, é um relatório interno, nós enxugamos bastante para não tomar muito tempo dos senhores

aqui, sobre questões procedimentais da operação, em que havia uma informação de que o IBAMA... a ausência de prioridade por parte do IBAMA, seria isso. Isso foi uma constatação de policiais que atuam nas bases informando aqui ao órgão central que teriam identificado algumas questões relacionadas à atuação do IBAMA. Nós entendemos que o IBAMA tem outras atividades na região, no país todo, de fiscalização, e não deve ter, assim como nós não temos também servidores para dar contas de todas. Então os policiais que estão atuando naquela operação específica entenderam que seria conveniente que mais servidores do IBAMA, que mais fiscais participassem daquela ação. Então o IBAMA, por sua vez, deve ter entendido que esses servidores seriam melhores alocados em outras operações. Isso é uma questão de eleição interna do órgão.

Eu creio que sejam essas as questões direcionadas à Polícia Federal e, se houver outra, eu poderia responder. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço, Dr. Alvaro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Superintendente, o IBAMA vai reclamar desse slide [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passo a palavra ao Dr. Anaximandro Doudement Almeida, Superintendente Técnico da Confederação Nacional de Agricultura.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Obrigado, Senador. Eu fiz um apanhado geral, alguns flocks dos principais questionamentos dos Senadores ou depoimentos, mas antes eu gostaria de fazer um esclarecimento, principalmente pelo que foi colocado pelo representante do IBAMA, em relação à questão da regularização fundiária e do status em relação àquelas áreas de posse e tal. Veja que nós procuramos colocar todos os títulos que existem, mesmo que sejam títulos não definitivos, aqueles títulos de domínio pleno, mas assim os títulos precários que foram dados, emitidos em sua grande maioria ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou pelos Institutos Nacionais de Terra. E mesmo a posse, a simples posse, ela é prevista no nosso ordenamento agrário, é diferente da posse civilista, aquela história do usucapião. Então eu fiz questão, nós fizemos questão de colocar a legislação, as três que são passíveis de regularização. São os mecanismos, quer dizer, tudo dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Então eu peço, pelo amor de Deus, não confundir a questão da regularização com processo de grilagem. São coisas totalmente distintas. O instituto da posse, ele é previsto no nosso ordenamento jurídico, está previsto na Constituição, está previsto no Estatuto da Terra, na Lei Agrária, na Lei 8.666/96. E ali está bem

claro: grileiro não vai comprar terra de ninguém, não vai comprar. E o que está se propondo é a legitimação, a regularização, é a compra de terra. Se for da União, que compre da União quem está lá irregularmente ou com o seu título precário. Se for do Estado, que compre dele. Então são esses cuidados para que a gente não confunda as coisas. A CNA é uma instituição que é extremamente legalista. Nós temos alguns programas, embora ainda muitos tímidos, incipientes, que promovem, divulgam toda a questão da legislação, do cumprimento da legislação pela propriedade rural, pelo proprietário, pelo produtor. Então nós temos aí um programa chamado Casa em Ordem, em algumas regiões é conhecido dessa forma, ou então Fazenda Legal, que procura levar todo o arcabouço da legislação e a orientação principal é a seguinte: a legislação está aí e é para ser cumprida. Enquanto ela não for modificada, vamos tentar seguir o que manda o nosso ordenamento. Então isso é inquestionável, então não confundir a questão; vamos separar novamente o joio do trigo [soa a campanha].

Bom, em relação aos principais pontos aqui dos Senadores, eu anotei alguns, dos debates, apenas flechs, o primeiro deles, do Senador Leomar Quintanilha, sobre o risco da falta de alimentos em função da legislação ambiental. Eu peguei alguns pontos principais.

O Senador Gilberto Goellner, do Mato Grosso, falou em relação ao pagamento de serviços ambientais, a importância de se trabalhar essa linha, o pagamento por desmatamento evitado também.

O Senador Expedito Júnior falou da necessidade de convênios aí entre os estados, Municípios e o Governo Federal para que se promova uma reversão do quadro de desmatamento, enfim, ações pró-ativas de incentivo e não só de controle.

O Senador Flexa Ribeiro falou das operações de financiamentos, da preocupação com os financiamentos para a agropecuária como um todo.

O Senador Raupp destacou que a crise aguda para os estados da Amazônia como um todo, mais de 50% não têm regularização fundiária e/ou ambiental, existe carência de crédito. Também a sua proposta de Projeto de Lei para resolver a questão.

O Senador Jefferson apresentou também algumas sugestões, especialmente em relação à questão de várzeas, do uso, como que vai ser o manejo dessas várzeas diante da legislação.

O Senador Valter Pereira, a questão da indústria da multa, de fazer uma conversão, sair dessa questão da multa e passar para a reparação.

E finalmente o Senador, eu não sei se eu esqueci alguém, desculpe, o Senador João Pedro, a questão da

produção do açaí, que é um produto, bem como outros da Amazônia, o cupuaçu, etc., especialmente o açaí já é um produto do agronegócio como um todo, hoje ele tem todo o beneficiamento da agroindústria, tem a distribuição no Rio de Janeiro e até em academias da América do Norte. Então é um produto, tem “n” alternativas, não é só o boi, a soja, enfim, é a questão da Amazônia, da importância como um todo do seu manejo sustentável.

Em relação à parte de estrangeiros, concordamos com a preocupação da biopirataria e outros interesses que não são declarados por parte desses estrangeiros, esses que vêm para cá com esses interesses escusos, então há a preocupação de realmente ter um tratamento diferenciado em relação a esse ponto, em relação à Amazônia e com essas atividades, digamos, ilícitas. Também aí eu só destaco a necessidade de vivificação da faixa de fronteira, que defende efetivamente a nossa soberania.

Bom, por fim, como recomendação geral, o setor, por exemplo, uma área aqui de mil hectares, 800 sendo destinados na Amazônia para reserva legal, fica difícil uma pessoa com 200 hectares, com 20% da área, manter, proteger sozinho todo esse patrimônio ambiental. O direito é difuso, é de todos, do meio ambiente, entretanto, o ônus está nas costas de um único indivíduo, que é o proprietário.

Então cabe aí esse apelo, essa recomendação nossa com relação aos incentivos, aos meios de fomento, e não apenas aos meios de coordenação, que devem existir, é claro, mas não só comando e controle e sim essas novas alternativas. Vimos aqui o destaque que foi dado em relação aos financiamentos, mas isso tem que ser melhorado. Foi falado aqui mais cedo também para sobre a conversão, eu achei essa conversão de 40% ainda tímida diante dos custos de produção para você recompor ou para você manter esse quadro.

Então diante disso tudo nós gostaríamos de ter aí uma efetividade desses Decretos, o 6.321/2007, especialmente o 6.514, já que estão sendo revistos, como normas administrativas exequíveis e não como algo que vai ser só para estar aí e de baixa efetividade.

Então reforçando, nós estamos, a CNA, extremamente legalista, e nós gostaríamos então, havendo qualquer tipo de dúvida, estamos à disposição lá na Casa do Produtor para eventuais debates ou questionamentos aqui dos Srs. Senadores e demais, bem como de outras instituições que houver interesse em fazer parcerias e compartilhar essa preocupação do meio ambiente e da redução do desmatamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agora para concluir vamos

ouvir o Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da CONTAG.

SR. ANTONINHO ROVARIS: Bem, Senadores, eu vou ser muito rápido, até porque na nossa primeira intervenção aqui não temos um acúmulo tão amplo com relação ao tema, mas apenas algumas questões que eu acho que são básicas de relatos que a gente houve agora recentemente em Belém do Pará, quando lá estivemos, de que, por exemplo, a Resolução 3.618 não resolveu os problemas dos agricultores familiares e dos assentados da região para efeito de crédito. Então, quer dizer, essa é uma questão que resolveu o problema de você apresentar o CCIR, substituído pela DAP, aí nós temos problemas de emissões de DAP, e ao mesmo tempo não solucionou a questão da declaração de próprio punho com relação às irregularidades da questão ambiental. Então estamos no mesmo patamar anterior com relação a isso.

No geral, acredito que o debate foi interessante e estamos à disposição, deixando mais uma vez claro, acho que temos um grande caminho pela frente na construção de uma nova consistência, digamos assim, em termos das normas legais, e entendemos perfeitamente aqui o papel tanto da Polícia Federal, tanto quanto o papel do IBAMA, o papel do MMA, mas entendemos também de que nós, como representação, tanto o CNA como o CONTAG, temos também um papel dentro desse processo e que gostaríamos de estar sendo ouvidos no sentido de colocarmos o nosso sentimento com relação à próxima legislação. Obrigado, Senador, pela oportunidade, obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Claro que nós entendemos que, pela complexidade e amplitude dos temas abordados, o prazo foi efetivamente exíguo, mas eu estou seguro de que as informações decorrentes do debate aqui acabam contribuindo para o trabalho que esta Comissão e a Comissão de Agricultura vão fazer, sobretudo agora nesta constituição, na participação deste grupo de trabalho que foi constituído, para rever essa questão da legislação ambiental e de uso do solo deste país.

Eu quero agradecer aos Srs. Senadores pela presença, mas também agradecendo ao Dr. Mauro Oliveira Pires, Diretor do Departamento de Política para o Combate ao Desmatamento da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, ao Dr. Derli Dossa, chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Dr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, do Dr. Alvaro Ricardo Palharini, Delegado de Polícia Federal e chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico, do Dr. Anaximandro Doudement Almeida,

Superintendente Técnico da Confederação Nacional da Agricultura, e do Sr. Antonio Rovaris, Secretário de Política Agrícola da CONTAG, pela deferência em acolher o nosso convite para a realização desta Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 14h53

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

**ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE
OUTUBRO DE 2008.**

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e oito, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Gilberto Goellner, Marco Antônio Costa, Cícero Lucena e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 17 de 2008 – CRA**, de autoria do Senador **Neuto de Conto**, aprovado em 15/10/08 com a finalidade de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva de Aves e Suínos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Rubens Valentini** – Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do MAPA e Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS); **Sr. Fabiano Coser** – Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – (ABCS); **Sr. Pedro de Camargo Neto** – Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIEPCS); **Sr. Ariel Antônio Mendes** – Presidente

da União Brasileira de Avicultura (UBA); **Sr. Francisco Turra** – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF). Após as exposições dos senhores convidados, passa-se a apreciação de requerimento. **EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: Requerimento nº 18, de 2008 – CRA. AS-SUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir sobre a Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Pedro Santiago** – Presidente da Câmara Setorial de Agroecologia do Ministério da Agricultura – MAPA; **Sr. Rogério Dias** – Diretor do Departamento de Agroecologia do Ministério da Agricultura – MAPA; **Sr. Joe Carlo Viana Valle** – Produtor Orgânico do DF; **Sra. Beatriz Martins Costa** – Representante da ONG Planeta Orgânico; **Sr. José Alexandre Ribeiro** – Representante da ONG BioBrasil; e **Sr. Sérgio Pedini** – Professor da Escola Agrotécnica Federal de Machado – MG. **Autor: Senador Neuto de Conto. Resultado: Aprovado. RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão

COMISSÃO AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com anuência do plenário é dada como aprovada. Aprovada.

Antes de darmos início aos nossos trabalhos, encontra-se sobre as bancadas Requerimento de minha autoria da realização de audiência pública objetivando tratar da cadeia produtiva da agricultura orgânica, desta forma submeto à Comissão. Em discussão o Requerimento. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que

aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

Comunico à Comissão que está aberto o prazo para apresentação de emendas desta Comissão ao PL nº 38/2008 CN da Lei de Orçamento de 29/10 a 3 de novembro de 2008. Informo que a votação do relatório preliminar na Comissão do Orçamento deverá acontecer hoje.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 17/2008 da CRA de autoria do Senador Neuto De Conto aprovado em 15/10/2008, com a finalidade de analisar e discutir sobre a cadeia produtiva de aves e suínos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados, que eu já os convido fazer parte da mesa para iniciarmos o debate: o Sr. Rubens Valentini, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do Mapa e presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, ABCS. O Sr. Fabiano César, Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos. O Sr. Pedro de Camargo Neto, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne e Suínos. O Sr. Ariel Antônio Mendes, Presidente da União Brasileira de Avicultura – UBA. O Dr. Francisco Turra, Presidente da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango – ABEF. Esta Audiência Pública foi requerida e aprovada, principalmente, em razão da crise que vivemos. A crise que vivemos muitas delas, econômicas, financeiras, sociais, políticas, governamentais; mas nenhuma experimentamos como crise de credibilidade, e que se globalizou, começou e foi anunciada nos Estados Unidos, foi para a Europa, alcançou a Ásia, e está já presente no Brasil. E o setor, esta cadeia produtiva de aves e suínos um segmento fundamental para a economia do nosso país, não poderia ficar de fora desse trabalho da Comissão de Agricultura do Senado da República, para que aqui pudesse ter o conhecimento de toda essa cadeia de produção, a sua industrialização, a sua exportação, o mercado interno, e, sem dúvida nenhuma, esses esclarecimentos serão de fundamental importância para que nós possamos ter não só aquilo que se vê dos desequilíbrios econômicos, e, principalmente, da turbulência financeira, junto aos bancos, as perdas que as nossas empresas também têm anunciado, e fala-se em torno de 40 bilhões de dólares só na antecipação dos seus câmbios, tudo isso é uma preocupação muito forte. Esperamos que nessa reunião possamos ter a luz desses debates. Encontrar. Esperamos que não só nós, o Brasil encontre a solução, espero que seja passageira e continuamos a sermos o grande produtor, e o grande exportador de aves e suínos para que

possamos, não só, alimentar o Brasil, mas participar na alimentação do mundo.

Por isso, de imediato, vamos ouvir então a palavra, pela ordem, e aqui expostos do Sr. Rubens Valentini, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do Mapa, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, com a palavra.

SR. RUBENS VALENTINI: Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, queria agradecer a oportunidade e dizer da nossa satisfação de vê-lo preocupado com aquilo que acontece nas cadeias produtivas de aves e suínos.

Eu vou começar com apresentação genérica dos membros da Câmara Setorial, os nossos objetivos e os nossos interesses comuns, e, sucessivamente, cada um dos presentes na mesa fará sua exposição em detalhes.

Os membros já foram nomeados e vamos falar rapidamente da importância das nossas duas cadeias. Em aves é conhecido pelos senhores, o Brasil é o primeiro exportador mundial e o segundo maior produtor mundial. É uma cadeia que gera da ordem de 5 milhões de empregos diretos e indiretos e tem uma geração de receitas cambiais estimada para esse ano da ordem de 7,5 bilhões de dólares. A de suínos representa o quarto produtor mundial e o quarto maior exportador mundial. Empregados gerados são da ordem de 1 milhão e 500 mil com uma geração de receitas cambiais da ordem de 1 bilhão e 600 milhões de dólares estimados para este ano, já feitos as eventuais pequenas correções para este final de ano.

A finalidade da Câmara é propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades do setor ou a ele associados. As nossas prioridades definidas são, em primeiro lugar, as questões relativas à sanidade animal, isso une os interesses dos produtores e associados das duas cadeias. As políticas de insumos são extremamente importantes para as nossas cadeias, e nos preocupa, particularmente, a questão do milho, porque nossa produção tem como base a transformação de milho, energia em tecidos animais. E o Brasil tem tido produções altas e baixas, sucessivamente, e criando uma certa instabilidade, um certo problema de previsão para as nossas cadeias. No momento temos um excedente de milho no mercado. Os nossos colegas produtores de milho não estão numa situação econômica muito favorável, e tememos que isso se reflita numa redução de plantio na próxima safra, e mais do que isso, numa eventual redução de plantio de safrinha, especialmente, no Mato Grosso quando forem colhidas as primeiras safras.

Nesse caso específico, no caso de milho, nos preocupa também a política de organismos geneticamente

modificados adotada pelo Brasil que até hoje cria uma série de dificuldades para a produção, e mais do que isso, nos impede a importação de milho, e isso foi um problema sério na passagem do ano de 2007 para 2008 quando nossos estoques de passagens foram muito pequenos e fomos salvos apenas pela antecipação de colheita na região Sul do país, caso contrário, teríamos tido um problema ainda maior, o problema ficou circunscrito a preços muito altos. E no caso também da política de organismos geneticamente modificados há o caso que nós já temos algumas variedades de milho geneticamente modificadas autorizadas para plantio, e já começa a ter milho geneticamente modificado sendo utilizado para rações animais. Infelizmente, nós ainda temos uma política de rotulagem que cedo vai nos levar ao dilema da rotulagem indicando a presença de organismos geneticamente modificados, coisa que em outros países, especialmente, a Europa que foi a protagonista inicial desse problema já está absolutamente superado. Então é importante que se altere a legislação pertinente.

Um terceiro aspecto comum das nossas cadeias é o desenvolvimento de mercados externo e interno, sobre isso e sobre o quarto ponto comum de políticas fiscais e tributárias nós vamos falar um pouquinho mais em detalhe.

Desenvolvimento de mercados tem sido um sucesso muito grande tanto na cadeia de aves, quanto um pouco mais recentemente na cadeia de suínos, nas nossas exportações de aves, a evolução da produção de aves no Brasil está expressa nesse gráfico, nós já passamos de 10 milhões de toneladas de produção, e o gráfico seguinte mostra a evolução das exportações e das receitas... Exportações em volume e das receitas correspondentes. Só um retornado rápido. É muito claro que há uma tendência constante de crescimento. Há um pequeno deslocamento de valores no período mais recente, mas, com certeza, a tendência é uma tendência de crescimento muito importante. E isso fez com que a avicultura em cerca de 6 ou 7 anos passasse de 15% de sua produção destinada à exportação para cerca de 30% no presente, o que é um coeficiente bastante elevado, com certeza, esse assunto terá tratado mais adiante pelo Dr. Ariel, pelo Ministro Turra, mas fica já a observação de que o mercado doméstico passa a ser uma meta que ganha mais importância com esse coeficiente de abertura.

No próximo gráfico, vocês vão me perdoar, os números estão muito ilegíveis, mas de qualquer forma nós estamos falando da produção de carne suína no Brasil que no momento atinge um pouco mais do que 3 milhões de toneladas. Esses são os volumes exportados de suínos, de carne suína, e, diferentemente,

das aves nós não temos aquela tendência constante; nós temos um período de grande aceleração entre 99 e 2004, e temos um período, já uma redução de 2002 para 2004, uma taxa que vinha extremamente elevada, e temos uma certa instabilidade no período mais recente, denotando uma certa tendência de nivelamento. Isso tudo a despeito do esforço extraordinário que é feito pelos exportadores, e o que nos limita sobremaneira é a condição sanitária do Brasil que no que diz respeito a suínos, fundamentalmente, no que diz respeito a bovinos e à febre aftosa, mas, infelizmente, isso nos afeta, e não atingimos hoje ainda os principais mercados consumidores e, especialmente, aqueles mais exigentes que, em contrapartida, tem um valor mais alto pelo produto.

Isso é a evolução das exportações, dos volumes mensais exportados no período 2006, 2007 e 2008 e nós podemos observar ali naquela linha mais escura que são os dados relativos a 2008, e, infelizmente, nós não temos aí uma mudança significa com relação ao ano anterior, refletindo aquela instabilidade que eu me referia anteriormente. E o grande problema que sempre se apontou com relação às exportações de suínos vem sendo gradualmente reduzido. Os senhores podem ver ali que no total das exportações brasileiras em 2005 e 2007, 2005 está representado nas colunas azuis e vermelhas, o dado relativo a 2007, e temos um percentual exportado para os principais países. A Rússia que ainda é o nosso principal comprado levava em 2005 64% das exportações, sendo que em 2007 isso foi reduzido para cerca de 46%, e há uma tendência ainda de redução para esse ano. De qualquer forma é um dos problemas sérios que nós temos.

Nas políticas fiscais nós temos diversos assuntos que nos preocupam, e eu gostaria de trazer aqui um resultado de um recente estudo contratado pela FIESP e a Fundação Getúlio Vargas e que trata da questão do peso dos tributos sobre os alimentos no Brasil e faz uma série de cenários daquilo que poderia ser obtido com uma redução desse peso.

Só para fazer uma referência importante, o nível de consumo de proteína animal está extremamente associado à expectativa de vida. Maior o nível de proteína animal tem uma correlação explícita a longevidade das populações. Da mesma forma isso traduzido em termos brasileiros, especificamente, nós podemos ver aí renda na linha inferior verde, consumo de proteínas na linha superior em vermelho, e em três pontos a longevidade e a expectativa de vida dos brasileiros, na medida em que sobe a renda, e, paralelamente, o consumo de proteínas animal a expectativa de vida passa de 68,5 para 70,4, para 71,8. Então fica muito

claro a importância do consumo e a importância das nossas cadeias nesse processo.

O peso dos tributos nos alimentos do Brasil está expresso ali em participação percentual. Nós temos 47% pagos na indústria, temos 40,9% na alimentação fora de casa e 11,9% de tributação nos produtos in natura. A arrecadação está ali expressa 43,6% são de ICMS, 21,6% são de Previdência e Fundo de Garantia e o restante distribuído em Imposto de Renda e outros impostos ali.

O importante nessa questão é a progressão dos impostos que faz com que aqueles mais pobres tenham uma carga mais alta de tributação nos alimentos. Para as classes de renda de até mil reais nós temos 3,1% da renda tributada em alimentos. Perdão, da renda gasta com os tributos sobre os alimentos, e isso, progressivamente se reduz para aqueles que têm renda bem mais alta para cerca de 0,9% da renda destinada a cobrir impostos incidentes sobre os alimentos.

O interessante é que nós podemos observar ali que a média no Brasil, no primeiro conjunto de dados é de 16,9 de tributação sobre os alimentos, chegando em alguns casos a 40%. Se nós compararmos isso com outros países e observando, por exemplo, os Estados Unidos a média é 0,7. Apenas cinco Estados americanos tributam alimentos no nível de 5% e apenas um Estado chega a 7% como alíquota sobre alimentos. Se nós observarmos a Europa, a média é 5,1, sendo 0 no Reino Unido, sendo 7% na Alemanha, 10% na Áustria, e, assim sucessivamente. O Brasil apesar de ter uma população mais necessitada de alimentos tem um percentual extremamente mais alto.

Esse estudo faz uma simulação com métodos econométricos bastante sofisticados e apresentam que haveria de resultados, caso nós tivéssemos uma zerada de ICMS, não cobrássemos mais ICMS sobre alimentos, ou numa segunda hipótese limitássemos esse ICMS a 5,2%.

O PIB cresceria em dois anos 9,9% no caso em que houvesse uma eliminação de ICMS sobre alimentação. Isso seria um ganho em dois anos, e, obviamente, é um ganho único, de uma vez só. Ele acontece e se estabiliza nesse nível. Se nós tivéssemos o ICMS nivelado em 5,2 nós teríamos um crescimento previsto do PIB para 3,7. O emprego cresceria 9,6 no primeiro caso, e 6,9 no segundo caso. O índice geral de preços decresceria 0,6 num caso e 0,4 num outro. Perdão. Decresceria 0,6 e 0,4. O IPC, o Índice de Preço medido pelo IPC a inflação medida pelo IPC decresceria 1,2 e 0,8. A carga tributária decresceria, mas a arrecadação global teria um incremento de quase 10% no primeiro caso, mais de 6% no segundo. E a própria arrecadação de ICMS teria ganho, obviamente, pelos efeitos

colaterais sobre renda, demanda de outros produtos, e, assim sucessivamente. E o consumo crescerá 18% num caso, 12% no outro. Sendo que o consumo de alimentos, especificamente, e isso nos interessa sobremaneira, crescerá 25% num caso e 17 no outro. Então é um assunto que os senhores trabalham, há aí toda essa questão da reforma tributária que se discute e isso é uma contribuição de setor de alimentos, de uma forma geral, e, particularmente, nós gostaríamos de trazer isso à consideração dos Srs. Senadores, e também do Deputado Alfredo aqui presente para levar isso em consideração nas suas deliberações a respeito de impostos, e da reforma tributária, de uma forma geral.

Essa é uma exposição geral. Por favor. Eu agradeço a atenção e na ABCS, pessoalmente, às ordens com os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. Muito obrigado, Dr. Rubens Valentini.

Nós queremos anunciar a presença em nosso plenário do Deputado Alfredo Kaefer, com muita alegria, faça parte desta Comissão, também cumprimentar João Prior, Presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de alimentos de Ração.

Ouviremos agora então o eminente Ex-ministro Francisco Turra, Presidente da Associação Brasileira dos produtores e exportadores de frango.

SR. FRANCISCO TURRA: Bom dia a todos. Uma saudação especial ao Presidente desta Comissão, Senador Neuto De Conto. Uma saudação ao Deputado Alfredo que tem sido um parceiro, um amigo nos apoiando em todas as horas amargas que passamos, e, em especial, nas boas, naturalmente, também junto conosco dividindo. Mas saúdo a presença de amigos, de irmãos que se integram muito conosco, o Ariel Presidente da UBA, Pedro Camargo, e também o Valentini, e, em especial, com quem privamos todos os dias, discutimos, dividimos nossas preocupações também.

Em primeiro lugar eu acho que é o momento adequado e fora adequado para gente poder pensar um pouco sobre um setor, eu vou falar sobre avicultura, que tem uma responsabilidade social imensa. Imaginem hoje a avicultura do Brasil envolve 5 milhões de brasileiros direto e indiretamente. Imaginem que a avicultura do Brasil presente em vários Estados é responsável por 7 bilhões de dólares de exportação. E isso significa emprego, esforço, o País vendendo a imagem, e 153 países do mundo. Mas eu olho muito, e estou aqui muito olhando aspecto social que às vezes não é visto do outro lado da Esplanada, quando, às vezes, por burocracia, demora nós deixamos um setor que pode muito sofrer e perder em competitividade. E

é uma coisa que é muito simples para mim que vivi experiências no Ministério, vivo profundamente com amor a atividade que eu exerço hoje na presidência da Associação de Exportadores de Frango, eu vejo de uma maneira clara que o Brasil vive o seu melhor momento, e se ele não souber aproveitar eu acho que nós vamos perder a grande oportunidade.

O que é que é para mim aproveitar? É ser competitivo, é ser igual. Não adianta, por exemplo, a gente querer disputar mercado se tiver uma tributação excessiva. O Valentini colocou um trabalho que a Fiesp faz e nós incorporamos para mostrar que a hora é agora para desonerar, desonerar alimentos. Gera mais arrecadação, mais, de repente, um burocrata, Senador De Conto, entende que perde a arrecadação se baixar a alíquota, mesmo que aumente o consumo, mesmo que se facilite, que se abra portas. É difícil! E para mim também andando nessas missões que nós vamos Pedro Camargo, eu. A gente entra num supermercado e olho na gôndola. Vê-se carne bovina paraguaia, australiana como eu vi no Chile a um preço que a gente não pode chegar lá, alguma coisa acontece. A nossa é ótima? Maravilhosa! Carne verde, saborosa e tudo, mas o consumidor também quer preço. E assim é para nós aonde vamos. Mercado a gente vai. Eu fui agora para a Índia e eu olhei os supermercados, o varejo, qual é o preço do frango. Dá para chegar, não dá para chegar. E digo para vocês que, felizmente, dá. Mas o Brasil tem que se antenar para isso. Criar condições, vencer esse custo Brasil de portos, transportes, rodovias muito complicado. Mas vencer o tema pior para mim que é a burocracia de enxergar empresas, às vezes, como bandida, como a responsável pelo malefício de gerar 5 milhões de emprego. Então eu acho que tem que ter essa consciência. Tomara a Deus que aqui no Senado e na Câmara a gente continue tendo apoio e compreensão para coisas que são óbvias.

Eu vou passar apenas umas transparências rapidamente para entenderem sobre o aspecto exportação, porque o Ariel fala um pouco sobre a produção que o nosso maior mercado do frango é Brasil, 2/3 quase da produção é para o Brasil, e com a mesma qualidade do frango que exportamos.

Vejam aí as exportações nossas esse ano em setembro chegamos já a 5 bilhões e 400 milhões de dólares, portanto, a previsão de chegar a 7 é tranquila. E não tenho dúvida que mesmo na crise, a crise é uma oportunidade, de acordo como a gente interpreta e enfrenta. Pode ser uma oportunidade. Acho que para nós, no caso, é uma oportunidade.

O destino da carne de frango, o mercado interno, vocês viram, 65%, exportação 35%. Portanto, o Brasil preservado, atendido e um consumo elevado 38kg por

habitante/ano, quando eu vi na Índia 2kg por habitante/ano, a proteína animal tem que chegar lá também para resolver o problema da subnutrição e da pobreza.

Exportação de carne de frango. Aí vocês estão vendo os Estados: Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso; em suma, a produção de frango não está também criando problema lá fora de agredir a Amazônia, bioma, e tudo; ao contrário, altamente sustentável, a gente pode chegar de peito erguido e dizer assim: nós colaboramos para a preservação ambiental. Como tive o prazer de ir à casa do Príncipe para desfazer a imagem que existia no meio de umas ONGs de que o frango brasileiro também ajudava a destruir a floresta Amazônia. Que o frango brasileiro estava destruindo nossas reservas hídricas. E nós fomos mostrar lá da forma mais clara, categórica, contudo, que ao contrário, nós somos consumidores de águas, o que menos consumimos e o que menos poluímos também.

A exportação de frango por produto, aí tem esses produtos que nós estamos... Inteiro, por exemplo, ainda continua. Mas um dado importante que já estamos vendendo, oferecendo lá fora produto com alto valor agregado. O Japão, por exemplo, está comprando produto com valor agregado que eu acho que é o que o Brasil tem que perseguir. Entristece saber, por exemplo, quando a gente comemora: o Brasil exportou gado em pé. Eu fico muito triste, porque vai para fora o emprego e vem a concorrência. Vender couro in natura, ou até Wet Blue. Eu preferia que se exportasse para os chineses estofados, confecções, e o emprego ficando no Brasil, e aproveitando o que nós temos.

Eu estava vendo no Instituto Cubano, por exemplo, a cana de açúcar, um instituto cubano um estudioso mostrou, olha que vindo de Cuba me impressiona que dá para tirar 120 derivados da cana. A gente usa aqui o quê? Vão falando: álcool, açúcar, cachaça, melaço e fica por aí. E eles até da raiz da cana, remédio e tudo, da batata inglesa. Eu vi no Canadá na Ilha de Príncipe Eduardo uma bebida saborosa, extraída da folha da casca de batata, da folha da batata inglesa. Então o Brasil tem que aprender a agregar valor. Descobrir esse caminho que é longo, e é de renda, e é de emprego para nós.

Vamos seguindo. Para ter uma idéia eu vou ficar sobre com dados até um pouco mais além para conhecerem. Mas estão aí os nossos principais compradores: o Japão que está com estoques bem elevados e na crise retrai. Hong Kong para explicar para vocês o inexplicável, importa uma montanha, mas é porque ele vende o nosso frango para a China Continental, às vezes se descuidando de tirar a embalagem, e lá sai Perdigão, Sadia, Seara, Aurora, Diplomata, sei lá

num invólucro que chega lá. Então por isso uma expectativa e uma luta nossa é para gente abrir o mercado da China que já aprovou 22 plantas brasileiras. Só falta um detalhe, um apoio, uma força, porque o próprio Senado, a Câmara destravar algumas coisas, o Ministério da Agricultura, o Itamaraty; porque hoje nós temos déficits na relação com a China. Não é interesse deles também nos preservar cativos. É uma hora de a gente avançar. Arábia Saudita, Venezuela, Países Baixos, Emirados, Rússia, Kuwait, África do Sul; mas, enfim, aí estão alguns.

Sobre o preço médio, não precisa a gente colocar. Durante o período em que houve a desvalorização do dólar, o exportador brasileiro, pela qualidade do produto conseguiu uma recuperação para poder compensar, por isso que o volume de exportação é inferior ao valor que nós conseguimos agregar no ano, porque a gente conseguiu uma recuperação em dólar pela qualidade do produto, sanidades, qualidade do produto.

Passei no Seal outro dia e entrei num stand argentino para tomar um chimarrão, e aí a vendedora disse o seguinte para mim, disse: "ah, vocês são da ABEF Exportação de Frango. Mas o frango brasileiro, pelo amor de Deus, eu vou para o Brasil é a primeira coisa que eu quero". E a Argentina produz e exporta frango. E ela disse: "o nosso frango é gelatinoso. É diferente". Então isso também é alguma coisa que a gente, como brasileiro, tem que conhecer.

Foi um ano para nós muito conturbado com esse problema de câmbio, muito conturbado porque lá pelas tantas o custo dos insumos subiu às nuvens, e não sei como, mas se chegou, por exemplo, no final do ano com uma performance boa, embora, as empresas têm sofrido muito, muito. E agora chegamos à crise. O que é que nós estamos vendo nesse período de crise? Pode até acontecer e eu acho que pode acontecer que a crise seja passageira, embora, eu acho que ela vá dá uma boa sacudida na economia, mas eu acredito que como não foi a primeira, e o Delfim colocou que de 1916 para cá já foram 40 crises de intensidade forte, média e pequena, e eu acho que essa é uma delas e veio forte, irresponsável; mas quem sabe essa crise nos coloque num mundo mais real.

Mas agora o Brasil tem que estar preparado não apenas achando que é um amarelinha, tem que estar preparado para enfrentar com ações rápidas. Por exemplo, na medida em que está faltando crédito, crédito para os exportadores, e é uma coisa que está faltando que eu coloco aqui, tem que ter uma ação rápida para liberar mesmo, não é anunciar e não vai acontecer. Tem que ajudar a fazer acontecer. Disponibilizar linhas de crédito para continuar a ACC, para continuar a estocagem se precisa. Nós, internamente, estamos com a

UBA tomando medidas para reduzir nossos alojamentos, tomando medidas cautelosas, de vagar porque a gente acredita que alimento o mundo consome, continua consumindo, vai consumir até, quem sabe, migrando para uma proteína mais barata. Mas tem que ter isso. Por exemplo, Draubaque Verde. É uma coisa, Senador, que eu quero pedir apoio. Voltamos de uma audiência com o Ministro Miguel Jorge e com o pessoal. Não se imagina como na criação do Draubaque Verde por uma questão de semântica se deixe fora alimentação animal. Como é que se deixa fora alimentação animal por uma questão de semântica? Porque Draubaque vale para incorporação e transformação, não para uso. Se eu usar alguma coisa eu não posso me valer do PIS, COFINS que é 9,6%, não posso me valer porque é uso. Olha, milho e farelo de soja é incorporação, transforma, aumenta, pesa, o nosso frango, o nosso suíno. O boi se alimenta disso, eles crescem com isso, eles aumentam de peso com isso. Então por esse problema de semântica nós estamos fora, o que é uma desgraça para as empresas, o que é um balaço no coração das empresas brasileiras especialmente nessa hora. Então nosso apoio, primeiro, que fique registrado para lutar para que aí viemos de lá, recebemos com alegria a seguinte notícia: olha, aqui no Ministério está pronto. Aprovamos, queremos, é preciso, é justo. Mas a gente não sabe bem se tem que mandar uma medida provisória, portaria e etc. Seja a medida provisória, ou seja mais uma Bíblia, tem que fazer, e fazer rápido para o autor não padecer, os setores todos da produção de proteína animal do Brasil, o suíno e etc., eu acho que é uma injustiça se demorar.

Eu também queria dizer que a desoneração tributária, quem sabe na crise a gente possa dar o passo certo. Já se falou demais sobre a complexidade dos tributos, a loucura que é tudo isso, esse cipoal. Eu acho que a reforma tributária proposta corrigida é mil vezes infinitamente melhor do que o quadro que nós vivemos. E, olha, para gente ver isso desatar é agora. Depois corrigir algum detalhe é para depois. Mas eu acho que sim. E desonerar alimentos, tomara que o Brasil dê certo. Olha, Reino Unido, zero, média do Brasil quase 17; França 5, nós 17; Estados Unidos legislações diferentes, Senador, Deputada Alfredo máxima 5, nós 17. Eu acho que a hora é agora para consertar. Vamos aumentar o consumo, qualidade de vida; vamos aumentar a arrecadação que não é só com alíquotas que a gente arrecada mais, mas é gerando desenvolvimento que a gente arrecada mais.

Então o nosso setor espera isso. A gente também tem um problema que eu queria comentar rapidamente aqui para que todos entendam. Eu acho que é uma luta bem interessante falar que é a seguinte. Fala-se

muito aí sobre um novo regime de cotas. O que é que é isso? A União Européia durante um tempo cobrava dos importados brasileiros: salgado, cozido, peru tudo 84%, quando, na verdade, discriminando o Brasil cobrava alíquotas de 15% para salgados, cozidos peru de outros países. E empresas brasileiras entraram com um painel na OMC e ganharam, ganharam e não levaram, porque a União Européia disse: olha, vamos fazer um acordo, nós vamos então reduzir mais uma cota 170 mil de salgado, 90 de cozido, sei lá, 70 de peru. Vamos reduzir dentro dessa cota e o resto vocês pagam inteiro. O Brasil, sim, tudo bem. Como é que ficou o Brasil nessa questão? É interessante falar para que vocês saibam defender os interesses do Brasil. O nosso exportador tinha que pedir licença para o atravessador europeu que comprava licenças para vender para nós por mil dólares a tonelada. Chegava lá e dizia assim: "Ah, você quer entrar na cota? Eu tenho umas cotas, umas licenças para te vender. Mil dólares a tonelada". Perdemos 500 milhões de dólares nessa brincadeira. O que é que o Brasil fez? Adotou um novo sistema: não, quem administra são vocês atravessadores, e vai ser o Brasil. Vamos trazer esse dinheiro para nós, para o consumidor europeu e não para alguém que se dava o luxo de dizer outro dia para um grande industrial brasileiro o seguinte: EU ganhei 3 milhões de euros por mês. Eu tenho casa em Monte Carlo, vou caçar na Lapônia, vou caçar Alpes com o dinheiro desse atravessamento legítimo. E aí o Governo Brasileiro agora editou uma portaria da Camex para ter um novo regime, o regime é distribuir entre nós por performance discutida na ABEF com os exportadores um assunto que dá muita dor de cabeça, performance, tanto para tal, tanto para tal. Tudo bem. O importante é trazer o dinheiro para o Brasil e depois ir consertando, porque eu acho que injusto é ficar lá fora. A gente ficar como colônia, refém, não é de países de interesses, mas de interesse de atravessadores. Então o Governo bancou, nós estamos sofrendo. A partir de 1º de outubro o novo regime está aí. A União Européia está retaliando, mas a gente tem notícia lá de Bruxelas, de um advogado nosso que eles já estão admitindo que não tem como nos vencer porque se eles retardarem licença, tudo bem, vão retardar, mas a gente pode entrar na OMC porque nós já temos uma questão julgada na OMC a favor do Brasil. Então eu acho que está na hora de a gente bancar também. Não dá mais para ficar... E o discurso que vem de lá assim: isso beneficia os grandes e os pequenos vão sofrer. Então, na verdade, isso beneficia o Brasil, para ficar claro. O Brasil, o país. E não há dúvida nenhuma.

Então é um assunto que eu também queria trazer, Senador, e pedir a gentileza sua, a compreensão dos

meus amigos porque eu quero dizer que o Pedro Carmargo Neto lá na Abipex nós nos encontramos como irmãos, os interesses nossos são comuns, nossos problemas são comuns. O Ariel assumiu outro dia. Estamos também com uma nova visão, uma abertura para trabalhar mercado interno e externo junto, o Valentini junto como a suinocultura é geradora de emprego, de renda, importante para o país, estamos muito juntos. Então hoje nós estamos aqui num grupo afinado, pensando não só pelo setor, mas pelo Brasil. E a travessia da crise também depende muito do Senado, da Comissão de Agricultura, da Câmara, do Governo, da abertura, da rapidez de fazer as coisas.

Muito obrigado e agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós agradecemos a brilhante exposição do Ministro Francisco Turra. E passamos a palavra para o Dr. Fabiano Coser, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Criadores de Suínos.

SR. FABIANO COSER: Bom dia a todos. Cumprimentando o Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cumprimento os demais integrantes da mesa. E agradeço a oportunidade de fazer essa exposição aqui a respeito da suinocultura brasileira.

A minha exposição vai se ater a tentar passar aqui um retrato do que é a cadeia produtiva de suínos no Brasil. Esses são os números mais conhecidos da suinocultura brasileira 1,5 milhão de matrizes tecnificadas, 3 milhões de toneladas de carne produzidas em 2007, mais de 1 bilhão de dólares importações/ano. Esse ano, como já foi adiantado, vai passar de 1,5 bilhão de dólares, mais de 50 mil produtores nessa suinocultura tecnificada, mais de 1 milhão de empregos na cadeia, quarto maior produtor e quarto maior exportador mundial de carne suína. Então esse seria um retrato dessa suinocultura. Essa seria, eu só coloquei aqui uma foto de uma granja bastante tecnificada, uma granja que tem preocupação com a questão da bioseguridade, então a granja é isolada fisicamente, uma granja preocupada com a questão do meio ambiente. Então aqui com a implantação de mecanismos de desenvolvimento limpo no tratamento de dejetos aqui os biodigestores. Apenas para informação, o Brasil hoje já detém mais de 400 projetos na suinocultura com mecanismos de desenvolvimento limpo, a utilização de biodigestores para a geração de biogás, biofertilizante, energia elétrica; então é uma suinocultura também preocupada com a questão da preservação ambiental. Preocupada também com a questão de bem-estar animal, podemos ver aqui na questão dos alojamentos, a utilização de galpões adequados, a utilização de sistemas de alimentação aqui adequados, automatizados. Então

uma suinocultura muito dinâmica. E essa suinocultura tecnificada produziu em 2007 em torno de 26 milhões e 800 mil suínos para abate, aqui o abate inspecionado. Então em termos de abate, o abate SIF que é o abate federal chegando em torno de 24 milhões e 300 mil cabeças, e o abate total aqui levantado pelo IBGE em torno do 26 bilhões e 800 mil cabeças de suínos abatidos no ano de 2007.

Aqui eu coloquei apenas uma divisão desse abate no País. Nós temos uma concentração bastante grande em termos de suinocultura tecnificada. Então os abates inspecionados em 2006, nós temos uma concentração aqui no Sul do País em torno aqui de 68,93% dos abates inspecionados concentrados nos três Estados do Sul do País: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Se nós colocarmos os Estados da região Centro-Sul nós elevamos esse percentual para 97,53% do abate inspecionado de suínos no País. Então a suinocultura tecnificada, o abate tecnificado de suínos é bastante concentrado na região Centro-Sul do País. Se nós olharmos, porém, outro quadro que é o quadro da distribuição do Plantel, ele não é tão concentrado. Então nós temos uma outra suinocultura ainda, uma suinocultura de baixa tecnificação, nós olharmos aqui o efetivo de porcas o IBGE dá no ano de 2006 um total de 4 milhões e 500 mil matrizes. Eu só coloquei aqui para chamar atenção que nós... Uma observação, muitas vezes, de uma pessoa não treinada vai olhar aqui que o Mato Grosso do Sul com 94 mil matrizes e Pernambuco com mais matrizes do que o Mato Grosso do Sul, com 100 mil matrizes. Nós temos que entender que essa suinocultura presente no Mato Grosso do Sul hoje é uma suinocultura mais tecnificada do que a suinocultura de Pernambuco. Se pegarmos outro exemplo do Pará, o IBGE levanta lá 192 mil matrizes e o Mato Grosso com 197 mil matrizes, planteis equivalentes em termos de matrizes, mas nós temos uma suinocultura do Mato Grosso muito mais tecnificada e muito mais produtiva que a suinocultura do Pará. A mesma coisa aqui, o Maranhão com 283 mil matrizes, São Paulo com 291 mil matrizes, Bahia 405 mil matrizes, tem praticamente o mesmo plantel de matrizes que tem Minas Gerais que é o quarto maior produtor nacional. Eu só coloquei esse slide aqui para dizer que apesar de em termos de produtividade essa suinocultura chamada de baixa tecnificação ou, muitas vezes, subsistência ter pouca importância, ela tem muita importância em termos de sanidade. Então quando nós estamos tratando de sanidade essa suinocultura ganha uma importância extremada. Então só o total aqui 4 milhões e 500 mil matrizes em termos de divisão de plantel então a gente vê que não tem uma concentração tão elevada quanto o abate inspeciona-

do. Então aqui no Sul do país a gente teria 45,44% do plantel de suínos do País, do efetivo total, não só matriz, aqui o efetivo total. E na região Centro-Sul nós teríamos então 72,73% do plantel. Então a gente passa de um número de abate aqui de 97%, então uma concentração muito maior e o efetivo de plantel para 72%, ou seja, nós temos uma suinocultura ainda presente aqui, principalmente, na região Nordeste bastante intensa. Então apenas para comparação: o abate inspecionado no Nordeste, apesar de representar apenas 1,81%, o rebanho total representa 20,38%. Então nós temos uma concentração de animais bastante grande ainda na região Nordeste, uma região ainda de risco sanitário e que acaba afetando essa outra suinocultura que já é tão pujante e que tem uma tecnologia tão alta. Então é aqui que a gente está chamando atenção da necessidade de implementarmos medidas, principalmente, de caráter sanitário para esse rebanho que hoje a gente já encontra alguns Estados aqui que estão evoluindo na questão da tecnificação como é o Estado da Bahia. Se a gente vê hoje a gente tem um Estado aqui que já aumentou tremendamente a produção de grãos. No oeste baiano vem crescendo a produção de suínos e de aves na Bahia. O Estado do Ceará já é um Estado que tem uma suinocultura importante, já com alguma tecnificação, como nós vamos mostrar adiante. O Estado do Sergipe já vem organizando a sua suinocultura. Então a gente acredita que também os Estados do Nordeste vão ser produtores importantes e vão aumentar a sua participação na produção de carne suína brasileira.

E aqui só para mostrar e entender o porquê que é até fácil de entender essa distribuição do plantel, porque se nós pegarmos a distribuição agrária do Brasil, nós vamos ver que o Nordeste concentra aqui em termos de número de estabelecimentos quase 47% das propriedades do país. E isso é baseado no último censo, ainda não saíram os números do censo de 2006, mas o censo agropecuário de 95, 96 dá a distribuição das propriedades, o Nordeste aqui com mais de 2 milhões de propriedades rurais. Então é até fácil entender o porquê dessa distribuição em termos de efetivo, em termos de rebanho no País.

Aqui apenas para entender os próximos quadros. A produtividade hoje na suinocultura tecnificada em termos de plantel e desfrute. O plantel de suínos de uma granja tecnificada é de aproximadamente dez vezes o total de matrizes a reprodução dessa granja. Então só a continha aqui para quem quiser depois checar. Então se nós temos uma granja, exemplo de mil matrizes, nós temos aqui um plantel total nessa granja em torno de 10 mil animais em rebanho efetivo. Em termos de desfrute, o desfrute de uma granja tecnificada é de apro-

ximadamente duas vezes e meia o total do rebanho. Então a mesma granja de mil matrizes vai produzir por ano praticamente 25 mil animais, vai vender por ano 25 mil animais. Então ela tem um rebanho total de 10 mil animais e vai vender 25 mil animais. Então seria ou poderia falar aqui num desfrute, basicamente, duas vezes e meia o efetivo do plantel naquele momento. Então eu só coloquei esses quadros para gente entender isso aqui. Isso daqui é o efetivo e o abate inspecionado de suínos no Brasil em 2006. Então se nós pegarmos Estados como o Estado da Bahia que tem um efetivo de matrizes de 405 mil matrizes, ele deveria ter, se fosse uma suinocultura mais tecnificada em torno de 4 milhões de cabeças, ele tem 2 milhões de cabeças. Então vem vez do fator de correção aqui ser dez, aqui nós temos um fator cinco, quer dizer, uma suinocultura de baixa tecnificação. Por outro lado, a questão do abate deveria ser aqui então em torno de 5 milhões de animais abatidos numa suinocultura tecnificada. Nós tivemos o abate inspecionado apenas de 100 mil animais. Então aqui apenas para denotar que apesar de um plantel imenso de mais de 2 milhões cabeças, nós temos um baixo abate inspecionado. Então, provavelmente, nós temos uma questão aqui de abate clandestino ainda muito importante. Até mesmo se olharmos aqui a distribuição de frigoríficos, nós temos lá 15 frigoríficos sendo um de inspeção federal, seis de inspeção estadual e apenas 8 de inspeção municipal. E tem uma outra característica lá no Estado da Bahia que, muitas vezes, pequenos frigoríficos possuem o alvará de funcionamento da prefeitura, mas não possuem nenhum tipo de inspeção, então esses números não são revelados aqui quando eu falo em abate. Então essa questão da informação é uma questão que ainda precisa ser melhorada na suinocultura.

Se pegarmos aqui o Distrito Federal, 11 mil matrizes, tem 136 mil suínos, o efetivo total. Então, quer dizer, mais de 10 aqui. Então nós temos uma suinocultura aqui no Distrito Federal altamente tecnificada. Pegamos o abate, o abate inspecionado que deveria ser, pelo menos, em torno de duas vezes o total do plantel, não temos também um abate aqui, provavelmente, também temos um abate não inspecionado importante aqui no Distrito Federal. Goiás aqui 198 mil matrizes, e assim vai. Minas Gerais 414 mil matrizes. E as suinoculturas mais importantes: Santa Catarina 606 mil matrizes é o maior produtor de suínos do País. Uma suinocultura altamente tecnificada. Basta olharmos aqui o efetivo total em torno de 7 milhões de cabeças, e o abate inspecionado de 7 milhões também. Então apesar de ser uma suinocultura tecnificada em termos de produtividade, uma suinocultura que em termos de desfrute ainda demonstra que pouco provavelmente num plantel

deste de 7 milhões de cabeças, provavelmente, ainda temos aqui um abate não inspecionado e importante mesmo em Estados de grande status sanitários como é o caso de Santa Catarina. O slide seguinte. Coloquei aqui o programa que rege hoje a questão sanitária da suinocultura é o Programa Nacional de Sanidade que é o programa do Ministério da Agricultura que tem como objetivo a coordenação, normatização e o suporte de ações de defesa sanitária. Então gostaria de chamar o aspecto dessa questão da defesa sanitária na produção de suínos. Os principais tópicos do programa seriam erradicação da peste suína clássica do território nacional, reconhecimento e manutenção de zonas livres de doenças, certificação e monitoramento de granjas de reprodutores e o Programa Nacional de Controle de Doença de Aujeszky. Aqui os tópicos, sem dúvida alguma, os mais importantes seriam a questão da erradicação da peste suína clássica do território nacional e o controle da doença de Aujeszky. Esses dois aqui eles acabam sendo por programas de apoio à produção de suínos.

Então aqui o status sanitários em termos de peste suína clássica não avançou muito, esse é o status já a partir de 2004. O Brasil é considerado livre nessa área aqui pintada de amarelo, e aqui uma área de risco, todo o Norte e Nordeste Brasileiro. Fora o Estado de Sergipe e Bahia do Nordeste e o Estado do Tocantins aqui do Norte, toda a região pintada de verde aqui considerada área de risco. Então o programa, na nossa opinião, avançou pouco, a partir de 2004 e poderia fazer mais em termos, principalmente, de uma doença que já poderia estar debelada do País como é o caso da peste suína clássica que vem causando prejuízos para essa suinocultura concentrada no Centro-Sul do País que é uma suinocultura de alta tecnologia.

Aqui eu puxei ontem só os mapas de distribuição de enfermidades da OIE. Então nós vemos lá: peste suína clássica, no primeiro semestre de 2007. Aqui está difícil de ver, mas está pintadinho de vermelho. Está aqui: enfermidade clínica. Então tinha um quadro considerado de enfermidade clínica. No segundo semestre de 2007 nós já estávamos considerados como doença não observada neste período. Então tinha debelado a questão dessa enfermidade. No primeiro semestre de 2008 nós não tínhamos informação, sem informação, ou não foi enviada ou não foi feito o levantamento sorológico da situação anterior. E no segundo semestre de 2008 nós temos aqui evento em curso, ou seja, nós tivemos aí em torno de 20, 30 dias atrás um evento de peste suína clássica no interior do Maranhão numa suinocultura totalmente de subsistência, mas você entra lá e não há nenhuma informação lá no mapa da OIE que foi um problema restrito ou uma suinocul-

tura de subsistência sem importância que não atinja a suinocultura tecnificada. Então quando acontece o problema a gente acaba mostrando as nossas fragilidades. Está aqui o Brasil então pintado como evento de risco. Então a questão sanitária é a questão que a gente deveria avançar ainda mais nessas regiões de baixa tecnologia.

Aqui é a questão do quadro de Doença de Aujeszky para 2007. Então doença não observada neste período, então também estamos ok em termos de Doença de Aujeszky. O quadro de Pierce que é uma doença muito importante em termos de barreiras. Nós temos aqui hoje uma situação bastante privilegiada no Brasil. Então uma doença nunca observada também no País. Então o quadro da OIE aqui demonstrando isso em termos de sanidade, estamos bem aqui. A questão de aftosa foi falada aqui que é uma doença que acaba nos prejudicando em termos de exportações, porque hoje os principais mercados, os mercados que mais importam carne suína como é o caso do Japão, como é o caso da Coreia do Sul, como é o caso do México, como é o caso dos Estados Unidos; eles são países livres sem vacinação. E o único status que nós temos de livre sem vacinação no País, é o Estado de Santa Catarina. Então por isso que temos aí talvez alguma dificuldade, mas creio que na próxima apresentação a gente vai tratar disso.

Conclusões: o Brasil possui uma suinocultura tecnificada, concentrada, principalmente, na região Centro-Sul do País. O Brasil possui um rebanho expressivo de suínos, 20% do total de baixa tecnologia e sanidade na região Nordeste. O abate não inspecionado ainda é um fator preocupante em toda a suinocultura brasileira. A cadeia produtiva de suínos ainda carece de informações sanitárias, técnicas e econômicas a respeito do efetivo de suínos por região, número de produtores, total de abates, abates clandestinos e etc. Seguinte.

No entanto, a questão mais relevante para a suinocultura brasileira no entender da ABCS é aumentar o controle sanitário dos rebanhos, principalmente, nas regiões de suinocultura menos tecnificada, onde a gente viu que tem um efetivo importante. Para tanto a necessidade de um Programa Nacional de Sanidade (F) é mais atuante para avançar nas questões de cadastro, controle e informações relativas à cadeia produtivas de suínos. Os esforços privados no que dizem respeito à questão sanitárias, são restritos às áreas de interesse econômico. Não poderia ser diferente. Claro. Restando toda a região de ainda, eu coloquei ainda porque vem crescendo a importância, principalmente, da região Nordeste na produção de suínos, de ainda menor interesse econômico para a

atuação do Estado, principalmente, então aqui a região Norte e Nordeste.

Então era isso que eu queria passar. Esse panorama do que seria a produção de suínos no Brasil hoje, e estou à disposição aqui para maiores informações. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Fabiano Coser. Nós ouvimos também de imediato o Dr. Pedro de Camargo Neto, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carnes Suínas.

SR. PEDRO DE CAMARGO NETO: Obrigado Senador. [interrupção no áudio] Participando desta Câmara.

Eu acho que o momento, como, muito bem, o Sr. Senador colocou no início, vivemos uma crise sem precedentes. Eu acho que, pelo menos, embora, o Senador tenha lembrado que o Sr. Delfim Neto lembrou do número de crises que já passamos, certamente, essa é uma crise grave. Uma crise grave que hoje nos tumultua um pouco as prioridades a serem tratadas. Então antes de entrar na questão da crise, que eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para falar um pouco deste momento difícil que atravessamos todos, sinto que já foi mencionado aqui nas nossas questões estruturais, as questões de médio e longo prazo. O Rubens Valentini colocou, muito bem, a prioridade principal nossa, a questão da defesa sanitária, finalmente avançarmos na abertura dos mercados que ainda faltam porque ainda estão barrados em função de não termos avançado na questão sanitária. O Ministro Turra colocou com grande propriedade a questão da reforma tributária de aproveitarmos este momento para aumentarmos a competitividade do setor para podermos alimentar a nossa população de maneira mais eficiente, e na sequência também nos tornando mais competitivos para enfrentarmos esse desafio externo.

Agora antes, Senador, o senhor me permite? Eu não posso deixar de falar um pouco da crise que nos assola hoje neste momento. Como também o Sr. Senador colocou, muito bem, antes de tudo, uma crise de confiança resultado de inadimplências que ocorreram, de exageros financeiros que ocorreram, inesperados pelas autoridades dos países desenvolvidos, mas que estão aí, e essa quebra de confiança em todo o processo financeiro que chegou ao Brasil muito rapidamente e está aqui hoje ainda, trouxe uma crise de crédito, uma crise de crédito muito forte, parece que todos têm o receio de emprestar, estão guardando aí um pouco de dinheiro que sobrou de baixo do colchão, e é uma crise de crédito que precisa ser enfrentada

pelo Governo de maneira... É uma crise, eu vejo, de curto prazo, que no momento que reconquistarmos a confiança o dinheiro começa a fluir, mas é uma crise de crédito que precisa ser enfrentada com muita propriedade incisiva pelo Governo Federal. As medidas iniciais do Governo, anúncios muito positivos, mas o fato real é que a crise de crédito está aí, é que não só nós da Abipex, as empresas associadas se recente numa enorme dificuldade do crédito de exportação, crédito de capital de giro de curto prazo, como também vemos um momento do plantio, um momento que já estamos pensando nos nossos insumos: no milho, na soja, que precisaríamos para o ano que vem, que ou planta agora ou não planta mais. Então é um momento decisivo de crédito, é um momento que exige uma ação forte do Governo. E, na verdade, o que a gente tem assistido é boa vontade, bons anúncios; mas ainda falta dinheiro na praça. E não se planta sem dinheiro e não se consegue embarcar mercadoria sem dinheiro. E aí o que se perde hoje está perdido. Infelizmente, ocorre essa crise de crédito, porque se não fosse essa crise financeira, Sr. Senador, estaríamos aqui comemorando um ano muito positivo para a suinocultura. 2008 foi um ano-bom, um ano de estabilidade, de volumes no aumento de produção, um ano de estabilidade de exportação com aumento significativo de preços. Foi um ano muito bom 2008. Estaríamos aqui só falando de notícias boas e pensando nesse futuro brilhante que ainda, certamente, temos à frente. O que nós não podemos deixar é que essa crise de crédito, essa crise de curto prazo venha a nos prejudicar.

Que antes de tudo, Sr. Senador, eu acho que é importante transmitir, não entrarmos no pânico da especulação. O que nos levou a esse momento de crise de crédito foi o momento de especulação financeira desenfreada. Nós que não somos financeiros, nós que pensamos no médio prazo, nós agricultores, produtores que temos sempre uma mentalidade de... O prazo para nós é um ano, não existe prazo menos que um ano. A safra é um ano, as estações são de meses. Então nós não podemos entrar no pânico. E é isso que é preciso transmitir, porque nos reserva um futuro promissor, nos reserva um futuro positivo. Pega-nos num momento bom. Pegou o Brasil num momento bom, o Brasil com reservas financeiras internacionais como nunca antes na história do Brasil tivemos, que permite ao Governo ter uma flexibilidade de ação, um Governo com esses recursos que conquistamos num passado recente, e a agricultura na exportação da agricultura, esses números que nós mostramos aqui da suinocultura, da avicultura e da agricultura, de uma maneira geral, fomos nós agrícola que fizemos grande parte dessa reserva internacional que permite o Governo

agir, e ele precisa agir. Você tem poupança, você tem reserva para usar nos momentos de necessitado. E hoje é um momento crítico de necessidade que precisamos usar esses recursos para tentar minimizar os efeitos não só que nos aflige aqui dentro para que não permita a deteriorar a nossa situação econômica interna, a que permita manter o nosso mercado interno pujante, e que também permita fluir a exportação.

É um momento o que é apresentado como ponto negativo ou se é que é apresentado como negativo, mas é um problema de hoje que é a questão cambial, na verdade, para a agricultura é algo positivo. Ocorreu uma maximização no Brasil, e isso, fatalmente, nos torna mais competitivo. Então 2009 a agricultura brasileira, a suinocultura brasileira será mais competitiva para enfrentar o mercado resultado da desvalorização que ocorreu. Na verdade, aquele câmbio anterior que nós agricultura, suinocultura vivemos e pagamos o preço, câmbio que chegou a 1,50 e poucos, era um câmbio real, resultado de especulação financeira, era um câmbio que vinha de recurso que entrava no Brasil de arbitragem, era recurso que pegava no Japão a 0,5% e vinham ganhar juro aqui de... O nosso juro estratosférico continua. Essa arbitragem acabou. Mesmo que o juro no Brasil seja mais alto, dificilmente alguém se arrisca ficar arbitrando em cima de ganhar dinheiro, em cima de juro brasileiro agora. Isso acabou. Grandes investimentos externos que ocorreram muito bem vindos, capital estrangeiro muito bem vindo, mas provocava um fluxo financeiro que criava uma situação cambial que a agricultura sofreu muito que competir com o dólar de 1,6 era muito, muito difícil. Então esse tempo acabou. 2009 será um ano... Esse lado positivo da transformação que o ocorreu precisa ser lembrado hoje no momento do plantio, no momento do produtor preocupado com o futuro para ver que tem um lado bom também. Tem um lado bom que precisamos acreditar e precisamos continuar produzindo porque é isso que o Brasil precisa, geração de renda, emprego que a nossa produção traz. Vamos precisar mais ainda do nosso saldo de balança comercial, da exportação agrícola. Ela será mais importante para o equilíbrio macroeconômico do País, a nossa exportação. Exportação que hoje por uma questão de curto prazo, de crise, de crédito fica prejudicada embarques que deixam de ser realizados porque falta dinheiro, que não está fluindo. Eu tenho certeza que o Governo tem a boa intenção, eu tenho certeza que os anúncios foram bem colocados, mas a rapidez não se trata de criticar atraso ou não dessa medida ou de outra, porque ninguém esperava a magnitude da crise, um mau fato que não está fluindo como precisa fluir. E o Governo Brasileiro, felizmente, tem essa condição que nos pegou num bom momento.

Então é preciso usar esse momento para fazer fluir, para colocar e para transmitir, principalmente, tranquilidade. Não é momento de pânico. Não é momento de pânico nem para o Brasil, muito menos para o produtor, para o agricultor. Nos pegou num bom momento, somos competitivos, nós temos produtividades agro-nômicas, temos produtividades indústrias. Nós estamos num momento muito positivo para o Brasil. E é esse momento que tem que ser aproveitado, lembrado, realçado para não entrarmos nesse pânico de que pode vir a prejudicar ainda mais a credibilidade nossa de país. Existe, sim, no financeiro, um pânico. Existe. Não tem nada a ver conosco. O agricultor, o produtor não especula. Existiam operações que estavam por aí. Mas eram operações que estavam no mercado, e o Governo também se utilizou delas. Não cabe agora ficar colocando culpa, se trata de aceitar como momento do Brasil um momento positivo, um momento de reservas internacionais, momento que estávamos exportando bem. Se nós olharmos as curvas que foram apresentadas aqui, e essas curvas não são só avicultura e suinocultura que apresenta essa curva ascendente. A agricultura inteira tem curvas ascendentes. Resultado de aumento de produtividade, resultado de maior investimentos e infra-estrutura, melhoria de portos, melhoria das indústrias, capacitação do produtor. Então nós estamos num bom momento. Se estávamos num bom momento ontem, não podemos entrar em pânico hoje. É o momento de termos a tranquilidade para produzir mais, para enfrentar com segurança esse futuro, sabendo que o Brasil é extremamente competitivo, que o Brasil é produtivo, que o Brasil tem condições de sair dessa melhor do que entrou, porque se é verdade que ocorrerá uma recessão no mundo, não se sabe ainda onde exatamente se essa recessão será maior ou menor. Mas nós sabemos que a agricultura tem uma exportação diversificada, que não estamos na mão de um único mercado, que, portanto, nós teremos condições de sair dessa e bem. E é preciso olhar o lado positivo que o Brasil se encontra para enfrentar essa crise conjuntural de curto prazo que existe hoje. E é preciso o Governo também entender que o papel dele nesse momento é atacar a crise de curto prazo usando a sua capacidade de hoje e não entrar numa discussão ou num debate infrutífero de a culpa é de quem, ou culpa de não quem, se especulou, não especulou. O fato, a grande especulação era lá fora, nos foi trazida aqui dentro. O Governo também se aproveitava dessa arbitragem de juro. Montanha de recursos que entrava aqui para a capital, juro alto do Brasil que hoje foge, vai embora e que vai embora mesmo. Porque a agricultura é que pagava o preço de uma relação cambial distorcida que hoje está corrigida. 2009 será um ano

em relação cambial melhor para a agricultura, melhor para nós, vamos exportar mais, ser mais competitivo. E, Sr. Senado, esta Casa precisa transmitir a tranquilidade que o produtor precisa para continuar produzindo, para creditar. Nós não podemos entrar no pânico. É uma grande preocupação. Se o mercado financeiro internacional entrou em pânico, nós Brasil, em particular, nós agricultura não podemos entrar em pânico. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradeço o Dr. Pedro de Camargo Neto.

Ouviremos o Dr. Ariel Antônio Mendes, Presidente da União Brasileira de Avicultura – UBA.

SR. ARIEL ANTÔNIO MENDES: Senador, colegas aqui da mesa, senhores e senhoras. Falar um pouquinho também sobre a avicultura brasileira, enfocando alguns dados de produção. Já tivemos uma série de informações sobre a avicultura brasileira. Mas eu gostaria de apenas remarcar aqui alguns números. O nosso setor hoje tem um consumo, a importância do mercado interno que já foi dita. Hoje nós temos um consumo per capita de 38kg por habitante/ano, e esse consumo vem aumentando linearmente nos últimos anos, graças, principalmente, a preço do frango que, evidentemente, o consumidor brasileiro aprendeu a consumir carnes de aves ou carne de frango, mas também levando em conta o preço que isso é importante. Então o país, esse mercado consumidor grande que nós temos de 190 milhões de habitantes, gerou escala, permitiu escala, para alavancar o país para exportação. Hoje o Brasil exporta para 150 países, e eu acho que isso é um dado importante pela diversidade de mercados que nós atendemos, como foi dito anteriormente e o Brasil detém cerca de 44, 45% do mercado mundial de carnes. Então o Brasil hoje é um grande fornecedor de carne de frango para o mundo.

Gostaria de chamar atenção também para o consumo de ovos. O nosso consumo é de 130 ovos por habitante/ano, é baixo se comparado com outros países, mas temos um potencial grande para crescer para frente. E gostaria de chamar atenção também que a avicultura nesse modelo de integração que nós temos no Brasil e hoje mais de 85% de toda a avicultura de corte no Brasil é produzida no sistema de integração. E esse sistema viabiliza a pequena propriedade. Então é um dado importante, além, dos 4 milhões, 5 milhões de empregos, a gente chamar atenção para o tipo de emprego que a avicultura gera que é essa parte desse emprego na atividade rural mantendo o produtor, mantendo o trabalhador no campo.

O Brasil terceiro maior produtor mundial de carne de frango, perdemos apenas para os Estados Uni-

dos que são os maiores produtores e para a China, e estamos aí muito próximo da China, e nos próximos anos vamos estar aí passando a China. E depois não temos muitos concorrentes tirando ali os países da União Européia, mas ali chamar atenção que aquele dado da União Européia é um bloco de 27 países. Então temos aí México com 2 milhões e 800 mil toneladas de carne de frango produzida. Mas o México não tem grãos, o México não é alto-suficiente na produção de grãos. Ele depende totalmente do milho importado dos Estados Unidos, e utiliza o milho na alimentação humana, então ele tem que trabalhar com sorgo e não é alto-suficiente. A Índia, Rússia é um mercado importador, a Argentina que talvez fosse um concorrente do Brasil, mas a produção da Argentina é muito baixa em comparação com o Brasil.

A evolução da produção de carne de frango vem ocorrendo linearmente nos últimos anos. Se pegarmos aí até 95 até 2007 a carne de frango representava 35, quase 36% da produção total de carnes comparada do total de carne de frango, carne bovina e carne suína. Em 2000 passamos para 40, e hoje em 2007 já chegamos a 45%, ou seja, como foi mostrado, a produção de carne suína vem aumentando de uma maneira mais lenta, de carne bovina de uma forma mais acentuada, mas a carne suína no cômputo total vem aumentando bem mais que as demais carnes.

Esses dados já foram mostrados. A produção total esse ano nós devemos fechar com 11 milhões de toneladas de carne de frango. Chamar atenção para a produção de perus. O Brasil já é um produtor importante e já é um exportador importante de carnes de perus com 458 mil toneladas de carne de peru produzida. Isso aí comparado com carne de frango, realmente, é um muito pouco, é um volume pequeno. Mas o Brasil tem um potencial muito grande para aumentar a produção de carne de perus, principalmente, para exportação. Considerando que todas aquelas condições que nós temos de auto-suficiência de grãos, de mão-de-obra, de terra, de clima que existe para o frango de corte, existe para o peru, e no caso da produção de perus é um sistema também aqui no caso 100% integrado, então se consegue aumentar muito rapidamente. O volume de ovos produzidos, de 25 bilhões de unidades de ovos produzidos.

O gráfico apenas para mostrar que o crescimento vem, de frango, como eu disse, de uma forma linear com aumento bastante significativo a partir dos anos 2000, principalmente, muito em função da alavancagem da exportação que com o fenômeno da gripe aviária na Ásia o Brasil assumiu parte do mercado da Tailândia que era o terceiro maior exportador e essa curva vem numa inflexão bem mais acentuada a partir do ano

2000. Os maiores exportadores. O Brasil é o maior importador, o segundo são os Estados Unidos. Vamos fechar 2008 com 4 milhões de toneladas. Os Estados Unidos, embora, sejam os maiores exportadores não são concorrentes muito diretos do Brasil porque eles não atendem, eles estão em mercados diferentes, a exportação americana não entra na Europa, não exporta para a União Européia, e a União Européia é um parceiro importante do Brasil na importação. Eles exportam mais frango inteiro e exportam também coxa e sobrecoxa porque eles têm uma demanda interna muito forte de carne de peito. São fortes na Rússia, entram na China, também exportam para a China, ou seja, eles estão em mercados onde o Brasil não atua muito fortemente. Então não são competidores muito diretos do Brasil.

Com relação à exportação de ovos, o Brasil ainda não tem uma exportação significativa, exportamos ao redor de 40 milhões de dólares, então isso é muito pouco se comparado com frango ou com o peru. Mas eu gostaria de chamar a atenção que o Brasil tem um potencial grande para exportação, e isso vai ocorrer, principalmente, quando nós abrirmos o mercado da União Européia. O Brasil, no momento, não pode exportar ovos para a União Européia, pela necessidade da implementação do programa de controle de resíduos. E a Europa pela situação de custo de produção alto, mão-de-obra cara na Europa, a não disponibilidade, a não auto-suficiência em grãos, a necessidade que eles têm de importar grãos. A questão de bem-estar e exigências, principalmente, com relação ao bem-estar animal na Europa, a Europa não vai conseguir produzir ovos para atender a necessidade deles. Vão continuar produzindo o ovo de mesa, esse ovo de consumo, mas o ovo industrializado eles vão ter que importar e vão importar de países que tem custo baixo: Brasil, Estados Unidos, talvez o próprio México que é o grande produtor de ovos. Então apenas uma questão, o Brasil tem uma estrutura já produtiva bem adequada, apenas uma questão de atendermos essa exigência técnica da implementação do programa de resíduos para começarmos a exportar para a União Européia, e aí nós vamos, provavelmente, dar um salto em termos de volume e em termos de qualidade também da produção de postura.

São os dados de exportação. Apenas para remarcar a questão do volume de exportação de ovos.

Falar um pouquinho sobre os problemas estruturais e desafios da avicultura para manter essa produtividade e a competitividade do Brasil no mercado externo. Temos alguns problemas estruturais que já foram chamados atenção, principalmente, com relação à questão de infra-estrutura. O Governo, infelizmente,

não tem feito investimentos pesados nos últimos anos em estradas, principalmente, na questão de transporte, e na questão de portos. E isso aí para a avicultura ou para o setor de carnes está sendo um gargalo. Nós temos que lembrar que frango, milho e soja são transportados das regiões produtoras hoje em caminhão e com essa estrutura que nós temos aí realmente é preocupante. A questão de portos também é extremamente preocupante. Como vocês viram, o Brasil vem numa escalada de exportação. Nós já temos hoje problemas de estocagem em nível de portos, e rapidamente o Governo tem que aumentar essa capacidade.

A questão do arrocho tributário, já foi mencionada aqui. Eu gostaria, Senador De Conto, apenas de chamar atenção que, assim como já foi dito, que nós entendemos que o momento é agora, o momento em que a Câmara está discutindo uma reforma tributária. É a hora, realmente, de a gente desonerar o setor de alimentos. Não tem sentido o setor de alimentos ter uma carga tributária perversa como tem, porque incide sobre alimentos e vai acabar penalizando, principalmente, a classe mais pobre. A questão de juros, também altos, isso aí afeta muito o setor, principalmente, porque isso tira a competitividade das empresas. O nosso setor avícola é um setor que necessita de investimentos altos e o custo do dinheiro no Brasil é muito caro. Então isso aí acaba tirando um pouco da competitividade do país. Problemas de logística, já mencionei. A questão do dólar também já foi bastante falada, a questão da burocracia. O Ex-deputado Turra falou bastante sobre isso, isso nos afeta tremendamente porque o setor avícola é um setor que tem uma velocidade, uma agilidade muito grande, um frango está pronto para o abate em 42 ou 45 dias. Então nós precisamos de agilidade para poder produzir, e, principalmente, para poder exportar. Então isso é um gargalo que nós vamos ter que resolver com o Governo o mais rapidamente possível.

Temos alguns outros desafios, por exemplo, na questão de produzir. Hoje nós temos o que eu costumo chamar de barreiras de terceira geração. Barreiras de primeira geração foram as barreiras tarifárias, de segunda geração as barreiras sanitárias, e hoje nós temos algumas barreiras que são as barreiras relacionadas com o bem-estar animal, meio ambiente, e a questão social de bem-estar do trabalhador. São pontos que estão sendo trabalhados muito fortemente pelas empresas exportadoras, porque como eu disse, o mercado da União Européia é um mercado importante para a avicultura. Então as empresas que exportam vêm se adequando para trabalhar, evidentemente, para atender a essas exigências, e nós temos agora que levar isso para o restante da cadeia para as empresas que produzem aqui no mercado interno.

A UBA como entidade nós produzimos o ano passado quatro protocolos, um protocolo de bem-estar animal para frango de corte, para perus, um protocolo para poedeiras, e também mais dois protocolos, um de boas práticas de produção de frango de corte, e outro de boas práticas de produção de ovos.

No momento nós estamos aí com uma campanha de divulgação, estamos levando esses protocolos, em curso de treinamento para os integrados, levando isso para as empresas. Já fizemos uma série de cursos no Rio Grande do Sul e a idéia, e vamos agora estar fazendo nos próximos meses nos outros Estados. A idéia é levar para o produtor esses conceitos da necessidade que ele produza atendendo exigências de bem-estar animal, respeitando o meio ambiente e respeitando também a questão do bem-estar do trabalhador.

Como foi dito aqui, nós temos que ter um frango só, nós não podemos ter um frango para exportação e um frango para o mercado interno. Essa é uma preocupação do setor, então que a gente tenha realmente um só tipo de frango com a mesma exigência que temos lá para exportação que a gente tenha também aqui no mercado interno.

Temos que manter também a rentabilidade do produtor integrado. Isso aqui é um dos segredos do sucesso da avicultura brasileira é o sistema de integração. Como eu disse hoje, mais de 85% de toda a produção de frango é feita num sistema integrado, num sistema de integração, 100% da produção de perus num sistema de integração. Nós temos que melhorar o sistema, evidentemente, permitindo que o produtor integrado tenha rentabilidade e ele vem tendo nos últimos anos, e isso é uma realidade. Esse sistema permite, viabiliza pequena propriedade, mas precisamos tomar cuidado para não inviabilizar o sistema do ponto de vista da empresa. Temos alguns projetos em tramitação aqui no Congresso na Câmara Federal onde se tenta disciplinar, mas, principalmente, a preocupação é que os projetos previstos estão entrando muito em detalhes de como deve ser o contrato. Isso a gente entende que esses detalhes devem ser definidos entre os parceiros, entre a empresa e o produtor. Então como produtor estamos atentos a isso e pedimos também que o Congresso tenha o bom senso de entender que as duas partes devem estar contempladas, tanto a empresa, como o produtor integrado.

Aqui coloco apenas para ilustrar que, na realidade, é um exemplo aqui de Santa Catarina, de um levantamento que foi feito no Estado de Santa Catarina, a estrutura lá é basicamente com mão-de-obra familiar, a área, como eu disse, pequena propriedade, a média é de 15 hectares, e a importância aí do setor de frango de corte suínos, leite e milho para esse produtor rural.

Um outro dado também do levantamento foi de Santa Catarina mostrando que 80% dos integrados têm uma opinião de ótimo e bom sobre o sistema, 19% regular e apenas 1% como ruim.

Um outro desafio do setor é a questão do crescimento futuro. Nós temos que continuar crescendo no Sul e Sudeste com competitividade sem agredir o meio ambiente, mas a fronteira avícola está se deslocando para a região Centro-Oeste, principalmente. É importante e onde a estrutura de produção é completamente diferente da região Sul. Então o produtor na região Centro-Oeste é maior, tem uma estrutura fundiária maior, tem outras atividades que, eventualmente, podem ser mais competitivas para a avicultura. Então nós temos que também como setor e como Governo tentar equacionar para permitir que a gente consiga continuar crescendo, mas atendendo os dois lados da cadeia.

Crescer na região Norte, principalmente, na região Nordeste é um desafio. A renda no Nordeste aumentou muito nos últimos anos, até por uma série de fatores, mas até por conta também dos programas do Governo, de renda, de Bolsa Família e outros tipos de programas. Só que o Nordeste tem uma dificuldade de aumentar a produção pelo problema milho. O Nordeste não é auto-suficiente em milho. Ele tem que levar milho de Barreiras ou do Sudoeste da Bahia e da região Centro-Oeste para lá em caminhão. Se nós nos reportarmos há alguns anos, tradicionalmente, o Nordeste abasteceu de milho da Argentina, só que com o problema do milho transgênico, e hoje todo o milho da Argentina, praticamente, é transgênico, então isso se inviabilizou. Então o setor há dois anos nós estamos aí pleiteando junto ao Governo a liberação de milho transgênico, da importação de milho transgênico, e um dos motivos porque a gente está pleiteando isso é em função da agricultura do Nordeste, principalmente, porque ele consegue colocar milho no Nordeste da Argentina, importado por navio mais barato, evidentemente, do que esse milho produzido aqui na região Centro-Oeste.

Temos que aumentar a escala de produção se afetar a produtividade e a qualidade. Densidade de capital para investimento na infra-estrutura. Nós temos que adequar os nossos abatedouros, principalmente, para comprar equipamentos. Com o aumento da produção as empresas têm que continuar aumentando a produção de uma maneira bastante acentuada. Uma das maneiras de fazer isso é colocando equipamentos mais eficientes, e, principalmente, também pela questão de mão-de-obra. As nossas linhas de abates estão cada vez mais velozes, e são equipamentos caros, e aquilo que eu mencionei, nós temos que ter linhas de

crédito especiais para esse tipo de investimento com juros, evidentemente, mais baratos.

Temos que implementar programas de qualidade, adequar as condições de trabalho, implementar programas de bem-estar social, e isso tudo, para isso se precisa dinheiro, evidentemente, se necessita de recursos.

Eliminar barreiras sanitárias, técnicas e tarifárias que ainda existe. O Brasil hoje tem alguns países fechados, totalmente fechados para carne de frango brasileira, como é o caso dos Estados Unidos, por exemplo, e do México; e até, recentemente, tínhamos o caso do Chile, o Chile acabou de reabrir, como foi dito a China também reabriu. Mas temos mercados importantes ainda como o mercado do México que é um mercado de 400 mil toneladas de carne de frango onde o Brasil está ausente desse mercado. Então precisamos abrir esses mercados.

Investimentos em sanidade animal pelo Governo Federal para os Estados. Isso aqui é um ponto extremamente importante. Nós temos que ter verbas para defesa sanitária, verbas federais, e, principalmente, também em nível de Estados, principalmente, para contratar. Pelo nível da avicultura brasileira que nós atingimos hoje, o Brasil está muito mais exposto no cenário internacional. Então nós temos que ter uma estrutura de defesa sanitária compatível com a qualidade da avicultura brasileira e com a importância e com a responsabilidade da avicultura brasileira. Lembrem-se os senhores que nós temos hoje 45% do mercado internacional. Então o Brasil hoje é o grande fornecedor de frango do mundo. Então nós temos que ter uma estrutura de defesa sanitária compatível com essa qualidade da produção avícola.

Nós temos que consolidar o programa de regionalização. É um programa que foi implementado aí no auge da gripe aviária, o programa já está se consolidando. Os Estados foram auditados no ano passado. Esse ano nós tivemos adesão de mais dois Estados no caso de Alagoas e do Acre, e nós só temos ali alguns Estados da região Norte, apenas quatro Estados que ainda não estão dentro do programa, os demais Estados estão dentro do programa.

É extremamente fundamental que a gente consolide esse programa, esse programa é o nosso salvo conduto. Na eventualidade nós termos aí uma crise, a entrada do vírus da influência aviária no Brasil. Então é o nosso seguro realmente e é um programa fundamental para a avicultura brasileira.

Mas o Brasil é um país exportador e o Brasil não pode ficar parado. Então estamos agora no momento em fase de implementação de um outro programa, que é o programa de compartimento, de compartimentação.

É um programa da OIE, previsto pela OIE. E o Brasil então apresentou um projeto piloto que vai ser executado aqui no Brasil, um no Brasil e outro na Tailândia, porque os países importadores, pelo menos, com uma certa reticência a esse programa de compartimentos, estão esperando para ver o que é que vai dar. Então, na realidade, a própria OIE entende que enquanto um país importante que tem uma produção importante como o Brasil não implementar um programa desse o programa não vai deslanchar. Então é uma proposta nova. O Brasil acaba de apresentar isso na OMC e esse programa com o apoio total da OIE, e nos próximos anos, com certeza, vamos estar implementando o programa no País.

Temos que modernizar a nossa legislação sanitária do Programa Nacional de Sanidade Avícola. Temos que modernizar a legislação de abate e processamento. Nós estamos em plena fase de consulta, de término de uma consulta pública do SPOA que é a legislação de abate. E aqui, Senador, eu paço a atenção do Congresso para esse detalhe, essa legislação de abate e inspeção para o setor é extremamente importante. O setor entende que nós temos que modernizar essa legislação, e é importante que esse novo SPOA não fique engessado. A tecnologia avança muito rapidamente. Então nós temos que deixar dentro do SPOA que é um decreto do Governo Federal apenas o básico, apenas o essencial. Como produzir, isso deve ficar para uma legislação complementar onde você pode mudar isso muito mais rapidamente, e mais frequentemente. Então gostaria de chamar atenção para esse detalhe.

Temos que modernizar a legislação tributária. Já se falou bastante sobre isso. A legislação trabalhista também. Hoje nós temos alguns problemas aí, em alguns Estados como Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com relação à promotoria pública, e algumas empresas têm sido obrigadas a assinar alguns TACs – Termos de Ajustes de Conduta, com problemas relacionados à ergonomia na linha de produção, temperatura de sala de cortes e etc. Então é um problema que o setor está enfrentando e está trabalhando de uma maneira bastante pró-ativa com a promotoria pública para que isso não venha a ser um entrave para o nosso setor.

Evidentemente, que nós temos que mitigar os efeitos da crise financeira internacional e aqui eu vou direto então a algumas medidas que estão sendo solicitadas ao Governo. Além, de crédito para financiar as exportações, porque boa parte das nossas exportações eram financiadas com recursos internacionais, e essa fonte secou, e agora cabe então ao Governo agilizar a liberação de recursos para financiamento das exportações. O Governo já acenou com isso, já tomou medi-

da. Só que esse dinheiro não está chegando na boca do caixa. Com relação à questão do mercado interno, e no mais para atender a necessidade de capital de giro, de curto prazo das empresas, o que nós estamos pedindo basicamente é a liberação dos créditos do PIS e COFINS, autorizar o draubaque. O Ex-deputado Turra já mencionou esse ponto do draubaque verde e amarelo para o setor.

Nós temos que aumentar o crédito de custeio para as empresas, principalmente, liberando recursos do EGF que é um programa que o Governo Federal tem para compra de milho e de insumos. Hoje existe uma carência de recursos em nível de Banco do Brasil e de outros bancos para financiamento de EGFs. Então o que nós estamos pedindo para o Governo é a alocação de mais recursos e agilidade na liberação desses recursos. Estamos solicitando também um aumento de crédito para o produtor integrado. Hoje o limite é de 24 mil reais apenas por integrado, e nós estamos solicitando então aumentar esse valor para 50 mil, porque é uma maneira de você possibilitar um aumento no crédito total da empresa indiretamente através do integrado. Estamos solicitando também a criação de uma linha de crédito para o produtor de pintinho que não está contemplado dentro desse programa. Então são linhas de crédito que já existem basicamente, a questão do EGF, esse aumento de custeio das empresas e tal. O que nós estamos pedindo é apenas alocação de recursos e agilidade na alocação desses recursos.

O setor entende que dessa maneira nós conseguimos suprir num curtíssimo prazo essas necessidades de capital de giro.

Para terminar. Então algumas conclusões. O Brasil é um País, como acabou de dizer o Pedro Camargo, tem disponibilidade de terra, água e sol. Tem vocação para o agronegócio. Preparou-se para chegar onde chegou. Produz com tecnologia e custo competitivo. Ainda temos um custo competitivo, o Brasil sempre teve o custo mais baixo de produção de frango e de ovos, isso nos últimos dois, três anos por uma série de fatores isso está modificando um pouco essa situação. Mas ele ainda continua tendo um custo baixo e nós precisamos manter esse custo mais baixo. E, evidentemente, o Brasil vai manter a liderança na exportação de carne, principalmente, na questão da carne de frango, e também deveremos aumentar as exportações de peru, de material genético e de ovos. Mas para isso é fundamental que o setor se estruture. Então para enfrentar novos desafios que surgirão relacionados com o aumento nas exigências dos exportadores. Como eu disse, o Brasil atua em mercados sofisticados como o mercado da União Européia e o Japão, por exemplo, que são dois importadores

importantes, e a cada semana surge uma exigência nova, uma exigência diferente. Então isso significa a necessidade de recursos para o setor se adequar e atender essas exigências.

Nós estamos passando por um aumento de concentração da produção no mercado interno, as empresas maiores comprando as empresas menores. É uma nova realidade de mercado. Nós temos que aumentar a nossa escala de produção. Nós temos que blindar a avicultura brasileira contra risco sanitário. Então esses programas como da regionalização e compartimentação são importantes, principalmente, recursos para o Ministério da Agricultura, nós temos que melhorar a infra-estrutura governamental, e, principalmente desburocratizar as ações governamentais.

Senador, então era isso que eu tinha para apresentar. E coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais, se necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Ariel Mendes, Presidente da UBA.

Gostaria de saber se o Deputado Alfredo gostaria de usar a palavra. Está à disposição então a palavra para as suas considerações.

DEPUTADO ALFREDO KAEFER (PSDB-PR): Cumprimento então o Senador Neuto De Conto e todos os integrantes da mesa.

Penso que as exposições foram bem esclarecedoras. E eu faria aqui algumas ponderações. Partindo do início de um fato marcante que é na nossa economia o setor de aves e suínos que, salvo algum engano numérico meu, consome 1/3 ou mais do que 1/3 dos grãos produzidos, principalmente, milho e soja. Eu acho que isso é um fator importante. E penso que os envolvidos na área não se dão conta desse número, de que a avicultura e suinocultura consomem mais de 1/3, em especial, de milho e soja de tudo que nós produzimos. A gente deveria começar a refletir mais sobre isso.

E aí a gente percebe, Senador, algumas distorções gravíssimas que acontecem no nosso setor produtivo. Nós tivemos, por exemplo, uma soja e um milho lá do Mato Grosso, levamos aos portos longinquamente pela nossa escassez de estrutura adequada e embarcamos isso isentos de PIS, COFINS e de ICMS para exportação. E não conseguimos dar o mesmo tratamento tributário quando aplicamos esse milho e soja, jogamos numa fábrica de ração para alimentar frango e suíno. Eu considero isso uma das grandes distorções tributárias do nosso setor produtivo relacionados ao nosso setor. Nós temos que dar tratamento isonômico para a produção tanto do mercado interno, como para o mercado externo. Não é possível que se exporte um

grão de soja que praticamente não agrega valor, muito pouco. Vamos fazer uma análise de qual agregação de valor que nós colocamos na soja, por exemplo. É a produção, é a colheita, gente no campo importante, sim, como fator produtivo, gerador de emprego. Mas se a gente avaliar que ao levarmos a soja e milho numa fábrica de ração e a transformamos num quilo de frango ou num corte de suíno, quantos e quantos empregos nós adicionamos? E aí nós exportamos a soja isento, e só fazemos isso na carne depois de vários multiplicadores, ela tem o mesmo tratamento na exportação. Não é possível dar o mesmo tratamento de um produto primário na exportação do que um valor adicionado. É muito mais injusto ter uma tributação desse produto para o mercado interno bem diferenciado da exportação. Então esse é um ponto que eu queria levar à consideração. Levo um outro fator crédito escasso e caro. Eu não sei se as pessoas sabem que o Banco do Brasil, por exemplo, não considera uma ave no campo como penhor e como garantia de financiamento. Ora, quando um produtor faz um plano de custeio de safra e joga a semente de soja, de milho e algodão na terra, o futuro grão a ser colhido seis meses depois já serve como garantia numa CPR. O pintinho e o leitão que você aloja numa granja não é considerado como produto final e não serve como garantia. Como é que nós vamos alavancar recursos se o principal elemento que nós temos, o maior ativo que nós temos não serve como garantia. Então quando você vai a uma instituição bancária oficial a primeira coisa que se pergunta é: você tem garantia hipotecária em primeiro grau? Ou você tem um recebível de boa qualidade? Se você não tiver você está alijado do crédito. Já era assim e agora com muito mais dificuldade.

Levem em consideração um outro fator: sanidade de que nós não temos recursos. O Departamento de Agricultura Americana gasta por ano 1,5 bilhão de dólares em prevenção sanitária. Se nós olharmos o nosso orçamento aqui de sanidade animal 70, 80 milhões de reais por ano, que, normalmente, são contingenciados e acabam não chegando na ponta. E eu tenho defendido, o Ariel sabe disse. Na última reunião da Diretoria da UBA eu tenho dito: gente, vamos esquecer o Governo. Vamos nós fazermos tal como Santa Catarina fez de forma inteligente um plano sanitário onde os integrantes, as empresas estão se cotizando e estão resolvendo o problema sanitário. Não é por menos que Santa Catarina é o único Estado hoje livre de aftosa sem vacinação. Então é um absurdo. Nós precisamos levar recursos para a sanidade. Sanidade animal é o esteio da nossa qualidade. Nós vamos perder cada vez que você ouve falar de gripe aviária, aujesky e tal é um

temor no setor. Então nós precisamos alocar recursos para sanidade animal.

Estrutura logística já foi falado. Quanto custa o nosso produto ao chegar ao porto? E agora há pouco nós tivemos um entrave fiscal onde por uma burocracia da Receita Federal nós precisamos deixar em média uma semana a mais um contêiner no porto para que a gente tenha o desembaraço aduaneiro adequado, por burocracia da Receita Federal. Impostos já falamos. Vimos aí como os países lá fora tratam a situação tributária. Agora nós também temos que dar um embate na situação tributária como um todo. Não adianta, por exemplo, como no Estado do Paraná que nós estamos lá às vésperas de termos uma minireforma tributária no ICMS, e que o Governador está propondo a redução de 5 pontos na área de alimentos. Mas, em compensação, está aumentando a energia elétrica, o telefone, o combatível, e assim por diante. Você tira de um bolso e coloca no outro. Agora na crise nós vemos realmente o quanto nós estamos arrecadando de imposto e o quanto nós estamos gastando mal. Sinalizamos ontem através do Mantega que poderíamos ter um adiamento de recolhimento de impostos. Nós recolhemos os nossos encargos previdenciários da folha de pagamento antes mesmo do funcionário receber o seu vencimento. Isso é um absurdo! O comércio vende com 30, 60, 90 ou num carnê e recolhe os impostos dentro do mês seguinte. Isso não pode ser assim. Nós temos que olhar de frente, Senador, uma reforma tributária adequada, onde nós tenhamos, efetivamente, uma redução de impostos. De 86 até 88 antes da... Como é que vou me pronunciar? Dos festejados 20 anos de Constituição que nós comemoramos agora a poucos dias, mas que nos levou à carga tributária de 22% para 38. Então tivemos avanços políticos na Constituição, mas nós tivemos retrocessos enormes na nossa economia, principalmente, concedendo benefícios que não são plausíveis de se retornar à sociedade e que se custa através de impostos, que nos deixe cada vez menos competitivos no mercado internacional. Legislação e burocracia. E eu quero voltar de novo à situação dos impostos, por exemplo, Santa Catarina que é o Estado do Governador que é um dos grandes produtores de aves e suínos. E não é só ele, outros Estados não atendem a determinação da Lei Kandir. Nós levamos insumos para os Estados vindos do Mato Grosso, por exemplo. Pagamos ICMS, nos creditamos em conta gráfica, e não recebemos o crédito de volta adequadamente. Não é só com os impostos estaduais, é com os impostos federais. Empresas que têm créditos enormes de PIS e COFINS. E mesmo com a unificação da super-receita, se unificar a Receita Federal tributária com a previdenciária, mas não permite que você cre-

dor de PIS e COFINS possa compensar os encargos previdenciários, quer dizer, é de um bolso para o outro você não pode fazer. As empresas que fizeram a compensação já estão sendo ameaçadas pelo Ministério Público porque dizem que isto é afronta, é fraude, e por aí a fora. Então é preciso que se consolide isso.

Há legislação, há burocracia, nós temos... O Ariel comentou em Santa Catarina, um promotor público, eu tenho o nome dele, mas não vou pronunciá-lo aqui de público, mas que tem infernizado as agroindustriais, está achando pêlo em ovo todo dia. Está transformando os empregadores, chamando-os de escravagistas. Quer dizer é um arsenal de ajustes que ele exige semanalmente. Agora há pouco quer fazer com que os integrados... Está pedindo os contratos dos integrados porque ele suspeita de que eles poderiam ser considerados empregados das agroindústrias. Isso vai desmontar um setor que funciona adequadamente. E se isso não for resolvido vai acontecer como alguns países. Nós desmontamos um sistema extremamente competente, bem organizado que são de pequenos produtores, a integração no Sul do País funciona muito bem, é uma verdadeira reforma agrária que nós implantamos nas pequenas e médias propriedades através da nossa integração, e que se isso for montado nós vamos transformar as empresas em grandes produtoras de suínos, complexos enormes de 1 milhão de frangos, vamos tirar dos pequenos produtores e fazer como algumas empresas de suínos já fizeram, implantar megagrânjas em detrimento das pequenas propriedades. A burocracia, o meio ambiente, por exemplo, como é o caso de Santa Catarina, agora, daqui a pouco qualquer declive é considerado já uma encosta de morro e não vai mais poder plantar milho. É preciso, sim, dar atenção ao meio ambiente. Nós vamos trazer recursos para modernizar essas granjas, transformar o esterco em biogás, por exemplo, quer dizer, não há linhas adequadas para modernização na nossa avicultura e da nossa suinocultura.

E nós estamos agora diante de uma situação, de novo, com a crise mundial, não há recursos na ponta para o produtor. As exportadoras estão se vendo amarelos, os contêineres estão no porto, e há ameaça de cancelamento ou de retardamento de pagamentos e não há recursos de adiantamento de crédito, não há recursos para o setor rural, para o setor produtivo no custeio pecuário, animal, em especial. Então é preocupante. E eu estou absolutamente convencido de que a crise vai fazer com que a gente tenha em 2009, infelizmente, uma redução de níveis de atividades que poderia ser amenizada se a gente reduzisse a carga tributária, se tivéssemos recursos abundantes, princi-

palmente, no crédito oficial, e se o Governo nos ajudasse a produzir melhor.

Poderíamos ficar aqui um dia inteiro discutindo ações, mas eram essas pequenas considerações que eu faço para apoiar e complementar essa importante discussão que nós estamos levando. E espero que a gente possa alertar o nosso Congresso, a Câmara, os Senadores e o nosso Executivo para que tomem as providências necessárias para que a gente tenha um bom funcionamento dessa cadeia que é, eu diria assim, quase o esteio da nossa agricultura e do nosso agronegócio. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Deputado Alfredo Kaefer. Chegamos assim a mais um debate nessa Audiência Pública que ficou muito claro, nós iniciamos a reunião falando em crise, mas as exposições aqui colocadas parecem que o setor vai transformar em oportunidades.

E anotei alguns ditos do debate muito interessante, relevante e, às vezes, a sociedade não os conhece, principalmente, quando se fala de plantar no Amazonas. Ora, 83% das matas amazônicas estão ainda de pé. E 26% das matas do mundo estão no Brasil ainda de pé. Isso não quer dizer que nós temos que derrubar matas. O que está se fazendo agora e o Governo atente, deve ficar pronto este mês, é o mapeamento do Brasil para dar tranquilidade àqueles que querem plantar e querem produzir. E eu tenho levado uma proposta de que nós temos que partir do marco zero. Porque não é possível que o que foi ao longo da história desmatado seja abandonado. Tem que se utilizar essas terras, e penalizar, sim, quem infringe a lei, eliminá-los do processo, e quem quer trabalhar e quer produzir tem que ter terras e oportunidades para produzir. Isso é um ponto muito importante, e uma significação muito forte.

Outro ponto que nos parece que é oportunidade é a queda dos estoques de alimento no mundo que neste século 2001 e 2007 reduziu em 50%. E o aumento da oportunidade de se alimentar, principalmente, a Índia e a China, e o próprio universo nos dá um leque muito forte dessas ampliações. Lógico que esse capital flutuante que o Brasil vive também, capital especulativo que vão e se deslocam aonde se paga mais e aonde tem mais segurança, eles deverão retornar, espero, para que essas dificuldades se acentuem. Mas eu queria também fazer uma pequena reflexão, e eu ouvi a pouco do último expositor sobre a terra, sobre a água e o sobre o sol. Eu acresceria a tecnologia, o clima e o homem que faz com que esse complexo alimente 190 milhões de brasileiros, e é responsável por 1/3 do Produto Interno Bruto do País, alimenta 36% das exportações, e é responsável também nos últimos

cinco anos do total da balança do superávit da balança comercial da pátria. E que é exatamente o volume das reservas do País que passam um pouco de 200 bilhões de dólares, nasce do setor produtivo primário.

Eu comporia neste quadro dentro da oportunidade, nós temos neste País ainda em torno de 90 milhões de hectares de terra só no cerrado e no Centro-Oeste, sem se utilizar do avanço das florestas e nem do meio ambiente. Nós temos 30 a 40 milhões de hectares para ser recuperados, terras degradadas nas fazendas. Nós temos ainda a possibilidade de consorciar fazenda, lavoura; podemos usar 30, 40, 50 milhões de hectares. E não é possível que um país que é o maior produtor de carne de boi e tem o maior rebanho do mundo só use uma cabeça por hectare de terra, que podemos colocar duas, três ou até quatro. Esta potencialidade nos dá a segurança que nós vamos ser, sim, o maior produtor e o maior exportador de alimentos para o mundo, e vamos ser também o maior produtor e o maior exportador de bioenergia de mundo. Isso é tão fantástico e tão animador que usando quase a palavra de um sacerdote na área, eu sou um animador do processo, e presente para que isso possa, sim, influir na juventude, na sociedade e buscaremos este caminho tão importante para a solução das nossas vidas e do nosso País.

Dito isso eu ainda queria registrar. Nós estamos nos reunindo para o orçamento da União de 2009. A Comissão já está apresentando as suas emendas, e não sei até onde eu tenho alcance e o trabalho vai nos fazer como relator setorial da agricultura dentro do orçamento do próximo ano. Cabe à nossa responsabilidade para que dali nós possamos, sim, buscar principalmente recursos para a área sanitária, e, principalmente, recurso para que possa o Governo devolver dessa grande contribuição que o setor dá para todos os segmentos aqui citados.

A reforma tributária, faço parte como vice-Presidente da Comissão do Senado, que durante um ano reunimos dezenas de autoridades públicas e privadas para discutir. Eu gostaria de aqui dar a minha opinião. É muito difícil fazer uma reforma tributária no meio de um governo, porque ninguém quer perder; todos querem ter vantagens, todos os segmentos. Consequentemente, a minha proposta, nesta Comissão, é de que a reforma tributária seja feita, sim, agora, mas seja implantada no futuro presidente, nos futuros governadores para que quem vai à luta e para buscar os cargos majoritários tenha novas regras para este País. É o único caminho que eu encontro, porque se chegarmos no próximo governo durante um governo não se faz reformas, porque todos querem ter um ganho.

Eu queria... O Deputado Alfredo saiu, de dar um número também muito interessante que, praticamente da Constituição até os nossos dias dobrou a taxa de tributação para a sociedade, mas a base cresceu 565 vezes, a base de tributação, não só aumentou a taxa, a base tributária cresceu muito mais e os números estão aí claros.

Eu deixaria então a palavra para os nossos convidados para suas considerações finais. Pedimos escusas até pela audiência dos Srs. Senadores envolvidos em várias áreas, mas nós não tínhamos mais data para este ano e acho que todo o debate daqui vai através dos meios de comunicação do Senado ser reproduzidos durante o dia e durante a noite no dia de amanhã, talvez no fim de semana para todo o Brasil, esperamos que surta alguns efeitos. Então deixo a palavra para os entrevistados para as suas considerações.

SR. RUBENS VALENTINI: Senador De Conto, muito obrigado pela oportunidade, eu acho que, realmente, foi possível apresentar aos senhores a importância dos nossos segmentos, das nossas cadeias produtivas, e, com certeza também, apresentar ações que poderiam ser levadas a efeito pelo Senado para que problemas que nós encontramos possam ser solucionados em benefício de toda a população brasileira. Muito obrigado.

SR. FABIANO COSER: Prezado Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Agradeço aqui a oportunidade de mostrar um pouco mais do complexo agroindustrial da suinocultura brasileira, falar que realmente é um complexo que ainda vai crescer muito e vai ter muito a contribuir para o crescimento do País. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. FRANCISCO TURRA: ...Para nós do setor produtivo contarmos com o Parlamento, com o Senado, e a oportunidade aqui apresentada pela audiência é muito boa, o importante é estarmos juntos, estarmos pertos e um conhecendo as dificuldades e o que ocorre com o setor produtivo, com a sociedade para que o Parlamento possa, como sempre tenho feito, saído a nossa frente e tentando equacionar as grandes questões nacionais. Obrigado Senador.

SR. ARIEL ANTÔNIO MENDES: Agradecer também ao Senador Neuto De Conto, cumprimentá-lo pela oportunidade da convocação desta Audiência Pública. Eu acho que isso se percebeu pelos debates e pelos fatos aqui relatados. Destacar a importância da Comissão de Agricultura do Senado, eu pinçaria apenas três pontos do que foi dito aqui: a questão tributária, a reforma tributária, nós estamos em pleno processo de discussão. Nos dados apresentados aqui, Senador, de uma maneira muito rápida pelo Rubens Valentini é

parte de um estudo extremamente interessante, um estudo muito bem elaborado pela Fundação Getúlio Vargas sobre encomenda da Fiesp, sugiro que isso seja analisado com detalhes, mas, certamente, vai servir de subsídios para fortalecer aí o agronegócio na reivindicação pela desoneração.

Um outro ponto também a questão orçamentária, como acabou de mencionar o Senador, eu acho extremamente importante, Senador, que o Ministério da Agricultura tenha mais verbas, principalmente, para executar as suas políticas e também para a defesa sanitária. Eu acho que é inconcebível trabalharmos com orçamento do Ministério da Agricultura tão baixo como ele atualmente.

E o último ponto que eu gostaria de destacar é a questão de que esse nosso pleito de crédito para exportação e o crédito de curtíssimo prazo para capital de giro das empresas, principalmente que estão aqui atuando no mercado interno é extremamente importante que Senado repercuta isso também junto ao Governo e junto à opinião pública e aos formadores de opinião. Então, mais uma vez, cumprimentar a Comissão de Agricultura pela audiência. E obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradeço imensamente a disposição do tempo, a grandeza dos temas que cada um aqui apresentou. O Dr. Rubens Valentini, Fabiano Coser, Pedro de Camargo Neto, Ariel Antônio Mendes e Francisco Turra. Agradecer a presença dos Senadores e das Senadoras e encerramos.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente reunião. Obrigado

Sessão encerrada às 12h51.

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

**ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE
NOVEMBRO DE 2008.**

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia doze de novembro de dois mil e oito, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **JOÃO PEDRO, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP,**

ROMERO JUCÁ, VALTER PEREIRA E ROSALBA CIARLINI. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Marisa Serrano e Osmar Dias. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **NEUTO DE CONTO**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. **PRIMEIRA PARTE:** A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PL nº 38, de 2008- CN, Orçamento – 2009.** Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as quarenta e duas emendas apresentadas, as oito representantes da Comissão, sendo quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador **Gilberto Goellner**, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA/2008 – Ação: 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais. INCRA– Nacional. Valor: R\$ 500.000.000; Emenda nº 2-CRA/2007 – Ação: 4676 – Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio – EMBRAPA-Nacional. Valor: 200.000.000; Emenda nº 3-CRA/2008 – Ação: 0300 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427/92 – Nacional. Valor: R\$ 2.500.000.000; Emenda nº 4-CRA/2008 – Ação: 4260 – Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Nacional. Valor: R\$ 200.000.000; EMENDAS DE REMANEJAMENTO: Emenda nº 5-CRA/2008 – Ação: 8396 – Implantação e Recuperação de Infra-Estrutura Básica em Projetos de Assentamentos – Nacional. Valor: R\$ 150.000.000; Emenda nº 6-CRA/2008 – Ação: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas Vegetais – Nacional. Valor: R\$ 150.000.000; Emenda nº 7-CRA/2008 – Ação: 6381 – Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais – Nacional. Valor: R\$ 150.000.000; Emenda nº 8-CRA/2008 – Ação: 7H17- Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Aquisição de Patrulhas Mecanizadas – MAPA – Nacional. Valor: R\$ 150.000.000. **SEGUNDA PARTE: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 29, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências. **AUTOR:** Deputado KOYU IHA. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Flexa Ribeiro, Paulo**

Paim e João Pedro. Na fase de votação da matéria, foi concedido vista coletiva aos Senadores Paulo Paim e João Pedro. **RESULTADO: Leitura do relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, Relator, e, nos termos do art. 132, parágrafo 1º – RISF, foi concedido vista coletiva aos Senadores Paulo Paim e João Pedro.** **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº482 DE 2007 (TERMINATIVO) EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **AUTOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATOR:** Senador Marconi Perillo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Adiado.** **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 260 DE 2008(NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera o § 1º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 1º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentando-lhe § 6º, para permitir a contratação eventual de empregados, pelos segurados especiais, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR “AD HOC”:** Senador João Pedro. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: João Pedro, Flexa Ribeiro e José Nery. Na fase de votação da matéria, a mesma foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO: Leitura do relatório pelo Senador João Pedro, Relator “ad hoc”, e, nos termos do art. 132, parágrafo 1º – RISF, foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro.** **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 426, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural. **AUTORA:** Senadora Lúcia Vânia. **RELATOR:** Senador Valter Pereira. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Flexa Ribeiro e José Nery. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o parecer favorável. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.** **ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer, seja realizada audiência pública perante esta Douta Comissão em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a fim de debater a regulamentação dos portos, conforme o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008, com a participação dos seguintes convidados: Ministro Pedro Brito do Nascimento, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR); Fernando An-

tonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e Nelson Carlini, Diretor-Geral no Brasil da empresa CMA-CGM, Transportadora de containeres. **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** **EXTRA-PAUTA: Aditamento ao Requerimento nº 18, de 2008 – CRA,** de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado em 29.10.2008, no sentido de convidar os Senhores Fábio Ramos, Diretor da Agrosuisse e Fernando Augusto de Souza, Coordenador do Centro de Pesquisas Mokiti Okada, para participarem de audiência pública, com a finalidade de discutir sobre a Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica no Brasil. **RESULTADO: APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão

COMISSÃO AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 46 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com anuência do plenário, damos como aprovada. Aprovada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Antes do início de nossos trabalhos e aditamento ao Requerimento nº 18/2008 da CRA que trata de analisar e discutir a cadeia produtiva de agricultura orgânica aprovado em 29 de outubro do corrente, submeto à Comissão dois nomes para comporem a mesa como expositores, quais sejam: Fábio Ramos, Diretor da Agrosuisse, e Fernando Augusto de Souza, Coordenador do Centro de Pesquisa Moki-

ti Okada. Em votação. Em discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

A presente Reunião se destina, em primeira parte, apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 38/2008 CN Orçamento/2009, e na segunda parte apreciação de matérias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto De Conto, pediria a V. Exa. ouvir do plenário se nós poderíamos inverter a ordem da pauta colocando primeiro em pauta o item 2...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Item 1.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. A segunda parte, melhor dizendo, que trata da apreciação dos projetos e esgotada essa apreciação dos projetos nós poderíamos voltar à primeira parte para discussão das emendas de Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Colocamos em discussão a inversão da pauta. Ninguém que queira discutir. Em votação. Aprovada.

Item 1 da segunda parte da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 29/2003 de autoria do Deputado Koyu Iha, que dispõe sobre a Política Pesqueira Nacional, regula atividade pesqueira e dá outras providências. Comunico à Comissão que o projeto recebeu parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, das Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e da Comissão de Meio Ambiente; todos favoráveis e algumas emendas.

Com a palavra o Relator o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores, venho à exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, nos termos do art. 104, alínea B, Inciso V do Regimento Interno do Senado Federal do Projeto de Lei da Câmara nº 29/2003, PL 687/1995 na origem, que dispõe sobre a Política Pesqueira Nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências. A matéria foi, inicialmente, distribuída às Comissões de Constituição, Justiça, e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle,

são as Comissões: CCJ, CRE, CAS e CMA. Por força da aprovação do Requerimento nº 158/2008 o projeto veio à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. A CCJ concluiu pela constitucionalidade e regimentalidade da matéria e a Comissão de Relações Exteriores emitiu parecer favorável ao texto aprovado na Câmara dos Deputados. A CAE, a CAS e a CMA aprovaram o projeto na forma de substitutivos e emendas apresentadas em cada Comissão. De acordo com o substitutivo aprovado pela CMA, no qual incorpora os aperfeiçoamentos propostos nas demais Comissões que apreciaram a matéria, o projeto se compõe de 26 artigos.

Vamos à análise, Sr. Presidente. Inicialmente, o PLC nº 29/2003 tinha por objetivo justificadamente aperfeiçoar e sistematizar as normas relativas ao displicimento(F) da pesca. Atualmente essas normas se encontram dispersas em vários diplomas legais, sendo a principal deles o Decreto Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, e em inúmeros decretos, resoluções e portarias.

A resolução vigente, em grande parte, inadequada e de aplicação duvidosa não estaria sendo capaz de coibir a sobrepesca, tampouco, de estimular a economia pesqueira. Durante a tramitação do projeto no Senado Federal o objetivo inicial da proposição se expandiu e o texto recebeu aperfeiçoamentos constantes, coroando o esforço antes realizado na Câmara dos Deputados. Assim, Sr. Presidente, se partiu do intuito de disciplinar a Política Pesqueira Nacional em que o Estado de V. Exa., Presidente, Senador Neuto De Conto, disputa com o meu Estado, o Estado do Pará a primazia da liderança da produção de pesca no nosso País. Para se chegar ao delineamento de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, não somente da pesca hoje, nos termos do substitutivo aprovado pela CMA, emenda nº 2 da Comissão de Meio Ambiente.

As alterações promovidas no texto do PLC nº 29/2003 se harmonizam com o entendimento que se consolida na sociedade brasileira no sentido de correlacionar a ameaça aos estoques pesqueiros às ações humanas, tais como a destruição dos ecossistemas aquáticos, a existência de barragens que impede a migração reprodutiva de peixes, o assoreamento dos cursos de água e o emprego de métodos predatórios de pesca.

Não perdendo a vista as análises formuladas nas Comissões antecessoras, julgamos relevante contribuir com outras alterações nos textos já aprovados por aquelas Comissões para dar melhor estrutura à legislação referente ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura nacionais. Nesse sentido,

atinente à boa técnica legislativa e a consecução dos objetivos do PLC nº 29 de 2003 apresentamos substitutivo que no nosso entendimento aperfeiçoa o texto do projeto sem se afastar de sua essência.

Cabe observar que o incremento no número de artigos no substitutivo elaborado deve ser em grande medida à reestruturação do conteúdo original, objetivando alcançar a adequada técnica legislativa e o esforço de sistematização para permitir a revogação do Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1987 que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e da Lei nº 7.679 de 23 de novembro de 1988 dispondo sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução.

No âmbito das alterações de conteúdo propostas, excluímos do texto do PLC as atribuições de obrigações, competências ou autorizações ao Poder Executivo para que não venham a constituir risco de inconstitucionalidade por vício de iniciativa. No que tange à juridicidade às modificações sugeridas, considero ainda disposições da legislação trabalhista e da ambiental em vigor, além, da supressão de definições redundantes ou estranhas à matéria.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 29/2003 na forma do substitutivo que segue ao parecer.

O substitutivo foi distribuído a todos os membros da Comissão. É do conhecimento de todos. Podemos, se V. Exa., após colocado em discussão, colocá-lo também em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

O Relator conclui pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta.

Em discussão. Com a palavra o eminente Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, entrou em contato conosco a Secretaria Especial da Pesca e fizeram um pedido para que eu entrasse com um pedido de vista a esse projeto. Conversei com o Senador Flexa Ribeiro, conversei com diversos Senadores, e todos concordaram, pelo menos, que eu falei até o momento, que eu fizesse o pedido de vista, mas deixasse muito claro que será uma vista coletiva para abrir um espaço de uma semana na expectativa de que haja algum acordo ainda sobre algum artigo do substitutivo do Senador Flexa Ribeiro. E na próxima quarta-feira eu, inclusive, estarei aqui para votar

a favor do substitutivo com emenda ou sem emenda. Esse é o pedido de vista, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, também peço vista da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Peço vista também da matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto De Conto, o parecer que nós apresentamos e que concluiu pela aprovação de um substitutivo, foi um parecer que foi amplamente discutido com todos os setores interessados no segmento da pesca, seja artesanal, seja industrial. Tivemos inúmeras reuniões com a Secretaria da Pesca, com o Conepe que representa o setor industrial da pesca, o Conselho Nacional da Pesca, tivemos reuniões com inúmeras federações de pescadores de vários Estados brasileiros, inclusive, do seu Estado Santa Catarina, do meu Estado, Estado do Pará, Estado do Rio Grande do Norte, de vários Estados, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Pesca, quer dizer, dos pescadores. E dessa discussão ampla e aberta para que nós pudéssemos atender a todos os segmentos e formularmos uma lei da pesca que possibilite realmente o avanço, o crescimento da pesca em nosso País, que o Brasil tem todas as condições para se tornar o maior produtor de pescado do mundo para que possamos exportá-lo, seja através da pesca ou agora através da aquicultura, por isso que a lei hoje trata das duas formas de produção de peixe. E fui ontem também, como o Senador Paulo Paim, solicitado por vários segmentos e, em especial, pela Secretaria da Pesca que gostaria de fazer alguns ajustes ao substitutivo.

Disse ao Senador Paulo Paim que não haveria nenhuma dificuldade de se fazer esses ajustes, até porque em todos os momentos, eu como relator estive aberto a acatar as sugestões e buscar um substitutivo que fosse o melhor para o País. Então, concordei com o Paulo Paim que ele pedisse vista hoje, que nós não entraríamos nem na discussão do parecer. Pedi ao Senador João Pedro que também solicitasse vista, para que fosse vista coletiva. E nós estamos, Senador Romero Jucá, líder do governo que também concorda com o vista coletiva.

Eu só quero pedir, Senador Romero Jucá, quero pedir a V. Exa., V. Exa. acompanhou esse projeto, esse projeto já vem há anos, nós estamos discutindo um assunto que vem de um decreto de 1967, de 40 anos, a Lei da Pesca, o Decreto 221. Então nós preci-

samos... O Senador Presidente Garibaldi Alves que é um defensor da pesca também, ele tem o maior interesse em aprovar ainda nessa legislatura essa Lei da Pesca no Senado Federal.

Então eu pediria ao Senador Romero Jucá como líder do governo que junto com o Senador Paulo Paim e com os outros Senadores interessados, nós pudéssemos reunir com a Secretaria da Pesca, com a Confederação dos Pescadores e com o Conepe daqui para segunda-feira ajustarmos as alterações, apresenta-se uma emenda, eu acato essa emenda de consenso, nós votamos, e se houver o atendimento dos membros da Comissão, aprovamos e encaminhamos para o plenário para atendermos os anseios do setor pesqueiro nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Então a vista coletiva concedida, solicitado pelo Senador Paulo Paim e João Pedro.

O item 2 da pauta é terminativo, e como não temos quorum qualificado passamos para o item nº 3 Projeto de Lei do Senado nº 260/2008, de autoria do Senador Alvaro Dias que altera o § 1º do art. 12 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991 e o § 1º do art. 11 da Lei nº 8.213 de 24 de junho de 1991; acrescentando-lhe o § 6º para permitir a contratação eventual de empregados pelos segurados especiais e dá outras providências.

Com a palavra o relator João Pedro, aliás, Augusto Botelho que se encontra ausente. Gostaria... Senador João Pedro podia fazer o relatório ad hoc.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vou pela rejeição nessa, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Só o voto, João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O voto em vista as considerações expostas, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 260/2008. Seu voto relator Augusto Botelho. E aqui ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O relator concluiu pela rejeição. Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Para discutir o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o projeto em pauta é de autoria do nobre Senador Alvaro Dias que me solicitou, como ele não poderia estar hoje aqui para defender a sua proposição, e como o Senador Augusto Botelho que é o autor do parecer também não se encontra, que é autor do voto pela rejeição, eu vou pedir vista só com o intuito de propiciar

a ambos os Senadores, o autor da proposta e o autor do parecer, que na próxima sessão da Comissão eles possam estar aqui ou ajustarem os seus entendimentos durante a semana para que confirmem ou alterem o parecer, ou discutam o mérito dos mesmos durante a Comissão para que possamos vota-lo. Só este é o objetivo do pedido de vista, face à ausência tanto do autor, quanto do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vista concedida ao Senador Flexa Ribeiro.

Item 4 da pauta.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, só gostaria de saber se vamos definir agora ou em outro momento a votação das emendas de Comissão conforme estava previsto, se será logo em seguida. Porque o Senador Goellner tem um relatório pronto, tem questões a serem ajustadas e gostaria de participar dessa discussão. Mas só gostaria de saber em que horário será isso seguido ou será um pouco...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos mais quatro itens da pauta para, em seguida, iniciarmos a votação dessas...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Está legal. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item 4 Projeto de Lei do Senado nº 426/2007 de autoria da Senadora Lúcia Vânia que altera a Lei nº 5.889 de 8 de junho de 1973 para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural.

Comunico à Comissão que em 12 de junho do corrente o Senador Valter Pereira, relator da matéria, fez a leitura do relatório, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Gilberto Goellner que a devolveu sem manifestação. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais e em decisão...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, o Senador...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Queria fazer um apelo. Parece que já construímos um entendimento sobre as emendas, fazer um apelo que nós pudéssemos votar e aprovar as emendas porque as outras Comissões também estão começando a deli-

berar sobre emendas, e era importante que nós pudéssemos acompanhar as outras Comissões. Eu farei esse apelo à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos só um item ainda que é um requerimento, e é por isso que nós estávamos apresentando para terminar. Só para terminar.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

O item 5º da pauta, requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu que requer que seja realizada audiência pública perante a esta douta Comissão em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de debater a regulamentação dos portos, conforme o Decreto nº 6.620 de 29 de outubro de 2008 com a participação dos seguintes convidados: Ministro Pedro Brito do Nascimento da Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República, Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Luiz Antônio Fayet, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Nelson Carlini, Diretor-Geral do Brasil da empresa CMA CGM, Transportadora de Contêineres. Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

Voltamos ao item... À primeira parte... Voltamos então à primeira parte. Na primeira etapa de nossa reunião. Comunico que foram apresentadas 42 emendas, de acordo com o quadro que se encontra sobre as bancadas. O relator é o nobre relator Gilberto Goellner. Com a palavra o Senador Relator Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, após a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ter recebido, no prazo estabelecido na convocação, 42 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 38/2008 CN, Projeto de Lei Orçamentário da AGU para 2009, está aqui composta, que eu já passei para alguns pares aqui a relação das 42 emendas, foram agrupadas, harmonizadas, e em relação às unidades orçamentárias, objeto de propostas, o quadro é o seguinte: o Ministério da Agricultura foram 19 emendas, da Embrapa 3 emendas, do Incra 6 emendas, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP 2 emendas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário 6 emendas, Ministério do Meio Ambiente 2 emendas, Instituto Chico Mendes 2 emendas, Operações Oficiais de Crédito 1 emenda e do FNCA 1 emenda, totalizando 42. Análise da proposta: importa preliminarmente ressaltar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária pode apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentário, sendo quatro de apropriação e

quatro de remanejamento relativas às matérias que lhe sejam feitas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou inicialmente o exame da adequação das propostas de emendas, apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional.

Nesse relevante aspecto algumas propostas estão em desacordo com o artigo 44, § 2º e o art. 47 § 2º da Resolução nº 1/2006. Na medida do possível fizemos os ajustes necessários de forma a adequá-las às normas vigentes. Outra providência por nós adotada foi a verificada proposta apresentada, ainda que em caráter preliminar junto à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, de forma a evitar duplicidade e desperdício de esforços, uma vez que o Sr. Relator Geral, provavelmente, acatará apenas uma emenda referente à ação proposta, independente da autoria.

Finalmente, procuramos, quando necessário, ouvir do Poder Executivo os responsáveis pelas unidades orçamentárias, objeto das propostas, buscando conhecer as reais necessidades e carências da área temática em análise. Com o objetivo de atender o maior número possível de emendas, todas de inegável mérito, nossos estudos contemplaram a semelhança verificada entre emendas de apropriação que propunham ações dentro da mesma unidade orçamentária de forma a proceder aglutinação da mesma.

Assim adotamos os seguintes critérios para a seleção de quatro emendas e apropriações a serem apresentadas pela Comissão. A primeira: a manutenção da coerência com a programação encaminhada pelo Poder Executivo. Segunda: a garantia de renda dos produtores rurais com operações de equalização e sustentação de preço de produtos agrícolas. Terceiro: o desenvolvimento de pesquisas biológicas para modernização tecnológica da agricultura, por intermédio da Embrapa. Quarto: fortalecimento do processo de transferência de tecnologia e de assistência aos produtores familiares do MDA. Quinto: o avanço no processo de regulação fundiária dos imóveis rurais dos agricultores familiares. Dessa forma propomos a aprovação das seguintes emendas: de autoria do Senador Valdir Raupp e de vários outros Senadores foram aglutinadas emendas de destinação ao MDA e ao Incra do subtítulo regularização fundiária de imóveis rurais totalizando o valor de 500 milhões; a segunda emenda: o Senador João Tenório e demais Senadores destinado ao Ministério da Agricultura, Mapa, a autarquia Embrapa, com o subtítulo: pesquisa e desenvolvimento em biologia avançada e suas aplicações no agronegócio no valor de 200 milhões. Terceira: operações oficiais de crédito que é destinada ao Ministério da Agricultura para o

Ministério da Fazenda. É a garantia e sustentação de preços de comercialização de produtos agropecuários no valor complementar de 2,5 bilhões. E a quarta: do MDA do Ministério do Desenvolvimento Agrário, destinada ao fomento e assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares no valor de 200 milhões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quanto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): 200 milhões. Então o nosso voto: diante do exposto votamos para que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação constantes do quadro de emendas aprovadas pelo relator. Propomos ainda que a secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação de emendas junto à Comissão de Orçamentos e Fiscalização CMO.

É esse o voto. Agora nós estamos para discutir. O Senador Jucá eu acho que vai fazer uso da palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o conhecimento do relatório passamos à discussão. E com a palavra o eminente Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero louvar o relatório do Senador Gilberto, e quero fazer uma proposição que eu acho que atende a preocupação de todos.

Nós temos direito a quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento. O Senador Gilberto, numa das emendas de apropriação coloca a questão de mais recursos para equalização de preço. Como equalização de preço já está no orçamento com 1 bilhão e 500 milhões, e vai precisar de mais reforço. Eu sugiro então que a gente possa transformar essa emenda numa emenda de remanejamento, ou seja, nós teríamos quatro emendas de apropriação, no lugar da emenda de equalização, nós colocaríamos a emenda de apoio à produção e desenvolvimento da agricultura que é uma emenda genérica que pode atender todos os segmentos e faríamos uma emenda de remanejamento colocando a equalização com 2,5 bilhões da forma como pede alguns setores do Ministério da Agricultura, e, portanto, sinalizando politicamente também da importância de ter mais recursos para a equalização.

Essa questão da equalização, só quero registrar, que é um valor tão alto, que normalmente quando precisa ampliar o valor, independente de haver emenda ou não, o governo faz isso, até por medida provisória porque é um valor que visa equalizar a comercialização dos preços, é algo que tem que ser feito em nome da política econômica do governo. Então a proposta seria: trocar essa emenda de apropriação de equalização

para apoio a produtor rural e desenvolvimento agrícola, e nós termos mais uma emenda de remanejamento com esse dizer, com esse enunciado que o Senador Gilberto colocou e é importante que nós possamos sinalizar aprovando também, Sr. Presidente. Portanto, essa é a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua a proposta em discussão. O relator sobre a mudança.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de saber do Presidente sobre a efetividade dessas emendas de remanejamento, já que o Ministério da Agricultura fez uma avaliação concreta do cenário agrícola atual, dos preços dos custos de produção de vários produtos da cesta básica do brasileiro e avaliou que produtos importantes da alimentação do brasileiro como o milho que é usado na alimentação de aves e suínos, tivesse recurso devido a incentivar, subvencionar preços em função do custo de produção que hoje não estão atendendo, o mercado não está contemplando o valor suficiente para cobrir os custos da produção de milho em várias regiões do País. Da mesma forma produtos como a soja, como farelo de soja, como o óleo também da mesa do brasileiro. A parte de feijão, arroz, algodão e tantos produtos teriam que ter, sim, sinalizados com recursos, inclusive, da fonte cem. E nos coloca numa situação muito delicada, porque foi uma solicitação do Ministério da Agricultura acompanhada atentamente nesse momento de crise financeira global e que está indicando uma necessidade de aporte muito superior aos anos anteriores, e ao que está programado na AGU de tal forma que, inclusive, o relator Senador Delcídio Amaral já está atento a isso. É uma solicitação política de todo o País, dos Estados de todo o País, e que eu vejo, eu perguntaria ao Presidente se essa área de remanejamento, essa emenda de remanejamento que nós temos condição de colocar até quatro, seria cabível nesse momento em que tanto a agropecuária brasileira necessita desse auxílio, dessa sinalização para conseguir viabilizar a agricultura e o agricultor como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Goellner, tecnicamente é possível, a orientação da assessoria, tecnicamente é possível. Cabe ao relator dar o seu parecer se vai acatar ou não a decisão do relator Romero Jucá.

Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, é claro que o Senador Romero Jucá fez uma proposição, mas eu quero, em rápidas palavras, concordar com a proposta do Relator Gilberto que sistematizou as proposições 42, 44 proposições refletindo a dinâmica desta Comissão que ao longo do ano dis-

cutiu, fez audiências públicas, principalmente, do que diz respeito à questão da regularização fundiária. Nós precisamos discutir a regularização fundiária lembrando das propostas que tem aqui para discutir a faixa de fronteiras, lembrando os conflitos, lembrando a falta de recursos para essa ação, além, da regularização fundiária, o georeferenciamento. Então eu penso que essa é uma emenda que o Relator Gilberto apresentou que é do desejo dos Senadores que compõem esta Comissão, e que travaram ao longo do ano discussões importantíssimas.

Eu penso que na hora de nós construirmos e definirmos o orçamento da União, nada mais justo do que nós colocarmos o recurso para que o Incra, para que o MDA execute esta ação tão importante para a vida dos trabalhadores rurais, e eu quero dizer que não só para os assentamentos, mas regularização fundiária de todo esse território que precisa de uma ação contundente e de recursos para nós resolvermos esse gargalo, no que diz respeito à normalidade, à paz e à definição das propriedades dos imóveis rurais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Com a palavra o Relator Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de passar aos demais--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --Senadores desta Comissão o que a Câmara dos Deputados acatou e destinou suas quatro emendas, que isso aí nessa harmonização nós deixamos de fora aqui. E muitas emendas de Senadores que colocaram aqui emendas coincide com essas já feitas anteriormente pela Câmara. Então, como a complementação desses setores da agricultura deveria ser feita aqui no Senado, nós gostaríamos de passar aqui emendas que não foram acatadas por esse relatório, porém, ou foram pela Câmara. Primeira das quatro: apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário no Mapa, na Câmara. Segundo: apoio à defesa sanitária animal que realmente precisa de recursos complementares para dar a suficiência de todo o orçamento global do Ministério da Agricultura. E com isso não foi contemplada a defesa vegetal, a defesa vegetal aqui no nosso relatório porque os recursos já destinados nos parecem insuficientes e o Ministério indicou outras áreas mais necessitadas. O terceiro então: defesa animal que é o problema da aftosa e de sanidade animal de aves e suínos de todo o País, aftosa bovina. A terceira: infra-

estrutura aquícua e pesqueira que também teve muitas emendas aqui, e que o senhor, inclusive, recebeu o Ministro da Pesca aqui, Senador Neuto De Conto, e depois foi estruturado que a Câmara colocaria esses valores. E outro: apoio à infra-estrutura e serviços territoriais rurais do MDA. Nos parece que esse aqui também foi até complementada a regularização fundiária, Senador, porque nós também contemplamos aqui devido à regularização fundiária do MDA devido a necessidade dessa discussão que já se aprofundou muito, e há uma necessidade, realmente, maior do Incra poder operacionalizar isso aí.

Então daí foi o motivo que nos levaram a aglutinar as demais emendas, e eu volto com a necessidade de nós estarmos já conversados com o Relator, Deputado Delcídio, Senador Delcídio, para que a sustentação de preços da comercialização de produtos agropecuários tivesse uma complementação oficial do orçamento diferentemente dessa do remanejamento.

Então, eu acho que essa discussão continua. E eu só quero colocar aqui a necessidade que se tem de apreciar esse valor com valores bem maiores do que estão no orçamento, porque, senão, a situação da agricultura para o ano que vem, 2009, vai ser caótica.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, realmente nós mantivemos um contato com a Comissão de Agricultura da Câmara para que pudessemos que todas as emendas apresentadas aqui no Senado fossem contempladas. Muitas delas estão contempladas no relatório da Câmara para que nós não fizéssemos uma sobreposição de duas propostas ou de duas emendas, uma do Senado e uma da Câmara com o mesmo destino, e que na hora de apropriá-las no orçamento geral, certamente, ter um único valor. Por isso que em vez de nós ficarmos com quatro a Agricultura passa a ficar com oito nesta proposta. E quase todas, eu acredito que todas, Sr. Relator, com esse conhecimento passou a contemplar todos os Srs. Senadores nessas emendas. Eu gostaria... Está na...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, é só para fazer uma sugestão que eu acho que atende bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senado Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu entendo a preocupação de V. Exa. como Presidente da Comissão, o Senador Gilberto. Então eu queria fazer uma proposta que é a seguinte: nós aprovaríamos as quatro emendas, da forma como o Senador Gilberto propôs de apropriação, colocando a equalização, não tem problema, e nós aprovaríamos mais quatro de remanejamento que seriam a 32, a 27, a 25 e a 6. Nós

colocaríamos na de remanejamento também essa de apoio ao pequeno produtor, carimbando que o Senado também tenha feito uma emenda de remanejamento para somar com a da Câmara, exatamente para evitar depois que se diga: não, a emenda é só da Câmara ou alguma coisa desse tipo. A 32, a 27, a 25 e a 6. A 6 é do Senado José Nery: recuperação e infra-estrutura de projetos de assentamento. Só que ela iria para 150 milhões, em vez de 20 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria que fossem repetidos os números.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A 6 do Senador José Nery: implantação e recuperação de infra-estrutura básica em projetos de assentamento. Só que vai para 150 milhões o valor. A 25 do Senador Neuto De Conto: regularização fundiária de unidades de conservação federais, iria com 110 milhões. A 27 do Senador Gilberto Goellner, apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, aquisição de patrulhas mecanizadas com 150 milhões. E a 32 de minha autoria: apoio ao médio e pequeno produtor agropecuário, também com 150 milhões. Essas seriam de remanejamento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostaria de subir para 200 milhões a emenda de V. Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pronto. Nós faríamos então essas quatro emendas de remanejamento, porque de todo jeito ela implica numa explicitação política de prioridade da Comissão e nós completaríamos as oito emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Senador Jucá, me permite uma informação só?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria propor também, só para finalizar, que na ata constasse que essas oito emendas, seriam de todos os parlamentares que estão presentes, portanto, todos nós seríamos signatários de todas as emendas para dar força.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essas emendas de remanejamento já estão aprovadas na Comissão da Câmara.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Não. Não tem problema.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas já estão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Algumas delas, outras não. No caso de apoio ao médio produtor agropecuário, como nós estamos fazendo de remanejamento ela seria fundida a da Câmara e faria a do Senado e da Câmara recursos para essa questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Correto. Correto.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É mais para carimbar politicamente o nosso posicionamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A experiência de V. Exa. em vários governos nos dá essa tranquilidade de que...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Relator.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Antes do relator, se me permitisse, eu queria dar... Apenas para elogiar o trabalho da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): --Na pessoa do Presidente, o Senador Neuto, do Gilberto, o relator. É muito bom ter um relator que conhece profundamente as questões agrárias, as questões do campo, e o Gilberto, esse mato-grossense que conhece profundamente a dificuldade da nossa região, a região Norte do Brasil. E eu estou muito preocupado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com a possibilidade de uma crise no campo. Eu acho que esta Comissão está trabalhando muito bem nesta questão. O governo tem se preocupado, a equipe econômica do governo tem ampliado os créditos a tempo e hora para ver se o campo reage, porque eu estou preocupadíssimo com a crise no campo, nos próximos anos, principalmente no Norte do Brasil. São as questões ambientais, as restrições ambientais, as pessoas não têm, muitas vezes, documento da propriedade e nem regularidade ambiental. Então está acarretando uma ansiedade, uma tensão muito forte no campo, especial no meu Estado, o Estado de Rondônia, e, tenho certeza, que na maioria dos Estados da região Norte do Brasil. E essas emendas, possivelmente, vão ajudar a diminuir essa ansiedade dos nossos produtores.

Então essa emenda maior que está sendo aprovada de 500 e poucos milhões, que foi aglutinada em várias emendas da comissão, vai possibilitar *startar* a regularização fundiária que está parada hoje. A nossa bancada de Rondônia colocou no ano passado uma emenda de 12 milhões, que não foi libertada ainda, para fazer regularização fundiária. E o Presidente do Incra, o Presidente Wolf tem nos afirmado que vai fazer um trabalho intenso de georeferenciamento, de regularização fundiária e dando o prazo de três anos para que os produtores possam se regularizar junto ao Incra para não ter esse problema de falta de regularidade, tanto ambiental, quanto de documento das terras.

Então, parabenizo V. Exa., Presidente, pela condução desta Reunião, e a todos os Senadores, em especial, o relator, Senador Gilberto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, caro líder, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra na discussão o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, quero parabenizar como relator das emendas da Comissão que eu sou relator na Comissão de Ciência e Tecnologia e sei da dificuldade que o relator encontra para poder atender as necessidades do Ministério, das ações do Ministério e as emendas encaminhadas pelos Senadores membros da Comissão.

Eu quero aqui saudar, Senador Gilberto Goellner, V. Exa. ter atendido da emenda que trata da questão da regularização fundiária.

Nós discutíamos antes da sessão sobre qual a mulher unidade orçamentária para que esses recursos pudessem, efetivamente, chegar ao seu objetivo que todos nós queremos, que é, de uma vez por todas, que se faça a regularização fundiária das áreas brasileiras, principalmente, da nossa região, a região Amazônica, Senador João Pedro. Tanto que a emenda que era prevista, inicialmente, de 200 milhões eu solicitei ao Relator Senador Gilberto Goellner que ela fosse aumentada para 500 milhões com a unanimidade dos membros da Comissão para que pudéssemos fazer isso. E eu espero, Senador Gilberto, Senador Jucá, Senador João Pedro, Senador Augusto Botelho, Senador Neuto De Conto, que, realmente, nós posamos, junto com o relator do orçamento o Senador Delcídio Amaral, confirmar esses recursos e junto com o Executivo que esses recursos sejam, efetivamente, liberados para que nós possamos, de uma vez por todas, resolver o grande gargalo da questão do conflito agrário na nossa Amazônia que é a regularização fundiária. Eu pergunto só ao Relator, Senador Gilberto Goellner, se a emenda 17 que eu apresentei que trata do mesmo assunto, só que ela vai diretamente à ação e não ao objeto da ação, o gerenciamento da estrutura fundiária e destinação de terras públicas, se ela foi também aglutinada às emendas que foram aprovadas com o subtítulo de regularização fundiária de imóveis rurais que tem o mesmo objetivo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ele contempla agora nesse novo remanejamento das emendas, juntamente com o item 27...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E o 17.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não. O 25, o 17 com o 25 que é a regularização fundiária das unidades de conservação federais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então nós temos que tirar o 25 que o Senador Jucá pediu

que fosse feito como de remanejamento. Se ela já vai ser incluída no...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Como ela é destinada ao Ministério do Meio Ambiente, nós teríamos que colocá-la num outro subitem aqui junto ao Ministério do Meio Ambiente que é a 21, juntamente com a 21, Senador Valter Pereira, juntamente com a sua que é o nº 17 e juntamente com a do Senador Neuto que é a de nº 25.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que vai aglutinar como...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Aglutinar como regularização fundiária das unidades de conservação federais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com recurso da ordem de 500 milhões?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não. Essa é 110 milhões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): São duas coisas.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): São duas coisas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Duas questões. Tem a regularização fundiária que...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Já foi. Foi 500 milhões, foi para o Incra. Essa aqui é do Meio Ambiente que são as unidades de conservação federal. São os parques e unidades de conservação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não é a 17. A 17 é para regularização fundiária.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, mas essa foi contemplada nas emendas principais que é a regularização fundiária de imóveis rurais junto ao MDA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha pergunta, Senador Gilberto, é se a emenda de minha autoria 17 gerenciamento da estrutura fundiária--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Contemplada...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Foi aglutinada no item proposto por V. Exa., item 1 do seu parecer para o Incra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para o Incra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está aglutinada aqui. Está correto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): MDA Incra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então ela já está atendida aqui na emenda 42.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Atendida, inclusive, acatando a sua sugestão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): de 500 milhões.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --Foi subido de 200 para 500 milhões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora a emenda 25 que V. Exa. está retirando da área de remanejamento e colocando, me parece, já também na de apropriação, não é isso?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): isso. Junto com a 21, a 17 que é a sua e a 25 que é do...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A 17 já está lá na...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A 17 não. A 21 e a 25.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então nos resta um espaço para uma emenda de remanejamento.

Eu gostaria de propor...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Foi sugerida quatro pelo Senador Romero Jucá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas essa 25 que foi sugerida pelo Senador Gilberto...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não. Senador Neuto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Pelo Senador Jucá para que seja de remanejamento, ela já está atendida como apropriação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não. Não em unidades de conservação federal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah tá. Eu só queria, Presidente Neuto De Conto fazer--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): São duas então para regularização fundiária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Um apelo ao nosso Relator e uma emenda da maior importância para a cacaicultura nacional. Eu apresentei uma emenda aqui para que nós pudéssemos desenvolver através da Ceplac o cultivo do cacau das regiões produtoras de cacau. A cacaicultura brasileira tem dois Estados hoje que despontam como os maiores produtores: a Bahia e o Pará. Mas a Ceplac tem dificuldade, Senador Neuto De Conto, de recursos para desenvolver pesquisa, para fomentar o desenvolvimento da cultura.

Eu fiz uma emenda aqui, eu não sei se haveria possibilidade, Senador Gilberto, que nós pudéssemos atender esse cultivo que é da maior importância para o setor do agronegócio brasileiro. O apoio às regiões produtoras do cacau. Não sei onde nós poderíamos dentro...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Isso é o Ministério da Agricultura porque a Ceplac do cacau está ligada ao Ministério da Agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu pergunto a V. Exa. se ela não poderia, junto com esse da Defesa a gente acrescentar também a questão do--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não. Teria que ser à parte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do incentivo à cacaicultura.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ela entra na Defesa, ele não tem específico a rubrica do cacau, dos produtos. Parece-me que ele...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E o Programa 999X?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele tem um pouco lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o Programa 999X me parece que é o programa que defende a questão da produção do cacau. Eu perguntaria à Dra. Oádia. Dra. Oádia, esse programa 999X.

SRA. OÁDIA: [pronunciamento fora do microfone]. Mas a gente que vai colocar [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha dúvida, Dra. Oádia, é se atendido a defesa vegetal. Não é essa a emenda que nós vamos...

SRA. OÁDIA: [pronunciamento fora do microfone] é produtor de cacau.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O certo é que o recurso vá para o Ministério da Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Todos os recursos vão para o Ministério da Agricultura.

Eu gostaria que o Senador Gilberto, se ele acata as quatro emendas, e se há possibilidade de alterar, porque tem que tirar emendas, para colocar esta tem que tirar outras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha pergunta, Presidente, que eu gostaria que a Dra. Oádia me respondesse, é essa emenda que o Senador Gilberto propõe e que nós estamos de acordo que ele está colocando recursos para a defesa vegetal. Não é isso, Senador Gilberto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não está colocando para a defesa. Não está porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não tem emenda para a defesa vegetal. Tem rubrica no orçamento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Tem rubrica no orçamento de 36...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não tem emendas aqui aprovadas.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O valor é...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ele está fazendo remanejamento lá, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Está...

SRA. OÁDIA: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sei, de um lado e para o outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria que o Relator tratasse do acatamento das quatro emendas de remanejamento e para nós andarmos para aprovação de todas elas.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vou colocar a primeira emenda, inclusive, para a assessoria poder colocar no relatório que é dentro da emenda do Senador José Nery que é implantação e recuperação de infra-estrutura básica em projetos de assentamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Remanejamento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Remanejamento. Essa emenda 6 é do MDA no valor de 150 milhões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 150 milhões, aumentar de 20 para 150.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então nós vamos discutir em cima dessa. A segunda é emenda 21 porque ela está destinada ao Ministério do Meio Ambiente também no valor de 150 milhões que é regularização fundiária das unidades de conservação federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É a mesma.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É a mesma da 25. Não, é das unidades federais. É isso que propõe o Senador Romero Jucá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas aquela outra não atende as unidades? Essa aqui...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não atende as unidades federais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Regularização fundiária de imóveis rurais. Imóveis rurais entendem as áreas de conservação federais ou não?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Essa emenda de regularização fundiária de imóveis rurais atende as unidades de conservação federais?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Relator, o Flexa Ribeiro nos deu a 6, a 25, a 27 e a 32 para remanejamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Senador Jucá. Desculpe.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só que a 25, Senador Neuto, nós teríamos que mudar, em vez de Instituto Chico Mendes, coloque Ministério do Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É a mesma coisa. Tem que por MDA para depois ir pra lá.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É a mesma coisa. Não altera nada.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, mas é o Ministério do Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Tem que ir para o MDA.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não vai para o MDA. É o Ministério do Meio Ambiente. É a 21?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. O Meio Ambiente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É a 21?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É a Meio Ambiente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A 21 é igual e a 17 é igual. Só que a 17...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A 17 já está lá em cima.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É sua. Coloca para o Incra, a 21 coloca para o Ministério do Meio Ambiente e a 25 para o Instituto Chico Mendes que é Meio Ambiente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto, a 17 já não está aglutinada na do Senador Valdir Raupp, Senador João Pedro, Senador Gilberto, Senador Romero Jucá que trata da regularização fundiária de imóveis rurais?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A 17 já está contemplada no território primeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está contemplada lá. Exato.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está lá, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Claro.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então vamos... É a 25 e a 21 que estão juntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Essa está.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Certo?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Que é Ministério diferente. Na minha compreensão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É Ministério do Meio Ambiente e não MDA.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não é MDA, é Ministério do Meio Ambiente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Chico Mendes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Chico Mendes [pronunciamento fora do microfone] unidades de conservação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Duas MMA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As duas aglutinadas numa só.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): São 150 milhões. Vou pegar o valor...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Vai ter que somar os dois.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Aí tem a da patrulha mecanizada que é 27, 150 milhões também.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): 150.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Agora, a dúvida fica na 32, porque a 32 já foi contemplada na Câmara dos Deputados, e o Senador Jucá gostaria de fazer uma complementação, quer dizer, para mostrar que... Aí o que nós podemos discutir aqui se nós temos uma outra, tipo defesa vegetal ou...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí nós poderíamos...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que essa aí nós já estamos complementando algo que já foi feito pela Câmara. A Câmara também colocou 200 milhões. Nós vamos perder essa emenda. Então a minha sugestão é que nós troquemos a de nº 32 por outra...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que possa incluir o incentivo ao cacau, à produção do cacau. Qual seria, Dra. Oádia?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O cacau é Mapa, é Ministério da Agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual é a 16?

SRA. OÁDIA: Desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau, Ministério da Agricultura. É sua.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Como remanejamento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprova aqui.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, é remanejamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Põe no remanejamento então.

Eu solicitaria a V. Exa., Relator, que acatasse a 16 como de emenda de remanejamento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Tá. Mas aí, Sr. Presidente...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que engloba a 14 também, porque tem uma aqui do Senador César Borges.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu acho que para nós atendemos a... Sr. Presidente, a de nº 14 do Senador César Borges, a de nº 10 de minha autoria e a de nº 15 do Senado Flexa Ribeiro todas são destinadas à segurança da sanidade vegetal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha é para desenvolvimento. A minha, Senador--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois é, mas a rubrica, o programa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --A 15 é segurança, a 16 é desenvolvimento. Eu estou lhe solicitando que seja no desenvolvimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Desenvolvimento. Daí é diferente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que haja desenvolvimento, subentende-se que tem que haver segurança.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas a 15 é a segurança da sanidade...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas para que haja desenvolvimento a segurança tem que ser atendida... De aglutinar, se é possível aglutinar os dois.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, é porque é possível a 15, a 12 e a 10.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A 10 de segurança da sanidade na agropecuária engloba o cacau e engloba todas as atividades.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas a sanidade, Relator, a sanidade eu diria que ela é necessária ao desenvolvimento. Você pode fazer a sanidade sem propor desenvolvimento, só para corrigir aquilo que já está plantado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas a 15 é de V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas eu acho que a 16 é mais ampla que a 15. Então nós podíamos, talvez, aglutinar as duas, desenvolver com sanidade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A 16 é mais estreita.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É mais estreita?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Restrita, a 16.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A 10...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A 10, a 14 e a 15 vai tudo para o Ministério da Agricultura.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Vai tudo para a Agricultura que pode fazer...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A 16 também.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas aí ela é mais restrita.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A pergunta é se o...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Oádia.

SRA. OÁDIA: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A 10 é prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pronto. Aí vai para a 14. Controle de doença e relação de curso.

SRA. OÁDIA: É uma praga.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a 16?

SRA. OÁDIA: A 16 já é maior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é.

SRA. OÁDIA: Abrangente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas é específica para o cacau.

SRA. OÁDIA: Só cacau. Segundo [pronunciamento fora do microfone]. Só o cacau.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto.

SRA. OÁDIA: As outras pegam qualquer doença.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Mas a intenção...

SRA. OÁDIA: Para juntar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas a intenção aqui da 14 do Senador César Borges é cacau.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Cacau.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cacau.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É cacau, vassoura da bruxa é cacau.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É cacau. Então a preocupação...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É uma praga do cacau, da cacauieira, não do cacau.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então nós estamos atendendo aqui três emendas para a indústria cacauieira.

SRA. OÁDIA: Mas a gente tem que decidir [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A pergunta que se tem, Fernesi(F) se faria, se poderia ser usado na parte de desenvolvimento da lavoura cacauieira, colocando essa emenda para a segurança da sanidade agropecuária do Ministério da Agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A indústria cacauieira é da maior importância para o...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É que não cabem as emendas numa única proposta que nós temos, nós temos uma emenda, não cabem as três numa só. Tem que fazer uma definição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É. É isso que nós estamos discutindo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então o relator que eu gostaria que se manifestasse.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu coloco isso aí à apreciação, porque nós temos uma ampla que não foi atendida que é a segurança vegetal e que contempla todas as atividades de produção agrícola do País na sanidade vegetal, e a outra do Senador Flexa e do Senador César Borges que elas se fundem especificamente no desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, só fazer apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Na verdade, o seguinte: nós temos aqui três propostas para ser atendida apenas com uma emenda. Nesse caso, particularmente, o que tem que chegar aqui a uma

definição, por exemplo, a do Senador Gilberto prevê aqui prevenção de controle e erradicação de pragas dos vegetais. Por outro lado, vem do Senador Flexa Ribeiro que é do cacau, desenvolvimento sustentável da região de produtores de cacau. São bem diferenciadas uma da outra. Nesse caso, particularmente, tem que chegar à conclusão quais das emendas que vai ser atendida. Caso contrário nós não vamos fechar aqui as emendas de Comissão.

Nós temos que ser bem práticos nesse caso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não é emenda de Comissão, é de remanejamento.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É quase a mesma coesa. Nesse caso é a emenda de remanejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sabe por que é que não é igual?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É mais difícil ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sabe por que é que é mais difícil? Porque nós não temos aqui, temos que pesquisar no orçamento se existe recurso para fazer isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas a assessora aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ela já passou isso para mim, ela não tem os números.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ela não tem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um aperte. Eu só perguntaria ao Relator se na Câmara essa emenda que V. Exa. solicita aí, a 20...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): 25 não foi atendida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não foi atendida?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não foi atendida porque foi colocada só na defesa sanitária animal. Eles tiveram que optar. E os valores apropriados já na defesa vegetal são ao redor de 24. Cadê o Hamilton?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas já estão apropriados lá.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): 24 milhões. Já está na AGU, já está normal, 24? 24 milhões e 800 que já está apropriado à defesa vegetal. Agora, Senador Flexa, se o senhor me perguntar o que é que nós teríamos que definir se o Ministério da Agricultura vê suficientes esses valores--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E para o cacau quanto ele [ininteligível]?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --Defesa vegetal e se eles têm... Aonde que tem contemplação do cacau?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vê o valor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Vê se você localiza aí, Hamilton.

Eu acho da importância muito grande, a lavoura cacaeira do país sofre por um déficit econômico grande de rentabilidade, devido à parte da assistência técnica, pesquisa, renovação da lavoura cacaeira com clones. Então, Senador Flexa, nós só vamos aguardar então o momento para avaliar se já está contemplado ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Só para responder ao Senador Flexa Ribeiro. O desenvolvimento sustentável da região produtora de cacau está contemplado somente 28 milhões. Tem no orçamento original, tem a janela e pode ser complementar a qualquer momento. Mas existe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A outra também está complementada, a de defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Também, mas em valores pequenos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual é o valor da outra?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Defesa não está complementada ainda.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Defesa vegetal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): No AGU está.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): No AGU tem 24. 24. É. Então o cacau está maior do que todas as...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Está de bom tamanho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aprovar a proposta do Senador Gilberto de defesa vegetal e vamos conversar com o Senador Delcídio Amaral para ver o que é que ele pode fazer pela indústria cacaeira brasileira--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ok.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Como relator geral do orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, para que nós cheguemos então à conclusão...

SRA. OÁDIA: A 10.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A 10 com 60.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, Senado Relator, Senador Gilberto, gostaria que o senhor lesse as emendas aprovadas tanto da apropriação quanto do remanejamento para que nós cheguemos à conclusão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, vamos ler primeiro da apropriação. Destinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrária, o MDA, juntamente com o Inga regularização fundiária de imóveis rurais, 200 milhões. 500 milhões, desculpe, 500 milhões.

SRA. OÁDIA: Por favor, o número dela.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Nº 42.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São várias.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): São várias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São aglutinadas, várias.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): São aglutinadas com a 5 com a 12 e com a 34.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 17.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): com a 17.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem de chegada a 5.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois é, pela ordem de chegada a 5. Eu acho que essa ordem de chegada é importante para se colocar então de acordo com a normativa aqui da Casa. A segunda do item 3: emenda 3 Senador João Tenório, é destinada ao Ministério da Agricultura, Mapa e Embrapa 200 milhões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, essa aqui está tudo aqui, Marcelo(F). Pega aqui.

O item 11 que é a garantia de operações oficiais de crédito de 2,5 bilhões. E a emenda 8 do MDA fomento à assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares 200 milhões. Emenda nº 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É remanejamento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, essas são apropriações. Agora remanejamento. A emenda 6 do Senador José Nery 150 milhões. Emenda 6. É para o MDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Como você sabe isso aqui? Onde é que vai buscar?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

A emenda nº 10 prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais 60 milhões. A emenda 25 no valor de 150 milhões que é regularização fundiária das unidades de conservação federais, Ministério do Meio Ambiente, juntamente com a emenda 21 e a 17. E a 27 que é apoio a desenvolvimento do setor agropecuário e aquisição de patrulhas mecanizadas, 150 milhões, a 27. Agora teria que acoplar, ver quem são os co-autores dessa de patrulha mecanizada que é também do Ministério da Agricultura.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): De acordo com as...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então ficou fora, de acordo com a proposta do Senador Romero Jucá a sua emenda 32 pelo fato dela já ter sido contemplada na Câmara dos Deputados que é apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Encerrou?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É só para fazer uma observação. Não é a questão fundamental, mas na página 6 do material entregue aqui, a emenda do Senador Valdir Raupp é a de nº 42, ela é a última, ela acabou aglutinando a 5, a 12 e a 34. Eu acho que a gente tem que colocar pela ordem de chegada e aí, sim, aglutina o conjunto das emendas similares.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Aí tu alteras.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A 10 o senhor já tinha falado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então encerrada a discussão, de acordo com o relatório do Senador Gilberto Goellner, tanto as quatro emendas de apropriação quanto fica colocada já devidamente enumeradas, bem como, as de remanejamento. Estas temos que colocar uma observação clara que os seus valores terão que ser buscados via eletrônica para ver se existem valores; é esta ressalva que a nossa assessoria coloca com muita apropriação para que elas possam ser contempladas.

Por isso então nós colocamos em votação. Sras. e Srs. Senadores, que aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não temos mais nada a tratar, encerramos a presente Reunião.

Com a palavra... Antes de encerrar a palavra ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero só registrar, primeiro o trabalho do relator e o trabalho de V. Exa. Não é simples sistematizar 40 e tantas emendas que todas têm um simbolismo, tem um compromisso político, tem um compromisso social, tem um compromisso ambiental, e nesse particular, acho que foi, o debate nos mostrou a importância de destinarmos uma ação e contemplarmos as ações do Ministério do Meio Ambiente. Penso que a Comissão de Agricultura acabou enriquecendo esse olhar na direção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente.

Eu quero parabenizar o trabalho cuidadoso e compromissado do Senador Gilberto goellner. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Pedro. Realmente, três Ministérios são contemplados com as emendas da agricultura.

Não tendo mais para tratar, encerramos a presente Reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h04.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e oito na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, João Tenório, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é

dada como aprovada. Inicia-se a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº. 17 de 2008 - CCT** de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer... “nos termos constitucionais e regimentais, sejam formulados convites a Sua Excelência o Senhor Sergio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; o Senhor Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência e o Senhor Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; para comparecerem perante esta Comissão, em 22 de outubro de 2008, por ocasião da Semana Nacional de C&T, para ouvi-los sobre a Evolução e Diversidade da Ciência, da Tecnologia e Inovação no País.” Comparecem à Audiência Pública, os Senhores Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência – ABC e Marco Antonio Raupp; Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Usa da palavra o Senhor Senador Renato Casagrande. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Irlene Martins Pinheiro, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente. Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008

SR PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): ...Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª. Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de outubro de 2008.

Para darmos início aos trabalhos dessa reunião submeto à apreciação a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Ata será aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Senhores e Sras. Senadoras, tenho a satisfação de comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que na qualidade de presidente dessa comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, participei da Mesa de abertura da 10ª Edição do FUTURECOM, principal evento do Setor de Comunicação e Telecomunicações de Tecnologia da Informação da América Latina, que está sendo realizada em São Paulo nesta semana. Na cerimônia estive ao lado do Ministro das Comunicações, Hélio Costa, do membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado Jorge Bittar, do Vice-Governador do Estado de São Paulo, Sr. Alberto Goldman, do Prefeito da cidade, Gilberto Kassab, do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Sardenberg, e de Antonio Carlos Valente, Presidente da Telefônica. Trata-se de evento de cunho mercadológico, empresarial e regulatório que tradicionalmente conta com a participação dos mais destacados dirigentes e profissionais de telecomunicações e tecnologia da informação. Empresas operadoras nacionais e internacionais, fornecedoras de bens e serviços e clientes corporativos, além dos órgãos reguladores do setor, a ANATEL e o Ministério das Comunicações.

Senhoras e Srs. Senadores, o tema que nos reúne hoje nesta presente Audiência Pública está sendo realizado por Requerimento do Sr. Senador Renato Casagrande, e tem como objetivo o debate e a exposição das opiniões de autoridade especialista na área sobre a evolução e a diversidade da Ciência e Tecnologia em nosso país. Peço a gentileza do Senador Casagrande em conduzir os nossos convidados a ocuparem seus lugares à Mesa.

Audiência Pública. Assunto: Para debater e expor sobre a evolução e diversidade da Ciência e Tecnologia no país. Autoria do requerimento: Senador Casagrande. Convidados: Sr. Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia CNPq; Sr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC; Sr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.

Passaremos então à apresentação, obedecendo à ordem daqui dos convidados. Então, primeiramente para apresentar o seu trabalho, Sr. Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Antes de passar a palavra ao Sr. Marco Antonio Zago, queria saber se o autor do requerimento, Se-

nador Renato Casagrande, gostaria de fazer alguma colocação?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Acho que o mais adequado mesmo é que a gente dê oportunidade aos nossos convidados para que possam manifestar, depois a gente se manifesta. Obrigando, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, senador. Então, com a palavra o Sr. Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. Com a palavra.

SR. MARCO ANTONIO ZAGO: Bom dia, Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, bom dia Senador Renato Casagrande, senhoras e senhores. O senhor me permite, eu vou fazer uma apresentação com os dias positivos, focado no centro desta questão que tomou o título da Semana de Ciência e Tecnologia deste ano, a evolução e diversidade, e que serve então para chamar atenção da sociedade com relação à importância da Ciência e da Tecnologia. Mas eu acho que o que é mais relevante é a Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento.

Os senhores, obviamente, são familiares com o fato de que quando nós avaliamos o custo de uma xícara de café, por exemplo, 5% apenas daquele valor final correspondem ao valor que é pago para os trabalhadores e cafeicultores. Na verdade, 95% correspondem a custos relacionados com processamento, marketing, engenharia genética, enfim, atividades baseadas no conhecimento.

Outra demonstração da importância disto, por exemplo, surge quando nós comparamos ou analisamos o saldo da balança comercial do Brasil, um país altamente competitivo em termos de Ciência e Tecnologia. Tomei a China como exemplo. Em que o saldo das nossas exportações, por exemplo, da área agropecuária e pesca é positivo. Mas o que corresponde à indústria de transformação é crescentemente negativo. O que chama atenção para a importância da Ciência e Tecnologia como elemento para gerar desenvolvimento. Ora, todos concordamos que conhecimento gera desenvolvimento, bem-estar, riquezas e justiça social. Agora, quem é que gera conhecimento? É educação, ciência, tecnologia e inovação. Então, investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação, leva ao desenvolvimento de conhecimento e portanto, como consequência, o desenvolvimento, bem-estar social e riqueza.

O Brasil investe hoje cerca de 1% do PIB em Ciência e Tecnologia. O que é interessante é que quando nós comparamos com os países desenvolvidos, o gap em relação aos países desenvolvidos não é tanto em

relação ao que o governo investe em Ciência e Tecnologia, mas principalmente em relação ao que a indústria, o setor privado investe em Ciência e Tecnologia. Mesmo assim, o Brasil é, dentro da América Latina, o país que mais investe em Ciência e Tecnologia. Tanto quando tomado em percentagem do PIB quando tomado em... E fica mais evidente em valores absolutos em termos de investimento total em Ciência e Tecnologia e mesmo quando comparado, dividido pela sua população, o quanto é aplicado per capita. Brasil, Chile e México são os três países que mais investem em Ciência e Tecnologia na América Latina. Nós sabemos que a produção científica brasileira tem crescido muito mais que a média mundial. Este é um fato relevante e importante. Por outro lado, quando nós comparamos a distribuição de pesquisadores dos diferentes setores da economia, comparamos, por exemplo, com países desenvolvidos, nós vemos que a maior quantidade dos pesquisadores está nas companhias, no setor privado, na indústria. Enquanto que no Brasil 80% quase dos pesquisadores estão concentrados nas universidades. Se nós queremos usar Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento, este quadro precisa ser mudado. Obviamente, não reduzindo a quantidade de pesquisadores nos institutos de pesquisas e nas universidades, mas criando condições para que o setor produtivo aumente a quantidade de pesquisadores que ali trabalham.

Com base nisso é que o Ministério da Ciência e Tecnologia, dirigido pelo nosso Ministro Sérgio Resende, implantou e está desenvolvendo um plano de Ciência e Tecnologia para 2007/2010. E que tem quatro focos fundamentais: expansão e consolidação do sistema nacional de Ciência e Tecnologia, promoção de inovação tecnológica nas empresas, pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas e Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento social.

No que diz respeito à expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, ela se fundamenta principalmente na concessão de bolsas de estudo e de bolsas de estímulo à pesquisa a diferentes níveis de formação de pesquisadores e tecnólogos e também a concessão de fomento para desenvolvimento de pesquisa.

Como sabem, o Brasil tem formado cerca de 10 a 11 mil doutores por ano. A pergunta é: Isto é um número grande ou pequeno? Precisa aumentar ou não? De fato quando comparado com a América Latina é um número muito grande, representa 75% dos doutores formados na América Latina. Por outro lado, este é o número de doutores que formam, por exemplo, a França e a Espanha, que são países que têm um terço da nossa população. Então, se formos por aí nós

precisaríamos estar formando cerca de duas vezes mais do que isso.

O apoio à Ciência e Tecnologia com base neste plano tem crescido consideravelmente. Por exemplo, esta quantidade de recursos usados num dos editais do CNPq, anualmente, mostrando o seu valor crescente, em 2008, nós temos o mesmo valor. Seguinte.

Outro aspecto do plano é a inovação tecnológica nas indústrias, e que envolvem, então, ações diretas tanto na comunidade científica como na própria indústria para permitir aquela transferência de Ciência e Tecnologia do setor acadêmico para o setor produtivo.

E, finalmente, o terceiro aspecto importante do plano é a eleição de uma série de linhas prioritárias para atividade de Ciência e Tecnologia no país e que envolvem, por exemplo, tecnologias de informação e comunicação, saúde e biotecnologia, petróleo, gás, biocombustíveis, programas espacial e nuclear, ou o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do semi-árido, mudanças climáticas e tecnologias para o desenvolvimento social. Então, todas as ações do Ministério da Ciência e Tecnologia e, inclusive do CNPq que aí está inserido, tem como foco prioritário estas áreas.

Finalmente, o último aspecto é a Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento social onde se inclui a popularização da ciência e, por exemplo, todas as ações realizadas na última semana, na Semana da Ciência e Tecnologia.

Muito bom. A condução deste plano deve enfrentar certos desafios, entre eles estão alguns que eu aponto aqui: Desequilíbrios regionais, a questão de alimentos e energia, saúde e medicamentos, formação de Recursos Humanos, clima, meio ambiente e recursos hídricos, mudança do panorama mundial e demanda por recursos.

Eu vou abordar alguns rapidamente. Por exemplo, a questão dos desequilíbrios regionais. Todos sabemos que o Brasil é um país heterogêneo. Podemos tomar vários índices para demonstrar isso. Eu tomei, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil, que é algo muito próximo da minha atividade que sou médico de origem. Isto compara a taxa de mortalidade infantil do Brasil com outros países da América Latina. Nós aqui já temos uma certa desvantagem, mas, seguinte... Na verdade isto é um ponto médio. Nós temos é uma grande heterogeneidade quando comparamos as diferentes regiões do país. E mais do que isso, se olharmos dentro de cada uma dessas regiões, novamente nós temos uma enorme heterogeneidade. Quer dizer, isto, como qualquer outro índice que nós quisermos, vamos demonstrar uma enorme heterogeneidade do país.

Eu tomei aqui dados da gestão de Ciência e Tecnologia para novamente demonstrar o mesmo fato.

Essa é a distribuição de cursos de mestrado e doutorado em diferentes regiões do país, norte, centro-oeste, nordeste... E o número de doutores envolvidos como docentes dos cursos de pós-graduação. A heterogeneidade fica evidente quando se toma em percentual em relação ao país comparado com o percentual da população. Por exemplo, na região norte, esses índices variam de 2 a 4%, uma região que corresponde a 8% da população brasileira.

Bem, então, muitas das nossas ações dentro deste plano visam a reduzir esta heterogeneidade, no que diz respeito à Ciência e Tecnologia. Que ações nós temos nesse sentido? Essas são algumas ações do CNPq voltadas para reduzir a heterogeneidade da distribuição de Ciência e Tecnologia no país. Eu vou apenas apontar este programa, PRONEX, que esta é a evolução de recursos para este programa ao longo dos anos. Vejam que no último edital nós tivemos 90 milhões envolvidos nisso, este ano temos 200 milhões para este programa. Este é um programa que é feito entre CNPq e cada um dos estados. Quer dizer, em que a colaboração do CNPq com cada um dos estados, havendo uma contrapartida de cada estado. Então, este é um programa muito importante para fortalecer o sistema de Ciência e Tecnologia regional. E nós temos efeitos muito positivos com relação a isso, por exemplo, fortalecendo algumas fundações de amparo à pesquisa, todos conhecem que o Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais têm fundações de amparo à pesquisa muito forte. Mas este programa contribuiu para que também o Estado do Amazonas, o Estado do Pará, o Estado de Santa Catarina, o Estado da Bahia tivessem também fundações de amparo à pesquisa que estão se fortalecendo. Seguinte.

Isso está tendo algum efeito? Está. Esta é uma distribuição de número de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, pesquisa, em dois momentos, 2003/2007, para as diferentes regiões do país. Se prestarem atenção, a segunda coluna é sempre maior que a primeira para os estados de norte, nordeste e centro-oeste. Mostrando que a proporção de distribuição de bolsas para essas regiões estão aumentando, proporcionalmente. Não é que para os outros estados está diminuindo. Está aumentando para todos. Mas aumentando mais para as regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Outro desafio que nós temos, obviamente, diz respeito à questão da produção de alimentos e a agricultura. Todos acompanharam nesses últimos anos a questão... Desculpa, nos últimos meses, a questão de aumento de preço de alimentos, etc, e que está aqui constatado pela FAO que como podem ver, embora isso tenha sido detectado recentemente, mas estava

ocorrendo desde o início do ano passado. Na verdade, a causa disto está aqui. É que a utilização de alimentos no mundo aumentou muito mais do que o aumento da produção. E isso foi esgotando os estoques disponíveis. Quer dizer, isso não tem nada a ver com transformação ou ocupação de áreas. [soa a campainha] Estamos terminando o tempo? Ok. Com a ocupação de áreas para a produção de etanol. Seguinte.

Diante disso, quer dizer, a Ciência tem um papel muito importante neste aumento de produção de alimentos. E o Brasil pode ainda utilizar muito a Ciência para isso. Isso é a produção média de numerosos produtos vegetais, como arroz, milho, trigo, feijão, soja. Comparando a produtividade média do Brasil com países líderes, por exemplo, como a China no arroz, Estados Unidos no que diz respeito ao milho, trigo na França e assim por diante. Então, apenas pela aplicação de Ciência e Tecnologia e aumento de produtividade nós podemos aumentar muito ainda a produção agrícola do Brasil sem termos que ocupar novas áreas, sem ter que derrubar floresta e coisas desse tipo.

Outro aspecto importante é o fato de que para fazer isto, a nossa produção está sim aumentando, mas o nosso consumo de fertilizantes está aumentando também, proporcionalmente mais. E, portanto esta é uma outra área em que a Ciência e Tecnologia pode interferir porque todos sabemos que o preço de fertilizantes no momento está, vamos dizer, reduzindo o lucro ou o ganho dos nossos produtores agrícolas.

Ainda dentro desta mesma linha quero lembrar que há poucos dias no Ministério da Agricultura nós lançamos um edital de 120 milhões apenas voltados para pesquisa na questão de defesa agropecuária, que é outro calcanhar-de-aquiles do Brasil que precisa ser resolvido, e no qual a Ciência e Tecnologia pode contribuir muito.

A questão de saúde, envelhecimento da população. Esta é uma outra questão crítica. O Brasil está aumentando enormemente a sua proporção de velhos. De fato é o país do mundo em que há a maior taxa de crescimento de pessoas com mais de 75 anos. Isso está mudando completamente o panorama brasileiro, no que diz respeito não só à saúde, mas ao lazer, ao planejamento de cidades, e aqui Ciência e Tecnologia novamente tem que interferir muito agudamente. A principal causa, existem muitas, mas a principal causa disso está demonstrado aqui. É a enorme redução que houve na taxa de fertilidade no Brasil que passou de mais de seis na década de 60 para menos que dois e um. E, portanto a nossa população tem uma tendência a reduzir de agora pra frente. E de fato isto já aparece na pirâmide etária, se vocês compararem, a população brasileira deixou de crescer o que estava crescendo e

isto trará em curto prazo numerosos benefícios, porque vai facilitar muito a questão de planejamento, de educação e assim por diante. Então, a curto prazo isto é muito benéfico para o país. Mas, a longo prazo nós começaremos a encontrar problemas que os países europeus, por exemplo, já estão encontrando com o desaparecimento praticamente da juventude para ocupar o espaço dos mais velhos. Isto afeta também o que diz respeito à questão de saúde, causas de morte. Causas de morte no Brasil não são mais as doenças infecto-contagiosas. São doenças circulatórias, câncer, causas externas, como acidentes, alcoolismo e assim por diante. E isto está ocorrendo não só no Brasil, mas em todos os países em desenvolvimento, em que há uma projeção do enorme crescimento das doenças mentais, traumas, doenças não transmissíveis como causa de doenças nesses países. Levando a Organização Mundial de Saúde lembrar que cerca de 80% da carga global de doença nos países em desenvolvimento, não é nos países desenvolvidos, vai estar centrado nessas causas.

Um outro aspecto importante é a formação de Recursos Humanos. Eu coloquei aqui neste gráfico uma correlação entre o número de cientistas por milhões de habitantes e a percentagem do PIB gasto em Ciência e Tecnologia em diferentes países. O tamanho da bola aí é o tamanho do PIB de cada país. O que chama atenção é que o Brasil está ainda numa situação desvantajosa quando comparada com esses outros países. Significa o seguinte: que nós precisamos formar muitos cientistas. Daí faz todo sentido o investimento em formação de cientistas. E aqui está como que o CNPq está respondendo a isto, entre 2002 e 2008 o total de bolsas fornecido pelo CNPq aumentou 47%. Isto é um programa permanente nosso.

O outro aspecto importante é como se distribuem esses cientistas na população. Isto aqui eu tenho um levantamento que deriva de quais são as áreas mais produtivas em Ciência e Tecnologia, e comparei o Brasil com a China, porque todos sabem que a China é um país de crescimento acelerado e crescimento baseado principalmente na Ciência e Tecnologia. O que chama atenção é que nós temos algumas discrepâncias importantes com a China, isto é, enquanto a nossa engenharia aparece lá em quinto, sexto lugar, na China é a principal área em desenvolvimento no momento. Depois ciência de materiais. Ciência de computação que lá está em nono lugar, na China ocupa uma posição importante. De tal maneira que também nós precisamos não só formar novos cientistas e tecnólogos, mas mudar um pouco o perfil dos cientistas e tecnólogos que são formados no Brasil. E para isso nós temos programas especificamente voltados para isso, eu vou

pular um pouco isso pra não ficar... Mas podemos ir passando. Eu quero assegurar aos senhores, e posso depois discutir isto, que nós estamos tomando medidas para também mudarmos este perfil.

O CNPq tem tido um orçamento crescente particularmente nos últimos anos, tanto para bolsas quanto para fomento, que resulta, portanto, num orçamento crescente óbvio e demonstrado aqui nesse gráfico. Parte desse crescimento se deve nos últimos anos ao crescimento dos recursos do FNDCT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e preciso aqui chamar atenção que grande parte disso foi facilitado pela lei do FNDCT, aprovada no último ano e que facilitou muito a gestão desses recursos. Como eu já demonstrei, isso permite aplicação em diferentes programas do CNPq como vêm, é sempre muito crescente nos últimos anos e este é um resumo da execução financeira do CNPq em 2007, no qual ele teve de orçamento próprio 900 milhões, 220 milhões que veio do FNDCT e cerca de 90 milhões de outras fontes. E esses recursos foram utilizados desta forma. Em 2008 nós não fechamos ainda, então não dá para termos uma projeção completa. Mas uma coisa que está aqui evidente a todos e eu queria fazer um apelo a todos Srs. Senadores, é que tivemos uma redução do orçamento próprio do CNPq. Isto foi em parte compensado com os recursos do FNDCT. Veja que aumentaram e provavelmente ainda aumentem até o final do ano. Mas nós tivemos aqui uma redução importante do orçamento próprio do CNPq. E como nós estamos numa semana crítica com relação a isso, gostaria de novo fazer um apelo para a importância disto para esses programas, que eu estou aqui demonstrando.

Finalmente, para encerrar a minha apresentação, nós temos então no Brasil um sistema complexo de Ciência e Tecnologia que envolve grupos de pesquisas nas universidades, numerosos grupos de pesquisas nas universidades, grupos mais selecionados que tratam de projetos temáticos que envolvem, como eu disse, aquela colaboração do CNPq com os Estados, os programas chamados PRONEX, e agora estamos em fase de julgamento nesta semana de um programa mais diferenciado dos chamados Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Seguinte...

Isto se correlaciona num sistema complexo que envolve uma criação recente do nosso ministro que é o sistema brasileiro de tecnologia, SIBRATEC, que não vai construir prédios, mas simplesmente vai reunir institutos e grupos que tenham pesquisa e que possam ser pesquisas que tenham aplicações tecnológicas, e os financiamentos para isso vêm de numerosas fontes. Como eu disse, este programa que está nesta semana em julgamento e que tem por objetivo criar cerca de

60 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia conta com 300 milhões de recursos federais e mais 190 milhões de contrapartida dos Estados. Veja que numerosos estados quiseram entrar com contrapartida nesse programa, de tal maneira que nós temos um programa de 490 milhões que é o maior edital de Ciência e Tecnologia que já foi feito até hoje.

Este programa, portanto, visa complementar este conjunto de políticas de estado para a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, incluindo então formação de recursos humanos, expansão das ciências experimentais e áreas tecnológicas, descentralização da ciência no país e pesquisa e desenvolvimento e inovação nas empresas. Ok? Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria agradecer ao Sr. Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e queria falar que eu cumpro a minha parte, que eu vi que os filhos ali... De seis pra um... Eu tenho seis. Então cumpri a minha parte. Para manter o Brasil... Para elevar a média. A minha parte eu cumpri, Senador.

Teremos agora o segundo apresentador, Sr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC, a quem eu passo a palavra nesse momento.

SR. JACOB PALIS: [pronunciamento fora do microfone]... Senador Renato Casagrande, que está sempre conosco, demais Senadores que também têm estado muito próximo da Ciência e Tecnologia.

De fato é um enorme prazer estar aqui com os senhores. A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência têm contado com enorme colaboração dessa Casa, e, vez por outra, a gente colabora com os senhores também. Por exemplo, foi um caso curioso em que eu estive aqui presente, não é a minha área, mas certamente nós trouxemos cientistas qualificados na questão da Lei de Falências. Parece estranho, mas não é. Nós temos economistas, matemáticos de primeira linha no país. E eu me lembro, nessa ocasião, de colaborarmos com os senhores bastante. Também essas questões de célula-tronco e temos tido o apoio dos senhores, assim, de primeira linha, e outros tantos eventos. Também eu gostaria de lembrar que, quando da aprovação dos fundos setoriais, esta Casa e também a Câmara, ambas as Casas atuaram de uma maneira inesquecível. A aprovação foi pelo colégio de líderes, numa rapidez muito grande e isto foi um momento maior de alento para a Ciência e Tecnologia nesse país. Então, a história do Senado é muito rica de colaboração, de entrosamento com a área de Ciência e Tecnologia.

Bom, o que é a Academia Brasileira de Ciências? Acho que é importante eu salientar que isto é uma Casa que existe cerca de 90 anos, ela reúne da ordem de 400 membros, novos membros são eleitos anualmente da ordem de 20, por seus próprios pares, um processo elaborado para que realmente os melhores talentos científicos sejam membros da Casa. Evidentemente que isso é uma tarefa maior da Academia, no sentido não só de reconhecer o talento científico no Brasil. Quando eu digo científico, quero dizer científico e tecnológico, mas também de recrutarmos os melhores talentos. Porque hoje em dia a Academia Brasileira de Ciência, de forma nenhuma, ela se limita a honrar os melhores cientistas do Brasil. Mas, muito mais do que isso, desde o início, quando tomam posse, eles sabem que vão trabalhar pela causa da Ciência e Tecnologia no Brasil em prol da sociedade brasileira.

As ciências brasileiras de modo geral é muito jovem. Se a gente comparar com outros países do continente europeu ou mesmo os Estados Unidos, nós, em relação aos Estados Unidos a gente perde aí por uns 40 anos. Mas em relação às Academias de Ciências da Europa, aí são vários séculos. De fato a primeira delas aparece aí no Século 17, que é a Academia Nazionale de Vinci, na Itália, e a partir daí outras da França, da Inglaterra, e assim por diante. Então, o papel da Academia é estimular a ciência no país. Essa é a missão maior. Se a gente sonhar alto, nós gostaríamos de ter um papel fundamental em termos de benefícios para a sociedade brasileira. E a gente faz um esforço grande nesse sentido. Então, eu queria relatar rapidamente que a Academia Brasileira de Ciências tem duas reuniões anuais bastante intensas, uma delas quando tomam posse os novos membros, é uma grande festa da ciência no país. Mas ela é utilizada para que jovens cientistas falem dos seus trabalhos, membros já não necessariamente tão jovens também falem dos seus trabalhos, e nós temos uma presença internacional. Ao mesmo tempo, em uma dessas reuniões muito semelhante à reunião anual da SBPC, nós temos também ministros falando das atividades da área, como o Ministro da Ciência e Tecnologia, este ano estamos convidando também o Ministro da Educação, mais o Presidente do BNDES, o Presidente do CNPq, o Presidente da CAPES, para fazer uma avaliação, essa é uma reunião no final do ano, da atividade do ano e a perspectiva para o futuro. Isso é extremamente positivo. Nós também estamos preocupados, como assinalou o Presidente Zago, com disseminação da Academia de Ciência pelo país. Então nós criamos vice-presidências regionais. Uma no norte, outra no nordeste, e assim por diante. Inclusive Minas Gerais, centro-oeste, o sul... E, além disso, essas vice-

presidências regionais estão indicando por seleção de seus membros na região, os cinco melhores talentos a cada ano. Esses são jovens de até 37 anos, um número esotérico, mas enfim, ficamos entre 35 e 40, ficamos no 37. Então são jovens que ficam como membros da Academia, a gente chama de afiliados, durante cinco anos. Como nós dividimos em seis regiões que não correspondem às regiões tradicionais geográficas do Brasil, num período de cinco anos, nós vamos ter 150 jovens rotativamente a cada cinco anos juntos na Academia participando das suas atividades.

Bom, outro aspecto muito importante são os grupos de estudos que a Academia está levando adiante. Por exemplo, eu trouxe aqui um sobre a Amazônia. Queria passar ao presidente, depois aos senadores presentes. São poucos, por exemplo, o Senador Casagrande...

Essa é uma proposta da Academia de Ciências com um grupo de estudos, que inclui excelentes pesquisadores acadêmicos, como... muitos conhecidos, como... [soa a campainha]. Sim. Obrigado. Bertha Becker, Carlos Nobre, acadêmicos também da região, e, finalmente, a própria presidência da Academia se envolveu. Isso é resultado de um ano de trabalho. É uma primeira etapa, mas já faz uma proposta concreta de aumentar muito os investimentos de C&T na região. O princípio, aliás, tem o apoio total da SBPC, com quem nós temos trabalhado em conjunto o tempo todo. A base dessa primeira etapa foi que sem C&T é impossível fazer um plano de desenvolvimento socioeconômico que preserve a riqueza do meio ambiente. Essa é a base deste documento e é interessante. É simples, depois que se anuncia. Porque se nós formos olhar para todos os aspectos ao mesmo tempo da Amazônia, é tão complexo o sistema que a gente se perde na floresta. Eu gosto de dizer: "É fácil se perder na floresta". É um rumo que está sendo muito bem visto pelo Ministério de C&T, pelo Ministério da Educação, também do Planejamento Futuro, não sei se esse é o nome correto... Ministério de Planejamento a Longo Prazo. Desculpe. Enfim, Meio Ambiente, e assim por diante. E está causando também um entusiasmo muito grande nos centros de ciências locais. A idéia básica é termos mais pesquisadores, mais cientistas qualificados na região, com condições ótimas de trabalho e melhor remuneração. Só que a idéia da melhor remuneração, ela é muito sutil. Aí seria um complemento feito pelos estados locais, em vez de ser uma diferenciação a nível federal. Bom, este é um exemplo. Outros grupos de estudos, por exemplo, em Educação e Ciências no nível secundário, também o aprendizado pré-escolar, que está muito na moda, biocombustíveis e tantos outros. A área da saúde, doenças infecciosas e assim

por diante. Então esses estudos visam dar uma contribuição ao governo e sempre visando o benefício da sociedade, em temas críticos para a sociedade.

Finalmente, eu queria assinalar a presença internacional da ciência brasileira, que é feita numa escala importante pela Academia Brasileira de Ciências. Então, isso aqui é um ponto importante para a consideração dos Srs. Senadores. O Brasil precisa ganhar um Prêmio Nobel ou uma medalha Fields que é correspondente ao Prêmio Nobel em Matemática. Precisa. Isso é importante. E termos presença internacional contribui muito para isso. Nós ficamos isolados, por melhor que seja a produção nacional, ela não tem eco. Não tem muito eco. Então, o Brasil está num momento que nós consideramos extraordinário de avanço em C&T, acho que os números apresentados pelo Professor Zago mostram isso cabalmente, mas é preciso que a gente esteja presente no cenário internacional. Para ganhar uma detalha Fields ou um Prêmio Nobel, nós temos que fazer três vezes melhor do que o inglês, do que o francês, porque eles têm todos os alto-falantes do mundo. Os americanos. Então, essa é uma luta que nós estamos levando à frente com todo vigor. Outro exemplo da importância dessa presença internacional é que com respeito a... Recente, até, um fato recente, com respeito a biocombustíveis, a Academia Brasileira de Ciências está tomando uma posição frontalmente contra a posição de outras academia, como a holandesa e a alemã, que agora eram várias e se juntaram, do ponto de vista científico. E a razão é muito simples, falta de realismo e bom senso pode acontecer em qualquer lugar, mesmo em qualquer ambiente, inclusive o científico. Então, há uma falta de reconhecimento para que o etanol de cana-de-açúcar do Brasil, que é excelente em todos os pontos de vista, passa a fazer parte de biocombustíveis que competem com a produção de alimentos e coisa do tipo. Então o nosso grupo de estudos marca presença e isso é transmitido a um conjunto de academias de ciências de todo mundo, que se chama *Inter Academy Panel*, é transmitido em outros fóruns, inclusive a Academia estará presente na reunião de 17 a 20 de novembro, convocada pelo governo brasileiro, especificamente o Presidente Lula sobre biocombustíveis em São Paulo. Então nós temos um estudo, isso está em evolução, mas já temos uma posição científica comprovando a alta qualificação do etanol brasileiro de cana-de-açúcar. Fica sempre aquele rumor de que tem cana-de-açúcar na floresta, estamos derrubando a floresta... Coisas assim completamente fora da realidade.

Bom, então nós temos presença também na Academia de Ciências para o mundo em desenvolvimento onde convivemos os cientistas brasileiros convivem

com cientistas da Índia, da China, da África do Sul, Chile, México, etc, então é a chamada Academia de Ciências para o Hemisfério Sul. Aí é muito importante essa participação do Brasil, porque nascem daí muitas colaborações internacionais e outra vez marca a presença da jovem ciência brasileira nesse cenário, que é fundamental para nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC, Sr. Jacob Palis. Queria lembrar que essa é uma Audiência Pública para o telespectador da TV Senado para debater e expor sobre a evolução e diversidade da Ciência e Tecnologia no país.

Autoria do Requerimento é do Senador Renato Casagrande, já fizeram a exposição o Sr. Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e o Sr. que acaba nesse momento de fazer sua exposição, o Sr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC.

Passaremos agora ao terceiro e último convidado para que possa apresentar a sua exposição, o Sr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, SBPC.

Com a palavra Sr. Marco Antonio.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, presidente, Senador Wellington Salgado, ilustre Senador Casagrande, senhoras e senhores, colegas aqui da Mesa. Eu trago, em primeiro lugar queria trazer, presidente, as congratulações da SBPC pela convocação dessa reunião para discutir um assunto que nos toca de perto, que a gente acompanha de longa data e muitas vezes com maior ansiedade.

A Academia Brasileira de Ciência e a SBPC são entidades com naturezas distintas, porém ambas têm o objetivo comum de lutar pelo crescimento da Ciência no Brasil, crescimento qualificado e comprometido com o desenvolvimento econômico, social, político em geral do país, em benefício da sociedade nacional. A SBPC é constituída de 86 sociedades científicas especializadas, presidente. Isso significa mais ou menos, mais de 150 mil associados. Então, é um órgão bastante representativo da comunidade científica. Sem desmerecer os 400 importantes membros da Academia. A Academia tem muito mais um sentido de elite da comunidade científica, porque essa sociedade científica é muito especializada. E a SBPC, são 60 anos de data completando esse ano, aliás, uma das comemorações tivemos a visita do Presidente Lula, lá na última terça-feira, também participou a SBPC e membros do Ministério de Ciência e Tecnologia, o professor Zago certamente estava lá, onde tivemos oportunidade de

discutir as questões da política atual do governo sobre Ciência e Tecnologia. Eu vou direcionar a minha fala na linha de comentar um pouco a política do governo, que eu tenho a impressão que é um ponto de interesse aqui para a comissão do Senado.

Nós somos velhos aí nessa luta por Ciência e Tecnologia. Ciência e Tecnologia é uma atividade nova no país. Mas em termos dos indivíduos participantes, a gente já tem um certo tempo nisso aí. E hoje nós estamos muito, vamos dizer assim, sensibilizados com o avanço que está sendo proporcionado a essa atividade pelas políticas do atual governo. Deve-se reconhecer isso publicamente, aliás, reconhecemos isso lá na reunião com o Presidente da República, na terça-feira próxima passada.

Nós tínhamos, qual é a diferença que existe entre a política atual e a política em outros momentos? A política em outros momentos na área de Ciência e Tecnologia ela esteve sempre associada com o esforço e a capacidade de articulação de indivíduos ou a visão criativa de alguns outros. Dou exemplo aqui, o nosso primeiro-ministro, por exemplo, era o Ministro Renato Aires é uma pessoa que tinha grande envolvimento político e teve uma grande capacidade de motivar a todos nós e naqueles momentos foram momentos de alta, em função dessa capacidade pessoal e política pessoal de avanço da ciência.

Em outros momentos, que eu queria destacar, é o momento na gestão do Ministro Sardenberg, em que se criaram os fundos setoriais. Hoje um instrumento importantíssimo. Aquilo foi fruto de visão estratégica das pessoas que constituíram o Ministério de Ciência e Tecnologia naquele momento e nós entendemos de uma importância fundamental para o desenvolvimento futuro. Nós entendemos sempre as políticas de Ciência e Tecnologia como políticas de estado. Então, queremos que essas contribuições de cada um desses governos que se some e que permaneçam, sejam incorporadas pelos conseqüentes e, portanto tenha uma permanência garantida. Nós vemos que a grande... Um grande elemento que surgiu no quadro hoje, na avaliação aí das políticas é a própria formulação das políticas de Ciência e Tecnologia integradas às políticas públicas para o crescimento econômico, o PAC e a PDP, Política de Desenvolvimento Produtivo. Se você observar tudo que foi colocado aqui pelo professor Zago, a gente vê nitidamente desde os primeiros momentos que essas políticas foram discutidas com a comunidade, obviamente, essa integração de uma política para a retomada do desenvolvimento econômico e agora associando como elemento importante, como elemento até motor de muitas das atividades às políticas de Ciência e Tecnologia. Isso resulta no entendimento, resultou

positivamente de um entendimento que a ciência hoje tem um papel diferente. Qualquer modelo de retomada de desenvolvimento, o desenvolvimento econômico para qualquer país tem que considerar a importância da ciência da tecnologia da inovação, dado que nós estamos vivendo aí o paradigma da economia do conhecimento. O conhecimento é vital, se você olhar os países líderes, a economia do conhecimento, a parte da... Os produtos, bens e serviços que têm origem em atividades de pesquisa e desenvolvimento, a chamada economia de ciência, representa quase que 50%. Dados aí do Banco Mundial indicam que representa quase 50% dos PIBs desses países. Existe inclusive um estudo do Bank Boston sobre o MIT, empresas, *Massachusetts Institute of Technology*, são empresas geradas no MIT, geradas na incubadora de empresas, naquele ambiente que se cria em torno de uma boa universidade e uma universidade comprometida com a aplicação do conhecimento e com o desenvolvimento do empreendedorismo. Esse estudo salienta, só pra dar um dado aqui rápido, se considerar todas as empresas MIT, empresas geradas, criadas e a partir da criação trabalham sempre muito próximo, isso é uma característica da sua matriz, que é essa universidade. Se isso fosse um país, tivesse um PIB, o produto delas num ano, esse país seria a 24ª economia do mundo. De uma universidade nos Estados Unidos. São dados impressionantes, como o professor Zago aqui mostrou e que dizem de como acertado está o nosso governo, governo falando amplamente, porque essas políticas têm apoio de todos os setores, inclusive o Congresso Nacional, em colocar essa política de Ciência e Tecnologia altamente associada com a retomada do desenvolvimento do país. Isso é uma afirmação que nós reconhecemos isso. A nossa comunidade científica sempre foi muito crítica, dado que esses altos e baixos da situação da Ciência, nós somos muito críticos ao governo. E nesses primeiros momentos agora, especialmente no segundo governo do Presidente Lula, nós estamos muito satisfeitos e sensibilizados com essas iniciativas.

Os investimentos, outro item importante na questão, na execução dessa política de Ciência e Tecnologia, que já foi exposta aqui pelo professor Zago, em linhas gerais, eles estão num patamar que nunca foi atingido. O que está viabilizado hoje para o FNDCT para esse ano de três bilhões, isso aí nunca tinha acontecido. Estou parodiando aqui também o nosso Presidente Lula, que fala nunca antes na história do país aconteceu isso. E de fato, há que se reconhecer. E está muito bem colocada tudo isso em termos de previsões de continuidade para atingir um patamar de 1,5% do PIB. Como também crescimento na partici-

pação dos investimentos privados. Isso é crucial. Nós temos que mudar esse perfil histórico nosso de que só o governo ou essencialmente o governo que investe em Ciência e Tecnologia. Para gente chegar nesses patamares maiores de investimentos, que é o objetivo dessa política, nós temos que nos preocuparmos com isso, de incluir os investimentos privados. E é aí, é a própria execução da política precisa lançar pontes para um setor privado de maneira a estimulá-lo. Então todas essas leis [soa a campainha] aí de subvenção econômica, para permitir a subvenção econômica às empresas, etc, além do bem também, elas têm esse objetivo de procurar estimular o setor privado. E pressupõe, vem na linha também de estimular a parceria entre os agentes públicos e as empresas. Os agentes públicos de geração de conhecimento, que há que se reconhecer que pela história de desenvolvimento do país a Ciência e Tecnologia está associada essencialmente a instituições, ela é desenvolvida, a atividade de pesquisa e desenvolvimento é desenvolvida por instituições públicas. Então, é necessário aparato legal, estrutura legal para ter essa interação também. Nós interpretamos que essas duas leis que eu mencionei aí ajudaram bastante nesta... Em promover essa interação.

Bem, se nós estamos satisfeitos, por um lado, nós estamos também preocupados em que essa coisa funcione plenamente, que os objetivos sejam atingidos. Tem nuvens escuras aí no horizonte que é essa crise internacional. Então nós temos que... A bonança vai diminuir. Então, vai ser mais difícil justificar tudo isso. E nós estamos atentos para esse papel. Achamos, como cidadãos agora, que o Brasil não pode abdicar desse objetivo de se desenvolver, de crescer economicamente, mesmo na crise. Porque essa é a oportunidade exatamente de diminuir a nossa distância, a distância que nós temos em relação aos países centrais. Se for aplicada aqui a receita Milton Friedman, que normalmente é aplicada, é sugerida para nós, a distância entre os países centrais e a periferia vai continuar sempre igual. Nós queremos também agora uma receita Lorde Keynes para nós, não... Isso nós falamos isso para o Presidente Lula, e ele captou isso aí. Eu acho muito importante que a gente prossiga nesse caminho. Agora, obviamente que os objetivos da política são muito importantes, os primeiros passos que foram desenvolvidos nesses dois anos são positivos na linha de implementação dessa política, mas entendemos que tem muitos desafios ainda a serem vencidos, alguns já tocados aqui pelo professor Zago.

Um importante desafio é a questão do fosso existente entre a... Bom, por um lado, antes de falar em desafio existe um setor que está, vamos dizer assim,

relativamente preparado para crescer, que é exatamente todo o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia constituído pelas universidades. Esse sistema foi, todos esses mecanismos governamentais como CAPES, CNPq, de apoio às atividades científicas eles estimularam esse sistema e esse sistema é produtivo hoje em dia. Ele está crescendo cada vez mais. A produção dele, dado aqui de 2% da produção científica mundial, isso é a mesma taxa que o PIB brasileiro mantém em relação ao PIB mundial: 2%. Então, você poderia dizer que a produção científica no país, a produção acadêmica, a produção básica está do tamanho econômico do Brasil. Algo satisfatório. Mas o que preocupa são as assimetrias existentes. Assimetria. Um é o fosso entre a ciência produzida na academia, nas universidades, e a ciência efetivamente utilizada nas empresas para gerar bens, produtos, serviços, enfim, bens com valor econômico. Essa é a característica da economia moderna, e isso é uma grande justificativa, é talvez a maior de todas para a sociedade, que deva investir em Ciência e Tecnologia, nós temos que estimular isso aqui no Brasil. Senão a Ciência vai ficar exclusivamente associada no seu valor cultural. Que existe, é importante, mas não é só isso, para o convencimento da sociedade como um todo, principalmente países com desigualdades, como existem desigualdades sociais no nosso aqui, nós temos que estimular o valor utilitário da Ciência. E para isso é muito importante que essa política de... Se caminhe na linha de realmente fazer transferência e estimule o desenvolvimento propriamente de tecnologia e estimule a inovação dentro da empresa. Nós não temos muita tradição disso. A tradição é pequena. Só temos de alguns setores. Temos exemplos bons que mostram que a gente tem capacidade de fazer. O setor agropecuário é um exemplo que foi tocado aqui pelo professor Zago. O sistema EMBRAPA de pesquisa, o sistema de pesquisa agropecuária colocou, há que se... O Brasil na posição de liderança, em vários itens econômicos. A questão da produção de petróleo, a superação da crise de petróleo na década de 70, também capitaneada... O sistema Petrobras de pesquisa e aplicação é constituído por toda uma rede de grupos universitários associada com a Petrobras, mantendo o conhecimento que interessa a indústria petrolífera em dia, e mais os centros de pesquisas da Petrobras, que vamos dizer assim, é um coração, é um cérebro para estimular esse sistema, realmente trazer novas soluções que são demandadas pela indústria de petróleo é outro exemplo. A indústria Aeronáutica, que transferiu tecnologia direta do Centro Tecnológico da Aeronáutica para uma empresa altamente competitiva, como se tornou a EMBRAER, é outro exemplo. Então, temos exemplos de sucessos. Agora a questão tem

que ser disseminada, e nessa questão aí de relação empresa e universidade, ou estímulo às empresas a fazerem pesquisa o momento atual é o momento de disseminação desses bons exemplos. Por exemplo, a questão aqui de criar um sistema análogo ao da EMBRAPA para tecnologia industrial é muito importante. Está previsto aqui. Mas precisa funcionar, porque nós não temos tradição nisso. A nossa tradição... A importância de termos institutos tecnológicos prestando, com capacidade de prestar serviço tecnológico à empresa e fazendo pesquisa, é fundamental. Nós não temos tradição nisso, porque os institutos tecnológicos existentes tradicionais sempre atuaram isoladamente. A maioria deles, inclusive, vinculados a estados. Situação estadual. E como a situação dos estados é altamente variável em termos de recurso, a situação econômica, eles vivem também ao sabor aí dos acontecimentos. E muitos deles altamente burocratizados. Como é o... Os principais deles talvez estejam isso. Então, nessa melhoria de desempenho do próprio sistema universitário como também do próprio, desses institutos tecnológicos, são também na sua maioria estatais ou públicos, existe aí um fator importante que permeia todos eles, é uma questão aí de que é importantíssimo a melhoria na gestão. Tanto a gestão de recursos humanos, quanto a gestão propriamente dita econômica, financeira das instituições. A Lei 8666, que essas instituições estão submetidas, não tem compatibilidade nenhuma com a natureza das atividades de Ciência e Tecnologia. O princípio da 8666 diz o seguinte: Qualquer contrato tem que ter preço fixo e tempo fixo. Como é que vai usar uma lei dessas nas relações entre as instituições por uma atividade como é a pesquisa e o desenvolvimento que você nem sabe que vai acontecer daqui a seis meses? Não sabe qual vai ser o contingente de pessoas que você precisa para desenvolver um projeto tecnológico a curto prazo. Então, é complicada essa Lei 8666, merece reparos específicos para o desenvolvimento pleno das atividades de Ciência e Tecnologia. Contratação de pessoal. Regime jurídico único para tratar pessoas que vão ser convocadas para fazer pesquisa ou para participar de grandes projetos tecnológicos, totalmente inadequados também. Tem que ter algum tipo... Aquilo ali tem que ser na base da CLT, porque é um regime de produção direta. São gargalos que tem que ser superados. E grandes desafios. Senador Casagrande nos ajudou aqui a aprovar uma lei básica aqui e aumentar a estrutura jurídica que está disponibilizada para atividades de Ciência e Tecnologia que foi a lei que regulamenta o uso de animais em experimentos científicos. Como a pesquisa no Brasil é atividade recente, como bem mencionou aqui o Presidente Jacob Palis, o nosso arcabouço jurídico é deficiente, relativa-

mente à capacidade de apoiar essas atividades. Nós estamos aqui fazendo uma lei que funciona há centenas de anos na Europa e nos países desenvolvidos, que é o uso de animais, regular o uso de animais em experimentos. Agora que estamos fazendo isso aqui. A questão de uso de células-tronco, tivemos aí, enfim, uma série, busca também de tratamento diferenciado para a coleta de material na biodiversidade brasileira para pesquisa. Também é outro que nós estamos discutindo lei. Tem uma Medida Provisória que não atende ainda os requisitos para o bom funcionamento dessa atividade. Tem aí problemas a serem resolvidos, problemas sérios que o Congresso Nacional vai ter que se envolver, Senador Casagrande. É um conjunto de leis que vai apoiar essas iniciativas para superar, e para se desenvolver, para termos o pleno desenvolvimento a partir das boas condições de investimentos que nós estamos tendo aí.

Uma outra questão que merece também... É absolutamente necessário um especial esforço sobre a Amazônia, para a Amazônia. Tanto para gerar lá instituições, ampliar as instituições de pesquisas existentes, a Amazônia é um grande desafio nacional. Está claro isso. É a questão premente, aí. Uma questão que se envolve até na geopolítica internacional, nas relações com outros países e que nós precisamos ter soluções que se baseiem efetivamente no conhecimento da região, conhecimento dos processos, conhecimento da biodiversidade, da água, da atmosfera, dos rios, da atmosfera... Enfim, de todo o ambiente. Isso é fundamental para darmos uma boa solução e que nos permita termos soberania sobre a Amazônia e respeito dos países irmãos. Mais universidades para a Amazônia, mais atividade científica lá é fundamental. A SBPC apóia totalmente essa proposta de um grupo da Academia e também membros da SBPC participaram, entregamos isso para o Presidente e gostaríamos de ter o apoio do Congresso para isso. É fundamental. Tem que se investir mais. Mas nunca se investiu nada na Amazônia? Já. Nós tivemos investimentos significativos. Cito um aqui, e que precisa ser recuperado. A gente nem sabe. Aqui a gente também no nosso país nós fazemos... Temos certos tipos de atividade e depois não a acompanhamos. Por exemplo, o famoso projeto SIVAM SIPAM. SIVAM é um projeto na alçada militar de controle do tráfego aéreo, do território, tudo bem, não se discute aqui. Mas o SIPAM é um sistema para monitoramento ambiental. Seria fundamental ele ser integrado nesse sistema. Foram investidos no SIPAM 430 bilhões de dólares. Cadê? Estamos pagando a dívida até hoje. Mas cadê os resultados? Ele está incorporado ao sistema de Ciência e Tecnologia? Não. Então tem aí uma idiossincrasia que precisa ser resolvido.

CBA, Centro de Biotecnologia da Amazônia. Equipado também, um excelente investimento, equipado com os melhores equipamentos e até hoje não funciona a contento. Por quê? Tem um problema lá institucional e um problema de contratação de recursos humanos, que como é que nós vamos contratar? Aquilo é um centro da administração direta? O que é? Então fica em discussão e não se avança. Para pleno uso dos recursos que estão disponibilizados nós temos que resolver esse tipo de problema. Senão nós corremos um risco de ficarmos devendo, nós que somos responsáveis pela execução dos projetos que a sociedade agora decidiu investir, apoiar, nós temos que cuidar dessa questão da operacionalidade do sistema. E essa operacionalidade está muitas vezes ligada a questões legais aí e leis que muitas vezes com toda boa vontade são criadas para apoiar esse tipo de desenvolvimento, como é o caso da lei da... Para permitir a subvenção econômica, as empresas, elas têm incompatibilidade, há discussões entre os juristas tradicionais e os que defendem isso. Os nossos defensores que colocam sempre essas discussões num ponto de interrogação e coloca o pescoço do gestor público dessas instituições sempre a risco.

Uma outra coisa que eu queria... Dois outros pontos aqui, me permite, presidente, para concluir o meu...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mais cinco minutos está bom para V.S.^a?

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Menos do que isso. Eu queria falar em primeiro lugar, é absolutamente fundamental, tenho defendido isso nos fóruns que eu participo lá no Ministério, um programa dentro dos programas estratégicos nacionais, tem sempre o Ministério coloca lá um lugar para pesquisa sobre recursos do mar. Mas a pesquisa... O que tem sido feito até hoje não está nem perto do que foi feito na área nuclear, na área espacial. E os recursos do mar, assim como a Amazônia verde, o mar é a nossa Amazônia azul. Nós precisamos de um programa para a Amazônia e um programa para recursos do mar. Está aí as pesquisas da Petrobras mostrando a riqueza da plataforma continental. E a biota e o sistema... A Biologia Marinha? Nós precisamos ter sistemas muito bem definidos e destinados a desenvolver pesquisa científica nessa área.

E pra concluir, finalmente, eu queria falar do entendimento que nós temos e a Academia apóia isso também, nós temos hoje um grupo de trabalho na SBPC cuidando de um assunto que parece que não é da... À primeira vista pode parecer aos desavisados que não é da responsabilidade dos cientistas, mas

nós achamos, como cidadãos e como cientistas, que é um tema que é crítico nesse momento nesse país, que tem que ser acumulado às deficiências nessa área que é a questão do ensino básico de Ciências. Nós sentimos na carne a deficiência desse ensino básico de Ciência. Senão o sistema não tem reprodutibilidade. Senão vai parar. As universidades após as ações param se nós não formarmos gente jovem com esses talentos. E não é só isso, é formação para a cidadania. Além de uma justiça social de não permitir, não dar oportunidades a talentos que existem de fato nas camadas mais prejudicadas do país. Está aí a Olimpíadas de Matemática mostrando que talentos surgem nos municípios mais distantes, nas populações que estão submetidas às piores condições de vida. Nós estamos perdendo também oportunidades a não fazer uma política de grande alcance nessa questão aí do ensino da Ciência. A questão é o ensino em geral, o ensino básico que é deficiente. Mas o ensino da Ciência nos preocupa sobremaneira e nós achamos que políticas... Tanto o Ministério da Educação, principalmente, mas que o Ministério de Ciência e Tecnologia deveria se engajar também num grande esforço para superarmos essa deficiência.

Muito obrigado e desculpe passar tanto tempo do meu tempo aí, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Marco Antonio Raupp, eu queria dizer pra V.S^a. que é uma honra muito grande dessa Comissão recebê-los aqui e com a TV Senado poder passar pra toda a população esse momento de discussão dessa Audiência Pública, cujo assunto é para debater e expor sobre a evolução e diversidade da Ciência e Tecnologia no país. A autoria é do Senador Renato Casagrande, onde eu costumo sempre dizer que as Audiências Públicas talvez seja assim o local mais frutífero do Senado. Porque aqui é onde nós conseguimos trazer convidados que podem esclarecer para os Senadores vários assuntos, como o que os senhores estão esclarecendo hoje. Eu, por exemplo, estou muito feliz com o conhecimento adquirido nessa sessão de hoje. Inclusive, conversava aqui com o Sr. Marco Antonio Zago.

De qualquer maneira, eu queria passar agora para o autor do requerimento, Senador Renato Casagrande, também colocando que essa é uma comissão nova. Tem dois anos, onde nós temos aqui alguns Senadores que especializaram numa área, na área de Ciência e Tecnologia talvez até porque tenha uma ligação muito forte com o Ministério que está sobre o partido de V.Ex^a, nós temos sempre o Senador Renato Casagrande trazendo para essa comissão assuntos

relativos a essa parte dessa comissão. Então, com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Presidente, Senador Wellington. Cumprimentar e agradecer ao Dr. Zago do CNPq, ao Jacob, da Academia Brasileira de Ciência, ao Marco Antonio Raupp, da SBPC por terem aceitado o convite de estarem presentes nessa Audiência Pública. Audiência Pública motivada pelas comemorações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que é uma semana que tem o objetivo claro, Senador Wellington, de popularizar o tema para que a Ciência e Tecnologia, Inovação, não fique restrita à Academia e a algumas empresas maiores e a alguns centros de pesquisa, porque a sociedade possa compreender definitivamente a necessidade prática do dia-a-dia, do mundo real do investimento em Ciência e Tecnologia. Foi a palestra que o Dr. Zago fez, iniciou com isso, as pessoas só dão importância àquilo que conhecem. E a Semana ajuda a popularizar e a divulgar os conceitos e a importância dos investimentos nessa área. Eu tive oportunidade de participar da abertura da semana lá no meu estado, Estado do Espírito Santo, foi feita uma bela solenidade, depois uma amostra de Ciência lá dentro da universidade, patrocinado pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, com muitos jovens participando, apresentando seus trabalhos de graduação... Então, a Semana que se reproduz nos estados e se reproduz também em muitos municípios tem cumprido um papel, eu acho, importante para essa área de Ciência e Tecnologia. Nós sabemos que o Brasil avançou efetivamente, o estado brasileiro avançou na consolidação de um sistema, começando lá atrás, mas de fato é fundamental nós reconhecermos que nesses últimos anos do Governo do Presidente Lula, e aí de fato o meu partido teve uma contribuição, porque o primeiro ministro do Governo Lula foi o Dr. Roberto Amaral, depois o Governador Eduardo Campos, agora é o Ministro Sérgio Resende, que conseguiu junto com todos vocês com o nosso apoio, nosso que eu falo do Congresso Nacional, a avançar na Lei de Inovação Tecnológica, na regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na legislação de Biotecnologia... Então, nós avançamos numa Legislação, um arcabouço legal importante para dar sustentação ao trabalho de Ciência e Tecnologia, aumentamos os recursos, o volume de recursos investidos nessa área, os estados entraram, alguns municípios entraram, então poucos estados hoje que não têm uma fundação e uma secretaria, acho que deve ter dois ou três estados que eu espero que mais rápido possível possam ter essa estrutura estadual de articulação na área científica e tecnológica. Então, na verdade eu não

tenho nenhuma pergunta a fazer, acho que faz parte desse trabalho nosso de divulgação da Semana e do tema, para que a gente possa entender a importância do tema, algumas coisas que foram colocadas eu só quero reforçar e reafirmar. A primeira é esse efeito prático dos investimentos. A gente tem que equilibrar aí os investimentos em Ciência e em Tecnologia e Inovação para que nós não fiquemos só na Ciência, mas possamos de fato transformar isso em novas tecnologias, em inovação tecnológica, e aí o Ministério e os instrumentos do Ministério como CNPq e a cobrança da Academia e da SBPC para que isso aconteça, isso é importante. Esse desequilíbrio regional, aproveito, nós estamos numa semana de definição do edital dos institutos de pesquisa, são 70 novos institutos, tem essa crítica e esse diagnóstico feito de que estados do sul e sudeste acabam sempre abocanhando a maior parte dos recursos. Eu sou de um estado do sudeste, mas vivo as dificuldades de um estado do nordeste nessa área científica e tecnológica. Tanto é que nós em alguns setores nós estamos enquadrados nos 35% do nordeste. E no edital dos institutos o Espírito Santo está enquadrado no nordeste. O que eu desejaria, naturalmente, é que desses institutos pelo menos eu sei que tem uma comissão que analisa, tem um comitê que analisa cada proposta, mas nós pudéssemos ter pelo menos um em cada estado seria muito bom, Dr. Zago que está na coordenação desse trabalho e através do CNPq, eu outro dia até fiz uma referência a um projeto nosso lá do Espírito Santo porque conheço e fui apresentado ao projeto que trabalha uma referência no centro de referência de saúde da mulher. Então nós estamos assim, querendo que esse desequilíbrio regional possa ir diminuindo. Essa distância entre estados mais periféricos dos estados centrais para que nós possamos ter essa igualdade no tratamento das políticas públicas.

O terceiro ponto que eu quero destacar, de fato é a necessidade das empresas privadas investirem mais em novas tecnologias e inovação. É fundamental isso. As empresas brasileiras ainda acabam chorando muito e investindo menos. É fundamental que elas possam investir, mas muitas já investem, algumas já investem, não vou dizer que sejam muitas, mas algumas já investem. A iniciativa privada, as instituições de ensino da área privada já estão investindo mais em Ciência e Tecnologia, participando dos editais... Então a gente tem de fato essa revolução. E destaco duas questões que o Dr. Jacob falou e o Dr. Marco Antonio falou, que acho que são dois setores. Eu visitei a EMBRAPA lá no Acre recentemente, já estive no INPA, já estive no museu Emílio Goeldi, não fui ainda ao CBA, mas de fato acho que o CBA está mal localizado no Ministério

do Desenvolvimento. O CBA tinha que estar localizado no Ministério de Ciência e Tecnologia para que nós pudéssemos transformar aquele Centro de Biotecnologia da Amazônia num centro que pudesse gerar riqueza nesse novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. A Amazônia, ainda parte da Amazônia utiliza o modelo de desenvolvimento de geração de atividade econômica pré-histórica, que é ter que cortar a madeira para vender a madeira. Parece que é a única forma, a única riqueza que a floresta nos dá parece que é o tronco da árvore. E nós temos o fruto, temos o látex, nós temos as folhas, nós temos os princípios ativos presentes em todas essas espécies daquela biodiversidade vegetal que a gente tem na Amazônia. E precisamos estudar isso. Então, essa rede de ensino, de conhecimento na Amazônia é importante. Acho que deve virar uma bandeira dessa comissão aqui. O trabalho na Amazônia verde e o trabalho da Amazônia azul. Acho que essa comissão aqui deveria transformar de fato esses dois itens em itens de defesa nossos, para que pudesse preservar esse patrimônio que a gente tem, patrimônio da Amazônia, que é um patrimônio desconhecido, uma riqueza ainda em parte desconhecida, e o patrimônio presente no nosso mar, que também é um patrimônio que precisa ter muito investimento. Então eu gostaria de fazer esses registros, concordar, dizer que nós estamos à disposição, essa é uma área que eu aprendi a conhecer, até por força partidária mesmo, mas por força também de formação, de compreensão, de sensibilidade, aprendi a conhecer e acho que nós estamos numa direção correta, precisamos dar aí velocidade em alguns outros setores dentro dessa área de Ciência e Tecnologia.

Obrigado, presidente, obrigado a todos que estão participando conosco aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria lembrar que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é debater e expor sobre a evolução e diversidade da Ciência e Tecnologia no país. Autoria que acabou de fazer suas considerações, do Senador Renato Casagrande.

Eu queria passar, finalmente, se tiverem algumas considerações finais, dois minutos para cada um dos expositores, obedecendo a mesma ordem que obedecemos na apresentação dos trabalhos. Queria que marcasse dois minutos para cada expositor, por favor.

Primeiramente Sr. Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, para suas considerações finais.

SR. MARCO ANTONIO ZAGO: Muito obrigado. Eu de fato preciso sair com certa urgência que há um embaixador estrangeiro me aguardando, mas eu

precisava dar prioridade a esta atividade. Quero fazer então duas considerações. Primeiro, agradecer a oportunidade. E agradecer o apoio que o Congresso tem dado às nossas atividades e que tem até uma... Não tem quase que tonalidade partidária. Quer dizer, é um apoio que é suprapartidário. Mas certamente o Senador Casagrande, o Senador Wellington são estes importantes que têm nos ajudado no longo dessa caminhada. Então, agradecer isso publicamente.

E vou aproveitar o tempo para comentar um aspecto, Senador, que é a questão dos desequilíbrios regionais. Isto é uma questão que realmente está no centro das nossas preocupações. [soa a campainha] Agora, precisa ser tratado com o cuidado necessário. Porque ao mesmo tempo em que nós precisamos incorporar o norte, nordeste, centro-oeste, o Espírito Santo nas atividades produtivas, inclusive, de Ciência e Tecnologia do país, isto não é uma questão estritamente de dizer de justiça. São nossos irmãos que também têm direito. É uma questão de interesse do país, porque estas regiões têm uma contribuição enorme a dar ao país para aumentar o nosso desenvolvimento. Então, é uma coisa que faço com enorme convicção. Não reduzindo o apoio que nós damos às regiões sudeste, por exemplo, que são regiões que têm também uma contribuição importante para dar para nós mantermos a nossa atividade de ponta em Ciência e Tecnologia. Mas a preocupação de incorporar o norte e nordeste, centro-oeste e Espírito Santo para que nós é vital e esteja tranquilo de que ela vai persistir enquanto estiver no CNPq como uma atividade permanente. Ela não é episódica. Não sei se vai ser possível, não sei o que essa comissão que está julgando, por exemplo, os institutos nacionais vão fazer. Mas de alguma forma o apoio ao Espírito Santo, ao norte, nordeste e centro-oeste vai ser mantido. Posso garantir isto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pelas considerações finais, Sr. Marco Antonio Zago. Obedecendo a ordem, o Sr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC. Também dois minutos. Por favor.

SR. JACOB PALIS: Então, o professor Zago já agradeceu a esta Casa por nos acolher e eu também já manifestei isso e o Marco Antonio Raupp a mesma coisa. Então vamos direto a outros pontos. Eu queria propor em nome da SBPC e da ABC que nós tivéssemos uma sessão aqui nesta Casa, talvez com o Presidente Wellington lançando a idéia ou o Senador Casagrande, que está sempre conosco, para lançarmos essa proposta da ABC. Isto está sendo também feito na Câmara daqui a pouco, mas [soa a campai-

nh] esse livreto eu reservaria para o Senado. Com essa proposta.

E segundo, eu queria enfatizar o que foi colocado pelo Marco Antonio Zago de que nós precisamos trabalhar juntos para melhorar o marco regulatório das atividades de Ciência e Tecnologia. Que a gente tenha responsabilidade, transparência, mas também flexibilidade de atuação. Aí o papel dos senhores será muito fundamental. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado Sr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC, e passaremos agora ao último convidado, Sr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, para suas considerações finais por dois minutos.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, Presidente. Queria levantar uma outra desigualdade que nós todos já abordamos aqui, mas é... Eu classificaria como desigualdade geracional. As instituições de Ciência e Tecnologia no país estão ficando velhas. Sabe por quê? Porque não está havendo renovação. A maior dificuldade é contratar novos talentos, incorporar novos talentos a essas atividades. Aí nós temos um problema que está ligado também ao marco legal. Porque evidentemente que a sociedade não quer encher o governo, as atividades do governo com novos funcionários. Existem várias objeções a isso. E o requerido pelas atividades de Ciência e Tecnologia é muito mais do que existe. Até para se renovarem. Entrar as novas gerações. É preciso dentro dessa questão geral do marco regulatório ver, tratar a questão aí [soa a campainha] de uma nova carreira com mais flexibilidade para essas atividades de Ciência e Tecnologia. Para gente não perder o momento que nós estamos tendo nesse momento. E incorporar esses jovens talentos que esses que vão continuar a luta aí para o futuro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Sr. Marco Antonio Raupp, que realmente me enganou. Pensei que ele ia passar dos dois minutos, mas ele... Me enganou, sinceramente.

Queria fazer as considerações finais também, acho que foi um grande momento, TV Senado, agradeço, porque como bem colocou o Senador Casagrande, é uma maneira de popularizar a Ciência e Tecnologia. E a TV Senado contribui bastante. Então, também o Presidente Lula falou algum tempo atrás, Senador Casagrande, em criar o Ministério do Mar. E algumas pessoas questionaram. No entanto, é muito importante. Senador Flexa Ribeiro, eu estaria encerrando essa Audiência Pública, mas V. Ex^a chegando, não sei se

tem alguma consideração. Não? Podia estar acompanhando do seu gabinete, ou...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Wellington Salgado, Srs. Senadores, senhores convidados. Quero só me desculpar. Eu estava numa reunião no Ministério da Agricultura da maior importância para a questão da revisão do Código Florestal e não pude chegar a tempo de assistir as palestras e fazer o questionamento. Mas vou tomar conhecimento pelas notas taquigráficas e seguir a orientação do nosso presidente que com certeza ele visa a melhoria do nosso país em todos os sentidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Flexa Ribeiro, inclusive... É bom termos também a palestra por DVD, né? Teremos aí gravado. Então tem assuntos interessantes, eu fiquei muito satisfeito com o grau de conhecimento que eu adquiri nessa Audiência Pública.

Então, nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2008.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de novembro de dois mil e oito, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Expedito Junior, Flávio Arns, Gim Argello, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Demóstenes Torres, João Tenório e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 691, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que "Dispõe sobre a exibição pública de Modelo cujo índice de massa corporal inferior a dezoito." A relatora designada é a Senadora Ro-

salba Ciarlini e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 203, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", para tornar obrigatório o inventário florestal digital." O relator designado é o Expedito Júnior e o parecer é pela rejeição. É aprovado requerimento para realização de Audiência Pública, de autoria do Senador Renato Casagrande (Item 01 – Extra-Pauta). A matéria fica sobrestada nesta Comissão, até a realização da Audiência Pública. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet." O relator designado, ad hoc, é o Senador Virgínio de Carvalho e o parecer favorável, com a emenda nº 01 – CCT, e voto contrário do Senador Renato Casagrande, é aprovado. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 27, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Charqueadense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Charqueada, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 214, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cosmorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmorama, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 212, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade - cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 209, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tupãssi para Executar Serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 206, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Exe-

cutivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Recanto das Emas - Aremas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gim Argello e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis.

Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 80, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequências modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis.

Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 180, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 192, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 210, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Virgínio de Carvalho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores, Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Gim Argello e Rosalba Ciarlini, requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos e projeto, com o que todos concordam. “**Extra-Pauta,**

Item 01: Requerimento nº. 18, de 2007-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, “... nos termos do artigo 93, inciso I, do regimento interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “(...) torna obrigatório o inventário florestal digital”, com a presença de convidados, cujos nomes encaminharemos posteriormente.” O requerimento é aprovado. **Item 02: Re-**

querimento nº. 19, de 2007-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado de Oliveira, que requer, “... nos termos constitucionais e regimentais, sejam realizadas duas audiências públicas, em datas a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal, com os seguintes convidados: a) para a primeira audiência, a sua excelência o Senhor Sérgio Machado Resende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; os Senhores Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); Silvio Crestana, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e, Jacob Palis Jr., Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); b) para a 2ª audiência, os senhores Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); e, à Senhora Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).” O requerimento é aprovado. **Item 03: Re-**

querimento de Informação nº 20, de 2008 - CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer, “... nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso x, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, informações sobre o conteúdo das denúncias anexadas ao presente requerimento, subscritas por Coimbra & Sant’Anna Advocacia, acerca do debate realizado em 09/07/2008, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, sobre: a) possíveis irregularidades no uso dos canais em frequência modulada que prejudicam o espectro na capital do estado de São Paulo. b) ainda, encaminhamento de emissoras de Rádio FM, para que sobre elas sejam prestadas as seguintes informações: o ato que outorgou a concessão, com base em qual legislação; local (sede) da concessão; local onde está instalada; potência autorizada (ERP máxima) e potência operativa (atual), qual o ato de outorga e a base legal da mesma.” O requerimento é aprovado. Nesse momento o Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, passa a Presidência ao Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente Eventual. **Item 04: Requerimento de Informação nº 21, de 2008 - CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que requer, “... nos termos art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Excelentíssimo Sr. Mi-

nistro de Estado das Comunicações preste esclarecimentos sobre as denúncias apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa em relação à Concorrência Pública nº 024/2001-SSR/MC, destinada à outorga de permissão de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), para a cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, formuladas pela licitante classificada em segundo lugar quanto à suposta violação do sigilo das propostas, bem como à divulgação antecipada do vencedor do certame." O requerimento é aprovado. Manifesta-se pela abstenção o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2008 – CCT**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Estúdios Reunidos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte." A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência dos relator, a seguinte matéria da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008**. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, em 05 de novembro de 2008.

Para darmos início aos trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, as sras. e Srs. Senadores que concordam com os termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Queria dizer aos Srs. Senadores que essa comissão foi uma comissão criada há um ano atrás, fará dois anos agora em dezembro, e que nós temos ainda um problema com relação ao nosso orçamento. A verba de Comissão. E que, Senador Casagrande, que está na pauta da próxima reunião do Congresso, que deverá ser hoje, para que possamos apreciar e aprovar. Conversei com os líderes do Congresso e está na pauta, para que possamos aprovar, e temos emenda de Comissão. Acredito que teremos que fazer reunião rápida, onde teremos direito a três emendas. Aí teremos que apresentar os projetos, nomear um relator e aí nós procurarmos distribuir uma... Ciência e Tecnologia, uma outra para Comunicação e outra para... Senador ACM Júnior.

Então, Item nº 01 da Pauta. Projeto de Lei do Senado, relatoria da Senadora Rosalba, que não está presente. Então, passaremos ao segundo item da Pauta. Projeto de Lei do Senado que institui a Política Nacional de Abastecimento. Relatoria do Senador Camata, não está presente. O Item nº 03 é um projeto não terminativo, que também da relatoria do Senador Expedito Júnior, que está... Com certeza vai chegar a qualquer momento.

Mas em função desse Item nº 03, foi apresentado extrapauta o Requerimento do Senador Renato Casagrande. Requeiro nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº. 230/2008 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que torna obrigatório o Inventário Florestal Digital, com a presença de convidados, cujos nomes encaminharemos posteriormente. Gostaria de falar alguma coisa sobre o requerimento de V. Ex^a.?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Eu conheço o projeto da Senadora Serys, que ela teve oportunidade de apresentar numa reunião sobre mudanças climáticas. O Senador Expedito Júnior está apresentando um parecer pela rejeição. Como eu acho que o projeto pode ser aproveitado de alguma maneira, e é o futuro do inventário florestal, do manejo florestal, se faz um inventário para depois se fazer o manejo de áreas, eu estou sugerindo que nós simplesmente ao invés de rejeitarmos ou aprovarmos o projeto, nós possamos aprofundar o debate aqui na comissão e estou propondo uma Audiência Pública, para que nós façamos um debate e aí, sim, possa-

mos subsidiar o Relator, caso ele tenha possibilidade de mudar opinião ou apresentar um substitutivo com relação a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o requerimento do Senador Renato Casagrande e fica sobrestado o Item nº 03, de autoria de Senadores Serys Slhessarenko e relatoria do Senador Expedito Júnior, até que possa acontecer a Audiência ou as Audiências Públicas.

Não terminativo. Item nº 04. Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet. Autoria do Senador Expedito Júnior e relatoria *ad hoc* Senador Virgínio de Carvalho. Parecer favorável com a emenda oferecida.

Observação: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ. Observação 2: Na reunião de 15/10 foi concedida vista coletiva e não foram apresentadas manifestações por escrito. Observação 3: A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/10/08. Vamos direto à votação? Deseja acrescentar alguma coisa, Senador Virgínio?

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Presidente, eu creio que pode ir direto à votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Diga, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): À vontade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A proposta e o projeto, ele libera e, na verdade, tira a Internet das normas da Legislação que rege a propaganda eleitoral.

A Internet hoje é jornal, a Internet hoje é televisão, a Internet hoje é praticamente tudo. Então, eu a princípio me posiciono contrário ao projeto, porque acho que é um posicionamento liberal com relação à Internet que hoje concentra... Há uma convergência de todos os meios, todos os tipos, da forma de comunicação e se você não tem nenhuma regra e nenhum limitador, acho que isso pode não ser bom, no momento que nós não conseguimos votar uma reforma política você aprovar um projeto pontual como este. Então, portanto, o meu posicionamento - já pedindo aí ao Senador Virgínio que

possa compreender minha posição - a minha posição é contrária ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão quem queira fazer alguma consideração. Senador Cristovam, o homem da educação, nesse Senado. Tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu, diferentemente do meu querido Casagrande, eu sou favorável por duas razões. Uma, política técnica. A política porque é democrática. E a técnica porque é impossível impedir que a propaganda seja feita pela Internet. Daqui para frente os meios que a gente vai ter à disposição, para usar a Internet, vão ser tais que ninguém vai conseguir impedir. Então, por que tentar impedir uma coisa que não vai se conseguir? É um avanço técnico. Tem certos avanços que ninguém consegue frear. Ainda que fossem esses avanços negativos. Mas esse eu acho que é positivo. Esse avanço é positivo.

Você é dono de uma rádio, a pessoa não - desculpe - uma pessoa é dona de rádio, é dona de televisão e consegue usar a televisão e a rádio, fazer publicidade política discretamente. Por que impedir uma pessoa que tenha um computador e uma rede de usar para fazer divulgação? O que a gente deve impedir é que se divulgue aquilo que a gente tem que tentar impedir e nem sempre está conseguindo, que são mensagens falsas, que são mentiras. Mas isso daí a gente tem que acionar a polícia, quando houve isso. Então, eu me manifesto, Senador Casagrande, extremamente favorável a esse projeto, por ser democrático e porque tecnicamente é impossível a gente impedir que a Internet seja usada cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso discutir novamente, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): À vontade, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A minha preocupação é porque você tem um período de registro de candidatura. Você registra a candidatura até o dia 05 de julho, antes disso você não tem candidato. É lógico que antes disso pessoalmente, na relação pessoal, as pessoas podem fazer as suas articulações políticas, mas não podem usar o meio de comunicação.

Ninguém tem dúvida hoje que a Internet é rádio. A Internet hoje é rádio. A Internet hoje é jornal. A Internet hoje é televisão. A Internet hoje converge todos

os meios e as formas de comunicação. Então, como o debate é um debate novo, nós estaríamos adotando uma posição liberal para que nós pudéssemos começar uma campanha, um ano antes de fato de uma candidatura ser registrada. Então, a pessoa poderia estar usando a Internet para fazer campanha já antes de fato de ter um registro de candidatura. Não só... Todo mundo pode usar. Quem defende o projeto, todos podem usar. Podem. Mas você vai entrar num nível de desorganização muito grande, de um processo de disputa eleitoral antes de de fato uma candidatura ser registrada. Por isso da minha preocupação e do meu posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A contra da contra [risos]...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que esse debate é positivo, Senador. Do ponto de vista formal, as eleições são no dia 05. A partir daí de julho que se pode usar rádio, televisão. Mas do ponto de vista informal, as campanhas agora vão ser permanentes. As pessoas vão estar permanentes em campanha. Inclusive, gente que não vai ser candidato, gente que não é do partido.

Há campanhas por movimentos, há campanha por idéias, há campanha por propostas. Do ponto de vista formal, só a partir do dia 05 e quem estiver inscrito, quem estiver filiado, portanto, que o Brasil não tem a possibilidade - que eu pessoalmente defendo - que você pode ser candidato até independente. Alguns acham que isso criaria o caos. Alguns defendem eliminar partidos pequenos. Eu acho que no caos ideológico do Brasil, não tem nem porque a gente ter as amarras dos partidos. Eu defenderia até que pudesse ser independente candidato, desde que a pessoa tenha sua idéia.

Então, eu não vejo como ter prazo para começar a usar a Internet. E se não tem prazo, eu não vejo como impedir. Além disso, eu acho que é democrático. Porque quem tiver um computador pode usar. Diferente de uma rádio. Diferente de uma televisão. Mas olha, não vai demorar, a gente vai ter televisão, que eu já vi, já participei de debate, pelo computador, a televisão mesmo. Vai ser ótimo. E aí a campanha um dia, talvez, seja muito mais anárquica do que hoje. Talvez seja. Aliás, a democracia tem uma pitadinha de anarquia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu considero V. Ex^a. um dos precursores da anarquia na política. V.Ex^a. chega a passar de ser liberal. Quase anárquico, digamos assim. Quase anárquico.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu não gosto de fazer brincadeira com as coisas, mas é mais fácil um cabeludo do que um careca [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. É verdade. Eu concordo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas voltando, então, eu creio que esse é um bom debate e eu só sou favorável, mas esse debate poderia demorar aí um tempo mais. Além disso, o seu parecer eu acho muito consistente, devo dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Nós temos, de fato, como entrou num debate da anarquia, nós temos de fato a necessidade de avançarmos nas possibilidades, nos instrumentos, para que a gente possa consolidar a democracia. Meu medo é que sem uma regra, a gente de fato caminhe para a anarquia. Então, a minha preocupação é essa.

É lógico que - eu repito - a Internet é um meio que muito mais gente pode usar, não só quem tem estrutura financeira. Muita gente pode usar a Internet. Então, você não teria muitas dificuldades de que um candidato rico use, que um candidato pobre também, ele terá condições de usar a Internet. Lógico que com métodos diferentes, meios diferentes, com organização diferente, com marketing diferente. Mas nós estamos sendo injustos até com os meios tradicionais de comunicação, que você está limitando em rádio, você está limitando em televisão, está limitando em jornal e você está permitindo que um meio de comunicação, que é a rede mundial de computadores, que converge tudo, possa usar sem nenhuma regra, sem nenhuma regulamentação.

Então, a minha preocupação é essa, talvez esteja sendo conservador, pelo meu perfil, mas é uma preocupação que eu tenho. nessa preocupação se vamos votar, votaremos contrariamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu acho que a utilização pela Internet seria possível, desde que houvesse parâmetros de regulamentação. Eu acho que uma livre utilização que pode vir denegrir ou vir prejudicar algum candidato, numa disputa, isso pode ser perigoso se ela for amplamente liberada. Com alguma regulação, eu não seria contra, jamais. Acho que deveria se permitir, desde que com alguma regulação, com alguns limites a serem previs-

tos, para evitar abusos e acusações inverídicas, que depois até que se comprove, seria danoso a algum candidato. Então, a gente tem que ter um pouco de cuidado. Eu não sou contra, mas acho que a gente teria que ter cautela em relação a alguma regulação para esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só citar um exemplo, eu não vou falar nomes aqui, mas eu tive uma experiência muito forte da força da Internet. Na própria eleição, em Belo Horizonte, no qual foi vencedor, o candidato do partido de V. Ex^a. Um determinado artista colocou um videozinho na Internet onde copiava o nosso candidato do PMDB, que era o Quintão, e fazia, no final fazia uma graça e fechava. Resumindo, esse vídeo foi visto por um milhão de pessoas, na Internet. Um milhão de pessoas. Isso quem me disse foi o próprio artista. Tive a oportunidade de estar com ele, e eu não tinha visto. Na hora entramos lá e vimos e participamos do produto que ele fez. Quer dizer, com certeza ele deve ter atendido ali uns 20%. Uns 200 mil votos pode ter mudado com a condução que ele deu àquela imagem, ele como ator, um grande ator que é - não vou citar o nome aqui - e fez um milhão de acesos nesse videozinho que estava na Internet.

Alguna consideração mais, Senador Cristovam?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero, sim.

O Senador Antônio Carlos trouxe uma preocupação corretíssima contra a infâmia, contra mentiras. Mas isso já há regras, para os jornais. Os dons de jornais de vez em quando põem matérias que deixam a gente lá embaixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Jornais, televisão e rádio.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Jornais, televisão e rádio. E estão aí usando isso. Aí você tem que ir para justiça. A mesma coisa se fará com a Internet. Com uma diferença, às vezes é difícil localizar. Os *hackers* conseguem colocar coisas de maneira que nem localiza. Mas esses, não adianta fazer regra para eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já estão fora do sistema.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, esses estão fora.

Agora, veja bem, se a gente limita para os que fazem decentemente e deixa livre para os clandestinos, é pior. Então, vamos deixar isso livre e há regras

que servem para o jornal, rádio e televisão, que sejam usados também para--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aí eu concordo. A partir do registro da candidatura, a propaganda na Internet é... Partindo do registro de candidatura, a propaganda é livre.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Agora, o Senador Cristovam chegou no ponto exato que resolve o problema. Ou seja, se nós adotarmos as regras dos meios de comunicação, da mídia--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não... Um momento aqui. Eu falo em regras nos meios de comunicação--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --para tudo. Não só durante o período eleitoral.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): [ininteligível] Perfeito. Perfeito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Falo todas as infâmias que a gente lê nos jornais todos os dias por aí. Tem regras. Tem regras, não. Tem leis. Agora, definir que a Internet só entra a partir do dia, não deixa de ser uma conciliação que poderia chegar. Poderia chegar como uma conciliação. Mas não vai ser efetiva. Porque as pessoas vão fazer antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E ele vai fazer dizendo que não é candidato. Porque ele só é candidato a partir do momento que... Poe a candidatura.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E olha, o Senador Wellington, com a capacidade de prever que ele tem, marcou a data certa para debater isso. Ontem, os Estados Unidos mudaram, porque um candidato negro usou a Internet, basicamente isso. Não vamos diminuir o carisma dele--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas num período limitado, Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Nada disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele fez propaganda até no dia da eleição.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lá não tem isso. Lá não tem limite.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Lá tem propaganda até no dia da eleição.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lá não tem limite.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Você tem... A partir de um período você pode receber doações pela Internet, a partir disso pode fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas ele estava fazendo propaganda, pedindo voto no dia da eleição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aqui também pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Lá pode até no dia da eleição. Ligar, pedir voto... No dia?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi, sobretudo, o carisma dele.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lá quase não tem regra. E até porque cada Estado faz a eleição da maneira que sua Constituição diz.

Então, foi o carisma dele, obviamente, que criou essa onda a favor que ninguém imaginava três meses atrás. Há um ano uma pessoa me disse que ele seria o próximo Presidente. Eu ri. Foi esse Investidor Jorge Soros(F), que eu tenho um certo relacionamento pessoal e durante um jantar em São Paulo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem aplicação, não é? [risos].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Isso quebra a amizade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tenho certeza que V. Ex^a. não tem. Tenho certeza que V. Ex^a. não tem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E ele disse: O próximo Presidente será o Obama. Eu ri. Três meses atrás ninguém imaginava.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se tivesse não estaria rindo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Teria comprado umas televisõeszinhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, se depois puder...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas pelo atraso, que fui fazer um exame e lá demoraram um pouquinho.

Mas é interessante o projeto que V. Ex^a. relatou, porque conversando lá no MERCOSUL, eles estavam comentando a eficácia da Internet, principalmente do Barack Obama, que fez a arrecadação de fundos, a

grande maioria, através da Internet. Inclusive, teve que devolver da tia, que era clandestina, 256 dólares que foram doados pela Internet. E ele fez a devolução, sob o argumento que não aceitava dinheiro de clandestino. Então, foi uma coisa assim um pouco maldosa que fizeram ali, mas... Outra coisa.

Mas a Internet, nós ainda não temos a consciência correta de como usá-la. Não é, Senador? Acho que vem uma regra... E não se pode impedir os outros meios de comunicação. Já são tão restritos, porque você vê que o Barack Obama fez 10 programas, pagos pelo bolso, na mesma hora, por 30 minutos cada um. Com liberdade total, pagos da campanha. Pagos pelo dinheiro da campanha.

Aqui o senhor pega... O Senador ACM Júnior, Senador, V. Ex^a. que conhece bem o programa de televisão, o senhor pega um partido político, os candidatos da parte proporcional não têm vez. Escolhem três ou quatro para dar estímulo, porque tem mais chance de vitória, e o resto aparece um segundo, dois segundos, com nome. Quer dizer, ninguém tem uma participação ativa na campanha eleitoral como deveria ser para a população conhecer todos os candidatos. Ele não conhece 10% dos candidatos de cada partido.

E esse tempo de... Pelo número de parlamentares também é um pouco agressivo, porque tem gente que tem tempo... É claro que quando tem maior número de parlamentares, tem o direito a um tempo maior, mas não pode ser tão exagerada a diferença entre os candidatos. Nós temos que ter a reforma político-partidária porque vai diminuir o número de partidos. Acho que não tem jeito você fazer um debate de oito candidatos. Não dá tempo de você analisar nada. Porque eu pergunto para o mais fraco ou pergunto porque está na frente a serviço do outro. Quer dizer, fica um negócio muito confuso. Acho que as regras têm que ser estabelecidas. E essa recuperação das regras da telecomunicação, eu acho que é importante continuar e quando houver uma modificação, seja global.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos à votação. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Voto contrário do Senador Casagrande. Está aprovado o projeto, com o voto contrário do Senador Casagrande. Consta em Ata.

Passaremos agora...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, o senhor permite, pela ordem, duas palavrinhas só?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Apenas para cumprimentar V. Ex^a. porque aquela última Audi-

ência Pública sobre televisão, que foi feita nessa sala, e o senhor disse que arrumou um monte de problema, está lembrado, Senador? Eu recebi do Ministro Sardenberg, que foi muito gentil, através da Agência Nacional de Telecomunicações, uma informação sobre a denúncia, apresentada aqui, de rádios clandestinas, na região de Foz do Iguaçu, do lado do Paraguai ou argentino, que negociavam e transmitiam comunicações, para o lado brasileiro.

Eu apresentei da Comissão Especial de Tecnologia e Segurança do MERCOSUL e os representantes da Argentina e do Paraguai se comprometeram a investigar e eu fiquei de apresentar uma resolução correspondente àquilo que aqui foi denunciado. Então, nós tivemos uma boa virtude em levar a denúncia que foi apresentada nessa Audiência Pública, que V. Ex^a. parece que tem uma segunda a ser verificada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria aproveitar o momento de V. Ex^a., queria ler aqui e aproveitar, apresentar um requerimento extrapauta.

Naquele momento que nós fizemos aquela Audiência Pública, onde nós marcamos um grande momento no Senado Federal e na Comissão de Comunicação. Por quê? Porque uma série de coisas erradas que estão acontecendo na rádio, televisão... Vamos citar... Não é só o caso de São Paulo, da Avenida Paulista, mas citar casos que estão acontecendo no Brasil inteiro.

E, Senador Romeu Tuma, como nós tivemos aquela Audiência Pública que teve uma repercussão muito grande por parte das pessoas que estão dentro das regras, que são estabelecidas pela Constituição, pelas Portarias, pela Legislação em vigor, eu tomei a frente de pedir informações sobre isso, depois daquela Audiência Pública, começaram a acontecer coisas estranhas, pessoas ligando para o meu gabinete, pedindo informações do que eu tenho, do que eu não tenho. Eu falei: "Olha, tudo meu está na Internet, no nosso, como todo Senador tem seu Imposto de Renda na Internet".

Então, eu queria dando continuidade àquela Audiência Pública, eu queria que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, criada na Resolução nº. 01/2007, tem como uma de suas competências regimentais, emitir opinião sobre os temas relacionados à comunicação, à imprensa, à radiodifusão, à televisão, à outorga e renovação de concessão, à permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens.

No Parlamento nacional tem como... Bem como a qualquer de suas comissões temáticas, compete fiscalizar os atos praticados pelo Poder Executivo, por comparecimento espontâneo do Ministro de Estado,

para exposição de assuntos relevantes ao Ministério, por convocação de Ministro de Estados ou de quaisquer titulares de órgãos subordinados diretamente à Presidência da República, para prestar informações sobre assuntos de interesses inerentes ao seu comando. Por pedidos escritos de informação, sendo que nesses dois últimos casos, a ausência sem justificativa adequada e a recusa ou não atendimento, bem como a prestação de informações falsas, ambas constituem motivo de enquadramento da tipificação própria dos crimes de responsabilidade, previstos na Lei nº 1.079, de 1950.

No âmbito da competência fiscalizatória da Comissão de Ciência e Tecnologia vem se pautando nos escritos ditames dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em especial no que diz respeito à temática das telecomunicações; tem atuado na produção legislativa das outorgas e concessões de serviço público e telecomunicações, no aperfeiçoamento dos procedimentos legislativos para tornar mais transparente a dinâmica das concessões de radiodifusão sonora e de sons e imagens; tem promovido inúmeras Audiências Públicas sobre a temática, tem consultado à exaustão os principais atores das telecomunicações, no Brasil e no mundo, e envidados esforços para prover o setor com um regramento moderno e facilitador do crescimento e desenvolvimento da comunicação brasileira.

Devo insistir, que igualmente cabe à Comissão receber, e se for o caso, intermediar demandas providas de segmentos interessados, que se mostram relevantes para a sociedade. Nesse particular, informo aos membros dessa Comissão e aos demais que nos ouvem nesse momento que recebi, na qualidade de Presidente da CCT, carta subscrita pelo escritório de Advocacia Paulista Coimbra e Santana, em que relata a situação relativa à existência de possíveis irregularidades no uso de canais, em frequência modulada, que prejudicam o espectro radiofônico, na capital do Estado de São Paulo; em que se figura o caso em que determinadas emissoras de rádio, cujas outorgas legais fixam uma potência, mas operam em potência muito superior. Encaminham, inclusive, rol de emissoras que têm as suas sedes em uma localidade e operam também em outra localidade.

Dessa forma, entendo conveniente suscitar pedido de informação ao Ministro de Estado de Comunicações, bem como fazer encaminhamento de expediente ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, para que, tomando conhecimento de eventuais irregularidades das operações descritas pela carta denúncia, possam responder a essa CCT e tomar as

providências que sejam cabíveis, sob pena da imputação de crime de responsabilidade.

Tais informações certamente trarão conteúdo que possa subsidiar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como permitir ao Ministério Público Federal dar prosseguimento às proposituras das medidas legais cabíveis. De tal sorte, rogo a V. Ex^a. que compreendendo a gravidade da denúncia, estejam atentos ao desenrolar da situação, que seguramente aflige não só as permissionárias, como também toda a sociedade.

Muito obrigado, Senador Wellington Salgado.

Diante disso, eu apresento extrapauta um requerimento, nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, informações sobre os conteúdos das denúncias anexadas ao presente requerimento, subscrito por Coimbra e Santana Advocacia, acerca do debate realizado em 09/2007, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, sobre possíveis irregularidades no uso de canais de frequência modulada que prejudicam o espectro na capital do Estado de São Paulo. Ainda encaminho relação de emissoras de rádio FM, em que sobre elas sejam prestadas as seguintes informações: O ato que outorgou a concessão, com base em qual Legislação; local; sede da concessão; local onde está instalada; potência autorizada [ininteligível] máxima e potência operativa atual; qual ato de outorga e base legal da mesma. Eu pediria a...

Justificativa, não é? O requerimento justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão dos órgãos sujeitos à fiscalização nesse Senado Federal. E, em segundo lugar, tendo em vista a dúplice problemática: primeiro está relacionado com as emissoras que detêm concessões, mas não respeitam suas outorgas originárias, e o segundo problema pertine ao fato de que as rádios piratas, que estimulados por tal senso de impunidade, entende-se livres para irradiar, em absoluto prejuízo, do espectro. De modo que é imperioso investigar o espectro para constar sua real situação, no sentido de verificar se realmente existem emissoras operando fora de suas outorgas ou rádios que não se enquadrem na potência operando, portanto, em potência irregular. Rádios que operam fora do local autorizado, rádios que operam em desacordo com a norma de 600 quilohertz e, por fim, a forma de obtenção de outorga, junto ao Ministério das Comunicações.

Sabidamente o presente questionamento discute o interesse difuso que afeta a sociedade, transmissão radiofônica é uma outorga pública. As concessões são

deferidas àqueles que se mostram aptos a exercitarem [ininteligível] público, ou seja, a irradiações notícia de proporcionar momento de lazer para a população, especialmente aos hipossuficientes.

Dispõe a Constituição Federal que o não atendimento no prazo de 30 dias, despedido informações enviadas por qualquer das Casas Legislativas, importem em crime de responsabilidade, assim definidos pelo art. 3º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 50. Assim, convicto de ser causa meritória é que rogo aos nobres pares a aprovação do presente requerimento de informações.

Pediria à Secretaria que passasse cópia dessa denúncia, que chegou à comissão, para que os senadores pudessem tomar ciência e nós passaríamos à votação ao final.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Colocação sobre isso, acho que é importante, mas a Polícia Federal com a operação de identificar e processar as rádios clandestinas, onde estejam fora dos padrões. Mas sempre depende de algum apoio da ANATEL para identificar e a efetiva participação, na polícia, é muito pequena. Até pelo número de pessoas que possa fazer esse tipo de operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): De maneira que acho que é importante essa decisão de V. Ex^a.--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que é importante aquela Audiência Pública que nós convocamos, eu assinei com V. Ex^a. também, não sei se mais algum Senador, e acabou demonstrando tudo que está acontecendo na radiodifusão. Sinta-se... Como exemplo, não queria citar o Estado de V. Ex^a., mas é que é uma região nobre, que é a Paulista, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que é uma região muito nobre, muito cara. Então, alguém consegue uma concessão numa cidade vizinha por... Vamos supor, 500 mil reais e bota lá a antena em São Paulo que passa a valer 30 milhões de reais uma rádio naquele setor.

Então, isso tem que saber o que está acontecendo. Se está autorizado, recebi a carta denúncia, depois de quem audiência--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E tem o econômico entrando também, não é? Porque valoriza demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero saber por que está acontecendo e me mandou uma série de rádios que estão com concessões em outros locais. A informação que chegou para mim. Então, eu quero que o Ministério... A informação apure, para que a gente possa trazer para a comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aquele perdido de ofício, V. Ex^a. mandou para o Ministro Sardenberg, ele imediatamente mandou com documentação enorme. E foi uma cópia e eu levei para o MERCOSUL, porque a maior denúncia era a preocupação com as aeronaves que pousavam naquela--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Naquela audiência, nós ouvimos aqui, um comandante entrou numa rádio na hora de pousar, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É. Na hora de pousar. E trouxe a fita, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Trouxe a fita.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi. Escutamos aqui a fita. Com a palavra, o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Presidente, da mesma forma, o mesmo assunto que está em tela agora, gostaria também de que o senhor colocasse, a Secretaria distribuisse um requerimento, também nos termos do art. 50, quando eu estava... Nessa semana que o senhor não esteve, Sr. Presidente, chegou uma denúncia da mesma forma, da mesma forma como V. Ex^a. está colocando, eu também estou pedindo ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Telecomunicações esclarecimento sobre essa denúncia de um segundo colocado na licitação, que se prejudicou... Então, dentro disso, eu também gostaria de receber informações. É uma rádio na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, já saiu até matérias nos jornais sobre isso. Então, da mesma forma eu gostaria que essa comissão tivesse todas as informações pertinentes a esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim Argello, eu queria dizer o seguinte: eu queria botar em votação o requerimento e pediria que, no caso desse

requerimento de V. Ex^a., alguém assumisse a Presidência. Porque eu não gostaria de estar na Presidência, na votação de requerimento de V. Ex^a. E conduziu, o Senador Flexa Ribeiro, se pudesse conduzir a votação.

Primeiramente queria votar o requerimento que eu apresentei extrapauta. Srs. senadores que estão de acordo com o Requerimento que apresentei permaneçam como estão. Aprovado. Eu pediria ao Senador Flexa que conduzisse aqui a votação do requerimento do Senador Gim.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos colocar em votação. Em discussão e em votação o requerimento do Senador Gim Argello, que solicita nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, alínea "i" e "a", 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal: requeiro que o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Telecomunicações preste esclarecimentos sobre as denúncias apresentadas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa, em relação à Concorrência Pública nº. 024/2001, SSR/Ministério das Comunicações, destinada à outorga de permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, para a cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, formuladas pela licitante classificada em segundo lugar contra suposta violação do sigilo das propostas, bem como a divulgação antecipada do vencedor do certame.

Em discussão. Não havendo... Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estou de acordo. Só depois se pudesse dar uma cópia, para gente, desses requerimentos, eu agradeceria. Estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicito à Secretaria que encaminhe uma cópia do requerimento a todos senadores da comissão.

Alguns outros senadores gostariam de se pronunciar sobre o requerimento? Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão. Em votação. Aprovado por unanimidade.

O Senador Wellington Salgado se absteve de votar o requerimento do Senador Gim Argello. Eu retorno a Presidência da comissão ao Senador Wellington Salgado.

[troca da presidência]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, tenho um requerimento também para pedir para entrar em extrapauta, se for possível. Re-

querimento de Audiência Pública, assinado por mim e por V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro. Poderia ter a honra de ler o requerimento, Senador Casagrande? V. Ex^a. quer ter a honra de ler o requerimento que nós assinamos?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Solicito sejam realizadas duas Audiências Públicas, nessa Comissão, com os convidados que especificam, objetivando sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência e Tecnologia, Inovação na Amazônia Legal.

Eu compreendo que o Sistema de Tecnologia, o novo Sistema de Ciência e Tecnologia, de Inovação é base para um novo modelo de desenvolvimento, que possa agregar renda, que possa gerar emprego na Amazônia. Por isso nós tivemos um primeiro debate aqui na semana passada, que V. Ex^a. acompanhou. A Associação Brasileira de Ciência tem uma proposta, apresentou um documento, uma publicação, propondo um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia. Acho que é a oportunidade que a gente tem de fazermos um debate. Portanto, estou propondo duas audiências, porque são seis pessoas, e acho que muita gente a gente acaba não aprofundando o debate. Propondo duas Audiências Públicas, com o Ministro da Ciência e Tecnologia, com o Diretor do Instituto Nacional de Ciência e Pesquisa da Amazônia, com o Presidente da EMBRAPA, com o Presidente da Academia Brasileira de Ciência, com o Sr. Marco Antônio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, e Márcia Araújo, Coordenadora do Centro de Biotecnologia da Amazônia, e Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Mello Leitão é no Espírito Santo.

Então, estou propondo para que a gente possa ter como base, para novo modelo de desenvolvimento na Amazônia, os investimentos em novos centros de pesquisa na Amazônia, uma rede de desenvolvimento de novas tecnologias, de pesquisa em ciência, naquela região da Amazônia, que é fundamental porque o modelo tradicional usado por nós aqui, no centro-sul, é modelo que não se aplica na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, em votação o requerimento apresentado... Para discutir, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não. Não quero discutir. O Senador tem razão. Apenas nós precisaríamos também solicitar informações de todos os novos institutos, que foram criados na região amazônica recentemente, para pesquisas. Me parece que

este é o objetivo do requerimento do Senador, com o qual eu concordo, mas trazer alguém que conheça profundamente. O Ministro. Que lá foram criados vários institutos em pesquisa até na área médica. Então, é um desenvolvimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acrescenta ao requerimento?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não. Acho que já traz aqui. Traz as informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Então, em votação o requerimento do Senador Casagrande. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Acho que nós temos quadro qualificado, temos comissão qualificada para votar os projetos terminativos. Temos *quórum*? Temos *quórum*. Então, Senador Romeu Tuma, vamos direto a V. Ex^a.

O Item nº 05 da Pauta. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Charqueadense, que é o Item nº 05, e o Item nº 06, também de V. Ex^a. é o Relator, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cosmorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmorama, Estado de São Paulo. Com a palavra, V. Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que aprova o ato de permissão à Rádio Charqueadense FM Ltda, na cidade de Charqueada, Estado de São Paulo. É pela aprovação. O nº. 06. Do mesmo modo apresentados os documentos pertinentes é pela aprovação da radiodifusão comunitária, na cidade de Cosmorama. São os dois que V. Ex^a. designou para relatoria. O nº 07 é do Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eduardo Azeredo. Senador Flávio Arns. Pediria a V. Ex^a. para... Como Relator *ad hoc* que lesse.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não. Da mesma forma, autorização à Associação Comunitária Cidade - Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária em Três Pontas, Estado de Minas Gerais. Pela aprovação. Flávio Arns. Item nº 08. Idem. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tupãssi para executar serviço de radiodifusão na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná. Também pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos à votação, em bloco, ao final, visto que o projeto é terminativo e votação nominal. Cidade do Distrito Federal, não está presente o Senador Cristovam Buarque,

claro que eu vou passar, como Relator *ad hoc*, ao meu querido amigo Gim Argello, que representa muito bem o Distrito Federal. V.Exª com certeza... É aqui o Item nº 09 da Pauta, Senador.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, é uma rádio comunitária na cidade satélite do Recanto das Emas, uma associação do Distrito Federal e o voto que, com muito orgulho, eu coloco é voto favorável, que vem acompanhando o voto do Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Passaremos à votação ao final, visto que é projeto terminativo e é nominal. Item nº 10 da Pauta, Senador Valter Pereira. Grande representante do PMDB, no Estado. É o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado do Mato Grosso do Sul. Tem a palavra V. Exª.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, chega a esta comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 80/2008 que aprova o ato de outorga à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49/12, combinado com art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 80/2008 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para implorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório do Senador Valter Pereira. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação final, visto que o projeto é terminativo e a votação é nominal.

Senador Flexa Ribeiro. O Item nº 11 da Pauta, uma rádio para a cidade de Belém, a qual V. Exª. teve a oportunidade de comer naquele restaurante, no jan-

tar, ao lado daquele rio bonito... Qual é o restaurante, aquele rio?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mangal das Garças.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um ambiente muito agradável, quando fui assistir aquele jogo da Seleção Brasileira, já tem bastante tempo. Está merecendo um convite outra vez para visitar a terra de V. Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª. será sempre bem-vindo a Belém, como nossos outros companheiros.

Belém é a capital da Amazônia. É uma cidade hospitaleira que recebe a todos com muito carinho. Então, estão todos convidados. V.Exª há muito tempo que não vai até lá.

O Projeto de Decreto Legislativo nº. 180, de 1999, nº. 24, de 1999 da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

Senador Wellington, essa Rádio Rauland é uma rádio que eu lembro do meu tempo ainda de criança, era uma rádio de uma família amiga nossa que começou sonorizando a área comercial do nosso Estado. Era uma sonorização por cabo, por fio. Depois ele foi evoluindo, colocou um sistema de som ambiente e, por fim, conseguiu a outorga muito justa de uma rádio. E aqui nós temos a satisfação de prorrogar, de renovar, melhor dizendo, renovar essa outorga.

Toda documentação que acompanha o PDS nº. 180/99 não evidenciou das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. E não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará, na forma do projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Senador ACM Júnior deseja acrescentar alguma coisa? Não? Em discussão a matéria. Passaremos à votação em bloco, visto que o projeto é terminativo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Rosalba, uma das mulheres mais bem votadas de todo

o Estado de V. Ex^a. Eu sei que foi um sucesso nessa última votação. A base eleitoral garantida.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu queria antes pedir para que fosse colocado, como extrapauta, o projeto 216/2008, que eu sou Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já mandamos requisitar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Chegando botaremos em pauta, se assim autorizarem os Srs. Senadores.

Passaremos, então, aproveitando V. Ex^a., representante da mulher brasileira, da mulher no Senado, já que temos o Item nº 12, que a relatoria seria da Senadora Fátima Cleide, pediria a V. Ex^a. que relatasse como Relatora *ad hoc*. O Item nº 12, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia. Com a palavra tem V. Ex^a.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um minutinho, Presidente. V. Ex^a. como sempre... Item nº 12.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Item nº 12 da Pauta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto... Só o voto, não é?

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 192/2008 não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É esse o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Senadora Rosalba, enquanto vem o requerimento aqui, então, vamos passar ao Item nº 13.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu querido

amigo Senador Virginio. Vamos votar V. Ex^a. assim que eu relatar o Item nº 13.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Virginio de Carvalho, tem a palavra V. Ex^a. para relatar o Item nº 13.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS nº 210/2008 não evidenciou violações da Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados. Portanto, o voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação no final. Senadora Rosalba, o Item nº 01... Requerimento extrapauta. Senadores que estão de acordo para que colocamos extrapauta o relatório de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, que aprova o ato que outorga permissão à Estúdio Reunido Ltda. os que estão de acordo com esse requerimento extrapauta permaneçam como estão. Aprovado. Tem a palavra V. Ex^a., para relatar o item.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente.

O voto com relação ao Projeto nº 216/2008 é pela aprovação, Sr. Presidente. Se trata da outorga permissão à Estúdio Reunido Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Gonçalo do Amarantes, Estado do Rio Grande do Norte. Na forma do Projeto de Decreto Legislativo originado da Câmara dos Deputados. É esse o voto. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Senadores que estão de acordo... Não que é votação nominal, que é projeto terminativo. Então, passamos à votação imediatamente dos projetos terminativos. Senador ACM concorda que passamos imediatamente à votação? Senador Renato Casagrande, como vota V. Ex^a.?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores e Reladoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria,

antes de passar ao segundo, Senador, nós temos, ao final desse ano terminam os mandatos na comissão. E nós sabemos que alguns Senadores que estão aqui têm participação ativa. Eu pediria a V. Exas que lutassem por essa comissão, foi uma comissão criada por nós, há dois anos atrás; então, tem tido um sucesso maravilhoso. Tive oportunidade de participar de um grande Congresso em São Paulo, onde foi muito reconhecida a nossa comissão, muito bem falada, muito bem... Como se diria, muito bem cortejada, digamos assim; então, queria que os senhores procurassem alguém, dentro dos seus partidos diferentes, se houver oportunidade, para assumir a Presidência para dar continuidade aos trabalhos. Só isso que eu queria falar.

Como vota o Senador Valter Pereira, que está ao meu lado?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os Relatores. Como vota o Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os senadores. Senador Virginio de Carvalho?

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Com os relatores?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antônio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Sérgio Zambiasi? Homem do rádio... O Ministro Hélio Costa ontem esteve no sul, voltou, falou que tem uma rádio... A rádio... Acho que deve ser a rádio que V. Ex^a. era interlocutor antes, que quando deu uma entrevista todo mundo, quando ele esteve lá, todo mundo tinha ouvido a entrevista, em uma rádio de audiência estupenda.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É verdade. Do grupo RBS. Nós ontem--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual é o nome da rádio?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Ministro deu entrevista à rádio gaúcha, que pertence ao grupo RBS, ontem o Ministro Hélio Costa esteve em Porto Alegre, onde ele assinou outorga dos canais digitais de televisão de alta definição, e inaugurando a primeira transmissão em alta definição, em Porto Alegre. Foi um sucesso espetacular, o Ministro Hélio Costa

foi calorosamente recebido, ele transitou pela Feira do Livro e a população de Porto Alegre o recebeu com muito carinho, reconhecendo-o como cidadão, como Parlamentar, como Senador, como Ministro, e vendo nele um grande líder nacional, acima de tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele voltou impressionado com o povo do Estado de V. Ex^a. Meia-noite e meia estávamos tomando uma canjinha, ele tinha voltado de lá, onde nós conversamos e ele falou que voltou impressionado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu tive o privilégio de retornar com o Ministro para Brasília--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, veio de carona?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --tendo uma bela conversa, foram duas horas e meia de uma conversa muito produtiva. Não é sempre que se tem uma audiência tão longa com o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bom. Como vota V. Ex^a.?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nos proporcionou aproximar as idéias e sintonizar ainda melhor o projeto nacional. O Ministro Hélio Costa é um grande líder nacional do PMDB, que se consagra no Executivo como Ministro das Comunicações, homem que conhece o setor. O Governo Lula acertou o alvo ao designar para o Ministério das Comunicações um homem que conhece o setor, que trabalhou muitos anos nas comunicações e tem a sensibilidade de quem atua e atuou tanto tempo na área. Nós tivemos o privilégio de tê-lo ontem, em Porto Alegre, em duas cerimônias extremamente importantes.

Eu acompanho os Relatores, Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Senador Cristovam Buarque, a quem eu fiz uma brincadeira ainda agora, mas sabe que é brincadeira, que eu sei que V. Ex^a. tem [ininteligível]. Depois eu fiquei arrependido de ter feito a brincadeira, mas na verdade--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Eu lhe agradeço muito. Aliás, falou...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tenho maior respeito por V. Ex^a. falei brincando e como é permitido...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Falou a verdade. E aí, sem brincadeira foi a minha. A cabeleira e a careca. Mas eu falei, brinquei de certa maneira em relação aos dois.

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Como vota o Senador Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria, inclusive, agradecer que V. Ex^a. chegou de viagem, apresentando no Senado, hoje de manhã e já está aqui e dá pra ver que V. Ex^a. está sem dormir. Claramente. Senadora Rosalba. Como vota V. Ex^a.? Que sucesso nessa eleição, que eu soube, toda a base mantida e aumentou um pouco mais. Que eu procurei me informar sobre o Estado de V. Ex^a.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com esse resultado, porque mostra que os nossos candidatos realmente estavam fazendo a vontade do povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Voto sim, Presidente. Quero parabenizá-lo pela agilidade, que através dessa comissão, o senhor tem dado aos projetos que aqui chegam, que são da mais alta importância para a comunicação, para a tecnologia, do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem. O senhor verifica que a Senadora Rosalba está no Estado mais salgado do Brasil. E ela é doce ao cumprimentar V. Ex^a., com o qual concordo plenamente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas Presidente, é porque lá existe uma coisa que poucos conhecem. O sal quando ele começa a ser feito, a primeira camadinha...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Salgado pela produção do sal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A primeira camada, aquela fininha de cima, se chama flor do sal. Então, inclusive, é um sal que tem um valor inestimável. É procurado pelos maiores *gourmets* do mundo. Que é essa flor do sal. Então, acho que é porque nós também temos o sal que é o sabor no Brasil todo, todos sentem o nosso sabor, que dá sabor agradável aos alimentos, mas tem também a flor do sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado Senadora Rosalba. Senador... Por último, nessa votação

de hoje, meu querido amigo Senador Flexa Ribeiro. Como vota V. Ex^a.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu voto com os Relatores e com as Reladoras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Então, aprovado todos os itens terminativos. Nós temos um item importantíssimo, último item de hoje.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem o um.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já que estamos terminando e parabeno a condução, tantos projetos aprovados. Eu quero chamar atenção aqui dessa comissão de algo que pode prejudicar o trabalho da ciência e tecnologia, no Brasil, a médio e longo prazo. É a tentativa por alguns Governadores de impedirem a aplicação da Lei do Piso Salarial para os professores, e o artigo dessa lei que diz que o professor fica limitado a dar seis horas de aula, por dia, no máximo, aqueles que têm oito horas de carga de trabalho.

Eu acho que isso traz duas preocupações. Primeiro, Senador Tuma: como é possível - e cinco Estados ricos entraram nisso - como é possível que um Estado, primeiro: diga que vai gastar muito, porque se ele vai gastar muito é porque paga muito pouco hoje. Porque é inversamente proporcional ao que vai gastar ao que paga hoje. Segundo: como é que eles se negam a tirar dinheiro de outras áreas, para essa área, para manter a educação funcionando com o mínimo que a lei define? Terceiro: Por que não havendo o dinheiro eles não vêm aqui pedir dinheiro ao Presidente Lula, e tem um artigo da lei que prevê essa possibilidade? Quarto: Por que manchar a nossa Constituição, dizendo que para pagar um piso salarial nacional, para ter uma regra de que o professor terá 33% de sua carga de trabalho, sob a forma de orientação de aluno, sob a forma de trabalho para corrigir deveres, por que é que para que isso não aconteça o argumento é a Constituição?

Nós estamos comemorando 20 anos. Nesse momento está havendo uma solenidade. A Constituição que impede professores de ter um piso nacional, que impede professores ter um limite, número de horas de aula, em sala de aula, essa Constituição realmente não está compatível nem com a democracia, nem com as exigências do capital conhecimento que o Brasil precisa para o futuro.

Eu quero deixar aqui marcado isso, não tenho nenhuma proposta clara para essa comissão, mas vou tentar fazer. Eu só quero dizer que está sendo criada uma bancada da Câmara e do Senado em defesa do piso. Eu gostaria de convidar os senadores dessa comissão para fazerem parte dessa bancada. Uma bancada para lutar pela manutenção da Lei do Piso Salarial. Não pode deixar que essa lei retroaja. É como se depois de promulgada a Lei da Abolição fosse impedida, fosse inconstitucional. Imagine se a Lei Áurea fosse... E um Governador de província pedisse a inconstitucionalidade da Lei Áurea. E vou dizer mais, os Governadores daquela época, da província, teriam mais razões que os Governadores de hoje. Porque de fato o fim da escravidão desarticulou, de certa forma, o setor produtivo da agricultura.

Então, eu deixo marcado aqui, faço o convite para que esses senadores façam parte da bancada, e eu gostaria que pensássemos o que fazer de fato para que fosse possível a comissão tomar uma posição e lutar para que essa lei não seja revogada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria me solidarizar com o Senador Cristovam Buarque, até porque uniformizar o piso salarial foi uma idéia de nacionalizar, principalmente o ensino básico. E a gente que acompanha de perto em algumas cidades do interior, no Brasil, [ininteligível] o Brasil inteiro, tem professores que não ganham um salário mínimo. Não ganham um salário mínimo. E tem grandes dificuldades até pelo ambiente de trabalho ser altamente negativo.

E eu queria homenagear o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Marisa Serrano, porque anteontem, durante o debate, foi proposto da crise econômica, de um documento proposto pelo Senador Mercadante, a Senadora Marisa e o Senador Cristovam apresentaram uma emenda, Senador, que eu achei importantíssima. Só que tinha sido votada. Então, ficou na Ata e provavelmente eu andei questionando se não pode ter uma nova resolução, Senador Cristovam, que é incorporar além da discussão, não só responsabilizar o sistema econômico - como diz V. Ex^a. - os bancos, mas a importância da ciência e tecnologia e educação, para a recuperação da base econômica do país e ser mais permanente do que essas crises, que às vezes tem um longo período entre elas, mas que acontece sempre.

Não sei se estou certo dentro da proposta de V. Ex^a, mas eu não posso deixar de registrar a importância da fala do Senador Cristovam e da Senadora Marisa, que é Presidente da Comissão de Educação no Parlamento do MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Vamos ao Item nº 01 da Pauta, que é o último item. Deseja fazer alguma consideração, Senadora Rosalba?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Wellington, o Item nº 01, V. Ex^a. sabe que tem uma importância muito grande, embora talvez se você analisasse de uma forma, vamos dizer assim: meu Deus, para que o Congresso estar legislando sobre isso? Porque o bom senso já seria o suficiente para evitar um projeto dessa natureza. Mas o Senador Gerson Camata, que recebeu como todos nós recebemos, uma exposição de médicos, colocando, inclusive, solicitando, que tomássemos medidas com relação a essa questão da massa corporal, que é algo que vem provocando, no meio da moda, principalmente nas adolescentes, tem levado a casos, inclusive, fatais, como foi o caso da brasileira, da jovem modelo brasileira, Ana Carolina Reston Macan, que por anorexia, ela chegou à morte.

Então, essa preocupação com o peso é uma obsessão, já que existe nesse setor brasileiro. Então, o PLS nº. 691/07, de autoria do Senador Gerson Camata, que, inclusive, não pôde estar presente, mas do exterior solicitou à V. Ex^a. que colocasse em pauta, por entender da importância.

Eu vou ter que ler a análise, Sr. Presidente, para que todos tomem conhecimento realmente da importância desse projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): À vontade, [ininteligível] seu tempo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --como uma ação solidária com a juventude, com as meninas do nosso país.

O projeto em análise trata de uma matéria que a rigor apenas o bom senso deveria regular: a vinculação entre beleza e saúde. Entretanto, a morte de uma famosa e jovem modelo brasileira, no final de 2006, com IMC - IMC é índice de massa corporal - de 15,20, sacudiu o glamoroso mundo da moda e revelou a necessidade de intervenção do Estado para evitar a propagação de um mal que se alastra impunemente no seio das sociedades contemporânea cultuadora da imagem e do consumo.

Refiro-me à indireta valorização social de uma doença, anorexia nervosa. O mais letal dos transtor-

nos psicológicos. Trata-se de um distúrbio alimentar vinculado à percepção da auto-imagem, que lança a pessoa por uma busca desenfreada por um corpo cada vez mais magro e resulta na perda exagerada de peso. Essa doença acomete especialmente as mulheres durante a adolescência, quando se está mais vulnerável à opinião do grupo e se vivencia profundas transformações físicas, além de seguidos episódios de baixa auto-estima.

O predomínio da anorexia é evidente da indústria da moda, que associa a idéia de beleza à imagem de corpos esqueléticos e vende nos meios de comunicação de massa a noção de que a fama internacional e o sucesso financeiro conferem aceitação irrestrita à pessoa e depende da magreza total. De fato a doença costuma se esconder sob as luzes das passarelas ou dos estúdios de fotografia, para penetrar sorrateiramente na vida das pessoas influenciadas pelo mundo das celebridades.

Na realidade, nós temos aqui vários exemplos que são relatados, mostrando da influência sobre a adolescência, casos que na realidade não tiveram a divulgação, não tiveram... Do fato grave, inclusive, que levou à morte uma modelo e que a modelo Ana Carolina, mas que na realidade vem acontecendo no dia-a-dia com as nossas jovens e as nossas adolescentes.

Atentos à gravidade do problema, os governos da Espanha e da Itália, por exemplo, países onde a indústria da moda tem importância inegável, já expediram códigos que estabelecem o controle do IMC nos modelos.

Como sugere o Projeto de Lei em análise, cuida-se, na verdade, de adotar um padrão objetivo, para definir o limite mínimo de peso saudável, indicador do estado nutricional da pessoa. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, que presta tal indicador o nome de IMC, a pessoa tem peso abaixo do normal quando o resultado da divisão de seu peso pelo enquadramento de sua altura é inferior a 18,5. O órgão ainda alerta que os riscos nutricionais aumentam na medida que esse índice diminui.

Nesse sentido ao vedar exibição de modelos com IMC abaixo de 18, a norma, ora proposta, busca evitar uma tragédia anunciada que tanto expõe alguém famoso à morte imediata quanto promove o desaparecimento de centenas de pessoas anônimas. Basta dizer que 500 mil adolescentes participaram do concurso Super Model, no Brasil, realizado em 2007, e que a vencedora do certame é uma gaúcha de 15 anos tinha um IMC de 15,21, à época, quase idêntico ao da modelo morta em 2006.

Diante do exposto, Sr. Presidente, parece não haver dúvida quanto, na atualidade, à importância e pertinência da matéria, objeto do PLS nº 691/2007, do Senador Gerson Camata, motivo pelo qual opinamos por sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Rosalba, muito bem colocado. Nós temos acompanhado aí esse projeto do Senador Camata, é importantíssimo. Os meios de comunicação vendendo a imagem de que a modelo tem que ser bem magra, não é? E acaba virando um consumismo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade, Presidente. E veja que nós... Eu falo aqui também um pouco com a experiência da Pediatra, que tive a convivência, no momento, durante muitos anos com as adolescentes, e elas têm os meios de comunicação ao expor as modelos, as fotografias, enfim, daquelas meninas... As meninas com o corpo muito esbelto, muito magro, passa a imagem para aquelas outras, para as milhões de adolescentes, de jovens, que devem ser assim. E em função disso, isso influencia e nós temos muitos problemas de saúde que não... De anônimos, como colocamos aqui, no relatório, que não estão sendo anunciados nas páginas de jornais, porque infelizmente somente as famosas é que... E que já faleceram ou que tiveram problemas muito graves, que são anunciadas, mas o número é muito grande de jovens, de adolescentes que sofrem de bulimia, que sofrem de anorexia nervosa, que têm problemas de subnutrição gravíssimos, em função dessa exposição da mídia e que nós achamos que deveremos, sim, ter esse resguardo, porque eu acho que isso é uma ação solidária com a nossa juventude.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Rosalba permaneçam como estão. Aprovado.

Alguns Senadores desejam fazer alguma consideração final? Senador Cristovam, algo mais? Senador Romeu Tuma? Senador Flexa Ribeiro?

Então, nada mais havendo a tratar... Ah, antes de terminar eu queria colocar que estamos com muita saudade do Senador Heráclito Fortes, com certeza está assistindo essa transmissão, porque ele não consegue largar um minuto, estamos aguardando o retorno de V. Ex^a. com muita ansiedade.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 10h57.

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LE-
GISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO
DE 2008.**

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia doze de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho, Presidente Eventual, da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Virgí-
nio de Carvalho, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Gerson Camata, Marco Maciel e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstemes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório e Cícero Lucena. Justifica a ausência o Senhor Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 15 de 2008-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para discutir “Os avanços tecnológicos na cura do Diabetes Tipo 2”, e indico como convidado o Prof. Dr. Cid Pitombo. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Renato Casagrande. O Senhor Presidente Eventual Senador Augusto Botelho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quinze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado

Federal. – SENADOR **AUGUSTO BOTELHO**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVA-
ÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT****32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMIS-
SÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, CO-
MUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LE-
GISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.**

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de novembro de 2008.

Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº 15, de 2008, da CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, cujo objetivo é discutir os avanços tecnológicos na cura do diabetes tipo 2.

Para darmos início à presente audiência, solicito à Secretária que acompanhe o Dr. Cid Pitombo – já se encontra aqui - Mestre e Doutor em cirurgia, para tomar assento nesta Mesa. O Dr. Pitombo é Professor da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, e pesquisador.

E essa cirurgia de diabetes é uma cirurgia nova, do ponto de vista médico, mas que permite que se fale em cura do diabetes, até essa cirurgia, ninguém podia dizer: “Vamos curar o diabetes do fulano”, porque não existiam meios para curar. E o Professor está pesquisando uma cirurgia que dá uma perspectiva de uma qualidade de vida para as pessoas que são portadoras de diabetes tipo 2. Essas pessoas são muito dependentes, e têm muitas complicações, que todo mundo conhece, de diabetes: complicações da vista, de circulação dos membros e coisas graves. Fora que, com essa cirurgia, há probabilidade de haver uma redução dos custos do Sistema Único de Saúde, que a gente vai poder direcionar os recursos que serão economizados, para outros pontos para melhorar qualidade de vida e reforçar o nosso SUS, que nós aqui dessa Casa aí, eu pessoalmente sou defensor ferrenho e irredutível.

Com a palavra, o Dr. Cid Colombo, para apresentar, fazer sua apresentação. Cid Pitombo. Como o Colombo foi um descobridor, pioneiro, Pitombo é também um pioneiro nessa área do diabetes.

SR. CID PITOMBO: Queria primeiramente agradecer ao Senador Augusto Botelho, Senador Wellington, que deu a oportunidade de eu estar aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, e ao Senador Expedito, aqui presente.

Eu vou tentar brevemente, tentar falar um pouquinho do que a gente tem descoberto, do que tem sido pesquisado nessa cura. Muitos não usam o nome de cura, usam o nome resolução do diabetes tipo 2, porque, na verdade, a gente melhora e resolve o problema, mas literalmente não cura o diabetes tipo 2.

Eu acho que a comissão também foi muito feliz em colocar essa reunião essa semana, já que no dia 14 de novembro a gente está... É o Dia Mundial do Diabetes, o diabetes, ele é hoje homenageado, o símbolo do diabetes é esse círculo azul, mundialmente reconhecido, e a comissão foi muito feliz em colocar essa semana, visto que a gente vai estar nessa semana, dia 14, Ministério da Saúde, todos os órgãos internacionais vão estar movimentados no Dia Mundial de Combate ao Diabetes.

Eu sou Professor da Universidade Federal Fluminense, eu também sou da PUC de Porto Alegre, também desenvolvemos pesquisas com a Universidade de Stanford, que eu acho que é importante esse intercâmbio com universidades internacionais, e tenho a oportunidade também de estar participando, realizando conferências muito através de tele conferências, tele medicina, numa diversidade de países do mundo. Deu para notar que eu sou um cirurgião, um brasileiro, extremamente patriota, em todos os lugares do mundo, no qual eu opero e faço tele transmissão de cirurgias, eu sempre utilizo um capuzinho, que o cirurgião usa, com a bandeira do Brasil.

E nós médicos brasileiros, hoje nós somos respeitados em todos os lugares do mundo. Observe que sempre tem uma câmera e um microfone, quer dizer, eu, na verdade, estou aqui operando, uma cirurgia laparoscópica, que a gente vai ver um pouco mais à frente, mas ela está tecnologicamente sendo tele transmitida, às vezes, para outras cidades, em países com México, Costa Rica, no sentido de aprendizado dessas comunidades. A gente também participa de diversos outros países, como Holanda, Portugal, França, Venezuela, onde a gente sempre tenta estar mostrando a questão do que a gente sabe aqui no Brasil. Inclusive, em países asiáticos, na Índia, eu opero muito no eixo da Ásia, justamente porque a Ásia é hoje um dos países, quer dizer, o Continente Asiático, Índia, China e Japão,

são países que têm um sério problema com o diabetes tipo 2, mais de 60% da população mundial, portadora do diabetes tipo 2 está realmente na região da Ásia, onde eu tenho um interesse muito grande de ir, justamente para entender o que está acontecendo.

Mas eu vim aqui para falar e tratar sobre cirurgia do diabetes, que foi assunto já de literatura leiga em todos os lugares do mundo. A gente teve aqui no Brasil, como foi publicado no *Wall Street Journal*, um jornal muito vinculado à questão econômica. E com isso a gente vê que há um interesse tanto da questão da parte médica, quanto também da questão da parte leiga.

O crescimento de diabetes como um todo, nos Estados Unidos, tem sido extremamente absurdo. Eu vou mostrar muita coisa inicialmente dos Estados Unidos, porque eles têm um controle epidemiológico mais eficiente na questão desses estudos. Se a gente for observar o crescimento do diabetes nos estados americanos, na última década, a gente observa que hoje a diabetes é uma epidemia em toda a nação americana, atingindo todos os estados americanos com extrema gravidade e com um custo absurdo em relação ao tratamento. A gente observa que nos Estados Unidos, calcula-se que se tenham cerca de 20 milhões de portadores de diabetes tipo 2, inclusive cerca 5 milhões talvez não sabem que são portadores de diabetes tipo 2, e o custo para nação americana é muito alto. Observe que 2002 houve um custo de 132 bilhões de dólares com o diabetes tipo 2, dos mais variados. Já em 2007, são dados agora publicados em 2008, o custo para a nação americana foi de cerca de 175 bilhões de dólares, sendo que cerca de 58 milhões, eles mensuram em perdas da produção nacional, ou seja, pacientes que pararam de trabalhar, pararam de produzir para a nação americana. Esse custo é extremamente elevado, se a gente imaginar que para salvar a economia americana, eles injetaram 700 bilhões de dólares, então, estamos falando só de doença de diabetes consome cerca de 1/3 desse salvamento anualmente nos Estados Unidos.

No Brasil a gente tem dados epidemiológicos um pouco mais difíceis de serem levantados, já que mais de cerca de 60% da população brasileira está em instituições privadas e o acesso informação é um pouco mais complexo, mas no Sistema Único de Saúde entre 7 a 10 milhões de portadores de diabetes tipo 2. O tratamento é muito difícil, maior parte da população, mesmo o Governo propiciando medicamentos, propiciando atendimento ambulatorial, é muito difícil o acesso, até por dificuldade cultural e dificuldades das pessoas terem dinheiro para alimentos e para próprio acesso a esse tratamento.

Obviamente, não preciso falar sobre os custos hospitalização. Na maior parte das vezes essa hospitalização é por doenças cardiovasculares, são problemas seriíssimos que levam um custo enorme para a nação.

Como eu falei anteriormente, diabetes é uma epidemia mundial. Estima-se que, hoje, se tenham 200 milhões de portadores, e a maior parte na Ásia, que eu vou explicar mais à frente um pouquinho. Isso não é um problema só de países subdesenvolvidos, o crescimento tanto em país subdesenvolvido como desenvolvido é enorme, estima-se que em 2030, a gente tenha cerca de quase 400 milhões de diabetes tipo 2, se nenhuma providência for tomada agora, em 2030, nenhuma nação do mundo, seja Estados Unidos, Brasil, vai ter dinheiro para pagar o tratamento dessa população, das complicações inerentes.

Não preciso dizer que pacientes portadores de diabetes tem uma incidência muito maior de mortalidade. Todos os estudos do mundo inteiro mostram que quando você compara um paciente portador de diabetes e um paciente não diabético, que o índice de mortalidade chega, às vezes, a duas a três vezes maior, daí o cuidado com essa doença.

Então, eu vou tentar explicar um pouquinho o mecanismo do desenvolvimento do diabetes tipo 2. Por que a gente vai falar mais de diabetes tipo 2 e não de diabetes tipo 1? Hoje, na verdade, se discutem vários tipos de formas de diabetes, não só diabetes do tipo 1, tipo 2 ou se fala de tipo 3, se fala de diabetes auto-imune, mas o foco dessas nossas pesquisas é mais no diabetes tipo 2.

O debate tipo 1, generalizando como é o mecanismo do diabetes tipo 1, seria como se o pâncreas não tivesse mais um funcionamento, ou seja, as células parassem de funcionar. Então, há uma necessidade de reposição de insulina, quimicamente, às vezes uma cirurgia para retirar esse pâncreas, colocar outro, ou colocar novas células.

Já o diabetes tipo 2, todos nós nascemos com uma quantidade de células no pâncreas, com o decorrer dos anos e com histórias familiares ou porque a gente tem um estímulo inadequado a essa produção de insulina, por exemplo, desenvolvendo uma obesidade, etc, essas células podem cansar um pouco, e ao cansarem elas param de produzir eficientemente insulina. Então, a gente vai ver na frente, um dos mecanismos que a gente imagina é estimular novamente essas células cansadas.

Então, o diabetes tipo 1, a princípio, não é estudado nessas técnicas, porque a gente acredita que os estímulos que a gente vai dar, vão ser células que

ainda funcionam; no diabetes tipo 1, elas ainda não estão funcionando.

De forma simples para a gente entender, uma pessoa sem diabetes seria assim: ela come, produz glicose e produz insulina, isso vai para o sangue, a glicose e a insulina, e a insulina empurra a glicose para dentro da célula, ficando um pouco de glicose para uma emergência no sangue, mas a glicose vai para dentro da célula para usar, como energia, para essas células. No paciente com diabetes é um pouco diferente, ele também come obviamente, produz a glicose, então, a produção de insulina um pouco menor. E a insulina ao tentar botar a glicose para a célula também não consegue colocar com eficiência. Então, são dois problemas, ele produz menos insulina, esse pâncreas produz menos insulina e, ao mesmo tempo, ele tem uma resistência em colocar essa glicose dentro da célula, porque alguns problemas como obesidade - a gente vai ver a frente - produz resistência à insulina. O que é isso? A insulina como encosta na membrana na célula, ela produz uma reação química que vai puxar a glicose para dentro, e a obesidade, como a gente vai ver a frente, o aumento da gordura do abdômen, por exemplo, leva a uma alteração nessa reação química, então, a insulina tem um bloqueio na transmissão do seu sinal, então, há uma resistência à insulina.

Então, o foco que a gente vai usar para tentar cirurgias que resolvam esse diabetes seria alguma coisa que melhorasse essa resistência, ou seja, facilitasse a ação da insulina e também melhorasse a produção da insulina.

Os pacientes de diabetes quando comparados pacientes normais, também têm uma produção menor de insulina e existem realmente tratamentos clínicos que são eficientes, tem estudos bons a longo prazo, mas, na verdade, um país chamado Brasil tem muito pouca adesão, há um preconceito muito grande, principalmente com o uso da insulina e o custo é muito elevado, principalmente para a população de baixa renda. Então, existe uma diversidade de barreiras a utilizar a insulina, até questões preconceituosas, questões do medo de ter algum distúrbio e até dificuldade econômica de se utilizar a insulina.

Existem hoje no mercado medicamentos com nomes complexos que tentam colocar que seriam de boa ao no tratamento do diabetes tipo 2 e até medicamentos que há pouco tempo foram colocados como super pílulas, que diminuía a gordura do abdômen, resolviam a diabetes, mas, na verdade, esse medicamento, há pouco tempo, foi colocado como capa e manchetes em diversas revistas, e logo em seguida foram proibidos pela própria ANVISA, e não estão podendo ser utilizados no Brasil.

A questão do tratamento clínico, apesar da sua eficiência, e quando bem-feito ele tem uma funcionalidade muito boa, tem uma questão problemática que mesmo em países ricos, se você pegar um grupo de mil pacientes, nos Estados Unidos, por exemplo, tratados clinicamente, só 10% deles conseguem chegar às metas, depois de alguns anos; demonstrando que tratar clinicamente com todos os rigores do tratamento, realmente são muito difíceis os tratamentos.

Baseado nisso, em 95, o Dr. [ininteligível], que é um grande amigo nosso, ele começou a observar que doentes obesos mórbidos, que eram submetidos a cirurgias, eles eram obesos e diabéticos que eram submetidos a cirurgia, eles tinham resolução do diabetes. A partir de então, o Dr. [ininteligível] teve oportunidade de estar com a gente aqui na universidade, a partir de então e baseado nesses modelos, que são modelos cirúrgicos para o paciente obeso, foram desenvolvidos diversos trabalhos, mas desde o passado a gente já sabia que quando a gente modificava, fazia uma cirurgia para úlcera, etc, a gente resolvia o diabetes, mas isso ficou esquecido.

Então, diversos estudos foram feitos no mundo inteiro em doentes obesos e diabéticos, até envolvendo mais de 20 mil pacientes e demonstrando que no obeso e diabético que se ele for operado, ele tem resolução do diabetes tipo 2. Então, a obesidade mórbida, a gente sabe, desenvolve uma diversidade de doenças, mas que após a cirurgia essas doenças, a maior parte delas é revertida, inclusive, o diabetes do tipo 2, daí o interesse de tentar se levar essa tecnologia, vamos dizer, para o portador do diabetes tipo 2 magro.

Os índices de resolução dessa técnica são elevados em todas as técnicas, a não ser nessa cirurgia. Existe uma cirurgia, que a gente vai ver a frente, para obesidade, que ela só faz restrição da descida do alimento, que ela é pouco eficiente na cura do diabetes, mas as que fazem modificação no tubo digestivo, elas têm uma eficiência muito grande. Então, essa cirurgia, por exemplo, a gente só coloca um anel ao redor do estômago, ela só restringe a entrada do alimento, ela não modifica fisiologicamente o tubo digestivo. Então, a gente coloca um anel ao redor do estômago e com isso ele só tem por objetivo restringir a quantidade de alimento que desce; isso funciona porque ela é ligada a um reservatório e esse reservatório, a gente consegue que ele aperte ou afrouxe esse anel – Está vendo? – isso fica debaixo da pele, a gente injeta uma solução, ele vai apertar ou afrouxar esse anelzinho, então, vai dificultar ou não a passagem do alimento. Então, basicamente o mecanismo é só esse, só dificulta, não faz uma modificação maior no tubo digestivo.

A cirurgia é mais aceita no mundo inteiro e mais realizada para obesidade é o modelo que a gente está usando no diabetes é essa. Está vendo aqui? O estômago, a gente secciona o estômago com grampeadores e faz um desvio no intestino, então, o alimento agora, ele passa por um desvio, ele não passa mais pelo início do intestino, e esse é um dos mecanismos, que a gente acredita que resolva o diabetes, porque o estímulo das células do final do intestino vai levar a uma maior produção de insulina e com isso fazer com que células cansadas voltem também a produzir insulina.

Baseado nisso tudo o que foi falado, foi realizado o 1º Encontro sobre Cirurgia de Diabetes do mundo, foi na França em, em 2006 – a gente vê que foi há pouco tempo – e nesse encontro só tinham cerca de seis médicos, eu tive a oportunidade de estar lá representando o Brasil, e a gente discutia essas novas tecnologias. Menos de um ano depois, já tinham cerca de 700 médicos em Roma, e esse encontro, na Itália, foi muito importante, porque ele reuniu não só cirurgiões como clínicos, e todas essas entidades assinaram um consenso, imaginando que existe realmente evidência na literatura que 100% de aprovação, por esse grupo, dizendo que existe evidência de que a gente precisa investir em pesquisa no tratamento do diabetes tipo 2, através de metodologia cirúrgica. Agora, mês passado, teve encontro em Nova Iorque, tinham cerca de mil presentes nesse encontro.

Então, eu vou falar basicamente só dois mecanismos, que a gente estuda, de uma forma muito simples. Uma delas é a questão da gordura visceral, que é essa gordura do abdômen, que as pessoas, principalmente os homens, adquirem depois de uma certa idade. As pessoas não ficam com abdômen tanque a vida inteira e depois de uma certa idade costumam acumular gordura no compartimento visceral, que as pessoas até costumam chamar de a barriguinha da cerveja, mas na verdade essa gordura ela é extremamente danosa. No passado se imaginava que a gordura era só um órgão armazenador de energia, e hoje se sabe que a gordura produz uma diversidade de substâncias boas e ruins.

O que a gente tem que entender é o seguinte: quando a gente aumenta a gordura de dentro do abdômen, a gente começa a produzir muitas substâncias ruins que aumentam a resistência à ação da insulina e diminuem as substâncias boas. Então, quanto mais gordura, mais substância ruim, quanto menos gordura, mais substância boa e menos substância ruim. E a gente está falando dessa gordura, se a gente olha o abdômen de um paciente aberto, você vê que ele tem gordura do abdômen, mas é pouca, a maior parte da gordura dele, está dentro do abdômen, e o primeiro trabalho do mundo que provou realmente que o au-

mento dessa gordura visceral produz substâncias ruins, levando ao diabetes, você diminuindo essa gordura você pode resolver o diabetes, foi trabalho publicado, por mim, no *Journal of Technology*, 2006, daí a gente está vinculado a grupos internacionais de pesquisa do diabetes tipo 2.

Isso tem acontecido muito, eu falei que no eixo asiático há uma grande incidência de diabetes, porque nessa região da Ásia, eles tinham um hábito saudável e hoje eles têm um hábito muito ocidentalizado. Então, hoje o chinês e o indiano, eles estão com gordura principalmente acumulada no compartimento visceral, daí a alta incidência de gordura visceral e, com isso, alta incidência de doenças metabólicas. Inclusive, vai ter um encontro agora envolvendo Ásia e Oceania - eu fui convidado - agora em fevereiro, só para discutir essas novas políticas.

O outro ponto que a gente imagina que seja importante na resolução de diabetes, é esse mecanismo das incretinas, não vou entrar em detalhes, que é um assunto muito complexo, muito visualizado nesse animal, o monstro-de-gila, que ele tem o mecanismo de pegar suas presas muito interessante, ele tem uma substância na boca dele, chamada GLP-1 - que a gente vai entender na frente o que é - que produz hipoglicemia, diminui a glicose do animal. Então, ele morde o animal, o animal morre por falta de açúcar e ele vai lá depois e come o animal. Essa substância, ela é produzida no final do intestino, o chamado GLP-1, basicamente depois que o paciente come... No paciente operado como a gente encurta esta distância, então, logo há um estímulo do alimento no final do intestino, então, logo é produzido essa substância chamada GLP-1, permanentemente ele fica estimulando o pâncreas à produção de insulina. Então, quando a gente pensa no mecanismo de cirurgia para tratar o diabetes tipo 2, a gente está querendo o quê? Diminuir a resistência, então, a gente diminui um pouco a obesidade do paciente - que é aquela gordura que eu falei - e melhora a função pancreática com a produção mais eficiente de hormônios, no final do intestino, chamado principalmente do GLP-1.

Tem outras ações, isso é hormônio, eu não vou entrar em detalhes, diminui o apetite, etc, mas eu não vou entrar em detalhes, seria muito longa a apresentação.

E quais são as técnicas que a gente tem colocado hoje, vamos dizer, cura, ou melhor, resolução do diabetes tipo 2? Em 2004, o Dr. Rubino, ele publicou um trabalho extremamente interessante, que ele pensou o seguinte: Bom, se a gente está imaginando que estimular o final do intestino é onde vai produzir as células que vão estimular o pâncreas a produzir insu-

lina, eu vou pegar um camundongo, eu vou seccionar aqui e vou encurtar esse caminho. Ele fez isso em um dos animais e funcionou, ele resolveu o diabetes num rato magro. Depois ele interligou de novo e deixou a parte inicial do intestino ligada e não funcionou, o rato voltou a ficar diabético. Ele teve uma idéia fantástica também de novo, ele botou uma camisinha, vamos dizer assim, então, o alimento entrava aqui e também rapidamente estimulava o final do intestino, resolveu o diabetes num rato magro. Quando ele furou essa camisinha novamente não resolveu. Então, realmente, há evidências de que o final do intestino estimula a produção de insulina e tem uma grande importância, daí a nossa importância em pesquisa na resolução do diabetes tipo 2.

Primeiro país a desenvolver esse tipo de técnica em humanos foi no México, na Universidade de Chihuahua, ao Norte do México; imediatamente no Brasil, na Universidade de Campinas com o Dr. Pareja. Tive oportunidade de estar lá no México, operando, inclusive, operei o urologista do hospital, e eles têm um hospital muito interessante, mas pouco vínculo de pesquisa, enquanto que aqui no Brasil a gente tem uma capacidade de pesquisa muito superior aos países como México, daí o interesse dos americanos de desenvolverem pesquisas com a gente também.

Então, hoje, se discute uma diversidade de técnicas, diminuir a gordura do abdômen para melhorar a ação da insulina, e por outro lado, alguma técnica que vincule, que o alimento chegue mais precocemente ao final do intestino, para estimular a produção das células pancreáticas de insulina. Então, uma das técnicas que a gente desenvolve junto com a Universidade de Stanford é basicamente aquela técnica que eu falei anteriormente, então, a gente desconecta o estômago e basicamente o alimento molha o final do intestino, produzindo aquele hormônio que vai estimular o pâncreas, e tiramos um pouco de gordura na tentativa de melhorar a ação da insulina.

Então, isso aqui eu já expliquei anteriormente, basicamente quando a gente exclui esse final de intestino e viabiliza esse desvio, mais precocemente o alimento chega ao final do intestino, produzindo esse hormônio que vai estimular o pâncreas.

Muito perto daqui de Brasília, em Goiânia, existe um médico, chamado Dr. [ininteligível], um grande amigo meu, que desenvolveu um método também muito inteligente. O que ele fez? Ao invés de desviar o intestino para que o alimento chegasse precocemente ao final, molhasse as células e, com isso, estimulasse a produção de insulina, ele simplesmente pegou esse segmento do final do intestino, transpôs ele para cá, e transpôs esse que estava aqui para cá. Então, o ali-

mento mais precocemente estimula as mesmas células que estavam aqui, nessa região, produzindo insulina. Por outro lado ele também diminuiu o tamanho do estômago, para que restringisse a entrada do alimento e perdesse um pouco de peso e melhorasse a questão da gordura. É uma técnica também que está em âmbito experimental, tem tido muitos bons resultados, a única questão é que realmente tecnicamente é muito difícil ser feita, então, deve ser feita por muitos poucos grupos de cirurgiões.

Uma outra coisa muito interessante, a gente imaginar o seguinte: o tubo digestivo é a única coisa que a cirurgia modifica, a gente não modifica nada, então, essa idéia que esse hormônio estimula, melhora, etc, mas pode ser que se tenham outras idéias. Hoje se imagina: Será que diabetes não é uma doença do pâncreas? Porque há 100 anos se estuda o pâncreas, se é o pâncreas, mas hoje há alguns grupos, que imaginem possa ser uma doença do tubo digestivo, possa ser até por alteração bacteriana. Por exemplo, se descobriu em libélulas, que essa libélula quando ela teve uma infecção parasitária do tubo digestivo, ela ficou diabética, tratou a infecção parasitária do tubo digestivo, desapareceu a diabete dessa libélula.

Eu tenho outra atividade, para poder relaxar um pouquinho, eu tenho atividade rural, então, eu vendo muitos animais em leilões, etc, eu observo que os animais, eles chegam 600 a 1000 quilos, voltam do leilão magros de novo, depois engorda, emagrece, quer dizer, são sedentários, estressados, obesos e não desenvolvem diabetes. E a gente desenvolveu um estudo e a gente descobriu, por exemplo, que os animais, as vacas, elas têm uma flora bacteriana enorme e é isso que alimenta esses animais, não é o capim, é essa flora bacteriana que leva a alimentação desses animais. Baseado nisso um dos nossos estudos também é tentar descobrir se essa questão da infestação bacteriana do tubo digestivo possa ter algum mecanismo de resolução do diabetes tipo 2 também.

Eu sou Presidente do instituto de pesquisa, a gente tenta desenvolver uma porção de tecnologia de ponta, de realidade virtual, como a famosa cirurgia laparoscópica, que a gente mostrou anteriormente, que eu faço aquelas demonstrações em outros países do mundo. Então, como eu falei anteriormente, é muito interessante, porque a gente tem a viabilidade de treinar pessoas no mundo inteiro, ou seja, num país, através de tele medicina, através de tele conferência.

Basicamente esse modelo de cirurgia, do ponto de vista tecnológico, o cirurgião fica do lado de fora, através de uma câmera ele observa a cavidade abdominal, e através de monitores de alta resolução, ele faz uma cirurgia, diferente do método aberto. Então, a

gente começa injetando ar dentro do abdômen, colocamos tubinhos por onde passam as pinças, a câmera, então, o ar colocado dentro do abdômen, cria um espaço por onde a gente pode trabalhar nas vísceras, para realização da cirurgia. Então, uma câmera com luz que ilumina dentro do abdômen, e com pinças, a gente tirar a vesícula, operar os pacientes, etc.

O resultado estético para o paciente é muito melhor, trauma, recuperação para o doente é muito melhor. Então, você vê um paciente obeso, operado por laparoscopia, ficam pequenos orifícios no abdômen, diferente de uma cirurgia aberta, onde é feita uma grande incisão, o trauma cirúrgico é muito grande.

Ficaria muito longo, apresentar um vídeo da cirurgia em si. Vou mostrar rapidamente só o início para entender a tecnologia. Na verdade a gente tem uma câmera, os tubinhos por onde a gente bota a pinça, e dentro do abdômen a gente usa uma câmera de altíssima resolução, aqui é a gordura visceral – olha como se comporta a gordura visceral - e a gente consegue, através desses instrumentos, a gente consegue queimar, seccionar as vísceras. Aqui é o estômago, a gente está fazendo uma abertura lateral ao estômago para poder fazer aquela secção que eu mostrei anteriormente. Então, aqui está o estômago, aqui está o fígado, levantado por um aparelho, para a gente poder visualizar, e existem instrumentos, aqueles [ininteligível], são grampeadores, que eles ao mesmo tempo grampeiam e cortam a víscera. A gente vai grampear e cortar o estômago, que é uma das etapas. Olha a quantidade de gordura que esse paciente tem, essa gordura que é maléfica à saúde. Então, essa cirurgia a gente grampeia e secciona o estômago e depois levar o intestino para fazer o desvio. Ficaria muito longo, apesar de ser uma cirurgia editada, rápida, muito longa, vou passar para o próximo slide, só para ter o entendimento do tanto de tecnologia que a gente utiliza para realizar uma cirurgia dessa.

As vantagens desse tratamento cirúrgico, a idéia da resolução da diabete, que é uma cirurgia de baixo risco. Por que é de baixo risco? Porque nós, cirurgiões, que realizamos cirurgia da obesidade, a gente tem milhares de doentes operados e esses milhares de cirurgias já realizadas deram muito treinamento aos nossos grupos. Hoje realizar cirurgia da obesidade nos Estados Unidos ou aqui, no Brasil, em grupos de excelência, em grupos bem treinados, tem uma incidência de complicação de menor de 1%. Eu acho que teria uma melhor adesão dos grupos, principalmente do Sistema Único de Saúde. E as desvantagens que eu diria, que, na verdade, nós não temos de estudos a longo prazo e que a gente tem medo que isso seja feito por grupos ainda mal treinados, então, a gente

tem que investir em pesquisa para que a gente tenha resultados eficientes a longo prazo.

Nosso problema está aqui, a gente só consegue atingir cerca de 25 a 30% dos grupos que são portadores de diabetes, são os diabéticos obesos; mais de 60% da população mundial é diabética, mas não é obesa. E essa metodologia que a gente tem que tentar imaginar em resolver. A gente sabe que diabetes é uma doença progressiva, que cerca de oito a dez anos, essas células começam a ficarem cansadas, e aí que a gente acha que tem que operar os pacientes.

Eu sempre brinco com esse slide, eu não quero que os endocrinologistas imaginem que nós, cirurgiões, estamos nessa posição, a gente só quer ajudar os pacientes.

E o que eu gostaria de concluir, dizendo que realmente diabetes é uma epidemia grave, como a gente sabe, com conseqüências sócio-econômicas terríveis, a gente sabe que o diabetes pode ser revertido, que essa completa reversibilidade pode ser feita a longo prazo, a gente entende que o intestino tem um papel muito importante. Que a gente tem estudado isso durante muitos anos e que a gente realmente precisa de apoios e pesquisa efetivas no Brasil, para a gente resolver essa questão do diabetes e tentar trazer para o Brasil um melhor resultado.

Eu gostaria de finalizar também falando um pouquinho como brasileiro, que a gente lançou esse livro nos Estados Unidos, eu sou Editor-chefe, acabou de ser premiado mês passado como um dos melhores livros de cirurgia do mundo, e eu hoje gostaria de fazer homenagem, é muito difícil para nós conseguirmos esse tipo de posição, uma editora americana aceitar a gente como Editor-chefe, publicar um livro de âmbito mundial, e ele premiado essa semana como nos três melhores livros do mundo, e eu gostaria de finalizar, fazer uma doação à biblioteca do Senado, desse livro, e mais uma vez agradecer à Comissão de Ciência e Tecnologia, o Senador Wellington, todos aqui presentes, pela oportunidade de estar aqui, expor a todos a questão dessa problemática do diabetes tipo 2 e mostrar que existem brasileiros tentando lutar para tentar um melhor resultado do ponto de vista sócio-econômico e para essa população que tanto sofre com essa doença, eu entrego ao Senador Augusto o livro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dr. Cid Pitombo, agora, após sua exposição, nós abrimos as palavras para os Senadores para fazerem as indagações necessárias. Primeiro inscrito é o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Eu quero parabenizar pela apresentação e dizer que eu lamento que os trabalhos que nós tenhamos aqui, e que de tanta tensão é capaz de provocar também diabetes em nós, não me tenha permitido nem chegar na hora e nem ficar aqui, tendo que sair para uma entrevista. Mas quero dizer que a parte que eu vi fiquei bastante impressionado, não só pela competência como o assunto foi preparado e apresentado, como também os riscos que nós temos.

A minha pergunta é bem simples e direta. O que a gente pode fazer para prevenir a diabetes a partir das crianças, na escola? O que a gente poderia fazer no processo educacional de nossas crianças, para que elas mudem hábitos alimentares e comportamentos, para que haja uma redução no risco de obesidade, quando fiquem adultas? E até quando crianças também?

SR. CID PITOMBO: V. Ex^a. fez uma pergunta simples e ao mesmo tempo extremamente complexa. Na verdade, eu concordo plenamente. O melhor tratamento para diabetes, ou para obesidade, ou para qualquer tipo de patologia, é a prevenção. Essa prevenção num país como o Brasil ela, na minha opinião, teria que ser feita de uma forma muito ampla. O Brasil, por exemplo, já venceu grandes problemas no país que eu achei de forma brilhante. Eu vou dar basicamente três exemplos: o Brasil hoje, ele conseguiu prevenir e tratar uma doença como o HIV, a AIDS, de forma extremamente eficiente, com campanhas eficientes de prevenção e de tratamento. O Brasil conseguiu com tabagismo a redução extremamente importante com campanhas agressivas, com proibições e leis efetivas na proibição do uso do tabaco em diversas áreas do Brasil, uma mudança cultural importante ao Brasil. O Brasil até na questão do cinto de segurança, que era uma coisa culturalmente que não era utilizada, também através de campanhas importantes, conseguiu resolver.

A questão da prevenção, V. Ex^a. falou uma coisa muito interessante, eu não coloquei na apresentação, mas, por exemplo, a própria obesidade - não era o assunto - hoje em dia existem congressos nos Estados Unidos, que só falam de diabetes infantil, como só falam do problema da obesidade nos Estados Unidos. Então, se a gente não criar leis e mecanismos rígidos para prevenção dessa doença, nas crianças culturalmente, através de mudança de hábito alimentar, de mudança merenda escolar, de atividades físicas, isso vai ter que ser uma mudança cultural radical, que vai ter que ter uma participação tanto do Legislativo como da sociedade como um todo. Na verdade, acho que essa mudança vai ter que atingir as famílias, os professores e as crianças. Vai ser um trabalho muito

difícil, mas é um trabalho de prevenção amplo. E eu acho que o Brasil tem como vencer, visto que venceu outras epidemias como eu falei anteriormente. E eu não entrei em detalhes, eu acho que a prevenção é o melhor tratamento, sem sombra de dúvida, mas o problema é que a gente tem 20 milhões de pessoas, precisando da ajuda, para serem tratadas com esses modelos de tratamento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu posso continuar? Aliás, antes eu queria de dizer, Senador Augusto Botelho, que a gente já está sendo acusado de nepotismo, eu temo que com isso sejamos acusados de causa própria [risos], de interesse próprio, porque a palestra dele me fez repensar alguns hábitos. [risos].

Mas eu queria fazer uma pergunta sobre um projeto que eu vi, que existe, um projeto, não, uma lei, no Chile, e que eu gostaria de saber se seria recomendável aqui. Os refrigerantes têm cores diferentes conforme as calorias que eles têm, porque o fato de dizer que tem tanto de caloria, ninguém liga, mas se tiver um carimbo vermelho dizendo: "É perigo tomar esse refrigerante". Não por marca, obviamente, mas pelo conteúdo. Isso seria algo recomendável? Tem conhecimento disso? Porque as crianças não vão tanto pelas, quantas calorias, elas vão pela cor, a cor pode induzi-las a repudiar alguns hábitos alimentares.

SR. CID PITOMBO: Concordo plenamente com V. Exa. Os Estados Unidos, hoje, estuda mecanismos agressivos em relação às indústrias e às empresas que fazem esse tipo de alimento inadequado, na produção de doenças, porque assim como o tabaco, hoje, não se imaginava isso no passado, assim como o tabaco, hoje, se demonstra claramente, eu mostrei o custo que o diabetes leva nos Estados Unidos, 1/3 basicamente... Os Estados Unidos gastou ano passado, 175 bilhões de dólares com tratamento de diabetes e salvou a economia com 700 bilhões, quer dizer, ele gasta 1/3 do que ele salvou a economia dele, por ano, tratando diabetes.

Então, hoje os senadores americanos, a Comissão de Ciência e Tecnologia, por exemplo, do Senado americano fez esse ano, 50 anos, a comissão das mais importantes do Senado americano, eles hoje discutem realmente métodos agressivos nessas indústrias, alimentos que são inadequados na produção, que produzem a obesidade, diabetes e outras doenças, vão ter realmente marcações para que as pessoas, por exemplo, as crianças, não tenham acesso. Então, todo aquele vínculo de marketing, daquela embalagem bonita, de cor atrativa, isso realmente tem sido estudado no Governo Americano, como em outras sociedades, porque o custo à nação vai ser impagável.

Eu no início da apresentação, coloquei que calcula-se que em 2030, nós tenhamos cerca de 400 milhões de diabetes tipo 2 ao redor do mundo, e que nenhuma economia do mundo, seja Estados Unidos, seja Brasil, vai ter dinheiro para pagar a conta. Ou seja, o Sistema Único de Saúde do Brasil não vai ter dinheiro para pagar o tratamento dos diabéticos que vão ter no país; então, medidas governamentais claras têm que ser colocadas nesse momento, porque senão a gente não vai ter como pagar a conta e manter o Sistema de Saúde. Concordo plenamente com V. Ex^a. que a utilização desses métodos vai ser extremamente eficaz, principalmente nas crianças que têm aversão a cores e a embalagens que não têm atrativos. Seria um ponto interessante.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, Dr. Cid Pitombo, a Comissão de Ciência e Tecnologia agradece sua palestra, e eu como médico e como Senador devo dizer que realmente esse médico está fazendo uma pesquisa na ponta, essa cirurgia de obesidade... Eu sou cirurgião, fiz a cirurgia laparoscópica, mas poucas, pouco tempo, talvez uns seis anos mais ou menos, mas antes eu operava... Para a gente fazer essa cirurgia realmente da forma laparoscópica é uma coisa muito difícil, porque os pacientes dele geralmente são obesos. E eu acho que essa técnica é complexa, mas ela certamente os médicos vão aprender com o senhor, vai ter muitos discípulos e que continue sua pesquisa. Nos orgulha, que é o Brasil, se orgulha o Brasil porque está fazendo uma coisa de ponta. Eu e acho que os Senadores não tínhamos noção que o diabetes iria causar, daqui a quantos anos? 2030, daqui a 22 anos, vai criar esse entrave.

Quando chegou a AIDS, começou AIDS, no meio médico, surgiu uma sombra de que morreriam em média 10 milhões de pessoas até o ano 2000 - estatística inicial. Então, nós do Ministério da Saúde, os trabalhadores da saúde entraram de pé e mão na campanha, para tentar controlar a epidemia. E nós podemos dizer que controlamos a epidemia. Ela não está é ascendente. E métodos surgiram, no início não tinha método, quem tinha AIDS estava com a sentença de morte decretada, hoje, não, quem porta o vírus, se seguir a terapêutica, se seguir a orientação, não vai morrer, provavelmente não vai morrer por causa do vírus.

Então, eu espero que a gente tenha que talvez, tenha que haver globalização na Saúde nesse sentido... Foi boa sua vinda aqui, só em alertar a Casa e o Brasil dessa possibilidade, nós temos que tomar uma atitude, porque hoje nós temos deficiência de recurso na Saú-

de, a Emenda nº 29 não foi regulamentada, estamos lutando para regulamentar e não conseguimos.

O Senador Cristovam quer a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu queria fazer uma pergunta, aí é uma pergunta técnica e estatística: É possível dizer que diabetes atinge todas as classes sociais igualmente ou ela atinge mais diretamente os pobres ou os ricos?

SR. CID PITOMBO: A gente não tem dados de certeza no Brasil, porque o sistema de coleta epidemiológica no Brasil é meio complexo. Eu mesmo, no meu instituto de pesquisa, eu tentei chamar as operadoras de saúde, para tentar fazer pesquisa epidemiológica com eles, e não foi autorizado por questões de entrar no nome dos pacientes, eu não teria essa autorização. No Sistema Único é mais fácil fazer essa pesquisa. Mas acredita-se que em países como o Brasil existe uma incidência muito maior de diabetes, obesidade, nas populações pobres, por incrível que pareça, do que nas populações ricas. Como exemplo, posso lhe dar aqui a cidade de Recife, opera muito mais obeso mórbido do que, por exemplo, todo o Estado do Rio de Janeiro.

Hoje imagina-se que a falta até do diagnóstico, quer dizer, eu no início da apresentação, que existem cerca de 20 milhões de diabetes tipo 2 nos Estados Unidos, cerca de 5 milhões nem sabem que são diabéticos; aqui no Brasil, estima-se que tenha cerca de 8 a 10 milhões de diabéticos, mas a gente não tem dados corretos sobre isso. Mais de 80% dessa população está no Sistema Único de Saúde, então, aqui no Brasil os dados que a gente tem é que a incidência de diabetes tipo 2 é muito maior no pobre do que no rico. E o pobre tem dificuldade de se tratar clinicamente, porque ele não tem dinheiro para comprar o remédio, apesar do Governo dar o remédio, ele não tem dinheiro, às vezes, de pegar uma condução, para ir lá pegar o remédio. Então, se a gente conseguisse ter uma metodologia cirúrgica, segura, que pudesse atingir uma população maior, a gente, com certeza, no futuro, teria um custo econômico para nossa sociedade muito menor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Desculpe a frieza como eu analiso a sociedade brasileira, que eu temo que a gente não tome as medidas corretas, porque dois programas de saúde o Brasil tem exemplares no mundo inteiro: erradicação da poliomielite e o atendimento aos portadores de HIV. Duas doenças que atingem todas as classes sociais igualmente, os vírus são democráticos. Aí a gente teve que resolver dos pobres também, para resolver da parcela privilegiada. As doenças que atingem diretamente a população pobre, a gente vai relegando diversas delas, como a gente sabe, inclusive, a fome, inclusive, o

analfabetismo. Se analfabetismo pegasse, não tinha mais analfabetos no Brasil, mas você alfabetiza uma pessoa, se tocar noutro analfabeto, continua alfabetizado, então, não precisa erradicar. É meio cômico, mas é triste também.

Então, eu temo muito que as doenças que caracterizam o quadro, sobretudo nas populações mais pobres, terminam sem receber o atendimento que deveriam, do ponto de vista social e político. Talvez o fato do custo, que é um direito dos pobres, de serem atendidos, leve a raciocinar que do ponto de vista da eficiência é melhor prevenir do que depois tentar curar. Mas eu me preocupo com o fato de que seja uma doença que a população rica se precavê pela educação. A educação é fundamental, não é verdade? A pessoa educada se cuida melhor, então, pela educação, pela capacidade de comprar os alimentos certos, sem ficar com fome, às vezes o pobre tem que colocar açúcar para poder enganar, tem que colocar massa para poder enganar. Eu temo que no fim terminemos relegando esse problema, que o senhor mostrou, como é importante para o futuro do Brasil.

SR. CID PITOMBO: Eu concordo plenamente com V. Ex^a., eu acho que o fundamental é a gente entender que existe essas pesquisas em relação a tentar tratar esses 20 milhões que estão doentes agora, a gente precisa tratar esses que estão doentes, mas existem milhões que estão esperando uma prevenção adequada, porque senão no futuro, isso é claro. Eu tive oportunidade de estar com o Senador Ryan(F), que é o responsável pela Comissão de Ciência e Tecnologia, lá nos Estados Unidos, em Washington, porque o último congresso mundial foi em Washington, de cirurgia da obesidade, e eles têm essa preocupação enorme, que se não houver um mecanismo de prevenção agora - dizem que eles quebraram agora por questões de hipoteca, cartão de crédito, emprestar muito dinheiro - e existe um fantasma por trás disso tudo, chamado saúde, que claramente agora estão começando a ver que se daqui alguns anos não tomarem medidas de prevenção, os sistemas americanos não vão ter como pagar o *Méd Care*, não vai ter como pagar o tratamento, essa enormidade de obesos, diabéticos que têm lá, e no Brasil é a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agora, se V. Ex^a. tem mais alguma coisa para esclarecer. Pode fazer as considerações finais, nós vamos...

SR. CID PITOMBO: Mais uma vez, eu queria agradecer e demonstrar meu orgulho, inclusive, de estar aqui falando no Senado Federal. Eu sei que essa oportunidade é para poucos brasileiros e como deu para notar eu, no início da apresentação, alguns Senadores

não puderam ver, mas eu mostrei que eu opero e dou aula no mundo inteiro com um capuzinho do Brasil na cabeça, e é muito engraçado, porque toda a vez que eu começo a minha apresentação em qualquer lugar do mundo, eles focam na minha cabeça. Qualquer lugar do mundo que eu esteja, eles focam na minha cabeça, para demonstrar a bandeira do Brasil, o que é interessante, Senador - não está dando para ver, não sei se houve pane no sistema. Bom, mas eles focam na minha cabeça, porque eu opero com uma bandeirinha do Brasil na cabeça.

Então, para mim é uma honra estar aqui no Senado, sei que é uma oportunidade dada a muitos poucos, e espero que minha apresentação tenha sido elucidativa e ajudado na compreensão de V. Exas. no problema que a gente está vivendo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, só antes de encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quero fazer nenhuma pergunta, porque eu cheguei já na fase final da apresentação do Professor, mas quero agradecê-lo como Membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, agradecê-lo pela sua participação, pela divulgação do Brasil no mundo, pelo trabalho que ele demonstrou ter toda a competência para fazer.

Nós vivenciamos um problema sério na saúde brasileira, acho que do mundo, porque o custo do atendimento a saúde é um custo muito elevado e uma tecnologia nova não substitui uma tecnologia velha, vai um acúmulo. Se você faz, se você tinha uma tecnologia até algum tempo atrás, você continua usando, só se [ininteligível] a outra, então, você usa três, quatro métodos para tentar diagnosticar uma doença, e o custo do tratamento de saúde é um custo muito elevado, a gente gasta muito. Acho que é um debate que a gente tem que fazer, até para que a gente possa racionalizar os investimentos que nós temos hoje na área de saúde.

Mas então, ali a bandeirinha, ficou muito bonita. Parabéns.

Então, a gente sabe que o trabalho curativo é um trabalho com um custo muito grande, e o trabalho de prevenção é um trabalho que a gente precisa fazer investimento nele. Então, só quero parabenizá-lo e agradecer pela sua presença na comissão conosco.

SR. CID PITOMBO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agradecemos a presença do Professor Pitombo. Eu declaro encerrada a presente Sessão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2009

Às dezoito horas e onze minutos do dia doze de novembro de dois mil e oito, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com as presenças dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Virgínio de Carvalho, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Gerson Camata, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior e João Tenório. Justifica a ausência o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Orçamento de 2009. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as três (3) emendas de apropriação ao **Orçamento de 2009: Emenda n.º 01 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – “Fomento à Pesquisa na Antártica”** no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), apresentada pelos Senadores Romeu Tuma, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Virgínio de Carvalho, Marconi Perillo, Cristovam Buarque e Fátima Cleide. **Emenda n.º 02 – Ministério das Comunicações – “Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos”** no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 03 – Ministério da Educação – “Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais”** no valor

de R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), apresentada pelos Senadores Eliseu Resende, Wellington Salgado de Oliveira e Marcello Crivella. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2009, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezenove horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. — Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 12 de novembro de 2008. Para darmos início aos trabalhos nessa reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com os termos, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A ata será aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião tem, como item único, a discussão e votação das emendas dessa comissão ao PL nº 38/2008 CN. Projeto de Lei Orçamentária Anual, LOA/2009 que serão apresentados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos, Fiscalização e, tendo como relator, o Senador Flexa Ribeiro, a quem, antes de passar a palavra, eu queria só de dar um esclarecimento.

O trabalho que foi... Para que nós pudéssemos incluir a nossa emenda de comissão no orçamento. Ficamos até, mais ou menos, 11 horas da noite... Foi isso Senador Flexa? Senador Flexa presente. Contamos com o Deputado Gilmar Machado, que é de Uberlândia, do triângulo mineiro, que nos ajudou bastante e também alguns deputados líderes de outros partidos, como do DEM, como do PSDB e conseguimos

aprovar, pela primeira vez, e o resto da vida agora, né, que essa comissão tenha a emenda de comissão no orçamento, porque não existia, visto que é uma comissão recente.

Então, acho que nós estamos de parabéns. Foi à última etapa que essa comissão realmente passou, para que possa fazer parte da história do Senado Federal. É importante pra gente, que criamos essa comissão. O grupo que está aqui hoje, levamos e aprovamos. Então, é a primeira vez que nós vamos ter emenda de comissão no orçamento desta comissão. O Senador Flexa, indiquei como relator, porque participou de todos os acordos. Tivemos que fazer na Câmara, não é isso Senador Flexa? Para que pudéssemos aprovar essas emendas. Então, têm algumas coisas que o Senador Flexa tem conhecimento, dentro do acordo que foi feito, dentro do Congresso Nacional, para que pudéssemos aprovar. Então, rapidamente, como todos nós temos votação daqui a pouco, passarei a palavra ao Relator Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Wellington Salgado, Srs Senadores, eu quero primeiro parabenizar o Presidente Senador Wellington Salgado pelo esforço que ele empreendeu na última quarta-feira, na sessão do Congresso Nacional que, como ele explicou, permitiu a inclusão da Comissão de Ciência e Tecnologia na Lei Orçamentária. O que nós dá, pela primeira vez, como ele disse, a oportunidade de termos uma comissão por inteiro porque, até então, a comissão não estava completa.

Porque a peça mais importante, que é a peça orçamentária, a comissão estava excluída de poder apresentar as suas emendas, por não estarem incluídas no orçamento. Essa inclusão, então, nos permite, hoje, estarmos aqui para colocar à apreciação dos ilustres senadores membros desta comissão, o parecer do relatório que fiz, pela indicação do Presidente Wellington Salgado. A recém aprovada Resolução nº 3/08, do Congresso Nacional que acrescentou o § 3º ao Art. 26, da Resolução nº 1/06, do Congresso Nacional, estabelece que esta Comissão Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática tem direito de apresentar três emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária anual. No prazo estabelecido pela comissão foram oferecidas 47 propostas de emendas de apropriação de despesa ao Projeto de Lei nº 38/08 do Congresso Nacional que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”.

Assim, não obstante, o inegável mérito das diferentes propostas, tivemos que escolher apenas três emendas. Inicialmente indicamos, para aprovação, emenda que pretende reforçar o orçamento do PRO-

ANTAR. Importante programa, que tem por objetivo, devolver pesquisa e assegurar a manutenção da presença brasileira no continente antártico. Serão 150 milhões para a ação “4130 Fomento à pesquisa na Antártica”. Do Conselho de Desenvolvimento Nacional Científico Tecnológico. CNPQ. Unidade Orçamentária do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Apoiaram a iniciativa de aumentar os recursos para as pesquisas na Antártica, os senadores: Romeu Tuma, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Virgínio de Carvalho, Marconi Perillo, Cristovam Buarque, Fátima Cleide. É importante, Srs. Senadores, que eu leve ao conhecimento de Vossas Excelências que essa emenda, para atender o programa PROANTAR, ela foi alocada no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Inicialmente, nós tínhamos como idéia, junto com a assessoria, colocá-la no Ministério da Defesa, só que no acordo do próprio Comando da Marinha Brasileira, que executa o projeto, que teve uma reunião com o Ministro da Ciência e Tecnologia, ficou combinado, entre o Ministério da Defesa, Comando da Marinha e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que se alocasse essa emenda do Ministério de Ciência e Tecnologia, com o compromisso do ministro transferir os recursos para o projeto PROANTAR, dentro das suas necessidades, em outros programas de pesquisas que a Marinha Brasileira possa desenvolver.

Esse é o motivo, Srs. Senadores, da emenda não estar no Ministério da Defesa, e estar no Ministério da Ciência e Tecnologia, que quando fizemos a emenda, acrescentamos o § 3º, na Reunião do Congresso de quarta-feira passada, nós aumentamos, até por sugestão de vários parlamentares, que lá se encontravam, os Ministérios que poderiam ser atendidos pela Comissão de Ciência e Tecnologia porque, no entendimento nosso, esta é uma comissão da maior importância do Senado Federal, porque ela perpassa por quase, ou todas as outras comissões. Talvez, com exceção da Comissão de Constituição e Justiça, todas as outras dependem de Ciência e Tecnologia: A Comissão de Infra Estrutura, a Comissão de Saúde, Meio Ambiente e assim por diante. Então, nós colocamos um elenco de ministérios que pudessem receber as emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A segunda emenda, no âmbito do Ministério das Comunicações, destina recursos para ação “11D7. Implantação de telecentros para acesso aos serviços públicos.” No valor de 200 milhões. Iniciativa dos Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro. Ressalta-se a importância dessa ação governamental para permitir que a população carente

possa ter acesso às novas tecnologias por meio dos telecentros comunitários.

Existiam diversas outras propostas dos Srs. Senadores, com relação também à inclusão digital que será atendida pela implantação dos telecentros do Ministério das Comunicações. Então, há quase que um... Apesar de serem programas diferentes, mas há uma, eu diria, uma interação grande entre as emendas que propõem a inclusão digital e as emendas que propõem esse programa do Ministério das Comunicações que vem a ser da implantação de telecentros e levando, evidentemente, a inclusão digital aos municípios menos favorecidos e às localidades menos favorecidas do nosso país.

Por sua vez, a terceira emenda consigna recursos para ação “6379 Complementação para funcionamento dos hospitais de ensinos federais.” No valor de 250 milhões. De autoria dos Senadores Eliseu Resende e Wellington Salgado. Com essa emenda, será possível apoiar ações de ciência e tecnologia, desenvolvidas pelos hospitais das universidades federais, com destaque para a Escola Paulista de Medicina na Universidade Federal de São Paulo. Existia uma solicitação da Escola Paulista de Medicina para que ela pudesse implementar várias pesquisas ou dar continuidade a essas pesquisas que vêm se desenvolvendo naquela unidade, reconhecida nacionalmente, como um centro de excelência.

Como nós não podemos, pela comissão, por emenda de comissão, atender especificamente uma unidade da federação, ou um órgão, nós ampliamos a emenda e levamos a possibilidade de que todas as universidades federais do país possam ter incrementados os seus programas de ciência e tecnologia de pesquisa e desenvolvimento com contratação...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa? Permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só queria esclarecer aos demais senadores que isso foi parte de um acordo feito no momento da aprovação, que nós pudéssemos entrar no orçamento. Entendeu, naquela noite eu tive que...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É uma emenda ao Ministério da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para poder chegar a alguns hospitais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministério da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E isso fez parte, Senador Casagrande, de um acordo com os líderes para que pudéssemos aprovar essa emenda naquela noite. Então, eu queria só dizer que aí nós vamos cumprir o acordo para que pudéssemos--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só mais uma pergunta. Esses valores colocados são valores ainda simbólicos ou já negociados com o relator?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Não, são simbólicos. Nós vamos ter que trabalhar junto ao Relator Delcídio Amaral para que ele possa contemplar essa... A Comissão de Ciência e Tecnologia e de Telecomunicações com valores que sejam adequados, dentro do discurso do governo, de incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a ciência e tecnologia para que possamos avançar, cada vez com uma maior velocidade no crescimento do nosso país.

Ao final, convém relatar, que algumas sugestões de emendas apresentadas colidem com normas vigentes. Como no caso das propostas 18 e 23 que destinam recursos à atividade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que não estão relacionadas à ciência e tecnologia. E da Proposta 46 que apóia iniciativa de órgão não abrangido pelas competências regimentais desta comissão. São ações pontuais. Me parece que essa 46, aqui, é minha, que previa a preservação de bens culturais de natureza material para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Lamentavelmente, foi inadmissível a emenda do próprio relator. Isso é a forma democrática que a comissão trata o parecer que traz a apreciação... Discussão, apreciação e votação dos nobres parlamentares.

Voto, Sr. Presidente, diante do exposto, votamos no sentido de que essa comissão delibere pela apresentação de emenda de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2009, PLN nº 38/08 do Congresso Nacional que acresce dotações das seguintes ações e unidades orçamentárias. A 2345. Missão Antártica. Unidade orçamentária: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. SECIM. Valor 150 milhões.

Segunda emenda, 11T7 - Ação 11T7. Implantação de telecentros para acesso ao serviço público. Ministério das Comunicações. Valor 200 milhões.

Terceira emenda. Ação 6379 - Complementação para funcionamento dos hospitais de ensino federais. Unidade orçamentária: Ministério da Educação. Valor 250 milhões. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Senador Sérgio Zambiasi deseja falar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só uma observação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só uma correção?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É uma correção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A primeira emenda, ela está destinada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, CNPQ, de acordo com os entendimentos com a Marinha Brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Então, em discussão. O Senador Sérgio Zambiasi tem a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só quero colocar, Presidente, que o autor do Projeto da Resolução 5/07 do Congresso Nacional, fui eu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabéns! Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Óbvio que, inspirado pela Secretária da Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que propiciou à Comissão obter as suas emendas [falas sobrepostas].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Palavra ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós temos hoje, aqui, um debate com um professor, um médico, que o senhor convidou, mas eu não pude estar presente, ele disse que esteve na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado americano. Lá eles comemoraram 50 anos da existência da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já existe a comissão lá há 50 anos?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Há 50 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque a nossa tem dois anos agora, companheiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Comissão lá é um pouquinho mais nova que V. Ex^a, mas é uma comissão constituída há muito tempo. Nós estamos começando aqui. Hoje é um dia histórico. Quero parabenizar V. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Zambiasi e os senadores que compõem a co-

missão, porque é um dia histórico, importante para nós. Está certo? E nós estamos dando um passo à diante no apoio a um sistema nacional de ciência e tecnologia, importante nesse país. Parabéns Senador Flexa. Pela primeira vez, o senhor vetou o senhor mesmo, e o senhor está no caminho correto.

[falas sobrepostas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, V. Ex^a, tem a prova de que a forma transparente e democrática que esse senador se comporta que veta as suas próprias emendas. Tinha um militar no Pará, que ele era conhecido... Já faleceu, lamentavelmente, ele era conhecido, porque ele se punia. Quando ele estava com o uniforme desalinado, ele fazia a recuperação e mandava punição para ele próprio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação...

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO Presidente? Eu sou...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A votação. Depois da ordem do dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, não vai valer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A votação depois da ordem do dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Após a ordem do dia nós votamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ou votamos agora ou não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então está suspensa... Está suspensa a comissão até o término da ordem do dia.

Sessão suspensa às 18h26

Sessão reaberta às 19h19

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Declaro reaberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 2ª Sessão Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se hoje, quarta-feira.

Com a palavra, entramos em discussão, o relatório do ilustre Senador Flexa Ribeiro, a quem... Estava em discussão, antes da votação. Senador Crivella desejava falar. A quem passo a palavra, mas parece

que já acertou com o relator. Então, passo a palavra a V. Ex^a, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Presidente, V. Ex^a abriu essa sessão hoje de maneira tão... Vou dizer, efusiva, que parecia até D. Pedro I, às margens do Ipiranga, naquele brado, naquela legenda bela e estupenda, que marcou a nossa independência. Presidente, eu estava preocupado, por uma razão. Coloquei uma emenda de 20 milhões de reais, um valor modesto, para o Ministério da Ciência e Tecnologia, para adquirirmos, Sr. Presidente, um acelerador de partículas, por quê? Porque hoje os doentes e os convalescentes de câncer, e agora mesmo tivemos aí um problema com o nosso Heráclito Fortes.

Os exames para detecção de tumores cancerígenos no corpo da gente, a probabilidade de sobrevivência, de cura, é de diretamente proporcional ao estágio da doença. O vice-presidente, presidente de honra do meu partido sobrevive porque os tumores, e esse já é o quinto na região abdominal dele, são descobertos com um, dois, três centímetros de dimensão. Então, é fácil fazer uma operação, fazer uma radioterapia, uma quimioterapia e ali, no início, aniquilar a doença.

Ocorre que para nós descobrirmos tumores cancerígenos no corpo das pessoas só há um jeito, é submetê-las a um tomógrafo nuclear. Agora esse tomógrafo nuclear, ele vai medir, ele vai descobrir um tumor na fase incipiente, dependendo da radioatividade emitida por uma substância que a pessoa ingeriu, tomou, foi injetada nela. Está aqui o Dr. Botelho que pode, inclusive, ilustrar melhor a minha explicação, e essa emissão de radioatividade será, vamos dizer assim, medida por esse equipamento e células cancerígenas, células cancerosas não vão emitir a radioatividade como uma célula normal.

Essa diferença de radioatividade, até chegou aqui a minha justificação, minha justificativa, ela deixa com que a gente possa, então, descobrir aquele tumor. Um pequeno detalhe, Sr. Presidente, se morarmos em São Paulo, no Rio ou em Minas Gerais nós vamos ter elementos radiótopos para colocar no corpo. Por exemplo, se o câncer for na região do pescoço, então, nós vamos precisar de mercúrio, porque o mercúrio é uma substância química que vai pra região... Iodo, perdão. Iodo vai para a região do pescoço. Se for um problema no coração, lítio e vai por aí a fora.

Agora, o problema é o seguinte, na terra de Augusto Botelho, como é que nós vamos fazer para chegar o material radiótopo, lá no final do Brasil, se a radioatividade dele é pequenininha, para evitar efeitos colaterais, e chegar lá, e ele já não ter mais efetividade. Nem chego até tão longe. Eu posso dizer até na

Paraíba. Então, o doente tem que vir pra cá. Agora, e se ele não tiver recursos financeiros?

Então, nós precisamos de ter um novo acelerador de partícula. O Ministério da Ciência e Tecnologia e o CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) pediram, veementemente, e fizeram isso, fizeram esse apelo, que a nossa comissão não pode se negar a atender. Como nós só temos três emendas para fazer. Eu e Flexa ligamos para o Ministro da Educação, agora há pouco, e combinamos o quê com ele? Ministro, nossas emendas para as universidades brasileiras somam 250 milhões. Nós vamos aumentar para 270. O relator vai passar para 270.

Agora, 20 milhões não podem ser gastos no Ministério da Educação. O senhor precisa comprar um acelerador de partículas e segundo, aqui, o nosso relator, por comodato, o senhor ceder para o Ministério da Ciência e Tecnologia, para o CNEN. O importe é que as pessoas que hoje sofrem de câncer, em qualquer parte do Brasil, tenham acessos a esses elementos químicos que poderá salvar a vida delas. Era só isso Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Crivella. Agora, veja bem. Eu botei uma emenda boa lá para o Ministério da Educação, o meu grande Ministro Fernando Haddad e o Senador Flexa conseguem falar com ele primeiro do que eu. Escolhi um bom relator.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu só queria um esclarecimento. Essa emenda não caberia para o Ministério de Ciência e Tecnologia? Por que na comissão de... Por que em Educação?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, é o relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a se refere a qual emenda?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Esse tal acelerador aí.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, esse não. Esse é Ministério de Ciência e Tecnologia. Agora, as universidades poderiam ser na Comissão de Educação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a tem toda razão. V. Ex^a tem toda razão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só pode ter três emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A emenda que o Senador Crivella--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Estão falando aqui que o SS (F) é Ministério é Ciência e

Tecnologia, é Ciência e Tecnologia. Não tem nada a ver com Ministério da Educação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a tem toda razão. Não precisa nem confirmar. Já estou dizendo que a emenda do Senador Crivella foi direcionada para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Só que nós, na comissão só temos três emendas. A emenda do Senador Crivella que, eu acredito, todos nós temos que ser conscientes, solidários para o atendimento, ela é de 20 bilhões.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Modesto o valor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, o acerto que fizemos numa ligação que o Senador Crivella fez com o Ministro da Educação, foi que destes recursos para os hospitais federais em ciência, em pesquisa, ciência e tecnologia, que seja adquirido esse equipamento para a...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): CNEM.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para o CNEM, e seja colocado à disposição para que eles possam então--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Produzir os radiótipos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Produzir os radiótipos que são necessários para salvar a vida de milhares de brasileiros. Então, V. Ex^a terá acatada a sua emenda, incluída nesse do Ministério da Educação, e ampliados os recursos para 270 milhões, como ficou acordado com o Ministro Haddad.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem, está resolvido, então, a emenda sua, assim. Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Comissão de Ciência e Tecnologia. É evidente que o Sistema de Ciência e Tecnologia no Brasil está mais do que carente. Nós temos três emendas. Vamos dar uma ao Ministério da Educação? Não me parece sensato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Nós colocamos--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): É Comissão de Educação. Tem Comissão de Educação. Presidida pelo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é educação voltada... Senador Sérgio Guerra, quando nós discutimos na reunião do Congresso, eu vou tentar esclarecer a V. Ex^a. Quando foi discutida na reunião do Congresso, na semana passada, a inclusão da Comissão de Ciência, Comunicação, Ciência e Tecnologia, na Lei Orçamentária porque, até então, a Comissão

de Comunicação, Ciência e Tecnologia... Não tinha. Estava excluída das emendas.

Foi uma luta do nosso presidente, na reunião do Congresso de quarta-feira, para que nós fizéssemos a inclusão. Para que fosse feita a inclusão a Comissão de Ciência e Tecnologia, ela é uma comissão, que eu diria, que ela perpassa por todas as comissões do Senado Federal, talvez não, na Comissão de Constituição e Justiça. Mas na Comissão de Educação, na Comissão de Saúde, na Comissão de Meio Ambiente... Todas elas precisam ter atendido o seu componente de desenvolvimento e pesquisa, ciência e tecnologia. Então, tanto que, na própria alteração que foi feita--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O argumento serve pra dizer que não precisa de Ministério de Ciência e Tecnologia. Porque todas as áreas têm ciência e tecnologia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas nós temos uma emenda para Ciência e Tecnologia aqui.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Só um esclarecimento ao meu líder e relator que eu... Primeiro, quero elogiar a atuação do Presidente de incluir a Comissão de Ciência e Tecnologia, entre aquelas que terão acesso às emendas parlamentares de comissão. Grande mérito, absoluta correção. Segundo, se nós somos Comissão de Ciência e Tecnologia, o argumento, que me dá agora o Senador Flexa, é que a atuação, é que a área de ciência e tecnologia, ela se desdobra em outras atividades, que não são aquelas exclusivas do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ou seja, há ciência e tecnologia nos hospitais que são assunto da saúde. Há problema de ciência e tecnologia nos colégios e faculdades que são assunto da Comissão de Educação. Ou melhor, da educação. Mas o que me parece, absolutamente, de bom senso é que nosso esforço se dê no âmbito da ciência e tecnologia e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Porque é ali que é a centralidade do esforço de ciência e tecnologia. Porque, se nós dispersarmos isso, não há parâmetro para que, no futuro, a ação para o Ministério se desenvolva aqui, porque tem ciência e tecnologia em tudo.

Em quase todas as atividades e em quase todos os Ministérios. Se foi aprovado que na... Assim como há na área de saúde, há também na área de educação, ciência e tecnologia, na área da agricultura... Em todas as áreas. Vamos ter que emendar para todos os Ministérios. O Ministério de Ciência e Tecnologia fica aonde? A centralidade, o bom senso indica... Já que o presidente fez essa conquista, eu acho que as emendas deveriam ser para o Ministério de Ciência e Tecnologia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E telecomunicações não?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Telecomunicações é dessa comissão?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Comunicações, Ciência e Tecnologia. Inovação, Informática...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem. Sem problema. Telecomunicações também. Telecentros... Está correto. Mas não, educação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio. Não é educação e saúde. Quando foi aprovado, na Resolução nº. 5/07, do nobre Senador Zambiasi, as áreas temáticas desta comissão foram: Infra-estrutura, educação, cultura, ciência e tecnologia, esporte, justiça e defesa, saúde e agricultura. Foi aprovado pelo Congresso Nacional. Aprovado pelo Congresso Nacional.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Olha, o ano passado foi aprovado tudo e o Ministério da Agricultura fez emendas no Ministério da Ciência e Tecnologia; da Ciência e Tecnologia no da Fazenda; o da Fazenda no de Minas e Energia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas isso ocorre, continua hoje. Mas se V.Exª for nas outras comissões, vai verificar que as outras comissões também aprovam emendas em Ministérios que não são unicamente dessas comissões.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Se for assim estão ferindo a resolução.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. A resolução--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Que resolução é essa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A resolução define a área temática aprovada no Congresso Nacional.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Agora?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, agora.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então é parte da grande anarquia orçamentária que fizeram no Congresso Nacional.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, bom. Aí V. Exª pode ter toda razão e há necessidade de se refazer toda a legislação pertinente ao assunto. Eu quero dizer a V. Exª que, sem esta resolução, nós não estaríamos hoje aqui reunidos--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sem emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem emendas. Teríamos nenhuma, como não tivemos no

ano passado. Não tivemos ano passado. Essa é a realidade. Essa é a realidade. Então, retornando a discussão, eu acato a sugestão do Senador Crivella para que possamos acrescentar na emenda 3, 20 milhões de reais, que serão disponibilizados para dentro do acordo com o Ministério da Educação, para a compra do equipamento acelerador linear.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É um Ciclotron.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ciclotron.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Além dos 250 milhões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mais 20 milhões que a emenda do senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que ainda vamos lutar ainda lá no orçamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Guerra, V.Exª como um "expert" na peça orçamentária sabe--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então vai ter 270 milhões para essa rubrica aqui?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deus queira que V. Exª...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não. Vai ter, não. Vai ser encaminhado à Comissão de Orçamento--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não, mas não vai ter.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico. Todos nós sabemos que não. Nós vamos lutar junto com o Senador Delcídio Amaral--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim, mas aí, como é que vai dividir os 20 se não tem os 270?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos lutar com o Senador Delcídio Amaral--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O que for cortado lá o percentual--
[falas sobrepostas]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se cortarem 50%...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os 20 fica.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Dos 20 fica 10. Fica alguma coisa.
[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Crivella, como um bom pastor, ele é salomônico. Ele divide a metade.

[falas sobrepostas]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A minha preocupação--
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A solução vai ser no orçamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª, como um "expert"... O Senador Sérgio Guerra é um dos senadores mais experientes e mais conhecedores da peça orçamentária.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu só vim aqui pra ajudar. Não há a menor hipótese de nós aprovarmos 250 milhões numa emenda de comissão. Nem 100, nem 80, nem 50, tá, nesse orçamento que está aí.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, mas isso não impede a luta, senador. Essa aqui é uma luta, é um rumo. É uma bandeira.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Vocês estão dividindo 250...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas proporcional. O Senador Crivella já disse isso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Como é que faz um acelerador proporcional?
[falas sobrepostas]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas os recursos proporcionais poderão ser utilizados--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ser adicionados. O Senador Crivella, da base do governo, conseguirá uma verba extra orçamentária--
[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para atender o equipamento tão necessário para a saúde dos brasileiros.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu só queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente. Só para agradecer a V.Exª a sensibilidade e dizer que isso foi combinado com o... E agradecer também ao Ministro da Educação. É claro que nós temos aqui que propor--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O Ministro não tem nada a ver com isso. Isso é uma Comissão do Congresso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só um instantinho. Eu sei, querido. Mas é execução--
[falas sobrepostas]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tem que combinar no Congresso. Se for para combinar com

o Ministro vai lá e pede uma verba do Ministro, e não a verba do Congresso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Tá bom, Sérgio. Você vai poder falar o tempo que o senhor quiser. Só me permita concluir. E o que foi feito foi o seguinte. Nós sabemos que essas verbas todas, todas as verbas pelas quais nós lutamos no Congresso, isso é o ideal. É utopia. É o que sonhamos. É claro que na hora que o relator... E Senador Sérgio Guerra conhece muito bem isso, o relator do orçamento tiver que ajustar esse cobertor curto, fará os ajustes necessários. Agora, eu quero deixar registrado que é de extrema relevância que o Brasil tenha um Ciclotron moderno para a produção de radioisótopos para o bem de todos os brasileiros convalescentes ou, diria, que tenham qualquer tipo de doenças cancerígenas, que hoje acometem tantos brasileiros e os levam à morte.

Então, era isso, Sr. Presidente. Quero agradecer ao relator, quero agradecer o esforço do ministro, ele sabe que desses recursos que ele vai receber há uma parte para a compra desse Ciclotron, e vamos ajustar dentro dos mais altos objetivos dos interesses justos e legítimos do nosso povo, para que isso aconteça. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, só para... V. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro para fechar a questão da emenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para parabenizar o Senador Crivella, pela sensibilidade da sua emenda e, lamentavelmente, Senador Sérgio Guerra teve que se ausentar, mas ele entende como um dos mais experientes senadores da peça orçamentária, sabe que as emendas feitas nas comissões, elas irão a ajuste pelo relator geral. Evidentemente, que nós não temos... Deus permitisse que pudesse ser esses valores que nós estamos indicando. Não serão. Nós vamos junto com o presidente, junto ao relator, tentar colocar os maiores valores possíveis, nessas emendas que nós estamos propondo. E, evidentemente, do valor que for destinado à essa peça, será uma parte destinada à emenda do Senador Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cícero, tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores presentes. Eu acho que o Senador Sérgio Guerra provocou, de forma veemente, algo que merece a nossa reflexão, embora tenhamos que compreender a importância de votarmos, reconhecendo o êxito, a virtude da luta e a conquista do presidente dessa nossa comissão para se fazer representar no orçamento do Congresso Nacional. Mas

eu acho que já que teve esse acordo com o Ministro da Educação, no sentido de que aproveitássemos essa emenda e colocássemos 20 milhões para algo que é indiscutível a sua importância, provocado pela sensibilidade do Senador Crivella. Eu acho que nós deveríamos sair daqui com o seguinte compromisso. É que vamos juntos ao relator do orçamento, Senador Delcídio Amaral, dizer que a nossa prioridade nessa emenda é o reator.

E vamos tomar uma decisão de Congresso e de comissão, Sr. Presidente, já que aqui está sendo colocado como um acordo que nós iremos defender não a proporção, porque não existe meio reator, um quarto de reator e nem 10% de reator. Se a emenda for aprovada de 20 milhões, esses 20 milhões sejam para o reator. E o que passar, então, irá para o Ministério da Educação. Acho que era uma posição de consenso que nós deveríamos tomar pela responsabilidade e a importância que é essa sugestão do reator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Da minha parte está acatada, está celebrado esse acordo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sensacional. Eu não tenho...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vejo que é unanimidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É unanimidade. A sensibilidade do Senador Cícero, colocou aqui, de maneira fundamental. Quer dizer, as pessoas que hoje, no Brasil, estão convalescendo de câncer, poderão saber que nós lutamos arduamente e vamos conquistar um novo Ciclotron para que elas tenham radioisótopos que possam detectar seus tumores, num momento em que eles sejam ainda extirpados, dando a elas qualidade de vida e tempo de vida com qualidade.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Relator, só um minuto. Eu queria passar a palavra ao médico dessa comissão, Senador Botelho tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós somos favoráveis e foi muito boa essa colocação do Senador Crivella. Mas eu queria só fazer uma proposição para o ano que vem. Eu acho que nessa Comissão de Ciência e Tecnologia, nós temos que propor uma discussão para discutir os nossos transportes de... Foguetes transportadores de satélite. Porque nós estamos ficando para trás nessa tecnologia. Nós somos privilegiados pela natureza por estarmos mais próximos. A região mais alta de lançar satélite é dentro do Brasil. E nós temos que... Acho que aqui den-

tro dessa comissão nós temos que estimular para ser retomado esse programa que, com o trauma daquele acidente, nós retrocedemos. Perdemos muitos cientistas naquela época, então, nós temos que começar a trabalhar para recontratar novas pessoas que, com conhecimento e tudo, para andar. Senão, a gente vai ficar para trás nisso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Inclusive, Senador, a licitação está parada pra construir a obra lá. Nós temos que fazer uma Audiência Pública para saber o porquê. E nunca mais se investiu. Agora, com a palavra o autor dessa resolução--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, só rapidamente para dizer da--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cícero tem a palavra V. Ex^a. Senador Zambiasi vou deixá-lo para falar à vontade, no final.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só um pequeno detalhe, Senador Zambiasi. Obrigado pela gentileza. É dizer... Veja a importância dessa comissão. Um engenheiro defende a saúde e um médico defende a engenharia aeroespacial. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Finalmente o autor, Senador Sérgio Zambiasi para sua colocação e proposta de emenda. Tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Wellington. Apenas para registrar realmente... Primeiro a alegria de estarmos aqui. Segundo, que bom que nós interrompemos a votação, se retomou agora, se pôde com isso aproveitar essa proposta do Senador Crivella que mexe com os interesses da saúde de todos nós brasileiros.

Parabéns, portanto, foi unanimemente acolhida a proposta. Dizer que estou muito feliz em ver que aquela resolução que nós trabalhamos tanto, aqui, através da Egli (secretária), através do pessoal da assessoria de comunicação da Marinha que me encarregou de apresentar o projeto da resolução. Nós lutamos muito para que em 2007 a proposta fosse acolhida, e não foi. Nesse ano o Senador Wellington trabalhou muito junto à Presidência do Congresso, Presidência do Senado--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Zambiasi, eu queria fazer uma colocação que, inclusive, o nosso Presidente, Senador Garibaldi, ele ficou na presidência aguardando o acordo redigido, foi feito naquele momento o acordo, que foi essa resolução que V. Ex^a é o autor, ele teve a paciência de ficar uns cinco minutos, aguardando todo o acordo, para poder

aprovar os entendimentos que estavam sendo feitos. Quer dizer, eu não poderia deixar passar sem colocar o trabalho do nosso presidente para que isso se tornasse uma realidade. Tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É bom ver que ninguém faz nada sozinho. Não tem aquela história do eu. Tem o nós. Nós temos condições e força para chegar a esse momento bom, em que a comissão começa a ganhar esse espaço e comprovadamente a sua importância, exatamente, eu estava presidindo hoje de manhã a Comissão de Educação, quando um dos debatedores chamava atenção, exatamente, um médico aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, Dr. Pitombo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De minha autoria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Da sua autoria. Eu estava presidindo a comissão, quando ele dizia que a Comissão de Ciência e Tecnologia do Congresso Americano está focada e é uma das mais importantes do Congresso, exatamente, porque trabalha com pesquisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem 50 anos, né?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): 50 anos. E eu havia apresentado aqui duas propostas. Uma, fomento a incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Nós estamos mantendo uma experiência muito rica, lá no Rio Grande do Sul, através do Ministério de Ciência e Tecnologia, não foi acolhida, ok, são muitas e o relator tem a sensibilidade de fazer suas escolhas.

A segunda, e aqui Senador Augusto Botelho, eu vi a sua preocupação em relação à questão dos lançadores de foguetes. O Ministério da Defesa me incumbiu de apresentar, também não houve acolhimento, mas eu quero deixar aqui o nosso compromisso, para que o ano que vem a gente possa examinar, com mais tempo, que todos acabamos, de uma maneira, surpreendidos, "Olha, a Comissão de Ciência e Tecnologia já pode apresentar emendas. Mas não vão fazer? Que tipo de emenda? Como é que se faz?"

Então, eu concordo que o próprio relator teve dificuldade de, rapidamente, receber as emendas, examiná-las, acolhê-las. Então, é plenamente compreensível. Mas eu recebi aqui uma missão, apresentei, Domínio da Tecnologia, para a Defesa Nacional, do Ministério da Defesa. Aqui engloba tudo. Engloba, inclusive, para se ter idéia, a viabilização do plano de levantamento da plataforma continental brasileira, que vai incorporar 900 mil quilômetros quadrados ao território nacional,

destinado à exploração e aproveitamento dos recursos naturais do leito e do subsolo marinho. Ou seja, a defesa do pré-sal. Está aqui.

Eu quero deixar claro que a emenda apresentada aqui que previa exatamente a possibilidade de defendermos 90 bilhões de barris de petróleo, não pôde ser acolhida, exatamente, porque não houve tempo. Não houve condições de fazer o exame.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra, se V. Ex^a já encerrou, passaria a palavra ao relator, para que possa fazer a defesa. Nobre Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nobre Senador Sérgio Zambiasi, quero louvar o interesse de V. Ex^a que é de todos nós, em defesa da... Incentivo...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A quarta frota americana está nos rodeando por aí.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao incentivo, ao domínio de tecnologia para a defesa nacional. Na tarefa que me incumbiu o presidente, tarefa honrosa de ser o relator das emendas que como V. Ex^a sabe, o projeto de resolução é de vossa autoria, ele foi aprovado na noite de quarta-feira, quinta-feira ele foi promulgado. Nós viajamos, voltamos terça... Até foi preciso que o presidente prorrogasse a acolhida das emendas de anteontem para ontem. De tal forma, que nós pudéssemos ainda a tempo... Porque até amanhã as emendas têm que estar na Comissão de Orçamento.

Mas, o relator teve a preocupação de, seguindo a orientação dos outros relatores das demais comissões, de fazer esse ano uma interação com as emendas de Comissão da Câmara Federal. Porque a Câmara Federal nas comissões que acompanham, paralelamente, as comissões do Senado, eles também lá fazem emendas de comissão. Senador Zambiasi. Então, vamos supor que a Comissão de Ciência e Tecnologia lá da Câmara Federal tem direito a três emendas de comissão. Nós aqui temos três emendas. Se nós fizemos as mesmas que eles lá colocarem, nós estamos superpondo esforço e não estamos colocando seis emendas.

Aí, o que foi acertado? Que nós iríamos fazer, através dos relatores, Ministério do Exército... No Ministério da Defesa, o comando do Exército e o comando da Aeronáutica seriam atendidos lá na Câmara. E a Marinha aqui. E a emenda que V. Ex^a se preocupa, e todos nós, foi atendida na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara, que foi uma emenda do Deputado Rodrigo Rollemberg e do Deputado Ratinho Júnior, exatamente, idêntica à sua. Objeto. Acréscimo. Domínio de tecnologias para

a Defesa Nacional, seqüencial 004481. Ação 2B28. Domínio de tecnologias para a Defesa Nacional. Valor 506 milhões 046 mil 250. É a emenda de V. Ex^a. Então ela está atendida.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Perfeito. Foi o que me tranqüilizou. O que me tranqüilizou foi exatamente isso. Quer dizer, esse meio tempo deu pra dialogar com os colegas e--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu nunca deixaria de atender V. Ex^a, Senador. Eu procurei--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O que nós temos que fazer. Senador Flexa, o que nós temos que fazer é ir ao relator Senador Delcídio Amaral e garantir que as emendas dos nossos colegas da Câmara e as nossas emendas aqui sejam acolhidas para que as propostas todas possam ser, realmente, incluídas no orçamento. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De acordo, as que nós teremos, Presidente, sob a sua liderança de chegarmos ao Senador Delcídio para que ele acate as emendas da comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, proponho que coloque em votação porque nós estamos com alguns compromissos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei que V. Ex^a queria debater um pouco mais, mas vou pegar e vou... Vou colocar em votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes de colocar em votação, eu quero parabenizar o Senador Cícero Lucena que foi o autor da proposta de se fazer a separação dos 20 milhões do...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A garantia, né?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Para o acelerador linear e depois, então, transferir o resto para as universidades. Eu... Todos nós estamos de acordo, até porque eu não acredito que o Senador Delcídio Amaral vá dar menos do que 20 milhões para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos à votação, Senador Flexa. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovada a primeira emenda de comissão da história da Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia. Estão presentes Srs. Senadores, fica gravado para a história, que hoje é um momento importantíssimo, Senador Crivella. Atendendo todas emendas e o primeiro relator da história é o Senador Flexa Ribeiro. Muito obrigado a todos e declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM
A 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIEN-
TE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDI-
NÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19
DE NOVEMBRO DE 2008.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala sete, sob a Presidência do Senhor Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Eduardo Azeredo, Expedito Júnior, João Ribeiro, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Marco ni Perillo e Inácio Arruda reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Comparece a reunião o Senador Aloizio Mercadante, não membro das Comissões. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Marina Silva, Fátima Cleide, César Borges, Eliseu Resende, Gilberto Goellner, José Agripino, Marisa Serrano e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Leomar Quintanilha, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 16, de 2008-CCT, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante, Valdir Raupp e Eduardo Azeredo, que requer "..., nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, audiência pública conjunta para esclarecimentos acerca da matéria veiculada no Jornal Folha de São Paulo, de

14 de setembro de 2008, intitulada "Sigilo telefônico é vendido a menos de R\$ 1.000,00 no país". Para tanto sugiro os nomes dos seguintes convidados: Presidente da ANATEL – Ronaldo Sardenberg; Presidente da TIM – Mário César Pereira de Araújo; Presidente da VIVO – Roberto Lima; Presidente da CLARO – João Cox; Presidente da Oi – Luiz Eduardo Falco; Presidente da Brasil Telecom – Roberto Aroso Cardoso." Comparecem à Audiência Pública, os Senhores Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL; Paulo Roberto da Costa Lima, Diretor de Assuntos Regulatórios da TIM; Getúlio Nery Cardoso, Diretor de Segurança e Administração de Serviços da VIVO; Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO; João de Deus Pinheiro de Macedo, Diretor de Planejamento Executivo da Oi; Guilherme Henriques, Diretor Jurídico da BRASIL TELECOM. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Azeredo e Renato Casagrande. O Senhor Presidente, Senador Leomar Quintanilha, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

**34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMIS-
SÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, CO-
MUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.
REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2008.**

**SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA
(PMDB-TO):** Havendo número regimental, declaro

aberta a 33ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de novembro de 2008. Pergunto aos Srs. Senadores se dispensam a leitura da Ata da Sessão anterior. Os que concordarem com essa dispensa permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº 16, de 2008, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, para buscar esclarecimentos acerca da matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo, de 14 de setembro de 2008, intitulada "Sigilo telefônico é vendido a menos de R\$ 1.000,00 no país". Nós temos como convidados o Sr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL, Sr. Paulo Roberto da Costa Lima, Diretor de Assuntos Regulatórios da TIM, Sr. Getúlio Nery Cardoso, Diretor de Segurança e Administração de Serviços da VIVO, Sr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO, Sr. João de Deus Pinheiros de Macedo, Diretor de Planejamento Executivo da OI, e o Sr. Guilherme Henriques, Diretor Jurídico da BRASIL TELECOM. Eu solicito à Secretaria da Mesa que conduza os convidados à sala da Sessão.

Agradeço a presença dos ilustres convidados e passaríamos já ao desenvolvimento da nossa Audiência Pública, estabelecendo um critério para melhor aproveitamento dos nossos trabalhos semelhante ao que temos adotado em outras Audiências Públicas, oferecendo uma oportunidade preliminar aos ilustres convidados de se manifestarem a respeito do tema que será tratado. Nós estipularíamos, já que é um número relativamente elevado de convidados, um tempo preliminar de dez minutos, eu acho que dez minutos estaria bom se for--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu queria uma questão de ordem. Eu estava comentando aqui com os nossos colegas--

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): --Com os nossos colegas Senadores.

Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srs. e Srs. Senadores. Uma audiência dessas, com seis convidados para falar, não se faz com menos de duas, três horas, e dificilmente vai ter um Senador que vai ter condições de ficar três horas aqui numa Audiência Pública. Se esse tempo de dez minutos fosse reduzido para cinco

minutos, já que praticamente o assunto de um vai ser do outro, talvez até um pudesse representar a todos, porque vai ser praticamente um assunto comum a ser tratado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na mesma linha do Senador Valdir Raupp, é evidente que nós teríamos interesse de ficar o tempo que fosse necessário, mas nós estamos vivendo um período bastante intenso. Do ponto de vista do projeto legislativo parlamentar nós tivemos muito acúmulos de matérias em função das eleições e agora nós estamos sobrecarregados e temos Comissões importantes que vão funcionar agora de manhã. Eu dei uma olhada prévia nas apresentações, elas são bastante extensivas. A minha sugestão é que cada um fosse no ponto que nós queremos discutir. O que é que precisa ser debatido? O sigilo telefônico é uma prerrogativa do cidadão brasileiro, assegurado na Constituição. É tão vigorosa essa questão que, por exemplo, no âmbito do Congresso Nacional, quando nós queremos ter acesso ao sigilo telefônico, nós temos que justificar caso a caso, exposição de motivos, e nós só podemos ter acesso à guarda do sigilo através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por maioria absoluta dos seus membros. E o que aconteceu é que a partir de uma matéria jornalística do jornal Folha de São Paulo, jornalista Leonardo, ele me procurou, procurou mais alguns Senadores, eu sei que o Alvaro Dias, e sugeriu o seguinte: "Olha, eu consigo ter acesso ao seu sigilo telefônico". Eu falei: "Não, você não consegue". "Não, eu consigo, basta eu pagar e eu tenho acesso. Se o senhor me autorizar nós teremos acesso ao seu sigilo telefônico". Ele fez isso com o Alvaro, com três Senadores. No meu caso só teve acesso aos dados cadastrais, as ligações que vieram não eram as ligações do meu celular. Mas no caso do Alvaro veio na íntegra.

Então como é que pode uma garantia que é uma exigência fundamental do direito de cidadania ser violada de forma tão grosseria como está sendo por, evidentemente, quadrilhas que operam nessa área e que, seguramente, tem funcionários de dentro para poder ter acesso? Ou não, por que essa fragilidade do sistema de controle dessa base de dados? Nós temos outra base de dados do cidadão, por exemplo, sigilo bancário, onde você não consegue acessar as informações da conta bancária do cidadão. São raríssimos os casos. E quando o são, evidentemente, tem uma investigação, é absolutamente essencial que isso aconteça.

Nós já tivemos violação, por exemplo, de sigilo fiscal, dados de base da Receita Federal foram violados, tem sido violados recorrentemente, mas no caso das empresas de telefonia isso criou realmente uma inquietação, uma preocupação, porque nós temos que rediscutir o sistema, utilizar instrumentos mais eficientes de tecnologia da informação e as empresas têm que tomar providências rigorosas em relação à responsabilidade, porque são empresas concessionárias de serviço público.

Então eu pediria, pode ser uma apresentação tecnicamente mais longa, e os outros mostrarem se há alguma diferença entre a sua empresa e aquilo que foi exposto, mas ir no ponto, quer dizer, quais são as providências para impedir que isso continue acontecendo no Brasil e o que é feito para impedir que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. A sugestão--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só completando também o que o Senador Mercadante falou, nessas últimas eleições cadastro era muito fácil comprar, estava até barato comprar cadastro de telefones por grupos. Não era nem a antiga lista não, era por grupo.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): De qualquer sorte, compreendendo a inquietação dos Srs. Senadores, eu entendo que é importante ouvirmos a manifestação de cada um dos representantes das instituições que trabalham com o serviço de telefonia, ainda que algum faça uma exposição mais aprofundada. Eu consulto aos ilustres convidados se têm algum que preferiria fazer essa exposição mais aprofundada? Nós poderíamos começar com ele, concederíamos um prazo mais elástico para ele e aos demais cinco minutos preliminar para nós começarmos o trabalho. Alguém gostaria de fazer essa exposição?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que a ANATEL é a mais adequada para--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A ANATEL? Muito bem. Então concedo a palavra ao Dr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da ANATEL.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Senhoras e senhores, bom dia. Em primeiro lugar agradecer ao Presidente da Comissão e dessa Sessão, o Senador Leomar Quintanilha, cumprimentar aos demais Senadores presentes.

Senhoras e senhores, realmente falar sobre esse tema, é um tema complexo tendo em vista processo que envolve participação de seres humanos, por mais

complexo que seja o desenvolvimento tecnológico para evitar qualquer tipo de fraude.

Só para referenciar em termos jurídicos, ao que já foi colocado pelo Senador Mercadante, mas a Constituição Federal é clara no seu art. 144: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:" - aí tem todos os órgãos que têm que ser feito. A questão do sigilo das comunicações também está tratada na própria Constituição Federal, em que o art. 5º, seu inciso XXII, diz claro que "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas", etc.

Nessa esteira, a Lei Geral de Telecomunicações vem deixar claramente o que está previsto na Constituição e remete de quem é a responsabilidade pela manutenção dessas violabilidades e como isso pode ser quebrado, em que condições isso tem que acontecer. Então na Lei Geral de Telecomunicações, no art. 3º: O usuário de serviços de telecomunicações tem direito: à inviolabilidade e ao segredo da sua comunicação; a não divulgação, caso o requeira, de seu código de acesso, que é o seu número e etc.

Da mesma forma existe uma previsão regulamentar numa lei específica que trata sobre a quebra do sigilo, é uma lei que está sendo atualizada hoje, aqui no Congresso Nacional, mas também do ponto de vista regulamentar, ou seja, aquilo que a ANATEL vem regulamentar a lei, eu vou descrever rapidamente quanto ao Serviço Móvel Pessoal, que é o que nós estamos tratando aqui, que é o serviço de celular.

O art. 89 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal diz claramente: "A prestadora é responsável pela inviolabilidade do sigilo das comunicações em toda a sua rede, bem como pela confidencialidade dos dados e informações, empregando meios e tecnologias que assegurem este direito aos usuários". Parágrafo Único: "As prestadoras devem utilizar todos os recursos tecnológicos para assegurar a inviolabilidade do sigilo das comunicações nos enlaces radioelétricos entre a Estação Rádio Base e a Estação Móvel". Art. 90: "A prestadora deve tornar disponíveis os recursos tecnológicos e facilidades necessários à suspensão do sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária ou legalmente investida desses poderes, e deve manter controle permanente de todos os casos, acompanhando a efetivação dessas determinações, e zelando para que elas sejam cumpridas, dentro dos estritos limites autorizados". No § 1º, desse art. 90, "Os equipamentos e programas necessários à suspensão do sigilo devem integrar a plataforma da prestadora de Serviço Móvel Pessoal, que deve arcar com os respec-

tivos custos". Os custos operacionais relacionados são a cargo das Operadoras. A ANATEL deve estabelecer as condições técnicas específicas para disponibilidade e uso dos recursos tecnológicos e demais facilidades referidas nesse artigo, observadas as disposições constitucionais e legais que regem a matéria. Não constitui quebra de sigilo a identificação, pelo usuário chamado, do usuário originador da chamada, quando este não opuser restrição à sua identificação, que é caso o usuário não tenha, e ele quer que o seu telefone, quando apareça no celular de outra pessoa, ele autoriza e não quer que seja bloqueado. Essa restrição pode ser a qualquer momento solicitada pelo próprio usuário, que não apareça o seu número. Em síntese, então, a prestadora é responsável pela inviolabilidade das comunicações. O art. 13 desse Regulamento prevê ainda que sempre quando for formalmente requisitada, a prestadora deve fornecer as informações sobre os usuários constantes da sua base cadastral às autoridades investidas de poder requisitório. Está muito claro também, são dois artigos, os arts. 12 e 13 que tratam dessa questão.

Quanto à revisão dessa legislação, quando o fruto--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho antes da revisão. Qual é a penalidade de se isso não acontecer?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: A penalidade pode chegar a multas contra a Operadora, quando comprovado que a culpa foi exclusiva da própria Operadora, que pode vir até a perder a sua autorização, caracterizado e comprovado que a responsabilidade foi da Operadora e não de um fato de força maior ou caso fortuito, por exemplo, um crime em que violaram não porque a Operadora foi, eu diria assim, passiva com relação a essa questão, mas há possibilidade de sanção para isso sim, Senador, devidamente comprovado no processo--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não entendi a sua resposta. A responsabilidade do sigilo é da Operadora.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Isso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se houve violação do sigilo, qual é a penalidade?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Se comprovada que a responsabilidade foi exclusiva da Operadora, é da Operadora. Isso vai desde uma advertência, multa, até a própria caducidade da autorização da Operadora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente que não é exclusiva da Operadora, ninguém imagina aqui que a Operadora fez isso de má-fé, que ela deliberadamente pegou um cliente e entregou o sigilo. Ela sabe da responsabilidade jurídica que ela tem.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Isso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas objetivamente o fato aconteceu, o cidadão foi prejudicado. A quem ele recorre?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Eu vou chegar aqui em como que as Operadoras fazem, qual é o processo tecnológico que elas usam para garantir que isso não aconteça, e caso, por um motivo ou outro de algum funcionário que for comprovado ao longo do processo, questões de idoneidade, faltou com a sua responsabilidade, e por conta própria, já que ele tem acesso a esse sistema, vazou as informações, nós vamos chegar até no finalmente quais são os processos que têm que ser feito do ponto de vista criminal. É aí que envolve o operador e que restrições as Operadoras cada vez mais têm que colocar no seu sistema para que isso não aconteça.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nesse episódio do Alvaro Dias, do Gustavo Fruet e no meu caso foi feita uma investigação para chegar à responsabilidade?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Nós estamos trabalhando aqui, eu vou mostrar para o senhor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tá bom.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Bom, então entrando agora um pouco na revisão dessa legislação, que é o processo de interceptação, que é importante, porque para nós, na ANATEL, nós tratamos os dois de forma conjunta, porque os dois são supramente importantes, não só o acesso ao cadastro das pessoas, como também a quebra do sigilo das comunicações. Então todo o processo de tratamento dessas informações tem que ser respaldado e tem que ter as mesmas características para que isso não venha a acontecer.

Em função disso, nós temos trabalhado em conjunto com os órgãos do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, exatamente no sentido de aprimorar todo esse trabalho que é desenvolvido junto às Operadoras e por todos os agentes que têm acesso a esses cadastros e fazem interceptações, não só do ponto de vista técnico, para que tenha a garantia que eles tenham acesso e que esses dados sejam... é... bem tratados pelas Operadoras.

Quando ao fornecimento de dados cadastrais, aqui vai um dado importante, vale salientar que o entendimento que atualmente adota-se no âmbito da ANATEL e das Operadoras é explicitado por força de decisão judicial, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cautelar 1.928, que proíbe, em sede de liminar, a divulgação pelas Operadoras de telefonia de dados cadastrais dos seus usuários, ressaltados os casos de autorização judicial, ação esta

que versa inclusive sobre o fornecimento de dados cadastrais para autoridades policiais.

Um outro tema que merece atenção especial é que esse é um processo de contínuo aperfeiçoamento. Essa questão de fraudes, seja de cadastro, fraudes internas das próprias Operadoras quando da manipulação de dados, de não pagamentos entre as Operadoras e entre os usuários que sempre estão aprimorando, estão na arte de quebrar qualquer tipo de segurança, nós desenvolvemos um grupo de trabalho entre a ANATEL e todas as outras Operadoras criando condições, num grupo que nós chamamos de antifraude, já está funcionando há quatro anos, para garantir e aprimorar o desenvolvimento de todos os sistemas dentro das Operadoras e monitorados por nós. Esse é um sistema, por exemplo, que cadastra todo o equipamento que é roubado, que as pessoas perdem, imediatamente para que ele não possa ser nunca utilizado nas redes, a de telecomunicações, sistemas também para evitar que alguém use o número daquele cidadão que tenha acesso ao serviço e possa fazê-lo, como na época das clonagens que tinham muito, tinha muita reclamação que vinha aqui no Senado. Para os senhores terem uma idéia, na época uma folha de faturamento de uma empresa, imagina que ela encaminhava 100% das chamadas para serem faturadas. Eram apenas 60% que eram faturadas, 40% eram fraudadas. Hoje 95% dessas chamadas que são encaminhadas ao faturamento, são devidamente faturadas, a fraude caiu para em torno de 5%, nós estamos buscando um limite no máximo de 2%, que é o número hoje a nível mundial que tem se conseguido para evitar esse tipo de fraude, e envolve todas essas fraudes, inclusive de fraudes de venda de cadastro, venda de informação para proveito próprio.

É importante também colocar que no último Regulamento que nós desenvolvemos na ANATEL, o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, nós obrigamos as Operadoras para que o cidadão tem que ter acesso ao seu cadastro, você não pode proibir. Então assim como nós temos acesso aos cadastros e emitimos as nossas contas nos bancos, também o usuário tem que ter direito de saber quem ele chamou, o extrato da sua conta gratuitamente, e também ter controle e poder saber a cada solicitação de informação ou de reclamação que ele faz na Operadora, como isso é tratado. Então no último Regulamento que a gente publicou, todo cidadão tem direito a ir de forma presencial na Operadora ou por telefone, no seu *Call Center*, e ter acesso às suas informações. Automaticamente é gerado o número de protocolo e a Operadora tem até vinte e quatro horas para mandar para esse cidadão um SMS, uma mensagem dizendo: "Olha, o seu número de protocolo, você

fez a solicitação tal no seu cadastro, etc.", isso para garantir mais um processo de controle desse tipo de informação que é solicitado. Isso tem melhorado muito o processo, por exemplo, de um cancelamento. O cancelamento tem que ser feito em até vinte e quatro horas. Ela tem doze horas para encaminhar esse número de protocolo para o cidadão que solicitou o cancelamento e a partir das vinte e quatro horas o telefone fica de uso gratuito para quem quer utilizar. Então esse tipo de controle é fundamental até para que as Operadoras possam implementá-la no nível dos seus empregados que têm acesso aos sistemas.

Bom, em função não apenas desse dado que saiu notícia nos jornais, que não chegou de forma ainda formal para que pudesse se fazer uma apuração do ponto de vista criminal ou estrutural dentro das Operadoras, nós atualizamos as informações com relação aos procedimentos que são adotados por cada uma das Operadoras para garantir então que esse sigilo seja mantido e que esses cadastros sejam invioláveis. De que forma e como isso é feito? Então eu vou agora descrever de cada uma das Operadoras, eu acho que seria importante prestarmos atenção de como é que isso é feito e para que a gente possa entender as possibilidades e aonde pode ter sido frágil ou ter fragilidade em acesso ao cadastro.

A primeira empresa que eu aqui vou falar, vou descrever o seu processo, de uma forma bastante genérica, também não vou entrar em muitos detalhes, até porque essa Audiência é aberta, é gravada, e logicamente tem muitos dos interessados que estão aqui a monitorar, mas vamos falar de uma forma geral de como que isso é feito e que dá uma idéia de como é possível identificar se houve fraude e quem fraudou.

A CLARO S/A. A base de dados com informações dos usuários de telefonia é acessado por funcionários e prestadores de serviços da Operadora, responsável por atividades relacionadas ao atendimento de cliente CLARO, seja o atendimento feito por telefone, esse que eu acabei de dar o exemplo, lojas próprias ou por meios eletrônicos como chat, e-mail, videoatendimento, de acordo com as obrigações estabelecidas no art. 15, do Regulamento do SMP, que o usuário tem direito a ter o número de protocolo e dizer exatamente aquilo que pediu e receber SMS para confirmar de fato que é ele que está solicitando algum tipo de informação à Operadora. No exercício dessa atividade os atendentes precisam acessar até quatro sistemas, dependendo do perfil do cliente que será atendido, se é cliente corporativo, se é cliente residencial, etc. Dentre esses sistemas, os sistemas que eles utilizam, que é o mobai, o extrato do GMS, permite visualizar o detalhamento das chamadas realizadas pelo usuário de pós-pago e

pré-pago respectivamente. O acesso aos sistemas que dispõe das informações é feito mediante identificação de login e senha pessoal [soa a campainha]. O período de expiração de senha é de trinta dias, a partir de sua criação, e o cadastramento de login é proibido. Então a cada trinta dias você renova a senha desses que têm o acesso aos sistemas. Tentativas de acesso ao sistema com utilização de senhas inválidas, após a quinta tentativa a senha é bloqueada. Para que a senha seja desbloqueada é necessário solicitar o desbloqueio para a Gerência de Segurança de Informação Corporativa da CLARO. Então tem toda uma estrutura formal dentro da empresa para que seja autorizado. Essa solicitação deve ser feita pelo Sistema Vantive, que é um sistema interno da própria empresa, também utilizado pela CLARO para a criação e acompanhamento de solicitações e ser analisada por essa área de segurança da própria operadora e, em seguida, encaminhada ao diretor ou ao gerente da diretoria responsável pela atividade de negócio para que seja autorizada ou negada a concessão dessa senha àquele empregado.

O cumprimento de ordens judiciais segue o seguinte procedimento: recebe as ordens judiciais, encaminhadas por fax, e-mail ou carta, protocola e digitaliza todas as solicitações, confirma a procedência da ordem ligando diretamente para o Juiz emitente, dá cumprimento à solicitação registrando todas as consultas e programações no sistema competente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pela ordem. Ou nós vamos ser objetivos ou não vamos, quer dizer, fazer uma Audiência para mostrar que tem uma série de procedimentos, nós temos certeza que tem. Ninguém aqui está achando que as empresas estão irresponsáveis, que elas não tratam isso com atitude, que a ANATEL não fiscaliza, etc. Só que o sistema tem furo. O sistema não está funcionando como deveria funcionar. Têm quadrilhas que estão conseguindo fraudar o sistema e ter acesso a dados que não poderiam ter. E nós temos um caso concreto: Alvaro Dias, Gustavo Fruet e Aloizio Mercadante. O jornalista nos procurou e falou: "Olha, se vocês pagarem eu mostro para vocês o extrato telefônico". Eu inclusive não acreditei que isso pudesse acontecer. E aconteceu. Aconteceu com o Alvaro Dias e com o Gustavo Fruet plenamente e no meu caso só veio a ficha cadastral, quer dizer, a quadrilha fraudou a informação, quer dizer, além disso ela cometeu um segundo crime, porque deu e não entregou aquilo que disse que entregaria, botou uma outra lista telefônica que não era minha, eu não reconheci os telefones como sendo os meus. Mas de qualquer forma, no caso do Alvaro Dias, foi na íntegra, é uma pena que ele não esteja aqui, e do Gustavo Fruet também.

Então este fato nós comunicamos a ANATEL. As empresas tiveram conhecimento público. Foi divulgado em todos os jornais. Qual foi a investigação? O que é que aconteceu? Chegaram a quem é o funcionário responsável que faz parte do esquema? É um funcionário de dentro da empresa? Não, porque não me parece que seja exclusivo de uma empresa esse problema, ou seja, deve ter conhecimento de outros fatos semelhantes. Eu imagino que não seja o único fato, porque isso aqui ele fez para dar visibilidade. Se não há entendimento que isso pode acontecer, a gente pode amanhã chamar o jornalista, que eu não sei exatamente como é que ele fez essa operação, ele preservou a fonte dele, e a gente pode fazer com outras pessoas para demonstrar que continua acontecendo. Então qual foi a investigação, quais são os procedimentos que estão sendo tomados para evitar que isso aconteça?

Eu acho que a descrição dos mecanismos de segurança, nem sei se é o caso, nós vamos inclusive estimular ou então entregar informações que eu acho que não interessam às empresas. O que nos interessa aqui é o seguinte: o que é que vai ser feito diante dessa fraude que está acontecendo? Quais são as providências que vão ser tomadas? Como é que isso vai acabar? Ou se não vai acabar, "Olha, não há como acabar". Eu quero entender. Há um sistema de controle institucional que vede essa possibilidade de fraude ou que reduza a possibilidade? Porque hoje me parece que ela está amplamente difundida, qualquer cidadão vai lá e paga e ele consegue obter o sigilo telefônico de um terceiro. Então o que é que está acontecendo e quais as providências que vão ser tomadas?

Eu acho que a gente não precisaria entrar nesses detalhes, quando o Juiz pede, isso daí não está em discussão. Se o Juiz pedir, a CPI pedir, é evidente que a empresa vai entregar, que o cidadão tem direito, que o cliente pode, tudo isso nós já sabemos. Nós queremos saber o que é que está acontecendo de errado. O que é que está acontecendo de errado? Está sendo violado o sigilo telefônico nas empresas e é isso que precisa acabar no Brasil. E quais são as providências que vão ser tomadas?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Bom, então eu posso... Eu acho que essa primeira que a gente colocou da CLARO, todas as outras têm sistemas semelhantes, ou seja, de identificação, de poder identificar onde originou a fraude e até aquele que, por acaso, daquele seu equipamento--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Quer dizer que fica registrada uma senha de quem entrou e teve acesso àquele extrato?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Muitas das empresas têm um sistema de log para ficar caracterizado se isso aconteceu, mas têm várias formas que isso pode ter sido vazado, não só dentro da própria Operadora, como fora da própria Operadora. As pessoas, por exemplo, eles vão explicar com detalhe, quando é para a área corporativa. As pessoas na própria estrutura, que recebem tudo aquilo, que tem acesso também a todas as informações, então tem toda uma sequência de pessoa que trabalham nesse processo. Dentro da Operadora, as Operadoras têm os sistemas deles próprios--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou seja, a fraude poderia ocorrer no Senado Federal, na Câmara e no Senado, são duas corporações distintas, porque foi um Deputado e um Senador.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Ou em qualquer outra corporação que recebe das Operadoras os extratos e os acessos de todas as informações.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É evidente que essa hipótese pode ser. O fato de o jornalista ter proposto parlamentares foi para dar visibilidade ao problema, mas poderia pegar três cidadãos comuns que não são funcionários do Senado e na Câmara. Se a questão, quer dizer, as empresas acham que a fraude se deu no âmbito do Senado, é isso que está sendo dito?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Não, não, Senador, eu estou dizendo que são várias as formas, que as empresas têm que pesquisar, para ter certeza de onde saiu a fraude.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Valente, é evidente que são várias formas que precisam ser pesquisadas. Eu quero saber quais são as pesquisas que foram feitas e o que é que está sendo feito. Nós não vamos andar nada aqui hoje. Eu queria saber o seguinte, a primeira hipótese é a seguinte: a violação pode ter se dado no Senado e na Câmara. Eu acho pouco provável que tenha sido feito isso, mas eu admito que essa hipótese existe. Nós temos uma forma de testar a hipótese. Amanhã eu faço uma matéria, chamo o jornalista e falo: "Nós vamos pegar três pessoas comuns, vamos fazer de novo, ver se é só no Senado e na Câmara ou se está dentro da Operadora". Eu acho que o esquema está dentro da Operadora, porque o serviço é oferecido para qualquer cidadão. E a pessoa não sabia quem era a pessoa que estava sendo... o sigilo telefônico, ela não sabia.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi dado só o número do celular. Ele falou: "Eu quero as chamadas deste celular". E conseguiu. Em dois casos conseguiu, um na Câmara e um no Senado, que

são duas instituições distintas. Portanto, a hipótese que a fraude se deu dentro das instituições é pouco provável, porque a Câmara não tem contato, a guarda do sigilo telefônico da Câmara não é a do Senado. Eu acho pouco provável que tenha sido. Eu acho que a fraude está se dando nas Operadoras ou com funcionários, dentro da Operadora, ou porque o sistema é frágil e permite um hacker, algum sistema de acesso sistemático, porque a venda desse tipo de fraude é para qualquer cidadão. Você vai lá, dá o número, ele te entrega o sigilo telefônico.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É, eu queria, só completando, quer dizer, do ponto de vista telefônico o que elas estão fazendo?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Do ponto de vista?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tecnológico, o que as empresas fizeram a partir dessa matéria? Eu sei que evidentemente todo mundo está investindo, as empresas todas investem tecnologicamente. Evidente que os centros de processamento de dados, seja o nome que tiver hoje, tecnologia da informação, têm as suas regras todas, tem regra de acesso, isso tudo nós sabemos. Mas o que é que pode ser feito para enfrentar essa questão? Quer dizer, simplesmente dizer assim: "Foi o funcionário 'A', aí nós demitimos o funcionário?" Só isso não resolve, quer dizer, não adianta só dizer assim: "Nós localizamos que foi esse funcionário e demitimos". É claro que isso é uma obrigatoriedade, mas o que tem que mudar são os procedimentos de quem tem acesso, de quem pode entrar nas instalações, de quem pode entrar na rede. Essa que é a questão, eu acho que precisaria ser colocado mais nessa linha, quer dizer, se está constatado que existe isso. O que é que foi feito a partir daqui, nada?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós queremos saber quais as medidas prudenciais, quer dizer, o que é que vai ser tomado de medida de resguardo do sistema para impedir que isso continue acontecendo?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Bom, então eu vou agora--

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu sugeriria a V. Exa. que poderia--

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Lógico, ir direto para essas medidas.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente, falar pontualmente sobre essas questões levantadas.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Então eu acho, porque parece que ficou claro, não estava muito claro para a sociedade, que não existe nenhum sistema de controle. É óbvio que existe todo um sistema de

controle e cada sistema de controle são passíveis de, em algum momento, serem vazados, não só por empregados internos que têm acesso ao sistema, ou de alguma outra forma.

Tendo em vista esse processo e outros que às vezes chegam nas próprias Operadoras, na própria ANATEL, de algum tipo de reclamação, nas reuniões que nós estamos fazendo periodicamente com as Operadoras, o processo nosso de fiscalização agora junto às Operadoras para verificar exatamente esse funcionamento dos sistemas e os pontos que eles são vulneráveis, como pode ser aprimorado para que esse tipo dano não venha a se causar a nenhum usuário do serviço.

Nós desenvolvemos, estamos desenvolvendo agora em conjunto e como obrigação para as Operadoras, alguns pontos que nós achamos fundamentais. O primeiro deles é que para qualquer empregado que hoje seja credenciado da própria Operadora, que tenha acesso aos sistemas, a cada momento que ele fizer acesso a cadastro de qualquer número telefônico, automaticamente também seja gerado um número e seja encaminhado SMS para aquele usuário para informar para ele que naquele momento está sendo acessado, está sendo emitido isso, para ele saber exatamente se foi ele que comandou ou não. Como isso hoje está pronto e hoje, quando ele quer, ele pede isso aos operadores e automaticamente é gerado, mesmo que ele vá lá de forma presencial, nós entendemos que essa é uma forma já de permitir que instantaneamente quem estiver acessando qualquer uma das bases de dados da Operadora para ter acesso ao cadastro, que esse cliente, desse número, seja comunicado imediatamente, já que no caso do celular essa facilidade existe por meio de SMS, para ele saber exatamente que está tendo de alguma forma entrada não autorizada por ele no seu cadastro e ele pode acionar a Operadora imediatamente e tomar até outras providências.

Um outro ponto que nós estamos levantando, outros pontos que a gente levantou em função de conhecer um pouco mais agora--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso não está ainda instalado, está sendo implementado?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Não, isso está implementado quando o próprio usuário pede. Quando ele vai na Operadora e faz qualquer solicitação de informação, de cadastro dele mesmo, automaticamente é gerado esse protocolo e manda o SMS para ele, mesmo ele pedindo por telefone ou presencial, que é para evitar que alguém peça em nome dele.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sei, mas quando o funcionário acessa esse mecanismo está instalado?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Hoje em algumas operadoras, pelo que a gente teve, não, ou seja, se o próprio empregado acessa de alguma forma para tirar um extrato, por algum motivo que ele está trabalhando internamente, isso não é comunicado ao usuário daquela conta. Nós estamos pedindo que elas implementem também para esses casos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou seja, informa o usuário e o informa o funcionário que acessou para confirmar que é o usuário mesmo que está acessando, é isso?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Hoje, quando o usuário pede, é. Agora além disso, como já está implementado quando o usuário solicita, porque estava tendo muita fraude dessa forma, alguém ligava ou alguém ia e se passava pelo dono querendo saber dados daquela conta e não tinha esse controle. Nós criamos esse controle para quando o usuário vai. Agora nós estamos criando também, sugerindo às empresas que façam isso também para os próprios empregados que têm acesso a esses sistemas, para evitar que isso venha a ocorrer, ou seja, se alguém tiver com algum interesse, automaticamente vai ser identificado de onde é que surgiu, qual foi a máquina, qual foi o login e etc., e já vai para o cidadão também, comunicando no seu celular que nesse mesmo a sua conta foi acessada. Isso tem sido feito hoje, por exemplo, nos bancos. As pessoas contratam hoje nos bancos e os bancos automaticamente informam: "Olha, a sua conta foi acessada, foi descontado um tal cheque". Essa mesma estrutura a gente quer que as empresas implementem, que vai facilitar para o próprio usuário para que ele possa conhecer. É mais um reforço no sistema de antifraude que as Operadoras tem.

Um outro ponto que nós estamos solicitando às Operadoras, que elas implementem em toda a sua rede, é permitir também, hoje já é, mas estender isso para que todos os usuários possam solicitar diretamente dentro na Operadora, sem estar passando por um operador dela, que ela possa fazer não apenas por meio eletrônico, acesso à Internet, logicamente a gente faz hoje no sistema de banco, e aí esse computador dele, que ele estiver acessando, tem que ser cadastrado eletronicamente no sistema de dados, criar um processo de senha para esse usuário, de login, e fazer a certificação digital, porque aí o próprio cidadão, se quiser, pode ter acesso digitando a sua informação, para diminuir dentro da própria Operadora as pessoas que têm acesso a esse tipo de cadastro.

E, por último, a conclusão que a gente tem chegado na ANATEL, no levantamento, na discussão com as Operadoras, é que esse caso e outros casos têm caracterizado tipicamente crime, ou seja, exatamente foi violado por alguém de dentro da própria operadora, se for o caso talvez fora, se for um outro exemplo, e isso tem que ser tratado de forma criminal. Então por isso que nós achamos que esse trabalho que está sendo feito agora pela Polícia Federal, a pedido do próprio Senado, nós vamos trabalhar conjuntamente com a Polícia Federal para dar todo o apoio para rastrear dentro do sistema e das fontes de login e de log que as Operadoras têm para identificar exatamente de onde surgiu, qual foi o computador, que horário e quem quebrou o sigilo, para que ele seja tratado de forma exemplificar, que não seja impune. Não adianta ficar criando processos e mais processos, como tem sido feito, que sempre há esse envolvimento. Como parece que esses casos e outros têm acontecido, como aconteceu um caso no passado e aqui foi muito discutido, foi da Operadora TIM lá na Bahia, lembra-se daquele caso, que envolveu o Senador Antonio Carlos Magalhães, onde se comprovou também que foi um empregado, foi exemplarmente punido, dessa mesma forma há que se chegar nos finalmentes e tratar dessa questão como sendo crime para que ele possa ser, ou ele ou qualquer outro, de forma bastante agressiva.

Nós vamos fazer reuniões com as Operadoras mais sistemáticas sobre essa questão, dia 27 agora nós temos nova reunião para que a fiscalização possa, junto com as Operadoras, buscar outros mecanismos para que a gente possa evitar de qualquer maneira que esses empregados, que hoje têm acesso a esse sistema, seja mais bem caracterizado. É impossível não ter, como o volume de pessoas que acessam, como as empresas dizem, é muito grande, por exemplo, num *Call Center* tem milhares de pessoas trabalhando num *Call Center*, cada um deles tem essa senha e tudo permite. Então nós estamos criando esses mecanismos, com é feito na conta do cidadão em banco, para que possa vir a minimizar.

Eu acho que as Operadoras agora podem explicitar claramente essa questão. Dentro da ANATEL, Senador, pode ficar tranquilo, nós estamos fazendo um trabalho para identificar esse trabalho que foi solicitado pela Senado, a Polícia Federal, nós vamos procurar dar todo o apoio para que a gente possa identificar exatamente de onde que saiu esse caso e de todos os outros que têm chegado na Agência.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dr. Jarbas, pela sua participação preliminar. Nós passaríamos agora a ouvir os demais convidados que poderiam se expressar,

especificamente, sobre o ponto nevrálgico da questão. Passo a palavra ao Dr. Paulo Roberto da Costa Lima, Diretor de Assuntos Regulatórios da TIM.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Bom dia, Srs. Senadores. Considerando o prazo exíguo e considerando a recomendação do Senador Mercadante, eu gostaria de apenas agregar algumas informações relativas à forma, que certamente sempre será necessário melhorar, do pagamento de um usuário corporativo, como é o caso do Senado, com a TIM, quer dizer, nós temos um conjunto, nós temos uma área dedicada à segurança.

A TIM investe, pelo menos nos últimos três anos, mais de 26 milhões de reais em melhorias de controle de segurança, temos código de ética, temos compromissos assinados com todos os funcionários e com um maior detalhe naqueles que tratam do sigilo e dos dados de terceiros. Nós temos, também com os terceirizados, essas mesmas cautelas. Temos uma série enorme de obrigações que estão bem colocadas pela ANATEL e buscando junto com a ANATEL a melhoria dessas ferramentas. Temos alguns conflitos. Muita das vezes, hoje em dia a TIM, por exemplo, tem multas da ordem de seis milhões de reais, que ela já recorreu, essa multa caiu para três milhões, a gente continua recorrendo, porque eu me neguei a dar determinados dados cadastrais que eu entendo que a Agência não tem, por força digamos assim da não qualificação do usuário autorizar uma determinada informação, a nossa área jurídica entende que não deve ser dado e isso tem gerado algumas controvérsias também. Então isso é realmente uma matéria muito sensível, muito complexa.

Agora focando especificamente no caso do usuário corporativo, de fato eu tenho uma conta do Senado, como o caso que foi por várias oportunidades mencionado do Senador Alvaro Dias, eu tenho a conta, eu tenho o número do CGC, eu tenho o valor da contas e tenho "n", no caso aqui eu acho que são cerca de cem usuários, que eu não tenho uma correlação, eu não conheço essa correlação. Quem trata do usuário final não sou eu, TIM. Então eu passo uma conta e passo "n" contas de consumo de um número. Associar esse número ao usuário final não é uma atribuição da TIM. Então obviamente tem que ser pesquisado sim, a TIM está muito interessada em que essa investigação possa prosseguir, porque se houve uma infração, houve uma penalidade, a TIM também se sente punida, porque dentro dos controles e da boa-fé do trabalho, obviamente quem lida com milhares de pessoas está sujeita a situações diversas, mas o fato é que eu não tenho a conta telefônica do Senador Alvaro Dias com o nome dele.

Eu posso ter um número e esse número estar associado. Eu não sei quem é. Pode estar hoje na mão do Senador Alvaro Dias como amanhã pode não estar. Eu não tenho essa gerência, essa gestão. Eu tenho uma conta-mãe, que é a conta do Senado, e contas com os números. Então, provavelmente, talvez a gente tenha que discutir um pouco mais essa forma de apresentação, mas não é uma atribuição minha saber e conhecer. A minha relação com o gestor dessa conta, ela é perfeitamente identificada por senha, por logins, por tudo, e de boa-fé não se encontrou nada. Nós fizemos as nossas investigações internas a partir da notícia de jornal e não encontramos nada.

Então realmente a TIM reitera a importância de que esse assunto não caia numa situação de esquecimento, queremos aprofundar sim isso, porque de fato lamentavelmente se há vítima, a TIM também o é.

Agora quanto às melhores que estamos fazendo, além dos investimentos, por exemplo, estava sendo colocado os controles de senha, dos logins, que já são implementados para fins de acesso da Internet. Nós lidamos com pelo menos seis a sete milhões de contas/mês de usuários diversos. Aí sim com CPF e com tudo. Então tem uma série de controles de acesso, de perguntas e de procura.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por favor, essas emissões são todas terceirizadas?

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Não, senhor, não necessariamente. A prestação do serviço de impressão, ela é terceirizada, está certo?

Agora mesmo nós estamos implementando um controle biométrico, como se fosse, quer dizer, o acesso daquele usuário do *Call Center* para fazer informações, para dar o momento em que ele está trabalhando, vai estar registrado, já está sendo implementado, não só na TIM, como em todos os seus terceirizados, mais essa segurança.

Então realmente [soa a campainha] é necessário sim continuarmos melhorando, mas que se possa identificar mecanismos para que não fique uma situação de desconforto. Não dá para afirmar: "Ah, foi aqui no Senado que houve a quebra". Não é essa a nossa interpretação, mas o fato é que nós não sabemos quem é o usuário do nº 888888 que possa estar aqui no Senado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Paulo, precisamos ponderar duas coisas. Primeiro, a TIM não foi vítima nesse caso. A vítima são os cidadãos que têm as suas informações violadas. A TIM pode ser vítima se houver uma penalidade da ANATEL que, ao meu consta, até agora não aconteceu. Aí ela vítima de um processo. Talvez a hora que ela for penalizada, ela tome providências mais rápidas e mais

eficientes para evitar a fraude. Hoje quem está sendo prejudicado é o cidadão que tem as suas informações violadas. No meu caso, como eu disse, eu não tive as minhas informações violadas. O meu celular era da VIVO. Não tive a informação violada, mas o Alvaro e o Gustavo Fruet tiveram as informações violadas, quer dizer, os telefones que eles tinham acessado durante o mês foram oferecidos por um sujeito que comercializou essa informação. Agora a TIM diz o seguinte: nós investigamos e não identificamos a fraude na TIM, ou seja, quantos funcionários poderiam ter acesso a essa informação? Há um número? O sujeito que vendeu a informação não sabia quem era o Alvaro, só deu o telefone e a partir do telefone ele entregou o extrato telefônico, foi isso que foi feito, pagando por isso. 1) Quantos funcionários têm acesso na TIM, poderiam ter acesso a essa informação? 2) Quantos funcionários cadastrados têm no Senado Federal com acesso a essa informação? 3) Esses funcionários, quando acessam a base de dados, não fica registrado o login, o momento, o horário, a senha de quem entrou para saber quem é que violou?

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Senador, como eu procurei informar nós não conhecemos o nome e a fatura individualizada de cada número de celular de um usuário corporativo. Nós temos uma conta cujo CGC é o Senado, que pode ter um conjunto de usuários, no caso nosso cerca de cem, mas eu não tenho uma associação direta do conhecimento da TIM de que o telefone do Senador Alvaro Dias é do Senador Alvaro Dias. Não é parte do processo. O processo é--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou partindo do pressuposto que você não sabe e nem o sujeito que comprou sabe. Entregou o número do telefone, ele foi lá e deu o extrato telefônico.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: No processo normal, respondendo à sua pergunta do acesso controlado, sim, nós temos a senha de quem faz e quando faz o controle. Existem perguntas específicas a serem respondidas, existe um conjunto de ferramentas que têm o objetivo de evitar essa quebra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Neste caso concreto seria possível identificar, pela data em que o extrato foi emitido, saber quantos funcionários acessaram essa base de dados ou qual foi o funcionário?

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Como eu disse, Senador, nós temos o total interesse em que essa investigação prossiga, porque se tem uma falha dentro da TIM, nós vamos ter que ser responsabilizados, se for o caso, pela falha, temos que tomar as nossas posições de defesa do interesse do usuário. Então é o

nosso interesse. Quando eu menciono que com base nas informações internas que a notícia de jornal nos permitiu fazer, com base nessa relação transparente, ética e absolutamente de convencimento de controle que temos e--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dr. Paulo?

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Senhor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A gente verifica aqui, eu não sou policial, nenhum de nós aqui, só o Tuma que é, mas o Tuma não está aqui agora, mas a gente verifica que a impressão aqui é a mesma da conta, quer dizer, então o que dá a entender, e aí é a minha pergunta sobre a questão do terceirizado, quer dizer, terceirizado, eu não sou contra terceirizado também não, mas o terceirizado a gente sabe que as Operadoras procuram forçar os preços com os terceirizados, o terceirizado para poder conseguir um preço menor, eles têm uma rotatividade de pessoal grande, de maneira que eu queria talvez colocar nessa linha aí. Não pode ter sido então na impressão do terceirizado?

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Pode ser tudo, Senador, é isso que tem que ser aprofundado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, porque se fosse quem trabalha com a base de dados, poderia ter uma listagem que não fosse exatamente como está a conta. Aparentemente a matéria mostra que é um fac-símile da conta, é igual a conta, é a cópia da conta.

Aqui no Senado não é nem fácil a gente conseguir, a conta não é impressa, ela não é entregue para nós, a conta é virtual. Outro dia eu pedi a minha conta, demorou até para chegar a conta, eu tive que assistir, "Eu quero ver a conta, cadê a minha conta?"

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Mas nós encaminhamos cópia papel para cá.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas não é entregue para nós não, nós não recebemos a conta papel, tem que pedir à Diretoria-Geral para fazer--

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Daí a necessidade, Senador, que isso seja de fato aprofundado, essa busca, porque certamente existem mecanismos de falha que possam ser melhorados. Agora existe, vamos dizer assim, o trânsito do documento, a impressão, a distribuição, é em meio físico, não tem como. Agora não tem a associação daquele número telefônico ao nome do usuário final.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas você está insistindo, você é muito competente,

mas você está desviando o assunto o tempo inteiro. A questão aqui não é essa. Ninguém quer saber se chama Alvaro, José, Antonio ou Maria. Quer saber o seguinte: a fatura número tal, CNPJ tal, número de telefone tal, foi violado na TIM.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Perfeito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que é que a TIM fez para identificar quem violou e quais as providências para que não volte a acontecer? Porque até agora não foi identificado quem violou. Eu estou perguntando o seguinte: a TIM tem como identificar quem violou? A TIM e isso vale para todas as Companhias. Eu estou falando da TIM porque você foi o primeiro a conversar. Pelo menos aqui nessa matéria tem três, mas a TIM tem como identificar quem violou, ou seja, quem tirou esse extrato aqui foi esta senha aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esquece que foi Mercadante, Alvaro Dias, esquece isso, suponhamos que foi João, Pedro e Maria.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Nós não identificamos isso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vocês não identificaram. Eu estou perguntando se você tem como identificar.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Preciso aprofundar as investigações, porque nós temos instrumentos para identificar a hora em que determinada ação de impressão, de consulta, é feita.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É isso, é isso, quer dizer, aquela impressão foi feita num determinado dia, determinada hora, e provavelmente, a partir daí, eu identifico quem acessou e pediu a impressão.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Senador, eu não sei se aquela impressão. A impressão é possível de ser feita. Agora hipoteticamente pode ter havido, exemplo, uma cópia xerox de um documento. Eu não sei. É isso que eu digo, por isso que nós temos que aprofundar uma pesquisa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas aí é muito fácil de saber, por exemplo, se essa conta, se a impressão dela estava dentro da rotina da impressão ou se foi feita fora da rotina.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Sim, sim, sim.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque na minha visão foi feita fora da rotina, ou seja, se há um ponto fora da curva, então alguém acessou especificamente aquela conta. Se está na rotina, ou seja, no mesmo dia eu acessei, eu imprimir todas as

contas do Senado, então a fraude está dentro do Senado, é fácil identificar.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: É por esse fundamento, Senador, que nós dissemos que com base nas informações de jornal e com as pesquisas que fizemos não foram identificadas, até o momento, uma anomalia que pudesse eu trazer um dado mais rico quanto a esse fato. Daí a nossa necessidade de que essa investigação seja aprofundada sim, porque o poder de polícia, o poder de investigação e tudo, precisa nos ajudar nisso. Não estamos nos eximindo de falhas, esse é o fato. Agora com base no que apuramos até agora estamos, daí a fala de ter sido vítima porque é frustrante, há um esforço grande, é de que houve uma violação, e longe de imaginar que não tenha sido dentro da TIM. Eu não tenho essa--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria propor o seguinte encaminhamento: que a ANATEL convoque a Polícia Federal, que eu fui informado que abriria uma investigação sobre esse assunto, eu não sei se está em curso essa investigação, se estiver também não precisa dar nenhuma informação, mas que a ANATEL e a Polícia Federal concluam a investigação e a gente marque uma Audiência da posse da conclusão da investigação sobre esse fato concreto, esse daqui. E, segundo, a ANATEL está fazendo uma reunião no dia 27 e tomando novas providências para preservar o sigilo do cidadão. Então a partir dessas reuniões e da conclusão dessas medidas e do prazo em que elas serão implantadas, a gente volte a fazer uma Audiência, porque eu sinto que nós estamos hoje na mesma situação que nós estávamos quando essa denúncia foi feita. Eu aceitei participar da matéria porque eu queria, exatamente, verificar se há vulnerabilidade no sistema e preservar um direito, que é um direito de cidadania, está lá na Constituição, está na lei e não está sendo respeitada. Independente de quem é o cidadão, qual é o estado, qual é a função, qual é a atividade.

Então eu acho que seria muito importante que a gente tomasse essas duas providências, ou seja: 1) A ANATEL trabalha com a Polícia Federal para concluir a investigação deste fato, para ver se consegue identificar as responsabilidades específicas desse fato; 2) A ANATEL toma as providências junto com as empresas para verificar como é que nós vamos aumentar a margem de segurança do tema, medidas prudenciais para evitar que isso volte a acontecer sem que possa ser responsabilizado o fraudador. E aí nós faríamos uma Audiência de posse dessas duas conclusões. Esse é o encaminhamento que eu sugiro a V. Exa.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Seria importante, Senador Mercadante,

aduzir também de que prazo precisaria a TIM para fazer essa investigação, já que foi feita com o operador dela.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, a ANATEL e as empresas poderiam dar um prazo tanto para as medidas prudenciais quanto para a conclusão das investigações para a gente poder voltar a discutir a matéria aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. Eu acho que nós deveríamos também aproveitar, que já estão as outras Operadoras aqui, também ouvir os seus representantes.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Eu poderia fazer dois pequenos comentários, Senador?

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Por favor.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Senador Mercadante, como preocupação e tentando dar um pouco mais de luz ao fato concreto no seu caso, para o senhor ver que as obrigações de uma Operadora móvel ou de qualquer Operadora e prestadora de serviço de telecomunicações, por Regulamento elas são obrigadas a fornecer a outras prestadoras de serviços dados cadastrais dos seus usuários, isso é uma obrigação que eu tenho que fazer. Então eu tenho que circular com a base de dados cadastral minha para qualquer outra Operadora, não importa o tamanho e a responsabilidade dela, por força de Regulamento. Isso foi uma briga enorme nossa contra essa determinação, à época, porque a gente tinha muito zelo. Isso era quero de sigilo, na nossa opinião. Nós fomos obrigados e fizemos. Então esse é um ponto que é por força de Regulamento, eu sou obrigado a fazer isso. Então, quer dizer, o trânsito da sua informação, necessariamente, não está só circunscrito à Operadora que o senhor é usuário, como também o trânsito da minha informação, do cadastro, não é do uso da chamada, mas o seu dado, o seu CPF, o seu endereço, enfim, tudo aquilo que possa ter a sua identidade, é uma obrigação minha dar a qualquer outro prestador de serviço, cabo, Internet, uma outra prestadora que assim o deseja. E mais: por força de Regulamentos a gente hoje também tem uma discussão forte com a ANATEL, a ANATEL por razões que eu respeito e deve ter os motivos fortes de fazê-lo, que é ter acesso remoto a sistemas, a base de usuários, a base de... para fins obviamente claros. A gente tem procurado junto com a ANATEL, e isso está felizmente crescendo de uma forma pró-ativa e positiva, sendo construído com as cautelas que se fazem necessárias para que a gente não crie mais uma área de risco para a integridade do usuário. Era só isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a participação do Dr. Paulo Roberto.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Senador, posso só fazer um comentário. A questão fica a entender que a ANATEL estaria facilitando uma fraude. É exatamente ao contrário.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA: Não, de maneira nenhuma, não é isso.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Quando a empresa passa para a outra Operadora, passa apenas os dados cadastrais, não passa dados da conta, da emissão da conta, para quem ligou, para quem chamou, o extrato de conta, exatamente para que haja o processo de co-faturamento. Se um usuário, que é o usuário de uma determinada Operadora, vem nela todo o serviço dessa Operadora e de qualquer outra Operadora na conta dele. Então isso é importante ter.

Quanto ao processo que hoje nós estamos desenvolvendo novos sistemas para ter acesso às Operadoras, é exatamente para que num caso desse, como ocorreu, que a ANATEL seja mais ágil do ponto de vista de poder fazer uma auditoria dentro da Operadora, independente da própria Operadora, para identificar aonde é que está acontecendo e o tipo de fraude, mas logicamente isso será feito dentro dos cuidados necessários para que não haja vazamento dentro da própria ANATEL.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vamos ouvir aí a opinião do Dr. Getúlio Nery Cardoso, Diretor de Segurança de Administração da VIVO. Tem V. Sa. a palavra.

SR. GETÚLIO NERY CARDOSO: Bom dia nobre Senador e colegas aqui da telefonia presentes. É com muita satisfação que nós, da VIVO, ao receber essa convocação, estamos aqui para tentar ajudar nessa questão.

É importante colocar, e eu vou me ater ao caso específico do Senador Mercadante, que esse advento da Internet, quer dizer, hoje a gente utiliza a Internet para tudo e, graças a Deus, quer dizer, facilitou demais a nossa vida, a gente tem que ter um compromisso nas Operadoras de trabalhar a Internet e, também, a segurança que tem que vir, porque a Internet, ela facilita uma comunicação muito fácil, nós fazemos isso através do VIVO ON-LINE, através de vários outros sistemas, e isto diminui as pressões sobre o *Call Center*, diminui as pressões sobre as lojas e facilita, sobremaneira, a vida do cidadão. Evidentemente que isso cria fragilidades e lutamos muito com isso.

Um dos sistemas que nós usamos para comunicação judiciária, que é um dos mais sérios que temos que controlar, que são as interceptações, os dados ca-

dastrais, o histórico de chamadas, nós hoje estamos implementando o chamado Portal Jud, que é um sistema totalmente automatizado, em que toda a consulta será feita através desse sistema e toda a resposta através do sistema. Nós já começamos com um teste em São Paulo, com o Judiciário de São Paulo, com a polícia de São Paulo, e isto vai eliminar sobremaneira qualquer dúvida de vazamento nessa questão mais séria que envolve dados cadastrais, estoque(F) de chamadas, rastreamentos e interceptações. Então nós estamos preocupados com isso.

Voltando aqui para o caso do Senador, nós não demoramos mais do que um minuto para verificar que aquela conta era uma conta falsa, porque ela não tinha o Padrão VIVO, quer dizer, a gente tem uma conta com um padrão de horário, de datas, quer dizer, existem uns pontos de controle na conta e um minuto foi suficiente para vermos que era uma conta falsa, quer dizer, a conta que te entregaram era uma conta falsa.

A questão dos dados cadastrais, nós fizemos investigação profunda, hoje temos uma área absolutamente grande envolvida na questão do combate a fraudes, com mais de trezentas pessoas. Internamente não descobrimos, não vimos... Não é que não descobrimos, não vimos este vazamento dentro da VIVO. Fomos aos gestores de contas que ficam aqui em Brasília, que trabalham com o Senado, o consultor de relacionamento que trabalha com o Senado, falamos com a Patrícia, que é a pessoa responsável, que fala com a Diretoria de Telecomunicações de vocês, conversamos na Diretoria de Telecomunicações e esta informação certamente não saiu dos nossos colaboradores. Nós temos essa absoluta segurança. Por quê? Fizemos uma investigação, todo mundo tem um login, todo mundo tem uma senha, ninguém entra num sistema sem deixar o seu login, sem deixar a sua senha, ninguém, absolutamente ninguém, e nós não percebemos isso, não vimos isso. Então talvez esta busca, via Polícia Federal, seja um caminho, quer dizer, importante, para a gente chegar a esse ponto.

Bom, a conta que nós enviamos para o Senado, ela é uma conta em CD e também impressa. Seria até interessante eliminar essa conta impressa, mas é por força de contrato e, certamente, as árvores agradeceriam demais se fosse somente pelo meio eletrônico. Mas hoje, por força do contrato, nós fornecemos assim. Também analisamos, seguimos esta conta em todos os seus aspectos, aonde ela chega, chega aqui no cadastro, chega no protocolo do Senado, deste protocolo ela é encaminhada para a Diretoria de Telecomunicações e neste caminho nós também não conseguimos perceber algum vazamento. Então talvez realmente a questão policial seja interessante para se chegar a al-

gum meio disto. Parece que realmente não é um dado falsificado, o cadastro. A conta sim, por isso que o senhor recebeu uma conta falha, números falhos.

Bom, os nossos pontos de *Call Center*, de lojas, também todos, rigorosamente todos para entrar necessitam de colocar o seu login e senha, e os ID de cada um é individual, ninguém tem dois Use ID [soa a campanha]. Então nós não conseguimos identificar essa possibilidade até o momento, mas já foi muito positivo, muito positivo que tentaram entregar uma conta e entregaram uma conta falsa. Não conseguiram essa conta sua de maneira correta, de maneira honesta. Isso já foi um ponto positivo.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecendo a manifestação preliminar do Dr. Getúlio, vamos ouvir agora o Dr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO.

SR. LUIZ OTÁVIO CALVO MARCONDES: Obrigado Senador, Srs. Senadores, bom dia. Bom, eu já sou o penúltimo da lista aqui, eu acho que muita coisa já foi dita. A CLARO está numa situação muito semelhante a todas as demais prestadoras, Operadoras. Nós temos 35 milhões de clientes, cerca de 6 a 7 milhões também de contas emitidas mensalmente.

A CLARO fez, a partir da denúncia, ela fez uma profunda investigação interna. Todo esse esquema, essa estrutura de login e senha para acesso nos *Call Center*, nos postos de serviço, tudo isso foi objeto da investigação, mas nós tivemos uma grande dificuldade que foi o seguinte: na emissão das contas, sejam originais, segundas vias, etc., sempre incide(F) de um código que permite que essa conta seja identificada e que dá o caminho para que se descubra ou se consiga obter de onde foi efetivamente feita aquela impressão. No caso da conta que foi do Deputado Gustavo Fruet, não havia esse código impresso na conta, ou seja, a conta foi obtida não através das impressoras ou do sistema de impressão normal da CLARO.

O que a CLARO tem feito, além de todos esses processos que a ANATEL aqui, o Dr. Jarbas colocou, na qual ela está totalmente inserida, é uma tentativa de se cercar... deixa eu dar apenas alguns dados aqui. A CLARO tem 158 lojas próprias onde é possível ocorrer emissão de contas e 18 sites de *Call Center*, com 5.290 postos de atendimento e 10.777 atendentes. Então todas essas pessoas, esses 10.777 atendentes dos postos de atendimento, têm senha, login e senha.

Uma possibilidade que nós chegamos até a aventar é de você conseguir colocar na tela a conta e tirar uma foto, por exemplo, da conta, e depois imprimi-la. Para evitar qualquer tipo de ação nesse sentido, a CLARO resolveu colocar câmeras de TV e gravar em todos

os seus postos de atendimentos próprios e, também, dentro dos *Call Center*, quer dizer, é uma tentativa de verificar se há algum tipo de ação que possa ser checado, possa ser verificado quando da... e também para a inibição, vamos dizer assim, de qualquer tipo de tentativa de uma fraude ali dentro, nas telas dos nossos computadores.

Além disso, obviamente, a CLARO está inserida e vinculada a todas essas ações. Eu acho que esse trabalho que o Senador Mercadante solicitou veio muito bem, vamos botar a Polícia Federal, vamos fazer todas as ações necessárias para que a gente possa ter, vamos dizer, uma minimização, porque na realidade zerrar o risco ou a possibilidade de ocorrer algum tipo de fraude desse tipo me parece impossível, mas a gente tem que minimizar ao máximo a possibilidade de uma nova ocorrência desse tipo. Pois não, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Um outro comentário que eu queria fazer, é que V. Exa. conversasse com a Comissão, com a Diretoria da Casa, eu não entendi porque é que as empresas têm que mandar impresso em papel a conta, porque nós não recebemos a conta. Eu não recebo, você não recebe, o Valdir não recebe, nenhum Senador recebe a conta impressa. Então para que é que vem para cá?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A empresa apresenta porque é exigência do contrato, agora precisamos saber por que é que o contrato exige.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Veja, é uma exigência do contrato, mas eu gostaria de saber qual é a razão, porque se nós não recebemos, Senador não recebe impresso as ligações que ele fez. Eu não recebo, pelo menos.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu também não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você recebe, Valdir? Não, nenhum Senador recebe impresso as ligações que fez, e aí um jornalista consegue ter acesso.

Eu acho que, evidentemente, eu concordo um pouco, o Getúlio disse que considera que a fraude não ocorreu no âmbito do Senado pelo rigor dos procedimentos, é bem provável que não tenha ocorrido. De qualquer forma, tem que ser investigado porque está na cadeia de risco, mas não me parece que seja.

Agora eu gostaria de saber da Diretoria da Casa por que é que solicita a entrega impressa da chamadas telefônicas e os Senadores não têm acesso a essa informação. Então é totalmente desnecessário no contrato, esse é mais um risco totalmente desnecessário.

Eu também só quero chamar a atenção aqui do seguinte. Eu não acho que o problema seja o Sena-

dor. Aqui o que nós estamos discutindo é o cidadão. Eu acho que o Senado é o que menos importa, porque são figuras públicas, as chamadas telefônicas não têm nada de risco que não possa da vida pública. É uma informação como outra qualquer. O nosso sigilo fiscal já é público, o sigilo telefônico também do meu ponto de vista não tem nenhum risco diferente de todos os outros que nós estamos submetidos na vida pública. Agora até grampo telefônico tem, que é muito mais grave, mas de qualquer forma é uma violação do direito do cidadão que não pode continuar acontecendo, e no caso específico do Senado, me parece que essa cláusula contratual é totalmente desnecessária e descabida, que nenhum Senador recebe a lista de chamada.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu vou providenciar essa consulta.

Dr. João de Deus Pinheiro de Macedo, Diretor de Planejamento Executivo da OI. Tem V. Sa. a palavra.

SR. JOÃO DE DEUS PINHEIROS DE MACEDO: Bom dia Senadores, bom dia senhores e senhoras presentes.

A última coisa que nós gostaríamos, nessa Audiência, seria minimizar essa questão da segurança, dessas informações do sigilo das comunicações, porque se por um lado é responsabilidade total das prestadoras esse compromisso de preservação do sigilo, por outro todos os profissionais que trabalham nesse setor sabem o imenso desafio tecnológico que é garantir taxas crescentes de maior efetividade, maior segurança, quanto aos dados. Nós a rigor, Senadores, vivemos num triângulo que poderíamos até chamar de Triângulo das Bermudas nessa questão, porque se de um lado nós temos que assegurar e preservar a inviolabilidade das comunicações, é uma obrigação contratual e constitucional, ao mesmo tempo, de outro lado, nós temos que ter todos os dispositivos que permitam quebrar o sigilo das comunicações por ordem judicial. Então temos que achar o espaço tecnológico entre essas duas obrigações, que são absolutamente previstas, normais, contratuais, não há nada de absurdo e nem anormal nisso, é previsto, mas até já é um desafio, nós até já tivemos que desativar sistemas tecnológicos que não permitiam a quebra com o sigilo legal, mas o desafio é exatamente achar o espaço entre essas duas coisas.

E o terceiro vértice do triângulo é uma obrigação diante do sistema de defesa do consumidor, que eu acho que nesse ponto o Brasil tem um papel diferenciado eu acho que em relação ao conjunto dos países, que o sistema celular, por exemplo, começou com contas fechadas. Eu me lembro, eu sou da época, quando começou o serviço de celular no Brasil, as contas só

tinham o valor total, mas passou a ser um direito do consumidor ter todas as contas detalhadas. E mais: a cada dúvida, a qualquer questionamento que o consumidor possa ter diante dos *Call Centers*, como mencionado aqui pela CLARO, as empresas têm que estar capacitadas e dispor de meios, dispositivos e pessoal para atender e sanar essas dúvidas de imediato. Isso implica em você também, quer dizer, você tem que ter dispositivo para preservar o sigilo, para quebrar o sigilo e para disponibilizar as informações para o consumidor. O espaço que é a solução dessa questão, desses três tensores, é um espaço muito desafiante.

Eu acho que as empresas, de forma geral, eu não acredito que acha exceções importantes, trabalham diuturnamente em prevenções da fraude, e aí uma coisa é elas, primeiro, protegem as redes corporativas contra ataques externos, que o sistema de informações que as empresas trabalham são redes, as redes de telecomunicações se comunicam em geral, é típico da rede de telecomunicações se interconectarem, e então elas têm que proteger esse conjunto de informações contra ataques externos. Então hackers, violadores externos, criminosos e etc., o cyber crime, que tentam invadir os sistemas internos das empresas, o sistema de faturamento, o sistema de atendimento a clientes, etc., as empresas então têm que ter um *firewall* absolutamente evolutivo, porque a cada ferramenta que se implementa, se desenvolve uma contramedida para atacar, e as notícias de jornais aí são que até os sistemas mais seguros, internacionalmente, às vezes o sujeito dá um passo na frente, então nós temos que estar sempre um passo na frente em relação ao crime contra a invasão das redes, e internamente temos a questão do desafio humano, que o contingente de pessoas que trabalham nas empresas para atender o público, para processar, para operar os sistemas, é um contingente absolutamente grande e nós temos a luta contra as fraudes internas, que são fraudes contra as empresas e às vezes ocorrem fraudes contra os usuários.

Então o sistema de proteção, que a gente tem como desafio de vencer, são os sistemas que têm que dar conta disso tudo. E nós somos, quer dizer, especialmente a nossa empresa, mas eu acho que de todos, temos uma preocupação absoluta quanto a desenvolver ferramentas e métodos para minimizar ou para evitar esse tipo de ocorrência. Nem sempre, nem sempre, infelizmente, ocorre com sucesso, o que só, vamos dizer, não nos desanima, mas nos estimula para que a gente procure novas ferramentas, novos instrumentos.

Essa ocorrência, por exemplo, que ocorreu aqui, apesar de não ter sido dirigido para a nossa Compa-

nhia, mas nós temos certeza que se a investigação do jornalista não fosse dirigida para as empresas a que foi e fosse dirigida para qualquer outra poderia ter ocorrido uma eventual fraude interna de qualquer Companhia.

Nós, diante da notícia, constituímos uma força-tarefa que está já há três meses [soa a campainha] mapeando todas as fragilidades e procurando, vamos dizer, colocar na pauta de desenvolvimento tecnológico medidas adicionais de proteção, e aí eu acho que esse trabalho que a ANATEL também está fazendo venha se somar, quer dizer, nós não queremos... a ANATEL é pró-ativa na maioria das vezes nessas questões, mas a empresa, ela não precisa esperar a ANATEL, ela tem que ser pró-ativa por conta própria, porque tem obrigação.

Então eu acho que é um desafio verdadeiro, as empresas estão hiper preocupadas e estão no nosso caso, quer dizer, com a equipe dedicada, quer dizer, além das equipes normais de detenção e combate à fraude, uma equipe especial de força-tarefa só diante da notícia do que ocorreu, especialmente se alguma coisa positiva se pode tirar desse evento, eu acho que é a dramatização, a creticidade(F) com que as empresas se depararam diante de eventual fragilidade nos seus sistemas, o que as levam, vamos dizer, a focar em esforços para aperfeiçoar os seus sistemas internos.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. João. Passamos a palavra agora ao Dr. Guilherme Henriques, Diretor Jurídico da BRASIL TELECOM.

SR. GUILHERME HENRIQUES: Sr. Presidente, Exmos. Senadores, demais presentes a essa Audiência Pública.

Em primeiro lugar declinar, em nome do meu Presidente, a satisfação do convite para mais esse furo que se abre, para se discutir segurança no trato dessa que é uma garantia constitucional do cidadão, que é o direito à sua intimidade. Este é mais um furo e mais um furo inclusive dentro do próprio Senado, afora os demais que existem no âmbito do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Eu pouco tenho a acrescentar a tudo que já foi dito pelos demais representantes que me antecederam com muito mais cabelos brancos do que eu, o que eu poderia fazer é louvar o que disseram e acrescentar que também a BRASIL TELECOM já há algum tempo, especialmente a partir do meio do ano passado, vem se preocupando em criar blindagens para o acesso às informações através de várias das colocações já feitas pelo Superintendente da ANATEL no sentido de troca de senhas constantes, enfim, há um monitoramento

constante dessas pessoas que tenham um perfil autorizado ao acesso a essas informações.

Eu quero dizer que comungo da preocupação dos Senadores que foram alvo desta invasão da privacidade, quer dizer, isso é uma ação criminosa e que merece reação de todos, inclusive das Companhias. Confesso que tenho me dedicado diuturnamente dentro da BRASIL TELECOM ao combate a esse tipo de fraude, estou à frente do setor que cuida da parte de quebra de sigilo dentro da Companhia, no atendimento das ordens judiciais, evidentemente, e não tive notícia até então, desde outubro do ano passado, de um fato como esse vivido por V. Exa., mas seguramente se tivesse estaria tomando as providências que foram já anunciadas, que na minha ótica, e de uma forma bastante objetiva, seria sim uma apuração interna dentro da Companhia, com responsabilização e afastamento disso que não é um colaborador, isso é um bandido, quem se permite a uma atitude dessa não é um colaborador de Companhia, é um bandido e assim tem que ser tratado. Haverá sim que se instaurar um procedimento administrativo no âmbito da ANATEL para que se apure a responsabilidade e a participação ativa ou omissiva da Companhia, seguramente teria-se a via da responsabilidade civil daquele que teve a sua intimidade violada e, por fim, também a responsabilidade final do autor do delito, quer dizer, uma vez identificado, a sua responsabilidade penal.

Eu queria noticiar a essa Comissão que recentemente a BRASIL TELECOM, imbuída desse espírito de combate a ações com esse tipo de processante observação, ou seja, ações evasivas para a prática de crime, tivemos três operações, não podemos mais chamar de operação, segundo o Ministro Gilmar Mendes, mas tivemos três ações policiais, uma delas no Estado do Paraná, nos três Estados do sul do País, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a prisão de cinquenta elementos, com a operação da Polícia Federal do Paraná, onde cinquenta pessoas foram presas, uma quadrilha que estava a invadir com fins... não há nenhuma notícia concreta de que tivessem violado o sigilo de alguém, mas estavam ali burlando contas, alterando valores, enfim, é um resultado positivo dessa ação cotidiana nossa de blindar a Companhia. Agora tivemos também recentemente aqui em Brasília uma ação como essa, com a prisão de cinco pessoas, foi intitulada Operação Grambel, pela polícia do Distrito Federal, a polícia estadual, e tivemos uma operação no Estado de Goiás intitulada Operação Bodinho, onde também mais de vinte pessoas foram igualmente presas. Todas elas, o inquérito revela, que tinham pretensões ou já tinham movido ações com o intuito de fraudar sistemas da Companhia.

Então de certo modo os nossos índices, porque dizer que não há violação é tolice. Havendo o elemento humano no trato, a gente sempre tem a possibilidade da suscetibilidade dos seres humanos. Então os nossos gráficos com os índices de fraude [soa a campainha] estão extremamente na descendência, o que traz satisfação à Companhia BRASIL TELECOM no sentido de dar respostas a V. Ex^{as}. de que nós nos preocupamos e comungamos com o sentimento aí de violação.

Eu me permitiria tentar traduzir as palavras do João de Deus, quando falou dessa constante dicotomia que nós vivemos entre o direito do usuário, o direito do cidadão ter acesso às suas informações, por todos os canais possíveis, seja *Call Center*, seja na Internet, seja pessoalmente nas lojas, e a preservação da intimidade desse mesmo cidadão, quer dizer, é um liame muito tênue de dar acesso e preservar a segurança. A cada passo que se dá na liberdade do acesso do cliente, você tem que dar outros dez ou mais na busca por mecanismos de segurança da própria intimidade desse mesmo cliente, quer dizer, então essa é uma dificuldade muito grande, Senador Aloizio Mercadante, que a gente convive dentro da Companhia.

Convivemos também com ações, só para enriquecer o debate, díspares de órgãos da própria fiscalização. Nós temos ações do Ministério Público que visam ter acesso irrestrito e direto a essas informações cadastrais, e temos ações do mesmo Ministério Público em que querem nos responsabilizar pela má versão dessas informações. Então nós damos acesso, temos autoridades policiais que pretendem ter acesso direto a essas informações sem qualquer tipo de controle. Existe aqui em Brasília um projeto chamado Projeto ION, em que se discute isso, e essa mesmo polícia quer nos responsabilizar criminalmente por uma demora, por uma ação de algum bandido que invadiu os nossos sistemas e tomou dado cadastral de um cidadão.

Então, com essas breves palavras, eu queria trazer à Comissão essas informações que crescem também não só a parte já falada da questão da preocupação e da segurança, mas também de ações concretas que já foram tomadas, com alguns resultados, enfim, eu não tenho a pretensão de chegar aqui algum dia e dizer que isso foi zerado, mas acredito que estamos caminhando a passos largos aí para uma solução de maior segurança ao próprio consumidor. São essas as minhas palavras.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Guilherme Henriques pela sua contribuição preliminar e consulto aos eminentes Senadores se desejam promover algum questionamento ou alguma observação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, eu queria fazer uma última intervenção. Primeiro eu acho que foi bastante esclarecedora essa audiência, eu acho que eu sinto que há uma disposição sincera das empresas de tentar resolver essa questão e um esforço da ANATEL. Acho que a explicação do João de Deus, do vértice, dos três vértices do triângulo é bastante didática, ou seja, o consumidor quer ter acesso aos seus dados, a justiça que pode acessar, o inquérito judicial, a decisão judicial, e o sigilo da informação para terceiros. Esses três vértices são muitos semelhantes, eu vou repetir, à conta bancária, porque na conta bancária qualquer hora o cidadão vai lá e tira o extrato bancário para controlar a sua movimentação, a justiça pode acessar e quebrar o sigilo bancário, mas tem que ter a segurança, e acho que no caso da rede bancária é mais eficiente o sistema de controle, talvez porque envolva numerários, enfim. Nós precisamos tratar essa questão de sigilo telefônico com o padrão de exigência da privacidade da cidadania mais rigoroso do que nós temos no Brasil nesse momento.

Então a minha expectativa é que de fato essa investigação coordenada pela ANATEL avance e que seja possível, nessa parceria entre a ANATEL e as empresas, tomar medidas prudenciais mais eficientes. A VIVO anunciou aqui um novo sistema de informática, mais rigoroso do ponto de vista de automatização das operações, pode ser um caminho, enfim, vocês deveriam decidir tecnicamente junto à ANATEL, espero que sejam tomadas providências, e eu sugiro que a Comissão, depois a ANATEL dê um prazo para que a gente possa fazer uma nova audiência para ver as conclusões da investigação e quais as providências que serão tomadas nessa direção.

Eu queria parabenizar a V. Exa. pela coordenação dos trabalhos e pela iniciativa da Comissão.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Mercadante, numa conversa com o Dr. Jarbas aqui me veio a dúvida. V. Exa. solicitou à Polícia Federal que adotasse procedimentos com vistas a identificar a autoria da quebra do sigilo?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu fiz no mesmo dia, na realidade eu fiz antes da matéria sair. Quando o jornalista me procurou pedindo que fizesse uma matéria nessas condições, eu comuniquei imediatamente à Polícia Federal, pedindo que acompanhasse a publicação da matéria e tomasse as providências por meio de investigação.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente diante dessa propositura, o comportamento da ANATEL talvez fosse o mais apropriado que ela exercitasse essa investigação conjuntamente com a Polícia Federal, a ANATEL já poderia

buscar na Polícia Federal quem é que está cuidando dessa questão para fazer o trabalho conjunto. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, senhores presentes nesta Audiência Pública, Senadores, Senador Mercadante, que foi o autor da Audiência.

Só para fazer um registro final, participei de parte da audiência, mas o tema é um tema atual, é um tema que nós estamos debatendo, estamos debatendo uma nova legislação com relação ao fornecimento de dados e disponibilização de dados para investigação, uma legislação sobre o tema que está sendo debatido no Congresso Nacional, e estamos debatendo temas num momento em que os brasileiros têm se comunicado cada vez mais. O nível de acesso, o percentual de acesso à telefonia ampliou muito.

A nossa norma, a nossa legislação, diz da inviolabilidade da comunicação entre as pessoas, em que se alguém interceptar está cometendo um ato ilícito. Então nós temos um ato ilícito praticado por pessoas que deve ter legislação e isso também está sendo avaliado na legislação hoje aqui no Congresso, que hoje já é um ato ilícito baseado e previsto na Constituição Federal, mas nós temos que aperfeiçoar a legislação, as empresas e as Companhias precisam de tomar cada vez mais cuidados em adotar novas tecnologias. Eu sei que esse é um corre-corre, porque você tem que estar buscando tecnologias novas a todo instante para que a gente possa dar conta também do aperfeiçoamento tecnológico de gente que quer cometer o ato ilícito, então é ver quem é mais rápido, se é o crime ou se é a atividade legal. É a mesma coisa do combate da polícia com o crime organizado.

Então nós não podemos perder essa guerra, essa briga. Eu acho que nós temos tecnologias hoje, então a minha expectativa é de que fato as Companhias estejam se aperfeiçoando cada vez mais para que a gen-

te dê segurança ao cidadão. Nós não podemos viver num ambiente totalitário, numa vigilância totalitária. As pessoas têm que ter o direito de comunicação numa sociedade cada vez mais vigiada, mas tem que ter algum local e algum instrumento que essa pessoa usa, sabendo que ela está ali com uma certa segurança, usando aquele instrumento, seja dentro da sua casa, na inviolabilidade da sua casa, seja nas correspondências que ela recebe, que esteja na comunicação que ela faça. Eu acho que esses princípios são princípios do direito de cada ser humano e que as Companhias, pela forma como vocês estão hoje abrangendo, uma quantidade grande de pessoas, vocês têm um papel cada vez mais importante.

Eu acho que o nosso papel aqui, a nossa função, é fazermos este acompanhamento para que a gente possa apertar se for necessário, mudar a legislação se for necessário, cobrarmos se for necessário, mas que a gente possa ter uma sociedade cada vez mais aberta, mais vigiada, mas ao mesmo tempo os indivíduos com os seus direitos preservados.

Então obrigado, Presidente, pela oportunidade, obrigado a todos que estão participando dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Consulto aos ilustres convidados se desejam ainda fazer uma observação final?

Bem, nós agradecemos então a presença do Dr. Jarbas Valente, do Dr. Paulo Roberto da Costa Lima, do Dr. Getúlio Nery Cardoso, do Dr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, do Dr. João de Deus Pinheiro de Macedo, do Dr. Guilherme Henriques e dos Senadores que participaram dessa Audiência, almejando que nós posamos, com os debates aqui travados, ter contribuído para o alcance do escopo dessa Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 822 PÁGINAS

(OS: 17139/2008)